



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA**

**Resenha Mensal (art. 269, II, do RISF)
(período de 1º a 31 de agosto de 2009)
e**

Atas de Comissões Permanentes e suas Subcomissões

ANO LXIV - SUP. "C" AO Nº 132 - QUARTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO DE 2009, BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO) 2º VICE-PRESIDENTE Serys Shessarenko - (PT-MT) 1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI) 2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	3º SECRETÁRIO Mão Santa- (PMDB-PI) 4º SECRETÁRIO Patrícia Saboya - (PDT-CE) Suplentes de Secretário 1º - César Borges - (PR-BA) 2º - Adelmir Santana - (DEM-DF) 3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB) 4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB/PP) - 20 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 20 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 26 Líder Raimundo Colombo - DEM¹ Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos ² Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Moraes Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT		

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.

2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA		
1.1 – Resenha Mensal (período de 1º a 31 de agosto de 2009).....	5	
– Secretaria de Coordenação Legislativa do Senado Federal	6	
– Secretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional	67	
– Secretaria de Comissões.....	70	
1.2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES (SENADO FEDERAL)		
1.2.1 – Comissão de Assuntos Econômicos – CAE		
Ata da Vigésima Primeira Reunião conjunta com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio-CD; Finanças e Tributação-CD; Fiscalização Financeira e Controle-CD e Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização-CN, realizada em 27 de maio de 2009.	226	
Ata da Vigésima Sétima Reunião, realizada em 30 de junho 2009.....	256	
Ata da Vigésima Oitava Reunião, realizada em 07 de julho de 2009.....	277	
Ata da Vigésima Nona Reunião, realizada em 14 de julho de 2009.....	307	
Ata da Trigésima Reunião, realizada em 04 de agosto de 2009.....	342	
Ata da Trigésima Primeira Reunião – Extraordinária, realizada em 05 de agosto de 2009.	374	
Ata da Trigésima Segunda Reunião, realizada, em 11 de agosto de 2009.....	393	
Ata da Trigésima Terceira Reunião conjunta com a Décima Sétima Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Trigésima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 12 de agosto de 2009.	413	
Ata da Trigésima Quarta Reunião conjunta com a Vigésima Sexta Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, realizada em 25 de agosto de 2009.....	446	
1.2.2 – Comissão de Assuntos Sociais – CAS		
Ata da Trigésima Primeira Reunião – Extraordinária, realizada no dia 15 de julho de 2009.....	479	
Ata da Trigésima Segunda Reunião – Extraordinária, realizada no dia 05 de agosto de 2009.		504
Ata da Trigésima Terceira Reunião – Extraordinária conjunta com a Oitava Reunião – Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada no dia 11 de agosto de 2009.....		526
1.2.3 – Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE		
Ata da Trigésima Oitava Reunião, realizada em 04 de agosto de 2009.....		579
Ata da Trigésima Nona Reunião – Extraordinária, realizada em 5 de agosto de 2009.		603
Ata da Quadragésima Reunião, realizada em 11 de agosto de 2009.....		628
Ata da Quadragésima Primeira Reunião – Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2009..		648
Ata da Quadragésima Segunda Reunião – Extraordinária, realizada em 12 de agosto de 2009..		673
Ata da Quadragésima Terceira Reunião, realizada em 18 de agosto de 2009.....		691
Ata da Quadragésima Quarta Reunião – Extraordinária conjunta com a Trigésima Quinta Reunião – Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, realizada em 19 de agosto de 2009.....		704
1.2.4 – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA		
Ata da Vigésima Terceira Reunião, realizada em 04 de agosto de 2009.....		722
Ata da Vigésima Quarta Reunião, realizada em 11 de agosto de 2009.....		734
1.2.5 – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH		
Ata da Primeira Reunião – Extraordinária da Subcomissão Permanente do Idoso, realizada em 15 de abril de 2009.....		746
Ata da Primeira Reunião – Extraordinária da Subcomissão Permanente do Trabalho Escravo, realizada em 27 de maio de 2009.		752
Ata da Segunda Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Idoso conjunta com a Décima Oitava Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a Quinta Reunião Extraordi-		

nária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, realizada em 26 de maio de 2009.....	764	Inovação, Comunicação e Informativa, realizada em 29 de abril de 2009.....	998
1.2.6 – Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI		Ata da Décima Reunião – Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2009.....	1046
Ata da Primeira Reunião, realizada em 04 de março de 2009.....	791	Ata da Décima Oitava Reunião – Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2009.	1074
Ata da Segunda Reunião – Extraordinária, realizada em 12 de março de 2009.	803	1.2.7 – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA	
Ata da Terceira Reunião – Extraordinária, realizada em 19 de março de 2009.	827	Ata da Vigésima Primeira Reunião – Extraordinária, realizada em 2 de julho de 2009.....	1093
Ata da Quarta Reunião conjunta com a Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 24 de março de 2009.	860	Ata da Vigésima Terceira Reunião – Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2009.....	1120
Ata da Quinta Reunião – Extraordinária, realizada em 26 de março de 2009.	904	Ata da Vigésima Quarta Reunião – Extraordinária, realizada em 4 de agosto de 2009.....	1131
Ata da Sexta Reunião – Extraordinária, realizada em 02 de abril de 2009.....	935	Ata da Vigésima Quinta Reunião – Extraordinária, realizada em 11 de agosto de 2009.....	1154
Ata da Sétima Reunião – Extraordinária, realizada em 16 de abril de 2009.....	950	1.2.8 – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT	
Ata da Oitava Reunião – Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2009.....	984	Ata da Vigésima Terceira Reunião – Extraordinária, realizada em 15 de julho de 2009.....	1175
Ata da Nona Reunião – Extraordinária conjunta com as Comissões de Reforma Agrária; Assuntos Econômicos; Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; Educação, Cultura e Esportes; Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; Direitos Humanos; Relações Exteriores; Desenvolvimento Regional e Ciência, Tecnologia,		Ata da Vigésima Quarta Reunião – Extraordinária, realizada em 05 de agosto de 2009.....	1200
		Ata da Vigésima Quinta Reunião – Extraordinária conjunta com a Vigésima Sexta Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, realizada em 12 de agosto de 2009.	1217
		Ata da Vigésima Sexta Reunião – Extraordinária, realizada em 19 de agosto de 2009.	1254



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
3ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2009

Resenha Mensal
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 31/08/2009)

A - SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (1º A 31 DE AGOSTO DE 2009)	
Deliberativas Ordinárias	12
Não Deliberativas	9
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	3
Total de sessões realizadas	24

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL (1º a 31 de agosto de 2009)

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XI)	204
I - Projetos aprovados e enviados à sanção	9
1 – Por decisão do Plenário.....	1
1.1 – De iniciativa de Deputado	1
2 – Por decisão terminativa de Comissão	8
2.1 – De iniciativa de Senador.....	1
2.2 – De iniciativa de Deputado	4
2.3 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.....	3
II – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados	33
1 – Por decisão do Plenário.....	6
1.1 – De iniciativa do Senado Federal	2
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados.....	4
2 – Por decisão terminativa de Comissão	27
III - Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	101
1 – Concessões de telecomunicações.....	79

2 – Atos Internacionais	21
3 – Projetos de Resolução (outras matérias)	1
IV – Escolha de Chefes de Missão Diplomática.....	2
V – Escolha de Autoridades.....	2
VI – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....	3
VII – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	12
VIII – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	18
IX – Requerimentos de prorrogação de Comissão Temporária	2
X – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009)	6
1 – De tramitação conjunta	4
2 – De dispensamento.....	2
XI – Requerimentos Diversos.....	16
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XII A XIV)	10
XII – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF)	3
XIII – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF)	1
XIV – Por terem sido retiradas pelos autores.....	6
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS EM AGOSTO (ITENS I A XIV)	214
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	100

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE
2 DE FEVEREIRO A 31 DE AGOSTO DE 2009**

SENADO FEDERAL – SESSÕES PLENÁRIAS (2 fevereiro a 31 de agosto de 2009)	
Deliberativas Ordinárias	71
Não Deliberativas	55
Deliberativas Extraordinárias	8
Especiais	11
Total de sessões realizadas	145
Reuniões Plenárias	1
Reuniões Plenárias não realizadas	0
Total de sessões não realizadas	1
Reuniões preparatórias	2

MATÉRIAS APROVADAS (ITENS I A XVII) 1398

I – Medidas Provisórias aprovadas..... 15

- 1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão com emendas,
e devolvidas à Câmara dos Deputados 7
- 2 – Aprovadas na forma de Projeto de Lei de Conversão e enviadas
à sanção 5
- 3 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 3

II - Projetos aprovados e enviados à sanção 72

- 1 – Por decisão do Plenário..... 49
 - 1.1 – De iniciativa de Senador 13
 - 1.2 – De iniciativa de Deputado 27
 - 1.3 – De iniciativa do Presidente da República 4
 - 1.4 – De iniciativa do Procurador-Geral da República 1
 - 1.5 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho 2
 - 1.6 – De iniciativa de Comissão Parlamentar
de Inquérito..... 2
- 2 – Por decisão terminativa de Comissão 23
 - 2.1 – De iniciativa de Senador 1
 - 2.2 – De iniciativa de Deputado 5

2.3 – De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.....	14
2.4 – De iniciativa do Tribunal de Contas da União.....	2
2.5 – De iniciativa do Superior Tribunal de Justiça.....	1
III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados.....	165
1 – Por decisão do Plenário	27
1.1 – De iniciativa do Senado Federal	9
1.2 – De iniciativa da Câmara dos Deputados	15
1.3 – De iniciativa do Presidente da República	2
1.4 – De iniciativa de Comissão Mista	1
2 – Em decisão terminativa de Comissão	138
IV – Proposições aprovadas e enviadas à promulgação	578
1 – Concessões de telecomunicações.....	500
2 – Atos Internacionais	56
3 – Operações de crédito.....	18
4 – Projetos de Resolução (outras matérias).....	4
V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática	32
VI – Escolha de Autoridades	36
VII – Parecer sobre Recurso aprovado pelo Plenário.....	1
VIII – Requerimentos de Homenagem de Pesar	24
IX – Requerimentos de Voto de Aplauso, Censura ou Semelhante.....	106
X – Requerimentos de Sessões Especiais e Homenagens no Período do Expediente	48
XI – Requerimentos de Informações aprovados pela Mesa	125
XII – Requerimento de Informação indeferido pela Mesa.....	1
XIII – Requerimentos despachados pelo Presidente (art. 215, Inc II, b, RISF)	2
XIV – Requerimentos de prorrogação de Comissão Temporária	4

XV – Requerimentos de criação/alteração de Comissão Temporária.....	6
XVI – Requerimentos deferidos pela Mesa (Ato da Mesa nº 2, de 2009).....	44
1 – De tramitação conjunta	24
2 – De desapensamento.....	20
XVII – Requerimentos Diversos	139
MATÉRIAS ENVIADAS AO ARQUIVO (ITENS XVIII A XXVI)	114
XVIII – Por terem alcançado objetivo	2
XIX – Parecer contrário de Comissão (art. 254 do RISF).....	38
XX – Parecer contrário de Comissão (art. 91, § 5º do RISF)	17
XXI – Parecer contrário de Comissão (art. 101, § 1º do RISF)	6
XXII – Retirada de assinaturas dentro do prazo regimental (art. 244 do RISF).....	2
XXIII – Por terem sido rejeitadas em Plenário.....	4
XXIV – Por terem sido declaradas prejudicadas.....	12
XXV – Por terem sido retiradas pelos autores	31
XXVI – Recursos arquivados (por terem recebido parecer contrário de comissão)	2
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS (ITENS I A XXVI)	1512
Requerimentos de Licença e Desempenho de Missões.....	573
Requerimentos de Criação de Comissão Parlamentar de Inquérito	3
Requerimentos de Prorrogação de Comissão Parlamentar de Inquérito	2

I - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À SANÇÃO

De iniciativa de Senador	1
De iniciativa de Deputado	5
De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho.....	3
Total	9

I.1 - Aprovadas pelo Plenário

Total	1

Projeto de Lei da Câmara nº 204, de 2008 (nº 3.653/1997, na Casa de origem), de autoria do Deputado Arlindo Chinaglia, que dispõe sobre as perícias oficiais e dá outras providências.

Sessão: 26.08.2009

I.2 - Aprovadas em decisão terminativa de Comissão

Total	8

Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2009 (nº 547/2009, na Casa de origem), de autoria do Deputado Lobbe Neto, que dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2009 (nº 6.600/2002, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (PA).

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2009 (nº 3.351/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (Município de Aracaju-SE), e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 117, de 2009 (nº 1.191/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Flávio Dino, que institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, alterando a Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1990.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 07.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999 (nº 3.493/200, na Câmara dos Deputados), de autoria da Senadora Lúcia Alcântara, que institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 89, de 2009 (nº 5.471/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que cria cargos de juiz do trabalho substituto no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede em São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2009 (nº 2.301/2000, na Casa de origem), de autoria do Deputado Lincoln Portela, que determina a obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2009 (nº 5.516, na Casa de origem), de autoria do Deputado Marco Maia, que inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 26.08.2009

II - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal	29
De iniciativa da Câmara dos Deputados	4
Total	33

II.1 – Emendas do Senado a Projetos de Lei da Câmara, aprovadas pelo Plenário

Total	4

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2002 (nº 25/1999, na Casa de origem), de autoria do Deputado Paulo Rocha, que modifica a Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias.

Sessão: 06.08.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 59, de 2006 (nº 7.177/2002, na Casa de origem), de autoria da Deputada Jandira Feghali, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para dispor sobre a obrigatoriedade de fornecimento de bolsas de colostomia pelos planos e seguros privados de saúde.

Sessão: 06.08.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2008 (nº 1.691/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Carlos Bezerra, que altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, dispondo sobre a contagem do prazo prescricional na hipótese de protesto extrajudicial.

Sessão: 06.08.2009

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2009 (nº 275/2007, na Casa de origem), de autoria do Deputado Ciro Pedrosa, que estabelece normas de segurança a serem seguidas pelos estabelecimentos que especifica.

Sessão: 06.08.2009

II.2 – Projetos de Lei do Senado aprovados por comissão, em decisão terminativa

Total	27

Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003, de autoria do Senador Paulo Octávio, que faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais "Livro Diário" e "Livro Razão" em meio magnético.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera, com vistas a fomentar a utilização da energia solar, a Lei nº 10257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), para instituir diretriz a ser observada pelos Municípios, e a Lei nº 4380, de 21 de agosto de 1964, para condicionar a obtenção de financiamento no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH).

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 257, de 2006, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Baixo São Francisco, com sede na cidade de Propriá, no Estado de Sergipe.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 216, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que permite que o trabalhador com mais de sessenta anos de idade saque seus recursos acumulados no Fundo de Participação PIS/PASEP.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que dispõe sobre a isenção do imposto de renda da pessoa física e da contribuição previdenciária incidentes sobre o valor da bolsa concedida por estabelecimento de ensino ao filho de professor.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o Dia Nacional do Piso Salarial dos Professores.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2008, de autoria do Senador Renan Calheiros, que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Agrotécnica Federal do Vale do Anari, no Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza a criação de Escola Técnica Federal em Loanda, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 445, de 2008, de autoria do Senador Valter Pereira, que institui o dia 22 de novembro como o Dia da Comunidade Libanesa no Brasil.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Nova Tebas, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Rio Negro, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2008, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que autoriza a criação da Universidade Federal do Litoral Paulista, com sede na cidade de Santos, pelo desmembramento do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2008, de autoria do Senador Gilberto Goellner, que institui o Dia Nacional do Distribuidor de Insumo Agrícola e Veterinário.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 23, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre a criação do "Dia Nacional da Mulher Negra" e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2009, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar, no Município de Itabaiana, campus do Instituto Federal da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 03.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 20, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2008, de autoria do Senador Adelmir Santana, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Gama, no Distrito Federal.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2008, de autoria do Senador Marco Antonio Costa, que altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para fixar em sessenta dias o

prazo para a propositura do processo principal, a partir da efetivação da medida cautelar concedida em procedimento preparatório.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 17.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para tornar obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que cria Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação nas instituições federais de educação superior.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Humaitá, no Estado do Amazonas.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2008, de autoria do Senador Flávio Arns, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 20.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 109, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 21.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 692, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que acrescenta parágrafo ao art. 1.589 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil e modifica o art. 888 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para assegurar o direito de visita dos avós aos netos.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 21.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, que inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.

(Decisão terminativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 26.08.2009

II.3 – Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total	2

Projeto de Decreto Legislativo nº 611, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a programação monetária relativa ao 2º trimestre de 2009.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 612, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que aprova a programação monetária relativa ao 3º trimestre de 2009.

Sessão: 25.08.2009

III - PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal	1
De iniciativa da Câmara dos Deputados	100
Total	101

III.1 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pelo Plenário

Total	21

Projeto de Decreto Legislativo nº 283, de 2008 (nº 348/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto consolidado da Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios, adotada pela Organização Marítima Internacional, em Londres, em 2 de novembro de 1973, e o seu Protocolo de 1978, com as Emendas adotadas em 4 de dezembro de 2003 a 1º de abril de 2004.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2009 (nº 2.528/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Evitar Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto sobre a Renda, celebrado em Lima, em 17 de fevereiro de 2006.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 388, de 2009 (nº 2.144/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Caracas, em 14 de fevereiro de 2005.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2009 (nº 661/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no Domínio da Defesa, assinado em Praia, em 15 de setembro de 2006.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2009 (nº 737/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda, assinado em Nova Iorque, em 26 de setembro de 2007.

Sessão: 06.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 391, de 2009 (nº 404/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa Referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2009 (nº 565/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília, em 24 de julho de 2007.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2009 (nº 662/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2009 (nº 798/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa, assinado em Brasília, em 4 de abril de 2007.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2009 (nº 500/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Modificativo do Protocolo de Olivos para a Solução de Controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 432, de 2009 (nº 405/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevideu, em 30 de novembro de 2005.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 476, de 2009 (nº 2.352/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 486, de 2009 (nº 495/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 489, de 2009 (nº 516/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 510, de 2009 (nº 1.392/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo, por Troca de Notas, para o Estabelecimento de uma Faixa Non Aedificandi em Zonas Urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

Sessão: 25.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 482, de 2009 (nº 399/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Estatuto emendado da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, adotado na Haia, em 30 de junho de 2005.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 485, de 2009 (nº 412/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático e Consular, celebrado em Brasília, em 2 de fevereiro de 2006.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 490, de 2009 (nº 564/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Medida I (2003) - Secretariado do Tratado da Antártida, adotado durante a 26ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida (ATCM), realizada em Madri, em 2003.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 495, de 2009 (nº 983/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre Cooperação no Campo da Agropecuária, assinado em Brasília, em 4 de dezembro de 2007.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 501, de 2009 (nº 347/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre os Governos da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

Sessão: 26.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2009 (nº 793/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha Relativo ao Estabelecimento e Funcionamento de Centros Culturais, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Sessão: 26.08.2009

III.2 - Projetos de Decreto Legislativo aprovados pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa

Total	79

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1994 (nº 310/1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada a Rádio Cultura do Araguaia LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jussara, Estado de Goiás.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1999 (nº 672/1998, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 23, de 2002 (nº 913/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Buriti Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2008 (nº 633/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão - ACIR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaú de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2008 (nº 639/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatama, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2008 (nº 455/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de São Pedro dos Ferros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2008 (nº 531/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2009 (nº 889/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Canoeiros e Pescadores de Aurelino Leal e Ubaitaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aurelino Leal, Estado da Bahia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2009 (nº 904/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária de Radiodifusão Bem Querer para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aiquara, Estado da Bahia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2009 (nº 972/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Integrado de Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2009 (nº 1.008/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária da Comunicação de Manoel Ribas - ACOMAR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manoel Ribas, Estado do Paraná.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 156, de 2009 (nº 1.015/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Livre e Comunitária de Rio Branco - FM - ARLIRB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Branco, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2009 (nº 1.035/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Dourado FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formosa do Oeste, Estado do Paraná.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2009 (nº 779/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Morena LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guiratinga, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2009 (nº 780/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à E. F. Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2009 (nº 835/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Grupo Frajola de Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2009 (nº 847/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayette para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lafayette Coutinho, Estado da Bahia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2009 (nº 953/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraias, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 222, de 2009 (nº 1.000/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Vila Lângaro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vila Lângaro, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2009 (nº 1.003/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Toropi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Toropi, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2009 (nº 1.012/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2009 (nº 1.033/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2009 (nº 1.039/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companhia FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2009 (nº 1.078/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 249, de 2009 (nº 873/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadã de Promoção Educacional, Cultural, Artística, Esportiva e Comunicação Social de Euclides da Cunha Paulista - SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Euclides da Cunha, Estado de São Paulo.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2009 (nº 1.032/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Cultural Nova Era para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Santo de Minas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2009 (nº 1.059/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2009 (nº 1.060/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananás, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2009 (nº 1.064/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2009 (nº 1.065/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2009 (nº 1.151/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2009 (nº 1.186/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Eco FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2009 (nº 1.201/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 327, de 2009 (nº 1.202/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2009 (nº 1.244/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Clube das Mães São João Batista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João do Jaguaribe, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 338, de 2009 (nº 1.261/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2009 (nº 1.296/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à TV Sobral LTDA para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sobral, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2009 (nº 824/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rede Elo de Comunicações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2009 (nº 1.160/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Veneza LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Eusébio, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2009 (nº 1.221/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2009 (nº 1.274/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Milênio LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2009 (nº 1.282/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2009 (nº 1.291/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2009 (nº 598/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Bispo & Fernandes LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2009 (nº 607/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2009 (nº 678/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicações Rocha & Leite LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2009 (nº 1.218/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Fundão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fundão, Estado do Espírito Santo.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 419, de 2009 (nº 1.236/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Poesis - Associação Cultural e Artística de Antônio Carlos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2009 (nº 1.161/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicações e Participações LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parambu, Estado do Ceará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 522, de 2009 (nº 1.285/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2009 (nº 1.292/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2009 (nº 1.196/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Acccjan - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jandaíra-RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2009 (nº 1.337/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia LTDA para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itupiranga, Estado do Pará.

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2009 (nº 266/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Pacajá - ACIPA - Emissora Comunitária "Novo Tempo" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará.

Sessão: 12.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2009 (nº 1.286/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Terra FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucumã, Estado do Pará.

Sessão: 12.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006 (nº 273/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2009 (nº 939/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Mar e Céu Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2009 (nº 963/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2009 (nº 869/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2009 (nº 876/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2009 (nº 922/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória EMBRATEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2009 (nº 740/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular - ACOPOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2009 (nº 810/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova União para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2009 (nº 1.181/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2009 (nº 1.204/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Tocantins.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2009 (nº 1.272/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação LTDA. - SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2009 (nº 1.314/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2009 (nº 621/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2009 (nº 1.259/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural João Calvino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2009 (nº 1.275/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2009 (nº 1.299/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2009 (nº 1.320/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Brigadistas de Sampaio - ABS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2009 (nº 1.341/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2009 (nº 1.369/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2009 (nº 804/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Antonio Nezinho de Souza - ACANS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2009 (nº 952/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão À Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2009 (nº 1.179/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatu LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2009 (nº 1.339/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Milano FM LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2009 (nº 890/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Sessão: 19.08.2009

III.3 - Projeto de Resolução aprovado pelo Plenário

Total	1

Projeto de Resolução nº 22, de 2009, de autoria do Senador José Sarney, que revoga os incisos V e VI do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, para suprimir a exigência de entrega de declaração por indicados aos Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.

Sessão: 27.08.2009

IV – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total	2

Mensagem nº 86, de 2009 (nº 323, de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor Brian Michael Fraser Neele, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a Antígua e Barbuda.

Sessão: 26.08.2009

Mensagem nº 132, de 2009 (nº 581, de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor George Ney de Souza Fernandes, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Sessão: 26.08.2009

V – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total	2

Parecer nº 584, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre a Mensagem nº 79, de 2009 (nº 304, de 2009, na origem), que submete à apreciação do

Senado Federal a indicação do Senhor Dalvino Troccoli Franca para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA.

Sessão: 26.08.2009

Parecer nº 648, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 85, de 2009 (nº 322, de 2009, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo para exercer o cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE do Ministério da Justiça.

Sessão: 26.08.2009

VI – REQUERIMENTOS DE VOTO DE APLAUSO, CENSURA OU SEMELHANTE

Total	3

Requerimento nº 1.210, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, voto de repúdio e censura às declarações racistas ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do prêmio Nobel de Medicina, James Watson, afirmando ao jornal britânico "The Sunday Times" que negros são intelectualmente inferiores aos brancos.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 88, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em Ata de voto de aplauso ao povo e governantes da Lituânia, no Leste Europeu, pelo 91º aniversário da independência daquele país.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 656, de 2009, de autoria do Senador João Tenório, solicitando, nos termos regimentais, votos de solidariedade e aplauso ao ilustre escritor peruano Sr. Mario Vargas Llosa, pela defesa intransigente da democracia e repúdio a toda e qualquer manifestação de regime totalitário na América do Sul, promovidos em Caracas no âmbito do fórum "Encontro Internacional Democracia e Liberdade".

Sessão: 25.08.2009

VII – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total	12

Requerimento nº 947, de 2009, de autoria do Senador Augusto Botelho, solicitando, nos termos regimentais, a transformação do horário do expediente do dia 20 de outubro de 2009, em sessão especial de homenagem à Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO, quando se comemorará o cinquentenário daquela federação, que tanto tem feito em prol da saúde e bem estar da mulher brasileira.

Sessão: 05.08.2009

Requerimento nº 781, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando, nos termos dos artigos 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial no dia 9 de setembro de 2009 em homenagem ao Dia da Amazônia, celebrado em 5 de setembro.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 968, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando, nos termos dos artigos 154, inciso III e § 5º e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Solene Especial, no próximo dia 10 de setembro, às 10 horas, destinada a homenagear a Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, que comemora sessenta anos de sua criação.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 991, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, em aditamento ao **Requerimento nº 80, de 2009**, a realização de sessão especial do Senado Federal no próximo dia 17 de novembro de 2009, terça-feira, às 10 horas, em homenagem à memória do Professor Hélio Gracie.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 1.016, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando, em aditamento ao **Requerimento nº 952, de 2009**, que a Sessão Especial do Senado destinada a homenagear o ex-Governador e ex-Senador Gilberto Mestrinho seja realizada às 10 horas do dia 27 de outubro de 2009.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.025, de 2009, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando, nos termos do art. 199 do RISF, que seja realizada Sessão Especial do Senado Federal no dia 25 de agosto de 2009, às 10 horas, com o objetivo de comemorar o "Ano da França no Brasil" e a ação das Alianças Francesas como agentes de difusão cultural em nosso país.

Sessão: 18.08.2009

(Sessão realizada em 25.08.2009)

Requerimento nº 1.083, de 2009, de autoria do Senador Efraim Moraes e outros Senhores Senadores, solicitando, com fundamento nos arts. 154, III e § 5º, 199 e 200 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de sessão especial em comemoração ao Dia Internacional da Democracia, a ser celebrado em 15 de setembro de 2009.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 363, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 1º de setembro de 2009, destinada a comemorar os 44 anos de criação da profissão de Administrador. Aditado pelo **Requerimento nº 1.084, de 2009**, de autoria do Senador Marconi Perillo e outros Senhores Senadores, solicitando que a homenagem seja prestada no Período do Expediente da sessão do dia 15 de setembro de 2009.

Sessão: 27.08.2009

Requerimento nº 1.061, de 2009, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, solicitando, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial às 10 horas do dia 24 de setembro de 2009, destinada a comemorar o Dia Mundial do Turismo.

Sessão: 27.08.2009

VIII – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APROVADOS PELA MESA

Total	18

Requerimento nº 598-A, de 2009, de autoria do Senador Tasso Jereissati, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social sobre os dados constantes do SIAFI e do Relatório do Tesouro Nacional.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 652, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro das Relações Exteriores solicite ao governo venezuelano informações diretas e explicações acerca do possível constrangimento a que teria sido submetido o escritor peruano Mario Vargas Llosa em sua chegada à Venezuela, no aeroporto de Maiquetía, onde ficou retido por cerca de uma hora e meia e foi advertido a não fazer declarações sobre assuntos políticos internos, além de ter sua bagagem minuciosamente revistada.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 654, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, de acordo com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente acerca de denúncias de demora de 9 meses na cobrança de multa de 3 milhões de reais contra frigorífico, que teria arrematado em leilão 3.100 bois, apreendidos em agosto de 2008, um mês depois da aplicação da multa pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 668, de 2009, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 40 da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça atinentes à Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 718, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado da Defesa, Nelson Jobim, informações referentes ao Projeto Rondon.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 742, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando, na forma regimental, informações ao Ministro da Justiça sobre o possível assassinato do ex-presidente João Goulart e as providências que aquele ministério está tomando para apurar se é verdadeira ou não a reportagem sobre o assunto levado a público na Revista Carta Capital.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 746, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia sobre o uso frequente de termos aditivos em contratos elevando os custos de obras e serviços da Petrobras na construção do gasoduto Coari-Manaus.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 756, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro de Estado de Minas e Energia, determine à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS encaminhe ao Senado Federal, cópia das Atas de Reuniões do Conselho Administrativo realizadas no período de 2003 até a presente data da holding do Sistema Petrobras e das empresas integradas do grupo empresarial.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 757, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, ao Ministro de Minas e Energia que seja determinada à Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS o encaminhamento de documentação acerca dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal da holding do Sistema Petrobras e das empresas do grupo empresarial, desde 2003.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 775, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Ministro das Relações Exteriores solicite à Organização dos Estados Americanos (OEA) informações sobre a situação democrática da Venezuela e também cópia do relatório emitido por aquele Organismo sobre as eleições venezuelanas.

(Aprovado na 9ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 13.08.2009)

Requerimento nº 789, de 2009, de iniciativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, solicitando, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal e com o Ato da Mesa nº 1, de 2001, informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia acerca da distribuição, comercialização e qualidade de combustíveis.

(Aprovado na 10ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 20.08.2009)

Requerimento nº 892, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como, no que couber, com o art. 7º e Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001, ao Ministro da Justiça cópia integral do inquérito e demais documentos conexos relativos à "Operação Royalties", a que procedeu a Polícia Federal e que apontou desvios de dinheiro dos royalties do petróleo por intermédio da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

(Aprovado na 10ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 20.08.2009)

Requerimento nº 776, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216, I do Regimento Interno do Senado Federal, esclarecimentos ao Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre o anúncio da criação de postos diplomáticos nos seguintes países Antigua e Barbuda, St. Lucia, St. Kitts & Nevis, e Grenadines.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 819, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda acerca da abertura da primeira filial da Caixa Econômica Federal no exterior, a ser localizada na Venezuela.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 891, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro da Fazenda cópias de todas as denúncias e processos internos que existam envolvendo a Petrobras e suas subsidiárias em tramitação na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 893, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Minas e Energia a relação de todos os contratos, aditivos contratuais e convênios entre a Petrobras e seus fornecedores ou prestadores de serviços relativamente às obras do Gasoduto Urucu-Manaus.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 895, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, I, a, 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, e, no que couber, no art. 7º e Seção II do Ato da Mesa nº 1, de 2001, ao Ministro de Minas e Energia a relação de todos os pagamentos, repasses ou transferências de valores realizados pela Petróleo Brasileiro S. A. (Petrobras) para produtoras de vídeo autorizados pelo então funcionário da empresa

Geovane de Moraes, bem como cópia integral do processo de sindicância interna que resultou em sua demissão.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

Requerimento nº 900, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro da Justiça cópia integral do inquérito e demais documentos conexos relativos à “Operação Castelo de Areia”, a que procedeu a Polícia Federal e que apontou irregularidades na construção da Refinaria do Nordeste (Abreu e Lima), em Pernambuco.

(Aprovado na 11ª Reunião da Mesa do Senado Federal, em 27.08.2009)

IX – REQUERIMENTOS DE PRORROGAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total	2

Requerimento nº 1.020, de 2009, da Comissão Temporária de Estudo da Reforma do Código de Processo Penal, solicitando que os prazos fixados para suas atividades sejam aumentados até o quádruplo, fixando-se novo calendário para apresentação de emendas dos relatórios parciais, do relatório do relator-geral e votação do parecer final.

Sessão: 13.08.2009

Requerimento nº 1.032, de 2009, de iniciativa da Comissão Temporária Interna para a Reforma do Regimento Interno, solicitando a prorrogação, até 22 de dezembro de 2009, do prazo para seu funcionamento.

Sessão: 19.08.2009

X– REQUERIMENTOS DEFERIDOS NOS TERMOS DO ATO DA MESA Nº 2, DE 2009

Total	6

X.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total 4

Requerimento nº 950, de 2009, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 207, de 2009-Complementar, e nº 238, de 2009-Complementar.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 961, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2008, com o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2008.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 987, de 2009, de autoria do Senador Mauro Couto, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2007-Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 678, de 2007- Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.011, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 72, 102, 497 e 595, de 2007, e 19 de 2009-Complementar, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 18.08.2009

X.2 – Solicitando desapensamento

Total 2

Requerimento nº 949, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei do Senado nºs 459, de 2003 e 238, de 2004, a fim de que tenham tramitação autônoma.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 951, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 75, de 2003, das de nºs 16 e 17, de 2006.

Sessão: 11.08.2009

XI – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total	16

XI.1 – Solicitando tramitação conjunta

Total	2

Requerimento nº 926, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 321, de 2004 com o Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2009, que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 30 e 306, de 2003, por versarem sobre temas afins.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 962, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142, de 2007, e 34, de 2008, com os de nºs 131 e 304, de 2007, e 64 e 78, de 2008, que se encontram apensados, por regularem a mesma matéria.

Sessão: 11.08.2009

XI.2 – Solicitando desapensamento de matéria

Total	1

Requerimento nº 932, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 107, de 2006; 25, de 2008; e Projetos de Lei do Senado nºs 1, 117, 153, de 2003; 212, de 2005; 64, 67, 199, 239 e 342, de 2006; 65 e 173, de 2007; e 287, de 2008. Solicita, ainda, a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2008, com os Projetos de Lei do Senado nºs 64, de 2006 e 173, de 2007; e Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239, 342, de 2006; e 287, de 2008.

Sessão: 11.08.2009

XI.3 – Solicitando audiência de Comissão

Total	10

Requerimento nº 911, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2009, seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da constante no despacho inicial.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 924, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do art. 255, II, "C", 12, do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2009, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 960, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 984, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, que o Projeto de Lei do Senado nº 5, de 2009, seja encaminhado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, além da Comissão constante no despacho inicial.

Sessão: 13.08.2009

Requerimento nº 990, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 264, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, seja ouvida a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 13.08.2009

Requerimento nº 1.019, de 2009, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 540, de 2007-Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.012, de 2009, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007-Complementar, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.030, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2009 (nº 7.565/2005, na Casa de origem), de autoria do Deputado Celso Russomanno, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.031, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 2009 (nº 5.940/2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Celso Russomanno, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.043, de 2009, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 26.08.2009

XI.4 – Solicitando adiamento de apreciação de matéria

Total	1

Requerimento nº 1.015, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Azeredo e outros Senhores Senadores, solicitando o adiamento da discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009, para o dia 24 de setembro de 2009.

Sessão: 13.08.2009

XI.5 – Solicitando dispensa de parecer de Comissão

Total	2

Requerimento nº 925, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando, nos termos do disposto no art. 119, do RISF, dispensa do parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 305, 443 e 568, de 2007, em razão de ter se esgotado o prazo regimental para sua manifestação, passando-se à apreciação da Comissão seguinte, constante do despacho inicial.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 927, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Projeto de Lei do Senado nº 10, de 2008, em razão de ter se esgotado o prazo regimental para a manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos, passando-se à apreciação da Comissão seguinte constante do despacho inicial.

Sessão: 06.08.2009

MATÉRIAS ARQUIVADAS

Total	10

XII - POR TEREM RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (ART. 254 DO RISF)

Total	3

Proposta de Emenda à Constituição nº 1, de 2005, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que altera o inciso VIII do art. 103 da Constituição Federal (dispõe sobre partido político com registro definitivo no Tribunal Superior Eleitoral).

(Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

(Republicado, tendo em vista ter constado como PEC nº 1, de 2003, na resenha de Julho de 2009)

Sessão: iniciada em 14.07.2009 e encerrada em 16.07.2009 (matéria apreciada dia 15.07.2009)

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2004, primeira signatária Senadora Serys Slhessarenko, que dá nova redação ao § 7º do art. 57 da Constituição Federal, com o objetivo de extinguir o pagamento de parcela indenizatória em razão de sessão legislativa extraordinária.

(Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 05.08.2009

Emenda da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999 (nº 3.493/2000, na Casa de origem), de autoria da Senadora Marisa Serrano, que institui o Dia Nacional de Luta Contra Queimaduras.

(Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 19.08.2009

Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 2008 (nº 5.288/2001, na Casa de origem), de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.

(Pareceres das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

Sessão: 19.08.2009

XIII - POR TER RECEBIDO PARECER CONTRÁRIO DE COMISSÃO (ART. 101, § 1º DO RISF)

Total 1

Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000.

(Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.08.2009

XIV – POR TEREM SIDO RETIRADAS PELOS AUTORES

Total 6

Projeto de Lei do Senado nº 443, de 2008, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre medidas de estímulo à prática de cidadania fiscal e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 946, de 2009)

Sessão: 04.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, que altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para criar a Categoria Atleta de Base.

(Retirado pelo Requerimento nº 948, de 2009)

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 856, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que seja autorizada a emissão de passagens e diárias para viabilizar sua participação na XII Taller Internacional de Gestión Tecnológica e Innovación - GESTEC 2009, a realizar-se na cidade de Havana, Cuba, no período de 20 a 24 de julho de 2009.

(Retirado pelo Requerimento nº 982, de 2009)

Sessão: 10.08.2009

Requerimento nº 857, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que seja autorizada a emissão de passagens e diárias para viabilizar sua participação no evento World Outgames, que será realizado no período de 25 de julho a 02 de agosto de 2009, na cidade de Copenhagen, Dinamarca.

(Retirado pelo Requerimento nº 983, de 2009)

Sessão: 10.08.2009

Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, que denomina "Rodovia Senador José Coelho" o trecho da Rodovia BR - 428, situado entre as cidades de Petrolina e o Trevo do Ibó, no Estado de Pernambuco.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.022, de 2009)

Sessão: 17.08.2009

Requerimento nº 249, de 2009, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno do Senado Federal, que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente do dia 8 de setembro de 2009 seja dedicado a celebrar o centenário do Tratado de Limites firmado pelo governo brasileiro com o do Peru.

(Retirado pelo Requerimento nº 1.092, de 2009)

Sessão: 27.08.2009

XV - REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Total	79

Observações:

Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 40 - representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Art. 43, I - tratamento de saúde.

Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 412, de 2009-M, Senador Romeu Tuma - art. 40, sem ônus para o Senado Federal, participação, como representante do Senado Federal, na cerimônia de abertura da Conferência Internacional de lançamento da “2020 Climate Leadership Campaign”, em Belo Horizonte, Minas Gerais - 04.08.2009.

Requerimento nº 413, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 05.08.2009.

Requerimento nº 414, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 05.08.2009.

Requerimento nº 415, de 2009-M, Senador Cícero Lucena - art. 13 - 05 e 06.08.2009.

Requerimento nº 416, de 2009-M, Senador Jarbas Vasconcelos - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 417, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 05.08.2009.

Requerimento nº 418, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 06.08.2009.

Requerimento nº 419, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 420, de 2009-M, Senador Valdir Raupp - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 421, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 05.08.2009.

Requerimento nº 422, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 423, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 424, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 425, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 426, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 427, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 06.08.2009.

Requerimento nº 428, de 2009-M, Senador Augusto Botelho - art. 43, I - 06.08.2009.

Requerimento nº 429, de 2009-M, Senador Francisco Dornelles - art. 43, I - 04 a 10.08.2009.

Requerimento nº 430, de 2009-M, Senador Wellington Salgado de Oliveira - art. 13 - 11.08.2009.

Requerimento nº 431, de 2009-M, Senador Eduardo Suplicy - art. 40 - 12.08.2009 - Designação da Presidência do Senado para participar do “Seminário Internacional sobre Governança e Desenvolvimento: Construindo a Agenda País”, a convite do Presidente do Paraguai, do Congresso Nacional e da Srª Rossana Polastry, *Country Manager* do Banco Mundial no Paraguai, que ocorrerá na Cidade de Assunção, no Paraguai, sem ônus para o Senado Federal.

Requerimento nº 432, de 2009-M, Senador João Tenório - art. 13 - 11.08.2009.

Requerimento nº 433, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 11.08.2009.

Requerimento nº 434, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 11.08.2009.

Requerimento nº 435, de 2009-M, Senador Paulo Paim - art. 13 - 18 a 20.08.2009.

Requerimento nº 436, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 12.08.2009.

Requerimento nº 437, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 12.08.2009.

Requerimento nº 438, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 439, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 13.08.2009.

Requerimento nº 440, de 2009-M, Senador João Ribeiro - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 441, de 2009-M, Senador Inácio Arruda - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 442, de 2009-M, Senador Neuto de Conto - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 443, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 444, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 445, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 13 - 12.08.2009.

Requerimento nº 446, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 447, de 2009-M, Senador Romero Jucá - art. 13 - 13.08.2009.

Requerimento nº 448, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner - art. 13 - 19 a 21.08.2009.

Requerimento nº 449, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 19.08.2009.

Requerimento nº 450, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 19.08.2009.

Requerimento nº 451, de 2009-M, Senador Marconi Perillo - art. 40 - 28.08 a 06.09.2009 - Designação da Presidência do Senado para integrar comitiva que visitará a cidade de Modena, na Itália, sem ônus para o Senado Federal.

Requerimento nº 452, de 2009-M, Senador Lobão Filho - art. 43, II - 20.08.2009.

Requerimento nº 453, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 43, II - 20.08.2009.

Requerimento nº 454, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 05 a 10.09.2009.

Requerimento nº 455, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 456, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 457, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 43, II - 20.08.2009.

Requerimento nº 458, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 459, de 2009-M, Senador Tasso Jereissati - art. 43, II - 20.08.2009.

Requerimento nº 460, de 2009-M, Senadora Marina Silva - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 461, de 2009-M, Senador Marco Maciel - art. 13 - 19.08.2009.

Requerimento nº 462, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 463, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 464, de 2009-M, Senador João Ribeiro - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 465, de 2009-M, Senador Garibaldi Alves Filho - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 466 de 2009-M, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 19.08.2009.

Requerimento nº 467, de 2009-M, Senador Adelmir Santana - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 468, de 2009-M, Senador Raimundo Colombo - art. 13 - 20.08.2009.

Requerimento nº 469, de 2009-M, Senador Delcídio Amaral - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 470, de 2009-M, Senador Flexa Ribeiro - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 471, de 2009-M, Senador Magno Malta - art. 13 - 25.08.2009.

Requerimento nº 472, de 2009-M, Senador Renan Calheiros - art. 43, II - 25.08.2009.

Requerimento nº 473, de 2009-M, Senador Francisco Dornelles - art. 43, I - 18 a 24.08.2009.

Requerimento nº 474, de 2009-M, Senador Aloizio Mercadante - art. 13 - 25.08.2009.

Requerimento nº 475, de 2009-M, Senador Romeu Tuma - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 476, de 2009-M, Senador Roberto Cavalcanti - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 477, de 2009-M, Senador Gilvam Borges - art. 13 - 25.08 a 04.09.2009.

Requerimento nº 478, de 2009-M, Senadora Maria do Carmo Alves - art. 43, I - 26.08 a 09.09.2009.

Requerimento nº 479, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 26.08.2009.

Requerimento nº 480, de 2009-M, Senador Marcelo Crivella - art. 43, II - 27.08 a 1º.09.2009.

Requerimento nº 481, de 2009-M, Senador Sérgio Guerra - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 482, de 2009-M, Senador Papaléo Paes - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 483, de 2009-M, Senador Expedito Júnior - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 484, de 2009-M, Senadora Kátia Abreu - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 485, de 2009-M, Senadora Ideli Salvatti - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 486, de 2009-M, Senadora Rosalba Ciarlini - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 487, de 2009-M, Senador Gilberto Goellner - art. 13 - 27 e 28.08.2009.

Requerimento nº 488, de 2009-M, Senadora Fátima Cleide - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 489, de 2009-M, Senador Tião Viana - art. 13 - 27.08.2009.

Requerimento nº 1041, de 2009 - Senador Jayme Campos - 26.08.2009 a 02.01.2010 - Licença, nos termos do art. 43, II, do Regimento Interno, por 130 (cento e trinta) dias, a partir do dia 26.08.2009.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento 878, de 2009 - Senadora Patrícia Saboya – 17.07 a 15.11.2009 - Licença, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, por 122 (cento e vinte e dois) dias, a partir do dia 17.07.2009 (com convocação de suplente).

(Republicado, tendo em vista ter constado como licença nos termos do art. 42, I, do Regimento Interno, na resenha de Julho de 2009)

XVI – REQUERIMENTOS PARA DESEMPENHO DE MISSÃO APROVADOS PELO PLENÁRIO

Total	21

Requerimento nº 930, de 2009, aditado pelo Requerimento nº 985, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 15 a 19.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 931, de 2009, aditado pelo Requerimento nº 981, de 2009 - Senador Geraldo Mesquita Júnior - 16 e 17.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 971, de 2009 - Senador Gerson Camata - 13 a 15.08.2009 - Delegação do Senado Federal, integrada por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, em visita oficial ao Haiti.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 972, de 2009 - Senador João Pedro - 13 a 15.08.2009 - Delegação do Senado Federal, integrada por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, em visita oficial ao Haiti.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 973, de 2009 - Senador Sérgio Zambiasi - 16 a 19.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 975, de 2009 - Senador Renato Casagrande - 10.08.2009 - Audiência Pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 978, de 2009 - Senador Demóstenes Torres - 09 e 10.08.2009 - Audiência Pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 986, de 2009 - Senador Neuto de Conto - 17 e 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 988, de 2009 - Senador Flávio Torres - 13 a 16.08.2009 - Delegação do Senado Federal, integrada por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, em visita oficial ao Haiti.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 992, de 2009 - Senador Efraim Moraes - 16 a 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 997, de 2009 - Senador Inácio Arruda - 16 a 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 999, de 2009 - Senador Aloizio Mercadante - 16 a 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 1.000, de 2009 - Senador Leomar Quintanilha - 13 e 14.08.2009 - Participação, como representante do Senado Federal, no “*I Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa*”

2014”, na Cidade de Manaus, de acordo com o Requerimento nº 14/2009-CDR, aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.010, de 2009 - Senador Eduardo Azeredo - 13 a 15.08.2009 - Delegação do Senado Federal, integrada por Senadores membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Casa, em visita oficial ao Haiti.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.014, de 2009 - Senadora Ideli Salvatti - 13 e 14.08.2009 - Participação, como Presidente da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, de Audiência Pública Regional desta Comissão com os membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, na Cidade de Florianópolis, Santa Catarina.

Sessão: 13.08.2009

Requerimento nº 1.021, de 2009 - Senadora Marisa Serrano - 16 a 18.08.2009 - Participação na Sessão Extraordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.040, de 2009 - Senador Romeu Tuma - 20.08.2009 - Audiência Pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na cidade de Goiânia, Goiás.

Sessão: 20.08.2009

Requerimento nº 1.048 de 2009 - Senador Cícero Lucena - 25 a 28.08.2009 - Participação, como integrante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado, no Congresso Anual promovido pela Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão - SET, na Cidade de São Paulo.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.051, de 2009 - Senador Demóstenes Torres - 23 e 24.08.2009 - Audiência Pública da Comissão Temporária de Reforma do Código de Processo Penal, na cidade de Vitória, Espírito Santo.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.086, de 2009 - Senador Marconi Perillo - 16 a 19.09.2009 - Representação do Senado Federal em visita oficial à OECD - *Organisation for Economic Co-operation and Delelopment*, na Cidade de Paris, França.

Sessão: 27.08.2009

Requerimento nº 1.087, de 2009 - Senador Roberto Cavalcanti - 2 a 13.10.2009 - Participação, na condição de observador parlamentar, da 64ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, EUA.

Sessão: 27.08.2009

XVII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

Total	74

Requerimento nº 933, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Governador e ex-Senador Gilberto Mestrinho.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 935, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao nadador brasileiro César Cielo.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 936, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao judoca amazonense Rafael Barbosa.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 937, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Seleção Brasileira de Vôlei.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 938, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta paulista Marcelo Giardi.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 939, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao atleta de Maués, “Guigui”.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 940, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jovem cineasta Adriano Teixeira.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 941, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cientista Warwick Estevam Kerr.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 942, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Professora Zeli Cruz Gonçalves.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 943, de 2009, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplauso aos atletas Cesar Cielo, Felipe França e Poliana Okimoto.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 944, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor aos atletas do Campeonato Mundial de Esportes Aquáticos.

Sessão: 03.08.2009

Requerimento nº 953, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Ana Maria Pacheco Vasconcelos, ocorrido no dia 1º de agosto de 2009, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 954, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Maria do Carmo Santana Cavalcanti, ocorrido na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 956, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Sindicato Nacional do Futebol pelo lançamento do IV Anuário do Futebol Brasileiro, com dados, registros e ilustrações sobre os principais eventos de que participaram os clubes brasileiros de futebol.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 957, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao analista jurídico e político Orpheu Salles pelo lançamento de livro com os textos de seus editoriais publicados pela Revista Justiça e Cidadania, ao longo de 10 anos, todos em defesa das liberdades públicas e da ética.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 958, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso e estímulo ao atleta amazonense Jeferson Almeida, que se tornou campeão mundial de Jiu-Jitsu, peso pena, em São Paulo, em julho de 2009.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 959, de 2009, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Romeu Tuma, solicitando voto de pesar aos amigos e familiares do Monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier, o primeiro padre surdo da América Latina e do Brasil, e o segundo do mundo, por seu falecimento, aos oitenta e oito anos de idade, acontecido no dia 16 de julho de 2009, em Juiz de Fora - MG.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 964, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de aplauso e congratulações ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, pelos seus cinquenta e cinco anos de fundação, ocorrido em 27 de julho.

Sessão: 04.08.2009

Requerimento nº 966, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de pesar à família da Professora e Advogada Luciana Maria Helena Kuster Cherobim, falecida dia 3 de agosto de 2009, na cidade de Morretes/PR.

Sessão: 05.08.2009

Requerimento nº 967, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando a inserção em ata de voto de congratulações pelo 28º aniversário do Colégio Militar de Manaus, criado pelo Decreto-Lei nº 68.996, de 02 de agosto de 1971.

Sessão: 06.08.2009

Requerimento nº 977, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Mário Ermírio de Moraes, ocorrido dia 5 de agosto de 2009.

Sessão: 07.08.2009

(Apresentado em face do Requerimento nº 976, de 2009, que solicitou a retirada do Requerimento nº 974, de 2009).

Requerimento nº 979, de 2009, de autoria dos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho, solicitando voto de aplauso e louvor ao 6º Batalhão de Engenharia e Construção - BEC, do Exército, e encaminhada a manifestação ao Comandante da Corporação, em Roraima.

Sessão: 07.08.2009

Requerimento nº 980, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista e empresário João Milanez.

Sessão: 10.08.2009

Requerimento nº 989, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao jornalista Merval Pereira, de "O Globo", agraciado com o Prêmio "Maria Moors Cabot-2009".

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 994, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando voto de pesar e apresentações de condolências à família pelo falecimento, no dia 8 de agosto de 2009, do Sr. Adriano Braga de Melo.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 995, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de congratulações pelo 30º aniversário do Centro da Indústria do Estado do Amazonas - CIEAM, celebrado no dia 10 de agosto de 2009.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 998, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elício Pereira Terto, ex-prefeito de Castelo, ocorrido no dia 10 de agosto de 2009, no Estado do Piauí.

Sessão: 11.08.2009

Requerimento nº 1.001, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando a inserção em ata do voto de louvor extensivo ao Sr. John Helmes, Subsecretário-Geral das Nações Unidas para Assuntos Humanitários e Coordenador de Assistência Emergencial da ONU, pelo primeiro Dia Mundial dos Trabalhadores Humanitários, dia 19 de agosto de 2009.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.002, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao radialista Manoel Corrêa, que homologou o recorde de "radialista com o maior tempo em uma emissora".

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.003, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando a inserção em ata de voto de Congratulações e Louvor à Fundação Universidade Guarulhos pelos seus 40 anos de existência.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.006, de 2009, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso aos membros da Comissão Provisória para a Constituição do Fórum de Culturas Tradicionais do Estado de Goiás, Região Catalão, Região Iporá e Região Goiânia.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.007, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Campeão Mundial de Jiu-jitsu Saulo Ribeiro, pelo lançamento do livro Jiu-Jitsu University, editado nos Estados Unidos da América.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.008, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso aos velejadores Ronald Seifert e Lars Grael, pela conquista da Medalha de Bronze no Mundial Classe Star, em Varberg, Suécia.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.009, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jovem cineasta Mariana Fortes, pela produção de documentário sobre a notável obra do ceramista pernambucano Francisco Brenand.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.013, de 2009, de autoria do Senador Flávio Arns, solicitando voto de aplauso à Federação Espírita do Paraná (FEP), que em agosto completa 107 anos de existência.

Sessão: 12.08.2009

Requerimento nº 1.023, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando a inserção em ata de voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento do jornalista Abdo Aref Kudri, ocorrido dia 14 de agosto 2009, em Curitiba, Paraná.

Sessão: 17.08.2009

Requerimento nº 1.026, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de solidariedade à TV "A CRÍTICA", de Manicoré, Amazonas, e ao Grupo Calderaro de Comunicações, de Manaus, pelo atentado a bomba de que foi vítima a retransmissora de televisão localizada naquela cidade do interior amazonense.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.027, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a BLUCREDI - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores Públicos de Blumenau - SC pelo reconhecimento adquirido através do Prêmio Cooperativa do Ano 2009, com o "Projeto Excelência - SICOOB - Sistemas de Cooperativas de Crédito do Brasil - SC/Blucredi".

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.028, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso para a ELETROSUL - Centrais Elétricas S/A, por ter conquistado, pela quinta vez seguida, o prêmio de melhor empresa do setor elétrico do Brasil, concedido pela revista Isto é Dinheiro.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.029, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário e ex-Prefeito de Eirunepé, Amazonas, Amaury Feitosa Tomaz, ocorrido no dia 14 de agosto de 2009, em Manaus.

Sessão: 18.08.2009

Requerimento nº 1.035, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao 38º Encontro Nacional de Indústria de Cerâmica Vermelha.

Sessão: 19.08.2009

Requerimento nº 1.036, de 2009, de autoria do Senador Raimundo Colombo, solicitando voto de aplauso à Grande Oriente do Brasil - Santa Catarina, pelo dia do Maçom, em 20 de agosto, assim como pela Campanha veiculada pela imprensa sob o título: "Na Maçonaria existem segredos. Porém a única coisa que não guardamos é indignação".

Sessão: 19.08.2009

Requerimento nº 1.037, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor ao Projeto Arena Ring Box, sediado no bairro de São José, periferia de Manaus - AM.

Sessão: 19.08.2009

Requerimento nº 1.038, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa nacional, solicitando voto de louvor para a Escola Superior de Guerra (ESG) referente ao 60º aniversário.

Sessão: 19.08.2009

Requerimento nº 1.045, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando voto de louvor ao jovem pianista brasileiro Sérgio Monteiro.

Sessão: 20.08.2009

Requerimento nº 1.052, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao judoca amazonense Daniel Santos.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.053, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à para-atleta amazonense Valéria Santarém.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.054, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista, compositor e poeta Aníbal Beça.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.056, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor à TV Amazonas.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.057, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do poeta, compositor e jornalista Aníbal Beça.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.058, de 2009, de autoria do Senador João Pedro, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do poeta, compositor e jornalista Aníbal Beça.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.059, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de aplauso à Fundação Padre Antonio Dante Civeiro – FUNACI.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.060, de 2009, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.064, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. João França Filho.

Sessão: 25.08.2009

Requerimento nº 1.066, de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando voto de aplauso ao Sr. Ronaldo Custódio, Diretor de Engenharia da Eletrosul.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.069, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à bailarina Marika Gidali.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.070, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao indigenista José Carlos Meirelles, um dos 12 contemplados pela Revista TRIP com o "Prêmio Trip-Transformadores".

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.071, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à atleta Ana Moser.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.072, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao repórter Caco Barcelos.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.073, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor Ladislau Dowbor.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.074, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao escritor Cristóvão Tezza.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.075, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao médico Sérgio Petrilli.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.076, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Anderson Luis Balbino de Souza (Dando).

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.077, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Vanete Almeida.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.078, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Dr. Mauro Bessa.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.079, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à dupla de cantores Joelma e Chimbinha.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.080, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Revista TRIP.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.081, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a João Filgueiras Lima (Lelé).

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.082, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Cláudio Prado.

Sessão: 26.08.2009

Requerimento nº 1.090, de 2009, de autoria do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de louvor ao Projeto Casa da Virada (Belém do Pará).

Sessão: 27.08.2009

Requerimento nº 1.095, de 2009, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando que seja consignado nos anais do Senado Federal voto de aplauso ao cineasta Vicent Carelli e ao indigenista Marcelo Santos, pelo prêmio de melhor filme concedido ao documentário Corumbiara, no 37º Festival do Cinema de Gramado.

Sessão: 28.08.2009

Requerimento nº 1.096, de 2009, de autoria do Senador Mão Santa e outros Senhores Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Olinda dos Santos, mãe da Senadora Serys Slhessarenko.

Sessão: 28.08.2009

Requerimento nº 1.097, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Abdias José dos Santos.

Sessão: 31.08.2009

Requerimento nº 1.098, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Amélia de Oliveira Dutra.

Sessão: 31.08.2009

**B – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO
CONGRESSO NACIONAL**
(1º a 31 de agosto)

CONGRESSO NACIONAL – 2009

**SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO
DE 2 DE FEVEREIRO A 31 DE AGOSTO DE 2009**

Sessões Conjuntas realizadas.....	17
• Sessões Conjuntas.....	05
• Sessões Conjuntas Solenes.....	12
Matérias Legislativas	
• Apreciadas.....	1.057
Vetos (Dispositivos).....	1.038
PLNs.....	0019

SESSÕES REALIZADAS

Sessão	Data/Hora/Local	Finalidade
Conjunta Solene	4-8-2009, às 9 horas, (Plenário da Câmara dos Deputados)	Destinada a comemorar o décimo aniversário de criação do Ministério da Defesa.
Conjunta Solene	27-8-2009, às 11 horas, (Plenário do Senado Federal)	Destinada a comemorar o Dia do Soldado.

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº	Assunto
18/2009 (public. no DOU de 14-8-2009)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 25 de agosto de 2009, a vigência da Medida Provisória nº 464, de 9 de junho de 2009, que "Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2009, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e sobre a participação da União em fundos garantidores de risco de crédito para micro, pequenas e médias empresas".

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 507/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que esta Presidência, em entendimento com essa Casa Legislativa, convoca sessão solene conjunta do Congresso Nacional a realizar-se dia 20-10-2009, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os cinquenta anos da Revolução Cubana.
Of. nº 461/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Tendo em vista manifestações da Deputada Vanessa Grazziotin, do Senador João Pedro e outros Senhores Senadores, consulta nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 20-10-2009, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar os cinquenta anos da Revolução Cubana.
Of. nº 453/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-8-2009, o PL nº 38, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R\$ 597.937.321,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 452/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-8-2009, o PL nº 37, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 250.945.886,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 451/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-8-2009, o PL nº 36, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Cultura e do Esporte, crédito especial no valor global de R\$ 23.900.000,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 450/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-8-2009, o PL nº 35, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento de Investimento para 2009, em favor do Banco da Amazônia S.A. - BASA, da Caixa Econômica Federal - CAIXA, do Banco Nossa Caixa S.A. - BCN e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, crédito especial no valor total de R\$ 256.205.237,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 449/2009- CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-8-2009, o PL nº 34, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R\$ 88.470.000,00, para os fins que especifica, e dá outras providências", tendo sido a matéria despachada à CMO.

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 448/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-8-2009, o PL nº 33, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R\$ 50.000.000,00, para reforço de dotações constante da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 447/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-8-2009, o PL nº 32, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 266.702.400,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente", tendo sido a matéria despachada à CMO.
Of. nº 446/2009-CN	Dep. Michel Temer - Presidente da CD	Comunicando que foi lido na sessão do Senado Federal realizada em 3-8-2009, o PL nº 31, de 2009-CN que "Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito especial no valor de R\$ 277.207.100,00, para os fins que especifica", tendo sido a matéria despachada à CMO.

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE AGOSTO DE 2009 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador GARIBALDI ALVES FILHO

Vice Presidente: Senador DELCÍDIO AMARAL

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 02, de 2009 – CAE.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Assunto: Debate sobre a instabilidade Econômico-Financeira por que tem passado a Embraer.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Antônio Dantas**, Superintendente de Exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, representando o senhor **Miguel Jorge**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;

Senhor **Horácio Aragonês Forjaz**, Vice-Presidente Executivo de Assuntos Corporativos da Embraer, representando o senhor **Frederico Fleury Curado**, Presidente da Embraer; e

Senhor **Vivaldo Moreira Araújo**, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007.

Assunto: Exposição sobre os fundamentos e a forma de execução da Política Monetária.

CONVIDADO:

Senhor **Henrique Meirelles**, Presidente do Banco Central do Brasil.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 59, DE 2009****TERMINATIVO**

Institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Relatoria: Senador João Tenório.

Parecer: Pela aprovação da matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e rejeitada a Emenda nº 1.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2006 E AS****EMENDAS NºS 4 e 5 DE PLENÁRIO****NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Parecer: Favorável à matéria e contrário às Emendas nºs. 4 e 5 de Plenário.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto e pela rejeição da Emendas nºs 4 e 5 – PLEN. As matérias vão à Comissão de Assuntos Sociais, para prosseguimento da tramitação.

ITEM Nº 03
MENSAGEM “SF” Nº 51, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Parecer: Favorável à matéria, na forma do PDS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 04
MENSAGEM “SF” Nº 109, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do artigo 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2009.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Romero Jucá.

Parecer: Favorável à matéria, na forma do PDS que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Mensagem, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2008 que institui o Fundo de Financiamento para Micros, Pequenas e Médias Empresas – FFMPME, com os seguintes convidados: senhor **Pery Sommer Pereira**, Diretor de Indústria e Comércio do Município de Carazinho/RS; senhor **Aylton Magalhães**, Prefeito Municipal de Carazinho/RS; senhor **Leandro Adams**, Presidente da Câmara de Vereadores de Carazinho e da Sociedade Pólo Metalmeccânico; senhor **Nelson Loef**, Secretário de Desenvolvimento de Carazinho/RS; representante da **Universidade de Passo Fundo – UPF – Campus de Carazinho/RS**; representante da **Universidade Luterano do Brasil – ULBRA**; senhor **Jocélio Cunha**, Presidente da Associação Comercial e Indústria – ACIC e Vice-Presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul – FEDERASUL com sede em Porto Alegre.

Autoria: Senador Jayme Campos.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009 - CAE

Requer seja realizada Audiência Pública para discussão da proposta de legislação para regular a concessão e/ou partilha na exploração das áreas estratégicas, chamada de pré-sal, onde há petróleo em abundância e a identificação de possíveis soluções para a rápida regulamentação para a exploração das áreas, com a participação de: Senador **Edison Lobão**, Ministro de Estado de Minas e Energia; senhor **Sérgio Gabriele**, Presidente da Empresa do Petróleo Brasileiro S/A – PETROBRÁS; senhor **Haroldo Borges Rodrigues Lima**, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP; e senhor **Guido Mantega**, Ministro de Estado da Fazenda.

Autoria: Senador Jefferson Praia.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 - CAE

Requer que seja convidados os senhores **Ubiratan Aguiar**, Presidente do Tribunal de Contas da União; e **José Jorge**, Ministro do Tribunal de Contas da União, para prestarem esclarecimentos sobre o pagamento de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pelo governo por meio dos contratos com a iniciativa privada, um ano e meio após sua extinção.

Autoria: Senador Arthur Virgílio.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 367, de 2004, que adiciona um artigo à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para o fim de conceder participação aos Estados e Municípios no resultado da exploração de energia nuclear, com a presença de: doutor **Othon Luiz Pinheiro da Silva**, Diretor Presidente da Eletronuclear e Eletrobrás Termonuclear S.A.; doutor **Júlio César Carmo Bueno**, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEIDEIS; e doutor **Artur Otávio Scapin Jordão Costa**, Prefeito de Angra dos Reis.

Autoria: Senador Efraim Moraes.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009 - CAE

Requer a realização de Audiência Pública para esclarecer a situação da indústria do fumo no Brasil e suas conseqüências, principalmente nas questões relacionadas à atual sistemática tributária do setor e seus marcos regulatórios, com os seguintes convidados ou seus representantes: senhor **Roberto Monteiro Gurgel Santos**, Procurador Geral da República; senhor **Otacílio Dantas Cartaxo**, Secretário da Receita Federal; senhor **José Henrique Nunes Barreto**, Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo; senhor **Ricardo Becker**, Presidente do Sinditabaco do Estado da Bahia; e senhor **André Franco Montoro Filho**, Presidente do Instituto ETCO.

Autoria: Senador Efraim Morais.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 - CAE

Requer o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000, que cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU.

Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 - CAE

Requer sejam acrescentados à lista de convidados da Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR, a Professora **Léa Viveiros de Castro**, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Professor **Francisco Aparecido Cordão**, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Autoria: Senador Adelmir Santana.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12**ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 - CAE**

Requer sejam acrescentados à lista de convidados da Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR os seguintes nomes: a Professora **Léa Viveiros de Castro**, Diretora do SENAC Nacional; senhor **Luiz Gilsuuffo**, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Professor **Francisco Aparecido Cordão**, membro do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação; e senhor **Álvaro Salmito**, Diretor de Programas Sociais do SESC Nacional.

Autoria: Senadora Arthur Virgílio.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13**ADITAMENTO Nº 03 AO REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 - CAE**

Requer sejam acrescentados à lista de convidados da Audiência Pública com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR, o senhor **Eliezer Pacheco**, Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (MEC).

Autoria: Senadora Ideli Salvatti.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E A DE ASSUNTOS SOCIAIS.**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 40, de 2009 – CAE, 11, de 2009 – CDR e 63, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles, Leomar Quintanilha e César Borges.

Autoria do Projeto: Senador Leomar Quintanilha.

Relatoria: Senador César Borges (CAE).

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Gil Siuffo**, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, representando o senhor **Antônio Oliveira Santos**, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;

Senhor **Nelson de Abreu Pinto**, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur;

Senhor **Norton Luiz Lenhart**, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS;

Senhor **Moacyr Roberto Tesh Auersvald**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH;

Senhor **Mário Beni**, Professor da Universidade de São Paulo – USP;

Senhor **Plínio Sarti**, Consultor da Área Sindical e Trabalhista;

Senhor **Francisco Aparecido Cordão**, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; e

Senhora **Léa Viveiros Castro**, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Educação Comercial – SENAC.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimentos aos Requerimentos n.ºs. 25, de 2009 – CRA e 1, de 2009 – CAE.

Autoria: Senadores Augusto Botelho e Eduardo Suplicy.

Assunto: Debate sobre o intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira.

CONVIDADOS:

Senhor **Arthur Badin**, Presidente do Conselho Administrativo da Defesa Econômica – CADE;

Senhor **Flávio de Carvalho Pinto**, Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores – ASSOCITRUS;

Senhor **Christian Lohbauer**, Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos – CITRUS BR; e

Senhor **Eduardo Porfírio**, Diretor da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, representando o senhor **Élio Neves**, Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo – FERAESP.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

01 Ordinária – Deliberativa.

01 Ordinária – Audiência Pública.

01 Extraordinária – Audiência Pública.

02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 16

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei do Senado (terminativo).

02 Mensagens (SF) (não terminativo).

02 Emendas de Plenário (não terminativo).

01 Emenda – CAE.

06 Requerimentos – CAE.

03 Aditamentos – CAE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Presidenta: Senadora ROSALBA CIARLINI****Vice Presidente: Senador PAULO PAIM****REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)****ITEM Nº 01****TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340, DE 2004
TERMINATIVO**

Altera o artigo 464 da Consolidação das Leis do Trabalho – (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração.

Autoria: Senador Aloizio Mercadante.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176, DE 2004
TERMINATIVO**

Acrescenta § 3º ao artigo 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências.

Autoria: Senador Romeu Tuma.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Resultado: O Substitutivo ao PLS 340, de 2008 e ao PLS 176, de 2004 foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 02
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para tornar obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiada por recursos públicos.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2003
TERMINATIVO

Altera o parágrafo único do artigo 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Jayme Campos.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 109, DE 2007
TERMINATIVO

Acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do artigo 266 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Leomar Quintanilha.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Leomar Quintanilha.

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2007 com duas emenda que apresenta e contrário ao PLS nº 276, de 2007.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLS nº 345, de 2007, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS e pela rejeição do PLS 276, de 2007. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
AVISO Nº 26, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 402, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, que trata do Relatório de Auditoria relativo às ações assistencialistas e de saúde aos povos indígenas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI (TC 013.233/2008-5).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Parecer: Pelo conhecimento do Aviso, pelo seu arquivamento e pelo envio de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca das providências tomadas por aquela Pasta para dar cumprimento às determinações exaradas pelo Tribunal, nos termos do Acórdão.

Resultado: Aprovado o parecer, com o Requerimento de Informações.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2009 – CAS

Com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a tramitação, nesta Casa, do Aviso 26, de 2009, por meio do qual o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 402, de 2009 – TCU (Plenário), sobre auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar as ações assistencialistas e de saúde aos povos indígenas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI (TC 013.233/2008-5), solicito sejam encaminhados, ao senhor Ministro de Estado da Saúde, os seguintes questionamentos: **1)** Quais as medidas tomadas para adequar as ações de saúde direcionadas aos povos indígenas, no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), em decorrência das conclusões, determinações e recomendações da auditoria operacional realizada pelo TCU? **2)** Quais parâmetros serão utilizados para avaliar a efetividade das melhorias implementadas? **3)** Qual é a situação do cumprimento do Termo de Conciliação Judicial nº 0751-2007-018-10-00-4, de 23 de julho de 2008, no qual a Funasa e a União Federal por intermédio do Ministério da Saúde e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se comprometeram a regularizar a situação jurídica dos recursos humanos da Funasa, com a consequente rescisão dos contratos de prestação de serviços cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997? e **4)** Quais as medidas adotadas para obter a ocorrência de irregularidades na atuação das organizações não-governamentais (ONGs) que prestam serviços de saúde à população indígenas?

Autoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477, DE 2008 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO

Vincula recursos para a Seguridade Social.

Autoria: Senador Mão Santa.

Relatoria: Senador João Tenório.

Parecer: Favorável à matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Raimundo Colombo.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.

Autoria: Senador Osmar Dias.

Relatoria: Senador Raimundo Colombo.

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2008 e pelo arquivamento do PLS 356, de 2008.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao PLS 325, de 2008 e pelo arquivamento do PLS 356, de 2008. As matérias vão à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2009 – CAS

Nos termos do inciso II, § 2º, do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X, do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE, no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, a fim de debater “O Câncer Infanto-Juvenil”, com a participação de representantes das entidades abaixo: **Instituto Nacional do Câncer – INCA; Instituto Ronald MacDonald; Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica – SONOPE; e Confederação Nacional dos Institutos de Apoio à Criança com Câncer – CONIACC.**

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, de Audiência Pública para discutir os temas da Reprodução Assistida e Direitos do Embrião, com a participação dos seguintes convidados, sem prejuízo de outras autoridades que venham a ser, igualmente, chamadas a debater neste plenário, a ser realizadas em duas audiências públicas, compostas por dois grupos de convidados, assim distribuídos: em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE. Grupo 1: Senador **Tião Viana (PT-AC)**; senhora **Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**, Doutoranda de Direito Sanitária pela Universidade Pública de Navarra; senhora **Maria Luísa Arcos**, Professora Doutora da Universidade Pública de Navarra, Espanha; senhor **Enrique Rubio Torrano**, Professor Catedrático da Universidade Pública de Navarra, Espanha; senhor **Marcelo Palácios**, Presidente da Sociedade Internacional de Bioética – SIB, com sede em Gijon, Espanha. Grupo II: Promotor **Diaulas Ribeiro**, do Ministério Público do Distrito Federal; Professora Doutora **Eliane Azevedo**, Professora Emérita do Núcleo de Bioética da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia; Doutora **Débora Diniz**, Professora da Universidade de Brasília – UnB e pesquisadora do Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero – ANIS; senhora **Silmara Juny de Abreu Chinellato**, Professora de Direito Civil e Direito Autoral do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP; Professora **Ana Frazão**, Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB; e um representante do **Ministério da Saúde**. A ser realizada em 3 (três) grupos.

Autoria: Senador Augusto Botelho.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 63, DE 2009 – CAS**

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência pública, a realizar-se em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e com a de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR, com a participação dos seguintes convidados: senhor **Antônio Oliveira Santos**, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; senhor **Nelson de Abreu Pinto**, Presidente da Confederação Nacional – CNTur; senhor **Norton Luiz Lenhart**, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; senhor **Moacyr Roberto Tesch Auersvald**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; senhor **Mário Beni**, Professor da USP; e senhor **Plínio Sarti**, Consultor da Área Sindical de Trabalhista.

Autoria: Senador Leomar Quintanilha.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 64, DE 2009 – CAS**

Nos termos regimentais, requeiro a realização de Conferência intitulada “Saúde Mental Materno-Infantil; Educação e Prevenção em Parentalidade, a ser realizada por esta Comissão em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e em parceria com o Instituto de Psicologia – IP da Universidade de Brasília – UnB, a Universidade Paulista – UNIP e a Universidade de Strasbourg da França. Como conferencista indico o nome do Professor Doutor **Claude Schauder**, Psicólogo, Psicanalista, Professor da Universidade Louis Pasteur de Strasbourg, França, coordenador de estudos e pesquisas sobre o tema naquele País.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03**REQUERIMENTO Nº 65, DE 2009 – CAS**

Requeiro nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007, de autoria do Deputado Capitão Wayne,

que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares e dá outras providências”. Seguem, abaixo, sugestões de palestrantes a serem convidados: doutor **Alfredo Peres da Silva**, Diretor-Geral do DENATRAN e Presidente do CONTRAN; doutor **José Aurélio Ramalho**, Diretor-Executivo de Operações do Centro de Experimentação e Segurança Viária – CESVI Brasil; senhor **Boris Feldman**, Jornalista e Colunista especializado em automóveis e automobilismo; doutor **Guilherme Ribeiro de Oliveira**, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Películas Protetoras; e doutor **Marcelo José Araújo**, Advogado graduado pela Universidade Federal do Paraná, Professor de Direito de Trânsito da Faculdade de Direito de Curitiba.

Autoria: Senador Augusto Botelho.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2009 – CAS

Nos termos do disposto no artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, incisos V e IX, e 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requiero a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença do Ministro de Estado da Saúde, **José Gomes Temporão**, para informar a atual situação da gripe INFLUENZA A (H1N1).

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA
SAÚDE – CASSAÚDE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 19, 41 e 55, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho.

Assunto: Debate sobre as Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Materna. (Ciclo de Debates – SUS).

CONVIDADOS:

Doutor **José Luiz Telles**, Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde;

Doutor **Hélvio Bertolozzi Soares**, representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO; e

Doutora **Silvia Maria P. Cruz**, Médica e Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança de Sergipe.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO E A DE ASSUNTOS ECONÔMICOS.**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 40, de 2009 – CAE, 11, de 2009 – CDR e 63, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles, Leomar Quintanilha e César Borges.

Autoria do Projeto: Senador Leomar Quintanilha.

Relatoria: Senador César Borges (CAE).

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Gil Siuffo**, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, representando o senhor **Antônio Oliveira Santos**, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;

Senhor **Nelson de Abreu Pinto**, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur;

Senhor **Norton Luiz Lenhart**, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS;

Senhor **Moacyr Roberto Tesh Auersvald**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH;

Senhor **Mário Beni**, Professor da Universidade de São Paulo – USP;

Senhor **Plínio Sarti**, Consultor da Área Sindical e Trabalhista;

Senhor **Francisco Aparecido Cordão**, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; e

Senhora **Léa Viveiros Castro**, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Educação Comercial – SENAC.

Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimentos aos Requerimentos n.ºs. 27, de 2009 – CE e 64, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores Augusto Botelho, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns.

Assunto: Debate sobre a Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e prevenção em Parentalidade.

CONVIDADOS:

Senhor **Claude Schauder**, Psicólogo, Psicanalista, Professor Doutor da Universidade de Strasbourg – França e Coordenador de estudos e pesquisas sobre o tema na França; e

Senhora **Maria Izabel Tafuri**, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto da Universidade de Brasília – UnB e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Obs: A palestra do Professor Claude Schauder foi realizada com tradução simultânea Francês/Português e Português/Francês.

Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM N.º 01

REQUERIMENTO N.º 68, DE 2009 – CAS

Requeiro que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal realize Audiência Pública para debater as alterações na legislação, de que trata a Medida Provisória n.º 451, de 2008, convertida na Lei n.º 11.945, de 2009, que alterou a legislação tributária federal, dando outras providências, naquilo que diz respeito ao DPVAT, seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos automotores. No momento do debate da MP 451, houve o entendimento no Senado de que haveria instrução normativa do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), para regulação do atendimento à vítima de acidente de trânsito,

junto à seguradora Líder, do consórcio DPVAT, pela despesa de atendimento médico suplementar (DAMS), o que até momento ainda não aconteceu e tem causado enorme prejuízo aos usuários do seguro DPVAT, ao Sistema Único de Saúde (SUS), aos hospitais e, conseqüentemente, à toda a sociedade brasileira. Indico como convidados o senhor **Armando Vergílio**, Presidente da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; o senhor **José Carlos Abrahão**, Presidente da Confederação Nacional de Saúde; o senhor **José Luiz Spigolon**, Superintendente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia do Brasil; e o senhor **Dyogo Henrique de Oliveira**, Secretário Adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senadores Flávio Arns e Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs. 4 e 5 OFERECIDAS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2006
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.

Autoria das Emendas: Senador Flexa Ribeiro.

Autoria do Projeto: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Parecer: Contrário às emendas.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição das Emendas nºs. 4 e 5 – PLEN.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2009 – CAS

Requeremos urgência, nos termos do artigo 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, para as Emendas nº 4 e 5 de Plenário ao Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2006, que “Acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências.

Autoria: Senador Inácio Arruda.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A
SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA
SAÚDE.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimentos aos Requerimentos n.ºs. 19 e 61, 2009 – CAS.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Assunto: Debate sobre as Políticas Sociais e de Assistência ao Câncer Infanto-Juvenil.

CONVIDADOS:

Doutora **Maria Tereza Fonseca da Costa**, do Instituto Nacional do Câncer – INCA;

Doutor **Francisco Neves**, do Instituto Ronald MacDonald;

Doutor **Renato Melaragno**, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica – SOBOPE; e

Doutor **Rilder Flávio de Paiva Campos**, da Confederação Nacional dos Institutos de Apoio à Criança com Câncer – CONIACC.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde- SUS.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria “ad hoc”: Senador Tião Viana.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para dispor sobre a cooperação institucional entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e instituições de ensino universitário e de pesquisa mantidas pelo poder público e organismos internacionais com os quais o Brasil tenha acordos de cooperação técnica.

Autoria: Deputado Max Rosenmann.

Relatoria: Senadora Marisa Serrano.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Autoria: Deputado Alexandre Silveira.

Relatoria: Senador Mão Santa.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Regula o exercício da Profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Autoria: Deputado Arnaldo Faria de Sá.

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CAS (Substitutivo).

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Regulamenta o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Autoria: Deputado Magela.

Relatoria: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 387, DE 2008
TERMINATIVO

Altera a redação do caput do artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, a fim de consolidar perigosa a atividade profissional que implique a situação de risco de vida, perigo iminente de acidente ou violência física.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria “ad hoc: Senadora Rosalba Ciarlini.

Parecer: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CAS.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2009
TERMINATIVO

Acrescenta na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os artigos 9º-A a 9º-C, para instituir o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

Autoria: Senadora Patrícia Saboya.

Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Parecer: Pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 – CAE; e com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 – CAE/CAS e nº 2 – CAS.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 69, DE 2009 – CAS

Nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a entrada em vigor, no dia 29 de abril de 2009, da Lei nº 11.664, de 29 abril de 2008, que dispõe sobre a efetivação de ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, requeiro que sejam prestadas, pelo senhor Ministro de Estado da Saúde, as seguintes informações: **A)** A Lei nº 11.664, de 2008, foi regulamentada? **B)** Qual é a programação do Ministério da Saúde com vistas à consecução de amplo trabalho informativo e educativo voltado para a prevenção, detecção, tratamento e controle, ou seguimento pós-tratamento do câncer de mama, conforme dispõe o inciso I do artigo 2º da Lei nº 11.664, de 2008? **C)** Que providências foram adotadas pelo Ministério da Saúde para assegurar o acesso ao exame mamográfico, em todo o território nacional, no âmbito do SUS? **D)** Como está estruturada a rede de referência e contra-referência, no âmbito do SUS, para viabilizar o encaminhamento a serviços de maior complexidade ou cuja observação clínica indicarem a necessidade de complementação diagnóstica, tratamento e seguimento pós-tratamento que não puderem ser realizados na unidade que prestou o atendimento, conforme preconiza o inciso IV do artigo 2º da Lei nº 11.664, de 2008?

Autoria: Senador Mão Santa.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2009 – CAS

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discutir a intenção do governo de instituir por decreto presidencial reservas indígenas em Santa Catarina.

Autoria: Senador Raimundo Colombo.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

03 Extraordinárias – Deliberativa.

04 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 41

05 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
02 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
05 Projetos de da Câmara (não terminativo).
01 Aviso (não terminativo).
05 Turnos Suplementar à PLS (terminativo).
02 Emendas de Plenário (não terminativo).
11 Requerimentos – CAS.
10 Emendas – CAS.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAÚDE.

Presidente: Senador AUGUSTO BOTELHO

Vice Presidente: Senador PAPALÉO PAES

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 19, 41 e 55, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho.

Assunto: Debate sobre as Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Materna. (Ciclo de Debates – SUS).

CONVIDADOS:

Doutor **José Luiz Telles**, Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde;

Doutor **Hélvio Bertolozzi Soares**, representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO; e

Doutora **Silvia Maria P. Cruz**, Médica e Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança de Sergipe.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimentos aos Requerimentos n.ºs. 19 e 61, 2009 – CAS.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Assunto: Debate sobre as Políticas Sociais e de Assistência ao Câncer Infanto-Juvenil.

CONVIDADOS:

Doutora **Maria Tereza Fonseca da Costa**, do Instituto Nacional do Câncer – INCA;

Doutor **Francisco Neves**, do Instituto Ronald MacDonald;

Doutor **Renato Melaragno**, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica – SOBOPE; e

Doutor **Rilder Flávio de Paiva Campos**, da Confederação Nacional dos Institutos de Apoio à Criança com Câncer – CONIACC.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Conjuntas – Audiência Pública.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES****Vice Presidente: Senador WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA****REUNIÃO REALIZADA EM 05 e 06 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)****1ª PARTE
(05.08.09)****ITEM Nº 01
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2008
TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para fixar em sessenta dias o prazo para a propositura do processo principal, a partir da efetivação da medida cautelar concedida em procedimento preparatório.

Autoria: Senador Marco Antônio Costa.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado, sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

**ITEM Nº 02
EMENDA Nº 5, DE PLENÁRIO OFERECIDA À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 37, DE 2004
NÃO TERMINATIVO**

Dê-se a seguinte redação à alínea “d”, do artigo II, artigo 93, da Constituição Federal, (torna obrigatória a promoção por antiguidade do juiz que figurar, por duas vezes, indicado pelo tribunal competente).

Autoria: Senador Romero Jucá e outros Senhores Senadores.

Autoria da PEC: Senador Antônio Carlos Magalhães e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador Demóstenes Torres.

Parecer: Contrário à emenda.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Emenda nº 5 de Plenário.

ITEM Nº 03
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 16, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 4º da Constituição Federal para vedar o reconhecimento de novo país latino-americano criado a partir de secessão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senadora Lúcia Vânia.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: A Senadora Serys Slhessarenko apresenta Voto em Separado, concluindo pela rejeição da Proposta. A Comissão rejeita o relatório favorável à matéria da Senadora Lúcia Vânia, relatora “ad hoc”. A Presidência designa a Senadora Serys Slhessarenko relatora do vencido.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Proposta.

ITEM Nº 04
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 54 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para conceder aos “soldados da borracha”, no que couber, os mesmos direitos dos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial.

Autoria: Senador Expedito Júnior e outros Senhores Senadores.

Relatoria “ad hoc”: Senador Marco Maciel.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Proposta.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 170, DE 2008
(PL. nº 06693, de 2006, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o artigo 375-A à Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil. (inclui o e-mail como prova documental).

Autoria: Deputada Sandra Rosado.

Relatoria “ad hoc”: Senador Raimundo Colombo.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 656, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 8º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para permitir a comercialização de veículos de passeio movidos a diesel.

Autoria: Senador Gerson Camata.

Relatoria “ad hoc”: Senador Renato Casagrande.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 49, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta o § 3º ao artigo 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do artigo 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos aos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação dos artigos 16 e 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para aumentar para 24 anos o limite de idade até o qual os filhos e irmãos de segurados do Regime Geral de Previdência Social podem ser considerados seus dependentes.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2008, na forma da emenda substitutiva que apresenta, e contrário ao PLS nº 140, de 2008.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2008, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), e pela rejeição do PLS nº 140, de 2008. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria o Programa Federal de Educação Integral de Qualidade para Todos e a Carreira Nacional do Magistério da Educação de Base.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 21, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para ampliar para trezentos e sessenta e cinco dias o prazo em que se aplica a isenção do imposto de renda da pessoa física sobre o ganho auferido na venda de imóvel residencial, condicionada à aquisição de outro imóvel residencial.

Autoria: Senador Papaléo Paes.

Relatoria “ad hoc”: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 10
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 245, DE 2005
TERMINATIVO

Dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de Comissões Parlamentares de Inquérito, de que trata a Lei nº 10.001, de 4 de setembro de 2000.

Autoria: Senador Álvaro Dias.

Relatoria “ad hoc”: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Parecer: Pela rejeição da matéria, por inconstitucionalidade.

Resultado: Rejeitado o Projeto, por inconstitucionalidade.

ITEM Nº 11

REQUERIMENTO Nº 56, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, com os convidados a serem definidos, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12

REQUERIMENTO Nº 57, DE 2009 – CCJ

Requeiro, com base nos artigos 50, 70 e 71 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216, do Regimento Interno do Senado Federal, seja solicitada a 5ª Secretaria de Controle Interno do Tribunal de Contas da União – TCU, informações sobre as despesas dos convênios do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, dos recursos não constitucionais, no período de agosto de 2007 a agosto de 2009, bem como relação detalhada das entidades, objeto e valores.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13

REQUERIMENTO Nº 58, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, com a participação das seguintes autoridades: Ministro **Carlos Ayres Brito**, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral; senhor **Daniel**

Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão; e Professor **Jairo Nicolau**, Diretor de Ensino do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ.

Autoria: Senador Marco Maciel.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(06.08.09)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 54, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senadora Marina Silva.

Autoria do Projeto: Senadora Fátima Cleide.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 51, de 2004, que “Modifica a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências, para excluir as empresas CERON DA ELETROACRE, CEAL, CEAM E CEPISA da autorização genérica para a privatização.

CONVIDADOS:

Senhor **Márcio Zimmermann**, Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, representante do Senador **Edison Lobão**, Ministro de Estado de Minas e Energia;

Senhora **Sarah Misrael Lachter**, Gerente da Área de Estruturação de Projetos do BNDES, representante do senhor **Miguel João Jorge Filho**, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Presidente do Conselho Nacional de Desestatização;

Senhor **Flávio Decat**, Diretor de Distribuição da Eletrobrás, representante do senhor **José Antônio Muniz Lopes**, Presidente da Eletrobrás; e

Senhor **Franklin Moreira Gonçalves**, Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO**
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do senhor **Eduardo Fumes Parajo**, Diretor Presidente da ABRANET – Associação Brasileira de Internet, na Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos nºs 55, de 2009 – CCJ e 48, de 2009 – CRE.

Autoria: Senadores Marina Silva e Eduardo Azeredo.

Autoria do Projeto: Senador Augusto Botelho.

Relatoria: Senador Neuto de Conto.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2004 – Complementar, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal.

CONVIDADOS:

Coronel **Marinho Pereira Rezende Filho**, Gerente da Divisão de Políticas Setoriais do Departamento de Política e Estratégia da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, representando o Ministro da Defesa;

Senhor **Márcio Meira**, Presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, do Ministério da Justiça; e

Senhora **Rosana Mattos**, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Senhora **Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira**, Procuradora-Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal; e

Senhor **Christian Ramos Veloz**, representante da Organização Internacional do Trabalho e Especialista Principal em Normas Internacionais do Trabalho.

Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

1ª PARTE

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento 58, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que altera as Lei nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, seja incluído entre as autoridades participantes o senhor **Fernando Neves**, Jurista e Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

Autoria: Senador Inácio Arruda.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 61, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento 58, de 2009, que propõe a realização de Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que altera as Lei nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, seja incluído entre as autoridades participantes o Deputado **Flávio Dino**, Relator da referida matéria na Câmara dos Deputados.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento aos Requerimentos n°s 56, 58, 59, 60 e 61, de 2009 – CCJ e 26, de 2009 – CCT.

Autoria: Senadores Flexa Ribeiro, Marco Maciel, Demóstenes Torres e Inácio Arruda.

Autoria do Projeto: Deputado Henrique Eduardo Alves.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo (CCT).

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara n° 141, de 2009, que altera as Leis n°s. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

CONVIDADOS:

Senhor **Nelson Jobim**, Ministro de Estado da Defesa, Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Presidente das Eleições Gerais 2002;

Senhor **Giuseppe Dutra Janino**, Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE;

Senhor **Eduardo Fumes Parajo**, Presidente da Associação Brasileira de Internet – ABRANET;

Senhor **Paulo Tonet Camargo**, Diretor do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais – ANJ;

Doutor **Murillo de Aragão**, Mestre em Ciência Política e Doutor em Sociologia;

Senhor **Jaime Wagner**, do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI, representante dos Provedores de Acesso e Conteúdo;

Senhor **Fernando Neves da Silva**, Advogado e Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; e

Senhor **Flávio Dino**, Deputado Federal – PCdoB do Estado do Maranhão.

Resultado: Realizada.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 12 e 18 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**1ª PARTE****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2005
(PL. nº 02022, de 2003, na origem)
NÃO TERMINATIVO**

Estabelece critérios mínimos para inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia.

Autoria: Deputada Professora Raquel Teixeira.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 62, DE 2009 – CCJ**

De acordo com o que preceitua o artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso V e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e que seja convidada a ela comparecer a senhora **Lina Maria Vieira**, ex-Secretária da Receita Federal, a fim de prestar depoimento sobre o conteúdo das matérias jornalísticas veiculadas nesses últimos dias que denunciam possível interferência da Ministra de Estado da Casa Civil, senhora **Dilma Rousseff**, em assuntos afetos à Receita Federal.

Autoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 63, DE 2009 – CCJ**

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, para discussão e aprofundamento da apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que “altera as Lei nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as

eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”. Para tanto convidamos as senhoras: **Fátima Nancy**, Ministra do STJ; **Nilcéia Freire**, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e **Eva Blay**, Doutora em Sociologia, Professora da USP e Ex-Senadora.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 64, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, que seja realizada Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que “altera as Lei nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”. Para que possamos ampliar o debate e ouvir posições diversas sobre a informatização dos pleitos eleitorais, como já ocorreu na Câmara dos Deputados, onde a divergência de posições contribuiu significativamente para o aprofundamento do conhecimento da matéria, sugiro a participação dos seguintes professores universitários e técnicos da área de informática: Professor Doutor **Jorge Stolfi**, da UNICAMP, Professor Titular do Instituto de Computação da UNICAMP. Apresentou-se perante a CCJC da Câmara dos Deputados em 04 de dezembro de 2008 em audiência pública em conjunta com o Secretário de Informática do TSE; Professor Doutor **Clóvis Torres Fernandes** do ITA, Professor Associado da Divisão de Ciência de Computação do ITA, especializado em Engenharia de Software. Organizador do SSI – Simpósio sobre Segurança em Informática, realizado no ITA de 1999 a 2006. Autor de relatório de análise dos logs das urnas em Alagoas 2006. Apresentou-se perante a CCJC da Câmara dos Deputados em 29 de março de 2007; Professor **Pedro Dourado Rezende** da UnB, matemático e criptógrafo, Professor de Criptografia e Ciência da Computação da Universidade de Brasília – UnB, Coordenador do Programa de Extensão em Criptografia e Segurança Computacional da UnB. Apresentou-se perante a CCJC da Câmara dos Deputados em 25 de novembro de 2008; Engenheiro **Amilcar Brunazo Filho**, representante técnico do PDT para acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais desde 2000. Co-autor do livro “Fraudes e Defesas no Voto Eletrônico”. Apresentou-se perante a CCJC em 29 de março de 2007 e em 04 de junho de 2007; senhor **Frank Varela de Moura**, Delegado Nacional do PT e representante técnico do partido para acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais desde 2004; e senhor **Marco Antônio Machado de Carvalho**, analista de sistemas e programador do desenvolvimento dos sistemas eleitorais em 2008, co-autor do primeiro relatório de análise dos dados eleitorais de Alagoas em 2006.

Autoria: Senadora Flávio Torres.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(18.08.09)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 62, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Assunto: Depoimento sobre o conteúdo das matérias jornalísticas veiculadas nesses últimos dias que denunciam possíveis interferências da Ministra de Estado da Casa Civil, senhora Dilma Rousseff, em assuntos afetos à Receita Federal.

CONVIDADA:

Senhora **Lina Maria Vieira**, Ex-Secretária da Receita Federal.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2009
(PL. nº 03774, de 2008, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Ideli Salvatti.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 e 20 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**1ª PARTE****ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2009
(PL. nº 03774, de 2008, na origem)
NÃO TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senadora Ideli Salvatti.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2009
(PL. nº 00036, de 1999, na origem)
TERMINATIVO**

Altera a redação do parágrafo único do artigo 145 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, tornando pública condicionada a ação penal em razão da injúria que específica.

Autoria: Deputado Paulo Rocha.

Relatoria: Senador Romeu Tuma.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 171, DE 2006
TERMINATIVO**

Altera o artigo 723 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para impor ao corretor o dever de informar ao cliente sobre os riscos da incumbência.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Parecer: Pela aprovação da matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 446, DE 2007
TERMINATIVO

Altera o artigo 77 da Lei de Registros Públicos, a fim de possibilitar o registro do óbito no lugar em que residia o falecido, além do lugar do falecimento.

Autoria: Senador Álvaro Dias.

Relatoria: Senador Neuto de Conto.

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 362, DE 2005
TERMINATIVO

Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria: Senadora Lúcia Vânia.

Parecer: Pela aprovação da matéria com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1 e 2 – CCJ.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008
(PL. 00108, DE 2007, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera o inciso II do caput do artigo 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. (É obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Autoria: Deputada Solange Amaral.

Relatoria “ad hoc”: Senador Álvaro Dias.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável, com a Emenda nº 1 – CCJ.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 607, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistema e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Marconi Perillo.

Parecer: Favorável à matéria, nos termos da Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo), com a subemenda que apresenta, e contrário a Emenda apresentada pelo Senador Expedito Júnior em 11.11.08.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1 – CCT/CCJ (Substitutivo), com a Subemenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2009 – CCJ

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 89 inciso X e 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão com vistas a debater a matéria constante do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2009 – Complementar, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências, a fim de que os senhores e as senhoras Senadoras tenham subsídios para melhor apreciar a matéria, que é de extrema importância para o ordenamento jurídico brasileiro, com a presença dos seguintes convidados: senhor **José Carlos Cosenzo**, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público – CONAMP; senhor **Antônio Carlos Bigonha**, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR; senhor **Luís Moreira Gomes Júnior**, Professor da Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em Direito Constitucional; senhor **Luiz Flávio D’Urso**, Advogado, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo; e senhor **Lênio Luiz Streck**, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que “Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”, seja analisado em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Autoria: Senador Marco Maciel.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 67, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 65, de 2009, apresentado pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, visando a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2009 – Complementar, com o escopo de incluir o doutor **André Luís Machado Castro**, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos; doutor **Luciano Borges**, Presidente da Associação dos Defensores Públicos da União; doutor **Valmir Pontes**, Conselheiro Federal da OAB; e doutor **Pedro Vieira Abramovay**, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça.

Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 68, DE 2009 – CCJ

Requeiro, nos termos dos artigos 336 e 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2009 – Complementar, passe a tramitar em regime de urgência.

Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado.

**2ª PARTE
(20.08.09)**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Assunto: Debate sobre a “I Conferência Nacional de Segurança Pública”, organizada pelo Ministério da Justiça com vistas a consolidar uma política nacional de segurança pública através da participação da Sociedade Civil e das diferentes esferas do setor público.

CONVIDADOS:

Senhor **Pedro Abramovay**, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, representante do senhor **Tasso Genro**, Ministro de Estado da Justiça;

Coronel **Edson Costa Araújo**, Assessor Especial da Secretaria de Segurança Pública, representante do senhor **Ricardo Ballestreri**, Secretário Nacional de Segurança Pública; e

Senhora **Regina Miki**, Coordenadora Geral da I Conferência de Segurança Pública.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 63, 64, 69 de 2009 – CCJ, 28, 29 e 33, de 2009 – CCT.

Autoria: Senadores Serys Slhessarenko, Flávio Torres, Renato Casagrande e Sérgio Zambiasi.

Autoria do Projeto: Deputado Henrique Eduardo Alves.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo (CCT) e Marco Maciel (CCJ).

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que “Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

CONVIDADOS:

Senhora **Nilcéia Freire**, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres;
Senhor **Giuseppe Dutra Janino**, Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE;
Senhor **Jorge Stolfi**, Professor Titular do Instituto de Computação da Unicamp;
Senhor **Amilcar Brunazo Filho**, Representante Técnico do PDT para acompanhamento do Desenvolvimento dos Sistemas Eleitorais desde 2000; e
Senhor **Mamede Lima Marques**, Professor Titular da Universidade de Brasília e Membro do Comitê Multidisciplinar instituído pela Portaria TSE nº 192.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

Senhora **Eva Blay**, Doutora em Sociologia, Professora da Universidade de São Paulo – USP e Ex-Senadora.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO**
REQUERIMENTO Nº 69, DE 2009 – CCJ

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inclusão do nome do senho **Mamede Lima Marques**, Professor Titular da Universidade de Brasília e Membro do Comitê Multidisciplinar instituído pela Portaria TSE nº 192, na audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009.

Autoria: Senador Flávio Torres.

Resultado: Aprovado.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO

**ITEM ÚNICO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2009
(PL. 05498, de 2009, na origem)
NÃO TERMINATIVO**

Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Autoria: Deputado Henrique Eduardo Alves.

Relatoria na CCT: Senador Eduardo Azeredo.

Relatoria na CCJ: Senado Marco Maciel.

Parecer: Favorável à matéria com oito emendas que apresentam; favorável às Emendas nºs. 1, 2, 5, 11, 14, 15 e 22 apresentadas perante a CCT; favorável às Emendas nºs. 4, 12, 13, 20, 23 e 40 apresentadas perante a CCJ; favorável parcialmente às Emendas nºs. 3, 4, 6, 9, 10, 12, 13, 17, 20, 21, 23 e 33 apresentadas perante a CCT; favorável parcialmente às Emendas nºs. 1, 5, 8, 14, 16, 17 e 24 apresentadas perante a CCJ; contrário às Emendas nºs. 7, 8, 16, 18, 19 e 24 a 32 apresentadas perante a CCT; contrário às Emendas nºs. 2, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 21, 22 e 25 a 39 apresentadas perante a CCJ.

Resultado: Concedida vista nos termos regimentais.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 26 e 27 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)

1ª PARTE

**ITEM Nº 01
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2009
(PL. nº 05560, de 2001, na origem)
TERMINATIVO**

Autoriza o enteado a adotar o nome de família do padrasto, alterando a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Autoria: Deputada Nice Lobão.

Relatoria: Senadora Ideli Salvatti.

Parecer: Pela prejudicialidade.

Resultado: Aprovada a Declaração de Prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 02

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, DE 2003

NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 74 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, estabelecendo que a pensão por morte é devida a partir do óbito do segurado.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria.

Obs: Em 10/08.09, foi recebido Voto em Separado do Senado Valdir Raupp, com voto favorável à matéria, com uma emenda substitutiva; durante a discussão o relator acata a Emenda Substitutiva constante do Voto em Separado.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo). A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2007

TERMINATIVO

Transfere ao domínio do Estado do Amapá terras pertencentes à União.

Autoria: Senador Gilvam Borges.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 258, DE 2007
TERMINATIVO

Estabelece, para o ex-diretor, a obrigatoriedade da vinculação e a proibição de prestar serviços a empresas sob regulamentação ou fiscalização de agência reguladora de serviços públicos.

Autoria: Senador Sibá Machado.

Relatoria “ad hoc”: Senador Romeu Tuma.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 717, DE 2007
TERMINATIVO

Acrescenta parágrafo ao artigo 33 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para determinar aumento de pena dos crimes relacionados ao tráfico de drogas, quando deles resulta homicídio.

Autoria: Senador Gerson Camata.

Relatoria “ad hoc”: Senadora Serys Slhessarenko.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 408, DE 2008
TERMINATIVO

Revogam-se o inciso VII do artigo 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, e o artigo 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, para estender o benefício da impenhorabilidade do bem de família ao imóvel residencial do fiador locatício.

Autoria: Senador Papaléo Paes.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 52, DE 2009
TERMINATIVO

Altera o caput do artigo 342 do Código Penal, que prevê o crime de falso testemunho ou falsa perícia, para incluir o inquérito civil entre os procedimentos sujeitos à prática da infração.

Autoria: Senador Demóstenes Torres.

Relatoria “ad hoc”: Senador Marconi Perillo.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
OFÍCIO “S” Nº 1, DE 2009
(Ofício nº 85, de 2008, na origem)
TERMINATIVO

Encaminha, para os fins previstos no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos da Repercussão Geral por Questão de Ordem em Recurso Extraordinário nº 585235, da certidão de trânsito em julgado, que reconheceu a repercussão geral da questão constitucional e reafirmou a jurisprudência do Tribunal acerca da inconstitucionalidade do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718, de 1998 e negou provimento ao recurso da Fazenda Nacional.

Autoria: Presidente do Supremo Tribunal Federal.

Relatoria “ad hoc”: Senador Marconi Perillo.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício “S”.

ITEM Nº 09
PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 29, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Veda o pagamento, a qualquer título, de vantagem a servidores do Senado Federal pela participação em comissões.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CCJ. A matéria vai à Comissão Diretora.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 70, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para instruir a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, com a oitiva dos seguintes convidados: senhor **Sérgio Murillo de Andrade**, Presidente da Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ; senhor **Daniel Pimentel Slaviero**, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT; senhor **Edson Spenthof**, Presidente do Fórum Nacional de Professores de Jornalismo – FNPJ; senhor **Maurício Azedo**, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI; senhora **Judith Brito**, Presidenta da Associação Nacional de Jornais – ANJ; senhor **Carlos Franciscato**, da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor; e senhor **Raimundo Cezar Britto Aragão**, Presidente da Ordem dos Advogado do Brasil – OAB.

Autoria: Senadores Inácio Arruda e Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11
REQUERIMENTO Nº 71, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 65, de 2009, apresentado pelo Senador Wellington Salgado de Oliveira perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, visando a instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2009 – Complementar, com o escopo de incluir o doutor **Rogério Favreto**, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 12
REQUERIMENTO Nº 72, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do artigo 93, combinado com o artigo 113 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, que regulamenta as atividades

de pesquisa, produção, importação, liberação no ambiente e comercialização de clones de mamíferos, exceto humanos, peixes, anfíbios, reptéis e aves. Para tanto, solicito que sejam convidados: senhor **Flávio Vieira Meirelles**, Doutor em Genética, Professor da USP e membro da CTNbio; senhor **Rodolfo Rumpf**, Doutor em Veterinária, Pesquisador da EMBRAPA e membro da CTNbio; um representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**; e um representante do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC**.

Autoria: Senadores Jayme Campos e Antônio Carlos Júnior.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 13
REQUERIMENTO Nº 73, DE 2009 – CCJ

Requeiro nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, a fim de debater sobre a venda de bebida alcoólica à criança ou adolescentes, bem como para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2009, com o propósito de tipificar como crime a venda de bebida alcoólica à criança ou adolescentes. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidados para participar da presente audiência pública: **Ministro de Estado da Saúde**; Doutor **Dráuzio Varella**, médico e escritor; representante da **Associação Brasileira de Supermercados – ABRAS**; representante do **Ministério Público da Infância e Juventude do Distrito Federal**; representante do **Programa Educacional de Resistência às Drogas** (álcool, cigarros e outras drogas), desenvolvido pela Polícia Militar (PM) do Distrito Federal; e representante da **Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas**.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE
(27.08.09)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 65, 67 e 71, de 2009 – CCJ.

Autoria: Senadores Wellington Salgado de Oliveira, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho e Inácio Arruda.

Autoria do Projeto: Presidente da República.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 137, de 2009 – Complementar (PL. 00028, de 2007, na origem), que altera dispositivos da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e da Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, e dá outras providências.

CONVIDADOS:

Senhor **Leonardo Araújo Marques**, Promotor de Justiça, representando o senhor **José Carlos Cosenzo**, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público – CONAMP;
Senhor **Antônio Carlos Bigonha**, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR;
Senhor **André Luís Machado de Castro**, Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos;
Senhor **Luciano Borges**, Presidente da Associação dos Defensores Públicos da União;
Senhor **Pedro Vieira Abramovay**, Secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça;
Senhor **Rogério Favreto**, Secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça; e
Senhor **José Augusto Garcia de Souza**, Defensor Público do Estado do Rio de Janeiro, representante do Conselho Federal da OAB.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA:

Senhor **Luiz Flávio Borges D’Urso**, Advogado e Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional de São Paulo;
Senhor **Luiz Moreira Gomes Júnior**, Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público;
Senhor **Lênio Luiz Streck**, Procurador de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

04 Ordinárias – Deliberativa.

01 Conjunta – Deliberativa.

03 Conjuntas– Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 55

01 Proposta de Emenda à Constituição (não terminativo).
02 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).
05 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).
09 Projetos de Lei do Senado (terminativo).
07 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).
01 Projeto de Resolução (SF) (não terminativo).
01 Ofício “S” (terminativo).
01 Turno Suplementar à PLS (terminativo).
01 Emenda de Plenário (não terminativo).
09 Emendas – CCJ.
18 Requerimentos – CCJ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senador FLÁVIO ARNS.

Vice Presidente: Senadora MARISA SERRANO.

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2008 NÃO TERMINATIVO

Autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Relatoria: Senador Augusto Botelho.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02
EMENDA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 354, DE 1999
NÃO TERMINATIVO

Institui o Dia Nacional de Luta Contra Queimaduras.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Autoria do Projeto: Senador Lúcio Alcântara.

Relatoria: Senador Augusto Botelho.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição da Emenda da Câmara.

ITEM Nº 03
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 355, DE 2008
TERMINATIVO

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Humaitá, no Estado do Amazonas.

Autoria: Senador João Pedro.

Relatoria “ad hoc”: Senador Augusto Botelho.

Obs: Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 04
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 256, DE 2008
TERMINATIVO

Cria Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação nas instituições federais de educação superior.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Obs: Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

**ITEM Nº 05
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 377, DE 2008
TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba.

Autoria: Senador Cícero Lucena.

Relatoria “ad hoc”: Senadora Marisa Serrano.

Obs: Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

**ITEM Nº 06
TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 428, DE 2008
TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Relatoria “ad hoc”: Senador Roberto Cavalcanti.

Obs: Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar.

Resultado: O Substitutivo foi definitivamente adotado sem votação, nos termos do artigo 284 do Regimento Interno do Senado Federal.

**ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CE**

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE, no sentido de debater o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008 (PL. 7.566, de 2006, na origem), de autoria da Deputada Nice Lobão, sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e adequar a legislação interna do país com o que está estabelecido na convenção sobre a proteção do patrimônio cultural subaquático da UNESCO.

Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vista sobre a matéria, autoridades públicas e especialistas com atuação funcional, profissional ou política, relacionadas à temática, cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelos senhores Senadores à Presidência desta Comissão.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CE

Requeiro, nos termos regimentais a realização de conferência intitulada “Saúde Mental Materno-Infantil; Educação e Prevenção em Parentalidade”, a ser realizada por esta Comissão em pareceria com o Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade de Strasbourg da França como conferencista, indico o nome do professor doutor **Claude Schauder**, Psicólogo, Psicanalista, Professor da Universidade Louis Pasteur de Strasbourg – França, Coordenador de Estudos e Pesquisas sobre o tema naquele País.

Autoria: Senadores Flávio Arns, Papaléo Paes, Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 33, DE 2008 – CE

Requeiro, nos termos do inciso II do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 33, de 2008 – CE, que propõe a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007, que altera o § 2º do artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de forma a permitir que Universidades e Centros Universitários, Público ou Privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras, aprovado por esta Comissão em 1º de julho de 2008, para que seja incluído entre os convidados da audiência pública representante da seguinte instituição: **Associação Nacional dos Pós-Graduados** em instituições estrangeiras de ensino superior.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 33, de 2008 – CE.

Autoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Autoria do Projeto: Senador Wilson Matos.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007, que “Altera o § 2º do artigo 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de forma a permitir que Universidades e Centros Universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por Universidades Estrangeiras.

CONVIDADOS:

Senhora **Carmen Luiza da Silva** Vice-Presidenta da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – AMES;

Senhor **André Luiz Vitral Costa**, Diretor de Comunicação da União Nacional dos Estudantes – UNE;

Senhora **Ana Dayse Rezende Dorea**, Vice-Presidenta da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES;

Senhor **Vicente Celestino de França**, Presidente da Associação dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; e

Senhor **Samuel Martins Feliciano**, Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC.

Resultado: Realizada.

1ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 4, DE 2008****TERMINATIVO**

Inserir o artigo 67-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da Educação Básica Pública, e dá outras providências.

Autoria: Senadores Cristovam Buarque, Marisa Serrano e Augusto Botelho.

Relatoria: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria a Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar, destinada a apoiar o intercâmbio de experiências, fiscalizar, cobrar e coordenar o trabalho de segurança desenvolvido pelas polícias Estaduais e do Distrito Federal e por outros órgãos locais, pelas Secretarias de Educação, por professores, alunos e servidores, com a finalidade de garantir segurança em torno das escolas e a paz na sala de aulas.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Valter Pereira.

Parecer: Favorável à matéria, com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CE. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 108, DE 2008
TERMINATIVO

Inscribe o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2009
TERMINATIVO

Determina a obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental.

Autoria: Deputado Lincoln Portela.

Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Parecer: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nº 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 192, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Confere ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários.

Autoria: Deputado Carlito Merss.

Relatoria: Senadora Ideli Salvatti.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina Rodovia Agnaldo Salles o trecho da Rodovia BR-491, entre as cidades de Alfenas e Varginha, no Estado de Minas Gerais.

Autoria: Deputado Geraldo Thadeu.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Pela prejudicialidade.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2009
TERMINATIVO

Inscribe o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Marco Maia.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CE

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes, do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES. Para a realização da audiência, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: senhor **Paulo Haddad**, Ministro de Estado da Educação; senhora **Maria Fernanda Ramos Coelho**, Presidenta da Caixa Econômica Federal; senhor **Cláudio Moura e Castro**, Jornalista e Economista (Revista VEJA); e senhora **Lúcia Kluck Stumpf**, Presidenta da União Nacional dos Estudantes – UNE e demais convidados a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à realização do Projeto “O Poder Legislativo fazendo parte do Time da Copa de 2014”, a ser organizado pela Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal, nos Estados-Sedes da Copa do Mundo de 2014, no período de agosto a novembro de 2009.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CE

Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 27, de 2009 – CE, que propõe a realização de conferência intitulada “Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade”, a ser realizada por esta Comissão e em pareceria com o Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade Strasbourg da França, para que esta sessão seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que o assunto é afeito às pertinências regimentais daquele colegiado, proponho ainda que seja incluída entre os

participantes da conferência, a seguinte convidada: Professora **Maria Izabel Tafuri**, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Autoria: Senador Flávio Arns.

Resultado: Aprovado.

2ª REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

Em atendimento à solicitação da Bancada Federal do Tocantins no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Assunto: Discussão e encaminhamento das propostas para solucionar os problemas enfrentados por mais de 10 (cem) mil estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS.

PATICIPANTES:

Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados;

Bancada do Tocantins no Congresso Nacional;

Representante da União Nacional dos Estudantes – UNE;

Representante da Associação Nacional de Educação a Distância – ANEAD;

Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância da Câmara dos Deputados.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 01, de 2009 – CE.

Autoria: Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma.

Autoria do Projeto: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Romeu Tuma.

Assunto: Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, que “Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de Instituições Federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica.

CONVIDADOS:

Senhor **Mozarte Simões da Costa Júnior**, Coordenador do Grupo de Trabalho de Segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS; e

Senhora **Léia de Sousa Oliveira**, Coordenadora Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras – FASUBRA.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345, DE 2006
NÃO TERMINATIVO**

Concede isenção do Imposto de Importação, da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços (PIS/PASEP-IMPORTAÇÃO) e da contribuição social para o financiamento da seguridade social devida pelo importador de bens estrangeiros ou serviços do exterior (CONFINS-IMPORTAÇÃO) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios.

Autoria: Senadores Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**PROJETO DE RESOLUÇÃO (SF) Nº 62, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Institui no Senado Federal a comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara e dá outras providências.

Autoria: Senadores José Nery, Marco Maciel, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Pedro Simon.

Relatoria: Senador Garibaldi Alves Filho.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
EMENDAS NºS. 3 e 4 DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente em produtos escolares e estabelece alíquotas zero na contribuição para o PIS/PASEP e na contribuição para financiamento da Seguridade-Social – COFINS sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.

Autoria das Emendas: Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro, respectivamente.

Autoria do Projeto: Senador José Agripino.

Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Parecer: Favorável à Emenda nº 3-Plen, na forma da subemenda que apresenta, e pela prejudicialidade da Emenda nº 4-Plen.

Resultado: Aprovado parecer favorável à Emenda nº 3 de Plenário, nos termos da Subemenda nº 1 – CE, e pela prejudicialidade da Emenda nº 4-Plen.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Autoria: Deputado Carlos Abicalil.

Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO
DE ASSUNTOS SOCIAIS.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimentos aos Requerimentos nºs. 27, de 2009 – CE e 64, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores Augusto Botelho, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns.

Assunto: Debate sobre a Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e prevenção em Parentalidade.

CONVIDADOS:

Senhor **Claude Schauder**, Psicólogo, Psicanalista, Professor Doutor da Universidade de Strasbourg – França e Coordenador de estudos e pesquisas sobre o tema na França; e

Senhora **Maria Izabel Tafuri**, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto da Universidade de Brasília – UnB e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Obs: A palestra do Professor Claude Schauder foi realizada com tradução simultânea Francês/Português e Português/Francês.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2009
TERMINATIVO**

Dispõe sobre a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em Escolas da Rede Pública de Ensino Médio.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Efraim Moraes.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004
TERMINATIVO**

Acrescenta o inciso IV ao § 4º do artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais nos cursos de educação à distância.

Autoria: Senador Hélio Costa.

Relatoria: Senador Marco Maciel.

Parecer: Pela aprovação da matéria, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado o Substitutivo. A matéria será apreciada em Turno Suplementar, nos termos do artigo 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 179, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria: Senador Romeu Tuma.

Parecer: Favorável à matéria, com quatro emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 – CE. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2007
TERMINATIVO

Institui o exame nacional de avaliação do Magistério da Educação Básica – ENAMEB.

Autoria: Senador Wilson Matos.

Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Parecer: Pela aprovação da matéria, com duas emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs. 1 e 2 – CE.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Obriga o fornecedor de produto cultural pela Internet a tornar disponível a venda de meia-entrada por esse veículo.

Autoria: Deputado Felipe Bornier.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 141, DE 2009
TERMINATIVO

Autoriza a União a instituir programa nacional de reforço escolar na educação básica pública denominado Programa de Apoio ao Sucesso Escolar na Educação Básica Pública – PASSEBEM.

Autoria: Senador Marcelo Crivella.

Relatoria: Senador Paulo Paim.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 8, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Adota medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originária do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, usando os mesmos critérios da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008 (Dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário).

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Denomina Professor Arthur Fonseca o campus da Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR localizado no Município de Sorocaba, Estado de São Paulo.

Autoria: Deputado Antônio Carlos Pannunzio.

Relatoria: Senador João Pedro.

Relatoria do Vencido: Senador Álvaro Dias.

Parecer: Contrário à matéria.

Obs: O Parecer contrário à matéria de autoria do Relator João Pedro, foi rejeitado.

Resultado: Aprovado Voto em Separado favorável ao Projeto, que passa a constituir Parecer da Comissão.

**ITEM Nº 09
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2009
TERMINATIVO**

Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS e dá outras providências.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora Ideli Salvatti.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

**ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CE**

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado seja realizada Audiência Pública perante esta douta Comissão, com a finalidade de analisar e discutir o problema enfrentado por estudantes de graduação de todo País, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, cujos cursos foram descredenciamento junto ao Ministério da Educação – MEC, e quais soluções para resolver o impasse. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: senhor **Fernando Haddad**, Ministro de Estado da Educação; senhora **Jucylene Maria de Castro Santos Borba**, Reitora da Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; senhora **Maria Luiza Nascimento**, Ex-Pró-Reitora de Pós-Graduação e Extensão da Fundação Universidade Tocantins – UNITINS; e senhora **Ludimila Fernandes da Silva Ribeiro**, Procuradora da República.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**ADITAMENTO Nº 1 AO REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CE**

Em aditamento ao Requerimento 26, de 2009 – CE, requeiro a inclusão do nome do senhor **Newton Fernandes Assunção**, Administrador Profissional, Diretor Administrativo Financeiro da Salvanav, Pesquisas e Recuperações Submarinas Ltda., com o objetivo de participar de Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei da Câmara nº 45, de 2008 (PL. 7.566, de 2006, na origem), de autoria da Deputada Nice Lobão, sobre o Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

04 Ordinárias – Deliberativa.

03 Extraordinárias – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 44

06 Projetos de Lei do Senado (terminativo).

05 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

03 Projetos de Lei da Câmara (terminativo).

05 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).

01 Projeto de Resolução “SF” (não terminativo).

02 Emendas de Plenário (não terminativo).

01 Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

09 Emendas – CE.

04 Turnos Suplementar (terminativo).

05 Requerimentos – CE.

03 Aditivos à Requerimento.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Presidente: Senador RENATO CASAGRANDE

Vice Presidente: Senador CÍCERO LUCENA

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 53, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão, tendo como convidado o senhor **Dirceu Raposo de Mello**, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e o senhor **Roberto Messias Franco**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para prestarem esclarecimentos a respeito de denúncias veiculadas na mídia sobre a “Importação de Lixo em Container” pelo Brasil, de países da Europa, como por exemplo, a Inglaterra.

Autoria: Senadores João Pedro e Marina Silva.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, com o objetivo de debater a segregação de produtos transgênicos ao longo da cadeia produtiva e a denúncia do jornal Folha de São Paulo, do dia 10 de maio, de que o País perde controle dos transgênicos, com a presença das seguintes autoridades: senhor **Valter Bianchini**, Secretário de Agricultura do Estado do Paraná; um representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**; um representante da **AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa**; senhor **Ricardo Tatesuzi**, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Grãos Não-Transgênicos; e um representante do **Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC**.

Autoria: Senadora Marina Silva.

Resultado: Aprovado com aditamento do Senador Cícero Lucena para inclusão de um representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 47, de 2009 – CMA, aprovado em 30 de junho, que solicitou audiência pública para debater a BR-319, que sejam convidados para a audiência os senhores **Leonardo Fleck**, Pesquisador e autor do estudo Eficiência econômica, riscos e custos ambientais da reconstrução da rodovia BR-319 e **José Rubens Pereira Gomes**, Secretário Executivo do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA.

Autoria: Senadora Marina Silva.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, incisos II e V do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão com o objetivo de debater a implementação e o processo de revisão da política ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES, tendo como enfoque os setores da pecuária e grandes obras de infraestrutura na região amazônica assim como mecanismos de transparência e participação da sociedade civil, com a presença das seguintes autoridades e representantes da sociedade civil: senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do **BNDES**; senhor **Paulo Adário**, Coordenador do Greenpeace – Brasil; senhor **Roberto Smeraldi**, Diretor da Organização Não Governamental Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; e senhor **Roberto Gianetti, da Fonseca**, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC.

Autoria: Senadora Marina Silva.

Resultado: Aprovado com aditamento do Senador Flexa Ribeiro para inclusão de representantes do Ministério de Minas e Energia – MME; Ministério dos Transportes – MT; Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Confederação Nacional da Indústria – CNI e Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; bem como do Senador Cícero Lucena para inclusão de representantes do setor de reflorestamento.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências” para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira.

Autoria: Senador Gerson Camata.

Relatoria: Senadora Marina Silva.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 06
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 196, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera os artigos 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto da Cidade (incentivos para construções ecologicamente sustentáveis).

Autoria: Deputado Cássio Taniguchi.

Relatoria: Senadora Marina Silva.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CMA.

ITEM Nº 07
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Altera a redação do artigo 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Autoria: Deputado Maurício Rabelo.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria e às Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ/CMA.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2008
NÃO TERMINATIVO

Acrescenta artigo 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados.

Autoria: Deputado Pompeo de Mattos.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as manifestações da imprensa e as orientações divulgadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em sua página na “internet” acerca da persistência da cobertura de custos da CPMF em contratos com a Administração Pública, sejam prestadas, pelo senhor Ministro de Estado daquela pasta, na condição de responsável pela coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal e das empresas estatais nos termos do artigo 1º, incisos VIII e IX do Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, as seguintes informações: **a)** situação atual dos contratos da Administração Federal Direta e Indireta no que se refere à revisão decorrente da exclusão dos encargos da Contribuição Provisória das Movimentações Financeiras – CPMF, como exige o artigo 65, § 2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para aqueles contratos de execução continuada celebrados anteriormente à extinção da mencionada Contribuição, mas cujo fatores gerados da obrigação para a Administração Pública tenha ocorrida em data posterior à extinção daquele tributo; e **b)** razões para a adoção de determinação centralizada de revisão dos preços, a exemplo do disposto pelo Decreto nº 2.399, de 21 de novembro de 1997, tendo em vista a circunstância comum de eliminação da carga de tributo incidente.

Autoria: Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****REQUERIMENTO Nº 58, DE 2009 – CMA**

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública, em data a ser definida oportunamente, tendo como convidados os senhores **José Machado**, Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas; **Everton Luiz da Costa Souza**, Presidente da Associação Brasileira dos Órgãos Estaduais Gestores de Recursos Hídricos e outros nomes que poderão ser indicados pelos membros deste órgão técnico, objetivando discutir as águas superficiais ou subterrâneas do território brasileiro, sua titularidade e responsabilidade administrativa de seu gerenciamento.

Autoria: Senadores Renato Casagrande e Flávio Arns.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02**REQUERIMENTO Nº 59, DE 2009 – CMA**

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 489, de 2008, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que uma escala de gradação em cores identificando o percentual de composição nutricional nos rótulos das embalagens dos alimentos, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisa e órgãos de defesa do consumidor para discutirem os aspectos do projeto em questão: senhor **Dirceu Raposo de Mello**, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; senhora **Lisa Gunn**, Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; senhor **Ricardo Morishita Wada**, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; senhor **Aurélio Virgílio Veiga Rios**, da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; e senhor **Edmundo Klotz**, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA.

Autoria: Senador Jefferson Praia.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
OFÍCIO “S” Nº 56, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, cópia do Ofício 253, de 13 de novembro de 2007, de autoria do Deputado Giovanni Queiróz, que apresenta considerações sobre os custos unitários constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2008.

Autoria: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Relatoria: Senador Leomar Quintanilha.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel.

Autoria: Senador César Borges.

Relatoria “ad hoc”: Senador Jefferson Praia.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CMA. A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura, em decisão terminativa.

ITEM Nº 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistemas eletrônicos.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria “ad hoc”: Senador César Borges.

Parecer: Pela prejudicialidade da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela prejudicialidade do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

EXTRA-PAUTA

ITEM Nº 01

ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009 - CMA

Requeremos, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 54, de 2009-CMA, de autoria da Senadora Marina Silva, que solicita a realização de audiência pública para debater a segregação de produtos transgênicos ao longo da cadeia produtiva e a denúncia do Jornal Folha de São Paulo, de que o “País perde controle dos transgênicos”, seja incluído no rol dos convidados: doutor **José Maria Ferreira da Silveira**, Pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp.

Autoria: Senadores Gilberto Goellner e César Borges.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 60, DE 2009 - CMA

Requer, nos termos do artigo 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para debater “O acompanhamento dos gastos públicos para a realização da Copa do Mundo em 2014”, para a qual deverão ser convidados: **Procurador-Geral da República; Presidente do Tribunal de Contas da União; Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal; Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso; Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará; Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia.**

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 61, DE 2009 - CMA

Requer, nos termos do artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o artigo 102-A, inciso I, alínea “e”, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA aprove e encaminhe requerimento, acompanhado de cópia da Nota Técnica citada a seguir, ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização de auditoria no Ministério das Cidades, com o objetivo de avaliar a execução do Contrato de Empréstimo nº 1356/OC-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, destinado ao Programa de Ação Social em Saneamento.

Autoria: Senadora Marisa Serrano.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01
ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 49, DE 2009 – CMA

Requer nos termos regimentais aditamento ao Requerimento nº 49, de 2009 – CMA para inclusão, como convidados a participarem da audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ objetivando instruir o Projeto de Lei do Senado nº 73, de 2007, representantes do **Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA** e do **Instituto Chico Mendes**.

Autoria: Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 62, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidadas as autoridades abaixo, para que, em Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, possam debater o Projeto de Lei do Senado nº 173, de

2009, que estabelece prazo para que computadores, componentes de computadores, e equipamentos de informática em geral, comercializados no Brasil, atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética; senhor **Teruaki Yamagishi**, da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas; senhor **Fernando Almeida**, Presidente-Executivo do Conselho Empresarial Brasileiro de Desenvolvimento Sustentável; senhor **Nilo D'avila**, Coordenador de Políticas Públicas do Greenpeace/Brasil; senhor **Humberto Barbato Neto**, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE; senhor **Carlos Alexandre Príncipe Pires**, Coordenador Geral de Eficiência Energética do Ministério de Minas e Energia; um representante do **INMETRO**; e um representante do **Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio**.

Autoria: Senador Jefferson Praia.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas do senhor **Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio** as seguintes informações acerca do contingenciamento de recursos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA: **a)** Série histórica dos valores contingenciados entre os exercícios de 2003 e 2009; e **b)** Impactos desse contingenciamento no orçamento da SUFRAMA (despesas de custeio e investimentos) ao longo do período acima.

Autoria: Senador Jefferson Praia.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 64, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas informações ao Presidente da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás, senhor **Sérgio Gabrielli**, sobre os custos das obras em torno do gasoduto Urucu-Manaus.

Autoria: Senador Jefferson Praia.

Resultado: Aprovado a transformação da solicitação de informações em convite ao senhor Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás para, em Audiência Pública, seja apresentado o orçamento de execução da obra em torno do gasoduto Urucu-Manaus e os investimentos da empresa associados ao fornecimento de energia para as Regiões Norte e Nordeste.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 65, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 70 e do artigo 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal bem como nos termos regimentais do Senado Federal conforme artigo 216, inciso I, a solicitação de informações ao Tribunal de Contas da União junto à Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODBA, para que preste esclarecimento quanto ao Processo Administrativo nº 174/2008 (Proposta de Ampliação da Ponte Norte – TECON), corrente naquela sociedade de economia mista, no sentido de verificar se este procedimento para ampliação/alteração do objeto do Contrato de Arrendamento Portuário nº 012/2000 com o Tecon Salvador S/A para abarcar a Ponte Norte do Porto de Salvador atendeu as prescrições legais, em especial, a Lei Federal nº 8.630/92 e o Decreto Federal nº 6.620/2008.

Autoria: Senador César Borges.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
OFÍCIO “S” Nº 46, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do artigo 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Autoria: Banco do Brasil S/A.

Relatoria: Senador Leomar Quintanilha.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 07
AVISO Nº 7, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.276/2009-8, acerca de auditoria da Secretaria de Macroavaliação Governamental sobre percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos tratados no artigo 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Leomar Quintanilha.

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo.

Resultado: Aprovado o parecer.

ITEM Nº 08
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 718, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Altera o Decreto-Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, para dispor sobre a devolução de embalagens vazias de produtos de uso veterinário.

Autoria: Senador Gerson Camata.

Relatoria: Senador César Borges.

Parecer: Favorável à matéria, com seis emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 – CMA. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
REQUERIMENTO Nº 66, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que “Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências”, tendo como convidados: senhor **Mauro Grinberg**, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos em Direito Concorrencial e Comércio Exterior – IBRAC; senhor **Pedro Zanotta**, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da OAB/SP; senhor **Nelson Hubner**, Presidente da ANEEL, representando o Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras; senhor **Ronaldo Sardenberg**, Presidente da ANATEL; senhor **Aurélio Rios**, Subprocurador-Geral da República – MPF; senhor **Arthur Badin**, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE;

senhora **Mariana Tavares**, Secretária da Secretaria de Direito Econômico/MJ; e senhor **Antônio Henrique da Silveira**, Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos SEAE/MF.

Autoria: Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 67, DE 2009 – CMA

Requer, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando os diferentes estudos e levantamentos feitos no Congresso Nacional sobre esse objeto específico, requeiro sejam prestadas, pelo senhor **Ministro de Estado dos Transportes**, na qualidade de responsável pela direção superior das atividades de transporte e respectivas entidades e agências, nos termos das alienas do artigo 27, inciso XXII, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, as seguintes informações: **a)** Qual a execução, nos exercícios de 2006, 2007, 2008 e 2009, de dotações orçamentárias do Orçamento da União que destinem recursos a obras em ativos públicos federais que são objeto de concessão, arrendamento ou outro tipo de cessão da exploração a terceiros alheios à Administração Federal (tais como ferrovias arrendadas ou trechos concedidos de rodovias entre outros)? **b)** Quais os concessionários, arrendatários ou demais beneficiados pelas dotações de que trata a alínea anterior, e por quais valores? **c)** Para cada dotação orçamentária executada, qual o fundamento legal para a realização de tais despesas, à luz da legislação aplicável e dos respectivos processos licitatórios e instrumentos de concessão, arrendamento ou similares que regem a situação dos referidos bens? **d)** Para cada dotação orçamentária executada, quais os procedimentos adotados para avaliação do seu impacto na alteração do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão ou arrendamento? **e)** Para cada dotação orçamentária executada, quais os instrumentos de formalização do termo aditivo de modificação contratual para reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste envolvido?

Autoria: Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

03 Ordinárias – Deliberativa.

MATÉRIAS APREIADAS: 37

04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

03 Projetos de Lei da Câmara (não terminativo).

02 Ofícios “S” (não terminativo).

01 Aviso (não terminativo).

15 Requerimentos – CMA.

02 Aditivos à Requerimento.

10 Emendas – CMA.

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH.

Presidente: Senador CRISTOVAM BUAQUE

Vice Presidente: Senador JOSÉ NERY

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 21, de 2009 – CDH.

Autoria: Senador José Nery.

Assunto: Debate sobre o conflito entre as populações atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e os órgãos federais responsáveis pelo gerenciamento da política energética, ambiental e fundiária.

CONVIDADOS:

Senhor **Josias Matos de Araújo**, Secretário de Energia Elétrica, do Ministério de Minas e Energia – MME, representando o Senador **Edison Lobão**, Ministro de Estado de Minas e Energia;

Senhor **Raimundo de Oliveira Filho**, Superintendente Regional do INCRA em Marabá;

Senhor **Gilvan Reis**, Chefe da Unidade Avançada de Tucuruí, representando o senhor **Rolf Hackbart**, Presidente do INCRA;

Senhor **Antônio Raimundo Santos Coimbra**, Superintendente de Meio Ambiente da Eletronorte;

Senhor **Antônio Maria Amorim Barra**, Diretor Econômico-Financeiro da Eletronorte, representando o senhor **Jorge Nassar Palmeira**, Diretor Presidente da Eletronorte;

Senhor **Roquevam Alves Silva**, do MAB, representante do senhor **Rogério Hohn**, do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB; e

Senhora **Sonia Mara Maranhão**, da Coordenação Nacional dos Atingidos por Barragens.

Resultado: Realizada.

2ª PARTE

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CDH

Nos termos do inciso II do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II, § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, a fim de discutir com as senhoras e os senhores Senadores a aposentadoria especial para a profissão de vigilante. Solicita-se a participação das seguintes autoridades: senhor **José Boaventura Santos**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes; senhor **João Soares**, Presidente da Federação dos Trabalhadores Vigilantes do Paraná; senhor **Vicente Lourenço de Oliveira**, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes; senhor **Evandro Vargas dos Santos**, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul; e senhor **Fernando Antônio Bandeira**, Presidente do Sindicato dos Empregados Autônomos do Rio de Janeiro.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CDH

Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de discutir o processo de Reforma Agrária, na questão da criminalização, educação dos camponeses e seus direitos, com a presença dos seguintes convidados: senhor **Rolf Hackbart**, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; senhor **José Geraldo de Souza Júnior**, Reitor da Universidade de Brasília; senhora **Ela Wiecko Volkmer de Castilho**; Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; e um representante da **Direção Nacional do Movimento Sem Terra**.

Autoria: Senador Serys Slhessarenko.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CDH

Com fundamento no disposto no artigo 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater o Tema “O Negro no mercado de trabalho”, devendo ser convidados o Presidente da **FEBRABAN**, Presidente da **Confederação Nacional da Indústria – CNI**; Presidente da **Confederação Nacional do Comércio – CNC e Frei Davi**, Diretor da Educafro e outros a serem definidos pela própria Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CDH

Requeiro nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para exposição sobre a Campanha Nacional Contra a Redução da Maioridade Penal, coordenada pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABPM, com os seguintes convidados: senhor **Eduardo Rezende**, Presidente da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude – ABPM; senhor **Renato Barão Varalda**, da Promotoria de Juventude Infracional da Infância e da Juventude e um representante do **CONANDA**.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 18 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2009 – CDH.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Assunto: Debate sobre a aposentadoria especial para a profissão de vigilante.

CONVIDADOS:

Senhor **José Boaventura Santos**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Vigilantes;

Senhor **João Soares**, Presidente da Federação dos Trabalhadores Vigilantes do Paraná;
Senhor **Edison Silva Pereira**, Secretário de Finanças e Patrimônio e Presidente em exercício da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes, representando o senhor **Vicente Lourenço de Oliveira**, Presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores Vigilantes;
Senhor **Evandro Vargas dos Santos**, Presidente do Sindicato dos Vigilantes do Sul;
Senhor **Fernando Antônio Bandeira**, Presidente da Federação dos Vigilantes do Estado do Rio de Janeiro; e
Senhor **Chico Vigilante**, Diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes.
Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 02

02 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

04 Requerimentos – CDH.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador EDUARDO AZEREDO
Vice Presidente: Senador GERALDO MERQUITA JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM Nº 01 **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 463, DE 2008** **NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 9.493, de 10 de setembro de 1997, para ampliar o rol de produtos e estender a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI nela especificados às casas militares ou aos gabinetes militares da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Autoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Relatoria “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 391, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa, assinado em Brasília, em 25 de maio de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 392, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre isenção de vistos em passaportes comuns, assinado em Brasília, em 24 de Julho de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 394, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Econômica e de Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cazaquistão, celebrado em Brasília, em 27 de setembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 398, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação do domínio da Defesa, assinado em Brasília, 4 de abril de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 400, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Protocolo modificado do Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias no Mercosul, assinado no Rio de Janeiro, em 19 de janeiro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 489, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Hungria sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, assinado em Brasília, em 27 de setembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 510, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo, por troca de notas, para o estabelecimento de uma faixa Non Aedificandi em zonas urbanas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai, firmado em Assunção, em 9 de abril de 2008.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO “SF” Nº 1.210, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Repúdio e Censura às declarações racistas ocorridas no dia 16 de outubro de 2007, pelo ganhador do Prêmio Nobel de Medicina, **James Watson**, afirmando ao Jornal Britânico “The Sunday Times” que negros são intelectualmente inferiores aos brancos.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Relatoria “ad hoc”: Senador Flávio Torres.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO “SF” Nº 656, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos regimentais, Votos de Solidariedade e Aplauso ao ilustre escritor peruano senhor **Mário Vargas Llosa**, pela defesa intransigente da democracia e repúdio a toda e qualquer manifestação

de regime totalitário na América do Sul, promovidos em Caracas no âmbito do Fórum “Encontro Internacional Democracia e Liberdade”.

Autoria: Senador João Tenório.

Relatoria “ad hoc”: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 11

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2009 – CRE

Nos termos do artigo 93, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2004 – Complementar, que “Dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal”. Solicito, para tanto, que sejam convidados as seguintes autoridades: representante da **Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI**; representante da **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB**; **Procuradora-Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal**; representante do **Ministério da Defesa**; e representante da **Organização Internacional do Trabalho – OIT**.

Autoria: Senadora Marina Silva.

Resultado: Aprovado.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 52, DE 2009 – CRE

Nos termos dos artigos 39, inciso I e 40, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para que delegação parlamentar represente esta Casa em viagem oficial ao Haiti, no período de 13 a 15 de agosto do corrente.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO “SF” Nº 639, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Requer nos termos do artigo 223, do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Censura e Repúdio à decisão do Governo da Venezuela de não renovar a concessão da emissora privada RCTV.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Requerimento.

**REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 55, de 2009 – CCJ e 48, de 2009 – CRE.

Autoria: Senadores Marina Silva e Eduardo Azeredo.

Autoria do Projeto: Senador Augusto Botelho.

Relatoria: Senador Neuto de Conto.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 69, de 2004 – Complementar, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas terras indígenas, nos termos do artigo 231, § 6º, da Constituição Federal.

CONVIDADOS:

Coronel **Marinho Pereira Rezende Filho**, Gerente da Divisão de Políticas Setoriais do Departamento de Política e Estratégia da Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais, representando o Ministro da Defesa;

Senhor **Márcio Meira**, Presidente da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, do Ministério da Justiça; e

Senhora **Rosana Mattos**, representante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.

JUSTIFICARAM AUSÊNCIA

Senhora **Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira**, Procuradora-Chefe da 6ª Câmara do Ministério Público Federal; e

Senhor **Christian Ramos Veloz**, representante da Organização Internacional do Trabalho e Especialista Principal em Normas Internacionais do Trabalho.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Altera o artigo da Lei nº 5.292, de 8 de junho de 1967, e acrescenta § 4º ao artigo 3º da Lei nº 8.239, de 4 de outubro de 1991, para definir que o serviço militar ou o serviço alternativo de médicos, farmacêuticos, ou dentistas diplomados por instituição de ensino superior regular seja realizado na Amazônia Legal, preferencialmente nos municípios com menos de duzentos mil habitantes, e dá outras providências.

Autoria: Senador Gilvam Borges.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 432, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 58, assinado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai, da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Peru, celebrado em Montevideu, em 30 de novembro de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Flávio Torres.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 476, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Convênio Complementar ao Convênio de Seguridade Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, de 16 de maio de 1991, celebrado em Valência, em 14 de maio de 2002.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Flávio Arns.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 486, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre compromisso com a Promoção e Projeção dos Direitos Humanos do Mercosul, adotado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Efraim Morais.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 222, do Regimento Interno do Senado Federal, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado Federal, em 20 de agosto de 2009, Voto de Louvor para a **Escola Superior de Guerra (ESG)** referente ao 60º aniversário, requeiro, ademais, que este Voto de Louvor, seja encaminhado ao **Ministério da Defesa**.

Autoria: Senadores Eduardo Azeredo e Geraldo Mesquita Júnior.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
MESNAGEM (SF) Nº 132, DE 2009
TERMINATIVO**

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do senhor **George Ney de Souza Fernandes**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à Grande Jamahiriya Árabe Popular Socialista da Líbia, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Malta.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Parecer: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada.

**ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Acrescenta inciso VI ao artigo 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Autoria: Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia (SF).

Relatoria: Senador Romeu Tuma.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 112, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República do Paraguai para o desenvolvimento sustentável e a gestão integrada da Bacia Hidrográfica do Rio Apa, celebrado em Brasília, em 11 de setembro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Pedro Simon.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 04

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 482, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Estatuto emendado da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado, adotado na Haia, em 30 de junho de 2005.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 05

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 483, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo de Assistência mútua Administrativa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel para a correta aplicação da legislação aduaneira e a prevenção, investigação e combate a infrações aduaneiras, celebrado em Jerusalém, em 19 de junho de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Romeu Tuma.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 06

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 485, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Índia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático e consular, celebrado em Brasília, em 12 de fevereiro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 487, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Decisão nº 33/04 do Conselho do Mercado Comum (CMC), que criou o Fundo de Financiamento do Setor Educacional do Mercosul (FEM), adotada em Belo Horizonte, em 16 de dezembro de 2004.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Pedro Simon.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 490, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto da Medida 1/2003 – Secretariado do Tratado da Antártida, adotado durante a 26ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida (ATCM), realizada em Madri, em 2003.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Augusto Botelho.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 493, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático e consular, celebrado em Brasília, em 27 de março de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 494, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre o livre exercício de atividades econômicas remuneradas por parte de familiares dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico de missões diplomáticas e repartições consulares, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 495, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Israel sobre cooperação no campo da agropecuária, assinado em Brasília, em 4 de dezembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria “ad hoc”: Senador Flávio Torres.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 501, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Acordo Estrutura de Cooperação em Sociedade da Informação entre o Governo da República Federativa do Brasil, da República da África do Sul e da República da Índia, assinado em Brasília, em 13 de setembro de 2006.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 504, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha relativo ao estabelecimento e funcionamento de Centros Culturais, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 507, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto das Resoluções MSC. 180/79, MSC. 203/81, MSC 209/81, STCW. 6/CIRC.3, STCW. 6/CIRC.4, STCW. 6/CIRC.5, STCW. 6/CIRC.6, STCW. 6/CIRC.7, STCW. 6/CIRC.8, STCW. 6/CIRC.9, STCW. 6/CIRC.10, adotadas nas sessões do Subcomitê de Treinamento e Serviço de Quarto de Marítimos (STW) da Organização Marítima Internacional, que resultaram em emendas à Convenção Internacional sobre normas de Treinamento, Expedição de Certificados e Serviço de Quarto de Marítimos (STCW-1978).

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO “SF” Nº 509, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Aprova o texto do Protocolo de Emendas à Convenção da Organização Hidrográfica Internacional.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Relatoria: Senador Antônio Carlos Valadares.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto.

ITEM Nº 16
REQUERIMENTO “SF” Nº 660, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Requer, na forma do artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à Federation Internationale de Football Association (FIFA) pela escolha da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, como uma das 12 cidades que abrigarão jogos da Copa do Mundo de 2014.

Autoria: Senador João Pedro.

Relatoria “ad hoc”: Senador Augusto Botelho.

Parecer: Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Requerimento.

ITEM Nº 17
REQUERIMENTO Nº 53, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno do Senado Federal, seja apresentado Voto de Censura à escalada do autoritarismo do Governo da Venezuela.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 18
REQUERIMENTO Nº 55, DE 2009 – CRE

Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Embaixador da República da Bolívia no Brasil, a participar de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para tratar de matéria divulgada no Jornal Folha de São Paulo no último de 13, quinta-feira, intitulada: “Bolívia expulsará 20 famílias brasileiras da fronteira, diz Vice-Presidente”.

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 19
REQUERIMENTO Nº 56, DE 2009 – CRE

Dando continuidade ao ciclo de debates sobre Ciência e Tecnologia na Amazônia, no âmbito da Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação, requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para a 3ª Audiência Pública sobre o tema acima citado: Reitor da **Universidade Federal do Acre – UFAC**; Reitor da **Universidade Federal do Amapá – UNIFAP**; Reitor da **Universidade Federal do Amazonas – UFAM**; Reitor da **Universidade Federal do Pará – UFPA**; Reitor da **Universidade Federal Rural da Amazônia – UFRA**; Reitor da **Universidade Federal de Rondônia – UNIR**; Reitor da **Universidade Federal de Roraima – UFRR**; e Reitor da **Universidade Federal do Tocantins – UFT**.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 20
REQUERIMENTO Nº 57, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o necessário reequipamento das Forças Armadas – FFAA, especialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, considerando os seguintes pontos: **a)** com quais cenários de conflitos internacionais envolvendo o Brasil, trabalham nossas Forças Armadas; **b)** quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos baseados nesses cenários e em que forma os novos equipamentos são armas necessárias; **c)** como nesses cenários o conhecimento de ciência e tecnologia é considerado em recurso fundamental; **d)** além do reequipamento físico, quais as necessidades e recursos necessários e métodos para o equipamento científico e tecnológico inclusive com apoio ao ITA e ARAMAR; **e)** quais os recursos necessários para o fortalecimento dos serviços de inteligência internacional. Para debater o assunto, sugerimos o próprio Ministro **Nelson Jobim** ou até três expositores indicados por ele.

Autoria: Senador Cristovam Buarque.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 21
REQUERIMENTO Nº 58, DE 2009 – CRE

Requeiro nos termos do artigo 58, § 2º, inciso V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 397, inciso I, e artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja feito convite às autoridades abaixo relacionadas para, em Audiência Pública nesta Comissão, prestar esclarecimentos sobre em que condições o Governo Brasileiro renegociou com o Governo do Paraguai o contrato da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Senador **Edison Lobão**, Ministro de Estado das Minas e Energia; e Embaixador **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 22
REQUERIMENTO Nº 59, DE 2009 – CRE

Nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Almirante-de-Esquadra **Júlio Soares de Moura Neto**, Comandante da Marinha, a participar de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para fazer exposição acerca do Projeto Submarino Nuclear Brasileiro (NUC).

Autoria: Senador Eduardo Azeredo.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 23
REQUERIMENTO Nº 60, DE 2009 – CRE

Em aditamento ao Requerimento nº 55, de 2009 – CRE, requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja também convidado o Embaixador **Eduardo Gradilone Neto**, Diretor do Departamento das Comunidades de Brasileiros no Exterior, a participar de Audiência Pública perante esta Comissão, para tratar de matéria divulgada no Jornal Folha de São Paulo no último dia 13, quinta-feira, intitulada “Bolívia expulsará 20 famílias brasileiras da fronteira, diz Vice-Presidente”.

Autoria: Senador Eduardo Suplicy.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 57, 59, de 2009 – CRE e 34, de 2009 – CCT.

Autoria: Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro.

Assunto: Debate sobre o necessário reequipamento das Forças Armadas, especialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, e também, sobre o Projeto Submarino Nuclear Brasileiro – NUC.

CONVIDADO:

Senhor **Nelson Jobim**, Ministro de Estado da Defesa.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 62, DE 2009 – CRE

Requeiro autorização para que missão parlamentar represente esta Casa em viagem oficial à Nova Zelândia e ao Canadá. Informo que esta missão parlamentar terá a minha participação e do Senador Heráclito Fortes da seguinte forma: o Senador Heráclito Fortes desempenhará a missão na Nova Zelândia no período de 04 a 11 de setembro do corrente e a minha participação será, também, na Nova Zelândia e Canadá no período de 07 a 14 de setembro do corrente, conforme programação anexa.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 63, DE 2009 – CRE

Nos termos dos artigos 39, inciso I e 40, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para que o Senador João Tenório cumpra missão oficial no período de 7 a 9 de setembro, representando a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em encontro que abordará o tema “O Agro-Negócio no Brasil, e sua inserção Internacional”, a ser realizado na Embaixada do Brasil em Paris, conforme convite anexo.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

03 Ordinárias – Deliberativa.

02 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 43

23 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (não terminativo).

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

01 Mensagem “SF” (não terminativo).

04 Requerimentos “SF” (não terminativo).

12 Requerimentos– CRE.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: Senador FERNANDO COLLOR

Vice Presidente: Senador ELISEU REZENDE

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 597, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide – Combustíveis).

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Jayme Campos.

Parecer Favorável à matéria e à Emenda nº 1 – CRA.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CRA/CI. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 186, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências, para revogar a exigência de que 20% dos militares em exercício na Agência retornem ao Comando da Aeronáutica a cada ano.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos (SF).

Relatoria: Senadora Serys Slhessarenko.

Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Aprovado parecer pela rejeição do Projeto. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para prosseguimento de sua tramitação.

ITEM 03
OFÍCIO “S” Nº 13, DE 2009
(Ofício nº 1.477, de 2008, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha, em atendimento ao § 1º do artigo 28 da Lei nº 11.079, de 2004, informações referentes a parceria público-privada realizada pelo Distrito Federal.

Autoria: Presidente da Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN.

Relatoria “ad hoc”: Senador Paulo Duque.

Parecer Para conhecimento da Comissão, devendo-se enviar cópia da presente deliberação ao Ministério da Fazenda para dar ciência ao órgão competente, nos termos do § 1º do artigo 28 da Lei nº 11.079, de 2004.

Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM 04
AVISO Nº 9, DE 2009
(Aviso nº 120, de 2009, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 241/2009, proferido nos autos do processo nº TC 002.811/2006-6, referente ao acompanhamento de licitação para concessão de serviço de transporte de passageiros por meio de Trem de Alta Velocidade – TAV, no trecho compreendido entre os Municípios do Rio de Janeiro e São Paulo.

Autoria: Presidente do Tribunal de Contas da União.

Relatoria “ad hoc”: Senador João Durval.

Parecer Pelo conhecimento, por esta Comissão, da matéria constante do Aviso 9, de 2009, e pelo posterior arquivamento; e pelo encaminhamento, à Mesa do Senado Federal, de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado dos Transportes.

Resultado: Aprovado o Parecer.

ITEM 05
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera o artigo 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, que “Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências”, para determinar que a produção de biocombustíveis seja regida por critérios socioambientais.

Autoria: Senador Valdir Raupp.

Relatoria: Senador Gilberto Goellner.

Parecer Favorável à matéria.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, em decisão terminativa.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 – CI**

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, dentro da programação da Agenda 2009/2015 – Desafios Estratégicos Setoriais, para se debater o Marco Regulatório do Pré-Sal, no mês de outubro deste ano.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 10 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, aprovada em 26.03.2009.

Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.

Assunto: Debate sobre “Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento” – 1º Painel.

CONVIDADOS:

Senhor **Glauco Antônio Truzzi Arbix**, Professor da USP e Coordenador Executivo do Observatório da Inovação e Competitividade do Instituto de Estudos Avançados (IEA) – USP.

Senhor **Júlio Sérgio Gomes de Almeida**, Professor da UNICAMP e Ex-Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 27, de 2009 – CI.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Assunto: Debate sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

CONVIDADO:

Senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 – CI**

Requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009, que “Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências”, tendo como convidados: senhor **Arthur Badin**, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE; representantes das **Agências Reguladoras**; e representantes da **Casa Civil**.

Autoria: Senador Delcídio Amaral.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, aprovada em 26.03.2009.

Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.

Assunto: Debate sobre “Infraestrutura e Retomada do Crescimento: Visões da Crise” – 2º Painel.

CONVIDADOS:

Senhor **Ralph Lima Terra**, Vice-Presidente Executivo da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base; e

Senhor **Eduardo de Freitas Teixeira**, Economista, Sócio Diretor da Empresa Creta.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 – CI

Requeiro nos termos do § 2º do artigo 58 da Constituição Federal, combinado com o artigo 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública perante esta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença do Senador **Edison Lobão**, Ministro de Estado de Minas e Energia, para discutir sobre as tratativas e propostas do Marco Regulatório do Pré-Sal.

Autoria: Senador Delcídio Amaral.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 253, DE 2009 NÃO TERMINATIVO

Regulamenta a transmissão, a qualquer título, de permissão para a exploração de serviço de táxi.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini.

Parecer Favorável à matéria com a emenda substitutiva que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CI (Substitutiva). A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 – CI

Requeiro, nos termos regimentais, Audiência Pública junto a Comissão de Serviço de Infraestrutura do Senado Federal para debater o transporte coletivo do entorno do DF e cidades de Goiás, os valores das tarifas e o serviço prestado. Convidando o senhor **José Roberto Arruda**, Governador do Distrito Federal; senhor **Alcides Rodrigues**, Governador do Estado de Goiás; senhor **Bernardo Figueiredo**, Presidente da ANTT; senhor **João Pereira**, Presidente da Associação em prol da Luta dos Usuários de Transporte

coletivo do Entorno – ALUTE; e senhora **Lidiane Mendes**, Presidenta da Associação dos Usuários do Transportes Coletivo de Brasília e do Entorno – AUTRANC.

Autoria: Senadores Jayme Campos e Marconi Perillo.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 24 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, aprovada em 26.03.2009.

Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.

Assunto: Debate sobre “Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento: Energia – Recursos Energéticos e Desafios Estratégicos” – 3º Painel.

CONVIDADOS:

Senhor **Jerson Kelman**, Professor da Coordenação de Programação de Pós-Graduação em Engenharia – COPPE, Ex-Presidente da ANA e Ex-Diretor Geral da ANEEL;

Senhor **Maurício Tiomno Tolmasquim**, Especialista em Planejamento e Matriz Energética e Presidente da Empresa de Planejamento em Energia;

Senhor **Adilson de Oliveira**, Professor Titular e Diretor Executivo do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e

Senhor **Nelson Hubenr**, Engenheiro Eletricista pela UFF, Diretor- Geral da ANEEL; Ex-Diretor da ABRADÉE, Ex-Chefe de Gabinete, Secretário Executivo, Ministro Interino das Minas e Energia.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009 – CI

Requer na forma do disposto no artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos V e IX do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a comparecer a esta Comissão a senhora **Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli**, Secretária-Executiva do Ministério da Saúde, para explanar a respeito do saneamento básico nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009 – CI

Requer na forma do disposto no artigo 58, § 2º, incisos III e V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos III e V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado a comparecer a esta Comissão o senhor **Luciano Coutinho**, Presidente do BNDES, para explanar sobre os investimentos, linhas de financiamento e disponibilidade de créditos do Banco nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, especialmente naquelas ligadas ao setor da infraestrutura, bem como as previsões de participação e atuação da instituição na exploração do petróleo na camada do pré-sal.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 45, DE 2009 – CI

Requer na nos termos do artigo 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública conjunta entre essa Comissão e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a finalidade de analisar e debater os impactos resultantes da publicação e aplicação do Decreto nº 6.620/08 e da Resolução ANTAQ nº 1.401/09, especialmente a inibição de investimentos privados na construção de terminais portuários privativos destinados à movimentação de cargas próprias e de terceiros e o impacto dessa inibição para o agravamento do “apagão portuário” já anunciado pelo Tribunal de Contas da União – TCU. À oportunidade, sugiro que sejam convidados para participarem da presente audiência pública: senhor **Fernando Fialho**, Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; senhor **Willen Mantelli**, Diretor-Presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários – ABTP; representante da **Confederação Nacional da Indústria – CNI**; e representante da **Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA**.

Autoria: Senadores Wellington Salgado de Oliveira e Kátia Abreu.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
OFÍCIO “S” Nº 42, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Encaminha ao Senado Federal o Relatório de Desempenho Regulatório da ANAC de 2008.

Autoria: Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Relatoria: Senador Francisco Dornelles.

Parecer: Pelo arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado parecer pelo arquivamento do Ofício “S”.

ITEM Nº 05

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2009 – CI

Requer aditamento ao Requerimento nº 45, de 2009 – CI, no sentido de que seja ouvido representante da Confederação Nacional do Transportes na audiência pública conjunta entre as Comissões de Infraestrutura – CI e a de Agricultura e Reforma Agrária – CRA relacionado ao “apagão portuário”.

Autoria: Senador Eliseu Resende.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 31 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento a Agenda Desafios Estratégicos Setoriais, aprovada em 26.03.2009.

Autoria: Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello.

Assunto: Debate sobre “Infraestrutura para Inovação e Desenvolvimento: Petróleo, Etanol e Biocombustíveis – Diferenciais Estratégicos” – 4º Painel.

CONVIDADOS:

Senhor **Adriano Pires**, Consultor de Termelétricas e Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE, da UFRJ, e Professor da UFRJ;

Senhor **Marcos Sawaya Janck**, PhD pela FEA e Mestre em Políticas Agrícolas em Montpellier, França, foi Professor visitante nas Universidades de Georgetown e Missouri-Columbia, nos EUA. É Diretor do Departamento de Agronegócios da FIESP e Presidente da ÚNICA; e

Senhor **Sérgio Valdir Bajay**, Professor de Planejamento Energético e Engenharia Mecânica e de Petróleo na UNICAMP, Pesquisador e Consultor nas áreas de Energia e Planejamento Energético da UNICAMP – Matriz Energética.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 47, DE 2009 – CI**

Requeiro nos termos regimentais, a criação de Grupo de Trabalho no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de debater e elaborar proposta de um Marco Regulatório dos Biocombustíveis, a ser integrado pelos seguintes membros: Senador **Inácio Arruda**, como Coordenador; Senador **Gilberto Goellner**; e Senador **Dalcídio Amaral**.

Autoria: Senador Fernando Collor.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 08

03 Extraordinárias – Deliberativa.

05 Extraordinárias – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 19

04 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

02 Ofícios “S” (não terminativo).

01 Aviso (não terminativo).

02 Emenda – CI.

10 Requerimentos – CI.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

Presidente: Senador LEOMAR QUINTANILHA

Vice Presidente: Senador CÉSAR BORGES

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO REQUERIMENTO Nº 14, DE 2009 - CDR

Requeiro, nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à organização e promoção do Projeto “O Poder Legislativo fazendo parte do Time da Copa de 2014”, a ser realizado em parceria com a Comissão de Turismo e Desporto – CTD da Câmara dos Deputados, e com o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte – CE do Senado Federal, na forma de Fóruns nos Estados Sedes da Copa do Mundo de 2014.

Autoria: Senadores Leomar Quintanilha e Antônio Carlos Valadares.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM AS COMISSÕES
DE ASSUNTOS ECONÔMICOS E A DE ASSUNTOS SOCIAIS.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 40, de 2009 – CAE, 11, de 2009 – CDR e 63, de 2009 – CAS.

Autoria: Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles, Leomar Quintanilha e César Borges.

Autoria do Projeto: Senador Leomar Quintanilha.

Relatoria: Senador César Borges (CAE).

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Gil Siuffo**, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC, representando o senhor **Antônio Oliveira Santos**, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC;

Senhor **Nelson de Abreu Pinto**, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur;

Senhor **Norton Luiz Lenhart**, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS;

Senhor **Moacyr Roberto Tesh Auersvald**, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH;

Senhor **Mário Beni**, Professor da Universidade de São Paulo – USP;

Senhor **Plínio Sarti**, Consultor da Área Sindical e Trabalhista;

Senhor **Francisco Aparecido Cordão**, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; e

Senhora **Léa Viveiros Castro**, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Educação Comercial – SENAC.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01****PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2003 – COMPLEMENTAR.
NÃO TERMINATIVO**

Autoriza o Poder Executivo a criar a Mesorregião Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Senador Pedro Simon.

Relatoria “ad hoc”: Senador Tasso Jereissati.

Parecer: Favorável à matéria e às Emendas 1 e 2 – CCJ, e com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ/CDR e 3 – CDR.

ITEM Nº 02
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Autoria: Comissão de Assuntos Econômicos.

Relatoria “ad hoc”: Senador Tasso Jereissati.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDR.

ITEM Nº 03
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 268, DE 2009
NÃO TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.989, de 1995, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.

Autoria: Senador Renan Calheiros.

Relatoria “ad hoc”: Senador Jefferson Praia.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1 – CDR. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ITEM Nº 04
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2007
NÃO TERMINATIVO

Dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, (inclui o Ceará na área de atuação da Codevasf).

Autoria: Deputado Roberto Pessoa.

Relatoria: Senador Tasso Jereissati.

Parecer: Favorável à matéria e às Emendas 1 e 2 – CCJ.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs. 1 e 2 – CCJ/CDR.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2009 – CDR.

Autoria: Senadores Leomar Quintanilha e César Borges.

Assunto: Apresentação e debate sobre o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio Norte – PDSRT Meio –Norte, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial instituído pelo Decreto de 6 de novembro de 2008 para esta finalidade.

CONVIDADOS:

Senhor **Júlio Miragaya**, Coordenador-Geral do PDSRT do Meio-Norte do Ministério da Integração Nacional;

Senhor **Ricardo Moesch**, Diretor do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico do Ministério do Turismo;

Senhora **Ana Clévia Guerreiro Lima**, Coordenadora-Geral de Regionalização do Ministério do Turismo;

Senhora **Daniela Nascimento**, Gerente Técnica do Programa de Apoio à Sustentabilidade Ambiental do Turismo – PROECOTUR do Ministério do Meio Ambiente;

Senhor **Eugênio Pio Costa**, Coordenador de Transportes da Diretoria de Licenciamento do IBAMA;

Senhor **Adailton Cardoso Dias**, Coordenador-Geral de Planejamento e Programação de Investimento do Ministério dos Transportes – DNIT;

Senhor **Robésio Maciel de Sena**, Diretor do Departamento de Monitoramento do Sistema Elétrico do Ministério de Minas e Energia; e

Senhor **Wilson do Egito**, Diretor do Departamento de Desempenho Operacional da Secretaria Especial de Portos.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 04

02 Extraordinárias – Deliberativa.

01 Extraordinária – Audiência Pública.

01 Conjunto – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 12

03 Projetos de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Lei da Câmara (não terminativo).

07 Emendas – CDR.

01 Requerimento – CDR.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

Presidente: Senador VALTER PEREIRA

Vice Presidente: Senador GILBERTO GOELLNER

REUNIÃO REALIZADA EM 04 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

1ª PARTE

ITEM ÚNICO

TURNO SUPLEMENTAR DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005 TERMINATIVO

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

Autoria: Senadora Lúcia Vânia.

Relatoria: Senadora Kátia Abreu.

Obs: Durante a discussão suplementar, foram apresentadas quatro emendas de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que teve parecer contrário da Relatora Senadora Kátia Abreu.

Resultado: Rejeitadas as Emendas nºs. 1, 2, 3 e 4 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e aprovado o Substitutivo em Turno Suplementar.

EXTRA PAUTA**ITEM 01****REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 - CRA**

Com fulcro no artigo 58, § 2º, incisos III e V, da Constituição da República Federativa do Brasil concomitante com as determinações do artigo 90, incisos II, V e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, do Senado da República, que direcione ofício ao doutor **Paulo Bernardo Silva**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, cobrando informações acerca à questão do Horto Florestal do Município de Limeira, no Estado de São Paulo, cujo assunto já foi amplamente debatido nesta Comissão e levado ao conhecimento daquele Ministério em reunião realizada entre o Ministro **Paulo Bernardo** e integrantes dessa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, considerando as constantes invasões de terra promovidas pelos integrantes do MST naquela localidade.

Autoria: Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Resultado: Aprovado, nos termos do Requerimento de Informações.

ITEM 02**REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 - CRA**

Requer seja realizada, no âmbito desta Comissão, Audiência Pública sobre os processos de registro de agroquímicos, com os seguintes convidados: senhor **Dirceu Raposo de Mello**, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; um representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**; e um representante do **Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA**.

Autoria: Senador Gilberto Goellner.

Resultado: Aprovado.

2ª PARTE**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 28, de 2009 – CRA.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Assunto: Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões fundiárias.

CONVIDADOS:

Senhor **Fábio Meirelles Filho**, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
Senhor **Denis L. Rosenfield**, Sociólogo e Professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; e
Senhor **Fernando Humberto dos Santos**, Juiz e Professor da Pontifícia Universidade Católica – PUC/MG.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAODINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 35, de 2009 – CRA.

Autoria: Senador Gilberto Goellner.

Assunto: Debate sobre os processos de registro de agroquímicos.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Claudio Meirelles**, Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
Senhor **Luis Eduardo Pacifi Rangel**, Coordenador Geral de Agrotóxicos e Afins da Secretaria de Defesa Agropecuária – SDA do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;
Senhor **Reinaldo Aparecido Vasconcelos**, Diretor de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;
Senhora **Kenia Godoy**, Coordenadora de Avaliação Ambiental de Substâncias e Produtos Perigosos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; e
Senhor **Luiz Borges Júnior**, Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Frutas – IBRAF.

Resultado: Realizada.

**REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO
ASSUNTOS ECONÔMICOS.**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimentos aos Requerimentos n.ºs. 25, de 2009 – CRA e 1, de 2009 – CAE.

Autoria: Senadores Augusto Botelho e Eduardo Suplicy.

Assunto: Debate sobre o intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira.

CONVIDADOS:

Senhor **Arthur Badin**, Presidente do Conselho Administrativo da Defesa Econômica – CADE;

Senhor **Flávio de Carvalho Pinto**, Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores – ASSOCITRUS;

Senhor **Christian Lohbauer**, Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos – CITRUS BR; e

Senhor **Eduardo Porfírio**, Diretor da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, representando o senhor **Élio Neves**, Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo – FERAESP.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM ÚNICO

REQUERIMENTO N.º 36, DE 2009 - CRA

Requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, com a finalidade de analisar e debater os seguintes tópicos: **a)** Criação do Consecitrus, contrato padrão para o pagamento da laranja; **b)** Cronograma da apuração de denúncia em apuração pela Secretaria de Direito Econômico – SDE, sobre suspeita de formação de cartel das empresas processadoras que dominam o mercado de sucos de laranja e, por consequência, vem causando a redução da remuneração de produtores e trabalhadores; e **c)** Ações implantadas pelo Governo Brasileiro para combater a doença “Citrus Greening”. Com a participação dos seguintes convidados: senhora **Mariana Tavares de Araújo**, Secretária de Direito Econômico do Ministério da Justiça; senhor **Pedro Antônio Arraes Pereira**,

Diretor-Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; senhor **Reinholde Stephanes**, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e senhor **Antônio Henrique Pinheiro Silveira**, Secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

Autoria: Senadora Kátia Abreu.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 03

01 Extraordinária – Deliberativa.

01 Extraordinária – Audiência Pública.

01 Conjunta – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 04

01 Turno Suplementar (terminativo).

03 Requerimentos– CRA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador VALTER PEREIRA

Vice Presidente: Senador LOBÃO FILHO

REUNIÃO REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

PROJETO DE RESOLUÇÃO “SF” Nº 58, DE 2007

NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre a transmissão, ao vivo dos trabalhos legislativos pela TV Senado.

Autoria: Senador Expedito Júnior.

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Parecer: Favorável à matéria e à emenda apresentada pelos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim na forma da emenda substitutiva que apresenta; e pela rejeição da emenda apresentada pelo Senador Flávio Arns e outros senhores Senadores.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCT (Substitutivo). A matéria vai à Comissão Diretora.

**ITEM Nº 02
OFICÍO “S” Nº 3, DE 2009
NÃO TERMINATIVO**

Dando conhecimento da Recomendação nº 01/2002/MPF/PR/DF/OMJ, proposta pelo Procurador da República, Orlando Martello Júnior, visando anulação da Portaria nº 394, publicada no DOU de 26 de março de 2002, que autorizava à Associação Pró-Desenvolvimento de Padre Bernardo – APRODEM, a execução de serviços de radiodifusão comunitária no município de Padre Bernardo, Estado de Goiás.

Autoria: Ministro de Estado das Comunicações.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o parecer.

**ITEM Nº 03
ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 13, DE 2009 – CCT**

Requeiro nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 13, de 2009 – CCT, apresentado perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, visando debater a importância estratégica da Empresa Alcântara Cyclone Space para a Econômica do Brasil, com o escopo de incluir o senhor **Carlos Menem**, Presidente da Agência Espacial Brasileira.

Autoria: Senadores Antônio Carlos Valadares e Flávio Arns.

Resultado: Aprovado.

**ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 418, DE 2006
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Mar e Céu Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Lobão Filho.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 135, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Lobão Filho.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 251, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Lobão Filho.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 436, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 458, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Antônio Nezinho de Souza – ACANS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 190, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Renato Casagrande.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 250, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 375, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 404, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Efraim Morais.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 461, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultural do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Roberto Cavalcanti.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 520, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Roberto Cavalcanti.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 422, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural João Calvino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 427, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 345, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular – ACOPOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Flávio Torres.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 346, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova União para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Flávio Torres.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 361, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 363, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Brigadistas de Sampaio – ABS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 556, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Efraim Morais.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 386, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 423, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 530, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Flávio Arns.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, com os convidados a serem definidos, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO
DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos n°s 56, 58, 59, 60 e 61, de 2009 – CCJ e 26, de 2009 – CCT.

Autoria: Senadores Flexa Ribeiro, Marco Maciel, Demóstenes Torres e Inácio Arruda.

Autoria do Projeto: Deputado Henrique Eduardo Alves.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo (CCT).

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara n° 141, de 2009, que altera as Leis n°s. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

CONVIDADOS:

Senhor **Nelson Jobim**, Ministro de Estado da Defesa, Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Presidente das Eleições Gerais 2002;

Senhor **Giuseppe Dutra Janino**, Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE;

Senhor **Eduardo Fumes Parajo**, Presidente da Associação Brasileira de Internet – ABRANET;

Senhor **Paulo Tonet Camargo**, Diretor do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais – ANJ;

Doutor **Murillo de Aragão**, Mestre em Ciência Política e Doutor em Sociologia;

Senhor **Jaime Wagner**, do Comitê Gestor da Internet no Brasil – CGI, representante dos Provedores de Acesso e Conteúdo;

Senhor **Fernando Neves da Silva**, Advogado e Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral; e

Senhor **Flávio Dino**, Deputado Federal – PCdoB do Estado do Maranhão.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**ITEM Nº 01
PROJETO DE DO SENADO Nº 86, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela Internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Autoria: Senador Marconi Perillo.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Parecer: Favorável à matéria com uma emenda que apresenta.

Resultado: Aprovado parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1 – CCT. A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

**ITEM Nº 02
AVISO Nº 45, DE 2008
NÃO TERMINATIVO**

Encaminha cópia do Acórdão nº 1.603/2008, proferido nos autos do processo TC. 008.380/2007-1, bem como do respectivo Relatório de Levantamento de Auditoria, objetivando coletar informações acerca dos processos de aquisição de bens e serviços de tecnologia da Informação – TI, de Segurança da Informação, de Gestão de Recursos Humanos de TI, e das principais bases de dados e sistemas da Administração Pública Federal.

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Parecer: Pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o parecer.

**ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 240, DE 2009
TERMINATIVO**

Aprova o ato que outorga permissão à Rocco Júnior & Rocco Ltda-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria “ad hoc”: Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 241, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Organização Madasol de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria “ad hoc”: Senador Efraim Morais.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 549, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Cristovam Buarque.
Parecer: Pela aprovação da matéria.
Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 252, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Barrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.
Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.
Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 07
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Top Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 08
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 201, DE 2008
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Beira – Rio FM Presidente Epitácio S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 09
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 435, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iacri, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Gerson Camata.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 351, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Editora Rádio da Amazônia S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Marques, Estado de Rondônia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 408, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores em Rádio Comunitária, Geração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíso, Estado de Rondônia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Valdir Raupp.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 564, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Nova Rádio Laranjal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 569, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lavrinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavrinhas, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Renato Casagrande.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 14
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 552, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Sérgio Guerra.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 15
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 269, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 16
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 344, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Caminho e Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 17
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 541, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Roberto Cavalcanti.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 18
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 415, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Novo Tempo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Suaçui, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 19
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 550, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 20
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 188, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Educacional, Cultural Recreativa e de Radiodifusão JJIRÉ – AJJÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elísio Medrado, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 21
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 368, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Mortugaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mortugaba, Estado da Bahia.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Antônio Carlos Júnior.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 22
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 433, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 23
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 445, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Parque Niágara de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Marcelo Crivella.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 24
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 452, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à ACIPA - Associação Comunitária de Palmeirante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirante, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador João Ribeiro.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 25
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 527, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Industrial Taguatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taguatinga, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador João Ribeiro.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 26
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 139, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão a 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Lobão Filho.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 27
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 211, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alexânia, Estado de Goiás.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador Lobão Filho.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 28
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 431, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Líder de Passos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 29
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 437, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à FADEMA – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 30
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 455, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria “ad hoc”: Senador João Ribeiro.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 31
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 439, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Curuçá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curuçá, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 32
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 551, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

PAUTA EXTRA

ITEM Nº 01
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 524, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Metropolitana FM de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 02
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 581, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 03
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 609, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Rolante FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Sérgio Zambiasi.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 04
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 546, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Record do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (Televisão) na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 05
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 591, DE 2009
TERMINATIVO

Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cametá, Estado do Pará.

Autoria: Poder Executivo.

Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Parecer: Pela aprovação da matéria.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 27, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos regimentais seja realizada Audiência Pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e da Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2009 que “Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências”, tendo como convidados: senhor **Mauro Grinberg**, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos em Direito Concorrencial e Comércio Exterior – IBRAC; senhor **Pedro Zanotta**, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da OAB/SP; senhor **Nelson Hubner**, Presidente da ANEEL, representando o Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras; senhor **Ronaldo Sardenberg**, Presidente da ANATEL; senhor **Aurélio Rios**, Subprocurador-Geral da República – MPF; senhor **Arthur Badin**, Presidente do Conselho Administrativo de Direito Econômico – CADE; senhora **Mariana Tavares**, Secretária da Secretaria de Direito Econômico/MJ; e senhor **Antônio Henrique da Silveira**, Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos – SEAE/MF.

Autoria: Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública, conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que “altera as Lei nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”. Para que possamos ampliar o debate e ouvir posições diversas sobre a informatização dos pleitos eleitorais, como já ocorreu na Câmara dos Deputados, onde a divergência de posições contribuiu significativamente para o aprofundamento do conhecimento da matéria, sugiro a participação dos seguintes professores universitários e técnicos da área de informática: Professor Doutor **Jorge Stolfi**, da UNICAMP, Professor Titular do Instituto de Computação da UNICAMP; Professor Doutor **Clóvis Torres Fernandes**, Professor Associado da Divisão de Ciência da Computação do ITA; Professor **Pedro Dourado Rezende** da UnB, Matemático e Criptógrafo, Professor de Criptografia e Ciência da Computação da Universidade de Brasília – UnB; Engenheiro **Amilcar Brunazo Filho**, representante técnico do PDT para acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais desde 2000; senhor **Frank Varela de Moura**, Delegado Nacional do PT e representante técnico do partido para o acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais desde 2004; e senhor **Marco Antônio Machado de Carvalho**, analista de sistemas e representante técnico do PR para acompanhamento do desenvolvimento dos sistemas eleitorais em 2008.

Autoria: Senadores Renato Casagrande e Flávio Torres.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos regimentais, realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ para discussão e aprofundamento da apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que “altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”. Solicito as providências necessárias da Presidência no sentido de determinar uma data na qual a Comissão de Ciência e Tecnologia, se reúna conjuntamente com a CCJ, tendo em vista a aprovação de Requerimento de igual teor no âmbito daquela Comissão, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, para tanto convidamos as senhoras: **Fátima Nancy**, Ministra do STJ;

Nilcéia Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; **Eva Blay**, Doutora em Sociologia, Professora da USP e Ex-Senadora.

Autoria: Senador Flávio Torres.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 113, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que “Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Leis dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”. Seja analisado em conjunto pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Autoria: Senador Eduardo Azeredo.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CCT

Requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o General **Augusto Heleno**, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, para discutir as atividades deste departamento, e a implantação do Centro Tecnológico do Exército em Campinas.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 11

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CCT

Dando continuidade ao Ciclo de Debates sobre Ciência e Tecnologia na Amazônia, no âmbito desta Comissão e em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, requeiro nos termos do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para a 3ª Audiência Pública sobre o tema acima citado: Reitor da **Universidade Federal do Acre – UFAC**; Reitor da **Universidade Federal do Amapá – UNIFAP**; Reitor da **Universidade Federal do Amazonas – UFAM**; Reitor da **Universidade Federal do Pará – UFPA**; Reitor da **Universidade Rural da**

Amazônia – UFRA; Reitor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR; Reitor da Universidade Federal de Roraima – UFRR; e Reitor da Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Autoria: Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 63, 64, 69 de 2009 – CCJ, 28, 29 e 33, de 2009 – CCT.

Autoria: Senadores Serys Slhessarenko, Flávio Torres, Renato Casagrande e Sérgio Zambiasi.

Autoria do Projeto: Deputado Henrique Eduardo Alves.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo (CCT) e Marco Maciel (CCJ).

Assunto: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que “Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

CONVIDADOS:

Senhora **Nilcéia Freire**, Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres;

Senhor **Giuseppe Dutra Janino**, Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE;

Senhor **Jorge Stolfi**, Professor Titular do Instituto de Computação da Unicamp;

Senhor **Amilcar Brunazo Filho**, Representante Técnico do PDT para acompanhamento do Desenvolvimento dos Sistemas Eleitorais desde 2000; e

Senhor **Mamede Lima Marques**, Professor Titular da Universidade de Brasília e Membro do Comitê Multidisciplinar instituído pela Portaria TSE nº 192.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA

Senhora **Eva Blay**, Doutora em Sociologia, Professora da Universidade de São Paulo – USP e Ex-Senadora.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO**
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 – CCT

Nos termos do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a inclusão do nome do senhor **Mamede Lima Marques**, Professor Titular da Universidade de Brasília e Membro do Comitê Multidisciplinar instituído pela Portaria TSE nº 192, na audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009.

Autoria: Senador Flávio Torres.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE CONSTITUÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.**NÃO HOUVE DELIBERAÇÃO****ITEM ÚNICO**
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 141, DE 2009
(PL. 05498, de 2009, na origem)
NÃO TERMINATIVO

Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral.

Autoria: Deputado Henrique Eduardo Alves.

Relatoria na CCT: Senador Eduardo Azeredo.

Relatoria na CCJ: Senado Marco Maciel.

Parecer: Favorável à matéria com oito emendas que apresenta; favorável às Emendas nºs. 1, 2, 5, 11, 14, 15 e 22 apresentadas perante a CCT; favorável às Emendas nºs. 4, 12, 13, 20, 23 e 40 apresentadas perante a CCJ; favorável parcialmente às Emendas nºs. 3, 4, 6, 9, 10, 12, 13, 17, 20, 21, 23 e 33 apresentadas perante a CCT; favorável parcialmente às Emendas nºs. 1, 5, 8, 14, 16, 17 e 24 apresentadas perante a CCJ; contrário às Emendas nºs. 7, 8, 16, 19 e 24 a 32 apresentadas perante a CCT; contrário às Emendas nºs. 2, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 18, 19, 21, 22 e 25 a 39 apresentadas perante a CCJ.

Resultado: Concedida vista nos termos regimentais.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Em atendimento ao Requerimento nº 24, de 2009 – CCT.

Autoria: Senadores Papaléo Paes e João Ribeiro.

Assunto: Debate sobre a Radiodifusão Comunitária e Radiodifusão Educativa, em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução dos serviços.

CONVIDADOS:

Senhor **Marcelo Bechara**, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações;

Senhor **Edilson Ribeiro dos Santos**, Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL;

Senhor **Paulo Machado de Carvalho Neto**, Membro do Conselho Superior da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, ABERT;

Senhor **Marcelo Cordeiro**, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações – ABRATEL;

e
Senhor **Clementino dos Santos Lopes**, Coordenador Executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária – ABRACO.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA**ITEM ÚNICO****REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CCT**

Requeiro nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para debater o necessário reequipamento das Forças Armadas – FFAA, especialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, considerando os seguintes pontos: **a)** com quais cenários de conflitos internacionais envolvendo o Brasil, trabalham nossas Forças Armadas; **b)** quais os necessários equipamentos para enfrentar os conflitos baseados nesses cenários e em que forma os novos equipamentos são armas necessárias; **c)** como nesses cenários o conhecimento de ciência e tecnologia é considerado em recurso fundamental; **d)** além do reequipamento físico, quais as

necessidades e recursos necessários e métodos para o equipamento científico e tecnológico inclusive com apoio ao ITA e ARAMAR; e) quais os recursos necessários para o fortalecimento dos serviços de inteligência internacional. Para debater o assunto, sugerimos o próprio Ministro **Nelson Jobim**.

Autoria: Senador Flávio Torres.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2009, EM CONJUNTO COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento aos Requerimentos nºs 57, 59, de 2009 – CRE e 34, de 2009 – CCT.

Autoria: Senadores Cristovam Buarque, Eduardo Azeredo e Flexa Ribeiro.

Assunto: Debate sobre o necessário reequipamento das Forças Armadas, especialmente nos aspectos relacionados com a compra de submarinos e aviões de combate, e também, sobre o Projeto Submarino Nuclear Brasileiro – NUC.

CONVIDADO:

Senhor **Nelson Jobim**, Ministro de Estado da Defesa.

Resultado: Realizada.

TOTAL DE REUNIÕES: 07

02 Extraordinárias – Deliberativa.

01 Extraordinária – Audiência Pública.

01 Conjunta – Deliberativa.

03 Conjuntas – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 75

59 Projetos de Decreto Legislativo (SF) (terminativo).

01 Projeto de Lei do Senado (não terminativo).

01 Projeto de Resolução (SF) (não terminativo).

01 Aviso (não terminativo).

01 Ofício “S” (não terminativo).

02 Emendas – CCT.

09 Requerimentos – CCT.

01 Aditamento – CCT.

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS - CMMC

Presidenta: Senadora IDELI SALVATTI

Vice Presidenta: Deputada VANESSA GRAZZIOTIN

Relator: Deputado COLBERT MARTINS

REUNIÃO REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2009 – CMMC

Requeiro nos termos regimentais que seja solicitada ao Ministro de Estado de Relações Exteriores, cópia do documento encaminhado pelo Governo Brasileiro à Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática – CMNUCC.

Autoria: Deputada Vanessa Grazziotin.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02

REQUERIMENTO Nº 29, DE 2009 – CMMC

Requer a realização de Audiência Pública com as autoridades nomeadas, para debate de questões fundamentais para as definições de política ambiental global na Conferência das Partes de Copenhagen face ao aquecimento global de origem antrópica, às mudanças climáticas, e às políticas e medidas de governo para a mitigação e contenção de efeitos do aquecimento global, com a presença dos seguintes convidados: **1ª Audiência:** senhor **Carlos Nobre**, Pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE; e senhor **José Morengo**, Pesquisador do Instituto de Pesquisas Espaciais – INPE e do Centro de Previsão do Tempo e Estudos Climáticos, para discorrerem sobre os Aspectos-chave para adaptação às mudanças climáticas e ao aquecimento Global de origem antrópica. **2ª Audiência:** Embaixador **Luiz Alberto Figueiredo**, Chefe da Delegação Diplomática Brasileira em Posnam, 14ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto; e senhor **Paulo Moutinho**, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia –

IPAM, para discorrerem sobre a Redução de Emissões Derivadas do Desmatamento- REDD. **3ª Audiência:** senhor **José Goldemberg**, Ex-Ministro de Ciência e Tecnologia, Professor honorário do Instituto de Estudos Avançados – IPEA/USP, para discorrer sobre a Transferência de tecnologia e de recursos financeiros para países emergentes e a redução da pobreza no combate ao aquecimento global de origem antrópica e, **4ª Audiência:** Senador Edison Lobão, Ministro de Estado de Minas e Energia; e senhora **Lina Maria Vieira**, Ex-Secretária da Receita Federal, para discorrerem sobre a Taxação do carbono (carbon tax).

Autoria: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03

REQUERIMENTO Nº 30, DE 2009 – CMMC

Requer a constituição de um Grupo de Trabalho, no âmbito da CMMC, com quatro parlamentares, para acompanhar o processo de organização da II Conferência Internacional: Clima, Sustentabilidade e Desenvolvimento em Regiões Semiáridas – ICID+18, que ocorrerá entre os dias 16 e 20 de agosto de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Autoria: Senador Inácio Arruda e Deputado Sarney Filho.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2009 – CMMC

Requer, na forma do artigo 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal e do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados o senhor **Carlos Minc**, Ministro de Estado do Meio Ambiente; senhor **René Barreia**, Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará; e o senhor **Antônio Rocha Magalhães**, Diretor da Conferência Internacional sobre Impactos – ICID, para, em Audiência Pública, debater sobre a agenda da ICID+18, que, ocorrerá em agosto de 2010, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.

Autoria: Senador Inácio Arruda, e Deputados Sarney Filho e Rebecca Garcia.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CMMC

Requer que a Audiência Pública regional, prevista no calendário da Comissão (Requerimento nº 12, de 2009 – CMMC), a ser realizada na Região Nordeste, ocorra na cidade de Salvador/BA.

Autoria: Deputados Jorge Khoury e Colbert Martins.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06
REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 – CMMC

Requer em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2009 – CMMC, aprovado no dia 09 de junho de 2009, que propõe Audiência Pública objetivando “discutir a Instrução Normativa nº 07/09 do IBAMA, que estabelece que no procedimento de licenciamento ambiental deverão ser adotadas medidas que visem à mitigação das emissões de dióxido de carbono oriundos da geração de energia elétrica de usinas termelétricas movidas a óleo e a carvão”, para re-ratificar os nomes das autoridades convidadas, nele especificados, solicitando a participação naquela audiência dos senhores **José Domingos Lopez Miguez**, Coordenador-Geral de Mudanças Globais do Ministério de Ciência e Tecnologia; **Márcio Zimmermann**, Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia; **Roberto Messias Franco**, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Naturais e Renováveis – IBAMA; **Maurício Tolmasquim**, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética – EPE; bem como das senhoras **Isabela Teixeira**, Secretária-Executiva do Ministério do Meio Ambiente, e **Sílvia Calou**, Coordenadora do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico.

Autoria: Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07
REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos regimentais, Audiência Pública Regional desta Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, a realizar-se no dia 14 de agosto de 2009, no Auditório Deputada Antonieta de Barros/ALESC, com a participação dos membros da Comissão de Turismo e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para debater as Mudanças Climáticas e Desastres Naturais no Estado.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08
REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CMMC

Requer, nos termos do artigo 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, Audiência Pública com a presença do senhor **Tasso Rezende de Azevedo**, Consultor do Ministério do Meio Ambiente na área de mudanças climáticas, com o objetivo de apresentar em panorama geral das negociações internacionais no âmbito da Convenção de Mudanças Climáticas e para fazer uma exposição sobre o mecanismo REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação), enfocando aspectos conceituais, riscos e oportunidades da adoção desse mecanismo para o Brasil, para a proteção das florestas e para o enfrentamento da crise climática global.

Autoria: Senadora Marina Silva.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 09
REQUERIMENTO Nº 36, DE 2009 – CMMC

Requer Audiência Pública com a presença do senhor **Tasso Rezende de Azevedo**, Assessor Especial do Ministério do Meio Ambiente; e do senhor **Virgílio Vianna**, Diretor Executivo da Fundação Amazônia Sustentável.

Autoria: Deputado Rebecca Garcia.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 10
REQUERIMENTO Nº 37, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos regimentais, que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC, se faça representar por alguns de seus membros, na Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da OUN- COP 15, que acontecerá no período de 7 a 18 de dezembro de 2009, em Copenhague – Dinamarca.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti e Deputado Colbert Martins.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 11 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)**ITEM ÚNICO
REQUERIMENTO Nº 38, DE 2009 – CMMC**

Requeremos, aditamento ao Requerimento nº 37, de 2009 – CMMC, aprovado em 6 de agosto de 2009, a definição dos membros da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, para comporem a Delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, em Copenhagem – Dinamarca, a realizar-se em dezembro de 2009, com a seguinte composição: Senadora **Ideli Salvatti**, Presidenta da Comissão; Deputada **Vanessa Grazziotin**, Vice-Presidenta da Comissão; Deputado **Colbert Martins**, Relator da Comissão; Deputado **Sarney Filho**, Membro; Senador **Jefferson Praia**, Membro; Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, Membro; Deputado **Jorge Khoury**, Membro; Deputado **Rômulo Gouveia**, Membro; Deputado **Luiz Carreira**, Membro; e Deputada **Rebecca Garcia**, Membro.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti e Deputado Colbert Martins.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2009 (EXTRAORDINÁRIA)**AUDIÊNCIA PÚBLICA REGIONAL**

Em atendimento ao Requerimento nº 34, de 2009 – CMMC.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti.

Assunto: Debate sobre Mudanças Climáticas e Desastres Naturais em Santa Catarina.

CONVIDADOS:

Senhor **Luiz Augusto Toledo Machado**, do INPE;
Senhora **Maria Laura G. Rodrigues**, EPACO/CIRAM;
Senhor **Sandro Luiz Schlindwein**, Professor da UFSC;
Senhor **Valmor Schiochet**, Professor da FURB;
Senhor **Luiz Eduardo Couto de Oliveira Souto**, Promotor do MPE/SC;
Senhor **Mário Mantovani**, do SOS Mata Atlântica;
Senhor **Virgílio Maurício Viana**, da Fundação Amazônia Sustentável;
Senhor **Márcio Luiz Alves**, Major da Defesa Civil de Santa Catarina;
Senhor **Massato Kobayama**, Professor da UFSC;

Senhor **Tadeu Santos**, da ONG “Sócios da Natureza”;
Senhor **Ivo Bucaresky**, Chefe de Gabinete do Ministro do Meio Ambiente; e
Senhor **Rivaldo Antônio Macari**, Prefeito de Bom Jesus da Serra e representante da FECAM.

Resultado: Realizada.

Obs: Ao final da Audiência, foi aprovado a “Carta de Florianópolis”.

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)

ITEM ÚNICO

Apresentação do resultado da Audiência Pública Regional, realizada na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti.

Resultado: Realizada.

REUNIÃO REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2009 (ORDINÁRIA)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2009 – CMMC.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti.

Assunto: Debate sobre perspectivas do Brasil para a COP-15.

CONVIDADO:

Senhor **Sérgio Barbosa Serra**, Embaixador Extraordinário para a Mudança de Clima, representando o senhor **Celso Amorim**, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Resultado: Realizada.

EXTRA PAUTA

ITEM Nº 01

REQUERIMENTO Nº 5, DE 2009 – CMMC

Requer que seja realizada reunião de Audiência Pública para debater o processo de validação de projetos de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo – MDL, pelo Comitê Executivo do MDL.

Autoria: Deputados José Guimarães e Vanessa Grazziotin.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 02
REQUERIMENTO Nº 6, DE 2009 – CMMC

Requer que seja realizada reunião de Audiência Pública para debater a regulamentação do Mercado de Carbono no Brasil através da geração de Redução Certificada de Emissão – RCE em projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL.

Autoria: Deputados José Guimarães e Vanessa Grazziotin.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03
REQUERIMENTO Nº 39, DE 2009 – CMMC

Requer a realização de Audiência Pública para ouvir representantes do Grupo de Trabalho do Ministério da Integração, para discutir propostas do Plano Amazônia Sustentável, em data a ser posteriormente definida.

Autoria: Deputada Vanessa Grazziotin.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 04
REQUERIMENTO Nº 40, DE 2009 – CMMC

Requer em aditamento ao Requerimento nº 27, de 2009 – CMMC, aprovado em 9 de junho de 2009, que seja incluído no rol dos convidados para a Audiência Pública para discutir a Instrução Normativa nº 7/09 do IBAMA, o nome do senhor **Cláudio J. D. Sales**, Presidente do Instituto Acende Brasil.

Autoria: Senador Renato Casagrande.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 05
REQUERIMENTO Nº 41, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos regimentais, que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas promova Seminário, nas dependências do Senado Federal, para debater o projeto “Copa Limpa”, na primeira quinzena de novembro de 2009, com a participação dos seguintes setores: **Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014; Confederação Brasileira de Futebol; Ministério dos Esportes; Ministério do**

Meio Ambiente; Poder Público Municipal das 12 cidades-sede; e Organizações Sociais e Empresarias.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 06

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2009 – CMMC

Requer nos termos regimentais, que a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas realize Audiências com os Ministros da **Ciência e Tecnologia; da Integração Nacional; da Educação; e da Justiça**, para tratar dos seguintes assuntos: Criação de um Centro Nacional de Climatologia e Mudanças Climáticas e Criação de um Centro Nacional de Referência em Defesa Civil e Catástrofes.

Autoria: Senadora Ideli Salvatti.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 07

REQUERIMENTO Nº 43, DE 2009 – CMMC

Requer que seja realizada Audiência Pública regional, no dia 23 de outubro de 2009, na cidade de Fortaleza, para debater as Mudanças Climáticas e a Desertificação no Estado do Ceará.

Autoria: Deputado José Guimarães.

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 08

REQUERIMENTO Nº 44, DE 2009 – CMMC

Requer em aditamento aos Requerimentos n.ºs. 37 e 38, de 2009 – CMMC, aprovados por unanimidade nesta Comissão, em reunião realizada no dia 25 de agosto do ano em curso, a inclusão do nome do Deputado **José Guimarães**, para compor a Delegação que irá participar da Conferência Internacional das Mudanças Climáticas da ONU – COP 15, em Copenhague (Dinamarca), a realizar-se em dezembro de 2009.

Autoria: Senador Ideli Salvatti e Deputado Colbert Martins.

Resultado: Aprovado.

TOTAL DE REUNIÕES: 05

02 Ordinárias – Deliberativa.

01 Ordinária – Audiência Pública.

01 Extraordinária – Deliberativa.

01 Extraordinária – Audiência Pública.

MATÉRIAS APRECIADAS: 19

19 Requerimentos – CMMC.

TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS COMISSÕES: 65
TOTAL GERAL DE REUNIÕES DAS SUBCOMISSÕES: 02
TOTAL GERAL DE MATÉRIAS APRECIADAS: 369

C.2 - SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Relatório da SSCEPI – 02/02/2009 a 31/08/2009											
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO – CPI											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Req. Aprov.	Nº de Req.	Nº Docs Recebidos	Proposições					Obs.
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	
CPI	ONGs RQS 201/2007	5	8	16	204						
CPI	PEDOFILIA RQS 200/2008	15	86	86	187			4	6		
CPI	PETROBRÁS RQS 569/2009	5	64	142	38						
COMISSÕES TEMPORÁRIAS - CT											
Tipo	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	PLS	
CT	REFORMA DO REGIMENTO RQS 208/2008	10							1		
CT	CÓDIGO DE PROCESSO PENAL PLS 156/2009	10					1				
COMISSÃO											
	Nome	Total Reuniões	Nº de Req.	Req. Aprov.	Proposições						Obs.
					PEC	PLC	REQ	PL	PRS	PLS	
	CRISE FINANCEIRA AT 16/2009	10									Em 18.06.09 foi aprovado o 1º relatório parcial

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Conjunta, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor E Fiscalização e Controle do Senado Federal; de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio—Cd; Finanças e Tributação—Cd; Fiscalização Financeira e Controle—Cd e com a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização—Cn, Realizada em 27 de Maio de 2009, às 14:30 Horas, no Plenário nº 2, Anexo II da Câmara dos Deputados.

Às quinze horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e sete de maio do ano de dois mil e nove, sob a Presidência do Senador Almeida Lima, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, reúnem-se as Comissões de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE/SF); de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal (CMA/SF); Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO/CN); de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados (CFT/CD); de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados (CDEIC/CD); de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD), no Plenário 2, do Anexo II da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, titular da CAE/SF, Roberto Cavalcanti, suplente da CAE/SF e suplente da CMO/CN, e João Vicente Claudino, titular da CAE/SF e titular da CMO/CN, e, ainda, do Senador Augusto Botelho, titular da CMO/CN, e dos Deputados Aelton Freitas, titular da CFT/CD, Alex Canziani, suplente da CMO/CN, Alfredo Kaefer, titular da CFT/CD, Antônio Andrade, titular da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Arnaldo Madeira, titular da CFT/CD, Carlos Eduardo Cadoca, suplente da CMO/CN e suplente da CDEIC/CD, Carlos Melles, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Carlos Willian, titular da CFFC/CD, Claudio Cajado, titular da CMO/CN, Cleber Verde, titular da CMO/CN, Devanir Ribeiro, titular da CFFC/CD, Duarte Nogueira, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Edinho Bez, suplente da CFFC/CD, Edson Aparecido, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Eduardo Valverde, titular da CMO/CN, Eudes Xavier, suplente da CMO/CN, Eunício Oliveira, suplente da CMO/CN, Felipe Bornier, suplente da CFFC/CD, Félix Mendonça, titular da CFT/CD, Geraldo Resende, titular da CMO/CN, Gonzaga Patriota, suplente da CMO/CN, Gorete Pereira, titular da CMO/CN, Guilherme Campos, titular

da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Humberto Souto, titular da CMO/CN e suplente da CFFC/CD, Jerônimo Reis, titular da CMO/CN, Jilmar Tatto, titular da CMO/CN, João Carlos Bacelar, titular da CMO/CN, João Dado, titular da CMO/CN, titular da CFT/CD e suplente da CFFC/CD, João Magalhães, suplente da CMO/CN, suplente da CFT/CD e titular da CFFC/CD, João Oliveira, suplente da CFT/CD, José Airton Cirilo, suplente da CMO/CN, José Chaves, titular da CMO/CN, José Guimarães, titular da CDEIC/CD, Júlio Cesar, titular da CFT/CD, Laurez Moreira, titular da CMO/CN e titular da CDEIC/CD, Leandro Vilela, suplente da CMO/CN, Leo Alcântara, suplente da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Luiz Carlos Hauly, titular da CFT/CD, Luiz Sérgio, suplente da CFFC/CD, Magela, titular da CMO/CN e suplente da CFT/CD, Manoel Junior, titular da CFT/CD, Márcio Reinaldo Moreira, titular da CMO/CN e titular da CFFC/CD, Narcio Rodrigues, titular da CMO/CN, Nelson Meurer, suplente da CMO/CN, Osmar Júnior, titular da CMO/CN, Osório Adriano, titular da CDEIC/CD, Otavio Leite, titular da CMO/CN, Paulo Rubem Santiago, suplente da CMO/CN, Pedro Eugênio, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Pedro Novais, titular da CMO/CN e titular da CFT/CD, Pepe Vargas, titular da CFT/CD, Ricardo Barros, suplente da CMO/CN e titular da CFT/CD, Ricardo Berzoini, titular da CFT/CD e suplente da CDEIC/CD, Rodrigo Rocha Loures, titular da CFT/CD, Rubens Otoni, suplente da CMO/CN, Silvio Torres, titular da CFFC/CD, Valtenir Pereira, suplente da CMO/CN, Vanderlei Marcris, suplente da CDEIC/CD, Vignatti, titular da CFT/CD, Walter Ihoshi, suplente da CMO/CNA, e, ainda, dos Deputados Emanuel Fernandes e Gilmar Machado, Parlamentares não integrantes das Comissões participantes. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Francisco Dornelles, Garibaldi Alves Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Eliseu Resende, Antonio Carlos Junior, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, Gim Argello e Osmar Dias. A Reunião foi convocada para receber o Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, e realizar o debate sobre o tema *Avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referente ao 2º semestre de 2008*, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.. A reunião é iniciada sob a

direção do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, Senador Almeida Lima, que convida as seguintes autoridades para tomarem assento à Mesa, Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil; Dr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Administração; Dr. Alexandre Antonio Tombini, Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro; Deputado Vignatti, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; Deputado Edmilson Valentim, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados; Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal; o Senador Renato Casagrande, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal. Em seguida, o Presidente informa que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, o Palestrante dispõe de trinta minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteado desde que permitisse. Conforme o estipulado no mesmo artigo do referido Regimento, os parlamentares inscritos para interpelar o expositor podem fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de cinco minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de dois minutos. Em seguida, o Presidente anuncia a abertura da lista de inscrição para o debate. De posse da palavra, o Dr. Henrique Meirelles faz apresentação em *datashow* sobre o tema em referência e é interpelado pelo Deputado Emanuel Fernandes, finalizando sua apresentação às dezesseis horas e vinte e quatro minutos. Prosseguindo, o Presidente faculta a palavra aos Presidentes das Comissões envolvidas na Reunião, Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e Deputado Luiz Carlos Hauly, 2º Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. O Palestrante responde aos questionamentos efetuados pelos Presidentes das Comissões. O debate é iniciado. Há consenso no sentido do palestrante se pronunciar após as intervenções de grupo de parlamentares. Interpelam o expositor os Deputados Duarte Nogueira, Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer. O Palestrante responde os questionamentos efetuados pelo grupo de interpeladores. É assegurada réplica aos Deputados Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer. Participam do segundo bloco de interpeladores o Senador Eduardo

Suplicy e os Deputados Rodrigo Rocha Loures, Jilmar Tatto, João Oliveira, Osório Adriano, Pedro Eugênio e Otavio Leite. A seguir, o Presidente encerra a lista de inscrição para o debate. O Palestrante responde os questionamentos efetuados. É assegurada réplica aos Deputados João Oliveira, Jilmar Tatto, Osório Adriano e Otavio Leite. Finalizando, o Presidente do Bacen responde às últimas intervenções e conclui a exposição. Não havendo mais oradores inscritos, o Presidente em exercício agradece a presença do Dr. Henrique Meirelles. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Almeida Lima**, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima)

– Declaro aberta a 1ª reunião conjunta de audiência pública, de 2009, com a participação das seguintes Comissões: pela Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação; Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Pelo Senado Federal, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle. Pelo Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O tema a ser debatido será a avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços referentes ao segundo semestre de 2008, em atendimento ao estabelecido no § 5º, do art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

O convidado para esta reunião conjunta é o Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Anuncio a presença do Dr. Anthero de Moraes Meirelles, diretor de Administração; do Dr. Alexandre Antonio Tombini, diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro.

A Presidência convida os Srs. Presidentes das Comissões para comporem a mesa: Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, Deputado Vignatti; Presidente da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, Deputado Edmilson Valentim; Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e

Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres; Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal, Senador Garibaldi Alves Filho – S.Exa. está chegando a esta reunião; Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, Senador Renato Casagrande.

Para melhor ordenamento dos trabalhos solicito especial atenção ao estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal.

Por sua vez, o palestrante, Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, só podendo ser aparteado desde que S.Exa. o permita.

Os Srs. Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 5 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo prazo de 2 minutos.

Informo ao Srs. e Sras. Parlamentares que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta aqui na mesa.

Nesse instante, portanto, concedo a palavra ao Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Dr. Henrique Meirelles, para a sua exposição.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Sr. Presidente. Como sempre, é uma honra estar presente no Congresso Nacional para prestar contas das atividades do Banco Central do Brasil. Considero essa a mais importante ação do Banco Central, que é exatamente vir ao Congresso Nacional mostrar o resultado dos seus trabalhos e, através do Congresso, prestar contas à sociedade brasileira.

De acordo com a lei, vamos falar, primeiro, sobre o resultado contábil do Banco Central — objetivos do Banco Central em termos de política monetária; política creditícia; e nas políticas creditícia e cambial, os impactos da crise internacional, e os possíveis efeitos fiscais da política monetária, e terminar com a evolução recente da atividade econômica no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Permita-me interrompê-lo, Sr. Presidente.

Por gentileza, peço aos responsáveis técnicos, ao pessoal pela sonoplastia que melhore o som. Alguns Parlamentares reclamam da audição.

Retorno a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma honra estar mais uma vez prestando contas à sociedade brasileira, através dos seus representantes. É a ação mais importante do Banco Central, na minha opinião, vir aqui prestar conta das suas atividades a S.Exas.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vamos falar, em primeiro lugar, nos termos da lei, dos resultados contábeis do Banco Central do Brasil; dos objetivos do Banco Central em termos de políticas monetária e creditícia; e dentro das políticas creditícia e cambial, dos impactos da crise internacional, dos possíveis efeitos fiscais da política monetária, e, finalmente, a evolução recente da atividade econômica no Brasil.

Resultado contábil do Banco Central: no segundo semestre de 2008, objeto desta prestação de contas, o Banco Central do Brasil apresentou resultado líquido de 10 bilhões e 170 milhões de reais de lucro positivo. De acordo com a legislação aplicável, o resultado, no período do segundo semestre de 2008, foi transferido ao Tesouro Nacional em março de 2009.

Mostrarei, posteriormente, mais uma vez, a diferença da contabilização anterior, na medida em que a contabilização, até a promulgação da Lei nº 11.803, incluía também a variação cambial das reservas e dos SWAPs cambiais. Hoje, de acordo com a lei, o resultado líquido do Banco Central não mais inclui a variação das reservas e dos SWAPs cambiais, que são transferidos automaticamente ao Tesouro Nacional. Isso não impede que eu mostre aos senhores qual foi o resultado das reservas e dos SWAPs cambiais. Mas, contabilmente, nos termos da lei, isso já é transferido automaticamente para o Tesouro Nacional.

Portanto, nos termos da Lei nº 11.803 — aqui não aparece o resultado das reservas, mas o mostraremos em seguida —, o resultado das operações do mercado aberto, a receita é de 5 bilhões e 969 milhões de reais — juros com operações com títulos e juros com operações compromissadas. O Banco Central capta diariamente excesso de liquidez de mercado, via operações compromissadas, e aplica nas suas operações com títulos, particularmente títulos do Tesouro Nacional. Portanto, tem resultado positivo de 5.9 bilhões de reais; depósitos compulsórios o Banco Central os remunera; juros com o Governo Federal da Conta Única do Tesouro; resultado de operações com instituições: 2 bilhões e 800 milhões de reais; operações em moedas estrangeiras — organismos internacionais e outras despesas; e receitas administrativas, que são despesas gerais; e outras receitas e despesas financeiras, que são exatamente as aplicações do Banco Central, principalmente resultado de senhoriagem etc., que é o valor líquido das operações com moeda. No caso, o resultado positivo do Banco Central é de 10 bilhões e 172 milhões de reais. Esse resultado, depois da promulgação da Lei nº 11.803 tende a ser mais estável, na medida em que não está mais sujeito às variações do câmbio com os impactos das reservas.

No entanto, por transparência, vamos apresentar às Sras. e aos Srs. Parlamentares, o resultado financeiro das operações com reservas cambiais e SWAPs cambiais — porque são operações que têm resultados relevantes. Evidentemente, de novo, isso é transferido diretamente para o Tesouro Nacional.

O resultado total dessas operações, no segundo semestre de 2008, foi um lucro, do Banco Central — que, de novo, não passa por lucros e perdas, por causa dos termos da lei, mas vai direto para o Tesouro —, de 171 bilhões, 420 milhões de reais. O resultado proveniente das reservas internacionais foi de 160 bilhões e 870 milhões de reais; e o resultado proveniente dos SWAPs cambiais foi um lucro de 10 bilhões e 550 milhões de reais. Se olharmos o resultado dos SWAPs cambiais desde a sua inserção, em 2002, até agora, o resultado é positivo em cerca de 5 bilhões de reais. Apenas para os senhores terem uma visão, porque o SWAP é uma operação que eventualmente gera mais dúvidas e controvérsias. Mas se olharmos no correr dos anos, de 2002 até agora, é um resultado positivo: de cerca de 6 bilhões de reais; ele sobe e desce, dependendo, evidentemente, das variações cambiais. Com os resultados das reservas, também: quando o real se deprecia, sobe o valor do dólar, sobe o valor da reserva, e dá resultado positivo; e quando cai o dólar, o resultado é negativo. Exatamente por isso é que esses resultados são excluídos do resultado do Banco Central do Brasil, visando permitir uma avaliação mais transparente do resultado do Banco Central, separado do resultado das reservas. Esse resultado, inclusive, não necessariamente deveria ser apresentado aqui, porque ele não faz parte do resultado do Banco Central nos termos da lei. Mas eu estou apenas voluntariando, já para eliminar alguma pergunta, alguma dúvida etc.

Em termos do resultado do SWAP cambial, apenas elaborando, dando uma informação a mais: no segundo semestre de 2008, portanto, o resultado foi positivo, de 10,5 bilhões de reais, e no primeiro trimestre de 2009, apenas novamente antecipando, o resultado foi positivo, de cerca de 1 bilhão de reais.

Como eu vou mostrar mais à frente, hoje a nossa posição de SWAP é equilibrada, praticamente zero. Portanto, o resultado do SWAP, daqui para a frente, tende a ser zero, a não ser que o Banco Central venha, em algum momento, construir outra posição.

Objetivo do Banco Central em termos de política monetária — o cumprimento da meta de inflação, de 4,5%, com tolerância de 2 pontos percentuais para baixo e para cima. Vamos avaliar exatamente o que tem ocorrido com a inflação. Verificamos que no ano de 2008, objeto da nossa apresentação, o Brasil foi

um dos poucos países do mundo em que a inflação esteve dentro da meta. Isto é, no intervalo superior de tolerância, próximo do teto do intervalo de tolerância, porém dentro da meta, exatamente, num ano em que houve uma grande pressão de preço internacional por conta do aumento dos preços das *commodities* agrícolas, metálicas, não metálicas, e minerais, em geral. Com isso, o Banco Central cumpriu, mais uma vez, o seu compromisso com a sociedade de ter uma inflação dentro da trajetória de metas.

Em vermelho, vemos aí as projeções dos analistas financeiros e macroeconômicos sobre a trajetória da inflação. Neste ano de 2009 vemos que, na avaliação dos analistas, a inflação deverá estar um pouco abaixo do centro da meta, de novo, consistente com a missão estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

Falando em expectativas de inflação, vemos aqui em amarelo a expectativa de inflação de 12 meses à frente. Observamos que ela subiu bastante durante o segundo semestre do ano passado, caiu a partir do momento em que a crise mundial teve mais reflexo sobre o Brasil e hoje está em 4,03% a expectativa de 12 meses à frente, em vermelho, 2009, 4,33%, um pouco abaixo da meta, novamente subiu bastante no segundo semestre, depois caiu constantemente, e a inflação para 2010, projetada pelos analistas hoje, é de 4,30%.

Um dado da maior importância é com relação às taxas de juros de mercado, isto é, a taxa de juro que mais aparece do ponto de vista macroeconômico — não do ponto de vista do empréstimo, do *spread* bancário, que também tem alta visibilidade, e corretamente. No caso das taxas interbancárias é muito divulgada a taxa SELIC. Mas a taxa SELIC é a de um dia. A taxa que tem mais influência na economia é a de 360 dias. As taxas que prevalecem no mercado para 360 dias, que levam em conta uma trajetória futura da SELIC, que leva em conta expectativas de inflação, que levam em conta prêmio de risco. Pois bem, essa taxa, senhoras e senhores, em 2003, chegou a atingir 30% ao ano. Ela vem caindo gradualmente, com 2 componentes de queda: de um lado, um componente cíclico, de aperto monetário e flexibilização monetária; de outro, também uma tendência estrutural de queda nesses anos, produto da estabilidade, produto da inflação na meta, produto de dívida pública cadente, produto de uma política econômica que tem gerado uma estabilização da economia.

Hoje estamos no mínimo histórico. Essas taxas estavam, para 360 dias, em 9,38% no dia 25 de maio, e a de 180 dias, em 9,32%. É o mínimo histórico desde a existência desses mercados no País.

Se observarmos a taxa de juro real, isto é, a taxa de 360 dias, descontada a inflação esperada, veremos que, durante muitos anos, ouvíamos muitos economistas expressando a convicção de que um dia a taxa de juro real no Brasil estaria se aproximando de 5%, que é padrão internacional. Juro real de 5% é consistente com muitos emergentes. Evidentemente que as taxas hoje estão muito baixas na maior parte dos países por conta da recessão e da contração muito grande. Mas uma taxa de juro real de 5% é consistente, com muitos emergentes. Não no dia de hoje, mas dentro de um padrão histórico. Uma taxa de juro real nos Estados Unidos, por exemplo, é um pouco mais baixa historicamente, oscilando muitas vezes em pouco menos de 3%, se tomarmos uma média histórica, não dos últimos anos. Pois bem, estamos aí nos 5,2%, que é o mínimo histórico.

Objetivos do Banco Central em termos de políticas creditícias. Ele tem como objetivo ampliar a oferta e o acesso da população ao crédito. Não há metas formais, porque evidentemente não é o Banco Central que concede crédito.

Impactos da crise internacional: para analisarmos crédito no Brasil, temos de olhar, primeiro, o impacto da crise no mercado de crédito brasileiro, porque a crise internacional é de crédito. Portanto, tem impacto forte no crédito no Brasil.

Vamos ver como isso aconteceu.

Se observarmos o índice de preço de residências nos Estados Unidos, quando surgiu a crise, veremos que o aumento do preço de residências e imóveis foi o grande motor do crescimento americano depois de 2001, depois da crise da Bolsa, em função do chamado estouro da bolha da Internet, das ações ligadas a empresas voltadas para a Internet.

O que ocorreu? Observamos que o preço dos imóveis, de 2000 a 2006, dobrou. Isso gerou a possibilidade de as pessoas tomarem mais empréstimos baseados nos imóveis e a consumirem mais, impulsionarem a economia.

A crise aconteceu a partir desse momento e já caiu 32%. Isso gerou consequências graves nos Estados Unidos, pois todo o processo começou por aí. Por quê? Primeiro, a construção de novas residências entrou em colapso – queda de 80% em janeiro de 2006 – o que significa menos emprego; queda dos preços; menos financiamento, o que gerou um processo de perda nos bancos. As consequências foram: inadimplência no setor imobiliário, primeiro, no *subprime*, que é exatamente o setor de renda mais baixa, onde a crise surgiu; aumento da inadimplência – cerca de 5% ao ano em média, para, praticamente, 32%; foi aqui o

problema – mesmo no segmento de renda alta, que é o *prime*, 11%.

Evidentemente, esse foi o início do processo. Depois foi para empresas; corporações; agora, cartões de crédito; empréstimo para consumo. Em resumo, foi onde os bancos começaram a perder e onde a economia começou a ter problemas.

Se observarmos as perdas dos bancos, comparando com crises financeiras anteriores, veremos que a crise americana no setor imobiliário, de 1986 a 1995, durante 10 anos, causou uma perda total de um pouco mais 300 bilhões de dólares; a crise no Japão, de 1990 a 1999, também 10 anos, cerca de 800 bilhões de dólares; a crise asiática, que foi muito grave para os países emergentes, cerca de 400 bilhões de dólares. As estimativas de perdas da crise atual está aumentando a cada ano. Temos hoje uma estimativa de perda global de 4,1 trilhões de dólares: nos Estados Unidos, 2,7; na Europa, 1,2, e no Japão, 0,1.

A perda total das bolsas de valores no mundo até hoje é de cerca de 28 trilhões de dólares. Isso é perda de riqueza da população; portanto, significa menos investimento, menos consumo. Hoje há uma recuperação das bolsas nos Estados Unidos. Atingiram níveis de outubro do ano passado mas, evidentemente, ainda não existe total segurança de que essa recuperação seja consistente e sustentável.

Crescimento do PIB mundial. Veremos como os países estavam crescendo.

Para os países desenvolvidos, em vermelho, há uma previsão hoje, segundo o FMI, de contração da economia de quase 4% no ano de 2009, voltando, em 2010, a cerca de zero. Então, é uma perspectiva difícil para o mundo desenvolvido, para os países ricos, na medida em que eles não só terão uma contração, uma recessão forte este ano, mas, na realidade, a recuperação, ano que vem, vai se dar para voltar a não crescer e terá um crescimento um pouco mais moderado nos anos seguintes. O crescimento negativo: menos 1%, menos 2%, e o crescimento moderadamente positivo, ano que vem, pouco acima de 1%.

Os emergentes crescerão um pouco mais do que a média. Segundo avaliação dos dados, os quais mostrarei no final, o Brasil está bem colocado, principalmente em relação a 2010.

A crise financeira nos Estados Unidos levou a uma contração muito grande do fluxo de capitais, de empréstimo, de financiamento para os países emergentes.

Quanto aos bancos comerciais, em vermelho, notamos que, em 2009, a previsão será negativa, isto é, haverá mais pagamentos, mais cobranças de dívida do que concessão de empréstimo.

Os fluxos privados caíram muito, ainda que positivos na previsão para 2009. É um problema grave. Na reunião do G-20, em Londres, os chefes de Estados concordaram em alocar recursos ao Fundo Monetário Internacional visando permitir ao FMI suprir uma parte desses fluxos, principalmente para países em desenvolvimento. Alguns dos países já têm acordo com o FMI, o último foi o México. Evidentemente, o Brasil está numa posição privilegiada, pois se encontra agora entre aqueles que vão emprestar dinheiro para o FMI e não entre aqueles, como no passado, que estão neste momento tomando recursos do FMI.

A crise atingiu o Brasil basicamente por três canais: o canal de crédito, e vou mencionar em seguida como funcionou; o comércio exterior, que caiu com a queda das exportações; e o nível de confiança, que se expressa de diversas maneiras. Não é apenas o consumidor que fica receoso de comprar, de buscar financiamento porque não sabe se vai ter emprego daqui a dois anos e, portanto, tem receio de comprar alguma com financiamento. Também o empresário fica receoso, porque diminuíram os estoques; o investidor em banco, o depositante que começa a procurar bancos estatais, como o Banco do Brasil ou a Caixa Econômica, e obtém recursos dos bancos menores; ou o próprio banqueiro, que fica com medo de emprestar e age de forma restritiva. Há também outros fenômenos internacionais. Os investidores, os grandes fundos internacionais que sacam esses fundos, têm que vender papéis na bolsa de valores brasileira, têm que vender ativos etc.

O que mais causou impacto no Brasil foi o canal de crédito. Vejamos como isso afetou o crédito externo e interno. Vamos observar o crédito brasileiro.

Eu coloquei em dólares para poder comparar com o impacto externo, mas evidentemente o crédito doméstico é em reais. Eu coloquei dólares pelo seguinte: dos 620 bilhões de dólares correspondentes ao crédito doméstico, 47 bilhões eram de financiamento externo. Considerando o dólar um pouco acima de 2, vamos supor: de 1 trilhão e 240 bilhões de reais de crédito do País nesse momento, a dólar de hoje, por exemplo, tínhamos cerca de 100 bilhões de financiamento externo. Na época, o dólar estava um pouco mais caro, mas esse número dá uma boa idéia.

O crédito externo era de cerca de 100 bilhões de dólares. Direto. Companhia brasileira que toma recursos no exterior. O que ocorreu? Na medida em que houve uma restrição muito severa dos bancos internacionais, que restringiram o crédito porque tiveram uma crise de crédito no exterior, nos Estados Unidos e na Europa, as empresas brasileiras que tomavam recursos no exterior tiveram dificuldades e voltaram-se para o crédito

doméstico, e os bancos brasileiros, que também buscavam crédito no exterior para poder financiar principalmente os exportadores brasileiros, também tiveram dificuldades. Isso contraria o crédito total, mesmo que o crédito doméstico estivesse expandindo, porque havia mais empresas tomando recursos domésticos porque não o conseguiram no exterior.

O crédito doméstico em si, como mencionei, continua crescendo. Ele atingiu, em abril de 2009, 42,6% do produto, o valor mais alto desde o início dessa medida em 1988. Apenas para lembrar a V.Exas., em janeiro de 2003 esse número era 22%, hoje 42,8%. Portanto, nesse período, o crédito cresceu substancialmente no Brasil e foi uma das razões pelas quais o País, de fato, teve crescimento.

O crescimento brasileiro foi impulsionado por dois grandes fatores: primeiro, emprego e renda, massa salarial; segundo, crédito; além de outros fatores trazidos pela estabilidade. Observando o crédito livre direcionado, de abril de 2008 a abril de 2009, a pessoa física cresceu 18%; a pessoa jurídica, 22%; crédito direcionado – crédito do BNDES, rural etc. – 27%. Considerando abril em relação a março, a pessoa física cresceu, a jurídica decresceu um pouco. A variação neste ano: a pessoa física cresceu 4,4%, a pessoa jurídica decresceu 2,6% e o crédito direcionado cresceu 4,6%. Isso está claro na curva vermelha – crédito direcionado, amarela – pessoa jurídica – e azul – pessoa física. Há, de fato, uma contração na margem este ano de 2,6% no total de oferta de crédito para pessoa jurídica.

Vamos agora falar sobre o que já foi e o que está sendo feito para endereçar esse problema.

Antes disso, crédito imobiliário, continua crescendo. Este é um crédito importantíssimo e que continua crescendo. Em um ano, de abril de 2008 a abril de 2009, cresceu 40%; em abril sobre março de 2009, em um mês, cresceu 2,6%; e neste ano já cresceu 10%.

Vamos analisar a questão das empresas. O crédito total, como mencionei, agora medindo de setembro de 2008 a abril de 2009, cresceu 8,3%. No entanto, os bancos públicos foram os que lideraram este processo: os bancos públicos cresceram 19,5%.

Esse é um dado da maior importância. Não há dúvida de que os bancos públicos brasileiros estão na liderança do processo da normalização do crédito no Brasil, um anúncio importante do Banco do Brasil nos últimos dias; e o caminho, num momento como este no mundo, em que compete ao Poder Público exercer um papel contracíclico. O Brasil tem grandes bancos públicos, portanto tem condições de fazer isso.

Os bancos estrangeiros cresceram 3,2% e os privados nacionais, 2,2%. No entanto, e aqui vem a grande questão, os bancos grandes cresceram 11% e

os pequenos e médios decresceram 5% até o mês de abril. Qual é a razão disso? É aquela razão que mencionei: no momento em que houve uma contração do crédito total em função da contração do crédito internacional, as empresas maiores tomaram recursos dos bancos, criando portanto um problema para as empresas menores que tiveram menos acesso ao crédito. Segundo, os bancos maiores deixaram de emprestar aos bancos menores e direcionaram o crédito para os seus melhores clientes e muitos investidores também deixaram de investir nos bancos menores. Esse foi o maior problema.

Isso foi atacado de maneira muito forte, em primeiro lugar, pela redução dos depósitos compulsórios no Banco Central, que liberou cerca de 100 bilhões de reais para o sistema emprestar e injetar liquidez. Foi um movimento muito bem sucedido, mas a maior importância desse recurso é que houve um direcionamento específico para bancos pequenos e médios de 41,8 bilhões de reais. Isso equilibrou a situação dos bancos pequenos e médios, que receberam, portanto, uma aplicação dos bancos maiores de 41,8 bilhões de reais, que foram retirados do depósito compulsório do Banco Central do Brasil.

Além do mais, o Conselho Monetário Nacional criou um novo recibo de depósito bancário, que permite que depositantes nos bancos pequenos e médios principalmente, que estão usando esses recursos, possam ter garantia de depósito para contas com depósitos de até 20 milhões de reais. Isto viabilizou que os bancos pequenos e médios voltassem a captar.

Para os senhores terem uma idéia, ontem anunciei em São Paulo os números de captação através desse mecanismo no mês de maio, e o total, desde o início até o dia 12 de maio, tinha sido cerca de 4 bilhões de reais. Fizemos uma atualização até o dia 25, ontem à noite, para trazer esses números aos Srs. Parlamentares, e o número foi para 6 bilhões de reais.

É muito importante mencionar que esse programa permite que os bancos pequenos e médios voltem a atuar aumentando a competição no mercado juntamente com os bancos públicos, fazendo com que a oferta de crédito aumente e os preços caiam. Segundo, eles atendem segmentos específicos, como a pequena e média empresa. Isso é da maior importância porque as pequenas e médias empresas são atendidas pelos grandes bancos, inclusive pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica, mas há muitos bancos pequenos e médios especializados em tipos específicos de pequenas e médias empresas. Portanto a atuação dos bancos pequenos e médios é muito importante.

Além disso, existiu o anúncio, feito pelo Ministro da Fazenda, da criação de um fundo de aval, fundo

que vai garantir crédito. Primeiro, o BNDES vai garantir créditos do BNDES, será um fundo do próprio BNDES, e depois um outro fundo mais geral, que vai fazer garantias, dar aval para empréstimos para pequenas e médias empresas. Esse é um passo adicional que visa viabilizar.

Mostrei aqueles números dos diversos tipos de bancos, mas a nossa expectativa é que, com essas medidas, os bancos pequenos e médios possam voltar a crescer a taxas compatíveis com o que prevalecia em termos comparativos com os maiores bancos.

Concessão de crédito, média diária. Para dar apenas uma visão a S.Exas., a média de 2008 estava em cerca de 7,1 bilhões, subindo e descendo. Isto caiu bastante em outubro; subiu um pouco em dezembro, porque era uma questão de final de ano; caiu fortemente em janeiro, um pouco por componente sazonal, um pouco pela questão da crise; mas começou a recuperar-se gradualmente janeiro, fevereiro, e em abril já estamos um pouco acima da média de 2008. Portanto, existe uma recomposição. Em resumo, essas medidas estão começando a mostrar efeito.

Uma outra maneira de ver a concessão de crédito, por exemplo, para veículos em vermelho e vendas internas, vendas gerais, em azul, e que talvez seja um dado relevante, é que já voltou ao nível que estava, caiu um pouco em abril, mas já estamos próximos aos níveis do ano passado.

Em termos de qualidade de crédito está em azul e vermelho. Estamos vendo aqueles créditos que estão tendo dificuldade; está aumentando um pouco em função da crise, mas já tenho algumas informações de que uma ação de recuperação do crédito, nos últimos 30 a 60 dias, já mostra em alguns bancos uma reversão desse quadro.

O índice de captação do sistema financeiro brasileiro é mais conservador do que o do restante do mundo. Uma das boas coisas que o Brasil tem feito é exigir índices de capitalização dos bancos maiores, e isso tem me dado muitos problemas. Para que os senhores e as senhoras tenham uma idéia, o nível mínimo nacional fixado por Basileia é 8%; no Brasil exigimos 11%, e o número real está maior do que esse.

Política de câmbio. O objetivo do Banco Central é o aperfeiçoamento permanente do regime de câmbio flutuante; não há metas da taxa de câmbio. A crise atingiu fortemente o mercado de câmbio, como mencionei, em função não só da ausência de linhas de crédito, da cobrança das linhas de crédito, mas também da repatriação de capital por diversas razões.

O Banco Central do Brasil atuou de diversas maneiras, em primeiro lugar fazendo leilões de vendas de dólares – no mercado à vista vendeu 14,5 bilhões

de dólares – e fez empréstimos. Felizmente, o Brasil tinha reservas para fazer isso. a maior parte dos países em desenvolvimento e mesmo emergentes não tinha. Fomos capazes, porque tínhamos reservas, de emprestar, de os bancos emprestarem principalmente para os exportadores, cerca de 24 bilhões de dólares. Desses 24,4 bilhões de dólares, 12,9 já foram pagos, existe uma posição líquida hoje de 11,5. Portanto, uma intervenção total de quase 40 bilhões de dólares no mercado cambial, seja através de empréstimo, seja através de vendas do mercado *spot*. Essa foi uma atuação decisiva do Brasil neste momento.

Além do mais, o Banco Central tinha os *swaps* cambiais, que no Japão foram objeto de tanta discussão etc. O Banco Central estava sinteticamente comprado, isto é, o Banco Central tinha 22 bilhões de dólares no mercado futuro, além das reservas.

Uma das crises que houve foi exatamente no mercado futuro, no mercado de derivativos, por causa daquelas empresas que tinham os derivativos cambiais que estavam vendidos em dólares e tiveram prejuízos enormes. Felizmente, o Banco Central do Brasil estava comprado; chegou a vender 33 bilhões de dólares no mercado futuro, além das intervenções do mercado a vista que mencionei. Ficamos portanto, no pico da crise, com 11 bilhões de dólares vendidos, na posição oposta no pico da crise. Esses 11 bilhões de dólares o Banco Central já fechou posição, isto é, foi sinteticamente comprando dólar no mercado futuro e hoje tem uma posição equilibrada. Portanto hoje estamos equilibrados no mercado futuro, não há essa operação de posições.

O Banco Central do Brasil está comprando novamente no mercado a vista e anunciou ontem o valor comprado desde o início de maio: um pouco acima de 2 bilhões de dólares. O Brasil é um dos países que pôde reverter rapidamente essa posição. Não só tínhamos reservas fortes, não só usamos muito bem essas reservas, como já começamos a reconstituir as reservas, isto é, os investidores internacionais já apostam novamente que o Brasil vai superar bem a crise.

Em relação à evolução da taxa de câmbio, estou considerando apenas as duas últimas semanas, que foi o momento mais nervoso, quando esse assunto começou a concentrar as atenções, na medida em que o câmbio começou a se aproximar de 2 reais o dólar. Eu apenas gostaria de chamar a atenção de V.Exas. para o fato de que, realmente, o dólar caiu em relação ao real nesse período – desde o dia 8 de maio, caiu 2,4% – mas, nesse mesmo período, o dólar caiu em relação ao euro 2,7% e o real, na realidade, em relação ao euro não subiu; caiu. Quero dizer com isso que existe um fenômeno mundial de desvalorização do dólar, e é

um fenômeno que não é relacionado ao real. Ou seja, quando olhamos o valor do dólar, não podemos olhar apenas o valor do real; o dólar está caindo no mundo todo – em relação ao euro, ao franco suíço, às moedas asiáticas, à coroa dinamarquesa etc.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –

Eu não tenho o número atual, mas podemos conferir a avaliação de hoje.

Um dado importante: se considerarmos a variação do real nos últimos tempos em relação às demais moedas, vamos ver que existe uma sincronia muito grande, digamos, uma correlação muito grande da variação do real com a variação do dólar australiano e do dólar neozelandês. Essas moedas tendem, nos últimos meses, a caminhar mais ou menos juntas. A razão disso é que são grandes países exportadores de *commodities*. Então, na medida em que sobe o preço da *commodity*, essas moedas tendem a subir junto; cai o preço das *commodities*, essas moedas tendem a cair junto. A correlação do real, portanto, com essas moedas e com *commodities* é muito elevada.

Se compararmos – e podemos fornecer para S.Exas., se tiverem um interesse especial nisso –, por exemplo, a correlação do real com o índice de preços de *commodities* é muito elevada, mais de 0,9, em alguns períodos chega a 0,98, o que significa que varia junto com a variação dos preços das *commodities*. O preço das *commodities* sobe, o dólar cai em relação ao real ou o real sobe em relação às demais moedas, deixando de lado a variação do próprio dólar em si.

O impacto direto das taxas de juros de curto prazo nas contas públicas, passando agora ao impacto da política monetária nas contas do Governo Federal e do Tesouro, se dá de diversas maneiras. Há impactos fiscais indiretos, por exemplo, por meio dos efeitos das expectativas, da inflação, da taxa de câmbio, do crescimento econômico de longo prazo. Portanto não é apenas a variação direta.

Agora, por exemplo, a taxa de juros está caindo, a Selic está caindo, e isso é um efeito positivo para o Tesouro. Mas às vezes está subindo e, a longo prazo, também causa um impacto positivo, porque está se estabilizando a economia, caem as taxas de juros reais, e as taxas de juros reais pagas pelo Tesouro também vão caindo ao longo do tempo, independente dos ciclos de subida e descida de juros de curto prazo.

Uma maneira de se avaliar os efeitos fiscais é por meio da trajetória da dívida líquida do setor público em relação ao produto. Esse, no final, é o grande instrumento. Vamos olhar, em primeiro lugar, a parte externa.

A dívida externa total do setor público brasileiro chegou, em setembro de 2003, a 138,7 bilhões de dólares e em março de 2009, era 83,9 bilhões de dólares. Nesses últimos anos o Brasil tem pagado dívida: pagou o Fundo Monetário Internacional, o Clube de Paris, a dívida reestruturada da década de 80, e foi também pagando uma parte da dívida privada.

A dívida pública total externa, que era um problema histórico no Brasil – desde que somos crianças ouvimos esse problema da dívida externa, do Governo principalmente e depois do próprio País – hoje é cerca de 84 bilhões de dólares, só que as reservas brasileiras, hoje, são de 205 bilhões de dólares.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Daria, certamente, seria possível, bastaria os credores concordarem em receber antecipadamente.

Um dado da maior importância é que entramos na crise com uma reserva de 205,1 bilhões de dólares e hoje estamos com 205,3 bilhões de dólares. Portanto, se compara de uma maneira muito favorável com outros países emergentes, que tiveram quedas dramáticas das reservas nesse período, e o Banco Central está comprando dólares no mercado diariamente.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Cem por cento. A reserva para o balanço do Banco Central do Brasil é propriedade do Tesouro.

Em consequência desse fato, a dívida líquida pública é negativa exatamente por aqui que o senhor mencionou: a reserva é maior do que a dívida. Tínhamos, antes, a dívida líquida pública, isto é, dívida menos reserva menos caixa; agora é negativa 174.

A dívida líquida do setor público sobre o produto tem caído por várias razões: em primeiro lugar, o superávit primário; em segundo lugar, o juro real tem caído ao longo dos anos e isso tem diminuído o custo dos juros da dívida – isso é muito importante por causa da estabilidade econômica. No final do processo havia uma queda e uma subida porque, como tínhamos reservas internacionais, no momento em que o real se depreciou de 1,56 para acima de 2, houve um ganho para o Tesouro, porque o valor em reais das reservas subiu e a dívida em reais permaneceu.

Portanto, o Brasil hoje tem um efeito oposto ao que tinha no passado. No passado, quando éramos grandes devedores em dólar, quando havia uma crise o dólar subia e a dívida pública subia, isso gerava mais incerteza, o que levava ao aumento da saída de capitais. Era um ciclo vicioso. Hoje é ao contrário: quando depreciou o real, o dólar subiu e a dívida caiu. É o chamado estabilizador automático.

Uma das razões pelas quais o Brasil está sendo muito prestigiado internacionalmente é exatamente porque o setor público brasileiro, que, nas crises anteriores, sempre foi uma fonte de preocupação, hoje é parte da solução.

Vejamos o impacto da crise no déficit nominal em diversos países. Espera-se que esta crise leve o déficit nominal nos Estados Unidos a 13,6% no final de 2009 – saindo de 3 para quase 14; no Reino Unido, a 11%; no Japão, a quase 10%; na Alemanha, a 6%. O Brasil, no final de 2009, a expectativa é que chegue um pouco acima de 2, estável em relação ao número que está hoje, um pouco acima de 2. A expectativa, para 2010, é abaixo de 1.

O que estamos mostrando aqui é que o Brasil é um dos poucos países onde a situação fiscal está equilibrada porque não há o aumento do... A diminuição do superávit primário anunciado para 2009 é contrabalançada pela questão do ganho, principalmente em relação a taxas de juros reais menores prevalecendo na economia.

Impacto fiscal da crise sobre a dívida pública.

Isto aqui é dado do FMI, portanto está um pouco atrasado, é do final de 2008 no caso de diversos países, mas quisemos manter a consistência e não atualizamos o Brasil até agora porque não temos os números dos outros países. Para manter a consistência, fizemos isso.

Vemos aí, em verde, Brasil e os demais países. Apenas para dar um exemplo, no caso dos Estados Unidos, a dívida pública, que era 43% do produto, espera-se que chegue ao final de 2009 a 70%; Reino Unido, a 67%; Alemanha, a 78%; Japão, a 114%. O Brasil, hoje, está em 37,6%, começou a crise a 40%. Mesmo que suba um pouco até o final do ano, vamos supor, chegue um pouco acima disso, com certeza será abaixo de 40%. Portanto, o Brasil vai chegar ao final da crise com uma dívida pública sobre o produto menor do que entrou. Deve ser um dos poucos países do mundo em que isso vai acontecer.

De novo, fundamentos da economia brasileira. Evolução recente da atividade, para terminar. Primeiro, desemprego.

Em laranja, a evolução do desemprego no ano de 2009. Subiu um pouco em relação a 2008, como está claro – 2008 em amarelo –, mas nós mostramos claramente a comparação com os anos anteriores: 2007 está verde, 2006 em marrom, 2005/2004 em azul. Vemos claramente o comportamento do desemprego comparado com os anos anteriores.

Um dado da maior importância que vou mostrar é que, de fato, a evolução do índice de desemprego, comparado com outros países, é extremamente fa-

vorável ao Brasil. Existem diversas previsões sobre a evolução do desemprego até o final do ano, mas não há dúvida de que não devemos...

Aliás, desemprego sempre preocupa. Até fiz uma declaração recente dizendo que aumento de desemprego sempre preocupa, isso é normal e óbvio, e ninguém vai deixar de se preocupar que o desemprego vai aumentar. Por outro lado, é importante mencionar que o desemprego no Brasil tem um desempenho, e vou mostrar isso, muito favorável na evolução, em comparação com todos os demais países. As perspectivas de evolução disso até o final do ano também são favoráveis.

Retomada de atividades. Estamos num processo de retomada de atividade muito incipiente, no início. Sempre é bom ser cauteloso com isso, mas existem indicações de que, primeiro, dados concretos: a expansão da massa salarial. A massa salarial brasileira continua expandindo, crescendo. Isso é importante. Em relação ao ano passado, continua crescendo mais que 3% real. A recomposição das condições de crédito está acontecendo, e isso está levando ao aumento das vendas no varejo, à recuperação das vendas no varejo, vou mostrar isso, também favorecida pela desoneração tributária.

De outro lado, no sentido contrário, há um ajuste dos estoques para baixo, juntamente com a queda das exportações. Tivemos uma sustentação da demanda interna, beneficiada pela desoneração tributária, expansão da massa salarial e recomposição das condições de crédito. Por outro lado, o reajuste dos estoques em geral para baixo e queda das exportações.

Há uma recuperação na produção de bens intermediários, e isso deve levar, ao final do processo a uma recuperação dos investimentos com a melhora da confiança, apesar de que os investimentos ainda estejam em trajetória baixa em função, evidentemente, de que é mais volátil, isto é, o investimento é aquele que tem maior variação num período como este.

Se olharmos vendas no varejo, vamos ver o varejo ampliado, que incluía veículo automotores, como ele caiu de forma pronunciada no final do ano e tem uma recuperação. Por exemplo, de março de 2009 sobre fevereiro, cresce 2%; em um ano, de março de 2009 sobre março de 2008, cresce 6%. O restrito, sem automotores, cai menos e já sobe 0,3%, março sobre fevereiro; e março sobre março do ano passado 5,8%. Já vemos uma recuperação na margem das vendas no varejo.

Vendas e produção na indústria. Tivemos uma queda pronunciada da produção na indústria no final do ano passado, em dezembro, mantendo-se num nível baixo no primeiro trimestre, e já há um processo de

início de recuperação em março. Vendas em azul. Os números de abril ainda não estão claros. Existe alguma inconsistência, alguns números que não são muitos bons, outros melhores, mas esses são os dados até março, mostrando a recuperação na margem.

Índice de confiança na indústria – como o industrial está vendo isso, como ele está olhando o seu mercado para frente: muito baixo em novembro, muito negativo em novembro do ano passado, dezembro ainda negativo. Começou a ficar de fato negativo em setembro, mas vemos que em abril já há uma recuperação grande no nível de confiança na indústria. O Industrial já começa a enxergar uma luz à frente.

Comecei a mencionar a variação do desemprego. No Brasil, em abril, em 12 meses o desemprego subiu 0,4%; Japão, 1%, Estados Unidos, quase 4%; na área do euro, 1,07%, até baixo. Esses números até abril aumentam um pouco. Em resumo, o Brasil está se comparando favoravelmente. Apesar de que, de novo, a meta seja aumentar o emprego e diminuir o desemprego, o impacto mundial da crise o Brasil está sentindo menos.

Por exemplo, produção de veículos. Azul, a produção de março de 2009 sobre dezembro de 2008: Reino Unido, 16% de crescimento; Japão, 23% de queda; Estados Unidos, quase 40, não, 2,5, na realidade, a queda; Alemanha subiu 40; o México caiu 16% e o Brasil subiu 182%. Houve uma recuperação grande na margem. A indústria automobilística puxou a recuperação. Em vermelho, comparado com o ano passado, o Brasil, menos 4%; o México, menos 32%; Alemanha, menos 19%; Estados Unidos, menos 38%; Japão, menos 50%; Reino Unido, menos 52%.

Portanto, claramente o Brasil não só está com uma recuperação em uma margem forte mas já está no nível praticamente compatível com o do ano passado. Inclusive tenho ouvido muitos casos de executivos da indústria brasileira automobilística que estão tendo que escrever relatórios para mostrar para as suas matrizes qual é razão pela qual o mercado brasileiro está se recuperando muito mais rapidamente do que a maior parte dos outros países produtores de veículos.

A utilização da capacidade instalada já começou a subir, mas num patamar mais baixo, resultado não só da queda mas do grande volume de aumento de investimentos nos últimos anos. Esse é um dado importante porque mostra que temos margem para crescer, ao contrário de crises no passado, quando o país começava a crescer e já tinha problemas logo em seguida, porque não tinha margem para crescer. Agora não: temos margem para crescer. Isso é importante.

Presidente, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – A Presidência agradece a exposição realizada ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

Vamos dar início ao debate.

Indago dos Presidentes presentes se desejam fazer uso da palavra.

Com a palavra o Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, Deputado Silvio Torres. V.Exa. tem a palavra.

Posteriormente, após o debate a partir da palavra dos Presidentes das Comissões, estenderemos ao Plenário, pela ordem de inscrição, que já se encontra aqui na Mesa e a lista continua aberta, à disposição.

Com a palavra V.Exa., Deputado Silvio Torres.

O SR. DEPUTADO SILVIO TORRES – Obrigada Senador Almeida Lima; meus cumprimentos aos nossos convidados.

Foi uma exposição bastante objetiva e que cumpre suas finalidades. Até para torná-la ainda mais produtiva, digamos assim, gostaria de obter alguns esclarecimentos adicionais do nosso Presidente do Banco Central, e vou começar com uma pergunta genérica.

Presidente Henrique Meirelles, na sua exposição, o senhor expôs vários dados comparativos do Brasil, especialmente com o Japão, com os Estados Unidos e com a Europa. Eu queria saber se, na comparação com os chamados BRICs, teríamos uma situação semelhante? Não seria interessante conhecermos, por exemplo, como foi o Brasil comparativamente à China, à Índia, à Rússia, se se manteve essa proporção de que o senhor explicou?

Uma outra questão que eu gostaria de saber de V.Sa.: se a dívida líquida do setor privado também ficou numa situação mais favorável. O senhor disse que a dívida líquida do setor público ficou mais favorável, mas a dívida líquida do setor privado como variou em função da crise? O montante dela era significativo?

Um debate que já está colocado e de que o senhor tem recorrentemente participado é a questão do câmbio. Essa tem sido, sem dúvida, uma das grandes polêmicas da gestão de V.Sa. à frente do Banco Central. Inclusive hoje houve uma Comissão Geral na Câmara dos Deputados, e alguns números foram levantados – era uma Comissão Geral para avaliar o impacto da crise no nosso País.

Um dos expositores, o Prof. Roberto Giannetti da Fonseca, que o senhor conhece, disse que cada 1 bilhão de dólares exportados significam 60 mil novos empregos e, evidentemente, o contrário também: cada 1 bilhão de dólares a menos significa uma perda de 60 mil empregos. Ele deu exemplos da perda que os exportadores têm, especialmente os exportadores da indústria, um deles muito interessante, que é o seguin-

te. Um produto exportado por cerca de 3 mil dólares ao dólar cotado a 1,60 real, que era um cenário hipotético antes da crise, significaria 4.800 dólares de receita. Um produto exportado depois da crise, considerando o fato de que a crise fez cair o preço dos produtos no mercado internacional, ao dólar de hoje, que é um dólar já preocupante de 2 reais, daria uma receita de 4 mil dólares. Ou seja, é uma perda, grande, significativa. E atribui-se isso, pelo menos os setores exportadores, a uma certa flexibilidade da política cambial, à entrada de dólares de investidores, que vêm especular no Brasil, entre outras questões.

Eu queria deixar apenas uma consideração: se para evitar esse efeito negativo... *(Pausa.)*

O Deputado Hauly está me dizendo que devo chamá-lo de V.Exa., mas foi apenas uma mera informalidade.

A pergunta é a seguinte, Ministro: entre tantas outras iniciativas que poderiam ser tomadas, mas que V.Exa. considera que talvez não sejam adequadas, se uma delas poderiam ser consideradas num momento em que o Brasil novamente tem sido buscado por investidores especulativos, aqueles que vêm trazer dinheiro de curto prazo, dado o fato de que os juros em outros continentes estão muito mais baratos, a ideia da quarentena. Seria uma ideia viável, para uma avaliação no cenário atual de crise?

Agradeço a V.Exa. a atenção.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Obrigada, Presidente.

Em primeiro lugar, em relação aos chamados BRICs – Brasil, Rússia, Índia e China – são países que têm componentes estruturais muito diferentes.

Em termos práticos, procurando sintetizar uma questão muito complexa, uma vez, Deputado, eu participei de uma discussão, num seminário internacional, em que estavam presentes um Ministro da Índia e um Ministro da China. Eu representava o Brasil, discutindo com investidores internacionais vários assuntos. Havia um representante do Brasil na platéia. Ele perguntou para o Ministro da China o que o Brasil deveria fazer para crescer igual à China, que na época estava crescendo a 12%. O Ministro chinês sorriu, embaraçado, e pediu que eu respondesse a pergunta, em nome da China. Eu disse, muito bem, eu explicarei, mas há várias coisas que podem ser feitas aqui.

Em primeiro lugar, na época, a China incorporava cerca de 30 milhões de novos trabalhadores ao mercado de trabalho por ano porque ela ainda tinha, segundo os critérios do governo chinês, cerca de 450 milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza. Nós não temos essa disponibilidade de mão-de-obra para incorporar ao mercado de trabalho. Já a tivemos, na pri-

meira metade do século XX. Naquele período, o Brasil cresceu 7%, ao ano, em média. Felizmente, não temos essa vantagem, o que é positivo, evidentemente.

Segundo, na China, não há praticamente previdência social ou direito trabalhista. Então, a mão-de-obra é barata. Os sindicatos são fracos, não há lei trabalhista, o direito social é muito pouco, e não há previdência. Então, por definição, a mão-de-obra é barata e tem controles internos etc. Portanto, é um custo barato de produção. Mão-de-obra intensa, custo barato.

Além do mais, a poupança nacional na China é de 51% do produto, o que significa que os chineses, seja o governo, seja... O que nós dizemos aqui, muitas vezes, que sacrifica muito o superávit primário, lá, o saldo nominal real do governo chinês é impressionante; eles têm saldo, poupança. Isso acaba chegando na última pergunta sobre o câmbio também.

E fui por aí. Eu disse que é muito simples: é uma questão de opção da sociedade brasileira se quer fazer o mesmo tipo de sacrifício da sociedade chinesa para crescer a essas taxas, para resolver a questão.

O que eu quero dizer é que a China, portanto, tem uma taxa de crescimento normal de cerca de 11% ou 12% ao ano por essas condições. Tem também investimento enorme em educação e em outras coisas.

Esse crescimento caiu pela metade, para 6%, este ano, segundo as previsões, o que na China é gravíssimo. Esse é o problema que devemos ver. É gravíssimo o aumento do desemprego lá, com 6% de crescimento, é uma pressão enorme, porque eles têm necessidade de absorver 30 milhões de novos trabalhadores por ano no mercado. Então, quando eles não absorvem, e ainda perdem, que é o que acontece, em última análise, é um problema.

Na Índia, a situação é similar. Com patamares menores, mas similar. A Rússia, não; ela não está bem, está numa situação muito difícil.

Em relação ao restante de outros emergentes, o Brasil está numa posição considerada muito boa, e as previsões de crescimento são bastante favoráveis, principalmente comparado com outros países, em relação a 2010, especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Presidente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Há outros países produtores de algumas *commodities* específicas, inclusive alguns vizinhos nossos, que devem crescer mais este ano, porque essas *commodities* especificamente estão subindo de preço.

Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Ministro, aproveite e fale um pouco sobre a Rússia, rapidamente. A situação da Rússia é difícil, o senhor

disse. O senhor falou sobre Índia e China. Por favor. Desculpe-me por interrompê-lo.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Sim.

A Rússia tem muita dependência da exportação, primeiro, de petróleo, gás natural e outros minerais. É uma economia muito dependente dessas *commodities*. Segundo, a situação do sistema financeiro russo é muito frágil, comparado com outros países. Então, o Governo está agindo bem, tomando uma série de providências importantes e agindo vigorosamente, mas não é um país que tem, por exemplo, nível de institucionalização, de mercado. É uma questão de tempo. A economia demora um certo tempo para se estruturar. É um país que se abriu para a economia de mercado há pouco tempo.

Sou muito amigo do Presidente do Banco Central da Rússia e conheço bem o Ministro da Economia. Eles estão fazendo um bom trabalho e se esforçando muito, mas a estrutura é um pouco mais difícil do que a da China, hoje, ou a de outros países.

Em relação à dívida líquida externa do setor privado, ela era, em setembro de 2003, de 81 bilhões e, em março, de 108 bilhões. Portanto, ela subiu. O setor privado normalmente não mantém grande parte das suas reservas no exterior porque precisa de capital de giro. A empresa brasileira tende a ter as suas reservas no Brasil. Algumas as mantêm no exterior, mas é uma dinâmica, certamente, diferente.

A dívida total, externa e interna, está subindo porque o crédito está aumentando.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – E o PIB privado também diminuiu.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Temos que aguardar os números do Produto, Deputado, para ver qual será o resultado do ano. No ano passado, subiu. No último trimestre, caiu. Mas há questões pontuais aí que temos que verificar.

Talvez seja melhor avaliar o comportamento do ano de 2009 no ano que vem. É quando vamos ver o Produto e o endividamento das empresas e das pessoas físicas. O Produto vai ter o consumo das famílias e das empresas e o investimento do Governo. Aí, sim, poderemos avaliar isso como um todo.

Mas o crescimento do crédito é positivo. As empresas, idealmente, aumentarão o volume do crédito em relação ao Produto na medida em que o crescimento do crédito é fundamental para impulsionar o crescimento das empresas, e o total do crédito sobre o Produto no Brasil ainda é baixo internacionalmente. Agora, na crise, isso é até positivo. Mas, evidentemente, temos muito espaço para crescer.

Em relação ao câmbio, é importante mencionar algumas coisas. Em primeiro lugar, não existe sucesso na história econômica recente de controle de taxa de câmbio por parte de governo ou de banco central. O Brasil teve meta de câmbio na década de 1990. Já viajamos por essa rota e tivemos problema com isso. A Argentina dolarizou a economia e teve problema. Nós também. Hoje, a grande totalidade dos países do mundo já abandonou a meta de câmbio porque os fluxos cambiais são muito fortes. Então, controlar câmbio tem uma certa similaridade com controlar preço.

O câmbio varia em razão de uma série de coisas, como fluxos financeiros. Não é apenas a questão do investidor. Às vezes focaliza-se num número específico, o investidor que vem aplicar no mercado financeiro. Nos últimos anos, esse valor é menor.

Existe, por exemplo, um grande fluxo de investimento estrangeiro direto, que é um componente muito importante. O Brasil mostrou agora saldo de conta corrente novamente, depois de muito tempo de déficit. O saldo comercial ainda é positivo, ainda é superavitário. Houve uma contração do crédito no ano passado pelo corte do crédito internacional, então as empresas estavam comprando dólar para pagar os seus empréstimos. Agora muitas empresas nacionais já estão conseguindo acessar o mercado internacional de novo. Entra dólar. Isso não é negativo. Não vamos proibir a empresa nacional de tomar dinheiro no exterior para investir. Seria um contrassenso.

Esses são os grandes volumes, além de investimentos em bolsa de valores, que é outra forma de financiar a empresa brasileira. Pelas nossas avaliações, num primeiro momento do fluxo das últimas semanas, etc., existe uma grande predominância de entrada em bolsa, e empréstimos, empresas brasileiras voltando a acessar o mercado externo, e também investimentos estrangeiros diretos sob diversas formas. Empresas que estão no processo de investimento tinham diminuído, a empresa que está construindo uma nova unidade diminuiu o ritmo e agora o retomou. Tudo isso envolve fluxo de capital.

Portanto, retomada do preços das *commodities*, como mencionei, existe muita correlação entre o valor da moeda de países produtores de *commodities* e o preço da *commodity*. Então, tentativas de manipular esse preço por parte de autoridades monetárias e cambiais não têm sido bem-sucedidas no mundo.

Em relação à sua pergunta específica, da quarentena, essa não tem sido uma experiência muito bem-sucedida. Alguns países fizeram isso, isso gera muita distorção, e muitos outros caminhos, porque os mercados financeiros são muito sofisticados. Então, se se bloqueia aqui simplesmente se complica o proces-

so, mas, na realidade, o Brasil já usou o mecanismo de imposto, que é, esse sim, um mecanismo direto, o IOF, no correr de 2008, e retirou durante a crise. Não é o caso agora. Evidentemente, se em algum momento for necessário, pode ser um recurso. Mas não é o adequado no momento. Mas, se for necessário, é o tipo de instrumento que se pode usar especificamente em relação ao mercado financeiro. Não estou dizendo que vai ser feito ou que deveria ser feito, nada disso. O que estou dizendo é que qualquer questão em relação a investimento financeiro deve se dar de forma direta. Agora, por que digo que não é o momento? Porque não está configurado esse quadro, não existe hoje, no momento, um grande influxo para esse mercado especificamente. A grande entrada de capitais, até o momento, se dá, por exemplo, para todas essas finalidades que mencionei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Srs. Parlamentares, ilustre palestrante, objetivando dar maior dinâmica aos nossos trabalhos, quero sugerir a V.Exa., Presidente, que faça a anotação das perguntas, como costumeiramente faz, uma vez que passarei a palavra a grupos de Deputados para que façam suas perguntas e V.Exa. possa respondê-las em bloco.

Com a palavra o nobre Deputado Luiz Carlos Hauly, Segundo Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, que aqui representa o Presidente.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Sr. Presidente, indago de V.Exa. se depois das palavras do Deputado Luiz Carlos Hauly pode nos anunciar quem são os outros inscritos, para que já possamos nos preparar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Sim.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – E serão quais? Em números de quantos no bloco?

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Em seguida ao Deputado Luiz Carlos Hauly farão uso da palavra os Deputados Duarte Nogueira, Vanderlei Macris, Júlio Cesar e Alfredo Kaefer.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY – Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; ilustres Congressistas; Sr. Ministro Henrique Meirelles, toda a equipe da Diretoria do Banco Central, este é um momento importante e democrático que esta Casa obteve com a Lei de Responsabilidade Fiscal, com essa presença ilustre nesta Casa 2, 3, 4 vezes por ano, que faz com que realmente o processo de gestão do Banco Central, do Governo Federal, dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento seja democratizado e transmitido

a toda a população. Sinto-me feliz de ter colaborado para essa importante conquista democrática. Democracia não é só a conquista da estabilidade política, é fundamentalmente a conquista da estabilidade econômica, mantida pelo Banco Central e pela política administrada por V.Exa., que tão bem conduz os interesses da nossa moeda, o Real – aliás, são 15 anos e alguns meses de Plano Real e, daqui a 1 mês, 15 anos também da nova moeda. Foi uma conquista da democracia, uma conquista nacional, do povo brasileiro. Através dos Governos, mesmo nos últimos 6 anos e quase meio, com um Governo que era de oposição, à época, mantém-se a estabilidade, e nos unimos nesse ponto da conquista maior. Queremos o ajuste e desejamos a estabilidade.

Nós Congressistas nos deparamos sempre com problemas sobre os quais V.Exa., os outros Ministros e a área técnica se debruçam: números, dados técnicos e análises. O desejo, não só dos Parlamentares, mas de cada cidadão que representamos aqui, é o de que a taxa de juros seja menor, há muito tempo. Sempre tivemos o sentimento de que nós brasileiros sempre pagamos muito mais do que os outros países para ter estabilidade econômica. Com isso sangramos a economia, porque os recursos públicos vêm das camadas mais pobres da população. O Brasil é um País em que os ricos pagam menos impostos que os pobres. A carga tributária sobre o consumo é de 58%, e a renda é de 21% da arrecadação total.

Essa é exatamente a diferença: tiramos mais dos mais pobres e devolvemos menos para eles. Deparamo-nos com uma taxa de juros que na cadeia sucessiva, quando chega ao crédito direto ao consumidor, lá embaixo, coitados dos nossos compatriotas que dependem de financiar uma geladeira, um fogão ou qualquer eletrodoméstico. Realmente, ao passar por esse processo todo, e agora uma crise econômica mundial — que não é brasileira, veio de fora —, deparamo-nos com um momento de instabilidade econômica. Mas poderíamos estar iguais à China, Sr. Ministro? Há algumas contradições. Vejo o seguinte: se a China tivesse os sistemas tributário, trabalhista, previdenciário e de governo democrático brasileiro, por certo não teria nem metade do crescimento que o Brasil tem. É uma comparação de desiguais. O gigante China convive com a pobreza extrema nas regiões não-capitalistas, com uma região capitalista de grande prosperidade. Eles se dão ao luxo de, quando um trabalhador corta um dedo, trocá-lo por outro. Ou seja, ele é mandado de volta para a aldeia e é substituído por um inteiro, novo, intacto.

Analisando as contas do Governo, do Tesouro, comparando-as com o resultado de V.Exa., o Tesouro

aumentou a sua participação relativa na dívida em 2 pontos percentuais, enquanto todo o setor público diminuiu, como está aqui exposto no gráfico que V.Exa. apresentou.

Sobre a questão do câmbio, que nos provocou agonia durante anos, porque o Brasil é um país exportador de produtos *in natura* e semielaborados, o campo brasileiro e populações interioranas pagaram essa conta do ajuste fiscal dos últimos anos, que ficou empobrecido, porque o real era muito forte e o dólar desvalorizado. Agora ficamos agoniados de novo porque ele recua novamente. O que vai acontecer com o câmbio e o futuro do nosso País, com o interior do Brasil, que produz, gera empregos, que tem saldo de exportação, que contribui com a balança positivamente?

Quanto à Bolsa, vemos com alegria que ela volta com todo vigor.

Quanto ao ajuste fiscal, vemos um crescimento preocupante das despesas públicas. Eu disse hoje de manhã, na Comissão Geral da Crise, que se tivéssemos chegado a um ponto de crise econômica absoluta, o Brasil teria que fazer um Pacto de Moncloa, um pacto envolvendo os entes federados, os trabalhadores, os empresários, a sociedade e o Governo. Uma coisa que não temos, Sr. Ministro, é capacidade de investimento, porque não temos poupança no setor público. Toda a nossa poupança é gasta com o pagamento de juros.

Diante dessa constatação, em nome da Comissão de Finanças, devo dizer a V.Exa. de outra preocupação adicional, que é a caderneta de poupança. Se os juros reais estão caindo para 5,2%, se se deduzir a inflação da remuneração da poupança, a caderneta de poupança não terá 1,5% de remuneração ao ano. Então realmente nos preocupamos muito com tudo isso que V.Exa. nos diz.

Acredito que tenha dado a contribuição da Comissão de Finanças.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima)

— Com a palavra o nobre Deputado Duarte Nogueira, que disporá de 5 minutos, improrrogáveis, para fazer suas perguntas.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA — Obrigado, Sr. Presidente, Senador Almeida Lima; Sras. e Srs. Parlamentares; Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, à medida que somos antecidos por outros questionadores, parte das perguntas que faríamos acaba sendo antecipada.

Para que eu possa ser bastante objetivo, Dr. Henrique Meirelles, a meta alvissareira, ideal para o desenvolvimento dos países no mundo sempre é buscar, a médio e a longo prazos, uma taxa de crescimento da ordem de 5%, dependendo da população,

das condições econômicas e sociais. Mas ela sempre acaba sendo nessa faixa. Para isso, sabemos que é necessário que haja taxas de investimento, formação bruta de capital fixo na faixa de 25%.

O Brasil tem, nos últimos 3 anos, 2005/2007, operado numa média, segundo dados oficiais, de 16,6%. No ano passado, chegou a 19%. Portanto, um tanto aquém dos 25%. A todos esses ingredientes que hoje nós temos, ou seja, baixa taxa de investimento, baixa formação bruta de capital fixo, baixo crescimento, alta taxa de juros, apesar das quedas sucessivas na Taxa SELIC, a 10,25%, que, inclusive, passa a desencadear outros problemas, como é o caso da remuneração da caderneta de poupança, outro tema bastante popular para qualquer tomador de decisão em Governo ter que operar, além da alta taxa de juros, o problema cambial, mencionado anteriormente, e que hoje foi apontado de maneira bem didática na Comissão Geral, ou seja, tivemos redução do valor nominal das nossas exportações. Exportava-se algum produto a 3.000 dólares a tonelada. Hoje isso baixou para 2.000. O dólar estava a R\$1,60, agora está a R\$2,00. Mesmo sendo interessante aquela remuneração, a média de perda de renda, de perda de valor real desse exportador foi da ordem de 20%. Ou seja, além da diminuição do faturamento em dólar, a questão cambial diminuiu o faturamento em real, tirando a competitividade dos nossos exportadores, sabendo-se que, regra geral, apesar de termos um excelente mercado interno, que é o grande motor da nossa economia, a cada bilhão que aumentamos em nossas exportações são garantidos mais de 60.000 empregos.

Posto isso, eu gostaria de fazer uma indagação a V.Exa., um pouco baseado na sua afirmação, na semana passada, de que a questão do desemprego é preocupante. É preocupante porque estamos retrocedendo 2 anos. A cada 1% de crescimento que deixamos de ter, deixamos de gerar 0,44% de empregos, o que representa centenas de milhares de postos de trabalho.

Não estamos fazendo uma política de juros, uma política tributária, uma política cambial inadequada para esse momento?

Apesar da pergunta, louvo as medidas que foram tomadas até aqui, algumas até contrárias ao desejo do próprio Presidente e de alguns Ministros que subestimaram a crise, e reconheço que parte do Governo mais responsável e menos demagógica ou populista soube trabalhar em nome do País.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – V.Exa. tem mais 30 segundos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA – Vou concluir, Sr. Presidente.

O atual Governo reclama muito de seus antecessores, diz que não teria como consertar nesses 6 anos o que estragaram em 4 séculos. Mas, fazendo uma análise de curto prazo, tenho certeza de que o Presidente Itamar Franco entregou a seu sucessor um Brasil melhor que o recebido do antecessor; bem assim o Presidente Fernando Henrique, e espero que o mesmo ocorra com o Presidente Lula.

Mas é importante que, de maneira democrática, possamos ouvir o Presidente do Banco Central para que possamos – quem sabe? – oferecer o outro lado e até conformar com os caminhos que eventualmente estão sendo seguidos neste instante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Meu caro Presidente, Senador Almeida Lima; Sr. Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, vou fazer-lhe algumas questões muito objetivas. Peço que as anote, se puder.

Como o crescimento de gastos públicos interfere no crescimento do País e qual a atitude do Banco Central em relação a esse fato, especialmente relacionado ao aumento de crédito com o advento dessa crise mundial? Peço uma consideração de V.Exa. sobre isso.

Outra pergunta relaciona-se diretamente ao gráfico de nº 33, apresentado aqui por V.Exa., quando fala de concessões de crédito e vendas de veículos, especialmente. Existe um índice, estabelecido em 2003, de número 100. Todos os dados até agora apresentados por V.Exa. consideram o crescimento da venda de veículos até março deste ano. Mas esse gráfico mostra uma queda acentuada já no mês de abril. Isso é uma tendência, caindo de 220 para quase 180? Isso foi, Dr. Henrique Meirelles, apenas uma bolha ou uma antecipação de compra de parte da população, instigada pelo Governo com a queda do IPI?

Outra questão é o fenômeno mundial de desvalorização do dólar. Esse processo vai continuar ou, na sua opinião, ele se estabiliza a partir de agora? É muito importante, para o País se preparar, termos informações sobre a continuidade ou não da queda do dólar, motivo de preocupação, principalmente, dos exportadores brasileiros.

Outra questão, Dr. Henrique Meirelles: temos visto a volta do fluxo de dólar para o Brasil em decorrência desse diferencial da nossa taxa de juros, que ainda permanece alta frente às das demais economias globais. Esse fenômeno atrai muito o capital especulativo, como já foi citado aqui, já que a remuneração do capital lá fora é bem menor do que aqui. Mas, diante da retomada da economia, principalmente a economia

americana, nós podemos ver a saída desses recursos, o que prejudicaria muito a capacidade produtiva do nosso parque industrial. Acreditamos, inclusive, que o Brasil perdeu o *timing* de baixar mais fortemente os juros nesse período. Qual é a consideração de V.Exa. em relação a esse ponto?

A última questão, Sr. Presidente, é a seguinte: a Medida Provisória nº 435, de 2008, transformada na Lei nº 11.803, segregou o resultado das operações cambiais do resultado geral do Banco Central. Em nosso entendimento, isso ocorreu na direção contrário do que estabelece o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina claramente a apuração dos resultados do Banco Central, bem como os prazos para pagamento do resultado positivo e a necessidade de consignação da dotação específica para cobertura do resultado negativo pelo Tesouro Nacional.

Em junho, conforme V.Exa. discorreu longamente nesta audiência pública, o Banco Central apresentava prejuízos bilionários, diante da crescente valorização do real.

Para concluir, Sr. Presidente, digo que tudo mudou no segundo semestre. Se a metodologia antiga prevalescesse, o resultado seria extremamente positivo.

A reversão desse cenário econômico não mostrou que a mudança foi precipitada? Essa é a questão que gostaríamos de apresentar a V.Exa., principalmente considerando... na verdade, prejudicando inclusive as séries históricas, com a possibilidade de se fazer comparação.

V.Exa. discorreu muito sobre isso e disse, ao longo de sua exposição, que falaria sobre esse tema, levando em conta o fato de não se ter essa nova modalidade de apresentação desses gráficos.

Portanto, eram essas as questões que eu queria colocar a V.Exa.

Agradeço a V.Exa. a presença no Congresso Nacional e as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Júlio Cesar.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – Sr. Presidente; Srs. Presidentes das Comissões; Sr. Presidente e Diretores do Banco Central; Sras. e Srs. Deputados, quando observo os números do Brasil, às vezes me empolgo e às vezes me entristeço. Uma coisa que mais inibe minha alegria é o *spread* bancário.

Tenho aqui uma avaliação, feita nos 12 meses do ano passado, de 87 países. O Brasil tem o mais alto *spread* bancário. E estive comparando-o com países mais pobres: Serra Leoa, Cabo Verde, Uruguai – neste país, nosso vizinho, o *spread* é 2,49%, contra 34,8%.

Eu estava preocupado, mas a partir de hoje estou alegre, porque foi apresentado nesta Casa um projeto de autoria de três membros importantes do PT – e tenho impressão de que o projeto tem o respaldo de V.Exa.: o Presidente do Partido, o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação e o ex-Presidente da Comissão de Finanças, que está presente, o Deputado Pedro Eugênio. O projeto prevê uma rápida queda do *spread* bancário. Não vou lê-lo, porque só tenho cinco minutos e está havendo votação nominal no plenário.

Pergunto a V.Exa. se há alguma sinalização positiva do Banco Central, uma vez que quem subscreveu o projeto entende do assunto. São pessoas importantíssimas do Governo, inclusive um deles é Presidente do partido do Governo.

Faço outra pergunta: qual é a avaliação de V.Exa. sobre o crescimento da nossa economia? Está havendo uma divergência muito grande do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda, do Ministro do Planejamento, do IPEA: um, zero, meio! Qual é a previsão de V.Exa. para o crescimento do PIB do nosso País?

Sr. Presidente, instalamos hoje, na Comissão de Finanças, a Subcomissão sobre o Sistema Financeiro. Uma das nossas preocupações refere-se ao lugar onde estão nossas reservas. V.Exa. disse que era o lugar mais seguro do mundo, mas, se tirar os Estados Unidos, quebra. Dos 205 bilhões, 145 bilhões estão lá, a não ser que tenham diminuído. Há um mês V.Exa. falou isso. A China tem quase 1 trilhão. Pergunto a V.Exa.: se o Brasil e a China resolverem tirar, eles têm como devolver esse dinheiro? Tomei conhecimento de que a remuneração lá é 3,75%, quando o *spread* bancário dos Estados Unidos é 3,12%. Por que o país mais rico do mundo opera uma remuneração tão pequena, um *spread* de 3,12%?

Era somente isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER – Cumprimento o Senador Almeida Lima, o nosso companheiro Sílvio, o Presidente do Banco Central e os demais integrantes do Banco.

Já disse aqui, alguma vez, que temos o Triângulo das Bermudas que afunda a economia: juro, imposto e câmbio. Dentro dessa abertura, farei algumas considerações e deixarei algumas perguntas.

Em algum momento, ou por muito tempo, a taxa SELIC era usada com o argumento de que não poderia ser reduzida, porque era um forte instrumento para segurar a inflação, preços e política monetária. Era pressão inflacionária. Em algum momento da crise, os preços caíram, a demanda reduziu e não tínhamos a pressão inflacionária. Observamos, no meu entender

e no de muitos economistas, que o Banco Central foi extremamente acanhado em reduzir, com mais velocidade, a taxa SELIC. Por que não aproveitamos o momento da economia com restrição e baixamos drasticamente a taxa SELIC?

Há outra questão: logo no início da crise, o Banco Central reduziu volumes consideráveis de compulsório. Pergunto: por que esse depósito compulsório não foi indexado à irrigação de crédito por parte do sistema financeiro? Ou seja, o depósito compulsório foi liberado, deu meia-volta, os bancos acertaram um pouco sua situação de liquidez, mas grande parte desse dinheiro voltou ao Banco Central sob forma de compra de títulos. Então, não teria que ser concomitante: eu libero um pouco de compulsório, faço os bancos levarem mais crédito, movimento a economia, e assim por diante?

Quanto à questão câmbio – e alguns países fizeram isto –, considero que a função principal do Banco Central é estabilizar a moeda. Ele tem de honrar pela estabilização da moeda. Isso significa não só a estabilização da moeda internamente, o nosso real, mas a relação dela com outras moedas. É impossível o setor produtivo exportador fazer qualquer planejamento com uma variação cambial desse tipo.

Nós, em algum momento, perdemos o bonde, perdemos os melhores momentos da economia mundial, que estava bombando. Não aumentamos as exportações, não criamos novos mercados, porque a taxa cambial estava horrível e não nos permitiu fazer isso. Podíamos ter feito superávites cambiais enormes, se não tivéssemos tido câmbio a 1,60 ou a 1,70, e até a 1,53 em determinado momento.

Por que a tese do câmbio flutuante tem de ter essa forma rígida? Por que não criar, como alguns países, um “colchão” para evitar que esse dólar de especulação entre aqui, dê uma mordidinha e vá embora?

E há duas últimas questões: que mecanismo poderíamos adotar para usar esse volume expressivo de reservas que temos e fazer com que ele movimente a nossa economia, via nossas exportações? Qual mecanismo poderíamos usar? Ceder para algum banco financiar os nossos importadores para não trazer dólar para dentro do País, ou algo nesse sentido?

Quanto ao último título, pergunto: por que há necessidade de toda a nossa sobra de dinheiro do sistema financeiro ser usada para comprar título público? Tudo que tem de sobra no dia, o Banco Central vende título público, em vez de fazer leilões periodicamente. Isso certamente criaria mecanismos de redução de taxa de juro e principalmente de *spread*.

São essas as questões que estou levantando para serem debatidas.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima)

– Com a palavra o Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –

Em primeiro lugar, abordarei as questões levantadas pelo Deputado Luiz Carlos Hauly, que foram também levantadas por outros Parlamentares. Foram questões relacionadas ao câmbio, questões relacionadas ao desemprego, questões relacionadas à despesa pública. Algumas questões endereçadas pelo Deputado Duarte Nogueira referiram-se principalmente ao câmbio, que foi recorrente também em diversas outras perguntas. O Deputado Vanderlei Macris também mencionou a questão do crescimento dos gastos públicos, além de outras questões específicas sobre veículos, diferencial da taxa de juros, etc.

Primeiramente, vou abordar a questão referente a câmbio e a taxa de juros no passado recente do Brasil, até a crise e, depois, no pós-crise.

Em primeiro lugar, é importante mencionar que o Banco Central tem um grande instrumento de trabalho, que é a fixação da taxa de juros base, a taxa de juros de um dia. Portanto, ele tem um instrumento. A experiência internacional, empírica e teórica, mostra que um instrumento pode ter dois objetivos muitas vezes contraditórios. É aquilo que mencionei em um pronunciamento que fiz recentemente sobre objetivos cambiantes: uma hora objetivo interno; outra hora, externo. Normalmente, isso é um tipo de estratégia malsucedida. Temos que olhar o equilíbrio interno do País como um todo e a capacidade de produção e de consumo do País como um todo. Não podemos ficar olhando setores específicos, cada hora um, porque isso leva a uma inconsistência macroeconômica.

(Segue-se exibição de imagens.)

Se olharmos como estava o Brasil no ano passado – e foi mencionada aqui uma grande preocupação com alguns setores, etc. –, podemos ter a impressão de que a situação do País no ano passado foi dramática, muito ruim. Estou falando do ano todo. Não é o que mostram os números. Se olharmos as projeções, vamos ver que, até o final do terceiro trimestre, a demanda doméstica crescia 9,3% ao ano; as vendas do varejo, mais de 10% ao ano; a massa salarial real, 7% ao ano, o que significa que era uma política econômica que estava gerando riqueza e renda para a população como um todo, não apenas para um ou outro segmento. E este é o objetivo básico da política econômica: criar emprego, criar renda, produção e consumo, para o País como um todo, não para segmentos específicos da sociedade. A produção crescia 6,8%. Esse é, portanto, é um dado que precisa ser levado em conta.

Esse equilíbrio macroeconômico que existia no Brasil estava gerando esse tipo de crescimento, com o investimento crescendo quase 20%.

Muito bem, vamos falar agora especificamente sobre câmbio, sobre como funcionou o câmbio no Brasil. Se olharmos a trajetória do câmbio frente ao dólar americano, por exemplo, com base em julho de 2008 – e vamos ver diversas moedas –, vamos ver, em verde, a trajetória do câmbio dos países exportadores de *commodities*, basicamente Brasil, Nova Zelândia e Austrália. E vamos dizer que eles têm uma variação muito parecida, o que significa que a possibilidade de governos manipularem essa taxa não é normalmente bem-sucedida. Por quê? Porque são países grandes exportadores de *commodities*. À medida que o preço das *commodities* sobe, por exemplo, aumenta o valor das exportações em dólares; e, quando o preço das *commodities* cai, cai o valor das exportações. Portanto, existe uma correlação grande entre o valor dessas moedas e o valor do preço das *commodities*, o que é mostrado nessa correlação.

Aqui vamos ver exatamente como varia o preço das *commodities* mundiais e como varia o preço do real frente ao dólar. Temos uma variação bastante correlacionada.

A questão que se coloca é esta: *“Muito bem, então o Governo deveria, de alguma forma, intervir nesse processo, o que significaria fixar uma meta de câmbio.”* A experiência mostra que não podemos ter um equilíbrio macroeconômico doméstico e um equilíbrio macroeconômico externo ao mesmo tempo. Isso quer dizer que, a uma dada taxa de câmbio, a taxa de juros que faz o equilíbrio doméstico não será necessariamente a taxa de juros que vai fazer o equilíbrio externo. O que assegura o equilíbrio externo é a taxa de câmbio. Se fixarmos a taxa de câmbio, porque temos uma meta, a tendência é termos um desequilíbrio doméstico.

Isso aconteceu no Brasil no passado. Se lembrarmos da crise de 1997, veremos que, para fazer face a um desequilíbrio externo, tivemos que subir a SELIC para 43% – nós nos esquecemos disso –; em 1999, para 45%; e, em 2002, para 25%. Hoje, com essa crise, o Brasil foi capaz de baixar a taxa de juros, ao contrário do que ocorreu no passado.

Imaginem que tivéssemos uma taxa de câmbio como meta e estivéssemos variando a taxa de juros para poder equilibrar a taxa de câmbio. Para onde teria ido a SELIC em dezembro, quando o câmbio aproximou-se de 2,50? Imaginem as consequências para o País.

O que quero dizer é o seguinte: esse sistema de metas de inflação e objetivo do Banco Central do equilíbrio doméstico e, ao mesmo tempo, uma taxa de

câmbio flutuante, preservando o equilíbrio externo... E os resultados são extremamente favoráveis, inclusive na área externa, tanto que acumulamos 205 bilhões de dólares de reserva; tanto que tivemos, portanto, saldos positivos, ao contrário do que ocorreu no passado, quando tínhamos câmbio fixado ou controlado, ou outros países com câmbio controlado. Portanto, é o equilíbrio macroeconômico que tem funcionado bastante bem no Brasil.

Vamos agora para as perguntas mais específicas em relação a essa questão.

Em relação ao crescimento dos gastos públicos, há a pergunta do Deputado Vanderlei Macris. O crescimento dos gastos públicos é uma decisão macroeconômica, do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, etc., por meio das aprovações do orçamento. O que o Banco Central olha com muita atenção é a evolução da relação dívida/produto, porque isso significa a necessidade de financiamento do setor público brasileiro, e isso, sim, tem impactos do ponto de vista do Banco Central. E a relação dívida/produto está caindo, por toda essa série de fatores que mencionamos.

A questão do gasto público em si é uma decisão soberana do Congresso, desta Casa e do Senado, e do Executivo. Não compete ao Banco Central determinar. S.Exas. têm prerrogativa de decidir, em última análise, como representantes da população.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Nem sempre é uma decisão da Minoria, Presidente.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Não me cabe entrar nessa... Se eu estivesse aqui, Deputado, certamente eu estaria opinando a esse respeito. Mas não o faço neste momento.

Em relação ao crédito de veículos, temos a seguinte situação: a produção de março foi 273.498 veículos, e a produção de abril foi 254.732 veículos. Não há dúvida de que uma parte de março foi a antecipação de compra em função da expectativa de que pudesse não ser prorrogada a isenção do IPI. Isso é verdade, mas uma parte apenas. Se compararmos abril com os meses anteriores, vamos verificar que houve um crescimento expressivo. E foi o segundo melhor abril da história da produção. Se olharmos vendas, abril foi 239.674. De fato, março foi bem superior, 283 mil. De novo o IPI, que foi de fato antecipação de compra. Mas, de novo, 239.674 foi o segundo melhor abril da história também – e, segundo, muito melhor do que os meses anteriores. Isso significa que há, sim, uma tendência de recuperação na margem, mas evidentemente houve uma parcela de antecipação. As duas coisas são verdadeiras.

Em relação ao diferencial da taxa de juros, como já mencionei para V.Exas., os números mostram que até agora a grande entrada de capital recente está se dando, em primeiro lugar, pela retomada do crédito externo por parte das empresas. Elas estavam tendo dificuldade de tomar, e voltaram ao mercado internacional. Em segundo lugar, pelo aumento dos investimentos de portfólios, isto é, de investimentos nas bolsas de valores; e também pelo aumento do investimento estrangeiro direto, ou mesmo por repatriação de capital de empresas brasileiras, de suas subsidiárias no exterior, para investir no Brasil. Portanto, isso não é resultado de diferencial de taxa de juros.

Como eu disse, quando houve esse problema no passado, foram adotadas medidas especificamente para isso. É muito importante, de novo, que a taxa de juros não seja usada para atender finalidades específicas e cambiantes. A taxa de juros tem que ser utilizada para manter o equilíbrio interno do País, o que tem sido feito com muito sucesso até agora.

Vou mais uma vez mostrar o gráfico do ano passado. Houve uma queda no último trimestre, que foi resultado do impacto da crise mundial no Brasil, mas as expectativas para o futuro para o País são favoráveis.

Em relação ao *timing* para baixar a taxa de juros, eu gostaria de lembrar aquela projeção que fiz com a evolução da taxa de juros real no Brasil. Vamos verificar que a taxa de juros real e a taxa de juros nominal do Brasil têm uma trajetória cadente. De novo, se olharmos esse gráfico, essa transparência que aqui está projetada, vamos verificar que o País estava crescendo muito, com o patamar da taxa de juros que prevalecia no passado, de um lado. E de outro lado ele está caindo durante os últimos anos.

Então, temos a seguinte situação, para simplificar uma questão complexa: quando assumimos, a SELIC, a taxa de juros, era 25%. Chegou a 26,5%. E ela hoje está num patamar de taxa base que é a mais baixa da história. As taxas de juros nominais do mercado são as mais baixas da série histórica, e as taxas de juros reais também.

De novo, essas decisões que foram tomadas visaram, na nossa avaliação, assegurar a consistência macroeconômica não só presente mas também futura. Levamos em conta, Excelência, que o equilíbrio macroeconômico do ponto de vista do Banco Central tem que ser olhado sempre numa visão prospectiva, não olhando para trás ou para o presente. Existe um processo de defasagem importante. O Banco Central tem que trabalhar com projeções. Levando-se em conta todos esses fatores, o Banco Central tem assegurado a consistência macroeconômica do Brasil e assegurado

que as perspectivas do País sejam as melhores possíveis.

Não cabe muito falar em oportunidade para baixar ou subir. Se existirem condições, as taxas caem. Se existirem condições, o Banco Central baixa as taxas de juros. Se existirem necessidades, sobe. Não existe isto: se cortou ali, não pode cortar mais. Não é assim! Ou existem condições de corte, ou não existem. Ou existe necessidade de subir, ou não existe. Esse é um processo dinâmico que vai sendo analisado pelo Banco Central a cada reunião.

Voltando ao ponto, é o mínimo histórico. Não há condições de se avaliar, no momento, até que ponto isso é conjuntural e até que ponto isso é estrutural. Possivelmente existe uma conjugação dos dois fatores, se virmos a curva. Se olharmos a taxa de juros de mercado agora, por exemplo, vamos verificar que existe uma tendência de queda estrutural. De outro lado, há uma queda conjuntural. Vamos ver como esses dois fatores vão conjugar-se à frente.

Em relação à Lei nº 11.803, V.Exa. pergunta se a mudança foi precipitada. Pelo que entendi da pergunta de V.Exa., o que poderia justificar...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Isso poderia dificultar a comparação da série histórica. Essa foi a preocupação que tive.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não, Deputado. A mudança foi exatamente para facilitar a análise. Explicarei a V.Exa. por quê. Quando avaliamos a série histórica, no passado não existiam essas reservas tão altas. A entrada das variações dos resultados das reservas, que é um dado novo no balanço do Banco Central, é que dificultava a análise histórica. Então, na medida em que retiramos os resultados da reserva – o que não é, digamos assim, uma operação clássica do Banco Central, operação no mercado aberto, etc. –, temos condições de visualizar a série histórica com as operações clássicas do Banco Central.

E os dados das reservas continuam disponíveis. Mostrei isso hoje. Comentei os resultados das reservas. Mostrei o resultado das reservas, mostrei o resultado do *swap*, e comparado também com o ano passado.

Alguém poderia dizer: “Logo que foi modificado, as reservas deram um lucro de 171 bilhões mais *swap* no segundo semestre. Então, não deveria ter modificado.” Não, a razão da modificação não é lucro ou prejuízo. A razão da modificação é exatamente dar uma consistência histórica e maior transparência ao resultado do Banco Central. Os resultados do Banco Central são mostrados sem a variação das reservas. E a variação das reservas também é analisada com-

parada com sua própria série histórica. Então, acho que o movimento foi adequado.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – V.Exa. me permite levantar apenas uma questão? V.Exa. não acha que isso contrariou a Lei de Responsabilidade Fiscal? Houve um estudo por parte do Banco Central para identificar se essa mudança de metodologia não contraria o art. 7º da Lei de Responsabilidade Fiscal?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – A avaliação da Procuradoria do Banco Central é que está de acordo com a lei, não só com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque o resultado do Banco Central é transferido para o Tesouro, de acordo com a lei, de qualquer maneira, independentemente de transitar ou não pelo Lucros e Perdas. A questão é só quando transferir para o Tesouro. A lei determina que seja transferido, e o resultado é transferido na data determinada pela lei. O que acontece, de acordo com a Lei nº 11.803, é que os resultados vão sendo contabilizados em contas a receber ou a pagar do Tesouro; e, na data determinada pela Lei de Responsabilidade Fiscal, são transferidos nos termos da lei. Então, as duas leis são seguidas rigorosamente: a Lei de Responsabilidade Fiscal e certamente a Lei nº 11.803.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Obrigado.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

O Deputado Júlio Cesar pergunta em relação ao *spread* bancário. S.Exa. confessa sua tristeza quando vê o tamanho do *spread* bancário no Brasil, comparado com o de outros países, etc.

Isso tem sido de fato uma preocupação, Deputado, inclusive deste Banco Central. O aumento do *spread* bancário no Brasil, nos últimos anos, no último ano principalmente, tem sido motivo de preocupação do Banco Central, que expressou isso publicamente várias e repetidas vezes.

Foram tomadas diversas medidas no sentido de aumentar a competitividade e a liquidez do sistema. Por exemplo, mencionamos aqui não só a questão dos compulsórios, os empréstimos de reservas, etc., mas também a restauração da competitividade dos bancos pequenos e médios, que são importantes para baixar o *spread* bancário. E é muito importante o aumento da competitividade dos bancos públicos.

V.Exas. têm de levar em conta um aspecto muito importante: o Brasil tem grande percentual do seu crédito concedido por bancos públicos. Os bancos públicos representam, se levarmos em conta o crédito direcionado também, como o do BNDES, do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e agora também da Nossa Caixa, do Banco Nordeste, do Banco da Ama-

zônia, dos bancos regionais e estaduais, quase 50% do crédito. Portanto, o papel do banco público nesse processo é muito importante. Existe um movimento da maior importância, anunciado pelo Banco do Brasil nos últimos dias, de queda dos *spreads* e do aumento de volume de crédito.

Em resumo, o caminho é exatamente o aumento da competitividade. O Estado brasileiro tem condições de intervir nesse processo por meio dos bancos públicos, o que, em situações de desfuncionalidade de mercado, como aconteceu na crise, é legítimo. No mundo inteiro, está-se mostrando exatamente a ação contracíclica do Estado, evidentemente desde que feita com critérios prudenciais adequados, julgamento de crédito adequado, profissionalismo, etc. E o Banco Central obviamente olha rigorosamente para que os bancos públicos mantenham a saúde da instituição e não gerem prejuízos ao esqueleto, etc., como já ocorreu em outras ocasiões, a fim de que mantenham um sistema de crédito bem feito, rigoroso, adequado a qualquer instituição financeira. Mas o fato concreto é que o fator contracíclico é muito importante.

Diversas medidas estão sendo tomadas e certamente a ação de competição por parte dos bancos pequenos e médios e por parte dos bancos públicos é fundamental para uma queda gradual dos *spreads* no Brasil.

Em relação ao projeto de lei em análise por esta Casa, como sempre eu me abstenho de comentar qualquer coisa que seja prerrogativa de V.Exas., pois é questão legal. É prerrogativa da Casa tomar decisões desse tipo; não é prerrogativa do Banco Central.

A outra pergunta feita pelo Deputado Júlio Cesar refere-se a divergências de projeção do PIB; qual é a previsão.

Deputado, isso é um problema que está acontecendo no mundo inteiro. Como a crise é global e os impactos vêm de fora, é muito difícil prever. A dispersão de previsões é muito grande como um todo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR – São as três principais autoridades do Sistema Monetário Nacional: o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento, todos pertencentes ao mesmo Governo.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Deputado, não existe uma divergência tão grande. O que existe muitas vezes são momentos diferentes. Por exemplo: o Banco Central divulga a sua previsão a cada trimestre. A última previsão divulgada pelo Banco Central foi a de março; a próxima vai ser no final de junho. Nós não temos uma previsão hoje. O Banco Central tem determinada metodologia de trabalho. Como outras instituições, divulga-se regularmente. Portanto, nós

não temos a previsão do Banco Central hoje. Existe uma previsão de 1% do Ministério do Planejamento. O Banco Central vai divulgar a sua e vamos ver qual é, no final de junho; a de março foi 1,2%.

Onde estão as reservas? Como V.Exa. mencionou, as reservas estão fundamentalmente aplicadas em títulos de países ou governos europeus ou americano. De fato, o valor superior a 100 bilhões de dólares está aplicado em títulos do Governo americano, como os chineses também. Deputado, apesar de a taxa de juros ter sido de fato baixa nesse período, e continuar baixa, essa foi uma aplicação muito bem-sucedida do ponto de vista financeiro. Essa é uma das razões pelas quais nós gastamos 14,5 bilhões de dólares das reservas com vendas do mercado à vista. O Banco Central vendeu 14,5 bilhões de dólares e comprou um pouco mais de dois, e as reservas continuaram em 205 bilhões.

Uma das razões é que as reservas ganharam valor. Nós não podemos olhar apenas a taxa de juros, mas também o valor dos papéis. O fato é que o valor desses papéis subiu. Portanto, foi uma boa aplicação da reserva. Nesse aspecto, o Deputado não precisa se preocupar, porque as reservas foram muito bem aplicadas.

Os títulos do Tesouro americano têm liquidez bastante ampla, não só porque têm liquidez de mercado – apesar das questões do dólar, ainda é a grande moeda reserva: além do mais, o **Federal Reserve Board** está adotando uma política que eles chamam de facilitação à produção livre, uma facilitação quantitativa. É o *quantitative easing*. Na realidade, o Federal Reserve está comprando também títulos do Tesouro americano. Mas isso não é o mais importante. Títulos do Tesouro americano têm liquidez ampla e, portanto, não há essa preocupação. O que existe é uma preocupação estratégica de longo prazo, principalmente dos chineses, com o fato de existir apenas uma moeda reserva. Mas, basicamente, o fato é que as reservas estão aplicadas em títulos muito seguros, que têm grande valor. Portanto, a história da aplicação das reservas é muito favorável.

Deputado, V.Exa. pode imaginar o que seria, por exemplo, se tivéssemos buscado retorno mais elevado e aplicado em alguns dos grandes bancos internacionais que tiveram problema. V.Exa. não estaria possivelmente muito feliz com a administração das reservas brasileiras. Felizmente, as reservas brasileiras foram bem aplicadas, ganharam valor e estão em títulos muito sólidos.

Vou às perguntas do Deputado Alfredo Kaefer. Em primeiro lugar, eu já mencionei a questão da SELIC, do *timing*, etc.

“Por que não indexou o compulsório ao crédito?”

Deputado, a movimentação toda do compulsório foi bastante bem-sucedida, na medida em que ela visou prover uma liquidez ao mercado em um momento importante. Portanto, ela visou assegurar um equilíbrio macroeconômico naquele momento. E ela foi muito bem-sucedida também na medida em que direcionou 41 bilhões de reais aos bancos pequenos e médios. Isso equilibrou de fato o sistema, na medida em que esse era o grande problema daquele momento; quer dizer, 40% do volume total foram direcionados para pequenos e médios. E agora, com o Fundo Garantidor de Créditos, tende a crescer a competitividade dos bancos pequenos e médios, etc. Isso é considerado exemplo de sucesso das administrações de crédito do mundo todo.

Em relação à meta de câmbio e de inflação, eu já respondi basicamente a essa pergunta do Deputado.

Outra pergunta muito importante do Deputado refere-se ao uso das reservas. Por que não estamos usando as reservas para beneficiar as exportações? Gostaria de falar a V.Exa. que estamos fazendo isso já: 24 bilhões de dólares; não há restrição de ofertas, Deputado. Oferecemos todos os recursos demandados pelas empresas exportadoras através dos bancos, isto é, anunciamos que atenderemos a toda a demanda, e estamos atendendo a toda a demanda. O Banco Central não restringe essa oferta.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Os bancos é que não têm apetite de emprestar.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – E, para isso, entre outras coisas, existe uma ação mais agressiva agora dos bancos públicos.

A última pergunta do Deputado é: por que o Banco Central faz a chamada “esterilização” do excesso de liquidez e por que o Banco Central toma recursos do mercado à taxa SELIC. Todo dia, exatamente.

Deputado, isso é a essência do regime. O que é a taxa SELIC? Ela é a meta de taxa base onde o Banco Central toma e empresta recursos todo dia. Se não fizer isso, não existe SELIC, e não precisa de COPOM também. Então, não é bom? Depende do que se considera bom. Era assim, no passado, no Brasil, na década de 80 foi assim; era o chamado Banco Central passivo.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS – Há jeito de, algum dia, sairmos disso?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Já saímos durante muitos anos, Deputado. Durante muitos anos. Foi uma época que havia no Brasil o fenômeno da hiperinflação. Durante toda a década de 80, não havia exatamente esse procedimento. Inclusive, chegamos mais longe, tínhamos até uma conta-movimento do

Banco do Brasil de onde o Tesouro sacava livre, sem orçamento, quando a moeda não tinha controle. O resultado, normalmente, era inflação elevada, segundo a teoria e a experiência macroeconômicas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima)

– Com a palavra o nobre Deputado Ricardo Barros. *(Pausa.) (Ausente.)*

Com a palavra o nobre Deputado Rodrigo Rocha Loures.

O SR. DEPUTADO RODRIGO ROCHA LOURES

– Senador Almeida Lima, nosso Presidente, Presidente Silvio Torres, Presidente Henrique Meirelles, estou satisfeito com as informações, até porque, quando preciso examinar as informações do Banco Central, consulto o *site* e muito do que é necessário saber lá está. Portanto, recebo este documento que o Presidente Almeida Lima nos fornece relativo ao ano que passou como um documento acessório às informações de que dispomos, mas temos aqui as demonstrações contábeis da CAP-MG, que estava lendo enquanto ocorria a reunião.

Então, Presidente Meirelles, não quero falar do passado, mas, talvez, um pouco do futuro. A ideia seria examinar a abordagem pela seguinte questão. Haverá uma próxima reunião como esta daqui a alguns meses, vamos voltar a examinar números como estes; não sabemos exatamente o que vem pela frente e algumas informações são mais previsíveis que outras.

Tenho observado que quem acha estar bem informado sobre o que está acontecendo, talvez esteja profundamente enganado. Por conta disso, com humildade, tenho observado os eventos recentes, mas me parece que vamos bem. Queria ouvi-lo, Presidente, portanto, com relação ao futuro.

V.Exa. sabe que aqui temos 5 Comissões que hoje trabalham examinando as consequências da crise econômica; não perdemos mais tempo com diagnóstico. Hoje, houve uma Comissão Geral, com as presenças do Ministro Reis Veloso, do Dr. Jorge Gerdau, do Ministro Roberto Rodrigues e de diversas lideranças do País dando suas contribuições ao debate. Inclusive, V.Exa. já confirmou a presença, ao que agradeço, e voltará a esta Casa para debatermos especificamente esse tema.

Mas quero aproveitar certo espaço de tempo para debatermos sobre que tipo de áreas de colaboração pode haver entre Câmara e Banco Central e entre Senado e Banco Central, para que, na próxima reunião, se V.Exa. achar conveniente, iniciarmos algum tipo de processo colaborativo com vistas a algum trabalho comum que possa reforçar ainda mais a parceria que há hoje entre Governo, Legislativo e, por que não dizer,

Judiciário, que, creio, também está fazendo aquilo que é importante para o Brasil.

Dessas áreas de colaboração, por exemplo, a questão do *spread*. Não gosto da palavra *spread*. Nada contra os americanos, mas prefiro a palavra “margem”; fica mais fácil para quem observa e acompanha a discussão. Entre os principais componentes do que chamo de “margem”, e o mercado chama de *spread*, estão a inadimplência; o segundo me parece ser a carga fiscal, impostos componentes da operação; e naturalmente também a margem dos bancos ou o lucro da instituição financeira. São os 3 principais componentes.

Já estamos examinando quais os componentes dessa inadimplência. O que se entende por inadimplência – evidentemente é uma leitura técnica –, por trás da qual há um hábito, uma realidade econômica que o País apresenta. Portanto, talvez essa fosse uma área de colaboração.

Outra área de colaboração, Presidente, tem a ver com o novo momento. A sociedade brasileira terá de aprender a viver com juros menores, porque isso faz parte da maturidade econômica em que nos encontramos enquanto economia. Isso trouxe um debate muito acalorado, há 2 semanas, por conta da mudança ou da pretensa mudança que o Governo faria na caderneta de poupança ou na remuneração da caderneta de poupança. Também realizamos um intenso debate, que agora foi ao Senado, referente ao cadastro positivo.

Gostaria de ouvir, portanto, os comentários de V.Exa., primeiro, com relação às possíveis áreas de colaboração imediatas, quando podemos, trabalhando juntos, garantir que a próxima reunião será tão boa quanto esta. Segundo, se V.Exa. quiser comentar sobre a questão da caderneta de poupança e a do cadastro positivo. Em terceiro lugar, os chineses estão abrindo um banco em São Paulo; a autoridade econômica ou monetária autorizará, ou já autorizou, a abertura desse banco. A China passa a ser nosso principal parceiro econômico, e o Presidente Lula acaba de voltar de lá.

Então, dentro do possível e sabendo que o Brasil e o trabalho do Banco Central brasileiro é reconhecido no grupo do G-20 e no grupo dos Presidentes de Bancos Centrais, gostaria de conhecer sua avaliação, o significado ou qual pode ser o significado dessa presença chinesa mais oficial, por que não dizer, em território brasileiro, e, nessa discussão referente a uma terceira moeda ou um terceiro caminho, que pode ser reserva de valor entre as economias, se essa questão deve ocupar, de alguma maneira, os esforços e as tensões da Câmara e do Senado com relação ao que pode vir pela frente.

Vejo que V.Exa. veio acompanhado da sua equipe, que, pelo menos no que diz respeito ao meu man-

dato – sou membro da Comissão de Finanças –, tem sido muito diligente e atenta. Então, cumprimento sua equipe pelas informações que, pelo menos a mim, já puderam prestar.

Obrigado, Presidente Meirelles. Obrigado, Presidente Almeida Lima.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Jilmar Tatto.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO – Caro Presidente, Senador Almeida Lima, Sr. Ministro Henrique Meirelles, demais membros da Mesa, primeiro, quero cumprimentar toda a equipe do Banco Central pela maneira que tem conduzido aquilo que V.Exa. chama de fundamentos macroeconômicos do Brasil, que são de sua competência. A forma competente com que tem gerenciado e monitorado, permite, inclusive, que o Governo brasileiro possa investir de forma bastante segura na área social, na infraestrutura e na produção.

Na área social, todos conhecemos o investimento, principalmente, no Bolsa-Família e agora no Minha Casa, Minha vida.

Na área da produção, toda a desoneração por parte do Governo nos setores produtivos, principalmente agora, como foi comentado o setor automobilístico. E também na infraestrutura o programa do PAC.

Então, esses fundamentos e essa ingerência do Governo Federal de fazer com que o Estado possa também ser o indutor da produção e o indutor do crescimento. Isso é importante, é um detalhe do monitoramento feito pelo Banco Central.

O sucesso do Brasil tem a ver com essa política. Considero isso importante. Quer dizer, não é secundário o fato de nós termos, num momento de crise, um Governo que levanta a cabeça e diz o seguinte: “*Nós vamos enfrentar a crise, apostando na produção, apostando no emprego, apostando na distribuição de renda, para que tenhamos emprego e possa a população ter consumo*”. A meu ver, isso é o mais importante que nós temos hoje no Brasil.

Eu tenho aqui várias perguntas que já foram respondidas. Mas tenho uma pergunta sobre *spread*. É inadmissível que o Banco Central tenha disponibilizado o compulsório de 100 bilhões e, de repente, não tenha ocorrido a diminuição de *spread*. Aliás, dizem inclusive que o Presidente do Banco do Brasil caiu em função disso, porque não adotou uma política arrojada de diminuição de *spread*. Essa questão, Sr. Henrique Meirelles, se V.Exa. me permitir, o Banco Central tem de trabalhar com carinho, porque é um elemento que pode virar um câncer hoje no País. É inadmissível que, no momento de crise, eles não abaxiem o *spread* bancário para que a população possa consumir mais.

Outra questão, se V.Exa. puder responder, é sobre a poupança, um assunto delicado hoje no Brasil. O Executivo enviou para cá uma medida provisória que preserva 99% dos poupadores, com a preocupação em relação aos especuladores. Pergunto: o Banco Central tem controle ou existe mecanismo para fazer com que esses especuladores entrem na Conta Poupança simplesmente para obter lucro imediato e, de uma hora para outra, eles vão embora? Existe um mecanismo do Banco Central que alerte o Governo, o Executivo e o Ministério do Planejamento, para que o Brasil não sofra as consequências em relação à credibilidade da poupança?

A outra pergunta está relacionada com as nossas reservas. Até quando nós podemos usar as nossas reservas para investir na infraestrutura? Quer dizer, 205 bilhões agora. Será que nós não poderíamos pegar parte desse dinheiro e investir em infraestrutura, principalmente no momento de crise?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Senador Eduardo Suplicy. S.Exa. dispõe de 5 minutos para as indagações.

O SR. SENADOR EDUARDO SUP LICY – Sr. Presidente Almeida Lima, prezado Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em primeiro lugar, gostaria de perguntar a respeito da evolução positiva que tem ocorrido com os resultados da política de metas.

Observo no gráfico de V.Exa. que tem havido um comportamento mais e mais próximo, conforme ressaltou, da meta estabelecida da ordem de 4%. E está prevista, para junho próximo, a nova definição para os 3 anos seguintes, não é isso? Portanto, levando em conta esse resultado positivo, sabendo muito bem do quanto V.Exa. acredita que o objetivo do Banco Central centrado na meta de estabilização de preços como a principal, mas levando em conta também que outros países têm a sua autoridade monetária que leva em conta tanto a política de metas de inflação quanto o objetivo de diminuir a taxa de desemprego e de crescimento, consideraria o Banco Central que esses outros objetivos possam também ser considerados, ainda que colocando como central a política de metas de inflação?

Eu já fiz uma sugestão em ocasião anterior a V.Exa. e gostaria de reiterar, porque uma evolução positiva da política macroeconômica e política social do Governo do Presidente Lula e das autoridades econômicas e monetárias, desde o início de 2003, tem sido ano a ano a diminuição do coeficiente de desigualdade. Como V.Exa., nas suas exposições, coleta tão bem as informações da economia, sugiro que acrescente o Coeficiente Gini em 2002, 2003 etc. E V.Exa. poderá,

como tem sido ressaltado por muitos – ainda nesta semana no Fórum Nacional, no Rio de Janeiro e no BNDES – economistas internacionais que, diferentemente de outros países, o Brasil foi aquele que, nestes anos recentes, conseguiu uma diminuição bastante significativa, passando de 0,59 para 0,55, próximo de 0,54 no Coeficiente Gini. A minha sugestão é no sentido de que isso esteja contido nas suas exposições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima)

– Com a palavra o nobre Deputado Carlos Willian. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado João Oliveira.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA – Sr. Ministro, quero ser breve, pois são apenas 2 perguntas. O Governo tributando o rendimento da poupança acima de 50 mil reais, resolve a questão da poupança? Qual o limite mínimo tolerável para a taxa de juros?

Com a criação de um teto para poupadores isentos de Imposto de Renda, não seria, por parte do Governo, uma ajuda aos bancos e prejuízo aos poupadores, uma vez que os fundos de investimentos concentram os recursos para empréstimos bancários? Essa é a nossa pergunta, Sr. Ministro. Alguma dúvida?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Sim, eu tenho uma dúvida em relação à segunda pergunta. Se entendi bem, a isenção dada ao aplicador de outros produtos que não a poupança beneficiaria os bancos. Queria entender exatamente isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA – Com a criação de um teto para poupadores isentos de Imposto de Renda, não seria, por parte do Governo, uma ajuda aos bancos e prejuízo aos poupadores?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – V.Exa. está falando de uma possível taxação de grandes poupanças no ano que vem ou da não-taxação de outros investimentos este ano? A qual das 2 V.Exa. se refere? Só para eu entender.

O SR. DEPUTADO JOÃO OLIVEIRA – À não-taxação deste ano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima)

– Com a palavra o nobre Deputado Jerônimo Reis. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Eduardo Valverde.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Sr. Presidente, eu cheguei um pouco tarde porque estava em outra audiência. E, quando cheguei, o Ministro já havia feito a sua dissertação. Todavia, eu não me inscrevi, mas o Deputado Jerônimo Reis teve de se ausentar e deixou um papel aqui para que eu pudesse fazer as perguntas. Sou o Deputado Osório Adriano.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO OSÓRIO ADRIANO – Sr. Ministro, a poupança sempre foi um mecanismo mais simples de ser entendido, pois se destina sobretudo mais simples de ser entendido, pois se destina sobretudo aos pequenos poupadores. O cálculo da poupança, Sr. Ministro, é reconhecidamente difícil de entender, devido à relação da variação da Taxa SELIC com a inflação e outros determinantes. Quais os parâmetros que o Governo adotará para controlar o equilíbrio, os efeitos da SELIC e a atratividade da poupança? Essa é a primeira pergunta.

Sr. Ministro, a queda da taxa de juros não seria um instrumento, ao lado da compra de dólares, para compor as reservas internacionais e diminuir a tendência de desvalorização da moeda norte-americana? Qual o limite máximo para a composição de reservas internacionais?

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Valverde. *(Pausa.)*

Senador Roberto Cavalcanti. *(Pausa.)*

Deputado Leandro Vilela. *(Pausa.)*

Deputado José Chaves. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio.

O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO – Sr. Presidente Almeida Lima, Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, Srs. Diretores, caros amigos e colegas Parlamentares, a respeito da taxa de câmbio, Presidente Meirelles, quando vemos aqui o real valorizado em relação ao dólar, o euro valorizando-se em relação ao dólar, o real desvalorizando-se em relação ao euro, V.Exa. mostra, ao menos nesse período, que houve um processo muito mais de desvalorização do dólar no mercado mundial do que a valorização do real no mercado interno financeiro.

Isso me fez lembrar de um projeto de lei recentemente aprovado nesta Casa, do qual fui Relator, por meio do qual foi instituído, autorizado por esta Casa Legislativa, o sistema bilateral de troca de moedas entre Brasil e Argentina, que permite a compensação diária das operações entre os 2 Países. Pergunto se não seria esse um instrumento adequado a ser ampliado, na sua abrangência, para as trocas comerciais do Brasil com outros países do mundo, a fim de fugirmos dessa questão específica do dólar e dessa tendência que, parece-me, vem se configurando como uma tendência de longo prazo de desvalorização da moeda americana, em detrimento do nosso interesse enquanto País?

De outro lado, temos a notícia de que infelizmente, por razões que eu não conheço, esse sistema que já foi instituído, talvez pela sua complexidade ou pelo

início da sua operação, ainda não foi adotado de forma significativa no comércio entre os países. V.Exa. teria uma previsão de que se isso poderá ser agilizado? Ou se realmente são dificuldades de longo prazo e mais estruturais que eu particularmente desconheço? V.Exa. entende que esse realmente é um instrumento importante para sairmos dessa ligação tão forte com o dólar?

Aproveito a oportunidade para fazer uma referência rápida ao projeto de lei, a que o Deputado Júlio se referiu, que V.Exa. respondeu de forma previsível, já que a sua posição recomenda um certo distanciamento das questões que ainda estão em debate nesta Casa, mas dizer do nosso reconhecimento dos esforços e das realizações importantes do Banco Central, em particular, e do Governo, em geral, no sentido de reduzir o *spread*, atingindo fatores determinantes para ele. V.Exa. fez referência a todos eles e não vou repeti-los; apenas quero ressaltar que o projeto de lei em referência procura especificamente estimular a competição. Esse é o objetivo do projeto; não é um projeto de fixação de tetos, de engessamento do *spread*, mas visa a estabelecer mecanismos que estimulam a competição bancária em direção a um *spread* mais baixo.

Esse é o objetivo do projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Tem a palavra o último orador inscrito, Deputado Otávio Leite, sergipano e Parlamentar pelo Rio de Janeiro

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE – Sergipano com muito orgulho e Deputado pelo Rio de Janeiro com muita honra. Sr. Presidente, Senador Almeida Lima, Presidente Silvio Torres, Sr. Presidente do Banco Central, sem querer tomar muito tempo, há uma bandeira que há muito abraço e que merece uma reflexão do Banco Central.

Introduzo o que quero dizer lembrando um verso de que gosto muito, do poeta Gil. Ele disse a certa altura que é sempre bom lembrar que um copo vazio está cheio de ar. Acho isso formidável. Isso nos traz algumas reflexões em circunstâncias em que não visualizamos por completo a questão.

Isso se aplica aos indicadores econômicos do Banco Central extraídos hoje, porque embora a nossa balança comercial apresente superávit de 24 bilhões, por outro lado as nossas transações correntes apresentam déficit de 28 bilhões. Desde sempre, exportar será importante, ontem, hoje e amanhã. A saúde financeira de um país naturalmente se mede por sua capacidade de vender seus produtos e de incorporar mais valias ao cenário econômico interno. Portanto, não é à toa que desde sempre os governos procuram adotar políticas para fazer com que as exportações de manufaturados

seja estimuladas. Agora mesmo votamos um bocado delas. Acho inclusive que em momentos de crise se faz necessário impulsionar alguns setores, para que prossigam no mercado externo e tragam divisas para o Brasil nas mais valias alcançadas em função das transações comerciais.

Não obstante essa óbvia afirmação, há nesse contexto um setor muito esquecido e ao mesmo tempo relevante. Embora se fale sobre ele, pouco se age sobre ele. Quero dizer sobre um componente dessas transações correntes, a intitulada conta turismo. Os números mais recentes indicavam, antes de o epicentro da crise ter eclodido, segundo dados do Banco Central, que os brasileiros deixaram no exterior, nas viagens internacionais, 10 bilhões. Por outro lado, os estrangeiros deixaram nesse mesmo período, no Brasil, 5 bilhões. Nesse déficit de transação corrente temos uma contribuição da conta turismo da ordem de 5 bilhões, o que é significativo.

Os dados de hoje, dado o refluxo do movimento das viagens internacionais, também revelam um déficit de 3 bilhões, se prosseguir o diagnóstico de janeiro a abril.

Fala-se que um momento de crise é também um momento de oportunidade, de criatividade – hoje houve uma Comissão Geral nesta Casa para apresentar propostas –, e há uma proposta, Sr. Presidente, que eu gostaria de trazer a V.Exa., para saber sua reflexão. Se, por um lado, oferecemos a “n” setores da indústria brasileira condições favoráveis para prosseguirem disputando mercado exterior, através de desonerações, por que não se toma iniciativa a fim de desonerar todos aqueles agentes econômicos que de alguma forma trazem turistas para o Brasil, que trazem pessoas para visitar o Brasil, seja no viés de lazer, seja para congressos, feiras e exposições, *business*? São efetivamente cidadãos do mundo que vêm ao País que consomem e deixam recursos aqui.

Um operador turístico, uma agência de turismo que traz pacotes, um organizador de eventos, um hotel que busca trazer clientela, no fundo estão produzindo para o Brasil, do ponto de vista do giro econômico, da movimentação da atividade econômica, absolutamente o mesmo efeito que o exportador de um móvel, de uma bicicleta ou de carro, porque estão trazendo recursos líquidos para a nossa economia através desse consumo.

Vimos lutando, não é de hoje, neste Parlamento, quer dizer, neste mandato – é o meu primeiro mandato –, para que se consiga introduzir na legislação brasileira, no nosso ordenamento jurídico, esse conceito de que, por um viés e por um fundamento, a retaguarda constitucional, no princípio da isonomia – porque são

iguais os resultados –, haveria também de oferecer a todos os agentes econômicos do turismo receptivo, ou seja, àqueles que trazem pessoas ao País, o mesmo tratamento em linhas de crédito do BNDES, em linhas de fomento, qualquer que seja o programa, em providências tributárias facilitadoras, para que esses setores expandam suas atividades.

Queremos o desenvolvimento; não há saída sem desenvolvimento. O desenvolvimento social vem agregado, mas sem desenvolvimento econômico é tudo discurso, é blá-blá-blá, e não se chega a lugar nenhum. Eis que, de alguma maneira, postulamos a introdução dessa matéria no ordenamento jurídico. Tentamos isso várias vezes. Agora mesmo vamos votar a MP nº 460. Infelizmente, as medidas provisórias, do ponto de vista técnico-legislativo, têm-se prestado a uma salada legislativa. Assuntos mais diversos são tratados no mesmo diploma legal, isso é complexo. Oferecemos mais uma vez essa proposta. Houve uma ocasião em que apresentamos a proposta, convidamos Deputados de outros partidos, do Governo e da Oposição, para que pudesse prosperar. Na Lei Geral do Turismo a apresentamos, foi aprovada, mas o Presidente a vetou.

O Banco Central nos informa dados preciosos que consubstanciam a defesa dessa bandeira. Temos que diminuir esse déficit, e diminuir esse déficit será saudável para o Brasil. portanto, eu gostaria que V.Exa. nos ajudasse, junto ao Ministério da Fazenda, para que compreendam a importância do setor do turismo receptivo para o desenvolvimento do Brasil, para as contas nacionais e para combater esse perverso déficit nas transações correntes.

Se me fiz entender, essa é a bandeira para a qual peço uma reflexão de V.Exa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima)

– Agradeço a contribuição ao nobre Deputado Otávio Leite.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco Central, Dr. Henrique Meirelles, para responder às indagações e logo a seguir para suas considerações finais, já que este é o último bloco de oradores inscritos.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não. Muito obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, em relação às questões colocadas pelo Deputado Rodrigo Loures, eu gostaria de dizer que olhamos com grande confiança exatamente o relacionamento nosso com esta Casa, com a Câmara e o Senado, no endereçamento dessas questões. Nossas áreas técnicas estão à disposição, S.Exa. é sempre bem-vindo ao Banco Central, demais Parlamentares interessados, para discutirmos e apresentarmos uma

colaboração técnica, não só para essas questões levantadas, mas também para as demais questões.

Em relação, por exemplo, à questão da margem, não do *spread*, na verdade, há um trabalho grande, feito pelas áreas técnicas do Governo, do BC, da Fazenda, e algumas dessas medidas já estão incorporadas atualmente na estrutura normativa, mas certamente há muito espaço ainda para o trabalho, e certamente trabalho com o Legislativo, porque muitas dessas medidas passam por este Poder.

Uma delas, muito importante, o cadastro positivo, certamente, é algo que tem uma importância muito grande no aumento da competição. Há algumas dúvidas importantes; uma delas foi muito discutida nesta Casa, a questão da postagem e do aviso ao consumidor sobre eventual negativação, por inclusão no cadastro. Isso já foi aprovado nesta Casa. Há algumas questões complexas aí em termos de custos e benefícios, mas estamos totalmente dispostos a dar o nosso parecer.

Eu vou já me antecipar, já que S.Exa. mencionou a questão da margem. Uma das perguntas do Deputado Pedro Eugênio foi em relação ao projeto em andamento nesta Casa. O Deputado falou também sobre algo muito importante, dizendo que o projeto visa estimular a competição. E certamente o estímulo à competição bancária é uma das missões do Banco Central. O estímulo à eficiência e à competição no sistema bancário.

Estamos todos totalmente dispostos a dar o nosso parecer, desde que, evidentemente, solicitado por esta Casa. O nosso departamento especializado já está trabalhando nisso, já estamos analisando o projeto, e, certamente, solicitados formalmente pelos Parlamentares, nós daremos certamente a nossa contribuição, para que esse projeto possa de fato caminhar no sentido de aumentar a competição, como observou claramente o Deputado Pedro Eugênio. Certamente, daremos nosso parecer de como o projeto pode ser encaminhado, para aumentar a competição, e não outra coisa.

Quanto à questão da poupança, também estamos trabalhando nisso. O Governo já anunciou algumas medidas, que certamente serão enviadas no devido tempo ao Congresso Nacional. Estaremos totalmente abertos e preparados para dar toda a nossa colaboração técnica de novo a essa discussão tão importante.

Em relação ao Banco da China, ele foi autorizado e ainda não começou a operar. Evidentemente, há uma reciprocidade para banco brasileiro na China. Não há dúvida de que a China está crescendo como parceiro comercial. Para o Brasil é muito importante atualmente, por causa da exportação de *commodities*, principalmente para a China, um grande consumidor. É muito importante para o preço das *commodities*, com o

que tanto se preocuparam aqui alguns Parlamentares. É muito importante realmente.

Um dado fundamental para os produtores brasileiros de *commodities* é o consumo da China. Nesse aspecto, somos parceiros naturais, de um lado, e, de outro lado, competidores naturais do produto industrializado. Competidores duros dos chineses, aliás. Mas, de qualquer maneira, quanto à produção de *commodities*, parceiros naturais.

Então, não há dúvida de que há um interesse de ambas as partes em facilitar o comércio.

Quanto à questão da terceira moeda, há, sim, uma discussão, de que participei publicamente, em alguns fóruns de discussão na Europa, sobre qual seria a viabilidade de se criarem moedas multilaterais de reserva. É um conceito, que não é necessariamente muito fácil e muito rápido de ser implementado, mas é uma idéia interessante, positiva. É um dos mecanismos, que seriam os direitos especiais de saque do FMI. Houve uma decisão do G-20 de aumentar o volume dos direitos especiais de saque, o problema é a questão do volume. Os volumes não são necessariamente relevantes para que, de fato, se possa configurar a ideia de uma moeda reserva alternativa ao dólar. Mas, de qualquer maneira, é uma discussão interessante, é uma discussão importante, o Brasil está participando dela de uma forma muito intensa.

As declarações do Presidente Lula, em Londres, referentes à possibilidade de o Brasil inclusive participar de aporte de recursos ao FMI é muito importante. Em resumo, o Brasil hoje já tem um peso importante, é um País que tem uma presença internacional forte e já participa intensamente dessas discussões.

Passo agora às perguntas do Deputado Jilmar Tatto. Em primeiro lugar, com relação ao *spread* bancário, não há dúvida, Deputado, de que estamos tomando uma série de medidas – diversas delas já foram mencionadas e discutidas aqui – visando, em última análise, a aumentar a competição. Isso é o que fez com que o *spread* bancário caísse em diversos países do mundo.

Existem outros fatores que foram também mencionados aqui: a questão da inadimplência – para isso o cadastro positivo é muito importante –; existe a questão também de mecanismos processuais, projeto que deverá, em determinado momento, ser discutido por esta Casa, suponho; existem outras questões referentes a questões fiscais, e a questão fiscal é permanente na maior parte das perguntas e sugestões. E evidentemente a questão fiscal que se coloca no *spread* bancário, na questão do turismo e na questão do investimento tem como contrapartida o equilíbrio das contas do Estado. Em resumo, essa já é uma discus-

são importante, que existe, real, mas existem também certas limitações nesses aspectos.

Em relação à reforma tributária, por exemplo, que está em discussão nesta Casa, acho que é muito importante que prossiga no futuro, porque boa parte dela passa por essa via.

Em relação à questão da poupança, não há dúvida de que o mecanismo de alerta sobre a entrada na poupança ou a saída da poupança de especuladores... Pelo que entendi da sua pergunta, V.Exa. está se referindo à questão de que, de vez em quando, a poupança poderia ficar muito atraente, então os grandes especuladores entrariam etc. É evidente que sim, nós temos medidas muito acuradas e seguimos não só os depósitos em poupança, mas em todos os demais veículos de investimento, e certamente o Governo tem acesso a todos eles, seja através do Ministério da Fazenda, através do Ministério do Planejamento, da Presidência da República, todos têm acesso a esses dados rapidamente, no sentido de que é possível, sim, ter uma visão muito clara disso. E isso é algo que é monitorado claramente. Essa é a razão de toda essa discussão a respeito do assunto, a respeito do equilíbrio do sistema financeiro como um todo e dos diversos instrumentos, para que não levem a desequilíbrios perigosos.

Em relação à questão do investimento das reservas na infraestrutura, Deputado, há um ponto importante que deve ser frisado, do que é cada mecanismo. O mecanismo de reserva visa, basicamente, como o próprio nome diz, a uma reserva de liquidez, isto é, algo que o País tem para garantir suas contas externas, de maneira que não entre em crise cambial. Essa é a finalidade da reserva. Se usamos a reserva para a infraestrutura, ela não é mais reserva por definição, é outra coisa, é uma despesa primária. Então a questão é saber se o volume de reservas é adequado.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO – Isso. Qual é o volume de reserva? Porque pode ter haver 200, 300, 500. A China tem trilhões.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Tem 2 trilhões.

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO – Mas no Brasil qual o volume dessa reserva? Porque chega uma hora em que não adianta ter tanta reserva que...

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Está certo. Não há dúvida de que chega uma hora em que...

O SR. DEPUTADO JILMAR TATTO – Tem que usar o dinheiro, não é? O Brasil tem necessidades do ponto de vista de infraestrutura.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – É uma boa pergunta também, Deputado, como várias que já foram feitas.

Não há dúvida de que a relação custo/benefício das reservas é uma coisa que nós monitoramos com muito rigor. E isso tem mudado. Existiam modelos no passado do que seria o volume ideal de reserva. Esses modelos apontavam, inclusive, para números menores do que os que temos hoje.

Essa crise mostrou que esses modelos estavam errados, porque eles não levavam em conta todas as necessidades possíveis e todas as possibilidades de evasão de capital em caso de uma crise dessa magnitude. A crise mostrou que, de fato, os volumes de reservas que o Brasil tem hoje eram adequados e que volumes muito menores poderiam ter sido programados.

Em relação à reserva, não é apenas necessário olhar o que se gastou. É necessário olhar aquilo que não foi preciso gastar. Isto é, o fato de o Brasil ter uma reserva dá a segurança de que eventualmente não será necessário gastar as reservas. Primeiro ponto.

Segundo, o fato de que o Brasil anunciou que poderia atender a toda a demanda por dólares, empréstimos em dólares, das empresas exportadoras ou não exportadoras brasileiras e dos bancos brasileiros. Quando o Banco Central do Brasil anunciou: *“Estamos fazendo leilões de linhas externas usando as reservas e não temos limite para isso”*, isso foi um sinal importante de que o Brasil estava líquido, o que colaborou muito para que o Brasil e as empresas brasileiras pudessem voltar o mercado internacional, não sendo necessário usar todo aquele volume. Mas se não tivéssemos as reservas, como muitos países não têm, aí teríamos problemas.

Em resumo, a finalidade das reservas se mostrou muito mais ampla do que parecia à primeira vista. Portanto, a conclusão a que se chega hoje é de que o patamar ideal – um conceito teórico, que não se sabe exatamente qual é – é maior do que se pensava anteriormente. É uma conclusão, inclusive, muito discutida no fórum dos bancos centrais, principalmente dos países emergentes, nas reuniões internacionais.

Portanto, o que está claro é que ainda temos margem para o crescimento das reservas. Dito isso, estamos trabalhando na recomposição das reservas. Por enquanto, estamos recompondo-as, considerando que, se somássemos a posição das reservas e a posição dos mercados futuros, teríamos uma margem total maior do que a que temos hoje. Portanto, ainda temos tempo para aumentar as reservas se olharmos os 2 mecanismos conjuntamente.

Não estou dizendo que poderemos ou não voltar a ter posição no mercado futuro. O que estou dizendo é que devemos olhar os 2 mercados conjuntamente e que, portanto, existe espaço para continuar o crescimento das reservas, inclusive porque a indicação é de

que, independentemente da posição que tínhamos no início, ainda temos espaço para crescer.

Basicamente, Deputado, o resultado líquido da existência das reservas é muito positivo, inclusive para a capacidade de investimento do Governo, porque isso assegurou a manutenção dos planos de risco do Brasil e, portanto, dos custos de captação do Tesouro a níveis mais baixos do que alguns países que tiveram os mesmos problemas que o Brasil enfrentou no passado. Já mostrei que, no passado, as nossas taxas de juros subiram acima de 30 no custo do Tesouro em momentos de crise. Agora, não. Então, não é só a reserva – é a dívida pública cadente, é a inflação na meta, é o equilíbrio macroeconômico –, mas ela é um fator importante.

Em relação às questões do Senador Eduardo Suplicy, a sua preocupação é absolutamente legítima e importante. V.Exa. tem esse enfoque, com o qual concordamos completamente porque ele está nos índices de desigualdade social e substituição de renda. V.Exa. mencionou dados importantes, como, por exemplo, o Índice de Gini de desigualdade social, que tem melhorado recentemente no Brasil. Não há dúvida de que esse é um dado importante.

O Senador mencionou algo também da maior importância, alguns dados e indicadores sociais do Brasil. Realmente, 30 milhões de pessoas cruzaram a linha de pobreza, para baixo e para cima, nos últimos 5 anos no Brasil. Hoje a maioria da população brasileira, mais de 50%, é classe média. Tudo isso são fatores mais importantes. Não é suficiente. Precisamos continuar melhorando esse quadro. Todos concordamos com isso, e V.Exa. tem a nossa concordância absoluta nesse aspecto.

Quanto à questão de meta, existe aí uma questão objetiva, técnica, Senador. O Banco Central, no caso de política monetária, tem um instrumento, a taxa básica de juros. E a questão sobre a qual os bancos centrais se debatem, já falamos sobre isso hoje, é, com um instrumento só, sair pesquisando, a curto prazo, objetivos diferentes. Isso normalmente tem dado resultados negativos.

Então a experiência brasileira mostra que um banco central que colabora, juntamente com outros órgãos de governo e com outros agentes, para que exista o equilíbrio macroeconômico do país – e, no caso, do Brasil –, esse equilíbrio macroeconômico permite a estabilidade do valor da moeda, previsibilidade, baixa dos prêmios de risco, portanto menor custo de capital para o Governo, o Tesouro e o setor privado, tudo isso ao longo do tempo aumenta o investimento, o emprego e a renda.

A colaboração que o Banco Central pode dar para o aumento do emprego e da renda e para a diminuição da desigualdade é simplesmente não permitir a volta da desorganização financeira do País, que houve durante tantos anos. Se nós olharmos a história recente, Senador, veremos isso, quer dizer, o Brasil criou 1 milhão e meio de empregos, em média, nos últimos anos – ali esses indicadores sociais todos que o senhor mencionou. A massa salarial cresceu durante os últimos anos cerca de 6% ao ano, real. O Governo Federal, por uma política determinada pelo Presidente Lula, mas com condições financeiras, geradas pelo aumento da arrecadação, pôde aumentar os programas sociais, instituindo diversos projetos, que colaboraram muito exatamente para esse processo.

Portanto, é exatamente essa a ideia, quer dizer, diversos órgãos de Governo trabalhando com objetivos na mesma direção, mas objetivos com instrumentos diferentes e com metas específicas diferentes, dentro do objetivo maior, que é o aumento do emprego, da renda e do crescimento do País.

O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY – Obrigado, Presidente. Eu peço licença, porque há votações no plenário do Senado. Então tenho que me ausentar.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Obrigado.

O Deputado João Oliveira. Agora, em relação à poupança. Em primeiro lugar, a pergunta objetiva do Deputado é se a questão dos 50 mil reais resolve. Não é isso?

Muito bem, as nossas avaliações, Deputado, são de que, dentro do panorama atual da economia brasileira, essa taxação, anunciada pelo Ministro da Fazenda, da poupança acima de 50 mil reais, a partir do ano que vem, certamente é algo que deve prevenir os movimentos especulativos da poupança, que preserva, de um lado, a grande maioria da população, que tem depósitos abaixo de 50 mil reais, e, por outro lado, evita movimentos especulativos dos grandes volumes, dos grandes investidores.

Pelos cálculos que fizemos, que são estatísticos, estimativos, essa é uma medida adequada, ponderada, que deve equilibrar o sistema quando for implementada – se aprovada, certamente, pelo Congresso Nacional –, no ano de 2010.

Em relação ao limite de taxa de juros – estamos falando agora para baixo –, é interessante essa discussão no Brasil. Agora as preocupações são com a queda de juros. Mas não há dúvida de que o Brasil tem toda uma estrutura, que não é só a questão de poupança, mas fundos de investimento, pensões, uma série de outras estruturas no Brasil, que partem de toda uma

história de juros elevados, de alta margem de risco na economia, que demandavam juros elevados.

No momento em que a taxa de juros real na economia tem essa tendência declinante ao longo dos anos, começamos a enfrentar problemas que são resultado da estabilização e do sucesso da economia brasileira. Mas não há dúvida de que taxa de juros, como muita coisa na vida, Deputado, é aquela história: todos nós achamos que juros altos são muito ruins na hora de pagar e uma coisa menos ruim na hora de receber, não é verdade? Então isso vale para pequenos, médios e para os grandes. Todos querem proteger a sua poupança. O pequeno poupador que trabalhado duro e bota o seu dinheiro, dependendo do instrumento, quer o melhor retorno possível. E é legítimo. E o tomador quer o melhor possível. Então esse debate é normal.

Agora, do ponto de vista do conjunto da sociedade, não há dúvida de que a queda da taxa de juros é extremamente positiva para o País, e essa queda estrutural da taxa de juros que está acontecendo no Brasil, em função da estabilização econômica do País, não há dúvida de que é resultado de novo do sucesso da política econômica.

A isenção é uma questão objetiva, quer dizer, na medida em que uma taxação dos grandes investidores na poupança só se daria caso aprovada por esta Casa no ano que vem, então temos um possível desequilíbrio este ano. E conforme o que foi anunciado pelo Ministro da Fazenda, caso esse desequilíbrio venha a se configurar, etc., certamente serão necessárias medidas este ano, e a medida escolhida seria a isenção dos demais investimentos. Essa foi a medida anunciada pelo Ministro da Fazenda, responsável pela política fiscal do País. Certamente anunciou que tratará do assunto no momento adequado, segundo uma estratégia fiscal e de equilíbrio das aplicações financeiras, no caso da poupança.

Em relação às perguntas do Deputado Eduardo Valverde...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Ah, é Deputado Otavio Leite, que foi lido por ele, está certo. Os mecanismos para controlar, pelo que entendi, eram de controle de entrada e saída de capitais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Eu não cheguei ainda às perguntas do Deputado Otavio Leite, não.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Exatamente, é do Deputado Osório Adriano, que fez a pergunta em nome do Deputado Jerônimo Reis.

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –

Ah, está certo. A primeira pergunta, o V.Exa. poderia repetir, por favor Deputado?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES –

Obrigado. De fato é a questão novamente da poupança. Essa pergunta foi a que acabei de responder, no sentido de que os mecanismos são exatamente os anunciados pelo Ministro da Fazenda.

Quanto à segunda pergunta, em relação à SELIC e à taxa de câmbio, também já foi respondida. Em relação à terceira, sobre o limite máximo de reservas, também já foi respondida.

Em relação às perguntas do Deputado Pedro Eugênio, em primeiro lugar, temos a questão da ampliação do comércio em moedas locais. Esse comércio em moedas locais tem o nome de SML, Sistema de Moedas Locais. Já assinamos esse convênio e estamos implementando um trabalho longo e difícil, porque tem que haver uma integração de sistemas de câmbio entre os 2 países. Com a Argentina já está em funcionamento, estamos em processo de implementação com o Uruguai, e estamos em estudos preliminares com a China. Então é um processo longo, difícil, trabalhoso, que envolve um esforço muito grande de todo o corpo técnico do Banco Central dos 2 países em tecnologia e outras coisas, mas está avançando.

Em relação à pergunta do Deputado, por que não houve um crescimento mais rápido do sistema de moedas locais, a questão, Deputado, é de várias ordens. Primeiro, porque é um processo de fato lento. As primeiras vantagens dizem respeito a custo, portanto os exportadores menores tendem a começar primeiro.

O número é grande, os valores são pequenos. Por quê? Porque, como a primeira grande vantagem é uma questão de custo operacional, isso tem mais impacto nas exportações pequenas, de pequeno valor. Para alguém que faz uma exportação de grande valor, o custo do contrato de câmbio, de todo o procedimento burocrático, é proporcionalmente menor. As grandes empresas e os grandes exportadores tendem, num primeiro momento, a não querer modificar seus sistemas por conta de algo que, como percentual de um valor muito grande, não é relevante. Quanto aos pequenos exportadores, sim, para estes, vale a pena o trabalho de modificar todos os seus procedimentos. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é, por exemplo, a de que a maior parte das mercadorias tem valor referenciado em dólar no comércio internacional. Então fica mais fácil, as empresas importadoras e exportadoras estão acostumadas a ter uma referência em dólar. Aqui passaria a ter referência em moeda local. Então esse

é um processo que tem certa lentidão para ser implementado.

Depois, há também a questão de financiamento, linhas de crédito etc. nas moedas locais para o outro país. Estamos trabalhando nesse aspecto. Com a Argentina, por exemplo, estamos trabalhando intensamente em relação a isso. Existe um grupo de trabalho dos 2 países. Já anunciamos algumas medidas em relação a esse aspecto. Em resumo, é um processo que tem um início lento, mas que certamente será muito relevante no futuro, porque existem algumas mudanças importantes operacionais, técnicas, procedimentais. E é geométrico: quanto maior, mais haverá mercadorias que começam a ser referenciadas nas moedas locais. Portanto, é um processo que tende a crescer geometricamente no momento em que comece a pegar maior volume.

Em relação ao projeto do *spread* bancário, já mencionei um pouco do mencionado pelo Deputado, que a ideia original do projeto é aumentar a competição. Nós vamos analisar e apresentar a S.Exa. toda a nossa colaboração no sentido de que, de fato, se consiga um aumento da competição.

A última pergunta, do Deputado Otavio Leite, aí sim, é a questão da isenção do turismo.

Deputado, mencionei a mesma coisa em relação à questão da carga tributária nos empréstimos e no *spread* bancário, e é a mesma questão do turismo.

Não há dúvida de que o turismo é da maior importância, não há dúvida de que é um grande gerador de empregos. Existem exemplos abundantes nesse aspecto, principalmente em países que fizeram sucesso nisso. Não é só gerador de divisas, é um setor que, de fato, gera muito emprego.

A questão tributária, como sempre, é uma questão de possibilidades de diminuir a arrecadação pública em questão de prioridade em determinado momento. É uma discussão complexa e difícil, mas certamente vou levar sua sugestão aos órgãos tributários do País e ao Ministro da Fazenda, sua reivindicação nesse sentido.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE – O que eu imagino – Sr. Presidente, permita-me – é também identificar, no âmbito do Banco Central, o que pode ser feito para ajudar esse setor, que tem que fazer o câmbio, que tem que se movimentar. Porque não se trata meramente de estabelecer isenções. Trata-se, primeiro, de reconhecer esse setor à luz da isonomia, como também fundamental para a atração de divisas, para a nossa balança, para as nossas transações correntes. Mas, dentro do Banco Central, como podemos pensar também um mecanismo facilitador?

O SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Nós estamos, Deputado, trabalhando muito na questão da modernização do sistema de câmbio do País, no modelo. Muita coisa tem sido feita e muita coisa ainda resta a ser feita. Estamos trabalhando intensamente nisso. Temos uma diretoria dedicada exclusivamente a isso, quase exclusivamente a isso. E eu lhe asseguro que consideramos isso alta prioridade. Várias medidas foram tomadas nesse sentido, em termos de facilitação de pagamentos, etc.

Existem questões mais complexas. Vou citar um exemplo. Hoje é uma coisa nova no Brasil, mas, na extensão do que está acontecendo, europeus, principalmente aposentados, donos de propriedades de férias no Nordeste começam a ter problemas para pagar a conta. O cidadão mora na Europa, tem um apartamento numa praia do Nordeste, tem conta de luz, de água, etc. Ele tem uma conta de não-residente no Brasil, que tem certa complexidade, por causa das leis internacionais de lavagem de dinheiro. Então, existe um trabalho intenso no sentido de operacionalizar esse mecanismo para que esse cidadão seja incentivado, de fato, a manter as suas despesas no Brasil, mas, ao mesmo tempo, que se mantenham todos os controles de lavagem de dinheiro, origem de recursos, etc. Em resumo, estamos trabalhando intensamente nisso. Tenha a certeza de que nós concordamos com V.Exa. no que diz respeito à importância do turismo para o País.

Bom, passo às minhas considerações finais. Como sempre, acho que foi um momento muito importante estar aqui no Congresso Nacional, tendo a oportunidade de prestar esclarecimentos sobre alguns aspectos da maior importância para o Brasil.

A mensagem final é de que esta crise internacional de fato é uma crise da maior gravidade, como os números mostram. Ela atingiu o mundo todo, inclusive o Brasil, com intensidade muito forte no final do ano passado. O Brasil mostra indicadores de que sairá dessa crise mais rápido do que a média dos países. Nós sairemos mais fortes dessa crise, porque o equilíbrio financeiro do País está sendo mantido. O Brasil é um dos poucos países que não está criando desequilíbrios macroeconômicos para tentar sair da crise mais rápido. Estamos mantendo o equilíbrio macroeconômico, isso é muito importante. Principalmente, temos espaço para crescer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Almeida Lima) – Agradeço, em nome dos membros da Comissão Mista de Orçamento e de todas as Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de forma expressa ao Deputado Silvio Torres, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos

Deputados, agradeço ao Presidente Henrique Meirelles e a toda a sua equipe técnica a presença na tarde e noite de hoje.

Declaro encerrada, portanto, a presente reunião.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Sétima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 30 de Junho de 2009, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia trinta de junho do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Gilvam Borges, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Lobão Filho, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Cícero Lucena, João Tenório, Gilberto Goellner, Rosalba Ciarlini, Eduardo Azeredo, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Pedro Simon, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, tendo falta justificada em virtude de participação em reuniões político-partidárias em seu Estado, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, a Presidência dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo que “dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eliseu Resende, usam da palavra os Senadores Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante e Eduardo Azeredo. O Presidente concede Vista ao Senador Aloizio Mercadante nos termos regimentais; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 505, de 2003-Complementar, não terminativo, de autoria do

Senador Pedro Simon, que “institui o Fundo de Assistência Financeira aos Micro-empresendedores”, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02 que apresenta. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para reexame da Matéria; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador João Tenório, usam da palavra os Senadores Wellington Salgado e Ideli Salvatti. O Presidente concede Vista ao Senador Wellington Salgado nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003, terminativo, de autoria do Senador Álvaro Dias, que “dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Gilberto Goellner, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CRA. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CRA. Após a leitura do Relatório pelo Senador Gilberto Goellner, colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 01-CRA-CAE, por 16 votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2009, não terminativo, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que “acrescenta na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, os artigos 9º-A a 9º-C, para instituir o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias”, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com decisão terminativa. Após a leitura do Relatório pelo Senador Cícero Lucena, usa da palavra o Senador Valdir Raupp. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CAE; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2008, não terminativo, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que “revoga o art. 109 do Decreto-lei nº 2.063, de 07 de março de 1940. (Dispõe sobre contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade)”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 16/6/2009, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Mensagem do Senado Federal nº 97, de 2009, não

terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 71,500,000.00 (setenta e um milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Gerenciamento da Poluição Costeira e de Águas do Espírito Santo - Projetos Águas Limpas II”, tendo como Relatora a Senadora Ideli Salvatti, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pela Senadora Ideli Salvatti, usa da palavra o Senador Gerson Camata. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 08-Mensagem do Senado Federal nº 93, de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor equivalente a até US\$ 194,000,000.00 (cento e noventa e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa de Recuperação de Rodovias de São Paulo - Etapa III”, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante e Marcelo Crivella. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 09-Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2006, não terminativo, de autoria do Deputado Júlio Semeghini, que “acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da Cofins não cumulativa”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 10-Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que “reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas”, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada. A Comissão aprecia, ainda, as Matérias constantes da Extrapauta da Reunião, Item 01-Men-

sagem do Senado Federal nº 99, de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 211,700,000.00 (duzentos e onze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujo recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Programa Estadual de Transportes - PET II”, tendo como Relator o Senador Neuto de Conto, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Neuto de Conto, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles e Marcelo Crivella. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; e Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 100, de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 32,760,000.00 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município do Recife, Estado de Pernambuco e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife - Capibaribe Melhor”, tendo como Relator o Senador Aloizio Mercadante, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Aloizio Mercadante, usa da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 39/2009-CAE, de autoria do Senador Jefferson Praia, que requer seja realizada Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle para discutir critérios de proteção ambiental exigidos nas linhas de financiamento das instituições financeiras, com a participação de representantes do Banco do Brasil; da Caixa Econômica Federal; do Banco da Amazônia – Basa; do Banco do Nordeste – BNB; do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; e do Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul; Requerimento nº 40/2009-CAE, de autoria dos Senadores Adelmir Santana e Francisco Dornelles, que requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 174/2009, que

dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – Sestur, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – Senatur, com a participação do Senhor Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Senhor Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Senhor Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; Senhor Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Aditamento ao Requerimento nº 40/2009-CAE, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que requer sejam acrescidos ao rol de convidados o Senhor Mario Beni, Professor da USP; e o Senhor Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista; Requerimento nº 41/2009-CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer seja realizada Audiência Pública para debater questões atinentes às recentes desonerações fiscais empreendidas pelo Governo Federal, com a presença dos seguintes convidados: Melvyn Fox, Presidente da Associação Brasileira de Indústria de Materiais de Construção – Abrammat; Jackson Schneider, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea; Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – Eletros; Nelson Machado, Presidente do Confaz; Carlos Martins Marques de Santana, Secretário da Fazenda do Estado da Bahia; Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Estado da Fazenda de São Paulo; e o Requerimento nº 42/2009-CAE, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti, que requer seja realizada audiência pública para discutir a política de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial no tocante aos terrenos da marinha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras, que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras que, em 02 de julho de 2009, quinta-feira, às dez horas, teremos a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, para discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007.

Ainda, em 07 de julho, na próxima terça-feira, às dez horas, será realizada uma Audiência Pública, a fim de debater sobre a política habitacional, com a presença dos Presidentes da Frente Nacional de Prefeitos e da Câmara Brasileira da Indústria de Construção, de representante da Caixa Econômica Federal, da Casa Civil da Presidência e do Ministério das Cidades. Precedendo a essa Audiência, realizar-se-á a cerimônia de aposição do retrato do Senador Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, no período de 2007 a 2008, a fim de compor a galeria dos Presidentes desta Comissão.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, concedo a palavra ao Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, na Sessão de quinze dias passados, nós estivemos relatando o Projeto 174, de 2009, cujo autor é o Senador Leomar Quintanilha, que dispõe sobre a criação do Serviço Social de Turismo (SESTUR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (SENATUR). Naquela oportunidade, foi solicitado pedido de vista ao nosso relato, que não chegou a ser lido, e esse pedido de vista coletiva foi concedido por V. Exa. Foi feita uma solicitação que não retornasse na semana que passou, o que seria normal, pelo Regimento, após cinco dias úteis, retornar à Comissão, que se daria na sessão da semana passada. Mas, em função, inclusive, dos festejos juninos, eu mesmo não pude estar presente, estava visitando municípios no interior do Estado da Bahia, a que cedi(F) de que pudéssemos votar hoje esse Parecer, que o meu Parecer fosse lido, apreciado e votado nessa Sessão de hoje, mas eu não encontrei, na pauta, a inclusão do Projeto de Lei nº 174. Então, em função disso, Sr. Presidente, em função do que foi acordado aqui, na Sessão de quinze dias passados, eu queria solicitar à V. Exa. a compreensão para incluir na pauta, como extrapauta, esse Projeto nº 174, conforme foi combinado aqui, nessa Comissão de Assuntos Econômicos. Era essa a questão, pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu queria, Sr. Presidente, realmente ratificar o que acabou de ser dito pelo Senador César Borges e explicar ao senador a seguinte situação. Eu também considere, nesse período de quinze dias e, com a sua autorização, eu quero apresentar um voto em separado. Mas, como eu fui informado que eram duas reuniões ordinárias, eu devo dizer à V. Exa. que eu não preparei esse voto em separado hoje, porque eu fui informado que eram duas reuniões ordinárias nessa semana. Então, eu queria pedir à V. Exa., dizendo que V. Exa. está coberto de razão, foi um equívoco, eu não trouxe o voto em separado, se V. Exa. me daria mais sete dias para que nós pudéssemos cuidar dessa matéria, porque eu não trouxe o voto. V. Exa. está coberto de razão. Mas eu, quando fui informado que eram duas sessões ordinárias, eu não apresentei o voto, não trouxe o voto em separado, de modo que eu queria pedir à V. Exa. que considerasse a possibilidade, o que me ajudaria bastante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Relator, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Senador Francisco Dornelles, eu tenho toda a compreensão para a solicitação de V. Exa. É claro que, se V. Exa. tem discordância do nosso relato e solicita e deseja fazer um voto em separado, é um direito e nós temos que respeitar esse direito. Agora, Sr. Presidente, apenas eu argumentaria o seguinte: na Sessão passada, eu não li o meu relato. O pedido de vista deveria ser feito após a leitura do meu relato. Eu gostaria que, pelo menos, pudesse incluir, nessa sessão, para eu fazer o relato, e que aí se fosse dado mais uma semana, para que o Senador Francisco Dornelles pudesse apreciar o meu relato e apresentar o seu voto, porque o que nós gostaríamos, Senador Francisco Dornelles, é que o assunto fosse efetivamente colocado em apreciação, discussão e em votação nessa Comissão, respeitando as posições contrárias eventualmente de qualquer Senador.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Senador César Borges, V. Exa. sabe que, aqui, ouvir V. Exa. é sempre um privilégio que todos nós temos. Agora, eu queria lembrar à V. Exa. que o seu relatório foi lido aqui, na Comissão. Nós pedimos a vista depois da leitura do relatório. Agora, eu devo dizer à V. Exa. que eu gostaria de ouvir o relatório de V. Exa. várias vezes, porque é sempre uma lição, é sempre um grande ensinamento que nós temos. Agora, apenas eu pedi-

ria, vamos dizer, a possibilidade de V. Exa. concordar, é que, como eu fui informado que eram duas sessões ordinárias, que o senhor me desse mais uma semana para eu apresentar o meu relatório, ainda que V. Exa. lesse o seu relatório nessa sessão, mas V. Exa. já leu, na semana passada, o seu relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Então eu peço desculpas inclusive à Mesa e ao Senador Dornelles, eu não me recordava de ter lido. Então, já foi dado como lido. Então, se há uma solicitação do Senador Dornelles para mais uma semana apresentar o seu voto, eu não tenho como negar ao Senador Dornelles esse prazo que ele solicita nesse momento e fica, então, para a próxima semana, Sr. Presidente.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu agradeço muito à V. Exa. e peço desculpas pelo mal-entendido.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não. É um prazer, Senador Dornelles, V. Exa. tem todos os méritos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Muito obrigado, Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu gostaria de comunicar ao Relator, o Senador Adelmir Santana não está presente até agora a essa reunião, mas ele foi autor de um requerimento solicitando a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo (SESTUR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (SENATUR), com os seguintes participantes: Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo; Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional dos Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares; Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade. Assina o Relator, o Senador Adelmir Santana.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Presidente, V. Exa. está submetendo o requerimento ao Plenário?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, eu estou comunicando.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque se V. Exa. for submeter o requerimento ao Plenário, nós gostaríamos de acrescentar talvez alguns nomes, como gostaríamos de sugerir também a V. Exa. que pudesse fazer uma Sessão em conjunto, já que esse projeto aqui, ele não é terminativo, e é terminativo na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo,

presidido pelo próprio autor do projeto, o Senador Leomar Quintanilha, que nós pudéssemos fazer uma Sessão em conjunto, porque o Senador Leomar já me ligou hoje pela manhã dizendo que caso houvesse um requerimento para uma Audiência, ele gostaria de solicitar, como Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual eu sou Vice-Presidente, convocar uma Sessão em conjunto. Aí eu pediria apenas a V. Exa. que nós pudéssemos fazer o quanto antes essa Audiência Pública para que não ficasse se procrastinando a discussão e a votação do projeto. Já demos quinze dias, agora mais uma semana solicitada de forma muito justa pelo Senador Dornelles, então que nós pudéssemos fazer essa Audiência Pública o quanto antes, que V. Exa. pudesse marcar até de forma extraordinária, porque já tem uma nova Audiência Pública na próxima semana. Acaba de chegar o Senador Leomar Quintanilha, talvez ele possa colocar até melhor do que eu essa situação, mas é um pleito que eu faço de que, antes de submeter o requerimento, nós pudéssemos fazer um adendo ao requerimento até o final dessa Sessão, para que votasse o requerimento com as nossas sugestões de alguns nomes e, também, para que a Sessão fosse conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a ausência do Senador Adelmir Santana, o requerimento terá que ser subscrito por outro Senador para que ele possa ser apreciado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, se for para atender a proposta do Senador César Borges, se ele estiver de acordo eu assino o requerimento do Senador Adelmir Santana, se o Senador César Borges assim entender que deva ser assinado, para ratificar a proposta por ele feita.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Não há problema nenhum [ininteligível]. Só peço que me dê um tempo para poder tomar conhecimento dos convidados, acrescentar alguns nomes com adendo e solicitar que seja uma audiência em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, nobres Senadores. O requerimento de autoria do eminente Senador Adelmir Santana, que propõe a realização de Audiência Pública com vistas a colher subsídios para alimentar informações a respeito do Projeto de Lei de nossa autoria, que cria o Serviço

Social do Turismo. Eu fui informado pelo Senador César Borges de que ele não tem objeções à realização da Audiência Pública. Nós somente solicitaríamos que apreciássemos hoje o projeto e fizéssemos a realização da Audiência Pública, que pode ser numa reunião conjunta desta Comissão com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que ainda vai apreciar esse projeto. Para nós ganharmos tempo, nós realizaríamos então lá, oportunamente, a Audiência Pública solicitada pelo eminente Senador Adelmir Santana. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero comunicar ao Senador Leomar Quintanilha que houve um acordo aqui entre o Relator e o Senador Francisco Dornelles, que será autor de um voto em separado, que a apreciação da matéria ficará para a próxima reunião. Há, inclusive, uma Audiência Pública, mas, antes da Audiência Pública, nós vamos fazer a votação. O Senador Francisco Dornelles fará, então, a leitura do voto em separado, já que o Senador César Borges já fez a leitura do relatório. E a Audiência Pública, logo que aprovada hoje, que ainda não foi, será objeto de um acréscimo de participantes, logo que aprovada será marcada aqui pela presidência de comum acordo com o Plenário. Está aprovado esse calendário?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Para o Senador Leomar que acabou de chegar, o Senador Dornelles nos solicitou, porque houve um entendimento equivocado da parte dele ou da própria Mesa, eu não sei, que seriam quinze dias ou duas Sessões ordinárias. Então ele não preparou o seu voto em separado. Então ele me fez um pleito no sentido de mais uma semana para ele apresentar um voto em separado. Então eu não tenho como negar ao Senador Dornelles que ele prepare o seu voto, é um direito que eu acho que nós devemos assegurar democraticamente aqui na Comissão. Então houve esse entendimento que o Presidente agora está aqui ratificando. Então dentro de uma semana seria colocado em votação e, posteriormente, marcada uma Audiência Pública numa reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que poderia ser marcada até no caso na próxima semana, pode ser marcada a Audiência Pública para quarta-feira, uma data a combinar para a próxima semana. Se o Senador Leomar Quintanilha estive der acordo... Esse foi o pleito aqui feito pelo Senador Dornelles, que disse que não preparou o seu voto em separado e queria apresentar o voto em separado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, apenas para dar uma explicação ao Presidente Leomar Quintanilha e pedir milhões de

desculpas. Eu entendi essa semana, quando liguei para a Comissão, fui informado que eram duas reuniões ordinárias, por isso não preparei o meu voto, não o trouxe e pedi ao Senador César Borges, V. Exa. não estava presente, que me fosse concedida mais uma semana e pediria também que V. Exa. pudesse ratificar esse entendimento.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, Senador Dornelles, demais senadores. Na verdade, a vista que foi solicitada, o prazo regimental seria cinco dias, o Regimento recomenda cinco dias. Naquela reunião anterior, nós acordamos que seriam duas sessões e em momento algum foi questionado se seria Sessão ordinária ou não, nós já estávamos concedendo um prazo adicional. Mas entendo, naturalmente, a argumentação trazida, as explicações trazidas pelo Senador Dornelles, que já foram aceitas pelo Relator, e nós entendemos que não queremos criar qualquer obstáculo, qualquer forma de dificultar ou atrapalhar a melhor análise dos membros desta Comissão da proposta. Nós temos o maior interesse em ver, em conhecer o voto do Senador Dornelles. Portanto, eu concordo com o Senador Relator, anuindo com mais uma semana de prazo ao Senador Dornelles, para que possa nos oferecer o seu voto em separado.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu agradeço à V. Exa. a compreensão, senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Temos requerimentos para serem votados.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente? Presidente Garibaldi, desculpe interrompê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Leomar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Desculpe interromper V. Exa., mas estou lendo aqui o requerimento apresentado pelo Senador Adelmir Santana, onde propõe a realização da Audiência Pública e elenca aqui as autoridades que ele gostaria de ouvir. Eu solicito à V. Exa. incluir outros nomes, não só como foi aprovada aqui a realização conjunta, eu gostaria de apresentar outros nomes, possivelmente mais uns três nomes que eu trarei oportunamente a V. Exa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Leomar Quintanilha, o Senador César Borges já está contribuindo com a presidência apresentando alguns nomes e V. Exa. poderá também apresentá-los.

Nós vamos colocar para votação o requerimento do Senador Jefferson Praia, que “Solicita uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle (CMA), para discutir critério de proteção ambiental, exigido nas linhas de financiamento das instituições financeiras e de financiamento, contando com a participação dos seguintes expositores: representante do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal, do Banco da Amazônia, do Banco do Nordeste, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e representante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul”. Em votação o requerimento. Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Sr. Presidente, é muito importante neste momento, que estamos todos preocupados com o nosso planeta, que possamos perceber como essas instituições financeiras estão agindo em relação aos cuidados, em relação ao meio ambiente. Eu fico preocupado quando percebo instituições financeiras que atuam na Amazônia viabilizando financiamentos, empréstimos e financiamentos de um modo geral para atividades econômicas que vão de encontro ao que se quer naquela região, que é a preservação, a conservação ambiental, a boa utilização dos recursos naturais. Portanto, esse requerimento é para fazermos essa discussão, verificarmos como essas instituições financeiras estão agindo em relação aos cuidados com relação ao meio ambiente. É isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permanecem como se encontram. Aprovado o requerimento do Senador Jefferson Praia.

Requerimento do Senador Jayme Campos e do Senador Paulo Paim. Aliás, requerimento do Senador Jayme Campos. Eu estava até achando notável essa aliança aqui. “Requeiro a realização de Audiência Pública com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2008, que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas”. Foi apresentada uma lista de convidados bastante extensa. Como o autor do requerimento não está presente, vamos aguardar a sua presença para a votação.

Requerimento do Senador Roberto Cavalcanti. S. Exa. “Solicita uma Audiência Pública para discutir a política de cobrança administrativa e de arrecadação patrimonial no tocante aos terrenos da Marinha”. A lista de convidados ficou de ser encaminhada.

Em votação o requerimento para a instrução do Projeto de Lei do Senado, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que “Dispõe sobre a criação do

Serviço Social do Turismo (SESTUR) e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo (SENATUR)”. Será realizada a Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Sociais. Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Esse requerimento, a lista dos convidados será levada ao conhecimento do Plenário até o final desta reunião.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eu já tenho os nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então V. Exa. leia os nomes, por gentileza.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu vou ler e formalizarei para V. Exa.. Nós incluiríamos aqui o Professor Mário Beni, que é Professor da USP em São Paulo, e o Dr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores, que o aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº 1. Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006, não terminativo: “Dispõe sobre incentivos tributários a linhas de créditos especiais para o atendimento das necessidades de pessoas com deficiência”. Estão ausentes o autor, Senador Eduardo Azeredo, e o Relator, Senador Eliseu Resende. Sendo assim, vamos deixar para apreciá-lo num outro momento dessa Sessão.

Item nº 2. Projeto de Lei do Senado nº 505, Complementar, não terminativo: “Institui o Fundo de Assistência Financeira aos Microempreendedores”. O Autor é o Senador Pedro Simon. O Relator é o Senador Antonio Carlos Valadares. Nenhum dos dois se encontra presente no momento. Vamos deixar para apreciá-los num momento mais oportuno.

“Institui o parcelamento para pagamento do Imposto de Renda de Pessoa Física”, é o item nº 3. A autoria é do Senador Raimundo Colombo. O Relator é o Senador João Tenório. Nem o autor, nem o Relator, estão presentes no momento. Estão chegando, mas não chegaram.

Comunico aos Srs. Senadores que vamos ter a inclusão, como projeto extrapauta, da Mensagem da Presidência da República nº 99, de 2009, não terminativa, que “Propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de duzentos e onze milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional

para a Reconstrução e o Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Estadual de Transportes". O Relator é o Senador Neuto de Conto. Submeto ao Plenário a inclusão. Aprovado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Presidente, há também, no Item 7, uma autorização para o Estado do Espírito Santo contrair empréstimo externo. A Relatora é a Senadora Ideli Salvatti, que já está na Casa e está vindo para a Sessão, de modo que, no momento oportuno, nós vamos pedir a inversão da pauta, para que ele possa ser votado e, ao mesmo tempo, solicitar, junto com o Estado do Rio, a urgência para a apreciação do mesmo no Plenário, se V. Exa. assim o permitir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à V. Exa. Vamos aguardar a presença da Senadora Ideli Salvatti.

Mensagem do Presidente da República, não terminativo, que "Propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 32.760.000.00 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Recife, Estado de Pernambuco, e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife - Capibaribe Melhor". Está aprovada a inclusão, cujo Relator é o Senador Aloizio Mercadante.

Solicito ao Senador Efraim Moraes que faça a leitura do relatório a respeito do pedido de empréstimo do Governo do Estado do Espírito Santo, enquanto chega a Relatora Ideli Salvatti.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, nós temos, na Comissão de Assuntos Econômicos, o relatório e o parecer sobre a Mensagem nº 97, de 2009, do Presidente da República, que solicita autorização do Senado Federal para que seja contratada a operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até setenta e um milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos, entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Gerenciamento da Poluição Costeira e de Águas do Espírito Santo - Projetos Águas Limpas II". A Relatora é a Senadora Ideli Salvatti.

Com muita honra, na condição de Relator *ad hoc*, digo que o programa em questão já citado foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela COFIEIX, que é a Comissão de Financiamento

Externo, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na forma da Recomendação nº 949, de 31 de julho de 2005, complementada pela Resolução 361, de 19 de fevereiro de 2008.

A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União. O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação. Já a Procuradoria da Fazenda Nacional, por intermédio do Parecer PGFN/GOF nº 1.180, de 10 de junho de 2009, pronunciou-se pela legalidade das minutas contratuais e pela possibilidade jurídica de submissão do pleito do Governo Estadual ao Senado Federal para fins de autorização da operação de crédito em tela. A PGFN também observou os efeitos do acórdão do Tribunal de Contas da União nº 2.690, também de 2009, que condenou determinadas regras de licitação empregadas pelo BIRD. Acham-se suspensos, de tal modo que não há óbice legal à contratação da citada operação.

Quanto à análise, trata-se de operação de crédito do tipo empréstimo para o desenvolvimento de políticas AGFI(F), OREFI(F) STN. Assim resume-se o projeto de financiamento.

Então foi feita uma análise, foram feitas as observâncias de limite, teve o Parecer, o cumprimento de requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, teve a inclusão do Projeto no Plano Plurianual do Estado, no caso a Lei Estadual nº 9.111, de 15 de janeiro de 2009, teve a obtenção de autorização do Poder Legislativo local, a observância dos limites de endividamento e a apresentação de capacidade de pagamento pelo Estado. Considerou-se também a existência de margem para a concessão pela União da garantia pleiteada e de margem suficiente para que o Estado reembolse a União caso esta tenha de honrar o compromisso assumido na condição de garantidora. Observou-se, também, a inexistência de pendências quanto à prestação de contas de recursos recebidos da União, não atribuição do Tesouro Nacional, o pleno exercício de competência tributária do Estado. Tivemos a observância dos gastos mínimos com educação e dos limites máximos com despesa de pessoal.

Em seguida, tivemos o Parecer da STN, onde ressaltou que há registro de débitos em nome do Governo do Estado do Espírito Santo junto à União e considerou, como salvaguarda para essas inadimplências, as ações cautelares que aqui são citadas, 2.173, 2.037, 2.059, 1.926 e 1.823. Ademais, foram anexadas ao processo cópias dos seguintes documentos: certidão conjunta positiva com efeito de negativa de débito relativa a tributos federais e a dívida ativa da União; certidão positiva de débito com efeito de negativa relativa ao regime geral de Previdência Social; certificado

de regularidade da Previdência relativa ao regimento próprio; e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Portanto, Sr. Presidente, não há a menor dúvida, sendo que a PGFN frisou, ainda, que a minuta de contrato não contém disposição de natureza política atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às Leis do país, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos. No entanto, condiciona a sua assinatura à prévia formalização de contrato de contragarantia e a comprovação da situação de adimplência do Estado do Espírito Santo.

O voto, Sr. Presidente. Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Espírito Santo encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte Projeto de Resolução que vai anexo e que essa Comissão propõe através da relatoria da Senadora Ideli Salvatti, que eu tenho a honra de relatar *ad hoc* aqui com o testemunho do líder Gerson Camata lá do Espírito Santo.

Então em anexo está o Projeto de Resolução que autoriza o Estado do Espírito Santo a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 71.500.000.00 (setenta e um milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), onde no seu art. 2º a operação de crédito referida deverá ser realizada nas seguintes condições: Devedor - Governo do Estado do Espírito Santo; Credor - BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento); Garantidor - República Federativa do Brasil; Valor, já anunciado - US\$ 71.500.000.00 (setenta e um milhões e quinhentos mil dólares); Modalidade - Empréstimo de margem fixa; Prazo de desembolso - Até 31 de dezembro de 2008. Tem amortização, os juros, juros de mora, comissão à vista, bem definido, e o Parecer é pela aprovação de acordo com a Resolução, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Relator e concedo a palavra ao Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, apenas por um minuto agradecendo ao Senador Efraim Moraes pela leitura diligente do relatório feito pela Senadora Ideli Salvatti, agradecendo em nome dos capixabas e em nome do Governador Paulo Hartung, dizendo que tanto no Parecer da Relatora, quanto no Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o processo da obtenção do empréstimo está totalmente regular, mas está aqui presente o Dr.

Paulo Ruy, que é o Secretário de Habitação e Saneamento do Estado do Espírito Santo, e o Procurador do Estado, Dr. Evinguin(F), que estão à disposição, se houver por parte de alguns dos nossos companheiros e colegas Senadores o desejo de alguma inquirição, que eu acho até dispensável diante da regularidade do processo.

Um outro ponto que eu queria acentuar, Sr. Presidente, com esse empréstimo o Espírito Santo sogra um bilhão de reais investidos em saneamento no Governo do Governador Paulo Hartung. É o maior investimento per capita da história do Espírito Santo e, talvez, o maior do Brasil. E Vitória chega ao final desses investimentos, no Governo do Governador Paulo Hartung, a primeira cidade da América do Sul 100% atendida com água tratada e esgoto tratado. É a primeira capital brasileira a chegar a essa meta, o que é um motivo de muita satisfação para nós todos, capixabas, e o Governador Paulo Hartung pede que eu agradeça a V. Exa., ao Senador Efraim Moraes, à Senadora Ideli Salvatti e aos demais companheiros o voto favorável à proposição. Ao mesmo tempo eu requeiro a V. Exa. a urgência para o Plenário na tramitação desse projeto.

Muito obrigado, Sr. Presidente, muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o Parecer da Senadora Ideli Salvatti, que foi aqui lido pelo Senador Efraim Moraes, Relator *ad hoc*. Se nenhum Senador quer discutir o projeto ainda, eu submeto o projeto à votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, obrigado, Srs. Senadores.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, só para solicitar de V. Exa., já que fui Relator *ad hoc*, que seja colocado em urgência essa matéria para o Plenário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, que acaba de chegar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A caminho da Comissão, nós estávamos no Item 7. Vamos ao Item 8 ou voltamos ao Item 1?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 7 foi porque V. Exa. não tinha chegado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 8.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas agora, com a chegada de V. Exa., volta à normalidade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu sou o Relator do Item 2, e tendo em vista que esse projeto foi apresentado no ano de 2003 e houve alterações na legislação, eu gostaria que ele fosse retirado de pauta para uma reapreciação do meu Parecer. Pode ser? É o segundo item.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Item 2?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Item 2, que eu sou o Relator. Foi apresentado o projeto em 2003 e de lá para cá houve muita alteração e eu queria fazer um reestudo.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Muito obrigado a V. Exa.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É a respeito do Item 1, Projeto de Lei do Senado nº 123. O Relator é o Senador Eliseu Resende(sic) e o Autor é o Senador Eduardo Azeredo. Nós estávamos com Parecer favorável. Há uma nota técnica do Governo, do Ministério da Fazenda, tecendo considerações sobre a matéria, de modo que eu conversei com o Autor da proposição, o Senador Eduardo Azeredo, e nós decidimos solicitar a V. Exa. a retirada de pauta até que haja uma análise mais profunda do teor da proposição, para que ela volte aqui à votação em Plenário dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido, Senador Eliseu Resende.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, só a título de sugestão a V. Exa., na Comissão de Presidente. Nós temos quorum qualificado nesse

momento e existem duas matérias terminativas. Eu acho que são três. Por exemplo, o Item 4, que dispõe sobre títulos. Tem o Item 3, o Item 4 e o Item 10. Sugestão a V. Exa., inclusive com os Relatores presentes, para aproveitarmos essa oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nada como a experiência. Agradeço a sugestão de V. Exa.

Vamos ao Item 3 da pauta: "Institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências". O Autor é o Senador Raimundo Colombo. O Relator é o Senador João Tenório. Parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 que apresenta. O projeto é terminativo.

Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, o Projeto de Lei do Senado--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio, há um Relator relatando [soa a campainha].

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): O Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009 - PLS 59/2009, sobre o qual essa Comissão deve decidir em caráter terminativo, dispõe que o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física poderá ser parcelado em até nove meses (art. 1º, *caput*) e que as parcelas vencerão sempre no último dia útil de cada mês, não podendo incidir nenhum tipo de juros ou correção (art. 1º, Parágrafo Único).

A justificativa menciona a elevada carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro e a dificuldade que muitas das pessoas físicas encontram para pagar as parcelas de seu imposto. Conclui afirmando que a proposição busca proporcionar melhor justiça no pagamento do Imposto de Renda. Não foram apresentadas Emendas.

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, incisos IV, VI e VII, do Regimento Interno, opinar sobre a proposição pertinente a tributos e a outros assuntos correlatos, como é o caso sob análise.

Presidente, um pouco de silêncio seria conveniente para a gente economizar um pouco a voz.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. O Relator está tendo dificuldade de se fazer ouvir. Peço silêncio a esta Comissão, a todos que estão presentes. Silêncio [soa a campainha].

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): A proposição sob exame não esbarra em qualquer obstáculo de ordem jurídico ou constitucional e estão atendidos os pressupostos de competência e de iniciativa.

Atualmente a matéria está disposta no art. 14 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, nos seguintes

termos: “Art. 14 - À opção do contribuinte, o saldo do imposto a pagar poderá ser parcelado em até 8 (oito) quotas iguais, mensais e sucessivas, observado o seguinte: I - nenhuma quota será inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), e o imposto de valor inferior a R\$ 100,00 (cem reais) será pago de uma só vez; II - a primeira quota deverá ser paga no mês fixado para a entrega da declaração de rendimentos; III - as demais quotas, acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data prevista para a entrega da declaração de rendimentos até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento, vencerão no último dia útil de cada mês; IV - é facultado ao contribuinte antecipar, total ou parcialmente, o pagamento do imposto ou das quotas”. Note-se, portanto, que a inovação pretendida pelo PLS 59/2009 prende-se a dois aspectos: aumento de oito para nove o número de prestações; eliminar a contagem de juros sobre o valor das prestações.

No que se refere ao primeiro aspecto, pode-se dizer que o impacto sobre a arrecadação é praticamente inexistente. Hoje a diluição do pagamento faz-se em oito prestações, de abril a novembro. Com a aprovação da proposta, a diluição será feita em nove prestações, de abril a dezembro. Quanto ao principal do imposto, não haverá qualquer redução de valor, mas apenas redução do fluxo. Essa redução do fluxo, na pior das hipóteses, será em torno de 11% do valor dos recursos entrados mensalmente em caixa. Como todas as prestações estarão contidas no mesmo exercício, não existe risco de distorção contábil, isto é, contabilização da última prestação apenas no exercício seguinte.

No que se refere ao segundo aspecto, ou seja, a eliminação da contagem de juros sobre as prestações, é inevitável a constatação de que--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio, silêncio por favor [soa a campanha].

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): --haverá impacto sobre o volume da arrecadação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Parece que aqui todos estão gostando de pagar o Imposto de Renda de uma vez, porque o projeto prevê o parcelamento.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): É importante lembrar que a existência de impostos a pagar na declaração de ajuste anual constitui exceção, seja do ponto de vista legal, seja do ponto de vista prático; a regra é o pagamento pelo desconto na fonte.

Com efeito, nos termos do art. 2º, da Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, o Imposto de Renda das

pessoas físicas será devido mensalmente na medida em que os rendimentos e ganhos de capital forem percebidos, ou seja, o Imposto de Renda da pessoa física é um imposto mensal e não anual, como já foi antigamente, e que parece continuar a ser por causa da declaração anual. Na verdade, a declaração anual é apenas de ajuste com a única finalidade de verificar se mês a mês o imposto foi pago com falta ou com excesso, isto é, se há resíduo de imposto a pagar ou se há imposto a restituir. As estatísticas da Secretaria da Receita Federal do Brasil mostram que o grosso da arrecadação se dá mês a mês ao longo do próprio ano base. A proporção, grosso modo, é de 90% de retenção na fonte e apenas 10% em função do ajuste feito na declaração. A rigor, pode-se afirmar que basicamente tende a ter imposto a pagar na declaração os contribuintes com mais de uma fonte de renda e que, portanto, não tenham desconto na fonte perfeitamente ajustado. Assim, somente sobre esses 10% residuais da arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Física deixarão de incidir juros, nos termos da proposição.

Como visto na norma vigente acima transcrita, os juros hoje aplicados são equivalentes à Taxa SELIC acumulada mensalmente. Há duas justificativas básicas para a existência de juros nas parcelas relativas ao resíduo de imposto a pagar apurados na declaração do ajuste. A primeira reflete uma questão de isonomia, pois o Governo está sujeito aos mesmos juros na restituição do imposto pago a maior. A segunda justificativa é de que o Governo cobra do contribuinte a mesma tentativa que ele paga nos empréstimos que toma, ou seja, os rendimentos dos títulos da dívida pública. A construção lógica é: o Governo financia o contribuinte parcelando o seu débito, mas para suprir o Tesouro do dinheiro que não entra por causa do parcelamento necessita financiar-se no mercado. Por isso, repassa ao contribuinte ao mesmo ônus financeiro em que incorre. Considerando que por definição o Governo não queria, mas apenas arrecada e redistribui recursos, a hipótese da não cobrança de juros no parcelamento significaria subvencionar os que optarem pelo parcelamento com recursos tomados dos que pagaram em dia, seja ao longo do ano base, seja em uma única prestação após declaração do ajuste. Por último, embora concordando com o mérito da proposição, na parte relativa ao aumento do número de parcelas é necessário fazer adaptações no tocante à técnica legislativa, inserindo as novas disposições propostas na legislação vigente.

Em razão de todo o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 59, de 2002, com seguinte Emenda: “Dê-se no art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, a seguinte redação: O *caput* do art. 14,

da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte descrição: *À opção do contribuinte, o saldo do imposto a pagar poderá ser parcelado em até 9 (nove) quotas mensais, iguais e sucessivas, observando-se o seguinte:...* O voto é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Concedo a palavra ao Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Peço vistas, Sr. Presidente, do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. pede vistas?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu sou Relator do próximo item, o Item nº 4, eu gostaria que fosse estabelecida a sequência, que nós temos compromisso em outras Comissões também. Se for possível. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está concedida vistas, no prazo regimental, ao Senador Wellington Salgado.

Vamos ao Item 4.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu queria solicitar uma atenção, não só de V. Exa., mas também de todos os demais Senadores aqui presentes, porque ontem nós tivemos o anúncio de medidas muito importantes de continuidade de desoneração tributária, IPI, COFINS, de vários produtos e, ainda, mudanças significativas na questão da política de financiamento e de juros para setores produtivos do nosso país. E, ao mesmo tempo, nós tivemos uma divulgação pela imprensa de situação onde o resultado dessa desoneração tributária não está chegando na ponta, no consumidor. Tivemos matérias no Valor Econômico, na Folha de São Paulo, aonde os exemplos são vários. Tem lá o caso dos fogões, por exemplo. O IPI caiu de 5% para 0%, mas lá na ponta o consumidor não chegou a ter 1% de redução no preço do fogão. Se você pegar o caso da geladeira, geladeira caiu de 15%

para 5% o IPI, mas na hora lá da população comprar a geladeira teve um desconto de no máximo 3%.

Então ontem eu fiz um pronunciamento na Tribuna, trouxe este assunto e anunciei que eu iria estar apresentando hoje um requerimento para que a Comissão de Assuntos Econômicos pudesse tratar desta questão. Por que é que a desoneração tributária no material de construção, na linha branca, nos veículos, não está chegando de forma integral aos consumidores?

Eu acho que esse é um assunto relevante, tem grande impacto, a política de desoneração vai continuar na maior parte dos produtos até outubro, no caso do material de construção até dezembro, no caso da farinha de trigo e do pão até dezembro do ano que vem e, portanto, nós temos que entrar neste debate para poder entender por que é que não chega. É a indústria que não está repassando? É o comércio que não está repassando? Ou, então, é outra questão levantada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, que tem os dados, inclusive eu levantei ontem na Tribuna os dados, a questão da queda da questão tributária, da carga tributária, nós tivemos uma queda da carga tributária já determinada, já medida no primeiro trimestre de 2009. Houve uma queda, inclusive comparado com o ano passado, em 0,5%. A carga tributária chegou a 38,45%. E o que é que detectou o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário? Detectou que a União perdeu arrecadação, mas os Estados e os Municípios tiveram crescimento da arrecadação. E no caso dos Estados, o próprio Amaral, que é o Presidente do IBPT, ele diz o seguinte: "Enquanto a União promoveu desonerações, a maioria dos Estados aumentou a sua fatia no bolo tributário através da inclusão de mais produtos no regime de substituição tributária", ou seja, enquanto a União desonerou, Estados avançaram a partir desta modificação da substituição tributária.

Por isso, Sr. Presidente, eu estou apresentando um requerimento para que nós pudéssemos fazer esta Audiência Pública para tratar desta política de desoneração tributária trazendo os principais setores envolvidos, que são o Melvyn Fox, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Material de Construção, Jackson Schneider, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA, Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos e Eletros, o Secretário da Fazenda do Estado da Bahia, que é o coordenador do CONFAZ, Carlos Martin Marques de Santana, o Secretário da Fazenda de São Paulo, Mauro Ricardo Machado Costa, que é um dos Estados aonde teve um volume significativo de substituição tributária, e o Dr. Nelson Machado, que é o Presidente do CONFAZ em exercício e, também, é um dos princi-

pais responsáveis do Ministério da Fazenda por todas estas medidas que foram anunciadas ontem.

Eu entendo, Presidente, que é um assunto absolutamente relevante e importante que nós pudéssemos, inclusive, aprofundar como é que esta política de desoneração do IPI, do COFINS, possa ser ampliada com sinergia também através dos Estados e dos Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli, eu já estou com o requerimento de V. Exa. em mãos e vou colocá-lo em votação após a apreciação desta matéria.

Item 4. Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003: “Dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências”. A autoria é do Senador Alvaro Dias. O Relator é o Senador Gilberto Goellner.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, eu vou especificar a matéria cuja apreciação já ocorreu na Comissão de Agricultura com Parecer favorável e com a Emenda nº 1 que se acrescenta a esse projeto.

O Projeto de Lei nº 369, de autoria do Senador Alvaro Dias, dispõe sobre títulos da dívida dos agronegócios e dá outras providências. A proposição do Senador Alvaro Dias visa autorizar que cooperativas de crédito, agrícolas e/ou indústrias, agroindustriais, bem como as associações de produtores rurais e demais pessoas jurídicas que operem no setor agroindustrial, emitirem títulos da dívida do agronegócio. De acordo com o projeto, os recursos dessas emissões de papéis terão por finalidade incrementar o financiamento de expansão da produção, especialmente nas cadeias produtivas do setor, melhorar as condições de comercialização e reduzir o custo financeiro das respectivas atividades.

No art. 2º do projeto, são especificadas as características dos títulos das dívidas do agronegócio. Com efeito, terão prazo de até três anos, emissão na modalidade nominativa, negociável e transferível com endosso, inclusive transacionáveis em pregões de Bolsa de Mercadorias, terão valor nominal indexado a preço de produtos agropecuários *in natura*, rendimento definido por deságio sobre o valor de face ou taxa de juros pré-fixados, o resgate pelo valor nominal, no caso de colocação mediante deságio ou pelo valor nominal acrescido dos juros prefixados, mas em quaisquer casos com a opção de liquidação mediante a entrega de produtos agropecuários *in natura* e previamente especificados. Essa especificação de entrega de produtos ocorreu com a Emenda nº 1 que se acrescentou à matéria.

Conforme o projeto, a forma de colocação será mediante leilões públicos anunciados previamente por meio de editais e acessíveis a pessoas físicas, bem como a todas as instituições e demais pessoas jurídicas autorizadas a operar no mercado financeiro e de capitais. Depois tece sobre a liquidação dos papéis mediante a entrega de produtos agropecuários. O art. 5º constitui a vigência da norma e em 17 de outubro do corrente ano o autor do projeto apresentou a Emenda nº 1, da qual eu já me referi, que propõe nova redação constituindo também pagamento em produtos *in natura*.

Esse projeto vai criar mecanismos de crédito competitivo para o setor, de modo a reduzir pela via financeira o custo de produção e de comercialização agroindustriais. Essa proposta visa ampliar as fontes competitivas de financiamento para o setor agroindustrial, sob pena de ganhos de produtividade do grande esforço produtivo setorial serem observados pela órbita financeira mediante a cobrança de juros incompatíveis com a rentabilidade possível e, também, competitiva da área produtiva. O projeto visa, portanto, preencher essa lacuna, permitindo que cooperativas de crédito, as agrícolas, as agroindustriais, as associações de produtores rurais e demais empresas que operam no setor possam emitir títulos da dívida dos agronegócios no mercado financeiro nacional nas condições anteriormente relatadas.

Dentro da análise, caberia citar o mérito de lembrar que a disponibilidade de crédito em relação ao PIB do Brasil tem sido sistematicamente baixo, o que força a elevação do custo financeiro dos negócios em geral, e, principalmente, Srs. Senadores, num período de crise financeira internacional, onde o suprimento de recursos financeiros aportados para o país fica cada vez mais restrito.

Então nós achamos que o presente projeto é extremamente oportuno na medida em que ele permite aos agentes operadores dos agronegócios a possibilidade de colocação de títulos específicos no mercado nacional, de forma direta ou mediante leilões públicos, em Bolsa de Mercadorias com resgate mediante a entrega inclusive de produtos *in natura*, além do tradicional resgate em moeda corrente. Então dentro dessa especificação, eu vou para o final, dentro da Emenda, de lavra do próprio autor do projeto, o Senador Alvaro Dias, que visa tão-somente acrescentar com a Emenda nº 1 a opção do resgate dos papéis pelo valor nominal, acrescido dos juros, para os compradores e investidores e mediante a entrega física de mercadorias caso o investidor seja comprador da cadeia de produção.

Portanto, essa Emenda aprimora a concepção que permeia toda a proposição. Então diante do exposto,

nós votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003, com o acolhimento da Emenda nº 1, da qual eu já especifiquei. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, vamos passar à votação nominal, porque a matéria tem caráter terminativo. Senador Eduardo Suplicy, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gerson Camata, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Efraim Morais, com o Relator. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Tenório. Senador Osmar Dias, com o Relator. Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Lembro que estou votando o projeto juntamente com a Emenda nº 1, de autoria do próprio autor, apresentada na CRA.

Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Ideli Salvatti. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Lobão Filho, Se-

nador Gilberto Goellner - voto conhecido. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A Senadora Ideli já votou? Não, não votou não, é um voto esperado. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Votaram quantos? Votaram 15. O relatório do Senador Gilberto Goellner foi aprovado com uma Emenda por unanimidade. O Autor é o Senador Alvaro Dias.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 8, Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ao invés de 15, como eu anunciei, retifico, foram 16 votos favoráveis. O projeto ficará na Mesa durante cinco Sessões e, depois, vai à Câmara dos Deputados.

Item 5. É um projeto de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que "Institui o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias". O Relator é o Senador Cícero Lucena, que é favorável com a Emenda nº 1 que apresenta. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra o Relator, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, vem à análise dessa Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Cícero Lucena, me desculpe, mas há um requerimento sobre a mesa de autoria do Senador Valdir Raupp requerendo que seja realizada Audiência Pública com representante do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Saúde Suplementar com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 196, de 2009, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que institui o piso salarial profissional nacional dos Agentes Comunitários de Saúde e de combate às endemias.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, eu peço ao nobre Senador, como aqui a matéria não é terminativa, que possa ser feita essa Audiência até a votação terminativa na Comissão de Assuntos Sociais o tempo que nós avançamos sobre esse assunto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o autor do requerimento, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. É que o Ministro da Saúde manifestou o interesse, o desejo de vir para uma Audiência Pública para arredondar essa matéria. Não adianta a gente aprovar aqui, mandar essa matéria para frente sem que esteja acordado com o Governo, com a autora, a Senadora Patrícia Saboya, e com os Senadores. Então eu acho que é melhor essa Audiência Pública para arredondar, acordar o projeto para que ele saia daqui já redondo para ser votado nas outras instâncias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Relator, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu conheço da sensibilidade do nobre Senador Valdir Raupp, sei que ele reconhece a importância da iniciativa da Senadora Patrícia Saboya, mas insisto que nós possamos, até que chegue à próxima Comissão, fazer então essa Audiência Pública, que eu concordo, porque no caso do Programa Saúde da Família, não só esse item, como vários outros precisam ser debatidos. Então eu gostaria de debater, inclusive, o Programa Saúde da Família.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Valdir Raupp também insiste na sua proposta ou vamos ter um acordo de cavalheiros?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Pelo que entendi, ele já concordou para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. concorda?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Concorde, concordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão o relatório do Senador Cícero Lucena. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. A apreciação inclui a Emenda nº 1. Aprovada. A matéria vai ser encaminhada à Comissão de Assuntos Sociais, onde terá... V. Exa. não leu o Parecer? V. Exa. me perdoe, mas é a pressa aqui.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para não quebrar o rito da Casa. Não vou nem ler o relatório, mas como o senhor e todos os demais Senadores que já se posicionaram favoráveis, da importância de nós darmos a condição para que esses agentes de saúde e de epidemia possam melhor desenvolver

o seu trabalho, que consideramos fundamental na estrutura de fazer uma saúde preventiva. Então eu quero agradecer a todos os demais Senadores que já se posicionaram e o voto efetivamente é favorável para a aprovação [palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está vendo? V. Exa. foi o único Relator que hoje mereceu palmas aqui [risos].

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, está na pauta o Item 1, já foi retirado de pauta, depois que o Senador Eliseu tinha conversado comigo. Agora eu queria só fazer um alerta que exatamente nós possamos ter um posicionamento, já que a informação é que o governo se posiciona contra, pois se trata de um projeto simples de isenção tributária para créditos especiais para as pessoas com necessidades, para as pessoas com deficiência. A justificativa do Governo é realmente estranha, porque na hora fala assim: vai ter reflexo negativo sobre a receita tributária. O Governo acabou de prorrogar ontem o incentivo com relação a automóveis, com relação a geladeiras. Agora na hora que vai tratar de pessoa com deficiência, o Governo vem dizer que vai diminuir a receita tributária? Não dá para entender, sabe, Presidente. Então eu quero entender, eu concordo, foi o que o Senador tinha colocado, o Parecer do Senador Eliseu é favorável, agora não dá para o Governo vir com essa argumentação agora, que vai diminuir a receita tributária dar isenção para equipamentos das pessoas com deficiência e que isso vai fazer com que tire dinheiro também dos Estados e dos Municípios. Essa preocupação eu não vejo em outras isenções que o governo dá a todo momento. Agora porque é pessoa com deficiência, aí vai se colocar contra? Eu realmente não consigo entender e eu espero que nós possamos, na próxima semana, voltar a discutir, Presidente, porque eu não vejo argumentação suficiente. Dizer que vai diminuir a receita você dar isenção fiscal para quem financia cadeira de rodas, que seja mais automatizada, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende, na próxima Sessão, na verdade, V. Exa.--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Nós poderemos trazer na próxima Sessão, Sr. Presidente. Eu conversarei com o Senador Eduardo Azeredo e vamos levar em conta essas suas observações. O meu Parecer é favorável, para que a base aliada do

governo vote favoravelmente a proposição do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Por gentileza, eu gostaria que fosse lido, colocado em votação o nosso requerimento referente aos terrenos de Marinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já foi até lido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Foi, mas não foi votado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não foi votado, mas será votado logo após a votação desses projetos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, da mesma forma que o Senador Valdir Raupp concordou com o Senador Cícero Lucena no Item 5 da pauta, que o projeto que relatava o Senador Cícero Lucena, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, não era terminativo aqui, iria à CAS, da mesma forma o Item 1, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, com relatoria do Senador Eliseu Resende, também não é terminativo aqui, ele vai à Comissão de Direitos Humanos em decisão terminativa. Então esse projeto é muito importante, dar incentivo tributário aos deficientes para que possam ter uma melhor condição de locomoção. Então eu queria propor à base do Governo que nós pudéssemos aprovar esse projeto aqui na CAE e discutir, junto com o governo, qual a influência que terá sobre a arrecadação. Eu concordo com o Senador Eduardo Azeredo que vai haver redução de arrecadação sim, mas em que tamanho essa arrecadação será tão importante que não possa vir a beneficiar os deficientes?

Então eu pediria que V. Exa. pudesse propor, que o Senador Eliseu Resende pudesse ler o seu Parecer, que fosse aprovado e a discussão com o governo ficaria para a Comissão de Direitos Humanos, para onde segue o projeto.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que a prudência do Relator, mesmo porque o Senador Eliseu Resende sempre se pauta pela consistência de seus Pareceres e pela prudência das suas atitudes, eu queria dizer que eu... Viu, Senador Eliseu?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. sempre se pauta pela consistência dos Pareceres e pela prudência das atitudes. Eu acho prudente essa solicitação para poder, junto à Receita Federal, avaliar o impacto da medida, a abrangência, para que a gente possa votar com segurança a matéria. Então eu proporia também ao Relator que transfira isso para a próxima semana, para verificar se há um acordo. Há uma preocupação evidente hoje em função da grave recessão internacional e que atinge o Brasil de uma perda expressiva de receita por parte do fisco e um esforço muito grande para manter investimentos, manter o nível de empregos. Qualquer desoneração adicional tem que ser analisada com grande atenção.

Então eu acho prudente o encaminhamento e sugiro que o Relator mantenha esse tempo para que possa ser dialogado para verificar se esse projeto tem condições, porque socialmente ele é muito sensível, trata de um segmento bastante vulnerável. Eu acho que o objeto do Senador Eduardo Azeredo é extremamente louvável, mas nós temos que analisar com cuidado as implicações fiscais diante do quadro financeiro e fiscal que o país atravessa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É evidente que eu estou de acordo com o Senador Mercadante que existe uma crise financeira. Agora se o governo pode dar suspensão isenção a automóveis até o final de ano, com o que eu estou de acordo, não é possível que não pode dar isenção para a compra de equipamentos para pessoas de deficiência. O automóvel até não está no caso, o automóvel hoje já tem isenção. Eu estou falando é de cadeira de rodas, de outro tipo de equipamento mais barato, muito mais barato. Porque, Senador Mercadante, a justificativa do Governo é nesse nível, é de que pode afetar a receita.

É muito vaga demais a alegação. O que o Senador Flexa está propondo é que como não é terminativo, que já ganhássemos tempo. É de 2006 o projeto, ele não é novo, que já pudéssemos aprovar aqui e fôssemos continuar discutindo na outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eliseu.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu estou pronto a acatar a decisão de V. Exa. Se for o caso retornar à pauta, eu leio o meu Parecer e se coloca em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu só concordo com o desdobramento da apreciação se for para votar logo. Se for para não votar, é melhor deixar para a próxima.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): É para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. concorda que deve ser votado, já que não é terminativo?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Eu concordo, o meu Parecer é favorável e eu concordo, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu tinha acatado a ponderação do Relator, mas tinha sido retirado de pauta. Nessas condições eu peço vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É concedido vistas ao Senador Aloizio Mercadante nos termos regimentais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente. Para que o Senador Mercadante possa pedir vista é preciso que seja feita a leitura do Parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Será feita a leitura do Parecer. Nós temos ainda uma pauta extensa para votar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É desnecessário, Presidente. Se vai ter pedido de vista, para quê?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós podemos fazer acordo e abrir mão da leitura, Flexa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende, eu faço um apelo para que V. Exa. possa resumir um pouco o Parecer, porque ainda há uma extensa pauta a ser cumprida.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. O relatório é a respeito do Projeto de Lei nº 123, de autoria do Senador Eduardo

Azeredo, que institui benefícios tributários para estimular a criação de linhas de crédito destinadas às pessoas portadoras de deficiência. No art. 1º, determina que as instituições financeiras abram linhas de crédito para pessoas físicas ou jurídicas com o objetivo de promover a acessibilidade e facilitar a aquisição de equipamentos, produtos ou serviços que resultem em ganho de mobilidade e bem-estar para essas pessoas.

Pela análise do meu Parecer, eu asseguro que nos termos do inciso I, do art. 99, do Regimento Interno do Senado, compete a esta Comissão analisar o aspecto econômico e financeiro dessa matéria. Nesse aspecto, o projeto implica um montante não especificado de subsídio por parte do Tesouro Nacional decorrente do incentivo fiscal criado. Esse montante dependerá, naturalmente, do valor de operações da modalidade proposta a ser efetivamente contratada.

Seja como for, quanto ao mérito, desde já, é de louvar-se a iniciativa do ilustre Senador Eduardo Azeredo. Para ser efetiva a norma legal em comento, deverá tornar as linhas de crédito ora criadas atrativas para instituições financeiras para além da remuneração a que farão jus e, nesse sentido, propomos Emenda que autoriza a exigência de garantia nessas operações, particularmente permitindo a consignação em folha de pagamento das parcelas decorrentes do empréstimo, conforme regulação da matéria. Trata-se de um instrumento ágil, eficiente e de custo financeiro relativamente baixo, abrangendo amplos segmentos da população.

Por isso, Sr. Presidente, em vista do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006, com a seguinte Emenda: "Acrescente-se ao art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 123 o seguinte § 4º, renumerando-se os demais: § 4º - As instituições financeiras poderão condicionar a liberação dos recursos relativos à linha de crédito especial de que trata essa Lei à apresentação pelo mutuário de uma das seguintes garantias: I - caução real ou fidejussória; II - aval; III - autorização para consignação em folha de pagamento das parcelas decorrentes do empréstimo, conforme disposto em regulamento; IV - outras, a critério da instituição financeira". É esse o nosso Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. Com a solicitação de vista do Senador Aloizio Mercadante, a discussão fica adiada para a próxima reunião. Agradeço ao Senador Eliseu Resende.

Item 6 da pauta. Com a ausência do Relator, fica adiada a apreciação da matéria.

Item 8, cujo Relator é o Senador Flexa Ribeiro: "Propõe o Presidente da República ao Senado Federal

que seja autorizada a contratação de operação de crédito com garantia da República Federativa do Brasil no valor equivalente até US\$ 194.000.000,00 (cento e noventa e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Recuperação de Rodovias de São Paulo - Etapa III". Com a palavra o Relator, o Senador Flexa Ribeiro, cujo Parecer é favorável, nos termos do Projeto de Resolução que apresenta. De acordo com a Resolução nº 43, do Senado Federal, encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria, representando o Tesouro Nacional, o Sr. Luiz Goudart, Gerente de Responsabilidades Financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, e, ainda, o Sr. Rubem Caim(F), Diretor de Planejamento do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo, o Engenheiro Rafael de Amaral Campos Júnior, Coordenador do Programa de Recuperação de Rodovias do DER, e o Economista José Rubens Pereira.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Garibaldi Alves, Vice-Presidente Senador Delcídio Amaral, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. É submetido à apreciação do Senado Federal o pleito do Estado de São Paulo solicitando autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Pavimentação e Recuperação de Estradas Vicinais do Estado de São Paulo.

Segundo o Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa é de US\$ 299.115.000,00 (duzentos e noventa e nove milhões e cento e quinze mil dólares americanos), sendo que o Estado aportará como contrapartida US\$ 105.115.000,00 (cento e cinco milhões e cento e quinze mil dólares americanos), dando então a solicitação de empréstimo dos US\$ 194.000.000,00 (cento e noventa e quatro milhões de dólares americanos) pelo BID. Ressalte-se que o Estado de São Paulo já promoveu a liberação no ano de 2008 de cerca de US\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares americanos), sendo que os valores restantes serão liberados juntamente com o referido empréstimo nos anos de 2009 a 2013.

A operação encontra-se com suas condições financeiras devidamente incluídas no sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil, sob o nº TA463370. Ela será contratada sob a modalidade de empréstimo do mecanismo unimonetário, com taxa de juros vinculada à LIBOR e de acordo com cálculos da Secretaria de Tesouro Nacional deve-

rá apresentar custo efetivo de 3,77% ao ano, flutuante conforme a variação da LIBOR.

Análise. A atual situação financeira do Estado de São Paulo comporta a assunção de novas obrigações financeiras advindas com a contratação desse novo empréstimo. Como ressaltado nos Pareceres da STN, o Estado atende aos limites definidos nas Resoluções nºs 40 e 43, de 2001, do Senado Federal. Essa operação implica dispêndios médios com os serviços da dívida financeira total correspondente a 10,16% da sua receita corrente líquida, não ultrapassando, assim, o valor máximo permitido de 11,5%. O Estado apresenta, também, endividamento consolidado não expressivo, 1,7 vezes a sua receita corrente líquida, inferior ao montante global admitido de duas vezes. Fundamentada nos parâmetros que ela utiliza para avaliar o risco da União na concessão da garantia solicitada, a Secretaria do Tesouro Nacional entendeu que o Estado de São Paulo apresenta capacidade de pagamento suficiente. A STN informa também que a operação está prevista no Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado de São Paulo, revisado em 13 de março do corrente ano, que em sua contratação não implica qualquer violação dos acordos firmados entre a União.

Com efeito, o Estado de São Paulo está adimplente em relação às metas e compromissos assumidos no referido Programa de Ajuste Fiscal. O Estado não possui débito com a União e suas entidades controladas, nem apresenta pendências relativamente à prestação de contas de recursos recebidos da União.

Em suma, satisfeita as condições financeiras, não há motivo do técnico para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame. Relativamente à garantia da União, cabe destacar a previsão de contragarantias. É prevista a formalização de contrato entre o Estado e o Tesouro para a concessão de contragarantia sob a forma de vinculação de receitas. Destaca-se, entretanto, que não há registro de compromissos honrados pela União em nome do Estado de São Paulo nos últimos anos. Em conclusão, a operação atende às exigências previstas, observando os limites de endividamento estabelecidos.

Vamos ao voto, Sr. Presidente. O pleito encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida nos termos do Projeto de Resolução do Senado proposto. Este é o voto, Sr. Presidente, favorável à contratação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): O Parecer do Senador Flexa Ribeiro ressalta a importância desta operação de empréstimo que, através do BIRD, possibilitará ao Governo do Estado de São Paulo a recuperação de 12 mil quilômetros de estradas vicinais pavimentadas, isto segundo os critérios de planejamento rodoviário, a partir de demandas da sociedade, considerando o fluxo de veículos, situação do pavimento e importância da via para o escoamento da produção do setor produtivo, entre outros. Trata-se de uma ação integrada do Governo do Estado, através da Secretaria de Transportes, com os Municípios. É muito importante, Sr. Presidente, que o Governador José Serra, a Secretaria de Transportes, a Secretaria da Fazenda, num caso como esse, que aqui recebe o apoio nosso da bancada de São Paulo, que possa haver critério completamente suprapartidário e que todos os Municípios, não importa governados por qual partido, possam estar merecendo a atenção da Secretaria de Transportes para promover o transporte de bens e pessoas com segurança e economia, redução de tempo e custo de escoamento da produção, e, assim, melhorar a segurança viária, assegurar a capilaridade do sistema viário, assegurar a utilização dos sistemas coletor e arterial, aumentar o grau de acessibilidade, melhorar a competitividade logística, promover a integração demográfica e territorial, possibilitar a elevação do nível de renda do setor primário, atividades agropecuárias, agroindustriais, mineração, etc. Este programa, na sua primeira etapa, abrange 199 Municípios, na segunda 244 Municípios, na terceira 255 Municípios e na quarta 334 Municípios no nosso Estado, que tem 41,5 milhões de habitantes.

Assim, Sr. Presidente, eu gostaria, inclusive, de agradecer as informações que nos foram encaminhadas pelo representante da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Transportes do Governo do Estado de São Paulo que aqui se encontram, Sr. Marcelo Candutti(F) e Rubens Caim(F). Portanto, expressei o apoio ao Parecer do Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de conceder a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, quero registrar a presença do Prefeito João da Costa, de Recife. Agradeço a presença de S. Exa., o Prefeito João da Costa.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu queria saudar a presença do Pre-

feito João da Costa, de Recife, aqui na Comissão de Assuntos Econômicos. Temos um Parecer também já apresentado à Mesa para o empréstimo para essa importante cidade do Nordeste brasileiro, o Estado de Pernambuco, mas queria me manifestar agora, de forma muito breve, a esse empréstimo, mais US\$ 194.000.000,00 (cento e noventa e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), do BID para o Programa Recuperação de Rodovias em São Paulo.

De fato é muito importante que haja mais investimento nas estradas, em São Paulo nós temos as principais estradas, as grandes artérias, com pedágios muito elevados, isso encarece o custo, apesar de boa qualidade é um custo bastante elevado, mas as estradas vicinais precisam de mais investimento, precisam de recuperação, precisam de pavimentação e as estradas são fundamentais para o escoamento agrícola, para a vida no interior, para a segurança das famílias, para a preservação da estrutura.

Portanto, eu queria dar o nosso apoio e, também, comunicar que pedirei urgência ao Plenário na aprovação desse empréstimo para o Estado de São Paulo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. A matéria está em discussão. Em votação o Parecer do Relator.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas fazer aqui uma observação de que o prestígio hoje, embora haja uma crise financeira mundial de não pequenas proporções, o prestígio que nós conseguimos com a política internacional do nosso Presidente Lula nos dá as condições necessárias de aprovarmos seguidos empréstimos. É bom que se consigne isso aqui. Daqui a pouco virá do Rio de Janeiro. Nós estamos falando das estradas de São Paulo. Isso mostra que o Brasil tem hoje uma projeção internacional realmente invejável e consegue alavancar recursos de milhões no exterior. Nós não podemos deixar de elogiar o nosso Presidente Lula que durante esses seis anos manteve Judiciário e Legislativo intactáveis na sua majestade. Seis anos de prática ílesa da democracia, superando todas as dificuldades e nos dando uma projeção internacional extraordinária.

Era só essa, Sr. Presidente, a citação que eu gostaria de deixar consignada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Em votação o Parecer do Relator, o Senador

Flexa Ribeiro. As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam com o Parecer do Relator permaneçam como estão. Aprovado o Parecer do Relator, favorável, nos termos do Projeto de Resolução apresentado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, encontra-se sobre a Mesa um requerimento de pedido de urgência na tramitação do projeto para a ida ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o requerimento de urgência, de autoria do Relator, o Senador Flexa Ribeiro. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria apenas de registrar no Item 4 o meu voto favorável, sim, ao Parecer do Relator Gilberto Goellner, sobre o projeto que dispõe sobre os títulos de dívida dos agronegócios. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O voto sim de V. Exa. será registrado em Ata.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, está concluída a votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está concluída a votação, porque no Item 9 nós não temos aqui a presença do Relator e--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu posso pedir então para colocar na pauta--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --o Item 10 é terminativo, nós não temos *quorum*.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria pedir o empréstimo de Recife, cujo Parecer já está disponível para todos os Senadores. Podere-mos votar agora, imediatamente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Poderíamos sim.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O de Recife e o do Rio em seguida.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos começar pelo do Recife, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos fazer o de Recife em homenagem ao Prefeito.

Item 2 extrapauta. Mensagem do Presidente da República nº 100, de 2009, não terminativo: "Propõe ao Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da

República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 32.760,000.00 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), entre o Município de Recife, Estado de Pernambuco, e o Banco Internacional para a Reestruturação e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Desenvolvimento Urbano e Inclusão Social no Recife - Capibaribe Melhor". O Relator é o Senador Aloizio Mercadante.

Com a palavra o Relator.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, eu já distribuí o Parecer, onde nós demonstramos que todas as exigências legais da Secretaria do Tesouro Nacional e as condições, a contrapartida de US\$ 14.000,000.00 (catorze milhões de dólares) que o Município está oferecendo a esse empréstimo do BIRD de US\$ 32.760,000.00 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta mil dólares dos Estados Unidos da América), esse programa tem como objetivo o saneamento integrado. É um programa, portanto, de desenvolvimento urbano e inclusão social. Ele vai atingir cerca de oitenta mil pessoas na Zona Oeste da cidade, uma região periférica, uma população bastante carente, que, além do tratamento de esgoto e do saneamento básico, pretende-se também a recuperação da estrutura viária do entorno da terceira perimetral da cidade e a recuperação de parques. Portanto, tem um grande valor social, promove a integração dessa região melhorando a estrutura viária, o desenvolvimento econômico e social e a valorização desta região carente da cidade, 80 mil pessoas serão diretamente beneficiadas, e é uma programa de grande relevância dentro dessa perspectiva já de um programa em andamento, Capibaribe Melhor.

Portanto, o nosso Parecer é favorável e eu peço o apoio de todos os Senadores para que a gente possa participar da construção dessa estratégia de desenvolvimento urbano e de inclusão social da cidade de Recife.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, para apoiar o Parecer do Senador Aloizio Mercadante, saudar a presença entre nós do Prefeito João da Costa, que tão bem vem se distinguindo como Prefeito do Recife.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão a matéria. Em votação o Parecer do Relator, o Senador Aloizio Mercadante. Os Senadores que concordam com o Parecer do Relator e as Senadoras permaneçam

como estão. Aprovado o Parecer do Relator, favorável, nos termos do Projeto de Resolução apresentado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, peço urgência ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Relator, Senador Aloizio Mercadante, solicita regime de urgência para a Mensagem do Governo Federal nº 100. As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

Mensagem extrapauta. Mensagem do Governo Federal nº 99, de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República. O Relator é o Senador Neuto de Conto.

Concedo a palavra à S. Exa., o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Trata-se do pleito do Estado do Rio de Janeiro para que seja autorizada operação de crédito externo com garantia da União junto ao Banco Internacional para a Recuperação e Desenvolvimento - BIRD. Os recursos da operação destinam-se ao financiamento parcial do Programa Estadual de Transporte (PET II). O programa em questão foi considerado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamento Externo – COFIEIX, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Na forma da Recomendação 1.060, de 26 de setembro de 2008, a Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, bem como analisou as informações referentes ao mutuário, manifestando-se favoravelmente ao oferecimento de garantia pela União, desde que previamente a assinatura dos instrumentos contratuais sejam formalizadas e o respectivo contrato de contragarantia, como atestado pelo Parecer de 15 de junho de 2009. O Banco Central do Brasil ofereceu credenciamento às operações.

Análise. Conforme Parecer técnico encaminhado pelo Estado do Rio de Janeiro, o projeto tem por objetivo a melhoria da qualidade dos serviços de transportes urbanos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Todas as análises foram devidamente feitas e oferecidas. O custo total do projeto é de 220,9 milhões de dólares, sendo 221,7 milhões de empréstimos e 9,2 milhões de dólares provenientes de contrapartida estadual.

O voto. Em conclusão, o pleito encaminhado pelo Estado do Rio de Janeiro encontra-se de acordo com o que preceitua a Resolução do Senado Federal nºs 40 e 43, ambas de 2001, e 48, de 2007, devendo ser concedida a autorização para a contratação da ope-

ração de crédito externo pretendido nos termos que segue. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Antes de conceder a palavra ao Senador Francisco Dornelles, quero registrar, de acordo com a Resolução nº 43/01, do Senado Federal, que encontra-se presente para acompanhar a apreciação da matéria a Sra. Tatiana Motta, Analista da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, representando o Tesouro Nacional.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, só para cumprimentar o Senador Neuto de Conto pelo brilhante Parecer proferido, que, aliás, é um Parecer compatível com todos aqueles que ele apresenta. Dizer que a aprovação do seu Parecer é muito importante para a melhoria do serviço de transporte no Estado do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas para agradecer o Senador Neuto de Conto, pois esses recursos são muito importantes ao Rio de Janeiro. O transporte no Rio continua sendo um grande desafio para a administração pública, razão pela qual nós nos apinhamos naquelas comunidades carentes próximas ao centro, próximas às áreas do epicentro econômico da nossa cidade do Rio de Janeiro. Melhorar os transportes no Rio significa expandir o nosso metrô, melhorar também as nossas vias de acesso construindo corredores exclusivos. Esses recursos serão importantíssimos.

Portanto, eu peço aos Senadores que se sensibilizem e que votem conosco pela aprovação desse empréstimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Continua em discussão a matéria. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o Parecer do Relator, o Senador Neuto de Conto, permaneçam como se encontram. Aprovado nos termos do Projeto de Resolução apresentado.

Concedo a palavra ao Relator.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Solicitando, Sr. Presidente, a urgência do projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É, nós íamos solicitar, eu e o Senador Dornelles íamos fazer esse pedido, Sr. Presidente, solicitar, como Se-

nadores do Rio de Janeiro, solicitar a urgência para a votação do projeto em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação a urgência. As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

Em votação a urgência para o financiamento ao Estado do Espírito Santo. As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 2009, da CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti. As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. Fica aprovada então a Audiência Pública proposta pela Senadora Ideli para debater as questões atinentes às recentes desonerações fiscais empreendidas pelo Governo Federal.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, na Comissão de Agricultura, presidida pelo Senador Valter Pereira, foi aprovado na semana passada o requerimento de Audiência conjunta relativa aos problemas da laranja, do suco de laranja, mas com uma observação: o Senador Valter Pereira gostaria que pudesse haver um número restrito para não ficar tão grande a Audiência. Levando em conta a sugestão de que haja um representante do Governo, o Presidente do CADE, um representante das indústrias de suco de laranja, então seria um dos quatro Presidentes ou pessoa que fosse por eles indicada, e, por outro lado, o Presidente da Associação dos Produtores de Laranja, Sr. Presidente, como o requerimento lá aprovado teve este condicionante, então eu quero fazer, Sr. Presidente, quero fazer a seguinte sugestão então: que possa, no requerimento, ser sintetizado para apenas três pessoas aqui deporem: o Presidente do CADE, Arthur Badin, o Presidente da ASSOCITRUS, representando os produtores de laranja, e o Presidente da CITROSUCO, sendo que ou ele ou um dos que, em conjunto, as empresas de suco de laranja designarem. Portanto, ficaríamos com uma Audiência mais simplificada, com três representantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É uma Audiência conjunta?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Conjunta com a Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já está marcada ou não?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Uma possibilidade seria fazer no dia 07, mas dependendo se V. Exa. estiver de acordo com o Presidente Valter Pereira ou na data que--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O dia 07 é que dia da semana, qual é o dia da semana?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É que nós temos uma reunião aqui e a gente podia... Qual é o dia lá?

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): É o dia que for acordado aqui, Sr. Presidente, está em aberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos nos entender com o Senador Valter Pereira, eu, o Senador Valter Pereira e V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hoje à tarde no Plenário.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Está ótimo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Requerimento: "Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados, também para participarem da Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do SES- TUR - Serviço Social do Turismo e do SENATUR, o Sr. Mário Beni, Professor da USP, e o Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical Trabalhista". Senador Leomar Quintanilha. Em votação o aditamento do requerimento. Aprovado.

Requerimento do Senador Roberto Cavalcanti, que já foi lido. Em votação. Aprovado.

Não havendo mais nenhuma matéria a ser tratada, apreciada, encerro a presente Sessão, convidando para a próxima reunião no dia 02, quinta-feira, quando estará presente o Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil.

Sessão encerrada às 12h28.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Oitava Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 07 de julho de 2009, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quatorze minutos do dia sete de julho do ano de dois mil e nove, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presi-

dência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Adelmir Santana, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Expedito Júnior, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Romero Jucá, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Flexa Ribeiro, Gim Argello, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, João Tenório, Arthur Virgílio e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Aviso nº 39/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao mês de maio de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, e Aviso nº 40/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de maio de 2009, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à 1ª Parte da Reunião, Audiência Pública a fim de discorrer sobre a Política Habitacional, em atendimento ao Requerimento nº 19/2009-CAE, de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Antônio Carlos Valadares, tendo como convidados a Sra. Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; Sra. Bernadete Maria Pinheiro, Superintendente Nacional de Habitação da Caixa Econômica Federal; Sr. José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; Representante da Casa Civil e Representante da Frente Nacional de Prefeitos. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, da Sra. Inês Magalhães, Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades; Sra. Bernadete Maria Pinheiro, Superintendente Nacional de Habitação da Caixa Eco-

nômica Federal, e Sr. José Carlos Martins, Vice-Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da 2ª Parte da Reunião, Item 01- Mensagem do Senado Federal nº 101, de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 28,800,000.00 (vinte e oito milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, entre o Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul e a Confederação Andina de Fomento (CAF), destinada a financiar o “Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Serviços Básicos de Caxias do Sul”, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Gerson Camata e Sérgio Zambiasi. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS que apresenta. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Avisos nºs 02 e 34, de 2009 (nºs 19 e 104/09, na origem), não terminativos, de autoria do Ministério da Fazenda, “referentes aos Relatórios sobre o Programa de Emissão de Títulos e de Administração de Passivos de Responsabilidade do Tesouro Nacional no Exterior”, tendo como Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, que oferece Parecer pelo conhecimento e posterior arquivamento das Matérias. O Presidente da Comissão designa o Senador Francisco Dornelles Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer da Relatora, pelo conhecimento e posterior arquivamento das Matérias; Item 03- Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163, de 2000 oferecido ao PLS nº 163, de 2000, não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU”, tendo como Relator o Senador Efraim Moraes, que oferece Parecer pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados. A Matéria será ainda apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Após a leitura do Relatório, usam da palavra a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Adelmir Santana, que solicitam Vista para a Matéria. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2008, não terminativo, de autoria da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que “revoga o art. 109 do Decreto-lei nº 2.063, de 07 de março de 1940. (Dispõe sobre contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade)”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 16/6/2009, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2006, não terminativo, de autoria do Deputado Júlio Semeghini, que “acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da Cofins não cumulativa”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que “reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas”, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2008, terminativo, de autoria do Senador Renan Calheiros, que “altera o inciso XIV do art. 6º da Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma”, tendo como Relator o Senador Marcelo Crivella, que oferece Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 01-CAS. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais com Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01-CAS. Usam da palavra os Senadores Adelmir Santana e Eduardo Suplicy. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 01-CAS-CAE, por quatorze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2008, terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “dispõe sobre a isenção do imposto de renda da pessoa física e da contribuição previdenciária incidentes sobre o valor da bolsa concedida por estabelecimento de ensino ao filho de professor”, tendo como Relator o Senador César Borges que oferece Parecer favorável ao Projeto e pela rejeição das Emendas nºs 01, 02 e 03-CE, apresentando as Emendas nºs 04, 05 e 06. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nº 01, 02 e 03-CE. Após a leitura do Relatório, usam da palavra os Senadores Marcelo Crivella e Tião Viana. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 04, 05 e 06-CAE, por onze votos favoráveis, um voto contrário e

duas abstenções, e rejeita as Emendas nºs 01, 02 e 03-CE. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informaticizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, Sras. e Srs. Senadores, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada. A Ata será publicada no diário do Senado Federal.

Comunico aos Senadores e Senadoras que o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados convidou os membros desta Comissão para participar amanhã, dia 08 de julho, no Auditório Nereu Ramos do seminário destinado a debater o tema: Empreendedor Individual como Política Nacional de Inclusão e Formalização, com a presença, entre outras autoridades, do Ministro de Estado da Previdência Social, José Barroso Pimentel.

Aproveito a oportunidade para indicar o Exmo. Sr. Senador Adelmir Santana para representar a Comissão de Assuntos Econômicos, o que fará com grande honra para todos nós membros da Comissão.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu os seguintes documentos: Aviso do Banco Central encaminhando demonstrativo das emissões do Real referente ao mês de maio de 2009, as razões determinantes e a posição das reservas internacionais. Aviso nº 40 do Ministério da Fazenda encaminhando relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de maio de 2009, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e da receita corrente líquida dos Municípios.

Logo após esta primeira etapa da reunião para exame de projetos, nós teremos a audiência pública a fim de debater sobre a Política Habitacional, em atendimento ao Requerimento de autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Valadares.

Item 01 da pauta. Mensagem nº 101/2009 não terminativa. Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil no valor de até 28 milhões e 800 mil dólares dos Estados Unidos

da América, de principal entre o Município de Caxias do Sul do Estado do Rio Grande do Sul e a Confederação Andina de Fomento - CAF destinada a financiar o Programa de Desenvolvimento da Infraestrutura Municipal e Serviços Básicos de Caxias do Sul. Autoria: Presidência da República, relator: Senador César Borges.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ainda não desembarcou. Estou controlando aqui e não chegou ainda. Está no voo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ainda está em pleno voo? Nas nuvens.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O gabinete informou que ainda não havia desembarcado, ele teve atraso no voo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu vou.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, vou solicitar que designe um relator *ad hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): *Ad hoc*. Exatamente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Senador Dornelles, tem inúmeros aqui dispostos a...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Dornelles poderia aceitar essa missão?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, até do ponto de vista de respeitar um número tão grande de visitantes que hoje vieram ao Congresso Nacional. Quero dar as boas-vindas e estão aqui centenas de citricultores, produtores de laranja, sobretudo, do Estado de São Paulo, pois eles têm uma audiência pública hoje à tarde na Câmara, e estão no aguardo da audiência pública já aprovada nesta Comissão de Assuntos Econômicos, e conforme V. Exa. sabe bem, foi também aprovada na Comissão de Agricultura onde o Senador Valter Pereira considerou que está aprovada. Foi votada ali também e então...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Vamos votar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só completando, Sr. Presidente. Um minuto. E de tal maneira que eu queria anunciar a eles a determinação de V. Exa. de que poderemos, possivelmente, em agosto ter definida a data desta audiência onde estarão representados tanto os representantes das empresas de suco de laranja, os produtores de laranja e os órgãos

de defesa da concorrência como o CADE e outros. Então, Sr. Presidente, agradeço se puder dar uma informação a eles de que será realizada, então, possivelmente, em agosto, porque aí eles já vão para outras áreas. Eles estão aí nos corredores, inclusive, centenas deles, mas alguns estão aqui já dentro aguardando a palavra de V. Exa.

É somente isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Atendendo ao apelo do Senador Eduardo Suplicy, eu quero comunicar aos senhores citricultores que a primeira audiência logo após o recesso de agosto que será apenas de 15 dias, a primeira audiência será dedicada ao exame desse problema, no início de agosto.

[palmas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Poderia, Sr. Presidente, salvo engano, a primeira audiência dia 04 ficou sobre a Embraer, poderia ser então a do dia 11, porque aí na primeira quinzena e assim...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Porque nós não podemos realizar as audiências públicas sequencialmente, porque senão interrompemos o processo de votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): É verdade que essa da citricultura--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos marcar um dia para--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Será realizada em agosto o quanto antes.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V. Exa. me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O problema da Embraer é grave, mas a Embraer é uma indústria, está indo bem, começou a vender aeronaves para fora do Brasil, e nós podíamos muito bem colocar o problema dos citricultores que é muito mais grave e envolve muito mais gente na frente da audiência da Embraer.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O problema aí é do Senador Suplicy, porque ele vai ficar entre a cruz e a espada, porque ele é o autor dos dois requerimentos nas duas audiências.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Desde que seja possível--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Desde que seja possível em agosto fazer as duas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, V. Exa. precisa sair do muro, ou fica com a laranja ou com o avião, a escolha é sua.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Sr. Presidente, agradeço. Que sejam as duas audiências realizadas em agosto.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, acho que nós devemos voltar à pauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente enquanto a gente vota o Suplicy decide.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Que possa, V. Exa., definir para agosto tanto uma quanto outra, de acordo com as diretrizes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos marcar para o dia 25 então.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Os citricultores concordam?

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pronto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. há de convir que é uma decisão muito difícil para o Senador Suplicy. Ele vem de uma origem industrial burguesa que tinha desde o plantio da laranja até pequena fábrica de avião àquela época, de forma que é muito difícil essa inscrição [ininteligível].

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT-SP): Também produzia laranja, a família.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao relator do item 01, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, é submetido à apreciação do Senado Federal o pleito do Município de Caxias do Sul, por intermédio da Mensagem 111 solicitando autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da União, com a Corporação Andina de Fomento. O parecer já foi distribuído, todos os senadores tiveram acesso ao parecer, de modo que eu vou direto ao voto. O pleito encaminhado pelo Município de Caxias se encontra de acordo em que preceitua as resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida autorização para contratação de operação de crédito nos seguintes termos: autoriza o Município de Caxias

a contratar operação de crédito no valor de 28 milhões com a Corporação Andina de Fomento.

O meu parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Quero comunicar que, de acordo, com a Resolução nº 43 do Senado Federal encontram-se presentes para acompanhar a apreciação da matéria o Sr. Eduardo Luiz Gaudard, gerente de responsabilidade financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional, e ainda os Srs. Cargos Antônio Búrigo, secretário de gestão e finanças do Município de Caxias do Sul, e Rodrigo Colognese, diretor de Captação de Recursos do Município de Caxias do Sul.

Quero comunicar também que recebi um telefonema do Senador Pedro Simon dizendo que, em virtude de estar cirurgiado, teve que fazer uma cirurgia de emergência, de apendicite, S. Exa. não vai poder comparecer a esta reunião, mas manifestou o seu empenho no sentido de que possamos votar esta matéria urgentemente. O Senador Pedro Simon, inclusive, é de Caxias do Sul, É natural de Caxias do Sul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, assim como também o Senador Paim--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Paim também.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --que não é da Comissão, solicitou que eu aqui os representasse, o Senador Simon também me ligou. Ele, infelizmente, essa semana ainda está convalescendo. Mas o Prefeito Sartori falou comigo agora a pouco, e o Secretário Búrigo que está presente aqui também, e eu já deixo encaminhado o pedido de urgência, logo após a votação, Presidente, para que nós coloquemos em plenário ainda hoje, se possível essa solicitação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Com o apoio do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o apoio do Ceará, então vai passar.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu podia fazer um apelo a V. Exa., Sr. Presidente, aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Nós temos na pauta, com esse projeto é o quarto projeto de empréstimos externos que vai para a ordem do dia. Nós sabemos que a pauta da ordem do dia está travada por medidas provisórias, entretanto, como esse não é um Projeto de Lei, é um Projeto de Resolução, e como o acórdão do Supremo permite que matérias

que não sejam objeto de medidas provisórias possam ser votadas mesmo com a ordem do dia trancada, eu queria os bons ofícios de V. Exa. junto à Presidência para que essas matérias entrassem na pauta. Há um empréstimo do Espírito Santo importante que ameaça paralisar as obras de infraestrutura na ilha de Vitória, há esse empréstimo de Caxias e outros dois que não são atingidos, segundo os juristas, e segundo o acórdão do Supremo por aquela resolução. Trata-se de um Projeto de Resolução e não de um Projeto de Lei e trata-se de matéria que não pode ser regulamentada através de medida provisória. Eu queria os bons ofícios de V. Exa. para que tanto o empréstimo de Caxias, quanto do Espírito Santo pudessem entrar na pauta do dia de hoje.

Muito obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Sérgio Zambiasi ainda quer falar, acrescentar?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu quero agradecer a compreensão de todos e vamos votar. Caxias do Sul está toda ela assistindo, neste momento, esse desempenho do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, vamos votar em homenagem ao Rio Grande do Sul e à bancada composta por Sérgio Zambiasi, Pedro Simon e Paulo Paim. Em votação o parecer do relator *ad hoc*, Senador Francisco Dornelles. Os Senadores que leu o parecer do Senador César Borges. Os Senadores que concordam com o parecer do relator, permaneçam como estão. Aprovada a unanimidade.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, vamos votar o pedido de urgência? Solicito que a gente vote.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o pedido de urgência de autoria do Senador Sérgio Zambiasi. Os Srs. e as Sras. Senadoras que aprovaram o pedido de urgência, permaneçam como se encontram. Aprovado o pedido de urgência nos termos do projeto de Resolução.

Item nº 02. Trata-se, Srs. Senadores... Eu solicito ao Senador Adelmir Santana que assuma a Presidência aqui por alguns minutos, porque eu vou atender um telefonema aqui da Governadora do Pará.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Era o item 02 da pauta. A relatora é a Senadora Rosalba Ciarlini que se encontra ausente. Consulto o Senador Francisco Dornelles se também pode relatar esse item 02, relator *ad hoc*? A quem concedo a palavra. Já aceitou.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, mediante Aviso nº 02/2009 o Ministro da Fazenda informa ao Senado Federal que no período de 1º de outubro de 2008 a 31 de dezembro de 2008, o Tesouro não realizou emissão de títulos da República Federativa com o Brasil no contexto da execução do Programa Demissão de Títulos e da administração de passivos de responsabilidade do exterior. Esse parecer foi amplamente distribuído, examinado, de modo que eu prefiro ir direto ao voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto recomendo que os membros desta Comissão tomem ciência dos Avisos nº 02 e 34 após o qual deve proceder os seus arquivamentos. É esse o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Senadores que concordam com o parecer do relator, permaneçam como estão. Matéria aprovada. O parecer do relator favorável nos termos apresentados. Qual é o próximo?

Item 03 da pauta. [ininteligível] da Câmara dos Deputados nº 163/2000. O relator é o Senador Efraim Morais. Como esse item é a primeira vez que entra na pauta, nós vamos colocá-lo na próxima reunião.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Volto a Presidência ao nosso Presidente.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 03. Já passou o item 03?

Item 04. Projeto de Lei não terminativo. Revoga o art. 109 do Decreto Lei 2.063. Dispõe sobre contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade. Relator: Senador Raimundo Colombo, parecer favorável ao projeto. Em 16/06/2009 foi concedida vista ao Senador Romero Jucá. Pergunto à Secretaria-Geral... O item 04. Na ausência do Senador Raimundo Colombo e também do Senador Romero Jucá, nós vamos adiar a votação da matéria para a próxima reunião.

Item 05. Projeto de Lei da Câmara não terminativo. Acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833 que trata da COFINS não cumulativa. Autoria: Deputado Júlio Semeghini, relator: Senador Sérgio Zambiasi. Com a palavra o relator.

Saiu. Foi só o empréstimo ser aprovado, ele saiu.

Vamos passar ao item 06. Item 06. Também não está presente o autor. Todos dois devem estar na sessão em homenagem ao Plano Real, Sérgio Guerra e Eduardo Azeredo. César Borges está também?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Acabou de chegar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Um acompanhamento do Senador Marcelo Crivella.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE):

Conhece a velocidade dos jatos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 07. Relator Senador Marcelo Crivella do Projeto de Lei terminativo. Altera o inciso XIV do art. 6º da Lei de 7.713 de 22 de dezembro de 88 para incluir o diabetes melito entre os agravos à saúde a cujo portador é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. O autor é o Senador Renan Calheiros, o relator é o Senador Marcelo Crivella, a quem concedo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trata-se de um projeto humanitário que acresce no rol de doenças graves que são contempladas com a isenção de imposto de renda na pensão e na aposentadoria, é que isso fique claro, acresce a diabetes.

Sr. Presidente há muitos brasileiros, eu não saberia dizer o número, mas há muitos brasileiros que gastam muito dinheiro para tratar da diabetes, sobretudo, aposentados e pensionistas que já enfrentam outra tragédia tão dolorosa quanto à diabetes, que é o fator previdenciário. Então, eu peço aos companheiros que aprovemos esse projeto em benefício da nossa gente sofrida e valente, os diabéticos do Brasil, aposentados e pensionistas.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Meu voto é favorável. O projeto é do Senador Renan.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O parecer do relator é favorável. A matéria está em discussão. Não havendo mais...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente apenas uma observação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para exaltar o mérito da proposição, porque atualmente quando o diabetes degenera, e temos aqui um médico que poderia emitir um parecer muito melhor que o meu, que sou economista, quando degenera para nefropatia, cardiopatia grave e cegueira, essa pessoa aposentada ou reformada pode ser isenta do imposto de renda nos proventos que recebe. Agora o que é que esse projeto faz? Já no início do diabetes ele passa a ter essa isenção em consequência dos medicamentos

caros que ele tem que adquirir, do acompanhamento trabalhoso e poderá evitar que ele entre na lista dos cardiopatas, na lista com nefrologia grave e também da cegueira, podendo ter então uma extensão de vida mais saudável. O mérito do projeto está todo nisso e eu voto a favor do mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria é terminativa. Vamos fazer a votação. Ainda faltam dois Senadores para o *quorum*. Jefferson Praia é da Comissão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

O Senador Jefferson Praia não pode ocupar a vaga de um ausente no seu bloco? O Osmar está presente, mas como ele faz parte com o bloco pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É só um.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Pode. É da tradição da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O regimento precisa ser obedecido.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Já fizemos isso várias vezes, Presidente. É da tradição.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 08. Enquanto temos o *quorum*, vamos passar ao item 08 que também é terminativo. O relator está ausente, Senador César Borges, a despeito do monitoramento do Senador Marcelo Crivella. Está chegando aonde? Onde ele está chegando?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu calculo que ele esteja pelo eixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Enquanto o Senador chega, vamos nos valer de um relator *ad hoc*, Senador Gerson Camata, poderia...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente, mas o parecer já foi oferecido, já foi lido? Porque teve pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não foi lido. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, esse projeto já foi sobejamente discutido aqui, e trata-se de uma anormalidade, um estabelecimento de ensino, e eu vou ser breve na explicação do que pretende o Senador Marcelo Crivella, quando o estabelecimento de ensino concede uma bolsa de estudos ao filho de um funcionário daquele estabelecimento de ensino, ele é gravado, pois tem que pagar imposto de renda sobre a concessão que fez. O projeto do Senador Marcelo Crivella, apenas exclui esse pagamento do imposto de renda, quando o colégio, na verdade,

faz uma meritória obra de concessão de uma bolsa de estudo a um parente, a um filho, aliás, aqui no caso, o filho de um dos seus funcionários, logo que não se pode gravar aquilo que se faz de bem, a doação que o colégio faz e o projeto do Senador Marcelo Crivella tem essa finalidade, e o parecer do Senador César Borges é pela sua acolhida. É o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço o Senador Gerson Camata. E quero registrar a presença aqui do Presidente da Federação Nacional do Comércio do Rio Grande do Norte, Marcelo Queiroz que é meu conterrâneo, acredito que outros presidentes estejam aqui, de outros Estados.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E o José Lino do Espírito Santo também.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, só colaborando com V. Exa., quero dizer que estão presentes aqui o presidente da Federação de Minas Gerais, Renato Rossi, Marcelo Queiroz, seu conterrâneo, o Antônio Airton da Federação de Roraima, o Leandro da Federação do Acre, o Valdeci da Federação do Piauí, o Hilton Malta da Federação de Alagoas, o José Lino da Federação do Espírito Santo, Josias Albuquerque da Federação de Pernambuco, José Linhares da Federação de Rondônia, Edson Ferreira da Federação do Mato Grosso do Sul; além de outros companheiros, Sidney Cunha, diretor nacional do SENAC, Baron Emílio, diretor nacional do SESC, Carlos Andrade, vice-presidente da Federação da Bahia, Norton Lenhart, Federação Nacional de Bares, Restaurantes, Hotéis e Similares, Luiz Gastão, presidente da Federação do Ceará, Eraldo Cruz, vice-presidente do Conselho de Turismo da CNC; Nelson Baeta, diretor da BIH; Paulo César, vice-presidente da Fecomércio do Paraná; Vitor, diretor regional do SENAC do Paraná; José Paulo Rosa, diretor do SENAC; Álvaro Melo Salmito, diretor, além de outros companheiros ligados ao Sistema CNC, SESC e SENAC, professora Léia que vieram aqui, naturalmente, ver o desenrolar dos acontecimentos ligados a esse setor.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, já podemos votar, tem *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Tem *quorum*?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Chegou a Ideli e chegou o Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ideli Salvatti. Vamos... Ainda faltam dois?

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Peço silêncio.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Com respeito à presença dos inúmeros presidentes de Federações de Comércio de diversos Estados, há um apelo no sentido de que uma vez que há divergências entre o ponto de vista do Senador Adelmir Santana, do Senador César Borges, e é tão bom que ele chegue aqui. Senador César Borges, tendo em conta a presença de inúmeros presidentes de Federações de Comércio, eu estou ciente de que há pontos de vista divergentes sobre a questão relativa ao Sistema S. Então, foi já aprovado um requerimento para uma audiência pública para podermos ouvir os dois pontos de vista, se vai haver um desmembramento ou não do Sistema S no que diz respeito ao turismo, aos hotéis e restaurantes. E eu, sinceramente, gostaria de que possa, de fato, ouvir, podemos ouvir, ambos os pontos de vista para o esclarecimento. Então, queria transmitir ao Senador César Borges e que me parece saudável que vá haver essa audiência pública. É só o que gostaria de registrar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço a V. Exa.--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Presidente, me permita--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --Mas nós vamos votar agora.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Quero fazer o registro que eu esqueci aqui, porque foi uma falha lamentável. Está aqui também presente o vice-presidente financeiro da CNC, Gil Siuffo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu agradeço a visita das lideranças do Comércio, uma visita desinteressada.

Vamos votar o item 08. O item 08 da pauta. 08, depois o 07. Vamos começar pelo 08, em homenagem ao esforço do Senador Marcelo Crivella. Senador Eduardo Suplicy o item 08. V. Exa. vota sim, com o relator ou não ao parecer do relator?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Já foi lido o relato? Eu sou o relator. Já foi lido?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi lido pelo... Desculpe-me, Senador César Borges, mas em função de problema do *quorum* nós tivemos que apelar para um relator *ad hoc*, mas agora V. Exa. volta a ser o relator com todas as suas prerrogativas.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Claro, o meu relato já estava apresentado à Comissão, Sr. Presidente, e o *ad hoc* apenas fez a leitura--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fez a leitura do parecer de V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --acredito, na íntegra do meu parecer. Então, estou plenamente satisfeito. Sem problema nenhum. É porque eu acabei de chegar, vim de avião agora, e atrasou.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tião Viana?

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Sr. Presidente, eu não--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Pela rejeição.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): --havia me pronunciado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. quer deixar para o final--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --Enquanto faz uma leitura?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Há um pedido, a meu ver, errôneo da base do Governo, da orientação da base do Governo, pedindo para os Senadores da base votarem contra. Isso é uma coisa de assessor, porque esse projeto eu combinei com o líder do PT que foi o Senador Eduardo Suplicy, perdão, o Senador Aloizio Mercadante que está no avião. A Senadora Ideli está a par disso, ela foi relatora na Comissão de Educação, isso foi combinado, inclusive, com o Ministro da Educação e com o Presidente Lula. Então, o Senador Tião vai votar contra, o Senador Eduardo Suplicy por uma orientação de um técnico, mas que não está orientado, quer dizer, eu queria deixar isso claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E V. Exa. é da base do Governo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sou da base do governo. Foi combinado com o Senador Mercadante, a Ideli apresentou o projeto à Comissão de Educação. Isso é uma coisa tão importante para os professores, para os alunos, eu queria ponderar com o Tião. Nós estamos isentando, Tião, de imposto de renda aqueles professores que recebem bolsa de estudo para seus filhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Silêncio! Estamos votando.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, eu só queria ponderar com o Tião e com o Senador Suplicy de que o que nós estamos fazendo

é retirar o imposto de renda dos professores que recebem bolsa de estudos para os filhos na escola onde trabalham, e que a Receita considera salário indireto. Não é! É um benefício que a escola dá ao professor. Então, isso já foi levado ao Presidente Lula, logo depois que ele fez aquele discurso lá na Bahia, falando sobre os professores, falando...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio! Silêncio, por favor, silêncio!

Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, apenas para alertar o Tião e o Suplicy de que esse projeto, Tião, tira a cobrança de imposto de renda naquele professor que recebe bolsa para o seu filho naquela escola onde ele trabalha, e é considerado pela Receita salário indireto. É uma reivindicação antiga da categoria, já foi acordo de várias vezes sindicato de professores e também sindicato patronal. Isso foi combinado com o Senador Mercadante, a Senadora Ideli deu parecer favorável à Comissão de Educação. Já levei o assunto até o Presidente Lula, naquela ocasião em que ele fez um discurso na Bahia, dizendo que os professores precisavam ter uma remuneração mais justa, já foi levado até o Ministério da Educação. De tal maneira que o parecer do técnico aqui está em dissonância com o líder da bancada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos votar. Senador Tião Viana?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, com todo respeito ao meu querido Senador Marcelo Crivella, mas quando se fala em isenção tributária, no caso do imposto de renda, nós estamos falando em redução do Fundo de Participação dos Municípios, que ele é um intransigente defensor do aumento da melhor distribuição de recursos e financiamento público neste país. Então, em razão disso eu vou manter o meu voto pela rejeição, respeitando a boa fé e a boa intenção que tem o eminente Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao relator, em caráter excepcional. O relator só ele tem o direito de falar, porque nós estamos em processo de votação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, porque eu estou aqui sem entender esse tipo de orientação que o Senador Tião Viana acaba de dizer, de votação contrária desse projeto, principalmente, com esse argumento que haveria perda do Fundo de Participação dos Municípios. Ora, Sr. Presidente, o Governo Federal dá uma isenção tão ampla e tão, eu diria, do ponto de vista financeiro, tão impactante como acontece com a indústria automobilística. E essa

questão aqui, Senador Tião Viana, não representa absolutamente nada se comparada à isenção dada à indústria automobilística, absolutamente nada.

Essa questão aqui, Sr. Presidente, para mim parecia pacífica, porque ela foi relatada da forma positiva na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, pela Senadora Ideli Salvatti. Aqui, Sr. Presidente, o que dá é o seguinte, a questão, em resumo, é que os estabelecimentos de ensino concedem bola de estudo aos filhos dos seus professores e funcionários por conta até de acordos coletivos, Senador Tião Viana. Senador Tião Viana, eu peço a sua atenção. São acordos coletivos de trabalho que são feitos, e há essa exigência, esse pedido que os alunos, ou melhor, as crianças, os filhos dos professores possam estudar no próprio colégio que seus pais ensinam. Não se trata de um salário complementar, isso aqui não é rendimento para o professor, não é um rendimento, é simplesmente um acordo coletivo para que o professor tenha aquele benefício. O que está havendo é que tanto a Previdência como o imposto de renda quer considerar isso como salário dos professores, como acréscimo salarial, e aí a partir desse entendimento fazer a cobrança do imposto de renda e também dos encargos previdenciários. Ora, não é essa a realidade dos fatos, a bolsa não vai como complementação salarial; vai até por uma solicitação do sindicato dos professores com uma maneira de se fazer ali, eu diria, um ajuste justo da relação entre a escola e aqueles que são seus colaboradores maiores, os professores--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Um aparte a V. Exa., um aparte, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): --então, não entendo porque agora o governo diz: "Ah, é contra, não podemos perder a CFPM, essa contribuição que vai impactar o FPM mais do que está impactando as isenções tributárias dada pelo governo, material de construção, geladeira, etc. e etc. Então, isso aqui é o mínimo, inclusive, que vai afetar, não só vai afetar os estabelecimentos, que serão agora punidos para fazer esse tipo de recolhimento, como se salário fosse esse tipo de bolsa, assim como os beneficiários. Então, os colégios vão retirar esse benefício, e o que é que vai acontecer? O filho do professor não vai poder estudar na escola onde o seu pai ensina, leciona. Isso aqui é algo mais do que justo, e o Senador Marcelo Crivella houve por muito bem em apresentar esse projeto e já foi relatado, positivamente, volto a dizer, pela Senadora Ideli Salvatti na Comissão de Educação e Cultura, e para mim é um espanto que aqui tenha, lamentavelmente, algum posicionamento contrário a esse projeto, Sr. Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, uma questão de ordem. Nós não estamos em processo de votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nós estamos em processo de votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tinha uma coisa superimportante a colocar. Se V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quando V. Exa. for votar, V. Exa. faz o comentário. Assim como eu peço a compreensão do Ministro Francisco Dornelles.

Marcelo Crivella é voto conhecido. Inácio Arruda? Aliás, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, renda é produto do capital e do trabalho, a bolsa não é produto nem do capital nem do trabalho, ou então é o provento que é o aumento patrimonial, o que não existe também no caso da bolsa, de modo que o projeto do Senador Marcelo Crivella é aquele que ratifica o que existe de doutrina em relação ao conceito de renda. Voto com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Voto já declarado com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador César Borges é voto conhecido.

Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

Senador Efraim Moraes?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

Senador Jayme Campos? Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, com o relator. Eu só espera que tenham sido acatadas as emendas que eu apresentei lá na Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foram atacadas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Inclusive, nós estendemos não apenas para filho de professor, mas também de funcionários. Então, com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria só fazer uma colocação rapidamente que eu sei que V. Exa. está abrindo tempo para mim, isto é por ordem do presidente.

Veja bem, eu sou um homem ligado à educação e todo mundo aqui sabe disso. Durante o período que era presidente de uma instituição de ensino, a Receita Federal e o INPS fiscalizam e pegaram a bola de estudo que era dado para o filho do professor e colocou como salário indireto e, conseqüentemente, não pagou INPS e nem imposto de renda, eu virei sonegador e estou com uma ação no Supremo sobre isso. Está lá. E recebi uma ação no Supremo porque bolsa de estudo foi tida como salário indireto, e eu estou respondendo uma ação no Supremo, um inquérito. Então, essas colocações é que tem que ter cuidado sobre isso. Que de repente é algo que vem anos e anos assim, anos e anos a bolsa de estudo é acordo entre os sindicatos. No entanto, eu não sei se e porque eu virei Senador, alguma coisa nesse sentido, e aconteceu isso comigo.

Então, Sr. Presidente, eu vou pedir, vou me abster porque eu teria um voto claro aqui, vou me abster porque eu tenho relações históricas com professores, com alunos, e com instituição de ensino. Peço minha abstenção nessa votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senador Gilberto Goellner? Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, por uma razão de natureza diferente, eu cumprimento o Senador Wellington Salgado pela sua postura neste caso, e como eu sou professor, neste caso, eu vou também me abster, porque seria diretamente beneficiado com essa medida. Portanto, me abstenho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Abstenção do Senador Eduardo Suplicy.

Peço à secretaria para informar o resultado. 12 votos sim, um voto não, e duas abstenções.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, não votei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe-me, Senador. É que a bancada do PMDB hoje está presente aqui.

Vamos votar agora as emendas. As emendas em votação. As emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovaram, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Pergunto se posso repetir a mesma votação que se deu com relação ao projeto? Aprovado.

Item nº 07.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas para agradecer ao relator Senador César Borges. E há um parecer decisivo, fulminante incontestável do Senador Francisco Dornelles que mostrou que não pode haver renúncia sobre aquilo que não deve ser tachado. Então, agradeço aos meus colegas.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, sou relator do item 03. Se V. Exa. retroceder.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas o item é não terminativo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, eu pediria a V. Exa. para proceder logo a votação do item terminativo, porque há risco de *quorum*.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): De acordo com V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado, Senador Efraim Morais.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu pediria um esclarecimento a V. Exa. sobre como vai ser conduzida a questão do PLS 174?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Depois da votação dos itens nós vamos justamente discutir o encaminhamento dessa matéria. Se V. Exa. me permite só tem dois itens agora, nós vamos votar os dois itens e depois voltaremos à apreciação do encaminhamento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): A discussão desse item.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sobre o encaminhamento.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Que foi suspenso para dar um prazo para que o Senador Dornelles apresentasse o voto em separado. Pois não, obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 07. Em discussão a matéria. O Projeto de Lei é terminativo. Vamos submeter à votação o projeto e a emenda de nº 01 da Comissão de Assuntos Sociais. Quem vota com o relator vota sim, quem vota contra, vota não.

Senador Eduardo Suplicy, item 07?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, nesta propositura...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diabetes. A ementa é que altera o inciso XIV do art. 6º da Lei 7.713 para incluir o diabetes milito entre os agravos à saúde a cujos portadores é concedida a isenção do imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria ou reforma. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Neste caso, embora, haja reflexo negativo sobre a receita tributária, eu vejo méritos na propositura, e por isso voto de acordo com o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tião Vânia? Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim. Senador Gerson Camata? Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sim, com o relator.

Estamos votando a Emenda também 01 da Comissão de Assuntos Sociais. Efraim Moraes?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Jayme Campos? Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com o relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner? Senador Jefferson Praia?

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT-AM): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator. Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi aprovada a unanimidade.

Item 03. É não terminativo. Lembro que depois teremos uma audiência pública. Cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju - Funcaju. Autoria: Câmara dos Deputados, relator: Senador Efraim Morais a quem concedo a palavra.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, vem a nossa Comissão de Assuntos Econômicos o substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163/2000, proveniente do Projeto de Lei do Senado, nº 163/2000 de autoria do Senador Luiz Pontes que autoriza a criação do Fundo de Apoio à Cultura do Caju - Funcaju e dá outras providências. Não foram apresentadas, nesta Comissão, emendas ao substitutivo da Câmara dos Deputados, a proposição ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa. Devo dizer que na análise do processo, o projeto atende aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, não configurando vício de iniciativa nos termos do art. 61 da Carta Magna, no mesmo sentido pela adequação do instrumento legal e pelo estímulo inovador que delineia para a Cajucultura, o substitutivo em foco apresenta correções contra juridicidade. Devo ainda salientar, Sr. Presidente, na nossa análise de que a nossa região do Nordeste dispõe de mais de 659 mil hectares cultivados com o caju, sendo o Ceará do Senador Inácio Arruda o maior produtor, com aproximadamente 55% da safra. O Piauí e o Rio Grande do Norte de V. Exa. detêm 21% e 16%, respectivamente. A área plantada em Pernambuco já é de 15 mil hectares, correspondendo a uma produção de 3,5 mil toneladas de castanha/ano, os Estados do Maranhão, da Bahia e da Paraíba vêm expandindo também suas áreas plantadas.

Diante do exposto, Sr. Presidente, e com estímulos governamentais, como os que poderão advir da criação do Funcaju a Cajucultura será conduzida, indubitavelmente, a um novo patamar de competitividade, fortalecendo a sua importância socioeconômica, regional e nacionalmente. Diante disso aí e do exposto, o meu voto é pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163/2000. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, esse é um projeto do ano de 2000, e, posteriormente, a esse projeto nós temos já em execução programas de desenvolvimento da fruticultura brasileira é o Prodefruta, e no Prodefruta tem uma linha, inclusive, de financiamento do Procaju. Então, Sr. Presidente, eu quero pedir vista do projeto até para fazer a confrontação entre o que está sendo solicitado nesse Fundo para ver se já não está sendo atendido, inclusive, com recursos pelo Procaju que é um dos oito itens do Prodefruta.

Então, eu estou pedindo vista, Sr. Presidente, exatamente para poder fazer a confrontação entre o que já existe e o que está sendo proposto pelo projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Fica concedida vista à Senadora Ideli Salvatti no prazo regimental.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu quero também, Presidente, diante desta mesma argumentação, também pedir vista. Passa a ser vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, passa a ser vista coletiva.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Coletiva. Eu entro também no pedido de vista para reforçar o orçamento da criação do Fundo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, é vista coletiva e controvertida.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Nós teremos na próxima reunião, já, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O quê?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Volta à pauta na próxima reunião?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Voltaremos à pauta na próxima região.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Porque já está chegando a safra da castanha, Sr. Presidente. O caju já passou, já está na castanha.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Recebi uma comunicação do Senador José Sarney, a respeito justamente do Projeto de Lei do Senado nº 174/2009, atendendo a um requerimento do Senador Adelmir Santana. "Solicito a V. Exa. a remessa do referido projeto que tramita nesta Comissão à secretaria geral da mesa para que possa se dar segmento a tramitação do mencionado requerimento, uma vez que sua leitura somente poderá ocorrer com o processado sobre a mesa nos termos do art. 266 do regimento interno do Senado Federal. O

processo da proposição ficará sobre a mesa durante a sua tramitação em plenário. Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal”.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Poderia V. Exa. esclarecer. Como é que é? Está sendo solicitados para voltar à Secretaria da Mesa por conta de quê? Que tipo de requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador José Sarney comunica ao Presidente desta Comissão que foi protocolado na Secretaria-Geral da Mesa requerimento do Senador Adelmir Santana solicitando a que o Projeto de Lei do Senado nº 174/2009 seja encaminhado ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, só para esclarecer, esse requerimento foi apresentado concomitantemente com o mesmo requerimento que fizemos para que viesse para esta Comissão. Eu não compreendo por que é que no mesmo momento não foi tomada a decisão. De qualquer modo para nós é de interesse que também esse projeto passe por esta Comissão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu sou autor do projeto. Eu compreendo as razões que levam o eminente Senador Adelmir Santana em requerer que esse projeto seja examinado também pela Comissão de Constituição e Justiça. Eu não tenho objeção a fazer, embora, tenha convicção de que com respeito à constitucionalidade o projeto não tem nada que mereça consideração especial. Mas não tenho nenhuma restrição a que ele seja examinado também pela Comissão de Constituição e Justiça.

Eu só sugeriria a V. Exa. que já que o projeto tramitando nesta Comissão não fosse devolvido para a Mesa antes da sua deliberação aqui. Ele já teve o parecer do eminente relator, foi solicitado vista que, regimentalmente, seria por cinco dias úteis, mas a pedido do Senador Dornelles, a vista foi concedida por duas sessões, já transcorreram mais de duas sessões, mais de três sessões, Sr. Presidente, e o Senador Dornelles já apresentou o voto dele, então eu vejo que nós poderemos aqui nesta Comissão deliberar e aí devolver à mesa o projeto para que a mesa o encaminhe à Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, eu sou indiferente ao trâmite desse requerimento. Entretanto, nós vamos insistir que vá também

a essa Comissão. O que é importante, na minha visão, para que os Srs. Senadores formem juízo de valor, conheçam a matéria. Nós temos também um requerimento nesta Comissão solicitando uma audiência pública, porque houve uma audiência na CDR em que foi ouvido apenas um lado da questão. É importante que nós ouçamos também outros componentes que fazem parte desse nosso requerimento para dar conhecimento aos Srs. Senadores e até criar um juízo de valor na hora da votação. Então, eu sugiro a V. Exa. que a gente faça a audiência pública nesta Comissão, porque é um assunto que envolve recursos, e nada melhor do que discutir essa matéria na Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, esse assunto me parece que coloca vis a vis a questão de dar autonomia ao setor de turismo diante do setor do comércio, onde o turismo se sente como um primo pobre sem ser contemplado com a importância que esse setor requer para o nosso País e o desenvolvimento do País. É claro que ninguém quer perder áreas de poder e de controle, como é o caso do setor de comércio que nós respeitamos e temos o maior apressado, entretanto, o turismo, no Brasil, pela importância que ele representa na geração de emprego e renda, e ainda é subutilizado como atividade econômica no nosso País, e o esforço é imenso tanto do Governo Federal como dos governos dos Estados para avançar, e nós não temos, lamentavelmente, conseguido avançar nesse setor, Sr. presidente, cria essa polêmica. O que nós queremos é criar um sistema que possa atender de forma bastante objetiva, clara, todo o setor de turismo, e não que o turismo seja olhado apenas como um apêndice dentro de um setor muito mais amplo que o setor comercial no país, o turismo não é comércio, o turismo, muitas vezes, é considerado, inclusive, indústria, é a indústria sem chaminé, a indústria do turismo, mas não está na Confederação Nacional das Indústrias, está na Confederação Nacional do Comércio. O que se deseja é que se dê liberdade, autonomia para tirar os entraves que, lamentavelmente, impedem o crescimento do turismo, até por falta de mão de obra capacitada e treinada para atender o receptivo brasileiro. Então, eu vejo essa polêmica instalada.

O que nós desejamos, na verdade, é que não seja procrastinada essa decisão por parte do Senado, que seja adotada a rapidez necessária para que o Senado se pronuncie de forma democrática, que será

respeitado. Então, o que eu quero, nesse momento, Sr. Presidente, é que na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que já foi votada também uma audiência, então que nós possamos fazer uma audiência pública, única e definitiva para esclarecer todos os Senadores das diversas Comissões se vai tramitar, se for a Comissão de Constituição e Justiça também agregada a isso, a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e a Comissão de Assuntos Econômicos para que o Senado possa deliberar sem precisar de mais audiência ou, eventualmente, qualquer tipo de procrastinação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Até porque não tem caráter terminativo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Aqui não é caráter terminativo, aqui é um caráter meramente opinativo desta Comissão, o processo aqui aprovado não terá segmento, e ele terá caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Veja quantas comissões. Na verdade, estava previsto, Senador Adelmir, passar apenas em duas, agora nós já estamos passando em quatro comissões. Mas se esse é o regimento que ele seja seguido.

Então, eu queria propor aqui, se o autor estiver de acordo, que nós possamos fazer, marcar aqui na data de hoje uma única audiência pública para que esse assunto seja discutido e votado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V. Exa., me permite um aparte, Senador César Borges?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Pois não, com muito prazer, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu acho que a sua palavra é de bom senso, que possamos então ter audiência, combinar com as demais comissões onde poderão, eventualmente, mas realmente atender o pedido de ambas as partes, pelo que eu percebo, para todos nós tenhamos a melhor informação sobre qual será a melhor forma, se manter com o Sistema S Nacional de Comércio ou separá-lo para a área de turismo. Então, eu, por exemplo, quero muito ouvir ambas as partes para a minha decisão. Então, que V. Exa. tenha concordado com esta audiência, eu acho importante, como hoje se for para fazer no calendário da CAE, salvo engano, como já foi definido que dia 04 e 25 audiências, poderíamos fazer para a primeira semana de setembro aqui na CAE.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Setembro?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Porque V. Exa. não estava, já foram marcadas para agosto, duas audiências, uma sobre a Embraer e outra sobre a laranja. Então, eu estou dando prioridade ao tercei-

ro item de grande relevância que seria esse então, por exemplo, a primeira terça-feira de setembro, por exemplo, para chegar depressa ao objetivo que V. Exa. deseja. É a sugestão que eu formulo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Senador Suplicy.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, eu queria fazer uma correção.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Adelmir Santana, em seguida Senador Inácio Arruda.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sem nenhum demérito às posições do Senador César Borges, a nossa intenção ao pedir essa audiência pública, aliás, requerimento já aprovado nesta Comissão é no sentido de esclarecer, é no sentido de dar maior subsídio a todos os Sr. Senadores sobre a matéria, que me parece de grande relevância. Uma vez que esses serviços, o SENAC e o SESC, vem há mais de 60 anos prestando serviço nessa área do turismo, sim, na formação de mão de obra. E o nosso objetivo não é procrastinar, em absoluto, o que nós queremos é esclarecer, é dar aos Srs. Senadores conhecimento dessa matéria, porque as partes que hoje conduzem a formação e a assistência nessa área não foram ouvidas, e nada melhor quando se trata de questão de recursos que serão recursos para o futuro, grande... Daqui para frente se, porventura, for criado serão mais 66, 100 anos, então nós temos que discutir essa matéria para que seja mostrado o que, efetivamente, foi feito nessa área do turismo, pelos atuais detentores da gestão e não fique a idade de que esse setor foi abandonado nesses 60 anos. Nós temos que esclarecer e dar esse subsídio aos Srs. Senadores para que votemos conscientemente sobre a matéria.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): É muito breve--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pediria para me inscrever, Sr. Presidente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): --porque trata de Estados--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Leomar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): --os últimos oradores que eu ouvi, César Borges, Adelmir Santana e o nosso Senador Dornelles que aqui está

ao meu lado, são Estados de grande atividade turística. O estado de V. Exa. também é um Estado de grande atividade turística, o meu Estado, o Ceará, também é um Estado de grande atividade turística. E essa peleja precisa ser bem esclarecida, se vai ter vantagem ou não para o setor, se não vai ser motivo até de prejuízo ou o que é que nós vamos ganhar, efetivamente. Então, nesse sentido eu acho que precede a qualquer votação, nós termos a audiência pública, e V. Exa. examina o calendário, já tem duas, mas vamos ver, se no caso faz extraordinária, um dia excepcional que vê com o Adelmir Santana, com o nosso autor da matéria, César Borges. Nós estamos aqui para poder agilizar o processo com V. Exa. Se for começo de agosto, V. Exa. marca uma data fora de terça-feira para que a gente possa dirimir essa importante matéria que é evidente que antecede a votação este esclarecimento que já foi aprovado em termo de requerimento.

Então, eu estou nessa ideia de que precisamos clarear bem o que é que nós vamos ganhar no setor turismo fazendo essa, se é sessão, na área do SENAC, SESC, e etc., se vai ter mais vantagem ou não.

Então, é preciso a gente ter, rapidamente, essa audiência pública, e em seguida votaremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, e em seguida V. Exa.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eu compreendo que aumenta cada vez mais o número de senadores que querem compreender melhor essa questão. É fundamental que esse debate ocorra exatamente para que todos tenham essa oportunidade de conhecer melhor o funcionamento do Sistema e o que venha a ocorrer com a eventual criação do novo sistema proposto no Projeto de Lei que apresentei.

Agora, Sr. Presidente, nós observamos que por uma ou outra razão, que eu não quero discutir o mérito das razões que estão levando à delonga, e vejo que a agenda desta Comissão presidida por V. Exa., com raro brilho, tem uma agenda intensa, nós sugeriríamos porque não somos contra, ao contrário, somos a favor da realização da audiência pública, nós sugeriríamos duas alternativas, ou faríamos uma reunião em caráter extraordinário numa data a ser marcada por V. Exa. e não em setembro, tão distante setembro, ou então, uma vez que esta Comissão não tem caráter deliberativo, não terminativo, como é também a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, onde este projeto também será debatido e que tem agenda para realizar a audiência pública com mais brevidade, eu proporia a V. Exa., que nós deliberássemos sobre o projeto e realizaríamos, em seguida, numa reunião da

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na primeira oportunidade para fazer a audiência pública ou V. Exa. marcaria uma reunião extraordinária para nós abreviarmos essa audiência pública.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente Garibaldi, é visto que o assunto precisa, efetivamente, ser melhor discutido, muitos Senadores talvez não tenham a compreensão e a dimensão do que isso pode representar. E é importante que ele seja esclarecido, e nada melhor do que nesta Comissão, uma vez que trata da questão de recursos financeiros.

Então, eu sugiro a V. Exa. que encontre uma data, fica a critério da presidência para se fazer uma audiência pública aqui nesta Comissão para que se discuta essa matéria e deem maiores esclarecimentos para votar. Agora votar sem antes ou deliberar aqui nesta Comissão sem fazermos a audiência pública, me parece uma coisa... E aí eu já vou dizer não com questão de procrastinar, mas uma temeridade sem discutirmos a matéria claramente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, na mesma linha do que foi falado aqui por diversos Senadores, eu quero primeiro dizer da importância do SESC/SENAC, principalmente, no meu Estado, que é um Estado em formação, um Estado em qualificação de pessoal buscando melhorar [palmas] e, portanto, a minha intervenção não é só no sentido de fazer audiência pública para conhecer o que está sendo feito, não, porque a gente conhece o que está sendo feito. A minha preocupação é projetar o que poderá ser feito e o que pode deixar de ser feito. Eu estou preocupado é com o futuro, não com o presente e nem com a história do serviço, não, porque todos nós conhecemos e sabemos. Agora, nós devemos avançar, é importante fortalecer o setor de turismo no País, sem desestruturar a atuação, principalmente, nos pequenos Estados. Porque partilhar muito dinheiro nos grandes Estados é fácil de fazer. A minha preocupação é nos médios e pequenos Estados como vai ficar, ao dividir, de repente, a soma pode não ser o somatório das partes, pode ser menor. Então, eu tenho interesse pessoal nessa questão, reconheço a importância do trabalho, reconheço a importância do tema, reconheço a importância de se discutir a estruturação do setor de turismo, mas sem desfazer o que está, inclusive, projetado para o futuro.

Então, eu quero também somar a minha voz à audiência pública, e mais do que isso, é um debate efetivo na audiência pública. Se eu não ficar convencido na audiência pública buscarei outros instrumentos de

formação, porque como eu disse, não quero desestruturar o bellissimo trabalho que é feito no Brasil todo e, especialmente, no meu Estado de Roraima.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, eu quero aqui dizer que a proposta de nós termos uma estrutura específica para o turismo, a mim é sedutora. Eu, no primeiro momento, sou do Rio de Janeiro, do Estado do Rio de Janeiro se ter que ter uma vocação natural que é a porta de entrada do turista ao Brasil e incentivar esse setor me parece uma coisa muito importante para o meu Estado. Agora conversando com o Senador Dornelles ele tem dúvidas com respeito a isso, ele acha que pode não ser um avanço, pode ser um retrocesso. E eu vejo que é importantíssimo nós esclarecermos essas dúvidas para que de bom, vamos dizer assim, de boa vontade a gente não acabe indo contra aquilo que é o interesse de nós todos de incentivar um setor tão importante.

Então, eu acho que a audiência pública é fundamental. Nós precisamos ter uma audiência pública, discutir com calma, ponderada, aqui fazermos uma audiência pública, se o Senador César Borges quiser, junto às Comissões, mas temos que fazer uma aqui, nós precisamos discutir isso na opinião aqui da nossa Comissão de Economia e tomarmos uma decisão que seja, realmente do consenso que essas são as decisões, Sr. Presidente, que amanhã vão trazer benefícios para setor, e não amanhã trazer malefício ao setor.

Então, Presidente, essa é a minha ponderação, lembrando que o Rio de Janeiro é a porta do turista no Brasil, e precisa realmente de incentivo para o setor.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, eu quero somar a minha voz a de tantos quantos já se pronunciaram a respeito da audiência pública, visando a instrução desta matéria que é da mais alta importância.

Como Senador de Sergipe, da região Nordeste, certamente, que tudo aquilo que vier em benefício do turismo ou em prejuízo do turismo, tem sido objeto de nossas preocupações, notadamente porque o Nordeste hoje é uma porta aberta ao turismo nacional e internacional pelas belezas naturais de que dispõe, pelo sol magistral em todas as estações do ano, em suma, o Nordeste envolve do setor turismo brasileiro

uma grande oportunidade de aumento de divisas para o nosso país.

Portanto, eu sou favorável a que discutamos com mais aquidade esta matéria, tendo certeza absoluta, que chegaremos a um consenso, e ela será aprovada com o apoio de todos nós. Mas antes como uma discussão pormenorizada, democrática, como sempre fazemos aqui nesta Comissão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente Garibaldi, não entremos no mérito para discutirmos a importância do SESC, SENAC em todo o Nordeste, por que não dizer que em todo o Brasil está presente, mas, principalmente, no nosso Nordeste.

Nós sabemos da importância do trabalho que vem sendo realizado há anos em relação a SESC/SENAC. Mas eu queria dizer a V. Exa. que o que me conforta é que nós possamos fazer mais esta audiência onde nós teremos oportunidade de, daí para frente, decidirmos em relação a essa matéria. E nada melhor do que ter V. Exa. presidindo esta audiência. E eu defendo a tese de que ela tem que ser feita na nossa Comissão, porque eu acho que é a Comissão, é uma das Comissões mais importantes desta Casa e tendo, acima de tudo à frente a experiência e a transparência de V. Exa. Por isso, eu sou favorável que possamos marcar sob o comando de V. Exa., que V. Exa. escolha o dia que nós devemos fazer para realizarmos essa audiência pública e a partir daí partimos para o voto que será democrático, e cada um defenderá a sua posição. Por isso defendo a tese de que a realização deva acontecer nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço e concedo a palavra--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, só para fazer um registro com relação ao Estado do Efraim, eu esqueci de relatar. Está aqui presente também o presidente da Federação do Comércio da Paraíba, o companheiro José Marcondes.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, eu acho que é consenso nesta Comissão para que nós possamos buscar aí, já que há um pedido de audiência pública, eu acho que eu nunca fui contra nenhuma audiência pública, eu acho que todas as audiências públicas que nós fizemos aqui no Se-

nado nas Comissões, principalmente, ela é no sentido de aperfeiçoar, no sentido de melhorar, no sentido de tirarmos dúvidas, no sentido de buscarmos algo que, de repente, melhoraria o projeto. Então, eu também, Sr. Presidente, gostaria de fazer coro, com, acho que a maioria, pelo que eu percebo aqui, há consenso nesta Comissão no sentido de: primeiro vamos realizar a audiência pública, e em seguida aqui na Comissão, que eu acho que aqui é o fórum adequado para que nós possamos debatermos a audiência pública, realizarmos a audiência pública e em seguida, então depois de dirimidas as dúvidas, aí estamos prontos para votarmos o projeto. Então, eu gostaria, junto com os Senadores que estão fazendo apelo, para que esta Comissão presidida por V. Exa. faça aqui a audiência pública. E eu como membro desta Comissão, Sr. Presidente, não poderia deixar de registrar aqui também a presença do nosso presidente da Federação do Comércio lá de Rondônia, está aqui presente também representando todos os empresários do nosso Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu não posso deixar de ser sensível aos argumentos dos Senadores e das Senadoras, mas eu tenho que atender o regimento. Então, a minha decisão, a nossa decisão é no sentido de que vamos atender ao requerimento, claro, do Presidente do Senado, o Senador José Sarney, vamos enviar a matéria para que ela possa, de acordo com o regimento, art. 266 possa permanecer em plenário para que seja votado esse requerimento. Enquanto isso, eu vou articular pessoalmente a audiência pública das três Comissões e vou marcá-la para até o dia 10 de agosto, até o dia 10 de agosto nós vamos realizar a audiência pública, e só depois é que nós vamos, então, submeter à votação nesta Comissão. Está decidido.

[palmas].

Vamos passar à audiência pública imediatamente. Audiência pública a fim de discorrer sobre a Política Habitacional em atendimento ao Requerimento nº 19/2009. De autoria dos Senadores Aloizio Mercadante e Antonio Carlos Valadares.

Convido para compor a Mesa a Sra. Inês Magalhães, secretária nacional de habitação do Ministério das Cidades; Sr. Teotônio Costa Rezende, consultor técnico da vice-presidência de governo da Caixa Econômica Federal; Sr. José Carlos Martins, vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil – CBIC. A Casa Civil será representada pela Sra. Inês Magalhães, secretária nacional de habitação do Ministério das Cidades. E convido o representante da Frente Nacional de Prefeitos, o Sr. João... O Sr. João não pode comparecer.

Concedo a palavra a Sra. Inês Magalhães para fazer a sua exposição.

SRA. INÊS MAGALHÃES: Bom-dia a todos. Gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui falando aos senhores, sobre as questões, e uma fotografia da Política Habitacional do Presidente Lula. Eu gostaria de aproveitar para não só falar sobre o Minha Casa, Minha Vida que é o Programa recém lançado...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio. Peço desculpas a senhora.

SRA. INÊS MAGALHÃES: Imagina, Senador.

Então, eu gostaria de agradecer aqui a oportunidade, e dizer que eu gostaria de fazer um retrato rapidamente, pelos dez minutos que foram divididos entre os meus companheiros de Mesa. Gostaria de saudar a Bernadete e o José Carlos. E repassar um pouco a moldura, o que nós costumamos chamar de moldura onde o Minha Casa, Minha Vida se insere, que é um dos objetos da solicitação da audiência pública.

Do ponto de vista de alguns grandes marcos que podem ser colocados como os marcos do passado recente, em termos de Política Habitacional, nós temos a criação do Fundo e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social que foi um Projeto de Lei votado por esta Casa, tendo sido uma proposição como primeiro Projeto de Lei, de iniciativa popular, pós-Constituição de 88. Esse é um instrumento fundamental para que a gente coloque a estruturação, uma nova estruturação na Política Habitacional no ponto de vista da sua relação interfederativa, é um marco no que se refere a uma nova institucionalidade pós-término de BNH.

Outro marco importante foi a legislação que cria e regulamenta as questões de mercado que causou um efeito bastante significativo em termos do aumento dos financiamentos imobiliários no País. Um terceiro momento fundamental para nós é o Programa de Aceleração do Crescimento que traz dentre os seus eixos estratégicos a urbanização de assentamentos precários e um aporte significativo de investimentos para que a gente efetue a urbanização das principais favelas do País. Outro arco fundamental é o desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação, não só pelo seu mérito em si de ser a retomada do planejamento de longo prazo como um componente fundamental em qualquer política pública, mas pela maneira em que ele foi debatido no âmbito de todos os segmentos do Conselho das Cidades, com a participação do setor da construção civil, com a participação dos movimentos sociais, dos bancos, dos poderes públicos e das universidades. Então, esse produto deve ser debatido, inclusive, nesta Casa, é um produto fundamental para que a gente transforme a Política de Habitação numa

Política de Estado numa perspectiva de financiamento de longo prazo. E mais, recentemente, o Programa Minha Casa, Minha Vida que vem aí como um terceiro pé de um tripé fundamental na habitação que é você tratar da questão urbana, da questão da produção habitacional e da regularização fundiária e urbanização de favelas. Esse momento do lançamento do Minha Casa, Minha Vida, coloca a discussão da produção habitacional já num outro patamar. Só para efeitos ilustrativos nós temos uma evolução dos investimentos do ponto de vista dos recursos empenhados, não está expresso o total de recursos contratados, somente do empenhado ano a ano, o que dá aí uma dimensão da elevação dos investimentos nessa área. Aí nós estamos tratando dos recursos do Orçamento Geral da União e dos recursos do FGTS.

Já no próximo slide há justamente aí o retrato daquele terceiro item que foi a regulamentação dos instrumentos para habitação de mercado, o retrato na fotografia que essa institucionalidade, a instituição do patrimônio de afetação, enfim, de todos os marcos legais que foram objeto da 10.931 possibilitaram, um aumento enorme aí dos investimentos em habitação no que se refere ao Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo. E aí um pouco o retrato disso. Nós temos aí do ponto de vista relativo uma redução ainda pequena, mas significativa do déficit habitacional do seu ponto de vista relativo. Claro que isso tem a ver, além, do aumento dos investimentos com a questão da melhoria de renda e etc. Do ponto de vista dos investimentos do PAC como um marco significativo nesse quadro institucional, e de aumento de investimentos na área de habitação, nós temos aí o PAC Urbanização com 13 bilhões de recursos que foram contratados, que estão uma boa parte deles já em obras. Esse conjunto de investimentos tem como sua estratégia pegar obras cujo investimento tenha um impacto regional, obras que possam ser consideradas como impulsionadora de outros investimentos em infraestrutura no País. Então, como retrato nós temos no Rio de Janeiro os grandes complexos sendo urbanizados com recursos do PAC, temos lá em Recife toda a bacia do Beberibe, na Baixada Santista nós temos toda a região: Santos, São Vicente e Cubatão onde tem uma das maiores concentrações de palafitas do País, temos em Belém também a bacia do Tucunduba como uma das concentrações de palafitas enormes. Então, o eixo de investimento do PAC no que se refere à habitação foi urbanização de favela, priorizando essas áreas de maior concentração e precariedade.

O Plano Nacional de Habitação que é, do nosso ponto de vista, a grande moldura, é onde estão inseridas essas outras ações e programas, é o grande de-

safo. Como é que nós implementamos uma política de longo prazo para equacionar um problema que pela sua natureza necessita de investimentos constantes e uma estratégia definida? Nós temos como elementos constitutivos do Plano a atuação e uma proposta que não se refere somente à questão do aumento dos investimentos dos recursos, mas que traz também, e numa Comissão como esta isso é fundamental, uma necessária discussão de como é possível fazer o aumento da produtividade da construção civil, como é que a construção civil por ser uma cadeia tão estratégica tem que ter uma atenção na sua modernização. Só para os senhores terem uma dimensão dessa necessidade, os estudos feitos para projetar a demanda demográfica para os próximos 15 anos sinaliza que para até 2023, 27 milhões de novas famílias serão formadas. Claro que com uma pirâmide diferente de idade, num momento, numa constituição diferente do ponto de vista do perfil demográfico, mas se nós aferirmos que cada família gera uma demanda de uma casa, nós precisaremos de 27 milhões de novos domicílios no País.

O que é que isso significa do ponto de vista da produtividade? Se nós fizéssemos um corte hoje nós teríamos que a cadeia da construção civil teria que aumentar a sua produtividade em três vezes para responder essa demanda. Então, isso é um desafio muito importante, e acho que tem uma aderência muito grande numa Comissão como esta.

Então, a modernização da cadeia produtiva e a melhoria da produtividade, a questão dos subsídios, a institucionalidade, a consolidação do setor habitacional em cada um dos Municípios e Estados deste País é um dos componentes dessa estratégia que foi desenhada no âmbito do Conselho das Cidades para ser o Plano Nacional de Habitação. Pode passar.

E aí nós temos como o marco mais recente o Minha Casa, Minha Vida que tem grandes méritos, um dos seus méritos é ter sido a escolha que o governo faz num momento de enfrentamento da crise, ter escolhido a produção de moradia como o componente da construção civil que vai garantir o nível de atividade econômica, tanto do ponto de vista da sua natureza, por ser ela uma cadeia que tem baixo grau de importação, responde muito rápido com a geração de emprego, é uma característica que é relevante na construção do Minha Casa, Minha Vida. Então, ele nasce para ser com a sua função anticíclica e assim como no PAC o componente da inclusão social como um componente fundamental em todos os processos de desenvolvimento de atividade e de desenvolvimento econômico.

Do ponto de vista das suas metas, nós temos aí a meta de construção de viabilização de um milhão de

moradias até 10 salários mínimos, tendo internamente a essa meta modalidades e instrumentos diferenciados. Então, na moradia até três salários mínimos nós temos uma modalidade onde o subsídio é quase integral e a sua produção feita por meio do financiamento do Fundo de Arrendamento Residencial. Já nas outras duas faixas escolhidas, que é de três a seis, nós temos o fundo garantidor, o barateamento do seguro e um aumento expressivo da quantidade de subsídio como a estratégia nessa faixa de renda. O que há de componente importante para essa decisão, para esse corte? Essa faixa de renda é uma faixa de renda que no passado recente, teve uma melhoria de capacidade de pagamento, e que nós temos a necessidade de transformar essa parte da população, hoje já consumidora da linha branca, do celular, em consumidores de bem de longo prazo. Então, do ponto de vista dos instrumentos que foram colocados para o atendimento dessa faixa de renda, é talvez o ponto mais estratégico.

Para esse programa, do ponto de vista dos recursos, nós temos destinados 34 bilhões, fora a questão dos recursos onerosos que vão alavancar, serem alavancados no FGTS. Pode passar.

Do ponto de vista da sua distribuição foi feita de acordo com déficit habitacional, e nós temos aí a distribuição de um milhão de moradias pelo País. Quer voltar?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. INÊS MAGALHÃES: Essa é a distribuição, segundo a porcentagem do déficit, Senador. É um milhão de moradias, segundo o peso por regiões e por Estado. Pode passar?

Então quais foram os instrumentos, porque o Minha Casa, Minha Vida tem uma dimensão importante e significativa que é a escala, o aumento dos recursos, mas ele traz também outros instrumentos que são importantes do ponto de vista estratégico para o desenvolvimento de um mercado de habitação popular e para o incentivo à construção civil no momento de crise.

Quais são esses instrumentos e programas? Então, ele cria, o Congresso criou dentro das ações no Minha Casa, Minha Vida um novo programa que está sendo regulamentado para os Municípios abaixo de 50 mil, esse é um programa que deve, após a sanção do presidente ser regulamentado, ele está lastreado no Fundo de Arrendamento Residencial, a atuação no zero a três está lastreada neste Fundo já existente, que tem a característica de comprar empreendimentos apresentados pelo setor privado, e isto foi uma escolha de buscar não só o incentivo e a criação desse mercado, mas também de dar celeridade à implementação deste programa.

Do ponto de vista dos financiamentos do FGTS, nós estendemos os subsídios até seis salários mínimos e barateamos o custo desse recurso para o tomador final, isso é importante para alavancar a recém-adquirida capacidade de pagamento dessas faixas. O fundo garantidor que é do ponto de vista da implementação do Plano Nacional de Habitação é um primeiro momento da instituição de um instrumento que é fundamental para o desenvolvimento desse mercado, lembrando que no caso do Minha Casa, Minha Vida, ele tem uma função um pouco diferente do que o fundo garantidor pensado para o Plano Nacional de Habitação, mas ele já é um embrião importante que neste momento tem a função de refinar as parcelas que, porventura, o tomador, a família não tenha condição de pagar por queda de renda, diminuição de renda ou tendo perdido a sua fonte de renda. Tanto pela diminuição, no caso, por exemplo, de um motorista de táxi que tem o seu veículo roubado ou batido, trabalhar com essa dimensão também do mercado informal também é uma questão fundamental para que a gente consiga tornar essa população consumidora de um bem de longo prazo como é a característica da habitação.

A criação também de um programa para habitação rural, é a consolidação de uma experiência bem-sucedida de parceria com os pequenos agricultores, com as cooperativas e com associações de agricultores. Um programa também para entidades urbanas, esse Programa já tinha uma experiência embrionária chamada Crédito Solidário, ele vem reforçar isso. Traz também o Minha Casa, Minha Vida uma coisa fundamental que foi indicada como um dos gargalos pelo setor que é a questão das custas cartorárias que tem uma incidência tanto para o empreendedor, como para o tomador final. Então, o Minha Casa, Minha Vida trata dessa questão do ponto de vista não só do barateamento do custo ao mutuário, como também do barateamento para o empreendedor e uma pactuação com os cartórios nas diminuições dos prazos necessários aos seus registros.

A questão do licenciamento ambiental, houve um processo de pactuação com todos os órgãos estaduais que fazem o licenciamento do meio ambiente que culminou numa resolução do CONAMA onde há um compromisso da celeridade e de prazos para o financiamento ambiental, que tem sido uma questão e um fator, todo o processo de licenciamento tem sido um dos gargalos apontados tanto pelo setor público, quanto o setor privado para a realização dos empreendimentos. Outro componente no Minha Casa, Minha Vida é o financiamento da infraestrutura, uma linha de financiamento com condições bastante adequadas para que os investimentos da produção habitacional do ponto

de vista da infraestrutura externa não dependam dos prazos e times das concessionárias, que o empreendedor possa ter acesso a uma linha de financiamento mais barata, buscando que esse custo não incida tão fortemente no preço final do imóvel.

E por último, um tema bastante importante do nosso ponto de vista que é o financiamento à cadeia produtiva na linha do BNDES que vem com o objetivo de financiar os processos de modernização, os processos de instituição de mecanismos de controle de qualidade, de certificação das pequenas e médias empresas.

Então, apesar do recurso do ponto de vista do Programa ser um recurso, um bilhão modesto do ponto de vista dos 34, mas ele é estratégico do ponto de vista da consolidação e da melhoria, da produtividade, da modernização das empresas.

Eu tenho aqui um balanço do Programa, mas eu acho que a Bernadete. Bernadete, você trouxe o balanço. É um balanço geral do Programa. Só passa esse primeiro slide. Nós temos aqui uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faria um apelo, eu faria um apelo aos participantes da Mesa, porque hoje, por uma coincidência não muito feliz para todos nós, nós temos vários eventos aqui no Senado, temos a comemoração do Plano Real no plenário, temos uma reunião do Partido dos Trabalhadores em função desta crise do Senado, temos outros eventos. Então, por isso mesmo eu peço desculpas, porque nós não temos aqui um número maior de Senadores, mas, inclusive, esta audiência estava sendo aguardada com grande interesse, mas, infelizmente, houve essa coincidência.

SRA. INÊS MAGALHÃES: Não tem problema, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): De modo que eu faria um apelo para que nós não nos estendêssemos tanto, de modo a permitir que a audiência pudesse, claro, não deixar de atingir os seus objetivos, mas nós pudéssemos ter uma maior brevidade nas exposições. Era só o apelo que eu queria fazer. Não vou nem marcar o tempo aqui, mas faria esse apelo.

SRA. INÊS MAGALHÃES: Então, Senador, não tem problema. Nós viremos aqui tantas quantas vezes formos convidados, com o maior prazer, podemos remarcar uma exposição mais longa.

Então, vou deixar essa parte que um pouco a expressão numérica de onde, da fotografia numérica que nós estamos hoje no Minha Casa, Minha Vida. Mas encerraria a minha fala dizendo que nós temos hoje uma situação bastante favorável no sentido de consolidar a Política Habitacional que vem dando passos

importantes, não só do ponto de vista do aumento dos recursos, mas também da sua institucionalidade, temos essa oportunidade de consolidá-la como uma política de Estado e a importância disso, não só falando em termos sociais, como a moradia, o papel que ela tem para segurança das famílias, mas também como a moradia e a Política Habitacional e a produção como um mecanismo estratégico de desenvolvimento econômico e consolidação de uma cadeia produtiva, tão fundamental quanto à cadeia produtiva da construção civil. Uma cadeia que, principalmente, em momentos como este responde muito rapidamente e num componente de geração de emprego e renda fortíssimo.

Então, eu encerraria por aqui, vou passar aqui para a Mesa, e a Bernadete, do ponto de vista do balanço fará a apresentação. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a Dra. Inês Magalhães. E passo a palavra à Sra. Bernadete Maria Pinheiro, superintendente nacional de habitação da Caixa Econômica Federal.

SRA. BERNADETE MARIA PINHEIRO: Senhores, boa-tarde. Boa-tarde os companheiros da Mesa aqui, Dra. Inês, José Carlos, Sr. Presidente. Nós vamos prestar contas do que é a produção da Caixa no que diz respeito ao crédito imobiliário e no seu papel de agente de políticas públicas do Governo Federal. Nós fechamos o primeiro semestre de 2009 tendo já contratado em crédito imobiliário 17,5 bi entre recursos do Fundo de Garantia, caderneta de poupança e crédito solidário. E vale destacar que isso é mais do que o que nós fizemos no ano de 2007. Em termos de quantidade de unidades já foram contratados 351 mil, 541 contratos e projetamos para esse ano alguma coisa em torno de 800 mil unidades.

Pode passar. Obrigada. Esse crescimento quando comparado o primeiro semestre de 2007, 2008 e o primeiro semestre de 2009 representa aí um crescimento em relação a 2007 de 254% e em relação ao primeiro semestre de 2008 um crescimento de 190%, e vale à pena destacar que desde o ano passado, por volta de setembro, outubro, quando passamos a sentir o efeito da crise mundial, a Caixa, em momento nenhum, retrocedeu na velocidade do crédito imobiliário, muito pelo contrário, e seguindo as diretrizes do Governo Federal e do Ministério das Cidades, mantivemos um nível de confiança muito grande no mercado no que diz respeito à contratação.

Olhando o perfil da nossa contratação com relação às fontes de recursos, Fundo de Garantia, os subsídios, os recursos do Fundo de Arrendamento Residencial, do FAT e da caderneta de poupança. As análises são percentuais e a nossa expectativa é que

a gente, mais ou menos, mantenha o perfil que a gente vendo apresentando e que o Fundo de Garantia sempre representa em torno de 50% das contratações da Caixa. Com relação ao perfil no que diz respeito à renda das famílias que estão contratando com a Caixa. O ano de 2006 se vocês lembrarem quando a Dra. Inês apresentou os orçamentos em termos de subsídio, foi um ano que nós tivemos um bi e 800 do subsídio do Fundo de Garantia, a nossa contratação, naquele ano, para as famílias de renda até três salários mínimos, representou 43%, foi a melhor performance, e o ano de 2009 vai ser muito melhor. O que acontece é que a repercussão da contratação com a pessoa física à luz do Programa Minha Casa, Minha Vida, ela ainda não acontece na velocidade necessária, porque como o Programa privilegia a construção de novas unidades, nós estamos numa fase em que contratamos com a empresa que vai produzir, as empresas da construção civil e no segundo momento é que essas unidades serão repassadas às famílias que são o público alvo do Programa.

Em termos de percentual consumido de tudo que nós aplicamos para as famílias de renda até três salários mínimos, esse ano, já foram consumidos... Elas representam 22% dos nossos recursos, entre três e cinco 18% e 60% acima de cinco salários mínimos. Lembrando que esse acima de cinco salários tem recursos da poupança e do Fundo de Garantia. E o balanço, como o Dra. Inês falou, nós vamos apresentar rapidinho o que já tem dentro da Caixa, são um milhão de unidades. Dentro da Caixa nós já temos o total de 123 mil unidades representadas por projetos que as empresas da construção civil já apresentaram, essa segmentação zero a três, três a seis e seis a dez é em função das características do Programa como a Inês abordou quais são as características de zero a três dentro do Fundo do Arrendamento Residencial, três a seis e seis a dez recursos do Fundo de Garantia com subsídios diferenciados. A contratação com pessoa jurídica já representa em termos de quantidade de unidades 13.304, significa que nós já contratamos 19 empreendimentos para a faixa de renda zero a três, 97 de três a dez, representam 116 empreendimentos que são unidades que estão em produção, algumas quando se trata de financiamento, às vezes, a pessoa física, a família, algumas até já contrataram com a Caixa, e no caso de zero a três dentro do Programa do Fundo de Arrendamento Residencial, usando a estrutura do Fundo de Arrendamento Residencial essas famílias só comparecerão quando essas unidades estiverem, efetivamente, prontas.

O que chama a atenção é que a quantidade de Municípios que já manifestaram, já assinaram o ter-

mo de adesão, já manifestaram o interesse de atuar à luz do Programa Minha Casa, Minha Vida, os Estados todos manifestaram interesse, só faltam Minas e Espírito Santo para assinarem o termo de adesão, todas as capitais já assinaram e temos aí um total de 780 Municípios.

E aqui uma prestação de contas de uma ferramenta que a Caixa tenha à disposição do cidadão brasileiro no site, um simulador da habitação, esse simulador tem batido recordes de acesso, antes do Programa a gente tinha uma média de 283 mil simulações por dia, na primeira semana quando houve o lançamento do Programa no dia 25 de março, essas simulações passaram para 795 mil simulações/dia, cada brasileiro que acessa efetua, em média, 2,8 a três simulações, então isso para nós funciona como um termômetro de como anda o interesse do cidadão brasileiro em solucionar a questão da casa própria, seja do ponto de vista de realização de um sonho, seja do ponto de vista de realização de um planejamento familiar.

E basicamente é isso. A Caixa agradece essa oportunidade. E nos colocamos à disposição para os questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço à Dra. Bernadete Maria Pinheiro. E concedo a palavra ao Dr. José Carlos Martins, vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção - CBIC

SR. JOSÉ CARLOS MARTINS: Muito obrigado, Presidente Garibaldi. Antes de mais nada, agradecer o convite feito a nós, por parte do Requerimento do Senador Antonio Carlos Valadares, do Senador Aloizio Mercadante, agradecer o Senador Crivella pela assistência e o Senador Garibaldi Alves.

Primeiro, Senador, eu queria apresentar rapidamente a CBIC. Por favor. A CBIC, na realidade, é uma entidade que ela não tem empresas como suas associadas, ela tem entidades ligadas aos setores da construção. Então, nós acabamos representando nacional e internacionalmente o setor da construção civil politicamente. Por favor.

Hoje nós temos que são 62 entidades filiadas em todas as unidades da Federação com entidades ligadas a obras rodoviárias, saneamento, mercado imobiliário e os vários segmentos, afinal de contas, todo o segmento da construção.

A proposta seria nós falarmos sobre política habitacional. Quando a gente olha o desempenho do mercado imobiliário com recursos da caderneta de poupança, percebe-se claramente que isso aí já foi dado a partir do marco regulatório que foi a Lei 10.931, já foi dado start e a coisa está andando, temos, que ao longo do tempo, fazer ajustes. A própria diminuição da

Taxa Selic vai permitir com que dinheiros no mercado de capitais a curto e médio prazo vão alavancar o setor. Então, nós consideramos que isso está razoavelmente resolvido. Então, por isso que vamos focar no ponto da habitação de interesse social.

Não custa nada a gente sempre lembrar as consequências da falta de moradia digna. Todos os problemas sociais que isso envolve e o Minha Casa, Minha Vida trouxe muito fortemente isso para a sociedade, e ao se sentir a moradia, percebe-se o quanto que as pessoas estão entendendo, o quanto ajuda isso tanto na educação, como na desagregação da família que a falta da moradia, o volume da criminalidade, violência urbana, violência doméstica; tem dados do Banco Mundial absurdos de como isso cresce, a baixa qualidade da saúde, reduz à própria chance de inserção do indivíduo na sociedade. Tem um estudo do Banco Mundial que determina como é discriminado o brasileiro que mora numa favela, na hora de ter um emprego. Ou seja, tem várias facetas que são muito importantes que sejam levadas em conta quando a gente fala do termo moradia, que ele é muito mais amplo do que simplesmente fazer uma casa.

O déficit habitacional, todo mundo repete, mas rapidamente passando. 93% são até cinco salários mínimos. E, na verdade, o grande problema que existe é que esse sonho de adquirir a sua moradia está limitado em função da capacidade de pagamento das pessoas, e é por isso que o déficit, cada vez mais, concentra-se nessas faixas de renda. Por favor.

E para complementar a renda são necessários três pontos: subsídio, desoneração do produto e a redução do preço. Em cima dessa filosofia que seriam esses três pontos básicos, a CBIC em parceria com algumas outras entidades da sociedade civil, fórum de secretários da habitação, movimentos sociais, centrais sindicais, a Frente Parlamentar pela Habitação, desenvolveu algumas propostas, não é Inês? Que foram entregue como contribuição para o Planap. E a gente sempre tenta, de alguma forma, botar isso, e tem algumas premissas básicas: primeiro foco na produção de novas unidades e na revitalização de centros urbanos, que são centros urbanos que já estão lá com toda infraestrutura colocada que se você melhor aproveitar aquilo pode ter uma melhoria fantástica na capacidade.

Produção e escala sem perda de qualidade. Isso é um fator vital para nós e sempre respeitando os princípios na formalidade da construção sustentável, porque isso é um problema sério que a gente tem que estar com olhos muito abertos para que isso vai ter em função do tempo. Política de estado envolvendo os três níveis de governo e uma integração vital aos equipamentos

urbanos e, principalmente, ao transporte de massa. Nenhum de nós quer fazer um programa habitacional que seja depositar um monte de gente fora, lá longe para... Um depósito de gente, afinal de contas, como muito se fez isso no passado.

Eu estou fazendo o mais rápido possível, Senador. Mas esse eram treze pontos que esse nosso projeto de moradia digna propunha. O Programa Minha Casa, Minha Vida contemplou a maioria desses pontos aí. Logicamente que ele não pode atender a todos porque ele tinha o viés anticíclico, então rapidamente teria que ser colocado e teve alguns itens que ainda nós entendemos que carecem de um estudo mais aprofundado. Então, esses três que é marco regulatório, uma política de subsídio focada na família, desoneração do produto final, incentivo à oferta de terra urbanizada. Afinal de contas, todos esses itens eram os itens que a gente sempre bateu.

Eu vou simplesmente agora citar alguns que a gente acha que merecem, nesse instante, em função até do Minha Casa, Minha Vida, que já tem muitos desses que estão vencidos. Por favor.

Então primeiro o marco regulatório. É vital e aqui eu vou colocar um ponto importante para os senhores, é segurança para o investimento. O Programa Minha Casa, Minha Vida se propunha a fazer um milhão de unidades em dois anos, dois anos e meio, que seja três anos, e o pós isso, como é que fica isso? Ninguém vai investir volumes importantes de recursos em melhoria tecnológica, em aprimoramento de gestão e uma série de assuntos que são necessários para viabilizar um programa dessa magnitude, que se não tiver garantia que a sequência vá ocorrer. Porque, na verdade, o nosso déficit é na faixa de sete milhões de habitações e temos que atacá-lo ao longo do tempo. Então, essa segurança para investimento consideramos que tenha que ser dada ao mercado para que esta coisa aconteça, garantir de recurso para subsídios, indução à participação de Estados e Municípios, continuidade dos programas existentes, que isso o Programa Minha Casa, Minha Vida foi muito feliz porque, na realidade, ele não parou com o que existe, não criou um vácuo, porque às vezes a gente lança algo novo e pára tudo que existe. Ele deu continuidade, e até tem uma frasezinha boa que o pessoal sempre usa da equipe de governo que é: Minha Casa, Minha Vida e a Vida Continua, afinal de contas continua, nós temos um programa que continua rolando nesse sentido.

E aí tem um ponto importante que eu coloco aqui que acho que tem a ver tudo com esta Casa que é a aprovação da PEC 285, a aprovação dessa PEC 285 ela propõe num período de 15 anos erradicar o déficit habitacional, e é um percentual em função do que

existe de receitas que o Governo Federal arrecada que se coloque para subsidiar. Essa PEC propõe um número inferior ao que o atual governo está colocando mesmo considerando três anos de investimentos. Isso consideramos que é muito importante, porque isso é que vai dar a garantia e a segurança que esse programa vai ter continuidade, e aí nós conseguiríamos ter muito ganho de escala, muito benefício em função da segurança da continuidade. Por favor.

Desoneração do produto final. Os impostos importam, aproximadamente, 28% do produto final, aproximadamente 1/3 de uma habitação de interesse social é imposto, é uma coisa bem absurda, porque fica aquela história: o Poder Público quer cobrar, como a pessoa não pode comprar, então ele não recebe e um cachorro correndo atrás do rabo ao longo do tempo.

O Governo Federal criou o RET especial para habitação de interesse social, isso aí já está contemplado no Minha Casa, Minha Vida, logicamente que ele tem um prazo que está dentro dos limites do Minha Casa, Minha Vida que é 2003. Os governos estaduais, a proposta que a gente sempre deu, foi que se retorne o que existe que aquela casa carregue de ICMS que retorne a quem esteja adquirindo. Não é desonerar linearmente os materiais de construção, mas, sim, simplesmente aquilo que cada habitação está carregando para que possa fazer a sua parte de contribuição.

Os governos municipais, isenção de TBI, IPTU, taxas de legalizações quer às vezes são valores absurdos, quando a pessoa vai lá e faz um alvará, um habite-se, uma coisa desse tipo, existe, são inúmeras taxas que isso tudo acabe, e o que sempre diz o seguinte: quando se trabalha com isso, toda essa ineficiência, todo esse tipo de custo vai para o preço, e indo para o preço, logicamente, quem está comprando acaba tendo que pagar essa conta.

Incentivar, que esse eu acho que é, quem sabe, seja o ponto primordial do que ficou faltando. É muito importante, aquela última frase que nós consideramos, é um choque de oferta até urbanizado, porque de alguma forma a gente possa ter mais oferta na praça, e que com isso possa cair o custo da terra que realmente atingiu o Brasil, coisas absurdas, hoje está complicadíssimo você fazer empreendimentos, principalmente, nessa faixa de zero a três porque a fração ideal foi a tal monta que quase que custa o valor da casa. Então, isso é um assunto muito importante que tem que ser olhado com todo carinho. Eu até estava aqui na entrada conversando com a secretária Inês, de que a gente deve pensar profundamente sobre esse assunto aí.

Têm alguns itens que seriam pontuais: financiamento, utilização de espaços públicos, tem um absurdo

que a concessionária, você faz um empreendimento, você faz a rede elétrica, você faz a rede de água, a rede de esgoto, chega ao final e faz a adoção a uma concessionária que acaba, ao longo do tempo, naquela sua conta tendo um percentual para investimento, ou seja, você doa para que ela cobre uma conta e em cima daquilo ela receba, ao longo do tempo, determinado valor, e você está cobrando de quem menos posses que é o pobre com baixa renda, tem uma série de pontos que a gente queria que, num momento até mais oportuno, Senador, fosse o caso de a gente detalhar mais esse ponto que nós achamos que esse é um ponto crucial em todo esse processo. Temos que atacar de frente isso aí.

Existe, às vezes, uma deturpação com relação a esse assunto. Construtor é um consumidor de terra, ele não é um possuidor de terra. Então, na verdade, cada vez que a terra custa mais cara, mais inviabilizar para o construtor fazer o seu produto, porque, na verdade, a terra é o seu insumo principal, assim como tijolo e área a terra e o seu insumo que permite o seu empreendimento ser produzido. Por favor, Luiz.

Desburocratizar aprovação de empreendimentos. Na verdade, isso aqui, eu até deixei esse item, porque até não comentei isso com a Inês e com a Bernadete. Mas quando a gente anda um pouco, Senador, hoje o maior problema que nós estamos tendo no Minha Casa, Minha Vida é na aprovação de projetos perante o Poder Público Municipal, o Poder Público Municipal não está aparelhado para um volume desta monta de projetos que estão chegando. Vocês compreendem? Então, eles não têm pessoal suficiente, não estão informatizados. O senhor imagine, eu vou dar um exemplo, eu nem vou dizer a capital, porque até fica chato, por ser do meu Estado, mas a capital do meu Estado não tem o Programa CAD na prefeitura, ele só aceita o Projeto CAD, é uma ferramenta básica hoje que ninguém produz um projeto sem ser em CAD, a prefeitura não tem o CAD, então você tem que entregar em meio físico mesmo, tem que ir lá, imprimir o projeto e entregar à prefeitura e todo o procedimento é feito em cima de um pacote de projetos. Isso é uma coisa inadmissível, em pleno ano 2009. Mas isso é realidade, imagine uma capital, imagine como isso está em cidades do interior, esse problema é seriíssimo que a gente está detectando nesse sentido aí. Por favor, Luiz.

Padronização de parâmetros construtivos também tem a ver com o Poder Público Municipal. O que é que ocorre hoje? É vital que a gente possa ter qualidade e ganho de escala que você industrialize o processo construtivo, e no industrializar é importantíssimo que os parâmetros tenham aquilo que a gente chama maior ou igual, ou seja, que você tenha um parâmetro mínimo

construtivo: porta, altura do pé direito, uma série de fatores que eu possa produzir e entregar em vários Municípios do País. O que existe hoje é uma torre de babel que cada faz um determinado número, um é 2,45 outro é 2,40, outro é 2,50, a porta é um troço, uma coisa ou outra, e com isso você faz e fica complicadíssimo você criar um processo industrializado. Vamos em frente.

Isso aqui é um ponto que é vital também nesse processo que é definir a competência do licenciamento ambiental. O que mais pega hoje, o que mais atrasa você quando vai fazer, principalmente, um loteamento é essa parte do licenciamento ambiental, por quê? Você vai fazer e daí entra aquilo: mas isso aqui tem a ver com o órgão do Estado, tem o Município, tem o Federal, temos uma série de exemplos no Brasil, de uma insegurança total quanto a isso, por exemplo, de cidades que tenham o bairro inteiro que o Código... Que foi feito o Plano Diretor em função do Estatuto das Cidades, feito o Plano Diretor determina que tem uso do solo naquela região, e hoje o Ministério Público entra contra, porque diz que aquilo ali não deveria ser competência do Poder Público Municipal, teria que ter sido federal e você cria toda uma área nebulosa que cria toda essa insegurança em cima desse assunto. Por favor.

Vocês me desculpem a correria, mas é a solicitação do Senador Garibaldi. É isso, Senador, e agradeço, mais uma vez, a sua paciência conosco e o convite.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu é que peço desculpas, porque andei atropelando. Mas a iniciativa não foi só minha não de fazer aquele apelo, foi do Senador também Antonio Carlos Valadares. Eu não vou ficar sozinho com esse ônus.

Eu quero agradecer aos expositores pela objetividade e pelo brilho das exposições. E agora eu quero conceder a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares que foi um dos autores da solicitação para realização desta audiência pública.

Portanto, o Senador Antonio Carlos Valadares está com a palavra.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, em primeiro lugar eu gostaria de destacar a importância desta audiência pública que vem discutir um dos assuntos mais sérios na área social, em nosso País. São sete milhões de famílias que precisam de um abrigo decente, com toda infraestrutura: luz, água, e segurança pública adequada, e o governo lança um programa para atender a essa necessidade básica da população, o Programa Minha Casa, Minha Vida para a construção de um milhão de moradias, visando, principalmente, o atendimento às classes menos favorecidas, até dez salários mínimos. E também gostaria de enfatizar

que nesta audiência pública participam especialistas do segmento habitacional, porque têm interesse na construção de moradias, como a Dra. Inês Magalhães, secretária nacional de habitação, a Dra. Bernadete Maria Pinheiro, superintendente nacional de habitação da Caixa Econômica Federal e o Dr. José Carlos Martins que é o vice-presidente da Câmara Brasileira de Indústria da Construção.

De fato, Sr. Presidente, a habitação é condição fundamental para que o homem exerça plenamente a sua cidadania, e isso é destacado não só nos acordos internacionais, sob o comando da ONU, como na própria Constituição Federal, que a partir da Emenda à constituição nº 26 de 2000, incluiu entre os direitos sociais do cidadão e a cidadã brasileira, o direito à habitação, ao lado de outros tantos como a saúde, a educação, a previdência e a segurança.

Nós temos aqui tramitando no Senado Federal um Projeto de Lei do Senado de nº 77/2008 de autoria do Senador Gilberto Goellner, e trata de incentivos fiscais, a concessão de incentivos fiscais ao empregador com o objetivo da construção de habitação para o empregado. Este projeto já passou anteriormente pela Comissão de Assuntos Sociais, a gente está agora no âmbito desta Comissão, ao longo do tempo, esta matéria já teve como relatores eu mesmo, na Comissão de Assuntos Sociais o Senador Marcelo Crivella, e ele, o autor desta matéria faz uma lembrança que eu gostaria de enfatizar, que a II Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos, o Habitat II realizado em Istambul em 1996 teve o objetivo de discutir como e onde moram os habitantes da terra. O compromisso de aceitar de forma progressiva que se torne realidade o direito à moradia, para todos, foi firmado pelo Brasil e por diversas outras nações. A Declaração Universal dos Direitos Humanos criada em 1948 pela Assembléia Geral da ONU em seu art. 15 afirma que toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem-estar, inclusive, alimentação, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança em caso de desemprego, etc. e etc.

Já o Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU foi adotado em 16 de dezembro de 1966 e o Brasil ratificou este acordo no dia 24 de janeiro de 1992. O que dispõe o art. 11 deste pacto? "Os Estados-Partes no presente pacto reconhecem um direito de toda pessoa a um nível de vida adequado para si próprio e para a sua família, inclusive, alimentação, vestimenta e moradia adequadas, assim como uma melhoria contínua de suas condições de vida. Os Estados-Partes tomarão medidas apropriadas para assegurar a consecução deste direito, reconhecendo,

nesse sentido, a importância essencial da cooperação internacional fundada no livre consentimento. E como esse pacto é fiscalizado é visualizado por aqueles Estados nacionais que assinaram na ONU, se faz um monitoramento através do envio periódico de relatórios pelos Estados-Partes ao Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais instituído pelo Conselho Econômico e Social da ONU.

Então, sem dúvida alguma, que o Brasil ao dar prioridade à construção de habitações, especialmente às habitações voltadas para a população mais pobre, vem atendendo ao que foi pactuado no plano internacional. O Brasil está dando um exemplo edificante de que um pacto internacional ou um acordo de natureza internacional não é apenas um papel que é assinado durante uma solenidade bonita, um evento bonito lá na ONU, e depois coloca no lugar do esquecimento ou no arquivo do esquecimento. Antes, pelo contrário, o Brasil, além, de adotar uma medida legislativa alterando a sua própria constituição para fortalecer a habitação, também institui programas habitacionais que são exemplos no mundo inteiro.

Notadamente esses programas habitacionais que mesmo antes do PAC, mesmo antes do Minha Casa, Minha Vida a Caixa Econômica já vinha desenvolvendo, ao longo do tempo, nas cidades, nas periferias construindo habitações viáveis do ponto de vista financeiro com mensalidades quase chegando a zero, diminuindo substancialmente no Brasil inteiro o déficit habitacional. É de grande relevo o trabalho que foi realizado pela Caixa Econômica Federal. Eu sou testemunha disso, Sr. Presidente, porque já numa época mais atrás, há anos quando eu fui governador do Sergipe, nós construímos através do setor habitacional cerca de 22 mil casas populares, algumas das quais através do processo de mutirão, sem a participação da Caixa, mas a maioria com a participação da Caixa, depois houve uma queda acentuada dos programas habitacionais, mas com a posse do Presidente Lula nós verificamos que os programas habitacionais voltaram a ter uma desenvoltura maior, uma maior incidência da participação não só da construção de apartamentos para a classe média, como também a preocupação com setores mais pobres da população. Evidencia-se isso com a instituição do PAC, depois esse Programa que está tendo uma grande repercussão nesses dois anos, dois anos e meio estaremos construindo cerca de um milhão de habitações, que vai reduzir, substancialmente, o déficit habitacional, muito embora, ainda não se resolva essa questão tão grave, e habitação é condição *sine qua non* para que o cidadão possa abrigar a sua família e ter um lugar com privacidade, com certo conforto para a sua mulher e seus filhos.

O Sr. José Carlos Martins que é o vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, dentre outras dificuldades e obstáculos à consecução de programas habitacionais, ele apontou um deles, que eu vou citar que é o choque de oferta da terra urbanizada, dificuldade de obtenção ali no entorno da cidade de terrenos suficiente para construção de casa, pelo preço. De fato, não há um estoque de terrenos por parte dos governos estaduais, por parte dos prefeitos municipais para o atendimento a esse programa. Há um estoque, sim, das grandes empresas incorporadoras para a construção de habitações de grande porte do ponto de vista financeiro, da classe média para cima. Então, não há um interesse de as grandes incorporadoras pegarem os seus terrenos para incluírem no PAC, a não ser através de um grande incentivo ou de compra antecipada, ou, quem sabe, a desapropriação por parte do Governo do Estado ou do governo do Município, o que implicaria, a meu ver, numa briga enorme com as incorporadoras, com as grandes construtoras para a obtenção desses terrenos, podendo até isso bater na própria Justiça. Lamentavelmente, os terrenos são muito caros, e se o Governo quiser abocanhar uma parte desses terrenos vai ter que desapropriar essas áreas para atender a necessidade do Programa Minha Casa, Minha Vida. E a outra dificuldade também é a falta de estrutura dos Municípios, de fato, os Municípios, além, de não terem estrutura administrativa para a elaboração dos projetos, não dispõe também de meios financeiros para a aquisição do terreno. Praticamente hoje com essa crise avassaladora que atingiu as receitas da União e, conseqüentemente, a dos Municípios e a dos Estados, esse problema da falta de condições dos Municípios e da falta de estrutura dos Municípios mais se agrava, mais aumenta, mais se acentua. Essa burocratização existe não só em função da falta de preparo da experiência dos Municípios para lidar com esse tipo de financiamento, como também pelas condições financeiras que são adversas nesse instante.

Por outro lado, padronização de residência, o que isso iria implicar na produtividade na construção da casa e, conseqüentemente, no barateamento do preço.

Quando eu fui governador eu instituí uma forma mais rápida e mais barata de construir casa, pelo processo de mutirão que foi a introdução do chamado Pedreiro Mecânico, é uma peça móvel que era utilizada por apenas duas pessoas, no máximo, e através dessa peça que significava um molde na construção da casa havia uma velocidade incrível na construção, na execução da obra. Quem sabe seria uma forma de o Governo reintroduzir esse sistema de Pedreiro Mecânico para dar maior velocidade, maior celeridade à construção da casa.

E, finalmente, o licenciamento ambiental que, sem dúvida alguma, também é outra forma que o Estado tem que se preparar no meio ambiente com relação ao meio ambiente, no atendimento aos pressupostos exigidos pela lei, entretanto o Dr. José Carlos apontou alguns projetos que estão em tramitação aqui no Congresso Nacional que poderiam, sem dúvida alguma, contribuir para a maior rapidez no licenciamento ambiental.

Portanto, a minha palavra aqui nesse instante, já que o principal autor do requerimento que é o Senador Mercadante não pode vir, em virtude de reunião da bancada do seu Partido que está ocorrendo neste momento. Mas, muito embora, eu não tenha condições de substituir o Senador Mercadante com o brilho da sua palavra e da sua argumentação, entretanto, eu procuro suprir essa falha, a falta do Senador Mercadante reconhecendo de que o Brasil hoje, apesar das dificuldades para a implantação de programa tão grande que é o da Minha Casa, Minha Vida, está dando um exemplo ao mundo inteiro, a sua preocupação com o social, com o atendimento às classes menos favorecidas para reduzir o déficit desse segmento que representa 93% até cinco salários mínimos do déficit habitacional no nosso país.

Os meus parabéns a todos os integrantes desta audiência pública, à Dra. Inês Magalhães, à Dra. Maria Bernadete e ao Dr. José Carlos Martins pela eficiência das suas palestras e pelas sugestões que aqui foram dadas visando fortalecer o sistema habitacional no nosso País. Agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares. E concedo a palavra ao Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, é uma honra estar aqui com pessoas tão ilustres que tratam de um tema fundamental para o nosso povo que é a habitação, déficit, ou melhor, dívida histórica que nós temos com a nação brasileira. Não é possível que numa terra que tem tanto calcário, que tem tanta argila, matéria-prima de todos os cimentos, cimento é uma farofa de calcário e argila com um pouquinho de gesso para controle de pega, no resto o Sr. José Carlos Martins pode aqui atestar o que eu estou falando.

Nós temos muitas siderúrgicas no Brasil. Pois bem, a escória de alto-forno das siderúrgicas, pela norma brasileira, podem ser 85% de um saco de cimento de 50 quilos, precisamos de 40 e tantos quilos e a escória moída.

A natureza nos beneficiou muito com um dos principais ingredientes da construção civil que é o cimento, praticamente, o Brasil tem matéria-prima para isso ines-

gotável, temos pólo petroquímico, portanto, temos tintas, vernizes, plásticos, borrachas, temos madeira, temos mão de obra abundante esperando ser treinada e empregada. Eu diria como um vigia espera pela aurora. Por que é que o nosso povo mora em barraco? Por quê? Qual é a razão das pessoas viverem em barracos? E o maior déficit está na minha região, na região Sudeste onde há uma distância constrangedoras nós temos casas bonitas, edifícios bonitos à beira da praia e favelas onde as pessoas crescem com estigma de inferioridade e são empurradas para a inveja, para a revolta, para a beleza, até porque ganhando dois, três salários mínimos o sujeito não vai mudar aquela realidade numa geração. Não consegue. Dois, três salários mínimos é subsistência.

Então, Sr. Presidente, eu fiquei aqui até essa hora, não só para parabenizar essas pessoas que se preocupam com esse tema extraordinário, mas também para mostrar, e eu vou pedir aqui o meu secretário para entregar a eles, o que eu estou fazendo na primeira favela do Brasil, onde eu sonhei com cimento social, mas um oficial do Exército formado nas melhores escolas da nossa pátria, na Academia Militar das Agulhas Negras, eu também sou inconformado com isso. Como é que aquele menino 1º tenente tomou uma decisão desairosa de entregar três rapazes da comunidade para uma facção inimiga, onde eles foram trucidados, foram mortos, mas de maneira muito cruel, decapitados e o corpo deles, então se criou toda uma celeuma e acabou que nós não podemos terminar a obra que eu sonhava em fazer ali. Mas nós temos problemas de terrenos no Brasil, não nas favelas, porque na favela você substitui, tem um barraco, que você tira e faz uma casa organizada. E as casas que nós estamos fazendo lá... Cadê o Maurício? Está aqui o Maurício. Faz favor entrega ali na mesa para eles olharem. Secretário, pega aqui e entrega ali para eles, por gentileza, Sr. secretário, faz favor, dá uma folheada nisso, José Carlos, por favor, e depois passa para a Dra. Maria Bernadete e para a Inês. São casas que eu preciso que... E chamo a atenção de vocês que é uma opção boa para as comunidades carentes, e uma casa dessas de 45 mil reais e já mobiliada.

Eu entreguei algumas casas do Minha Casa, Minha Vida, mas uma senhora falou mim: "Crivella, isso aqui vai ser minha casa, minha dívida, porque eu vou ter que mobiliá-la toda, e eu não tenho condições de fazer isso". Um programa extraordinário, o programa realmente atende a um déficit vergonhoso, imenso, mas nós podemos fazer mais e podemos fazer melhor. Agora isso não é conversa de quem está apenas estudando, não, isso é conversa de um engenheiro que já tem 30 anos de formado, milhares de obras executadas, milhares de metros quadrados, centenas de milhares de muito quadrados

executados, não digo milhares de obras, mas centenas de obras e que está fazendo na prática, eu estou fazendo lá no morro, na primeira favela do Brasil e tenho a nota fiscal de tudo que estou gastando da mão de obra ao telhado. E acho que nós todos, Governo, sociedade civil precisamos fazer um paradigma, as casas que nós vamos construir nesses grandes programas não podem ser aquelas que foram feitas em movimentos passados, em que se transformaram em favelas porque eram ruins, porque eram casas apertadas, porque as pessoas entravam e não tinham gosto na casa, gosto de morar, gosto de criar os filhos, gosto de, plantar uma flor e de cuidar, porque eram casas muito acanhadas.

Então, eu queria que a Caixa Econômica, eu queria que o Ministério das Cidades verificasse isso. Agora mesmo, segunda, terça e quarta da semana que vem, nós vamos fazer três casas em três dias, aliás, essa casa demora três dias para ser feita. Isso é muito importante, uma casa boa, decente, muito bem arrumadinha com móveis, demora três dias, feito o radier então a casa, em três dias, está pronta, com a chave na mão, para a pessoa entrar e morar.

Inês, você precisa olhar isso e com carinho, vê isso com carinho. Eu sei que a atuação do Exército ali foi um oceano de fracasso, foi um Himalaia de frustração, deixaram isso na obra. Ficou casa lá, Valadares, com metade do telhado, o Exército foi embora, deixou casa com metade do telhado. Eu tive que terminar isso com recurso próprio. Eu estou fazendo casas lá e já fiz umas cem reformas com recursos próprios, por que como é que eu ia ficar diante da comunidade, diante da sociedade? Um sonho que virou um pesadelo, uma vergonha. Então, paciência, nós estamos fazendo.

Agora, eu creio que casa para pobre tem que ser daí para melhor. Casa para pessoas pobres tem que ser daí para melhor.

Então era isso. É a minha contribuição. Acho que o Sr. José Carlos falou uma coisa importantíssima, hoje nós temos um gargalo terrível em todos os Municípios, poucos arquitetos e técnicos têm uma legislação complicada, por exemplo, o código que possui do Rio de Janeiro, vou dizer uma coisa para você, é mais fácil você ler a Bíblia em latim do Gênesis ao Apocalipse, porque aquilo é tão difícil de entender, e há interpretações que ficam por gosto do freguês, de tal maneira que é desse tamanho, três ou quatro funcionários que dominam aquilo e os empreiteiros ficam enlouquecidos, soluções que podem ser dadas de um lado ou de outro nem sempre são padronizadas, e são poucos. Então, há processos enormes que demoram muito tempo, depois de ficar pronta, ainda demora muito tempo, tem o hábito-se.

Eu convido vocês a entrarem nos sites das empreiteiras americanas, Two(F) Brothers, Norton(F), DHL(F) você entra no site, tem os empreendimentos, aparece o mapa dos Estados Unidos, 50 estados, até no Havaí, até no Alasca. Você aperta lá e aí vêm uns condomínios com campo de golf, as casas são entregues com ar-condicionado, TV a cabo, negócio de fazer aspirador de pó na parede, cozinha gourmet, são casas bonitas, 500 mil dólares, 600 mil dólares, 700 mil dólares. Mas lá existe uma política habitacional, existe todo um interesse de financiamento e desbravamento de solo de políticas, eu diria, de incentivo que não pode estar muito distante dos nossos sonhos. Nós precisamos pensar grande, porque nós somos uma grande nação, e nós temos muita matéria-prima e muita mão de obra.

Você vê. Ontem eu estava no instaleiro do Rio de Janeiro, o Brasil está importando dois navios e tem vários instaleiros fechados lá no Rio. Agora, a China está fazendo projeto de um grande navio de 500 mil toneladas, o maior navio do mundo, 500 mil toneladas, hoje o maior é 300 mil toneladas. 500 mil toneladas. Aonde é que foi feito o projeto? Numa empresa naval do Rio de Janeiro. Vê que coisa extraordinária, uma empresa de engenheiros navais brasileiros fizeram o projeto, 500 mil toneladas, o navio vai ser fabricado lá na China e vai ser pago com carvão e minério de ferro, leva minério de ferro e traz carvão, leva minério de ferro e traz carvão.

Então, esse Brasil tão grande, tão extraordinário, tão maravilhoso precisa, realmente acabar com essa vergonha de nós vermos o nosso povo morando em favela, ou em barracos, ou programas de habitações e que a gente se contente com casas pequenas, acanhadas, ruins, feias, com esquadria de ferro, o único móvel que tem dentro da casa é uma pia de cozinha, tudo bem é melhor do que o barraco que a pessoa morava, mas daqui a dois, três anos vai ficar triste. Por que não fazer uma coisa bacana? Por que não fazer uma coisa bonita? Nós temos condições, basta nós dizermos: vamos fazer, temos condições, temos recursos, e é um compromisso com a nossa própria dignidade.

Então, eu aqui estou prestando a minha ajuda. Contem comigo no que precisar. Acho que o Presidente Lula avançou muito. Nós estamos tirando impostos de vários setores, acho que deveríamos tirar peso também. Eu sou inconformado de saco de cimento pesar 50kg. O nosso operário que agora se aposenta aos 65 anos, não aguenta carregar aquilo, morro acima é uma loucura. O saco de cimento devia ter 20kg, devia ter 30kg, no máximo, é assim no mundo inteiro. A indústria de cimento está bem remunerada. Então, era hora de a gente baixar esse saco de cimento para não prejudicar a saúde do trabalhador brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente, muito obrigado.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só para concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O jornal Estadão, de hoje, coincidentemente, fala no problema do gerenciamento do PAC, e afirma que um dos grandes obstáculos para o crescimento dos investimentos no Brasil reside no emperramento da máquina, do próprio governo, e o próprio jornal fala no estudo que foi elaborado pelo Ipea com base num levantamento de 36 programas de investimento do Governo Federal, onde houve baixa liberação de recursos, por quê? Quais são as falhas apontadas? Problemas administrativos, orçamentários, financeiros e gerenciais, aparecem, como mais frequência, como entraves para execução dos programas de investimento. Inclusive, os problemas relacionados com as questões ambientais e também as restrições impostas pelo Tribunal de Contas da União. O DNIT, por exemplo, que é um órgão que trabalha na área de melhoria de estradas diz o seguinte: as equipes não conseguem dar velocidade aos processos, e, muitas vezes, não têm a logística para enfrentar o Brasil. O Sistema de Informações é antiquado, e fala também que cada licenciador, isto é, o órgão de licenciamento, de cada Estado, tem a sua própria diretriz, a sua própria filosofia, não existe uma regra básica, ou seja, geral para aprovação dos projetos, significando dizer o seguinte, que segundo o jornal O Estado de São Paulo, é uma estrutura inadequada que existe no Brasil, não só nos Municípios, também na própria União existe isso, dificuldade da liberação de recursos por, vamos dizer assim, entraves administrativos burocráticos.

Então, era sobre isso que eu queria que os palestrantes também concentrassem as suas atenções, não só com referência aos Municípios, mas também na liberação dos investimentos, inclusive do PAC.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pergunto se os convidados querem se manifestar ainda, querem trazer considerações a respeito do que foi dito pelos Senadores? Com a palavra o Sr. José Carlos Martins.

SR. JOSÉ CARLOS MARTINS: Senador, agradeço. As suas colocações são perfeitas. Eu fui meio rápido na apresentação, então esses pontos, logicamente, que esse desaparecimento da máquina pública não fica restrito aos Municípios, o federal também nós temos um. O DNIT é um exemplo claro que foi desmontado inteiramente aquilo ali, e hoje não tem capacidade operacional do desafio que ele tem pela frente. Isso é muito generalizado.

Eu só queria aproveitar um ponto que é o problema da terra, Senador. Quando eu falo do aspecto do choque da terra o que é que aconteceu? Aquele gráfico que eu também passei rapidamente, que mostrou a evolução do mercado imobiliário financiado com recurso da caderneta de poupança, o senhor imagine que em 2003 financiou, aproximadamente, 2,3 bilhões, em 2008 foi a 30 bilhões, em cinco anos foi multiplicado por 13 vezes, 12 vezes o volume. O que é que ocorreu? Esse tipo de mercado pressionou e consumiu aquela terra que não era só dela, ele saiu do centro e teve que andar um pouco para a periferia também. E como não houve a oferta do lado de lá, suficiente, essa coisa, logicamente, é a lei de mercado que subiu. Justamente o que a gente insiste que aqui você tem que ter uma determinada oferta para suprir essa pressão que está vindo do lado de cá.

É só isso que eu estava, naquela hora, tentando falar. Agradeço, mais uma vez, o seu convite e a sua participação.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Mas sobre esse estoque de terrenos que, na verdade, a maioria é das incorporadoras, como resolver esse problema se o Governo está precisando atender essa população até dez salários mínimos, já que os terrenos são muito caros, por via desapropriação seria um caminho. Mas qual a solução que V. Sa. aponta?

SR. JOSÉ CARLOS MARTINS: Primeiro eu no acho que todos os terrenos estejam na mão de incorporadoras. O senhor tem 26 empresas que abriram capital, e que, efetivamente, tiveram dinheiro para comprar terrenos, este pessoal corresponde a 15% no mercado nacional, não mais do que isso. Então, o que existe muita terra é que esse pessoal acaba tendo uma visibilidade tão grande, e com isso ele baliza o mercado, o senhor compreende? Então, isso é um balizador.

Por isso, eu volto a insistir no ponto, enquanto a gente não fizer um caminho o contrário e balizar o contrário, isto puxa, o que é que acontece? O senhor quer ver uma coisa? Hoje no Minha Casa, Minha Vida, vou lá fazer um determinado empreendimento, o proprietário soube o que vai fazer ali, do lado de cá o camarada já sabe, o proprietário da terra, já sabe o terreno sabendo que vai ter uma expectativa de evolução. Isso aí é porque sempre existe essa tendência, cada vez faltar mais a terra urbanizada. O senhor compreende? O que é que aconteceu com esses grandes incorporadores que compraram essas áreas? Eles foram, inclusive, inflacionar o próprio mercado. Tem cidades aí no Brasil, me lembro São Luís do Maranhão que houve uma compra de terra e inviabilizou ali naquela orla a maior parte dos empreendimentos normais. Eu nem falo das frações do Minha Casa, minha vida. Não é isso, Inês?

Então, é alguma coisa que a gente tem que reverter essa situação, e a única forma que eu vejo em lei de mercado é fazer com que exista alguma coisa para competir com o preço inferior àquilo ali, eu acho que tem que ter alguma atuação de Estado também, não basta simplesmente isso aí, tem que ter alguma atuação do Estado. Concorro. É por isso que, de alguma forma, temos que conversar, na sequência, para que exista algum balizador, alguma restrição, alguma coisa desse tipo para que não fique uma coisa absurda, como a gente sente em muitos locais. Que, realmente, hoje eu sinto que um dos grandes problemas que existem de viabilizar o Minha Casa, Minha Vida é o custo de terra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Dra. Inês Magalhães.

SRA. INÊS MAGALHÃES: Então, vou tentar rapidamente. E eu fico sempre muito feliz, eu já falei isso para o José Carlos quando eu vejo o setor da construção civil preocupado com a questão da terra, porque, sem dúvida, ela é um insumo fundamental.

Agora o que nós precisamos focar é que essa questão tem duas pontas, nós temos no Congresso Nacional há oito anos ou nove anos a discussão da nova Lei de Parcelamento do solo, a 3.057. Essa lei vem sendo discutida e nós defendemos, se de um lado você tem que ter os municípios assumindo a sua responsabilidade como gestores do desenvolvimento urbano, é no Município que quando você discute o Plano Diretor que você discute quais são as áreas para habitação de interesse social, e eu fico muito feliz ver que o setor da construção civil, hoje, tem outro olhar e terá, certamente, outro olhar quando forem instituídas as áreas especiais de interesse social nos municípios que para que a gente tenha um crescimento adequado e sustentável das nossas cidades nós precisamos, na discussão do território, na discussão dos seus usos também prever a habitação de interesse social. É muito comum os municípios, é mais comum do que deveria ser, os Municípios onde você tem do ponto de vista da renda, do ponto de vista do perfil de renda do Município, 80% do Município com baixíssima renda, onde só 5% do território está destinado à habitação de interesse social. Então, é um desequilíbrio entre aquele espaço da cidade que eu tenho a ofertar para que as pessoas morem e o espaço que, na verdade, nas discussões dos Planos Diretores se definem para isso. Então, esse é um plano fundamental.

Do ponto de vista da ponta nacional a discussão de um novo marco, nós temos a 6.766 que tem mais de 20 anos de existência, e precisa ser revista, a introdução de novos instrumentos do avanço que já o Estatuto da Cidade pode trazer para a leitura dessa nova revisão da Lei de Parcelamento do solo.

Agora, sem dúvida, com o outro ponto que foi levantado aqui, somos todos de, certa maneira, vítima de uma visão de Estado dos anos 90 que diz: não, o mercado dá conta de fazer tudo, então o Estado precisa ser pequeno para que ele seja eficiente. Quando a gente percebe e o exemplo da política americano também é nesse sentido a necessidade da regulação do Estado coloca, se vê claramente, quando a gente, num outro momento, tem a necessidade e o Estado passa a ser um investidor, você percebe que o que tem de base para responder a esse aumento de investimento é insuficiente para dar conta. Então, nós temos o desafio de continuar e fazer investimentos crescentes, a iniciativa privada é fundamental e tem que ter o apoio e a pactuação para que nós desenvolvamos mercados de interesse da população, desenvolver o mercado popular de habitação é bom para todo mundo, é bom para o País, é bom do ponto de vista da economia, é bom para ter cidades melhores, e nós podemos fazer isso conjugado a um tipo de planejamento e estratégia que nós não criamos mais desigualdades. Agora essa visão é uma visão que nós temos que ter clara, ela é uma visão de disputa mesmo do espaço das cidades, e é importante que o Estado esteja pronto para regular essas relações, e é importante que nós façamos a revisão da legislação que possibilite que essa relação se dê de uma forma mais atualizada e moderna, essa que é uma questão importante, principalmente para ser discutida numa Casa como esta.

Então, eu queria me colocar, mais uma vez, Senador, à disposição para que a gente volte e aprofunde todos os temas dessa área que realmente é, como o Senador colocou, fundamental para que a gente tenha aí o desenvolvimento do País de maneira equilibrada e igualitária. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra Sra. Bernadete Maria Pinheiro.

SRA. BERNADETE MARIA PINHEIRO: Só resgatar um ponto que tanto o Sr. Senador Antonio Carlos Valadares, quanto o Senador Marcelo Crivella abordaram, que é com relação à questão da agilidade da simplificação do aparelhamento como um todo, quando se fala de produção habitacional.

No início, desde o início das discussões do Programa a Ministra Dilma nos chamou atenção para a necessidade de encurtamentos dos ciclos para o sucesso do programa, encurtamento dos ciclos de elaboração de projeto, de aprovação de projeto, de análise dentro da Caixa, ou de qualquer outra instituição que vir a operar dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida e o ciclo de produção.

Então, a Caixa fez um movimento muito grande de revisão de processos, uma análise de projetos de em-

preendimento que levava dentro da Caixa até 11 meses de análise, o nosso compromisso é analisar, em alguns casos, em até 30 dias e outros em até 45 dias. Esse foi um movimento que exigiu envolvimento muito grande de todas as áreas da empresa e um patrocínio *sine qua non* da nossa Presidenta Maria Fernanda, para que toda a instituição buscasse se voltar para essa necessidade de simplificação do fazer o negócio habitacional.

Também nos colocamos à disposição desta Casa para mais esclarecimentos, e chamo a atenção para uma questão que é muito representativa, os gráficos a gente passou muito rápido, mas se vocês lembrarem, em 2003 a Caixa contratou cerca de cinco bi, em 2008 nós fechamos com 23 bi. Então, isso aí dá para sinalizar o que é a sensibilidade e a política do Governo do Presidente Lula para a questão da habitação.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero agradecer aos nossos convidados: a Dra. Inês Magalhães, secretária nacional de habitação, a Dra. Bernadete Maria Pinheiro, superintendente nacional da Caixa Econômica, o Dr. José Carlos Martins, vice-presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção que aqui permaneceram por mais de duas horas discutindo o problema habitacional no nosso País e as soluções encontradas até agora para amenizar o déficit habitacional.

Essa foi uma audiência pública solicitada pelo Senador Aloizio Mercadante que através da minha palavra pediu desculpas por não poder estar presente, pois está presidindo uma reunião de emergência da sua bancada, e uma iniciativa do Senador Antonio Carlos Valadares que aqui permanece.

Agradeço a todos. E espero que esta Comissão possa, ainda desenvolver debates como esse para que possamos aprimorar os mecanismos de solução do problema habitacional.

Muito obrigado.

A Comissão se reunirá na próxima semana no horário regimental. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h18.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Vigésima Nona Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 14 de Julho de 2009, às 09:30 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e dezesseis minutos do dia quatorze de julho do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a

Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Neuto de Conto, Romero Jucá, Wellington Salgado, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo e Osmar Dias. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Marcelo Crivella, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Pedro Simon, Raimundo Colombo, João Tenório, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Ofício nº 394/COFIC/MF, de 29 de junho de 2009, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-PROEX, relativo ao primeiro trimestre de 2009. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 442, de 2008, não terminativo, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que “revoga o art. 109 do Decreto-lei nº 2.063, de 07 de março de 1940. (Dispõe sobre contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade)”, tendo como Relator o Senador Raimundo Colombo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 16/06/2009, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá, que devolveu sem manifestação. O Presidente da Comissão, Senador Garibaldi Alves Filho, designa o Senador César Borges Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório, usa da palavra o Senador Aloizio Mercadante. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto; Item 02-Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2006, não terminativo, de autoria do Deputado Júlio Semeghini, que “acrescenta inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da Cofins não cumulativa”, tendo como Relator o Senador Sérgio Zambiasi, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Junior, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante, Roberto Cavalcanti e Tião Viana. O Presiden-

te concede Vista ao Senador Aloizio Mercadante nos termos regimentais; Item 03-Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2009, terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que “cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Vicente Claudino, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do Relatório pela Senadora Rosalba Ciarlini, usa da palavra o Senador Tião Viana. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 59, de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 30/06/2009, foi concedida Vista ao Senador Wellington Salgado, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que “reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas”, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eduardo Azeredo, usam da palavra os Senadores Wellington Salgado, Tasso Jereissati e Flexa Ribeiro. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2006, terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que “dispõe sobre incentivos tributários a linhas de crédito especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 01 que apresenta, e às Emendas nºs 02, 03 e 04, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com decisão terminativa. Em 30/06/2009, foi concedida Vista ao Senador Aloizio Mercadante. Ao ser anunciada a Matéria, o Senador Aloizio Mercadante apresenta as Emendas nºs 02, 03 e 04, que são acatadas pelo Relator. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eliseu Resende, usam da palavra os Senadores Aloizio Mercadante e Eduardo Azeredo. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02, 03 e 04-CAE; Item 07-Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163, de 2000 oferecido ao PLS nº 163, de 2000, não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “cria o Fundo

de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU”, tendo como Relator o Senador Efraim Morais, que oferece Parecer pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados. A Matéria será ainda apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 07/07/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 08-Mensagem do Senado Federal nº 111, de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, cujos recursos destinam-se ao Programa de Apoio à Modernização e Transparência Fiscal do Estado do Pará - PROGEFAZ/PROFISCO”, tendo como Relator o Senador Tião Viana, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Tião Viana, usa da palavra o Senador Flexa Ribeiro. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 09-Mensagem do Senado Federal nº 110, de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$ 130,000,000.00 (cento e trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, cujos recursos destinam-se ao Programa de Modernização da Gestão Pública do GDF - Gestão GDF”, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Eliseu Resende, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado, ainda, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 10-Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto. A Matéria ainda

será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Usam da palavra os Senadores Romero Jucá e Heráclito Fortes. A apreciação da Matéria é adiada; Item 11-Projeto de Lei do Senado nº 595, de 2007-Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e Senador Flávio Arns, que “regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Renato Casagrande, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior, Roberto Cavalcanti, Ideli Salvatti e Gilberto Goellner. O Presidente concede Vista Coletiva nos termos regimentais. A Comissão aprecia, ainda, a Matéria constante da Extrapauta da Reunião, Item 01-Projeto de Lei do Senado Federal nº 20, de 2008, terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar”, tendo como Relator o Senador Roberto Cavalcanti, que oferece Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 03 e 04 que apresenta, e à Emenda nº 02-CE, rejeitando, ainda, a Emenda nº 01-CE. A Matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CE. Após a leitura do Relatório pelo Senador Roberto Cavalcanti, usam da palavra os Senadores Heráclito Fortes e Cristovam Buarque. Colocado em votação, a Comissão aprova o Projeto com a Emenda nº 02-CE-CAE e com as Emendas nº 03 e 04-CAE, por dezesseis votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção, e rejeita a Emenda nº 01-CE. A seguir, a Presidência dá início à 2ª Parte da Reunião, Audiência Pública a fim de debater as questões atinentes às recentes desonerações fiscais empreendidas pelo Governo Federal, em atendimento ao Requerimento nº 41/09-CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, tendo como convidados o Sr. Melvyn Fox, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção; Sr. Jackson Schneider, Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores; Sr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – Eletros; Sr. Nelson Machado, Presidente em exercício do Conselho Nacional de Política Fazendária – Confaz; Sr. Carlos Martins Marques de

Santana, Secretário de Estado da Fazenda do Estado da Bahia e Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Melvyn Fox, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção; Sr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos – Eletros e Sr. Luciano Garcia Miguel, Consultor Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (representando o Sr. Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo). Após a exposição dos convidados, usam da palavra a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Roberto Cavalcanti. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informalizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 29ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico aos membros desta Comissão que esta recebeu o seguinte documento, para o seu conhecimento: ofício de nº 394, de 29 de junho de 2009, do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao art. 12, da Resolução nº 50/93, do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentárias da União, consignados ao Programa de Financiamento às Exportações, PROEX, relativo ao primeiro trimestre de 2009. O expediente será encaminhado aos Membros da Comissão por meio de ofício circular.

Informo que o Banco Central encaminhou relatório de inflação de junho do corrente ano em atendimento ao ofício de nº 191, da CAE, que solicita as providências cabíveis, no sentido de atender ao requerimento nº 45, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer o envio, periodicamente, pelo BACEN do relatório de inflação, bem como das atas das reuniões do COPOM relativas ao mesmo período, para análise e discussão. Informa, todavia, que os referidos relatórios são

divulgados na página do Banco Central na Internet e publicados na forma impressa.

Comunico ainda que já está marcada para o dia 25/08/2009, dia 05, aliás, 05/08/2009, às 10 horas, Audiência Pública, com a presença, como expositor, do Presidente do Banco Central, Exmo. Sr. Henrique Meirelles, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento a resolução do Senado Federal de nº 32 de 2007.

Sendo hoje a última sessão antes do recesso regimental que será iniciado no dia 17, temos a informar aos membros desta Comissão que durante o primeiro semestre foram aprovados: projetos de lei da Câmara, três projetos; projetos de lei do Senado, 27 projetos; projetos de resolução do Senado, dois projetos; projeto de autoria da Comissão, um projeto; mensagem sobre a programação monetária, mensagens que trataram do empréstimo, nove mensagens; mensagem de indicação de membros do CADE, uma mensagem; requerimentos, 42; aprovados, proposições aprovadas, 82; conhecidas e arquivadas, dois; rejeitadas, 14, num total de 98.

Queremos destacar, sobretudo, as reuniões conjuntas que foram realizadas entre a Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, e a Comissão... A chamada "Comissão da Crise", comissão especial designada pelo Presidente da Casa. Compuseram essa Comissão, ou estão compondo esta Comissão, quatro membros da própria CAE e realizamos aqui neste Plenário, com a presença dos Senadores, várias reuniões e audiências públicas que produziram um relatório preliminar, que foi levado ao conhecimento de todos os Senadores, com as conclusões desta Comissão na análise da crise e as suas implicações com relação ao nosso país.

Foram também apreciados projetos sobre isenção de produtos industrializados, incidentes em produtos escolares; isenção de importação e do imposto sobre produtos industrializados e aparelhos próprios para o rádio amadorismo; ambas as proposições foram aprovadas.

Projeto de lei que dispõe sobre o financiamento das universidades estaduais e privadas pela União. Código Brasileiro da aeronáutica para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo.

Projeto de lei que unifica a hora legal no território brasileiro; que dispõe sobre incentivo às políticas públicas de juventude executadas pelas entidades privadas; institui o piso salarial profissional dos agentes comunitários de saúde.

Vamos entrar na pauta, porque ainda temos, depois da pauta, uma Audiência Pública, que será realizada ainda no dia de hoje.

Item 1. Projeto de Lei do Senado, não terminativo, "Revoga o art. 109, do Decreto-Lei nº 2.063, de 07 de março de 1940. Dispõe sobre contrato de seguros sobre a vida de menores de 14 anos de idade". Autoria da Comissão, substitutivo da Comissão de Justiça e Cidadania do Senado Federal, tendo como relator o Senador Raimundo Colombo, favorável ao projeto. Foi concedida no dia 16 de junho, vista ao Senador Romero Jucá, que ainda... Que devolveu a matéria sem manifestação.

Vamos... Tratando-se da última reunião do período, vamos designar um relator *ad hoc*, tendo em vista, ainda, a ausência do Senador Raimundo Colombo. Designo o... E a matéria também já constou de quatro reuniões. Designo para relator *ad hoc* o Senador César Borges.

Peço a S. Exa. que colabore com a Comissão, relatando como *ad hoc*, esse Projeto de Lei do Senado de nº 442, Item 1º da pauta, Item 01 da pauta.

SR. SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, é uma satisfação atender uma determinação de V. Exa., para que eu possa cumprir essa tarefa de relator *ad hoc*, em substituição ao nobre Senador Raimundo Colombo.

"Submete-se ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado 442, de 2008, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, que revoga o art. 109 do Decreto-Lei 2.063, de 07 de março de 1940, e dispõe sobre contrato de seguro sobre a vida de menores de 14 anos de idade.

Composto de dois artigos, o PLS 442/2008, propõe a revogação do art. 109 do Decreto-Lei 2.063, de 07 de março de 1940, decreto este que regula os seguros privados e sua fiscalização.

O dispositivo citado, por sua vez, proíbe a contratação, por terceiro, de seguro de vida de quem seja menor de catorze anos de idade:

Nesses termos considerados, o PLS nº 442, de 2008, ao revogar expressamente o art. 109 do Decreto-Lei 2.063, de 1940, passa a permitir a estipulação, em favor de terceiros, de seguro de vida de menor de 14 anos.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos, para exame de mérito.

Não foram apresentadas emendas.

Em princípio, poder-se-ia argumentar que o projeto é desprovido de mérito, por vício de

juridicidade caracterizado pela ausência de inovação no ordenamento jurídico, dado que revoga, expressamente, um dispositivo de lei que, pela compreensão da doutrina, já estaria implicitamente revogado.

De fato, o art. 109 do Decreto-Lei 2.063, de 1940, está implicitamente revogado, ao menos, por duas normas: o Decreto-Lei 73 e o Código Civil em vigor, de 2002.

O Decreto-Lei 73, de 1966, regulou, por inteiro, o sistema de seguros privados brasileiro, o que atrai a incidência do § 1º do art. 2º da Lei de Introdução ao Código, segundo o qual a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria que tratava a lei anterior.

Ainda que o Decreto-Lei 73, de 1966, nada tenha mencionado sobre esse tema, deve-se concluir que estão revogados todos os dispositivos do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940, inclusive seu art. 109, vez que o Decreto-Lei 73, regulou, inteiramente, o sistema de seguros privados e sua forma de fiscalização.

E ainda que, por mera hipótese, se considere em vigor o art. 109 do Decreto-Lei 2.063, mesmo após a edição do Decreto-Lei 73, deve-se observar que o Código Civil regulou o tema por inteiro, novamente.

Seu art. 790 não restringe a estipulação, em favor de terceiro, de seguro de vida de menor de 14 anos. A única exigência que o Código Civil faz é a de que deve o interessado demonstrar seu interesse no contrato.

Não há, portanto, qualquer restrição quanto à idade mínima do segurado, o que faz concluir, também, que o Código Civil revogou, implicitamente, o art. 109 do Decreto-Lei nº 2.063, de 1940.

Mas, qualquer interpretação que conclua pela revogação implícita de uma norma carece de plena segurança jurídica.

Daí porque o PLS 442, de 2008, é meritório. Ao revogar expressamente o art. 109 do Decreto-Lei 2.063, o PLS 442, de 2008, não deixará dúvida sobre o fim da vigência da regra que impede a estipulação de seguro de vida de menor de 14 anos de idade."

Em vista do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação deste Projeto de Lei do Senado 442, de 2008.

Esse é o relato, Sr. Presidente. Esse é o relato e voto pela aprovação do projeto de lei.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, o projeto do Senador Raimundo Colombo, ele procura revogar o art. 109 do Decreto-Lei 2063 de 1940.

Esse decreto, ele tinha como objetivo preservar eventuais fraudes de malfeitores que poderiam usar crianças com menos de 14 anos para constituir um seguro de vida, e depois essas crianças serem penalizadas, para que, eventualmente, os fraudadores recebessem o seguro. Esse é o objetivo de proteção.

Agora, 60 anos depois, eu acho que essa hipótese está totalmente superada. Você tem mecanismos de apuração do seguro, tem o Ministério Público para acompanhar caso a caso, as instituições prestadoras de seguro têm regras bastante rigorosas no caso de investigação. Eu acho que realmente é uma restrição que já não faz mais muito sentido.

Foi solicitado vista pelo Senador Romero Jucá, ele não manifestou, inclusive porque a expectativa era que a Superintendência de Seguros, a SUSEP se manifestasse sobre a matéria; ela não se manifestou contrária à matéria, não se manifestou contrária a revogação do decreto.

Por isso eu quero encaminhar o voto favorável ao projeto, acho que não há manifestação da SUSEP, não há por parte do Ministério Público Federal nenhuma objeção, portanto, eu acho que nós poderíamos aprovar o projeto e retirando essa restrição de 1940, que era um cenário totalmente diferente do Brasil que nós temos hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria continua em discussão. Em votação o parecer do relator. Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do relator *ad hoc* Senador César Borges, tendo em vista a ausência do Senador Raimundo Colombo, permaneçam como se encontram. Aprovada à unanimidade. Aprovado o parecer do relator favorável ao projeto, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Item 2 da pauta. Projeto não terminativo. "Acréscita inciso ao art. 10 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que trata da COFINS não cumulativa." Autoria Deputado Júlio Semeghini, relator Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Sr. Presidente, pela ausência do relator eu proporia que a gente transferisse a votação para estar presente o relator, Senador Sérgio Zambiasi.

Eu tinha feito uma sugestão, eu queria fazer também para esse [ininteligível], se em duas sessões o

relator não estiver presente, a gente vota em qualquer circunstância.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi uma--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas aguardar duas sessões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi uma sugestão de V. Exa. que está prevalecendo aqui.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está prevalecendo, está ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já temos duas sessões. A matéria, autoria Deputado Júlio Semeghini, relator Senador Sérgio Zambiasi, a matéria vai ter... Vai ter que ter o relator *ad hoc*, tendo em vista que o Senador Sérgio Zambiasi não pôde estar presente até o momento.

Designo o relator Antonio Carlos Júnior, como relator *ad hoc*, para ler o parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

“O projeto é constitucional. A iniciativa é franqueada aos Deputados e Senadores ex vi do art. 61 da Constituição Federal. A matéria é de competência exclusiva da União ao teor dos arts. 149 e 195, inciso I, letra b, da Constituição Federal, cabendo ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, por força do art. 48, inciso I.

A pretendida exclusão da tributação não cumulativa acarreta o retorno à tributação pela modalidade cumulativa. Haverá, pois, mudança de alíquota de 7,6% para 3%. Essa redução de alíquota não implica, entretanto, redução discriminada de tributos ou contribuições, nem benefício que corresponda a tratamento diferenciado.

Com efeito, a modalidade cumulativa se aplica a um contingente muito maior de contribuintes, comparativamente à forma não cumulativa. A mudança de regime de tributação não caracteriza, assim, concessão de benefício de natureza tributária, sujeita às condições estipuladas no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dessa forma, o projeto é conforme com o ordenamento jurídico pátrio.

Quanto ao mérito, não há dúvida de que setores intensivos em mão de obra foram pre-

judicados com a adoção da sistemática da não cumulatividade.

Esse é mais um viés contrário ao emprego a contaminar o Sistema Tributário Nacional.

O restabelecimento da cumulatividade teria o condão de: 1º) corrigir o viés antiemprego; 2º) diminuir o custo tributário do setor e, pelo menos em tese, repercutir a diminuição nos preços cobrados às prestadoras de serviços de telecomunicações, as quais, também, em tese, poderiam repassar os ganhos para os preços cobrados de seus usuários.

Convém recordar que muitos setores igualmente intensivos em mão de obra foram excluídos da tributação não cumulativa. A própria Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, excepcionou os seguintes:

a) bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e outras instituições financeiras;

b) empresas especializadas em prestação de serviços de vigilância e transporte de valores;

c) sociedades cooperativas, exceto as de produção agropecuária e as de consumo;

d) empresas de telecomunicações;

e) prestação de serviços das empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

f) transporte coletivo rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário;

g) hospitais, prontos-socorros e bancos de sangue;

h) prestação de serviços de educação infantil, ensinos fundamental, médio e educação superior.

Várias leis foram editadas para aperfeiçoar a legislação do COFINS nesse aspecto. A Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, incluiu na tributação cumulativa as receitas decorrentes de:

a) venda de jornais e periódicos;

b) serviços de diálise, raios X, radiodiagnóstico e radioterapia e quimioterapia;

c) serviços prestados por clínica médica, odontológica, de fisioterapia e fonoaudiologia, laboratórios de análises clínicas;

d) vendas de mercadorias por lojas francas ('free shops');

e) prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, efetuado por empresas regulares de linhas aéreas domésticas, e de transporte de pessoas por empresas de táxi aéreo;

f) edição de periódicos e de informações neles contidas, que sejam relativas aos assinantes dos serviços públicos de telefonia;

g) prestação de serviços das empresas de 'call center', 'telemarketing', telecobrança e de teleatendimento em geral;

h) execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, até 31 de dezembro de 2010 (Medida Provisória nº 451);

i) parques temáticos e de serviços de hotelaria e de organização de feiras e eventos, conforme definido em ato conjunto dos Ministérios da Fazenda e do Turismo.

A Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, fez o mesmo relativamente às receitas decorrentes de prestação de serviços: postais e telegráficos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; concessionárias operadoras de rodovias; agências de viagem e turismo.

A Lei nº 11.051, de 29 de dezembro de 2004, adotou idêntica providência às receitas auferidas por empresas de serviços de informática, referentes, decorrentes das atividades de 'software' e o seu licenciamento ou cessão de direito de uso, bem como análise, programação, instalação, configuração, assessoria, consultoria e outros serviços da área de 'software'.

Finalmente, a Lei nº 11.196, de 21 de dezembro de 2005, fez retornar ao regime cumulativo as receitas relativas às atividades de revenda de imóveis, desmembramento ou loteamento de terrenos, incorporação imobiliária e construção de prédio destinado à venda.

Quanto ao alcance da proposição, todavia, deve-se esclarecer que a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 97, que rege o setor de telecomunicações, é a lei geral de telecomunicações, estabelece dois regimes jurídicos para a exploração desses serviços. Por força do disposto no art. 64, parágrafo único, da mesma Lei, e

nos arts. 1º e 3º do Plano Geral de Outorgas, aprovado pelo Decreto 6.654, de 20 de novembro de 2008, o regime público é reservado ao Serviço Telefônico Fixo Comutado.

A exploração de serviço nesse regime se dá por meio de concessão ou, em casos especiais, de permissão. Já o regime privado aplica-se a todos os serviços de telecomunicações, inclusive o STFC quando prestado pelas empresas que ingressaram no mercado após a privatização ocorrida na década de 90. No regime privado, a exploração do serviço ocorre por meio de autorização.

Portanto, ao mencionar concessionárias operadoras de serviços públicos de telecomunicações, a redação original do projeto limita seu alcance às prestadoras de serviços que atendem as operações de STFC em regime público.

Não obstante, tal redação afigura-se imprecisa e em desacordo com a terminologia adotada pela Lei nº 9.472, de 97.

No entanto, impende considerar que, de acordo com a justificativa do projeto, o fundamento para a aplicação do regime do COFINS cumulativo a essas empresas reside no fato de que suas receitas decorrem, em grande parte, da prestação de serviços com grande escala de aplicação de mão de obra e pequena escala de agregação de matérias que possam ensejar o crédito dos materiais aplicados na execução de seus serviços.

Esclarece ainda o autor que na matriz de custos dessas empresas, o maior peso é o do item mão de obra, envolvendo salários, encargos e benefícios não dedutíveis para fins de cálculo do recolhimento do COFINS.

Tal contexto não é exclusivo das empresas que prestam serviços de execução de infraestrutura, manutenção e instalação apenas para as concessionárias do STFC.

Estruturas de custos equivalentes, por certo, também serão identificadas nas empresas que prestam os mesmos serviços para outras operadoras de serviços de telecomunicações.

Dessa forma, não se mostra coerente, e menos ainda isonômico, conceder tratamento diferenciado apenas àquelas empresas que possuem, em sua carteira de clientes, concessionárias do STFC.

Há de se considerar, ainda, a possibilidade de que uma mesma empresa seja presta-

dora de serviços tanto para concessionária do STFC como também para outras operadoras que explorem serviços de telecomunicações no regime privado.

Em tais casos, uma mesma empresa teria parte de suas receitas, relativas a serviços de idêntica natureza, tributadas pelo regime cumulativo, aquelas recebidas das concessionárias, e outra parte sujeita ao regime não cumulativo, decorrente da prestação de serviço a outras operadoras de telecomunicações.

Por fim, deve-se ainda registrar que as atuais concessionárias do STFC compõem grupos econômicos que compreendem prestadoras de serviços de telecomunicações explorados no regime privado, como o Serviço Móvel Pessoal (SMP) e o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), utilizado para acesso à Internet em banda larga.

Nesse contexto, alguns segmentos de suas redes são utilizados, indistintamente, para a prestação de todos esses serviços, e não apenas para o STFC. Dessa forma, a prestação de serviço de instalação ou manutenção de infraestrutura em rede pertencente a concessionária do STFC não significa, necessariamente, benefício exclusivo a esse serviço.

Mostra-se, portanto, de maior coerência conferir tratamento uniforme a todas as empresas prestadoras de serviços de execução de infraestrutura, manutenção e instalação em redes de telecomunicações.

Por essa razão, entendemos que, ao tempo em que o projeto merece ser aprovado, faz-se mister corrigir a distorção aqui apontada, pelo que apresentamos a emenda que segue no final deste parecer.”

Então, o voto é pela aprovação [interrupção no áudio] com a Emenda nº 01, que no seu inciso XXVIII diz que decorre das... “*as receitas decorrentes de prestação de serviços de execução de infraestrutura, manutenção e instalação para prestadoras de serviços de telecomunicações*”, acrescenta esse inciso.

Esse é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, para discutir, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Presidente, a proposta que está sendo feita, ela vai representar uma mudança de alíquota de impostos do COFINS na cadeia do setor de telecomunicações.

E eu quero primeiro dizer que eu tenho um grande respeito pelo Deputado Júlio Semeghini, é um estudioso da matéria, é um parlamentar bastante competente, atuante, tem toda a minha consideração.

Agora, a informação que eu tenho da Receita é que a estimativa de perda de receita para a Receita Federal do Brasil, com os dados de 2007, seriam 87 milhões de reais; com os dados de 2010 é mais de um bilhão e 99 milhões de reais, quase um bilhão e 100 milhões de reais.

Nós estávamos atravessando um período de queda forte na receita tributária, o Governo vem fazendo um esforço de redução de alíquotas de impostos em vários setores estratégicos da economia, a exemplo do setor automotivo, material de construção civil, setor de eletrodomésticos, setores mais atingidos pela crise, que não é o caso do setor de telecomunicações, é um setor que tem mantido investimentos, rentabilidade.

Então, eu peço vistas para fazer uma análise mais cuidadosa da matéria, argumentando que o meu problema é o impacto de um bilhão de reais que tem que ser avaliado junto a Receita Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo vistas ao Senador Aloizio Mercadante, de acordo com o regimento.

Item 3 da pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Deputado... Ô, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, é só para uma sugestão de nós... Como V. Exa. esta procedendo, darmos prioridade aos itens terminativos, tendo em vista que está ocorrendo--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos começar, o primeiro é esse.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): E gostaria, por gentileza, se possível, colocar o item terminativo extrapauta, que é o Projeto de Lei nº 20.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É terminativo? V. Exa. será atendido.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Obrigado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, pela ordem. Presidente. Presidente Garibaldi, eu sou relator do Item 8, que trata de um empréstimo de dez

milhões de dólares dos Estados Unidos ao Governo do Estado do Pará.

Nós estamos na iminência de início da Ordem do Dia. Se V. Exa. puder considerar e fazer uma inversão de pauta nesse item, pelo interesse do Governo do Estado do Pará e a sensibilidade tradicional que tem a CAE em tratar questões dessa natureza, eu lhe agradeço.

Se eu puder ler... Ser contemplado de fazer a leitura agora, como relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Qual é o Item?

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): O item 08, sobre o empréstimo de dez milhões de dólares para o Estado do Pará, em relação à modernização fiscal e tributária do Estado.

O Item 08 da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Propõe a autorização à contratação de operação de crédito externo.

Vamos atender a V. Exa. e ao Estado do Pará, mas é um projeto não terminativo.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. não poderia aguardar enquanto nós votamos os terminativos.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Eu posso, mas o meu medo só é que nós temos 12 minutos para começarmos a Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas só iremos paralisar os trabalhos quando começar a Ordem do Dia, efetivamente, lá.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Ao seu critério. Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): “*Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrente de Calamidades Públicas*”--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente. Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Projeto de lei--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Dentro do critério levantado aqui pelo líder Aloizio Mercadante, eu pergunto a V. Exa.: estando ausente o relator, não era o caso da adiamento da matéria?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria já constou da pauta por três reuniões. Já pode designar relator *ad hoc*, mas V. Exa. invoca não isso, mas a presença do autor?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De ambos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, o relator pode designar *ad hoc*. Seria uma homenagem ao autor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O autor está ausente. Ao autor que evidentemente gostaria de estar aqui defendendo com muito brilhantismo a sua proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu vou atender a V. Exa., mas não vou tomar isso como uma praxe, porque, na verdade, nós ficaríamos condicionados aos autores dos projetos, que às vezes não podem comparecer.

Mas em homenagem a V. Exa.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A sugestão de V. Exa. está acatada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, Senadora, com a palavra a Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu quero aqui colocar a minha opinião, eu concordo com o Senador Heráclito, que é importante que o autor esteja presente.

Ele acaba de chegar [risos]. Agora o autor está presente, Garibaldi. E agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O autor está presente?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O autor acaba de chegar, que é o Senador Inácio Arruda, no Item 3.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador... Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Pois sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. acaba de ser homenageado pelo Senador Heráclito, mas veio receber a homenagem. Homenageado pela ausência, mas terminou presente.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Exa.--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidentemente o Senador Inácio opta...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu estou aqui para designar um relator *ad hoc*.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Pela discussão agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Porque o relator João Vicente Claudino, não está presente. Então vou designar um relator *ad hoc*.

Concedo a palavra, como relatora *ad hoc*, à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Sr. Presidente.

O projeto, de autoria do Senador Inácio Arruda, ele trata...

“Vem à análise desta Comissão, em caráter terminativo, o PLS nº 193, de 2009, que cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas-FASEC.

As principais características do Projeto são destacadas a seguir.

O objetivo do fundo é prover recursos para atender a população atingida por desastres naturais, recuperar a infraestrutura danificada, restaurar a prestação de serviços públicos e auxiliar na superação das consequências e privações de natureza social e econômica derivadas das situações de emergência e dos estados de calamidade pública.

A gestão dos recursos será de responsabilidade do Conselho Deliberativo do FASEC, com apoio técnico e administrativo do órgão responsável [soa a campanha] pela execução da política nacional de defesa civil.”

Esse projeto, ele tem uma relevância muito grande por se tratar, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, de algo que nós temos assistido nesses últimos anos, que são calamidades acontecendo nos estados e, muitas vezes, o atendimento, em função de não existir já um fundo específico para essas calamidades, muitas vezes demora, quando vem chegar através de [soa a campanha] aprovação de Medidas Provisórias e de outras instrumentos, muitas vezes já chega bastante atrasado, quando chegam.

Então, o Senador Inácio Arruda, com a preocupação em criar esse mecanismo que cria um fundo especial para que possamos ter já destinados recursos para, nessas emergências, nessas calamidades, ser atendidos apresentou o projeto, que numa análise...

“Em primeiro lugar, devo ressaltar o equilíbrio da proposição apresentada pelo Senador Inácio Arruda, a qual busca garantir recursos suficientes que tempestivamente possam ser utilizados para atenuar os problemas derivados

das situações de emergência e dos estados de calamidade pública, reservando, no entanto, os aspectos operacionais a regulamento previsto no projeto.

A matéria está inserida nas competências da União, à qual compete legislar sobre defesa civil, conforme previsto no art. 22, inciso XXVIII, da Constituição. Uma vez que ao Congresso Nacional cabe dispor sobre todas as matérias de competência da União, conforme art. 48 da Constituição, e que o objeto do Projeto de Lei não é de iniciativa privativa do Presidente da República, não há possibilidade de ser levantada a questão de vício de iniciativa.

Enquanto trata da política pública de defesa civil, a proposição em análise é cuidadosa em estabelecer objetivos, prioridades e parâmetros e criar instrumentos de ação que possam dar efetiva capacidade de resposta ao Sistema Nacional de Defesa Civil.

No entanto, o Projeto em análise prevê que os aspectos operacionais serão objeto de um regulamento a ser estabelecido pelo Poder Executivo Federal. Assim procedendo, está respeitando as competências reservadas àquele Poder.

Nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Assuntos Econômicos emitir parecer quanto ao mérito e opinar sobre o aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida.”

Toda essa análise já foi distribuída aos Srs. Senadores, que tomaram conhecimento e o voto do relator, em face do exposto, “é recomendando a aprovação do Projeto de Lei do Senado 193, de 2009, na forma do substitutivo ora apresentado.”

Passo agora a ler o substitutivo. Projeto de Lei do Senado nº 193, de 2009:

“Cria o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência [soa a campanha] e aos Estados de Calamidade Pública e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica criado o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência e aos Estados de Calamidades Públicas-FASEC com o objetivo de assegurar recursos para atender à população atingida por desastres naturais, recuperar a infraestrutura danificada, restaurar a prestação de serviços públicos e auxiliar na superação das consequências e privações

de natureza social e econômica derivadas das situações de emergência e dos estados de calamidade pública.

Art. 2º. O fundo a que se refere o art. 1º será gerido, com apoio técnico e administrativo do órgão responsável pela execução da política nacional de defesa civil, pelo Conselho Deliberativo do FASEC, os quais serão definidos no regulamento do fundo.

Parágrafo Único. A atividade dos membros do Conselho Deliberativo do FASEC será considerada serviço público de natureza relevante, será exercida sem prejuízo das funções que as pessoas designadas exerçam nos órgãos de origem e não implicará a percepção de remuneração a qualquer título.

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço silêncio.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Acredito que todos os Senadores já devem ter lido a análise, o relatório, o substitutivo, porque, na realidade, esse é um projeto que tem interesse não somente da nossa região Nordeste, mas na região Norte, em todo o país onde possa acontecer uma calamidade, onde possamos ter como as enchentes que aconteceram ou as grandes secas, ou os desastres que porventura venham a acontecer.

Então, eu acho que todos já devem ter analisado e com certeza fazendo o seu... Vão contribuir para melhorar, para aprovar ou para rejeitar, de acordo com o sentimento de cada um.

“O FASEC constitui fundo especial de natureza contábil com prazo indeterminado e será formado por: repasses relativos a dotações que lhe forem consignadas no orçamento fiscal e da seguridade social; doações; legados; ajuda financeira”--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu peço... Peço som, eu estou pedindo aqui o aumento do som, aqui.

Senadora Rosalba já...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Estou terminando.

“Ajuda financeira de entidades”... Agora o som melhorou... “de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais.”

Então são uma série de... Artigos, subdivididos, que realmente faz, através desse substitutivo, correções, melhoramentos, a respeito do FASEC, é o Fundo de Apoio às Situações... O Fundo de Atendimento às

Situações de Emergência Decorrentes de Calamidade Pública e dá outras providências.

E, conforme a análise e o relatório, o relator expõe, recomenda, a aprovação do Projeto do Senado 193, na forma do substitutivo já aqui lido e do conhecimento de todos os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão--

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente Garibaldi.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Presidente.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Eu vou pedir vista da matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tião Viana, pede vista da matéria. Está concedida vista.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Vista coletiva, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vista coletiva por... De acordo com a solicitação do Senador, também Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 4. Peço aumentar o som, por favor.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas o eu peço... O problema não é só de aumento de som, o problema é também de barulho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 4. “Instituiu o parcelamento para o pagamento do imposto de renda pessoa física.” Autoria Senador Raimundo Colombo; relator Senador João Tenório. O projeto é terminativo.

Tendo em vista a ausência do autor e do relator, e não decorreu ainda o prazo, não expirou o prazo concedido ao relator, a matéria fica adiada na sua apreciação.

Item 5. “Reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas.” Autoria Senador Sérgio Guerra; relator Senador Eduardo Azeredo.

A matéria constou da pauta de duas reuniões da CAE, podendo ser designado relator *ad hoc*.

Concedo a palavra, como relator *ad hoc*, ao Senador Tasso Jereissati. É o Item 5 da pauta.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, veio a exame dessa Comissão o Projeto de Lei de autoria do Senador Sérgio Guerra, que tem

por finalidade reduzir a alíquota máxima do imposto de renda incidente sobre os rendimentos das pessoas físicas de 27,5% para 25%.

Pelos termos da propositura, os valores são os seguintes: tabela progressiva mensal até 1.164, isento; de 1.164 até 2.326, 15%; acima de 2.326, 25%.

Senador Garibaldi, eu gostaria de pedir licença, já que o relator principal chegou, eu gostaria de passar para o relator que, sem dúvida nenhuma, saberá defender com muito mais brilhantismo do que eu.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não concordo. Acho que ficaria melhor na relatoria do Senador Tasso, mas vamos continuar então.

O Governo aumentou essa alíquota de 25 para 27,5, para vigorar provisoriamente nos exercícios de 98 e 99. Depois, isso foi se tornando permanente, através das leis de 99, de 2002, de 2003, foram prorrogando a alíquota de 27,5, sendo que essa última fixou a data de 31 de dezembro de 2005 para o término da vigência da referida alíquota.

Com fundamento na referida lei, o Poder Executivo elaborou a proposta orçamentária para 2006 e está aqui listada e nós tínhamos no projeto orçamentário de 2006, a previsão de 1,1 bilhão, reservado a compensação de redução da carga tributária, no projeto de lei do próprio Governo.

Recentemente, o Governo encaminhou a mensagem ainda em 2005, interrompendo o processo de desoneração tributária iniciada em 2004, afirmando que houvera um equívoco quanto a alíquota do Imposto de Renda das pessoas físicas, que não seria mais de 25 e sim de 27,5.

E passando para a análise, Presidente, Srs. Senadores, o que podemos colocar nesse projeto do Senador Sérgio Guerra é que a carga tributária brasileira já é excessivamente elevada e que esse aumento, que foi provisório, de 25 para 27,5, se justificativa, para a pessoa física, se justificava naquele momento, não se justificando mais depois de tantas elevações de taxas e de impostos que o Governo teve.

Portanto, podemos afirmar que: a) a modificação da alíquota em referência não implica redução discriminada de tributos, pois estabelece norma geral ao alcance de todos os contribuintes do imposto; b) não cria benefícios que possam corresponder a tratamento diferenciado ou de caráter não geral; c) não compromete o equilíbrio das contas públicas, já que há previsão de recursos mais do que suficientes para custear a desoneração que se pretende instituir.

O voto. Por atender aos preceitos constitucionais e legais que regem a espécie, por constituir matéria de grande alcance social na medida em que propiciará a melhoria da renda dos contribuintes, o voto é pela

aprovação do Projeto de Lei do Senado, 330 de 2005, do Senador Sérgio Guerra, voltando a alíquota máxima da pessoa física de 27,5 para 25, como sempre foi, ao invés de tornar definitiva uma... A elevação, que foi temporária, e levando em consideração que o Governo já havia feito essa reserva de um bilhão anuais para a redução da carga tributária.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu pediria vista do projeto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Quais os motivos que movem V. Exa. à essa atitude?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É que eu preciso estudar melhor o assunto. Não me sinto seguro para a votação.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está plenamente justificado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Atendido o pedido de vistas do Senador Wellington Salgado.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente Garibaldi, a Ordem do Dia está começando. Eu pediria a V. Exa., aquela sensibilidade ao meu projeto, que eu sou relator, autoria do Senador Heráclito Fortes, que é sobre o DF. Sobre o Distrito Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi concedida, então, vistas coletivas, tendo em vista o pedido do Senador Tasso Jereisatti.

Item número... Wellington Salgado e Tasso Jereisatti pediram vista, vista coletiva.

Não, o item do empréstimo do Governo do Pará. Item 8.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, os terminativos primeiros. Foi combinado os terminativos primeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas, Senador Roberto Cavalcanti... Bem, eu quero agora dividir a minha responsabilidade com o Plenário.

O que acontece é o seguinte: nós temos ainda dois projetos terminativos para votar, são pedidos extrapauta, e temos dois empréstimos.

Acontece que o Plenário, o Plenário já está tendo sessão; entretanto, ainda não começou a Ordem do Dia, mas corremos o risco de, começando a Ordem do Dia, ter que interromper os trabalhos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então eu acho que nós deve-

ríamos votar logo os empréstimos e depois votaríamos os projetos terminativos. A Comissão concorda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está com toda razão em propor que se faça a aprovação dos projetos de empréstimos, inclusive existe o empréstimo para o meu estado, o Estado do Pará.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São três empréstimos, três pedidos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, aprovemos os empréstimos e voltemos aos terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dois pedidos. Dois.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Um para o estado de V. Exa. e outro para o Distrito Federal.

Vamos votar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu espero que a Governadora Ana Júlia use o dinheiro adequadamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos votar. Vamos votar.

Com a palavra o relator Senador Tião Viana.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Qual item?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sobre a mensagem... Oito. Sobre a Mensagem nº 111, de 2009, do Presidente da República, que encaminha pleito do Estado do Pará.

Com a palavra o Senador Tião Viana.

SENADOR TIÃO VIANA (PT-AC): Presidente, eu inicio exaltando o apoio que o Senador Flexa Ribeiro, como Senador do Estado do Pará, expressou a essa matéria, entendendo que apesar das diferenças partidárias que possa ter, os interesses da população são sempre mais relevantes e ele agiu com inteira sensibilidade à população do seu Estado do Pará.

Então, "Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Programa de Apoio à Modernização e Transparência Fiscal do Estado do Pará, o PROGEFAZ/PROFISCO.

Segundo informações do Tesouro Nacional, o custo total... O custo total do programa é de 14 milhões, sendo que o Estado do Pará, como contrapartida, recursos da ordem da União, o Estado do Pará assume recursos da ordem de quatro milhões.

Ressalte-se que os gastos do Estado realizados anteriormente à assinatura do contrato desse empréstimo serão considerados como parcela da contrapartida estadual, sendo que os valores restantes serão liberados, juntamente com o referido empréstimo."

Sr. Presidente, todos os itens foram considerados, a taxa de juros é que chama a atenção, que é um taxa anual de 4,8, possivelmente vinculada à época em que o empréstimo foi feito, que hoje a taxa está na ordem de até 1,5%, mas seguramente o fator temporal é que deve justificar esse item.

Todas às condições financeiras estipuladas pela referidas Resoluções do Senado Federal estão cumpridas, não há motivo, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito em exame.

Portanto, estão observadas as exigências definidas na Resolução 48 de 2007, no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação da garantia por parte da União.

"Em conclusão, a operação de crédito em exame atende as exigências previstas dos arts. 6º, 7º e 21 da Resolução 43, de 2007, observando, assim, os limites de endividamento nela estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001, também do Senado Federal.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções 48, de 2007, e 40 e 43, de 2001, são atendidas pelo Estado do Pará, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a mensagem em questão."

O meu voto. "O pleito encaminhado pelo Estado do Pará encontra-se de acordo com o que preceituam as Resoluções do Senado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte."

Então, o meu voto é pela aprovação do empréstimo, cumpridas todas as exigências legais.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro, lembre-se da premência do tempo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito rápido, Presidente. Muito rápido. Eu apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. está--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu apenas quero agradecer ao Senador Tião Viana às referências que fez sobre o empenho nosso na aprovação desse empréstimo para o Estado do Pará.

E é exatamente aquilo que o Senador colocou, o Senador Tião Viana. Nós estamos aqui para defender os interesses do estado.

Apesar de sermos oposição ao Governo que lá está instalado, mas um projeto de empréstimo de dez milhões de dólares para o aperfeiçoamento da máquina de apoio à modernização e transparência fiscal do Estado do Pará tem que ter o apoio de todos nós.

Eu espero que só que a Governadora faça o uso correto dos recursos, para que o Pará possa vir a ter investimentos, porque os recursos próprios da sua receita, me parece, que não estão sendo devidamente aplicados.

Porque em 2006, de recursos próprios do Estado foram aplicados um bilhão, investido um bilhão de reais e 2007, no primeiro ano da Governadora, só 400 milhões, me parece que é o número.

É bom que o Estado do Pará fique atento para os investimentos que estão sendo deixados de fazer nessa gestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o parecer, os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do relator permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do relator, favorável, nos termos do Projeto de Resolução apresentado.

Em votação o pedido de urgência feito pelo relator Senador Tião Viana, juntamente com o Senador Flexa Ribeiro, no desejo de ajudar a Governadora Júlia Carepa, Ana Júlia Carepa.

Em votação. Aprovada a matéria--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nos termos do Projeto de Resolução apresentado e a urgência também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero só salientar realmente o espírito público do Senador Flexa, que contrariando as dificuldades que ele tem no estado, ele pensou exatamente na população do Pará.

E hoje está realmente assim, com o espírito bem mais calmo, propicia essa aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 9 da pauta. "*Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de 130 milhões de dólares entre o Governo do Distrito Federal e o Banco*

Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, o BIRD."

Com a palavra o relator, o Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende com a palavra.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Pois não, Sr. Presidente.

É submetida à nossa aprovação, pleito do Governo do Distrito Federal, por intermédio da Mensagem 110 de 2009, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da União.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tião Viana, olha o compromisso.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Esse é um pleito do governo do Distrito Federal. Os recursos desta operação destinam-se ao financiamento do Programa de Modernização da Gestão Pública do Distrito Federal.

Estão satisfeitas todas às condições financeiras estipuladas pelas referidas resoluções do Senado, não havendo motivos, do ponto de vista técnico, para se negar a autorização do Senado ao pleito do exame, em exame.

Estão sendo observadas as exigências definidas na Resolução 48 e no art. 40 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto às exigências e condições para a prestação de garantia por parte da União.

"Em conclusão, a operação atende as exigências previstas nos artigos 6º, 7º e 21 da Resolução 43, de 2007, observando assim os limites de endividamento nelas estabelecidos, assim como o previsto na Resolução nº 40, de 2001.

As demais condições e exigências estipuladas pelas Resoluções nºs 48 e 40 e 43 são atendidas pelo Distrito Federal, conforme evidenciado pelos documentos que acompanham a Mensagem."

Achamos que este é um financiamento que vai ajudar o Governo Arruda a promover uma gestão financeira e administrativa cada vez mais eficiente no Distrito Federal.

Nós damos o nosso voto encaminhado... Ao pleito encaminhado pelo Governo do Distrito Federal, de acordo com o que preceituam as resoluções do Se-

nado Federal sobre a matéria, devendo ser concedida a autorização para a contratação da operação de crédito externo, nos termos do Projeto de Resolução do Senado.

Era o que eu que eu tinha a dizer, Sr. Presidente [soa a campanha].

O meu voto é favorável. E, se aprovada a matéria por este Plenário, nós pediremos o regime de urgência para sua tramitação *a posteriori*.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Em votação o parecer do relator, Senador Eliseu Resende. Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer do relator permaneçam como estão. Aprovado o parecer do relator, favorável, nos termos do Projeto de Resolução apresentado.

Em votação a urgência requerida pelo relator.

Aumente o som, estou novamente com problema de som. Estão no limite?

Aprovada a urgência, nos termos do parecer do relator, do pedido do relator.

Som, som. Som e menos barulho.

Concede... O projeto é de autoria do Senador Cristovam Buarque. Peço ao Plenário... Agora agradeço.

Peço ao Plenário para que permita que seja incluída extrapauta essa matéria, que "*Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI, incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por prefeituras municipais e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas, habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar.*" Autoria Senador Cristovam Buarque; relator Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra o--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --Senador, relator. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O projeto é terminativo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Um esclarecimento aí que talvez o autor possa resolver: por que não foram incluídos os Governos Estaduais que também compram? Prefeituras, Distrito Federal?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permite, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, autor.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

É óbvio que deve incluir. Se a gente elimina o IPI, automaticamente todos que comprem [interrupção no áudio] se beneficiam.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):

Mas aí não está especificado, eu sugeriria que V. Exa. fizesse uma emenda, uma correção.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Então eu acho que tem... Eu agradeço então bastante ao Senador Heráclito e façamos uma emenda, claro.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O relator acata como emenda?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Peço ao relator que no caso de acolhendo a emenda, apresentar a emenda de relator.

Senador Roberto Cavalcanti, V. Exa. apresente então uma emenda de relator, se concordar, claro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu acredito que se todos concordarem, eu não desejo é apresentar emenda, nesse momento, de relator para ter, de repente, um voto contrário.

Essa é a dúvida que paira. Porque é um tema polêmico, é um tema que implica em renúncia fiscal. Renúncia fiscal no Brasil, hoje, é um fato que requer muito cuidado, muita cautela.

Então, eu, na verdade, me acosto ao que foi relatado pelo autor, do projeto, que é o Senador Cristovam, em decorrência da observação do Senador Heráclito Fortes.

Aí pode inserir aí, de repente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas V. Exa., acolhe?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Concordo. Acolho, acolho.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti, peço silêncio.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Trata-se de um projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque, que se refere ao benefício tributário relativo ao Imposto de Produtos Industrializados-IPI, incidindo sobre veículos de transporte escolar.

Gostaria de fazer uma ressalva, que nós todos somos testemunhas dos inúmeros acidentes que existem por ocasião desses transportes em todas as regiões do Brasil, em especial do Nordeste.

A qualidade do transporte coletivo, principalmente nas cidades do interior, é lastimável e esse projeto visa exatamente permitir que esse transporte seja feito de uma forma... Em decorrência dessa isenção de imposto, que permitirá a renovação dessa frota e a compra desses veículos por parte das prefeituras, por

parte inclusive, conforme está explicitado numa das emendas do Senador Flávio Arns, que é por entidades educacionais sem fins lucrativos.

No projeto foram previstas todas as sanções no tocante ao mau uso desse veículo, a alienação do veículo, existem quatro itens que caracterizam essa exigência no tocante ao não uso, de forma indevida desses veículos.

Inclusive, foi incluída a emenda que prevê a punição no tocante ao responsável pelo pagamento do imposto e seus acréscimos, será o alienante, no caso do inciso I, do § 1º desse artigo e o proprietário, no caso dos demais incisos II e III, do § 1º desse artigo.

É um projeto que contempla, na verdade, essa isenção, foi analisado o impacto que acontece em relação aos estados e municípios. Incluindo o estado e incluindo os benefícios como beneficiários desse projeto, não há uma punição, porque o que cairia, efetivamente, em função da arrecadação do Fundo de Participação Estadual e do Fundo de Participação dos Municípios, essa... Há uma compensação em função da aquisição desses veículos com isenção.

Então, o nosso voto é no sentido da aprovação do projeto, com a emenda abaixo e com a rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Educação, tendo em vista que esse projeto anteriormente passou pela Comissão da Educação. E a aprovação da Emenda nº 2 da Comissão de Educação e agora com a inclusão da emenda de relator, incluindo os estados como merecedores desse benefício.

Era isso Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação, a matéria é terminativa.

Como vota o Senador Delcídio Amaral? Senador Delcídio Amaral?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Aloizio Mercadante. Senador Inácio Arruda. Senador César Borges.

SR. SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eliseu Resende. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele não... Eu peço desculpas ao Senador Renato Casagrande, mas o seu voto não poderá ser contabilizado porque sua bancada já está toda ela presente. Mas não vai faltar oportunidade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está desculpado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti, conhecido o voto. Senador Romero Jucá?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu voto sim, registrando a importância do projeto e lembrando que para comprar veículos para a área de segurança, já existe há muito tempo essa isenção que nós estamos dando agora e fazendo justiça, para comprar veículos para a área da educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, acompanho o relator, Senador Cristovam Buarque, que sempre ligado, inclusive nessa questão de transporte para educação.

V. Exa. sempre ligado à educação no país, o meu voto acompanha o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o relator e parabenizando o autor do projeto e o relator pelo parecer, da maior importância a isenção do IPI para os veículos de transporte escolar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria... Não, o Senador Aloizio Mercadante... Senador Renato Casagrande, V. Exa. já pode votar. Foi rápido o [ininteligível].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu voto com o relator, então, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E contar com o seu voto. Peço silêncio.

[soa a campanha].

Foi... Eliseu Resende? Senador Eliseu Resende, V. Exa.... Vota com... V. Exa. não votou ainda. Desculpe.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Votei com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com o relator.

A matéria foi aprovada à unanimidade.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu gostaria que pudesse ser colocado o Item 10, que eu sou relator, porque eu vou ter que me retirar para uma reunião e como é o próximo, o Item 9 já tinha sido votado. Eu solicitaria que pudéssemos votar o Item 10, para que eu pudesse me retirar.

É a transformação da Secretaria de Previdência Complementar na Superintendência de Previdência Complementar, PREVIC, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É o Item nº 10.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, o que faríamos do Item 5 e 6?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Cinco e seis?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O 5 já foi votado, é o 6.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Já houve pedido de vistas coletiva.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): No 5, agora o 6, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Do 5 e do 6, vamos...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O 7?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O 6...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O 6 já tem um acordo para votar, Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O 6 foi também pedido de vista ou não?

Não foi analisado, V. Exa. tem razão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O 6 e o 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O 6... O 7, o próprio relator pediu adiamento, Senador Efraim Moraes, está estudando a cultura do caju, cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu sou relator do Item 11, que trata de tarifas bancárias. Eu quero saber se tem acordo para ser apresentado o...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está na pauta, vamos votar--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --O Item 10, para atender o líder--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --Romero Jucá, que vai novamente para uma reunião.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem, Presidente. Depois voltamos ao Item 6, depois?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hã?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Voltamos ao 6, depois, então, do 10?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O 6...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O 6 tinha um pedido de vista do Senador Mercadante, nós já temos um acordo aqui para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, já há um acordo?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Já tem o parecer também.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Uma emenda, uma emenda.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu estou encaminhando à mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então vamos votar o Item 10.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, com relação ao Item 10.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Depois voltaremos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. fez inversão de pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu fiz, eu fiz total inversão de pauta aqui. Não foi nem parcial, inclusive para atender a Governadora e a V. Exa., a Governadora Ana Júlia Carepa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria fazer um apelo aqui ao Senador Romero Jucá. O Senador Romero Jucá sabe que o Item 10 é um item complicado, é um item complexo e ele só entregou o seu relatório agora, sem dar nenhuma possibilidade a que nós, membros dessa Comissão, nós debruçássemos sobre o que ele escreve sobre a matéria.

Daí por que eu faria um apelo ao Senador Romero Jucá que trouxesse o assunto na próxima semana, porque não há nenhuma condição de se discutir uma matéria, cujo--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Na próxima semana não é possível, porque é recesso

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Na outra, após o recesso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente,

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Depois do recesso.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu faria a seguinte proposição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Silêncio, silêncio [soa a campanha]. Silêncio.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu faria a seguinte proposição: eu apresentaria o relatório, seria dada vista coletiva e aí nós voltaremos no início de agosto, na volta do recesso, já com vista concedida.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A minha proposta é exatamente em homenagem a V. Exa., para que não se peça vista coletiva numa proposta do líder.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não tem problema.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É que ela só seja... Nós ficamos com o relatório, estudamos é a mesma coisa. Eu quero apenas preservar o seu relatório, o seu texto. Eu gostaria de que V. Exa. me permitisse conhecê-lo para discutir na próxima reunião.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu acho bom dar vistas, porque é uma matéria importante, é uma matéria que representa um avanço para o País. É a criação da Superintendência de Previdência Complementar, que vai fiscalizar os fundos de pensão.

Fui Ministro da Previdência, defendi a criação da PREVIC, é um instrumento importante de fiscalização para que nós tenhamos, inclusive, investimento a longo

prazo pelos fundos de pensão, os fundos de pensão sendo estruturados.

Então eu gostaria de apresentar, pedir uma correção inclusive no art. 40--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): --§ 2º, há um correção de texto, foi publicada errada uma data, a data, no art. 40.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): No *caput*, tem uma data de 31 de março de 2008.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Quando chega no § 2º, essa data também é 31 de março de 2008. Eu não sei porque foi publicado 31 de dezembro de 2008. Há algo errado aqui.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Então queria que fizesse a correção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, esse argumento--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos fazer a correção.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Que fosse dado vista.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Heráclito Fortes com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Evidente que a decisão soberana é de V. Exa., mas há uma praxe nesta Casa, de que não se discuta matéria que não publicada. O apelo que eu faço a V. Exa. é que cumpra o que tem sido feito constantemente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Publicada?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Senador Romero Jucá quer pedir vistas, quer que se peça vistas para ganhar prazo, mas a questão não é esta, até porque esta matéria ainda vai para outras comissões.

Nós vamos quebrar aqui uma rotina que é exatamente, esse parecer foi entregue agora.

Então eu faço um apelo a V. Exa., para que use as prerrogativas presidenciais e decida como--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu não estou querendo quebrar... Eu não estou querendo quebrar rotina nenhuma, Presidente. Se for quebrar rotina, eu retiro o que eu disse--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Eu apresentei o relatório como de praxe.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O texto vem com incorreções.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Nós estamos votando o relatório, a matéria está na pauta. Se houver alguma quebra de rotina, por favor.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O texto vem com incorreções, até por isso, Sr. Presidente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Não é...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até por isso Sr. Presidente, é um apelo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É uma prerrogativa do relator, isso que o Senador Romero Jucá está pedindo.

V. Exa. também está fazendo um pedido razoável. Vamos chegar a um acordo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Votaremos na próxima reunião. Agora não se tem tempo de discutir o relatório do Senador Romero Jucá. É o apelo que eu faço.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu vou atender o apelo do Senador Heráclito, peço a correção da Mesa.

Na primeira reunião de agosto nós vamos apresentar o relatório novamente e a gente vota com o apoio do Senador Heráclito essa matéria, Sr. Presidente.

Portanto eu retiro, a pedido do Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Por isso que é pouco se dizer que o Senador Romero Jucá é líder só do Governo; ele é líder de todos nós, generoso, compreensivo, justo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Portanto, fica adiada até a próxima reunião depois do recesso, esta matéria.

Item 6 da pauta. "*Dispõe sobre incentivo tributário a linha de créditos especiais para o atendimento às necessidades de pessoas com deficiência.*" Autoria Senador Eduardo Azeredo; relator Senador Eliseu Resende. O parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1 que apresenta.

Favorável também às Emendas 2, 3 e 4, de autoria do Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 123, que dispõe sobre incentivos tributários e linhas de créditos especiais para atendimento às necessidades de pessoas com deficiência, me parece, primeiro, uma iniciativa de grande alcance social.

Eu quero parabenizar o Senador Eduardo Azeredo por estar tratando desse tema tão importante para um segmento relevante da nossa sociedade, que não tem tido a atenção dos poderes [soa a campainha] municipais, estaduais e federais, para que possa ter mais mobilidade, mais acessibilidade, mais acesso ao mercado de trabalho.

Eu estou totalmente de acordo com o mérito da proposta. Eu sugeri a ele uma correção na forma como nós deveremos construir essa política, porque o BNDES hoje já tem uma linha de crédito sem limite para empresas que queiram patrocinar reformas para acessibilidade à profissionais com deficiência, pessoas com deficiência, exatamente para estimular o cumprimento da cota de emprego para esse segmento.

O projeto também trata de uma outra preocupação, que é crédito favorecido para compra de equipamentos, por exemplo, cadeira de rodas e outros equipamentos. Apesar de que o SUS hoje tem um programa importante nessa área, eu mesmo fiz uma emenda de Bancada propondo aumentar a distribuição desses equipamentos, porque muitas pessoas ficam totalmente ilhadas da sociedade, escondidas dentro de casa, simplesmente porque não conseguem se locomover e a família não tem como fazê-lo.

Pode ser uma muleta, pode ser um andador, pode ser uma cadeira, tem várias modalidades. Isso muda a vida da família e muda a vida de centenas de milhares de pessoas.

Então a sugestão que nós fazemos, invés de nós darmos um incentivo, IOF, Imposto de Renda Pessoa Jurídica para os bancos privados, que não nos garantem o repasse ao consumidor, exemplo, a CPMF, nós acabamos a CPMF, nem por isso o *spread* caiu, a proposta que nós fazemos é as instituições financeiras oficiais abrirão linhas de crédito especiais para pessoas físicas e jurídicas com o objetivo de promover acessibilidade e facilitar equipamentos, a aquisição de equipamentos produtos ou serviços que permitam ganhar a mobilidade e o bem-estar das pessoas com deficiência.

Então são três emendas.

Substituir pessoas portadoras de deficiência por pessoas com deficiência, que é hoje o acúmulo do movimento.

Segundo, revogar o art. 2º, substituindo por essa concepção. Então, seria esse § 2º, *“a promoção à acessibilidade, consiste na supressão de barreiras e de obstáculos que restringe a mobilidade de pessoas com deficiência física nas vias de espaço públicos, mobiliário urbano nos edifícios e nos meios de transporte e comunicação”*.

Terceiro, *“o dispositivo no ‘caput’ desse artigo, é facultado às instituições financeiras privadas”*, ou seja, os bancos que quiserem aderir, privados, serão muito bem-vindos, mas nós fortalecemos uma linha que já existe, inclusive me disponho, junto com o Senador Eduardo Azeredo e Senador Eliseu Resende, o Senador Flávio Arns também tem grande interesse nessa matéria, de nós patrocinarmos ou uma audiência pública ou uma audiência com o Presidente do BNDES, da Caixa e do Banco do Brasil, para estabelecer volumes, prazos, procedimentos.

Hoje, por exemplo, há um grande esforço do BNDES em linhas de taxa de juros zero para compra de ônibus e caminhões, para alavancar um setor muito importante da economia. Por que não para as pessoas com deficiência? Então, o BNDES já tem uma linha para acessibilidade, nós poderíamos estender essa linha subsidiada para compras de equipamentos.

Então, com isso a gente atende plenamente o objetivo, o BNDES cumprindo, especialmente o BNDES, que já tem essa linha, Caixa e Banco do Brasil e os bancos privados poderão, evidentemente, aderir.

Então a minha sugestão é essa, as emendas estão apresentadas no parecer, eu voto favorável com as três emendas apresentadas e explicitadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao relator, Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sr. Presidente, nós ficamos atentos às emendas apresentadas pelo Senador Aloizio Mercadante.

Ouvido o autor do projeto de lei, Senador Eduardo Azeredo, nós estamos favoráveis a acatar as emendas propostas.

Então, a nossa, o nosso parecer é no sentido de que seja aprovado o Projeto de Lei do autor, Senador Eduardo Azeredo, com a Emenda nº 1 de minha autoria e as emendas 2, 3 e 4 apresentadas pelo Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o autor do projeto, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o objetivo principal, eu acredito que está atendido, inclusive com essas emendas propostas pelo Senador Aloizio Mercadante e acatadas pelo relator Eliseu Resende, porque o objetivo é que nós possamos ter realmente mais facilidades, melhores condições financeiras para aquisição dos equipamentos necessários.

Vejam bem que aqui, o Senado mesmo tem algumas cadeiras de roda eletrônicas; essas cadeiras têm um custo mais alto, não são acessíveis para a maior parte da população. Então é importante que essas cadeiras possam, por exemplo, ter uma linha de financiamento para as pessoas. São cadeiras eletrônicas e tem uma condição melhor, eletromecânicas e tem uma condição melhor.

E o número de equipamentos é muito grande.

O que eu fico, na verdade, é que o projeto, da maneira como está, com a emenda, ele vai ficar dependendo um pouco da boa vontade do BNDES. Mas aí eu conto com o Senador e com o Governo, para que nós possamos, então, cobrar do BNDES uma maior agilidade na melhoria dessas linhas.

Eu sei que existem linhas, mas o objetivo é que tenhamos linhas específicas e objetivas para o atendimento das pessoas com deficiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Em votação o parecer do relator. Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do relator, permaneçam como se encontram. Aprovado o parecer do relator, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, 2, 3 e 4. A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com decisão terminativa naquela Comissão.

Item 11. Item 11 da pauta. Autoria do Senador... Da Senadora, desculpe, Ideli Salvatti e do Senador Flávio Arns.

Eu quero lembrar que depois teremos ainda uma Audiência Pública, a respeito... A respeito das questões atinentes às desonerações fiscais empreendidas pelo Governo Federal. A Audiência Pública foi proposta pela Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Cadê ela?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Item 11. *“Regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco do Brasil, e dá outras providências.”* Autoria Senadora Ideli Salvatti e Senador Flávio Arns; relator Senador Renato Casagrande.

Com a palavra o relator.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Essa matéria, Sr. Presidente, tem o objetivo de responder a angústia da sociedade brasileira frente a escalada das tarifas bancárias. A cobrança por serviços bancários, que praticamente não existia há uma década, vêm se tornando um peso no orçamento do brasileiro.

“Outras evidências levam a concluir que o nível de concorrência efetivo no sistema bancário é muito baixo, o que tem propiciado às instituições financeiras, especialmente as maiores, fixar preços de tarifas muito acima dos custos, o que revelaria, segundo a teoria econômica, uma deficiência na competição.”

Sr. Presidente, esse projeto, ele já foi contemplado em parte por marco regulatório infralegal, especialmente a Resolução do Conselho Monetário Nacional de 1996, e... A Resolução do Conselho Monetário Nacional de 2006 e a recente decisão do Banco Central de fazer uma padronização das tarifas bancárias.

Mas, de qualquer maneira, julgamos ser importante a aprovação da legislação, de um marco legal, aqui no Congresso Nacional.

E o mérito e o debate feito pelo Senador Flávio Arns e pela Senadora Ideli Salvatti, não têm nenhum reparo da minha parte.

O que eu só quero acrescentar, Sr. Presidente, é que eu considero:

“1º) a manutenção da fixação de preço, a liberdade na manutenção da fixação de preço de tarifas por parte das instituições financeiras, respeitados os limites e condições previstos na lei;

2º) excluir do conceito de tarifas de serviço as receitas derivadas ou equivalente a juros sobre operações ativas, administração de ativos remunerados ou de terceiros de rendas fixa ou variável, custódia de títulos de valores, corretagem sobre operações de câmbio, bolsas derivativas e receitas sobre operações de seguro;

3º) instituir padronização das tarifas já existentes e necessidade de autorização do Banco Central do Brasil para criação de novas modalidades. A decisão do Banco Central já determina isso.”

– Manter as atuais redações à cobrança de tarifas e vedar, por exemplo:

– a cobrança de pacotes de tarifa: não pode ter cobrança um pacote de tarifas, uma oferta pela a instituição financeira;

– a cobrança de tarifas sobre abertura ou concessão de crédito;

– a cobrança... Vedada a cobrança de tarifas sobre abertura ou concessão de crédito;

– vedada a cobrança de tarifa sobre pagamento antecipado de dívida em financiamento de prazo inferior a 36 meses ou em desacordo com a regulamentação, a ser estabelecida para tanto pelo Conselho Monetário Nacional, que deverá levar em conta o prazo remanescente da dívida, seu valor e a diferença das taxas na data do desembolso do empréstimo da data do pagamento antecipado;

– vedada a cobrança de tarifas sobre a transferência de valores para a conta do mesmo titular entre diferentes instituições financeiras.

– vedada a cobrança de tarifas sobre múltiplas operações que sejam resultado do limite de segurança ou da otimização de processo estabelecido pela própria instituição financeira.

“5) permitir a liberdade para concessão de reciprocidade aos clientes da instituição, desde que tais políticas sejam feitas por meio de descontos homogêneos, por cliente, em relação aos preços-base das tabelas de tarifa da instituição;

– Instituir cláusula penal administrativa equivalente a um real, vezes o número de contas corrente e de poupança da instituição para cada evento de descumprimento desta Lei.”

Portanto, Sr. Presidente, eu procurei elaborar um substitutivo que atinja por meio... Por meios um pouco diferentes os mesmos objetivos dos autores do projeto. Tornar as tarifas módicas para o consumidor bancário, sem ferir o princípio da livre concorrência.

Na verdade o que eu procurei fazer foi introduzir a verdadeira livre concorrência nesse mercado.

Quero novamente render a minha homenagem aos autores por sua sensibilidade política, por trazerem a esta Casa tema de estão transcendente importância.

Quando iniciativas como estas são propostas, iniciativas que procuram aliviar a dura carga diária do cidadão é que este Senado e este Congresso crescem na opinião pública e ocupam o lugar que merecem na consciência popular.

Portanto, diante do exposto, a minha aprovação, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, com as emendas e os substitutivos apresentados, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A matéria está em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora... Não, o Senador Antonio Carlos Júnior já havia solicitado, em seguida V. Exa..

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Eu tenho, eu acho que o projeto tem méritos, agora, para um melhor estudo, eu vou pedir vista, mas de qualquer jeito, eu não sou contra o projeto, mas eu gostaria de estudá-lo melhor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedido vistas ao Senador Antonio Carlos Júnior.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu pediria vista coletiva que eu desejava...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedida vista coletiva, tendo em vista o pedido do Senador Roberto Cavalcanti.

Com a palavra V. Exa..

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu, em primeiro lugar, eu quero agradecer o relator, Senador Renato Casagrande, que fez um profundo estudo, aperfeiçoou inclusive o projeto. E essa questão das tarifas bancárias, é algo extremamente importante que nós tenhamos capacidade de colocar alguns tipos de trava, de regras, de limites, porque quem utiliza o sistema bancário brasileiro está sendo literalmente assaltado. Assaltado.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Senadora, a senhora me permite só uma observação que vai...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Inclusive, vai na linha do que a senhora está... As tarifas bancárias, hoje, correspondem, elas cobrem a folha de pessoal de todo o sistema bancário e ainda sobra dinheiro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): De todo o sistema, exatamente.

Então somos nós, os usuários do sistema financeiro, que pagamos todo o pessoal que trabalha nos bancos e mais alguma coisa, através das famosas taxas e tarifas.

Portanto, o meu único apelo é no sentido de que os Parlamentares que pediram vista, que pudéssemos, efetivamente, no início de agosto, deliberar porque esse é um assunto... Nós já estávamos tentando mexer na questão dos cartões de crédito.

Se nós conseguimos criar condições para quem se utiliza do sistema financeiro, seja cartão de crédito ou sistema bancário, em condições mais dignas, mais justas, mais legítimas, inclusive, eu acho que nós estaremos à altura da expectativa da população, que espera de nós efetivamente mudanças nesta situação abusiva de cobrança.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, inclusive eu solicitaria de V. Exa. que colocasse na pauta no dia 04 de agosto, primeiro sessão que fosse colocado o projeto em pauta.

Se eu tiver alguma colaboração para... Se tiver alguma colaboração, eu vou colaborar com o projeto, mas eu pediria que ele voltasse para a pauta no dia 4 de agosto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Nada como um recesso, para um estudo--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --da matéria.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aproveite bem o recesso, Senador ACM Júnior.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria de participar dessa--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Audiência.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Desse pedido de vista coletivo. Não. Pedido de vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ah, da vista coletiva.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): É.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. também participa desse pedido.

Bem, está encerrada a Ordem do Dia.

[interrupção no áudio].

Já há um pedido aqui para a suspensão dos trabalhos, mas temos três convidados da Comissão.

Eu faria um apelo, enquanto não começar a Ordem do Dia, nós avançaríamos aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim, essa era proposta, vamos trabalhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, desde eu logo eu peço ao Sr. Melvyn Fox, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção; Sr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos e o Sr. Luciano Garcia Miguel, Consultor Tributário e representante do Secretário da Fazenda de São Paulo, Dr. Mauro Ricardo Machado Costa.

Pediria para eles serem conduzidos aqui à Mesa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu só queria um esclarecimento, que na agenda previa a participação de demais...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Convidados.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Convidados. Eu queria saber se a audiência foi desmembrada ou se esses convidados eventualmente não compareceram no dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, eventualmente os convidados não puderam participar no dia de hoje, se colocaram à disposição para participar num outro dia.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de ressaltar a importância dessa Audiência Pública, e pedir que ela, eventualmente, fosse marcada já uma outra data para nós termos a oportunidade de, com mais calma, ouvirmos, tendo em vista que está acontecendo no Plenário uma Sessão Extraordinária e tendo em vista exatamente a importância do tema e a importância da presença dos ausentes.

Eu gostaria que fosse remarcado para uma outra data, uma nova audiência para nós estarmos presentes nesta e na próxima.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido, nós vamos ter o desdobramento. Agora, hoje, nós realmente estamos diante de um impasse aqui, os convidados já estão aqui.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Em defesa da Comissão, eu gostaria de ressaltar aos convidados que nós todos fomos tomados de surpresa com essa sessão hoje às 11 da manhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É verdade.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Razão pela qual nós jamais cometeríamos a indelicadeza de estarmos pressionando tão ilustres convidados.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão. Se faz necessário que se diga que essa Sessão Plenária foi convocada após a realização, a convocação, aliás, dessa reunião.

[interrupção no áudio].

Dando início a essa Audiência Pública, a fim de *debater as questões ligadas às recentes desonerações fiscais empreendidas pelo Governo Federal*, em atendimento ao Requerimento de nº 41/09, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, eu concedo a palavra ao Dr. Luciano Garcia Miguel, Consultor Tributário da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, que representa aqui também o Secretário Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário da Fazenda de São Paulo.

Com a palavra o Dr. Luciano Garcia Miguel.

SR. LUCIANO GARCIA MIGUEL: Muito boa-tarde, eu gostaria de, inicialmente, cumprimentar o Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, em nome de quem eu saúdo os demais representantes da Mesa.

O tema é um pouco amplo, nós diríamos bastante amplo, e eu gostaria de fazer apenas um breve relato das medidas que São Paulo também tem adotado para combater, não somente a crise, mas para... Manter o desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo e do Brasil como um todo.

Nós tomamos várias medidas. Eu vou talvez relacionar, talvez os principais programas paulistas. Na substituição tributária, nós prorrogamos o prazo de recolhimento da substituição tributária por 60 dias. Também como, para combater a crise que teve talvez o seu ápice no final do ano passado, São Paulo diferiu o pagamento do... Para fevereiro, de 50% do ICMS relativo ao mês de dezembro.

Criamos e prorrogamos um grande programa de parcelamento incentivado dos débitos tributários de

períodos anteriores, com desconto de 75% das multas e 60% dos juros.

Instituíamos também, em relação aos demais impostos, como o IPVA, um grande parcelamento de débitos de governos anteriores.

Em termos de investimentos, São Paulo tem desonerado investimentos em setores estratégicos, permitindo creditamento integral do ICMS pago na aquisição de bens de capital. A estimativa de renúncia somente neste... Neste... Neste plano, é uma renúncia fiscal de 350 milhões de reais.

Estamos também procurando implantar o *drawback* paulista, suspensão do ICMS na aquisição de insumos destinados à produção de bens para exportação de setores estratégicos, que alivia o fluxo de caixa das empresas exportadoras e evita o acúmulo de crédito de ICMS. Essa medida está em análise no CONFAZ.

Prorrogamos também uma diminuição de alíquota da indústria de 18 para 12% para diversos setores como couro, vinho, perfume, cosmético, higiene pessoal, entre outros.

Instituímos também no ano passado um grande programa de incentivo à indústria petrolífera, a indústria de exploração e... De petróleo, o REPETRO, que foi muito discutido também. O Estado de São Paulo foi um dos patrocinadores dessa medida no CONFAZ e implementado, implantado com sucesso pelo governo paulista.

Também fizemos um grande programa, também junto ao CONFAZ, de desoneração do setor aeronáutico. Hoje em dia uma das... Uma das únicas indústrias aeronáuticas do mundo, existem apenas quatro grandes indústrias, está instalada em território paulista. E São Paulo desonera quase que... Do imposto paulista desonerado completamente o setor aeronáutico.

Estamos também criando um incentivo para... Fiscal, empresas instaladas em parques tecnológicos do sistema paulista de parque tecnológico.

Permitirmos a utilização de crédito acumulado para custear projetos de ampliação e construção de novas fábricas de automóveis.

E, finalmente, gostaria de destacar ainda que, rapidamente, o programa paulista denominado Nota Fiscal Paulista. É um dos projetos mais ambiciosos do governo paulista, de estímulo à cidadania fiscal, que consiste basicamente na devolução de 30% do ICMS pago pelo estabelecimento ao contribuinte que... Ao consumidor que se cadastrar no programa.

São Paulo até agora já devolveu aos consumidores por volta de um bilhão de reais. Entre esses consumidores, uma recente alteração também nesta lei,

a possibilidade também da participação das microempresas com faturamento até 240 mil reais/ano.

E existem outras medidas, mas eu não gostaria de tomar muito tempo, eu só gostaria aqui de realmente reafirmar o compromisso do governo de São Paulo, do Governador José Serra, do Secretário Mauro Ricardo, com o desenvolvimento, com a desoneração tributária crescente, mas também obviamente respeitando os limites do ajuste fiscal.

A desoneração tributária tem que ser feita com muita responsabilidade. Nós temos uma Lei de Responsabilidade Fiscal muito rígida, nós temos um compromisso muito grande com a sociedade, porque o tributo, ele visa custear setores essenciais, serviço públicos da sociedade.

E temos também um compromisso muito grande, é um outro grande projeto de São Paulo, que provavelmente será debatido aqui, que é o uso da substituição tributária, que eu adianto aos senhores que tem o objetivo não somente de aumentar a arrecadação tributária, ela tem o objetivo de ter uma tributação mais justa, porque pior do que não pagar tributo, é você pagar e o seu vizinho não pagar.

A substituição tributária ela traz uma eficiência na administração do tributo, ela propicia entre outras coisas uma diminuição no custo da fiscalização tributária, uma vez que ela diminui sensivelmente o número de estabelecimentos que exigem a presença do FISCO e também propicia um recolhimento mais justo de tributos.

Porque uma vez que um maior número de pessoas que são, que contribuem, deixa de existir aquela concorrência desleal, já que algumas empresas não pagam tributos e outras recolhem.

São essas as minhas ponderações iniciais, depois eu fico, obviamente, à disposição para contribuir no debate aqui da Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Luciano Garcia Miguel, e concedo a palavra ao Sr. Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos.

SR. LOURIVAL KIÇULA: Bom-dia. A ELETROS congrega as principais empresas fabricantes chamadas... Da chamada linha branca. São elas: a Arno, BSH, Cosinox, Panasonic, Eletrolux, Latina, Whirlpool, Springer, Elgin, LG, Mabe, Esmaltec e Mueller. São 13 fabricantes de refrigeradores, lavadoras, fogões, secadoras, lava-louça, condicionador de ar, forno de microondas, freezer, coifas, miniadegas e purificadores de ar.

Também a ELETROS tem o segmento da linha eletroeletrônica, onde tem as empresas principalmente

sediadas em Manaus e portáteis, também fazem parte do escopo da ELETROS.

Nós tivemos em 17 de abril de 2009, às 13 horas, a redução do IPI para produtos da linha branca, através do Decreto 6.825.

O nosso fogão, o fogão pagava IPI de 4% e ele pagou a passar zero, a lavadora de 20 para 10, e as lavadoras semiautomáticas de dez vieram a pagar zero, e o refrigerador de 15 para cinco. O mês de abril, como esse Decreto saiu no dia 17 de abril, e às 13 horas, era uma sexta-feira, depois veio sábado, domingo, segunda-feira e terça-feira era 21 abril, portanto feriado emendado, o resultado das vendas no varejo, pela desoneração, foi muito interessante, muito bom o crescimento imediato.

A indústria reportou ao final do mês de abril um movimento igual a abril do ano anterior, o que já era muito bom, mas não houve crescimento. A indústria, naturalmente, transferiu a redução dos impostos, mantendo os preços dessa data.

Com isso, o setor teve uma elevação do número de emprego. Em outubro, novembro e dezembro tivemos uma dificuldade, porque tínhamos um estoque que passou a não girar, passou a não ser distribuído. Mas houve a manutenção, em alguns casos, da mão de obra e outros... diminuição. O que eu quero dizer que a partir de abril houve um incremento, até hoje, estimamos em 10% o aumento da mão de obra.

Também o aumento de volumes, quantidades, em abril não aconteceu, em maio foi de perto de 10% sobre o ano anterior e junho mostra um crescimento em torno de 20% sobre o ano passado, que é um resultado muito bom. O que mais cresceu foram as lavadoras, o que menos cresceu foram os fogões.

Nós estamos aqui, como ELETROS, satisfeitos, nós tivemos depois a retomada e a reformulação, temos até 31 de outubro com o IPI reduzido e temos certeza que não houvesse acontecido isso nossas vendas teriam sido bem ruins e teríamos tido outro tipo de comportamento no setor.

De forma que estamos aqui para contribuir no que os senhores se interessarem e o que pudermos responder.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao senhor Lourival Kiçula, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos, ELETROS.

E concedo a palavra ao Sr. Melvyn Fox, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.

SR. MELVYN FOX: Bem, boa-tarde. Boa-tarde Senador Garibaldi, Senadora Ideli e demais senado-

res presentes e demais presentes aqui. Agradeço essa oportunidade de ser convocado para essa Audiência Pública e poder expor um pouco alguns assuntos que nós consideramos extremamente importantes nesse momento, principalmente de evolução da crise que atingiu praticamente todos os setores, quase todos os setores do mercado nacional.

A ABRAMAT é uma associação das indústrias de materiais de construção, ela representa em torno de 60 a 65% de todo o faturamento nacional de materiais de construção, portanto ela é bastante representativa da indústria como um todo.

Eu vou aproveitar hoje essa apresentação de 12 a 15 minutos, em que eu quero expor basicamente três assuntos.

O primeiro assunto é a desoneração do IPI que já foi realizada, os seus efeitos e a sua importância dentro do contexto não só da construção civil, mas da economia como um todo.

O segundo assunto eu vou me referir basicamente a um pleito que foi colocado já na reunião do Grupo de Acompanhamento da Crise, que é a redução da ICMS, é uma proposta que nós temos que seria a contrapartida dos Estados em relação já a redução de IPI.

E o terceiro assunto é o assunto da substituição tributária, que já foi colocado aqui pelo nosso consultor tributário, o Sr. Luciano, da Secretaria da Fazenda de São Paulo e nós queremos entrar em alguns detalhes sobre a forma de execução dessa substituição e os perigosos que a gente teria se isso for aplicado nacionalmente, de uma forma não organizada.

Bem, sobre a desoneração fiscal, eu quero falar só de algumas peculiaridades do setor da construção civil. Quando a gente fala em indústria automobilística ou em geladeiras, ou fogões, linha branca, a gente já fala do bem acabado, do produto final. Quando a gente fala na casa, numa habitação, o bem acabado é quando essa casa, essa habitação fico pronta, ou uma reforma terminada.

Então, a desoneração do IPI dos materiais de construção ela tem um período muito mais longo. Se a gente falar numa habitação de interesse social, por exemplo, conjunto de casas, nós estamos falando de 12 a 14 meses. Numa habitação de conjuntos verticais, também habitação social, também de 14 a 18 e uma casa popular isolada que seria uma construção autogerida, até 16 meses.

Isso são dados da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, isso mostra que o produto acabado que se poderia comparar com um automóvel, com uma geladeira, tem um prazo muito mais alongado. E por isso, em função disso, que a gente precisa que essa desoneração tenha um período, uma vida

útil mais longa, se não ela não atinge integralmente o produto final.

Isso foi amplamente discutido na reunião do Grupo de Acompanhamento da Crise, do Ministério da Fazenda, e houve um entendimento em relação a isso. E nós conseguimos um prazo estendido até o final... Até o final deste ano. Mesmo assim, esse prazo ao todo completa nove meses, o que não daria para executar integralmente nenhuma dessas obras.

Portanto, nós vamos continuar a insistir que esse prazo seja alongado, principalmente se a gente levar em consideração de que nós temos a construção que ainda não se iniciou, do Projeto Minha Casa, Minha Vida, que contempla um milhão de habitações e para os mais necessitados.

Portanto, é importante que essa desoneração atinja também, atinja principalmente estas famílias que vão até dez salários mínimos e que não estariam contempladas integralmente.

Então este é um assunto que a gente vem trabalhando fortemente junto ao GAC que é o Grupo de Acompanhamento da Crise.

Os impactos positivos de uma redução seriam a redução do *déficit* habitacional, o IPI traz uma redução real do *déficit* habitacional e melhoria da qualidade dos estoques de moradia já existentes, ou seja, as reformas que seriam implementadas em unidades já existentes.

Além disso, é um estímulo a formalização, todo mundo sabe que quando se reduz a carga tributária você incentiva mais empresas, mais grupos, ou industriais ou varejo, entrando na formalidade.

Portanto a redução do imposto, ele acaba também atraindo mais gente para a formalidade e gerando mais recursos, mais tributos para o Estado ou para o Governo Federal. E é um estímulo ao investimento e ao crescimento sustentado de longo prazo.

A primeira desoneração de IPI que nós tivemos, que foi feita em 2006, 2007, ou seja, bem antes da crise, ela trouxe um resultado bastante efetivo.

Eu vou passar rapidamente por isso. Ele teve um repasse efetivo aos preços de materiais com uma queda de 0,16%, um aumento da renda média de 0,3%, ou seja, 592 milhões de reais a mais disponíveis no bolso do consumidor final.

Elevação de 0,8% do PIB, expansão do emprego em quase 1% e uma redução do *déficit* habitacional em 122 mil unidades, ou seja, quase 500 mil pessoas já foram beneficiadas só com aquela redução de IPI que foi feita em 2006 e 2007. E nós tivemos uma elevação do PIB da construção, do segmento, via construtoras em 1,4 e do ou autogerido ou autoconstruído de quase 1%.

A desoneração do IPI como medida anticíclica. Aí entra o que ocorreu no setor de materiais, nós tivemos uma queda de 11,5% até abril de 2009. O faturamento também real da indústria caiu em torno de 11%, o nível de emprego vem se reduzindo também desde dezembro.

Em abril, o número de empregados era 1,8% menor do que o mesmo mês de 2008, quer dizer, não houve uma queda muito significativa, mas houve também uma queda de empregabilidade no setor.

E os preços de materiais já estão em queda, acompanhando a trajetória de alguns *commodities* internacionais que tiveram queda internacionalmente, mas também já refletidos os efeitos da desoneração que foi estabelecida no dia 30 de março.

De janeiro a junho o INCC de materiais já acumula uma queda de 0,89%, ou seja, já há um reflexo da redução do IPI sobre os preços dos materiais de construção.

Aqui nós vemos duas curvas que são bastante significativas, aí em vermelho é o nível de emprego, como vocês podem notar, desde novembro nós tivemos uma queda no nível emprego, até o mês de maio que está aí. Em junho, maio e junho, já temos informações que se estabilizou, ou seja, não há mais perda de empregabilidade no setor, já se mantém o nível de emprego.

Agora, o faturamento ele também despencou nesse período, que é a linha azul, como vocês podem notar, houve uma pequena recuperação agora no mês de abril, mas maio já demonstrou de novo uma pequena retração.

Ainda não temos uma situação que, poderíamos dizer, de mais estabilidade no setor. Esses números são interessantes até o mês de outubro. Nós tivemos 28 meses consecutivos de crescimento sobre o mesmo mês do ano anterior e a partir de novembro, com o início da crise, já se registrou a inversão da tendência, com quedas bastante significativas, mas o ápice dessa queda foi em fevereiro de 2009 e depois começamos a ter, a partir de abril, uma estabilização, maio, junho, já tem os números também, o número é em torno de 14, 14, 5%.

Portanto, acreditamos que estamos iniciando a reversão dessa queda, mas vai levar mais tempo do que imaginávamos e isso está bem claro. O ciclo da construção é muito mais longo, então qualquer efeito de redução de IPI ou de outras ações como aumento de valores destinados a financiamento, ele tem um prazo para se concretizar e isso não é imediato.

Só para informação, nós temos uma pesquisa chamada Termômetro ABRAMAT, algumas perguntas são efetuados para as indústrias que participam da

associação e nós temos como capacidade industrial, nós temos hoje uma capacidade ociosa de 78%, que é a linha verde, ela já esteve em 90%, eu digo capacidade utilizada, não ociosa. Utilizada já esteve em 90% no ano passado e agora estamos em 78, ou seja, há capacidade ociosa na indústria a espera de aumento da demanda e nós temos certeza que esse aumento virá com as ações que o Governo já vem tomando e intensificando essas ações.

A linha mais escura, ela representa otimismo em relação às ações do Governo, como vocês podem notar houve alguma queda, mas não muito significativa, ou seja, as ações que o Governo vem tomando estão se refletindo ainda em otimismo para o setor. Não há uma sensação de que isso deve se inverter, ou seja, se o Governo continuar a tomar essas iniciativas, esse otimismo deverá ser mantido.

O que é mais preocupante é o nível de investimento, que é essa linha roxa, onde a gente vê uma queda bastante significativa, chegando a ficar abaixo dos 40%. Isso é intenção de investimento nos próximos 12 meses. Isso já esteve ao nível de quase 80% há um ano atrás.

Bem, mas isso tem uma relação também essa queda. Muitas dessas indústrias já investiram nos últimos dois anos, portanto elas já têm a sua capacidade, como mostra a capacidade ociosa já implementada, portanto, hoje se houver mais demanda, que a gente espera que aconteça, as indústrias tem condições de atender.

Vamos agora passar para o lado da nossa proposta, que já apresentada na reunião do GAC sobre a desoneração do ICMS. Foi feito um estudo também pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo este ano, em abril deste ano, e nós entregamos isso na reunião do grupo de acompanhamento da crise.

Esse estudo mostra que uma redução que é a proposta que nós colocamos de 50% das alíquotas, elevaria o PIB e o emprego global em 1,4%. Também diminuiria a inflação em 0,14% no IGP e de 0,6, 0,06% no IPC. O ICM representava até 2007, cerca de quase 8% do custo total de construção de habitações populares. Aí nós pegamos o padrão de CDHU de São Paulo, que é uma construção de interesse social.

A redução de 50% nas alíquotas de ICMS iria liberar mais quase quatro bilhões de reais em renda para famílias e empresas, isso seria uma renúncia fiscal imediata por ano. Eu sei que o nosso representante aqui do Estado de São Paulo deve ficar preocupado quando vê isso, mas a intenção é de mostrar que há uma recuperação em dois anos destes valores.

Haveria um aumento de renda disponível, permitindo a realização de outros gastos, é isto que movi-

menta a economia, inclusive com bens e serviços que não foram alvos de desoneração, ou seja, você cria uma movimentação maior na economia, você injeta mais dinheiro no consumo.

Como resultado dessa maior demanda global a gente teria uma arrecadação total de ICMS, um acréscimo líquido de 63,3 milhões por mês, ou seja, em 24 meses a gente teria uma recuperação da desoneração efetuada pelo ICMS.

Agora vamos falar sobre o último assunto que eu coloquei que é a substituição tributária. Nós tivemos já no passado, isso já há mais de cinco anos, implementada a substituição no Estado de Minas Gerais.

Antes de falar sobre isso, eu quero colocar claramente que nós não somos contra a substituição tributária, nós achamos que é um meio bastante eficiente para acabar com a sonegação, reduzir, pelo menos, a sonegação e fazer com que a gente tenha mais gente contribuindo.

O que preocupa um pouco no setor da indústria de materiais, que é uma indústria bastante pulverizada, ela não é concentrada e a gente sabe que os resultados mais efetivos, mais eficientes da substituição foram sobre para a concentração de indústrias, onde havia poucas indústrias e com valores bastante expressivos e pulverizados na distribuição.

No setor de indústria de materiais, a gente tem uma pulverização também nas indústrias, portanto há uma preocupação de que, na criação da substituição tributária, você possa fomentar mais ainda a sonegação por parte daquelas indústrias que já sonegam.

Portanto, nós pedimos, aí sim pedimos encarecidamente aonde já foi praticado, que haja uma fiscalização bastante forte na indústria, neste momento, para evitar que haja até um aproveitamento dessa situação, tornando estas indústrias informais ainda mais competitivas e nós não queremos isso.

Bem, vamos voltar ao caso de Minas. Isso foi implantado há cinco anos, foram condições muito bem negociadas com o comércio e com a indústria, foi uma experiência bastante positiva e foi criado um único MVA de 35%, que foi aplicado para praticamente todos os itens, 90% dos itens de materiais de construção.

E em relação ao varejo, o que se fez? Se deu seis meses de carência e prazo de 12 meses para pagamento dos estoques. Isso ajudou muito para que o varejo pudesse ter condições de caixa para poder pagar o ICMS sobre os estoques.

Caso de São Paulo. Ele foi implementado em abril de 2008, com condições muito próximas, eu diria, a Minas Gerais. Foram dois MVAs praticados, isso se baseou também num estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas, em que se praticou 34% para materiais

elétricos e 29, 68%, quase 30%, para materiais de construção, abrangendo cerca de 30 NCMS.

Os estoques, já teve uma situação inferior àquela praticada em Minas, foram dois meses só de carência e não seis, e oito meses para pagamento e não 12. Isso já criou também problemas de fluxo de caixa para o varejo, vem criando, e a gente vem também batendo muito em cima dessa ampliação, tanto da carência quanto do período de pagamento.

Em novembro de 2008, foi a segunda etapa da implantação em São Paulo da substituição tributária, e aí nós passamos de dois e aí que começam todos os problemas, de dois, para 126 MVAs. Uma abrangência de ICMS ampliada em quase quatro vezes, com casos de diferenças muito pequenas entre MVAs, havendo falta de agrupamento, gerando grandes dificuldades operacionais.

Então, o que nós pedimos e continuamos pedindo à Secretaria da Fazenda em São Paulo, que haja um agrupamento desses produtos. Nós não... Nós entendemos que é inviável para a indústria praticar 126 diferentes MVAs e estamos falando só de um estado por enquanto.

Os estoques. Foram mantidas às condições de carência e prazos, apesar de que vivemos agora um cenário de mercado de crise e isso poderia ou deveria, ao nosso ver, ser alterado, deveria ser aumentado, mas não foi.

E foram praticadas algumas alíquotas que nós consideramos excessivas, 68%, IVA-ST, é o termo utilizado pela Secretaria da Fazenda em São Paulo, mas que é o nosso MVA, e isso foi baseado, como não havia informações para todos os produtos na pesquisa, que seria inviável fazer todos, aqueles que não tinham informação de pesquisa foi simplesmente praticado 68% [soa a campanha] e nós consideramos isso inadmissível.

Ainda no caso de São Paulo, há uma exigência da utilização anual da pesquisa de preços e essa pesquisa também tem um custo. Para cada setor, representa o mínimo de 35 mil reais, se a gente pesquisar dez setores, nós estamos falando de 350 a 400 mil reais, e dificuldades práticas na execução pela própria entidade, hoje, que é única em São Paulo tem que condições de executar que é a FIPE. Ela tem que executar isso não só para a área de materiais de construção, mas para todas as áreas que tem substituição tributária, ou seja, existe uma demora e uma dificuldade até de conseguir levantar os resultados no campo.

Ou seja, você não pode ter certeza, apesar de que eles apresentam isso como resultado significativo em termos de pesquisa, mas a gente fica preocupado se as condições que são dadas para a FIPE para

fazer a pesquisa são condições boas para atender as necessidades do setor e, claro, da nossa Secretaria da Fazenda.

Bem, outros estados, cada um com diferentes regras é esta a pergunta que a gente coloca e é esta a nossa grande preocupação. Diversos estados estão hoje discutindo a implementação da substituição tributária sobre materiais de construção, mas, infelizmente, com regras distintas. Isso pode criar um caos administrativo que poderá ser gerado com modelos diferentes de emissão de notas fiscais.

Ou seja, a gente pode ter, se for implementado o que foi implementado em São Paulo, aí nós, realmente, nós teríamos um caos, porque nós teríamos 27 estados praticando mais de 130, 140 ou mais até... MVAs e cada um diferente, estado por estado. Nós teríamos indústrias que iriam efetivamente perder o controle.

Bem, qual o nosso posicionamento? Como eu falei inicialmente o setor é favorável à adoção da substituição tributária, mas questiona alguns pontos. A complexidade e burocracia de implementação, os prazos pequenos para pagamento de estoque, isso que ocorreu em São Paulo, que vem ocorrendo que a gente insiste que deve ser maior.

Desigualdade de tratamento em pequenas obras. Aí é um assunto específico, mas pequenas construtoras, elas pagam um preço menor ao comprarem direto do fabricante. Elas não têm, não incide a substituição tributária sobre elas, enquanto que o consumidor final, que compra do varejo, ele tem a incidência da substituição. E nós entendemos que dá forma como está implementada a substituição, ele está gerando também um aumento de arrecadação.

Bem da situação atual em São Paulo, nós temos alguns pontos negativos, a sobrestimação dos MVAs, porque nós consideramos que aquilo é feito num determinado momento, é uma fotografia daquele momento, ela não inclui eventuais promoções, atividades especiais que o varejo faz e que não são consideradas dentro desse item. Ou seja, todas essas atividades adicionais, de promoções, elas não são contempladas com redução do ICMS proporcional, elas pagam pela substituição e isso é um ponto bastante... Ele inibe a realização dessas ações, inclusive.

A elevação das alíquotas efetivas tem efeitos contrários aos da desoneração, reduzindo produção e emprego e pressionando a inflação. Nós entendemos que este é um momento complicado, nós estamos querendo, todos nós, querendo fazer com que a indústria, que haja uma demanda maior, que o comércio venda mais, que a indústria venda mais e que a economia se movimente.

Se há um sistema de arrecadação que cria alguns impasses a isso ou que aumenta de certa forma a tributação, isso vai contra tudo aquilo que está feito em termos de desoneração, principalmente da desoneração do IPI.

E, finalmente, a necessidade de realizar frequentes pesquisas, que eu já falei anteriormente, que gera custos adicionais e reduz a eficiência.

Bem, posicionamento. A possível adoção da substituição tributária com critérios variados entre os estados tende a tornar o sistema excessivamente complexo, estimulando a guerra fiscal.

Então, isso nós não queremos. Nós entendemos que a substituição tem que ser feita, mas tem que ser feita com critérios iguais para todos os estados, se não nós vamos não só criar guerra fiscal, mas criar sérias dificuldades para as indústrias que atuam em vários estados; e eles seriam mais afetados por essa complexidade do processo.

Para terminar, em síntese, nós defendemos a substituição, mas nós queremos que ela seja simplificada, unificada e totalmente transparente. Quando eu digo transparente, que tenha pesquisas que consigam refletir exatamente o que ocorre no mercado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Melvyn Fox, Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção.

E, de acordo com o nosso Regimento, concedo a palavra à autora do requerimento de convocação desta Audiência Pública, Senadora Ideli Salvatti.

Logo em seguida daremos a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu queria pedir profundas desculpas aos nossos convidados, porque quando marcamos a audiência, inclusive quando conversamos sobre a audiência com o Presidente da Comissão, Senador Garibaldi, não estava previsto termos uma Sessão Deliberativa do Senado a partir das 11 horas da manhã.

Esta Sessão Deliberativa ela acabou sendo marcada em decorrência da Sessão do Congresso que vai acontecer às quatro horas e aí a Ordem do Dia do Senado, que é as quatro, teve que ser colocada num outro horário e o Presidente Sarney acabou marcando para hoje, às 11 horas da manhã.

O Plenário não está votando, não está deliberando neste momento, portanto, apesar de termos uma Ordem do Dia que ainda não começou e que, portanto, não justificaria a ausência que nós estamos tendo nesta Comissão, neste momento, eu não posso deixar

de pedir as desculpas, porque, Sr. Presidente, eu acho que ficou bastante claro qual é a importância do debate que esta audiência pode ou não produzir.

E a importância do debate está nos dados e nas preocupações que foram aqui apresentadas. Nós temos uma política de desoneração fiscal em alguns setores, como é o caso da construção civil já mais antiga, que vem produzindo efeitos, mas esse ano estamos tendo uma política de desoneração fiscal anticíclica, para enfrentar a crise, para dar condições das empresas continuarem produzindo, o comércio continuar vendendo, as pessoas continuarem comprando, ou seja, manter a economia num funcionamento relativo, relativamente melhor, tanto que causa surpresa em vários mecanismos e organismos internacionais, o mundo inteiro quer entender por que o Brasil está batendo recordes de venda de automóveis, que é o que vai acontecer este ano.

E acho que a... O meu querido Deputado Carlito Merss, agora Prefeito de Joinville, economista, diz que Keynes já antigamente já dizia isso, políticas keynesianas de enfrentamento da crise, exatamente distribuindo renda, aquecendo, investindo e tal.

Mas nós temos dois problemas muito concretos aqui, muito concretos. Que aí eu quero elogiar, inclusive, o trabalho que o Dr. Melvyn apresenta, em nome da ABRAMAT, que tem uma... Junto com a ANAMACO, tem uma tradição aí de sempre trazer subsídios fortemente embasados para os debates que a gente vem acompanhando já há bastante tempo.

E quais são os problemas? O primeiro deles é: se o Governo Federal faz uma política de desoneração de alguns produtos, pelo estudo feito do que essas cadeias produtivas representam em termos de emprego, de renda, de aquecimento de capilaridade, de repique econômico, inclusive, se o Governo Federal tem esta avaliação e implementa, por que os governos estaduais não trabalham na mesma lógica?

A construção civil está fazendo uma proposição de metade das alíquotas do ICMS. Talvez não precisasse nem ser metade. Se fosse feito ao mesmo tempo que o Governo Federal faz, o do IPI, o governo estadual poderia fazer 20%, 30%. Isto já somaria e criaria uma sinergia extremamente mais favorável, mais... Digamos, com resultados mais positivos do que meramente o Governo Federal fazer.

Então, eu acho que esta é uma questão que merece sim, viu Senador Garibaldi, um debate profundo de como é que a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pode influenciar, pode agir junto aos secretários estaduais de fazenda, junto ao CONFAZ, para que a gente pudesse ter uma política de desoneração tributária, uma política anticíclica, que convergisse,

Governo Federal e governos estaduais. Esta é uma questão e é uma questão relevante.

Eu fico imaginando o quanto que a linha branca não estaria se beneficiando, entende, com as desonerações já feitas, que estão inclusive prorrogadas, se tivesse tido também da parte de vários Estados, se não de todos os Estados, uma redução; nem precisaria ser muita, mas uma redução já ajudaria a melhorar ainda mais o ambiente e o resultado.

Então, este é um problema e eu entendo que esta audiência ela é absolutamente insuficiente para fazer isso, o Senador Garibaldi, acho até assim, entende, uma desconsideração com um assunto que mexe, entende, com a vida de milhões de brasileiros, a gente não poder fazer uma audiência a altura da questão que nós temos potencialidade de debater e de buscar encontrar soluções.

E a segunda questão, é a da substituição tributária.

Quando eu apresentei o requerimento, eu inclusive utilizei os dados do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, que apresentou os dados do primeiro trimestre deste ano, da carga tributária, aonde aparecia que havia uma queda, comparativamente com o primeiro trimestre do ano passado, uma queda da carga tributária, mas que nos dados o que parecia?

A União perdendo arrecadação, mas os Estados, fundamentalmente os Estados, e os municípios, em menor escala, ganhando, aumentando a arrecadação. E a própria, o próprio Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário alertando que um dos principais motivos desse aumento da arrecadação se devia a substituição tributária.

E aí estão os dados, porque a substituição tributária no maior Estado da Federação teve modificações profundas agora no último período, com consequências. A quantidade de MVAs, Margem de Valor Agregado, o próprio percentual do MVA, vários dizem que o normal, o que já vem sendo aplicado, é uma margem que vai ter uma variação de 15 a 35%, no caso de São Paulo chega a ter, em alguns casos, quase beirando os 70%.

Então este é um outro assunto e aqui a ABRAMAT traz propostas muito claras, não é para não ter a substituição tributária, muito pelo contrário, eu acho que a gente deveria avançar na substituição tributária, porque ela é eficiente no combate à sonegação, ela é algo que se deseja, que se deve trabalhar para que aconteça.

Agora, eu fico absolutamente desesperada, porque nós não conseguimos quebrar a espinha dorsal da guerra fiscal, da diferença do ICMS, dos incentivos e etc. e tal.

E a substituição tributária se apresenta como uma nova modalidade de guerra fiscal. Estados fazendo diferente um dos outro e, obviamente, isso atraindo ou não investimentos e desenvolvimento de setores.

Então eu quero Presidente, dizer assim, eu estou lamentando nós estarmos com uma audiência desta envergadura, com dois temas absolutamente relevantes, importantes para a economia, para o cidadão brasileiro e nós não termos hoje aqui um Plenário lotado, com todos os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos.

Inclusive, assim, por mais que seja estranho, o Melvyn vai saber do que eu estou falando. A semana passada nós fomos no evento da ANAMACO, a premiação da ANAMACO. A ANAMACO todo ano, a Associação Nacional dos Revendedores de Material de Construção, todo ano eles fazem uma homenagem às empresas, às indústrias, os setores que se destacam na construção civil.

Inclusive homenagearam a Ministra Dilma, por causa de toda essa questão do PAC, Minha Casa, Minha Vida, homenagearam o Jorge Hereda Vice-Presidente de Habitação da Caixa Econômica e tal, e também acabei recebendo uma homenagem e tive oportunidade de falar da parceria que a gente vem fazendo com o setor da construção civil. E anunciei que nessa terça-feira, foi terça-feira da semana passada, e anunciei na minha fala, no agradecimento, de que nós iríamos realizar, no dia de hoje, uma audiência, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, uma Audiência Pública, que um dos assuntos seria a substituição tributária. O Melvyn estava lá, praticamente a Casa Funchal, com mais de três mil pessoas, veio literalmente abaixo, porque as pessoas querem debater isso, querem discutir isso.

Porque, efetivamente, o peso, da forma como está sendo feita a substituição tributária, é algo que preocupa, é algo que está tendo consequências, é algo que está indo, eu diria até, da forma como está sendo feito, na época que está sendo feito, com as mudanças que foram implementadas, quase que vem na contramão do que... A direção que o Governo Federal está dando.

O Governo Federal está desonerando, para permitir o aquecimento e a economia fluir, e as modificações da substituição tributária acabam produzindo o efeito do aumento da carga.

Então, Presidente Garibaldi, eu não teria, aliás, eu teria muitas perguntas a fazer. Eu acho que nós não deveríamos esgotar esta audiência. Do meu ponto de vista nós devíamos fazer, quando o assunto não está devidamente tratado, não está adequada-

mente resolvido, equacionado, a gente suspende e marca a continuidade.

Do meu ponto de vista, se isto é possível regimentalmente, eu quero propor a suspensão, obviamente não cortando a palavra do Senador que vai ter todo o direito de falar e tal, mas eu queria, assim, a partir do momento que os três heróicos senadores que estão aqui, entende, se manifestem, que os nossos convidados também possam se manifestar, que nós tenhamos um procedimento no sentido de não encerrar a audiência, entende, de permitir que esse debate e a busca de solução para a possibilidade dos estados também fazerem desoneração de ICMS e a gente poder ter uma equação mais unificada, mais correta, mais transparente, inclusive, da substituição tributária, posso se dar num dia com uma... Uma... Uma, digamos, com uma presença mais significativa, não é Senador Garibaldi?

Nem os Senadores de São Paulo, estão aqui, eu vou depois pegar o Mercadante, porque não está aqui? São Paulo esse problema é gritante, é algo vibrante, que a gente deveria estar todos aqui debatendo.

Então, era isso Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, do Estado da Paraíba.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade de aqui estar, mais uma vez em uma Audiência Pública que, sem dúvida, é enriquecedor para todos nós. Eu me acosto às palavras da Senadora Ideli Salvatti no sentido das nossas desculpas e nossos lamentos e da... Ressaltar a importância dessa audiência, não genericamente audiências públicas, mas esta audiência especificamente, uma audiência de suma importância para o desenvolvimento do país, para o esclarecimento de determinadas medidas.

Eu gostaria, inicialmente, eu vou tentar ser o mais programático possível, de conceituar incentivos, vamos dizer. Eu tenho uma frase muito boba aqui, mas que expressa o que eu penso: "Não se perde nada daquilo que não se tem. "Incentivo que se dá, você dá sobre uma coisa que você iria perder, não iria ter.

Então na hora que existem as queixas, as falácias, no sentido de que, as razões pela qual existiram quedas de arrecadação nos estados ou nos municípios, isso é absolutamente falso, porque isso incorre de um pensamento absolutamente equivocado, que é o equivocado sobre uma venda que não inexistente, vamos dizer.

Venda inexistente não gera nenhum imposto. Então se a venda inexistiria, inexistente, o imposto que é dado ele é absolutamente, o incentivo que é dado

sobre o imposto, ele é absolutamente justo porque ele alavanca a economia. Por trás daquele bem incentivado, por trás daquele produto incentivado, tem toda uma cadeia produtiva, que ela é arrastada produtivamente no tocante à geração do emprego e ativação da economia.

Eu sou inteiramente favorável à concessão desse tipo de incentivo no momento presente da crise brasileira, da crise mundial. E relato um exemplo local, assim, estadual, todas às vezes que os Governos Estaduais dão incentivos para a instalação de uma empresa, há uma grita nos municípios. Porque aquela isenção de ICM que é dado para a instalação de uma indústria, é dito que o Governo trabalha com o chapéu alheio, porque daquele ICMS, 75% era do estado e 25% é do município.

Muitos Prefeitos, eventualmente, reclamam, mas é também uma miopia porque aquele município não teria aquela indústria localizada naquele município, se não houvesse aquele incentivo. Então ele reclama a perda daquele benefício fiscal, sobre um benefício fiscal que não haveria, a indústria não se instalaria.

É o mesmo caso presente na indústria brasileira, que foi incentivada, que essas vendas que estão acontecendo no país, elas estão acontecendo em razão do comportamento que o Brasil tenha enfrentado a crise.

Se pegarmos o panorama das vendas, por exemplo, de veículos, como foi citado pela Senadora Ideli Salvatti, nós verificamos que o mundo todo, todo mundo que nos cerca tem perdas de venda e o Brasil continua, pelo menos, mantendo ou crescendo as suas vendas, isso é extremamente importante.

Gostaria também de lembrar que quem poderá ser contra essas medidas eu só atribuo a razões extremamente políticas, porque por razões econômicas, análise econômica, jamais alguém poderia, de boa-fé, ser contrário.

E lembrar que o Brasil foi arrastado nessa crise, que é uma crise externa, nós estamos pagando uma fatura dos outros e graças a Deus até agora o Brasil tem se comportado de forma extremamente eficiente no tocante ao enfrentamento da crise.

Agora, eu vou ser pontualmente nas três perguntas.

A primeira pergunta eu faria ao Lourival Kiçula, que é da ELETROS, no sentido de que o pacote do governo de redução de tributos para alguns setores deixou de fora importantes ramos industriais que enfrentam forte retratação, com impactos negativos sobre o emprego, como os eletrônicos, equipamentos de comunicação, informática, vestuário e calçados.

Um dos mais afetados foi o setor de material eletrônico e de comunicação, TVs, sons, celulares, etc., cuja produção caiu 38,1% entre outubro de 2008 a março deste ano. Retração maior de que a dos veículos automotores, 28,6 no mesmo período. Gosto de lembrar aqui, eu gostaria de lembrar aqui que a retração que eu estou me referindo precedeu o incentivo que o Governo deu à indústria automobilística, que modificou o panorama, deixando de haver uma redução de 28,6 para uma manutenção ou um crescimento.

Sem nenhuma desoneração fiscal, o setor reduziu 6,6% do contingente de trabalhadores de outubro a março, dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregados.

Outro ramo afetado foi o de equipamentos de informática, no qual houve uma redução de 19,9 no mesmo período. Em função da Lei de informática o segmento tem IPI menor, dois a 4%, mas não teve a desoneração total como veículos e alguns itens da linha branca, como fogões.

Tendo em vista esse quadro pergunta-se, Dr. Lourival: se a ELETROS tem pleiteado junto ao Ministério da Fazenda a desoneração tributária de alguns outros produtos, quais seriam esses produtos que necessitariam dessa medida e se haveriam algumas outras medidas também importantes para estimular os setores afetados pela crise?

Para o Dr. Luciano Garcia Migueis(sic), Miguel, de São Paulo, aqui representando o Secretário mui digno, Secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Consultor Tributário, eu teria a transcorrer o seguinte: o Ministro da Fazenda, Dr. Luciano, o Ministro da Fazenda, o Ministro Guido Mantega, tem reclamado da adoção do regime de substituição tributária por parte de diversos Estados, entre eles o Estado de São Paulo.

Segundo ele, à medida que transfere para a indústria a obrigatoriedade do recolhimento do ICMS de toda a cadeia produtiva, reduz os efeitos benéficos da desoneração do IPI sobre os produtos da chamada linha branca, geladeiras, fogões, lavadoras. Apesar de ser correta a medida no sentido de combate à sonegação, segundo o Ministro, o momento não seria oportuno, isso já foi muito bem relatado, questionado, pela Senadora Ideli Salvatti.

A falta do momento, o momento é que é inoportuno, porque o recolhimento integral do ICMS pela indústria reduz o capital de giro disponível e impede que os fabricantes repassem para os preços a totalidade do benefício do IPI. Até que ponto isso de fato está ocorrendo, perguntaríamos? Como impedir que a medida voltada para o combate à sonegação muito válida, acabe por neutralizar, em parte, os efeitos benéficos da desoneração do IPI. E quais os reflexos negativos que

teria sobre a economia de outros Estados, tendo em vista que esta medida, dentro da substituição tributária de São Paulo, é a mais rigorosa do país.

Para o Dr. Miguel(sic) Fox eu gostaria somente de concordar, parabenizar e me acostar ao que foi dito no sentido do alongamento do período, o ciclo do setor, sem dúvida, é muito mais longo. E me acostar também às ressalvas da nossa preocupação no sentido de que a substituição tributária do Estado de São Paulo, como ficou evidenciado muito bem na explanação de V. Sa. é uma substituição que está de forma inoportuna, eventualmente danificando a economia do nosso país.

Era isso Sr. Presidente, desculpe ter me alongado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti.

E agora, vamos conceder a palavra aos três convidados, nossos convidados, pela ordem como eles falaram inicialmente.

Eu daria a palavra inicialmente ao Dr. Luciano Garcia Miguel, Consultor Tributário, que representa aqui a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, o Secretário Mauro Ricardo, para que ele fizesse suas considerações finais e ao mesmo tempo, se ele quisesse responder as perguntas, ele o faria agora.

Concedo, portanto, a palavra ao Sr. Luciano Garcia Miguel.

SR. LUCIANO GARCIA MIGUEL: Inicialmente, eu gostaria de parabenizar a Senadora Ideli Salvatti, até pela iniciativa, realmente eu acho que diálogo é sempre importante. E eu acho que uma das coisas que os contribuintes não podem reclamar é de falta de diálogo com a Secretaria da Fazenda. Eu estou aqui com o Presidente de duas grandes associações, que podem testemunhar isso. Nem sempre nós concordamos, mas diálogo, uma água, um cafezinho nunca faltam na Secretaria da Fazenda.

Foram muitas coisas realmente que foram levantadas e eu vou tentar... Tentar me circunscrever pelo menos nas principais, para não me alongar demais também e tomar o tempo dos demais componentes da Mesa.

Em primeiro lugar, sobre a falta de alinhamento da política tributária dos governos estaduais e federal. Bom, isso realmente pode existir? Pode. Eu listei aqui pelo menos uma dezena de medidas anticíclicas, somente na área tributária, sem contar a área financeira, tomada por São Paulo e que não necessariamente foi acompanhada pelo Governo Federal. Cada ente, cada ente federativo é autônomo na definição de sua política tributária e nem sempre há realmente uma harmonização.

Um outro ponto que eu gostaria de destacar aqui na fala da Senadora Ideli Salvatti, é que os governos estaduais eles são sócios na desoneração do IPI; o primeiro lugar, porque o IPI compõe a chamada base da partilha federativa, quase... Do total, quase 60% do IPI arrecadado pelo Governo Federal é repassado aos estados e municípios. Ora se há uma desoneração deste tributo, uma boa tarde dele também se deve a uma desoneração, pelo menos indireta, dos Estados.

Além disso, como o IPI, na indústria, faz parte base de cálculo do ICMS, retirando-se o IPI automaticamente diminui o ICMS na indústria. Ou seja, os estados estão contribuindo, sim, e muito, na desoneração nessa desoneração dada pelo Governo Federal.

Outro ponto que eu gostaria de destacar: os estados normalmente, também conjuntamente, pelo seu órgão colegiado, o CONFAZ, concedem trimestralmente muitas medidas desonerativas. O setor de material de construção, o setor de ELETROS tem tido constantes desonerações tributárias dos governos estaduais.

Agora, efetivamente em relação à substituição tributária. A substituição tributária, se ela teve um efeito positivo na arrecadação dos estados, não foi necessariamente por um aumento de carga tributária. Eu quero crer que, provavelmente, se deva a uma eficiência maior da administração tributária, pessoas que não pagavam passaram pagar e não há, Srs. Senadores, não há possibilidade de redução do custo tributário Brasil, eu não estou falando do Estado de São Paulo, nem do Estado da Paraíba e nem de Santa Catarina.

Não há possibilidade de redução do custo tributário se nós não aumentarmos a base dos contribuintes, enquanto alguns pagarem e outros não. Acho que o primeiro passo para a eficiência econômica, que o tributo não seja causa de concorrência desleal entre as empresas; eu pago e o meu vizinho não paga.

Então a substituição tributária tem esse efeito benéfico na arrecadação, sim.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar ao Dr. Luciano que todos nós nos acostamos a permitir que as máquinas de arrecadação e a estrutura de arrecadação seja gerada eficiência, e que o universo dos contribuintes cada dia mais seja alongado.

O que nós estamos questionando somente é o momento. O momento gera um impacto sobre o capital de giro das empresas e isso gera um dano à superação da crise, que não é nossa, e é uma crise que o Brasil vai superar, mas que os Estados devam entender que tudo que acontecer no tocante a danificar o capital de giro das empresas, no momento presente é negativo.

Então a nossa abordagem sobre a substituição tributária não é no sentido conceitual, é sobre o sentido do momento da economia do país.

SR. LUCIANO GARCIA MIGUEL: Senador, eu apenas respondi a Senadora Ideli, porque ela havia alertado que houve um aumento da carga tributária e eu estou alertando que não necessariamente houve um aumento da carga tributária, pelo menos no nosso... No nosso sentir, porque houve um aumento da base de contribuintes.

Vou me adiantar, eu ia primeiro responder as perguntas da Senadora Ideli, mas vou dizer ao senhor, veja bem. A substituição tributária não é nova, ela já vem sendo implantada há muitos anos. Ela começou na década de 80, efetivamente em 2007, portanto antes da crise, São Paulo tomou uma decisão de Governo, de uso mais intenso dessa sistemática de arrecadação.

E mesmo antes da crise, nós tomamos algumas medidas para pelo menos tentar aliviar esse primeiro impacto no fluxo de caixa. São Paulo deu dois meses de carência e mais oito meses de prazo para recolhimento do ICMS sobre o estoque e atualmente o recolhimento do ICMS sobre a substituição tributária conta com 60 dias, fora o mês do recolhimento.

Então, pelo menos no que estava dentro da nossa governabilidade nós procuramos aliviar, sim, o fluxo de caixa da empresa. Agora isso, e o que nós temos que ter em mente é que isso é um pequeno impacto para os efeitos positivos que tem a substituição tributária.

Outra coisa, o problema do... Houve aqui algumas indicações de que nós estaríamos utilizando a substituição tributária para aumentar a arrecadação, aumentando a margem de valor agregado. Veja bem, São Paulo talvez seja o único Estado da Federação que todas as margens de valor agregado são pesquisadas e mais, são pesquisadas pelo setor, também aqui, novamente, peço o testemunho de dois Presidentes de associações, eles nos trazem as pesquisas, logicamente de entidades que nós reputamos idôneas e adotamos a pesquisa que é feita pelo setor.

Tem possibilidade de avanço? Sim. Nós estamos recebendo, estamos conversando para melhorar cada vez mais esta pesquisa. E é por isso mesmo, que nós precisamos fazer a pesquisa com frequência, porque a pesquisa sempre tem que espelhar a realidade; se altera o preço para mais ou para menos, uma pesquisa de 2007 pode não refletir a realidade de 2008. É a razão da necessidade de pesquisas frequentes.

Quanto ao problema de que a ST estaria reduzindo os efeitos benéficos do IPI, não é o que está ocorrendo na realidade. Eu tenho uma reportagem aqui do jornal Folha de São Paulo, o título é o seguinte: *“IPCA sugere que substituição tributária não afeta o repasse*

se da queda do IPI”, e por uma razão muito simples, porque a substituição tributária de São Paulo, ela não é calculada com base em preço.

Se nós fixássemos, por exemplo, uma louça sanitária, material de construção, um preço final o Governo Federal poderia desonerar o quanto fosse o IPI, que o ICMS continua... Não reduziria, mas isso não é verdade. Porque o Estado de São Paulo calcula a substituição tributária sobre a margem de valor que o industrial agrega.

Então, se ele diminuir o valor que ele agrega, que ocorre com a desoneração de IPI, automaticamente também reduz o ICMS, como eu havia ia dito e o repasse, pode ser repassado integralmente ao consumidor final, como está aqui.

Veja bem, olha: fogão, houve queda do preço de fogão, cimento, máquina de lavar roupa, refrigerador, todas elas contam com queda de preço no Estado de São Paulo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, ainda no tocante ao que está argumentado pelo Dr. Luciano.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de dizer que parablenizo pela argumentação, está baseada inclusive em relatos de jornais e o nosso questionamento está baseado numa opinião do Ministro da Fazenda, Guido Mantega. Então vamos pelo menos dar empate entre um e outro.

Vamos ter a felicidade de ter uma outra Audiência Pública com esse mesmo tema, para que nós dois vamos vir mais bem preparados para poder então ver, colocarmos aí o que o Ministro Guido mantém põe como um reclamo dele no sentido do Estado de São Paulo não acompanhar essa medida nacional, que é uma série de medidas no sentido do enfrentamento da crise.

SR. LUCIANO GARCIA MIGUEL: Eu só gostaria de finalizar, Senador, que um outro ponto foi levantado também de grande preocupação, é a falta de harmonização das regras sobre substituição tributária.

Infelizmente não está aqui nem o Dr. Nelson Machado, que é o Presidente do CONFAZ que tem feito um trabalho brilhante na condução daquele órgão e nem o Secretário da Bahia, Carlos Martins, que é o Coordenador de Secretários do CONFAZ.

Mas São Paulo tem trabalhado de uma maneira muito forte no sentido de harmonizar essas regras. Nós temos assinado dezenas e dezenas de acordos bilaterais para harmonizar as regras de substituição tributária.

Ao contrário do que foi dito, a substituição tributária, pode vir sim a ser um grande instrumento para o fim da guerra fiscal e da harmonização tributária.

Agradeço a oportunidade, especialmente ao convite aqui feito pela... Por esta Casa, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Sr. Lourival Kiçula, Presidente da ELETROS.

SR. LOURIVAL KIÇULA: Senador Roberto Cavalcanti obrigado pela sugestão de que também outros setores possam ser avaliados e obter certos encaminhamentos que propiciem a venda melhorar e com isso aumentarmos trabalho e etc.

Na verdade, isso acaba acontecendo até um aumento de arrecadação, porque no caso da linha branca, a cadeia que envolve a linha branca é muito grande, você não consegue fazer uma geladeira, nem uma lavadora ou um fogão se não tiver também, e próximo, o aço, o compressor, o termostato, a lâ de vidro, etc.

Então, esses setores não tiveram desoneração e continuam arrecadando e arrecadando nessa circunstância com o aumento, um pouco mais. Então, quando se diz que houve uma perda, eventualmente não é isso, compensa de outra forma.

Com relação à linha eletroeletrônica, é verdade que televisores está em queda, mas o que está acontecendo é uma mudança de tecnologia. Nós estamos com a implantação da TV Digital e nós estamos com televisores que tinham CRT como tubo de imagem e agora são substituídos pelo LCD ou pelo plasma. Então na mesma dimensão em que há uma diminuição de venda, há um acréscimo de valor, valor agregado.

Esses produtos tem tido um sucesso bastante grande quando o preço vem caindo rapidamente e já quase se encontram. No entanto, essa... Esse pólo está no Amazonas, em Manaus, onde já existem os incentivos, portanto não se tem o IPI e se tem uma... 88% de redução em algumas coisas no II e etc. E é verdade que nós temos conversado, principalmente com o pessoal do Amazonas, porque existem coisas, sim, que podem ser feitas.

Quanto aos outros setores que senhor se referiu, informática, por exemplo, não é da ELETROS, ele está em uma outra associação, então o pessoal de informática já... Mas eles também têm uma diferenciação de tratamento que não é de agora.

Então, acho que com isso eu respondi, nós da ELETROS vamos buscar sempre o conceito de essencialidade, que é o critério maior do IPI, se o fogão é tremendamente essencial e paga 4%, porque um refrigerador e uma lavadora que são essenciais, no nosso ponto de vista, para você começar a ter residên-

cia, ou para substituir na sua residência, não deveriam ter um IPI igual?

Então, é nesse sentido que a ELETROS encaminha. E outros produtos também são estudados e serão feitos pleitos diretos em produto a produto desde que sempre no conceito da essencialidade.

A Senadora Ideli Salvatti comentou a respeito da desoneração da carga tributária e isso a gente saúda sempre com muita alegria essa possibilidade. A unificação desse conceito de substituição tributária nos estados, que seja convergente, também é alguma coisa muito importante. Hoje a gente administra muito com computadores que permitem que se faça produto por produto, Estado por Estado, mas que propicia eventualmente uma guerra fiscal e que o melhor seria um consenso.

Ao Dr. Luciano que me pede o testemunho, eu queria dizer que nós somos o 12º, acho, setor a entrar na substituição no Estado de São Paulo e nós temos sido preparados, as nossas indústrias estão preparadas para isso e não incomoda a forma, incomoda sim se as alíquotas são diferentes e se o custo é maior. Evidentemente a gente trabalha sempre na intenção de beneficiar o consumidor. E também é verdade o que ele diz, que existem coisas a serem ainda ajeitadas, arrumadas, mas nós temos tido sempre da Secretaria da Fazenda, a facilidade do diálogo.

Podemos até não ser atendidos em tudo aquilo que solicitamos, mas não falta o diálogo e quando a Secretaria entende que temos razão, que está errada a margem, a FIPE do Professor Juarez volta a fazer uma pesquisa e nós temos tido a facilidade de encontrar convergência e alguns produtos exatamente no que teríamos de arrecadação na forma anterior.

E ao Senador Garibaldi Alves, nosso Presidente da Comissão, o agradecimento pelo convite e a ELETROS está sempre à disposição, para qualquer necessidade da Comissão de Assuntos Econômicos.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Lourival Kiçula, Presidente da ELETROS.

E concedo a palavra ao nosso convidado, último convidado, Melvyn Fox, para as suas considerações e responder as perguntas.

SR. MELVYN FOX: Eu queria entrar. Está funcionando? Ah, agora está.

Eu queria voltar a falar primeiro da pesquisa que é feita. Quando a gente fala em muitos itens como tem no setor de material de construção, itens de dificuldade até de identificação no ponto de venda e aí eu vou explicar; por exemplo, você levanta o preço da nota fiscal de saída da indústria de telhas, de pisos, azulejos,

enfim, uma série de materiais que é muito diferente de você levantar uma geladeira, ou um eletrodoméstico, onde você tem um Código uma numeração.

Você tem isso para os materiais de construção também, mas quando ele chega no ponto de venda, a identificação daquela pessoa que está pesquisando isso, nós tivemos informações diretas do Professor Juarez da FIPE, responsável pela pesquisa, de que a dificuldade de se ter certeza absoluta daquele produto inicialmente medido com nota fiscal na saída da indústria, é o mesmo que foi levantado pelo pesquisador no ponto de venda. E nós estamos falando de centenas e centenas de materiais.

E aí nós vamos falar de pregos, que tem tamanhos diferentes, que tem... Enfim, você tem uma série de materiais que a identificação e a certeza daquele material é o mesmo que foi identificado na indústria é de muita dificuldade.

Então esta pesquisa para o setor da construção civil é difícil. Por isso que nós colocamos no início dessa atividade de substituição de que elegêssemos alguns produtos que pudessem representar o setor como um todo e que fossem mais fáceis de serem identificados, pesquisados e definir alguns MVAs e não cento e tantos, cento e vinte e poucos, que podem até ser mais numa próxima pesquisa, dependendo do que se definir fazer.

Então, a nossa, de novo eu volto e é uma solicitação que a gente faz à Secretaria da Fazenda de São Paulo, de que se reavalie esse número de MVAs que se está produzindo e que se isso for refletido ou for identificado como sendo de interesse para o Brasil todo, nós vamos ter um problema seriíssimo de implementação e aí a confusão e as dificuldades vão ser muito, muito maiores.

Então, a gente insiste de que... E continuo falando, sempre houve o diálogo com a Secretaria, é totalmente verdadeiro isso que o Luciano colocou, o diálogo sempre existiu, nem sempre o atendimento existiu, mas o diálogo, sem dúvida, existiu.

E a gente entende agora que a gente precisa continuar esse diálogo ou esse processo de fazer com que a substituição tributária seja realmente um reprodutor daquilo que ocorre efetivamente no mercado, identifique claramente o que ocorre no mercado e que isso possa ser reproduzido pelo Brasil todo, mas de uma forma simplificada, unificada e igual, porque se não for igual, nós vamos ter problemas seriíssimos de implementação.

Por isso que a gente continua insistindo nisso, eu diria que eu agradeço essa oportunidade, Senadora Ideli, pelo convite de estar aqui como expositor, e lamento, como foi colocado por vocês, que a gente

não tivesse uma audiência maior, para poder debater mais profundamente esses assuntos que são tão importantes.

Espero que a gente tenha uma nova oportunidade de trazer isso em evidência de novo e poder dialogar com o Senado, que é a nossa Casa que representa nós aqui dentro do... Estado, para que a gente possa voltar a conversar sobre esses assuntos tão importantes.

Agradeço, portanto, agradeço Senador Garibaldi, também, pelo convite e parabéns pela direção de todo esse assunto.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu quero agradecer a presença dos nossos convidados, os pedidos de desculpas já foram feitos.

Quero dizer, como a Senadora Ideli assinalou e Senador Roberto Cavalcanti também, que nós vamos prosseguir nessa discussão.

A discussão, efetivamente, não está esgotada, nós vamos dar inclusive oportunidade aos senadores que hoje não puderam comparecer, de estarem presentes numa outra reunião, quando teremos aqui convidados como esses que nos trouxeram tantos esclarecimentos, e falaram a respeito desse problema com tanta segurança.

O que é certo é que nós aprendemos muito e acredito que através de TV Senado, da Rádio Senado, através do Jornal do Senado, os nossos cidadãos irão aprender também, porque tudo isso será levado ao conhecimento de todos.

Portanto, ficam aqui os nossos agradecimentos e tendo em vista o recesso Parlamentar, essa Comissão só poderá agora se reunir no dia 04, 04 de agosto, quando iremos ter uma nova reunião.

Agradeço a presença de todos e está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h21.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 04 de Agosto de 2009, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e dezoito minutos do dia quatro de agosto do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Alo-

zio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Romero Jucá, Wellington Salgado, Lobão Filho, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, João Tenório, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Osmar Dias e Jefferson Praia e, ainda, do Deputado Ivan Valente. Deixam de comparecer os Senadores César Borges, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Pedro Simon, Raimundo Colombo, Arthur Virgílio, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da 1ª Parte da Reunião, Item 01-Projeto de Lei da Câmara nº 151 de 2001, não terminativo, de autoria do Deputado Paulo Paim, que “altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família”, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 145 de 2000, não terminativo, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, que “revoga dispositivos das Leis nº 8.245, de 18 de outubro de 1991 (locações de imóveis urbanos e procedimentos a elas pertinentes), e da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990 (impenhorabilidade do bem de família)”, Projeto de Lei do Senado nº 370 de 1999, não terminativo, de autoria do Senador Lauro Campos, que “revoga disposição que restringe o princípio da impenhorabilidade do bem de família, constante do Art. 82 da Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991” e Projeto de Lei do Senado nº 303 de 2005, não terminativo, de autoria do Senador César Borges, que “altera o art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e o art. 1º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao PLS nº 145 de 2000 e pela rejeição do PLC nº 151 de 2001 e dos PLS nºs 370 de 1999 e 303 de 2005. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação das Matérias é adiada; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 30/6/2009, foi concedida Vista ao Senador Wellington Salgado, que devolveu sem manifestação. A apreciação da Matéria é adiada; Item

03-Projeto de Lei da Câmara nº 136 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 636 de 2007-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios, para alterar os números de habitantes das categorias de Municípios balizadoras do rateio do FPM – Interior”, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 05-Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163 de 2000 oferecido ao PLS nº 163 de 2000, não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU”, tendo como Relator o Senador Efraim Moraes, que oferece Parecer pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 7/7/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que “reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas”, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 14/7/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada. A seguir, a Presidência dá início à 2ª Parte da Reunião, Audiência Pública a fim de debater a instabilidade econômico-financeira por que tem passado a Embraer, em atendimento ao Requerimento nº 02/2009-CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, tendo como convidados o Exmo. Sr. Miguel Jorge, Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Exmo. Sr. Nelson Jobim, Ministro de Estado da Defesa; Sr. Frederico Fleury Curado, Presidente da Embraer e Sr. Vivaldo Moreira Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. A Audiência Públi-

ca é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Luiz Antônio Dantas, Superintendente da Área de Exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (representando o Exmo. Sr. Miguel Jorge – Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior); do Sr. Horácio Aragonês Forjaz, Vice-Presidente Executivo de Assuntos Corporativos da Embraer (representando o Sr. Frederico Fleury Curado – Presidente da Embraer) e do Sr. Vivaldo Moreira Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Delcídio Amaral e, ainda, o Deputado Ivan Valente. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e cinquenta e sete minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 30ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal.

Comunico que está marcada para amanhã, dia 05/08/2009, às 10 horas, Audiência Pública com a presença como expositor do Presidente do Banco Central, Exmo. Sr. Henrique Meirelles, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à resolução do Senado Federal de nº 32, de 2007.

Comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras que a Comissão tem em seu poder os seguintes requerimentos: Nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidados o Sr. Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União, e o Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União, para prestar esclarecimentos no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos sobre o pagamento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, CPMF, pelo Governo através de contratos com a iniciativa privada, um ano e meio depois da sua extinção. Assinado, Senador Arthur Virgílio Neto.

Outro requerimento, também assinado pelo Senador Arthur Virgílio. Em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2009, CAE, que trata da Audiência Pública com a finalidade de instruir o PLS nº 174, de 2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional do Turismo, SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATUR, requeiro que seja acrescentados como convidados a Professora Léa Viveiros de Castro, Diretora do SENAC Nacional; Sr. **Luiz** Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Sr. Francisco Aparecido Cordão, membro do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação; Sr. Álvaro Salmito, Diretor de Programas Sociais do SESC Nacional.

Requerimento. Requeiro nos termos do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93, Item 01 do Regimento Interno do Senado, a realização de Audiência Pública com a presença das personalidades abaixo relacionadas para instruir o PLS de nº 367, de 2004, que adiciona um artigo à Lei 4118, de 27 de agosto de 62 para o fim de conceder participação aos Estados e Municípios no resultado da exploração de energia nuclear. Propõe o convite ao Dr. **Othon Luiz Pinheiro da Silva**, Diretor Presidente da Eletronuclear, Eletrobrás Termonuclear S.A. à Rua da Candelária Rio de Janeiro, o Dr. Júlio César Carmo Bueno, Secretário do Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústrias e Serviços e o Dr. Artur Otávio Jordão Costa, Prefeito de Angra dos Reis. Quem assina é o Senador Efraim Moraes.

Sr. Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Econômicos, com o fundamento no disposto art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II requeiro realização de Audiência Pública com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado de nº 376, de 2008 que institui o Fundo de Financiamento para Micro e Pequenas Empresas FFMPME, para tanto gostaria que fosse convidadas autoridades constantes na lista em anexo e outros a serem definidos. O Requerimento é assinado pelos Senadores Jayme Campos em primeiro, depois Paulo Paim. A lista dos convidados: Peri Sommer Pereira, Diretor de Indústria e Comércio, Município de Carazinho no Rio Grande do Sul; Ailton Magalhães, Prefeito Municipal de Carazinho, no Rio Grande do Sul; Leandro Adams, Presidente da Câmara de Vereadores de Carazinho, Nelson Loef, Secretário de Desenvolvimento de Carazinho; UFP Universidade de Passo Fundo, Campus Carazinho. O melhor é fazer a audiência já em Carazinho, porque os convidados são todos de Carazinho. Melhor do que aqui, no momento, deve ser, não tenha dúvida. Universidade Luterana do Brasil, campus de Carazinho, Diretor Professor Valdemar Sjlander; Pre-

sidente da Associação Comercial e Industrial e Vice-Presidente da Federasul com sede em Porto Alegre, com sede em Porto Alegre e Carazinho.

O último requerimento de autoria do Senador Jefferson Praia. Audiência Pública com a participação das seguintes autoridades para a discussão da proposta de Legislação para regular a concessão ou partilha na exploração das áreas estratégicas chamadas de pré-sal, onde há petróleo em abundância e a identificação de possíveis soluções para a rápida regulamentação para a exploração das áreas. Convide-se o Sr. Edison Lobão, Ministro de Minas e Energia, e ainda o Sr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petróleo Brasileiro S.A., Petrobras, o Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo e o Sr. Guido Mantega, Ministro do Estado da Fazenda. Assinado Senador Jefferson Praia, do PDT do Amazonas. [falha no áudio]

Só para comunicar a V. Exa. que foi realizada uma Audiência Pública a fim de debater o marco regulatório do petróleo diante da perspectiva de descoberta e desenvolvimento de novas bacias petrolíferas na camada do pré-sal em atendimento ao Requerimento de nº 808 da CAE, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Aloizio Mercadante. Certamente V. Exa. vai querer que se tenha como base também dos debates da nova Audiência Pública essa que foi realizada o ano passado, em 03 de junho de 2008, inclusive o Senador Renato Casagrande foi um dos signatários para a realização. [falha no áudio]

Primeiro Item da pauta. Altera a Lei nº 8.009, de 29 de março de 90, que dispõe sobre a impenhorabilidade do bem de família. Autoria, Deputado Paulo Paim. Projeto de Lei da Câmara nº 151, de 2001, não terminativo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Heráclito Fortes, só para... Eu peço desculpas a V. Exa., só para dizer que são vários projetos que tratam do mesmo assunto e que tem como relator o Senador Renato Casagrande. Do primeiro. De todos, segundo a informação do Secretário Gonzaga, de todos. V. Exa. com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu queria apenas poupar V. Exa. e o Senador Casagrande desse esforço, uma vez que é notória a falta de *quorum*. Então, eu solicitaria a V. Exa. que suspendesse a sessão, porque nós não temos o *quorum* regimental para a votação. E nós temos matérias aqui que precisam de discussão e precisam uma votação clara sobre esse assunto. De forma que eu faço esse apelo e que

V. Exa. dê prosseguimento à Audiência Pública que está marcada aí. É a proposta que faço.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, se os convidados para a audiência relativa à EMBRAER já estiverem presentes, avalio que a sugestão do Senador Heráclito Fortes é de bom senso. E quem sabe possa... Ainda não chegaram?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Chegaram?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está marcado para as 11 horas. Então, o que eu proponho é que nós poderíamos discutir e encerrar a discussão...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, eu gostaria que essa discussão fosse feita com *quorum* regimental. Até porque são assuntos que demandam debates. É um apelo que faria a V. Exa. como Presidente da Casa e como regimentalista que é.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Atendendo ao apelo do Senador Heráclito Fortes, que vai aguardar a Audiência Pública aqui no Plenário, eu vou suspender a sessão por alguns minutos para retomá-la...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E a pauta dessa sessão ficaria para a próxima semana, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Heráclito Fortes... Vamos proceder à leitura... Porque quem sabe senão teríamos dentro de alguns instantes o *quorum*. Mas, se V. Exa. insiste--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V. Exa. que cumprisse regimentalmente. Nós não temos *quorum* no presente momento.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Os Senadores estão chegando. Já chegaram no último minuto dois. Já são nove, nesse ritmo...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estão presentes quantos? Nove Senadores. Faltam três.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, gostaria de pedir adiamento

da votação de um projeto que está em pauta, o Item 4. Se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. será atendido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A proposta do Senador Valadares, ela vem de auxílio à minha proposta. Daí porque apelo a V. Exa., Senador, nós estamos a 15 minutos da audiência com as autoridades. De forma que seria inócua prosseguir-la.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está suspensa a sessão, atendendo a sugestão do Senador Heráclito.

[Sessão suspensa às 10h35].

[Sessão reaberta às 10h45].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Comunico que, em função de uma ação de caráter de obstrução, nós não tivemos o número para realizar as votações. Então, nós passaremos agora a proceder o início da Audiência Pública marcada para as 11 horas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): E a pauta fica para quando agora? Esta pauta está adiada para quando?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Solicito aos primeiros convidados que compareçam à nossa Mesa.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A pauta fica para a próxima semana.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Falei com ele... Pode sentar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. [soa a campanha]

Peço silêncio. [soa a campanha]

Vamos iniciar a Audiência Pública a fim de debater a instabilidade econômico-financeira por que tem passado a EMBRAER, em atendimento ao Requerimento de nº 2/2009 da CAE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

Estão presentes a essa Audiência Pública o Sr. Luiz Antônio Dantas, Superintendente da área de exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES, e que ainda representa o Ministério do Estado de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; o Sr. Francisco Fleury Curado,

Presidente da EMBRAER, será representado pelo Sr. Horácio Aragonês Forjaz, Vice-Presidente Executivo de Assuntos Corporativos da EMBRAER; e o Sr. Vivaldo Moreira de Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos.

O primeiro expositor que usará da palavra nesta reunião será o Sr. Vivaldo Moreira Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região. S. Sa. terá 15 minutos improrrogáveis para a sua exposição.

SR. VIVALDO MOREIRA ARAÚJO: Alô, som, som. Alô, som. Está ouvindo? Bem?

Bom-dia a todos presentes. Primeiro nós gostaríamos de estar agradecendo o espaço que nos foi concedido aqui nessa Casa, que nós achamos que esse assunto do qual nós vamos tratar nesse momento é um assunto de grande relevância para o nosso país, porque nós estamos falando de uma empresa que ela foi constituída por todos os brasileiros e brasileiras do nosso país, onde se colocava o desenvolvimento nacional daquele período e que hoje estamos assistindo exatamente agora, no próximo dia 19 do mês de agosto, esta empresa completará 40 anos de existência no nosso país.

E nesse momento nós estamos aqui para debater com os senhores, ou melhor, esclarecer o que tem ocorrido nessa empresa, porque foi documentado por toda a imprensa do nosso país no dia 19 de fevereiro, a EMBRAER demitiu 4.270 trabalhadores, já havia demitido em torno de 600 trabalhadores ao longo do ano de 2008, isso de uma forma a conta gota, cada mês mandava 20, 30 trabalhadores embora, e nesse período, entre o mês de novembro a mês de dezembro, saiu uma reportagem em um jornal de circulação nacional, o Valor Econômico, que denunciava que a EMBRAER pretendia fazer uma demissão em grande escala. Automaticamente, nós como representantes dos trabalhadores, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, tivemos a preocupação de procurar a empresa imediatamente, conforme alguns dossiês que nós estamos aqui entregando aos Senadores, se não tem em mãos ainda, nós pretendemos passar, que foram as cartas que nós enviamos para esta empresa na intenção de estar discutindo o porquê das demissões e se haveria demissões, que buscássemos alternativa que não fosse as demissões. Até porque nós entendíamos que essa empresa não tinha a menor condição e não haveria nenhuma razão para estar demitindo os trabalhadores, porque se nós pegarmos o histórico da EMBRAER, é um histórico de crescimento.

O ano de 2007, esta empresa produziu 169 aeronaves em 2007. Então, esse valor, essa quantidade de aeronaves, ela era superior a 30% dos anos anterior-

res. No ano de 2008, essa empresa pretendia produzir 200 aeronaves e produziu 204 aeronaves. Portanto, bem superior do que o ano de 2007. E para 2009, a sua pretensão, para quem produziu 204 aeronaves, a pretensão da EMBRAER era produzir 270 aeronaves. Com a crise mundial que nós também concordamos que ela é uma crise profunda, e que há necessidade do conjunto dos brasileiros inclusive das casas legisladoras, que a se preocupar com ela, por conta dessa crise, a empresa, ela refaz a sua projeção saindo de 270 aeronaves para 242 aeronaves, portanto também, 21% superior ao ano de 2008.

O lucro da EMBRAER em 2006 representou 622 milhões de reais. 622 milhões de reais em 2006. Em 2007, já se supera isso a 657 milhões. Portanto, ela vem em crescimento. Em 2008 a EMBRAER, ela tem um lucro de 428 milhões, que aparentemente é menor do que o ano de 2006 e 2007, mas tem uma interrogação que nós precisamos fazer. Por que o lucro da EMBRAER em 2008 é menor que 2006 e 2007? Exatamente porque os seus executivos resolveram fazer aplicações financeiras com derivativos, onde perdeu 188 milhões em derivativos. Então, uma empresa de produção, uma empresa de alta tecnologia que deveria fazer investimentos para o crescimento do nosso país, que deveria fazer investimento nos seus trabalhadores, na população brasileira, resolve fazer investimentos no capital especulativo e perdeu 188 milhões.

Ao mesmo tempo, companheiros e companheiras, o faturamento dessa empresa, para demonstrar que houve de fato uma irresponsabilidade nesse gerenciamento, o faturamento da EMBRAER também é bastante crescente. Em 2006 a EMBRAER tem um faturamento de oito bilhões, 265 milhões de reais. Em 2007 supera, vai para nove bilhões, 985 milhões. E em 2008, para 11 bilhões, 746. Por isso não tem nenhuma razão dessa empresa ter demitido os trabalhadores. Agora, pergunto a todos vocês, esse lucro dessa empresa para a mão de quem foi? Se não foi para a nossa nação, se não foi para os trabalhadores, se não foi para o povo brasileiro, na mão de quem está esse lucro? Para onde foram mandadas essas remessas inteiras de lucros? A resposta é que foi pra fora. Porque hoje os acionistas dessa empresa já não são mais brasileiros, está comprovado depois de todo esse assunto através dos nossos estudos, e não são estudos que nós inventamos, através do próprio fornecimento da EMBRAER que tem obrigação de fazer demonstrativos, e estudamos os seus demonstrativos, nós descobrimos que essa empresa hoje tem 70% do seu capital que está na mão dos estrangeiros e que não pode ser feito isso, pelo edital de privatização.

O edital de privatização, por ser uma empresa polêmica na época da sua privatização, ela foi especial e o Senador Eduardo Suplicy foi um dos quais colocou um ponto nessa regra, que essa empresa não podia ter mais que 40% de capital estrangeiro e hoje ela já representa mais de 70%. Portanto, reafirmamos que a EMBRAER não é mais brasileira. E quando nós procuramos a empresa a estar discutindo a questão das demissões através de várias cartas que nós enviamos, que se encontra neste dossiê, comprovando a nossa comunicação com a empresa, pedindo reuniões para estar discutindo os problemas, e ela nos respondia que não havia nenhum problema, que estava buscando alternativas que não fosse demitir os trabalhadores.

Nós tivemos uma reunião no mês de dezembro do qual eu estava presente, eu e o Presidente do Sindicato na época, Adilson dos Santos, e o representante da EMBRAER dizia categoricamente que não tinha demissão. No mesmo dia 19, dia da demissão, nós recebemos uma carta da EMBRAER por volta das 10h30 da manhã, dizendo que o Sindicato não precisava se preocupar e essa carta está também nesse dossiê para que todos vocês possam ler, nos tranquilizando na questão das demissões. Às 10h30 da manhã do dia 19 de fevereiro. Às 14h30 a EMBRAER dispara suas cartas e manda 4.270 trabalhadores embora.

E a nossa proposta para discutir tudo isso, como nós fizemos em outras empresas pelas quais passaram por dificuldades, e que não é o caso da EMBRAER, nós discutimos com essas empresas, onde teve-se transparência e faltou transparência na EMBRAER. Nós discutimos nessas empresas alternativas, tais quais como férias coletivas, licença remunerada, e no caso específico na EMBRAER nós gostaríamos de estar discutindo com a EMBRAER a redução da jornada de trabalho. Por que a redução da jornada de trabalho na EMBRAER? Essa empresa trabalha 43 horas semanais. É a única no seu segmento a nível mundial, e no seu porte na nossa região, ela é a única empresa que trabalha ainda 43 horas semanais. E havia a possibilidade de nós estarmos discutindo essa alternativa. Licença remunerada, férias coletivas e principalmente a redução da jornada de trabalho. E para as nossas reivindicações, se tivesse ocorrido a redução da jornada de trabalho e há essa possibilidade ainda nos dias de hoje, não haveria nenhuma necessidade de demitir esses trabalhadores, porque só reduzir a 36 horas já seria suficiente para adequar 4.021 trabalhadores, reduzindo essa jornada de trabalho.

Então, portanto, companheiros, como meu tempo não é tão longo, eu acho que essa discussão da qual nós estamos fazendo aqui nessa Casa, e aqui nós acreditamos que são aqueles que têm responsabilidade de

fazer as leis nesse país, nós estamos relatando tudo isso, porque a partir dessas demissões nós entramos em um processo de mobilização procurando todos os responsáveis que pudessem nos ajudar e o Tribunal de Campinas, Regional de Campinas, suspendeu as demissões e dizia que era necessário, que achava que era um abuso da EMBRAER em demitir os trabalhadores, e fez uma multa para que essa empresa pudesse pagar seus trabalhadores, mas dizia que não poderia ir mais adiante porque não havia uma lei no nosso país que proibisse as demissões emotivadas e demissões de monta.

E há vários processos, tanto na Câmara dos Deputados como também aqui no Senado que nós precisamos pensar como é que nós vamos fazer tudo isso, porque a EMBRAER não pode servir de exemplo para outras empresas de uma forma negativa. Porque se por acaso passar essas demissões e não tiver uma correção desse processo, vai se permitir que outras empresas venham a fazer também as mesmas demissões. E esses trabalhadores, hoje, não têm aonde procurar emprego, vivem perambulando às ruas porque a crise hoje é uma crise onde tem gerado mais e mais desempregados. E pasmem, senhores, o mesmo momento em que esses trabalhadores estavam sendo demitidos, com a alegação da empresa da sua crise e que não tinha dinheiro para poder manter esses trabalhadores, nesse mesmo período estava sendo distribuído a seus executivos 50 milhões de reais como bônus, como premiação. Se nós somarmos esses 50 milhões de reais que foi dado de bônus a seus executivos, e se nós somarmos os 188 bilhões dos quais se perdeu no capital especulativo, dá para se perceber que há uma coincidência desse dinheiro, que é mesmo valor de manter esses trabalhadores pelos dois anos pela qual a empresa diz da sua previsão de crise.

Por isso estar aqui nessa Casa, nesta Comissão, eu acho que não há local melhor para se discutir isso. Porque essa Comissão também é a Comissão que libera o dinheiro para os financiamentos das empresas. O BNDES, durante o período da privatização da EMBRAER, simplesmente forneceu para financiar e manter essa empresa, um valor de 8,39 bilhões de dólares para essa empresa, durante seu período de privatização. E antes, quando essa empresa era uma empresa estatal, ela passou antes de ser estatizada, nos dois, três anos anteriores, sem receber nenhum tipo de financiamento. E nós não somos contra que o BNDES faça financiamento à EMBRAER, para deixar bastante claro. Porque não existe nenhuma empresa de aviação a nível mundial, que ela não tem que ter dinheiro do Governo. Que se fizer isso, se o BNDES hoje disser: "Eu não faço mais empréstimo para as

empresas comprarem", certamente a EMBRAER não terá nenhuma vida mais. Não tem como se manter. É assim com todas as outras empresas que nós conhecemos. Então, nós não estamos contrários a que seja dessa forma, mas nós achamos que é necessário que na medida que for feito isso, ter uma contrapartida, e essa contrapartida é pensar nos trabalhadores, é pensar no povo brasileiro. Infelizmente o que a gente tem assistido é as empresas recebendo esse dinheiro para os seus financiamentos, tem vendido cada vez mais, mandado remessas de lucro para fora e demitido trabalhadores e o nosso povo fica sem ter nenhuma forma de sobrevivência. Inclusive aqui, tirando do nosso país a nossa soberania, a nossa tecnologia, e são companheiros trabalhadores e trabalhadoras de anos e anos que vai ser difícil encontrar no mercado de trabalho e que certamente, principalmente os engenheiros, a gente vai ouvir falar deles lá em outro país. Em outro país.

É nesse sentido que nós estamos aqui discutindo com vocês. Por isso nós achamos que também no decorrer desse debate, nós temos que pensar na readmissão desses trabalhadores e ao mesmo tempo, pensar no futuro da EMBRAER. E nós não vemos outra forma do futuro da EMBRAER a não ser que esta empresa esteja na mão do Poder Público, na mão do Estado, que essa empresa seja reestatizada. Não existe outra forma. Porque senão nós vamos estar discutindo daqui mais um ano, dois anos, mais demissões da empresa. Inclusive hoje há um boato dentro da empresa de mais 1.700 a 2.000 demissões, já há um boato que a empresa nega também, como fez no final do ano passado em que fevereiro demitiu.

Então, não é essa vida que nós queremos para o nosso povo. E a forma de desenvolver de fato isso aqui, nós podemos pensar em um projeto aqui de transporte de aviação a nível nacional de monta, popularizado, porque aqui no nosso país apenas 5% da nossa população é que anda de avião. 5% da nossa população. Por que será que as empresas que circulam no nosso país não podem comprar avião da EMBRAER? Por que esse financiamento não sejam diretos de uma certa obrigação, que seja comprado da própria EMBRAER, de uma estatal para poder manter, para que nosso povo tenha a possibilidade de se deslocar do Nordeste para São Paulo e assim sucessivo e por várias regiões, e que hoje não tem a menor condição você vir de São Paulo a Brasília você pagar 700, 800 reais de passagem, por que não pode ser popularizado isso e a gente ter de fato aqui uma empresa que ela seja nacional e que ela possa de fato responder os interesses do nosso povo, que possa gerar tecnologia, que ela possa muito mais do que isso, gerar soberania

nacional, foi para isso que ela foi criada na sua época. A gente vê essa empresa sendo entregue ao capital especulativo, não são nem o capital industrial, ao capital especulativo, que não está preocupado com que a gente produz. Pode produzir avião, mas pode produzir botão, é só ter lucro, se tem lucro não importa onde eles vão estar aplicando.

Portanto, eu deixaria esta reflexão a todos os Senadores, a todos os presentes, porque esse é o momento de discutirmos aqui qual o futuro do nosso país, principalmente nessa crise. Nós tivemos durante todo esse período, falamos até com o Presidente Lula, do qual ele mesmo dizia que a EMBRAER não poderia ter feito isso, que deveria tomar medidas antecipadas, que deveria nos receber, e hoje a nossa relação com a EMBRAER, ela não é melhor do que o que era antes. Hoje, sequer é possível que o sindicato entregue um folheto dentro do seu pátio, um boletim informativo aos seus trabalhadores. Sequer a gente pode fazer assembleias com os trabalhadores. Então, além de tudo, ela tem a truculência de não permitir que o sindicato tenha relações sindicais. Está na nossa Constituição. Está na nossa Constituição. E ela nega até isso, para que os trabalhadores sejam informados.

Então, gostaria de agradecer aqui a todos vocês a paciência de nos ouvir e gostaríamos que vocês pudessem opinar sobre toda essa situação, na intenção de que esses trabalhadores retornassem a seus locais de trabalho.

Queria só fazer uma informação, me permita um minuto. Que nessas demissões, além dela ser arbitrária, como tudo, ela tem muito mais arbitrariedade. Nós temos vários companheiros que foram demitidos nessa empresa, com doença ocupacional, com acidente de trabalho, companheiras que estavam grávidas, companheiros com o vírus do HIV e que nós relatamos isso com a empresa e ela diz hoje que retornou 17 trabalhadores desse conjunto dos 4.200 e que nos foi procurado pelo sindicato foi em torno de 600 trabalhadores com essa situação. Então, ao nosso ver não desrespeito ao sindicato dos metalúrgicos, não desrespeito aos trabalhadores da EMBRAER, mas um desrespeito a nossa nação, desrespeito a nosso povo. Então, eu acho que é uma responsabilidade de todos nós pensarmos nesse momento. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Vivaldo Moreira Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e da Região a sua exposição e concedo a palavra ao Sr. Luiz Antônio Dantas, Superintendente da área de exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e nesta oca-

sião, nesta Audiência Pública, representa também o Ministério de Desenvolvimento e Comércio Exterior.

Com a palavra o Sr. Luiz Antônio Dantas.

SR. LUIZ ANTÔNIO DANTAS: Exmo. Senador Garibaldi Alves Filho, demais Senadores aqui presentes, senhoras e senhores, bom-dia. Vou fazer uma breve exposição da atuação do BNDES em apoio ao Comércio Exterior. Por favor, pode passar.

Essa exposição basicamente é para mostrar um pouco qual é o papel do BNDES no apoio ao setor aeronáutico, especificamente qual o papel do BNDES no apoio à EMBRAER. Então, o que o BNDES apoia são investimentos fixos, isto é, modernização, expansão de unidades industriais, comercialização de máquinas e equipamentos e serviços, atua no mercado de capitais e financia a produção e comercialização para exportação nas modalidades pré e pós-embarque. Pré-embarque para a produção e pós-embarque para a comercialização propriamente dita. Pode passar.

Esses são apenas alguns números do banco e o apoio do BNDES a exportações. Nós, ano passado liberamos algo em torno de 6.5 bilhões de dólares. Por favor, pode passar.

Esse quadrinho aqui é resumidamente um esquema de financiamento do BNDES. A estrutura básica do financiamento do BNDES ao importador. Normalmente a gente tem um contrato comercial entre o exportador e o importador, em função desse contrato comercial é feito um contrato de financiamento do BNDES diretamente com o importador. Então, nós não estamos financiando para o exportador, nós estamos financiando o importador. Na hora que o BNDES entra financiando as exportações, o que a gente está fazendo é dando competitividade para que esse exportador consiga colocar seu produto fora do país de forma competitiva, com preços e custos adequados ao mercado internacional. Então, para todos os efeitos, o que o BNDES está fazendo não é financiando a EMBRAER nesse caso, a gente está financiando o importador, isto é, a empresa aérea compradora do avião. Esse quadro, ele mostra bem qual é a participação do banco frente à participação do mercado. Então, a gente pode ver que hoje nós estamos ali na faixa dos 27, 28%. Isto é, das aeronaves entregues no mercado e financiadas, o BNDES hoje tem cerca de 27 a 28% desse total. Pode passar, por favor.

Esse quadrinho aqui mostra um pouco a participação de financiamentos das demais ECA's no mundo inteiro. A gente tem praticamente quatro grandes fabricantes de aeronave, a EMBRAER, a Bombardier, a Boeing Airbus e a gente tem a participação de cada uma de suas ECA's no apoio às exportações. A gente vai reparar que ali em 2009, o apoio das ECA's ela cresce

significativamente. Por quê? Com a crise a partir de setembro do ano passado, o mercado privado, o mercado financeiro privado praticamente parou de financiar. Eles se retiraram do mercado e o papel das ECA's aí numa atividade anticíclica se tornou fundamental. Então, o BNDES é quem exerce o papel de uma ECA brasileira no caso de apoio às exportações. ECA é uma agência de crédito a exportação, de cunho governamental no apoio oficial dos governos. Por exemplo, no caso da *Air France*, é a Coface, no caso da Boeing, é o *Exim Bank* americano, e no caso da Bombardier é a CGD. A carteira de clientes apoiados pelo BNDES, isso é só um demonstrativo aí do apoio do banco, financiamos mais de 500 aeronaves e o valor total financiado está em torno de 8.5 bilhões de dólares, como já foi colocado aqui. Porém, as empresas financiadas são aqueles clientes que estão ali à esquerda. Grande parte deles dos Estados Unidos.

Bom, qual é a situação atual? Nós temos um quadro aí de desaceleração econômica global, enxugamento de crédito, que já coloquei aqui, que levaram à queda de novos pedidos firmes, postergação de encomendas já realizadas e cancelamento de entrega de aeronaves já contratadas inclusive. Isso de forma geral para todos os fabricantes no mundo inteiro. As vendas externas representam, no caso da EMBRAER, a receita dela é decorrente mais de 90% de faturamento para o exterior, quer dizer, é uma empresa que está voltada estritamente para o comércio internacional, a queda na carteira de pedidos obviamente levaram a uma redução no ritmo de produção e o quadro de funcionários de alguns fabricantes de aeronaves no mundo. Nós temos aí, demos só o exemplo aqui da Bombardier, que reduziu em 10% o seu quadro de funcionários e entre fevereiro e abril de 2008. Então é um fenômeno que está acontecendo no mundo inteiro. E as ECA's que apóiam as aeronaves passaram a ter papel fundamental agora no momento em que o mercado financeiro privado praticamente se retirou. Com a crise esse mercado se tornou muito mais restrito e o papel da agência de crédito à exportação se tornou fundamental. No caso do Brasil, o BNDES passa a atuar de forma muito mais rígida e muito mais firme junto à EMBRAER para viabilizar a venda de suas aeronaves ao exterior.

Esse último quadro aqui, ele apenas mostra qual é o apoio do BNDES, qual tem sido o apoio do BNDES no setor aeronáutico. Além do financiamento a comercialização de aeronaves, como já foi mostrado anteriormente, nós já financiamos mais de 500 aeronaves para o exterior, em 2007 o BNDES também apoiou a Eleb, que é uma empresa da EMBRAER para o desenvolvimento de trens de pouso das aeronaves Phe-

nom 100 e Phenom 300, valor aproximadamente de 17 milhões de dólares. Nesse caso, o financiamento é Eleb. A gente está financiando diretamente à empresa aqui no Brasil chamada Eleb. Tivemos participação no capital da companhia pós-privatização, hoje a nossa participação está em torno de 5% das ações da companhia, e estamos tentando financiar o adensamento da cadeia produtiva. Criamos uma linha em 2007, a linha de financiamento pró-Aeronáutica, destinada a investimentos realizados principalmente por micro, pequenas e médias empresas integrantes da cadeia produtiva da Indústria Aeronáutica Brasileira. Esse programa, essa linha já está sendo operada e a gente já está financiando essas empresas e em 2009 nós publicamos um livro sobre oportunidades e desafios na cadeia produtiva aeronáutica brasileira, que foi uma publicação BNDES com o pessoal da Unicamp. Então, em linhas gerais eu acho que seria isso que eu teria para colocar em relação ao apoio do BNDES ao setor aeronáutico. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Luiz Antônio Dantas, Superintendente da área de exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, pela sua exposição e concedo a palavra ao Sr. Horácio Aragonês Forjaz, Vice-Presidente Executivo de Assuntos Corporativos da EMBRAER para fazer a sua exposição. Com a palavra, portanto, o Sr. Horácio Aragonês Forjaz.

SR. HORÁCIO ARAGONÊS FORJAZ: Senador Garibaldi Alves Filho, demais integrantes da Mesa, Srs. Senadores.

Eu vou iniciar uma exposição que abordará de início a situação do mercado global, como isso se refletiu na atividade produtiva da EMBRAER, numa segunda ou terceira etapa eu vou abordar a questão de geração de empregos na EMBRAER ao longo, principalmente dos anos que se seguiram à privatização, falar um pouco sobre o que é a EMBRAER, o que foi a EMBRAER em termos de receitas durante os seus primeiros 17 anos de vida e subsequentemente empresa privatizada e posteriormente se for permitido, se houver tempo, pretendo abordar alguns pontos que foi abordado aqui pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, que na nossa visão contém distorções flagrantes e também uma oportunidade que eu acho que se coloca diante da indústria brasileira que é o fomento, o estímulo à indústria, à cadeia de suprimentos da indústria aeronáutica brasileira que no nosso entendimento é mal aproveitada.

Então, eu passaria a primeiro slide, por gentileza. Por favor. Esse slide mostra como que o transporte aéreo mundial foi afetado em função da crise que se

manifestou ao longo de 2008, principalmente na segunda metade e na primeira metade de 2009. Não se trata de uma crise que seja de curta duração. Nós estamos convencidos que 2010 não será um ano melhor do que 2009, em se tratando essa de uma indústria de longos ciclos. Próximo.

Um dos efeitos negativos dessa situação é o crescimento de aeronaves inativas no mundo, que passam a se constituir competidoras de aeronaves em produção, aeronaves encomendadas. Aeronaves de segunda mão hoje, constitui o nosso principal competidor, afetando negativamente as nossas vendas e entregas. Notícias presentes na imprensa internacional dão conta de que essa indústria é pesadamente afetada, não se trata apenas da EMBRAER. Um anúncio de corte de dez mil empregos na Boeing, por gentileza, próximo. Dez mil empregos na Airbus, 4.360 empregos ceifados na Bombardier Aerospace, a Cessna, que é um competidor da EMBRAER na aviação executiva anunciou inicialmente 4.600, porém eu posso dizer que hoje o total de empregos perdidos na Cessna supera oito mil, o que equivale a 57% da sua força de trabalho. Quando uma empresa é obrigada a demitir 57% da sua força de trabalho, ela já está colocando em jogo sua sobrevivência. E é isso que está acontecendo no mercado. Algumas empresas tendo dificuldade para sobreviver. Próximo slide. Como é o caso da Eclipse, que era uma competidora, era porque não existe mais, ela faliu, da EMBRAER no ramo de aeronaves leves e muito leves, jatos executivos leves e muito leves. Então, esse é um cenário com o qual nós estamos nos defrontando e que afeta toda a indústria em parte foi abordado na preleção que me antecedeu.

No caso da EMBRAER, como também foi muito bem sublinhado pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, nós vínhamos num ritmo ascendente. A EMBRAER, ela tem suas receitas distribuídas principalmente no exterior, advindas do exterior. O Brasil em 2007 respondia por apenas 4% das receitas da EMBRAER e esse percentual cresceu para 7% em 2008. Há uma forte dependência do mercado externo e é muito importante entender isso, porque o Brasil de uma certa maneira ele se constitui hoje numa ilha de resistência com relação aos efeitos da crise global. A EMBRAER, ela não se beneficia disso porque 95% ou acima de 90% de suas receitas advêm do mercado externo, então ela está imersa no olho do ciclone.

Muito bem. Como que isso se refletiu no nosso caso essa crise? Redução numa escassez de financiamento, essa escassez já foi sublinhada na intervenção anterior. O que motivou forte atuação das chamadas agências de crédito a exportação oficiais *Exim Bank*, *Coface*, a *IDC*, o *BNDES* no caso brasileiro, há uma

estimativa de falta de dinheiro no mercado da ordem de 10 a 15 bilhões. Em termos práticos isso se traduziu em adiamento de entregas, não só as entregas de 2009, mas também 2010 sendo empurradas para 2011 e 2012, no caso da aviação comercial. No caso da aviação executiva, se for possível voltar atrás, por favor, esse impacto foi ainda maior. Redução do nível de fretamentos, 20% da frota mundial de aviões executivos à venda, a EMBRAER sofreu uma queda na sua previsão de entregas para 2009 da ordem de 40% e nós assistimos muitos clientes preferindo deixar na mesa de três a quatro milhões, ou seja, multas por não cumprimento do contrato, do que a negociar com a EMBRAER.

Muito bem. Nós vínhamos, como foi sublinhado aqui, num ritmo crescente. Entregamos 169 aeronaves em 2007, 204 em 2008 e nos preparávamos para saltar ainda mais o nosso ritmo de produção em 2009. Antes de novembro de 2008, a nossa previsão era de entrega de entre 195 a 200 aviões, dos aviões de maior porte, e de 120 a 150 Phenom, que é um avião que entrou agora em produção, são aviões menores, jatos executivos. Totalizando de 315 a 350 aeronaves. É preciso se fazer uma pequena correção, uma ponderação. Um avião Phenom, ele equivale em termos produtivos, a um sexto desses aviões de maior porte, então, para se traduzir esse crescimento de produção não se pode se fixar apenas no número de aeronaves, é preciso traduzir isso em termos de aviões equivalentes, por assim dizer. No caso, na sequência, nós viemos a mercado, essas são previsões divulgadas publicamente, ou seja, a EMBRAER se comunicando e anunciando suas previsões ao mercado, nós viemos em novembro de 2008 e já anunciávamos uma redução naquela previsão anterior. Caímos para 160 aeronaves, aviões de maior porte, de 150 Phenom para 110 Phenom, ou seja, 270 aeronaves. E assim terminou o ano de 2008. Quando nós nos reencontramos de novo após a pausa de Natal, nós nos deparamos com clima de *débâcle* financeira da parte de nossos clientes, o que motivou uma reação muito forte e nós então viemos a mercado em fevereiro, anunciando uma queda ulterior aos dois anúncios previamente feitos pela EMBRAER; para 132 aeronaves de maior porte, mantivemos aeronaves Phenom, totalizando 242 aeronaves. Ora, se nós traduzirmos as nossas previsões anteriores e a previsão que ora permanece em termos de aviões equivalentes, nós chegaremos a um número de aviões equivalentes, original, de 220 aviões equivalentes a 200 aviões de maior porte mais 120 Phenoms dividido por seis, o que significaria 220 aviões. O plano revisado hoje contempla 152 aeronaves, o que equivale a uma queda do volume de produção da EMBRAER da

ordem de 32%. Diante de uma quebra desse porte, a empresa se viu obrigada a se redimensionar completamente, se ajustando diante do novo cenário. Então, um esforço de redução de custos foi empreendido em várias dimensões, da qual a face mais visível e mais dolorosa foi a redução do nosso quadro de empregados da ordem de 20%, totalizando 4.270 empregados, esse foi o anúncio feito no dia 19 de fevereiro.

Uma situação dramática como essa não permitia, não comportava medidas paliativas, como foram acertadamente tomadas por outros setores da economia. O setor automotivo lançou mão de férias coletivas, lançou mão de redução de jornada de trabalho e outras medidas, planos de demissões voluntárias, etc. Nós não tínhamos como proceder dessa forma, dada a intensidade e a duração da crise. Ainda assim, eu lembraria os senhores que nesse período de crise segundo dados da ANFAVEA e do Sindipeças, o setor automotivo demitiu no Brasil 42 mil posições de emprego, englobando montadoras e autopeças. Ou seja, um valor dez vezes superior o que a EMBRAER demitiu.

Porém, a questão de empregabilidade na EMBRAER não pode ser vista apenas em decorrência de um fato pontual, dramático que nos impactou. Vamos olhar essa situação nos últimos seis a sete anos. A EMBRAER, desde o início da administração do Governo Lula, ela gerou a partir do início de 2002 até junho desse ano, levando-se em consideração as 4.000 demissões de fevereiro passado, um saldo positivo de 6.000 empregos. Foram empregos em que nós apostamos, investimos, treinamos, e que infelizmente diante da gravidade da situação, nós fomos obrigados a abdicar. Uma situação parecida com essa, não afetando... Por favor, é possível voltar um pouquinho? Afetando não 20% da nossa força de trabalho, mas 15%, ocorreu em setembro de 2001, na sequência dos atentados terroristas às torres gêmeas de Nova Iorque. Nós demitimos na época 1800 empregados, porém em dois anos nós já tínhamos repostado aquele número de empregados, porque essa é a nossa missão, essa é a nossa estratégia, é uma estratégia de crescimento. Por gentileza.

Se nós voltarmos um pouco atrás e retroagirmos no tempo e contemplarmos o período de pré-privatização da EMBRAER, quando a empresa enfrentou muitas dificuldades, a redução de empregos entre novembro de 1990 até dezembro de 94, quando a empresa foi privatizada, foi de 7.120 empregos, o que equivalia na época a 57% dos empregos da EMBRAER. E desde então a empresa gerou 13.500 empregos, numa trajetória de franco crescimento. Por gentileza, à frente.

Eu gostaria agora de adentrar um pouco e mostrar aos senhores o que foi a EMBRAER estatal até a sua privatização, em dezembro de 94, e que foi em-

presa que ressurgiu praticamente das cinzas. A EMBRAER tecnicamente era uma empresa falida quando ela foi privatizada, e que a empresa hoje responsável por faturamentos acima de seis bilhões de dólares, ou seja, a EMBRAER, em verde estão destacados os faturamentos da empresa decorrentes do mercado doméstico, sejam compras estatais, sejam compras destinadas a empresas civis no mercado doméstico brasileiro, em verde, e os senhores perceberão que esses faturamentos advindos do mercado brasileiro, eles se mantiveram praticamente no mesmo patamar; o que a empresa fez sabiamente e conseguiu, porque nenhuma empresa aeronáutica sobrevive apenas do mercado interno, empresa aeronáutica por natureza, devido aos baixos volumes, ela é exportadora por natureza, foi buscar, e por isso que ela sobreviveu, desde o início, o mercado externo, como os senhores verão nas próximas transparências. Apenas para ressaltar, a média histórica de faturamento no mercado nacional é de 120 milhões de dólares/ano, o recorde histórico é de 2005 e foi de 310 milhões, e o maior nível de faturamento da EMBRAER no seu período pré-privatização foi de 250 milhões de dólares. A melhor média em cinco anos foi de 2004 a 2008, 250 milhões de dólares, portanto, recentemente. Isso significa que a EMBRAER vem buscando, buscará e continuará buscar ingressos advindos do mercado nacional, mas ele é insuficiente para uma empresa deste porte. O total histórico de receitas da EMBRAER é de 43,5 bilhões de dólares, desses 43,5 bilhões de dólares, 5,5 bilhões de dólares foram no período pré-privatização, e 38 bilhões de dólares no período em que a empresa foi privatizada. Próximo, por gentileza.

Aqui está um quadro que mostra o que as exportações proporcionaram à EMBRAER. Ela no mercado nacional até 1977, as primeiras exportações do EMBRAER 110, EMBRAER 121, do Tucano, as exportações posteriormente do Brasília e o que significou o salto em termos de faturamento e exportações advindas da família RJ-145 e a família dos Learjets, mas os Legacy no mercado de aviação executiva. Próximo.

É preciso também entender que a EMBRAER desenvolveu programas com o apoio do Governo Brasileiro somente até 1984, 1985. A partir de 1986 ela embarcou no programa CBA-123, que foi bancado com fundos próprios, o programa RJ-145 foi bancado com fundos próprios e os programas mais recentes, EMBRAER 170, 190, programa Legacy 450, Legacy 500, foram programas bancados com fundos próprios, com geração de caixa, então não se trata de dinheiro que foi destinado ou remetido ao exterior e também dinheiro captado nos mercados acionários do Brasil e do exterior. Esses mercados hoje são de fundamental

importância para que a EMBRAER consiga se preservar e prosperar. Próximo.

Essa outra transparência mostra o que foi a trajetória de lucratividade da EMBRAER antes e após a privatização. A EMBRAER até 1989, ela tirou partido de incentivos fiscais que foram instituídos quando a empresa foi criada, a partir da promulgação da Constituição de 1988 esses incentivos não mais se tornaram disponíveis. A empresa embarcou numa crise profunda que está ali retratada através de perdas sucessivas, posteriormente após a privatização, com um lançamento bem sucedido de várias famílias de produtos, a começar com a família RJ-145, a EMBRAER ela embarcou num período de grande prosperidade, gerou riqueza, distribuiu riqueza a acionistas, a seus empregados, através de participação em lucros e resultados e transformou São José dos Campos, não somente a EMBRAER, num dos maiores ICMSs do Estado de São Paulo. Próximo.

Essa transparência mostra o efeito positivo da EMBRAER proporcionado à balança comercial brasileira. Somadamente, isso significa que no período de 1995 a 2008, portanto o período pós-privatização, a EMBRAER contribuiu com 15 bilhões de dólares de saldo à balança comercial brasileira. Isso é lucro que foi extraído de mercados ricos e injetado na economia brasileira. Em se tratando de apoio oficial, isso já foi muito bem abordado na intervenção do representante do BNDES, mas claramente a EMBRAER, ela para fazer operações de financiamento ela necessita de intermediação financeira. Que em anos de bonança, quando o crédito é farto, ele advém mais do mercado privado. Em situações adversas, como ocorreu na sequência dos atentados terroristas de 2001, quando o mercado se retrai, é o momento em que as agências de crédito e exportação oficiais, elas comparecem com um papel decisivo, inclusive para que a empresa se mantenha, para que ela sobreviva, e continue gerando empregos. Nós estaremos enfrentando, já estamos enfrentando um novo ciclo de apoio por parte de agências de crédito estatais, isso não só no caso da EMBRAER, mas no caso de outras agências e outras empresas, nossos grandes competidores, e sem isso certamente a EMBRAER não teria como sobreviver.

O próximo slide ele mostra um pouco desatualizado, esse nível subiu para 27%, o que outros competidores da EMBRAER usufruem em termos de apoio, crédito a financiamento. Não se trata de dinheiro direcionado à EMBRAER, e sim aos nossos clientes, são eles os tomadores de empréstimos e têm, segundo entendo, um histórico de bastante confiabilidade, cumprindo todos os seus compromissos. Trata-se de operações financeiras lucrativas, inclusive, nada que se

possa equivaler a dinheiro dado a porte governamental como foi mencionado aqui anteriormente.

Apenas para ilustrar, nós estamos assistindo hoje a um ingresso de novos entrantes, aviões que competem com a EMBRAER, um deles é um programa da Bombardier, por favor, é o programa CSeries, e aqui para que os senhores tenham uma ideia o que significa apoio governamental ao desenvolvimento de novas aeronaves, algo que a EMBRAER como já reportado em anos precedentes não teve em termos tão expressivos, os senhores podem ver que o programa Bombardier CSeries, ele tem do Governo canadense seja da esfera Federal, seja da esfera da província de Quebec, um aporte significativo da ordem de 460, 470 milhões de dólares canadenses. O Reino Unido decidiu aportar 155 milhões de libras a uma subsidiária da Bombardier, localizada na Irlanda do Norte, a Bombardier Belfast. A EMBRAER contestou perante a União Europeia esse apoio, sob o argumento de que ele não era compatível com as regras de comércio internacional e recentemente nós fomos notificados de que ele, esse apoio foi reduzido para 112 milhões de libras, um claro indicativo de que ele realmente não se encontrava de acordo com as regras. E através de parcerias com o Governo chinês, mais 400 milhões de dólares, equivalendo a um bilhão de dólares. A EMBRAER não tem feito uso desse tipo de apoio, em parte porque ela é uma empresa lucrativa, porque ela é uma empresa com credibilidade na comunidade financeira internacional e tem investidores que nela acreditam.

Eu gostaria de passar a mais alguns slides, na sequência, por gentileza, e alguns deles mencionando o que eu chamei atenção aqui, que existe uma oportunidade extraordinária para o Brasil de crescimento da sua indústria aeronáutica de apoio. O Brasil é um dos raros países que conseguiu ter uma indústria montadora de aeronaves. E o segmento aéreo espacial, de acordo com a metodologia da OCDE, é um dos que é capaz de proporcionar uma maior contribuição, maior valor agregado em termos de dólares por quilo, como ali bem expresso. Setor aeronáutico, aviões comerciais, setor aeronáutico, aviões militares. Portanto, é uma indústria estratégica e perseguida por muitos governos. No nosso caso, o Brasil, da ordem dos 27 mil empregos gerados na indústria aeronáutica brasileira, 21.500 estão concentrados na grande empresa montadora, que é a EMBRAER. No caso dos Estados Unidos, vejam que 160 mil empregos concentrados na Boeing se contrapõem a 657 mil empregos que se encontram nas várias empresas fornecedoras de equipamentos, de segmentos aeronáuticos. No Canadá essa relação também é muito favorável, 32 mil na Bombardier, 80 mil na indústria de componentes aeronáuticos, sejam

eletrônicos, sejam metálicos, e na Europa 52 mil contra 640. Ou seja, ao contrário do que existe com a indústria automotiva brasileira, a indústria aeronáutica está em termos de geração de empregos exclusivamente, praticamente 85, 90% dependendo da EMBRAER. É uma relação desproporcional com a média mundial e oferece um potencial de criação de grande número de empregos. Essas empresas não devem ou não deveriam apenas alimentar a EMBRAER e sim outras grandes empresas do setor aeronáutico, porque nós temos massa crítica, nós temos condições de infraestrutura para sermos um grande fornecedor da indústria aeronáutica mundial. Próxima.

Nós temos aqui um outro dado importante, que das indústrias de alta tecnologia presentes no Brasil, a EMBRAER é a única, é a única que a linha azul que gera saldo positivo na balança comercial brasileira. Outras indústrias, instrumentos médicos, equipamentos de rádio e TV, material de escritório e informática, todas são deficitárias sob o ponto de vista de balança comercial brasileira. Mais um motivo para que nós invistamos e tiremos partido de algo que outros países não têm, que é uma indústria de peso como a indústria aeronáutica. Próximo.

Esse quadro mostra o destino dos principais investimentos externos no setor aeronáutico: México, China, Rússia, Estados Unidos, Índia, Malásia, Turquia. O Brasil não figura como um grande destino de investimentos aeronáuticos. Isso deve ser algo de interesse e discussão, porque passa por decisões e reflexões no âmbito do Congresso Brasileiro. Próximo.

O exemplo do México. O México não possui uma empresa fabricante de aeronaves, porém tem adotado políticas públicas para atrair investimentos no setor aeronáutico. Com isso, mais de 200 empresas de primeiro e segundo nível, gerando exportações de quatro bilhões de dólares/ano e mais de 27 mil postos de trabalho. Recebeu em 2008 da ordem de um bilhão de dólares. Isso passa... Aqui o que a EMBRAER tem conseguido através dos anos em termos de atração de empresas externas que aqui vem, aqui investem, porém, devido ao fato de que o arcabouço tributário existente no Brasil não favorece fornecedores de material aeronáutico primários, esses fabricantes da EMBRAER preferem importar um parafuso a comprar um parafuso fabricado no Brasil, porque o parafuso no Brasil chega às mãos desses fabricantes agravado por impostos que os tornam não competitivos com relação ao material aeronáutico básico construído no exterior. Então, há uma situação de não competitividade que depõe contra o crescimento da indústria aeronáutica brasileira que poderia estar contribuindo muito mais para a riqueza nacional. Muito bem. Próxima.

Isso passa por uma série de motivos, a existência de uma racionalidade econômica, a facilitação do investimento produtivo, estímulo ao treinamento e contratações, eliminação de gargalos processuais e operacionais. E a implantação de uma técnica que é muito usada pelos norte-americanos, que são contratos governamentais para o desenvolvimento de novas tecnologias, isso não constitui subsídio, isso significa contratação de serviços e a entrega de serviços e produtos de interesse ao Governo Brasileiro, de altíssimo conteúdo tecnológico. É algo que particularmente os Estados Unidos professam de uma maneira bastante elegante e com isso defendem a sua indústria aeronáutica. Próximo.

Algumas medidas de ordem fiscal e tributária, o meu tempo está se esgotando, mas a eliminação do ônus tributário da nacionalização de aeronaves brasileiras destinadas ao mercado doméstico, até recentemente era mais vantajoso para vender no Brasil e exportar uma aeronave para depois ela ser importada, o ICMS ainda gera perda bruta, o adensamento da cadeia produtiva passa pela adoção de um regime especial tributário que dê isonomia ao produto, aquilo que eu vinha citando, e existe hoje em andamento, em análise na Câmara dos Deputados, medidas desenvolvidas em parceria inclusive com o apoio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, arduamente defendidas pela Associação das Indústrias Aeroespaciais Brasileiras.

Muito bem. Eu passaria agora a abordar alguns dos temas que foram trazidos aqui na intervenção do Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, e que eu acho que necessitam esclarecimento. Tem a ver com a propriedade da EMBRAER, tem a ver com supostos bônus conferidos aos seus executivos. Eu peço que avancemos com os slides, por favor. Não, não, é um a um. Por favor. É um a um, onde você estava, bastaria avançar. Isso, aí. Pronto.

Então, esse slide, ele trata... Isso. De despesas com administração. Como todas as empresas brasileiras com ações listadas na Bolsa de Valores, a EMBRAER informa anualmente o valor limite. Valor limite não quer dizer valor despendido, mas sim um teto, com a sua administração. Ele resulta da decisão exclusiva e soberana dos acionistas da empresa, não é uma decisão tomada pela sua Diretoria Executiva e tampouco pelo seu Conselho de Administração. Esse valor limite, ele foi adotado no período de maio de 2008 a abril de 2009 de 50 milhões. Desse valor foram despendidos 35 milhões. Tudo isso é comprovável nos balanços da EMBRAER, a EMBRAER é uma empresa que pertence ao novo mercado da Bovespa e isso a torna absolutamente transparente a quem dela se interessar. Esse

valor compreende todas as despesas com honorários de conselheiros da administração e diretores, mais os encargos, participação dos diretores nos lucros da empresa, mais encargos, despesas com assistência médica de conselheiros da administração e diretores, despesas com plano de aposentadoria complementar dos diretores, indenizações e verbas rescisórias de ex-administradores mais os encargos a eles relacionados. É importante citar que a participação nos lucros, a assistência médica e o plano de aposentadoria complementar não são benefícios exclusivos dos administradores. Eles se estendem a todos os empregados, sem exceção. Então, isso eu acho que esclarece a suposta atribuição de bônus, totalizando 50 milhões de reais aos administradores da EMBRAER. Peço que se passe ao próximo slide.

Outra alusão que foi feita aqui é um suposto procedimento inadequado dos administradores da EMBRAER com referência à questão cambial. E a explicação disso é muito clara, é cristalina. Como empresa exportadora, 90% das receitas da EMBRAER são em dólares, essas receitas correspondem 25% de custos em reais. Durante seis anos, entre meados de 2003 e meados de 2008, a taxa de câmbio real dólar foi declinante. Na prática isso significa que o custo de fabricação em reais corresponderam sempre a receitas quando da entrega em dólares mas declinantes em reais. Prejudicando, provocando um desbalanço e prejudicando a margem operacional. A utilização do *hedge* cambial da EMBRAER focava apenas esse volume, ou seja, correspondendo a 25% das suas receitas em reais e ela visou proteger a EMBRAER nesse fenômeno, pré-estabelecendo taxas de conversão, visando minimizar esse descasamento. A EMBRAER sempre foi muito conservadora nisso. Aliás, ela foi criticada, a Diretoria, por ser muito conservadora no trato dessa questão. E o que aconteceu, que foi essa súbita inflexão do dólar em outubro do ano passado, provocando perdas, como citado pelo Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, da EMBRAER, corresponde a um valor que em nada se compara a especulação financeira que realmente houve no mercado, os casos foram amplamente propalados na imprensa e que provocaram inclusive demissões e até ameaça de sobrevivência de uma empresa muito conhecida. Então, não é possível se comparar uma administração saudável, conservadora, visando a proteger a empresa e que durante seis anos proporcionou a recuperação desse balanço com uma suposta gestão temerária, como nós temos ouvido aí repetidamente. Próximo.

Último slide trata da questão da propriedade da EMBRAER. Uma das condições presentes no edital de privatização da EMBRAER, ocorrido em 1994, entendo

que o Senador Eduardo Suplicy tenha tido uma participação bastante ativa nesse processo, era de que o controle da empresa permaneceria com os brasileiros, limitando investidores estrangeiros a 40% do capital votante. Apenas como parênteses, eu gostaria de citar aqui outra providência naquele período importante, foi a inclusão no conselho de administração da EMBRAER de um representante dos empregados. Na realidade, dois, porque um dos representantes responde pelos empregados da EMBRAER que são investidores, detém ações da companhia, e o outro representante dos empregados. Eu acho que a EMBRAER é uma das raríssimas empresas no Brasil que tem dois empregados presentes no seu Conselho de Administração. Mas vamos em frente. Até 99 investidores estrangeiros interessados em adquirir ações da EMBRAER atuavam diretamente na Bovespa, a partir de 1999 a EMBRAER passou a ter suas ações negociadas também na Bolsa de Nova Iorque. A partir de 2006, a EMBRAER passou a fazer parte do novo mercado da Bovespa, que é o nível máximo de transparência existente no Brasil e compatível com os melhores níveis nos Estados Unidos, num mercado mundial. Aliás, é graças a esse nível de transparência que todos aqueles favoráveis à EMBRAER ou aqueles que procuram identificar defeitos na EMBRAER têm acesso a todas as informações sobre o desempenho financeiro da empresa, seus estatutos, está tudo ali aberto, a EMBRAER não tem nada a esconder. De modo a atender os requisitos específicos do novo mercado que incluem uma série de requisitos e ao mesmo tempo preservar condições presentes no edital de privatização, o estatuto social da EMBRAER foi reformado. Uma das cláusulas introduzidas na reforma do estatuto social da empresa estipula que acionistas estrangeiros não poderão somar mais de 40% dos votos em qualquer Assembleia Geral realizada, desta forma preservando condição do edital de privatização. Para que não paire dúvidas sobre esta e outras regras importantes, existe uma outra cláusula que dá à União Federal poder de veto quanto a eventuais alterações futuras no estatuto social, afetando uma série de temas considerados de interesse nacional. Dentre esses temas, figura a cláusula que estipula que acionistas estrangeiros não poderão somar mais do que 40% dos votos na EMBRAER em qualquer Assembleia Geral e assim tem sido feito desde a sua privatização.

Muito bem, eu acho que com isso eu encerro a minha apresentação, agradeço muito a atenção dos senhores e vamos em frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a exposição do Sr. Horácio Aragonês Forjaz, Vice-Presidente Executivo de

Assuntos Corporativos da EMBRAER. E agora vamos passar aos debates.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, pediria a V. Exa. ouvido o Plenário, se pudesse ser feita as perguntas, as considerações em bloco de três Senadores, também limitado o tempo de cada um em cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa., como sempre, será atendido.

Com a palavra o primeiro orador inscrito e tem prioridade porque foi o autor do requerimento de convocação dessa Audiência Pública, o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, prezados senhores Vivaldo Moreira Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e da Região, Luiz Antônio Dantas, representando o Ministro da Indústria e Comércio e o Presidente Luciano Coutinho do BNDES, Sr. Horácio Aragonês Forjaz, Vice-Presidente Corporativo da EMBRAER e que aqui também representa o Presidente da EMBRAER, que ainda o Sr. Frederico Fleury Curado, que ainda nesta última sexta-feira tive a oportunidade de dialogar com ele por ocasião da visita da Presidenta *Michelle* Bachelet, do Chile, em São Paulo, ocasião em que ele falou da importância desta audiência que teríamos aqui uma oportunidade muito significativa, Sr. Presidente, de esclarecer este ponto.

Quero ressaltar que no início do ano, em fevereiro, quando apresentei o requerimento, o então Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Sr. Adilson dos Santos, que, aliás, se encontra também presente, e manifestou a sua preocupação e gostaria até de assinalar, Sr. Presidente, que em todas as regiões do Brasil onde a EMBRAER ou tem a sua indústria, como ali em São José dos Campos, mas nas demais regiões do Estado de São Paulo e ainda naquelas regiões onde estão os fornecedores da EMBRAER, há um enorme interesse sobre o que se passa hoje em nossa audiência e eu gostaria até de registrar que acompanhando o Presidente Vivaldo Moreira Araújo, estão aqui diversos companheiros do seu sindicato e alguns dos quais que trabalhavam na EMBRAER, outros trabalham na EMBRAER como Gerdório(F) de Jesus Santos, Willian Fernando, Júlio César da Silva, Luis Henrique de Brito da Costa, An-

dré Luiz Gonçalves, Valmir Diniz Pereira, Herbert da Silva, Dionísio Nascimento Silva, que boa parte dos quais demitidos, mas que vieram aqui para acompanhar esta audiência.

Conforme foi registrado, é importante ressaltar, a EMBRAER fará 40 anos em 19 de agosto. Foi então constituída como empresa de capital misto, mas privatizada em 07 de dezembro de 94. Já produziu cerca de 4.995 aviões que operam em 78 países nos cinco continentes. É empresa líder no mercado internacional na fabricação de jatos comerciais de até 120 assentos e se constitui num símbolo da eficiência do desenvolvimento tecnológico da economia brasileira. Mesmo com bons resultados econômicos e financeiros obtidos ao longo dos últimos anos, a empresa adotou como estratégia de enfrentamento da crise internacional a demissão até fevereiro último de 4.200 funcionários, sem, entretanto ter havido, conforme o Sr. Vivaldo explicou-nos, uma negociação prévia que havia sido objeto da solicitação deles. Isto preocupou aos brasileiros, dada a importância da empresa para a economia nacional e todo o Vale do Paraíba e demais regiões onde ela se encontra, como perto de Sorocaba. E foi esse problema das emissões que, sobretudo motivou a realização dessa audiência.

No último dia 30 a empresa divulgou resultados financeiros do segundo semestre de 2009, mas que não constaram da apresentação do Sr. Horácio Aragonês Forjaz, a própria EMBRAER teve resultados atualizados que registram bom desempenho no período. Por exemplo, o lucro operacional no segundo trimestre subiu 52,5% em relação ao mesmo período anterior. A margem operacional ficou em 13,3% frente aos 9,7% do segundo semestre do ano passado, portanto um crescimento de 3,6%, o que é uma boa nova. A EMBRAER também divulgou que a cartilha de pedidos que reafirma a sua competitividade, contrariando as previsões negativas antes para justificar a demissão mencionada. Outros números reforçam o bom momento da EMBRAER que entregou 56 aeronaves nesse segundo trimestre, quatro a mais do que no igual período de 2008. A carteira total de pedidos atualmente, pela própria informação da EMBRAER está em 19,8 bilhões de dólares.

Bem, diante de deste quadro positivo e da reversão das expectativas da EMBRAER para algo positivo e temos tido as boas notícias também inclusive, por exemplo, de uma das economias com a qual a EMBRAER interage, a economia norte-americana nessa semana publicou resultados também numa direção positiva. Então, diante desse quadro, não seria razoável que a empresa em negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e da re-

gião estabelecesse um plano de metas de possível readmissão dos empregados em função das metas de crescimento e da sua carteira de encomendas? Não será importante que a EMBRAER cumpra sua função social de garantir a manutenção dos postos de trabalho, para que haja o melhor entendimento com todos aqueles que colaboram para a empresa?

Eu gostaria de ressaltar, Sr. Horácio Aragonês Forjaz, que foi muito importante sim, o senhor relembrou aqui que quando em 1994, nessa própria Comissão, nós debatemos como seria o processo de privatização e bem lembrou que foram estipulados alguns itens naqueles decretos e na própria legislação que a regulamentou, dentre as quais a chamada **Golden Share** ou ação de ouro pela qual conforme assinalou o Governo Brasileiro tem o poder de veto com respeito a diversas modificações no estatuto e outras diretrizes se, porventura, achar que está ferindo o interesse nacional. Mas, ademais, bem lembrou, nós estabelecemos aqui que há uma representação dos trabalhadores e duas naturezas, uma daqueles que tem, que são parte da associação ou clube de acionistas, e outra que é a representação eleita pelos trabalhadores. Eu agradecerá se puder inclusive o Sr. Vivaldo, Presidente do Sindicato, nos relatar como é que hoje é escolhido pelos trabalhadores o representante dos trabalhadores no Conselho. Qual é, digamos, o tempo que esta pessoa escolhida, digamos, democraticamente pelos trabalhadores, qual é a natureza da relação que existe, em que medida o representante então interage com o próprio sindicato e provendo as informações, ouvindo as sugestões do conjunto dos trabalhadores, levando ao Conselho de Administração.

E finalmente, Sr. Presidente, com respeito ao episódio dos bônus do Conselho de Administração, da Diretoria, Conselho Fiscal, Sr. Horácio Aragonês nos deu a informação de que a EMBRAER está obedecendo as diretrizes do Bovespa, da Bovespa, com respeito ao limite que é colocado e tudo. Eu gostaria de mencionar algo que foi importante no âmbito das grandes empresas brasileiras. A companhia siderúrgica... A companhia...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem, uma das principais companhias siderúrgicas brasileiras, já vou dar o nome preciso, ainda acerca de três meses atrás divulgou na Revista Isto É Dinheiro que passou a divulgar a remuneração de todos os seus membros do Conselho Executivo, da Presidência e tudo. Eu até tive a oportunidade de conversar com o Presidente da empresa, saudando como uma boa iniciativa, acho até um exemplo para outras empresas, porque isto em

situações como a que a EMBRAER e todas as empresas brasileiras estão passando nessa época de crise, dá uma maior transparência, inclusive à comunidade como um todo e aos próprios trabalhadores sobre os procedimentos havidos. E na hora de se dialogar, seja sobre eventual demissão ou eventual, digamos, adiamento de possíveis aumentos que poderiam acontecer para o conjunto de trabalhadores, o conhecimento por parte da comunidade dos que trabalham na empresa da remuneração, inclusive dos altos executivos do Conselho de Administração e da Direção, é algo muito saudável. E este é um procedimento que mais e mais, por exemplo, nos países europeus está acontecendo. Então, eu gostaria até de perguntar qual é a avaliação que a própria EMBRAER tem, porque este assunto está sendo objeto de reflexão. Inclusive aqui no Senado Federal, pois temos, eu próprio apresentei um projeto de resolução pelo qual a remuneração de todos os servidores dessa Casa passaria a ser divulgada, então algo que no meu entender será benéfico e saudável. Maior transparência. E avalio que será muito importante que o BNDES possa, sobretudo, nesse momento em que está contribuindo para o financiamento, mesmo que seja através dos importadores, possa sempre estar estimulando o diálogo entre a direção da empresa e os trabalhadores, para que minimizem fatos como as demissões e agradecerá muito se o Sr. Luiz Antônio Dantas puder nos dar a informação atualizada sobre esse papel que o BNDES tem tido, até porque o próprio Presidente Lula e o Presidente Luciano Coutinho recebeu a representação dos trabalhadores da EMBRAER e agradeço se puder então dar-nos a informação a respeito.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): A Presidência agradece a presença do ex-Presidente Adilson dos Santos e demais componentes do Sindicato dos Metalúrgicos que aqui estão nessa audiência coletiva e concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, da Paraíba.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agradeço, Sr. Presidente Garibaldi Alves. Queria cumprimentar o Senador Eduardo Suplicy que foi o autor do requerimento, e me referi à propriedade dele em fevereiro estar abordando o assunto. Foi exatamente no auge da crise e Deus, dizem que é senhor da razão e o tempo também é senhor da razão. Passados seis meses do requerimento, nós temos um panorama que é um panorama bastante diferente e bastante evidente do que foi o comportamento da EMBRAER no tocante às medidas para sua sobrevivência. Gostaria de cumprimentar o Vivaldo Moreira Araújo, do sindicato,

Luiz Antônio Dantas do BNDES e o Horácio Aragonês Forjaz, da EMBRAER.

Minha origem é a iniciativa privada, então me permita se eu vou focar da forma que me convier dentro do que eu penso. A EMBRAER é uma empresa que está de parabéns, 19 de agosto, como o nosso sindicalista, o Vivaldo, referiu-se, completa 40 anos. Não é fácil uma empresa no Brasil completar 40 anos. Fizemos um *ranking* de sobreviventes exatamente nesses últimos 40 anos de planos econômicos, moedas, crises econômicas mundiais, eu considero que as empresas que sobreviveram ao longo desses 40 anos são merecedoras de um prêmio de um bônus extra. E por fim, em final de 2008 para 2009 nós tivemos a crise mundial que nos chegou, não foi provocada pelo Brasil e mundialmente ela se alicerçou em três pontos básicos. Bancos, setor imobiliário e bolsas de valores. Graças a Deus o Brasil conseguiu superá-las nesse conjunto de forma brilhante, hoje a situação bancária brasileira, o setor mobiliário brasileiro e a bolsa brasileira está se comportando atipicamente à frente de muitos países do mundo que eram considerados primeiro mundo e o Brasil tem demonstrado que nesse campo está em primeiro mundo. No campo da indústria, especificamente, e mais recentemente os jornais e a mídia brasileira noticiou, que nós tivemos ao longo dos últimos 39, 40 anos esse período que nós estamos passando como os piores indicadores da indústria, o que demonstra que não está sendo fácil para uma empresa industrial sobreviver no país. A tendência de melhora, me parece que nesse último trimestre há um ganho de 7%, mas a história desse último nosso período é uma história extremamente negativa. O que demonstra que qualquer empresa que busca um ajuste de sobrevivência exatamente no auge desse período de crise merece, na nossa avaliação, uma referência positiva.

Gostaria de tocar também no aspecto da aviação brasileira. Tem o tempo correndo contra mim, mas a aviação brasileira hoje está alicerçada em duas grandes empresas, a TAM e a Gol, que não prestam atenção, não atuam na aviação regional. Exatamente se você... Eu me interesso por aviação desde menino, tirei brevê há mais de 40 anos atrás, e toda revista aeronáutica eu gosto de... Sou curioso, e gosto inclusive de pegar as revistas que são distribuídas a bordo e aquelas revistas a bordo eu gosto de contar e ver os aviões que cada companhia daquelas tem e essas companhias lamentavelmente estão ali no *ranking*, uma tem 10 do modelo tal, 20 do modelo tal, 50 do modelo tal, que me orgulha do Brasil ter frotas com mais de 140 aviões, 150 aviões, mas se nós formos pegar o *ranking* de quem são os fornecedores, vamos contar a Airbus, Boeing, Douglas, que é hoje uma subsidiária da Boeing e nós

não vamos encontrar lá, pelo menos nos vôos da TAM e da Gol, aviões produzidos pela EMBRAER. Então, acho que como foco de atuação, o que nós poderíamos fazer é exatamente fazer com que a EMBRAER tenha a oportunidade de vender seus aviões para essas empresas líderes e para esses projetos que estão acontecendo das empresas que o Brasil está procurando desenvolver de empresas regionais.

Na minha visão, a empresa em si tem que atuar dessa forma que ela está atuando. Ela tem que buscar resultados, tem que buscar adequação imediata e rápida. Empresa lenta é empresa fadada ao insucesso maior ainda. É melhor errar no início com uma decisão mais abrupta de que pagar o preço de uma falência, que o fechamento de uma empresa, ela desmorona por inteiro. No tocante à interferência do Governo, eu acho que uma decisão inteligente do Governo, o Governo não pode interferir na empresa privada, a não ser de forma indireta e estratégica de mercado. Então, na interferência do Governo, eu acho que o Governo pode sim facilitar através do BNDES e outros agentes financiadores, o financiamento das empresas existentes, de empresas novas que surjam e bote como cláusula tal condicional à produção desses aviões, sejam nacionais. Agora, nós vimos pela explicação fantástica do Horácio Aragonês, de que o mercado brasileiro pouco representa, representa 7%. Então, o mais que nós fizemos pelo nosso mercado interno de aquisição de aeronaves, nós não vamos resolver o problema de uma empresa do porte da EMBRAER que emprega hoje, mesmo com a crise, 19 mil pessoas. Então, eu acho que é um fato a se questionar, a se perguntar quais os caminhos.

Acho que essa Audiência Pública é uma coisa fantástica, porque nos enriquece, nos traz muitas informações e gostaria de fazer uma ressalva, que eu procurei ler mesmo apressadamente esse muito bem elaborado, A EMBRAER é nossa, que é o material distribuído pelo sindicato, e busquei a data da confecção dele, é 2009. Porém, os dados, eu gostaria de ter uma atualização, porque os dados são de 2004. Quando fala aqui na posição da Bolsa de Valores, detentores de ações da EMBRAER na Bolsa de Nova Iorque, que dá um total de 26,6% na página 58, esse dado é de 31/03/04. Então, eu gostaria de, já que foi aberta a polêmica, e esse assunto acho que interessa ao país em termos de participação de capitais estrangeiros no capital da EMBRAER, mas eu acho que na verdade necessitaria uma atuação, uma reedição desse livreto para que nós possamos ter informações mais adequadas.

Só para finalizar, Sr. Presidente, eu gostaria que a grande mensagem... Eu acho que o sindicato está certíssimo de buscar os direitos e os espaços dos

seus funcionários, uma empresa não demite no texto aqui do material distribuído pelo sindicato, eu também gostaria de que houvesse um entendimento, não estou especificamente do lado de ninguém, mas eu acho que a terminologia, vamos dizer, que o Presidente não se indignou com a maldade dos empresários em demitir as 4.273 empresas. E eu diria, como empresário, que nenhuma empresa, por maldade, demite ninguém. Não demite principalmente... Um funcionário pode ser por maldade, implicância de um chefe inescrupuloso. Porém, quatro mil pessoas não são demitidas por maldade. São demitidas por estratégia. E nesse ponto, quando eu vejo o sindicato se acostar a só a reestatização pode defender o emprego, aí eu fico meio questionando, porque se o que pode defender o emprego é a saúde da empresa e o mercado. Nada pode defender, não há força de sindicato que consiga empregar funcionários numa empresa falida. Só emprega numa empresa saudável.

Então eu gostaria de publicamente parabenizar a... A privatização foi 94? A privatização da... E da forma que... Se a EMBRAER não tivesse sido privatizada, hoje era uma empresa fechada. Todos os indicadores mostram, os gráficos mostram que o que era o pátio da EMBRAER, mantida através de uma aviação subsidiada de modelos obsoletos militares, para se tornar um gigante competindo com a aviação e com a produção da aviação internacional. Então, eu parablenizo à época o Presidente Fernando Henrique Cardoso, parablenizo os governos atuais, no sentido de manter uma empresa da dimensão da EMBRAER como empresa privada e que nós empresários, os sindicalistas, os operários de mãos dadas possamos fazer com que a sobrevivência da empresa possa ser obtida mesmo em detrimento do mercado externo, mercado pelo qual a empresa depende e sobrevive e que esse mercado externo é que é o grande temor de uma empresa como a EMBRAER. Eu parablenizo a EMBRAER e parablenizo o Senador Eduardo Matarazzo Suplicy por ter nos permitido essa oportunidade.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Antes de conceder a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, quero registrar, para a honra nossa, a presença aqui do Deputado Ivan Valente.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Quería ressaltar, Sr. Presidente, se permite, que o Deputado Ivan Valente também acompanhou de perto e promoveu na Câmara dos Deputados um debate de natureza semelhante, por isso muito interessado e o cumprimento pela sua iniciativa.

E queria aqui... A empresa Usiminas, cujo Presidente Castelo Branco passou a divulgar sua própria remuneração como também de todos os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, uma prática que eu considero muito saudável.

Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Nós esperamos que a Petrobras também divulgue o salário dos presidentes a partir da CPI.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Na verdade, Sr. Presidente, eu gostaria de... A propósito, de... Promover aqui um debate. Eu avalio que se o Senador Eduardo Azeredo e todos da Comissão de Assuntos Econômicos e membros do Senado quiserem, eu vou preparar um Projeto de Lei pela qual passa a ser uma prática usual a divulgação da remuneração dos diretores de todas as empresas no Brasil. Então, fica aqui para o debate a sugestão, a boa iniciativa da Usiminas, cujo Presidente relatou que foi a partir da experiência que ele teve na Europa, onde ele trabalhou por muitos anos, que avaliou que isto é uma iniciativa muito saudável, especialmente na relação com os trabalhadores em situações de dificuldade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, senhores convidados, Sr. Vivaldo Araújo, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Dr. Luiz Dantas, Superintendente da área de exportação do BNDES, Dr. Horácio Forjaz, Vice-Presidente de Assuntos Corporativos da EMBRAER.

Senador Azeredo, V. Exa. atravessou aqui a Audiência Pública sobre a EMBRAER com a Petrobras. E o Senador Suplicy se coloca numa posição que eu quero até elogiar o Senador Suplicy pela vontade que ele tem de transparência desse Governo, só que ele não é confiável para o PT, tanto não é confiável que não foi escolhido para ser membro da CPI da Petrobras. Então, V. Exa. tem que primeiro conquistar a confiança dos membros do Governo Lula para que V. Exa. possa se pronunciar a respeito de qualquer assunto que diga respeito a este Governo que está no poder eventualmente.

Eu quero parabenizá-lo, Senador Suplicy--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Eu estarei participando lá também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parabenizá-lo, como ouvinte, como todos nós. Eu quero parabenizá-lo pelo requerimento para esta Audiência Pública, porque dá através da TV Senado, da Rádio Senado, dá para que todos os brasileiros possam ter

a realidade dos fatos com relação à EMBRAER que se vem discutindo desde o ano passado.

Eu quero aqui iniciar por onde terminou o Senador Roberto Cavalcanti, parabenizando o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso pela política de privatização feita à época, que permitiu que empresas--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Senador Flexa, deixa eu só fazer um aparte, uma correção. A privatização não foi no Governo Fernando Henrique, foi no Governo Itamar Franco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

V. Exa. já pediu um aparte que não foi concedido, mas já o fez. Então, faço a correção--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Fiz para fazer a correção, só. Correção histórica. Privatizada em dezembro de 94.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):

Tá bom. Então faça a correção, mas continuada implementada e acelerada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso que propiciou à EMBRAER, que era uma empresa mantida pelos cofres públicos, pela sociedade brasileira, através de financiamentos de aquisições por parte do Governo, de financiamentos... Com aeronaves sem nenhuma tecnologia, como era o caso dos Bandeirantes que estão aí ainda alguns voando lá na minha Amazônia, se tornar hoje uma empresa orgulho para nós brasileiros.

Ainda há pouco, Senador Azeredo, nós numa missão há pouco no recesso que estávamos na Ásia, nós dois comentávamos junto com o Senador Neuto De Conto o orgulho que sentimos ao vermos num *finger*, me parece que em Taiwan, um avião da EMBRAER. Era um ER-140, operado por uma empresa da Ásia. E assim a gente tem essa oportunidade de ver com mais frequência no exterior, como foi mostrado aqui na exposição, os aviões da EMBRAER do que no Brasil. Agora me parece que as empresas regionais estão passando a adquirir essas aeronaves. Então, é para nós brasileiros um orgulho, como é um orgulho a Petrobras, como aconteceu no caso da privatização da Vale do Rio Doce, porque as empresas estatais à época não tinham capacidade de investimento. O Governo Brasileiro não tinha como aportar recursos para que essas empresas pudessem avançar a nível do mercado e com uma visão correta, porque já naquele momento, já naquele momento o mercado já começava a se globalizar. E hoje não existe mais fronteira a nível de mercado mundial.

Eu quero dizer ao Sr. Vivaldo que o maior patrimônio de uma empresa são os seus Recursos Humanos. Uma empresa investe muito na formação de mão de obra, mas muito, e não demite por prazer, porque

ela está perdendo, como eu digo, parte da sua história, parte da sua condição de competir no mercado. Competir no mercado. Porque não é fácil você criar, formar mão de obra principalmente numa empresa de alta tecnologia, como é o caso do sistema da empresa de aeronáutica. Então eu lamento, como V. Sa. lamenta, e sou solidário àqueles que perderam os seus postos de trabalho de ter acontecido esse fato, mas tendo absoluta certeza que é uma questão pontual que será recuperada quando houver a retomada do mercado não com os 4.200 que foram perdidos, mas esses 4.200 e outros tantos ou mais que virão de volta e serão novamente formados pela empresa, não só a EMBRAER, todas as empresas, para que possam então dar continuidade à sua atividade, porque não existe emprego sem empresa. Isso é uma lógica que é de mercado. Se não tem empresa, não tem emprego. Então, nós temos que preservar as empresas como forma de preservar os empregos.

Então, eu queria e eu fiquei preocupado quando V. Sa., Sr. Vivaldo, disse que a EMBRAER tinha distribuído 50 milhões em bônus para os seus administradores. Mas, me parece que o senhor não tinha conhecimento das informações que foram colocadas pelo Sr. Horácio, de que dos 50 milhões autorizados pelo Conselho, foi utilizado apenas 35 milhões e aí nesses 35 milhões estão salários, bonificação e outros... Aposentadorias... Quer dizer, várias despesas administrativas compondo os 50 milhões. Como V. Sa. disse também que a EMBRAER tinha tomado do BNDES 8,5 bilhões de financiamento. Há um outro engano. Há um outro engano. Pelo menos, aí eu peço esclarecimento, porque é importante que a nação brasileira tome conhecimento. Pelo que eu entendi das exposições do Dr. Luiz e do Dr. Horácio, esses 8,5 bilhões de dólares que o BNDES colocou e muito bem feito, para apoiar a exportação brasileira, na geração de emprego e renda aqui, é muito melhor, Sr. Vivaldo, fazer uso da tecnologia no Brasil, gerando emprego aqui do que exportar como meu estado exporta produtos primários para gerar emprego lá fora. Nós exportamos minério de ferro em bruto para que a China transforme esse minério de ferro em produtos de valores agregados e devolvam para o Brasil com valores muito superiores ao que foram exportados, que são valores baixos, produtos primários, e os empregos ao invés de serem gerados aqui para brasileiros, são gerados lá fora.

Muitas empresas brasileiras dentro do mercado globalizado estão tirando, estão levando as suas plantas, Presidente Garibaldi, de produção, para fora do Brasil. Para poder vir competir no mercado brasileiro em função da alta carga tributária que assola o nosso país. Lamentavelmente as empresas brasileiras têm

perda de competitividade em função dessa revisão de Reforma Tributária, reforma da legislação trabalhista que nós precisamos no Congresso, Senador Suplicy, levar à frente, com coragem. Não é para tirar direitos dos trabalhadores, muito pelo contrário, é para dar a esses trabalhadores a manutenção de seus empregos e a manutenção das empresas no mercado internacional. Foi colocado aqui que algumas empresas do setor já fecharam as suas portas, que não conseguiram sobreviver e a EMBRAER é uma das quatro empresas do mundo que concorre junto com a Boeing, com Airbus, com a Bombardier e a EMBRAER, o que como eu disse dá orgulho a nós, brasileiros.

Eu me dou por satisfeito, Presidente Garibaldi. Eu só queria esclarecer realmente se eu quando fiz a... Se quando fiz a observação, o Sr. Vivaldo fez um movimento com a cabeça dizendo que não era isso. Tanto com relação aos 50 milhões do bônus, quanto com relação aos 8,5 bilhões de dólares de empréstimos, pelo que entendi, ele à EMBRAER. E pelo que eu pude entender da exposição dos dois para os clientes da EMBRAER. Ou seja, a forma de possibilitar a compra dos produtos da EMBRAER por empresa de fora. Como o Governo Lula financia e está correto, financia empresas brasileiras exportadoras de serviços. Como a Itália, os Estados Unidos financiam suas empresas exportadoras de serviços e de produtos para o Brasil. Para o Brasil. Isso é o mercado globalizado. A política do Governo Lula está correta, ela vem de governos anteriores e tem que ser feito para que o Brasil possa ter uma balança comercial cada vez mais positiva para nós brasileiros. Só precisamos é, ao invés de exportar talentos, nós temos que exportar conhecimento. Nós temos que usar os talentos brasileiros para agregar valores às nossas matérias-primas e gerar emprego aqui para os brasileiros. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro e peço às senhoras que estão lá no fundo do Plenário que possam... Podem sentar nas cadeiras aqui, as primeiras cadeiras aqui disponíveis. E são integrantes do Sindicato dos Metalúrgicos e estavam com dificuldade de ouvir e ver o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu preciso ponderar aqui ao representante do sindicato lá que ele só me deu o nome de homens, e não das mulheres presentes. Eu pediria que ele citasse também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. só falou nos homens? Isso é uma discriminação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu preciso pedir a ele que complete com o nome das mulheres presentes também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Delcídio Amaral vai nos dar a alegria de sentar na Mesa, o Vice-Presidente da Comissão, ou V. Exa. quer usar da palavra?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de usar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Senador Eduardo Azeredo estava inscrito, mas V. Exa. tem prioridade pela ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, não, em se tratando do Senador Eduardo Azeredo, até por questão de idade nós priorizamos o Senador Eduardo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Azeredo, V. Exa., contrariado, vai usar da palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ele é mais velho do que eu, basta olhar a cara dele e nós percebemos, Presidente. É a cor do cabelo.

Presidente, Senadores e senhores expositores, eu quero em breves palavras manifestar o sentimento de satisfação com as exposições que foram colocadas aqui, a EMBRAER é notoriamente um orgulho para o Brasil, sim, e do ponto de vista da questão tecnológica nós que acompanhamos essa questão de perto, eu vejo que nós temos ainda muito por continuar. É evidente que também está muito claro pelos números apresentados o ponto de virada da EMBRAER que foi a privatização, quer dizer, é malhar em ferro frio querer ir contra a privatização ou falar em reestatização da EMBRAER. Os números de lucro, números de receita, números de investimentos, todos eles são claríssimos em relação ao momento em que a EMBRAER avançou mais. Isso não quer dizer que o Governo não deva apoiar, o Governo pode e deve continuar apoiando como faz através do BNDES, eu vejo aqui também, eu imaginava que o financiamento do BNDES era maior na carteira do que está colocado, quer dizer, pelo noticiário que se sai às vezes, especialmente na época das demissões, parecia que o BNDES e a carteira de pedidos era financiada quase que totalmente pelo BNDES e se vê que não é, é um percentual importante, mas que deve até ser ampliado no meu modo de pensar. Por outro lado, só recentemente é que as empresas brasileiras começaram a adquirir os aviões, depois daquela compra inicial da VARIG, os 145, e agora as regionais voltam a comprar e me folga saber que pelo menos uma parte da tributação já foi resolvida, que é essa questão que atrapalhava um pouco a negociação.

O interesse, evidentemente, dos trabalhadores ele tem que ser respeitado, mas me parece que a direção da EMBRAER merece um crédito de confiança, sim, no sentido de que ela tem procurado tomar essa decisão de demissão apenas em última instância, como deve ser em qualquer empresa moderna que sabe o valor que tem a sua mão de obra. Não é fácil treinar, de maneira que eu concordo plenamente com que disse o Roberto Cavalcanti, não tem sentido dizer que as empresas estão fazendo demissão apenas por picardia, elas fazem isso como última demanda, uma empresa moderna, evidentemente, que uma empresa como a EMBRAER só faria isso porque ela estaria jogando fora um investimento grande que fez em treinamento.

O que foi colocado também em relação aqui a questão da direção, de remuneração de direção, esse me parece um ponto importante, sim. Estou pleno acordo com o Senador Suplicy, estou pronto a assinar com ele, acho que especialmente quando houver participação estatal, essa transparência deve ser dada às empresas do ponto de vista; daí a minha colocação em termos de Petrobras, porque recentemente saiu também uma polêmica com relação a esse limite máximo de pagamento a Conselhos e Diretoria da Petrobras. Então, seria importante que pudesse ser claro. Quer dizer, o nosso salário aqui dos Senadores todo mundo conhece, que toda hora está no jornal. E na verdade é muito menor do que qualquer empresa de porte brasileiro. E isso... Não é só questão de dizer: "Ah, mas os Senadores têm outros benefícios". As empresas também têm uma série de benefícios. Benefício de saúde, benefício de outros de aposentadoria, de maneira que é importante do ponto de vista de transparência, Senador Suplicy, eu estou de pleno acordo que possamos assinar.

Eu não tenho então nenhuma pergunta a fazer. Apenas essa consideração da importância que a EMBRAER tem, a consideração do ponto de vista tecnológico, em especial, concordo que nós precisamos avançar mais na indústria aeronáutica como um todo. E aí, Presidente, acho que nós estamos um momento importante também. O Governo está por decidir a compra de jatos para reequipamento da Força Aérea. É importante que o item transferência de tecnologia seja realmente, tenha um peso muito forte. Porque é exatamente através dessa transferência que nós vamos gerar uma "brasileirização", digamos assim, dos componentes desses jatos que nós poderemos ter outros jatos produzidos aqui. Assim como já ocorre no pólo aeronáutico da Helibrás lá no meu Estado, lá em Itajubá, onde o Governo está também comprando novos helicópteros, esses são helicópteros franceses e que terão também uma nacionalização crescente. De ma-

neira que nós precisamos ter a presença de Governo, o Governo apoiando, incentivando a pesquisa, incentivando a venda, como acontece em qualquer outro país, mas ele não pode se afastar da sua linha básica que é saúde, educação e segurança, área produtiva, ela é melhor gerida pela iniciativa privada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo e concedo a palavra ao Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, quero cumprimentar o Vivaldo Moreira Araújo, representando aqui o Presidente do Sindicato, o Dr. Luiz Antônio Dantas, representando aqui o BNDES, o doutor... Aí fica difícil para enxergar, mesmo com minha pouca idade.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Horácio Aragonês Forjaz.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Horácio Aragonês Forjaz. Cumprimentar pela iniciativa o Senador Suplicy e o Deputado Ivan Valente, de São Paulo, os dois de São Paulo, e com justa razão trazendo esse tema fundamental e importante para que a Comissão de Assuntos Econômicos discuta essa questão.

Eu queria fazer algumas ponderações, Presidente, o seguinte. Absolutamente legítimo o posicionamento dos sindicatos no sentido de garantir o pleno emprego, trabalhar contra as demissões... Esse é do jogo democrático e é fundamental o fortalecimento através das suas instituições, especialmente dos trabalhadores e trabalhadoras de uma empresa como a EMBRAER. Uma empresa de altíssima tecnologia, de alta qualificação e que é uma referência para todos nós brasileiros, brasileiras. Basta andar aí pelo mundo para olhar o que é a EMBRAER. Aeroportos americanos, aeroportos europeus com aviões da EMBRAER. A EMBRAER tendo um papel muito importante no mercado, disputando aí com a Bombardier, que foi a briga inicial, hoje a EMBRAER alçou novos vãos, inclusive já desperta até a antipatia das grandes empresas, como Boeing e outras, porque ela entra num mercado que sem dúvida nenhuma a EMBRAER vai competir com as grandes empresas aviônicas, e é importante, eu infelizmente não pude acompanhar, Presidente, a explanação de todos, dos convidados, seja dos sindicatos, seja da EMBRAER, seja do BNDES, mas eu primeiro queria deixar muito claro o seguinte, a EMBRAER hoje é uma referência e mostra a competência do Brasil. Quando a EMBRAER foi criada pelos militares, a EMBRAER enxergava acima de tudo a aviação regional, que eu quero até depois fazer algumas ponderações sobre isso. Enquanto as grandes empresas, os grandes aviões atingiam as capitais do país, quem dava capilaridade

à aviação comercial brasileira, a aviação regional, as companhias regionais e acima de tudo aqueles aviões que à época eram fabricados pela EMBRAER. Eu andei em vários aviões da EMBRAER, o Bandeirante quando foi construído e foi muito utilizado quando vivi na Amazônia, nós tínhamos acesso aos principais municípios do interior do Pará, do interior do Amazonas, nós usávamos o Bandeirante. Depois veio o Brasília, já uma versão mais moderna, uma versão mais... Agora, sempre a EMBRAER teve uma posição muito presente. Sem falar na questão militar, porque eu também acompanhei muitos projetos que foram desenvolvidos pela EMBRAER e com tecnologia, o Senador Eduardo Azevedo fez uma referência importante aqui, transferência de tecnologia, eu vi o Xavante, por exemplo, que se não me engano era um consórcio brasileiro e italiano, e foi um caça desenvolvido...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: AMX.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perdão, AMX. Desculpe. AMX, que foi um caça desenvolvido pela EMBRAER, pela Itália, e mostrando a importância também dessa discussão sobre a compra de caças para a FAB e acima de tudo transferência de tecnologia. Portanto, ela foi criada dentro desse conceito, mas eu não tenho dúvida nenhuma que a EMBRAER cresceu pós-privatização. Alguns números demonstram isso com absoluta clareza. Se a gente pegar os números da EMBRAER antes da privatização em termos de receitas e depois da privatização, isso deve ter sido exposto aqui, é uma coisa... Depois da privatização foram mais de 38 bilhões de dólares aproximadamente de receitas da EMBRAER. A EMBRAER tem um perfil muito voltado para o mercado exportador, inegavelmente, você vê por aí a América Airlines, você vê várias companhias aéreas americanas, europeias, eu vi mesmo a Air France e outras companhias utilizando as linhas regionais com aviões da EMBRAER numa intensidade que nós no Brasil não temos visto, estamos vendo agora, que aí é um outro tema que quero abordar. Então, acho que acertada... Esse foco... Quer dizer, esse novo tempo que a EMBRAER passou a viver pós-privatização, é inegável os resultados da EMBRAER. É inegável. Os números a gente não pode brigar com número, Presidente. Está demonstrado isso. Agora, evidentemente isso não quer dizer que a EMBRAER vai tentar, não vai qualificar a mão de obra, não vai expandir seus negócios, não vai tratar aquilo que é mais importante na vida de uma empresa, que são os seus funcionários, os seus empregados, a tecnologia, a expertise que esses funcionários conquistam ao longo de seu trabalho. E essa mão de obra extraordinária, que começou lá no CTA. Lá no Ita. Quer dizer, um projeto integrado que levou

a uma experiência talvez uma das mais exitosas do Brasil, especialmente associando investimento em tecnologia, qualificação e depois uma empresa como a EMBRAER.

É importante, e eu gostaria também de registrar, Presidente, que nós enfrentamos essa crise. E não precisa também ser muito... A mídia inteira internacional focou as demissões. Várias companhias aéreas, aliás, vários fabricantes demitiram. A Boeing, a fabricante do Citation, Cessna e outras, tiveram que tomar medidas duras. Caiu o financiamento, caiu a demanda, todo mundo tirou o pé do acelerador, o que era natural. E outras empresas, não é só a EMBRAER ou as empresas de aviação, outras empresas também tiraram o pé do acelerador. Então, realmente ficou uma situação muito crítica e que eu acho que nós voltamos ou nós naturalmente vamos retornar a uma situação semelhante ou muito melhor, e aí eu entro numa questão que no meu ponto de vista é extremamente importante.

Eu volto aqui, meu caro Presidente, Senador Garibaldi Alves, falar sobre a aviação regional. Chegou o momento da aviação regional. Eu me lembro bem, eu fui o relator do projeto da agência nacional de aviação civil aqui no Senado, e uma das coisas que foram... Nós discutimos à exaustão e conversando com os principais parceiros nessa área, é que antes existia toda uma estruturação montada para as grandes subsidiárias às empresas regionais. Isso acabou indo para o espaço, porque entraram na Justiça, quem ganhou na Justiça deixou de pagar, aqueles que pagavam resolveram não pagar também por causa dessa decisão judicial, e a aviação regional é fundamental para o Brasil. Fundamental para o Brasil. Existe um Brasil que cresce, que se desenvolve, que gera emprego que não está nas capitais, não. Está no interior. Está na Região Norte, está no Nordeste, está no Centro-Oeste, a minha região, está no Sul, está no Sudeste também. E eu vejo de uma maneira muito positiva, Presidente, o meu estado é um estado atendido por empresas regionais. Podia estar numa situação muito melhor do que está hoje, mas nós entendemos que isso... Que nós vamos avançar nisso. E aí eu quero tocar num ponto fundamental, o papel que a EMBRAER vai desempenhar nesse mercado de aviação regional. Primeiro, começou com a Azul, inclusive eu estava vendo na exposição as encomendas da Azul. Eu tive oportunidade de viajar num avião da Azul e próprio espaço interno que a Azul aprovou nos seus aviões e definiu com a EMBRAER, é uma excelente qualidade sob o ponto de vista de conforto como também sob o ponto de vista de aeronave de tecnologia. Ela compõe se não me engano 190. Depois nós operávamos em Mato Grosso do Sul com a Trip, que utilizava aqueles ATRs, que é Airbus, se não me

engano. Agora a Trip já faz a minha cidade, Corumbá, Bonito, já faz com os aviões da EMBRAER, aviões novos, belíssimos, e eu acho até importante que as grandes fiquem atentas para essa questão também, porque acho que um ponto muito positivo da Trip e da Azul, simpático, foi a compra de aviões nacionais, de aviões fabricados pela EMBRAER. Então, isso é muito simpático, isso tem uma... A população responde muito bem a isso, porque é orgulho de todos nós, não só viajar pelo nosso país com esses aviões de alta tecnologia fabricados pela EMBRAER, mas quando a gente desce em qualquer aeroporto do mundo e vê avião da EMBRAER.

E aí eu quero também registrar o papel do BNDES, que faz um papel como faz em vários países e tem feito agora, o BNDES foi fundamental nesse momento de crise que nós vivenciamos. O Presidente Luciano Coutinho, a sua equipe, seus dirigentes aqui representados pelo Luiz Antônio Dantas, o BNDES operou como deveria operar mesmo, estimulando as nossas empresas exportadoras, no caso a EMBRAER específica a nossa discussão e criando... E mais do que nunca ajudando a promover os investimentos necessários para que nós sofrêssemos menos com essa crise que afetou todo o sistema financeiro nacional. Então, eu mesmo acompanhei as operações de financiamento das empresas regionais, mais especificamente da Azul, e acho que o BNDES tem feito um trabalho exemplar. Tivemos uma crise, Presidente. Acho que talvez se nós tivéssemos... Se nós adivinhássemos o que vinha, talvez o próprio Governo Federal tivesse tomado as providências devidas quando um BNDES financiasse uma empresa, quer dizer, qual é a contrapartida com relação aos trabalhadores e a contrapartida para se buscar esses financiamentos. Infelizmente nós fomos pegos de surpresa, como todo mundo foi pego de surpresa. As pessoas sinalizavam, alguns economistas sinalizavam com isso, mas na verdade o mundo foi pego de surpresa, e através até de uma decisão, eu me lembro bem, uma decisão do Governo americano, do Governo anterior, quando deixou quebrar um dos bancos americanos que aí sim levou à derrocada do sistema financeiro internacional, que foi o caso Lehman Brothers. O Governo americano atendeu a vários bancos e deixou o Lehman Brothers quebrar. Foi aí que realmente veio essa crise que até hoje sofremos as consequências.

As minhas perguntas são bem rápidas, é no sentido de como é que a EMBRAER vê o mercado futuro, porque o mercado já começa a reagir e naturalmente vai reagir. Nessa leitura, como é que a EMBRAER vê o portfólio dela no exterior, vendendo aviões brasileiros para outras companhias aéreas, para companhias aé-

reas internacionais, o mercado interno em função das regionais e essa questão daqueles trabalhadores que foram demitidos, quer dizer, como é que a EMBRAER enxerga em função de um futuro promissor, eu não tenho dúvida que será, como é que a EMBRAER olha essa questão de Recursos Humanos, olha essa questão das suas instalações industriais, olha a questão do relacionamento com a China em função do projeto que a EMBRAER tem com a China e o papel do BNDES nesse processo.

É isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de falar, de registrar e agradecer mais do que nunca a oportunidade de a gente fazer essa discussão aqui importante para o país e importante para o futuro da nossa gente, para o futuro do Estado de São Paulo, de São José dos Campos, de... Outro município que a EMBRAER tem ali próximo também, fábrica, Taubaté. E acima de tudo, mostrando que nós temos competência e nós temos condição de--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Botucatu.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não, é... Parece que é...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Taubaté mais recentemente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Taubaté é mais recente, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Gavião Peixoto, Botucatu e Taubaté.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): E Taubaté. E ao mesmo tempo pelo bem do país. E acima de tudo volto a insistir, Sr. Presidente, a aviação regional. Nós temos que incentivar a aviação regional no Brasil porque ela é fundamental para o desenvolvimento do país.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Senador Delcídio.

Antes de dar a palavra aos convidados, nós não poderíamos deixar de ouvir aqui a palavra do Deputado Ivan Valente, pedindo a ele que não se estenda tanto... Não é uma discriminação, porque V. Exa. sintasse em casa.

Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL-SP): Obrigando, Presidente Garibaldi pela gentileza, inclusive estar participando dessa audiência aqui no Senado Federal. Quero cumprimentar os membros da Mesa, o Vivaldo, Presidente do Sindicato, ao Horácio Aragonês que já debateu com a gente lá na Câmara, ao representante do BNDES, Luiz Antônio Dantas.

Eu realmente vim mais prestigiar essa audiência porque nós acompanhamos de perto e acho que o túnel do tempo é o melhor professor da história. Na época nós levantamos todos os dados, convocamos audiência, inclusive estivemos com os diretores da EMBRAER, estivemos com o sindicato, ouvimos, estivemos com o Presidente da República, assim como o Presidente Lula ouviu a EMBRAER de perto, ouviu depois os trabalhadores. Nós tivemos uma audiência com o Lula. E nós colocamos na época, eu quero tomar a liberdade, Senador Delcídio e os outros, de tratar mais dessa questão até pela questão do tempo, o Senador Garibaldi me pediu, do drama humano que representa 4.300 demissões que vem em carreira com a demissão em série também de todos os fornecedores da EMBRAER, porque não é só demissão dos trabalhadores da EMBRAER, mas de toda a sequência que existe. E foi realmente talvez a demissão mais impactante do Brasil. E na época nós levantamos os dados, inclusive a carteira, os pedidos e uma análise de projeção futura, o Governo inclusive se comprometeu com compras da EMBRAER de alimentar a carteira, inclusive com projetos como o avião de carga que está em andamento, fizemos projeções e colocamos que a EMBRAER tinha um caixa, tinha uma estrutura para suportar o processo e eu acho que os dados aqui levantados pelo Senador Suplicy mostram que a gente estava certo. Ou seja, o lucro operacional no segundo trimestre agora é de 52,3% na EMBRAER. A EMBRAER recuperou não só o lucro como a carteira. Então, certamente o que houve, e me refiro diretamente aí ao Horácio Aragonês, é que digamos, o pessimismo da crise falou muito mais alto, preventivamente, e se demitiu os trabalhadores. Isso foi feito. Então mostra-se inclusive que é preciso durante a crise levar em conta em segundo lugar, Presidente Garibaldi, que a EMBRAER... Eu não tenho tempo aqui, nem seria o local imediato de discutir, como foi discutido vários Senadores aqui, o problema da privatização, que certamente tenho uma posição diferente nessa questão, porque entendo que se nós fôssemos aplicar a máxima de que nós precisamos sempre de mais investimentos, então nós tínhamos que privatizar o sistema Telebras, nós temos que privatizar a Vale do Rio Doce, etc., nós tínhamos que privatizar a Petrobras também. E a Petrobras está aí. Entende? E é uma empresa que tem a maior capacidade tecnológica em águas profundas e uma das maiores do mundo. Assim como a Telebras tinha o CPQD em Campinas, que era o quarto ou quinto maior centro de pesquisa do mundo em fibras óticas, e nós entregamos o sistema Telebras a preço de banana na bacia das almas. Inclusive com todas as questões que a justiça ainda precisa resolver sobre as crimino-

sas privatizações que foram feitas no Brasil. E no caso da EMBRAER também, eu não concordo com a ideia de que a EMBRAER, ela avançou tecnologicamente e depois o Horácio é testemunha disso. A EMBRAER foi crescendo como toda empresa. Mas ela tinha tecnologia, ela era uma empresa que surgiu competitiva também. É claro. Agora, o Governo tem recurso para injetar também. O Governo tem recurso. Essa ideia de que o Governo... Está aí o BNDES. Tanto que o BNDES foi uma mãe para a EMBRAER. Me desculpe, mas esse é o termo, Presidente. Uma grande mãe, se não foi o pai também nessa história toda. Então, o Governo nesse sentido tem uma capacidade de pressão, o BNDES, que deveria ter sido utilizada na época com a EMBRAER. Na época das demissões.

Por isso, nesse momento e dentro dessa realidade, o que interessa mesmo é o seguinte, houve um conflito judicial inclusive muito forte, com idas e vindas da justiça a respeito das demissões da EMBRAER, o que mostrou inclusive uma sensibilidade com as demissões. Agora, nesse momento o que cabe é abrir um processo imediato de negociações em que se comece a discutir imediatamente as readmissões, porque está na hora de fazê-lo. Quer dizer, não é só porque a crise acabou, certamente, é porque a EMBRAER precipitou um processo demissionário de grande porte, para se defender, para se situar melhor no mercado.

Mas eu chamo atenção, Presidente, e o Senador Suplicy, que eu parablenzo pela audiência, a seguinte questão. Eu acho que no Brasil se leva muito pouco em consideração na grande mídia, etc., o drama humano que isso representa. As pessoas não sabem o que é jogar na rua 4.200 pais de família, mães de família, pessoas que são suporte familiar. A multiplicação que isso representa em termos de exaurir, digamos assim, renda familiar e liquidar com possibilidades. E eu acho que também tinha que ter um plano para esses trabalhadores, um plano tecnológico. Uma empresa de alta capacidade tecnológica como a EMBRAER, ela tem que ter um plano para os seus próprios trabalhadores. Até porque você não arruma uma mão de obra qualificada acompanhando o processo tecnológico de uma hora pra outra. Então, é nesse sentido que eu peço que... Aproveito essa oportunidade mais uma vez para dizer que eu acho que as negociações para a readmissão dos trabalhadores precisam ser abertas, acho que o Senado é um canal para isso, a Câmara quer se colocar também à disposição, por isso as audiências continuaram, acho que o Governo e o BNDES têm condições de ser intermediário desse processo, o BNDES não está aí só para injetar dinheiro público nas empresas, ele está aí para fazer exigências também de que haja

uma política social, quer dizer, a função social da propriedade e a função social da própria empresa.

Então é nesse sentido, Sr. Presidente, que eu queria agradecer essa oportunidade de estar aqui, colocar à disposição e dizer que assim como nós fizemos com a EMBRAER uma... Naquele momento ponderações que foram muito importantes, nós ouvimos a EMBRAER, eu quero de público finalizar dizendo, Presidente, o seguinte, naquele momento eu achei a EMBRAER extremamente intransigente, porque eu estive na porta da EMBRAER com outros Deputados, inclusive. Nós estivemos juntos aqui. Mas não foi recebida uma Comissão de sindicalistas, houve muito pouco diálogo. O embate foi feito na Justiça, efetivamente. E eu acho que essa não é a melhor maneira de tratar questões que tratam não de pequenas demissões, de três, quatro ou cinco demissões. Podem acontecer em qualquer empresa, mas deste porte. E eu acho que o Governo tem que ter um papel importante nessa questão. Ou seja, a readmissão dos trabalhadores é prioridade também. Não é só o problema de você ganhar fôlego ou musculatura empresarial. Porque isso aí gera lucro. Eu quero saber se isso gera bem-estar para a população também. Não é só gerar lucro, mas é gerar bem-estar para a população.

Por isso eu quero finalizar dizendo que espero que isso aconteça, essa abertura de negociações e maior tolerância no processo e agradecer mais uma vez ao Presidente e o assessor do Suplicy, o Carlos, que me emprestou a gravata para cumprir minha função regimental aqui.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permite assinalar as mulheres presentes?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pois não, Senador Eduardo Suplicy, faça a homenagem às mulheres.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Acompanhando então o ex-Presidente Adilson dos Santos também e outros que já mencionei, estão presentes a Alzira Borges Canuto, a Kelly Cristina Marinalda Graça da Silva, Ivan José Santonio, Lourivan de Souza Filgueiras, Nilson Ferreira do Prado, Michele Alves dos Santos, Socorro Aguiar, Catarina Lincoln e Atinógaras Lopes, que representam as diversas entidades, inclusive da Conlutas, da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres, do Acampamento Chico Mendes e do Sindalimento e do Movimento Terra Livre e sindicalistas também de Goiânia e outros, Sr. Presidente.

Gostaria de, na mesma diretriz que o Deputado Ivan Valente colocou, eu gostaria inclusive Sr. Presidente, se V. Exa. assim houver por bem, eu proponho que a Comissão de Assuntos Econômicos oficialmente

possa até ajudar no processo de diálogo entre a direção da empresa, o sindicato, e o próprio BNDES, o Ministério do Desenvolvimento industrial, para se V. Exa. quiser designar alguns Senadores para inclusive acompanhar e inclusive com o Deputado Ivan Valente ajudar nesse diálogo, para que haja um bom entendimento entre a direção da empresa e os trabalhadores, me coloco à disposição nesta direção.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador Eduardo Suplicy, eu acho que nós já começamos a ajudar na hora em que estamos promovendo essa Audiência Pública. Mas, nos colocamos também à disposição para um diálogo que efetivamente possa ajudar aos trabalhadores e a empresa a chegarem a um entendimento.

Com a palavra... Agora nós vamos inverter a ordem aqui da Mesa e vamos dar a palavra inicialmente ao Sr. Horácio Aragonês Forjaz, Vice-Presidente Executivo de Assuntos Corporativos da EMBRAER, para que ele possa responder as perguntas e possa também prestar os esclarecimentos que desejar.

Com a palavra o Sr. Horácio Aragonês Forjaz.

SR. HORÁCIO ARAGONÊS FORJAZ: Muito bem. Eu fiz várias anotações na medida em que se sucediam as intervenções, e vou procurar respondê-las na ordem.

Então, vou principiar comentando o desempenho da EMBRAER nesse primeiro semestre, que foi um dos focos da intervenção do Senador Suplicy. Eu começaria dizendo que ao contrário do que talvez o senhor tenha erroneamente sido informado, a carteira de pedidos da EMBRAER não aumentou, ela caiu. Ela era de 20.9 bilhões de dólares ao final de dezembro, e hoje ela é de 19.8 bilhões de dólares. E isso reflete justamente a dramaticidade do momento que estamos vivendo. A EMBRAER está com dificuldades para materializar vendas, foram apenas oito aviões vendidos nesse período e ao mesmo tempo nós estamos lutando para entregar os aviões que nos foram encomendados e que nós prevíamos após sucessivos reajustes para baixo que seriam entregues no ano de 2009. Então, essa é uma observação importante.

A respeito do retorno a EMBRAER à lucratividade, depois de três trimestres seguidos, como comentado, eu queria ponderar o seguinte. Nós estamos sob o enfoque de receitas, enfrentando dificuldades em materializar entregas. Aviões estão sendo fabricados na EMBRAER e clientes, por dificuldades financeiras, por dificuldade de acesso a crédito, eles não estão aparecendo como prometido e acordado. E isso fez com que aviões se acumulassem no primeiro trimestre, e nós tivemos um resultado pífio no primeiro trimestre,

e eles fossem graças a uma luta que avião a avião desovados, se o senhor me permitir essa expressão, no segundo trimestre. O que contribuiu para indicadores mais expressivos nesse segundo trimestre. Isso, porém, não significa que a fotografia tomada ao longo de vários trimestres vá se manter segundo essa perspectiva. Nós continuamos muito tensos e muito dedicados a materializar entregas nesse segundo semestre, elas deverão ocorrer em volume muito maior do que no primeiro trimestre, portanto o desafio é muito maior, e se constitui hoje o grande empenho, a grande prioridade da EMBRAER. Nós não antevemos uma melhoria desse cenário para 2010, e sabemos disso, porque como comentado, essa é uma indústria de longo ciclo, então as previsões, os contratos e as entregas se fazem segundo o planejamento de vários meses e até anos, de modo que o ano de 2010 não comparece para a EMBRAER melhor do que 2009, e isso está muito claro para nós. Nós antevemos uma recuperação do mercado sensível e sentida pela EMBRAER a partir de meados de 2011, e evidentemente gostaríamos muito que fosse um quadro diferente. Todo o nosso empenho no sentido de voltar aos tempos que nós vivemos até o segundo, até o terceiro trimestre de 2008. De modo que nenhuma... Os resultados do segundo trimestre não devem ser interpretados de uma maneira precipitada, embora eles apontem para algumas realidades positivas. Primeiro que sob o ponto de vista de custos, nós realmente nos ajustamos. Não somos mais uma empresa de 6,8 ou sete bilhões de dólares, somos uma empresa de 5,6 ou 5,7 bilhões de dólares.

Há que se notar também que esse resultado do segundo trimestre, 467 milhões de dólares de resultado, foi, entre aspas, contaminado. Ele tem uma expressão contábil, mas que não corresponde à realidade sob o ponto de vista de lucro, porque por incrível que possa parecer, a valorização do real fez com que determinados ativos da EMBRAER mudasse de valor e nós estamos pagando imposto por isso. É uma normativa que nos foi imposta, nós já fizemos a peregrinação dos vários setores responsáveis, mas não há sensibilidade com relação a isso. Então, o valor na verdade ele é da ordem de 300 milhões de dólares. E não significa inclusive pelo efeito que eu lhe reporte, entregas não realizadas no primeiro trimestre e realizadas no segundo semestre, uma situação de equilíbrio. Então, achei que essa era um esclarecimento importante.

Queria também fazer alguns reparos. Na minha defesa de uma política de maior fomento à indústria aeronáutica, de suprimento que a EMBRAER, que o Brasil tem uma oportunidade única, e eu defendi a concessão de contratos de desenvolvimento tecnológico, isso pode parecer que o Governo Brasileiro não tem

contratado a EMBRAER ou não tem valorizado a EMBRAER enquanto empresa aeronáutica. Eu gostaria que não permanecesse nenhuma dúvida a esse respeito. Nós temos sido alvo de contratações da parte do Governo Brasileiro, seja os dois aviões que vão servir à Presidência da República, seja o contrato KC-390, aqui mencionado pelo Deputado Ivan Valente, de grande significado, porém infelizmente não no curto prazo, porque as primeiras entregas ocorrerão em 2016, 2017, portanto é um programa de longo curso, como é tudo nessa indústria, mas... E o decisivo apoio que nós temos recebido da parte do BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Sem o qual nós estaríamos numa situação muito mais adversa da que estamos enfrentando hoje. Os financiamentos por parte do BNDES que foram declinantes nos últimos três anos, chegando a zero em 2007 e 2008, eles estão em ritmo ascendente, como estão todos os financiamentos aos nossos clientes propiciados, ou aos clientes do mundo aeronáutico pelos bancos de apoio oficial pelas agências de crédito exportação países de nossos concorrentes.

Com relação a outras observações que vieram da parte do Senador Delcídio Amaral. Ah, apenas um reparo. A questão da remuneração dos executivos é um assunto em discussão, isso está sendo... Em discussão no âmbito da CVM, não existe ainda uma decisão a esse respeito, mas é uma questão eu diria palpitante, hoje momentosa.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O

Presidente Marco Antônio Castelo Branco, da Usiminas, tem um ponto de vista muito interessante. Eu sugeriria que a direção da EMBRAER inclusive dialogasse com ele, inclusive está propondo que na... Que isto passe a ser uma norma para todas as empresas de capital aberto.

SR. HORÁCIO ARAGONÊS FORJAZ: Nós conhecemos a posição dele, conhecemos outras posições também, como digo, essa é uma questão momentosa que faz parte das discussões atuais.

Com relação à intervenção do Senador Delcídio Amaral, evidentemente a questão de transferência tecnológica é de inteiro, direto interesse da EMBRAER. A EMBRAER, ela atingiu patamares que ela se encontra hoje, em função de uma estratégia governamental, desde o seu início, enquanto... Eu diria que antes da... A fundação e a criação da EMBRAER é uma consequência de um plano estratégico de longo prazo muito bem montado pelo Governo Brasileiro, aonde se investiu em conhecimento de altíssimo nível. Esse investimento se pagou 20 anos depois com a criação de um avião, o Bandeirante, que deu origem à EMBRAER, e que constituiu um [ininteligível] tecnológico na época, a EM-

BRAER exportou muitos aviões Bandeirantes, passos sucessivos nesse processo foram o projeto AMX citado por V. Sa., do qual eu participei pessoalmente durante cinco anos, e eu diria ao senhor que um dos maiores objetivos de toda equipe brasileira baseada na Itália era a transferência tecnológica, que foi feita incansavelmente, transferência tecnológica não se faz à base de treinamento e à base de instrução, se faz na dura luta do projeto realizado todo dia, quanto mais se erra mais se transfere tecnologia, porque você é obrigado a participar do processo em profundidade. Aviões posteriores da EMBRAER com a família RJ-135, 145 se beneficiaram de transferências de tecnologia oriundos de programas de defesa, isso se dá em duas direções, tanto civil para militar como militar para civil, de modo que a origem da EMBRAER e a cultura tecnológica industrial que ela herdou dos anos de empresa estatal é muito valorizada hoje na EMBRAER, que hoje continuou em volume de crescimento, investimentos são feitos pela EMBRAER incessantemente no crescimento de sua base tecnológica, a EMBRAER tem um curso de mestrado, em nível de mestrado, em que ela transforma engenheiros graduados em Engenharia Elétrica, em Engenharia Civil, em Engenharia Naval, em engenheiros especializados em projeto aeronáutico, nós investimos da ordem de cinco milhões de dólares/ano nisso. Nós temos excelentes cursos de preparação de técnicos, estamos hoje em discussões com a ANAC para a criação de um pólo de capacitação tecnológica voltada para a indústria aeronáutica, como foi feito em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, de modo que esse empenho existe e permanecerá e mais ainda, ele fornece uma base para que o Brasil se projete como um grande exportador de equipamentos, segmentos e partes aeronáuticas para outras empresas que não sejam só a EMBRAER. Essa oportunidade existe e deve ser usufruída.

A aviação regional no Brasil, ela decresceu de intensidade nos últimos 20 anos, o número de aeroportos servidos pela aviação regional hoje é muito inferior do que era há 20, 30 anos. Eu ouvi do Presidente Lula o empenho e a preocupação dele com relação a isso, existem estudos em andamento no sentido de se propiciar mecanismos que incentivem, que fomentem a indústria de transporte aéreo regional que é um instrumento de desenvolvimento econômico e social importantíssimo, hoje quem quiser voar de Bagé a Porto Alegre por motivos de negócios, não pode, tem que ir de carro ou de ônibus porque não existe ligação aérea. Evidentemente as compras no mercado nacional da Azul, que está tendo uma excelente aceitação por parte do público, da Trip, tudo isso aponta numa direção boa, o percentual de contribuição do mercado brasileiro que

foi 7% em 2008 certamente será superior em 2009, para tanto concorrem não só vendas ao mercado nacional civil, mas também vendas governamentais, de modo que esse é um empenho, é um interesse enorme. Nós acompanhamos com grande interesse a concorrência do Caça FX-2, porque a maior contribuição que virá deste processo será a transferência de tecnologias que assegurarão ao país Brasil autonomia em nível estratégico. E sob esse ponto de vista a EMBRAER tem uma experiência acumulada positiva que eu digo que a diferencia de outras indústrias.

Por fim, com relação ao mercado futuro, repetindo o que eu já mencionei anteriormente, nós enxergamos o momento atual com grande cautela, continua sendo um momento de tensão, nós estamos empenhados em segurar caixa e em viabilizar entregas. Não antevemos o ano de 2010 melhor que 2009, adoraríamos se assim fosse, e antevemos uma recuperação a partir de 2011, pelo menos no que se refere à indústria aeronáutica. Reitero o que já observei aqui no início da minha apresentação, nós, inseridos no contexto Brasil que hoje se configura como uma ilha dentro do cenário econômico internacional, uma ilha de resistência à crise, nós muitas vezes não conseguimos dimensionar adequadamente a profundidade dessa crise que já ceifou 10 mil empregos na Boeing, 10 mil empregos na Airbus, 4.360 empregos na nossa concorrente direta, Bombardier, oito mil empregos na empresa Cessna. Quer dizer, não é um fenômeno exclusivamente da EMBRAER e nem ditado por uma suposta insensibilidade e frieza por parte da empresa. Trata-se de uma luta pela sobrevivência, como, aliás, eu fiz questão de frisar no meu primeiro depoimento perante a SETASP(F) e estava presente o Deputado Ivan Valente.

Deputado, eu permito dizer que estranhei um pouco a sua declaração a respeito de uma suposta insensibilidade da EMBRAER com relação à presença e a predisposição para receber representantes do Congresso e da Assembléia Legislativa. Uso de um exemplo que foi o próprio--

DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL-SP): Me referi especificamente aos trabalhadores, não aos parlamentares.

SR. HORÁCIO ARAGONÊS FORJAZ: Parlamentares foram recebidos de primeira hora, com a maior presteza, o Senador Eduardo Suplicy deve se lembrar do contato que nós fizemos numa sexta-feira, por celular, na segunda-feira ele foi recebido com algumas pessoas que o acompanharam e foram fornecidos todos os esclarecimentos. O mesmo se deu com o Deputado Carlinhos de Almeida e todos aqueles que nos procuraram e certamente se o senhor tivesse nos procurado seria recebido com toda a deferência e--

DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL-SP): Eu estava na porta da EMBRAER com o Deputado Paulinho da Força e também outros dirigentes sindicais, de centrais sindicais e eles não foram recebidos pela empresa e eu posso testemunhar isso. Agora, aqui no Parlamento nós tivemos diálogos, tivemos a Audiência Pública. Mas lá, com os trabalhadores, eu não vi a mesma reciprocidade, por isso me referi a [ininteligível].

SR. HORÁCIO ARAGONÊS FORJAZ: Eu soube dessa visita que nos fez junto com sindicalistas o Deputado Paulinho, não sabia que V. Sa. estava presente, mas eu queria dizer o seguinte, a Diretoria da EMBRAER não teve nenhuma informação a respeito do desejo de representantes do Congresso Brasileiro ali conosco interagindo.

Por último, gostaria de dizer que realmente nós temos um histórico de relacionamento com o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos que prima por uma certa dificuldade. Esse Sindicato, nos últimos cinco anos embora tenha concordado, não assinou um acordo de data base, embora outros sindicatos de outras instalações da EMBRAER no Estado de São Paulo tenham assinado acordo de data base, pra que a gente faça um mero acordo a respeito de compensação de feriados, nós temos que... Somos obrigados a nos dirigir aos nossos empregados e fazer acordos individuais, com 90%, 95% de adesão, de maneira que diálogo realmente infelizmente não tem sido uma característica desse relacionamento, me lembro do Senador Eduardo Suplicy, acerca de cinco anos atrás sendo recebido na EMBRAER e tocando nessa mesma tecla.

Não me resta senão esperar um dia que esse diálogo convirja para algo mais produtivo, algo que realmente reflita em benefício para ambas as partes. Não há dúvida que estabelecer um diálogo com um sindicato que propugna a reestatização da EMBRAER, que defende posições que nós consideramos particularmente--

DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL-SP): Me permita, Presidente, mas isso é legítimo. O sindicato reivindicar estatização da EMBRAER é absolutamente legítimo. Isso não tem problema nenhum, isso não impede o diálogo da empresa com os trabalhadores. Isso mostra que V. Exa. está imbuído de um espírito discriminatório. Veja, isso é uma posição política dos trabalhadores. Eu defendo a estatização da EMBRAER, mas nem por isso deixo de dialogar com o senhor aqui a respeito das demissões.

SR. HORÁCIO ARAGONÊS FORJAZ: Diálogo, ele existe, mas é difícil. Eu não disse que não existe diálogo, ele é difícil, continuará sendo difícil devido à discrepância de posições. E isso não acredito que caracterize uma posição discriminatória, são posições

bastante antagônicas com relação a pontos que seriam de fundamental importância. Então, gostaria que isso ficasse esclarecido perante V. Exa.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Me permite, Sr. Horácio Aragonês Forjaz, quem sabe que é do ponto de vista da EMBRAER, que acredita que a natureza dela ser privada pode ser boa o fato de ela conseguir um diálogo construtivo com os trabalhadores poderá eventualmente até mostrar aos trabalhadores, "olha, nós podemos ter um bom funcionamento da EMBRAER" e no interesse também dos trabalhadores inclusive para demonstrar que a natureza privada com bom diálogo com os trabalhadores eventualmente venha a ser muito positiva. Então, é nesse sentido que esse diálogo poderá ser muito positivo. Eu acredito.

SR. HORÁCIO ARAGONÊS FORJAZ: Eu acredito também. Nós temos tido com os nossos empregados um diálogo dos mais produtivos, queria chamar atenção para o fato de que desde a sua privatização, em 1994, a EMBRAER não enfrentou um único período de greve, a despeito de inúmeras tentativas. De modo que eu acho que as bases para que esse diálogo que existe hoje muito positivo com relação aos nossos empregados seja estendido também aos dirigentes sindicais, o convite existe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu concedo a palavra agora ao Sr. Luiz Antônio Dantas, que representa aqui... É Diretor do setor de exportações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, e também representa aqui o Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior. Com a palavra o Sr. Luiz Antônio Dantas.

SR. LUIZ ANTÔNIO DANTAS: Bem, eu gostaria só de aclarar um pouco o papel do BNDES nesse processo da EMBRAER, e dizer que o apoio do banco tem se dado ao longo de todos esses anos com relação à EMBRAER, particularmente no financiamento à comercialização de seus produtos. Então, o banco não tem financiado a EMBRAER diretamente, ela como financiada do BNDES. O que nós temos feito é o financiamento, a comercialização, isto é, principalmente ao comprador dos aviões, seja aqui no Brasil agora, como sempre foi também no exterior. E é assim que acontece nas linhas de financiamento a exportação do BNDES. O que o BNDES faz é o financiamento de bens e serviços exportados do Brasil. Inclusive nós nem financiamos projetos fora do país, o que a gente financia é apenas e tão-somente aquilo que é exportado do Brasil. Não remetemos divisas para o exterior, essas exportações são pagas em reais aqui no Brasil, diretamente ao exportador, sob conta e ordem do importador que assim o autoriza. E no caso da EMBRAER não é muito di-

ferente disso. O que o BNDES tem feito é financiar e dar à EMBRAER um instrumento para que ela consiga comercializar seus aviões no exterior em condições de igualdade com seus concorrentes. Porque esse tipo de bem, assim como vários tipos de serviços, área de infraestrutura, engenharia, eles somente são viáveis se houver a possibilidade de financiamento. O Brasil está exportando engenharia, seja para o projeto de infraestrutura ou mesmo na forma de um bem de alto valor agregado, como é o caso de um avião, esses bens eles necessitam de um financiamento. Financiamento esse normalmente de longo prazo e é isso que o BNDES tem feito. Nesse sentido, em função do problema ocorrido esse ano, com a demissão de funcionários da EMBRAER, o Presidente Luciano Coutinho determinou uma prioridade absoluta do BNDES no apoio a essa comercialização. O objetivo primeiro nosso é manter a saúde financeira da EMBRAER. Como já foi dito aqui, ouvi algumas vezes, se não houver empresa, não há emprego. Então é necessário que a gente mantenha a saúde financeira da empresa, para isso é fundamental que a gente consiga viabilizar a exportação desses bens que a EMBRAER produz. Hoje o mercado principal da EMBRAER é o exterior. Mais de 90% da receita da EMBRAER hoje é decorrente do comércio exterior, que é onde está ocorrendo a fatia mais significativa dessa crise toda.

Então, o BNDES está em parceria com a EMBRAER, nós realmente estamos atuando em parceria com a EMBRAER no sentido de viabilizar essas vendas, no sentido de aumentar essa receita da EMBRAER, no sentido de que ela possa gerar mais emprego e renda para que ela possa de fato manter e quem sabe até no futuro readmitir seus empregados. Mas o papel do BNDES nesse momento é atuar realmente em parceria para tentar viabilizar essas vendas que a EMBRAER precisa fazer. Manter essa carteira de entregas aí ao longo desses anos e isso não é muito fácil.

Os financiadores privados, como vocês já ouviram também aqui algumas vezes, eles se retiraram do mercado. Eles simplesmente saíram. O papel das ECA's, das agências de crédito à exportação também se torna fundamental. No Brasil quem exerce esse papel é o BNDES, principalmente para uma empresa como a EMBRAER que é voltada ao mercado exterior. Então, nós estamos imbuídos nesse sentido, o Presidente Luciano que participou da intermediação dessas negociações em fevereiro, ele nos pediu prioridade absoluta no sentido de viabilizar esses financiamentos e tentar fazer com que a EMBRAER de fato tenha sucesso na comercialização desses aviões. Então, esse é de fato o papel do banco.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Sa. e concedo a palavra ao Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Vivaldo Moreira de Araújo, pelo que ele tomou nota aqui nós vamos ter uma outra exposição.

SR. VIVALDO MOREIRA ARAÚJO: Não, esperamos que não, até porque a Casa está vazia, é uma pena.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas esteve cheia. Não diga que está vazia desde o começo, não.

SR. VIVALDO MOREIRA ARAÚJO: Nesse momento, exato.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas a TV Senado transmite para o Brasil inteiro, ao vivo. Inclusive para São José dos Campos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Inclusive nesse momento.

SR. VIVALDO MOREIRA ARAÚJO: Primeiro eu acho que a gente deve fazer um debate--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E para Gavião Peixoto também, onde a EMBRAER também está localizada.

SR. VIVALDO MOREIRA ARAÚJO: Eu acho que nosso debate, ele tem que ser pautado pela nossa transparência. Então, quando nós falamos sobre este dossiê que nós apresentamos e o livro "A EMBRAER é Nossa", estes dois materiais são baseados em informações diretas da própria EMBRAER, aqui não tem nenhuma invenção do Sindicato dos Metalúrgicos, mas sim dados da própria EMBRAER. Então, se há contradições dos dados, não foram feitos por nós. Então, alguma coisa não deve estar sendo levada a sério. Se os dados não batem com o dado da exposição aqui. Então, para nós esses são os dados verídicos e foi baseado nisso que nós fizemos toda a análise para dizer que a empresa não tinha nenhuma necessidade de demitir. Está provado isso. A EMBRAER não teve paciência a esperar, está provado. Os jornais publicam neste final de semana a retomada do lucro da empresa, 31%. Os dados que o Senador Suplicy deu aqui, também está exposto no próprio jornal de onde é fonte da própria EMBRAER. Que está aqui os dados colocados. Me permita ler: "*A receita líquida da EMBRAER em 2008, dois bilhões e 707 milhões. 2009, 3019. A variação aumentou 11,5%. O lucro da empresa, 356 milhões em 2008, 466 em 2009. Variação de aumento de 31%. Os jatos, 52 em 2008, 56 em 2009. Aviação comercial 35, defesa dois, aviação executiva 19. A carteira de pedidos em 2008, 20.7, 2009, 19.8*".

Qual é a diferença nesse negócio aqui para não ter paciência? O problema é para quem os executivos, para quem os... Me fugiu a palavra. Para quem de fato

eles pensam, se é na nossa população, os acionistas, melhor dizendo, desculpem, se é na população brasileira, se é nos trabalhadores ou se é nos seus lucros. 60% de todos os lucros dessa empresa foi mandado para os acionistas. É muito alto, gente. Em canto nenhum desse mundo terá 60% do lucro, será desviado para isso. Não existe lucro dessa natureza. Eu acho que dentro desse foco que nós temos que pensar. Eu sinto muito dos Senadores terem saído aqui recente, porque eu gostaria até de esclarecer para eles a interpretação que ele fez sobre a minha palavra, em nenhum momento nós falamos que o dinheiro do BNDES foi diretamente para a EMBRAER, mas nós descobrimos que foi através da intervenção que o companheiro do BNDES fez agora quando ele diz que uma parcela de 19 bilhões vai para EDE, EDE é EMBRAER, é a mesma empresa, simplesmente ela se divide em operações. Se está na EDE, nós estamos dizendo que esse valor foi para a EMBRAER. Nós nem sabíamos disso. Eu particularmente não sabia, achava que era para seus financiadores, para seus compradores, financiando as compras dos aviões e é sobre isso que nós falamos isso aqui. E isso, quando o BNDES faz esse investimento financiando as compras, a quem ela está beneficiando? A quem é? Quem vende os aviões? Não é a EMBRAER? Se o BNDES tomasse a mesma postura que foi tomada no Governo anterior antes da privatização, de cancelar tudo, não tinha financiamentos estrangeiros, durante três anos antes da privatização foi a política que se teve. Três, não, mais do que isso, que a partir de 98 foi determinado que não teria mais financiamento às exportações da EMBRAER. Façam isso hoje com a EMBRAER. Diga que não vai fazer mais esse tipo de investimento, aonde vai parar a EMBRAER? Será que ela se mantém? Eu não quero que vocês testem dessa forma, porque nós precisamos dessa empresa com a tecnologia que ela tem. Nós queremos uma empresa, de fato, que ela possa gerar aqui dentro soberania nacional. Nós não queremos uma empresa que gere lucro para fora e que seus trabalhadores e que a sua sociedade seja penalizada. Nós não podemos de forma nenhuma aceitar e ser concebível de dizer e tentar justificar que 4.270 trabalhadores que foram embora de uma vez só na rua, está certa a empresa. Para sua manutenção. Qual manutenção? E tentar justificar com outras demissões, com Bombardier, com Airbus...

As justificativas das demissões. E foi a defesa que os Senadores fizeram aqui. Eu fiquei impressionado, sinceramente. Porque estou numa Casa, que essa Casa é eleita democraticamente pelo povo. A sua defesa, ao povo primeiro, a sua soberania. O que é bom para o povo. O que é isso? Então, eu não posso aceitar de forma nenhuma... Até porque os dados que nós esta-

mos falando são meramente dados verídicos. Inclusive algumas informações que foi dada nesse momento sobre as verbas que nós falamos que foi para fora, dos 50 milhões que foi distribuído a seus executivos, que foi justificado isso como salários, como folha, eu acho que é de responsabilidade também do Senado investigar isso. Nós não temos concordância com isso. Esses já têm salários, já tem seus INSS que não são os mesmos dos trabalhadores, não são as mesmas PLRs que têm dos trabalhadores, a participação no lucro e resultado que inclusive ela é pautada em salário, não é de forma igual para o conjunto dos trabalhadores, que é uma reivindicação do sindicato.

Porque quando a gente fala que a EMBRAER gera tecnologia, nós estamos dizendo que não é a EMBRAER que gera tecnologia. Quem gera tecnologia é quem trabalha na EMBRAER, são os trabalhadores, seus engenheiros, seus técnicos, esses geram tecnologia, que gerará tecnologia em qualquer outra empresa, assim tenha oportunidade. Não é o nome, mas sim os investimentos e as pessoas que geram. Então, nós temos que valorizar exatamente esses trabalhadores.

Por outro lado, nós queremos dizer que os trabalhadores não têm participação na vida ativa dessa empresa. Aquilo que saiu do edital de privatização, que nós teríamos um representante no Conselho de Administração da EMBRAER, essa não é a realidade que nós vivemos, pelo menos nos últimos oito, nove anos, porque os trabalhadores não têm o direito de participar disso democraticamente. A última eleição feita agora recente, uns quatro ou cinco meses atrás, companheiros me ajudem se é isso, essa eleição foi convocada de um dia para o outro, 48 horas antes saiu o edital que a eleição se daria a 48 horas depois, sem permissão sequer que as pessoas pudessem se inscrever. Para poder a gente tentar democratizar um pouco, nós necessitamos entrar na Justiça para fazer o cancelamento das eleições. A Justiça disse: "Não pode fazer em 48 horas" e marcou uma nova data. E a EMBRAER novamente adiou isso e foi protelando pra gente não ter o direito de uma disputa clara, porque é votado pelos trabalhadores isso. E antes se dizia que só poderia ser votado pelos trabalhadores que não tivessem ações na empresa. Acho que é isso. E hoje todos votam.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Havia dois representantes, um daqueles que tinham ações e outros dos... De todos. E eu até agradeço, Sr. Presidente, se o Sr. Horácio Aragonês Forjaz puder comentar um pouco a respeito do procedimento, porque acho que é importante que haja um processo de eleição mais democrático possível para este representante. Então, se

tem havido dificuldades, que tipicamente aí se puder haver... Se essa audiência puder promover um melhor entendimento no que diz respeito a este aspecto, o processo de escolha do representante dos trabalhadores no Conselho de Administração, já teremos dado um passo importante aqui hoje, Sr. Presidente.

SR. VIVALDO MOREIRA ARAÚJO: Então nós repetimos aqui sobre a questão de 50 milhões de bônus. Eu insisto, eu acho que requer uma investigação sobre isso. Se é fato o que ele está dizendo, entre nós não há acordo sobre isso. Porque todos os estudos que nós fizemos baseado no que eles dizem, não é salário. Isso é bônus mesmo, isso é premiação. Certamente pela sua lucratividade que teve durante esse período.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Daí a relevância. O representante dos trabalhadores no Conselho de Administração normalmente tem a informação sobre esses dados para poder encaminhar aos trabalhadores. Então, daí a relevância de ser bem escolhido o representante dos trabalhadores.

SR. VIVALDO MOREIRA ARAÚJO: Isso. Infelizmente essa democracia, ela não existe.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT-SP): Mas poderá ocorrer.

SR. VIVALDO MOREIRA ARAÚJO: Poderá, sem dúvida nenhuma.

Eu espero pelo menos a última intervenção aqui do representante da empresa se tornou um pouco mais complicado porque eu acho que de fato tem que ter uma ingerência para que possa ter uma relação melhor.

Eu queria voltar um outro debate que foi colocado aqui, que tudo é regido pelo mercado, que as empresas estão regidas pelo mercado, e por isso me preocupa que eu queria até ouvir daqui da explanação se haverá mais demissões na EMBRAER ou não, porque há um boato hoje entre 1.700 a 2.000 demissões na EMBRAER. Vai ter ou não vai ter? Porque em novembro quando nós falávamos que tinha, que os trabalhadores começou a discutir que tinha, que nós procuramos a empresa, a empresa falava: "Não tem. Não tem". E nos mandou uma carta no dia 19 de fevereiro insinuando não ter as demissões. Insinuando não ter. Às dez e meia da manhã. 10h45, para ser mais preciso. Às 14h30 ela dispara as quatro mil demissões e não parou de fazer demissão. A EMBRAER continua fazendo demissão até os dias de hoje. Todos os dias tem demissão na empresa. E se somarmos isso com as suas fornecedoras, o impacto na nossa região, ele é imenso. Ele é imenso, o impacto na nossa região. Então, vai ter demissão ou não vai ter demissão? Além da reivindicação que nós estamos fazendo aqui sobre a readmissão dos companheiros.

Então, não é o mercado que rege, companheiro. Não é o mercado que rege. E se diz que o Poder Público não pode ter ingerência sobre a empresa privada. Mas tem. O que é mais ou menos o BNDES? Então, pra poder financiar, pode ter dinheiro público, pode ter ingerência do Poder Público. Para fazer exigências, aí não pode fazer. Alguma coisa está errada.

Nos Estados Unidos está provado isso, não é? A General Motors está provado que mercado não rege coisíssima nenhuma. Nada. O mercado não rege nada. Então, ou sempre... Ou o nosso dinheiro está sempre à frente de tudo isso. Então, penso que aqui tem uma responsabilidade. Nós teremos um julgamento sobre as demissões no próximo dia 10, este julgamento ele pode ir para o bem ou pode ir para o mal e é de responsabilidade dos legisladores, é de responsabilidade da Justiça, de todo mundo, o que vai acontecer hoje nesta Casa e o que vai acontecer no dia 10. Que é permitir ou não que as empresas possam fazer uma demissão em massa, sem discutir com o sindicato.

E aí a última fala que eu acho que são... Seria situações que nós poderíamos tratar disso de uma forma regional, mas que me parece que é uma maneira de dizer que o diálogo entre nós é cada vez mais difícil. Então, se diz que a gente não assina acordo há cinco anos. É verdade, isso não é mentira, porque nós só assinamos acordo qual nós acordamos, daquele que você senta à mesa, que você vai à negociação, que você dialoga, que você leva isso aos trabalhadores, que seja decidido pelos trabalhadores, e a partir daí você assina os acordos. Ao ter cinco anos não assinar acordo com a EMBRAER significa que tem cinco anos que a EMBRAER se nega a sentar com o sindicato dos metalúrgicos a discutir. Ela faz parte de um grupo chamado Grupo 10 que é a fábrica de [ininteligível] e EMBRAER. Então, ela se esconde atrás disso aqui exatamente para poder dizer que ela tem um grupo dentro da FIESP. Então, ela não negocia com o sindicato. Então, como você poderá assinar um acordo com uma empresa que não sentou para negociar? A sua imposição não pode ser que seja aceita pelo representante dos trabalhadores, nós queremos mudar essa relação. Assim que assumir a Presidência agora no mês de maio, dois dias após, eu enviei uma carta para essa empresa exatamente para restabelecer as nossas relações. Um novo tempo, um novo momento, se tem um novo Presidente no sindicato, vamos ver se a gente conseguia discutir isso. E a primeira coisa que eu fui para discutir com eles era a abertura que nós pudéssemos entregar o nosso material dentro do pátio da empresa, a resposta foi não. Não. "Você não pode fazer isso aqui". Há um momento de compensação, só estou citando isso porque foi citado aqui na Mesa,

que eu acho que ele é relevante ao assunto que nós estamos discutindo aqui hoje, bem relevante. A compensação também foi feita através de plebiscito com os trabalhadores que tinha que assinar o nome dele na frente. Eu respondo e ponho meu nome. Porque, o que eu estou pensando? Respondo e ponho meu nome na frente, isso não existe em canto nenhum, né? Na EMBRAER existe. Agora nós temos disposição e sentar e assinar o acordo, nós estamos com uma conversa para amanhã, para amanhã para discutir isso. Esperamos que amanhã nós consigamos chegar a um acordo da compensação e outros acordos aí que acho que é necessário da gente estar discutindo sobre o nosso relacionamento.

Agora, não vamos aqui desvirtuar do nosso grande tema que tem a ver com as demissões. Esses trabalhadores, como eu falei inicialmente, são trabalhadores completamente especializados. Companheiros que tem cinco anos, dez anos, 20 anos de empresa, que se dedicaram a vida toda a essa empresa. E que eu, nesse momento, eu acho que a EMBRAER deveria repensar a sua situação na medida em que ela tem se recuperado, tem tido lucro, está acima das suas expectativas e o país inteiro está dizendo que as coisas estão melhorando, é isso que a gente está ouvindo. E a EMBRAER vai negar isso ao restante? Porque ela de fato não teve essa crise inteira em cima dela, da forma que ela previa. Vamos repensar, vamos ver se a gente consegue fazer um acordo, vai ter esse julgamento do dia 10, que antes disso a gente possa sentar e discutir e readmitir esses trabalhadores, a princípio como um gesto de boa vontade já readmitir os trabalhadores que tem doenças ocupacionais, os que foram eleitos que estão demitidos, foram eleitos e hoje não cumpre isso, os companheiros estão demitidos. As companheiras que são grávidas, que também estão no olho da rua. Com uma forma sensata, há quatro companheiros que tem o vírus do HIV. Essa é a primeira demonstração. Então, eu acho que a gente poderia pensar como é que a gente pode caminhar em nossas vidas da melhor forma.

Então, agradeço aí a Casa, foi um espaço muito importante de estar debatendo isso com o conjunto da sociedade, nós achamos que esse debate que nós estamos fazendo aqui das demissões, de fato nós acreditamos que a única forma de manter essa empresa sustentável e que ela represente ao bem-estar da nossa nação com tecnologia, aonde ela possa de fato ter soberania nacional, que ela represente ao tal mercado interno do qual nós estamos falando, eu falei inicialmente só 5% da nossa população é que anda de avião, 5% da nossa população. E os trabalhadores dessa empresa, ao estar insatisfeito, essa mesma 5%

da população ainda corre um risco. Nós temos assistido aí no último período, vários acidentes de avião. É impressionante isso que a gente tem assistido. Felizmente nenhum da EMBRAER. Felizmente. Isso é a prova cabal de que os trabalhadores da EMBRAER têm compromisso com aquilo que faz, com tecnologia, responsabilidade e tudo mais.

Então, nós achamos que a forma disso aqui é repensar de fato na reestatização e nós queremos abrir esse debate a nível da sociedade inteira, pela reestatização da empresa.

Obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Quero agradecer aos componentes dessa Mesa que foram convidados para essa Audiência Pública proposta pelo Senador Eduardo Suplicy, agradecer ao Sr. Horácio Aragonês Forjaz, Vice-Presidente Executivo de Assuntos Corporativos da EMBRAER, agradecer ao Sr. Luiz Antônio Dantas, Superintendente da área de exportação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e ainda representante do Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior, agradecer a Vivaldo Moreira de Araújo, Presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São José dos Campos e da Região, agradecer às exposições claras, objetivas, o debate, agradecer ao Deputado Ivan Valente pela sua presença, sua participação, que foi das mais oportunas, no sentido de ajudar ao encaminhamento dessa questão.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): E agradecer ao Presidente Garibaldi Alves, que conduziu tão bem esta audiência, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado a V. Exa. Eu estava realmente pensando também em agradecer a V. Exa.

Quero dizer que amanhã será realizada uma nova Audiência Pública com a presença do excelentíssimo Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, que aqui virá para expor os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em cumprimento à resolução nº 32, de 2007.

Quero agradecer inclusive aos membros do sindicato, aos trabalhadores e trabalhadoras, aos senhores e senhoras, ao ex-Presidente Adilson dos Santos, que aqui esteve, ex-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, e quero dizer que na próxima terça ou quarta-feira, Senador Eduardo Suplicy, haverá uma nova Audiência Pública, dia 11 ou 12, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e com a Comissão de Assuntos Sociais para instruir o Projeto de Lei do Senado de nº 174, de 2009 que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo, SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATUR.

Agradecer aos Senadores que estiveram aqui e que ainda estão, e dizer que nesse debate o que se ouviu a respeito da pujança da EMBRAER nos animou, ao mesmo tempo que o que se reivindicou dela foi que o crescimento da EMBRAER represente também o atendimento das reivindicações dos seus funcionários, dos seus trabalhadores.

Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 13h57.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Primeira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 05 de agosto de 2009, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de agosto do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Roberto Cavalcanti, Neuto de Conto, Lobão Filho, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Jayme Campos, João Tenório, Flexa Ribeiro e, ainda, os Senadores Romeu Tuma e Lúcia Vânia. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Tião Viana, César Borges, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Pedro Simon, Eli-seu Resende, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino, Gim Argello e Osmar Dias. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento, Ofício nº 476/COFIG/MF, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 12 da Resolução nº 50/93 do Senado Federal, relatório sobre financiamentos com recursos orçamentários da União consignados ao Programa de Financiamento às Exportações-PROEX, relativo ao segundo trimestre de 2009 e Aviso nº 42/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério no mês de junho de 2009, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por

meio de ofício circular. A seguir, a Presidência dá início à Reunião, Audiência Pública com a presença, como expositor, do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os fundamentos e a forma de execução da política monetária, em atendimento à Resolução do Senado Federal nº 32, de 2007. Após a exposição do convidado, usam da palavra os Senadores João Tenório, Aloizio Mercadante, Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Júnior e, ainda, a Senadora Lúcia Vânia. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior, que se fará posteriormente.

Comunico aos membros que esta Comissão recebeu ofício do Ministério da Fazenda sobre financiamentos com recursos orçamentários da União, consignados ao *Programa de Financiamento das Exportações- PROEX*, e... Isso de acordo com ofício nº 476, que será encaminhado aos Srs. Senadores.

E outro, um Aviso, de nº 42/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando relatório, contendo as características das operações de crédito, analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de junho de 2009, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos municípios.

Como já disse, os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Temos, hoje, contamos, hoje, com a presença muito honrosa do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, a fim de discorrer sobre os "*fundamentos da política monetária*", em entendimento à Resolução do Senado Federal de nº 32, de 2007.

Contamos ainda com a presença, também honrosa para esta Comissão, do Sr. Mário Mesquita, Diretor da Política Econômica do Banco Central do Brasil-DIPEC.

S. Exa, o Sr. Henrique Meirelles fará, então, a sua exposição inicial, pelo tempo que achar necessário.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Muito obrigado, Presidente.

Como sempre, uma honra muito grande estar presente na Comissão e falar sobre política econômica, a conjuntura da economia brasileira no momento.

E o foco, hoje, penso que seria adequadamente a questão de que como a crise atingiu o Brasil, como o Brasil está saindo da crise, quais são as perspectivas futuras.

É um momento importante, é um momento importante para essa Casa, as prioridades, muitas vezes, são conflitantes, dos parlamentares, absolutamente compreensível, cada um tem que cumprir o seu dever com o país.

Vamos em frente. Em primeiro lugar, um panorama rápido da economia mundial.

Como sabemos, a economia mundial está enfrentando um decréscimo de nível de atividade este ano, um crescimento negativo, segundo o Fundo Monetário, previsto para o mundo de 1,4%, e um crescimento para o ano de 2010, previsto de um 1%, sendo que há uma queda importante no comércio internacional, caindo 12.2% este ano, e uma pequena recuperação.

Desculpe, o ano que vem, o crescimento, previsto pelo FMI, para o produto é de 2,5%; 1% o crescimento previsto para o ano que vem para o comércio internacional.

Esta é uma outra forma de mostrar. Nós temos evolução do desempenho econômico dos diversos países, países desenvolvidos com um 3,8 de crescimento negativo, o mundo ao redor de 1,4, um e meio e, depois, o crescimento no ano que vem.

Taxas de desemprego. Nós estamos vendo o crescimento pronunciado das taxas de desemprego nos Estados Unidos, principalmente, que sai do seu patamar dos últimos anos, aí, ao redor de 5%, chegando a 9,5%, superando, inclusive, o desemprego na Europa, que está em 9,4%, mas também ascendente.

Se nós compararmos a produção industrial em períodos recessivos, nos Estados Unidos, com outras crises... Nós vemos aqui a Crise de 29 e a crise atual que, na realidade, apesar de ter uma gravidade financeira muito superior ao que aconteceu em crises anteriores, o fato é que o desempenho econômico, na realidade, está mais próximo de algumas crises anteriores, como, por exemplo, a de 73, 75, e, portanto, um desempenho econômico superior à crise de 29, evidentemente como resultado de todas as medidas tomadas pelo governo americano e outros governos no combate a crise, apesar de que é uma queda importante,

séria, de atividade, com efeitos no nível de emprego, como já mostramos.

Se nós olharmos o desenvolvimento da crise até agora e para frente, nós vamos ver que uma das maneiras de avaliar a situação é analisar a percentagem das instituições financeiras, que estão diminuindo os empréstimos ao consumidor.

Então, nós vamos ver que, num certo momento, chegou a quase 70% o total de instituições financeiras que planejavam diminuir, ou estavam já diminuindo, os empréstimos ao consumidor. E isso já caiu. Quer dizer, hoje, apesar de alto, cerca de metade das instituições ainda estão diminuindo, mas já existe metade delas que já começam a retomar o crédito, e isso em empréstimos gerais.

E em cartão de crédito, especificamente, a queda existiu, também, no percentual que está diminuindo, mas há uma certa estabilização. Por enquanto, vamos ver como se desenrola essa situação.

Outro dado importante é a questão dos investimentos na construção civil. Nós vamos ver que a avaliação de investimento no produto e construção civil. Quer dizer, os dois, os dois números: variação de investimento, com percentagem do produto, e a construção civil, a percentagem da construção civil no produto.

Então, nós vamos ver que está caindo de forma importante, mas já existe uma previsão, no caso do produto, de uma queda moderada, ainda em 2010, e, no caso da construção civil, já uma pequena recuperação.

Evidentemente que a construção civil caiu, com percentagem do produto, de forma mais pronunciada ainda do que o investimento no produto.

A entrada do Brasil na crise. O Brasil entrou na crise em boas condições, como já mencionamos em outras oportunidades, em outros locais. 205 bilhões de dólares em reserva, quando, no passado, entrávamos em crises desse tipo, com o nível de vulnerabilidade maior, por causa, entre outras coisas, do baixo nível de reservas.

Entramos na crise com uma demanda doméstica crescendo de forma importante, e, com a produção crescendo, nós entramos na crise com os investimentos crescendo. Portanto, o Brasil entrou na crise com uma capacidade de crescimento maior e, portanto, com uma maior possibilidade de tração de saída na crise.

A inflação com uma trajetória consistente, com a trajetória de metas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, nos últimos anos, o que foi, também, um fator importante na estabilização da economia brasileira e muito importante, também, na entrada da crise, na medida em que é um dos fatores de estabilização da nossa economia nesse momento.

Com a crise tendo afetado o Brasil, pelos canais de crédito, principalmente, foram tomadas uma série de medidas na área de liquidez e de créditos de mercados financeiros. Houve uma redução dos compulsórios em cerca de 100 bilhões de reais, dos quais um direcionamento para instituições menores de cerca de 41.8 bilhões de reais, além da criação do recibo do depósito bancário, com garantia de até 20 milhões de reais, garantia essa dada pelo fundo garantidor de crédito.

Tudo isso estabilizou a liquidez do sistema e permitiu que os bancos pequenos e médios voltassem a ofertar crédito e, principalmente, nos últimos meses, ou, mais ainda, nas últimas semanas, nós vemos claramente uma recuperação da capacidade dos bancos pequenos e médios de emprestar, o que é fundamental, na medida que esses bancos atingem específicos segmentos de mercado, pequenas e médias empresas, veículos, veículos usados e etc.

Se nós tivermos uma visão do que foi feito com o compulsório, foram liberados, portanto, 100 bilhões de reais de compulsório. Naquele momento, existia, portanto, ainda, um valor substancial de compulsórios, ainda, no Banco Central, o que deu maior, ainda, segurança ao sistema, na medida em que sabia que o Banco Central ainda tinha condições de injetar mais liquidez na economia.

Se nós simularmos a situação, hoje, o que seria, caso se aplicasse as regras anteriores de recolhimento compulsório, nós vamos ver que o recolhimento de compulsório hoje seria quase sempre 19 bilhões de reais. Quer dizer, significa que, hoje, existe, objetivamente, uma liberação de compulsórios de quase 120 bilhões de reais, exatamente como provisão de liquidez para o mercado.

Como resultado dessa série conjugada de medidas, a concessão diária de crédito volta ao patamar médio pré-crise. A média diária de janeiro a setembro de 2008 foi de 7,1 bilhões de reais, a média diária de junho já atingiu 7,3 bilhões de reais; portanto, um valor levemente superior à média do ano passado. Portanto, estamos caminhando a uma normalização gradual dos mercados de créditos.

Se nós olharmos os créditos domésticos, nós veremos que os bancos público cresceram, nesse período, mais do que a média, cumprindo um papel anticíclico clássico, de 25% de crescimento nesse período; os bancos privados grandes cresceram 9,8, os bancos médios e pequenos que tinham decrescido quatro e meio, como mencionei, já estão voltando a crescer e esta queda já foi diminuída para 1,5%, e espera-se, nas próximas semanas e meses, que esses bancos, então, já entrem no campo positivo, porque já estão crescendo na margem.

A taxa de juros média, na economia, que tem crescido de forma cíclica, mas que tem uma média decrescente. Isto é, se nós olharmos desde 2003, nós temos uma taxa média que começou a 55%, caiu, voltou a subir no momento de aperto monetário, voltou a cair, subiu durante a crise, substancialmente de janeiro de 2008 até o final do ano, mas, a partir de todas essas medidas de normalização, a taxa já voltou a cair em média.

Evidentemente que está, ainda, acima do patinar mínimo, atingido em janeiro de 2008, mas já numa trajetória cadente e numa trajetória bem inferior ao que atingiu até o final do ano passado.

Em relação ao mercado externo, o Banco Central, como sabem, efetuou um total de empréstimo aos exportadores de 24,4 bilhões de dólares, vendeu no mercado à vista 14.5 bilhões de dólares, e também atuou no mercado de *swaps* cambiais com um valor líquido de 33 bilhões de dólares de operações equivalentes à venda sintética de dólar no mercado futuro.

A recente posição do Banco Central, hoje, é de absoluto equilíbrio nos mercados futuros; não está longo, nem curto.

Sumarizando, do total de 14,5 bilhões de dólares, até 30/07, foram, tinham sido vendidos 14,5 bilhões de dólares e foram comprados 8.2 bilhões de dólares, depois que o mercado se normalizou e o Banco Central voltou a comprar dólares nos mercados... *Spot*. Leilões de linhas de câmbio ACCs, dos 24 bilhões e meio de dólares concedidos, 20 bilhões já foram pagos voluntariamente pelos clientes e bancos, na medida em que a liquidez volta gradualmente aos mercados. Portanto, é este o processo.

Em termos de derivativos cambiais, posições líquidas, se pegarmos as produções brutas, os números são maiores de aplicação e de resgate, mas, se tomarmos apenas as posições líquidas... Derivativo cambial, houve um total de venda sintética líquida de 33 bilhões de dólares e uma compra de 11 bilhões de dólares, zerando, portanto, a posição hoje, na medida que Banco Central estava longo em dólares no mercado, em cerca de 22 bilhões de dólares, sinteticamente comprado 22 bilhões de dólares do mercado futuro.

Se analisarmos a trajetória de taxa de juros, nós vamos ver que a taxa de juros de mercado, a taxa de 360 dias, por exemplo, e a taxa de 180 dias... Vamos tomar a taxa de 180 dias. Nós vamos ver que ela que atingiu um patamar próximo de 30% ao ano, em 2003. Esta taxa caiu rapidamente, durante o ano de 2003, em função da estabilização da economia brasileira, subiu um pouco em 2004, voltou a cair gradualmente, atingindo um mínimo aqui, no final de 2007, voltou a subir durante o ano de 2007, com a expectativa de

subida da inflação no Brasil, devido à atividade econômica e a subida do preço de *commodities*, naquele momento, a partir da crise, a partir da sinalização do Banco Central de que mantinha-se firme na sua política de estabilização da economia brasileira e de manutenção da inflação na trajetória de metas, a taxa caiu gradualmente, atingindo, hoje, um mínimo histórico aqui de 8.72%, base... Alguns... Nos últimos dias. No dia 3 de agosto, para ser mais preciso. E a taxa de 360 dias, 9,22.

É importante mencionar que essas são taxas que, de fato, são relevantes para a atividade econômica, na medida que as correlações mostram que essas taxas, sim, tem correlação mais alta, com a atividade econômica e, depois, com a própria inflação, mais do que a taxa SELIC especificamente.

Portanto, é um dado importante a ser mencionado. A taxa de juros real da economia brasileira de 360 dias, que é a taxa de juros nominal, que eu já mostrei, descontado pela inflação esperada nesse período, está no mínimo histórico, também, de 4,9%; a taxa de 180 dias um pouquinho diferente.

Em resumo, isso mostra que o Brasil tem uma trajetória de taxas de juros reais cadentes; se tomarmos a taxa média, a tendência, digamos, desde 2003, é uma taxa cadente de juros reais na economia brasileira.

As reservas internacionais, como eu mencionei, o Banco Central voltou a comprar reservas dos mercados *spot* e, hoje... Aliás, no dia 3 de agosto, já atingiu o valor de 212 bilhões de dólares; portanto, um valor praticamente de 7 bilhões de dólares, superior ao valor que tinha o Banco Central em reservas e o Brasil, no início da crise.

Evidentemente que uma parte disso é resultado, digamos, da valorização dos títulos que o Banco Central tem em carteira, nas reservas, com aplicação nas reservas, e uma boa parte é resultado já das compras que o Banco Central tem feito nos mercados *spot*.

Isto mostra, mais uma vez, o nível de rapidez com que estabiliza-se e normaliza-se a economia brasileira. Se nós analisarmos aqui a posição da dívida cambial pública líquida... Um dado da maior importância, que tem sido fundamental na resistência do Brasil à crise, é o fato de que a dívida doméstica, que, no passado, tinha um grande percentual dolarizado, em que uma boa, um bom percentual da nossa dívida doméstica era dolarizada, hoje é zero. Isto é, não há dívida doméstica indexada ao dólar.

E a dívida externa, claramente que o Brasil tem uma posição credora, e o Governo, na medida que nós estamos olhando aqui a dívida cambial pública, tem uma posição credora importante, substancial, na medida em que o governo brasileiro tem reservas que

são sensivelmente superiores a sua dívida externa. Isso tem sido fundamental na capacidade do Brasil em enfrentar a crise.

Passando, agora, a uma análise sobre o nível de atividade, como houve o, digamos, impacto da crise na produção. Nós olhamos aqui a produção de automóveis, por quê? Primeiro, pela importância da indústria automobilística na cadeia industrial de qualquer país, mas particularmente do Brasil. Segundo, porque a indústria automobilística foi um segmento que liderou o processo de queda da produção industrial no Brasil e está liderando o processo de retomada, e isso também é um fator muito importante para os demais países, o papel da indústria automobilística na crise.

Portanto, se nós olharmos no Brasil, nós vamos ver que houve uma queda importante de produção, de um patamar de cerca de 300 mil veículos por mês antes da crise, dos quais o número de 40.000, aproximadamente, um pouco mais, era destinada a exportações. Em dezembro, nós tivemos uma produção de 97.000 veículos. Essa produção começa a recuperar-se rapidamente, já a partir de janeiro, depois de todas as medidas tomadas pelo Governo, inclusive a isenção do IPI, e, fundamentado, ancorado, exatamente pela volta do crédito à venda de automóveis e de condição de liquidez dos mercados.

Atingimos, em março, o segundo melhor número da história, de venda doméstica... Vamos nos focalizar primeiro, desculpe, na produção, depois nós falamos das vendas.

Na produção, chegamos a 275, que foi o segundo melhor mês de venda, e, em junho... Isso em março. Em junho, de 284, um mês que foi o recorde de vendas. Na produção, 284, um pouco abaixo ainda no pico, mas por quê? Porque as exportações caíram bastante, pela queda de atividade no mundo todo.

Agora, se olharmos vendas, aí, sim, o ponto que eu estava mencionando, 261.000 veículos em março e o melhor mês da história da indústria automobilística brasileira, 290.000 veículos no mês de junho, de vendas; e, em julho, caiu um pouquinho, por causa que, em junho, havia a expectativa que, talvez, não fosse estendida a isenção do IPI, houve um pouco de antecipação. Mas, apesar disso, as vendas de julho ainda muito fortes, de 274.000 veículos; portanto, o equivalente a julho, um pouquinho acima de julho, que foi o pico do período pré-crise.

Produção industrial, houve uma queda forte. Iniciou-se, em novembro e dezembro, uma queda importante, que foi basicamente impulsionada pelas reduções de créditos e, principalmente, pelo canal de expectativas e de queda de exportações.

Houve uma decisão global das companhias de restringirem a produção, esperando, inclusive, que houvesse uma queda mais importante no Brasil, e companhias nacionais seguiram o processo também, numa atitude sincronizada.

Mas aí já existe aqui uma recuperação, gradual, da produção industrial no Brasil, que está, inclusive, se recuperando a uma velocidade mais rápida do que a maioria dos outros países, apesar de estar ainda em nível inferior ao ano passado.

Se nós olharmos aqui a questão dos estoques, em azul, nós vemos aí o número de empresas, a fonte é a Fundação Getúlio Vargas, que consideravam que estavam com estoques excessivos; em vermelho, estoques insuficientes.

Então, nós vamos ver que, no final do ano passado, nós tivemos uma subida muito grande das empresas que achavam que estavam com estoques excessivos, significaria, iam diminuir a produção para ajustar os estoques, chegando a mais de 20%, e aquelas de estoques insuficientes, em algum momento, chegaram a zero.

Isso está havendo também uma reversão gradual, os estoques excessivos estão caindo já para baixo de 15% e o estoque insuficiente crescendo, prevendo-se, portanto, em algum momento, de novo, um cruzamento desses linhas, mostrando, mais uma vez, a recuperação gradual da indústria.

Se nós olharmos, agora, os índices de confiança da indústria, medidos pela CNI, nós vamos ver que o índice de confiança, que também caiu a um mínimo de 47,4 no primeiro trimestre de 2009, já volta à média histórica, já atingindo 58,2, tomando por base janeiro de 2007, com o pico de 100.

Se nós olharmos agora a confiança do consumidor, nós vamos ver uma recuperação, também, bastante importante, pronunciada, atingiu o menor patamar, na realidade, em dezembro. Tivemos uma pequena recuperação em janeiro, caiu novamente, em fevereiro, para, na realidade, o mínimo histórico, um pouquinho menor do que dezembro, e, depois, uma recuperação bastante consistente a partir dali, já atingindo o nível que prevalecia em setembro e o nível superior aos valores, aqui, de junho, julho e agosto de 2007, antes da crise, e um pouco menor do que o período anterior. Portanto, há uma recuperação substancial do índice de confiança.

Vendas de super e hipermercados. É o setor que não sentiu a crise; os dados são de crescimento desde setembro de 2008, de uma forma praticamente ininterrupta durante todo esse período.

Vendas no comércio. O comércio ampliado em vermelho, nós vamos ver que entrou numa queda,

houve uma queda pronunciada, entrou num processo de recuperação, uma pequena queda de ajuste e, depois, voltou a crescer.

Se nós olharmos o azul, nós vamos ver que é o comércio varejista, sem veículos, sem o computador de veículos nesse dado, também com uma trajetória de crescimento e com uma queda menos pronunciada e, também, um crescimento menos pronunciado.

Em verde, é importante, é o índice de atividade no comércio do SERASA, que é medido pela atividade de que ainda não está registrada como venda, que é um bom indicador.

E nós vamos ver que há uma indicação positiva da evolução deste índice, que mostra que a tendência é a continuação de um processo de crescimento das vendas.

Se olharmos o desemprego, em verde, nós vamos ver que o desemprego, no ano de 2009, ele atingiu um patamar acima do mês de 2008, no ano de 2008, no mesmo mês, mas que começou a cair, já há dois meses, atingindo um patamar de 8,1%, um pouco acima do patamar de 2008, porém, abaixo do patamar de 2007.

Vamos aguardar, isto tem que ser... Aguardar não só a evolução do número de empregados, mas também a evolução daqueles que procuram emprego, da população economicamente ativa, porque, muitas vezes, pode-se haver até uma subida desse número por uma maior procura de emprego.

Mas não há dúvida de que é um desempenho bastante superior a aquilo que muitos analistas esperavam, e, depois, vamos comparar com outros países, particularmente nos Estados Unidos e Europa.

Comparando, portanto, com a Europa, nós vamos ver que, no início do processo, em janeiro de 2009, o Brasil estava com o desemprego de 8,2 e a Europa com 8,5. No... Atingimos, em março, números praticamente equivalentes, cerca de 9%. A partir daí, houve uma queda no Brasil de 8 para... 8,8 e 8,1, enquanto a Europa continuou a subir o desemprego; isto é um certo exemplo do desempenho do Brasil comparado com outros países.

Se nós compararmos agora, desde 2002, o Brasil com os Estados Unidos e Europa, nós vamos ver que os Estados Unidos, historicamente com uma taxa de desemprego mais baixa do que a Europa, aqui ao redor, um pouco abaixo de 6%, passando um pouco de 6, caindo, aqui, um pouco abaixo de 5%, 2006, e depois voltando, até agora subindo fortemente para 9,5%.

Europa, um patamar entre 8 e 9, caindo e atingindo, agora, 9,4, uma subida como resultado da recessão. O Brasil, atingindo patamares próximos de 13%, no início deste processo de estabilização nos

últimos seis anos, depois caindo gradualmente, até atingir um patamar próximo ao europeu. Depois, ambos sobem um pouco, no início da crise, e, depois, o Brasil, pela primeira vez, agora com o patamar de desemprego abaixo do patamar do desemprego da Europa, que sobe.

Se nós olharmos, agora, os investimentos estrangeiros diretos, nós vamos ver que, neste período, se olharmos a partir de metade do ano passado, nós vamos ver uma queda forte de investimentos em ações e renda fixa, com uma recuperação na margem, nos últimos, nos últimos meses, ao passo que o investimento estrangeiro direto tem mantido um patamar positivo.

Isso nós estamos medindo acumulado há doze meses, mesmo com o investimento, por exemplo, em ações, etc., sendo positivo na margem, no acumulado em doze meses, ele ainda mostra o número negativo. Mas o fato concreto é que, principalmente pelo mercado de ações, tem havido uma recuperação nos últimos meses e deve, sim, em algum momento, atingir um patamar positivo no acumulado.

Agora, certamente, o investimento estrangeiro direto em máquinas e equipamentos tem mantido-se no terreno positivo, mostrando, de novo, que as empresas globais mantêm um nível de confiança no mercado brasileiro, principalmente quando comparado com outros países.

Basicamente, este é o quadro que gostaríamos de apresentar da economia brasileira.

O sumário, portanto, é que, em primeiro lugar, o Brasil entrou nessa crise melhor preparado do que em outras oportunidades e melhor preparado do que muitos outros países, devido a reservas elevadas, devido à inflação estabilizada, devido a uma trajetória cadente da dívida pública nos últimos anos, devido à demanda doméstica, fortalecida nos últimos anos, principalmente pela criação de emprego, pelos próprios programas sociais e etc.

O Brasil criou quase oito milhões de empregos formais nos últimos anos e uma maior estabilidade, dando maior confiança às famílias de consumir. Também nós temos um aumento do investimento, que estava crescendo a quase 20% ao ano na entrada na crise.

Portanto, o Brasil entrou na crise em condições mais fortes, as respostas do Governo foram fortes, foram rápidas, foram agressivas, endereçando os pontos focais da crise, que eram basicamente relacionados a problemas de liquidez em dólares e consequências na liquidez em reais.

O Banco Central atuou fortemente, esse mercado se restaurou, o Banco Central iniciou, no momento adequado, portanto, a sua política de estímulo monetário, o

Governo com, também, uma política de estímulo fiscal, a economia está se recuperando gradualmente.

A indústria foi o setor da economia que foi fortemente atingido pela crise, alguns setores não, alguns setores praticamente não foram atingidos, como eu mostrei, supermercados e hipermercados. A economia está crescendo, a indústria está crescendo, tem margem para crescer, porque ainda temos capacidade ociosa para crescer, o nível de utilização ainda tem espaço, mas o fato é que já está crescendo nessa direção.

O setor de serviços é um setor que sentiu menos a crise, tem mostrado muito boa a resistência, principalmente pela manutenção do nível de renda. Quer dizer, a base salarial e a renda média mantêm ainda um percentual de crescimento positivo em relação ao ano passado e, portanto, a agricultura, com o comportamento que está se recuperando, apesar de alguns fatores climáticos, e, portanto, nós temos aí um quadro da economia brasileira, que é um quadro que inspira, certamente, cuidados, mas que é um quadro de recuperação sólida.

Evidentemente, temos mencionado, em outras oportunidades, que, às vezes, nos preocupa, sim, o excesso de euforia nos mercados, que o Brasil volta a retomar uma trajetória gradual e que deve entrar o ano de 2010 numa trajetória de crescimento sólido, sustentado, que se espera que se mantenha pelos próximos anos, partindo do pressuposto que manter-se-á uma política econômica, responsável e consistente no Brasil.

Mas o fato concreto é que, às vezes, é a nossa função de Banco Central acautelar os mercados contra excessos de otimismo, euforia, que podem levar distorções na formação de preço, levando, portanto, a uma volatilidade desnecessária.

Importante é pé no chão, o prognóstico para a economia brasileira, de fato, é positivo, o Brasil está tendo um desempenho melhor do que a maioria dos países, as perspectivas para o ano que vem são positivas, mas, mais uma vez, é importante que nós mantenhamos uma postura de sobriedade, de maneira a que não entre-se em euforias que levem a algumas decepções, e, portanto, volatilidade desnecessária.

Muito obrigado, Sr. Presidente. É isso que gostaríamos de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Henrique Meirelles, o Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, a sua exposição, como sempre, muito clara, muito objetiva, não deixando a menor dúvida sobre as ações que foram adotadas pelo Governo com relação a crise.

E passamos a palavra ao primeiro senador inscrito para as suas perguntas, o Senador João Tenório, do PSDB.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de registrar, como alguém ligado ao mundo das exportações, a ação correta, imediata e concreta que o Banco Central veio a ter, quando do agravamento da crise, sobretudo de liquidez internacional. Isso foi fundamental para que essa crise não se tornasse avassaladora nessa área, sobretudo na área de exportação brasileira. Foi realmente uma atitude corajosa e objetiva do Banco Central, que fez com que esse setor sofresse, como tem sofrido, mas iniciasse um processo de recuperação e sobrevivência naquele momento, graças, sobretudo, a essa ação concreta e imediata que foi tomada, no momento, pelo Banco Central.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de ter um esclarecimento. Sou leigo nessa área de economia, mas tem coisas que me chamam atenção, assim, de uma maneira muito concreta.

Por exemplo, há um esforço monumental, há um, digamos, assim, um uso de energia política muito grande, em cima do Banco Central, a mídia, a classe política, os empresários de um modo geral, os intelectuais da área da economia, no sentido de criar um ambiente de que a coisa mais importante para a retomada do desenvolvimento, para a manutenção do desenvolvimento, é pura e simplesmente o rebaixamento da taxa de juros primária

Isso é uma coisa que todo dia o senhor sofre pressões lá, de todo mundo, no sentido de que é preciso baixar-se ali que é preciso essa coisa toda.

Um das coisas que nós observamos, nós leigos observamos, dois fatos que eu acho que são importantes.

O primeiro, uma falta de correlação direta entre a taxa primária e a taxa de juros do mercado; há um descompasso muito grande. Se o senhor fizer uma avaliação histórica mais longa, existe um descompasso muito grande entre a taxa primária e a taxa de juros do mercado, que aquela, sim, que afeta o desenvolvimento, que afeta o consumo, de uma maneira positiva ou negativa, quer seja ela maior ou menor.

Então esse é o primeiro ponto. Os bancos explicam que é preciso ter um *spread*, digamos assim, robusto, importante, porque ele tem que remunerar tanto a inadimplência quanto a cunha fiscal que realmente é importante num país como o Brasil.

Bom, se tudo isso fosse absoluta verdade, o lucro dos bancos não seriam o lucro que são. Então, na verdade, o *spread* tem algo a mais, e muito a mais, uma gordura substancial a mais, aquela que seria suficien-

te para cobrir a inadimplência, no caso, uma... Essa inadimplência e a questão da cunha fiscal. Existe, de fato, um *spread* hipertrofiado no Brasil, que precisaria ter um tratamento...

Então, o puro e simples rebaixar dos juros primários não traz as consequências tão benéficas que deveriam trazer na ponta da economia. Isso é o primeiro ponto.

O segundo ponto é uma percepção que me parece também equivocada, é que a única, o único instrumento que deve se usar para o relançamento do processo de desenvolvimento econômico é a taxa de juros, a política monetária. Eu acho que o mundo está provando que não é exatamente assim.

Tem países que trabalham com taxa de juros negativa aí – Japão, por exemplo – há quinze anos. Os Estados Unidos entrou no processo de trabalhar com taxa de juros negativas há algum tempo atrás e nem por isso houve uma recuperação imediata e importante da sua economia, a Europa idem.

Agora, o Brasil mostrou uma coisa, mostrou um exemplo contrário, baixou... Preciso abaixar um pouquinho a carga tributária de alguns setores, que houve uma recuperação importantíssima da atividade econômica, das vendas e do crescimento desses setores.

Então, me parece que essa, a percepção que existe, de modo geral, na sociedade brasileira, na imprensa, na classe política, de que é pura e simplesmente a política monetária que deve ser responsabilizada pelo crescimento, ou não crescimento da economia, há um equívoco nisso. Eu acho que, além da política monetária – é claro que ela é importantíssima -, existe a necessidade imediata de uma revisão dessa política fiscal, tributária, que, essa, sim, está provado no Brasil que ela tem um efeito extremamente importante, no sentido de relançar, digamos assim, de desenvolver atividades econômicas, como ficou provado, no caso da indústria automobilística e tantas outras, quando o Governo baixou pouca coisa, mas, mesmo assim, teve uma repercussão importantíssima na questão do desenvolvimento das vendas do setor.

Então, eu queria, Ministro, a sua percepção sobre isso, como é que V.Exa. interpreta esses dois fatos. Primeiro, esse exagero de esforço, de desgaste de energia política no sentido de baixar exclusivamente a taxa de juros primário com repercussões muito pequenas, na ponta. E segundo, essa questão de entender e perceber que apenas a política monetária é uma coisa importante e suficiente; ela é necessária, mas não é suficiente para o desenvolvimento econômico do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao segundo senador inscrito. O primeiro era o Senador Aloizio

Mercadante, mas, se V. Exa. quiser recuperar a sua prioridade, a sua primazia...

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Não, não, eu agradeço a gentileza, mas quem chega atrasado espera. Senador Roberto com a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a compreensão de V. Exa. e concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti, do PRB.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Por uma questão de liderança, eu cedo meu espaço ao Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):

Eu agradeço Senador Roberto Cavalcanti e peço desculpas ao Ministro Henrique Meirelles.

Mas digamos que o Senado, hoje, vive uma turbulência semelhante a que alguns momentos do mercado financeiro, só que os papéis se inverteram. O quadro econômico vai se estabilizando e a instabilidade política no Senado tende a permanecer.

E acho que, também, o interesse no debate da política monetária é diretamente proporcional à taxa de juros. Quando ela sobe, o interesse público aqui é muito maior. Quando a taxa básica SELIC cai, como caiu, parece que não há tanto interesse.

Mas acho que nós estamos vivendo um momento bastante delicado do Senado, dificulta um pouco o envolvimento dos senadores. De qualquer forma, eu acho que foi muito importante manter esse processo de discussão, eu acho que, talvez, nós pudéssemos ter encontrado uma data mais oportuna, mas fico muito feliz que o Presidente do Banco Central esteja aqui e possa apresentar essa evolução da economia brasileira diante de um quadro de uma crise que o próprio FMI diz que é a crise mais grave, pelo menos, nos últimos 70 anos.

Fico feliz, porque acho que nós estamos assistindo uma inflexão histórica; países que têm um papel fundamental na economia mundial, como Estados Unidos, União Européia, os países em geral da União Européia e, particularmente, o Leste Europeu, e o próprio Japão, vivem um declínio econômico, por razões, eu diria, muito profundas.

Quer dizer, eu não vejo como os Estados Unidos possam voltar a ter aquele padrão de consumo que tinham no cenário pré-crise. 70% do PIB americano é consumo, endividamento médio das famílias é uma vez e meia a renda disponível anual, vinham com déficit comercial de mais de 800 bilhões de dólares há cinco anos, o Estado se endividando, a sociedade se endividando, as empresas se endividando e isso era possível para uma indústria financeira extremamente sofisticada, que alimentava uma apropriação de uma

parte importante da poupança global para financiar o consumismo.

Esse consumismo americano, que é mais ou menos 23% do PIB mundial, é o que puxava, era o grande motor, principalmente dos grandes exportadores do mundo... A contrapartida disso era a China, que 40% do PIB era exportação, principalmente para a economia americana.

Eu acho que a União Européia, especialmente com a crise do Leste Europeu e mais alguns países, o impacto no sistema financeiro, também vai ter dificuldade de voltar a crescer rapidamente em padrões pré-crise. E o Japão, que já vinha de uma década difícil, vive um momento, talvez, o mais difícil dos grandes países da economia mundial.

A resposta que esses governos estão dando vai gerar uma dívida pública muito grande, está gerando... Quer dizer, o déficit público americano, este ano, é 13,7 do PIB, fora as garantias bancárias, porque, se nós considerarmos as garantias bancárias da economia americana e economia européia, nós estamos falando em déficit potenciais de 25% do PIB num ano.

Isso significa que nós teremos pressão inflacionária no futuro, significa que esses países terão que fazer um ajuste de corte de despesas, corte de subsídios, aumento de juros, num futuro pós-crise, reduzindo muito a capacidade de eles voltarem a crescer nos ritmos anteriores.

Portanto, mesmo que a crise e o cenário internacional começa a se acomodar e começa a melhorar... Quer dizer, a economia americana já perdeu mais de 5 milhões de empregos formais.

Isso significa que o Brasil não tem, nesse momento, a opção de crescer para fora. O que nós podemos é preservar o que nós temos fora, já será uma grande conquista, se nós mantivermos as exportações, e algumas exportações que nós temos de *commodities*, produtos minerais, agrícolas, se mantiveram, exatamente porque a Ásia, que é o melhor desempenho na crise, China, Índia, são países que precisam consumir proteínas, precisam de matérias primas, o Brasil é um grande *player*, um exportador, um país que tem um papel decisivo no agronegócio.

Então, nós podemos manter as nossas exportações, mas a opção de crescimento é para dentro, por isso que a China, que tem um mercado de consumo de massas, consegue manter uma taxa de crescimento de 7,8%, apesar que eles não têm como jogar para o mercado interno 40% do PIB que é para exportação; não tem, não tem *marketing*, não tem distribuição, não tem renda *per capita*.

Da mesma forma, o Brasil tem a opção de crescer para dentro. Quer dizer, o consumo se manteve no

varejo, mercado de consumo de massas, as políticas de inclusão social, as políticas de distribuição de renda que foram feitas nesse período ajudam o Brasil a ter uma resistência à crise, sair mais cedo da crise, nós entramos mais tarde e saímos mais cedo, e foi possível, também, pela prudência da política econômica, porque nós tivemos fundamentos macro-econômicos sólidos, como são as reservas cambiais, foram decisivas nessa crise, o papel dos bancos públicos foram decisivos e a pronta resposta do governo: depósitos compulsórios, usar as reservas para ajudar a refinanciamento da dívida das empresas brasileiras, o provimento de liquidez que os bancos públicos tiveram no processo de crise e que ajudaram a amenizar o impacto do constrangimento do crédito, a desoneração dos setores produtivos, como setor de automóvel, setor... Está tão emocionado o Senador Suplicy com a política econômica que está, aqui, me inundando de água.

[risos]

Mas o... Foi tão pronta a resposta, foi tão eficiente, que eu diria que nós tivemos dois trimestres recessivos, a recessão se instalou nos últimos dois trimestres, mas esse trimestre já tem sinais de recuperação, nós vamos ter um segundo semestre muito melhor, e o Brasil começa uma retomada moderada do crescimento, sai da crise na frente e sai da crise com grandes perspectivas.

Quero dizer que eu, que fui muito crítico ao atraso na redução da taxa de juros ao final do ano passado, achei que foi muito corajosa e muito importante a redução mais agressiva da taxa básica SELIC, que o COPOM teve nesse semestre que passou, nesse último período. Aquelas duas decisões ajudaram a amenizar o grande desafio que nós temos, que eu acho que são as finanças públicas.

Quer dizer, nós temos... Nós construímos capacidade de fazer política anticíclica, o Brasil, de poder manter investimento, fazer políticas sociais, reduzir juros, porque tinha reserva, porque tinha as contas públicas arrumadas... enfim, porque tinha fundamentos macro-econômicos sólidos.

Porém, nós poderemos crescer tanto mais rápido no futuro, quanto maior foi o equilíbrio fiscal que nós preservamos na crise. Evidente que haveria uma forte queda de receita e o Governo tinha que fazer as medidas que tomou de manter políticas sociais, desonerar o setor produtivo e manter os investimentos do PAC.

Mas nós temos que ser bem cuidadosos com o gasto público, bastante rigorosos com a evolução futura, para que o momento que esses países vão ter que aumentar juros, cortar gastos, aumentar carga tributária, o Brasil não tenha que fazer isso como todas as crises anteriores. Que a gente possa manter os juros

baixos, nós vamos ser mais competitivos. Portanto, vamos ter mais potencial de crescimento e vamos ter mais condições de desenvolvimento.

Eu queria parabenizar o trabalho do Presidente Meirelles, eu acho que foi muito importante nessa crise, foi decisivo, as respostas que nós tivemos.

A única coisa que eu não sinto tanta segurança é o finalzinho da Ata do COPOM, dizendo que não tem mais espaço para redução. Eu acho que ainda tem algum espaço, eu acho que vocês deviam estar abertos a essa possibilidade, não há nenhuma pressão inflacionária nesse momento, não houve uma recuperação, a capacidade ociosa ainda é muito grande, não há, internacionalmente, nenhuma pressão inflacionária.

Então, nós não temos ainda um grande espaço, a taxa de juros caiu em níveis bastante... Historicamente, eu diria, espetaculares, mas acho que ainda tem algum espaço e nós devíamos estar atentos, principalmente pela questão fiscal, principalmente para a política monetária ajudar no equilíbrio fiscal e ajudar a que o país não tenha um ônus de fazer um ajuste fiscal como os outros países desenvolvidos vão ter que fazer. E isso vai ser um diferencial fundamental para o futuro.

Então, basicamente, parabenizar a agilidade, a competência, o rumo da política econômica e os resultados que estão aparecendo. E dizer que eu gostaria de ver uma janelinha aberta aí de acompanhamento do cenário futuro, que acho que, talvez, possa ter ainda algum espaço, não como tínhamos antes, mas algum espaço.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, demais senadores--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Roberto, posso só fazer uma frase que eu esqueci?

E a outra questão central que está relacionada a essa é o câmbio. Quer dizer, eu acho que o câmbio... Evidente que o Brasil, com essa melhora do cenário internacional, vai receber investimentos, vai ter um fluxo positivo de capitais. Isso é uma mudança estrutural, mas esse é um ponto fundamental para preservar a competitividade das exportações.

Eu diria: o câmbio, para mim, é a questão mais delicada no curto prazo, manter o equilíbrio fiscal é a questão mais estratégica no médio e longo prazo, e a taxa de juros, nas duas questões, ainda pode se ajudar a acomodar essa situação, seja do câmbio, seja, sobretudo, da questão fiscal, desonerando aí os encargos.

Já foi um esforço muito grande da política monetária, mas eu acho que tem um janelinha aí que precisaria ser acompanhada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente Garibaldi Alves, veja como foi produtivo eu ter cedido meu espaço de tempo para o Senador Aloizio Mercadante, foi uma aula de economia.

Presidente do Banco Central Henrique Meirelles, demais membros da Mesa, senadores e senadoras.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a honrosa presença de V. Exa. aqui, conosco. Uma Audiência Pública não é fácil, é um extraordinário ganho de tempo para... Ganho de ensinamentos para nós todos, mas tenho certeza que V. Exa., dentro do tempo que dispõe, dentro da agenda extremamente ocupada, V. Exa. deve ter feito um esforço adicional para estar aqui conosco.

E peço desculpas pela restrita presença de senadores e peço que V. Exa. entenda isso, não como uma não consideração de nossa parte, e, sim, fundamentalmente, como decorrência do dia, quarta-feira, o horário da sessão e, fundamentalmente, o próximo político-administrativo e a crise por que passa o nosso Senado Federal. Essas... O somatório desses fatos fez com que essa audiência não tivesse a concorrência e a presença que V. Exa. merece.

Eu alistei aqui alguns pontos e começaria dizendo que acompanho, como já me referi em outras vezes, V. Exa. há muitos anos.

Não é à toa que um brasileiro conseguiu ser Presidente de um banco a nível mundial, como o Banco de Boston. Considero também que a indicação de V. Exa., pelo Presidente Lula, na formação de sua equipe, trouxe, em função da credibilidade de V. Exa. e da competência de V. Exa., um cenário que deu ao Presidente Lula e ao Governo Lula uma estrutura de imagem nacional e internacional que permanece até hoje. Então, sobra à V. Exa. competência e credibilidade para estar no cargo que V. Exa. atua.

Na verdade, essa crise do Senado, ela é motivada por pequenas falhas, ou falhas pontuais. Porém, a imagem do Senado Federal fica toda comprometida, em função, exatamente, de fatos pontuais. Essa Casa, V. Exa. conhece muito bem, é uma Casa de muito trabalho, um senador, para estar aqui, ele já passou e fez uma peregrinação por várias Comissões, a ocorrência de uma reunião de uma Comissão, de uma audiência pública, ela requer uma infraestrutura de todos os assessores e funcionários do Senado que aqui estão, a Mesa Diretora do Senado Federal trabalha 24 horas, ao cessar até uma Comissão... Uma Sessão Plenária, o dia seguinte tem uma outra, toda essa madrugada, toda essa noite é tomada por muito trabalho. TV Se-

nado, Rádio Senado, Gráfica do Senado, todos são operantes e de muito trabalho.

Então, eu diria que a má imagem que o Senado Federal passa hoje acontece em fatores pontuais. Eu fiz essa imagem para confrontar com a extraordinária imagem e o perfil do desempenho econômico do Governo Federal, no tocante aos índices comparativos com índices mundiais, comparativos com índices regionais, países de estágios diferenciados de desenvolvimento.

Pelo que V. Exa. apresentou, o nosso cenário, vamos dizer, o Brasil passa por um momento de extrema consistência na sua recuperação e com uma perspectiva de imagem muito positiva.

À época de meu pai, à época da minha infância, emprestar dinheiro a juros era considerado agiota, era considerado uma qualidade ou uma característica de uma pessoa extremamente criticada.

O país tem acompanhado o esforço que o Banco Central e o Governo Federal tem feito para baixar as taxas de juros. Não falta competência para isso e não falta visão para V. Exa., à estrutura do Governo Federal agir.

A nossa pergunta vem: qual a razão do Governo Federal, do Banco Central e dos agentes que atuam na área econômica não atuarem de forma mais consistente, no tocante aos cartões de crédito?

Existe uma indignação, Sr. Presidente, extraordinária em todas as camadas da população, no comércio varejista, no comércio atacadista. Todo cidadão brasileiro, hoje, tendo em vista que o Brasil conseguiu entender o que é taxa de juros, graças à estabilidade da moeda... O que é que se passa? Por que o Governo não age, no tocante ao que é praticado no mercado dos cartões, de juros(F)?

Há, talvez, a extrema concentração em duas redes que detêm aproximadamente 80% da participação no mercado. Algo se passa, porque é um contrassenso. Quer dizer, um governo que apresenta índices tão fantásticos, enfrentamento de crise econômica mundial que não foi o Brasil que projetou, não foi o Brasil culpado, mas o Brasil soube atuar, a equipe econômica do Brasil soube atuar. Porém, não se percebe uma atuação mais decisiva, que dê uma resposta à população, da mesma forma que nós, no Senado, temos a obrigação de darmos uma resposta à sociedade, de que esta Casa aqui é uma casa de muito trabalho.

Era esse o meu questionamento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Antes de conceder a palavra ao Dr. Henrique Meirelles, eu irei comunicar os senadores, e vou comunicar os senadores, que teremos a resposta aos três primeiros debatedores e, depois,

teremos mais as intervenções da Senadora Lúcia Vânia, do Senador Eduardo Suplicy, e eu também farei duas perguntas para liberarmos, então, o Presidente do Banco Central.

Com a palavra o Dr. Henrique Meirelles.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, respondendo às perguntas do Senador João Tenório, eu poderia passar a dizer, senador, que nós temos aí a taxa base, como o senhor diz que tem, uma influência nas taxas de mercado interbancário e de mercado a termo. E o que o senhor... Então, o senhor está se referindo às taxas de mercado de empréstimos.

Muito bem. Não há dúvida de que as taxas de empréstimo, em alguns momentos, como, por exemplo, no final do ano passado, elas não tiveram correlação com a taxa base. Em alguns momentos, inclusive, que a SELIC estava constante, as taxas de empréstimos subiram, em função de uma deterioração das condições financeiras do país, consequência do choque de crédito nos Estados Unidos e consequência da restrição de crédito externo ao Brasil.

No momento em que uma série de medidas foram tomadas, visando restaurar a liquidez, visando aumentar a transparência e a competitividade, como, por exemplo, houve a publicação, pelo Banco Central, a partir de um certo momento do *ranking* das instituições por taxa de juros, médias praticadas, o que fez com que o consumidor pudesse, a imprensa pudesse ter acesso a isso, bem como os parlamentares e etc., isto teve um efeito também importante.

Agora, além do mais, houve uma atuação mais forte dos bancos públicos, aumentando a competição, baixando os *spreads*, e isso, de fato, tem gerado resultados que eu já mencionei e vou mostrar.

Se nós olharmos aqui a taxa de juros de mercado, no caso referindo-se à taxa de juros do mercado a termo e do mercado interbancário, nós vamos ver claramente que é uma trajetória cadente. Hoje, o mínimo histórico, com uma taxa de juros real de 4,9.

Agora, o aspecto importante é aquele referente às taxas de juros de empréstimo, que é aquela, essa, sim, mencionada pelo senador, que, de fato, tem patamares substancialmente superiores ao patamar fixado para a taxa base, e, como mencionamos, em algum momento, no final do ano passado, por exemplo, mesmo quando a taxa base estava constante, essa taxa de juros de mercado subiu.

O fato que nós vemos é que, de fato, ela voltou a cair, e o trabalho aqui é um trabalho constante, de novo, uma conjugação de algumas medidas de... Melhorar da questão da inadimplência. Por exemplo, o

cadastro positivo; o cadastro positivo é algo que está em discussão, já foi aprovado por essa Casa, já está agora, é algo que está em processo de ser analisado agora, no Senado; ou melhor dizendo, foi aprovado na Câmara e, agora, está em análise aqui, nesta Casa. É uma matéria da maior importância para permitir que os bons pagadores não paguem pelos maus pagadores. Então, o cadastro positivo é importante.

A concorrência estimulada pelos bancos públicos também é muito importante. A maior transparência também é muito importante. A questão tributária, de fato, é um fator que encarece um pouco, mas, de novo, faz parte de toda a questão tributária no Brasil, e eu acho que tudo isso está no bojo da questão da reforma tributária, em discussão, inclusive, no Congresso Nacional.

Eu acho que é um trabalho constante, é um trabalho que deve continuar, é uma prioridade, de fato, do Governo, uma normalização gradual dos *spreads* bancários no Brasil, de maneira que nós possamos ter uma evolução dos *spreads* bancários em relação, em direção a patamares, digamos, internacionais, da mesma maneira que está havendo uma evolução das taxas do mercado a termo, em direção a patamares mais consistentes que o mercado internacional, ao longo do tempo.

Portanto, concordamos, é uma prioridade, eu acredito que deve se continuar trabalhando nessa direção. Em relação às colocações do Senador Aloizio Mercadante, eu, primeiro, gostaria de agradecer as opiniões do senador e receber, com toda a seriedade, as colocações do senador e os parabéns. Muito obrigado, em nome, não só da diretoria, mas de todos os funcionários do Banco Central.

Em relação à questão do câmbio e de taxa--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Oi.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Me permite só um comentário?

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não, obrigado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu não vou me conter. É o seguinte, quando eu fui conversar com V. Exa. em Washington, Excelência tinha acabado de ser eleito Deputado Federal, estava todo entusiasmado em vir para Câmara dos Deputados, e eu fui lhe fazer um convite de um Governo que vinha, uma vitória que vinha com uma trajetória, com uma história que inquietava o mercado financeiro, por razões justas e injustas, mas diria mais injustas do que justas. Nós tínhamos, realmente, muita preocupação com a especulação financeira, com... Assim, com a

atitude que alguns especuladores tiveram na campanha, com a história do Brasil e etc. E havia uma insegurança das figuras que tinham história no mercado financeiro, de participar do Governo. E eu falei, já tinha uma grande simpatia pelo trabalho que V. Exa. já tinha feito a frente do Banco de Boston, uma atitude de muita sensibilidade social, uma atitude de parceria com o sindicato, uma atitude moderna num país em que os banqueiros tinham uma atitude muito conservadora, muito refratária à sociedade civil. E era, seguramente, um dos brasileiros com melhor experiência, com maior êxito em termos de uma carreira internacional no sistema financeiro.

Então, por tudo, seria uma grande conquista para o país e para o Governo. Eu fui conversar com V. Exa. e falei... Você me fez uma primeira pergunta: "Eu tenho que renunciar ao mandato?" Eu falei: "Tem." "Mas eu acabei de ser eleito." Mas eu falei: "Mas não tem outra saída, nós não temos como mudar a Constituição e não é possível."

E a segunda questão foi: "Se eu for indicado eu vou ter liberdade para montar a minha equipe e não vai ter nenhuma interferência política? Eu vou ter liberdade operacional? Vai ter independência operacional." Eu falei: "Isso eu garanto, que o Presidente me disse que está absolutamente assegurado. Você monta a diretoria como achar que deve, não vai ter nenhuma ingerência de qualquer natureza e vai ter independência operacional."

Acho que foi uma atitude de coragem e de risco, e fazendo um balanço sincero não foi nada fácil chegar aonde nós chegamos esses sete anos e meio, foram muitas pressões, muitas injustiças foram cometidas com V. Exa., eu mesmo aqui enfrentei debates duríssimos na defesa da sua história, da sua biografia, e do trabalho que estava fazendo pelo país.

Nunca deixei de fazer as críticas à gestão, porque eu acho que é o papel do Senado como uma instituição de controle, fiscalização, apresentar os problemas, mas sempre acreditei nesse trabalho e acho que o Brasil hoje acredita e reconhece.

Portanto, se V. Exa. decidir agora voltar para vida pública, vai voltar muito melhor do que teria continuado naquela ocasião. Vai voltar com uma biografia de quem ajudou decisivamente a manter estabilidade, a enfrentar a maior crise internacional que nós tivemos na história, a fazer esse país voltar a crescer e distribuir renda.

Portanto, muito bem-vindo à vida pública, eu acho que V. Exa. devia vir mesmo para vida pública, eu acho que vem com uma grande experiência, não importa qual é o partido, nem qual é o cargo, e nem o que vai

disputar, acho que traz uma rica experiência na vida privada e uma experiência exitosa na vida pública.

Não é uma tema para discutir agora, mas nós só temos... Como V. Exa. está muito dedicada à gestão da crise econômica, a filiação tem que ser um prazo de no máximo 50 dias. Então, acho que V. Exa. deveria se filiar e, não necessariamente, sair do Banco Central, sair quando chegar o período eleitoral.

Mas eu favorável... Sou muito favorável que V. Exa. venha à vida pública, dispute as eleições, volte a contribuir na vida pública com um mandato eletivo que já teve uma vez, e acho que seja pelo Estado de Goiás, ou qualquer outra função que V. Exa. escolha, eu acho que será uma grande contribuição, vai enriquecer o Parlamento, a função executiva, porque demonstrou isso, equilíbrio, consistência, persistência, convicção, e mesmo nas divergências nunca deixei de reconhecer todo esse trabalho.

Então, eu queria dizer isso agora, nós estamos na antevéspera aí do fim do prazo de filiação. E acho que assim como disse que eu acho que era fundamental V. Exa. vir para o Governo e largar o mandato, diria agora que acho que está na hora de V. Exa. pensar no mandado e vir para vida pública.

Parabéns Henrique Meirelles e a democracia seguramente vai recebê-lo com grande entusiasmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Presidente Henrique Meirelles--

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Presidente, pela ordem, eu vou ter que me retirar, vou ser relator aqui de um...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Mas eu tinha feito a V. Exa. duas, duas ponderações, duas, digamos assim, indagações para reflexão.

A primeira foi a questão das taxas de juros que foi respondida. A segunda foi a questão, digamos assim, da exclusividade da política monetária como instrumento de desenvolvimento, quando fica mais ou menos provado, pelo que está acontecendo em alguns países do mundo, e sobretudo o exemplo que aconteceu recentemente no Brasil, que parece que uma combinação de política fiscal e política monetária seria uma coisa muito mais salutar.

Como eu vou ter que me retirar aí eu gostaria que V. Exa. me permitisse essa interrupção, e se possível--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senador João Tenório, eu pensei que V. Exa. ia apoiar a candidatura do Ministro.

[risos].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Gostaria de plagiar o líder Aloizio Mercadante, dizer que o que talvez nós brasileiros desejamos é que V. Exa. tenha pelo menos o passaporte; a decisão de viajar o senhor tomará na hora oportuna, mas o passaporte tem que tirar daqui a "X dias".

Tire o passaporte e possa fazer as viagens políticas que V. Exa. melhor entender, e que seja melhor para o povo brasileiro. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): [interrupção no áudio] Com a palavra o Presidente Henrique Meirelles.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer aí aos desejos expressos pelo Senador Roberto Cavalcanti, agradecer mais uma vez o Senador Aloizio Mercadante.

De fato, desde que o Senador Mercadante me procurou em 1994, final de 94, para... Propondo uma parceria entre, na época, as instituições financeiras e o movimento sindical visando trabalhar no sentido de resolver a questão das crianças de rua, em São Paulo, porque nós, de fato, já tivemos uma oportunidade de fazer uma parceria bastante produtiva, importante e muito gratificante naquele trabalho, bem como em trabalhos posteriores. Então, mais uma vez muito obrigado.

E obrigado aí pelos... Pelas... Pelo desejo expresso ou pela recomendação em relação ao futuro.

Senador João Tenório a ideia que o senhor expressou, de fato, ela é correta. Existem vários fatores, evidentemente, que influenciam as possibilidades de crescimento de um país.

E eu concordo com o Senador que essa questão de política monetária é exagerada, porque ela passa, ela é vista como uma solução simplista.

Bom, é fácil, para crescer não precisa trabalhar, não precisa fazer grandes esforços, não precisa resolver problemas estruturais, basta baixar os juros aí e o país vai crescer. Evidentemente, se fosse tão fácil o Brasil teria crescido muito nas últimas décadas, porque o que não faltou no Brasil em alguns momentos foi taxa de juros negativa.

Então, o Brasil já teve taxa de juros tabelada em décadas passadas, taxa de juros de empréstimos negativos, etc., e isso nunca resolveu, de fato, problema do país, gerou inflação. Gerou hiperinflação em alguns momentos.

Então, de fato, o que pode se dizer é que existem muitos fatores importantíssimos que, evidentemente, condicionam o crescimento, em alguns outros países ou alguns fatores são mais críticos do que outros e etc.

A questão tributária é uma questão, obviamente, muito importante, portanto, eu acho que a questão da reforma tributária em discussão ainda no Congresso é algo que deve ser levado de fato muito a sério pelo país, sobre isso não há dúvida. Existem outros fatores, investimento em infraestrutura, muito importante na medida em que o país precisa ter condições, de fato, não só de prover energias, mas a logística de transporte a custos competitivos, etc.

Existem outras questões relacionadas à burocracia, problemas de abertura, fechamento de empresa, burocracias no pagamento de impostos municipais, estaduais, federais etc., o custo, em si, da atividade produtiva, é algo também que influencia muito. Existe a questão da educação, absolutamente fundamental, os países asiáticos estão mostrando isso, quer dizer, investimento em educação é fundamental para as possibilidades de crescimento do país. E existe aí uma série de outras coisas, não vamos aqui tentar fazer dessa sessão aqui uma sessão de propostas de... De desenvolvimento, mas o que eu quero dizer é que o senhor tem razão no sentido, usei apenas uma lista exemplificativa de fatores.

Não há dúvida que existem diversos fatores que influenciam fortemente ou não, ou numa escala maior ou menor, o crescimento econômico de qualquer país. A questão da estabilidade política e etc., as questões de violência, uma série de coisas.

Agora, é importante também mencionar que o papel da política monetária não é o papel de tentar inflacionar a economia ou inflar a economia em direção a um crescimento inflacionário porque isso mostra que o efeito é desastroso para a economia. O papel da política monetária é basicamente assegurar uma inflação na meta, é assegurar a estabilidade econômica, é assegurar que a taxa de juros base seja a taxa de juros adequadas às condições econômico-financeiras do país. Se nós olharmos aqui a evolução das taxas dos últimos anos, por exemplo, a taxa de juros de mercado, que é um reflexo da taxa base, na medida em que a taxa de mercado leva em conta não só a trajetória futura do SELIC, mas também a inflação esperada e os prêmios de risco. Portanto, é essa taxa, que é a taxa relevante, digamos, ela tem caído consistentemente nos últimos anos mostrando o acerto e o sucesso da política monetária brasileira.

Então, a função da política monetária é exatamente essa, é assegurar condições de estabilidade para que o país possa exercer o seu potencial e cada

um deve cumprir a sua função. Quer dizer, a política monetária, que tenha sido no passado usada em alguns países como uma tentativa de política de fomento, tem levado apenas a maior inflação e instabilidade. Então, basicamente seriam os meus comentários a esse respeito.

Agora, passando então à pergunta do Senador Roberto Cavalcanti, qual a razão de uma não atuação de forma mais consistente do Governo na área de cartões de crédito?

Senador, a regulamentação do mercado financeiro brasileiro é feita, tem como fundamento, inicialmente, a Lei 4.595, de 64, que estabeleceu, basicamente, a estrutura... A estrutura de regulamentação no Brasil, é o papel do Conselho Monetário Nacional, é o papel do Banco Central do Brasil, e as diversas responsabilidades e prerrogativas.

O mercado de cartão de crédito se desenvolveu rapidamente nos últimos anos, ele não foi coberto pela 4.595 nos termos, e, portanto, ele está fora do escopo de regulação e fiscalização do Banco Central e do Conselho Monetário na sua maior parte.

Uma ou outra coisa, sim, na parte da... Do sistema financeiro, quer dizer, tem um certa parte do processo operacional que é afetado, sim, mas digamos, na sua integralidade não. Existe um grupo de trabalho que está concluindo os seus trabalhos, já entrou em Audiência Pública, já está numa fase final, de conclusão que é um grupo de trabalho formado pelo Banco Central e pelo Ministério da Justiça e pelo Ministério da Fazenda, as conclusões, são conclusões no sentido de que é necessário maior transparência e maior competição.

Isso é um tema, inclusive, de intenso debate de implicações importantes e como resultado desse trabalho, certamente haverão propostas, inclusive, de alterações legislativas, que enderecem exatamente, de forma mais precisa essa questão dos poderes regulatórios e etc.

Em última análise, o estudo já está em andamento, já foi feito na sua parte mais importante, a questão agora serão os desdobramentos disso, outras medidas intra e infralegais, mas também, e principalmente, possíveis medidas que estarão no âmbito desta Casa e este grupo de trabalho vai trazer as conclusões a esta Casa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu agradeço e digo que a nossa preocupação visa que o que se passa no mercado do cartão de crédito, a qual está muito bem expresso nessa taxa de juros de mercado que V. Exa. apresenta em torno de 9,2, 8,7, isto é o que o cartão de crédito cobra ao mês.

Então, esta... Este... O que nós não gostaríamos é que todo um fantástico trabalho da equipe econômica do Governo fosse maculada por uma aberração de mercado, que é a taxa de juros praticada pelo cartão de crédito.

Mas, parabênizo, pelo menos, existe um grupo de trabalho, espero que o Governo tenha a consciência de não comprometer todo um trabalho, em função de só uma cadeia que trabalha na contramão do que o Governo Federal deseja no tocante à taxa de juros.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia. Goiás vai falar agora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): [risos]. Eu cumprimento o Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aliás, Goiás aqui está dominando, já está falando.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois é, já está falando, e falando alto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Falando alto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Srs. Diretores.

Sr. Presidente, eu gostaria apenas de cumprimentar Dr. Henrique Meirelles pelo seu desempenho a frente do Banco Central, dizer que como goiana eu me sinto realmente orgulhosa de ver todo seu esforço no sentido de enfrentar este momento que o país vive, com muita serenidade, com muita tranquilidade e dando a todos nós hoje a segurança de que o pior momento passou.

Portanto, eu não poderia deixar de estar presente aqui nesse momento para dizer, em nome de todos os goianos, o quanto orgulhamos deste desempenho, da sua atitude, da sua serenidade.

E voltando ao que foi colocado aqui em relação a *spread* bancário, Presidente, eu gostaria de dizer o seguinte: nós estamos aqui com o cadastro positivo há mais de seis meses parado; ele ficou dois anos na Câmara, e aqui a gente não vê o empenho do Governo no sentido de agilizar a sua votação.

Eu acredito, como V. Exa. bem colocou, que ele seria mais um ingrediente importante no combate ao *spread*, ao alto *spread* bancário. No entanto, eu não vejo, em função da importância que ele tem para esse desempenho, eu não vejo o Governo se empenhar como se empenha em outras ações que ele tem interesse.

Portanto, eu pediria a V. Exa. que opinasse sobre esse assunto. Eu estive no banco... Eu estive no Ministério da Fazenda várias vezes com o Dr. Arpi(F), com o Dr. Nelson Machado, quando nós discutimos, e inclusi-

ve, eu estudei com eles durante um ano a questão de cadastro positivo e, no entanto, eu não vejo nenhum resultado em relação a isso.

No mais, é desejar a V. Exa. sucesso e dizer que as palavras do Senador Mercadante orgulham todos nós e as palavras dele representam o sentimento nosso como goiano. E desejamos, mais do que nunca, ver V. Exa. a frente da disputa em Goiás, porque na verdade V. Exa. só engrandecerá, não só Goiás, como o Brasil em qualquer lugar que V. Exa. disputar, se for disputar, será motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Um abraço e muito [interrupção no áudio].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, só... Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Aloizio Mercadante, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho que dois comentários que eu queria fazer, primeiro sobre votação do cadastro positivo, eu vi que a oposição hoje assumiu um compromisso de não obstruir, que tem sido, digamos assim, o prato predileto da oposição na Casa, e votaremos com urgência. E vou me empenhar para colocar na pauta.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Mas eu gostaria de dizer a V. Exa., eu gostaria de dizer a V. Exa. que nós já tivemos reuniões na bancada, em todos os momentos nenhum parlamentar do PSDB é contra a votação do cadastro positivo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu sei, é contra qualquer votação, do cadastro positivo não.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Não, mas não foi colocado em pauta, seja justo.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, mas foi muito bom. Já tivemos um acordo aqui.

Agora, o segundo comentário que V. Exa., Presidente Henrique Meirelles, Ministro, assim que definir o seu caminho, V. Exa. pode ter uma parceira fundamental nessa trajetória, porque, a bem da verdade, Senadora Lúcia Vânia, nessa Casa, sempre foi muito leal com a Presidência do Banco Central.

Em todos os momentos, em todas as circunstâncias, independente de partido, sempre teve uma posição aqui muito construtiva e sempre valorizando, não só a condição de goiano, porque é fácil valorizar na adversidade, difícil é ajudar nos momentos difíceis. No momento fácil é fácil. E ela sempre foi parceira em todos os momentos. Eu queria registrar e acho que V. Exa. deveria pensar logo e conversar com ela antes de decidir.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Essa segunda parte eu gostei.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O Presidente vai sair daqui lançado candidato.

[risos].

Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho eu também gostaria de transmitir ao Presidente Henrique Meirelles e prezado Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica e demais integrantes da Diretoria que aqui se encontram, transmitir as minhas palavras de cumprimento e reconhecimento ao Presidente Henrique Meirelles, que no Banco Central certamente não apenas conduziu tão bem o trabalho, mas certamente ele tem sido como que um professor da sua própria equipe de diretores, mas também nas exposições que tem feito ao longo de todos esses sete anos a frente do Banco Central, em todos os lugares onde esteve e, sobretudo, aqui no Senado Federal, se constituiu num professor de como explicar bem aos brasileiros a condução da política econômica e, sobretudo, no que diz respeito à política monetária pela qual é o principal responsável, em parceria com o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, presentemente.

E eu gostaria de mais uma vez aproveitar essa oportunidade para procurar propiciar a V. Exa. que possa explicar a nós, Senadores e aos brasileiros, algumas relações muito importantes, sobretudo, relativamente a essa evolução da taxa de juros.

Muitas vezes aqui os Senadores, eu próprio, dissemos de como é que seria importante poder chegarmos a taxas de juros declinantes como agora se registra a tendência, porque isso poderia estar, sobretudo, estimulando o maior nível de investimentos, consequentemente aumento da capacidade produtiva e, consequentemente, o aumento no prazo razoável da oferta de bens e serviços, o que, por sua vez, acaba contribuindo para o objetivo principal, o estabelecimento de metas visando a estabilidade de preços que tantas vezes o senhor aqui nos colocou como algo fundamental.

Por outro lado, a diminuição de taxa de juros tem também efeito sobre o ingresso de recursos externos, este aumento de... Quando a taxa de juros é muito elevada há o aumento com certos tipos... Certo tipo de recursos externos que, por sua vez, entrando em grande volume acaba contribuindo para que haja uma valorização do real, e vice-versa, quando a taxa de juros, como agora, diminuindo, ela pode inibir certo tipo de ingresso especulativo, sobretudo. E isso, por sua vez tem um efeito sobre a taxa de juros que pode de alguma forma acabar tendo efeito sobre as relações de

comércio, estimulando a exportação. Eu aqui coloquei hipóteses que normalmente são as esperadas.

Mas eu agradeceria muito se puder V. Exa., Presidente Henrique Meirelles, inclusive, se porventura houver dados adicionais que possam nos mostrar como é que essa evolução da diminuição de taxa de juros, tanto em termos nominais, quanto em termos reais, e da taxa SELIC mostrada no gráfico, em que medida e com que defasagem pode se notar efeitos desta evolução sobre o nível de investimento na economia?

E, conseqüentemente, a expectativa que se possa ter, porque quando aumenta o nível de investimento, é a capacidade produtiva que está aumentando e viabilizando a perspectiva de maior crescimento no médio, no longo prazo. Então, eu agradeceria muito se puder nos enriquecer também com esses dados.

Por outro lado, eu até tenho sugerido a V. Exa. que quando das suas exposições destes quadros aqui, que nos ensinam muito, que V. Exa. pudesse até incluir no quadro a evolução tão positiva, desde 2001, 2002, mas, sobretudo, ano a ano, 2003 até 2007, com respeito a diminuição no grau de desigualdade de economia brasileiro definido pelo Coeficiente de Gini, que é a medida internacionalmente mais conhecida. Com uma evolução de... Por volta de 0,59; 0,58, lá por volta de 2001, 2002, e atingindo algo como 0,54 em 2007 pelos dados da PNAD e do IBGE.

Ainda hoje, a imprensa divulga um novo dado elaborado pelo IPEA, que mostra que dados ainda mais atualizados, pois o IPEA tem feito um estudo do coeficiente de desigualdade nas seis principais regiões metropolitanas. E registra hoje e está aqui em questão pela... Da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, que o Coeficiente de Gini nessas seis principais regiões metropolitanas, chegou a 0,493, 4,1% menor do que o registrado em janeiro, 0,514, e isso em junho deste ano de 2009.

Essa foi a maior queda registrada em um período de seis meses desde 2002, o Gini que vai de zero a um, sendo que quando mais próximo de zero, menor a desigualdade. Portanto, vem apresentando essa evolução muito benéfica, o que é importante ressaltar é que desde 2003, ano a ano houve uma evolução positiva nesta área.

Claro, isto decorre do conjunto das políticas econômicas, das políticas sociais, mas, obviamente que isto esteja ocorrendo é algo alvissareiro e eu espero que o Brasil possa aperfeiçoar cada vez mais a sua política econômica, inclusive a política social, até que venhamos a deixar para muito distante a época em que a desigualdade econômica social tenha provocado tamanha preocupação entre nós, inclusive, conforme V. Exa. mencionou, fenômenos como o da violência

urbana e em nosso território, como que decorrem em grande parte da existência de ainda termos desníveis socioeconômicos tão elevados.

Meus cumprimentos a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, dos Democratas.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Exmo. Sr. Dr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, Dr. Mário Mesquita, Diretor de Política Econômica.

É importante nesta apresentação ressaltar o efeito das medidas que o Banco Central tomou e que tiveram sucesso absoluto na retomada do crédito doméstico.

Isso foi muito importante, quer dizer, o nível de crédito praticamente retornou aos nossos patamares anteriores, e isso mostrou, digamos, a eficácia das políticas adotadas pelo Banco Central.

E isso, com certeza, vai atenuar bastante os efeitos da crise na econômica brasileira, porque o crédito vinha crescendo em larga escala, eu lembro uma apresentação que o Presidente Henrique Meirelles fez em 2003, no I Congresso de Derivativos, onde o nível de crédito em relação ao PIB era 24%. Então, ele cresceu, chegando a 40. E tivemos, efetivamente, uma ameaça de redução em função da retratação que os bancos normalmente teriam.

Mas, as medidas que o Banco Central tomou foram positivas e nós vimos... Nós vimos a volta do crédito e isso, com certeza, vai atenuar, já que a economia brasileira se acostumou mais a um nível de crédito mais elevado. Quer dizer, ela passou a se movimentar e o crédito foi com certeza um dos grandes impulsionadores das taxas de crescimento que nós tivemos nos últimos anos. Então, isso mostrou a eficiência, a eficácia das medidas, o que foi, o que vale a pena ressaltar aqui [interrupção no áudio] um ponto positivo da ação do Banco Central.

Um outro ponto que eu queria só ressaltar, é também o nível, o nível das taxas de juros reais e normais que nós temos hoje que também são recordes históricos; quer dizer, pôde se reduzir as taxas de juros sem nenhum risco de retomada da inflação.

Quer dizer, isso foi uma coisa importante também, uma outra conquista, que foi uma conquista dura porque não... Houve muita pressão contra o Banco Central de fora e de até de dentro do próprio Governo, em relação ao nível de taxa de juros, mas o Banco Central foi prudente e conseguiu, sem nenhum risco de volta da inflação, conseguiu fazer com que essas taxas atingissem recordes históricos, o que é extremamente positivo.

Agora o que se espera é que também com a redução do risco da própria economia que, e também, digamos eu acredito que com mais algum tempo a inadimplência também venha a reduzir que os *spreads* bancários também caíam, em função da redução do risco da atividade econômica e daí, consequentemente, da inadimplência, embora algumas medidas que eu ainda julgo importantes, o compulsório foi reduzido já é um ponto positivo, mas também a tributação das operações financeiras ainda é um problema.

E espera-se também que talvez o cadastro positivo também possa vir a ser um ponto que vai ajudar na redução do *spread*, não se pode fazer isso por decreto.

Eu até fiquei... Eu não vejo com bons olhos um projeto que existe na Câmara, no sentido de tabelamento de *spread*, nem tabelamento de *spread* e nem tabelamento de tarifas bancárias. Eu acho que se pode tomar medidas no sentido da indução da queda dos dois. Agora, regulamentar isso e tabelar, realmente eu acho que não caberia, eu acho que não... Absolutamente fora de propósito qualquer tentativa de tabelamento. O que se pode fazer é atacar as causas dos *spreads* elevados. Eu acho que o Banco Central já atacou uma que é e o nível do compulsório, o Governo precisa atacar a questão da redução da tributação e vamos ver se o cadastro positivo traz a queda, porque o grande problema do *spread* está muito em cima das pessoas físicas, da pessoa jurídica o próprio risco da economia reduzindo ele cá.

Então, eu acho que basicamente é um dos comentários, eu não tenho perguntas, teria só esses comentários a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E com a palavra do Senador Antonio Carlos Júnior, nós encerramos aqui a fase dos debates e eu pediria ao Presidente do... Ao Ministro Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central, que pudesse responder ainda três perguntas aqui de minha autoria, sobre taxa SELIC, que já falamos sobre ela aqui muito nessa audiência. V. Exa. considera oportuno fazer também uma revisão das taxas de juros legais para se ajustar ao novo patamar da SELIC? Eu me refiro aos juros de mora da Justiça e da Receita Federal, às multas por atraso do pagamento de contas mensais, água, luz, telefone, condomínio e etc., bem como o financiamento habitacional e poupança.

E a segunda é como o Banco Central vê o Projeto de Lei nº 06/2009, que reestrutura o CADE, dando àquele órgão o poder de controlar a concorrência no setor financeiro? V. Exa. acha que isso pode ter algum impacto na redução do *spread* bancário?

E a terceira, qual o impacto real no período de 12 meses da redução da taxa SELIC? Qual o impacto em termos de redução de despesas da redução da SELIC ocorrida até aqui, no orçamento da União?

Com a palavra, portanto, o Sr. Presidente Henrique Meirelles.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Obrigado, Presidente. Satisfação, portanto, que caminhamos para endereçar mais um grupo de perguntas.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a manifestação da Senadora Lúcia Vânia, como os demais, fico extremamente gratificado e honrado de receber essas manifestações nesta Casa.

Passando agora às perguntas do Senador Eduardo Suplicy, em relação à correlação entre juros e investimento, Senador, existem diversos fatores que condicionam o investimento; taxas de juros, uma delas, mas existem outros fatores que tem se revelado muito importantes. Por exemplo, vamos nos fixar neste a questão da estabilidade e da previsibilidade da economia.

Isto é, no momento em que existe pouca previsibilidade da atividade econômica futura e, portanto, na demanda futura dos produtos a serem fabricados por aquelas unidades ou dos produtos a serem gerados por aquele tipo de investimento, serviços ou produtos manufaturados e etc., o que... Ou agricultura, o que interessa é o retorno do investimento, o retorno do investimento tem um dos componentes, certamente, é a taxa de juros. Mas existem outros componentes muito importantes, por exemplo, o que vai haver de receita gerada pelas vendas provenientes do que vai gerar aquela unidade.

Muito bem. E isto é uma questão muito relacionada também à estabilidade econômica e o investimento é muito relacionado à previsibilidade dessa receita futura. Isto é, se nós temos uma pouca previsibilidade, mesmo que a taxa de juros, em tese, seja muito barata num determinado país, que às vezes mantém taxas de juros subsidiadas com alta instabilidade, muitas vezes, o que ocorre? O empresário não faz o investimento, porque ele não sabe o que acontecerá na economia no futuro.

Se nós temos uma grande incerteza, o horizonte de planejamento com que a empresa trabalha, é mais curto. Eu não posso prever vários anos a frente, eu posso prever quem sabe um ano a frente, dois anos a frente, ou seis meses a frente, ou cinco anos a frente. Pois bem.

Quanto maior a previsibilidade da economia, quanto maior o horizonte de planejamento, menor, está certo, a taxa de retorno demanda, e, portanto, o maior volume de investimentos.

Portanto, é importante que a política monetária tenha como função primordial, manter a estabilidade, manter a previsibilidade, aumentar a estabilidade, aumentar a previsibilidade, de preferência, de maneira a aqui as empresas possam aí sim investir com maior segurança.

E a taxa de juros, certamente, também é consequência disto, quer dizer, quanto maior a estabilidade e a previsibilidade diminuiu-se os prêmios de riscos de inflação, diminuiu-se a incerteza, diminuiu-se a inflação projetada, e, portanto, as taxas de juros tem que ser... Podem ser menores, como demonstrado nas transparências que fizemos.

Se nós olharmos, por exemplo, agora, a evolução dos investimentos no Brasil desde 2005, a variação da taxa de crescimento em relação ao ano anterior, variação frente a igual trimestre do ano anterior, nós vamos ver um crescimento constante do investimento no Brasil, o crescimento, o aumento da taxa de crescimento, inclusive, independentemente dos ciclos monetários nesse período.

O que significa, é que a previsibilidade foi aumentando gradualmente e, em consequência, o volume de investimento foi aumentando, a taxa de crescimento foi aumentando e, portanto, mostra aí o papel fundamental da política monetária.

Em relação à diminuição da desigualdade, de fato o Senador tocou num ponto absolutamente crucial, os índices de desigualdade do Brasil medido... O índice de desigualdade medido pelo Coeficiente de Gini, certamente tem baixado, o que significa uma melhora da situação da população, que é uma queda, portanto, do índice de desigualdade, portanto, um aumento da igualdade.

Então, nós temos, por exemplo, o índice Gini de 2002, de fato, 0,563 e esse índice foi caindo gradualmente, como, inclusive, mencionado pelo Senador de 0,563 para 555 em 2003, 547 em 2004, 543 em 2005, 540 em 2006 e 528 em 2007. Não temos ainda o índice Gini para 2008, mas, claramente, como existem outros estudos, alguns já mencionados pelo Senador, mostram a continuação deste processo durante o ano de 2008.

É importante mencionar que uma série de fatores tem contribuído para isso no Brasil, a criação de empregos, mais de 7,5 milhões de empregos formais no Brasil, criados até 2008.

Nós tivemos, evidentemente, um papel importante dos programas sociais e um dado da maior importância, que é exatamente a consistência de uma inflação controlada e na meta, preserva o poder de compra do trabalhador, e preserva também o poder de compra do Bolsa Família e dos programas sociais. Isto é, a

experiência mostra que inflação alta e instável é altamente concentradora de renda, na medida em que as classes mais abastadas têm melhores condições de se proteger da inflação e da imprevisibilidade.

Portanto, um dos fatores que tem contribuído fortemente, certamente, para a melhora dos indicadores sociais do Brasil, certamente, é inflação na meta.

Portanto, certamente, algo da maior importância e que prestamos muita atenção e, tal qual o Senador, damos um valor muito grande a essa questão.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita, Presidente Henrique Meirelles, que eu noto que a evolução da taxa de juros, conforme V. Exa. mostrou naquele gráfico anterior, mostrou que ainda até quase o terceiro trimestre, estávamos ainda num momento de taxas de juros bastante elevadas. E, portanto, quando tivemos a evolução de investimentos para o início de 2009, primeiro e segundo trimestre, muito provavelmente tendo em conta a evolução de diminuição ainda mais acentuada da taxa de juros, a expectativa que tenho é que aquele quadro poderá ser... Poderá indicar aumento ainda mais considerável dos investimentos.

Então, eu vou esperar a sua próxima apresentação com muita atenção para confirmar essa expectativa.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não. Senador, não há dúvida de que no momento em que se enfrenta uma crise de retratação econômica como o que mundo enfrentou e que o Brasil importou involuntariamente, mas importou via canais mais de crédito, não há dúvida de que na medida em que se verifica a queda grande de demanda esperada pelos produtos no horizonte próximo, não há dúvida de que a parte mais volátil da economia, o que mais caí, o que reage mais prontamente é o investimento, por motivos óbvios.

A primeira coisa que o empresário corta quando ele tem incerteza sobre o futuro é o investimento. E não há dúvida de que, como eu mencionei, no passado, as grandes fontes de incerteza no Brasil se relacionavam à volatilidade inflacionária, e de uma certa maneira a uma volatilidade do balanço de pagamentos, e de também durante algum certo tempo, por questão fiscal, o equilíbrio fiscal do setor público no passado, mas agora a estabilidade a imprevisibilidade foi trazida pela importação da crise externa.

Isto é, na medida em que o empresário não sabia qual seria o impacto futuro das suas vendas, da crise externa, a primeira coisa que sofreu é o investimento; isso é uma atitude absolutamente previsível e constante da literatura.

Agora, o importante é que no momento em que os demais fatores de previsibilidade são mantidos, a estabilidade econômica, a inflação na meta, e etc., na medida em que volte a confiança em função da supe-

ração da crise externa, temos todas as condições de retomar o crescimento do nível de investimentos, que caiu fortemente chegando até ser negativa, evidentemente, durante o período de crise, por razões óbvias, que era exatamente a alta previsibilidade, mais uma vez trazida pela crise internacional. Mas, certamente, isso merecerá uma análise mais detalhada, num momento que já tivermos, aí sim, saindo da crise de uma forma sustentada e consistente, nas próximas reuniões, já estamos tendo sinais disso, mas no momento em que foi configurado os índices do produto mostrarem isso com clareza, na medida, por exemplo, que o produto do segundo trimestre apenas será publicado em setembro. Então, quando estivermos com todos esses dados na mão, aí sim nós vamos analisar exatamente esta trajetória, a trajetória da queda do investimento, sim, no início da crise e no momento agudo da crise, mas principalmente com o acompanhamento do investimento, na medida em que gradualmente a economia volta a crescer e os demais fatores de estabilidade são preservados e isso é que o fundamental no caso do Brasil.

A economia brasileira preserva os seus fatores de força de estabilidade, seja no *front* inflacionário, de política cambial, de reservas e etc., tudo isso faz com que o Brasil tenha condições, portanto, de voltar a crescer sem as incertezas geradas pelas políticas corretivas de outros países.

Em relação, portanto, agora, às perguntas do Presidente, Senador Garibaldi Alves--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vim aqui para cumprimentá-lo.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Muito obrigado. Em relação, em primeiro lugar, Presidente, das taxas, revisão das taxas de juros legais, é importante, em primeiro lugar, antes de mais nada, dizer que evidentemente isso é uma prerrogativa desta Casa e da Câmara, quer dizer, o Congresso Nacional é que tem a prerrogativa de definir as taxas legais que levam em conta uma série de fatores.

Em relação, especificamente, ao patamar de taxa de juros na economia, não há dúvida que na medida em que o patamar de taxa de juros na economia seja mais baixo, existe uma tendência normal de revisão de diversas taxas, estamos vendo aí fundos de pensão, que estão revisando as suas taxas de benefício esperado no futuro, bancos que cortam taxas de remuneração, ou, desculpe, de remuneração, pelo trabalho do próprio banco na administração dos fundos, e etc., fundos de investimento, juntamente com a queda da taxa de juros, mas a própria taxa de administração muitas vezes tem que cair, em resumo, toda a discussão de outras coisas.

Então não há dúvida de que essa é uma tendência normal, mas, evidentemente, eu sempre tenho grande respeito e grande cuidado com tudo aquilo que é prerrogativa do Congresso Nacional, no sentido de que é uma prerrogativa legal e constitucional que levamos com grande... Temos grande respeito por isso.

Em relação à questão da pergunta dois, Projeto de Lei 06, de 2009, que reestrutura a CADE, existe um, digamos, uma... Um entendimento básico do Banco Central com o CADE, diz a data de 2003, no sentido de que o... O processo de análise em caso de haver fusões ou aquisições do sistema financeiro é um onde o Banco Central opina inicialmente se há alguma implicação sistemicamente importante do assunto, e que aquilo, aquela fusão ou aquisição seja importante para preservar sistemicamente o país, do ponto de vista do sistema financeiro.

Neste caso, seria prerrogativa do Banco Central analisar. Quando não há implicação sistêmica, seria, então, prerrogativa do CADE, e outras, e define a competência do CADE em outras áreas especificamente. Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): [interrupção no áudio] fazer uma intervenção em relação a esse assunto.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Pois não, por favor.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Inclusive, foi aprovado no Senado e está em tramitação na Câmara, um Projeto de Lei Complementar do Senador Antonio Carlos Magalhães, que exatamente colocava na lei, exatamente esse entendimento que houve com o Banco Central e com o CADE. Seria um Projeto de Lei Complementar que está na Câmara dos Deputados.

E esse Projeto de Lei prevê exatamente isso que o senhor falou; em casos normais, o Banco Central já transfere para o CADE, em caso de risco sistêmico, o próprio Banco Central é quem ficará encarregado de proceder a fusão ou aquisição. Isso ficou... Foi pactuado com o Governo e já é um Projeto de Lei que está na Câmara dos Deputados.

SR. HENRIQUE MEIRELLES: Entendi. Perfeitamente Senador. É exatamente isso, e eu acredito que... Acreditamos, quer dizer, concordamos que essa é a linha a seguir, do ponto de vista do Banco Central.

Esse projeto, especificamente, em relação ao que está sendo mencionado aqui pelo Presidente, vamos analisar, estamos analisando exatamente quais são as implicações ou possíveis conflitos com este projeto mencionado por S. Exa.

Muito bem, a terceira pergunta, "Qual o impacto real no período de 12 meses na redução da taxa SELIC

em um ponto percentual?" "Qual o impacto, em termos de redução de despesas da redução da SELIC ocorrida até aqui no orçamento da União?" Presidente, a sensibilidade em relação à redução de taxas das despesas públicas é o seguinte: a redução de 1% percentual por 12 meses implica em uma redução de 0,29% na relação dívida-produto, ou seja, 8,5 bilhões de reais.

No orçamento federal, incluindo previdência, significa redução aproximada de 1,3%.

Eu devo, no entanto, mencionar, Senador, que a redução especificamente da SELIC, ela impacta apenas uma parte da dívida pública, que é a parte indexada à SELIC, que é as LFTs, que é aproximadamente um pouco mais de um terço da dívida pública.

Um bom percentual da dívida pública, um pouco mais de um terço é pré-fixado, o que significa que são essas taxas de mercado que levam em conta a especificativa de inflação futura e etc. Portanto, é muito importante, de novo, que não só preocupe-se com a SELIC, mas se preocupe também com as taxas de mercado, que são muito influenciadas por prêmio de risco e inflação futura. E uma terceira parte que é diretamente indexada à inflação.

Portanto, então, a taxa de juros de 1% ela tem esse efeito desde que se pressuponha que há uma redução da SELIC, há uma redução nas taxas de mercado e também há uma redução da inflação no caso da taxa indexada à inflação.

Portanto, agradeço ao Presidente, agradeço a toda a gentileza, agradeço a todas as manifestações dos Senadores, inclusive, agradeço também e, particularmente, a última manifestação do Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, bem como os agradecimentos que já fiz.

E mais uma vez, é uma honra e uma satisfação enorme estar aqui na CAE e no Senado Federal.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ministro Presidente Henrique Meirelles, ao encerrar essa Reunião, esta Audiência Pública, eu pretendia até pedir desculpas, porque o *quorum* não foi aquele que sempre acontece por ocasiões... Por ocasião das visitas de V. Exa. Mas, diante do que houve aqui, eu não vou pedir desculpa nenhuma, V. Exa. foi, inclusive, consagrado politicamente. Eu acho que V. Exa. foi convocado a assumir uma responsabilidade política aqui hoje, recebeu tantos apoios que eu digo a V. Exa. que V. Exa. eu acho que deveria era miudar as visitas aqui à Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com... E o Senador... O Senador Romeu Tuma veio trazer também o seu apoio.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Eu não sou membro da Comissão, mas vim fazer um apelo a V. Exa: não saía candidato, continue a dirigir o Banco Central, por favor.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pronto, agora se estabeleceu um dilema.

[risos].

Eu agradeço ao Presidente Henrique Meirelles e está encerrada esta Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, de Audiência Pública.

Sessão encerrada às 12h48.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigesima Segunda Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 11 de agosto de 2009, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e oito minutos do dia onze de agosto do ano de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Delcídio Amaral, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Tião Viana, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Romero Jucá, Eliseu Resende, Antônio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Eduardo Azeredo, João Vicente Claudino, Osmar Dias e Jefferson Praia. Deixam de comparecer os Senadores Garibaldi Alves Filho, Pedro Simon, João Tenório, Arthur Virgílio e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica aos membros que a Comissão recebeu o seguinte documento para seu conhecimento, Aviso nº 45/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real referente ao segundo trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária. O expediente será

encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A seguir, o Presidente dá início à apreciação das Matérias constantes da Pauta, Item 01-Projeto de Lei do Senado nº 595 de 2007-Complementar, não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e outros Senadores, que “regulamenta a cobrança de tarifas por parte das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que oferece Parecer favorável ao Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. Em 14/7/2009, foi concedida Vista Coletiva. A Matéria é retirada de Pauta para atender os Ofícios nºs 1556 e 1557/09 do Presidente do Senado Federal, Senador José Sarney; Item 02-Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2009, terminativo, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que “institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta. Em 30/6/2009, foi concedida Vista ao Senador Wellington Salgado, que devolveu sem manifestação. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Delcídio Amaral, designa o Senador Osmar Dias Relator *Ad Hoc*. Usa da palavra o Senador Raimundo Colombo. Encerrada a discussão, colocada em votação, a Comissão aprova o Projeto, por quatorze votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção, e rejeita a Emenda nº 01, por onze votos contrários, quatro votos favoráveis e nenhuma abstenção; Item 03-Projeto de Lei da Câmara nº 136 de 2009, não terminativo, de autoria do Presidente da República, que “cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC e dispõe sobre o seu pessoal; inclui a Câmara de Recursos da Previdência Complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social; altera disposições referentes a auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil; altera as Leis nºs 11.457, de 16 de março de 2007, e 10.683, de 28 de maio de 2003; e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável ao Projeto. A Matéria ainda será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania. Após a leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá, usa da palavra o Senador Efraim Moraes. O Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão, Senador Delcídio Amaral, concede Vista Coletiva nos termos regimentais; Item 04-Projeto de Lei do Senado nº 636 de 2007-Complementar, não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados

e Municípios, para alterar os números de habitantes das categorias de Municípios balizadoras do rateio do FPM – Interior”, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável nos termos do Substitutivo que apresenta. A Matéria é retirada de Pauta a pedido do Relator para reexame; Item 05-Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163 de 2000 oferecido ao PLS nº 163 de 2000, não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU”, tendo como Relator o Senador Efraim Moraes, que oferece Parecer pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 7/7/2009, foi concedida Vista Coletiva. Usam da palavra os Senadores Antônio Carlos Valadares e Ideli Salvatti. Durante a discussão da Matéria, é apresentado Voto em Separado pela Senadora Ideli Salvatti, concluindo pela aprovação dos arts. 2º, 3º e 4º do Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela rejeição de sua ementa e de seu art. 1º. A Comissão aprova o Requerimento nº 48/2009-CAE para análise prévia da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ; Item 06-Projeto de Lei do Senado nº 330 de 2005, terminativo, de autoria do Senador Sérgio Guerra, que “reduz alíquota da tabela progressiva do imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas”, tendo como Relator o Senador Eduardo Azeredo, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Em 14/7/2009, foi concedida Vista Coletiva. A apreciação da Matéria é adiada; Item 07-Projeto de Lei do Senado nº 248 de 2006 – Emendas de Plenário nºs 04 e 05, não terminativos, de autoria do Senador Paulo Paim, que “acrescenta Capítulo III-A ao Título V da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a Contribuição Assistencial e dá outras providências”, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer pela aprovação do Projeto, nos termos aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais, e pela rejeição das Emendas nºs 04 e 05-PLEN. O Projeto já foi aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais com as Emendas nºs 01, 02 e 03-CAS. Foram apresentadas as Emendas nºs 04 e 05-PLEN. As Matérias ainda serão apreciadas pela Comissão de Assuntos Sociais. Após a leitura do Relatório pelo Senador Inácio Arruda, usam da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Osmar Dias, César Borges, Aloizio Mercadante e, ainda, o Senador Paulo Paim. A Comissão aprova o Parecer do Relator favorável ao Projeto nos termos em que foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais e rejeita as Emendas nºs 04 e 05-PLEN; Item 08-Projeto de Lei do Senado nº 232 de 2006, não terminativo, de autoria do Senador Efraim Moraes, que

“altera o § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 1991, para incluir a literatura de cordel entre os segmentos beneficiados com a dedução integral do imposto de renda devido sobre as quantias destinadas a doações e patrocínios”, tendo como Relator o Senador João Tenório, que oferece Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 01, 02 e 03 que apresenta. A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com decisão terminativa. A apreciação da Matéria é adiada; Item 09-Mensagem do Senado Federal nº 51 de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2009”, tendo como Relator do Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PDS apresentado; Item 10-Mensagem do Senado Federal nº 109 de 2009, não terminativa, de autoria da Presidência da República, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a Programação Monetária para o terceiro trimestre de 2009”, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. A Comissão aprova o Parecer do Relator, favorável nos termos do PDS apresentado. A Comissão aprova, ainda, o Requerimento nº 43/2009– AE, de autoria do Senador Jayme Campos, que requer a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 376 de 2008, que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas – FFMPME, com os convidados, Senhor Pery Sommer Pereira – Diretor de Indústria e Comércio – Município de Carazinho-RS; Exmo. Senhor Aylton Magalhães – Prefeito Municipal de Carazinho-RS; Exmo. Senhor Leandro Adams – Presidente Câmara de Vereadores de Carazinho e da Sociedade Polo Metalmeccânico; Senhor Nelson Loef – Secretário de Desenvolvimento – Carazinho-RS; representante da UPF – Universidade de Passo Fundo – Campus Carazinho-RS; representante da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA; Senhor Jocélio Cunha – Presidente ACIC – Associação Comercial e Industrial e Vice- Presidente da FEDERASUL – Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul com sede em Porto Alegre; Requerimento nº 44/2009–CAE, de autoria do Senador Jefferson Praia, que requer seja realizada Audiência Pública para a discussão da proposta de legislação para regular a concessão e/ou partilha na exploração das áreas estratégicas – chamada de pré-sal – onde há petróleo em abundância e a identificação de possíveis soluções para a rápida regulamentação para a explo-

ração das áreas, com a participação do Exmo. Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado das Minas e Energia, Senhor Sérgio Gabriele, Presidente da Empresa do Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras; Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, e Exmo. Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda; Requerimento nº 45/2009–CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, para que sejam convidados os Exmo. Senhores Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União, e José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União, para prestarem esclarecimentos sobre o pagamento de Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) pelo Governo por meio dos contratos com a iniciativa privada, um ano e meio após sua extinção; Requerimento nº 46/2009–CAE, de autoria do Senador Efraim Moraes, que requer a realização de Audiência Pública para instruir o PLS nº 367, de 2004, que adiciona um artigo à Lei nº 4.118, de 27 de agosto de 1962, para o fim de conceder participação aos Estados e Municípios no resultado da exploração de energia nuclear, com a presença do Senhor Othon Luiz Pinheiro da Silva, Diretor Presidente da Eletronuclear – Eletrobrás Termonuclear S.A.; Senhor Julio Cesar Carmo Bueno, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEIDEIS; e Exmo. Senhor Artur Otávio Scapin Jordão Costa, Prefeito de Angra dos Reis; Requerimento nº 47/2009–CAE, de autoria do Senador Efraim Moraes, para a realização de Audiência Pública para esclarecer a situação da Indústria do Fumo no Brasil e suas consequências, principalmente nas questões relacionadas à atual sistemática tributária do setor e seus marcos regulatórios, com os seguintes convidados ou seus representantes, o Procurador Geral da República, Exmo. Senhor Roberto Monteiro Gurgel Santos; o Secretário da Receita Federal, Senhor Otacílio Dantas Cartaxo; o Presidente do Sindicato da Indústria do Fumo do Estado de São Paulo, Senhor José Henrique Nunes Barreto; o Presidente do Sinditabaco do Estado da Bahia, Senhor Ricardo Becker; e o Presidente do Instituto ETCO, Senhor André Franco Montoro Filho; Requerimento nº 48/2009–CAE, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que requer o exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163, de 2000, oferecido ao Projeto de Lei da Câmara nº 163, de 2000, que “cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju – FUNCAJU”; Aditamento ao Requerimento nº 40/2009–CAE, de autoria do Senador Adelmir Santana, que requer sejam acrescentados à lista de convidados da Audiência Pública com a finalidade de instruir o PLS nº 174/2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e do Serviço Nacional de Apre-

dizagem do Turismo – SENATUR, a Professora Léa Viveiros de Castro – Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Professor Francisco Aparecido Cordão – Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação; Aditamento ao Requerimento nº 40/2009–CAE, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que requer sejam acrescentados à lista de convidados da Audiência Pública com a finalidade de instruir o PLS nº 174/2009 os seguintes nomes, Professora Léa Viveiros de Castro, Diretora do SENAC Nacional; Senhor Luiz Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio; Senhor Francisco Aparecido Cordão, Membro do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação; Senhor Alvaro Salmito, Diretor de Programas Sociais do SESC Nacional e o Aditamento ao Requerimento nº 40/2009–CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, para que seja acrescentado à lista de convidados da Audiência Pública com a finalidade de instruir o PLS nº 174/2009 o Senhor Eliezer Pacheco – Secretário de Educação Profissional e Tecnológica (MEC). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Delcídio Amaral**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Declaro aberta a 32ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos. Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores, que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Comunico aos membros que essa Comissão recebeu o seguinte documento, para seu conhecimento: aviso 45/09, do Banco Central do Brasil, encaminhando, em cumprimento ao disposto na lei de nº 9069/95, o demonstrativo das emissões do real, referente ao segundo trimestre de 2009, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas, bem como o relatório da execução da programação monetária. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão, por meio de ofício circular.

Comunico, ainda, que foi encaminhado, pelo Presidente do Senado, Senador José Sarney, os ofícios de nº 1556 e 1557, de 2009, os quais solicitam a remessa do Projeto de Lei de Senado de nº 595, de 2007, que regulamenta a cobrança de tarifas, por parte das insti-

tuições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e dá outras providências, tendo em vista o recebimento dos Requerimentos de autuaria da Senadora Kátia Abreu, requerendo, respectivamente, tramitação conjunta com os PLSs de nº 72, 102, 497 e 595 de 2007, complementares, e com o PLS nº 19, de 2009, contemplar, e, ainda, que a matéria seja encaminhada ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Portanto, retiro da pauta o PLS de nº 595/07, constante do item 1. A matéria vai à secretaria geral da Mesa para as devidas providências.

Comunico que o Presidente do Senado, Senador José Sarney, encaminhou o ofício de nº 1392/2009, o qual informa que foi lido, na sessão plenária de 16 de julho, o Requerimento de nº 928, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando a inclusão, em ordem do dia, do Projeto de Lei do Senado de nº 63, de 2007, em razão de ter sido esgotado o prazo regimental para a manifestação da Comissão de Assuntos Econômicos. Nestes termos, encaminho a matéria ao Plenário do Senado, para as devidas providências.

Temos alguns requerimentos aqui, na Mesa. O Requerimento de autoria do Senador Adelmir Santana, em aditamento ao Requerimento nº 40, de 2009, de 13 de maio de 2009, que trata da Audiência Pública, na Comissão de Assuntos Econômicos, para instruir o Projeto de Lei de Senado nº 174, de 2009, dispondo sobre a criação do Serviço Social do Turismo, SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATUR, a se realizar no dia 11 de agosto próximo. Solicito a inclusão dos seguintes convidados: Professora Léa Viveiros de Castro, diretora de educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; 2) Professor Francisco Aparecido Cordão, conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Assina o senador Adelmir Santana. Os senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

O próximo requerimento é um requerimento do Senador Jayme Campos e do Senador Paulo Paim. “Sr. Presidente da Comissão Permanente de Assuntos Econômicos do Senado Federal, com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II, da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a instruir o Projeto de Lei do Senado de nº 376, de 2008, que institui o Fundo de Financiamento para Micro, Pequenas e Médias Empresas. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas as autoridades, constantes da lista anexa, e outros, a serem definidos pela própria Comissão. A lista de convidados inclui: O Dr. Pery Sommer Pereira; o Dr. Ailton Magalhães, o primeiro diretor de indústria e comércio do município

de Carazinho; Ailton Magalhães, prefeito municipal de Carazinho; Leandro Adams, Presidente da Câmara de Vereadores de Carazinho e da Sociedade, também, do Polo Metal Mecânico; Nélson Loef, Secretário de Desenvolvimento de Carazinho; a Universidade de Passo Fundo, Campos Carazinho; Universidade Luterana do Brasil, a ULBRA, através do Professor Valdemar Sjlander; Josélio Cunha, Presidente da Associação Comercial e Industrial e vice-Presidente da FEDERASUL, Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre". Os Srs. Senadores, que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Aprovado o requerimento.

O outro requerimento, de autoria do Senador Jefferson Praia. "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição da República, combinado ao art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, Audiência Pública, com a participação das seguintes autoridades convidadas, para a discussão da proposta de legislação para regular a concessão e/ou partilha na exploração das áreas estratégicas, chamadas de pré-sal, onde há petróleo em abundâncias, e a identificação de possíveis soluções para a rápida regulamentação para a exploração das áreas: Senador Edison Lobão; Ministro de Minas e Energia; Sr. Sérgio Gabrielli, Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da PETROBRAS; Dr. Haroldo Lima, diretor da Agência Nacional de Petróleo; Dr. Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda". Os senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Próximo requerimento, do Senador Arthur Virgílio Neto. "Requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidados o Sr. Ubiratan Aguiar, Presidente do Tribunal de Contas da União, e o Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União, para prestarem esclarecimentos, no âmbito dessa Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o pagamento de contribuição provisória, sobre movimentação financeira, CPMF, pelo Governo, através dos contratos com a iniciativa privada, um ano e meio depois da sua extinção". Os senadores, que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Próximo requerimento. Requerimento do Senador Arthur Virgílio. "Em aditamento ao Requerimento de nº 40, de 2009, que trata da realização de Audiência Pública, com a finalidade de instruir o PLS nº 174/2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo- SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR, requeiro que sejam acrescentados como convidados a Professora Léa Viveiros de Castro, diretora do SENAC Nacional; o Sr. Luiz Gil Siuffo, vice-Presidente da Confederação

Nacional do Comércio; o Sr. Francisco Aparecido Cordão, membro do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação; Sr. Álvaro Salmito, diretor de programas sociais do SESC Nacional". Algum desses nomes já fazem parte de requerimentos anteriores. E eu, tirando essa questão, eu levo aos senhores a aprovação desse requerimento. Aqueles que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Próximo requerimento. Requerimento do Senador Efraim Morais. "Requeiro, nos termos do § 2º, do art. 58, da Constituição Federal, e do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com a presença das personalidades abaixo relacionadas, para instruir o PLS de nº 367, de 2004, que adiciona um artigo à lei 4118, de 27 de agosto de 62, para o fim de conceder participação aos estados e municípios, no resultado da exploração de energia nuclear. Convidados: Dr. Othon Luiz Pinheiro da Silva, diretor Presidente da Eletronuclear; Dr. Júlio César Carmo Bueno, Secretário de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústrias e Serviços do Governo do Estado do Rio de Janeiro; e Dr. Artur Otávio Scapin Jordão Costa, Prefeito de Agra dos Reis". Os senadores e senadoras, que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Próximo requerimento. Requerimento do Senador Efraim Morais. "Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados a comparecer a essa Comissão, em reunião de Audiência Pública, para esclarecer a situação da indústria do fumo no Brasil e suas consequências, principalmente nas questões relacionadas à atual sistemática tributária do setor e seus marcos regulatórios, as seguintes pessoas ou seus representantes: Procurador-Geral da República...". Aqui está como Dr. Antonio Fernandes, seria o novo procurador--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Peço substituição... Sr. Presidente, eu solicitaria – evidente que não fomos votado na época – que seja substituído pelo atual.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pelo atual. Dr. Gurgel. Peço à Mesa da Comissão de Assuntos Econômicos que tomem as providências devidas. A secretária da Receita Federal, também, agora, alterada, a Dra. Lina, que já não é mais, agora seria o Dr. Cartaxo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Da mesma forma, Sr. Presidente, solicito a substituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Dr. José Henrique Nunes Barreto, o Presidente do SindiTabaco do Estado da Bahia; o Sr. Ricardo Becker(F), Presidente do Instituto ETCO; Sr. André Franco Montouro Filho. Os senadores e sena-

doras, que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovados.

O último requerimento, antes de nós entrarmos na pauta. Requerimento da Senadora Ideli. “Requeremos, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento de nº 40/2009, da CAE, de autuaria dos Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha, aprovado em 30 de junho de 2009. Requerimento de nº 11/2009, da CDR, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e César Borges, aprovado em 1º de julho de 2009, e Requerimento de nº 63, de 2009, da CAS, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, aprovado em 05/08/2009, com o objetivo de instruir o PLS de nº 164/2009, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR, devendo a Audiência Pública contar com a participação do seguinte convidado: Sr. Eliezer Pacheco, Secretário de Educação Profissional e tecnológica do MEC. Os senadores e senadoras, que estiveram de acordo, permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento da Senadora Ideli.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, gostaria de pedir a V. Exa. preferência para o item 7 da pauta, um projeto muito significativo, tem grande importância, para que a gente já pudesse oferecer o parecer, se houver permissão de V. Exa. e dos nossos pares.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Inácio, V. Exa. poderia repetir, porque houve aí um...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Item 7.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V. Exa. está solicitando preferência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sei que já houve alguns pedidos de inversão de pauta, mas eu gostaria que o item nº 1 fosse mantido, até porque, depois, eu tenho outras comissões, e, como eu sou autora, já foi lido, foi pedido vista. Então, se pudessem ser...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli o item nº 1 foi retirado... Através de uma solicitação do Presidente Sarney, foi

retirado para transmissão conjunta em audiência da CCJ.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não acredito, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Por solicitação do Presidente Sarney.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E o Requerimento é de quem, Senador Delcídio, só para eu entender?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tarifa bancária para continuar, então, no absurdo que está, né? É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero até fazer--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, é um projeto que trata de tarifas bancária, da minha autoria e do Senador Flávio Arns, com o parecer do Senador Casagrande, favorável, e, na semana passada, teve um pedido de vista, e, agora, a gente é surpreendido com um Requerimento para tramitação conjunta. Ou seja, sai daqui, é um assunto candente, é assunto que está, efetivamente, prejudicando a população. Inúmeras medidas que foram adotadas, os bancos não dão nem pelota, continuam mudando nome de tarifa, continuam cobrando, continuam arrecadando. Aproximadamente quase um quarto da arrecadação do lucro vem de tarifa bancária, e a Comissão de Assuntos Econômicos, que é o assunto, que é a Comissão que tem que tratar deste assunto, não vai ser ouvida, nós não vamos deliberar. Eu só posso lamentar. Ou seja, isso daí é o quê? Concordância com os bancos em cobrar este absurdo, Senador Delcídio? Eu só posso concordar que seja isso, entende? Alguém está gostando das tarifas bancárias que são cobradas de forma abusiva no nosso país.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria de registrar, Senadora Ideli, que nós recebemos esse comunicado, aqui, à Mesa, assinado pelo Presidente José Sarney, e, na sexta-feira – isso nós lemos logo do início da sessão –, evidentemente que isso vai a CCJ. Se for aprovado em Plenário, irá a CCJ e, depois, retornará à Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ou seja, isso... 2020, né? Aí eu vou fazer o discurso do Senador

Osmar Dias. 2020, 2020. É para não votar, né, para não regulamentar, para não regularizar e para não diminuir as tarifas bancárias abusivas, que são cobradas no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli, V. Exa. faz comentários muito pertinentes, mas a Mesa Diretora da Comissão de Assuntos Econômicos tem que cumprir o que o Regimento determina.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É até para apoiar a posição da Senadora Ideli, para dizer à Senadora Ideli que nem sempre nós discordarmos. Esse é um momento de concordância, e eu quero... Se ela fizer o discurso, dizendo que vai ficar para 2020, talvez eu discorde, fique para 2015, 2014, por aí, mas que a gente tem que votar esse projeto, tem, Presidente, porque ele é muito oportuno. Nós estamos vendo, hoje, o custo das tarifas na vida de todas as pessoas nesse país. Então, seria muito importante que cada um desse aqui o seu voto, a favor ou contra, mas que votássemos. E o meu voto, eu já adianto, é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria de fazer um registro, que, mesmo se nós forçássemos uma votação, essa matéria teria que voltar lá, à Mesa Diretora, depois iria para CCJ e retornaria para a CAE de novo. Portanto...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não, V. Exa. tem... V. Exa.... Senador Renato Casagrande. V. Exa. tem razão, tem que cumprir o que determina o Regimento, mas o registro da Senadora Ideli é o registro procedente, coerente, com aquilo que nós pensamos aqui, na Comissão. As tarifas bancárias, apesar do esforço do Banco Central de fazer a sua regulamentação, de estabelecer, de disciplinar suas cobranças, de padronizar as suas cobranças, ela depende ainda de um arcabouço legal mais consistente, que é o que se propõe com esse projeto que eu tive a oportunidade de relatá-lo. Relatei, apresentei o voto favorável. Além de tratarmos das tarifas bancárias, tratamos também do tempo de espera em filas de bancos, para que a gente pudesse, num equilíbrio ao sistema financeiro nacional, que é muito poderoso, proteger o cidadão, o correntista. É uma pena... Não sei a que interesse está entendendo, ou sei a que interesse está atendendo, essa tentativa de se protelar, efetivamente, a votação de uma matéria tão importante para a sociedade brasileira, como é essa matéria. Também faço(F) esse registro, aproveitando, aí, o assunto que foi levantado pela Senadora Ideli, que é autora, uma

das autoras... Ela e o Senador Flávio Arns são autores desse projeto que eu tive oportunidade de relatar, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, 30 segundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Aloizio, depois o Gerson Camata.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Delcídio, senadores e Senadora Ideli, a Comissão de Assuntos Econômicos, ela tem uma importância muito grande no que diz respeito à taxa de juros, ao crédito, ao custo dos financiamentos. Essa é a Comissão a quem cabe fiscalizar, acompanhar, exigir transparência das atitudes do Banco Central. A experiência americana demonstra, e essa crise internacional revela, que, quando o Senado Federal se omite, no trabalho de exigir dos seus respectivos Bancos Centrais todas as informações referentes à gestão do sistema financeiro, a história demonstrou que essa atitude levou especialmente a economia americana ao desastre do que é a crise atual, onde os maiores bancos do mundo quebraram, onde centenas de bilhões de dólares foram colocados para tentar socorrer essas instituições. O déficit público americano, hoje, já é 13,7% do PIB, fora as garantias bancárias que foram colocadas. Se o Senado americano não tivesse se omitido, tivesse exigido, tivesse acompanhado, talvez a história econômica fosse outra.

Por isso, eu tenho sempre defendido que a CAE preste atenção, com muito rigor, a tudo que se refere à política monetária, regulação do sistema financeiro, fiscalização, transparência, controle, com responsabilidade, tanto no sentido da defesa do consumidor, mas, evidentemente, no [ininteligível] sistema, nos mecanismos de controle e fiscalização.

Nós tivemos uma longa discussão sobre tarifa bancária nessa Comissão. Fizemos audiência com o Presidente do Banco Central, fizemos audiência com a FEBRABAN, contribuimos para que fosse colocado um portal de transparência das tarifas bancárias. Foi uma iniciativa da FEBRABAN que nós construímos uma Audiência Pública, aqui, que foi um instrumento, dar transparência para o consumidor ter mais opções.

Então, eu não peço que os senadores concordem com o projeto da Senadora Ideli, evidentemente, não há nenhum compromisso em mérito, as pessoas podem discordar, sugerir, aprimorar, mas eu acho que o tema das tarifas bancárias é um grande tema do Senado Brasileiro, é um grande tema da sociedade brasileira e é um tema que a CAE deveria reivindicar. Por isso, a senadora pode apresentar o requerimento em Plenário, propondo o desapensamento e solicitando que a

CAE seja ouvida como era de se esperar. E, com isso, o Plenário pode se manifestar e reencaminhar essa questão, de acordo com o pleito da senadora. Espero que ela faça isso, para que a gente possa fazer esse debate, fazer essa discussão com transparência, aprovar, ou não, o projeto, modificar o substitutivo, ou não aprovar. Mas eu acho que a CAE deve se manifestar e deve debater.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Aloizio, só aqui, o Gonzaga está me informando que indo... Como vai a Plenário lá, esse, esse requerimento pode ser aprovado ou não. Se derrubarem o requerimento no Plenário, volta imediatamente para a CAE; se não, se for aprovado em Plenário, vai à CCJ e vem à CAE. Quer dizer, de qualquer maneira, a Comissão de Assuntos Econômicos será ouvida, especialmente em função das suas atribuições e do que esse projeto representa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se V. Exa. me permite, eu acho que já foi dada a orientação de como nós podemos proceder para que o processo continue aqui, na CAE, não seja aprovado ou rejeitar... Rejeitar o requerimento da Senadora Kátia Abreu, para que não vá para a CCJ antes de nós deliberarmos. Agora, eu queria propor algo um pouco mais ousado, porque este projeto é um projeto que já tramita aqui há muito tempo, há muito tempo. Queria até pedir...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): De 2007.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 2007, só para ter uma ideia. Nós já estamos no segundo semestre de 2007, mais de dois anos e meio, portanto. E a proposta, é claro que, aqui, nós não teríamos como fazer o requerimento, mas nós temos vários líderes, líderes, aqui. Então, o que eu quero propor é que haja um requerimento de liderança para urgência da matéria. Esta é uma matéria que não tem como mais a gente ficar... Entende? Protelando, sem deliberação.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente vamos, fazer o requerimento de urgência.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Presidente, pela ordem, Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Peço à assessoria de V. Exa. que providencie o requerimento de urgência, para que todos os presentes possam assinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu quero só registrar que esse requerimento terá que ser apresentado em Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, é em Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E a minha proposta é que o compromisso dos líderes com a assinatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com absoluta certeza.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Efraim, eu só gostaria... Porque existem mais dois senadores.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É que eu queria só, Presidente, ser rápido e dizer... A matéria, ela será decidida agora, no entendimento de liderança, existem matérias importantes a ser votadas. Senão, nós vamos passar o dia aqui e, daqui a pouco, temos que sair para outras comissões. Aproveitar que tem **quórum** para votar matérias terminativas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Claro. Nós só vamos ouvir o Senador Gerson Camata e vamos ouvir o Senador ACM Júnior, e, depois, aí, vamos encaminhar os demais itens da pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se eu passar de um minuto, V. Exa. me censura. Eu queria dizer apenas o seguinte: nós temos que, na mudança do Regimento do Senado que nós estamos propondo, diminuir os meios de obstruir a tramitação das matérias. A Audiência Pública, a anexação de projetos, sem audiência do autor, quer dizer, se faz à revelia do autor, à revelia do líder, à revelia do Presidente da Comissão, está errado. É melhor votar errado do que não votar. Quer dizer, o absurdo de votar errado. Mas seria bem... Decidir é melhor do que não decidir nunca. E há projetos aqui que tramitam há 15, 18, 20 anos. Eles precisam... Outro absurdo que o Efraim acaba de dizer aqui.

Agora, há um projeto meu que ele disciplina e proíbe a cobrança da emissão de boletos bancários. Passou por unanimidade aqui, passou por unanimidade na Comissão de Justiça, pediram para ir para o Plenário, passou no Plenário, foi para a Câmara. No final do ano passado, eu fui cinco vezes à Câmara e consegui botar na pauta da Câmara. Sumiu da pauta da Câmara, nunca mais consegui botar ele lá. Eu não sei quem é que tem tanta força, tanto aqui quanto lá, e que tirou uma matéria dessa, tão importante para a população e para o consumidor, da pauta do Congresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Concordo com a V. Exa. São as chicanas

do regimento. E Senador ACM Júnior, para, depois, nós passarmos para outro item da pauta, especialmente esse, solicitado pelo Senador Inácio Arruda.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é muito rápida a minha intervenção, Sr. Presidente. Eu gostaria só de saber a quais projetos a Senadora Kátia Abreu propôs o apensamento do projeto da cobrança de tarifas?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador ACM Júnior, Projetos de Lei do Senado de número 72, 102, 497 e 595, de 2007, e de nº 19, de 2009.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Há uma solicitação do Senador Inácio Arruda de inversão de pauta. Se todos estiveram de acordo...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Me perdoe, V. Exa. já havia...

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Pedir à V. Exa., em relação a esse pedido de inversão de pauta desse projeto relacionado com a contribuição assistencial, que eu, por razões e pela importância do projeto, pretendo pedir vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nesse caso, eu preciso ler o relatório, de qualquer sorte. Então, vamos inverter a pauta. O senador Inácio Arruda lê o seu relatório e fica, em função do que o Senador Dornelles disse, já o pedido de vistas ao item de nº 7, que é regimental. Quero deixar bem claro a todos os senhores que isso é regimental.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trata-se de um Projeto de Lei de Senado nº 248, de 2006, de autoria do eminente Senador Paulo Paim e acrescenta capítulo 3A ao título 5 da consolidação das leis trabalhistas, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943.

A iniciativa, conforme aprovada na Comissão de Assuntos Sociais, estabelece que a contribuição assistencial destina-se ao financiamento da negociação coletiva e outras atividades sindicais e será descontada de todos os trabalhadores e servidores, membros da categoria profissional, sindicalizadas ou não. Além disso, estipula-se que o percentual de contribuição

e a forma de rateio serão fixados por intermédio de assembleia geral dos trabalhadores, ficando vedados percentuais que extrapole 1% do salário bruto anual do trabalhador em atividade. Há, também, previsão de que serão considerados como crime as fraudes, desvios ou recusa arbitrária do empregador em efetuar os descontos da contribuição da folha de pagamento. Finalmente, determina-se que será vedada a concessão de empréstimos ou financiamentos, por entes públicos, e proibida a participação em concorrências públicas de todas as empresas que estiveram em situação irregular com as obrigações relativas à contribuição assistencial.

Na justificativa de sua iniciativa, o autor afirma que, atualmente, as entidades sindicais enfrentam verdadeiras maratonas para obter das empresas o desconto em folha de pagamento das contribuições assistenciais, mesmo quando fixadas em assembleia da categoria ou convenção coletiva e observados os status, fixados em decorrência da autonomia sindical. Ainda, segundo ele, a prestação de serviços relevantes aos trabalhadores acaba sendo impedida ou dificultada, em decorrência de obstáculos impostos pelas empresas, e registra ainda que essas contribuições reverterem em benefício de todos os trabalhadores, não apenas os sindicalizadas. A Comissão de Assuntos Sociais, em 14 de fevereiro de 2007, aprovou a proposta de três emendas, a proposição em três emendas, parecia ser de 04/2007, da CAS. Posteriormente, foi interposto o recurso ao Plenário. Durante o prazo regimental, perante a Mesa, ao projeto foram apresentadas as emendas 4 e 5, ambas de autoria do Senador Flexa Ribeiro. Em 30 de maio de 2007, foi aprovado o Requerimento 333, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, para que fosse ouvida, sobre matéria em questão, a Comissão de Assuntos Econômicos. O projeto veio para exame dessa Comissão, após o que retornará à de Assuntos Sociais, para análises das emendas de Plenário.

Análise. "Compete a esta Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do inciso I, do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria, submetida à sua apreciação nos termos regimentais. Os sindicatos estão investidos de diversas funções, dentre as quais se destacam a negocial, a assistencial e a postulatória. Desse modo, o sindicato não é apenas o responsável pela busca de melhores condições de trabalho, mas também possui as prerrogativas de celebrar convenções de acordos coletivos e instaurar dissídios coletivos.

Além disso, atua na substituição processual da categoria, na assistência jurídica, na conferência e na homologação de rescisões contratuais, e, ainda, de-

senvolve inúmeras outras atividades. Trata-se, portanto, Sr. Presidente, de constituir uma contribuição que permita aos sindicatos brasileiros de trabalhadores desenvolver essa intensa atividade, e, quando acontece uma conquista por parte dos trabalhadores, essa conquista, embora, muitas vezes, o número de sindicalizadas de uma categoria seja um percentual ainda muito pequeno, às vezes 20%, 25%, daquela categoria, quando se tem uma conquista, ela se amplia para toda a categoria, e não apenas para os sindicalizados daquele sindicato.

Portanto, a atitude do Senador Paulo Paim, em estender essa contribuição assistencial para toda a categoria e determinar o seu valor em assembleia, para que se decida em assembléia, num bom debate, essa questão, eu considero muito importante, fundamental. Eu apelo ao Senador Dornelles, que é um homem que conhece intensamente essa matéria, porque já dirigiu e conduziu, a bom termo, o seu trabalho no Ministério do Trabalho, uma instituição de grande significado para os trabalhadores brasileiros. Nós estamos nessa luta, o Senador Paulo Paim, há um tempo razoável, de que discute com os sindicatos, com as federações, com as confederações, com as centrais sindicais, com as congêneres patronais sobre o tema, e eu acho que seria a hora de nós resolvermos essa questão. O Senador Dornelles tem todo direito regimental – não discuto essa questão, tem todo o direito regimental -, mas eu apelo ao senador para que a gente pudesse aproveitar essa oportunidade de termos um *quórum* que permite votar a matéria aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos, e nós pudéssemos resolver essa questão já no dia de hoje. Claro que ele tem a prerrogativa, já anunciou o seu pedido de vistas. Eu apenas estou fazendo um apelo, afirmando o meu relatório, no sentido da aprovação da matéria. O meu voto é pela aprovação, porque considero muito importante para o Movimento Sindical Brasileiro. São milhares e milhares de sindicalistas que têm discutido, nas suas assembleias, nos seus encontros, nas centrais sindicais, nas federações, nas confederações, e também têm discutido conosco, têm ido ao gabinete dos senadores, mostrar a importância dessa matéria.

Por isso, Sr. Presidente, meu voto é pela aprovação e também rejeito as emendas nº 4 e 5, que foram apresentadas em Plenário, para que a gente possa votar de imediato essa questão.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só pediria que as galerias não se manifestassem. Mas, aqui, existe um regimento que o Presidente precisa seguir, e nós temos que trabalhar

dentro da ordem estabelecida. Senador Paim e, depois, Senador Dornelles.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente eu queria, rapidamente, na mesma linha do relator, Senador Inácio Arruda, fazer um apelo. Eu diria ao meu amigo, Senador Dornelles, que me permita, Senador Dornelles, com esses termos, já que nós, eu, V. Exa. e a Senadora Lúcia Vânia, fomos relatores daquele projeto importante, que reconheceu, de forma definitiva, as centrais sindicais.

Esse projeto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, já foi aprovado, por unanimidade, pelas comissões do Senado. Esse projeto estava no Plenário do Senado para a votação final, houveram duas emendas, e as duas emendas que estão sendo apreciadas. Não é terminativo, esse projeto ainda vai para mais uma comissão. É um projeto, Sr. Presidente, que vem na complementação dessa regulamentação que nós estamos fazendo. Historicamente, desde que o movimento sindical foi inventado nesse país, que foi permitido a organização dos trabalhadores, sempre foi assegurado que a decisão soberana da assembléia... Eu sou muito mais favorável a essa decisão do que qualquer outro tipo de contribuição. E, aqui, nesse projeto, eu regulamentei um limite. Que me diziam: "Olha, Paim, tem algumas entidades que estão colocando, 2, 3, 4%". Exceções, mas tinha. O que nós fizemos? Regulamentamos que não pode ser mais que 1%, de forma definitiva, e é isso que mantém a vida do sindicato, de forma ativa, a defender os interesses da categoria. Porque, como os partidos políticos legitimamente têm o direito a receber o fundo, como o Sistema S legitimamente – e eu sempre digo que eu sou filho do Sistema S, com muito orgulho – tem direito a receber uma quantia, como, enfim, diversos setores da sociedade têm esse direito, a parte mais frágil, claro que são os trabalhadores. E essa contribuição era essencial no tempo que eu era sindicato, no tempo que eu quer líder sindical – líder não, era Presidente de sindicato -, no tempo que o Lula era Presidente de sindicato, no tempo que inúmeros homens públicos, hoje, estavam no sindicato. Não tinha resistência nenhuma a essa decisão soberana da assembleia. Me surpreendeu quando que, de uns três, quatro anos para cá, por isso que eu entrei com o projeto em 2006, alguns setores, alguns setores – porque a maioria não tem feito isso; do empresariado, são alguns setores -, começaram a, dentro das empresas... Claro, chega lá um empregador e diz para o trabalhador: "Tu assina aqui que você não aceita contribuir para seu sindicato, com a decisão tirada em assembleia, ou você pode ter alguma penalidade", claro que o trabalhador... Repito: são alguns, não é todos, são alguns, alguns. Claro que o trabalhador assina na hora, ele não quer

arrumar conflito, ele quer o emprego dele. Por isso que essa matéria, ela vem regulamentar de forma definitiva. E outra: ninguém é obrigado... Se a assembleia dizer que é 0%, é 0%. “Não vou contribuir para o sindicato”, vou dizer uma expressão, não responde à expectativa. Vou usar essa expressão. Eu ia usar um outro termo que eu retirei agora aqui. Digamos que o sindicato não responda à expectativa da categoria; zero.

Eu me lembro, na assembleia que eu tive, quando iniciei na vida sindical, Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas – está registrado lá -, foi para a assembleia essa decisão, 1976. Sabe qual é que foi a defesa que eu fiz? Uma: ou é zero ou é 20% da categoria. Claro que criou um impacto na assembleia, 5.000 trabalhadores. Para mim, ou é zero ou é 20. Daí o Presidente na época, que Deus o tenha, eu sei que já faleceu: “Não, Paim, não dá a tua proposta. Ou é zero ou é vinte”. Mas por que zero ou vinte? Se eu botar uma forma exagerada, eu duvido... E vai ter que ir boletim nas fábricas, convocando a categoria para, numa outra assembleia, decidir, a categoria vem para cá e vai dizer que não aceita. Se eu botar zero, eu sei que a categoria vai ter consciência suficientemente para vir aqui e decidir algo que mantenha vivo o sindicato. O resultado: foi aprovada a minha proposta, foi para base zero ou vinte e passou um índice razoável, que, na época, foi em torno, também, de 1%.

Então, a decisão soberana da assembleia terá que ser respeitada dentro um limite, e esse limite que nós estamos propondo é 1%. Por isso, eu faço esse apelo ao Senador Dornelles. Já repito: esse projeto já foi... Repito essa expressão: já foi aprovado. Senador Valdir Raupp, inclusive, foi o Relator. Não houve nenhuma contestação. Houveram duas emendas, são legítimas, volta à Comissão, a Comissão delibera, e o projeto continua andando, porque ele vai, ainda, para a Comissão de Assuntos Sociais. Por isso o apelo que eu faço ao meu amigo, Senador Dornelles, que foi Ministro do Trabalho. Estão aqui companheiros que vieram de diversos estados, acompanhando essa discussão e essa votação, para que a matéria possa ser votada, até de forma simbólica, já que não é terminativa nessa Comissão. É esse o apelo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só gostaria de registrar, Senador Paim, que essa matéria foi aprovada na CAS, foi para o Plenário, e, através de um Requerimento no Plenário, são as chicanas regimentais que o Senador Gerson Camata aqui disse. Esse requerimento foi aprovado. Mandando esse projeto para a Comissão de Assuntos Econômicos, mais duas emendas, a partir de hoje, com as vistas do Senador Dornelles, nós temos cinco dias uteis. Portanto, terça-feira que vem esse projeto volta

à pauta, depois vai à CAS, e, na CAS, nós só votaremos as emendas de Plenário, para que, efetivamente, essa novela termine.

Eu passo a palavra ao Senador Dornelles. Senador Osmar Dias também gostaria de rapidamente... Depois, vamos para item 2 da pauta. Senador César Borges também. E, depois, para o item 2 da pauta.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ):

Sr. Presidente, eu queria reiterar, aqui, mais uma vez, o maior apreço, o maior respeito e admiração que eu tenho pelos Senadores Paulo Paim e Inácio Arruda. Eu tive o privilégio de participar, ao lado do Senador Paulo Paim, da relatoria da importante lei das centrais sindicais e acompanho todas as matéria que eles apresentam com muita atenção. Aliás, existe uma tendência de minha parte aprovar sempre propostas dos senadores, que eu acho importante que exista uma participação maior do Senado no processo legislativo.

Em relação a essa proposta específica, eu queria dizer, Senador Paim, Senador Inácio Arruda, é que eu tenho algumas dúvidas sobre elas, e essas dúvidas são o seguinte: primeiro, ela cria uma outra contribuição compulsória. Está sendo criada uma outra contribuição, no momento em que o custo Brasil já é um custo elevado. Ele trata, de forma isolada, matéria relativa à reforma sindical e trabalhista. Ele estabelece um percentual de 1% sobre o valor bruto anual do trabalhador. Ele impõe a contribuição a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não; mesmo os não sindicalizados serão sujeitos a essa contribuição. E eu tenho impressão que ele contraria a súmula 666, do Supremo Tribunal Federal, que diz: “A contribuição confederativa só é exigível aos filiados do respectivo sindicato”. Agora, eu queria dizer à V. Exa. o seguinte, Senador Paim, senador: eu, hoje, não teria condições, não tenho condições de votar favoravelmente esse projeto, mas eu vou dizer a seguinte situação: eu vou retirar o pedido de vista.

[palmas]

Agora, vou voltar contrariamente a esse projeto porque, pelas dúvidas que eu tenho, e que eu, aqui, manifestei, eu não tenho condições, hoje, de votar favoravelmente a esse projeto. Mas eu retiro meu pedido de vista e vamos à votação. O meu voto, hoje, por não ter tido condições de enfrentar esses problemas, é mais uma contribuição, aumenta o custo Brasil, está sendo discutido fora do âmbito de uma reforma trabalhista sindical. Então, quando eu pedi vista, não é para me posicionar... Hoje, eu sou obrigado a me posicionar contra, mas eu retiro meu pedido de vista.

[palmas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Agradeço--

[palmas]

Presidente, eu gostaria de agradecer a atitude do Senador Dornelles, eu acho que ele tem um posicionamento, não está em condições de votar favoravelmente, mas não vai criar nenhum obstáculo para que a matéria possa correr de forma mais célere aqui, no Senado Federal. Obrigado, Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu pediria só para que abajassem as faixas, porque isso não é permitido aqui, nas Comissões, até conforme já falado com as lideranças, hoje, antes da reunião da CAE.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permita só uma frase. Senador Dornelles, eu me comprometo com V. Exa., pelo gesto de V. Exa., na Comissão de Assuntos Sociais, a gente sentar e conversar um pouco mais sobre a matéria, na busca de tirar todas as dúvidas e, quem sabe, até alterar alguma coisa que for necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Com a palavra o Senador Osmar Dias, depois Senador César Borges, e nós vamos à votação.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, o Senador Dornelles levantou alguns aspectos do projeto. No entanto, eu quero levantar outros, que, me parece, responde parte daqueles que ele levantou. Por exemplo, o que vai definir o percentual menor que 1% é a assembleia geral dos trabalhadores. Eu acho o que grande mérito do projeto é esse: dar à Assembleia Geral dos Trabalhadores o fórum adequado para decidir o quanto vai ter descontado para a contribuição assistencial. De outro lado, Presidente, há um outro, um outro aspecto que eu levanto, que é o seguinte: essa contribuição, ela já vem sendo cobrada, talvez não da forma que está no projeto do Senador Paim, que ele está regulamentando. Então, é melhor que seja regulamentado, e, se a Assembleia Geral decidir que é zero a cobrança, vai ser zero; se decidir que é meio, vai ser meio, e quem vai decidir é a maioria dos trabalhadores, na votação em assembleia.

E, quando se fala em desconto de todos, é porque os movimentos de um sindicato, ou o trabalho de um sindicato, ele beneficia, não apenas os trabalhadores sindicalizados, mas o conjunto dos trabalhadores, e, por isso, se justifica. E, de outro lado, eu também acho que tem um ponto muito positivo, que ele vai financiar a negociação coletiva, e isso foi um avanço na legislação trabalhista. Então, são avanços que eu considero essenciais, que, embora, isoladamente, não no conjunto da reforma da legislação trabalhista, como quer o Senador Dornelles, eu acho que isso aqui significa um avanço. Sendo do Senador Paim, já me faz sem-

pre pensar votar a favor. Eu analiso bem para votar. Neste, eu vou votar favorável, pelos aspectos que eu levantei.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito Obrigado, Senador Osmar Dias. Com a palavra o Senador César Borges e depois nós vamos para votação.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito rapidamente também, Sr. Presidente, na mesma linha do que os me antecederam, principalmente, Senador Osmar Dias, eu quero parabenizar o autor do projeto, Paulo Paim, e também o Relator Inácio Arruda, assim como o Relator Senador Valdir Raupp, pela oportunidade desse projeto.

Eu fui procurado por diversas representações sindicais no Estado da Bahia e que me fizeram ver a justeza desse projeto. Diante do que está colocado, é uma vontade coletiva apresentado por uma Assembleia e que visa assistir, acima de tudo, o trabalhador com recurso do próprio trabalhador. Eu tenho o maior apreço pelo Senador Dornelles, vejo o gesto de grandiosidade dele não pedindo vista, mas acho que isso não tem aumento de custo Brasil, porque, na verdade, é o trabalhador que está colocando o seu recurso para um retorno de uma contribuição assistencial.

Portanto, Sr. Presidente, também é apenas para parabenizar o autor e o Relator e dizer do nosso voto favorável ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito Obrigado, Senador César Borges--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, Presidente. Para discutir a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Para discutir a matéria, Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Presidente, eu quero dizer que o país precisa, de fato, de uma reforma que possa reduzir custos da folha de pagamento para poder aumentar o emprego formal. Nós temos mais de 11 milhões trabalhadores na economia informal. Mas eu acho que é um erro acreditar que a gente pode fazer um país com mais distribuição de renda, com mais justiça social sem o fortalecimento dos sindicatos. Nós somos um país que a distribuição de renda vem melhorando fortemente com a recuperação do salário mínimo, com Bolsa Família, mas no mundo do trabalho, a participação do trabalho na renda nacional, ainda é muito inferior ao que existe em outros países desenvolvidos. E no cenário que o país voltou a crescer, tem estabilidade, tem uma perspectiva de futuro muito promissora, o fortalecimento dos sindicatos é uma condição fundamental para que os

trabalhadores tenham melhor condição de trabalho, tenham condições de disputar os seus interesses na relação com as empresas.

Portanto, fortalecer os sindicatos no Brasil, será sempre um caminho de melhorar a relação capital-trabalho e mudar a distribuição de renda. Nós votamos favorável ao projeto do Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em votação o parecer do Relator. Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como estão. Aprovado com um voto contrário do Senador Dornelles.

[palmas]

[soa a campanha]

Agora o projeto vai ser encaminhado para Comissão de assuntos sociais e espero que ele venha ser aprovado também.

Vamos agora para o Item 2 da pauta. Projeto de Lei de Senado nº 59 em caráter terminativo. Institui o parcelamento para o pagamento do Imposto de Renda de pessoa física e dá outras providências. O Relator é o Senador João Tenório com o parecer favorável ao projeto, com a Emenda nº 1. Foi concedida Vista em 30 de junho ao Senador Wellington Salgado, que devolveu sem manifestações. Lembro que o projeto é terminativo e exige *quorum* qualificado. O Senador João Tenório não está presente. Já houve duas reuniões, portanto, eu vou nomear Relatora *ad hoc*, o Senador Osmar Dias, o Item nº 2.

Com a palavra o Relator.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, o relatório do Senador João Tenório é o seguinte: Projeto de Lei do Senado nº 59 de 2009, sobre o qual essa Comissão deve decidir em caráter terminativo, dispõem que o pagamento do Imposto de Renda, pessoa física, poderá ser parcelado em até nove parcelas, art. 1º do caput, e que as parcelas vencerão sempre no último dia útil de cada mês, não podendo incidir nenhum tipo de juros ou correção; art. 1º, Parágrafo Único. Esse é um projeto do Senador Raimundo Colombo.

Então, como compete a essa Comissão, nós vamos analisar esse projeto da seguinte forma: Pretende-se com a inovação, dois aspectos: Primeiro, aumenta de oito para nove o número de prestações e segundo, elimina a contagem de juros sobre o valor as prestações.

Então, são essas duas inovações, o projeto me parece muito claro e o relatório do Senador João Tenório é favorável com a Emenda que ele apresenta ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 59, que diz o seguinte: Art. 1º o caput do art. 14 da Lei 9.250, de 26 de dezembro de 95, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 14: A opção do contribuinte, o saldo do

imposto a pagar poderá ser parcelado em até nove cotas iguais, mensais e sucessivas. Observado o seguinte, então, essa é a Emenda apresentada pelo Senador João Tenório no projeto que foi apresentado pelo Senador Raimundo Colombo, que é claríssimo, e esse relatório abreviado que fiz, é o suficiente para que os Senadores possam discutir e votar.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador, o autor do projeto, Senador Raimundo Colombo com a palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sr. Presidente, quero cumprimentar V. Exa., o Senador Osmar Dias e todos. Esse projeto ele tem dois objetivos. Um é ampliar o número de parcelas, mas esse entende, apenas, em partes, porque na verdade ele passa de oito para nove, não é a parte mais importante do projeto. O problema é a correção e o juro que incide sobre as parcelas. Até R\$ 1.430,00, o trabalhador brasileiro é isento, mas vejam bem, a partir daí incide 7,5%. A partir de R\$ 2.150,00 incide 15%. A partir de R\$ 2.800,00 incide 22,5, ou seja, não me parece justo uma pessoa que tem um salário de R\$ 2.150,00 pagar juros e correção. Sinceramente uma coisa que, para mim, é incompreensível. Que isso não é renda, isso é salário, nós estamos taxando é o salário do trabalhador.

A justificativa do relatório do Senador João Tenório, ele coloca que a primeira reflete sobre o uma questão de isonomia, pois o Governo está sujeito aos mesmos juros na restituição do imposto pago a maior. E a segunda, a construção da lógica, é o que Governo financia o contribuinte que no meu entendimento não é correto. Eu não sei se a solução seria, talvez, limitar o valor da isenção a uma taxa maior ou, então, tirar o juro e deixar apenas a correção, tirar o juro e deixar apenas a correção. Porque a aprovação, conforme o relatório do Senador João Tenório, lido pelo Senador Osmar Dias que passa a ser Relator *ad hoc*, ela apenas concede a ampliação de oito para nove, o que tudo bem, é uma conquista, mas o objetivo do projeto é sustentar a diminuição da prestação, porque eu não consigo compreender que uma pessoa que ganhe acima de R\$ 1.400... R\$ 1.500,00, ele tenha que pagar juros e correção, quer dizer, é um negócio absolutamente inaceitável no meu entendimento. Volto a dizer isso, não é impostos sobre a renda é imposto sobre o salário. Na minha opinião isso não é justo e tira o poder de consumo do próprio assalariado, o que também não é interessante para economia brasileira. O Presidente Henry Ford explicava, o Presidente da Ford, explicava muito bem, o aumento da capacidade

de consumo através da renda do trabalhador, os efeitos positivos que isso traz a sociedade. De tal forma que como o autor do projeto, eu não sinto atendido com o relatório e coloco isso para que os Senadores, evidentemente, possam votar conforme a sua opinião, a sua consciência. Mas, definitivamente, o projeto fica mutilado e profundamente prejudicado.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu só gostaria, Senador César Borges, de fazer uma ponderação em função do que foi dito aqui pelo Senador Raimundo Colombo, fica na mão do Senador *ad hoc*, Senador Osmar Dias, retirar ou não em função das ponderações apresentadas a esse projeto. Porque o Senador Raimundo Colombo não se... Não entende que o objetivo do projeto foi atendido pelo relatório do Senador João Tenório. Se isso não acontecer, nós vamos votar da mesma maneira.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, só para responder a V. Exa., Presidente, eu gostaria de ouvir o debate dos Senadores, pensar sobre a proposta do Senador Raimundo Colombo, esclarecendo o seguinte, o que está agora em jogo é a Emenda do Senador João Tenório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Isso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): A Emenda do Senador João Tenório, retira a parte que isenta de correção ou juros. E, portanto, segundo o Senador, autor, Raimundo Colombo, não atende o objetivo do projeto, apenas aumento de oito para nove parcelas o que não muda muita coisa. Mas eu gostaria de ouvir os outros Senadores antes de dar o parecer final.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, no mérito, eu concordo exatamente com o autor do projeto Senador Raimundo Colombo. Acho que não há porque se cobrar sobre um imposto que você vai pagar, não é, cobrar juros ou correção monetária, já que o contribuinte vem tendo a carga cada vez mais pesada sobre o seu salário, suas contribuições, e ainda pagar juros e correção monetária num benefício que é dado de um parcelamento para que haja uma possibilidade de pagamento, sem contribuir com as dificuldades do próprio contribuinte da sua sobrevivência.

Então, eu concordo plenamente. O que eu queria consultar o Senador Osmar Dias, que eu entendo que nós podemos aqui não aprovar a Emenda do Senador João Tenório. E não aprovando a Emenda, permanece

o texto original do Senador Raimundo Colombo. Porque essa é minha visão, se nós aqui destacar a Emenda, votamos o que for contra, vota contra a Emenda, e fica aprovado o texto na íntegra do Senador Raimundo Colombo.

Se é esse o entendimento, Sr. Presidente, é esse o meu voto para que nós possamos votar com o destaque da Emenda rejeitando a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador César Borges, nós vamos votar o projeto do Senador Raimundo Colombo e depois votaremos a Emenda. Se o Plenário entender que a Emenda vai ser rejeitada, permanece o projeto do Senador Colombo. Ok?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Não havendo mais quem queira discutir, vamos colocar em votação o projeto, primeiro, do Senador Raimundo Colombo e depois a Emenda nº 1. A votação é nominal. Sr. Eduardo Suplicy, como vota a Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Aloizio Mercadante. Senador Inácio Arruda. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com o projeto do Senador Raimundo Colombo.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós estamos votando o projeto do Senador Raimundo Colombo. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Gerson Camata. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador João Claudino.

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, só um pedido de esclarecimento. Eu sei que o Relator apresentou uma Emenda. Então, o que nós estamos votando é o parecer do Relator ou é o projeto?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É o projeto... É o projeto do Senador Raimundo Colombo e aí votaremos a Emenda apresentada pelo Relator.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Em separado?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Em separado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, eu já quero deixar aqui configurado que meu voto é a favor do projeto com a Emenda. Então, vou votar a favor do projeto e vou votar a favor da Emenda. Até porque, Senador Delcídio, se a receita restitui o pagamento a mais de Imposto de Renda corrigido, o aumento de parcelas para as pessoas pagarem o Imposto de Renda, também, por isonomia, tem que ser corrigido. É pela isonomia dos procedimentos, se nós recebemos corrigido, também se nós vamos ter uma vantagem maior de poder pagar em mais parcelas, a correção também se faz necessária.

Então, apenas para que fique configurado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Claro. Senadora Ideli, então, favorável ao projeto do Senador Raimundo Colombo.

Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O projeto foi aprovado com 14 votos sim. Agora, passamos a votação da Emenda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Só para dizer o seguinte, que eu li o relatório do Senador João Tenório que apresentou Emenda. Não sou autor da Emenda, por isso vou votar contra a Emenda do Senador João Tenório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agora para que se mantenha, se for mantido o projeto do Senador Raimundo Colombo, se a Emenda... Vota não contra a Emenda. Se a Emenda for aprovada... Em votação, Senador Eduardo Suplicy sobre a Emenda apresentada pelo Relator João Tenório.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): A favor da Emenda, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A favor da Emenda, Senador Suplicy. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Contra a Emenda, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Contra a Emenda. Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Contra Emenda. Senador Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A favor da Emenda? A favor ou contra, Senador?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, Presidente, pela ordem. Eu volto a reafirmar, a Receita Federal corrige o pagamento das parcelas que ela nos deve. O que nós devemos para Receita Federal, se ao invés de ser pago em sete vai ser pago em nove parcelas, por que o aumento das parcelas não tem correção? Não tem lógica, gente, é algo que é absurdo, ou seja, o contribuinte tem um diferencial em pagar mais vezes sem precisar corrigir esse prolongamento e a receita não, quando ela nos restituiu... Não tem cabimento isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas, Senadora Ideli, nós estamos em votação e votando o projeto do Senador Raimundo Colombo e votando a Emenda do Relator. Agora... O projeto do Senador Raimundo Colombo foi aprovado, agora,

nós vamos votando a Emenda. Se a Emenda receber mais sim do que não, nós vamos acatar exatamente as ponderações que V. Exa. está apresentando.

Eu vou continuar a votação...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, está em votação não pode...

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): [ininteligível] contra a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Foi contra a Emenda? A favor ou contra, Senador?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): O voto é não.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Contra? Contra a Emenda, Senador Raupp. Antonio Carlos Júnior, Senador.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Tasso.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador João Claudino?

SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Osmar Dias?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Contra também.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu volto a reafirmar a posição, por isonomia, se o que a gente recebe corrigido é, o que a gente paga corrigido tem que ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Casagrande vota a favor ou contra? Contra a Emenda--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Ah, com a Emenda, a favor. A favor da Emenda. Senadora Ideli, contra pelas explicações que aqui acabou de... Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Contra a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perdão, a favor da Emenda, Senadora Ideli. A favor, Senadora Ideli. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Contra a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Elizeu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG): Contra a Emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Contra a Emenda. Senador Raimundo Colombo vota agora.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente, eu voto ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Aonde? Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu voto contra a Emenda e depois gostaria de fazer umas justificativas com a votação(F).

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Contra a Emenda. Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu voto com a argumentação da Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Portanto, com a Emenda.

Quatro votos sim e 11 votos não. Portanto, prevalece o projeto do Senador... Foi aprovado o projeto do Senador Raimundo Colombo. E rejeitada a Emenda do Relator João Tenório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, antes do Senador Raimundo Colombo se pronunciar, eu quero só permitir permissão a V. Exa., eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente e tenho que me deslocar para a Comissão. Mas o Item 4 que trata de redistribuição de fundo de participações dos municípios, eu quero pedir Vista dessa matéria, já peço, comuniquei aqui ao Senador Antonio Carlos Valadares, porque é uma matéria importante para os municípios, não é, para eu poder fazer uma avaliação...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É, para não pedir Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Casagrande, o Senador Valadares pediu para retirar de pauta.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Exatamente, eu quero pedir para retirar de pauta, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente, será retirada de pauta o Item 4.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Para reestudar.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Para reestudo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O Senador Raimundo Colombo e depois passaremos para o Item 3.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu queria agradecer a todos os Senadores e colocar, mesmo que haja isonomia, o que nós podemos fazer, para quem paga Imposto de Renda a partir de R\$ 1.430,00, que pelo menos não incida a correção e os juros. Eu acho que é uma coisa que vai ajudar as pessoas.

Por isso que eu quero cumprimentar a todos os Senadores e agradecer muito pelo apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito Obrigado, Senador Raimundo Colombo. Item 3, Projeto de Lei da Câmara de nº 136 de 2009 não terminativo. Cria Superintendência Nacional de Previdência Complementar, PREVIC, e dispõem sobre o seu pessoal, e inclui a Câmara de recurso da previdência complementar na estrutura básica do Ministério da Previdência Social. Altera disposições referentes a auditores fiscais da Receita Federal do Brasil. Altera as Leis de nº 11.457 de 16 de março de 2007 e 10.683 de 28 de maio de 2003 e dá outras providências. Relator, Senador Romero Jucá. Senador Romero Jucá não está presente. Como é a primeira reunião ainda, nós vamos retirar de pauta o Item 3, porque o líder do Governo, Senador Romero Jucá, não compareceu sendo Relator de um projeto que é do Governo.

Item 5. Substitutivo da Câmara dos Deputados e nº 163 de 2000 oferecida ao PLS de nº 163 de 2000, não terminativo. Cria o Fundo de Apoio a Cultura de Caju, Funcaju. Autoria: Câmara dos Deputados. O Relator é o Senador Efraim Moraes. O parecer é pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados. A matéria ainda será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Em 07 de julho de 2009, foi concedida Vista coletiva.

Com a palavra o Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, volto a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, o substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163 de 2000, proveniente do Projeto de Lei do Sena-

do nº 163 de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes que autoriza a criação do Fundo de Apoio a Cultura de Caju, Funcaju, e dá outras providências.

A proposição e análise, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, atendem aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, não configurando o vício de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna. No mesmo sentido, pela adequação do instrumento legal e pelo estímulo inovador que delineia para a cajucultura. O substitutivo em foco apresenta a correção quanto à jurisdição. Devo dizer que quanto ao mérito, julgamos adequadas as disposições e pelas razões que vamos a seguir expormos.

A região Nordeste dispõe de mais de 659 mil hectares cultivadas com caju, sendo o Ceará o maior produtor, seguidos do Piauí, o Rio Grande do Norte que detêm um grande percentual, além do Estado de Maranhão, da Bahia, Paraíba entre outros.

Devo dizer, Sr. Presidente, que com os estímulos governamentais que esperamos com a aprovação desse projeto, como os que poderão advir da criação do Funcaju, [soa a campainha] a cajucultura--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Efraim, eu queria pedir, por favor, que as conversas paralelas para que o Relator está expondo o Item de nº 5.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, Sr. Presidente, concluindo a análise, devo dizer que esperamos que com os estímulos governamentais, como os que poderão advir da criação do Funcaju, a cajucultura será conduzida indubitavelmente a um novo patamar de competitividade, fortalecendo sua importância socioeconômica, regional e nacionalmente.

Diante o exposto o voto deste Relator é pela aprovação do substitutivo da Câmara dos Deputados nº 163 de 2000.

É o voto e o parecer do Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A matéria está em discussão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu fui autora do pedido de Vista, que depois acabou se transformando em pedida de Vista coletiva. Arrazoadado que nos levou a fazer o pedido de Vista, que porque esse é um projeto que tramita há muito tempo, é um projeto de 2001, aonde havia, realmente, uma necessidade de ter uma política de desenvolvimento do cultivo do caju, da sua comercialização, de toda... Um incentivo a esta cultura tão importante e tão relevante para o Nordeste. Só que o próprio Conselho Monetário Nacional

aprovou o condensamento dos Programas, inclusive o do PRODEFRUTA, aonde nós temos o PROCAJU já em desenvolvimento com o financiamento, com uma série de medidas que têm buscado melhorar o padrão de qualidade, as condições de comercialização. E nós tivemos, inclusive, o PRODEFRUTA no ano de 2004, teve um orçamento de 200 milhões, representando um crescimento de 122% em relação ao ano/safra anterior que foi apenas de 90 milhões, e isso vem crescendo ao longo dos anos.

Então, a nossa grande preocupação é um projeto tão antigo que foi apresentado numa outra realidade, quando não existiam Programas, quando não existia linhas de financiamento, quando não havia toda uma política voltada para o desenvolvimento do caju, de nós termos algo que seja, inclusive, anacrônico fora do que já vem sendo executado. Por isso, eu estou apresentando um Substitutivo e gostaria muito do pedido de atenção do Relator, no sentido de transformar o projeto antigo de 2001, num processo autorizativo, autorizando a criação do Fundo de Apoio a Cajucultura, mas permitindo que o Governo, ao fazê-lo, faça levando em considerações as políticas que já vem sendo implementadas e não da forma como foi originalmente previsto em 2001, quando não tínhamos o PRODEFRUTA e tantas outras políticas que vem sendo adotadas.

Então, é essa a ponderação que eu faço para este... Esta proposta, esse Substitutivo ser aprovado, nós precisaríamos derrubar, a não ser que o Relator acolha o Substitutivo que nós estamos apresentando, nós teríamos que derrotá-lo e aprovar a proposta substitutiva que nós estamos apresentando.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu vou manter o meu projeto, o meu parecer. Eu acho que a cultura do caju não tem tido a financiamento que se faz necessário, principalmente no que diz respeito aos Estados dos Nordeste. Então, nós vamos manter o nosso... Rejeitarmos, vamos rejeitar o Substitutivo da Senadora Ideli, eu entendo a justificativa dela, mas não são convincentes e nós vamos manter o projeto original e o nosso relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria de solicitar a Senadora Ideli se V. Exa. poderia apresentar o...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O pessoal da minha assessoria me disse que já havia sido apresentado, mas eu posso... Eu tenho a cópia.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): É esse aí?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, peço a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Esta aqui, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, nós sabemos que não só a cultura do caju como de tantas outras atividades que são desenvolvidas no Nordeste e em todas as regiões do nosso país, merecem um Fundo de Apoio para assegurar a sua continuidade. Mas o que me preocupa com relação a essa proposta, não é a sua finalidade, o seu objetivo, que é um objetivo sadio, um objetivo nobre apoiar uma cultura. O que me preocupa é a questão da constitucionalidade. Se nós podemos criar um Fundo através de uma Lei Ordinária, se nós temos esta atribuição de criar um Fundo que quem vai pagar é o Poder Executivo. Se o legislativo tem essa prerrogativa, não... Eu acho que derrubar o projeto simplesmente, não seria uma boa política. E fazer um substitutivo apenas para constar, porque projeto autorizativo não existe. É como uma indicação. É como fazer um requerimento, um discurso no Plenário da Casa. É dizer: "Presidente Lula, faça um Fundo". É mais ou menos isso. Só que é um projeto autorizativo aprovado por uma Comissão, que depois poderá ir para Plenário, se não por terminativo aqui.

Então, Presidente, eu gostaria de viabilizar a ouvida da Comissão de Justiça. Que a Comissão de Justiça que é o órgão apropriado para discernir ou tirar dúvidas sobre constitucionalidade, seja ouvida.

Requeiro a V. Exa. e a Comissão a ouvida da Comissão de Justiça do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): V. Exa. está requerendo...

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu estou requerendo a Audiência da Comissão de Justiça para dar um parecer sobre a constitucionalidade dessa matéria. Porque se a Comissão de Justiça se detivesse sobre essa matéria e aprovasse sua constitucionalidade, tem meu voto inteiramente, integralmente. Porque ela teria que voltar para Câmara e tal. E já houve um esforço muito grande de ter sido aprovada aqui no Senado, depois para Câmara a Câmara apresentou um Substitutivo. Então, derrubar seria criar obstáculos ao funcionamento normal de uma proposta tão interesse que foi relatada pelo Senador Efraim, que é um nordestino de quatro costados e conhece mais do que nunca a validade de qualquer matéria que venha apoiar a cultura do caju.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Muito obrigado, Senador Valadares.

Vamos agora consultar a Mesa aqui sobre os encaminhamentos. Eu solicito, então, antes da votação, que a Senadora Ideli Salvatti, leia o voto em separado que ela preparou. Aí nós votaremos o relatório do Senador Efraim, o parecer do Relator e depois votaremos, se derrubar o parecer, eu designo o Relator do vencido.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu acho que tem uma preliminar. Antes da votação há um requerimento da minha autoria pedindo a ouvida da Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Nós, então, eu quero sugerir aos Sr. e Sras., Senadores e Senadoras, o seguinte: a Senadora Ideli lê o voto em separado dela e atendendo ao requerimento do Senador Valadares, nós encaminhamos esse projeto a Comissão de Constituição e Justiça. Ok?

Senhora Ideli, V. Exa. lê o voto e depois, atendendo ao requerimento prudente, cauteloso, sensato do Senador Valadares, nós encaminharemos esse tema a Comissão de Constituição e Justiça.

Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu vou fazer, inclusive, um resumo porque a linha de argumentação eu já tinha utilizado.

O que nós estamos propondo é o que Substitutivo da Câmara dos Deputados, o que veio da Câmara dos Deputados, deve ser aprovado com a exceção da ementa, porque na ementa não diz que é autorizativo, então teríamos que fazer uma correção na ementa, e do art. 1º e dos seus incisos, que devem ter a redação original restabelecida nos seguintes termos: Autoriza a criação do Fundo de Apoio a cajucultura, Funcaju, e dá outras providências, que é a ementa. Art. 1º: E o Poder Executivo autorizado a criar o Fundo de Apoio a Cultura do caju, Funcaju, cuja finalidade constitui-se em: 1) Desenvolver o financiamento e a modernização da agroindústria do caju e seus produtos derivados; 2) Incentivar o aumento da produtividade da cajucultura e produtos derivados; 3) Fortalecer a exportação de produtos relacionados à agroindústria do caju; 4) Incentivar a exportação de produtos relacionados à agroindústria do caju; 5) Promover a defesa do preço do mercado interno e externo e das condições de vida do trabalhador rural.

Portanto, nosso voto frente ao exposto, é favorável aos art. 2º, 3º e 4º do Substitutivo da Câmara dos Deputados, nº 163 de 2000 e pelo restabelecimento da ementa do art. 1º, como seus incisos do PL 163 de 2000.

Então era isso, Sr. Presidente, o nosso voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, Senador Valadares, só gostaríamos

que V. Exa. formalizasse o requerimento. Mas eu coloco em votação o requerimento do Senador Valadares que é de encaminhamento a Comissão de Constituição e Justiça. Se todos estiveram de acordo, permaneçam como estão--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Só para vermos a constitucionalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): A constitucionalidade, única e exclusivamente, como bem falou o Senador Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): De acordo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, passamos agora--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Pela ordem, Senador Romero Jucá, líder do Governo.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu sou Relator do Item 3 que é o Item da...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Da PREVIC.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Prevê a criação a PREVIC, que é uma matéria, inclusive, recomendada pela CPMI dos Correios.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): É uma matéria que na Sessão passada, antes do recesso, eu ia ler esse relatório e a pedido do Senador Heráclito, eu não li o relatório para dar mais tempo.

Eu gostaria de ler a conclusão do relatório e que fosse dado Vista coletiva, exatamente para a gente andar com o processo, para não ficar paralisado, mas também não votaríamos hoje respeitando a necessidade de um *quorum* maior para debater a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se todos estiveram de acordo. Então o Relator, Senador Romero Jucá, vai fazer a leitura que cujo parecer é favorável ao projeto; a leitura do Projeto de Lei de Câmara de nº 136 de 2009. Eu estou falando do Item 3.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, pela ordem. Ainda é possível a apresentação de Emendas?

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, eu quero registrar que mesmo no momento da votação, se surgir alguma Emenda que possa ser fruto de um entendimento, nós vamos propor a aceitação da Emenda.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Só pelos membros da Comissão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu acho que a matéria foi retirada de pauta. Eu acho que é o tempo suficiente para gente analisar até a próxima semana essa questão de Emendas que já ajudaria a um encontro, uma discussão com o Senador Jucá.

Eu acho que não é tem pressa de se votar essa matéria. E há outros parlamentares que não se encontram presentes que querem discutir a matéria. Por isso, como a matéria já foi decidida hoje e retirada de pauta, nós temos que cumprir o que foi determinado pela--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu também concordo com o Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Então, nós não temos como votar a pauta se ela já foi retirada de pauta. A não ser por decisão de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Mas se o Relator voltou, quer dizer, se o a Relator se apresentou, porque no momento quando nós falamos do Item 3 o Relator não estava presente, eu acho que seria uma coisa razoável o Senador Romero Jucá lê o seu parecer, Vistas coletivas e na próxima semana--

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Pode ser feita Emenda, pode ser feito o voto em separado-- [falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): --pelos membros da Comissão, votos em separados e nós votaremos terça-feira que vem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ainda mais por que o Relator foi provocado, não é? Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Foi provocado o Relator. Que eu disse que era um projeto do Governo e o líder do Governo não estava presente.

Então, com a palavra o Relator Senador Romero Jucá. Item 3.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, essa matéria ela prevê a criação da PREVIC que é exatamente um formato para fortalecer a fiscalização dos Fundos de Previdência, algo extremamente importante no país, tendo em vista a captação de recursos desses Fundos e a necessidade de se acompanhar esse recurso, e investimento desse recurso, que são na verdade recurso do trabalhador.

Essa matéria tinha sido já apresentada em anos atrás por Medida Provisória, o Governo refluíu, apresentou por Projeto de Lei e o meu Parecer é o um Parecer favorável a apresentação da matéria. Como veio da Câmara, exatamente pela relevância e pela

urgência de regulamentar e de fiscalizar os Fundos de Previdência Social.

Portanto, o relatório é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Eu gostaria só de registrar que essa é uma das sugestões da CPI dos Correios.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): O que mostra que uma CPI, ela não vai só investigar ou punir, mas uma CPI tem que propor, apresentar projetos que melhorem a gestão.

Uma vez definido uma Vista coletiva, pautamos esse assunto para reunião da próxima terça-feira na Comissão de Assuntos Econômicos. O Item 6 nós vamos retirar de pauta, porque não há *quorum*. E essa votação é uma votação... O projeto é terminativo, portanto, exige votação nominal. Vamos agora para o Item 8 cujo Relator é o Senador João Tenório. É o Projeto de Lei do Senado nº 232 de 2006, não terminativo.

Como o Relator não está presente, nós retiramos e pautamos na próxima semana. Então, retirado o Item 8 pautado para próxima semana, porque o Senador João Tenório não se encontra presente.

Item 9. Mensagem do Senado Federal--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, se eu não me engano, esse Item 8, já é a segunda vez que ele vem a pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Senador Efraim, aqui não há esse registro que é a segunda vez que vem a pauta. O Item 8. Não. O controle aqui da Assessoria, da competente Assessoria da CAE, afirma que não.

O Item 9. Último item da pauta. Mensagem do Senado Federal de nº 51 de 2009, não terminativa. Encaminhe ao Senado Federal nos termos do § 1º, do art. 6º da Lei 9069 de 29 de junho de 95, a programação monetária para o segundo semestre de 2009. Autoria: Presidência da República. Relator: Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): Sr. Presidente, o Parecer é favorável pela aprovação, tendo em vista o cumprimento dos regimentos constitucionais e financeiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Os Senadores e Senadoras que estiveram de acordo--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Vamos pedir Vista do Item 9 e acrescentando também o Item 10. Já que todo mundo está com a vista boa hoje.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vista coletiva, então, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, Vista coletiva dos Itens 9... Agora

eu só quero registrar, eu só quero registrar o seguinte, isso é aí é uma sistemática adotada com--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Vamos retirar a Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Então, retirado a vista. Aprovado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na verdade, o Presidente Henrique Meirelles já compareceu aqui, já cumpriu a formalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Isso é vinculado--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Já cumpriu a formalidade. O Relator Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se não vier aqui a gente não vota.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --Senador Jucá, me informou que já foi cumprida todas as exigências da Casa. Então, está retirada a Vista e voto favorável.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR): O relatório sobre o Item 9 e Item 10, os dois são programação monetária, portanto, parecer é...

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Isso. Item 9 e 10 aprovados.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Se todos estiveram de acordo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Porque o Presidente Henrique Meirelles já compareceu aqui e já prestou contas.

SR. PRESIDENTE SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Perfeitamente. E a Sessão está encerrada.

Sessão encerrada às 12 horas.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Terceira Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Décima Sétima Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Trigésima Quarta Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de agosto de 2009, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia doze de agosto de dois mil e nove, na sala número dezoito da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senadores Tião Viana, Inácio Arruda, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti,

Exedito Júnior, Francisco Dornelles, Gerson Camata, Valdir Raupp, Romero Jucá, Wellington Salgado, Leomar Quintanilha, Efraim Morais, Adelmir Santana, Jayme Campos, Cícero Lucena, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Rosalba Ciarlini, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Sérgio Zambiasi, Osmar Dias e Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns e Mão Santa. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Aloizio Mercadante, Marcelo Crivella, Neuto de Conto, Pedro Simon, Eliseu Resende, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, João Tenório, Arthur Virgílio, Tasso Jereissati, João Vicente Claudino e Gim Argello. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública Conjunta com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 174 de 2009, que “dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR”, em atendimento ao Requerimento nº 40/2009-CAE e de seu aditamento, de autoria dos Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha, Requerimento nº 11/2009-CDR, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e César Borges e ao Requerimento nº 63/2009-CAS, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, tendo como convidados o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; Sr. Moacyr Roberto Tesh Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh; Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo – USP e Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Luiz Gil Siuffo, Vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC (representando o Sr. Antonio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC); do Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; do Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; do Sr. Moacyr Roberto Tesh Auersvald, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – Contratuh; do Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo – USP; do Sr. Plínio Sarti,

Consultor da Área Sindical e Trabalhista; do Sr. Francisco Aparecido Cordão, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e da Sra. Léa Viveiros Castro, Diretora de Educação Profissional do Serviço Nacional de Educação Comercial – Senac. Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, César Borges, Rosalba Ciarlini, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e doze minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental declaro aberta a 33ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, 17ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto no dia de hoje, dia 12 de agosto de 2009.

Antes de iniciarmos os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como encontram. As Atas estão aprovadas.

A Audiência Pública conjunta em atendimento ao Requerimento de nº 40/09-CAE e de seus aditamentos, de autoria dos Senadores Adelmir Santana, Francisco Dornelles e Leomar Quintanilha; Requerimentos de nº 11/2009, na Comissão de Desenvolvimento Regional, de autoria dos Senadores Leomar Quintanilha e Senador César Borges e ao Requerimento de nº 63/2009 da Comissão de Assuntos Sociais de autoria do Senador Leomar Quintanilha, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado de nº 174, de 2009 que dispõe sobre a criação do Serviço Social de Turismo, SESTUR e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo SENATUR.

Foram convidados o Sr. Luiz Gil Siuffo vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da Confederação Nacional do Comércio, representando o Sr. Antonio de Oliveira Santos; o Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo, CNTur; foi convidado o Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares; o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospi-

talidade, CONTRATUH; o Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo; o Sr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista e o Sr. Francisco Aparecido Cordão, Conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Eu convidaria os senhores convidados para que pudessem nos dar a honra de sentar à Mesa. São muitos os convidados, isso aqui está lembrando o evangelho, são muitos os convidados e poucos os escolhidos.

[risos]

São muitos... Não, eu quero registrar a presença do Senador Leomar Quintanilha, que é autor do projeto que cria os dois órgãos, as duas instituições, e ainda Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Saudar aqui a presença do nosso Senador Gerson Camata, do Senador Francisco Dornelles, que é um dos autores de requerimento e pedir desculpas, porque realmente eu não pensei que essa audiência... Eu pensei que ela fosse concorrida, mas não tanto, então muitos dos nossos convidados para assistir estão em pé, inclusive conterrâneos meus, eu lamento por todos, conterrâneos e não conterrâneos. Gostaria de acomodá-los, melhor não foi pensado assim, que poderíamos realizar numa outra dependência do Senado, até mesmo no Plenário.

Também quero registrar a presença da convidada, Sra. Léa Viveiros. Vamos dar início, realmente, e eu quero mais uma vez demonstrar a minha aflição pelo fato das pessoas estarem mal acomodadas aí atrás. Marconi, inclusive aí e demais, Presidentes de federações do comércio e de instituições do turismo também. Nós estamos vendo se uma sala pode possibilitar numa sala, logo vizinha, colocar um telão, não é? Porque não há... E outra coisa aqui a combinar é o tempo, porque nós temos muitos expositores, então, geralmente o tempo dado aqui é de 20 minutos, o que hoje não vai ser possível, vamos apelar para o poder de síntese dos nossos convidados, marcando 15 minutos ou 10 minutos? 15 minutos.

Então vamos começar ouvindo a palavra do Sr. Luiz Gil Siuffo, vice-Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, da Confederação Nacional do Comércio, que representa também o Presidente Antonio de Oliveira Santos.

Com a palavra S. Sa., o Sr. Luiz Gil Siuffo.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É, evidentemente, que tendo em vista as afazeres que

todos nós temos nas outras Comissões, no meu caso por exemplo, vai ser impossível ficar aqui o tempo todo, mas eu queria aproveitar a presença do Dr. Luiz Siuffo e apresentar um voto de congratulação com a Confederação Nacional do Comércio. Eu sou piauiense e as coisas no Piauí acontecem muito devagar, mas acontecem pouco, no turismo, então, com muita dificuldade o Piauí, com o potencial turístico que possui, pouca coisa nós temos que comemorar. Pois bem, eu agora no mês de julho fui surpreendido com a obra da Confederação Nacional no Estado do Piauí, através do Presidente Valdeci Cavalcante, que se encontra aqui, é uma obra do SESC, extraordinária, um centro de convenções, Senador Dornelles, para 340 pessoas na cidade de Luiz Correia, o maior potencial turístico que nós temos. Mas nada se fazia lá, principalmente estrutura montada pelo Governo. Esse Centro de Convenções com parque... É um complexo com parque aquático com hospedagem para os funcionários da área do comércio, portanto, eu queria fazer esse registro, e esse registro é feito no sentido inclusive de estimular ações dessa natureza e me congratular com os senhores pela iniciativa que tem, de agir num Estado como o do Piauí. E a minha convicção de que o sistema unificado e fortalecido fará muito bem ao país.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. LUIZ GIL SIUFFO: Exmo. Sr. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos; Exma. Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais; Exmo. Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, são as três Comissões que estão aqui reunidas. Srs. Senadores, Srs. Presidentes de federações de diversos estados do país aqui presentes.

Aproveitando, inclusive, a colocação feita pelo Senador Heráclito Fortes, eu vou citar um segundo exemplo. Aqui está sendo a maquete de um empreendimento que está sendo construído em João Pessoa, na praia mais valorizada de João Pessoa, que é próximo inclusive ao Hotel Tambaú. Evidentemente que o Estado da Paraíba, através do seu regional não teria recurso para fazer esse empreendimento, é um hotel de cinco estrelas e um hotel-escola para a formação de profissionais da área de turismo. Isso está acontecendo como acontece no Espírito Santo, como acontece em São Paulo, como acontece em Roraima, como acontece em diversos estados no Brasil, graças ao sistema nosso de distribuição da Receita entre os estados menos dotados de recursos para fazer esses empreendimentos.

Mas esta audiência, eu gostaria inicialmente de dizer, eu não vou usar o meu tempo, porque nós preferimos passar a palavra depois ao Dr. Carlos Thadeu, para que ele faça uma exposição para os senhores de um assunto que na nossa visão, na nossa ótica, é mais de ordem econômica e social do que de ordem política sindical.

Eu acho que está audiência vai tratar de um assunto que transcende o universo sindical. Este debate é sobre o patrimônio, que na realidade, é um patrimônio da sociedade brasileira e dos trabalhadores do comércio de um modo geral. Cabe à Confederação Nacional do Comércio de Bens Serviço e Turismo há 60 anos gerir este patrimônio e nós temos procurado fazer da melhor maneira possível. Nós somos, inclusive, fiscalizados pelo Tribunal de Contas, nós somos fiscalizados por um Conselho Fiscal constituído de representantes não só do empresariado como dos trabalhadores, através das Centrais Sindicais, e nós durante todo este período, nós construímos realmente a presença dessas entidades em praticamente, eu diria, 90% dos municípios brasileiros. É lógico que a fragmentação proposta pelo projeto é prejudicial aos trabalhadores do comércio de bens e serviço que atuam em turismo e na prestação de serviços. Apartar a arrecadação e o gasto em turismo é contrário que o se propala, é um atentado aos trabalhadores em turismo. E mais. Por que isto? Porque esses trabalhadores deixarão de ter acesso à infraestrutura que existe, aos serviços que possibilitam prestar essas instalações e que foram construídas ao longo de 60 anos. Quer dizer, se uma parte dessa Receita fosse transferida para uma outra instituição, nós iríamos levar quantos anos para construir essas estruturas, porque é evidente que essa estrutura não passaria, essa estrutura continuaria do SESC e do SENAC. Então, na realidade isto seria realmente um desastre, principalmente para os estados pobres, os estados não autossuficientes.

O nosso sistema é mantido da seguinte forma: Existem cinco estados autossuficientes no país, com a arrecadação média de 3% nós conseguimos manter e investir em todos os demais estados do Brasil, como o caso de Roraima, por exemplo, que os empreendimentos maiores que existem nos estados, são empreendimentos do SESC e do SENAC.

Na realidade tudo isso acontece por quê? Essa Receita é retirada daqueles cinco estados que são autossuficientes, são 20% que sai para ser distribuído entre esses estados não tem autossuficiência financeira. Essa é a razão dessa distribuição, de nós estarmos em mais de três mil municípios no Brasil hoje.

Então, nós gostaríamos de dizer, por último, que é mais importante para o trabalhador, é mais impor-

tante para as pessoas que vivem no turismo e que precisam do turismo realmente, que esta unidade seja mantida. Nós temos um exemplo agora claro do que é este trabalho. Nós acabamos de assinar um convênio com a Câmara dos Deputados, e nós estamos operar através de alunos, todos os restaurantes e unidades de alimentação da Câmara dos Deputados. Ali serão preparados cerca de mil jovens por ano que vão ser colocados no mercado de trabalho.

Mas eu não vou me alongar, e vou passar a palavra, eu peço permissão ao Presidente, ao Dr. Carlos Thadeu que é um economista consagrado para que ele possa fazer uma exposição mais objetiva, realmente, do que nós estamos dizendo, da forma como nós estamos falando.

Dr. Carlos Thadeu, por favor.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. Carlos Thadeu, V. Sa. é muito bem-vindo, mas que o acontece é o seguinte, pela minha lista de oradores aqui, quem vai falar agora é o Sr. Nelson de Abreu Pinto.

Eu pergunto ao Sr. Nelson se quer ouvir o Dr. Carlos Thadeu ou se quer... O Sr. Nelson de Abreu Pinto, então manifestou o desejo de ouvi-lo e possibilitar que V. Exa. fale o restante do tempo e ainda uma prorrogação de alguns minutos.

Portanto, com a palavra o Sr. Carlos Thadeu, também representante da Confederação Nacional do Comércio.

SR. CARLOS THADEU DE FREITAS: Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores, Heráclito Fortes, Dornelles, Ministro Dornelles, Santana, todos os Senadores presentes, Gerson Camata, Quintanilha.

Bem, o Gil já falou aqui bastante suficiente eu vou só dar alguns dados mais econômicos. A minha ideia é fazer uma análise macroeconômica para mostrar que não há sentido em você separar recursos agora. Pode passar.

Bem, primeiramente todo mundo já sabe, a CNC ela engloba várias atividades que são às vezes... não podem separar essas atividades. O Gil falou muito bem, a maior parte das nossas áreas e estados dependem de entrada de recursos de outros estados, há subsídios dentro do próprio sistema, que é uma coisa muito importante. Pode passar.

Bem, nós temos vantagens econômicas, primeiramente, investimentos a mais de 60 anos. O Senador Heráclito Fortes falou aqui muito bem, investimentos fixos, infraestrutura que geram economias de escala e que geram externalidades positivas, isso que é fundamental. Que é isso? Quer dizer, quando você tem um hotel, você puxa uma loja, um restaurante, um bar,

comércio, uma coisa chama a outra, poucas atividades têm externalidades positivas, e a CNC tem porque abrange muitos setores.

Bem, o outro ponto que eu acho muito importante também, é que nós temos economia de escala, isso hoje é fundamental; investimentos fixos já realizados. Então, você tem um laboratório que serve para tal escola, que serve para tal curso, então isso aí permite você ter cursos fixos unitários bem mais baixos, então há uma economia escala muito forte, fortíssima no sistema. Nós temos investimentos fixos enormes. Pode passar.

Aí mostra também a base tributária do setor turismo, que é muito baixa, por quê? Nós arrecadamos e gastamos muito mais, SESC/SENAC gastam muito mais do que arrecada. Isso mostra que tem outros setores que estão financiando o setor de turismo. E mostra a importância de você ter uma Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo. Pode passar.

Aí mostra a Receita e dispêndio com turismo do SESC, quer dizer, o SESC gasta muito mais do que recebe. Pode passar.

Aí a participação das empresas contribuintes da área de turismo. É uma base pequena, somente 3,8% de empresas contribuem, porque você tem muita informalidade e optantes pelo simples, então a base é muito pequena. Como é que essa base pequena vai fazer sustentar o resto? Vai fazer investimento de infraestrutura, externalidades positivas, economias de escalas, não vai construir isso nunca, 60 anos que você está construindo, e uma base dessa de contribuição pequena. Então não vai ter investimento fixo, vai ser uma base para financiar, base de financiadores e não a base de investidores. Pode passar.

Aí tem a participação de cada estado, vejam bem que há uma concentração bastante nos estados mais ricos. O que faz a CNC? Distribui esses recursos dos ricos para os menos ricos. Aí mostra exatamente esse percentual, quer dizer, os estados menos ricos estão recebendo mais, porque eles não têm realmente condições de ter acesso. Pode passar.

A infraestrutura e a locação. Por exemplo, têm certos cursos, Gastronomia versus Gestão, que são cursos que têm custos diferenciados, mas com a nossa infraestrutura, você atende a esses dois cursos sem maiores problemas, porque você tem infraestrutura operacional, tem economias externas. Como eu falei aqui no começo, é um laboratório, é uma faculdade, por exemplo, que abriu de economia. Ela tem salas que estão paradas com laboratórios importantes, então você usa para outras áreas, direito e outras áreas. Então é isso que nós temos, nós temos investimentos fixos, hoje com a atual tecnologia, você pode usar para

vários setores, então você tem também o seguinte: a abrangência e eficiência do sistema também, porque tem curso gratuito, nós temos parceria pública, isso aí custa caro. Pode passar.

Isso o Gil já falou. Esse quadro é importante, mostra o seguinte, emprego aqui no Brasil, no turismo, ele teve certos momentos que o emprego teve uma taxa menor de crescimento, agora as matrículas do turismo no SENAC continuaram crescendo. Nós tivemos uma taxa média de crescimento de emprego nessa época aqui de 4%, enquanto que a taxa média de crescimento na matrícula no SENAC foi de 11%, quer dizer mesmo em épocas que a economia desacelerou, o SENAC preencheu seu fator social, deu aula, abriu turmas, formou gente, isso mostra a importância das faculdades de turismo do SENAC. É um dado econômico do CAGED que mostra o curso no SENAC, a sua importância, vis-à-vis da economia brasileira. Pode passar.

O SENAC todos nós já sabemos, o Gil já falou, é realmente o portfólio o SESC também, o SENAC, isso depois... Pode passar. Também já tem vários centros etc.

Conclusões. O sistema possui estrutura produtiva eficiente, abrangente e gera externalidades positivas, isso que é fundamental. Gera economias externas, uma coisa chama outra, um hotel chama um bar, um restaurante um serviço, então isso aí não é qualquer um setor que tem. Alguns têm até externalidades negativas, o nosso é positivo. Outra, o setor de turismo se beneficia dos ganhos de escala do sistema, que é enorme, como eu já falei aqui. Outra, com a dissociação, com a separação, não seria possível construir estrutura igual. Como é que você vai construir, construir uma estrutura dessa, separadamente? Não tem como fazer, porque você não tem como gerar economias externas, ganhos sociais. Por exemplo, você tem no SESC uma série de ganhos sociais que estão ali de graça para quem faz o Curso de Turismo. Isso é um benefício externo, é um ganho positivo.

Outro ponto mais importante, na atual conjuntura econômica com a capacidade ociosa da economia elevada, não há espaço para gastos ineficientes, esta é uma realidade. E outra, o dinheiro do SESC e SENAC, todo mundo sabe que é um dinheiro carimbado, que tem um custo de oportunidade que é a taxa de juros que nós estamos pagando no mercado, que o tesouro paga no mercado, a taxa alta. Então esse dinheiro carimbado não pode ser desperdiçado. E pior ainda, se fosse uma conjuntura econômica altamente benéfica, o país bombando, crescendo a taxas de 10, 15% ao ano, não. Nós temos capacidade ociosa, prédios vazios, temos professores que não estão dando aula

e ganhando dinheiro. Então, gerar mais um espaço ineficiente com recurso que custa caro, o recurso é carimbado, como eu já falei aqui, o curso é oportunidade, é o curso de captação do tesouro no mercado. Então, nas atuais circunstâncias realmente senhores eu acho que não a melhor decisão gerar um setor separado e sim, manter o setor unido. Perfeito, Senador?

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Carlos Thadeu, pela observância do tempo e tenho a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Nossa saudação.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Desculpe, Sr. Nelson, o senhor vai me permitir um aparte. Como no Plenário, na vida Parlamentar, mas eu quero comunicar que na sala nove já existe um telão à disposição daqueles que não estão bem acomodados. Mas eu sei que alguns preferem mesmo assistir ao vivo, mas aqueles que quiserem, na sala nove se dispõe de um telão para os senhores e as senhoras.

Desculpe, Dr. Nelson. Com a palavra, V. Sa.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Exmos. Srs. Senadores, Garibaldi Alves, Presidente da CAE, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da CDR e Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da CAS. Os nossos cumprimentos especiais aos Srs. Senadores que participam dessa Audiência Pública, os nossos cumprimentos aos companheiros que estão aqui presentes na Mesa e minha saudação aos trabalhadores e empresários do comércio e do turismo que nos honram com a presença.

Meu registro inicial, enquanto nós vamos ter a oportunidade de ver um vídeo de uns quatro minutos, Senador, eu peço autorização para entrar, a minha saudação a presença das cinco federações que integram a CNTur, nós estamos representando também a Federação de São Paulo, a FENACTUR pelo Carlos Alberto Sá, a FHORESC Santa Catarina, pelo Presidente Bresolin, Minas Gerais pelo presidente da Federação Paulo César Pedrosa e a FENERC pelo seu Presidente. Eu queria nesse momento aqui a atenção das autoridades e dos Parlamentares e dos presentes, para que a gente possa assistir este vídeo que vai dizer a verdadeira razão da CNTur apresentar ao Brasil o Sistema S integrado agora com a rede Brasil de qualificação e desenvolvimento social.

Muito obrigado, Presidente.

[exibição do vídeo]

[música]

NARRADORA: Somos a país do futebol, somos o único pentacampeão do mundo. Somos o país que mais exporta jogadores, estamos em todos os continentes mostrando a nossa arte. Em 2014, seremos o país sede da Copa do Mundo.

[música]

Também estamos disputando a indicação da cidade sede dos Olimpíadas de 2016, e isso pode ser só o começo. Venha com a CNTur, venha mostrar para o mundo que o destino do Brasil é ser gigante.

[música]

A CNTur já está trabalhando nisso, tanto que criou a Rede Brasil de Qualificação e Desenvolvimento Social do Turismo, uma rede nacional cooperada com as principais instituições acadêmicas de ensino do turismo no país, oferecendo cursos e treinando brasileiros para o desafio de tornar o nosso turismo um produto tão vitorioso quanto a nossa seleção.

[música]

A CNTur é oficialmente instituída. As entidades e o 'trading' do turismo já estão de mangas arregaçadas para trabalhar pelo fortalecimento do turismo brasileiro. A gestão desse negócio precisa passar para as mãos de profissionais 100% voltados para o turismo. Só assim, a CNTur vai conseguir trabalhar para um dos mais eventos da terra, a Copa do Mundo, seja um pontapé dessa arrancada. Todas as lentes do mundo estarão apontadas para cá, este será o melhor momento para mostrar que o país do futebol também é o país do turismo. Se não centralizarmos a gestão em uma entidade exclusivamente focada no turismo, corremos o sério de risco de frustrar toda uma nação.

Vamos mostrar que a alegria e o clima de festa dos 30 dias da Copa dura o ano todo, vamos mostrar nossas potencialidades e que temos competência para receber eventos desta grandeza.

[música]

A CNTur vai apoiar os profissionais, os empreendedores e os destinos turísticos nacionais, para que possam alcançar um padrão de excelência internacional até 2014.

DEPOENTE: A copa de 2014 é a maior oportunidade em muitas décadas de projetarmos uma imagem diferente do Brasil para o mundo. Somos muito mais do que o país do samba e do futebol. Produzimos aviões, tiramos petróleo de águas profundas, lideramos a produção de combustíveis limpos e avançamos na pesquisa genética. O esforço de todos nós, Governo e iniciativa privada vai mostrar aos estrangeiros que o Brasil já chegou ao futuro.

[música]

NARRADORA: Todo esse esforço não será apenas para os 30 dias da Copa, esses investimentos ir ao

causar transformações permanentes e duradouras para toda a região das cidades onde ocorrerão os jogos.

DEPOENTE: Como Ministro do Trabalho e Emprego, eu tenho consciência da importância que o Brasil terá em 2014, sediando a Copa do Mundo. Para isso nós temos que qualificar o nosso trabalhador, qualificar os nosso jovem, preparar essa grande gama de brasileiros e brasileiras que querem trabalhar para fazer a Copa do Mundo de 2014 um grande evento de sucesso no Brasil.

Por isso nós estamos com uma parceria forte com a Confederação Nacional de Turismo para qualificar o trabalhador, para preparar ele para esse emprego que vai surgir e ser gerado em todos os Estados Brasileiros.

[música]

NARRADORA: Acreditamos que esse mercado tem muito para crescer, já avançamos bem, hoje somos o 45º destino turístico mundial, mais de cinco milhões de turistas visitam o país por ano, deixando mais de cinco bilhões de dólares em divisas.

Mas estes números ainda estão muito aquém do nosso potencial. O projeto da CNTur é multiplicar por dez esses números, esta é a nossa meta.

[música]

Veja, por exemplo, o caso da França. Apesar de ser quase do tamanho do Estado de Minas Gerais, só em 2006 ela recebeu 78 milhões de turistas e pretende atingir 40 bilhões de euros de Receita em 2010.

[música]

Somos o pulmão da Terra, nossa natureza é única, temos a maior floresta tropical do mundo e mais de oito mil quilômetros de costa com praias maravilhosas. Aqui o sol brilha o ano inteiro, temos calor, frio, mata, terra, mar.

[música]

A CNTur quer mostrar para o mundo que também somos um país moderno, estruturado, que podemos ter serviços de primeira classe, moderno sistema de transporte e serviço para a realização de negócios e eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Vamos encantar milhares e milhares de turistas que virão para cá torcer pelo seu país de origem, e que depois irão voltar trazendo mais turistas e mais divisas para a nossa nação, eles serão os grandes divulgadores das maravilhas que temos aqui, precisamos encantar cada um deles.

[música]

Sabemos que mostrar o Brasil em toda a sua diversidade é um desafio do tamanho do nosso país, por isso temos uma instituição com foco exclusivo para o turismo.

DEPOENTE: *Conquistar a Copa de 2014 foi algo muito importante, agora é hora de trabalhar duro, melhorar a infraestrutura das cidades, qualificar serviços, capacitar os nossos trabalhadores e provar ao mundo que além de país do futebol, podemos ser também o país do turismo.*

[música]

NARRADORA: *A CNTur está preparada para essa tarefa e traz para si o desafio de ajudar o turismo brasileiro a se tornar uma fonte de renda ainda mais significativa no PIB nacional.*

[música]

Junte-se a nós desse desafio, vamos mostrar para o mundo por que temos tantos motivos para viver aqui no Brasil.

[fim do vídeo]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Exmo. Srs. Senadores, o objetivo deste vídeo é trazer à tona a discussão real dessa Audiência Pública. Nós tivemos aqui na abertura, a mensagem da CNC, preocupada com o futuro do SESC, SENAC, preocupada com o futuro da CNC, preocupada com que a gente possa ter uma função específica de tratar o turismo como coisa séria, independente. Eu tenho aqui um representante da Confederação Nacional da Saúde, que há oito anos aguarda a criação dos Ss da saúde, que a CNC está cuidando, alguém aqui ouviu falar a formação de enfermeiros, cursos especiais para a saúde? Alguém aqui tem conhecimento da especialização que se faz?

[manifestação da plateia]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Calma, calma, não vamos nos entusiasmar, não estamos ainda na Copa.

[risos]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Sr. Presidente, eu queria fazer uma denúncia aqui, aproveitar essas vaías do Plenário para fazer uma denúncia, que nós aqui não estamos ainda requerendo a abertura das contas da CNC, examinar mais de 100 processos que o Tribunal de Contas, examina do SESC e SENAC, nós temos diversas condenações, não estamos querendo entrar nesse nível, quando nós chegamos aqui às nove horas, Sr. Presidente, a nossa Diretoria, cerca de dez Diretores, o Plenário estava ocupado por trabalhadores preocupados em perder emprego. Dá a impressão que a CNTur, ao criar o Sistema S, vai inviabilizar o SESC/SENAC, quando é o contrário. O senhor ouviu o depoimento agora aqui do representante da CNC, fazer uma demonstração que o turismo dá prejuízo para o SENAC. Ora, se nós damos prejuízo e eles, eu vou apresentar uma tela na sequência, em que nós temos comprovação, o balancete do SENAC, que o

turismo propicia mais de 50 milhões de prejuízo para o SESC/SENAC.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu já esperava isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra V. Exa. para uma questão de ordem.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Essa é uma audiência pública, que nós tivemos a oportunidade de reunir aqui, três Comissões concomitantemente, eu diria que é uma reunião de instrução para que os Srs. Senadores compreendam o que é SESC, SENAC, SENATUR, quando formar, ou se formar, e não uma reunião de denúncias. V. Exa., ao fazer a denúncia, cabe usar um foro adequado e acho que tem que usar esse foro.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu vou atender ao pedido de V. Exa.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Agora, aqui não. É uma Audiência Pública que nós estamos querendo ser instruídos para depois votarmos os relatórios, e essas instruções nós convidamos expositores dos dois lados, do lado que sugere a criação de novos serviço e o lado que hoje trata da gestão ou pelo menos do conhecimento do SESC e do SENAC. Acho que não é o momento de denúncias, não me parece o foro adequado.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: [interrupção do áudio] evidentemente não estamos aqui formalizando denúncias, haverá o momento próprio.

O que eu queria dizer ao Srs. Senadores--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): De qualquer maneira a denúncia está formalizada, foi feita de maneira pública, e eu requeiro a V. Exa. as notas taquigráficas para as providências que eu acho que essa Casa tem obrigação de tomar.

[palmas]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Muito obrigado, Senador. Obrigado pelo apoio, Senador Heráclito. Eu queria, continuando se me permitem os Srs. Senadores e a Mesa, dizer que essa Audiência Pública está efetivamente ocupando um espaço da agenda do Senado que eu acho até que é ilegítima a preocupação da CNC solicitar uma Audiência Pública para questionar a criação dos Ss, quando nós temos uma confederação patronal já consagrada por edição de atos legítimos

do Judiciário e do Executivo, e que aqui no Senado, quando a Confederação Nacional do Turismo vem apresentar proposta inovadora para o país, tentando tornar o programa turismo para todos, universalizar o acesso ao turismo com políticas públicas que nós vamos colocar em discussão, para reduzir o custo do turismo em cerca de 50% para grande parte da população brasileira que hoje pelo baixo poder aquisitivo não tem acesso. A nossa preocupação em estimular o turismo interno visa fazer do turismo a principal atividade da nossa economia.

É esse o objetivo que nós queremos criar os Ss, independente do SESC/SENAC, porque a CNC não tem mais legitimidade de representar o turismo com a criação de uma Confederação do Turismo, da mesma sorte que não tem mais condição de representar os hospitais e casas de saúde com a criação da confederação da saúde.

Isso é uma evolução natural, os menores estados, os mais pobres, como foi colocado aqui pelo representante da CNC, serão os mais beneficiados com a políticas que a CNTur vai implementar dentro país. E quando nós sabemos que vai demorar 60 anos, segundo colocou aqui o representante da CNC para que a CNTur tenha a magnitude dos equipamentos que o SESC/SENAC instalou no país e que nós reconhecemos a excelência desses equipamentos, ninguém aqui veio predisposto a questionar se a CNC faz ou não faz no SESC/SENAC um brilhante papel no tocante ao comércio, o que queremos dizer é uma atividade nova, turismo, precisa ter um espaço próprio para poder ajudar o Piauí, do Senador Heráclito, de uma forma não agora ocasional como está acontecendo que a CNC se preocupou apenas agora em 2003, com a chegada do CNTur nas questão do Judiciário, é que o SENAC começou a investir dinheiro.

Eu tenho um balancete que mostra que a CNC investiu, Senador Heráclito, no Brasil 460 milhões e arrecadou 220 do turismo. Então dá um prejuízo em cinco anos de cerca de cinco milhões por ano, é essa a realidade da CNC. Não estamos questionando número, nós não teremos capacidade de ter evidentemente em um ano, dois anos, os recursos que a CNC, nesses 60 anos se apoderou da arrecadação do turismo, o que eu quero questionar é que nós vamos construir algo novo que vai ser somado ao SESC/SENAC no Piauí, em todos os estados. O Piauí ganha, que continua com o SESC/SENAC, mas vai ganhar o SESTUR e o SENATUR, que são equipamentos que não vai demorar 60 anos, porque agora nós vamos mostrar que já firmamos essa nova realidade, que é a criação--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Nelson, é só para fazer um apelo para V. Exa. concluir--

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu vou concluir.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): --porque o tempo de V. Exa. já esgotou.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Obrigado, Presidente. Então, Presidente, eu estou aqui, evidentemente, falando no espaço dos dois oradores da CNC, eu queria concluir dizendo o seguinte, a nova realidade do turismo brasileiro, e aqui o Prof. Mário Beni e o Prof. Plínio Sarti vão concluir depois o sentimento nosso, é que nós vamos poder sim, não esperar 60 anos, mas já nos próximos meses foi criada a rede Brasil de qualificação e desenvolvimento social turismo.

Quero agradecer ao Campus Acadêmico do Brasil, hoje nós temos 112 universidades, faculdades, escola de hotelarias que já nos próximos meses, nós vamos, com o apoio de um *pool* de empresas do setor da indústria fornecedora do turismo, que vai viabilizar recursos para que a gente possa fazer, realmente em cinco anos para chegar na Copa com um país organizado, aquilo não foi feito em 60.

Eu quero aqui denunciar também que o SENAC, hoje, não tem mais do que 1% da nossa mão de obra, oito milhões de trabalhadores, não chega a 1% da mão de obra formada pelo SENAC. Nós queremos formar 100% da mão de obra do turismo nacional, e nesse sentido nós vamos trabalhar junto com os trabalhadores da CONTRATUH para fazermos ações integradas: trabalhadores, empresários e o Poder Público fazendo ações modernas, para resgatar esse extraordinário atraso que o Brasil tem. Meus cumprimentos ao Presidente Lula, ao Ministro Carlos Lupi, ao Ministro Luiz Barreto, mas é pouco o Brasil receber cinco milhões quando a França recebe 78 milhões. Nós podemos já, até a Copa, estar recebendo 10 milhões e o nosso projeto de aumentar para os 50 a vinda de visitas para o Brasil, uma realidade, e o SESC vão ser respeitados e valorizados e não se discute aqui o valor do SESC/SENAC, nem ele vai perder espaço, pelo contrário, esses 50 milhões por mês que nós damos de prejuízo virá em benefício dos trabalhadores do setor do comércio, que nós respeitamos, e principalmente em benefício dos trabalhadores do turismo que não têm acesso e que passarão a ter, porque nós vamos trabalhar com a Confederação Brasileira dos Clubes que vai nos ceder 800 clubes, para que a gente possa ter em convênios, a presença já a partir dos próximos meses.

E o meu agradecimento ao Prof. Mário Beni, que viabilizou não em 60 anos, mas em 60 dias, nós cons-

tuirmos uma rede de equipamentos para a formação profissional do turismo no Brasil, que já começa a trabalhar nas doze capitais e vamos estender isso para todas as 26 capitais do país e o Distrito Federal.

Eu queria dizer que a minha vinda aqui... Eu dizia que esta não é uma reunião para a gente levar esse aqodamento na hora que eu comecei a falar, nós ouvimos atentamente, nós fomos vaiados, Senador Heráclito. Eu disse que a nossa vinda aqui--

[manifestação da plateia]

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu disse aqui, Senador, que a minha vinda... Eu estou encerrando, apenas eu queria dizer que o nosso próprio foi de discutir com o Senado, as três Comissões, o que é a SENATUR e o que é a proposta nova que vai se somar com o SESC/SENAC em cada estado. Nós não vamos inviabilizar o SESC/SENAC, eles vão continuar vitoriosos, porque já são fortes e organizados. Vamos criar um sistema novo para fazer do turismo a principal atividade econômica do país, é a nossa proposta.

[palmas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É para um esclarecimento muito rápido. Eu estou aqui tomando conhecimento, tomando pé das propostas, mas eu quero, por questão de Justiça, Dr. Nelson, dizer que nem ouvi e quero crer que ninguém aqui tenha ouvido uma vaia a V. Sa.

V. Sa. fez uma pergunta se alguém tinha conhecimento de investimento na área da saúde. E aí responderam que sim. Não entendi como vaia, queria apenas deixar esse registro, já que eu fui invocado como testemunha.

[palmas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Apenas esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu lembro que existe um telão na sala nove, lembro até para poder desafogar um pouco aqui a tensão.

Eu pergunto à Profa. Léa Viveiros de Castro, que é a única mulher presente nessa Mesa, se ela quer antecipar a sua fala ou não. Porque as mulheres aqui têm prioridade.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. Norton Luiz Lenhart, que é Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares.

SR. NORTON LUIZ LENHART: Se eu entendi bem, o senhor estava antecipando para Sra. Léa, ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas ela não quis.

SR. NORTON LUIZ LENHART: Abriu mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ela é uma Democrata, não quis.

[risos]

Mas Democrata, não no sentido... É também, é?

[risos]

SR. NORTON LUIZ LENHART: Bem, Senador Garibaldi Alves, Presidente da Mesa e da Comissão de Assuntos Econômicos, demais Senadores aqui presentes, líderes empresariais que no nome do nosso vice-Presidente Gil Siuffo e em nome do Dr. Nelson Abreu eu quero cumprimentar a todos. Quero cumprimentar o Moacir Tesch e em nome dele todos os trabalhadores da nossa área aqui presente, senhoras e senhores.

Eu presido a Federação Nacional de Hotéis, entidade essa com mais de 50 anos de atividade em nosso país e que congrega mais de um milhão e 200 mil empresas e gera oito milhões de empregos neste país.

E cabe destacar, Srs. Senadores, que desses oito milhões de empregos que nós geramos, 97% tem até o segundo grau, portanto, fora das novas tecnologias. E que os cursos de capacitação profissionais são fundamentais para a geração de empregos e o nosso setor, com a empregabilidade que tem, os senhores podem ver a importância dessas escolas profissionalizantes para o nosso setor.

Quero dizer também aos senhores que coordeno a Câmara Brasileira de Turismo da CNC, a primeira entidade ou o primeiro órgão, ou o primeiro Fórum, que congrega todo o setor produtivo de turismo, as 21 maiores entidades empresariais desse país fazem parte da mesma. E aí sim, nós podemos junto, todo o turismo, trabalhar de uma forma conjunta e somente o setor privado. Pela primeira vez no país. Pela primeira vez no país parafraseando o nosso Presidente da República, nós unimos o setor privado brasileiro para discutir as questões macro do turismo brasileiro, pela primeira vez. Até então um setor muito segmentado, até porque o turismo é assim, são 52 atividades econômicas diferenciadas umas da outra que compõe o turismo, que é uma atividade extremamente complexa. Nós também coordenamos a Câmara Temática de Legislação do Ministério de Turismo, somos membros nacional do Conselho de Turismo e somos vice-presidente do Conselho Empresarial da Organização Mundial de Turismo. Nós somos o primeiro brasileiro

a assumir tal cargo honroso dentro dessa entidade internacional. Digo isso para os senhores, para me qualificar quando estou aqui falando com os senhores. Pode ter gente que conheça turismo tão bem quanto eu, acho que mais do que eu no Brasil são poucos, sem falsa modéstia, são 30 anos de atividade nesse setor, então têm pessoas que conhecem tanto quanto eu, mas muito mais do que eu, acho difícil. Parece que eu estou sendo não modesto, mas eu quero me qualificar para apresentar as minhas razões, então por isso que eu estou fazendo isso.

Quero também dizer que respeito e muito a luta Dr. Nelson Abreu e do Bresolin que estão aqui, são homens que encabeçaram isso. Os nossos propósitos são os mesmos, nós queremos o melhor para o turismo do Brasil, só que os nossos caminhos são diferentes, só que a nossa proposta para chegar lá é diferente, mas volto a afirmar, respeito a luta deles.

Eu acho que nós não poderíamos abrir mão nessa discussão, de falar da representatividade de setor também. Eu acho que isso é extremamente importante para trazer subsídios ao Srs. Senadores para decidir essa questão. A Confederação Nacional do Turismo foi criada de fato pelo Ministério de Turismo, mas nós devemos lembrar que ela foi criada em cima da Portaria 186 do Ministério do Trabalho, que permitiu a criação dessa Federação e que a mesma está sendo contestada, não pela CNC, não pela CNI, não pela CNA, não pela CNT, mas por várias confederações dos trabalhadores também, que está no Supremo Tribunal Federal. Porque se essa inconstitucionalidade dessa Medida Provisória 186, essa portaria for realmente dada como inconstitucional, todas as entidades que foram criadas sobre essa base de sustentação, elas deixarão de existir. Mas isso é apenas uma parte jurídica que ainda está sendo questionada no Supremo Tribunal. Esta Confederação Nacional de Turismo, na verdade, na forma que ela foi constituída, Srs. Senadores, ela, na verdade, a Constituição dela está de hotéis, restaurantes, agências de viagens, parques temáticos e organizadores de eventos.

Para salientar aos senhores, para deixar claro, dessas entidades que eu citei, somente restaurantes, hotéis e agentes de viagem são sindicalizados, as demais não são sindicalizadas, são entidades associativas. E eu quero lembrar, dessas 23 entidades empresariais, as grandes entidades empresariais nacionais do turismo brasileiro, somente duas são sindicais. Somente duas. Uma é a Federação Nacional de Hotéis e Restaurantes, que eu presido, e outro é o Sindicato das Empresas Aéreas, e aí é a questão da representatividade.

As empresas aéreas, os transportadores terrestres, que são parte fundamental do turismo, jamais vão estar na confederação de turismo, portanto, eu questiono a representatividade dela. A Confederação de Turismo na verdade, representa parte do turismo brasileiro, que são hotéis, restaurantes e agentes de viagem, parte. Agora os transportadores jamais farão parte delas, porque já estão na Confederação dos Transportes.

E mais. Com a abertura de criações de confederações, está aí a confederação de serviços. A agência de viagem é serviço puro, organizadores de eventos, serviço puro. Será que elas ficam no turismo ou vão para a confederação de serviço? Há que se questionar a quem se interessa esse tipo de divisão? Eu tenho andado o mundo inteiro em função da organização mundial do turismo e não conheço nenhuma entidade patronal do turismo sindical. Nenhuma. Existe associativa, sindical não. E Srs. Senadores têm que atentar a isso, entidade sindical é uma coisa, associativa é outra. Entidade associativa não tem direito a voto dentro de entidades sindicais, são específicas, as sindicais, para um determinado tipo de atuação.

Então essa questão da representatividade, volto a afirmar, eu acho questionável. Vamos à viabilidade econômica das entidades sindicais.

O único meio de custeio para as entidades Sindicais está inserido no art. 8º do inciso IV da Constituição Federal, e nos arts. 578, 580, 587 e 589 da CLT, que diz que o meio de custeio das entidades sindicais é a contribuição sindical, não é Ss. Os Ss são para serviços sociais e para a formação profissional. Então o meio de custeio dessas entidades é contribuição sindical.

Vamos fazer um exercício. A contribuição sindical é dividido 5% para as confederações, 15% para as federações, 60% para os sindicatos e 20% para o Ministério, Ministério do Trabalho. Vamos pegar a minha Federação que está em 23 Estados da Federação, nós recolhemos em 2008 de contribuição sindical 1 milhão, 256 mil reais, que representa 15% do rateio da contribuição sindical nesses 23 Estados da Federação, apenas 1 milhão 258. O que foi para a CNC? 418 mil reais.

Vamos supor que eu bote dentro da Federação Nacional a Federação de São Paulo, a Federação de Santa Catarina que estão fora e as agências de viagens, e vamos duplicar esse número, vamos dizer que nós fazendo exercício grande, vamos arrecadar seis milhões de reais, estou fazendo quatro vezes mais, que o vai para a Confederação de Turismo são dois milhões de reais. Dois milhões de reais, vocês conseguem manter uma Confederação Nacional de Turismo? Seis milhões de reais dá para manter as federações

estaduais no Brasil inteiro? Duvido. E se fizer... e se fizer, vão ser muito fracas. E para que nós precisamos entidades fracas?

Segundo. Bom, eu já mostrei que pela contribuição sindical realmente nós ficamos com calça curtas, evidentemente com recolhimento pífio. Como esse é o único meio de recolhimento, vamos aos Ss, que é a questão que nós estamos focando aqui. O SESC foi criado pela Lei 9853, de 46, onde destina 1,5% para serviços sociais do valor total da folha de pagamento de cada empresa. E aí foi sábio o legislador na época, porque fez com que as empresas com mais funcionários, com maior folha de pagamento, pagasse mais e as com menos pagasse menos. Muito bem. E depois veio a Lei 8.036, de 1990, onde reduziu de 1,5% para 1,2%. A do SENAC foi criada a Lei 8.621, de 46, destinando 1% para a formação profissional também da mesma forma, do valor total da folha de pagamentos.

Mas depois, Srs. Senadores, os senhores em 2006, aprovaram uma lei chamada Lei da Pequena e Micro Empresa, que teve a finalidade de desonerar a carga tributária das pequenas empresas desse país, e onde lá pelas tantas na lei diz o seguinte: "O optante do Simples Nacional, estão desobrigados a pagar a contribuição instituída pela União, inclusive as contribuições de serviço social e formação profissional vinculado ao sistema sindical". Logo após vem uma Instrução Normativa, 608 de 2006 do Ministério do Trabalho, que ratifica essa posição e explicita mais, dizendo que desobriga as pequenas e micro empresas da contribuição do SESC, do SENAC, do SEBRAE e dos congêneres, e ao mesmo tempo, eu vejo pelo IBGE de 2008, dizendo que as pequenas e micro empresas são vitais para o mercado de turismo e representam 97% do setor, é o IBGE que está dizendo. Se as empresas de turismo representam 97% do setor, senhores, de onde nós vamos arrecadar os Ss? E eu também vou fazer um exercício aqui, vamos pegar os hotéis, os restaurantes e as agências de viagem que na verdade hoje são sindicais que estão dentro dessa confederação de turismo. Nós somos mais de um milhão de restaurantes, em torno de 60% na informalidade, desses que estão na formalidade não alcançamos 12 ou 13 mil restaurantes que têm lucro presumido ou lucro real, o resto está tudo na informalidade. Nós somos 26 ou 27 mil meios de hospedagem no país, não chega a sete mil que é lucro presumido e lucro real. Nós somos em torno de cinco a seis mil agências de viagens que não tem dez empresas no país com lucro real ou lucro presumido. Então nós estamos falando num universo de 18 mil empresas que vão arrecadar os Ss no Turismo. É bem verdade que é deficitário os

Ss no Turismo na CNC, e por isso nós não podemos sair da CNC porque ela nos dá essa condição.

Eu quero finalizar, perguntar os Srs. Senadores se é possível o setor empresarial brasileiro da área de turismo abrir mão de 458 unidades escolares, sendo que 355 a para educação profissional em nível médio, superior e pós-graduação do turismo e hospitalidade. Se é possível nós abrimos mão de 70 unidades móveis, sendo 21 só para o turismo. Se é possível nós abrimos mão de uma formação de dois milhões e 200 mil pessoas em 2008, sendo que só no turismo 147 mil 681 nos últimos seis anos, 846 mil, 694 pessoas formadas pelo SENAC.

Se é possível nós abrimos mão de 244 tipos de cursos de turismo, eu posso citar aqui para vocês: formação inicial continuada, aprendizagem de ajudante de garçom, de office-boy, agências de viagens, camareiras, churrasqueiros, cozinheiros, gestor de turismo, organizadores de eventos, monitores recreativos. De educação profissional técnica de nível médio: técnicos em eventos, guias de turismo, não é só em hotéis e restaurantes, açougueiros, churrasqueiros, enfim.

Se é possível nós abrimos no curso superior, bacharelado em hotelaria, tecnologia em hotelaria, tecnologia em gastronomia, administração e organização de eventos pós-graduação de Administração de empresas, de hospedagem, de alimentação coletiva. Se é possível nós abrimos mão de seis hotéis-escolas e alguns dos maiores níveis no mundo, como é de São Paulo, de Águas de São Pedro, de restaurante, lanchonetes e confeitaria escola.

Estamos em 2500 municípios desse país, e graças a essa capilaridade do SENAC, nós estamos conseguindo implantar talvez o projeto mais importante do turismo brasileiro, que é a regionalização do turismo, porque quem conhece o turismo sabe que o turismo nasce e nos municípios e no estado. E tu só podes fazer isso se tu tiveres capilaridade e nós, o SENAC, tem.

Como é, senhores, que os nossos trabalhadores podem abrir mão de 42 colônias de férias é hotéis com 17 mil, 501 leitos, onde a tarifa média é 39 reais com café da manhã e 50 reais para pensão completa. Isso é turismo social, senhores, que há muitos têm no país e é exemplo para o mundo. Como é que nós podemos abrir mão de dois milhões, 940 mil, 370 pessoas atendidas no turismo social? De 27 milhões de atividades educacionais, culturais esportivas e de saúde, de 174 escolas de Educação Infantil, ensino médio e fundamental, de 192 consultórios médicos, de 930 gabinetes odontológicos, 50 unidades móveis odontológicas, de 232 cinemas--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dr. Norton...

SR. NORTON LUIZ LENHART: De 200 teatros... Já estou concluindo, Sr. Senador, de 262 bibliotecas, de 147 restaurantes e 211 lanchonetes para alimentação do trabalhador. Desculpe, senhores, o nosso setor não pode abrir mão disso. Nós não podemos começar do zero, volto a afirmar com todo o respeito que eu tenho pela luta do Dr. Nelson Abreu, pelo pessoal da Confederação do Turismo, nós não podemos abrir mão disso, mais avizinando uma Copa aqui, uma possível Olimpíada, eu acho, Srs. Senadores, e a decisão não cabe a mim, não cabe ao Dr. Nelson, nem ao Dr. Antônio de Oliveira Santos, a decisão cabe aos Srs. Senadores, se nós devemos encerrar todas as atividades que eu citei aqui agora em prol do turismo e iniciar do zero numa Confederação de Turismo.

Então, senhores, está com os senhores esta responsabilidade. E eu quero agradecer a presença, novamente dizer dos meus respeitos por todos e de posição de todos. Eu como democrata respeito a posição de todos, mas tenho a minha posição, tenho o meu caminho e acho que o caminho do turismo brasileiro passa indiscutivelmente pela Confederação Nacional do Comércio, pelo SESC e pelo SENAC. Obrigado, senhores.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Norton Luiz Lenhart e concedo a palavra ao Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Primeiro--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): São oito convidados, já falaram apenas três?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Falaram três.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): E já são 11h40.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): 11h40.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É importante que pudesse dar uma agilidade e condensar mais as palavras, para que a gente possa participar também.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faço um apelo, dentro do que a Senadora Kátia Abreu colocou, para que os expositores possam conter a sua exposição no tempo

determinado, que são 15 minutos e há uma campainha, infelizmente a campainha está muito discreta, quase ninguém está ouvindo.

Desculpe, com a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E ela foi acionada alguma vez?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Foi. É tão discreta que V. Exa. não ouviu.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Realmente eu não ouvi.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Vamos lá. Vamos tentar trabalhar nos meus 15 minutos aqui.

Primeiramente eu gostaria de cumprimentar o Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente de Sessão, gostaria também de cumprimentar o Senador Aldeir Santana, Presidente da FECOMÉRCIO, Senador nosso aqui na sua pessoa e na pessoa também do Senador Leomar Quintanilha, os Senadores aqui, a Senadora Kátia Abreu, na sua pessoa, as mulheres aqui presentes. Gostaria também de cumprimentar os nossos dirigentes sindicais e trabalhadores representando pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo, companheiro Roussel, Presidente da Federação de Turismo de Tocantins e de Goiás, na sua pessoa eu gostaria de cumprimentar os trabalhadores aqui presentes. Eu gostaria também de cumprimentar o professor Mário, representante das universidades e na sua pessoa eu gostaria estender a toda a Mesa aqui presente.

Imagine só, um peão trabalhador no meio de uma guerra de gigantes dessa que está nessa Mesa aqui, não está nada fácil, mas a exposição que eu vou colocar é única e exclusivamente, gostaria de deixar bem claro, na visão de trabalhador, de peão, das pessoas que estão envolvidas no processo da qualificação de mão de obra, que essas duas entidades, uma tem e a outra está pleiteando. A nossa confederação, ela tem uma participação ativa na área de turismo dentro do segmento, inclusive fazendo parte do Conselho Nacional de Turismo representando os trabalhadores.

A nossa vida dentro do movimento sindical está sendo tentado de todas as formas representar o trabalhador da melhor maneira possível, sempre que nos convidam, nós tentamos estar presentes. E a participação nossa na área de turismo vem há alguns anos, nós podemos voltar um pouquinho atrás para ver mais ou menos como é que a gente começou a construir o que hoje no Brasil a gente trabalha tanto para esse desenvolvimento do turismo.

Eu gostaria inclusive nesse primeiro encaminamento, fazer uma homenagem muito especial ao nosso companheiro Vades, que aqui está presente, o

professor Mário Beni, os Senadores que estiveram presentes no primeiro CEBRATUR que foi realizado, que foi o Congresso Brasileiro de Turismo, que foi feito em Goiás. Naquela oportunidade serviu de base para que se fosse levantado todos os gargalos que segurava o turismo a nível nacional. E tenho absoluta certeza que dentro desta sala aqui tem muita gente que participou dessa agenda única do turismo, que foi criada 05 e 07 de dezembro 1999. Após essa primeira CEBRATUR, já foi realizada mais dez, nós estamos no 11º. Nessa oportunidade, entre diversas questões que foram levantadas e levantadas em nível de gargalos, em que hoje inclusive serve, inclusive, foi entregue ao Presidente Lula para dar o norte do turismo a nível nacional, inclusive pela CNC foi entregue esse documento numa oportunidade no CEBRATUR, aonde que nesse momento, que foi construído por toda a sociedade, por trabalhadores, por empresários, pelo mundo político, pelas universidades, por todo o segmento que foi feito, lá trazia que nós necessitávamos criar um SESTUR e um SENATUR.

Nesse momento, não era oportuno e nem estava se discutindo qual seria representado, mas para o turismo desenvolver se fazia necessário criar um S especificamente para o turismo. Nós, trabalhadores, não queremos entrar no detalhe, da discussão de números, de valores, se é importante, se tem condição de sobreviver ou não. O que nós, trabalhadores, precisamos, e precisamos muito, para ajudar este Brasil a crescer é escola. Nós precisamos de escola. Nós não precisamos de hotéis de cinco estrelas, nem de quatro e nem de três. Nós precisamos de escola. E escola se faz de formas muita vezes muito simples, é só verificar uma das melhores faculdades aqui no Brasil que tem, de escola de hotelaria, que tem renome da escola, que é a Faculdade Castelli no Rio Grande do Sul. Quem a conhece sabe muito bem do que eu estou falando, e o próprio Prof. Mário Beni que está aqui presente, tem absoluta certeza que nós, os trabalhadores, precisamos é de escola e escolas que nós tenhamos acesso, porque os preços lamentavelmente que nos colocam, ou seja, o Norton foi muito feliz inclusive da relação de cursos que o SENAC oferece, e é muita coisa mesmo, só que o preço que é cobrado do trabalhador para ter acesso a esses cursos é impraticável. É impraticável até porque salário que nos pagam deixa muito a desejar para a gente ter acesso a esse trabalho. Possivelmente os custos desses cursos que são oferecidos, talvez eu não vou entrar em detalhe que eu não planilha e nem é a minha objeção e nem minha intenção. Talvez sejam custos sérios e honestos, acredito eu que seja, mas nós trabalhadores que ganhamos um pouco mais

que um salário mínimo não temos condição de bancar esses cursos para qualificação.

Me permita, eu tive a necessidade inclusive de verificar e recorrer aos cursos do SENAC que se fazem e eu gostaria de, me permita, Senador Almir, que inclusive é do SENAC aqui do Distrito Federal, em que traz na área de hospitalidade e lazer: Camareira, investimento 420 reais; culinária básica, investimento 150 reais; garçom básico, investimento 400 reais; organização de eventos, 480 reais; padeiro e confeitiro, 850 reais. Para quem ganha um pouco mais que um salário mínimo fica difícil fazer essas qualificações. Salgadeiro, 500 reais; segurança e manipulação de alimento, 85 reais. Tem cursos, sim, gratuitos, mas são mini cursos, são mini cursos, inclusive é o que traz na tabela.

Eu imagino então, até porque eu acho que o SENAC, ele trabalha no mundo do comércio, em todos os segmentos do comércio, até então, eu acho que ele faz bastante pelo Brasil. Mas eu acho que se nós tivéssemos um S especificamente da área de turismo, o tratamento poderia até ser com menos custos, mas se for gerenciado com qualidade, com desenvoltura, com capacidade de criação, eu acho que nós teríamos condição de melhorar a nossa escola.

Nós temos aqui também outros valores, este aqui é de São Paulo que eu peguei, custo de graduação Tecnologia em Gastronomia, mensalidade 1.665 reais; bacharelado em hotelaria, mensalidade 1.002 reais; Tecnologia em hotelaria, mensalidade 519 reais; bacharelado em hotelaria, período integral, mensalidade 1.780 reais; bacharelado em turismo, mensalidade 845 reais. Tenho outros valores aqui, inclusive de pós-graduação e coisa e tal. Também tenho valores de turismo, Agentes de Implantação de Gestão, 520; recepção de hotel, 360; secretaria de eventos, 489, certo? Gestão de turismo sustentável, 15 de 580. Esses valores, me perdoe, senhores, não é para peão. Para peão que ganha 800 reais, mil reais, ele não consegue sustentar a sua família e fazer esse tipo de coisa.

Por isso que nós dizemos, nós não temos interesse nenhum de A ou B, o que nós necessitamos é qualidade de ensino e com muitas vezes simplificação. Nós temos em nossos sindicatos, nós temos em diversos sindicatos nossos que faz a qualificação de trabalhador com valores bem menores do que esses valores aqui e tem empregabilidade. Além disso, não recebe um tostão sequer de financiamento, a não ser a sua contribuição sindical e a taxa assistencial que é cobrada.

Foi colocado também nessa Mesa, eu gostaria só de deixar claro que tem a representação inclusive das Centrais Sindicais na parte da administração dos Ss do comércio. Lamentavelmente nós só conseguimos

essa participação graças a um posicionamento político do Presidente Lula, caso contrário nós não teríamos, e até hoje desde que foi implantada a participação das Centrais Sindicais na família S, nós não conseguimos ter um representante de qualquer central que seja, dentro da administração.

Enquanto o SESI, irmão do S do comércio, há muitos anos tem a participação dos trabalhadores, inclusive tendo um trabalhador, que é o Jair Meneguelli, que foi Parlamentar inclusive da Casa, que hoje é o Presidente da família S.

Nós queremos deixar o nosso apelo e por que nós defendemos a questão do S dentro do turismo? Pode ser menor, não nesta dúvida, mas que seja voltado exclusivamente para o turismo.

Quando uma família, quando um pai e uma mãe têm diversos filhos, que você não dê carinho a todos, mas você tem que dividir, e a família dentro da família S, dentro do comércio, a família é muito grande e ela tem que dividir um pouquinho para cada um, sendo que da forma que se encontra, nós criássemos o nosso S, da forma que foi sugerido lá em 1999, que não foi proposta, nem da CONTRATUH, eu tenho absoluta certeza, aliás pode ter até sido participante dessa discussão, dessa proposta, mas foi construída com todo o segmento do turismo, nós teríamos já talvez uma melhor qualificação.

E para fechar, para não utilizar além do meu tempo, eu faço um apelo à instituição A ou a instituição B, que nós, os trabalhadores, estamos nesse meio que nós não sabemos para onde que nós vamos, mas que olhe com carinho a nossa qualificação e não tire o nosso sangue, porque o trabalhador que já está desempregado, o trabalhador que já perdeu o emprego, ou então o trabalhador que tem o salário um pouquinho acima do salário mínimo, com esses valores que são nos cobrado, nós não temos condição de pagar, não temos condição.

E daí nós estamos com a Copa agora, 2014, e não adianta nós construir hotéis, colocar bom transporte, colocar uma estrutura, construir belas arenas, mas se nós não tivermos a qualificação do trabalhador adequada, porque o turista quando vir aqui, ele não vai ter o contato direto, ele não procurar quem é o dono do empreendimento. O contato dele vai ser aquele peão que vai carregar a mala, vai ser aquele peão que vai servir a sua mesa, quem vai arrumar a sua cama, quem vai recepcionar no aeroporto e assim por diante.

Então eu peço aos empresários aqui presentes e a todos os senhores Parlamentares, olhe com carinho o trabalhador, nós não precisamos de esmola. Nós não precisamos de esmola, mas nós queremos decência e condição de igualdade com o filho do rico, até porque,

discute-se muito na questão, nas faculdades, a questão da bolsa e coisa e tal. Talvez o número reduzido deveria ser as bolsas aos ricos e não os pobres. E nós, a maioria dos trabalhadores somos pobres.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Moacyr Roberto, sobretudo pela observância do tempo. E concedo a palavra... [soa a campainha] Olha aí, a campainha tocou agora.

[risos]

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Ganhei 30 segundos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o Sr. Francisco Aparecido Cordão, que representa aqui o Conselho Nacional de Educação.

Eu quero comunicar que o Sr. Norton Luiz Lenhart pede desculpas, mas vai ter que ausentar para fazer uma viagem em função de um compromisso já assumido. Agradeço a V. Sa. sua exposição, sua participação.

Com a palavra o Sr. Francisco Aparecido Cordão.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: Bom-dia a todos e a todas. Senador Garibaldi Alves Filho, Presidente da Mesa de trabalhos, integrantes desta Mesa de trabalhos, Sras. e Srs. Senadores, senhoras e senhores aqui presentes.

Eu estou no meu terceiro mandato no Conselho Nacional de Educação, eu já desempenhei dois mandatos do Conselho Nacional de Educação, onde presidi a Câmara de Educação Básica em três oportunidades e fui também do Conselho Estadual de Educação de São Paulo e tenho quase 40 anos de trabalho na área da educação profissional.

É um prazer estar participando nesse momento desta Audiência Pública das três Comissões sobre criação de novas entidades privadas do serviço social e de formação profissional, vinculadas ao sistema sindical nos termos do art. 240 da Constituição Federal. A seguinte, por favor.

Inclusive na tela tem também o meu e-mail, que poderá ser consultado, caso os Srs. Senadores ou demais integrantes queiram fazer alguma consulta. O seguinte, por favor.

Bom, o Projeto de Lei que trata da criação do SESTUR e do SENATUR, no meu ponto de vista ele representa duplicação de estruturas administrativas para atender aos mesmos fins. Evidentemente, Srs. Senadores, com maior custo para a sociedade. Eu vou pular os dados estatísticos aqui, já foram feitos

referências pelo Dr. Norton, em nome da preservação do tempo. [soa a campanha] Essa campanha não é para mim não, não é?

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, essa campanha é também para pedir silêncio.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: Está ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas V. Sa. só vai ter esse pedido daqui a mais algum tempo.

SR. FRANCISCO APARECIDO CORDÃO: O afastamento do sistema CNC, SESC e SENAC da área de turismo e o hospitalidade, entendo eu, poderá promover a descontinuidade desse trabalho a que já fez referência o Sr. Norton, de promoção social e qualificação profissional para o setor de turismo e hospitalidade.

A ideia de criação de novos serviços sociais de turismo representa, do meu ponto de vista e da minha experiência de 40 anos na área da educação profissional e de atuação no Conselho Estadual de Educação de São Paulo e no Conselho Nacional de Educação, um retrocesso em relação ao dinamismo e à competência dos atuais trabalhos sociais e educacionais desenvolvidos por SESC e SENAC.

O SENAC hoje tem inegavelmente as melhores escolas de hotelaria e turismo do Brasil e talvez até da América Latina. Agora, o SENAC desenvolve marcante programação em turismo e hotelaria desde a década de 70, 60, finzinho de 60, começo de 70. Agora, manter essa programação de turismo e hotelaria, programação pujante com crescentes níveis de qualidade, claro que exigiu investimento pesado. Investimento pesado no desenvolvimento de *know-how*, no desenvolvimento de tecnologia específica para essas atividades de ensino, produção de material didático, instalações e equipamentos como os nossos hotéis e restaurantes-escola, mas especialmente formação de docentes, este é o grande nó na educação profissional e que exige muito investimento, exige muita seriedade. O SENAC nesse tempo para aprimorar os seus recursos humanos e desenvolver tecnologia, fez convênios com entidades internacionais, como Organização Internacional do Trabalho, universidades como Cornell, como Jean Drouant de Paris, como escola de Lausanne na Suíça, etc. Quer dizer, hoje com essa experiência, o SENAC cobre praticamente toda a estrutura ocupacional dos setores de turismo e hospitalidade, com programações estruturadas segundo itinerários formativos, quer dizer, que possibilitam contínuo e articulado aproveitamento de estudos de um curso para o outro, da formação inicial

para o técnico e assim por diante. Com programações que objetivam, com essa organização por itinerários formativos, atender as necessidades de profissionalização dos trabalhadores na área de turismo e hospitalidade e nas demais áreas atendidas pelo SENAC, desde os níveis básicos da qualificação até os níveis superiores de graduação é pós-graduação.

Em decorrência de um acordo de comprometimento da gratuidade que foi recentemente celebrado no mês de julho do ano passado, entre CNC, coordenada pelo Dr. Antônio de Oliveira Santos, SESC, SENAC e os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, coordenado especialmente pelo Ministro Fernando Haddad, o SENAC tem ampliado de maneira significativa o seu atendimento a jovens das camadas mais pobres da sociedade, inclusive os trabalhadores a que fez referência o Moacir Tesch, que me antecedeu.

O SENAC hoje, ele é reconhecido nos âmbitos nacional e internacional, inclusive dando assessoria para países que necessitam incrementar sua programação na área da educação profissional como uma instituição de excelência, na formação de profissionais para turismo e hospitalidade para todos os níveis da sua estrutura ocupacional. Estão aí os hotéis-escola para referendar esta afirmação.

A atuação do SESC e do SENAC nos campos do esporte, do lazer e da educação profissional, foi falado isso no início desta Audiência Pública, essa atuação é de fundamental importância para adequada preparação do Brasil para a Copa de 2014, Olimpíada em 2016, por conta de toda a capilaridade que o SENAC e o SESC têm na sua atuação em todo o território nacional.

Eu queria me referir especificamente ao acordo CNC, SESC, SENAC de comprometimento dos recursos com gratuidade, que foi acertado entre a Federação, o SESC, o SENAC e os Ministérios da Educação e do Trabalho sob coordenação do Ministro Fernando Haddad e do nosso Presidente, o Antônio de Oliveira Santos e o nosso Ministro, Fernando Haddad e também o Ministro do Trabalho.

Primeiro, comprometimento de parte dos recursos líquidos do SENAC com oferta de vagas gratuitas em cursos de formação inicial e continuada e de educação profissional técnica de nível médio, a partir de 2009, evoluindo anualmente até se chegar em 2014, com o comprometimento do total de 66.6%. Na seguinte projeção: em 2009, 20% dos recursos líquidos do SENAC com gratuidade, já implantado. Em 2010, 25%. Em 2011, 35%, em 2012, 45%, 2013, 55%, e em 2014, 66.6%, quer dizer, 2/3 dos recursos do SENAC serão utilizados para vagas gratuitas em cursos de formação inicial e de técnicos de nível médio. Isso representa um inegável ganho para os trabalhadores. E em

relação ao SESC, é firmado similar compromisso de aplicação de um terço da receita líquida em educação, educação básica, educação continuada, ações educativas desenvolvidas nos demais programas, destinadas especialmente a estudantes da educação básica, na seguinte escala, também: Em 2009, 10% da receita líquida, em 2010, 15%, 2011, 20, 2012, 25, 2013, 30 e 2014, 33,3, destinando-se essa programação a estudantes da educação básica de baixa renda.

Esse acordo CNC, SESC, SENAC de comprometimento dos recursos com gratuidade, firmado com os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego, o programa do SESC/SENAC de comprometimento de gratuidade destina-se essencialmente a pessoas de baixa renda. Na condição de alunos ou egressos da educação básica prioritariamente alunos ou egressos da educação básica pública e trabalhadores, seja empregados, seja desempregados, priorizando aqueles que satisfazem as duas condições, de aluno e de trabalhador.

O SENAC se compromete a utilizar a metodologia dos itinerários formativos como princípios de educação continuada para a oferta dos seus cursos e programas de educação profissional, como eu já disse, propiciando contínuo e articulado aproveitamento de estudos, porque como todas as programações estão centradas no desenvolvimento de competência profissional, porque quem procura o SENAC, procura desenvolver competência profissional para um exercício profissional competente. Entendido competência profissional como aquela capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, valores para responder aos desafios do dia a dia da vida pessoal e da vida profissional. Isso interessa aos trabalhadores, isso interessa aos empregadores, isso interessa a toda a sociedade brasileira. E organizando esses cursos por itinerários formativos, competência profissionais desenvolvidas num curso de formação inicial e continuada poderão ser aproveitados para um curso técnico, possibilitando contínuo e articulado aproveitamento dos estudos pela organização da educação profissional em termos de educação inicial e continuada, obedecendo o princípio da última resolução da OIT, a resolução 195 da OIT de aprendizagem permanente. [soa a campainha]

O SENAC se compromete a utilizar a metodologia de itinerários formativos, os departamentos nacionais do SENAC e do SESC farão avaliações periódicas que subsidiarão, subsidiarão permanentemente o acompanhamento dos resultados dos programas SESC e SENAC do comprometimento da gratuidade. Os próprios regulamentos dos SENAC e do SESC, Srs. Senadores, foram alterados com o objetivo de fornecer condições

legais e regulamentares para o fiel cumprimento do protocolo de comprometimento de gratuidade. E a ação articulada em SESC, SENAC tem propiciado importante atendimento para os trabalhadores de todos os níveis de escolaridade, tanto na educação de jovens e adultos, na formação inicial e continuada, quanto na educação técnica e na educação superior, dentro da estrutura da educação nacional.

Para concluir, ficar dentro, eu sei já terminou o tempo, para concluir nós atendemos, especialmente na área da educação de jovens e adultos e na educação profissional, mas também atuamos na educação básica, por exemplo, o SESC tem uma escola de excelência de ensino médio no Rio de Janeiro, tem escola em Goiás, em Roraima em outros estados. O SENAC tem um trabalho exemplar tanto na educação profissional da formação inicial, técnico e tecnológica, mas também um Centro Universitário em São Paulo, por exemplo, e faculdades em outro sete Unidades da Federação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Francisco Aparecido Cordão, do Conselho Nacional de Educação.

E concedo a palavra ao Sr. Mário Beni, Professor da Universidade de São Paulo, da USP.

SR. MÁRIO BENI: Sr. Presidente Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Assunto Econômicos--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem. Será que seria possível distribuir aos Srs. Senadores, depois essas apresentações que foram feitas aqui na Comissão? Providenciar isso, porque são muito ricas para definição de futuros votos?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão, vamos pedir ao Gonzaga para providenciar.

Com a palavra o Sr. Mario Beni.

SR. MÁRIO BENI: Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Qual é a razão de um Professor Titular da Universidade de São Paulo estar presente, muito honrado, a esta egrégia Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal?

Convidado pelo Dr. Nelson, nosso Presidente da Confederação Nacional de Turismo, aceitei a incumbência de organizar a Rede Brasil de Formação e Desenvolvimento Social do Turismo.

Ao longo... Eu não quero... Quero apenas dizer, pena o Norton não está presente, ele se qualificou,

na verdade era preciso, retificar um pouco, ele não o segundo ou o primeiro brasileiro a presidir ou ser vice-presidente de uma Comissão, ou de um Conselho da Organização Mundial de Turismo, na verdade o antecedeu, Caio Luiz de Carvalho como Presidente da Comissão de Relações Internacionais, este professor que vos fala, como Presidente da Comissão de Ética, representando as Américas na Organização Mundial de Turismo, e agora ele. Portanto, eu estou no Conselho Nacional de Turismo por indicação pessoal do Presidente da República por notória especialização, indicado que foi pela minha Universidade.

Turismo pressupõe, para o seu desenvolvimento, atitudes e ações de interdisciplinaridade, de transdisciplinaridade e acima de tudo de transversalidade, portanto de ação obrigatoriamente conjunta e integrada no seio do próprio Governo e do setor privado.

Nós acreditamos, e por acreditar nisso estou aqui, que o sistema de parceria com a iniciativa privada é a única solução a médio e curto prazo, para enfrentar a escassez pública de recursos financeiros disponíveis. Portanto, é fundamental destacar que estamos vivendo tempo de transformações, isto é, passando de um modelo burocrático, prestador e concessionário de serviços a um modelo empreendedor, de responsabilização solidária a que o Estado deve prestar a colaboração em conjunto com as empresas privadas e organizações sociais.

Eu, em nenhum momento, deixei de reconhecer e reconheço os relevantes serviços prestados pelo SESC e pelo SENAC, e tenho provas disso dos meus companheiros do Conselho Nacional de Turismo, de membros da Diretoria do SENAC Nacional, quantas vezes fui ao microfone para defender o SENAC, que à época teve várias das suas atribuições tiradas ou eventualmente afastadas pela então, que surgiu como a grande capacitadora de turismo no país, que à época presidia uma das Comissões do Ministério do Turismo, que foi aquele serviço que nós todos conhecemos, que acabou não se desenvolvendo e não oferecendo ao país aquilo que se propôs e eu fui um dos primeiros, no momento, a defender esta posição do SENAC, e mantendo o SENAC na Presidência dessa Comissão. Portanto, é essa visão arguta, interdisciplinar do turismo, obriga-nos a rever instrumentos de pesquisa, de investigação e o próprio processo de formação profissional em turismo. Eu me referia ao IH, Instituto de Hospitalidades, que todos conheceram e que reivindicava no Conselho Nacional de Turismo esta posição de formador nessa área de turismo.

Então, eu respeito e conheço quando ouvi agora o Prof. Francisco Cordão, que reputo uma das mais brilhantes cabeças do Conselho Federal de Educação, e

na qualidade de representante do Conselho Federal de Educação, me parece que ele foi convocado, ainda que tenha defendido, e eu concordo com ele, o plano de capacitação e qualificação do SENAC, eu me recordo, meu caro Prof. Cordão, que o Ministro Haddad, nosso colega, meu colega da Universidade de São Paulo, estranhou o modelo, o Projeto Pedagógico que tinha sendo praticado pelo Sistema S da CNC, tanto isto é verdade que propôs, foi ele, Ministro Fernando Haddad, que propôs ao Sistema S, a SESC e ao SENAC, este modelo que o colega apresentou aos Srs. Senadores. Portanto, partiu do Ministério da Educação, está aqui uma entrevista do próprio Senador Adelmir Santana se referindo a isso, está aqui, ele mostrando efetivamente que o Fernando Haddad criticou o Sistema S: "Ministro acusa o Sistema S de não ser transparente e de não oferecer cursos que tenham impacto na vida profissional dos trabalhadores".

Muito bem, o que eu quero dizer e que nos levou a identificar-se com este programa do Conselho Nacional de Turismo, foi a possibilidade concreta de democratizar o acesso à capacitação profissional à população de baixa renda. Eu acho que o Moacyr colocou muito bem o sentimento dos trabalhadores que não conseguem ter acesso a estes cursos, inegavelmente muito bem organizados e preparados pelo Sistema S da CNC, mas que não permitem, pelo valor e pelas taxas cobradas, o acesso aos mesmos. Portanto, esse programa de Qualificação e Desenvolvimento Social do Turismo é uma programa da CNTur, voltado para modernizar, capacitar e qualificar profissionais para atendimento nas diversas áreas que compõem o sistema de turismo. Inicialmente a atuação deverá ser priorizada para as 12 capitais que receberão os jogos da Copa do Mundo de futebol, devendo, no entanto, ser estendida para os 27 Estados e Distrito Federal, com previsão de atender mais de 500 mil trabalhadores até 2014. Denominamos esse programa em conjunto e com audiência dos nossos parceiros nos estados, de Programa Construindo Competências para Competitividade dos Destinos Turísticos, que consiste numa série de cursos com foco no receptivo, na hotelaria, na gastronomia, na organização de eventos, taxistas, guias turísticos, cursos modulares de língua espanhola e inglesa, inglês instrumental, gestores em geral, cuja previsão do início será desenvolvida pelas parcerias da rede em todos os estados.

Eu quero dizer que, durante esses 40 anos de exercício da docência, eu percorri cada um desses estados, e muitas destas universidades, desses centros universitários que hoje integram a nossa rede de formação e capacitação em turismo, elas são dirigidas por aqueles que um dia passaram pela Universidade

de São Paulo, que um dia fizeram programas de mestrado, de doutorado, que se qualificaram efetivamente para a educação, seja ela educação básica para o turismo, como pela educação superior.

Então nós temos hoje rigorosamente no Acre a UniNorte, em Alagoas a Universidade Estácio de Sá, no Amapá a Faculdade SEAMA, no Amazonas o Cie-sa, na Bahia a Factor, que foi a primeira faculdade de turismo da Bahia, no Distrito Federal a UPS, no Espírito Santo a Estácio de Sá e assim por diante, todos os estados brasileiros têm um parceiro que está em conjunto, e isto é importante, em conjunto com a CNTur, discutindo este Projeto Pedagógico de formação e capacitação profissional, para desenvolver de acordo com as necessidades do momento.

Eles vão ser oferecidos em convênio com essas universidades públicas e privadas, instituições educacionais de todos os estados, abrangendo desde a qualificação de mão de obra básica até a extensão especialização de nível superior, de acordo com pesquisas que revelem as carências, as necessidades específicas de cada estado, não há um modelo para todo o território nacional, nós mandamos um programa básico, mínimo, abrangendo todos esses níveis para o início de uma discussão, e cada estado terá um programa voltado para sua realidade social, econômica e etc.

Então, para concluir, o objetivo maior da qualidade do desempenho do turismo no país por meio de empresas que compõe efetivamente a cadeia produtiva do turismo, como agências de viagem, hotéis, apart-hoteis, todos os meios de hospedagens, restaurantes comerciais, etc., ou seja, aqueles segmentos que fazem parte da representação nacional específica da CNTur em nível, definidas pelo ato do Ministério do Trabalho e Emprego.

E é importante que o diferencial da gratuidade da certificação no sistema do turismo, dos estágios e da empregabilidade do turismo, foram preceitos importantes que orientaram toda esta concepção da rede. E é exatamente isso que estamos discutindo com os nossos parceiros, ou seja, a empregabilidade... [soa a campanha] Concluindo, Sr. Presidente, a empregabilidade no setor do turismo, os estágios, a capacitação e a certificação profissional e a gratuidade para aqueles cursos básicos.

Eu creio que foi exatamente por isso que nós acreditamos que é possível se ter, sim, uma nova opção, um novo caminho, e é isso que nos inspirou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Prof. Mário Beni,

da USP. E concedo a palavra a Sra. Léa Viveiros de Castro. Ela é professora de educação profissional--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Diretora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Diretora. Desculpe. Está escrito...

SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO: Não tem importância, eu sou uma professora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas é também uma professora.

SRA. LÉA VIVEIROS DE CASTRO: Nunca perde, graças a Deus. Bem, eu sei que... Bom, em primeiro lugar, eu queria cumprimentar a todos o mais rapidamente, porque o tempo já está curto, e aproveitar, em nome do Dr. Garibaldi Alves Filho, todos os senadores aqui presentes, os meus colegas da CNC, do SESC e do SENAC e os colegas da Confederação Nacional do Turismo.

Evidentemente, quase tudo já foi dito pelos meus antecessores a respeito da importância do SENAC e do SESC, no cenário da educação profissional brasileira. Eu gostaria de acrescentar algumas coisas, principalmente a partir do que falou, aqui, o representante dos trabalhadores de turismo.

Eu fiquei me perguntando, quando vim para cá hoje, qual seria a melhor abordagem para apresentar o trabalho do SENAC, nas últimas seis décadas no Brasil. Há vinte anos, eu estou no SENAC; há 15, sou Diretora de Educação Profissional.

O SENAC é, na minha opinião, a maior escola de educação profissional desse país, talvez da América Latina e uma das maiores do mundo, porque o SENAC, ele se estruturou sempre respeitando o fato e acreditando que a educação profissional é o maior fator de inserção social do jovem brasileiro. Se nós considerarmos hoje, ainda, as estatísticas de educação, os últimos relatórios publicados pelo UNICEF, nós temos, ainda, uma seguinte realidade no Brasil: dos jovens que entram no primeiro ano do Ensino Fundamental, 57% chegam ao nono ano e, desses, aqueles que entram no Ensino Médio, apenas 51% chegam ao terceiro ano do Ensino Médio. Então, o SENAC, ele é o fator que separa o jovem da marginalidade, do tráfico, e ajuda ele a ser inserido na sociedade, através de uma ocupação, não importa que ele tenha terminado a terceira série, a quinta série, a nona série, mas quem é que tem acesso, hoje, ao Ensino Médio? Ainda é uma elite. Então, quem estuda no SENAC e no SENAI ainda é aquele que não tem condições de ir para uma Universidade ou até para os bancos da educação de nível médio. E isso está claro não só pelas estatísticas, mas pelas próprias palavras do Ministro da Educação nas últimas entrevistas, ressaltando a importância da

educação técnica no Brasil, para poder inserir mais jovens no mundo do trabalho.

Então, eu acho que o sucesso do SENAC, e não é diferente na área do turismo e hospitalidade, e é por isso que o SENAC é uma grande escola de turismo e hospitalidade, porque 80% das suas programações são voltadas para a formação inicial do trabalhador. A formação inicial do trabalhador o que é? São os cursos de garçom, cozinheiro, camareira, recepcionista, são aqueles que são a base de sustentação do turismo, porque, como bem disse o nosso amigo representante dos trabalhadores, são os peões, são aqueles que recebem o turista, são aqueles que ele vê pela primeira vez, são aquele exército invisível, quase desconhecido, que garante a qualidade dos serviços.

Então, 80% da programação do SENAC é para esse público alvo, 20% é para os cursos técnicos de nível médio e menos de 1% é a educação superior. Então eu respeito a proposta que o senhor, Dr. Beni, apresentou, acredito que seja um excelente trabalho, mas por que não juntar esforços e trabalhar em conjunto? O SENAC já tem um conjunto de escolas, já tem uma proposta pedagógica desde 1992. Muito antes do Ministério da Educação, através da Lei de Diretrizes e Bases, colocar educação profissional dentro da legislação, nós éramos marginalizados. A academia achava a educação profissional uma educação de segunda categoria, e o SENAC já a considerava como maior fator de integração social do jovem no Brasil e sempre trabalhou nesse sentido. O nosso projeto político pedagógico data de 1992, quando nem se falava em educação profissional na Legislação Brasileira. A nossa proposta de educação profissional serviu de base para vários estudos, feitos a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases. Nós participamos, por exemplo, dentro do Ministério da Saúde para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais na área de saúde, como participarmos no turismo e em todas as áreas em que nós atuamos. De modo que o SENAC tem competência, tem passado, tem credibilidade, e a sua credibilidade não está apenas na palavra de si mesmo, mas no que representa um certificado do SENAC para aquele aluno que sai do SENAC, e nem sempre é o aluno que paga, pelo contrário... Ele deu o exemplo, por exemplo, aqui, do Distrito Federal, de São Paulo, acredito que sejam exemplos tirados de uma realidade, mas vamos olhar para a Bahia, para o Maranhão. Quem é o aluno da área de hotelaria da Bahia e do Maranhão, por exemplo? São jovens de baixa renda, são jovens que recebem de graça alimentação pelo SENAC, vale-transporte, uniforme e estudam de graça. No restaurante... E mais seguro, alguém ali lembrou. O restaurante-escola de Maranhão, quando ele foi criado,

há cerca de dez ou 15 anos atrás, o jovem que vinha do interior do Maranhão em busca do seu sonho de cidadania, de inserção no mundo do trabalho, ele não sabia nem utilizar adequadamente o vaso sanitário. Tudo isso ele aprendia no SENAC, tudo de graça e com a credibilidade que o certificado do SENAC dá, e com a inserção que o SENAC proporciona a esses jovens no mundo do trabalho.

Claro que eu não vou repetir aqui qual é a rede do SENAC, já foi dito pelo Prof. Cordão, já foi dito pelos que me antecederam. Eu só queria apenas reforçar que o SENAC é uma escola de qualidade, que acredita que a educação profissional é o maior fator de inserção social do jovem brasileiro, que é um parceiro importante do governo. Não me parece que seja de interesse, nem do governo, nem dos 180 mil alunos de turismo e hospitalidade que passam pelo SENAC todos os anos, o esfacelamento do SENAC ou até a finalização da oferta de educação profissional da área de turismo e hospitalidade por parte do SENAC. Acho que não é do interesse nem da sociedade e nem do governo.

Nós, hoje, exportamos tecnologia, exportamos conhecimento em educação para turismo e hospitalidade para os países da América Latina. Por exemplo, temos convênio com Haiti, Moçambique, São Thomé e Príncipe, exportando a nossa competência na área de turismo e hospitalidade. Somos parceiros do Ministério das Relações Exteriores nisso, assim como somos parceiros do Ministério da Educação no programa SENAC de gratuidade e como somos parceiros de organizações nacionais e internacionais, secretarias, porque o SENAC, ele está presente em todo o Brasil, em mais de 2500 municípios, e trabalha com a interiorização das suas ações, por meio das suas unidades móveis, da balsa que percorre a Bacia Amazônica, das 22 escolas móveis do SENAC de turismo e hospitalidade que percorrem o Brasil, oferecendo seus cursos.

Então, o SENAC, ele tem muito mais a oferecer à sociedade brasileira do que, talvez, os senhores tenham conhecimento. E nem tudo é cobrado, nem tudo é caro; pelo contrário, se a gente for procurar bem, os nossos cursos de formação inicial são praticamente gratuitos, e vão ser todos gratuitos provavelmente a partir de 2014, porque 70% da nossa produção vai ser em vagas gratuitas, e não só na formação inicial, mas na formação técnica também.

Então eu acho que era isso que eu tinha a acrescentar e agradeço a oportunidade de estar aqui, falando em nome do SENAC.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a Prof^a. Diretora de Educação Profissional do SENAC, Léa Viveiros de

Castro, que deu um exemplo em matéria de economia de tempo e objetividade. Deu exemplo aos homens aqui.

[risos]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apesar de termos a fama de falar muito, Sr. Presidente, nós temos surpreendido em várias oportunidades.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ver o seu exemplo, agora.

[risos]

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já não garanto tanto, que, além de ser mulher, eu sou política, Presidente, eu tenho componente, tenho que falar dobrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra o último expositor, o Dr. Plínio Sarti, Consultor da Área Sindical e Trabalhista, para fazer a sua exposição. Portanto, eu dou a palavra ao Dr. Plínio Sarti.

SR. PLÍNIO SARTI: Muito obrigado, Sr. Presidente, Garibaldi Alves Filho. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite que nos foi feito pelo Presidente da CNTur, Dr. Nelson de Abreu Pinto, e, aqui, modestamente, estamos para oportunos esclarecimentos aos senhores, ilustres Senadores, que, na pessoa da Presidente da CNA, Kátia Abreu, eu cumprimento a todos aqui presentes. E em nome do Presidente da CONTRATUH, o nosso companheiro Moacyr Tesch, os meus companheiros aqui, da Mesa.

Em primeiro lugar, eu também, com respeito a esse Projeto de Lei Ordinário do Senado, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, eu gostaria de deixar, aqui, claro que nós, em momento algum, estamos questionando a estrutura do Sistema S. E todos nós reconhecemos o SENAC, a sua qualidade, a sua credibilidade e a incorporação desse sistema em nossa estrutura de ensino profissional. Gostaria até de lembrar, para demonstrar que não é esse o foco objeto do Projeto de Lei, que a nossa maior autoridade do país, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, também foi um aluno do sistema S, de maneira que sua condução ao mais alto cargo e essa liderança tão reconhecida, principalmente lá fora, se deve a ele ter participado, sem dúvida nenhuma, desse tipo de informação e de capacitação que é oferecido por essa estrutura.

Nós, aqui, vamos apresentar apenas e tão-somente o direito e a legitimidade que a CNTur tem, não só como já constituída como uma entidade de terceiro grau, mas como sequência natural dessa representação, o seu também legítimo direito de estabelecer, por se tratar de uma categoria específica, a sua própria

estrutura de formação e de qualificação profissional, não significando, em momento algum, o questionamento ou não reconhecimento, não só do SENAC, mas de todo o sistema educacional advindo da estrutura chamada Sistema S.

Concedida pelo Ministro do Trabalho e Emprego, a carta de registro sindical da Confederação Nacional do Turismo, portanto reconhecida, de fato e de direito, sua representação específica, qualificando-se para a gestão do chamado Serviço Social e Serviço Nacional de Aprendizagem, contemplados pelo Sistema S, o núcleo empresarial, agregado à CNTur, Confederação Nacional do Turismo, representa mais de 30% de toda a arrecadação da CNC, Confederação Nacional do Comércio. São mais de um milhão e 500 mil empresas, gerando um volume superior a oito milhões de empregos diretos.

O trabalho, realizado pelo sistema S, na área do turismo, através do SESC e SENAC, não é suficiente, não abrange a demanda sempre crescente do setor; outrossim, não atende às necessidades dos novos contingentes de mão de obra específica do turismo no mercado de trabalho, hoje ampliada pelas atuais políticas públicas de inclusão social, instituídas pelo Governo Federal. O atual sistema dificulta o acesso dos jovens na busca de qualificação profissional, devido aos seus elevados custos.

A proposta apresentada pela CNTur tem como principal meta democratizar o acesso dessa população à estrutura social e de formação profissional, enfrentando a verdadeiro elitização dessa oferta para a finalidade de favorecer a inclusão social. Ao receber o registro como entidade de terceiro grau, a CNTur tem a obrigação de criar o serviço social e de formação profissional autônomos, uma vez que essas estruturas são competência inerentes à representação de mais um milhão e 500 mil empresas, responsáveis por um contingente de mais de oito milhões de trabalhadores, como foi dito, reconhecida como categoria específica justamente para atender exclusivamente essa dinâmica categoria. Já existia a representação do turismo, gastronomia e hospitalidade no primeiro e segundo graus, sindicatos e federações específicas. É consequência natural a representação de terceiro grau, hoje reconhecida oficialmente, aliás, o correspondente profissional, cujo presidente está aqui ao nosso lado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, CONTRATUH, há muitos anos já havia integrado seus três níveis de representação.

O ato concessivo da carta de registros sindical, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, legaliza e legitima a representação já exercida, de fato, há mais de dez anos. Aliás, salientamos recentemente

legalização das Centrais Sindicais que exerciam, há muito tempo, representação de fato e, agora, exatamente como a CNTur, a representação de fato e de direito. Isso significa que também não estamos sendo questionados em Juízo, a nossa representação, ela é legítima e como aqui por muitos foi dito, a representação internacional do setor, a Organização Internacional do Turismo também é uma categoria específica, todos sabem que ela não está encastelada na Organização Internacional do Trabalho, como as demais representações de terceiro grau da estrutura econômica. Eu me refiro à CNI, me refiro à própria CNC como entidade representativa do setor de comércio, mas o setor do turismo, isso eu gostaria de chamar a atenção aos Srs. Senadores, ele tem uma representação específica internacional, ele não está encastelado, integrado na grande e oportuna estrutura tripartite de representação, que é esse organismo da ONU, a OIT.

Senhoras e senhores, a modernização das relações de trabalho busca soluções de conflito e de interesses, através de entendimentos, acordos e convenções coletivas. As propostas nas negociações para a renovação das convenções coletivas frequentemente envolvem questões de formação e de qualificação profissional. Cláusulas contemplando essa matéria são necessárias, mas no momento falta o acesso ao Sistema S. Pela recém criada entidade de terceiro grau da categoria, turismo CNTur. Dentro desta oficiada representação foi recentemente empossada pelo Ministro do Trabalho, no Conselho Gestor do Fundo de Amparo ao Trabalhador o CODEFAT, novas centrais, melhor dizendo, novas confederações representação econômica. Isso demonstra, apesar desta dinâmica criar inclusive grandes polêmicas eu diria até conflitos, a necessidade do modelo de representação estar sendo cada vez mais adequado à nossa economia, à evolução e ao avanço da economia.

Ao ser constituída legalmente, a CNTur leva consigo todas as categorias empresariais ligada ao setor do turismo, e conseqüentemente o direito legítimo de seus próprios específicos especializados, através da criação do SESTUR, do SENATUR, com o objetivo de desenvolver e aperfeiçoar o setor. Tudo isto de conformidade com o art. 180 da Constituição Federal que reza o seguinte: "A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

Apenas para ilustrar, processo de criação correlato aconteceu no setor da indústria, meus caríssimos senadores e senadoras, com a criação da CNT, Confederação Nacional dos Transportes desmembradas da CNI, como agora foi desmembrada da CNC a CNTur. Confederação Nacional da Indústria, portanto, já sofreu

esse tipo de desmembramento, para alcançar a representação plena, foram criados os serviços sociais de aprendizagem do setor de transporte, SEST e SENAT, através de desmembramento do SESI e do SENAI, e não se criou nenhum grande impacto nas estruturas do SESI e do SENAI com essa representação. Amplamente foi discutida essa questão no Congresso Nacional, as implicações que surgiram com a criação de um novo sistema, portanto nós não estamos inaugurando, não estamos sendo inéditos, porque aparentemente poderia dar inclusive essa impressão. A dinâmica da economia exige reajustes e adaptações. Com o avanço tecnológico, a globalização da economia e o reajuste estrutural, agora também provocado pela crise financeira é necessária a modernização do Sistema S na área do turismo como setor específico.

O Projeto de Lei 174, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, que dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, não acarretará custos ao orçamento da União, tampouco acarretará custos às empresas, uma vez que abrangerá apenas dimensionamento das contribuições.

O país todo inicia a mobilização para a Copa do Mundo de futebol de 2014, como aqui à exaustão já foi apresentado, é urgente e necessário a preparação de manobra massiva para atender a enorme demanda gerada para esse mega evento, oportuno para acelerar a inclusão social. A representação desse setor oficializado, portanto, pela investidora sindical, deverá ser complementada para a sua plenitude através da aprovação da presente proposta, que esperamos seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Redistribuindo a arrecadação para o setor específico do turismo e criando Serviço Social do Turismo, SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATUR. Com toda a presença aqui relatada, a respeito da abrangência do setor na área de qualificação e de tratamento do turismo em nosso país, eu gostaria também de salientar para reflexão, que foi dito aqui anteriormente que nosso país ocupa a 45^a posição no ranking dos países que recebem e tem sua economia como participação ao turismo. Senhoras e senhores, não possível que uma das dez maiores economias deste planeta com relação a essa economia dita sem chaminé, ocupe um posto tão distante que é este 45º. E agora, portanto, com a reconhecimento da nova ordem mundial, aonde que G7 está sendo constituído com a inclusão de países como o nosso para formarem o G20, nem dentro desse universo de 20 nós estamos incluídos com relação ao turismo. E ele é uma categoria especial.

[interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): O senhor não ouviu, mas a campanha tocou.

SR. PLÍNIO SARTI: Ah, eu não ouvi. Desculpe, Presidente Garibaldi, e desculpe, senadora, pelo oportuno, mas eu queria encerrar, dizendo que, além de categoria específica, a nossa economia, uma das dez mais pungentes do planeta, não pode ficar nessa vergonhosa posição de 45º lugar. E isto muito tem a ver a não existir essa representação específica com seu próprio sistema de capacitação. Muito obrigado.

[palmas]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Dr. Plínio Sarti. E para uma questão de ordem, o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria parabenizar a todos os expositores, as exposições extremamente elucidativas para todos nós, mas agora é o voz do Senado, através dos seus Senadores e da Comissão. Então eu queria saber de V. Exa. qual a ordem de inscrição, eu reivindico falar em primeiro lugar porque sou relator do projeto 174.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Confiando na generosidade de V. Exa., eu vou conceder a palavra à Senadora Kátia Abreu em seguida ao Senador Francisco Dornelles e aí virá V. Exa.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, regimentalmente--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): O critério, Presidente, eu sei que--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Com todo o respeito à Senadora Kátia Abreu e ao Senador Francisco Dornelles--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): São dois critérios, o primeiro em homenagem às mulheres.

[risos]

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Realmente esse é um critério questionável.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então faça, já que o senhor vai fazer uma homenagem às mulheres--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E o segundo, ele não invocou,

mas eu vou invocar, que é o critério da idade, para o Senador Francisco Dornelles.

[risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Garibaldi Alves, Presidente.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Ambos critérios justos, entretanto não regimentais.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, pela ordem. O critério, já que é mulher, não tem só uma mulher aqui nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Não, mas mulheres aí estão querendo demais.

[risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E tem uma mulher que é Presidente e que se associou à CAE, solicitando essa audiência, que foi a Comissão de Assuntos Sociais.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, pela--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ter cinco minutos improrrogáveis mesmo, a campanha já foi acionada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Vamos lá, Sr. Presidente. Muito obrigada pela deferência, aceito ela com muita alegria, pois tenho muito orgulho de ser mulher.

Eu gostaria de fazer três pontos, pontuar três situações aqui que eu acho da maior importância. Primeiro, eu gostaria de agradecer todos os palestrantes, todos os que vieram aqui participar nessa oportunidade, muito obrigada a todos os oito convidados, acho que foi muito elucidativa todas as participações, as manifestações. E eu penso que num futuro bem próximo, não tão próximo assim, mas alguns anos, quando a consciência sindical estiver totalmente amadurecida no país, eu acho que o caminho será a divisão por associações, por ações específicas, por atividades específicas, como defensores da pecuária de corte bovina, da suinocultura, da avicultura. Eu acho que o mundo caminha para isso de acordo com sua maturidade, mas, quando nós temos os números do Brasil, nós ainda desanimamos e vemos o quanto nós estamos longe dessa posição. O Sul do país, mais adiantado, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, valorizam e prestigiam mais o sindicalismo, a forma associativa de convivência, mas eu espero que por todo o Brasil isso um dia possa acontecer de forma saudável e de forma madura.

A Constituição Federal diz, no seu art. 8º, o seguinte: Inciso I: "É vedado a intervenção de Ministérios e de governo na vida sindical". Esta vedação é explícita no art. 8º, inciso I. Por que estou dizendo isso? Porque

o Ministro do Trabalho publicou uma portaria, a 186, desvirtua a Constituição Federal e, portanto, permite uma representação pelos seus associados e no mesmo art. 8º, no seu inciso IV, a Constituição Federal determina que a representação é por categoria e não por associação. Se nós quisermos mudar essa situação, fazer diferente, nós temos que, em primeiro lugar, mudar a Constituição Federal. E ainda no inciso III, diz o seguinte: que não pode haver mais de uma entidade, no mesmo território nacional, representando a mesma categoria. Isso é claríssimo. Art. 8º, inciso I: proíbe a interferência governamental, e o Ministro interviu nessa situação, ao publicar a Portaria 186 e mudar a Constituição. Inciso II, que determina uma categoria só no mesmo país, e o IV, que trata da unicidade sindical. Bom, isso nós temos que observar e, se quisermos mudar esse *status quo*, o Congresso Nacional tem que votar uma PEC e mudar a Constituição Federal. Portanto, todas as confederações, criadas em cima dessa portaria, esse é o julgamento da inconstitucionalidade, porque está contrariando a Constituição, óbvio.

Segundo lugar, Sr. Presidente, eu tenho experiência na vida sindical desde 1984, quando fui Presidente de um sindicato rural no Tocantins, na cidade de Gurupi, que o Senador Leomar conhece tão bem. Nós temos 139 municípios do Estado do Tocantins, todos têm um grande sonho de ter em cada cidade o seu sindicato rural. Mas quando ele procuram ou procuravam a mim, na Federação, quando eu era Presidente, a primeira coisa que eu mostrava a eles era a arrecadação do seu município. Para se ter uma ideia, a CNA, que é da agricultura, ela tem 2150 sindicatos rurais. 500 sindicatos rurais representam e atingem 75% dos produtores. O que o significa isso? Que não adianta uma representação vazia em todos os municípios do Brasil, e ela não ter um centavo para sequer fazer um encontro, fazer uma divulgação, fazer uma palestra, convidar alguém, um técnico, para vir participar, fazer mobilização; não existe a possibilidade de nós darmos um passo nessa vida, infelizmente, sem o componente financeiro estar à frente.

E eu acredito, não estou aqui muito apropriada com os detalhes da CNC, embora ela seja uma co-irmã, mas a estrutura física, construída pela CNC, nesse país, é algo invejável. Com a CNA, é diferente. Por que nós temos a gratuidade desde que existimos? Porque nós não necessitamos de equipamentos físicos, de construções e de laboratórios, porque os nossos laboratórios são propriedades rurais. E, no caso da CNC, por exemplo, turismo, restaurantes, os restaurantes não irão emprestar para a CNC os seus espaços para fazer dali um laboratório. Então, é importante, tanto na CNI como a CNC, a construção desses grandes espaços e que

são fantásticos, porque são laboratórios. Os meus são a céu aberto, graças a Deus, e, portanto, nós podemos fazer essa gratuidade. E, agora, a gente observa um acréscimo, um crescimento forte, por parte da CNC e da CNI, na gratuidade, porque construíram e chegaram num nível padrão, onde esses espaços garantem a qualidade desses cursos que são distribuídos.

Para encerrar, eu gostaria de deixar aqui apenas um alerta, não se trata de nada pessoal à CNTur, à CNS ou todos aqueles que têm o desejo de representar uma categoria... Muito pelo contrário, eu fico feliz que mais adeptos à representação classista, quer seja do patronal ou dos trabalhadores. Eu quero só chamar a atenção para a temeridade, que é a divisão econômica, porque nós sabemos quem são os países ricos e nós sabemos quem são os estados ricos desse país. E nós sabemos o quanto atinge ao fortalecimento da representação sindical a sua divisão financeira. Isso me preocupa muito, não só na CNC como em todas as outras, e, agora há pouco, o Sr. Norton fez uma explicação bastante lúcida a respeito desse assunto, que, para mim, é fundamental. Questão financeira não se divide. Então eu penso, Sr. Nelson, que, talvez, os trabalhadores do turismo poderiam ficar prejudicados. No momento que eles, agora, poderiam receber o curso gratuito, depois de todo investimento nesse patrimônio, vão começar do zero, porque, também, o senhor vai ter que construir todos esses espaços com dois milhões de reais, a partir do que foi aqui demonstrado ou mais do que isso, os convênios que o senhor possa arrumar. Eu acho que os trabalhadores poderão perder, nós temos que ficar alertas para isso, perder todo esse patrimônio do CNC que eles ajudaram a construir, para começar do zero, na hora de usufruir.

E por último é a questão da intervenção governamental no sistema sindical. Nós saímos de uma ditadura, onde prevalecia o peleguismo nesse país, onde o Ministério do Trabalho construíam representações para que ninguém ficasse representado, para que o silêncio pudesse imperar nesse país. E, portanto, nós tivemos as confederações patronais de trabalhadores todas amordaçadas, com sindicatos fabricados, para que não fizesse valer a opinião de todos. E nós não podemos continuar assistindo isso no Brasil, a criação de representações não legítimas. Eu quero apenas chamar a atenção, sem nenhum demérito, ao Sr. Presidente, que luta na área há muito tempo, o Sr. Nelson, mas a sua CNTur, a sua Confederação do Turismo, e a CNS, que é de serviços, foram todas criadas agora, em janeiro de 2009, com o simples objetivo de entrarem no CODEFAT e dividir a representação patronal. Foi um escândalo nacional--

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Foi um escândalo nacional--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu ouvi V. Exa. o tempo todo, por favor, agora é a minha vez--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um aparte.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não permito agora, que eu não tenho tempo, senão eu permitiria. Então, eu só quero chamar a atenção para isso, que essa divisão e esse enfraquecimento não é saudável para o país, o retorno ao peleguismo não pode acontecer nesse país. E, portanto, Sr. Nelson, o senhor participou de uma reunião comigo, na minha confederação, na CNA, o senhor mandou um representante no nosso jantar com todas as confederações patronais e o senhor desfez a sua palavra por pressão Ministerial. O senhor deu a sua palavra às seis confederações tanto individualmente, o senhor na minha sala, como no jantar promovido de reuniões dos seis, e infelizmente o Ministro do Trabalho fez o senhor e o Presidente da CNC descumprir com a palavra, desonrar da CNC da Confederação do Serviços e a CNTur. O Ministro coagiu as duas confederações que ele criou e fabricou, e fez vocês desonrarem sua palavra com as outras confederações patronais que vocês tinham se comprometido.

[palmas]

Então é por isso que eu deixo aqui para os meus colegas senadores e senadoras, uma alerta com relação a isso. Não é evitar a divisão da representação legítima, é apenas evitar a construção, a reconstrução a reencarnação do peleguismo neste país. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra com a tolerância do--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu entendo, Sr. Presidente, que os Senadores--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, o Ministro Dornelles--

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Que os Senadores vão usar a palavra e, depois, todos vão ter condição de responder.

[sobreposição de falas]

V. Exa. vai ter condições de responder no momento devido.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Ele quer apenas dar uma ligeira resposta, uma ligeira explicação.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Eu assumi um compromisso com a senadora, meu, para que a ela fosse a candidata da bancada patronal, acontece que a senadora declinou--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não é verdade, não é verdade, Sr. Presidente. [interrupção de áudio] Presidente, nenhum deputado federal, legalmente, também, não pode presidir o CODEFAT. Presume-se, pressupõe a lei que um Parlamentar não pode ser empregado do governo tendo seu mandato. Então em todos os momentos, em nenhuma situação eu me pus candidata, eu me pus candidata, sempre em todas as confederações--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Senadora Kátia Abreu--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): --indicam um representante. Era só isso que eu gostaria de esclarecer. Muito obrigada.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Senadora, o meu nome foi citado, a CNTur existe há dez anos, não foi criada esse ano, nós temos direito adquirido desde o ano 2000, o Ministro Dornelles era Ministro do Trabalho, sabe disso, sabe do que eu estou falando. Esses dez anos serão reivindicados, esses equipamentos não serão perecíveis, nós vamos trabalhar juntos ou separados com o SENAC. Agora, V. Exa. merece o meu respeito, e eu quero dizer que questões do CODEFAT, esse não é o melhor fórum para discutir. Obrigado.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Esta é a sua avaliação, eu sou Senadora da República e estou na minha tribuna à vontade para falar qualquer assunto que me vier no momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estamos no debate e eu concedo a palavra ao Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Sr. Presidente, eu vou ser muito breve, mesmo porque eu pretendo discutir esse assunto no momento que ele for votado na Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu queria fazer uma saudação ao Dr. Gil Siuffo, ao Dr. Nelson, cumprimentá-los pela belíssima exposição que aqui foram feitas pelos representantes da Confederação Nacional de Comércio de Turismo e fazer, não toco mais do que dois minutos, porque eu quero discutir isso no momento da votação.

Eu queria dizer aos senhores o seguinte: o SENAC possui 485 unidades escolares, possui 70 unidades móveis, sendo 21 só para o turismo; formou, em 2008, dois milhões de pessoas, sendo quase 200 mil para a área de turismo; possui 240 tipos de curso em

turismo, hotéis-escolas, restaurantes, lanchonetes; está em 2500 municípios. O SESC possui 40 colônias de férias e hotéis com 17 mil leitos, tem quase três milhões de pessoas atendidas no turismo social, 27 milhões em atividades educacionais voltadas para o turismo. E como são mantidas essas atividades do SENAC e do SESC? Com a contribuição de empresas vinculadas a sindicatos que pertencem às confederações, a Confederação Nacional de Comércio, sendo que, das empresas relacionadas ao turismo, 90% dessas empresas estão no SIMPLES, então não contribuem.

Então hoje o serviço prestado às empresas e àqueles trabalhadores da área de turismo, são cobertos com recursos pagos por empresas da área do comércio. De modo que o que vai ocorrer? Nós vamos retirar da área do SESC e do SENAC, trabalhadores que vão para a área do turismo que não vão poder utilizar toda essa infraestrutura existente e vocês não vão ter recurso para cobrir, para dar a eles que hoje eles têm na área do comércio.

Por isso esse é o ponto chave, nós estamos criando uma despesa, uma estrutura que não há necessidade, porque já existe na área da Confederação Nacional de Comércio do SESC e do SENAC uma infraestrutura pronta para a qualidade profissional. Então em nome da eficiência, da produtividade, do custo é que eu vou discutir esse assunto no momento em que isso for votado aqui na Comissão de Economia. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra ao Relator da matéria, finalmente, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez parabenizando a todas as exposições. Eu só lamento que o assunto possa ser politizado, nós estamos tratando aqui de um assunto muito específico com relação à questão do turismo, o desenvolvimento do turismo no Brasil, e não a questão política peleguismo ou fora de peleguismo ou estaduais, que não serão resolvidas dentro do Senado, porque os pareceres são complexos, diversos e contradizem coisas que foram colocadas aqui. Eu acho muito ruim esse tipo de politização, devemos discutir aqui que o é melhor para o país e o que é melhor para o turismo.

Sem sombra de dúvida, Sr. Presidente, esse assunto me chegou como um projeto do Senador Leomar Quintanilha e em no momento nenhum nós verificamos aqui de que é possível se admitir uma discussão, eu diria artificial, uma discussão equivocada de que se quer acabar com o sistema SESC ou SENAC, em momento nenhum isso foi questionado. Esse é um

sistema existente que nós parabenizamos, eu fui Governador do Estado e fui parceiro do sistema SESC e SENAC e reconheço todo o seu trabalho. O problema que se diz respeito é que o turismo vem assumindo no mundo inteiro, no mundo inteiro, um instrumento de desenvolvimento específico para países como a Espanha, como é a França, e no país, no nosso país, no Brasil, lamentavelmente não vem assumindo e há um esforço governamental. Em primeiro lugar, houve a própria Constituição Federal procurando dar uma especificidade ao turismo brasileiro. O Governo Federal criou o Ministério do Turismo, a ONU criou um sistema de turismo. Não estamos ligados a ONU hoje, a Organização Mundial do Comércio, é uma Organização Mundial do Turismo, a própria ONU criou isso com a resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas. Então é uma independência de um setor que é uma matriz econômica, que é um alavanca econômica para vários países não tem sido lamentavelmente no Brasil. Então o que se deseja agora é saber, está o turismo efetivamente representado na Confederação Nacional do Comércio? Ou ele simplesmente é um apêndice, lá representa 10% dos interesses da Confederação do Comércio, que é uma Federação importantíssima, é um setor que gera 50% dos empregos no país e do PIB, ninguém quer desmerecer o comércio e nem muito menos quer desmerecer o comércio nem muito menos desmerecer o SENAC e o SESC, mas nós queremos importância específica ao turismo. O Governo Federal criou o Ministério do Turismo. Eu, quando era Governador da Bahia, existia anteriormente a mim uma organização que era a Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo, no meu governo passou a ser Secretaria de Cultura e Turismo e hoje é só Secretaria de Turismo. Por que não deixar tudo junto? Será que turismo é comércio, efetivamente? É essa a questão que eu me faço. Turismo é comércio?

[manifestação da plateia]

Turismo é comércio? Turismo é uma atividade totalmente diferenciada do comércio, não é uma atividade de comércio, é uma atividade específica.

Então, o que eu vejo hoje é um jogo do seguinte, há uma confederação forte, nacional, do comércio, não quer abrir mão dos seus poderes, não quer abrir mão do que faz, do que recebe, e há aqueles que querem aparecer exatamente dentro de um fomento para um setor muito delicado, que merece que o Brasil não pode ficar na posição lamentável que existe, de 35º, quando é a 10º maior economia com todo o potencial. Ninguém quer desmerecer o trabalho do SENAC, eu conheço muito bem. Estava na Federação do Comércio ainda essa semana, na segunda-feira almoçando e verificando o trabalho feito pela Federação do Comércio da

Bahia, do treinamento. E foi importante até hoje, durou 60 anos, durou 60 anos, como é conhecido, mas foi feito. Mas isso não pode impedir que apareçam novos querendo ter uma atenção específica para um setor que merece uma atenção diferenciada.

[palmas]

Isso é cercear que o é novo. Isso é cercear a vontade de que um setor que eu vejo ser debatido aqui no Senado, desde que entrei nessa Casa há sete anos, a questão do turismo pelo Ministro Walfrido Mares Guia, pelo ex-Senador Paulo Otávio, pelo Senador Aldemir Santana, vi o papel do SENAC procurando ajudar o desenvolvimento do turismo, mas eu acho que ainda é muito pouco, porque nós estamos ainda numa situação muito inferiorizada em relação aos nossos vizinhos menores, República Dominicana, Argentina, com relação ao turismo. Então se as coisas estivessem funcionando tão bem, nós não estaríamos nessa posição. Aqui foi colocado pelos trabalhadores e eu ouvi bem o Sr. Moacyr colocando que os trabalhadores ressentem de um sistema vocacionado realmente a adotar, e uma das grandes queixas e entraves do nosso turismo é que nós não temos mão-de-obra qualificada para o atendimento.

Então por melhor que seja os cursos do SENAC, e aqui não vai nenhuma crítica, ele ainda não está atendendo a demanda do mercado brasileiro. Então por isso que eu como relator desse projeto, e longe de mim cercear para um setor tão importante, e eu inclusive sou hoteleiro e sinto carências e necessidades e sinto que esse setor não está se desenvolvendo no país, as dificuldades são imensas. É preciso que se dê uma especificidade a um setor que é específico.

Então é essa posição Sr. Presidente, que eu quero colocar, pedindo a compreensão que nós não queremos aqui dividir, retaliar, diminuir trabalho feito pelo SENAC ou pelo SESC que vai continuar o seu trabalho, mas voltado para a comerciário, a rede hoteleira existente do SESC é voltado para o comerciário. Muitas vezes competindo até com a rede hoteleira privada, mas é um serviço social, tudo bem, eu reconheço e aplaudo o serviço social, eu não posso aceitar que isso substitua o setor privado.

Então é dentro concepção, Sr. Presidente, que o meu relato já foi dado, foi dado um relato favorável ao projeto do Senador Leomar, tem o pedido de vista do nobre Senador Dornelles, que eu respeito e estamos combinando inclusive a data de votação, se possível V. Exa. colocar para de que a 15 dias, que o Senador Dornelles--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Daqui a 15 dias está bom?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está bom, eu acho que o Senador Dornelles combinamos isso--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Está bom, Senador?

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Daqui a 15 dias.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então fica combinado daqui a 15 dias.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Todas as exposições eu quero parabenizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Vamos ver a data exata, eu peço a Secretaria--

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só não posso aceitar que se coloque, por exemplo, que essa proposta venha de encontro aos interesses do SENAC ou do SESC, ou da Confederação de Comércio, não é de jeito nenhum, porque eu, como político, como governador que fui, fui parceiro e sei o trabalho importante da Confederação Nacional do Comércio da Federação e desse serviço. Agora, não vamos cercear aquele setor que deseja a sua liberdade, a sua autonomia e o seu crescimento, porque é importante para o país. Muito obrigado, Sr. Presidente.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Concedo a palavra à Senadora Rosalba.

[interrupção de áudio]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Adelmir, olha--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Voltando à questão regimental, o relator é depois do requerente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): É que hoje--

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas V. Exa. tem a minha anuência, atendendo--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, se ele não fizer essa atenção à mulher norte-riograndense, as mulheres, lá do Rio Grande do Norte, com certeza, devem já estar questionando por que o Senador Garibaldi está deixando de valorizar a figura da mulher do seu estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu tenho o Senador Adelmir como um homem amigo e compreensivo.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Está concedido, Senador.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

E ele é casado com uma norte-rio-grandense. Então, mais um motivo para ele me dar essa vez.

[risos]

Mas, Sr. Presidente, Srs. Expositores, eu quero, inclusive, parabenizar a todos que aqui vieram, trouxeram a sua opinião, suas posições e dizer que foi, realmente, muito importante para todos nós. Porque nós ouvimos e aí podemos ter com mais subsídios, fazer a nossa avaliação.

Eu concordo com o Senador César Borges numa coisa, mas discordo frontalmente noutra. Eu concordo quando ele diz que, realmente, o nosso turismo, comparado com outros países, nós estamos muito aquém, mas isso não pode ser, Senador, de forma nenhuma que seja condicionado, que seja colocado nas costas apenas do sistema. Nós sabemos que foram políticas públicas, foram distorções, foi falta de prioridade, principalmente para a nossa região Nordeste, que precisa de instrumento de infraestrutura que o governo vem protelando.

Eu vou dar aqui um exemplo. Como é que se faz turismo, sem você ter aeroportos dignos? Nós estamos com um aeroporto de São Gonçalo, que vem se arrastando a passos que nem de tartaruga, lá no nosso estado, e que foi uma decisão técnica favorável ao Brasil, porque fica na esquina, podemos dizer assim, na região mais próxima da Europa e da África e não foi priorizado porque infelizmente esse aeroporto... Então sem essa estrutura turismo não vai à frente. Com as estradas que nós temos se acabando por aí, eu que ando todo final de semana e vejo, pelo amor de Deus, as BRs, as RNs... Então faltam portos para criar outros tipos. E o seu estado cresceu muito no turismo, porque eu quero aqui parabenizá-lo e parabenizar ao Governador Antônio Carlos, que o saudoso governador, que eu vi o quanto vocês entenderam que esse era um foco para gerar emprego e renda.

Agora, tenho que lhe dizer que conheço, como o senhor conhece, o trabalho do SENAC, o trabalho do SESC, estive agora recentemente lá em Natal, conhecendo as novas estruturas que fazem inveja a qualquer escola privada, que foram inauguradas agora em Natal dentro de acessibilidade, conversei com alunos, conversei com instrutores de cursos de língua, o mais avançado talvez, o maior curso avançado na área de informática e tudo isso é importante para o turismo. Eu conheço a escola que foi abraçada pelo sistema, que é a escola de turismo, o Hotel Barreira Roxa, que tem formado centenas, milhares de trabalhadores exatamente para área do turismo.

Agora, não sou contra mudanças, mas, para mudar, eu gosto de refletir se está dando certo, não tem por

que mudar. Então eu acho que tem... Serve, inclusive, esse debate para uma reflexão, porque nós sabemos que, para investir no Nordeste, nós sabemos muito bem que, se fosse só com os recursos que o Rio Grande do Norte, ou só o Ceará, ou só a Paraíba, talvez vocês não possam realmente fazer a estrutura, dar o apoio ao trabalhador que eles precisam, inclusive não só o apoio do curso profissionalizante, mas o apoio social com saúde, com diversas atenções. Não é possível. Nós sabemos que muitos desses recursos vêm proveniente dos estados mais ricos, onde as atividades de serviços, de comércio são bem mais fortes. Que o turismo é comércio, é serviço, se vende passagem, passeio de Bugre, aluga carro, vende-se artesanatos, enfim, mil e uma atividades, que... agora, quero e estou aqui inclusive dizendo que deve continuar e sou contrária a essa mudança.

O meu voto será pela permanência, dentro do próprio sistema como está, mas dizendo que faça-se uma reflexão, inclusive tenho certeza que nessa nova realidade brasileira, quando finalmente se está reconhecendo, se despertou que o turismo é a maior indústria geradora de emprego e renda, que nós podemos ter não somente o Sistema S, a Confederação Nacional, mas também todos os outros órgãos interessados e ligados, inclusive todo apoio necessário para estruturar, para dar condições a que as regiões, principalmente que a desigualdade do Brasil poderia ser revertida quando se entendesse, e o Senador Garibaldi sabe disso, que foi governador e foi um bom governador, fez muito pelo turismo, assim como o Senador Agripino, que não está aqui, mas Natal tem a via costeira, aquela luta que ele encampou, então tudo isso nós sabemos que precisa é de prioridade. É para reduzir desigualdades, gerar emprego e renda lá no Nordeste, não tem praias mais bonitas, não tem clima melhor, não tem povo melhor, mais forte e mais acolhedor. Agora, é juntar ações que não somente partam da iniciativa privada, das associações, das confederações, mas principalmente se entenda que não pode ser só discurso, tem que ser a prática, a execução da infraestrutura, do apoio, dos créditos, do que é necessário para levar, sim, o turista interno e do exterior para as nossas regiões. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu acho que essa campanha não está funcionando para Senador, não. Não ouvi mais, não é?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Já está todo mundo surdo.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu tenho a honra de conceder a palavra, com a compreensão do Senador Leomar Quintanilha, que é o Presidente de uma Comissão, e a Senadora Rosalba, de outra. Eu concedo a palavra ao Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Srs. Expositores, e aqui para não citar a todos, mas faço uma citação do representante da CNTur, bem como o professor Gil, representante da Confederação Nacional do Comércio.

Cada vez que eu vejo uma exposição como essa, e o objetivo era exatamente esse, era instruir a todos nós, senadores, dar a clarividência do que fato está ocorrendo, eu compreendo a importância da CNC e desse sistema, o tamanho, a atuação e a força. Foi muito claro isso aqui para mim. O tamanho, porque nós temos 64 entidades patronais representadas pela CNC e aqui se inclui federações estaduais, federações nacionais. Há um momento, inclusive, de que... por que não incluir futuras outras federações nacionais dentro desse sistema. A importância, porque... E essa atuação, porque ela não vem de hoje, parece que nós estamos discutindo turismo a partir de agora. Não, isso vem de longe. Já em 1955, a CNC constituía um Conselho de Turismo, em 1955, isso não é de agora. Posteriormente foi constituída uma Câmara de Turismo que engloba uma série de entidades, aí fora do sistema sindical, todas. Porque, veja bem, não há como nós pegarmos o *trading* de turismo e dizer: "Isso é serviço, isso é comércio, isso é indústria", são tantas as atividades, tantos os setores que estão representados nesse *trading*, que nada melhor do que estar numa Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, que é a CNC. Com relação ao que foi colocado, que nós temos medo, o medo de perder, não se trata disso, o que nos preocupa não o medo de perder, o que nos preocupa é que tudo o que foi dito aqui, construído nesses 60 anos, de repente não chegar à ponta. Porque isso tudo está funcionando hoje e vem funcionando há muitos e muitos anos. Na hora que nós desvincularmos isso, quem vai sofrer é a ponta, são os trabalhadores que não terão mais acesso nem à formação, e nem naturalmente à assistência... Sim, mas é uma questão de lógica. Se foi criado um novo serviço social de formação e um novo serviço social de assistência, claro que tem que assumir também isso. Apesar do relatório de V. Exa., mesmo com todas essas críticas ao SESC e ao SENAC, falar que vai celebrar convênio conosco, e eu fico feito muito feliz por isso, em se criando. Em se criando.

A CNC, portanto, mostra que essa representação, como eu disse, de hoje, vem de longe. Foi colocado,

também, pelo representante dos trabalhadores, uma questão muito e até com um folheto nosso, com relação a cursos. É bom que se diga que esses cursos do SENAC, mesmo de média duração, curso de pequena duração, de grande duração, eles têm uma longevidade, eles têm um tamanho. Temos cursos técnicos que chegam a 16, 18 meses. Então, não uma mensalidade... Às vezes, tem mensalidade, claro, você citou mensalidades, mas esses cursos todos, eles têm o crivo e o reconhecimento dos conselhos estaduais e conselhos nacionais. Nós vimos aí, até citando a questão dos FATs, em todos os estados, cursos de formação de trabalhadores de 12 horas, 14 horas, não é assim. No SENAC, não tem curso inferior a 160 horas, curso que seja certificado. São cursos de 1200, 1400 horas.

E com relação à gratuidade. Mesmo antes desse convênio, desse acordo com o Ministério, mesmo antes, têm alguns que já faziam muita coisa na área da educação, alguns regionais que já superaram esses percentuais, hoje. O momento em que nós recebermos o relatório que vai ser feito, e já foi feito desse primeiro semestre, vamos ter a constatação da grandiosidade do número de pessoas que fazem cursos gratuitos no SESC e no SENAC. Apenas para citar um exemplo, e isso é por força de uma lei aprovada aqui, no Congresso, a questão dos jovens aprendizes. São milhares de jovens aprendizes que fazem cursos nos estados inteiramente gratuitos. Cursos de ano, um ano de duração, aliado às empresas. Aqui mesmo, no Distrito Federal, nós temos 1800 alunos, neste ano, que fazem curso de jovens aprendizes por força da lei, claro, mas inteiramente gratuito. Aqui, também, nós temos um convênio, e nós sabemos que o Brasil tem uma deficiência na área da educação, e, naturalmente na área da formação profissional, um convênio com os cursos médios públicos, nas escolas públicas, onde nós estamos atendendo 2700 alunos, inteiramente gratuito. Eles saem da escola, do conteúdo programático do segundo grau, e sai também com o curso de formação.

Foi falada a questão da representatividade. Eu não vou ater a essas questões. Foi muito bem colocado pela Senadora Kátia Abreu essa questão da representação, eu ia fazer algumas considerações sobre isso, mas vou me ater a outras questões. Mas com relação à representatividade nos conselhos regionais e no Conselho Nacional, houve uma mudança recente, é lógico que ainda não é o que os trabalhadores reivindicam, que reivindicam a paridade, ou a igualdade, mas sempre tivemos a representação dos trabalhadores que era indicado pelo Ministério do Trabalho, do mesmo modo que temos a representação do estado, o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho, tanto no SESC e no SENAC. E aí, houve uma definição recente, e isso

varia de acordo com o número de trabalhadores de cada Regional, da representação das Centrais Sindicais. Se eles não estão nos Conselhos, a culpa não é nossa, nós estamos aguardando essas indicações por parte do Ministério do Trabalho. É aí tem um bom número de trabalhadores que vão fazer parte desses conselhos. O Conselho Fiscal, por exemplo, hoje a maioria já pertence a trabalhadores e ao estado, não nossa dos representantes, representando o setor empresarial. Então essas críticas com falta à questão da representatividade, não me parece a mais adequada nesse instante.

A fiscalização, o Prof. Plínio fez referência a um pronunciamento que fizemos no Senado. Cada vez que eu vejo um encontro como esse também é melhor porque clareia, clareia... Foi o Prof. Plínio, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, foi ele.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Ah, desculpe, Professor. Clareia o conhecimento sobre essas entidades. E o meu discurso era exatamente, era uma resposta, porque o Ministro Haddad criticava o sistema S e anunciava as propostas de mudança, e dizia que era uma caixa preta, que não tinha nada, foi quando eu mostrei como era a composição dos conselhos, do Conselho Fiscal e de quem nos fiscaliza, ou quem fiscaliza o sistema. CGU, TCU, enfim, além do Conselho Fiscal.

Para ser não ser repetitivo, é bom que se diga a ação que já foi muito bem colocada pela Prof^a. Léa, do SENAC, na formação profissional. A formação profissional, portanto, não vou aqui me ater a esse, como foi colocado, o número de instituições, de leitos, de escolas, porque, cada vez que a gente discute isso, vem a clareza desses números. Se pecamos nesses 60 anos, talvez tenha sido em razão do nosso marketing não ter feito propaganda, fizemos calados a nossa atividade. Fizemos sempre isso de forma muito clara para o nosso próprio interior, para o nosso conhecimento, mas sempre atuando. E eu vejo aqui cada senador, e aqui não estavam todos: "Ah, no meu estado foi inaugurado tal, no meu estado foi inaugurado aquilo". E isso não é hoje não, isso é constante, é permanente. Não é porque a discussão está em voga nesse instante, tem sempre instalações novas, aqui mesmo no Distrito Federal tem um Centro social do SESC em Ceilândia, que é uma Cidade Satélite para aqueles não conhecem, em que é dotado um teatro, parque aquático, restaurante, enfim, todas as atividades do SESC que se constituiu num orgulho daquela cidade, que aumentou a auto-estima daquela cidade, isso ocorre em todos os lugares que chegam unidades dessa natureza.

Ainda há poucos dias, no Plenário do Senado, o Senador Mão Santa, o Senador João Vicente, o Sena-

dor Heráclito faziam referências à inauguração desse Centro de Turismo ou de formação profissional, ou do SESC de assistência ao trabalhadores na cidade de Luiz Corrêa, no Piauí. Isso para citar alguns casos.

Vejam, já em 1948, isto é, poucos anos após a criação do SESC, a Colônia de Férias de Bertioga era reconhecida como direito dos trabalhadores, lá em São Paulo. Isto, o SESC criado em 46, em 48 já estava dando reconhecimento como um direito dos trabalhadores. E nós temos instalados no Brasil 47 colônias de férias idênticas àquela, e que foi e que tem sido objeto de homenagem em vários Fóruns, essas colônias estão espalhadas em vários estados brasileiros e onde nós não temos colônias de férias, fazemos convênios, isso é o turismo social, acolhimento, a recepção.

Aqui nós temos inclusive a oportunidade primeira, já foi uma coisa que nos orgulhou muito, quando um conjunto de trabalhadores tiveram a oportunidade de fazer a primeira viagem internacional. Isso financiado em módicas prestações sem juros, para citar apenas esses casos. Pessoas que não nunca tiveram, muitos nunca tiveram o acesso a andar de avião e fazendo viagem internacional. Isso para mostrar o SESC.

Nós temos, hoje, 46 clubes de trabalhadores em vários estados brasileiros, e outra coisa: as pessoas que frequentam isso, os trabalhadores, a maioria, a maioria deles está na faixa de um a três salários mínimos. E quando você estende isso até seis salários, chega a 75% do nosso público que frequenta as unidades do SESC, portanto, de lazer, de assistência à saúde, odontológica, 75% chegam a seis salários mínimos, são trabalhadores na área do comércio e serviço. Turismo também, eu falei do turismo de recepção, nós temos um turismo de recepção e também fazemos um turismo que vai para outros lugares, até para o estrangeiro, para trabalhadores do comércio. Porque eles também têm esse direito de fazer isso. Esse trabalho de incremento à viagem, Senador César Borges, ele é crescente e naturalmente é crescente porque essas estruturas, como foram colocadas aqui, tem vários anos.

O que nos preocupa mesmo, como eu disse, não é medo, o que nos preocupa é que quando você cria estruturas novas há uma pulverização desses recursos, e certamente isso vai chegar muito menos a quem efetivamente nos interessa a atender. Nós falamos aqui, foi falado aqui a Copa de 2014, está aí, gente, está a um passo, como é nós vamos montar estruturas na nova confederação, nos novos serviços, para preparar gente para a Copa de 2014. Nós estamos preocupados com isso, do sistema SESC e SENAC, estamos provavelmente celebrando inclusive um convênio com o SEBRAE, que eu tenho honra de presidir o Conselho Nacional, para chegar aos pequenos empresários, aí

não é os trabalhadores, mas para se preparar para a questão da Copa do Mundo. A Copa está aí, não vai esperar a criação de novas estruturas para fazer treinamento para a Copa, não haveria tempo para se fazer isso, é um fato próximo. É um fato já. Então nós temos que colocar, naturalmente, formar esforços.

Eu dizia o seguinte: a CNC encampa não apenas a pirâmide sindical, tem mecanismos para encampar outras instituições, federações nacionais, e por que não somar esforços, usar esses equipamentos em benefício do turismo? Vamos nos juntar. Agora, se dividir, certamente vai chegar à conclusão de que pouco será feito por aqueles que efetivamente necessitam disso, que são os trabalhadores e as pessoas que deverão ser assistidas.

Então, eu reputo, Sr. Presidente, que, na minha visão, nós íamos ter, e aí foi uma vitória do nosso relator, não apenas esta Audiência Pública nestas Comissões. A intenção que tínhamos era ter aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, em outras Comissões, não com o objetivo de retardar ou usar mecanismos regimentais para que o projeto não ande, mas para esclarecer, para dar essa visão, para dar a cultura a todos nós sobre o que é esse sistema.

Eu quero, portanto, dizer da minha felicidade em ter ouvido todos os expositores, embora, sem falsa modéstia, o meu conhecimento já me dava o cabedal para votar o requerimento ou o projeto em todas as comissões, mas eu tenho certeza de que isso vai servir como uma fórmula de os nossos senadores ficarem mais inteirados do que seja esse sistema, CNC, SESC e SENAC e que necessariamente não precisa ser dividido para chegar à ação de treinamento de assistência aos trabalhadores na área do turismo.

São nessas as minhas colocações, Sr. Presidente. E fico aqui, como diz o Senador Dornelles, no dia da votação a gente faz mais alguns esclarecimentos, acompanhando certamente o relatório.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa.

Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha. Presidente da Comissão--

[interrupção de áudio]

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sem nenhuma prerrogativa o último orador, não é, Presidente?

[interrupção do áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Segundo o evangelho, os últimos serão os primeiros.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Ainda bem que o senhor está aqui para lembrar

disso. Mas meu Presidente Garibaldi, minhas homenagens à Senadora Rosalba Ciarlini, que, lamentavelmente, não pôde continuar conosco, mas que preside a Comissão de Assuntos Sociais, que, em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que tenho a honra de presidir, e a Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por V. Exa., realizam conjuntamente, à pedido do eminente Senador Adelmir Santana, esta importante Audiência Pública.

Eu gostaria, preliminarmente, de cumprimentar Dr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da CNTur, Dr. Gil Siuffo, vice-Presidente da CNC, o Sr. Norton Luiz Lenhart que nos deixou, a Dra. Léa Viveiros e o Dr. Francisco Cordão, que, pela segunda vez, tenho a honra de ouvir as apropriadas colocações. Saúdo também o Sr. Moacyr Roberto Tesch, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, o Dr. Plínio Sarti e o Mário Beni.

Eu estou seguro que perdeu, Sr. Presidente, os senadores que integram as três Comissões e que não tiveram a oportunidade de ouvir as balizadas opiniões, as apropriadas considerações que aqui foram estendidas pelos eminentes convidados, que deixaram seus afazeres para procurar trazer luz, trazer indicações das suas experiências de muitos anos militando no setor do turismo, para que nós, membros destas comissões e do Senado, pudéssemos apreciar o Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2009 que dispõe sobre a criação do Sistema S da Confederação Nacional do Turismo.

Inspirou-me a apresentação dessa proposição, Sr. Presidente, sem pretender reinventar a roda, sem pretender criar nada de novo. Simplesmente acompanhando uma tendência exitosa que já vi adotada pela indústria, pelo comércio, pelo setor de transporte. O Sistema S desses setores merecem os aplausos de todos nós, brasileiros, pela eficácia desses serviços, pela contribuição inestimável que traz notadamente na área da capacitação e da aprendizagem do ensino profissionalizante. Nós só temos a louvar, nós só temos que aplaudir, vez que o Estado Brasileiro não tem, não reúne às condições de oferecer vagas para que milhões de brasileiros trabalhadores, a grande maioria dos brasileiros, pudessem ter a sua capacitação própria para o enfrentamento dos desafios diuturnos, dos enfrentamentos que cada um tem que ter para cuidar de si próprio e da sua vida, e da sua família.

Em momento algum eu imaginei que nós estaríamos apresentando um projeto de lei para criar um braço importante, não é o escopo total, mas é um braço importante de uma confederação, a exemplo do que ocorre com as outras, que isso viesse promover essa disputa tão forte e tão intensa, até por que há bem pouco tempo, o setor de transporte, é claro que

houve algum debate, se separou do setor de indústria, sem nenhum problema. Houve o debate, mas houve o entendimento e eu fico ainda por compreender, quem sabe os senhores poderão me esclarecer, qual é a razão dessa resistência toda. Se não é pelo dinheiro, porque os números apresentados por ambas as confederações dizem que o *trading* do turismo dá prejuízo arrecada menos do que com ele foi gasto. Se não é pelo dinheiro qual é a razão dessa resistência?

Eu entendo ser legítima a postulação da Confederação Nacional do Turismo por grande parte das razões que foram aqui expedidas, que dizem respeito ao enorme potencial turístico que o Brasil tem e que não está sendo aproveitado. Nem o turismo interno, um turismo para os brasileiros poderem conhecer o Brasil, e nem o turismo externo, que nós perdemos para vários países menores do que o nosso aqui na América, para dizer só aqui da América Latina.

Nós temos que compreender onde é que está o gargalo, onde é que estão as dificuldades para que isso ocorra. Se há reclamações do grupamento turístico, dizendo que ainda não houve a capacitação adequada em número suficiente dos trabalhadores no *trading* turístico, alegando que apenas 1% dos trabalhadores receberam a oportunidade de ter uma capacitação.

Quando nós ouvimos o representante dos trabalhadores dizer efetivamente das dificuldades que tem o segmento, com a capacitação e a existente hoje, embora seja muito boa, de boa qualificação, mas está num patamar inatingível, que não permite pelos custos que os trabalhadores do *trading* turístico possam ter acesso a eles.

A Carta de Goiás, foi o 1º Congresso Brasileiro da Atividade Turística realizada neste país de 5 a 7 de dezembro de 1999, na Pousada do Rio Quente, região das águas quentes no Estado de Goiás, numa iniciativa da Frente Parlamentar do Turismo, PARLATUR, da Subcomissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, do Ministério do Esporte e Turismo, da EMBRATUR, do Conselho Consultivo do Turismo Nacional e da Comunidade Científica Acadêmica do Turismo Brasileiro, com a presença do Ministro do Esporte e Turismo, do Governador do Estado de Goiás, Presidente da EMBRATUR, Presidente da AGETUR, vereadores de municípios turísticos, presidentes de todas as entidades representativas do setor, trabalhadores em turismo e hospitalidade, deputados da PARLATUR e da Subcomissão Permanente do Turismo da Câmara dos Deputados, deputados estaduais, diretores e professores de faculdade de turismo em hotelaria, vê-se que era um grupo eclético e credenciado para estar discutindo as questões do turismo no país. Realizou esse 1º Congresso, de 5 a 7 de dezembro de

1999. Continha a agenda da sua realização e apontavam dificuldades que o setor tinha, dentre elas, falta da preparação das pessoas que atuam no setor, criar o SESTUR e o SENATUR, a exemplo dos serviços sociais SENAI e SEBRAE, etc. Apoio a Confederação Nacional do Turismo pra obtenção do registro sindical junto ao Ministério do Trabalho, isso em 1999, que vem dizer que a CNTur não foi criada neste ano, como aqui foi afirmado. Em 1999 ela já existia, ela foi criada há dez anos atrás, o que houve efetivamente neste ano, foi que ela somente este ano conseguiu obter o seu registro como entidade sindical de terceiro grau. Então já aquela época, em 99, não só o segmento dos trabalhadores no *trading*, mas todas as entidades representativas, discutindo a questão do turismo, já levantava essa dificuldades que o setor enfrenta, de treinar, de capacitar o pessoal.

Dos expositores aqui, registrei algumas questões que eu achava importante mencionar. Dr. Gil Siuffo argumenta que a repartição dos recursos configura um atentado ao trabalhador do comércio, ele entende que se retirar uma parte dos recursos da CNC para a CNTur vai ser um debacle na CNC. Eu sinceramente, Dr. Gil Siuffo, eu acredito que isso ocorrerá, primeiro porque o *trading* turístico integra o CNTur, eu não sei avaliar quais são os números, mas eu creio que o percentual do *trading* do comércio é muito maior, ou pelo menos de igual tamanho, do *trading* do turismo e que permanecerá na CNC.

O Dr. Nelson de Abreu Pinto comenta que o mercado tem muito a crescer. É verdade. É verdade, não há quem entre nós pode negar que o turismo brasileiro está longe de ser esse instrumento forte e importante que nós queremos e estamos lutando para que ele seja este instrumento forte de desenvolvimento social e econômico do Brasil. O mundo inteiro está com as vistas voltadas para o turismo, e o Brasil precisa e deve estar também, acho que está também. Eu continuo aplaudindo os trabalhos que a CNC tem feito pelo turismo brasileiro, acho que é um trabalho excepcional, mas não creio que ela ou qualquer outra instituição que possa ser contra a consolidação de uma confederação, de uma outra instituição que quer trabalhar pelo desenvolvimento do turismo e com foco exclusivo, porque eu pessoalmente, a interpretação que faço, que o escopo precípua, principal, mais importante da Confederação Nacional do Comércio, é o comércio. Que é um segmento importante da economia brasileira, muito importante da economia brasileira. E acho que a Confederação Nacional do Comércio tem sido exemplar, tem dado um show, tem tido muita competência nos trabalhos que faz, que desenvolve, sobretudo com re-

lação aos interesses das demandas desse segmento importante, que é o comércio.

Alega ainda a CNTur que apenas 1% dos trabalhadores do *trading* turístico recebeu curso da capacitação. Se esses dados, a se confirmar esses dados é realmente um trabalho que precisa ser feito com intensidade. É um trabalho que revela ao Presidente da CNTur que será a prioridade que ele vai adotar e já está tomando providências com relação a isso, aliás discorreu com muita propriedade o professor Mário Beni, acho que CNTur não poderia escolher ninguém melhor capacitado, ninguém melhor habilitado, para propor efetivamente um modelo revolucionário de capacitação profissionalizantes neste país. E interessante, com gratuidade, já desde o início. Com gratuidade já desde o início. E há fontes de recursos que podem realmente permitir essa possibilidade. Eu vejo que a CNC também vai investir nesse viés, e eu considero muito importante que comece agora em 2009 oferecendo gratuidade de 20% dos cursos em 2010, 25%, em 2011, 35%, em 2012, 45%, em 2013, 55%, e em 2014, 66%, pode ser atrevida e pode ser ousada a proposta da CNTur, mas a CNTur está se propondo a oferecer gratuidade de 100% já a partir de 2010.

Então são questões que nós precisamos considerar. Ela afirma inclusive que por não ter estrutura física para poder abrigar e implementar esses cursos, fará convênio com instituições federais, sobretudo universidades, escolas técnicas federais, que estão habilitadas e tem todas às condições de atender a essa demanda tão significativa e tão importante.

Então eu creio que as exposições aqui expendidas, Sr. Presidente, foram importantes e foram efetivamente destinadas a contribuir para formação de juízo dos eminentes senadores que integram esta Comissão. Nós sabemos que a sessão está sendo gravada, as notas taquigráficas poderão ser acolhidas, mas é uma pena que nós tenhamos dito a presença de poucos Srs. Senadores aqui nesta sessão. Por essa razão, como nós teremos ainda a discussão desse projeto em outras comissões, eu creio que nós teremos a oportunidade de ampliar bastante esse debate nessas ocasiões.

Eram as considerações que eu gostaria de despendar neste momento, Sr. Presidente, agradecendo, mais uma vez, as ilustrativas exposições que os convidados nos trouxeram. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço a V. Exa. e pergunto aos Srs. Expositores... Não houve da parte dos senadores nenhuma pergunta. Então, eu pergunto aos expositores e à Sra. Expositora, Prof^a. Léa--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Desculpe, Presidente, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Houve uma pergunta sua?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Não. Eu queria formular pergunta, estava me esquecendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu queria que o Dr. Gil Siuffo, que, com muita competência, vem na direção dessa importante instituição que é a CNC, nos colocasse quais são as dificuldades a serem vencidas, quais são os gargalos que, no seu entendimento, precisam ser superados para que o turismo brasileiro avance em velocidade.

SR. LUIZ GIL SIUFFO: Senador, eu acho que o turismo brasileiro está avançando em velocidade. É evidente que nós não podemos fazer uma coisa de uma hora para outra, nós não podemos fazer projetos na base de que vamos com promessa, por exemplo, agora a grande meta seria a Copa do Mundo. É preciso, em primeiro lugar, saber de onde vêm esses recursos, porque eu já vivo inclusive ideias de que esses recursos viriam do CONDEPHAAT, que o nos preocupa, inclusive, colocações assim de que foram solicitados cinco milhões de reais para a formação profissional de pessoas para a área de turismo com relação à Copa do Mundo.

Nós estamos preparando 180 mil trabalhadores por ano. Isso não é pouco para o mercado. Agora mesmo, nós vamos colocar aqui, na Câmara dos Deputados, através de um convênio que fizemos, cerca de mil trabalhadores para a área de turismo por ano, garçons, cozinheiros, maitres. Então, na realidade, não há gargalo. O Senador Adelmir Santana, por exemplo, é Presidente de uma Federação do Comércio aqui, de Brasília, ele sabe muito bem da atuação do SENAC na área de formação profissional. Esse gargalo não existe, senador. Nós gostaríamos, inclusive, de debater isto. O senhor nos deu oportunidade e vamos sentar com técnicos e discutir onde que existe esses gargalos, esses gargalos não passam de afirmações que não procedem. Nós lhe asseguramos, quando nós falamos aqui, por exemplo, dos investimentos que mostram com relação aos investimentos, nós arrecadamos, imagine o senhor, 4.57% de recursos da área de turismo e arrecadamos com isso 208 milhões de reais, aplicamos 460. Nós ouvimos aqui colocações como, por exemplo, por que nós queremos ficar livres de alguma coisa que no dá tanto prejuízo? Não, nós não queremos ficar livres disso, isso faz parte do nosso compromisso com a sociedade, isso faz parte do nosso cumprimos com

a entidade que representa comércio, bens, serviços e turismo. O conjunto de tudo isso é que nos dá oportunidade de poder trabalhar em áreas deficitárias. Mas, na realidade, o turismo nos dá prejuízo, no ajuste de contas nós vamos verificar realmente que nós estamos cumprindo com a nossa obrigação constitucional, ou seja, nós temos o compromisso... Esses recursos só podem ser divididos entre federações e confederações, que se criem confederações. Essas confederações, como disse aqui o companheiro, têm que conviver e viver inclusive com a Receita da contribuição sindical. Não se pode fazer confederação pensando em criar S e desses Ss dividir e subdividir os recursos, porque isso evidentemente não vai levar a lugar nenhum, isto vai aumentar o custo, nós vamos perder... Como disse o economista, nós vamos perder escala e consequentemente nós vamos gastar mais. Nós estamos mostrando aqui o déficit onde está. Agora, eu quero deixar isto claro porque, primeiro, não há gargalo, nós repelimos a afirmação, não do senhor, mas a afirmação que o senhor ouviu de que existe gargalo, e mais, que nós estamos defendendo aquilo que, na realidade, nos dá prejuízo. Não nos dá prejuízo, não. Servir aos trabalhadores é a nossa obrigação, é o nosso objetivo, e esses recursos são da sociedade e são dos trabalhadores da área de serviço, turismo, de bens.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com palavra o Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo.

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Obrigado, Presidente. Prezados Exmos. Senadores, eu fico até realmente surpreso, perplexo, depois de ouvir representante da CNC, o Dr. Luiz Gil Siuffo, falar nesse tom de voz tão acalorado como está tudo bonito, está tudo perfeito no turismo, a CNC não está perdendo dinheiro, está investindo pelos trabalhadores, não há gargalo. Eu quero lembrar aos senhores que a mais de dez anos o Brasil recebe cinco milhões e o mercado interno não tem mais de 20 milhões com acesso ao turismo. Nós trouxemos aqui uma proposta de democratizar o acesso ao turismo, reduzindo custo do turismo em até 50% para a grande população que hoje não tem acesso. Nós estamos ouvindo aqui o representante da Confederação dos Trabalhadores, o representante de uma confederação patronal do setor do turismo que está sendo desrespeitado, porque nós não aceitamos que a CNC ignore, como a eminente representante da Confederação da Agricultura, a Senadora Kátia Abreu também ainda não reconhece que existe uma Confederação Nacional do Turismo para representar o turismo, e pretender dizer que a CNC representa 60

e tantas categorias e que ela quer continuar representando todas, que ela não admite o desmembramento a dissociação de categorias, a saúde sair do comércio, serviço sair do comércio, turismo sair do comércio, ela não admite, ela quer continuar, mesmo criada uma confederação patronal do turismo, ela quer continuar arrecadando o imposto sindical para o comércio e quer continuar fazendo a prestação da formação da mão de obra do setor.

Então, eu queria encerrar, nesses minutos que eu tenho, dizendo que a CNC está incorrendo em grave equívoco, aqui foi falado até em termos de denúncia. Todo mundo sabe que nós estivemos por dez dias na Presidência do SESC de São Paulo e que nós fomos excluídos do sistema S do comércio para não ter acesso o setor de turismo na administração dos serviços profissionais que o SENAC representa e do social que o SESI representa. Nós fomos durante 15 anos diretores, fomos quem inauguramos essa Câmara do Turismo, conhecemos as mazelas deficitárias--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente. É uma nova exposição ou são apenas as considerações finais, Sr. Presidente?

SR. NELSON DE ABREU PINTO: Não, eu estou encerrando, mas os seus representantes falaram três vezes mais que o tempo que os nossos e nós ouvimos quietos, de forma que eu vou encerrar, Sr. Presidente, dizendo um alerta para a CNC, já que ela quer abrir o debate, de que vamos para o franco debate, vamos sim. Ignorar que nós temos condições de implodir o que a CNC perpetuou nesses 60 anos, nós temos sim, se o senhor quer esse debate, nós vamos fazê-lo no campo que o senhor quiser.

E eu encerro dizendo que foi um grave equívoco e uma desconsideração que se faz ao senador autor do PLS 174, que foi o último a falar, e não ouvido por todos os senadores presentes, porque a importância do PLS 174 é muito maior para o Brasil e para os brasileiros do que para a CNTur e foi uma desconsideração, e esse equívoco eu espero que a CNC não venha a se arrepender.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço, e, com relação a votação, eu queria apenas dizer o seguinte: eu peço, aqui, a atenção dos senadores, nós temos o dia 18, que será daqui a uma semana, mas há um apelo para que seja votado dentro de 15 dias. Então, seria no dia 25, mas, no dia 25, há uma Audiência Pública sobre citricultura, solicitada pelo Senador Eduardo Suplicy. Nós poderíamos votar no dia 25, primeiro, esse projeto de autoria do Senador Leomar Quintanilha, com a

relatoria do Senador César Borges. Poderíamos votar no dia 25 ou deixaríamos para votar, mas aí eu já acho muito tempo. Depois dessa audiência, eu creio que os esclarecimentos foram suficientes para formar um juízo a respeito do projeto. O que V. Exas. acham?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, a próxima semana, na verdade, o Senador Dornelles solicitou que ele vai estar em tratamento de saúde, ele não poderia estar presente, ele gostaria de participar da discussão. Então solicitou o prazo de 15 dias, e eu, aqui, cedi, mas não vejo, também, nenhuma necessidade específica que tenha que ser 15 dias, pode ser 21 dias, nós estamos amadurecendo, é um assunto muito complexo, importante, e eu acho que devemos ter *quorum* suficiente o número de Senadores presentes, para que seja uma deliberação bastante democrática.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Aliás é dia 1º de setembro. Então, vamos marcar a votação para o dia 1º, V. Exas. concordam? Senador Adelmir?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Eu não faço nenhuma objeção, Sr. Presidente, acho que é de bom tamanho, porque nós temos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Dia 1º de setembro?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Porque não terminativo nessa Comissão, depois da votação aqui, vai para a Comissão CCJ, Comissão de Justiça, CDR e CAES, é uma...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Mas veja a importância dessa discussão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então, depois de tanta discussão, eu acho que ninguém mais quer falar. Não?

O Sr. Moacyr, por favor, o Sr. Moacyr Roberto quer ainda usar da palavra por poucos minutos.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: Não, não, é um minuto, só.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Atenção, por favor, atenção aqui para a palavra do Sr. Moacyr, que ele é o Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo.

SR. MOACYR ROBERTO TESCH: É só para fazer um registro, é questão de justiça. Eu gostaria de

registrar aqui, no Plenário, a presença da Deputada Nair Lobo, que foi, na época de 1999--
[palmas]

Era Presidente da Comissão de Turismo na Câmara, e que foi a Presidente do Primeiro CEBRATUR, eu gostaria de agradecer sua presença e registrar o seu fato.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Deputada, desculpe que eu não reconheci V. Exa., eu que falei tanto nas mulheres e deixei de registrar a presença de V. Exa.

Sessão encerrada às 14h12.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da Trigésima Quarta Reunião Da Comissão de Assuntos Econômicos e Vigésima Sexta Reunião da Comissão De Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada, em Conjunto, em 25 de agosto de 2009, às 10:00 horas, na sala de Reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Anexo II.

Às dez horas e vinte e nove minutos do dia vinte e cinco de agosto de dois mil e nove, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Garibaldi Alves Filho e, em seguida, do Senador Valter Pereira, reúnem-se a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Delcídio Amaral, Tião Viana, Marcelo Crivella, César Borges, Antônio Carlos Valadares, Renato Casagrande, Ideli Salvatti, Roberto Cavalcanti, Gerson Camata, Valdir Raupp, Neuto de Conto, Eliseu Resende, Efraim Moraes, Jayme Campos, Cícero Lucena, Tasso Jereissati, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Eduardo Azeredo, Gim Argello, Osmar Dias e Jefferson Praia e, ainda, dos Senadores Augusto Botelho, Romeu Tuma e Marisa Serrano e dos Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Afonso Hamm, Aline Corrêa, Vanderlei Macrís, Jerônimo Reis e Valadares Filho. Deixam de comparecer os Senadores Aloizio Mercadante, Inácio Arruda, Francisco Dornelles, Pedro Simon, Antonio Carlos Júnior, Raimundo Colombo, Adelmir Santana, João Tenório, Arthur Virgílio e João Vicente Claudino. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A Presidência esclarece que a presente Reunião tem como objetivo a realização de Audiência Pública Conjunta a fim de debater acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na Citricultura Brasileira, em atendimento aos Requerimentos nºs 01/2009-CAE e 25/2009-CRA, de

autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Augusto Botelho, respectivamente, tendo como convidados o Sr. Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; Sr. Flávio de Carvalho Pinto, Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores – Associtrus e Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos – Citrus BR. A Audiência Pública é realizada com a presença, como expositores, do Sr. Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade; do Sr. Flávio de Carvalho Pinto, Presidente da Associação Brasileira dos Citricultores – Associtrus; do Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos – Citrus BR, e do Sr. Eduardo Porfírio, Diretor da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (representando o Sr. Élio Neves, Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo). Após a exposição dos convidados, usam da palavra os Senadores Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Tasso Jereissati, Antônio Carlos Valadares, Osmar Dias e Kátia Abreu e, ainda, os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Afonso Hamm. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e vinte minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotípiat Informatizada.

Senador **Garibaldi Alves Filho**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos – Senador **Valter Pereira**, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 20ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, a realizar-se em conjunto no dia 25 de agosto de 2009.

Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das Reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Senadoras que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovada. As Atas estão aprovadas e serão publicadas no Diário do Senado Federal.

Audiência Pública contando com a presença aqui do Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Reforma Agrária, de Agricultura e Reforma Agrária. Trata-se de uma Reunião Conjunta, de uma Audiência Pública, a fim de debater acerca do intenso processo de concentração econômica em curso na citricultura brasileira em atendimento ao Requerimento de nº.

01/09, da CAE, e 25/09 da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de autoria dos Senadores Eduardo Suplicy e Augusto Botelho, respectivamente.

Convido para compor a Mesa os Srs. convidados Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADÊ; Sr. Flávio de Carvalho Pinto, Presidente da Associação Brasileira dos citricultores, ASSOCITRUS; O Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Associação Nacional de Sucos Cítricos. E o Representante da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo, Sr. Hélio Neves. Convido o Sr. Eduardo Porfírio, em razão da ausência do Sr. Hélio Neves.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra, pela ordem, o Senador Eduardo Suplicy. Senador Eduardo Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura, Srs. Christian Lohbauer, Presidente da Citrus BR, Presidente da ASSOCITRUS, Flávio de Carvalho Pinto, Sr. Arthur Badin, Presidente do CADE, gostaria de informar que neste último domingo, às duas e meia da tarde, infelizmente, em Araraquara, ali logo depois de ter chegado de Porto Alegre, onde veio de uma reunião de trabalho, o Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo, Hélio Neves, que havia sido convidado para esta reunião, foi ao seu sítio com a sua esposa descansar e estava, inclusive, deitado no sofá da sua residência, e eis que entrou uma pessoa mascarada, sem a possibilidade de ser identificada, apontou o revólver para a sua esposa, Sílvia de Castro, a esposa de Hélio Neves, e ela então... E mandou que ela saísse, ela saiu, saiu pedindo socorro, e, infelizmente, ouviu então um tiro e este tiro foi desferido sobre Hélio Neves, o atingindo na nuca. O projétil se alojou no pescoço e Hélio Neves se encontra agora em estado estável, consciente, mas ainda com algum risco, no hospital São Paulo de Araraquara, e os membros da FERAESP todos estão muito solidários. E eu pedi ao Ministério da Justiça, através do Secretário-Assessor Pedro Abramovay, do Ministro Tarso Genro, que desse toda proteção à família, uma vez que Hélio Neves, exatamente em função dos esforços que vinha realizando para entendimento, seja na área da cana-de-açúcar, seja na área da laranja e outros, estava sendo continuamente ameaçado.

Hélio Neves é Presidente da FERAESP há muitos anos, e então o Sr. Eduardo Porfírio, que é Diretor da FERAESP, aqui vem representá-lo. Mas eu quero

aqui externar, inclusive também conversei com o Luiz Antonio Marrey, o Secretário da Justiça do Estado de São Paulo, solicitando toda a segurança à família de Hélio Neves.

Então, apenas queria dar esta informação e assim o Sr. Eduardo Porfírio aqui está em nome do Presidente Hélio Neves, Srs. Presidentes.

Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Sr. Presidente, pela ordem e aditamento. Nós deveríamos--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Agradeço a V. Exa. Dirigir uma solicitação ao Governador José Serra no empenho para apuração desse fato que é muito grave. Quer dizer, às vésperas de vir a essa Comissão, um cidadão brasileiro sofre um atentado contra a sua vida. Eu acho que tem que mobilizar de maneira muito efetiva a Polícia de São Paulo para dar uma satisfação à população brasileira e também a nós que o convidamos. Não pode significar um convite nosso, uma carta da Comissão convidando, virar sentença de morte nesse país.

[palmas]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): V. Exa. tem razão e a Comissão vai se dirigir ao Governador José Serra exigindo... Solicitando, aliás, providências com relação à apuração desse fato lamentável que ocorreu ao Sr. Hélio Neves, Presidente da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo.

Eu, mais uma vez, registro aqui a presença do Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, e vamos dar início às exposições dos senhores convidados, sem antes pedir desculpas aos citricultores pela falta de uma melhor acomodação dos senhores. Na verdade, foi solicitado o auditório Petrônio Portela, que melhor acomodaria a todos. Mas acontece que não foi possível contar com o auditório Petrônio Portela, que já estava comprometido com outras atividades. E agora nós estamos com duas salas, com o telão. Uma na sala 3 e outra a sala 7, onde os senhores e as senhoras poderão assistir aos depoimentos e aos debates.

Concedo a palavra ao Sr. Arthur Badin, Presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE.

SR. ARTHUR BADIN: Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia Senadores aqui presentes. Queria de

início registrar meus cumprimentos à Comissão de Assuntos Econômicos, na pessoa de V. Exa., Senador Garibaldi Alves, e do Senador Eduardo Suplicy, que propôs o Requerimento de realização dessa audiência. E queria cumprimentar a todos citricultores e representantes da indústria aqui presentes que com a sua presença revelam a beleza do processo democrático e que essa Casa é uma Casa da democracia e a presença dos senhores aqui permite que essa democracia seja viva e próxima dos interesses de quem deve representar.

O CADE, Conselho Administrativo de Defesa Econômica, é um Tribunal Administrativo. Ele compete a esse Tribunal Administrativo julgar os processos que são encaminhados à sua apreciação pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Isso significa dizer que o CADE não tem um papel de formulação de política pública no sentido de tomar a iniciativa de investigar ou de intervir em setores econômicos em que se identifiquem algum problema anticompetitivo. O CADE, como funciona a própria organização da Justiça, é inerte. Ele espera que as denúncias e os processos cheguem para que possam ser julgados. A secretaria de Direito Econômico é o órgão que investiga, apura e, uma vez identificadas... Indícios suficientes ou provas suficientes de eventuais práticas anticompetitivas, propõe ao CADE a imposição de alguma sanção.

É importante eu fazer esse esclarecimento para que os senhores entendam que alguma limitação de minha parte para poder me manifestar sobre alguns assuntos que estejam ou possam vir a estar... Estejam ou possam vir a ser submetidos à apreciação do CADE proximamente. Não me furtarei, entretanto de fazer algumas considerações gerais sobre o mercado. A minha visão, o CADE é um... Tem um... É um... Um testemunho... É uma testemunha privilegiada da série de conflitos que esse setor vem passando nos últimos 20 anos, até porque teve algum papel nesse... Nesse meio tempo, e manifesto a minha... A minha grande esperança, expectativa de ouvir bastante as manifestações de todos aqui na Mesa e poder de alguma forma, no futuro, contribuir para pacificação do campo que é algo urgente. A presença dos senhores aqui revela o quão urgente ela é.

E quero registrar a minha alegria também de ver sentados na Mesa, coisa que não... Há muito tempo não acontecia, os representantes da indústria dos citricultores e daí a minha expectativa de que esse diálogo nesta audiência poderá ser bastante profícuo, poderá ser bastante produtivo.

A indústria respondeu no começo da década de 90, perante o CADE, a um processo, a uma acusação de cartel. Uma acusação de que estariam se coorde-

nando e combinando preços para deprimir os preços na compra da laranja. É preciso fazer um esclarecimento também bastante pontual de que não existe hoje no Estado Brasileiro de defesa da concorrência nenhuma investigação de cartéis de venda de suco de laranja. A investigação que existe hoje é um cartel supostamente formado para a compra da laranja.

Em 94 esse processo foi encerrado, graças a um ajustamento de conduta que foi firmado, então, perante o CADE, pelo qual as empresas então se comprometeram a não mais concertar as suas condutas, não mais combinar as suas condutas nas negociações com os citricultores.

Em 2005 foi reaberta uma negociação que ainda está em curso e que ainda não chegou ao CADE a julgamento. E por essa razão não gostaria de me manifestar sobre o mérito deste processo que certamente, mais cedo ou mais tarde, será encaminhado ao CADE para julgamento. Mas acho que este é o menor dos problemas. A investigação de práticas anticompetitivas na indústria é o menor dos problemas. Nós temos este que é o presente, para ser resolvido, mas muito mais grave é um passado de insatisfações acumuladas que precisam ser de alguma forma equacionadas, dirimidas, solucionadas e um problema do futuro. Porque todo ano o conflito se sucede na mesma frequência com que as safras são colhidas. Eu acredito que devam haver soluções institucionais de governança do mercado, eu quero dizer com isso de organização do mercado que possam mitigar ou pelo menos proceduralizar os conflitos que hoje existem nesses dois elos da cadeia entre produtores e indústria. Acho que isso é importante e isso interessa a todos. Isso interessa à coletividade de citricultores, acredito que isso possa interessar aos produtores e isso interessa ao Brasil.

O suco de laranja é um dos principais produtos de exportação do Brasil, é um dos produtos em que o Brasil tem uma das maiores vantagens competitivas. O Brasil é o maior produtor de suco de laranja do mundo, maior exportador de suco de laranja em todo mundo, 90% dessa produção ela é exportada. Portanto, esse é um patrimônio de todos nós brasileiros. E que, portanto tem que ser preservado e que, portanto tem que ser melhorado. E eu acho que nós perdemos muito com a beligerância, a litigiosidade com que os elos da cadeia se articulam. Acho que é preciso inaugurar um novo tempo de entendimento com corações abertos e boa vontade, homens eu acredito que aja de boa vontade para que inicie-se um diálogo, para que se pense soluções institucionais, para que ordenem o mercado daqui para frente. E nesse sentido, eu tenho certeza que o CADE e os órgãos de defesa... Do Estado Brasileiro de defesa da concorrência terão todo

interesse, toda disposição e toda boa vontade de colaborar e de pensar esse novo desenho institucional, esse novo rearranjo institucional. Não quero aqui, por conta dessas limitações éticas e funcionais, as quais estou adstrito hoje pelo fato de ser o Presidente da instituição, de manifestar as minhas opiniões, eu só poderia fazê-lo em casos concretos que vão ser julgados pelo Conselho, mas digo que é importante se iniciar o diálogo sobre soluções institucionais de governança desse setor. Porque senão, essa... Eu estava conversando com o representante da FAPESPA, essa deve ser a 20ª Audiência Pública que trata do mesmo tema. E se a forma de relação das transações nesse setor não for repensado, novamente proceduralizado, ano que vem nós vamos estar aqui novamente, às vésperas da safra do ano que vem, de novo, com insatisfações de parte a parte.

Então, Sr. Presidente, a minha colocação introdutória é essa. Eu fico à disposição dos debates inclusive para dialogar com os demais membros da Mesa.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu, na verdade, no primeiro momento, eu esqueci de combinar se haveria uma marcação de tempo para cada expositor, e já deixei o Sr. Arthur Badin aqui livre, inteiramente solto. Apesar dele ter se comportado bem com relação ao tempo. Espero que os outros possam também colaborar com o encaminhamento dos trabalhos, porque vários Parlamentares que estão presentes, Senadores, inclusive Deputados. A Deputada Aline Corrêa, do PP de São Paulo; o Deputado Vanderlei Macris, do PSDB de São Paulo; o Deputado Mendes Thame, do PSDB de São Paulo; o Sr. Paulo Carvalho Viana, Secretário de Agricultura e Desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe; o Sr. Liberato Caldeira, Prefeito de Valentim Gentil, no Estado de São Paulo, do PP. E mais o Sr. Deputado Estadual Simão Pedro, da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e o Prefeito Dorival Sandrini, Prefeito do Município de Cajobi. Agradeço a presença destes ilustres convidados e concedo a palavra ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto, Presidente da Associação Brasileira dos citricultores, ASSOCITRUS.

SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO: Bom-dia. Quero agradecer ao Presidente Garibaldi Alves, ao Presidente Valter Pereira pela organização dessa Audiência Pública. Aos Senadores presentes, Deputados e aos citricultores que tanto nos apoiam.

Eu gostaria de fazer uma apresentação no *Power Point*. O primeiro slide, por favor.

Bom, o Brasil, como vocês já ouviram falar, é o maior produtor, exportador mundial de suco de laranja,

seguido da... Dos Estados Unidos, da Flórida, e esse negócio do suco de laranja no Brasil foi construído pelos pequenos e médios citricultores. Esses foram os que iniciaram o plantio e supriram as fábricas de suco durante todos esses anos, permitindo que assumissem a posição de liderança que detém hoje nesse mercado.

O mercado de suco de laranja, muita gente está dizendo que é um mercado em decadência, um mercado que não tem futuro, mas é um mercado que cresce. É um mercado, hoje, basicamente restrito aos países ricos, de maior poder aquisitivo, mas está crescendo a taxas altíssimas nos países em desenvolvimento. Taxa de 15, 20% ao ano. Tanto é que as grandes empresas de refrigerantes, como a Coca-Cola, a Pepsi-Cola, estão fazendo investimentos brutais nesse país. A Coca-Cola, recentemente, tentou comprar uma das empresas de suco na China por 2,5 bilhões de dólares e foi rechaçada. A Pepsi-Cola comprou uma empresa na Rússia, Lebedyansky, por um bilhão de dólares. A Coca-Cola comprou aqui no Brasil todas as fábricas de suco. A Del Valle, Suco Mais... Então, há um investimento muito grande justamente porque vêm grandes perspectivas de crescimento desse mercado. E as indústrias de suco não ficam atrás, investindo maciçamente nos pomares.

A partir de meados da década de 90, iniciaram um processo de plantio que levou de praticamente zero, tinha 600 mil pés, para hoje números que eu já atualizei, que nós estimamos em torno de 80 milhões de árvores, num parque citrícola de cerca de 200 milhões de árvores. Quer dizer, isso representa um investimento brutal. Cada árvore, só o plantio para levar até o quarto ano, que é o início de produção, corresponde a um investimento de 20 dólares por planta. E o que se vê como projeção desse mercado, estudos da Flórida mostram que a tendência realmente da diminuição da oferta de laranja, tanto no Brasil como na Flórida. E essa queda está se dando numa maneira muito mais acentuada do que previram os cenários construídos pelos economistas americanos. Por outro lado, há uma informação de que a demanda caiu. A demanda caiu e também caiu a oferta. Então, a relação oferta e demanda tem se mantido estável, e ao contrário do que se diz a relação estoque/demanda caiu nesses últimos anos. E principalmente caiu no Brasil.

O Brasil, hoje, tem estoques estimados pelo USDA da ordem de 50, 60 mil toneladas, que correspondem acerca de 15 dias de exportação. Então, não me parece que isso justifique uma política de preços que a indústria está colocando e não renovação de contratos, de pagar preços que mal cobrem os custos de colheita e frete. Corresponde, efetivamente, a uma doação de

fruta. Se vocês pegam os gráficos de exportações do Brasil, esses gráficos, em volumes totais, são crescentes. Se você converte... Porque está havendo uma substituição de parte do suco concentrado pelo suco não concentrado, que tem maior valor de mercado. Então, em termos de valor, essa exportação cresce. E em termos de volumes, convertidos sobre a mesma base, elas estão razoavelmente estáveis. Tanto é que da safra passada para essa safra, a queda de volume exportado pelo Brasil foi de apenas 1,6%. Então, houve sim uma contração grande nos países da Nafta, de 40%, crescimento de 10% no nosso grande mercado, porque o nosso mercado é primordialmente o mercado europeu que compensou perfeitamente. Inclusive uma pequena perda no mercado... No mercado asiático.

Se vocês olham um gráfico, oferta e demanda estoques do Brasil e comparar... Podia ir para o... Podia avançar, por favor? Gostaria de mostrar um gráfico mais na frente, por favor. Mais para frente. Mais. Esse aí. Esse aqui é um gráfico muito interessante. Mostra aí a evolução dos estoques no Brasil comparado com o... Comparado com o preço do suco na bolsa. Vejam o comportamento do suco na bolsa comparado com os estoques. Veja, aqui houve uma diminuição de estoque, um pequeno aumento de preço. Aqui houve aumento de estoque, queda de preço, aqui o estoque caiu... Tudo bem, começou a subir. Aqui aumentou estoque e o preço continua subindo. Daí o estoque caiu e o preço caiu. Então, não há uma correlação, quer dizer, não há um comportamento esperado de preços e estoques. O comportamento da bolsa não é compatível com os estoques. Nós vamos ver outros casos que... Seguinte, por favor. Que confirmam isso.

Então, o que nós vimos a partir dos anos 90? A cartelização, a concentração, as alianças estratégicas, essas empresas estão hoje aliadas aos grandes engarrafadores mundiais, principalmente a Coca-Cola e Pepsi-Cola, iniciaram o processo de verticalização. O processo de discriminação de preço. Isso é muito interessante. Eu vou mostrar para frente mais. Entre produtores brasileiros e entre produtores brasileiros e norte-americanos. Isso significa que dentro do Brasil há produtores classe A, que recebem uma remuneração condizente e os produtores que estão sendo intencionalmente expulsos do setor. E na Flórida eles estão tendo um tratamento diferenciado também. Porque essa indústria que está aqui no Brasil processa 50% da safra da Flórida e tem uma presença muito forte lá.

A outra questão é a questão da bolsa ser um ente... Essa bolsa de suco de laranja é um ente adequado para a formação de preços desse setor. Ela é uma bolsa que... Onde um pequeno grupo, que nós consideramos cartelizados, que controla 80% do mer-

cado mundial atuam. Então, eles têm um poder de... Vamos dizer, influenciar essa bolsa brutal. A bolsa envolve poucos negócios. Eu comparei aí bolsa de açúcar, de café, essas bolsas giram cerca de 20 vezes o volume fisicamente comercializado. Enquanto essa bolsa não chega a metade do volume comercializado. E há o comportamento dessa bolsa que se descola completamente do preço do suco no mercado físico, no mercado ao consumidor. E também nos Estados Unidos o citricultor está sendo remunerado por um preço acima do valor da bolsa. Isso aí nós vamos ver mais para frente. E aqui a expulsão dos citricultores independentes. Seguinte.

Bom, esse é o ponto de inflexão do nosso negócio. As indústrias em 23 de maio de 95 assinaram um contrato de cartel. Em plena vigência do TCC que eles haviam assinado no CADE. Então, estabelecem volumes definidos, conhecimento de comum acordo entre os integrantes, assegurar seguinte distribuição de aquisição de matéria-prima e moagem de fruta. Enfim, prazo de duração do cartel, participação fixa... E aqui as empresas e o *market share* que elas tinham naquele momento e se obrigavam a manter. Capacidade de moagem, informações... Esse é um documento de 12 páginas manuscritas, mas copiadas pelo Presidente de uma das empresas. Seguinte.

E isso que foi o final do processo de concentração. Duas empresas cada uma com 30 e tantos por cento no mercado e duas outras com cerca de 15%. E uma ou duas pequenas empresas que não fazem nenhum... Não tem nenhuma relevância, sobraram nesse mercado. Seguinte.

Bom, isso aqui em 2003, o representante da associação, então, das indústrias faz um longo arrazoado sobre o setor e fala que o aumento da produção... Implicam em excluir do negócio a maioria dos agentes econômicos de baixa produtividade. Isto é, pequenos produtores que hoje representam 92,5% dos citricultores brasileiros. O número deles em 10 anos já se reduziu de 29 para 17 mil, e são pessoas que tem uma tradição agrícola familiar de várias gerações que deixaram de ser competitivos e demandam algum tipo de programa de realocação para não contribuir com esse inchaço das cidades, agravamento dos problemas sociais do Brasil. É preciso que o Governo reorganize, tá, tá, tá. Então, isso aí mostra, é uma declaração clara de intenção de excluir do setor os pequenos... E médios produtores. E alcançaram isso com grande... O seguinte, por favor.

Isso aqui é a curva de plantio das indústrias a partir de 94, 95. A partir da assinatura do contrato de cartel. Vejam, então hoje essas indústrias já tem aí,

nós estimamos 80, 90 milhões de árvores. Aí tem cada uma o que plantou... O seguinte.

Isso é como o mercado mudou a partir de 94 e 95. Antes de 94... Essas barras azuis são os preços de registros FOB Santos. Corrigidos pelo CPA(F) e aqui a linha é a curva de preço da matéria-prima da laranja na árvore. Então, vocês veem que até o início da década de 90 os preços de registros FOB Santos estavam na faixa de valores corrigidos, atualizados, dois mil dólares. E a partir do cartel caíram para a metade do preço. O mesmo aconteceu com o preço da caixa de laranja. Vinha na faixa de 4,5, dólares valores atualizados, para um patamar de 2,5 dólares depois do... Da organização do cartel. Seguinte, por favor.

Esse gráfico é um gráfico montado pela ASSOCI-TRUS dos Estados Unidos, *Florida Citrus Commission*, que mostra a evolução do preço do suco ao consumidor, na gôndola do supermercado, com o preço do suco na bolsa. Então, vocês veem que até 95 os preços dos dois sucos tinham uma... Eram extremamente correlacionados. A partir de 95, olha o que aconteceu, o preço do suco na bolsa caía enquanto que o preço do suco ao consumidor subia. E isso continuou. Isso aqui é gráfico até 2000, 2001, isso continuou até 2004, quando houve uma série de furacões na Flórida e isso desarticulou momentaneamente. Mas eu vou ver o seguinte: Em 97, a partir de janeiro de 97, é o mesmo gráfico pulando a fase em que houve uma interferência dos furacões; 97. Janeiro de 97. O preço ao consumidor e olha a curva de queda de preço do suco na bolsa, que é o referencial para a remuneração dos citricultores; 63% de queda nos preços sem nenhum reflexo, sem nenhum reflexo ao consumidor final. Seguinte.

Isso aqui é uma reprodução que mostra que o preço da bolsa cai independente do comportamento da relação oferta e demanda. Então, houve a partir também de 94, 95, os preços caíram e pode ver mesmo que os patamares da relação estoque/demanda fossem semelhantes, o comportamento do preço é totalmente diferente. Seguinte.

Esse outro ponto interessante, essas barras azuis são os valores das exportações brasileiras FOB Santos. E a barra azul é esse mesmo volume recalculado ao preço do mercado na Europa. E o que a gente tem verificado é que existe uma diferença média de 660 milhões de dólares por safra nesse período. Aqui essa diferença superou um bilhão de dólares. E isso é uma questão para gente entender, porque esse produto é registrado num preço tão diferente do preço que é eventualmente comercializado na Europa. Seguinte.

E aqui é mostrar o preço, custo da caixa de laranja, nessa faixa de 15, 16 reais, 13 a 16 reais. Seguinte.

E o comportamento do preço da caixa de laranja pago ao produtor. E com o agravante daquilo que eu chamei já de discriminação de preço. Quer dizer, você tem uma faixa de produtores que estão sendo expulsos, remunerados nesse patamar e outra faixa remunerando nessa faixa. E essa discriminação de preço só pode ocorrer no mercado em que as forças, no setor em que não haja um mercado perfeito. Ou que seja cartelizado. E aqui mostra o comportamento do preço da remuneração do citricultor americano que é remunerado também por essa mesma indústria comparado com a remuneração do citricultor brasileiro. O citricultor brasileiro recebe por essa barra verde, enquanto o citricultor americano é essa barra azul. E o mais grave, essa linha laranja é o valor do suco, da libra de sólidos na bolsa. E a linha azul é o valor da caixa de laranja ou o valor da libra de sólidos que remunera o citricultor americano. Então, vocês veem que mais uma distorção o citricultor, a indústria nos Estados Unidos paga pela matéria-prima, pagava num certo momento, o mesmo valor do suco acabado. Quer dizer, a matéria-prima vale... Tem o mesmo valor do suco pronto. E a partir de 2004 houve um descolamento. Hoje o citricultor recebe pela matéria-prima que entrega na fábrica 10, 15, 20%, um valor 15, 20% superior ao valor da bolsa. E esse gráfico é baseado em dados que não incluem a fruta que vai pelo NFC. Seguinte.

E esse é o resultado. Foram expulsos já 20 mil citricultores, endividamento, desemprego, concentração de renda, desestabilização da economia dos Municípios citrícolas. Os pequenos e médios citricultores residiam ou residem nos Municípios citrícola, promovem a economia desses Municípios. A concentração, o grande produtor não mora nisso, mora nos grandes centros e transforma os Municípios citrícolas que eram altamente dinâmicos em cidades dormitório de boias frias. Seguinte.

A nossa reclamação contra a atitude anterior do CADE. Em 94, como se viu, o TCC não foi cumprido. E adicionalmente isso que foi muito grave, o CADE proibiu a continuidade do contrato padrão. O contrato padrão era um contrato que previa a correção do preço da caixa de laranja em função do preço do suco no mercado. Não só isso. Proibiu também que a negociação continuasse como era feita, através de associações negociando com as indústrias. Proibiu isso e forçou cada pequeno citricultor que vocês veem aí negociar com monstros do porte dessas indústrias. Então, veja a relação de poder que tem um citricultor aqui para negociar com uma empresa desse porte. Volta um pouquinho aí.

Foi feito o contrato de cartel, foi feito o encerramento desse TCC quando já havia uma nova denún-

cia de cartel. Esse encerramento foi em 99 e a nossa denúncia foi em 99. Então, havia já uma denúncia e apesar disso o CADE encerrou esse acordo. Aprovou a venda da Cargill que nós denunciávamos como uma atuação, venda do cartel. Quer dizer, o cartel... Duas indústrias combinaram, compraram a Cargill para fechar. Também afirmamos que ia haver o fechamento e eu estava lendo recentemente eles negando absolutamente que a fábrica... As fábricas não seriam fechadas. Está lá fábrica de bebedouro que era a fábrica comprada da Cargill com a intenção de fechar e efetivamente fechada.

Uma tentativa de acordo em 2006 que propunha entregar todos os documentos apreendidos na "Operação Fanta" lacrados. A troca de uma contribuição das indústrias de 100 milhões de reais e que não previu nenhuma... Nenhum benefício para o citricultor, nem para os trabalhadores. E enfim, a lentidão na apuração e falta de investigação. Quer dizer, essa... Todos esses documentos apreendidos estão no SDE, mas estão sendo analisados de uma forma extremamente lenta, quer dizer, estão desde 2006. O SDE não faz novas investigações porque o cartel continua atuando e inclusive há informações de que a impressão que o SDE tem é que o cartão não funciona mais. Enfim, essa é a situação.

Bom, e aqui nós temos as nossas reivindicações. Restabelecer a concorrência no setor, limitar a verticalização, fortalecer a organização dos produtores, estabelecer preço mínimo para a laranja, incentivar a ampliação no mercado para laranja e suco, criar um sistema de informações que torne mais transparente o setor, como existe na Flórida; instituir o Consecitrus e resolver os problemas emergenciais criados por todas essas ações. E é isso, assim encerro a minha apresentação.

Muito obrigado.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP):

Presidente, uma questão de ordem.

[palmas]

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP):

Questão de ordem, Sr. Presidente. Apenas uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Com a palavra Deputado Vanderlei Macris.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP):

Sr. Presidente, eu acho que não é possível desconsiderar a gravidade da denúncia do Sr. Flávio Carvalho Pinto aqui no Senado. Nós gostaríamos de ter, se possível, da parte dele, cópia de todas essas informações e transparências apresentadas até para repercutir na Câmara também, Sr. Presidente. Se puder, seria importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu informo ao Deputado que o trabalho já foi distribuído mas não chegou às mãos de V. Exa.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP): Não, não chegou não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Então a Secretaria vai providenciar.

DEPUTADO VANDERLEI MACRIS (PSDB-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto e concedo a palavra ao Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Srs. Senadores, Senador Garibaldi, Senador Valter Pereira, Senador Suplicy, Srs. Senadores presentes, Srs. Deputados presentes, autoridades presentes, citricultores e cidadãos. Eu tenho... Eu trago aqui a mensagem da nova entidade criada pela indústria exportadora de sucos cítricos, a indústria de suco de laranja, que é a Citrus BR, que acabou de ser formada. O estatuto foi aprovado em maio desse ano. Ela congrega, por enquanto, as quatro maiores empresas exportadoras de suco de laranja do Brasil, que são a CITROVITA, que pertence ao grupo Votorantim, a Citrosuco que pertence ao grupo Fisher, a Cutrale e a Dreyfus, que pertence ao grupo francês *Louis Dreyfus Commodities*. A entidade pretende ser uma entidade nacional, pretende agregar outros produtores e exportadores de suco, mas por enquanto está sendo fundada por essas quatro empresas.

Com essa nova entidade a gente inicia um trabalho de... Um novo trabalho. Um trabalho para pensar o futuro da citricultura e o futuro do setor industrial exportador de suco. Nós estamos aqui depois de muito tempo, me parece que não havia esse diálogo entre a entidade representativa da indústria e a entidade que representa uma parte dos produtores da citricultura, e além de estarmos aqui estamos abertos para qualquer tipo de conversa. Nosso trabalho vai ser um trabalho de transparência, um trabalho de... A gente pretende que seja de inovação, de renovação, e com isso a gente só vai trabalhar com informações que são reconhecidamente informações de fontes seguras, vamos dizer assim. A gente não quer trabalhar com ressentimentos passados, com questões individuais, com a discussão... Discussões que tem permeado esse setor durante os últimos anos e que não tem levado a nenhum avanço. A gente quer trabalhar com fatos e dados. Nós vamos trabalhar pela entidade para trazer dados que são reconhecidamente os dados do setor. Eu poderia aqui

reagir a uma boa parte das transparências e comentários que foram feitos pelo Presidente da ASSOCI-TRUS, mas eu não vou fazer isso. Eu posso fazer isso por escrito depois, muito abertamente e francamente envio nossos comentários sobre essa apresentação, porque certamente existem muitos dados aí que não conferem com os dados que nós trabalhamos. Portanto, é uma questão de dado contra dado. E nós temos que trabalhar em cima de... Se a gente quiser estabelecer um diálogo minimamente civilizado, a gente tem que trabalhar com dados que são reconhecidamente dados reconhecidos pela indústria de todos os lados. E pelos produtores de todos os lados.

Então, eu acho que o que tem acontecido realmente nesse setor é um enorme mal entendido, existe um problema de--

[manifestação da plateia]

[soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu faço um apelo aos citricultores para que possamos ouvir o expositor, como foram ouvidos os outros expositores. Na verdade, não são permitidas manifestações. Mas as manifestações bem humoradas serão bem-vindas. As mal-humoradas, não. Então, eu faço um apelo a todos para que colaborem aqui com a condução dos trabalhos e possamos ouvir o Presidente da Associação Nacional de Exportadores de Sucos Cítricos. Por favor.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Nós temos que reiniciar um processo de informação para a sociedade para a opinião pública de como funciona o negócio do suco de laranja. Então, eu vou tentar aqui em um período muito curto de tempo explicar da maneira que a gente entende que funciona esse setor. E de uma maneira a combater uma campanha que vem sendo feita de desinformação. Quer dizer, é uma campanha... Existe uma acusação mútua de desinformação. Não vou entrar aqui no mérito se existe ou não existe. O fato é que a gente tem que tratar em cima de fatos e dados que nós vamos apresentar a partir de agora na nossa perspectiva.

Então, o suco de laranja é sim uma *commodity*, assim como a soja, como outros produtos conhecidos, o café e outros produtos conhecidos pelos senhores do *agribusiness*, é uma *commodity* sim. E, portanto os preços são marcados na bolsa de Nova Iorque e a bolsa de Nova Iorque é a referência internacional. Todos os dias os senhores podem abrir o jornal, está lá uma referência de custo, de preço, em Cents por libra-peso, e ela serve sim de referência nos últimos 10 anos, pelo menos. Eu distribuí para os senhores aí um gráfico que mostra que o preço pago pela caixa no Brasil, o preço pago aqui, acompanha sim o preço de bolsa. Isso é

um dado que está registrado e a gente pode discutir o tempo que for necessário. Mas é fato. Depois existe uma acusação permanente da questão dos preços, a divisão de produtores, divisão de preço, etc.

Eu acho importante esclarecer à opinião pública, aos Srs. Senadores e aos companheiros aqui da citricultura conhecem isso, que existe a produção de fruta que pertence à indústria, é verdade, foi apresentado aqui, existe uma boa parte da produção em torno de 20 a 30% é de laranja da própria indústria, e existe em torno de 50% de contratos plurianuais, os contratos plurianuais são aqueles que a indústria fecha com o produtor dois, três, cinco, até 10 anos e um preço de caixa fixo, portanto é um contrato, e o agricultor vai receber aquele preço de caixa independente das variações internacionais de preço. Esses contratos inclusive incluem... Eles são diferentes entre si, entre as empresas e entre os produtores, enfim, depende de cada negociação, mas existe a variação internacional de preço, paga um prêmio... Quando é positiva paga um prêmio para o produtor. E quando é abaixo, a indústria paga um piso. Para ser muito sucinto nessa explicação, eu quero dizer aos senhores que hoje, neste ano, 2009, a indústria tem uma série de contratos estabelecidos nos últimos anos, com preços muito mais altos que serão pagos pela caixa do que aquele que ele vai receber pelo suco. Então, os senhores podem perguntar: Então as indústrias vão perder dinheiro? Se alguma indústria esse ano empatar o seu balanço já vai ser uma vitória. Porque é assim que o mercado funciona. E isso está acontecendo por quê? Porque o mercado mundial realmente apresenta uma queda no consumo de suco de laranja. Isso também é fato e é dado. Nos últimos oito anos o mundo consumiu 17% menos de suco de laranja. Por quê? Porque existe uma concorrência com outras bebidas, como sempre existiu, existe uma concorrência com outros sucos que crescem nos Estados Unidos e Europa que são os principais mercados no Brasil, e existe um excesso de estoques, é fato, é dado do *Florida Department of Citrus*, que foi citado pelo Presidente da ASSOCITRUS, existe um estoque hoje nos Estados Unidos em torno de oito meses de consumo. Existe um estoque também importante na Europa, que a gente não sabe medir porque ninguém consegue medir, na verdade, o estoque europeu. E o fato é que uma combinação de fatores negativos que provocam o quadro atual. A conjuntura atual deveria ter sido vivida em 2005. A gente esperava que fosse acontecer o que está acontecendo hoje em 2005. O que aconteceu em 2005? Houve o furacão, ou os furacões na Flórida que dizimaram boa parte da produção norte-americana e deram um *gap*(F) de tempo porque o preço naquele momento foram... Dobraram de... Por

demanda de laranja e de suco, aumentou demais, porque a Flórida estava com produção pela metade, e toda recuperação da produção norte-americana que veio vindo nesses anos e a produção nossa também que aumentou em função dos bons tempos de 2005 e 2006 geraram esse quadro atual de excesso de oferta e de queda de procura. Nós vivemos um caso clássico de excesso de oferta e redução de procura.

Eu volto ao raciocínio anterior para dizer o seguinte: Os outros 20% da produção trabalha em contratos de safra ou o que a gente chama de mercado *spot*. E uma boa parte dos produtores que trabalha com *spot*, trabalha no risco. É legítimo que seja assim. O agricultor faz com sua terra e sua produção aquilo que ele bem entender. A terra é dele, ele produz da maneira que ele quiser e ele se não quiser fechar um contrato, quiser partir para o risco, é direito dele. Em momentos que o mercado internacional vai bem, o risco remunera. É o que aconteceu em 2005. Em momentos que o mercado internacional vai mal, que é o caso desse ano, ele não remunera. E, portanto vive uma crise realmente. Eu entendo a aflição da citricultura que não está contratada, que está aqui presente, com o quadro atual. É um quadro preocupante, porque o sujeito está endividado. E não vai haver demanda para a laranja dele. Mas eu insisto, é um quadro de oferta e de procura.

Só para dar um exemplo, não entrar em detalhes desses cálculos todos que foram apresentados aqui, que a gente poderia discutir longamente, mas hoje o quadro é o seguinte: Vamos imaginar que a indústria esteja pagando quatro dólares a caixa, que é um preço aí médio das médias que a gente pode fazer um exercício, se a gente imaginar e os senhores sabem melhor do que eu, que em torno de 240 a 250 caixas fazem uma tonelada de suco, se a gente tiver pagando quatro dólares a caixa, então só de laranja nós estaríamos gastando mil dólares para fazer... Para comprar e produzir uma tonelada de suco. Hoje os senhores veem que o preço internacional não está pagando mil dólares. Eu estou excluindo dessa minha... Desse meu exemplo todo o custo de transporte, todo o custo de frete, todo o custo de transporte por navio, todo o custo de estoque a menos 18 graus nos terminais europeus e americanos, e estou excluindo também do cálculo a tarifa de importação que se paga no caso dos Estados Unidos. Portanto, é uma comprovação muito simples de que o quadro está muito ruim para o exportador de suco hoje.

Um dos temas que vem sendo ventilado muitas vezes aqui, acho que merece discussão, uma reflexão do Senado e reflexão das autoridades brasileiras é a seguinte: Existe uma concentração do setor e aí nós estamos falando de duas concentrações. A concentração

da produção que também é verdade, existe cada vez menos produtores maiores e produzem mais, e cada vez uma concentração maior da laranja fornecida pelos produtores para as indústrias. Por que isso acontece? Porque a laranja não é mais uma atividade como foi nos anos 80. Ela foi se sofisticando, ficando cada vez mais cara, foi ficando cada vez mais complicada, as doenças foram ficando cada vez mais violentas, o grini é uma doença muito preocupante para o produtor. E o fato é que o investimento é cada vez mais alto, tem que ser um investimento cada vez mais pesado, as margens são cada vez mais menores para o produtor e para a indústria, e virou um negócio muito pesado. É investimento pesado e as margens são muito pequenas. O que tem acontecido, portanto na concentração da produção é que o citricultor mais competitivo acaba excluindo o citricultor menos competitivo. Isso também é fato. Não é a indústria que inventou isso. Esse é um fato da realidade do comércio, do capitalismo moderno. Do lado das indústrias também há uma concentração. Há uma concentração. Está ali, foi mostrado. Havia 15 empresas, hoje há quatro. Há outras empresas importantes, mas são muito pequenas.

Agora, senhores, qual é o setor do agronegócio brasileiro que não enfrenta uma concentração? Qual é o setor da economia mundial que não enfrenta uma concentração? Não estou falando só de agronegócio, estou falando de todos setores da indústria internacional e todos setores do agronegócio brasileiro internacional. Hoje à tarde há uma conferência aqui, uma nova Audiência Pública tratando de um setor avícola, de onde eu venho e eu conheço um pouco melhor do que laranja, que trata de um processo de concentração. E não há nada de errado nisso. O Presidente do CADE está aqui, é a atividade que o CADE trata. O fato é que existem hoje processos de concentradores que são resultado do capitalismo moderno. A Sadia se uniu à Perdigão porque existe um interesse dessas empresas enfrentarem um mercado mundial muito competitivo. Se nós quisermos escolher qualquer setor do agronegócio, também existe no caso da soja, os senhores conhecem, existem quatro grandes compradores, eu não vou discutir se isso é bom ou é ruim. Isso é um fato da realidade. Se os senhores quiserem discutir o caso de café também existem quatro grandes compradores no mundo de café. Se os senhores quiserem discutir o caso da cana-de-açúcar, o Deputado Thame está aqui, conhece bem essa matéria, a cana-de-açúcar também vai enfrentar e está enfrentando um processo concentrador. Existem cinco grandes usinas, alguma centena com outras, e daqui a dois anos vamos ver que talvez metade desse número. E se os senhores quiserem partir para outros setores da economia, também

existe uma concentração no setor de varejo brasileiro, eu digo supermercados, distribuidores... Porque isso é um fato da realidade. Eu não vou discutir se isso é bom ou é ruim. Talvez até seja ruim para a economia mundial. Mas é uma realidade.

Então, o que aconteceu com o setor citrícola e exportador de suco é que talvez tenha se antecipado a esse movimento. Por quê? Porque o Brasil tem todas as qualidades e capacidades que tem, a terra, a água, o trabalho, o clima, e, portanto ele tem muita condição de ocupar o espaço que ocupa no mercado internacional de suco de laranja. Deveria ser motivo de orgulho no Brasil, e é, uma boa parte da sociedade reconhece isso, que esse setor é brasileiro por excelência e ele tem 80% do mercado mundial. Então, tem pra ninguém. É do Brasil. E ele enfrenta... Ele enfrenta o mercado internacional com grande competência.

Finalmente, eu entro talvez no que mais nos interessa nessa audiência que seria uma agenda positiva. Acho que a gente tem que sair desse jogo de... Talvez de acusações e de... De diferenças e pensar o seguinte: O que é que pode ser feito para evitar esses ciclos de alta e queda? Porque em ciclos de alta ninguém se queixa, em ciclos de queda a gente enfrenta esses movimentos difíceis e legítimos que são o movimento da crise e da... Dos baixos... Das baixas... Das receitas. O que pode ser feito, acho que é o seguinte: Nos Estados Unidos, e os Estados Unidos são sempre citados aqui porque na verdade são os nossos maiores e únicos concorrentes, na verdade, o que se faz lá quando se enfrenta um quadro como esse? Se aplicam políticas públicas. Nos países desenvolvidos existem recursos que levam a subsídios. Eu não acho que dá para sugerir aqui no Brasil subsídio a... Enfim, a qualquer setor. É muito difícil. Os orçamentos são apertados, etc. Mas se as autoridades quiserem subsidiar, criar um movimento, um fundo que subsidie os momentos de queda da citricultura, eu acho que é legítimo. Não é a indústria que vai ser contra. Aliás, a indústria é parte da solução desses problemas, não é parte do problema. Essa é uma ideia. A outra ideia seria promover o consumo. Os senhores sabem e muita gente não entende, mas todo... 98% do produto brasileiro, da *commodity* brasileira, é exportada. O mercado brasileiro de suco de laranja é irrisório. Estou me referindo ao suco concentrado e ao NFC. O que nós consumimos com muita... Consumimos em grande quantidade é o suco de laranja natural. O Senador Suplicy outro dia me fez essa observação. Disse: "Eu tomo muito suco de laranja". Falei: "É verdade, Senador". Mas a gente toma o suco da fruta. A gente tem o privilégio nesse país de pegar o suco da fruta e espremer em casa. O suco fresco. Não é desse produto que nós estamos

falando quando a gente trata da indústria. Nós estamos falando do produto commoditizado, concentrado ou NFC que é o pasteurizado, enfim, que traz a água junto com ele. Então, esse produto é 98% exportado. O que a gente tem que fazer e a indústria vai fazer, a nossa entidade vai trabalhar por isso, já começou a trabalhar nisso, é promover o consumo no mundo. Uma campanha de consumo mundial que também incorpora um consumo nacional. A gente pode e existe espaço no mercado brasileiro para aumentar o consumo de suco de laranja industrializado dentro do país.

Existe... Estou quase concluindo, mas existe um processo importante apresentado pelo Deputado Afonso Hamm, que até gostaria que ele estivesse aqui, infelizmente deve ter tido um outro compromisso, mas um projeto apresentado aqui na Câmara, que a gente apoiaria com muito... Com muito entusiasmo, que é de transformar o suco de laranja numa bebida ou sucos de frutas regionais e enfim, não só o de laranja, mas todos os sucos regionais naturais, nas escolas para que seja, portanto... A gente estaria substituindo o refrigerante, fazendo um movimento de melhor... De saúde para a criança e... Que são projetos que a indústria só tem a apoiar. E acho que citricultura em todos os níveis da cadeia também. Então, existem aí... Existem aí algumas possibilidades de trabalho que seriam favoráveis para evitar esses ciclos de alta e baixa que a indústria estaria plenamente disposta a apoiar.

Para concluir, eu quero dizer aos senhores o seguinte: A gente vai trabalhar para estabelecer esse diálogo permanente com todas as entidades representantes dos produtores. E nós vamos continuar tentando esclarecer à sociedade que existe uma indústria organizada, uma indústria competente que investe enormemente em tecnologia, que é orgulho nacional, e que cumpre os contratos que assina. Então, tem que ficar claro para a sociedade que os contratos, esses contratos plurianuais, que estou me referindo aqui em torno de 50%, são cumpridos. E muitas vezes, como no caso atual, em prejuízo da indústria. E isso faz parte do jogo. Em momentos de alta e momentos de baixa. E eu deixo aqui a mensagem da Citrus, cumprimento os membros da Mesa, mais uma vez, e estou disponível para qualquer questionamento que for colocado.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Agradeço ao Sr. Christian. E antes de dar a palavra ao próximo expositor, eu quero registrar a presença, nesse recinto da Comissão de Assuntos Econômicos, a presença do Prefeito de Conchal, em São Paulo. Sr. Orlando Caleffi Júnior; Prefeita de Engenheiro Coelho, de São Paulo, Sra. Rosimeire Guidotti; Vereadores de Monte Azul Paulista, José Al-

fredo Perez Cantori; Antônio da Costa Filho, Alexandre Vidotti Machado, Marcelo Otaviano dos Santos; Vereadores de Bebedouro, São Paulo, José Batista de Carvalho, Sebastiana Tavares de Camargo, Rodrigo da Silva, Nelson Sanchez Filho; Vereadores de Paraíso, em São Paulo. Antônio Carlos Fontanele(F), Eder José da Silva, Edmar Donizete Isepan; Sindicato dos trabalhadores na indústria de alimentação de Bebedouro, São Paulo, seus representantes José Antônio Janota, Presidente, e o Sr. Edson Cardoso, Diretor Administrativo. Registro a presença do Deputado Federal Lobbe Neto, vice-líder do PSDB; e a presença de João Batista Bianchini Italiano, Prefeito Municipal de Bebedouro. E ainda representantes do Município de Itápolis, capital da laranja. Eles é que estão dizendo, não sou eu. Engenheiro agrônomo Nestor José Dias Filho, Secretário Municipal de Agricultura de Itápolis, representando Júlio César Nigro Mazzo, Prefeito do Município de Itápolis; Nivaldo Donizete Pastrelo(F), Diretor do Sindicato Rural de Itápolis, representando Valdir Butarello, Presidente do Sindicato Rural de Itápolis; Antonio Roberto Puzzi, Vereador da Câmara Municipal de Itápolis; Antonio Boava, Diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itápolis. Citricultores de Itápolis que vieram participar... 45 citricultores de Itápolis que vieram participar da Audiência Pública nesta Comissão.

E agora, como último expositor, eu concedo a palavra ao Sr. Eduardo Porfírio, Diretor da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo.

Com a palavra o Sr. Eduardo Porfírio.

SR. EDUARDO PORFÍRIO: Sr. Presidente, eu agradeço todos vocês. Eu vou fazer uma exposição da realidade e da maneira que a Federação dos Empregados Rurais vive nesse momento de... Dessa discussão da questão da citricultura. A gente vem sentindo nos últimos anos a concentração, e a aliança estratégica que as empresas vêm fazendo.

Desde 94 a gente vem debatendo a precariedade do trabalho rural na colheita de laranja. E de lá para cá a gente não tem... Não tem ano que a gente consiga trazer alguma melhoria para esses trabalhadores. A gente percebeu, isso foi dito aqui, a concentração de fazendas compradas, possuídas pelas empresas, e aonde cada vez mais vem dificultando a vida dos trabalhadores. É desemprego, a má qualidade de vida, precariedade... Estamos agora em plena colheita de laranja no Estado de São Paulo. É época da negociação coletiva, aonde as empresas se organizam no Estado todo e você não consegue avançar, nem mesmo em cima do índice do INPC. Estamos em plena negociação de laranja no Estado de São Paulo, aonde a gente vê que os pequenos produtores estão perdendo a sua

propriedade, estão ficando... Indo para a cidade e acumulando mais ainda a precariedade nos Municípios e junto com eles os trabalhadores rurais.

Em plena negociação coletiva, as propostas que nós estamos tendo da empresa, eles nem falam em índice. Eles falam em salário mínimo para colheita de laranja no Estado. Citam um valor de 30 centavos a caixa para colher. Se a gente pegar um salário mínimo hoje paulista, dividir por 30 centavos, cada colhedor terá que colher 57 caixas por dia para poder tirar um salário mínimo. E isso, você senta com uma empresa, é o mesmo valor. Você senta com a outra empresa, é o mesmo valor. Você senta com uma outra empresa é o mesmo valor. Todas as empresas é o mesmo valor. O que é isso? Você não consegue. Não tem uma proposta, não tem uma proposta de outros benefícios. Dividem a nossa categoria. Negociam duas datas-base para a questão da negociação da laranja. Querem discutir valor e colheita em julho e trabalhadores fixos em outubro. Aí agradam os trabalhadores fixos com algumas coisas e os colhedores, que é a maioria, trabalham seis, sete meses, vão para o Seguro Desemprego, ou vão para a precarização ou pedir cesta-básica para os Municípios.

Então, gente, é uma situação que vem se alastrando nos últimos anos e a gente tende ficar assim. É uma concentração muito grande pelas empresas. Meses atrás, aonde empresa não colheu, não pegou, não moeu a laranja dos pequenos produtores, dois mil empregados tocou de viver de cesta-básica do Município. Então, o que é isso? Para nós, na verdade, é uma concentração grande disso, sim. E nós temos sentido. Então, eu trago para vocês isso, a realidade. Estamos em plena negociação. Essas negociação ocorreram agora na última semana. E é a realidade. Sabemos que estamos aí numa época de crise. Mas crise também desse jeito é... Precarizado do jeito que nós estamos.

Então, gente, trago essas... Essa realidade dos credores de laranja do Estado de São Paulo e acredito que em outros Estados também para ajudar nessa reflexão. Para ajudar nesse debate. E trago também, em nome da família FERAESP, a indignidade do acontecido com o Presidente da FERAESP, o Sr. Hélio Neves, que com certeza a família FERAESP continuará lutando em defesa dos assalariados rurais, seja do Estado de São Paulo, seja do Brasil, e continuará lutando para a questão da Reforma Agrária que a gente sabe que é uma saída para os trabalhadores rurais nesse país.

Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Estão presentes os Vereado-

res de Bebedouro, Antonio Sampaio e Paulo Bianchini. E eu queria agradecer ao Sr. Eduardo Porfírio pela sua exposição e conceder a palavra aos debatedores, mas antes de conceder, eu quero passar a Presidência... Aliás, eu não vou conceder. Quem vai conceder é o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Valter Pereira. Estão inscritos oito Senadores. Os Deputados poderão também participar logo após os Senadores e eu peço ao Senador Valter Pereira que assuma a Presidência dos trabalhos, ele que é Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Nós estamos numa Audiência Conjunta entre duas comissões, a de Assuntos Econômicos e a de Agricultura e Reforma Agrária.

[troca da presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Como Senador mais idoso, eu acho que o Senador Garibaldi é que deveria prosseguir os trabalhos. Todavia--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Mas, como idoso, eu preciso descansar um pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [risos]. Como ele está amparado pelo Estatuto do Idoso, então está concedida essa... Está deferido esse Requerimento. Então, estão inscritos... Aliás, prioritariamente, os dois autores terão direito à palavra. O Senador Suplicy e logo em seguida o Senador Augusto Botelho que não se encontra presente.

Então, com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, originalmente nós havíamos também incluído no Requerimento que houvesse convite aos Presidentes dos Sindicatos Rurais de Bebedouro e Itápolis, Itaquaritinga, José Osvaldo Junqueira Franco, Valdir Butarello, Marco Antonio dos Santos, mas houve o apelo de V. Exa. para que fosse como que enxugada a... O depoimento dos representantes dos produtores rurais e na pessoa do Presidente da ASSOCITRUS, Flávio de Carvalho Pinto Viegas, mas eu gostaria de informar, Presidente Valter Pereira e Presidente Garibaldi Alves Filho, que estes senhores estão aqui presentes, e inclusive trouxeram uma manifestação e gostaria de sugerir que pudessem os mesmos fazer uma apresentação muito sumária, se V. Exa. concordar. Eles disseram que em poucos minutos, além de... Vou entregar a V. Exa. o depoimento de ambos, José Osvaldo Junqueira Franco, de Bebedouro, Marco Antonio dos Santos, de Itaquaritinga, se houver também o de Itápolis, pediria que aqui fosse encaminhado. E se V. Exa. julgar adequado, Presidente, em algum momento, antes do término, além

de oficialmente estarmos considerando o depoimento deles por escrito, mas eles gostariam de poder dizer em breves palavras, porque aqui estão, também o seu depoimento. Mas no momento que V. Exa. considerar adequado, quem sabe numa... Após a própria arguição dos Senadores e Deputados. Mas--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu sugiro fazer uma primeira rodada de questionamentos e logo em seguida a gente pode ouvir com breve relato de cada um dos três que foram apontados.

Então, V. Exa. é o primeiro debatedor.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado. Sim. Primeiro, eu gostaria de perguntar ao Presidente da FERAESP, Eduardo Porfírio, se ele poderia detalhar um pouco mais a condição do contrato para o trabalhador que colhe a laranja, em especial, quando ele falou da relação dele com a empresa e que seja numa empresa, seja na outra, seja na outra, todas estão dizendo o preço, agora é 30 centavos por caixa e você vai precisar, então, colher 57 caixas por dia, pelo que entendi, e para receber o salário mínimo, se quando mencionou a empresa, esta empresa... Qual é a empresa? Se é uma das quatro empresas produtoras de suco ou se está mencionando os proprietários de áreas rurais onde se planta laranja e que fornecem a laranja para os produtores de suco de laranja. E se há diferenças de procedimentos na hora em que os pequenos, médios agricultores ou mesmo fazendas maiores que produzem laranja, se há diferença de procedimento. E se, digamos, nos últimos 20 anos houve uma diferença de procedimento na hora de contratar os trabalhadores.

Então, pediria que na hora que... Eu vou fazer todas as perguntas, mas, sobretudo esta questão gostaria que respondesse. E também eu tenho uma pergunta que vou pedir a todos para responderem sobre a questão da... Da ConseCitrus e daí gostaria de saber também a opinião dos trabalhadores sobre a ConseCitrus, que vou desenvolver daqui a instantes.

Há questões que gostaria de formular tanto ao Presidente do CADE, Arthur Badin, como ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas e ao Sr. Christian Lohbauer, Presidente da Citrus Brasil. E cada um vai poder dar a sua informação na sua perspectiva. Há 20 anos existiam 26 mil produtores de laranja e a indústria não chegava a um milhão de pés. Atualmente, o número de produtores caiu para seis mil. E a indústria verticalizou para quase 60 milhões de pés, o que significaria

50% da produção nacional. Quais foram os fatores que, sobretudo, levaram a essa verticalização? Sr. Christian Lohbauer, se pode aqui nos informar, na sua apreciação, por que a Cutrale e a Citrosuco adquiriram a Cargill dividindo os ativos se eles já tinham espaço sobrando de moagem? Teria a Cargill exigido que as fábricas vendidas funcionassem por pelo menos cinco anos? O grupo Fisher cumpriu a exigência e fechou a unidade de Bebedouro, em São Paulo, no vencimento dos cinco anos. Gostaria, Sr. Christian Lohbauer, se puder nos historiar o que aconteceu de fato com a unidade de bebedouro que, inclusive, fechada no início deste ano, foi como que o alerta para que nós, então, inclusive atendendo o apelo dos produtores de laranja da região de bebedouro, mas de toda São Paulo e da própria ASSOCITRUS foi, digamos, como que a motivação que nos levou a solicitar esta Audiência.

Agora, é possível se ter a informação sobre qual foi o valor da compra da Cargill? E isto pode ser tornado público? Agradeceria se puder, Sr. Christian Lohbauer, nos dar esta informação porque ela pode ser relevante para a análise que todos estamos fazendo. Por que empresas pequenas de importação e de exportação são fiscalizadas por superfaturamento e as indústrias de suco chegam a superfaturar, se é verdade, numa safra de um bilhão e não se faz esta investigação? Confere esta informação, Sr. Christian Lohbauer? E aqui perguntaria... Gostaria que o Sr. Arthur Badin, Presidente do CADE, também possa nos dar uma informação.

Eu gostaria de lembrar que como o Presidente Valter Pereira preferiu na sua sugestão como que enxugar os depoentes para que pudéssemos ter maior debate em nossa Audiência Pública, que em função disso, sobretudo, convidado apenas um representante do Governo. Então, Sr. Arthur Badin aqui representa o CADE, mas de alguma maneira também pode nos dar as informações na medida em que souber em nome da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Fazenda, uma vez que foi ponderado que talvez fosse menor... Mais eficiente se não tivéssemos tido tantos depoentes nesta manhã. Então, o Sr. Antônio Henrique Pinheiro Silveira, Secretário de Acompanhamento Econômico está aqui representado pelo senhor como representante do Governo. Se podem os dois representantes da Citrus BR e da ASSOCITRUS responderem também porque atualmente existem dois mil produtores sem vender laranja e as indústrias continuam a formar novos pomares? Se avaliam que seria o caso de, através de Projeto de Lei, se estabelecer um limite máximo de fruta própria de mais ou menos 30% para que num futuro próximo, seis mil produtores restantes não viessem a sair do negócio.

Mas, eu gostaria... E aqui de perguntar aos quatro depoentes, a respeito da sugestão que foi... Formulei, inclusive, no Requerimento sobre a possibilidade de se constituir uma Câmara de arbitragem, a qual denominaríamos Consecitrus, com o objetivo de definir as formas de comercialização de laranja e seus derivados a exemplo do que ocorre com a Consecana, instituída desde 1999. É interessante observar que esta entidade, a Consecana, é uma associação sem fins lucrativos, com sede na capital de São Paulo, mas que tem por finalidade zelar pelo relacionamento da cadeia produtiva, tanto da agroindústria canavieira, conjugando esforços de todos os que dela participam, desde o plantio da cana até a venda de produtos finais, objetivando a sua manutenção e prosperidade; zelar pelo aprimoramento do sistema de avaliação da qualidade da cana-de-açúcar efetuando estudos, desenvolvimento de pesquisa, promovendo a sistematização; desenvolver e divulgar análises técnicas sobre a qualidade da cana e sua aferição; promover a conciliação de conflitos surgidos entre os integrantes do sistema que para tanto vierem a ocorrer ao Consecana, e encaminhar ao Juiz arbitral da Bolsa de Mercadorias e Futuros os conflitos não conciliados. Portanto, trata-se de uma proposição que inclusive quando Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, colocou que deveria haver algo tendo em conta a experiência positiva que se deu na Consecana.

Então, eu... Tendo em conta os conflitos havidos, as dificuldades inclusive de diálogo mencionadas aqui pelo Sr. Christian Lohbauer, mas levando em conta, por outro lado, que ao relatar a Constituição da Citrus BR e pelas suas próprias palavras, que há como que uma disposição por parte das indústrias de suco de laranja de chegar a um entendimento, eu inclusive disse ao Sr. Flávio de Carvalho Pinto Viegas, tendo em conta o seu próprio apelo e relatando isto ao Presidente do CADE, que seria próprio se nós, Presidente Valter Pereira, nesta reunião pudéssemos estimular e daí a relevância de ouvirmos as quatro partes e essa então acho que seria importante que a própria FERAESP também opine sobre em que medida avaliam, seja o Governo, os produtores de laranja, os produtores de suco de laranja, acreditam que possa se chegar a um entendimento e qual seria o procedimento. Se o desenho da Consecana é um bom exemplo ou se para a laranja e suco de laranja deveria haver algumas características especiais. Que cuidados deveria ter e se possível até se todas as partes pudessem depois encaminhar por escrito a sua sugestão para que a própria Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Agricultura quem sabe, Presidente Garibaldi Alves e Presidente Valter Pereira, possa esta Comissão, eventualmente,

propor uma iniciativa desta natureza, se for o caso até por Projeto de Lei que possa nascer deste encontro e de uma maneira a tranquilizar todos os que trabalham com laranja, com suco de laranja, em todos os ramos da... Da citricultura.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Antes das respostas, eu gostaria de submeter ao Plenário um encaminhamento metodológico para que a gente assegure o direito de participação mais amplo possível. Seria o seguinte: Cada um dos Srs. Parlamentares que estão inscritos fazem os seus questionamentos, findo os quais, viriam as respostas dos expositores. Se todos estiverem de acordo, acho que asseguraria com esse método uma participação mais ampla dos Srs. Parlamentares. Todos de acordo?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): De acordo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, o segundo inscrito é o Senador Roberto Cavalcanti. Já que o Senador Augusto Botelho não se encontra no recinto neste momento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, por diversas vezes eu tenho me manifestado a respeito de Audiências Públicas. Acho extremamente construtivas. E a força da presença nessa Audiência Pública, na verdade, me emocionou. Porque não é fácil deslocar-se para o Senado da República, se percebe pessoas vindas de diversas cidades, diversos Municípios que não estão aqui próximos a Brasília, pelo contrário, a maioria na região de São Paulo. Então, eu gostaria de em primeiro lugar destacar a força dessas presenças. Isso na verdade demonstra que algo de importante está sendo discutido nessa Casa.

Outro ponto que eu queria registrar é o tempo. Nós tivemos, segundo consta nos Requerimentos, tivemos uma Audiência no dia 25 de março de 2000, na Comissão de Assuntos Econômicos, e tivemos outra Reunião no dia 10 de agosto de 2005, na CRA, que segundo consta no Requerimento, o que demonstra a reunião nossa em 2009 são 10 anos trabalhando o mesmo tema, prova de que algo tem que ser feito.

Então, partindo dessas duas premissas vou me acostar somente a um item referente aos Requerimentos que é o Item B, que consta na página 04 do Requerimento que sobre a denúncia de uma suposta fraude, suposta subfaturamento que é feito pela ASSOCITRUS para com as empresas exportadoras, na qual existe afirmação de que o preço médio do NFC praticado, teria sido de 311 dólares a tonelada quando na verdade o produto teria sido vendido a 750 dólares. Eu vou me ater ao esclarecimento dessa denúncia para que essa Comissão se, porventura, a resposta não for

convincente, a própria Comissão leve às autoridades competentes os indícios dessa suposta fraude para com a economia brasileira.

Era essa a pergunta que eu tenho a fazer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A indagação de V. Exa. é dirigida a quem precisamente?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A indagação nossa eu gostaria de ouvir... Se houvesse um representante da ASSOCITRUS para que a ASSOCITRUS confirmasse a denúncia e por parte do representante dos produtores que estão hoje associados através de uma Associação dos Produtores e exportadores de suco de laranja.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O seguinte é o Senador Garibaldi Alves, Presidente da CAE, da Comissão de Assuntos Econômicos.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Eu abro mão, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Abrindo mão, o terceiro debatedor é o Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente Valter Pereira, Srs. Debatedores, Srs. Senadores. Eu, por circunstâncias pessoais, acompanho há algum tempo essa questão, evidentemente, que de longe, mas acompanho de uma maneira razoável a questão dos sucos, bebidas não alcoólicas no Brasil de uma maneira geral. E queria ressaltar uma coisa aqui importante que não foi dito até agora, mas ficou subjacente quando foi colocado o histórico dessa indústria no Brasil.

É importante ressaltar que a indústria de suco de laranja no país representa hoje realmente um marco importante da evolução da indústria brasileira como um todo. Quando em alguns anos atrás esta questão importante, sem dúvida alguma, provavelmente não estaria sendo discutida aqui no Brasil. Estaria sendo discutida na Flórida, pois o suco de laranja que dominava o mercado mundial era o suco de laranja da Flórida, e não o suco de laranja do Brasil. Portanto, nós não podemos esquecer que a representatividade do setor hoje na geração de empregos, geração de riquezas, geração de exportação do Brasil é fundamentalmente devido à evolução e à eficiência da indústria brasileira que conseguiu hoje, sem dúvida nenhuma, ser a grande líder do mercado mundial de suco de laranja se impondo no mundo inteiro. E que, talvez, do ponto de vista de indústria, seja o caso único. Porque se o Brasil é muito relevante no café, por exemplo, não é a indústria brasileira, a marca brasileira que é prepon-

derante na produção do café industrializado. Eu não sei... Mesmo na questão da soja, não me parece que exista uma circunstância como essa. Na questão da indústria do suco de laranja, é a indústria do suco de laranja brasileira que realmente hoje, e graças à produtividade, graças ao trabalho, conseguiu ser o que nós somos hoje.

Portanto, eu acho muito perigoso quando se vai para esse caminho do bem contra o mal que foi de alguma maneira estabelecido aqui, porque se isso... A acusação, por exemplo, de cartel, que foi feito aqui, seria uma notícia muito bem vinda aos produtores americanos. Porque provavelmente esta denúncia traria a oportunidade de se proibir, por exemplo, a exportação do suco de laranja do Brasil. E essa questão de preço não existiria porque não existiria mercado aqui e sim o mercado lá fora. Por isso eu queria colocar essa questão com muito cuidado e, evidentemente, sem diminuir a importância da discussão que deve ter aqui. E por isso fiquei muito... Feliz com a colocação feita pelo Sr. Christian e aqui pela própria sugestão feita pelo Senador Suplicy, que foi o Requerente dessa Audiência, ao colocar que nós deveríamos tratar de uma maneira mais enfática a questão da agenda positiva que foi colocada aqui e ver quais seriam os mecanismos de controle que poderiam ser estabelecidos, ou reabrir realmente o diálogo para que essa questão beneficie realmente a todos. A vitória de qualquer um dos lados, aqui dos lados colocados, seria ruim para o setor como um todo. Um derrotado aqui não deve sair. E por isso eu queria colocar e elogiar a palavra do Senador Suplicy quando colocou que nós devemos tratar da agenda positiva, reabrir o diálogo e ver como isso pode ser bom para o setor dos sucos de laranja, da produção de laranja como um todo no país.

E gostaria de fazer apenas duas perguntas. Uma pergunta que me intrigou na colocação feita pelo Sr. Flávio Pinto, se existe essa diferença e por que existe essa diferença na compra da laranja, do produtor de laranja aqui no Brasil e do produtor da Flórida. Se existe essa diferença.

E a outra, ao Sr. Eduardo Porfírio, que colocou... E me parece que de alguma maneira o Senador Suplicy já fez essa colocação. Se esse preço de 30 centavos por caixa, não é isso que foi falado? Quando um produtor independente que não seja ligado às indústrias também é o mesmo. Existem produtores independentes no setor porque não são ligados. Se produtores independentes também cobram o mesmo preço. São essas duas colocações que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O próximo debatedor seria o Sena-

dor César Borges que não está presente e o Senador Osmar Dias também que se ausentou.

Com a palavra então o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Srs. Convidados para essa Audiência Pública, Sr. Presidente Garibaldi Alves. Em primeiro lugar, eu gostaria de enaltecer os autores do Requerimento, o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Augusto Botelho por essa iniciativa louvável, trazendo para o âmbito desta Comissão um assunto tão palpitante que diz respeito à economia do nosso país, a ocupação de milhares e milhares de trabalhadores rurais e de pequenos produtores que vivem as expensas do trabalho diuturno praticado na zona rural para a produção de laranja, insumo indispensável à produção de sucos para consumo interno e também para exportação. Como se vê, através desse debate a laranja ocupa um grande espaço na economia do nosso país. Em São Paulo e outros tantos Estados como no Estado de Sergipe, proporcionando no Estado de São Paulo mais de 400 mil empregos, além do aumento da arrecadação do ICMS, e no Estado de Sergipe com perto de 50 mil pessoas vivendo exclusivamente dessa atividade econômica.

A revitalização da citricultura, não só em termos econômicos como também em termos de produtividade, de assistência técnica, de pesquisa, é importante para o desenvolvimento do nosso país. Efetivamente, aqui o que se debate com mais intensidade é a questão da verticalização da citricultura em São Paulo. E que acontece também em outros Estados produtores, como o nosso pequenino Estado de Sergipe. Por exemplo, eu tenho dados aqui que me foram fornecidos pelo Dr. Renato de Queiroz, Presidente do conselho da Associação Brasileira de Citricultores que demonstram insofismavelmente que há uma concentração de indústrias produtoras de sucos. Não só de indústrias que se dedicam ao esmagamento da laranja, mas também de indústrias que se ocupam também da produção no campo, aumentando a área plantada, contribuindo para uma alteração substancial no sistema agrário do Estado de São Paulo, concentrando a indústria e também concentrando a produção da laranja. Prova disso é que, por exemplo, a Citrosuco, ela hoje detém, em 2004 detinha 32% da produção de sucos. A Cutrale, que tinha em 1970, uma produção equivalente a 23%, hoje tem uma produção equivalente a 36. Enquanto que outras pequenas indústrias que detinham em 1970 um parque industrial na produção de sucos da ordem de 13%, hoje foi reduzida essa produção para 6.9. Isso significa, Sr. Presidente, sem dúvida alguma, perda na força de trabalho, desocupação, inchação na Capital

de São Paulo com as consequências advindas dessa inchação como a violência, o desemprego, a fome. E a falta de assistência em todos os setores, os segmentos, o saneamento básico, a saúde e a educação.

Eu acho que essa política está errada. É preciso que se faça alguma coisa para evitar essa concentração, essa verticalização, a exemplo do que está acontecendo. Posso dizer que eu assisti pessoalmente ao lançamento e depois a execução de um programa chamado Programa de Aquisição de Alimentos e Distribuição Simultânea, que é conduzido pela CONAB. Como procede a CONAB? Reúne os pequenos produtores de laranja, os pequenos agricultores, e compra a sua produção que é direcionada para a alimentação escolar. Ou seja, o estudante lá em Sergipe. Nós começamos lá pelo sertão e está recebendo na sua escola o suco de laranja natural, que é produzido na região sul do Estado. Então, seria uma fórmula, quem sabe, de evitar que os pequenos produtores desapareçam. Ora, hoje se resumem em São Paulo a 6.9, daqui uns dias só temos grandes latifundiários, indústrias monopolizadas concentrando toda a produção de suco e também toda a produção de laranja.

Para finalizar, Sr. Presidente, para finalizar, eu gostaria de apenas dizer que para evitar que os pequenos desapareçam, que haja maior diálogo... E os médios desapareçam, haja maior diálogo entre os industriais e os produtores do campo. Porque há uma imposição, quanto mais se concentra o setor industrial, que se revela um... Que se revela um instrumento de monopólio, disfarçado, maiores são os prejuízos de quem trabalha no campo. Porque há imposição do preço. O preço combinado. O preço da laranja é tanto e está acabado. Venda se quiser, então apodrece. Lá em Sergipe, infelizmente, tem acontecido isso. Não há um diálogo, não há integração entre o campo e a indústria. E isso vem em detrimento da economia de nosso país.

Por isso, portanto, Sr. Presidente, Srs. Presidentes, Garibaldi Alves e Valter Pereira, eu gostaria de parabenizá-los por estarem aqui presidindo esta Sessão. Daqui certamente que surgirão as ideias que vão consubstanciar o pensamento que deve ser integrado, indústria, produtores no campo. Porque do contrário, essa atividade pode desaparecer como desapareceu em muitos lugares a produção do algodão. A produção algodoeira. Me recordo, o meu pai tinha um descaroçador e era também um plantador de algodão. O que aconteceu? Havia a imposição do preço pelas indústrias reinantes no Estado de Sergipe, não havia diálogo entre os produtores e os industriais e hoje não se produz mais um quilo de algodão no Estado de Sergipe. Nós não queremos que venha acontecer isso em outros Estados da federação com relação à laranja.

Obrigado, Sr. Presidente. Não vou fazer nenhuma pergunta.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O próximo debatedor é o Senador Osmar Dias, com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, senhores convidados, essa história da indústria de laranja eu conheço bem, porque convivi com este drama na década de 80. Eu era secretário de agricultura do Paraná, no Governo do Senador Alvaro Dias. Era nepotismo mesmo, mas é que eu tinha sido convidado para ser secretário, mais pelos conhecimentos que eu tinha, por ser um engenheiro agrônomo. Aí, quando entrei para a Secretaria, o Paraná reclamava que, há 30 anos, não podia plantar laranja em função do lobby paulista. E eu falava: “Mas como o lobby paulista pode impedir que o Paraná plante laranja?”. Então, eu fui atrás da história. O Ministério da Agricultura impunha condições sanitárias ao Paraná que o Paraná não podia oferecer. Então, o Paraná erradicava suas plantas, seus pomares, em função daquele problema que atingia os pomares do Paraná, o cancro cítrico, mas que também atingia os pomares de São Paulo. Aí eu não entendia. Se em São Paulo tem, por que São Paulo pode plantar e o Paraná não? E eu desrespeitei a norma técnica do Ministério da Agricultura e instalei um viveiro de mudas com um produtor de São Paulo, a família Pratinha, que eu trouxe para o Paraná, lá de Araraquara. A família se instalou e instalou um viveiro. No primeiro ano, o Ministério da Agricultura mandou queimar todas as mudas daquele viveiro, porque eu tinha desobedecido uma regra. Não tive dúvidas. Eu mostrei que a exigência que estava sendo feita ao Paraná, ela não era resultado apenas da vontade dos técnicos do Ministério, mas de algumas indústrias que, instaladas em São Paulo, não queriam a competição do Estado do Paraná. E isso ficou provado, porque, um dia, visitando uma dessas indústrias, um dos seus diretores me disse: “Você quer colocar uma pequena indústria no Paraná é a mesma coisa que colocar um Fusca na frente de uma carreta. A carreta vai atropelar esse Fusca”. Eu me lembro até hoje que eu respondi: “Mas eu não quero colocar o Fusca na frente da carreta. Eu quero colocar do lado ou atrás. Porque há mercado para todos”.

Pois bem. Nós enfrentamos uma guerra que ficou na história, inclusive, e me deram até uma homenagem na região de Paranavaí, no noroeste, onde me chamam de pai da citricultura do Paraná, em função de eu ter enfrentado aquela guerra. Mas, a mim, ninguém pode afirmar que as indústrias do Estado de São Paulo não tinham poder para determinar regras ao Ministério da

Agricultura, a ponto de proibir o plantio de laranja no Paraná. Era isso que acontecia. O poder das indústrias de São Paulo era tão forte que o Estado do Paraná ficou 30 anos sem poder plantar. E foi preciso, como a gente fala lá no meio da lavoura de laranja, peitar a indústria do Estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, e nós peitamos, para permitir que o Paraná plantasse laranja.

[palmas]

O que houve, então? Nós fomos até os Estados Unidos e pegamos um parceiro, junto com a COCAMAR, cooperativa de Maringá, que teve a coragem, junto conosco, de enfrentar tudo isso e implantou a indústria que está lá até hoje, está lá até hoje. O IAPAR, Instituto de Pesquisa do Paraná, criou variedades tolerantes ao cancro cítrico. E, lá, nós estamos com a citricultura se ampliando. O Pratinha, que eu levei para montar um viveiro de mudas, é, hoje, dono de mais uma indústria, mas uma indústria que tem cooperados, porque funciona como uma cooperativa. Então, a COCAMAR, uma cooperativa, com seus cooperados integrados, decidindo em assembléia o preço da caixa de laranja, decidindo em assembléia o preço a se pagar para os trabalhadores nos pomares. Assim que funciona no Paraná. A cooperativa que teve a coragem de instalar a citricultura discute, em assembléia, qual é o preço da caixa, qual é o preço, qual o custo da mão de obra. O Pratinha tem que acompanhar, porque, se ele não acompanhar, os trabalhadores vão trabalhar lá na cooperativa, e os produtores vão entregar só para a cooperativa. Uma outra cooperativa, a COROL, de Rolândia, instalou também a sua indústria. Então, aquilo que parecia impossível, em 15 anos, se transformou em três grandes indústrias, produzindo, exportando para o mercado americano, para o mercado europeu, e com a possibilidade de expansão da citricultura no Estado do Paraná. Mas as cooperativas sabem que devem, em assembléia, decidir o preço a pagar. Eu, que acompanho essa história da citricultura há muito tempo, não posso aceitar, por exemplo, o argumento das indústrias de que não dá para pagar mais numa caixa de laranja por causa que o estoque está alto. Se nós não tivéssemos os dados oficiais, eu poderia concordar. Os estoques, em mil toneladas, em 2007, quando o preço da caixa estava 60% acima do preço de hoje, 56 a 60%, o estoque era de 526.820 toneladas. O estoque hoje: 527.721 toneladas. Portanto, 0,17% a mais. Isso não se justifica um preço de 56% a menos que se paga para o produtor. Isto tem que ser, sim, investigado, sob o ponto de vista do cartel, do oligopólio. Porque, se esse preço caiu em quase 60% de um ano para outro, e o estoque é o mesmo, alguma coisa está errada. Podem dizer que o consumo caiu em tor-

no de 15%, mas a soma desses fatores não poderia ter derrubado o preço ao produtor nesse tamanho que derrubou. E se o produtor não recebe, o trabalhador vai continuar reclamando da mão de obra.

[palmas]

Eu entendo que é muito difícil, hoje, uma pequena indústria de laranja sobreviver, de suco de laranja. Tem que ser grande. Mas não é porque é grande que vai fazer uma negociação com outra, que também é grande, e combinar o jogo para estabelecer o preço do mercado tanto para o produtor quanto para os trabalhadores. Creio que é hora de fazer uma revisão nos métodos, porque esse método já existia na década de 80. O Paraná enfrentou. E creio que é hora, também, de se enfrentar, por parte dos produtores e trabalhadores, esse método, para que ele mude e que seja pelo menos reconhecido o esforço dos produtores, porque, sem eles, as indústrias não vão existir, e, sem os trabalhadores, os produtores também não vão existir. Um depende do outro. E se não houver boa vontade, é bom mesmo que o CADE verifique o que está acontecendo.

Eu não tenho pergunta, Sr. Presidente, só tinha essa manifestação.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria... Eu gostaria de pedir, aqui, moderação nessas manifestações, para que não haja prejuízo no andamento dos trabalhos. O Senador Osmar Dias não fez nenhuma indagação, mas, certamente, o ponto de vista que ele sustentou aqui deverá ter, sim, alguma avaliação daqueles que fizeram as suas exposições. Não há senadores inscritos para abordar sobre esse mesmo tema, e nós, embora não seja regimental, nós vamos franquear por um curto período, em deferência a presença e o prestígio que os Srs. Deputados estão fazendo a essa Audiência Pública, nós vamos franquear a palavra a dois--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Presidente, pela ordem. Eu gostaria de sugerir, já que os senadores todos já se manifestaram, que fossem respondidas as questões aqui colocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E, em seguida, os Deputados Federais.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): E, em seguida, abre para os Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente. Então, nós vamos franquear a palavra aos Srs. Deputados logo a seguir da resposta dos senhores expositores. Eu gostaria, aqui, antes de passar a palavra para os senhores expositores, de fazer uma pequena ponderação sobre o que eu ouvi. Nós enfrentamos, na Comissão de Agricultura, Senador

Garibaldi Alves, várias denúncias sobre cartelização, uma delas relacionada a fertilizantes. E podemos colher algumas informações importantes, uma das quais a de que o caminho mais adequado para o enfrentamento dos quartéis seria a organização do segmento que está sendo prejudicado pela ação deles. E, nesse sentido, na questão dos fertilizantes, nós temos experiências muito bem sucedidas na região sul do país. E o Senador Osmar Dias levanta aqui, em momento diferente, mas com assunto, também, pouco diferente, uma experiência bem sucedida com a COCAMAR.

Então, uma das provocações que eu quero fazer aqui é se os produtores brasileiros, citricultores brasileiros, não estão na hora de se organizar, através de cooperativas, para fazer este enfrentamento, para garantir uma lisura maior, uma regra mais ética no comércio da laranja e, enfim, de todos os cítricos. Então, para a fase seguinte, nós vamos começar, aqui, pela extrema esquerda, com o Eduardo Porfírio. Extrema esquerda, obviamente, da Mesa. Não estou me referindo do ponto de vista ideológico. E vamos começar com o Eduardo Porfírio, já que a maior parte das indagações, feitas pelo primeiro interveniente, Senador Suplicy, a maior parte foi direcionada a ele. Eu gostaria só de pedir, também, a todos que vão responder que fossem sucintos nas respostas, para dar agilidade ao debate.

SR. EDUARDO PORFÍRIO: [interrupção no áudio] em duas perguntas. Uma, a questão do preço, e outra, a questão da contratação. Nós assistimos e combatemos, a partir do ano de 94, o incentivo que as indústrias fizeram na questão das formações daquelas 'coopergratos', que eram cooperativas de mão de obra na colheita da laranja. Graças a Deus, esse modelo, até o momento, está parado. Não se tirou parágrafo da lei, mas não estão usando o mesmo sistema. A partir daí, a contratação dos trabalhadores na colheita da laranja, quando ele é feito pelas empresas, em fazendas próprias das empresas, eles têm feito, estão contratando direto, mas ainda há um número grande de colhedores de laranja que não são registrados, que não têm direito a férias, não têm direito a 13º, que não têm direito a uma aposentadoria no futuro. Há um número grande disso. Então, em termos de contratação, na colheita de laranja, tem acontecido muito isso, é a prática ainda hoje.

Quando eu falei de negociação coletiva, o que eu citei da negociação coletiva foi realmente com as indústrias, não é com o pequeno produtor. As negociações que nós falamos que nós temos dificuldade e chamamos para negociar realmente foi as indústrias, é a Citrovita, é a Dreyfus, é a Cutrale... São essas empresas que a gente tem chamado para as negociações. E é dessas empresas que a gente não tem conseguido,

ao menos, repor a inflação nas negociações salariais. A última reunião que nós tivemos, agora, semana passada, a oferta de salário para os colhedores de laranja foi de 515, 505 e 510, e 30 centavos a caixa. Sem se falar em inflação. Sem se falar em repor a inflação. Preço fixo. Por que isso? Dividem a categoria. Querem discutir trabalhadores fixos na colheita de laranja ou na lavoura citrícola, para trabalhadores fixos em outubro, para colhedores em julho. Para dividir. E isso é a prática. Isso é o que vem acontecendo no Estado de São Paulo. Então, não avançou. Estamos em metade da safra, começou em julho, já, julho, agosto, setembro, entrando no mês de setembro, e os trabalhadores ainda não tiveram reajuste salarial de julho para cá. A maioria estão aí, ganhando menos que um salário mínimo. Se bem que eles acabam completando diária e acabam pagando salário mínimo. Mas muitos deles não conseguem ganhar o salário mínimo na colheita da laranja.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Se puder também opinar sobre a ideia da concorrente Citrus, que é a... Eu agradeceria.

SR. EDUARDO PORFÍRIO: O sistema Consecana, que o Senador citou na lavoura canavieira, na verdade, nós, empregados, nós, assalariados, não temos... Não conseguimos infiltrar muito nessa negociação, nessa discussão, porque é uma discussão centralizada entre fornecedor e indústria. Então, não tenho dados que possa ajudar nessa pergunta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas na sua indagação... Permita, Presidente Valter Pereira. Eu... Já me vem, então, a sugestão de que, na formulação da Consecitrus, seria importante haver também a representação dos trabalhadores, e não apenas da participação da indústria e dos produtores de laranja, mas também dos trabalhadores. Fica aqui a sugestão para quando for formada a Consecitrus.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. A seguir, o Sr. Arthur Badin, que é Presidente do CADE.

SR. ARTHUR BADIN: Obrigado, Sr. Senador Valter Pereira. Professor Marcos Neves, da USP de Ribeirão Preto, escreveu, há uns meses atrás, um artigo importante sobre o setor citricultor, da citricultura brasileira, e ele conclui, dizendo que o principal problema da citricultura é de natureza organizacional. É um pouco o que eu quis dizer, na oportunidade da minha exposição, com a necessidade de se discutir novos mecanismos de governança deste setor. Como o Senador Tasso Jereissati muito bem mencionou, esse é um jogo que pode ser de perde-perde, mas também pode ser de ganha-ganha. Os elos, todos os elos da cadeia produtiva têm que compreender que estão no

mesmo barco e que o desastre de um será o desastre de todos; não só de quem está na cadeia, envolvido diretamente na cadeia, mas todos nós cidadãos e demais brasileiros, que nos beneficiamos deste que eu chamei patrimônio nacional, que é a inegável liderança do Brasil no mercado internacional de suco de laranja. Essa situação de permanente, ou, pelo menos, antiga, litigiosidade, beligerância que existe no setor prejudica a todos. Essa... Uma verdadeira disputa de margens entre diversos elos da cadeia produtiva e uma... No contexto de uma alta complexidade. Ao contrário, por exemplo, do café, em que o produtor pode pôr o café na tulla, esperar o preço melhorar e, portanto, o mercado *spot* funciona bem nessas situações; laranja, se demorar muito, apodrece e cai. O fruto apodrece. Essa é uma cultura que tem uma colheita custosa. Ao contrário de cana ou da soja, que a grande máquina pode colher, esse é um mercado que exige mão de obra razoavelmente intensiva, o que é bom porque gera empregos, mas complexifica os custos e os contratos. São mercado de uma certa perenidade. Quer dizer, não dá para se tirar a árvore da laranja, numa safra, o preço está ruim e começar a produzir. Uma decisão de cortar, arrancar a árvore e mudar de cultura é uma decisão muito dolorida e difícil para o citricultor, ao contrário de uma cultura como a soja ou como a cana.

Então, todos esses fatores tornam particularmente complexa a transação, complexificam o custo das transações entre citricultores e indústria e processadores. E é por isso essa relação precisa ser lubrificada. É por isso que essa relação precisa de se pensar mecanismos, e de forma corajosa e com boa vontade, mecanismos de, eventualmente, negociações coletivas, se rediscutir contratos padrão, regras mínimas de autorregulação desse setor. Eu acredito que o debate, ele está posto na Mesa. Eu, particularmente, não poderia e nem teria condições, hoje, de sinalizar de que forma e de que melhor maneira de se viabilizar isso, mas eu acho que a criatividade, a engenharia institucional está... A plasticidade é infinita para a forma de organização deste... Se é Consecitrus, se é câmara, contrato-padrão, câmara de... Isso acho que é pouco relevante agora. O que acho que é relevante hoje, Sr. Senador Suplicy, é nós colhermos de todos o depoimento de que há a boa vontade de se caminhar numa discussão nesse sentido. A verticalização, que foi mencionada, pode-se explicar um pouco por essa... Existem... Não saberia dizer a razão e, de novo, seria leviano da minha parte fazer qualquer consideração a respeito, mas, na teoria econômica, uma das explicações para essa verticalização é o elevado... A internalização de uma parte da produção pode ser explicada pelos elevados custos de transação. Talvez seria importante, portanto, reduzir os

custos de transação neste setor, o que vai gerar um setor mais forte, uma inserção mais forte do Brasil lá fora e uma redistribuição mais equânime dos ganhos entre os elos da cadeia e para toda a sociedade. Então, acho que esta é a agenda que tem que ser feita.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Falou o Presidente do CADE, Arthur Badin. E, agora, nós vamos passar a palavra ao Sr. Flávio Carvalho Pinto, que não é Governador, mas é um grande entendido de Citrus.

SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO: Obrigado. Bom, a nossa posição é essa. Nós reivindicamos a nossa participação no setor, como participamos durante quase 40 anos e propiciamos o crescimento desse negócio. Esse negócio cresceu na mão de pequenos produtores. A concentração, na verdade, é uma verdadeira contra a Reforma Agrária. São Paulo, hoje, a média da propriedade é de 63 hectares, e a proposta da indústria é tirar a produção desse produtor de 63 hectares e levar para a produção de milhares de hectares. Quer dizer, é um contrassenso contra... E não se justifica... Nós já verificamos essa questão. Não existe esse ganho de escala, muito menos esse ganho... Nem mesmo esse ganho de custos de transação. Porque nós tínhamos um processo em que se negociava coletivamente, através de associações, e isso funcionava perfeitamente. Isso foi tudo destruído por aquela decisão do CADE, em 94.

Respondendo diretamente à questão da colheita, Senador Suplicy, a colheita era feita pela indústria. As indústrias tinham departamentos de colheita. Elas contratavam os colhedores, davam toda a assistência e, também, a indústria, se aproveitando dessa falha do CADE de 94, vamos dizer, deu a oportunidade para a indústria de transferir a colheita e frete para o produtor, e, naquela época, se fez sem nenhuma compensação. Quer dizer, o produtor continua recebendo a mesma remuneração que ele recebia pela fruta entregue na árvore para a fruta que ele colheu, transportou e assumiu todos os riscos de contratação de pessoal, de acidentes, etc., etc. Então, isso aí foi outro desastre muito grande que nós sofremos.

Há também um discurso muito variável da indústria, em momentos muito próximos. Por exemplo, nós vamos ver que a indústria alegou fechamento da fábrica da Citrosuco por falta de matéria-prima. No momento seguinte, ela deixa de renovar contratos. Ao contrário do que ela disse, não foi a opção dos produtores, da maioria dos produtores, em não fazer novos contratos. A indústria se negou a renegociar contratos, e, aqui, tem vários produtores médios, pequenos e grandes que tentaram renegociar e a indústria se negou a... E, agora, ela impõe preços que sequer cobrem os custos

de colheita e frete. Então, obriga o citricultor a doar a fruta, se ele quiser ficar. Com relação ao subfaturamento, senador, é o seguinte. É simples. Os dados da SECEX dão essas informações, a quantidade de tonelagem exportada e o valor registrado. Então, na safra passada, a indústria registrou 311 dólares na exportação do suco não concentrado, enquanto que, no mercado, esse suco esteve na faixa de 500 a 800 dólares permanentemente. Então, esses dados também se encontram... Uma das fontes é o relatório que é apresentado no World Trade Organization, que faz levantamento periódico dos preços do suco no mercado internacional e mostram claramente essa diferença.

Bom, com relação à possibilidade de uma câmara de arbitragem, a gente vem discutindo isso há muito tempo. Senador Tasso, nós tentamos negociar com essa indústria desde 2000. Fizemos uma Audiência Pública no Senado, em 2000, 2005, fizemos audiências na Câmara... Só em 2006, quando nós vimos que não havia mais possibilidade... Inclusive o representante da associação das indústrias, na época, depois de uma tentativa de uma negociação para um Consecitrus, ele, em dezembro, fez uma declaração, dizendo que encerrava todas as negociações e que as coisas iriam continuar como estavam. Foi então que nós decidimos entregar os documentos que nós tínhamos em nossas mãos, desde 2000, comprovando a cartelização do setor.

Essa indústria, Senador Tasso, não tem marca. Ela trabalha junto com Coca-Cola, Pepsi-Cola. A Cutrale entrega para a Coca-Cola na embalagem final. Então a Coca-Cola que tem a marca. Agora, ela fez, realmente, um grande trabalho, como os citricultores fizeram. Agora, não acho que eles tenham o direito de, no momento que eles acharem conveniente, expulsarem do setor os parceiros que promoveram o crescimento desse mercado e que levaram essa indústria... Nós fomos, estivemos juntos. E nós ganhamos dinheiro. Ganhamos dinheiro, realmente, na década de 80. Mas, hoje, nós devolvemos todos os nossos ganhos e estamos entregando o nosso patrimônio para essas indústrias.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO: É, a questão essa... Quer dizer, nós temos, em São Paulo, uma estrutura agrária de pequenos e médios proprietários, e a indústria acha que o caminho tem que se concentrar, distorcendo todo esse negócio. Concordo plenamente com o Senador Osmar Dias, é possível, mas eu afirmo que, mesmo as indústrias do Paraná, infelizmente estão sendo obrigadas a comercializar grande parte da produção deles através das grandes indústrias. Isso

aconteceu numa indústria menor em São Paulo, que ela foi tão cercada que ela foi obrigada a fazer, contratar toda a produção dela... Toda a produção dessa indústria, que chama-se a Suco Rico, ela foi obrigada a contratar toda a produção dela, vender todo o suco, através do Cutrale, vendia para Cutrale, e o Cutrale é que comercializava a produção dela. Então, é esse o esquema de estrangulamento que eles fazem.

E o Senador Valter Pereira sugere as cooperativas. Tentamos. Temos, recentemente, uma tentativa de organizar um grupo de citricultores para processar a nossa fruta, conseguimos fazer um contrato até com uma dessas empresas menores, com um dos acionistas, mas, rapidamente, o outro acionista, que é muito ligado ao cartel, impediu a negociação. Nós estamos lá, gastamos dinheiro, estamos com o dinheiro preso em ações judiciais, etc. Então, existe um bloqueio sistemático a qualquer tentativa do pequeno e médio citricultor de se desvencilhar dessas indústrias. Acho que são esses os comentários.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Mas apreciaria se puder nos falar da análise que a ASSO-CITRUS faz da proposição do Consecitrus.

SR. FLÁVIO DE CARVALHO PINTO: Nós somos totalmente a favor, participamos de diversas tentativas de negociação com a Associação das Indústrias, mas, infelizmente, depois de duas, três reuniões, quando aparentemente as coisas estavam caminhando, a industrializo chegava, entrava... E uma dessas últimas vezes, ela entrou e falou assim: "Não vou mais conversar porque o CADE nos proíbe". E não é bem a verdade. Porque, pura e simplesmente, eles não queriam continuar essas negociações. Esperamos que, agora, com essa nova associação, as coisas mudem.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Apenas, Sr. Presidente, dada esta observação, acho que seria importante, depois do Sr. Christian Lohbauer expor seu ponto de vista, que possa o Presidente do CADE, Arthur Badin, explicar se é possível se realizar algo como a Consecana, a Consecitrus, de uma maneira a não se ferir as regras de concorrência e que, inclusive, possa ser acompanhados pelo SDE e pelo CADE. Então, depois agradeceria, porque esse ponto não foi, aqui, respondido pelo Presidente Arthur Badin. Mas só para assinalar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, agora, nós vamos passar ao último, que é o Christian, que representa a CITRUS BR.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Eu vou tentar responder, ou comentar, os questionamentos dos senadores, mas eu não posso deixar de começar pela intervenção que foi feita pelo Senador Osmar Dias, que, infelizmente, se ausentou.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas, com certeza, está ouvindo.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Eu acho... Assim, ele fez duas afirmações que me parecem muito incisivas e muito perigosas. A primeira que... Importante que ele tenha a experiência que tem com a citricultura no Paraná, é importante porque é uma pessoa que pode dar opinião sobre uma experiência vivida. Mas essa história de lobby paulista, isso é uma coisa que permeia muitas discussões aqui, no Congresso Nacional, e que é muito ruim para a federação. Essa ideia de que lobby paulista tem alguma influência, alguma função conspiratória é muito ruim para a discussão da democracia brasileira, e dizer que o lobby paulista mandava no Ministério da Agricultura me parece muito perigoso, porque é desmoralizar o Ministério da Agricultura. Quem manda no Ministério da Agricultura é o Ministro da Agricultura. Eu não acredito que haja qualquer lobby paulista que mande no Ministério da Agricultura. Portanto, acho que ele se excedeu nessa afirmação.

O fato é que existem produtores muito competentes no Paraná. A COCAMAR é uma cooperativa altamente respeitada. Nos diálogos internos que nós temos na nossa entidade, só se faz elogios ao Paraná, pelo desenvolvimento que o Paraná tem tido na citricultura, há também uma outra empresa recente, a Citric(F), que está se desenvolvendo muito bem. Existe uma total simpatia entre as indústrias de São Paulo e do Paraná na produção do suco de laranja, e a gente até quer, e estamos trabalhando para que as primeiras empresas fora do Estado de São Paulo, que se associam a nossa entidade, sejam as empresas do Paraná, com quem eu já conversei pessoalmente. Então, essa história de que peitamos a indústria do Estado de São Paulo acho que é uma coisa que não cabe muito bem num tipo de diálogo como esse. E a gente apoia, sim, que as cooperativas, sim, se desenvolvam. Cooperativismo é uma atividade que tem futuro, tem sido promovido pelo ex-Ministro Roberto Rodrigues e tem uma atividade muito relevante em outros setores do Brasil. O cooperativismo é uma das saídas, uma das alternativas para ganho de escala e de organização. A ideia que também o Senador Osmar Dias desenvolveu de que a indústria não reconhece o produtor, acho que também a gente gostaria de questionar esse posicionamento. A indústria reconhece, sim, o produtor. Não existe indústria sem o produtor e não existe indústria de suco de laranja sem produtor.

Então, a gente quer dizer o seguinte: a indústria se posiciona da seguinte maneira: ela respeita o produtor que está se desenvolvendo, que está investindo na produção e que está cumprindo os contratos que

foram firmados. Aquele que acha que, porque tem um pé de laranja, pode fornecer e tem direito num preço fixo de caixa, isso não combina com a lógica do mercado. Então, existe um respeito muito grande, e eu queria insistir aqui que não existe, não existe embate entre produtor e indústria. Isso não existe. O que existe é uma insatisfação de um grupo de produtores que prefere trabalhar com mercado *spot*. E isso, sim, é uma questão que pode ser desenvolvida aqui, nesse nosso ambiente.

Voltando, então, à ordem das colocações, para ser muito breve, e ainda seguindo na agenda positiva. Senador Suplicy, o Consecitrus. Na verdade, vamos chamar... Vamos caracterizar de uma espécie de... Vamos dar um outro nome, de câmara de discussão de arbitragem, que seja discutida. Nós estamos dispostos a discutir isso, sim. Eu tenho autorização, a nossa entidade está disposta a sentar na Mesa, sim, para discutir uma eventual câmara... Câmara de arbitragem, etc. O importante que fique claro é o seguinte: a comparação que se faz é com o Consecana. Mais uma vez, está aqui o Deputado Thame, que foi um dos artistas desse processo, que, hoje, é considerado um modelo para a negociação. A cana é diferente da laranja, todo mundo sabe. A cana... O Consecana tem... Em primeiro lugar, a gente tem que levar em consideração que existe açúcar e etanol. Um. Dois: existe um mercado interno muito importante, coisa que não existe para a laranja. Portanto, você tem a força do mercado interno para ajudar no ajuste de altos e baixos do setor. Nós não temos na laranja. O mercado interno não ajusta nada. É o mercado internacional que faz o preço. Mas o mais importante de tudo é que, se nós fizéssemos uma câmara com essa característica, tem que ficar claro que, como acontece no Consecana, muitas vezes define-se um preço abaixo do preço de custo. Os senhores sabem que, no mundo da cana, hoje, define-se um preço, muitas vezes, que é abaixo do preço de custo, que é o que está acontecendo hoje, com a laranja.

Então, se a gente tivesse, hoje, uma câmara de arbitragem, definida, com todos nós aqui presentes, nós fôssemos fazer as contas, fazer os cálculos, a gente ia chegar à conclusão de que, hoje, a caixa, vamos supor, de hamling, no *spot*, vale quatro reais. É abaixo do preço de custo. Se todos estiverem dispostos a criar um conselho que tenha esse tipo de conclusão, então a gente pode conversar, porque praticamente é o que já existe hoje. E a discussão que se tem colocado, me parece, se não for isso, que me corrijam, é um preço fixo de caixa, que eu não tenho a menor ideia como se calcula, porque a discussão de preço de caixa não tem cabimento. O que tem, sim, é quanto custa uma caixa. É o cálculo que a ASSOCITRUS expôs aqui, do

estudo da Professora Margarete Boteon, publicado no Hortifruti, que ela fez o quê? Ela fez um cálculo médio com dois modelos de fazenda, com todos os custos médios de produção, os custos de produção, e ela define um preço médio do médio das caixas, de caixa para aquelas duas propriedades. Eu quero dizer, com isso, o seguinte: não se pode comparar o preço ou o custo de uma caixa de uma propriedade que tem mil árvores, que não combate o greening, cujas árvores estão espaçadas, foram plantadas há 20 anos e que não tem irrigação, com uma fazenda que tem 700 hectares, que tem irrigação, que tem mudas que são resistentes a doenças e que tem uma escala muito maior. Quer dizer, o custo da caixa é muito menor. Se uma indústria que inventou... Isso é do mercado, isso é do capitalismo.

Então, assim, voltando ao ponto, Consecitrus, conselho de arbitragem, o que seja, estamos dispostos a conversar e sempre estaremos. Agora, cientes de que, como acontece no Consecana, além das adesões voluntárias, e diga-se de passagem que a adesão é voluntária, mas acho que todos estariam dispostos a aderir, há momentos em que o preço do mercado diz que o preço de custo definido ali é mais baixo que o de produção. É uma realidade da vida da agricultura.

Sobre a Cargill, eu tenho muito pouco a me posicionar, senador, porque eu nem... Eu sou muito novo nesse ambiente e o que aconteceu com a Cargill... A venda da Cargill foi em 2004... Eu só posso dizer, baseado na regra básica de qualquer industrial, de qualquer setor, que é muito difícil um setor investir para comprar um patrimônio e fazer um investimento desse com o objetivo de fechar. Acho muito difícil isso acontecer. É uma conspiração muito grande. Na verdade, o sujeito compra o outro para ganhar em escala e ganhar mais dinheiro. E acho que foi isso que foi feito quando se comprou a Cargill, e o resultado é que, em função do mercado, a Citrosuco teve que tomar uma decisão de fechar a fábrica de bebedouro, que é uma decisão da empresa, eu não faço aqui avaliação de decisões das empresas em particular, mas eles têm as razões que foram expostas pela Citrosuco nessa ocasião. Foi feito, também, aqui... Foram feitas observações sobre subfaturamento. Eu quero deixar bastante claro que isso também é uma acusação leviana. É uma acusação que diz respeito à lei brasileira. Existe uma lei no Brasil, para quem não conhece, uma lei de preços de transferência. A lei de preço de transferência é rigorosamente cumprida pelas empresas brasileiras. Nós não estamos falando de empresas amadoras, nós estamos falando de grandes grupos econômicos. A Receita Federal tem presença permanente no controle dessas empresas. Nós estamos falando de Grupo

Votorantim, estamos falando de Grupo Fischer, estamos falando de Cutrale, estamos falando de LDC, uma empresa de 18 bilhões de dólares, uma multinacional francesa. Esse pessoal não está brincando de fisco. Esse pessoal tem a Receita Federal permanentemente presente nas suas empresas, respeitando a lei de transferência de preços.

O que acontece é o seguinte: muitas vezes se faz uma análise equivocada de que a empresa brasileira vende para uma empresa estrangeira dela mesma. E isso é legal e é fato. E pode se conferir. É tudo aberto e rigorosamente controlado pela Receita Federal.

Um outro aspecto muito importante que vou repetir, que eu já coloquei na nossa introdução, é o seguinte: nós vamos trabalhar com fatos e dados. Então, a quantidade de números falsos e números, vamos dizer assim... Vamos assumir aqui que não existe nenhuma má intenção. Então, os números mal colocados... É impressionante. Então, vamos aqui colocar um número que é um número que todo mundo conhece. O Estado de São Paulo, através do CATI, fez o levantamento, através de levantamento georreferenciado das propriedades do Estado de São Paulo que produzem laranja, cujo critério é: propriedades com mais de 200 árvores. Está lá, registrado, em 2008, no último relatório, Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, que são em torno de 20 mil propriedades citrícolas no Estado de São Paulo. As empresas aqui estão dizendo, neste fórum, que existem... Restaram seis mil produtores. Não é verdade. Se nós vamos considerar o levantamento do Estado de São Paulo, são 20 mil. Se nós vamos considerar os levantamentos georreferenciados das indústrias, as quatro fazem individualmente porque não compartilham as informações, ao contrário do que todo mundo imagina, elas estão competindo e concorrendo entre si; portanto, elas fazem o levantamento caro, elas mesmas, e calcula-se em torno de 10 mil fornecedores de laranja para a indústria. Portanto, seis mil e 10 mil me parece bastante diferente. Se a gente tem uma discussão de... Os números variam em 40%, a gente não consegue conversar. Então, a gente precisa começar a trazer dados, e todos concordem que esses dados são os dados aceitos para início de conversa.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Quer dizer, pelo levantamento das quatro... Só para esclarecer. Pelo levantamento das quatro empresas, maiores produtoras de suco, há, hoje, 10 mil produtores de laranja--

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Fornecedores da indústria.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Fornecedoras da indústria. Excluindo elas próprias, que também fornecem?

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Isso.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT-SP): Excluindo elas próprias.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Uma pergunta sobre se deveria haver limite para a laranja própria. Olha, a indústria não tem absolutamente a intenção de ter 100% dos pomares. Isso é uma ilusão. Eu não sei de onde surgiu uma coisa dessa. Não interessa. A quantidade de capital que a indústria deveria investir para ser dona de todos inviabiliza o negócio. Então, acredita-se, e isso é um cálculo que se faz hoje, que já chegou o limite da laranja própria. Isso pode variar de acordo com a empresa. Se a empresa quiser investir mais ou menos. Mas não existe interesse absoluto em eliminar o produtor. Pelo contrário, é bom que o produtor seja livre, exista e possa fornecer laranja como ele bem entender ou que seja parceiro contratado. Então, essa ideia que se veicula e se repetiu aqui várias vezes: a indústria quer acabar com o produtor. Isso não é verdade! Eu reitero: isso não é verdade. O Senador Cavalcante fez uma referência à ideia de superfaturamento. Eu acho que já foi dada a resposta... Enfim, é uma leviandade, não existe superfaturamento, é tudo registrado e controlado pela Receita Federal. O Senador Jereissati fez algumas observações muito importantes, mas eu gostaria de reiterar a observação que fez sobre a evolução da indústria. A indústria do século XXI, a indústria do suco de laranja, é muito diferente da indústria dos anos 80. Houve uma evolução, uma progressão, não vou dizer que ela é melhor ou pior. O mundo mudou. O mercado mudou. E a indústria teve que se adaptar. A indústria fez uma adaptação duríssima, justamente quando teve que investir muito dinheiro para transformar as exportações de suco concentrado e começar a investir em suco NFC. Não sei se todos conhecem isso, mas imagine o que é você exportar suco concentrado e depois ter que começar a exportar o suco pasteurizado com água, que é o mais natural, que obtém volume seis meses maior; portanto, você tem que investir em frota, você tem que ter navios adaptados a isso, você tem que ter assepsia adaptada a isso e você tem que investir muito dinheiro para manter o mercado que mudou. O hábito de consumo na Europa e nos Estados Unidos é pelo suco mais natural. O suco concentrado tende a cair e está caindo. Isso é estatístico. E o investimento que foi feito pela indústria, para se adaptar a esse novo mundo, isto é um custo. E a indústria fez, ela tem o mérito de ter feito isso, senão teria saído do negócio ou teria perdido mercado.

E o Senador Jereissati também faz referência à agenda positiva, que é o nosso objetivo aqui, agregou valor, é diferente do café, sem dúvida nenhuma, ela agrega valor. O café é o grão ainda exportado, por incrível que pareça. Mas o Presidente da ASSOCITRUS tem razão, nós não temos marcas brasileiras de suco lá fora. E muita gente pergunta: "Por que é que não tem marca de suco lá fora?". Não tem porque a gente também vai enfrentar grandes gigantes da distribuição internacional. Uma empresa como a Citrosuco ou Cutrale, se quiser colocar uma marca de Suco Cutrale no supermercado europeu, vai concorrer com Carrefour, vai concorrer com esses gigantes, também, que são uma concentração de distribuição de alimentos na Europa e no mundo. Ou seja, é a parte do jogo do novo capitalismo que eu estou querendo estabelecer aqui como uma das premissas da discussão.

Finalmente, a referência que fez o Senador Valadares sobre Sergipe. Sergipe também é um dos grandes produtores de laranja, merece todo respeito e admiração da sociedade brasileira porque é um estado pequeno, com condições naturais bastante mais complicadas do que de São Paulo, no entanto é um grande produtor de laranja e tem lá pequenas empresas produtoras de suco, muito competentes, que a gente também quer trazer para o nosso rol de associados. Ele faz referência à concentração. Eu volto a colocar o que nós falamos anteriormente: a concentração é um fenômeno do nosso tempo, a concentração da indústria é comparável a qualquer concentração dos outros setores do agronegócio e a concentração da produção, essa, sim, eu vou insistir, ela não ocorre em função da pressão da indústria, ela ocorre em função da capacidade que o produtor tem de se adaptar aos novos custos. É fato, sim, está no livro do Professor Fava Neves, que é a melhor referência que a gente tem para explicar o processo de concentração da produção, que é... Hoje, em torno de 55% da laranja, fornecida para a indústria, vem de 5% das propriedades. A indústria que provocou esse processo? Não. É porque a propriedade, para ser competitiva, para combater greening, para investir em irrigação, para ter maior produtividade, mais de 700 caixas por hectare, para conseguir adensar as árvores, para conseguir comprar mudas resistentes a doenças, para combater o greening com eficiência, ela tem que ser grande. E o investimento é muito pesado. O que vai se fazer? O que vai se fazer? Então, acho que quem não conseguiu investir tem que haver uma política pública para o sujeito poder se recuperar. Ninguém é contra. Política pública para o agricultor, o citricultor poder ter crédito mais barato do BNDES para fazer a modernização do seu pomar. Nós somos a favor. Se quiser a indústria, o produtor, o grupo de

produtores arrendar uma fábrica e fazer uma fábrica de suco, a indústria de suco não é contra. A indústria de suco não é contra. O mercado é livre.

[manifestação da plateia]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE):

Senador Valter Pereira, por favor, isso já está virando uma manifestação. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer um apelo ao público, para que se observe o Regimento Interno. O Regimento Interno, a rigor, não tolera nenhum tipo de manifestação. As manifestações que foram toleradas, desde o início desta reunião, foram liberalidades da Mesa, mas desde que elas sejam respeitadas serão admitidas. E se forem debochadas, não serão aceitas. De sorte que nós fazemos um apelo para que os senhores respeitem aquele que está fazendo a sua contradição, para que essa reunião cumpra a sua finalidade. Eu asseguro, então, a palavra ao orador que está usando do microfone.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Senador, eu agradeço e realmente não me ofendo. Realmente eu entendo que existe aqui um ambiente de muitos anos de embate, de desentendimento. Eu quero dizer que, se eu fosse citricultor e tivesse vivendo uma situação de mercado como é a atual, muito complicada, eu estaria realmente aflito com a minha produção. O que eu quero dizer é que há sempre uma explicação muito transparente e muito lógica para que nós possamos entender como funciona essa indústria.

Só para concluir, finalmente, eu ouvi alguns comentários sobre o contrato-padrão. Eu vou lhes reproduzir o que eu estou aprendendo sobre a citricultura, não vivi esse tempo... O contrato-padrão deixou de existir em 94. Eu tenho me informado com literatura, com documentos oficiais. O que eu posso dizer é que existiu um movimento que, naquela ocasião, era contra o contrato-padrão como se estabelecia. E a decisão do Estado foi, então, que deixasse de existir o contrato-padrão. A reação das indústrias, por aquilo que eu aprendi, foi a seguinte: muito bem, se não existe contrato-padrão, que implica na coleta e no transporte da fruta pelas indústrias, então, agora, a coleta e o transporte vai ser feito pelos pomares. As indústrias retiram a sua posição, que me parecia uma posição quase paternalista, por uma situação nova. Se não existe contrato padrão, o produtor vai transportar e colher. E, nos últimos 15 anos, o quadro mudou. Agora, discute-se novamente a viabilidade de um contrato-padrão. Eu vou dizer para os senhores o seguinte: se houver consenso entre todos os membros da cadeia de se reconstruir um novo acordo, que chame como quiser, contrato-padrão, contrato de aproximação, o

nome que quiser, a indústria vai discutir. Porque ela já trabalhou com contrato-padrão, e funcionava. Então, se houver uma outra modalidade de contrato, de acerto, que traga aquele ambiente antes de 94 e que garanta que a indústria consegue trabalhar como trabalha, sob a pressão do mercado internacional, será feito. A gente deixa essa mensagem, ainda na linha da agenda positiva. Encerro a minha participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu gostaria de ponderar aqui o seguinte: nós dissemos, e tem sido conduta da Comissão de Agricultura que aqui é um confessorário do produtor. O produtor sempre que tem suas dificuldades, sempre que atravessa seus momentos mais difíceis, ele procura a Comissão e, aqui, encontra guarida. Foi assim na questão dos frigoríficos, foi assim na questão dos produtores, quando se discute a questão do custo de produção, a questão dos fertilizantes, e está sendo assim na questão da citricultura. Neste debate aqui, é possível perceber que existe um segmento que se impõe, um segmento forte, vigoroso, que tem uma robustez que favorece a economia do Brasil, quando se fala, quando se analisa a sua atuação no mercado internacional. No entanto, percebe-se, também, que aqui existe uma medição de forças desigual entre produtores e o setor da indústria exportadora. E, como em todo o debate, o que tem que se buscar, na verdade, são alternativas capazes de resgatar o equilíbrio entre as forças que estão nessa peleja. E, neste caso aqui, pelo que eu pude perceber, acho que o equilíbrio tem que se dar de uma negociação justa. E se essa negociação justa não ocorre, do diálogo franco e livre entre as partes, talvez essa alternativa, que eu acho que foi proposta pelo Senador Suplicy, da criação do Consecitrus, talvez seja o caminho. Pelo que eu pude deduzir, talvez seja por aí a forma de se encontrar este fórum de debates, essa câmara de discussões entre os dois lados. E essa... E a criação da Consecitrus pode se dar tanto através de uma negociação entre as partes ou, talvez, Senador Suplicy, com um debate, depois da Comissão de Agricultura, no sentido de criar por força de lei. Mas a verdade é que tem que buscar, buscar esta solução. Que, se não tiver esta solução, ou se não tiver uma outra solução viável, é claro que o debate fica inútil. E nós não queremos que seja inútil. Eu acho que essa semente que, hoje, nós estamos plantando, precisa vicejar nos debates da Comissão de Agricultura e, talvez, com a participação efetiva da Comissão de Assuntos Econômicos, a CAE, mas que precisa ser encontrada, sim, uma solução, nós não temos dúvida.

Antes de passar a palavra para os deputados que estão inscritos, que pediram para participar, como

tem ainda senadores que não fizeram uso da palavra, como o caso, por exemplo, da Senadora Kátia Abreu, e aqui um dos... O Senador Augusto Botelho declina do direito de fazer uso da palavra. Eu passo, então, a palavra à Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. Eu gostaria de cumprimentar a todos os nossos convidados que vieram aqui contribuir com esse debate tão importante para o Brasil. Sr. Presidente, nós temos que considerar alguns aspectos, e eu gostaria, rapidamente, aqui, de fazer essas considerações. Em primeiro lugar, nós estamos assistindo, aqui, no dia de hoje, o que se repete em todo o setor agropecuário do Brasil e do mundo, onde nós temos milhares e milhares de produtores produzindo em abundância, e meia dúzia de gente formando preço. Nós somos tomadores de preços e não formamos o nosso preço. Por isso que os produtores não pagam a conta. Por isso que os produtores pedem prorrogação de suas dívidas. Por isso que o banco de fábrica está estourado nos seus riscos, porque, se o produtor não consegue pagar o custeio...

[palmas]

Se os produtores não conseguem pagar o custeio, imagine a depreciação do seu patrimônio. O que acontece, Sr. Presidente? O senhor conhece isso muito mais do que todos nós, como Presidente dessa Comissão e de um Estado importante em produção. Na formação do preço mínimo, mal e mal computa-se os insumos, que é o custo operacional efetivo. Abaixo da realidade. E não embute ali, de forma profissional, o desgaste do patrimônio. Portanto, os implementos e as máquinas, os galpões, tudo o que o produtor tem na sua propriedade rural, ele não recebe por esse desgaste. Portanto, quando ele vai reformar esse desgaste, quando ele vai reabilitar o desgaste, quando ele vai comprar uma nova máquina, é óbvio que ele não consegue pagar o seu preço. Como é feito nos Estados Unidos, Sr. Presidente? Lá não existe CONAB, órgão governamental, e não é desse Governo Lula, não. Sempre foi a CONAB que fez esse papel no Brasil, mas, nos Estados Unidos, a academia independente que faz o preço mínimo dos produtores e coloca, não só o custo operacional efetivo, os insumos, mas os desgastes e a renda do produtor, porque nem relógio trabalha de graça, tem que dar corda nele ou ele para.

[palmas]

Então, esse é... Eu gostaria de agradecer aos colegas produtores, mas que não pode haver manifestação, senão o nosso Presidente vai ficar contrariado, e ele tem que cumprir o regimento. Por favor.

Então, o que acontece? Esse é um ponto que exige que todos os países do primeiro mundo dão

subvenção aos seus produtores. Não é por excesso de bondade, não, é por excesso de inteligência, para poder permanecer os produtores no campo e não tirá-los... Não tirar a sua renda é o mesmo que preservar as galinhas dos ovos de ouro.

Então, como é que eu posso impor o abastecimento que compõe preço barato, quantidade e qualidade, se esse abastecimento, o preço vendido ao consumidor, ele é infinitamente distante do produto que custou dentro da porteira da fazenda? Normalmente, o litro de leite custa um, e o produtor rural recebe 50 centavos, 70. Tem um amigo que diz que o leite só tem duas fases: ou ele está ruim ou muito ruim. Mas os demais produtos não são diferentes. Nós, no Brasil, contamos com a sorte. Nós, no Brasil, contamos com a bolsa. E ficamos torcendo e – somos católicos todos, a maioria do povo brasileiro é cristão – ficamos rezando para que haja um revertério internacional de preço, para que a gente possa ter alguma rentabilidade. Normalmente, isso não acontece, porque, também, além de toda a formação de preço por meia dúzia de pessoas, de empresas, nós ainda temos o Risco Brasil, que é falta de logística, portos ineficientes, carga tributária, a maior do mundo, 16.9 na cadeia, enquanto, no resto do mundo, é cinco. Então, nós não conseguimos competir, por conta, não só da formação de preço, dos cartéis, nem sempre cartéis, mas formação de preço, e também por conta do custo Brasil.

Então, o que que é que nós precisamos, Sr. Presidente, na minha avaliação, que não sei se está correta, mas a consciência, por parte do Governo, de que esse setor precisa de subvenção, sim, hoje, ontem e sempre, enquanto houver milhares e meia dúzia formando preço. O que que isso quer dizer? Nós não estamos trabalhando pela subvenção que distorce mercado, nós não estamos querendo que premie a ineficiência, nós não queremos que premie, por exemplo, o açúcar de beterraba, o etanol de milho, mas produtos competitivos, que passam revestres em mercado, precisam ser socorridos. Porque eu não posso querer fazer um programa de Governo que a população tem que comer comida, com preço barato, e não remunerar quem produz a diferença que custou na sua propriedade.

Então, a política pública, ela tem que ser bastante clara. Nós precisamos de mecanismos de mercado, opções, derivativos, mercado futuro, mas a subvenção é importante, é necessária, se quisermos fazer abastecimento e se esse país quiser continuar sendo a fazenda do mundo.

Segundo ponto, Sr. Presidente, eu, ainda, além do Consecitrus, eu gostaria de aprovar, nesta Comissão, aqui, o convite à secretária de Direito Econômico, a Dra. Mariana Tavares, em Audiência Pública, para que

ela possa nos dizer a respeito do pedido da denúncia de cartel, protocolada em 2004. Nós estamos em 2009, portanto são cinco anos, e eu compreendo que várias ações na Justiça foram impetradas e atrapalharam e prejudicaram a abertura desses documentos. Me parece que tem um mês que a última ação judicial foi julgada. Então, agora, me parece que o SDE, a Secretaria de Direito Econômico, vai poder, enfim, abrir os documentos de denúncia de cartel, para que o CADE possa analisar. Então, eu acho muito justo, as referências a respeito da Dra. Mariana Tavares são as melhores possíveis, que ela possa vir aqui dar um cronograma, uma perspectiva da análise desse pedido de cartel, de toda essa documentação, Sr. Presidente, para que nós possamos dar um alento. O futuro é importante, mas não podemos esquecer o passado, o prejuízo monstruoso que esse setor teve. Já tivemos mais de 20 mil produtores; hoje, nós temos seis mil. E estamos falando de 80% de produtores pequenos da agricultura familiar, pequenos produtores e médios produtores. Então, eu acho da maior importância que, além da criação do Consecitrus, nós poderemos trazê-la aqui, em Audiência Pública.

O terceiro ponto, Sr. Presidente, é com relação à doença, o greening. É talvez o ponto mais importante, fora essa questão comercial, e nós precisamos entender o que o Governo Brasileiro está fazendo em prol de. Basta ver o que aconteceu com o cacau brasileiro, com a vassoura de bruxa, pelo atraso das pesquisas. O que a pesquisa nacional, o que a EMBRAPA pode estar fazendo para combater essa doença, que já dizimou seis milhões de pés de laranja neste país, para que nós possamos avaliar, do ponto de vista técnico e científico, o que fazer. Até mesmo no orçamento, se nós possamos colocar recursos para implementar as pesquisas nessa área.

E, por último, além das questões de preços, que são problemas no mundo todo, não só dos produtores do Brasil. A diferença é que nós não temos subversão adequada no momento certo e os outros países têm. Além dessa questão jurídica, que nós precisamos solucionar, via Comissão, e eu quero parabenizar essa Audiência Pública, tecer algumas perguntas para a indústria que não podem ficar sem respostas, aqui, nessa manhã. Vocês estão clamando por conta do mercado. Os números que eu tenho demonstram que houve, realmente, um acréscimo no mercado americano, de produção, de 2.15%. Mas nós tivemos uma diminuição no Brasil de menos 21%. Portanto, na Europa, um aumento de 50. Mas nós temos uma média geral, nacional, mundial, aliás, de um crescimento de apenas 0,17%. Eu quero entender se isso, 0,17% de aumento de produção, pode significar... No estoque,

aliás, desculpa, os três principais estoques, que é Estados Unidos, Europa e Brasil. Se esse aumento, tão pequeno e irrisório, de 0,17 poderia afetar tanto o preço da laranja como está sendo feito. Outra pergunta para o Dr. Christian. Se a laranja é uma *commodity*, como o senhor mesmo já repetiu aqui, várias vezes, por que que tem produtor que recebe sete reais a caixa e outro, 2,9? *Commodity* é *commodity*. Não pode haver diferença de preços. Claro que nós consideramos a questão frete. Mas, se nós pegarmos a grande produção nacional, ela praticamente está no mesmo estado ou em dois, três Estados do Brasil. E a diferença de preço é de um município vizinho do outro. Então, não é o componente frete, como é a soja, lá, no Mato Grosso, no meu Tocantins, em Goiás, e a soja lá no Paraná. Não. Está tudo concentrado num lugar só. Gostaria de obter essa resposta.

A outra resposta é a seguinte: como se justifica o produtor receber três reais e cinquenta centavos a caixa de laranja, e vocês venderem ela no mercado internacional, para o NFC, o suco fresco, a 38,19 dólares, sai a caixa para vocês, transformando em reais, 72? Eu sei que a empresa visa o lucro, e eu apoio totalmente o liberalismo econômico, acho que as empresas têm que crescer, a indústria nacional é importante para o Brasil, a de suco de laranja é importantíssima, é orgulho nacional, mas o fato da indústria de laranja ser o orgulho nacional não pode significar que nós possamos desprezar centenas e centenas de pessoas que estão empobrecendo e comprometendo todo seu patrimônio.

Então, essa diferença de 72 reais a caixa que vocês vendem para o que paga o produtor de 3,50, eu gostaria de entender essa cadeia, com a diferença tão exorbitante. E quando eu pego ainda o suco concentrado, a diferença é de 21 dólares, que deve chegar... Multiplicando a 1,80, você pode fazer a conta. Mas me responda o NFC, 72 para 3,50. E o custo de produção da CONAB é 15. Então, é fácil entender a situação desse pessoal. Eles vendem a caixa por 3,50 e custa para plantar 15. Então, claro que a indústria não é totalmente a única responsável por isso. Também é. E nós precisamos averiguar essa questão completamente.

E para encerrar, Sr. Presidente, apenas para dar uma noção. Se nós retroagirmos, nós fizemos um cálculo na CNA e fizemos uma retração do preço que era pago ao produtor em julho de 1995. E fazendo a deflação pelo IGP-DI, em 1995, significou que o produtor recebeu... Receberia, à época, cinco reais e quarenta e seis centavos. Em 1995. Fazendo a deflação pelo IGP-DI. E, hoje, ele recebe, então, os 3,50, 3,65. Então nós precisamos compreender essa situação. Nós

sabemos que o caminho do mundo é a concentração de produção, a concentração da indústria, as alianças das indústrias do mundo, mas nós precisamos, não só estar atentos com relação ao prejuízo aos produtores, e fazer com que o CADE e todos esses mecanismos de defesa da concorrência possam ser fortalecidos, em detrimento, em favor dos produtores, para que eles possam ficar mais protegidos.

Eu quero apenas lembrar que, quando houve, em 2004, a denúncia no CADE, a denúncia na Secretaria, do Ministério da Justiça, Direito Econômico, sobre a formação do cartel, àquela época, a indústria propôs ao CADE uma negociação para não abrir os papéis de cem milhões de reais. Foi uma proposta espontânea, e o CADE não aceitou essa proposta. Imagine se entenderam que podia pagar 100 milhões de reais por prejuízos causados, avalio que pode ainda estar por ser avaliado e compensar esses produtores que empobreceram e perderam toda a sua renda neste período. Então, gostaria de ver essas respostas respondidas, se for possível. Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Sr. Christian Lohbauer assumiu a Presidência da Citrus há dois meses, mais ou menos. Não é isso? E, agora, a Senadora Kátia Abreu brinda a sua ascensão, com essas embaraçosas perguntas. Então, com a palavra.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Cumprimento ao Senador e agradeço pelas questões. Tentar ser o mais claro possível e o mais transparente. São vários itens que ela levantou. Eu vou tentar seguir a ordem. Dizer o seguinte. Primeira coisa é que, no Brasil, também, o CEPEA apresenta os levantamentos, do ponto de vista da academia, dos preços que são utilizados por nós, aí, no mercado. Quando a gente fala que, há dois meses atrás, se pagava 3,70 a caixa do *spot*, é o CEPEA que fez o levantamento. Eu entendi que a senhora fez referência à isenção da academia nos Estados Unidos e até a determinação, muitas vezes, de alguns itens, de alguns valores. A gente também tem trabalhado com os números que o CEPEA tem divulgado. Importante dizer--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Apenas um aparte. O custo de produção do CONAB é 15; do CEPEA é 13.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Tudo bem. O custo de produção, que é uma coisa que já chamei atenção aqui, no começo da audiência, é muito questionável, tanto do ponto de vista das fontes de informação, aí, que estão sendo dadas aqui, nessa audiência, quanto à diferença entre as propriedades. A gente está dizendo o seguinte: não existe um custo fixo. Só se ele

for feito em cima de médias das médias das médias ponderadas, que é o que fez o estudo da Dra. Margarete Boteon, que está ali, na Hortifruti, "Quanto custa o seu pomar?". Então, ali tem, ela determinou todas as médias... Ela pegou duas propriedades, com diferentes tamanhos, diferentes condições, e ali definiu um custo médio das médias. O que eu posso dizer para a senhora, com isso, é o seguinte: existe propriedade que produz a 2 X e propriedade que produz a 15 X, depende da irrigação, do investimento, da escala, do adensamento, do combate ao grenning... Tudo isso dá diferença, sim, no custo de produção.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, por favor. Nós estamos falando de média. Média é média. Quando eu digo média de 13 reais, eu já estou falando daquela que é ineficiente e aquela que é a mais eficiente. Então, a média nacional, a média nacional de custo--

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Senadora, não existe média de 13. Não existe média de 13. Eu estou contestando esse número. Deixa eu começar minha argumentação de outra maneira.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu acredito que é um argumento, é uma estratégia sua de querer descredenciar a fonte. CEPEA e ESALQ, será que merece dúvida dessa natureza, eu fico bastante preocupada. O CEPEA e ESALQ têm uma parceria com a CNA e calcula custo de produção das dez cadeias mais dinâmicas e nunca foi contestado. Muito pelo contrário. O Ministério da Agricultura aceita todas as nossas fontes. CEPEA, CEPEA, ESALQ, ESALQ. Então, essa forma de querer descredenciar uma fonte eu acho uma coisa um tanto temerária.

SR. CHRISTIAN LOHBAUER: Eu vou voltar ao raciocínio e dizer o seguinte... Eu ia começar meu raciocínio dizendo o seguinte: eu descredencio boa parte das fontes que a senhora utilizou na sua arguição. E digo, por exemplo, que a senhora citou aqui, são seis mil produtores, esse é um dado que uma entidade dos produtores registra. Eu acabei de dizer aqui que, utilizando os dados da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e do CATI, existem 20 mil produtores de citrícolas no Estado de São Paulo. E utilizando levantamento georreferenciado das empresas disponível, as quatro empresas fazem isso individualmente, existem 10 mil fornecedores de laranja para a indústria. Ou seja, esse número que a senhora iniciou a arguição já não existe. Então, assim, acho que o que a gente pode fazer aqui é o seguinte: para não ter que discutir aqui número por número, a gente estabelece um documento, que, aliás, já entreguei um documento, não sei se a senhora recebeu da nossa parte, que explica, com números de fontes fidedignas, qual é o

quadro da citricultura lá fora e aqui dentro. E a gente combate os números e vê quem tem razão. Porque, senão, a gente vai ficar falando aqui de um diz um número e outro diz outro.

Então, quero voltar... A única observação importante, que acho que condiz para a nossa agenda positiva é o seguinte: a senadora sugere uma espécie de subsídio ou subvenção. Acho essa ideia extraordinária. A indústria não tem nada que se opor. Pelo contrário. Essa é uma política pública, sim, de interesse nacional e que não compete à indústria dizer se está certa ou está errada. Se o Governo quiser fazer, criar, desenvolver uma subvenção a todo setor [ininteligível], incluindo a citricultura, é muito bem-vindo. É uma política de interesse coletivo.

Concordo, também, que existe o Risco Brasil. Ainda bem que a senhora sublinhou para todo mundo, e também concordo que o greening é para todo mundo. Se existe uma coisa que é mortal, ou é vital para o setor todo, é o greening. O greening também afeta os 25% ou 30% dos pomares que pertencem à indústria. Portanto, é um problema coletivo e que deve ser combatido com política pública. E não é uma indústria ou produtor, pequeno produtor... Tem diferença nesse ponto. Não tem diferença nenhuma. Aliás, uma parte da nossa agenda é a mesma agenda. A agenda do combate ao greening, a agenda das políticas públicas, a agenda do aumento do consumo são agendas comuns entre os produtores, aqui presentes, entre os outros produtores e a indústria.

A senhora utilizou, para concluir essa arguição, alguns dados também que foram fornecidos pela... Provavelmente pela ASSOCITRUS. Por que que um produtor recebe 2.9 e outro recebe sete reais? A senhora sabe que 30% dos pomares são da indústria e 50% são contratos plurianuais. O que são os contratos plurianuais? Se o citricultor fecha um contrato de dois, três, cinco, dez anos, com uma determinada empresa, ele tem uma negociação de custo de caixa fixo diferente do outro. É assim que é mesmo. As indústrias estão concorrendo entre si; portanto, elas estão disputando a laranja e, portanto, elas fazem ofertas com características de toda natureza, até investimento em mudas resistentes à doença, investimento em irrigação, investimento em uma série de operações do produtor que recebem laranja de volta. Então, os contratos variam enormemente. Esses preços variam, e é bom que variem, porque depende muito do contrato que for feito. O preço, finalmente, do *spot*, esse, sim, é marcado pelo mercado, e o risco é assumido por cada agricultor que não quiser, ou citricultor, que não quiser ter um contrato da maneira como a indústria lhe ofereceu.

Essa ideia de que uma caixa a 3,50, e o NFC a 38,19, sinceramente eu nunca vi esse número. Não tenho a menor ideia de onde ele saiu. O que eu posso dizer é que os últimos números que foram publicados pela ASSOCITRUS e pelo meu parceiro aqui, o Queiroz, com quem eu conversei justamente antes de ter audiência com a senhora, pela primeira vez, uma conversa muito cordial, por sinal, ele tentou, ali, justificar uma série de custos e de explicações que ele publicou no site e na publicação da ASSOCITRUS, que incluía uma série de cálculos, que são todos contestáveis, dentro dessa linha de que uma caixa de NFC, não sei como é que se fez essa conta aqui, chega a 38 dólares e 19. Não tenho a menor ideia do que a senhora está falando. Isso daqui não tem sentido, na minha opinião, mas a gente pode discutir depois, em detalhe, pelo seguinte: o Queiroz, quando fez a conta, na explicação da exportação dos cálculos, os lucros milionários que a indústria ia ter de um bilhão de dólares, ele esqueceu o seguinte: ele colocou um preço fixo de caixa de dois ou de 1,50 para todo mundo e esqueceu de incluir uma taxa de 416 dólares de importação, que existe para você importar dos Estados Unidos, e deu um preço de 1500 dólares. A senhora me diga, por favor, hoje, quem está pagando 1500 dólares a tonelada de suco de laranja, que eu vou sair daqui, vou ligar para os meus associados e vou dizer para eles ligarem para esse sujeito, porque ninguém está pagando 1500 dólares a tonelada hoje. Isso é fato, está registrado em bolsa. E tem aí, num gráfico, apresentado, dos nossos cálculos, a queda do preço do suco e a comparação com o pagamento que se faz no preço da caixa. São linhas semelhantes.

Então, a gente tem que ir... Voltando ao ponto. Vamos partir para a agenda positiva, que, senão, a gente não vai conseguir ir para frente aqui. Subvenção, não temos nada contra. Pelo contrário, se o Governo Brasileiro quiser fazer uma subvenção, que faça, será bem-vinda. Aliás, eu vejo o Deputado Hamm, aqui, e não posso me esquecer de uma coisa, para a agenda positiva que já citei aqui, no início. O Deputado Hamm tem um projeto que já foi apresentado, ou está em processo de apresentação, que também é de interesse coletivo, de aumento de consumo generalizado, baseado na obrigação dos estados colocarem nas merendas o consumo de sucos naturais de todas as frutas, aquelas que combinarem mais com seus próprios estados. A laranja cabe nesse espectro. Esse tipo de política que cabe para a convergência de uma agenda. O resto... Esse tipo de discussão aqui, se for esse número, e eu contesto mais uma vez esse número de 38,19, do NFC, mas, de qualquer maneira, há muitos números a contestar e a gente pode ter essa conversa o tem-

po que a gente quiser, quando a gente quiser, o que interessa é o seguinte: essa ideia de que a indústria – não é só da laranja -, a indústria ficou rica e o agricultor ficou pobre, ela não combina. Não existe. O que existe é que 80% da citricultura hoje está ganhando dinheiro. 80% da citricultura, hoje, está ganhando dinheiro. 80% da citricultura, hoje, ganha dinheiro. Isso vale para todos os outros setores. Aqueles que estão coordenados na linha da integração com a produção. Eu pego o caso... Para concluir, senadora, eu pego o caso que eu conheço um pouco melhor, que é o caso... É um pouco diferente da laranja, mas, enfim, que é o caso da integração da avicultura e da suinocultura. Ali existe... Qual é o grande sucesso dessa atividade? É a integração. Existe uma espécie, muito superficialmente, uma espécie de contrato-padrão. O integrado está totalmente conectado à indústria de exportação, por isso que a coisa avança em alta escala. E o que faltaria nesse setor é uma espécie de integração ou uma espécie de contrato-padrão, que é o que deveria ser discutido nessas câmaras de arbitragem, aí, que vierem a ser colocadas, da maneira que forem colocadas pelas partes da cadeia produtiva da citricultura.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria, se for possível, Sr. Presidente, antes--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não é chamar a Lina Vieira para arbitrar isso aí, não, né?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Não, não. Eu gostaria, se for possível, aprovar, ou não, colocar em votação, o Requerimento para que nós convidássemos a secretária de direito econômico e – eu sei que os assuntos são divergentes, mas do mesmo tema, a laranja – a EMBRAPA, para que pudesse também vir falar sobre a questão do greening. E a secretária de direito econômico e mais alguém que os senadores quiserem sugerir para discutir e fazer um cronograma a respeito dessa avaliação de cartel. Denúncia de cartel.

SR. RENATO TOLEDO DE QUEIROZ: Senador, eu fui citado por ele. Eu sou o Queiroz.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Art. 14. A hora que V. Exa. for senador, pode invocar o art. 14, que já estará assegurado da palavra na hora. Mas, daqui a pouco, o senhor vai ser chamado. Só para dar uma descontraída. Deputado Mendes Thame, ele vai falar em nome próprio e também em nome do seu colega Duarte Nogueira, que teve que se ausentar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Eu fiz uma solicitação, se era possível nós aprovarmos... Antes de ver a Comissão totalmente esvaziada de senadores, nós aprovar... Só

tem eu e o Suplicy aqui, neste momento, e V. Exa., claro, para que nós pudéssemos aprovar esse Requerimento de Audiência Pública, convidando a secretária de direito econômico do Ministério da Justiça.

DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME (PSDB-SP): Sr. Presidente... Está sem som? [interrupção no áudio] Bom, são rápidos pontos, aqui, que queria colocar. Primeiro é que se deslumbra, aqui, uma hipótese de uma fase nova no entendimento entre os produtores e a indústria, com a presença do Dr. Christian, que vem, pela primeira vez, participar de uma reunião.

A respeito dos entendimentos, eu queria, no entanto, dizer que nós temos dois caminhos: um é ter apenas uma presença formal no âmbito das relações públicas, ou, realmente, entendimentos consequentes, que mudem o relacionamento, de fato, dentro de uma agenda positiva, como foi colocado pelo Senador Tasso Jereissati, pelo Senador Eduardo Suplicy. Para isso, nós temos que afastar, realmente, tudo aquilo que aconteceu no passado. Nós tivemos uma série longa de reuniões com as indústrias, no âmbito da FAESP, e, na verdade, era tudo uma farsa. Na maior boa vontade, nós participamos, esperávamos que houvesse uma convergência; no final, não houve a menor concessão por parte das indústrias, e era uma farsa porque o que se queria era ganhar tempo para que, nesse interregno, se conseguisse assinar o termo de ajuste de conduta e ficasse livre da investigação no âmbito do CADE.

Bom, o que nós imaginamos agora é que, com a sua presença, possa, de fato, haver um entendimento efetivo, em que haja concessões de ambas as partes para se chegar a uma convergência. E eu acredito que essas tratativas podem começar pelo Consecitrus. Já há uma base, uma base teórica desenvolvida, que é o caso do Consecana. Consecana é uma fórmula, não é uma ONG, não conseguiu chegar nem a uma câmara de arbitragem ainda. É uma fórmula. Não é uma fórmula acabada. Os agricultores, os produtores de cana reclamam muito, porque, nessa fórmula, não entra o valor do bagaço. O bagaço tem um grande valor. Hoje, uma tonelada de bagaço custa 30 reais, que é quase o preço de uma tonelada de cana. Não entra na fórmula. Tinha que entrar, para remunerar melhor a cana. Mas há uma similaridade. O preço de venda dos produtos é que condiciona o preço da matéria-prima. Esse é o ponto básico e essa fórmula vem funcionando, funcionando bem e servindo de modelo até para outros estados. Não é suficiente? Eu acho que não é o suficiente. Não vai ser a solução da lavoura, nem a solução do agronegócio. Não vai ser a solução. É insuficiente. Mas é um grande caminho. E, na minha

opinião, nós temos que atacar, enfrentar a questão do contrato-padrão.

Nosso representante do CADE, nosso jovem Presidente do CADE colocou bem que é favorável ao contrato-padrão. O Christian colocou: há outros setores que funcionam como um típico contrato-padrão, que é o caso da suinocultura e outros. A agricultura integrada funciona com contratos do tipo-padrão. É um contrato que rege, não só o preço, mas outras condições, condições colocadas por lei ou condições acertadas entre as partes. Se nós queremos colocar na lei, aqui, com a votação, alguns dispositivos na área de subvenções, na área de leque, da lei especial de crédito, que são condicionadas ao cumprimento de certas condições no pagamento ou no atendimento aos agricultores, nós temos, no contrato-padrão, um excepcional elemento para regular as condições entre as partes, dar estabilidade e, com isso, fazer com que o preço seja mais estável e dê também condições à agricultura de... Não pode armazenar a laranja, mas pode armazenar o suco, e, com isso, ter condições de ganhar mercado e enfrentar a concorrência. Nós defendemos um preço mínimo ou condições ligadas à leque. Esse preço mínimo pode ser condicionado até a um preço mínimo ao suco. Pode ser. Nada impede. Nós temos que estudar, colocar a serviço de resolver essa questão os órgãos do Executivo. Que, na verdade, eu sinto que a presença só do representante, aqui, do CADE é absolutamente insuficiente. Essa reunião foi excelente, eu acho que é um começo, mas ela tem que ter seu desdobramento. Nós precisamos de recursos, recursos que tem que ser liberados para a rolagem da dívida, que só em São Paulo chega a 670 milhões e vence até o fim do ano, recursos para financiamentos, para poder renovar pequenas propriedades, para elas poderem ficar livre do greening. Como é que eu vou dar novos recursos, se não consigo, antes, fazer equalização das dívidas? Eu tenho, primeiro, que rolar as dívidas. Eu tenho questões ligadas a recursos para formar pequenas cooperativas que possam processar o seu próprio suco. E aí cai no que disse o Senador Dias. Se eu tiver uma cooperativa que reúna para discutir o preço, é um sinalizador. Se essa cooperativa está podendo pagar sete, está podendo pagar oito, acabou. É um sinalizador. Não precisa que toda a laranja vá ser comprada por essa cooperativa. Mas é um vigoroso sinalizador do mercado, como foi a FRUTESP, no passado, que, infelizmente, foi comprada pelo próprio setor.

Portanto, é um imenso trabalho, eu acredito que isso tudo pode ter um encaminhamento positivo nas duas direções: primeiro com uma participação que pode ser completamente diferente, se, realmente, o Dr. Christian receber uma delegação das quatro grandes para

sentar e negociar. Negociar de uma forma concreta, aberta e transparente. E a segunda, Kátia, é no sentido de trazer para essa discussão mais gente do Governo, da EMBRAPA, do setor de Ciência e Tecnologia, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, para que, em conjunto, nós encontremos uma solução. Na minha avaliação, é um setor que tem solução. Tem jeito? Tem jeito. Dá pra ser uma imensa riqueza para o nosso país. Era isso e muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Deputado Thame. Eu vou aproveitar esse interregno para colocar em votação o Requerimento da Senadora Kátia Abreu, para designar Audiência Pública da CRA, a fim de ouvir a Sra. Mariana Tavares, secretária de desenvolvimento econômico, e o Presidente da EMBRAPA, Dr. Pedro Antônio Arraes Pereira, que assumiu recentemente. Então, os senadores, que estiverem de acordo com a proposta, permaneçam como se encontram. Agora, aprovado por unanimidade.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, estou de acordo com a proposição da Senadora Kátia Abreu, mas gostaria até de, pensando alto, tendo em conta até a sugestão do Deputado Mendes Thame, se, além de Senadora Kátia Abreu, tivermos o depoimento da Sra. Mariana Tavares de Araújo e da EMBRAPA, mas, se for para, além de ter as informações, avançarmos na direção do que o Deputado Mendes Thame propõe, se não seria o caso de esta audiência, por ela proposta, significar um pouco mais, irmos um pouco mais além na direção, por exemplo, da... Quais serão os passos para avançarmos em direção a Consecitrus? Pelas próprias sugestões do Deputado Mendes Thame, quem sabe a presença do Ministro da Agricultura seja importante para essa finalidade. E do próprio... Quem sabe, então, do secretário de acompanhamento econômico da fazenda, porque, assim, nós poderíamos ter além da palavra, mas essa pode ser, hoje, completada, que eu até já pedi que o Sr. Arthur Badin, Presidente do CADE, possa nos dizer em que medida a Consecitrus está nos moldes que se está pensando, que guarda relação com a Consecana, pode ser efetivada de uma maneira tal a não conflitar com a lei de proteção da concorrência que o Presidente do CADE conhece muito bem. Ou seja, é possível compatibilizar a Consecitrus de uma maneira tal a não conflitar, tal como foi dito aqui que, certo dia, não era ainda o Sr. Christian, mas que se chegou a argumentar que não poderia se realizar a Consecitrus porque o CADE não permitia. Então acho... Achei importante termos. Mas eu faço aqui, portanto, o acréscimo, se a Senadora Kátia Abreu estiver de acordo, para avançar

em direção ao que o Deputado Mendes Thame propõe que tenhamos ali mais a secretaria de acompanhamento econômico e o Ministro da Agricultura. É a sugestão que formulo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Perfeitamente, Sr. Presidente. Não tem nenhum óbice.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a anuência da Senadora Kátia Abreu, então, o Requerimento em votação está acrescido da proposta do Senador Suplicy, para incluir no rol o secretário de acompanhamento econômico do Ministério da Fazenda e o Exmo. Sr. Ministro da Agricultura. Em votação. Não havendo manifestação em contrário--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): E o objetivo da motivação da construção do Consecitrus. Só no item, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi colocado em votação nesses termos, Senador Suplicy. Então, não havendo manifestação em contrário, declaro aprovado por unanimidade. Agora, nós vamos ouvir--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem. Apenas para complementar, o representante da indústria contestou os números, com bastante veemência, com relação a custos de produção, da CONAB, que é um órgão oficial, e também da ESALQ/CEPEA, que o Ministro da Agricultura, que tem a CONAB sob a sua guarda, do seu Ministério, que ele possa também trazer uma palavra a respeito dos custos de produção, feitos pela CONAB, para o plantio de laranja no país. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Será acrescido no ofício a ser endereçado ao Ministro. Então, agora, nós vamos ouvir um breve comentário, e faço apelo para que seja mais breve possível, porque já são 14 horas nessas alturas do campeonato e já está aberta a sessão ordinária do Senado Federal. Portanto, nós temos que encerrar o mais breve possível essa reunião. Deputado Afonso Hamm.

DEPUTADO AFONSO HAMM (PP-RS): Gostaria rapidamente de procurar contribuir e dizer aqui, Senador Valter Pereira, que é nosso Presidente da Comissão de Agricultura, e os assuntos ligados às questões agrárias, eu sou, como Deputado Federal, membro da Comissão de Agricultura, e até pouco tempo exerci a função de vice-Presidente. Também atuei por muito tempo na extensão rural, também na EMATER, do Rio Grande do Sul, sou fruticultor, e, aqui, no Congresso Nacional, nós constituímos uma frente parlamentar em defesa da cadeia da fruticultura. E esta frente parlamentar, nós temos, hoje, 226 deputados federais e 19 senadores que aderiram a essa frente. E por que nós teríamos

razões ou qual seria a razão de nós efetivarmos uma frente parlamentar, onde a Senadora Kátia Abreu faz parte, convidei também o Deputado Suplicy e temos aqui 19 senadores que também se somaram? Porque a nossa visão é uma visão efetiva e vejo com bons olhos e de necessidade e de oportunidade. Absolutamente oportuna esta Audiência Pública, porque esta Audiência Pública, ela faz com que nós possamos pensar e ter a visão de cadeia produtiva. Ou nós vamos pensar com a presença aqui, do CADE, com a presença do produtor e do fruticultor... Eu sou fruticultor, e o fruticultor, o produtor é sempre a parte mais fraca. Sempre se repassa tudo ao produtor. É verdade? É.

Então, nós precisamos de uma política para o país, em todos os conceitos, em todas as cadeias de fruticultura. E no que se refere à questão específica, aqui, da citricultura, o Estado de São Paulo, mas é uma questão para o Brasil inteiro. Porque, quando nós falamos de suco e frutas, nós estamos falando em saúde. Estamos falando em saúde das pessoas. Estamos falando em longevidade, estamos falando em absoluta condição para melhorar a condição da nossa população e das pessoas que têm a felicidade de consumir frutas e sucos. Tanto é que também é um excelente mercado que grandes empresas, até do segmento de refrigerantes, investem nesse setor.

Agora, nós queremos a ampliação do número de empregos e de oportunidades e também de oportunidade aos produtores. Nós temos hoje 2.2 milhões hectares de fruticultura no Brasil e temos aproximadamente cinco milhões de empregos diretos, diretos na cadeia da fruticultura. Então, esta cadeia, eu quero fazer um apelo no sentido e acho interessante, até porque as duas associações sentam aqui, ao lado, e esta audiência propicia sentar ao lado, debater, e, quem sabe, esse Conselho de Citricultura... Mas é importante ir para o Conselho com a vontade de construir uma equação absolutamente positiva. Porque nós precisamos que mais produtores possam ampliar a produção. Por exemplo, o mercado interno, o mercado interno é um mercado aberto. Mercado absolutamente de oportunidade. Onde estão as políticas de incentivo e de viabilidade para aumentar esse consumo no Brasil, que oportuniza grandes empresas e oportuniza o surgimento de médias e, quem sabe, no futuro, grandes e importantes empresas também exportadoras? Porque nós precisamos também dos exportadores. Porque, se nós não tivermos esse canal exportador, onde colocamos o nosso suco? Então, é absolutamente de equilíbrio e de necessidade nós fazermos a busca do entendimento, onde... Se falou aqui em política de subsídio, é difícil, hoje, preconizar no país, mas tem que achar um ponto de equilíbrio e um ponto de compensação. Que tem safras boas, tem curvas

econômicas e de resultado absolutamente positivos, e que tem que dar sustentação aos momentos de baixa. Talvez temos que buscar algum caminho, um suporte de Governo, uma política pública, com certeza.

Agora, o que eu gostaria de frisar e deixar aqui, sublinhado, até porque, aqui, eu fui procurado pelas duas associações, e elas são fundamentais, mas nós temos aqui um Projeto de Lei, sim, na Câmara Federal, já aprovado, e que está em regime de prioridade de votação e vai passar pelo Senado, que possibilita e cria a condição para a merenda escolar do uso das frutas e sucos da época e da região, estimulando as cadeias produtivas e também um projeto que vai dar suporte à expansão de mercado. Mas, no que se refere a esta condição de concentração, como é dita, e de relação de dependência dos produtores, se nós expandirmos a base produtiva, o percentual das empresas vai ficar menor na equação de equilíbrio e, logicamente, também, da formação de preços. Ao mesmo tempo, eu quero imaginar que... É verdadeiro, até porque eu conversei com as duas associações e vejo aqui, Presidente, nesse momento, um momento de encaminhamento de propostas, e criar um fórum de entendimento é o caminho, criar o aprofundamento do que se chama de agenda positiva para estabelecer rentabilidade, através de uma política de equilíbrio e através de uma abertura, também, de posições em relação ao que pode a indústria também dar retorno, sob pena de não ter o seu fornecedor, porque existe a situação de quem produz e detém a matéria-prima e tem a situação de quem conhece o mercado e acessa esse mercado, e, portanto, é o canal de oportunidade.

Então, eu queria, ao resumir, sem me estender, dizer da absoluta convicção da condição, até porque aspectos técnicos, como greening, como questões outras que preocupam o setor, mas, fundamentalmente, o entendimento, estabelecendo uma política de equilíbrio de preços, de rentabilidade e de oportunidade. E isto, com certeza, eu tenho a convicção que, para o Brasil, para o nosso país, este segmento é um segmento importante. É necessário que nós, produtores, que os citricultores permaneçam no seu segmento produtivo. Precisam, lógico, de complementos, que são políticas complementares, para sair da situação de crise, mas a equação para frente, ela tem que ser construída com essa postura. Eu saúdo a formação de uma associação que, hoje, tem quatro empresas. Quem sabe, ela vai ser mais abrangente. Acho que isso é possível e é importante que a Associação dos Citricultores, que a gente já conversou em tantas oportunidades, nós possamos fortalecer esse elo que é o mais fraco, sim, da cadeia, mas que é fundamental porque detém a matéria-prima. Não sei se hoje é 50, 60, 70%; portanto, há condições

de estabelecer um caminho, porque é esse o caminho que vai gerar oportunidades e acho que é essa a atribuição de competência e responsabilidade que tanto parlamentares, nós, parlamentares, Câmara e Senado, Deputados Federais e Senadores e, fundamentalmente, líderes setoriais e, fundamentalmente, aqui, produtores, que eu me concluo neles, porque sou produtor de pêssegos e produtor de uvas para vinho, e temos, lá em Bagé, na minha cidade, no Rio Grande do Sul, uma parceria com uma indústria, um contrato de 15 anos, onde nós estabelecemos que preço é mercado. Mas se estabelece uma flexibilidade boa, e nós somos 28 produtores. E nós temos, nesse pequeno exemplo, um exemplo que viabiliza produtores e viabiliza a condição da indústria receber um produto de qualidade. Se há essa vontade, e eu entendo que ela exista de forma verdadeira de espíritos desarmados e com vontade de construir essa equação positiva, e eu percebo, nessa audiência... Eu tenho certeza que, também, a nossa frente parlamentar aqui, do Congresso, Câmara e Senado, poderão dar um grande subsídio, Senador Valter Pereira, com satisfação. Era isso e muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado pela sua intervenção. Bom, Senador Suplicy, a próxima Audiência Pública que V. Exa. propuser para discutir a citricultura, por favor, providencie suco de laranja para ser distribuído aos senhores participantes.

[palmas]

Final de contas, com o suco de laranja, nós ingeriríamos uma razoável quantidade de sais minerais indispensável a suportar tamanha Audiência Pública. Então, espero que essa providência V. Exa. tome na próxima Audiência Pública. Quero, aqui, agradecer a participação de produtores de Taiúva, de São Paulo, de vereadores de Bebedouro, estão aqui, presentes, dois: Antônio Sampaio e Paulo Bianchini; do Deputado Valadares Filho; dos vereadores de Cajobi, São Paulo: José Saraiva, Sérgio Spigiorin, Nivaldo Ferreira, Valdecir(sic) Calixto; do engenheiro agrônomo Calos Eduardo, Diretor de Agricultura; do Prefeito Dorival Sandrini; do representante do Prefeito de Tabatinga, Valdeir Vasconcelos; do Diretor do Sindicato Rural de Ipatinga; Pedro Aparecido Tonetti, Presidente do Sindicato Rural de Pirassununga e Diretor da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo; do Sr. Douglas Eric Kowarick, vice-Presidente da ASSO-CITRUS; do Sr. Jerônimo Reis, Deputado... Do Sr. José Antônio, prefeito de Pedrinhas; do Sr. Pedro Becker, representante do Prefeito Ademir Alves; do Sr. Renato Toledo de Queiroz, Presidente da Associação Brasileira de Citricultores; do Sr. Luis(F) Gustavo de Sousa(F), assessor técnico da Secretaria de Agricultura do Go-

verno de São Paulo. Estando já vencidos pela hora, nós declaramos encerrada a presente--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Sr. Presidente, só... Ficou faltando apenas a palavra do Presidente Badin sobre se há, na Legislação, qualquer impedimento para o CADE, do indicativo do CADE, relativamente à Consecitrus, Sr. Presidente. Acho que... Em que medida a Consecitrus pode ser compatível com a Legislação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deferido o pedido de V. Exa. Com a palavra o Sr. Arthur Badin.

SR. ARTHUR BADIN: Eu vou ser bem rápido e essa é uma oportunidade para esclarecer a posição. Eu não antecipo--

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Som, por favor.

SR. ARTHUR BADIN: Eu não antecipei e nem poderia, pela lei, antecipar qualquer opinião a respeito de qualquer tipo desses modelos de negociação. Inclusive, contrato-padrão, eu não disse que nem é legal e nem é ilegal. Eu acho que é válida a discussão, mas o CADE só poderá se pronunciar depois de um processo. E é importante que assim seja, porque, no processo, há um amadurecimento da discussão, são ouvidas as partes e só, então, que nós, conselheiros do CADE, podemos formar uma opinião a respeito dessas questões. Portanto, Sr. Senador, eu não poderia, sob pena de cometer inclusive uma violação às obrigações legais de julgador, antecipar qualquer opinião a respeito da legalidade ou ilegalidade, qualquer uma dessas formas. Agora, o que eu encorajo é que essa discussão seja feita de forma franca, honesta e de boa vontade por todos.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT-SP): Se permite, Sr. Presidente, apenas... Existe a Consecana e não há, hoje, objeção da parte do CADE, que eu saiba, com respeito ao Conselho que formou a Consecana e que existe desde 1999. Portanto, há 10 anos. E talvez é um dado relevante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, antes de declarar o encerramento dessa reunião, houve, aqui, menção à pessoa do Presidente do Conselho da Associação Brasileira de Citricultores, Renato Toledo de Queiroz. Embora ele não sendo Senador, nós vamos aplicar a ele a regra do art. 14, do Regimento Interno, para que ele possa falar pelo prazo de três minutos.

SR. RENATO TOLEDO DE QUEIROZ: Muito obrigado pela oportunidade. Eu falo diretamente ao Sr. Christian e digo, olha, bem-vindo ao setor.

Sr. Christian, o senhor falou realmente, inclusive, duvidando de alguns números. Um número que o senhor

duvidou foi o número de citricultores. E, nesse caso, o senhor foi preciso. Falou que as quatro indústrias se conversaram e falou que tinha um número aproximadamente de 20.200 produtores. O senhor está de parabéns. Esse número que o senhor está falando é um dos números que nós temos como estimativa, inclusive embaixo está sempre como ASSOCITRUS. Porque nós vimos, nas relações dos produtores da Cargill, que correspondia a 15%, na ocasião, quando a Cutrale e Citrosuco compraram ela, e nós fizemos uma média e fizemos aquela regrinha de três e percebemos que, no total, estaria em torno de sete mil produtores. Como nós somos atuantes, nós sabemos que, pelo menos, 800 produtores, daquela ocasião até hoje, saíram da citricultura, por isso o número de 6200. Mas o senhor pode duvidar.

Mas quanto aos outros números todos que o senhor desacreditou aqui e colocou em dúvida, todos eles, sem exceção – porque eu trabalhei junto com o CNA, trabalhei junto com o Dr. Flávio Viegas -, nenhum número não é inventado. São do CEPEA, são do FDOC, são de todos órgãos que o senhor não pode... Da USDA. O senhor, por acaso, vindo agora para o setor, eu gostaria que o senhor entendesse que esses órgãos, nunca ouvi ninguém duvidar deles, a não ser num mercado tão fechado quanto o de vocês, que possa imaginar que saiba mais do que eles. E pode mesmo. Vocês são uma caixa fechada, a qual ninguém tem condição de saber mais. Então, por favor, abra esta caixa negra, que nós vamos acreditar nos seus números. Mas não duvide dos nossos.

O que eu queria dizer também é que, quanto aos números que o senhor diz que 80% dos produtores estão satisfeitos... Por favor, já que o senhor está aqui para falar a realidade, mande para essa audiência, para os Srs. Senadores, para todos os Srs. Deputados, todas as autoridades e nós, citricultores, por favor, a relação desses nomes. Já que nós vamos informar para o senhor de onde nós tiramos os números, que está aberto para o senhor, nós sentamos na Mesa, queremos conversar, negociar, fazer Consecitrus, traga esse número de 80% dos produtores satisfeitos com o preço pago e com a forma com que a indústria nos trata. Já terminou, Senador.

E gostaria, inclusive, de dizer ao senhor que o suco de laranja não fosse só servido na próxima audiência para citricultura, e, sim, o suco de fruta fresco brasileiro em todas as sessões da Câmara e do Senado, daqui pra frente. Com certeza, o suco de laranja também será servido. E muitos pequenos, médios produtores serão muito bem atendidos com o aumento do consumo interno. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, no cafezinho do Senado, já é servido. Então, nós já estamos prestigiando os citricultores brasileiros. Citricultores, não, os fruticultores brasileiros. Eu gostaria de dar uma informação para encerrar essa reunião. Há documentos que foram entregues pelo Presidente do Sindicato Rural de Bebedouro, José Osvaldo Junqueira Franco, pelo Presidente do Sindicato Rural de Itápolis, Valdir Butarello, pelo Presidente do Sindicato Rural de Taquaritinga, Marco Antônio dos Santos, e outros dirigentes, que serão considerados integrantes desta Audiência Pública e disponibilizados para todos os senadores que compõem as duas comissões, a Comissão de Agricultura e a Comissão de Assuntos Econômicos, para consulta sobre esse tema, que certamente será recorrente nessas duas comissões, dada a relevância das informações que foram trazidas aqui, através dos documentos dos depoimentos.

Portanto, ao declarar encerrada esta sessão, eu quero deixar claro dessas providências que nós vamos tomar para que ela seja abrangente, como todos esperavam e como se faz necessário. Portanto, não havendo mais assunto a tratar, está encerrada a presente reunião. Obrigado a todos os senhores.

[palmas]

Sessão encerrada às 14h20.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Trigesima Primeira Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no dia 15 de julho de 2009, quarta-feira, às 11h00 horas.

Às onze horas e vinte e sete minutos, do dia quinze de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, EXPEDITO JUNIOR, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GILVAM BORGES, EFRAIM MORAIS, EDUARDO AZEREDO, JOÃO DURVAL, FÁTIMA CLEIDE, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JOÃO PEDRO, SÉRGIO ZAMBIASI E GILBERTO GOELLNER**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo ao Requerimento nº 54 de

2009 – CAS, de autoria do Senador Augusto Botelho, com vistas a apresentar o Relatório Anual de Atividades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. O Senador Augusto Botelho acompanha o Dr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, à mesa. A Senadora Rosalba Ciarlini comunica que enviará aos Senadores(as) o Relatório de Atividades do primeiro semestre da CAS. A Presidente esclarece que o convidado terá 20 minutos, prorrogáveis, para a sua exposição. Às onze horas e quarenta e oito minutos, o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às doze horas e um minuto, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. A Presidente registra a presença dos Senhores Luis Salomon, Assessor da Diretoria da Confederação Nacional de Saúde – CNS, Reginaldo Muniz Barreto, Economista Sênior do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, André Azevedo, Assessor da Confederação Nacional de Saúde – CNS, Petrus Muniz, Gerente de Contas da Genzyme e Olympio Távora Corrêa, Assessor Técnico da Confederação Nacional de Saúde – CNS. Às doze horas e trinta e cinco minutos, o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às treze horas e um minuto, a Senadora Fátima Cleide assume os trabalhos. Às treze horas e onze minutos, o Senador Augusto Botelho reassume a Presidência. Fizeram uso da palavra os Senadores(as) Augusto Botelho, Rosalba Ciarlini, Fátima Cleide, João Pedro, Sérgio Zambiasi e Gilberto Goellner. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Augusto Botelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Augusto Botelho**, Presidente em Exercício.

31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 15 de julho de 2009, às 11 horas e 27 minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 31ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª(sic) Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que

aprovam queiram permanecer como se encontram. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento de nº 54, de 2009, CAS, com a finalidade da apresentação do Relatório de Atividades 2008 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. Solicito ao Senador Augusto Botelho, Presidente da Subcomissão de Saúde, que acompanhe o Dr. Dirceu Raposo até a Mesa.

Antes de passarmos à palavra ao Dr. Dirceu Raposo, que disporá de vinte minutos ou mais, Dr. Dirceu, se for necessário, já que todo assunto relacionado à Vigilância Sanitária é de... Do interesse muito grande de todos nós e de toda a população brasileira. Logo após a fala do Senador... Do Dr. Dirceu Raposo, a palavra ficará aberta aos Srs. Senadores e Senadoras.

Antes, eu gostaria, como hoje é a última Sessão antes do... A última Reunião da Comissão antes do recesso parlamentar, eu gostaria aqui de rapidamente informar do trabalho que realizamos nesses cinco meses, realizando trinta e uma reuniões, com essa são trinta e uma reuniões, sendo onze deliberativas e uma outra deliberativa para votar as emendas da CAS à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quero ressaltar que quatro das cinco emendas da LDO de 2.010, votadas e aprovadas pela Comissão de Assuntos Sociais, são de autoria de Senadoras, e é porque a maioria aqui do Plenário são Senadores. Mas com a aprovação subscrita por todos os Srs. Senadores e tratam de programas e ações na área da saúde.

Isso mostra o entendimento dessa Comissão, da importância das questões de saúde, já que a nossa Comissão eu considero aquela que chega mais perto do cidadão, porque trata das suas questões do dia-a-dia: é saúde, as ações sociais, a questão do trabalho, e a maioria de minha autoria foi aprovada na CAS, o acréscimo de metas para promoção de assistência farmacêutica e insumos para programas de saúde estratégico.

Nesse semestre nós aprovamos 32 projetos e fizemos 18 audiências públicas, para subsidiar a relatoria e a discussão aprofundada das matérias em tramitação, atendendo os anseios de diversos setores da sociedade. Convidamos vários Ministros do Estado para a reflexão de uma agenda positiva para o país, a partir das metas estabelecidas pelo Governo Federal para o ano de 2009.

Ouvimos o Ministro da Previdência José Pimentel, das Cidades, Márcio Fortes, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias e da Fazenda, Guido Mantega, e também o Ministro da Saúde, que não poderia ser diferente. Diante da crise econômica mundial, a CAS abriu espaço para importantes instituições, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e ao

Banco de Desenvolvimento Nacional, para debater os reflexos sociais da crise e o desemprego.

Gostaria também de aqui destacar a realização de um ciclo de debates sobre saúde pública, iniciado em maio, para refletirmos, durante todo o ano de 2009, sobre vários aspectos da saúde inclusive fazendo uma análise, uma avaliação, dessas questões dentro do SUS, que é *"O SUS que idealizamos, o SUS que temos e o SUS que queremos"*. E tivemos também com o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, a discussão sobre saúde básica e também apresentação das primeiras medidas que foram tomadas pelo Brasil com relação a prevenção da Gripe H1N1, que hoje já é uma pandemia, na época estava sendo uma epidemia localizada praticamente no México, isso foi no começo do ano e aqui o Ministro veio para já para apresentar quais seriam as medidas que estavam sendo tomadas.

Cobramos das autoridades competentes as deficiências no atendimento ao idoso diante de um país que caminha para o aumento da longevidade, porque segundo o IBGE, o Brasil tem hoje 23 milhões de pessoas com mais de 60 anos e daqui há 20 anos serão 52 milhões. Então nós precisamos realmente estar preparados e daí a nossa preocupação em debater aqui na Comissão todas as questões que são voltadas à assistência social, de saúde, ao atendimento dos nossos idosos.

Também um debate polêmico sobre saúde mental, a reforma psiquiátrica de 2001 trouxe como principal mudança o modelo de atendimento, estabelecendo o tratamento em casa em substituição à internação hospitalar. Isso também foi debatido, foi analisado e nós iremos, através do relator, que é o Senador Papáleo Paes, no final do ciclo de debates, apresentar as nossas propostas, as nossas sugestões, os projetos que estão em discussão, para não somente ao Ministro, mas a todas as autoridades governamentais que estejam ligadas às questões voltadas ao SUS.

Também tratamos aqui da questão de queimaduras, há uma deficiência muito grande ainda no Brasil de estruturas... Cidades como... Capitais, como a capital do meu estado, Natal, que ainda não tem um Centro de Referência de Queimados, e que é necessário e que nós possamos chegar.

Então esse debate foi muito importante porque os Senadores das mais diversas regiões, cada qual traz o seu sentimento, o que houve do povo nas suas regiões, nos seus estados. E aqui a nossa intenção é exatamente podermos contribuir para melhorar a assistência à saúde.

Tivemos um momento importante analisando as Metas de Desenvolvimento do Milênio, e vamos ter,

logo no início, em... No segundo semestre, a primeira audiência será sobre mortalidade materna, que é um dos pontos das metas do milênio, que infelizmente o nosso país, que já está avançando inclusive com relação às metas, quando se fala de pobreza, quando se fala de mortalidade infantil, de crianças na escola, nós já estamos, vamos dizer assim, cumprindo essas metas, mas com relação à mortalidade materna ainda estamos muito distantes.

E, se continuarmos no ritmo que vamos nós não atingiremos, de forma nenhuma, a meta que foi estabelecida, dentro desse protocolo assinado, desse pacto assinado pela Organização das Nações Unidas e assinado por 189 países.

Então isso aí é algo que realmente nos preocupa bastante e aí eu falo também como mulher e médica, que é uma área que nós não podemos... o Senador Augusto Botelho que é médico e também conhece bem essa realidade lá no Norte, é uma área que o nosso país precisa muito avançar.

E acho que é o momento oportuno para esse debate, para que possamos analisar a realidade de hoje, e fazermos propostas, sugestões ao Ministério, ao Brasil, para que possamos melhorar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Presidente, é só para dizer que eu sou membro fundador do conselho de controle da mortalidade materna de Roraima.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, o senhor vai, nessa audiência, com certeza o senhor nós dará uma grande contribuição, pela sua experiência, o seu conhecimento e a sua dedicação a esta causa.

Bem, enfim, outras questões também, nós tivemos tratando aqui, muito importante, com relação às profissões, foi a aprovação da lei de que regulamenta a profissão de moto-táxi e motoboys. Também uma análise das... As mais diversas profissões, técnico em... Eno...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Enologia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Enologia.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): De cosméticos também, teve uma audiência de cosméticos

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De cosméticos, também o reconhecimento da profissão que, infelizmente, no Brasil ainda não era reconhecida, barbeiro, manicure, pedicure, cabeleireiros, maquiadoras, enfim, vários outros...

E está em discussão um programa também aprovado com o PRONEI, agora foi para a Comissão de

Assuntos... Na Comissão de Educação, que é o Programa Nacional de Educação Infantil, para expansão da rede física, que foi colocado... O projeto de autoria da Senadora Patrícia que eu tive, vamos dizer assim, a grata satisfação de relatá-lo, por entender que creche e educação infantil é algo prioritário.

Então, de uma maneira geral, foram muitas... Também projetos ligados à proteção da infância, como o caso da lei que obriga hospitais e maternidades públicas e privadas a adotarem profilaxias para evitar a transmissão do vírus HIV da mãe para o feto, aqueles protocolos que não são cumpridos e que precisam estar na lei, para que realmente todos possam ser cumpridos.

Enfim, muitas outras ações voltadas nessa área da seguridade social, do trabalho, do reconhecimento de trabalhadores, da valorização e vamos retornar em agosto, trazendo aqui, continuando a discussão sobre o desenvolvimento da educação infantil, sobre as questões ligadas à saúde, iniciando pela mortalidade materna, pela saúde da mulher, além de questões que falam do acompanhamento, a Comissão que acompanha a questão do emprego, do trabalho com relação à crise mundial, medidas que são... Estão sendo tomadas, que aqui são avaliadas e outras que nós estamos sugerindo.

Então, agora, para não me alongar mais, até porque eu espero... Vou encaminhar a todos os senhores participantes da Comissão o relatório de todas as atividades, de todos os projetos aprovados, em caráter terminativo e não terminativo, para onde eles foram encaminhados, dando prosseguimento a esse trabalho e o resultado das audiências.

Os senhores poderão, detalhadamente, conhecer já conhecem, já que estavam na Comissão trabalhando, mas poder fazer uma avaliação dos nossos resultados.

Muito obrigada e passo agora a palavra ao Dr. Dirceu Raposo de Mello, para a sua apresentação, agradecendo, desde já, Dr. Dirceu, mais uma vez, que sempre o senhor tem sido muito solícito, desde sempre que essa Comissão tem requisitado informações que, na realidade, são informações importantes que tratam da prevenção, da profilaxia de epidemias, de pandemias, de doenças que estão no histórico brasileiro e que nós precisamos continuar na luta para combatê-las. Muito obrigada.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Bom dia a todos os senhores, Sra. Senadora, Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Srs. Senadores.

Primeiramente, eu queria agradecer em nome da Agência Nacional de Vigilância Sanitária a oportunida-

de de vir aqui mais uma vez, estar nessa Comissão e apresentar a nossa... O nosso relatório de atividades referentes ao ano de 2008. Cabe sempre salientar, como eu fiz ontem na Câmara dos Deputados, que... Bem, eu estou na Agência Nacional de Vigilância Sanitária na qualidade de Diretor e Presidente desde o ano de 2005.

E, àquela época, o nosso corpo diretivo decidiu, nós decidimos, que apresentaríamos, traríamos para o Congresso Nacional, para as duas Casas do Congresso, todos os anos, se fosse do entendimento da Câmara e do Senado, e temos sido acolhidos por vocês aqui muito gentilmente, as nossas atividades, até como uma função de... Com a função de demonstrar para o Poder Legislativo do país, o poder que representa efetivamente o povo brasileiro nas duas Casas, o que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem feito no decorrer do ano em questão, do ano em que se apresenta o relatório de atividades.

E isso tornou-se, então, um hábito e um dever, e assim o entendemos, um dever dentro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que é mostrar pra sociedade através das Casas do Congresso, o que fizemos, quais foram as nossas atividades e, repito, o que disse ontem também na Câmara, a apresentação do relatório, a entrega do relatório, não são, absolutamente, um ato meramente formal e um ato em que nós procuramos vir ao Congresso para sermos elogiados.

Nós trazemos isso para uma avaliação crítica dos senhores parlamentares para que através dessa avaliação e dessas... Dessas eventuais recomendações, desses críticas, para que nós possamos melhorar a atuação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, sem dúvida nenhuma uma instituição do Estado Brasileiro de relevância muito grande.

Quem que vai passar para mim? Você? Pode passar. São vários *slides*, eu vou fazer uma leitura meio dinâmica, então você... Muito bem, só para nós contextualizarmos, esses são *slides* padrões, para a gente lembrar um pouquinho.

Então a Agência Nacional de Vigilância Sanitária é uma autarquia, sob regime especial, tem uma diretoria colegiada, os diretores têm estabilidade, são sabatinados aqui nesta Comissão, temos mandato de três anos, com a possibilidade de uma recondução à frente da agência.

Temos uma grande abrangência da atuação, nós vamos demonstrar daqui a pouco, integramos o Sistema Único de Saúde e esse ano completamos dez anos de criação.

Então, como eu já falei, são cinco integrantes, são cinco diretores, as decisões são por sistema colegiado, maioria simples, o mandato dê três anos e o diretor

presidente é designado pelo Presidente da República, após sabatina no Senado e aprovação pelo Plenário do Senado Federal.

Nossa missão: proteger e promover a saúde da população, garantindo a segurança sanitária de produtos e serviços e participando da construção do seu acesso.

Essa questão da participação no acesso aos bens, os produtos e aos serviços que nós regulamos é também tratada de forma muito especial pela Agência.

Porque toda vez que nos debruçamos sobre qualquer novo produto, sem dúvida nenhuma, o foco de observação da introdução desse novo produto, desse novo serviço, é a sua garantia, a sua segurança, a sua eficácia, mas também a possibilidade da população, como um todo, ter acesso a ele e isso significa o custo da produção desse bem ou desse serviço para o sistema de saúde e para quem vai utilizar.

Como eu disse, em 2005, nós colegiadamente decidimos referenciar a gestão através de três marcos, três balizadores, três diretrizes. A excelência a descentralização, porque nós por, força legal, organizamos, somos os coordenadores do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, então a ANVISA tem esta atribuição.

Entendemos também e porém que é só é possível fazer Vigilância Sanitária, até como o próprio sistema se articula, através de ações na ponta. Quem faz Vigilância Sanitária no cotidiano, no dia-a-dia é a Vigilância Sanitária do município, é o agente sanitário do município que está olhando a padaria, a farmácia o laboratório, o hospital. E é preciso então incentivar, fomentar e financiar essa atividade na ponta.

E a transparência que é uma obrigação de toda a instituição e de todo o agente público fazer com que os seus atos sejam todos feitos à claras, da forma transparente, para que possam ser avaliados pela sociedade. Por favor.

Esse é o mundo que nós regulamos ou pelo menos uma parte deles. São 80 mil farmácias, aproximadamente, no Brasil, 450 indústrias produtoras de medicamentos, 3.700 produtores, indústrias produtoras de cosméticos, 3.300 de produtos para saúde. Essa indústria tem crescido sobremaneira, produto para saúde que nós tratamos aqui vai desde algodão e gaze até tomógrafo, tudo isso está enquadrado como produto para a saúde.

Três mil produtores de saneantes. Com relação a saneantes, esse ano estamos dando um foco também muito forte, estamos nos debruçando sobre essa questão. O Brasil estima que 60% dos produtores de produtos saneantes para casa, doméstico, domissanitários, como se chamava algum tempo atrás, estão

irregulares, não têm registro na Vigilância Sanitária, não tem processos produtivos adequados.

Então, nós estamos fazendo um grande trabalho e depois eu posso me deter um pouquinho para discorrer o que estamos fazendo para sanear esse... Essa área. Duas mil distribuidoras de medicamentos, 3.900 laboratórios de análises, 15.500 serviços de radiodiagnóstico, 6.600 hospitais e 2.000 serviços de hemoterapia.

A ANVISA tem uma característica especial também. Ela, além de fazer regulação sanitária, que é o seu motivo principal de existir, faz regulação econômica. Faz regulação econômica através de leis, a lei, por exemplo, que determina que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, como Secretaria da Câmara de Medicamentos, atribua ou contribua com aquela Câmara para atribuição de preço de entrada de medicamentos novos do Brasil, no mercado brasileiro. E também temos a responsabilidade de fazer os cálculos aplicando a lei para correção de valores de preços de medicamentos para cada ano. Isso é uma lei que a ANVISA, como Secretaria, que levanta esses dados e subsidia a CMED.

E temos também, por atribuição legal uma... A determinação de fazermos avaliação de patentes para medicamentos no Brasil. Então a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, tem uma instituição, que é a da anuência prévia e ela tem que se manifestar sempre que o INPI for conceder, ou não, uma patente na área farmacêutica, legalmente a Agência Nacional de Vigilância Sanitária então precisa se manifestar pela anuência ou não daquelas concessão. Coordenamos o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e atuamos na proteção e na defesa do consumidor. Como coordenação, então, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, é uma atribuição macro e dentro de todas as áreas que foram já listadas através das entidades, as áreas que nós regulamos, estão... Dentre as áreas que regulamos estão os alimentos, os cosméticos e a inspeção e controle de insumos, medicamentos e produtos.

Então as inspeções de vigilância sanitária nas indústrias produtoras. Os laboratórios de saúde pública, a propaganda, portos, aeroportos e fronteiras, áreas de saneantes, sangue, tecidos, órgãos e células, produtos derivados de tabaco, tecnologia em produtos para a saúde, serviço de saúde e a toxicologia, que envolve, além de saúde do trabalhador, saúde ocupacional, também agrotóxicos, substâncias proibidas ou de uso proibido. Pode passar.

Bem, com relação ao desempenho institucional em 2008, nós tivemos a instituição de um programa com o objetivo de aprimorar o sistema regulatório da

ANVISA, com transparência e participação social. Esse programa é a introdução das boas, o que nós chamamos de boas práticas regulatórias. Ele está em consonância com um programa do Governo Federal, que é o PRO-REG, Programa de Melhoria da Regulação, que vai envolver todas as agências.

Como destaques, nós introduzimos uma agenda regulatória anual. Foi a primeira agência que fez isso no âmbito do Estado Brasileiro. O que nós fizemos? Em 2008, fizemos um grande debate público com o setor produtivo que regulamos, com a sociedade civil, com entidades de defesa do consumidor, Conselho Nacional de Saúde e pactuamos uma agenda para 2009. São 60 temas de cada uma ou de mais de uma daqueles atividades que foram listadas, que regulamos, esta agenda foi publicada, e este ano nós estamos trabalhando para cumprir esta agenda regulatória no sentido de determinar marcos regulatórios necessários, por que foram entendidos em comum com a sociedade como, evidentemente, efetivamente necessários.

Isso faz com que um dos atributos de uma agência de regulação, quando trata do marco regulatório, que a previsibilidade do que vai ocorrer num espaço, num lapso de tempo, seja de tranquilidade para o que mercado, para que a sociedade civil se organize no sentido de alcançar aquele propósito.

Outro instrumento importante que foi introduzido pela ANVISA no âmbito das boas práticas regulatórias foi a análise do impacto regulatório. Nós sabemos, todos que ao fazermos, ao editarmos uma norma, ocorre uma mudança no cenário, no ambiente real do mundo real, das empresas, dos consumidores e esse ambiente... Neste ambiente podem ocorrer conflitos de interesse, como de fato ocorre, nesse ambiente é necessário uma adaptação para cumprimento da norma.

Análise do impacto regulatório, ao termos a norma pronta antes de editá-la, nos dá a capacidade de mensurar quais serão as áreas da sociedade que estão envolvidas com a norma, que vão ser afetadas e qual o impacto, qual o possível impacto que cada área vai ter. Isso faz com que a gente possa fazer as correções necessárias, se possível, antes da aplicação e da edição da norma. E com isso aprimoramos obviamente os mecanismos de participação e controle social.

Então, ali em destaque, a ANVISA foi escolhida pelo Governo Federal, como a entidade a instituição piloto para implantação do sistema de análise de impacto regulatório no Brasil. Isso é preciso mencionar que é novo, não a regulação, mas a análise do impacto é novo e tem sido, nova não no Brasil só, mas é nova no mundo, e ela tem sido motivo de estudo por vários pesquisadores, muito mais fora do Brasil. E a ANVISA hoje já tem servidores capacitados e que es-

tudam, são estudiosos nessa área do nosso corpo de trabalhadores.

Aqui, para se ter uma idéia, esse é o quadro da produção normativa da Agência Nacional de Vigilância Sanitária desde a sua criação até o ano de 2008. Então, nós temos as resoluções da diretoria colegiada e as consultas públicas. Se nós observarmos no início não havia regulação, o primeiro e segundo ano foram anos de formação da Agência e a partir de 2001 há uma profusão da edição de normas, até porque não havia, o Brasil, no cenário da regulação, ele era muito desorganizado. Nós tínhamos uma desorganização... Normas que se sobrepunham, enfim.

A partir de 2005, há uma queda substantiva da produção de resoluções. Se editavam, mais ou menos, 350 resoluções por ano e essa média caiu aí para 99, com a agenda regulatória, nós vamos produzir por ano algo este ano 60. Existem resoluções que são resoluções administrativas que sequer necessitam de consulta pública. É para normatizar ações internas.

Essas não estão pactuadas na agenda, mas o que... Como vai Senador? Tudo bem? Prazer em vê-lo... O que se nota aí, então, é que o cenário regulatório, deve se estabilizar na produção de normas para eventualmente adaptar a sociedade, o setor produtivo, a novas situações, mas que são normas em quantidade muito menor do que... E aliás, isso... Isso... Isso era o que se... Era o que se pedia para a ANVISA.

Durante algum tempo eu ouvi muito que a ANVISA tinha uma profusão de normas, se falava em "furor regulatório", enfim, isso passou porque o marco regulatório agora já tem uma estabilidade que nós acreditamos que seja necessário, mas ele sempre é dinâmico. Então, normas teremos sempre que editá-las por conta da dinâmica dos mercados que regulamos. Pode passar, por favor.

A partir de 2005, nós conseguimos o... Fizemos concurso público, a agências era formada por profissionais cedidos que... Muitos que estavam com contratos internacionais. Enfim, a partir de 2005, com o concurso, nós temos no nosso quadro de funcionários hoje, 2.905 funcionários; 1587 estão sediados aqui em Brasília, trabalham na ANVISA aqui ou no Porto... Aeroporto Internacional de Brasília, e 1318 fazem a fiscalização de portos, aeroportos e fronteiras estão aí distribuídos por cada porto, aeroporto, que tem transporte de carga ou de pessoas em nível internacional e nas fronteiras do país. Pode passar, por favor.

Com relação às áreas específicas nós listamos aqui a maioria delas, medicamentos; área de medicamentos: conseguimos o ano passado e esse ano isso está sendo aprimorado e o ano... O grande impacto que nós teremos será o ano que vem, quando todo

o registro de medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária será feito por módulo remoto através da Internet.

Nós estamos mudando a nossa plataforma de informática e as ferramentas as empresas poderão peticionar e fazer toda a sua relação com a agência, através de senhas individuais, tipo banco, enfim, só a empresa tem acesso ao documento dela e esse documento vai ficar guardado num arquivo que é um arquivo eletrônico.

Mas, ainda assim, mais de 80% dos pedidos de registro iniciaram as análises, a gente inicia a análise na Agência hoje com 90, menos de 90, dias que é o que a lei determina. Isso não quer dizer que o registro seja concedido em menos de 90 dias. É preciso que se faça uma análise, essa análise muitas vezes demanda... Demanda exigências. As próprias exigências têm... Porque se foi possível melhorar a análise desses... Desses... Dos registros, da submissão do registro?

Primeiro, porque nós obviamente estamos trabalhando a melhoria do processo interno de trabalho. Mas também houve uma melhora significativa da informação por parte do setor regulado. Então os dossiês de submissão tem vindo muito melhores, eles também. E eles se desenvolveram, nós melhoramos internamente o nosso processo de trabalho, através de um movimento que foi feito também a partir--

SENADOR JOÃO PEDRO(PT-AM): Presidente, Presidente, a análise toda é centralizada em Brasília?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: É, em Brasília.

SENADOR JOÃO PEDRO(PT-AM): Toda Brasília?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Toda, em Brasília. Existem algumas coisas de qual a análise depende, que pode ser, por exemplo, liberação de um produto para fazer pesquisa clínica que tem que ser liberado em Brasília, mas o produto está no Aeroporto de Cumbica em São Paulo. Então portos, aeroportos, entram em contato dizendo se vai ou não vai liberar o produto, mas a análise do dossiê é feita aqui.

Enfim, melhorou muito a relação de submissão e de análise por conta da modificação dos processos internos de trabalho e da qualificação do próprio setor regulado.

A ANVISA... Com isso, a ANVISA, essa não a primeira vez, já é a terceira vez que a ANVISA é uma das dez vencedoras do Concurso de Inovação de Gestão Pública Federal do Ministério do Planejamento.

São ações que são feitas no nosso processo de trabalho, que viram depois, o pessoal gosta de usar a palavra em inglês, vira um case, mas vira um caso,

como diz o nosso companheiro Agenor lá em Minas Gerais, e esse caso, essa experiência, vai para... A gente inscreve no concurso e temos a grata felicidade de todo ano, estarmos sendo agraciados, as nossas equipes, entre os dez pelo menos do concurso que centenas de trabalhos são inscritos.

Este ano foi a revisão dos procedimentos de pós-registro de medicamentos, que deu uma outra lógica, lógica focada no risco e não no processo burocrático de análise. Isso agilizou muito o nosso trabalho.

Só para se ter uma ideia, então, em 2008 nós registramos em genéricos 13% a mais do que registramos em 2007. O mercado de genéricos têm demandado cada vez mais registros para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, esse é só um exemplo do que tem crescido uma das áreas de medicamentos com relação a registro. Pode passar por favor.

Uma área que tem tomado a nossa atenção cada vez mais é a área de combate a falsificação. Falsificação de medicamentos não é um problema no Brasil. O Brasil não tem, não é um dos países onde a falsificação é maior. Eu tenho participado de vários fóruns internacionais, existem países, só para se ter um exemplo, nós fomos visitados pela Presidente de uma agência de regulação africana e ela declarou, no meu gabinete, e ainda nós estamos na W3, na sede antiga, ela declarou que entre 70 e 80% dos produtos que circulavam no mercado interno do país dela eram falsos.

No Brasil nós temos algo em torno de 5% de falsificação. O grande problema do país, em termos de medicamentos, são os medicamentos que vêm pela extensa fronteira seca que nós temos e que muitas vezes são regulares nos seus países de origem. Medicamentos registrados no Peru, no Paraguai, na Argentina e que atravessam, lá são vendidos no mercado, no comércio farmacêutico, como medicamentos registrados pela autoridade sanitária lá. No entanto não são, nunca submeterem seus registros à Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Ambulantes, enfim, atravessam a fronteira e colocam esse produtos, e que o é mais grave, colocam esses produtos no comércio legal, em distribuidoras legais dentro do Brasil, que são as farmácias. Então, por isso, o grande número de ações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária o ano passado, fruto de uma cooperação que fizemos com o Ministério da Justiça e com a Polícia Federal, em distribuidoras e em farmácias do comércio regular, porque esses produtos não poderiam estar sendo comercializados no país.

Isso demandou uma consulta pública e depois foi aprovada e sancionada pelo Presidente Lula uma lei que prevê a rastreabilidade de medicamentos no país. Isso está sendo estudado, provavelmente agora

em agosto nós vamos definir quais os mecanismos de combate à falsificação de produtos, para ampliar, primeiro, a nossa capacidade de ação e depois para que o próprio consumidor possa, no local de compra, identificar o produto autêntico.

Alguns programas já estavam em desenvolvimento, só se aprimoraram. O Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, que controla o consumo de drogas... De drogas... Nós chamamos de medicamentos “tarja preta” no Brasil, esse programa já tem hoje mais de 40 mil farmácias mandando informações para a agência.

É através desse programa que nós estamos avaliando a introdução e o controle da prescrição e da dispensação de antibióticos, que não só no Brasil, como no mundo, tem causado uma resistência bacteriana muito grande e esse programa tem se mostrado também bastante eficaz nesse controle.

A farmacopéia brasileira está sendo revista, nós em 2005 também lançamos a ideia de uma farmacopéia latino-americana, têm três países envolvidos diretamente na construção dessa farmacopéia, Brasil, Argentina e Cuba, e o México e Colômbia também tem interesse em fazer essa farmacopéia. Brasil e Argentina já avançaram, já tem reconhecimentos de substância lado a lado.

Bem, temos uma série de regulamentações que foram desenvolvidas, a padronização de bula de medicamento para deficientes visuais, regra para fabricação de gases medicinais, o controle de antiinflamatórios; é o caso do Prexige que ficou... Foi para a imprensa e ficou muito conhecido, enfim.

E uma série de instruções normativas internas naquela tônica da revisão dos processos de trabalho, que deram também uma maior agilidade para o processo interno, desburocratizando muitas das atividades internas da agência.

Outra área importante é a área de produtos para a saúde.

Pode... Vamos passar rapidamente, por favor.

Produto para saúde tem aumentado no mundo todo, os produtores tem cada vez mais demanda solicitação de registros, pode passar.

E algumas ações nós fizemos para melhorar a nossa relação inclusive comercial com outros países. Por exemplo, dispensar registro de produtos que são feitos só para exportar, o produto não é utilizado no Brasil, precisava de registro no Brasil para vender para Espanha. Ora a Espanha se compra o produto ela registra o produto no seu território, o Brasil não precisa se não é utilizado aqui, nós não precisamos registrar, isso foi eliminado da norma.

E uma série de outras normas para controle de produtos, por exemplo, [soa a campainha] registro de tinta para tatuagem... Eu vou pedir mais dez minutinhos pra... Mas vou tentar se mais rápido. Implantes ortopédicos, preservativos, enfim, pode passar.

A toxicologia é uma outra área ampla da ANVISA. Nós, o ano passado, propusemos a revisão de... Do registro de agrotóxicos, mas ampliamos o acompanhamento de culturas. Também apareceu na imprensa a cultura do morango, da uva, enfim, produtos que estavam sendo pulverizados em excesso com os agrotóxicos. Pode passar.

Nós temos programas interessantes de controle tanto de agrotóxicos que é o PARA, o PROVEME que é o Programa de Controle de Qualidade de Medicamentos, pode passar. E temos programas para controle de alimentos também. Os senhores lembram que 2007 houve aquele problema de adulteração do leite. Então, em parceria com o Ministério da Agricultura e com o DPDC, do Ministério da Justiça, nós criamos uma rede de análise de leite, de qualidade de leite no Brasil.

Em 2008, quase mil análises foram efetuadas e 66% dessas análises foram insatisfatórias. É bem verdade que a maioria delas, quase 50% da insatisfação detectada, insatisfatoriedade detectada nas análises são com relação a rotulagem.

Mas, de qualquer forma, 38%, das análises apontaram características físico-químicas, excesso de gordura ou falta de gordura, excesso de água ou enfim, atributos que são necessários do ponto de vista físico-químico para a qualidade do leite e 15% dessas análises detectaram desvios microbiológicas, presença de coliformes e etc. Temos outros programas de monitoramento: a prevalência da resistência bacteriana em frango, uso de antibiótico na produção desses alimentos. O perfil exploratório nutricional de alimentos processados. Análise de resíduo de medicamentos, veterinários de origem animal. Fizemos 750 análises o ano passado, muitos deles são hormônios e, enfim, tem quer ser... E antibióticos, como já foi mencionado, precisam ser monitorados. Pode passar. Esses são programas instituídos dentro da ANVISA. Com relação a cosméticos nós tivemos também o aumento... A ANVISA está sendo cada vez mais demandada, por quê?

Primeiro, o Brasil é um país que atrai, tem atraído investimento pela sua normalidade política e econômica e, enfim, as empresas vêm se instalar aqui ou vêm, têm interesse no Mercado Brasileiro, que é um grande mercado consumidor e seus produtos, portanto, precisam ser autorizados pela ANVISA.

Agora, é de notar que olha, 212 eventos adversos foram investigados o ano passado pelo sistema nacional. O que nós fizemos? Estamos fomentando

também a coleta de informações de eventos adversos, estamos olhando para o mercado para monitoração, monitoramento do mercado. Senador Augusto?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone] evento adverso?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Ah, são... Tem eczema, irritação, enfim, a pessoa usa o...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O paciente? A pessoa?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Na pessoa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone] produto?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Não, não; evento adverso depois do uso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ah, isso aqui só um detalhe que eu gostaria de... Bem, acontece, eu uso um produto, tem um evento adverso, mas como comunicar a ANVISA?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Isso. Então eu vou passar um pouquinho que nós temos, pode passar, acho que talvez seja o próximo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Você está submetido a uma Comissão de Junta Médica.

[risos]

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Não tem problema. Eu trabalhei sempre em hospital na minha vida, então... E sou casado com uma médica, então estou acostumado. A outra área, eu vou falar disso, Senadora, quando falarmos da nossa, do monitoramento de pós-mercado, que aí a gente dá um pouquinho de detalhe.

Como outra área de atuação, sangue, tecidos e órgãos, nós criamos um banco de dados, que deve ser informado pelos serviços de embriões, as clínicas que fazem, que fazem inseminação, que guardam embriões, têm que informar para efeito de pesquisa e de terapia.

Definimos critério para banco de tecidos oculares e fizemos a avaliação externa de qualidade dos serviços... De 1.100 serviços de hemoterapia, através de cinco testes padrão, que eles têm que informar para certificar a sua, a sua, a qualidade do seu serviço, seu trabalho. Pode passar, por favor.

Na área de tabaco, introduzimos as... Pode passar... Introduzimos as novas... Isso também foi polêmica, virou ação judicial, mas enfim, hoje é realidade, as carteiras de cigarro vêm com esses alertas, para desestimular a utilização ou a reflexão do tabagista no sentido de abandonar a sua adição. Pode passar.

Aqui, a vigilância pós-uso. Essa é uma área que tem crescido e nós temos incentivado muito dentro

da ANVISA. A vigilância pós-uso, ela está calcada em três ou quatro grandes campos de observação, medicamentos; é a farmacovigilância, a tecnovigilância, que são produtos para a saúde, que tem, como eu já disse, ampliado demais a demanda dentro da ANVISA, a cosmetovigilância.

Estamos introduzindo a vigilância de saneantes, e a hemovigilância, que é a vigilância do sangue que é... Que vira medicamento ou que é um produto que é transfundido para os pacientes.

Pode passar.

Então, o que nós temos na ANVISA? Nós temos o NOTIVISA; o NOTIVISA é o Programa de Notificação em Vigilância Sanitária. Então Senadora, é assim: o NOTIVISA está no site da ANVISA, qualquer pessoa pode notificar, via eletrônica, via *site*, tem lá todo... Todo o cidadão no Brasil é um notificador, qualquer um, qualquer cidadão pode entrar lá e fazer a notificação, "Usei tal produto", tem lá algumas coisas que ele precisa observar, o número do lote, o produtor. E depois ele vai descrever o que ocorreu com ele através do uso do produto.

A partir daí, nós fazemos o acompanhamento, tem uma equipe, cada uma dedicada a uma das áreas que eu falei, que vai fazer o acompanhamento da utilização desse produto e, se necessário, fazer a correção e interdição do produto... Enfim, cancelamento do registro, temos lá uma série de ações que podem ser feitas.

Nem todo mundo vai entrar na internet. Pode ser feito por *fax* e pode ser informada também a Vigilância Sanitária da cidade, do município ou a vigilância do estado, que depois repassa esses dados para a Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Uma ação pública, não é, foi o cancelamento, por exemplo, do antiinflamatório o ano passado, por conta dos alertas que nós tínhamos, não só no país, mas fora dele. O programa Farmácias Notificadoras é um programa de farmacovigilância introduzido em 2005, e que procura também ampliar a cultura da notificação.

Então usuários de medicamentos, de cosméticos, podem ser dirigir a 3.000 farmácias credenciadas no país em 16 estados, que tem mais de 7 mil farmacêuticos trabalhando nesses estabelecimentos, que são públicos e privados, e essas farmácias então informam a Vigilância Sanitária dos eventos adversos, das reações adversas que ocorrem.

Publicamos um boletim de hemovigilância no país e temos uma Rede Sentinela que também cuida, particularmente, tem o olhar focado para a fármaco, para a tecnovigilância, para cosmetovigilância e essa rede hoje é constituída por 238 hospitais em todos os estados do país. Pode passar.

Fruto desse investimento na cultura da notificação, do monitoramento, do que ocorre com o produto depois que ele está sendo utilizado em massa pelas pessoas, nós ampliamos de 10 mil notificações em 2007, para 23 mil em 2008. E avaliamos que há ainda sub-notificação. Muito.

Então, essa... Essa... Esse trabalho é um trabalho que a gente tem, as nossas equipes têm viajado nos estados, conversado com profissionais da saúde, para que o profissional de saúde nos ajude a fazer a Vigilância Sanitária no sentido que o produto, quando é submetido a um dossiê, são documentos, é inspeção da fábrica, mas, de fato, os eventos adversos ocorrem quando as pessoas passam a utilizá-lo e aí a correção necessária deve ser empreendida pela Vigilância Sanitária. Pode passar; pode passar.

Qualidade de serviços de saúde, então, regulamos hospitais, clínicas laboratórios, fizemos a regulamentação do serviço de atenção obstétrica e neonatal. Tivemos o ano passado a questão das microbactérias, que causavam infecções em cirurgias eletivas. Esse ano não tivemos mais, praticamente, caso algum, eu não soube de mais nenhum caso notificado. Então parece que esse problema foi controlado, está sob controle.

Participamos ativamente da Aliança Mundial de Segurança do Paciente, medidas de controle da resistência bacteriana tem nos preocupado, tanto que uma medida a ser tomada pela Agência e está sendo discutida é o controle da prescrição [soa a campanha] e dispensação de antibióticos e os sinais, os sinais...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mais cinco.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: É, vamos tentar. Vamos passar rapidamente. Pode passar.

Área de fronteiras eu vou me deter pouco, os senhores têm a apresentação, acho que depois, na arguição, enfim, no nosso debate nós podemos avaliar, avançar um pouco mais.

Mas o ano passado tivemos uma atuação muito forte com relação a observação de cargas, implementação do Regulamento Sanitário Internacional. Próximo.

Saneantes, como eu já falei, é uma área que tem muita informalidade, preparamos todo um trabalho para esse ano, juntamente com o SEBRAE e com a Associação de Produtores de Saneantes, fazer com que... Quem quiser e esse trabalho na ANVISA se detém com relação a desburocratização do registro desse produtos, trazer as pessoas para a formalidade. O SEBRAE está nos ajudando e a Associação de Produtores também. Pode passar.

Aí o aumento do número de registros. Isso já é fruto do trabalho, 2007 para 2008, 41% das empresas já se organizaram. Por favor. Próximo.

Regulação e avaliação de tecnologia em saúde. A ANVISA atua diretamente, pode passar, na área de... É Secretaria, eu já falei, a Secretaria Executiva da CMED, temos um banco de dados para medicamentos e estamos trabalhando muito fortemente, até o final do ano a minha expectativa é que ele esteja pronto, um banco de dados para controle de órteses e próteses e produtos que nós temos uma desregulamentação, do ponto de vista econômico no país, absurda. Pode passar.

A área internacional, o Brasil é referência, pode passar, é referência hoje, digo isso com muita satisfação, no mundo, como agência de vigilância sanitária, nós temos convênios de cooperação com praticamente todos os países da América do Sul. Se não me falha a memória, não temos convênio com a Guiana e com o Equador.

Vários países da África nós também prestamos apoio, Cabo Verde, Moçambique, para organização das suas vigilância sanitárias e temos parceria com agências do Canadá, Portugal, Espanha, estamos fazendo uma com a França. Mas, enfim, hoje o Brasil é uma referência, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, digo isso com muito orgulho, é uma referência no campo internacional de vigilância sanitária. Pode passar. Pode passar.

Com relação a publicidade. Nós temos atribuição de fazer o controle de publicidade de produtos que afetam a saúde. Então, temos algumas campanhas de educação, a campanha *Informação É o Melhor Remédio*. Pode passar. Essa campanha, o projeto monitora, que são 17 instituições de Ensino Superior que observam a publicidade e nos demandam desvios para que façamos a ação sanitária.

Editamos a RDC 96 que é a nova regra de propaganda de medicamentos que está em vigência. Pode passar.

E através dos projetos EDUCANVISA e CONTRIBUTO capacitamos 1.400 professores e mais de 50 mil alunos de rede pública de educação, no sentido de informar-lhes o que é Vigilância Sanitária, para que eles conheçam o nosso trabalho e possam nos ajudar.

Descentralização. Descentralização, pode passar, é um marco importante eu já mencionei aqui que Vigilância Sanitária só se faz na ponta, ela tem que ser feita na ponta e aí nós ampliamos o número de pactuações com os municípios de dois mil e... Mil e... Não está ali, enfim, aumentamos em 30%; para 2.730 municípios pactuados, eram 1700 e alguma coisa no ano de 2007 e implantamos o sistema [soa a campai-

nha] SINAVISA no país. Estou terminando, eu acho que é o próximo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mais três minutos.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Para incentivar a descentralização, fazemos fóruns regionais e um fórum nacional. Esse ano, em Palmas, novamente faremos o nosso fórum da Região Norte. Pode passar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nordeste vai ser onde?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Nordeste onde vai ser? Já tem?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Maceió.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Maceió. O financiamento; precisamos financiar as ações na ponta.

Gestão de pessoas em vigilância sanitária, em parceria com os municípios; nós repassamos, o ano passado, 12 milhões e 300 mil reais, passados fundo a fundo, ampliamos a pactuação, como já viram lá.

O incentivo aos laboratórios de saúde pública, repassamos 25 milhões para os laboratórios, para os LACENS dos estados. Pode passar.

E a inflexão se dá efetivamente a partir de uma decisão da Diretoria em 2004 e 2005, em que nós decidimos que a ampliação de recurso para a ponta. Então saímos de 67 milhões em 2000, o ano passado foram repassados para estados e municípios 203 milhões e 700 mil reais para ações de vigilância sanitária no país. Pode passar.

Com relação a transparência, temos várias áreas de... As demandas, a Ouvidoria tem aumentado sobremaneira a sua atuação, a sua demanda. Nós estamos esse ano instituindo um *call center* para ampliar a capacidade de interlocução e de... E de interação com a sociedade. Pode passar.

Estamos integrados ao Ouvidor SUS, temos termos de cooperação com institutos de defesa do consumidor, a participação social se dá através de câmaras setoriais, participamos ativamente sempre que somos convidados e às vezes nos convidamos, como aqui, no Conselho Nacional de Saúde, no Congresso Nacional. Pode passar.

As audiências públicas têm ampliado também. Ali parece bom, mas diminuí de 2007 para cá; é que, como eu mostrei, diminuí a quantidade de normas também, então as audiências públicas são fruto, muitas vezes, da produção normativa. Pode passar.

A execução orçamentária do ano passado, nós conseguimos executar 98% da dotação orçamentária, ampliamos em quase 10% a nossa arrecadação. Por favor, o próximo. Pode passar.

A comunicação tem sido muito ativa, a nossa área de comunicação tem trabalhado de forma muito eficaz e nós, o ano passado, fomos mencionados e inseridos em quase três mil veículos de comunicação.

E eu sempre gosto de ressaltar, como eu fiz ontem na Câmara Federal [soa a campanha] nenhum deles, com nenhum desvio de conduta, sempre... Até um Deputado há um ano, há uns dois anos atrás disse o seguinte: "Olha, vocês conseguiram colocar a Vigilância Sanitária da página policial para a página de saúde, para a página científica dos jornais." E isso é fruto do trabalho incessante da nossa equipe e mérito dos nossos servidores. Eu acho que é isso aí. Pode passar. Pode passar. Não, esses são só... Pode passar. Pode passar rápido que são... Hã?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [pronunciamento fora do microfone].

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: É, teve a questão, nós tivemos na mídia, na mídia positiva, um debate que é um debate importante. Pode ir passando. Pode passar.

Para a estratégia do ano que vem, a aplicação do modelo da GESPÚBLICA, de fato. E nós iniciamos, esse ano, o planejamento para os próximos dez anos da ANVISA. É um trabalho forte, interno, dentro da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que projeta a ANVISA para 2020, o que o país espera do nosso trabalho e do trabalho da Agência junto ao Estado Brasileiro.

Muito obrigado, desculpe as prorrogações incessantes que a senhora fez aqui. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Dirceu, como eu disse no início, esse assunto é tão importante para todos os brasileiros que os vinte minutos, com certeza seriam insuficientes. Como, na realidade, acho que nós passamos aí mais uns 40 minutos, mas ainda foi pouco, porque esse assunto nós ainda vamos entrar no questionamento dos Srs. Senadores.

Eu gostaria aqui de registrar a presença do Dr. Petrus Muniz, Gerente de Contas da Instituição Genzyme, André Azevedo, Assessor da Confederação Nacional de... Do Comércio, Olympio Távora Corrêa, Assessor Técnico da Confederação Nacional de Saúde, Reginaldo Muniz Barreto, economista sênior do DIEESE-Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sociais, do Sr. Luís Salomon... Salomon, Assessor da Diretoria da Confederação Nacional de Saúde, que sempre nos honra com a sua presença.

Gostaria, aqui, também, de registrar a presença de vários funcionários que acompanham o Dr. Dirceu e que são sempre muito bem-vindos.

Mas, Dr. Dirceu, parabenizá-lo pela sua exposição e dizer que algo que é fundamental, que esse trabalho que o senhor nos traz, para que esse Senado exerça uma das suas funções, uma das missões, que é exatamente de acompanhar, de fiscalizar o trabalho que é realizado em todo o Brasil, especificamente aqui na área da saúde e esse é um papel nosso, aqui da Comissão. E o senhor, como eu já disse anteriormente, tem sido sempre muito solícito, nos trazendo todas as informações.

E antes de passar a palavra ao Senador Gilberto Goellner, que foi o primeiro a se inscrever, eu gostaria, aqui, também de deixar um questionamento. Me preocupa muito o que hoje nós vemos pela Internet com relação a medicamentos. Os jovens têm acesso com... Crianças tem acesso e hoje já sabem comprar, a verdade é essa. Com relação aos medicamentos que estimulam o aumento da massa muscular, principalmente voltados para a beleza, ao tipo de beleza que muitos jovens imaginam, eu tenho visto já com muita frequência a Internet oferecendo.

E isso nos preocupa, porque eu acho que aí é que nós temos, a ANVISA tem que também ter um trabalho de... Permanente de acompanhamento, de rastreamento, porque acredito que entre tantos medicamentos que são colocados ali e para essa área que é voltada para essa questão de massa muscular, de melhoramento, de emagrecimento, de tanta coisa e voltada para a beleza, de uma maneira geral, nós podemos estar e, com certeza, acredito, alguns que não estão autorizados a serem usados e que têm riscos de efeitos colaterais, porque eles não apresentam isso, claro, querem vender mostram como, só o lado positivo, esquecendo muitas vezes os efeitos maléficos que são bem maiores. E nós sabemos que esse tipo de medicamento tanto interfere na questão do desenvolvimento como também têm alguns que dão sequelas inclusive com questão relacionadas a problemas psíquicos. Então, isso nos preocupa bastante.

Então eu gostaria de saber como está a ANVISA com relação a esse... Essa realidade brasileira, na proteção dos internautas, que na grande maioria que fazem uso de medicamentos anunciados na Internet, são os jovens.

Outra coisa também que eu gostaria, aqui, de saber, se as próprias academias, a ANVISA também está dentro do seu trabalho de fiscalização. Porque, das academias, eles também tem a venda de vitaminas, de estimulantes, de todos aquelas... Aqueles potes com aquele tipo de alimentação energética. Tudo isso é preocupante e também pode estar se vendendo gato por lebre.

E tem também a questão da divulgação, que eu sei, é muito importante que a divulgação seja... Que nos recursos da ANVISA, tenham mais recursos para divulgação, porque a divulgação é que leva que a população possa ter conhecimento e também a divulgação com relação de como notificar.

Porque os profissionais de saúde, eles fazem isso com certeza. Tem todo o interesse em fazer, mas nós sabemos que o número de profissionais, principalmente da área médica, os médicos, são insuficientes para toda a população brasileira e tem recantos onde as pessoas se automedicam. Então nós precisamos realmente ter também essa... Essa divulgação ainda maior. Fica aqui já esse, essa solicitação.

E quero dizer que 203 milhões usados na ANVISA, esse recurso, nós aqui sempre temos, tivemos o cuidado de conter gastos, conter despesa, mas usar em saúde, eu sempre disse, não é gasto, não é despesa, é investimento. Tenho certeza que 203 milhões usados em 2008 para as medidas de vigilância sanitárias devem ter representado, pelo menos, dez milhões de economia no custo saúde do Brasil, porque são ações preventivas. Aí, sim, eu entendo que saúde passa por... Por... E que podemos ter cada vez mais e que o governo entenda isso, dar prioridade principalmente na área de prevenção e de acompanhamento.

Eu gostaria também antes de passar que eu vou ter que... Estou sendo chamada para a comissão... Para fazer presente em outra reunião, de convidar o Senador Augusto Botelho, para presidir aqui o restante da reunião. Ele que é o Presidente da Subcomissão de Saúde, agradecer a presença do Senador Valdir Raupp que aqui esteve, o Senador Romeu, e de todo os Senadores, Senador João Pedro, que aqui passou.

E também, aproveitar mais uma vez para agradecer confiança de todos os Srs. Senadores, V. Exas., Srs. e Sras. que me deram a oportunidade de presidir essa Comissão. Agradecendo também o trabalho que aqui foi desempenhado por todos, pela Gisele, pela Eliana, pelo grupo que está sempre aí acompanhando, registrando. A TV Senado que foi um grande, é um grande instrumento de podermos chegar mais próximo da população com o nosso trabalho. A nossa assessora de comunicação, a Andréa Boni, e os nossos consultores que aqui estão, todos, desculpe eu não dizer o nome de todos, mas... Até porque também a memória já está ficando... A Maricota lá do... Do... Conhecida por todos nós como Maricota que é a nossa... Que faz a... Do Ministério da Saúde.

Regina, desculpa, Regina, pelo amor de Deus. Regina que está sempre aqui, ela e Romero sempre estão aqui trabalhando, acompanhando, são os nossos... Tiram nossas dúvidas, nos auxiliam.

Portanto, eu queria aqui deixar um grande abraço, e se preparem, em agosto nós estaremos aqui, começando por mortalidade materna, o Ministro Temporão vai estar aqui, ele já demonstrou esse interesse, para que a gente possa conversar sobre a regulamentação da Emenda e também sobre outros assuntos, claro, que falam da saúde.

E teremos também o acompanhamento da questão dos agentes comunitários de saúde, piso nacional para os agentes comunitários de saúde. Eu considero isso importantíssimo, porque hoje eles são os grandes auxiliares e instrumentos essenciais no programa saúde da família, agente de saúde e agente de endemia. Então esse será um dos assuntos que iremos tratar no segundo semestre.

Vou pedir licença, desejando a todos que tenham um bom dia.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, agora passamos à parte dos questionamentos dos Srs. Senadores. Primeiro inscrito, Gilberto Goellner, V.Exa. tem a palavra. Senador Sérgio Zambiasi também acaba de se...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente Augusto Botelho, a nossa Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Rosalba... Senadora Rosalba Ciarlini, nosso convidado Dirceu Raposo de Mello, Presidente da ANVISA. Minhas perguntas se referem a três áreas específicas.

Primeiro, em relação aos medicamentos que são conservados de forma, eu diria, sem controle absoluto de temperatura na maior parte das farmácias brasileiras. E como na bula de alguns medicamentos há uma prescrição de conservação desses medicamentos numa temperatura limite, máxima, e como também em algumas cidades brasileiras as temperaturas excedem, principalmente durante a noite, porque elas são fechadas não é ligado o ar-condicionado para poupar.

Então, esses medicamentos, eu tenho acompanhado em alguns locais, algumas cidades onde uma temperatura interna do ambiente não arejado e não refrigerado, ele chega a 48°C, extrapolando o máximo de quase todos os medicamentos que chega a 30°C.

Então, a minha pergunta é sobre a validade, sobre os efeitos nocivos, perversos, que pode ter o consumidor final, que ao adquirir um medicamento, ele possivelmente já está sem o seu melhor efeito, perdendo a maior parte efetiva ou perdendo às vezes totalmente o efeito.

A segunda colocação é em relação à maior atuação da ANVISA ou de agências, através de convênios com municípios, no sentido do controle toxicológico dos alimentos, daqueles alimentos que são produzi-

dos e consumidos *in natura*, como o senhor mesmo citou, que dentro do acompanhamento do programa de análise de resíduos de agrotóxico em alimentos que tem a sigla PARA dentro da ANVISA, a ANVISA, acompanhou oito novas culturas em 2008, monitorando 17 culturas.

E encontrou irregularidades maiores em alimentos, tipo pimentão, morango, que é o moranguinho, a uva, a cenoura, tomate e alface. Eu diria que a cenoura me causou surpresa, porque ela é um tubérculo, fica por baixo. Agora, pimentão, morango, uva, tomate e alface e outras folhas, elas são altamente submetidas e dentro disso poderíamos colocar outras culturas, tipo a maçã e outras, pêssego, todas... Que são consumidos *in natura* e que precisam ter um acompanhamento mais permanente.

Mas, na parte final, quando chega no mercado, quando chega ao supermercado, já que o acompanhamento, na produção, acabe a outros órgãos fiscalizadores porque existe os prazos de carência da aplicação de defensivos agrícolas que são necessários, são necessários à produção desses produtos e que podem, estão sendo até substituídos por produtos orgânicos. Em algumas... Em alguns produtos é possível, em alguns alimentos é possível se produzir organicamente, mas ainda no país a grande, a maior parte desses produtos são produzidos sob sistema de controle de pragas por intermédio de agrotóxicos.

E não há, no país, um acompanhamento mais permanente nesse sentido de avaliação toxicológica dos resíduos de agrotóxicos em todos os pontos de revenda do país. Isso aí teria que ser feito um planejamento específico para poder ser atendido condig-namente.

E o terceiro ponto diz respeito, Sr. Presidente Raposo de Mello, sobre um assunto que já é do seu conhecimento, que já conversamos, é a respeito do registro de novos produtos de agrotóxicos, que foram regulamentados pela Lei 7.802, de 1989, a qual determina que a área de saúde faça análise sob quatro aspectos bem objetivos, que seria o aspecto de características teratogênicas, carcinogênicas ou sob mutação, distúrbios hormonais do sistema reprodutivo e também testes que revelem perigo para o homem, em testes laboratoriais, mais perigo ao homem do que aos animais, e com danos também cujas características causem danos maiores ao meio ambiente.

A minha pergunta seria no sentido de que, como a regulamentação, a lei, a lei é tão explícita, objetiva, por que as análises da ANVISA são, de alguma forma subjetivas e até demoradas. Essa análise justifica... Essa, essas análises justificariam a dilação do tempo no processo de registro, que em média, conforme foi

nos repassado por consulta que eu realizei junto ao vosso órgão, ele leva em média de sete a treze meses. E alguns processos, eles datam de 2006, e ainda não foram finalizados.

Então, além disso, eu colocaria também que estou lhe encaminhamento novamente uma solicitação, um requerimento, que foi tramitado pela Mesa Diretora do Senado, aonde eu solicitei informações ao Sr. Ministro da Saúde que as encaminhou à ANVISA, sobre a tramitação de registros de agroquímicos na ANVISA, já que eu solicitei também ao Ministério da Agricultura e ao IBAMA. E eu estou colocando aqui, novamente, uma cópia desse requerimento, para que a gente receba maiores informações com uma planilha onde tipifica o registro, a data do protocolo a equivalência química do mesmo, a marca comercial, o princípio ativo e o acompanhamento do dossiê, dossiê sobre a análise, em que fase que se encontra a análise de todos os produtos agroquímicos que foram solicitados registro dentro da ANVISA. E que cabe também à ANVISA, como um dos três órgãos, junto com o MAPA e com o IBAMA, o pronunciamento da adequação.

A finalidade disso é meramente para que se acompanhe, para que o setor de produção agrícola do país, tenha conhecimento e possa estar acompanhando também, possa fazer uma análise, principalmente das novas moléculas que vão surgindo, às vezes do mesmo produto ou similares, e que poderiam, com um novo custo, estar... Com um custo menor, estariam diminuindo, propiciando melhores condições, tanto de segurança, melhor condição de segurança de uso de resíduos toxicológicos e também de custos de produção.

Porque esse componente alguma... O componente de uso de agroquímicos para se produzir no país em alguns produtos que não tenha a devida concorrência necessária, vários similares ou genéricos, está por encarecer e até inviabilizar algumas atividades no país, porque eles mudam muito de preço de um país para o outro. E quanto menor é a interferência e a competitividade, eu diria que maior é... Maior vai ser o custo e com isso a falta de competitividade do setor produtivo.

Então, é nesse sentido que eu coloco novamente, vou apresentar, reencaminhar o... A solicitação e o senhor já se prontificou a nos informar. Mas também essas duas perguntas sobre armazenamento, sobre efeitos de calor, que poderia estar prejudicando os medicamentos brasileiros, e sobre o acompanhamento que poderia se fazer, mais intensamente da toxicologia dos alimentos dos resíduos de agrotóxicos nos principais alimentos, principalmente aqueles consumidos *in natura*, e que hoje praticamente uma CEASA, uma grande CEASA,

grandes populações, poderiam estar submetidas a um processo de compra contumaz e intoxicação diária, cumulativa de alguns elementos nocivos à saúde e, como poderíamos dentro de uma agência sanitária municipal ter uma atuação mais rígida junto a análise toxicológica desses alimentos *in natura*?

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado grato, Senador.

Como tem poucos Senadores, eu vou fazer... Dar a chance de todos perguntarem, para ele responder em bloco.

Por inscrição, o João Pedro, que esteve antes do senhor, aqui, e depois o Senador Zambiasi. Fale, João Pedro; com a palavra o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Srs. Senadores, Presidente, Augusto Botelho, autor do requerimento, penso que é um debate importante para nós.

Presidente Dirceu, a minha... Tenho dois questionamentos. A primeira, por conta da imensa fronteira que nós temos lá na Amazônia, são 11 mil quilômetros de fronteira com os países da nossa... Que compõe também a Pan-Amazônia, como é que a ANVISA se faz presente, por conta, principalmente, do... De grandes rios que formam as vias binacionais como o Rio Madeira, o Rio Solimões, como é que a ANVISA se faz presentes nessas localidades?

O número de servidores que a ANVISA têm lá no Amazonas e só no Amazonas e na Amazônia como é que está isso aí? Estou falando da fronteira do ponto de vista do contrabando, que V.S^a mencionou, mas do ponto de vista do fluxo de alimentos também. Nós temos na fronteira ali com o Acre, com Rondônia com a Bolívia, como é que está se... Está havendo o controle de alimentos. Tem leite, tem queijo, tem carne.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Roraima eu penso que Roraima, eu estou mencionando essas localidades que eu considero que tem mais fragilidades, parece que Roraima tem um controle melhor pela BR 174, e faz a fronteira ali com a Venezuela e com a Guiana, mas me parece que ali tem mais controle, por conta da capital que está mais próxima da fronteira.

Mas estas regiões eu estou mencionando, por isso eu gostaria de saber o número de técnicos no Amazonas e na Amazônia também e como é que está a estrutura da ANVISA no sentido de fazer um controle com eficiência com competência, com qualidade mesmo.

Eu considero o trabalho da ANVISA um trabalho de Estado. Tem um histórico de quase 200 anos de controle aqui no Brasil, não é isso? Mas eu quero parabenizar os avanços. É notório, os avanços, não só

do ponto de vista da sociedade em contribuir com um padrão de melhoria dos seus produtos, mas do ponto de vista do Estado em estruturar a ANVISA.

E eu quero parabenizar por isso, mas gostaria de ouvir esses dados no que diz respeito à Amazônia e o meu Estado, o Amazonas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): [interrupção do áudio] João Pedro. Com a palavra o Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Presidente. Senador do Rio Grande do Sul. Senador do Amazonas e outro do Rio Grande do Sul.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Dirceu Raposo de Mello, prazer em vê-lo e parabéns pelo trabalho da ANVISA.

Eu estou lendo rapidamente aqui este relatório de atividades, realmente uma prestação de contas impressionante, pelas atividades e pela extensão do trabalho da ANVISA. E me despertou aqui um fato, uma atenção, na relação dos principais estabelecimentos e serviços sujeitos à ação da Vigilância Sanitária, são no Brasil 80 mil farmácias, é um volume espantoso realmente. Depois vem 450 indústrias de medicamentos, 3.700 produtores de cosméticos, 3.300 produtores de produtos para a saúde, 3.000 produtores de saneantes, 2.000 distribuidoras de medicamentos, 3.900 laboratórios de análises clínicas, 15.500 serviços de radiodiagnóstico, 6.600 hospitais, 2.000 serviços de hemoterapia. Quer dizer, é realmente um volume impressionante, da responsabilidade que passa pela ANVISA e de seus servidores, obviamente.

Então, eu pergunto se alguns desses serviços, a questão das farmácias, por exemplo, eu acho que é impossível a ANVISA consiga atender a demanda necessária, seja de autorização de funcionamento, de fiscalização, se há alguma perspectiva de colocar esse serviço de fiscalização, para, por exemplo, os municípios, que talvez fosse o mais adequado, obviamente sob a coordenação da ANVISA, mas o município poder trabalhar diretamente na fiscalização das farmácias, o Estado, talvez, fosse mais próximo, exatamente pelo volume.

Eu estava tentando fazer um cálculo aqui do número de farmácias diárias devendo ser fiscalizadas, são... Sei lá umas... São, são... É um número realmente muito grande é impossível e seguramente os proprietários ficariam mais tranquilos, porque a dúvida, a autorização, a ampliação, sei lá, o diálogo fica mais próximo.

E outro ponto, Presidente Dirceu, é algo que preocupa, enormemente o Brasil inteiro, mas principalmente o Sul do Brasil que é a pandemia da Gripe A, as notícias lá no Sul são muito preocupantes, especialmente em função da Argentina, a Argentina hoje só perde para os Estados Unidos em número de infectados e de mortos.

A Argentina hoje tem, segundo o *Clarín*, o Jornal *O Clarín* de hoje, que eu peguei agora, na Internet, a Argentina já soma 145 mortos e mais de 100 mil infectados.

Nós estamos ali na fronteira e o vírus não tem nacionalidade. Entram milhares de caminhoneiros todos os dias pelo Rio Grande do Sul, entram da Argentina para o Rio Grande do Sul e do Rio Grande do Sul para a Argentina.

Nós temos o Uruguai ali do lado, que é um país pequenino, a população dele é menor que a população da região metropolitana de Porto Alegre, nós somos quase, nós somos quatro milhões meio de habitantes e o Uruguai não tem nem quatro milhões em todos o seu território, mas ele está ali com mil quilômetros de fronteira com o Rio Grande do Sul também.

Felizmente, até agora, a barreira sanitária está funcionando no Rio Grande do Sul, e com muita eficiência. Infelizmente lamentamos duas mortes e o número de infectados ainda, pelo levantamento feito pelo Osmar Terra, no alto, são cerca de 150 com suspeitas, mas esse volume de pessoas supostamente infectados na Argentina, ele preocupa porque se essa pandemia atravessar a fronteira e chegar ao Rio Grande do Sul nós não seguramos no Brasil, ela vira uma pandemia nacional.

E aí eu acho que o papel da ANVISA ele é estratégico, juntamente com todos os demais órgãos, desde o Exército até... Todos os órgãos que podem fiscalizar as fronteiras e oferecer segurança, tranquilidade para a população, que eu acho que é que nós precisamos. Que a autoridade nos dê essa palavra de segurança, de tranquilidade, que possa ser transmitido, diante das notícias preocupantes e calamitosas que vem do país vizinho.

Aliás a Presidenta Cristina, ela convocou, ela pediu uma reunião com os Ministros da Saúde da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai e onde eles até cobram as cifras reais da pandemia. Os argentinos não acreditam que o Brasil ainda tenha tão poucos infectados e tenha registrado tão poucas mortes; estão duvidando, matéria de hoje, tirei agora pouco da internet, do Jornal *O Clarín* e aqui diz assim: "Se espera, se espera que hoje os titulares de saúde da Bolívia, Brasil Chile, Paraguai e Uruguai, revelem as cifras reais da pandemia".

Então, a impressão que tem é que eles estão colocando em dúvida a barreira sanitária imposta pelo Brasil, e parece que está funcionando, em relação... Não sei se houve um descuido da Argentina, ou se não acreditaram na possibilidade de chegar ao país.

Mas, de qualquer maneira, é preocupante. A Argentina só perde hoje para os Estados Unidos, que foi o país com maior número de infectados e mortos, está na frente do México, que é o país que mais sofreu, inicialmente, pela divulgação da pandemia da Gripe A.

E acho que seria... Ouvir do Presidente da ANVISA uma palavra, pode confortar e ajudar nesse alerta, porque eu ouvi, o Presidente Augusto Botelho falou exatamente da sua preocupação com a gripe A, como médico e como Presidente da...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Comissão de Saúde.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Da Comissão. Era isso, Sr. Presidente Dirceu, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu passo a palavra, agora, para a Senadora Fátima Cleide, última inscrita. Depois eu vou ter que fazer pergunta, um pouquinho de pergunta também.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Augusto Botelho, eu quero inicialmente parabenizá-lo pela autoria do requerimento, que convidou o Dr. Dirceu Raposo, Presidente da ANVISA, vir até a Comissão, a Subcomissão, de saúde.

Para ser bem breve e oportunizar que o Presidente, autor do requerimento, possa também fazer suas indagações, eu gostaria em primeiro lugar, Dr. Dirceu, de parabenizar o trabalho da ANVISA, a gente tem assistido, é visível a melhoria desse trabalho sob a sua direção. Também sobre a gripe suína eu tenho escutado de várias pessoas que têm viajado para outros países, inclusive da Europa, os cuidados que são bem diferentes nos aeroportos brasileiros.

Então, o Ministério da Saúde, a ANVISA, enfim, tem tratado de forma bem diferente e bem melhor, segundo relatos que me são feitos por pessoas que cotidianamente estão viajando. O que nos dá muita segurança de que a gente tem realmente às condições de evitar essa pandemia. Também fico indignada com as afirmações que colocam em dúvida as nossas informações do setor de saúde sobre o controle que está havendo. E lamento as mortes que já ocorreram, até a semana retrasada a gente dizia: "Poxa o Brasil tem muitos casos, que foram inevitáveis, mas nós temos que celebrar o fato de não ter dito ainda nenhum óbito." Infelizmente agora já contamos com quatro, não é? Mas

eu tenho muita confiança de que o Ministério da Saúde tomou todas as medidas e que será controlado.

Agora, eu gostaria de tratar de um outro assunto, que é sobre um projeto de minha autoria, eu gostaria de saber qual a sua... O que o senhor pensa e o que a ANVISA poderia pensar. Em 2003, ao chegar nesta Casa, apresentei um projeto que é basicamente de preocupação com o consumidor de farmácias. Naquela ocasião a gente tinha notícias de pessoas que estavam consumindo remédios já proibidos pela ANVISA e que a "empurroterapia" na farmácia continuava vendendo.

E não sei como é que está essa realidade hoje, mas a preocupação continua. A ANVISA tem uma relação de remédios que são proibidos de comercialização. E a nossa preocupação com o consumidor nos levou a apresentar uma proposta legislativa para que fosse obrigatório que em cada farmácia tivesse, com letras legíveis, a relação dos remédios proibidos pela ANVISA.

Infelizmente, esse projeto até hoje não andou; não andou e pelo que me parece tem parecer contrário do relator. Eu gostaria de saber qual a sua opinião sobre essa proposta. Obrigada, Senador Augusto Botelho.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Senadora Fátima Cleide. Eu gostaria que a senhora viesse aqui assumir a Presidência, que eu quero fazer umas indagações daí.

[troca de presidência]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente Augusto, enquanto faz a troca de comando, eu lembrei agora e fiquei pensando, às vezes nós precipitamos os pareceres, Fátima. Acabamos precipitando... eu apresentei um projeto muito singelinho aqui, há uns três anos atrás.

Eu propunha que os transportes pressurizados, herméticos, no caso de um avião, pudesse disponibilizar para um sujeito que está resfriado, enfim, com uma doença respiratória, pudesse utilizar-se de uma máscara. Pode não significar muito, mas dá o mínimo de segurança para quem está doente e para quem está ao lado. A sensação... Segurança é a sensação.

E eu propus que se determinasse no transporte aéreo, porque se tu está num ônibus, ele pára em qualquer lugar. O trem, as distâncias não são tão grandes e... O navio pode até subir no convés, se tu está sentindo muito sufocado. Mas no avião não, tu embarca aqui e desce lá, não tem jeito, não tem janelinha para abrir, tu depende daquele sistema ambiente que tu estas respirando.

E eu sugeri que no transporte aéreo tivesse, obrigatoriamente, máscaras, para que o cidadão que sentisse desconfortável com alguém com doença respira-

tória solicitasse e infelizmente ele sofreu aqui rejeição aqui na Casa. Eu vejo hoje nessa pandemia toda aí que poderia já estar vigorando e as empresas aéreas obrigatoriamente utilizando-se, o cidadão utilizando-se deste... Desta proteção digamos assim, ou desta segurança mínima, oferecida. É a precipitação do parecer, me parece viu.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, Senador Sérgio Zambiasi. Eu passo a palavra, agora, então, ao proponente do requerimento de Audiência, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado, Presidente.

Senador Zambiasi, o senhor tem que andar com uma mascarazinha, eu ando na minha bolsa uma máscara, se uma pessoa começar a tossir perto de mim com muita gripe eu vou colocar a máscara e peço desculpa dela, peço licença e coloco. Porque a gente... Eu não quero pegar essa gripe, eu ia morrendo de dengue outro dia, um tempo desse.

Bom, primeiramente eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Dirceu Raposo e da nossa Presidente também para prestar esclarecimentos. Eu tenho algumas coisas que me preocupam muito em relação... Bom, primeiro eu quero dizer que a Vigilância Sanitária é uma conquista, ela sempre existiu, mas ela passou a existir mesmo depois do SUS. A vigilância criou músculo e força e respeito pela comunidade, pela população, depois do SUS, que o SUS, entendendo realmente a importância da vigilância, dentro das Conferências de Saúde, nós colocamos ela no devido lugar, de que ela é importante para a prevenção e proteção da saúde das pessoas.

E, graças a Deus, com o nosso companheiro Dirceu Raposo, que é empolgado com a vigilância, nós temos evoluído muito e crescido bastante inclusive com relação a isso, ao reconhecimento do população em relação à vigilância sanitária.

Mas alguns... Três pontos me preocupam muito, assim, em relação à vigilância, que eu não sei ainda qual é o caminho, como é que a gente vai fazer. Eu vi que V.Sa. citou em relação às tatuagens. Tatuagem é uma coisa que está muito disseminada e me preocupa muito, porque a tatuagem é uma...

Estatisticamente, as pessoas com tatuagem é mais frequente a presença de hepatite B e hepatite C. Duas hepatites altamente graves, que evoluem para a morte, que são muito custosas para a gente manter as pessoas vivas, do ponto de vista econômico, mas principalmente do ponto de invalidar, de prejudicar as pessoas. Eu cito rapidamente a respeito da tatuagem eu queria saber o que a vigilância tem feito em relação a tatuagens.

Outras coisas que são, essas também que são consideradas como vetoras de hepatite C e B e outras doenças, claro, até HIV se inclui nesse grupo, mas... São as manicures e os pedicures e os barbeiros. Eu vi um manual distribuído por São Paulo, dentro do estado de São Paulo, que dá várias orientações a barbeiros, manicures, pedicures, que inclusive eu estou tentando reproduzir aqui no Senado para a gente distribuir, para os Senadores passarem a distribuir nos seus Estados.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Augusto, sua proposta já está pronta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já está pronta? Eu e o Sérgio Zambiasi que estamos que estamos nesse negócio. Eu estou... Está pronto? Estão.

E outro, em relação às "bombas"; bomba, assim, um modo de... Eu chamo, eu não sei se a palavra ainda é essa, das academias, aqueles monte de remédios que vendem naquelas academias e tudo, que muitas pessoas, a gente acha que tem algum anabolizante no meio, de forma ilegal. Eu acho que a academia, para ela... Eu não tenho comprovante nenhum disso cientificamente e nem nada, mas dá a impressão de que pode meter um anabolizante, anabolizante de animal mesmo, nos Estados Unidos vende anabolizante na farmácia, de animal colocar para... Isso, então, eu gostaria de saber se temos algum meio, temos trabalhado no sentido de fazer algumas fiscalizações para evitar que isso ocorra.

Outro ponto é em relação... Em 2007, eu fiz uma PEC, 73, para tentar incluir no artigo da Constituição que fala sobre a regulação da propaganda de tabaco, o alimento e as bebidas, esse projeto está aqui na CCJ. Ele já ia ter um parecer de rejeição, mas eu conversei com o Senador Lobão, ele entendeu bem e ele fez uma... Ele seguiu o projeto.

Eu gostaria que a gente trabalhasse para que não fosse rejeitado, porque o alimento é um produto que tem que ter controle na propaganda, porque hoje em dia nós já temos uma epidemia de obesidade no Brasil. O álcool nem se fala, eu sou... Não é que seja contra o álcool, eu sou contra o uso indiscriminado de álcool. Eu gostaria da posição da ANVISA, não sei se eu encaminhei a PEC para a ANVISA a respeito disso.

Outro problema é o genérico veterinário e a... Da agronomia e agrícola, que a gente não consegue avançar com isso. O agrotóxico, é. Porque nós temos o Brasil, um dos grandes, é um grande produtor de alimento do mundo, nós vamos, estamos destacando nisso. E os produtos, os adubos já são monopólio; são cinco grupos que dominam o adubo no mundo e inclusive aqui no Brasil, três aqui no Brasil, eles já in-

trouzeram três aqui no Brasil. O adubo vai ser difícil a gente ter o genérico de adubo, que não vai ter. Mas os defensivos agrícolas, os agrotóxicos, poderiam usar genéricos.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Mas a agricultura já tem bastante.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas, genérico? Então, mas na veterinária não tem genérico veterinário. Então nós temos que andar para isso, ver em que a ANVISA poderia...

E agora, eu vou chegar na H1N1, na nossa Gripe Suína. Parabenizar o nosso, como a Fátima falou aqui, que o Brasil saiu na frente nesse ponto. Realmente, assim que começou a se falar em epidemia de gripe, gripe, eu comecei a receber no avião, nós começamos a receber no avião aquele folhetinho já com as primeiras instruções. Meus parabéns pela rapidez com que foi tomada a atitude.

E, realmente, nós estamos conseguindo segurar, mas não conseguiremos segurar o tempo todo se começar desse jeito, se ela começar a se tornar uma epidemia, mas as medidas que estão sendo tomadas até agora são eficientes e merecem um louvor dessa Casa e de toda a população brasileira, porque nós estamos conseguindo restringir.

Nós já temos experiência. A cólera deu na América do Sul todinha e aqui no Brasil a cólera não foi alguma coisa tão grave. Foi grave porque sempre é grave quando morre alguém, nas nós conseguimos segurar a cólera, não só segurar, como preparamos as pessoas para saber manejar a cólera.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: As escolas também.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): As escolas. Lá de Roraima, que é um lugarzinho que tem pouca expressão de população, mas saíram médicos para treinar em outros países da América Latina como cuidar do doente de cólera.

Então, eu acho que a ANVISA está fazendo certo mas não deve relaxar, porque é uma tendência relaxar, na Argentina eu acho que piorou por isso, relaxaram quando começou a aumentar o número de casos, eu não fui lá, nem sei, mas creio que a vigilância não está sendo efetiva, para ter 100 mil casos já? E sobre as mortes, nossas quatro mortes, infelizmente são coisas que aconteceram e que ainda mais pessoas vão morrer se continuar a gripe aumentando dessa forma, porque tem casos que a gente não consegue segurar. Conversando com o Raposo, ele me disse que já existe um pouco de suspeita de resistência do vírus ao Tamiflu, ao nosso antiviral.

Mas, eu acho... Continuem fazendo o trabalho de vocês, que vocês vão nos poupar muitas vidas. Cada

vida que a gente deixar de perder merece o dinheiro que é gasto na vigilância sanitária.

Então, e esse requerimento foi feito por conversa inclusive com a Vigilância, porque nós precisamos relevar a Vigilância Sanitária ao conhecimento da população e dessa Casa, porque é um trabalho que tem que ser feito. A Vigilância Sanitária, ela age em medicamento, alimento, em todos os setores, tudo que pode alterar a vida humana, até em ambiente, o ambiente dos consultórios, dos laboratórios, eles agem em cima.

E a vigilância, agora, está passando por uma fase já punitiva, mas ela ainda está educativa, deve continuar os trabalhos de educação sanitária. Aquele treinamento que vocês fizeram com 50 mil alunos deve ser multiplicado para a pessoa ter consciência. E eu gostaria então de só ouvir a resposta do nosso Presidente, Dirceu Raposo. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): E eu devolvo a Presidência a V.Exa., Senador Augusto Botelho.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a palavra Dirceu Raposo.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Bem, Presidente, muito obrigado. Tentar responder aqui em bloco e ser bastante objetivo.

A Senadora Rosalba Ciarlini faz alguns questionamentos, primeiro da preocupação dela da Internet, da comercialização de produtos na Internet e especificamente os medicamentos, e ela tem essa preocupação que o senhor abordou também, que é a preocupação da "bomba", do anabolizante, enfim.

Na reunião de ontem, do dia 14, nós deliberamos na parte da manhã e devemos editar uma resolução, que foi fruto também de três anos de discussão, tem uma série de medidas com relação a comercialização de produtos farmacêuticos, comportamento dos estabelecimentos farmacêuticos no mercado brasileiro. Dentro dessas resoluções que serão fruto desse trabalho, está com a proposta de normatização da comercialização desses produtos via Internet. Internet é um ambiente absolutamente anárquico de controle, é muito difícil. Muitas ações, nós temos, a ANVISA tem um grupo de segurança institucional e temos lá dentro um especialista em crime cibernético, ele trabalha acompanhando sites e etc. e trabalha em conjunto, inclusive com... Trocando informações com os especialistas da Polícia Federal.

Muitas ações que nós fizemos nos últimos dois anos são fruto do trabalho desse grupo que se especializou em crime pela Internet, comércio ilegal de produtos pela Internet.

Agora, vira e mexe eu recebo no meu e-mail oferta de produtos de fora “Compre pela Internet mais barato”, desde os medicamentos para disfunção erétil até coisa para ficar parecendo o Rambo, então. O que ocorre? Esses... Bem, o que nós estamos determinando? Estamos determinando o quê? O comércio pela Internet de medicamentos no Brasil, ele pode ser feito? Pode, até porque é impossível dizer, é a mesma coisa que a gente dizer que não pode aviar mais medicamento por telefone na farmácia. Ora, o senhor sabe que às vezes cidade do Interior ali pequenininha, o indivíduo liga para a farmácia, tem aquele farmacêutico lá, antigo: “Olha, você me traz.” Ele vai lá e leva.

A Internet, o mecanismo, obviamente, a interação é muito menos pessoal, é impessoal, absolutamente, mas ela segue a mesma lógica.

O fato é que, para ter a dispensação de medicamentos, a entrega de medicamentos aqui no Brasil, nós estamos determinando algumas regras. Primeiro, o domínio permitido para comercialização, tem que ser “.com.br”, não pode ser um domínio que esteja... Porque se não o indivíduo está lá na Ucrânia, está na Guatemala, enfim, está em qualquer outro país do planeta.

Então, se tiver domínio e se estiver comercializando produto com domínio fora, a gente pede para, o provedor vai ter que retirar o domínio. Com isso é óbvio nós vamos tirar uns, outros vão aparecer, porque o indivíduo vai querer vender, mas aí é aquela questão da Vigilância ficar sempre atuando no sentido de cada vez mais procurar coibir a oferta pela introdução de empresas que não tenham registros e não tenham, fisicamente, não estejam instaladas no país.

Com relação a regulamento de alimento para atleta, porque a “bomba”, o anabolizante, inclusive, porque anabolizante no Brasil tem controle de receituário especial, tem que reter a receita, fazer o registro. O de uso veterinário, que é inclusive, é o que é mais usado, na forma do desvio e criminosa, ele, na maioria das vezes não... Algumas vezes é comercializado em farmácia criminosamente, na maioria das vezes é distribuído pelos... Alguns instrutores ou professores nas academias, ele vai lá e fala para o aluno: “Olha, eu tenho, consigo e tal” e ele é que faz esse tipo de comércio, e muitas das vezes são comercializados por essa via que é o controle, o comércio remoto pela Internet.

Nós... Isso é crime hediondo. Isso é crime hediondo. E aí, efetivamente, só a educação, porque é impossível saber o que está sendo feito numa sala, dentro de uma academia com todas as academias do país. Quer dizer, as pessoas têm que e aí a Vigilância Sanitária efetivamente tem que exercer o seu poder de

polícia quando necessário, mas tem que ter um lado propositivo, educativo, de fazer com que a sociedade entenda o risco que ocorre nesse cenário.

Eu lembro que nós, em 2006, a Vera não está aqui, ela talvez recorde melhor, a gente tem uma semana, que é uma semana de atividades de vigilância sanitária no país. E tem uma... Uma... Fizemos inclusive, nesse ano, um concurso de charges, e uma muito interessante que ganhou o concurso, era um sujeito sentado na ante-sala do consultório veterinário, e ele todo deformado enorme e um cavalo perguntando para ele: “Você andou tomando meus medicamentos?” Era alguma coisa que chocava, óbvio que ia para a graça, para a... Era uma crítica jocosa, mas ao uso que se faz inadequado desses produtos.

Uma outra definição que nós tiramos, que vamos tirar, breve, porque precisa de uma regulamentação, é a ANVISA e já está em fase final isso, pelo menos uma parte dos produtos já tem uma definição de regulamentação, isso foi discutindo ontem na Diretoria também, é a regulamentação de alimentos para atleta.

Então, esses alimentos que têm aminoácidos, que têm substâncias especiais e que tem propósito quando o indivíduo é um atleta de alto rendimento, que ele tem, ele tem que consumir cinco, seis, sete mil calorias por dia porque a atividade física dele é intensa. Se qualquer um de nós que consumirmos aí a metade do que ele consome, viraremos obesos mórbidos em poucos meses. Ele tem que consumir porque ele tem uma atividade de treinamento, de desgaste muito grande.

Então nós estamos regulando alguns produtos que o consumo para os cidadãos comuns, que não têm a carga de atividade que esses indivíduos têm, pode levar inclusive a lesão hepática, lesão renal, e que a pessoa tem que saber que o consumo desse produto pode lhe causar isso e nós estamos trabalhando nessa regulamentação até o final do ano, isso, isso deve ser, certamente vai ser editado. A Senadora falou de propaganda, eu retomo mais a seguir.

O Senador Gilberto coloca a questão da conservação de medicamentos. Como o Senador Zambiasi já mencionou, são 80 mil farmácias que distribuem, comercializam medicamentos no país. Disse isso na Câmara ontem, vou repetir aqui. Já disse isso uma vez numa audiência aqui no Senado, digo, sou farmacêutico, não digo isso com orgulho, digo isso porque é a realidade que eu vejo da dispensação de medicamentos no Brasil: se hoje à noite fecharem 40, 50% das farmácias no Brasil, sabe o que acontece? Nada, ninguém vai perceber que fechou, porque muitas farmácias simplesmente se desvirtuaram do propósito de serem estabelecimentos de promoção do uso racional de me-

dicamentos, da dispensação desses produtos, produto para a atleta a gente vê aí em loja de conveniência. A farmácia devia, os farmacêuticos, os profissionais que lá trabalham deveriam estar orientando as pessoas: “Ô, você não pode tomar isso, você vai ter um problema renal amanhã, vai ter uma insuficiência renal.”

Quer dizer, a banalização do comércio, farmácia vendendo sorvete, vendendo carne, já vi, tem fotografias nos nossos arquivos lá de farmácias vendendo linguiça, espetinho, palitinho para fazer churrasco. E esse estabelecimento não se presta para isso, ele não pode fazer isso. Isso não faz bem para a saúde pública. E como o senhor falou, de quem é a responsabilidade de manter aquilo que é objeto da farmácia, porque só ela pode comercializar medicamento de forma adequada? É a própria farmácia, são os farmacêuticos que lá respondem, é o proprietário que por ela responde.

E o que a gente vê, como o senhor tem notado, é que, às vezes, a picanha, a salsinha, a linguiça, a salsicha estão guardados, acondicionados direito e o medicamento, que tem que ter um tratamento especial, muitas vezes não está.

Quem é que faz isso e aí o Senador Zimbaldi mencionou... Zambiasi, pois não, Zimbaldi é o Deputado. O Senador Zambiasi, Zambiasi mencionou, é o seguinte: é a vigilância municipal; é a vigilância do município que já tem atribuição para fazer essa fiscalização. E essa atribuição que é compartilhada no sistema nacional, é que deve fazê-lo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas a questão é aquela taxinha.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Não, não.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Se o senhor repassar a taxinha para a Prefeitura.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Sim.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O pessoal vai se entusiasmar.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Mas a boa notícia eu vou dizer daqui a pouco. Então veja: a vigilância do município é que tem esta responsabilidade e esse dever de coibir.

É bem verdade, também comentei isto lá na Câmara ontem, que muitas vezes a vigilância do município não tem a possibilidade do exercício pleno da sua atividade que eu, por exemplo, tenho como Presidente da ANVISA por quê?

Porque eu tenho estabilidade e tenho mandato. Então eu posso, tenho a tranquilidade de muitas vezes “Olha, existe conflito de interesses. Bom a determinação é legal, é esta e é isso que vai ser feito.” “O senhor pode, será que tem jeitinho?” Não, não tem jeitinho”, e eu continuo Presidente da ANVISA.

Muitas vezes no município o diretor da vigilância sanitária tem que fechar a farmácia do filho do Presidente da Câmara Municipal. Ele pode até fechar hoje, ela abre amanhã e ele perdeu emprego de manhã, no dia seguinte. Então essa discussão nós precisamos fazer, eu tenho feito isso muito nos encontros de vigilância sanitária com gestores públicos.

Vigilância Sanitária precisa ter responsabilidade, porque nós cuidados da proteção da saúde, mas também temos que ter claro, que além da proteção da saúde, nós cuidamos de um setor produtivo que tem... Que produz riqueza, dá emprego, produz renda, então ninguém tem que chegar, como eu digo sempre entre os meus pares, com “a pata dura” e fazer, “Porque tem que fazer assim e não tem discussão.”

Se tiver que fazer daquela forma e não tem discussão, tem que ser feito; agora, tem que se observar também o critério para as ações sanitárias, isso a vigilância sanitária está preparada. Agora, ela precisa ter o empoderamento do entendimento político, o entendimento político regional precisa empoderar aquele... Aquele servidor dizer assim: “Não, ele está prestando trabalho de relevância na segurança da saúde da população e ele precisa fazer o que tem que ser feito.”

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O senhor me permitiria um aparte Dr. Raposo?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Claro, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O próprio fabricante do medicamento, ele teria que ter interesse de estar veiculando a venda num ambiente que conservasse o produto para ele ter o efeito para o cliente dele, para os consumidores.

Porque eles fazem tanta propaganda de medicamentos, e os próprios... Os médicos também o fazem, eles têm o sistema de... Mas eles pecam pela conservação. Eu vejo que um medicamento que está explícito que acima de trinta graus ele vai se deteriorando não tem por quê ele ser colocado à venda numa farmácia que vai a 48 graus a noite.

Então, até que ponto isso aí poderia mudar no sentido que... Já que... Eu não conheço nenhum município brasileiro que tenha obrigatoriedade, que obrigue as farmácias a fazerem o sistema de refrigeração, não sei se tem, o senhor poderia nos colocar. Mas isso é essencial nos municípios que, por exemplo, o Estado do Mato Grosso com alta temperatura o ano todo, praticamente é inviável conservar qualquer medicamento sem refrigeração. E os fabricantes não estão dando conta, ou não querem, ou não se importam com o efeito final daquele medicamento junto à população.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Deixa eu tranquilizar o senhor... Bom, primeiro o senhor está

correto, o medicamento, primeiro o medicamento é um produto que a gente, entre aspas, diz que ele tem “vida”. Ele vai se deteriorando com o tempo, portanto tem prazo da validade, senão não precisaria ter prazo de validade. E a responsabilidade é da cadeia como um todo, desde a produção até a distribuição.

Existe um componente aí que era um componente, até pouco tempo, e é uma luta que nós estamos travando também no sentido de fazer cumprir a norma para que haja qualidade da conservação do produto, que talvez seja o elemento crítico, que não é o ponto de venda, não é a farmácia e não é a produção: é o transporte. É a distribuição.

O senhor imagina: a distribuidora de São Paulo, vende uma carga de medicamentos para o Piauí, e o caminhão tem que atravessar o país, sol chuva, de noite, frio, calor. E o que é que acontecia e infelizmente algumas vezes ainda acontece, porque nós estamos disciplinando a cadeia de transporte. As transportadoras transportavam medicamentos junto com televisor, junto com geladeira e ia tudo lá: “Não, porque se não a carga fica muito cara” e bota no meio da...

E tudo isso, isso teve uma série de demandas que nós tivemos que enfrentar em 2006, 2007, por conta de regular essa questão e sempre aquela coisa: “Ah, mas aí aumenta muito o custo do... Vai aumentar o custo do medicamento”, não aumenta nada, existe uma margem, e tudo se fizer com critério, bom, enfim, está todo mundo se adaptando, tem regulamentação de transporte de medicamento.

A outra coisa importante é que, em 2003, começou em 2003 e a partir de 2004, para a renovação e para registro de medicamentos no país, nós exigíamos estudo de estabilidade do produto para a Zona Quatro, Zona Climática Quatro, que é zona de alta temperatura.

Então, todo o medicamento registrado no Brasil, mesmo aquele que é fabricado fora, tem que apresentar, para a concessão do registro ou da renovação do seu registro, os estudos de estabilidade de Zona Quatro, e fazer *stress* de temperatura no produto, para que a gente possa definir qual o prazo de validade em que há segurança de que aquele produto vai fazer o efeito que ele se propõe.

Então, é óbvio que tem que se observar, a vigilância sanitária dos municípios tem que observar que a farmácia não pode ser toda de vidro e o sol está batendo direto na caixa do produto, mas se eles ficarem armazenados dentro do ambiente da farmácia, mesmo com o calor, esse *stress* já está previsto desde 2003 e já está sendo observado pela Vigilância Sanitária, aqui, federal, com relação a concessão dos registros, por

conta dos estudos que são desenvolvidos pela empresas quando submetem os dossiês para a agência.

Bom, com relação ao controle toxicológico de alimentos, nós ampliamos o PARA, obviamente que a gente depende de destinação de recurso para fazer isso, mas nós temos conversas também, eu confesso que não é uma área que eu faço essa interlocução diretamente, mas a área de toxicologia lá da ANVISA, através do ex-Ministro da Saúde, o Dr. Agenor, que hoje é Diretor dessa área lá na agência, ele tem interlocução com o Ministério da Agricultura, que também faz análises.

Então a gente troca informações porque não vai dar para todo mundo fazer tudo, o que um faz tem que passar informação para o outro e enfim, nós estamos cada vez mais aproximando a troca de informações, para melhorar a capacidade de observação sobre essa questão, que é uma questão problemática. A população consome alimentos e ninguém quer consumir, ninguém quer autorizar, e, sem dúvida nenhuma, ninguém quer comercializar alimentos que possam fazer mal para seu consumidor.

Algumas redes de supermercados grandes ligadas a Associação Brasileira, ABAS, a Associação Brasileira de Supermercados, já tem, quando da... Já tem certificação de fornecedor. Mas é óbvio que nós estamos falando de grandes companhias, não estamos falando do mercadinho que fica ali na esquina e esse obviamente tem que... Para sse também o produto tem que chegar com qualidade, então o Ministério e ANVISA estão trabalhando mais próximos.

Com relação ao registro de agrotóxicos. Como nós comentamos, acho que vale a pena essa Comissão nos chamar, viremos aqui, a nossa equipe vai vir, acho que todos os dados tem que ser [ininteligível], isso é público quanto mais transparente for, melhor vai ser o entendimento da sociedade com relação ao nosso processo.

Eu não sei se sete a treze meses para registro de agrotóxicos é muito. Existe, deve existir nos outros países também, mas como eu trabalho na agência brasileira, existe por parte da área produtora, de produção, e eu digo isso lá no campo dos medicamentos, que é a minha experiência maior, de se queixar que a ANVISA demora muito para dar registro de medicamento: “Ah, a ANVISA demora.”

Agora não tem mais tanto essa queixa. Não é porque nós diminuimos muito o tempo de concessão do registro, é porque a gente deixou mais claros alguns mecanismos, temos uma fila hoje pública, o produtor vai na Internet, o fabricante, e vê onde é que ele está na fila.” Bom, o meu produto está em 10º lugar,

vai demorar mais ou menos tanto tempo para chegar lá na análise.”

O fato é que eu participei, até no Supremo Tribunal Federal, de um seminário no começo desse ano, de pedir para a nossa equipe levantar o tempo de análise de concessão de registro no Brasil. É mais ou menos o tempo que concede os registros o FDA, a agência canadense, a agência européia.

Óbvio que existem dossiês, como eu mencionei aqui durante a minha apresentação, que vem melhores, portanto as informações estão todas lá e tem dossiês que vêm muitos ruins. Tem dossiê que vem tão ruim na área de medicamento que eu recomendo quando eu faço audiência com o produtor, eu falo assim: “O senhor faz o seguinte: começa de novo, porque vai dar tanto problema para o senhor atender o que nós estamos pedindo aqui, que se o senhor fizer o que tem que ser feito e começar de novo, vai mais rápido.” Talvez com agrotóxicos e aí eu digo, reitero aqui a minha ignorância por não aprofundar nesse tema, que... Mas provavelmente deve ocorrer mesmo, eu não sei, acho que é um bom tema para se debater aqui, se o Brasil demora mais ou menos que outros países no sentido de conceder ou não registro para agrotóxicos.

Eu acho que não, mas, de qualquer forma, obviamente que a ANVISA está à disposição para responder a esse e a outros questionamentos. Essa é uma área que nós precisamos debater aqui mesmo, tem muito misticismo e muita coisa que a gente fica sabendo por corredor, por imprensa, e é preciso que a gente venha discutir aqui para que isso fique bastante claro.

O Senador João Pedro ele me... Eu tenho aqui a informação, já me passaram, está aqui, do número de servidores da Amazônia: dos 1.300 e pouco servidores que nós temos na área de portos e aeroportos, 214 estão distribuídos na Amazônia; 42 no Amazonas, 15 no Acre, 31 no Amapá, 43 no Pará, 29 em Rondônia e 10 em Roraima.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Esse número atende a demanda?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Olha, Senador.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Eu levantei as fronteiras lá, o fluxo.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: É, veja: eu, assim, eu já estive em Manaus por exemplo.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Você fique à vontade para falar.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Não, claro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Para nós ajudarmos aqui.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: É claro, mas é... Veja, eu não... Os meus colegas de agência sabem

se tem um traço da minha personalidade, a minha característica é assim, eu sou absolutamente franco, eu acho que nós temos que resolver as coisas no debate público mesmo. Então eu falo tudo.

Veja, eu acho, primeiro, que do ponto de vista da dimensão da fronteira do Brasil, não é só na Amazônia, toda a fronteira seca, nós temos um problema sério, quer dizer, não há gente suficiente para... Porque, de qualquer maneira, alguém vai pegar uma canoa e vai atravessar o rio, aonde... 50 quilômetros ou 500 metros do posto ali e vai embrenhar pela selva e vai sair em algum lugar que ele queira sair.

Isto... O controle ali não é factível de falar: “Nós temos esse controle, como temos no aeroporto de Cumbica em São Paulo”, que o cara desce de avião, cai ali dentro, não tem outra forma dele descer. O que eu acho é o que nós temos feito. Primeiro, a gente instituiu o ano passado um sistema integrado de conversa entre os portos e aeroportos na nossa... Como nós chamamos PAF, área de portos, aeroportos e fronteira. Então isso agiliza informações.

Imagine na questão da gripe H1N1, o que é mobilizar o país inteiro, 1.300 e poucos funcionários, alguns lá em Pacaraima, na divisa lá com a Venezuela, outros no Acre, em Cruzeiro do Sul não tem, mas tem uma outra cidade do Sul aqui, Sena Madureira, enfim. Quer dizer, é uma operação logística, de pessoal, extremamente complexa.

Eu não acho que ali nós tenhamos que ter mais gente. Eu acho que os processos de trabalho, falei isso ontem também na Câmara, “A ANVISA precisa de mais ou menos gente?” Nós estamos pedindo que se faça um novo concurso para... São mais 170 servidores que necessitamos e 250 que ainda temos terceirizados, que são nível médio, estamos aguardando autorização do Planejamento; se não autorizar esse ano, um dia vai autorizar.

Mas não é isso que faz com que o nosso trabalho seja melhor ou pior, o que melhora a qualidade do trabalho foi a instituição, a partir da chegada desses servidores, foi nos debruçarmos e observarmos como é que se trabalhava dentro da Agência, então quais eram os processos de trabalho que eram significativos para atingir o nosso objeto, que é a proteção da saúde das pessoas.

Então, “O registro de medicamentos, melhorou o registro?” “Ah melhorou o entendimento da pessoas?” Também. Nós investimos muito dinheiro em capacitar os nossos servidores, mas não adianta ter um professor doutor especializado no registro de medicamentos, se ele tiver ferramentas e se ele não tiver um processo de trabalho que seja inteligente.

Ele fica debruçado em querer checar se a informação que a empresa mandou sobre o farmacêutico responsável dela é aquela mesmo. Porque ele vai ligar para o Conselho e falar: “O Farmacêutico é esse mesmo?” Qual é o significado que tem desta informação para o processo como um todo? Muito pouco. E a gente, às vezes, fica lá parado dois meses esperando o farmacêutico ir lá e colocar impressão digital no formulário de petição. Não tinha sentido isso.

Então, eu acho que o que precisa, e nós estamos trabalhando com muita força nisso, é qualificar além da nossa equipe, que agora é uma equipe estável, qualificar o processo de trabalho olhar com inteligência o que nós devemos fazer, o que é relevante fazer e, obviamente, com isso diminuir os tempos de reação e de ação sobre as várias situações, entendeu? Eventualmente, nós temos que ter mais gente em uma ou outra fronteira.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O senhor ia comentar que esteve em Manaus, chegou até falar.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Eu estive em Manaus em 2006, acho que foi em janeiro, fevereiro de 2006. Quando eu cheguei em Manaus, a liberação, eu visitei lá todo o pólo produtivo, tem lá uma grande fábrica, acho que da Coca-Cola, enfim. Tinha lá, me reuni com o pessoal da Superintendência, da SUFRAMA.

Enfim, qual era a questão? O pessoal dizia assim: “Olha, demora em média”, e demorava mesmo, “28 dias para autorização para liberação de uma carga que vem de fora do país para cá, isso aí é impossível...” Eu falei: “Bom, vamos lá tentar ver o que acontece.” Passei dois dias em Manaus. Reordenamos os processos de trabalho lá. Na época, inclusive, a Deputada Vanessa Grazziotin, que é de lá do Amazonas nos acompanhou.

Fizemos coisas singelas; por exemplo, eu lembro que a época tinha uma questão de carro, “Veja, nós não temos carro.” “Sim, não tem carro e quais são unidades?” “Bom o porto de Manaus está ali, o aeroporto de Manaus está aqui, a Agência, a Inspeção Sanitária Federal está há 200 metros do porto de Manaus e tinha uma outra sede central, quer dizer, nós tínhamos quatro unidades ali.

Então, o indivíduo, para liberar uma carga, precisava entrar nessa unidade, que precisava andar duas esquinas para entregar nessa, que precisava andar duas esquinas para chegar no porto. “Sim, mas por que não entrega direto no porto? Nós estamos fracionando. Quer dizer, nós temos pouca gente no Exército e o Exército está com um monte de frente de batalha, não dá para organizar?” E fizemos a organização.

Essa medida singela, que depois eu fiquei, eu estava momentaneamente cuidando de portos e aeroportos, porque o Diretor da área tinha terminado o mandato e o Dr. Agenor não havia chegando ainda, ele chegou em abril.

Essa medida singela, na época, deu um impacto relevante; de 28 dias passou para dois dias e algumas horas a resposta com relação a liberação de cargas. Não colocamos nenhum servidor a mais, só melhoramos a forma de abordagem do problema.

Precisa de carro para ir daqui é a lá? São duas esquinas. Bom, se precisa de carro não vai precisar mais, porque nós vamos ficar dentro do porto, para resolver a questão lá, não precisa ir pra cidade para...

Essa lógica está sendo trabalhada no Brasil como um todo pela equipe que, aliás, é liderada pelo Dr. Paulo, o Paulo é um cara muito competente--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): É bom o senhor voltar novamente a Manaus.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Posso.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Em 2006, deu uma arrumada, em 2009...

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Mas, com certeza, a equipe... Mas vou voltar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vai melhorar ainda mais com certeza.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Vou voltar, com todo prazer, até para conferir, para ver se, porque com certeza muitas outras coisas poderiam ser melhoradas, devem ter melhorado também, porque a equipe que está efetivamente cuidando disso é uma equipe que conhece muito.

E é uma luta dura, porque muitas vezes tem que mudar processo de trabalho que estão enraizados da forma de trabalhar das equipes e mudar a cultura institucional, é uma das coisas mais difíceis que têm. “Mas eu sempre fiz assim, por que você quer eu faça diferente?” Porque o mundo mudou. E aí a vezes a gente tem que ser um pouco mais duro, porém sem perder a ternura, não é? Com processo de trabalho, enfim.

Eu acho que a gente está avançando; agora, eu vou conversar com o Paulo que hoje está numa reunião sobre H1N1 na Argentina, inclusive, para nos debruçarmos ali com o Agenor, para nos debruçarmos com relação à fiscalização das fronteiras da Região Amazônica. Nós vamos ter o encontro da Região Norte, na descentralização, vai ser em Palmas, como eu já falei, esse ano.

Com certeza, teremos lá representantes das vigilâncias sanitárias dos estados e dos municípios e vamos colocar isso para debater lá e se precisamos vamos ter que reforçar.

A minha intenção é que essas vagas, 169, 170, que estão sendo solicitadas sejam já feitas para as áreas de fronteira, porque lá, para lá é difícil você ter pessoas disponíveis, que depois queiram se transferir.

Senador Zambiasi. Bom, como eu já falei, então o sistema... A ANVISA tem 2.900 funcionários, 2.600 funcionários. Na verdade, o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária tem 50 mil, porque nós temos as prefeituras e os estados que também tem a vigilância sanitária e elas têm esse mecanismo de hierarquia, quer dizer que, aliás, a descentralização não existe uma hierarquia de... O que a ANVISA faz eles têm que cumprir.

Eles têm autonomia também para o cumprimento, não pode normatizar supranormatização, como é com qualquer lei, a organização jurídica do país é assim, mas este ano aqui, depois de alguns, pelo menos dois anos de discussão, eu acho que talvez mais, nós deliberamos numa reunião da Diretoria colegiada, que faríamos o repasse, fundo a fundo, dos recursos arrecadados da taxa de... Da autorização de funcionamento de farmácias; são 500 reais por ano.

Obviamente, um diretor levantou a questão do orçamento, falou assim, mas vai...

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone].

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Da prefeitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): [pronunciamento fora do microfone] fundo só de vigilância da prefeitura?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Tem, tem. Hoje está numa caixa comum, que é... Mas que vai direto para a prefeitura, na verdade... A Prefeitura... Porque a prefeitura, veja, a AFE, o instrumento da AFE e essa é uma discussão clássica na vigilância sanitária.

Quando ele foi instituído, na verdade, o Brasil não tinha ideia do número de farmácias que existia no país. "Bom qual é a forma de fazer isso? Precisamos ter essa informação em nível federal. Vamos criar um instrumento vamos arrecadar, as pessoas têm que pagar taxa, ao pagar a taxa a gente entra aqui no nossa caixa e a gente faz o cadastro." Esse cadastro, na verdade, ele foi conseguido com o sistema nacional de gerenciamento de produtos controlados, em que a gente diz o seguinte: "Se não tiver cadastrado aqui, eu não dou autorização para você comprar da distribuidora produto controlado." E aí quem não está no cadastro, pode não estar no cadastro? Quem não vende produto controlado.

Mas aí eu tenho um outro instrumento, eu tenho os Conselhos Regionais de Farmácia que me informam as farmácias que estão no seu âmbito. Então, hoje a

gente sabe que temos em torno de 80 mil estabelecimentos farmacêuticos no país, tanto no comércio, quanto os hospitalares, de empresas, de medicina de grupo, etc.

Então o que acontece? "Bom, mas isso não está previsto no orçamento"; não está desse ano, mas com certeza vai estar no próximo orçamento. Então, para algumas cidades pequenas, ela tem lá dez farmácias, vai receber cinco mil reais por ano. Parece pouco, mas para uma cidade que tem dez farmácias, ela tem lá 20 mil habitantes, 25 mil habitantes, é um dinheiro significativo para algum incentivo com relação a fiscalização não só de farmácia, mas da vigilância sanitária. Acreditamos que isso também é uma ação que vai impulsionar a ação na ponta por parte da execução do trabalho da vigilância sanitária nos municípios. A AFE, por força de lei, ela é anterior à licença sanitária e alvará sanitário.

Então, aí chegamos nessa discussão num impasse: "Mas como é que nós vamos liberar, como é que ele vai dar AFE?" Porque a ideia é o seguinte: quem é que faz a fiscalização da farmácia é da drogaria?

A ANVISA não vai em farmácia, tem uma... A Maria Cecília que é de uma cidade, que é Mutum, ela falou assim: "A ANVISA não vai para Mutum" e não vai, quem é que faz a inspeção da farmácia de Mutum é a vigilância sanitária de Mutum. Muito bem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Bossoroca, não vai. A ANVISA não vai lá; quem é que sabe o que acontece na farmácia de Bossoroca? É a vigilância sanitária do município. Ora, nesta lógica, "está bom, a gente arrecada", mas nós não como é que a gente vai autorizar. Eu sempre me senti muito desconfortável, como é que eu vou autorizar ou não uma AFE para um lugar que eu não vou.

Então o que fizemos? Vai continuar a AFE, a empresa peticona paga nós estamos instituindo o peticionamento eletrônico, pela Internet, ela vai lá e informa que já pagou que já peticionou. Nós não vamos autorizar, quem autoriza é o município. O município autoriza... Como a AFE precede a licença sanitária, o município, ao conceder a licença sanitária válida a AFE eletronicamente, e a partir da validação eu repasso o recurso, porque eu sei que ele fez a fiscalização. Resolvemos o problema, financiamos o sistema e, com certeza, a qualidade da inspeção, e eu espero, do inspecionado, melhore nesse país, porque tem

que melhorar a qualidade do mercado do comércio farmacêutico no país.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

O senhor permite um aparte?

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Claro.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Nesse sentido? Agora, o que nós esperamos que a ANVISA regulamente mais, dentro desses propostas que eu coloquei sobre a climatização dos medicamentos ou de um espaço onde alguns medicamentos teriam que ser guardados de forma diferenciada para sua conservação, que fosse editada uma norma específica, se aquele medicamento deveria ser ou não, exposto ou guardado em local climatizado.

Então, nesse sentido, como não tem nada, esse agente financeiro, esse agente sanitário municipal, ele não vai olhar sob esse aspecto. Então, eu vejo que essa regulamentação, essa normatização, dessa... Desse aspecto de climatização para conservação dos medicamentos é fundamental. Da mesma forma, o que nós precisamos instituir no país é um controle rígido sobre a venda, sobre o acompanhamento dos produtos, dos alimentos *in natura* que são comercializados.

Então, como a ANVISA não vai poder estar lá em todos os mercados onde se comercializa em todos os supermercados, onde se comercializa produtos, alimentos *in natura*, uma normatização, de uma certificação, de um acompanhamento sistemático por amostragem ou por fonte de lotes de produção, aonde o município, onde uma secretaria do município tivesse a responsabilidade de levar esses medicamentos à análise, esses produtos à análise. Então, o que está faltando é isso é uma normatização nesse dois aspectos.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Senador, essa questão dos alimentos nós precisamos conversar com o Ministério da Agricultura, sem dúvida nenhuma, porque a cadeia é deles. Nós só intervimos na hora que está lá no supermercado, então nós temos que tratar a cadeia, até para não haver sobreposição de... E não haver nenhum...

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Mas com a ANVISA.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: Claro, claro.

Bom, finalmente aqui, eu vou encerrar com algumas, até porque estamos com a hora adiantada aqui. A questão da H1N1. O Brasil trabalhou, eu tenho ouvido isso de muitas pessoas que têm ido para fora, eu não tenho ido ultimamente viajado ao Exterior, mas sem dúvida nenhuma, acho que a reação que o Brasil teve através da ação sanitária de contenção da entrada do vírus foi exemplar. Isso, isso... De uma certa forma serviu de experiência para nossa equipe, foi o treinamento de campo mesmo, foi o exercício de campo fazer.

Mas, nós estamos hoje, a OMS disse, nós estamos numa epidemia. Então, os casos no Brasil devem aumentar, alguns casos nós não vamos saber que foram casos H1N1, porque são casos absolutamente brandos. Dependendo do indivíduo, a pessoa tem sintomas leves e passam.

Sem dúvida nenhuma, os casos que a nossa, a nossa... O que nós sentimos dentro da Vigilância Sanitária, quando ocorreu no México a informação da gripe e tal, nós imaginamos que eles devem ter dito muito mais casos do que efetivamente detectaram à época, pelo número de mortes que ocorreu, de mortes que ocorreram.

Agora, eu vou dar uma informação que eu fiquei assombrado com ela, quando me debrucei nesses dados aí: morreram quatro de H1N1, até agora, no Brasil. O Brasil teve o ano passado, são dados do Ministério da Saúde, 70 mil mortos de gripe comum. Morreram 70 mil pessoas o ano passado de gripe no Brasil e morre entre 500 mil e um milhão de gripe, essa gripe sazonal, por ano no mundo. Então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO: É, porque é uma pandemia, a gripe sazonal é uma pandemia, é por isso que se vacinam as pessoas.

Então eu não quero minimizar, parece que todos dia surgem fatos novos sobre o vírus: primeiro, "Olha, esse vírus é muito... Ele tem pouca letalidade, é um vírus brando, tal." Ontem eu vi uma notícia que o vírus, apesar de ser um vírus pouco letal, e está demonstrando isso, ele é um vírus que atinge, preferencialmente, as vias respiratórias inferiores, então ele tem uma propensão, as pessoas que contraem o vírus tem uma propensão maior de desenvolverem pneumonia, diferente do vírus da gripe sazonal, que atinge mais as vias áreas superiores.

Então, tem essas diferença, nós vamos ter que aprender a trabalhar com ele. O fato é que do ponto de vista da vigilância sanitária, o que foi feito para contenção da epidemia até agora no Brasil, vai, sem dúvida nenhuma, prorrogar e talvez a gente não tenha, espero que não tenhamos, nunca um número de casos que seja tão alto que cause um número de mortes significativo. Qualquer morte é significativa, para quem... Para o ente querido que perde a pessoa, qualquer morte impacta. Mas eu acho assim, o Brasil de novo, não só a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, eu acho que o Ministério da Saúde, o Ministro Temporão, nós nos posicionamos de forma contundente, fizemos uma... A todas as equipes trabalhando e acho que nós somos um exemplo.

Eu tenho tido colegas, inclusive Parlamentares, “Olha, eu estive fora do Brasil, ninguém me falou nada, eu cheguei aqui, fui orientado” enfim. Esse é o trabalho que se pode fazer, agora, como é que eu vou saber como é que qualquer um de nós vai saber se um cidadão tem contato com uma pessoa infectada lá e entra no Brasil bem e depois de três ou quatro dias, nós estamos inclusive sabendo porque nós temos todo o acompanhamento e tal. Mas, efetivamente, temos a fronteira seca, aquele indivíduo que entra por ali e ninguém vê. Então esse é o problema.

Para finalizar. A questão, Senadora... Senadora Fátima Cleide, a questão da “empurroterapia”, os medicamentos que são vendidos sem receita e são proibidos, é crime hediondo; nós temos feito o combate com relação a ele, é óbvio que como toda a atividade criminosa, ela é subterrânea, ela... Tem que ser descoberta tem que ser investigada.

Nos preocupa muito essa questão da “empurroterapia”, não só dos produtos que são proscritos, como eu já falei isso é um crime, mas nos preocupa a questão da “empurroterapia” com relação a produtos que são regulares no mercado. E que as farmácias vão estar cada vez mais sob a observação da vigilância sanitária, porque o comércio varejista de produtos farmacêuticos no país, precisa de um re-ordenamento. Da forma como está, nós temos tido um alto número de intoxicações por medicamentos isentos de prescrição. Essa prática danosa à saúde pública do cidadão chegar numa farmácia e ter a sua disposição uma série de caixinha e ele vai pegando a caixinha porque está acostumado, porque a propaganda, enfim.

Agora, não são coisas fáceis de se regular; claro que regulamentamos interesses econômicos, que são muito grandes, não é? O comércio de medicamentos desses sem receita médica é praticamente um quinto do mercado de medicamentos do país, então... Mas, as pessoas têm se intoxicado cada vez mais e o mundo está caminhando no sentido de que a informação para o uso correto do medicamento é uma proteção para as pessoas.

Por isso que a propaganda diz, se eu tenho que dizer, se diz que ele é bom para tal coisa, tem que dizer, alertar que ele pode causar um outro evento e esse evento pode levar à uma complicação importante. Tatuagens, cabeleireiros e barbeiro. Informação, essa regulamentação da atividade nos ajuda muito, porque com uma atividade regulamentada nós podemos agir sobre ela do ponto de vista até formal.

Sem dúvida nenhuma, o pessoal que trabalha, a nossa equipe que trabalha com serviços já está observando, por quê? Na tatuagem o que a gente propôs? O controle da tinta, o controle da aplicação, o cadastramento dos *tatoos* e etc. A “bomba” da academia, eu

já falei, a propaganda de medicamentos a previsão é que ainda esse ano está na nossa agenda regulatória, saía a regulamentação da propaganda de alimentos. E o agrotóxico genérico, nós já temos uma série de produtos genéricos para agrotóxicos registrados. Eu acho que quando fizemos aqui o debate com relação a área de agrotóxicos, especificamente, as informações vão chegar com muito maior precisão.

Acho que é isso. Eu me coloco mais uma vez, Senador, agradeço a paciência que vocês tiveram comigo aqui e colocamos a Agência mais uma vez à disposição dessa Casa. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, Dr. Raposo. Algum Senador quer fazer alguma observação? Ok. Então nós tivemos quase três horas de audiência.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tem três Senadores aqui da Amazônia, reiterar a importância dele passar [ininteligível] viagem foi em Porto Velho, Manaus e Roraima.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bom, muito obrigado.

Então nós gostaríamos, em nome da Comissão de Assuntos Sociais, da Subcomissão de Saúde, agradecemos a presença do Dr. Raposo e a presença dos Senadores que mostraram que estão interessados mesmo em proteção e promoção da saúde, participando dessa audiência.

Muito obrigado a todos. Declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h58.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Trigésima Segunda Reunião (Extraordinária) da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no dia 05 de agosto de 2009, quarta-Feira, às 11h00 horas.

Às onze horas e vinte e nove minutos, do dia cinco de julho de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, RENATO CASAGRANDE, GARIBALDI ALVES FILHO, EFRAIM MORAIS, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, INÁCIO ARRUDA, LOBÃO FILHO, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAM BUARQUE, KÁTIA ABREU E ROMEU**

TUMA. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01- PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 340 DE 2004.** “Altera o art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração.” **Autor:** Senador Aloizio Mercadante. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 176 DE 2004.** “Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências.” **Autor:** Senador Romeu Tuma. **Relator:** Senador Inácio Arruda. **Parecer:** Pela aprovação do PLS nº 340 de 2004 e do PLS nº 176 de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, o Substitutivo aos Projetos de Lei do Senado nº 340, de 2008, e nº 176, de 2004, foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 02 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69 DE 2008.** “Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para tornar obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos.” **Autora:** Senadora Marisa Serrano. **Relatora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo da CE, com uma subemenda que apresenta. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 69 de 2008 foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 03 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523 DE 2003.** “Altera o parágrafo único do artigo 106 da Lei nº 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural”. **Autor:** Senador Marcelo Crivella. **Relator:** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2003 foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 04 - PROJETO DE**

LEI DO SENADO Nº 109 DE 2007. “Acresce dispositivo à Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 266 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”. **Autora:** Senadora Kátia Abreu. **Relatora:** Senadora Lúcia Vânia. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em turno Suplementar, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 109 de 2007 foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.** **ITEM 06 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 345 DE 2007.** “Altera dispositivos da Lei nº 10.820, de 2003, e da Lei nº 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências.” **Autor:** Senador Paulo Paim. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 276 DE 2007.** “Acrescenta dispositivos à Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefício do Instituto Nacional do Seguro Social solicitar o bloqueio de seu registro, para impedir descontos decorrentes de operação de crédito consignado.” **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator:** Senador Leomar Quintanilha. **Parecer:** Pela rejeição do PLS nº 276 de 2007 e pela aprovação do PLS nº 345 de 2007, com duas emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao PLS 345, de 2007 com as Emendas nºs 01 e 02 – CAS e contrário ao PLS 276 de 2007. A matéria irá a Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em decisão terminativa.** **ITEM 07 - AVISO Nº 26 DE 2009.** “Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 402, de 2009, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, que trata do Relatório de Auditoria relativo às ações assistencialistas e de saúde aos povos indígenas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI (TC 013.233/2008-5).” **Autor:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador Mozerildo Cavalcanti. **Parecer:** Pelo conhecimento do Aviso, pelo seu arquivamento e pelo envio de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca das providências tomadas por aquela Pasta para dar cumprimento às determinações exaradas pelo Tribunal, nos termos do Acórdão. **Resultado: Aprovado o Parecer e o Requerimento de Informações nº 60 de 2009 - CAS.** **REQUERIMENTO Nº 60, DE 2009.** “Com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando a tramitação, nesta Casa, do Aviso nº

26, de 2009, por meio do qual o Tribunal de Contas da União (TCU) encaminhou ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 402, de 2009-TCU (Plenário), sobre auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar as ações assistencialistas e de saúde aos povos indígenas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas – DSEI (TC 013.233/2008-5), solicito sejam encaminhados, ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, os seguintes questionamentos: 1 - Quais as medidas tomadas para adequar as ações de saúde direcionadas aos povos indígenas, no âmbito dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), em decorrência das conclusões, determinações e recomendações da auditoria operacional realizada pelo TCU? 2 - Quais parâmetros serão utilizados para avaliar a efetividade das melhorias implementadas? 3 - Qual é a situação do cumprimento do Termo de Conciliação Judicial nº 0751-2007-018-10-00-4, de 23 de julho de 2008, no qual a Funasa e a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão se comprometeram a regularizar a situação jurídica dos recursos humanos da Funasa, com a consequente rescisão dos contratos de prestação de serviços cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de junho de 1997? 4 - Quais as medidas adotadas para obstar a ocorrência de irregularidades na atuação das organizações não-governamentais (ONGs) que prestam serviços de saúde à população indígena?”. **Autor:** Senador Mozarildo Cavalcanti. **ITEM 12 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317 DE 2007.** “Altera o art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para permitir a cobertura de despesas de acompanhamento de paciente idoso regulamentando o art. 16 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso).” **Autora:** Senadora Lúcia Vânia. **Relator:** Senador Raimundo Colombo. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, como uma emenda que apresenta. **Resultado: Lido o relatório, foi concedida vista ao Senador Paulo Paim.** **ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477 DE 2008 – COMPLEMENTAR** “Vincula recursos para a Seguridade Social.” **Autor:** Senador Mão Santa. **Relator:** Senador João Tenório. **Parecer:** Pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta. **Resultado: Aprovado o parecer favorável, com as Emendas nºs 01 e 02 - CAS. A matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para prosseguimento de sua tramitação.** **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 62, DE 2009 – CAS.** “Requeiro, nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, de audiência pública para

discutir os temas da Reprodução Assistida e Direitos do Embrião, com a participação dos seguintes convidados, sem prejuízo de outras autoridades que venham a ser, igualmente, chamadas a debater neste plenário, a ser realizadas em duas audiências públicas, composta por dois grupos de convidados, assim distribuídos: em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde. Grupo I 1. Senador Tião Viana (PT/AC); 2. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (Doutoranda de Direito Sanitário pela Universidade Pública de Navarra); 3. Professora Doutora Maria Luísa Arcos (Universidade Pública de Navarra, Espanha); 4. Professor Catedrático Enrique Rubio Torrano (Universidade Pública de Navarra, Espanha); 5. Marcelo Palacios (Presidente da Sociedade Internacional de Bioética – SIB, com sede em Gijón, Espanha); Grupo II 1. Promotor Diaulas Ribeiro (Ministério Público do Distrito Federal); 2. Professora Doutora Eliane Azevedo (Professora Emérita – Núcleo de bioética da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia) 3. Dra. Débora Diniz (Professora adjunta da Universidade de Brasília e pesquisadora do Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero - Anis); 4. Silmara Juny de Abreu Chinellato (Professora de Direito Civil e Direito Autoral do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP)); 5. Professora Ana Frazão (Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - UnB); 6. Representante do Ministério da Saúde. A ser realizada em 3 (três) grupos.” **Autor:** Senador Augusto Botelho. **Resultado: Aprovado.** **ITEM 11 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325 DE 2008.** “Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.” **Autor:** Senador Sérgio Zambiasi. **TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356 DE 2008.** “Altera a Lei nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda pessoa física a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves.” **Autor:** Senador Osmar Dias. **Relator:** Senador Raimundo Colombo. **Parecer:** Pela aprovação do PLS Nº 325, de 2008, e pelo arquivamento do PLS nº 356, de 2008. **Resultado: Aprovado o parecer favorável ao PLS 325, de 2008 e pelo arquivamento do PLS 356, de 2008. As matérias irão à Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.** **ITEM 15 REQUERIMENTO Nº 61, DE 2009 – CAS.** “Nos termos do inciso II, do parágrafo 2º, do art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência

pública, conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE, no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, a fim de debater “O Câncer Infanto-Juvenil”, com a participação de representantes das entidades abaixo: - Instituto Nacional do Câncer – INCA; - Instituto Ronald McDonald; - Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica – SOBOPE; -Confederação Nacional dos Institutos de Apoio à Criança com Câncer – CONIACC.” **Autora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 17- REQUERIMENTO Nº 63, DE 2009 – CAS.** “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, a realizar-se em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir o PLS nº 174/2009, que “dispõe sobre a criação do Serviço Social do Turismo – SESTUR, e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo – SENATUR”, com a participação dos seguintes convidados: Senhor Antonio Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC; Senhor Nelson de Abreu Pinto – Presidente da Confederação Nacional do Turismo – CNTur; Senhor Norton Luiz Lenhart – Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares – FNHRBS; Senhor Moacyr Roberto Tesch Auersvald – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade – CONTRATUH; Senhor Mario Beni – Professor da USP; e Senhor Plínio Sarti – Consultor da Área Sindical e Trabalhista.” **Autor:** Senador Leomar Quintanilha. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 18 REQUERIMENTO Nº 64, DE 2009 – CAS.** “Nos termos regimentais, requeiro a realização de Conferência intitulada “Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade”, a ser realizada por esta Comissão em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e em parceria com o Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Paulista – UNIP e a Universidade de Strasbourg da França. Como conferencista, indico o nome do Prof. Dr. Claude Schauder, Psicólogo, Psicanalista, Professor da Universidade Louis Pasteur de Strasbourg – França, coordenador de estudos e pesquisas sobre o tema naquele país.” **Autora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 19 -REQUERIMENTO Nº 65, DE 2009 – CAS.** “Requeiro, nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, de audiência pública para instruir o PLC nº 5, de 2007, de autoria do deputado Capitão Wayne, que “Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito

Brasileiro, regulando o uso de películas de proteção contra raios solares, e dá outras providências”. Seguem, abaixo, sugestões de palestrantes a serem convidados: - Dr. Alfredo Peres da Silva; Diretor-Geral do DENATRAN e Presidente do CONTRAN; - Dr. José Aurélio Ramalho, Diretor-Executivo de Operações do Centro de Experimentação e Segurança Viária – Cesvi Brasil; - Sr. Boris Feldman, Jornalista e colunista especializado em automóveis e automobilismo; - Dr. Guilherme Ribeiro de Oliveira, Presidente da Associação Nacional das Empresas de Películas Protetoras; - Dr. Marcelo José Araújo, Advogado graduado pela Universidade Federal do Paraná, Professor de Direito de Trânsito da Faculdade de Direito de Curitiba.” **Autor:** Senador Augusto Botelho. **Resultado: Aprovado. EXTRA-PAUTA - ITEM 20 REQUERIMENTO Nº 66, DE 2009 – CAS.** “Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, V e IX, e de 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção Acompanhamento e Defesa da Saúde, com a presença do Ministro de Estado da Saúde, José Gomes Temporão, para informar a atual situação da gripe INFLUENZA A (H1N1).” **Autora:** Senadora Rosalba Ciarlini. **Resultado: Aprovado.** Às treze horas e quatro minutos, o Senador Augusto Botelho solicita que a audiência pública sobre os temas da Reprodução Assistida e Direitos dos Embriões, referente ao Requerimento nº 62, de 2009 – CAS, seja realizada em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE. A Presidente comunica que o Item 05, Projeto de Lei do Senado nº 9 de 2009, fica retirado de pauta a pedido do relator, Senador Augusto Botelho, e o Item 13, Projeto de Lei do Senado nº 38 de 2006, fica retirado de pauta, a pedido do relator, Senador Lobão Filho. O Item 08, o Item 09 e o Item 14 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os(as) Senadores(as) Augusto Botelho, Paulo Paim, Roberto Cavalcanti, Rosalba Ciarlini, Raimundo Colombo, Lúcia Vânia, Mozarildo Cavalcanti, Lobão Filho, Leomar Quintanilha, Marisa Serrano, João Tenório, Cristovam Buarque e Kátia Abreu. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e dez minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senador **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 05 de Agosto de 2009, às 11 horas e 29 minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bom dia a todos.

Vamos dar início à nossa 32ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

E na realidade é o reinício dos trabalhos, após o recesso, e nós estamos dando as boas-vindas a todos os Senadores, ao Senador Paulo Paim, ao Senador Augusto Botelho, a todos que se encontram [soa a campainha]. A todos que se encontram aqui na Comissão, a Senadora Marisa Serrano, Senador Mozarildo Cavalcanti, sejam todos bem-vindos, que tenham vindo com, realmente, com muita energia, que o recesso todos tenha recarregado as energias para que possamos trabalhar bastante.

Hoje, a pauta, temos 15 itens para ser analisados, além de cinco requerimentos, que vamos, esperamos aprová-los, que são importantes. Inclusive, um dos requerimentos é um convite ao Ministro da Saúde, para que ele venha estar aqui na nossa Comissão, sobre a questão da gripe, da gripe suína, da Influenza A.

Que, na realidade, o Ministro já esteve aqui, anteriormente, no início, quando a epidemia ainda não tinha chegado ao Brasil explicando das medidas que foram tomadas, mas agora, na atual situação, o Brasil já fazendo parte dessa pandemia, nós precisamos também conversar com o Ministro, para termos melhores informações sobre as medidas que estão sendo tomadas, sobre a questão de imunização, que já vários países já estão anunciando, inclusive, data para iniciar a imunização, caso da Alemanha, da Espanha, onde já 1º de outubro, já começam as imunizações.

Então, tudo isso é importante, precisamos realmente ter mais informações e ninguém melhor do que o Sr. Ministro, que tem demonstrado sempre tanto interesse e boa vontade em atender a todos os nossos convites. Vamos iniciar então pela...

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram.

Temos inicialmente, projetos do Senado em Turno Suplementar. O item 1º, o item 2º, o item 3º, e o item 4º. Vamos iniciar por esses projetos, para que possamos agilizar a tramitação.

Projeto de Lei do Senado nº. 340, de 2004, que "Altera o art. 464 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de

maio de 1943, para conferir aos empregados o direito de escolher a instituição financeira e a agência em que os empregadores depositarão sua remuneração". O autor foi o Senador Aloizio Mercadante.

Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado, nº. 176, de 2004, que "Acrescenta § 3º ao art. 1º da Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre a escolha, pelos empregados, do estabelecimento bancário e da agência na qual receberão os salários e demais parcelas remuneratórias e dá outras providências". Autor é o Senador Romeu Tuma. Relator: Senador Inácio Arruda. O Parecer foi pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 340 e do 176, de 2004, na forma do Substitutivo que apresenta.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir passamos... A Presidência esclarece que, na última reunião, de 08/07/2009, foi aprovado o Substitutivo aos projetos, sendo o PLS nº. 340, de 2004 e o PLS nº. 176, de 2004, não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar.

Não havendo quem queira discutir passamos à votação. Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

E não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o Substitutivo oferecido ao PLS nº. 340, de 2004 e ao PLS nº. 176, de 2004, é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Item 2º. Turno Suplementar. Projeto de Lei do Senado, nº. 69 de 2008, que "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para tornar obrigatória a construção de creches nos conjuntos habitacionais destinados à população de baixa renda financiados por recursos públicos". Autora é a Senadora Marisa Serrano, e a Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini. O Parecer foi pela aprovação do Projeto, na forma do substitutivo da CE com a subemenda que apresenta.

A Presidência esclarece que na última reunião de 08 de julho de 2009, foi aprovado o Substitutivo ao PLS nº. 69, de 2008, não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar. Em discussão a matéria.

Senadora Marisa Serrano--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Rapidamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Para discutir.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Presidente.

Rapidamente, eu queria só agradecer primeiro o voto da última reunião e hoje está em Turno Suplementar. E dizer o quanto esse projeto me parece importante, porque nos grandes conjuntos habitacionais

as crianças com sete anos ou mais, e até seis anos, com suas próprias perninhas, elas têm condições de andar algumas quadras, algumas de sete anos ou mais pegar até ônibus e ir para as suas escolas, mas as criança de creche, recém nascidas, Senador Augusto Botelho, é difícil. Não tem como, Senador Paulo Paim, a gente não ter uma creche próximo das casas das pessoas.

Com as mulheres trabalhando fora e precisando trabalhar pela sua dignidade profissional, pelo gosto que tem pelo trabalho, mas também para ajudar efetivamente nos gastos da sua casa, da sua família, não tem como a gente não pensar em colocar a creche mais próximo da residência das pessoas.

E não pode Senador Mozarildo Cavalcanti, que também tem uma larga experiência, não pode a gente pensar que a prefeitura pode dizer: "Não, eu tenho na Rede Municipal eu tenho vaga". Mas a vaga para uma creche pode ser lá num bairro completamente distante, de onde as pessoas moram.

Então, nesse caso é fundamental que a creche esteja ao lado, no conjunto habitacional, aonde as pessoas de baixa rendas estão efetivamente morando. É por isso que eu fiz esse projeto e ficaria muito feliz de, no Turno Suplementar, contar com o apoio de todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É só uma rápida fala entendendo, compreendendo, eu que morei já em conjunto habitacional por longos períodos de baixa renda, a senhora tem toda a razão.

Calcule pai e mãe trabalham ter que destinar, levar o filho, às vezes pegar ônibus, entregar e deixar em certo lugar, quando que ali, quando faz já o complexo habitacional fazer uma creche ali e ter toda a estrutura.

Enfim, o projeto merece aqui só nossos elogios. Parabéns à Senadora Marisa Serrano e parabéns também a V. Exa., como Relatora, pelo projeto, ambas estão de parabéns.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Cumprindo o aparte também para parabenizar a relatora e a autora do projeto, dizer que realmente as creches precisam ficar perto das pessoas.

Lá em Roraima, a nossa prefeitura da capital está fazendo uma creche já, está concluindo de uma Emenda Parlamentar minha e eu coloquei mais cinco creches para fazer esse ano. Justamente aproveitando o FUNDEB.

O FUNDEB agora permite que as prefeituras possam fazer creches, pois a despesa da creche vai ser

utilizando o recurso do FUNDEB. Então, os Prefeitos não devem ter medo de fazer creches e não precisam ser creches grandes. Essa que nós estamos fazendo são relativamente grandes, para cento e poucas crianças, porque não tinham nenhuma creche em bairro das cidades, perto das pessoas.

Mas os prefeitos podem fazer creches menores, numa cidade menor, uma creche para 40 crianças, para 30 crianças é muito mais fácil de gerir, exige menos gente, mas as creches vão ser mantidas pelo recurso do FUNDEB, isso é bom ficar bem claro para todas as pessoas saberem e cobrarem dos seus Prefeitos, fazerem creches nos seus municípios. Porque o prefeito diz: "Ah, mas eu não tenho dinheiro". Tem sim. O FUNDEB vai colocar recurso para a manutenção das creches.

Eu só queria pedir esse aparte, minhas queridas Senadoras, para poder deixar isso bem claro para as pessoas entenderem que tem direito e nós aqui nessa Casa, no Parlamento, já fizemos quando instituímos o FUNDEB, criamos recurso para fazer isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Augusto Botelho, o senhor está certíssimo, o Senador Paulo Paim conhece essa realidade. E a Senadora Marisa Serrano, com a sensibilidade de mulher, de mãe, e também de educadora viu o quanto é importante. E eu, como Relatora, eu tive a experiência, porque a minha vida toda foi cuidando dos pequeninhos, pediatra, então, eu sentia de perto, ouvia das mães essa carência.

Quando eu fui Prefeita, a marca da minha Administração foi sempre a criança em primeiro lugar, em função disso. E, naquela época, não existia FUNDEB, nós fizemos unidades de apoio às crianças, que eram creches, exatamente como uma estrutura para abrigar bem, para ter ao lado a saúde, ter a socialização, o acompanhamento psicológico. E chegamos a atender dez mil crianças, lá na cidade de Mossoró.

E isso foi algo que eu pude acompanhar, que eu voltei à prefeitura, fui Prefeita três vezes e pude acompanhar o desenvolvimento dessas crianças. Primeiro que você, com a creche e perto de casa, porque essa era a dificuldade que as mães sentiam. A cidade lá tem muitas mulheres trabalhadoras em fábrica de castanha, no refino, uma série é uma cidade de trabalhadores.

Então, elas diziam isso, não poderiam trabalhar, porque não tinham como deixar. E ficando perto de casa, embora elas passando o dia fora, tem sempre algum parente que vai pegar a criança, é o vizinho, tem aquela facilidade, humaniza, realmente. Então foi uma coisa que deu muito certo e, depois, eu pude ver que, além da questão de apoiar a mulher, a criança passou a ter uma nutrição, todas as crianças saíram

do nível de subnutrida ou desnutrida e tivemos também um avanço muito grande no aprendizado.

Quando entrava no Ensino Fundamental era a coisa mais linda do mundo saber que aquelas crianças já entravam tendo condições de ler. Então, isso realmente é algo positivo e acho que esse projeto, nós temos é que estimular e mostrar aos Prefeitos vão em frente, invistam na criança, porque investindo na criança está investindo no futuro da cidade e na família, de um modo geral. Parabéns, Senadora, pela iniciativa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. E não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS nº. 69, de 2008 é definitivamente adotado nos termos do art. 248, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Item 3º. Também Turno Suplementar. Projeto de Lei do Senado nº. 523, de 2003, que “Altera o § único, do art. 106 da Lei nº. 8213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural”. O autor: Senador Marcelo Crivella, Relator: Senador Jayme Campos. O Parecer foi pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta.

A Presidência esclarece que na última reunião de 08 de julho de 2009, foi aprovado o substitutivo ao PLS nº. 523, de 2003. Não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. E não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS nº. 523, de 2003 é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Queremos dar também as boas-vindas ao Senador Cristovão Colombo, [risos] Senador Cristovam Buarque, desculpa, Cristovam Buarque. Você está na história, viu?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Ele quer ser o Cristovão Colombo da educação no Brasil, não é Senador?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É descobrindo a educação.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Cristovão Colombo da educação.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pode me chamar de Chico Buarque também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Olha, aí, Cristovão Buarque. Agora, todo mundo descontraíu, não é?

Item 4º. Turno Suplementar. Projeto de Lei do Senado nº. 109, de 2007. “Acréscce dispositivo à Lei nº. 9.263, de 12 de janeiro de 1996, que regula o § 7º do art. 266 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”. Autora é a Senadora Kátia Abreu e Relatora, a Senadora Lúcia Vânia. O Parecer foi pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.

A Presidência esclarece que, na última reunião de 17 de junho de 2009, foi aprovado o substitutivo ao PLS nº. 109, de 2007. Não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar.

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir encerro a discussão. E não tendo sido oferecidas emendas na discussão suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS nº. 109, de 2007 é definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Passamos agora ao item 5º. Item 5º, decisão não terminativa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Senador Cristovam Buarque, o item 5º, que é de sua autoria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Podemos...

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu havia conversado já com o Senador Cristovam Buarque e com o Senador Augusto Botelho, que é o Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cristovam Buarque.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Cristovam, eu já fiquei no Cristovam--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cristovam Buarque.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): --Só falta eu repetir o erro aqui.

O Senador Cristovam Buarque e o Senador Augusto Botelho, sobre esse tema. Eu havia dito a eles, que o setor do vinho, especificamente, queria uma conversa com os senhores dois e pediram que eu fizesse esta, que eu interagisse nesse sentido. Eu tive uma conversa com alguns deles ontem e eles insistiram muito.

Eu falei com o Senador Augusto Botelho, V. Exa. não tinha chegado ainda, da possibilidade de tirarmos de pauta e poderíamos marcar já uma reunião, uma reunião não uma Audiência Pública, se V. Exa. concordar com o senhor, Senador Augusto Botelho, viria o setor do vinho, eu estaria presente. Eu convidaria os outros dois Senadores gaúchos, que têm interesses

se no tema também, para numa reunião interna nós dialogarmos sobre o projeto.

Eles não são contra o projeto, alguns ajustes que nós poderíamos fazer. Se V. Exa. concordar, nós poderíamos até marcar essa reunião de trabalho numa data que a sua agenda permitisse, daqui há 15 dias, que o Senador Augusto Botelho parece que não pode na semana que vem e eu me encargo de convidá-los, dizendo que V. Exa. concordara. E a agenda eu concordo com o senhor, quer dizer, ok?

Então tiraríamos de pauta, falaríamos uma reunião de trabalho aqui na Comissão para discutir o projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se todos estão acordo, nós retiramos para reexame do Relator, retiramos para reexame do Relator e as demais providências que sejam necessárias.

Passamos agora ao item 7º, cujo Relator é o Senador Mozarildo Cavalcanti, também aqui presente a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Pela ordem, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senadora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria apenas de agradecer a aprovação, dos colegas, Senadores e Senadoras, do projeto de Lei do PLS nº. 109, de 2007, que trata do planejamento familiar, para incluir o aconselhamento genético entre as ações que o SUS é obrigado a executar no âmbito da atenção à mulher, ao homem, ao casal em todos os seus ciclos vitais, dentro do entendimento de que o planejamento familiar é direito de todo cidadão brasileiro.

Fico bastante feliz com essa aprovação, mesmo porque, esse projeto é de 2007 e o próprio Ministério da Saúde, já decidiu em resolução interna a fazer através do SUS esse planejamento. E é importante que o Senado possa ser prestigiado nessas iniciativas, que coincidem com a intenção do Ministério da Saúde, que é Ministério do Brasil.

Então, agora, nós acompanharemos essa tramitação e agilizaremos o resto nas outras Comissões, com o entendimento dos outros Parlamentares, para que o desejo do Ministério possa estar regulamentado em lei.

Muito obrigada a todos os Senadores e Senadoras e a Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu agradeço a participação da Senadora e parabenizo, porque esse projeto têm uma importância muito grande, Senadora. V. Exa. sabe que a intenção do Ministério é muito meritória, em que exa-

tamente um planejamento familiar já esteja inserido todo esse aconselhamento genético. Mas na hora que passa a ser lei e é muito bom que as ações tenham continuidade.

Então, se hoje, o Ministro está dentro do seu planejamento de ação a haver esse aconselhamento, essa atividade voltada no planejamento familiar, é importante que seja quem vier no decorrer de toda a história do Ministério, que continue a que isso venha a acontecer. Então, a lei, ela é feita exatamente para ficar.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Senadora.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra.. Presidente, me permita um rápido comentário, também sobre o tema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu gostaria de dizer que esse projeto, inclusive, a recomendação que nós temos é pela aprovação, a orientação de voto, porque entendemos que o projeto, ele inclui o aconselhamento genético no rol das atividades obrigatórias do planejamento familiar, que é oferecido pelo SUS, em toda a sua rede.

A Relatora apresenta um substitutivo propondo o aconselhamento genético, que deverá ser oferecido apenas nos casos em que há haja indicação clínica, não devendo ser estendido a todas as pessoas em idade reprodutiva.

Com isso, nós entendemos que resolveu o problema que o SUS tinha algumas dúvidas, o Ministério correspondente.

Eu quero cumprimentar a iniciativa do nobre Senadora Kátia Abreu, porque o seu projeto de fato tem um alcance social muito grande. Parabéns a V. Exa. e parabéns a toda a Comissão pela aprovação do projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passaremos agora ao item 6º, que é projeto de autoria do Senador Paulo Paim e Relator Senador Leomar Quintanilha, a quem também damos as boas vindas ao Senador.

Projeto de Lei nº. 345 de 2007, que "Altera dispositivos da Lei nº. 10.820, de 2003, e da Lei nº. 8.213, de 1991, para limitar em vinte por cento, da remuneração ou do benefício disponível, o desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos que percebam até três salários mínimos, e dá outras providências".

Passaremos agora a palavra ao Relator Senador Leomar Quintanilha.

Antes, eu gostaria aqui, Senadora Kátia Abreu, de informar que, na próxima terça-feira, teremos uma Audiência Pública dentro do ciclo de debates do SUS que queremos, sobre mortalidade materna, saúde materna.

Eu gostaria desde já de informar e avisar a todos os senhores e senhoras que estejam presentes, porque se trata de algo bastante, muito importante, que tem sido motivo de muita preocupação, que é exatamente a questão da mortalidade materna e perinatal.

Então, na terça-feira que vem estaremos aqui nessa Audiência Pública contando com a presença de todos os senhores e senhoras.

Passamos a palavra, então, ao Relator Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sra. Presidente, e Srs. Senadores.

Em apreciação ao Projeto de Lei do Senado nº. 276, de 2007, que acrescenta dispositivos a Lei nº. 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para permitir ao titular de benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social, solicitar o bloqueio do seu registro, para impedir desconto decorrente de operação de crédito consignado. E nº. 345 de 2007, que altera dispositivo da Lei nº. 10.820, de 2003, e da Lei nº. 8.213, de 24 de junho de 1991, para delimitar em 20% a remuneração ou do benefício disponível desconto de pagamento de valores referentes a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil a idosos, que percebam até três salários mínimos tramitando em conjunto.

Eu passo à análise, Sra. Presidente, da proposição, que compete te a esta Comissão nos termos do art. 100 apreciar o projeto de Lei 276, e o 345 e encaminhá-lo a Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa. A primeira proposição não apresenta problemas de natureza constitucional, legal, ou regimental, ou técnica legislativa.

Quanto ao mérito, o Projeto de Lei nº. 276 de 2007, acreditamos que os inúmeros casos de fraudes contra aposentados e pensionistas, sob a forma de falso empréstimo sob consignação em folha de pagamento justificam a criação de mecanismo de bloqueio ou suspensão de descontos.

Ocorre que a proposta contida no Projeto de Lei nº. 276 de 2007, está atendida de modo mais adequado no PLS nº. 345, de 2007. Por essa razão, entendo-se somente a segunda proposição deve prosperar com a consequente rejeição da primeira.

O projeto 345, de 2007, porém traz um vício de inconstitucionalidade, ao utilizar o salário-mínimo como referência para a renda dos tomadores de empréstimo sob consignação. Isso fere o art. 7º, inciso IV da

Constituição, que veda a vinculação do salário-mínimo para qualquer fim.

Para corrigir tal deficiência apresentamos emenda que substitui a expressão: "Até três salários mínimos", por até um mil e 200 reais, reajustáveis a cada mês de janeiro pelo índice de preço ao consumidor amplo, IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acumulado nos 12 meses anteriores.

Em relação ao estabelecimento de um limite diferenciado para o desconto em folha de pagamento dos empréstimos sob consignação contratado pelos trabalhadores e beneficiados do RGPS, com mais de 60 anos de idade e que receba o equivalente até três salários, conforme consta do PLS nº. 345, de 2007, entendemos ser obrigação do Estado, nos termos do art. 230 do Constituição, proteger as pessoas idosas, particularmente as de mais baixa renda.

A regra proposta é, portanto pertinente e merece ser acolhida, ressalvada a questão da vinculação ao salário-mínimo tratada nas emendas do 1-CAS e do 2-CAS, que apresentamos.

Pelo exposto o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 276, de 2007, e pela aprovação com as emendas a seguir apresentadas do Projeto de Lei do Senado nº. 345, de 2007, emendas conhecidas no projeto. É o voto, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Senadora Marisa Serrano e, depois, o Senador Paulo Paim, que é um dos autores.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria cumprimentar tanto o Relator Senador Leomar Quintanilha, pela acatamento da proposta e das modificações feitas e o autor do projeto.

Eu queria dizer ao Senador Paulo Paim, que tem lutado tanto aqui pelos aposentados, pensionistas e dizer que o IBGE fez uma, na sua última pesquisa a respeito da questão demográfica no país, colocou das janelas demográficas, que nós estamos justamente passando nesse período por uma janela demográfica em que a gente tem que ir atrás dessas oportunidades que essas janelas nos oferecem.

Nesse momento, os jovens de 15 a 29 anos, são ampla maioria no país, mas a perspectiva, toda a perspectiva, Senador Paulo Paim, é que isso vai começar a declinar. Em 2050, nós deveremos ter três ativos para um inativo. E a diferença vai ser muito baixa e nós vamos ser um país realmente de pessoas de mais idade, aliada a expectativa de vida da população, justamente calcada na medicina, nas novas condições de vida que as pessoas têm oportunidade de viver e que, portanto, lhe dão essa *performance* maior em qualidade de vida e também em tempo específico de vida.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Graças a Deus.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Graças a Deus.

E nós todos, aqueles que já passaram dos 60 sabe o quanto que é importante agasalhar os idosos.

A luta, eu acredito muito nossa tem que ser nas duas pontas, das crianças pequeninhas e dos idosos. E o país tem que ter uma proposta específica de atuação para os próximos anos.

Eu acho que em cima das pesquisas que estão sendo feitas o país tem que apresentar é fundamental e a luta nossa tem que ser essa. Há que se ter propostas exequíveis, metas a serem cumpridas, porque se nós vamos crescer, a população é adulta idosa vai crescer, se isso já é definitivo por que é que a gente não vai se antecipar e propor ações que criem mecanismo para que no futuro a gente tenha um país e os idosos sofram menos.

Esse é um projeto que visa isso, que os idosos possam sofrer menos e a gente tem que ir atrás de metas a serem alcançadas, já que estatisticamente, objetivamente cientificamente, isso vai acontecer no país, queiram os governos, não queiram, queiram nós não queiramos, vai acontecer no país.

Portanto, eu quero manifestar a minha concordância com essa proposta. A concordância com as modificações feitas pelo Relator Senador Leomar Quintanilha e dizer que esta é uma questão que também nós temos que olhar com muito carinho e, principalmente, com muita objetividade. Obrigada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, de forma muito rápida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só cumprimentar o Relator, porque de fato ele fez uma emenda que melhorou e muito o projeto, porque quando você vincula, como foi a redação original, feita por mim ao salário-mínimo poderia ser considerado mais na frente como inconstitucional.

Ele tira o vício de inconstitucionalidade e garante que até 1200 reais que pega, eu diria, 90% dos aposentados brasileiros, ele fixa o número, mas, ao mesmo tempo, ele fixa a norma de correção, se não 1200 amanhã não vale mais 800.

Por isso quero só cumprimentar o Senador Leomar Quintanilha, que, mais uma vez, mostra toda a sua competência também nessa área. Já que ele foi por um longo período aqui, Presidente da Subcomissão Especial do Idoso e, por uma gentileza dele, ele passou essa Presidência lá da Comissão de Direitos Humanos para este Senador.

Meus parabéns, Senador Leomar Quintanilha. E a todos que, com certeza, aprovarão esse projeto.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Pela ordem, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente Rosalba está à Mesa um requerimento de nossa autoria propondo a realização conjunta desta Comissão, com a Comissão de Assuntos Econômicos, de uma Audiência Pública para instruir um Projeto de Lei de minha autoria, que cria o Sistema AS, o braço social da Confederação Nacional do Turismo. E eu gostaria de solicitar a V. Exa., que se fosse possível uma inversão de pauta, para que nós pudéssemos apreciar este requerimento.

Eu mantive um contato, hoje, de manhã com o Senador Garibaldi Alves, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos, onde já foi aprovado requerimento com o mesmo teor. Também, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, também, já foi aprovado requerimento de igual teor. E me adiantou o Senador Garibaldi Alves, que havia já feito contato com V. Exa. para que essa reunião e Audiência Pública pudessem ocorrer na próxima terça-feira, dia 11, após a Reunião Ordinária daquela Sessão.

Então, eu solicito a V. Exa. de verificar a possibilidade de fazer a inversão de pauta para aprovar aqui, rapidamente, eu tenho certeza que não tem nenhuma dificuldade em aprovar esse requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, só um minutinho aqui, para eu dar um esclarecimento.

Tem dois esclarecimentos a serem dados. Em primeiro lugar, com relação não a sua solicitação agora, no momento, mas a sua relatoria, que foi feita no item 6º do Projeto de Lei do Senado nº 345 de 2007, do Senador Paulo Paim, que tramitou em conjunto com um Projeto de Lei do Senado nº 276 de 2007, do Senador Valdir Raupp, que também trata desse, tratava claro, do mesmo assunto. Então eram esses esclarecimentos que eu queria dar.

E quanto ao requerimento, nós vamos analisá-lo, hoje, sim, só temos uma dificuldade, terça-feira nós já estamos com uma Audiência Pública marcada sobre a questão da saúde da mulher, sobre a saúde materna. Essa Audiência já vinha programada desde o semestre passado.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): E o horário?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O horário, ela começa às nove e meia? Às nove.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Hoje de manhã, o Senador Garibaldi Alves me ligou e eu consultei a ele se havia tratado desse assunto, se a data proposta por ele seria a proposta por ele seria a proposta adequada também pela Comissão que V. Exa. também dirige.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Se for a partir de onze e meia, porque começando aqui às nove e meia, duas horas é a audiência--

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sem nenhum problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --A partir de onze e meia.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sem nenhum problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ou, então, na quarta-feira, nós não faríamos a.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Até porque, ele quer fazer uma Reunião Ordinária primeiro da Comissão dele, eu acho que onze e meia não tem problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está bom. Então vamos encerrar a discussão do item 6º. Não havendo mais quem queira discutir.

Passamos em votação o Parecer pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, nº. 345, de 2007, com duas emendas que apresenta e pela rejeição ao Projeto de Lei do Senado nº. 276, de 2007. Os Srs. e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, CAE. E eu queria parabenizar o Senador Paulo Paim e ao Senador Leomar Quintanilha, pelo brilhante relatório.

Passamos ao item 7º. Antes do requerimento, vamos ver o item 7º? O Senador Mozarildo Cavalcanti já tinha pedido urgência, para que nós pudéssemos também analisá-lo.

E queria também dar as boas-vindas ao Senador Marcelo Crivella e ao Senador Raimundo Colombo. Senador Raimundo Colombo, porque eu chamei o Cristovam de Colombo. Agora, o Colombo chegou que é Raimundo Colombo.

Item 7º. Decisão não terminativa, aviso nº. 26, de 2009.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): "Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº. 402, de 2009, bem como dos

respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram, que trata do Relatório de Auditoria relativo às ações assistencialistas e de saúde aos povos indígenas nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEI (TC 013.233/2008-5)". O autor é o Tribunal de Contas da União e o Relator, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Parecer foi pelo conhecimento do Aviso, pelo seu arquivamento e pelo envio de Requerimento de Informações ao Ministro de Estado da Saúde, acerca das providências tomadas por aquela Pasta para dar cumprimento às determinações exaradas pelo Tribunal, nos termos do Acórdão. A matéria constou da pauta da reunião do dia 07/07/2009, sendo adiada a sua deliberação.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para proferir o seu relatório.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Normalmente, esses avisos que vêm do Tribunal de Contas da União passam muito macios por aqui, até porque, já vem de análise de um Tribunal especializado sobre a matéria de auditoria, vamos dizer assim, sobre as contas dessas questões.

Esse aqui, especialmente, merece uma atenção mais profunda nossa aqui, porque trata da saúde dos povos indígenas nos distritos sanitários especiais indígenas, chamados os *DSEIs* famosos.

E nós temos constatado que, permanentemente, a eficácia dessas ações, que têm sido terceirizadas sistematicamente, pelo Ministério da Saúde, para Organizações Não Governamentais tem sido realmente não só ineficiente no ponto de vista sanitário, mas também ineficiente do ponto de vista da honestidade da aplicação dos recursos.

Esse caso especial, o Tribunal de Contas, por ele próprio, já levantou algumas questões que precisam ser respondidas pelo Ministério da Saúde.

Eu vou ler só essa parte aqui da análise: "A auditoria operacional em comento realizada no período de 03 de junho de 2008 - vejam que é só de junho de 2008 a 30 de janeiro de 2009, um curto período. - Pretendeu avaliar a efetividade na aplicação dos recursos federais em ações assistencialistas e de saúde aos povos indígenas nos distritos sanitários especiais com base nas seguintes questões: 1. Quais são os recursos destinados para a atenção à saúde indígena? No Brasil, lógico, em todo o país. 2. Qual é a estrutura do subsistema de saúde indígena? 3. Como está sendo prestada a atenção à saúde dos povos indígenas? E 4. Quais são os mecanismos de controle no subsistema de saúde indígena?"

E é importante também frisar que esta questão da análise do Tribunal de Contas foi inicialmente somente nos Estados do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul, depois, até por injunção minha, foi incluído a Estado de Roraima e, posteriormente, a auditoria também se estendeu a Santa Catarina e ao Amazonas.

Que o é certo, Sra. Presidente é que se nós apenas ficarmos no arquivamento dessa questão, nós ficamos alheios, quer dizer, sem saber o de que fato se passa na questão da saúde indígena no país.

Então, o meu voto, que V. Exa. já antecipou, na verdade, eu queria propor à Comissão o seguinte, não já o arquivamento de imediato, porque arquivar significa que nós estamos de acordo com o que está aí.

Eu entendo que tem que haver esclarecimento. Daí por que, no voto que eu tinha preparado inicialmente, eu pedia o arquivamento e o envio do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da saúde. Que, na verdade, inicia dizendo: Com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno, solicito as seguintes informações: 1. Quais as medidas tomadas para adequar as ações de saúde direcionadas aos povos indígenas no âmbito dos distritos sanitários especiais indígenas, chamados *DSEIs*, em decorrência das conclusões, determinações e recomendações da Auditoria Operacional do Tribunal de contas da União? 2. Quais os parâmetros serão utilizados para avaliar a efetividade das melhorias implementadas?

3. E qual a situação do cumprimento do termo de conciliação judicial, nº. 0751-2007-018, de 23 de julho de 2008, no qual a FUNASA e a União Federal, por intermédio do Ministério da Saúde e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, se comprometeram a regularizar a situação jurídica dos recursos humanos da FUNASA, aqui de novo a FUNASA, com a consequente rescisão dos contratos de prestação de serviços, cujas atividades exercidas pelos trabalhadores terceirizados, não estejam de acordo com o disposto no Decreto nº. 2271, de 07 de junho de 97.

4. E, finalmente, quais as medidas adotadas para obstar a ocorrência de irregularidades na atuação das Organizações Não Governamentais, as ONGs, que prestam serviços de saúde à população indígena.

Então, o Tribunal de Contas constatou inúmeras irregularidades e eu me lembro muito bem da primeira CPI das ONGs que eu presidi nós constatamos que, pelo menos, dez ONGs, que cuidavam de saúde indígena no país, no Mato Grosso, em Rondônia, no Amazonas, em Roraima, na verdade estavam desviando recursos e a saúde mesmo do índio não era atendida, de forma nenhuma. Agora, lá em Roraima, por exemplo, a FUNASA cancelou o convênio com essas ONGs.

Então, eu gostaria de propor a Comissão, que nós não arquivássemos de imediato o Parecer do Tribunal, mas aguardássemos a informação solicitada aqui no requerimento dirigido, portanto ao Ministro do Estado da saúde. Porque não adianta, portanto, se nós não exercermos uma vigilância sobre isso como que nós... E aqui estamos falando aqui pelo menos tem três médicos, vamos pensar que de fato está se cuidando da saúde dos índios, que é tão bem propalada, mas muito mal executada.

Então, é essa proposta que eu quero fazer, que se faça, aguarde para arquivamento a resposta do requerimento que eu apresento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão a matéria.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Realmente, nos preocupa essa questão da saúde indígena, porque lá no nosso Estado, quase 10% da população são indígenas e, principalmente, os indígenas mais desassistidos, mais isolados, no caso dos ianomâmis, que na realidade ianomâmi foi uma denominação genérica de vários etnias diferentes.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): V. Exa., até para reforçar o que V. Exa. está começando a dizer.

O Jornal de Hoje, lá do nosso Estado, diz aqui: Na região do Arari, que é lá nos ianomâmis, têm um surto de malária é lá existe há muito tempo uma ONG tomando conta dessa questão. E o Governo Federal gastando milhões de reais. O jornal é de hoje, surto de malária lá entre os ianomâmis.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Exato.

Então, o que acontece também é que nós precisamos é melhorar a FUNASA, limpar a FUNASA. A FUNASA é um antro de corrupção. Lá no nosso Estado já foi desviado quase 35 milhões, mais de 30 milhões já foram desviados de lá. E desviados de quem? Desses indígenas mais necessitados, mais isolados.

O país tem que tomar uma posição em relação a isso. A União tem que tomar uma posição. Fazer alguma coisa, a FUNASA não pode continuar do jeito que ela vem exercendo. A maioria das comunidades indígenas não tem nem sanitários lá. Água também, em alguns eles constroem a caixa d'água, não colocam a bomba, não fazem a encanação, outros fazem encanação e não fazem a caixa d'água. É um desmando total.

E eu acho que a gente deve aguardar essas respostas mesmo, para tomar providências, para que evite se continuar a fazer essa mortandade indígena. É um desrespeito com nossos irmãos índios.

Então, nós precisamos é de que, inclusive foi bem claro aqui, essa falta de entrosamento entre os municípios, eles fazem as coisas como se fossem independentes.

Infelizmente, para lá só se vai de avião, só se chega de avião nessas comunidades e o avião também é uma forma de roubar. Contratam muitas horas de avião e utilizam só uma parte. Então é uma coisa que fica assim ruim e eu sofro muito, porque os índios continuam desassistidos. Quem assiste melhor os indígenas lá são as organizações religiosas, tanto católicas como evangélicas, são as duas que assistem melhor.

Essas ONGs que foram criadas por esses ONGs, só para se aproveitar, é que só fazem a exploração. Inclusive teve uma fase que expulsaram os evangélicos de dentro e os católicos de dentro das áreas, mas viram que não conseguiam, depois retornaram a posição e botaram. Tudo com a FUNASA na frente. Quer dizer, usam um órgão público para prejudicar a assistência aos índios.

Então, eu sou favorável que se fique aguardando a resposta desse requerimento, para poder se tomar uma decisão sobre esse relatório, sobre esse documento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu gostaria de cumprimentar o Senador Mozarildo Cavalcanti e me associar a ele, porque de fato eu presidi a CPI das ONGs e em muitos campos de atuação existem irregularidades que estão lá sendo investigadas, mas, sobretudo na questão da saúde indígena. É realmente um descaso, não há um compromisso com o resultado, com a ética, são inúmeros os casos e o Tribunal de Contas, de certa aqui já aponta, e eu acho que o Parecer, ele chama atenção para isso e dá consequência a essa necessidade de fiscalização.

Portanto, eu quero encaminhar o meu voto favorável ao Parecer.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação da matéria. Senhores, em votação o Parecer pelo conhecimento, pelo arquivamento do aviso, não, pelo conhecimento e pelo envio do requerimento de informações ao Ministro do Estado da Saúde acerca das providências tomadas por aquela pasta, para dar cumprimento às determinações exa-

radas pelo Tribunal, nos termos do acórdão ao Aviso nº. 26, de 2009.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Realmente o item 7º, essa questão que foi aqui agora aprovada e foi analisada, Senador Raimundo Colombo, que presidiu a CPI das ONGs sabe do quanto neste país. Eu vi pelas palavras do Senador Augusto Botelho, pela relatoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que conhecem essa realidade, porque está nas suas regiões, o quanto é doloroso é realmente deixar todos nós indignados.

Porque é tão difícil conseguir recursos, meu Deus, quantos projetos nós lutamos para conseguir recurso, para levar a saúde ao nosso povo e, de repente, esses recursos não serem aplicados realmente na saúde da população, serem desviados não somente da área indígena, mas em muitos outros setores.

Realmente, isso é algo que preocupa e essa Comissão, estamos aqui para cumprir com o nosso papel também de fiscalizador e de acompanhamento do dinheiro, que é do povo brasileiro, que chega através dos impostos, que são altíssimos, pagos pelo povo brasileiro.

Passamos agora ao item 17, que estamos fazendo extrapauta, fazendo inversão, como foi solicitada pelo autor, Senador Leomar Quintanilha, do requerimento.

Senador Leomar Quintanilha passo para que o senhor leia o seu requerimento.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sra. Presidente, Srs. Membros desta Comissão.

Requeiro nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública a realizar-se em conjunto com as Comissões de Assuntos Econômicos e com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, para instruir o PLS nº. 174, que dispõe sobre criação do Serviço Social do Turismo, SESTur e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Turismo, SENATur, com a participação dos seguintes convidados: Sr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, CNC; Sr. Nelson de Abreu Pinto, Presidente da Confederação Nacional do Turismo, CNTur; Sr. Norton Luiz Lenhart, Presidente da Federação Nacional de Hotéis, Bares, Restaurantes e similares; Sr. Moacyr Roberto Tesch Auersvald, Presidente da Confederação Nacional de Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, Contratuh; Sr. Mário Beni, Professor da USP; e Sr. Plínio Sarti, Consultor da área sindical e trabalhista.

Tal Audiência Pública estribasse na necessidade de trazer aos membros desta Comissão, conhecimentos

mais aprofundados a respeito da criação do Sistema 'S' do turismo. Seria o braço social do turismo.

Não é uma criação nova, não estamos reinventando a roda. É um sistema exitoso, que já deu certo no comércio, na Confederação do Comércio já tem esse braço social, a indústria já tem esse braço social, o Sistema 'S' da indústria, através do Sesi, já tem no setor de transporte.

Então, a criação do Sistema 'S' na área do turismo vem ao encontro das necessidades que o Brasil tem de alavancar este que, efetivamente, é um dos mais importantes vetores de desenvolvimento econômico e social. O mundo despertou para isso, o mundo despertou para o interesse do turismo como instrumento de desenvolvimento social e econômico. Tanto é que criou a Organização Mundial da Saúde.

Aqui no Brasil a tendência foi acompanhada. Nós tínhamos o turismo como um instrumento auxiliar dos organismos aqui existentes. Nós conhecemos o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, nós conhecemos o Ministério do Desporto e Turismo, o turismo sempre vindo como um escopo, uma atividade secundária. Mas essa, a importância do turismo foi identificada, razão por que o atual governo criou o Ministério do Turismo, com autonomia, com independência, com condição de contribuir para a alavancagem desse importante setor.

E é claro que, da forma como os outros segmentos econômicos da indústria, do comércio, da agricultura, dos transportes tem o seu braço social, tem o Sistema 'S', nós estamos propondo a criação do Sistema 'S' do turismo. O Sistema 'S' do turismo vai propiciar exatamente os dois vetores de apoio ao trabalhador empregado no Trade Turístico.

O primeiro é o da capacitação é do ensino profissionalizante, tão carente neste país, talvez um dos mais importantes gargalos que o turismo tem enfrentado. É a necessidade de capacitar o profissional que trabalha no Trade Turístico.

E o outro é o apoio social. O apoio à saúde, ao lazer, a cultura e ao desporto.

Em síntese, o projeto encerra com esta criação do Sistema 'S' e a Audiência Pública virá trazer subsídios para que os Srs. Senadores, possam melhor abalizar a importância da criação do Sistema 'S' do turismo.

Obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em votação. Não havendo quem queira. Em discussão, não havendo quem queira discutir, passamos a votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu agradeço a Presidência aos Senadores, a aprovação do requerimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Um minutinho, Senador Augusto Botelho. Só aqui para pedir ao Senador Leomar Quintanilha, que se ele puder permanecer mais um pouco seria muito bom, que nós estamos já com o quase o *quorum* para dois projetos terminativos. Seria muito importante.

E parabenizá-lo, porque na realidade tudo que se refere ao turismo, nós temos que procurar todos os mecanismos que sejam possíveis, para que possamos cada vez mais fomentar a atividade turística no nosso país, geradora de emprego, de renda, num país que todos os Estados, se nós analisarmos bem, Senador, todos os Estados e todas as nossas regiões têm um potencial turístico, tem uma vocação natural no nosso país para o turismo.

E nós sabemos que a indústria tem chaminés que geram realmente muita renda e muito desemprego. Então, parabéns e vamos em busca de melhorar cada vez mais as oportunidades para o turismo no nosso Brasil. Passamos a palavra ao--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria cumprimentar rapidamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --Senador Augusto Botelho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só um comentário sobre o assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É um comentário rápido.

Cumprimentar o Senador pela iniciativa dessa Audiência Pública. A Audiência Pública é o caminho, contra ou a favor, venha e coloca o seu ponto de vista de vista. Eu acho que nós avançamos na qualificação técnica dos profissionais nessa área, pela exposição que V. Exa. fez.

Nesse sentido, Senadora Rosalba Ciarlini, eu queria propor, Senadora, que a gente botasse em votação o 131, que já está lido, já está discutido o projeto, que vai na mesma linha, que é na questão da saúde, que é o mesmo objetivo desse projeto. Então, eu faço um apelo à Mesa, nesse sentido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, bom.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de dar entrada num requerimento extrapauta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Seria o requerimento de uma Audiência Pública, para instruir o PLS 05, de 2007, que regulamenta a colocação de películas em veículos. Eu só queria dar entrada nesse extrapauta.

Eu num outro requerimento meu também, que tem uma audiência a respeito dos direitos do embrião, nós gostaríamos de acrescentar o Ministério da Saúde, entre os itens que tem que ser chamados para discutir.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não. Nós iremos, vamos acatar a solicitação de V. Exa., mas deixaremos para analisar no final, após a análise do item 12, o item 14, que são terminativos, já que estamos com *quorum* para votação. E o 131 que também é... Já foi lido o relatório, 2001. Mas ele já foi lido.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só votar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, vamos enquanto a Secretária com certeza vai... Vamos para o item 12. Projeto de Lei do Senado nº. 317 de 2007 que "Altera o art. 12 da Lei nº. 9.656, de 03 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde para permitir a cobertura de despesas de acompanhamento de paciente idoso regulamentando o art. 16 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso)".

A autora é a Senadora Lúcia Vânia, e o Relator é o Senador Raimundo Colombo. O Parecer foi pela aprovação do projeto, com a emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, para proferir o seu relatório.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sra. Presidente, Srs. Senadores.

O Projeto de Lei do Senado nº. 317, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "Altera o art. 12 da Lei nº. 9.656, de 03 de junho de 98, para determinar que nos casos de internação hospitalar, os planos de seguros privados de assistência à saúde, cubram as despesas de acompanhante de paciente idoso".

Ele foi distribuído a esta Comissão para apreciação em caráter terminativo. O projeto destina-se a dar cumprimento ao disposto no art. 16 da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, que é o Estatuto do Idoso. E vem suprir lacuna existente no Ordenamento Jurídico Nacional, pois na lei que dispõe sobre os planos de seguros privados de assistência à saúde, não está prevista a cobertura das despesas com os acompa-

nhantes de pacientes idosos, conforme estabelece o estatuto.

Com esse objetivo, o art. 1º da proposição inclui na alínea "F", do inciso II do art. 12, da Lei nº. 9.656, de 98, a cobertura das despesas de acompanhante de paciente idoso internado. O art. 2º do projeto é a cláusula de vigência, que prevê que a lei, eventualmente originada pela proposição em tela, passará a vigorar em 180 dias, após a data de sua publicação.

O projeto foi anteriormente aprovado, por unanimidade, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH.

Assim, para a apreciação em caráter terminavam o projeto veio a esta Comissão de Assuntos Sociais, onde foi relatado pela ilustre Senadora Kátia Abreu. Seu relatório, contudo, não chegou a ser apreciado. Agora, em decorrência do desligamento da Senadora desta Comissão, o projeto vem a minha relatoria, ressaltando-se-lhe de que não foram apresentadas emendas.

Eu coloco apenas, Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente e Srs. Senadores, há uma emenda que a cobertura das despesas do acompanhamento nos casos de pacientes idosos, nos termos em que dispõe o art. 16º, da Lei nº. 10.741, de 1º de outubro de 2003, de pacientes menor de 18 anos, desde que atenda a recomendação médica expressa.

A senhora é médica e sabe que hoje os hospitais vivem uma série de crises econômicas, sobretudo aqueles filantrópicos. E apenas o atendimento, ele eu acho que o mérito é ótimo, a iniciativa merece todos os elogios, mas eu acho que, eu proponho que haja uma autorização médica para acompanhamento do idoso, porque eu acho que também tramita de forma mais rápida e sem nenhuma resistência.

Eu fiz uma série de reuniões e avaliações e a forma que encontrei de eliminar todas as resistências para aprovação desse projeto, que tem um excelente objetivo, um grande mérito, seria pedir a recomendação médica no caso do acompanhamento do idoso. No mais, o projeto preenche todos os requisitos legais, constitucionais e de boa intenção e excelente resultado. E eu sou pela aprovação, apenas proponho essa emenda.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois, não. Para discutir Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tenho duas preocupações, que eu quero levantar aqui para o nosso Relator e que podemos construir no entendimento e gostaria de fazer isso, porque todos os meus projetos

aqui, eu sou muito coerente com a forma com que a gente faz aqui a discussão.

Eu poderia pedir vista e nós poderíamos construir uma proposta alternativa, já que há uma preocupação aqui na Agência Nacional de Saúde Suplementar, exatamente nessa recomendação médica expressa.

Segundo eles, eles, eu vou ler que o está escrito aqui, diz o seguinte: “Essa recomendação prévia expressa acabou prejudicando os benefícios já garantidos aos acompanhantes dos menores, conforme prevê o art. 12, alínea “F”, da Lei nº. 9656, de 98, com isso evidencia-se um flagrante retrocesso na defesa dos interesses dos hipossuficientes”.

Eu estou lendo aqui, agora, fiquei preocupado com isso. Se V. Exa. concordar e a Senadora Lúcia Vânia, também, sabe a parceria que eu gosto de fazer com V. Exa. nesse tema, nós poderíamos detalhar melhor essa questão e, ao mesmo tempo, nós poderíamos incluir até como emenda do Relator, para que o projeto, que é belíssimo, se estenda também às pessoas com deficiências.

Então essa seria a proposta que eu estaria colocando, que voltasse já na próxima Sessão, na próxima reunião, nós fizéssemos essa adaptação e incluíssemos também as pessoas com deficiência.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu concordo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia, com a palavra, que é entendida no assunto mais do que eu.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu concordo também.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senadora Lúcia Vânia, que é autora do projeto.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras.

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar o Senador Raimundo Colombo, pela relatoria e aqui concordar plenamente com a decisão do Senador Paulo Paim, no sentido da gente poder discutir essa emenda, uma vez que isso pode realmente, nós podemos talvez encontrar uma saída que contemple melhor o projeto.

Portanto, eu cumprimento o Senador Paulo Paim, o Senador Raimundo Colombo, por esse entendimento. E acredito que o projeto, por ser um projeto altamente positivo e humanizante do serviço médico hospitalar, é preciso que a gente tenha cuidado para não mutilá-lo

ou não torná-lo uma letra morta diante dos objetivos que nós temos, que é realmente humanizar a assistência hospitalar.

Muito obrigada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Me permita, Senadora Lúcia Vânia, que inclusive nesta justificativa que eu recebi o Ministério da Saúde está elogiando o projeto, acha que é um projeto muito bom e por isso seria bom que votássemos depois desses ajustes, que podemos fazer de forma conjunta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [Interrupção do áudio] Vamos... Vista está concedida. E tenho certeza que.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sra. Presidente, eu acho que o acréscimo feito pelo Senador Paulo Paim, acrescentando a pessoa portadora de deficiência, a pessoa com deficiência é também muito importante. Nós poderemos fazer as duas coisas, ao mesmo tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, eu quero parabenizar a todos, porque tenho certeza que vamos construir um projeto ainda mais completo e de fundamental importância, porque nós sabemos eu que tive a experiência, como Senador Augusto Botelho, o Senador Papaléo Paes, Senador Mozarildo Cavalcanti, em hospitais, a gente sabe o quanto é necessário aqueles que estão incapacitados ou com deficiência, o idoso que tenha um acompanhamento. Isso é muito importante para o restabelecimento.

Então, o pedido de vistas concedido. Passamos então ao item 10. Não terminativo. Do Senador... Projeto de Lei do Senado nº. 477, de 2008, complementar, que “Vincula recursos para a Seguridade Social”. O autor é o Senador Mão Santa, e o Relator é o Senador João Tenório.

Concedo a palavra ao Senador João Tenório, para proferir o seu relatório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sra. Presidente, submete-se a análise desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado, PSL 477, de 2008, complementar, de autoria do Senador Mão Santa, que objetiva vincular os recursos decorrentes da remuneração das fontes destinadas a Seguridade Social.

O art. 1º do projeto dispõe que esses recursos serão obrigatoriamente aplicados na própria Seguridade Social, constituindo fonte específica de recurso para fins das leis orçamentárias. O art. 2º constitui a cláusula de vigência, a partir de sua publicação.

Na justificação: “Autor argumenta que a proposição, que ora apresentamos, é compatível com o mecanismo de vinculação de recursos para a Seguridade Social, objetivo perseguido pela Assembléia

Nacional Constituinte de 1988". O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos sociais e de Assuntos Econômicos cabendo a mim a honra de relatá-lo no âmbito da primeira.

Análise. Compete a esta Comissão nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar matéria relativa à Seguridade Social e sobre ela emitir Parecer. Impende assinalar preliminarmente, que não há empecilho de ordem constitucional, no tocante a iniciativa dessa proposição por membros do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal. Também, não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional, para dispor sobre a matéria de competência da União, referente a normas de direitos financeiros nos termos do art. 24, inciso I da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, no entanto, seria melhor que o dispositivo pretendido fosse incorporado a Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que essa lei já trata de normas gerais de finanças públicas, conforme previsto no capital segundo do título 6º da CEF(F).

A proposição também atende aos requisitos da regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº. 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redações das leis.

Quanto ao mérito, a proposição é louvável, já que reforça a vinculação das contribuições sociais da Seguridade Social, estabelecida no art. 195, da Carta Magna. De acordo com esse dispositivo, as contribuições sociais, tais como COFINS, CSLL, e contribuições ao INSS devem ser obrigatoriamente destinadas a ações na área de Saúde, Previdência, e Assistência Social.

No entanto, a remuneração dos saldos dessas fontes mantidas na Conta Única do Tesouro Nacional, não reverte para a própria Seguridade Social, conforme dispõe o § 3º do art. 164. As disponibilidades de caixa da União foi depositado no Banco Central, a remuneração dessas disponibilidades constitui uma fonte de recursos exclusiva do orçamento fiscal, fonte 188.

Não vislumbramos empecilho técnico em desmembrar a remuneração das disponibilidades de caixa da União, relativamente as fontes de recursos dos orçamentos fiscais e da Seguridade Social. Isso permitiria uma fonte adicional de recurso para financiar ações desse orçamento.

Portanto, essa iniciativa legislativa apresenta mérito e lógica, do ponto de vista orçamentário. Sugerimos apenas que ela seja incorporada como modificação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Voto. Diante do exposto, o nosso voto é pela aprovação do projeto do Senado, PLS nº. 47 e das emendas apresentadas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, eu quero só manifestar a minha posição favorável e não poderia ser diferente.

Tanto que, com essa preocupação, eu apresentei uma emenda constitucional, com a mesma preocupação, que é chamada a PEC 24, que foi aprovada na CCJ e está agora no Plenário.

E se pudermos resolver inclusive com o Projeto de Lei Complementar atende ainda mais o meu objetivo.

Então, eu quero apenas elogiar tanto a iniciativa do autor como do Relator, já que o objetivo é esse mesmo, o dinheiro da Seguridade tem que ficar na Seguridade. Só dando o meu apoio total ao projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo mais quem queira discutir, passamos à votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. Desculpe, Senador Augusto Botelho, o senhor quer discutir? Pois não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de aprovar os meus requerimentos, após esse aí, dois requerimentos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Declaro aprovado. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, com as duas emendas que apresenta.

Agora passamos... Passamos agora a apresentação de item 16.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E um extrapauta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E o extrapauta, item 19. Requerimento, autoria do Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passo a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Esse requerimento é para a gente uma discussão a respeito dos direitos do embrião e tema de reprodução assistida. Onde essa Legislação está mais avançada é na Espanha, em relação ao direito do embrião. E nós temos que fazer, nós temos que tomar uma posição dessa Casa em relação a isso.

Por isso, nós estamos propondo uma audiência, em dois blocos, chamando pessoas da academia, pessoas que... Inclusive um professor da Universidade, dois professores da Espanha, um grupo da Espanha que já tem experiência com isso, onde o país que está mais avançado na Legislação de defesa dos direitos

do embrião é na Espanha, para a gente fazer a nossa Legislação.

Esta Casa, o nosso Legislativo tem que tomar uma posição clara, diligente e afetiva a respeito disso. Porque é uma coisa nova que está acontecendo no mundo e nós, que somos estudiosos disso, que temos interesse nisso, como todos os Senadores têm, precisamos discutir para poder aprovar essa lei aqui, que já se encontra aqui na nossa Casa, desde 2000... Uma lei que já está rodando aqui nesta Casa, no Senado.

Então, eu gostaria de defender essas audiências e gostaria que esse requerimento fosse aprovado pelos companheiros do Senado.

Eu já posso defender logo o outro requerimento?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria antes de ler o requerimento, porque é regimental e depois a gente discute.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está bom.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): "Requeiro, nos termos regimentais, a realização, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, de audiência pública para discutir os temas da Reprodução Assistida e Direitos do Embrião, com a participação dos seguintes convidados, sem prejuízo de outras autoridades que venham a ser, igualmente, chamadas a debater neste plenário, a ser realizadas em duas audiências públicas, composta por dois grupos de convidados, assim distribuídos: Grupo I - esses todos são do Grupo I - 1. Senador Tião Vianna (PT/AC); 2. Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira (Doutoranda de Direito Sanitário pela Universidade Pública de Navarra; 3. Professora Doutora Maria Luísa Arcos (Universidade Pública de Navarra, Espanha); 4. Professor Catedrático Enrique Rubio Torrano (Universidade Pública de Navarra, Espanha); 5. Marcelo Palacios (Presidente da Sociedade Internacional de Bioética - SIB, com sede em Gijón, Espanha); Grupo II 1. Promotor Diaulas Ribeiro (Ministério Público do Distrito Federal); 2. Professora Doutora Eliane Azevedo (Professora Emérita - Núcleo de bioética da Faculdade de Medicina da Bahia, da Universidade Federal da Bahia) 3. Dra. Débora Diniz (Professora adjunta da Universidade de Brasília e pesquisadora do Instituto de Bioética Direitos Humanos e Gênero - Anis); 4. Silmara Juny de Abreu Chinellato (Professora de Direito Civil e Direito Autoral do Departamento de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP); 5. Professora Ana Frazão (Diretora da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília - UnB)".

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, eu gostaria de acrescentar uma sexta pes-

soa, que é um representante do Ministério da Saúde, ok? Provavelmente Dr. Adson França, para completar o quadro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Senador Roberto Cavalcanti, tinha solicitado, tinha se inscrito.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria Sra. Presidente, em primeiro lugar, de parabenizar o nobre colega, Senador Augusto Botelho, para fazer uma observação, no sentido de que serão duas audiências. A experiência nossa aqui em audiências, a medida que nós ultrapassamos três, quatro convidados, essa audiência se prolonga por um tempo, que extrapola a capacidade da nossa onipresença.

Inclusive essas audiências, a gente tem que ter um cuidado muito grande do seu agendamento. Acabo de vir de uma extraordinária Sessão, Audiência Pública, na presença do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles e que apenas quatro Senadores permaneciam presentes. A cautela para essa sobreposição de Audiências Públicas, eu pediria o maior carinho, tendo em vista a importância do tema, que nós tomássemos cuidado com esses dois temas.

O volume de pessoas convidadas por Sessão e o horário e a data da ocorrência dessas Sessões, para não acontecer o que está acontecendo sucessivamente nas Comissões do Senado Federal, que é a sobreposição de importantes Audiências Públicas e o prolongamento do horário dessas audiências, que inviabilizam pelo menos o gesto de educação básica, que é estar presente quando convidamos pessoas tão importantes.

Era só isso que eu queria reforçar.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu apenas gostaria de corroborar as palavras do Senador Raimundo Colombo.

Eu tenho participado de muitas Audiências Públicas e percebo que quando convidamos mais do que três ou quatro convidados, realmente, a nossa capacidade de absorção de informações fica muito prejudicada.

Acho extremamente real o quadro que o Senador Raimundo Colombo colocou e se pudéssemos contar, perdão, Senador Roberto Cavalcanti, se pudéssemos contar com a colaboração de todos os Senadores, no

sentido de limitarmos em três ou quatro, eu acho que ganharíamos muito em qualidade nas nossas Audiências Públicas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Registrar a oportunidade dessa Audiência Pública proposta pelo Senador Augusto Botelho e concordar plenamente com o Senador Roberto Cavalcanti.

Isso é um tema extremamente importante, que o Senador Augusto Botelho traz a essa Comissão, importante e complexo. Importante e complexo. E, digamos assim, um número eu não diria excessivo, mas um pouco acima daquilo que seria possível, ele confunde muito mais do que esclarece, digamos assim.

Então, eu queria registrar, primeiro, esse momento importante que o Senador Augusto Botelho proporciona a essa Casa, trazendo, sugerindo a presença desses técnicos, desses cientistas para discutir o tema.

E a ideia do Senador Roberto Cavalcanti, talvez, em três ou quatro, porque trata-se de fato de um tema muito importante e complexo, muito complexo, para se discutir de uma maneira atabalhoada.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): A nossa preocupação, Sra. Presidente, me desculpe mais uma vez o tempo de V. Exa. e dos demais Senadores, é que torna-se, a audiência torna-se deselegante, que nós começamos a balizar tanto o tempo dos palestrantes, como o tempo dos Senadores presentes. Então fica uma guerra contra o relógio e termina como foi explanado aqui, fica uma guerra de desatenções e a produtividade da audiência começa a se esvaír. Então era somente, gostaria de reforçar aí o que foi argumentado pelo nobre Senador João Tenório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Bem, então vamos passar agora...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma ponderação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

Eu gostaria só, antes dos senhores fazerem uma ponderação, eu quero dizer que, no início dos nossos trabalhos, logo que assumimos a Presidência, isso foi um assunto que eu coloquei aqui para todos pedindo exatamente essa compreensão, porque nós entendemos que Audiência Pública, se ela quando passamos a ter mais de quatro membros, ela fica realmente muito extensa e como falou o Senador Lobão Filho, e o Senador Roberto Cavalcanti, e, de certa forma, são muitas informações e até o tempo muito longo, não tem o mesmo rendimento.

Então, eu gostaria só de colocar que eu estou vendo que a nossa opinião inicial estão todos de acordo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O apelo, exato.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De acordo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Coincide de acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O nosso apelo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós entramos num terreno, que nós não temos conhecimento da humanidade a respeito disso. Aí há implicações religiosas, filosóficas. Eu sou católico, sou cristão católico e acho que eu tenho um ponto de vista, existe muita divergência em relação aos direitos do embrião.

Essas pessoas que nós selecionamos aqui foi um grupo de pessoas para a gente formar uma ideia nossa, de acordo com as experiência dos outros países e das nossas pessoas.

Então, nós poderíamos como são onze pessoas, dividir em grupo de três, invés de ser Grupo I, fazer Grupo I, II e III. E aí então ficaria. Porque nós temos que ouvir essas pessoas, para a gente poder sedimentar o nosso conhecimento, a nossa impressão, ver como é que está sendo feito no mundo, qual é a outra experiência e cada um poder julgar dentro dos seus princípios, dentro do seu espírito, dentro da sua alma, para poder fazer a nossa Legislação.

Porque nós não podemos ficar esperando muito, porque as pesquisas com células tronco estão evoluindo, haverão muitos benefícios para a humanidade, para as pessoas que hoje nós sabemos que só vão viver até 22 anos, 30 anos, com uma vida da qualidade. É ruim, mas eles gostam de estar vivos daquele jeito, mas é uma vida de qualidade de grande sofrimento, tanto para ele, como para as famílias.

Então visualizando isso do futuro, eu gostaria de dividir então em três grupos o meu requerimento, a gente passa a dividir em três grupos e a gente organizaria de acordo com a necessidade, posteriormente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senador. Eu acho que a sua decisão foi acertada.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora ao item 13.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI (PTB-RR): Presidente, ah, não vamos...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

(PTB-RR): Eu quero observar sobre isso aí.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mozarildo Cavalcanti.

SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI

(PTB-RR): Eu quero dizer, como foi dito por vários colegas que me antecederam, que o tema é importante, complexo e principalmente necessário de se debater. Porque nós aprovamos aqui uma Legislação a respeito das pesquisas com células tronco, que foi objeto inclusive de ação no Supremo, que durou um tempo para ser decidida.

Eu acho que ficar amarrado a ideias, com todo o respeito, e eu também sou católico, todo o respeito a religiões, ficar amarrado a questões religiosas, a [interrupção do áudio] Tem essa questão.

Eu acho que o Senador Augusto Botelho foi muito feliz quando propôs essa audiência, para começarmos de fato a discutir o tema. E a sugestão que ele fez era justamente a que eu ia fazer.

Se a maioria acha que quatro deve ser o limite e eu concordo realmente que deva ser, então, faz três audiências, ou até mais se for necessário, mas que esse tema realmente seja abordado aqui nessa Comissão, porque não podemos efetivamente ficar, digamos assim, para trás nessa questão, que é importante e eu, como médico, acho que nós precisamos urgentemente tratar e regular essa questão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Bom, encerrada a discussão, em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que se aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. E fica definido com a aprovação de todos os senhores, que a Audiência Pública até quatro membros. Está certo?

Item 13, que é do Senador... Senador Raimundo Colombo, o seu item 11. Mas o senhor tinha saído, então, eu já tinha anunciado o item 13, tem algum problema?

O item 13, que é do Projeto de Lei do Senado nº. 38, de 2006, que "Altera a Lei nº. 1.579, de 18 de março de 1952, para aplicar, no que couber, às testemunhas que colaborem com os trabalhos de investigação de comissão parlamentar de inquérito, as medidas de proteção especial às testemunhas de que trata a Lei nº. 9.807, de 13 de julho de 1999". O autor é o Senador Demóstenes Torres, e o Relator é o Senador Lobão Filho.

Concedo a palavra ao Senador Lobão Filho, para proferir o seu relatório.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sra. Presidente, Srs. Senadores.

Eu preparei o Parecer deste projeto de emenda, do brilhante Senador Demóstenes Torres, que teve esta nobre iniciativa de fortalecimento das nossas CPIs. CPI, que é um importante instrumento legislativo, que a gente possa dar vazão as demandas da nossa população naqueles temas que são relevantes.

A pedido do Ministério da Justiça, eu pediria a V. Exa., Sra. Presidente, que retirasse de pauta este projeto, colocando-o na próxima reunião, para que o Ministério da Justiça possa me encaminhar algumas sugestões e eu finalizar o meu projeto. Antecipo que o meu pronunciamento era favorável a esse projeto e quero até agregar um fato novo.

Eu pretendo dar entrada também num projeto de minha autoria dando também inclusive mais poderes as CPIs, no sentido da própria CPI poder, por exemplo, quebrar os sigilos fiscais bancários telefônicos, sem a necessária atuação do Judiciário para tanto, ou seja, identificado à CPI, caso haja constitucionalidade nesse meu projeto, dando à CPI esta prerrogativa. Bem como evitar que o judiciário possa conceder *habeas corpus* para os futuros indiciados pelas nossas CPIs.

Eu entendo que estas características diminuem o poder de atuação das nossas CPIs. E eu acho que o Poder Legislativo deve satisfações à população e deve ter os poderes necessários para que a nossa CPI tenha eficiência e eficácia.

Portanto, eu pretendo complementar essa iniciativa do Senador Demóstenes Torres, através de um projeto próprio e o meu Parecer previamente seria pela aprovação, mas eu gostaria de ouvir primeiro as sugestões do Ministério da Justiça.

Então, eu pediria a V. Exa. que colocasse em pauta para a próxima reunião, este projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Se todos estão de acordo, nós vamos retirá-lo para reexame, encaminhando ao Relator, para que ele possa fazer as devidas alterações que achar necessário.

Item 11. Projeto de Lei do Senado nº. 325, de 2008, que "Altera a Lei nº. 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda pessoa física, a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves". O autor é o Senador Sérgio Zambiasi.

Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº. 356, de 2008, que "Altera a Lei nº. 8.541, de 23 de dezembro de 1992, para isentar do imposto de renda pessoa física, a remuneração percebida pelo servidor licenciado para tratamento de doenças graves". O autor é o Senador Osmar Dias e o Relator, o Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sra. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, Srs. Senadores.

As proposições propostas pelos Senadores Sérgio Zambiasi e Osmar Dias, elas estabelecem isenção do imposto de renda para remuneração percebida pelo servidor público licenciado para tratamento das doenças enunciadas no inciso XIV, do art. 6º da Lei nº. 7.713, de 1998, e no § 2º do art. 30, da Lei nº. 9.250, de 26 de dezembro de 95.

Informam os autores do projeto, dos projetos que são dois, que o inciso XIV, do art. 6º da lei concede isenção do imposto de renda de pessoas físicas, aos proventos de aposentadoria ou reforma percebidos por portadores [Soa a campanha] de algumas moléstias graves.

Contudo, a isenção não se estende a remuneração paga a servidor público ativo, que está licenciado para o tratamento destas moléstias. Ou seja, o que projeto ou os projetos se propõe é ampliar o atendimento para que os servidores públicos licenciados para os tratamentos daquelas doenças graves, conforme estão incluídas já na lei, também sejam beneficiados.

No tocante aos aspectos de mérito de competência desta Comissão, as proposições sob exame merecem a aprovação. Efetivamente, os Projetos de Lei do Senado nºs. 325 e 256, de 2008, de um lado homenageiam o princípio da isonomia, ao tratar igualmente pessoas na mesma situação, permitindo que a renda percebida pelos servidores públicos afastados por doença, seja isenta do imposto, como ocorre com os empregados da iniciativa privada.

De outra parte, os projetos estendem de forma correta os comandos constantes nas Leis 7.713, de dezembro de 88, e na 8.541, de 25 de dezembro de 92, e também na 9.250, de 26 de dezembro de 95, que dispõe sobre a hipótese em que o diagnóstico de doenças graves gera o direito a isenção do imposto de renda incidente sobre os proventos de aposentadoria.

O benefício é dado aos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida e fibrose cística.

Trata-se de normas que tem como objetivo beneficiar o doente possibilitando-o a utilizar do imposto para custear o tratamento da enfermidade.

Agora, entretanto o mesmo benefício, ele não é estendido as trabalhadores doentes que estão apenas

afastados para tratamento, o que é extremamente injusto. Em síntese, as proposições em exame corrigem distorção da legislação vigente, assegurando procedimentos para a proteção e defesa da saúde.

Ante o exposto e considerando a precedência prevista no art. 260, § 2º, B do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 325, de 2008 e pelo arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº. 356, de 2008.

É extremamente justo, o projeto, ele vai beneficiar pessoas que tem uma condição extremamente difícil de recuperação. E esse dinheiro que se economiza do pagamento do imposto de renda sobre o salário, vai permitir que ele possa comprar remédio, que ele possa dinamizar por iniciativa própria o seu tratamento.

É de completo mérito e o meu Parecer é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Em discussão. Senador Paulo Paim, para discutir.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Rapidamente, é só para cumprimentar o Senador Sérgio Zambiasi, que é o autor do projeto, e o Relator, que fez uma defesa muito clara, muito nítida e transparente. E, no momento que as pessoas mais precisam, que tenham esse aporte de recurso, podendo deduzir então do imposto de renda.

Parabéns ao Vereador Sérgio Benassi. Parabéns também ao Relator, Senador Raimundo Colombo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Como médico e como Senador, eu gostaria de manifestar realmente, que essa é uma necessidade. Quando a pessoa fica doente, ela fica mais fragilizada, ela para de produzir e é justo que ela tenha essa isenção pelo período da doença, do imposto de renda.

E eu gostaria de parabenizar o Relator, Senador Raimundo Colombo e o autor, o Senador Sérgio Zambiasi.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não havendo mais quem queira discutir, passamos à aprovação. A votação. Já falaram tanto em aprovação. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Parabéns Senador Raimundo Colombo, pelo seu brilhante relatório, como sempre o senhor com muita sensibilidade pelo social, pelos mais carentes, por aqueles que precisam realmente de ações governamentais, que são os mais pobres.

Parabéns ao Senador Sérgio Zambiasi, que é o autor da matéria e que também conhecendo de perto essas necessidades, aqui traz um projeto que é de justiça aqueles que mais precisam da hora da doença.

Passamos agora à leitura do requerimento, o item 15. Autora é a Senadora Rosalba Ciarlini. Nos termos do art. 58, inciso II, parágrafo 2º da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X, do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, "Requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde – CASSAÚDE, no âmbito do Ciclo de Debates sobre o SUS, a fim de debater "O Câncer Infanto-Juvenil", com a participação de representantes das seguintes entidades: - Ministério da Saúde (MS); - Instituto Ronald McDonald; - Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias (ABRACE); - Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBDOC); - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA)."

Eu gostaria aqui, só para acrescentar, dizer que essa é uma matéria que preocupa bastante. Porque, infelizmente, o câncer infanto-juvenil é a segunda causa de morte na infância e na adolescência, só superado pelos acidentes, pelas mortes não, vamos dizer assim, não naturais. Então, realmente, é algo que nós precisamos debater, analisar, com instituições que estão apoiando ações e com, através do instituto, o INCA, que conhece de perto essa realidade, que com certeza poderá nos trazer informações.

Então, eu gostaria aqui, não havendo quem queira discutir, colocar em votação o requerimento. Os Srs. Senadores que se encontram, todos em conjunto, não é? Mas vamos aprovar logo esse e depois. Está aprovado.

Vamos ler os demais requerimentos, para que nós possamos fazer a votação em conjunto.

Item 18, extrapauta, também de minha autoria, Senadora Rosalba Ciarlini. Nos termos regimentais, "Requeiro a realização de conferência intitulada 'Saúde Mental Materna Infantil, Educação e Prevenção, em Parentalidade' a ser realizada por esta Comissão, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e em parceria com o Instituto de Psicologia IPI, da Universidade da Brasília, UNB, a Universidade Paulista Unip e a Universidade de Strasbourg, na França. Como Conferencista, indico o nome Do Prof. Dr. Claude Schauder, Psicólogo, Psicanalista, Professor da Universidade Louis Pasteur de Strasbourg, França, Coordenador de Estudos e Pesquisas sobre o tema naquele País".

Ontem, nós tivemos oportunidade na Comissão de Educação, de já aprovar o requerimento dessa audiência, dessa conferência, que eu considero de importância fundamental, porque não é apenas o olhar para o aprendizado é o olhar muito maior para a saúde da criança.

Então, em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão em votação o requerimento. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Extrapauta, item 19. Requerimento do Senador Augusto Botelho. "Requeiro nos termos regimentais, a realização no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais de Audiência Pública, para instruir o PLC nº. 5, de 2007, de autoria do Capitão Vainer, que altera a Lei nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro regulando o uso de películas de proteção para-raios solares e dá outras providências".

Segue abaixo sugestões de palestrantes a serem convidados: Dr. Alfredo Peres da Silva, Diretor-Geral do Denatran e Presidente do CONTRAN; Dr. José Aurélio Ramalho, Diretor Executivo de Operações do Centro de Experimentação e Segurança Viária, CESVI BRASIL; E o Sr. Boris Feldman, jornalista e colunista especializado em automóveis e automobilismo; o Dr. Guilherme Ribeiro de Oliveira, Presidente da Associação Nacional de Empresas de Películas Protetoras; Dr. Marcelo José Araújo, Advogado graduado pela Universidade Federal do Paraná, Professor de Direito de Trânsito da Faculdade de Direito de Curitiba.

Em discussão a matéria. Eu gostaria só de dizer que, como as sugestões, nós aqui, mais de quatro, vamos escolher quatro em acordo com o requerente. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. O requerimento foi aprovado.

Outro extrapauta. O 20º. Item 20. "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, 5º a Constituição Federal, combinado com o art. 90, 5º, 8º e 9º, de 93, e art. 93, 2º do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro o convite do Ministro do Estado da Saúde, José Gomes Temporão, para informar o atual estágio da gripe Influenza A". Senadora Rosalba Ciarlini.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, concordam permaneçam como se encontram. Em audiência conjunta com a CASSAÚDE. Aprovado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, eu gostaria de acrescentar naquele requerimento sobre o direito dos embriões, a audiência seja conjunta com a CASSAÚDE. A CAS e a CASSAÚDE, está bom?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): De acordo. Está devidamente registrado e aprovado a sua solicitação, Sr. Presidente da CAE saúde.

Bem, eu quero agradecer a todos que aqui vieram, que participaram e dizer que estaremos nova-

mente, a próxima reunião marcada para o dia 11, às 09h00, com a audiência sobre saúde materna.

É bom que nós estejamos bem conscientes que, infelizmente, entre as metas do milênio, essa é a meta que o nosso país, pelas projeções que estão sendo feitas, na forma que está sendo tratada a saúde materna, a questão da mortalidade materna, que é muito alta. Estamos entre os países, onde essa mortalidade é uma das maiores. Infelizmente, as projeções que estão sendo colocadas, da forma que está não chegaremos a cumprir essa meta do milênio.

Então é um assunto que, realmente, nós precisamos nos debruçar e encontrar caminhos que possa o Ministério da Saúde, as ações governamentais, a nível Federal, Estadual, Municipal, atender algo que é sublime, porque é o início da vida. E essas mães precisam estar bem protegidas para cuidar bem de seus filhos.

Então agradecendo e esperando a presença de todos, na próxima terça-feira. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 13h11.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Trigésima Terceira Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a Oitava Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no dia 11 de agosto de 2009, terça-feira, às 09h00 horas.

Às nove horas e quarenta e três minutos, do dia onze de agosto de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPLICY, JOSÉ NERY E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 19 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, nº 41 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e nº 55 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho, com vistas a debater as Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Materna. A Senadora Rosalba Ciarlini convida para compor a mesa

os Senhores Dr. José Luiz Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde; Dr. Helvio Bertolozzi Soares, Representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO e a Dra. Silvia Maria V. Cruz, Médica e Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança de Sergipe. A Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Às nove horas e cinquenta e três minutos, a Presidente registra a existência da Lei 11.634, de 2007, de autoria da Deputada Luiza Erundina, a respeito do direito da gestante ao parto seguro. Às nove horas e cinquenta e oito minutos, Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às dez horas e cinco minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Às dez horas e quarenta e três minutos, a Presidente registra a presença dos(as) Senhores(as) Soleni G. Alves, da Assessoria do Ministério da Saúde, Vera Lúcia Mota da Fonseca, Secretária Adjunta da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO, Daphne Rattner, Técnica Especializada do Ministério da Saúde, Luciana Bordinoski, Servidora do Ministério da Saúde, Carlos Alberto Maia, Assessor Técnico do Ministério da Saúde, Pedro Pablo Magalhães Chacel, Corregedor-Conselheiro do Conselho Federal de Medicina – CFM e Olímpio Moares, Professor de Obstetrícia da Universidade de Pernambuco. Às onze horas e dezenove minutos, o Senador João Durval assume a Presidência. Às onze horas e vinte e dois minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Às doze horas e dezoito minutos, o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Fizeram uso da palavra os Senadores(as) Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Mão Santa, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a 8ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 11 de agosto de 2009, às 09 horas e 43 minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Co-

missão de Assuntos Sociais, conjunta com a 8ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 19, 41 e 55, de 2009, de autoria desta Presidente e do Senador Augusto Botelho, com a finalidade de debater "As Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Materna". Foram convidados: o Sr. José Luiz Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde; a Dra. Silvia Maria Cruz, Médica e Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança de Sergipe; o Dr. Helvio Bertolozzi Soares, representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO). Foram também convidados o Centro Feminista de Centros de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e o Conselho Nacional de Saúde, mas que, infelizmente, não puderam comparecer devido a compromissos agendados anteriormente.

Convido os nossos ilustres convidados para tomarem assento à Mesa: o Dr. José Luiz Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, a Dra. Silvia Maria Cruz, Médica e Coordenadora da Pastoral da Criança, e o Dr. Helvio Bertolozzi, representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia.

Antes de passarmos a palavra aos nossos ilustres convidados, queremos agradecer a forma tão gentil como nos atenderem e mostrando a preocupação de todos que aqui vieram com essa questão, que nós sabemos que, infelizmente, neste Brasil, que avança em muitas questões, que já está com um desenvolvimento de ponta, principalmente na saúde, em muitas áreas, mas, infelizmente, nós ainda temos essa mancha, uma mancha que é muito dolorosa, porque são questões que na grande maioria das vezes poderiam ser evitadas, que é o caso da morte materna. São mulheres que perdem a vida em procedimentos obstétricos, na questão do parto, durante a gravidez ou no pós-parto, até quarenta dias após o parto. Isso é preocupante porque as estatísticas no nosso Brasil mostram que de 1997 a 2005 nós tínhamos 61,2 óbitos para cada 100 mil mulheres. Nós estamos, o Brasil, entre os 189 países que na ONU assinaram um protocolo de avançar em oito metas no milênio, oito objetivos de desenvolvimento do milênio, exatamente para melhorar os

indicadores sociais e econômicos dos países. Algumas dessas metas o País até já alcançou antes de 2015, mas é exatamente nesse dado que está contido na saúde da mulher, no objetivo da saúde da mulher, que nós estamos na pior situação. É necessário reduzir essa estatística, que ainda poderá ser maior, porque infelizmente há muita subnotificação. Nós temos um País continental, aonde na Região Norte, principalmente do Norte, não chegam nem as informações dos que nasceram vivos, de como foi esse parto, em regiões ainda com muitas dificuldades como o Nordeste. Então ainda há esse risco desse dado ser maior em função da subnotificação.

Mas queremos, aqui, também, dizer que, se não tivéssemos... E ainda não está bem, precisa avançar, precisamos estar ainda mais, vamos dizer assim, sem um trabalho muito mais efetivo do Programa Saúde da Família, talvez não tivéssemos nem esses dados. Hoje, se éramos até 2005, 61,2 óbitos, hoje nós estamos em 53,4. Infelizmente o Nordeste tem um índice ainda maior.

Então essa Audiência é exatamente para que nós possamos colocar essa questão de forma muito clara para análise, porque está se falando, mas nunca se chega a analisar realmente de forma clara, transparente. É algo que nos vergonha, é algo que nos revolta. É uma mancha, sim, na vida, no dia-a-dia dos brasileiros, quando sabemos que uma mulher perdeu a vida porque não houve, não foi detectado com tempo, durante todo o período de gestação, uma patologia, uma complicação, qualquer coisa que, por um simples exame, poderia ter chegado a evitar aquela morte. É muito doloroso. E a vida é o começo de tudo. Se nós queremos um Sistema de Saúde que realmente atenda às necessidades do povo brasileiro, se não tivermos as soluções para as coisas que aparentemente seriam as mais simples, como o parto, como poderemos acreditar que vamos ter a solução para o que é mais complexo, o que é mais difícil? Então por isso é que convocamos essa Audiência.

Eu quero aqui registrar a presença do Senador João Durval, que sempre está aqui de forma muito interessada em todas essas questões de saúde, e do Senador Papaléo, que também, como médico, conhece essa realidade e é da Região Norte.

Antes de passar a palavra à Dra. Silvia, que será a nossa primeira... Então, vamos começar pelo Dr. Helvio Bertolozzi Soares, que é o representante da Federação Brasileira da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia. Mais uma vez agradecendo e dizendo que esta Comissão, a preocupação com o ciclo que desde o primeiro semestre estamos realizando sobre "O SUS que temos, o SUS que queremos", levantando aqui vá-

rias questões como saúde mental, saúde do idoso, a questão de queimados, próteses, órteses, assistência à criança, tudo é exatamente para que a gente possa analisar essas questões que chegam, essa demanda que está vindo exatamente de questões que ouvimos na rua, no contato direto com a população. Eu, principalmente, toda semana estou no meu Estado, passo o final de semana visitando cidades. E por ser médica pediatra, então nessa área tenho muita relação e fui Prefeita três vezes, conheço o sistema, os avanços, queremos inclusive os nossos aplausos naquilo que melhoramos, mas também não podemos esquecer o quanto ainda precisamos melhorar. A Emenda 29, que eu fui defensora e continuo sendo intransigente, é necessária e é importante. Então tudo isso é desse dia-a-dia, é da conversa que a gente escuta. Meu Deus do céu, em todos os recantos sempre há reclamação, sempre o clamor é sobre questões de saúde que, na grande maioria, são questões mais simples, que poderiam já estar sendo melhorada. Então aqui estamos para dar uma contribuição importante.

No final desse ciclo de debates, temos um relatório, o Relator é o Senador Papaléo, fazemos esse relatório levando as sugestões, as ideias, o resultado das Audiências e também, se for necessário, não é, Senador, propondo Projetos que venham a melhorar.

Eu gostaria, também, aqui, de dizer que a Deputada Luiza Erundina, também como mulher e preocupada sempre com as questões sociais, tem uma Lei tramitando de autoria da Deputada Luiza Erundina, que já foi aprovada... Uma Lei tramitando não, uma Lei que já foi aprovada sobre o direito da gestante a um parto seguro. Eu gostaria aqui também de dizer que ela informou que não pode estar aqui, mas que está solidária a todo esse nosso esforço, claro, não poderia ser diferente. Eu tenho certeza que todos que fazem essa Comissão, todos os Senadores e os parlamentares, a população de uma maneira geral, nós estamos aqui estendendo as mãos e pedindo que nos dê forças, sugestões, ideias que tragam informações para que a gente possa, no nosso papel, não somente de propor, mas também de fiscalizar, fazermos a nossa obrigação, o nosso dever de olhar a saúde com os olhos diferentes, não somente do... Mas também colocando os olhos do coração, porque saúde é vida e queremos cumprir com esse nosso papel.

Então, eu quero, desde já, agradecer a todos e convocar que estejam ao nosso lado, ajudando, fortalecendo, porque eu sei que o Ministério, muitas vezes, tem dificuldades, e se nós levamos uma força maior poderemos ter programas que venham estimular, apoiar, principalmente nas carências, que aparentemente são as menores, mas que se você não cuidar da menor,

esse somatório do menor se transforma num grande problema, como estando tendo agora com a questão da saúde materna.

O Senador Papaléo, que é o Relator, está inscrito. Antes de começarmos, Dr. Helvio, ele também é membro da Subcomissão de Saúde, que está em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais para essa Audiência. Passo a palavra ao Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidenta Senadora Rosalba Ciarlini, Senador João Durval, que, com muita honra, nós o temos presente aqui, como em todas as nossas Audiências, Dra. Silvia Maria Cruz, Dr. Helvio Bertolozzi Soares, Dr. José Luiz Telles, mais uma vez aqui conosco.

A importância deste evento, desta Audiência Pública, a Senadora Rosalba já conseguiu descrever, a grandeza e a importância deste evento. Nós, como disse a Senadora, estamos fazendo um ciclo de debates, de Audiências Públicas relacionadas à saúde, termos a conclusão em um documento que nós vamos encaminhar a todas as instituições, a todos aqueles que realmente possam trazer resultados a esse investimento que nós estamos fazendo aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Então eu quero agradecer à senhora e aos senhores pela presença e dizer que o Senado Federal trabalha desta forma que estão vendo aqui conosco, com a nossa presença, e com a seriedade devida na área de assuntos sociais, principalmente na relacionada à saúde, cujos resultados são evidentes nesses seis anos que estamos aqui no Senado Federal. Nós já tivemos muitos resultados práticos, Senadora. Esses resultados são fruto do trabalho de todos os Senadores que frequentam com assiduidade a nossa Comissão de Assuntos Sociais. Então eu agradeço à senhora e aos senhores, os senhores assessores que estão aqui presentes, os nossos visitantes, que isso venha a engrandecer a nossa Reunião. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo, V. Exa. tem dado uma grande contribuição, principalmente nessa área de saúde.

Eu gostaria aqui de passar agora a palavra ao primeiro palestrante, que é o Dr. Helvio Bertolozzi Soares, representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO).

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Bom-dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer ao convite e, fundamentalmente, à Senadora Rosalba Ciarlini, a todos os Srs. Senadores, aos colegas presentes, ao Dr. José Luiz Telles, à minha companheira Silvia que está aqui, na Mesa também.

Eu gostaria não de apresentar nada, mas de falar de mortalidade materna. É muito difícil falar de mortalidade materna num país tão desigual, de coisas tão diferentes. Fundamentalmente aonde você vive, você tem um aspecto de morte materna, para onde você vai, às vezes, trabalhar, você tem outro aspecto de morte materna. Durante esses dezesseis anos que a gente trabalha dentro da área de mortalidade materna, nós tivemos a oportunidade de conhecer todos os Estados dessa Nação e saber das suas dificuldades, saber como é que funcionam as suas Secretarias Estaduais e Municipais e ver a realidade social do País.

Numa realidade desigual, tão desigual como a gente vive nesse País, as razões de mortalidade serão desiguais, obviamente. As razões de mortalidade fundamentalmente espelham um Índice de Desenvolvimento Humano. Quando for melhor a qualidade da Nação, quanto for melhor a qualidade no Estado, quanto for melhor a qualidade do Município, menor será a mortalidade materna, ou seja, ela espelha a realidade de cada Estado e de cada situação.

Em alguns lugares, nós vamos ver mortes maternas que já reduziram, já saíram da sua fase de causas, que seriam simplificadas, próprias de um médico ou de um sistema básico de saúde resolver, para outros ainda que nem chegaram na condição do sistema básico resolver, está na condição socioeconômica de uma população.

Então retratar isso ou dizer que tal medida irá resolver, que tal medida irá resolver ou que essa ou aquela serão pontuais para a solução da mortalidade materna, é uma falácia.

Redução de mortalidade passa por um conjunto de ações sociais, institucionais, profissionais e que vão dar, logicamente, no seu futuro, um resultado. Não é uma resolução de curto prazo. Talvez hoje a gente possa montar um processo para uma resolução que a médio e longo prazo a gente tenha soluções. Mas buscar uma solução da mortalidade materna de um dia para outro é impossível e as pessoas que aqui trabalham com morte materna sabem bem disso.

Nós, quando começamos a trabalhar no Estado do Paraná, no ano de 1944, a mortalidade era de 111 por 100 mil nascidos vivos. Nós encerramos no ano passado, em 2007, com 41 para 100 mil nascidos vivos. E esse ano, até a gripe, até essa fatídica gripe que fundamentalmente atinge as gestantes, são as pessoas mais atingidas no âmbito social, nós estávamos com 29 e nenhuma morte na Cidade de Curitiba. Em um dia só nós tivemos três mortes de gestantes e esse nosso nível cai, quer dizer, a gente se aborrece.

Eu conversava com o Dr. Telles um pouco antes da Reunião. Nós, por muitos anos, tentamos trabalhar

a mortalidade por pré-eclampsia e eclampsia, que era responsável por 19% das mortes maternas, e vimos que nos últimos anos essa mortalidade caiu para a quarta causa de mortalidade materna, vindo a ficar em torno de 3%, simplesmente porque começamos a educar médicos e capacitar sistemas e serviços para uso de sulfato magnésio. Foi uma medida e isso deu solução.

A gente fala o seguinte: a gente nunca foi estudar morte obstétrica indireta por causa de doença respiratória. Observamos que era uma causa sazonal. E a proposta desse ano para o ano que vem é que no mês de março a gente venha a vacinar as gestantes no segundo e terceiro trimestre para a influenza B. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, porque isso de fato poderá reduzir a morte por causa obstétrica indireta de doença do aparelho respiratório. Eu falei: Eu demorei dez anos trabalhando num negócio para ver que isso acontecia, era sazonal, era influenza A, tinha influência importante na morte por causa obstétrica indireta. E estudando agora a influenza H1N1 a gente viu que a gente poderia, de certa forma, ter reduzido a morte por uma causa respiratória.

Então a gente tem se sentido extremamente chateado por esse aspecto, por ter se preocupado por uma causa obstétrica direta, que é pré-eclampsia, e foi aquilo, como nos preocupamos com o tromboembolismo, como nos preocupamos com hemorragias que fundamentalmente é a causa que mais mata nesse País. E se a gente comparar o número de horas em que ocorre uma morte por pré-eclampsia, nós diremos que uma morte por pré-eclampsia ocorre em média por quatro horas; que uma morte por infecção ocorre em média por doze dias; e uma morte por hemorragia ocorre em média por quatro horas. Quer dizer, então a gente pensa e verifica o seguinte: os nossos sistemas têm que ser bem aparelhados.

Quero dizer aos senhores: há um ano eu deixei de ser obstetra, não posso ser obstetra. Conheço obstetrícia, sou professor de obstetrícia, atuo em obstetrícia no meu Hospital de Clínicas, que é onde eu gosto de ser professor, mas profissionalmente no consultório eu declinei. Por quê? Em virtude de ganhos baixos eu sou obrigado a ter quatro, cinco empregos. Sou um homem que saio às sete horas da manhã de casa e chego às dez horas da noite, às vinte e duas horas, tendo ter que trabalhar em cinco empregos. Não tenho capacidade de fazer atendimento obstétrico. Deixei de ser obstetra por não ser capaz de atender uma gestante em tempo integral. E vou procurar fazer o quê? Olha, como não existe um sistema que me dê uma mudança de paradigma de atenção ao parto, um sistema que eu possa

gozar de segurança para a minha gestante, optei em deixar de ser obstetra.

Então vejam que a morte materna é uma coisa que não se resolve de uma forma tão prática e tão simples. É uma forma que nós vamos ter que ter tempo para resolver.

Nesse ano eu fui convidado pela presidência da FEBRASGO para assumir a coordenação da mortalidade materna. Nós fizemos um projeto para três anos em que a gente procura definir, através de fóruns regionais, consensos para a redução de mortalidade materna e capacitações e creditações locais em que a FEBRASGO venha, em conjunto com o Ministério da Saúde, poder resolver. Só que nós, posso passar isso até depois, já conversei com o Dr. Telles, que é detentor desse poder, certo, para a gente poder, FEBRASGO e Ministério da Saúde, conversarem a respeito do que ambas instituições possam vir a fazer para a redução da mortalidade materna. Lhes asseguro que nós teremos muito trabalho. Porém, acredito e tenho certeza que nós podemos reduzir a morte materna. Vai demorar, vai depender da Academia, da qualidade dos sistemas de Hospitais Escola, vai depender da FEBRASGO, vai depender do Ministério da Saúde, vai depender dos senhores legisladores, ou seja, isso é uma campanha nacional, e só a partir desse momento nós teremos de fato um programa para reduzir morte materna.

O que é vergonhoso é nós continuarmos com uma mortalidade alta, acima de 50. Isso nos envergonha como médico, como gestores e como legisladores, certo, e nós temos que, em conjunto, realizarmos esforços para que isso aconteça. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Helvio. Nós vamos passar a palavra agora à Dra. Silvia, Médica Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança, e no final, depois do representante também do Ministério, nós abriremos para os debates e a participação dos Srs. Senadores. Inclusive eu quero informar que a lista de inscrição já se encontra aberta: Senador Roberto Cavalcanti, da Paraíba, Senador Augusto Botelho, que inclusive é Presidente da Subcomissão de Saúde e deve ter uma experiência muito grande, que é médico no Norte, deve ter feito muitos partos por lá, e o Senador Nery. Passamos agora a palavra à doutora Silvia--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): *Pela ordem, Senadora, com a permissão da Dra. Silvia.*

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): *Pois não.*

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): *Eu acho que já estou escrito, não estou?*

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já, o senhor é o primeiro, já está

inscrito, por isso que eu não... O Senador Augusto Botelho já tinha colocado, já tinha feito a sua inscrição. Mas, Dra. Silvia, a senhora dispõe do tempo que for necessário.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Bom-dia a todos e a todas. Eu estou aqui em nome da Pastoral da Criança, sou uma voluntária, fiz agora dez anos, atualmente eu estou coordenadora, sou a coordenadora estadual no Estado de Sergipe e, também, eu faço parte da Sociedade Sergipana também de Pediatria. Então a história dessa morte materna tem muito a ver também comigo porque eu sou também pediatra, sou sua colega, sou pediatra, mas assim também fui médica do Programa Saúde da Família, então eu vivenciei também essa história desta morte e vivencio porque, inclusive, nós temos um comitê, eu acho que a gente também tem que fazer, vamos dizer assim, passar para os gestores que é importante que eles tenham este Comitê de Combate à Mortalidade Materno Infantil, que não é fácil, porque você vai ter que fazer toda uma análise aonde nós estamos falhando, aonde nós não estamos conseguindo avançar.

Então uma coisa assim muito importante, nós temos esse comitê, tanto é que as análises das mortes, já em 2009, nós também já estamos fazendo. Inclusive, assim, do meu Estado, eu tenho as análises das mortes maternas já de 2009, mas eu acho que também seria um caminho para que a gente se debruçasse dessa triste história. É uma triste história, mas eu acho que você tem que, vamos dizer assim, olhar, fazer um olhar, vários olhares para que a gente possa chegar, vamos dizer assim, ao que nós vamos ter que fazer, porque tem o que ser feito, tem, e não são coisas difíceis, são coisas realmente práticas, inclusive eu trago algumas sugestões da prática, é da prática, porque como nós temos um comitê, a gente faz as recomendações. E aí a gente pergunta: essas recomendações, a gente consegue avançar nessas recomendações? Porque os comitês são para fazer recomendações.

Então a Pastoral, ao longo desses anos, inclusive eu faço questão de dizer que talvez seja uma das ONGs que, no nosso país, conseguiu fazer uma política pública, quando ela fez aquela ação do soro, que ela fez o soro oral, que disseminou por todo o nosso País, porque as crianças não morriam somente pela diarreia, elas morriam porque não conseguiam chegar a tempo a um local que pudesse fazer a sua, vamos dizer assim, hidratação. Um grande problema, porque a diarreia, lógico, diminuíram muito, mas era o grande problema. E ela conseguiu, uma ONG conseguiu instituir num País de nível continental, como é o nosso, uma política pública, porque praticamente todos os serviços e a própria população abraçou isso. E a gente salvou, a

gente sabe disso, que salvamos muitas e muitas vidas. Então a Pastoral sempre vai estar interessada aonde tiver aquela pessoa com um sofrer maior, vamos dizer assim, com uma qualidade de vida não compatível que deveríamos todos nós, brasileiros, termos.

Então a Campanha da Fraternidade, que foi a de 2008, a gente fez “Escolhe, pois, a vida”, que é de Deuteronômio 30:19. A gente gostaria de dizer também que a CNBB, nós somos, vamos dizer assim, a Confederação da CNBB, mas nós somos é ecumênicas, então nós trabalhamos com todos os nossos irmãos, porque eu acho que quem cuida da vida tem que olhar mais a vida e não pedaços e nem partes. Então nós somos ecumênicas. O próximo.

A Constituição da República Federativa, ela mostra muito quem são os eleitos para que a gente faça mesmo essa defesa. Seria a família, a maternidade, olha lá a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, porque nós sabemos que são esses os grupos mais vulneráveis, vamos dizer assim, que precisam de mais aporte, mais sustentabilidade para que faça, e, também, o amparo às crianças e adolescentes. O próximo.

Para definir a morte materna, meu colega ali, o obstetra, o professor, ele considera que por um período de quarenta e dois dias qualquer morte, e dentro também hoje até um ano depois você também ainda faz essa investigação, que as mulheres em idade fértil, que inclusive eu não concordo, vou dizer aqui aos senhores, que coloquem que uma criança de dez anos é uma mulher, porque em nenhum critério que nós queiramos colocá-la neste condição, ela ainda não é uma mulher. Mas a gente, vamos dizer assim, enquanto saúde pública nós às vezes temos que fazer esses termos, mas eu, quando eu posso, eu sempre faço essa fala. Eu não concordo que uma criança, que seria um pré-adolescente, aos dez anos seja considerado mulheres em idade fértil, mas no nosso País também a gente está vendo que está tendo as gestações aos dez anos de idade. Então é uma coisa que a gente, na saúde pública, tem que aceitar. Você como pessoa, como uma cidadã, você não aceite muito, mas tecnicamente, quando você trata de saúde pública, têm coisas que a gente vai ter que aceitar.

A Organização Mundial de Saúde vê esta morte como uma morte que tem uma repercussão social muito grande. Ela é uma morte, assim, como essa morte é vista? Porque ela tem uma repercussão social muito maior do que a da criança. É interessante a gente chegar a isso. Às vezes eu me sinto também, eu digo: Poxa vida, a gente vê o número muito alto, e teríamos que também ter esse debruçar sobre essa morte também infantil, mas a morte materna tem uma repercussão

social muito grande, porque aquela mulher estava em uma idade fértil, uma idade produtiva, deveria cuidar dos seus filhos e ela, naquele momento de gerar uma vida, ela perde a sua vida. Então é uma coisa que tem uma repercussão muito grande. Então a Organização Mundial de Saúde tem sempre essa preocupação com esta gravidez, com este puerpério, com este período que esta mulher vai gerar uma vida. O próximo.

Aí a gente está falando sobre a legalidade do aborto. A gente vai ver que o Chile, vamos dizer assim, ele tem um bom serviço de saúde e a gente vê que a mortalidade pelo aborto, neste caso, é baixa. O Brasil, em perigo de vida, tem os quadros e violação, que são as causas de estupro, também está perante a Lei resguardada a esta mulher, mas assim você vê que aonde ela tem o melhor acompanhamento da sua vida, da sua vida saúde, ela tem o menor número de óbitos nestes países. E o Chile, dentro de todos os nossos na América Latina, é o que tem--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: E lá é interessante, o aborto não é permitido, todos eles, em nenhuma situação. Aqui nós temos os casos de estupro e temos de risco grave de vida para esta mulher. Lá, não. Na realidade, como eles têm uma boa qualidade de saúde pública, é o menor índice em toda a América Latina. Vamos ao próximo.

Não existe correlação entre a legalidade do aborto nos países e a sua taxa de mortalidade materna. A taxa de mortalidade materna, ela depende muito da assistência que é dada a esta mulher, porque a partir de doze, de dez, agora a gente já vemos em nosso País, infelizmente, as crianças com dez anos, uma parte grande pela violência sexual que está sendo feita contra esta criança, mas é a assistência que é dada a esta mulher que faz com que a taxa esteja alta ou baixa, tanto durante o pré-natal, durante o parto e o pós-parto, e o nível de desenvolvimento do País, porque é uma das taxas que, para a Organização Mundial de Saúde, ela tem uma importância fundamental, porque ela diz o que está ocorrendo nesse País, a materno infantil, principalmente também a infantil, é considerado um dos indicadores de maior importância para dizer o nível em que está a assistência à saúde desta população, um dos indicadores mais importantes para a Organização Mundial de Saúde é este. Vamos ao próximo.

Sobre a ótica biológica, a gente sabe que o início da fecundação do óvulo pelo espermatozoide torna-se viável a partir da nidação, que ele vai fazer um caminho, ele faz aquele caminhozinho e quando ele chega, que ele se fixa no endométrio uterino, ele começa a ter a vida, e essa vida é uma vida independente e

que deve ser respeitada esta vida independente, porque eu não posso, eu não posso dizer que eu tenho um mando sobre uma outra vida. Eu acho que a gente teria que também pensar, independente da opção religiosa. O próximo.

O texto constitucional tem garantias fundamentais e, dentro dessas fundamentais, é o direito à vida. Então eu acho que a gente, quando a gente faz essa proteção à vida, a gente também deve fazê-la quando ela está dentro de um útero. Não é porque ela está dentro de um útero que eu posso desrespeitar também essa vida. Ao contrário, eu deveria respeitá-la porque ela está muito mais dependente das causas externas do que qualquer uma outra coisa. O próximo.

A Pastoral da Criança tem uma ação muito próxima. Eu me pergunto muito. Hoje a gente vê os agentes, eles vão às portas, mas assim nós enquanto organização, nós vamos às portas. É muito difícil de você ir a uma porta, de você bater a uma porta, é muito difícil você fazer um trabalho de porta em porta e nós temos um voluntário. Então muitas vezes eu vejo assim, este País tem muita coisa, muita, porque quando eu vejo uma pessoa humilde, às vezes desempregada, que tem tanto problema dentro daquela sua comunidade e ela vai a uma outra casa, bate a esta porta e leva educação e saúde. A gente tem que pensar muito isso. O que é que toca uma pessoa que vive dentro daquela comunidade, que tem todos os problemas também que ela tem, todas as vezes as carências que ela tem, ela chega até ao outro e presta um serviço, e ainda mais gratuitamente, que às vezes a gente vê que no serviço, alguns serviços, não conseguem fazer isso. E elas fazem assim, eu digo assim: “Meu Deus, fazem dois dias de viagem, quatro dias de viagem dentro do Rio Amazonas, do Rio Negro, vai olhar uma comunidade e traz dados sobre aquelas comunidades. Então é uma coisa assim que nós vivemos, nós temos um milhão e quinhentas mil famílias visitadas e a gente faz um atendimento humanizado do pré-natal, do parto e do pós-parto. Nós vemos também muito assim os filhos, as famílias e a educação e saúde, porque eu acho que muita coisa também passa pela educação e saúde, eu digo muito isso, porque se não nós faremos trabalhos, trabalhos, trabalhos e nós não conseguimos fazer, porque eu acho que o profissional de saúde tem que pensar muito nisso. Ele é um educador, acima de tudo ele deve ser um educador, sempre ele deve ser um educador. Parece que a gente perde um pouco isso, ou ele é sempre um professor mesmo, mas eu acho que todos os servidores, todas as pessoas que trabalham na saúde deveriam ser necessariamente um educador. Eu acho que se nós podemos perder nunca essa visão de educador. Vamos ao próximo.

É a prática do aborto, considerada muito grave, é uma pesquisa em 2007 do DATAFOLHA, em que a população em geral, ela acha uma prática não bem-vinda, e a gente também sabe que muitas vezes a mulher faz esse aborto, que é uma das causas também frequente de morte materna, por causas externas, porque quando ela recebe o apoio, quando ela tem uma estrutura familiar, quando ela tem uma estrutura social que faça uma proteção a ela, que faça uma rede a ela, ela normalmente não deseja, mas muitas vezes ela faz por fatores externos a ela. Então quando ela se vê pressionada, quando ela se vê, vamos dizer assim, acuada, ela faz mais facilmente do que quando ela está dentro dos padrões que ela possa ter o seu filho em paz, ela sempre fará a opção por ter o seu filho. Logicamente que a gente sabe que em alguns casos ela deverá também ser orientada sobre essa concepção, porque às vezes ela também vai correr um risco de vida [soa a campainha]. O próximo.

Bom, a rejeição, isso daí também é de 2007, considero moralmente errada, é alta, é alta, o País ainda se mantém nesse patamar, que a interrupção da gravidez não é uma coisa vista no nosso País como uma coisa ótima e nem maravilhosa. Eu acho que você tem que dar condição a esta mulher e não propor a ela estar fazendo abortamento. Vamos ao próximo.

Esse daí é uma ampliação, é de 2007, mas eu acho que isso aqui é mais... Esse aqui é dizendo assim: que quer que a Lei continue como está, ou seja, eu resguardo essa mulher que foi violentada, eu protejo ela quando ela corre um risco grave de vida, mas fora isso eu não vejo muita indicação. O próximo.

A causa, como o meu colega disse, hemorragia, nós temos pouco tempo, por isso que quando das propostas, eu vou ler algumas recomendações, mas eu quero dizer o seguinte: isto aqui está aberto. É porque é assim: quando você faz uma fala e não propõe alguma coisa, eu acho que fica uma fala um pouco em vão. A gente faz uma fala e o que nós vamos construir a partir disto? Então nós trouxemos algumas propostas, que os Srs. Senadores e toda a Comissão aqui poderá olhar e propor para que a gente possa fazer alguma coisa. O próximo.

Tem um dano, que é a chamada Síndrome de Pós-Aborto, que existe no CID já essa síndrome, que ela apresenta várias características, essa síndrome após este quadro de abortamento. O próximo.

A Organização Mundial concorda em assinalar que, para diminuir os índices, eu já disse isso, à gestante, deve ser toda qualificação do seu período de pré-natal, durante o parto e no período puerperal, é o pós-parto. O próximo.

E também assim uma coisa importantíssima: este transporte, no nosso País, esse transporte seguro é uma coisa que nós temos que avançar, porque senão nós fazemos aquela história que faz, colocamos esta mãe, chocada, dentro de uma ambulância e faz esse transporte. Se a gente não fizer esse transporte seguro dessa mulher, é um quadro grave que a gente tem que avançar nesse trabalho. Vamos.

Este é um estudo que existe da Finlândia(F), que a mulher corre muito mais risco quando ela faz um aborto do que quando ela tem um parto normal, desde que ela seja bem assistida. É uma coisa porque é a própria natureza, a natureza é que faz isso. Vamos ao próximo. Em contraste, as mulheres que tiveram abortos induzidos teriam 46 mil mais possibilidades de morrer do que aquelas que não estiveram grávidas, 60% de morrer para aquelas que tiveram aborto espontâneo, porque o espontâneo foi a própria natureza que assim conduziu, e 195 do que aquelas que deram à luz. Então o parto, o parto bem assistido, ele é muito mais seguro para uma mulher do que um aborto, por mais seguro que queira se dizer que ele possa ser. Vamos lá.

Esse daí também pode passar, porque, assim, hemorragia é o que o meu colega disse. Eu vou retornar para dizer o que ele já disse, que a principal é hemorragia, hemorragia, hemorragia, a nossa causa maior ainda é hemorragia. Pode passar.

Também tem a parte da alta incidência de câncer de mama. É interessante. Essa pesquisa, ela diz o seguinte: que quando a mulher fica grávida, o seu organismo começa a fazer as alterações hormonais, todas para fazer a manutenção daquela gestação. E a mama, vamos dizer assim, é o tecido que mais vai sofrer modificações para poder preparar os canais que passarão o leite. Então essas células, elas começam a se desenvolver e elas vão ter um período para depois começarem a fazer aquela produção acentuada do leite. Quando ocorre essa perda, a interrupção dessa gestação, elas ficam como se fossem células intermediárias, nem elas chegaram a ser completadas, elas nem foram à frente para fazer, vamos dizer assim, o seu ponto final, e, também, elas vão ter que fazer uma regressão. Então ficam vários nichos de células que são consideradas como se fossem células imaturas [soa a campainha], que poderá haver um câncer de mama. E a mulher, enquanto ela mais amamenta, enquanto mais ela tem gestações a termo, ela fica mais protegida de câncer mamário, que é a segunda causa hoje de morte em mulheres no nosso País. Está altíssimo, em alguns locais é o primeiro, é a primeira causa, é o câncer de mama. Então essa gestação também tem a ver com essa incidência. Enquanto ela tem partos

normais, enquanto ela amamenta, é um fator de proteção a esta mulher. Enquanto faz uma interrupção, ela tem uma possibilidade maior, porque essas células ficaram como se fossem intermediárias, elas ficaram sem terminar, vamos dizer assim, o seu ciclo. Vamos ao próximo.

Esse aí é o caso da possibilidade de risco de mama. Vamos ao próximo.

A gente tem, Senadores, senhoras, senhores e servidores, nós entregamos um documento a vocês que é chamado Laços de Amor. A Pastoral fez esse trabalho e eu gostaria, se os senhores tivessem aí, é a criança mandando... Ela se comunica com a mãe, ela manda os recados, ela manda mensalmente ou de dois em dois meses manda um recado para a mãe dela. Ela diz como ela está e ela pede a essa mãe, ela faz uma fala para a mãe. Se os senhores tivessem um tempo, as senhoras também, uma horinha para ler, é uma coisa assim muito simples, isso aqui é uma coisa simples, mas no qual a criança, ela se dirige à mãe, e aqui tem várias indicações, várias, vamos dizer assim, orientações, muito simples, que poderão ser conversadas com as mães e elas recebem os recados dos seus filhos. Então o bebê se comunica com ela, manda esse recado para a sua mãe. É muito interessante. Quando vocês tiverem um tempinho, leiam que vocês vão ver que vai valer a pena vocês fazerem essa leitura. Então é um trabalho que a Pastoral faz, então o feto fala para a sua mãe e a Pastoral faz a orientação para uma gravidez saudável. O próximo.

Já está um pouquinho perto de terminar.

Esse trabalho aí, ele diz a ela: "Olá mamãe, eu ainda sou muito pequenino, mas estou feliz por estar aqui com você. O meu coração já bate, o sangue já corre pelo meu corpo. Para que eu cresça e nasça com bom peso é importante que você se alimente e se cuide bem, viu?" Então ele sempre manda um recado para a mãe dele. É uma maneira assim linda, porque ele faz a fala para a sua mãe. O próximo.

Então ele sempre vai mandando, aqui tem várias informações que são muito importantes para a mãe. Vamos ao próximo.

Então ele diz assim: "Mamãe, cuidando da sua saúde você também está cuidando da minha. Assim, você vai se sentir bem e eu vou nascer bem fortinho", porque agora no nosso País as crianças estão nascendo muito com baixo peso, abaixo de 2kg500gr, é prematuridade e criança nascendo com baixo peso, prematuridade que já sabe que essas crianças serão os futuros, as pessoas futuras das síndromes metabólicas, que a síndrome metabólica o que é? É a hipertensão, a diabetes. Então o nosso País está construindo, vamos dizer assim, pessoas que terão

síndromes metabólicas, a síndrome metabólica. Então ou a gente faz confio que essas crianças nasçam no período certo ou então essas crianças serão prematuras, de baixo peso, não porque elas fossem ser de baixo peso, mas como nasceram antes, elas não conseguiram alcançar o peso que teriam, e as outras também nascem, vamos dizer assim, com a gestação em tempo normal, mas com baixo peso. Então vai ter muita síndrome metabólica, que agora já tem muito no nosso País. O próximo.

Aí também é outro, no oitavo mês, ele diz, você veja: qual é a mãe e qual de nós responderíamos assim, por exemplo, na 36ª semana de gestação, qual de nós responderíamos: De quantos em quantos dias esta gestante deveria ser vista, ou seja, acompanhada, ou fazer uma consulta? Se você perguntar eu acho que no País todo nosso, 90% de agentes não responderia, quando na realidade ela deverá ser duas vezes, a cada quinze dias. Vocês vejam que coisa de irresponsabilidade, no momento em que eu vou me aproximando daquele momento, daquele parto, eu tenho que ter mais cuidado, mais vigilância sobre a saúde dessa mulher. E ninguém quase sabe disso, ninguém, gente! Então ou nós fazemos essa socialização ou então nós vamos ficar sempre a dever a essas mães. No último mês, você veja, no último mês deverá ser feita uma vez por semana. Eu acho que 90% da nossa população não sabe disso e isso só se fazer fazendo educação em saúde, porque ninguém vai poder saber disso, ninguém vai poder. Se a gente não fizer educação em saúde, ficaremos todos sem saber que essa mulher, enquanto mais ela se aproxima da hora do parto, mais eu tenho que estar próximo da vigilância em saúde dela. O próximo.

Essa aí também pode passar, a neoplasia maligna da mama é altíssima agora no nosso País, depois é a de colo e de útero. Pode passar ao próximo.

Essas mortes são por violência. Pode passar. Está alta também, ou então causas externas. Pode passar.

Na Conferência de Pequim não conseguiu se chegar a um consenso, mas ela afirma que em nenhum caso se deve promover o aborto como método de planejamento familiar. Aborto não é planejamento familiar. Você tem que dar os direitos, o direito desta mulher a fazer, vamos dizer assim, a sua análise reprodutiva, conceptiva, mas jamais determinar, como sendo uma prática de método de planejamento, fazer abortamento. O próximo.

Aquele caso é interessante. Mais de 80% das mulheres dariam a vida se tivessem apoio. Então na realidade a natureza da mulher não é para que ela faça isso, mas quando ela se vê pressionada, ela responde

a essa pressão sobre a forma de concordar com este quadro. O próximo.

Aí são as referências, viu? Esse material vai ficar aí, qualquer um dos senhores vão ter direito a esse material. Pode passar.

Agora eu gostaria, eu não sei se seria nesse momento, mas a gente trouxe algumas recomendações, propostas, não são recomendações; recomendações quem faz são os Comitês, são o Ministério. Aí a gente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, pela sua experiência, a senhora tem todo o direito de fazer as suas recomendações. Pode sim, é muito bem-vindo.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: A gente propõe, enquanto Pastoral, que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: É, você, meu colega, vai ser um dos que vai mais dar opinião sobre isso, porque eu digo assim: "Meu Deus do céu, os obstetras e os ginecos--"

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dra. Silvia, só um instante. A senhora vai ler as suas recomendações, depois nós vamos ver o Ministério, em seguida os Senadores e teremos um segundo momento, quando faremos, vamos dizer assim, porque o Dr. Helvio, como é também da área e--

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: *Mais do que todo mundo.*

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mais do que nunca, porque nós, pediatras, estamos participando mais do que todo mundo, mas com certeza vai poder também nos dar bastante sugestões, recomendações, propostas, que serão todas bem-vindas.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Nós propomos: uso criterioso da ocitocina, viabilizar protocolos de uso. Então eu só vou fazer uso da ocitocina em protocolos, de maneira que no caso vai ser pela Sociedade de Obstetrícia; o partograma com acompanhamento efetivo; aumentar o número de leitos obstétricos. Eu acho que isso é importantíssimo; a criação dos Comitês de Mortalidade Materno Infantil Hospitalares, porque normalmente nós fazemos municipais. É muito difícil quando a gente manda uma recomendação e quando você também não constrói aquilo, quando você não analisa aqui, você não quer receber recomendação de ninguém. Então eu acho que tem que ser feito um Comitê de Mortalidade Materno Infantil Hospitalar. Aí sim, aí sim você vai olhar, porque nem tudo ocorreu dentro do hospital. Não é isso, gente, as coisas ocor-

reram lá quando eu estou fazendo o meu pré-natal, antes da concepção desta pessoa.

Então, a gente teria que ver muito isso; capacitação na assistência neonatal, a responsabilização do profissional na rede e na maternidade, priorizando as morbidades mais frequentes; divulgar boletins informativos e discutir indicadores nos sistemas, nos serviços de assistência à saúde de gestantes e criança. Então fazer uma discussão também nos conselhos locais, nos conselhos municipais, para que haja uma discussão realmente, para que a sociedade também possa tomar conhecimento, que às vezes ficam muito na parte técnica e não se chega a isso, não se socializa. Então se têm as coisas, mas você não consegue socializar. Isso é muito difícil, de que essa história, vamos dizer assim, que você ache que tem um direito, que tem esse direito; melhorar a qualidade de registro nos prontuários nas Unidades Básicas de Saúde, devendo constar os diagnósticos e orientações referentes às gestantes. Por quê? Porque quando nós vamos fazer as investigações desses óbitos, a gente às vezes não consegue avançar. Quando eu digo assim “causa indeterminada”, quando eu digo a uma pessoa “causa-morte indeterminada”, o que é que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que essa causa não interessa a ninguém. Quando eu digo, quando eu escrevo num atestado de óbito “causa indeterminada” ou “mal definida”, qual é o significado prático? Pronto, não conseguiu, não conseguiu. Isso aqui não tem muita importância, é como se eu desse um atestado no final da vida daquela pessoa sobre isso.

E quando a gente vai para os prontuários, é difícil, é difícil de se fechar os diagnósticos da causa mortis porque a gente não tem uma boa, vamos dizer assim, um bom relato daquela história. Aí a gente vai para as famílias, para o domicílio. É difícil, porque a gente diz assim: “O que foi que sentiu?” “Ela teve uma dor de cabeça”. Bom, isso até pode muito contribuir, mas assim a gente tem que detalhar. Se você tivesse um antecedente dessa mulher, você teria uma melhor possibilidade de fechar esse diagnóstico; melhorar, veja, e agilizar a busca ativa das gestantes para início do pré-natal, porque enquanto mais cedo, enquanto mais precocemente você inicia esse pré-natal, mas você faz uma proteção à mãe e a esta criança nesse ventre dela materno; viabilização da investigação diagnóstica adequada no pré-natal e acesso rápido aos especialistas. Se eu tenho uma cardiopata, eu não posso considerar que aquela gestação vai ser uma gestação... Eu tenho que classificá-la como de alto risco e tenho que ter um apoio, eu tenho que ter uma parceria, eu tenho que ter uma pessoa que faça também aquela especialidade. Então os endócrinos, que geralmente elas têm

também, por exemplo, as diabéticas têm muito [soa a campainha], muito problema durante essa gestação; melhorar as ações do pré-natal quando à avaliação do risco reprodutivo [soa a campainha] e contraceptivo; garantir referência e contrarreferência. Como é que eu posso ter uma gestação de risco e eu ter daqui há vinte dias ou trinta dias? Muitas vezes a gente já não consegue mais avançar nessa gestação; melhorar a qualidade da hemoterapia, porque muitas vezes elas vão morrer por hemorragia, por hemorragia. Eu tenho tantas horas, o meu colega ali falou, eu tenho tantas horas. Se eu não agir dentro dessas tantas horas, não adianta mais, esse quadro já acabou, essa história já se encerrou; UTI para gestantes, aumentar o número; fazer autópsia de casos de morte de mulher em idade fértil; estudo dos casos de morbidade extremamente grave; melhorar a adesão no final da gestação, no final da gestação. É importantíssimo, por exemplo, às vezes a gente faz uma glicemia, quando a gente sabe que no final da gestação a gente deveria ter muito mais acompanhamento, essa vigilância ser muito mais próximas dessa mulher; fazer um trabalho educativo junto às gestantes da importância de apresentar o cartão na maternidade. Elas, às vezes, chegam tão angustiadas que chegam sem nada, só com a sua pessoa, sem história nenhuma dessa gestação. É outro quadro grave; e conhecimento e visita das gestantes à maternidade na qual realizará o parto. Por quê? Porque eu fiquei impressionada, foi que botou-se aquela moça que faleceu, se colocou o número do ônibus para a gestante, para que ela fosse, ela já tinha ido a duas maternidades, não a receberam, então ela foi pegar um ônibus para poder chegar num momento de um, vamos dizer assim, desencadear do seu parto. Então eu acho que isso é grave. Essa mulher tem que ter esse direito também de saber: “Olha, no meu parto eu tenho essa maternidade ou esta”. O que eu não posso é, numa hora que eu estou em trabalho de parto, eu estar rodando dois, três, quatro lugares, e as pessoas dizerem: “Aqui não tem vaga, vá embora, aqui não tem vaga”. Isso é humanamente, muito, muito grave.

Então era isso que nós queríamos dizer e estou aberta. Também temos essa campanha aqui, que ela está me lembrando ali, mas eu acho que a gente faz num outro momento, porque eu vou respeitar, se a senhora abrir o espaço depois eu posso falar, mas vou respeitar o espaço do meu colega. O que eu souber também responder eu respondo, o que eu estou falando aqui é da minha vivência prática, porque eu também faço parte do comitê há mais de dez anos e hoje, quando eu vejo que eu tenho vinte e poucas leitos de UTI, eu digo: Valeu a pena eu ter lutado, porque teve dias que eu vi que eram cinco leitos e eu dizia:

Quem foi que escolheu, quais foram os critérios que foi escolhido? E hoje eu vejo a minha prática, então o que eu estou falando aqui é da minha prática, dos comitês, também da minha Pastoral e da vivência da minha vida. Muito obrigada a vocês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada à Dra. Silvia. Realmente a sua participação foi bastante importante, esclarecedora, traz uma vivência não somente como médica, mas também num trabalho que nós reconhecemos como que merece de todos nós os maiores méritos, que é a Pastoral da Criança, o trabalho da Pastoral, que eu também, como pediatra e, na realidade, além de pediatra, eu tive uma vivência muito grande na neonatologia. Durante quinze anos da minha vida fui responsável pelo maior berçário na cidade onde eu trabalhava e trabalhei com a Pastoral da Criança quando começamos o combate à mortalidade infantil.

Então eu gostaria aqui de agradecer e de passar agora a palavra ao representante do Ministério, o Dr. José Luiz Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde. Agradecer também aqui a presença: da Dra. Vera Lúcia Mota da Fonseca, Secretária Adjunta da FEBRASGO e membro da Comissão do Parto Normal, do Conselho Federal de Medicina; Daphne Rattner, Técnica Especializada no Ministério da Saúde; Luciana Bordinoski, Servidora do Ministério da Saúde; Carlos Alberto Maia, Assessor Técnico do Ministério da Saúde; Solene Gealza(F), Assessoria do DAPS - Ministério da Saúde; Olímpio Moraes, Professor de Obstetrícia da Universidade de Pernambuco, muito obrigada aqui pela presença, que é da Comissão de Abortamento, Parto e Puerpério da FEBRASGO; Pedro Pablo Magalhães Chacel, Corregedor e Conselheiro do Conselho Federal de Medicina. Agradecer a todos que aqui estão, aos dois Consultores, a Regina e o Dr. José Alves, que prestam esse grande trabalho, nos acompanham, são Consultores da Casa, e a nossa Maricota, que é a Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde. Queremos também registrar a presença do Senador Flávio Arns, que é o Presidente da Comissão de Educação, que também sempre está muito ligado a essas questões sociais. Ele já presidiu a Comissão de Direitos Humanos e também nessas questões sabe da importância. A presença do Senador Augusto Botelho já foi registrada.

Bem, então eu gostaria aqui de passar agora a palavra ao Dr. José Telles. Antes, Dr. José, desculpe aqui, eu queria só antes complementar a Dra. Silvia, quando ela falou na questão da mortalidade infantil. Vejam quanto a gestação tem uma importância fundamental na questão da criança. Hoje nós avançamos

bastante, melhoramos, reduzimos, estamos dentro do que acordamos na meta do milênio com relação à mortalidade infantil, mas ela ainda é alta e bastante alta. A mortalidade infantil hoje acontece muito exatamente nessa fase do pós-parto, nos primeiros meses de vida, no período neonatal. Então vejam a importância da gestação com a mortalidade também do feto em função das inúmeras carências que uma má gestação leva também para a criança. Então muito obrigado ao Dr. José, agora a palavra está com o senhor e pelo tempo que o senhor achar necessário.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Obrigado, Senadora Rosalba Ciarlini. Para nós, do Ministério da Saúde, é sempre uma oportunidade muito positiva estarmos aqui dividindo, prestando contas das políticas que o Ministério vêm implantando nesse País junto com as Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais, mas também dividir os nossos desafios, os nossos problemas, entendendo que essa Casa tem uma responsabilidade capital para o sucesso desse Sistema Único de Saúde, que faz 21 anos esse ano.

O Senador Papaléo já saiu, mas, Senador João Durval, Senador Flávio Arns, Senador Augusto Botelho, nossos Consultores do Ministério da Saúde, senhoras e senhores.

Falar de assistência à saúde materna, falar de mortalidade materna nesse País, que é um País continental, é falar das mil faces que as mulheres assumem em todo o território nacional. Dependendo de onde essa mulher nasce, esse lugar onde ela nasceu pode ser determinante de como ela morrerá.

Falar de saúde extrapola os limites stricto sensu da assistência à saúde. Nós estamos falando de um fenômeno extremamente complexo, que envolve necessariamente outros setores governamentais e, também, não-governamentais. E aqui nós temos na Mesa, Senadora, dois representantes de organismos que fazem uma parceria fundamental com o Ministério da Saúde, a Pastoral da Criança, que vem complementando as ações do Sistema Único de Saúde exatamente naquelas populações mais carentes, que tem maior dificuldade de acesso aos serviços e, principalmente, às informações acessíveis, e o companheiro Helvio aqui da FEBRASGO, que abandonou a obstetrícia, mas se incorporou num frente importante de qualificar as políticas públicas e chamar a atenção, inclusive, dos médicos para a sua inserção dentro das políticas públicas. Portanto, essa é uma Mesa bastante feliz para discutir essa temática. E é uma temática, como falei, que extrapola os limites stricto sensu e envolve necessariamente políticas sociais: alimentação, trabalho, quer dizer, o fato de nesse Governo Lula termos criado uma Secretaria Especial de Políticas para as

Mulheres é a assunção de que há dentro da população diferenças substanciais de tratamento entre homens e mulheres. As questões de gênero perpassam todas as práticas sociais e, também, as práticas de saúde. Tem sido uma parceira importante a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na medida que nós entendemos, no Ministério da Saúde, que a promoção da saúde da população passa necessariamente pela intersectorialidade: educação, trabalho, alimentação, desenvolvimento, segurança, acesso à cultura, são todos elementos essenciais para falarmos de saúde de toda a população e, também, das mulheres.

O Ministério da Saúde assume a saúde da mulher, aliás, nesse ano nós comemoramos 25 anos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da mulher, quer dizer, há 25 anos atrás esse País assumia que a questão da mulher ultrapassava as questões reprodutivas, a mulher deveria ser vista para além da gravidez, ser vista como um ser social, que vive numa sociedade que discrimina, que vive numa sociedade que tem questões de gênero e, portanto, as especificidades de ser mulher nesse País também deveria ser assumida pelo setor saúde. Comemoramos e tivemos o que comemorar nesses 25 anos porque muitas das ações ou estratégias que foram colocadas no PAISM, como ficou conhecida a Política de Proteção Integral à Saúde da Mulher, alguns anos depois foram assumidas numa importante Conferência, que foi a Conferência de Cairo, e uma das questões fundamentais foi exatamente o planejamento reprodutivo dentro de um escopo maior, para além de um planejamento familiar, que é o escopo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, que atingem tanto os homens quanto as mulheres.

Ampliação e compra. Nesse âmbito nós tivemos alguns avanços, não foram poucos, foram avanços importantes. O fato de planejar a sua família, de ter acesso aos métodos anticoncepcionais para que tanto o homem quanto a mulher pudessem viver plenamente a sua sexualidade sem a preocupação de, a partir dessa vivência, gerar filhos, é uma política de saúde pública e dentro do escopo dos direitos sexuais reprodutivos fez com que o Ministério da Saúde, junto com as Secretarias Estaduais e Municipais, e aqui sempre irei ressaltar esse aspecto da constituição do Sistema Único de Saúde, é um sistema paritário, solidário entre as diferentes instâncias de Governo, seja municipais, estaduais e no nível federal. Tivemos a ampliação, a compra e distribuição dos métodos, oferta de anticoncepcionais. Eu queria destacar aqui a saúde e a prevenção nas escolas. Sabemos que a gestação na fase mais precoce da vida da mulher é sempre considerada uma gestação de risco, e aí o acesso à informação

por parte dos adolescentes, tanto meninas quanto os meninos que estão vivendo sua sexualidade, faz parte de um esforço importante de fazer com que esse planejamento familiar comece desde cedo.

Incorporação da vasectomia. Estaremos lançando, o Presidente Lula já adiantou ontem no programa, o Ministério da Saúde estará lançando a Política Nacional de Saúde do Homem, a vasectomia tem sido estimulada para que o homem participe ativamente desse processo de planejamento familiar, que esse ônus, que essa responsabilidade não recaia somente nos ombros das mulheres.

Primeira fábrica pública, Xapuri inaugura a primeira fábrica pública de preservativos, quer dizer, há uma preocupação importante, em particular do Ministro Temporão, de estabelecer um padrão de fazer saúde que também marque saúde como desenvolvimento social e econômico do País, portanto, há toda uma incorporação tecnológica, incorporação de novos insumos, ela é incentivada numa política consciente de que faz parte do desenvolvimento econômico do País.

Em 2008 os números são significativos, seja preservativos, contraceptivos injetáveis, dispositivos intrauterinos, e esse esforço todo tem como fundamental importância o planejamento de ter filhos, quer dizer, ter uma criança, ela deve ser desejada. E uma vez grávida, a mulher, no Sistema Único de Saúde, deveria ter assistência completa ao seu pré-natal normal, ao pré-natal de alto risco, que representa de 10% a 15% do total das gestações, uma atenção humanizada às situações de abortamento previstas na Lei, a nossa legislação ainda não foi modificada, é uma legislação que protege aquelas mulheres em situações de risco de vida e aquelas mulheres vítimas de violência sexual. Uma atenção humanizada ao parto, atenção humanizada ao puerpério, e aí nós temos uma condição importante no puerpério, que é a depressão pós-parto, e muitas vezes nós olhamos na mídia nenéns, bebês ainda pequenos sendo descartados, jogados em lixeiras, como foi agora ontem enrolado num saco plástico em São Paulo, e muitas vezes é uma desordem de ordem fisiológica, biológica na mulher, e o acolhimento a essa situação é importante. A atenção às urgências e emergências obstétricas.

Esse Sistema Único de Saúde, que faz 21 anos nesse ano de 2009, na área de atenção à saúde da mulher, ele tem avanços. Talvez o principal avanço é o acesso aos serviços de saúde. A estratégia saúde da família tem sido uma estratégia vitoriosa nesse item de fazer com que populações que historicamente estiveram alijadas do acesso ao serviço de saúde, hoje tenham um agente comunitário de saúde, um auxiliar técnico de enfermagem, um médico, uma enfermeira visitando

as suas residências, fazendo a identificação de situações de risco, situações comunitárias e possibilitando um planejamento mais racional das ações de saúde. Nós tivemos, de consultas de pré-natal, um aumento de mais de 70% de 2002 para 2008, chegando a 17 milhões de consultas pré-natal. A razão de número de consultas de pré-natal/partos ficou em na ordem de 6,2; a Organização Mundial de Saúde recomenda 6 consultas pré-natal ao longo da gestação. O fortalecimento da atenção básica, através de estratégia da saúde da família, tem sido uma das linhas mais importantes, mas sabemos que uma das questões que nos afeta, particularmente nessa temática, é exatamente a atenção especializada, a atenção principalmente hospitalar. O Dr. Helvio estava me corrigindo aqui, nós tínhamos um dado de 97%, 98%, ele estava me corrigindo e dizendo que chega a 99% o percentual de partos em ambiente hospitalar. Se nós estamos tratando de mortalidade materna, nós estamos também tratando dessa atenção ao parto intra-hospitalar, feito por equipes de médicos, enfermeiros e enfermeiras.

Nesse sentido, o programa de humanização no pré-natal e no nascimento foi incorporado como uma política transversal que passa da atenção básica aos hospitais que cuidam da assistência à gestante. E a humanização ali é entendida não só na relação qualificada entre o profissional de saúde e a gestante, mas também uma ação que busca incorporar outros atores importantes para a vida daquela mulher. E aí, em especial, a Lei que garante o acompanhante no ambiente onde se faz o parto. Aonde se tem tido o acompanhante no momento do parto, a gestante tem sido mais tranquilizada e o acompanhante, longe de atrapalhar os médicos e as enfermeiras, ele acaba sendo um importante auxiliar nesse processo.

Muito bem, esse é o programa de humanização em pré-natal, ele faz parte de uma série de Portarias que buscam exatamente trazer para o âmbito da gestação e do parto elementos essenciais que nós os classificamos como humanização. Vai desde o acompanhamento pré-natal, assistência ao parto, o puerpério e a assistência ao neonato.

Um dos indicadores assumidos pelo Ministério da Saúde como qualidade do pré-natal é o número de casos de sífilis congênita. Observa-se ali nesse slide que de 2002 a 2006 houve um aumento no registro de sífilis congênita. Duas importantes dimensões estão envolvidas nesse aumento. Primeiro, o fato do Ministério da Saúde assumir isso como um indicador e levar esse indicador para as Secretarias Estaduais e Municipais na forma de uma pactuação, fazer com que o registro dessa ocorrência seja efetivado e aí, obviamente, espera-se, nesse momento, onde há uma

subnotificação, que haja um aumento desse número, porque há um aumento do registro. Mas uma outra dimensão é a dimensão que mais nos preocupa, que é a dimensão da qualidade efetiva dessa assistência pré-natal. É realizado o exame. Quando é realizado o exame, esse exame é visto? E se esse exame é visto, essa gestante é tratada? E se essa gestante é tratada, o seu companheiro também é tratado? Então diferentes situações concorrem para que esse indicador nos oriente em termos de ações que busquem qualificar esse pré-natal.

Saliente-se aqui, esse slide a Dra. Daphne me ajudou a fazer, ela ressalta assim: "Olha, vamos salientar que o SUS é construído com os Estados e Municípios". O pré-natal normal é responsabilidade dos Municípios, com todo o apoio da Secretaria Estadual e todo o apoio do Ministério da Saúde. E as gestações de alto risco [soa a campainha], uma vez identificadas, elas são de responsabilidades dos Estados e Municípios de maior porte.

Algumas publicações do Ministério vão no sentido de orientar, não só os gestores, mas também os profissionais em saúde, de como organizar os seus serviços de forma competente para fazer com que aquelas metas estabelecidas, tanto nos pactos estaduais e municipais, quanto nas Portarias Ministeriais, sejam alcançadas. Temos uma preocupação importante na qualificação e na humanização da atenção ao parto e aí são vários seminários, vários encontros, a parceria nesse momento da FEBRASGO é preciosa, da mesma maneira que temos uma parceria importante com a Associação Brasileira das Enfermeiras e Enfermeiros Obstetrizes, da ABENFO, no sentido de fazer com que haja atualização nos profissionais que lidam diretamente com as mulheres no seu momento de gestação e de parto.

Algumas Portarias e algumas regulamentações são importantes na orientação dos serviços e aí saliente-se, novamente, que tanto essas Portarias quanto essas regulamentações nós buscamos, no Ministério da Saúde, ouvir as sociedades de especialistas, ouvir as Associações que representam médicos e enfermeiros, que lidam diretamente com essa temática.

A política de atenção às urgências e emergências, e aí importante mecanismo tem sido o SAMU. O SAMU, nos Municípios, tem prestado uma assistência fundamental a todas as parcelas da população, sejam idosos, sejam mulheres, sejam crianças, isso tem sido um avanço importante nos municípios.

Estamos esse ano, a partir de um convênio com um curso estruturado nos Estados Unidos, que é um curso de suporte avançado de vida e obstetrícia, para esse curso nós abrimos mil vagas e em especial essas

vagas foram alocadas para uma prioridade assumida pelo Presidente da República junto com o Ministro Temporão de redução da mortalidade infantil nas Regiões Nordeste e Amazônia Legal e no seu componente, a mortalidade infantil no seu componente neonatal.

Portanto, não é uma bica de água tratada na praça do município que vai resolver um dos componentes mais difíceis de baixar da mortalidade infantil, que é exatamente o componente neonatal, porque envolve a devida assistência à mulher, ao longo do seu período da gestação e no seu momento de parto, e a assistência ao recém nato.

Redução da transmissão vertical. O Brasil, ele é referência em termos de políticas de AIDS no mundo inteiro e nessa assistência à gestante HIV positiva há uma preocupação importante. Primeiro, fazer o diagnóstico a partir de um teste rápido e, segundo, introduzir precocemente a medicação, fazendo com que a redução hoje no País da transmissão vertical seja uma das maiores do mundo.

A vigilância epidemiológica de morte materna, quer dizer, a estruturação de comitês, esses comitês contam com a ajuda fundamental, e aí faz parte dos fundamentos da formação do comitê, as organizações da sociedade civil, sejam elas Pastoral da Criança, sejam elas Associações de Representação Acadêmica, Profissional. Não é possível tratarmos a mortalidade materna sem a devida investigação. Esses comitês, nós fizemos um manual dos Comitês de Morte Materna, estamos agora com um convênio com a Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, com um curso de educação à distância exatamente para tratar dos Comitês de Investigação de Óbitos e de Mortalidade Materna e Infantil, com ênfase nas Regiões Nordeste e Amazônia Legal.

Atenção humanizada ao abortamento. Sabemos todos que esse é um tema de extrema complexidade porque envolve necessariamente valores morais, não é uma questão técnica que se trata em Academia. E o Ministério da Saúde, na sua linha de defesa absoluta da vida, faz com que aquelas situações de abortamento legal sejam tratadas da melhor maneira possível, sabendo que é uma decisão trágica para a mulher, traz consequências importantes físicas e psicológicas e os profissionais de saúde têm que estar preparados para lidar com essa situação. E aí atenção ao aborto previsto em Lei. Sabemos que a mudança da legislação cabe a esta Casa, junto com a Câmara Federal, e cabe ao Ministério da Saúde alertar que uma das questões importantes de morbidade na saúde da mulher é o abortamento feito em clínicas clandestinas. Não há como tapar o sol com a peneira, quer dizer, esta é uma situação que nós vamos enfrentando como

uma questão de saúde pública, entretanto, somos absolutamente respeitosos à legislações desse País e a nossa preocupação é exatamente qualificar a atenção a essas mulheres.

E o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna em Neonatal. Eu quero dizer para os senhores e senhoras que é inadmissível um País do porte do Brasil, que fez uma revolução no seu sistema sanitário, ainda conviver com índices absurdos de mortalidade materna. Esse ano, Senador, eu tive a oportunidade de acompanhar o Ministro Vannuchi numa Audiência de direitos humanos, do PIDESC, que é um programa que analisa e avalia a situação dos direitos humanos no País, isso ocorreu em Genebra, eu fiquei responsável por responder pelo Ministério da Saúde, onde o tema mais debatido foi a da mortalidade materna. Não passa pela cabeça dos representantes dos países desenvolvidos de como um País desse porte, que tem acesso à tecnologia, que tem um sistema universal de saúde, ainda convive com índices... Bom, inominável, principalmente para aquelas famílias que perdem um ente no momento em que seria o momento mais precioso da sua vida, de ter um filho. Então o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, primeiro, assume essa responsabilidade, quer dizer, não há como fazer a política do avestruz, enfiarmos a cabeça na terra e fingimos que essa situação vá se resolver por si só. Não, quer dizer, o Ministério da Saúde, ao assumir esse pacto, ele chama todas as entidades que têm diretamente relacionado ao seu trabalho as questões da mortalidade infantil e da mortalidade materna, entidades não-governamentais, governamentais, e traçamos estratégias comuns para fortalecer os Estados e os Municípios naquilo que ele pode e deve fazer para reduzir esses índices.

Essa assunção pelo Ministério da Saúde... Aliás, foi muito feliz o Presidente Lula no final da sua gestão assumir que essas desigualdades sociais que tanto nos atinge, tanto nos envergonha, ela deve e pode ser assumida pelos seus entes ministeriais, pelo Governo não só federal, mas também pelos Estados e Municípios. Coube ao Ministério da Saúde a estratégia de redução da mortalidade infantil no seu componente neonatal. Para isso foi feito um pacto com os Governadores, Presidente Lula com os Governadores dessas regiões, dos Estados e dessas regiões, o Ministro da Saúde com os Secretários de Saúde, e estamos há exatos três meses fazendo uma caravana nesses dezessete Estados, junto com os técnicos de saúde das Secretarias Estaduais e Municipais buscando estratégias que visem a redução da mortalidade infantil no seu componente neonatal. E aí esse componente neonatal traz a dimensão do componente da mortalidade ma-

terna. Portanto, nós estamos bastante otimistas pela adesão que os Estados tiveram e pela adesão principalmente dos técnicos das Secretarias de Saúde de que as metas colocadas de redução de 5% em 2009 e 5% em 2010 será alcançada.

As principais ações vão desde a qualificação do pré-natal, da assistência ao parto e da assistência ao recém-nascido, e essa qualificação, eu gostaria de dizer, que vai desde a formação de recursos humanos. Se nós pensarmos o vazio assistencial que ainda existe em algumas áreas das Regiões Norte, principalmente das Regiões Norte, mas também no semiárido que atinge o Nordeste, vazios assistenciais que é difícil falar da fixação, por exemplo, de um médico neonatologista para a assistência numa maternidade ou sequer de um médico obstetra, quer dizer, então a qualificação dos profissionais, a qualificação dos insumos, quer dizer, o uso adequado dos insumos e a adequada disponibilidade desses insumos. Estamos fazendo uma compra centralizada de UTIs neonatais naqueles municípios às quais as maternidades necessitam das UTIs, agora com uma contrapartida importante dos Estados e dos Municípios, que as Unidades de Cuidados Intensivos, que não é UTI, seja assumida pelos Estados, porque muitas das vezes o leito é ocupado de uma UTI desnecessariamente, quer dizer, aquele recém-nato poderia estar ocupando um leito de cuidados intermediários e vagando o leito de cuidados, de tratamento intensivo.

Fortalecimento do controle social, mobilização social. Nós tivemos uma reunião com a Dra. Zilda Arns, ela ficou entusiasmada com a possibilidade da Pastoral da Criança entrar nessa parceria com o Ministério da Saúde. Temos uma parceria importante aqui com a FEBRASGO, enfim, há um esforço importante em relação a isso.

Eu gostaria de finalizar, Senadora, não dá, eu acho que nós não podemos, diante desse quadro, não nos indignarmos. Falar de mortalidade materna é falar de omissão; falar de mortalidade materna é falar de negligência; falar de mortalidade materna é falar da desestruturação do nosso sistema de saúde, que apesar da Lei Erundina, essa Lei de 2007, eu tenho a colinha aqui, Lei 11.634, o que é que essa Lei diz? É uma coisa básica: que toda mulher deve ter o conhecimento sobre o local aonde ela vai fazer o parto. Isso não é uma coisa do outro mundo, Senadora. Isso significa organização de rede, isso significa a articulação dessa rede SUS e nós, no Ministério da Saúde, temos uma discussão avançada com o CONAS e CONASEMS, que é o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais, para fazer com que essa Lei saia do papel. Estamos cansados de ter legislações e legislações, aquela que

pega e que não pega. Se é uma legislação aprovada por essa Casa, os órgãos públicos têm que cumprir. E essa é uma medida importante, a articulação da rede e estabelecer uma linha de cuidado que a pessoa, primeiro, o profissional saiba claramente quais são as etapas necessárias para que aquele cuidado ao longo da gestação e ao longo do processo de parto sejam efetivos para que haja o sucesso, mas também que as pessoas saibam na rede quais são as suas referências para que ela tenha atenção.

Devo dizer aos senhores e às senhoras: estamos todos indignados com esses números e essa indignação não fica só no discurso. Estamos, a partir dessa redução da mortalidade infantil mais no Norte e no Nordeste, mas bem antes, a partir da assunção do pacto, discutindo com as entidades, com as Secretarias, fazendo ações que visem a qualificação desse processo para que em curto prazo, apesar das dificuldades que nós sabemos desse curto de redução da mortalidade materna, porque envolve outras dimensões do fazer saúde, nós tenhamos a possibilidade de uma redução. E aí, só para finalizar, essa redução é um exercício de cidadania dos gestores, dos profissionais e da população usuária do Sistema Único de Saúde. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada ao Dr. José Luiz Telles. Eu gostaria aqui de dizer algo que o senhor disse, repetir o que o senhor colocou. Realmente como nós podemos nos apresentar lá fora, um País que está em desenvolvimento, como um País que começa a marcar num cenário mundial com essa mancha tão vergonhosa?

Eu passei por uma experiência, Dr. José, que eu fiquei realmente numa saia justa, foi algo que me doeu. Eu tive a oportunidade de no ano de 2008, no começo do ano, de ir à Cidade de Offenburg, na Alemanha, e lá, por convite de colegas, conhecer o sistema, como atua na questão da saúde materna. E, também, como as cidades são vizinhas, apesar de dois países distintos, Alemanha e França, fui também à França, também colegas da mesma área, conhecer, porque é a curiosidade, e eu acho que é um papel que nós temos aqui, principalmente eu que sempre fiz parte da Comissão de Assuntos Sociais e da área de saúde, de conhecer. São países diferentes, são países que já estão num nível econômico bem mais acima. Mas eu acho que sempre é bom ver a forma humanizada como está sendo tratada a questão. Lá tem um agente de saúde específico, que se chama Ribama(F), só para cuidar das gestantes, de casa em casa. Tomara, meu Deus, podermos chegar até ali. Mas o que me doía é que eles, quando olhavam para a gente, são

profissionais que conheciam essa realidade do mundo, eles diziam: "No Brasil vocês não estão fazendo nada, as mulheres estão morrendo de graça". E é verdade, é verdade. Pelo amor de Deus! Eu fico feliz em ver a preocupação do Ministério, o grande trabalho da Pastoral, a preocupação aqui do Dr. Helvio, mas nós estamos aqui exatamente levantando essa questão e vamos acompanhar, vamos cobrar, porque isso é uma questão nacional, é uma questão de prioridade nacional, é vida, é vida num momento mais sublime. É uma questão que nós não podemos aceitar. Muitas vezes se faz um pacto nacional para algo que não quer dizer nada na vida do cidadão, no dia-a-dia da vida do cidadão. Vamos fazer um pacto nacional para valer. Quando chegarmos lá, eu estive agora no interior, têm cidades na Grande Natal, não é lá no interior mesmo não, é ali, colada com Natal, com a capital, que faz mais de dez anos que não nasce uma criança porque a maternidade não funciona. O novo gestor, o novo Prefeito, querendo fazer a reativação. Estive em outras regiões também, a mesma situação.

Que isso, dentro do Ministério, não se encontre nenhuma barreira, seja facilitado, mas valorizar aqueles que estão querendo agir nessa questão materna infantil no combate à mortalidade, porque nós precisamos, sabemos que há esse interesse do Ministério. Mas acho que é uma questão que temos que divulgar mais, anunciar mais, convocar mais.

Eu queria aqui deixar para a população o site da Comissão de Assuntos Sociais, que é scomcas@sena.gov.br, até para profissionais da área, pessoas que trabalham com ONGs, as experiências mais diversas que possam chegar até nós, para que a gente possa fazer o melhor documento e nos somarmos nesse esforço que é de todos, de um País onde se tenha o direito à vida, o direito à nascer com dignidade.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa, um minuto, que agora nós vamos passar para os Senadores. Eu vou inscrevê-lo com o maior prazer. Agradecer a todos. Agora os Senadores, cada um terá a sua participação de acordo com a ordem de inscrição. Começamos com o Senador Roberto Cavalcanti e depois o Senador Mão Santa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, expositores Helvio Bertolozzi Soares, Silvia Maria Cruz, José Luiz Telles, parabéns pelas explanações.

A minha pergunta vem bastante singela. Há uma preocupação brasileira com o tema e no momento presente é uma preocupação muito grande com a incidência e o risco que as gestantes correm com a Gripe Su-

ína. Os jornais de hoje trazem uma matéria que mostra que realmente o Brasil tem que se preocupar, porque nós temos apenas 1,8% dos casos desta gripe a nível mundial, mas temos 12% de mortes. Então nós temos, no Brasil, uma incidência muito maior de mortes, de uma forma geral. E como nos casos constatados evidenciase que esta gripe, quando adquirida por gestantes, ela torna-se numa incidência de forma mais grave, mais incisiva, e como nós estamos aqui aproveitando aí a presença do nobre colega Senador Mão Santa, que é o maior astro da TV brasileira da atualidade, então eu diria que seria de extrema contribuição para a população brasileira se V. Ex^{as}. pudessem, de forma bastante acadêmica, prestarem esclarecimentos à população brasileira, através neste momento da TV Senado, do que fazer, como a gestante, a mulher gestante poderia ter a sua vida preservada, que procedimentos deveria adotar, o que fazer para minimizar este risco que as gestantes no Brasil hoje estão expostas em função do vírus da Gripe Suína.

Singelamente era essa a minha pergunta e pediria que V. S^{as}. respondessem também de forma bem singela, porque não é somente para nos atingir como conhecedores do tema, mas fundamentalmente para, através da TV Senado, nós possamos dar esta contribuição à população brasileira. Muito obrigado.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Nós temos o representante do Ministério, eu não sei se ele gostaria de começar.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Bom-dia, Senador Mão Santa. Senador, essa é uma preocupação. Acho que a primeira constatação é que nós estamos aprendendo ao longo dessa epidemia, quer dizer, não existia um modelo anterior. Esse é um vírus que tem componentes genéticos do porco, da ave e do humano, absolutamente novo no seu comportamento, e que agora, nessas semanas ou meses de epidemia que começou nos Estados Unidos e México é que nós estamos aprendendo o seu comportamento. Um deles, que chamou a atenção, é exatamente a sua maior letalidade em determinados grupos populacionais, dentre os quais a gestante faz parte. Além das gestantes, as pessoas com doenças respiratórias e aquelas pessoas com doenças crônicas, cardiovasculares e outras que diminuem a imunidade.

Por que a gestante? A gestante, naturalmente, ela tem o seu nível de anticorpos, o seu sistema imunológico é mais baixo. Uma das razões é que no início da gravidez o corpo da mulher acaba reconhecendo aquele feto como um corpo estranho. Então fisiologicamente se diminuem as imunidades para que a gestação ocorra normalmente.

Após essa constatação, e isso só foi possível a partir da notificação das mortes, e aqui cabe um parêntese, quer dizer, em relação a toda a morte, todo o óbito por influenza é notificado, mas nem todos os casos de influenza são notificados, porque nós não temos condições de fazer em larga escala o teste sorológico e, segundo a Organização Mundial de Saúde, não há evidências de benefícios em relação ao seu custo.

Bom, quais são as medidas que foram assumidas, salvo engano, há praticamente uma semana, as orientações do Ministério da Saúde junto às Secretarias Estaduais e Municipais? Primeiro, que haja um lugar diferenciado para as gestantes nos hospitais. O último lugar que uma pessoa resfriada teria que procurar seria um hospital, porque é exatamente a aglomeração de pessoas doentes e com maior probabilidade de ter, entre aquele meio, pessoas com o vírus H1N1. Então fazer ambientes separados para que as gestantes tenham o atendimento à parte. Toda gestante, algumas Secretarias têm assumido que toda gestante com sintomas de gripe, isto é, febre, mal estar, sintomas respiratórios como tosse, expectoração, logo no início ela já seja tratada como o H1N1, quer dizer, antes mesmo do resultado sorológico.

As mortes pegaram a todos de surpresa, realmente o sistema de saúde não estava preparado para esse vírus, nenhum sistema de saúde estava preparado para esse vírus. Agora as medidas têm sido tomadas e fundamentalmente as Secretarias Estaduais e as Secretarias Municipais têm recebido, quase que diariamente, as orientações do Ministério da Saúde, entendendo que no decorrer dessa epidemia é que nós aprendemos o comportamento desse vírus e a partir desse comportamento nós podemos assumir as medidas necessárias.

Só para terminar, a Organização Mundial de Saúde alertou, e é um dado interessante, que essas doenças emergentes, que não acaba com a H1N1, teremos outros desafios pela frente, dada a forma como o planeta tem sido ocupado, dada a forma como a velocidade que as pessoas têm em se deslocar, essas epidemias, elas estão colocando em cheque os sistemas de saúde. Então nós estamos encarando também como uma forma de aperfeiçoarmos o sistema que nós escolhemos, como um sistema universal, que tem no setor público o principal apoio, nós também estamos aprendendo com essa epidemia de aperfeiçoar as nossas instituições para que lidem com eventos que fogem do cotidiano da assistência à saúde.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Rosalba Ciarlini, com a permissão de V. Exa. eu só queria esclarecer que o objetivo da minha pergunta foi mais no sentido de que procedimentos poderiam

as gestantes, vamos dizer assim, com medicamentos não alterando e não afetando a criança, mas na verdade que procedimentos poderia se adotar--

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu gostaria de ser mais claro para o senhor, mais direto, mais objetivo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu ficaria muito grato se houvesse a resposta nessa direção. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos passar para o Dr. Helvio, que, como especialista, tem mais condições de responder.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: No sábado nós tivemos uma reunião em Porto Alegre entre a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Rio Grande do Sul e a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná, visto que essa moléstia, fundamentalmente, tem atingido de uma forma grave as gestantes dos Estados do Sul. O clima lá tem sido favorável ao desenvolvimento dessa gripe e tem atingido, em termos de morbidade, em torno de 40%, e em termos de mortalidade em cerca de 31% das gestantes dos nossos Estados. Alguma coisa tem que ser feita. E alguma coisa foi feita. Um documento foi feito e hoje o senhor pode encontrar dentro do próprio site da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Paraná e da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Rio Grande do Sul, assim como no site da FEBRASGO.

Primeiro, nós somos favoráveis ao afastamento da atividade de trabalho da gestante, uma vez que ela vai viver em aglomerado, não só no trabalho, mas fundamentalmente em ônibus, em shoppings, em outras situações. Obrigatoriamente ela deve ser usuária de máscara, essa máscara deve ser trocada, desde que ela tenha, a cada três horas. Se essa máscara estiver úmida, deve ser retirada. Se apresentar sintomas de gripe, deve ser obrigatoriamente tratada com antivírus, certo? Nós utilizamos aqui o Oseltamivir, certo, que é a droga que nós temos em disponibilização pelo Ministério. O uso normalmente é de 75mg/dia, durante cinco dias. Ela é mais efetiva no pródomo(F) do que no tratamento da doença. Ou seja, tratar essa paciente, depois que ela tiver já numa fase mais de agravos, será ineficiente, quase sempre ineficiente, obrigatoriamente tem que ser tratada no pródomo(F). Se tiver insuficiência respiratória, obrigatoriamente, ou seja, tiver um índice de saturação de oxigênio menor do que 90, deverá ser obrigatoriamente internada e avaliada. Se tiver com índice de saturação de oxigênio maior do que 90, poderá ir ao seu domicílio, mas com vigilância domiciliar, e em qualquer situação essa paciente que tiver piora será internada.

Essas foram as medidas e, logicamente, cuidados de higienização, cuidados com o médico na sua ambiência dentro de hospitais, que é uma condição obrigatória, são uma série de dados obrigatórios a serem cumpridos nessas zonas. Então fundamentalmente é isso que nós dirigimos. Nós fomos objetivos na situação, basicamente não douramos. Existe o problema, ele existe, nós temos que afastar a gestante, temos que tratar, temos que promover a ambiência dentro do hospital, temos que promover a qualidade da atenção. Por exemplo, máscaras n95 faltam a todos os médicos no Paraná, ou seja, médicos que trabalharam com pacientes portadores da gripe têm que receber também antivírus preventivamente. Preventivamente é um comprimido ao dia durante dez dias, isso é medida obrigatória.

Então nós expusemos todas as medidas obrigatórias dentro do site da Sociedade e da própria Federação Brasileira de Ginecologia. Estão presentes. É só abrir febrasgo.org.br e vocês encontrarão todas as medidas lá presentes, ou sogipa.org.br ou sorrigs.org.br.(F). Eu não sei se a Vera, que é da SGORT(F) também deve ter isso na sua Sociedade, assim como o Olímpio, na Sociedade de Pernambuco, também o tem, assim como eu acredito que todas as outras Sociedades já estão providas de métodos de prevenção e tratamento para as gestantes de uma forma objetiva e clara. Eu não sei se respondi.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Respondeu muito bem. Só complementando, absoluta recomendação de não automedicação, quer dizer, o uso do antiviral, ele é feito sob prescrição médica e com o acompanhamento médico, quer dizer, de maneira alguma a gestante, com sinal de gripe, deve buscar medicamentos no mercado clandestino, no mercado negro. Essa medicação deve ser prescrita.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Rosalba, com a permissão de V. Exa. e com a anuência do Senador Mão Santa, consulte-o antes,, são trinta segundos só.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um minuto, Senador Roberto. Depois a gente continua o debate. Eu gostaria de dizer que o colega está inscrito, pediu, e eu quero também esclarecer aqui que o Ministro, o requerimento que aprovamos na semana passada, está sendo convidado para vir aqui. Nesse momento nós vamos ter muitas outras questões, inclusive relacionadas, aí o senhor volta a essa questão.

Eu quero passar a palavra ao Senador Mão Santa. Me perdoe, mas o tempo já está contra a gente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora Rosalba, eu quero cumprimentá-la. O Senador é essa

grandeza. Não adianta essa campanha. Pedro II, na sua sabedoria, ele ficava lá fora com a coroa e dizia que op certo era ouvir. O Presidente tem que ouvir aqui. Eu vou dar um exemplo, Rosalba, fique aí que é muito importante.

Está aqui uma revista. Crivella, V. Ex^a. que representa o Governo, e nunca ele foi boa bem representado, só o Vice-Presidente que é do seu partido. Mas eu queria dizer, olha aqui o que eu estou dizendo, esta é a maior Casa do País. Não adianta a imprensa boba estar com isso, porque nós temos valor, nós aqui. O Senado somos nós. Atentai bem: o fiasco do petróleo verde. A senhora não era Senadora. Crivella, mas como que tu pode orientar e ensinar o Luiz Inácio? Aqui é para aprender, aqui nós somos os pais da Pátria. Então este aqui que foi o erro, atentai bem. Zé Agripino, um gênio, ele não está aqui, mas eu vou dizer. Então isso aqui, há cinco anos atrás, engenheiro como V. Exa., tem que ter saber. Essa aí está atrapalhando o Crivella. Mocinha, aguarde um instante aí para ele ficar atento. Então é o seguinte: Dra. Rosalba, começou isso aqui, Zé Agripino foi à Tribuna na qualidade de engenheiro competente, ex-Governador, e ele tinha sido diretor de uma multinacional. Atentai bem, não é nós que estamos errados não, é o Governo que não nos ouve. Aqui está a sabedoria. Atentai bem, ele disse: "Não tem economicidade". E eu médico, aliás, eu só vou perguntar a idade do Helvio, que está assim como a minha; dos outros, esse aqui tem menos de 35 anos. Qual a idade? 60. Eu tenho 66. Atentai bem, Crivella: Zé Agripino, está vendo Rosalba, com toda a convicção, diz que depois de ex-Governador ele foi dirigente de uma multinacional no Maranhão que extraía esses produtos vegetais. De imediato, pela convivência, que ele passa uma sabedoria, eu me atrelei e fiquei atento, primeiro, porque ia ter no Piauí. E, segundo, porque o raciocínio dele foi lógico. Nós somos médicos. Ele disse: "Não tem economicidade". Atentai bem. Você tem culpa também, que devia ter ido advertir o Luiz Inácio desse disparate, dessa besteira. Aí eu encampeei, porque a gente acredita, ele fala com convicção. Aí eu fui ver, era a nossa vida médica. Produtos, até óleo de rinse, que a gente tomava quando menino, eles não tomaram. Tudo é caro, qualquer produto vegetal. Aí ele disse: "Não tenha economicidade". E nós se juntamos a começamos a contestar isso. Ele, com a experiência dele, e eu com a minha, médica. Eu calculei que o litro do óleo da mamona ia sair R\$ 5,00. E não é que deu, e não é que faliram, e não é que foi a maior desgraça? Quatro anos de propaganda, de desgaste, de incompetência, está aqui. O que eu vou fazer?

E aqui agora eu quero falar. Eu sou o Zé Agripino da vez. Eu tenho muito mais de medicina, eu formei em

1966. O nosso Helvio foi quando? 1974. Eu tive como professor um senhor que dirige essa instituição, que é a maior gineco obstetrícia, você sabe, Paulo Barros, eu ajudei aquele ginecologista a fazer o livro.

Mas eu queria dizer o seguinte, e é muito importante: o Temporão, ninguém melhor do que ele, figura humana, sanitarista, tradição, mas nisso aqui a autoridade sou eu, eu estou como Zé Agripino. Leve lá para o Luiz Inácio isso aqui. Está tudo errado aí. Vou dizer o porquê. Enquanto esse País está na contramão, eu aqui, o pai da Pátria, Senador da República, que engrandece esse Senado, e é porque o Governo não ouve, está tudo errado e vou dizer à senhora também. Em 1979, a Rosalba ainda não tinha nascido, eu fui designado pelo Governo brasileiro para acompanhar planejamento familiar. Eu era Deputado Estadual e médico do Nordeste, então esse assunto tem muito a ver com medicina, planejamento familiar. Foi a primeira vez que eu vi um laporoscópio, em 1979. Tinha membros do Nordeste, todos, saímos de Manaus. Mas eu acho que eu tive mais chance pelo fato de ser médico; os outros Deputados não eram médicos. Então isso tem muito, os cursos, as palestras, planejamento familiar. Então fomos, Rosalba, Bogotá, na Pró-Família, uma casa, Colômbia, México. Na Constituição do México, tem aí, o Crivella sabe, o mexicano tem o direito de se agasalhar pelo matrimônio e ter o número filhos que deseje. O Estado tem que garantir isso. Então é o planejamento familiar que está faltando. E esse Governo, eu votei em 1994 no Lula. Votei, não tem nada, ele é uma figura simpática, agradável, a mulher dele também é encantadora, eu não tenho nada contra. Eu tenho pela minha consciência. Eu acho, e o meu professor Mariano de Andrade dizia: ignorância audaciosa. Atentai bem, não é falácia minha não, é do professor Mariano de Andrade, que me fez cirurgião, colega lá do Paulo Barros.

Mas, Rosalba, então o que houve nesse País, o que houve nesse País? O inverso. O Governo é generoso, é inteligente, mas está feio, tem que nos ouvir, Crivella. Não ouviu o Zé Agripino, pau, não ouviu aqui o Mão Santa em medicina, pau. Eu tenho convivência, tenho experiência, tenho todas as coisas.

Dra. Rosalba Ciarlini, é o planejamento familiar lá, por aí, é antes, é antes de nascer o menino. Você vai casar nesses países civilizados, você vai pôr... Tem uma assistente social, tem uma psicóloga. "Quantos filhos você quer ter? Quantos pode ter?". "Não, para o ano, eleição, não dá, Adalgiza, não pode...". Planeja. O que é que está acontecendo no Brasil? Eu sei que a generosidade do Luiz Inácio é demais, mas generosidade de visão, de futuro, de estudo, de sabedoria, está longe. Atentai bem. De repente a gestante do in-

terior rural, do meu Nordeste, passou a receber quatro salários mínimos antes do menino gritar, nascer. Isso para nós, para aqui, Senado e tal, não é nada, mas para o pobres coitado que não tem nada, quatro salários mínimos, vocês estão longe.

Eu vou lhe dar um quadro, um quadro vale por dez mil palavras. E que não ouça o Governo, vai se lascar como aqui. Vocês estão ouvindo, talvez, eu tenho muitos anos sofridos, quilômetros rodados em medicina, em Santa Casa. Eu queria dizer o seguinte, Rosalba: eu recente, nessa campanha, voltei numa zona rural, uma gestante, olhei, fazendola de um amiga. Olha, Crivella, vi um menino e uns dez. Aí do meu jeito espontâneo, eu disse: "D. Maria, é o seguinte: eu vou lhe dar um bilhete para o Dr. Antônio Thomaz", que foi um médico que eu ensinei, ia mandar ele operar, porque era menino demais, ela já barriguda. Sabe qual foi a resposta? Um quadro vale por dez palavras. Lá me chamam de doutor, é na minha cidade. "Dr. Francisco, olha, aquela televisão ali foi com esse menino aqui que eu pari, eu comprei; esse aqui eu vou parir e comprar uma moto para o meu marido". Então a verdade é da sabedoria. Estão lascados. Se vocês não enquadrem um planejamento familiar, é antes do menino, é antes da mortalidade, antes de tudo. Esse é um quadro muito contundente.

Vou dar outro quadro. A gente vai juntando as coisas, não é? Ela gosta lá de viajar para a Espanha. Pois eu peguei uma vez aquele trem que vai de Lisboa, eu ainda não conhecia aquele restaurante, o [ininteligível], vai de Lisboa a Madri, a noite toda. Aí, naquele tempo, a gente vai lá para o último vagão, deixa a mulher, para tomar um vinho e conversar. Aí eu arrumei um amigo português. Aí começamos a conversar. "Quantos filhos tu tem?" "Um". "Rapaz, um é pouco, não sei o que". Olha, os homens são muito responsáveis. Ele sabia o que o menino gastou, o que ia gastar, o que nós não sabemos. Só um. Aí ele disse: "Não, o meu irmão pode ter dois, mas eu não posso", quer dizer, são conscientizados na paternidade responsável, na maternidade responsável. Não se vira nada. Eu sei que foi generosidade, bondade, gente, e a ignorância que é audaciosa estimulou para ganhar. É o maior líder popular, é o que tem mais voto, ganha [soa a campainha], mas essa criança, que ela vai comprar a moto mesmo, compra, porque no interior não tem placa, é uma moto velha, se compra por um preço baixo, não tem a placa, você sabe. E nessa altura até está andando ela com o marido na garupa e o meninozinho. Mas daqui a doze anos, a quinze anos, o que será desse menino?

Então vocês... Eu tinha que fazer, eu estou com uma satisfação do cumprimento do dever, alertar, o Senado é para isso, mas o Governo tem que ouvir.

Senão, olha, Luiz Inácio, você vai se lascar como se lascou e lascou milhares de famílias que investiram na mamona. Não tenha economicidade. Não ouviu o pai da Pátria Zé Agripino. Agora não estarão ouvindo o pai da Pátria, Senador do Piauí, vou fazer 43 anos de medicina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Dr. Helvio está pedindo a palavra.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu queria responder, eu quero sair aqui em defesa do Ministério da Saúde.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, eu não ataquei não, muito pelo contrário, eu até elogiei o sanitarista.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu quero colocar aqui para o senhor a minha resposta. O Ministério da Saúde disponibiliza em todas as Unidades de Atenção Básica todos os métodos de anticoncepção: orais, injetáveis, barreira, métodos com dispositivo intra-uterino e esterilização definitiva, com Lei adequada e correta. Então o Ministério da Saúde faz aquilo que ele tem que ter feito, fez o seu serviço de Casa e faz o seu serviço de Casa com os seus enfermeiros, com os seus médicos, com os seus agentes comunitários de saúde, os seus médicos de programa da saúde, fazendo o planejamento familiar. Ocorre que Bolsa-Família--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não falei de Bolsa-Família não. O estímulo parto, quatro salários mínimos.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Bolsa-Família--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não falei.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: --estímulo parto, isso daqui não é Lei do Ministério da Saúde.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): E nem eu sei disse que era lei, eu disse que era um fato.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Isso daqui sai daqui de dentro, é quem faz e quem promove. Então se o senhor está vendo isso como uma forma errada, ótimo, eu também concordo, vejo que isto está errado, que isso favorece a procriação, que isso favorece isso, quem tem que quebrar, me desculpe, não vai ser o meu amigo Telles, não vai ser o Ministro Temporão. Quem tem que quebrar isso, quem tem que promover uma Lei ante todas essas situações e quem tem que promulgar essa Lei é a Câmara e é o Senado. Então eu faço das suas palavras as minhas, e gostaria--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu estou também para ensinar o senhor, mas quem tem a maioria para fazer essa Lei é o Governo.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: E gostaria que isso acabasse, porque de certa forma concordo contigo, faço suas as minhas palavras.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu sou a sabedoria, mas eu sou a minoria. A maioria nesta Casa, no Congresso, é o Presidente Luiz Inácio.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: O Ministério da Saúde tem todas as armas para fazer planejamento, só que depende de quem quer fazer o planejamento. Se alguém está recebendo para ter filho, a culpa não é do Ministério da Saúde.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não estou culpando ninguém não, eu estou pintando é um quadro do Brasil, no meu dever de Senador da República, de ter essa visão. Agora a Lei eu não faço.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Adoro a sua visão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não faço porque nós somos minorias, quem é maioria no Congresso Nacional é o Governo.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: O púlpito será nossa defesa e espero [soa a campainha] que o senhor no púlpito vá e defenda isso junto aos seus pares.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não tenho defendido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ainda temos o Senador Crivella. Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Crivella e gostaria aqui só de cumprimentar uma coisa.

Senador Mão Santa, o senhor está muito certo. O nosso problema passa, prioritariamente nesse País, é em educação. Enquanto neste Brasil não se entender que investir em educação não é custo, não é gasto, é realmente investimento, aí nós vamos ter melhor planejamento familiar, as pessoas vão entender que recebendo recursos que não foi o Congresso quem determinou, mas quem determinou foi o próprio Ministério do Presidente, valores a serem repassados por complementação de renda, aí essa renda seria bem aplicada realmente para a criança, para que a criança e a mãe pudessem... Esse recurso é destinado para isso, esses salários são destinados para isso. Agora, infelizmente, enquanto esse Brasil não tiver isso como prioridade, enquanto não tiver recursos realmente para a educação, para a educação integral, para chegar a todos, nós estamos fazendo aqui, levantando a questão, mas sabemos que a questão de saúde passa também pela questão educacional, de preparação da nossa população, de conhecimento. Está aí, todos esses problemas de mortalidade materna, muitos são inclusive por ignorância, por desconhecimento, por falta da própria pessoa, da grávida, conhecer os seus

direitos e o que elas precisam para poder serem bem protegidas.

Mas também tem outro dado que eu queria colocar, antes de passar para o Senador Crivella, que eu quero deixar aqui essa interrogação, aqui, para o Ministério. Eu gostaria que nós pudéssemos ter uma visão de qual é o percentual que o Ministério disponibiliza, porque dentro das ações direcionadas para o combate à mortalidade materna, entre os recursos que são utilizados no Ministério por prioridade, porque nós queremos saber para exatamente veio ver até no orçamento como podemos contribuir para que tenha mais recursos para a saúde da mulher, para que tenha mais recursos para o combate à mortalidade materno infantil e, também, o que é que nós podemos fazer para valorizar, Senador Mão Santa, homens e mulheres que como o senhor, como a Dra. Silvia, como tantos profissionais, se dedicaram exatamente às especializações de obstetrícia, ginecologia e pediatria.

Então eu quero passar agora para o Senador Marcelo Crivella. Muito obrigada.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, Sr. Senador Mão Santa, ilustres amigos que vieram debater conosco aqui a questão da saúde da mulher. Eu tenho pouco tempo, eu não quero fugir do tema.

Lá no Rio de Janeiro há uma experiência com fitoterápicos que eu gostaria aqui de conversar com os senhores. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, a sua Faculdade de Farmácia, desenvolveu um antiviral em cultura de bactérias que se mostrou muito eficiente. E eles então conseguiram com a Comissão Ética da Universidade experimentar em seiscentas crianças, que começaram em abril. As crianças reagiram bem, não tiveram gripe. Então eles foram à frente. Usaram esse antiviral 1.500 grávidas lá de Petrópolis, a um custo de R\$ 0,10 a dose. Pois bem. A população de Petrópolis e arredores, são 300 mil pessoas. A R\$ 0,10 a dose, com 30 mil reais se poderia vacinar toda aquela região, que é uma região serrana e que na época do frio, essa época do inverno, as pessoas, de um modo geral, costumam ter gripes.

O que é que os senhores acham dos fitoterápicos? São realmente uma alternativa viável para combatermos esses surtos de doença viral? Era apenas esse, Presidente, o meu questionamento.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Não existe evidência alguma. Dizem-se da propriedade do chá verde, que é isto que o senhor está colocando, certo, que é uma mistura, não existe evidência alguma que ele vá reduzir mortalidade por HIV Tipo 1.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não é HIV não, era gripe.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Não, ele funciona tanto no HIV Tipo 1 como no H1N1.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Lá estão sendo ministrados para gripe.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: É para gripe, tem evidência de aturar tanto no H1N1 como no HIV Tipo 1, certo? Ele não só atua no H1, mas não tem evidência nenhuma, nenhuma. A gente procurou pelo menos dez trabalhos dentro de internet que possa existir evidência, não existe evidência alguma.

Brincando, eu terminei com uma lâmina sábado, pedindo que os gaúchos mudassem o seu hábito de tomar chimarron na mesma cuia e na mesma bomba e trocassem o chimarron pelo chá verde, como uma forma de brincadeira, porque aquilo não passa de brincadeira. A gente não pode tomar isso como seriedade, porque ela não funciona, não existe evidência nenhuma em todos os trabalhos que nós lemos, que podemos buscar, em fitoterápicos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Desculpe aqui só uma réplica. O senhor tomou conhecimento desse trabalho feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em cultura de bactérias?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Não, não tomei, eu tomei pela Cochrane Library, que é o órgão oficial de medicina baseada em evidência, certo, que nós da a ideia de estudos controlados, são estudos extremamente sérios e que mostram se existe evidência de tal produto para tal doença. Em nenhuma delas houve evidência, ela não tem nem evidência observacional, que é Nível 3 de evidência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas esse caso foi aprovado pela Comissão de Ética da Universidade, foi testado em crianças e agora em grávidas.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Agora tem que ter cientificidade desse produto, ele vai ter que passar por um sistema para avaliar se esse é um projeto adequado. Enquanto ele não tiver dentro de uma aprovação, dentro de um projeto adequado, ele não será indicado. Então nós, baseados dentro da Cochrane, podemos dizer para o senhor: fitoterápico nenhum vai funcionar para a gripe H1N1. Se o senhor tomar um chá, ótimo, água faz bem, água quente faz muito bem, vai ter o seu valor, repouso faz bem e canja de galinha também já faz muito bem, já dizia a minha avó.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E humildade também.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Também.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Lá na faculdade existe uma Universidade de Farmácia que é das mais antigas do Brasil, existe uma Comissão de

Ética, existem reitores, existem professores. Valeria a pena a gente olhar isso.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu quero responder ao Senador o seguinte: a minha humildade vai dentro de um perfil científico. Eu não posso colocar coisas que não tenham valor científico dentro de uma reunião tão importante. Então, por não ter valor científico, eu lhe contradito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas o senhor acha que uma universidade não tem valor científico, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com tantos profissionais, não tem valor científico? Eu sei que o ser humano não deve estar à frente da mediocridade do seu tempo, todos são medíocres, a gente não tem as chaves da ciência, nós não podemos dizer que sabemos tudo.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Como membro da Sociedade eu não vou assinar embaixo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A universidade precisa crescer, ela tem avanços. Aquilo que era estabelecido ontem, amanhã são barreiras rompidas. Eu recomendo ao senhor, pela importância do seu cargo, que veja isso, pelo menos antes de julgar.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu não digo que não vou estudar, vou estudar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É uma questão de inteligência, a gente devia antes ver e depois emitir um conceito tão radical como o senhor emite. Então dê a chance a uma universidade, é uma base científica, eles não estão apenas... Eles fizeram testes em culturas de bactérias, eles tiveram bons consultados com as crianças, com 1.500 grávidas e agora vão vacinar 300 mil pessoas. Portanto, estão seguindo o procedimento científico.

Eu acho, mais uma vez recomendo ao senhor, com o respeito que o senhor me cabe, que é recíproco, espero também receber do senhor, que dê oportunidade, que olhe, que veja pelo menos, porque imagina: vacinar 300 mil pessoas a 30 mil reais é uma coisa boa para o País. Já que essa Casa é a Casa do debate, não é da decisão monocrática, de uma voz apenas, quer dizer, nós somos muitos aqui, exatamente para debater, para chegar a um acordo, etc. e tal, eu gostaria de ouvir os demais, mas gostaria muito que tivesse a oportunidade de a gente verificar se aquela universidade, tão experiente, etc. e tal, está errando, se é apenas um efeito placebo. Mas eu espero que não, eu espero que possa trazer contribuição à saúde pública.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Mas não vamos ouvir os outros, só o doutor? Se quiserem usar da palavra, eu não sei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No momento aqui nós temos ainda o Senador Augusto Botelho. Esse é um assunto em que cada um vai voltar para as considerações finais. Então eu gostaria que quem quisesse acrescentar mais alguma coisa, que acrescentasse nas suas considerações finais, porque o Senador Augusto Botelho é o Presidente da Subcomissão de Saúde. Inclusive, Senador, o senhor como médico, o Mão Santa também, nós gostaríamos aqui de dar as boas vindas ao Dr. Izamba Capalu(F). Eu disse o nome certo? Que é médico, estudante de direito sanitário do Campus Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, do País de Angola. Seja muito bem-vindo. Então passamos a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidenta, eu gostaria de pedir desculpas ao José Luiz porque estava havendo uma Audiência a respeito de um projeto meu de acesso às Forças Armadas e Polícia Federal às áreas indígenas. Eu tive que ir ali porque se não eu não poderia fazer nada, participar, então eu saí e perdi um pouco da palestra.

Mas ao nosso representante da FEBRASGO, que vai fazer cinquenta anos--

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Sessenta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sessenta anos dia 21 do mês que vem, nós inclusive vamos fazer uma Sessão em homenagem à FEBRASGO no dia 20 aqui, na terça-feira, já vou divulgar.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Aliás, desculpe, ela faz cinquenta anos exatamente no Congresso de Belo Horizonte, dia 14 a 17 de novembro de 2009, cinquenta anos faz a FEBRASGO.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sou médico no interior, eu fiz parto realmente, nasceu muita criança comigo, e sou fundador do Comitê de Controle da Mortalidade Materna lá de Roraima, que funciona dentro da maternidade principal lá de Boa Vista.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Do qual eu sou consultor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Do Conselho?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu sou consultor--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): No comitê?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: --de Comitê de Mortalidade Materna de Roraima.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): De Roraima, isso, então o senhor--

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Tive o prazer de trabalhar com Noêmia durante cinco anos, ensinar todos os meandros da investigação de mortalidade materna, e me sinto muito satisfeito quando vejo dados de Roraima.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professor, mas a Noêmia e a equipe dela tem se dedicado bastante, nós inclusive já temos comitês, os subcomitês em alguns municípios. E realmente o comitê funcionando dentro da maternidade é uma forma melhor de você controlar, de acesso, de diálogo. Houve um movimento lá da vigilância de querer tirar o comitê de lá, mas nós agimos, junto com o Secretário e tudo, o senhor também participou, para não cometer essa... Era uma sandice o que iam fazer.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Ia ser uma sandice.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Uma sandice, como era denominada.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Não se pode tirar aquele comitê da mão de Noêmia, porque Noêmia é uma desbravadora, ela é responsável por uma grande redução da mortalidade materna em Roraima.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso, e os Comitês de Mortalidade Materna, eu gostaria si de prestar um esclarecimento, eles não são policiais, eles são mediadores científicos, para a gente corrigir os direcionamentos que estão ocorrendo e para melhorar a qualidade. Fala, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, eu só gostaria, por uma questão de ordem, enquanto o Senador estiver falando, que concluísse a sua fala e, depois, a quem ele dirigisse a pergunta, que fizesse a resposta. Eu acho que assim a fala sendo cortada--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria só de agradecer em nome de todos e parabenizar à Dra. Sílvia pela atenção que ela está chamando realmente aos dois últimos meses da gestação, em que as pessoas não levam isso muito a sério, não se preocupam tanto. A minha formação obstétrica foi feita no Instituto Fernando Figueira, na Maternidade Corrêa da Costa, no Rio de Janeiro. Eu trabalhei só como acadêmico, trabalhei três anos como residente interno lá no plantão de quinta-feira.

Eu acho que nós estamos evoluindo no controle da mortalidade materna. Infelizmente entre os indígenas, principalmente os mais primitivos, nós não temos andado muito. O Programa Saúde da Família ampliou o pré-natal, mas eu acho que nós precisamos melho-

rar a qualidade do pré-natal nos Programas Saúde da Família, nós precisamos trabalhar para que a qualidade do atendimento melhore.

Eu tenho certeza de que essa Audiência vai ajudar a gente a andar mais no sentido de evitar, porque é muito triste a pessoa se preparar para ter um filho, leva os nove meses naquela luta da gravidez e morrer. Ao invés de você receber um filho na sua casa, você recebe geralmente a mãe e o filho mortos na sua casa. É uma coisa que afeta muito a gente que é médico e que convive com as mães e tudo isso. E os Comitês de Mortalidade não precisam ser só de médicos ou de enfermeiros, todas as pessoas que quiserem trabalhar, podem trabalhar e contribuir.

Também nós devemos fazer um trabalho para desenvolver, meu companheiro do Ministério da Saúde, os Comitês de Controle de Mortalidade Infantil também, porque o da materna está mais adiantado por causa de pessoas como o Dr. Helvio e outros que sempre se dedicaram a isso, trabalharam e foram nos locais treinar as pessoas. Muito obrigado, minha Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, meu Presidente da Subcomissão de Assuntos de Saúde.

Eu gostaria aqui de agora passar para as considerações finais, passando, pela ordem, ao Dr. Helvio para as suas considerações finais e, desde já, Dr. Helvio, muito obrigada pela sua presença.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aqui o debate realmente, as informações trazidas pelo senhor nessa Audiência serão de muita utilidade para que nós possamos no debate, cada vez mais, e mais uma vez eu faço aqui uma convocação à população, não somente aos que são da área de saúde, mas que qualquer informação, algum dado que possa nos auxiliar para debatermos essa questão e encontrarmos caminhos que venham apoiar tanto as ações que já estão iniciadas, mas que tragam, inclusive, a experiência. Nós queremos aqui repetir, já que eu falei do site, o e-mail da Comissão é o scomcas@senado.gov.br ou para o e-mail da Senadora Rosalba, para o meu e-mail, que é o www.rosalbaciarlini.com.br.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parece que todo mundo está vendo que em internet ainda eu estou engatinhando. Pois não, Senador. Agora seja rápido, porque a palavra é do Dr. Helvio, mas o senhor ficou, eu tinha lhe cortado a sua palavra, agora retomo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu tive a paciência de aguardar, tendo em vista que V. Ex^a., minha nobre Senadora, cassou a minha palavra antes de o Senador Mão Santa fazer a abordagem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não diga isso, não cassei. O seu tempo tinha esgotado e agora é pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Tenho certeza que da mesma forma que foi o primeiro questionamento, esse também é bastante singelo e poderia ser incluído nas considerações finais.

Eu sou filho de médico, então eu entendo os males que causam a automedicação. Mas eu pergunto se existem alguns procedimentos que, digamos, complexo vitamínicos, aumentar a dosagem de Vitamina C, que é algo que a população encarara como benéfica, se alguma coisa dessas teria como reforçar a prevenção ou se tudo isso não passa de um risco na água e o que vale realmente é a medicação específica para o caso?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: O que vale é a medicação específica para o caso, Senador, não há nada que vá retirar. É comprovado que o H1N1, não tem nada que vá resolver, senão o tratamento com um antivírus oseltamivir ou com o zanamivir, que é uma outra droga, que é o Relenza, que nós não temos aqui, não é, Telles? É isso fundamentalmente. E tem que ser dado no momento adequado, que é prodromico, ou seja, quando a paciente apresentar sinais de gripe. Isso é efetivo, tardiamente não tem nada. Isso aí é o que tem comprovação científica, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem mais alguma coisa que o senhor queira acrescentar?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Olha, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos Senadores pela forma como nos receberam. A gente sabe que aqui a gente teve muitas vezes um posicionamento duro, peço então àqueles a quem eu pude ser de certa forma um tanto quanto duro, que é uma posição, discussões são discussões e elas param por aí.

Nós entregamos a cada um dos Senadores um programa da Comissão de Mortalidade Materna sobre redução de mortalidade materna, eu acho que está aqui a todos, já conversei com o Dr. Telles aqui para que a gente pudesse receber, ter uma conversa num momento para desenvolver um Programa de Redução de Mortalidade entre FEBRASGO e Ministério da Saúde. É um programa de duração de três anos, não é um programa imediato, não existe imediatismo, e que a gente espera que... Olha, ao contrário do que o colega, o Telles colocou aqui, em dezesseis anos eu me sinto gratificado de pegar uma mortalidade materna

em meu Estado ou até mesmo dentro do nosso País, ter trabalhado, ter possibilidade de ir a Roraima quatro, cinco vezes, trabalhar com Zé Antônio, Noêmia, Alda, uma porção de pessoas que lá estão, trabalhar os casos daquela cidade, assim como na Bahia, assim como em Tocantins, como o Maranhão, em todos os Estados que a gente esteve, sempre acompanhado de minha amiga Regina, que foi uma grande batalhadora da área técnica da saúde da mulher no Programa de Mortalidade Materna, certo, trabalhar por todo esse País, trabalhando há dez anos e observar uma mortalidade materna que era em torno de 100 e hoje cai a 60. Reduzir 50% me faz parar de trabalhar, de ser médico obstetra, de sair do meu consultório sem ganhar nada para reduzir uma mortalidade. E falava, sempre falei: "Se um dia o meu trabalho servir para que alguma mulher não morra, eu cumpri o meu dever".

Então, eu me sinto extremamente satisfeito de ter trabalhado pela mortalidade materna, de ter ido a lugares que eu nunca conheci, de ter só um avião para ir e para voltar, de entrar num [ininteligível] de sair de Tocantins e ir a Araguaina, de conhecer todo o meu País em defesa da mortalidade materna. Eu ajudei o meu País a reduzir a mortalidade materna. Ela não é mais 111, ela é 64. Nós queremos que ela vire abaixo de 20, mas é difícil, senhores, é muito difícil, principalmente num País em que não prioriza a saúde. O dia que nós priorizarmos saúde e educação, sem dúvida alguma a mortalidade materna abaixa. Enquanto não houver essa prioridade, nós vamos ter que ter a abnegação de alguns para reduzir a mortalidade materna. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Helvio, muito obrigada pela sua participação e quero dizer que nós queremos que o senhor continue nessa luta, nesse trabalho, com a sua experiência, com o seu conhecimento, com a sua abnegação, porque eu acho que o que é mais importante é poder olhar assim para frente e dizer: "Eu cumpri, fiz a minha parte". Essa sociedade justa e fraterna de paz é com a participação de todos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me associo a V. Ex^a. nessas palavras, de congratulações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Eu gostaria agora de passar para o Dr. José Luiz Telles, nosso colega, para as suas considerações finais.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Senadora Rosalba, eu vou aproveitar essas considerações finais para fazer algumas considerações que podem ultrapassar a mortalidade materna, mas que tem a ver.

Primeira, Senador Mão Santa, eu acho que nunca esse País viu políticas sociais que tirou um contingente expressivo da miséria. Nós temos que fazer mais, nós temos que fazer mais e no campo das políticas sociais nós temos que buscar uma interação maior. Se o Bolsa-Família é uma ação importante, nós temos que aliar ao Bolsa-Família a educação e a saúde. Nós temos um esforço de estar desempenhando toda a família que recebe uma Bolsa-Família, de um lado o Ministério da Educação acompanhando o rendimento dos escolar, e do outro o Ministério da Saúde acompanhando o crescimento e o desenvolvimento dessa criança, porque os recursos são exatamente para fazer que essa geração, que há vinte, trinta anos nasceu sem qualquer perspectiva de futuro, ela tenha um horizonte de cidadania.

Segundo, pela primeira vez na história desse País recente o método anticoncepcional oral superou as laqueaduras de trompa. Isso é um avanço e é um indicador de que as pessoas não só estão tendo mais acesso aos anticonceptivos, mas estão tendo mais acesso às informações. Uma política social se faz integrando todas dimensões da saúde, da população que extrapola, como quando eu comecei a falar, o *stricto sensu*.

Portanto, creio que estamos na direção correta. Nós temos é que aperfeiçoar cada vez mais os mecanismos democráticos de controle social para que o dinheiro público nas Prefeituras, nos Estados e no âmbito federal sejam efetivamente aplicados para aquilo que a Constituição já colocou como prioridade: saúde, um direito de todos e um dever do estado. Eu acho que o caminho é esse, o caminho democrático dessa Casa tem um valor inestimável, da Câmara dos Deputados, de fazer com que os Projetos de Lei sejam amplamente debatidos e nós termos no Ministério da Saúde essa oportunidade de avaliar os Projetos de Lei, de dar Pareceres Técnicos, de fazer com que esses Projetos sejam mais aperfeiçoados possível dentro dessa Casa.

Senador Crivella, eu participo de uma instituição, eu sou da Fundação Oswaldo Cruz, sou pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz, nós temos lá em Farmanguinhos uma parte que só estuda fitoterápicos, como tem nas universidades, quer dizer, nós temos uma preocupação muito grande de fazer com que os elementos, os agentes ativos desses fitoterápicos sejam identificados, sejam testados com o rigor que os ensaios clínicos já determinam, fase 1, 2, 3 e 4 da pesquisa clínica. Agora eu quero dizer o seguinte para o senhor: o Ministério da Saúde reconhece que essas práticas terapêuticas fazem parte de um conjunto de práticas que possibilitam a melhoria da saúde, ainda

que determinadas práticas não tenham evidências científicas, como é a homeopatia. Apesar do Conselho Federal, a Associação Médica Brasileira, assumir a homeopatia como especialidade médica, ela não tem comprovação científica nesse paradigma científico que ainda vigora no mundo. Agora nós temos uma política nacional de práticas terapêuticas complementares que reconhecem o valor da fitoterapia, reconhecem o valor da acupuntura, reconhecem o valor da homeopatia e de todas as práticas complementares que melhoram e auxiliam a melhoria da saúde da população. Portanto, essa pesquisa que a universidade faz, faz parte de uma série de outras pesquisas buscando validar cientificamente aquilo que as comunidades tradicionais já utilizam em larga história e que nós, muitas das vezes, deixamos levar, as indústrias farmacêuticas roubam do nosso País para vender muito mais caro os medicamentos prescritos por nós, médicos.

E, por último, fechar no seguinte, quer dizer, por penúltimo. Está aqui a Regina Viola, da Secretaria de Vigilância em Saúde, nós na semana passada ou retrasada institucionalizamos a vigilância de óbitos, institucionalizamos os comitês de mortalidade, Senador, infantil e materna. Isso significa dizer, a institucionalização, que esses comitês deverão ser assumidos pelas Secretarias Municipais, pelas Secretarias Estaduais, com auxílio necessário da Academia, das Associações, mas o Poder Público tem uma responsabilidade na investigação e fazer com que essa investigação se reverta em políticas que buscam aprimorar o contato da população com os serviços de saúde.

E, por último, não poderia deixar de agradecer, Senadora Rosalba, essa oportunidade de estar aqui mais uma vez apresentando as políticas do Ministério da Saúde em relação à mortalidade materna e reafirmar o compromisso que o nosso Ministro tem em relação à construção desse Sistema Único de Saúde, que é de uma complexidade incomensurável, que vai dos municípios mais pobres, dos rincões desse País, que tem que atravessar de barco, canoa e tal, até os grandes centros urbanos. Cada um com as suas especificidades, mas o que temos em comum em todos eles é a noção do direito que a saúde é parte dessa população e, portanto, sem saúde não é possível falarmos de um desenvolvimento de um País como o nosso País. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. Obrigada também ao Dr. José Luiz e é bom a gente sentir que existem tantas pessoas, como o senhor, como o Ministro, que está com essa boa-fé, com essa vontade de que realmente as coisas aconteçam.

Mas aqui mais uma vez eu gostaria só de reforçar, porque eu acho que esse debate aqui mostrou a importância do quanto precisamos que todas essas ações que já estão encaminhadas, que são realizadas pelos comitês, que isso seja cada vez mais, assim, priorizado, seja na saúde, algo que passe a ter um destaque ainda maior, cada vez maior, sempre maior, nunca esquecer, porque nós não podemos aceitar nesse Brasil--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --que se desenvolve, nesse Brasil que cresce, a mancha da mortalidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

E o debate foi rico, porque se nós temos um cientista, um médico aferrado às conquistas da medicina e os parâmetros estabelecidos no presente, temos um outro que, com a mente aberta, procura ver os avanços que poderão vir de outros setores da medicina. Eu acho que isso é importante nesse debate que fazemos aqui, quer dizer, se houvesse uma unanimidade não teríamos possibilidades de enriquecer o nosso debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E o debate é o encontro dos contrários.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA

CIARLINI (DEM-RN): Que nos levam a nos complementar, que nos levam a que possamos formular o que for melhor para a saúde materna, entre as sugestões que agora vamos apresentar.

Vamos passar à Dra. Sílvia Maria. Eu peço ao Dr. Augusto Botelho que assuma aqui, porque eu estou sendo chamada na Comissão de Educação, há um Projeto que eu sou relatora e que está entrando na pauta nesse minuto. Faltam só as considerações da Dra. Sílvia, a quem agradecemos da alegria de encontrar essa colega, coincidentemente pediatra também, que trabalha na Pastoral, eu tenho essa afinidade com a Pastoral, esse respeito, essa admiração, até porque eu conheço e trabalhei quando eu fui Prefeita, Dra. Sílvia, três vezes, nós tivemos uma atenção especial à criança e a Pastoral foi uma grande parceira, grande orientadora, nos deu uma grande força.

Então fica aqui o nosso abraço a todos, agradecendo, e passando a presidência ao Senador Augusto Botelho.

[troca de presidência]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Só para lembrar à Dra. Sílvia que no México, quando eu citei a Constituição, ela é extremamente cristã, católica e não

há reação, porque nós temos determinados setores que não entendem o planejamento familiar. E no México, coincidentemente, a crença em Cristo é muito forte.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Bom, eu quero agradecer essa oportunidade de estar aqui no nome da Pastoral, dizer aos senhores e às senhoras que realmente nós fazemos um trabalho que eu acho que constrói também essa unidade até desse País. Dizer também que eu faço como uma proposta que o Ministério da Saúde, dentro do possível, já não é muito fácil de se fazer Comitês de Mortalidade, de Combate à Mortalidade Materno Infantil, não é, porque você vai cortar na pele. Então tudo que você vai fazer, a sua autoanálise, é muito difícil. Mas, assim, as recomendações, também seriam importantes que elas fossem observadas. Por quê? Muitas vezes, qual é a função de um comitê? É fazer recomendações, que, na realidade, são vários pares, tanto tem, vamos dizer assim, a sociedade civil organizada, como nós temos também as instituições públicas. Então uma proposta que eu faço, que já é muito difícil de que você tenha um Comitê de Combate à Mortalidade, mas quando tiver, que houver as recomendações, que essas recomendações sejam, vamos dizer assim, analisadas e que possam construir, ao invés de a gente apenas só fazer análise e não seguir o que pede-se e o que recomenda-se.

Bom, dizer que eu acho que foi muito válido esse pensar do Poder Público desta mortalidade, porque realmente é uma coisa que a gente, todos nós, temos vergonha desta mancha, mas, assim, eu digo: Meu Deus, quem foi que tocou para que a gente tente fazer uma redução de 5%? 5%, enquanto a Organização Mundial de Saúde, ela estima que a aceitável é em 15%, a gente tem sessenta e pouco e a gente quer 5%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Não, a minha, a neonatal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: A neonatal, que eu acho que o nosso País, por exemplo, o meu... Nós estamos em vinte e poucos, mas, assim, o Sul e o Sudeste já conseguem chegar a um dígito e... Eu estou falando da materna, da materna. Então não tem a redução também da materna? Então a materna--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Só infantil?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Bom, mas, então, veja só, então eu também entendi um pouco diferente, porque para o que foi chamado uma reunião no

Nordeste, inclusive no Rio Grande do Norte, talvez até fosse importante que ela estivesse aqui, é a redução materno infantil, é materno infantil. Gente, foise para uma reunião e os documentos que eu tenho é materno infantil, redução da mortalidade materno infantil. Então eu acho que foi, assim, um avanço desta política pública quando diz assim: “Eu quero reduzir da meta”. Quando a gente não tem meta, a gente não sabe onde vai chegar. Tanto faz eu chegar aqui como chegar ali, porque eu não tenho uma meta. Então eu louvo esta ação do Ministério, eu louvo mesmo, porque eu disse assim: Ai meu Deus, lembraram-se dessas mortes, dessas tristes mortes. Até porque eu também tive cinco gestações e perdi dois filhos, então eu me sinto muito parte dessa história quando eu ouço e vejo algumas coisas, eu digo assim: “Poxa vida, eu já me vi nessa história e tive a chance de ter um êxito”.

Também dizer assim que a gente, na Pastoral, a gente sempre aproveita as oportunidades para fazer alguns lembretes. Então esta posição é mais uma posição de coragem da nossa instituição, mas que também ela tem a chancela, nós não estamos fazendo algo que possa não ter também uma evidência baseada... A medicina baseada em evidência. Então nós temos esta coragem novamente da Pastoral, já fez isso no soro, e nós temos a morte súbita, que é a chamada morte do berço, na qual hoje existem a indicação, que está sendo difícil, tanto para os profissionais, como para a própria sociedade, porque você vai fazer agora... A sua fala anterior vai ser desfeita. Mas nós sabemos que a medicina avançou, tanto é que, por exemplo, o ácido acetilsalicílico era usado para quê? Para uma febre de uma criança muito pequena e que hoje a gente sabe que ela é usada numa prevenção das doenças cardiovasculares. Então as coisas vão sendo evidenciadas e vão sendo seitas. Então essa morte súbita, que é a chamada morte do berço, no nosso País tem alguns locais que já têm a pesquisa, em outros não têm, mas os países que já fizeram a pesquisa, porque a taxa de mortalidade deles é muito baixa, então quando eles têm qualquer uma delas, eles se aprofundam até aonde podem para chegar, e hoje se indica aleitamento materno até o sexto mês, que é uma das causas de evitar, essa criança geralmente faz isso, essa morte súbita ocorre no primeiro semestre de sua vida, mas chega também ao segundo, não ter, vamos dizer assim, muito agasalho próximo desta criança, aleitamento materno, seus pais não fumarem dentro da sua residência ou sua não ser uma fumante e isso aqui também vai salvar vidas do nosso País. A gente ainda não se dedicou muito a esse estudo porque outras mortes ocorrem e em número muito maior, mas os países desenvolvidos, nos

quais uma morte para eles é estudada exaustivamente, eles já têm essa posição e isso aqui é uma chancela também da Sociedade Brasileira de Pediatria, inclusive nas revistas da Sociedade Brasileira de Pediatria nós já tínhamos esse artigo, nós temos a UNICEF e nós também, graças a Deus, o Ministério da Saúde, que sempre, vamos dizer assim, tem um acolhimento, um acolhimento das coisas que tentam ajudar a criança brasileira.

Então eu também aproveito para fazer isso aqui e muito obrigado a todos. Foi uma oportunidade muito boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTE-LHO (PT-RR): Eu gostaria de agradecer ao Dr. Helvio Bertolozzi, representante da FEBRASGO, ao Dr. José Telles, representante do Ministério da Saúde, e à Dra. Silvia, representante da Pastoral da Criança de Sergipe. E agradecer a todos os ouvintes, aliás, ao pessoal que está acompanhando isso, esse debate.

Realmente os Comitês de Mortalidade fizeram uma mudança. O entusiasmo do Dr. Helvio, também eu participo dele, eu sei, vi e vejo essa diferença. A gente, se salvar uma vida com o comitê, já justifica o comitê. Então nós vamos continuar o nosso trabalho, os comitês, e estimular para que as pessoas não desistam, apesar das dificuldades. O Comitê de Mortalidade Materna trabalha com dificuldade. Essa posição do Dr. José Telles de institucionalizar os comitês ficou mais patente que talvez os comitês vão ter um pouco de recursos também, porque até agora nós não tínhamos recursos, a gente trabalhava com o esforço das pessoas que participam do comitê. E as metas, nós temos que fazer alguma meta, não podemos ser ambiciosos demais, e temos que fazer metas baseado em evidências científicas. Se a gente fizer uma meta muito grande, ninguém atinge. Se a gente faz uma meta de 5% esse ano, no ano que vem, se a gente conseguir de 5%, a gente faz uma de 10% ou vê o que é que vai ser feito. Eu acredito que realmente a prevenção é a principal forma de você melhorar a qualidade da saúde de todas as pessoas. E o pré-natal, essa reunião aqui é sobre mãe, é importante, todos têm que fazer pré-natal. Eu fico triste quando eu vou acompanhar uma investigação de uma morte materna, que a gente pega o prontuário da paciente e pergunta: “Cadê a ficha, cadê o cartão de pré-natal?” O doutor já viu isso. A maioria não tem o cartão de pré-natal e isso entristece muito a gente.

Então, muito obrigado a todos, declaro encerrado essa Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Saúde do Senado Federal.

Sessão encerrada às 12h27.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da Oitava Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, Conjunta com a Trigésima Terceira Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada no dia 11 de Agosto de 2009, Terça-Feira, às 09h00 horas.

Às nove horas e quarenta e três minutos, do dia onze de agosto de dois mil e nove, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **ROSALBA CIARLINI**, com a presença dos(as) Senadores(as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, ROBERTO CAVALCANTI, MÃO SANTA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, CÉSAR BORGES, EDUARDO SUPLICY, JOSÉ NERY E VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos nº 19 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, nº 41 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e nº 55 de 2009 – CAS, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini e Augusto Botelho, com vistas a debater as Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Materna. A Senadora Rosalba Ciarlini convida para compor a mesa os Senhores Dr. José Luiz Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas Estratégicas do Ministério da Saúde; Dr. Helvio Bertolozzi Soares, Representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO e a Dra. Sílvia Maria V. Cruz, Médica e Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança de Sergipe. A Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos, prorrogáveis, para sua exposição. Às nove horas e cinquenta e três minutos, a Presidente registra a existência da Lei 11.634, de 2007, de autoria da Deputada Luiza Erundina, a respeito do direito da gestante ao parto seguro. Às nove horas e cinquenta e oito minutos, Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Às dez horas e cinco minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Às dez horas e quarenta e três minutos, a Presidente registra a presença dos(as) Senhores(as) Soleni G. Alves, da Assessoria do Ministério da Saúde, Vera Lúcia Mota da Fonseca, Secretária Adjunta da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia – FEBRASGO, Daphne Rattner, Técnica Especializada do Ministério

da Saúde, Luciana Bordinoski, Servidora do Ministério da Saúde, Carlos Alberto Maia, Assessor Técnico do Ministério da Saúde, Pedro Pablo Magalhães Chacel, Corregedor-Conselheiro do Conselho Federal de Medicina – CFM e Olímpio Moares, Professor de Obstetrícia da Universidade de Pernambuco. Às onze horas e dezenove minutos, o Senador João Durval assume a Presidência. Às onze horas e vinte e dois minutos, a Senadora Rosalba Ciarlini reassume os trabalhos. Às doze horas e dezoito minutos, o Senador Augusto Botelho assume a Presidência. Fizeram uso da palavra os Senadores(as) Augusto Botelho, Marcelo Crivella, Roberto Cavalcanti, Mão Santa, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada.

Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, Conjunta com a 8ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no Dia 11 de Agosto de 2009, às 09 horas e 43 minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 8ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos nºs 19, 41 e 55, de 2009, de autoria desta Presidente e do Senador Augusto Botelho, com a finalidade de debater “As Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Materna”. Foram convidados: o Sr. José Luiz Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde; a Dra. Sílvia Maria Cruz, Médica e Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança de Sergipe; o Dr. Helvio Bertolozzi Soares, representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia

e Obstetrícia (FEBRASGO). Foram também convidados o Centro Feminista de Centros de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e o Conselho Nacional de Saúde, mas que, infelizmente, não puderam comparecer devido a compromissos agendados anteriormente.

Convido os nossos ilustres convidados para tomarem assento à Mesa: o Dr. José Luiz Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, a Dra. Silvia Maria Cruz, Médica e Coordenadora da Pastoral da Criança, e o Dr. Helvio Bertolozzi, representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia.

Antes de passarmos a palavra aos nossos ilustres convidados, queremos agradecer a forma tão gentil como nos atenderem e mostrando a preocupação de todos que aqui vieram com essa questão, que nós sabemos que, infelizmente, neste Brasil, que avança em muitas questões, que já está com um desenvolvimento de ponta, principalmente na saúde, em muitas áreas, mas, infelizmente, nós ainda temos essa mancha, uma mancha que é muito dolorosa, porque são questões que na grande maioria das vezes poderiam ser evitadas, que é o caso da morte materna. São mulheres que perdem a vida em procedimentos obstétricos, na questão do parto, durante a gravidez ou no pós-parto, até quarenta dias após o parto. Isso é preocupante porque as estatísticas no nosso Brasil mostram que de 1997 a 2005 nós tínhamos 61,2 óbitos para cada 100 mil mulheres. Nós estamos, o Brasil, entre os 189 países que na ONU assinaram um protocolo de avançar em oito metas no milênio, oito objetivos de desenvolvimento do milênio, exatamente para melhorar os indicadores sociais e econômicos dos países. Algumas dessas metas o País até já alcançou antes de 2015, mas é exatamente nesse dado que está contido na saúde da mulher, no objetivo da saúde da mulher, que nós estamos na pior situação. É necessário reduzir essa estatística, que ainda poderá ser maior, porque infelizmente há muita subnotificação. Nós temos um País continental, aonde na Região Norte, principalmente do Norte, não chegam nem as informações dos que nasceram vivos, de como foi esse parto, em regiões ainda com muitas dificuldades como o Nordeste. Então ainda há esse risco desse dado ser maior em função da subnotificação.

Mas queremos, aqui, também, dizer que, se não tivéssemos... E ainda não está bem, precisa avançar, precisamos estar ainda mais, vamos dizer assim, sem um trabalho muito mais efetivo do Programa Saúde da Família, talvez não tivéssemos nem esses dados. Hoje, se éramos até 2005, 61,2 óbitos, hoje nós estamos em 53,4. Infelizmente o Nordeste tem um índice ainda maior.

Então essa Audiência é exatamente para que nós possamos colocar essa questão de forma muito clara para análise, porque está se falando, mas nunca se chega a analisar realmente de forma clara, transparente. É algo que nos vergonha, é algo que nos revolta. É uma mancha, sim, na vida, no dia-a-dia dos brasileiros, quando sabemos que uma mulher perdeu a vida porque não houve, não foi detectado com tempo, durante todo o período de gestação, uma patologia, uma complicação, qualquer coisa que, por um simples exame, poderia ter chegado a evitar aquela morte. É muito doloroso. E a vida é o começo de tudo. Se nós queremos um Sistema de Saúde que realmente atenda às necessidades do povo brasileiro, se não tivermos as soluções para as coisas que aparentemente seriam as mais simples, como o parto, como poderemos acreditar que vamos ter a solução para o que é mais complexo, o que é mais difícil? Então por isso é que convocamos essa Audiência.

Eu quero aqui registrar a presença do Senador João Durval, que sempre está aqui de forma muito interessada em todas essas questões de saúde, e do Senador Papaléo, que também, como médico, conhece essa realidade e é da Região Norte.

Antes de passar a palavra à Dra. Silvia, que será a nossa primeira... Então, vamos começar pelo Dr. Helvio Bertolozzi Soares, que é o representante da Federação Brasileira da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia. Mais uma vez agradecendo e dizendo que esta Comissão, a preocupação com o ciclo que desde o primeiro semestre estamos realizando sobre "O SUS que temos, o SUS que queremos", levantando aqui várias questões como saúde mental, saúde do idoso, a questão de queimados, próteses, órteses, assistência à criança, tudo é exatamente para que a gente possa analisar essas questões que chegam, essa demanda que está vindo exatamente de questões que ouvimos na rua, no contato direto com a população. Eu, principalmente, toda semana estou no meu Estado, passo o final de semana visitando cidades. E por ser médica pediatra, então nessa área tenho muita relação e fui Prefeita três vezes, conheço o sistema, os avanços, queremos inclusive os nossos aplausos naquilo que melhoramos, mas também não podemos esquecer o quanto ainda precisamos melhorar. A Emenda 29, que eu fui defensora e continuo sendo intransigente, é necessária e é importante. Então tudo isso é desse dia-a-dia, é da conversa que a gente escuta. Meu Deus do céu, em todos os recantos sempre há reclamação, sempre o clamor é sobre questões de saúde que, na grande maioria, são questões mais simples, que poderiam já estar sendo melhorada. Então aqui estamos para dar uma contribuição importante.

No final desse ciclo de debates, temos um relatório, o Relator é o Senador Papaléo, fazemos esse relatório levando as sugestões, as ideias, o resultado das Audiências e também, se for necessário, não é, Senador, propondo Projetos que venham a melhorar.

Eu gostaria, também, aqui, de dizer que a Deputada Luiza Erundina, também como mulher e preocupada sempre com as questões sociais, tem uma Lei tramitando de autoria da Deputada Luiza Erundina, que já foi aprovada... Uma Lei tramitando não, uma Lei que já foi aprovada sobre o direito da gestante a um parto seguro. Eu gostaria aqui também de dizer que ela informou que não pode estar aqui, mas que está solidária a todo esse nosso esforço, claro, não poderia ser diferente. Eu tenho certeza que todos que fazem essa Comissão, todos os Senadores e os parlamentares, a população de uma maneira geral, nós estamos aqui estendendo as mãos e pedindo que nos dê forças, sugestões, ideias que tragam informações para que a gente possa, no nosso papel, não somente de propor, mas também de fiscalizar, fazermos a nossa obrigação, o nosso dever de olhar a saúde com os olhos diferentes, não somente do... Mas também colocando os olhos do coração, porque saúde é vida e queremos cumprir com esse nosso papel.

Então, eu quero, desde já, agradecer a todos e convocar que estejam ao nosso lado, ajudando, fortalecendo, porque eu sei que o Ministério, muitas vezes, tem dificuldades, e se nós levamos uma força maior poderemos ter programas que venham estimular, apoiar, principalmente nas carências, que aparentemente são as menores, mas que se você não cuidar da menor, esse somatório do menor se transforma num grande problema, como estando tendo agora com a questão da saúde materna.

O Senador Papaléo, que é o Relator, está inscrito. Antes de começarmos, Dr. Helvio, ele também é membro da Subcomissão de Saúde, que está em parceria com a Comissão de Assuntos Sociais para essa Audiência. Passo a palavra ao Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sra. Presidenta Senadora Rosalba Ciarlini, Senador João Durval, que, com muita honra, nós o temos presente aqui, como em todas as nossas Audiências, Dra. Silvia Maria Cruz, Dr. Helvio Bertolozzi Soares, Dr. José Luiz Telles, mais uma vez aqui conosco.

A importância deste evento, desta Audiência Pública, a Senadora Rosalba já conseguiu descrever, a grandeza e a importância deste evento. Nós, como disse a Senadora, estamos fazendo um ciclo de debates, de Audiências Públicas relacionadas à saúde, termos a conclusão em um documento que nós vamos encaminhar a todas as instituições, a todos aqueles

que realmente possam trazer resultados a esse investimento que nós estamos fazendo aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Então eu quero agradecer à senhora e aos senhores pela presença e dizer que o Senado Federal trabalha desta forma que estão vindo aqui conosco, com a nossa presença, e com a seriedade devida na área de assuntos sociais, principalmente na relacionada à saúde, cujos resultados são evidentes nesses seis anos que estamos aqui no Senado Federal. Nós já tivemos muitos resultados práticos, Senadora. Esses resultados são fruto do trabalho de todos os Senadores que frequentam com assiduidade a nossa Comissão de Assuntos Sociais. Então eu agradeço à senhora e aos senhores, os senhores assessores que estão aqui presentes, os nossos visitantes, que isso venha a engrandecer a nossa Reunião. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Papaléo, V. Exa. tem dado uma grande contribuição, principalmente nessa área de saúde.

Eu gostaria aqui de passar agora a palavra ao primeiro palestrante, que é o Dr. Helvio Bertolozzi Soares, representante da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO).

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Bom-dia a todos e a todas. Eu gostaria de agradecer ao convite e, fundamentalmente, à Senadora Rosalba Ciarlini, a todos os Srs. Senadores, aos colegas presentes, ao Dr. José Luiz Telles, à minha companheira Silvia que está aqui, na Mesa também.

Eu gostaria não de apresentar nada, mas de falar de mortalidade materna. É muito difícil falar de mortalidade materna num país tão desigual, de coisas tão diferentes. Fundamentalmente aonde você vive, você tem um aspecto de morte materna, para onde você vai, às vezes, trabalhar, você tem outro aspecto de morte materna. Durante esses dezesseis anos que a gente trabalha dentro da área de mortalidade materna, nós tivemos a oportunidade de conhecer todos os Estados dessa Nação e saber das suas dificuldades, saber como é que funcionam as suas Secretarias Estaduais e Municipais e ver a realidade social do País.

Numa realidade desigual, tão desigual como a gente vive nesse País, as razões de mortalidade serão desiguais, obviamente. As razões de mortalidade fundamentalmente espelham um Índice de Desenvolvimento Humano. Quando for melhor a qualidade da Nação, quanto for melhor a qualidade no Estado, quanto for melhor a qualidade do Município, menor será a mortalidade materna, ou seja, ela espelha a realidade de cada Estado e de cada situação.

Em alguns lugares, nós vamos ver mortes maternas que já reduziram, já saíram da sua fase de causas, que seriam simplificadas, próprias de um médico ou de um sistema básico de saúde resolver, para outros ainda que nem chegaram na condição do sistema básico resolver, está na condição socioeconômica de uma população.

Então retratar isso ou dizer que tal medida irá resolver, que tal medida irá resolver ou que essa ou aquela serão pontuais para a solução da mortalidade materna, é uma falácia.

Redução de mortalidade passa por um conjunto de ações sociais, institucionais, profissionais e que vão dar, logicamente, no seu futuro, um resultado. Não é uma resolução de curto prazo. Talvez hoje a gente possa montar um processo para uma resolução que a médio e longo prazo a gente tenha soluções. Mas buscar uma solução da mortalidade materna de um dia para outro é impossível e as pessoas que aqui trabalham com morte materna sabem bem disso.

Nós, quando começamos a trabalhar no Estado do Paraná, no ano de 1944, a mortalidade era de 111 por 100 mil nascidos vivos. Nós encerramos no ano passado, em 2007, com 41 para 100 mil nascidos vivos. E esse ano, até a gripe, até essa fatídica gripe que fundamentalmente atinge as gestantes, são as pessoas mais atingidas no âmbito social, nós estávamos com 29 e nenhuma morte na Cidade de Curitiba. Em um dia só nós tivemos três mortes de gestantes e esse nosso nível cai, quer dizer, a gente se aborrece.

Eu conversava com o Dr. Telles um pouco antes da Reunião. Nós, por muitos anos, tentamos trabalhar a mortalidade por pré-eclampsia e eclampsia, que era responsável por 19% das mortes maternas, e vimos que nos últimos anos essa mortalidade caiu para a quarta causa de mortalidade materna, vindo a ficar em torno de 3%, simplesmente porque começamos a educar médicos e capacitar sistemas e serviços para uso de sulfato magnésio. Foi uma medida e isso deu solução.

A gente fala o seguinte: a gente nunca foi estudar morte obstétrica indireta por causa de doença respiratória. Observamos que era uma causa sazonal. E a proposta desse ano para o ano que vem é que no mês de março a gente venha a vacinar as gestantes no segundo e terceiro trimestre para a influenza B. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, porque isso de fato poderá reduzir a morte por causa obstétrica indireta de doença do aparelho respiratório. Eu falei: Eu demorei dez anos trabalhando num negócio para ver que isso acontecia, era sazonal, era influenza A, tinha influência importante na morte por causa obstétrica indireta. E estudando agora a influenza H1N1

a gente viu que a gente poderia, de certa forma, ter reduzido a morte por uma causa respiratória.

Então a gente tem se sentido extremamente chateado por esse aspecto, por ter se preocupado por uma causa obstétrica direta, que é pré-eclampsia, e foi aquilo, como nos preocupamos com o tromboembolismo, como nos preocupamos com hemorragias que fundamentalmente é a causa que mais mata nesse País. E se a gente comparar o número de horas em que ocorre uma morte por pré-eclampsia, nós diremos que uma morte por pré-eclampsia ocorre em média por quatro horas; que uma morte por infecção ocorre em média por doze dias; e uma morte por hemorragia ocorre em média por quatro horas. Quer dizer, então a gente pensa e verifica o seguinte: os nossos sistemas têm que ser bem aparelhados.

Quero dizer aos senhores: há um ano eu deixei de ser obstetra, não posso ser obstetra. Conheço obstetrícia, sou professor de obstetrícia, atuo em obstetrícia no meu Hospital de Clínicas, que é onde eu gosto de ser professor, mas profissionalmente no consultório eu declinei. Por quê? Em virtude de ganhos baixos eu sou obrigado a ter quatro, cinco empregos. Sou um homem que saio às sete horas da manhã de casa e chego às dez horas da noite, às vinte e duas horas, tendo ter que trabalhar em cinco empregos. Não tenho capacidade de fazer atendimento obstétrico. Deixei de ser obstetra por não ser capaz de atender uma gestante em tempo integral. E vou procurar fazer o quê? Olha, como não existe um sistema que me dê uma mudança de paradigma de atenção ao parto, um sistema que eu possa gozar de segurança para a minha gestante, optei em deixar de ser obstetra.

Então vejam que a morte materna é uma coisa que não se resolve de uma forma tão prática e tão simples. É uma forma que nós vamos ter que ter tempo para resolver.

Nesse ano eu fui convidado pela presidência da FEBRASGO para assumir a coordenação da mortalidade materna. Nós fizemos um projeto para três anos em que a gente procura definir, através de fóruns regionais, consensos para a redução de mortalidade materna e capacitações e creditações locais em que a FEBRASGO venha, em conjunto com o Ministério da Saúde, poder resolver. Só que nós, posso passar isso até depois, já conversei com o Dr. Telles, que é detentor desse poder, certo, para a gente poder, FEBRASGO e Ministério da Saúde, conversarem a respeito do que ambas instituições possam vir a fazer para a redução da mortalidade materna. Lhes asseguro que nós teremos muito trabalho. Porém, acredito e tenho certeza que nós podemos reduzir a morte materna. Vai demorar, vai depender da Academia, da qualidade dos sistemas

de Hospitais Escola, vai depender da FEBRASGO, vai depender do Ministério da Saúde, vai depender dos senhores legisladores, ou seja, isso é uma campanha nacional, e só a partir desse momento nós teremos de fato um programa para reduzir morte materna.

O que é vergonhoso é nós continuarmos com uma mortalidade alta, acima de 50. Isso nos envergonha como médico, como gestores e como legisladores, certo, e nós temos que, em conjunto, realizarmos esforços para que isso aconteça. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Dr. Helvio. Nós vamos passar a palavra agora à Dra. Silvia, Médica Coordenadora Estadual da Pastoral da Criança, e no final, depois do representante também do Ministério, nós abriremos para os debates e a participação dos Srs. Senadores. Inclusive eu quero informar que a lista de inscrição já se encontra aberta: Senador Roberto Cavalcanti, da Paraíba, Senador Augusto Botelho, que inclusive é Presidente da Subcomissão de Saúde e deve ter uma experiência muito grande, que é médico no Norte, deve ter feito muitos partos por lá, e o Senador Nery. Passamos agora a palavra à doutora Silvia--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Senadora, com a permissão da Dra. Silvia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu acho que já estou escrito, não estou?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Já, o senhor é o primeiro, já está inscrito, por isso que eu não... O Senador Augusto Botelho já tinha colocado, já tinha feito a sua inscrição. Mas, Dra. Silvia, a senhora dispõe do tempo que for necessário.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Bom-dia a todos e a todas. Eu estou aqui em nome da Pastoral da Criança, sou uma voluntária, fiz agora dez anos, atualmente eu estou coordenadora, sou a coordenadora estadual no Estado de Sergipe e, também, eu faço parte da Sociedade Sergipana também de Pediatria. Então a história dessa morte materna tem muito a ver também comigo porque eu sou também pediatra, sou sua colega, sou pediatra, mas assim também fui médica do Programa Saúde da Família, então eu vivenciei também essa história desta morte e vivencio porque, inclusive, nós temos um comitê, eu acho que a gente também tem que fazer, vamos dizer assim, passar para os gestores que é importante que eles tenham este Comitê de Combate à Mortalidade Materno Infantil, que não é fácil, porque você vai ter que fazer toda uma análise aonde nós estamos falhando, aonde nós não estamos conseguindo avançar.

Então uma coisa assim muito importante, nós temos esse comitê, tanto é que as análises das mortes, já em 2009, nós também já estamos fazendo. Inclusive, assim, do meu Estado, eu tenho as análises das mortes maternas já de 2009, mas eu acho que também seria um caminho para que a gente se debruçasse dessa triste história. É uma triste história, mas eu acho que você tem que, vamos dizer assim, olhar, fazer um olhar, vários olhares para que a gente possa chegar, vamos dizer assim, ao que nós vamos ter que fazer, porque tem o que ser feito, tem, e não são coisas difíceis, são coisas realmente práticas, inclusive eu trago algumas sugestões da prática, é da prática, porque como nós temos um comitê, a gente faz as recomendações. E aí a gente pergunta: essas recomendações, a gente consegue avançar nessas recomendações? Porque os comitês são para fazer recomendações.

Então a Pastoral, ao longo desses anos, inclusive eu faço questão de dizer que talvez seja uma das ONGs que, no nosso país, conseguiu fazer uma política pública, quando ela fez aquela ação do soro, que ela fez o soro oral, que disseminou por todo o nosso País, porque as crianças não morriam somente pela diarreia, elas morriam porque não conseguiam chegar a tempo a um local que pudesse fazer a sua, vamos dizer assim, hidratação. Um grande problema, porque a diarreia, lógico, diminuíram muito, mas era o grande problema. E ela conseguiu, uma ONG conseguiu instituir num País de nível continental, como é o nosso, uma política pública, porque praticamente todos os serviços e a própria população abraçou isso. E a gente salvou, a gente sabe disso, que salvamos muitas e muitas vidas. Então a Pastoral sempre vai estar interessada aonde tiver aquela pessoa com um sofrer maior, vamos dizer assim, com uma qualidade de vida não compatível que deveríamos todos nós, brasileiros, termos.

Então a Campanha da Fraternidade, que foi a de 2008, a gente fez "Escolhe, pois, a vida", que é de Deuteronômio 30:19. A gente gostaria de dizer também que a CNBB, nós somos, vamos dizer assim, a Confederação da CNBB, mas nós somos é ecumênicas, então nós trabalhamos com todos os nossos irmãos, porque eu acho que quem cuida da vida tem que olhar mais a vida e não pedaços e nem partes. Então nós somos ecumênicas. O próximo.

A Constituição da República Federativa, ela mostra muito quem são os eleitos para que a gente faça mesmo essa defesa. Seria a família, a maternidade, olha lá a maternidade, a infância, a adolescência e a velhice, porque nós sabemos que são esses os grupos mais vulneráveis, vamos dizer assim, que precisam de mais aporte, mais sustentabilidade para que faça,

e, também, o amparo às crianças e adolescentes. O próximo.

Para definir a morte materna, meu colega ali, o obstetra, o professor, ele considera que por um período de quarenta e dois dias qualquer morte, e dentro também hoje até um ano depois você também ainda faz essa investigação, que as mulheres em idade fértil, que inclusive eu não concordo, vou dizer aqui aos senhores, que coloquem que uma criança de dez anos é uma mulher, porque em nenhum critério que nós queiramos colocá-la neste condição, ela ainda não é uma mulher. Mas a gente, vamos dizer assim, enquanto saúde pública nós às vezes temos que fazer esses termos, mas eu, quando eu posso, eu sempre faço essa fala. Eu não concordo que uma criança, que seria um pré-adolescente, aos dez anos seja considerado mulheres em idade fértil, mas no nosso País também a gente está vendo que está tendo as gestações aos dez anos de idade. Então é uma coisa que a gente, na saúde pública, tem que aceitar. Você como pessoa, como uma cidadã, você não aceite muito, mas tecnicamente, quando você trata de saúde pública, têm coisas que a gente vai ter que aceitar.

A Organização Mundial de Saúde vê esta morte como uma morte que tem uma repercussão social muito grande. Ela é uma morte, assim, como essa morte é vista? Porque ela tem uma repercussão social muito maior do que a da criança. É interessante a gente chegar a isso. Às vezes eu me sinto também, eu digo: Poxa vida, a gente vê o número muito alto, e teríamos que também ter esse debruçar sobre essa morte também infantil, mas a morte materna tem uma repercussão social muito grande, porque aquela mulher estava em uma idade fértil, uma idade produtiva, deveria cuidar dos seus filhos e ela, naquele momento de gerar uma vida, ela perde a sua vida. Então é uma coisa que tem uma repercussão muito grande. Então a Organização Mundial de Saúde tem sempre essa preocupação com esta gravidez, com este puerpério, com este período que esta mulher vai gerar uma vida. O próximo.

Aí a gente está falando sobre a legalidade do aborto. A gente vai ver que o Chile, vamos dizer assim, ele tem um bom serviço de saúde e a gente vê que a mortalidade pelo aborto, neste caso, é baixa. O Brasil, em perigo de vida, tem os quadros e violação, que são as causas de estupro, também está perante a Lei resguardada a esta mulher, mas assim você vê que aonde ela tem o melhor acompanhamento da sua vida, da sua vida saúde, ela tem o menor número de óbitos nestes países. E o Chile, dentro de todos os nossos na América Latina, é o que tem--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: E lá é interessante, o aborto não é permitido, todos eles, em nenhuma situação. Aqui nós temos os casos de estupro e temos de risco grave de vida para esta mulher. Lá, não. Na realidade, como eles têm uma boa qualidade de saúde pública, é o menor índice em toda a América Latina. Vamos ao próximo.

Não existe correlação entre a legalidade do aborto nos países e a sua taxa de mortalidade materna. A taxa de mortalidade materna, ela depende muito da assistência que é dada a esta mulher, porque a partir de doze, de dez, agora a gente já vemos em nosso País, infelizmente, as crianças com dez anos, uma parte grande pela violência sexual que está sendo feita contra esta criança, mas é a assistência que é dada a esta mulher que faz com que a taxa esteja alta ou baixa, tanto durante o pré-natal, durante o parto e o pós-parto, e o nível de desenvolvimento do País, porque é uma das taxas que, para a Organização Mundial de Saúde, ela tem uma importância fundamental, porque ela diz o que está ocorrendo nesse País, a materno infantil, principalmente também a infantil, é considerado um dos indicadores de maior importância para dizer o nível em que está a assistência à saúde desta população, um dos indicadores mais importantes para a Organização Mundial de Saúde é este. Vamos ao próximo.

Sobre a ótica biológica, a gente sabe que o início da fecundação do óvulo pelo espermatozóide torna-se viável a partir da nidação, que ele vai fazer um caminho, ele faz aquele caminhozinho e quando ele chega, que ele se fixa no endométrio uterino, ele começa a ter a vida, e essa vida é uma vida independente e que deve ser respeitada esta vida independente, porque eu não posso, eu não posso dizer que eu tenho um mando sobre uma outra vida. Eu acho que a gente teria que também pensar, independente da opção religiosa. O próximo.

O texto constitucional tem garantias fundamentais e, dentro dessas fundamentais, é o direito à vida. Então eu acho que a gente, quando a gente faz essa proteção à vida, a gente também deve fazê-la quando ela está dentro de um útero. Não é porque ela está dentro de um útero que eu posso desrespeitar também essa vida. Ao contrário, eu deveria respeitá-la porque ela está muito mais dependente das causas externas do que qualquer uma outra coisa. O próximo.

A Pastoral da Criança tem uma ação muito próxima. Eu me pergunto muito. Hoje a gente vê os agentes, eles vão às portas, mas assim nós enquanto organização, nós vamos às portas. É muito difícil de você ir a uma porta, de você bater a uma porta, é muito difícil você fazer um trabalho de porta em porta e nós temos um voluntário. Então muitas vezes eu vejo assim, este

País tem muita coisa, muita, porque quando eu vejo uma pessoa humilde, às vezes desempregada, que tem tanto problema dentro daquela sua comunidade e ela vai a uma outra casa, bate a esta porta e leva educação e saúde. A gente tem que pensar muito isso. O que é que toca uma pessoa que vive dentro daquela comunidade, que tem todos os problemas também que ela tem, todas as vezes as carências que ela tem, ela chega até ao outro e presta um serviço, e ainda mais gratuitamente, que às vezes a gente vê que no serviço, alguns serviços, não conseguem fazer isso. E elas fazem assim, eu digo assim: “Meu Deus, fazem dois dias de viagem, quatro dias de viagem dentro do Rio Amazonas, do Rio Negro, vai olhar uma comunidade e traz dados sobre aquelas comunidades. Então é uma coisa assim que nós vivemos, nós temos um milhão e quinhentas mil famílias visitadas e a gente faz um atendimento humanizado do pré-natal, do parto e do pós-parto. Nós vemos também muito assim os filhos, as famílias e a educação e saúde, porque eu acho que muita coisa também passa pela educação e saúde, eu digo muito isso, porque se não nós faremos trabalhos, trabalhos, trabalhos e nós não conseguimos fazer, porque eu acho que o profissional de saúde tem que pensar muito nisso. Ele é um educador, acima de tudo ele deve ser um educador, sempre ele deve ser um educador. Parece que a gente perde um pouco isso, ou ele é sempre um professor mesmo, mas eu acho que todos os servidores, todas as pessoas que trabalham na saúde deveriam ser necessariamente um educador. Eu acho que se nós podemos perder nunca essa visão de educador. Vamos ao próximo.

É a prática do aborto, considerada muito grave, é uma pesquisa em 2007 do DATAFOLHA, em que a população em geral, ela acha uma prática não bem-vinda, e a gente também sabe que muitas vezes a mulher faz esse aborto, que é uma das causas também frequente de morte materna, por causas externas, porque quando ela recebe o apoio, quando ela tem uma estrutura familiar, quando ela tem uma estrutura social que faça uma proteção a ela, que faça uma rede a ela, ela normalmente não deseja, mas muitas vezes ela faz por fatores externos a ela. Então quando ela se vê pressionada, quando ela se vê, vamos dizer assim, acuada, ela faz mais facilmente do que quando ela está dentro dos padrões que ela possa ter o seu filho em paz, ela sempre fará a opção por ter o seu filho. Logicamente que a gente sabe que em alguns casos ela deverá também ser orientada sobre essa concepção, porque às vezes ela também vai correr um risco de vida [soa a campainha]. O próximo.

Bom, a rejeição, isso daí também é de 2007, considero moralmente errada, é alta, é alta, o País ainda se

mantém nesse patamar, que a interrupção da gravidez não é uma coisa vista no nosso País como uma coisa ótima e nem maravilhosa. Eu acho que você tem que dar condição a esta mulher e não propor a ela estar fazendo abortamento. Vamos ao próximo.

Esse daí é uma ampliação, é de 2007, mas eu acho que isso aqui é mais... Esse aqui é dizendo assim: que quer que a Lei continue como está, ou seja, eu resguardo essa mulher que foi violentada, eu protejo ela quando ela corre um risco grave de vida, mas fora isso eu não vejo muita indicação. O próximo.

A causa, como o meu colega disse, hemorragia, nós temos pouco tempo, por isso que quando das propostas, eu vou ler algumas recomendações, mas eu quero dizer o seguinte: isto aqui está aberto. É porque é assim: quando você faz uma fala e não propõe alguma coisa, eu acho que fica uma fala um pouco em vão. A gente faz uma fala e o que nós vamos construir a partir disto? Então nós trouxemos algumas propostas, que os Srs. Senadores e toda a Comissão aqui poderá olhar e propor para que a gente possa fazer alguma coisa. O próximo.

Tem um dano, que é a chamada Síndrome de Pós-Aborto, que existe no CID já essa síndrome, que ela apresenta várias características, essa síndrome após este quadro de abortamento. O próximo.

A Organização Mundial concorda em assinalar que, para diminuir os índices, eu já disse isso, à gestante, deve ser toda qualificação do seu período de pré-natal, durante o parto e no período puerperal, é o pós-parto. O próximo.

E também assim uma coisa importantíssima: este transporte, no nosso País, esse transporte seguro é uma coisa que nós temos que avançar, porque senão nós fazemos aquela história que faz, colocamos esta mãe, chocada, dentro de uma ambulância e faz esse transporte. Se a gente não fizer esse transporte seguro dessa mulher, é um quadro grave que a gente tem que avançar nesse trabalho. Vamos.

Este é um estudo que existe da Finlândia(F), que a mulher corre muito mais risco quando ela faz um aborto do que quando ela tem um parto normal, desde que ela seja bem assistida. É uma coisa porque é a própria natureza, a natureza é que faz isso. Vamos ao próximo. Em contraste, as mulheres que tiveram abortos induzidos teriam 46 mil mais possibilidades de morrer do que aquelas que não estiveram grávidas, 60% de morrer para aquelas que tiveram aborto espontâneo, porque o espontâneo foi a própria natureza que assim conduziu, e 195 do que aquelas que deram à luz. Então o parto, o parto bem assistido, ele é muito mais seguro para uma mulher do que um aborto, por mais seguro que queira se dizer que ele possa ser. Vamos lá.

Esse daí também pode passar, porque, assim, hemorragia é o que o meu colega disse. Eu vou retornar para dizer o que ele já disse, que a principal é hemorragia, hemorragia, hemorragia, a nossa causa maior ainda é hemorragia. Pode passar.

Também tem a parte da alta incidência de câncer de mama. É interessante. Essa pesquisa, ela diz o seguinte: que quando a mulher fica grávida, o seu organismo começa a fazer as alterações hormonais, todas para fazer a manutenção daquela gestação. E a mama, vamos dizer assim, é o tecido que mais vai sofrer modificações para poder preparar os canais que passarão o leite. Então essas células, elas começam a se desenvolver e elas vão ter um período para depois começarem a fazer aquela produção acentuada do leite. Quando ocorre essa perda, a interrupção dessa gestação, elas ficam como se fossem células intermediárias, nem elas chegaram a ser completadas, elas nem foram à frente para fazer, vamos dizer assim, o seu ponto final, e, também, elas vão ter que fazer uma regressão. Então ficam vários nichos de células que são consideradas como se fossem células imaturas [*soa a campanha*], que poderá haver um câncer de mama. E a mulher, enquanto ela mais amamenta, enquanto mais ela tem gestações a termo, ela fica mais protegida de câncer mamário, que é a segunda causa hoje de morte em mulheres no nosso País. Está altíssimo, em alguns locais é o primeiro, é a primeira causa, é o câncer de mama. Então essa gestação também tem a ver com essa incidência. Enquanto ela tem partos normais, enquanto ela amamenta, é um fator de proteção a esta mulher. Enquanto faz uma interrupção, ela tem uma possibilidade maior, porque essas células ficaram como se fossem intermediárias, elas ficaram sem terminar, vamos dizer assim, o seu ciclo. Vamos ao próximo.

Esse aí é o caso da possibilidade de risco de mama. Vamos ao próximo.

A gente tem, Senadores, senhoras, senhores e servidores, nós entregamos um documento a vocês que é chamado Laços de Amor. A Pastoral fez esse trabalho e eu gostaria, se os senhores tivessem aí, é a criança mandando... Ela se comunica com a mãe, ela manda os recados, ela manda mensalmente ou de dois em dois meses manda um recado para a mãe dela. Ela diz como ela está e ela pede a essa mãe, ela faz uma fala para a mãe. Se os senhores tivessem um tempo, as senhoras também, uma horinha para ler, é uma coisa assim muito simples, isso aqui é uma coisa simples, mas no qual a criança, ela se dirige à mãe, e aqui tem várias indicações, várias, vamos dizer assim, orientações, muito simples, que poderão ser conversadas com as mães e elas recebem os recados dos

seus filhos. Então o bebê se comunica com ela, manda esse recado para a sua mãe. É muito interessante. Quando vocês tiverem um tempinho, leiam que vocês vão ver que vai valer a pena vocês fazerem essa leitura. Então é um trabalho que a Pastoral faz, então o feto fala para a sua mãe e a Pastoral faz a orientação para uma gravidez saudável. O próximo.

Já está um pouquinho perto de terminar.

Esse trabalho aí, ele diz a ela: "Olá mamãe, eu ainda sou muito pequenino, mas estou feliz por estar aqui com você. O meu coração já bate, o sangue já corre pelo meu corpo. Para que eu cresça e nasça com bom peso é importante que você se alimente e se cuide bem, viu?" Então ele sempre manda um recado para a mãe dele. É uma maneira assim linda, porque ele faz a fala para a sua mãe. O próximo.

Então ele sempre vai mandando, aqui tem várias informações que são muito importantes para a mãe. Vamos ao próximo.

Então ele diz assim: "Mamãe, cuidando da sua saúde você também está cuidando da minha. Assim, você vai se sentir bem e eu vou nascer bem fortinho", porque agora no nosso País as crianças estão nascendo muito com baixo peso, abaixo de 2kg500gr, é prematuridade e criança nascendo com baixo peso, prematuridade que já sabe que essas crianças serão os futuros, as pessoas futuras das síndromes metabólicas, que a síndrome metabólica o que é? É a hipertensão, a diabetes. Então o nosso País está construindo, vamos dizer assim, pessoas que terão síndromes metabólicas, a síndrome metabólica. Então ou a gente faz confio que essas crianças nasçam no período certo ou então essas crianças serão prematuras, de baixo peso, não porque elas fossem ser de baixo peso, mas como nasceram antes, elas não conseguiram alcançar o peso que teriam, e as outras também nascem, vamos dizer assim, com a gestação em tempo normal, mas com baixo peso. Então vai ter muita síndrome metabólica, que agora já tem muito no nosso País. O próximo.

Aí também é outro, no oitavo mês, ele diz, você veja: qual é a mãe e qual de nós responderíamos assim, por exemplo, na 36ª semana de gestação, qual de nós responderíamos: De quantos em quantos dias esta gestante deveria ser vista, ou seja, acompanhada, ou fazer uma consulta? Se você perguntar eu acho que no País todo nosso, 90% de agentes não responderia, quando na realidade ela deverá ser duas vezes, a cada quinze dias. Vocês vejam que coisa de irresponsabilidade, no momento em que eu vou me aproximando daquele momento, daquele parto, eu tenho que ter mais cuidado, mais vigilância sobre a saúde dessa mulher. E ninguém quase sabe disso, ninguém,

gente! Então ou nós fazemos essa socialização ou então nós vamos ficar sempre a dever a essas mães. No último mês, você veja, no último mês deverá ser feita uma vez por semana. Eu acho que 90% da nossa população não sabe disso e isso só se fazer fazendo educação em saúde, porque ninguém vai poder saber disso, ninguém vai poder. Se a gente não fizer educação em saúde, ficaremos todos sem saber que essa mulher, enquanto mais ela se aproxima da hora do parto, mais eu tenho que estar próximo da vigilância em saúde dela. O próximo.

Essa aí também pode passar, a neoplasia maligna da mama é altíssima agora no nosso País, depois é a de colo e de útero. Pode passar ao próximo.

Essas mortes são por violência. Pode passar. Está alta também, ou então causas externas. Pode passar.

Na Conferência de Pequim não conseguiu se chegar a um consenso, mas ela afirma que em nenhum caso se deve promover o aborto como método de planejamento familiar. Aborto não é planejamento familiar. Você tem que dar os direitos, o direito desta mulher a fazer, vamos dizer assim, a sua análise reprodutiva, conceptiva, mas jamais determinar, como sendo uma prática de método de planejamento, fazer abortamento. O próximo.

Aquele caso é interessante. Mais de 80% das mulheres dariam a vida se tivessem apoio. Então na realidade a natureza da mulher não é para que ela faça isso, mas quando ela se vê pressionada, ela responde a essa pressão sobre a forma de concordar com este quadro. O próximo.

Aí são as referências, viu? Esse material vai ficar aí, qualquer um dos senhores vão ter direito a esse material. Pode passar.

Agora eu gostaria, eu não sei se seria nesse momento, mas a gente trouxe algumas recomendações, propostas, não são recomendações; recomendações quem faz são os Comitês, são o Ministério. Aí a gente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, pela sua experiência, a senhora tem todo o direito de fazer as suas recomendações. Pode sim, é muito bem-vindo.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: A gente propõe, enquanto Pastoral, que--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: É, você, meu colega, vai ser um dos que vai mais dar opinião sobre isso, porque eu digo assim: "Meu Deus do céu, os obstetras e os ginecos--"

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dra. Silvia, só um instante. A senhora vai ler as suas recomendações, depois nós vamos ver o Ministério, em seguida os Senadores e teremos um segundo momento, quando faremos, vamos dizer assim, porque o Dr. Helvio, como é também da área e--

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Mais do que todo mundo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mais do que nunca, porque nós, pediatras, estamos participando mais do que todo mundo, mas com certeza vai poder também nos dar bastante sugestões, recomendações, propostas, que serão todas bem-vindas.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Nós propomos: uso criterioso da ocitocina, viabilizar protocolos de uso. Então eu só vou fazer uso da ocitocina em protocolos, de maneira que no caso vai ser pela Sociedade de Obstetrícia; o partograma com acompanhamento efetivo; aumentar o número de leitos obstétricos. Eu acho que isso é importantíssimo; a criação dos Comitês de Mortalidade Materno Infantil Hospitalares, porque normalmente nós fazemos municipais. É muito difícil quando a gente manda uma recomendação e quando você também não constrói aquilo, quando você não analisa aqui, você não quer receber recomendação de ninguém. Então eu acho que tem que ser feito um Comitê de Mortalidade Materno Infantil Hospitalar. Aí sim, aí sim você vai olhar, porque nem tudo ocorreu dentro do hospital. Não é isso, gente, as coisas ocorreram lá quando eu estou fazendo o meu pré-natal, antes da concepção desta pessoa.

Então, a gente teria que ver muito isso; capacitação na assistência neonatal, a responsabilização do profissional na rede e na maternidade, priorizando as morbidades mais frequentes; divulgar boletins informativos e discutir indicadores nos sistemas, nos serviços de assistência à saúde de gestantes e criança. Então fazer uma discussão também nos conselhos locais, nos conselhos municipais, para que haja uma discussão realmente, para que a sociedade também possa tomar conhecimento, que às vezes ficam muito na parte técnica e não se chega a isso, não se socializa. Então se têm as coisas, mas você não consegue socializar. Isso é muito difícil, de que essa história, vamos dizer assim, que você ache que tem um direito, que tem esse direito; melhorar a qualidade de registro nos prontuários nas Unidades Básicas de Saúde, devendo constar os diagnósticos e orientações referentes às gestantes. Por quê? Porque quando nós vamos fazer as investigações desses óbitos, a gente às vezes não consegue avançar. Quando eu digo

assim “causa indeterminada”, quando eu digo a uma pessoa “causa-morte indeterminada”, o que é que eu quero dizer com isso? Eu quero dizer que essa causa não interessa a ninguém. Quando eu digo, quando eu escrevo num atestado de óbito “causa indeterminada” ou “mal definida”, qual é o significado prático? Pronto, não conseguiu, não conseguiu. Isso aqui não tem muita importância, é como se eu desse um atestado no final da vida daquela pessoa sobre isso.

E quando a gente vai para os prontuários, é difícil, é difícil de se fechar os diagnósticos da *causa mortis* porque a gente não tem uma boa, vamos dizer assim, um bom relato daquela história. Aí a gente vai para as famílias, para o domicílio. É difícil, porque a gente diz assim: “O que foi que sentiu?” “Ela teve uma dor de cabeça”. Bom, isso até pode muito contribuir, mas assim a gente tem que detalhar. Se você tivesse um antecedente dessa mulher, você teria uma melhor possibilidade de fechar esse diagnóstico; melhorar, veja, e agilizar a busca ativa das gestantes para início do pré-natal, porque enquanto mais cedo, enquanto mais precocemente você inicia esse pré-natal, mas você faz uma proteção à mãe e a esta criança nesse ventre dela materno; viabilização da investigação diagnóstica adequada no pré-natal e acesso rápido aos especialistas. Se eu tenho uma cardiopata, eu não posso considerar que aquela gestação vai ser uma gestação... Eu tenho que classificá-la como de alto risco e tenho que ter um apoio, eu tenho que ter uma parceria, eu tenho que ter uma pessoa que faça também aquela especialidade. Então os endócrinos, que geralmente elas têm também, por exemplo, as diabéticas têm muito [soa a campainha], muito problema durante essa gestação; melhorar as ações do pré-natal quando à avaliação do risco reprodutivo [soa a campainha] e contraceptivo; garantir referência e contrarreferência. Como é que eu posso ter uma gestação de risco e eu ter daqui há vinte dias ou trinta dias? Muitas vezes a gente já não consegue mais avançar nessa gestação; melhorar a qualidade da hemoterapia, porque muitas vezes elas vão morrer por hemorragia, por hemorragia. Eu tenho tantas horas, o meu colega ali falou, eu tenho tantas horas. Se eu não agir dentro dessas tantas horas, não adianta mais, esse quadro já acabou, essa história já se encerrou; UTI para gestantes, aumentar o número; fazer autópsia de casos de morte de mulher em idade fértil; estudo dos casos de morbidade extremamente grave; melhorar a adesão no final da gestação, no final da gestação. É importantíssimo, por exemplo, às vezes a gente faz uma glicemia, quando a gente sabe que no final da gestação a gente deveria ter muito mais acompanhamento, essa vigilância ser muito mais próximas dessa mulher; fazer um trabalho educativo junto

às gestantes da importância de apresentar o cartão na maternidade. Elas, às vezes, chegam tão angustiadas que chegam sem nada, só com a sua pessoa, sem história nenhuma dessa gestação. É outro quadro grave; e conhecimento e visita das gestantes à maternidade na qual realizará o parto. Por quê? Porque eu fiquei impressionada, foi que botou-se aquela moça que faleceu, se colocou o número do ônibus para a gestante, para que ela fosse, ela já tinha ido a duas maternidades, não a receberam, então ela foi pegar um ônibus para poder chegar num momento de um, vamos dizer assim, desencadear do seu parto. Então eu acho que isso é grave. Essa mulher tem que ter esse direito também de saber: “Olha, no meu parto eu tenho essa maternidade ou esta”. O que eu não posso é, numa hora que eu estou em trabalho de parto, eu estar rodando dois, três, quatro lugares, e as pessoas dizerem: “Aqui não tem vaga, vá embora, aqui não tem vaga”. Isso é humanamente, muito, muito grave.

Então era isso que nós queríamos dizer e estou aberta. Também temos essa campanha aqui, que ela está me lembrando ali, mas eu acho que a gente faz num outro momento, porque eu vou respeitar, se a senhora abrir o espaço depois eu posso falar, mas vou respeitar o espaço do meu colega. O que eu souber também responder eu respondo, o que eu estou falando aqui é da minha vivência prática, porque eu também faço parte do comitê há mais de dez anos e hoje, quando eu vejo que eu tenho vinte e poucas leitos de UTI, eu digo: Valeu a pena eu ter lutado, porque teve dias que eu vi que eram cinco leitos e eu dizia: Quem foi que escolheu, quais foram os critérios que foi escolhido? E hoje eu vejo a minha prática, então o que eu estou falando aqui é da minha prática, dos comitês, também da minha Pastoral e da vivência da minha vida. Muito obrigada a vocês.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada à Dra. Sílvia. Realmente a sua participação foi bastante importante, esclarecedora, traz uma vivência não somente como médica, mas também num trabalho que nós reconhecemos como que merece de todos nós os maiores méritos, que é a Pastoral da Criança, o trabalho da Pastoral, que eu também, como pediatra e, na realidade, além de pediatra, eu tive uma vivência muito grande na neonatologia. Durante quinze anos da minha vida fui responsável pelo maior berçário na cidade onde eu trabalhava e trabalhei com a Pastoral da Criança quando começamos o combate à mortalidade infantil.

Então eu gostaria aqui de agradecer e de passar agora a palavra ao representante do Ministério, o Dr. José Luiz Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde.

de. Agradecer também aqui a presença: da Dra. Vera Lúcia Mota da Fonseca, Secretária Adjunta da FEBRASGO e membro da Comissão do Parto Normal, do Conselho Federal de Medicina; Daphne Rattner, Técnica Especializada no Ministério da Saúde; Luciana Bordinoski, Servidora do Ministério da Saúde; Carlos Alberto Maia, Assessor Técnico do Ministério da Saúde; Solene Gealza(F), Assessoria do DAPS - Ministério da Saúde; Olímpio Moraes, Professor de Obstetrícia da Universidade de Pernambuco, muito obrigada aqui pela presença, que é da Comissão de Abortamento, Parto e Puerpério da FEBRASGO; Pedro Pablo Magalhães Chacel, Corregedor e Conselheiro do Conselho Federal de Medicina. Agradecer a todos que aqui estão, aos dois Consultores, a Regina e o Dr. José Alves, que prestam esse grande trabalho, nos acompanham, são Consultores da Casa, e a nossa Maricota, que é a Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde. Queremos também registrar a presença do Senador Flávio Arns, que é o Presidente da Comissão de Educação, que também sempre está muito ligado a essas questões sociais. Ele já presidiu a Comissão de Direitos Humanos e também nessas questões sabe da importância. A presença do Senador Augusto Botelho já foi registrada.

Bem, então eu gostaria aqui de passar agora a palavra ao Dr. José Telles. Antes, Dr. José, desculpe aqui, eu queria só antes complementar a Dra. Silvia, quando ela falou na questão da mortalidade infantil. Vejam quanto a gestação tem uma importância fundamental na questão da criança. Hoje nós avançamos bastante, melhoramos, reduzimos, estamos dentro do que acordamos na meta do milênio com relação à mortalidade infantil, mas ela ainda é alta e bastante alta. A mortalidade infantil hoje acontece muito exatamente nessa fase do pós-parto, nos primeiros meses de vida, no período neonatal. Então vejam a importância da gestação com a mortalidade também do feto em função das inúmeras carências que uma má gestação leva também para a criança. Então muito obrigado ao Dr. José, agora a palavra está com o senhor e pelo tempo que o senhor achar necessário.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini. Para nós, do Ministério da Saúde, é sempre uma oportunidade muito positiva estarmos aqui dividindo, prestando contas das políticas que o Ministério vêm implantando nesse País junto com as Secretarias Estaduais e Secretarias Municipais, mas também dividir os nossos desafios, os nossos problemas, entendendo que essa Casa tem uma responsabilidade capital para o sucesso desse Sistema Único de Saúde, que faz 21 anos esse ano.

O Senador Papaléo já saiu, mas, Senador João Durval, Senador Flávio Arns, Senador Augusto Botelho, nossos Consultores do Ministério da Saúde, senhoras e senhores.

Falar de assistência à saúde materna, falar de mortalidade materna nesse País, que é um País continental, é falar das mil faces que as mulheres assumem em todo o território nacional. Dependendo de onde essa mulher nasce, esse lugar onde ela nasceu pode ser determinante de como ela morrerá.

Falar de saúde extrapola os limites *stricto sensu* da assistência à saúde. Nós estamos falando de um fenômeno extremamente complexo, que envolve necessariamente outros setores governamentais e, também, não-governamentais. E aqui nós temos na Mesa, Senadora, dois representantes de organismos que fazem uma parceria fundamental com o Ministério da Saúde, a Pastoral da Criança, que vem complementando as ações do Sistema Único de Saúde exatamente naquelas populações mais carentes, que tem maior dificuldade de acesso aos serviços e, principalmente, às informações acessíveis, e o companheiro Helvio aqui da FEBRASGO, que abandonou a obstetrícia, mas se incorporou num fronte importante de qualificar as políticas públicas e chamar a atenção, inclusive, dos médicos para a sua inserção dentro das políticas públicas. Portanto, essa é uma Mesa bastante feliz para discutir essa temática. E é uma temática, como falei, que extrapola os limites *stricto sensu* e envolve necessariamente políticas sociais: alimentação, trabalho, quer dizer, o fato de nesse Governo Lula termos criado uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres é a assunção de que há dentro da população diferenças substanciais de tratamento entre homens e mulheres. As questões de gênero perpassam todas as práticas sociais e, também, as práticas de saúde. Tem sido uma parceira importante a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na medida que nós entendemos, no Ministério da Saúde, que a promoção da saúde da população passa necessariamente pela intersetorialidade: educação, trabalho, alimentação, desenvolvimento, segurança, acesso à cultura, são todos elementos essenciais para falarmos de saúde de toda a população e, também, das mulheres.

O Ministério da Saúde assume a saúde da mulher, aliás, nesse ano nós comemoramos 25 anos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da mulher, quer dizer, há 25 anos atrás esse País assumia que a questão da mulher ultrapassava as questões reprodutivas, a mulher deveria ser vista para além da gravidez, ser vista como um ser social, que vive numa sociedade que discrimina, que vive numa sociedade que tem questões de gênero e, portanto, as especifi-

idades de ser mulher nesse País também deveria ser assumida pelo setor saúde. Comemoramos e tivemos o que comemorar nesses 25 anos porque muitas das ações ou estratégias que foram colocadas no PAISM, como ficou conhecida a Política de Proteção Integral à Saúde da Mulher, alguns anos depois foram assumidas numa importante Conferência, que foi a Conferência de Cairo, e uma das questões fundamentais foi exatamente o planejamento reprodutivo dentro de um escopo maior, para além de um planejamento familiar, que é o escopo dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, que atingem tanto os homens quanto as mulheres.

Ampliação e compra. Nesse âmbito nós tivemos alguns avanços, não foram poucos, foram avanços importantes. O fato de planejar a sua família, de ter acesso aos métodos anticoncepcionais para que tanto o homem quanto a mulher pudessem viver plenamente a sua sexualidade sem a preocupação de, a partir dessa vivência, gerar filhos, é uma política de saúde pública e dentro do escopo dos direitos sexuais reprodutivos fez com que o Ministério da Saúde, junto com as Secretarias Estaduais e Municipais, e aqui sempre irei ressaltar esse aspecto da constituição do Sistema Único de Saúde, é um sistema paritário, solidário entre as diferentes instâncias de Governo, seja municipais, estaduais e no nível federal. Tivemos a ampliação, a compra e distribuição dos métodos, oferta de anticoncepcionais. Eu queria destacar aqui a saúde e a prevenção nas escolas. Sabemos que a gestação na fase mais precoce da vida da mulher é sempre considerada uma gestação de risco, e aí o acesso à informação por parte dos adolescentes, tanto meninas quanto os meninos que estão vivendo sua sexualidade, faz parte de um esforço importante de fazer com que esse planejamento familiar comece desde cedo.

Incorporação da vasectomia. Estaremos lançando, o Presidente Lula já adiantou ontem no programa, o Ministério da Saúde estará lançando a Política Nacional de Saúde do Homem, a vasectomia tem sido estimulada para que o homem participe ativamente desse processo de planejamento familiar, que esse ônus, que essa responsabilidade não recaia somente nos ombros das mulheres.

Primeira fábrica pública, Xapuri inaugura a primeira fábrica pública de preservativos, quer dizer, há uma preocupação importante, em particular do Ministro Temporão, de estabelecer um padrão de fazer saúde que também marque saúde como desenvolvimento social e econômico do País, portanto, há toda uma incorporação tecnológica, incorporação de novos insumos, ela é incentivada numa política consciente de que faz parte do desenvolvimento econômico do País.

Em 2008 os números são significativos, seja preservativos, contraceptivos injetáveis, dispositivos intrauterinos, e esse esforço todo tem como fundamental importância o planejamento de ter filhos, quer dizer, ter uma criança, ela deve ser desejada. E uma vez grávida, a mulher, no Sistema Único de Saúde, deveria ter assistência completa ao seu pré-natal normal, ao pré-natal de alto risco, que representa de 10% a 15% do total das gestações, uma atenção humanizada às situações de abortamento previstas na Lei, a nossa legislação ainda não foi modificada, é uma legislação que protege aquelas mulheres em situações de risco de vida e aquelas mulheres vítimas de violência sexual. Uma atenção humanizada ao parto, atenção humanizada ao puerpério, e aí nós temos uma condição importante no puerpério, que é a depressão pós-parto, e muitas vezes nós olhamos na mídia nenéns, bebês ainda pequenos sendo descartados, jogados em lixeiras, como foi agora ontem enrolado num saco plástico em São Paulo, e muitas vezes é uma desordem de ordem fisiológica, biológica na mulher, e o acolhimento a essa situação é importante. A atenção às urgências e emergências obstétricas.

Esse Sistema Único de Saúde, que faz 21 anos nesse ano de 2009, na área de atenção à saúde da mulher, ele tem avanços. Talvez o principal avanço é o acesso aos serviços de saúde. A estratégia saúde da família tem sido uma estratégia vitoriosa nesse item de fazer com que populações que historicamente estiveram alijadas do acesso ao serviço de saúde, hoje tenham um agente comunitário de saúde, um auxiliar técnico de enfermagem, um médico, uma enfermeira visitando as suas residências, fazendo a identificação de situações de risco, situações comunitárias e possibilitando um planejamento mais racional das ações de saúde. Nós tivemos, de consultas de pré-natal, um aumento de mais de 70% de 2002 para 2008, chegando a 17 milhões de consultas pré-natal. A razão de número de consultas de pré-natal/partos ficou em na ordem de 6,2; a Organização Mundial de Saúde recomenda 6 consultas pré-natal ao longo da gestação. O fortalecimento da atenção básica, através de estratégia da saúde da família, tem sido uma das linhas mais importantes, mas sabemos que uma das questões que nos afeta, particularmente nessa temática, é exatamente a atenção especializada, a atenção principalmente hospitalar. O Dr. Helvio estava me corrigindo aqui, nós tínhamos um dado de 97%, 98%, ele estava me corrigindo e dizendo que chega a 99% o percentual de partos em ambiente hospitalar. Se nós estamos tratando de mortalidade materna, nós estamos também tratando dessa atenção ao parto intra-hospitalar, feito por equipes de médicos, enfermeiros e enfermeiras.

Nesse sentido, o programa de humanização no pré-natal e no nascimento foi incorporado como uma política transversal que passa da atenção básica aos hospitais que cuidam da assistência à gestante. E a humanização ali é entendida não só na relação qualificada entre o profissional de saúde e a gestante, mas também uma ação que busca incorporar outros atores importantes para a vida daquela mulher. E aí, em especial, a Lei que garante o acompanhante no ambiente onde se faz o parto. Aonde se tem tido o acompanhante no momento do parto, a gestante tem sido mais tranquilizada e o acompanhante, longe de atrapalhar os médicos e as enfermeiras, ele acaba sendo um importante auxiliar nesse processo.

Muito bem, esse é o programa de humanização em pré-natal, ele faz parte de uma série de Portarias que buscam exatamente trazer para o âmbito da gestação e do parto elementos essenciais que nós os classificamos como humanização. Vai desde o acompanhamento pré-natal, assistência ao parto, o puerpério e a assistência ao neonato.

Um dos indicadores assumidos pelo Ministério da Saúde como qualidade do pré-natal é o número de casos de sífilis congênita. Observa-se ali nesse slide que de 2002 a 2006 houve um aumento no registro de sífilis congênita. Duas importantes dimensões estão envolvidas nesse aumento. Primeiro, o fato do Ministério da Saúde assumir isso como um indicador e levar esse indicador para as Secretarias Estaduais e Municipais na forma de uma pactuação, fazer com que o registro dessa ocorrência seja efetivado e aí, obviamente, espera-se, nesse momento, onde há uma subnotificação, que haja um aumento desse número, porque há um aumento do registro. Mas uma outra dimensão é a dimensão que mais nos preocupa, que é a dimensão da qualidade efetiva dessa assistência pré-natal. É realizado o exame. Quando é realizado o exame, esse exame é visto? E se esse exame é visto, essa gestante é tratada? E se essa gestante é tratada, o seu companheiro também é tratado? Então diferentes situações concorrem para que esse indicador nos oriente em termos de ações que busquem qualificar esse pré-natal.

Saliente-se aqui, esse slide a Dra. Daphne me ajudou a fazer, ela ressalta assim: "Olha, vamos salientar que o SUS é construído com os Estados e Municípios". O pré-natal normal é responsabilidade dos Municípios, com todo o apoio da Secretaria Estadual e todo o apoio do Ministério da Saúde. E as gestações de alto risco [*soa a campanha*], uma vez identificadas, elas são de responsabilidades dos Estados e Municípios de maior porte.

Algumas publicações do Ministério vão no sentido de orientar, não só os gestores, mas também os profissionais em saúde, de como organizar os seus serviços de forma competente para fazer com que aquelas metas estabelecidas, tanto nos pactos estaduais e municipais, quanto nas Portarias Ministeriais, sejam alcançadas. Temos uma preocupação importante na qualificação e na humanização da atenção ao parto e aí são vários seminários, vários encontros, a parceria nesse momento da FEBRASGO é preciosa, da mesma maneira que temos uma parceria importante com a Associação Brasileira das Enfermeiras e Enfermeiros Obstetizes, da ABENFO, no sentido de fazer com que haja atualização nos profissionais que lidam diretamente com as mulheres no seu momento de gestação e de parto.

Algumas Portarias e algumas regulamentações são importantes na orientação dos serviços e aí saliente-se, novamente, que tanto essas Portarias quanto essas regulamentações nós buscamos, no Ministério da Saúde, ouvir as sociedades de especialistas, ouvir as Associações que representam médicos e enfermeiros, que lidam diretamente com essa temática.

A política de atenção às urgências e emergências, e aí importante mecanismo tem sido o SAMU. O SAMU, nos Municípios, tem prestado uma assistência fundamental a todas as parcelas da população, sejam idosos, sejam mulheres, sejam crianças, isso tem sido um avanço importante nos municípios.

Estamos esse ano, a partir de um convênio com um curso estruturado nos Estados Unidos, que é um curso de suporte avançado de vida e obstetrícia, para esse curso nós abrimos mil vagas e em especial essas vagas foram alocadas para uma prioridade assumida pelo Presidente da República junto com o Ministro Temporário de redução da mortalidade infantil nas Regiões Nordeste e Amazônia Legal e no seu componente, a mortalidade infantil no seu componente neonatal.

Portanto, não é uma bica de água tratada na praça do município que vai resolver um dos componentes mais difíceis de baixar da mortalidade infantil, que é exatamente o componente neonatal, porque envolve a devida assistência à mulher, ao longo do seu período da gestação e no seu momento de parto, e a assistência ao recém nato.

Redução da transmissão vertical. O Brasil, ele é referência em termos de políticas de AIDS no mundo inteiro e nessa assistência à gestante HIV positiva há uma preocupação importante. Primeiro, fazer o diagnóstico a partir de um teste rápido e, segundo, introduzir precocemente a medicação, fazendo com que a redução hoje no País da transmissão vertical seja uma das maiores do mundo.

A vigilância epidemiológica de morte materna, quer dizer, a estruturação de comitês, esses comitês contam com a ajuda fundamental, e aí faz parte dos fundamentos da formação do comitê, as organizações da sociedade civil, sejam elas Pastoral da Criança, sejam elas Associações de Representação Acadêmica, Profissional. Não é possível tratarmos a mortalidade materna sem a devida investigação. Esses comitês, nós fizemos um manual dos Comitês de Morte Materna, estamos agora com um convênio com a Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, com um curso de educação à distância exatamente para tratar dos Comitês de Investigação de Óbitos e de Mortalidade Materna e Infantil, com ênfase nas Regiões Nordeste e Amazônia Legal.

Atenção humanizada ao abortamento. Sabemos todos que esse é um tema de extrema complexidade porque envolve necessariamente valores morais, não é uma questão técnica que se trata em Academia. E o Ministério da Saúde, na sua linha de defesa absoluta da vida, faz com que aquelas situações de abortamento legal sejam tratadas da melhor maneira possível, sabendo que é uma decisão trágica para a mulher, traz consequências importantes físicas e psicológicas e os profissionais de saúde têm que estar preparados para lidar com essa situação. E aí atenção ao aborto previsto em Lei. Sabemos que a mudança da legislação cabe a esta Casa, junto com a Câmara Federal, e cabe ao Ministério da Saúde alertar que uma das questões importantes de morbidade na saúde da mulher é o abortamento feito em clínicas clandestinas. Não há como tapar o sol com a peneira, quer dizer, esta é uma situação que nós vamos enfrentando como uma questão de saúde pública, entretanto, somos absolutamente respeitosos à legislações desse País e a nossa preocupação é exatamente qualificar a atenção a essas mulheres.

E o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna em Neonatal. Eu quero dizer para os senhores e senhoras que é inadmissível um País do porte do Brasil, que fez uma revolução no seu sistema sanitário, ainda conviver com índices absurdos de mortalidade materna. Esse ano, Senador, eu tive a oportunidade de acompanhar o Ministro Vannuchi numa Audiência de direitos humanos, do PIDESC, que é um programa que analisa e avalia a situação dos direitos humanos no País, isso ocorreu em Genebra, eu fiquei responsável por responder pelo Ministério da Saúde, onde o tema mais debatido foi a da mortalidade materna. Não passa pela cabeça dos representantes dos países desenvolvidos de como um País desse porte, que tem acesso à tecnologia, que tem um sistema universal de saúde, ainda convive com índices... Bom, inominável, princi-

palmente para aquelas famílias que perdem um ente no momento em que seria o momento mais precioso da sua vida, de ter um filho. Então o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, primeiro, assume essa responsabilidade, quer dizer, não há como fazer a política do avestruz, enfiarmos a cabeça na terra e fingimos que essa situação vá se resolver por si só. Não, quer dizer, o Ministério da Saúde, ao assumir esse pacto, ele chama todas as entidades que têm diretamente relacionado ao seu trabalho as questões da mortalidade infantil e da mortalidade materna, entidades não-governamentais, governamentais, e traçamos estratégias comuns para fortalecer os Estados e os Municípios naquilo que ele pode e deve fazer para reduzir esses índices.

Essa assunção pelo Ministério da Saúde... Aliás, foi muito feliz o Presidente Lula no final da sua gestão assumir que essas desigualdades sociais que tanto nos atinge, tanto nos envergonha, ela deve e pode ser assumida pelos seus entes ministeriais, pelo Governo não só federal, mas também pelos Estados e Municípios. Coube ao Ministério da Saúde a estratégia de redução da mortalidade infantil no seu componente neonatal. Para isso foi feito um pacto com os Governadores, Presidente Lula com os Governadores dessas regiões, dos Estados e dessas regiões, o Ministro da Saúde com os Secretários de Saúde, e estamos há exatos três meses fazendo uma caravana nesses dezessete Estados, junto com os técnicos de saúde das Secretarias Estaduais e Municipais buscando estratégias que visem a redução da mortalidade infantil no seu componente neonatal. E aí esse componente neonatal traz a dimensão do componente da mortalidade materna. Portanto, nós estamos bastante otimistas pela adesão que os Estados tiveram e pela adesão principalmente dos técnicos das Secretarias de Saúde de que as metas colocadas de redução de 5% em 2009 e 5% em 2010 será alcançada.

As principais ações vão desde a qualificação do pré-natal, da assistência ao parto e da assistência ao recém-nascido, e essa qualificação, eu gostaria de dizer, que vai desde a formação de recursos humanos. Se nós pensarmos o vazio assistencial que ainda existe em algumas áreas das Regiões Norte, principalmente das Regiões Norte, mas também no semiárido que atinge o Nordeste, vazios assistenciais que é difícil falar da fixação, por exemplo, de um médico neonatologista para a assistência numa maternidade ou sequer de um médico obstetra, quer dizer, então a qualificação dos profissionais, a qualificação dos insumos, quer dizer, o uso adequado dos insumos e a adequada disponibilidade desses insumos. Estamos fazendo uma compra centralizada de UTIs neonatais naqueles municípios

às quais as maternidades necessitam das UTIs, agora com uma contrapartida importante dos Estados e dos Municípios, que as Unidades de Cuidados Intensivos, que não é UTI, seja assumida pelos Estados, porque muitas das vezes o leito é ocupado de uma UTI desnecessariamente, quer dizer, aquele recém-nato poderia estar ocupando um leito de cuidados intermediários e vagando o leito de cuidados, de tratamento intensivo.

Fortalecimento do controle social, mobilização social. Nós tivemos uma reunião com a Dra. Zilda Arns, ela ficou entusiasmada com a possibilidade da Pastoral da Criança entrar nessa parceria com o Ministério da Saúde. Temos uma parceria importante aqui com a FEBRASGO, enfim, há um esforço importante em relação a isso.

Eu gostaria de finalizar, Senadora, não dá, eu acho que nós não podemos, diante desse quadro, não nos indignarmos. Falar de mortalidade materna é falar de omissão; falar de mortalidade materna é falar de negligência; falar de mortalidade materna é falar da desestruturação do nosso sistema de saúde, que apesar da Lei Erundina, essa Lei de 2007, eu tenho a colinha aqui, Lei 11.634, o que é que essa Lei diz? É uma coisa básica: que toda mulher deve ter o conhecimento sobre o local aonde ela vai fazer o parto. Isso não é uma coisa do outro mundo, Senadora. Isso significa organização de rede, isso significa a articulação dessa rede SUS e nós, no Ministério da Saúde, temos uma discussão avançada com o CONAS e CONASEMS, que é o Conselho Nacional dos Secretários Estaduais e o Conselho Nacional dos Secretários Municipais, para fazer com que essa Lei saia do papel. Estamos cansados de ter legislações e legislações, aquela que pega e que não pega. Se é uma legislação aprovada por essa Casa, os órgãos públicos têm que cumprir. E essa é uma medida importante, a articulação da rede e estabelecer uma linha de cuidado que a pessoa, primeiro, o profissional saiba claramente quais são as etapas necessárias para que aquele cuidado ao longo da gestação e ao longo do processo de parto sejam efetivos para que haja o sucesso, mas também que as pessoas saibam na rede quais são as suas referências para que ela tenha atenção.

Devo dizer aos senhores e às senhoras: estamos todos indignados com esses números e essa indignação não fica só no discurso. Estamos, a partir dessa redução da mortalidade infantil mais no Norte e no Nordeste, mas bem antes, a partir da assinatura do pacto, discutindo com as entidades, com as Secretarias, fazendo ações que visem a qualificação desse processo para que em curto prazo, apesar das dificuldades que nós sabemos desse curto de redução da mortalidade materna, porque envolve outras dimen-

sões do fazer saúde, nós tenhamos a possibilidade de uma redução. E aí, só para finalizar, essa redução é um exercício de cidadania dos gestores, dos profissionais e da população usuária do Sistema Único de Saúde. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada ao Dr. José Luiz Telles. Eu gostaria aqui de dizer algo que o senhor disse, repetir o que o senhor colocou. Realmente como nós podemos nos apresentar lá fora, um País que está em desenvolvimento, como um País que começa a marcar num cenário mundial com essa mancha tão vergonhosa?

Eu passei por uma experiência, Dr. José, que eu fiquei realmente numa saia justa, foi algo que me doeu. Eu tive a oportunidade de no ano de 2008, no começo do ano, de ir à Cidade de Offenburg, na Alemanha, e lá, por convite de colegas, conhecer o sistema, como atua na questão da saúde materna. E, também, como as cidades são vizinhas, apesar de dois países distintos, Alemanha e França, fui também à França, também colegas da mesma área, conhecer, porque é a curiosidade, e eu acho que é um papel que nós temos aqui, principalmente eu que sempre fiz parte da Comissão de Assuntos Sociais e da área de saúde, de conhecer. São países diferentes, são países que já estão num nível econômico bem mais acima. Mas eu acho que sempre é bom ver a forma humanizada como está sendo tratada a questão. Lá tem um agente de saúde específico, que se chama Ribama(F), só para cuidar das gestantes, de casa em casa. Tomara, meu Deus, podermos chegar até ali. Mas o que me doía é que eles, quando olhavam para a gente, são profissionais que conheciam essa realidade do mundo, eles diziam: "No Brasil vocês não estão fazendo nada, as mulheres estão morrendo de graça". E é verdade, é verdade. Pelo amor de Deus! Eu fico feliz em ver a preocupação do Ministério, o grande trabalho da Pastoral, a preocupação aqui do Dr. Helvio, mas nós estamos aqui exatamente levantando essa questão e vamos acompanhar, vamos cobrar, porque isso é uma questão nacional, é uma questão de prioridade nacional, é vida, é vida num momento mais sublime. É uma questão que nós não podemos aceitar. Muitas vezes se faz um pacto nacional para algo que não quer dizer nada na vida do cidadão, no dia-a-dia da vida do cidadão. Vamos fazer um pacto nacional para valer. Quando chegarmos lá, eu estive agora no interior, têm cidades na Grande Natal, não é lá no interior mesmo não, é ali, colada com Natal, com a capital, que faz mais de dez anos que não nasce uma criança porque a maternidade não funciona. O novo gestor, o

novo Prefeito, querendo fazer a reativação. Estive em outras regiões também, a mesma situação.

Que isso, dentro do Ministério, não se encontre nenhuma barreira, seja facilitado, mas valorizar aqueles que estão querendo agir nessa questão materna infantil no combate à mortalidade, porque nós precisamos, sabemos que há esse interesse do Ministério. Mas acho que é uma questão que temos que divulgar mais, anunciar mais, convocar mais.

Eu queria aqui deixar para a população o site da Comissão de Assuntos Sociais, que é scomcas@sena.gov.br, até para profissionais da área, pessoas que trabalham com ONGs, as experiências mais diversas que possam chegar até nós, para que a gente possa fazer o melhor documento e nos somarmos nesse esforço que é de todos, de um País onde se tenha o direito à vida, o direito à nascer com dignidade.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa, um minuto, que agora nós vamos passar para os Senadores. Eu vou inscrevê-lo com o maior prazer. Agradecer a todos. Agora os Senadores, cada um terá a sua participação de acordo com a ordem de inscrição. Começamos com o Senador Roberto Cavalcanti e depois o Senador Mão Santa.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sra. Senadora Rosalba Ciarlini, expositores Helvio Bertolozzi Soares, Silvia Maria Cruz, José Luiz Telles, parabéns pelas explicações.

A minha pergunta vem bastante singela. Há uma preocupação brasileira com o tema e no momento presente é uma preocupação muito grande com a incidência e o risco que as gestantes correm com a Gripe Suína. Os jornais de hoje trazem uma matéria que mostra que realmente o Brasil tem que se preocupar, porque nós temos apenas 1,8% dos casos desta gripe a nível mundial, mas temos 12% de mortes. Então nós temos, no Brasil, uma incidência muito maior de mortes, de uma forma geral. E como nos casos constatados evidenciase que esta gripe, quando adquirida por gestantes, ela torna-se numa incidência de forma mais grave, mais incisiva, e como nós estamos aqui aproveitando aí a presença do nobre colega Senador Mão Santa, que é o maior astro da TV brasileira da atualidade, então eu diria que seria de extrema contribuição para a população brasileira se V. Ex^{as}. pudessem, de forma bastante acadêmica, prestarem esclarecimentos à população brasileira, através neste momento da TV Senado, do que fazer, como a gestante, a mulher gestante poderia ter a sua vida preservada, que procedimentos deveria adotar, o que fazer para minimizar este risco que as

gestantes no Brasil hoje estão expostas em função do vírus da Gripe Suína.

Singelamente era essa a minha pergunta e pediria que V. S^{as}. respondessem também de forma bem singela, porque não é somente para nos atingir como conhecedores do tema, mas fundamentalmente para, através da TV Senado, nós possamos dar esta contribuição à população brasileira. Muito obrigado.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Nós temos o representante do Ministério, eu não sei se ele gostaria de começar.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Bom-dia, Senador Mão Santa. Senador, essa é uma preocupação. Acho que a primeira constatação é que nós estamos aprendendo ao longo dessa epidemia, quer dizer, não existia um modelo anterior. Esse é um vírus que tem componentes genéticos do porco, da ave e do humano, absolutamente novo no seu comportamento, e que agora, nessas semanas ou meses de epidemia que começou nos Estados Unidos e México é que nós estamos aprendendo o seu comportamento. Um deles, que chamou a atenção, é exatamente a sua maior letalidade em determinados grupos populacionais, dentre os quais a gestante faz parte. Além das gestantes, as pessoas com doenças respiratórias e aquelas pessoas com doenças crônicas, cardiovasculares e outras que diminuem a imunidade.

Por que a gestante? A gestante, naturalmente, ela tem o seu nível de anticorpos, o seu sistema imunológico é mais baixo. Uma das razões é que no início da gravidez o corpo da mulher acaba reconhecendo aquele feto como um corpo estranho. Então fisiologicamente se diminuem as imunidades para que a gestação ocorra normalmente.

Após essa constatação, e isso só foi possível a partir da notificação das mortes, e aqui cabe um parêntese, quer dizer, em relação a toda a morte, todo o óbito por influenza é notificado, mas nem todos os casos de influenza são notificados, porque nós não temos condições de fazer em larga escala o teste sorológico e, segundo a Organização Mundial de Saúde, não há evidências de benefícios em relação ao seu custo.

Bom, quais são as medidas que foram assumidas, salvo engano, há praticamente uma semana, as orientações do Ministério da Saúde junto às Secretarias Estaduais e Municipais? Primeiro, que haja um lugar diferenciado para as gestantes nos hospitais. O último lugar que uma pessoa resfriada teria que procurar seria um hospital, porque é exatamente a aglomeração de pessoas doentes e com maior probabilidade de ter, entre aquele meio, pessoas com o vírus H1N1. Então fazer ambientes separados para que as gestantes tenham o atendimento à parte. Toda gestante, algumas

Secretarias têm assumido que toda gestante com sintomas de gripe, isto é, febre, mal estar, sintomas respiratórios como tosse, expectoração, logo no início ela já seja tratada como o H1N1, quer dizer, antes mesmo do resultado sorológico.

As mortes pegaram a todos de surpresa, realmente o sistema de saúde não estava preparado para esse vírus, nenhum sistema de saúde estava preparado para esse vírus. Agora as medidas têm sido tomadas e fundamentalmente as Secretarias Estaduais e as Secretarias Municipais têm recebido, quase que diariamente, as orientações do Ministério da Saúde, entendendo que no decorrer dessa epidemia é que nós aprendemos o comportamento desse vírus e a partir desse comportamento nós podemos assumir as medidas necessárias.

Só para terminar, a Organização Mundial de Saúde alertou, e é um dado interessante, que essas doenças emergentes, que não acaba com a H1N1, teremos outros desafios pela frente, dada a forma como o planeta tem sido ocupado, dada a forma como a velocidade que as pessoas têm em se deslocar, essas epidemias, elas estão colocando em cheque os sistemas de saúde. Então nós estamos encarando também como uma forma de aperfeiçoarmos o sistema que nós escolhemos, como um sistema universal, que tem no setor público o principal apoio, nós também estamos aprendendo com essa epidemia de aperfeiçoar as nossas instituições para que lidem com eventos que fogem do cotidiano da assistência à saúde.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Senadora Rosalba Ciarlini, com a permissão de V. Exa. eu só queria esclarecer que o objetivo da minha pergunta foi mais no sentido de que procedimentos poderiam as gestantes, vamos dizer assim, com medicamentos não alterando e não afetando a criança, mas na verdade que procedimentos poderia se adotar--

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu gostaria de ser mais claro para o senhor, mais direto, mais objetivo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu ficaria muito grato se houvesse a resposta nessa direção. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então vamos passar para o Dr. Helvio, que, como especialista, tem mais condições de responder.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: No sábado nós tivemos uma reunião em Porto Alegre entre a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Rio Grande do Sul e a Sociedade de Obstetrícia e Ginecologia do Paraná, visto que essa moléstia, fundamentalmente, tem atingido de uma forma grave as gestantes dos

Estados do Sul. O clima lá tem sido favorável ao desenvolvimento dessa gripe e tem atingido, em termos de morbidade, em torno de 40%, e em termos de mortalidade em cerca de 31% das gestantes dos nossos Estados. Alguma coisa tem que ser feita. E alguma coisa foi feita. Um documento foi feito e hoje o senhor pode encontrar dentro do próprio site da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Paraná e da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia do Rio Grande do Sul, assim como no site da FEBRASGO.

Primeiro, nós somos favoráveis ao afastamento da atividade de trabalho da gestante, uma vez que ela vai viver em aglomerado, não só no trabalho, mas fundamentalmente em ônibus, em shoppings, em outras situações. Obrigatoriamente ela deve ser usuária de máscara, essa máscara deve ser trocada, desde que ela tenha, a cada três horas. Se essa máscara estiver úmida, deve ser retirada. Se apresentar sintomas de gripe, deve ser obrigatoriamente tratada com antivírus, certo? Nós utilizamos aqui o Oseltamivir, certo, que é a droga que nós temos em disponibilização pelo Ministério. O uso normalmente é de 75mg/dia, durante cinco dias. Ela é mais efetiva no pródomo(F) do que no tratamento da doença. Ou seja, tratar essa paciente, depois que ela tiver já numa fase mais de agravos, será ineficiente, quase sempre ineficiente, obrigatoriamente tem que ser tratada no pródomo(F). Se tiver insuficiência respiratória, obrigatoriamente, ou seja, tiver um índice de saturação de oxigênio menor do que 90, deverá ser obrigatoriamente internada e avaliada. Se tiver com índice de saturação de oxigênio maior do que 90, poderá ir ao seu domicílio, mas com vigilância domiciliar, e em qualquer situação essa paciente que tiver piora será internada.

Essas foram as medidas e, logicamente, cuidados de higienização, cuidados com o médico na sua ambiência dentro de hospitais, que é uma condição obrigatória, são uma série de dados obrigatórios a serem cumpridos nessas zonas. Então fundamentalmente é isso que nós dirigimos. Nós fomos objetivos na situação, basicamente não douramos. Existe o problema, ele existe, nós temos que afastar a gestante, temos que tratar, temos que promover a ambiência dentro do hospital, temos que promover a qualidade da atenção. Por exemplo, máscaras n95 faltam a todos os médicos no Paraná, ou seja, médicos que trabalharam com pacientes portadores da gripe têm que receber também antivírus preventivamente. Preventivamente é um comprimido ao dia durante dez dias, isso é medida obrigatória.

Então nós expusemos todas as medidas obrigatórias dentro do site da Sociedade e da própria Federação Brasileira de Ginecologia. Estão presentes.

É só abrir febrasgo.org.br e vocês encontrarão todas as medidas lá presentes, ou sogipa.org.br ou sorrigs.org.br.(F). Eu não sei se a Vera, que é da SGORT(F) também deve ter isso na sua Sociedade, assim como o Olímpio, na Sociedade de Pernambuco, também o tem, assim como eu acredito que todas as outras Sociedades já estão providas de métodos de prevenção e tratamento para as gestantes de uma forma objetiva e clara. Eu não sei se respondi.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Respondeu muito bem. Só complementando, absoluta recomendação de não automedicação, quer dizer, o uso do antiviral, ele é feito sob prescrição médica e com o acompanhamento médico, quer dizer, de maneira alguma a gestante, com sinal de gripe, deve buscar medicamentos no mercado clandestino, no mercado negro. Essa medicação deve ser prescrita.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora Rosalba, com a permissão de V. Exa. e com a anuência do Senador Mão Santa, consultei-o antes,, são trinta segundos só.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um minuto, Senador Roberto. Depois a gente continua o debate. Eu gostaria de dizer que o colega está inscrito, pediu, e eu quero também esclarecer aqui que o Ministro, o requerimento que aprovamos na semana passada, está sendo convidado para vir aqui. Nesse momento nós vamos ter muitas outras questões, inclusive relacionadas, aí o senhor volta a essa questão.

Eu quero passar a palavra ao Senador Mão Santa. Me perdoe, mas o tempo já está contra a gente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora Rosalba, eu quero cumprimentá-la. O Senador é essa grandeza. Não adianta essa campanha. Pedro II, na sua sabedoria, ele ficava lá fora com a coroa e dizia que op certo era ouvir. O Presidente tem que ouvir aqui. Eu vou dar um exemplo, Rosalba, fique aí que é muito importante.

Está aqui uma revista. Crivella, V. Ex^a. que representa o Governo, e nunca ele foi boa bem representado, só o Vice-Presidente que é do seu partido. Mas eu queria dizer, olha aqui o que eu estou dizendo, esta é a maior Casa do País. Não adianta a imprensa boba estar com isso, porque nós temos valor, nós aqui. O Senado somos nós. Atentai bem: o fiasco do petróleo verde. A senhora não era Senadora. Crivella, mas como que tu pode orientar e ensinar o Luiz Inácio? Aqui é para aprender, aqui nós somos os pais da Pátria. Então este aqui que foi o erro, atentai bem. Zé Agripino, um gênio, ele não está aqui, mas eu vou dizer. Então isso aqui, há cinco anos atrás, engenheiro como V. Exa., tem que ter saber. Essa aí está atrapalhando o

Crivella. Mocinha, aguarde um instante aí para ele ficar atento. Então é o seguinte: Dra. Rosalba, começou isso aqui, Zé Agripino foi à Tribuna na qualidade de engenheiro competente, ex-Governador, e ele tinha sido diretor de uma multinacional. Atentai bem, não é nós que estamos errados não, é o Governo que não nos ouve. Aqui está a sabedoria. Atentai bem, ele disse: "Não tem economicidade". E eu médico, aliás, eu só vou perguntar a idade do Helvio, que está assim como a minha; dos outros, esse aqui tem menos de 35 anos. Qual a idade? 60. Eu tenho 66. Atentai bem, Crivella: Zé Agripino, está vendo Rosalba, com toda a convicção, diz que depois de ex-Governador ele foi dirigente de uma multinacional no Maranhão que extraía esses produtos vegetais. De imediato, pela convivência, que ele passa uma sabedoria, eu me atrelei e fiquei atento, primeiro, porque ia ter no Piauí. E, segundo, porque o raciocínio dele foi lógico. Nós somos médicos. Ele disse: "Não tem economicidade". Atentai bem. Você tem culpa também, que devia ter ido advertir o Luiz Inácio desse disparate, dessa besteira. Aí eu encampeei, porque a gente acredita, ele fala com convicção. Aí eu fui ver, era a nossa vida médica. Produtos, até óleo de rinse, que a gente tomava quando menino, eles não tomaram. Tudo é caro, qualquer produto vegetal. Aí ele disse: "Não tenha economicidade". E nós se juntamos a começamos a contestar isso. Ele, com a experiência dele, e eu com a minha, médica. Eu calculei que o litro do óleo da mamona ia sair R\$ 5,00. E não é que deu, e não é que faliram, e não é que foi a maior desgraça? Quatro anos de propaganda, de desgaste, de incompetência, está aqui. O que eu vou fazer?

E aqui agora eu quero falar. Eu sou o Zé Agripino da vez. Eu tenho muito mais de medicina, eu formei em 1966. O nosso Helvio foi quando? 1974. Eu tive como professor um senhor que dirige essa instituição, que é a maior gineco obstetrícia, você sabe, Paulo Barros, eu ajudei aquele ginecologista a fazer o livro.

Mas eu queria dizer o seguinte, e é muito importante: o Temporão, ninguém melhor do que ele, figura humana, sanitaria, tradição, mas nisso aqui a autoridade sou eu, eu estou como Zé Agripino. Leve lá para o Luiz Inácio isso aqui. Está tudo errado aí. Vou dizer o porquê. Enquanto esse País está na contramão, eu aqui, o pai da Pátria, Senador da República, que engrandece esse Senado, e é porque o Governo não ouve, está tudo errado e vou dizer à senhora também. Em 1979, a Rosalba ainda não tinha nascido, eu fui designado pelo Governo brasileiro para acompanhar planejamento familiar. Eu era Deputado Estadual e médico do Nordeste, então esse assunto tem muito a ver com medicina, planejamento familiar. Foi a primeira vez que eu vi um laporoscópio, em 1979. Tinha membros

do Nordeste, todos, saímos de Manaus. Mas eu acho que eu tive mais chance pelo fato de ser médico; os outros Deputados não eram médicos. Então isso tem muito, os cursos, as palestras, planejamento familiar. Então fomos, Rosalba, Bogotá, na Pró-Família, uma casa, Colômbia, México. Na Constituição do México, tem aí, o Crivella sabe, o mexicano tem o direito de se agasalhar pelo matrimônio e ter o número *hijos* que deseja. O Estado tem que garantir isso. Então é o planejamento familiar que está faltando. E esse Governo, eu votei em 1994 no Lula. Votei, não tem nada, ele é uma figura simpática, agradável, a mulher dele também é encantadora, eu não tenho nada contra. Eu tenho pela minha consciência. Eu acho, e o meu professor Mariano de Andrade dizia: ignorância audaciosa. Atentai bem, não é falácia minha não, é do professor Mariano de Andrade, que me fez cirurgião, colega lá do Paulo Barros.

Mas, Rosalba, então o que houve nesse País, o que houve nesse País? O inverso. O Governo é generoso, é inteligente, mas está feio, tem que nos ouvir, Crivella. Não ouviu o Zé Agripino, pau, não ouviu aqui o Mão Santa em medicina, pau. Eu tenho convivência, tenho experiência, tenho todas as coisas.

Dra. Rosalba Ciarlini, é o planejamento familiar lá, por aí, é antes, é antes de nascer o menino. Você vai casar nesses países civilizados, você vai pôr... Tem uma assistente social, tem uma psicóloga. "Quantos filhos você quer ter? Quantos pode ter?". "Não, para o ano, eleição, não dá, Adalgiza, não pode...". Planeja. O que é que está acontecendo no Brasil? Eu sei que a generosidade do Luiz Inácio é demais, mas generosidade de visão, de futuro, de estudo, de sabedoria, está longe. Atentai bem. De repente a gestante do interior rural, do meu Nordeste, passou a receber quatro salários mínimos antes do menino gritar, nascer. Isso para nós, para aqui, Senado e tal, não é nada, mas para o pobres coitado que não tem nada, quatro salários mínimos, vocês estão longe.

Eu vou lhe dar um quadro, um quadro vale por dez mil palavras. E que não ouça o Governo, vai se lascar como aqui. Vocês estão ouvindo, talvez, eu tenho muitos anos sofridos, quilômetros rodados em medicina, em Santa Casa. Eu queria dizer o seguinte, Rosalba: eu recente, nessa campanha, voltei numa zona rural, uma gestante, olhei, fazendola de um amigo. Olha, Crivella, vi um menino e uns dez. Aí do meu jeito espontâneo, eu disse: "D. Maria, é o seguinte: eu vou lhe dar um bilhete para o Dr. Antônio Thomaz", que foi um médico que eu ensinei, ia mandar ele operar, porque era menino demais, ela já barriguda. Sabe qual foi a resposta? Um quadro vale por dez palavras. Lá me chamam de doutor, é na minha cidade. "Dr. Francisco,

olha, aquela televisão ali foi com esse menino aqui que eu pari, eu comprei; esse aqui eu vou parir e comprar uma moto para o meu marido". Então a verdade é da sabedoria. Estão lascados. Se vocês não enquadrem um planejamento familiar, é antes do menino, é antes da mortalidade, antes de tudo. Esse é um quadro muito contundente.

Vou dar outro quadro. A gente vai juntando as coisas, não é? Ela gosta lá de viajar para a Espanha. Pois eu peguei uma vez aquele trem que vai de Lisboa, eu ainda não conhecia aquele restaurante, o [ininteligível], vai de Lisboa a Madri, a noite toda. Aí, naquele tempo, a gente vai lá para o último vagão, deixa a mulher, para tomar um vinho e conversar. Aí eu arrumei um amigo português. Aí começamos a conversar. "Quantos filhos tu tem?" "Um". "Rapaz, um é pouco, não sei o que". Olha, os homens são muito responsáveis. Ele sabia o que o menino gastou, o que ia gastar, o que nós não sabemos. Só um. Aí ele disse: "Não, o meu irmão pode ter dois, mas eu não posso", quer dizer, são conscientizados na paternidade responsável, na maternidade responsável. Não se vira nada. Eu sei que foi generosidade, bondade, gente, e a ignorância que é audaciosa estimulou para ganhar. É o maior líder popular, é o que tem mais voto, ganha [soa a campainha], mas essa criança, que ela vai comprar a moto mesmo, compra, porque no interior não tem placa, é uma moto velha, se compra por um preço baixo, não tem a placa, você sabe. E nessa altura até está andando ela com o marido na garupa e o meninozinho. Mas daqui a doze anos, a quinze anos, o que será desse menino?

Então vocês... Eu tinha que fazer, eu estou com uma satisfação do cumprimento do dever, alertar, o Senado é para isso, mas o Governo tem que ouvir. Senão, olha, Luiz Inácio, você vai se lascar como se lascou e lascou milhares de famílias que investiram na mamona. Não tenha economicidade. Não ouviu o pai da Pátria Zé Agripino. Agora não estarão ouvindo o pai da Pátria, Senador do Piauí, vou fazer 43 anos de medicina.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): O Dr. Helvio está pedindo a palavra.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu queria responder, eu quero sair aqui em defesa do Ministério da Saúde.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não, eu não ataquei não, muito pelo contrário, eu até elogiei o sanitarista.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu quero colocar aqui para o senhor a minha resposta. O Ministério da Saúde disponibiliza em todas as Unidades de Atenção Básica todos os métodos de anticoncep-

ção: orais, injetáveis, barreira, métodos com dispositivo intra-uterino e esterilização definitiva, com Lei adequada e correta. Então o Ministério da Saúde faz aquilo que ele tem que ter feito, fez o seu serviço de Casa e faz o seu serviço de Casa com os seus enfermeiros, com os seus médicos, com os seus agentes comunitários de saúde, os seus médicos de programa da saúde, fazendo o planejamento familiar. Ocorre que Bolsa-Família--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não falei de Bolsa-Família não. O estímulo parto, quatro salários mínimos.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Bolsa-Família--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não falei.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: --estímulo parto, isso daqui não é Lei do Ministério da Saúde.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): E nem eu sei disse que era lei, eu disse que era um fato.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Isso daqui sai daqui de dentro, é quem faz e quem promove. Então se o senhor está vendo isso como uma forma errada, ótimo, eu também concordo, vejo que isto está errado, que isso favorece a procriação, que isso favorece isso, quem tem que quebrar, me desculpe, não vai ser o meu amigo Telles, não vai ser o Ministro Temporão. Quem tem que quebrar isso, quem tem que promover uma Lei ante todas essas situações e quem tem que promulgar essa Lei é a Câmara e é o Senado. Então eu faço das suas palavras as minhas, e gostaria--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu estou também para ensinar o senhor, mas quem tem a maioria para fazer essa Lei é o Governo.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: E gostaria que isso acabasse, porque de certa forma concordo contigo, faço suas as minhas palavras.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu sou a sabedoria, mas eu sou a minoria. A maioria nesta Casa, no Congresso, é o Presidente Luiz Inácio.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: O Ministério da Saúde tem todas as armas para fazer planejamento, só que depende de quem quer fazer o planejamento. Se alguém está recebendo para ter filho, a culpa não é do Ministério da Saúde.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não estou culpando ninguém não, eu estou pintando é um quadro do Brasil, no meu dever de Senador da República, de ter essa visão. Agora a Lei eu não faço.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Adoro a sua visão.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não faço porque nós somos minorias, quem é maioria no Congresso Nacional é o Governo.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: O púlpito será nossa defesa e espero [soa a campainha] que o senhor no púlpito vá e defenda isso junto aos seus pares.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Não tenho defendido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ainda temos o Senador Crivella. Eu gostaria de passar a palavra ao Senador Crivella e gostaria aqui só de cumprimentar uma coisa.

Senador Mão Santa, o senhor está muito certo. O nosso problema passa, prioritariamente nesse País, é em educação. Enquanto neste Brasil não se entender que investir em educação não é custo, não é gasto, é realmente investimento, aí nós vamos ter melhor planejamento familiar, as pessoas vão entender que recebendo recursos que não foi o Congresso quem determinou, mas quem determinou foi o próprio Ministério do Presidente, valores a serem repassados por complementação de renda, aí essa renda seria bem aplicada realmente para a criança, para que a criança e a mãe pudessem... Esse recurso é destinado para isso, esses salários são destinados para isso. Agora, infelizmente, enquanto esse Brasil não tiver isso como prioridade, enquanto não tiver recursos realmente para a educação, para a educação integral, para chegar a todos, nós estamos fazendo aqui, levantando a questão, mas sabemos que a questão de saúde passa também pela questão educacional, de preparação da nossa população, de conhecimento. Está aí, todos esses problemas de mortalidade materna, muitos são inclusive por ignorância, por desconhecimento, por falta da própria pessoa, da grávida, conhecer os seus direitos e o que elas precisam para poder serem bem protegidas.

Mas também tem outro dado que eu queria colocar, antes de passar para o Senador Crivella, que eu quero deixar aqui essa interrogação, aqui, para o Ministério. Eu gostaria que nós pudéssemos ter uma visão de qual é o percentual que o Ministério disponibiliza, porque dentro das ações direcionadas para o combate à mortalidade materna, entre os recursos que são utilizados no Ministério por prioridade, porque nós queremos saber para exatamente veio ver até no orçamento como podemos contribuir para que tenha mais recursos para a saúde da mulher, para que tenha mais recursos para o combate à mortalidade materno infantil e, também, o que é que nós podemos fazer para valorizar, Senador Mão Santa, homens e mulheres que como o senhor, como a Dra. Silvia, como tantos profissionais, se dedicaram exatamente às especializações de obstetrícia, ginecologia e pediatria.

Então eu quero passar agora para o Senador Marcelo Crivella. Muito obrigada.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidente, Sr. Senador Mão Santa, ilustres amigos que vieram debater conosco aqui a questão da saúde da mulher. Eu tenho pouco tempo, eu não quero fugir do tema.

Lá no Rio de Janeiro há uma experiência com fitoterápicos que eu gostaria aqui de conversar com os senhores. A Universidade Federal do Rio de Janeiro, a sua Faculdade de Farmácia, desenvolveu um antiviral em cultura de bactérias que se mostrou muito eficiente. E eles então conseguiram com a Comissão Ética da Universidade experimentar em seiscentas crianças, que começaram em abril. As crianças reagiram bem, não tiveram gripe. Então eles foram à frente. Usaram esse antiviral 1.500 grávidas lá de Petrópolis, a um custo de R\$ 0,10 a dose. Pois bem. A população de Petrópolis e arredores, são 300 mil pessoas. A R\$ 0,10 a dose, com 30 mil reais se poderia vacinar toda aquela região, que é uma região serrana e que na época do frio, essa época do inverno, as pessoas, de um modo geral, costumam ter gripes.

O que é que os senhores acham dos fitoterápicos? São realmente uma alternativa viável para combatermos esses surtos de doença viral? Era apenas esse, Presidente, o meu questionamento.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Não existe evidência alguma. Dizem-se da propriedade do chá verde, que é isto que o senhor está colocando, certo, que é uma mistura, não existe evidência alguma que ele vá reduzir mortalidade por HIV Tipo 1.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Não, não é HIV não, era gripe.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Não, ele funciona tanto no HIV Tipo 1 como no H1N1.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Lá estão sendo ministrados para gripe.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: É para gripe, tem evidência de aturar tanto no H1N1 como no HIV Tipo 1, certo? Ele não só atua no H1, mas não tem evidência nenhuma, nenhuma. A gente procurou pelo menos dez trabalhos dentro de internet que possa existir evidência, não existe evidência alguma.

Brincando, eu terminei com uma lâmina sábado, pedindo que os gaúchos mudassem o seu hábito de tomar chimarron na mesma cuia e na mesma bomba e trocassem o chimarron pelo chá verde, como uma forma de brincadeira, porque aquilo não passa de brincadeira. A gente não pode tomar isso como seriedade, porque ela não funciona, não existe evidência nenhuma em todos os trabalhos que nós vemos, que podemos buscar, em fitoterápicos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Desculpe aqui só uma réplica. O senhor tomou conhecimento desse trabalho feito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em cultura de bactérias?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Não, não tomei, eu tomei pela *Cochrane Library*, que é o órgão oficial de medicina baseada em evidência, certo, que nós da a ideia de estudos controlados, são estudos extremamente sérios e que mostram se existe evidência de tal produto para tal doença. Em nenhuma delas houve evidência, ela não tem nem evidência observacional, que é Nível 3 de evidência.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas esse caso foi aprovado pela Comissão de Ética da Universidade, foi testado em crianças e agora em grávidas.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Agora tem que ter cientificidade desse produto, ele vai ter que passar por um sistema para avaliar se esse é um projeto adequado. Enquanto ele não tiver dentro de uma aprovação, dentro de um projeto adequado, ele não será indicado. Então nós, baseados dentro da *Cochrane*, podemos dizer para o senhor: fitoterápico nenhum vai funcionar para a gripe H1N1. Se o senhor tomar um chá, ótimo, água faz bem, água quente faz muito bem, vai ter o seu valor, repouso faz bem e canja de galinha também já faz muito bem, já dizia a minha avó.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E humildade também.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Também.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Lá na faculdade existe uma Universidade de Farmácia que é das mais antigas do Brasil, existe uma Comissão de Ética, existem reitores, existem professores. Valeria a pena a gente olhar isso.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu quero responder ao Senador o seguinte: a minha humildade vai dentro de um perfil científico. Eu não posso colocar coisas que não tenham valor científico dentro de uma reunião tão importante. Então, por não ter valor científico, eu lhe contradito.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas o senhor acha que uma universidade não tem valor científico, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, com tantos profissionais, não tem valor científico? Eu sei que o ser humano não deve estar à frente da mediocridade do seu tempo, todos são mediocres, a gente não tem as chaves da ciência, nós não podemos dizer que sabemos tudo.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Como membro da Sociedade eu não vou assinar embaixo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A universidade precisa crescer, ela tem avanços. Aquilo que era estabelecido ontem, amanhã são barreiras rompidas. Eu recomendo ao senhor, pela importância do seu cargo, que veja isso, pelo menos antes de julgar.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu não digo que não vou estudar, vou estudar.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É uma questão de inteligência, a gente devia antes ver e depois emitir um conceito tão radical como o senhor emite. Então dê a chance a uma universidade, é uma base científica, eles não estão apenas... Eles fizeram testes em culturas de bactérias, eles tiveram bons consultados com as crianças, com 1.500 grávidas e agora vão vacinar 300 mil pessoas. Portanto, estão seguindo o procedimento científico.

Eu acho, mais uma vez recomendo ao senhor, com o respeito que o senhor me cabe, que é recíproco, espero também receber do senhor, que dê oportunidade, que olhe, que veja pelo menos, porque imagina: vacinar 300 mil pessoas a 30 mil reais é uma coisa boa para o País. Já que essa Casa é a Casa do debate, não é da decisão monocrática, de uma voz apenas, quer dizer, nós somos muitos aqui, exatamente para debater, para chegar a um acordo, etc. e tal, eu gostaria de ouvir os demais, mas gostaria muito que tivesse a oportunidade de a gente verificar se aquela universidade, tão experiente, etc. e tal, está errando, se é apenas um efeito placebo. Mas eu espero que não, eu espero que possa trazer contribuição à saúde pública.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas não vamos ouvir os outros, só o doutor? Se quiserem usar da palavra, eu não sei.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No momento aqui nós temos ainda o Senador Augusto Botelho. Esse é um assunto em que cada um vai voltar para as considerações finais. Então eu gostaria que quem quisesse acrescentar mais alguma coisa, que acrescentasse nas suas considerações finais, porque o Senador Augusto Botelho é o Presidente da Subcomissão de Saúde. Inclusive, Senador, o senhor como médico, o Mão Santa também, nós gostaríamos aqui de dar as boas vindas ao Dr. Izamba Capalu(F). Eu disse o nome certo? Que é médico, estudante de direito sanitário do Campus Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, do País de Angola. Seja muito bem-vindo. Então passamos a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidenta, eu gostaria de pedir desculpas ao José

Luiz porque estava havendo uma Audiência a respeito de um projeto meu de acesso às Forças Armadas e Polícia Federal às áreas indígenas. Eu tive que ir ali porque se não eu não poderia fazer nada, participar, então eu saí e perdi um pouco da palestra.

Mas ao nosso representante da FEBRASGO, que vai fazer cinquenta anos--

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Sessenta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sessenta anos dia 21 do mês que vem, nós inclusive vamos fazer uma Sessão em homenagem à FEBRASGO no dia 20 aqui, na terça-feira, já vou divulgar.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Aliás, desculpe, ela faz cinquenta anos exatamente no Congresso de Belo Horizonte, dia 14 a 17 de novembro de 2009, cinquenta anos faz a FEBRASGO.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu sou médico no interior, eu fiz parto realmente, nasceu muita criança comigo, e sou fundador do Comitê de Controle da Mortalidade Materna lá de Roraima, que funciona dentro da maternidade principal lá de Boa Vista.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Do qual eu sou consultor.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Do Conselho?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Eu sou consultor--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): No comitê?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: --de Comitê de Mortalidade Materna de Roraima.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): De Roraima, isso, então o senhor--

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Tive o prazer de trabalhar com Noêmia durante cinco anos, ensinar todos os meandros da investigação de mortalidade materna, e me sinto muito satisfeito quando vejo dados de Roraima.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Muito obrigado, professor, mas a Noêmia e a equipe dela tem se dedicado bastante, nós inclusive já temos comitês, os subcomitês em alguns municípios. E realmente o comitê funcionando dentro da maternidade é uma forma melhor de você controlar, de acesso, de diálogo. Houve um movimento lá da vigilância de querer tirar o comitê de lá, mas nós agimos, junto com o Secretário e tudo, o senhor também participou, para não cometer essa... Era uma sandice o que iam fazer.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Ia ser uma sandice.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Uma sandice, como era denominada.

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Não se pode tirar aquele comitê da mão de Noêmia, porque Noêmia é uma desbravadora, ela é responsável por uma grande redução da mortalidade materna em Roraima.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso, e os Comitês de Mortalidade Materna, eu gostaria si de prestar um esclarecimento, eles não são policiais, eles são mediadores científicos, para a gente corrigir os direcionamentos que estão ocorrendo e para melhorar a qualidade. Fala, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, eu só gostaria, por uma questão de ordem, enquanto o Senador estiver falando, que concluísse a sua fala e, depois, a quem ele dirigisse a pergunta, que fizesse a resposta. Eu acho que assim a fala sendo cortada--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria só de agradecer em nome de todos e parabenizar à Dra. Silvia pela atenção que ela está chamando realmente aos dois últimos meses da gestação, em que as pessoas não levam isso muito a sério, não se preocupam tanto. A minha formação obstétrica foi feita no Instituto Fernando Figueira, na Maternidade Corrêa da Costa, no Rio de Janeiro. Eu trabalhei só como acadêmico, trabalhei três anos como residente interno lá no plantão de quinta-feira.

Eu acho que nós estamos evoluindo no controle da mortalidade materna. Infelizmente entre os indígenas, principalmente os mais primitivos, nós não temos andado muito. O Programa Saúde da Família ampliou o pré-natal, mas eu acho que nós precisamos melhorar a qualidade do pré-natal nos Programas Saúde da Família, nós precisamos trabalhar para que a qualidade do atendimento melhore.

Eu tenho certeza de que essa Audiência vai ajudar a gente a andar mais no sentido de evitar, porque é muito triste a pessoa se preparar para ter um filho, leva os nove meses naquela luta da gravidez e morrer. Ao invés de você receber um filho na sua casa, você recebe geralmente a mãe e o filho mortos na sua casa. É uma coisa que afeta muito a gente que é médico e que convive com as mães e tudo isso. E os Comitês de Mortalidade não precisam ser só de médicos ou de enfermeiros, todas as pessoas que quiserem trabalhar, podem trabalhar e contribuir.

Também nós devemos fazer um trabalho para desenvolver, meu companheiro do Ministério da Saúde, os Comitês de Controle de Mortalidade Infantil também, porque o da materna está mais adiantado por causa de pessoas como o Dr. Helvio e outros que sempre se

dedicaram a isso, trabalharam e foram nos locais treinar as pessoas. Muito obrigado, minha Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada, meu Presidente da Subcomissão de Assuntos de Saúde.

Eu gostaria aqui de agora passar para as considerações finais, passando, pela ordem, ao Dr. Helvio para as suas considerações finais e, desde já, Dr. Helvio, muito obrigada pela sua presença.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aqui o debate realmente, as informações trazidas pelo senhor nessa Audiência serão de muita utilidade para que nós possamos no debate, cada vez mais, e mais uma vez eu faço aqui uma convocação à população, não somente aos que são da área de saúde, mas que qualquer informação, algum dado que possa nos auxiliar para debatermos essa questão e encontrarmos caminhos que venham apoiar tanto as ações que já estão iniciadas, mas que tragam, inclusive, a experiência. Nós queremos aqui repetir, já que eu falei do site, o e-mail da Comissão é o scomcas@senado.gov.br ou para o e-mail da Senadora Rosalba, para o meu e-mail, que é o www.rosalbaciarlini.com.br.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senadora, pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Parece que todo mundo está vendo que em internet ainda eu estou engatinhando. Pois não, Senador. Agora seja rápido, porque a palavra é do Dr. Helvio, mas o senhor ficou, eu tinha lhe cortado a sua palavra, agora retomo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu tive a paciência de aguardar, tendo em vista que V. Ex^a., minha nobre Senadora, cassou a minha palavra antes de o Senador Mão Santa fazer a abordagem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não diga isso, não casei. O seu tempo tinha esgotado e agora é pela ordem.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Tenho certeza que da mesma forma que foi o primeiro questionamento, esse também é bastante singelo e poderia ser incluído nas considerações finais.

Eu sou filho de médico, então eu entendo os males que causam a automedicação. Mas eu pergunto se existem alguns procedimentos que, digamos, complexo vitamínicos, aumentar a dosagem de Vitamina C, que é algo que a população encarara como benéfica, se alguma coisa dessas teria como reforçar a prevenção ou se tudo isso não passa de um risco na água e

o que vale realmente é a medicação específica para o caso?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: O que vale é a medicação específica para o caso, Senador, não há nada que vá retirar. É comprovado que o H1N1, não tem nada que vá resolver, senão o tratamento com um antivírus oseltamivir ou com o zanamivir, que é uma outra droga, que é o Relenza, que nós não temos aqui, não é, Telles? É isso fundamentalmente. E tem que ser dado no momento adequado, que é prodrômico, ou seja, quando a paciente apresentar sinais de gripe. Isso é efetivo, tardiamente não tem nada. Isso aí é o que tem comprovação científica, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem mais alguma coisa que o senhor queira acrescentar?

SR. HELVIO BERTOLOZZI SOARES: Olha, eu gostaria, em primeiro lugar, de agradecer aos Senadores pela forma como nos receberam. A gente sabe que aqui a gente teve muitas vezes um posicionamento duro, peço então àqueles a quem eu pude ser de certa forma um tanto quanto duro, que é uma posição, discussões são discussões e elas param por aí.

Nós entregamos a cada um dos Senadores um programa da Comissão de Mortalidade Materna sobre redução de mortalidade materna, eu acho que está aqui a todos, já conversei com o Dr. Telles aqui para que a gente pudesse receber, ter uma conversa num momento para desenvolver um Programa de Redução de Mortalidade entre FEBRASGO e Ministério da Saúde. É um programa de duração de três anos, não é um programa imediato, não existe imediatismo, e que a gente espera que... Olha, ao contrário do que o colega, o Telles colocou aqui, em dezesseis anos eu me sinto gratificado de pegar uma mortalidade materna em meu Estado ou até mesmo dentro do nosso País, ter trabalhado, ter possibilidade de ir a Roraima quatro, cinco vezes, trabalhar com Zé Antônio, Noêmia, Alda, uma porção de pessoas que lá estão, trabalhar os casos daquela cidade, assim como na Bahia, assim como em Tocantins, como o Maranhão, em todos os Estados que a gente esteve, sempre acompanhado de minha amiga Regina, que foi uma grande batalhadora da área técnica da saúde da mulher no Programa de Mortalidade Materna, certo, trabalhar por todo esse País, trabalhando há dez anos e observar uma mortalidade materna que era em torno de 100 e hoje cai a 60. Reduzir 50% me faz parar de trabalhar, de ser médico obstetra, de sair do meu consultório sem ganhar nada para reduzir uma mortalidade. E falava, sempre falei: "Se um dia o meu trabalho servir para que alguma mulher não morra, eu cumpri o meu dever".

Então, eu me sinto extremamente satisfeito de ter trabalhado pela mortalidade materna, de ter ido a lugares que eu nunca conheci, de ter só um avião para ir e para voltar, de entrar num [ininteligível] de sair de Tocantins e ir a Araguaina, de conhecer todo o meu País em defesa da mortalidade materna. Eu ajudei o meu País a reduzir a mortalidade materna. Ela não é mais 111, ela é 64. Nós queremos que ela vire abaixo de 20, mas é difícil, senhores, é muito difícil, principalmente num País em que não prioriza a saúde. O dia que nós priorizarmos saúde e educação, sem dúvida alguma a mortalidade materna abaixa. Enquanto não houver essa prioridade, nós vamos ter que ter a abnegação de alguns para reduzir a mortalidade materna. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Dr. Helvio, muito obrigada pela sua participação e quero dizer que nós queremos que o senhor continue nessa luta, nesse trabalho, com a sua experiência, com o seu conhecimento, com a sua abnegação, porque eu acho que o que é mais importante é poder olhar assim para frente e dizer: "Eu cumpri, fiz a minha parte". Essa sociedade justa e fraterna de paz é com a participação de todos.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me associo a V. Ex^a. nessas palavras, de congratulações.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada. Eu gostaria agora de passar para o Dr. José Luiz Telles, nosso colega, para as suas considerações finais.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES: Senadora Rosalba, eu vou aproveitar essas considerações finais para fazer algumas considerações que podem ultrapassar a mortalidade materna, mas que tem a ver.

Primeira, Senador Mão Santa, eu acho que nunca esse País viu políticas sociais que tirou um contingente expressivo da miséria. Nós temos que fazer mais, nós temos que fazer mais e no campo das políticas sociais nós temos que buscar uma interação maior. Se o Bolsa-Família é uma ação importante, nós temos que aliar ao Bolsa-Família a educação e a saúde. Nós temos um esforço de estar desempenhando toda a família que recebe uma Bolsa-Família, de um lado o Ministério da Educação acompanhando o rendimento dos escolar, e do outro o Ministério da Saúde acompanhando o crescimento e o desenvolvimento dessa criança, porque os recursos são exatamente para fazer que essa geração, que há vinte, trinta anos nascia sem qualquer perspectiva de futuro, ela tenha um horizonte de cidadania.

Segundo, pela primeira vez na história desse País recente o método anticoncepcional oral supe-

rou as laqueaduras de trompa. Isso é um avanço e é um indicador de que as pessoas não só estão tendo mais acesso aos anticoncepcionais, mas estão tendo mais acesso às informações. Uma política social se faz integrando todas dimensões da saúde, da população que extrapola, como quando eu comecei a falar, *o stricto sensu*.

Portanto, creio que estamos na direção correta. Nós temos é que aperfeiçoar cada vez mais os mecanismos democráticos de controle social para que o dinheiro público nas Prefeituras, nos Estados e no âmbito federal sejam efetivamente aplicados para aquilo que a Constituição já colocou como prioridade: *saúde, um direito de todos e um dever do estado*. Eu acho que o caminho é esse, o caminho democrático dessa Casa tem um valor inestimável, da Câmara dos Deputados, de fazer com que os Projetos de Lei sejam amplamente debatidos e nós termos no Ministério da Saúde essa oportunidade de avaliar os Projetos de Lei, de dar Pareceres Técnicos, de fazer com que esses Projetos sejam mais aperfeiçoados possível dentro dessa Casa.

Senador Crivella, eu participo de uma instituição, eu sou da Fundação Oswaldo Cruz, sou pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz, nós temos lá em Farmanguinhos uma parte que só estuda fitoterápicos, como tem nas universidades, quer dizer, nós temos uma preocupação muito grande de fazer com que os elementos, os agentes ativos desses fitoterápicos sejam identificados, sejam testados com o rigor que os ensaios clínicos já determinam, fase 1, 2, 3 e 4 da pesquisa clínica. Agora eu quero dizer o seguinte para o senhor: o Ministério da Saúde reconhece que essas práticas terapêuticas fazem parte de um conjunto de práticas que possibilitam a melhoria da saúde, ainda que determinadas práticas não tenham evidências científicas, como é a homeopatia. Apesar do Conselho Federal, a Associação Médica Brasileira, assumir a homeopatia como especialidade médica, ela não tem comprovação científica nesse paradigma científico que ainda vigora no mundo. Agora nós temos uma política nacional de práticas terapêuticas complementares que reconhecem o valor da fitoterapia, reconhecem o valor da acupuntura, reconhecem o valor da homeopatia e de todas as práticas complementares que melhoram e auxiliam a melhoria da saúde da população. Portanto, essa pesquisa que a universidade faz, faz parte de uma série de outras pesquisas buscando validar cientificamente aquilo que as comunidades tradicionais já utilizam em larga história e que nós, muitas das vezes, deixamos levar, as indústrias farmacêuticas roubam do nosso País para vender muito mais caro os medicamentos prescritos por nós, médicos.

E, por último, fechar no seguinte, quer dizer, por penúltimo. Está aqui a Regina Viola, da Secretaria de Vigilância em Saúde, nós na semana passada ou retrasada institucionalizamos a vigilância de óbitos, institucionalizamos os comitês de mortalidade, Senador, infantil e materna. Isso significa dizer, a institucionalização, que esses comitês deverão ser assumidos pelas Secretarias Municipais, pelas Secretarias Estaduais, com auxílio necessário da Academia, das Associações, mas o Poder Público tem uma responsabilidade na investigação e fazer com que essa investigação se reverta em políticas que buscam aprimorar o contato da população com os serviços de saúde.

E, por último, não poderia deixar de agradecer, Senadora Rosalba, essa oportunidade de estar aqui mais uma vez apresentando as políticas do Ministério da Saúde em relação à mortalidade materna e reafirmar o compromisso que o nosso Ministro tem em relação à construção desse Sistema Único de Saúde, que é de uma complexidade incomensurável, que vai dos municípios mais pobres, dos rincões desse País, que tem que atravessar de barco, canoa e tal, até os grandes centros urbanos. Cada um com as suas especificidades, mas o que temos em comum em todos eles é a noção do direito que a saúde é parte dessa população e, portanto, sem saúde não é possível falarmos de um desenvolvimento de um País como o nosso País. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigada. Obrigada também ao Dr. José Luiz e é bom a gente sentir que existem tantas pessoas, como o senhor, como o Ministro, que está com essa boa-fé, com essa vontade de que realmente as coisas aconteçam.

Mas aqui mais uma vez eu gostaria só de reforçar, porque eu acho que esse debate aqui mostrou a importância do quanto precisamos que todas essas ações que já estão encaminhadas, que são realizadas pelos comitês, que isso seja cada vez mais, assim, priorizado, seja na saúde, algo que passe a ter um destaque ainda maior, cada vez maior, sempre maior, nunca esquecer, porque nós não podemos aceitar nesse Brasil--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora Rosalba.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --que se desenvolve, nesse Brasil que cresce, a mancha da mortalidade.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E o debate foi rico, porque se nós temos um cientista, um médico aferrado às conquistas da medicina e os parâmetros estabelecidos no presente, temos um outro que, com a mente aberta, procura ver os avanços que

poderão vir de outros setores da medicina. Eu acho que isso é importante nesse debate que fazemos aqui, quer dizer, se houvesse uma unanimidade não teríamos possibilidades de enriquecer o nosso debate.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E o debate é o encontro dos contrários.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Que nos levam a nos complementar, que nos levam a que possamos formular o que for melhor para a saúde materna, entre as sugestões que agora vamos apresentar.

Vamos passar à Dra. Silvia Maria. Eu peço ao Dr. Augusto Botelho que assuma aqui, porque eu estou sendo chamada na Comissão de Educação, há um Projeto que eu sou relatora e que está entrando na pauta nesse minuto. Faltam só as considerações da Dra. Silvia, a quem agradecemos da alegria de encontrar essa colega, coincidentemente pediatra também, que trabalha na Pastoral, eu tenho essa afinidade com a Pastoral, esse respeito, essa admiração, até porque eu conheço e trabalhei quando eu fui Prefeita, Dra. Silvia, três vezes, nós tivemos uma atenção especial à criança e a Pastoral foi uma grande parceira, grande orientadora, nos deu uma grande força.

Então fica aqui o nosso abraço a todos, agradecendo, e passando a presidência ao Senador Augusto Botelho.

[troca de presidência]

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Só para lembrar à Dra. Silvia que no México, quando eu citei a Constituição, ela é extremamente cristã, católica e não há reação, porque nós temos determinados setores que não entendem o planejamento familiar. E no México, coincidentemente, a crença em Cristo é muito forte.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Bom, eu quero agradecer essa oportunidade de estar aqui no nome da Pastoral, dizer aos senhores e às senhoras que realmente nós fazemos um trabalho que eu acho que constrói também essa unidade até desse País. Dizer também que eu faço como uma proposta que o Ministério da Saúde, dentro do possível, já não é muito fácil de se fazer Comitês de Mortalidade, de Combate à Mortalidade Materno Infantil, não é, porque você vai cortar na pele. Então tudo que você vai fazer, a sua autoanálise, é muito difícil. Mas, assim, as recomendações, também seriam importantes que elas fossem observadas. Por quê? Muitas vezes, qual é a função de um comitê? É fazer recomendações, que, na realidade, são vários pares, tanto tem, vamos dizer assim, a sociedade civil organizada, como nós temos também as

instituições públicas. Então uma proposta que eu faço, que já é muito difícil de que você tenha um Comitê de Combate à Mortalidade, mas quando tiver, que houver as recomendações, que essas recomendações sejam, vamos dizer assim, analisadas e que possam construir, ao invés de a gente apenas só fazer análise e não seguir o que pede-se e o que recomenda-se.

Bom, dizer que eu acho que foi muito válido esse pensar do Poder Público desta mortalidade, porque realmente é uma coisa que a gente, todos nós, temos vergonha desta mancha, mas, assim, eu digo: Meu Deus, quem foi que tocou para que a gente tente fazer uma redução de 5%? 5%, enquanto a Organização Mundial de Saúde, ela estima que a aceitável é em 15%, a gente tem sessenta e pouco e a gente quer 5%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Não, a minha, a neonatal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso.

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: A neonatal, que eu acho que o nosso País, por exemplo, o meu... Nós estamos em vinte e poucos, mas, assim, o Sul e o Sudeste já conseguem chegar a um dígito e... Eu estou falando da materna, da materna. Então não tem a redução também da materna? Então a materna--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Só infantil?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [Pronunciamento fora do microfone]

SRA. SILVIA MARIA V. CRUZ: Bom, mas, então, veja só, então eu também entendi um pouco diferente, porque para o que foi chamado uma reunião no Nordeste, inclusive no Rio Grande do Norte, talvez até fosse importante que ela estivesse aqui, é a redução materno infantil, é materno infantil. Gente, foi-se para uma reunião e os documentos que eu tenho é materno infantil, redução da mortalidade materno infantil. Então eu acho que foi, assim, um avanço desta política pública quando diz assim: "Eu quero reduzir da meta". Quando a gente não tem meta, a gente não sabe onde vai chegar. Tanto faz eu chegar aqui como chegar ali, porque eu não tenho uma meta. Então eu louvo esta ação do Ministério, eu louvo mesmo, porque eu disse assim: Ai meu Deus, lembraram-se dessas mortes, dessas tristes mortes. Até porque eu também tive cinco gestações e perdi dois filhos, então eu me sinto muito parte dessa história quando eu ouço e vejo algumas coisas, eu digo assim: "Poxa vida, eu já me vi nessa história e tive a chance de ter um êxito".

Também dizer assim que a gente, na Pastoral, a gente sempre aproveita as oportunidades para fazer

alguns lembretes. Então esta posição é mais uma posição de coragem da nossa instituição, mas que também ela tem a chancela, nós não estamos fazendo algo que possa não ter também uma evidência baseada... A medicina baseada em evidência. Então nós temos esta coragem novamente da Pastoral, já fez isso no soro, e nós temos a morte súbita, que é a chamada morte do berço, na qual hoje existem a indicação, que está sendo difícil, tanto para os profissionais, como para a própria sociedade, porque você vai fazer agora... A sua fala anterior vai ser desfeita. Mas nós sabemos que a medicina avançou, tanto é que, por exemplo, o ácido acetilsalicílico era usado para quê? Para uma febre de uma criança muito pequena e que hoje a gente sabe que ela é usada numa prevenção das doenças cardiovasculares. Então as coisas vão sendo evidenciadas e vão sendo seitas. Então essa morte súbita, que é a chamada morte do berço, no nosso País tem alguns locais que já têm a pesquisa, em outros não têm, mas os países que já fizeram a pesquisa, porque a taxa de mortalidade deles é muito baixa, então quando eles têm qualquer uma delas, eles se aprofundam até aonde podem para chegar, e hoje se indica aleitamento materno até o sexto mês, que é uma das causas de evitar, essa criança geralmente faz isso, essa morte súbita ocorre no primeiro semestre de sua vida, mas chega também ao segundo, não ter, vamos dizer assim, muito agasalho próximo desta criança, aleitamento materno, seus pais não fumarem dentro da sua residência ou sua não ser uma fumante e isso aqui também vai salvar vidas do nosso País. A gente ainda não se dedicou muito a esse estudo porque outras mortes ocorrem e em número muito maior, mas os países desenvolvidos, nos quais uma morte para eles é estudada exaustivamente, eles já têm essa posição e isso aqui é uma chancela também da Sociedade Brasileira de Pediatria, inclusive nas revistas da Sociedade Brasileira de Pediatria nós já tínhamos esse artigo, nós temos a UNICEF e nós também, graças a Deus, o Ministério da Saúde, que sempre, vamos dizer assim, tem um acolhimento, um acolhimento das coisas que tentam ajudar a criança brasileira.

Então eu também aproveito para fazer isso aqui e muito obrigado a todos. Foi uma oportunidade muito boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de agradecer ao Dr. Helvio Bertolozzi, representante da FEBRASGO, ao Dr. José Telles, representante do Ministério da Saúde, e à Dra. Silvia, representante da Pastoral da Criança de Sergipe. E agradecer a todos os ouvintes, aliás, ao pessoal que está acompanhando isso, esse debate.

Realmente os Comitês de Mortalidade fizeram uma mudança. O entusiasmo do Dr. Helvio, também eu participo dele, eu sei, vi e vejo essa diferença. A gente, se salvar uma vida com o comitê, já justifica o comitê. Então nós vamos continuar o nosso trabalho, os comitês, e estimular para que as pessoas não desistam, apesar das dificuldades. O Comitê de Mortalidade Materna trabalha com dificuldade. Essa posição do Dr. José Telles de institucionalizar os comitês ficou mais patente que talvez os comitês vão ter um pouco de recursos também, porque até agora nós não tínhamos recursos, a gente trabalhava com o esforço das pessoas que participam do comitê. E as metas, nós temos que fazer alguma meta, não podemos ser ambiciosos demais, e temos que fazer metas baseado em evidências científicas. Se a gente fizer uma meta muito grande, ninguém atinge. Se a gente faz uma meta de 5% esse ano, no ano que vem, se a gente conseguir de 5%, a gente faz uma de 10% ou vê o que é que vai ser feito. Eu acredito que realmente a prevenção é a principal forma de você melhorar a qualidade da saúde de todas as pessoas. E o pré-natal, essa reunião aqui é sobre mãe, é importante, todos têm que fazer pré-natal. Eu fico triste quando eu vou acompanhar uma investigação de uma morte materna, que a gente pega o prontuário da paciente e pergunta: "Cadê a ficha, cadê o cartão de pré-natal?" O doutor já viu isso. A maioria não tem o cartão de pré-natal e isso entristece muito a gente.

Então, muito obrigado a todos, declaro encerrado essa Reunião Conjunta da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Saúde do Senado Federal.

Sessão encerrada às 12h27.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 04 de Agosto de 2009.

Às onze horas e vinte minutos do dia quatro de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Inácio Arruda, Marina Silva, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti,

Gilberto Goellner, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Sérgio Guerra e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Hércilio Fortes e José Agripino. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam.

Item 014: Substitutivo (Turno Suplementar), de autoria do Senador Augusto Botelho ao **Projeto de Lei do Senado nº 355, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Pedro, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Humaitá, no Estado do Amazonas”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 015: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Eduardo Azeredo ao **Projeto de Lei do Senado nº 256, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Cria Centros de Pesquisa e de Desenvolvimento da Educação nas instituições federais de educação superior”. O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 016: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria da Senadora Marisa Serrano ao **Projeto de Lei do Senado nº 377, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que “Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado da Paraíba.” O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 017: Substitutivo (Turno Suplementar)**, de autoria do Senador Roberto Cavalcanti ao **Projeto de Lei do Senado nº 428, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que “Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná.” O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Marisa Serrano e Augusto Botelho, que “Insere o art. 67-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o regime de dedi-

cação exclusiva para os profissionais da educação básica pública, e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos.

Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que “Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu art. 9º e do art. 46-A, para criar critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o parecer é favorável. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias.

Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 063, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Marco Maia, que “Inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do relator. Neste momento, o Senador Cristovam Buarque requer, oralmente, pela ordem, a inversão de pauta para a deliberação do item 019, o que é aprovado. **Item 019: Requerimento nº 026/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer “... nos termos dos incisos II do art. 90 do Regimento Interno, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE, no sentido de debater o PLC 45/2008 (PL 7.566/2006), de autoria da Deputada Nice Lobão, sobre o Patrimônio Cultural Subaquático Brasileiro e adequar a legislação interna do país com o que está estabelecido na Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático da UNESCO. O Requerimento é aprovado. **Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no LIVRO DOS HERÓIS DA PÁTRIA”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Pedro, que

“Denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR-319 compreendido entre a cidade de Manaus e o rio Tupunã, no Estado do Amazonas”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. Neste momento, a Presidência submete à discussão do Colegiado, a forma de instrução das proposições que visam denominar rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, *campus* e *campi* universitários e outros locais públicos, uma vez que o Excelentíssimo Senhor Senador João Pedro proferiu parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2008, por não ter havido consulta à comunidade para a escolha do nome do *Campus* da Universidade Federal de São Carlos, sugerida no projeto citado. O Plenário manifesta, por unanimidade, apoio a manutenção do procedimento de instrução adotado pela Comissão nos últimos anos, com fundamento na credibilidade dos pareceres proferidos pelos relatores das matérias em questão e ainda, na prerrogativa parlamentar, praticidade e a celeridade exigida ao processo legislativo. A Senhora Vice-Presidente dá por encerrada a questão, transferindo o prosseguimento da discussão para a próxima reunião da Comissão. **Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel, que “Denomina ‘Rodovia Senador José Coelho’ o trecho da Rodovia BR - 428, situado entre as cidades de Petrolina e o Trevo do Ibó, no Estado de Pernambuco”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 020: Requerimento nº 027/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Papaléo Paes, Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini, que requer “... nos termos regimentais, a realização de Conferência intitulada ‘Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade’, a ser realizada por esta Comissão em parceria com o Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Paulista – UNIP e a Universidade de Strasbourg da França”. O Requerimento é aprovado. **Item 005: Projeto de Lei da Câmara nº 029, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que “Determina a obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e

o parecer é favorável, com a emenda oferecida. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 070, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que “Autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes dos ensinos fundamental e médio e institui a Semana Nacional de Saúde na Escola”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer favorável é aprovado. **Item 006: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 354, de 1999**, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que “Institui o Dia Nacional de Luta contra Queimaduras”. O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer pela rejeição da emenda é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 03/08-CE**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que requer “... nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao Requerimento nº 33, de 2008, que propõe a realização de Audiência Pública para debater o PLS nº 400, de 2007, que ‘Altera o § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras’, aprovado por esta Comissão em 1º de julho de 2008, para que seja incluído entre os convidados da Audiência Pública representante da seguinte instituição: Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior”. O Requerimento é aprovado. **Item 021: Comunicados da Presidência: Comunicado 01**: “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Excelentíssimo Senhor Ministro da Educação, Fernando Haddad, para a solenidade de assinatura do termo de cooperação para a capacitação de recursos humanos na área de comércio internacional com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do protocolo de atuação conjunta para a melhoria da qualidade do ensino das Instituições de Educação Superior com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, a realizar-se no dia 05 de agosto do corrente, às 9h, na Sala de Atos, no 9º andar do edifício-sede do Ministério da Educação. O evento contará com a participação do Excelentíssimo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano

Coutinho e do Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Jorge Guimarães. Os (as) Senadores (as) que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de Ofício do Ministério da Ciência e Tecnologia informando sobre o Programa "Conhecimento para Todos", que objetiva difundir pesquisas científicas e tecnológicas realizadas por Institutos daquele Ministério, por Unidades de Pesquisa e Organismos Internacionais. Com o intuito de dar conhecimento a esses trabalhos, estão sendo ministradas palestras pelos Diretores dos Institutos de Pesquisa, todas as quartas-feiras, de junho a novembro, no Auditório Renato Archer do Ministério de Ciência e Tecnologia, das 9 às 11h. Os Senadores que desejarem uma cópia do Programa poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo". **Comunicado 03:** "Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Senhor Ricardo Teixeira, em resposta ao ofício encaminhado por esta Presidência em 30 de junho do corrente, atendendo a requerimento do Sen. Gerson Camata, que solicitava esclarecimentos sobre a entrevista do Chefe da Delegação Brasileira na Copa das Confederações, Coronel Antônio Carlos Nunes de Lima, divulgada pela mídia nacional, com declarações sobre a escolha da África do Sul como sede da Copa do Mundo de 2010 consideradas, por este colegiado, como inapropriadas para o cargo que o mesmo exercia naquele momento. Os Senadores que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo". Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2008; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008; Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 050, de 2009; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 010, de 2009 e Item 018: Requerimento**, de autoria do Senador Pedro Simon. A Senhora Vice-Presidente, Senadora Marisa Serrano, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 04 de Agosto de 2009.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental, declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, de 53ª legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadora que estiverem de acordo permaneçam como se acham. Aprovada.

Srs. Senadores e Sra. Senadora, nós temos aqui quatro projetos que estão em turno suplementar. E, portanto, nós vamos adiantar, lê-los, para que a gente possa, a partir daí, dar sequência à sua tramitação. Então, o item nº 14 é o primeiro que nós vamos... 14, 15, 16 e 17 estão todos em turno suplementar.

Item nº 14: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 355, de 2008. Turno suplementar: "Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Humaitá, no Estado do Amazonas". A autoria do Substitutivo é do Senador Augusto Botelho. A autoria do PLS é o Senador João Pedro. E a relatoria *ad hoc* do Senador Augusto Botelho. E o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo, até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 284, combinado com os artigos 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Item nº 15. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 256, de 2008, em turno suplementar, "que cria o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação nas Instituições Federais de Educação Superior". Autoria do substitutivo, Senador Eduardo Azeredo. Autoria do PLS, Senador Cristovam Buarque. Relatoria, Senador Eduardo Azeredo. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o artigo 284, combinado com os arts. 92 e 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item nº. 16: Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº. 377, de 2008. Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Guarabira, no Estado do Paraíba". Autoria do substitutivo: Senadora Marisa Serrano. Autoria do PLS: Senador Cícero Lucena. Relatoria *ad hoc*, a Senadora Marisa Serrano. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que

preceitua o artigo 284, combinado com os arts. 92 e 282, do Regimento Interno do Senado Federal.

Item nº 17. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado, 428, de 2008, no turno suplementar, "autoriza O Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Borrazópolis, no Estado do Paraná." Autoria do Substitutivo: Senador Roberto Cavalcanti. Autoria do PLS: Senador Flávio Arns. Relatoria Ad Hoc: Senador Roberto Cavalcanti. Não sendo oferecidas emendas ao substitutivo até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o artigo 284, combinado com os arts. 92 e 282 do Regimento Interno do Senado Federal. Todas essas matérias, os itens 14, 15, 16 e 17, estão sendo adotadas pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Como nós não temos *quorum* para as questões terminativas, eu pediria que os relatores que estão presentes pudessem fazer a leitura do seu relatório e, começando pelo item nº. 1 do Projeto de Lei do Senado nº. 004/2008, "insere o art. 67-A na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, para instituir o regime de dedicação exclusiva para profissionais da educação básica, pública e dá outras providências".

A autoria é do Senador Cristovam Buarque, assinados por mim e pelo Senador Augusto Botelho, relatoria do Senador Gerson Camata. Parecer favorável. Gostaria que o senhor Relator pudesse fazer a leitura, já que, na reunião do dia 09/12, foi aprovado requerimento de autoria da Senadora Fátima Cleide, propondo a realização de Audiência Pública. E, na reunião, no dia 17/06, foi realizada Audiência Pública para instruir o projeto. Com a palavra, o Sr. Relator, Senador Gerson Camata, para a leitura.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, trata-se do projeto de Lei de Senado, PLS nº. 04/2008, de iniciativa do ilustre Senador Cristovam Buarque, que inclui na Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, o art. 67-A, que institui o regime de dedicação exclusiva para os docentes de educação básica pública.

O § 1º, do mencionado artigo, estabelece, em seu inciso I, que os sistemas de ensino facultarão a todos os que ocupam atualmente cargos de docentes a opção pelo regime de dedicação exclusiva, nos termos do regulamento. Já no inciso II, do § 1º, do art. 67-A, garante aos docentes da educação básica sujeitos ao regime de dedicação exclusiva, que recebam dos sistemas de ensino única remuneração nunca inferior a 70% daquela recebida pelos professores de instituições federais de educação superior. O § 2º, do men-

cionado artigo, garante a voluntariedade ao docente na opção pelo regime.

Então, no mérito, Sra. Presidente, Sra. e Srs. Senadores, trata-se de um projeto interessante, muito importante. Eu tenho dúvidas quanto à constitucionalidade porque, na verdade, nós estamos aqui aumentando as despesas dos Municípios e dos Estados. Eu não sei se o Congresso Nacional tem competência para aumentar as despesas, os custeios dos Estados e dos Municípios, isso é uma competência das Câmaras Municipais e, no meu entender, das Assembléias Legislativas.

Mas, como o projeto deverá ainda passar pela Comissão de Justiça, depois passar pela Comissão de Justiça da Câmara, eu acho que esse assunto da constitucionalidade, tem que ser discutido na Comissão própria. Aqui eu análise o mérito. E, portanto, pelo mérito, o meu relatório é favorável. Obrigado a V.Exa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Em discussão. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não. Senadora Marisa, Sra. Presidente, Srs. Senadores, na realidade, eu até entendo que o Senador... O Relator esteja aqui colocando essa preocupação com a constitucionalidade. Mas, na realidade, Senador Gerson Camata, a questão do ensino em regime integral, ele não é obrigatório, ele é uma opção de cada município, de cada Estado.

Nós sabemos que é a melhor forma de se levar a educação para a criança. No dia em que esse país puder oferecer realmente, ensino em tempo integral para todas as crianças, fazendo com que elas não estejam na escola três, quatro horas, para receber só a parte, vamos dizer, pedagógica, mas que isso seja associado à cultura, ao esporte, às outras atividades, a outras matérias extracurriculares, voltadas para o Ministério Público, para a cultura da paz, nós vamos ter realmente uma educação que sonhamos, que queremos para esse Brasil, principalmente para as crianças.

Mas, infelizmente, isso ainda é opcional, depende muito da vontade dos dirigentes, em nível Municipal, em nível estadual, e eu espero que a vontade de todos seja fazer de tudo para investir ainda mais em educação. E o investimento na educação, ele não pode prescindir de uma boa remuneração, de uma qualificação, do reconhecimento àqueles que vão estar permanentemente com as nossas crianças.

Até porque a dedicação exclusiva é um sonho de todos os professores. Hoje, o professor, ele fica pulando, como diz, de galho em galho, para ter uma remuneração, apesar de termos conseguido aprovar, em nível nacional, o mínimo básico de remuneração

para o professor, mas ainda é um mínimo que é ainda é muito mínimo, para dar a condição digna a todos os professores.

Mas o sonho de cada um é que eles pudessem permanecer numa só escola, onde a sua remuneração fosse digna, para se dedicar mais, para criar mais raízes, para estar mais dedicado àquela escola e conseqüentemente quem ganha é a nossa criança. Então, o mérito realmente é muito bom e merece de todos nós o aplauso, e fica aqui a minha concordância, e, desde já, anuncio o voto pela aprovação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora Rosalba. Em discussão ainda [interrupção no áudio] o projeto de lei. Não havendo discussão, ficaria para a próxima reunião, mas, informando ao Senador Gerson Camata que ele não vai para outra Comissão; daqui, ele vai para a Câmara. É. Está certo. Ok.

Outro item. Então, o item nº 1, terminativo, do Projeto de Lei do Senado, foi lido o relatório favorável do Senador Gerson Camata, e ficará para uma próxima reunião, em que nós tivermos... Ou, tendo *quorum*, hoje.

O item nº 3. Terminativo também. Projeto de Lei do Senado nº. 043, que altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 93, fixa as diretrizes e bases da educação, mediante a inclusão de novo parágrafo em seu artigo 9º e do art. 46-A, para criar critérios de avaliação de cursos e instituições de Ensino Superior, relacionados ao desempenho de seus egressos, em prova de proficiência profissional. A autoria é do Senador Marcelo Crivella, a relatoria é do Senador Gerson Camata, com parecer favorável. Gostaria que o Relator pudesse ler o seu relatório.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado, Sra. Presidente. Trata-se de um projeto de lei do Senado, 43/2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que estabelece novo critério de avaliação dos cursos e instituições de Ensino Superior, a partir do desempenho de seus egressos em exames de proficiência profissional. O art. 1º determina a inclusão do § 4º no art. 9º, da Lei 9.394, a LDB, com a nova exigência de que a União, juntamente com entidades profissionais, promovam exames de proficiência para egressos de cursos de graduação, de modo a condicionar o reconhecimento dos cursos das instituições de ensino ao desempenho médio dos seus formados.

No art. 2º, insere o art. 46-A, também da LDB, bem como dois parágrafos do novel artigo. O *caput* do art. 46-A estatui a obrigatoriedade para todos os egressos da graduação de que se submetam à prova de proficiência profissional. E o § 1º reza que o planejamento e a execução da prova serão de responsabilidade do

sistema de ensino da União, em colaboração com os órgãos competentes pelo controle das atividades de trabalho da respectiva profissão ou ocupação, segundo o regulamento.

Generalizar a educação é indubitavelmente objetivo de grande magnitude para o futuro do Brasil e o que vale para o ensino básico deve valer para o Ensino Superior. O esforço do estudante em vários anos de formação deve ademais resultar na garantia do seu ingresso no mercado de trabalho. Há, contudo, nos dias que correm, enorme descompasso entre o crescente número de graduados das instituições de Ensino Superior públicas e privadas e o baixo número de ingressantes nos órgãos de classe, como a OAB, que impede anualmente a inscrição de imenso contingente de jovens bacharéis.

Consta da justificação do projeto em debate que, no ano de 2004, 68% dos candidatos foram reprovados pelo exame da ordem no Estado do Mato Grosso do Sul, média aproximada das unidades federativas como Tocantins e Pará. Ainda em 2004, o índice de reprovação do Paraná, no Mato Grosso, na Paraíba e em Goiás, ultrapassou a casa de 70%, tendo sido maior, 86%, no Paraná e em São Paulo.

Essa... Essa tendência não se modificou no tempo, em 2009, primeiro ano da implantação do exame unificado nacional, apenas a primeira fase das provas da OAB chegou a reprovar mais que 88% do conjunto de estudantes em unidades federativas como Amapá, Mato Grosso e São Paulo.

O caso dos cursos de Direito no Brasil bem ilustra a necessidade de generalizarmos o exame de proficiência profissional no Brasil. Por outro lado, cabe ao Estado exercer o controle sobre as instituições que despejam semestralmente no mercado de trabalho dezenas de milhares de recém-formados, sem condição de aprovação nas provas de proficiência profissional. Tal controle, segundo prevê o PLS em discussão, incluirá aplicação obrigatória de exames de proficiência profissional pela União, em colaboração com as entidades profissionais vinculadas aos cursos dos recém-graduados.

De posse da classificação geral dos estudantes, as próprias instituições de ensino poderão ser eventualmente responsabilizadas pela má performance dos seus egressos. De resto, cabe observar que não encontramos óbice de natureza constitucional ou jurídica, que dificulte a tramitação da matéria que consideramos redigida em boa técnica legislativa.

O voto: Ante o exposto, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 43/2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella. É o relatório, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu gostaria de pedir vistas, Sra. Presidente.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu acompanho o Senador Wellington Salgado de Oliveira. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): É vista coletiva?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu acompanho o Senador Gerson Camata. Eu vou ler com mais calma o relatório do nosso querido colega, Senador Gerson Camata. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Vistas coletivas, então. Antes de passar ao próximo, eu só queria lembrar, Senador Wellington, eu queria lembrar que, na primeira semana de julho, nós fizemos uma Audiência Pública aqui, discutindo o exame de proficiência da OAB.

Eu li, naquele dia, esse projeto, dizendo que o Senador Marcelo Crivella tinha entrado; o Senador Marco Maciel entrou com um... Pedindo exame de proficiência para professores de pedagogia, todos os formados em pedagogia. E o Senador Tião Viana entrou com um para os egressos de medicina. Então...

E mostrei, naquele dia, a minha preocupação com essa fórmula de trabalho na Educação porque não votar um ou outro, discutir um ou outro; é nós aqui decidirmos se todos os cursos nós vamos botar exame de proficiência. E, em todas, eu fiz questão de ler todas as justificativas do projeto, é porque o ensino está ruim. É porque é uma forma de melhorar, garantir uma educação melhor. Quer dizer, não vai ser com exame de proficiência que nós vamos melhorar a educação básica no país. Portanto, nós aqui temos... E nem na educação superior, nós temos que decidir e são quatro projetos, os quatro, cada um numa área, mas todos exames de proficiência, e nós temos que decidir, em conjunto, que um assim ou outro não, mas se é está a fórmula de educação que o Congresso vai instituir no país.

Então, eu acho que o Senador Wellington Salgado de Oliveira pediu vista, vista coletiva já está sendo dada. E o Senador--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Zambiasi.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): E o Senador Sérgio Zambiasi também. E dará tempo para que todo mundo possa rever um pouco, estudar um pouco e tomar uma decisão que vai influir decisivamente, não só nesse aspecto que o Senador Marcelo Crivella está colocando, mas no pro-

jeto do Senador Marco Maciel, no projeto do Senador Tião Viana... E o outro? Tem mais um. Senador Marco Maciel, Senador Tião Viana e...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Camata, não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): O Crivella... São três. E tem um da OAB, Gilvam Borges, que é de Direito. Então, nós temos que decidir dos quatro Senadores que entraram com projetos em áreas diferentes, o que é que essa Comissão vai decidir. Portanto--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora, Senadora, só uma colocação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Se V.Exa. me permitir, veja bem, do Governo Fernando Henrique Cardoso, Ministro Paulo Renato para cá, foram criadas uma série de avaliações, uma série de avaliações, onde hoje nós temos visitas constantes às universidades, comparação... O modelo implantado pelo atual Ministro da Educação, Fernando Haddad, onde ele compara o resultado do aluno que entra com o aluno que sai, que esse é... Qual é a formação do produto, qual é a variação de conhecimento que ocorre naquele período, que é uma avaliação inteligentíssima, qual é o valor agregado de conhecimento daquele aluno. Porque é muito difícil você pegar um aluno que vem de uma situação social inferior e você, de repente, colocá-lo para competir com alguém que tem acesso à Internet, revistas semanais, tudo aquilo que você pode adquirir de cultura, porque tem recursos financeiros melhores.

Então, essa avaliação do Ministério hoje é a que apareceu de melhor, e o Ministério vem, a todo momento, colocando todo tipo de avaliação toda: Visita de Comissão às Universidades, visitas por curso, como o aluno melhorou ou não melhorou, os laboratórios, biblioteca, quer dizer, já temos todo tipo de avaliação.

Agora, eu fiquei muito preocupado no momento em que as universidades e as faculdades serão responsabilizadas se esse aluno não conseguir emprego. Ora, imagina lá, se o MIT, mesmo numa crise que está nos Estados Unidos agora, se ele vai ser responsável pelo aluno do MIT conseguir emprego ou não no mercado de trabalho, isso é muito sério.

E aí, ao fazermos essa lei, Senador Gerson Camata, nós vamos dar o direito de o aluno entrar com uma ação por indenização e perdas, que hoje já entra a toda hora; o aluno faz uma matrícula, de repente vai. você cobra um documento. ele entra com uma ação pedindo indenização porque você cobrou o documento

para ele fazer a matrícula, entra no pequenas causas. Se ele perder, não dá nada; se ganhar, leva cinco vezes o que ele iria gastar no curso.

Então, eu fiquei muito preocupado com isso, Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano e por isso é que foi o meu pedido de vista para que possamos analisar melhor e discutir com o próprio Relator sobre o assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sugiro, então, a V.Exa. que dê uma lida--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --nos outros projetos todos, nos outros três, de mesmo teor e áreas diferentes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Marisa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de fazer aqui uma reflexão. Eu considero que as avaliações que começaram com o Ministro Paulo Renato, elas já foram... Já foi uma forma de que nós pudéssemos realmente conhecer essa realidade brasileira. Porque, senão, nós não saberíamos em que nível, infelizmente, o nosso nível educacional de aproveitamento desde o ensino básico deixa muito a desejar e também valorizar os esforços daquelas escolas que procuram, de todas as formas, melhorar a qualidade do ensino.

Eu acho que é fundamental que as avaliações sejam permanentes, aconteçam e, quanto mais avaliações houver, melhor para a preparação para a capacitação, para que aqueles que passam, não somente pelo ensino básico, mas também pelas universidades, possam enfrentar o mercado de trabalho com reais condições de competitividade. Porque não é só pegar um papel, ter um diploma na mão que hoje credencia para o mercado de trabalho, hoje além do Diploma, que é fundamental, é importantíssimo, você precisa também mostrar que sabe, que tem conhecimento e que sabe desempenhar muito bem a sua função, em função do aprendizado que teve durante toda a sua vida, inclusive nas universidades.

Então, eu não vejo por que se ter receio, ter susto de se avaliar universidades também. Porque nós estamos avaliando desde o Ensino Fundamental e estamos encontrando aí onde estão os gargalos, onde estão as dificuldades, que precisa aprimorar o professor, que precisa dar melhores condições de trabalho. Precisa melhorar a escola para que ela tenha um computador não somente para o rico, mas também para o pobre.

Então, isso também nós precisamos ver nas universidades o que é que precisa para que as coisas melhorem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Justo. Eu acho que a vista, pedida pelo Senador Wellington vai nos dar essa oportunidade de voltar a discutir essa questão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com certeza. E muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): De nada. Item nº. 7, terminativo, projeto de lei da Câmara nº. 063/2009. "Inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro Dos Heróis Da Pátria". Autoria: Deputado Marco Maia. Relatoria do Senador Paulo Paim. Eu gostaria de pedir ao Senador Paulo Paim que fizesse a leitura do item nº. 7, do qual V.Exa. é o Relator, com parecer favorável para que, quando tivermos *quorum*, possamos votar o projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, Senadora Marisa Serrano, na verdade, esse projeto do Sepé Tiaraju, para ser incluído nos Heróis da Pátria, nós já aprovamos nessa Comissão. Eu fui o autor do projeto, nós aprovamos por unanimidade, mandamos para a Câmara e, chegando na Câmara, e é verdadeiro isso, já havia um do Deputado Marco Maia, que antecedia o meu.

O Deputado Marco Maia ligou para mim, falou comigo e o Senador Sérgio Zambiasi inclusive sobre o tema, e eu concordei. O meu ficaria prejudicado; o dele, como o mais antigo, seria remetido para nós. E daí, numa bondade do nosso Presidente, Senador Flávio Arns, ele: "Então, você fica como Relator". Então, é um tema que, de fato, eu fico muito feliz em fazer essas rápidas considerações. Eu posso até abreviar o relatório, se tiver número, senão, me estendo um pouco mais... Se tiver número.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se estenda.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, eu vou me estender um pouquinho mais pela importância, para a comunidade indígena de todo o país, a figura do inesquecível Sepé Tiaraju.

Relatório: Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, foi encaminhada à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para que, sobre ele, se pronuncie o Projeto de Lei da Câmara, nº 63/2009, de autoria do Deputado Marco Maia, que é vice-Presidente daquela Casa que, em comemoração aos 250 anos da morte de Sepé Tiaraju, escreveu o nome de José Tiaraju no livro... Escreve o nome de José Tiaraju no livro dos heróis da pátria, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves, em Brasília.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº. 5.516, de 2005, foi aprovado sem emendas pela Comissão de Educação e Cultura e também na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Nos termos do artigo 54 e 24, II, do Regimento Interno daquela Casa, foi dispensada, então, a apreciação pelo Plenário. No Senado Federal, nos termos do artigo 91, § 1º, IV, do artigo 122, II, “c”, ambos do Regimento Interno dessa Casa, o PLC nº. 63 de 2009 será apreciado em sede de discussão terminativa aqui pela nossa Comissão. Não foram apresentadas emendas à proposição...

Quando tiver *quorum*, eu suspendo a leitura. A análise.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): A análise. Em sua justificação, o autor da iniciativa chama a atenção para a história de luta de Sepé Tiaraju em defesa dos índios habitantes das missões guaranis no Rio Grande do Sul, em meados do Século XVIII. A história relata que, no ano de 1750, Portugal e Espanha assinaram o tratado de Madri, que trocou os Sete Povos das Missões pela colônia de Sacramento. Por esse tratado, cerca de 50 mil índios cristãos foram obrigados a abandonar as terras de seus ancestrais, suas cidades, igrejas, lavouras, fazendas, onde criavam milhões de cabeças de gado.

Eles sentiam em seus corações a profunda tristeza de serem expulsos do lugar onde a marca de seus antepassados estavam gravadas. Entretanto, houve um homem, um grande líder, que tomou para si aquela disputa, esse homem foi José Tiaraju, índio Guarani, o conhecido Sepé Tiaraju, Facho de Luz, era isso que seu nome significava na língua Guarani, era isso que a sua vida se traduzia. Ele foi eleito Corregedor da Redução de São Miguel, uma espécie de Prefeito da cidade. Se insurgiu contra o famoso tratado e liderou a resistência dos índios guaranis sob o lema “essa terra tem dono”. Morto em combate no ano de 1756, Sepé Tiaraju tornou-se símbolo do povo do Rio Grande do Sul, que, por sua própria conta, canonizou o herói guarani missionário como São Sepé.

O índio Facho de Luz foi um homem destemido um homem, cuja visão se alastrava para muito além do seu tempo, como acontece como a maioria dos heróis. Seu coração pulsava forte, como o coração da terra que ele se sentiu como parte dela. Não cabia em seu pensamento a ideia de abandonar suas raízes, seu chão; ele amava a cada palmo daquela terra e dizia à sua gente que nenhum lugar seria como aquele e que a morte seria inevitável se ele fosse arrancado de lá.

Esse homem de grande coragem lutou o quanto pôde, não se deixou abater pelos inimigos, e seus

descendentes jamais esquecerão que Sepé Tiaraju acreditava no valor de sua luta, no valor de sua gente, no valor do chão em que pisava.

Apesar de derrotada, à época, a experiência das missões guaranis foi reconhecida por grandes figuras, como o filósofo Voltaire, que considerou um verdadeiro triunfo da humanidade. Da mesma forma, o organismo das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, UNESCO, reconheceu a importância histórica das missões, tombando, no ano de 1979, as ruínas de São Miguel Arcanjo como patrimônio da humanidade.

Sendo assim, é justa e meritória a iniciativa de escrever o nome de Sepé Tiaraju no livro dos Heróis da Pátria, no sentido não apenas de reconhecer a importância desse herói Rio-Grandense para a nossa história, mas também de valorizar a sua etnia em nossa formação antropológica e cultural. A memória do Rio Grande do Sul tem a honra de contar com a lembrança deste bravo guerreiro.

Nós temos o dever de fazer esse reconhecimento e nossa gente tem o direito de abraçar suas lembranças e enxergar, em meio a elas, esse facho de luz que jamais se apagará.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Encerrando?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se deu *quorum*...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não, ainda não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então, está no fim. Quanto aos aspectos da constitucionalidade e de sanidade e de técnica legislativa, essa Comissão, como contribuição subsidiária, também não encontrou reparos a fazer. A matéria encontra-se disciplinada pela lei 11.597/2007 e os critérios delas constantes foram plenamente atendidos pela proposição, especialmente no que respeita à defesa e à construção da pátria como excepcional dedicação exigida nos agraciados, conforme consta no *caput* do artigo 1º daquela norma.

Por fim, Sra. Presidente, resgatando a história, gostaria de lembrar que o Senado Federal já aprovou, por unanimidade, iniciativa no mesmo teor, proposta de nossa autoria, tendo em vista, entretanto, o projeto relatado mais antigo, como havia anunciado no início, eu dou o meu parecer totalmente favorável.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 63/2009, do nobre Senador Marco Maia, casualmente também da mesma cidade base e do mesmo sindicato, do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, antes de colocar em discussão, eu queria só lembrar que é muito interessante a

gente programar talvez a Comissão aqui de Educação, Cultura e Esporte que o livro dos Heróis da Pátria, que fica aqui no Panteão Tancredo Neves, seja mais difundido por nossas escolas.

Por exemplo, a vida de Sepé Tiaraju, lida aqui no relatório do Senador Paulo Paim, é algo que a população brasileira precisa ter conhecimento. Nós aprovamos, vai para o livro dos Heróis da Pátria, mas não é tão difundido, a não ser que os visitantes cheguem até o Panteão Tancredo Neves. Talvez a TV Senado possa fazer aí um filme sobre os Heróis da Pátria e possam colocar na nossa TV Senado para que o Brasil tenha, cada dia, cada semana, um herói a ser focalizado, para que a sociedade brasileira tome conhecimento da algo que é importante para sociedade brasileira.

Em discussão. Senador? Não? Não havendo discussão, fica lido já o relatório e para ser votado à hora que tivermos *quorum*.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria pedir se é possível dos outros Senadores uma inversão de pauta, eu sei que todos estão muito ocupados, mas eu tenho reunião agora que eu não quero faltar. O item 19 é um requerimento que a Marinha Brasileira vem insistindo e os cientistas também, e em posições de choque, diz respeito ao patrimônio que há no solo dos mares, barcos antigos, que afundaram séculos atrás, carregados de ouro, e há hoje uma discussão. A UNESCO criou uma regulamentação, mas essa regulamentação se choca com outras possibilidades de tecnologias modernas nas mãos de pessoas particulares, que exigem em toca uma parte do patrimônio encontrado.

Então, o requerimento que eu faço e eu leio, é no sentido de debater o PLC de autoria da Deputada *Nice Lobão*, sobre o patrimônio cultural subaquático brasileiro e adequar à legislação interna do país, com o que está estabelecido na Convenção sobre Proteção do Patrimônio Cultural da UNESCO.

Deverão ser convidados a expor e debater seus pontos de vista sobre a matéria autoridades públicas, especialistas com atuação nacional, profissionais na política relacionados à temática, cujos nomes deverão decorrer de sugestões encaminhadas pelo Srs. Senadores à Presidente dessa Comissão. Então, eu sugiro a inversão de pauta para votar esse requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Os Senadores e Senadoras, que aceitam a inversão de pauta, permaneçam como se acham. Aprovada a inversão. Portanto, o requerimento

do Senador, de autoria do Senador Cristovam Buarque, pede uma Audiência Pública para discutir a proteção do patrimônio cultural subaquático da UNESCO, não é isso? Em discussão. Todos aprovam? Se todos estão de acordo, o requerimento está aprovado.

Item nº 8, também terminativo. Eu gostaria de manter a leitura para posterior votação. Projeto de Lei nº. 108, que “inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no livro de heróis da pátria”. Autoria do Senador Marconi Perillo, relatoria do Senador Marco Maciel, a quem eu peço a leitura do seu relatório.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sra. Senadora Marisa Serrano, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, nos termos do artigo 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, foi encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para que sobre ele se pronuncie, em sede de decisão terminativa, em atendimento ao comando do artigo 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, projeto de lei do Senado, PLS 108/2008, que visa inscrever o nome de Rui Barbosa no livro dos heróis da pátria.

A iniciativa guarda amparo na lei 11.597, de 29 de novembro de 2007, que dispõe sobre os critérios de inscrição de vultos históricos naquele livro. Não foram oferecidas emendas À proposição que havia recebido parecer favorável de lavra do Virgílio de Carvalho em maio de 2008. Diante da redistribuição a este Relator, reiteramos os termos da minuta já apresentada pelo nobre Parlamentar.

Análise. Em sua justificação, o Senador Marconi Perillo, autor da iniciativa, chama a atenção para representatividade desse nome brasileiro na vida nacional e internacional como político, jurista nomeado, humanista, orador dos mais respeitados por sua eloquência e profundidade de suas palavras. Autor do primeiro texto constitucional da República, foi também de sua lavra do primeiro decreto da nova forma de governo.

Como ativista político, destacou-se em começa das eleições diretas e da luta abolicionista, cuja bandeira levantou perante o Tribunal Internacional de Haia, que funciona na Holanda, com inegável brilho oratório e indiscutível consistência temática. De fato, nada mais justificável do que, quanto ao mérito, apoiar a inscrição do nome de Rui Barbosa no livro dos heróis da pátria, que se encontra depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília.

Devo dizer que suponho que a lei 11.597, de 29 de novembro de 2007, trata-se de projeto de minha autoria, que dispunha sobre a regulamentação de como inscrever cidadãos e cidadãs no Panteão, no livro de heróis da pátria.

Sra. Presidente, sob perspectiva constitucional, legal e regimental, tampouco há reparos a fazer; a matéria se encontra disciplinada na lei 11.597/2007, e os critérios dela constantes são plenamente atendidos pela proposição, especialmente no que respeita à defesa e à Constituição da pátria, “com excepcional dedicação”, conforme consta do *caput* do artigo 1º daquela norma. Não há ofensa à Constituição da República, seja por vício de iniciativa, seja por descumprimento de cláusula pétrea.

Da mesma forma, os preceitos da Lei Complementar 95/1998, que rege os princípios de técnica legislativa, encontram-se plenamente acolhidos na proposição.

O voto, Sra. Presidente, ilustre e competente Senadora Marisa Serrano... O voto, diante do exposto, é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 108/2008, de autoria do nobre Senador Marconi Perillo, que é também o representante do Centro-Oeste, como V.Exa. também representa o Centro-Oeste aqui em Brasília, como Senadora pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em discussão. O relatório do Senador, lido pelo Senador Marco Maciel, falando da importância da inscrição do nome de Rui Barbosa, que inclusive é patrono do nosso Plenário aqui, nessa Casa, no livro dos heróis da pátria, fica condicionada ao número de Parlamentares, para que haja a votação, já que é terminativo. Obrigada, Senador Marco Maciel.

Item nº. 12, terminativo também, Projeto de Lei do Senado 440, que “denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR-309, compreendido entre as cidades de Manaus e o Rio Tupunã, no Estado do Amazonas”. Autoria do Senador João Pedro e relatoria da Senadora Rosalba Ciarlini, a quem eu peço a leitura do seu relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sra. Presidente, Srs. Senadores, vem à análise dessa Comissão Projeto de Lei do Senado nº. 440/2007, de autoria do Senador Jayme Campos, que dispõe sobre a criação de zona de processamento de... Desculpa, houve uma troca aqui.

“Chega à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Projeto de Lei do Senado nº. 440/2008, de autoria do Senador João Pedro, que denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR-319, compreendido entre as cidades de Manaus e o Rio Tupunã no Estado do Amazonas”.

O projeto contém dois artigos, sendo que o primeiro dá nome ao trecho da Rodovia Expressa na ementa e o segundo é a cláusula de vigência. Na justificativa, o autor descreve a carreira de Francisco Nogueira, dedicado professor do Ensino Fundamental e

articulador e organizador da classe trabalhadora rural, além de ativista dos movimentos sociais, em especial os vinculados à reforma agrária.

No Senado, a proposição foi distribuída terminativamente à CE, e não foram oferecidas emendas ao projeto.

A Constituição Federal, no art. 22, XI, determina que a competência para legislar sobre transporte e trânsito é exclusiva da União e, além disso, trata-se de matéria cuja competência deliberativa é do Congresso Nacional, nos termos 48, não havendo restrição à iniciativa Parlamentar. Além disso, o projeto de análise encontra amparo na lei 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do Plano Nacional de Viação e que, em seu artigo 2º, estabelece que, mediante lei especial e respeitada nomenclatura estabelecida pelo Plano Nacional de Viação, uma estação terminal, obra de arte, o trecho que via poderá ter supletivamente a designação de um fato histórico ou de um nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à nação ou à humanidade.

Destaque-se que o trecho objeto da homenagem não possui--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de pedir um pouco de silêncio, um minuto, Senadora Rosalba Ciarlini--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --para que a gente possa ouvir o seu relatório. Obrigada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Destaca-se que o trecho objeto da homenagem não possui, segundo informa a página eletrônica do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte, outra denominação além da nomenclatura oficial, que é a BR-319.

Subscrevemos, por fim, a homenagem que o Senador João Pedro propõe, acreditamos que a biografia de Francisco Nogueira é digna de homenagem que aqui se deseja prestar. Além de dedicado professor do Ensino Fundamental, e aqui vale o adendo de que entendemos, por extensão, que se trata de homenagem a todos os demais mestres deste imenso país. Lutou contra as injustiças sociais, com vistas a um Brasil mais justo e fraterno.

Diante do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e adequada técnica legislativa, e por sua aprovação no tocante ao mérito. É esse o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes de discutirmos, eu quero... Gostaria de ter aqui a atenção do Senador Paulo Paim,

do Senador Augusto Botelho e da Senadora Rosalba Ciarlini, nós temos, na Casa, Senador Paulo Paim, e estão aqui hoje para ser discutidos e votados, vários projetos que denominam nome de pessoas a órgãos, a entidade e órgãos públicos, o caso de escola, rodovia etc. e tal.

Isso foi matéria aqui de uma ampla discussão, inclusive pelo Senador João Pedro, que era o Relator, dizendo que não podíamos dar nomes a qualquer outro ente sem ouvir comunidade local porque isso era inadmissível. Eu mandei levantar nessa Casa quantos já tinham sido votados aqui, de autoria PL de Senadores, solicitando e indicando nomes para rodovias, escolas, universidades e assim por diante.

Só hoje, tem aqui uma, denomina Rodovia Senador José Coelho, ao trecho da Rodovia tal, de autoria do Senador Marco Maciel; uma outra denomina viaduto Henrique Santillo, viaduto localizado no entroncamento do qual, de autoria Senador Demóstenes Torres. Outro denomina Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho o trecho da ferrovia tal, da Senadora Kátia Abreu. O outro projeto denomina, que é esse lido pela Senadora Rosalba Ciarlini, denomina Rodovia Francisco Nogueira o trecho da BR tal, lá no Amazonas, e o outro denomina Rodovia José Coelho o trecho da Rodovia tal, indicado pelo Senador Marco Maciel. Isso só hoje.

Então, eu quero aqui dizer que a nossa Comissão tem que ser coerente. A partir do momento, e eu isso eu coloquei na reunião que o Senador João Pedro foi terminantemente contra um projeto do Deputado Pannunzio, num auditório, num *campus* de Sorocaba. Então, dizer que essa Casa não pode ter dois pesos e duas medidas, e não pode aqui, em nome da cultura, da educação, nós votarmos, aceitarmos que se vote para alguns determinados e outros não se vote.

Nós já votamos aqui, estão em tramitação 46 PLs, denominando algo. Eu quero chamar a atenção para a coerência: ou continuamos votando como sempre se foi ou nós vamos ter que fazer Comissão para ouvir. O Senador João Pedro me disse que ele foi lá ouvir. Aí eu falei? "Mas ouviu quem?". "Ah, ouvi o Reitor". Aí depende, então, que nós baixemos aqui normas. Se tivermos normas de quantos vão ter que ir, quem vai ser que ser ouvido, "ah, se for para estrada, nós vamos ouvir isso, se for para escola nós vamos ouvir isso, se for para viaduto, ferrovia, nós ouvir isso". Quer dizer, aí nós temos que baixar critérios, aí critérios de quem que a vai ouvir, porque, como é que nós... A gente vai ouvir quem? Não está aqui o Senador João Pedro, mas eu quero voltar a essa questão, Senadora Rosalba Ciarlini, é terminativo, mas são, só hoje, todos esses que eu li, fora os 46 que nós temos

que votar, que estão em tramitação, e eu gostaria de ouvir os Senadores aqui presentes.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eu acho que esse é um momento que a gente decida, pelo menos comece com a abrir uma discussão a respeito, e... Ou mantemos aqui, como um propus até, uma Comissão de três ou quatro Senadores que dêem a esta Casa uma luz a respeito. Porque nós, talvez não hoje, possamos decidir, mas eu acho que alguém tinha que reunir, olhar todos esses projetos, os 46 e mais todos esses que estão hoje aqui, e a gente possa decidir para não incorrer em erro, ou pelo menos não partidizar, talvez, alguns projetos, porque eu tenho muita dificuldade em dizer se pode ser o Sr. Henrique Santillo, que eu não o conheço, mas imagino quem é; Dorival Roriz Guedes Coelho, se lá quem é, se for... Eu vou ter que confiar no Relator. Ou eu confio no Relator ou nós estamos aqui--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): --apequenando talvez o trabalho e a confiabilidade do relatório dos Senadores. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente isso que a senhora colocou agora, no final, nós não podemos mudar os critérios porque eu acho que isso é feito já através da indicação de um Senador que nós temos que respeitar, porque ele não iria trazer um nome para ser colocado numa avenida, num prédio, num órgão federal, em alguma instituição se não fosse... Ouvindo, ele, que já é daquele Estado, ouvindo o sentimento que vem da sua região.

Então, o Relator tem o trabalho de pesquisar, de saber se realmente a personalidade que está sendo colocado o seu nome, se realmente eles estão de acordo com os critérios já existentes. Então, nós temos que ser práticos, nós temos que avançar, nós não podemos... Eu acho que essa forma de ouvir a comunidade não é prática, isso vai é protelar, isso vai é criar barreiras cada vez mais na tramitação dos projetos.

E nós sabemos que existe... Cada um desses projetos tem a sua importância e nós não podemos parar. Então, eu sou favorável, desde já, que isso permaneça como está, porque eu acho que a responsabilidade é do Senador que apresenta e do Relator. Nós não podemos deixar... E, claro, passa por toda uma Comissão, são Srs. e Sras. Senadores escolhidos pelos seus Estados, mas que têm uma visão de Brasil, nós estamos aqui defendendo as questões do Brasil.

Então, quem não... Nilo Coelho, colocar o nome do Senador Nilo Coelho numa Rodovia, na sua região, lá na região da cidade de Petrolina, em Pernambuco. Eu sou nordestina, sei da importância que foi, que ele teve na vida daquela região como, com certeza, quando for do Rio Grande do Norte, o Senador Inácio Arruda tempo tem noção das questões porque é ali nosso vizinho.

Então, não vejo por que mudar, e acho que nós temos é que avançar para que os projetos desencalhem, o povo está querendo é que a gente vote os projetos que são importantes para a população.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, eu gostaria de fazer um pequeno comentário. Realmente, fica até bonito você fazer consulta à comunidade e tal e tal e tal. Mas quem que vai pagar isso? Para colocar e quando... Existe algum Senador biônico aqui? Alguém aqui veio para cá sem ter voto dos Senadores? Então, nós representamos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): E somos 54, Senador, nessa Comissão. É a maior Comissão da casa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora, quando a gente vem para cá, a gente vem representando um segmento da nossa sociedade na eleição, temos mais votos do que os outros, passamos a representar toda a nossa sociedade. A senhora acha que algum Senador aqui vai colocar o nome de alguém aqui que seja contra a vontade do povo? Vai ter sempre uma pessoa que é inimiga do fulano, que foi inimiga do sicrano e que vai reclamar, mas é só botar em nome da maioria, de pessoas que realmente prestaram serviço à comunidade. São pessoas que, às vezes, nunca tem nenhuma homenagem naquele Estado e fizeram grandes trabalhos.

Eu acho que a gente deve manter a mesma norma, porque se alguém estiver protestando, alguém não concordar, procure o seu Parlamentar e diz: "Olhe, não concordo que bote o nome do João da Silva naquele viaduto". É aí o Parlamentar vem aqui, representa ou discute. Agora querer fazer, é muito bom a gente fazer democracia e discutir, mas botar o nome de uma ponte e ter que perguntar das pessoas é coisa que vai gastar dinheiro sem necessidade.

Nós estamos precisando de dinheiro para órteses e próteses, na saúde, precisando de dinheiro para fazer hospitais, postos de saúde. Então, nós temos que priorizar, e isso aí é uma homenagem que a gente faz a pessoas que já morreram inclusive. Então, eu relatei um de aeroporto do Acre também, liguei, fiz pesquisa, perguntei o que ele fazia para a viação lá.

Ele era um comerciante, mas ele que abrigava os primeiros... Quando não tinha pista, a primeira pista que tinha lá na cidade do Acre era perto da casa dele, ele abrigava os pilotos, servia de apoio, por isso que puseram a homenagem a ele. Então, ele nunca pilotou um avião, esse cidadão que colocamos o nome lá, que eu relatei.

Então, eu acho que é assim. Eu acho que deve-se manter a mesma metodologia e, quando houver discordância de um ou outro, que venha o Parlamentar do Estado que reclame e discorde aqui. Porque a gente tem que homenagear as pessoas que fizeram, que abriram caminho para a gente, os primeiros que chegaram lá em Roraima, lá em Mato Grosso, lá no Rio Grande do Sul, o Tiaraju, por exemplo, que foi homenageado agora. Isso é o que nós temos que fazer. Isso é uma deferência às pessoas que já morreram e que prestaram serviço à sociedade, nós estamos fazendo aqui. Muito obrigado, Senadora, eu concordo que mantenha a mesma metodologia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Cícero Lucena e depois Senador Paulo Paim.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É muito rápido, apenas para me somar aos dois que me antecederam em particular, também ao Senador Augusto Botelho, no sentido de que nós já representamos. Quer queira quer não, representamos a população, através, somos os representantes dos nossos Estados e no Senado tem a particularidade de cada Estado ter três... Eu acho que pouca representação no Senado tem os três até do mesmo lado, do mesmo Partido, normalmente tem de Partidos diferentes que, com certeza, se precisar de embate de um questionamento, será feito por aqueles Parlamentares que eventualmente... E estaremos dando, vamos dizer assim, conforme merece, o respeito a quem apresentou e ao Relator do projeto. Eu acho que a metodologia é muito mais prática o que nós precisamos agilizar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sra. Presidente, de forma muito rápida, é só manter a norma, conforme os que me antecederam falaram. Até porque se alguém quiser questionar, tem Audiência Pública, tem direito a votar contra, tem direito a argumentar, tem direito a questionar aqui e na Câmara, nas duas Casas, não há motivo alguém de criarmos mais burocracia para uma questão como essa.

Deixa eu dar um exemplo: Eu estava na Câmara, eu quis botar o nome da *freeway* lá no Estado, de Rodovia Carlos Prestes, é uma enorme de uma Rodovia; os militares, que um quartel passa... A Rodovia

passa em frente, questionaram, fizeram um movimento e não passou, legítimo o movimento deles. E não tem problema nenhum comigo também, depois, mais na frente, aqui no Senado, eu botei um viaduto e não houve problema nenhum, o mesmo nome, Luís Carlos prestes.

Então, não há problema nenhum, espaço para consulta há, agora, com Internet, com *Twitter*; esse tal de *Twitter* é uma figura, não é? Porque, ao mesmo tempo em que te elogiam, de repente te xingam lá no *Twitter* e tudo circula pelo Brasil todo isso.

Então, tem todos os instrumentos para fazerem consultas que fizerem fazer. Aqui as matérias não são votadas do dia da noite.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Pedidos de vistas.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pedido de vista, enfim, blog, enfim, estão aí os novos tempos. Não vejo motivo algum de ter que se deslocar até o Estado para ver se alguém concorda com uma discussão como essa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Então, eu acredito que, na próxima reunião nossa, nesse projeto e o projeto que o Senador João Pedro está relatando, e que ele, embora seja do Amazonas, está relatando projetos de São Paulo, e embora tenha dado todos os elogios à pessoa que dava o nome, ele disse que tinha que ouvir a comunidade. Então, aí é uma decisão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Do Relator.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): --Que tem que ser feita da Comissão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sra. Presidente, eu tenho, assim uma opinião muito próxima à dos nossos camaradas e amigos da Comissão de Educação, e vejo que se tiver uma grande controvérsia, se houver um levante no local, como citado aqui, o Senador Paulo Paim, os militares resolveram levantar naquela região, equivocadamente, porque tratava-se de homenagear um oficial das Forças Armadas, está certo? Você, então, faz um exame, vai lá ouve, pondera, o Relator pode fazer isso diretamente, não precisa fazer uma consulta, que consulta é isso que o Augusto disse, consulta tem custo, tem... Quem é vai? Na consulta é voto, vai ter voto? Vai ser uma grande assembléia? Tem que credenciar o pessoal, quem é que vai ser ouvido na consulta?

Isso tudo tem... E acho que não é ruim ter consulta, se ela vale para todos. Quer dizer, todas as... Desde que formos nomear um equipamento público, uma via pública, um espaço público, se tivermos que fazer uma consulta; isso não é coisa ruim, agora, isso

criaria um embaraço terrível para que a gente pudesse nominar, às vezes, um pequeno espaço de Rua, porque é uma homenagem de um Município, é uma homenagem em um Município, e sempre ocorrem esses fatos de que você tem num Estado, no Município e no país, lideranças que desenvolveram determinados trabalhos, que são de um campo que não é o seu, mas que elas fizeram um trabalho efetivo.

Há pouco, conversávamos aqui, eu e a Senadora Rosalba Ciarlini, e ela dizia de um monumento da cidade de Mossoró, que é o teatro Municipal, que, quando ela foi nominar o teatro, ela disse: "Bom, esse teatro tem levar o nome de uma figura ilustre do meu Município, mas minha adversária". E ela botou o nome do adversário naquele teatro e, longe de ser achacada, longe de ter uma repreensão pública por parte dos seus admiradores, ela teve o apoio dos seus admiradores e dos admiradores dos seus adversários, está certo?

Então, eu acho que a gente tem que ponderar sobre essas coisas, para que a gente possa... Claro, se tiver uma controvérsia estão aí os instrumentos que já foram levantados aqui pelo Senador Paulo Paim, pelo Senador Cícero Lucena, Senador Augusto Botelho, faz uma consulta direta do Relator, vai lá e ouve a comunidade pessoalmente, vem aqui faz uma Audiência Pública, é só sentar aqui, rapidamente a gente resolve isso. Desembaraça esse problema, que nós não podemos ficar truncados por conta de um ou outro que queira fazer um plebiscito nacional para saber se colocamos ou não o nome de uma refinaria, de uma usina, de uma via pública, de uma escola em homenagem a uma liderança política, seja lá de onde for.

Sempre as pessoas, quando vão ao meu gabinete, perguntam se eu não vou mudar... Tirar o nome da ala [interrupção do áudio], que é ala Senador Filinto Müller. Eu digo que não, jamais eu vou propor tirar o nome da ala Filinto Müller porque o Filinto Müller foi o responsável direto de mandar a Olga Benário para as mãos dos nazistas, eu digo: Jamais. É bom que ele esteja lá porque o povo precisa conhecer a história, precisa saber quem foi Filinto Müller, o que foi que ele fez, quer dizer, quais foram as questões que levaram muitas pessoas a questionar o nome daquela ala, mas é bom que ele sempre fique lá para as pessoas, ao questionarem, tomarem conhecimento da História do Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu acho bom que, quando as pessoas fizerem coisas erradas, Senador Inácio Arruda, saberem que a história vai registrar as coisas erradas também. Se

a gente ficar omitindo tudo que é coisa errada, então, ninguém vai se incomodar de mandar matar alguém, de fazer isso ou aquilo. Então, é um erro da história que ele cometeu e que está o nome dele ali. E que se lembre das coisas que ele fez boas e das erradas também.

Então, quando a pessoa for meter a mão na coisa pública, tem que se lembrar, que é outro erro que acontece muito agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Então, aberta a discussão--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sra. Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Sim.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para complementar. Eu acho que não tem essa questão, a gente tem que analisar que tem que se reconhecer só o que aquela pessoa, em vida, seus valores, o que fez, no caso, por exemplo, que ele aqui citou lembrou o caso de Mossoró, foi o Senador Dix-Huit Rosado, foi inclusive Senador, foi prefeito três vezes da cidade, foi um homem que levou a Escola Superior de Agricultura, quando foi Presidente do INDA, para a nossa região, foi um marco de desenvolvimento, estudioso, homem preparado, que era um marco na cidade.

Então, tinha que ficar realmente num grande momento, que foi, naquele momento, nós estávamos militando em campos opostos, mas ele tinha falecido e merecia o reconhecimento da sua luta. Eu acho que é isso, mesmo aqueles que você aqui falando em Filinto Müller, é claro, eu sou totalmente avessa a essa... A indignação que temos pela questão de ter sido entregue a Olga Benário, mas eu quero dizer que, na realidade, da democracia é feita de ideias que são--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Contraditórias.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): --divergentes. Outras convergem, mas outras divergem, são várias ideologias, então a democracia é isso, e nós temos que respeitar esse Direito Brasileiro de cada um, seja do que se diz hoje, direita e esquerda, centro, não existe mais isso, mas suas ideias e sua forma de agir, mas eu tenho certeza, colocando na balança, teve algo de bom feito por esse Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini. Portanto, fica para a próxima reunião a votação, mas já temos pelo menos aqui uma diretriz, Secretário Júlio, do que pensa um grande número de Senadores.

O próximo projeto, que também tem como Relatora a Senadora Rosalba Ciarlini, é o item nº 13, que "denomina Rodovia Senador José Coelho, o trecho da

Rodovia do BR-28, situada entre a cidade de Petrolina e o trevo do Ibó, no Estado de Pernambuco".

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Esse projeto, de autoria do Senador Marco Maciel, que homenageia a figura de José Coelho, mediante a atribuição de seu nome ao trecho da Rodovia BR-428, situada entre a cidade de Petrolina e o trevo de Ibó no Estado de Pernambuco, é algo realmente meritório porque, na realidade, é um reconhecimento a uma vida dedicada ao seu Estado e à sua região; quem conhece Petrolina, lá você houve falar do inesquecível Senador da República, que foi o Senador José Coelho, que prestou serviços relevantes, sempre na defesa de toda aquela região semi-árida, aquela região que tem também o Rio São Francisco, que é a fonte de riqueza, de produção, que é banhado pelo Rio São Francisco.

Então, entre as principais causas defendidas pelo homenageado, o autor da proposição destaca a retomada dos projetos de irrigação na área sertaneja e a conclusão das obras de duplicação da ponte Presidente Eurico Dutra sobre o Rio São Francisco. Além de muitas e muitas outras ações voltadas para a Universidade daquela região, em tudo na vida da região de Petrolina, com certeza, Nilo Coelho teve uma importância fundamental para a definição.

Então, é isso que nós gostaríamos aqui de colocar, que o nosso parecer, o nosso relatório, é pela aprovação, dizendo, reconhecendo que o ilustre homenageado dedicou sua vida à causa sertaneja e tendo sido um homem público exemplar. Então, ficam aqui os nossos reconhecimentos à constitucionalidade, juridicidade e à adequação técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do projeto de lei do Senado nº. 240, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, a quem o povo pernambucano e dessa região, com certeza, conhece bem a sua luta, o seu trabalho e o quanto ele tem ajudado, não somente o seu Estado, mas também ao nosso Brasil.

Esse é o nosso Senador, inclusive, correligionário, Democrata, estamos no mesmo Partido, Senador Marco Maciel.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini. Em discussão. Não havendo discussão, fica lido já o relatório para a próxima reunião. E gostaria de pedir à Senadora Rosalba Ciarlini a leitura do item nº. 20, que é requerimento também--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Como não?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Item 06--

[interrupção do áudio].

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): O Item 5, do qual eu sou Relator, é terminativo, mas eu já deixo lido o parecer para que seja votado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Certíssimo. O Senador Augusto Botelho também. Então, Senadora Rosalba Ciarlini, só bem rapidinho, o seu requerimento--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, requerimento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): O requerimento, item nº. 20, que é não terminativo--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): "Requeiro, nos termos regimentais, a Realização de Conferência intitulada 'Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade', a ser Realizada por esta Comissão em parceria com o Instituto de Psicologia da da Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Paulista – UNIP - e a Universidade de Strasbourg, na França. Como conferencista, indico o nome do Prof. Dr. Claude Schauder, psicólogo, psicanalista, professor da Universidade Louis Pasteur, coordenador de estudos e pesquisas sobre o tema naquele país."

Essa conferência a ser promovida é resultado de uma pesquisa internacional, realizada na França, Itália, Canadá e Brasil, sobre educação e a parentalidade. Na França, os resultados dessa pesquisa obtiveram êxito prático, ao ser implantado um plano de preparação para o nascimento e a parentalidade. O evento objetiva apresentar subsídio sobre a importância da educação dos pais em relação à gestação e aos cuidados da primeira infância, na prevenção dos transtornos de condutas das crianças e adolescentes, um dos desafios mais complexos enfrentados pelas escolas e sociedade brasileira contemporânea.

Estudos também apontam que, em termos econômicos, os planos de prevenção e promoção em saúde mental, os quais dependem fundamentalmente de ações educacionais, são menos onerosos do que as intervenções e os tratamentos multidisciplinares. Em face do exposto, sabemos que esta Comissão desenvolve um importante papel no fomento de discussões de grande relevância nacional na área de educação, e aqui um detalhe muito especial, porque cuida da criança, dos cuidados iniciais desde a gestação, passando pela primeira infância.

Então, é fundamental e nós sabemos que aí é o início de tudo; os primeiros passos, se eles são seguros, com certeza, a criança terá, no futuro, muito melhores condições de aprendizado. Então, fica aqui o nosso pedido para que possamos realizar essa conferência,

tendo o professor Claude Schauder, como conferencista da Universidade de Strasbourg, França.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada, Senadora. Só lembrando que esse já é o terceiro seminário, conferência, que essa Comissão realiza, nesses três anos, sobre a questão materno-infantil, sobre a primeira infância. Todos eles de cunho internacional, e é uma forma importante de esta Comissão e do Senado oferecerem ao país essas conferências.

Até eu queria sugerir depois ao Senador Flávio Arns, que talvez a gente pudesse traduzir em livro o teor destes conferencistas internacionais que venham, formando um relatório, um livro único, um compêndio único, das três conferências já levantadas. Senador Augusto Botelho tinha pedido a palavra, antes--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu participei de uma conferência, isto é um estudo muito novo--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): --Que é autor do requerimento também.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É um estudo muito novo em relação a esse relacionamento de pais e filhos, entendeu? São estudos que chamam a atenção para a fase ainda em que a criança ainda está na barriga da mãe, e tudo, com comprovações técnicas, científicas; é muito interessante a gente participar dessa conferência e ver... A que eu participei foi muito interessante, que abriu, assim, uma luz com metodologia científica de coisas que a gente, pela própria experiência, já vinha percebendo, no meu exercício de medicina, eu tenho 37 anos de formado, eu já havia percebido isso, sentido isso também entre pais e mãe.

Eu gostaria de pedir à Presidente, também que o meu item 6 fosse relatado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Também.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, só para complementar, como o Senador Augusto Botelho é médico, conhece... Acho que deve ter militado porque, quem trabalha no interior milita, com certeza, ao lado da parte obstetrícia, ginecologia, sabe da importância desses cuidados desde a criança ainda no ventre materno. E, como pediatra, eu tive também várias experiências que mostram que esses cuidados, essa educação na gestação são fundamentais. E gostaria aqui de fazer uma sugestão, eu queria apresentar na Comissão de Assuntos Sociais, através da Subcomissão de Saúde. Já que esse assunto não se refere apenas à do aprendizado, ela tá muito mais ligada à questão do equilíbrio emocional, à questão

do desenvolvimento psicossocial da criança, então é uma questão de saúde; nós gostaríamos de fazer em conjunto com a Comissão de Assunto Sociais e a Comissão de Educação.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eu acho que levaria o conhecimento a mais pessoas... E o Secretário Júlio está dizendo que tem sido assim nos últimos anos. E dizer que a formação do conhecimento é um grande problema, não só para os médicos, psicólogos, para os professores, como se dá a formação do conhecimento, não é fácil. É uma área nova, nova entre aspas, mas nesses últimos 15 anos que nós estamos nos debruçando a respeito disso.

Senador Inácio Arruda é o Relator. Ah, sim, desculpe, eu queria, Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Augusto Botelho, que são co-autores, autores e co-autores, votar esses requerimentos, se todos concordarem com o requerimento, permaneçam como se acham. Aprovado por unanimidade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Obrigada, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Inácio Arruda é o Relator do projeto de lei da Câmara nº. 29, que determina a obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de Ensino Fundamental.

Com a palavra, o Relator, Senador Inácio Arruda. A autoria... E o projeto de lei é de autoria do Deputado Lincoln Portela.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sra. Presidente, Srs. Senadores, o projeto de iniciativa do colega Parlamentar, Deputado Federal Lincoln Portela, do Estado de Minas Gerais, é uma iniciativa muito significativa, eu lembro que, quando eu fiz o curso primário, àquela época era o chamado primário, sempre se cantava o Hino Nacional, não é Augusto? Você lembra disso, não é?

Então, sempre nós cantávamos o Hino Nacional, e, normalmente, o Hino do Estado era cantado em conjunto ou em dias separados, mas o Hino Nacional... Eu lembro que, no Ginásio Geni Gomes, nós cantávamos o Hino Nacional era todo dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Eu também.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): E o nosso colega Lincoln Portela propõe a obrigatoriedade da execução do Hino Nacional, pelo menos uma vez por semana. Eu acho que isso tem muita importância, o Hino Nacional tem duas vantagens: ele tem uma letra muito bonita e uma música muito bonita. Então, a musicalidade e a letra são os dois uma combinação muito boa, perfeita; o hino é considerado uma dos hi-

nos mais bonitos do mundo, lá fora. Então, nós temos que reconhecê-lo aqui no Brasil.

Por isso o meu voto é favorável ao projeto do Deputado Lincoln Portela, com a uma emenda que apresento, que é a emenda de nº 1: "Dê-se ao artigo 1º do Projeto de Lei da Câmara nº. 29/2009, a seguinte redação: Artigo 1º - O artigo 39 da lei nº. 5.700, de 1º de setembro de 1971, passa a vigor acrescido do seguinte Parágrafo Único: "Parágrafo Único: Nos estabelecimentos públicos e privados de Ensino Fundamental, é obrigatória a execução do Hino Nacional uma vez por semana, pelo menos uma--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Pelo menos, né?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Pelo menos uma vez por semana. E corrijo também, porque como fiz a emenda, precisa de uma correção, Sra. Presidente, na ementa, dando a mesma praticamente a mesma redação da emenda que ofereci. E que ficaria exatamente com a seguinte formatação a ementa do projeto da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa no Projeto de Lei da Câmara, PLC nº. 29/2009, projeto de Lei de nº. 2.301/2000 na origem, que determina a obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de Ensino Fundamental público e privado. O nosso voto é pela aprovação, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Inácio Arruda. Em discussão. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só para lembrar realmente que, na época que nós fazíamos escola, a gente cantava o Hino Nacional; lá em Roraima, nós cantávamos todos os hinos, da Marinha, do Exército, o Hino da Liberdade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Da Marinha, que era um hino muito bonito, não é?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Isso, bonito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): O cisne branco.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Exato.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Um belíssimo hino.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E, nesse tempo, era território; nós não tínhamos hino do nosso Estado. Mas agora nós temos o hino do nosso Estado. Graças... Que canta a nossa terra também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Essa... Acredito que essa vai ser uma boa proposta do Deputado Lincoln, e a tristeza, Senador Inácio Arruda, é quando você chega numa

cidade, numa escola, e os alunos não sabem cantar o hino da sua cidade, o hino do seu Estado. Acredito que isso tem muito a ver com quem dirige também a cidade, o Estado, a Secretaria de Educação, fazer com que a população assuma o hino como importante.

Eu quero só relatar o caso de uma cidade pequenininha do meu Estado, chamada Tacuru, a nossa fronteira com o Paraguai e o Paraná, lá embaixo. É uma cidade muito pequena, agora que está tendo asfalto, ligando ao resto do Estado; é uma cidade mestiça, de brasileiros e paraguaios, mas eu achei interessantíssimo. A Câmara de Vereadores ainda de madeira, porque ali é uma região madeireira, o locutor, uma pessoa simples, e as pessoas que estavam na Câmara, uma Câmara pequenininha, acanhada, pessoas de assentamentos, pessoas de pequenos produtores, de mãos calejadas, e o locutor disse: "Agora nós vamos iniciar cantando o hino nacional. Eu peço que todos se coloquem em posição de respeito, se descubram, a maioria estava de chapeuzinho, de boné, coloquem aqueles que querem mostrar a sua... O seu apreço ou qualquer outra palavra que ele disse, coloquem a mão sobre o coração para, com todo o fervor, cantar o hino da nossa pátria". E todos cantaram com todo o fervor.

Aí eu soube que isso é sempre lá. Mas ele primeiro mostrou a todos que aquilo era tão importante, que todo mundo tinha que ficar em posição de sentido, se descobrir, colocar a mão no coração, para poder cantar o hino da sua pátria. E isso raramente a gente vê, mas isso me emocionou por ser a cidade que era, e o local que foi o acontecimento, mas eu--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): E tem um fato recente também, acho que muito interessante para ilustrar essa necessidade, a seleção brasileira de vôlei decidiu agora o campeonato mundial acho que na Sérvia--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Liga Mundial.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): E a final foi uma disputa muito acirrada, cinco...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Sets.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Como é que cinco são sete?

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Três sets. No último set...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Então, em cinco tempos diferentes, quer dizer, aqui tem o primeiro e o segundo tempo o futebol; o vôlei pode alcançar até cinco tempos. Então, só no quinto tempo é que foi decidido, e os jogadores brasileiros disseram, contaram a história de como aconteceu: O

primeiro é que os sérvios cantaram o Hino Nacional da Sérvia. Os 22 assim... 22 mil pessoas cantaram, numa coisa assim fortíssima, durante o jogo, durante. E continuaram cantando um outro hino, que depois eles foram saber que era um hino de guerra, foi um hino da independência, de muitos anos atrás, um hino quase que milenar, quer dizer, que tem séculos, que era um hino de guerra, de combate e que eles faziam uma espécie de--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Ola.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): --ola, a invés de uma ola de lado, era uma ola para frente, está certo? É como se ela fosse entrar na quadra e cantando aquele hino de guerra. Então, isso tem um significado patriótico muito grande; eles ficaram muito receosos, o próprio técnico brasileiro ficou muito receoso, e como é que vai fazer? Comemora, não comemora, porque o Brasil tem aquela história de terminar e fazer aquele...

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Peixinho.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): --Peixinho na quadra, mas aí os jogadores, na euforia, não lembraram mais de orientação de técnico nesse momento e fizeram o peixinho deles e depois, ao final, então tina o Hino Nacional, nesse caso, era o Hino Nacional Brasileiro que tocou na Sérvia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Imagine a emoção.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Então, isso que é muito importante, eles foram contando isso, mostrando como eles estavam muito emocionados, porque é uma turma de jovens jogadores atualmente. E é muito importante que eles saibam o Hino Nacional e não enganchem na hora de cantar o Hino Nacional; tem... Temos duas estrofes do Hino Nacional, uma no primeiro tempo e uma no segundo tempo que a turma engancha e não quer sair e fica... Não pega bem para o jogador brasileiro estar enganchado--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): É verdade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): --Com o Hino Nacional na hora de receber a medalha de ouro.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Verdade. Vamos votar, então, na próxima reunião que tivermos o número--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Como não?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Já que ele falou na Sérvia, eu quero falar também na minha região Amazônica, nos nossos postos avançados do Exército que, quando lá, que a gente quando visita sempre e também nas escolas do interior lá do meu Estado, as crianças todas cantam o Hino Nacional. Você vai lá, quando você visita o pelotão, eles nos recebem, a comitiva de Parlamentares geralmente, principalmente no meio das comunidades indígenas, recebem cantando o Hino Nacional, e isso que é bacana também. E toca na gente a gente ver criancinha de três anos, de quatro, cinco anos, cantando em português e daquela forma que criança canta o Hino Nacional mesmo, não? Está bom.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom isso. Vamos partir para o item nº. 2, que é não terminativo, que é o Projeto de Lei do Senado nº. 70, da minha autoria, que “autoriza o Poder Público a realizar exames anuais de saúde nos estudantes do Ensino Fundamental e médio e institui a semana nacional de saúde na escola”. É da minha autoria; a relatoria do Senador Augusto Botelho. Parecer favorável, a quem eu apresento palavra. E, não terminativo, vai, então, para a Comissão de Assuntos sociais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O relatório. Considera-se o projeto de lei do Senado, PLS 70 de 2008, em que é autoria a Senadora Marisa Serrano, a nossa Presidente, propõe autorizar o Poder Público a realizar exames de saúde anuais em todos os alunos do Ensino Fundamental e médio, que estejam matriculados nas redes públicas de ensino, quer em instituições privadas. Tais exames a serem realizados em parceria com o Sistema Único de Saúde incluiriam, no mínimo, avaliações de saúde bucal e nutricional, de acuidade visual e auditiva.

O artigo 2º do PLS institui a Semana Nacional de Saúde na Escola, todos os anos, na primeira semana de agosto, com o objetivo de incentivar as escolas, as famílias e os sistemas de saúde a realizarem os exames previstos no artigo nº 1, I da proposição, artigo 1º. Também prevê o aproveitamento das atividades realizadas como componente curricular ou tema transversal das áreas do conhecimento correspondentes.

Por fim, o artigo 3º estabelece que a lei a ser criada entre em vigor na data de sua publicação. Encaminhado a esta Comissão, o projeto seguirá para a análise terminativa na Comissão de Assuntos sociais. Ao PLS não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

Da análise, Sra. Presidente. A autora destaca, na sua justificativa, que os estudos disponíveis apontam elevada prevalência de problemas de saúde entre as

crianças da educação básica, entre as quais tomam destaque os de acuidade visual e auditiva, a cárie dentária e os distúrbios nutricionais. É notório que tais problemas interferem diretamente no processo de aprendizagem.

A instituição da Semana Nacional de Saúde na Escola permitirá que simultaneamente a realização dos exames previstos no artigo 1º do projeto, atividades didático-pedagógicas possam ser desenvolvidas de forma a promover o debate sobre o assunto entre toda a comunidade escolar e sem causar prejuízo ao cumprimento do ano letivo mínimo.

Certo da importância do projeto, resalto ainda que o PLS permitirá que se cumpra o disposto no artigo 208, inciso VII, da Constituição Federal, o qual estabelece entre os deveres do Estado, com educação, a garantia de atendimento ao educando no Ensino Fundamental, através de, entre outros, programas suplementares de assistência à saúde.

O voto: Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 70, do Senado, de 2008, da Senadora Marisa Serrano.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Em discussão. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para parabenizar a iniciativa de V.Exa., essa educadora nata, sabe da importância dessa conciliação e da preocupação na saúde em relação à educação. Então, a senhora ontem no seu discurso disse “no meu tempo”, não é? E, no meu tempo, sem dúvida nenhuma, nós tínhamos esse exame, obviamente que hoje pode ser melhor executado, com a melhor infraestrutura, para que tenha essa exame anual de saúde. E, a partir daí, seja como que preventivo e possa, através dos outros equipamentos, exercer os tratamentos que fazem necessários. Então é só para me solidarizar e parabenizar a V.Exa.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só uma observação, a senhora, como educadora, realmente deve ter presenciado muitas crianças que foram consideradas menos inteligentes ou mais atrasadas, justamente por deficiência de acuidade visual ou auditiva; esse é um problema sério que as crianças enfrentavam antigamente. Mas hoje, graças aos professores, já estão sendo treinados na escola, pelo menos no meu Estado, as professoras são orientadas no sentido de procurar detectar essas crianças se tem

deficiência auditiva ou visual, pela própria experiência que é passada para elas durante os cursos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas tem o hiperativo, o hipoativo...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senadora, eu queria, após ter parabenizado e também ouvir o depoimento, não do educador, mas do médico, por demais, está conciliado à felicidade desse projeto. Mas, ontem, Senadora, eu acho que é importante eu trazer aqui para a Comissão de Educação, uma preocupação que eu estou vivendo na Paraíba.

E, ontem, eu fiz um pronunciamento, já no Plenário, sobre isso, mas eu gostaria que ficasse registrado nessa Comissão. Nós estamos vivendo um momento da Paraíba muito difícil; não vou entrar aqui na questão política, no processo de mudança de agora, a questão da cassação, de ter tirado um jovem dinâmico, eficiente e competente, da paralisação da máquina pública no Estado da Paraíba, mas eu tenho andando muito.

Para a senhora ter uma ideia, nesse período de recesso, mês de julho, eu visitei mais de 60 municípios no Estado da Paraíba. E, Senador Augusto Botelho, tenho o meu sentimento de cidadão, não digo nem de político, está carregado de tristeza e de angústia. Angústia porque por onde eu tenho andado, eu tenho encontrado vários pontos, não vou me alongar, eu vou me ater basicamente à questão da educação. Mas, Senadora, o transporte escolar, de obrigação do Governo do Estado para os alunos do ensino médio, não está sendo cumprido no meu Estado. E não está sendo cumprido com a preocupação de não repassar os recursos para os Prefeitos que não são da base aliada do Governo do Estado. Isso é muito pequeno, é muito doloroso você, que já que teve a oportunidade de ocupar os cargos que eu já tive, saber da importância da educação e estar vendo jovens com a possibilidade de perder o ano letivo por falta do transporte escolar.

Se não bastasse isso, Senadora, estão tendo demissões; colégio que demitiu todos os professores daquele município porque eram prestadores de serviço; alguns de 15, 20 anos atrás, que estão prestando serviços. 15 a 20 anos. E você saber da realidade de um interior desse, onde um professor que presta o serviço há 15 anos, que tem a sua vida organizada, tem a sua esperança depositada, tem a sustentação da sobrevivência, pouco salários de professor, que não preciso entrar nesse mérito, mas organizado, está sendo demitido.

Professora Senadora Marisa Serrano, você já imaginou o que é uma pessoa, numa cidade do interior, que só tem uma escola, depois de 15 anos, como é que vai recomeçar a vida? Que expectativa de tra-

balho vai ser essa? Será que as pessoas que estão assinando esses atos não se lembram do professor e não se lembram dos alunos que poderão ser prejudicados porque, naquele Município, talvez não vá ter um professor treinado, qualificado, com a experiência desse professor estaca sendo demitido?

Tem escola, tem Município, professora, que o Diretor... É tão pequeno o Município, que não tinha um Diretor para substituir; trouxeram um Diretor de um Município vizinho para ser Diretor de uma escola, em São Domingos do Cariri, meramente por perseguição política. E esse Diretor está demitindo e nomeando, quando a legislação estabelece que é tarefa do Secretário de Educação.

E, por fim, eu contei ontem, tive a solidariedade, como sempre, do sensível Senador Romeu Tuma, a história de Vanessa, de sete anos de idade. Eu fui a uma festa em Vista Serrana. Chegando lá, convidado pela Deputada do Município, Deputada Socorro Marques, eu fui contatado por uma jovem de sete anos, Vanessa. Vanessa tem a mãe, que foi Diretora de uma escola estadual por seis anos; ela tem sete, praticamente nasceu nessa escola. E estabeleceu como rotina, como a mãe tinha que ficar na escola, de ir à escola todo dia, mesmo sem ser estudante, mas ia. Se aproximar, talvez a tática dela de se aproximar da sua mãe, de estar perto da sua mãe, uma cidade pequena, isso é possível, todos nós sabemos que isso acontece.

Pois bem, a tristeza dela em me dizer que não podia mais ir na escola porque a perseguição política, o novo Diretor determinou ao vigilante que ela não poderia mais entrar na escola porque a mãe não era mais Diretora. A que ponto nós estamos chegando no meu Estado, a tristeza desses fatos. E aí o desdobramento pode ir para a retirada de ambulância e uma série de outras coisas.

Mas eu gostaria de ir à TV e dizer a este povo que está à frente da Administração do Estado da Paraíba que isso passa. Governo é para fazer o bem, é para respeitar a coletividade e não pode, nas diferenças políticas, envolver educação, muito menos as nossas crianças. E aí a minha tristeza, que eu não poderia deixar, já o fiz no plenário, mas de registrar nessa Comissão, que é estão sensível e tão preocupada com o futuro da nossa nação. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Senador Cícero Lucena, V.Exa. faz um depoimento, uma denúncia, e realmente educação é... Se há uma mudança de professores temporários, só pode ser feita se for através do exame do mérito dos professores, da competência, da requalificação, que é sempre necessária, mas nunca por motivos políticos, que aí realmente apequena a educação.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como se acham. Aprovado.

Eu quero só, antes de passar para o item 6, também relatório do Senador Augusto Botelho, só informar, Senador Augusto Botelho, que o que me moveu em fazer esse projeto é justamente que as escolas pudessem discutir, fora do momento de crise, o problema da dengue, o problema de uma gripe como essa, o problema da malária em certas regiões do país... Outros problemas que são da Doença da Chagas e outros, que, nessa semana, as escolas pudessem realmente discutir com os estudantes a prevenção... Para que eles possam... E ajudar cada vez mais o seu Município a diminuir o número de doenças ou a incidência dessas doenças, principalmente essas doenças que são recorríveis.

Então, quem sabe a gente ajuda com as escolas todas discutindo um pouquinho a questão da saúde para minimizar problemas que são recorrentes, que todo o ano acontece e que a gente precisa de quê? De que a população também ajude, como o problema da dengue, se a população toda ajudar, não manter utensílios que possam, com água, e que possam proliferar o vetor. Eu acredito que aí nós vamos ter menos problemas de saúde no país.

O próximo item, item 6, que é não terminativo: Projeto de Lei do Senado 354/99, que é emenda da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei do Senado nº. 354/99, "que institui o Dia Nacional de luta contra queimaduras". Autoria da Câmara dos Deputados, a relatoria do Senador Augusto Botelho e autoria do PLS 354, Senador Lúcio Alcântara. E parecer pela rejeição da emenda. Com a palavra, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sra. Presidente, esse projeto é um projeto que está rodando aqui há dez anos; se a gente já tivesse feito isso, muita queimadura deveria ter sido evitada, teria sido evitada nesse país. Ele já veio, já passou em várias Comissões, na Câmara, já passou aqui, e ele foi originário daqui. Mas, lá na Câmara, fizessem uma emenda que suprimiram o artigo 2º do projeto, que, em síntese, o projeto institui o Dia Nacional de luta contra queimaduras e marca o dia 6 de junho de cada ano.

No artigo 2º, ele determina ao Ministério... Autoriza o Ministério da Saúde a estabelecer a semana nacional de prevenção e combate a queimaduras, com data contígua ao dia 6 de junho de cada ano, com a finalidade de julgar as medidas preventivas necessárias à redução da prevalência de acidentes envolvendo queimados. Lá na Câmara, eles suprimiram esse artigo, porque na Câmara eles entendem que nós não podemos determinar despesa, mas, aqui no Senado,

a gente entende que isso aí é uma autorização, nós não estamos determinando, nós não estamos criando uma despesa no Ministério, nós estamos apenas autorizando que seja feito isso.

E se o Ministério da Saúde gastar dinheiro com prevenção de queimaduras, ele está prestando um grande serviço à saúde do Brasil. Por isso, o meu relatório aqui, a análise do meu relatório, eu optei pela rejeição da emenda apresentada na Câmara dos Deputados, voltando o artigo à forma original, apresentada pelo Senador Lúcio Alcântara.

Então, o meu relatório, Sra. Presidente, é de que esse, que nós rejeitemos a emenda da Câmara... Pelas razões acima expedidas, somos pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 354. Eu devo também falar mais uma coisa aqui que é o problema do álcool líquido, que é um causador de doença, o álcool líquido de uso doméstico.

Havia saído uma lei proibindo isso, mas, por liminar na Justiça, as fábricas de álcool conseguiram recolocar isso. Eu vou aproveitar para sugerir às famílias que têm vítimas de acidentes domésticos com álcool líquido, que entrem na Justiça, pedindo indenização das fábricas de álcool, sobre a vida das crianças e sobre a qualidade da vida da criança. Porque uma queimadura provoca uma lesão na pessoa, quando ela escapa daquela queimadura, que vai acompanhá-la pela vida toda. Quando ela pega a fisionomia, altera a fisionomia daquela pessoa para a vida toda. Quando atinge as mãos e os pés, provoca dificuldades de convivência na vida toda daquela pessoa. Por isso eu estou fazendo, estimulando as pessoas que tem filhos vítimas de queimaduras com álcool líquido que entrem na Justiça, pedindo indenização das fábricas do álcool, quando acontecer um acidente doméstico na sua casa.

Eu sugiro ninguém comprar álcool líquido para casa, mas se acontecer um acidente, álcool gel é menos volátil, é menos inflamável do que o álcool líquido. Mas se acontecer, para entrar na Justiça contra as empresas, para se posicionarem e pararem de produzir isso, porque, por interesse apenas econômico, fazem, prejudicam a vida de famílias, morrem crianças, principalmente crianças, porque as crianças são as maiores vítimas de álcool líquido. Mas os adultos também, na hora de fazer churrasco, que têm a imprudência de jogar o álcool dentro do fogo.

Porém, eu vou estimular a isso, eu não sei se eu estou cometendo uma ilegalidade, mas é uma forma da gerente pressionar os fabricantes de álcool a não fabricar mais álcool líquido. E instituindo o dia de queimados, nós vamos trabalhar bastante contra o uso de álcool líquido e outros inflamáveis dentro da Casa.

Sra. Presidente, o meu voto é pela rejeição da emenda da Câmara dos Deputados, voltando à forma original--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Do projeto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): --do Senador Lúcio Alcântara.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu quero cumprimentar o Senador Augusto Botelho pela relatoria e V.Exa. por ter colocado em votação um projeto oportuno e importante. Oportuno, por quê? Nós estamos discutindo a gripe suína e todos os técnicos que vão à televisão orientar a população de como se conduzir para evitar que o vírus atinja determinadas pessoas em risco, principalmente mulheres grávidas, pessoas com qualquer tipo de doença que enfraqueça a resistência do corpo humano, e eles fazem uma advertência: usar a álcool gel como segunda fase, depois de tentar lavar a mão permanentemente. Use sabão, água e sabão para lavar as mãos, não tendo, use o gel; o álcool líquido nunca, pelo risco que pode correr, além de trazer consequências, secura nas mãos, rachaduras e importantes problemas que V.Exa. sabe melhor do que eu.

Eu tenho um sobrinho que é médico no Hospital das Clínicas, é assistente da área de micro-cirurgia e trabalha com o professor sobre queimados. Senadora, a senhora precisa ver que coisa maravilhosa o que eles estão desenvolvendo no Hospital das Clínicas de São Paulo, e teve ter outros lugares, a fabricação de pele da própria pessoa, tira fragmento e a pele cresce para substituir, como V.Exa. diz, o prejuízo que causa um queimado da desfiguração, aonde sofre as consequências dessa queimadura.

Eu acho que nós temos que voltar a proibir a venda de álcool para o uso doméstico, álcool líquido; tem que se lutar, se está vetado, se está proibido, V.Exa. está dando uma orientação correta, legal. Quem se sentir prejudicado com o acidente causado pelo álcool líquido deve recorrer ao Judiciário para ter, ou pelo menos, o custo do tratamento, que é muito caro e põe sempre em risco de morte a pessoa vítima da queimadura.

Eu acho que é um projeto importante, vamos votar como a proposta do Senador Augusto Botelho, rejeitando da Câmara, a emenda da Câmara, e voltando ao original, do nosso Senador Lúcio Alcântara, com os cumprimentos a V.Exa. por ter posto na Ordem do Dia.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Obrigado, Senador Romeu Tuma. Inclusive, só lembrando que o artigo 2º, que tinha sido rejeitado pela Câmara, autoriza o Ministério da Saúde...

O Ministério da Saúde fica autorizado a estabelecer a semana, quer dizer, nem é definitivo é nem obrigatório, é uma autorização. E é o mínimo que a gente pode fazer, é sugerir ao Ministério que faça realmente isso, o que está se colocando.

Portanto, em votação o parecer do Senador Augusto Botelho, retornando, rejeitando a emenda da Câmara dos Deputados, voltando o projeto à sua originalidade com o artigo 2º, que tinha sido rejeitado pela Câmara. Os que concordam permaneçam como se acham. Aprovado o Projeto de Lei do Senado nº. 354/99, que institui o Dia Nacional de Luta Contra Queimaduras.

Extrapauta, eu quero sugerir aqui o aditamento nº. 1 ao requerimento nº. 33/2008. No dia de amanhã, nós vamos ter aqui uma Audiência Pública. O assunto da Audiência Pública de amanhã, a quem eu quero fazer o aditamento, é o assunto que o Senador Augusto Botelho deverá estar aqui também para nós ajudar e o Senador Romeu Tuma, instituir o projeto de Lei... Instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 400/2007, que altera o § 2º do artigo 48 da Lei 9.394, que é a nossa LDB, de 20 de dezembro de 96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários públicos ou privados possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras.

A autoria do requerimento é do Senador Antonio Carlos Valadares, de nº. 33. E a autoria do PLS é do Senador Wilson Matos, e relatoria é do Senador Eduardo Azeredo. Nós temos, então, essa Audiência Pública amanhã; a Câmara dos Deputados fez, na primeira semana agora de julho, ou na última semana de junho, uma Audiência Pública, discutindo essas questões também. E o aditamento que eu estou propondo aqui é que seja incluído como convidado na Audiência Pública, e os convidados já aprovados foram Gabriel Mário Rodrigues, Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior; o Augusto Chagas, Presidente da União Nacional dos Estudantes; a Ana Dayse Rezende Dorea, vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, e o Samuel Martins Feliciano, Coordenador Geral de legislação e normas de educação superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

E a inclusão que eu proponho a essa Audiência Pública é o representante da Associação Nacional dos Pós-Graduados em instituições estrangeiras de Ensino Superior. Se todos concordarem, permaneçam como se acham. Aprovado.

Há ainda três... Os últimos três comunicados. O primeiro comunicado: Comunico aos senhores e se-

nhoras o recebimento do convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, para solenidade de assinatura do termo de cooperação para a capacitação de recursos humanos na área de comércio internacional com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior era do protocolo de atuação conjunta para a melhoria da qualidade do ensino nas instituições de ensino superior com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES, a realizar-se no dia 05 de agosto do corrente, às nove horas, na sala de atos, 9º andar do edifício sede do Ministério da Educação.

O evento contará com a participação do Exmo. Ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e do Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luciano Coutinho, e o do Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior, Jorge Guimarães.

Os Srs. e Sras. Senadoras que se desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai para o arquivo.

Segundo comunicado: Comunico aos Srs. e Sras. Senadores o recebimento de ofício do Ministério da Ciência e Tecnologia, informando sobre programa, "Conhecimento para todos", que objetiva difundir pesquisas científicas e tecnológicas realizadas por institutos daquele Ministério, por unidades da pesquisa e organismos internacionais. Com o intuito de dar conhecimento a esse trabalho, estão sendo ministradas palestras pelos Diretores do Instituto de Pesquisas, todas as quartas-feiras, de junho a novembro, no auditório Renato Archer, do Ministério da Ciência e Tecnologia, das nove às 11h00. Os Senadores que desejarem uma cópia do programa, poderão se dirigir a Secretaria dessa Comissão. A matéria vai para o arquivo.

E o último comunicado, comunicando aos Srs. e Sras. Senadores o recebimento de correspondência do Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Teixeira, em resposta ao ofício encaminhado por esta Presidência em 30 de junho do corrente, atendendo a requerimento do Senador Gerson Camata, que solicitava esclarecimento sobre a entrevista do chefe de delegação brasileira na copa das confederações, Coronel Antônio Carlos Nunes de Lima, divulgada pela mídia nacional, com declarações sobre a escolha da África do Sul como sede da Copa do Mundo de 2010, consideradas por este Colegiado como inapropriadas para o cargo que o mesmo exercia naquele momento.

Observação: o Presidente... Há uma resposta da Confederação Brasileira de Futebol... O Secretário Júlio está dizendo que, no mesmo dia, foi feito no site da CBF a resposta, foi colocada no site, e o assun-

to sobre os esclarecimentos está aqui, dizendo que o Presidente Ricardo Teixeira, vem a público afirmar que as declarações do chefe da Delegação da Seleção Brasileira, Antônio Carlos Nunes de Lima, sobre as condições da África do Sul para sediar a Copa do Mundo em 2010 não refletem a opinião do Presidente da CBF, como também, pelo que está informado, dos jogadores e integrantes da Comissão Técnica.

Trata-se, portanto, de uma manifestação pessoal, uma opinião de exclusiva responsabilidade do chefe da delegação. Ao contrário dessa manifestação, o Presidente Ricardo Teixeira disse que a África do Sul está surpreendendo o mundo, pela estrutura e planejamento demonstrados nessa Copa das Confederações, o que garante a certeza de que o país está muito bem preparado para sediar a Copa do Mundo o ano que vem, com brilhantismo.

Esse o comunicado enviado pelo Sr. Ricardo Teixeira a essa Comissão. Os Senadores e Senadoras que quiserem cópia, a Comissão poderá enviá-la a seus gabinetes.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V.Exa. permitiria uma palavrinha ou a senhora tem--

**SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-
RANO (PSDB-MS):** Claro, Senador Romeu Tuma, com muito prazer.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, é que eu estive recentemente em Barretos, e como vai ter amanhã esse debate sobre o reconhecimento de diplomas de cursandos do exterior, então, eu tenho um hospital especializado em câncer lá, que é de primeira linha, de alta qualificação, reconhecido internacionalmente, dirigido pelo Dr. Prata, que não é médico. O pai dele foi o fundador e ele tem tido uma atividade intensa com busca de valores e tal para criar um dos melhores hospitais de tratamento oncológico no país.

E ele, como ele tem sentido a dificuldade de médicos especializados na aplicação de radioterapia e outras formas, que prejudicam, às vezes, o doente pela má aplicação. Eu só não vou discutir que o Senador Augusto Botelho conhece melhor do que eu, traz alguns prejuízos quando a incidência do raio atinge outro órgão, podendo destruí-lo, então ele criou uma residência especializada só para está atividade, e construiu uma Faculdade de Medicina especializada em oncologia.

Já gastou nela 20 milhões de dólares, com empréstimos do BNDES e vários outros acordos que fez internacionalmente, com a Alemanha, com outros países, que têm uma atividade intensa nesse tratamento. Foi visitado pelo professor... Até respeito muito, o professor cardiologista, o Adib Jatene, que me operou e me salvou a vida, mas eu fiquei surpreso com a conversa, me relatada pelo Dr. Prata.

O Dr. Adib disse que era uma faculdade de primeira, ficou encantado, mas que não ia pedir autorização de funcionamento e qual foi o argumento? Enquanto não se fecharem as escolas de medicina que não tenham competência de ensinar e pôr nos mercados médicos qualificados, ele não podia pedir autorização numa escola especializada de primeira linha. Eu matematicamente sou contrário a isso. Quanto mais escolas de primeira linha tiverem a serviço daqueles que queiram estudar medicina, pior para a escola que forma mal, porque ninguém vai fazer concurso lá, vão fazer na escola que tem o aprendizado melhor, não, Senador?

Então, é uma coisa que a gente precisa discutir como aprovar o reconhecimento do Diploma, se nem aqui querem reconhecer a possibilidade de ter uma faculdade internacionalmente conhecida, com acordo internacional, só por que vai fazer concorrência com as más, que deveriam ser fechadas. O Ministério da Educação tem que tomar uma providência. Eu peço e agradeço a V.Exa. por ter dado essa oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): É sempre bom... Esses esclarecimentos. Eu quero terminar, antes de terminar essa Sessão de hoje da nossa Comissão, só informar que o eu coloquei ontem, na minha fala do Plenário, um caso que aconteceu em Mato Grosso do Sul, que está acontecendo em Mato Grosso do Sul, mas no Paraná, aqui em Brasília e em todo o país, que é a violência contra as crianças.

É um projeto meu, inclusive, que cria um serviço de vigilância escolar contra a violência. A questão que foi relatada por uma... Programa do fantástico, pela reportagem do fantástico--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu assisti.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): --sobre a prostituição em Mato Grosso do Sul, e, Senador Augusto Botelho, é feita, é recrutando as meninas das portas das escolas. Então, as gangues se formam nas portas das escolas. Às vezes, a gente cuida muito do programa para dentro da escola, inclusive, um projeto, esse projeto que eu criei esse serviço de monitoramento de ocorrência da violência escolar, que está caminhando aqui na Casa, eu vou pedir depois então para que a gente possa aditar, que não pode ser só dentro da escola, tem que ser no entorno da escola também.

Porque o que está acontecendo, a rede que foi desbaratada em Mato Grosso do Sul é uma coisa absurda, que envolve adultos, envolve atravessador e crianças inclusive de 12 anos de idade, aquelas crianças que são virgens têm mais valor no mercado, coisas que estarrecem qualquer pessoa. E a juíza e

todos os que discutiram a questão em Mato Grosso do Sul são unânimes em afirmar algo que a Veja dessa semana, há uma reportagem grande sobre isso, sobre a participação da família, sobre a participação dos pais, de acompanharem os filhos, de saberem dos amigos dos filhos, de acompanharem sua ida e seu retorno da escola, ver seus materiais escolares para saber se a criança realmente está participando. E que a escola também possa ter sempre uma interface maior com os pais dos alunos, porque as mães se sentiram, os pais, extremamente chocados com que o vieram a saber sobre seus filhos.

Então, essa participação efetiva dos pais, e a Revista Veja dá até algumas sugestões de como pode ser vista, eu quero dizer que esse é uma programa que tem que ser discutido nacionalmente, é a participação família na escola.

Nesses últimos, nessas últimas décadas, nós deixamos muito para os professores a função de formar as crianças, não só educar, não só a parte conceitual, mas garantir também que as famílias acompanhem seus filhos, porque o pai trabalha fora, a mãe trabalha fora e fica muito difícil, se a escola não acompanhar junto com a família essa questão, não só a escola, não só a família, mas os dois juntos.

Eu só quis fazer esse relato para dizer da minha angústia e da minha tristeza com o que foi visto no meu Estado, e quem sabe a gente possa diminuir essa questão no país. Eu quero agradecer--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, eu só queria agradecer V.Exa. por trazer esse assunto. Acompanhei o seu discurso ontem, equilibrado, tranquilo, mas, infelizmente, é um crime dantesco do qual, por várias vezes, participei na apuração. E a gente tem que ter a confiança nos pais, mas eles têm que ser convencidos da responsabilidade que têm.

Porque das regiões Norte do país, muitos países, infelizmente, desgraçadamente--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SER-RANO (PSDB-MS): Vendem.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): --vendem os filhos para servir à prostituição. A polícia vai lá, resgata, prende o responsável. Se voltar um mês depois, está revendida a criança, o que é profundamente amargo, e a responsabilidade não pode ser deixada de lado.

Mas eu cumprimento V.Exa., sou solidário, e acho que a gente tem que aprovar esse projeto com a maior rapidez possível, em razão de tudo que vem acontecendo nos últimos tempos. Agora mesmo, a Polícia Federal desbaratou o tráfico de mulheres, quadrilhas em vários Estados, que arregimentavam, mandando para a Europa e Estados Unidos e para outros países,

onde foram, até na Nicarágua foi preso um grupo que participava dessa infraestrutura do crime, da venda do tráfico de pessoas.

Isso eu acho que nós temos que--

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Isso são as mazelas da humanidade que estarrecem sempre a gente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Infelizmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a nossa Sessão dessa Comissão, convidando a todos para participar amanhã da nossa Audiência Pública para discutirmos aí a responsabilidade da revalidação dos diplomas expedidos por universidades estrangeiras. Obrigada.

Sessão encerrada às 13h12.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 05 de Agosto de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Roberto Cavalcanti, Neuto de Conto, Garibaldi Alves Filho, Efraim Moraes, Eduardo Azeredo e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 33/08-CE, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007, que "Altera o § 2º do art. 48 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as di-**

retrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras". A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Professor José Rubens Rebelatto, Diretor de Hospitais Universitários Federais e Residências de Saúde da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC e do Senhor Gustavo Henrique de Sousa Balduino, Secretário Executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, a Senhora Carmen Luiza da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior – ABMES; Senhora Ana Dayse Rezende Dorea, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES; Senhor Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; Senhor André Luiz Vitral Costa, Diretor de Comunicação da União Nacional dos Estudantes – UNE e Samuel Martins Feliciano, Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESU/MEC. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, relator da matéria, Cristovam Buarque e Marisa Serrano. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 05 de Agosto de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária,

da 53ª Legislatura. Submeto, inicialmente, à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião atende ao Requerimento nº 33, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, para a realização de Audiência Pública, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007, que “Altera o § 2º do art. 48, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas expedidos por universidades estrangeiras”. Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário desta Comissão, o Sr. Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomar assento à Mesa. Os convidados são: Carmen Luiza da Silva, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior; André Luiz Vitral Costa, Diretor de Comunicação da União Nacional dos Estudantes (UNE); Ana Dayse Rezende Dorea, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); Vicente Celestino de França, Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior; e Samuel Martins Feliciano, que é Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC).

Quero, novamente, já que o já tinha feito anteriormente, ao início desta Audiência Pública, dar as boas vindas aos expositores, às expositoras. Já mencionei a eles que essa Audiência Pública é muito importante, o assunto é interessante, urgente, polêmico. Quer dizer, a mudança da LDB que permite que diplomas expedidos por universidades estrangeiras possam ser, de acordo com a LDB, revalidados por universidades e centros universitários, públicos ou privados. A autoria do requerimento é do Senador Antonio Carlos Valadares. Está aqui presente o Senador Eduardo Azeredo, que é o Relator do Projeto de Lei, Deputado membro desta Comissão e também presente... Deputado não, Senador. Eu falei Deputado? Desculpe, eu não sei por que, acho que também pelo fato de que o Senador Efraim Moraes estará sendo homenageado, daqui a pouco, na Câmara dos Deputados, com o retrato, por ter participado da Mesa Diretora da Câmara, Primeira Vice-Presidentência. Então parabéns, Senador Efraim Moraes, que está aqui presente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Estarei representando a Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): E, ao mesmo tempo, o pai do nosso Secretário Júlio Linhares também estará com o retrato sendo colocado também naquela Casa por ter exercido, com o Senador Marco Maciel, a Primeira Vice-Presidentência da Câmara dos Deputados. Então ao Senador Efraim Moraes os cumprimentos e à família do nosso Secretário Júlio Linhares da mesma forma.

Mas, enfim, dar as boas vindas. Esta Audiência Pública está sendo acompanhada pela TV Senado, Rádio Senado, Jornal do Senado, Agência Senado, será retransmitida também, na íntegra, para todo o Brasil, e convidamos todas as pessoas que acompanham neste momento, ou vierem a acompanhar a Audiência Pública na sua retransmissão, ou souberem da Audiência Pública, que entrem em contato com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aqui, do Senado Federal, para que possam também dar sugestões, contribuições, enfim, o que for necessário para que este assunto tenha começo, meio e fim. Quer dizer, que iniciou-se a discussão, está se discutindo e queremos fazer os encaminhamentos adequados, necessários, fruto desse debate que está acontecendo.

Então nesse sentido passo com prazer, em primeiro lugar, para abordar o assunto, à Carmen Luiza da Silva, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior.

SRA. CARMEN LUIZA DA SILVA: Bom-dia a todos! O tema em questão diz respeito à convalidação de diplomas estrangeiros pelas universidades públicas e também centros universitários e universidades privadas deste país.

O Projeto de Lei do Senado nº 400, de 2007, de autoria do Senador Wilson Matos, altera o § 2º, do art. 48, da LDB, de forma a permitir que universidades e centros universitários, públicos ou privados, possam revalidar diplomas de graduação, expedidos por universidades estrangeiras.

Citado o § 2º, do art. 48, dispõe que Os diplomas de graduação, expedidos por universidades estrangeiras, serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.

A Lei nº 9.343, de 1996, no § 1º, do art. 48, diz que Os diplomas, expedidos pelas universidades, serão por elas próprios registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação.

O § 4º, do art. 2º, do Decreto 5.786, de 24 de maio de 2006, estabelece que Os centros universitários

rios poderão registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos.

A legislação vigente permite que as universidades e centros universitários, públicos ou privados, registrem os diplomas expedidos por essas próprias instituições.

A revalidação do diploma de cursos de graduação expedidos por instituições estrangeiras, por outro lado, somente pode ser efetivado de acordo com o referido § 2º, do art. 4º, por universidades públicas, discriminando a universidade mantida pela livre iniciativa.

O § 3º, do mesmo art. 48, todavia, permite que os diplomas de Mestrado e Doutorado, expedido por universidades estrangeiras, sejam reconhecidos por universidades públicas ou privadas que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.

A proposta do Senador Wilson Matos pretende que essa distorção seja corrigida. Os diplomas de Mestrado ou Doutorado, expedidos por instituições estrangeiras, podem ser reconhecidos por universidades públicas ou privadas brasileiras, mas, as de graduação, somente podem ser revalidados por universidades públicas.

Por outro lado, com a extensão, via Decreto Presidencial, da autonomia dos centros universitários para registrarem seus próprios diplomas, parece lógico, sensato e perfeitamente legal que também esse tipo de organização universitária possa revalidar diplomas de graduação expedidos por instituições estrangeiras. Entretanto, é preciso que se faça uma ressalva a fim de resguardar os direitos dos que cursaram as suas carreiras no Brasil. É preciso que se estabeleçam critérios comuns a todas essas instituições, tanto públicas quanto privadas, critérios nacionais para que ambas instituições, tanto públicas quanto privadas, façam essa convalidação.

A iniciativa do Senador Wilson Matos, aprovada por esta Casa Legislativa, vai, assim, contribuir com a desobstrução dos caminhos da burocracia das universidades públicas. Essas não têm condições de assumir, sozinhas, a responsabilidade da revalidação dos diplomas estrangeiros, tendo em vista a quantidade anual dessas certificações que são submetidas a essas instituições.

O Parecer do Senador Eduardo Azeredo aborda essa questão com muita propriedade, levantando a questão da cobrança de taxas para esse serviço; propõe que esse serviço seja gratuito. É importante, nesta oportunidade, levantar a questão da cobrança pelas instituições públicas e privadas por serviços não-educacionais, ou seja, de atividade burocráticas,

de análises de títulos e documentos para registro, revalidação ou reconhecimento. A universidade pública cobra uma taxa por esse tipo de serviço exatamente por não se tratar de uma atividade educacional, mas administrativa. O mesmo princípio deve ser aplicado às universidades de centros universitários privados, que vão contribuir para desafogar a burocracia estatal, mas não podem executar um serviço administrativo não-educacional sem a remuneração adequada, tendo em vista os custos decorrentes que não podem ser suportados pelas mensalidades escolares.

Feita essa observação, entendemos que o Projeto de Lei do Senador Wilson Matos deve ser aprovado não na sua redação original, ressaltando a questão dos critérios nacionais, que nós devemos colocar para uma prova, enfim, o que ficar decidido nessa Reunião, e caso aprovado vai significar importante avanço no tratamento equânime entre instituições públicas e privadas, que devem ser parceiras na oferta de uma educação superior de qualidade e que contribua para a formação do profissional e do cidadão para o exercício consciente da cidadania e de profissões. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação da Carmen Luiza da Silva, nesse primeiro momento, haverá depois questionamentos, posicionamentos e, ao mesmo tempo, a oportunidade da Carmen e dos outros expositores e expositoras se posicionarem também em relação ao que foi falado pelos demais expositores da Audiência Pública.

Passo, em seguida, a palavra à Ana Dayse Rezende Dorea, vice-Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES).

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Muito obrigada, Sr. Presidente. Bom-dia a todos e a todas. Quero cumprimentar esta Mesa, cumprimentando o Vicente, da Associação dos Pós-Graduados, a Carmen, da ABMES, quero cumprimentar o nosso Presidente, o Senador Flávio Arns, aqui o colega do MEC, o Samuel, quero cumprimentar o Senador Eduardo Azeredo, aqui, Relator dessa matéria, quero cumprimentar a todos aqui, também, cumprimentando o Professor José Rubens, que é um ex-Reitor, mas hoje dirige a nossa Comissão, a nossa Diretoria de Hospitais Universitários. Dizer que é uma satisfação. À imprensa aqui presente, aos assessores, enfim. E agradecer pelo convite de estar aqui hoje nessa Audiência representando a Associação Nacional dos Dirigentes de Ensino Superior, a ANDIFES, e quero em nome do nosso Presidente, Reitor Alan Barbiero, que também está com outros compromissos nesse momento, Senador, agradecer pelo convite.

Essa Audiência, eu acho que ela é importante, no momento em que se discute a questão da revalidação de diplomas de graduação, de pós-graduação, e acho que nós estaremos aqui, hoje, nesta manhã, as várias instituições e entidades, e principalmente aqui o nosso representante da UNE, os nossos estudantes, que são os grandes interessados, os maiores, vamos dizer assim, tanto com relação à graduação como a pós-graduação. Então, André, é um prazer muito grande também decidir esse momento com vocês, aqui, representando a UNE.

Nós colocamos aí algumas lâminas, eu acho que fica melhor para a gente acompanhar um pouco. A Carmen já fez alguns comentários sobre o Projeto do Senador Wilson Matos, e nós, então, gostaríamos de comentar um pouco sobre o que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, mais precisamente no seu art. 48, da Lei, que a Lei é a LDB, a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, onde ele diz que os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quanto registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. No § 2º deste artigo, os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. A próxima, por favor.

A redação proposta pelo Projeto de Lei do Senado que estamos aqui debatendo, 400, de 2007, diz, no art. 48, que esses diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, como está lá no artigo, ele, então, propõe que, no art. 2º, *Os diplomas de graduação, expedidos por universidades estrangeiras, serão revalidados por universidades e centros universitários, públicos ou privados, que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação.* É a primeira alteração proposta pelo Senador Wilson Matos. A próxima, por favor.

A justificativa é que ele... Aí está aspeado, que é lá do Projeto, ele diz que "A escassez de vagas no ensino superior brasileiro e a busca por instituições de reconhecida excelência internacional, considera também que a burocracia quase interminável para os processos de revalidação de diplomas se acumulam nas universidades públicas, e como forma de facilitar esse processo, que a revalidação dos diplomas seja feita por universidades e centros universitários, públicos ou privados". Essa é a proposta do Autor, o Senador Wilson Matos. A próxima, por favor.

O Senador Eduardo Azeredo, é um prazer estar aqui conosco, acompanhando. Então, ele, no seu Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do

Senado Federal, sobre esse PL, ele diz: "Em que pese o fato de haver diplomas obtidos em curso de excelência no exterior, não se pode olvidar ocorrência de procura significativa por cursos cuja oferta é considerada insuficiente no País, a exemplo dos cursos da área da saúde. Portanto, a facilitação generalizada pode trazer resultados indesejáveis para o País. Entendimento histórico da revalidação como ato administrativo do Estado brasileiro. Os entes instados a promover a revalidação não podem tratar o assunto como mera faculdade ou direito de exercício discricionário, muito menos como uma oportunidade de ampliar fonte de receita. A inclusão das universidades privadas e os centros universitários em geral, no rol de entidades legitimadas a processar os pedidos de revalidação, só faz sentido se for feita com o intento de imprimir celeridade às decisões do Estado brasileiro". A próxima, por favor.

Ainda na Emenda do Senador, com vistas também ao art. 48, no seu § 2º, ele cita: "Os diplomas de graduação, expedidos por universidades estrangeiras, serão revalidados gratuitamente, observado o prazo definido em Lei por universidades e centros universitários, públicos ou privados, que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade e equiparação". A próxima, por favor.

Algumas considerações que fazemos ao que foi exposto. Revalidação de diplomas é tema de discussão na ANDIFES, na nossa Associação. Porém, este Projeto de Lei 400/2007 ainda não foi debatido de modo central pelo Colegiado da entidade, composto por dirigentes de cinquenta e oito instituições federais de ensino superior. Carece, portanto, de deliberação colegiada neste foro. A temática da revalidação de diplomas é constante nos debates internos da nossa entidade, marcada por pluralismo de idéias e consonância quanto ao papel central do Estado frente às demandas da educação brasileira. Atualmente experiências estão sendo desenvolvidas e objetivam institucionalizar a validação de diplomas emitidos por instituições universitárias em outras Nações. Há uma Comissão trabalhando, mais precisamente, Sr. Presidente, no que tange a diplomas da área de saúde. Essa Comissão, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Saúde, pelo Ministério das Relações Exteriores, a ANDIFES tem assento nessa Comissão, como tem representantes também, tem tido a participação de interessados também em alguns momentos de debate. Eu acho que o trabalho está um trabalho muito rico, tem quase dois anos que nós estamos trabalhando essa Comissão, eu faço parte dessa Comissão, fico à vontade de estar aqui discutindo essa temática, mas nós temos isso já institucionalizado, o trabalho está praticamente pronto, para que seja feito

mais especificamente para a área da saúde, e que eu acho que vai trazer muito subsídio para o trabalho no que diz respeito, Senador Eduardo Azeredo, a toda essa temática que, com muita pertinência, está sendo tratada aqui e que precisa ser tratada com muita responsabilidade. E é isso que nós estamos aqui, fazendo, e que esperamos dê continuidade a esse trabalho porque o País precisa que se dê ênfase e que se dê um encaminhamento, precise de uma solução para essa questão da revalidação de diplomas tanto da graduação como das pós-graduações.

Então, ainda como considerações, eu acho que essa Audiência Pública, o que eu acabava de dizer, ela servirá como um momento de coleta de informações a fim de subsidiar esse debate institucional desse Projeto de Lei em futura deliberação na ANDIFES sobre o Projeto, desse Projeto de Lei do Senado. Contudo, alguns aspectos essenciais podem ser observados. Quanto à posição que objetiva alterar o § 2º do art. 48 da Lei 9.394/96, que é a LDB, muitos já expressos em Parecer expedido por essa Comissão de Educação do Senado Federal.

Algumas questões que acho que trago para uma reflexão de todos nós: a necessidade de dar maior celeridade à revalidação, é fato. Entretanto, é vital primar pela qualidade inalienável ao processo de revalidação de diplomas no Brasil, seja por instituições públicas ou privadas; suporte às morosidades constitui por vezes, e em verdade, os prazos inevitáveis, a fim de garantir segurança indispensável à revalidação de diplomas.

O PL 400/2007, se aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Executivo, enseja discussão sobre regulamentação pertinente à nova atribuição, permitidas às instituições privadas, com impacto na demanda hoje destinadas as universidades públicas. Do mesmo modo, se aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Executivo, incita debate acerca da ampliação dos mecanismos de controle e fiscalização sobre o processo de revalidação de diplomas. Daí ser uma temática tão polêmica e daí a necessidade dessa Audiência Pública.

Questões para reflexão. Ainda se aprovado pelo Congresso e sancionado pelo Executivo, este PLS também refletirá, assim como toda a temática da revalidação reflete, em questões como a da autonomia universitária, tópico urgente no sistema universitário público brasileiro e temática central no plano de trabalho atual dessa gestão da ANDIFES, desse período 2009/2010, do qual eu aqui represento o nosso Presidente, como Primeira Vice-Presidente da ANDIFES. O setor educacional privado merece muito respeito, sendo parceiro quanto ao desenvolvimento do Brasil. Contudo, exemplos em nosso passado recente de delegação a

entes privados de missões próprias a entes públicos em diversos campos de atuação induzem à ampliação do debate sobre propostas como o PLS 400/2007.

Por fim, alguns encaminhamentos que eu acredito que após esta amanhã nós deveremos fazer à nossa Associação, à nossa entidade. Direcionar o PLS 400, de 2007, para discussão e deliberação no Pleno da entidade, com o intuito de estabelecer posicionamento oficial a respeito do Projeto de Lei do Senado, considerando que esse debate ainda não foi feito no Pleno da nossa entidade, a qual aqui eu estou representando. Abertura para interlocução e diálogo com representantes do Congresso Nacional, Governo Federal, Conselho Nacional de Educação, entidades representativas do setor privado da educação superior, assim como o movimento estudantil e a sociedade sobre essa proposta aqui do nosso Projeto nesse momento em discussão. Uma comunicação destinada à Comissão de Educação do Senado Federal, assim como aos parlamentares das duas Casas legislativas do Congresso Nacional, ao Ministério da Educação, ao Conselho Nacional da Educação e à Presidência da República acerca do entendimento da ANDIFES a respeito do Projeto de Lei do Senado. E publicização de deliberação do Colegiado da ANDIFES sobre o Projeto de Lei perante a sociedade brasileira.

Enfim, eu acho que são as questões que nós trazemos aqui, nesse momento, para essa discussão, esperando que esse encaminhamento seja o melhor possível para aqueles que tanto necessitam de terem os seus cursos revalidados e poderem exercer a profissão, quer sejam os graduados ou os pós-graduados.

Quero parabenizar ao Senador Eduardo Azeredo pela sua relatoria e dizer que a ANDIFES, em nome do nosso Presidente, o Reitor Alan Barbiero, se coloca à disposição para dar continuidade a esse debate tantas vezes forem necessárias. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Eu quero enfatizar a Mesa, o Senador Eduardo Azeredo e a todos que acompanham essa Audiência Pública, que o Conselho Nacional de Educação foi convidado também para participar desta Audiência Pública. Porém, recebemos um comunicado de que isto não seria possível. Então, a ausência do Conselho é nesse sentido de ter sido convidado, porém, enviado resposta da impossibilidade de participação.

Passo, em seguida, a palavra a Vicente Celestino de França, que é Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior.

SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA: Um bom-dia para todos. Desde já, eu quero agradecer ao convite para participar desta Audiência, cumprimentar

aos membros da Mesa, cumprimentar também aos autores deste Projeto e dizer da nossa satisfação em poder iniciar esse debate tão justo e tão necessário.

Represento, neste momento, um grupo de alunos que fizeram curso no exterior. A nossa Associação é a Associação Nacional dos Pós-Graduados em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, acolhemos nessa Associação todos os alunos que fizeram curso tanto de graduação como pós no exterior. Acompanhamos esse processo e, ao mesmo tempo, estamos acompanhando a realidade vivida por esses alunos, que nós chamamos de convalidandos. É uma experiência de perplexidade, é uma experiência de exclusão. Primeiro, porque nós temos que reconhecer a importância dos parceiros de outros países que abrem suas portas para acolher nossos alunos, para contribuir nesse processo de formação, algo tão necessário, tão justo e necessário, afinal de contas nossas instituições têm reconhecido que nesse processo de formação docente nem sempre o Brasil deu conta da demanda. São muitos professores, muitas pessoas que terminam sua graduação, querem dar continuidade a esse processo e nossas universidades... Eu vou dar só um pequeno exemplo. No Estado de Pernambuco, por ano, existem alguns setores, eu vou dar só um exemplo que a gente tem acompanhado um pouco mais de perto de educação, então por ano é colocado no mercado uma média de três a quatro mil profissionais que concluem sua graduação e muitas vezes tem vontade de fazer a sua pós-graduação e não tem espaço, abre-se apenas vinte vagas. Então de um universo de três mil, vinte vagas, isso apenas num Estado. É muito pouco, é um percentual muito baixo. A gente tem que reconhecer que evidentemente em relação à educação a gente tem que dar um passo, tem que dar um passo, mas a importância dessas parcerias com outros países que estão abrindo as portas para acolher nossos professores que muitas vezes não têm espaço, não são acolhidos, e na verdade o sistema não tem condição de acolher a todos, não temos estrutura suficiente. Isso é realmente algo que tem sido reconhecido pelas instituições de ensino do Brasil.

Nós temos situações de cursos, vários cursos aqui no Brasil, cursos que estão aí em parcerias. Quando a professora chamou a atenção, a Ana Dayse chamou a atenção da qualidade, e acho justo, a gente precisa, essa Comissão, fazer um olhar. Estamos tratando de revalidação. A revalidação eu já diria que é um processo final de quem fez a sua graduação, a sua pós-graduação, mas a gente tem que pensar que antes dessa revalidação houve um curso. E a situação dos cursos, seja de graduação e de pós-graduação no Brasil, é uma situação muito séria, que esta Comissão,

que eu agradeço muitíssimo que essa Comissão começou a dar um passo que precisa ser avaliado. Olha, não se tem um levantamento de quantos cursos estão em andamento aqui no Brasil, seja de graduação, de pós-graduação, com instituições estrangeiras. Existem situações tão sérias, tão sérias de empresas passando cursos que, na verdade, nem existem, nem existem. Por outro lado, existem instituições que estão fazendo um trabalho muito sério, com instituições sérias, com instituições que querem dar uma contribuição efetiva na formação docente dos nossos brasileiros e que devem ser acolhidas. Existem trabalhos bem feitos em várias instituições estrangeiras, eu tive a oportunidade de conhecer alguns, pude conhecer os programas, e acho que deve ser fruto desta Comissão uma análise mais profunda da situação atual desses cursos operando aqui no Brasil, porque é o início do processo que nós estamos discutindo aqui, a razão dessa Audiência, esse Projeto.

Por outro lado, a gente vê que o processo de reconhecimento, seja de graduação ou de pós-graduação, cada Estado tem... Não existe uma regulamentação nacional para isso. Existem regras distintas, dada a autonomia das universidades, mas é necessário, como se trata de um assunto nacional, deve haver uma regulamentação, não pode continuar do jeito que está. Eu vou dizer o porquê. Por quê? Primeiro, existe uma diferença de tarifas, existem tarifas como o próprio Senador Relator colocou no seu relatório, existem universidades que estão passando dos limites e faz dessa taxa uma forma de excluir as pessoas que querem dar entrada no processo de revalidação. Nós temos instituições aqui que cobram R\$ 1.280,00 para um processo de revalidação; outras, R\$ 800,00; outras, nem cobram, temos também instituições que não cobram, mas isso precisa ser regulamentado. Entre as regras para a acolhida de processo para a revalidação existem propostas esdrúxulas. Têm algumas que estão pedindo aos alunos o atestado, o comprovante do hotel ou da casa onde morou no País onde fez o curso. São situações vexatórias, constrangedoras, que muitas vezes não está... Às vezes põe o edital e às vezes se cobra o que não tem no edital, como eu tive a oportunidade de ir numa universidade e dizer: "Como é que você cobra atestado de residência se no edital você não colocou? Porque você para poder cobrar atestado de residência, você tinha que colocar no edital", e muitas vezes os alunos têm que passar por esse vexame.

Outra situação. Essa regulamentação vai dar mais transparência a esse processo porque todas as universidades vão ter um padrão. Nós somos favoráveis a que haja realmente... O que tem se pedido é uma qualidade nesse processo, uma seriedade nesse pro-

cesso. Jamais nós vamos defender uma situação sem qualidade, muito pelo contrário, que esse processo de revalidação seja feito com seriedade e que possa ao mesmo tempo nessa seriedade distinguir aqueles cursos que são de boa qualidade, que podem contribuir positivamente para a formação docente dos nossos brasileiros e brasileiras, mas que também possa averiguar possíveis falhas, possíveis erros. Há pessoas que estão querendo fazer comércio com esse processo, tanto de curso de graduação e pós-graduação no exterior, e, muitas vezes, comércios duvidosos, como eu já tive a oportunidade de acompanhar turmas que terminaram o curso, foram lá ao País de origem, chegou lá e nem a universidade existia. Quando procuraram o endereço, era uma residência. Isso está espalhado pelo Brasil em vários Estados, empresas fazendo esse tipo de curso.

A gente vê também que, nesse processo de revalidação, está havendo... Digo isso porque tenho acompanhado os processos dos nossos associados em vários Estados e em várias instituições de ensino superior, aqui, sem precisar relatar os nomes. Mas a gente tem presenciado um verdadeiro bloqueio, é um bloqueio sério que está havendo em relação à revalidação, um bloqueio difícilimo. Eu tenho aqui para os senhores processo de universidades aqui do Nordeste que foi dado entrada no dia 1º de setembro de 2005. Esse processo nem saiu do setor de documentação. Eu fui lá no departamento, era um processo de educação, de diploma, eu fui no departamento, pedi ao departamento uma declaração. A declaração é de agora, abril de 2009. Se por acaso o departamento recebeu esse processo, o processo nem chegou no Departamento de Educação. É um verdadeiro bloqueio o que está havendo e é um constrangimento. Eu tenho aqui a relação dos alunos de várias universidades que têm processo de reconhecimento, a gente manda ofício para a universidade dando apreensão dos alunos, o número dos processos, as datas de entrada, 2005, 2006, 2007, e os processos nem resposta têm. E a CAPES, quando recentemente baixou uma norma junto com o Conselho Nacional de Educação, e já existe Lei sobre isso, dando prazo de seis meses para que a universidade possa se manifestar. Ela não é obrigada nesses seis meses e acho que em alguns casos pode até ultrapassar esses seis meses, dada a necessidade de dar uma melhor qualidade nessa avaliação; concordamos com isso. Agora, que, pelo menos, respeite nossos alunos. Como é que pode uma universidade ficar quatro anos com um processo lá. E não é um, não. É um monte de processos, monte de processos, é um desrespeito com os nossos alunos, nunca vi. Processo de 2005, minha gente, até agora sem nenhuma análise, sem nenhuma

manifestação. A gente protocolou e se nega a dar esse esclarecimento, que é um direito do aluno, é um direito, um direito que eu digo quanto à resposta. Nós temos o direito. Nós não temos o direito de exigir que faça a convalidação, mas que nós dê uma resposta ou de sim ou de não, neste caso é um direito nosso quem entra com um processo em qualquer instituição pública. A instituição tem que se manifestar, ou diz sim ou diz não. Neste caso específico nós estamos entrando com uma ação na justiça para pedir que a instituição ao menos responda aos alunos, porque não é possível um negócio desse.

Esse bloqueio está acontecendo principalmente na área da educação, principalmente com alguns diplomas portugueses, que tem sido um país que tem Tratado com o Brasil, que tem respeitado esse Tratado. Eu pude ir, agora mesmo em janeiro passado eu fui acompanhar um processo de revalidação em Portugal. Tivemos em anos passados aqueles problemas com relação aos nossos dentistas e que foi resolvido. E pude verificar *in loco*, lá em Portugal, que os brasileiros que pedem revalidação em Portugal, tem sido respeitado o prazo dos seis meses e, em sua grande maioria, em menos de seis meses está saindo. A gente quando vai acompanhar alguns processos, a gente encontra certos professores que às vezes nem conhecem, não estão atentos a essa realidade, "Ah, é de Portugal, eu não quero". Como é que um País que celebra um Tratado... E isso nós vamos discutir, já levamos essa questão à Embaixada, estamos buscando uma solução para isso, porque se os nossos brasileiros estão sendo acolhidos lá e está recebendo esse tratamento aqui no Brasil, isso é um absurdo, isso vai de encontro a um Tratado de Amizade. Não somos favoráveis àquela questão que se fala de reconhecimento automático. Somos favoráveis que se faça um trabalho sério, competente, porque nós também precisamos de profissionais preparados e competentes. Agora que nos respeitem, porque não estamos sendo respeitados não em algumas instituições. Em outras, diga-se a verdade, tem se trabalhado com competência [soa a campainha], tem reconhecido diplomas, tem aprovado no tempo regulamentar, mas na grande maioria está nessa situação.

Então a gente pede, eu não sei se eu tenho mais algum tempo. Eu não tenho mais nenhum minuto, encerrou?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para concluir.

SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA: Só para concluir. Então solicito, primeiro, a necessidade de darmos continuidade a esse debate, não pode parar por aqui. É preciso que veja na pessoa também do professor que vai avaliar e... Olhe por outro lado, que

as nossas instituições não estão preparadas para receber a demanda. Olha, só agora no mês de julho, tanto nos países da Europa, como na América do Norte, como aqui na América do Sul, mais de seis mil alunos fazendo cursos de graduação, de pós. Esse problema vem para cá. Nossas universidades não têm estrutura. Precisa pensar essa estrutura, precisa pensar. Muitos professores acham que... Muitas vezes não tem nem orçamento e os professores têm que olhar esse lado também. Às vezes, os professores têm que trabalhar com a boa vontade, porque eles também não recebem para isso, é uma das queixas dos nossos professores, que, muitas vezes, os departamentos não têm orçamento para essa finalidade e o problema vai se agravando, à medida em que vai aumentando a demanda. Então, como é que as nossas universidades vão dar conta de um processo desse? Só agora eu tive a oportunidade de ver no Paraguai, foram três mil alunos brasileiros no Paraguai, fazendo curso lá no Paraguai. Estão para terminar no ano que vem. Como é que vai ficar essa situação? Todos têm que passar por uma instituição.

Então é neste sentido que eu quero pedir que esse debate tenha continuidade. Quero agradecer essa oportunidade, colocar aqui perante as demais instituições aqui presentes que estamos à disposição para juntos buscarmos uma solução para essa questão, desde já parabenizando essa iniciativa, este Projeto que vai ser de muita, podemos dizer assim, utilidade pública para todos aqueles que precisam tanto da graduação como da pós-graduação feita numa instituição de ensino superior do exterior. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Agradeço a participação nesse primeiro momento. Passo, em seguida, a palavra ao André Luiz Vitral Costa, que é Diretor de Comunicação da União Nacional dos Estudantes (UNE).

SR. ANDRÉ LUIZ VITRAL COSTA: Bom, primeiramente, um bom-dia a todos, bom-dia ao Senador Eduardo Azeredo, Senador Relator. Desse Projeto de Lei, Senador Presidente dessa Comissão, Flávio Arns, combativo Senador, que, historicamente, tem sido parceiro da União Nacional dos Estudantes, aí, nas suas pautas, a colega Carmen Lúcia da Silva, vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedores de Ensino Superior, a Professora Dayse Rezende Dorea, Vice-Presidente da ANDIFES, ao colega Vicente Celestino França, Presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos em Instituições Estrangeiras de Ensino Superior, e ao Samuel Martins Feliciano, Coordenador-Geral de Legislação e Normas da SESU/MEC.

Nós já fomos bastante contemplados aqui, pela fala da Professora Ana Dayse, do ponto de vista nor-

mativo e jurídico, que, na sua explanação, ela detalhou bastante as questões que estão colocadas do ponto de vista desse debate. Então eu gostaria de me ater aqui na minha fala à questão política relevante que a UNE tem acompanhado os debates de revalidação de diplomas.

Inicialmente, é importante mencionar que, na nossa avaliação - e nós reafirmamos isso, agora, no mês de julho, no nosso 51º Congresso -, o Brasil atravessa... Na verdade, está correndo atrás do prejuízo, no que tange à sua política de ensino superior. Nós temos, hoje, cerca aí de 9% dos jovens em idade escolar, entre 17 a 27 anos, dentro do ensino superior, seja ele a modalidade pública ou privada. E, nesse ambiente, faz-se necessário compreender que é necessário ter uma política mais assertiva acerca do ensino superior e que muito desses jovens vão procurar a sua graduação, a sua pós-graduação em instituições fora do Brasil. Ainda nessa questão, é importante colocar que em certas áreas da ciência o Brasil carece de profissionais graduados e qualificados, como são as áreas de educação, saúde e outros segmentos da área, que o Brasil atravessa grande deficiência e incapacidade de formação de profissionais necessários para que possa cumprir os seus deveres constitucionais. E ainda nessa esfera, tendo em vista as políticas de integração regional no âmbito da América Latina, no âmbito das relações Brasil/África, no âmbito das relações dos países que compõem, por exemplo, o BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, a tendência dessa integração é de se ampliar a demanda de validação de diplomas, tendo em vista que fica mais fácil hoje para um jovem brasileiro cursar parte ou a integralidade de um nível de graduação, de pós-graduação, nesses países, em outras regiões do planeta. Então esse preâmbulo é importante colocar porque nos colocam em síntese o ambiente em que está colocada essa discussão.

Aí, concordando com o que foi colocado aqui, anteriormente, o ambiente que a gente atravessa hoje, no âmbito das universidades federais, na nossa avaliação, não é suficiente, porque, primeiro, no âmbito da autonomia das universidades, acaba que não existe um critério nacional de validação de diplomas em diversas áreas de profissão e fica muito a cargo de cada universidade estabelecer esse critério, o que gera uma assimetria no sistema de validação e, por consequência, um afogamento, ou seja, uma sobrecarga de processos de validação em certas instituições e uma menor carga em outras instituições, tendo em vista a percepção de dificuldade ou facilidade de validação ou de estruturação desse processo, nas diversas instituições federais do ensino superior no Brasil.

Então, é importante reforçar o que já foi dito anteriormente, que, no âmbito desta discussão, é preciso que, nas diversas profissões que estão colocadas aí na nossa política de educação, a gente crie instrumentos e critérios nacionais para esse processo de validação. Nesse sentido, é muito importante que o Estado brasileiro dialogue com os diversos Conselhos de Profissão, porque é preciso ponderar o que nós, na União Nacional, temos discutido, que é a chamada profissão do mercado, é a defesa do mercado da profissão, ou seja, alguns Conselhos estabelecem critérios ditos de qualidade ou de defesa da qualidade que, na verdade, ou traduzido nisso, objetiva quase que inviabilizar a validação de diplomas e títulos obtidos em outras instituições fora do Brasil no sentido de proteger esse mercado nacional de posicionamento de vagas para os profissionais e segmentos dessas profissões. Então é importante que o Estado nacional pondere e estabeleça a partir desse diálogo com essas instituições, com esses Conselhos, um critério nacional para a regulamentação das diversas profissões que estão colocadas aí a nível nacional na nossa política de educação superior.

Ainda é importante abordar, do ponto de vista mais objetivo, o tema das taxas, porque na nossa avaliação o tema das taxas, dele deriva uma discussão também no âmbito da relação das instituições públicas e privadas, no âmbito da avaliação. Por quê? Porque está colocado na nossa avaliação a discussão - e o colega Vicente já colocou aqui - que muitas instituições, através das suas Fundações de Amparo, têm operado com taxas abusivas que chegam a inviabilizar o acolhimento da documentação de um estudante que quer validar o seu diploma. E acaba inclusive criando um ambiente em alguns segmentos de profissão que a fiscalização não consegue dar conta, que esses profissionais já estão no mercado de trabalho, já estão trabalhando na profissão, já estão operando de maneira regular e o fazem inclusive para que consigam pagar essas taxas de validação. Cria-se uma discussão que acaba criando essa situação bastante peculiar.

Então, na nossa avaliação, é preciso que essa Comissão consiga discutir, e, como a Professora Ana Dayse colocou, garantir dotação orçamentária nas instituições federais de ensino superior para a atividade de validação dos diplomas, que, na nossa opinião, apesar de não ser um tema afim das universidades federais do Brasil, das instituições federais de ensino superior, é, de todos os instrumentos que o Estado detém, o instrumento mais legítimo, mais capaz de poder garantir esse procedimento no sentido de avançar aí na regulamentação e na validação dos diplomas, inclusive das profissões que o Brasil é tão carente. Na

nossa avaliação, esse âmbito de garantir a dotação orçamentária, conseguiria gradualmente rumar na garantia da gratuidade da taxa de validação do diploma, o que conseguiria garantir aí uma política de acordo com aquilo que nós entendemos, estar de acordo com uma instituição pública gratuita de qualidade.

Isto posto, também nos coloca a discussão do Projeto de Lei de relatoria no caso do Senador Eduardo Azeredo que também dialoga nesse sentido. Por quê? Porque na nossa avaliação, e aí é preciso que a gente faça uma discussão do ponto de vista de escopo geral, existe uma disputa no movimento de educação que na época, antes de 2003, se dava no âmbito do FONDEP, que era o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, do papel e da discussão do papel do Estado no âmbito do ensino superior e na concessão ou na compreensão de educação superior enquanto serviço. E foi notadamente no âmbito do período do então Ministro Paulo Renato de Souza, hoje Deputado Federal, que a gente passou por um grande ambiente de desregulamentação da atividade de ensino superior no Brasil, o que gerou na realidade nos dias atuais um grande mercado de ensino superior, com grandes instituições. Nós temos dito e reafirmamos no último Congresso que no último período o Brasil passou por um segundo grande avanço do interesse privado sobre o ensino superior no Brasil com a consolidação dos grandes conglomerados de educação, que eu não preciso aqui citar nomes porque todo mundo conhece, inclusive com práticas de, por exemplo, lançamento de ações na Bolsa de Valores, que inclusive coloca em risco, através desse processo de desnacionalização, o caráter da soberania, dos aspectos culturais e da disputa de conteúdos no âmbito da atividade de ensino superior. E na nossa avaliação, o que está colocado aqui, superado o tema da cobrança das taxas, é a abertura de um novo mercado para esse segmento, que seria o mercado de validação de diplomas de estudantes que tiveram a sua titulação fora do Brasil, porque, se as instituições federais, hoje, inclusive já praticam, e nós estamos reafirmando isso aqui, o colega Vicente, inclusive que me antecedeu, reafirmou isso aqui, já taxam, através das suas Fundações de Apoio, taxas abusivas, imaginem os senhores as instituições que têm como objetivo fim a reprodução do seu capital e a maximização dos seus lucros. Então, ou seja, é, de fato, você colocar, na nossa avaliação, a raposa para cuidar das galinhas e criar um ambiente, de fato, de um novo mercado, de um novo segmento, para a ampliação dos lucros dessas instituições.

Então, e, aí, para sintetizar, na nossa avaliação, o tema nevrálgico desse debate é o tema no caso das taxas, e é preciso que a gente demarque muito positi-

vamente nesse sentido de que a gente consiga garantir para as instituições federais de ensino superior dotação orçamentária, estrutura administrativa que consiga garantir esses processos que essas instituições... E critérios nacionais também que consigam equilibrar e garantir essa estrutura para que elas possam acolher esses processos, que na nossa avaliação tendem a crescer com a política de integração latino-americana, nas relações Brasil/África, nas relações dos países em desenvolvimento no próximo período. E a partir daí, garantindo taxas socialmente mais relevantes e rumando inclusive na gratuidade, a discussão do público privado fica marginalizada, tendo em vista que se tiver regulamentada essa questão, talvez as instituições privadas tenham menor interesse nesse segmento de validação de diplomas. Mas obviamente que é preciso demarcar e reafirmar aqui que, na nossa avaliação da União Nacional dos Estudantes, não podemos abrir um novo filão, um novo mercado para essas instituições, tendo em vista que a lógica do mercado, como é observado já na atividade de ensino superior no Brasil, compromete na forma e no conteúdo a discussão da qualidade do profissional e da formação de ensino superior no nosso País.

E, por último, mas não menos importante, é preciso tratar com maior relevância, com mais carinho, casos que têm saltado aos olhos do ponto de vista desse tema da validação de diplomas. E aí eu não posso deixar aqui de mencionar um dos casos na área de saúde, que é o caso da Escola Latino-Americana de Medicina, é uma escola referência no âmbito internacional aí na formação de profissionais na área de saúde e que no Brasil hoje contam com milhares de jovens graduados através dessa escola, tendo em vista inclusive a política de solidariedade internacional que essa escola tem na sua política institucional, e que muitos desses casos já operam, já trabalham aí, por exemplo, nos acampamentos do MST, nas cidades, nos redutos, por exemplo, nas comunidades ribeirinhas, na área do Norte do País, uma série de localidades onde o Estado, onde o aparato estatal na área de saúde não consegue alcançar. É preciso que a gente consiga dar maior celeridade no processo de validação desses casos que são mais urgentes e que têm, pela relevância do ponto de vista de em que papel está jogado esses jovens, esses profissionais no Brasil, que a gente consiga equacionar e resolver esse problema de validação com maior celeridade.

Então, em síntese, é isso. Eu gostaria de, em nome da União Nacional dos Estudantes, agradecer a oportunidade de debater esse tema, e a gente, através aí da nossa representação no Conselho Nacional de Educação, temos acompanhado par e passo como

tem se dado essa discussão aí no âmbito do Estado brasileiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço também a participação e passo, em seguida, a palavra ao Samuel Martins Feliciano, que é Coordenador-Geral de Legislação e Normas da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC).

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: Bom-dia a todos. Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar ao Senador Presidente Flávio Arns, também o Relator presente, o Senador Eduardo Azeredo, cumprimento também a Professora Carmen Luiza da Silva, representando aqui a ABMES, a Professora Ana Dayse, Reitora da nossa UFAL, representando aqui a ANDIFES. Gostaria de cumprimentar também o Presidente da Associação Nacional dos Pós-Graduandos em Instituições Estrangeiras, o Vicente Celestino, e cumprimento também a quem acabamos de escutar, o Diretor de Comunicação da UNE, o André, a quem já felicito pela importante fala e parabenizo também pelo recente congresso da UNE, no qual eu tive a oportunidade de participar, inclusive onde discussões como essas e outras foram trazidas, num ambiente muito rico.

Primeiramente eu gostaria, também, em nome da Secretária de Educação Superior, a Maria Paula Dallari Bucci, agradecer ao convite dessa Comissão e pontuar que, independente do rumo que o debate tomar e de que forma as conclusões acontecerem, o Projeto de Lei nº 402, de 2007, ele tem o mérito de trazer esse assunto para ser tema de discussão numa Casa tão importante como é o Senado e trazendo os atores que são relevantes nessa discussão, representados aqui nessa Mesa e trazendo a contribuição necessária para esse debate. Eu vou me ater a um posicionamento mais direto em razão do histórico do objeto do Projeto de Lei já ter sido apresentado pelos outros integrantes aqui da Mesa.

Então, primeiramente, eu gostaria de pontuar que, na visão da Secretaria de Educação Superior, a revalidação consiste num ato administrativo, através do qual equipara-se o diploma concedido por uma universidade estrangeira àquele obtido em uma universidade brasileira de educação, em uma instituição de ensino superior brasileira, certo? Como já foi dito aqui, a disciplina que é dada atualmente é do art. 48 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no seu § 2º, e complementa ela e regulamenta a Resolução do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Superior nº 1, do ano de 2002, que depois foi modificado recentemente pela Resolução CNSS nº 8, de 2007. Ali a gente tem a regulamentação de

que forma as instituições públicas vão proceder com a revalidação.

É importante a gente retomar - e foi trazida essa análise na fala da Professora Carmen - que o diploma de curso superior, ele só possui habilidade se expedido e registrado por uma instituição que tenha esse determinado curso reconhecido pelo Ministério da Educação. Então aí é importante a gente retomar que, em relação à validade dos diplomas expedidos por instituições brasileiras, você tem que ter essa instituição, primeiramente, credenciada, aquele curso respectivo é autorizado e posteriormente reconhecido.

Fazendo um paralelo com essa atividade que tem um parâmetro constitucional ali no art. 209 da Constituição com a questão da revalidação, que tem previsão legal no art. 48 da LDB, a gente pode pontuar que a atividade de revalidação tem um caráter semelhante a esse de reconhecimento dos cursos ofertados por instituições brasileiras. E até por isso e por não existir uma atividade anterior do Estado regulamentando de forma segura sobre o ensino ofertado em instituições que o Estado brasileiro não tem conhecimentos prévios sobre a configuração pedagógica desses cursos, a estruturação curricular, então é necessário, e a Secretaria de Educação Superior compreende, que deve haver pelo Estado uma análise pela revalidação desses diplomas. Então o primeiro ponto é esse. Daí é claro e a inteligência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação é exatamente pela estrutura de pessoal do Ministério da Educação, até pelos assuntos em que eles se envolvem, principalmente por esse aspecto da revalidação ficar limitado a três Secretarias e à CAPES, a Fundação CAPES, a estrutura de pessoal não permitiria que o Ministério da Educação diretamente assumisse essa função. Então até por isso que a LDB, ela delega essa função às universidades públicas. Então o primeiro ponto a ser apresentado aqui é esse, que é a compreensão da Secretaria da Educação Superior, inclusive já apresentado de forma escrita, via assessoria parlamentar do Ministério da Educação a essa Casa, é nesse sentido.

O segundo ponto, também fazendo essa colocação, a gente já traz um posicionamento pelo menos preliminar, e é importante dizer aqui que o Ministério da Educação participa desse debate e vem a essa Casa exatamente por não ter um posicionamento e é característica da Secretaria e do Ministério sempre estar aberto à discussão e estar aberto à nova construção, enfim, mas prosseguindo, como eu estava dizendo, a Secretaria de Educação Superior e o Ministério da Educação, trazendo esse posicionamento que compreende que é uma atividade basicamente, estritamente estatal, a revalidação, ele também compreende que

existem formas e realmente a situação que se encontra o processo de revalidação de forma fragmentada entre as universidades federais, sem uma regulamentação una e sem uma construção de parâmetros como foram quase todas as falas, que passaram por esses temas da questão das taxas, da infraestrutura das universidades para comportar a análise desses processos de revalidação e para a padronização da regulamentação, o Ministério da Educação, como foi trazido aqui já pela Professora Ana Dayse, juntamente com o Ministério da Relações Exteriores, com o Ministério da Saúde, com o representante também da ANDIFES, representante das Associações das Instituições Públicas Estaduais e Municipais e escutando os demais atores envolvidos aqui representados, vem travando já há dois anos um processo de construção de uma hipótese de solução para essa questão da revalidação. Até buscando contribuições de órgãos, recentemente o Ministério da Educação também participou de uma mesa de debates sobre o assunto na Câmara dos Deputados, foi-se evoluindo a ideia, e como a Professora Ana Dayse colocou, atualmente a gente está num quadro de consolidação dessa hipótese de solução, que seria um projeto piloto, que ele parte de uma área, que é a área da saúde, que pelos dados que encontramos nas universidades federais é a área mais representativa dos pedidos de revalidação, então aí a justificativa para se iniciar por essa área, e esse projeto piloto, essa hipótese de melhoria do processo de revalidação, ele trabalha com alguns parâmetros.

Então, o primeiro parâmetro, como já pontuado aqui, é o papel das universidades públicas na revalidação de diplomas de graduação expedidos no exterior, bem como a preocupação comum, como já foi colocado, dos três Ministérios - MEC, Ministério da Saúde e MRE - e das instituições envolvidas em dar uma configuração mais sólida e precisa desse processo de revalidação. Além disso, também, no caso específico do curso de medicina, mas a gente pode usar esse parâmetro para outros cursos futuramente, dependendo do sucesso dessa hipótese criada, que é a recente adequação dos instrumentos de aferição da qualidade dos cursos de medicina, ministrados no Brasil, decorrentes das diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação, que é resultado de um debate travado no Conselho Nacional de Educação. Então, hoje em dia, você tem, na verdade, desde 2001, mas ainda num processo de consolidação, porque havia toda uma cultura do ensino médico, mas você teve uma evolução do que se compreende do que é um ensino médico de qualidade, a partir das diretrizes curriculares nacionais, e é importante falar que desde 2001, e finalizando, em 2004 o CNE passou por um processo de discussão das

diretrizes curriculares nacionais de todos ou de grande parte dos cursos superiores, e, além disso, também, a necessidade de oferecer às instituições de educação superior, como medida de equidade e racionalidade, um exame ou uma forma padronizada, como foi falado aqui, de revalidação desses diplomas. Na primeira hipótese que está sendo trabalhada dos diplomas médicos e, posteriormente, passar isso para uma solução mais macro. Posteriormente a gente pode trazer até para essa Comissão outros elementos que constituem essa hipótese de solução e esse projeto piloto que está sendo conduzido por esse grupo interministerial, acrescidos a ele a ANDIFES e os representantes das Instituições Públicas Municipais e Estaduais.

De toda forma, eu queria pontuar que essa solução, essa hipótese que está sendo criada, a ideia é que ao final de um primeiro ou segundo exame, depois de levantados os resultados, se realmente ela se consolidar, é levar esse resultado para o Conselho Nacional de Educação e replicar, avaliar a possibilidade de replicá-lo em outros cursos a serem revalidados. Como foi dito aqui, esse grupo e individualmente a Secretaria de Educação Superior e o Ministério da Educação estão com o espírito aberto para a discussão e para o debate dessas questões. O elo aqui do debate, reitero aqui, acho que foi muito importante esse convite a todos os atores aqui envolvidos no debate para se estabelecer uma conversa permanente. Acho que esse debate, ele não vai se esgotar aqui, na verdade esse é o início do debate, e essa proposta também, quando consolidada, ela vai ser ofertada também para os demais atores.

Então, eu gostaria de agradecer novamente o convite e me disponho aí, no que for possível, a esclarecer eventual dúvida dos integrantes da Mesa ou dos senadores presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Samuel, representante do MEC/SESU, Secretaria de Ensino Superior do MEC, SESU/MEC.

Passo, agora, a palavra ao Relator dessa matéria, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que é o Senador Eduardo Azeredo, que, além de Relator, também foi mencionada várias vezes a questão da reciprocidade entre Brasil e outros países, e o Senador Eduardo Azeredo também é Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Então, com prazer, passo a palavra à V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente Flávio Arns, eu quero cumprimentar a todos os expositores. Realmente, esse é um tema que cresce de importância, sim. Nós temos um aumento do número de brasileiros que estudam fora, talvez no

processo de globalização mesmo que leva a isso. É evidente que dentro da Comissão de Relações Exteriores nós temos já aprovado diversos Acordos, são Acordos internacionais também que fazem essa relação do Brasil com outros países.

Agora o Senador Wilson Matos, que foi Senador aqui durante um período como suplente do Senador Álvaro Dias, do Paraná, o Senador Wilson é experiente na área, ele tem um grupo de ensino superior, e ele trouxe exatamente a sua experiência. Eu me lembro bem ele colocando: "Olha, eu quero aproveitar esse período que eu estou aqui para trazer um pouco da minha experiência do que é que está pegando, digamos assim, o que é que tem de demandas nessa área". Então ele fez uma série de projetos. Eu me lembro que um outro era a questão do número de dias úteis que ele propõe que seja aumentado. E esse especificamente é um Projeto que, como foi bem colocado aqui pelos Vicente, quem estuda no exterior, e os números não são pequenos, quer dizer, a gente tem questão de dez mil nos Estados Unidos, é o que se comenta, não tem número certo, teria por volta de dez mil estudando nos Estados Unidos, são números significativos. Então, eu precisaria ter um pouquinho mais de informação sobre a questão dos prazos atuais. Quer dizer, então, eu acho que seria a ala de cá que vai saber isso, quer dizer, a nossa Reitora e o Samuel, como Coordenador, quer dizer, quais são os prazos atuais, quais são os custos atuais e por que é que nós não temos uma padronização? O que é que poderíamos fazer? Uma padronização de custos, padronização de prazos, no que está funcionando hoje.

É evidente que nós temos uma situação especial aí, que me parece que é a questão dos países lusófonos, quer dizer, dos países de língua portuguesa. Nós não podemos tratar por igual. Eu diria que esse é um tratamento diferenciado, até porque a própria língua facilita que o aprendizado seja semelhante, ainda que os curriculums não sejam, mas o aprendizado facilita.

É claro que nós temos que ter muito cuidado com esse assunto. Do ponto de vista de responsabilidade, quer dizer, vamos pegar duas áreas só, a minha área de engenharia e a área de medicina. Se um prédio cai e mata as pessoas, o culpado é o engenheiro. E se nós tivermos validado um curso de engenharia de um sujeito que fez o curso lá, eu não vou nem citar nenhum país, mas um país pequeno qualquer, quer dizer, nós não estaremos sendo aí corresponsáveis? Porque ele validou, então o sujeito fez um curso, se é que fez, mas fez um curso lá em Burkina Faso, vamos colocar um país aí. Aí depois vem aqui e é contratado por uma empresa, é o responsável pelo prédio e o prédio cai. Ou na medicina, que é uma coisa mais

do dia-a-dia. Então nós validamos aqui um curso de medicina de algum país e aí o sujeito vai e o médico dá uma barbearagem, um termo mais do dia-a-dia. De quem é a culpa? Então, quer dizer, a responsabilidade é grande sim. O Brasil não pode, dentro do nosso sistema, nós não podemos autorizar alguém a ser médico, a clinicar, se ele não tiver a formação para isso. Não é à toa que têm surgido esses outros até exames, no caso da medicina já existe a residência, no caso do direito temos o exame da OAB. É porque já existe um processo de validação dos cursos, ou seja, existe uma desconfiança até na qualidade dos cursos. Já se avançou bastante sim. Nós temos aí esses exames que estão sendo feitos para acompanhar e fiscalizar a qualidade dos cursos no Brasil, não tem sentido nós termos um preconceito quanto ao ensino privado, até porque o ensino privado representa 3/4 do ensino superior brasileiro. Então se nós formos ter um preconceito com ele, aí fica difícil, então nós tínhamos que fechar todas as escolas privadas e aí nós íamos ter só 25% dos estudantes que temos hoje.

Agora, é evidente que existem exemplos, sim, de cursos de má qualidade que proliferam pelo País todo. E aí como é que nós ficaríamos? Uma universidade de baixa qualidade teria menos condições de dar um atestado de revalidar do que uma federal? Mas uma federal ou uma pública também não tem de baixa qualidade? Então eu acho que a gente vai ter as duas coisas aí, são algumas interrogações que ficam na cabeça, sabe Reitora?

É claro que, em tese, a federal é mais fiscalizada ou as universidades públicas são mais fiscalizadas. Por isso é que eu coloquei aqui a questão do custo. Quer dizer, se nós deixarmos em aberto, se for nessa faixa que o Vicente coloca aqui, de estar custando, hoje, de R\$ 800,00 a R\$ 1.200,00 uma revalidação, e o André colocou bem, isso vai virar um novo mercado. Aí o risco de você ter uma validação pró-forma aumenta. Dizer assim: "Não, vamos validar isso aqui porque a faculdade ganha mil reais com essa validação". Por isso é que eu realmente estou fazendo a Emenda aditiva no sentido de que não exista custo. Mas aí como é que a faculdade vai fazer, quer dizer, a federal já cobra hoje, quer dizer, algum custo evidente que existe, mas só se colocássemos aí valores máximos pelo Conselho, que o Governo Federal colocasse valores máximos que pudessem ser cobrados, seria uma alternativa, porque é evidente que eu sei que também o custo existe. Então você obrigar uma faculdade privada a revalidar um curso do exterior, que ela vai ter que procurar saber, pesquisar se o curso existe, se não existe, não é correto. Então são algumas indagações

que permanecem, que justificam a realização dessa Audiência Pública.

Eu gostaria, portanto, de ouvir um pouco esses pontos, a padronização dos custos atuais, dos prazos atuais, se poderíamos ter uma normatização que colocasse a possibilidade de ter a iniciativa privada assim validando, mas com algum controle maior, algum limite de custo. Enfim, o problema, me parece, pelo que eu pude ouvir aqui, quer dizer, as informações são importantes, mas existe alguma dúvida, quer dizer, algum grupo acha que sim, que podemos ter a iniciativa privada fazendo. Outro grupo acha que não.

É isso, Presidente, que eu queria colocar, eu acho que a chegada do Senador Cristovam também nos ajuda, ele que é um ex-Ministro da Educação e, também, uma pessoa respeitada pelo conhecimento que tem na área.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): E como o André complementou, ex-Reitor também da Universidade de Brasília. As perguntas de fato se relacionam a isto que o Senador Eduardo Azeredo também colocou, as dúvidas principais. Em termos de existência de instituições fantasmas, qual que é o percentual disso em termos desse processo de revalidação. Há possibilidade de uma instituição dizer que não revalidada, que não participa do processo, uma instituição pública dentro da autonomia universitária dizer: "Não, eu não quero participar". Se existir, qual que é o percentual disto, em termos das instituições públicas? Qual a análise crítica que se faz da regulamentação desse processo todo? Existe uma regulamentação adequada ou não? Foi levantado que não existem critérios consistentes nacionais para esta finalidade. Como é que está essa questão? Existe o custo, não há dúvida que existe o custo para se fazer isto, e as universidades públicas, como o André colocou, vem, através das Fundações, cobrando, o que em muitos casos impossibilita a participação de pessoas no processo de revalidação, mas como é que está a dotação orçamentária para esta finalidade? E como é que o MEC vem se posicionando diante daquilo que o Senador Eduardo Azeredo colocou, dentro da realidade do MERCOSUL, da ampliação do MERCOSUL, dos países de língua portuguesa, dos convênios, das parcerias que existem, que aprovamos a todo momento também projetos de parcerias entre os países, quer dizer, se isto englobar a área da educação, como é que isto vem sendo feito e que atitudes, que acompanhamento que vem sendo feito dos casos mencionados pelo Vicente Celestino de França de três anos, quatro anos, cinco anos de processos que são apresentados por uma instituição e que após esse período todo não têm sequer uma resposta em termos de sim ou não,

quer dizer, diante de um quadro nacional e internacional de formação de muitos brasileiros fora do País, como é que poderia se dar um encaminhamento para essa situação? Então são problemas que foram levantados no debate e que poderiam ainda ser abordados, assim, nas considerações nesse momento.

Eu quero passar a palavra também ao Senador Cristovam Buarque, também ex-Ministro, ex-Presidente dessa Comissão e ex-Reitor, e, agora, também, na Comissão de Direitos Humanos como Presidente.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, esse é um assunto que é muito complexo, mas tem uma urgência muito grande para ser resolvido. Nós temos aí dois assuntos: um país que tem carência de mão-de-obra e tem uma oferta imensa de mão-de-obra com diplomas estrangeiros. Estamos impedindo essa mão-de-obra preparada de exercer sua atividade. E, segundo, nós temos um problema da variedade na qualidade dos cursos que existem no Brasil e no exterior. Então como resolver esses dois problemas? O que a gente quer é resolver.

E, finalmente, um outro ponto: pessoas desempregadas num País de desemprego, pessoas desempregadas com título superior. Então a gente tem que resolver o problema do emprego dessas pessoas, pessoas que investiram fortunas para formar-se, em geral as famílias, fortunas e mais fortunas, com um potencial a ser posto em prática, agora com uma incerteza nossa com a qualidade. E aí vem o problema.

Teria duas soluções. Uma era um esforço para analisar as faculdades que existem pelo mundo afora e o MEC listar quais as faculdades que você, indo estudar nelas, ao voltar o seu diploma, é automaticamente aceito. Isso é um trabalho que não se pode fazer de uma vez para todas, mas pode se começar e, ao longo dos anos, ir acumulando um banco de faculdades que têm credibilidade para merecerem o diploma e o exercício no Brasil, como já existe hoje com as faculdades brasileiras. E o número de faculdades brasileiras não é muito maior do que o número dessas faculdades que estão aqui por perto, recebendo alunos nossos. Então, o MEC poderia fazer isso.

Agora tem um estoque de pessoas. Esse estoque, a meu ver, é fazer o que deveríamos fazer, até mesmo com os profissionais formados no Brasil. Eu sou defensor de que a gente faça exame de proficiência. Muitos são contra, não aceitam isso, mas seria a maneira. Chegou aqui, tem um diploma, a primeira avaliação merece um mínimo de credibilidade, vamos fazer um exame para ver o grau de preparo que essa pessoa tem. Para cada curso se teria um tipo de preparo.

Hoje, a OAB faz isso com toda a naturalidade para os advogados brasileiros. Pode se fazer isso para

os médicos, pode se fazer isso para os engenheiros. E aí a gente daria o diploma para aqueles que de fato cumprissem o sucesso em um exame feito aqui dentro. O que não pode é ficar paralisado como está e, segundo, deixar nas mãos das faculdades apenas, porque há um lobby para não aumentar o número de mão-de-obra. Vamos falar com franqueza. Existe um lobby para não aumentar o número de mão-de-obra disputando mercado com os que já estão formados. Isso existe não só em áreas como o direito, mas isso existe mesmo em área como a medicina e, o pior, uma área onde há uma oferta grande de profissionais em algumas cidades e há uma escassez muito grande em outras cidades. Não Acre, no Amazonas, em Roraima, os Governadores começaram a trazer médicos formados em Cuba e a Ordem dos Médicos proibiu sem fazer uma avaliação da qualificação deles, e olha que, se fizer, eles vão estar mais preparados do que os médicos formados na maior parte das faculdades brasileiras, eu não diria em todas. E se a gente olhar especificamente a área, o ramo onde eles trabalham, que é a saúde social, eu não tenho a menor dúvida: eles estão mais preparados de que todas as brasileiras, porque as brasileiras se desviaram muito da saúde social para uma saúde muito instrumental e especializada. Então nós estamos desperdiçando recursos, angustiando desempregados, empobrecendo famílias que gastaram o dinheiro para que seus filhos estudassem e temos que resolver isso.

Ao mesmo tempo, a desconfiança que eu tenho hoje, também, com as faculdades no Brasil. Por isso, só têm duas saídas: um cadastro das faculdades que merecem a credibilidade, e aí o aluno que for para uma que estiver fora do cadastro vai ter que arcar com as consequências, vai ter que saber que fez um curso irregular; e a outra é fazer um exame de proficiência da profissão, mas não deixar nas mãos das universidades o direito de postergar, de recusar sem explicações, e a pressão que a gente vê dos órgãos de representação de classe tentando restringir o número de profissionais.

É isso que eu sugiro, um cadastro completo do máximo de faculdades que existam no exterior, incluindo Europa e Estados Unidos, para não criar essa ideia de que quem vem dos Estados Unidos está bem formado e quem vem da Bolívia está mal formado, que é um equívoco completo. E, segundo, o exame de proficiência mais rápido. Chegou aqui, apresentou o diploma, em poucos meses se submete a um concurso para saber se está ou não apto ao exercício da profissão. E há mais dias ou menos dias eu acho que isso a gente deve fazer até para aqueles formados no Brasil também. Eu não vejo, porque hoje o diploma é

um instrumento suficiente para garantir a propriedade do saber necessário, até porque cada cinco anos o que você aprendeu já não serve mais, então o diploma fica velho. O diploma devia ter um prazo de validade, devia haver um exame periódico, não necessariamente de provas, mas de que cursos você fez naquele período, para saber se você se atualizou ou não.

Esse, Sr. Presidente, é o meu comentário e a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu até, Senador Cristovam Buarque, com a intervenção de V. Exa., eu me lembrava que médicos formados no Brasil, se desejarem atuar nos Estados Unidos, por exemplo, eles terão que fazer as provas nos Estados Unidos. E, passando nas provas, terão o diploma revalidado para o exercício da profissão de médico naquele país. Acompanhei casos do Estado do Paraná em que isto aconteceu, que está na linha da sugestão de V. Exa. Quer dizer, no caso, nem são brasileiros, seriam estrangeiros brasileiros nos Estados Unidos, estrangeiros nos Estados Unidos, mas uma norma geral nessa direção.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No nosso caso, são brasileiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): No nosso caso, são brasileiros e, nesse caso específico, são os brasileiros nos Estados Unidos se submetendo a prova e podendo exercer a profissão com a aprovação numa espécie assim de prova de qualificação ou algo assim, que eu acho que é na linha que V. Exa. aponta, quer dizer, além do cadastro.

Muito bem. Eu passaria, então, a palavra aos expositores para comentários, algum comentário a mais em relação ao que foi dito aqui e também dizendo, como já foi até mencionado nas exposições, que não se pretende que se debate se encerre. Fizemos a Audiência Pública, agora o assunto está encerrado. Eu comentava antes do início dessa Audiência Pública que nós provavelmente chamaremos os expositores, as instituições que representam, para que possamos aqui na Comissão de Educação mesmo, em termos de uma reunião administrativa, continuarmos isto para que possamos chegar, como o Senador Cristovam falou, a conclusões em relação a um assunto que é importante e urgente, que são milhares de pessoas aí, um problema crônico assim que deve ser enfrentado.

Também anuncio a presença da Senadora Marisa Serrano, do Mato Grosso do Sul, e Vice-Presidente desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Passo, assim, em primeiro lugar a palavra à Carmen Luiza da Silva, que é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior. Então eu acho que ficaram claros os comentários

e os questionamentos, que até o Senador Eduardo Azeredo disse: “Não, é mais para o lado de cá alguns questionamentos e outros mais para o lado de lá”. Então como há comentários em relação a todos, a gente passa novamente na mesma ordem das falas para os expositores e expositoras. Então a Carmen Luiza da Silva com a palavra.

SRA. CARMEN LUIZA DA SILVA: Eu gostaria de parabenizar a exposição dos participantes aqui, da Mesa, e agradecer, mais uma vez, a oportunidade de estar aqui, que o Senador Flávio Arns nos oferece, discutindo a questão do ensino privado, ensino público, que eu acho muito importante.

Eu gostaria de frisar que o setor privado de ensino, ele faz parte do sistema federal de educação, que sofre rígida fiscalização pela regulamentação do Ministério da Educação. São critérios aplicados muitas vezes exclusivamente às universidades particulares, ao setor privado de ensino, do que no setor público. E são, portanto, reconhecidos por um sistema nacional de educação. Não vejo, portanto, nenhuma forma que possa discriminar o setor privado de fazer parte desta atuação, dita pelo nosso representante do Ministério da Educação como uma atividade puramente estatal. Por ser uma atividade estatal, ela não pode ter nenhum tipo de viés ideológico e sim ser tratado com unanimidade, como a própria Constituição nos recomenda, que a iniciativa privada tem o direito de ofertar o ensino sem problema algum.

Esse discurso da mercantilização já nos dá um certo cansaço e eu gostaria, mais uma vez, de tentar combater, justamente por essa regulamentação que é feita pelo Ministério da Educação, as diretrizes curriculares que são colocadas para o sistema geral de ensino, para todo o sistema de ensino superior, elas devem ser seguidas, os cursos são reconhecidos, são renovados os conhecimentos, as instituições são recredenciadas, nós somos exaustivamente fiscalizados pelo setor público. A maior parte das Comissões de Avaliação são compostas por membros do setor público, em algum percentual menor existem membros do setor privado também. Então, eu acho que isso é uma discussão que já vem ficando inócua, visto o tamanho da contribuição que o setor privado dá ao desenvolvimento deste país. Não fosse o setor privado, nós não atingiríamos sequer os míseros 12% que nós temos dos jovens entre 18 e 24 anos dentro do ensino superior.

Então, eu queria deixar clara essa posição e dizer que o setor privado, que são as universidades e os centros universitários, mesmo sendo privados, eles têm uma trajetória, eles não nasceram ontem, eles são fruto de um trabalho que vem ao longo de muitos anos e esse trabalho tem que ser reconhecido.

Eu gostaria de dizer também que o que vem acontecendo hoje da colocação de dinheiro na Bolsa de Valores, de venda de ações, enfim, isso é uma questão das mantenedoras, isso não é uma questão das mantidas. As mantidas continuam sendo fiscalizadas e regulamentadas pelo mesmo sistema que abrange todo o País. Então ontem mesmo nós conversávamos sobre isso numa reunião, a Senadora Marisa estava presente, e foi falado justamente isso. O que é que acontece? Apenas o que antes era uma família, porque a maioria das instituições privadas são oriundas de famílias brasileiras, o que acontece é que a instituição que passou a ser com fins lucrativos e passou a ser sociedade anônima, coloca a sua instituição numa Bolsa de Valores, ela tem uma transparência muito maior às vezes na gestão, enfim, deixa de ser uma família que gera aquela instituição e passa a ser várias famílias. É uma questão de mantenedora. Então, nós poderíamos aqui questionar os recursos das confessionais, os recursos das instituições religiosas que vêm, muitas vezes, oriundos de fora do país, as comunitárias. Então de onde vem os recursos eu acho que não é o que deve ser questionado. O que deve ser questionado é a qualidade do ensino que é dado dentro da instituição e se ela tem ou não condições de revalidar um diploma estrangeiro. Eu acho que esse é o ponto que nós estamos aqui colocando.

Quanto à questão das taxas que foi colocada pelo Senador Eduardo Azeredo, as instituições privadas não podem ser discriminadas, pelo fato de precisarem cobrar essas taxas, porque não é justo colocar na mensalidade escolar mais um peso. Já chega o peso que as universidades pagam de pesquisa [soa a campainha], que é feita para Doutorados e Mestrados que elas sustentam, que é retirado das mensalidades escolares esse peso também.

A questão da soberania eu acho que fica resguardada e eu acho que, só para concluir a questão das instituições fantasmas, ontem também nós conversávamos na ABMES sobre a questão da EAD, dos diplomas vendidos em EAD, que estão proliferando pelo mundo, esse é um cuidado gravíssimo que nós temos que ter, e por isso eu ressalto e reforço a posição de nós termos um critério nacional para a convalidação, seja ele para as públicas, seja ele para as particulares. Essa é a minha colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só reiterando, então a senhora defende que seja aprovado como foi inicialmente, que não tenha essa questão de que seria gratuito, porque se não teria que no fundo dividir--

SRA. CARMEN LUIZA DA SILVA: Pode até ter uma limitação, alguma coisa, mas eu não vejo como o setor privado não possa cobrar esse tipo de--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Como fazer gratuitamente. Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Eu passo a palavra à Ana Dayse, da ANDIFES.

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Primeiro eu queria dizer que é uma satisfação imensa, quero cumprimentar a Senadora Marisa Serrano e posso dizer assim com um carinho muito grande ao Senador Cristovam Buarque, um amigo da nossa universidade, professor, Doutor Honoris Causa da nossa universidade, é sempre uma satisfação imensa encontrá-lo e tê-lo aqui presente, suas idéias, e a satisfação que foi de ter sido empossada, a primeira vez, como Reitora, que eu estou no segundo mandato, pelo então Ministro da Educação. É um prazer enorme encontrá-lo, Senador.

Desculpe, eu não sei o nome--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Neuto de Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpe, é o Senador Neuto de Conto, de Santa Catarina, Eduardo Azeredo, Minas Gerais, Marisa Serrano, Mato Grosso do Sul, e Cristovam Buarque, Distrito Federal, e eu do Paraná, então é uma--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Estamos todos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --variedade.

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Cumprimentando mais uma vez a todos. O Senador Eduardo Azeredo, nos seus comentários, ele põe algumas questões como os custos, prazos, falta de regulamentação, cuidados com qualidade, ensino privado, tudo muito bem colocado, senador.

Primeiro, eu quero lhe dizer que eu concordo com a gratuidade. Apesar de não ter tecido considerações aqui, eu acho que essa é uma situação posta, como a gratuidade do sistema federal, de uma forma geral, isso é posto por todos nós, apesar de que a gente sabe que têm algumas universidades que dentro da sua autonomia cobra, a minha cobra hoje uma taxa, mas concordo com isso, até porque a Comissão hoje, Senador Cristovam, que vem discutindo há quase dois anos, mais precisamente as questões da área da saúde, leia-se medicina, que é o grande problema desse País, vamos colocar aqui muito claro que o grande problema é o da medicina, e nós estamos trabalhando com muito cuidado, com muito zelo. Eu acho que essa Comissão, ela está trabalhando para uma prova nacional, porque

nós também discordamos da questão do reconhecimento automático, tem que ser feita realmente uma avaliação. Esse processo está em franco andamento, posto já como uma matriz curricular tratada e definida por uma Comissão de Especialistas das universidades que estão participando, foram convidadas várias, tanto das públicas federais como as estaduais. Nós temos os dois setores, tanto representantes da ANDIFES como representantes da ABRUEM participam dessa Comissão. É uma prova que será posta nacionalmente, iniciando pelo curso de medicina. Em princípio, se pensou em um projeto piloto, mas hoje será aplicada e aberta para todos oriundos dos vários países da Europa, dos Estados Unidos, América Latina, América do Sul, o que for, para tentar atender a essa demanda. Esse projeto nós estamos chamando de piloto como um experimento para que depois se aplique também, de acordo com a necessidade, para outros cursos, e esse exame que está sendo tratado, esse trabalho todo, ele está sendo pensado para a graduação. Eu acho que essa experiência...

A minha sugestão aqui, Sr. Presidente, era que a gente pudesse até aguardar, porque nós estamos assinando já agora, até o final desse mês de agosto [soa a campainha], até o final do mês de agosto nós estamos assinando já os termos com as nossas universidades que aderiram inicialmente a esse projeto e acho que essa vai ser uma experiência, esse processo todo será comandado pelo INEP, a prova será uma prova nacional, onde as universidades, a parte prática, da teórico prática que será feita pelas universidades, porque aí tem que ser dividido, mas todas as universidades participando, e eu acho que essa experiência da graduação, acho que ela deveria ser aguardada nesse primeiro momento, até para se ver que resultado nós vamos ter, que demanda é essa. Senador, a gente também não conhece. Os números de fato, o senhor pergunta, quem são? Nós não temos esses números exatos.

O que nós sabemos é que, da medicina, esse número já variou em dez mil precisando ser revalidado, hoje o número que nós temos é de seis mil. Eu tenho uma experiência da minha universidade que participa desse processo já há alguns anos, mas eu acho que precisa realmente isso ser definido com a seriedade, com o cuidado, com o zelo e com a necessidade, porque na verdade, Senador Cristovam Buarque, nós não podemos continuar fazendo de conta que nós não sabemos que essas pessoas estão trabalhando ilegalmente no nosso País.

Então eu acho que essa discussão aqui feita, com a presença dos estudantes, nós queremos resolver. O Governo Federal, eu posso dizer isso, quer

resolver esse problema. Os três Ministérios estão imbuídos e têm tido muito trabalho. Eu fico muito à vontade, como eu disse aqui no início, o senhor não tinha chegado, os senhores e a senhora, mas eu participo dessa Comissão e tem sido um trabalho longo, não somente por representantes dos três Ministérios, mas das entidades. São técnicos que estão participando e com uma larga experiência, eu acho que vai ser um processo que o Brasil precisa acompanhar, porque ele vai ser um processo nacional. Nós estamos colocando ele ainda esse ano para que possamos então ter esse resultado.

Uma outra situação, que, aqui, está presente a Associação de Pós-Graduação, é com a questão dos pós-graduados. Essa também é uma situação, como aqui o Senador coloca, da questão dos países lusófonos, da questão de Cuba. De Cuba é da graduação, principalmente. Mas dos Estados Unidos, quando temos fora? Não temos esse número. Eu penso que a Associação talvez até tenha isso mais precisamente, mas eu acho que essa é uma outra questão que a proposta do Vicente aqui, de que se tenha uma Comissão para cuidar também mais de perto, eu acho que a exemplo da graduação, Vicente, penso que nós devemos trabalhar a mesma forma a questão da pós-graduação. Aí precisamos ter a CAPES aqui presente, além do Conselho Nacional precisamos ter a CAPS, porque realmente é quem regula toda a política de pós-graduação no País.

Então eu acho que, nesse primeiro momento... O Senador Cristovam coloca um cadastro de faculdades, porque, aí, na proposta desse projeto, entram as privadas, o setor privado e a pública, eu disse na minha fala todo o respeito que eu tenho pelo setor privado, e tanto o setor privado como as públicas precisam realmente ser supervisionadas, fiscalizadas. Nós somos pela Controladoria-Geral da União, pelo Tribunal de Contas da União, não somente com relação ao orçamento, mas com relação ao desempenho, e acho que essa qualidade é que esse País precisa dar. E precisa ter a coragem de dizer também para o setor que aquela que não serve, que não presta, que preciso ser fechado. Vamos ter a coragem de dizer para quem não está dando conta do recado. Nós temos aí um País precisando de mão-de-obra sim, o senhor muito bem coloca. Temos um País precisando abrir oportunidades e quantos e quantos jovens estão fora, é preciso aqui regular, mas não podemos abrir mão da questão da qualidade.

O Senador Azeredo colocou muito bem dois exemplos, como a engenharia, e colocou muito bem o exemplo da medicina. Acho que o exemplo da medicina, eu fico mais tranquila de estar aqui falando como profes-

sora do curso de medicina, do cuidado que precisamos ter, porque nós não podemos imaginar que determinados tipos de faculdades aqui, que seja no Brasil, que seja fora, exponha a população a quem não tenha tido uma boa formação, que possa realmente cuidar das pessoas desse País e fora desse País.

Então eu acho que, nessa primeira fala, eu queria dizer que a minha sugestão aqui inicialmente é que a gente pudesse aguardar, porque isso já vai acontecer, a questão do exame nacional. É um exame nacional, Senador Cristovam, que está sendo posto para os cursos de medicina, porque a grande demanda vem da medicina mesmo, e os demais, nós poderíamos aguardar um pouco essa primeira experiência, porque ela está sendo posta até o final desse mês, e a partir daí eu acho que essa Comissão continuaria trabalhando, verificando o que vai acontecer e a gente então voltaria e teríamos aqui tantas discussões, que se crie uma Comissão para após, eu acho que isso aqui... Em nome da ANDIFES, eu disse em princípio que o tema desse Projeto de Lei não foi ainda pauta do nosso pleno, eu estou aqui representando a ANDIFES, mas dizia desde o início da necessidade, Senador Cristovam, e o senhor tão bem que conhece, que foi um dos fundadores da ANDIFES, que essa discussão possa ser travada no nosso Pleno para ter uma posição das cinquenta e oito instituições que hoje formam o Pleno da ANDIFES.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Senador Eduardo Azeredo gostaria de... Eu só queria também... Agradeço. Já concluiu?

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Já concluí. Em primeiro momento, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desculpe, talvez eu tenha sido indelicado aí de começar a falar, não tendo certeza do término da fala, mas--

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Já terminei nessa primeira fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Obrigado. Eu só quero dizer que foi mencionado, nas falas anteriores, a questão da participação do capital estrangeiro na educação. Nós já tivemos uma Audiência Pública recente, no mês de junho, sobre este tema, com a participação da UNE, a participação do MEC e a participação, inclusive, de instituições que estão nessa situação, com ações na Bolsa e com a participação de capital estrangeiro. Já temos uma segunda Audiência Pública sobre o mesmo tema aprovada na Comissão. Então o debate ainda vai continuar. Quero dizer que foi muito interessante isto em relação inclusive à exposição da Professora Carmen, que mencionou essa situação, e de outros que men-

cionaram, mas foi bastante interessante o debate havido sobre o tema.

Passo, em seguida, a palavra ao Vicente de França, que é o Presidente da Associação de Pós-Graduados. Eu quero dizer assim que quando a Professora Ana Dayse colocou que ela tinha encerrado a argumentação neste momento, eu achei interessante, neste ponto, porque, como eu disse, isto vai continuar. O debate tem que continuar, porque nós, hoje, por exemplo, os pontos foram levantados, suscitou-se a discussão, mas eu quero até colocar para o Senador Eduardo Azeredo, como já foi colocado, que é o Relator, que a Comissão de Educação está à disposição do Relator sempre, ou da Relatora em outros projetos, para que a discussão continue em termos de grupo de trabalho, o que for necessário para os encaminhamentos mais adequados ao assunto em pauta. Pois não, Vicente.

SR. VICENTE CELESTINO DE FRANÇA: Eu quero, antes das considerações, agradecer à Senadora Marisa Serrano, que ontem aprovou a minha participação, muito embora eu tenha solicitado desde dezembro ao Senador Cristovam Buarque, quando estive com ele, ainda então Presidente desta Comissão. Muito obrigado pela oportunidade que nos foi concedida.

Quanto às minhas considerações, eu acho que o que a gente conversou aqui, já têm elementos suficientes para a gente iniciar a continuidade dessa discussão. Já temos elementos. Como representante de uma instituição que está diretamente ligada a essa questão da revalidação, essa instituição foi criada para apoiar os revalidandos e o objetivo foi esse. Ela foi criada justamente por conta do sofrimento que nós, revalidandos, eu também fui eu, tive o meu diploma, fiz com o maior sacrifício, como muitos colegas a gente teve que pedir dinheiro emprestado no banco porque a gente não tinha condição. Às vezes até como funcionário, como funcionário público que sou, a própria instituição não oferecia à gente condições para fazer um curso no exterior. Na nossa localidade a gente não tem oportunidade, porque quem é de fora, quem é um aluno que veio da escola pública, como eu, a gente não tem muita oportunidade nas universidades. Primeiro, as vagas são poucas. Segundo, a gente tem um projeto, às vezes pode ser um projeto bonito. Eu apresentei o meu projeto de Mestrado, eu queria fazer o meu projeto no meu Estado, no meu País. Apresentei o meu projeto a três instituições. Os professores avaliadores pegaram o meu projeto e disseram: "Professor Vicente, o seu projeto está muito bom, mas eu tenho os meus alunos que já vêm desde a graduação. Eu só tenho duas vagas", porque é dividida com os professores, as vinte divide com os professores. "Então eu tenho que ser honesta com o senhor, o seu projeto está bom,

mas eu vou ter que dar prioridade a uma aluna que já caminhou comigo desde o início". Então a gente é barrado. A gente faz um sacrifício para fazer um curso no exterior. Eu gastei, sem poder, sem poder, R\$ 12.500,00, em 2004, para poder fazer o curso. Apresentei o meu processo de reconhecimento em três universidades. Foram três anos para reconhecer. Foi um sacrifício. Está aqui reconhecido o meu curso, está reconhecido. Fui para São Paulo. Foi um preconceito, a mulher disse: "Não recebo o seu curso aqui não, vá lá para o Nordeste porque as faculdades de lá são mais fracas. Não venha dar entrada aqui não, porque lá no Nordeste é mais fraca". Aí depois eu provei a ela que a que aprovou a minha tinha Nível 5 e a dela tinha Nível 3. Aí fui para outra. A outra é essa que está lá, aqui na Paraíba. Tive que retirar o processo, porque depois de três anos eles não me deram nem uma resposta, nem de sim e nem de não. Eu fui lá e retirei o processo. E a outra foi no Rio Grande do Norte, que também negou. Aí eu recorri, porque não analisaram nem sequer o mérito do meu trabalho. A instituição, eu tirei a melhor nota, equivalente a 10, na minha avaliação no Mestrado em educação, lá na Universidade Lusófona, em Portugal, e, chegando aqui, ela nem analisou o mérito, apenas botou um despacho: "Essa universidade não está reconhecida", e eu tinha a prova de que a universidade estava reconhecida, como outras boas universidades, estava reconhecida e consegui que o Conselho analisasse e me desse o que eu tinha direito, que era o reconhecimento.

Então eu estou colocando essa situação que eu vivi, para que vocês entendam a situação que está passando. Como o Senador colocou aqui, é uma situação [soa a campainha] que são profissionais que querem ter o seu espaço, que estão fazendo o maior sacrifício, não tem apoio de ninguém. Eu tenho vários associados que hoje estão devendo aos bancos os cursos que estão fazendo, alguns em boas instituições; outros em instituições piratas, que está cheio por aqui.

Então, eu quero encerrar, conclamando que essas sugestões que estão sendo sugeridas aqui, que se faça esse cadastro das universidades que tenha boa qualidade, isso é preciso que se reconheça, que a gente possa fazer aqui também no Brasil uma regulamentação desse processo, já foi uma boa sugestão, acho que já é consenso entre nós a questão da gratuidade, a questão da abertura também para que as universidades privadas possam também contribuir nesse processo sem preconceito, sem discriminação. Então, acho que a gente já tem elementos suficientes para dar continuidade a esse debate, que eu acho que estamos cumprindo aquilo que a sociedade exige de nós, é que a gente dê uma resposta a essa questão e

eu quero dizer que essa Comissão tem competência e pode, pode e deve dar esse passo que para a gente apresente as instituições, que todas elas que pelo menos se colocaram aqui estão em abertura, querem ajudar, querem buscar uma solução para esse problema, e que a gente possa, a partir dessa Comissão, apresentar essas sugestões, discuti-las e chegar a um bom termo em relação ao reconhecimento no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu passo a palavra para o André Luiz Vitral Costa, da UNE.

SR. ANDRÉ LUIZ VITRAL COSTA: Bom, primeiramente eu quero agradecer aqui, em nome do Senador Presidente aqui da Comissão, o Flávio Arns, pela oportunidade, e dizer que nós temos muito acordo que coloca a ANDIFES aqui nesse momento, ou seja, a questão da validação do diploma, em síntese, ela consiste numa atividade administrativa que, na nossa avaliação, num primeiro momento, é de responsabilidade do Estado. E se é de responsabilidade do Estado, cabe ao Estado estabelecer e normatizar como vai se dar esse procedimento, inclusive na perspectiva ou não de concessão à iniciativa privada ou qualquer outro segmento de atuar. E, nesse sentido, cabe também ao Estado regulamentar esse procedimento no sentido de dizer o seguinte: como se dá o procedimento, o critério, o custo, o prazo, inclusive com destaque e prioridade aos casos de maior relevância, como o Senador Cristovam Buarque já colocou e outros membros aqui da Mesa colocaram, que são os casos da área da saúde e da educação, que saltam aos olhos pelo volume de pedido de revalidação das instituições federais de ensino superior no Brasil.

Agora, é preciso fazer um debate aqui, também, que eu acho que é um debate de fundo de questão geral, e aí dialogando aqui com a colega da ABMES, no sentido do posicionamento político mesmo, porque, na nossa avaliação, da União Nacional dos Estudantes, é muito difícil, quase impossível separar política e ideologia, ou seja, que o posicionamento político inclusive do dever do Estado em relação à sua responsabilidade de ensino superior, ele é muito carro carregado de viés ideológico, inclusive na opinião dos que defendem manter as coisas do jeito que estão, e no nosso caso, que nós nos posicionamos, de transformar o ensino superior no Brasil, porque está provado pela prática, é só passar em qualquer sala de aula de qualquer universidade do Brasil, que o ensino superior não tem dado conta das tarefas nacionais na sua forma e no seu conteúdo.

Nós viemos, Senador Flávio Arns, de um congresso nacional, ocorrido aqui na Cidade de Brasília

agora no mês de julho, que reuniu 92% das instituições de ensino superior do Brasil, 100% das públicas e a grande maioria, a ampla maioria das privadas, das fundacionais, das confessionais, das religiosas. E o que está colocado aí é que existe uma grande dificuldade na atividade de ensino superior no Brasil, tanto nas públicas como nas privadas ou nas que cobram mensalidade, mas em especial nas privadas. A prática e o ambiente cotidiano do ensino superior, motivado pelo lucro no Brasil, é de grandessíssima precarização. A Senadora Marisa Serrano está aqui presente, eu tive a oportunidade de estar no Estado do Mato Grosso do Sul numa grande instituição, num grande grupo educacional que hoje comprou, adquiriu diversas faculdades no Estado do Mato Grosso do Sul. O debate que eu fazia lá na Cidade de Campo Grande era sobre o tal do PLC, que é o quê? É a instituição do livro texto pelo chamado apostilão ou do condensado, ou seja, em que papel joga no processo de mercantilização do ensino, de precarização das relações, uma instituição que visa lucro, porque a professora aqui, como já disse aqui a Professora Ana Dayse, quando deixar de ser Reitora, ela não vai levar nem a cadeira que ela senta lá da sala. Agora uma instituição privada tem outra motivação. Então precisamos ser francos nesse debate. E precisamos ser francos nesse debate inclusive para reconhecer que a atividade de validação do diploma não pode se configurar como um novo mercado ou nova fonte de receita para essas instituições.

E por último também é importante colocar, que eu mencionei aqui a questão da relação dessas instituições com o mercado financeiro, nós tivemos algumas experiências no congresso de depoimentos de estudantes que são muito interessantes dessas instituições. Eles fizeram matrícula numa universidade para cursar um curso de ensino superior e por diversas razões, inclusive agora da crise que nós estamos vivendo, de demissões e tal, passam a dever e ficar inadimplentes com essa instituição, e quando vão ver recebem uma carta de um banco, ou seja, faz a matrícula e assina contrato com a universidade, só que passa a dever para um banco. Então, ou seja, como é que vai se dar essa relação? Eu quero reafirmar aqui [soa a campainha] que, por parte da União Nacional dos Estudantes, não existe preconceito nenhum com as instituições que não sejam públicas, privadas, confessionais. Muito pelo contrário, nós queremos debater aqui francamente, entre pares aqui, dizer o seguinte: que na nossa avaliação de fato o Estado não vai conseguir, nesse curto período de tempo, dar conta das tarefas de educação e ensino superior no Brasil. Agora, é preciso a gente avançar, amadurecer na perspectiva da regulamentação. Não se pode deixar a atividade que é estratégica de ensino

superior no Brasil à lógica da reprodução do capital. Os países que vivenciaram isso, como é o caso, por exemplo, do México aqui, que está aqui mais próximo da gente, perceberam uma falência do ponto de vista da forma e do conteúdo da sua política pública de ensino superior.

Então é isso que está colocado, eu quero reafirmar e agradecer aqui ao espaço, acho que é um espaço importante, que consolida o processo de democracia no Brasil, e é preciso que a gente tenha maturidade e trate de maneira franca os temas que estão sendo colocados aqui. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra agora ao Samuel Martins Feliciano, da SESU - Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação.

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: Bem, primeiramente, eu gostaria de agradecer novamente ao convite, em nome do Senador Presidente Flávio Arns, gostaria também de agradecer a presença dos Senadores Cristovam Buarque e Marisa Serrano e também agradecer aos questionamentos apresentados pelo Senador Relator Eduardo Azeredo, pelo Senador Cristovam Buarque e do Senador que preside essa Comissão.

Alguns pontos já foram tratados pela Professora Ana Dayse e pelos outros integrantes da Mesa. Até antes de responder aos questionamentos, eu queria deixar claro que na segunda fala da representante da ABMES, para deixar bem claro que a Secretaria de Educação Superior e o Ministério da Educação reconhecem, como foi dito na própria fala do Senador Eduardo Azeredo, a importância da iniciativa privada, inclusive em relação à quantidade e à representatividade dentro da educação superior das instituições privadas. E aproveitando essa fala, também quero deixar, acho que não é o momento para produzir esse debate de forma mais contundente, a questão da participação de capital estrangeiro, mas na fala do André teve um momento que ele pontuou a questão da regulação do ensino privado. É importante aqui só destacar que o Ministério da Educação vem consolidando um marco regulatório, desde o ano de 2006, com um novo Decreto, inclusive prevendo ali não só as atividades de regulação, que a gente mencionou na primeira fala, de autorização, reconhecimento, credenciamento, mas também da supervisão da educação superior. A gente pode mencionar rapidamente alguns processos de supervisão especial que foram conduzidos pela Secretaria e pelo Ministério, como supervisão especial, não de forma assim... É evidente que começando por cursos como pedagogia, direito e medicina, que é objeto inclusive da nossa discussão agora, além disso

recentemente houve um processo de supervisão especial relacionado ao cumprimento, ao adimplemento do requisito de composição do corpo docente trazido pelo art. 53 da LDB. Então só para deixar pontuado que esse esforço, a Secretaria de Educação vem num crescente e o Ministério da Educação também vem trabalhando isso de forma evidente.

Agora, retomando os questionamentos que foram aqui apresentados, eu queria deixar bem claro, até pela própria estrutura constitucional da educação superior, trazida também para a LDB, que nos traz e é um valor importante, que é o da autonomia universitária, processos como esses que são conduzidos de forma polarizada e fragmentada por cada uma das instituições federais de ensino superior, eles têm uma dificuldade e o trabalho da ANDIFES nesse sentido é muito importante, de coordenação das atividades. Então no pedido do Senador Cristovam Buarque, como já foi dito aqui pela Ana Dayse, de um exame único, de uma prova única para a revalidação desses diplomas, como bem colocou aqui a representante da ANDIFES, é o trabalho do grupo interministerial, também integrado pela ANDIFES e pela ABRUEM, é exatamente nesse sentido. E mais do que isso: com a adesão das instituições federais de ensino superior e as demais públicas, estaduais e municipais, representa exatamente esse esforço de dar uma coesão, uma padronização maior para essa atividade. Então eu reforço aqui, antes de tocar nos demais pontos, o pedido da Professora Ana Dayse [soa a campainha] para que talvez essa Comissão, se for possível e avaliado, analisado com uma solução possível, de que a gente aguarde, que se aguarde o resultado desse projeto piloto que está sendo conduzido em relação ao curso de medicina, inclusive para o Ministério da Educação, acompanhado dos demais integrantes desse grupo interministerial, não sei em que oportunidade, se numa nova Audiência Pública ou se num encontro administrativo com o Relator e os integrantes da Comissão, apresentem um resultado, pelo menos num primeiro exame.

Já aproveito esse pedido também para dizer que os próprios anseios que foram trazidos aqui no debate em relação aos prazos atuais, aos custos e às taxas cobradas, a questão da padronização, a questão da qualidade, a obrigação, ou não, da instituição aceitar um pedido de revalidação... Na verdade, como, hoje, o processo é muito fragmentado, você tem uma dificuldade, por exemplo, para estabelecer, quiçá em uma área específica, por exemplo, medicina, uma dotação orçamentária específica para garantir um caminho para a gratuidade ou a gratuidade, que eu acho que é um caminho a ser seguido.

Quando a gente for imaginar esse processo também para a engenharia, para direito, para a área de educação, na verdade, você tem exames, a partir das diretrizes curriculares nacionais de cada curso, que pedem um tipo de processo de revalidação diferente. Então, esse projeto piloto também nos permitirá uma leitura melhor e mais qualificada de qual a solução macro que a gente tem que dar para essa questão. Então--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Em outros países, existe custo, existe um exame deste tipo?

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: Como foi mencionado pelo próprio Presidente, Senador, temos conhecimento, comparando com a área que está sendo pensada(F) dos Estados Unidos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Argentina, Portugal, dos países mais próximos da gente assim?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Portugal tem.

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: É, eu ia mencionar, Portugal tem, e, aproveitando a oportunidade também, estava já esquecendo de mencionar. Na fala do Vicente, se eu não me engano do próprio Relator e também o Senador Cristovam Buarque, pontuaram a questão dos países mais próximos, América Latina--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): De língua portuguesa.

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: --lusófonos e também os países africanos que têm uma proximidade maior com o Brasil. O Ministério da Educação, pela sua própria atuação em outras áreas, aí eu me recorro a outra atuação nossa também, que é o Projeto REUNI, de Reestruturação da Infraestrutura do Sistema Federal, tem buscado esse diálogo intenso com esses países mais próximos do Brasil. Então, a gente tem experiência aí de novas universidades que estão sendo criadas com esse parâmetro, entendeu? Então, a gente tem aqui, trabalha com a integração na América Latina, outra, com a África e outra, com os países lusófonos. E, além disso, especificamente com relação aos países lusófonos, mesmo porque teve uma demanda muito grande em relação à revalidação de diplomas de estudantes provenientes de instituições de Portugal, foi constituída, até por uma deliberação do CNE, também uma Comissão Interministerial, também com a participação da ANDIFES, da ABRUEM, para um tratamento tal qual está sendo feito agora, com medicina, específico até pela--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: Exatamente. Até o resultado desse processo que a gente está chegando agora teve início nessa primeira discussão, em relação a Portugal.

Então, eu não sei se todos os questionamentos foram contemplados, mas, como eu disse na primeira oportunidade, o Ministério da Educação - e acho que aqui, também, falando em nome do grupo interministerial que foi composto - está totalmente à disposição para receber contribuição, tanto aqui da Casa, do Senado, novamente conversar e trazer os resultados desse primeiro projeto piloto que está sendo conduzido, e, além disso, como já foi colocado aqui, aos demais integrantes da Mesa, também escutá-los e ter oportunidade de continuar esse debate. Então, eu agradeço.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só mais uma coisa. Quer dizer, então, que, hoje, não tem prazo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Hoje, não existem prazos?

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: Na verdade, só esclarecendo, hoje, o que existe é uma Resolução do CNE, que é a nº 1, de 2002, que depois teve uma modificação em 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): CNE é o Conselho Nacional de Educação, para os telespectadores--

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: É, exatamente, desculpe a--

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Posso fazer um complemento?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, claro, só um complemento pela professora...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ana Dayse.

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Ana Dayse. Não é muito comum Ana Dayse. O Ana e a Dayse--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas é Ana Dayse, com Y ainda.

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Isso, bem nordestino, é uma mistura aí. Senador, é o seguinte: não existem prazos para isso. As universidades, elas fazem a sua regulamentação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Cada uma?

SRA. ANA DAYSE REZENDE DOREA: Cada uma. Então, por exemplo, a minha universidade, a

Federal de Alagoas, nós temos uma Resolução do nosso Conselho Universitário, onde, anualmente, nós abrimos o processo de revalidação para a graduação. Nós oferecemos vinte vagas para cada curso que a universidade tem e recebe processos do país inteiro. A grande demanda é da medicina [interrupção no áudio]. Agora, voltou. Como odontologia, direito, economia, né, mas são muito poucas, a demanda é muita pouca. A grande demanda mesmo é medicina. Agora, as universidades podem fazer isso, as federais, as estaduais. Então, isso é que tem. Então, algumas universidades têm regulamentado, outras fazem, mas, dentro da sua autonomia, cada uma decide como fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Samuel quer complementar também alguma coisa.

SR. SAMUEL MARTINS FELICIANO: Complementando só. Na verdade, só para consolidar o nosso pedido, também esse projeto piloto que está sendo conduzido. Nessa questão dos prazos, ele também, havendo um edital único para esse tipo de revalidação, você tem um prazo único, um controle único. Então, todo o pensamento e o esforço dos Ministérios envolvidos e das Associações é exatamente para buscar esse resultado. Todos os anseios que foram aqui trazidos foram contemplados no trabalho desse grupo, e o resultado esperado e desejado é exatamente esse.

Só trazendo um parâmetro assim. Na verdade, como qualquer processo administrativo, o processo de revalidação está sujeito às normas de direito administrativo, a Lei do processo administrativo. Então, também é um processo administrativo. Então ele está sujeito aos prazos da Lei 9.784. É só.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero passar a palavra à Senadora Marisa Serrano, que, como já disse, é vice-Presidente dessa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para fazer as considerações e, ao mesmo tempo, se possível, dar, assim, o fechamento desta Audiência Pública. A Senadora Marisa Serrano é combatente, ativa, presente, idealista e educadora, professora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Talvez eu não tenha condições aqui de poder fazer essa síntese que V. Exa. pediu porque eu estava na Comissão de Assuntos Sociais, porque havia alguns projetos que eu era Relatora e tinha que estar lá, não pude estar desde o começo aqui. Mas eu quero agradecer muito a presença da Doutora e Professora Ana Dayse, Dr. Samuel, do André Luiz, da Professora Carmen e do Professor Vicente. Dizer que nós estamos passando uma semana difícil nessa Casa, uma época difícil, mas eu gostaria que o povo brasileiro que está nos vendo e ouvindo pela Televisão Senado tivesse a

consciência do nosso trabalho. Todas as Comissões hoje desta Casa, todas, estão todos os Senadores trabalhando, como sempre fizeram. Não tenho nem ideia, Senador Flávio Arns, de quantas Audiências Públicas nós já fizemos, de quantas áreas, em quantas áreas nós discutimos e trabalhamos, e isso em todas as Comissões. Recebi uma série de e-mails ontem, antes de ontem, dizendo que como as pessoas às vezes só olham o que se sai no Plenário, dizendo que não vê porque o Senado continuar, porque aqui ninguém trabalha. E como eu vi hoje cedo, ainda relatei e respondi aí diversos e-mails, eu gostaria de dizer que esse aqui é um exemplo de que há uma questão nacional, uma questão que precisa ser discutida, que precisa ser resolvida, que vai impactar em milhares de pessoas, impactando milhares de pessoas ou centenas de milhares, porque, afinal de contas, a família toda é impactada com uma decisão que nós podemos tomar aqui. A responsabilidade nossa é em discutir profundamente as questões. Nenhuma questão de cunho macro, como essa, é votada aqui sem ampla discussão e sem ouvir a sociedade, sem perguntar se a sociedade pensa assim ou tem uma contribuição a dar. Esta Casa, além disso, ainda recebe as contribuições por escrito, que nem vem aqui numa Audiência Pública, mas que todos nós recebemos.

Então, eu quis falar isso porque, hoje, eu me chateei com a perseguição de uma parte da sociedade de que, aqui, ninguém faz nada e ninguém trabalha.

E é por isso que é importante, André, que a normatização seja feita pelo Congresso Nacional. É obrigação nossa, é obrigação que o País não seja legislado por Decreto, não seja legislado por Portaria, que a sociedade brasileira saiba que aqui é uma Casa de ressonância, como ela sabe que é. É aqui que ocorrem, quando precisam discutir amplamente as questões, e é por isso que eu brigo muito quando o País começa a ser, como foi durante a ditadura, ser regulado por Decretos. Tem que ser regulado por um Congresso Nacional vigente, livre e que a sociedade possa ter a oportunidade de estar aqui, como você está, como todos, dando a sua contribuição.

Eu não pude ouvir todas as falas, mas eu queria dizer que vou entrar depois em contato com o Dr. Samuel e a Ana Dayse, se for possível também, para discutir um pouco aquilo que o Ministro Fernando Haddad falou no MERCOSUL, eu sou parlamentar do MERCOSUL, como o Senador Cristovam é, nós dois somos da Comissão de Educação, e o Senador Eduardo Azeredo é suplente dessa Comissão e do MERCOSUL. Mas dizer que o Ministro Fernando Haddad fez uma longa exposição em Montevidéu para os parlamentares dos países do MERCOSUL. E falou muito porque, é claro,

havia dois bolivianos lá, Senadores bolivianos, parlamentares bolivianos, mas principalmente os parlamentares paraguaios, além dos uruguaios e os argentinos. Mas os paraguaios foram muito enfáticos na questão da revalidação dos diplomas das universidades paraguaias aqui no Brasil. E eu venho de um Estado, além de trabalhar no MERCOSUL também, de um Estado que faz fronteira com a Bolívia e o Paraguai. Então nós temos problemas seriíssimos de alunos, que é fácil atravessar a fronteira. Mas dizer que o Ministro colocou muito lá em Montevidéu a respeito da creditação que está sendo levada a cargo com, segundo ele, naquela época ele disse, cem universidades dos quatro países, e essa creditação iria normatizar e iria tornar similares, pelo menos, as questões de curriculum, de carga horária, de projetos, de estágios, uma série de razões, quer dizer, essas universidades seriam também aí um modelo para o País. Começaria pelo MERCOSUL e começariam por essas cem universidades, segundo o Ministro. E a partir delas então, com essas universidades, nós não precisaríamos mais de mexer com revalidação, automaticamente os diplomas seriam conhecidos, porque elas já estariam reconhecidas de antemão pelos nossos países, pelas mudanças, pela história já vivenciada por elas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Reconhecimento da universidade, e não do diploma?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Das universidades. A Professora Ana Dayse diz da prova nacional principalmente para a graduação de medicina. Para todos os países, não é isso, independente do MERCOSUL, para todos os países. Era importante depois, Dr. Samuel, numa próxima, se o senhor puder, e eu vou fazer por escrito uma consulta ao senhor, a V. Sa., para que a gente pudesse ter uma clareza a respeito daquilo que o Ministro disse, da creditação específica para os países do MERCOSUL e de provas nacionais que seriam feitas para todos os países, quer dizer, em que mão estão andando, se uma sobrepõe a outra ou se são distintas. Era bom a gente ter essa clareza, para nós isso é importante.

E, além disso, eu também gostei da sua fala, Dr. Samuel, que diz que essa regulamentação indistinta que, hoje, existe nas nossas universidades, todas, cada uma tem a sua própria regra de como fazê-lo. Isso está errado, não pode mesmo acontecer. Temos que ter uma regra nacional. Se as universidades são nacionais, são federais, aliás, como é que cada uma... A Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Universidade Federal da Grande Dourados, as duas federais do meu Estado, as regras são diferentes. É impossível uma coisa dessas.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Isso é uma caixa de marimbondos.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

É uma caixa de marimbondos, é verdade. Isso tem que ser feito, a regulamentação tem que ser única para as universidades federais, para que as particulares também tenham a mesma oportunidade.

E terminar dizendo a todos que eu sempre fui ligada às universidades públicas, às universidades federais, à estadual do meu Estado também, mas eu tenho uma preocupação enorme de acompanhar, de estar atenta, de discutir, de participar das universidades privadas. Faço questão. E não admito que se diga que são contra as universidades privadas. Isso não pode nem existir. Primeiro, porque 75% do alunado nosso está nas privadas, não está nas públicas. É a grande maioria. Então nós temos a obrigação de acompanhar, porque acompanhando nós estamos dando respaldo a 75% do alunado que estão nas particulares. Então todos os parlamentares, indistintamente, têm a obrigação de acompanhar. Eu vejo parlamentar às vezes, principalmente os Deputados: "Não, eu só mexo com as universidades públicas". "Não, eu não quero saber das particulares, eu só quero trabalhar aqui nas universidades federais ou as públicas", entrando aí as poucas municipais e as estaduais que existem. Mas eu falo: Meu Deus do céu, e vai deixar ao leu, sem acompanhar, sem saber o que está acontecendo, sem dar a sua sugestão, sem poder oportunizar melhorias para 75% dos alunados que estão nas particulares? Então essa é uma questão que a gente tem que ter muito tranquilo e muito claro de que nós temos, e a nossa legislação é feita aqui principalmente agasalhando todos aqueles que fazem universidade no País, seja os 75% que estão nas particulares, sejam as outras que estão nas universidades públicas.

Portanto, termino aqui a minha longa fala, dizendo da tristeza de não ter ouvido desde o começo todas as exposições, mas fiz questão de ouvir todas, pelo menos na área final, e dizer que todas essas questões dos interessam muito. Interessam muito porque nós estamos discutindo aqui a questão da validação dos diplomas da universidade, dos estudantes que estão em Cuba fazendo medicina, e eu não admito que haja uma separação, para lá é uma coisa e para o resto do mundo é outra. Se é uma norma, tem que ser para todos, é isso que tem que ser, não pode aqui nós votarmos separadamente as coisas. Isso serve para a discussão de ontem também, que é uma discussão interessante, é o que vale, se vamos fazer proficiência, exame de proficiência para algumas áreas ou vamos fazer exame de proficiência para todas as áreas ou não vamos fazer para nenhuma e garantir uma melhoria da qua-

lidade do ensino, ou vamos fazer como nos Estados Unidos, que a proficiência é no final do ensino médio, para que as pessoas tenham condições e acesso à universidade de uma forma diferente, diferenciada. Tudo aqui tem que ser discutido para a gente ter a clareza de poder legislar o melhor para a educação brasileira e para os nossos jovens que queiram, como o André Luiz, continuar aí na luta e ter oportunidade no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Quando V. Exa. mencionou o trabalho que vem sendo feito no Senado Federal, apesar dos percalços, dificuldades e problemas conhecidos da sociedade, foi interessante inclusive essa menção, essa lembrança, porque todos os tópicos mencionados nesta Audiência já foram objeto de Audiências Públicas neste ano. Por exemplo, a participação do capital estrangeiro na educação, quer dizer, vai haver uma segunda inclusive, como já mencionei. Ou a questão do REUNI, que foi mencionado, frisamos também a discussão nesse sentido. A questão das universidades particulares, também participamos, inclusive como Comissão do congresso nacional que aconteceu em Minas Gerais, Araxá, nesse sentido. Como faculdades, instituições comunitárias, confessionais, filantrópicas também, houve o debate. Ou a questão da educação à distância, que foi a preocupação levantada aqui, que nós inclusive já fizemos Audiência Pública e fizemos várias reuniões. Inclusive estou avisando o André Luiz, que é o representante da UNE, que a UNE sempre vem participando de todos esses debates e também dessa questão da educação à distância, que vem afetando o Brasil inteiro. O exame de proficiência, em outro dia ainda o exame da OAB e outros exames, por consequência, que são objeto também de Projeto de Lei. Tudo isto e outras tantas situações foram debatidas neste ano.

Mas eu quero dizer que a Senadora Marisa Serrano, assim, apresentou de maneira muito adequada, muito convincente as preocupações que devem nortear a nossa caminhada. O Senador Eduardo Azeredo é Relator dessa matéria, eu tenho a certeza de que esta Audiência Pública fez a todos nós refletir bastante sobre o tema e ver como é que isto pode ser encaminhado na relatoria para que haja assim o encaminhamento de uma solução para essas dificuldades no Brasil. E o Senador Cristovam Buarque, sempre presente, ex-Presidente, uma referência para todos nós no Brasil num conjunto de áreas, mas particularmente na área da educação. Eu quero dizer que dos Senadores presentes, o Senador Cristovam Buarque é Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o Senador Eduardo Azeredo é Presidente da

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Senadora Marisa Serrana é Vice-Presidente, com muito orgulho e muito honra, desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Agradeço a participação de todos que vieram a esta Audiência Pública. Destaco novamente a todas as pessoas que estejam entrando em contato com esta Audiência, seja através da TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, que, por favor, tendo participação, interesse, motivação para esta área, entre em contato com a Comissão de Educação colocando as suas contribuições para o enriquecimento deste momento da Audiência Pública.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Só uma coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E quero agradecer aos expositores e dizer, novamente, desta necessidade de que nós tenhamos um segundo momento ainda, se o Relator assim achar importante, necessário, para que possamos discutir os desdobramentos dessa Audiência Pública. Peço só que o Senador Cristovam Buarque também se manifeste em relação a essa Audiência.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Só para complementar a fala da Senadora Marisa, quando ela fala que o Senado está trabalhando, eu aproveito para comunicar que hoje aprovamos aqui na Comissão de Constituição e Justiça um Projeto que cria a carreira nacional do professor, ou seja, é o primeiro passo, ainda vem para cá, daqui ainda vai para a Câmara, que chega aqui Terminativo, mas de qualquer maneira a Comissão de Constituição e Justiça previu que é possível haver uma carreira nacional de professores da educação de base. Se é possível isso, como é que a gente não pode ter as universidades integradas com algumas regras comuns? É preciso que a ideia de autonomia não se confunda com a ideia de autismo. As universidades hoje me parecem mais autistas do que autônomas e há uma diferença grande entre essas duas qualidades.

Era isso, Presidente, aproveitando para dizer que foi aprovado o Parecer da Senadora Serys, esse Projeto de Lei da criação de uma carreira nacional do magistério.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu quero só dizer, Senador Cristovam Buarque, que, no caso do autismo, as pessoas com autismo se caracterizam por uma dificuldade de comunicação, entre outros aspectos, uma dificuldade de relacionamento com o mundo, momentos estereotipados balançando o braço, balançando a cabeça. Porém, é extremamente interessante, porque em outros países se desenvolveu algum tipo de mecanismo de comuni-

cação para que a pessoa autista pudesse, na verdade, se comunicar com os outros. Eu me lembro que eu participei de um congresso nacional sobre autismo nos Estados Unidos em função de uma metodologia chamada comunicação facilitada. Havia um auditório de mil pessoas e uns quatro ou cinco jovens autistas sentados na mesa, as pessoas faziam qualquer tipo de pergunta para esses jovens autistas se balançando, movimento estereotipados e tal, você pensando: "Não, a pessoa não está se comunicando". Mas, com a ajuda desse mecanismo, uma espécie de máquina de datilografia, na época, com teclas diferentes, as pessoas faziam as perguntas e eles respondiam na máquina qualquer tipo de pergunta que era feito.

Então eu quero dizer que, no caso das instituições de ensino superior, o caso é assim diferente porque eles não se comunicam mesmo [risos]. No caso das pessoas autistas, dadas as condições para uma comunicação, eles se comunicam. Mas eu quero até aproveitar essa Audiência Pública, porque, às vezes, até para a sociedade, o pessoal vê a pessoa autista e tal, mas dizer que eu me lembro de uma frase de uma moça nesse congresso, ela estava no canto, havia um grupo de pais, como eu também tenho um filho com deficiência, não com autismo, mas eu participo muito desses debates com os pais e famílias, a moça estava sentada no canto e os pais lá conversando, de repente alguém perguntou para ela, quer dizer, alguém poderia dizer: Não, ela não está participando, não está entendendo, não está se comunicando. "O que você acha de tudo isso, qual que é o teu maior problema?" E ela disse claramente na máquina de comunicação adaptada: "O meu maior problema é não ter amigos", quer dizer, é não ter amigos. Por isso é que na escola inclusive existem pesquisas que quando se diz para a criança: "Por que é que você gosta da escola?". "Eu gosto da escola porque eu tenho amigos", não porque está aprendendo matemática, história, geografia, alguma elucubração mais acadêmica. Então é só para fazer esta observação, porque é um desafio para todos nós a comunicação da pessoa com autismo com o mundo. Agora no caso das instituições de ensino superior, a comunicação ainda, quer dizer, a gente tem que trabalhar nisso para que a comunicação aconteça.

Mas que bom, foi um prazer receber a todos, agradeço a participação e vamos caprichar nessa caminhada, para que possamos ter uma solução para a revalidação dos diplomas de ensino superior, de pós-graduação, como colocado, por nossas instituições de ensino superior. Obrigado.

Declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h08.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE****Ata da 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 11 de Agosto de 2009.**

Às onze horas e trinta e três minutos do dia onze de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Valter Pereira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Neuto de Conto, Valdir Raup, Kátia Abreu, Efraim Moraes, João Vicente Claudino e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Expedito Júnior, Marina Silva, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana e Cícero Lucena. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. **Item 018: Requerimento nº 029/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "...nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à realização do Projeto "O Poder Legislativo fazendo parte do Time da Copa de 2014", a ser organizado pela Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) do Senado Federal, nos Estados-Sedes da Copa do Mundo de 2014, no período de agosto a novembro de 2009". O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 001: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 27/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "... nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento Nº 27, de 2009, que propõe a realização de Conferência intitulada "Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade", a ser realizada por esta Comissão e em parceria com o Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Paulista (UNIP) e a Universidade Strasbourg da França, para que esta sessão seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que o assunto é afeito às

pertinências regimentais daquele colegiado. Proponho ainda que seja incluída entre os participantes da Conferência, a seguinte convidada: Professora Maria Iza-bel Tafuri, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB) e coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil". O Requerimento é aprovado. **Item 017: Requerimento nº 028/09-CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso II e V, do Regimento Interno desta Casa, REQUER a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes, do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil - FIES. Para a realização da audiência, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad; Presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho; Cláudio Moura e Castro, jornalista e economista (Revista Veja) e Presidenta da União Nacional dos Estudantes – UNE, Lúcia Kluck Stumpf e demais convidados a serem definidos pela própria Comissão". O Requerimento é aprovado. **Item 007: Projeto de Lei da Câmara nº 192, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Carlito Merss, que "Confere ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o parecer favorável é aprovado. **Item 010: Projeto de Lei do Senado nº 420, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marco Maciel, que "Denomina 'Rodovia Senador José Coelho' o trecho da Rodovia BR - 428, situado entre as cidades de Petrolina e o Trevo do Ibó, no Estado de Pernambuco". A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo à solicitação do autor. **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 004, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria dos Senadores Cristovam Buarque, Marisa Serrano e Augusto Botelho, que "Insere o art. 67-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública, e dá outras providências". O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 108, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no LIVRO DOS HERÓIS DA PÁTRIA". O relator designado é o Senador

Marco Maciel e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis. **Item 006: Projeto de Lei da Câmara nº 029, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Lincoln Portela, que “Determina a obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental”. O relator designado é o Senador Inácio Arruda e o projeto é aprovado por 17 (dezesete) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nº 01-CE e 02-CE, aprovadas por 16 (dezesesseis) votos. **Item 016: Projeto de Lei da Câmara nº 063, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Marco Maia, que “Inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Wilson Matos, que “Institui o Exame Nacional de Avaliação do Magistério da Educação Básica (ENAM-EB)”. A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o parecer é favorável, com as emendas oferecidas. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que “Cria a Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar, destinada a apoiar o intercâmbio de experiências, fiscalizar, cobrar e coordenar o trabalho de segurança desenvolvido pelas polícias estaduais e do Distrito Federal e por outros órgãos locais, pelas secretarias de educação, por professores, alunos e servidores, com a finalidade de garantir segurança em torno das escolas e a paz na sala de aula”. O relator designado é o Senador Valter Pereira e o parecer favorável é aprovado, com a emenda nº 01-CE. **Item 009: Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Geraldo Thadeu, que “Denomina Rodovia Agnaldo Salles o trecho da rodovia BR-491, entre as cidades de Alfenas e Varginha, no Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer, pela prejudicialidade do projeto, é aprovado. **Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 010, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que “Denomina ‘Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho’ o trecho da Ferrovia Norte-Sul situado no Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há mais quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 019: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** “Comunico aos

Senhores (as) Senadores (as) o recebimento do Aviso nº 1002-Seses-TCU-Plenário, de 22 de julho do corrente, do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, em resposta ao Ofício nº 061/2009/CE encaminhado por esta Presidência em 16 de junho do corrente, que solicita informações sobre os valores dos recursos públicos repassados à Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Comitê Olímpico Brasileiro – COB e Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB, no período de 2005 a 2008”. Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 02:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de correspondência do Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, Magnífico Reitor Alan Barbiero, encaminhando o Plano de Trabalho para a Gestão da ANDIFES 2009/2010”. Os Senadores que desejarem uma cópia da correspondência poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo. **Comunicado 03:** “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Sr. Augusto Chagas, Presidente da UNE, para a posse da nova diretoria, biênio 2009-2011, a realizar-se dia 12 de agosto do corrente, a partir das 15h00, no Salão Freitas Nobre da Câmara dos Deputados. A UNE terá como principal objetivo no próximo período aprovar o Projeto de Reforma Universitária dos Estudantes Brasileiros”. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 003: Projeto de Lei da Câmara nº 011, de 2009; Item 008: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2008; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 050, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 010, de 2009 e Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e dez minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

40ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 11 de Agosto de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimentar declaro aberta a 40ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto inicialmente a apreciação do Plenário, da dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovada.

Na nossa pauta de hoje temos vários Projetos de Lei, de natureza terminativa e outros de natureza não terminativa. Os itens 3º...

Antes de olharmos, inclusive, os itens, eu gostaria, inclusive, de dar alguns avisos também, particularmente, de uma reunião que vai acontecer hoje à tarde, na Comissão de Educação, uma Reunião Extraordinária, que é para discussão e acompanhamento das propostas para solucionar os problemas enfrentados por mais de cem mil estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins, UNITINS, atendendo a solicitação da Bancada Federal do Tocantins, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Quero dizer aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que recebemos este requerimento, esta solicitação da Bancada de Senadores e da Bancada de Deputados, para analisarmos como Comissão de Educação, a situação da UNITINS, Fundação Universidade do Tocantins.

Esses cem mil estudantes são estudantes de todo o Brasil, então, existem estudantes neste processo de Espírito Santo, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, do Paraná e é um programa de educação à distância. E essas pessoas vêm tendo dificuldades, no sentido da continuidade do término. Há um conflito de natureza diversa entre a Universidade e o Ministério da Educação e outras iniciativas, com a intervenção, inclusive, da Procuradoria da República, que vem acompanhando esse caso.

Então, nós convidamos para o debate desta dificuldade, deste problema que vem sendo enfrentado e que afeta tanta gente pelo Brasil, de todos os Estados, a própria Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, a Procuradoria da República, a Bancada do Tocantins no Congresso Nacional, a própria Universidade, a UNE, União Nacional dos Estudantes, Associação Nacional de Educação à Distância, ANEAD e a

Frente Parlamentar de apoio à Educação à Distância da Câmara dos Deputados.

Então, hoje, às 14h30, haverá Reunião Extraordinária, já houve reuniões anteriores nesse sentido e vamos procurar colaborar também, para que uma solução seja encontrada para estes, cerca de cem mil estudantes, que vêm sendo penalizados com este problema que o programa vem enfrentando.

Quero dizer que já recebemos as partes envolvidas aqui na Comissão de Educação, participei como Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esporte de Audiência no Ministério da Educação, duas Audiências e já participei de inúmeras reuniões informais sobre esse tema. Então achamos por bem, achamos melhor que houvesse esta Reunião Extraordinária, nesse sentido.

Quero também comunicar o recebimento de convite do Sr. Augusto Chagas, Presidente da UNE, para a posse da nova Diretoria, biênio 2009 e 2011, a realizar-se no dia 12 de agosto do corrente, a partir das 15h00, portanto, amanhã, no Salão Freitas Nobre, da Câmara dos Deputados. A UNE terá como principal objetivo no próximo período, aprovar o projeto de reforma universitária dos estudantes brasileiros.

Senadores e Senadoras que desejarem uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo. Portanto, amanhã, 12 de agosto, 15h00, na Câmara dos Deputados, a posse da nova Diretoria da UNE, União Brasileira dos Estudantes.

Comunico também aos Srs. Senadores e Senadoras, o recebimento de correspondência do Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Magnífico Reitor Alan Barbiero, encaminhando plano de trabalho para a gestão da ANDIFES, 2009 e 2010.

Senadores e Senadoras que desejarem uma cópia da correspondência, com o Plano Nacional das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, os Senadores poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria também vai ao arquivo.

Quer também comunicar aos Srs. Senadores, o recebimento do Aviso nº. 1002, [ininteligível] TCU, Plenário de 22 de julho do corrente, do Exmo. Sr. vice-Presidente, no exercício da Presidência do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, em resposta ao Ofício nº. 61, de 2009, desta Comissão, encaminhado por esta Presidência, em 16 de junho do corrente, que solicita informações sobre os valores dos recursos públicos repassados à Confederação Brasileira de Futebol, CBF, Comitê Olímpico Brasileiro, COB, e Comitê Paraolímpico Brasileiro CPB, no período de 2005 a 2008.

Os Senadores que desejarem uma cópia da resposta poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

Quero esclarecer que, em relação a este expediente que a Comissão de Educação enviou a Tribunal de Contas da União, ele é decorrente de inúmeros debates que vêm acontecendo nesta Comissão, na área de esporte, sobre o repasse de recursos públicos às três entidades mencionadas: CBF, Comitê Olímpico e Comitê Paraolímpico.

Isto está no bojo daquela discussão sobre a questão de reeleição nas entidades. Há um debate acontecendo nesta Comissão, se é possível limitar o número de reeleições numa entidade.

Há pessoas que acham que isto seria interferência do Poder Público, de um dos poderes, na entidade. Há outras pessoas que defendem o ponto de vista de que, talvez, não seja possível limitar-se o número de mandatos numa entidade privada, mas é possível limitar-se o repasse de recursos públicos para entidades que não tenham a rotatividade como um dos princípios estatutários.

Então, isto é para se levantar esse debate, discutir-se a situação e ter-se a noção de quanto de recursos públicos que vêm sendo repassado para essas entidades.

O Item 18 da pauta é um requerimento, na verdade, minha autoria, que diz o seguinte: "Requeiro nos termos regimentais, o apoio desta Comissão à realização do Projeto 'O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014', a ser organizado pela Comissão de Turismo Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) no Senado Federal, nos Estados sede da Copa do Mundo de 2014, no período de agosto a novembro de 2009".

Então está em discussão o requerimento. Eu quero lembrar que as duas Comissões da Câmara dos Deputados desejam fazer, como está dito, nos Estados Sedes da Copa, um debate sobre a realização da Copa do Mundo. E para isso estão convidando esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e de antemão havíamos dito que seria possível esta participação, este envolvimento, com o apoio, não propriamente com a organização, mas esta Comissão poderia sem dúvida apoiar esta iniciativa da Câmara dos Deputados, enviando, inclusive, uma Assessora da Comissão, uma consultora, para que o consultor pudesse depois fazer o relatório para esta Comissão, sobre os debates havidos, pelo menos em cinco dos dez encontros, um encontro em cada uma das regiões.

E solicitaríamos sempre, também, que os Senadores dos Estados Sede da Copa, representassem a

Comissão de Educação, Cultura e Esporte no evento. Assim, o primeiro evento está acontecendo no Estado do Amazonas, nesta semana.

E estamos solicitando ao Senador Jefferson Praia e também ao Senador João Pedro, que são membros desta Comissão, para representarem a Comissão, mas como o evento é importante para o Estado estamos solicitando também ao Senador Arthur Virgílio, que é Senador pelo Estado do Amazonas não é membro da Comissão, que represente também, em conjunto com os outros dois Senadores, esta Comissão.

Então é isto que vai acontecer nos eventos todos. Quando isto for levado para o Distrito Federal, aqui, ou para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, os Senadores serão solicitados para representarem esta Comissão.

Então este é o requerimento, continua em discussão. Não havendo quem queira discutir encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Também, eu quero submeter ao Plenário o aditamento nº. 01 ao requerimento nº. 27, de 2009. "Requeiro nos termos regimentais aditamento ao requerimento nº. 27, de 2009, que propõe a realização de conferência intitulada 'Saúde mental, materna, infantil, educação e prevenção é parentalidade', a ser realizada por esta Comissão e em parceria com o Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, a Universidade Paulista, UNIP e a Universidades de Strasbourg, da França, para que esta Sessão seja realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, uma vez que o assunto é afeito as pertinências regimentais daquele Colegiado".

Proponho ainda que seja incluída entre os participantes da conferência, a seguinte convidada, Prof^a. Maria Izabel Tafuri, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Está em discussão o aditamento nº. 01 ao requerimento nº. 27, de 2009. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, aprovado.

Passamos ao Item nº. 17 da pauta, que é um requerimento do Senador Pedro Simon, passo a ler o texto: "Com fundamento no disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno desta Casa, requeiro a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de debater e buscar soluções sobre a questão do excessivo endividamento e a alta taxa de inadimplência, por parte dos estudantes

do pagamento das parcelas contratuais no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil, FIES”.

“Para a realização da Audiência Pública, sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades: Ministro de Estado da Educação, Fernando Haddad; Presidente da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho; Cláudio Moura e Castro, Jornalista, Economista (Revista Veja) e Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE”. Agora é Presidente, houve uma mudança recente, mas no requerimento constava: “Lúcia Kluck Stumpf e demais convidados a serem definidos pela própria Comissão”.

Este é o requerimento do Senador Pedro Simon, não sei se V. Exa., Senador Pedro Simon, gostaria de falar de justificar também o requerimento. Com a palavra, V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, é impressionante o número de solicitações que eu venho recebendo por parte de estudantes, que recorrem a esse financiamento, demonstrando que os juros são tão elevados que eles não têm condições de satisfazer.

Eu acho tão estranho numa hora que o governo vem tendo uma atuação realmente positiva com relação ao rebaixamento de juros, inclusive, automóvel, inclusive, geladeira.

Essa parte referente aos estudantes, que é um projeto belíssimo, diga-se de passagem, são milhares e milhares, 200 mil que, graças a esse crédito, estão tirando a Universidade. Agora, eles dizem que os juros são tão exorbitantes, que eles não têm condição de pagar. Então, eles estão naquela encruzilhada, quer dizer a Caixa cobrando e eles ou pagam ou tem que largar os estudos.

Então, eu proponho uma Audiência Pública, onde as pessoas interessadas venham nos explicar. Eu tenho a convicção de que está faltando um entendimento, um diálogo. Porque se o governo está tendo falta compreensão em vários outros segmentos com relação aos juros, não é possível que exatamente aqui, que é um dos mais importantes, dos mais significativos, esteja numa posição dramática.

Então a sugestão é de fazer uma Audiência Pública, com essas pessoas, para nós debatermos essa matéria. Apenas isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço ao Senador Pedro Simon. Continua em discussão a matéria, o conteúdo do requerimento para a realização desta Audiência Pública.

Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, eu desejo subscrever a

manifestação do Senador Pedro Simon e a ela adiro integralmente e acredito que esse é o sentimento generalizado, aqui da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Continua em constituição a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu gostaria inclusive, de destacar que nós já o *quorum* de oito Senadores, mais depois que estão a caminho e nós temos diversas matérias de natureza terminativa na pauta, então, eu pediria assim, que ainda aguardássemos mais alguns instantes, para que isto pudesse então ser apreciado, e votado.

Nós temos como se pode depreender da pauta, o Item nº. 3º, que dê natureza não terminativa. A relatoria é do Senador Papaléo Paes, que “Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da Rede Pública”, que é um projeto da maior importância, também, no sentido de promoção da saúde, de prevenção de problemas, de ajuda ao professor, autoria do Deputado Carlos Abicalil. Só que o Senador Papaléo Paes ainda está se dirigindo ainda a esta Comissão.

O Item nº. 4º, que é de natureza não terminativa, a autoria é do Senador Cristovam Buarque, aqui presente, a relatoria é do Senador Valter Pereira, que “Cria a Agência Federal para Coordenação da Segurança Escolar”. Não é?

E também o Item nº. 7º, de natureza não terminativa, que “Confere ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários”, autoria do Deputado, hoje Prefeito Carlito Merss, a relatoria é da Senadora Ideli Salvatti, que também ainda não está presente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Permite, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata, com a palavra.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria apenas dizer que essa Audiência Pública proposta pelo Senador Pedro Simon, talvez seja uma das mais importantes matérias que estão hoje na pauta, além de todas as matérias importantes que V. Exa. acaba de citar.

Porque na verdade e o Senador Pedro Simon tem razão, a gente recebe inúmeros apelos, porque, normalmente, quem se utiliza do FIES é aquela camada da população mais humilde, sem recursos e o pai fica aguardando aquele filho se formar para que ele possa ajudar a família.

Primeiro, a dificuldade depois para se colocar no mercado de trabalho, dependendo da profissão

que ele escolheu. Segundo, é que normalmente ele entra, começa a trabalhar e já tem que começar a pagar, apesar do governo ter reduzido os juros que era 9,5 passou para seis, já foi um grande avanço, ele começa a pagar.

Em alguns países, eu tenho visto e alguns estudantes tem me mandado até sugestões, ele pode optar para pagar com serviços prestados à comunidade.

Se ele é um médico, ele vai atender tantas pessoas da Previdência Social por dia, se ele é um farmacêutico, ele vai elaborar fórmulas para órgãos públicos de Assistência Social, se ele é um economista, ele pedir a uma associação beneficente, a um orfanato, a uma igreja, a um serviço social de uma igreja e levar a sua colaboração, como um economista, como um contador e aquilo desconta no que ele tem que pagar porque ele está prestando serviço à comunidade.

Essa seria uma maneira de, por opção, o que não puder, não tiver tempo diz: "Olha, eu estou ganhando bem, me coloquei bem no mercado, graças a Deus, vou pagar integral", e ele paga. Aquele que puder estender o prazo por mais aí, cinco, seis anos para ele pagar, ele diminui a prestação. E aquele que puder prestar um serviço comunitário, não tendo recurso para pagar ele, com esse serviço comunitário, ele vai amortizando a dívida que ele ficou com o dinheiro que ele pegou emprestado do Governo, para poder terminar o seu curso superior.

Eu acho que esse debate é muito interessante, principalmente, o Senador Pedro Simon colocou muito bem aí na sua fala o seguinte, com a crise econômica, a gente pensou nas fábricas de automóvel, reduziu o IPI dos eletrodomésticos, essas reduções ajudaram muito o Estado de São Paulo, muito o Estado de Minas, os Estados que têm fábricas de automóveis e eletrodomésticos, mas não beneficiaram os demais Estados.

E a redução, ou a comutação do pagamento da bolsa vai fazer com que inúmeros estudantes do Brasil inteiro sejam nesse período beneficiados.

Acaba de dar *quorum* aqui, eu quero agradecer a V. Exa. e vamos à pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim, com a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Não é sobre o tema. O requerimento vem em boa hora, é adequado, ninguém tem dúvida sobre a importância, meus cumprimentos ao Senador Pedro Simon, ao Senador Gerson Camata. Eu sinto que já temos número regimental.

E, Sr. Presidente, esse projeto do Deputado Marco Maia, eu já li é só votar, encerrou a discussão é só votar, se V. Exa. O Item 1º também, se a gente pudesse

votar aproveitando o *quorum* privilegiado, esses que já foram lidos votamos e continuamos discutindo os não terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu faço o apelo para que os Senadores e Senadoras presentes permaneçam no Plenário, que só faltam dois Senadores, sabe Senador Paulo Paim? Só faltam dois Senadores, só faltam dois para termos o *quorum*.

Mas vamos aproveitar eu só quero antes de dar a palavra, porque a Senadora Ideli Salvatti é a Relatora do Item 7º.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): De natureza não terminativa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não terminativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se fosse possível inverter.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): De imediato, eu farei isto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu agradeço.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero concordar inteiramente com o que o Senador Gerson Camata colocou, da importância do assunto FIES, proposto pelo Senador Pedro Simon. É um assunto muito importante, um drama para tantas famílias e nós precisamos colaborar no sentido de encontrar soluções para esse problema.

Passamos ao Item nº. 7º da pauta, com a Relatora presente, primeiro de natureza não terminativa e fazendo um apelo para que depois possamos votar rapidamente os terminativos.

Nº. 7º. Projeto de Lei da Câmara, nº. 192, de 2008, que "Confere ao Município de Joinville, no Estado de Santa Catarina, o Título de Capital Nacional dos Bombeiros Voluntários". Autoria: Deputado Carlito Merss. Relatoria: Senadora Ideli Salvatti, o Parecer é favorável. Com a palavra, V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o projeto é bastante singelo, mas ele tem uma simbologia muito forte, porque o serviço de bombeiro voluntário é um serviço de muita dedicação e de muita solidariedade humana, porque alguém de livre e espontânea vontade pegar o seu tempo livre, o seu tempo,

muitas vezes, da família, do lazer e estar à disposição da comunidade para um trabalho que, inclusive, inclui risco de vida, porque os bombeiros atuam muitas, numerosas vezes, em situações de profundo risco de vida. Seja no salvamento em enchentes, seja no salvamento em situações aonde as chamas consomem prédios, ou situações de alto risco.

Por isso é que a simbologia de dar realce para esse trabalho voluntário e Joinville é o município que tem a mais antiga Corporação de Bombeiros Voluntários do Brasil. Os bombeiros voluntários em Joinville, eles foram, foi criada, foi fundada em 1892, são 117 anos de existência desta corporação, desta sociedade. E isto é uma demonstração clara da perseverança, sobreviveu uma entidade que sobreviveu, sofreu profundas transformações administrativas e continua prestando este trabalho absolutamente relevante.

O sistema de bombeiros voluntários no Brasil tem em Santa Catarina uma grande demonstração e uma grande inserção. Boa parte do sistema de bombeiros catarinense é de bombeiros voluntários e, por isso, termos a cidade de Joinville, que é a maior do Estado, que tem a mais antiga corporação do gênero reconhecida como capital nacional dos bombeiros voluntários. É uma honra para Joinville e também é uma forma de homenagearmos esse trabalho voluntário tão importante.

Portanto, eu queria aqui parabenizar ao Deputado Carlito Merss, que foi autor do projeto. Hoje, o Deputado Carlito Merss, inclusive, é Prefeito do Município de Joinville e eu não tenho a menor dúvida de que nós estaremos homenageando não só a corporação, o trabalho social, solidário desta corporação, mas também a cidade de Joinville.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a Senadora Ideli Salvatti. Senador Gerson Camata, para discutir.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Um minuto, apenas, Sr. Presidente, para cumprimentar a cidade de Joinville. É um exemplo de civismo de patriotismo os bombeiros voluntários.

E dizer, Sr. Presidente, que os carros de bombeiros, normalmente tem um sino, aquele sino é quando o carro, antigamente que todos eram voluntários, hoje são na maioria das cidades brasileiras militares, ele saía batendo o sino para que os caras colocassem o uniforme e pulassem no carro para sair voluntário, gratuitamente, se dispondo a preservar o patrimônio, preservar empregos e preservar vidas.

Eu acho que é um exemplo, Joinville deveria receber uma homenagem do Congresso Nacional. O Carlito

Merss, que agora é o prefeito, deveria vir aqui para receber a sanção dessa lei, por parte do Presidente da República, porque o Brasil precisa muito nessa época de exemplos tão bonitos, como esse de Joinville.

Parabéns à cidade, parabéns aos Parlamentares de lá, que tiveram essa iniciativa do Estado de Santa Catarina.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu só quero dizer ao Senador Paulo Paim, que ainda necessitamos de mais um Senador para a votação de matérias terminativas. Portanto faço apelo, de novo, para que ninguém se retire do Plenário, para que possamos votar na sequência as matérias de natureza terminativa.

Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o senhor me desculpe, de eu atrapalhar o ritmo e a sequência, mas eu queria fazer o registro, que eu estou apresentando um pedido de Audiência Pública, para um projeto que sequer chegou ainda à Comissão de Educação, mas está na Comissão de Constituição e Justiça e nós temos assim, grande probabilidade de aprová-lo esta semana.

E é um projeto do absoluto interesse dos três Estados do Sul, que é o projeto de criação da Universidade Fronteira Sul, a Universidade que vai ter cinco campi, dois no Paraná, um em Santa Catarina, dois no Rio Grande do Sul.

E esta universidade, ela se constituiu a partir de uma profunda interação com os movimentos sociais, com o arranjo produtivo local desta região que envolve agricultura familiar, a agroindústria, então, ela vem com um perfil de organização e de relação social muito diferenciada.

Portanto, a Audiência Pública, para instruir a aprovação do projeto, seria muito interessante neste novo modelo de elaboração do projeto político pedagógico de uma universidade, que a Universidade da Fronteira Sul é absolutamente inovadora.

Então, nós gostaríamos, Sr. Presidente, de apresentar o requerimento, inclusive, não estamos aqui com os nomes ainda até para a gente poder ver com o pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul, a conveniência de termos outros convidados, mas eu queria pedir que pudesse ser aprovado o requerimento, para a gente poder marcar a Audiência, logo na sequência, ou seja, quando saísse da Comissão de Constituição e Justiça, nós já poderíamos realizar a Audiência e votar rapidamente o projeto, porque nós precisamos fazer

concurso de professor e de técnico com a lei aprovada, para poder iniciar a aula no ano que vem nas duas cidades do Paraná, em Chapecó e nas duas cidades do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu agradeço, a V. Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Como é um requerimento extrapauta, nós vamos apreciar este assunto ao final.

Eu só faria um apelo a V. Exa., para que o assunto seja discutido posteriormente à aprovação do Projeto de Lei. Porque se não, inclusive, eu conversava com o futuro Reitor, Prof. Dilvo, hoje cedo, e nós temos a mais absoluta urgência de aprovarmos o Projeto de Lei, pelas razões que V. Exa. está justamente mencionando de concurso, de organização, de campus.

Porque se nós, porventura fizermos uma Audiência Pública ainda, isto irá atrasar a aprovação e há um consenso na aprovação, mas depois discutiríamos--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): --o novo projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se V. Exa. só me permite, por que eu estou tomando esse cuidado de apresentar o requerimento de Audiência Pública, inclusive, antes de o projeto chegar aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Pois é.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque nós poderemos fazê-la, e eu quero deixar aqui claro, se significar atrasar um dia a votação, eu não quero fazer a Audiência Pública, eu quero aprovar.

Agora, ao mesmo tempo, se nós pudermos fazer a Audiência Pública enquanto o projeto não chega aqui, ou não conta o prazo para a apresentação de emendas, seria muito importante, Senador Flávio Arns, que a gente pudesse aproveitar a Comissão de Educação, para divulgar o belíssimo trabalho de criação dessa Universidade, que é realmente muito diferenciada de várias outras que se constituíram.

Então, o requerimento seria aprovado nesta condição

, faremos a Audiência Pública, desde que isso não signifique atrasar nenhum dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Exato.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Enquanto está lá na CCJ, enquanto não vem para cá, a gente poderia fazer o debate do modelo que é tão importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Haveria o compromisso com V. Exa. e com o Plenário de retirada do requerimento, caso isso implique em algum atrasado. Está perfeito.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Só para dar a minha integral solidariedade, eu também fui procurado pelo futuro Reitor e tomei conhecimento da importância do significado. Realmente é uma obra, realmente, excepcional, de primeiríssima grandeza, onde uma universidade integrada da fronteira, com duas cidades do Paraná, uma de Santa Catarina, Chapecó e duas do Rio Grande do Sul farão uma Universidade Federal, do maior significado e da maior importância.

Eu apenas recebi a mesma manifestação, o mesmo apelo e venho aqui, eu tenho certeza que em nome dos três Senadores do Rio Grande do Sul trazer a minha solidariedade a aprovação desse projeto.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço, Senador Pedro Simon, agora passamos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas só uma frase.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Pois não Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero concordar integralmente V. Exa. e que eu entendo que é também o que o Senador Pedro Simon levantou. Há uma urgência enorme pela aprovação desse projeto, por isso nós temos que ir com cuidado com a aprovação do requerimento, embora a intenção é excelente, porque se atrasar, segundo disse hoje o Reitor, complica a vida dos alunos, dos professores e da própria instituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Exato.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Todo o respeito aos Senadores do Cone Sul, eu acho que nós estamos abrindo uma exceção muito forte nessa Comissão. Aprovar uma Audiência Pública, sem o projeto ter sido aprovado na outra e sem ter chegado aqui.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu não propus, eu fui na linha do Senador Flávio Arns.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, a proposta.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Concordo.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A proposta foi da Senadora Ideli Salvatti.

Eu, todos nós seremos favoráveis, eu sou favorável, V. Exa. quiser marcar a data, pode marcar. Agora votar o requerimento, a meu entender, sem a matéria estar presente, é imagine se é pedido vista, se pede para voltar para outro, nós marcamos uma Audiência... Nós não lemos, nós não sabemos que o vem no projeto.

Então, eu sou totalmente favorável a Audiência, agora, para que possa se manter o regimento da Casa é interessante que nós possamos aguardar a aprovação desse projeto e se vota, assim que chegar de imediato.

É um apelo que eu faço, porque se não qualquer projeto que entrar nesta Casa, em qualquer Comissão, nós vamos pedir para fazer audiência antecipada, imagine V. Exa. como vai ser difícil.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): O projeto poderá ser até não ser aprovado, antes de chegar a esta Casa.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. retirasse de pauta da sessão de hoje o Item 10. Trata-se de projeto de minha autoria e eu desejo promover um aperfeiçoamento da proposição, de sorte que, quando ela vier a ser apreciada pela Comissão, já venha sem nenhum reparo a fazer do que diz respeito a sua tramitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É um apelo que faço a V. Exa., nobre Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Como autor da matéria, o Item 10, está retirado de pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu faço apelo ao Item 16, que é só votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto. Passamos o Item nº. 1º da pauta, que já foi lido e iniciada a discussão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, foi lido o relatório, foi encerrada a discussão, só temos que votar. Votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. Item nº. 1º da pauta, "Projeto de Lei do

Senado nº. 004, de 2008, insere o artigo 67-A, na lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para instituir o regime de dedicação exclusiva para os profissionais de educação básica pública, e dá outras providências". Autoria: Senador Cristovam Buarque, Senadora Marisa Serrano e Senador Augusto Botelho. Relatoria: Senador Gerson Camata. O Parecer é favorável.

Na reunião do dia 09 de dezembro de 2008, foi aprovado o requerimento, de autoria da Senadora Fátima Cleide, propondo a realização de Audiência Pública, realizada no dia 17/06/2009. A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia 04/08/2009. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Este é o projeto que o Senador Paulo Paim leu e está tudo certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, este é o Item nº. 1º da pauta.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas eu é que tenho que...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Item 1º da pauta. Encerrada a discussão, em votação a matéria. Votação nominal. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata, é o Relator, conhecido. Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque, é o autor tam-

bém. Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim,

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Está aprovado, então, o projeto. Passamos ao Item nº...

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, e o Item nº. 2º, do Senador Wilson Matos?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Sim. O Item nº. 2º ainda não foi lido e a Relator, Senadora Rosalba Ciarlini, ainda não está presente, mas tão logo--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Certo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): --ela chegue nós faremos a leitura aprovação do projeto, discussão.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu faço referência, porque trata-se do meu suplente, Senador Wilson Matos, que quando me licenciou apresentou doze projetos na área da educação, projetos importantes. Então eu peço a V. Exa. que dê destaque a esse projeto também, assim que for oportuno, com a presença da Senadora Rosalba Ciarlini, que é Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Passamos ao Item nº. 5º da pauta. Projeto de Lei do Senado nº. 108, de 2008, "Inscreve o nome de Rui Barbosa de Oliveira no Livro dos Heróis da Pátria". Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Marco Maciel. Parecer favorável.

A matéria foi lida e iniciada a discussão na reunião do dia 04 de agosto de 2009. Continua em discussão. Encerrada a discussão. Passamos à votação nominal. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-

PR): Senador Marco Maciel. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senadora Ideli Salvatti. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PS-SP):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sim,

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Está aprovado.

Item nº. 6º da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº. 029, de 2009, que "Determina a obrigatoriedade da execução semanal do Hino Nacional, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental". Autoria: Deputado Lincoln Portela. Relatoria: Senador Inácio Arruda.

Parecer favorável, com as emendas oferecidas. Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas. A matéria foi lida iniciada a discussão na reunião do dia 04 de agosto de 2009. Continua a discussão. Encerrada a discussão, em votação a matéria. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel sim.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel, sim. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PS-SP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Pedro Simon. Senador Neuto de Conto. Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Efraim Moraes. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aprovado. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim. Indago aos Srs. Vereadores e Senadoras, se mantém o mesmo voto para as emendas? Então está aprovado.

Passamos ao Item nº 10. Denomina.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador, o Item 8º, a Senadora Rosalba Ciarlini está presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso. Se a permitir e o Plenário concordar, faremos a votação dos projetos já lidos, para que nós possamos na sequência, passar aos itens não lidos. Estão de acordo?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim, Senador. E, logo depois, eu queria só uma questão de ordem. Logo depois dessa votação faremos a leitura do relatório, que eu tenho que ainda voltar à Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Item 10 da pauta. Denomina Rodovia. Ah, foi retirado, aliás, é o Item nº. 11 em conjunto.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): 11, 12, 13 e 14. E 15, não. 11, 12, 13 e 14.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu não vejo aqui, entre esses projetos, um que tem a mesma natureza, um projeto do Deputado Panunzio, que denomina, que dá nome a um campus da Universidade na sua cidade.

Eu creio que não é justo votar estas matérias sem que aquela esteja incluída. Eu pediria a V. Exa. que adotando um critério de coerência, não delibere sobre essas matérias, enquanto aquela não estiver para deliberação.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu já tinha abordado esse mesmo tema com V. Exa.,

inclusive, eu me disponho a ser Relator *ad hoc*, se pudermos colocar extrapauta esta questão de Sorocabá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que, na verdade, não possível ser Relator *ad hoc*, porque essa matéria, pelo que eu me lembre, já foi lida e discutida.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ela está pronta para votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estava pronta para voltar.

Não consta da pauta de hoje, por haver alguma dificuldade também de entendimento.

Agora, eu havia conversado com o Senador Eduardo Azeredo, da possibilidade de nós colocamos na próxima semana em votação esta matéria, porque não consta da pauta dessa semana e o hábito da nossa Comissão é não colocar matérias extrapauta para deliberação, quer dizer só aquelas que constem da pauta de deliberações.

Então, eu lamentaria, Senador Alvaro Dias.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, mas é uma situação especial, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): No sentido de dizer que não seria possível colocar--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só colocar em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --como extrapauta. Eu havia feito apelo, anteriormente, se for possível. Eu sei da discussão.

A Senadora Marisa Serrano, na semana passada, levantou esse debate como Presidente naquela ocasião da reunião. E ficou assim, discutida no sentido de que o critério continuaria sendo de acordo com o Parecer do Senador ou Senadora, que cada Senador tem a autoridade para dizer se um determinado local ou rodovia, eventos, seja lá o que for, como é que isto deva ser denominado. Então, o Senador e a Senadora poderia fazer as indagações que quisesse, mas a autoridade é do próprio Senador e Senadora.

Achei muita adequada à discussão, porque havia um pleito do Plenário, para que esse assunto fosse debatido. Eu tenho, eu sei que do 11 ao 14 tem a mesma natureza do projeto que V. Exa. menciona, o único problema é que não consta da pauta e aí seria difícil de ser colocado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Sr. Presidente, eu consulto a Senadora Marisa Serrano, que na última reunião dessa Comissão, debateu o assunto, o que ela orientar nós acompanharemos. Na verdade, ela vem acompanhando esse debate desde o primeiro momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu só quero, antes de passar a palavra à Senadora Marisa Serrano, que é vice-Presidente desta Comissão, só para sintetizar. Eu fiz uma síntese do que aconteceu na semana passada, sob a Presidência de V. Exa. em que se discutiu e consta da Ata, a autoridade que cada Senador tem de denominar ou não, um determinado local, rodovia ou o que for necessário, de acordo com aquilo que julgar importante constar do relatório.

O Senador Alvaro Dias faz o apelo para que aquele projeto do Deputado Pannunzio, de autoria dele de Relatoria do Senador João Pedro, conste de pauta. Eu estava dizendo que nós adotamos nesta Comissão, sempre o procedimento de que não temos extrapauta. Porque como este, eu diria seria até tranquilo de votar, não haveria até problema--

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --mas em outras ocasiões, o extrapauta pode causar algum problema, não é? Então.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Presidente, só para aduzir...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Daí eu passo em seguida a palavra à Senadora Marisa Serrano. Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ocorre, Presidente, Senador Flávio Arns, com todo o respeito, que pelo regimento, este projeto deveria estar na pauta. Porque houve um pedido de vista, este projeto foi devolvido à Comissão, ele deveria estar na pauta, regimentalmente ele deveria estar, então, não é extrapauta, é um projeto que tem que estar na pauta conforme determina o regimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, desculpe a demora tive que sair--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não tem problema.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --porque a Comissão de Meio Ambiente está sendo realizada na mesma hora.

Mas eu queria dizer a V. Exa. e para todos os Senadores que na última reunião, para quem não esteve aqui, nós discutimos esta questão e foi dito que, então, todos deveriam ser votados juntos, porque todos têm a mesma destinação, isto é, dar nomes as obras públicas, as pontes, as escolas, seja o que for.

E que discutimos se isso é prerrogativa ou não do Senador, porque se é prerrogativa do Senador e

o Senador pode, Senadores e Senadoras podem fazer isso, então tem que ser analisado. E se for votado aqui quais os critérios para ser dado isso? Se o critério for que nós temos que ter uma Comissão e temos que essa Comissão tem que analisar, discutir com as pessoas, fazer reuniões lá no local, etc. e tal, isso é um critério, mas tem que haver.

Ou nós colocamos votamos, ou dizemos que os Senadores e Senadoras não são capazes ou não são necessariamente competentes, não tem competência para dar nomes. Se não forem competentes não se dá nome nenhum.

E eu levantei na semana passada, não tenho isso agora aqui, Sr. Presidente, eu não sei se a minha Secretária tem, mas eu levantei na Sessão passada, o número todos de processos nesta legislatura que nós já votamos e nenhum precisou de critério. Ninguém precisou, ninguém discutiu aqui critério para votar, então, isso foi feito a semana passada.

Portanto, Sr. Presidente, eu pensei que aquilo que foi discutido a semana passada, que estivessem todos juntos. Como não veio junto aquele que--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --deu origem, que eu falei na semana passada, eu sugeriria que nessa Sessão, extraordinariamente, V. Exa. aceitasse a inclusão--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): --extrapauta, já que isso foi discutido a semana passada e essa foi a ideia que nós tivemos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Presidente, pela ordem. Só para ajudar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para poderemos aprovar os terminativos, aproveitando o *quorum* que está esvaziado já.

A Senadora tem toda a razão, ela estava presidindo, foi unânime aqui no Plenário, que todos seriam votados juntos, hoje. Se houve algum problema, vamos resolver incluir e votar, aproveitando o *quorum* e resolve a questão de todos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu acho que esse é o caminho, Presidente. Vamos colocar em pauta? Ele na verdade devia estar aqui, com todo respeito a V. Exa.--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Voto em bloco, não é nenhuma quebra do conceito que V. Exa., tinha adotado.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Ou se coloca o projeto na pauta, ou não se vota nenhum, Sr.

Presidente. Porque isso é inédito, nunca houve esse obstáculo a um projeto dessa natureza, é da história do nosso Parlamento, é a primeira vez que isso está ocorrendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer ao Senador Alvaro Dias, grande amigo e aos demais Senadores e Senadoras, que eu concordo pessoalmente, de maneira completa, com o argumento, mas considerando o trabalho que a Comissão de Educação vem fazendo no sentido de não se aceitar qualquer projeto como extrapauta, eu vou tomar a iniciativa, então, de retirar esses quatro, para que os quatro sejam apreciados na próxima semana, em conjunto.

Eu só peço que o Plenário só entenda que o que foi discutido a semana passada na Ata: Projeto de Lei do Senado, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Pedro, a Relatora foi a Senadora Rosalba Ciarlini. "A matéria foi lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há *quorum*, mas, nesse momento, a Presidência, Senadora Marisa Serrano, submete à discussão do Colegiado a forma de instrução das proposições que visam denominar rodovias, trechos de rodovias, ferrovias, aeroportos, pontes, prédios, campos e campus unitários e outros locais públicos, uma vez que o Exmo. Sr. Senador João Pedro proferiu Parecer pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº. 37, de 2008, por não ter havido consulta à comunidade para escolha do nome do campus da Universidade Federal de São Carlos, sugerida no projeto citado".

"O Plenário manifesta por unanimidade, de novo, e discordância no dia de hoje, apoio a manutenção do procedimento de instrução adotado pela Comissão nos últimos anos, com fundamento na credibilidade dos pareceres proferidos pelos relatores das matérias em questão e ainda na prerrogativa Parlamentar, praticidade e a celeridade exigida ao processo legislativo. A Sra. vice-Presidente dá por encerrada a questão e passa aos itens seguintes".

Então, me parece que está muito claro e na próxima semana esses projetos serão votados em conjunto, só para não se abrir o precedente que foi levantado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu quero insistir com o Item 16.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Item 16 da pauta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, por favor, o Item 8º, que eu preciso voltar à Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Esse já está lido. É só.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Já está lido.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):
É só votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Item 16. Terminativo. Projeto de Lei da Câmara nº. 63, de 2009, "Inscreve o nome de Sepé Tiaraju no Livro dos Heróis da Pátria", de autoria Deputado Marco Maia, relatoria Senador Paulo Paim. O Parecer é favorável.

Já foi lido, iniciada a discussão. Em discussão. Encerrada a discussão. Passo a votação da matéria, que é nominal. Senador Paulo Paim, sim. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Sim. Senador Alvaro Dias. Senadora Marisa Serrano. Senador Cristovam Buarque. Senadora Ideli Salvatti. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PS-SP):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):
Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Pedro Simon. Senador Neuto de Conto. Senador Efraim Morais. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Cristovam Buarque, está lá, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR):
Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Está aprovado o projeto, parabéns.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Apenas para solicitar a V. Exa. primazia para o Item 4º, do qual eu sou Relator, já que eu tenho que fazer relatório em outra Comissão. Então, a hora que fosse possível, eu gostaria que fosse dada a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Senador Valter Pereira, nós estamos tomando a liberdade de apreciar em função do *quorum*, os projetos de natureza terminativa.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Após os projetos terminativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS
(PT-PR): Sem dúvida. Item 2º da pauta terminativo. Projeto de Lei do Senado nº. 403, de 2007, que "Institui o exame nacional de avaliação do Magistério da educação básica". Autoria: Senador Wilson Matos. Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini. Parecer favorável com as emendas oferecidas.

Serão realizadas duas votações nominais, uma para o projeto e outra para as emendas. Na reunião do dia 12/02/2008, foi aprovado requerimento de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, propondo a realização de Audiência Pública, realizada no dia 16 de abril de 2008. Com a palavra V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Flávio Arns, eu gostaria aqui de dizer que esse projeto tem uma importância muito grande, porque, na realidade, nós que temos principalmente os que fazem essa Comissão, uma preocupação sempre muito constante de encontrarmos caminho de melhorar a qualidade do ensino.

O nosso país, que é um país em desenvolvimento, ainda apresenta manchas muito fortes, muito dolorosas de subdesenvolvimento e nós sabemos que passa pela questão da educação.

A educação é prioridade, a educação tem que estar em primeiro lugar, a educação tem que ser protegida, tem que ser apoiada, tem que ser defendida em todos os seus aspectos, desde a estrutura até a questão do corpo de trabalhadores da educação, de forma que

eles possam também ser valorizadas ser capacitados e, com isso, possamos ter uma melhor educação.

Então o Item 2º, fala exatamente de criar mecanismos, não são mecanismos punitivos, muito pelo contrário, para um exame nacional de avaliação do Magistério. Para que nós possamos exatamente fazer a capacitação do professor passe por um critério da real necessidade da avaliação de cada aspecto. Porque, como nós sabemos, existem muitos cursos de capacitação, de valorização, mas que precisa ser direcionado onde realmente exista carência, onde realmente qual é a área, qual é a questão que precisa ser mais trabalhada, mais valorizada.

Então, o projeto trata disso e, na realidade, eu poderia se fosse o caso, ler novamente o relatório? Se o senhor permitisse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Já foi lido.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A questão é essa, para que ficasse mais completo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que eu só quero esclarecer a V. Exa., que o relatório, ao que me conste, não foi lido. Não foi lido. Então foi realizada Audiência Pública.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Por isso que V. Exa. teria que apresentar o relatório.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como já colocamos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode fazer um resumo, se V. Exa. preferir.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Eu creio que seria importante fazer um resumo, apenas, para--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --aproveitar o *quorum*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): E o objetivo é exatamente instituir o exame nacional de avaliação do Magistério da educação básica para docentes no setor público, em exercício nesse desse nível ensino, com intento de avaliar o desempenho desses profissionais suas habilidades para justamente as exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências.

No art. 4º, o projeto estabelece a periodicidade do exame e o segmento do Magistério alcançado. Além disso, na análise nós temos o seguinte, que essa matéria, o PLC 403, de 2008, envolve matéria de natu-

reza educacional sujeitando-se, portanto à Audiência da Comissão de Educação. No mais parece se não incompreensível, no mínimo contraditório, que um profissional acostumado por dever de ofício avaliar não seja avaliado.

Ressalvado uma outra variação, o ENAMEB não constitui exatamente a novidade em 2003, seguindo diretrizes da resolução do Conselho Nacional de Educação, o Ministério da Educação instituiu pela Portaria nº. 1403, o Sistema Nacional de Certificação e Formação Continuada de Professores. Esse exame deveria promover parâmetros de formação e méritos profissionais, alcançando deste modo os docentes em exercício no cargo e já aspirante em carreira do Magistério vinculados a curso de licenciatura.

Nos termos da norma em relevo, a participação do ENCP, que seria Exame Nacional da Capacitação, não seria obrigatório, com o que não se exigiriam certificados como condição para o exercício profissional.

Eu já estive aqui mostrando de importância da análise, que é do conhecimento de todos. Por fim, não há a evidência de qualquer reparo que seja necessário, no que tange aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, encontrando-se o projeto ainda embasado em boa técnica legislativa.

O voto pelas razões expostas, porque é exatamente para que nós possamos valorizar ainda mais os profissionais, somos pela aprovação do Projeto de Lei com as seguintes emendas: Fica instituído o exame nacional do Magistério da educação básica, com o objetivo de avaliar o desempenho dos docentes de educação básica em escolas públicas e privadas.

A inscrição e a participação do ENAMEB são voluntárias e gratuitas. Os sistemas de ensino poderão a seu critério utilizar os resultados do ENAMEB, como parte de programas de avaliação de desempenho e para fins de progressão na carreira do Magistério nos termos do regulamento.

As prova do ENAMEB terão uma parte geral, como um conjunto de participantes e uma parte específica, de modo a atender as peculiaridades dos Estados e regiões do país.

Isto aqui é um instrumento que colocamos à disposição dos municípios dos Estados do país e com a consciência social que tem o professor, com certeza não é obrigatório e é gratuito. Eles irão entender o quanto é importante termos a avaliação do nível de conhecimento que tem os nossos professores, para que os nossos alunos, recebendo cada vez mais, melhores orientação dos seus professores, possamos avançar na educação.

Então fica aqui. Eu quero só para finalizar dizer do quanto isso é importante, porque eu estiver agora, no sábado à noite, da Universidade Estadual do Rio

Grande do Norte, participando de mais uma formatura. Eram 300 professores, que antes só tinham o Magistério e que passaram a ter Nível Superior, através do programa de ProFormação.

Mas a própria oradora da turma dizia da importância de continuar no conhecimento, de avançar no saber de não pararem apenas ali de ir para a graduação, pós-graduação e com a admiração que tenho a todos os educadores, professores, sabemos da sua importância, do quanto eles representam para o avanço, para o desenvolvimento, para a cidadania desse país, que nós estamos aqui criando um instrumento que, pela sua consciência social, com certeza, os professores entenderão.

Não é para punir, não é para tirar nenhum direito seu, muito pelo contrário, ele é gratuito, ele não é obrigatório, mas é um instrumento para valorizar e mostrar a força, a dedicação, o quanto o professor merece o nosso respeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, para discutir.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Vota primeiro e eu falo depois, Sr. Presidente--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): --para colaborar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Senadora Fátima Cleide, depois a Senadora Marisa Serrano, Senador Leomar Quintanilha e Senador Valter Pereira. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu queria acho que o Parecer da Senadora Rosalba Ciarlini, mostra um esforço muito grande da Senadora de entender a questão da valorização profissional dos professores.

Agora, eu tenho ainda, embora já tenha sido feita uma Audiência Pública nesta Comissão, a respeito deste projeto, eu tenho dúvidas. Uma discussão que a gente faz há muito tempo, essa questão de exame nacional para o Magistério, tanto é que resultados dessas nossas, das nossas intenções.

Hoje existe uma política pública de formação continuada. A Senadora Rosalba Ciarlini foi muito feliz em colocar a necessidade da formação continuada, mas eu tenho dúvidas e eu gostaria de pedir vistas a esse projeto, porque eu não gostaria aqui de me abster sobre essa matéria, de modo algum, e também não gostaria de votar tendo dúvidas, então, eu peço vistas para que possamos ainda refletir, uma vez que a gente

está aqui tratando da vida profissional dos trabalhadores em educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, vistas concedidas à Senadora Fátima Cleide.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pela ordem.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Já que foi cedida vistas, eu retiro a minha.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Retira a inscrição.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem, Presidente.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu manteria a minha inscrição, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que o procedimento nosso tem sido no sentido de que concedidas vistas encerra-se a discussão e retomasse a discussão, naturalmente, quando o assunto voltar à pauta.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Eu solicito vista, então, para que seja vista coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Leomar Quintanilha vistas conjuntas concedida.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Alvaro Dias.

SENADOR ALVARO DIAS (PSDB-PR): Só, Sr. Presidente, para dizer quem é o autor desse projeto o Senador Wilson Matos, Reitor de uma Universidade, de uma grande universidade no Paraná, em Maringá, V. Exa. conhece. É um fanático pela educação, estudioso, pesquisador, visita o mundo inteiro, conhecendo universidades, conhecendo modelos, investe muito na qualidade da sua própria Universidade. Em livros bibliotecas, equipamentos.

Portanto é uma figura que merece o nosso respeito, a nossa consideração. Eu assino embaixo a todas as propostas que ele apresenta sobre educação no Brasil.

Só essa consideração que eu gostaria de fazer a V. Exa. e pedir os colegas que estudem com cuidado esse seu projeto, porque, certamente, como disse a Senadora Rosalba Ciarlini, no seu relatório, ele tem um objetivo que é qualificar o profissional da educação no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu quero Senador Alvaro Dias, reiterar as suas colocações. O Senador Wilson Matos, na época Senador substituindo V. Exa. teve uma presença importante, marcante aqui na Comissão e contribuiu com diversos projetos de lei, para o aprimoramento da educação no Brasil. Então, eu quero reforçar os argumentos que V. Exa. trouxe.

Nós não temos mais o *quorum* para projetos de natureza terminativa. Nós vamos continuar com os de natureza não terminativa e terminativa para serem lidos.

Então vamos seguir a pauta, porque nós temos aqui o Item nº. 4º, Senador Valter Pereira. É de natureza não terminativa, projeto de Lei do Senador nº. 191, de 2008, que “Cria a agência federal para a coordenação da segurança escolar destinada à apoiar o intercâmbio de experiências, fiscalizar, cobrar e coordenar o trabalho de segurança, desenvolvido pelas polícias estaduais e do Distrito Federal e por outros órgãos locais, pela Secretarias de Educação, por professores, alunos e servidores, com a finalidade de garantir segurança em torno das escolas e a paz na sala de aula”.

Autoria: Senador Cristovam Buarque. Relatoria: Senador Valter Pereira, Parecer é favorável. Com a emenda oferecida. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A matéria constou na pauta da reunião do dia 04 de agosto de 2009.

Só antes passar a palavra a V. Exa., Senador Valter Pereira, eu só quero também dizer que sempre a gente tem a preocupação do *quorum* para votação de matérias de natureza terminativa, mas eu quero deixar também muito claro e nem precisaria fazê-lo, porém é importante para, particularmente, para as pessoas que acompanham os trabalhos desta Comissão, é que isto nunca deve prejudicar como, nós sabemos o debate e a discussão das matérias.

Então, nós temos uma pressão, lógico, pelo *quorum*, mas essa pressão não pode e não deve e não vai prejudicar os debates, eventualmente, necessários, que ninguém pode se sentir constrangido em querer dar uma opinião, em aprimorar e não fazê-lo pela premissa de tempo.

Me desculpe só pela interrupção, assim, Senador Valter Pereira, eu passo a palavra a V. Exa., como Relator do Item 4º.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Em primeiro lugar, eu quero dizer a V. Exa., que não acabe pedido de desculpa, já que o enfoque dado por V. Exa. é no sentido de esclarecer e garantir, sobretudo, que haja aquilo que é a essência do Parlamento: O debate. Então, eu concordo em gênero, número e grau, com a ponderação que acaba de fazer.

Sr. Presidente, aqui está um projeto realmente oportuno, importante, e necessário, de autoria do Senador Cristovam Buarque. Ele cria um órgão no Ministério da Educação, denominado Agência Federal para a Coordenação da Segurança Escolar.

Não é segredo para ninguém que a escola hoje vive um clima de absoluta insegurança. Em alguns Estados, como o Estado de São Paulo, por exemplo, há muitos anos que já tem um batalhão escolar que cuida das escolas, que procura conter o avanço da criminalidade. Outros não tem essa prioridade, preferem arriscar a enfrentar acontecimentos lastimáveis que tem, em alguns casos, ceifado até vida de alunos no interior do estabelecimento.

E, na maioria dos casos, o que nós temos assistido é um receio do administrador da escola, do educador, enfim, de todos aqueles que tem a responsabilidade não só para ministrar aulas, para garantir o aprendizado, como também a guarda de crianças e a segurança pessoal do profissional da educação.

E, hoje, nós sentimos e nos contatos que temos tido com educadores, e nas críticas que têm sido publicadas até em informativos ligados à área da educação, que os educadores estão com medo. E estão às vezes, em certas circunstâncias, fazendo até concessões, até vistas grossas para a prática da delinquência dentro do estabelecimento, por falta de segurança.

Portanto, a proposta do ilustre Senador Cristovam Buarque, vem em boa hora. É necessário que haja sim, uma política de segurança para a escola. E se não existe esta prioridade para os Estados da Federação é preciso que a União o faça, que tome uma iniciativa.

E, sobretudo, Sr. Presidente, uma das causas que têm gerado muita criminalidade nas escolas é o tráfico de drogas, que está na frente do estabelecimento e está no seu interior também. E a tráfico de drogas é de responsabilidade da União.

Portanto é importante sim, que se adote essa medida, que se introduza, que se crie um organismo capaz de, pelo menos, formular uma política de segurança pública voltada para a escola, a fim de garantir um Direito Constitucional, que é o direito à educação de qualidade.

Portanto, o nosso Parecer é favorável, nos termos do relatório que nós apresentamos aqui, que está disponível para todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Está em discussão a matéria, o autor do projeto, Senador Cristovam Buarque. E, posteriormente, Senadora Marisa Serrano.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, se eu não tivesse nenhum outro propósito com esse projeto, só ouvir relatório e a defesa,

como ele foi feito pelo Senador Valter Pereira, eu já estaria satisfeito. Eu me sinto compensado, Senador, com a maneira como o senhor captou, entendeu e defendeu essa ideia.

Essa um projeto que não deveria ser necessário, não deveria ser necessário, mas hoje é. Talvez tirando um pouco de brincadeira, tirando as brigas dentro do Senado, o mais complicado que tem no Brasil é pacificar as escolas, nós precisamos pacificar as escolas. Não tem como ter aula no clima atual, não tem como ter futuro esses jovens, como disse o Senador Valter Pereira, com traficantes por perto.

E os Governos Estaduais, e ainda mesmo os Municipais, não têm condições para isso. Então, a ideia é que haja uma preocupação em um órgão central, uma agência, não é um Ministério, não é nenhuma estatal, uma agência que se preocupe com esse assunto, que obtenham recursos, que possa pedir a interferência da Polícia Federal, com mais facilidade, para que nossas crianças possam ir à escola em paz. Essa é a ideia dessa agência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou na mesma linha do Senador Valter Pereira e do Senador Cristovam Buarque, dizer da pertinência de um projeto como esse.

Eu entrei com uma proposta também, Senador Cristovam Buarque, criando um sistema para monitorar as violências nas escolas, mas o sistema seria construído em cada escola, para que pais, alunos, professores analisassem, discutissem e achassem o seu caminho.

É um sistema mais ou menos parecido como existe nos Estados Unidos a respeito da violência nas escolas, mas o que V. Exa. propõe é muito maior, porque é uma agência justamente para pesquisar, discutir propor, orientar, quer dizer, algo que se preocupe com isso. Que as pessoas possam produzir elementos para diminuirmos a violência nas escolas.

Essa, a criação dessa agência vai mostrar ao país a preocupação de todos os educadores com a tranquilidade, a paz, a possibilidade dos alunos estudarem no ambiente saudável.

Hoje em dia, as pesquisas indicam que, para que o aluno aprenda mais, ele tem que ter um ambiente em casa propício, tenha o horário certo de estudo, tenha um local tranquilo agradável, quer dizer, se isso é necessários na casa, imagine na escola, que é o *locus* próprio da educação.

Portanto, eu estou amplamente favorável ao projeto do Senador Cristovam Buarque, e parabeno ao Senador Valter Pereira, pela análise e pelo relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem. Eu quero, inclusive, destacar ao autor, ao relator, Senadora Marisa Serrano, que nós já aprovamos, inclusive, requerimento nesta Comissão para a realização de Audiência Pública, para debater, justamente, a paz na escola, a violência na escola. Porque, as pesquisas têm demonstrado que o maior problema, a maior preocupação das famílias não é mais qualidade de educação, é o filho estar seguro na escola.

Então, o Projeto de Lei vem nesta direção e isso eu quero parabenizar a V. Exa., o autor e os Senadores também, pelas explicações dadas.

Está encerrada a discussão, em votação a matéria. Os Srs. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 9º da pauta, não foi ainda. O Senador Eduardo Azeredo, Projeto de Lei da Câmara nº. 103, de 2008, que "Denomina, Rodovia Aguiinaldo Sales, o trecho da Rodovia BR 491, entre as cidades de Alfenas e Varginha no Estado de Minas Gerais".

Autoria: Deputado Geraldo Tadeu. Relatoria: Senador Eduardo Azeredo. Parecer pela prejudicialidade. Com a palavra, V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, apesar do mérito da homenagem o que acontece eu já comuniquei com o Deputado Geraldo Tadeu, é que esse trecho dessa rodovia, apesar de ser uma Rodovia Federal, esse trecho está delegado para o Estado de Minas Gerais, então, um eventual determinação de nome deverá ser feito a nível estadual. Então, por isso é que o voto é pela prejudicialidade.

Nós tivemos um número grande de rodovias federais, que foram passadas para os Estados, isso foi ainda me parece no fim de 2002, e o Governo Federal passou algum recurso para os Estados. Acontece que isso ficou um problema enorme durante muito tempo, porque no caso de Minas Gerais, por exemplo, o recurso não foi utilizado para as estradas, foi utilizado para pagar o 13º salário de funcionários e as estradas ficaram sem a manutenção.

Aí o Governo Federal, não quis continuar dando a manutenção, o Governo do Estado, por sua vez, não assumia a manutenção alegando que o recurso era pouco. Já num novo governo, do Governador Aécio, não foi o Governador Aécio que utilizou o recurso foi o Governador que o antecedeu. De maneira que agora nós temos uma situação já equacionada, o Governo Federal delegou definitivamente essas rodovias para os Estados, ainda pendentes da questão do recurso financeiro.

Quer dizer o recurso não foi devolvido pelos Estados, foi utilizado em outra finalidade, as rodovias ficaram sem a manutenção durante esse tempo todo,

porque realmente agora tem achar uma solução. Ou os Estados assumem definitivo, ou o Governo Federal continua dando a manutenção, não pode é ficar o buraco negro como ficou pelo fato de não ter sido utilizado corretamente o recurso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, o Parecer é pela prejudicialidade. Muito bem. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação o Parecer do Senador Eduardo Azeredo, pela prejudicialidade. Os Srs. Senadores e Senadoras, que estiveram acordo com o Parecer, permaneçam como se encontram. Aprovado o Parecer.

Passamos ao Item 14, Senador Leomar Quintanilha, é de natureza terminativa, mas eu peço a V. Exa. que possa ler é iniciada a discussão e na próxima reunião, só encerraremos a discussão, se V. Exa. concordar e será votado em bloco, junto com os demais que constarão da pauta na próxima semana.

É o Projeto de Lei Item 14, Projeto de Lei do Senado nº. 10, de 2009, que “Denomina Ferrovia Dorival Roriz Guedes Coelho o trecho da Ferrovia Norte-Sul, situado no Estado do Tocantins”. Autoria: Senadora Kátia Abreu. Relatoria: Senador Leomar Quintanilha. Parecer favorável. A matéria constou na pauta da reunião no dia 04 de agosto de 2009. A matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº. 01 nessa Comissão aprovada por unanimidade, em 09 de junho de 2009.

Com a palavra, V. Exa.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, eminente Srs. Vereadores, preliminarmente concordo com V. Exa., para que este projeto seja votado em globo, para facilitar o procedimento das análises submetidas a esta Comissão.

Trata-se de um Projeto de Lei, uma propositura da Eminentíssima Senadora Kátia Abreu, que visa homenagear uma figura importante para o nosso Estado, figura destacada, Dr. Dorival Roriz Guedes Coelho, que morreu precocemente, mas deixou um legado importante no Estado, onde assumiu diversas funções de relevo e importância, quer na iniciativa privada, quer na iniciativa pública.

Razão por que a homenagem proposta é uma homenagem justa e meritória, designar o trecho da Ferrovia Norte-Sul, que atravessa o Estado do Tocantins, da sua divisa com o Maranhão até a sua divisa do Estado de Goiás, tenha a denominação suplementar de Ferrovia Dorival Rodrigues Guedes Coelho, uma homenagem a uma pessoa que prestou inestimáveis serviços ao Estado de Tocantins e ao Brasil.

Portanto, o Parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senador Leomar Quintanilha. Em

discussão a matéria. Eu interrompo a discussão, para que ela então continue na próxima reunião e essa matéria, após encerrada a discussão, possa ser votada em bloco, junto com as demais.

Os itens todos de natureza terminativa, que puderam ser apreciadas o foram, os de natureza não terminativa também. Eu só quero destacar para Senadora Marisa Serrano, Senador Cristovam Buarque, Senador Leomar Quintanilha, particularmente a Senadora Fátima Cleide, que eu já li no início dessa reunião, que recebemos o expediente da Bancada do Tocantins de Senadores, Deputados e Deputadas, para que apreciemos a situação da UNITINS, Universidade Fundação, Universidade do Tocantins em relação a questão dos alunos que vêm fazendo a educação, a formação à distância.

São cem mil alunos no Brasil todo, alunos no Paraná e, certamente, no Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, em todos os Estados, em que estão numa posição assim de conflito, de dificuldade, de encaminhamento e, para isto, nós convidamos a Procuradoria da República, a Associação também da Educação à Distância, dos pólos, a própria Universidade, a Bancada, a Comissão de Educação, nós já fizemos reuniões de trabalho, eu acompanhei o grupo com o Ministro, com o Secretário Carlos Eduardo, fizemos reuniões informais também.

E, ao mesmo tempo, queremos como Comissão de Educação, em função do apelo da Bancada do Tocantins, em função da magnitude do problema, imaginar que tem cem mil alunos aí que não sabem se vão ficar na Universidade, se vão para outra Universidade, se a regra está clara, se não está, para que a Comissão de Educação, como Comissão, possa assim, interferir também nesse processo.

Por isso que existe essa Audiência Pública, hoje à tarde, às 14h30 nesta sala da Comissão. Senador Leomar Quintanilha, certamente, pode acrescentar argumentos ao que estou colocando.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, preliminarmente, eu quero.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Aliás, desculpe não é Audiência Pública, eu estou equivocado é Reunião Extraordinária, então pode-se dar a palavra a todas as pessoas, me desculpe.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Preliminarmente, eu quero agradecer a V. Exa. por ter demonstrado essa sensibilidade às dificuldades que encontra a UNITINS.

Como Coordenador da Bancada, é que eu tomo a iniciativa de propor essa Sessão Especial Conjunta, também com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, em razão da delicadeza do momento e da situação em que atravessa a UNITINS.

Inquestionavelmente, o ensino a distância é uma revolução, é um acerto, e é a solução, sobretudo para os pequenos municípios, que não têm a oportunidade de ter um ensino de qualidade, para a formação e capacitação das novas gerações. Seguramente, o ensino a distância utilizando o meio televisivo como fonte de saber e fonte de informação é, sem sombra de dúvidas, uma ideia inteligente, moderna, inovadora do qual nós não podemos abrir mão.

Seguramente, se ao ensino a distância ministrado pela UNITINS, comete algumas falhas, alguns equívocos, nós não temos que eliminar a atuação da UNITINS, nós temos que procurar meios e mecanismos de corrigi-los e fazer com que ele cumpra o seu desiderato, o seu objetivo de que é levar o conhecimento e a capacitação a mais de cem mil alunos, nos diversos municípios brasileiros.

Portanto, eu acho muito oportuna e agradeço efetivamente a sensibilidade de V. Exa. que, como Presidente de uma Comissão importante, abre espaço na agenda da Comissão, na sua agenda pessoal, para discutir em conjunto com a Comissão de Educação, os destinos não só de mais de cem mil alunos, mas de uma importante unidade da Federação, unidade de ensino existente na Federação.

Eu gostaria de lembrar a V. Exa., que eu tive a honra de ser o Primeiro Secretário de Educação do Estado do Tocantins, razões muito óbvias determinaram a criação do Estado, era exatamente a ausência do poder, a ausência do Estado numa região importante é que fez com que o Estado fosse criado. O estado de abandono a que estava legada a população e fazia a população padecer muito, por isso é que fez com que nós criássemos o Estado e uma das razões era exatamente uma educação extremamente precária.

Para V. Exa. ter uma ideia, nós tínhamos diversas pessoas que não tinham o primeiro grau completo e que estavam na sala de aula dando aula. A princípio é chocante e brutal e a reação minha, principalmente como Secretário da Educação, era de promover essa substituição que aquilo era um absurdo, mas há um raciocínio um pouco mais amplo era o que nós tínhamos, era que o a região tinha, para poder oferecer aquelas população com um salário totalmente defasado, havia municípios que não pagavam um salário-mínimo, meio salário-mínimo para o professor.

E existia um sistema hoje substituído de escolas rurais, onde existia um agrupamento de pessoas com idades diferentes, 10, 15, 20 pessoas com idades diferentes e níveis de conhecimento diferentes e com o professor também com o conhecimento limitado para ensinar. Realmente, a ideia era abominável, mas era aquele que sabia alguma coisa ensinando a quem não sabia nada.

Felizmente, hoje, o Estado depois de criado, criou um sistema vigoroso de educação, e que pôde substituir efetivamente esses profissionais que não tinham uma capacitação adequada, substituindo-os por profissionais capacitados, para que o ensino tivesse qualidade e pudesse efetivamente contribuir para a cidadania e para o desenvolvimento pessoal de muitos indivíduos e, sobretudo de mais uma unidade da Federação.

Foi num passo seguinte, que a UNITINS, resolveu instalar o ensino a distância. São 139 municípios, um Estado com 278 mil e 420 quilômetros quadrados, um Estado enorme, para atravessar o Estado é preciso percorrer mais de mil quilômetros, e nas regiões ínvias, distantes era difícil dar uma oportunidade aos adolescentes, aos jovens, sem que eles saíssem da sua comunidade, ter oportunidade de fazer um curso superior. E o ensino a distância abriu essa perspectiva, universalizou as oportunidades democratizou as oportunidades.

O que nós precisamos efetivamente é corrigir os equívocos e os erros da instituição e não matar a galinha dos ovos de ouro do nosso Estado. A oportunidade que nós temos de dar a muitas pessoas de estar aprendendo.

E veja que foi realmente uma iniciativa positiva, que ela ganhou o espaço em outras unidades da Federação. Então é muito importante que o Senado Federal, conjuntamente com a Câmara dos Deputados, através de suas importantes Comissões de Educação esteja discutindo o futuro dos alunos e dessa instituição.

Agradeço a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu sei que essa hora já não devemos conversar muita coisa, mas eu quero apoiar a fala do Senador Leomar Quintanilha, dizendo que eu estive recentemente lá em Palmas e vi as preocupações dos alunos, dos professores e um potencial imenso para o Estado de Tocantins e até fora do Estado de Tocantins.

Então, o senhor tomou uma decisão muito correta, de fazer essa Audiência, e espero que a gente consiga uma saída. Não se justifica parar o trabalho que vinha sendo feito naquele Estado.

E, como disse o Senador, se tem algumas falhas vamos corrigir as falhas. Imagine se a gente não tivesse tolerância com as falhas, o Senado devia estar fechado já faz alguns meses. A gente tem que corrigir as nossas falhas e não, simplesmente, fechar as instituições que tem um papel a cumprir.

E eu parabeno o Senador Leomar Quintanilha e ele tem todo o meu próprio para isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço o apoio de V. Exa., Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero destacar que concordo também com a palavras do Senador Leomar Quintanilha, do Senador Cristovam Buarque. E esta Reunião Extraordinária então vai ser realizada às 14h30, hoje, aqui neste mesmo ambiente.

Obrigado. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 13h10.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 41ª Reunião Extraordinária da Comissão De Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 11 de Agosto de 2009.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às quatorze horas e cinquenta e oito minutos do dia onze de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Valter Pereira, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Ideli Salvatti, Eduardo Suplicy, José Nery, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Neuto De Conto, Valdir Raupp, Kátia Abreu, Efraim Moraes, João Vicente Claudino e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Marina Silva, Expedito Júnior, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Reunião Extraordinária, que tem como objetivo a “Discussão e encaminhamento das propostas para solucionar os problemas enfrentados por mais de cem (cem) mil estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos

cursos à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, atendendo à solicitação da Bancada Federal do Tocantins no Senado Federal e na Câmara dos Deputados”. A Presidência registra a presença para acompanhar a Reunião Extraordinária, do Senhor Ex Senador Júlio Campos (PFL-MT); Senhor Deputado Federal Laurez Moreira (PSB-TO); Senhor Deputado Federal João Oliveira (DEM-TO); Senhor Deputado Federal André de Paula (DEM-PE); Senhor Deputado Federal Lázaro Botelho Martins (PP-TO); Senhor Deputado Estadual Moisés Avelino (PMDB-TO); Senhor Baltazar Rodriguez Tazinho, Prefeito de Arapoema-TO; Senhora Salete Moreira, Assessora Técnica da Deputada Maria do Rosário; Senhor Jaime Vilas Boas, Vice-Presidente da Associação Nacional de Educação a Distância – ANEAD; Senhor Miguel Braga de Alencar, Coordenador de Marketing da Associação Nacional de Educação a Distância - ANEAD; Senhor Francisco Girafalt, Diretor da Associação Nacional de Educação a Distância - ANEAD; Senhor Rodrigo de Miranda Gomes, Segundo Tesoureiro da Associação Nacional de Educação a Distância – ANEAD; Senhor Maurício Siqueira, Primeiro Secretário da Associação Nacional de Educação a Distância – ANEAD; Senhor Hermes Carneiro, Diretor do Colégio Santa Luzia; Senhor Cristiano Ferraz, Diretor da Associação Nacional dos Docentes de Instituições de Ensino Superior – ANDES; Senhor Tiago Ventura, Vice-Presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE; Senhora Joana Paroli, Diretora de Universidades Privadas da União Nacional dos Estudantes – UNE, Senhor Julian Rizo, Diretor Executivo do Sistema Educacional EAD-COM e Senhora Maria Luiza Nascimento, Ex Pró-Reitora da Fundação Universidade do Tocantins. Neste momento o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à deliberação do Plenário, a possibilidade da palavra ser concedida a todos os participantes da reunião que dela quiserem fazer uso, uma vez que o Regimento Interno do Senado Federal não disciplina sobre reuniões desta natureza. A sugestão é aprovada. Logo após, a Presidência informa que a Mesa está constituída pelo Senhor Senador Leomar Quintanilha, Coordenador da Bancada Parlamentar do Estado do Tocantins; Senhora Deputada Nilmar Ruiz, Vice-Presidente da Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância da Câmara dos Deputados; Senhor André Luiz Vitral Costa, Diretor de Comunicação da União Nacional dos Estudantes – UNE e Senhora Marta Kratz, Presidente da Associação Nacional de Educação a Distância – ANEAD. Finda a apresentação dos integrantes da mesa, a palavra é franqueada aos presentes. Usam da palavra

os Senhores Senadores João Ribeiro e Kátia Abreu, o Senhor Deputado Federal Moisés Avelino, Senhora Maria Luiza Nascimento, Senhor Julian Rizo, Senhor Jaime Villas Boas e Senhor Rodrigo de Miranda Gomes. Prosseguindo, o Senhor Senador Flávio Arns comunica os encaminhamentos a serem tomados por esta Comissão quanto aos problemas enfrentados pelos estudantes da UNITINS: 1. Recebimento e deliberação de Requerimento que solicita realização de Audiência Pública para discutir o tema; 2. Agendamento de Audiência com o Excelentíssimo Ministro da Educação, Fernando Haddad, com a participação da Bancada do Estado do Tocantins; Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS; Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados; União Nacional dos Estudantes – UNE; Frente Parlamentar de Apoio à Educação a Distância da Câmara dos Deputados e desta Comissão, para apresentação de proposta ao problema. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às dezessete horas e dezessete minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 11 de Agosto de 2009.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto inicialmente a apreciação do Plenário, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Esta Reunião Extraordinária tem como objetivo discutir e encaminhar propostas para solucionar os problemas enfrentados por mais de cem mil estudantes de graduação de todo o país, matriculados nos cursos

à distância oferecidos pela Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, atendendo a solicitação da Bancada Federal do Tocantins, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Para isso, nós temos o trazer de contar na Mesa já, que vai conduzir os trabalhos, a presença do Senador Leomar Quintanilha, que é Coordenador da Bancada Parlamentar do Estado do Tocantins, Senadores e Deputados e Deputadas, da Deputada Nilmar Ruiz, que é Coordenadora da Frente Parlamentar de Apoio de Educação a Educação à Distância e, também, aqui está representando a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados.

E a Presidente da Comissão pediu para se justificar nesse sentido, inclusive enviando também a Assessoria da Comissão para participar aqui desta reunião, em função de projeto que, neste momento, está sendo discutido na Câmara dos Deputados de reforma universitária, mas disse que tão logo a reunião de lá termine ela se encaminhará aqui para a Comissão.

Também quero dar as boas-vindas à Marta Kratz, que é Presidente da Associação Nacional de Educação à Distância, ANEAD. Destacar as presenças, neste momento, por enquanto, do Deputado Moisés Avelino, PMDB - Tocantins, seja muito bem vindo. Deputado André de Paula, Pernambuco - DEM, também seja muito bem vindo, Deputado Lázaro Botelho, Tocantins - PP, também as boas vindas.

Também várias pessoas que estão nos honrando com a presença, Salete Moreira, Assessora Técnica da Deputada Maria do Rosário; Jayme Villas Boas, vice-Presidente da Associação Nacional de Educação à Distância; Miguel Braga de Alencar, Coordenador de Marketing da Associação Nacional de Educação à Distância, Conexão Educacional; Julián Rizo, Diretor Executivo do Sistema Eadcon; Maria Luiza Nascimento, ex Pró-Reitora da Fundação Universidade de Tocantins, e todas as demais pessoas que nós teremos também, no decorrer desta Reunião Extraordinária, a honra de mencionar.

Quero também mencionar a presença, com muito trazer, do André Luiz Vitral Costa, Diretor de Comunicação da UNE, União Nacional dos Estudantes, que já participou inclusive no outro dia de uma Audiência Pública aqui na Comissão, que é de Educação, Cultura e Esporte.

Essa reunião não é uma Audiência Pública e não é uma Reunião Ordinária para deliberar sobre matérias que estejam em tramitação aqui no Senado. É uma Reunião Extraordinária convocada, como eu já mencionei, a pedido da Bancada do Estado do Tocantins, Deputados, Deputadas e Senadores e Senadora, também, Senadora Kátia Abreu.

Então, neste sentido, eu peço a concordância do Plenário, se o Plenário concordar, que a palavra possa ser aberta a todos os participantes que dela quiserem fazer uso.

Então, eu solicito aos Senadores e Senadoras, Membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para que isto, com a concordância de todos, que isto possa acontecer. Não havendo objeção, então, a palavra será facultada a todas as pessoas que dela quiserem fazer uso.

Inicialmente, o procedimento de encaminhamento do assunto será o seguinte, em primeiro lugar, darei a palavra à Nilmar Ruiz, Deputada, grande conhecedora do assunto, Secretária à época do Estado do Tocantins, quando este processo de formação se iniciou também, numa grande parceria no Estado. Em seguida, eu darei a palavra aos demais membros da Mesa, Senador Leomar Quintanilha, Marta Kratz e ao André Costa.

E, na sequência, abrirei à palavra, então, conforme anuência dos Membros da Comissão de Educação, Cultura e Esporte às demais pessoas presentes, para que o objetivo da reunião possa ser obtido, discutir e encaminhar propostas para solucionar os problemas enfrentados. Está bem?

Quero ressaltar que esta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, já fez inúmeras reuniões informais, administrativas, aqui na própria Comissão. Eu próprio, como Presidente da Comissão, já participei de duas reuniões com o Ministro da Educação, uma delas com a presença da Deputada Nilmar Ruiz, também já fizemos mais de uma reunião com o Secretário de Educação à Distância, Dr. Carlos Eduardo e o assunto precisa ser encaminhado.

Precisamos assim conhecer exatamente, já conhecemos, compartilhar com as pessoas o que possa assim ser feito para ser esclarecido. E fazer encaminhamentos concretos, institucionalmente, através da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, por isso que está sendo feita uma Reunião Extraordinária desta Comissão.

Eu quero lembrar que os meios de comunicação do Senado estão acompanhando esta reunião, a TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado. Esta Reunião Extraordinária será apresentada para o Brasil, na íntegra, para que todos no Brasil possam acompanhar também pela TV Senado. Mas os outros mecanismos de comunicação são fundamentais também.

E eu inclusive faço apelo para aqueles que nos acompanham pelos meios de comunicação, que se desejando se manifestem sobre o assunto, mandando posicionamentos, esclarecimentos, contribuições a

favor do objetivo de discutir e encaminhar propostas. Está bem?

Então, dando continuidade às falas, eu passo em primeiro lugar a palavra à Deputada Nilmar Ruiz, que é Coordenadora da Frente Parlamentar de Apoio a Educação à Distância, para fazer um posicionamento sobre o assunto.

Eu quero dizer que temos dois documentos, por escrito, que serão lidos na sequência, um deles do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no Estado do Tocantins, enviado pela Dra. Ludmila Fernandes da Silva Ribeiro e pelo Dr. João Felipe Villa do Miu, que estão acompanhando esse processo como Procuradores da República. Esse documento está nas pastas, inclusive, caso alguém deseje uma cópia, não há dificuldade alguma em conseguir.

E o outro documento da Fundação Universidade do Tocantins, Gabinete da Reitoria, que também está acessível a todos e que, na sequência, a Deputada Nilmar, inclusive, na medida do possível, fará uma síntese desse documento também, para os participantes dessa reunião.

Eu lerei na sequência, depois da fala, a carta da Procuradoria da República e como da Fundação UNITINS é um documento mais longo, haverá um resumo também, por parte da Deputada Nilmar Ruiz.

Muito bem. Então eu passo a palavra a V. Exa.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Boa tarde a todos, a todas presentes.

Eu quero cumprimentar e agradecer ao querido Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que vem se dedicando a questão da UNITINS, com muito interesse, ajudando dessa forma não só os quase cem mil alunos, como a instituição, que já vai completar 20 anos e ao Brasil inteiro. Porque nós sabemos do que representa para o Brasil, um país que somente 13% tem a oportunidade de ter um curso superior, uma instituição de ensino que vem formando tocantinenses e formando brasileiros, já há bastante tempo.

Eu quero cumprimentar e agradecer também ao Senador Leomar Quintanilha, que é o nosso Coordenador da Bancada do Tocantins. Senador Leomar Quintanilha, já foi como eu Secretário de Educação. Nos primeiros anos de criação do nosso Estado foi Secretário, quando da criação da Universidade conhece todo o procedimento, todo o trabalho da Universidade.

E eu quero agradecer ao nosso Coordenador da Bancada do Estado, pela presteza, pela atenção em rapidamente organizar toda a nossa Bancada, para que nosso pudéssemos ter a oportunidade de uma tarde como essa, para discutir um assunto de fundamental

relevância, não só para o nosso Estado, mas também para o Brasil inteiro. Muito obrigada, Senador.

Eu quero agradecer à Prof^a. Marta, por estar aqui presente, ela que vem aí já também acompanhando e tem um interesse pessoal nessa questão da vamos dizer assim, do fortalecimento e da continuidade dos trabalhos da UNITINS no Brasil inteiro.

Eu quero cumprimentar o André Luiz, que aqui representa a parte mais interessada, André, que qualquer instituição de ensino tem como foco principal os estudantes, então é fundamental a sua presença e eu quero agradecer muito, você aqui representando aquilo que é o objetivo do nosso trabalho no que se refere à educação.

Quero cumprimentar os meus companheiros, Deputados. Deputado André da Paula, que é de Pernambuco, mas que conhece. Ele sabe, inclusive hoje falou, não é André? Nós tivemos a oportunidade de falar não só André, mas vários Deputados vêm recebendo uma demanda grande de pessoas nos seus Estados, que têm interesse na continuidade do trabalho da UNITINS. Muito obrigado pela sua presença, amigo companheiro do meu Partido Democrata.

Quero cumprimentar o nosso querido Deputado do Estado do Tocantins, Deputado Moisés Avelino, que foi Governador do nosso Estado, que conhece muito sobre o que representa a UNITINS para o desenvolvimento do Estado de Tocantins, para a formação da nossa gente. Muito obrigada, Moisés por estar aqui conosco.

Eu quero cumprimentar e agradecer também o Deputado Lázaro Botelho, do nosso Estado do Tocantins. Cumprimentar a todas as instituições que estão aqui presentes. Eu quero cumprimentar também aos nossos técnicos, nossos Assessores, que estão conosco, levantando dados e trabalhando para que nossa possamos, Senador, resolver o mais rápido possível uma questão, que é fundamental para todos nós.

Eu procurei pontuar, não é um trabalho, digamos assim, de nada disso. Eu tentei pontuar até cronologicamente a questão da Universidade, para a gente entender bem o que está acontecendo nesse momento na UNITINS.

O Estado de Tocantins foi criado na Constituição de 88, antigo Norte de Goiás, onde não havia praticamente nenhuma instituição de Ensino Superior, nem pública, nem privada. Nós tínhamos naquela época, campus, praticamente, só em Porto Nacional da Universidade de Goiás, mais nada.

Então, em 1990, pela necessidade de formação da nossa gente no Estado novo, foi criada sob forma de autarquia, a Fundação, na autarquia Universidade do Estado de Tocantins.

Em 1996, essa autarquia foi extinta e foi criada a Fundação Pública de Direito Privado, que tinha como filosofia e tem até hoje a filosofia de que quem pode pagar, paga, quem não pode estuda através de bolsa que é dada pelo próprio Estado, que é dado por vários municípios e, também, bolsas que, hoje, a União coloca à disposição, como é a questão do ProUni, do FIES. Toda a rede de apoio aos alunos foi utilizada pela Fundação Pública de Direito Privado – UNITINS, desde a sua criação, dentro dessa filosofia.

Em 1999, com a LDB, que coloca aos Estados, também aos municípios, a educação brasileira, a necessidade, a imposição, vamos dizer assim, de formar, de habilitar seus professores em nível superior e, também, a necessidade de melhorar a qualificação dos professores do Estado de Tocantins. Vocês imaginam num Estado recém criado, onde não havia instituição de Ensino Superior, como eram os quadros nos nossos professores. E era necessário nós buscarmos uma forma de habilitar os nossos professores, sem que eles saíssem de sala de aula.

Para você ter uma ideia, eu nessa época, eu era Secretária de Educação, eu fui Secretária dedicação do Estado do Tocantins, inicialmente, de 95 até 98, depois eu vim para cá para uma campanha para Deputada Federal, em 98, retornei como Secretária de Educação em 99 e fiquei até 2000, quando eu vim para cá assumir a cadeira de Deputada Federal.

Então, nós tínhamos a LDB para cumprir, nós tínhamos professores leigos em grande quantidade, professores necessitando de qualificação e, naquela época, eu como Secretária de Educação do Estado, eu era a única professora de educação artística que nós tínhamos no Estado inteiro. Nós não tínhamos... Nas áreas que hoje tem carência de Matemática, Biologia Química, Senador Leomar Quintanilha, que foi Secretário, nós não tínhamos praticamente professores com formação nessas áreas e em muitas outras, a necessidade era muito grande.

Então, nós tínhamos que descobrir de que forma que os professores poderiam ter a oportunidade de cursar uma faculdade, ter um curso superior, mas sem sair de sala de aula, nós não tínhamos como tirar esse professor.

Foi assim que nós buscamos parceiros, foi assim que eu conheci o ex-Ministro Borges da Silveira e a sua equipe. E nós começamos com a EDUCON, a preparar, a discutir, a encontrar uma solução e um modelo, para que nós pudéssemos então habilitar os nossos professores e só através da educação à distância, não tinha ou uma outra forma.

E só com as dificuldades que nós tínhamos no nosso Estado, que não é só do nosso Estado, são as

difficultades que o Brasil tem até hoje nos municípios com menos de vinte mil habitantes, dos municípios que são a grande maioria do nosso Estado Brasileiro.

E foi aí que nasceu um modelo, que a gente chama UNITINS/EDUCON e da seguinte forma que nasceu o modelo em 1999. A UNITINS, como instituição de ensino, responsável por todo o controle acadêmico, responsável por toda a parte pedagógica, responsável por todo o conteúdo dos programas e Eadcon, agora, mas na época EDUCON, responsável pela questão da criação das salas presenciais, as salas onde a gente realiza a parte presencial, que hoje a gente chama também de pólo.

Responsável pela questão da parte tecnológica dos equipamentos, de aluguel de satélite, assim iniciou inclusive a questão da participação nessa parceria era praticamente paritária, isso em 99.

E começou a se trabalhar esse modelo, de se experimentar esse modelo do professor, ele sair uma semana de dois em dois meses e nós contratarmos professor substituto para ficar em sala de aula, enquanto ele estava fazendo a parte presencial. De utilizar seu período de férias na parte presencial e o restante todo através dos meios de comunicação à distância, para que ele pudesse então se formar.

E, em 2000, eu vim para cá, como eu falei, como Deputado Federal, com uma única missão. Eu fiquei quatro meses na Câmara dos Deputados em 2000, com uma missão, ou de federalizar a UNITINS, ou que fosse criada no nosso Estado do Tocantins uma Universidade Federal. Se optou na época, por se criar a Universidade Federal, só que todo o patrimônio da UNITINS, prédio, equipamento, carro, tudo foi repassado do Estado para a UFT, para a Universidade Federal.

A UNITINS, ela ficou reduzida a um barraco de madeireit, num terreno e um corpo de pessoas que acreditavam e que queriam que aquela instituição continuasse no seu papel de preparar o nosso povo tão carente.

Foi aí, que essa parceria e a educação à distância e a tarefa de preparar os professores, Senador, criou um corpo que fez com que a UNITINS crescesse, fez com que o nosso modelo desse certo, fez com que a UNITINS recuperasse e melhorasse o seu patrimônio.

E foi aí, que nós encontramos esse modelo, a UNITINS e a ADECON, que fez com que nós expandíssemos além da formação de professores. Que nós pudéssemos então abrir outros cursos, propiciar outras pessoas que tinham sonho, como todos nós temos, de dar um curso superior ao seu filho, ou ter um curso superior, poder então estudar e ter o seu Diploma.

Foi assim, que a UNITINS e ADECON foi parar em todo o Brasil. Foi assim que buscou para si outros

parceiros, que são aqueles que criaram nos outros Estados os pólos presenciais, para que nós pudéssemos aí sim, ampliar para hoje, mais de 90 mil alunos em todo o Brasil.

Hoje, nós temos já formados pela UNITINS, através de educação à distância, 30 mil alunos, aproximadamente, 90 mil alunos. Nós temos oito cursos de educação a distância. Nós temos a UNITINS em todos os Estados e no Distrito Federal, através também dessa parceria com outras instituições que mantêm nos Estados os pólos. Nós temos 900 tele-salas, 200 pólos presenciais.

E é bom ressaltar que 48% desses pólos são em cidades com menos de 20 mil habitantes e com o IDH menor que a média brasileira, que dificilmente teriam condição de estar frequentando uma universidade, fazendo um curso superior e tendo condição de se qualificar. Pode passar.

Outra coisa que eu queria de deixar claro é o perfil dos alunos da UNITINS, porque é um perfil, vamos dizer assim, é o perfil da maioria das universidades particulares do nosso país, porque, na realidade, a gente sabe que até vem melhorando no decorrer dos anos a questão da clientela da universidade pública no nosso país. Mas, na realidade, ainda hoje, a grande maioria das universidades públicas são, a grande maioria são de alunos que teriam condição de pagar pelo Ensino Superior.

A mulher mãe, a mulher trabalhadora, o homem trabalhador e os de família carentes, que, muitas vezes, não tiveram nem possibilidade de uma formação que desse competitividade no vestibular, a grande maioria se encontra na Rede Particular de Ensino Superior no nosso país.

O perfil na UNITINS não é diferente, 76% dos alunos são mulheres, e, na maioria, a grande maioria, casadas, trabalhadoras, mãe de família. 57% dos alunos com mais de 30 anos, o que quer dizer? Aqueles que estão fora do sistema, que não tiveram oportunidade de continuidade do estudo na idade própria e de famílias carentes que, como eu coloquei, 49% é com uma renda inferior a 760 reais.

A questão da UNITINS. A UNITINS vem fazendo o seu trabalho, nós temos até um Congresso, na época a Luiza, se não me engano, ainda estava na Universidade, onde foi avaliada a questão da UNITINS, dentro pela própria instituição, com a participação do Ministério. Onde o Ministério colocou que era uma, elogiou o trabalho da UNITINS, colocou que era ensino de qualidade, colocou a questão de democratizar o ensino no Brasil, para aqueles não tinham condição de estar numa universidade cara, porque nós sabemos que educação a distância ela é mais barata, muito mais

barata para o aluno do que nas outras instituições de Ensino Superior.

Mas, em 2005, através de um Decreto. Espera lá. Modelo único presencial. Através do Decreto 5.622, o MEC, ele coloca como um único modelo de educação à distância para o Brasil inteiro. Então, o Brasil inteiro e não é só a UNITINS, mas a gente tem contato, inclusive no Fórum, das instituições privadas de Ensino Superior, muitas universidades no Brasil estão encontrando dificuldade em poder adequar um único modelo.

E, em 2004, a UNITINS foi credenciada pelo próprio MEC, como um modelo diferenciado, pela forma como foi criada e também de como ela vinha no Brasil inteiro desempenhando esse trabalho.

Em 2007, a coisa ficou mais complicada e aqui eu quero falar não como Deputada Tocantinense, mas quero falar como vice-Presidente Coordenadora da Frente Parlamentar de Apoio, porque foi criada justamente para isso, praticamente, está certo? Para isso, praticamente... Pior que eu tenho que entrar eu entrei um pouco na história, mas tinha entrado no problema. Mas, para quê? Porque se colocou uma portaria para regular a educação à distância, que não tem nada a ver com a educação à distância.

E a briga da Frente, ela vem desde essa época, mostrando que não possível em educação à distância, se querer no pólo uma biblioteca, onde para três alunos tenha um título, quando a gente sabe que nem as bibliotecas estaduais e municipais não conseguem estar atualizada e que hoje nós temos as bibliotecas virtuais, que fazem com que o aluno possa estar, principalmente tratando de educação à distância, a questão de um professor para cada 150 alunos. Então, não é educação à distância.

Nós lembramos ao Ministro naquela Audiência, que o Telecurso Segundo Grau, não tem nenhum professor por aluno e está aí formando quantas pessoas em nível de segundo grau. Então, por que um modelo só para o Brasil inteiro, onde o Brasil tem uma diversidade tão grande? E por que normativas que não se adequam a educação à distância? Passa rapidinho, então, para mim.

Bom, o que aconteceu? Depois que houve a normativa 40, com essas imposições todas foi feita uma avaliação no Brasil inteiro, nas instituições e aí quando se chegou à UNITINS, se começou a questionar o modelo da UNITINS, os pólos presenciais da UNITINS. Começou a se ter um rigor em cima dessa avaliação e fazer através de despachos, de normativas e termos de ajustes, com que a UNITINS tivesse que cumprir determinações praticamente impossíveis de ser cumpridas e daí começou a questão UNITINS, Ministério da Educação e, depois, com a Procuradoria também.

Primeira coisa, esse despacho suspendeu preventivamente os vestibulares na UNITINS. Depois suspendeu o ingresso de novos alunos, enquanto não fosse implantada a gratuidade no ensino de graduação à distância.

Então, eu queria aí só fazer uma colocação para vocês. Primeiro, a questão que o MEC vem lutando para que nós possamos fazer a UNITINS, total gratuita, não é um assunto que deva ser tratado pelo Ministério da Educação. É um assunto que tem que ser tratado judicialmente.

Porque se ela coloca que é inconstitucional, se o MEC coloca que é inconstitucional uma Universidade Pública de Direito Privado, quem tem que tratar disso é a Justiça, não é o Ministério. E isso está sendo tratado pela Justiça. E isso já está sendo julgado, a questão da composição jurídica da UNITINS e nós sabemos e eu venho participando que o Brasil inteiro hoje discute o modelo público de Direito Privado, como uma solução, para que nós possamos democratizar o Ensino Superior no nosso país.

Então, não é uma discussão do MEC. O MEC, não poderia colocar que nós teríamos que deixar de fazer vestibular, porque a nossa instituição cobra mensalidade dos alunos, isso não compete ao MEC, isso compete à Justiça e não ao MEC. E isso já está em julgamento e discutindo no Brasil inteiro.

A outra questão que se colocou é que nós, já que nós não íamos mais fazer vestibular, nós teríamos que transferir os nossos alunos para outras instituições de ensino, o que o MEC não pode também determinar, porque os alunos são na UNITINS. Os alunos, quando acreditaram e se matricularam e vêm pagando seus cursos e vêm frequentando seus cursos, eles fizeram a sua matrícula numa instituição, [soa a campainha] num modelo de ensino que eles acreditam.

E dentro dessa, vamos dizer assim, desse imbróglio que foi criado hoje, nós já temos mais de 15 mil alunos que foram transferidos, hoje já não frequentam mais e já abandonaram o Ensino Superior e a UNITINS. A inadimplência hoje já chega a quase 40%.

Agora, como que uma Universidade se mantém e no termo que foi mandado, nessa justificativa que foi mandada pela Reitora, eu tive a oportunidade de passar os olhos, ela diz o seguinte, a UNITINS não tem condição hoje, o Estado de Tocantins, não tem hoje condição de manter um ensino totalmente público.

E o nosso Presidente, estava aqui naquela outra Comissão, quando eu fiz a pergunta ao Secretário Carlos, se o MEC ia ajudar a bancar a UNITINS, já que eles estavam entrando numa seara, que não era deles, de determinar que a UNITINS fosse totalmente gratuita. Porque oras, se está determinando que vai

ser gratuita, então vamos ajudar a pagar a conta. E o Secretário respondeu que não, porque não era federal, porque era estadual, então o ônus vai ficar para o Estado não tem condição. E além de não ter condição de bancar, não quer bancar, porque a gente acredita no modelo que nós temos no nosso Estado. Nós acreditamos nesse modelo.

Então o que é que nós, eu botei assim o que a UNITINS, como a UNITINS é, o que o MEC quer e o que nós queremos. Primeiro, acho que está ali, a UNITINS, ela é pública privada, o MEC quer que ela se torne totalmente pública e gratuita, não é competência do MEC, nós queremos o nosso modelo e nós queremos que a Justiça determine se esse modelo, ele é possível, ou se ele é legal, ou se ele é anticonstitucional ou não, e não o MEC, que não tem essa competência.

A outra questão é que eles querem que a UNITINS, até eu falei sim: "Bom, nós oferecemos no Brasil inteiro um modelo que nós acreditamos e que vem formando, como eu falei, inúmeros alunos". O que o MEC quer? E isso foi dito aqui nessa mesma sala, pelo Diretor Hélio, quando eu falei para ele assim: "Hélio, não mata a UNITINS, da forma como vocês estão fazendo, vocês vão matar a nossa Universidade". E ele colocou o seguinte: "Não, Deputada, nós vamos transformar a UNITINS numa Universidade aberta do Brasil".

Eu até me coloquei à disposição como Deputada, porque nós queremos que a Universidade Aberta do Brasil dê certo, porque tem muita gente nesse país que precisa da oportunidade de um curso superior, mas não precisa matar a UNITINS para fazer a educação, a Universidade Aberta do Brasil. Faça a Universidade Aberta do Brasil, que é o modelo que o MEC hoje considera como ideal, mas deixa para que os outros modelo que estão propiciando no Brasil inteiro os alunos estudarem que possa estar funcionando.

Então, o que nós queremos? Continuar com o nosso modelo. Nós queremos refazer o contrato UNITINS e ADECON. Tem coisa errada? Tem. Precisa refazer? Precisa. Tem ajuste para ser feito? Tem ajuste para ser feito.

Na última gestão, eu quero deixar isso claro. Na última gestão houveram processos dentro da UNITINS, que de uma certa forma mudaram... A UNITINS que contratava é a ADECON, mudou, agora é a ADECON que contrata a UNITINS. As responsabilidades que eram da UNITINS passaram para a ADECON, que não poderiam ser repassada.

Mas eu falo que até contrato de casamento, não é Senadores? A gente pode mudar e continuar a união, não precisa de fazer. Então vamos refazer, vamos consertar. A UNITINS, a Reitora coloca nesse documento, que a UNITINS ela se predispõe a poder ajustar o que

precisa ser ajustado. A própria ADECON também a se ajustar ao que tem que se ajustado.

Revisão da Portaria nº. 40, que isso aí não é uma questão da UNITINS, mas é nacional é um absurdo. O credenciamento dos pólos, quando adequados, porque mesmo os pólos que já foram adequados a normativa 40, o MEC não credencia. Então, não adianta a gente consertar porque conserta, mas não é credenciado.

Outra coisa, a autonomia para o compartilhamento dos pólos, a realização dos vestibulares e a transferência, só a transferência normal quando o aluno quiser, porque se não mata a UNITINS.

Eu vou dar um exemplo claro, porque mata. Se não entra aluno com vestibular, se os alunos estão se transferindo, como é que fica a conta de água, de luz, de telefone, os professores, o aluguel dos pólos presenciais? Acaba. Acaba.

É a morte da UNITINS, se nós não tivermos unidos, para que nós possamos mostrar ao Ministério, que eles façam a Universidade Aberta do Brasil, que nós todos vamos trabalhar e torcer para que dê certo. Mas que deixe que outras iniciativas no Brasil inteiro, deixe que a UNITINS, possa também cumprir o seu papel, que é formar o nosso povo.

Desculpe pelo tempo. Muito obrigada, nosso Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isto, neste primeiro momento, foi importante essa abordagem da Deputada Nilmar Ruiz, pelo conhecimento de causa e, particularmente, para que todos nós, os que estão aqui, e os que acompanham pelos meios de comunicação do Senado, que tenham uma ideia do problema que está ocorrendo na Fundação, com o Estado, com o Ministério da Educação. E, a partir disto, todos nós nos posicionarmos com informações mais ou menos parecidas.

Eu passo em seguida a palavra ao Senador Leomar Quintanilha, na sequência, Marta Kratz e, por fim, ao André Costa, que é o representante da UNE, porque o mais importante de todo o processo é como a Deputada mencionou: o estudante.

Então, o estudante, a UNE vai ouvir tudo isto também e, no final, como União Nacional desta área, que é a mais importante, também se posicionar. E aí nós abriremos também para o posicionamento dos presentes.

Eu quero destacar de novo presença do Deputado Moisés Avelino, PMDB-Tocantins, do Deputado André de Paula, Pernambuco - DEM, do Deputado Lázaro Botelho, Tocantins-PP, o nosso Senador Neuto De Conto, de Santa Catarina-PMDB e das demais pessoas já mencionadas e vários ainda que eu pretendo mencionar.

Com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, do Tocantins e Coordenador da Bancada.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente, da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, Senador Flávio Arns, a quem quero em nome da Bancada Federal do Tocantins, mais uma vez reiterar os nossos agradecimentos pela presteza com que V. Exa. convoca essa reunião, para debater um assunto do maior relevo para a educação nacional e, particularmente, para o Estado do Tocantins. Revelando de forma muito clara a sua sensibilidade e a sua preocupação como educador à discussão de temas tão significativos como esse.

Meu querido colega, Senador Neuto de Conto, ilustre Senador que nos honra com a sua presença neste debate. Meus caros Deputados Federais, Deputada Nilmar Ruiz, que foi brilhante Secretária da Educação no Estado, responsável pela estruturação do ensino e pela revolução do ensino naquela unidade federativa.

Meus caros Deputados Federais, Governador Moisés Avelino, que foi Governador do Estado, já mencionado aqui e vivenciou naqueles primeiros anos de instalação da nossa unidade federativa, o quão complexa e quão difícil era a sistematização da educação no nosso Estado.

Meu caro Deputado Lázaro Botelho, querido amigo, grande companheiro na luta pela defesa dos interesses do Estado.

Meu jovem André Luiz Costa, Diretor de Comunicação da UNE. Dra. Marta Kratz, ilustre Presidente da Associação de Educação à Distância - ANEAD, meu caro André de Paula. As nossas homenagens a nossa ex-Reitora da UNITINS, Maria Luiza Nascimento e demais técnicos e profissionais aqui presentes, que conosco assumem a responsabilidade de discutir e buscar uma solução para uma questão tão importante.

Eu tive o privilégio de ser o Primeiro Secretário da Educação do Estado do Tocantins, mencionei isso na Reunião Ordinária da Sessão de Educação, hoje, pela manhã e foi realmente, talvez, um dos maiores detalhes que eu experimentei exatamente pelas colocações feitas pela Deputada Nilmar Ruiz, pela desestrutura que tomava conta do Sistema Educacional do Estado. Eu nem sei se nós poderíamos à época chamar de Sistema Educacional do Estado, dada a desorganização e as dificuldades enormes que a área exigia para dar eficiência e dar resultado ao cidadão tocantinense. Era algo assim assombroso.

V. Exa., comentou com muita propriedade e eu comentei de manhã, que nós recebemos assim estupefatos, uma estrutura totalmente demolida. Nós tínhamos pessoas que não tinham o primeiro grau

completo e estava na sala de aula como professor. A Prof^a. Nilmar falou com muita propriedade, com amplitude e abordou todos os aspectos, mas é bom ressaltar que é uma unidade nova da Federação, que estava procurando se organizar e é impensável querer desenvolver um povo, uma nação sem ter como carro chefe a educação.

E nós tínhamos uma educação destrozada, desmontada, com toda a dificuldade. Era o único Estado da Federação, que não tinha uma unidade de Ensino Superior. Nós funcionávamos mal, dois campos avançados, um em Porto Nacional e outro em Araguaína, possivelmente, com 300 acadêmicos. A massa crítica existente no nosso Estado era limitadíssima, muito diferente da realidade de hoje. E foi até uma decisão corajosa do Governo do Estado a criar a Universidade Estadual do Tocantins, embora nós já estivéssemos lutando pela criação da Federal.

E vejam os senhores, se nós fôssemos aguardar a Universidade Federal ser instalada no nosso território para formar os professores do nosso Ensino Fundamental e Médio, nós levaríamos treze anos. Foi o tempo que nós gastamos para conseguir instalar a Universidade Federal no Estado do Tocantins e ainda assim transferindo todo o patrimônio físico e intelectual que o Estado havia conseguido organizar para funcionar a Universidade Estadual.

Então, a UNITINS, ela tem história com o nosso Estado. Ela tem uma responsabilidade muito grande com o nosso Estado. O Estado tem uma dívida de gratidão muito grande com a UNITINS, por esse momento pioneiro de construção de um sistema educacional, de formação do cidadão e de capacitação das nossas novas gerações. E foi com a criatividade que a educação do Tocantins teve, como tem em outras áreas, que foi concebido o ensino à distância, do instrumento auxiliar de formação dos nossos jovens.

Aliás, de formação dos nossos cidadãos. Porque como ficou comprovado pela afirmação da Deputada Nilmar, o volume de pessoas que estão hoje matriculados no ensino à distância são aqueles não tiveram oportunidade no período regular de frequentar a escola.

Então veja o significado dessa instituição. E não há como negar a importância do ensino à distância. Negar que a televisão é hoje um dos mais importantes instrumentos de comunicação é desconhecer a realidade atual. E se a televisão é um meio de comunicação para as diversas informações de que precisa o cidadão, seguramente, ela será um instrumento muito forte na sua formação e na sua capacitação.

De sorte que a criação do ensino, da instituição que promoveu o ensino à distância no Tocantins foi

um verdadeiro achado, não só para o nosso Estado, Estado de dimensão territorial continental.

O Deputado Moisés Avelino sabe muito bem o que é administrar 278 mil quilômetros quadrados. Com distâncias remotas, que para atravessar esse Estado é necessário percorrer mais de mil quilômetros. Como é que poderíamos prover nos mais diversos rincões, de um Estado pobre, de comunidades pequenas, necessitadas, carentes e pobres, de um conjunto educacional, com capacitação adequada, em todos os municípios?

Primeiro, o Estado não teria condição de fazer isso, não teria dinheiro, recurso suficiente e era uma tristeza. E lamentamos profundamente, que isso ainda ocorre em muitas partes do Brasil, que ainda nós não conseguimos oferecer, universalizar a oportunidade de capacitação das pessoas do nosso país. De levar a democratização do ensino, do conhecimento a todos os rincões. E é esse ensino à distância que vai propiciar, que propicia essa oportunidade e essa condição.

Se nós temos erros, se nós cometemos equívocos, muitos deles acompanhados desde o nascedouro pelo Ministério da Educação, a EDUCON, foi constituída em parceria com a UNITINS, mais sob os auspícios do Ministério da Educação. O Ministério acompanhando de perto de que forma isso estava sendo instalado de que forma isso estava sendo desenvolvido.

E nós que temos a responsabilidade de representar os Estados da Federação Brasileira, de representar a população dos nossos Estados, Senadores e Deputados Estaduais, não poderemos aceitar de forma alguma, uma decisão unilateral do Ministério da Educação, de numa decisão simplória, simplesmente mandar: "Não, transfira os alunos para outras entidades de ensino". Não, nós não, por uma questão de justiça, nós não podemos aceitar isso. [soa a campainha]

E como transformar a UNITINS hoje em uma entidade pública? Com ensino gratuito? O Estado não tinha condição de bancar a educação dos seus filhos, imagina hoje que as UNITINS atende todos os demais Estados da Federação. Como é que o Estado do Tocantins, talvez o Estado mais pobre da Federação, vai agora com a decisão dessa do MEC, poder arcar com a educação daqueles em outros Estados, que não estavam tendo oportunidade em outras instituições e que estão experimentando a oportunidade que a UNITINS está oferecendo para poder se capacitar para poder amearhar conhecimentos e estar se preparando para o enfrentamento dos desafios da vida, que são inúmeros e permanentes.

Então, meus queridos colegas de Congresso Nacional, Srs. Senadores e Srs. Deputados, essa é uma luta que não é só da UNITINS, essa é uma luta,

que é uma luta nossa, é uma luta federativa de todos nós. Que nós precisamos aqui, se não encontrarmos o apontamento de uma solução adequada, mas vamos juntos ao MEC, para que o MEC nos ajude a construir, a construir a definição, a saída que nós precisamos encontrar para que essa importante instituição brasileira, a UNITINS, EDUCON, possa dar continuidade a esse extraordinário trabalho de formação das nossas inteligências no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Muito bem, Senador Leomar Quintanilha, Coordenador da Bancada Parlamentar do Estado do Tocantins.

Passo em seguida a palavra à Marta Kratz, que é Presidente da Associação Nacional de Educação à Distância.

Antes, porém, Marta, eu quero destacar a presença com muita honra do ex-Senador Júlio Campos, ex-Senador, ex-Governador é uma honra tê-lo aqui presente nesse debate, seja muito bem vindo.

Com a palavra, Marta Kratz.

SRA. MARTA KRATZ: Boa tarde a todos.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado, que tem nos atendido prontamente nessa busca da solução junto aos alunos UNITINS e o processo como um todo, desde que o MEC propôs esse marco regulatório, o Senador tem estado atento e acompanhado conosco. Eu gostaria muito de agradecer-lo.

Senador Leomar Quintanilha, o qual parabeno pelas palavras e a Senadora Nilmar Ruiz.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Deputada.

SRA. MARTA KRATZ: Ah, Deputada Nilmar, André Luiz da UNE, também cumprimento à Mesa. Cumprimento também todos os colegas aqui presentes, os gestores, proprietários de pólos, Senadores e Deputados da Plenária.

A ANEAD, a Associação Nacional de Educação à Distância, ela nasceu juntamente com o trabalho desenvolvido pela UNITINS. Foi um trabalho que se iniciou com alguns, em 2003 e a grande maioria 2004.

É importante ressaltar que o trabalho UNITINS é um trabalho pioneiro, é um trabalho de vanguarda, onde nós, a Universidade com todo o seu projeto, com o apoio do Estado do Tocantins, da então Secretária, de todo o grupo ali da Universidade teve essa brilhante ideia, essa coragem de iniciar um projeto de educação à distância, que no início atendeu ali o Estado do Tocantins, se sentiu segura para começar a trabalhar pela própria necessidade que ela avistava na solici-

tação, na visita inclusive de outros componentes, de outras universidades que acompanharam ali o desenvolvimento do projeto da UNITINS, com elogios, com propostas.

Quando a UNITINS resolveu trabalhar nacionalmente, até a partir de uma indicação da Legislação, de fazer um trabalho experimental de educação à distância, nós temos que lembrar que a UNITINS foi muito corajosa, ela...

Inclusive eu gostaria de ressaltar aqui uma situação que é Senador, muito importante para o Estado de Tocantins, mesmo. Hoje, a Universidade do Tocantins, ela é reconhecida de norte ao sul desse país.

Nós somos lá do sul, a minha fala que se a gente virar o mapa do Brasil de cabeça para baixo, a gente vai descobrir o tamanho desse Brasil, mas imagina o que é um aluno do Rio Grande do Sul ter orgulho de ser aluno da Universidade de Tocantins e isso é uma realidade hoje. Isso é uma realidade. Tanto que um dos argumentos que o MEC se utiliza é o nosso crescimento, ou seja, esse crescimento se dá, por quê? Porque o aluno tem passado para os irmãos, para a sociedade, o seu sentimento positivo dentro do projeto.

Eu entendo quando o MEC vem com a proposta de marco regulatório, que temos que aí ter um rigor dentro do crescimento, porque, com certeza, esse crescimento virtual aí muito grande, ele realmente, ele deixa brechas para uma série de problemas, mas não no caso da UNITINS.

Eu acho que, muito pelo contrário, a UNITINS, deveria sim ser a maior parceria do MEC no desenvolvimento da Legislação, porque ela conhece o trabalho que foi realizado no Brasil. Ela seria uma grande Conselheira sim do MEC. Em nenhum momento ela se furtou de entender as considerações de entender as melhorias.

Como pioneira, como foi dito, a gente considera que temos sim vários acertos, vários momentos que tem ser considerado. Já, desde 2004 para cá, as melhorias já estão acontecendo, elas já vem acontecendo há muito tempo e, agora, também, trocando experiências com a nova Legislação. Outra situação importante de se colocar é que quando o MEC estabeleceu essa nova Legislação, regulamentando o setor, ele coloca, ele foi em 2007.

Iniciou com a Constituição, abrindo aí uma indicação para o desenvolvimento de educação à distância, depois a LDB vem com o trabalho aí indicando alguns caminhos e, em 2007, a normatização já de um modelo único, como disse a Deputada, que nesse momento, depois, oportunamente, eu posso até discorrer mais sobre esse tema, concordo plenamente com ela.

Nesse momento foi colocada a necessidade de um modelo através de pólos presenciais, que é o setor ao qual hoje eu estou representando são gestores de pólos presenciais, que hoje atuam no atendimento direto ao aluno.

É importante mencionar que o nosso modelo era baseado numa metodologia de tele aula. Então essa tele aula, ela tinha ali uma proposta, uma proposta também social, no início feito em parceria até com os municípios, porque, na verdade, o grande sucesso dessa educação à distância é a democratização do conhecimento. E a democratização do conhecimento vem com certeza, através de parcerias.

Porque a gente sabe que não é prioridade do capital nesse país ainda, será futuramente o investimento em educação, principalmente, em cidades, como foi citada pela Deputada, abaixo de 20 habitantes. Situação essa que a educação à distância permite que atenda de forma cooperada com o município, ou até numa parceria com uma escola do município privada. Enfim, atendendo aí exatamente a flexibilidade e o diferencial do conceito da EAD, que é você trabalhar atendendo aonde a Universidade não está.

A Universidade ela está na capital, ela está no regional, mas ela não está no município. Então, esse é o conceito da educação à distância.

Mas o MEC, ainda assim, entendeu que a Legislação deveria dar um apoio, um suporte maior a esse aluno, propondo aí os pólos presenciais. A partir do momento que ele fez algumas referências a esses pólos presenciais, o sistema Eadcon, UNITINS, iniciou aí um trabalho de localização, onde esses pólos poderiam se posicionar. Eles hoje estão posicionados de Norte a Sul do Brasil, atendendo regionalmente, realmente, essa foi uma proposta da rede de trabalhar regionalmente no atendimento regional.

E foram feitas as adequações, todas solicitadas pela Legislação. Como já foi dito, essa parceria é uma parceria feita com investidores locais, com educadores locais, pessoas que já vinham da área da educação, muitos aí até aposentados que já não pensavam mais em trabalhar com a educação, viram o grande desafio e foram tão corajosos quanto a UNITINS, porque assumiram realmente esse desafio.

É importante dizer que a evasão da UNITINS, ela é muito baixa, justamente, pelo desenvolvimento dos gestores de pólo no projeto. Com certeza, hoje, os gestores de pólos são responsáveis, inclusive, por segurar essa crise. Exatamente, por segurar essa crise, por tranquilizar, até pela credibilidade que possuem em seus municípios, em seus locais de trabalho. Mas, de fato, foram feitos muitos investimentos.

Existia a necessidade, que concordamos plenamente, de acessibilidade ao portador de deficiência, a construção da biblioteca, número mínimos de sala, banheiros individuais, enfim, tinha uma série de situações que foram colocadas para a existência do pólo, como um modelo que seria um pólo presencial. Acreditando nesse projeto [soa a campainha] às vistas do MEC, porque conforme foi dito aqui, o MEC sempre acompanhou o nosso trabalho.

Nós temos parceiros, gestores de pólos presenciais, que solicitaram a vistoria, as suas expensas, receberam essa vistoria do MEC e tem o seu pólo aprovado, dentro do projeto da UNITINS. Então é importante que se diga isso.

E, de repente, de uma maneira incompreensível, como disse o Senador Leomar Quintanilha, concordo, simplesmente, sob força de leis torna todo o projeto inviabilizado.

O projeto hoje, da forma como ele está, ele está inviabilizado, ele está prejudicando os alunos em 100%, vamos dizer assim. Porque os alunos hoje estão inseguros, com a sua certificação, de certa forma, ameaçada, ou rechaçada, vamos chamar assim. E ainda sem saber para onde ir, porque a maioria dos pólos onde a UNITINS atua nem tem um parceiro para ele se transferir. Então, essa é uma situação muito séria.

Colocando aqui em ordem, o aluno precisa ser atendido. Nós gestores de pólos presenciais, nós estamos todos os dias com as portas abertas recebendo esse aluno que desesperado, sem saber que o vai acontecer com ele.

E eu, enquanto associação, recebo todos os dias os gestores de pólos presenciais, há um ano e meio, impedidos de atuar por uma situação hoje que a gente não consegue achar uma luz no fim do túnel, uma solução.

Eu gostaria de finalizar colocando aqui a situação, qual é o nosso principal objetivo? Achar uma solução que contemple os alunos, que contemple a Universidade, que contemple todos os parceiros desse setor.

Foi um setor importante, que é a educação à distância. E que hoje o Sistema ADECON, UNITINS, representa cinco anos de trabalho e um dos casos, e um dos casos de sucesso desse país.

Dentro do desenvolvimento do Brasil percebemos aí no governo que toda o seu propósito passa pela inclusão social e eu acredito que a educação não pode ficar fora desse processo. E, necessariamente, a educação à distância passa por inclusão social, isso está dentro do seu conceito. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu passo em seguida, a palavra ao André Luiz Vitral Costa, que é Diretor de Comunicação da UNE.

Quero destacar antes, porém, a presença do Deputado João Oliveira, seja muito bem vindo, Tocantins - DEM. Também do Tiago Ventura, que é vice-Presidente da UNE, União Nacional dos Estudantes. E da Joanna Paroli, que é Diretora de Universidades Privadas da União Nacional dos Estudantes - UNE.

Com a palavra, então, André.

SR. ANDRÉ LUIZ VITRAL COSTA: Obrigado, Senador.

Uma boa tarde a todos. Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação aqui do Senado. Em seu nome, eu cumprimento aqui todos os Senadores presentes nessa Sessão. A Deputada Nilmar Ruiz, que preside de a Frente Parlamentar em Apoio à Educação à Distância, em seu nome, também cumprimento a todos os Parlamentares, Deputados aqui presentes nessa Sessão e destacando a importância da gente ter a maior participação das mulheres no Parlamento, tendo em vista a importância que isso representa para a consolidação da democracia no Brasil.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, pela ordem, Presidente. Eu gostaria apenas de lembrar que a [soa a campainha] já está tocando, e que a Ordem do Dia deve começar a qualquer momento e, portanto encerrar a nossa Audiência Pública, que nós pudéssemos dar certa objetividade para que todos pudessem falar e os Senadores participarem. Obrigada.

SR. ANDRÉ LUIZ VITRAL COSTA: Continuando, eu queria cumprimentar também aqui os meus colegas de gestão, o Tiago e a Joanna, que também me acompanham aqui desse debate importante de uma Universidade relevante aqui para o nosso país.

Em síntese, companheiros, esse problema da UNITINS é um problema que a União Nacional de Estudantes, já vem desempenhando desde a sua última direção e já manifestou de maneira muito assertiva e muito bem posicionada a sua opinião a respeito desse problema. A Deputada Nilmar, aqui, de maneira muito coerente, resgatou o histórico dessa relação e da origem da própria Universidade e do modelo de Ensino Superior, que ela se propõe a fazer desde a sua origem.

E estando muito claro o ambiente de Ensino Superior, que está colocado no Brasil, onde apenas 13% dos jovens entre idade escolar possuem acesso ao Ensino Superior e podem cursar um curso de Graduação aqui, fazendo com que a questão do Ensino Superior se cumpra do ponto de vista do seu dever constitucional.

E nessa quadra, nós, da União Nacional dos Estudantes, entendemos que a questão do ensino a distância, avança em grande medida, no sentido de

democratizar o acesso dos jovens brasileiros ao Ensino Superior.

Então, isso é um primeiro ponto que nós já colocamos desde o início do problema, que é importante a gente demarcar aqui. Nós da União Nacional dos Estudantes, achamos, entendemos, inclusive nosso último Congresso, o 51º Congresso, foi o 1º Congresso da UNE em que estudante de ensino à distância participaram também dos debates, dos Fóruns de Deliberação, através de eleição direta nos pólos presenciais. E entendemos que é uma modelo que avança do ponto de vista da democratização do jovem brasileiro ao Ensino Superior.

É importante destacar também, alguns avanços no último período, ou seja, nós temos inúmeros, 14 novas Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, o Programa Universidade para Todos, a nova regulamentação do FIES, que nós entendemos que demarca, do ponto de vista político, como vem sendo gestado e como vem sendo tocado a política de Ensino Superior no Brasil, do último período. A gente entende que existe uma guinada, do ponto de vista dessa disputa entre o público privado, do viés do Estado Brasileiro acerca da política de Ensino Superior no Brasil e está muito demarcado pelos exemplos que eu já citei.

Agora, obviamente, essa política, ela sofre hoje, no ano de 2009, inclusive como reflexo da crise do Ensino Superior, a crise econômica que atinge também o nosso país, uma crise de identidade. Ao mesmo tempo que, nós, estudantes brasileiros celebramos 14 novas Universidades Federais, quase 300 mil jovens em vagas públicas e nas universidades privadas, através do ProUni, oferta e redução e facilitação dos sistema de crédito através do FIES. Nós, essa semana, somos surpreendidos com uma medida do Ministério da Educação, o que oferta um bilhão de reais do BNDES, para salvar as Universidades Privadas, que estão em perigo, ou sofrendo qualquer tipo de processo de falência no ambiente de crise que nós vivemos.

Então, seja desse ponto de vista, fica muito claro para nós, da União Nacional dos Estudantes, que essa quadra da discussão do viés público e privado do Ensino Superior se dá no centro da disputa do movimento de educação e tem sido historicamente a pauta da disputa do centro do movimento de educação. Desde o chamado que o Senador Flávio Arns pode participar do FONDEP, que era o Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, a disputa do movimento de educação no Brasil se dá entre o seu viés público e privado.

E nós, também, o nosso 51º Congresso aprovamos o nosso posicionamento e o a nossa resolução muito clara em relação a essa disputa. Nós da União Nacional dos Estudantes, somos a favor, defendemos

o viés público da educação, e, por isso, ele precisa ser valorizado, ele precisa ser preservado, ele precisa ser celebrado na quadra política que a gente vive hoje.

Isso se dá, na nossa avaliação, através do quê? De duas medidas em paralelo. Uma medida é a consolidação dessa política de oferta de vagas no Ensino Superior, seja ela na modalidade presencial, com as novas instituições, ou como nós defendemos no nosso projeto, a federalização das instituições falidas, ou através da regulamentação do avanço do ensino privado, da oferta do ensino privado no Brasil.

Nós entendemos que o ensino privado, no último período, e isso tem sido demonstrado pelo volume grande de fusões e aquisições dos grupos educacionais, tem sofrido um novo avanço. O que antes era uma Universidade Privada, que era de propriedade de uma família, ou de um grupo educacional vinculado a uma religião ou outra, passa hoje a ser de grandes grupos de educação, com ações na bolsa de valores, com participação de bancos e instituições financeiras, o que dá uma nova lógica de produtividade, de reprodução do capital ao ambiente do Ensino Superior no Brasil, e ao ambiente majoritário, porque vale lembrar que 75% dos estudantes de Ensino Superior estão hoje dentro de instituições privadas de Ensino Superior.

Sobre o caso específico aqui da relação UNITINS/ADECON, e esse problema que sofrem hoje, cem mil estudantes no Estado do Tocantins. Como nós já publicamos na nota na nossa última gestão e estamos reafirmando aqui nesse momento, é preciso que o Estado Brasileiro consiga construir uma posição assertiva, que consiga inclusive garantir a graduação desses cem mil estudantes, que fizeram suas matrículas, que foram que frequentaram as aulas, que compraram material didático, que perdem tempo, perderam dinheiro, grande esforço como é o caso da maioria das famílias e dos jovens do perfil do ensino à distância no Brasil, para realizar o seu curso de Ensino Superior.

Não é possível que a gente demore mais para achar uma solução rápida e assertiva acerca desse tema. E o que a União Nacional dos Estudantes, entende quanto uma solução assertiva? É a garantia da conclusão nos cursos de graduação, nos contratos que já foram firmados, enquanto esse Parecer era legal desses cem mil estudantes.

Por quê? Porque não adianta a gente mudar a regra do jogo, no meio do jogo. Nós, apesar de eu divergir aqui, e é preciso aqui demarcar aqui com a Deputada Nilmar Ruiz, sobre a opinião do que é o modelo ideal da oferta de Ensino Superior no Brasil, nós da União Nacional dos Estudantes achamos que o Estado de Tocantins tem condição objetiva de resgatar, por exemplo, o viés público da UNITINS, de oferecer na UNITINS

o ensino presencial e o ensino a distância, qualificar os seus professores da rede pública com educação pública gratuita e de qualidade, tanto na modalidade presencial, como na modalidade pública.

Também, nós não podemos concordar no outro lado, com um Decreto e com uma Portaria, como nós não vamos concordar com a portaria aí de um bilhão do BNDES para o Ensino Superior, não podemos concordar com uma Portaria que deixe no pincel cem mil estudantes que fizeram a matrícula, que, até então, Ministro Paulo Renato de Souza, hoje Deputado Federal dessa Casa, era Ministro da Educação, *pari passu*, como foi o Senador Leomar Quintanilha colocou aqui, autorizou esse convênio em ter uma de instituição privada e uma instituição pública ofertando vaga e de Ensino Superior, na modalidade do ensino a distância no Estado do Tocantins.

Então veja, a posição da União Nacional dos Estudantes, senhores e senhoras que assistem essa Audiência, é muito clara nesse sentido, nós achamos defendemos aqui que é preciso resgatar o viés público da UNITINS, porque entendemos que isso está na pauta do dia do desenvolvimento do Estado do Tocantins, da sua política de tecnologia, da sua política de produção do conhecimento [soa a campainha] preservação ambiental, e outros temas que são tão relevantes para aquele Estado, mas também achamos que não podemos mudar e deixar no pincel, cem mil estudantes que firmaram contrato, que iniciaram seus cursos no modelo e que precisam ter sua graduação garantida.

Por último, no último minuto que me nesta, é preciso também discutir algumas questões do ponto de vista mais geral e nós temos defendido isso no nosso projeto de reforma universitária. É preciso e o Parlamento joga muito papel, que a gente retome o debate público acerca da política de Ensino Superior no Brasil. Não é possível que a gente continue via Decreto, via Portaria implementando a política de Ensino Superior nesse país.

Por quê? Porque isso tira do movimento de educação do Parlamento e das instituições, a sua responsabilidade que está garantida na Constituição de pautar a política de Ensino Superior Público.

Espaços como esse daqui e como outros no âmbito, por exemplo, da Comissão Especial da Reforma Universitária na Câmara dos Deputados, são espaços importantíssimos, para que esses setores que, historicamente, lutam por uma universidade mais justa, universidade pública gratuita de qualidade possam pautar o que entendem do ponto de vista de Ensino Superior nesse país, de política pública.

E, obviamente, avançar na regulamentação, tanto das universidades privadas quanto do modelo de

EAD. É preciso o Ministério da Educação seja claro, para dizer que o entende enquanto ensino a distância de qualidade, se tem que ter pólo presencial, se tem que ter biblioteca do pólo, qual a relação professor/aluno, se vai oferecer pesquisa e extensão no âmbito da graduação e etc.

Em síntese é essa a questão, para repisar aqui, para ficar bastante claro, porque a gente vem sendo bastante questionado inclusive em relação a este caso, esta é a posição da União Nacional dos Estudantes, posição esta em consonância inclusive no debate político protagonizado aí no nosso 51º Congresso, garantir a graduação desses cem mil estudantes, e avançar para uma UNITINS pública, gratuita, de qualidade e protagonista do processo de desenvolvimento do Estado de Tocantins.

Muito obrigado pelo espaço, Sr. Senador, Presidente dessa Sessão e estamos a disposição aí para qualquer esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a participação do André Costa, nesse primeiro momento.

Quero lembrar que é uma Reunião Extraordinária, não é uma Audiência Pública, se fosse Audiência Pública, só as pessoas da Mesa que fariam, com a concordância do Plenário, abrimos a possibilidade das pessoas presentes participarem.

Como a Senadora Kátia Abreu mencionou agora a pouco, todos nós temos uma premência de tempo, também, porque até a campainha do Plenário está tocando, chamando os Senadores, não houve o início da Ordem do Dia, porque caso houvesse a gente teria que interromper aqui a reunião também.

Mas nós temos por enquanto três pessoas inscritas, que é a Senadora Kátia Abreu, o Deputado Moisés Avelino e, também, a ex Pró-Reitora, não é? Pró-Reitora, eu estava na dúvida se tinha mencionado corretamente, Profª. Maria Luiza.

Começamos com o Deputado e ex-Governador, PMDB - Tocantins, Moisés Avelino.

Eu queria combinar que teríamos todos cinco minutos, estaria bem? Cinco minutos, então.

Menciono a presença também do Senador João Pedro, do Estado do Tocantins.

DEPUTADO MOISÉS AVELINO (PMDB-TO): Senador Flávio Arns, Presidente dessa Comissão, em seu nome cumprimentar os demais Parlamentares e participantes dessa reunião.

E para ser objetivo, eu gostaria de parabenizar a Deputada Nilmar e o Senador Leomar Quintanilha, pela excelente explanação sobre o histórico e a importância da UNITINS e desse processo.

E, para ser mais objetivo, me ater apenas ao processo que causou essa discussão. É o que fazer com quase cem mil alunos desse Brasil que estão dependentes dessas atitudes do Ministério da Educação.

Erros aconteceram pelo que eu sei e erros só não acontecem com aqueles que nada fazem, tudo é possível de erro. Agora, a correção do erro é que não pode ser feito da forma como está sendo. Não se aconteceu esse histórico da UNITINS e ADECON, sem o conhecimento da UNITINS, sem o conhecimento do Ministério da Educação, ao longo dos seus dez anos. Não é de uma maneira unilateral que vai prejudicar 90, 100 alunos nesse país. Não justifica isto.

Então, o que nós queremos? É que todos são culpados pelo que aconteceu, os pontos positivos e os pontos negativos, mas é preciso que haja uma solução de consenso, que prima por amparar esses alunos que não tem culpa nesse processo que está acontecendo. Eles não foram se matricular e participar desses cursos tendo conhecimento do que acontecia e do que vinha acontecendo na condução e na gestão desse processo e eles jamais poderão ser penalizados.

E o André disse - que até foi uma surpresa que não eu estava sabendo - é um bilhão de reais para salvar universidades particulares que, ao longo das da sua história, ganharam milhões e milhões de dinheiro a custa dos alunos e das famílias e agora prejudicar o Ministério dessa forma, quase cem mil alunos nesse Brasil inteiro e nem sequer quer participar com ônus do problema.

Por que não libera dinheiro e fala assim: "Vamos ajudar a concluir o curso desse pessoal, que está matriculado fazendo seus cursos"? Por que deixar as famílias e os alunos, nesse instante, nessa insegurança, nessa incerteza, buscando outro rumo? Por que deixou acontecer até agora?

Então, eu acho que o Ministério da Educação, nós temos que ir lá falar com as autoridades competentes, para sensibilizá-lo que não pode agir da forma que está agindo.

Tem solução sim para o problema, vamos cobrar essas soluções, vamos discuti-las e vamos achar a melhor solução. Qual é a melhor? Em primeiro lugar, amparar os alunos, quase cem mil alunos nesse país inteiro e depois a responsabilidade a quem deve ter, para como continuar esse processo, de que forma fazê-lo. E, assim, a gente sanar essa questão que aflige a todos nós. Não só somos nós que estamos discutindo esse assunto não. São os pais dos alunos, são os alunos, são os familiares é a UNITINS que está vendo a sua situação bastante séria, porque ela é responsável por tudo isso e corrigir os erros que aconteceram.

Eu tenho conhecimento que houve erros crassos, porque quando iniciou esse contrato com a ADECON, segundo me informaram, 48% da arrecadação era para a UNITINS e ela ficar com 52. E ao longo dessa história, hoje, a UNITINS está com 18 e ela está com o resto, como é que vai fazer? Quem são as responsáveis por isso? São os alunos? Os alunos é que não tem culpa de tudo isso. Os gestores têm, então vamos cobrá-los [soa a campainha] e vamos corrigi-los.

Então, eu agradeço a oportunidade e encerro dizendo, tem solução sim, nós temos que encontrá-lo o mais rápido possível e é através de audiência nossa com o MEC, sensibilizando, que eles têm que assumir essa responsabilidade. E fiquei surpreso com um bilhão de reais para as universidades particulares e deixar cem mil alunos por pouco dinheiro, dessa penúria que nós estamos vivendo.

Muito obrigado.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Deputado Moisés Avelino, PMDB - Tocantins. Quero destacar a presença do Deputado Laurez Moreira, PSB - Tocantins e, também, do Prefeito de Arapoema/Tocantins, Baltazar Rodrigues.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): É uma proposta que eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, com a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, de antecipar pedir desculpas aos demais Parlamentares.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, com a palavra V. Exa.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Mas eu acho, Sr. Presidente, que a gente já tem, nós temos conversado sobre esse assunto, inclusive eu com V. Exa., com o Presidente da Comissão de Educação, é um dos homens que mais conhece educação nesse país e que conhece inclusive o problema que está preocupando a todos nós, a Deputada Nilmar, a Senadora Kátia Abreu, o Senador Leomar Quintanilha, o Deputado Laurez, o Deputado Moisés Avelino, que acabou de falar, o Deputado Lázaro Botelho o restante da Bancada e a população do Estado, o Presidente da assembléia e todos os Deputados Estaduais.

Então, eu tenho a seguinte proposta, Sr. Presidente. É muito importante que a gente discuta e para a gente chegar a um denominador comum, mas eu

já gostaria de antecipar uma proposta para V. Exa., que nós fizéssemos o mais rapidamente possível, se possível essa semana ainda, não sei se é possível, uma Audiência Pública e que a gente convidasse o Ministério da Educação para estar aqui presente com a gente debatendo.

Uma Audiência Pública, para que a gente possa encontrar uma saída alternativa, porque eu estive com o Ministro tratando pessoalmente desse assunto [soa a campainha] como Relator setorial da área da educação este ano e confesso para V. Exa. que fiquei preocupado quando conversei com o Ministro. Há aparece-me que um radicalismo muito grande por parte do MEC.

Eu não estou aqui discutindo a questão, até que inclusive foi colocado pelo Deputado Avelino, de erros que houveram, e se houveram erros o que nós precisamos fazer é consertar os erros. Quer dizer, o castigo é descredenciar, arrebentar com o Estado do Tocantins, com a UNITINS e, sobretudo, se tem alguém que está gerindo mal, porque o Ministro me disse: "Olha, porque uma televisãozinha na sala de aula não pode ser chamado de ensino a distância". "Ministro, o senhor que diga o que é que tem que ser feito e nós vamos exigir a UNITINS e da ADECON...". Que para mim não, acho que para nós do Estado do Tocantins, Sr. Presidente, é uma situação extremamente desagradável o que está acontecendo.

Quer dizer, um descredenciamento unilateral, sumário, de forma radical prejudicando assim o futuro da nossa instituição no Estado, da nossa UNITINS.

Então, eu não estou aqui para defender empresário e nem ninguém. Eu acho que nós temos que defender os estudantes, que não querem se transferir da forma que estão propondo, quer dizer na marra ou você transfere ou você não fará mais o curso, não completará o seu curso. Quer dizer, hoje não tem mais ditadura, a coisa não pode ser desse jeito.

Então, a proposta que faço, peço desculpa inclusive aos Parlamentares que estavam inscrito, a Senadora Kátia Abreu que estava inscrita na minha frente, era para exatamente fazer essa proposta a V. Exa. Que nós façamos Audiência Pública de forma oficial, com o MEC, com todas as instituições e, se for o caso, sem a empresa, que venha aqui a UNITINS se defender, o problema é a empresa, a ADECON, que se faça com a UNITINS, com aquelas empresas, com os órgãos, inclusive, eu estou vendo aqui o representante da UNE e da ANEAD, do ensino à distância. E que venha o MEC para debater conosco aqui, Sr. Presidente, que eu acho que essa situação é grave, nós não podemos aceitar isso pacificamente.

Então, isso que eu queria colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço ao Senador João Ribeiro. E, naturalmente, todos nós vamos pensando em conjunto os encaminhamentos que possam ser dados daqui a pouco.

Mas só quero destacar que é a primeira vez que estamos nos reunindo Comissão de Educação do Senado, Comissão de Educação da Câmara, Frente Parlamentar de Apoio de Educação à Distância, oficialmente a Bancada do Tocantins e isso já significa uma força realmente muito diferente dos esforços de V. Exa., que nós conversamos várias vezes, meus também.

Ou seja, já mencionei no início esta reunião, que a gente se encontrou com o Ministro duas vezes, Secretário de Educação à Distância e darmos encaminhamentos posteriores a esta nossa reunião aqui da Comissão.

Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu também gostaria de reiterar a proposta do Senador João Ribeiro, no que diz respeito a uma Audiência Pública oficial, e nós convidarmos o Ministro da Educação para aqui estar presente, com a Associação do Ensino à Distância, também a UNITINS do nosso Tocantins, para que nós possamos encontrar e debater uma solução para este caminho.

Não é a primeira vez que, no Brasil, nós observamos autorizações serem modificadas no meio do caminho. Não é a primeira vez que nós estamos vendo as regras do jogo serem mudadas, agora, nesse episódio, nós estamos falando de cem mil alunos. E tudo isso iniciou, todo esse diálogo em 2008, com a UNITINS, isso tudo foi feito o ano passado. Então, a gente não brinca com a vida das pessoas aqui de Brasília. Brasília não pode interferir e mandar no interior do Brasil de forma truculenta e violenta, como está fazendo.

Nós temos o maior respeito pelo Ministro da Educação, eu particularmente torço para que ele possa fazer sucesso no período que estiver a frente do Ministério, porque a educação não pode ser partidarizada, ela é a questão mais importante de qualquer país do mundo, mas ele não pode tratar o Tocantins dessa maneira. Nós temos só oito Deputados Federais, três Senadores, mas nós temos como articular e nos mobilizar no Congresso Nacional, com as alianças que temos aqui para reagir frente a essa situação.

Então vamos dialogar, vamos conversar, de forma truculenta nós não vamos admitir que isso possa acontecer, a nossa UNITINS tem a idade do Tocantins.

Agora, se o terceirizado que está lá é bom ou ruim, se está agindo ou praticando atos que não são de boa fé, isso não é assunto para nós Parlamentares

resolver, nós estamos aqui protegendo, eu, particularmente, estou protegendo a UNITINS. Agora, se houve um abuso e uma cessão exorbitada das funções e uma transferência das funções da UNITINS para esse terceirizado, nós temos que buscar os responsáveis dentro do Estado do Tocantins e dentro Ministério, porque isso aconteceu ao longo de muitos anos e ao Ministério não se manifestou.

Então, se alguém cometeu alguma dificuldade, se alguém cometeu algum descumprimento de lei foi de certa com a aquiescência do Ministério da Educação. Então, eu acredito que o terceirizado para nós é o que mesmo importa. Nós precisamos de terceirizado que seja eficiente, competente, honesto, correto e que trabalhe da forma que o MEC quer, que o MEC queira. O nosso objetivo é trabalhar e manter a nossa Universidade e, principalmente, o direito desses alunos e não a pressão que está sendo feita pelo Ministério para a transferência desses alunos.

Eu ainda, sinceramente, eu estou com muitas dúvidas a respeito. Já entrei em contato com escritório de advogados, amigos que só trabalham na área de universidades, para que eles possam me esclarecer a respeito desse assunto, o que está acontecendo no Brasil todo, porque eu tenho o maior interesse em entender tudo isso.

Mas eu pergunto a Presidente da Associação, nós temos na UNITINS, expressamente, uma inversão de papéis, a UNITINS delegou a esse senhor, a esse terceirizado, funções que ela não deveria ter passado a ele.

Se antes ela tinha a função de 80%, hoje ele tem de 80 e a UNITINS, em termos de recebimento, 16. Segundo me consta, ele tem o faturamento diário de 650 mil reais, por parte da cobrança destes alunos [soa a campainha].

Segundo ponto, eu quero entender como é que tudo isso foi permitido a expansão para outros Estados, e agora a cobrança por parte da UNITINS da estruturação dessas salas, porque eu nunca ouvi dizer que um governo possa investir em outros Estados, recursos de um determinado Estado.

Então, como é que é o Tocantins vai investir em salas que fica em Minas Gerais, que fica em São Paulo ou que fica em outro Estado? Eu ainda não compreendi isso e gostaria que a senhora pudesse e a própria Deputada Nilmar que está a par dessa situação pudesse clarear um pouco. [soa a campainha].

Com relação à cobrança, essa cobrança é feita há muito tempo, eu também sinceramente confesso a minha ignorância. Desde quando não pode cobrar? E por que cobravam? E por que deixaram cobrar? Porque a função do MEC é fiscalizar. Então, por favor, eu

gostaria de ouvir esse questionamento. A inversão dos papéis, quem é responsável por essa inversão de papéis, a cobrança, a que nível de cobrança, por que a cobrança, por que foi permitido e por que o silêncio até agora.

Se esse terceirizado está criando problemas com a UNITINS, se é um dos problemas que eu soube que o terceirizado tem dentro do MEC, por que não substituir ou a UNITINS voltar com todas as suas prerrogativas estabelecidas pelo MEC? E a possibilidade desses alunos que estão pagando poder terminar esse curso, pagando até que os próximos não possam pagar mais.

Então, eu gostaria que essas respostas, a senhora pudesse responder, para que a gente pudesse ir para o Plenário, daqui a pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço Senadora Kátia Abreu, mas até se V. Exa. permitir, sem absolutamente cercar a palavra a qualquer pessoa, mas eu gostaria que a Maria Luiza Nascimento, que está inscrita e que foi ex Pró-Reitora da Fundação Universidade de Tocantins, que pudesse então usar a palavra e, ao mesmo tempo, também, já esclarecer também o que aconteceu.

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: Boa tarde a todos.

Eu fico muito feliz em estar ouvindo aqui falar sobre a UNITINS, com essa propriedade. Eu acho que todo mundo está entendendo muito bem o processo, o que eu ouvi aqui hoje todos entenderam e estão compreendendo exatamente o que está acontecendo.

Eu quero dizer que a UNITINS é a pioneira sim no ensino à distância, ela fez tateando, viu Senador? Como o senhor falou aí. Ela nasceu, ela renasceu nas cinzas quando doou todo o patrimônio para a Universidade Federal, para viabilizar a Universidade Federal. E tateando sem nenhuma Legislação para ensino a distância, ela se fez presente, se fez acreditada em todo o país.

Ela hoje, ela tem 93 mil alunos, não é por acaso, é pelo trabalho que ela fez, pelo trabalho que ela desenvolveu, a credibilidade que ela teve. Ela é referência nacional, mas ela é referência internacional também. Nós já fizemos três simpósios internacionais na UNITINS, onde nós tivemos Costa Rica, Espanha, Estados Unidos e Canadá e Portugal e fomos elogiadíssimos no nosso processo e na nossa metodologia.

Eu me pergunto eu quero pontuar cinco coisas, mas antes eu quero fazer isso, só essa pergunta. Engraçado, o MEC autoriza a Universidade, credencia a Universidade, depois de um longo processo de avaliação, que nasceu com projeto experimental há nove anos atrás e, agora, um ano atrás, um ano e pouco mais

de seis meses, ela começa a dizer que tudo que ela estava fazendo está errado. Alguma coisa está errado nesse processo e não é a UNITINS, não é a UNITINS não é o processo, por quê?

Porque foi credenciada porque tinha condições de estar credenciada. O MEC não dá um credenciamento, sem ela ter condições de ser credenciada e, de repente, depois de nove anos executando o processo ela diz: "Não, isso teu está errado, está errado, está errado, está tudo errado", eu acho que tem que causando incertezas e insegurança nos alunos, que o é pior. Porque aluno, hoje, o aluno está desacreditado, ele está inseguro, ele sabe que o vai acontecer com a vida dele.

Eu vim, a Deputada Nilmar pediu que eu viesse, esse projeto nasceu das mãos da Deputada Nilmar, por necessidade do Estado, e eu estava presente, foi das minhas mãos também que o projeto nasceu. Ele foi pensado e idealizado por um grupo de professores da UNITINS, ele é um projeto nascido no seio da Universidade, um projeto institucional.

Ele e agora são cinco pontos que eu quero levantar. Primeiro, a natureza jurídica da Universidade, o MEC questiona a natureza fundação pública de Direito Privado. É que o a Deputada Nilmar disse, o MEC não tem legitimidade para questionar a natureza jurídica da Universidade, quem tem legitimidade para isso é a Justiça. Se existe um entendimento, se é inconstitucional é a Justiça que tem que dizer e está tramitando na Justiça uma ação civil pública, em que há esse questionamento. O Ministério Público Estadual questiona isso. E isso é uma demanda, não uma demanda, mas o questionamento há muito tempo ele existe.

Porque o Ministério Público não fiscaliza a UNITINS, porque considera a UNITINS, privada, pública. E o TCE não fiscaliza a UNITINS, porque considera a UNITINS, privada, então, os próprios sistemas do Estado não entendem a natureza jurídica. Eu acho que isso precisa ser, a primeira coisa debatida é a natureza jurídica da Universidade de Tocantins, porque ela é legítima, existe na Constituição, ela está prevista no Direito Administrativo é o futuro de vários [soa a campanha] problemas que nós temos, que é a parceria público privada é a iniciativa privada e pública.

O Projeto EAD. O Projeto de Educação à Distância, ele nasceu e é viável, e deve continuar sendo viável, porque foi o rumo definitivo que a Universidade do Tocantins adotou quando ela passou o presidencial e toda a estrutura dela para a Universidade Federal. A UNITINS deu todo o patrimônio para a Universidade Federal, por quê? Porque acreditou num projeto de educação à distância.

Ela quis chegar no Brasil e no Estado do Tocantins e a todos os rincões do Estado com o ensino à distância, porque era a maneira mais fácil de democratizar o acesso. É a única maneira de democratizar o acesso. É muito mais barato pagar 180 reais para um aluno ficar no seu município e estudar no seu município do que ele sair do seu município para estudar numa Universidade fora. Muito, infinitamente, mais barato.

A parceria. Hoje, o que se discute não é o processo, o que o MEC está batendo e que está errado é na parceria. A parceria tem que ser discutida entre os parceiros. Ninguém é parceiro de ninguém se essa parceria, ela me traz um problema e me dá um prejuízo. Então houve inversão de alguns fatos? Houve. E isso eu reputo à má gestão.

Eu não tenho receio de dizer que, em determinado momento da Universidade, foi mal gerida e houve inversão de transferir atribuições para o parceiro. Quando você transfere atribuições, você tem que transferir recursos. Se o parceiro permitiu houve um equívoco, se tem atribuições acadêmicas, as atribuições acadêmicas têm que ser da Universidade, ela não pode ser do parceiro que tem uma atribuição tecnológica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A Senadora Kátia Abreu tem a possibilidade de fazer uma réplica.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu gostaria de saber. Essa inversão foi em qual período, em qual ano e quem era o Reitor da UNITINS, nesse período, dessa inversão de papéis, contrariando o MEC?

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: Senadora, até quando eu estive na Universidade, eu estive na Universidade de 99, janeiro de 99 a março de 2007. Tem dois anos que eu saí da Universidade, até do meu conhecimento eu não posso dizer agora, mas do meu conhecimento a parceria e as atribuições acadêmicas era da UNITINS e o percentual era em torno de 48% para a UNITINS e 52 para o parceiro. E quem contratava a ADECON era a UNITINS e não a ADECON que contratava a UNITINS, porque inverteu esse papel.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Até 2007, quando você saiu de lá?

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: Então, assim, o processo era diferente. Então, depois dessa data, eu não sei dizer para você.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): A mudança veio de lá para cá.

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: É.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Foi de lá para cá.

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: O que aconteceu é que houve mudança nesse período.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Houve a inversão de papéis.

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: Exatamente.

Outra coisa que o MEC questiona. Ele diz que o ensino oficial pela Legislação, pela Constituição, o ensino oficial é gratuito.

Agora, se o ensino oficial é gratuito, a Constituição diz o seguinte, Ensino Básico é responsabilidade dos municípios, o Ensino Médio dos Estados, e Ensino Superior da União, então, o ensino oficial, a meu ver, o superior é da União, ele é oficial. A UNITINS está colaborando com a União para levar educação aos alunos e a sociedade que não tem condições de ter acesso no ensino federal.

Outra coisa, o MEC não pode eu acho que essa o MEC dizer que o caminho é romper com a parceria, o caminho é não cobrar, o caminho é transferir aluno. Outra coisa, olha bem, quem vai querer o aluno, qual a instituição privada que vai querer um aluno lá de Xambioá? Quem vai atender esse aluno lá em Xambioá? No Estado de Tocantins, eu não estou dizendo no Amazonas, no Amapá, no Acre, em Roraima, em Rondônia. Ele vai querer onde tem pólos instalados organizados, ele não vai querer o aluno.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu até preferiria sugerir que a senhora colocasse, por exemplo, Recursolândia, por exemplo, Xambioá ainda é uma cidade grande--

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: Recursolândia, exatamente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): --considerada cidade grande.

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: Então, eu acho que é isso. Eu teria, eu ficaria aqui, com vocês, hoje o dia todo para a gente falar sobre isso, mas eu acho que os pontos mais importantes são esses.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero perguntar a Senadora, se porque a Senadora tinha feito vários questionamentos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Presidente, eu lhe agradeço muito a atenção e os esclarecimentos da Maria Luiza, mas eu confesso que eu acho que esse não é o momento para aprofundar ainda mais. Está tudo muito confuso e muito ainda precisando de esclarecimento e de debate. Eu acredito que com a vinda do Ministro, nós vamos providenciar um requerimento, trazendo ele até aqui.

Senador João Ribeiro também vai assinar, Senador Leomar Quintanilha está convidado para assinar conosco. Convidando o Ministro, a UNITINS, a Maria Luiza como ex Pró-Reitora, e o Reitor deste momento, atual, para que a gente possa discutir com profundidade, porque está muito ainda, está muito nebuloso tudo

isso. Os argumentos que ela apresenta, não são os argumentos que outros apresentam, então, eu na fala dela consegui detectar algumas coisas, que eu prefiro me aprofundar antes dessa Audiência Pública.

Muito obrigada.

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: Eu passaria para a senhora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, só um minuto, só porque eu até permitir até assim, vamos dizer, uma tréplica, então, a senhora tem a condição só de complementar também.

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: É que a Senadora me fez a pergunta, quando ela chegou, qual seria minha sugestão de, para organizar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): De encaminhamento.

SRA. MARIA LUIZA NASCIMENTO: --para resolver esse problema. A solução é que o MEC, ele realmente exija aquilo que é da competência dele, que é o Acadêmico. Se tem alguma coisa pedagogicamente, academicamente errado, que esses aspectos sejam corrigidos. Agora, o encaminhamento político, não político, mas o jurídico, ele deve ser feito no lugar correto.

Então, você não pode a transferência do aluno, por exemplo. Transferir os alunos, o MEC não pode determinar que, nessa altura do campeonato, você transfira alunos. O que ele pode dizer é o seguinte, olha, está errado aqui, isso está errado e vocês têm um tempo X para consertar, porque é isso que ele está exigindo de todas as instituições. Por que da UNITINS ele vai falar: "Não, vocês vão fechar e vão acabar com a Universidade"?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ok, muito bem. Eu sei que há pessoas da Mesa que estão pedindo só para falar também. E eu tenho três pessoas inscritas, eu pediria então que essa três pessoas falassem sucintamente, porque eu passaria para a Mesa, também.

É uma questão de ordem também, eu peço que a Senadora, todo mundo chamando de Senadora, provavelmente, aí o futuro reserve também a eleição para o Senado, não é? Mas a Deputada Nilmar Ruiz.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Eu queria agradecer, e queria falar com a nossa Bancada, da pessoa, principalmente, da nossa querida Senadora Kátia Abreu. Eu quero aqui, nesse momento, que o Brasil [interrupção do áudio] Senadora, Presidente da CNA, num cargo tão importante para o Brasil e, também, especial, para o nosso Senador João Ribeiro.

Nós estamos Senadores, desde o ano passado do início do ano passado, desde o final de 2007 discutindo a questão da UNITINS junto com o Ministé-

rio. Nós já estivemos junto à Frente Parlamentar de Apoio à Educação à Distância, junto ao Presidente Deputado Ricardo Barros, por diversas vezes não só com o Ministro, mas junto ao Secretário de Educação à Distância Carlos, como até o Diretor Hélio, que nós já tivemos muitas vezes discutindo. Já se esgotou as questões técnicas nesse âmbito do Ministério, no que se refere à Audiência.

Nós estivemos juntos, por diversas vezes também, o próprio Senador Flávio Arns, conversando nós três, não é Senador? Senador, eu e o Ministro colocando as razões. Nós tivemos inúmeras audiências no nosso Estado junto com a Procuradoria, então, eu, vamos dizer assim, o que eu vejo é que há uma ansiedade na resolução do problema, principalmente no que se refere aos alunos, aos pólos.

Nós já tivemos Audiência Pública aqui nessa Comissão, em que eu estive presente, que foi presidida pelo Senador Flávio Arns, com a presença do Secretário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas não foi sobre esse assunto.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Mas que acabou que esse assunto foi trazido e foi discutido também.

Então, eu queria aqui fazer uma proposta. Nós recebemos uma justificativa da UNITINS, assinada pela Reitora, onde coloca que não pode estar presente, porque, nesse momento, ela está reunida com a Procuradoria Geral do Estado, juntamente, com a Assessoria de outros advogados, preparando o documento de defesa da UNITINS, que deverá ser entregue ao Ministério da Educação.

A defesa jurídica, a questão jurídica da UNITINS, ela tem que ser resolvida pelo Governo do Estado, pela UNITINS e isso está sendo providenciado, através da Procuradoria Geral, a gente pode estar passando esse documento, eu não sei se já foi colocado na pasta, já Júlio? Tem aí na pasta o que foi colocado, a forma como está sendo conduzida e que a gente deve opinar e que deve sugerir e que deve também contribuir.

Mas eu queria aqui fazer uma sugestão. Que nós pudéssemos sentar a nossa Bancada, com as pessoas que, não fazer uma Audiência Pública para discutir em Audiência Pública, porque nós temos questões regimentais que faz com que isso leve tempo. Então, que nós pudéssemos marcar, o mais rápido possível, uma reunião, aí eu queria pedir ao nosso Coordenador da Bancada, que nossa reunir a nossa Bancada e que possa fazer na Bancada, convites à Maria Luiza a nossa Pró-Reitora, que entende, ela falou que ela esteve sentada à mesa, na época, com a EDUCON, com a Secretaria de Educação, e com os técnicos de

UNITINS, fazendo desde aquele momento, ficou até 2007, conhece o procedimento.

A gente convida a Maria Luiza, a gente convida a Profª. Marta e quem mais o nosso Coordenador da Bancada do Estado do Tocantins, achar necessário, a gente reúne tira todas as dúvidas, consensualiza a questão da UNITINS, mas nós precisamos de uma ação política nossa junto ao Ministro. Nós precisamos estar lá junto ao Ministro, as duas Comissões de Educação, a Comissão de Educação da Câmara, a Comissão de Educação do Senado--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Você me permite um aparte, Deputada?

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): --todos os nossos Parlamentares pedindo ao Ministro, que escute também um outro lado, que não seja só a Secretaria, as direções de educação à distância e que ele seja sensível a questão da nossa Universidade Estadual e, principalmente, que ele seja sensível a questão de cem mil alunos espalhados em todo o território nacional.

Muito obrigada.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Deputada. Deixa eu aproveitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Ribeiro, para efeito das notas taquigráficas.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Uma questão apenas de encaminhamento, para dizer o seguinte. O que a Deputada Nilmar quer nada impede que a gente faça, só que enquanto isso e as coisas nós sabemos o quanto demora, demoram a acontecer, que a gente até para o Ministro sentir que há o interesse da Comissão em discutir esse assunto, Deputada Nilmar, nada impede que a gente tente essa Audiência Pública, entendeu? Além do que a Deputada deseje desse encontro da Bancada. O Ministro não vem, Deputada. O Ministro vai a dificuldade é grande, o Presidente sabe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se V. Exa. permitir, o que V. Exa. está tentando dizer é que uma iniciativa não invalida a outra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Não invalida a outra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, pode se ter o requerimento, aprovamos o requerimento, ao mesmo tempo--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Assinado por mim, pela Senadora Kátia Abreu e pelo Senador Leomar Quintanilha. Para Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --aprovamos a iniciativa da Deputada Nilmar Ruiz, essa audiência com o Ministro pode ser solicitada--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Pelo Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --pela Comissão de Educação do--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --do Senado, da Câmara, da Frente Parlamentar e da Bancada e vamos conversar com o Ministro, ao mesmo tempo, caso o assunto seja solucionado antes da audiência, a audiência não tem mais razão de acontecer.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Até porque, o Ministro tem que perceber, se V. Exa. me permite, que nós vamos endurecer o jogo, no sentido de que a gente esclareça totalmente esse assunto. Nós, a população, a Bancada do Tocantins, não irá aceitar de forma nenhuma uma negativa pura e simples e dizer: "Não, aqui nós vamos, não vai ser desse jeito, não vai ter mais o credenciamento, o descredenciamento da UNITINS já está feito e pronto e acabou. Nós vamos passar os alunos para outra instituição". Nós não sabemos o que é que tem por traz disso, viu Sr. Presidente.

Então, uma coisa não invalida a outra, a partir do momento que nós aprovarmos o requerimento nessa Comissão de convocação de Audiência Pública com uma certa urgência, eu tenho certeza que o Ministro, sensível como ele é, um Ministro responsável, ele não irá, de forma alguma, deixar de atender essa Comissão.

Enquanto isso, V. Exa. solicita, Sr. Presidente, essa audiência com o Ministro, até porque, a Deputada Nilmar está muito bem inteirada do assunto.

Não é necessário que a gente, daqui para lá, até sair essa audiência, tanto eu quanto a Senadora Kátia e os demais membros da Bancada vão estar também inteirados do assunto, Senador Leomar Quintanilha e todos nós e vai ter um dos Parlamentares que vai ter que falar do Ministro lá em nosso nome e tratar desse assunto. E não tem ninguém melhor que a Deputada Nilmar, que foi nossa Secretária de Educação, professora. Eu me sentaria representado com a palavra dela, sem nenhum problema, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Estarei para apoiar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer, que é muito importante esse trabalho ser feito em conjunto para mostrar unidade, força.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Senador, eu não abro mão da sua presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Convergência...

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Do nosso Senador, tem que estar todo mundo junto.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso.

DEPUTADA NILMAR RUIZ (DEM-TO): Tem que estar todo mundo junto da nossa Bancada.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Nós estaremos. Todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Estaremos juntos. Eu só gostaria há também na Mesa, o Senador Leomar Quintanilha, e o André que haviam solicitado e como é uma questão assim para não se perder a oportunidade do que está sendo dito que as pessoas sejam escutadas também. Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, pelo que eu pude compreender a Deputada Nilmar, quando provocou a reunião da Bancada, me solicitou que reunisse a Bancada e para que nós fizéssemos uma reunião, se possível conjunta e eu vi que o regimento não permite, da Comissão de Educação do Senado com a Câmara é porque ela entendeu que era preciso envolver institucionalmente a Câmara dos Deputados e o Senado Federal nessa disputa, que não pode ficar restrita apenas aos Parlamentares dos Tocantins, basicamente estar defendendo as questões da UNITINS, que nós entendemos muito importantes.

O que a Deputada Nilmar e acho que nós queremos é o envolvimento institucional, para nós fazermos com que o Ministério da Educação escute a manifestação da Câmara e do Senado com relação a essa questão levantada pelo UNITINS.

Eu havia, dentro dos encaminhamentos propostos, eu havia apresentado a proposta da formação de uma Comissão, de membros desta Comissão, da Comissão de Educação do Senado, da Frente Parlamentar e das outras instituições privadas, para que nós fôssemos levar uma proposta ao Ministro. E eu entendo que a UNITINS precisa ter a sua proposta.

Eu acho que a UNITINS precisa ter o seu pleito, para informar ao Ministério o que de que forma ela entende que está correta, que deve ser corrigido o equívoco, eventualmente, existente e possa definitivamente equacionar a questão. Então, eu acho que é importante que nós possamos, embora também entenda que uma ação não invalide a outra. Eu acho que a constituição de uma Comissão conjunta, seria o ato mais rápido que nós poderíamos efetuar.

Eu acho que a pressa é importante, a agilidade nessa ação é importante. A presença de V. Exa. representando a Comissão de Educação do Senado, o Presidente da Comissão da Câmara, mais as instituições, a UNE, as instituições ligadas à UNITINS e ao ensino à distância, aí sim eu acho que nós faremos uma Comissão de peso, mais importante ainda é levar qual é a posição da UNITINS que nós iremos defender.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente é bastante concreto também e eu também enfatizei este lado, até como Presidente. É importante esta reunião, justamente, por este lado institucional, levando a proposta, mas isso não invalida, naturalmente, a sugestão, mas levando o lado institucional e insistindo para que a UNITINS também tenha a proposta para levarmos oficialmente, dentro desse debate ocorrido.

O André também tinha pedido a palavra antes.

SR. ANDRÉ LUIZ VITRAL COSTA: Não, Sr. Presidente, ser muito objetivo, só para reforçar alguns encaminhamentos, no sentido inclusive de esclarecer.

A nossa preocupação no ponto de vista da União Nacional dos Estudantes, além da urgência aqui que já foi reforçada é resolver a questão de fundo. E qual é a questão de fundo também colocada no âmbito inclusive da UNITINS? É que existe um modelo administrativo do dito instituição pública de Direito Privado, que vigora no país e funciona.

Eu venho de um Estado, que é o Estado de Santa Catarina, que tem o Sistema CAF(F) que a sua fundação é de antes da Constituição de 88, anterior a Constituição de 88, que tem na sua base entre o ensino presencial e o ensino a distância, 200 mil alunos. 120 mil alunos presenciais e 80 mil alunos do ensino à distância, no mesmo modelo dispositivo de personalidade jurídica, que a UNITINS reivindica aqui. Contudo, um outro Estado que vem pós Constituição de 88, não é possível que aplique o mesmo dispositivo.

É preciso que esse problema, para que esse problema não se repita em outros Estados que o Ministério da Educação, junto com o Parlamento Brasileiro, resolvam a questão de fundo, que é se vai permitir que se avance ou não numa nova personalidade jurídica de Ensino Superior público e que nós, da União Nacional dos Estudantes, estamos aqui demarcando a sua posição, por quê? Porque para nós o Ensino Superior deve ser público, gratuito, obviamente, socialmente reverenciado de qualidade.

E o que a gente entende como qualidade? Que haja ensino, pesquisa e extensão no processo educacional. Inclusive responsabilizando a União do custeio das universidades estaduais, que padecem, que pade-

cem do ponto de vista orçamentário e não são uma, nem duas, nem três, são diversas universidades.

O Senador Flávio Arns, por exemplo, no Estado do Paraná, pode acompanhar a estadualização dessa autarquias municipais, que também eram instituições pública de Direito Privado.

Boa parte das universidades dó estaduais do Estado do Paraná, no final da década de 80, início da década de 90, passaram por esse processo de estadualização. E o Estado do Paraná também é um dos Estados que tem dificuldade de manter e custear suas universidades estaduais.

Então veja é preciso, além de resolver o problema específico da UNITINS, que o Parlamento Brasileiro se responsabilize em resolver a questão do fundo que é a avançar do ponto de vista do marco regulatório do seu sistema de ensino superior.

É só isso e agradeço a oportunidade, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero, então, antes de passar a palavra para as três pessoas, para encerrarmos esta Reunião Extraordinária. Só dizer que temos dois encaminhamentos, o primeiro encaminhamento é no sentido de realização de Audiência Pública. Quer dizer, então, para isso nós vamos só receber requerimento e vamos discutir e aprovar o requerimento na Comissão de Educação.

O segundo encaminhamento é a marcação de uma audiência com o Ministro da Educação, com a participação da Bancada do Estado, da UNITINS, da Comissão de Educação do Senado, da Câmara, da UNE, da Frente Parlamentar de Apoio da Educação à Distância, levando uma proposta. Uma proposta que em princípio seria debatido conforme o Senador Leomar Quintanilha pela UNITINS em conjunto com esses atores. Que isso seja feito assim, hoje, amanhã, quinta-feira o mais rapidamente possível.

A Prof^a. Maria Luiza é uma pessoa que, além da Deputada Nilmar, participou de todo o processo muito de perto, junto com os Senadores e Deputados e pode perfeitamente assim articular, não é Nilmar? Articular para que isso aconteça. E marcaremos esta audiência.

O Senador Leomar Quintanilha é colega nosso, João Ribeiro, Kátia Abreu, nós poderemos marcar em conjunto isso, junto com a Deputada Maria do Rosário, a Deputada Nilmar da Frente, para o mais breve possível.

O mais breve possível, eu penso deixarmos a semana que vem, porque essa semana, eu penso que, hoje e amanhã, deveria ser trabalhar nessa proposta,

não é? A semana vem marcaríamos esta audiência, com o Ministro da Educação. Estaria bem?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, eu gostaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): V. Exa. já está encerrando?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não eu só quero passar para três pessoas a palavra.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Eu quero pedir desculpas, mas eu, infelizmente, eu tenho que sair porque eu tenho uma audiência no Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Entendemos, perfeitamente.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Dos transportes agora e já tem um pessoal me aguardando lá e, lamentavelmente, eu não posso mais ficar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Pedir desculpas a Deputada e todo mundo, mas, infelizmente, eu não tenho como ficar até o fim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso. Passo a palavra ao Julián Rizo, que é Diretor Executivo do Sistema Eadcon, que também foi convidado e a gente agradece a presença.

SR. JULIÁN RIZO: Muito obrigado, Presidente. Primeiramente, eu quero cumprimentar o Sr. Presidente da Comissão de Educação, Exmo. Senador Flávio Arns, a Exma. Deputada Nilmar Ruiz, que liderou a convocatória da Bancada do Tocantins, o Exmo. Senador Leomar Quintanilha, que de forma tão clara e direta tem defendido aqui a Instituição UNITINS, na sua interpelação e os demais Senadores, Deputados, parceiros da rede aqui presentes no dia de hoje.

Eu só quero rapidamente tocar em alguns pontos que foram mencionados aqui, muito importantes e muito relevantes e que eu acho que, de certa forma, chegam ao núcleo do problema da UNITINS.

Eu quero dizer primeiramente qual a origem do problema, que essa origem do problema não é exclusivo da UNITINS, que outras doze instituições estão passando por processos similares, porém foram tratadas de forma muito diferente pelo Ministério. E, finalmente, quais os esforços que a tanto a UNITINS, como a Eadcon, como os parceiros da rede temos feito desde o primeiro momento, para colaborar com o MEC no processo de supervisão.

Primeiramente, hoje, olhados de uma perspectiva única, pareceria como que houve um grande desca-

so em todo esse projeto na UNITINS, nas parcerias como um todo. Na realidade, isso é bastante errado. Em 1996, com a LDB, se definiram algumas diretrizes para projeto de distância, mas não uma regulamentação detalhada. Cada instituição apresentava um projeto o qual era aprovado pelo MEC e a instituição deveria aprovar esse projeto aprovado pelo MEC.

O projeto da UNITINS não é ilegal e nem fugiu nunca dessa transparência, dessa autoridade do MEC, e das autoridades. Ela iniciou como uma Lei Estadual, como uma instituição pública privada no Estado do Tocantins, ela teve um credenciamento estadual, com o qual operou no Estado do Tocantins até 2004. Ela teve um credenciamento nacional em 2004, que requer vitória de uma Comissão de pares e Portaria do Ministro, naquela época, como encarregado o Ministro Fernando Haddad, publicada em Diário Oficial da União e aprovada pelo Conselho Nacional da Educação.

A UNITINS passou por todos esses processos e um projeto feito sobre as regras daquele momento.

No ano de 2007, como bem indicou a Deputada Nilmar, mudam as regras, mudam tanto para a UNITINS como para o resto do setor, que a partir daí tem que se adequar a um modelo único, até 2006 era o modelo aprovado pelo Conselho Nacional de Educação. São em total 13 instituições, que estão em conversas com o MEC, para adequar seus modelos ao novo modelo do MEC.

Então colocar como amplas irregularidades é não ter em conta que as regras de jogo mudam e todas essas instituições tiveram que se ajustar as regras do jogo. A diferença é que enquanto 12 instituições chegaram a teve um saneamento e continuaram com a abertura de vestibulares. No caso da UNITINS, isso não foi permitido. Foi tratado de uma diferente de forma especial pelo tema de cobrança, que como bem indicou a Senadora, deve ser tratado na Justiça. E, hoje, a UNITINS a diferença das outras 12 está numa situação de paralisia total.

Nós, como a Eadcon, desde o primeiro momento abrimos mão de toda às condições antigas, o contrato antigo, com o fim de poder chegar a um contrato e às condições de parceria, que permita a UNITINS chegar um modelo que possa ser viável daqui para frente.

Como parte disso, em novembro, propomos uma auditoria financeiro de toda o sistema, para mostrar as contas de por que a UNITINS recebe uma porcentagem, por que os parceiros da rede recebem 37,5% e o restante fica com a Eadcon.

Feita essa auditoria e decididos quais são os papéis que cada instituição deve assumir com esse novo acordo com o MEC [soa a campanha] achar, assinar um novo compromisso e fazer os ajustes necessários para poder implementar esse acordo. E, como bem

colocou a Senadora Kátia Abreu, se um terceirizado não cumpre, ele tem que ser trocado. O problema aqui é que não tivemos nem sequer oportunidade de participar desse processo.

Estamos abertos a uma auditoria, estamos abertos a mudanças no contrato. Apoiamos a UNITINS, porque além de 90 mil alunos tem uma população acadêmica e de docentes de 500 pessoas no Estado de Tocantins, que, dificilmente, um Estado novo como Tocantins, houvesse atraído pessoal Acadêmico de primeira linha, Palmas se não houver sido por esse processo. Tem professores gaúchos, paranaenses, paulistas, cariocas e o Estado como Tocantins, ser uma comunidade acadêmica dessa, eu duvido que outros Estados com o mesmo nível de desenvolvimento houvessem podido desenvolver.

Portanto, nós queremos defender a UNITINS, queremos defender que esse núcleo acadêmico e docente continue na cidade de Palmas e no Estado de Tocantins.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Bem dentro do prazo. Muito bom passo a palavra ao Jayme Villas Boas, vice-Presidente da ANEAD que é a Associação Nacional de Educação à Distância.

SR. JAYME VILLAS BOAS: Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Senador, e nele cumprimentar os demais membros da Mesa.

Eu gostaria só de colocar dois pontos, que eu acho são importantes para a nossa discussão, porque a gente está focando um pouco no Estado de Tocantins, e como eu sou do Estado da Bahia, eu gostaria de mostrar um pouco a dimensão que esse projeto da UNITINS.

Hoje, lá no Estado da Bahia, o projeto da UNITINS é o melhor e o maior projeto de educação à distância do Estado. Então, eu trabalhei seis anos na educação do Estado e, dos 417 municípios da Bahia, a UNITINS está presente em 120 municípios. Então, a gente tem que pensar um pouco, quando a gente está falando de UNITINS, a gente está falando de Brasil. A gente não está falando só de Estado de Tocantins.

Sei que o maior volume e por ela ser de lá, estamos focando a discussão lá, mas devemos ampliar essas discussões, porque o problema que está na UNITINS o problema está lá no Estado da Bahia, como está no Amazonas e está nos demais Estados Brasileiros.

Eu gostaria de chamar a atenção num ponto muito importante é que o MEC não fez a avaliação oficial nos pólos presenciais da UNITINS. Então, como que o MEC, ele simplesmente descredencia a Universida-

de Federal do Tocantins, se as avaliações oficiais não foram feitas? Então, a partir do momento que essas avaliações forem feitas, eu acho que o MEC tem todo o direito de colocar suas posições.

Antes dessas avaliações oficiais serem feitas, eu acho que o MEC não tem o que opinar. Ele não fez a avaliação aprovou uma lista que foi enviada para o Ministério, eu não estou falando só da UNITINS, isso de todas as instituições de educação à distância do país.

Então, quando a gente está falando disso, eu questiono: Por que não descredenciar universidades que mandaram uma lista de endereços de pólos presenciais que não existem? Eu posso levar a vocês a 150 pólos presenciais na Bahia, que estão lá na lista aprovados pelo MEC e eles simplesmente não existem. Então, eu acho, desculpe o termo, mas eu acho que a UNITINS é o boi de piranha, certo? Quiseram regulamentar a educação à distância em cima da UNITINS, e injustamente.

Então, quando a gente fala aqui, eu gostaria de ampliar a nível nacional essa discussão e chamar o MEC para a sua responsabilidade de fazer as vistorias oficialmente a cada instituição.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que, eu estava comentando com a Deputada Nilmar e com o Senador Leomar Quintanilha, que o depoimento foi muito importante para destacar a importância da iniciativa em outros Estados. E comentávamos até a necessidade de buscar esses apoios, essa discussão com Senadores, por exemplo, da Bahia.

SR. JAYME VILLAS BOAS: Com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Isso reforça o argumento.

Passo a palavra ao Rodrigo Gomes, que também é Diretor da ANEAD.

SR. RODRIGO GOMES: Boa tarde a todos.

Eu queria primeiramente parabenizar a iniciativa da Deputada Nilmar Ruiz, por essa convocação de toda a Bancada, junto com o Senador Leomar Quintanilha, junto com a Presidente da nossa Associação, Marta Kratz, o Diretor da UNE, André Luiz. E dizer que eu, como membro e parte desse projeto em Pernambuco, o amigo falou da Bahia, eu falo de Pernambuco.

Pernambuco está numa situação tanto quanto Bahia, viu Senador? Hoje, a UNITINS, quando se fala em EAD, hoje, em Pernambuco, se fala em UNITINS. Então isso é uma realização e um desejo que todos os alunos, hoje temos quase sete mil alunos em Pernambuco e assim é um sonho hoje de sete mil pernambucanos, acreditando em todo um processo que foi feito,

foi realizado autorizado pelo MEC. Quando o aluno entrou no processo, o aluno não entrou achando que era mais uma instituição, ele entrou porque tinha uma Portaria, tinha uma normativa.

E que o me surpreende de em todo esse processo é quando você vai lá no artigo da LDB, o art. 80, que diz o seguinte “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância”. Só que é isso que o Poder Público está fazendo? Ou ele está retroagindo, ele está travando o que diz a LDB?

Então, ou seja, a Constituição, ela está perdendo valor. Tem aí pessoas e membros, não vou aqui citar nomes, que estão invertendo o papel do legislador, que são os Senadores, os Deputados, que estão aqui que criaram a Constituição e ela não está sendo aplicada.

Quando o amigo aqui da Bahia falou que, quando a visita em Pernambuco, nós temos hoje autorizados pelo MEC, legalizados são 37 cidades, e autorizadas são 12. Nenhuma foi vistoriada pelo MEC, então reforça, mais uma vez, que o amigo baiano falou aqui, Jayme, que isso é uma realidade.

Não é só Bahia, Pernambuco hoje é um Estado que desenvolve a educação à distância, somos o pioneiro, a UNITINS é a pioneira, nós somos lá fazemos questão de dizer, o aluno diz: “Eu sou UNITINS”. Ele não enumera. Porque é pela legalidade do processo e ele é UNITINS, ele não é Eadcon, ele é UNITINS, é um sistema, existe, mas ele se sente. Ele assina. Você é aluno o quê? “Eu sou aluno UNITINS”.

A UNITINS hoje representa no Brasil inteiro uma gama e um nome forte, que não é uma brincadeira. Quando me surpreende quando estivemos lá no MEC na reunião acho com que a Associação, o Secretário chegou a enumerar e a dizer: “Nós, nós já temos uma relação, o mapeamento da transferência dos alunos”.

Aí eu me vejo como operador do direito, um Secretário de um Ministério vem dizer que já está mapeada a transferência dos alunos. Será que cabe a ele mapear para onde o aluno vai ou o aluno tem que escolher o direito de determinado lugar que é dele? Que está na Constituição, isso não é um fato que ah ou vai para tal, ou vai para A para B, para C. Não.

Eu ingressei na Universidade, eu tenho um contrato e eu tenho uma autorização pública, que é o direito do cidadão que está na Constituição, está no art. 5º. Então, assim, tudo isso são fatores que, na prática, não está acontecendo.

O que está acontecendo hoje é o seguinte, existe um direcionamento, como eu não vou aqui elencar, mas assim o MEC, ele tem tomado muitas medidas arbitrárias, certo? Não eu estou aqui para falar do MEC,

mas a Constituição tem que prevalecer. Eu acho não é o MEC e nem a Comissão de Justiça, ou de Educação. Eu acho que tem que prevalecer principalmente é o direito do aluno é a terminalidade.

Em algumas reuniões que foram feitas com Ministro, membros de Instituições o Ministro garantiu a terminalidade e agora a palavra do Ministro está aonde nesse processo? Ele disse que garantia.

Então, lá atrás, quando iniciou toda essa turbulência, nós acreditamos na palavra do Ministro. O Ministro chegou e disse abertamente a alguns membros de instituições que disse: “Não, o aluno que está no processo nós vamos garantir terminalidade”.

E [soa a campainha] venho aqui só defender e dizer que a UNE, e você, André, como representante da UNE, eu acho que você hoje está mexendo nesse processo com cem mil sonhos, não são cem mil ideias não.

São mil sonhos de pessoas que jamais nesse Brasil, tinha oportunidade de ingressar numa Universidade se não fosse através hoje de metodologia UNITINS e Eadcon. Uma boa tarde.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem eu agradeço também o Rodrigo, e só quero confirmar isso. Porque nós estivemos em Audiência, a Deputada Nilmar e eu com um Ministro, numa outra ocasião que também participei de uma reunião ampliada antes dessa. E o Ministro nos assegurou a terminalidade, nos assegurou a não transferência, uma série de coisas que, na verdade, depois não se cumpriram. Então, isto, de fato, corresponde à realidade.

Como a Deputado Nilmar, apresentou o problema no início, eu vou pedir ao amigo, Senador Leomar Quintanilha, para assim, sintetizar também, pensarmos em conjunto, mais uma vez, nos encaminhamentos.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Presidente, eu simplificaria a minha fala, primeiro cumprimentando V. Exa. pela sensibilidade que demonstrou em todos os momentos para criar o ambiente adequado para essa discussão.

E eu hoje, estou muito feliz com que o eu percebi aqui. Foi uma reunião entre Parlamentares, entre representantes dos estudantes, e entre representantes do Sistema Educacional à Distância e dos empresários que estão fazendo esse tipo de educação, que estão prestando uma grande contribuição ao Brasil.

É preciso lembrar, primeiro, que não há dolo nas ações da UNITINS e da Eadcon, se há erro se há equívoco isso precisa ser corrigido, mas dolo, não houve má intenção em burlar a Legislação existente com vista à implantação de um negócio. Na verdade, o Estado Brasileiro há muito tempo que revelou sua incapacidade

de oferecer vaga de Ensino Superior aos alunos, não fora a participação da iniciativa privada, seguramente, o Brasil hoje estaria numa situação deplorável. É graças à participação da iniciativa privada.

E melhor, nessa relação da iniciativa privada com a instituição pública, nós só podemos esperar que o há de melhor aí, a eficiência da iniciativa privada e a credibilidade e a confiança do setor público.

Então, eu creio que, hoje, nós ensejamos aqui um bom debate e ainda acredito que o encaminhamento dos diversos encontrados, embora nenhum invalide o outro. O melhor é aquela reunião mesmo das duas Comissões para marcamos a Audiência na próxima semana, mais os representantes dos estudantes e das instituições que coordenam o ensino à distância neste país, para nós irmos apresentar uma proposta. Apresentar uma proposta ao Ministro e dizer que o Parlamento não vai aceitar essa decisão, que está hoje colocando em risco, em risco, o futuro de cem mil alunos em todos os Estados Brasileiros.

Então, eu creio Presidente, que V. Exa. está de parabéns, eu cumprimento mais uma vez. E o encaminhamento mais adequado que V. Exa. leva à cabo, leva a termo é esse de nós irmos urgentemente ao Ministro, ao Ministro a quem tem responsabilidade de tomar as decisões, para que nós possamos encontrar definitivamente a solução para esse problema.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito obrigado bem. Agradeço a participação de todos.

Eu havia comentado com o Senador Leomar Quintanilha, de que é importante o contato dos Parlamentares do Estado com a Universidade, com o Governador, com o Secretário, Secretária de Educação, para que quer dizer haja uma participação efetiva na construção dessa alternativa para o Ministério da Educação.

E o Senador Leomar Quintanilha e, certamente, a Deputada Nilmar Ruiz, junto com o Senador João Ribeiro, Senadora Kátia Abreu e os demais Parlamentares, fazerem, articularem esses contatos.

Eu quero enaltecer a participação também da ex Pró-Reitora Maria Luiza, e peço inclusive a participação da senhora também na elaboração desse documento, que é muito importante.

Existem várias sugestões que a Marta trouxe numa reunião que tivemos semana que passada, várias coisas que foram sugeridas num primeiro momento aceitas e me pareciam de muito bom senso e que foram colocadas naquela última coluna, pela transparência, pela projeção da Deputada Nilmar e que po-

dem perfeitamente fazer parte dessa proposta de pólos compartilhamento, se for o caso, e coisa semelhante. Reestruturação de contrato.

Agradeço também a participação do Eadcon, dos pólos avançados também, que eu acho que os depoimentos foram muito importantes para mostrar a importância disso em todos os Estados. E quero até ressaltar uma coisa que poderia ser feita. Vocês já fizeram isto com os Senadores dos seus Estados lá, em maio, junho, quando nós começamos esse debate todo, vocês foram até os gabinetes dos Senadores e Senadoras disseram: "Olha, precisamos do apoio e por causa disso e por causa daquilo".

Eu até diria que seria muito interessante se esse contato agora voltasse a acontecer para que esse documento não fosse só, que é importante, mas não fosse só do Estado do Tocantins, como vocês próprios levantaram, mas de todos os Estados, porque se hoje tem sete mil alunos, sete mil em Pernambuco, ou 120 municípios na Bahia, ou tem lá no Rio Grande do Sul, como a Marta colocou, Paraná e em todos os Estados.

Quer dizer, os Senadores, de alguma forma, eles assinarão se forem pedido um documento tranquilo, de bom senso, legal, claro. E aí todos assinarão e esse documento terá uma força sem dúvida sim. Como? Eu não digo uma tropa de elite aí também, porque eu acho que o Ministro quanto que receber uma coisa bem pensada, tranquila, dialogada que venha a prejudicar.

Mas eu agradeço a participação, novamente, do André que, como eu já disse, já esteve aqui no outro dia e a UNE sempre está presente em todos os debates, a gente sempre convida e, com toda a razão, a UNE dependendo do assunto, os estudantes secundaristas também. A Nilmar Ruiz, que a gente tem participado de alguns debates em conjunto, também, em Congresso. O Senador Leomar Quintanilha, que é um grande companheiro, grande amigo e atuante e assim faz um grande trabalho a favor do Brasil e do Estado do Tocantins. A Marta Kratz, que é da ANEAD, a vocês todos, Maria Luiza, os estudantes que foram mencionados, os Deputados que estiveram aqui presentes, Senadores também, demais Senadores.

E eu acho que então vamos fazer com que isso se transforme em realidade. Vamos achar, fazer um encaminhamento bom, politicamente sustentado com os contatos todos e construídos, a partir desses contatos que vão ser feitos, a partir de UNITINS.

Obrigado e a presente reunião está encerrada.

Sessão encerrada às 17h17.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE**

Ata da 42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 12 de Agosto de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e trinta e três minutos do dia doze de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência Eventual do Senador Sérgio Zambiasi, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Expedito Júnior, Gerson Camata, Francisco Dornelles, Heráclito Fortes, Romeu Tuma, Roberto Cavalcanti, Valdir Raupp, Garibaldi Alves Filho, Gilberto Goellner e Efraim Moraes, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Inácio Arruda, Marina Silva, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Romeu Tuma. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 01/09-CE, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008, que “Cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica”**. A Presidência registra a presença para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Senador Renato Casagrande (PSB/ES), não membro desta Comissão; Senhor Deputado Fernando Marroni (PT/RS); Senhor Deputado Paulo Pimenta (PT/RS); Senhor Carlos Alberto Santos, Diretor Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Tecnológica e Profissional – SINASEFE; Senhor Leandro Luiz de Oliveira, Diretor do Departamento de Segurança Física e Patrimonial da Universidade Federal de Santa Catarina; Senhor Robson Teixeira Mendes, Coordenador do Seminário Nacional de Segurança das Instituições Federais de Ensino Superior da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Senhor Marcos Wanderley Soares, Coordenador do Seminário Nacional de Segurança das Instituições Federais de Ensino Superior da Uni-

versidade Federal do Pernambuco; Senhor Maurício Sabino, Coordenador do Seminário Nacional de Segurança das Instituições Federais de Ensino Superior da Universidade de Brasília; Senhor Luiz Macena da Conceição, Coordenador de Políticas Sociais e Anti-Racismo da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades - FASUBRA; Senhor Luiz Macena da Conceição, Coordenador de Políticas Sociais e Anti-Racismo da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades - FASUBRA; Senhor Pedro Rosa Cabral, Coordenador de Assuntos de Aposentadoria da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades - FASUBRA e Senhor Luiz Macena da Conceição, Coordenador de Políticas Sociais e Anti-Racismo da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades - FASUBRA. Dando prosseguimento à Audiência comparecem como expositores, a Senhora Léia de Sousa Oliveira, Coordenadora-Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades – FASUBRA e Senhor Mozarte Simões da Costa Júnior, Coordenador do Grupo de Trabalho de Segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRS. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Efraim Moraes, Romeu Tuma, Cristovam Buarque e Paulo Paim. Antes de encerrar a Audiência o Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, faz a leitura do comunicado que se segue: “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) a realização do I Fórum Legislativo nas Cidades-Sedes da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto (CTD) da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) desta Casa. Este Fórum será o primeiro dos 12 (doze) encontros programados pelo Projeto “O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014”, a ser realizado nos Estados-Sedes da Copa, no período de agosto a novembro de 2009. O evento ocorrerá amanhã, dia 13 de agosto do corrente, a partir das 14 horas, na Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus”. Os Senadores que desejarem uma cópia do Convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e dezoito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após

lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Sérgio Zambiasi**, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

42ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 12 de Agosto de 2009.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 42ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Estão aprovadas.

A presente Reunião atende a Requerimento nº 1, da Comissão de Educação, 2009, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Romeu Tuma, para a realização de Audiência Pública destinada a “Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 179 de 2008, que ‘cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica’”.

Dando início à Audiência Pública, solicito ao Secretário de Comissão, Júlio Linhares, que acompanhe os convidados para tomarem assento à Mesa.

Enquanto nós aguardamos a presença dos convidados Léia de Sousa Oliveira, Coordenadora Geral da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades (FASUBRA), do Mozarte da Costa Júnior, Coordenador do Grupo de Trabalho de Segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu quero registrar a presença do Deputado Fernando Marroni, do PT do Rio Grande do Sul, lá de Pelotas, que nos honra com a sua presença; o Sr. Carlos Alberto Santos, Diretor Nacional do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Tecnológica e Profissional (SINASEFE); Leandro Luiz de Oliveira, Diretor do Departamento de Segurança Física e Patrimonial da Universidade Federal de Santa Catarina; Robson Teixeira Mendes, Coordenador do Seminário Nacional de Segurança das Instituições Federais de Ensino Superior - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Marcos Wanderley Soares, Coordenador do Seminário Nacional de Segurança das Instituições Federais de Ensino Superior da Universidade Federal de Pernambuco; Maurício Sabino, Coordenador do Seminário Nacional de Segurança das Instituições Fe-

derais de Ensino Superior - Universidade de Brasília; Luiz Macena da Conceição, Coordenador de Políticas Sociais e Antirracismo da FASUBRA; Pedro Rosa Cabral, Coordenador de Assuntos de Aposentadoria da FASUBRA, e demais convidados, demais lideranças. A sala ao lado aqui, Senador Inácio, está lotada de representantes.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, aproveitando, não é o art. 14, que eu não fui mencionado nesse sentido, mas dizer que essa Audiência Pública está concorrendo com uma outra Audiência Pública na Comissão de Justiça e Comissão de Ciência e Tecnologia, que trata da questão eleitoral partidária, todos os partidos estão presentes, que têm assento no Senado, representação no Senado. Eu fico numa situação difícil porque como só tem um Senador do PCdoB, eu, obrigatoriamente, teria que estar lá, porque está discutindo as eleições do próximo ano e nós temos grandes responsabilidades, mas eu assumi aqui um compromisso com V. Exa., primeiro porque eu apoio a iniciativa de V. Exa., o Projeto de V. Exa., e enquanto não tivermos aqui o Relator, eu me coloco aqui na posição de Relator para ouvir os nossos companheiros e transmitir ao Senador Romeu Tuma todas as informações dos nossos colegas que estão presentes na Audiência Pública para debater o tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senador Inácio Arruda, muito obrigado por sua disposição de colaborar, de contribuir. Nós estamos concorrendo com duas Audiências Públicas. Além desta, que é extremamente importante, que trata da reforma eleitoral, nós temos também a Comissão de Assuntos Econômicos que está discutindo o Sistema “S” em Audiência Pública aqui ao lado também e muito movimentada. Então a Casa trabalha, a Casa é demandada e nós estamos tentando acolher a todas essas demandas.

Então vamos imediatamente começar os depoimentos, são 20 minutos para cada representante. Eu vou passar então, inicialmente, para a Léia, que é Coordenadora Geral da Federação de Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades (FASUBRA), para que ela possa fazer a sua manifestação.

O tempo para cada apresentação é de 20 minutos.

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Bom-dia Senador Zambiasi, a quem eu cumprimento os demais integrantes aqui da Mesa, o meu companheiro Mozarte. Eu gostaria de cumprimentar o Senador Inácio, o nosso companheiro Deputado Federal Marroni, companheiro da base da Federação, da Universidade Federal de Pelotas, ex-Coordenador-Geral da FASUBRA, nos orgulha muito hoje estar aqui tendo esse companhei-

ro aqui dentro dessa Casa, comprometido com a luta em defesa da universidade pública e demais temas que tenham interface com a discussão acerca de que Estado nós queremos.

Senador, primeiro eu queria agradecer a iniciativa de V. Exa. em estar pautando, de ter tido a sensibilidade de estar pautando um tema tão importante como essa discussão acerca da violência na universidade, que tem uma interface direta com a questão do adicional de risco de vida. Se me permite o Senador e o Senador Inácio, eu gostaria de aproveitar essa oportunidade para apresentar a Federação e dizer um pouquinho quem somos nós, quem são os trabalhadores em educação das universidades públicas brasileiras.

A Federação, FASUBRA, é uma Federação Nacional que representa os trabalhadores e trabalhadoras, técnicos administrativos em educação das universidades brasileiras, tem uma base em média de mais de 100 mil trabalhadores, uma Federação Nacional, cuja missão principal é a defesa da universidade pública, a defesa da ampliação dos direitos dos trabalhadores, que tem como respaldo, que tem como preliminar básica o debate acerca da democratização do País, da transformação desse País, garantindo a inclusão da maioria da população, que ainda encontra-se excluída dos direitos mínimos da cidadania.

Esse debate é muito importante porque, como essa Casa já sabe, aqui tramitou um projeto que instituiu a carreira nacional para os trabalhadores, técnicos administrativos em educação, a FASUBRA entende a importância desse debate porque nós temos a consciência de que a universidade pública, que é o espaço onde nós trabalhamos, não é uma instituição qualquer. A universidade pública, enquanto um patrimônio cultural e político dessa Nação, ela tem uma função estratégica e ela deve servir enquanto instrumento para o desenvolvimento com pertinência social do nosso País e também para a soberania do nosso País através da produção de pesquisa, através da produção do conhecimento, através da formação de profissionais comprometidos e cientes do seu papel de questionar e transformar a realidade onde encontra-se inserido. E como se integram os trabalhadores em educação e dentro desse quadro os trabalhadores do quadro de vigilância nas universidades?

Após um debate amplo, a nossa categoria tomou a consciência de que o nosso fazer na universidade tem uma função muito maior, muito mais ampla. O trabalhador vigilante numa universidade não tem apenas a função de proteger, não tem apenas a função de defender o patrimônio, não tem apenas a função de promover ações de prevenção, mas tem uma função que tem interface com todos esses elementos, que é a

função pedagógica, educativa, no trato com a comunidade universitária. Porque a comunidade universitária, ela tem diferenças. Dentro da comunidade universitária, comunidade interna, nós temos estudantes, professores e técnicos administrativos. E também temos a comunidade externa, que é composta aí pelas mais diferenciadas representações aí da sociedade, com escalas diferenciadas do ponto de vista social, educativo e de valores culturais.

O trabalhador vigilante, no seu fazer diário e cotidiano, ele tem que ter todo um cuidado no trato e na relação com essa comunidade, dada a sua diversidade. O estudante da universidade, no ápice da sua juventude, ele é um sujeito e risco também, porque como ele vem da sociedade e tem uma formação social e cultural muito heterogênea, ele às vezes está sujeito a sofrer vários tipos de condicionamentos externos, inclusive a questão da droga, da violência, e o vigilante, ao abordar esse companheiro estudante, ele tem a clareza e a consciência de que nessa relação direta ele está desenvolvendo um ato educativo e não apenas repressor, como seria um outro vigilante de uma outra instituição, de uma outra repartição pública, que não a universidade, onde de um outro setor da iniciativa privada. Então essa consciência e essa responsabilidade com o seu fazer, do ponto de vista pedagógico, educativo, é que dá essa conotação, essa compreensão do seu papel enquanto trabalhador na educação.

Por outro lado, o vigilante também, na proteção do patrimônio e na proteção da integridade dos membros que compõem a universidade, tem esse componente que coloca a sua atividade diretamente relacionada a ações de risco. E aí nós tínhamos que discutir um pouquinho o conceito que nós temos de risco. E aí, como eu não sou uma estudiosa no assunto, mas nós temos vários teóricos que já debateram esse assunto, eu fui buscar um sociólogo, Beck, um sociólogo francês que diz o seguinte: *O risco pode ser definido como um modo sistemático de lidar com perigos e inseguranças causadas pela própria modernidade*. Então a nossa vida, a nossa atuação, é uma atuação de risco que tem várias escalas. E o vigilante, por ele ter essa função ampla dentro da universidade, que perpassa a função pedagógica, a função preventiva, a função de defesa de proteção, ele é um trabalhador que por si carrega todos esses elementos que podem denotar uma atividade de risco.

Eu não poderia perder essa oportunidade, Senador Zambiasi, até pelo seu perfil político de defesa do trabalhador, de colocar uma questão que nos aflige muito na universidade pública brasileira, porque nesse momento que nós estamos discutindo a concessão, a criação do adicional de risco, nós temos uma outra

realidade, porque além do vigilante da universidade exercer uma atividade que tem risco, o cargo dele também está em risco, porque é um cargo que está sendo ameaçado de extinção porque nós não temos concurso público na universidade para esse cargo desde a década de 90. Então o risco, ele vem de duas formas: na atividade que ele desenvolve e, também, dele poder ser uma categoria extinta amanhã. E aí existe uma grande contradição, Senador. Ao tempo em que a universidade se expande com várias instituições novas sendo criadas, nós convivemos com o aumento da terceirização na universidade, contrariando inclusive determinações do Tribunal de Contas da União. O vigilante terceirizado, quando vem para a universidade, ele não tem a compreensão de qual o papel dele dentro de uma instituição. Ele nem sabe o que é essa instituição onde ele está trabalhando. É uma relação precarizada, é uma relação violentamente diferente, desigual entre o vigilante terceirizado e o vigilante do quadro, tanto do ponto de vista da capacitação como do ponto de vista salarial, e esse vigilante terceirizado que vem para a universidade, ele tem uma rotatividade muito grande, ele fica três meses, trabalha em áreas estratégicas da universidade, acaba conhecendo os ambientes onde temos equipamentos caríssimos, ele sai, fica pouco tempo com o seguro desemprego e, como ele é um produto do meio, ele acaba falando para os marginais lá fora onde que estão os equipamentos de segurança, de valor da universidade, eles mesmos mostram e depois, num momento vigiam a universidade e em outro momento violenta a universidade.

Então nós não podemos mais compactuar com essa situação, porque o vigilante da universidade, ele tem uma função estratégica, ele defende um patrimônio. Ele é o único trabalhador na universidade que circula por todos os ambientes. Ele circula em áreas que se desenvolve pesquisa, que se utilizam de equipamentos caríssimos. Ele circula na área da extensão, onde se desenvolvem projetos estratégicos para o desenvolvimento da sociedade. E ele circula em ambientes onde têm uma relação direta da produção do ensino na formação do estudante, onde tem que ter esse perfil pedagógico que eu disse agora.

Então eu acho que nesse momento, quando a gente discute a concessão do adicional de risco, que seria mais um elemento... Eu vejo o adicional de risco, Senador, não apenas como um atributo salarial, mas principalmente como instrumento para melhorar as condições de trabalho desse servidor dentro do ambiente universitário. Quando nós fizemos esse debate na FASUBRA, nós propusemos o seguinte: nós sabemos que nessa Casa tramitam vários Projetos de Lei que tratam sobre o tema, inclusive o Projeto

de Lei de autoria do Senador Paim, e o Paim levanta a discussão da alteração do RJU, criando o adicional para todos os cargos de risco no serviço público, além do vigilante.

O movimento na FASUBRA começou pelos vigilantes, a quem eu quero reconhecer, porque eu acho que o trabalhador tem que se mobilizar, o trabalhador quando tem consciência do seu direito, ele tem que se mobilizar, ele tem que reivindicar, e a partir desse movimento dos vigilantes nós estamos vendo a possibilidade de ampliar para todos os setores que de fato desenvolvem atividade de risco. Hoje no Estado brasileiro existe uma injustiça muito grande, porque o servidor público, ele é tratado de forma diferenciada. Para o Poder Judiciário tudo pode, vários setores do Poder Judiciário já têm o adicional de risco; vários setores do Legislativo, começando por Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas de alguns Estados, já têm também o adicional de risco para trabalhadores e vigilantes. E na educação, que deveria ser considerada uma área estratégica no Estado brasileiro, conquistamos uma carreira agora depois de 20 anos de luta, conquistamos em 2003, porque o trabalhador da universidade técnico administrativo não era entendido como trabalhador em educação, e agora nós estamos debatendo condições, melhores condições de trabalho para o vigilante do quadro, dado a sua função estratégica na universidade.

Então, nesse momento que a gente debate essa questão do adicional, nós temos uma preocupação não só do ponto de vista da tramitação do Projeto, mas principalmente do ponto de vista do comprometimento ou do envolvimento do Executivo nesse debate, porque nós sabemos que as Leis são aprovadas, mas precisa de uma disposição e de um compromisso por parte do Executivo para implementá-las, porque depende de orçamento, de previsão orçamentária. Por isso nós queremos aqui já registrar, lamentar e também registrar o nosso protesto pela ausência da representação aqui da SESU e da representação do planejamento nesse debate, até porque nós achamos importante a área executiva colocar a sua opinião, porque nós sabemos que a área executiva entende que existem atividades de risco no setor público, que existem determinados cargos que são estratégicos para que o serviço público seja desenvolvido com qualidade e pertinência social. E por que se recusam ao debate? Então essa é uma questão que nos preocupa. Em que pese a importância da iniciativa do Legislativo, que é a Casa onde se produzem Leis, de ter tido a sensibilidade de estar colocando em debate o tema, nós achávamos que o Executivo deveria estar aqui.

Então eu gostaria de dar um destaque nesse momento a essa questão da terceirização dessa área, porque hoje a maioria dos trabalhadores do quadro de vigilância são trabalhadores que já estão próximos da aposentadoria. Daqui a dez anos a maioria se aposenta e nós queremos que a universidade, ela continue sendo protegida por trabalhadores que tenham consciência e que sejam capacitados para entender a dimensão da missão da universidade e, principalmente, para entender a dimensão do seu papel enquanto trabalhador na educação, destacando aqueles três elementos que eu disse aqui no início, da questão da defesa, da prevenção e da questão pedagógica.

Para finalizar a minha intervenção, eu não sei quanto tempo que eu tenho ainda, eu queria ainda levantar uma discussão pegando uma citação de Pascal, que foi um filósofo do século XVII, que ele dizia o seguinte sobre a questão de risco, porque essa questão de risco é um conceito muito complexo, porque se a gente for pensar bem todo o nosso fazer, a nossa vida cotidiana está permeada de riscos. Eu saio daqui, eu não sei o que é que eu posso sofrer ali fora. Mas, pelo sim, pelo não, e como o adicional que hoje é incorporado no salário dos trabalhadores, tanto o adicional de insalubridade, como o adicional de periculosidade, o adicional para atividades penosas, eles são concedidos a partir de uma compreensão do que envolve aquele fazer daquele cargo, nós achamos que o risco, se a gente for entender como elemento inerente da realidade cotidiana no nosso fazer, ele deve estar ligado diretamente àquelas atividades que possuem um risco constante. E aí chamando essa citação do Pascal, ele dizia o seguinte, ele levanta o seguinte: *Todos deveriam ser cristãos, pois o risco de danação é tão grande que não compensaria o tomar risco da não existência de Deus; no entanto, como pode haver outro Deus, que também nos mandaria para a danação, não há como evitar esse risco.*

O que é que a gente compreende dessa citação de Pascal? Se você não acredita, se você refuta a existência de Deus, você tem um risco de ir para a danação, ser penalizado. Se você acredita, você também corre o risco de outro Deus falar: "Bem, mas não é esse Deus o verdadeiro". Então nós vivemos em risco constante na nossa vida. E dentro da universidade, o vigilante, pela amplitude da sua atuação, que não é só a prevenção, não é só a defesa do patrimônio, mas também ter uma função pedagógica na relação direta com o estudante, essa função é eminentemente repleta de riscos. Por isso que nós achamos que devemos rapidamente garantir esse adicional para os trabalhadores vigilantes das universidades e para as demais atividades que têm risco. Devemos, além disso, abrir

um debate - e para isso nós pedimos o apoio desse Senado - para garantir a abertura de concursos públicos para os cargos de vigilante nas universidades, que é uma atividade, é um cargo que está em risco também, e, além disso, Senador Zambiasi, nós esperamos ter o apoio dessa Casa para nesse debate de papel da universidade, de concepção de Estado e de expansão da rede federal de instituições, que nós possamos, ao lado dessa expansão, do ponto de vista acadêmico, ter também qualidade com pessoal contratado no quadro regular da universidade, não apenas vigilante, mas todos os outros cargos que compõem as relações de trabalho dentro da instituição pública da universidade brasileira.

Para finalizar a minha intervenção, eu gostaria de agradecer, dizer que nós estamos abertos ao debate, dizer que essa oportunidade que nós estamos tendo nessa Casa, como tivemos no início da discussão de carreira, de estar debatendo qual o papel do trabalhador em educação dentro das universidades, que graças à nossa carreira hoje nós podemos olhar de igual para igual para o docente, porque todos nós temos compromisso com o princípio indissociável da sociedade, que é o ensino com a pesquisa e com a extensão [soa a campainha]. Então a partir desse debate eu tenho certeza que cada vez mais o trabalhador em educação técnico administrativo da universidade vai demonstrar à sociedade que para além do seu compromisso com as suas questões corporativas e salariais, nós temos um compromisso maior, que é a defesa da instituição universidade pública brasileira.

Muito obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito bem. Eu quero saudar, com muita alegria, a presença do nosso Relator, o Senador Tuma, que acaba de chegar, ele teve um probleminha médico pela manhã, mas--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Preguiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não, não, não, isso foi um mau jeito que deu de madrugada [risos], foi um mau jeito na madrugada.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [ininteligível] vir aqui de ambulância.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Nós temos o SARA aqui em Brasília que, nesses casos, socorre com muita eficiência uma situação dessas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas serve para ser um orientador,

um conselheiro. O Senador Tuma é o nosso Relator, o Senador Efraim Moraes também está aqui nos prestigiando, o Deputado Paulo Pimenta, do nosso Rio Grande, lá de Santa Maria. Nós temos dois Deputados que eu acho que, à exceção de Porto Alegre, são os maiores centros universitários do Rio Grande do Sul; Pelotas e Santa Maria. Deputado Marroni e Deputado Pimenta, que prazer, que alegria tê-los aqui.

Quero registrar também que na sala ao lado tem cerca de 100 profissionais que estão assistindo, através do sistema de comunicação interno aqui da Casa, para dimensionar a importância do evento, e quero dizer à Léia que eu estou realmente muito impressionado com o teu depoimento. Eu dizia que é uma atividade, Senador Tuma, para nós externamente quase invisível.

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A sociedade não tem ideia da responsabilidade deste cidadão, desta cidadã.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Para mim não é não.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Para ti não é, mas para mim, eu confesso que quando ela disse que eles cuidam dos locais onde se desenvolvem a pesquisa... E tudo que resulta da pesquisa, eu acredito na pesquisa, eu confio na pesquisa, eu acho que neste exato momento as universidades e seus professores e seus mestres, seus doutores, estão contribuindo e ajudando a superar a maior preocupação que hoje a América do Sul enfrenta, que é a Gripe Suína, a Gripe A, está lá dentro da universidade também essa pesquisa, é fruto da pesquisa da universidade. Quando citastes este ponto, eu me arrepiei. É a consequência e a responsabilidade, Pimenta. Eu acho que a Audiência Pública ganha uma dimensão ainda maior.

Eu quero aqui registrar duas justificativas que eu acho injustificáveis, Pimenta, tanto de parte do Ministério da Educação quanto de parte do Ministério do Planejamento. O Planejamento informando ontem que o Dr. Duvanier, que estava escalado para estar aqui presente, cancelou a sua presença por compromissos superiores, segundo a informação, como já agendados anteriormente, mas essa agenda também havia sido feita anteriormente, e também de parte do Ministério da Educação, informando que a Sra. Maria Paula Dallari Bucci, Secretária da Educação Básica do Ministério, ela viria como expositora, porém, diante de compromissos assumidos anteriormente não foi possível indicar um representante do Ministério para participar da referida Audiência. Eu acho que perdem os Ministérios por sua ausência aqui, porque realmente é um evento importante e que chama a atenção para uma atividade

extremamente importante, que pode desaparecer em função de uma proposta de cargos em extinção, futuramente acabar, obviamente, sendo substituída pelo serviço terceirizado que, num caso destes, eu não sei se é o caminho mais adequado.

O Projeto está sendo discutido aqui como primeiro passo desta caminhada. O mérito jurídico será na CCJ e, depois, na Comissão de Assuntos Sociais, porque envolve uma questão trabalhista, de trabalhadores. Mas acho que é importante, Senador Tuma, ter trazido para cá, com a sua relatoria, para que nós iniciemos este debate. Não será a única Audiência Pública, é o primeiro passo de uma caminhada bastante longa.

Léia, muito obrigado pela tua manifestação, acho que as palavras da Léia foram muito esclarecedoras, muito pontuais, muito claras a respeito do tema e da importância da atividade profissional.

Eu passo agora a palavra para o Mozarte da Costa Júnior, que é o Coordenador do Grupo de Trabalho de Segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JÚNIOR: Bom-dia a todos, bom-dia ao Senador Sérgio Zambiasi, Presidente, que está presidindo essa Comissão, bom-dia ao Senador Romeu Tuma, Relator do PLS 179, ao Senador Efraim Moraes, ao Deputado Federal Fernando Marroni, companheiro da FASUBRA, e ao Deputado Federal Paulo Pimenta, de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Em cumprimentando o Deputado Paulo Pimenta, quero estender o cumprimento a todos os presentes, aos colegas de farda que estão aqui presentes. Temos ao menos um representante de cada universidade federal do Brasil, na sala ao lado ali temos mais de 100 seguranças também.

Eu quero passar às mãos do Presidente da Mesa, passar para o Senador Romeu Tuma. Isto aqui, Senador, é um dossiê de ocorrências gerado dentro das universidades federais e este aqui é a apresentação que eu vou mostrar agora. Quero passar às mãos também do Presidente, que está presidindo a Comissão, o Senador Sérgio Zambiasi.

Senador, este é um dossiê de ocorrências gerado dentro das universidades federais e esta é a apresentação que eu vou fazer no data-show.

Então a insegurança, vocês sabem que a insegurança da população brasileira, a violência na verdade da população brasileira, ela adentrou ao *camping* das universidades federais, até porque não tem como fugir porque estão inseridas, elas estão inseridas no contexto das cidades. Pode passar para mim, por favor.

Então as universidades, elas estão se desdobrando, através da terceirização da vigilância, para tentar conter esta violência que adentrou aos muros

formadores dos futuros Senadores, dos futuros Deputados Federais, dos futuros Pesquisadores, dos futuros Doutores, se inseriu. E quem é que combate esta violência? São os seguranças orgânicos concursados públicos federais que trabalham dentro destas universidades. Pode passar.

Um dos fatores desta violência ter assumido um grau quase que incontrolável são os comércios nos campings. Nós todos sabemos que dentro dos campings das universidades federais se tornaram quase que um shopping a céu aberto. Temos desde uma máquina simples de xerox a até grandes estabelecimentos bancários. E esses bancos, os funcionários das universidades se deslocam até a eles para realizar todo tipo de transação financeira. E nós, seguranças das universidades federais, ainda transportamos, fazemos o transporte do dinheiro arrecadado nos restaurantes universitários. Muitos fazem esse transporte desarmados, muitos fazem esse transporte circulando por dentro da cidade, porque os campings, têm algumas cidades em que os campings ficam longe um dos outros. Pode passar.

Então, o Ministério do Trabalho e Emprego classifica a atividade de risco como a característica da investidura do cargo. Então nós, vigilantes das universidades federais, somos investidos no cargo através de concurso público. Então em face da probabilidade que o risco do cargo trás, já se propõe o risco da própria vida. Isso é o Ministério do Trabalho e Emprego que está falando, que pressupõe do perigo incerto em vista da investidura do cargo. Então nós fomos investidos nesse cargo através de concurso público. Pode passar para mim, por favor.

Então o Supremo Tribunal Federal, através da Lei 11.416, de 2006, reconheceu que os seguranças dos Tribunais de Justiça também correm risco de vida. E aprovou, aprovou uma Lei, que é a Lei 11.416, que é a GÁS - Gratificação da Atividade de Segurança, onde eles também são investidos no cargo através de concurso público, assim como nós, vigilantes das universidades. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a atividade de risco. Pode passar.

E é isto que o nobre Senador Sérgio Zambiasi também reconheceu quando tomou conhecimento desta injustiça com esta classe trabalhadora e implementou o Projeto de Lei 179, no qual o nobre Senador Romeu Tuma é o Relator. Pode passar.

Através do Ofício Circular nº 15, do MEC, em 2005, ele autoriza a abertura de concurso público para várias áreas das universidades federais. E uma delas é para o vigilante. Então o vigilante, através do código do CBO, o MEC - pode passar para mim, faz favor -, o MEC dá a discriminação sumária do cargo. Continua-

mos ainda no Ofício Circular nº 15, do MEC. Então eu quero que vocês se atenham ao que está grifado ali: *para coibir a saída de pessoas ou bens, para evitar roubos, atos de violência*, isso está escrito no CBO - Classificação Brasileira de Ocupações, e *outras infrações à ordem e à segurança*. Então outras infrações à ordem e à segurança, isso daí dá um camping inimaginável de atuação. E isto é o MEC que está dizendo, não são os vigilantes das universidades. Pode passar.

Continuando ainda no Ofício Circular do MEC, ele dá as descrições das atividades típicas do cargo. Então está lá grifado: *valendo-se da autoridade que lhe foi outorgada*. É a mesmíssima coisa o que Ministério do Trabalho falou, a investidura no cargo. *Percorrer áreas sob suas responsabilidades, tomar as medidas necessárias para evitar danos, baseando-se nas circunstâncias observadas e valendo-se da sua autoridade que lhe foi outorgada*. Continuando aí no Ofício Circular nº 15, do MEC, então lá está grifado: *escoltar e proteger pessoas encarregadas de transportar dinheiro e valores, executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associada ao ambiente organizacional*. Bom, aí o MEC admite que existe um ambiente organizacional para os vigilantes, mas o CBO sozinho não regula a atividade dos vigilantes. A atividade dos vigilantes é regulada com o CBO e os ambientes organizacionais, segundo o MEC diz que existe. Pode passar.

Então está lá CBO, Diário Oficial da União nº 188, a página, e nas Condições Gerais no CBO está escrito que *os vigilantes trabalham sob pressão constante*, isso quer dizer sob pressão 24 horas por dia, e *estão sujeitos a risco de morte*. Isso está escrito no CBO. E na descrição sumária do cargo: *vigiam áreas públicas com a finalidade de prevenir, controlar e combater delito como o porte ilícito de armas e munições*. Como é que um vigilante, Senador Romeu Tuma, como é que um Policial Federal vai fazer o combate ilícito de armas e munições se não tiver enfrentamento? E no enfrentamento ele está colocando risco à sua vida. E o CBO diz *com risco de morte*. Como é que o MEC fala que nós temos que combater o porte ilícito de arma dentro das universidades e não admite que nós corremos risco de vida na função que nos foi outorgada? Pode passar.

Então vamos passar para a Lei 11.091, de 12 de janeiro de 1995: *Dispõe sobre a estrutura do plano de cargos e carreiras dos técnicos administrativos*. Este é o nosso plano de cargos e carreiras para os técnicos administrativos das instituições federais de ensino vinculada ao Ministério da Educação e dá outras providências. Pode passar.

No anexo II, do art. 2º, do Decreto 5.824, de 2006, ele diz que a segurança está na infraestrutura, a segurança está calcada na infraestrutura. E na infraestrutura nós temos mais de 50 ambientes organizacionais. Então a infraestrutura é que regula o trabalho da segurança. Pode passar.

Então dentro da infraestrutura, estão aí os ambientes organizacionais da vigilância. Então segundo o MEC, o CBO, junto com os ambientes organizacionais, é que vai regular a atividade de vigilante. Então no ambiente organizacional, está lá: *realizam atividades em assistência, assessoria, fiscalização e perícia*. Bom, então agora nós passamos para uma outra parte. Segundo a Constituição Federal, perícia é exclusividade da Polícia Judiciária, não é isso? É função da Polícia Judiciária e da Polícia Federal. Então nós temos dentro da nossa carreira que o MEC instituiu, nós temos o policiamento ostensivo dentro das universidades. E ostensividade por quê? Porque nós trabalhamos fardados, isto é que nos dá a ostensividade, é a nossa farda, e ainda nós temos a prerrogativa da polícia judiciária de executar perícia. E continuando nos ambientes organizacionais: *elaboração dos planos de segurança e normas reguladoras da segurança da instituição*. Então tudo que for questão de segurança, relacionado com segurança dentro das universidades federais, tem que passar pela segurança. Tudo, tudo. A construção de um prédio tem que ser comunicado à segurança, a segurança tem que ir lá e ver qual é a insegurança que pode ter aquele prédio. *Execução de atividades de defesa patrimonial*. Então defender o patrimônio, conforme foi nos outorgado. Temos lá *investigações*. Bom, investigação é exclusividade da Polícia Federal e da Polícia Judiciária, está mais uma atribuição para o vigilante, mais uma atribuição para o vigilante de polícia judiciária. Então o CBO, juntamente com os ambientes organizacionais, segundo o MEC, regula a investigação dentro das universidades. Então nós temos dentro das universidades federais do Brasil uma polícia total, só faltou colocar ali que nós podemos elaborar inquéritos e remeter à Justiça, para ser uma polícia total. *Registros de ocorrências*. A última parte ali: *outras atividades de mesma natureza*. Então deixa um campo de abrangência muito grande, outras atividades. Como assim outras atividades? Uma ameaça à bomba é outras atividades de mesma natureza de segurança ou insegurança. Uma ameaça à bomba. Então os vigilantes das universidades têm que ter um curso de capacitação de ameaça à bomba, tem que ter um curso de capacitação de ir lá e desativar a bomba. Pode ser entendido assim. Então a atuação é rotina dos seguranças dentro dos *campings*. Então essa é a atuação. Nós temos cavalaria, nós temos canil, exem-

plos da minha universidade lá onde eu trabalho, nós efetuamos perseguição, enfrentamentos com bandidos que vêm até os *campings* para realizar roubos de carros, assalto, furtos de todos os tipos, estupros, inclusive com trocas de tiro. Então o policiamento da vigilância é total. Pode passar.

Então o chefe da segurança da Universidade Federal do Rio Grande do Sul solicitou à Procuradoria da Universidade um parecer quanto à legalidade dos vigilantes fazerem os transportes de valores. Qual é a legalidade? Segundo a Procuradoria, para a Procuradoria se manifestar. Pode passar.

Então ele faz essa solicitação através desse ofício. Pode passar.

Então aí está o que a Procuradoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul constatou, que para o cargo de vigilante, dentre outras atividades, é de escoltar e proteger pessoas encarregadas de transformar dinheiro, mas possui respaldo no transporte. Bom, se a escolta e o transporte é a mesma coisa, então fica complicado, a gente não sabe o que fazer. E, ainda, uma breve ameaça, que quem se negar a realizar esse transporte de valores ainda está passível de punição, segundo a Lei 8.112, que vai de uma simples advertência até exoneração do cargo. Então a Procuradoria, o órgão máximo da justiça da universidade, diz que tem respaldo, mas não nos diz se nós temos que ter cursos de capacitação para transporte de valor, se nós temos que ter uma viatura adequada para transporte de valor. Então temos benefícios. A Procuradoria também não diz que nós temos benefícios para executar. Está lá no CBO, mas nós não temos esses benefícios, juntamente com os ambientes organizacionais. Pode passar.

Então o Sindicato de Docentes da URGs pede mais segurança nos *campings*. O professor Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente da ADUFRGS, agora não é mais... Eu quero salientar para os senhores e senhoras o grifado ali embaixo, que ele faz um resumo da violência dentro da universidade, que ele sabe que a violência urbana existe em toda a Cidade de Porto Alegre. *Porém, fatos como este dentro dos muros da universidade são ainda mais preocupantes e revelam a dificuldade que temos para garantir a segurança de alunos, funcionários e professores da UFRGS*. Isso é o corpo docente, técnicos administrativos e funcionários terceirizados, porque nós temos que fazer terceirização, nós temos que fazer segurança. Pode passar.

Então os estudantes fizeram um manifesto pedindo mais segurança dentro dos *campings* e aí o Jornal Correio do Povo foi entrevistar o Tenente Aroldo Veriano, perguntar sobre a segurança nos *campings* e ele respondeu da seguinte forma: *As ocorrências policiais*

e a segurança dentro do campus da URGs, por se tratar de uma área federal a PM não pode interferir. A responsabilidade é da segurança orgânica e da Polícia Federal. Esta foi a resposta do Tenente Coronel do 19º BPM de Porto Alegre. Pode passar.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Fundão, foi perguntado para o Prefeito Hélio Matos quanto à insegurança dentro dos campus. Então ele saiu com esta resposta: *Foram investidos 4,5 milhões em infraestrutura, como a instalação de três guaritas blindadas no acesso ao campus.* Então guaritas blindadas para os seguranças. Se não correm risco de vida... E: *Segundo a prefeitura universitária, houve redução nos números de crimes no Fundão, como o roubo e encontro de cadáveres.* Bom, para ele está bom, teve menos encontro de cadáveres. Pode passar.

Na Universidade Federal do Ceará; invasão na universidade, derrubaram 1800 metros de muro. Pode passar.

Os seguranças foram ameaçados de morte, disparos de tiros. Pode passar. E ainda foram ameaçados por um traficante da favela denominada "Pau Pouco", que era um dos líderes da invasão. Pode passar.

Vigilante da Universidade Federal do Mato Grosso é assassinado. O objetivo do assaltante era roubar 18 revólveres, mas depois do crime fugiu sem eles. Pode passar.

Um morreu, o outro foi baleado, o que morreu levou três tiros, um peito e dois no abdômen. Pode passar.

Bando assalta agência do Banco do Brasil no Campus da UFAL. Pode passar.

Vigia da UFAL morre após assalto. Pode passar.

Vigia da URGs morto com um tiro na testa - latrocínio.

Segurança morto em assalto na URGs. Pode passar.

Tiroteio no assalto frustrado a banco.

Vigia morto na URGs.

Escolta de autoridade. Pode passar.

Investigação. Aí eu quero que vocês se atentem para o dinheiro miúdo; dinheiro miúdo é característico do tráfico de drogas. Pode passar.

Mais tráfico de drogas dentro da universidade de Santa Catarina. O chefe da quadrilha de roubo a carros na Universidade Federal de Santa Catarina era aluno do curso de direito. Então ninguém traz escrito na testa o que é que é.

Capacitação de segurança da Universidade Rural do Rio de Janeiro. O CORE, o CORE deu essa capacitação; o CORE é um Grupo de Elite da Polícia Civil do

Rio de Janeiro. Estupro e assassinato ocorrido dentro da Universidade Rural do Rio de Janeiro.

Segurança da Universidade Federal de Rio Grande na sala de rádio, porque o camping é muito extenso, então tu não tens contato visual com outro vigilante. Eu quero que vocês se atenham ao calibre da arma que está portando esse vigilante dentro de uma instituição federal de ensino. Por que será? Pode passar.

Segurança da URGs acompanhando os alunos em pesquisa de campo.

Transporte de valor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Olha a viatura onde é feito o transporte de valor. Pode passar.

Prisão de assaltante no interior do campus da URGs. Pode passar.

Barreira no interior do Campus da URGs. Houve um assalto no Campus da URGs, aí na saída foi montada uma barreira para tentar prender esses elementos.

Manifestação de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Controle de tumulto.

E, para finalizar, eu quero deixar essas duas frases que dispensam a apresentação de quem proferiu essas frases, Martin Luther King. Ele ensinou para os negros americanos que eles tinham direitos e que eles deveriam lutar pelos direitos. Mas ele também ensinou que os brancos tinham direitos e deveriam lutar pelos seus direitos. E nós, vigilantes das universidades federais, que somos pessoas do povo, estamos vindo aqui na Casa do povo, perante aos homens do povo, solicitar que esta injustiça tenha fim com a nossa categoria.

Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Mozarte. Quero saudar efusivamente também a chegada também do nosso Senador Cristovam Buarque, que é uma das grandes vozes na defesa da educação brasileira, sul-americana, universal, porque o Cristovam é um homem universal. Isso é importante.

Nós estamos debatendo aqui, Senador Cristovam, um Projeto que eu apresentei, o Senador Tuma é o Relator, que trata da questão da atividade de risco dos vigilantes das instituições federais. Eu ouvi dois depoimentos aqui que são históricos, da Léia e do Mozarte, que vão estar disponibilizados para todos no site aqui da Comissão de Educação do Senado.

O Senador Efraim inscreve-se e já passo a palavra, Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi. Quero cumprimentar o Mozarte Júnior e a Dra. Léia Oliveira pela exposição que aqui fizeram, esclarecendo fatos que

nos deixam realmente preocupados, preocupados a um ponto de entender, Senador Zambiasi, que o Projeto de Lei de V. Exa. é de extraordinária importância e que esse Senado tem que dar prioridade a essa questão, porque são vidas e mais vidas que estão se indo sem se oferecer a melhor infraestrutura, a melhor segurança, a melhor garantia, nem a melhor remuneração.

Então eu diria a V. Exa. inicialmente, Senador Zambiasi, que foi oportuno o Projeto apresentado por V. Exa. E que ele começará a ter um destaque a partir dessa Audiência Pública, porque ele vinha batendo nas Comissões sem nenhuma repercussão. E o dossiê que nós recebemos, ele mostra a realidade, a dificuldade e a impossibilidade desses homens e mulheres continuarem a fazer segurança de quem? Exatamente dos nossos filhos, dos nossos netos, da sociedade brasileira de uma forma geral, os estudantes de hoje que serão amanhã os nossos representantes em qualquer que seja a área que eles estejam lá a se dedicar.

Eu tenho acompanhado de morte a questão da violência na Universidade Federal de Brasília. Eu tenho uma filha que é universitária e tem realmente sentido essa pressão de bandidos todos os dias a assaltar veículos, a roubar veículos, a sequestrar estudantes, enfim, fazer tudo isso que esses dois debatedores colocaram aqui para nós.

Eu tive a oportunidade de ler hoje a justificação do Projeto de V. Exa., que quero tirar uma dúvida inicial ou com o Mozarte ou com a Léia, fica a crédito. V. Exa. começa a dizer que *apesar de serem encarregados de manter...* Isso faz parte da justificativa do Projeto de V. Exa. *Nos campings universitários não podem, pela Lei, efetivar a detenção ou prisão de infratores, pois tais ações cabem à Polícia Militar. Também não podem portar armas de fogo para o cumprimento de sua função, muito menos para a segurança pessoal.* Isso é verdadeiro?

SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JÚNIOR:

Bom, Senador, após a implementação da Lei 10.826, têm algumas universidades que não podem portar arma, porque elas tinham o porte emitido pela Polícia Civil. Após a Lei 10.826, isso ficou atribuição somente da Polícia Federal. Então aquelas universidades que tinham o porte emitido pela Polícia Civil, não puderam portar mais armas. E a Polícia Federal, ela vem, através da Lei 10.826, sendo muito rígida no porte funcional de arma para essas universidades. Agora nós tivemos, através do superintendente da Polícia Federal, liberou o porte de arma para a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, através de um ofício que foi emitido para o chefe da segurança. Nós temos também dentro do Senado o PLS 287, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que vai incluir, depois de aprovado,

todos os vigilantes das universidades federais na Lei 10.826. Então aí todos estarão liberados para portar arma. Aquelas universidades que tinham o porte de arma federal, no que caso é a minha realidade lá na URGs, antes da Lei 10.826, foi emitido este porte pela Polícia Federal, não teve problema nenhum, podem continuar portando armas. Mas aquelas que estavam com o porte da Polícia Civil não puderam mais portar armas por causa da Lei 10.826. Eu não sei se--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, esclarece sim. Então veja a dificuldade: quem poderá vir a cobrar segurança ou responsabilidade de vocês, que fazem a segurança? Vai ser resolvido também no grito, "Vão embora que eu estou aqui, saia do meio que os vigilantes chegaram", seria essa a forma de se combater a criminalidade? Que hoje não se consegue combater nem no meio da rua, Senador Cristovam, imagine dentro de uma segurança que existe para os bandidos, sabendo que lá a maioria dos vigilantes não são portadores de nenhuma arma.

Então eu vi o relato também do Senador Romeu Tuma, que faz uma introdução que é de caráter técnico, já que nós, Senadores e o Poder Legislativo, de uma forma geral, não podemos fazer a criação de cargos e, ao mesmo tempo, aumento de remuneração, que isso configura competência privativa do Presidente da República, no caso, federal. Entretanto, por meio de Emendas, nós aqui por meio de Emendas, vamos aprovar o Projeto sem nenhuma dúvida, eu tenho certeza que sem nenhuma restrição, o Projeto de Sérgio Zambiasi, do Senador Sérgio Zambiasi, e conferir um caráter autorizativo à proposição. É isso que nós vamos aqui procurar. E eu acho que aí fica, Senador Sérgio Zambiasi, um Projeto que deixa de se discutir qualquer polêmica, passa a ser um consenso dessa Casa, eu tenho certeza, e vamos agilizar, aprovar isso para que a Câmara dos Deputados também possa seguir isso aí sem nenhuma Emenda, para que nós possamos ter a rapidez necessária e urgência, urgência que se faz necessária.

Por isso, a minha solidariedade aos vigilantes, a minha solidariedade a vocês que enfrentam essa luta, que é justa, é necessária, porque vocês estão simplesmente não à busca de uma remuneração a mais. Eu tenho certeza que o objetivo maior de vocês, além, evidentemente, de ter melhores condições de vida, porque eu entendo que o homem que garante a segurança, a mulher que garante a segurança, a pessoa que sai de casa com essa responsabilidade, ela também tem que ter a sua casa organizada, ela não pode sair de lá sabendo que existe um grande problema dentro de casa.

Então é preciso que o Governo, os Governos, Governos Federais, Governos Estaduais e Municípios invistam e invistam mais no cidadão, porque nós não podemos fazer segurança só garantindo mais armas, só garantindo cabines blindadas e outras coisas mais. Não. Nós precisamos investir no cidadão, tem que existir o treinamento, a educação, preparar o cidadão para conviver com a comunidade, defendendo ela com educação, através da educação, da sabedoria e da inteligência. É isso que nós queremos que o Governo atente.

Agora devo dizer que da minha vida parte, e eu tenho certeza que da parte de todos, vamos aprovar sem nenhuma restrição o relatório do Senador Romeu Tuma, que é fruto da inteligência, da sabedoria e do conhecimento de um homem público que tem feito e feito muito como Senador, não só em defesa do seu Rio Grande do Sul, mas de todo o Brasil. Portanto, Sérgio Zambiasi, parabéns por essa extraordinária sugestão. E ao Mozarte e à Léia eu abraço a todos os vigilantes e vigilantes desse País na certeza de que nesta Casa vocês terão todo o nosso apoio. Parabéns.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu quero agradecer a manifestação do Senador Efraim Morais pelo apoio, já comprometido aqui, seguramente trabalhando na bancada e nos demais colegas pelo trânsito que tem.

Quero registrar que nós já tivemos muitas Audiências Públicas nesta Casa, mas esta realmente tem um caráter excepcional, porque eu estou vendo a presença constante de parlamentares, já tivemos aqui o professor Paulo Pimenta, Deputado Federal, veio lá na Câmara, o Marroni está aqui, porque tem um histórico na FASUBRA, não é Marroni, então tem esse compromisso pessoal.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador Zambiasi, se V. Exa. me permite--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pois não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): --só para complementar, para que seja justo com os meus companheiros e com o meu líder, eu trago também aqui a palavra do meu líder, o Senador José Agripino, que pede que eu, na condição de vice-líder, que fale em nome da bancada dos DEMOCRATAS, dizendo que todos os votos dos DEMOCRATAS serão favoráveis.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É um gesto que deixa confortável aqueles que fizeram todo esse sacrifício e que aqui estão representando praticamente todo o Brasil.

Acaba de chegar aqui o nosso querido companheiro Senador Paulo Paim também, que de manhã cedo já me ligava: "Zambiasi, estou lá, conheço a luta e estou nessa também". Que bom recebê-lo aqui, Paim.

Eu passo a palavra ao nosso Relator, Senador Romeu Tuma, que seguramente é um dos professores e conselheiros da área da segurança, que como eu deve estar muito impressionado com o que ouviu. Eu confesso que realmente me impressionei muito, eu já conhecia alguma coisa quando nós propusemos(F) o Projeto, mas hoje eu fiquei realmente muito impressionado com o que eu ouvi e com o que vi e estou muito convencido de que a casa pode fazer, sim, um trabalho no sentido de apoiar a manifestação e a reivindicação do setor para que o Governo tenha a sensibilidade para atendê-lo.

Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Bom-dia Senador Sérgio Zambiasi, meu querido amigo. Eu diria que não sou gaúcho porque não nasci no Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas o coração está lá. [risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas o coração está lá. O Senador Paim está aqui e saiba que o meu pai foi educado no Rio Grande do Sul, em Pelotas, quando aqui chegou como jovem, lá aprendeu a profissão e veio para São Paulo já adolescente, praticamente para casar. Então eu só tenho saudades... É aqui ninguém oferece chimarrão, Senador. Quando o nosso Esperidião Amin estava aqui, todo dia eu tomava uma tragada de chimarrão. Agora, V. Exa. não oferece, nem o Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sem nenhuma ofensa aos catarinense, mas o pessoal aprendeu com a migração gaúcha que houve em Santa Catarina. Na próxima Audiência Pública chimarrão para todos.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Quando for aprovado o Projeto nós vamos festejar com chimarrão.

[palmas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Churrasco também.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Churrasco é meio paulista também. Eu estou brincando aqui com o Rio Grande do Sul, que eu vejo que a representação gaúcha é forte aqui. O Cristovam não é gaúcho, é Senador Cristovam?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É pernambucano.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ainda não.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é uma honra estar aqui, principalmente... O Senador Efraim também não é gaúcho, mas de vez em quando ele dá uma de gaúcho aqui.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu não sou gaúcho, mas a União da Paraíba com o Rio Grande do Sul, a história, a Guerra de 30 foi exatamente a Paraíba e o Rio Grande do Sul. Então cheguei primeiro do que o pai de V. Exa.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O meu pai chegou em 1910. Mas eu vejo que praticamente a representação gaúcha aqui é forte, não só o Mozarte que fez a exposição, por ser o Coordenador de Segurança da Universidade de Porto Alegre. A Léia é de São Paulo?

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Não, de Mato Grosso.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mato Grosso, mas é formada na universidade--

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Fiz mestrado em São Paulo; na PUC.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mestrado na PUC de São Paulo, que historicamente é uma grande universidade.

Nós temos tido, nesses últimos tempos, várias dificuldades para discutir o sistema de segurança. Eu vi aqui algumas projeções suas, eu não peguei todo o discurso da Léia, mas vou resgatá-lo, senti de perto o entusiasmo e o conhecimento que ela tem para definir determinados objetivos. Mas nós temos discutido muito sobre isto. Por quê? Porque há uma coisa que nos assusta: o aumento permanente da violência. Se arma bem a polícia, se dá condições de trabalho, uma coisa nos trás uma tristeza grande, se aumenta a corrupção, agora mesmo eu falava sobre a entrada de telefone nos presídios, não há como entrar o telefone sem convivência de alguém que facilite isso. Eu fui o Relator agora das empresas particulares de vigilância. E é uma grande dificuldade isso, ela tem aumentado de uma forma assustadora. Por que é que eu acho que setores especializados, como criou aqui a polícia do Senado, criar a polícia das universidades, tem uma importância vital? Por quê? Porque o segurança terceirizado, ele é substituído sem consultar ninguém. Então se tem um estudante lá, ele vai confundir amanhã com qualquer coisa porque ele nunca viu esse menino na sua frente, quando ele substitui alguém que não tenha permanência e não conheça profundamente toda a área a ser policiada.

Então quando o Zambiasi pediu para eu ser Relator, foi com muita tranquilidade. Por quê? Porque

nós temos que definir essa atividade como uma atividade importante para o Estado, para a tranquilidade da população e tranquilidade daqueles que realmente precisam ter a sua liberdade de circulação. E a universidade está se transformando num setor de atividade criminosa grave. Na Universidade de São Paulo, o que é que acontece? Tem uma coisa que o senhor pôs numa projeção aqui, eu vi, que eu acho que é importante salientar, é que da reação quando a Polícia Militar trabalha dentro do campus. Então a gente não está falando de competência da Polícia Federal, da Polícia Estadual, porque o que nós temos que definir é polícia judiciária, polícia preventiva, repressiva, que é o que a Constituição impõe. Então os segmentos que vão sendo criados, você tem que dar uma formação profissional para aquela atividade. Você não pode alargar a atividade de segurança para vários segmentos que não digam respeito àquilo que você vai realmente prestar um concurso ou ser contratado para fazê-lo.

Então eu acho que, definindo, o meu relatório está aí, pode sofrer alterações, mas eu fiz com a consciência tranquila da importância de se criar um sistema de segurança e dar uma coisa que eu acho importante: a garantia intelectual, a garantia física e familiar para o profissional de segurança, porque ele é um dos instrumentos que mais risco corre na sua atividade, é a pessoa que para poder oferecer segurança à terceiro está oferecendo a própria vida a risco. Então eu acho que nós não podemos é procrastinar muito a discussão, Senador Zambiasi, com várias Audiências. Nós temos que fazer com rapidez, evitar Audiência Pública, porque o conhecimento já é praticamente de qualquer um de nós, todo mundo aqui fez faculdade, universidade, permaneceu num campus universitário quando o crime ainda não era tão violento e havia o homizio do marginal, o marginal se escondia na universidade e não agia dentro da universidade. Hoje não, ele age dentro da universidade. Eu vejo a Faculdade de Medicina de São Paulo, que é uma faculdade em que roubam equipamentos médicos constantemente, sem nenhum tipo de segurança, mesmo com segurança terceirizada, que pedem para o senhor se o senhor tem credencial para entrar, botam um selinho aqui, mas não querem nem saber quem é o senhor.

Então a própria circulação dos marginais, aproveitando-se do descuido natural daqueles que lecionam, dos professores, tem facilitado a ação criminosa. Furto de veículos é assustador em São Paulo, quando não houver um roubo seguido de morte, quando há uma reação do estudante ou qualquer coisa chegando junto com o marginal, do furto que ele for praticar dentro do veículo ou o próprio veículo ser furtado ou roubado de acordo com a ação do criminoso. Isto vem

umentando, vem trazendo intranquilidade. E a própria manifestação estudantil, às vezes, traz um pouco de desconforto, porque quando pede a intervenção da Polícia Militar, o Senador foi Reitor aqui da Universidade de Brasília e conhece profundamente todas essas situações que ocorrem dentro da universidade, porque o Reitor e o Prefeito sofrem, sofrem para coordenar toda essa massa de populações que circulam no dia a dia. E hoje lá em São Paulo, para você atravessar praticamente de um segmento urbano para outro, às vezes você tem que atravessar por dentro da universidade. Então fica um controle difícil, porque o cidadão que está lá, vigilante terceirizado, ele não sabe nem como faz e normalmente ele não recebe nenhuma instrução quando entra em serviço porque está substituindo um colega.

Então vamos lutar, eu acho que a gente deve evitar muita discussão sobre o assunto, já que é uma definição, o DEM já... Minhas saudades do DEM, apesar de estar no PTB, que eu também acho que fecha a questão.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pode voltar.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Fecha a questão também, nós dois estamos aqui, vamos fechar a questão. O Paim vai pedir para o PT fechar a questão também e o PDT tenho certeza que o fará. Então nós estamos fazendo aqui uma frente parlamentar pela aprovação do Projeto de Sérgio Zambiasi.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Este Projeto, eu apenas subscrevi. Ele nasce da mobilização da classe, Tuma. Eu acho que nada melhor do que subscrever um Projeto quando há uma mobilização popular, Senador Cristovam.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Receber aplausos nesses dias, a gente tem que se sentir emocionado.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É verdade, a gente está apanhando tanto que poder acolhê-los aqui e ser agraciado com o reconhecimento do nosso trabalho faz bem para a nossa alma.

Senador Cristovam.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Zambiasi, para mim o grande defeito desse Projeto é que eu não fui o autor dele. Eu gostaria de ter tomado essa iniciativa.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Endossa, endossa.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Claro que está endossado. Mas antes de justificar o meu endosso, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

A primeira é uma curiosidade. Como eu estou hoje só como professor na universidade, não estou envolvido na administração, eu não tenho informações sobre algumas coisas. Eu vou dizer todas de uma vez. Primeiro, qual é a faixa salarial de um vigilante, o mínimo? Segundo, uma curiosidade: quais são os problemas mais sérios de segurança que têm? São problemas provocados por estudantes, por professores, pelos vizinhos em favelas ou por ladrões de fora que chegam, assaltantes, ladrões, quais desses? E, terceiro, a minha pergunta é: qual é o grau de formação que hoje é exigida para um vigilante? Se existe, qual é? Agora ao mesmo tempo, Senador Zambiasi, eu queria perguntar, como autor, se um vigilante em atividade fora da vigilância mantém o adicional. Por exemplo, um vigilante que é transferido para ser Prefeito do campus ou para uma atividade de secretaria, se ele manteria ou não esse adicional.

Essas são as perguntas que eu faço e depois eu vou comentar e justificar o meu apoio. A Lei não toca nesse assunto, a Lei não toca nesse assunto, a proposta apenas cria o adicional. Eu queria saber se haverá ou não essa ressalva e, se não há, por que não precisa dela?

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Eu vou responder algumas--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Antes de responder ao Senador Cristovam, o professor Cristovam, eu só quero registrar a presença do Rodrigo Lamego, do Ministério da Educação, que é Chefe da Assessoria Parlamentar, está colocando-se à disposição para a gente depois encaminhar um Comissão ao Ministro para entregar ao Ministro da Educação também as reivindicações. Obrigado, Lamego, transmita um abraço ao Ministro Haddad, isso nos abre um espaço de negociação. O Senador Renato Casagrande acaba de chegar aqui também, dando a dimensão da importância dessa Audiência Pública. Muito obrigado.

Cristovam, devolvo a palavra à Léia, que já tem as respostas às suas perguntas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador, só um minutinho, o senhor permite? A presença do Renato Casagrande é muito boa, Senador, porque nós estamos na Comissão Especial de Mudanças do Código de Processo Penal e você fez referência às dificuldades de conduta nas apurações que são feitas dentro da universidade. Então essa presença, eu sou o Relator da parte de inquérito, ele é o Relator-Geral, então vai valer para a gente analisar o comportamento

do vigilante. É claro que o Senador fez algumas perguntas que nesse minuto, Senador, como Relator já me trouxeram dúvidas: é criar a carreira do vigilante, então não é mais um contratado. Ele vai ter que se profissionalizar, não há como. Está se referindo ao que já são, mas o senhor tem que criar uma carreira, uma profissão, e ele não pode ser transferido da atividade que ele se especializou. Por isso que eu digo: é a segurança? É a segurança. Não pode exercer outra atividade que traga consequência naquilo que ele foi definido e escolheu profissionalmente. Eu não estou respondendo, apenas é que o senhor me alertou para alguma coisa que eu acho que é importante ser analisada.

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Respondendo aqui rapidamente a questão levantada pelo Senador Cristovam, a faixa salarial, depois da conquista da carreira, que nós conquistamos em 2003, nós temos três tabelas. Agora no mês de julho foi implementada a segunda tabela resultante do acordo. Então varia o piso, o piso do vigilante que está na Classe D, e aí eu já respondo que a exigência para o ingresso no cargo é segundo grau completo. Com aquela preocupação levantada pelo Senador Romeu Tuma, nós nos preocupamos muito na capacitação desse profissional, porque ele tem que ter consciência de que em instituição ele trabalha, qual que é a missão, a peculiaridade desse fazer universitário e aí também ter consciência do papel dele, que transcende a questão preventiva, repressiva, mas também tem um fazer pedagógico e educativo na relação direta com o estudante. Então o piso hoje, ele varia hoje na segunda tabela em R\$ 1.600,00, R\$ 1.700,00, o piso que está na Classe D. A nossa carreira é dividida em cinco classes: a Classe E, que é a maior, a exigência de ingresso é a graduação, que seria o antigo nível superior. E o teto, o teto hoje, o máximo, aproximaria a R\$ 4.000,00, hoje, do vencimento básico, do vencimento básico. Em 2010 ele vai chegar a quatro mil e pouco, o teto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Três mil, é três mil, isso. Bem, então é um salário que é muito baixo. Ou melhor, o salário do trabalhador da universidade, nós temos o menor piso e o menor teto do conjunto do funcionalismo federal, daí é um outro debate, então é um salário baixo.

Exigência para o ingresso: segundo grau completo.

Essa questão de problemas com assaltantes o Mozarte vai falar, que ele, como vigilante, ele vai...

Agora no Projeto de Lei, a questão do adicional, se transferido, leva, é a mesma questão da insalubridade e da periculosidade. Você recebe o adicional se

você está desenvolvendo a função. Por exemplo, a gente recebe periculosidade se eu estou na atividade periculosa. Então se eu estou na atividade de risco, eu vou estar recebendo. Se eu sou transferida para assumir um cargo ou outra função, eu perco. Isso pelo menos com relação aos outros adicionais que a gente recebe no serviço público.

SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JÚNIOR:

Bom, Senador, o maior problema de violência dentro das universidades federais é com os maus elementos que adentram ao *camping* para realizar todo tipo de atos violentos, que vai desde um furto de uma carteira até um sequestro relâmpago, um estupro ou até morte.

Nós temos dados zero, dados zero das universidades que trabalham armadas. Não tem nenhum estudante que foi ferido por um vigilante armado da universidade. Não tem, não existe dado, é zero. Nunca um estudante, um professor ou um técnico administrativo em outra função qualquer foi ferido pelo vigilante, ou em abordagem ou em troca de tiro, porque o senhor, como professor universitário, o senhor sabe que executar segurança dentro da universidade é diferente da sociedade, pela função acadêmica que ela exerce.

Mas com a terceirização, com a terceirização esta função está tendo um problema, porque lá no curso de vigilante, do vigilante terceirizado, não lhes ensinam que ele vão trabalhar num ambiente acadêmico, mas nos nossos cursos de capacitação tem o ensinamento de fazer o trabalho, respeitando os direitos humanos, respeitando a Constituição, respeitando o Código Penal, o Processo Penal dos integrantes dentro das universidades.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Roubo de equipamentos...

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Roubo de equipamentos.

SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JÚNIOR:

Inclusive, como o Senador citou, o roubo de equipamentos na Universidade de Medicina de São Paulo, isso aí não é exclusividade de São Paulo, todas as universidades têm roubos de equipamentos, e equipamentos caríssimos. Pesquisas que têm professores, pesquisadores que estão ali há dois, três anos fazendo uma pesquisa e de repente num roubo, num quebrar de janela, eles adentram as salas e, além de furtarem o que eles querem, eles eliminam tudo que tem dentro. Então uma pesquisa de dois, três anos, é resumida a nada. A perca para um professor, a perca do trabalho do pesquisador de três anos é reduzida num simples ato de violência. Então a violência dentro das universidades é o nosso maior problema.

Nós não somos reconhecidos pelo Ministério da Justiça como trabalhadores em segurança pública, sen-

do que na minha realidade, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos três turnos de aula, circulam mais de 40 mil pessoas. E agora com o REUNE vai subir para mais de 60 mil pessoas. Mais de dez mil veículos circulam dentro da nossa universidade. Como prestar segurança de qualidade para estas pessoas se não tem concurso público para vigilante. Os vigilantes, se o senhor der uma olhada, a maioria já está de cabelo branco, quem ainda tem cabelo, não é? O vigilante, hoje, ele dá uma volta caminhando num pátio num sol de 30 graus, não dá duas voltas, porque está sofrendo com gota, sofrendo com diabetes, porque a idade do vigilante é muito avançada.

Então nós temos dois grandes problemas: a violência, cursos de capacitação exclusiva, o reconhecimento do MEC como trabalhadores em segurança pública, e o concurso público por causa da nossa idade muito avançada.

Então sobrou esta para eu responder somente, eu não sei se eu contemplei o nobre Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Cristovam, a Léia e o Mozarte colocaram um tema que me impressionou muito: a questão da diferença de atuação entre um contratado terceirizado que, em função da rotatividade, ele não cria identidade com o seu trabalho. Ele fica três meses, tem acesso a todas as informações, que às vezes são sigilosas, locais de acesso absolutamente restrito, e no terceiro mês, por uma circunstância qualquer, ele é afastado, perde o emprego, a terceirizada vai à falência e não paga esse pobre coitado que está sendo explorado, que detém um grau de informação privilegiadíssimo. Isso me deixou chocado, realmente impressionado, porque convivem com um setor emblemático em relação à pesquisa, ao desenvolvimento. E eles têm acesso, têm a chave de todas as salas e precisam ter, quer dizer, me chamou a atenção e me preocupou este aspecto. A gente tem um desconhecimento tão grande em relação à atividade desses profissionais que esta Audiência Pública já vai ser suficiente, apesar de concordar com o Tuma de que nós temos que fazer andar o Projeto, passando as informações para os demais colegas.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu agradeço as informações, que era pura curiosidade, nada a ver com o meu apoio ao Projeto, que é total, porque eu considero que é absolutamente necessário.

Agora eu quero é inverter e pedir o apoio de vocês. Ontem essa Comissão aprovou um Projeto de minha autoria que cria a Agência Nacional para a Proteção e Vigilância das Escolas de Base Públicas do Brasil, porque há um clima de violência nas universidades, mas vocês talvez não tenham ideia desse clima nas

escolas públicas do Brasil. São 200 mil absolutamente abandonadas praticamente, por um sistema de vigilância que não funciona, desprezado, mal remunerado, e que permite tráfico de drogas ao redor, é muito diferente o tráfico de drogas ao redor de uma escola do tráfico de drogas numa universidade. Na universidade, pelo menos, são adultos, aqueles que ali estão. Mas com crianças, não.

O tempo de vida de um computador ficar numa escola, vocês não tem ideia de como é pequeno. Você põe o computador, às vezes dura dois dias apenas o computador, porque as instalações físicas não permitem e a vigilância é insuficiente. E deixar isso municipalizado é condenar à ineficiência e à baixa remuneração. Por isso o Projeto de criar uma Agência Federal de Proteção às Escolas do Brasil, um sistema de vigilância coordenado pela União, como nas universidades federais termina sendo; o Reitor manda, mas quem paga é o Governo Federal, as regras são do Governo Federal, a Lei está saindo aqui do Governo Federal. No caso das escolas as Leis são municipais, as regras são municipais, o salário é municipal.

Então eu gostaria de ver a FASUBRA dando o apoio a essa luta pela segurança nas escolas particulares do Brasil. Isso só vai se resolver quando se aprovar, o que eu venho lutando aqui, que é a federalização da educação de base. Enquanto a universidade for federal, o Banco do Brasil federal, Caixa Econômica federal, a INFRAERO federal e escola municipal, as escolas serão desiguais e, provavelmente, ruins, porque os Prefeitos não têm dinheiro para pagar um bom salário e nem conseguem selecionar bons professores dentro do próprio município. Vejam que os funcionários do Banco do Brasil não são escolhidos dentro do município, são escolhidos no Brasil inteiro e enviados para o município.

Então esse Projeto de Lei foi aprovado ontem aqui, ainda vai continuar um longo trâmite até virar Lei. E vai ser também autorizativo, como o Projeto do Senador Zambiasi, quer dizer, que o Governo só executa se quiser.

Mas enquanto não se faz esse, eu estou totalmente de acordo, Senador Zambiasi, totalmente favorável, acho que demorou até muito alguém ter tido a iniciativa de fazer esse Projeto, já deveria ser muito mais antigo, e eu vou certamente falar a favor e votar a favor. Agora eu só lembro a vocês que depois dele aprovado, vocês vão ter que se mobilizar muito para conseguir que o Governo Federal transforme uma Lei aprovada no Congresso em uma realidade no contracheque de vocês. Então se preparem para continuar a luta, mesmo depois da aprovação. E na aprovação, contem com o meu apoio.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Muito bem. Obrigado, Senador Cristovam. Sem dúvida nenhuma a tua proposta democratiza todo o processo. E quando um projeto é autorizativo, ele pelo menos serve como um instrumento de pressão, quer dizer, se a gente não é sensível à demanda do segmento profissional que está aqui, eles acabam sem o fundamental apoio do Congresso, do Parlamento. Eu acho que nós estamos aqui para fazer essa interface, essa interlocução, criando instrumentos para que esses profissionais possam cobrar do Executivo uma solução. Então é bom que a gente trabalhe junto e caminhe junto nesses projetos.

Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Zambiasi, de uma forma muito rápida, eu sei que os trabalhadores estão aqui já durante um longo período. Eu queria cumprimentar, primeiro, a V. Exa. pela iniciativa, cumprimentar ao Mozarte, cumprimentar à Léia pelas brilhantes exposições que já fizeram. Eu tive a alegria de estar aqui na sala ao lado, viu? Eu queria dizer, porque a TV Senado tem que saber que aqui ao lado, a outra sala superlotada, demonstrando que os profissionais, vigilantes da área da educação, das universidades, entenderam a importância de como se faz a história dentro do Congresso: é com permanente mobilização. Por isso os meus cumprimentos a todos que estão aqui. Eu sei que foi um deslocamento dos seus Estados para esse momento tão importante.

E me permita, Senador Zambiasi, Senador Romeu Tuma, que foi o Relator, dizer que esse Projeto, nós todos o apoiamos com muita convicção. Eu, o Senador Zambiasi sabe disso e me ajudou muito, eu fui o autor do Projeto que garantiu o adicional de periculosidade para o carteiro e os carteiros de todo o Brasil tem uma recordação muito bonita daquela luta. Então se os carteiros podem, outros profissionais podem, por que é que os profissionais vigilantes das universidades não podem? Claro que podem, tem que aprovar e eu espero que seja por unanimidade a aprovação. Esse é o meu entendimento.

[palmas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu acho que a sala ao lado tem mais gaúchos porque as palmas vieram de lá, as palmas vieram de lá.

[risos]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador Paim, os vigilantes correm o mesmo risco de serem mordidos por cachorros também.

[risos]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E muito mais, por causa das armas. E me permita, eu vi aqui no documento, quero também dar aqui o total apoio, no documento de vocês que está aqui, manifesto de apoio(F) popular, vocês tiveram a grandeza inclusive de botar os dois projetos, mostrando que a solidariedade de vocês não é só com a questão específica de vocês. Vocês estão pedindo a aprovação do PL 173 e do 179. O 173 contempla vocês, mas contempla a todos os outros e não estão na área específica. O do Zambiasi é da área específica e tem a sua suma importância porque ele aprovado, eu quero dizer aos outros setores, Zambiasi, aprovando o Projeto do Zambiasi, que é o 179, vai ajudar também e fortalece o 173. Por isso essa Audiência é de suma importância.

E dizer a todos vocês, eu pedi que ele ficasse aqui, e agora eu vou pedir uma salva de palma, porque o 173 que está na CCJ, vai haver uma grande concentração dia 18 aqui em Brasília pela aprovação também do 173, o Relator, já que deu o seu Parecer, por unanimidade, foi o Senador Cristovam. Então uma salva de palma para o Cristovam que está aqui, pois no 173 você deu o Parecer lá na CCJ, tem o Parecer também pela aprovação.

[palmas]

Não quero falar mais, eu estou contemplado por aquilo que eu ouvi já aqui de todos os Senadores e, principalmente, do meu querido meu amigo Senador Zambiasi. Me permita que diga, Zambiasi. Saiu uma pesquisa hoje no Rio Grande do Sul e se as eleições fossem hoje eu e você estaríamos eleitos como Senadores da República. Saiu hoje a pesquisa lá.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Mas deixa eu fazer um aparte para dizer o seguinte: eu venho pregando lá no Rio Grande do Sul um movimento pela renovação e pela oxigenação, sendo que tenho declinado publicamente que um dos meus candidatos à reeleição é o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Aí eu peço uma salva de palma para o Zambiasi.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): Agora ao mesmo tempo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Zambiasi é o nosso candidato a Governador do Rio Grande do Sul, não é Paim?

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIA-SI (PTB-RS): --se eu falo em renovação, não é justo que eu queira ocupar esse espaço. Eu quero que junto com o Paim venha alguém com sangue novo, com novas ideias, com novas energias para ajudar a reconstruir essa Casa. Nós vamos deixá-la reconstruída até o ano

que vem e a nova legislatura, seguramente, terá um Senado e um cenário completamente diferentes.

[palmas]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Muito obrigado, Senador Zambiasi. Depois da fala do Zambiasi eu estou contemplado, viu pessoal? Muito obrigado, vamos à luta, com certeza vamos aprovar esse projeto urgentemente. Parabéns, Zambiasi, parabéns a toda a categoria. Um abraço.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu vou deixar um minuto para o Mozarte e um minuto para a Léia para as suas considerações finais e, em seguida, vamos encerrar esta Reunião, que eu acho que ela foi realmente uma das mais bonitas Audiências Públicas que eu participei nos últimos meses aqui no Senado, pela intensa participação de todos e pela convicção dos colegas Senadores da importância do Projeto, mesmo autorizativo, e pelo significado que ele vai resultar na melhoria da autoestima e do resultado dos trabalhos destes profissionais da área da segurança.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu quero ganhar um distintivo desse.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Tuma coleciona distintivos da área de segurança. Então ele está deixando aqui um pedido, que alguém possa oferecer para ele. O do Mozarte, pronto. Tuma, o Mozarte está te oferecendo.

SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JÚNIOR: Em nome de todos os vigilantes do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Em nome de todos os vigilantes do Brasil.

[palmas]

O Tuma tem uma identificação tão grande com a área da segurança que realmente é justo que ele saia com esse distintivo no peito. Mozarte. Léia.

SRA. LÉIA DE SOUSA OLIVEIRA: Bem, Senador Zambiasi, Senador Cristovam, eu já tive a oportunidade de participar aqui de uma Audiência Pública sobre essa questão de educação, podem ter a FASUBRA como mais um companheiro nessa luta aí, são mais de 100 mil trabalhadores, nós comungamos com essa causa que o senhor defende, vou pegar o número do Projeto, vamos divulgar e pode contar com o nosso apoio. Com certeza é mais um aí nesse luta.

Agradecer a fala do Senador Paim e dizer que esse exemplo que os trabalhadores, vigilantes das universidades trazem nessa Casa, para vocês terem uma ideia, aqui nós temos representantes do Oiapoque ao Chuí, nós temos gente que veio do Rio Grande e gente que veio lá do Acre. Teve pessoas aqui do Piauí que

andaram 36 horas de ônibus para estar aqui. Então isso demonstra que quando os trabalhadores acreditam numa causa, se mobilizam, vão atrás e conquistam essa causa.

A partir desse movimento eu quero utilizar a simbologia desse momento para dizer, principalmente para os companheiros trabalhadores que estão aqui, que nós, trabalhadores das universidades brasileiras desse País, como incluídos, nós precisamos cada vez mais reenergizar as nossas forças, nos reencantar para levar essa reencantamento para a sociedade, dizendo para a sociedade que é possível transformar, que é possível conquistar quando a gente tem crença e quando a luta é justa. E essa luta, Senador Zambiasi, como o senhor disse, nós queremos deixar bem claro para essa Casa e também para a sociedade: não é uma luta apenas por melhoria salarial. É uma luta que tem um componente muito maior, que é a garantia da prestação cada vez mais comprometida com a sociedade, prestação de serviço com qualidade e responsabilidade social. Esses trabalhadores possuem isso, sabem do seu dever, sabem do seu compromisso com o zelo, com o cuidado da universidade pública e por isso que eles estão aqui, vieram de tão longe para fazer essa luta. E eu espero, Senador Zambiasi, Senador Paim, que os dois Projetos sejam aprovados. Nós esperamos isso.

[palmas]

Nós queremos que esse adicional, além de ser concedido para os trabalhadores vigilantes, que seja concedido para todos aqueles cargos do serviço público que trabalham em atividade de risco. Esse é o nosso compromisso, esse que é o perfil socialista da FASUBRA e dos trabalhadores de sua base.

Muito obrigada, força na luta e estamos aí para contribuir com qualquer debate. Obrigada.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mozarte.

SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JÚNIOR: Eu não sei realmente se eu vou conseguir falar porque eu estou muito emocionado.

[palmas]

Mas vou tentar. Eu estive em dezembro do ano passado num seminário no Centro de Integração Paulo Paim e lá naquele seminário o Senador disse uma frase que me marcou. Ele disse: *Bata na porta. Se ele não te atender, bata de novo. Se ele ainda não te atender, monte uma barraca na porta dele, porque ele é obrigado a te atender, porque o mandato não é dele, é de vocês.*

Quando eu estava lá em Porto Alegre andando de moto, eu recebi uma ligação, olhei o prefixo, 61. E na linha a pessoa disse: "Dá para o senhor aguardar

um pouquinho? O Senador Sérgio Zambiasi quer falar contigo". Eu quase caí da moto. O Senador ligar para o meu celular, nunca tinha falado com um político na vida. Eu não conhecia o amigo do amigo do amigo do amigo. Nunca, nunca. E de repente um Senador liga para o meu celular. E eu não sabia como tratar, eu não sabia como dizer: "Tu, você, V. Exa., como que o senhor quer que eu lhe trate?" O Senador Sérgio Zambiasi disse: "Só não me trate de V. Exa., porque daí parece que um abismo entre nós dois". Então essas duas palavras me marcaram muito. Uma pela humildade proferida e outra pela sabedoria, outra pela sabedoria.

Eu estou emocionado de ver os meus companheiros de farda pagar passagem do próprio bolso para estar aqui hoje, que entenderam a luta, entenderam que a luta ainda vai ser árdua, como falou o Senador Cristovam Buarque. Vai ser muito árdua, mas eu quero agradecer, eu queria que cada vigilante passasse por esse microfone aqui e proferisse alguma coisa, mas isso não tem como. Eu gostaria, mas não tem como. Porque a luta não é o Mozarte, não é a Léia, não é o Paim, não é o Sérgio Zambiasi e os demais Senadores. A luta é de todos e o benefício é para todos, não é o eu que está na luta, é o nós que estamos na luta.

Em nome de todos os vigilantes do Brasil, Senadores, eu quero agradecer a palavras dos senhores e dizer que nós estamos motivados, mas o mais importante de tudo, nós estamos com a autoestima em alta. Isso é o mais importante. Então eu quero agradecer em nome de todos os vigilantes do Brasil, de Norte a Sul, eu quero agradecer as palavras dos senhores e sintam-se abraçados por todos os vigilantes das universidades federais do Brasil.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Muito bom. Eu quero também agradecer a presença do Senador Augusto Botelho, que foi um dos autores do pedido da Audiência Pública, mas não pode estar presente aqui.

[palmas]

Eu comentei que nós temos três Audiências Públicas andando concomitantemente esta manhã, mas vocês perceberam a importância que foi dada pelos colegas Senadores a essa Reunião. Eu já vi Audiência Pública aqui de ter apenas os convidados e não ter nenhum Senador na bancada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Está acontecendo numa. Estão vendo só? Aqui a média foi de três, quatro, cinco Senadores na bancada acompanhando os depoimentos. Isso dá a dimensão da importância do evento e do respeito

que a Casa tem por uma proposta como está sendo apresentada. Como eu disse, não é da minha autoria, eu sou apenas o signatário dela.

Em respeito a este momento eu vou solicitar ao Secretário da Comissão, Júlio Linhares, que encaminhe ao Presidente a inclusão imediata na Ordem do Dia, vamos ver se a gente vota já terça da semana que vem, Júlio, enfim, na semana que vem já consigamos colocar em votação para que esta Comissão já se desincumba do seu compromisso e encaminhe às duas demais Comissões, que é a Comissões de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça.

Então o meu pedido já direto ao Secretário Júlio para que encaminhe ao Presidente Flávio Arns, que dê prioridade ao Projeto para ser já examinado e votado na próxima semana.

SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JÚNIOR: Eu queria dar um recado.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tu quer dar um recado no microfone? Então dá o recado que eu vou encerrar agora aqui com um comunicado. O Mozarte dá um recado e eu faço um comunicado final.

SR. MOZARTE SIMÕES DA COSTA JÚNIOR: O Júlio me comunicou que não é para ninguém sair ao final da Audiência Pública, que eles vão dar um recado para nós, os seguranças, os vigilantes das universidades.

Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então o encerramento. Comunico aos Srs. e Sras. Senadores e Senadoras, a realização do primeiro Fórum Legislativo nas Cidades Sedes da Copa de 2014, apoiado por esta Comissão e organizado pela Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa. Este Fórum será o primeiro dos 12 encontros programados pelo projeto "O Poder Legislativo fazendo parte do time da Copa de 2014", a ser realizado nos Estados-sedes da Copa, no período de agosto a novembro de 2009. O evento ocorrerá amanhã, dia 13 de agosto do corrente, a partir das 14 horas, na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus. Os Senadores que desejaram uma cópia do convite com a programação poderão se dirigir à Secretaria dessa Comissão. A matéria, portanto, vai ao arquivo.

Senhoras e senhores, muito obrigado. Está encerrada essa Audiência Pública.

Muito obrigado.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h18.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA
E ESPORTE****Ata da 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 18 de Agosto de 2009.**

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Gerson Camata, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Alvaro Dias, Cícero Lucena, João Pedro, José Nery, Roberto Cavalcanti, Garibaldi Alves Filho, Eli-seu Resende, Papaléo Paes, Mozarildo Cavalcanti e Jefferson Praia, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Expedito Júnior, Marina Silva, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano e Cristovam Buarque. Justificam a ausência os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, a Presidência passa a palavra à Senadora Fátima Cleide, representante desta Comissão na Conferência Nacional de Educação - CONAE, que faz um breve relato sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos para a construção de um sistema nacional articulado de educação, além da definição das bases de elaboração de um novo Plano Nacional de Educação (PNE), suas Diretrizes e Estratégias de Ação. Prosseguindo, o Senhor Presidente inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 006: Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan, que “Concede isenção do Imposto de Importação, da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público incidente na Importação de Produtos Estrangeiros ou Serviços (PIS/PASEP-Importação) e da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (COFINS-Importação) aos instrumentos musicais, suas

partes e acessórios”. O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. **Item 008: Projeto de Resolução do Senado nº 062, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores José Nery, Marco Maciel, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Pedro Simon, que “Institui no Senado Federal a Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Garibaldi Alves Filho e o parecer favorável é aprovado. **Item 010: Emendas nº 03–PLEN e 04–PLEN**, de autoria dos Senadores Arthur Virgílio e Flexa Ribeiro ao **Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que “Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer favorável à Emenda nº 03–PLEN, na forma da subemenda oferecida, e pela prejudicialidade da Emenda nº 04–PLEN, é aprovado. **Item 011: Projeto de Lei da Câmara nº 011, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Carlos Abicalil, que “Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer favorável é aprovado. **Item 002: Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Hélio Costa, que “Acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 017: Projeto de Lei da Câmara nº 040, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, que “Dá denominação a viadutos da BR-232 localizados no perímetro urbano da cidade de Bezerros, no Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer é favorável. A matéria é lida e iniciada a discussão, transferindo-se o prosseguimento da discussão e posterior deliberação para a próxima reunião, uma vez que não há quórum para a votação de projetos terminativos. **Item 020: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que “De acordo com o

Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada Audiência Pública para discutir e oferecer subsídios à análise e votação do PLC 152, de 2009, de autoria da Presidência da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para compor a mesa de debate solicito sejam convidados: representante da Secretaria de Educação de Ensino Superior / MEC, representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES, o Deputado Vignatti – PT/SC; o professor Dilvo Rchtoff, e outros componentes a serem sugeridos por esta Comissão.” O Requerimento é retirado de pauta, atendendo à solicitação da autora. Ficam adiadas as seguintes matérias: **Item 001: Projeto de Lei do Senado nº 070, de 2009; Item 003: Projeto de Lei do Senado nº 179, de 2008; Item 004: Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2007; Item 005: Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2009; Item 007: Projeto de Lei do Senado nº 054, de 2007; Item 009: Projeto de Lei do Senado nº 043, de 2009; Item 012: Projeto de Lei do Senado nº 440, de 2008; Item 013: Projeto de Lei do Senado nº 010, de 2009; Item 014: Projeto de Lei do Senado nº 050, de 2009; Item 015: Projeto de Lei do Senado nº 434, de 2008; Item 016: Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2008; Item 018: Projeto de Lei da Câmara nº 037, de 2008 e Item 019: Projeto de Lei do Senado nº 726, de 2007.** O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e quarenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

43ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 18 de Agosto de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 43ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto inicialmente à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e aprovação da mesma. Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Antes de olharmos a pauta da presente reunião, quero destacar que, amanhã, teremos, nesta Comissão, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais – CAS, uma conferência que tem como tema: *Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade*.

Quero destacar que o tema saúde mental é um tema de fundamental importância, sendo abordado numa visão interministerial, inclusive, com saúde, educação, trabalho, assistência, cultura, esporte. É um drama para milhares de pessoas no Brasil, milhões de pessoas, 3 a 4% da população apresenta quadros difíceis na área da saúde mental, cerca de 20% da população apresenta problemas eventuais nesta área.

E é a maior queixa em termos de pessoas com deficiência da escola comum, problemas na área da saúde mental, é o que o MEC, durante alguns anos, abordou como condutas típicas, condutas típicas, distúrbio mental, distúrbio de conduta.

Então, amanhã, nós teremos esta conferência com um psicólogo, psicanalista, Professor Doutor da Universidade de Strasbourg, França, e coordenador de estudos e pesquisas sobre o tema na França, que é o Claude Schauder. E também com a Maria Izabel Tafuri, que é psicóloga, psicanalista, professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, UnB, e coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Então, amanhã, às 10 horas, em conjunto com a CAS, esta conferência. Aproveitando a vinda do pesquisador, psicólogo da França, em conjunto com a Universidade de Brasília, a Maria Izabel é da Universidade de Brasília, esta Comissão, em conjunto com a CAS, considerando a relevância do tema, achou por bem, e foi aprovado isto nesta Comissão, para que esta conferência acontecesse. Então, no dia de amanhã, às 10 horas.

Nós temos, também, no mês de abril do ano que vem, a previsão da realização da Conferência Nacional de Educação, com tema importante, a construção de um sistema nacional de educação, a articulação entre o município, o estado e o governo federal e, também, a preparação para a revisão do Plano Nacional de Educação, cuja lei se expira no final do ano que vem, janeiro de 2010.

Nós temos uma representante desta Comissão que participa de toda organização da Conferência Nacional de Educação, que é a Senadora Fátima Cleide. Inclusive, amanhã, nós vamos estar recebendo um grupo organizador da Conferência, mais de dez pessoas, doze, estaremos recebendo essas pessoas aqui, no período da tarde, logo depois da conferência que eu mencionei.

Então, eu gostaria de passar a palavra à Senadora Fátima Cleide, para fazer um relato sobre o plano... A Conferência Nacional de Educação, que a Senadora Fátima Cleide representa esta Comissão no grupo organizador. Com a palavra V. Exa.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu agradeço, Sr. Presidente, esta oportunidade de informar à nossa Comissão de Educação sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos e do qual eu tenho a honra de participar como membro titular, representando a Comissão de Educação, na comissão organizadora da Conferência Nacional de Educação.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que esta é uma conferência da sociedade, convocada pelo Presidente Lula, mas ela surge como uma deliberação da Conferência Nacional, ocorrida no ano passado, de Educação Básica.

Então, todas as discussões, deliberações, ocorridas na CONEDE, encaminharam-se à necessidade de se fazer, nesse país, uma grande conferência que tematizasse toda a educação escolar, desde a educação infantil até a pós-graduação, de modo que esta conferência, ela tem a participação, na comissão organizadora, de 35 entidades, representando gestores federais, gestores estaduais, gestores municipais, o Parlamento, com a Comissão de Educação do Senado, cujo membro titular sou eu e o membro suplente é o Senador Cristovam, Cristovam Buarque, a Comissão de Educação e Cultura da Câmara, que tem como membro titular o Deputado Carlos Abicalil, e é uma conferência...

Nessa Comissão, além dos gestores, do Parlamento, nós temos também a participação do Poder Judiciário, dos trabalhadores, dos estudantes, tanto da educação básica quanto da educação superior, e dos pais de alunos. De modo que nós temos a representação de toda a sociedade, inclusive da diversidade, com representação de quilombolas, com representação da educação especial, da educação no campo, com relação a gênero também, enfim, ela... Por isso nós dizemos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que é uma conferência da sociedade.

E ela está sendo coordenada pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério da Educação, Professor Francisco das Chagas Fernandes, e o tema da conferência será *Construindo o Sistema Nacional Articulado*. Veja bem, Senador Marco Maciel, discutir sistema nacional já é um grande, um grande desafio neste país. E articulado, de modo a definir que a sociedade participe da discussão daquilo que é responsabilidade da União, daquilo que é responsabilidade do estado, daquilo que é responsabilidade do município; é um desafio maior ainda.

Portanto, o tema é *Construindo um Sistema Nacional Articulado de Educação e o Plano Nacional de Educação, suas Diretrizes e Estratégias de Ação*.

A conferência vai se desenvolver, tendo seis eixos temáticos. O primeiro eixo é o papel do Estado na garantia do direito à educação de qualidade, organização e regulação da educação nacional. O segundo, qualidade da educação, gestão democrática e avaliação. O terceiro, democratização do acesso, permanência, e aqui, surge, Sr. Presidente, uma coisa muito importante, que foi também fruto da discussão da Conferência Nacional de Educação Básica, que é a discussão do sucesso escolar. Nós concluímos que não basta apenas democratizar o acesso e a permanência, mas é preciso, também, que haja a garantia, pelo Poder Público, do sucesso escolar. O quarto eixo é a formação e valorização dos trabalhadores em educação. O quinto, financiamento da educação e controle social, e o sexto, justiça social, educação e trabalho, inclusão, diversidade e igualdade.

Existem vários documentos normativos para a constituição desta Conferência. Ela foi instituída... A comissão organizadora foi constituída por portaria do Ministro Fernando Haddad, de nº 10, em 2008, e a dinâmica vai se dar com base em documentos.

Nós temos, agora, em discussão, um documento referência. Depois desse documento referência, que vai ser discutido nas etapas municipais e estaduais, nós teremos, então, um documento base para a CONAE e um texto final.

A metodologia de trabalho de participação dos delegados, ela vai se dar através das emendas a esse texto de referência e moções. Participarão delegados por indicação nacional, delegados eleitos nos Estados e observadores.

E eu queria, aqui, assegurar para toda nossa Comissão que os Senadores membros da Comissão de Educação têm participação garantida como convidados. Para ser Delegado, precisa participar de uma conferência municipal e de uma conferência estadual.

Nesse momento, nós estamos tendo... Estamos desenvolvendo as conferências municipais. E o processo é muito interessante, eu gostaria de relatar. No meu Estado, por exemplo, que tem 52 municípios, nós tínhamos uma previsão inicial de fazer conferências regionais, de não fazer 52 conferências municipais.

Nós pedimos, inclusive, à comissão nacional que fosse garantido um adiamento do prazo previsto para conferências municipais, que era julho, para agosto, e serão realizadas 52 conferências municipais.

Eu já tive oportunidade, Senador Marco Maciel, de participar da conferência municipal em Olinda, lá em Pernambuco, e no meu Estado. Ontem mesmo, estive

no Município de Teixeiraópolis, e, lá, esteve também o coordenador nacional da conferência, que fez questão de ir a uma cidade pequena no interior do Estado de Rondônia. E aquela cidade tem cinco mil habitantes. Estavam participando da conferência 250 pessoas como delegadas.

Então, é um processo muito interessante. Na cidade de Cacoal, onde eu também participei como palestrante naquela conferência municipal, foi feito, foram realizadas conferências escolares, Senador Flávio Arns. Antes da conferência municipal, se discutiu o texto referência da CONAE em todas as unidades escolares, inclusive nas unidades indígenas, nas unidades mais distantes, da zona rural.

E a partir dessa semana, inclusive, eu gostaria de relatar, estarei presente em três municípios, não dá para acompanhar os 52, mas estarei na conferência de Ji-Paraná, que é a segunda cidade do Estado, estarei em Rolim de Moura e também em Presidente Médici, e, semana que vem, na capital. A capital, Porto Velho, lá em Rondônia, Sr. Presidente, mobilizará, também, mais de 10 mil pessoas na sua conferência municipal, porque fará conferências municipais. Já está, aliás, fazendo conferências municipais em todas as escolas.

Estou relatando aqui um processo que estou conhecendo, a partir da realidade do meu Estado, mas que sou conhecedora também que está acontecendo em todo o Brasil. Então, é um processo é muito interessante e interessante lembrar também que isso era um desejo, Professora Zuleide que está aqui, que é a nossa assessora na liderança do Partido dos Trabalhadores, sabe, acompanhou muito, era um desejo do Professor João Monlevade também, ele consultor do Senado, era um desejo do nosso querido Paulo Freire que esse país se reunisse para discutir educação. E esse desejo acontecerá agora. A Conferência Nacional será realizada no período de 28 de março a 1º de abril de 2010. E eu trouxe aqui, Sr. Presidente, um resumo de tudo que eu apresentei aqui, e, no final, que eu acho muito interessante para que os nossos senadores conheçam e participem, nós já temos um quadro com a previsão das datas de realização da maioria das conferências estaduais.

Portanto, eu vou entregar para a Secretaria da Mesa, aqui, da Comissão de Educação, para que seja reproduzido para todos os Senadores, e eu acredito que, no próximo observatório, dá para a gente fazer também uma síntese. E, amanhã, teremos uma reunião importante, com uma representação da comissão nacional, que irá, inclusive, ao Conselho Nacional de Educação, virá a esta Comissão de Educação e, depois, à Comissão de Educação da Câmara, para traçarmos uma estratégia de discussão sobre os encaminhamen-

tos para o próximo Plano Nacional de Educação, que é pauta da Conferência Nacional de Educação.

Então, eu agradeço, Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, por esta oportunidade de fazer este relato, me sinto na obrigação de fazê-lo como representante da Comissão na organização da CONAE, e quero, aqui, convidar a todos para que se envolvam, que todo mundo tem um tema específico que discute na educação, tem projetos, que se envolvam, também, nas conferências, na etapa municipal e na etapa estadual, que já estão ocorrendo em seus Estados.

Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço à Senadora Fátima Cleide, agradeço inclusive o esforço, o trabalho, a dedicação, a participação nesta Comissão, que é de toda a sociedade.

A solicitação que V. Exa. faz em termos do observatório e do material, faremos isso, sem sombra de dúvida. É uma Conferência Nacional que não aborda uma das etapas ou modalidades, é a educação de uma maneira geral e a construção de um sistema nacional e articulado de educação.

Então, parabéns. Eu até sugiro a V. Exa. que esses relatos sejam, assim, regulares, aqui, na Comissão, porque todos os Senadores e Senadoras estão acompanhando o que acontece nos estados e ficarem, assim, atualizados em relação às notícias da comissão nacional, organizadora. Então, eu penso que isso é interessante.

A reunião amanhã, nesta Comissão, com esta apresentação nacional a que a Senadora Fátima Cleide se referiu, vai ser às 13h30 aqui. Aqui, no Plenário. Os que quiserem participar, são muito bem vindos, são convidados, e estaremos fazendo nesse horário até para termos a participação da Rádio Senado, Agência Senado, jornal, televisão, com essa... Parabéns! Que bom.

Passamos ao item 06 da pauta, que é o primeiro de natureza não terminativa, com o relator presente. O Senador Romeu Tuma, que é o relator do item 03, também não terminativo, ao que me consta, está participando da reunião do... Ah, ele está vindo também. Mas... Chegou.

Mas passamos ao item 06 da pauta, que é o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006, que "*Concede isenção do imposto de importação, da contribuição para os programas de integração social e de formação do patrimônio do servidor público, incidente na importação de produtos estrangeiros ou serviços (PIS/PASEP-Importação) e da contribuição social para o financiamento da seguridade social, devida pelo importador de bens estrangeiros ou serviços do exterior*

(COFINS-Importação) aos instrumentos musicais, suas partes e acessórios.” Autoria: Senadores Sérgio Zambiasi, Romeu Tuma, Cristovam Buarque, Roberto Saturnino, Juvêncio da Fonseca e Leonel Pavan. Relatoria: Senador Paulo Paim, parecer favorável.

A matéria é terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos. Na Reunião do dia 17 de abril de 2007, foi aprovado o Requerimento de autoria dos Senadores Paulo Paim, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi, propondo a realização de Audiência Pública conjunta com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, realizada no dia 24 de abril de 2007.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, relator da matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu vou ter que ser muito breve no meu relatório, até porque eu participo de um debate, ao meio-dia, sobre essa questão do fim do fator. Projeto que nós já aprovamos aqui, está na Câmara e também do reajuste integral para todos os aposentados.

Na verdade, esse projeto é de iniciativa de uma série de senadores, V. Exa. já listou, entre eles o Senador Cristovam, Senador Zambiasi, Senador Pavan, que, hoje, é Vice-Governador do seu Estado, visa buscar uma saída para a questão do que diz respeito aos instrumentos musicais.

Eu vou ler a análise.

“A esta Comissão cabe manifestar-se sobre os aspectos da matéria que dizem respeito à cultura, diversão e espetáculos públicos e criações artísticas.

No que concerne aos instrumentos musicais, não podemos deixar de reconhecer o quanto a indústria brasileira tem se desenvolvido para atender as demandas do mercado interno e, até mesmo, para a exportação. Digna de nota é a atuação dos luthiers nacionais, artesãos e pequenos fabricantes de instrumentos exclusivos, grande parte deles exportados.

Exemplo dessa vitalidade pode ser visto na presença da indústria brasileira de instrumentos musicais na Feira de Música de Frankfurt, em 2006, a maior do mundo: três dos nove pavilhões tiveram a presença de expositores brasileiros, com destaque para os produtores de instrumentos acústicos, de cordas e de percussão.

Embora modesta perante a produção mundial (1%), a indústria brasileira de instrumentos musicais exporta aproximadamente vinte milhões de dólares, com perspectiva de expansão.

Entretanto, a arte musical é tão vasta, são tantos os instrumentos e tal é a variedade de modelos, que não poderíamos contar apenas com peças fabricadas aqui. Essa atitude, por sinal, seria empobrecedora, visto que a música é um fenômeno que perpassa povos, fronteiras e hábitos culturais.

Portanto, é imperativo que se disponha de instrumentos musicais importados também.

Pela relação fornecida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, pode-se ver uma extensa lista de instrumentos importados, entre os quais se destacam pianos, órgãos, acordeões, harmônicas e sintetizadores. Esses produtos são fundamentais para abastecer as dezenas de orquestras sinfônicas e as escolas de música, assim como as centenas de bandas brasileiras.

Por seu inegável potencial para fomentar o ensino da música e a manutenção e ampliação de oportunidades do músico e da música brasileira, a desoneração dos instrumentos musicais importados merece o apoio do Poder Público.”

Voto. “*Em vista do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2006.*”

Sr. Presidente, eu sei que esse debate, muito mais técnico, vai se dar na CAE. Eu tive até em algumas reuniões, com o próprio Ministério da Fazenda, e não construímos o entendimento.

Então, eu proporia que ele fosse aprovado, não é terminativo, vai para a CAE e lá vamos continuar o debate do mérito.

Era isso, Sr. Presidente, o meu parecer pela aprovação do projeto, que é assinado por seis, sete Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Em discussão a matéria.

Só quero destacar que, como o Senador Paulo Paim colocou, é um Projeto de Lei relacionado a essa Comissão, foi feita Audiência Pública com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música, e este projeto concede isenção do imposto importação e de contribuições sociais para instrumentos musicais importados suas partes e acessórios.

Então, é importante aqui, e vai para a Comissão de Assuntos Econômicos para... Para a discussão da parte econômica, financeira, e com natureza terminativa naquela Comissão.

Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para não atrasar o andamento desse projeto, mas eu com certeza participo também da Comissão de Assuntos

Econômicos, me preocupa com... E os que produzem aqui? E os que fabricam aqui? Como é que serão tratados? Nós não estaremos sacrificando a nossa indústria?

Essa é uma pergunta que eu chego agora, mas como eu terei oportunidade de debater na Comissão de Assuntos Econômicos, estarei atento para esse debate seja feito então naquela Comissão. O Presidente está aqui, já está ouvindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, me permita, como relator. Eu tenho... Quero dizer que tem... Procede a sua preocupação.

Nas negociações, eu até cheguei a levantar a possibilidade que tivesse...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para todos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Tivéssemos a isonomia. O mesmo direito para todos. O importado não, esses aqui também não. Eu, dizer que lá na Comissão de economia eu sou parceiro para que caminhe na linha do que V. Exa. está falando.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Está ótimo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero alertar o Senador Cícero Lucena que... Quer dizer, isonomia e também a proteção também de quem produz aqui. Quer dizer, se houver o equivalente no Brasil, aí realmente...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Não seja permitido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Seria uma concorrência...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Desleal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Desleal, no caso.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Exatamente. Vamos estar atentos, todos, na Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado. Agradeço ao Senador Paulo Paim.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o item 08.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Gostaria de relatar o item 08, se V. Exa. permitisse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Será o próximo [risos].

Agradeço a presença de V. Exa., também membro dessa Comissão e sempre muito enaltecido, não só pela sua figura, mas pelo trabalho na Presidência do Senado Federal também, que foi um período dos mais importantes.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O projeto... É o item nº 08. Projeto de Resolução do Senado nº 62/2008, que "*Institui no Senado Federal a comenda de direitos humanos Dom Hélder Câmara e dá outras providências.*" Autoria, Senadores José Nery, Marco Maciel, aqui presente, Paulo Paim, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque e Pedro Simon. Relatoria, Senador Garibaldi Alves Filho. O parecer é favorável.

Com a palavra V. Exa..

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores.

Chega a esta Comissão, para análise, o Projeto de Resolução do Senado, nº 62, de 2008, de autoria do Senador José Nery e os Senadores citados por V. Exa., inclusive o Senador Marco Maciel, que está aqui, ao meu lado.

A proposição cria a comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara e estabelece as condições de apresentação e escolha dos candidatos a seu recebimento.

Cria, para esse fim, Conselho, que deverá ser composto por um Senador de cada partido, com assento no Senado Federal. O autor ou os autores da proposta traçam perfil e a vida de Dom Hélder, que teve uma atuação política e social marcantes, destacando-se por sua posição firme com relação ao regime autoritário e defesa dos direitos humanos.

Sr. Presidente, a minha... O meu voto é que Dom Hélder foi realmente um profeta, um homem que viu o mundo com os olhos de Deus e que completaria 100 anos de vida no dia 07 de... Completou, aliás, 100 anos de vida no dia 7 de fevereiro de 2009.

Sendo assim, em face do exposto e não encontrando qualquer inconstitucionalidade ou injuridicidade e que atende aos preceitos regimentais, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 62 de 2008.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Em discussão a matéria. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Apenas, Presidente, para parabenizar os autores desse projeto, bem como o relator, e me somar a eles no

meu reconhecimento, da forma mais simples, eu que sou ali do estado vizinho da Paraíba e todos nós que sofremos a influência benéfica da ação, da prática, do comportamento, dos ensinamentos de Dom Hélder, tenho certeza que sua luta em defesa dos Direitos Humanos sendo agraciado com essa medalha aqui do Senado, nós estaremos fazendo uma das mais justas homenagens a um cidadão cristão que foi Dom Hélder Câmara, que continua a nos ensinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A exemplo do que foi dito pelo Senador Cícero Lucena, eu também gostaria de endossar suas palavras e dizer que gostaria muito de ser autora desta comenda.

Dom Hélder Câmara é uma pessoa que ilumina e por muito tempo vai continuar a luminar os nossos caminhos, os nossos rumos com a sua vida, com todos os seus ensinamentos.

E eu ainda estou, Senador Flávio Arns, assim, um pouco que abastecida pela energia que foi o acontecimento do 12º Intereclesial de Base, na minha cidade, Senador Marco Maciel, há bem poucos dias. E o nome de Dom Hélder era citado o tempo inteiro, assim como Padre Josimo, Padre Ezequiel Ramin, que são pessoas que realmente deram a sua vida em torno de professar efetivamente aquilo que... Cumprir, na sua profissão, na sua vida aquilo que foi o seu juramento. Deram efetivamente a vida ao serviço, principalmente das pessoas mais excluídas da nossa sociedade.

Então, esse é um projeto que eu gostaria muito, também, de ser autora. Quero parabenizar os autores e parabenizar o relator e dizer que voto favorável com muita... Muita honra mesmo, de poder estar nesse dia aqui hoje, votando favorável por esta comenda a Dom Hélder, que merece muito mais do que isso, acho que merece até ser colocado como um dos nossos heróis da pátria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Marco Maciel, que é um dos autores do projeto.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, eu gostaria de reiterar manifestações já feitas anteriormente, no sentido da oportunidade desta iniciativa.

E lembrar o nome de Dom Hélder é realmente lembrar um arcebispo de Olinda e Recife, que muito contribuiu para que os objetivos do Concílio Vaticano II fossem adequadamente implementados.

E eu tive oportunidade de com ele conviver, ao tempo que ele foi arcebispo de Olinda e Recife e deixou uma memória muito forte, não somente no nordeste, mas de modo especial em Pernambuco.

Ainda domingo passado nós tivemos à posse do novo arcebispo de Olinda e Recife, Dom Antonio Fernando Saburido e o nome dele foi lembrado, não somente pelos seus antecessores, mas também foi, de modo muito particular, exaltado também pelo novo arcebispo de Olinda e Recife, que tomou posse como arcebispo no domingo passado.

É uma arquidiocese que foi criada no Século XVII, aliás, Século XVIII e que congrega 19 municípios em torno do Recife, ou seja, da região metropolitana do Recife.

Era o que eu gostaria de dizer e associar às manifestações aqui feitas de reconhecimento à oportunidade desta proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Flávio Arns, vou relatar aqui um pouco... parte da minha vida.

Eu, hoje, Senador pelo Estado da Paraíba, mas tive toda minha infância, minha juventude em Pernambuco. Nasci em Pernambuco. E, por uma dessas felizes coincidências, eu acompanhei todo período no qual Dom Hélder residiu em Pernambuco.

Dom Hélder residia em uma casa que era anexa à Igreja das Fronteiras, que fica exatamente na esquina, num largo entre a Rua Henrique Dias e a Rua das fronteiras. Isso fica no Bairro do Derby, Boa Vista, em Recife.

E, por coincidência, a casa do meu pai era a casa nº 281, exatamente da Rua Henrique Dias. A porta da casa de Dom Hélder, onde Dom Hélder morava, aos fundos da Igreja das Fronteiras, coincidia exatamente com a porta de entrada da casa de meus pais, na qual eu residia. Então, eu tive, assim, como jovem, toda a trajetória, toda a permanência de Dom Hélder em Pernambuco. Eu estava... Era o meu vizinho.

Então eu gostaria de me acostar a tudo que já foi dito aqui e, na qualidade de ex-vizinho, também parabenizar sobre o projeto.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Quero também me associar a tudo que foi dito e é uma honra para esta Comissão estarmos todos aprovando um Projeto de Lei dessa natureza, que vai, sem dúvida, engrandecer o Brasil.

Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos ao item 10 da pauta, não terminativo, Emendas nº 03, Plenário, e 04 Plenário. Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007. *“Dispõe sobre a isenção do imposto sobre produtos industrializados, IPI, incidente*

em produtos escolares, e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/PASEP e na contribuição para o financiamento da seguridade social, COFINS, sobre a importação e receitas decorrentes da renda desses produtos. Autoria do projeto: Senador José Agripino. Autoria da Emenda 03, Plenário, Senador Arthur Virgílio. Autoria da Emenda 4, Plenário, Senador Flexa Ribeiro. Relatoria, Senador Papaléo Paes.

O parecer é favorável à Emenda nº 3, do Plenário, na forma da subemenda oferecida e pela prejudicialidade da Emenda nº 4, de Plenário. O PLS nº 160, de 2007 foi aprovado nessa Comissão em 6 de novembro de 2007.

Com a palavra V. Exa., Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou me ater à análise, visto que o relatório já está aqui nas mãos de todos. Vou me ater à análise do projeto.

Feito o relatório, na análise, digo:

“Não há óbices de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ao trâmite das emendas, que adotam boa técnica legislativa.

Como já anunciado por esta Comissão ao se pronunciar sobre o mérito do PLS nº 160, de 2007, a matéria em questão trata da criação do benefício visando diminuir a carga tributária incidente sobre o material escolar.

Efetivamente, na maior parte das vezes, a aquisição desses materiais depende das possibilidades financeiras dos estudantes e de suas famílias.

Assim, acompanhamos o entendimento de que é legítimo e recomendável que, com o propósito de apoiar os esforços da sociedade em prol da educação, o Estado desonere a carga fiscal que ainda incide sobre os artigos escolares básicos.

As duas emendas, ora, sob análise, não contrariam o objetivo do projeto. Na verdade, pretendem proteger a indústria nacional. A Emenda 03, do Plenário, com muito acerto, esclarece que canetas esferográficas, canetas e marcadores com ponta de feltro e lápis já são beneficiados com a isenção de IPI e redução das alíquotas da contribuição PIS/PASEP e da COFINS, quando fabricados na Zona Franca de Manaus.

Desse modo, a aprovação do projeto na forma atual, além de não ter efeito real na redução da carga tributária, pois os mencionados produtos são fabricados, em sua grande maioria, na Zona Franca de Manaus, poderia gerar insegurança jurídica e econômica relati-

vamente às empresas localizadas nesse polo de desenvolvimento.

A Emenda 04, de Plenário, restringe os benefícios aos produtos nacionais. Sua finalidade é nobre. Não podemos aprovar um projeto que beneficie o produto estrangeiro em detrimento do nacional, principalmente num momento de crise financeira internacional em que o correto é justamente fortalecer nossa produção interna.

Diante disso, acatamos o mérito das duas emendas apresentadas e as consolidamos por meio de subemendas à Emenda 03, de Plenário, por ser a mais abrangente, nos termos abaixo.

Esclarecemos que o acolhimento do mérito da Emenda 04, do Plenário, sob a forma de subemenda referida, acarreta sua prejudicialidade formal.”

Voto. “Em vista do exposto, votamos pela aprovação da Emenda 03, Plenário, na forma da subemenda a seguir, e pela prejudicialidade da Emenda nº 04, de Plenário.”

Então, a subemenda está aqui, o Projeto de Lei do Senado, que dispõe sobre a isenção de imposto sobre produtos industrializados como lido por V. Exa., e eu sou pela aprovação do texto que vem a seguir do meu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao item 11 da pauta, não terminativo, Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009, que “*Dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da Rede Pública de Ensino e das outras providências.*” Autoria, Deputado Carlos Abicalil. Relatoria, Senador Papaléo Paes; parecer pelo encaminhamento do projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação de sua juridicidade, constitucionalidade. A matéria constou na pauta da Reunião do dia 11 de agosto de 2009.

Com a palavra V. Exa., Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, o projeto do qual sou relator, o nº 11... Ainda há pouco, eu estive conversando com a Senadora Fátima Cleide, e a Senadora Fátima Cleide sugere uma emenda, e, por isso, eu queria considerar até que

como lida a minha... O projeto, porque eu concordo inclusive com a Senadora Fátima, no sentido de ela... Ela vai pedir vistas ao projeto. Por isso, eu prefiro dar como lido, visto que todos já têm em mãos o projeto e aguardo a manifestação da Senadora Fátima.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Como? Senadora Fátima Cleide gostaria de usar a palavra?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim, Sr. Presidente. Nós... Eu quero pedir vistas, até para que... De comum acordo, aqui, com o Senador Papaléo, que fez um brilhante relatório, melhorando inclusive... E do ponto de vista médico, aperfeiçoando as preocupações do Deputado Carlos Abicalil.

A nossa emenda é simplesmente para que a gente possa dar o caráter autorizativo para este projeto, e, na semana que vem, então, a gente retorna com ele para a pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero... Quer dizer, V. Exa. está dando como lido e a Senadora Fátima Cleide está pedindo vistas do projeto.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sollicitando vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Então, vistas concedidas à Senadora Fátima Cleide em relação ao projeto.

Eu só quero mencionar que é uma... Uma iniciativa com a qual a gente tem que se preocupar muito mesmo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza. Eu mesma sou vítima desse problema, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Porque trata a saúde vocal do professor da rede pública de ensino.

Eu até diria a saúde vocal do professor de uma maneira geral, que pudesse, mas, realmente, a legislação da rede pública, porque há um trabalho importante na área da fonoaudiologia que pode ser feito no sentido de prevenir, de se prevenir problemas, de se reabilitar...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Aliás, Sr. Presidente, a iniciativa do Deputado Carlos Abicalil é muito interessante, com a preocupação com a saúde vocal, mas eu acredito que nós deveríamos instituir para o magistério, para aqueles que trabalham com a educação, principalmente com a educação básica, os exames periódicos.

Porque temos várias doenças da profissão já constatadas, inclusive cientificamente, como a Síndrome de *Burnout*, que é uma coisa que a gente nunca discute e que a nossa Confederação Nacional de Tra-

balhadores em Educação, desde 1994, tem um trabalho muito interessante sobre isso e que constata que com 10, 15 anos de efetivo magistério, nas condições atuais que tem os nossos professores, muita gente já não tem mais condição de trabalhar.

Então, assim, assim como há em outras profissões, os carteiros, por exemplo, fazem exames periódicos, e seria interessante até que a gente pensasse também, começasse a pensar na saúde, inclusive a saúde mental das pessoas que trabalham sob as condições atuais, que eu espero que mudem muito brevemente, na educação básica brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu peço permissão... Se fosse advogado, diria que peço *venia* à Senadora Fátima Cleide, e posso até em homenagem a ela, e, para nós não perdemos, assim, mais uma sessão, eu queria que, se Senadora Fátima concordasse e V. Exa., que passasse o projeto por um aperfeiçoamento, no sentido de transformar este projeto em um projeto autorizativo. Recebesse todas as adequações para transformá-lo em um projeto autorizativo. Quer dizer, ele fica da maneira que está, com seus objetivos, passando a ser um projeto autorizativo.

E nós aprovaríamos hoje, logo, este projeto. Não sei se a Senadora concorda com isso.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O senhor faria, então, uma emenda?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Uma emenda tornando todo... Adequando todo o projeto...

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): O texto, aqui.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ok. Por mim...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Para ele passar a ser autorizativo.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Ok. Por mim não tem problema, desde que a gente não tenha ainda que remetê-lo ainda para a Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V. Exa. retira o pedido de vistas, então?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Retiro o pedido de vistas para haver a adequação do texto para que ele se torne autorizativo e não tenha que ir para a Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Já fica... Já fica aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu estou com problema vocal [ininteligível] [risos].

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com certeza, aprovado como autorizativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então eu só quero dizer que foi retirado o pedido de vistas.

Está em votação a matéria, com a observação, com a emenda oferecida, no sentido de transformar o projeto, a natureza do projeto, em projeto autorizativo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Autorizativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos... Aproveitando a presença do Senador Marco Maciel, que é extremamente assíduo, participante e membro efetivo e... E Ex-Ministro, inclusive, da Educação, além de... Ex-Vice-Presidente da República, nós vamos ver o item nº 02 da pauta, de natureza terminativa, que não vamos votar, mas pediria para o Senador Marco Maciel que fizesse a leitura, a apresentação do parecer, para que ele possa ser votado na próxima reunião.

O item nº 02 é o Projeto de Lei do Senado nº 118/2004, que *“Acrescenta o inciso IV, ao §4º, do art. 80, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 96, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.”* Autoria, Senador Hélio Costa. Relatoria, Senador Marco Maciel, o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido.

Sendo aprovado o substitutivo, a matéria será incluída em pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Na reunião do dia 29 de abril de 2009 foi aprovado o Requerimento de autoria do Senador Flávio Arns, propondo a realização de Audiência Pública, realizada no dia 6 de maio de 2009.

Com a palavra V. Exa., Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Presidente Senador Flávio Arns, Sras. Senadoras, Senadora Fátima Cleide, Senador Cícero Lucena, Senador Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Senhoras e Srs. Senadores.

Como o Presidente Flávio Arns anunciou, o projeto é de autoria do Senador Hélio Costa, PLS 118/2004 e acrescenta o inciso IV, ao §4º do art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, de forma abreviada, para determinar que os cursos de educação à distância tenham necessariamente aulas presenciais periódicas.

O PLS estipula que a lei por ele proposta entrará em vigor na data de sua publicação.

No dia 6 de maio do ano corrente, foi realizada Audiência Pública para instruir o projeto, por força de aprovação do Requerimento 02/2008, de iniciativa do Presidente da Comissão, Senador Flávio Arns. Participaram como convidados da Audiência o Professor Carlos Eduardo, o Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação, o Reitor Paulo Alcântara, membro associado do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e o Professor Marcos Formiga, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância – ABED.

Não foram oferecidas emendas ao projeto, que tem decisão terminativa desta Comissão.

Inicialmente enviado para relatoria do Senador Edison Lobão, o projeto foi redistribuído em decorrência de sua saída dos quadros da Comissão para integrar o Ministério do Governo do Presidente Lula.

Retomamos, neste contexto, grande parte dos termos da minuta apresentada pelo Senador Lobão.

Análise. A educação à distância constitui, como se sabe, modalidade de ensino reconhecida... “De reconhecida importância por sua capacidade de atender a estudantes que enfrentam obstáculos para iniciar ou prosseguir seus estudos na forma presencial, seja pela inexistência de cursos semelhantes próximos à localidade de residência ou de trabalho do educando, seja por impedimentos de ordem pessoal.

Além disso, a educação à distância permite que as pessoas disponham de maior flexibilidade na administração do tempo que dedicam aos estudos.

A disseminação da Internet nos últimos anos trouxe profundo impacto na área educacional, reconheçamos, em especial na modalidade de educação à distância, que, durante muito tempo, constituiu prática de caráter individual, não-institucionalizada e, a partir do Século XIX, tomou a forma de cursos por correspondência, até evoluir, no século seguinte, para cursos apoiados por transmissões radiofônicas e televisivas.

De acordo, Sr. Presidente, com diversos especialistas, um dos principais obstáculos à disseminação da educação à distância no Brasil, até há alguns anos, podia ser atribuído às restrições da legislação.

Com efeito, as proposições sobre a matéria sempre enfrentaram resistência em sua tramitação no Legislativo. Isso ocorria, em grande parte, por conta do receio de que a nova modalidade de ensino se transformasse em terreno fértil para a exploração comercial, sem o devido controle de qualidade pedagógica, que é muito importante.

Todavia, a LDB, de 1996, conferiu razoável atenção ao tema, embora de forma sucinta. Seu art. 80 determina que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Esse artigo, além de dispor sobre a competência para regulamentar a oferta de educação à distância, prevê que ela deve receber tratamento diferenciado, que inclui: a) custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; b) concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; c) finalmente, reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

O PLS em análise acrescenta a esse rol aulas presenciais e periódicas em qualquer nível ou modalidade. Esse acréscimo, porém, não nos parece adequado, uma vez que ele não diz respeito a tratamento diferenciado para a educação à distância. Na verdade, trata-se de imposição de exigência aos cursos dessa modalidade de ensino.

Apontada essa incongruência de técnica legislativa, Sr. Presidente, cumpre analisar o mérito de se exigir que os cursos de educação à distância tenham aulas presenciais periódicas.

Com efeito, o que melhor caracteriza a educação à distância é a possibilidade de que professores e estudantes desenvolvam atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Nesse sentido, as tecnologias da informação e comunicação, que permitiram o extraordinário impulso da educação à distância, consistem apenas no meio, decerto relevante, para que essa relação de ensino-aprendizagem se estabeleça.

O valor da educação à distância advém dessas duas situações indicadas: maior flexibilidade para administrar o tempo dedicado ao estudo e acesso a cursos que não estão disponíveis na modalidade presencial.

Por isso, a exigência de aulas presenciais traz o risco de reduzir as potencialidades da educação à distância, constituindo-se, dessa forma, em obstáculo para o aumento das oportunidades de acesso à educação."

Na verdade, a educação... "Na verdade", retifico, "a identificação de cursos presenciais e à distância,

análogos, deve ocorrer por meio da duração, do conteúdo programático e do processo de avaliação, e não pela presença na escola para assistir aula.

A esse respeito, o Decreto 5.622, de dezembro de 2005, que regulamenta a oferta de cursos de educação à distância, é correto, ao exigir, no seu art. 1º, § 1º, incisos de I a IV, momentos presenciais para as seguintes atividades: a) avaliações de estudantes; b) estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; c) defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

Essas exigências, bem como a estipulada no art. 3º, § 1º, do mesmo Decreto, que prevê a mesma duração definida para cursos presenciais análogos, parecem suficientes para coibir abusos na oferta de cursos de educação à distância.

Cabe observar, Sras. e Srs. Senadores, também, que nada impede que uma instituição, devidamente credenciada para a oferta de educação à distância, ofereça cursos que mesclam aulas presenciais e à distância.

Talvez seja essa uma tendência do ensino no futuro, creio eu.

Os polos presenciais que estão sendo criados no âmbito da Universidade Aberta do Brasil parecem confirmar essa tese.

Já a previsão de aulas presenciais para todos os cursos à distância teria o efeito de reduzir o alcance dessa modalidade de ensino, o que a legislação não deve patrocinar. Sobre isso, houve unanimidade entre os expositores da audiência pública a que me referi há pouco.

Descartada a exigência de aulas presenciais para todos os cursos à distância, avaliamos que este projeto constitui oportunidade para que conste da lei a exigência de momentos presenciais, como os anteriormente referidos, assegurada a abertura de exceções, previstas em regulamento, que possam complementar, por exemplo, as situações de pessoas com dificuldades de locomoção, ou efeitos de inovações tecnológicas.

Por fim, registre-se que o projeto não incorre em vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade."

Diante do... Dado o exposto que acabo de fazer, Sr. Presidente, o meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 108/2004, na forma de substitutivo a seguir apresentado.

Sr. Presidente, eu me disponho a ler, posto que é extremamente conciso o substitutivo que apresento.

"Projeto de Lei do Senado 118/2004. Inserir os §§ 5º e 6º no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as di-

retrizes e bases da educação, para dispor sobre momentos presenciais na educação à distância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 5º e 6º:

Art. 80. § 5º. Os cursos de educação à distância devem prever a obrigatoriedade de momentos presenciais para: inciso I - avaliações de estudantes; inciso II – estágios obrigatórios, quando previstos na legislação; inciso III - defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos também na legislação; atividades relacionadas a laboratórios, quando for o caso.”

O art. 6º, do art. 80, que está sendo criado, dispõe:

“Situações especiais, previstas em regulamento, podem dispensar a exigência dos momentos presenciais de que trata o §5º deste artigo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.” Sala das sessões, etc., Marco Maciel relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão a matéria.

Eu quero só dizer para o Senador Marco Maciel que eu fui o autor do Requerimento, inclusive, para que a Audiência Pública fosse feita a respeito desse tema de educação à distância e a necessidade de momentos presenciais.

E o relatório de V. Exa. é muito fiel ao debate que aconteceu, às necessidades, às preocupações de não se transformar educação à distância em educação presencial, com exceção de alguns momentos que são importantes, mas, inclusive, com a possibilidade de, conforme previsão em regulamento, se dispensar, se for o caso, inclusive na realização desses momentos.

Então, eu... Na minha ótica, sim, o parecer reflete bem as preocupações de quem atua nesta área, e que tem assim uma... Uma... Uma preocupação, pensamento assim sempre... Assim... Preocupação, mesmo, no sentido de haver muitos momentos presenciais num tipo, numa modalidade de educação, cuja característica principal, justamente, não é essa. E o relatório de V. Exa. é muito preciso nessa direção.

Muito bem, nós não vamos encerrar a discussão, mas o relatório está lido. A discussão fica em aberto para ser encerrada na próxima Reunião, quando este Projeto de Lei também será votado.

Teríamos um outro item da pauta, de natureza não terminativa, mas como tanto o relator, o Senador João Pedro, como o autor do voto em separado, Senador

Alvaro Dias, estiveram aqui e neste momento estão na outra reunião, houve um apelo, tanto do relator quanto do autor do voto em separado, que pudéssemos, se houvesse, assim, a concordância, de fazer a votação desse item na próxima reunião, razão pela qual nós retiramos de pauta, então, esse item.

Eu gostaria, Senador Marco Maciel, se V. Exa. concordasse, por um acaso, que V. Exa. é relator do item 17 também. Se poderíamos, talvez, fazer a leitura do voto, que... E fazemos o encerramento, discussão e votação na próxima Reunião. Se V. Exa. concordar, eu leria.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Estou de acordo com a solicitação do ilustre Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É o Projeto de Lei da Câmara nº 40, de 2009, que “*Dá denominação a viadutos da BR 232, localizados no perímetro urbano da cidade de Bezerros, no Estado de Pernambuco.*” Autoria do Deputado Inocêncio Oliveira, a relatoria de V. Exa., Senador Marco Maciel, parecer é favorável. A matéria a ser votada em bloco, segundo decisão nº 1 dessa Comissão, aprovada por unanimidade em 09 de junho de 2009.

Então, com a palavra V. Exa..

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente Senador Flávio Arns, senhoras... Sra. Senadora Fátima Cleide, Senador Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Sras. e Srs. Senadores.

Conforme já anunciou o Presidente Flávio Arns, ao ler a ementa da proposição, “O Projeto de Lei nº 40, de 2009, de autoria do Deputado Inocêncio de Oliveira, objetiva denominar Viaduto Prefeito Lucas Cardoso o viaduto de acesso à cidade de Bezerros e Viaduto Dom José Lamartine Soares o viaduto de acesso às cidades de Sairé e Camocim de São Félix, situados na BR-232, no perímetro urbano da cidade de Bezerros, no Estado de Pernambuco.

Como informa a justificação do projeto, a iniciativa visa homenagear dois notáveis pernambucanos, com relevantes serviços prestados ao Estado e à progressista cidade de Bezerros.

O primeiro homenageado, Lucas Carneiro Soares Cardoso, falecido em 2002, foi professor, advogado brilhante, com destacada atuação no Foro de Bezerros e região, e três vezes eleito prefeito do Município, aspas “deixando em todas as suas gestões um acervo de obras que engrandeceram e engrandecem Pernambuco e seu povo”.

Entre elas, merecem destaque a implantação do distrito industrial, o estímulo ao turismo regional e o incentivo especial à qualificação profissional da juventude de Bezerros, por meio de construção, com

recursos federais, de uma importante escola profissionalizante.

O segundo, Dom José Lamartine Soares, falecido em agosto de 1985, destacou-se por seu trabalho religioso, como sacerdote, bispo e educador.

Ordenado padre em 1950, sagrou-se bispo treze anos mais tarde, depois de profícua atuação missionária. Foi secretário e diretor de ensino religioso na cidade do Recife, vigário episcopal e bispo auxiliar de Olinda e Recife, membro do departamento de liturgia da Comissão Nacional de Liturgia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB e, ainda, representante da Arquidiocese de Olinda e Recife na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco.”

Aliás, devo salientar que estive oportunidade... Que tive oportunidade de conviver tanto com o Lucas Cardoso, que foi excelente prefeito e era um excelente homem público, mas como também tive ocasião de conviver durante muito tempo com Dom José Lamartine Soares, posto que ele era meu amigo e foi bispo auxiliar de Dom Hélder Câmara.

Para o autor do projeto, Senador, perdoe, o Deputado Inocêncio Oliveira, “a homenagem traduz a gratidão dos pernambucanos, especialmente os de Bezerro e região, região do Agreste, para com os dois, dois de seus mais ilustres filhos e benfeitores.

Na Câmara dos Deputados, o PLC 40/2009, foi aprovado, sem ressalvas, nas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Submetido à revisão no Senado, no último 15 de abril, o projeto foi submetido, com exclusividade, à decisão terminativa desta Comissão.

Não foram oferecidas emendas, Sr. Presidente, à proposição.”

Faço breve análise, portanto, agora.

“Cumpre examinar os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

A proposição ancora-se no art. 22, inciso XI, da Constituição Federal, dispositivo que estabelece a competência da União para legislar privativamente sobre, aspas, “trânsito e transporte”, fecha aspas.

São igualmente atendidos os requisitos para a iniciativa legislativa, estabelecidos nos arts. 48 e 61 da Lei Maior, isto é, da Carta Constitucional.

Relativamente à juridicidade, verifica-se a adequada observância dos critérios fixados na Lei nº 6.682, de agosto de 1979, que permite a atribuição, a vias e terminais integrantes do Sistema Nacional de Transportes, de, aspas,

“designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevante serviço à Nação”.

Nesse aspecto, o projeto observa igualmente o disposto no art. da Lei de nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que veda a atribuição de, aspas, “nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”, fecha aspas.

No tocante à técnica legislativa, descabem restrições, uma vez que a proposição atende adequadamente aos preceitos da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a redação das leis.”

Aliás, é uma excelente lei complementar, a Lei 95.

“No mérito, adoto os argumentos do autor para associar-me à homenagem proposta a dois ilustres pernambucanos, que, seja na vida política, seja na vida religiosa, prestaram notáveis serviços a Pernambuco e ao Brasil.

Ante o exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do PLC nº 40, de 2009.”

Este é o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em discussão a matéria. Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de... Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o Senador Marco Maciel pela relatoria e dizer que fico feliz quando vejo obras de arte localizadas em municípios, homenageando personalidades desse Município.

Porque, muitas vezes, nós esquecemos e fazemos homenagens a outros expoentes do estado, do país, às vezes até internacionais, em detrimento de personalidades que fizeram obra, trabalharam a vida toda e marcaram presença nos Municípios. E frustrando assim a oportunidade destes municípios de homenagearem... De homenagearem a esses cidadãos que, na verdade, tiveram atuação específica nos municípios.

E só para complementar, gostaria também de fazer uma referência ao meu grande amigo, ídolo político, Senador Marco Maciel, dizer que ele está me tratando Roberto Cavalcanti de Albuquerque. E dizer que o grande amigo dele, professor Renê Ribeiro e a grande amiga dele, Celina Ribeiro, meu pai deve estar se rebolando no túmulo e minha irmã deve estar assistindo o Senador Marco Maciel na TV Senado em Pernambuco, de que meu nome é Roberto Cavalcanti Ribeiro [risos].

Meu grande abraço, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu, a propósito, devo lembrar, já que ele não mencionou isso

antes, o pai dele, o Professor Renê Ribeiro, integrava o grupo sob a liderança do sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa e Ciências Sociais.

O pai dele foi um grande cientista social no país, com reputação internacional, e não é por outra razão que, agora, ele vê também um de seus filhos chegar ao Senado da República.

E quero dizer também que a Celina Ribeiro seguiu, de alguma forma, as pegadas do pai, e não podemos deixar de reconhecer que foi um momento áureo que viveu Pernambuco, entre a década de 50 e a década de 80/90, quando um segmento multidisciplinar na área de Ciências Sociais se reunia com habitualidade no Instituto Joaquim Nabuco, então presidido pelo sociólogo e antropólogo Gilberto Freyre, como assim gostava de ser tratado, e que deu uma grande contribuição ao conhecimento das questões sociais do Brasil e, de modo especial, do nordeste.

E que, de alguma forma, esses estudos se expressam na vasta literatura que surgiu após a criação do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa e Estudos Sociais, que, aliás, foi criado na Constituição de 1946, por proposta do então Deputado Federal Gilberto Freyre. E, posteriormente, em reconhecimento aos trabalhos da Fundação, o Governo Federal... Do instituto, o Governo Federal resolveu transformar a Instituição em Fundação e continua a produzir bons frutos, com repercussão, com reverberação, inclusive, além de nossas fronteiras, na Europa, nos Estados Unidos e na Ásia.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Encerrada a discussão da matéria. Não... Desculpe; não está encerrada a discussão da matéria. A matéria será... A sua discussão será encerrada na próxima Reunião, quando faremos a votação também do item nº 17, que tem natureza terminativa. Agradeço ao Senador Marco Maciel.

O item nº 20 da pauta é um Requerimento da Senadora Ideli Salvatti, não terminativo. Temos um documento do Gabinete da Senadora Ideli Salvatti retirando de pauta, em caráter definitivo, o Requerimento, já que ela considera que esta Audiência Pública pode talvez ser feita em outro momento, inclusive no debate, eu sugiro, sobre o ensino superior.

Então, o mérito do documento pode até ser colocado naquela reunião que faremos, assim, bons debates sobre o ensino superior também.

Falo isso para a nossa amiga e orientadora, Professora Zuleide [risos]. Muito bem [risos]. Muito bem.

O... Mas é verdade, não... É verdade, lógico.

Eu quero lembrar, novamente, que amanhã, então, às 10h00, teremos uma conferência conjunta com a

CAS sobre saúde mental materno-infantil. Um assunto da mais alta importância, educação e prevenção, em parentalidade.

Como convidado, nós temos o Professor Doutor Francês, de Strasbourg, Claude Schauder, e a Marisa Izabel Tafuri, que é da Universidade de Brasília, UnB.

Então, em conjunto com as duas comissões e com tradução simultânea, já que o professor irá fazer a sua conferência em francês. Então, haverá tradução simultânea da fala do professor Claude Schauder.

Não temos comunicados além destes da Presidência.

Agradeço a todos pela participação e declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

Sessão encerrada às 12h50.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Ata da 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 19 de Agosto de 2009.

CONFERÊNCIA CONJUNTA COM A CAS

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15 (quinze), sob a Presidência do Senador Flávio Arns, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Inácio Arruda, Gerson Camata, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Marisa Serrano, Cristovam Buarque, Roberto Cavalcanti, João Ribeiro, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Mão Santa, César Borges e Eduardo Suplicy, reúnem-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Marina Silva, Expedito Júnior, Valter Pereira, Mauro Fecury, Gilvam Borges, Wellington Salgado de Oliveira, Francisco Dornelles, Raimundo Colombo, Marco Maciel, Heráclito Fortes, José Agripino, Adelmir Santana, Alvaro Dias, Sérgio Zambiasi e Romeu Tuma. O Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Conferência, em atendimento aos Requerimentos nº 27/09-CE e 64/09-CAS, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns, que tem como objetivo discutir o tema: **“Saúde**

Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em

Parentalidade”. A Presidência registra a presença para acompanhar a Conferência, da Senhora Samantha França, Assessora Técnica do Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde; Senhora Gilvani Grangeiro, Assessora Técnica da Área de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde; Senhora Lena Peres, Coordenadora da Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde; Senhora Olga Matoso, Assessora Técnica da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde e Senhora Ana Ferraz, Assessora Técnica da Área da Saúde Mental do Ministério da Saúde. Prosseguindo, a Presidência informa que a Mesa está constituída pelo Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal; Senhor Claude Schauder, Psicólogo, Psicanalista, Professor Doutor da Universidade de Strasbourg – França e Coordenador de estudos e pesquisas sobre o tema e Senhora Maria Izabel Tafuri, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil. Finda a apresentação dos professores Claude Schauder e Maria Izabel Tafuri, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros desta Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque, Roberto Cavalcanti e Eduardo Azeredo. Logo após, a Presidência abre a palavra para os questionamentos da platéia. Usam da palavra a Senhora Regina Aragão, Psicóloga e Psicanalista da Associação Brasileira de Estudos sobre Bebês – ABEBÊ; Senhora Silvia Zornig, Psicóloga, Psicanalista e Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-RJ; Senhora Olga Matoso, Técnica da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde e Senhor José Carlos Prado Júnior, Médico e Consultor do Departamento de Atenção Básica à Saúde do Ministério da Saúde. Antes de encerrar a Conferência o Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, faz a leitura do comunicado que se segue: “Comunico aos Senhores (as) Senadores (as) o recebimento de convite do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Excelentíssimo Senhor Deputado Severiano Alves e o Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Senhor Antonio Oliveira Santos, para cerimônia de abertura do Seminário Internacional Educação Superior e Técnico - Profissional na América Latina: Garantia de Qualidade, Revalidação de Diplomas e Mercado de Trabalho, a ser realizado no dia 24 de agosto do corrente, no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados. Os Senadores que desejarem uma

cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão”. A Matéria vai ao arquivo. A Presidência agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Flávio Arns**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Conjunta com a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no Dia 19 de Agosto de 2009.

CONFERÊNCIA CONJUNTA COM A CAS**SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS**

(PT-PR): Havendo número regimental, declaro aberta a 44ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e a 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas. Os Senadores e Senadoras, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovadas.

A presente Reunião atende aos Requerimentos nº 27, de 2009, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Augusto Botelho, Papaléo Paes, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns, e nº 64, de 2009, da CAS - Comissão de Assuntos Sociais, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, e Aditamento nº 1 ao Requerimento nº 27, de 2009, da Comissão de Educação, de minha autoria, para a realização desta Conferência, destinada a discutir “A Saúde Mental Materno-Infantil: Educação e Prevenção em Parentalidade”.

Nós temos, com muita honra, para esta conferência conjunta das duas Comissões, a presença de Claude Schauder, Psicólogo, Psicanalista, Professor Doutor da Universidade de Strasbourg - França e Coordenador de estudos e perspectivas sobre o tema na França. E, também, de Maria Izabel Tafuri, à minha esquerda, na ponta, Psicóloga, Psicanalista, Professora do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Quero destacar que, particularmente, com a Professora Maria Izabel Tafuri, o Senado Federal e estas Comissões vêm tendo já uma parceria, há algum tempo, no debate da questão da saúde mental e nos encaminhamentos que podem ser realizados nesta área, através do esforço coordenado da Universidade e do Congresso Nacional.

Eu quero dar as boas-vindas ao Professor Claude Schauder, que já esteve no Estado de Pernambuco nesta sua viagem ao Brasil, está agora no Distrito Federal, participa desta pesquisa internacional, coordena este levantamento, estudo sobre o tema na França, irá, na sequência, ao Estado de Minas Gerais. Eu comentava com o Professor Claude Schauder que esta é uma área extremamente necessária de desenvolvimento no Brasil, seja para o adulto, para o adolescente, para a criança, para a gestante e, particularmente, na área que vai ser abordada hoje: saúde mental materno-infantil. Quer dizer, lá no início, a prevenção e a educação em parentalidade. É um universo muito grande no Brasil, que necessita de atendimento nesta área, as estimativas indicam de 15% a 20% da população, 15% a 20%, e casos assim mais severos que necessitam de um atendimento mais especializado, de acordo com as estimativas, os percentuais vão para 3% a 4% da população, o que, de qualquer forma, significaria 8 milhões de brasileiros. Então é um universo grande.

O objetivo deste encontro é a reflexão, é o diálogo, o conhecimento da pesquisa que vem sendo feita, a reflexão sobre o assunto para que a partir deste momento possamos, na sequência, em conjunto com as demais Comissões do Senado Federal, com o Executivo, com a sociedade, com as universidades, pensarmos em encaminhamentos, em desdobramentos. Existe um esforço consistente já há algum tempo, bem direcionado por parte do Ministério da Saúde na área do atendimento da pessoa que apresente a necessidade de um atendimento em saúde mental. Uma organização forte, um atendimento comunitário, a organização dos CAPS - Centros de Atendimento Psicossocial, seja para adolescente, para adulto, para álcool e drogas, mas também para crianças, CAPSi, para a infância, para crianças, adolescentes. Então o esforço vem sendo feito, e a reflexão que se faz é nesse sentido de, permanentemente, buscarmos mais qualidade, é um desafio constante, através do intercâmbio de ideias, para que esta área possa ter os resultados que as pessoas merecem, particularmente as mães, as crianças, os pais e as famílias, lá no início desta caminhada pela vida.

Então eu quero dar as boas-vindas ao Professor Claude Schauder, à Professora Maria Izabel Tafuri, da UnB, a Universidade de Brasília, dizer que este evento está sendo conjunto. Com muita honra, eu tenho ao

meu lado, para quem eu vou passar a palavra, a Senadora Rosalba Ciarlini, que é Presidente da Comissão de Assuntos Sociais. Lá na Comissão de Assuntos Sociais, se discute a saúde, assistência, o trabalho, a previdência. Esta Comissão aqui discute a educação, a cultura e o esporte. A Senadora Rosalba Ciarlini já foi prefeita. Então já esteve, em termos de Executivo, muito próxima dessas necessidades, é membro também e autora do requerimento, inclusive, desta Comissão de Educação, membro titular desta Comissão. E um detalhe importante: é médica e é médica pediatra. Então é uma pessoa altamente... Quer dizer, com conhecimento da necessidade da abordagem desse tema. Então é uma honra, Senadora, estarmos juntos, não só nessa, mas em qualquer outra atividade que venha a beneficiar a sociedade, as pessoas da comunidade. Então eu passo a palavra a V. Exa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN):

Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de inicialmente cumprimentar ao Dr. Claude Schauder, é um prazer muito grande, eu acho que é uma oportunidade ímpar para todos nós, a Dra. Maria Izabel Tafuri, que também está aqui para apresentar um pouco da sua experiência, do seu trabalho, e, quando eu digo que isso é uma oportunidade ímpar, é porque o Dr. Claude está à frente de uma experiência, de uma análise que está acontecendo praticamente em vários recantos deste mundo. E nós sabemos o quanto é importante esse tema.

É muito comum, eu tenho certeza, todos nós ouvimos, de repente, uma mãe, uma professora, alguém da comunidade dizer: "Essa criança é hiperativa" ou "Essa criança é muito triste", tanta coisa que começamos a notar na escola, num comportamento que, muitas vezes, na grande maioria das vezes, não é aquele que se espera dentro da normalidade. Por que é que isso acontece? O que é que poderíamos ter feito? É isso que nós temos que focar, o que é que poderíamos ter feito, porque o grande problema é exatamente que no decorrer dos anos, e aqui eu estou falando, Presidente, o senhor sabe muito bem, não somente com relação aos transtornos psíquicos, mentais que acontecem na sociedade, mas, também, com outras questões, principalmente o senhor, que é muito ligado à área de apoio àqueles que têm deficiências físicas e sabe que muito pode ser evitado na prevenção. E prevenção se faz com educação. Então esse trabalho é de educar. Não se educa somente uma criança. Nós temos que ser educados todos os dias. Educar os pais na preparação dos seus filhos, educar aqueles que estão entorno da chegada de um bebê, então isso é muito importante. Fazer com que os professores saiam daquela redoma de que professor é só para ensinar a, b, c, 1 + 2. Não, professor, no sentido amplo da palavra, ele é um edu-

cador, ele é um formador, ele acompanha a vida de uma criança. A escola, como a gente sempre diz, tem que ser a sua segunda casa, mas que seja uma casa bem estruturada, uma boa casa.

Então são essas questões que, com certeza, com o conhecimento, com a análise, com as pesquisas que foram desenvolvidas pelo Dr. Claude e que foram realizadas por uma equipe com certeza dedicada e competente na França, na Itália, Canadá e Brasil, que nós possamos aqui apresentar caminhos que auxiliem esta Casa, o nosso trabalho a nível da Comissão e a nível do Congresso, de que possamos avançar com medidas, com ações, com projetos que levem o nosso Brasil a ter essa visão mais ampla da importância da prevenção, do trabalho com a criança quando ela ainda está começando pelo ventre materno.

Era isso que eu queria colocar e mais uma vez agradecer, dando bom-dia a todos, e tenho certeza que teremos muito a aprender hoje e que será muito útil para o nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a fala da Senadora Rosalba Ciarlini. Quero destacar a presença de Samanta França, Ministério da Saúde - Departamento de Atenção Básica; Gilvani Granjeiro, também do Ministério da Saúde - Área da Saúde da Criança e Aleitamento Materno; Lena Peres, Ministério da Saúde - Área da Saúde da Mulher; Olga Matoso, Ministério da Saúde - Política Nacional de Humanização; e Ana Ferraz, Ministério da Saúde - Área da Saúde Mental. Então sejam todas bem-vindas e é importante que o Ministério da Saúde esteja presente, não só o Ministério da Saúde, porque nós queremos nesta área um trabalho interministerial, que seja de todos os Ministérios, mas com uma ênfase, sem dúvida, importante, como vem acontecendo no Ministério da Saúde.

Quero destacar e dar as boas-vindas à Dra. Nicole Schauder, esposa do Claude Schauder, seja muito bem-vinda ao Brasil e ao Senado Federal.

Quero destacar também que esta Conferência, este momento está sendo acompanhado pela TV Senado, Rádio Senado, Agência Senado, Jornal do Senado, os veículos de comunicação do Senado Federal. E, na sequência, serão transmitidas também pela TV Senado na íntegra para todo o Brasil e incentivamos as pessoas que por ventura venham a tomar contato com esta iniciativa, que entrem também em contato com uma das duas Comissões com comentários, sugestões, para os desdobramentos deste evento.

Iniciando, então, esta Conferência, eu vou passar a palavra à Professora Maria Izabel Tafuri, que é membro do grupo de pesquisa, que terá toda a condição de apresentar o quadro da pesquisa sendo desenvolvida, apresentar o trabalho do Professor Claude Schauder

para que, na sequência, eu possa também passar a palavra ao Professor Claude. A Professora Maria Izabel Tafuri já foi apresentada, é Psicóloga, Psicanalista do Instituto de Psicologia da UnB - Universidade de Brasília e Coordenadora da pesquisa sobre o tema no Brasil.

Quero destacar a presença do Senador Cristovam Buarque também, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, porque esse assunto é uma questão de direitos humanos, ex-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte e ex-Ministro da Educação, sempre um educador dos mais conceituados no Brasil. E do Senador João Ribeiro, do Estado do Tocantins. Sejam muito bem-vindos.

Com a palavra a Dra. Maria Izabel.

SRA. MARIA IZABEL TAFURI: Em nome da Universidade de Brasília, eu gostaria de agradecer o apoio do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e da Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, oferecido à comunidade científica.

É de fundamental importância que possamos trabalhar de forma complementar no tocante à atenção básica e promoção à saúde mental para o alcance dos nossos objetivos. Almejamos, por meio da pesquisa em educação e prevenção à parentalidade, propiciar um conjunto de dados científicos que possa subsidiar a criação de Leis e de programas de serviços médico psicossociais voltados para a promoção da saúde mental dos pais e das crianças.

A pesquisa em educação e prevenção à parentalidade começou a ser desenvolvida em Brasília em agosto de 2008, a partir de uma parceria científica internacional com a universidade de Strasbourg, por meio do Professor Dr. Claude Schauder, que nos convidou a fazer parte dessa pesquisa juntamente a outros países: Rússia, Itália, Canadá e França.

Um dos objetivos primordiais dessa pesquisa é o de analisar as influências culturais socioeconômicas sobre a questão da parentalidade. No Brasil há um interesse em ampliar a pesquisa em outros Estados. Este ano conseguimos iniciar a pesquisa no Rio de Janeiro, com a coordenação da Professora Silvia Zornig, que está presente aqui hoje, e já estamos em conversação com a equipe de Recife por meio da Professora Dra. Paulina Rocha.

Em relação à equipe de pesquisadores em Brasília, contamos com mais duas professoras da Universidade, a Dra. Daniela Chatelard e a Dra. Diones Zavaroni, que está presente aqui também, e com alunos da graduação e pós-graduação do curso de psicologia e profissões afins que também estão conosco

aqui hoje. Contamos com o apoio científico da Associação Brasileira de Estudos sobre os Bebês, com a Dra. Regina Aragão, que está presente aqui hoje. Obrigada, Regina.

Até o presente momento ainda não obtivemos recursos financeiros para continuar a nossa pesquisa, estamos trabalhando em regime de voluntariado. É imprescindível a obtenção de recursos financeiros para a continuidade de uma pesquisa deste porte.

A pesquisa está sendo feita nos hospitais materno-infantis e nos centros de saúde das cidades-satélites do DF. Entrevistamos mães e pais gestantes durante o período da gravidez, são entrevistas semi-dirigidas, realizadas no período da gravidez, no terceiro, sexto e nono mês, a quarta entrevista é quando o bebê nasce e a quinta é quando a criança completa um ano de vida.

O objetivo é o de conhecer as expectativas que essas mulheres e esses pais trazem consigo face ao período da gravidez e em relação a futura função de se tornarem pais. Além disso, procura-se objetivar a demanda que essa população tem dos serviços prestados a eles, o que eles esperam dos médicos, dos hospitais, da comunidade de uma maneira geral. A pesquisa tem duração de pelo menos três anos.

O Professor Dr. Claude Schauder é Psicólogo, Psicanalista, Professor associado da Faculdade de Psicologia da Universidade de Strasbourg, é Presidente de várias Associações na França e é Coordenador da pesquisa internacional deste projeto, de um plano de perinatalidade na França, no período de 2005 a 2007, que se chama PNP, que ele vai falar daqui a pouco para nós.

Eu gostaria também de agradecer a presença da Dra. Nicole Schauder, esposa do Professor Schauder, que também trabalha como pesquisadora nesse trabalho, ela é Médica Doutora em Psiquiatria na Universidade de Strasbourg, ela é especialista na área de saúde pública em epidemiologia e ela vai nos apresentar amanhã pela manhã, na UnB, um modelo de análise quantitativa e qualitativa da pesquisa.

Agradeço também a presença do Ministério da Saúde, com os vários representantes que estão aqui, e passo a palavra ao Professor Claude Schauder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a participação nesse momento da Maria Izabel Tafuri e, como ela falou, ouviremos agora o professor Dr. Claude Schauder.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Antes de mais nada, obrigado aqui ao Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, obrigado à Sra. Rosalba Ciarlini, Presidenta

da Comissão de Assuntos Sociais, obrigado aos Senadores que estão presentes aqui.

Eu tenho a honra de ser convidado para estar aqui e vou fazer o possível para lhes falar desse trabalho de pesquisa que eu estou coordenando(F), a minha esposa e eu, em Strasbourg e em todos os países que foram citados agora. É uma grande ambição e será possível especificar mais claramente daqui a pouco, quando eu terminar essa minha fala inicial, em relação ao que existe atualmente no nosso país. Em nosso País, desde muito tempo, algumas iniciativas foram tomadas e agora eu vou lhes falar das últimas que estão em curso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): [ininteligível]

INTÉRPRETE: [pronunciamento em outro idioma]

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Então eu vou lhes falar agora de um plano que existe na França, vou expor as grandes linhas, que se baseiam nos textos seguintes. O slide. Obrigado.

Então para dar uma referência para a qual vocês possam encontrar esses documentos. Esses são os três documentos sobre o qual o programa atual se baseia. O primeiro, a alta autoridade da saúde, que produz um plano que se chama Plano Perinatalidade 2006/2007. O segundo é aquele da mesma autoridade e que se chama Recomendação Profissional. O terceiro é uma circular que vocês poderiam encontrar facilmente na internet, basta procurar pela autoridade de saúde. Todos esses documentos estão à disposição.

Esse plano que atualmente é aplicado no plano de 2005, o Plano Perinatalidade, dá sequência ao precedente que organiza, desde 1945, o acompanhamento médico das crianças e dos nascimentos. O próximo slide, por favor.

Esse plano tem vários objetivos. O primeiro deles é reduzir ainda a mortalidade perinatal de 15%. Isto é, nós queríamos chegar a uma mortalidade natal de 5,5 por mil, enquanto estivemos, em 2004, ainda em 6,5 por mil. Nós gostaríamos também de reduzir a mortalidade maternal de 40%, isto é, passar de 9% por mil a 100% em mil. Nós queríamos também melhorar a qualidade dos cuidados. Na França, continua ainda muito insuficiente com relação ao que consideramos necessário na maioria da população. Nós gostaríamos, também, de uma oferta mais humana, mais próxima das populações, permitindo-lhes participar da elaboração das políticas pré-natais. Nessa perspectiva, nós constituímos comissões regionais e também comissões nacionais, o que chamamos de Comissões do Nascimento, para as quais algumas medidas, algumas associações de profissionais são representados. En-

tão, os meios que foram implementados são de 270 milhões de Euros, no decorrer de três anos, 270 mil Euros. Eu não vou passar os valores para vocês em Real, mas é uma quantia considerável que foi me mobilizada nessa perspectiva para uma população de 60 milhões de habitantes.

As medidas, encaradas no âmbito desse Plano Perinatalidade, são, antes de mais nada, a modernização do parto, sendo que queremos melhorar também o meio psicológico e social da mãe, além da criança. Também nós queremos implementar um programa de preparação para o nascimento e o parto, que nós chamamos de PNP, que advém de uma circular de 4 de junho de 2005, cujos detalhes vão ser dados daqui a pouco.

Então este plano, este Programa Preparação ao Nascimento e à Parentalidade, consta algumas considerações. O primeiro desses quadros(F) é que é melhorada... É um período importante, onde se encontram reativados os conflitos e os problemas psíquicos(F), que, previamente, pelos parturientes... Isso quer dizer [ininteligível], virgem, mas a gravidez chega numa história em que os elementos dessa história reaparecem no seio e no âmbito dessa gravidez e durante o parto.

O segundo ponto é que o pós-parto, que é o tempo que segue a gravidez, é um período de grande fragilidade.

O terceiro é que, durante este período pré-natal, algumas coisas importantes se produzem, que podem ter consequências e consequências que, talvez, são graves, consequências graves a curto prazo, que acontecem especificamente... Coisas que intervêm sobre a continuação da gravidez. Acontecem coisas também que intervêm a meio prazo sobre o parto em si. A longo prazo, também, tem coisas que só acontecem durante a gravidez ou o parto, que vão ter repercussões ao longo da vida não apenas da criança, mas da mãe também. Isso é importante porque significa que tem algumas consequências que devemos levar em consideração. Muito precocemente, assim, nós queríamos, de alguma maneira, evitá-las. Desde a gravidez, o início da gravidez, algumas coisas podem ser responsáveis pelas ameaças de parto precoce. Da mesma maneira, podem acontecer algumas coisas no plano psíquico e psicológico que podem gerar um parto prematuro, sem que haja, necessariamente, ameaças prévias, todas as consequências da vida problemática da gravidez sobre os partos a risco. Eu digo que não são apenas causas psicossomáticas, mas causas psicológicas, causas que são eventualmente ligadas ao que pode viver uma mãe nesse tempo. E, também, as consequências são problemas... Eu sei que aqui, nesse País, o aleitamento natural é muito importante e vital, já que esse tempo é um tempo que permite à criança rece-

ber alguns anticorpos preciosos. É verdade também que esse problema de aleitamento não é apenas natural, mas diretamente ou indiretamente induzido por elementos durante a gravidez. E, também, todos os outros problemas de pós-parto e das consequências logo depois do nascimento e que podem ser ligadas ao que aconteceu durante a gravidez e, sobretudo, durante o parto.

Enfim, tudo o que lhes interessa é o que eu falei, o que a Senadora Rosalba Ciarlini falou, tudo que pode acontecer é que tem a ver com os transtornos precoces, tudo que pode acontecer entre a mãe e a criança e o resto da sociedade também, começando pelo pai, isto é, na gravidez coisas acontecem e que vão diretamente agir sobre o desenvolvimento das relações da criança com o seu meio ambiente.

Tudo isso foi concebido para prever consequências da maneira seguinte: de um lado esse plano para o nascimento da parentalidade, preparar o casal para cada etapa da gravidez, do nascimento e do que vai acontecer depois para acolher os pequenos e, também, nós vamos também reparar precocemente as dificuldades do casal quando isso for possível. E, também, nós queremos acompanhar cada casal numa perspectiva preventiva dos transtornos para a criança.

Então como este projeto vai ser implementado? Nós vamos implementar um cuidado global de todas as dimensões em jogo durante esse período, isto é, nós temos o projeto, nós começamos desde 2005 a criar laços securizantes e a reforçar os laços existentes com a rede de profissionais que estão em volta da mãe e da criança para aumentar a coordenação do período ante e pós-natal. E, também, acompanhando a mulher ou o casal, quando for possível, nas decisões que eles vão tomar em relação à sua saúde, à gravidez e ao parto. Enfim, uma despistagem(F) de diversos fatores de risco é organizado e, também, uma orientação em direção de especialistas, em casos de necessidades, especialistas de saúde somática evidentemente, e, também, especialistas da saúde psíquica.

E, por fim, nós encaramos informações à parentalidade que estão, efetivamente, atualmente, em debate, e que estão na origem da pesquisa cujo eu sou o coordenador, que eu vou falar daqui a pouco, se tivermos tempo.

Este programa de preparação ao nascimento e parentalidade, vou resumir falando que trata-se de incentivar a cada etapa da gravidez à adoção, pela mãe e pelo pai, de um estilo de vida saudável para a sua vida e a vida da criança, trata-se de reforçar a confiança em si, na mulher e no casal também, durante e depois da gravidez, e, também, trata-se de assegurar à mulher um apoio personalizado durante e depois da gravidez.

Enfim, apoiar a construção de laços familiares, preparando o casal para o recebimento da criança.

Este programa é desenvolvido em uma unidade de acolhimento e cuidados, isto é, em todo lugar onde as mães são recebidas antes do nascimento e depois do nascimento, no pós-natal, nas consultarias, que nós chamamos de prevenção maternais infantis. Esse programa também é organizado sistematicamente, com uma entrevista individual no quarto mês de gravidez. É um exame sistemático médico, psíquico e social. Ele vem completar os sete exames pré-natais obrigatórios e a preparação do nascimento é sempre feito em sessões coletivas. Essa quarta entrevista é individual ou em casal, é obrigatório e proposta aos futuros pais para preparar e para acompanhar o nascimento da criança. Ele facilita intensificar as condições de intervenção dos psicólogos e maternidades, que é um ponto extremamente importante, porque vocês sabem, sem dúvida, que na maioria dos países ocidentais os psicólogos tiveram algumas dificuldades para entrar nas maternidades e hoje em dia nos nossos países cada vez mais psicólogos são colocados à disposição de diferentes mães e dos bebês. Isso é de extrema importância, eu digo dos bebês. Eu falava agora há pouco do trabalho que fazemos com crianças prematuras. Este programa experimenta casas de maternidade que são providas de recursos técnicos, são menos técnicos daqueles que estão nos hospitais universitários e são lugares que permitem o parto com segurança, mas, ao mesmo tempo, num contexto menos medicalizado e mais humano. Este programa procura melhorar o apoio às mulheres e aos casais em situações precárias, isto é, dar ajudas financeiras durante o tempo da gravidez e, também, eles querem promover as condições de formação e de exercício dos profissionais do nascimento, isto é, melhorar o trabalho de cuidadoras, o trabalho dos médicos, para torná-los menos técnicos e mais centrados na escuta e nos problemas dos pais. Então vocês devem organizar esse tempo.

Num primeiro tempo, uma entrevista interindividual no quarto mês. No terceiro trimestre, esta [ininteligível] de preparação ao parto, depois o nascimento. Durante esse tempo no hospital, as mães podem encontrar com psicólogos, também durante a gravidez, sendo que, de volta ao domicílio, elas podem ter acesso aos psicólogos de prevenções maternais e infantis. Tudo isso é evidentemente dos acompanhamentos médicos e ecografias(F), que são em número de quatro, obrigatórias, durante o tempo da gravidez. A entrevista do quarto mês, cujo eu falei agora há pouco, é centrado particularmente sobre o fato que há coisas no casal que são difíceis de dizer espontaneamente. É com o apoio e a ajuda profissional dessas mães que esses futuros pais são levados a expressá-las, a conhecer a parteira

e o profissional, que, nessa entrevista, leva a expressar essas dificuldades. Não é de uma maneira obrigatória, mas, quando for possível, no respeito e atenção que poderemos dar a esses homens e mulheres e colocar à sua disposição nossa escuta e a nossa disposição para obrigá-los a revelar segredos que querem guardar para eles. Essas entrevistas no quarto mês, seja no hospital, durante a primeira ecografia(F), isto é, no quarto mês, seja em escritório, quando as mulheres escolhem trabalhar com parteiras ou um ginecólogo, um obstétrico.

O objetivo dessa entrevista do quarto mês, antes de mais nada, é mostrar as perspectivas, as necessidades dos projetos das mulheres grávidas e dos casais, dando informações. Trata-se de dar informações sobre contexto psicoafetivo e social da mulher grávida e preparar a chegada ao mundo do bebê. Essas entrevistas duram quarenta e cinco minutos, em média, e são interativas. É a mesma coisa para as [ininteligível] pré-natais, que é o que chamamos de preparação para o parto, que elas acontecem individualmente e em grupo, que duram quarenta e cinco minutos, são elas também interativas. Nesta sessão são mulheres que se reúnem no fim da gravidez para preparar o parto e, também, para uma aprendizagem dos cuidados da alimentação e da prevenção. Este trabalho se faz com a parteira e com [ininteligível], e, na necessidade, com psicólogo, quando a mulher o deseja. Os objetivos deste trabalho de preparação ao parto são de acompanhar a criação do laço pai e filho e a construção dos laços familiares. O próximo slide, por favor.

Em complemento do que eu acabei de falar, tem um acompanhamento pós-natal, no nosso país, que prevê isso, seja a domicílio, seja nos locais da prevenção maternal e infantil. Esse acompanhamento pós-natal é previsto em domicílio quando se trata de uma precocidade depois do parto, quando há situações ou necessidades particulares, como a patologia dos pais, a toxicomania, os problemas sociais ou sociopsicológicos. É previsto também este acompanhamento pós-natal para responder às exigências dos pais. É realizado pelo serviço de proteção maternal-infantil, seja pela pediatra, seja pelo psicólogo ou pelos trabalhadores sociais. Seu objetivo, nesse acompanhamento complementar, é completar os conhecimentos dos pais, acompanhar os cuidados do recém-nascido e favorecer os laços de apego. Trata-se de verificar o bom desenvolvimento psicomotor da criança, de pesquisar sinais de depressão pós-parto, enfim, de ajustar o acompanhamento da mãe e da criança em função das necessidades para apoiar a parentalidade.

Eu vou parar por um instante agora antes de terminar e vou falar de algumas observações, algumas críticas gerais que nós formulamos, nós mesmos, em

relação a esse programa que é implemento no nosso País. É assinalar, num primeiro tempo, que trata-se de uma abordagem de prevenção e de educação dos adultos que pode parecer constrangedor. A entrevista do quarto mês pode parecer estigmatizante para algumas pessoas, assim como o acompanhamento pós-parto, em particular para as pessoas que não exigiram nada e que temem essa [ininteligível] da família que o Estado poderia organizar nesse contexto. Não pelo serviço das famílias ou ao serviço das mães e dos pais, mas a proveito dos serviços sociais que levarão informações que vão assegurar aos interessados. Esta observação é muito importante, e nós, profissionais, que pensamos em participar da elaboração desse programa, nós tentamos ser extremamente vigilantes, extremamente presentes no campo, para evitar as derivas e fazer com que essa entrevista do quarto mês e todo o resto das iniciativas que tínhamos tomados sejam menos estigmatizante possível para as famílias. Nós tentamos, cada vez que for possível, retomar e colocar os profissionais diante das suas responsabilidades, dando-lhes as ferramentas para recentrar em direção das famílias essas informações(F), mesmo se algumas vezes a tentação de um controle está no horizonte.

A preparação... A segunda observação crítica é que a preparação à parentalidade talvez, algumas vezes, responde princípios. Isso quer dizer que nós tentamos, ao nível dos profissionais, ao nível das associações que podem fazer esse trabalho, fazer com que todas as informações que nós damos a estas famílias sejam as mais neutras possíveis, no plano ideológico, que é menos possível, não infiltram, não se introduzem dentro desse acompanhamento de qualquer natureza que seja. É nossa responsabilidade como cientistas e pesquisadores de sermos extremamente vigilantes a isso, de capacitar os profissionais que, na maioria das vezes, eles não querem, são apegados à sua própria cultura, ideologia, e são algumas vezes tentados de orientar numa direção ou outra estas famílias. É isso.

Nessa perspectiva e diante da dimensão experimental deste programa, nós organizamos pesquisas complementares. Essas pesquisas são orientadas em duas direções: conhecer melhor as expectativas do casal e, também, melhorar os acompanhamentos antes e pós-parto. É nessa perspectiva que continuamos a pesquisa, que nós queríamos uma dimensão internacional comparativa, isto é, o que nós fazemos aqui agora nesse momento, no Brasil, nas cidades que a Maria Izabel Tafuri mencionou agora há pouco, Brasília, Rio de Janeiro e, talvez, em Recife, como nós vamos estender essa pesquisa comparativa para ter todos os elementos disponíveis, graças a estas comparações de conhecer melhor as dimensões culturais que intervêm nesse campo. Esse é o nosso trabalho

na América do Norte, em Montreal, na Rússia também, Pittsburgh, na Itália, em Florença, e também no nosso País, em Strasbourg.

Eu agradeço a atenção de vocês, eu estou à disposição para responder às suas perguntas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço a participação do Dr. Claude Schauder, nesse primeiro momento, e, também, da Maria Izabel Tafuri.

Habitualmente o que nós fazemos, damos a palavra em primeiro lugar para os Senadores que desejarem fazer alguma consideração e depois, como se trata de uma Conferência, nós podemos abrir também para o público presente fazer algum comentário e alguma pergunta para o Dr. Claude. Quem que poderia, pela parte da Secretaria, fazer as inscrições, se for necessário? Já estão fazendo. Ah, está aqui, já está aqui. Muito bem.

Senador Papaléo Paes, Senadora Rosalba, gostariam de usar a palavra para fazer algum comentário? Em primeiro lugar, os autores do requerimento, que são o Augusto Botelho, Papaléo País, Rosalba Ciarlini e Flávio Arns.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então, Presidente, começa pelo senhor, se tiver algum comentário a fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, por favor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu só gostaria aqui de dizer que aplaudimos todo esse esforço do Dr. Claude, através da Universidade de Strasbourg, com essa pesquisa que está sendo realizada no Brasil, não somente o Dr. Claude, mas a todos que estão participando no Brasil, a nossa querida Professora Psicóloga Maria Izabel.

O que eu gostaria aqui de colocar é que esses cuidados que nós vimos que são essenciais, primordiais e são necessários, de uma importância muito grande, exatamente para manter os pais e a gestante durante todo esse processo, dentro de condições que realmente possam bem acolher o seu filho, eu gostaria aqui, como foi colocado, que essa pesquisa será realizada durante três anos. O que é que vocês já têm com relação ao desenvolvimento dessa criança nos três primeiros anos de vida com relação à situação de acolhimento, a situação de saúde, vamos dizer assim, do casal, dos pais, da casa onde essa criança chega? Se já existe alguma coisa que mostre as reações dessa criança, a sua conduta, o seu comportamento psicopsicológico já com relação a esses cuidados que eu considero fundamentais e que nós sabemos que são realmente importantes e que precisa ser entendido em todo o mundo. Eu sei que em algumas pessoas países

já estão mais avançados, mas no nosso Brasil, de um cuidado ainda maior, porque infelizmente, Dr. Claude, o nosso País tem uma mancha que é dolorosa, que é o da mortalidade materna, nós estarmos entre os países onde a mortalidade materna ainda é, e não é um dado confiável porque nós temos muitos casos de subnotificação, devido à extensão do nosso País existem casos de mortalidade materna que não chegam a ser notificados, mas mesmo assim nós ainda temos um número de cinquenta e oito mulheres para cem mil. É um número altíssimo. E a nossa mortalidade infantil, embora tenha reduzido bastante e isso é muito bom, inclusive uma das metas do milênio, a mortalidade infantil, nós vamos chegar a esse nível, continuando os cuidados, mas ela caiu no Nordeste, no Brasil de uma maneira geral, mas especificamente a mortalidade hoje infantil está concentrada praticamente, a grande maioria, nessa etapa do primeiro ano de vida. Então realmente é algo que é preocupante.

Inclusive com essa preocupação de proteger mais a infância, apresentei uma PEC, que é uma Proposta de Mudança à Constituição, para dar direito às mães de poderem amamentar seis meses os seus filhos, direito à licença maternidade, que no Brasil hoje é de quatro meses, para seis meses, porque fiz um trabalho intenso quando na atividade médica exatamente de incentivo ao aleitamento materno com comprovações, claro, cada vez melhores e surpreendentes. Então nós sabemos o quanto é importante o aleitamento materno e esse trabalho, a PEC que nós apresentamos já foi inclusive aprovado no Senado e se encontra na Câmara, onde cada dia eu faço esse apelo: se algum Deputado estiver nos ouvindo, agilize, porque é fundamental. Se nós conseguirmos ampliar a licença maternidade, nós já teremos para as mulheres trabalhadoras a tranquilidade de poder ficar mais com o seu filho e isso é importante exatamente nesses cuidados que o casal pode ter com o seu filho, no período da gravidez e logo depois de um período imediato ao parto.

Então eu queria deixar aqui só essa colocação: se a pesquisa já chega ou vai chegar à observação do comportamento pais e filhos [soa a campainha], do decorrer dos primeiros anos da vida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu estava combinando com o Professor Schauder, Dr. Schauder, que a gente possa fazer as perguntas da parte dos Senadores, aí ele responde, e, depois, também, da parte do público, três perguntas, vamos dizer, três pessoas, e ele responde em conjunto. Está bem?

Eu passo a palavra ao Senador Papaléo Paes, que também é autor do requerimento, médico, Senador do Amapá. Com a palavra V. Exa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente da Comissão de Educação, Senador Flávio Arns, Sra. Presidenta da Comissão de Assuntos Sociais, Senadora Rosalba Ciarlini. Com muita honra a presença do Senador Cristovam Buarque aqui, um grande estudioso, um grande preocupado na área da educação do nosso País e é exatamente o que traz a nos convenceremos cada vez mais, porque, às vezes, nós nos deixamos levar pela negligência e achar que determinados problemas da sociedade não têm assim um fundamento básico, mas nós sabemos que o fundamento básico para resolver esses problemas é o investimento na educação. Então eu quero fazer essa homenagem ao Senador Cristovam, com o direito que ele tem e com a obrigação que nós temos, todos aqui, na Casa, de reconhecer o trabalho árduo dele na área da educação.

Eu quero inicialmente agradecer a presença da senhora conferencista e do senhor conferencista e lamentar muito não ter estado presente na conferência da Dra. Maria Izabel por motivos de ordem política mesmo, aqui da Casa, e, por isso, eu quero deixar registrado aqui os nossos agradecimentos e o meu lamento.

Ao Dr. Claude, me chamou a atenção, um dos últimos itens ali apresentados, ele explicou com clareza, mas eu queria ouvir de novo ou, então, ter mais um detalhamento sobre essa questão do procedimento PNP, de prevenção e de educação de adultos que pode parecer, é a frase que tem lá, constrangedor e culpabilizante. Isso é um ponto interessante, porque eu quero ter conhecimento.

E a outra, doutor, nós sabemos que esse plano é um plano extremamente importante, é um plano que é muito feliz e que realmente só a ciência poderia, a inteligência, a competência de pessoas conhecedoras do assunto é que poderiam chegar até a ele. Eu queria saber qual é a sua expectativa de aplicação plena, de obtermos assim resultados satisfatórios aqui num País como o Brasil, um País de dimensões continentais, em que realmente a sua cultura é diversificada, no qual a educação sofre algum tipo de restrição. Eu queria saber qual seria a sua expectativa quanto à aplicação com resultados aqui no Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço ao Senador Papaléo Paes. Passo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores. Eu gostaria de saber se, de fato, esse programa se inicia, como está dito, em 2007, ou se já existia um programa parecido antes de 2007.

Também gostaria de saber se o programa é universal em toda a França, inclusive às populações marginalizadas de imigrantes e de pessoas de rendas baixas relativamente na França.

Finalmente, duas coisas: se há uma combinação entre a área da saúde com o Ministério da Educação, no caso desse programa. E, finalmente, se já foi possível fazer uma avaliação comparando os resultados do programa com o que acontecia antes.

Então, repetindo um pouco, se já havia um programa desse antes de 2007, se o programa consegue ser universal, inclusive para os imigrantes, se há uma combinação com a educação e se há uma avaliação comparando com o que seria sem o programa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Neste momento, eu passo a palavra ao Dr. Claude Schauder e, na sequência, continuaremos com as indagações.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Muito obrigado, Presidente, muito obrigado a todas as perguntas, que são efetivamente muito importantes e interessantes.

Se me permite, eu vou retomar com as duas últimas perguntas do Sr. Senador Buarque. Eu vou responder-lhes e vou fazer isso tudo na primeira pergunta da Sra. Presidente Ciarlini.

Antes de 2005, já existiam programas, e, desde 1945, a França trabalha muito sobre a questão das prevenções pré-natais, em particular em todas as problemáticas de morte pré-natal, todas as mortes das crianças após o nascimento ou durante a gravidez, e, também, a mortalidade materna. Nós temos na França, desde 1945, grandes meios para reduzir massivamente a mortalidade infantil e materna. Esses programas são programas essencialmente somáticos, médicos e essencialmente desenvolvidos para a profilaxia de contaminação, de infecção e todos os problemas que vocês conhecem, também, aqui, no Brasil. Isso foi um grande esforço do nosso País desde 1945, com a chegada dos antibióticos, que pudemos fazer. Já se passou mais ou menos vinte e cinco anos ou trinta anos até o momento que a gente pode nos interessar à dimensão psicológica. Então é relativamente recente que nós nos interessamos na dimensão psicológica, a partir do momento onde a mortalidade diminuiu, reduziu e nós tivemos a preocupação da condição de desenvolvimento da criança após o nascimento e também depois de 1990, 1995, das condições de parto das mães e as condições de desenvolvimento da gravidez, do desenrolar da gravidez. Nós estamos desenvolvendo num terreno que nós podemos trabalhar sobre o plano somático, medical, e temos agora a possibilidade de nós interessar e de preocuparmos de problemáticas psicológicas.

Eu respondo, então, dizendo que, efetivamente, os graus de desenvolvimento do nosso País são muito diferentes para a população geral, para a população imi-

grante, que o Senador falou anteriormente. Na França, nós temos muitos, muitos imigrantes, essencialmente de países africanos, da África do Norte ou da África Subsaariana e essas populações aqui, que vão fazer muito diferente, na medida em que há para eles preocupações materiais, financeiras, ligadas à pobreza, que são prioridades, e que, para outras, não, populações um pouco mais ricas, são um pouco menos. E a dimensão universal que tem na sua pergunta, ela ainda é, de uma certa forma, real. Há uma dimensão real, universal, na medida em que a gente quer permitir a todas as populações alcançar um grau de seguridade medical comum e de beneficiar a todos o acompanhamento perinatal. Esse trabalho não se faz, infelizmente, em combinação com o Ministério da Educação, é um trabalho concentrado no Ministério da Saúde, mas, quando eu digo infelizmente, eu deveria ser um pouco prudente, porque não é seguro que, nas condições atuais do nosso País, seja verdadeiramente desejável se criar passarelas entre o Ministério da Educação e da Saúde, porque isto está orientado na formação e do ensino primário e secundário, fundamental. Então, como eu poderia dizer-lhes, é mais especializado nas crianças até a idade de três anos.

As experiências que nos trazem a educação nacional no Ministério da Educação a interessar-se às crianças não são muito boas, não são muito boas. Eu penso que a tendência atualmente seria prosseguir cada um na sua própria posição na educação ao ensino e à saúde, mas seria na parte pré-escolar.

A quarta questão no tocante à avaliação, claro que sim, que foi previsto após dois anos, em 2005 e 2010... No final de 2009 a 2010, tais comparações devem se verificar se esta consulta é justificada plenamente, seja razoável de implementar informações a preparações da parentalidade e vamos verificar se é um certo número de indicadores que vão ser postos em prática e... Uma modificação, segundo, provavelmente, levadas após essa avaliação(F). Eu mesmo, com o título da pesquisa que eu mesmo estou conseguindo, eu vou fazer novas propostas e, talvez, retomar alguns pontos para reconsiderá-los e, talvez, fazendo as propostas. [ininteligível] não seja seguro, o certo é que a consulta do quarto mês seja bem programada nesse momento. Talvez seria necessário organizar outras consultas, em outros períodos, mas essa avaliação se faria nos próximos anos, talvez em 2010, como eu disse anteriormente.

Eu não sei se eu respondi a todas as suas perguntas, mas, na universalidade no Brasil, talvez no Brasil... Eu penso que eu não conheço muito bem a situação do Brasil. Eu conheço muito mal o Brasil, eu vim apenas duas vezes no Brasil. A grande imensidão do Brasil, os problemas sanitários em saúde são grandes

e eu compreendo que, para muitos e para alguns, haja uma prioridade do lado, como diz a senhora madame Presidente Ciarlini, do lado dos esforços a serem feitos contra a mortalidade infanto-maternal e [ininteligível] que haja prioridades tais que as preocupações que eu falei anteriormente podem parecer, de uma certa forma, um pouco... um luxo, que é o luxo da taxa de mortalidade que nós temos hoje em dia. Eu penso nesse sentido... E, ao mesmo tempo, eu penso que o grande País, que é o seu, que está avançando, que faz propostas de Leis e que vão ser aprovadas em organizações que são importantes, às quais você fez alusão, eu penso que é interessante integrar, agora mesmo, imediatamente, essas preocupações da preparação nas [ininteligível] e a parentalidade... É importante integrá-las e uns programas, porque a nossa experiência na França mostrou-nos que, uma vez que os programas médicos estão implementados, é muito difícil por outros problemas ao interesse da [ininteligível] psicológica.

Eu penso que é muito razoável da sua parte aqui... Eu poderia até dizer-lhes: se me permitem... Sim, claro, me falta modéstia, que é extremamente salutar, vital, para que se integrasse toda essa dimensão, porque, em seguida, como eu diria, eu penso que a mentalidade se instalaria, os poderes se instalam e vocês sabem que, como eu, [ininteligível] medical, têm os seus hábitos... Mas, uma vez que ele está implementado, é muito difícil integrar outras especialidades. Daí é importante, me parece, de trabalhar tudo imediatamente dessa plurissimilidade(F), que eu penso que é vital, plurissimilidade(F), psicológicos e os assistentes sociais juristas. Eis aqui os pontos que vocês estavam falando.

Uma observação no tocante à questão do Sr. Palácio Paes. Eu não sei se eu deforme o seu nome, no tocante à culpabilização e no constrangimento. Isso é um grande [ininteligível] para a gente. Temos que ser muito vigilantes. Mesmo num País democrático, sabemos que a tentação do poder é sempre de querer mais e mais sobre as populações, sobretudo as populações em risco, populações em perigo, populações que nós consideramos que seja perigosa. O que quer dizer? Eu [ininteligível] vigilante a todas as diretivas da seguridade. Eu não sei o que acontece no Brasil, não vou dizer o que acontece no Brasil, mas, no nosso País, a Previdência é uma coisa que existe [soa a campainha]. E vamos ser muito atenciosos a fazer que os princípios democráticos sejam perfeitamente prioritários para que, sob o pretexto da saúde, a gente não vá transgredir. Sob o pretexto da saúde, não vamos ter, nos princípios democráticos, os princípios da liberdade, do respeito das populações, porque a história já nos mostrou, sob o pretexto dessa tentação muito grande,

controlar e punir. Para citar-lhes, por exemplo, o nosso Professor Michel Foucault.

Será que eu respondi a todas as perguntas de vocês?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Eu estava dizendo para o Dr. Schauder que respondeu uma parte das perguntas, mas há mais perguntas ainda. Eu só quero dizer que, depois dos Senadores e Senadoras, quatro pessoas dos que acompanham a Conferência pediram a inscrição, e eu só peço, então, que, nesse momento, a lista de inscrição seja encerrada, para que haja o tempo suficiente, então, para se fazer as perguntas.

Passo, em primeiro lugar, ao Senador Roberto Cavalcanti e, em seguida, ao Senador Eduardo Azeredo. Só quero dizer, Senador Roberto Cavalcanti, que é uma honra também tê-lo, representando o Estado da Paraíba.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Muito obrigado, Sr. Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, também é um prazer tê-la aqui conosco, na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

A minha pergunta é uma pergunta muito específica, dirigida ao Professor Claude, que se refere ao programa de pré-natalidade, no tocante às ameaças de parto prematuro - MAP. O programa, aqui explanado, ele se refere a preparar o casal para cada etapa e, em particular, para o nascimento e o acolhimento da criança. Mas isso se dá de uma forma, segundo o que foi relatado, através do desenvolvimento em unidades de acolhimento. Eu me refiro especificamente ao transporte, vamos dizer, ao deslocamento de pacientes que estão com um problema de ameaças de parto prematuro, se existe algum programa na qual a mulher gestante possa, em lugar de se dirigir para as unidades de acolhimento, para ter os tratamentos especiais, se existe algum programa na qual o serviço de atendimento médico vá à residência da gestante, para que ela não tenha a necessidade de se deslocar para esses locais de atendimento. Era só esse o questionamento, e de que forma isso é feito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Agradeço. Passo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais. O Dr. Schauder, inclusive, mencionou no início que na sequência ele estará em Belo Horizonte.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):

Sr. Presidente, Sra. Presidente, Srs. Senadores, Professor Claude Schauder. Será muito bem recebido em Minas Gerais, será realmente muito bom que possa estar lá, que vem realmente de uma universidade muito respei-

tada, que é a Universidade de Strasbourg, que é uma universidade que tem realmente um renome grande.

Mas, professor, eu sou também Presidente da Comissão de Relações Exteriores, aqui, no Senado, e, neste final de semana, no sábado, junto com outros quatro Senadores, nós fizemos uma visita ao Haiti, que é um País de origem francesa. A situação que vimos lá é uma situação extremamente crítica. Quer dizer, eu vejo aqui que nós temos um programa, como o senhor coloca aqui, um programa para diminuir a mortalidade infantil de cinco para quatro por mil. Lá, a mortalidade infantil está em setenta por mil. De maneira que eu queria ver, assim, exatamente o que é que existe de um aspecto preventivo que a própria França possa fazer em relação ao Haiti. O Brasil está lá na Força de Paz, mais pela área da violência, combate à violência, mas também na área social, nós temos Organizações Não-Governamentais brasileiras trabalhando lá. É um tema correlato, mas nós no Brasil, seguramente, estamos bem mais avançados do que eu pude ver lá na situação do Haiti.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Passo a palavra ao Dr. Claude Schauder.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma].

INTÉRPRETE: Para responder à pergunta em relação aos problemas de deslocamento, de acolhimento de controle das mães que apresentam ameaças de parto prematuro, a questão do Sr. Senador Roberto Cavalcanti. Eu creio que uma questão muito importante no nosso País é a organização, graças a essas quatro ecografias, o monitoramento da gravidez a riscos nos leva a apoiar a hospitalização precoce. Algumas mulheres são regularmente hospitalizadas por períodos curtos e, talvez, um pouco mais curto, mas, de qualquer modo, para no domicílio, no caso de parto prematuro se precise. Desde pouco tempo, um trabalho de acompanhamento psicológico e psicoterápico foi proposto a elas, quando não há causas objetivas, somáticas a essas ameaças de parto. Nós conhecemos, hoje em dia, várias causas não médicas a essas ameaças de parto prematuro. Algumas têm a ver com problemas sanitários e sociais, problemas de sobrecarga de trabalho, problemas de posições, ficar em pé muito tempo. Então, tem para as médicas, mas tem também causas psicológicas, a angústia, ligadas a várias coisas. E além de um programa sobre os deslocamentos, que pode beneficiar quando acontecem as ameaças, inclusive com ambulância em direção [ininteligível, tem também um acompanhamento psicoterapêutico que tentamos implementar. Não é mais uma coisa generalizada em todos os hospitais, mas há, agora, cada vez mais psi-

cólogos em serviço, colocados à disposição dessas mulheres, que podem solicitar ajuda e um acompanhamento psicoterapêutico.

No que concerne ao Haiti e à França, eu vou, antes de mais nada, dizer que o Haiti é um Estado independente da França, o Haiti não é mais a França, não se confunde com a criança. Então, a França, em relação a esse País que efetivamente esteve realmente ameaçado por dentro e fora, pela dependência econômica desse País, eu acredito que, nesse País, a taxa de mortalidade é horrível. As autoridades são presentes, as outras ONGs são presentes também. Eu posso compreender que... Eu nunca fui ao Haiti, mas eu tenho muitos amigos lá que são refugiados na França e eu posso entender que você esteja emocionado, que o senhor possa sonhar que alguns países como o nosso tenham mais envolvimento nesse País muito entristecido, mas eu sou apenas um modesto pesquisador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [ininteligível]

INTÉRPRETE: [pronunciamento em outro idioma]

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Eu acho que entendi errado a sua pergunta. A miséria é ameaça permanente sobre as crianças em baixa idade, seja num País como no Haiti ou em outros, em países africanos, onde há uma guerra terrível nesses últimos anos. Isso deixa sequelas mentais terríveis. É evidente que esta ameaça torna as populações e gerações inteiras de crianças traumatizadas e com grande sofrimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. É importante de se dizer, sem dúvida alguma, que a saúde mental começa muito antes da concepção. Então a concepção, gestação, é um processo de vida inteira e com consequências assim da parte da sociedade toda, em termos de precariedade de vida, de saúde, de gestação, quer dizer, a promoção social vai, sem dúvida alguma, contribuir definitivamente para a promoção da saúde mental. Porém, não é suficiente isto porque países desenvolvidos têm problemas de saúde mental também por causas diferentes no caso, mas, sem dúvida alguma, têm problemas. Quando a gente pensa que a Organização Mundial de Saúde diz que 10% da população tem algum tipo de deficiência, se o Brasil tem 10% e os Estados Unidos, por exemplo, tem 10% também, nós temos que ir nas causas, quer dizer, o que é que está ocasionando a deficiência aqui e nos Estados Unidos, quais são as diferenças entre os dois países.

Eu passo, em seguida, a palavra às pessoas que estão acompanhando essa Conferência. Pediria para que essas pessoas se manifestassem dentro de um prazo limitado também, nós vamos dizer que vai ficar em três minutos, para que sejamos bem objetivos. São quatro pessoas. Eu acho que quatro fica demais para perguntar, para o Dr. Schauder poder dar a explicação, faríamos duas e duas então. Está sabem? Regina Aragão, que é Psicóloga, Psicanalista da Associação Brasileira de Estudos Sobre Bebês - ABEBÊ.

SRA. REGINA ARAGÃO: Estou muito feliz de poder escutar essa explicação tão clara, tão objetiva e, ao mesmo tempo, tão profunda sobre o programa desenvolvido na França atualmente, mas que tem uma história, que é uma história que vem desde o pós-guerra, desde 1945.

Fica para nós, aqui, do Brasil, fica claro ao escutá-lo que esse programa tem dimensões científicas, sociais e políticas. É claro que, ao desenvolver a pesquisa aqui, como estamos começando em Brasília e no Rio de Janeiro, talvez em Recife, precisaremos levar em conta, eu acho que esse é o interesse dessa comparação, o nosso contexto próprio sociocultural com o contexto histórico e cultural francês. No entanto, eu acho que o grande interesse, também, para nós todos, é encontrar os pontos comuns que possam ser úteis para nós, no Brasil, e também para o programa francês.

Então eu queria apontar, colocar duas questões assim. Primeiro, a relação com a educação. Nós sabemos hoje que o nível de escolaridade materna, isso se aplica mais ao Brasil do que na França, mas que o nível de escolaridade da mãe é um fator determinante para a saúde do bebê e para a saúde perinatal. Então eu acho que existe uma dimensão da educação que de alguma forma está presente inclusive no título do programa e com a qual a gente precisa trabalhar.

E a outra questão, aliás, já a sua sugestão foi de que nós possamos, desde agora, no Brasil, integrar a dimensão psicológica aos nossos programas [soa a campainha] de prevenção e de saúde perinatal para não seguir o que se fez na França. A urgência da sobrevivência dos bebês era tanta que era importante e fundamental cuidar primeiro da dimensão física. No Brasil nós também estamos nessa direção, temos avançado muito no sentido de reduzir as taxas de mortalidade e a saúde física tem sido atendida de uma maneira, eu acho, progressivamente melhor. No entanto, a dimensão psicológica é ausente completamente dos nossos programas. E, talvez, o que eu quisesse dizer e perguntar é se a dimensão psicológica não deveria ser considerada também quando pensamos nos fatores de risco físico, no sentido de que a perturbação num

nível psíquico também interfere e pode causar riscos e danos no nível físico, no nível da sobrevivência, no nível do desenvolvimento mesmo da criança, no sentido então de pensarmos a integração dessas dimensões, física e psíquica, e não separá-las.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, muito clara também e precisa. Silvia Zornig, que é Professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Psicóloga e Psicanalista.

SRA. SILVIA ZORNIG: Bom-dia, eu também fiquei muito feliz e queria parabenizar a realização dessa Conferência, dessa discussão, e complementar um pouquinho o que a Regina falou no sentido de discordar, primeiramente, do Professor Schauder quando ele diz que parece a nós ou poderia parecer que a pesquisa sobre a construção da parentalidade poderia ser um luxo no sentido de que o Brasil tem problemas tão graves em relação à pobreza, a situações de vida limite, etc. Mas me parece fundamental nós termos essa preocupação porque, apesar de termos avançado muito em relação à mortalidade infantil, a toda uma questão em relação aos transtornos globais do desenvolvimento, principalmente na primeira infância e em relação a parentalidade, que nós precisamos avançar muito. Então toda uma política de intervenções ligadas à prevenção eu acho que são bem-vindas e nós precisamos refletir sobre elas.

A minha pergunta então, a minha questão seria eu acho enfatizar esse ponto, que nós sabemos já com vários estudos que a prevenção nesse início de vida tem um efeito favorável ou benéfico em relação às situações de violência mais tarde para as crianças e para as famílias envolvidas. Segundo, dizer que nós temos realidades familiares e sociais aqui muito diversificadas, então nesse sentido essa pesquisa para nós não tem uma base de um serviço talvez mais unificado como tem na França, nós temos serviços muito bem montados em relação à perinatalidade, temos mulheres que não têm possibilidade de fazerem pré-natal nenhum, então nós vamos ter diferentes realidades. Então a minha pergunta seria: qual seria já a sua contribuição, já que essa pesquisa é uma pesquisa de uma comparação [soa a campainha] entre países, que poderia nos ajudar para desenvolver esse trabalho no Brasil? Existem já resultados preliminares sobre essas concepções de parentalidade em outros países, além da França, ou isso seria talvez já precipitado perguntar? Seria basicamente isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço também à Professora Silvia Zornig. Só dizer que essa campainha, quando toca, vocês já devem ter observado que é uma coisa automática, não sou eu que estou batendo campainha aqui. São três

minutos, quando falta um minuto bate a campainha. Só para deixar mais claro, que a gente permite que a pessoa termine o pensamento para não cortarmos também a palavra no meio do pensamento. Passo a palavra ao Professor Claude Schauder.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

INTÉRPRETE: Obrigado pelas perguntas que são precisas, também inteligentes e que permitem precisar os meus dizeres e a minha proposta.

É certo que a diferença entre nossos países justifica de bem distinguir as questões cujo estamos falando. Há, no momento, uma situação no Brasil que é uma situação que eu mal conheço, sobre a qual eu não posso me pronunciar dessa maneira, mas me interessa muito. Eu acho que à luz dos trabalhos que foram feitos na França desde os anos 50, alguns erros que nós temos feito podem ser colocados à sua disposição, para que vocês evitem de cair nos mesmos erros. Nós devemos todos fazer os nossos próprios erros, mas eu acho que têm coisas que a França implementou e que podemos evitar em outros países. Em particular, como eu disse agora há pouco e vou dizer de novo, de outra maneira, me parece indispensável que as duas dimensões, somáticas e psíquicas, sejam levadas em consideração imediatamente. Antes de mais nada porque é um dado universal, não somos seres físicos, não temos... Contrariamente ao que pensava René Descartes, não somos um espírito em alguma parte ou um corpo fora. O nosso espírito, a psicologia ocupa o corpo e tem uma simbiose(F) que justifica plenamente como fazer as proposições de Leis e programas em primeira parte, na realidade, levar em consideração a dimensão somática e psíquica.

Mesmo que haja urgências, por exemplo, da taxa de mortalidade materno-infantil, mesmo se há exigências eu estou completamente convencido de que é preciso integrar as duas dimensões, pelo menos como a senhora disse muito com razão, a dimensão psíquica impacta o corpo. Uma mãe muito angustiada e em grande sofrimento, para a sua gravidez, pode ter um parto a risco, ter um acidente. Quer dizer, um acidente durante o parto ou logo depois, que terá consequências não apenas psicológicas, mas também físicas. Então, nós somos de acordo para dizer que as duas dimensões devem ser levadas em consideração absolutamente e imediatamente, sem demorar. Então, nesse ponto de vista, eu acredito que estamos de acordo.

O nível escolar das mães, das mães jovens que, no Brasil, efetivamente é uma questão que pode levar há várias modificações, inclusive a pergunta do Senador, que pensava numa colaboração entre o Ministério da Educação e o da Saúde. É verdade que, na realidade

francesa, o problema de cultura existe, mas existe, talvez, numa escala menor. Podemos evitar alguns erros de riscos. Efetivamente, esse ponto deve ser levado em consideração. Na França, temos um grande trabalho, agora, sobre as gravidezes adolescentes. Apesar de várias tentativas educativas, estamos focados na educação, psicoterapia e sobre o lado psicológico. Então, apesar dos esforços que temos feito para diminuir as gravidezes adolescentes e também para diminuir o que existe, que são os abortos nos adolescentes... Mas estamos preocupados e continuamos a pensar sobre esse problema nas gravidezes nos adolescentes. Então é um verdadeiro problema que estamos vivendo na França.

No que concerne à colaboração, eu fico muito feliz desse seminário e nos próximos dias trabalhar com vocês, eu fico muito feliz por ter esse trabalho e para pensar com vocês o que podemos trazer para vocês, mas eu vou fazer um paralelo. Nossa pesquisa concerne às expectativas dos pais, o que as pessoas esperam. Ao invés de lhes fornecer uma ajuda pronta, que nós pensamos útil para eles, ao invés de lhes fornecer programas prontos, feitos, ao invés de lhes fornecer preparações à parentalidade que nós pensamos boas, eu acredito que a nossa pesquisa se concentra a melhor entender a nossa demanda para adaptar a nossa oferta a essas demandas, porque, se eles pedem alguma coisa e nós não podemos oferecer, isso...

Então, eu acho que o nosso trabalho, que trabalhamos juntos, talvez possamos discutir juntos, encontrarmos os meios para trabalhar, levando em consideração a realidade ao que vos interessa, para que possamos adaptar a nossa ajuda e não chegar mais e impor os resultados. E podemos colocar à sua disposição, mas vocês também poderiam... Nossos quadros clínicos também, que são efetivamente, extremamente importantes, e que deveriam ficar... Como dizia o meu mestre [ininteligível], esses quadros clínicos é que deveriam ser a nossa regra de conduta e o que determina a escolha antes de tudo.

Eu não sei se eu respondi à pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O Professor Schauder sempre duvida, no final, também, para que, numa eventual dificuldade de comunicação, possa também não atrapalhar o diálogo, o entendimento, que ele diz: "Olha, eu não sei se, de fato, eu respondi à pergunta", mas são assuntos também que muitas vezes demandam uma discussão maior, exemplos, coisas que possam ser feitas. Então nesse sentido é um diálogo: "Olha, mas pensou nisso, naquilo, a realidade do Brasil, a realidade da França", para deixar o assunto em aberto também, porque não há, também a gente tem que reconhecer, respostas

definitivas sobre o assunto, são variáveis importantes que devem ser consideradas nesse debate.

Nós temos duas pessoas, vamos dizer, dos ouvintes, dos participantes e mais o Senador Augusto Botelho, que temos a honra de tê-lo aqui presente também, que é médico também, Augusto Botelho, do Estado de Roraima, no Norte do Brasil. Eu passo, em primeiro lugar, a palavra ao Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de perguntar ao Professor Claude: em relação a todos os nascimentos do seu País, qual é o percentual de mães que são abrangidas por esse programa de parentalidade e natalidade - PNP? Percentualmente, se ele pode me dizer, a cobertura.

INTÉRPRETE: [pronunciamento em outro idioma]

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Passo a palavra à Olga Matoso, que é do Ministério da Saúde, da Política Nacional de Humanização.

SRA. OLGA MATOSO: Muito obrigada. Eu estou muito feliz, meus cumprimentos, parabéns pela oportunidade.

Me chamou a atenção, durante a apresentação, quando se fala parto menos medicalizado, mais humano, informações não impositivas, inclusive, assim, o mais possível neutras, participação dos usuários na elaboração de políticas perinatais e acolhimento, por sinal uma das diretrizes da Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde.

Pergunto: é possível captar... Ou ainda não foi pensado, ou, se foi pensado, eu não consegui, por essa apresentação, pegar todo o conteúdo ou mais parte do conteúdo. Mas é possível captar que, apesar de programas e políticas, que dão as diretrizes do atendimento, do cuidado e da atenção, ter a corresponsabilidade do casal no Brasil, ao ponto de se construir um projeto terapêutico singular, para que esse casal corresponsável pelo processo de forma não impositiva e pegando a parte atrás de não ser impositiva, a equipe, e, dessa forma, pelo projeto terapêutico singular, construir o novo, que não é do profissional, não é do casal, mas é o novo, e aí tem uma coisa que é interdisciplinar, mas junto com o casal? Essa pesquisa prevê isso, abrange isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se você me permitisse, eu perguntei para o Dr. Schauder se ele tinha entendido a pergunta, e ele disse: "Not exactly", não exatamente. Então, só para haver a comunicação... Se pudesse refazer a pergunta em terminologia um pouco mais simples, em português mais simples, se pudermos dizer isso [risos].

SRA. OLGA MATOSO: O Ministério da Saúde lançou em 2003 a Política Nacional de Humanização da Atenção e da Gestão no Sistema Único de Saúde. É uma política transversal que pretende ser incorporada e ela se dá por adesão nas demais políticas públicas de saúde. Essa é a Política de Humanização. Uma das diretrizes da Política da Humanização, nós temos algumas, e uma delas, extraída da clínica ampliada, que é o cuidado com o olhar ampliado da equipe multiprofissional ao paciente, ao usuário, uma das diretrizes é: construção de um projeto terapêutico singular, que é firmado entre o usuário e o profissional como se fosse uma cogestão do cuidado. Não só o profissional impõe, determina e prescreve até de uma forma monológica, mas o usuário, porque tem uma escuta, o acolhimento, inclusive envolve escuta qualificada [soa a campainha]. Então, a partir da hora que ele fala, que ele coloca as suas ansiedades, que ele se coloca enquanto sujeito do processo, é que se constrói um projeto terapêutico singular para aquela pessoa, no caso o casal, e, com certeza, a corresponsabilidade vai influenciar nos melhores resultados. A pesquisa capta isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu posso colocar nas minhas palavras?

SRA. OLGA MATOSO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Se o plano de atendimento pode ser construído nessa relação entre os atores e se a pesquisa prevê isso. Está bem?

SRA. OLGA MATOSO: Está bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O plano de atendimento ser construído nesse diálogo, de forma corresponsável, em conjunto, e se a pesquisa prevê isso.

Eu passo, em seguida, a palavra ao José Carlos Prado Júnior, que é também do Ministério da Saúde - Departamento de Atenção Básica à Saúde.

SR. JOSÉ CARLOS PRADO JÚNIOR: Bom-dia. Dr. Claude, parabéns pela explanação.

O Brasil, nos últimos quinze anos especialmente, ele avançou muito na assistência à saúde, especialmente na atenção primária à saúde. Há quinze anos, a gente tem um programa, aqui, que se chama Programa Saúde da Família, que virou uma estratégia de governo, do Ministério da Saúde. Nós avançamos muito em relação à cobertura da população, assim como na França e outros países como a Inglaterra, Espanha e demais. Hoje, 49,6% da população está coberta pela atenção primária à saúde. Isso significa que o médico generalista, que é o médico de família, ele faz o pré-natal e acompanha também a criança no pós-parto. Já está contemplado, também, medidas de visitas domiciliares, para garantir a diminuição de mortalidade perinatal e tudo mais.

A minha pergunta é a seguinte: o Brasil avançou também em algumas medidas de humanização, e eu queria saber, em outras medidas de humanização, como que está a realidade da França atualmente. Por exemplo, o parto domiciliar, como está a situação na França, outras medidas como casas de parto, eu sei que é uma realidade, mas acredito que não seja tão difundida. Aqui, no Brasil, em particular, não está difundida a casa de parto, tem algumas realidades isoladas. E aqui tem outras medidas, como estímulo ao parto natural, ao parto normal, ao invés da cesariana, que é difícil de a gente avançar nesse quesito, e, também, desestímulo à episiotomia e tudo mais. Resumindo, a pergunta é a seguinte: outras medidas de humanização, qual é a realidade na França, vocês conseguiram avançar? [soa a campainha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS

(PT-PR): Vamos dar uma pausa, assim, para ele poder respirar um pouco, antes de dar a resposta [risos]. Com a palavra o Dr. Schauder.

SR. CLAUDE SCHAUDER: [pronunciamento em outro idioma].

INTÉRPRETE: Para a Sra. Olga Matoso, desculpa pela pronúncia errada do seu nome. A sua pergunta é muito importante, muito interessante. Eu queria só saber se eu entendi. A sua pergunta é muito importante. Objetivamente o programa que estamos implementando, que implementamos na França, este programa de preparação ao nascimento e à parentalidade, objetivamente tem uma vocação de singularidade. Isto é, ele visa, ele permite para cada casal ou às mães que são sozinhas de fazer os seus próprios projetos. Essa é uma certeza. Existe um termo, trata-se de elaborar com a mãe ou com o casal o que chamamos de um projeto de nascimento, com a determinação de todo nascer e de critérios que a família ou o casal ou a mãe sozinha deseja implementar. Agora será que vai ser uma preparação do nascimento puramente médica, será que esta mãe procura uma ajuda um pouco particular, o parto natural ou ela pensa já em condições de parto um pouco mais diferentes, será que ela vai encontrar o quadro técnico que convém ao que ela quer fazer? Como foi feito nos anos 80 e 85 na Europa, nós tínhamos um parto sem violência, onde havia um grande acompanhamento, música, etc.

Então estamos tentando o que as mulheres... Quais são as expectativas para o seu projeto de parto. Teoricamente, sempre nós estamos tentando determinar os problemas de distância, para que, efetivamente, ela possa encontrar as condições que ela deseja, que é não ir muito longe do seu domicílio, para que a família possa vir regularmente visitá-la nos dias após o parto e etc. Então tudo isso é muito teórico, tudo isso é muito teórico porque, como eu disse agora há pouco,

é um projeto que entrou numa grande máquina, é um projeto de um Ministério, eu acho que todos os Ministérios do mundo são grandes máquinas e quando elas estão funcionando, então elas avançam e não fazem sempre necessariamente a atenção... Prestam atenção àquilo que, no início, estava na origem do projeto. Por isso que eu falo que os nossos pesquisadores, os cientistas, nós prestamos atenção ao que está sendo feito, está acontecendo nesse programa, como ele é usado, eis que não é desviado a outros fins, como, por exemplo... Uma das grandes obsessões da nossa sociedade é produtividade(F). Ao invés de tomar cuidado da mãe, se ocupar da mãe, nós temos preocupação se, amanhã ou em dez anos, esta criança será bem ou será delinquente. Ao invés de se interessar a ele, nós estamos fazendo previsões sobre o futuro e, ao mesmo tempo, nós encerramos a nossa [ininteligível]. Isto é, nos colocamos no olhar de hoje. Essa é a nossa grande preocupação. Nossa grande preocupação é justamente de tornar as populações, torná-las vigilantes. As mães devem ser atentas, temos que cuidar delas, não podemos procurar só informações para uma prevenção que, sobretudo, é uma previsão, o que é uma despistagem(F), é uma despistagem(F) –contra as pessoas, ao invés de servi-las.

Será que eu me fiz entender? É claro?

O segundo ponto que eu gostaria de abordar em relação a essa singularidade dos cuidados é precisamente por que nós implementamos essa pesquisa aqui, no Brasil, a Maria Izabel Tafuri, e nos outros países. Nós queríamos saber mais, nós queríamos saber melhor quais são as verdadeiras necessidades das pessoas, para poder respondê-las, ao invés de ver lá de fora e impor o nosso saber, por exemplo, o nosso modelo de parentalidade, um modelo de parentalidade que seria universal, que seria clássico, que seria conforme ao que o Século XIX e o Século XX fabricaram e que, hoje em dia, talvez, não é mais aquilo que será amanhã o mais ativo. Então devemos ser muito vigilantes na realidade das pessoas, não nos colocarmos com o saber que, na maioria dos casos, é mais ideológico do que científico.

Então no que concerne às medidas de humanização, há um grande projeto de humanização na França também, mas, infelizmente, está longe de ser perfeito. A dimensão técnica e tecnológica continua sendo uma das grandes preocupações para as populações, elas mesmas. Muita gente pede tecnologia, tecnicidade, também tem pessoas que acham que medicalizar demais, ao máximo... Este evento natural da humanidade é uma exageração. Há de se encontrar uma distância em relação a isso. Hoje em dia, por causa das economias que os países ocidentais devem fazer, as economias financeiras, nós temos racionalizado, nós

temos tomado medidas que, no meu ponto de vista, são detestáveis, deploráveis. Nós temos diminuído o número de maternidade, para que elas estejam tecnicamente mais seguras. Nós temos menos. Então faz mais distância e tem que ir mais longe. Nós temos criado maternidades com tecnicidade em nível de segurança diferentes. Então, hoje em dia, para reduzir os custos, nós temos a obrigação de aumentar a distância e diminuir a prestação na escala humana. Então as pessoas devem percorrer vários quilômetros, mas a preocupação de humanização é uma preocupação hoje em dia de várias parteiras e vários psicólogos, que são muitos vigilantes e que tentam incluir, de injetar um pouco de humanidade na medicina, na tecnologia em particular para as gravidezes em risco e, também, para os serviços de prematuridade, onde as crianças mais fracas devem ser colocadas em segurança. Então ainda há trabalho em nosso País, temos muito que fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero destacar que as pessoas que fizeram as perguntas e as demais pessoas que estão participando desse evento, na maior parte, são professores, pesquisadores, mesmo sendo Executivo também são pesquisadores, estão refletindo sobre a prática e buscando caminhos melhores, procurando comparar o que acontece entre os países, nunca com a ideia de querer colocar alguma coisa que esteja sendo feita em outro País na nossa realidade. Não é isto e todos nós sabemos que não é isto, mas aproveitarmos a pesquisa, a experiência, o debate, como o Professor Schauder colocou eventualmente os erros cometidos. Nós não precisamos reinventar a roda. Em muitas situações nós podemos aproveitar a experiência e, a partir dessa experiência, avançarmos em conjunto. E é muito interessante, eu penso, ter uma ideia de vários países, intercultural, no sentido desse conceito de educação e prevenção na parentalidade. Eu penso que é muito interessante, mesmo a experiência que o Senador Eduardo Azeredo trouxe como Presidente da Comissão de Relações Exteriores na visita ao Haiti para ver que as realidades, os desafios e as necessidades são muitos diferentes. Só que às vezes, inclusive, as pessoas não se lembram que dentro de um procedimento nós já podemos inserir, na minha ótica, a questão da saúde mental. Se você já tem, como foi colocado aqui, que nós já avançamos bastante em muitos aspectos, eu acho que temos que sempre analisar, refletir para ver em que pontos que avançamos e onde que estão os problemas. Eu considerarei muito interessante até colocar na lâmina esse aspecto, que nós também temos que nos acostumar a fazer no Brasil: “Olha, estamos fazendo isto. Quais são os problemas que nós estamos enfrentando?”

Não ter vergonha inclusive de dizer isso: “Não está dando certo em tais aspectos aquilo que a gente está tentando implantar na realidade”, porque aquilo que não está dando certo talvez seja uma coisa boa, quer dizer, no sentido de dizer “tentamos” e a pessoa que está trabalhando vai dizer “então vamos por outro caminho”. Isso é uma sustentação na pesquisa, nos avanços, que podem ser feitos.

Então essa questão da parentalidade, quer dizer, a entrevista, a construção de um plano, a adequação, o apoio que possa ser dado para a mãe, para o pai, isto é um processo que às vezes mudando alguma coisa assim em termos de saúde mental, a gente poderia colocar assim uma perspectiva nova em termos do atendimento dessa população para prevenir e para educar.

Eu gostaria que a Maria Izabel Tafuri só dissesse a programação do Dr. Claude Schauder, porque eu sei que hoje à noite vai haver também um evento, e deixar em aberto, penso, para que as pessoas possam também ser convidadas, estejam presentes aqui ou não, que eventualmente muitas pessoas gostariam de ter participado, mas não puderam em função do horário do dia.

SRA. MARIA IZABEL TAFURI: Hoje à noite, às vinte horas, nós teremos uma outra mesa redonda a respeito dessa pesquisa na Universidade Paulista, na UNIP, com a Professora Dra. Rosário, que é nossa pesquisadora também, que é professora nessa universidade. Essa mesa redonda contará também com a presença dos dois Senadores que estiveram aqui hoje e todos vocês estão convidados, ela é gratuita e nós teremos também a tradução simultânea. A UNIP, deixa eu ver o endereço aqui, eu não sei se todos sabem, fica na 913-Sul. Nós fizemos o cartazinho, depois se vocês quiserem eu posso passar para vocês.

Amanhã, pela manhã, nós teremos uma palestra, mas aí é uma palestra técnica, que é sobre a análise metodológica da pesquisa. Creio eu que, se alguém estiver interessado, será um prazer tê-los, mas é mais para a nossa equipe mesmo, para que a gente possa entender melhor o procedimento, sendo que a Dra. Nicole vai ministrar para nós essa palestra, vai ser na Universidade de Brasília, amanhã pela manhã.

E depois, na terça-feira pela manhã, nós teremos também a visita dos representantes das áreas do Ministério da Saúde para discutirmos as políticas públicas que estão sendo realizadas no Brasil e um debate com o professor a partir da nossa realidade e todos vocês estão convidados, é aberto ao público, no Instituto de Biologia da Universidade de Brasília, de oito e meia ao meio-dia. Está bem?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Agradeço à Professora Maria Izabel. As duas Comissões a que a Maria Izabel se referiu

são as Comissões de Educação, Cultura e Esporte e a Comissão de Assuntos Sociais, que na medida do possível também apoiam essa iniciativa que acontece à noite, porque nós consideramos que para haver legislação, acompanhamento das iniciativas do Executivo, que é algo regimental da Comissão acompanhar os projetos todos, o orçamento, nós precisamos ter esta possibilidade de refletir, debater, ver experiências e nos inserirmos nessa discussão toda. Por isso é que eu até enalteço mais uma vez a presença do Ministério da Saúde com os Departamentos de Atenção Básica, é importante, a área técnica, não o departamento técnico, da Saúde da Criança e Aleitamento Materno, muito importante, Saúde da Mulher, que esteve aqui presente, a área técnica, a área da Política Nacional de Humanização e, também, a área da Saúde Mental. Agradecer também a presença de todos e todas que estiveram aqui presentes, representando as mais diversas instituições, agradecer a presença da Maria Izabel Tafuri, representando uma instituição de muita credibilidade no Brasil, que é a UnB, a Universidade de Brasília, e nós continuamos à disposição, no Senado, não só da UnB, mas das instituições aqui presentes, que fazem um trabalho relevante, importante e necessário a favor de um direito humano fundamental, que é, entre outros, o direito à saúde, de ser bem atendido, com qualidade, com cidadania, com dignidade.

Agradeço de uma maneira muito especial a participação do Dr. Claude Schauder também e dizer assim novamente da alegria, a satisfação de ter contado com a palavra dele, com a presença, com o esforço de pesquisa também como acontece com os brasileiros e na França, essa parceria que está acontecendo entre o Brasil e a França, dizer que o Senado Federal está à disposição para os entrosamentos que forem necessários a favor desta área, que estamos neste sentido à disposição, e à Dra. Nicole Schauder também, primeira-dama da pesquisa [risos], que está aqui presente, que seja muito bem-vinda ao Brasil também, venham mais vezes, vamos fazer esse entrosamento necessário e importante.

Regimentalmente, eu só gostaria de dar dois comunicados da parte da Comissão.

Comunico o recebimento de convite do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Exmo. Sr. Deputado Severiano Alves, e do Presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, Sr. Antônio Oliveira Santos, para a cerimônia de abertura do Seminário Internacional "Educação Superior e Técnico-Profissional na América Latina: garantia de qualidade, revalidação de diplomas e mercado de trabalho", a ser realizado no dia 24 de agosto, no Auditório Nereu Ramos, Câmara dos Deputados. Os Senadores que desejarem

uma cópia do convite poderão se dirigir à Secretaria desta Comissão. A matéria vai ao arquivo.

O outro comunicado é aquele a que a Professora Maria Izabel já se referiu, que eu comunico aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, e será feito isto nos gabinetes também, que essa Conferência também acontecerá hoje no Anfiteatro da Universidade Paulista - UNIP, 914 e 915-Sul, às vinte horas, que contará com a presença dos palestrantes que estiveram nesta Reunião.

Eu quero novamente destacar, e o Senador Augusto Botelho está aqui, é médico e conhecedor desta área, que, há cerca de dois meses, tivemos uma Audiência Pública muito interessante no Senado sobre saúde mental com a participação da Associação Brasileira de Psiquiatria, a Escola Paulista de Medicina, também com a Associação de Psiquiatria do Distrito Federal e com a participação do Dr. Pedro Delgado, também Coordenador da área de saúde mental do Ministério da Saúde, para discutirmos esta área. Esta área, sem dúvida, pode ser abordada sob um conjunto variado de aspectos. Hoje, nos debruçamos sobre a questão da prevenção, educação, num processo de educação para a parentalidade, que é fundamental, importante, necessário e, por isso, nós estamos muito felizes de podermos ter feito isto no Senado Federal em duas Comissões. Eu me preocupo muito pessoalmente com esse trabalho intersetorial também porque a educação é promoção da família, é trabalho, é casa, é saúde, e há uma dificuldade extraordinária, penso em qualquer parte do mundo, e também no Brasil, termos esse trabalho integrado, compartilhado para o atendimento sob múltiplas óticas da pessoa que necessita assim de um apoio eventualmente especial. Mas é um desafio ao mesmo tempo que temos que também saber lidar com isso. E com a Comissão de Assuntos Sociais, porque lá é saúde, assistência, trabalho e previdência. E na área da saúde mental, todas essas áreas são essenciais também.

Agradeço. *Thank you very much. Welcome to Brazil.* Estou dizendo para ele que eu tenho que falar um pouquinho de inglês, porque o francês é só da época do ginásio, né? Mas seja muito bem-vindo. *Welcome always, ok?*

SR. CLAUDE SCHAUDER: *Thank you very much for your hospitality and thank you very much for your attention.*

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): *Ok, thank you very much.* Obrigado a todos e declaro encerrada a presente Conferência. Obrigado.
[palmas]

Sessão encerrada às 12h34.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE – CMA**

Ata da 23ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizada em 4 de agosto de 2009, às 11:30 horas.

Às doze horas e quarenta e nove minutos do dia quatro de agosto de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **MARINA SILVA, LEOMAR QUINTANILHA, WELLINGTON SALGADO, GILBERTO GOELNNER, KÁTIA ABREU, HERÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, INÁCIO ARRUDA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, passa-se à deliberação da pauta. **Item 03) REQUERIMENTO Nº 53, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão, tendo como convidado o Sr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e o Sr. Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para prestarem esclarecimentos a respeito de denúncias veiculadas na mídia sobre a “Importação de Lixo em Container” pelo Brasil, de países da Europa, como por exemplo a Inglaterra. Autoria: Senadores **JOÃO PEDRO e MARINA SILVA**. Resultado: Aprovado. **Item 04) REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer nos termos do artigo 93, inciso, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater a segregação de produtos transgênicos ao longo da cadeia produtiva e a denúncia do jornal Folha de São Paulo, do dia 10 de maio, de que o ‘País perde controle dos transgênicos’. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades: Valter Bianchini, Secretário de Agricultura do Estado do Paraná; Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Representante da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Ricardo Tatesuzi de Sousa – Presidente da Associação Brasileira dos

Produtores de Grãos Não-Transgênicos; e Representante do IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor”. Autoria: Senadora **MARINA SILVA**. Resultado: Aprovado com aditamento proposto pelo Senador **CÍCERO LUCENA** para inclusão de Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. **Item 05) REQUERIMENTO Nº 55, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 47 – CMA, aprovado em 30 de junho, que solicitou audiência pública para debater a BR 319, que sejam convidados para a audiência os senhores Leonardo Fleck, Pesquisador e autor do estudo *Eficiência econômica, riscos e custos ambientais da reconstrução da rodovia BR-319* e José Rubens Pereira Gomes, Secretário Executivo do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA”. Autoria: Senadora **MARINA SILVA**. Resultado: Aprovado. **Item 06) REQUERIMENTO Nº 56, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do artigo 90, incisos II e V, do Regimento Interno, a realização de audiência pública desta Comissão com o objetivo de debater a implementação e o processo de revisão da política ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico – BNDES, tendo como enfoque os setores da pecuária e grandes obras de infraestrutura na região amazônica assim como mecanismos de transparência e participação da sociedade civil, com a presença das seguintes autoridades e representantes da sociedade civil: Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES; Sr. Paulo Adário, Coordenador do Greenpeace-Brasil; Sr. Roberto Smeraldi, Diretor da Organização Não Governamental Amigos da Terra – Amazônia Brasileira; Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, Presidente da Abiec – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne”. Autoria: Senadora **MARINA SILVA**. Resultado: Aprovado com aditamento do Senador **FLEXA RIBEIRO** para inclusão de representantes do Ministério de Minas e Energia – MME, Ministério dos Transportes – MT, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, Confederação Nacional da Indústria – CNI e Câmara Brasileira da Indústria da Construção – CBIC; bem como do Senador **CÍCERO LUCENA** para inclusão de representante do setor de reflorestamento. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 293, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que ‘dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências’ para incluir a exigência de selo de certificação florestal no transporte e na comercialização de madeira”. Autoria: Senador **GERSON CAMATA**. Relatoria: Senadora **MARINA SILVA**. **Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Aprovado**

o parecer. Item 08) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 196, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO, que “altera os arts. 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que dispõe sobre o Estatuto da Cidade (incentivos para construções ecologicamente sustentáveis). Autoria: Deputado **CASSIO TANIGUCHI**. Relatoria: Senadora **MARINA SILVA**. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado.

Item 13) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO, que “altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)”. Autoria: Deputado **MAURÍCIO RABELO**. Relatoria: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Parecer: Favorável à matéria com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ. Resultado: Aprovado o parecer com as Emendas nºs 1 e 2 CCJ/CMA. **Item 14) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 51, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, disciplinando a publicidade, nos meios de comunicação social escrita, dos anúncios de venda de veículos usados”. Autoria: Deputado **POMPEO DE MATTOS**. Relatoria: Senador **FLEXA RIBEIRO**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Aprovado o parecer. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO** que “altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria “ad hoc”: Senador **CÍCERO LUCENA**. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Concedido pedido de vista à Senadora **MARINA SILVA**.

EXTRAPAUTA, é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 57, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, e considerando as manifestações da imprensa e as orientações divulgadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em sua página na “internet” acerca da persistência da cobertura de custos da CPMF em contratos com a Administração Pública, sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado daquela Pasta, na condição de responsável pela coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal e das empresas estatais nos termos do art. 1º, incs. VIII e IX do Decreto nº 6.081, de 12 de abril de 2007, as seguintes infor-

mações: a) situação atual dos contratos da Administração Federal Direta e Indireta no que se refere à revisão decorrente da exclusão dos encargos da Contribuição Provisória das Movimentações Financeiras – CPMF, como exige o art. 65, § 2º da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para aqueles contratos de execução continuada celebrados anteriormente à extinção da mencionada Contribuição, mas cujo fator gerados da obrigação para a Administração Pública tenha ocorrida em data posterior à extinção daquele tributo; b) razões para a não adoção de determinação centralizada de revisão dos preços, a exemplo do disposto pelo Decreto 2.399, de 21 de novembro de 1997, tendo em vista a circunstância comum de eliminação da carga de tributo incidente. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Resultado: Aprovado. A Presidência adia a deliberação dos demais itens da pauta: **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, o sobrestamento do PLS nº 146, de 2008, em virtude da tramitação, na Câmara dos Deputados, do PL nº 1.991, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que visa ‘instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências’. Autoria: Senador **GIM ARGELLO**. Resultado: Adiado. **Item 02) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que “requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2008, que altera o Decreto-lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que uma escala de gradação em cores identificando o percentual de composição nutricional nos rótulos das embalagens dos alimentos, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisa e órgãos de defesa do consumidor para discutirem os aspectos do projeto em questão: Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Lisa Gunn, Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Ricardo Morishita Wada, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Aurélio Virgílio Veiga Rios, 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; e Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA”. Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA**. Resultado: Adiado. **Item 09) OFÍCIO “S” Nº 46, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de

setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste”. Autoria: Banco do Brasil S/A. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Resultado: Adiado. **Item 10) OFÍCIO “S” Nº 56, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal, cópia do Ofício 253, de 13 de novembro de 2007, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que apresenta considerações sobre os custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008”. Autoria: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. **Item 11) AVISO Nº 7, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.276/2009-8, acerca de auditoria da Secretaria de Macroavaliação Governamental sobre percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos tratados no art. 159, II, § 4º, da Constituição Federal”. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Adiado. **Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, que “estabelece prazo para que computadores, componentes de computadores e equipamentos de informática em geral, comercializados no Brasil, atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética”. Autoria: Senador **JOÃO TENÓRIO**. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Adiado. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que menciona especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil”. Autoria: Senador **JAYME CAMPOS**. Relatoria: Senador **GILVAM BORGES**. Parecer: Favorável à matéria na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem

utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”. Autoria: Senador **CÉSAR BORGES**. Relatoria: Senador **JOÃO RIBEIRO**. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatoria: Senador **JOÃO RIBEIRO**. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria e subsequente aprovação de requerimento que solicita, nos termos do art. 334 e por analogia ao disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da audiência da Comissão de Assuntos Sociais para a instrução do Projeto. Resultado: Adiado. **Item 19) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO**, que “autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica”. Autoria: **Presidente da República**. Relatoria: Senador **JOÃO RIBEIRO**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 20) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO**, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatoria: Senador **JOÃO RIBEIRO**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 21) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) para incluir, entre os direitos básicos do consumidor, as informações sobre composição de alimentos e roupas”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria: Senadora **MARISA SERRANO**. Parecer: Favorável à matéria na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. **Item 22) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos culturais beneficiados pelo Poder Público”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: Contrário à matéria.

Resultado: Adiado. **Item 23) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que ‘dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências’, para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato”. Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO**. Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 24) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente”. Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 25) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senador **FÁTIMA CLEIDE**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 01-CCT e outra Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 26) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 27) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria: Senador **CÍCERO LUCENA**. Parecer: Favorável à matéria com Emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 28) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2009 -TERMINATIVO**, que “altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”. Autoria: Deputado **CELSO RUSSO-MANNO**. Relatoria: Senador **JEFFERSON PRAIA**. Parecer: Favorável à matéria com as três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senhores Senadores **MARINA SILVA, FLEXA RIBEIRO** e **CÍCERO LUCENA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta minutos, lavrando eu, Hipólito Gadelha Remígio, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,

juntamente com a íntegra do registro de estenotípias informatizadas.

Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTÍPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 4-8-2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Os Senadores que forem favoráveis e estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A pauta de hoje. Nós temos um requerimento do Senador Gim Argello que não se encontra. Então, adiaremos a sua votação. E temos uma inclusão extrapauta que eu peço a atenção de vocês, que nós possamos apreciá-la, um requerimento de minha autoria. Então, peço aprovação da inclusão extrapauta. Os senadores, que forem favoráveis à inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovado. O requerimento diz o seguinte: “Nos termos do § 2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado, e considerando as manifestações da imprensa e as orientações divulgadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em sua página na Internet, acerca da persistência da cobertura de custo da CPMF em contratos com a administração pública, requeiro que sejam prestados, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado daquela pasta, na condição de responsável pela coordenação e gestão do sistema de planejamento e orçamento federal e das empresas estatais, nos termos do art. 1º, inciso VIII e IX, do Decreto 6.081, de 12 de abril de 2000, as seguintes informações: a) situação atual dos contratos da administração federal direta e indireta, no que se refere à revisão decorrente da exclusão dos encargos e da contribuição provisória sobre movimentação financeira, como exige o art. 65, § 2º, da Lei 8.666, de 21 de junho de 93, para aqueles contratos de execução combinada, celebrados anteriormente à extinção da mencionada contribuição, mas cujo fato gerador da obrigação para Administração Pública tenha ocorrido em data posterior à extinção daquele tributo; b) razões para a não doação de determinação centralizada de revisão dos preços, a exemplo do disposto do Decreto 2.399, de 1997, tendo em vista a circunstância comum de eliminação da carga de tributo incidente”. Aquela questão que envolveu a CPMF, estão pedindo o reque-

rimimento para que a Comissão possa encaminhar ao Ministro Paulo Bernardo explicações com relação ao pagamento do custo de CPMF, nos contratos, depois da extinção já da CPMF. Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): V. Exa. tem toda razão em solicitar essas informações ao Ministro Paulo Bernardo. Mas V. Exa. deve estar pretendendo ter a informação se o valor da CPMF, que estaria embutido nos contratos com a União, se eles foram retirados após a derrubada da CPMF. É essa a informação que V. Exa. pretende.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): É essa. Porque a denúncia é que eles não foram retirados--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Não foram retirados.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): --de alguns contratos, por descontrole interno de Governo. Então, quanto que o Governo pagou a mais, o que é que o Governo está tomando de providência, poder ter o ressarcimento desses recursos. Então, é com base na denúncia feita que nós estamos tomando as providências e o pedido de informação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): V. Exa. tem toda razão e tem total apoio nosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Então, em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós, então, vamos para o item nº 13, que é de relatoria do Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra... Não de autoria, de relatoria do Senador Flexa Ribeiro, autoria do Deputado Maurício Rabelo. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Senador Casagrande, Srs. Senadores, esta Comissão examina o Projeto de Lei da Câmara PLC nº 143/2008, PL nº 388, de 2003, na origem, de autoria do Deputado Maurício Rabelo. O PLC nº 143/2008 pretende-se incluir a expressão “e substituir ou retirar peças e componentes”. No texto do art. 70, da Lei 8.078, de 11 de setembro de 1999, Código de Defesa do Consumidor – CDC. Na CCJ, o parecer foi favorável ao PLC nº 143/2008, com a apresentação de duas emendas de redação. Vamos à análise, Sr. Presidente.

Para avaliação do mérito, passamos a analisar as disposições do Código de Defesa do Consumidor,

pertinentes à matéria sobre comento. Nos termos do art. 70, do CDC, o emprego, sem autorização do consumidor, de peças ou componentes de reposição, usados na reparação de produtos, constitui crime contra as relações de consumo. O objetivo do PLC nº 143/2008 é inserir no texto do art. 70 a substituição ou retirada de peças ou componentes, sem o consentimento do consumidor. Assim sendo, passa a ser tipificado como crime contra as relações de consumo o ato de substituir ou retirar peças e componentes, sem o consentimento mencionado. Ressalte-se que esse ato é caracterizado como fraude no comércio, espécie de crime contra o patrimônio, por força do disposto no art. 175, do Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, Código Penal, o qual prevê que é crime enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor, vendendo como verdadeiro ou perfeita mercadoria falsificada ou deteriorada, ou entregando uma mercadoria por outra. Aquele que comete esse crime está sujeito à pena de detenção de seis meses a dois anos ou multa. Embora já constante do Código Penal como fraude no comércio, entendemos relevante e apropriada a proposta de tipificar como crime contra as relações de consumo o ato de substituir ou retirar peças e componentes, sem o consentimento do consumidor, uma vez que o CDC disciplina as relações de consumo. É incontestável o alcance social do Projeto de Lei em referência. Vale ainda assinalar que um dos princípios basilares da política nacional das relações de consumo é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. Nesse modo, o PLC nº 143/2008 está harmonizado com essa política. A proposição é meritória. No tocante às emendas de redação, oferecidas na CCJ, são pertinentes e oportunas, porquanto aperfeiçoam a proposição.

Voto, Sr. Presidente. Pelas razões expostas, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 143/2008, com as emendas de redação, apresentadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Parabéns a V. Exa. pelo relatório. Em discussão o relatório de V. Exa. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria. E ela vai para a Comissão de Constituição e Justiça.

Item nº 14. Também da relatoria do Senador Flexa Ribeiro. Deputado Pompeo de Mattos, autor da matéria. Projeto de Lei da Câmara nº 51/2008, não terminativo.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, Senador Renato Casagrande, Srs. Senadores.

O Projeto de Lei da Câmara PLC nº 51/2008, PL nº 5.281/2001, na origem, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que busca disciplinar a publicidade dos anúncios de venda de veículos usados nos meios de comunicação social escrito. A proposição acrescenta o art. 36-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, CDC. A proposição recebeu parecer pela rejeição nas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, e de Assuntos Econômicos – CAE, desta Casa. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise, Sr. Presidente. O objetivo da proposta sob análise é, fundamentalmente, fornecer ao comprador de veículos usados maiores informações acerca dos bens em oferta. Apesar de a intenção que inspirou a apresentação da iniciativa ser meritória e relevante, entendemos que a proposição não deve prosperar pelas razões que passamos a expor. O inciso III, do art. 6º, do CDC, prevê como direito básico do consumidor a informação completa, para que ele disponha de todos os elementos necessários ao pleno e consciente exercício do ato de consumo. Por sua vez, o art. 31, do mesmo diploma legal, impõe ao fornecedor o dever de informar todas as características do produto ou serviço, inclusive quantidade, composição, preço, garantia, prazo de validade, origens e riscos à saúde e segurança dos consumidores. Já o art. 36 determina que a publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor a identifique fácil e imediatamente como tal e que o fornecedor deva manter para informação dos legítimos interessados os dados fáticos, técnicos e científicos, que dão sustentação à mensagem. Por sua vez, o art. 37 prevê, em seu § 3º, que a publicidade é enganosa por omissão, quando deixa de informar sobre dado essencial do produto ou serviço. Portanto, anúncio de venda de veículos usados, publicados em jornais, revistas e/ou classificados, deve conformar-se a esses mandamentos, sob pena de induzir o consumidor em erro, que pode ser figurado como publicidade enganosa. Em nosso entendimento, o assunto objeto da proposta já se encontra suficientemente disciplinado no ordenamento jurídico brasileiro, mais especificamente no Código de Defesa do Consumidor. Por fim, segundo entendemos, configura-se extravagante a introdução de dispositivo referente a segmento específico, em norma de caráter geral, que trata de proporcionar uma relação contratual mais leal e menos danosa entre o fornecedor de bens e serviços e o consumidor. Voto, Sr. Presidente. Diante do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara – PLC nº 51/2008. Este é o parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Em discussão o parecer do Se-

nador Flexa Ribeiro. Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Flexa Ribeiro, que é contrário à matéria apresentada e ao projeto apresentado pelo Deputado Pompeo de Mattos. Então, o parecer é contrário. Em votação. Os senadores, que forem favoráveis ao parecer do Senador Flexa Ribeiro, permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório do Senador Flexa Ribeiro.

Nós iremos, agora, para o item nº 17. E o relator é o Senador João Ribeiro, mas ele autorizou uma relatoria *ad hoc*. Para que a gente possa dar um descanso ao Senador Flexa Ribeiro, vou pedir ao Senador Cícero Lucena que faça o relatório do item nº 17 do Projeto de Lei do Senado 65/2008, que é um projeto não terminativo, autoria do Senador Expedito Júnior. Então, com a palavra o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB):

Sr. Presidente, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 65/2008, que altera o art. 3º, da Lei 10.177, de 02 de janeiro 2001, que dispõe sobre as operações com recurso dos fundos constitucionais de financiamento do norte e Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus e adimplência para os produtores rurais da Amazônia Legal, nas condições que especifica. Vou direto à análise, Sr. Presidente.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, além de suas outras atribuições, compete opinar sobre assuntos atinentes à defesa do meio ambiente, especialmente quanto à política e sistema nacional do meio ambiente e a preservação, conservação, exploração e manejo da floresta e da biodiversidade. Nesse sentido, o PLS 65/2008 está de acordo com o objetivo de manutenção da reserva legal, um decisivo instrumento para o entendimento de algumas importantes funções ecológicas que visam preservar a biodiversidade da floresta amazônica para gerações futuras e precaver em relação ao efeito estufa e ao eventual aquecimento do planeta.

No entanto, cabe reconhecer o elevado custo econômico do não uso das terras mantidas sobre a forma de reserva legal, custo esse que recai exclusivamente sobre os produtores rurais, as empresas rurais e aos governos estaduais e municipais, e as demais entidades e empresas localizadas na cidade da Amazônia Legal. Como o ônus pelo não uso desses recursos naturais recai sobre os produtores rurais, a iniciativa do Senador Expedito Júnior tem o mérito de lhes conceder uma singela compensação por estarem sendo privados das oportunidades de renda e emprego que lhes seriam propiciadas, caso pudesse aproveitar economicamente os recursos naturais mantidos e intocados como reserva legal.

No que diz respeito ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentaram a proposição. No entanto, cabe atualizar a redação da proposição, em função de modificações ocorridas recentemente, no ditame legal ao objeto da alteração do Projeto PL 65/2008. Desse modo, apresento uma emenda, com um pequeno ajuste da numeração do parágrafo, que é o art. 1º que a proposição pretende adicionar ao art. 1º, da Lei 10.177/2001.

Diante do exposto, Sr. Presidente, voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 65/2008, com a seguinte emenda de redação... Emenda: "Renumere-se o inciso VII, do art. 1º, da Lei 10.177, de 12 de janeiro de 2001, acrescentando ao art. 1º, do Projeto de Lei do Senado nº 65/2008, para o inciso VIII. Sala das Comissões". Esse é o voto, Sr. Presidente, com a devida emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Em discussão o relatório do Senador Cícero Lucena.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Peça vista, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Pedido de vista para a Senadora Marina Silva.

Vamos, então, aproveitar a presença da Senadora Marina Silva, e nós temos quatro matérias em que a Senadora ou é autora de requerimento ou é relatora de matéria. O item 04 é o requerimento da Senadora Marina Silva, e eu, para que eu possa economizar o tempo, já passo a palavra a ela para que ela possa fazer a defesa do seu requerimento.

Com a palavra a Senadora Marina Silva. Item 04, Senadora.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Senador Casagrande, na verdade, o requerimento está aqui, requerendo, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública nesta Comissão, com o objetivo de debater a segregação de produtos geneticamente modificados. É muito pequena a letra, mas, na verdade, Sr. Presidente, nós temos alcançado uma série... Tem nos chegado uma série de informações, em que os produtores rurais estão sendo dramaticamente prejudicados pela política equivocada, no meu entendimento, aprovada pelo Congresso Nacional, de termos um modelo único para a questão dos organismos geneticamente modificados.

Eu, quando estava no Ministério do Meio Ambiente, insisti muito para que tivéssemos, no Brasil, aquilo que chamamos de modelo de coexistência, ou seja, que os que querem produzir transgênicos, eles teriam o direito, desde que fazendo rastreabilidade, desde que fazendo todo um processo de segregação da produção dos transgênicos, e, no caso, a legislação

aprovada não possibilita que os que querem produzir convencional não tenham a sua produção contaminada. Estudos vêm sendo feitos e mostrando que a soja transgênica é menos resistente à seca do que a soja convencional, e há uma perda de produção em termos de 30%, quando temos período de estiagem. Mais ainda, os produtores já começam a sofrer sérios prejuízos em relação ao pagamento dos royalties e em relação à compra do pacote tecnológico, em relação ao herbicida, que é o glifosato, que já, digamos assim, é o pacote completo. E, agora, um grupo de produtores entrou na Justiça, contrário a pagar os royalties. Só que, como eu falava anteriormente, não há como não pagar, na medida em que é feita a cobrança no porto. Então, não tem como fugir desse processo.

E eu me lembro, Sr. Presidente, que, quando eu fazia todos esses comentários, a dedução que se chegava, inclusive, no Congresso Nacional – vejo que o Senador Flexa olha para mim com muito interesse –, é de que eu era contra a tecnologia, contra o avanço da ciência, contra o avanço do conhecimento. Obviamente que, por trás de tudo isso, há muita ciência e muito conhecimento, do ponto de vista técnico; todavia, pode faltar também o mesmo em relação aos critérios éticos, porque esses produtores, eles foram induzidos a ficar entregues a essas tecnologias, a essas práticas, e, hoje, eles começam a perceber que estão tendo prejuízos e que, talvez, o melhor era que tivéssemos aprovado uma lei em que fosse possível um modelo de coexistência. Nós ganharíamos duas vezes: ganharíamos com os transgênicos, para os que querem produzir e correr os riscos, e ganharíamos com aqueles que produzem convencional. Até porque em nenhum outro país do mundo é mais possível um modelo de coexistência, só o Brasil. O Brasil era o último refúgio, a Argentina não pode ser, o México não pode ser, vários países do mundo não podem ser mais. O Brasil, naquele momento, eu dizia que tem uma vantagem diferencial, não vamos perder essa vantagem diferencial. Hoje, para você ser um convencional, tem um custo altíssimo, e os pequenos não conseguem ser, porque a sua produção é contaminada, e, quando é contaminada, eles ainda acionam na Justiça, dizendo que eles estão roubando a tecnologia e não querem pagar os royalties. Então, é um processo muito difícil. Então, essa audiência pública tem esse objetivo com os convidados que aqui são elencados, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Em discussão a matéria. Senador Cícero Lucena com a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB): Presidente, quero parabenizar a senadora pela iniciativa. Agora, gostaria de fazer uma proposição, no sentido

de que o contraditório fosse devidamente respeitado. E gostaria de sugerir um adendo ao requerimento, que a Confederação Nacional da Agricultura se fizesse presente, para que pudesse enriquecer esse debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Senadora Marina Silva, o Senador Cícero Lucena fez uma proposta, um aditamento, convidando um membro, um representante da Confederação Nacional da Agricultura, para que possa também manifestar a sua opinião.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Perfeitamente aceito, Sr. Presidente. Eu lembro que, na época que eu fazia esse debate, uma das dificuldades que eu tinha era de colocar o contraditório. Quem sou eu, agora, para não permiti-lo?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Aprovado. E peço, então, ao Senador Cícero Lucena que encaminhe o nome da pessoa que deseja, se é a Presidente, se é a Senadora Kátia Abreu, ou se é alguém indicado por ela, que V. Exa. possa--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB): Vou conversar exatamente, porque, como ela, como senadora, pode participar da audiência, pode ser que ela sugira outra pessoa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Uma pessoa técnica da área.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB): Exatamente. Em seguida, encaminharei. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Aprovado. Em discussão. Está aprovado o requerimento de V. Exa., o aditamento ao requerimento da Senadora Marina Silva.

Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, só para parabenizar a Senadora Marina Silva, pela proposta apresentada da audiência pública, e ao Senador Cícero Lucena, pelo aditamento. Como bem disse a Senadora Marina, nós vamos ter a possibilidade de termos na audiência o contraditório.

E com relação à observação que a Senadora Marina fez, de eu estar atentamente observando a sua fala, isso eu faço permanentemente, senadora, porque V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Isso é verdade. Eu sou testemunha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): --é um poço de conhecimento, e eu aprendo diariamente, permanentemente, com V. Exa., e eu sou um aluno aplicado. Eu busco, ao longo da minha existência, aprender a cada tempo. Porque eu só sei que nada

sei, principalmente na área que V. Exa. domina com bastante competência e eficiência.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Obrigada, senador, V. Exa. é sempre muito acolhedor.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Encerrado esse item nº 04, aprovado o requerimento... Aprovado o requerimento não, ainda não coloquei o requerimento em votação. Em votação o requerimento, com aditamento feito pelo Senador Cícero Lucena. Senadores e senadoras, que foram favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

Item Nº 05. Também um requerimento da Senadora Marina Silva, que eu também passo, de imediato, a palavra a ela.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): O próximo requerimento, Senador Casagrande. Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 47, aprovado em 30 de julho, que solicitou audiência pública para debater a BR 319, que sejam convidados para a audiência os Srs. Leonardo Fleck, pesquisador e autor de estudos, eficiências econômicas e riscos, custos ambientais da reconstrução da BR 319; José Rubens Pereira Gomes, Secretário-Executivo do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA. Esta audiência, Sr. Presidente, foi o requerimento do Senador João Pedro, e eu estou aqui, sugerindo apenas um aditamento para que esses dois convidados possam, aqui, também, nos dar a sua contribuição, a exemplo do que foi feito agora, um aditamento, para que possamos ter o contraditório.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Em discussão a sugestão e o aditamento, apresentado pela Senadora Marina Silva. Não havendo quem queira discutir, em votação o aditamento. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item nº 06, também da Senadora Marina Silva, e também passo a ela a palavra de imediato.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): O item nº 06 requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública desta Comissão, com o objetivo de debater a implementação e o processo de revisão da política ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDES, tendo como enfoque os setores da pecuária e grandes obras de infraestrutura na região amazônica, assim como mecanismos de transparência e participação da sociedade civil. Solicito que sejam convidadas as seguintes autoridades e representantes da sociedade civil: o Dr. Luciano Coutinho, presidente do BNDES; Sr. Paulo Adário, coordenador do Greenpeace; Sr. Roberto Smeraldi, diretor da Organização Não Governamental Amigos da Terra

do Brasil; e o Sr. Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da ABIEC – Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne.

O objetivo desse requerimento, Sr. Presidente, é para fazermos um debate que, na época, foi dito, e eu mesmo escrevi um artigo a respeito, que o BNDES estava liberando quantias, financiamentos, para feitura de frigoríficos na Amazônia, sem cláusulas ambientais. Agora, nós já temos um avanço nessa discussão, e até mesmo os frigoríficos estão sendo pressionados por seus clientes, as grandes redes de supermercados, para que façam os seus processos de certificação, de sorte que essa audiência, ela vai ser muito positiva, porque já, no meu entendimento, não será mais puramente reativa, já temos uma série de questões que estão em curso, tanto por parte do Banco, ao que me parece, quanto dos fornecedores e das redes de supermercados, principalmente graças à denúncia que foi feita pela Organização Amigo da Terra e o Greenpeace, com aquele relatório sobre a questão da pecuária na Amazônia e toda a cadeia produtiva, o que ela significa em termos de impacto. Então, a audiência vai acontecer e será a oportunidade para que o BNDES possa dizer quais medidas já tomou e que os produtores também possam dizer que, à luz daquela denúncia, que medidas vêm sendo tomadas em função da pressão que está sendo feita pelas grandes redes de supermercados de não comprar mais carne ilegal, produzida às custas do desmatamento da Amazônia.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Em discussão a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Senador Flexa Ribeiro com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, o requerimento da nobre Senadora Marina Silva é bastante amplo, porque ela inicia com relação da questão dos financiamentos do BNDES à cadeia produtiva da pecuária. Aí, em seguida, ela fala de obras de infraestrutura na Amazônia. Ou seja, ela abre uma área de visão na questão do requerimento muito ampla, principalmente na relação da infraestrutura da região amazônica. Eu, como amazônida, entendo que não há como desenvolver aquela região, sem ciência, tecnologia e inovação. E V. Exa. tem participado de audiências, na Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre ciência, tecnologia e inovação na Amazônia – já fizemos duas -, que enriqueceram, com certeza absoluta, o nosso conhecimento. Agora, também não há como desenvolver sem infraestrutura, e concordo com a Senadora Marina que esse desenvolvimento tem que ser

sustentável, e é possível se fazer isso com tecnologia, absolutamente possível de se fazer isso.

Eu concordo com o requerimento da senadora, pela sua aprovação, mas quero também solicitar a inclusão de outras entidades que poderiam encaminhar nomes para a Comissão e, inclusive, do Governo também. Acho que, numa audiência como essa, não pode deixar de ter representação o Ministério de Minas e Energia, não pode deixar de ter representação o Ministério dos Transportes. Quando se fala em infraestrutura na Amazônia, Senador Cícero Lucena, esses dois Ministérios... Eu diria até que todos. Mas esses dois Ministérios não podem estar de fora dessa questão, como também as entidades do setor produtivo. No caso, novamente, a CNA, porque se trata da questão da pecuária, e a CNI, que tem a indústria da carne e também a CBIC, que é a Confederação Brasileira da Indústria da Construção, que tem a participação importante na infraestrutura nacional e, no caso específico, aqui, da região amazônica.

Então, eu sou--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Sugiro à V. Exa.--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): --pela aprovação, mas peço à Senadora--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Encaminha posteriormente um aditamento ao...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Com certeza. Mas peço que a senadora concorde com a inclusão de um representante do Ministério de Minas e Energia, do Ministério dos Transportes, da CNI, da CNA e da CBIC.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Pelo número de sugestões, teremos que fazer duas audiências, porque, senão, ficaremos prejudicados. Mas, Senadora Marina Silva, o Senador Flexa Ribeiro propôs a inclusão de mais cinco entidades, órgãos--

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Para defender o desenvolvimento sustentável.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Para que possa fazer o debate sobre os investimentos na região da Amazônia Legal. Então, o que eu peço é que a gente possa... Se houver a concordância, aprovemos, mas transformemos essa audiência pública em duas audiências públicas. Então, em discussão, ainda, a matéria.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB): Eu queria sugerir outra preocupação, além dessas, concordando com a proposta de V. Exa. Nós temos participado de alguns eventos, onde está se discutindo muito a questão do reflorestamento legal, até matéria

seguida de pauta, certificada, isso e aquilo outro. E o BNDES é um agente financiador também, por exemplo, da indústria de celulose, do reflorestamento. Então, eu gostaria de sugerir alguém do setor de reflorestamento para participar também dessa discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Não havendo quem queira discutir, vamos colocar em votação o requerimento da Senadora Marina Silva, que será aditado com mais seis órgãos e instituições, que serão encaminhadas pelo Senador Flexa Ribeiro, Senador Cícero Lucena, posteriormente, após aprovação desta matéria.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Eu só queria sugerir, Sr. Presidente, para que tenhamos duas Mesas equilibradas. Aqui, eu procurei fazer um equilíbrio, né? O representante do BNDES, que, por ser um banco público, eu compreendo que também é Governo, enfim, os representantes da sociedade civil e o representante da ABIEC, que representa a rede de produção de carne. Então, havia, aqui, um esforço de equilibrar os pontos de vista. O Senador Flexa coloca aqui, enfim, mais cinco nomes. Então, eu gostaria de, posteriormente, para que haja um processo equilibrado nas duas Mesas, sugerir outros nomes, para que tenhamos, digamos assim, uma audiência com pesos e medidas.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Senadora Marina Silva, posso fazer uma sugestão? Para que a gente possa ter certa praticidade com relação a esse requerimento, para que não fique um assunto tão amplo que a gente não... Nós poderemos fazer, primeiro, a audiência pública, talvez, sobre a questão do comércio de carne, que seria talvez... E, posteriormente, sobre a questão de infraestrutura--

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Isso. Mantendo a mesma equilibrção e a gente poder fazer os nomes, equilibradamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Está certo.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): As duas audiências. V. Exa. tem inteira razão. Eu só quis economizar, porque a gente está vivendo uma situação difícil, em que a gente traz os convidados e, depois, a gente diz para eles que eles têm que pagar a sua passagem. Obviamente que isso não é problema para o BNDES, mas, para a Organização da Sociedade Civil, acaba sendo. Então, eu quis juntar tudo ao mesmo tempo, para facilitar o nosso trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Ok. Com todas as sugestões--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, ainda discutindo. Eu concordo com a proposta de V. Exa., e aí, como sabiamente V. Exa. propõe que se faça duas audiências, mas separando os temas, uma para pecuária e outra para a questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): De infraestrutura.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): --da infraestrutura na Amazônia, que a CNA participe da questão da pecuária, porque a senadora está preocupada com o equilíbrio. Então, ela coloca um órgão governamental, que é o BNDES, coloca duas ONGs e o ABIEC. Então, entra a CNA para fazer esse equilíbrio, realmente, e, como sempre, o Governo como [ininteligível]. Quer dizer, o Governo vai ter o voto de minerva na decisão que a senadora propuser na audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Ok. Então, eu vou tomar a liberdade de fazer uma proposta, posteriormente, a V. Exas., com relação à distribuição dessas pessoas, de acordo com o tema. Então, em votação a matéria. Quem for favorável com os acréscimos, aditamentos, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item nº 7, também da Senadora Marina Silva, projeto do Senador Gerson Camata. Com a palavra a Senadora Marina Silva, que é a relatora da matéria.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Sr. Presidente, eu vou me ater à análise, Sr. Presidente. Compete à Comissão, nos termos do art. 102^a, e o inciso IIC, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o Projeto de Lei atinentes à preservação, conservação e exploração das florestas e da biodiversidade. Conforme já mencionado no relatório, trata-se de preposição elaborada, com o intuito de punir, como crime ambiental, o transporte, a comercialização de madeira que não tenha o selo de certificação florestal. Ocorre que a certificação ambiental, nela incluída a certificação florestal, é instrumento de caráter voluntário, cuja finalidade é identificar com base em critérios previamente definidos, produtos, processos ou serviços julgados de maior impacto sobre o meio ambiente que seus similares disponíveis no mercado. Os selos ambientais, além de informar que o produto certificado atende aos padrões ambientais, requeridos para a sua concessão, e incentivar o consumo de bens ambientalmente corretos, cumpre também o papel de induzir mudanças nas atividades produtivas, em prol de tecnologias e processos que respeitem a capacidade de suporte do meio ambiente. Por ser a certificação um mecanismo voluntário de controle ambiental, situando-se acima das exigências legais, a adoção desse instrumento pelo setor produtivo passa a constituir vantagem competitiva

diferencial no mercado. A certificação florestal, por isso mesmo, deve ser vista como ferramenta complementar às leis e normas infralegais, que ordenam as práticas de manejo florestal sustentado.

A propósito, os arts. 15 e 19, do Código Florestal, da Lei 4.771, de 15 de setembro de 65, regulamentados pelo Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, estabelecem que a exploração de florestas, tanto de domínio público quanto privado, dependerá da prévia aprovação do plano de manejo florestal sustentável pelo órgão ambiental competente. A aprovação do plano de manejo, nos termos dos fundamentos teóricos e científicos requeridos, confere ao seu detentor a licença ambiental para a prática do manejo sustentável. Há que se mencionar também que esses planos serão submetidos à vistoria técnica, para acompanhar e controlar as atividades desenvolvidas na área de manejo, isso de acordo com a lei aqui citada. Por sua vez, o documento de origem florestal, o DOF, é obrigatório para a comprovação de que o produto ou subproduto florestal, de origem na ativa, colocados no mercado, foram produzidos com a observância da legislação ambiental, ou seja, tiveram origem legal.

Como se pode observar, as normas legais vigentes já preveem e disciplinam, a contento, a exploração dos recursos florestais, sob regime de manejo sustentável, de modo a garantir a continuidade dos bens e serviços ambientais prestados por esses ecossistemas. A partir dessas considerações e da análise da matéria do PLS nº 293/2008, concluímos que não se pode incriminar aquele que não venha aderir a programas voluntários de certificação florestal, os quais, diga-se de passagem, são conduzidos na órbita da iniciativa privada e obedecem a procedimentos e critérios aceitos internacionalmente. Sendo assim, Sr. Presidente, o meu voto é pela rejeição dessa matéria, em função das questões que aqui foram elencadas.

Só a título de esclarecimento, pode parecer contraditório, como a Senadora Marina Silva está fazendo um parecer contrário a uma iniciativa que eu tenho absoluta certeza, tem o melhor dos propósitos por parte do nosso senador proponente, é que não se pode tornar obrigatório o processo de certificação, o que é obrigatório é o cumprimento da lei para que a madeira seja extraída mediante aos planos de manejo e à licença que é dada pelo órgão ambiental, seja o órgão federal ou órgão estadual. A certificação é uma adesão voluntária por parte do produtor na medida em que se trata de um processo de certificação até internacional em que aqueles que o aderem o fazem conscientemente para ter vantagens de mercado de inserção dos seus produtos, ter algum diferencial em termos da preferência de seus produtos, e com isso

poder dar também uma demonstração de que tem uma preocupação com os aspectos sociais e os aspectos ambientais nos processos produtivos de sua empresa, de sorte que ainda que compreendendo e achando muito interessante a iniciativa de torná-lo obrigatório não há base legal para fazê-lo, apenas dizendo que a obrigatoriedade do produtor é de cumprir com toda a norma legal para que o seu produto possa ser considerado legalizado para o mercado. A certificação se constitui um processo voluntário que demonstra um compromisso de elevada consciência ambiental e social, por parte do empreendedor, que não poderá ser a partir de um ato de obrigatoriedade, ainda mais impingindo qualquer tipo de penalidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Obrigada, Senadora Marina Silva. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o parecer da Senadora Marina Silva, que é contrária à matéria e à proposta, apresentadas pelo Senador Gerson Camata. Os senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado o relatório da Senadora Marina Silva.

Senadora Marina Silva, nós temos mais um relatório de V. Exa. Se pudéssemos aproveitar e já votarmos essa matéria onde V. Exa. é relatora. É um Projeto de Lei nº 08, Projeto de Lei do Deputado Cássio Taniguchi que é uma matéria de Projeto de Lei da Câmara 196, que eu passo então a palavra a V. Exa.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Vou direto também à análise, Sr. Presidente. Cumpre examinar a matéria sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e mérito. A proposição atende aos requisitos de constitucionalidade, juridicidade, nos termos do art. 21, inciso XX, da Constituição Federal. Compete à União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação. De outra parte, inexistente restrição à iniciativa parlamentar. Como a matéria não integra o corpo reservado pelo § 1, do art. 61, da Constituição, a iniciativa privada do Presidente da República é legítima à autoria parlamentar. No mérito, trata-se de medida louvável, que, no âmbito das operações urbanas consideradas, pretende estimular a construção e uso sustentável dos espaços urbanos, consentâneo com o conceito de valorização ambiental já presente no Estatuto da Cidade, o PLC nº 196/2008 pretende, na prática, tornar explícita a publicidade da concessão de benefício com vista à sustentabilidade ambiental dos processos construtivos e do uso das edificações.

Importa notar, contudo, que a norma proposta não tem aplicabilidade universal, relativamente edificações urbanas, assim como deixa de alcançar os parcelamentos do solo, de forma limitada dirige-se

exclusivamente às operações urbanas considerada instrumento jurídico e político, posto à disposição dos municípios nos termos do Estatuto da Cidade. Como preceitua a Lei de Diretrizes Gerais para política urbana, “considera-se operação urbana considerada o conjunto de intervenções e medidas coordenadas pelo Poder Público Municipal com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados com o objetivo de alcançar uma área de transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental. Trata-se de ações episódicas com contornos territoriais e temporais, definidos uma vez que o Estatuto das Cidades determina a aprovação de cada operação consorciada pela Lei Municipal específica baseada no Plano Diretor. Por essa razão a vista do largo significado da lei proposta que pretende estimular a adoção de padrões sustentáveis para o desenvolvimento urbano, convém torná-la incidente não apenas nas operações consideradas, mas em todas as edificações urbanas, bem como, nas atividades de parcelamento de solo. Para tanto o estímulo à construção e uso sustentável dos espaços urbanos deve constituir uma das diretrizes gerais da Política de Desenvolvimento Urbano Municipal escrita no art. 2º do Estatuto da Cidade. Assim com o objetivo de alargar o alcance e o significado do projeto sobre exame propomos uma emenda aditiva adiante formulada.

O voto, Sr. Presidente. Ante as razões expostas, o voto pela aprovação do PLC 196/2008, com a emenda ora apresentada. Emenda apresentada. Acrescente-se o inciso XVII ao art. 2º, da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que passa a vigorar com a seguinte redação: o artigo passa a ter, então, o inciso XVII, que diz o seguinte: “Estímulo à autorização dos parcelamentos de solo e nas edificações urbanas de sistemas operacionais, padrões construtivos e aportes tecnológicos, que objetivem a redução de impactos ambientais e a economia de recursos naturais”. É esse o parecer, com a emenda apresentada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Obrigada, Senadora Marina Silva. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório da Senadora Marina Silva. Os senadores, que forem favoráveis à matéria, permanecem como se encontram. Aprovado.

As demais matérias.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Presidente, o Senador João Pedro me pediu para que fosse relatora ad hoc do requerimento de nº 03, o item 03 da pauta. Então, eu indago a V. Exa. se podemos votar. E eu assinando--

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): V. Exa. assinando junto com a--

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Isso. Fazendo a defesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Então, o item nº 03, autoria do Senador João Pedro e Senadora Marina Silva, a quem passo a palavra.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Requeiro, nos termos regimentais do art. 93, do inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, tendo como convidado o Sr. Dirceu Raposo de Mello, diretor presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, e o Sr. Roberto Messias Franco, presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, para prestarem esclarecimento a respeito de denúncias, veiculadas na mídia, sobre a importação de lixo em contêiner para o Brasil de países da Europa, como, por exemplo, a Inglaterra.

Sr. Presidente, esse requerimento é de alta importância, porque nós acabamos de ganhar, no Supremo Tribunal Federal, uma ação que proíbe a exportação para o nosso país, de parte dos países ricos e, conseqüentemente, a importação de qualquer lixo que possa prejudicar a saúde e o meio ambiente do nosso país. Quando eu ainda era Ministra do Meio Ambiente, entramos com um contencioso, na Organização Mundial de Comércio, para evitar a entrada no nosso país de pneus usados, sob o argumento de que eles seriam, aqui, reformados, recauchutados, enfim, como era o argumento que era utilizado. Mas nós sabíamos que, na verdade, o que estava acontecendo era a exportação do lixo dos países desenvolvidos, sobretudo porque a União Européia aprovou leis muito rigorosas em relação a como fazer o acondicionamento desses resíduos, e, para diminuir os custos de ter que cuidar e dar o tratamento adequado, eles preferem mandar o seu lixo para países em desenvolvimento. Essa vitória foi fantástica, com o relatório da doutora, da Ministra Cármen Lúcia, e quero, aqui, fazer o meu reconhecimento pelo trabalho magnífico que realizou, inclusive ouvindo vários pontos de vista e especialistas. E, agora, nós tivemos algo que não temos, sequer, como nominar, que é a exportação para o nosso país de lixo hospitalar, de sorte que essa audiência pública, obviamente, vai tratar dessa questão, e eu espero que o que aqui possamos debater seja como os países em desenvolvimento se livram desse tipo de atitude por parte dos países ricos. Nós temos boa parte da nossa legislação ambiental inspirada na legislação desses países,

e o que não serve para eles também não serve para nós. O princípio da universalização dos direitos deve ser para todos os povos e os investimentos para tratar adequadamente o lixo e não ter contaminação para o meio ambiente e nem riscos para a saúde, deve ser estendido a todos os povos. Esse é um direito consignado em vários acordos internacionais do qual o Brasil é signatário, bem como os países que agora violam os próprios acordos que fizeram.

Então, eu, aqui, me somo ao Senador João Pedro, pela aprovação desse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Em discussão o requerimento. Em votação. Os senadores, que forem favoráveis, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

As demais matérias os senadores não estão presentes e outras matérias terminativas. Portanto, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente sessão, convidando para a próxima, na terça-feira próxima, às 11h30 da manhã. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h40

Ata da 24ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura, realizada em 11 de agosto de 2009, às 11:30 horas.

Às onze horas e quarenta e nove minutos do dia onze de agosto de dois mil e nove, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador **RENATO CASAGRANDE**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Assinam o livro de presença os Senhores Senadores **JOÃO PEDRO, LEOMAR QUINTANILHA, MARISA SERRANO, GILBERTO GOELNER, ELISEU RESENDE, CÍCERO LUCENA, JEFFERSON PRAIA, CÉSAR BORGES, INÁCIO ARUDA e VALDIR RAUPP**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. Após, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 58, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, seja promovida, por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, Audiência Pública, em data a ser definida oportunamente, tendo como convidados os Senhores José Machado, Diretor-Presidente da Agência Nacional das Águas; Everton Luiz da Costa Souza, Presidente da Associação Brasileira de Águas Subterâneas; Julio Cesar de Sá Rocha, Coordenador do

Fórum Nacional dos Órgãos Estaduais Gestores de Recursos Hídricos e outros nomes que poderão ser indicados pelos membros deste órgão técnico, objetivando discutir sobre as águas superficiais ou subterâneas do território brasileiro, sua titularidade e responsabilidade administrativa de seu gerenciamento. Autoria: Senadores **RENATO CASAGRANDE e FLÁVIO ARNS**. Resultado: Aprovado. **Item 03) REQUERIMENTO Nº 59, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 489, de 2008, que altera o Decreto-lei Nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar que uma escala de graduação em cores identificando o percentual de composição nutricional nos rótulos das embalagens dos alimentos, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisa e órgãos de defesa do consumidor para discutirem os aspectos do projeto em questão: Sr. Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA; Sr. Lisa Gunn, Coordenadora-Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC; Sr. Ricardo Morishita Wada, Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Sr. Aurélio Virgílio Veiga Rios, 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal e Sr. Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação – ABIA. Autoria: Senador **JEFFERSON PRAIA**. Resultado: Aprovado. **Item 04) OFÍCIO “S” Nº 46, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º do art. 20 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Autoria: Banco do Brasil S/A. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Resultado: Concedido pedido de vista ao Senador **GILBERTO GOELNER**. **Item 05) OFÍCIO “S” Nº 56, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, encaminha ao Senado Federal, cópia do Ofício 253, de 13 de novembro de 2007, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que apresenta considerações sobre os custos unitários constantes do projeto de lei orçamentária para 2008. Autoria: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do

processado ao arquivo. Resultado: Aprovado. **Item 06) AVISO Nº 7, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO**, encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 001.276/2009-8, acerca de auditoria da Secretaria de Macroavaliação Governamental sobre percentuais individuais de participação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na distribuição dos recursos tratados no art. 159, inciso III e § 4º, da Constituição Federal. Autoria: Tribunal de Contas da União. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. Resultado: Concedido pedido de vista à Senadora **MARISA SERRANO**. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 173, DE 2009 – NÃO TERMINATIVO** que “estabelece prazo para que computadores, componentes de computadores e equipamentos de informática em geral, comercializados no Brasil, atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética”. Autoria: Senador **JOÃO TENÓRIO**. Relatoria: Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. Parecer: Favorável à matéria. Resultado: Concedido pedido de vista ao Senador **JOÃO PEDRO**. **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 18, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “modifica a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira e dá outras providências, a fim de estabelecer linhas de crédito específicas para o investimento em unidades de produção de biodiesel e para o cultivo de oleaginosas a serem utilizadas como matéria-prima para a fabricação de biodiesel”. Autoria: Senador **CÉSAR BORGES**. Relatoria “ad hoc”: Senador **JEFFERSON PRAIA**. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 521, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, e dá outras providências, para determinar a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio de sistema eletrônico”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatoria “ad hoc”: Senador **CÉSAR BORGES**. Parecer: Pela prejudicialidade da matéria e subsequente aprovação de requerimento que solicita, nos termos do art. 334 e por analogia ao disposto no art. 255, II, c, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da audiência da Comissão de Assuntos Sociais para a instrução do Projeto. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA, são deliberados os requerimentos a seguir elencados. **ADITAMENTO AO REQUERIMENTO Nº 54, DE 2009-CMA**

– **NÃO TERMINATIVO**, que solicita a realização de audiência pública para debater a segregação de produtos transgênicos ao longo da cadeia produtiva e a denúncia do jornal Folha de São Paulo, de que o “País perde controle dos transgênicos”, seja incluído no rol dos convidados o Dr. José Maria Ferreira da Silveira, Pesquisador do Núcleo de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp. Autoria: Senadores **GILBERTO GOELLNER** e **CÉSAR BORGES**. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 60, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública nesta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para debater “O acompanhamento dos gastos públicos para a realização da Copa do Mundo em 2014”, para a qual deverão ser convidados: 1. Procurador Geral da República; 2. Presidente do Tribunal de Contas da União; 3. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; 4. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro; 5. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; 6. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; 7. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; 8. Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal; 9. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso; 10. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas; 11. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará; 12. Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia; 13. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco; 14. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte; 15. Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; 16. Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro; 17. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará; 18. Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia. Autoria: Senadora **MARISA SERRANO**. Resultado: Aprovado. **REQUERIMENTO Nº 61, DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 102-A, inciso I, alínea e, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle aprove e encaminhe requerimento, acompanhado de cópia da nota técnica citada a seguir, ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a realização de auditoria no Ministério das Cidades, com o objetivo de avaliar a execução do Contrato de Empréstimo nº 1356/OC-BR, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinado ao Programa de

Ação Social em Saneamento (PASS). Autoria: Senadora **MARISA SERRANO**. Resultado: Aprovado. A Presidência adia a deliberação dos demais itens da pauta: **Item 02) REQUERIMENTO Nº , DE 2009-CMA – NÃO TERMINATIVO**, que requer, “nos termos do art. 335, III, do Regimento Interno, o sobrestamento do PLS nº 146, de 2008, em virtude da tramitação, na Câmara dos Deputados, do PL nº 1.991, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que visa “instituir a Política Nacional de Resíduos Sólidos e dá outras providências”. Autoria: Senador **GIM ARGELLO**. Resultado: Adiado. **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 196, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO**, que “acrescenta § 3º ao art. 6º da Lei nº 8.918, de 14 de julho de 1994, para determinar que os rótulos das bebidas que mencionam especifiquem o teor calórico nelas contido e apresentem frase de advertência quanto aos riscos da obesidade infantil”. Autoria: Senador **JAYME CAMPOS**. Relatoria: Senador **GILVAM BORGES**. Parecer: Favorável à matéria na forma do substitutivo apresentado. Resultado: Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 65, DE 2008 – NÃO TERMINATIVO**, que “altera o art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, para introduzir a concessão de bônus de adimplência aos produtores rurais da Amazônia Legal nas condições que especifica”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria “ad hoc”: Senador **CÍCERO LUCENA**. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 12) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 50, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO**, que “autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a receber em dação em pagamento o imóvel que especifica”. Autoria: Presidente da República. Relatoria: Senador **JOÃO RIBEIRO**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ e com as duas emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO**, que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor”. Autoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Relatoria: Senador **JOÃO RIBEIRO**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 167, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “altera a Lei nº 8.313, de 1991, que institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), para tornar obrigatória a previsão da emissão de carbono e o respectivo cálculo de sua neutralização nos projetos cul-

turais beneficiados pelo Poder Público”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 248, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “acrescenta inciso XVIII ao artigo 51 da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, que “dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”, para prever a nulidade da cláusula que surpreenda o consumidor após a conclusão do contrato”. Autoria: Senador **AUGUSTO BOTELHO**. Relatoria: Senador **ALMEIDA LIMA**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 16) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 – TERMINATIVO**, que “institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente”. Autoria: Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. Relatoria: Senador **VALDIR RAUPP**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 17) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007 – TERMINATIVO**, que “dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. Parecer: Favorável à matéria com a Emenda nº 1-CCJ e outra emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 18) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “dispõe sobre a obrigatoriedade de constar, no rótulo das embalagens produzidas com material reciclável, informações educativas sobre como deve ser a forma de descarte”. Autoria: Senador **RENATO CASAGRANDE**. Relatoria: Senador **GIM ARGELLO**. Parecer: Contrário à matéria. Resultado: Adiado. **Item 19) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 46, DE 2008 – TERMINATIVO**, que “estabelece a obrigatoriedade da neutralização das emissões de gases de efeito estufa decorrentes da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil, em 2014”. Autoria: Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. Relatoria: Senador **CÍCERO LUCENA**. Parecer: Favorável à matéria com a emenda que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 20) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera o art. 42 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”. Autoria: Deputado **CELSO RUSSOMANNO**. Relatoria: Senador **JEFFERSON PRAIA**. Parecer: Favorável à matéria com as três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. **Item 21) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 55, DE 2009 – TERMINATIVO**, que “altera o art. 52 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor”. Autoria: Deputado

CELSO RUSSOMANNO. Relatoria: Senador **GILBERTO GOELLNER.** Parecer: Favorável à matéria com as três emendas que apresenta. Resultado: Adiado. Usam da palavra os Senhores Senadores **LEOMAR QUINTANILHA, MARISA SERRANO, GILBERTO GOELLNER, CÉSAR BORGES, JOÃO PEDRO e JEFFERSON PRAIA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do registro de estenotipia informatizada.

Senador **Renato Casagrande**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA REUNIÃO DE 11/8/2009

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Srs. Senadores, que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

A matéria... Primeiro item da Pauta é um requerimento de minha autoria e da autoria do Senador Flávio Arns. Na verdade, eu fui procurado pelo Senador Flávio Arns, mas o Senador Flávio Arns não é membro desta Comissão, e também um assunto que surgiu numa Audiência Pública nossa, da Comissão lá no Estado do Ceará, quando fomos discutir recursos hídricos, pra que a gente possa debater a questão de água subterrânea e a titularidade dessa água, da gestão dessa água subterrânea. Hoje, a Constituição Federal determina que água subterrânea é de competência dos Estados. E tem uma emenda à Constituição alterando isso, dizendo que, dependendo do aquífero, se atender a mais de um Estado, isso fica de competência da União. Como tem questionamentos com relação a isso, eu apresentei um requerimento para que nós possamos fazer uma Audiência Pública nesta Comissão. A matéria está na Comissão de Constituição e Justiça, mas, lá, não é Comissão de mérito, e nós vamos fazer uma Audiência Pública pra subsidiar até a nossa posição lá. Eu sou relator da matéria lá, na Comissão de Constituição e Justiça.

E estou chamando o Presidente da ANA, José Machado, estou convidando, no meu requerimento e do Senador Flávio Arns, o Everton Luiz da Costa Souza, Presidente da Associação Brasileira de Água Subterrâ-

nea, Julio César de Sá Rocha, Coordenador do Fórum Nacional dos Órgãos Estaduais Gestores de Recursos Hídricos e outros nomes que poderão ser indicados por meio deste órgão, desta Comissão. Então, este é o requerimento, apresentado por V. Exa., coloco em discussão o requerimento. Se alguém quiser discutir, esta é a oportunidade. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação o requerimento. Senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. O Item nº 01. O Item nº 03 da pauta é o requerimento do Senador Jefferson Praia, que eu já, antes de qualquer pronunciamento, passo a palavra a ele, para que ele possa discutir, apresentar e defender seu requerimento.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT – AM):

Obrigado, Sr. Presidente. O requerimento é para que possamos realizar Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 489/08, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para determinar, aqui, uma escala de gradação em cores, identificando o percentual de composição nutricional nos rótulos das embalagens dos alimentos, sendo convidadas as seguintes instituições de pesquisa e órgãos de defesa do consumidor, para discutirem os aspectos do projeto em questão. Então, estamos convidando Dirceu Raposo de Mello, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA; Lisa Gunn, Coordenadora Executiva do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Ricardo Wada, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; Aurélio Virgílio, da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal; Edmundo Klotz, Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação.

Portanto, será um momento, Sr. Presidente, importante para discutirmos a proposição, que, na verdade, é uma proposição do Senador Cristovam Buarque, sobre essa questão relacionada aos rótulos, de acordo com a quantidade de calorias existentes nos alimentos, qual a importância de colocarmos esses rótulos, desde os alimentos que têm menos calorias aos que têm mais calorias.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES):

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento. Item nº 04, Relator Senador Leomar Quintanilha. O Ofício S nº 46/07, não terminativo. “Encaminho ao Senado Federal, nos termos do § 4º, do art. 20, da Lei 7.827, de 27 de se-

tembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste". Com a palavra o relator, Senador Leomar Quintanilha, e o autor é o Banco do Brasil SA.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB

– TO): Sr. Presidente, Senador Renato Casagrande, eminentes Srs. Senadores. Vem à apreciação desta Comissão o Ofício S nº 46/07, do Presidente do Banco do Brasil, que encaminha ao Senado Federal, nos termos do § 4º, do art. 20, da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, o FCO. A tramitação da matéria foi interrompida nesta Comissão, tendo em vista a aprovação, pela Mesa, do Senado dos Requerimentos nº 1388 e 1389 de 2007, ambos de autoria desta Comissão. Com os requerimentos, foram solicitados ao Ministro Chefe da Controladoria-Geral da União e ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca da avaliação de execução orçamentária e financeira dos Fundos Constitucionais e Financiamento do Centro-Oeste, o FCO; do nordeste, FNE, e do norte, FNO. Recebidas as informações em 30 de maio de 2008 e juntadas em cópia ao ofício sob exame, a matéria retornou a esta Comissão para prosseguimento de sua tramitação. Naquela ocasião, foi designado relator o Senador Augusto Botelho. Em 10 de março do presente ano, o então relator devolveu a matéria por não ser mais membro desta Comissão. Fui, então, designado relator.

O envio das demonstrações contábeis dos Fundos Constitucionais de Financiamento ao Congresso Nacional, objeto do presente ofício, atende ao disposto no § 4º, do art. 20, da Lei nº 7827. Eu traço aqui, Sr. Presidente, já de conhecimento de todos os membros da Comissão, algumas observações a respeito das manifestações a respeito da aplicação dos respectivos fundos constitucionais que foram devidamente auditadas. Essa matéria está em exame na Comissão Mista do Congresso Nacional e é quem tem competência legal e regimental para deliberar sobre o assunto. Assim, o encaminhamento deste parecer subsidiará a apreciação da matéria naquela instância do Poder Legislativo.

Diante do exposto, voto pelo conhecimento do Ofício S nº 46/07, do Presidente do Banco do Brasil AS, que encaminhou ao Senado Federal, nos termos do § 4º, do art. 20, da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2006, devidamente auditadas, do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e pelo encaminhamento da matéria, com o presente

parecer à Comissão Mista de Planos, Orçamento Público Fiscalização e Controle do Congresso Nacional. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Muito obrigado, Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu vejo que essa matéria é de interesse a todo o setor produtivo do centro-oeste brasileiro, e o fato de que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional do Centro-Oeste não estarem sendo utilizados e nem observado a sua aplicação à pequena agricultura, agricultura pequena e média, praticamente 50% que obrigatoriamente deveria ser aplicado, a gente sabe que a dificuldade por que passa o Banco do Brasil, de aplicar os recursos, diz mais respeito, não à falta de demanda dos projetos, mas, sim, a reclassificação de risco onde foi colocado o produtor e que impede o acesso ao crédito. E, nesse sentido, eu pediria que se trouxesse os integrantes do Ministério da Integração Nacional, o Superintendente dessa área e também o Banco do Brasil, para que fizessem as observações necessárias. Já que o Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Superintendência do centro-oeste, solicita ao Ministério da Fazenda que seja encaminhado para outros operadores também, do sistema de crédito, principalmente do SICREDI nacional. Então, nesse sentido, eu vejo que nós devemos... Eu gostaria de solicitar uma Audiência Pública nesse sentido, para que a gente pudesse apreciar melhor o resultado das aplicações, conforme foi levantado pelo TCU.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): O senhor está pedindo vista, então, Senador Gilberto Goellner? Porque, a partir do pedido de vista, já pode apresentar o Requerimento da Audiência Pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Excelente. Então, nesse sentido, eu peço vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): É regimental. Concedido vista à V. Exa. V. Exa. encaminha o Requerimento à Mesa, solicitando Audiência Pública com os dirigentes de órgãos anunciados por V. Exa. Muito obrigado. Item nº 05, também Senador Leomar Quintanilha é o relator, encaminha ao Senado Federal cópia do Ofício nº 253/07, autoria do Deputado Giovanni Queiroz, que apresenta considerações sobre o custo unitário cons-

tante do Projeto de Lei Orçamentária de 2008. Concedo a palavra ao Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO): Sr. Presidente, antes de abordar o relatório expendido a respeito desse Item nº 5, gostaria somente de fazer um pequeno comentário a respeito das colocações apresentadas pelo Senador Goellner, com relação às dificuldades de aplicação dos recursos do FCO. Há muito tempo que nós estamos acompanhando essa situação, os bancos têm primado por uma seletividade de crédito muito austera e muito rigorosa, e nós temos que entender que essa é uma preocupação que os bancos têm que ter, mas esse, seguramente, tem sido o principal obstáculo para o acesso ao crédito. Há demanda, há o recurso, e não há a operacionalização do crédito. E isso se observa não só com o FCO, o Fundo Constitucional do Norte. Nós podemos observar que, no nordeste, o Fundo Constitucional do Nordeste e o Fundo Constitucional do Norte também experimentam essa mesma situação. Quem sabe fosse interessante, nesta Audiência Pública, que nós pudéssemos ouvir as demais instituições, encarregadas das aplicações de recursos dos Fundos Constitucionais do Norte e do Nordeste também. Quem sabe nós apresentaremos um requerimento conjunto, se o Senador Goellner assim concordar, e nós poderemos ouvir, porque eu acredito que é a situação similar apresentada pelos três fundos constitucionais.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu acho procedente essa preocupação, já que os três fundos constitucionais se encontram na mesma situação. A dificuldade que os produtores possuem em acessar o crédito. Mas eu gostaria de aproveitar a palavra e solicitar um acréscimo, aditamento ao Requerimento nº 01, do Item nº 01, de vossa autoria, Senador Renato Casagrande, no sentido de incluir aqueles três nomes, incluir a participação da CNA nessa Audiência Pública, de gestão de recursos hídricos, já que a mesma possui um programa de transformar o Rio Araguaia num rio parque, que é algo que tem como precursora nesse projeto a Senadora Kátia Abreu. Eu solicitaria, então, aditamento e colocar CNA como participante desse fórum.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Nós vamos discutir água subterrânea. O debate é sobre titularidade da--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Não é dos recursos hídricos?

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Não, não. Porque é um assunto... Até uma emenda constitucional tramitando na Casa, que transfere a titularidade da gestão de água subter-

rânea para a União. Hoje, é dos Estados. E, antes de nós darmos--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu retiro. Retiro a minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Certo. Então, acho que tem entendimento entre o Senador Leomar Quintanilha e o Senador Gilberto Goellner sobre a Audiência Pública para tratarmos dos fundos constitucionais. Vocês encaminharão em conjunto o requerimento à Mesa Diretora. Item nº 05, Senador Leomar Quintanilha com a palavra.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO): Esta matéria, Sr. Presidente e Srs. Senadores, trata o expediente em análise de ofício da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que encaminha a apreciação desta Comissão os Ofícios nº 253/07, do Deputado Giovanni Queiroz, e nº 010/07, do relator geral do orçamento para 2008, Deputado José Pimentel. O ofício, apresentado pelo Deputado Giovanni Queiroz, apresenta considerações sobre os custos unitários, constantes do Projeto de Lei Orçamentária para 2008. Afirma o parlamentar que se observa, no Projeto de Lei orçamentária para 2008, custos unitários de obras muito superiores aos praticados no mercado ou mesmo aqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisas de Custo e Índices da Construção Civil, SINAPI, do custo unitário básico ou do sistema de custos rodoviários. São apresentados, no ofício, vários exemplos de ações, constantes no projeto da lei orçamentária, que indicariam, segundo seu autor, a existência de discrepância entre os valores orçados e aquele efetivamente praticados pelo mercado.

Ao final, o ilustre Deputado Giovanni Queiroz alerta também para o que julga ser impropriedades constantes de obras a cargo do Poder Judiciário. Informa que, em tais empreendimentos, os custos unitários de construção estão muito superiores aos padrões aceitáveis. Além disso, considera ser necessário verificar o correto dimensionamento da área dos prédios públicos, em razão de sua lotação. Já o Ofício nº 10/07, do relator geral da lei orçamentária para 2008, Deputado José Pimentel, realiza uma análise dos argumentos apresentados pelo Deputado Giovanni Queiroz, anteriormente relacionados. Em sua análise, o Deputado José Pimentel afirma que as obras, citadas pelo eminente Deputado, foram incluídas, pelo Poder Executivo, no Projeto de Lei orçamentária, encaminhado ao Congresso Nacional. Houve, no âmbito do Congresso Nacional, apenas uma emenda, contemplando a obra relacionada pelo Deputado Giovanni Queiroz, a qual foi atendida com valor bastante inferior ao pleiteado.

Em conclusão, o Deputado José Pimentel propõe uma série de medidas, com o fim de que não parem dúvidas em relação à sistemática de elaboração orçamentária e, entre elas, destacam-se: Requerimento junto ao Tribunal de Contas da União, auditoria nos custos unitários das obras de serviços, mencionados no Ofício nº 253/07, e nos demais custos que vierem a constar da Lei Orçamentária de 2008, segundo os critérios usualmente utilizados por aquela corte de contas. Instar o comitê de avaliação das informações sobre obra e serviços dos indícios de irregularidades graves e adotar as providências que sejam necessárias para averiguar a procedência das observações apresentadas pelo Deputado Giovanni Queiroz, solicitando aos órgãos envolvidos os esclarecimentos necessários à elucidação dos questionamentos. Oficiar aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado a encaminharem um assunto à apreciação das comissões pertinentes, a fim de que a matéria seja amplamente conhecida e investigada no âmbito do Congresso Nacional. Enviar cópia de todo o material anexado ao Ministério Público Federal, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Controladoria-Geral da União, para as providências no âmbito das respectivas alçadas.

Em face do teor da matéria, tratada no ofício em exame, relacionada à fiscalização de recursos públicos, a Presidência do Senado Federal decidiu encaminhá-la a esta Comissão. Nos fatos, apresentados pelo Deputado Giovanni Queiroz, pode-se vislumbrar a existência de indícios de que determinadas obras, constantes do PL para 2008, apresentava dotação superior às suas reais necessidades. Tais fatos merecem uma investigação, uma vez que podem ensejar prejuízo ao Erário, quando na efetiva liquidação dos valores orçamentários. No entanto, o ilustre relator geral do Projeto de Lei Orçamentária para 2008, Deputado José Pimentel, tempestivamente, propôs as iniciativas necessárias à apuração dos fatos e punição de eventuais responsáveis. Dessa forma, tendo em vista que o Tribunal de Contas da União e o Ministério Público Federal já foram instados a tomar as providências, no âmbito das respectivas competências, para investigar os indícios relacionados ao Ofício nº 253/07, do Deputado Giovanni Queiroz, entendemos não haver medidas adicionais a ser adotadas, no que tange à apuração dos fatos.

Diante do exposto, tendo em vista que a iniciativa de solicitar aos órgãos competentes a investigação das denúncias apresentadas já foi tomada no âmbito da CMO, julgamos que não há providência a ser adotada por esta Comissão. Desse modo, o nosso voto é no sentido de que esta Comissão conheça os Ofícios nº 253/07, do Deputado Giovanni Queiroz, e nº 010/07, do relator geral do orçamento para 2008, Deputado

José Pimentel, e delibere pela remessa do processo ao arquivo. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Em discussão o relatório do Senador Leomar Quintanilha. Os encaminhamentos feitos pelo senador são excelentes encaminhamentos para que, de fato, nós possamos tomar providências com relação ao problema levantado pelo Deputado Giovanni Queiroz. Alguém deseja discutir? Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório do Senador Leomar Quintanilha. Senadores e senadoras, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria. Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS): Obrigada. Eu queria solicitar à V. Exa. a inclusão extrapauta de dois requerimentos de minha autoria; um deles, Sr. Presidente, solicita uma Audiência Pública sobre o acompanhamento dos gastos públicos para a realização da Copa do Mundo em 2014. Já que V. Exa. entrou com requerimento, solicitando uma Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014, eu quero propor aos nobres pares que a gente pudesse fazer uma Audiência Pública, talvez, o primeiro ato desta Subcomissão, convidando todos os Tribunais de Contas dos estados em que ocorrerão a Copa, para que, preventivamente, se discuta qual é o tipo de ação que os Tribunais de Contas dos Estados e o TCU irão tomar face as licitações e tudo que já está acontecendo a respeito disso.

Então, esse é um dos requerimentos que eu gostaria de indicar à Mesa para extrapauta. E o segundo, Sr. Presidente, é sobre um requerimento, também, solicitando ao TCU que analise uma resposta que o governo me enviou, nos enviou, aqui, através de uma solicitação minha, a respeito da realização de auditoria do Ministério das Cidades, com objetivo de avaliar a execução de um contrato de empréstimo, firmado com o BID, destinado ao Programa de Ação Social de Saneamento – PASS. Apenas para acompanhamento do TCU. Então, são dois requerimentos que eu gostaria de colocar à Mesa e pedir a anuência.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Em votação a solicitação da Senadora Marisa Serrano, de inclusão extrapauta. Senadores, que forem favoráveis à inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão extrapauta.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Pela ordem, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Sr. Presidente, tenho em mãos, também, o requerimento, nos termos regimentais, que é aditamento ao Requerimento nº 54, da CMA, de autoria da Senadora Marina Silva, que solicita realização de Audiência Pública para debater a segregação de produtos transgênicos, ao longo da cadeia produtiva e a denúncia do Jornal Folha de São Paulo de que o país perde controle dos transgênicos, e que seja incluído no rol dos convidados o Dr. José Maria Ferreira da Silveira, pesquisador do Núcleo da Economia Agrícola do Instituto de Economia da UNICAMP. Está subscrito pelo Senador Gilberto Goellner, e eu também subscrevi esse requerimento e gostaria que fosse colocado em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Inclusão extrapauta. Senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovado. Em votação os requerimentos, já incluídos extrapauta. Primeiro, o aditamento, feito pela Senadora Marina Silva, da reunião passada, apresentado pelo Senador César Borges, de autoria do Senador Gilberto Goellner. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os favoráveis permaneçam como se encontram. Aprovado o aditamento.

Em discussão o pedido de Audiência Pública, feita pelo requerimento da Senadora Marisa Serrano, que trata do debate sobre o acompanhamento dos gastos públicos para a realização da Copa do Mundo para 2014. Só informando à Senadora Marisa Serrano e aos demais senadores que nós comporemos, até a próxima semana, a Subcomissão. Ou quem tiver interesse já pode... Pelo que eu estou observando, a Senadora Marisa Serrano tem interesse, quem tiver interesse, especialmente aqueles Estados que serão sede da Copa, acho que seria muito bom que os senadores pudessem participar dessa Subcomissão de Acompanhamento, que iremos fazer um trabalho em conjunto com a Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados. Então, quem tiver interesse, por favor, manifestar. Senador Jefferson Praia.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT – AM): Gostaria já de colocar meu nome à disposição para participar. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Acho que são sete membros, senador... Nosso Secretário, José Francisco. Então, já temos duas solicitações de participação. De fato, pode ser uma atividade inicial da Comissão que se reunirá, mas fica aprovado o requerimento de Audiência Pública na Comissão de Meio Ambiente. E o outro requerimento da Senadora Marisa Serrano, também coloco em votação. Auditoria para avaliação do empréstimo do

contrato de empréstimo nº 1356, firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado ao Programa de Ação Social de Saneamento Básico.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS): Sr. Presidente, só para complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Pois não, senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS): Porque é difícil para nós, quando recebemos uma avaliação, uma resposta, com dados que nem sempre nós temos aqui, é melhor o TCU poder analisar os dados, porque, para nós, fica muito difícil. E, se o TCU tem toda essa informação, é mais fácil ele traduzir isso em fatos mais claros para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Quem for favorável, permaneça como se encontra. Aprovado. Item nº 06, também o Senador Leomar Quintanilha é nosso relator, nosso ex-Presidente desta Comissão, que já tem ali o retrato garantido na parede. Senador Leomar Quintanilha. Acho que... Será o primeiro retrato. Senador Leomar Quintanilha com a palavra, para relatar o Item nº 06.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO): Sr. Presidente Renato Casagrande, é uma honra pra mim integrar esta Comissão, presidida por V. Exa. Srs. Senadores, o Item nº 06 que vamos relatar trata-se de processo de representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU, acerca da fixação, para o exercício de 2009, dos percentuais individuais de participação dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, na distribuição dos recursos de contribuição de intervenção no domínio econômico, incidente sobre combustíveis, CIDE-combustíveis, tratados no Inciso III, art. 4º, art. 159, da Constituição Federal. Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, acordaram: 1º) conhecer da representação e aprovar a Decisão Normativa nº 95, de 11 de fevereiro de 2009, que fixa os percentuais acima referidos; 2º) encaminha cópia da decisão normativa, ora aprovada, do acórdão e do relatório e do voto que a fundamentara aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Presidente do Banco do Brasil SA; 3º) determinar à Controladoria-Geral da União que se manifeste, nas próximas contas anuais do Ministério dos Transportes, sobre a conformidade das despesas informadas àquele órgão, em cumprimento ao § 11, do art. 1º-A, da Lei 10336, de 19 de dezembro de 2001, que instituiu a CIDE-combustíveis; 4º) para arquivar o presente processo.

A matéria foi, portanto, remetida ao Senado Federal, a esta Comissão, por força do próprio acórdão, seguindo o procedimento que vem sendo adotado por aquela Corte de contas, de enviar cópia de suas decisões a esta Casa para conhecimento. Apenas para ilustrar, que não foi comentado no início do relatório, o cálculo do repasse, do último repasse, nos termos do § 2º, do art. 1º-B, da Lei 10336, de 2001, atribuído ao TCU, que deve seguir os critérios definidos no § 1º, no mesmo dispositivo, a saber, Item nº 01, 50% proporcionalmente aos mesmos critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Municípios. E Item nº 2, 50% proporcionalmente à população, conforme apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE.

Assim, o Tribunal de Contas estabelece os critérios a ser distribuído à CIDE-combustíveis. O acórdão reflete o posicionamento dos Ministros do TCU, reunidos em Sessão Plenária, e se coaduna com os princípios e boas práticas de gestão e aplicação dos recursos públicos. Ao Senado Federal, cabe permanecer a par do assunto e atento às possibilidades de aprimoramento da legislação que, porventura, se apresentem. Pelo exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento da matéria e determine o seu encaminhamento ao arquivo. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Em discussão a matéria. Senadora Marisa Serrano com a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS): Eu queria, Sr. Presidente, pedir ao Senador Leomar Quintanilha que me desse uma luz, aqui, na proposta, porque uma decisão normativa, aprovada, referente aos percentuais repassados aos Estados, Distrito Federal e Municípios do recurso da CIDE, acerca da fixação, para exercício de 2009, dos percentuais individuais da participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Sr. Presidente, a Constituição Federal diz aqui, na análise... Determina que 29% do produto da CIDE seja entregue aos Estados e Distrito Federal. 71% é da União. E 29% é para os Estados e Distrito Federal. Desses 29%, 25% é repassado aos Municípios. E, desses 100%, 50% desse total, 50% proporcionalmente aos critérios de distribuição do FPM e os outros 50% à população, relativo e proporcional à população do município. E aí diz, então, que fica garantida essa distribuição para 2009.

A minha pergunta é se não há nenhum tipo de variação, a não ser que seja... Porque a lei é de 2001. Nenhum tipo de variação anual. Todos os anos, nós estamos aprovando o mesmo tipo de processo. Tem que se fixar anualmente a proporcionalidade, embora a lei seja de 2001. Eu não entendi por que é que nós

estamos votando... Eu sei que o TCU nos mandou. Mas por que é que há uma Decisão Normativa 95, de 2009, e não tem aqui a decisão normativa? Quer dizer, a gente não ficou sabendo porque ele veio solto, não tem o acompanhamento aqui, no processo. Pelo menos, no que veio pra mim, tem uma proposta solta. E eu não pude acompanhar qual é essa decisão normativa. O que é que nós temos? É a Constituição Federal, que indica os percentuais; a Lei 10336/01, que indica 50% para cada um... Eu estou dizendo isso porque isso afeta todos os Estados e todos os Municípios. E dizendo que a Decisão Normativa de nº 95/09 decidiu. Mas não diz o que decidiu. Eu não sei se é isso, Senador Quintanilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Senador Leomar Quintanilha, alguma posição para a Senadora Marisa Serrano? Porque, se não tiver posição agora, ela pode pedir vista, e essas informações viriam até na próxima sessão.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO): Eu não tenho essa posição. Eu acho que a vista seria oportuna, se fosse concedido a vista à Senadora Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Vou considerar esse pedido de vista, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB – MS): Sim. E gostaria que a Secretaria nos colocasse qual é a decisão normativa que o TCU tomou acerca disso. Quer dizer, pode ser que seja tomada a mesma, de todo ano, mas, se tomou diferente, aqui não dá pra gente saber.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Então, relatório apresentado, pedido de vista da Senadora Marisa Serrano é regimental. Item nº 07, tenho a informação de que o Senador Leomar Quintanilha pediria retirada de Pauta da matéria. Ou não? V. Exa. está pronto para apresentar o relatório? Então, com a palavra o Senador Leomar Quintanilha, Item nº 07. Projeto de Lei do Senado nº 173, não terminativo. É matéria terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Com a palavra V. Exa.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei, sob apreciação, de nº 173/09, é de autoria do eminente Senador João Tenório e propõe o estabelecimento de prazo para que computadores, componentes de computadores e equipamentos de informática em geral, comercializados no Brasil, atendam a requisitos ambientais e de eficiência energética. Propõe que os computadores e demais equipamentos de informática, produzidos no Brasil, ou importados, e aqui comercia-

lizados, atendam, no prazo de dois anos, às seguintes especificações: a) presença de chumbo, mercúrio, cromo, cromo hexavalente, bifenil polibromatos, e éteres difenil polibromatos em concentração não superior a 0,1% e de cádmio, em concentração não superior a 0,01%, devendo esses valores serem aferidos por cada tipo de material, inclusive soldas; b) oferecer eficiência energética não inferior a 80%; c) conter partes e componentes passíveis de reciclagem em porcentagem não inferior a 95% em peso.

Essas exigências não se aplicam aos produtos destinados exclusivamente à exportação. A proposição legislativa em comento determina ainda que, em regulamento, poderá fixar outros requisitos ambientais de eficiência energética, bem como estabelecer limites mais restritivos do que aqueles citados anteriormente. É interesse e é intenção do Senador João Tenório que esses equipamentos que, hoje, são utilizados em larga escala, como são os computadores, tenham eficiência energética, ou seja, consumam menos energia elétrica, e tenham, em seus componentes, menos elementos pesados, metais pesados, que são poluentes, que sejam reduzidos do seu uso e que tenham também componentes passíveis de reciclagem em porcentagem nunca inferior a 95% em peso.

Então, são proposituras que vêm de encontro dos interesses ambientais, buscando a produção de um equipamento em larga escala que fira menos as questões ambientais. Diante do exposto, Sr. Presidente, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 173/09.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Em discussão a matéria. Matéria, de fato, importante para... Que induz à produção de novas tecnologias. Com a palavra Senador João Pedro. Senador João Pedro pede vista, para analisar mais adequadamente o projeto. Vista concedida ao Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Item nº 08, o Senador Gilvam Borges pede que seja retirado de Pauta, ele é o relator da matéria. Item nº 09, a relatoria do Senador João Ribeiro, mas já está na Pauta por um tempo significativo. Eu passo a palavra, como relator *ad hoc*, para o Senador Jefferson Praia, para fazer a apresentação do relatório.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT – AM): Sr. Presidente, vem a exame desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 18/07, que modifica a Lei 11097, de 13 de janeiro de 2005, de modo a estabelecer linhas de crédito específicas para

estimular a produção de biodiesel. Passo, portanto, Sr. Presidente, à análise. O incentivo ao uso de combustíveis derivados de fontes renováveis de energia e, portanto, menos poluentes, é uma tendência atual no mundo moderno, face às mudanças globais do clima e aos demais problemas, oriundos do uso intensivo de combustíveis fósseis. As mudanças nas matrizes energéticas em inúmeros países caminham a passos largos e constituem um avanço irreversível.

A Lei 11097, de 2005, ao estabelecer a política nacional para a produção e comercialização do biodiesel, alinhou o Brasil a essa tendência, estabelecendo, inclusive, linhas de crédito especiais para a produção de oleaginosas, a serem utilizadas na produção de biodiesel, e também para os investimentos nas respectivas unidades de produção. Como essa lei impunha tal obrigação a bancos federais, os artigos que a definiam foram vetados pelo Presidente da República, sob a argumentação da inconstitucionalidade de dispositivos legais que venham impor obrigações a órgãos da administração pública indireta. Efetivamente, tratando-se de matéria de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, a Constituição Federal, art. 61, § 1º, não autoriza o Congresso Nacional a criar obrigações para os bancos públicos que integram a Administração Federal indireta. Nesse caso, a intenção dos legisladores de criar mecanismos capazes de impulsionar a produção de biodiesel no país, em consonância com as diretrizes da Lei 11097/05, encontrou justificado óbice constitucional.

Todavia, o PLS nº 18/07 inova, ao propor novamente a criação dessas linhas de crédito, sem incorrer em vício de iniciativa, ao propor que a Lei 11097/05 passe a vigor com o acréscimo de dois artigos que dão nova redação aos artigos vetados pelo Presidente da República. Os dispositivos propostos, ao estabelecerem o direito de tais linhas especiais de crédito, sem, no entanto, definirem obrigações para os bancos públicos federais, remetem aos órgãos competentes a tarefa de disciplinar essas linhas de crédito. Desse modo, a análise do mérito do PLS nº 18/07 permite concluir que as linhas de crédito propostas constituirão importante apoio para o setor. Malgrado seja possível argumentar que a lei teria limitações, uma vez que os estabelecimentos bancários públicos ou privados já gozam da liberdade de abrir linhas especiais de crédito para o biodiesel, trata-se de uma manifestação inequívoca do Senado Federal e, por extensão, da sociedade civil, de apoio às políticas públicas, que promovem o uso de energias provenientes de fontes renováveis.

Finalmente, devemos considerar pequena adequação à boa técnica legislativa. Para tanto, apresentamos emenda de redação, visando contribuir para

o aperfeiçoamento da proposição. Passo ao voto, Sr. Presidente. Em face do exposto, manifestamos nosso voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 18/07, com a seguinte emenda de redação. Emenda de redação: dê-se ao *caput* do art. 1º a seguinte redação: “Art. 1º: A Lei 11097, de 13 de janeiro de 2005, passa a vigorar acrescida dos arts. 16-A e 17-A”. Sala das comissões, Sr. Presidente assina este relatório, o Senador João Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Obrigado, Senador Jefferson Praia. Em discussão. O autor da matéria, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Sr. Presidente, eu quero agradecer o relato feito pelo Senador Jefferson Praia, *ad hoc*, colocando o brilhante relatório feito pelo Senador João Ribeiro. Veja bem, V. Exa., como as coisas demoram aqui, no Congresso. Tem dois anos, dois anos... Quatro anos, foi aprovada a lei, houve o veto do Presidente da República, porque os parlamentares acharam que a importância da introdução do biodiesel na matriz energética brasileira é de tal forma positiva de que deveremos ter linhas de crédito específicas, não só para o desenvolvimento do setor industrial, da transformação, mas, também, para o setor agrícola, porque, se não houver uma base agrícola forte, não teremos... Fala-se em óleo de mamona, e não se tem biodiesel de mamona. Na verdade, o biodiesel brasileiro está concentrado, basicamente, na soja e no sebo animal.

E não se desenvolveu outras culturas. Já tivemos reuniões aqui sobre pinhão manso, mas tudo é perspectiva. E, na base de todo o desenvolvimento agrícola e industrial, há necessidade de linhas de crédito específicas para incentivar. Mas houve por bem, com o veto presidencial, dizendo que há inconstitucionalidade quando o parlamentar, aqui, na lei que, exatamente, determinou a criação, em 2005, da Lei 11097 para o biodiesel, tentou que o governo ficasse nessa obrigação. O que nós fizemos? Tentamos contornar essa dificuldade, não sendo impositivo, mas dando a possibilidade de que o cultivo de oleaginosas seja utilizado como matéria prima para a fabricação de óleo diesel, fará jus a linhas de crédito específicas.

É o mínimo que podemos fazer aqui, em nível de Senado, de Parlamento, para demonstrar que nós estamos empenhados que seja uma realidade brasileira, que possa desenvolver a agricultura familiar, que possa dar base de sustentação agrícola, principalmente na região do nordeste, onde passou a ser uma expectativa a produção do biodiesel, coisa que, lamentavelmente, até hoje, foi frustrada, por falta de linhas de crédito. Então, por exemplo, no caso da mamona, você não utili-

za... Você vende a mamona para outro mercado, onde consegue preços menores, e não para transformar em biodiesel. Então, o que era uma grande expectativa da redenção de muitas áreas do semiárido deixou de ser. Então, a nossa intenção é, exatamente, dar um norte, uma linha, uma vez que não temos iniciativa constitucional de impor a linha de crédito, mas deixar a permissão para que se faça créditos específicos, não só para o cultivo da oleaginosas, como investimentos na unidade de produção de biodiesel.

Era isso que eu queria dar essa explicação e pedir o apoio aqui, dos meus pares, para a aprovação desse simples projeto que já tem dois anos e a lei já tem quatro anos. Muito obrigado, Sr. Presidente. E ainda é terminativo em outra Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Continua em discussão a matéria. Passo ao Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Gostaria de cumprimentar o autor do projeto, Senador César Borges, e o relator João Ribeiro e ao relator *ad hoc*, Jefferson Praia, pela pertinência e propriedade com que se faz necessário um auxílio à produção e à industrialização de biodiesel. Se não houver uma modificação coerente, específica, para a atividade, infelizmente os objetivos do programa de biodiesel do país sofrerão percalços muito grandes. Porque quem investiu em industrialização desse biodiesel, do óleo vegetal, transesterificado, que é vendido à PETROBRAS, ele, possivelmente, não se valeu de empréstimos adaptados a essa atividade, que não é rentável, como se previa, a rentabilidade industrial é muito baixa. E, também, se não houver uma especificidade para cada cultura, com tempo de maturação... Por exemplo, o pinhão manso, ele possui três, quatro anos de maturação. Da mesma forma a mamona, da mesma forma, também, o dendê.

Então, há necessidade dos bancos financiadores da produção também adaptem. Agora, tudo isso terá que vir acompanhado de um prazo de carência e também de juros compatíveis. Porque, no atual modelo de juros, para [ininteligível] crédito rural brasileiro, mesmo os benefícios que existem para a agricultura familiar ainda não são suficientes para permitir a competitividade dessas linhas de crédito e adesão dos produtores nesse programa de biodiesel do país. Então, é um projeto que foi modificado no sentido de não ter linha específica, uma linha apropriada. Eu vejo que ele vem de encontro aos interesses da produção de biodiesel do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASA-GRANDE (PSB – ES): Bem, concordo plenamente. A Revista Época dessa semana traz até uma matéria

sobre o biodiesel de mamona, do fracasso de alguns projetos do biodiesel, através da mamona, e fazemos com que haja linhas específicas de crédito, para que a gente, de fato, garanta um incentivo, e a rentabilidade do produtor é fundamental. Encerrada a discussão. Em votação a matéria. Quem for favorável, mantenha-se como se encontra. Aprovada a matéria. O Item nº 10 é um item que eu poderia colocar em votação hoje. Mas, pela ausência da Senadora Marina Silva e Senador Cícero Lucena, vou solicitar que nós possamos deixar a votação dessa matéria para a próxima semana. Vamos votar o Item nº 11, que é não terminativo, a relatoria do Senador João Ribeiro, e vou solicitar ao Senador César Borges que faça o relato dessa matéria, do Projeto de Lei do Senado nº 521/07, não terminativo. Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR – BA): Pois não, Sr. Presidente. O Projeto de Lei do Senado 521/07, de autoria do Senador Valdir Raupp, dispõe sobre a obrigatoriedade de identificação dos medicamentos por meio do sistema eletrônico, com intuito de coibir a falsificação e adulteração desses produtos. Para tanto, acrescenta o dispositivo a Lei 6360, de 23 de setembro de 1976, a fim de instituir sistema de detecção para acessar dados que identifique o produto e suas principais características, número de registro, nome do produtor, data de fabricação, prazo de validade e número do lote, entre outros. O autor defende que a criação do sistema de identificação eletrônica de medicamentos pode tornar mais efetiva as ações de fiscalização sanitária e permitir o rastreamento mais ágil de medicamentos.

O projeto foi distribuído às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, de Assuntos Sociais, cabendo à última decisão terminativa. Por força do Requerimento nº 30, o Senador Marcelo Crivella, modificado pelo Aditamento nº 01, de autoria dos Senadores Crivella e Wellington Salgado, foi realizada Audiência Pública, para instruir a matéria, em 11 de junho de 2008. Na sequência, a Comissão de Comunicação e Informática aprovou Parecer pela prejudicialidade da proposição. Não foram apresentadas emendas. Compete a essa Comissão, de acordo com o Parágrafo Único, do art.102, opinar sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, notadamente aperfeiçoar os instrumentos legislativos reguladores contratuais e penais, referentes aos direitos dos consumidores e fornecedores, com especial ênfase às condições, limites e uso de informações, responsabilidade civil, respeito à privacidade, direitos autorais, patentes e similares.

Nesse sentido, o mérito da proposição sob análise é indubitável, dada a importância sanitária dos efeitos decorrentes da falta de rastreabilidade de medicamentos e insumos farmacêuticos, haja vista o risco à saúde do paciente e da população, especialmente por conta da falsificação de produtos, entre outras causas. Além dos efeitos econômicos, tais como o encarecimento da assistência à saúde e a evasão fiscal, sem esquecer da importação clandestina de medicamentos e do roubo de cargas. Cabe destacar, contudo, que o Senado Federal já deliberou sobre a matéria, quando da apreciação do Projeto de Lei da Câmara, nº 24/07, de autoria da Deputada Federal Vanessa Grazziotin, aprovado pelo Plenário, em 18 de dezembro de 2008, e que originou a Lei 11903, de 14 de janeiro de 2009, que dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos, por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.

Desse modo, fica prejudicada a apreciação do PLS nº 521/07, nos termos do art. 334, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal. Além disso, visando a economia processual, propomos, por analogia ao disposto no art. 225, Inciso XI, do Regulamento do Senado, requerer a dispensa da oitiva da Comissão de Assuntos Sociais, na instrução do referido projeto e que a matéria seja declarada prejudicada.

O voto, em vista do exposto, é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521/07, e pela subsequente aprovação do requerimento em anexo. O Requerimento. Considerando que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Meio Ambiente deliberaram, nos termos dos pareceres aprovados, por recomendar declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 521/07, requeiro, com fundamento no art. 334 e, por analogia, ao disposto no art. 225, do Regimento Interno do Senado Federal, a dispensa da audiência da Comissão de Assuntos Sociais para instrução do mencionado projeto e que a matéria seja declarada prejudicada. Sala das comissões, Senador João Ribeiro, relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Em discussão a matéria. Matéria prejudicada, por já termos votado, na Casa, projeto com o mesmo objetivo, idêntico, e muito bem explicado pelo Senador César Borges. Em votação o relatório do Senador João Ribeiro, apresentado pelo Senador César Borges. Senadores, que forem favoráveis à matéria, permaneçam como se encontram. Aprovada a matéria.

Item nº 12 é um item do Senador João Ribeiro, não está presente, poderíamos designar um relator *ad*

hoc, mas Senador Flexa pediu para que pudesse votar na próxima semana, uma vez que ele tem interesse no assunto, e acho que não custa nada nós atendermos o Senador Flexa Ribeiro. Não havendo mais matérias em condições de serem apreciadas, porque as demais matérias são terminativas, eu quero pedir à equipe da Comissão e aos senadores presentes que nós possamos fazer esforço, na semana que vem, para que a gente possa votar essas matérias terminativas. Se nós, na semana que vem, de 11h30 da manhã até uma hora da tarde, a gente determine um tempo prioritário de votação na Comissão, e gostaria que a Secretaria chamasse, convidasse e convocasse os senadores com este objetivo, para que nós possamos apreciar as matérias terminativas na próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão, convidando e convocando a próxima para a próxima terça-feira, às 11h30.

Sessão encerrada às 12h44.

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Subcomissão Permanente do Idoso no Âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura realizada no dia 15 de abril de 2009, quarta-feira, às 09:00 horas.

Às nove horas e quarenta e dois minutos do dia quinze de abril de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, sob a presidência do Senhor Senador Paulo Paim, reúne-se a Subcomissão Permanente do Idoso no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores membros Cristovam Buarque, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Papaléo Paes, Leomar Quintanilha e da não-membro Senadora Rosalba Ciarline. O Senhor Presidente Paulo Paim, declara aberta a presente reunião e informa como serão conduzidos os trabalhos de eleição do Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão. O Presidente anuncia a composição da Chapa Única, formada pelo Senhor Senador Paulo Paim, candidato a Presidente e pelo Senhor Senador Leomar Quintanilha, candidato a Vice-Presidente. O Senhor Presidente, Paulo Paim, convida os Senhores Senadores a votarem. Às dez horas e cinco minutos, o Senhor Presidente, Paulo Paim, passa a presidência ao Senador Cristovam Buarque, que dá continuidade ao processo de votação. Votam os seguintes Senhores Senadores: Paulo Paim, Leomar Quintanilha, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi e Cristovam Buarque. Ao final da Votação, o Senhor Presidente convida a Senadora Rosalba Ciarline e o Senador Papaléo Paes para serem os escrutinadores. Terminada a apuração dos

votos, o Senhor Presidente anuncia o resultado da apuração. O Senhor Senador Paulo Paim recebe 5 (cinco) votos favoráveis para Presidente e o Senhor Senador Leomar Quintanilha recebe 5 (cinco) votos favoráveis para Vice-Presidente da Subcomissão Permanente do Idoso. O Senhor Presidente Cristovam Buarque declara eleitos os candidatos. Fazem uso da palavra os Senhores Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim, Sérgio Zambiasi, Papaléo Paes, Leomar Quintanilha e a Senadora Rosalba Ciarline. O Senhor Presidente, faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às dez horas e dezoito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Subcomissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **Cristovam Buarque**, Presidente em exercício da Subcomissão

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO – CDHIDO

1ª Reunião Ordinária da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 15 de abril de 2009, às 09 horas e 43 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a eleição de Presidente e vice da Subcomissão Permanente do Idoso. Existe uma chapa única, que eu estou aqui anunciando, que seria para Presidente, esse que está a presidir a sessão nesse momento até a chegada do Senador Cristovam e para vice-Presidente, o Senador Leomar Quintanilha.

Sobre a Mesa, encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após chamada nominal para a votação.

Como há consenso entre o nome dos candidatos, podemos proceder à votação, em escrutínio secreto. Será procedida a chamada nominal, obedecida as composições partidárias, para que exerçam o direito do voto. Encerrada a votação, eu convidarei os senadores para o escrutínio.

De imediato, para que possamos acelerar o processo de votação, eu convido o Senador Papaléo Paes para dar o seu voto. Em seguida, digo... Em seguida... Faço questão de, nesse momento, chamar meu sena-

dor do Rio Grande do Sul, Senador Sérgio Zambiasi, sempre presente, como o Senador Papaléo Paes, Senador Zambiasi.

Enquanto desenvolve o processo de votação, eu queria, primeiro, cumprimentar V. Exa. sobre o projeto que eu sou relator, que cria um fundo para que possamos dar resposta à grave situação dos produtores, dos trabalhadores que atuam nessa área e criando outras alternativas. Como nós temos uma audiência pública, se V. Exa. quisesse fazer alguma consideração sobre esse projeto, que eu já dei o parecer favorável, e vamos, conforme combinei com V. Exa., permitir que haja uma audiência pública, para que todos conheçam o seu projeto e o meu parecer, que vai exatamente na linha que V. Exa. apresentou.

Senador Papaléo Paes, que é da área da saúde, o Senador Zambiasi apresentou um projeto que eu achei muito interessante, criando um fundo... Ele vai explicar, eu gostaria que ele explicasse, me permita essa provocação, Senador Zambiasi, que cria um fundo para culturas alternativas dos trabalhadores que não possam mais atuar nessa área da plantação de fumo, que manteve a vida de suas famílias durante todo o período, enfim.

Senador Zambiasi, por favor.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS):

Obrigado, Presidente Paim, Senador Papaléo Paes. Na realidade, essa proposta cria a CIDE- Fumo. Uma proposta que pretende estabelecer uma espécie de fundo de amparo aos trabalhadores, safristas e agricultores, que têm uma vida inteira voltada para o cultivo da fumi-cultura, um fundo de contribuição para a saúde, específico para a saúde. Não é o caso, por exemplo, deste ajuste que houve agora em cima do cigarro, que é um equilíbrio entre as contas, é um equilíbrio, inclusive, para que o Governo possa destinar esse um bilhão de reais para os municípios em função da crise.

Ele pretende ser um fundo, uma contribuição permanente para que o trabalhador possa ter um amparo, e, ao mesmo tempo, a saúde possa receber uma verba específica para tratar aqueles que adquiriram a doença em função do problema do cigarro.

Nós estamos acompanhando todos esses debates em relação à dependência química, Senador Paim, à dependência química. E o cigarro, ele também provoca essa dependência química. Porém, acho que nós temos que olhar o horizonte inteiro, todas as questões de dependências.

Ontem, Senador Paim, a nossa capital, Porto Alegre, viveu um momento ao mesmo tempo chocante e comovente. A mãe sepultando o filho que ela matou. O filho dependente de *crack*, uma família de classe média, filho único, que, no próximo domingo, comple-

taria, Senador Paim, 25 anos de idade. Os pais estavam organizando uma surpresa, uma festa surpresa para ele, junto com as pessoas mais próximas, com a esperança de convencê-lo a voltar a tratar-se.

No domingo de páscoa, Senador Paim, às 5 da manhã, ele estava acordando a mãe para ir a um caixa eletrônico, para retirar o dinheiro, para comprar a droga. A mãe foi com ele, retirou 20 reais. Às 8 horas, ele retornava para casa, exigindo o café da manhã. E, ali, uma discussão muito forte; o pai, aos 75 anos, doente, a mãe aos 60 anos de idade, família com filho único, apenas três pessoas, ali no Bairro Tristeza, em Porto Alegre. Às 14 horas, ele retorna e exige mais uma vez que a mãe vá ao caixa eletrônico, quando ela retirou mais 10 reais para que ele pudesse ir ao encontro de quem estava vendendo essa pedra maldita que é o *crack*.

Como a mãe, na terceira vez em que ele retornou para pedir dinheiro, recusou-se, ele abriu as bocas do fogão, um isqueiro na mão e ameaçou explodir a residência. Foi aí que, infelizmente, ocorreu a tragédia; o pai tinha um revólver em casa, a mãe, defendendo-se do filho, apanhou o revólver e provavelmente houve uma luta corporal, o disparo da arma e a fatalidade. O rapaz não pôde ser socorrido a tempo.

E, ontem, pela manhã, a comoção, a mãe acompanhando esta última caminhada do filho ao cemitério e que nos chama a atenção para a questão da dependência química de forma geral.

Ano passado, a *Zero Hora* fez uma ampla reportagem durante uma semana, foram 30 páginas sobre a epidemia do *crack*. Até o Senador Suplicy estava presente na minha manifestação e ele falava que, em São Paulo, havia um espaço chamado “cracolândia”. E para nós, lá do Sul, a gente ouvia falar de longe desse problema e quase inatingível, incompreensível para nós.

E eis que, conforme dados da Secretaria da Saúde do Rio Grande do Sul, nós temos, no Estado, hoje, 30 mil dependentes; 30 mil dependentes. Eu ouvi um especialista, um psiquiatra, ele, inclusive, deu entrevista para a *Zero Hora* nessa reportagem, e ele dizia que ele poderia ser muito criticado por isto, mas ele, como psiquiatra, não havia conseguido recuperar nenhum dependente do *crack*. Nenhum. Nenhum.

Então, eu entendo, Senador Paim, que eu acho que, junto com as nossas Comissões aqui e Subcomissões, acho que, aqui na Comissão de Direitos Humanos, nós deveríamos puxar este tema. Eu vou passar às suas mãos estas reportagens todas. Eu acho que a Comissão de Direitos Humanos, ela poderia iniciar essa discussão sobre as diversas dependências, seja a dependência do cigarro convencional, a droga lícita,

permitida, seja de outras dependências, para que nós possamos criar uma legislação adequada, de forma que o cidadão possa ser protegido.

Juntamente com essa questão de ontem, eu, casualmente, também, ontem, recebi um *e-mail* de uma senhora do interior do Estado, colocando uma questão humana comovente: o marido dela, 38 anos de idade, trabalhador da área da eletricidade, lá nos postes de luz, dependente de *crack*; internado numa, como a gente diz, fazenda de recuperação. E ele obteve o reconhecimento da doença pelo INSS, permaneceu cinco meses.

E o surpreendente foi, Deputado Papaléo, o senhor, que é médico... E o depoimento desta senhora, da esposa, dizendo o seguinte: "Quando ele foi renovar a licença, com cinco meses já de internação, ele chegou de cara limpa, chegou bem. E por estar bem, ele teve recusada a autorização de permanecer em licença pelo INSS". Retorna... A previsão para um tratamento de recuperação de dependência do *crack* é de um ano. Então, nós temos que... O Governo, o INSS tem que escolher entre deixar uma pessoa um ano como beneficiária, para que possa fazer o tratamento, ou ficar nesse vai e vem até a pessoa não ter mais nenhum controle de si própria e acabar sendo uma dependente permanente do INSS. Esse é o contrassenso.

E ela me dizia o seguinte: "Quando ele precisa permanecer mais alguns meses sobre tratamento em licença e não recebe, ele fica com absoluta insegurança, sabe que não pode trabalhar, porque ele está ainda sob essa dependência. Não pode trabalhar e não tem amparo econômico mínimo para manter-se ou, pelo menos, contribuir com o local onde recebe a atenção mínima adequada". Então, são essas questões.

Quando eu propus a CIDE do Fumo, e, para minha felicidade, a relatoria coube ao Senador Paim, que é do Rio Grande do Sul, e sabe a importância da cultura do fumo na pauta econômica do Rio Grande do Sul, nós começamos a imaginar uma forma de proteção dos trabalhadores, uma forma de apoio aos doentes, aos doentes, porque, infelizmente, o cigarro cria esta dependência, e podemos pensar em estender, estender esta contribuição para o tratamento de outras dependências químicas.

Pensando, agora, que vendo todo esse impacto e vendo toda esta dificuldade que as famílias e os doentes encontram, quando precisam tratar-se, acho que nós podemos ampliar, inclusive, o alcance da proposta. Porque eu pesquisei a possibilidade de, definitivamente, não haver mais plantio de fumo no Brasil, a Convenção-Quadro previa isto. Eu fui buscar orientação da legislação. O que diz a legislação? Nós até podemos não plantar mais fumo no Brasil,

mas nada impede, Senador Papaléo, nada impede, e a Organização Mundial do Comércio, OMC, ela não pode proibir que uma empresa importe o cigarro. E, como dizia um colega meu, nós vamos ficar com os doentes e gerar empregos em outros países. Essa é a realidade dura.

No momento em que se proibir esse tipo de atividade aqui, nós vamos ficar apenas com os doentes. Então, é o bom senso e o equilíbrio, por mais que a gente seja contra a dependência do cigarro, por exemplo, nós temos 200 mil famílias, 1 milhão de pessoas praticamente, trabalhando nesta cultura, que é a terceira pauta de exportações do Rio Grande do Sul. Eu não sei como é que é a pauta brasileira de exportações em relação ao fumo.

E, de outra parte, nós temos o gravíssimo problema do contrabando. Há poucos dias, vendo na televisão, eu vi o repórter dizendo que a medida que os impostos aumentam, o contrabando também aumenta e tem contrabandistas que já estão trocando de atividade. Eles contrabandeavam um tipo de produto, mas, agora, com este ficando mais caro, estão direcionando sua atenção para o contrabando do cigarro, e o Paraguai é um dos grandes produtores de cigarro, mesmo não produzindo o fumo.

Então, são questões que têm que ser discutidas conjuntamente, não paralelamente, conjuntamente. Por isso, eu entendo que a CIDE do Fumo, ela é importante. Essa audiência pública, ela vai ser esclarecedora, vai nos ajudar a encontrar caminhos para que nós tenhamos, primeiro, um processo de conscientização, de educação, de orientação.

Tem um outro aspecto, também, que, em função dessa tragédia vivida em Porto Alegre, me fez pesquisar, as... Esses locais de recuperação, hoje, têm muito poucas pessoas que estão lá dependentes de cigarro, dependentes de maconha, dependentes dessas drogas mais leves. Em duas clínicas, com as quais eu falei ontem, uma com 42 internos, Senador Paim, 40 estão lá por causa do *crack*. Na outra clínica, com 50 internados, 45 estão lá por dependência do *crack*. Numa, apenas dois estão lá em função de dependência da cocaína [soa a campanha], nenhum por cigarro, nem bebida alcoólica e nem maconha, e, na outra, cinco estão lá por dependências de cocaína e droga pesada, como a cocaína e alcoolismo e cigarro muito pouco.

Então, são temas que eles estão caminhando juntos e acho que a discussão deve ser feita conjuntamente. E nada melhor, talvez, do que a Comissão de Direitos Humanos aqui desta Casa, trazendo aqui alguns especialistas que possam oferecer sugestões, pessoas que focam o seu trabalho, a sua vida, voltadas para a pesquisa e o trabalho nesta área. Eu entendo

como um tema extremamente relevante para o Congresso debater e nós, aqui no Senado, especialmente, chamando a sociedade, buscando, no mínimo, chamar a atenção para este problema, que é gravíssimo, extremamente grave.

Eu li uma reportagem que a dependência do *crack*, Senador Paim, ela ocorre em questão de, muitas vezes, horas. É uma droga que age de forma fulminante. Ela, em questão de segundos, vai ao cérebro, provoca uma sensação de euforia, mas termina, e a pessoa vai buscar novamente este prazer maligno. E ali, na terceira, quarta pedra, que é vendida aí nas ruas, dizem a cinco reais, portanto, de fácil acesso, acaba, acaba gerando esse drama que já é uma epidemia, especialmente nas periferias das grandes cidades, mas está chegando também ao interior do Estado. Algumas comunidades interioranas já têm também esse problema epidêmico dessa droga chamada *crack*.

Então, essas questões todas, Senador Paim, elas têm uma relevância muito grande, estou recebendo aqui o e-mail dessa senhora... Se me permite, posso ler? Onde ela relata essa experiência, essa experiência, que não deixa de ser chocante. Ela diz assim, olha: *"Meu companheiro e colega de trabalho é dependente químico em 'crack', ele tem 38 anos de idade e está em tratamento em uma comunidade terapêutica há cinco meses. O INSS reconheceu sua incapacidade para o trabalho e lhe concedeu auxílio-doença, prorrogado uma vez. Em perícia realizada no dia 19 passado, 19 de maio, de março, perdão, a prorrogação do benefício foi negada. Nossa empresa reconhece a necessidade do tratamento e, no dia 1º de abril, considerou-o inapto a retornar ao trabalho, devido à periculosidade da sua atividade – eletricitista de rede de distribuição de energia elétrica – e recomendou que o tratamento, cuja duração prevista é de 12 meses, fosse concluído. A empresa reconhece. Anexamos, então, o parecer do empregador, atestados médicos e a declaração da comunidade terapêutica em que ele está sendo tratado a um recurso junto ao INSS. Hoje – ontem -, nova perícia foi realizada e o benefício mais uma vez negado"*.

E aqui o desabafo desta mulher: *"Toda a comunidade está preocupada com o crescimento desenfreado do consumo e tráfico desta devastadora droga e o aumento da violência, impulsionado por este consumo, mas, quando um dependente assume para si a responsabilidade da recuperação, não encontra apoio. O retorno prematuro..."*. Esse é um detalhe importante, que é a experiência da família, é de quem convive o cotidiano, o dia-a-dia. *"O retorno prematuro à sociedade o fará recair e, por isso, imploro ajuda. Creio que esta seja uma questão de saúde e segurança pública"*.

Senador Papaléo, este depoimento realmente que nos, que nos chama atenção. Então, junto com o Fundo Nacional de Proteção aos Trabalhadores da Fumicultura, que tem a finalidade de proteger os trabalhadores do setor e estimular a diversificação de atividades econômicas nas áreas cultivadas com tabaco, ao mesmo tempo, institui a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, incidente sobre a importação e a comercialização de sucedâneos manufaturados do fumo, ele estabelece alguns padrões: 7,5% para pesquisa e desenvolvimento de novas culturas por instituições públicas ou privadas, esta sem fins econômicos; 15% para financiamento de equipamentos, matéria-prima e demais materiais necessários àquele agricultor que reduzir ou deixar de plantar tabaco; 30% ao produtor rural do tabaco, incluindo-se o sócio meeiro e o trabalhador temporário; 7,5% ao trabalhador na indústria do fumo; 40% para o estudo e o tratamento das doenças, decorrências do uso do tabaco – e dá para acrescentar aqui, sugiro uma emenda de relator -, de doenças decorrentes do uso do tabaco e outras... E outras dependências químicas.

Então, se sugerem várias alternativas aqui, e entendendo que é uma discussão saudável, saudável, para que nós consigamos trazer à luz todas essas questões que nos deixam, muitas vezes, sem ação, muitas vezes sem condições de reagir. Acho que a reação começa por essas reuniões, esses esclarecimentos, e estes debates nós estamos produzindo hoje aqui, Senador Paim, na Comissão de Direitos Humanos, na Subcomissão do idoso.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT – RS): Permita? Agradeço muito ao Senador Zambiasi, que faz uma bela exposição; Senador Cristovam, que vai assumir em seguida a Presidência, sobre a questão não só do cigarro, mas da dependência química.

E ele trouxe aqui uma ideia que eu acho que nós todos deveríamos assumir, e vou passar para o Senador Papaléo Paes, de nós enfrentarmos esse debate aqui na Comissão de Direitos Humanos. Eu passo a Presidência para o Senador Cristovam, para que eu possa também votar.

[troca de presidência]

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Senador Papaléo, com o maior prazer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Eu quero, inicialmente, parabenizar a chapa composta pelo Senador Paim e Leomar Quintanilha e dizer que já foi provado e comprovado a importância desta Subcomissão, e, por isso, nós estamos aqui, elegendo

esta chapa única, que é um consenso, para comandar sobre importante tema, que é questão de direitos humanos.

Eu ouvi atentamente o Senador Zambiasi, que fez uma exposição que nos colocou vários pontos importantes, para que sejam esses pontos reconhecidos e discutidos. Existe uma questão muito séria nesse país, que é a hipocrisia de não querer reconhecer esses malefícios de substâncias químicas que são liberadas para o consumo indiscriminado, de não reconhecer que as proibidas por lei sofrem de uma negligência muito grande com referência à fiscalização.

Eu realmente não consigo entender que o país, que é dotado de polícia, de pessoas formadas como policiais, seja eles na esfera estadual, Polícia Civil, Polícia Militar, e, principalmente, a Polícia Federal, não consigam chegar aos grandes traficantes. O que nós vemos aí são batidas em determinados bolsões de venda de drogas e que pegam aqueles que estão... Que são a ponta, são os marreteiros da droga. Esses são presos, se estampa em jornal, se estampa em televisão. Mas ninguém consegue chegar aos que comandam todo esse tráfico.

Então, isso aí me causa muito espanto, porque a Polícia Federal, ela é dotada de todos os equipamentos disponíveis e possíveis para detectar isso em semanas ou meses. E não se chega até eles. Isso é uma questão séria que eu estou citando como exemplo. Ela consegue desbaratar outro tipo de gangues, de quadrilhas, e não consegue desbaratar essa que realmente está causando um dano muito grande à sociedade.

E nós não podemos negar, quando eu digo hipocrisia, é que a evolução é uma evolução muito rápida. Eu lembro, Senador Paim, Senador Zambiasi, Senador Cristovam, eu era... Eu tenho 56 anos, vou fazer 57, mas, quando nós chegávamos com 14, 15 anos de idade para frequentar algum grupo de maiores de idade, qualquer coisa assim, eu me lembro que eles não deixavam nem se fumar junto deles, só podia fumar com 18 anos.

Quando se falava em maconheiro àquela época, era para ofender alguém. Para ofender alguém, chamava o cara de maconheiro, porque era... Rebaixava ao máximo aquela pessoa. Então, hoje, isso aí está completamente difundido no mundo todo. Nós temos cerca de 200 milhões de dependentes químicos, dos quais 160 milhões em maconha, é a população brasileira.

Veja o que... Foi levantada a dependência química do *crack*. O *crack*, ele acaba com o viciado no máximo em um ano. Porque o viciado, como diz, é uma dependência, que aquela substância é consumida, causa a sensação que a pessoa gosta de ter, a euforia. O período de euforia é muito curto, a pessoa

entra no quadro depressivo, e, naquela entrada de quadro depressivo, que é questão de horas, consome de novo para sair daquele quadro e entrar na euforia de novo. Então, o consumo é permanente e foi uma alternativa que a gangue do tráfico encontrou para ter, nesses consumidores de baixa renda, o consumo dessa droga e dar mais lucro para essa instituição maléfica que existe.

Então, eu vejo com muita seriedade essa questão, e ele fala no fumo. O fumo causa, sim, uma dependência química. É de difícil recuperação também, mas possível, e que as consequências na área da saúde são consequências gravíssimas que não vão... A recuperação de um fumante não é feita em clínicas que tratam de dependência químicas... Clínicas que tratam dependências químicas, no caso de cocaína, maconha, *crack*, outras drogas, êxtase e outras drogas, mas ela causa recuperações, ou seja, tratamentos hospitalares, a maioria deles irreversíveis.

Então, nós temos que ter o cuidado absoluto com o uso, com a liberação desse tipo de drogas para menores de idade. Drogas que eu digo, no caso o cigarro, o álcool que são autorizadas. E pensar muito bem, não nos empolgarmos com a modernidade, com a evolução, com o estar na vista de todos e tentarmos, como é o caso da experiência de países que já liberaram alguns tipos de drogas, tentar fazer a liberação do uso da maconha, por exemplo, no país.

Já ouvi muito essa conversa, isso aí não passa de empolgação, não passa de inexperiência de muitos, no sentido principalmente da área da saúde, e deixar de considerar – por isso é hipocrisia – que, hoje, diante da situação social e econômica que passa o nosso país e grande parte do mundo, está muito fácil trabalhar em cima das pessoas que estão fragilizadas por essas deficiências sociais, trabalhar em cima da fé. Você consegue rapidamente transformar aquela pessoa em um seguidor de determinada seita, ou seja lá o que for, porque ela está insegura, está num quadro pré-depressivo, bem como levar essa pessoa a consumir o álcool, a maconha, ou outro tipo de droga.

Então, esses... Essa clientela é uma clientela que está exposta para ser manobrada, está exposta para ser manobrada. Então, isso é uma questão séria. Então, aquele mesmo que se entrega a qualquer tipo de fé, eu posso ser o criador de uma grande fé, basta eu saber enrolar bem, conversar bem, convencer e transmito àquela pessoa uma sensação de que ela está segura a mim por causa da fé. Assim é a mesma coisa com a droga. O jovem está ali abandonado, sem qualquer disposição de meios que lhe dê boas condições sociais na educação, na saúde e moradia, e ali

é uma presa fácil para iniciar, e, ali, a contaminação começa a partir dele.

Então, é muito séria a questão, o projeto do Senador Zambiasi é louvável, muito importante. O próprio... A instituição governamental permitiu a liberação do fumo, permitiu a plantação do fumo, e ela não pode, de jeito nenhum, gerar um problema extremamente... Social extremamente grave, porque isso também não vai conter a possibilidade de nós não termos mais câncer de pulmão, porque o Brasil deixou de fazer a plantação do tabaco.

Muito bem explicado pelo Senador Zambiasi, porque nós deixamos de gerar, então, emprego aqui, olha que troca, para fazer a importação do tabaco, passamos a ser apenas geradores de doenças. Então, no caso até paradoxal, se continua a se ter uma alternativa, a tentativa de uma alternativa para minimizar isto, e este projeto é um projeto louvável, está de parabéns o Senador Zambiasi, Senador Paim, que conhecem muito bem sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Todos terminaram de votar, eu quero convidar dois senadores voluntários, que não sejam os candidatos, para fazer a apuração. Senadora Rosalba e Senador Papaléo, eu peço que fique cinco minutos para a gente fazer a contagem dos votos.

Senadora Rosalba.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Começar a apuração?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Pode começar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Senador Paulo Paim, pode contar?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Pode.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): “Sim”, Leomar Quintanilha, “sim”.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Senador Paulo Paim, “sim”; Leomar Quintanilha, “sim”.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Paulo Paim, “sim”; Leomar Quintanilha, “sim”. “Sim”. Paulo Paim, “sim”; Leomar Quintanilha, “sim” e “sim”. Unanimidade.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Então, unanimidade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Cinco ou seis?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Cinco votos, dos sete que permite a Comissão. Todos votos “sim”, com o Presidente Senador Paulo Paim e Vice-Presidente Senador Leomar Quintanilha. Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Comunico que, terminada a apu-

ração dos votos, foi verificado o seguinte resultado: para Presidente Senador Paulo Paim, com cinco votos, todos “sim”; para vice-Presidente, Senador Leomar Quintanilha, com votos, com cinco votos, todos “sim”.

Eu convido os eleitos a falarem.

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS): Sr. Presidente, só duas palavras porque nós temos uma audiência pública e os convidados já estão presentes. Eu já conversava aqui com o Senador Quintanilha, nós vamos marcar uma reunião para discutir um plano de trabalho sempre integrado, naturalmente, com V. Exa., que preside a Comissão de Direitos Humanos.

De minha parte, obrigado a todos aí pela confiança.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO): Sr. Presidente, só para registrar... Posso usar a palavra, Sr. Presidente?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Por favor, Senador Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO): Só para registrar os meus agradecimentos aos ilustres colegas, pela confiança da designação do meu nome para compor a vice-Presidência dessa Comissão, cujo Presidente foi eleito, o Senador Paulo Paim, colega e companheiro de longas datas, de lutas e de ideais, com quem, tenho certeza, estaremos trabalhando de forma bastante articulada, e espero que os membros desta Comissão possam também trazer as suas inteligências e suas ideias e dedicação a esse trabalho que deveremos fazer no âmbito desta Comissão, a respeito de uma das faixas da população que crescem em progressão geométrica e que precisa, efetivamente, de cuidados especiais, relacionados, sobretudo, com a sua re-inclusão ao convívio social, re-inclusão ao mercado de trabalho, dentre tantas outras demandas.

Portanto, Sr. Presidente, tenho certeza que a Subcomissão do Idoso estará muito ativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Eu agradeço aos dois senadores e quero dizer que essa foi uma eleição que nada teve a ver com fisiologismo, porque foram dois jovens senadores que vão cuidar da situação dos nossos idosos.

SENADOR PAULO PAIM (PT – RS): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): [risos] São... Creio que vocês têm um bom trabalho pela frente. Esse é um dos setores da sociedade brasileira que mais necessita de apoio, que mais necessita de atenção e de cuidados, e eu fico contente que essa Subcomissão esteja em boas mãos e de uma forma permanente.

Eu gostaria apenas que levasse em conta a ideia de alfabetização de idosos como parte dos direitos humanos dessa parte da população.

Está encerrada a votação, e os Srs. Presidente e vice-Presidente vão tomar as providências para as próximas sessões.

Sessão encerrada às 10h19.

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Subcomissão Permanente Do Trabalho Escravo No Âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 27 de maio de 2009, quarta-feira, às 09:00 horas.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e sete de maio de dois mil e nove, na sala nº 4, sob a presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque, reúne-se a Subcomissão Permanente do Trabalho Escravo no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos Senadores membros da Subcomissão Paulo Paim, José Nery, Papaléo Paes, Magno Malta, das Senadoras Rosalba Ciarlini e Serys Slhessarenko e do não membro Senador Eduardo Suplicy. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, a presente reunião atende ao Requerimento nº 9 de 2009 – CDH, de autoria do Senador José Nery, que cria a Subcomissão Permanente do Trabalho Escravo no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Inicia-se a reunião e o Senhor Presidente faz o expediente da Reunião e informa como será conduzido o trabalho de instalação da Subcomissão e informa que se candidataram, em Chapa Única, formada pelos Senhores Senadores José Nery, candidato a Presidente e Papaléo Paes candidato a Vice-Presidente. Após as considerações iniciais, o Senhor Presidente convida os Senhores Senadores a votarem. Cinco Senhores Senadores votaram, José Nery, Papaléo Paes e Paulo Paim. Ao final da Votação, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Eduardo Suplicy para abrir a urna de votação e realizar a apuração dos votos. O Senhor Senador Eduardo Suplicy anuncia em voz alta os votos apurados. Fica apurado que três Senhores Senadores votaram em escrutínio secreto com o seguinte resultado: O Senhor Senador José Nery recebeu três votos para Presidente e o Senhor Senador Papaléo Paes recebeu três votos para Vice-Presidente da Subcomissão Permanente do Trabalho Escravo, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. O Senhor Presidente, às nove horas e quarenta minutos declara eleitos os candidatos. Às dez horas e oito minutos, o Senhor Presidente passa a Presidência para o Senhor Senador José Nery. O

Senhor Presidente, José Nery, faz suas considerações e convida para compor à mesa o Senhor Vice-Presidente empossado Senador Papaléo Paes e a Senadora Serys Slhessarenko. O Senhor Presidente, José Nery, passa a palavra para o Senhor Vice-Presidente Senador Papaléo Paes que faz suas considerações de posse. Fazem uso da Palavra os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Papaléo Paes, Cristovam Buarque, Rosalba Ciarlini, Magno Malta, Papaléo Paes, Serys Slhessarenko e José Nery. O Senhor Presidente faz suas considerações finais e não havendo mais nada a tratar, encerra a reunião às dez horas e quarenta e três minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador **José Nery**, Presidente

1ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 27 de maio de 2009, às 09 horas e 34 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Bem, havendo... Bom dia, cada um é cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Subcomissão Permanente de combate ao trabalho escravo, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, 53ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a realização de eleição para Presidente e vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Sobre a Mesa encontram-se à disposição dos Srs. Senadores e Senadoras as cédulas de votação, devidamente rubricadas pela Presidência, que deverão ser utilizadas após a chamada nominal pela votação. Como há consenso entre o nome dos candidatos, podemos proceder a votação em escrutínio secreto. Será proclamada a chamada nominal, obedecida as comunicações partidárias para que exerçam seu direito de voto.

Eu chamo... Nós temos o nome do Senador Nery para Presidente. Um batalhador de primeira hora desse assunto e representante de um Estado onde o assunto tem aparecido com muita frequência, mas não há candidato a Vice-Presidente.

Os membros que estão inscritos até aqui nessa Comissão, eu próprio, o Senador Paim, o Senador Nery, o Senador Papaléo. Então, como eu não posso ser o Vice-Presidente, ficaria entre o Senador Papaléo ou...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Essa é uma função que ninguém recusa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Ninguém recusa. Muito bem [risos]

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Isso é um posto que ninguém recusa e que foi aceito por uma pessoa que não recusa tarefas.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Então, nós temos o Senador Papaléo, o Senador Nery. Eu vou chamar, na ordem, o Senador José Nery em primeiro lugar para fazer a votação.

Eu rubriquei dentro, tem problema? Eu rubriquei dentro, tem problema? Então ele não pode votar...

Convido o Senador Paim. Convido o Senador Papaléo para...

Eu peço ao Senador Suplicy, que é membro honorário dessa Comissão, para nos ajudar a fazer a contagem dos votos, a apuração. Foram apenas três eleitores. Vai ser um... Vai ser rápida. Obrigado. Muito obrigado.

Enquanto o Senador faz a contagem, eu quero dizer que essa Subcomissão, Senador Nery, Senador Paim, eu considero das mais simbólicas e importantes dessa Comissão.

É incrível que 121 anos depois da abolição nós ainda tenhamos necessidade de uma Subcomissão do Trabalho Escravo. Mas nós temos e muito essa necessidade. Por isso que eu me inscrevi como membro dessa Comissão.

Quero vir aqui, assistir aí, porque o Senador Paim tem estado presente nessa luta há um tempo, eu creio que poucas coisas a gente tem que estar mais presente na luta do que essa. Inclusive, levando em conta que hoje o trabalho escravo não é mais só contra negros. A população dos escravos não dá para considerar negros. Não é uma questão mais apenas racial. É uma questão de fato ética e, portanto, de direitos humanos.

Então, eu fico feliz de ter convocado essa reunião apenas com essa finalidade. Mas o Senador Suplicy pediu para fazer um comunicado e eu vou passar a palavra para ele assim que terminemos a apuração.

Então, encerrada a votação, eu declaro eleitos e empossados. E...

[palmas]

Como membro da Subcomissão espero ser informado da próxima reunião, a primeira, e obviamente da agenda.

Bem, eu vou passar a palavra ao Senador Suplicy, lembrando que hoje temos muitas comissões, eu ainda tenho um evento do Partido Democrático Trabalhista, do qual eu devo participar, mas eu creio que a sugestão do Senador Suplicy é importante.

Ele não é membro efetivo porque o Partido dos Trabalhadores exige dele a presença em outras comissões, mas, Senador, o senhor para nós é absolutamente um membro totalmente efetivo. Lá no... Eu soube que... Eu soube que nos consulados brasileiros têm escrito: "Brasileiro, aqui você não é ilegal", para os brasileiros que moram no exterior. Então, aqui o senhor é efetivo. Aqui não tem Senador que não seja efetivo.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT – SP):

Prezado Senador Cristovam Buarque. No início desse ano, até fiquei surpreendido que me puseram como atribuições outras comissões, lá na liderança. Eu tinha colocado dentre as minhas preferências a CDH. Mas... Então não estou e queria... Eu até verifiquei, eu tenho que sair das outras onde eu estou para poder participar.

Então, eu até transmiti, ontem, ao Senador José Nery, que eu estarei aqui, participando em diversas ocasiões desta Comissão de Direitos Humanos que considero tão importante.

E eu quero fazer uma sugestão, Sr. Presidente, aos colegas Senador José Nery, Senadora Serys, porque ontem eu tive a oportunidade de assistir o filme *Garapa*, de José Padilha. Sabem que José Padilha foi premiado por inúmeros filmes, dentre os quais *Tropa de Elite*, ele também fez o... Foi um dos responsáveis pela produção de *Saraminda* e *Ônibus 174*, e foi... É um dos principais cineastas, sobretudo nesta área, sobre os problemas sociais brasileiros.

Bem, o filme *Garapa* se passa no Ceará e mostra a situação de três famílias muito pobres. Qual é o seu cotidiano, qual é o seu cotidiano de dificuldade de se alimentar. As cenas são tomadas em 2005. Trata-se de um documento, acho que comovente, é um filme muito simples, de propósito, é branco e preto, não tem trilha musical. Mostra o cotidiano de três famílias com enorme dificuldade para alimentação, seja dos pais, seja das suas crianças.

E há um documento sobre a realidade brasileira. E, então, a minha sugestão, Sr. Presidente, eu já preparei... Mas, inclusive, se os demais senadores assinarem, porque os membros, a minha sugestão é que as Comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara, em sessão conjunta, pudesse fazer a exibição e daí o debate sobre o filme, o filme *Garapa*,

inclusive, a minha sugestão é de que se convide o diretor José Padilha, portanto, num dia que ele possa estar presente, e quem sabe autoridades, por exemplo, o CONSEA, que muito apoiou este filme, seja o Presidente do CONSEA, Renato Maluf ou Chico Menezes que ontem, inclusive, estava ali no debate, no diálogo com todos que foram assistir a essa pré-estréia do filme. Ali, passou na academia de tênis.

Então, eu acho que se trata de um... Quem sabe, o Ministro Patrus Ananias. Mas eu formalizo o documento que já está chegando, mas coloco aqui para... Como uma sugestão, eu tenho a convicção de que se trata de um documentário que merece ser visto por todos os senadores e deputados.

Existe a possibilidade tanto da sua exibição nesta sala por DVD, ou na sala, no auditório Petrônio Portella, porque ele diz que poderia disponibilizar o filme em 35 milímetros, então, quer dizer, depois... Como Presidente, Senador Cristovam Buarque, V. Exa. poderia dialogar com o diretor José Padilha, sobre a melhor forma da exibição do filme.

E eu transmi a ele que faria essa sugestão aqui, até porque alguém lá disse que queria também propor que na CDH da Câmara se passasse. Então, acho que neste caso nada melhor do que uma exibição para as duas comissões em sessão conjunta, em um horário adequado. O filme tem 110 minutos. Eu vou lhe entregar um documento síntese com os dados técnicos do filme e entrevista do José Padilha.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Eu quero dizer ao Senador que a sugestão está aceita. Requerimento, lamentavelmente tem a burocracia que exige que seja feita por um, mas eu acho que independente disso...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Se os membros da Comissão... Assinarem...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Apóiam todos. Mas independente, desde já eu digo...

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Eu só formalizei.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Eu vou colocar de qualquer maneira em votação, para formalizar, com a assinatura dos demais senadores, mas eu quero dizer que é uma sugestão extremamente procedente.

Eu não sabia desse filme ontem, de qualquer maneira, teria dificuldade em ir.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Mas vai passar no Senado, se for acatada a sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Vai ser acatado e vamos ver como é que a gente faz. Então, eu ponho em votação, estando de acordo, permaneçam como estão, está aprovado.

Essa sessão era apenas para isso. Eu vou ter que sair para outras atividades. Queria passar a Presidência ao Senador Nery, já como Presidente da Subcomissão.

Antes eu informo que aproveitando a presença aqui de um nobre representante do Espírito Santo, dizer que tem chegado à Comissão aqui, insistentemente, notícias, Senador Magno Malta, e já falamos disso, sobre as condições carcerárias no Espírito Santo.

O próprio Governador já me falou, Senadores, da oposição, já me falaram que não é assim. De qualquer maneira, eu creio que a gente deveria abrir um espaço aqui para ouvir o Secretário da Segurança do Estado e debatermos o assunto, para depois não dizermos que nós estamos omissos diante dessas manifestações. É a minha sugestão. Que a gente marque um dia para ouvir aqui pessoas que denunciam e o Secretário de Segurança. Não precisa, a meu ver, não precisa Governador vir a isso.

Mas eu passo a palavra ao Senador Magno Malta que me deu uma explicação no momento, que eu achei oportuna.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Penso que é preciso ouvir todos sobre o sistema carcerário brasileiro. O meu questionamento nesse sentido, Senador Cristovam, é por que o Espírito Santo foi escolhido?

Numa escala, se realmente precisa de intervenção, a intervenção tem que ser nacional. O sistema carcerário brasileiro está falido. E é uma área que, modestia a parte, eu conheço relativamente.

Interessante que, quando esta Comissão estava no Espírito Santo, as matérias que deu no *Jornal Nacional*, no *Jornal da Globo* e nos outros jornais, foi tratando da situação carcerária do Rio e do Rio Grande do Sul, do Senador Paim, do seu Rio Grande do Sul. Muito feio, absolutamente cem vezes pior do que o Espírito Santo.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Então, veja, se o Espírito Santo precisa de intervenção, o Presidente do Conselho tinha que ter coragem de começar pelo Rio Grande do Sul. E depois pelo Rio de Janeiro. É atendendo as demandas maiores primeiro. Esse é o nosso questionamento.

Porque, enquanto o Governo Federal mandou para o Espírito Santo 22 milhões para o sistema carcerário, o Governador Paulo Hartung investiu 186. O Espírito Santo está encerrando um presídio lá agora,

nos moldes do da Colômbia, que é um modelo padrão para o mundo. O investimento é de quase 200 milhões. Se lá tinha presos em *container*, por falta de vaga nas celas, o *container* tem em todo o Brasil. E o problema do *container* é que ele é uma... É um curativo que se faz colocar numa ferida, para tirar com 24 horas e acaba ficando 48, 72. E esse é o erro pela própria deficiência.

Agora, o problema carcerário do Brasil não é problema do Governador agora. Do Rio Grande do Sul não é problema de Yeda agora. Como do Rio não é problema de Cabral agora. V. Exa. sabe, está na política há mais tempo do que eu. É descaso de anos e anos, da própria política nacional com o sistema carcerário brasileiro.

E o que é que se fazia com o sistema carcerário brasileiro? A política era mandar dinheiro para que os estados pudessem comprar viatura, dando na contagota, com as devidas explicações que segurança pública é gasto, não é investimento, quando na verdade tinha que ser investimento. E, até porque é bom que se faça uma discussão, que segurança pública nós precisamos estabelecer o que se estabeleceu para educação.

Segurança Pública é prioridade e tem que se fazer investimento. Não existe criança, boa escola sem segurança. Não existe turismo sem segurança. E o Brasil precisa que a verba que vá para segurança, de igual modo a educação, e o sujeito responda administrativamente se não cumprir esse investimento na Segurança Pública.

Então, nosso questionamento é porque o Espírito Santo foi escolhido para bode, exposto nacionalmente, um estado que é bem gestado, bem administrado, tem seus problemas? Tem. Olha, o Espírito Santo ficou debaixo de catorze anos debaixo dos pés do crime organizado, quem não acompanhou?

O Espírito Santo tinha um outro estado dentro do estado do direito. Um estado de bandido dentro do estado de direito. Tinha um Estado criminoso dentro do Estado de Direito. E para nós debelarmos isso, eu ando com segurança até hoje, Senador Cristovam Buarque. Para o senhor ter uma idéia, dos 864 indiciados na CPI do Narcotráfico que eu presidi, 10% é do meu Estado. O senhor acha que eu tenho que andar como lá?

Então, veja, foram 14 anos o crime organizado tentando ajoelhar o estado e o estado resistiu. Então, o senhor imagine, tudo foi para as cucuias no meu Estado. Mas o estado nos últimos oito anos, e olha, eu estou a cavaleiro, não sou da base do Governador Paulo Hartung, não pertencço ao grupo político dele, nunca tomei café com ele, recebo bom dia dele quando o cumprimento numa solenidade, não pertencço, eu

pertencço ao Espírito Santo e conheço a situação carcerária do meu estado como conheço do país.

Eu presidi a CPI do Narcotráfico. Minimamente, eu tenho informações muito seguras sobre a nação brasileira, na questão de segurança pública. Achei uma irresponsabilidade, que o Conselho tem que vigiar, tem que denunciar e tem que ver, agora, é preciso, é preciso que faça isso com responsabilidade. O Brasil inteiro precisa de intervenção.

Se a questão é intervir, eu não sei até se o Presidente do Conselho Penitenciário tem um nome para colocar no lugar de Paulo Hartung, porque ele pediu a intervenção lá, um nome melhor ou pior, não sei, que de repente até tenha.

Mas o Angelo Roncalli, que é um sujeito competente, que é o Secretário de Justiça, que foi auxiliar seu aqui e V. Exa. conhece a capacidade desse rapaz, só que o sistema penitenciário brasileiro não se resolve da noite para o dia. E o problema da violência brasileira não é um problema do Lula.

Nós temos um problema de descaso desse país com a segurança pública e com o sistema penitenciário brasileiro; nós temos uma legislação altamente velha, desmoralizada, uns códigos de 1940, que estão mais a serviço da bandidagem do que a serviço da sociedade, o que se fez na Constituição de 88, se fez pensando em preso político, não se pensou nessa marginalidade covarde do tráfico de drogas e do abuso de crianças. Digo de abuso de crianças, porque nesse país já tem mais gente usando criança do que usando droga.

Então, quer dizer, é preciso olhar essa coisa como um todo. Então, não estou aqui como um Senador do Espírito Santo, atabalhado, que tem uma bandeira, que discute umas outras coisas e que ficou com raiva. Não. Eu conheço isso. Eu conheço isso. De maneira que eu acho que é muito bom, eu acho que é muito bom. Acho até que... Penso que a Comissão é para isso, é para isso. É o fórum, é o fórum. Se essa Comissão não fosse o fórum diria: não é necessário. Mas ela é o fórum, se é o fórum, sim.

E para ouvir o Angelo Roncalli, é preciso nós ouvirmos o Dr. Salomão, que de Salomão ele não tem nada, porque a Bíblia fala que o Salomão era sábio. Mas a Bíblia fala de dois personagens, fala de Salomão que era sábio e fala da jumenta de Balaão também.

E eu gostaria muito de sentar aqui e ficar olhando para ele, para a gente poder debater essa questão, porque atrás de uma notícia sempre tem três tipos de interesses, atrás de uma notícia: ou é econômico o interesse da notícia, ou é político, ou é religioso. É bom que o Salomão diga o que está por trás da notícia dele, com relação ao meu estado.

Agora, eu garanto para o senhor. Nós temos um Secretário de Justiça absolutamente esforçado, um Governador que não tem medido esforços, imagine, são 200 milhões contra 22 do Governo Federal; 22. E essa reclamação dele é por causa dos 22. Eu acho que ele podia até recolher os 22 que não ia faltar para nós lá no Espírito Santo, porque, graças a Deus, está jorrando petróleo lá, e o meu Estado cresce mais do que a média nacional.

Poder colocar esses 22 lá no Estado do Senador Paim que a situação é muito pior que a nossa, ou no Rio de Janeiro que é absolutamente caótica. Absolutamente caótica, no Rio de Janeiro. De maneira que é o comentário que faço, agradeço a V. Exa. a benevolência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Eu agradeço ao Senador Magno Malta.

Quero, em primeiro lugar, dizer que, aqui, não aparece esse negócio de intervenção. Isso aqui não se fala aqui. [ininteligível] contra. Foi bom o senhor falar que houve isso. Por que aí já está saindo dos direitos humanos e entrando numa discussão política.

Agora, a situação dos cárceres sim, temos que dar... Analisar. E o que o Senador falou para mim é pertinente: por que só o Espírito Santo e não outros estados?

Então, temos duas alternativas: uma, ouvir o caso do Espírito Santo, com esse Sr. Salomão e o Secretário Roncalli; a outra é fazer uma audiência sobre a situação dos presídios, situação carcerária no Brasil inteiro. Ou fazer as duas coisas. A segunda, a partir da primeira.

O senhor proporia que nós ouvíssemos aqui um dia, os dois?

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Eu proponho que essa Comissão tire uma subcomissão de uns três ou quatro Senadores, eu sei que é exaustivo isso, mas segundo Vicente Matheus, “quem está na chuva é para se queimar”, e que essa Comissão de Direitos Humanos, essa Comissão, fizesse uma visita ao sistema carcerário brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Brasileiro.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Traça um roteiro e conhecer o sistema carcerário brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Acho que é uma sugestão muito interessante. Eu quero estar nessa Comissão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Presidente.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): V. Exa. é o Presidente, que vai nomear a Comissão, deve estar

junto mesmo. E, só que o Dr. Salomão também esqueceu, e acho que o senhor poderia convidar para estar conosco o Prefeito de Vila Velha, no Espírito Santo, foi eleito agora, um jovem Deputado Federal chamado Neucimar Fraga, que foi o Presidente da CPI do Sistema Carcerário. Ninguém conhece mais do que ele e essa CPI se encerrou há um ano e pouco atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Seria um requerimento de diligência, sobre o estado carcerário, o sistema no Brasil. E depois veria se faria ou não uma Audiência Pública. Eu acho que é interessante. Eu vou consultar os Senadores, quais desejariam compor isso e nós poderemos fazer.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Escolhe os casos mais emblemáticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): É.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Eu acho que já que não dá para ver todos, até porque tem cidade do interior que tem presídio, eu acho que... O próprio sistema de segurança máxima tem senador que não conhece, e não tem nenhum problema em se conhecer o sistema de segurança máxima, porque é plenamente seguro para você entrar, Bangu I, por exemplo, é segurança totalmente para que você possa ver o preso lá... De prisão, de sistema seguro que é o Bangu I, o sistema de Catanduvas também, para se ver, e esses casos, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, fazer um... Porque uma coisa... O que os olhos não vêem o coração não sente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Perfeito.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Quer dizer, movidos por essa compaixão pode virar a causa dessa Comissão. Porque para mim também é causa. Eu acho que o preso tem que estar bem preso mesmo, para mim tem que ter pena dura. Quem abusa de criança tinha que ir para prisão perpétua.

É preciso fazer também, nesse país, um plebiscito sabe? “Ah, mas é cláusula pétrea.” Quem inventou esse negócio de cláusula pétrea? Não foi o homem que escreveu esse trem? Chama o homem e manda reescrever, escrever de outro jeito, qual é o problema? Sujeito que abusa de criança, não dá para você botar esse compulsivo na rua para ele continuar abusando. Vamos colocar.

Mas até prisão perpétua tem que dar a dignidade para o cara pagar o pena dele. O cara roubou um toca-fita, dignidade para ele pagar a pena dele. Até porque essa Comissão pode ajudar muito, porque com a sanção da lei, Senador Cristovam, do rastreamento eletrônico, a gente pode desafogar as cadeias, porque

na cadeia tem dois tipos de presos: o preso do crime ocasional e o que tem mente criminosa.

E a carceragem tem que ser para o sujeito de mente criminosa e não para o sujeito que cometeu um crime ocasional. O cara que cometeu um crime ocasional, ele pode muito bem ser rastreado e cumprir a pena dele em casa, trabalhando, indo para a escola, indo para a igreja, porque o satélite sabe onde ele está, entendeu? O satélite sabe onde ele está.

Com aquele rastreador amarrado na perna dele, com a calça por cima, ele é um cidadão comum que está pagando uma pena, está respondendo, mas não está lá. Você pega um indivíduo que ele vai para uma pena, ele paga um pedaço da pena e ele recebe, então, a progressão de regime. Ele trabalha na rua de dia e dorme no presídio a noite. Isso não existe, porque se o indivíduo não oferece perigo de dia, por que vai ter que voltar para o presídio de noite?

Aí ele volta para o presídio, chega lá o xerife do presidido diz assim: “Amigão, amanhã você traz 300 gramas de cocaína ou você morre aqui dentro.” Aí o cara pega lá, faz um sacolé, põe dentro do ânus e leva; já está cometendo um crime. “Amanhã você traz um celular, um carregador, ou então você vai morrer.” Aí o cara traz, está cometendo um crime.

Era só um preso ocasional, esse cara que trabalhou na rua, com rastreador, pode ir embora dormir em casa, pode ir embora para a escola, pode ir embora para a igreja, porque ele está rastreado, ele não precisa, ele é um preso ocasional, e aí você desafoga os presídios. Desafoga os presídios. Nós precisamos acabar é com essa maionese de que “É, mas e os direitos individuais, botar um rastreador no indivíduo.” Então, deixa ele preso lá no meio dos bichos que é muito melhor, não é? É muito melhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Eu creio que a sugestão está dada. Quem estiver de acordo permaneçam como estão. Então está aprovado. Nós vamos fazer uma diligência escolhendo alguns senadores para fazer essa visita. Está bem?

Vai precisar apenas de um requerimento que eu peço que as pessoas preparem e o Senador assina.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Eu posso formalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Pois não, formalize o requerimento. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Pois não, Presidente. Eu gostaria aqui de dizer que acho que é pertinente realmente essa posição que a Comissão de Direitos Humanos está tomando. E dizer

que essa questão não é só no Espírito Santo, não, é no Brasil todo.

Meu estado, inclusive, também tem problemas seriíssimos carcerários, de superlotação, de pessoas com crimes pequenos, ocasionais e que na realidade ficam, inclusive jovens, que ficam todos num mesmo ambiente, isso realmente é algo muito grave.

E gostaria também aqui de dizer que existem algumas ações que são realizadas, que na realidade merecem de todos nós méritos. No Rio Grande do Norte, nós tivemos um... Temos um projeto de uma Juíza que trabalhava no interior, hoje está na Capital, que chama-se “Caminhos da Justiça”, onde os apenados que tinham condição de penas mais leves, eram inseridos no mercado de trabalho através de convênio com universidades, com prefeituras, com órgãos, onde essas pessoas podiam ser monitoradas e dava condição de socialização e também de recuperação.

Esse é um trabalho muito bonito que a Dra. Lena Rocha iniciou no nosso estado e que, na realidade, é um exemplo a ser mostrado. É possível, cada um procurando exatamente formas de dar posições a que nós possamos superar essa imensa dificuldade do Brasil, que é gravíssima.

Mas eu gostaria também, Presidente, é aqui de fazer uma sugestão. A Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Agricultura e de Relações Exteriores, vai... Vamos ter uma audiência pública para fazer uma análise, uma avaliação das metas do milênio. E eu acho que a Comissão de Direitos Humanos também deveria estar nesse encontro de comissões para fazer essa avaliação. Até porque, entre as metas do milênio, se nós analisarmos uma a uma, com certeza todas têm a ver com os direitos humanos.

Então, era a sugestão que eu gostaria de fazer, como membro da Comissão, e depois de encaminhar o requerimento para que o Sr. Presidente faça essa avaliação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Está bom. Eu fico esperando o requerimento e eu passo a Presidência da Mesa ao Senador José Nery para continuar ou encerrar já a 1ª Reunião da Subcomissão do Trabalho Escravo.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Permita... Permita, Sr. Presidente, ainda na reunião da CDH.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Senador Suplicy com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Se eu... Já está em suas mãos documento formalizado com a assinatura de todos os membros presentes, relativamente a exibição do filme *Garapa*, de José Padilha e,

inclusive, com a sugestão de que possa, após o filme, haver um debate com a presença dele, do Presidente do CONSEA, Francisco Menezes.

Então, V. Exa., se quiser considerar e aprovar o requerimento formalmente...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): O requerimento eu creio que eu já tinha colocado em votação.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Está bom, então.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Mas eu coloco de novo. Estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Eu considero uma excelente sugestão e isso deveria ser passado no Plenário do Senado, no plenário do Congresso, para todos assistirem. E olha que eu não vi o filme.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Fica a critério de V. Exa. se vamos passar aqui no Auditório Petrônio Portella, ou no Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Vamos discutir um lugar que tenha um público satisfatório.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Eu vou lhe encaminhar mais detalhes sobre o filme para que V. Exa. então tenha a melhor forma de fazê-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): E os contatos com o Diretor Padilha para eu falar com ele.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Já lhe encaminharei. E gostaria, Sr. Presidente, de registrar a visita do Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, de Santo Antônio do Pinhal. Um município lá na Serra da Mantiqueira, perto, no caminho para Campos do Jordão, que é muito conhecido, ali de Taubaté se chama em 35, 40 minutos, em Santo Antônio do Pinhal, são 7 mil habitantes, metade urbana, metade rural. Com 53 pousadas, 32 restaurantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Vamos pensar ainda.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): O filme *Garapa* vai... O Presidente vai conversar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Pode ser aqui, pode ser no [sobreposição de falas].

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): E da mesma...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Vamos ver como... Hein? Aí é que está. Se for um público para esse tamanho faz aqui, se for para maior, faz no Petrônio Portella, vamos chamar os Senadores e a sociedade em geral, vamos ver, mas que venham 20 pessoas, mas que assistam o filme, que eu não vi.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): É a história de três, o cotidiano durante um mês, José Padilha, autor de *Tropa de Elite*, de *Ônibus 174*, permaneceu durante um mês na casa de três famílias pobres no interior do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Muito pobres.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Muito pobres, muito pobres.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Na miséria.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): E mostrou o cotidiano delas, a dificuldade de alimentação dos pais, das crianças. É um filme, inclusive já foi exibido em festivais, ganhou prêmio. E ainda vai estrear nesses próximos dias, no circuito brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Nós precisamos ver o filme.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): São Paulo, Rio de Janeiro. E ontem passou aqui em Brasília, eu assisti e acho que é um documento muito forte. Tem 110 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Passou só uma vez?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Só ontem à noite, com o cinema lotado, lá na academia de tênis. Então, acho que seria bom passar para os senadores interessados com o debate.

E gostaria de dizer, assim como o Governador Cristovam Buarque foi pioneiro na implementação, assim como Campinas, José Roberto Magalhães Teixeira, de uma primeira experiência do Bolsa-Escola, do Renda Mínima associada à educação, o Prefeito José Augusto Guarnieri Pereira, intenciona fazer de Santo Antônio do Pinhal a experiência pioneira de uma Renda Básica de Cidadania para os 7 mil habitantes. Eu queria depois que V. Exa. pudesse ter a oportunidade de dialogar um pouco com ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Com muito prazer.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Para mostrar o que é ser pioneiro em algo dessa natureza.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF): Com muito prazer. Estou a sua disposição.

Bem, eu passo a palavra ao Senador Nery, que é Presidente da Subcomissão da qual eu faço parte, do Trabalho Escravo no Brasil, em pleno Século XXI.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Senhores e senhoras, senadores e senadoras, eu faço questão de nominar os que estão aqui presentes nessa Reunião da Comissão de Direitos Humanos, de instalação da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil.

Quero convidar a vir à Mesa o vice-Presidente da... Recém eleito, da Subcomissão, Senador Papaléo Paes, do Amapá. Queria também convidar a Senadora Serys Slhessarenko, 2ª vice-Presidente do Senado, para que venha aqui à Mesa também, ela que se dirigia para uma outra tarefa. Quero cumprimentar o Senador Magno Malta, Presidente da CPI da Pedofilia e membro da Comissão de Direitos Humanos, e agora membro da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. A Senadora Rosalba Ciarlini, que passa nesse momento a integrar a Subcomissão, representando a força da mulher brasileira na luta por liberdade, por justiça; ela que vem do Nordeste brasileiro, do Rio Grande do Norte. Saudar o Senador Suplicy, membro, como disse o Presidente Cristovam, membro honorário da Comissão de Direitos Humanos; ontem mesmo fazia gestões para que o Senador Suplicy retornasse à Comissão, ele explicou as razões. É membro de cinco, sete Comissões da Casa, titularidade e suplência.

Então, a Senadora Serys, aqui, acaba de fazer...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Sou membro de três titulares, três suplentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Três suplentes, então...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Senadora, pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Gostaria de dizer que, quando o senhor me convidou para fazer parte dessa Comissão, que era uma Subcomissão, agora Comissão Permanente, eu também fiquei receosa, porque eu tenho a responsabilidade de presidir uma comissão e tenho outras comissões que participamos, e às vezes muitas comissões... No fim, a gente se divide tanto e não pode dar uma boa resposta em cada uma.

Mas eu fui sensibilizada exatamente porque, quando falo em liberdade, eu, que venho da terra onde os escravos brasileiros foram libertados antes da Lei Áurea, cinco anos antes da Lei Áurea. Então,

nós já trazemos, dentro do nosso espírito, essa força da liberdade.

Então, hoje, nos dias de hoje, nós não podemos de forma nenhuma aceitar que homens e mulheres, jovens, crianças, sejam tratados como escravos, pela ganância do lucro daqueles que não têm respeito à dignidade, aos direitos do cidadão.

Então, por isso estou aqui, nós vamos fazer um esforço grande, mas vamos participar dando a nossa colaboração.

E muito obrigada pelo convite, por todos que fazem parte dessa Comissão e me aceitam.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Senadora Rosalba, muito obrigado.

Logo que falei com a senhora ontem, senti o entusiasmo que a senhora dizia assumir e confirmado pela sua presença, sempre, para essa nova tarefa.

Eu gostaria de fazer, em dois minutos, e principalmente aqui, gostaria de ouvir cada um dos membros da Subcomissão, que acho mais importante do que qualquer pronunciamento que façamos aqui, tendo em vista que participei da Subcomissão Temporária até março deste ano. Eu faço questão aqui de ouvir os novos membros que estão compondo essa Subcomissão e com a importante tarefa de avançarmos nas conquistas, na luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Eu gostaria só de citar aqui rapidamente, sem a necessidade de fazer qualquer histórico, mas a transformação da Comissão Temporária em Comissão Permanente, multiplica o nosso compromisso em relação às tarefas que temos para avançar nessa luta em nosso país.

É verdade que temos avançado. Há um programa nacional pela erradicação do trabalho escravo, conduzido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Há um grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho atuando há 15 anos e com resultados expressivos, são 34 mil brasileiros libertados em 15 anos de atuação nos grupos móveis de fiscalização. O Senado Federal, a partir de 2007, por iniciativa de requerimento do Senador Paulo Paim, a época Presidente da Comissão de Direitos Humanos, sugeriu a criação da Subcomissão Temporária do trabalho escravo, se transformou, junto na atuação com entidades da Sociedade Civil, mobilizou vários setores, criando e estimulando a criação da Frente Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que é composta por 60 entidades nacionais, todas as centrais sindicais, igrejas, movimentos sociais, entidades de Juízes, Promotores de Justiça, do Judiciário, enfim, uma ampla mobilização, que nesses dois anos vem

trabalhando para melhorar, aprofundar a legislação do nosso país.

Há vários projetos aqui no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, são mais de 40 projetos, que de alguma forma trata da luta pelo combate, pela erradicação do trabalho escravo.

Compromisso dessa Subcomissão: trabalhar de forma muito determinada, para que os projetos, principalmente aqueles mais importantes, que vão à raiz do problema, sejam apreciados nas Comissões da Câmara e do Senado, sejam votados e sejam aprovados.

E o simbolismo que carrega a PEC 438, aprovada pelo Senado em 2001 e até hoje dormindo nas gavetas da Câmara dos Deputados, é uma exigência de mobilização, de pressão, de cobrança, não só da Subcomissão, mas da sociedade civil, para que a Câmara dos Deputados aprove em 2º Turno a PEC que vai expropriar as terras de escravagistas contemporâneos. Esta é uma tarefa inadiável.

Em relação a nossas tarefas, também continuaremos a realizar diligências pelo país, dialogando, conhecendo e convivendo mais diretamente com aqueles que sofrem a violência da escravidão contemporânea; também se constituirá numa tarefa permanente dessa Subcomissão.

E por último, apoiaremos as iniciativas de organizações da sociedade civil para participar de palestras, debates, conferências, encontros, seminários, onde o tema esteja sendo debatido como forma de ampliar a consciência social em relação a esse tema, que 121 anos depois do fim oficial da escravidão, Senadora Serys, não deveríamos estar aqui discutindo esse tema.

Mas isso é a prova do quanto é difícil no Brasil conseguirmos garantir liberdade, justiça e igualdade como parte fundamental daqueles princípios que consideramos fundamentais para valorizar, dignificar a vida e garantir a todos os direitos básicos de cidadania.

Portanto, outra tarefa, e essa considero importante, é a criação de uma frente parlamentar pela erradicação do trabalho escravo, como espaço de articulação de todos os parlamentares do Congresso Nacional, que se irmanam nessa luta.

De forma bastante resumida, são essas tarefas, entre outras, que serão fruto do trabalho, fruto da participação de todos que estão aqui.

E aproveito ao final também para cumprimentar o Prefeito José Augusto de Santo Antônio do Pinhal em São Paulo, que, como disse o Senador Suplicy, de tanto bater nessa tecla, de insistir, persistir e tornar uma verdadeira devoção a luta do Senador Suplicy em prol da implantação da Renda Básica de Cidadania, conseguiu finalmente um Município brasileiro que vai

se transformar numa referência para esta experiência muito importante.

Portanto, nós saudamos e temos, assim, a enorme alegria, porque programas dessa natureza são importantes, inclusive, porque ajudarão, efetivamente, a garantir a plena cidadania de modo que nenhum cidadão brasileiro deva em qualquer circunstância sofrer a violência do chamado trabalho análogo a escravo no mundo contemporâneo. Portanto--

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP): V. Exa. me permite, Senador José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Concedo a palavra ao Senador Suplicy imediatamente e, logo em seguida, ao Senador Papaléo, que tem um compromisso.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Meu Presidente, eu também tenho.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Então...

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Eu estou com medo de nós sairmos e ficar só a Mesa. Papaléo, venha sentar aqui, você é vice-Presidente.

SENADOR EDUARDO SUP LIC Y (PT – SP): Eu só quero cumprimentar, Sr. Presidente. [sobreposição de falas]. Serei brevíssimo. Só cumprimentar V. Exa. e desejar ao Senador José Nery e a todos... Ao Senador Papaléo Paes e a todos os membros dessa Comissão sucesso e quero dizer da minha atitude de colaboração com V. Exa..

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Muito obrigado Senador Suplicy. Senador Magno.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Eu quero é saudá-lo. Acho que V. Exa., com o pouco tempo que está nessa Casa, já era o emblema dessa luta e vai virando símbolo dessa luta na busca da erradicação.

Está aí o exemplo do Senador Suplicy, e o Senador Suplicy é uma figura diferente, insistente, sujeito que acredita nos seus ideais, é por isso que o país tanto respeita o Senador Suplicy, ele não tem noção, ele sabe que é amado e querido em São Paulo, como as pessoas respeitam pelas suas bandeiras e lutas, mas é assim no país inteiro, por aquilo que é, pela sua insistência. E a causa dos pobres, a bandeira dos menos favorecidos têm que ser a nossa bandeira, tem que ser a nossa camisa.

Quero parabenizar o Prefeito por isso. Leve meu abraço ao seu município, viu? Leve mesmo. Eu acho que vocês tomam... Sobem um primeiro degrau que certamente outros haverão de vir para subir o segundo, o terceiro, numa luta incansável do Senador Suplicy.

Mas eu gostaria de parabenizar V. Exa. como paraense, parabenizar V. Exa. como pai de família e como parlamentar pela prisão do ex-Deputado Luiz Sefer, abusador de crianças. Nós estivemos lá com a CPI, esse deputado de seis mandatos, compulsivo abusador de criança, rico, que colocou toda a vida da sua família e história a serviço da sua tara, da sua compulsividade, a serviço da sua lascívia, em detrimento de crianças pobres, menos favorecidas, desfavorecidas, o abuso, a mutilação, a provocação da desonra.

E parabéns ao Ministério Público do seu Estado. Parabéns o Juiz que teve coragem de decretar a prisão. E ontem, esse deputado investigado por essa CPI da Pedofilia, que foi dar suporte à CPI local, foi preso e isso vira um símbolo no Brasil de que nós estamos contando os dias para ver erradicado trabalho escravo, abuso de criança, no Brasil.

Essa deve ser a nossa pele. Essa deve ser nossa camisa, essa deve ser nossa bandeira. Nessa questão não existe bom a ser protegido, não existe bom a ser guardado. Nós precisamos, realmente, tomar iniciativas absolutamente duras, iniciativas fortes, no sentido de buscarmos solução para esse problema absolutamente grave.

Eu estive em Cuiabá, na Assembléia Legislativa, onde a Senadora Serys serviu tantos anos, onde presidiu a CPI do Narcotráfico, de onde saiu para cá. E vi a manifestação das autoridades, dos populares, das ONGs, da sociedade civil como o povo está ávido, como o povo quer, como o povo não quer conviver, como o povo definitivamente toma uma posição e numa solenidade em que nós falávamos do menino Kaito, que tão duramente foi estuprado, barbarizado e morto por aquele desgraçado que foi solto sem qualquer exame criminológico, que já havia abusado de outras crianças e que foi preso dizendo: "Se me soltar faço a mesma coisa".

De maneira, Senadora Serys, que eu estou colocando em uma das leis que nós vamos aprovar hoje a tarde na CPI, o nome do menino Kaito, que é do seu Estado, a lei que vai punir o réu primário no abuso de criança, porque réu primário ele tem vantagens por ser réu primário, e nós estamos tirando esses privilégios quando o crime é de abuso a criança e essa lei vai levar o nome do menino Kaito, lá de Cuiabá, duramente abusado e morto por um desgraçado.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Que já tinha feito a mesma coisa.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Que já tinha feito a mesma coisa e foi preso dizendo que se sair faz de novo, dada a compulsividade. Por isso que eu digo: é consultar a população, abuso de criança, mudar a cláusula pétrea da Constituição Brasileira, é

prisão perpétua, porque se protege até o desgraçado, porque se nós não tomarmos providências, eles vão morrer na rua.

E o povo já começou a fazer isso. E o povo já começou a fazer isso. De maneira que eu parabenizo V. Exa. pela coragem, por ser um Senador do local, aqueles três dias que passamos lá debaixo de muita pressão e a Senadora Serys pela manifestação do seu Estado. E ao Senador Papaléo, pelo requerimento ontem para irmos ao seu Amapá e certamente haveremos de cumprir lá um papel absolutamente importante.

Parabéns Senador Nery, conte comigo aí na luta.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Muito obrigado Senador Magno Malta, pelas suas considerações e nossos agradecimentos pelo senhor ter aceito mais esse desafio.

Além do combate implacável contra o abuso e a violência, contra crianças e adolescentes, o senhor agora, de forma muito direta, ao aceitar o desafio de participar dessa Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, sem dúvida fortalece e engrandece essa luta do Senado Federal e do povo brasileiro por liberdade e por justiça.

Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Senador Nery, eu gostaria também de parabenizá-lo, ao senhor, a V. Exa., ao Senador Papaléo, que assume agora a Vice-Presidência da Comissão Permanente, da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo. A Senadora Serys que nós conhecemos essa mulher forte, batalhadora, sempre em defesa das questões que falam de dignidade, de respeito, de defesa dos Direitos Humanos e já com a experiência muito grande na questão da luta de igualdade das mulheres.

Então, essa Comissão começa com o pé direito. Com a sua determinação, Presidente, com a sua vontade de contribuir para que possamos dar um grito de liberdade, grito de liberdade dos trabalhadores que passam por situações as mais difíceis, sem seus direitos reconhecidos, sem carteira assinada, em situações insalubres de trabalho, sem nenhuma segurança, garantia, então, nós estamos aqui em nome dos trabalhadores.

E queria dizer que o Senador Magno Malta, que também compõe esta Comissão, muito a engrandece. Porque nós estamos vendo o seu trabalho em defesa do que é mais sagrado para todas nós mães, que é a criança. E que algo que dói, que realmente deixa a gente indignado, nos deixa revoltados. Não é só indignado não, revoltado, quando tomamos conhecimento de tantos e tantos fatos que por aqui já foram investi-

gados, já foram denunciados com relação a abuso à criança.

Eu tenho uma experiência muito dolorosa, porque como pediatra, tive que, muitas vezes, fazer exame em crianças e isso é muito doloroso. É uma coisa que marca aquela criança para o resto da vida, é uma coisa que é um... A família, o transtorno, enfim, algo que fica a marca maior é a marca que fica na alma, do abuso quando não são, não chegam a violência tão forte que chega a matar.

Recentemente, no nosso Estado, Senador, houve um crime hediondo com uma criança. Além de ser estuprada, violentada, essa criança foi esquartejada. Foram encontrados os pedaços. Uma coisa que revoltou, na cidade de Natal. Mas o monstro já se encontra preso. E aí vai ficar preso por algum tempo e depois sair para fazer a mesma coisa com o filho de outra mãe brasileira?

Isso é o que nós não podemos aceitar. Tem que haver punições severas. E concordo com o senhor. Vou estar hoje na reunião da CPI da Pedofilia porque eu quero também dar a minha contribuição para que aqueles que abusam de criança não tenham o privilégio de ser réu primário. Porque realmente é um crime hediondo.

Então, queria parabenizar e desejar que juntos possamos fazer um bom trabalho nessa Comissão, com certeza, sob a coordenação do Senador José Nery.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): O Senador... Muito obrigado à Senadora Rosalba Ciarlini.

O seguinte: o Senador vice-Presidente da nossa Subcomissão, Senador Papaléo Paes, tem uma delegação de Prefeitos do Amapá esperando há 40 minutos. Mas como ele vai convocar o próprio Prefeito que estão lá no gabinete para entrar nessa luta, eu vou passar a palavra a nossa 2ª vice-Presidente do Senado e membro da Comissão de Direitos Humanos, Senadora Serys Slhessarenko, e o Senador Papaléo fará, então, o encerramento aqui das considerações iniciais de todos nós nessa instalação da Subcomissão.

Senadora Serys, em seguida Senador Papaléo.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Ser bem breve...

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Não tem problema, não. Vocês vão ficar em três.

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Inclusive, Senador Papaléo--

SENADOR MAGNO MALTA (PR – ES): Eu já cansei de dirigir sessão da CPI sozinho.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Senador Nery, a gente está, inclusive, se dispon-

do a participar da Comissão Permanente, de Combate ao Trabalho Escravo.

Eu queria dizer aqui, Senador Magno Malta, antes de o senhor sair, antes da Senadora Rosalba sair, que essa questão, eu não ia falar disso, mas a Senadora como médica acabou de levantar essa questão. Nós em Mato Grosso tem o caso do Kaito, não é, Senador, mas eu boto muita esperança mesmo no trabalho que o senhor vem fazendo, não só da CPI porque a CPI é temporária, mas o que vai nascer a partir da CPI. Isso é que é o importante. A partir da CPI.

E a Senadora Rosalba levanta essa questão como médica. Eu tenho uma filha médica em Cuiabá e ela seguidamente me liga, esses dias me ligou, mas assim, completamente, quase que enlouquecida, porque estava de plantão, ela é professora na Universidade Federal, estava de plantão no Hospital da Universidade Federal, ela é pediatra, então, você já viu o que ela recebe, recebendo crianças violentadas, bebês, bebês, de oito meses, um ano e meio, dois anos, três anos. E ela absolutamente indignada, pedindo que a gente realmente faça alguma coisa mais forte nesse sentido.

E eu sempre levo a ela a esperança que vai brotar, que está brotando, que está nascendo, a partir dessa CPI da Pedofilia. Então, é para dizer a importância desse trabalho. Esse trabalho não é... Ele está indo, ele está acontecendo e ele vai acontecer para mudar realmente. E aí eu acho que a sua participação, Senadora, é muito importante nessa aqui, lá no depoimento a senhora vai dar na CPI da Pedofilia, em todas as outras.

Nós mulheres temos que nos movimentar, nós somos poucas aqui, mas temos que participar realmente, de forma muito decisiva e determinante. Eu acho que o Senador Nery é a pessoa que vem puxando realmente isso. Eu não podia vir para essa Comissão, não podia, mas a gente vê o esforço da pessoa dele, de outros Senadores, Senador Papaléo, que também está sobrecarregado, todos nós estamos sobrecarregados.

Então, eu acho que eu tinha que vir mesmo quase sem condições e vou participar do jeito que eu puder, Senador Nery, em homenagem ao esforço de tantos Senadores, especialmente ao seu.

Como o Senador Suplicy falou aqui na questão do filme, eu queria também, eu assisti na semana que passou, o documentário *Cinderelas, Lobos e um Príncipe*, do Diretor Joel Zito. É um filme primoroso em termos de denúncia da exploração sexual de meninas, traficadas para o exterior, para servirem como escravas.

Quer dizer, eu acho que também é uma questão importante essa questão do tráfico de mulheres. Esse

filme, *Cinderelas, Lobos e um Príncipe*, ele mostra isso com uma... Sabe, de forma muito gritante.

São as formas novas que estão tentando buscar de fazer trabalho escravo, já que aquele lá dos canaviais, dos carvoeiros, estão minimizando, então, estão tentando ampliar de outras formas. Infelizmente têm aqueles que têm que viver da exploração dos outros, parece que têm que viver da exploração e dos maus-tratos às outras pessoas.

Mas a gente vai superar isso daí e é com um trabalho como o seu e os nossos, que a gente vai conseguir avançar.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Obrigada, Senadora Serys pelo seu compromisso, sua luta, e que muito engrandece essa Comissão pela sua disposição e como todos os Srs. Senadores, para elevarmos essa luta ao patamar que ela merece na pauta de discussões da luta por direitos humanos em nosso país.

Queria, como a senhora se referiu ao tráfico de mulheres, está convocada para os dias 3 e 4 de junho, um encontro trans-fronteiriço sobre cooperação entre os países Brasil, Suriname, Guiana, Guiana Francesa, a França, que no caso da Guiana Francesa, tem seu território na América, estaremos realizando no Oiapoque, lá, na terra do Senador Papaléo Paes, e pretendemos abordar esse tema do tráfico internacional de seres humanos, de homens, mas também de mulheres, especialmente da região do Marajó no Estado do Pará.

Portanto, o tema que a senhora cita tem a ver, inclusive, com o trabalho dessa Comissão e estaremos assumindo essas tarefas no sentido de que casos concretos sejam analisados, sejam também punidos todos os envolvidos.

E o filme que a senhora sugere, creio que também deverá se fazer parte, podia até pensar um ciclo de apresentação de filmes com esses temas, que ajuda a criar maior consciência, maior engajamento nessa questão.

Para encerrar com os nossos agradecimentos ao Senador Papaléo Paes por ter aceito o desafio, a tarefa e a missão e junto conosco coordenar os trabalhos dessa importante Subcomissão, não porque... Infelizmente é porque a realidade assim exige, mas nós não queríamos que existisse essa Comissão. Inclusive, no dia da sua... Da criação formal por requerimento nessa Casa, aqui dissemos que ela deve ser uma Comissão Permanente, porém, não eterna, porque nós queremos ver, o mais curto espaço de tempo que pudermos, erradicado o trabalho escravo no Brasil.

Com a palavra o vice-Presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Senhor Presidente, Senador José Nery. Eu quero deixar registrado aqui que foi com muita honra que recebi o convite, até no momento do início da nossa reunião. E com muita honra eu sou agora vice-Presidente da Comissão de Combate ao Trabalho Escravo.

E, logicamente, isso aí faz com que eu esteja a disposição de V. Exa. para receber, além... As missões que V. Exa. determinar, além dos trabalhos que são normais, regimentais, que faremos naturalmente.

Eu digo que aqui nesta Casa nós chegamos à origem de cada um aqui nesta Casa, origem política, elas são as mais diversas possíveis, são as causas, as conjunturas mais diversas possíveis, mas todos nós temos que saber que aqui nós temos seres humanos, 81 seres humanos que viveram em ambientes familiares diferentes, cidades diferentes, conteúdo para formar seu caráter, sua personalidade, enfim.

E o que vai fazer a diferenciação, humanisticamente falando, é justamente o contato que nós temos entre nós. Eu coloco, sinceramente, esse relacionamento com os meus companheiros senadores de uma maneira extremamente suprapartidária. Para mim, o partido é o dever e a obrigação que nós temos que seguir no processo democrático. Agora, discriminar qualquer tipo de companheiro por causa de sigla partidária, eu não admito, não aceito e não faço.

Então, por isso nós vamos começando a conhecer pessoas. E dentre essas pessoas, convivência são várias, mas vamos falar dos presentes, pessoas que a gente conhece, passa a admirar, a Senadora Serys é uma dessas pessoas, que nós começamos nosso mandato juntos e realmente admiro muito seu trabalho, sua dedicação e a forma com que V. Exa. se relaciona com outras pessoas e eu testemunho, no caso comigo, com amizade, com respeito, com relacionamento realmente extremamente agradável, para quem está longe do seu estado e que em muitos momentos precisa ter em pessoas que conheceu recentemente, há seis, sete anos atrás, este tipo de apoio emocional.

O Senador Nery mais recente. Senador, eu tenho respeito absoluto por você, por V. Exa., exatamente porque sei a sua origem, sei o seu trabalho, sei o seu empenho e dedicação aqui nesta Casa.

Eu ia falar do Senador Magno Malta. Senador Magno Malta também foi convidado. Ele me convidou para fazer parte desta CPI. Me convidou... Me convidou, assim, com uma sensação de que ele estaria compondo a CPI com mais alguém que pudesse participar ativamente, que eu realmente fiquei... A minha mãe dizia:

“Meu filho, nunca diga orgulhoso. Ah, eu estou orgulhoso. Nunca diga.” Eu não vou dizer isto em respeito a minha mãe. Vou transformar com a palavra muito honrado com o convite, aceitei imediatamente.

Sei que não é uma tarefa fácil, já entrei no barco no meio da viagem. Mas tenho certeza absoluta que daí em diante serei um passageiro dentro deste barco que não quer ser passageiro nesta Comissão. Quer ser um permanente conhecedor, aprofundador, me aprofundar neste tipo de acontecimentos que lesam a sociedade, que ferem a sociedade, que realmente confesso a todos vocês, eu não tinha como médico, até... Não é vergonha não.

É porque eu trabalho, minha atividade médica é permanente durante a minha fase não sem mandato e fico ali detido naquele ambiente 24 horas e não tinha noção do que pudesse ser a gravidade da pedofilia no Brasil.

Para mim, ou quase para a maioria dos brasileiros, “Ah, é um doido que estuprou uma criança. O cara tá doido.” Nunca pensei exatamente que havia uma rede, uma máfia organizada, tão ou melhor organizada do que a do tráfico de drogas. Realmente isso me surpreendeu, me comoveu e vi algumas imagens que nenhum daqui aguenta assistir, nenhum. Tenho certeza absoluta.

E quanto ao trabalho escravo, Senador Nery? É outra surpresa para mim ver a gravidade deste processo que está acontecendo. O Estado do Pará, foi aonde eu nasci, é uma vergonha. É o campeão da prática do trabalho escravo.

Agora, eu pergunto: como é que se consegue fazer isso em pleno Século XXI? Como é que se consegue? Outra organização. Basta se organizar com competência que se burla qualquer tipo de lei que vai contra a sociedade.

Então, por isso V. Exa. sabe muito bem, dez vezes mais do que eu, porque eu estou lhe pedindo material para estudar, para me aprofundar sobre o assunto, para não abrir mão das minhas obrigações, que é um trabalho árduo, que precisa de apoio, de determinação e que isso, tenho certeza, que a V. Exa. não faltará com seu trabalho, por falta de apoio e de determinação. E que nós aqui estamos à sua disposição para cumprir este dever, esta obrigação com a nossa pátria.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Muito obrigado Senador Papaléo Paes. É com muita satisfação que temos o senhor participando e junto comigo na tarefa de coordenar os trabalhos desta Subcomissão.

Agradecemos a todos os Srs. Senadores, Senadoras que estiveram presentes a esta reunião de instalação da Subcomissão.

Quando, hoje, falava cedo com a Senadora Serys, que além de membro dessa Comissão, faço questão de frisar, tem a tarefa de exercer a importante função de 2ª vice-Presidente do Senado Federal; as obrigações que tem que cumprir, como todos nós, em várias Comissões, mas pela sua própria experiência, Senadora Serys, que conviveu com isto no seu estado e sofreu ameaças, inclusive.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Eu presidi a CPI lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Presidiu a CPI do Combate ao Trabalho Escravo na Assembléia Legislativa do Mato Grosso e ao fazer, desenvolver essa luta, teve a sua vida ameaçada por escravagistas, grileiros, fazendeiros, bandidos, que em determinada situação tentaram uma emboscada para jogar a então deputada num tacho quente de onde faz a... Aonde se produz a rapadura, aquele... No caldo quente da cana-de-açúcar para que ela não desafiasse os inimigos da liberdade, da justiça.

E que, sem dúvida, o seu trabalho, a sua participação nessa Subcomissão, bem como de todos os senhores Senadores que aceitaram esse desafio, eu creio que temos aí, Senador Papaléo, a tarefa enorme de fazer aqui um trabalho exemplar e deixar aqui, todos nós, juntos, a marca da nossa contribuição na luta pela erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Eu vou disponibilizar a todos os Srs. Senadores e já iniciei, agora, na sessão, alguns materiais que tratam da questão, visando justamente fazermos a nossa atividade baseada nessa discussão sobre o conceito de trabalho escravo contemporâneo e todas as tarefas inerentes a essa nova função nesta Subcomissão.

Um abraço e um cumprimento a todos e a todas. Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h43.

Ata da 2ª Reunião (Extraordinária) da Subcomissão Permanente do Idoso – Cdhido, no Âmbito da Comissão Permanente de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, Conjunta Com a 18ª Reunião (Extraordinária) Da Comissão de Assuntos Sociais e a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde Da 3ª Sessão Legislativa, Da 53ª Legislatura, Realizada no dia 26 de maio de 2009, terça-feira, às 09:00 horas.

Às nove horas e quatorze minutos, do dia vinte e seis de maio de dois mil e nove, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais é iniciada a reu-

não sob a Presidência eventual da Senhora Senadora (**ROSALBA CIARLINI**), com a presença dos Senhores Senadores **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, ROBERTO CAVALCANTI, MARCELO CRIVELLA, ADELMIR SANTANA, EFRAIM MORAIS, PAPALÉO PAES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO DURVAL, EDUARDO SUPLICY, INÁCIO ARRUDA, JOSÉ NERY, VALDIR RAUPP, JAYME CAMPOS e GIM ARGELLO**. Deixam de comparecer os membros Paulo Paim, Serys Slhessarenko, Leomar Quintanilha, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes e Lúcia Vânia. A Senhora Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura das Atas das reuniões de cada Comissão, que são dadas como lidas e aprovadas. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública atendendo aos Requerimentos de nº 19 e 35 de 2009 – CAS, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, com a anuência do Presidente da CDH, Senador Cristovam Buarque, e do Presidente da CDHIDO, Senador Paulo Paim, com vistas a debater as Políticas Sociais e de Assistência à Saúde voltadas para o Idoso. A Senhora Presidente, Senadora Rosalba Ciarlini, faz suas considerações iniciais acerca do tema da Audiência Pública e, em seguida, convida para comporem a mesa os seguintes Senhores convidados: o Dr. José Luiz Telles de Almeida – Diretor do Departamento de Ações Programática e Estratégica do Ministério da Saúde – (DAPES), Dra. Maria Alice Toledo – Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília – (UNB), Dra. Elisa Franco de Assis Costa – Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – (SBGG) e o Sr. João Batista de Medeiros – Gerontólogo Social. A Senhora Presidente esclarece que cada convidado terá quinze minutos para suas exposições com tolerância de dois minutos para conclusão. A Senhora Presidente registra as presenças da Sra. Jovita José Rosa, Conselheira do Conselho Nacional de Saúde (CNS); do Dr. Pedro Pablo Magalhães Chacel, Corregedor do Conselho Federal de Medicina; da Sra. Neuza Marinho de Campos, Coordenadora do Grupo Harmonia; da Sra. Marya Machado, Assessora Parlamentar do Ministério da Saúde; da Dra. Regina Siqueira, Consultora do Senado Federal; da Sra. Maria Lúcia Dias da Silva Leão, Coordenadora do Grupo Divina Luz; do Sr. Jorge Sayde, Gerente do Instituto Nacional do Câncer (INCA); do Sr. Roni Donan, Pesquisador da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); do Sr. Elyo Fernandes, Presidente da Associação dos Idosos do Cruzeiro; da Sra. Miriam Di Giovanni, Assessora Técnica do Ministério da Saúde; da Sra. Corina Pereira de Souza, Coordenadora da Associação da Terceira Idade F. V. de Planaltina/DF; da Sra. Talita Freitas Leite, Assessora Técnica do

Conselho Federal de Fonoaudiologia; da Sra. Marina Recena Grassi, Professora de Atividade Física para a Terceira Idade do GDF e do Sr. Paulo de Souza, Presidente da Associação da Terceira Idade do Guará. Às onze horas e vinte e sete minutos, o Senador José Nery assume a Presidência. Às onze horas e quarenta e dois minutos, o Senador Augusto Botelho assume os trabalhos. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, **Altair Gonçalves Soares**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da Subcomissão Permanente do Idoso, Senhor Senador Paulo Paim, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada sem revisão.

Senador **Paulo Paim**, Presidente.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE – CASSAUDE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO – CDHIDO

18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais Conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, Conjunta com a 2ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, Da 53ª legislatura realizada no dia 26 de maio de 2009, às 09 horas e 14 minutos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, conjunta com a 5ª Reunião Extraordinária Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, e com a 2ª Reunião da Subcomissão Permanente do Idoso, da 3ª Sessão Legislativa ordinária, da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior de cada Comissão. Os Senadores que aprovam, queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à realização de Audiência Pública, atendendo aos Requerimentos de nº 19 e 35 de 2009 – CAS, no âmbito no ciclo de debate sobre o SUS, tendo como tema *As Políticas Sociais e de Assistência à Saúde Voltadas para o Idoso*.

Convido os nossos ilustres convidados para tomarem lugar à Mesa. Dr. José Luís Telles de Almeida,

Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde. Dra. Maria Alice Toledo, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília, UNB. Dra. Elisa Franco de Assis Costa, Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. O Prof. João Batista de Medeiros, Gerontólogo Social.

Queremos aqui registrar a presença do Senador Flávio Arns, que tem sido sempre um senador muito atuante nessas questões em defesa do idoso, em defesa das ações sociais voltadas exatamente para aqueles que estão acima dos 60 anos, que nós sabemos que hoje no Brasil essa é uma grande preocupação. Graças a Deus a população está vivendo mais, se nós temos que comemorar porque estamos conseguindo fazer com que exista hoje já a possibilidade de se viver mais, mas nós temos que nos preocupar também com as políticas públicas que façam cumprir o estatuto do idoso e a nossa Constituição. O estatuto do idoso no art. 15, diz que é direito de todo o idoso ter assistência integral a sua saúde. Então, nós estamos aqui fazendo um debate dentro de um ciclo de debates que a Comissão de Assuntos Sociais vem promovendo com relação à Saúde Pública e analisando também as ações dentro do Sistema Único de Saúde.

Recebemos, é bem verdade, inúmeras reclamações no nosso estado, por e-mails, por cartas, das pessoas da terceira idade, com relação à falta de medicamento, a falta de assistência nos postos de saúde, enfim, uma série de questão que estão realmente, que nós estamos aqui para analisar e para propor, porque esse ciclo de debate ele tem uma finalidade maior, é analisar como estamos hoje e propor mudanças, trazer ideias que venham a contribuir para que os programas públicos realmente cheguem a atender aqueles que mais precisam. Sabemos que da grande maioria dos idosos aposentados, muitos não têm condições de ter um plano de saúde, a grande maioria não tem condições de ter uma assistência mais adequada à própria condição as suas necessidades. Então, isso tudo é preocupante e nós queremos sim, debater, analisar e propor, para que possamos juntos, Senado Federal, Governo Federal e a sociedade de uma maneira geral. Não adianta a gente querer tapar o sol com a peneira, nós temos é que trazer os nossos problemas que existem e são reais nesse Brasil muito grande, para que nós possamos juntos encontrar caminhos que venham melhorar e que tragam boas soluções.

E por isso que estamos aqui e queremos dizer do nosso agradecimento a todos que foram convidados, que vieram, nós sabemos que todos são profissionais que tem o seu tempo muito tomado em função do seu trabalho, mas não criaram nenhuma dificuldade, muito

pelo contrário, se colocaram extremamente a disposição para aqui estar, porque esse assunto é realmente relevante e importante, e no mundo de hoje, no Brasil que vivemos, sabemos que se hoje já temos 23 milhões de idosos, 23 milhões, o IBGE já projeta para 2030 quase 45 milhões, com um detalhe, as mulheres é um número bem maior. Então nós temos que nos preocupar, porque prevenir é o melhor remédio, se nós não pensarmos hoje, já estamos tendo problemas em função, talvez da falta de preparação para enfrentarmos essa situação, que é muito boa, sabendo que estamos vivendo mais, que isso já é fruto com certeza de outras políticas sociais, políticas públicas que estão dando a condição de que no Brasil possamos já viver mais. Nós queremos sim, é que viviam bem, mas que viviam com qualidade. Então, eu quero agradecer a presença de todos e antes de iniciarmos a exposição de cada convidado, nós queremos informar que os senhores terão 15 minutos para sua exposição, com 2 minutos de tolerância, mas se for necessário, é um assunto tão relevante, tão importante com certeza nós entenderemos e daremos mais tempo.

E logo após as exposições abriremos a palavra aos Srs. Senadores e Senadoras para os seus questionamentos e a lista de inscrição já está aberta. Com a palavra então a Dra. Elisa Franco de Assis Costa, que é Ex-Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, SBGG.

Queria só antes de a Dra. Elisa começar a falar, dizer que quando a gente fala idoso, a gente lembra de aposentado. Dizer que uma reunião que foi muito exitosa com o Presidente do Senado, Senador Sarney e o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Michel Temer, ficou acordado que agora em julho, no dia 8 de julho, nós vamos ter apreciação dos vetos(F) polêmicos com relação à aposentadoria. Então, queremos dizer que não estamos... Senador Paim é autor de vários desses projetos, mas nós aqui, Senador Arns, Senadora Rosalba, estamos nessa Comissão, nesse trabalho também de apoiar e de lutarmos, para que possamos ter os aposentados com mais tranquilidade, com mais justiça no reconhecimento do quanto eles contribuíram com seu trabalho para o Brasil.

E às vezes eu digo que aqui estamos hoje em causa própria, porque com certeza todos nós um dia estaremos com mais de 60. E o Prof. João Batista já disse que já está, não é, professor? Já passou dos 60, bastante, graças a Deus. Agora a gente só conta quando passar dos 100. Não parece. Isso é muito bom, antigamente quando dizia assim uma pessoa vendo 100 anos era coisa, meu Deus! Hoje já está acontecendo até com uma certa frequência, isso é muito bom. Mas

que seja podendo caminhar, lúcido, aproveitando a vida, isso é que é bom.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Quando a gente diz saúde é vida, exercício é vida, exercício é vida, é saúde, está aí o resultado, Prof. João aqui nos dando aula com essa sua disposição.

Então, vamos começar com a Profa. Elisa Franco de Assis Costa.

SRA. ELISA FRANCO DE ASSIS COSTA: Obrigada, Senadora. E inicialmente eu gostaria de agradecer em nome da Senadora Rosalba Ciarlini o convite por estar aqui apresentando um assunto que há 20 anos, na qualidade de membro da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, há 20 anos eu me dedico ao estudo do envelhecimento e ao cuidado dos idosos, então, nós vamos colocar um pouquinho da visão da Sociedade sobre o problema das políticas sociais de assistência à saúde voltadas para o idoso.

Eu gostaria que você passasse o próximo, por favor. Mais outro. Esse aqui é um dado só para gente... ressaltando o que a senadora falou, mostrando a porcentagem de idosos na nossa população, que aumentou assustadoramente nos últimos 20 anos. Se vocês observarem, os Srs. Senadores e os demais presentes observarem, nós vamos ter um aumento muito grande. Mas o mais importante que eu gostaria de chamar atenção, é o aumento da população que nós chamamos de muito idosos. Pegarmos indivíduos com 80 anos ou mais, eles aumentaram nos últimos dez anos 65% quanto à população total, 21%. E se pegarmos só com 60 anos, 47%. Então, esse grupo, é um grupo muito especial, nós temos que pensar nele e é a população que mais cresce, nos Estados Unidos e nos demais países de língua inglesa ele é chamado de *oldest-old* e tem, inclusive, capítulos especiais para estudar essa população. Hoje equivale a um e meio milhões de pessoas, enquanto que a população idosa, ou seja, mais de 60 anos, 19 milhões. Pode passar o próximo.

A expectativa média de vida do Brasil hoje está em torno de 72 anos, lembrar que aos 60 anos a nossa expectativa de vida é mais ou menos parecida com os países desenvolvidos, ao nascer ela é abaixo e aos 80 ela chega a ser maior que a expectativa de vida de uma mulher americana, por exemplo, uma mulher brasileira aos 80 anos tem chance de viver bem mais que uma mulher americana. Ela foi o maior ganho de expectativa de vida que nós tivemos nos últimos anos, foi da mulher acima dos 60 anos. Então o Brasil teve o maior ganho, foi nessa faixa etária. Então é um grupo

muito especial, que além de nos preocupamos com os de 60, nós vamos ter que nos preocupar com os muito idosos agora também. Pode passar o próximo.

Esse é a população que vai mais crescer mostrando a pirâmide em inversão, de uma pirâmide ao contrário, o aumento nos próximos anos da população, principalmente de mulheres acima de 80 anos. Eu lembro que essa figura parece um furacão e um ciclone, e na verdade é isso que vai acontecer no nosso... com o desafio de política pública, é um verdadeiro ciclone, que nós temos que nos preparar para ele.

Pode passar o próximo. E o que a gente tem que lembrar é que aquilo que era privilégio de poucos, que é chegar à velhice, hoje é norma, menos em países poucos desenvolvidos. E isso é uma conquista, é fruto de política social adequada, de vacina, de melhora de assistência médica, de saneamento, mas é um desafio. Toda vez que a gente recebe uma Promoção a gente não recebe um prêmio, a gente recebe um novo desafio. É a mesma coisa, o país tem uma conquista e tem que lidar com esse desafio, que é o envelhecimento populacional. Pode passar o próximo.

E nesse desafio, nós temos que assegurar que o nosso desenvolvimento, tanto econômico como social, ele ocorra baseado em princípios capazes de garantir a equidade na distribuição de recursos a todos os grupos e a todas as faixas etárias. Não só de recursos, mas também de responsabilidade social, é importante lembrar que o idoso tem responsabilidade social. Pode passar o próximo.

O que acontece com desafios para sistema de saúde, você tem uma carga maior de pessoas idosas na população, você aumenta o número de doenças crônicas e o número de pessoas com incapacidade e uso de serviço de saúde. E ainda tem uma outra situação, se você tem... 50 a 60% das pessoas com mais de 60 anos tem hipertensão arterial. Se você detecta hipertensão arterial precocemente, para evitar as complicações da hipertensão, por exemplo, derrame, esse indivíduo tem que ir no sistema de saúde, você evita, ele vive mais, mas vai viver mais tempo tendo que fazer exames, tomar remédios, porque a doença não tem cura. E aí mais gastos ainda. Então um sistema funcionando, detectando precoce doença crônica, ele coloca o indivíduo mais tempo. Isso é um desafio também no serviço, pode passar o próximo.

E uma comparação, a gente se preocupa muito com o dado percentual de idosos na população, nós estamos com 10.4%. Mas se nós levamos em consideração o número absoluto, eu vou comparar com um país que tem uma rede, rede básica de saúde boa, que é o Canadá. Canadá hoje tem seis milhões de pessoas com mais de 60 anos, isso equivale a 19%

da população, o Brasil tem três vezes mais, três vezes mais e isso é uma carga. Então nós vamos ter vezes mais hipertensos, três vezes mais idosos diabéticos, do que o Canadá. Em termo de desafio para saúde é um número absoluto que conta, esqueça o número relativo. Isso é que o nosso problema. Hoje nós estamos numa situação muito mais difícil que o Canadá. Pode passar o próximo.

E por que é que é difícil? Esse é um slide que não está adequado, mas é só para resumir, lembrar que os idosos consomem mais serviço de saúde. E os muitos idosos, eles perambulam para os serviços de especialidades médicas. Quem não conhece um avô, um tio avô que vai em três, quatro médicos: cardiologista, reumatologista, endocrinologista. As doenças perduram por anos, elas um diagnóstico mais complexo porque eles têm uma manifestação atípica, necessitam de acompanhamento constante, medicação contínua e exame periódico. Fora que eles internam mais, geralmente vindo da urgência, internação, o tratamento é mais complexo, fica mais tempo no leito, readmitido com maior frequência nos primeiros três meses após a alta, e necessitam mais de serviço de reabilitação e de instituições de longa permanência, que é asilo. Então, esse grupo, ele demanda mais serviços de saúde por todos esses motivos.

E eu vou mostrar agora alguns gráficos que comprovam isso, pode passar o próximo. Eu vou falar muito mais de hospital e de urgência de paciente crítico, de paciente frágil, e a Dra. Maria Alice, nós dividimos um pouco, vai falar muito de demência, de ambulatorios. É claro que há uma superposição, mas nós tentamos dividir um pouco. Isso aqui mostrando a porcentagem de idosos que tem pelo menos três ou mais doenças crônicas, 30%. Então, lembrando que daqueles 19 milhões, 6 milhões tem doença crônica. No Canadá, 30% 2 milhões, nós temos três vezes mais idosos com doenças crônicas no Canadá, pode passar um próximo.

Isso é dado interessante é um trabalho americano, mas eu gosto de trazer, porque a Barbara Starfield é a pessoa que mais estuda essa situação de comorbidade, ou seja, de doenças crônicas coexistindo. É aquele indivíduo que tem artrose, enfisema, hipertensão e diabetes. O indivíduo que tem baixa comorbidade, ou seja, pouca doença crônica, ele consulta mais o clínico. O indivíduo que tem muita comorbidade, ele consulta mais o especialista, três ou mais visitas aos especialistas nos últimos 12 meses. Então é gasto em saúde. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando um dado já nacional, pela pesquisa nacional por amostra de domicílio, mostrando que 44% dos idosos brasileiros tiveram três ou mais consultas no último ano. Pode passar o próximo.

E aqui é o índice de internação hospitalizar, o amarelinho são as mulheres e o azul claro os homens. Há um pico de internação na infância, posteriormente um pico da mulher na fase fértil, que é parto e puerpério, e aumenta assustadoramente o número de internações, e taxa de utilização de internações pela SUS na população geriátrica. Isso é um dado, é uma coisa que no Brasil e no mundo inteiro. Pode passar o próximo.

E a mortalidade desse idoso internado é maior, isso aqui é a mortalidade, isso que eu retirei agora a poucos dias da SUS, mostrando que a mortalidade de indivíduos com mais de 60 anos, principalmente dos homens, dentro do hospital é maior. Então nós temos um problema, que é internam mais e a gente tem que ter mais cuidados com essa internação. Pode passar o próximo.

E o gasto com a internação, isso aqui já é um estudo também, publicado na Revista do Sistema Único, na Epidemiologia e Serviços de Saúde, mostrando, esse aqui é a proporção gasto por tamanho da população, olha, os indivíduos com mais de 80 anos, os muitos idosos gastam 3.7 enquanto 0,7 em relação aos indivíduos jovens, os idosos como um todo, 2.6, e eles internam mais em relação à porcentagem da população que eles correspondem. Pode passar o próximo. O próximo, por favor.

Esse é um dado interessante, existem doenças que são consideradas sensíveis de atenção primária, ou seja, quando interna muito esse tipo de doença, a atenção primária ou a rede básica não está boa. Vocês observam que houve uma melhora, a linha de cima é a linha de 1999 e a linha de baixo 2006, reduziu a internação por condições sensíveis à atenção básica. Mas continua muito alta em idosos, sabe por quê? Um exemplo é pneumonia pelo germe pneumococo. Ela poderia ser evitada com atenção básica, só que o idoso vai continuar internando muito, porque muitas vezes não dá como diagnosticar na atenção básica, porque esse idoso tem apresentação atípica, ele chega de uma forma diferente, e principalmente o muito idoso que é a população que vai mais crescer. Então, isso é uma medida difícil na população idosa, pode passar o próximo.

E aqui mostrando, é um trabalho de São Paulo, mostrando que a maioria das internações de idosos são pacientes vindos do pronto-socorro, 52%. E esses pacientes que vieram do pronto-socorro geralmente, eles tinham mais incapacidade, 63%, para andar, para se vestir sozinho, para tomar banho. E a gente sabe que um indivíduo que tem esse tipo de incapacidade, independente da doença e da gravidade da doença, ele tem pior prognóstico para internação. Então, o idoso

interna mais, através da urgência, interna mais e ele tem pior prognóstico. Pode passar o próximo.

E aqui é um dado de hospital próximo, que é um hospital que eu tenho acesso que é um hospital de urgência, um hospital de urgências de Goiânia, mostrando que o atendimento é de 9 a 11% de idosos, 25 a 30% ficam internados diariamente, os leitos são ocupados por idosos, porque colocá-los na rede conveniada SUS não tem como, eles não aceitam. E em torno de 20% passaram por outro hospital nos últimos três meses, isso é uma coisa muito importante. Eles rodam por hospitais e vão tendo a sua doença agravada, até chegar uma situação que poderia ser evitada, se houvesse uma visão melhor do atendimento do idoso. Pode passar o próximo.

Mostrando aqui, o gasto internações por fratura de Fêmur, que é a fratura osteoporótica, como aumentou nos últimos de 2005 a 2008, ou seja, em três anos as internações pela fratura aumentaram 8% e os gastos com esse tipo de internação, 20% no SUS, pode passar o próximo.

Mostrando aqui que a principal causa de internação por causa externa em indivíduos idosos, principalmente nas mulheres, são quedas, as quedas são responsáveis pela maioria das internações por causa externas, ou seja... Mas é importante lembrar que acidente de transportes também acomete muito o idoso, principalmente o atropelamento, quem vive isso vê atentamente, então tudo isso é gasto de saúde. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando o número, um trabalho da Profa. Maria Fernanda Lima Costa, mostrando a tendência de mortalidade, mostrando que o número de idosos, principalmente muito idosos, com mais de 80 anos, que falecem sem assistência médica no Brasil. Esse dado a professora assustou quando ela foi ver os dados do Data SUS e os dados de atestado de óbito, não, do sistema de mortalidade, e viu isso. A grande porcentagem de idosos falecem sem assistência médica, principalmente de muito idosos. Pode passar o próximo.

Isso para sociedade é ruim, porque dá uma sensação de descaso do sistema. Para o filho dessas pessoas, para os filhos, para família é uma sensação ruim. E o idoso tem mais incapacidade, isso é um trabalho brasileiro publicado numa revista britânica, mostrando como aumenta a incapacidade para alimentar-se, para andar pequenas distâncias e distâncias maiores com o envelhecimento. Quando chega a ter incapacidade para alimentar-se sem a ajuda de terceiro, é incapacidade grave, isso pode ser prevenido. O objetivo do atendimento médico geriátrico, do atendimento ao idoso é prevenir e retardar a incapacidade. Principalmente a incapacidade para atividades de vida diária, se vestir,

tomar banho, se cuidar sozinho. Isso que demanda o cuidado de outro e um grande problema. Pode passar o próximo.

E aqui mostrando... E leva na maioria dos países essas poucas a serem colocadas em instituições de longa permanência, ou seja, asilos. Essas pessoas recebem isso, tá? Eu sei que eu tenho mais dois minutos. E no Brasil nós temos poucos asilos ainda, não é que nós não colocamos, é que nós não temos instituições e nós vamos ter que lidar com esse problema. Pode passar o próximo.

E aqui esses idosos residentes de instituições, mostrando um trabalho, americano, eles internam mais, dado em torno de 25% de internações e readmitidos com frequência. E aqui dados de Goiânia, é um censo das instituições de longa permanência de Goiânia, 28% tiveram pelo menos uma internação no último ano, principalmente por quedas e problemas pulmonares, que podem ser evitados. Pode passar o próximo.

A maioria da nossa população usa o SUS, mesmo aqueles que têm saúde suplementar ou usam o serviço particular, eles acabam por usar o SUS. E um dado também da professora Maria Fernanda de Lima Costa, mostra que aqueles idosos que utilizaram o SUS no trabalho que ela fez, eles tinham piores condições de saúde, visitavam menos o médico, usavam o menor número de medicamentos prescritos, mas estavam satisfeitos. Tem um trabalho dizendo que eles estavam satisfeitos. E eu lembro do meu avô que dizia que a alguns anos atrás o Brasil era muito pior, não tinha médico. Melhorou muito, mas nós precisamos melhorar mais ainda. Pode passar o próximo.

E o problema que eu acho que eu contesto aqui é a política nacional. Na política nacional de saúde do idoso, considera-se idosos frágeis os que vivem em asilos e mais de 75 anos. Nós sabemos que nem todo o indivíduo com mais de 75 anos, do ponto de vista de fragilidade biológica, que isso é um síndrome geriátrica, a fragilidade, com características próprias. E não é nem todo, e aí é um problema. É vago a política, o que fazer com os frágeis? Você está detectando muito mais frágil, deixando de detectar quem realmente é, e não tem bem claro o que fazer com eles. Pode passar o próximo.

Nós vamos ter uma demanda maior por recursos humanos, principalmente porque se você tem serviços como reabilitação, internação domiciliar, centro dia, o recurso desse serviço é humano. E há uma cobrança, principalmente por causa das leis, uma expectativa maior da sociedade com relação ao idoso, o atendimento que o idoso tem que receber. Se vocês pensarem, ninguém mais aceita o idoso no quarto sendo, não recebendo nenhuma atenção médica. "Já está

velho não precisa cuidar”, isso não existe mais, a sociedade cobra, a família cobra, o próprio idoso exige. Pode passar o próximo.

E aí mostrando um recurso humano, a especialização em Geriatria, que a residência médica é o padrão ouro em especialização no mundo inteiro, tá, mostrando que nós temos só 60 vagas no Brasil, com 21 programas concentrados na região Sudeste, 40% na região Sul. Eu vou pedir a Senadora mais dois minutinhos, se ela não importar, e aos demais Senadores. Concentrando no Estado de São Paulo. Pode passar o próximo.

Houve um crescimento muito grande de 1980 para cá, há tanto de serviço de residência como indivíduos especializados, mas esse número é aquém do necessário. Pode passar o próximo.

E qual é o número? Esse é um dado interessante. Os maiores idosos não precisa do especialista em Geriatria, assim como a maioria dos hipertensos não precisa do cardiologista, a maioria dos diabéticos pode ser cuidados na rede básica, não necessariamente pelo especialista, que gasta muito tempo para se formar. 75% dos idosos podem ser atendidos na rede básica, um médico... Só que eles têm que receber capacitação para atender. O PSF, por exemplo. Então, na necessidade atual seriam 15 mil indivíduos com essa capacitação e 25 têm problemas muito complexos que sim necessitariam de geriatras. E um para cada mil, que é a proporção da Organização Mundial de Saúde, isso requeriria hoje no Brasil 5 mil geriatras, nós temos 744 geriatras no país, titulados, geriatras titulados, 744. Formam-se 56 por ano nas residências médicas. Além do que nós vamos precisar outros especialistas, como por exemplo, oftalmologista, vai aumentar a necessidade de oftalmologista com o envelhecimento populacional. Então, nós temos que investir também na formação de recursos humanos. Pode passar o próximo.

E aí eu coloco algumas coisas. A legislação diz que tem colocar a adequação a atendimento ao idoso e as responsabilidades, mas nós não conseguimos ainda que os gestores percebessem a importância do envelhecimento populacional. A legislação assume, inclusive, a política nacional do idoso que o problema maior é perder a incapacidade, mas a reabilitação ainda não é efetiva no SUS, com exceção de algumas regiões. Providência para implantar serviços especializados, mas eles não são vistos, por exemplo, na minha região, na minha cidade tem um centro de referência, mas ele não cabe na rede SUS, se o idoso passa mal lá, tem que ir para o CAES de novo para ir para um pronto-socorro, isso não existe, fica perambulando. A fragilidade é reconhecida na política, mas não tem parâmetros claros para detectá-la. E o estatuto fala em

especialista, mas não estimula a formação de capacitação e especialização. Pode passar o próximo.

Então, apesar dos demógrafos e epidemiologistas demonstrarem o desafio no envelhecimento, a gente precisa que os gestores mudem os conceitos enraizados, considere o idoso como prioridade, e implantem política de estado e não de governo, que realmente resulte na distribuição equânime do serviço de saúde para esse grupo populacional. Pode passar o próximo.

E as políticas públicas, elas são muito para prevenção, mas tem que ter os serviços multiprofissionais habilitados e os serviços de reabilitação, seria isso um serviço de saúde, que é a proposição do Robledo para um país em desenvolvimento. Pode passar o próximo.

A proposta que eu tenho, e que a sociedade faz, é o seguinte: Implantar e a executar o que já está ali já estabelecido, tanto na Legislação como na política, não temos que criar coisas novas, mas implantar. Pode passar o próximo.

E para terminar, é uma frase do Prof. Mário Sayeg, da Fiocruz, que falecido recentemente, que ele diz que nós temos um conjunto de leis bom para proteger o idoso, só que os gestores precisam basear-se em dados confiáveis, ou seja, eles precisam olhar as estatísticas para implantar os programas e usar esses recursos, que são escassos, de maneira racional e resolutive. É um professor da Fiocruz, um admirado na gerontologia brasileira, que eu acho que é isso aí. Nós temos um conjunto, basta nós executarmos. A minha proposta, a proposta da sociedade brasileira de Geriatria, é que se execute o que tem.

Muito obrigada e desculpe ter ultrapassado muito tempo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Nós é que agradecemos, não temos nada que desculpar, o tempo que a senhora ultrapassou foi um tempo muito válido para todos nós. Eu gostaria de agradecer a Dra. Elisa, dizer agora, antes de passar a palavra para o Prof. João Batista de Madeiros, eu quero registrar a presença da Conselheira Nacional Jovita José Rosa, Conselho Nacional de Saúde; do Dr. Pedro, Pedro Pablo Magalhães Chacel, que é corregedor do Conselho Federal de Medicina. Seja sempre muito bem-vindo Dr. Pedro. Neuza Marinho de Campos, coordenadora do grupo Harmonia e também a presença aqui da nossa amiga Maricota, aqui do Ministério da Saúde [risos].

Bem, então passamos a palavra à professora... Sim, eu também queria agradecer ao Prof. João Batista de Medeiros, esse livrinho, mas um livrinho no sentido não diminutivo, porque ele é pequenininho para ser mais prático para leitura, mas na realidade

ele é muito grande nas suas observações, nas suas orientações. “À Senadora Rosalba Ciarlini com votos de saúde, e paz, luz e ainda mais sucesso”, muito obrigada professor, Prof. João Batista. “Viva bem sua idade, bons conselhos”.

Então eu quero passar a palavra agora para o Prof. João, exatamente para o Prof. João Batista de Medeiros, que é Gerontólogo Social. Na realidade, professora, quando a senhora falava ainda... Infelizmente nós temos um número de profissionais que trabalham nessa área, ainda muito pequenos, no Brasil, geriatras não chegam a 800. E gerontólogo, se eu não estou enganada, talvez seja em torno de 400. Então, realmente é uma... E todos nós precisamos, sim, de políticas públicas, de profissionalização, de capacitação, de preparação, de incentivo a profissionais nessa área, já que a tendência é só crescer, é só crescente, na população acima de 60 anos. Então, passamos a palavra ao Prof. João Batista.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Ilustre Senadora Rosalba Ciarlini, nobre presidente desses trabalhos. Dr. José Luís Telles de Almeida, Dra. Maria Alice Toledo e Dra. Elisa Franco de Assis Costa.

Eu sou um pouco diferente na minha exposição por esse Brasil lá fora eu não uso esses dados. Eu procuro interagir e olhar nos olhos das pessoas de forma a procurar transmitir-lhes aquilo que eu estou sentindo mesmo. E como sempre, eu trago um improviso junto comigo para não distorcer nada. Aconteceu várias vezes. E eu gostaria de começar conversando sobre o envelhecimento humano, porque só existem dois caminhos para o ser humano: Ou morre quando jovem ou fica velho, não tem jeito. Então, eu gostaria de ler aqui um artigo que eu escrevi.

Os seres humanos deveriam se preparar para o futuro, renunciando ao imediatismo da vida moderna, que impede as pessoas de pensarem no amanhã. Uma das consequências dessa pressa toda de viver é o desconhecimento da realidade natural, especialmente a que representa a chegada e a ultrapassagem dos 40 anos de idade.

A Gerontologia Social e a Geriatria são as ciências que tratam do envelhecimento humano, elas contêm as informações que podem ajudar a vencer os desafios que começam a aparecer na vida dos que entram na fase física da maturidade, e esse segmento tem muita pressa, por razões óbvias. A política nacional de proteção aos envelhecidos, que tem no Estatuto do Idoso sua maior força, quando for aplicada integralmente, fará desaparecer os preconceitos e as discriminações em relação ao envelhecimento humano. O Brasil possuiu hoje uma população de cerca de 23 milhões de pessoas com idade acima de 60 anos. Uma das muitas

causas do pequeno número de ações em favor dos envelhecidos brasileiros por parte da sociedade e autoridades, é o pouco conhecimento do envelhecimento na intensidade desejada, tanto que são poucas as universidades que oferecem cursos nessa especialidade, e os existentes, os cursos existentes não recebem a devida divulgação da grande mídia.

Para os menos informados, aqui estão algumas dicas que poderão ser úteis. O surgimento de fios de cabelo branco e o aparecimento de um pouco de cansaço físico no fim de cada dia, são alguns indícios de que a juventude plena está dando lugar ao amadurecimento que antecede a chegada do envelhecimento. O mito criado de que os homens, com a chegada do envelhecimento devem reduzir as atividades sociais, desinteressar-se por sexo, voltar para casa, vestir um pijama, aprender a fumar cachimbo, e ficar ao lado da mulher que está sentada fazendo tricô, sentada em uma cadeira de balanço, isso tudo precisa ser vencido com toda a urgência possível. Essa sentença vale também para as mulheres, ressalvadas as diferenças óbvias, já que algumas delas, por desconhecimento dos ditames da Gerontologia Social, aos alcançarem as idades dos 40, 50, 60 anos, começam a achar que o marido ou namorado já não as estão olhando como alguns anos, começando a sentirem velhas. Não é nada disso, a chegada dessa idade, trazem em seu bojo experiências importantes para vida social, sexual, cultural e muitos, muitos desafios que devem e podem ser vencidos. É fundamental que estejamos conscientes de que a chegada da maturidade é aquela fase que permitirá colocar em prática os conhecimentos adquiridos e como seres fortes e decididos, conquistar o direito de desfrutar uma vida equilibrada e ativa em todos os sentidos.

O Brasil, que entrou na globalização tentando igualar-se aos demais países já desenvolvidos, precisa colocar em prática o que já se faz lá fora em prol da valorização dos envelhecidos, porque dentro de 20 ou 30 anos teremos a 6ª população idosa do mundo. Ou o Brasil se apressa em suas ações, ou acontecerá o que previu o Geriatra, Presidente da Sociedade Internacional de Gerontologia, Geriatria e Gerontologia Social, Professor da UNB, Dr. Renato Maia Guimarães, perante a Subcomissão Permanente do Idoso do Senado. Ele diz: “*Se não forem adotadas providências urgentes em favor da valorização dos idosos, chegaremos aos 3º milênio tendo além de criança de rua, idosos de rua*”.

Eu agora gostaria de abordar a questão bastante, mas profunda na questão da saúde do idoso. O art. 15 do Estatuto determina: “*É assegurada a atenção integral à saúde do idoso por intermédio do Sistema*

Único de Saúde, SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços para prevenção, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente aos idosos. § 1º: A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de cadastramento da população idosa em base territorial". Não existe, não conheço uma instituição que tenha feito isso, pelo menos aqui no Distrito Federal. *"Atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios. 3º unidades geriátricas de referência com pessoal especializado nas áreas de Geriatria e Gerontologia Social"*. Aqui no Distrito Federal, eu era assessor do Governador na época, demos a sugestão, os idosos e nos reunimos, e debatemos e criamos um Projeto de Lei que tomou o número na Câmara Distrital de 233 de 15 de janeiro de 1992, eu vou ler a Lei, que virou Lei: "Dispõe sobre a implantação de ambulatórios e clínicas geriátricas na rede hospitalar do Distrito Federal. *"O Governador do Distrito Federal decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º: o Governador do Distrito Federal dotará a rede hospitalar da área pública de ambulatórios e clínicas geriátricas. Art. 2º: o Poder Executivo destinará recursos orçamentários, julgados necessários à implantação nas unidades especificadas no artigo anterior. O Poder Executivo destacará do orçamento de investimento e custeio de saúde do Distrito Federal, os recursos necessários à implantação dos ambulatórios e clínicas geriátricas na rede hospitalar pública. Revogam-se as exposições encontradas e etc, etc."* Agora vem a grande... Até hoje só um hospital está cumprindo essa Lei, o Hospital da Cidade Satélite do Guará, que mantém em funcionamento uma clínica e enfermaria geriátrica, o único.

As autoridades que governam o Distrito Federal alegam que faltam profissionais especializados, mas até essa data nenhum concurso foi realizado para contratar profissionais para o quadro de saúde do Distrito Federal. É triste informar, mas só um médico geriatra está trabalhando no Distrito Federal, no corpo de medicina da secretaria de saúde do Distrito Federal, e ele atende no Guará. É triste. Enquanto em Brasília já existem mais de 170.000 pessoas com mais de 60 anos e só um médico geriatra.

O decreto 1548 de 15 de junho de 97 dispõe sobre o atendimento prioritário nos centros de saúde do Distrito Federal. Alguns postos de saúde obedecem esse decreto, muitos não. O atendimento domiciliar do idoso é o art. 4º, atendimento domiciliar incluindo a internação para a população que dele necessitar e esteja impossibilitado de se locomover, inclusive, para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas,

filantrópicas ou sem fins lucrativos, e eventualmente conveniadas com o poder público nos meios urbano, urbano e rural. Art. 5º: reabilitação orientada para a Geriatria, Gerontologia, para a redução de sequelas decorrentes do agravo da saúde. É importante, não existem médicos geriatras e enfermeiros especializados no atendimento aos idosos nas equipes domiciliares no Distrito Federal. O § 2º diz: "Incumbe ao poder público fornecer aos idosos gratuitamente medicamentos, especialmente os do uso continuado, assim como prótese, órtese e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação e reabilitação. São grandes as filas dos postos de saúde e muitas, mas muitas reclamações pela falta de medicamentos necessários ao tratamento dos idosos. Aqui no Distrito Federal, vejam, na capital da república. Eu fico pensando nas cidades do interior.

Dou meu testemunho, fui convidado recentemente para assumir, foi o convite do atual Governador, para assumir a coordenação geral dos assuntos do idoso no governo do Distrito Federal. Antes de aceitar e negociar, fui consultar os planos de saúde, para mim e para a minha esposa. Nenhuma corretora de planos de saúde me fez proposta, e na sedes de duas empresas que visitei, disseram-me que só faziam planos coletivos para empresas e órgãos públicos. Fui enrolado por atendentes, e quando forcei a barra, querendo falar com a direção das empresas, vieram com planos individuais que devido a nossa idade, minha e da minha esposa, que ultrapassa os 70 anos, custariam mais de 3 mil reais para o casal. Isso é terrível, pois o § 3º do estatuto é bem claro: é vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade. E onde está a lei, minha gente? Os idosos estão sofrendo e não aparece ninguém para nos defender, eu não vejo ninguém. Será que os planos de saúde são tão fortes assim? O § 4º do estatuto do idoso determina, os idosos portadores de deficiências ou com limitações incapacitantes, terão atendimento especializado nos termos da lei. Que jeito, se não tem profissionais, devido à falta de profissionais especializados.

E agora, vão duas informações que eu discuto com qualquer técnico. Médicos geriatras clinicando no Brasil, nas grandes cidades, nas capitais, vejam bem, e a maioria deles particular, cobrando 300 a 350, porque não aceitam planos de saúde, eles não aceitam plano de saúde, então tem que pagar a consulta, 300, 350 foi a última que eu tive que pagar. Então, existe cerca de 900 profissionais para atender os mais de 23 milhões de pessoas idosas. Mais de 99% estão clinicando nos grandes centros urbanos, o idoso do interior está abandonado mesmo.

Agora vem a minha profissão, Gerontólogo Social. A Gerontologia Social muita gente não sabe nem o que é. Os médicos geriatras cuidam da saúde física do envelhecido, o geriatra cuida da cabeça. Trata da vida social do idoso, orienta, ele vem da linha da psicologia, é a vida psicológica do idoso. Existem cerca de 400 gerontólogos sociais em atividades no Brasil, e vejam bem para atender as 23 milhões pessoas de envelhecidas. Porque aqueles dados técnicos são dados do IBGE, mas eu não consegui essas informações, consegui projeções dentro do próprio IBGE, que nós estaremos com mais de 20 milhões, cerca de 23 milhões que vai aparecer no próximo censo.

Agora eu tenho um testemunho aqui do Distrito Federal, que eu recebi agora de manhã. É de uma enfermeira que eu não vou dizer o nome, porque ele ainda está em atividade como enfermeira nos hospitais de Distrito Federal. O SUS no DF, no Distrito Federal. Apesar de todas as vantagens que o SUS possibilitou, como cirurgias bariátricas, neurocirurgias, medicina nuclear, entre outros, a terceirização dos serviços quando a unidade de saúde não os possui, a possibilidade de parcerias, a situação dos idosos continua preocupante, ainda encontramos – preciso de dois minutinhos só – ainda encontramos no DF idosos que tem de ir para fila de marcação de consulta de madrugada. A demanda de outros estados é grande, mas não é só o motivo para os idosos continuarem sofrendo. Vemos todos os dias na mídia determinações judiciais que não são cumpridas. Há dois anos ou mais, não há mutirão de catarata nos serviços de médicos do SUS, e falta... o argumento: faltam lentes para serem colocadas. Sabemos estatisticamente que 90% dos idosos têm problemas visuais, o principal empecilho para se ter qualidade de vida autônoma. Os exames de maior complexidade, como mamografia, tomografia, exames computadorizados, os idosos não têm acesso, só se tiveram a sorte de ter um parente ou amigo na rede de saúde. Quem necessita de medicação de uso contínuo é o que mais sofre, quando a medicação chega na unidade de saúde, se ele não tiver conhecimento logo quando vai procurar, já acabou, é só receber a metade receita prescrita. E por aí vai. Então, isso é uma denúncia de uma enfermeira, que se as autoridades puderem resolver, nós estaremos aí.

Bem, isso aqui eu não vou ler porque não dá tempo, mas vai ficar para primeira Reunião de Subcomissão Permanente do Idoso. São os artigos do Estatuto do Idoso que estão cumpridos. Todo o Estatuto do Idoso, Lei 10.741 e a Lei 8.842 que criou a Política Nacional do Idoso. Eu gostaria de encerrar a minha participação agradecendo de coração e pedindo perdão pela demora e dizer ainda o seguinte: Não temos

que temer o envelhecimento, envelhecer não dói. Eu estou com 76 anos, continuo trabalhando e a semana passada o Senador me perguntou: “*Professor o senhor já encomendou a bengala?*”, digo: “*Por que bengala? O dia que eu tiver que usar bengala eu não venho trabalhar mais, vou cuidar de minha saúde*”, diz ele: “*Não, porque meu mandato termina, quando terminar o senhor já vai estar com 78 anos*”, eu digo: “*Olha, então se prepara, o senhor vai ter que me atuar até o fim do seu mandato, se Deus continuar me ajudando, como está ajudando agora*”.

E encerrando, é uma sugestão para todos aqui presentes. Eu descobri em 1988 um vírus que mata os aposentados em dois ou três anos, eu até denominei esse vírus de CRTC, vírus CRTC, que eu não estou biólogo, mas botei, nomei, por quê? Em dois anos o aposentado que adquire esse vírus morre, chama-se cama, rádio, televisão e cama, cama, rádio, televisão e cama. O aposentado que entrar nessa rotina, eu vou ter que ir no enterro dele dois anos, ou três anos depois. Muito obrigado e desculpe, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Cama, rádio, televisão e cama! Prof. João, isso já é um bom conselho. Olha, nós queremos dizer o quanto foi importante a sua participação, Prof. João, o senhor nos traz aqui, inclusive, essas denúncias que feitas por uma enfermeira, eu tenho certeza que no Brasil todo, nós encontramos a cada instante denúncias desta natureza. Inclusive os planos de saúde realmente isso precisa, não pode continuar.

Bem, nós vamos agora passar a palavra... Eu queria aqui registrar a presença do Presidente da Subcomissão de Assuntos Sociais, Senador Augusto Botelho, do Senador João Durval, do Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Marcelo Crivella e o Senador Papaléo, que é o Vice-Presidente da Comissão de Saúde, e que também é Relator desses Ciclos de Debates, onde nós queremos, ao final debatendo todas as questões relacionadas com saúde que estão sendo levantadas na Comissão, trazidas pelos senadores, solicitando Audiências, nós possamos entregar ao próprio Ministério e à presidência da Casa um documento com sugestões com todo um relatório do que foi possível analisarmos, as denúncias que recebemos, enfim... Porque realmente vem a contribuir para o trabalho das políticas públicas voltadas à saúde do idoso. E também vai ser um grande instrumento de formações para os Projetos de Lei, para as nossas propostas como legisladores, que venha a melhorar realmente a questão de idoso.

Vamos aqui também fazer, eu queria dizer da nossa alegria de estarmos também aqui com a Dra. Regina Siqueira, que é consultora, que vem acompa-

nhando todas as audiências aqui na nossa Comissão, muito obrigada Regina, pelo trabalho que é feito pela consultoria da Casa, porque nós sempre devemos mostrar o quanto a consultoria é importante, porque nos acompanha e orienta, e dá todo um apoio necessário para que possamos desempenhar bem o nosso mandato.

E eu queria também registrar a presença de Maria Lúcia Dias da Silva Leão, coordenadora do grupo Divina Luz. Jorge Said, representante do Dr. Santini, Diretor-Presidente do INCA, ele é gerente do INCA. Obrigada lá presença. Roni Donan, pesquisador da UNIFESP, bem-vindo. Hélio Fernandes, da UID(F), Presidente da Associação dos Idosos do Cruzeiro, obrigada por ter vindo. Miriam Di Giovanni, presença da mulher é muito importante, já que nós somos maioria também nos idosos. Corina Pereira de Souza, coordenadora da Associação da Terceira Idade de Planaltina. Muito obrigada, D. Corina.

Então vamos continuar agora com a Dra. Maria Alice Toledo, Professora de Psiquiatria da Universidade de Brasília, UNB.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom bom-dia, Senadora, Senadores, a todos presentes, eu vou pedir permissão, na verdade, para falar de pé, porque eu acho que apresentação ela compete muito com a pessoa e a inteiração, eu acho que fica um pouquinho melhor.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Fique à vontade, Dra. Maria Alice, e a senhora como psiquiatra, entende muito bem de como chegar melhor para o nosso entendimento. Com certeza.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom, assim, eu acho que na verdade, há inteiração, porque uma pessoa falando de lá e todos olhando para cá, fica um pouco melhor, e talvez o vício também, por ser professora. Além de psiquiatra, eu sou professora de Geriatria da universidade de Brasília, e coordeno o programa de residência médica, uma das poucas residências que a gente tem, a gente conseguiu três vagas aqui em Brasília. A próxima, por favor.

Nós estamos atualmente com 6 residentes, três R2 e três R1, então, como até já foi exposto, Elisa mostrou muito bem em relação à pirâmide, o crescimento da população idosa, ela já é um desafio no ponto de vista tanto econômico quanto social. Aí a gente fica a frente desse novo paradigma, necessidade de estudos e de um dimensionamento dessas demandas futuras do idoso na saúde. E inclusive, eu gostaria de lembrar a saúde mental, não só a saúde de corpo, mas a saúde também do que nós psiquiatras chamamos também de... seria a alma, não é? Próximo, por favor.

Então, aqui tem a mesma pirâmide, que vocês já viram, do Brasil como um todo, mostrando agora por regiões. Então, a gente vê que o envelhecimento, ele ocorre em todas as regiões e a gente tem algumas regiões em que já tem a pirâmide, já não mais com essa base alargada, mas um formato um pouco mais cilíndrico, tanto no Sul quanto no Sudeste, semelhante à pirâmide de países, como, por exemplo, a França. Mas mesmo, por exemplo, Nordeste, Norte, onde a gente ainda tem uma base muito alargada, com uma natalidade ainda mais alta, mas a gente já tem também o ápice dessa pirâmide crescendo com um envelhecimento, é o número absoluto é bastante grande. Próximo.

Aqui são projeções, e são projeções que não tem como a gente fechar os olhos. Na verdade, e tanto em 2010 quanto em 2050, em 2050, praticamente a pirâmide, ela vira um cilindro, vai virar um cilindro, então, assim, o aumento do número de pessoas mais idosas é um desafio, realmente, nessa área de saúde. Próximo.

E se a gente compara também em relação ao percentual de população, a gente vê desde de 1950 e uma projeção para 2050, a gente vê que a população de 65 anos ou mais, caracterizada por essa faixa vermelha, é a população que mais cresce. A população infantil, com a queda da taxa de natalidade, a gente vê que há uma diminuição. Então, a população que mais cresce é a população do idoso. Próximo, por favor.

De maneira que a gente já tenha atualmente cerca de 20, a 23 milhões de indivíduos idosos e a projeção para o ano de 2025 é que a gente tenha 32 milhões de idosos. Então, isso requer medidas urgentes, do ponto de vista de saúde. O próximo.

Se a gente pegar, por exemplo, uma doença, doença de Alzheimer, que atualmente é um desafio no mundo inteiro, porque o principal fator de risco para doença de Alzheimer é o próprio envelhecimento. Então, assim, a gente observa que com o progredir, o avançar dos anos, existe uma progressão geométrica, exponencial, aliás. E a se a gente pega, na melhor das hipóteses, uma prevalência de 1.6 de indivíduos de doença de Alzheimer, fazer um cálculo de cerca de 20 milhões, nós vamos ter a projeção, na verdade, aqui para 32 milhões de 512 mil indivíduos com doença de Alzheimer. Então, é um contingente muito grande, e uma... E assim, é um... Tem características, na verdade, é uma doença que ela não fica no hospital, ela fica na família. Dá um custo muito grande para a família, não só com medicações, como a infraestrutura que esse familiar tem que ter, muitas vezes sem, inclusive, nem sabe como lidar com isso de ter que ter o cuidador, e aí passar por... Porque antigamente a gente tinha as

mulheres cuidando das crianças, e posteriormente cuidando dos idosos. Com a saída da mulher do domicílio para trabalhar, quer dizer, essa população ficou, quer dizer, grande maioria das famílias não é nem por não querer, mas é por não saber como lidar com esse idoso. E se o idoso ainda tem distúrbio de comportamento, o que fazer, um idoso que agride... Então é uma situação bastante complicada.

Atualmente a gente tem cadastrados no Distrito Federal 749 pacientes com doença de Alzheimer, que já é uma, assim, deve ter paciente pela população de Brasília que na verdade, se a gente pegar a prevalência mínima, não estão na verdade tendo acesso nem a esse cadastro e que retiram medicamento pelo serviço, pela Secretaria de Saúde, são 157 pacientes apenas. Então, aqui muitas coisas na verdade, por que a grande maioria não tem acesso a essa medicação? Várias coisas estão envolvidas nisso, mas, por exemplo, um exemplo que a gente vê dentro da área de saúde, fica extremamente angustiado, é por exemplo, dentro do protocolo que do ponto de vista teórico, ele é muito bem elaborado, é exigido, por exemplo, dosagem de vitamina B12. Do ponto de vista Acadêmico é correto, mas a gente não tem dosagem de vitamina B12 na rede pública em nenhum hospital, ou seja, só vai conseguir preencher o protocolo e dar entrada e conseguir a medicação quem tem dinheiro para fazer esse exame particular. E muitos dos nossos pacientes ganham um salário mínimo, às vezes é o salário mínimo do idoso que sustenta a família inteira. Então, assim, é necessário que veja, tem que ser colocado à disposição, dentro do serviço único de saúde, um laboratório que faça... Porque se é exigido que o indivíduo é obrigado a fazer esse exame para poder ter acesso a medicação, então deveria dar condições para que ele possa fazer esse exame sem o ônus, porque muito deles não tem condições de fazer esse exame particular. O próximo, por favor.

Então, esse é um gráfico que mostra que atualmente, por vários problemas que já foram falados, a grande maioria da nossa população idosa depende exclusivamente do SUS. Então, é necessário que se dê condições para que esse paciente ou esse indivíduo possa ter um atendimento digno. O próximo.

Aqui é só uma nota, na verdade do ano passado, setembro do ano passado e que mostra que a Geriatria ainda é uma especialidade escassa. Ele faz até na verdade, uma conta, ele calcula, parece até... Que a Dra. Elisa já falou que nós já teríamos mais 700 geriatras, talvez seja um dado mais atualizado, até o ano passado, eram 542 geriatras no país inteiro, 250 em território paulista, e mesmo assim, se a gente fizesse um cálculo, uma conta rápida, né, se o idoso do próprio

Estado de São Paulo, fosse utilizar o serviço, o atendimento do geriatra, cada profissional precisaria atender 47 mil pacientes, quer dizer, é impossível.

A outra coisa, por exemplo, depois de muita luta nós conseguimos a vaga, assim que fosse dada essa vaga para residência médica aqui em Brasília, mas mesmo já sendo, se a gente pegar a curva, as vagas para Geriatria tem aumentado, mas mesmo assim, os gráficos são favoráveis, mas ainda está muito, muito aquém do que deveria ser o mínimo. A gente vê, por exemplo, são oferecidas 68 vagas de residência de Geriatria no Brasil todo, e na Pediatria, por exemplo, 626. Então, o problema não é na verdade diminuir o número de vagas para pediatras, mas só para comparar, na verdade a proporção, com um país que está envelhecendo. Então, nós temos que tentar aumentar isso consideravelmente, e num tempo não muito demorado, mais a curto prazo. O próximo, por favor.

Visando, inclusive, o atendimento o idoso, aí a Portaria 702 de 12 de abril de 2002, criou 74 Centros de Referência de Medicina do Idoso, sendo um no Distrito Federal. Então, nós temos assim, de hospital público, realmente o hospital do Guará, que tem o Dr. Fradini, mas nós temos lá no Centro de Medicina, na verdade, 5 a 6 geriatras, também tendo esse atendimento à população, mas mesmo já tendo sido um ganho, é muito pouco, 74 centros para fazer esse atendimento. O próximo, por favor.

No Brasil inteiro, aqui já distribuído por estado.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: E essa unidade da UNB não é vinculada ao Distrito Federal lá, à Secretaria de Saúde do Distrito Federal, um serviço independente da universidade. Atende o público--

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Assim, mas pelo Sistema Único de Saúde, a gente atende a população do Distrito Federal.

O próximo, por favor. E uma coisa que impressiona, e na verdade choca, a gente vendo por todas essas razões, o envelhecimento, a grande, o aumento dessa demanda, a insuficiência de serviços de médicos, até de formação, a gente vê, na verdade, a dotação orçamentária de 2080, e isso aqui sem saúde para o idoso. A gente tem 20 milhões, dos quais foram usados 6 milhões. Agora, para o exercício de 2009 isso cai para menos de metade, 8 milhões. Então, uma coisa que deveria estar na verdade aumentando, e foram usados 600 mil apenas. Então, é uma coisa que realmente não dá para gente entender, é um dado que na verdade choca. O próximo, por favor.

Então, o centro de referência, os centros de referências criados, eles na verdade, assim, foram criados considerando a necessidade de adotar medidas para fortalecer o desenvolvimento de ações que visam o

incremento das diretrizes essenciais da política nacional do idoso, então, a atuação são em todos os níveis, desde promoção de envelhecimento saudável, a atenção primária a saúde, manutenção de capacidade funcional, quanto já assistência ao idoso doente, reabilitação, na verdade do idoso, já uma atenção terciária a esse idoso, o detalhe é que a gente precisa, é um centro que tem um custo maior, na verdade, porque a gente precisa de equipes multiprofissionais e interdisciplinares, atuando e atendendo esse idoso. Agora, são medidas, são efetivas, porque a gente observa que reduziu o número de internação, o tempo de permanência hospitalizar, que como a Profa. Elisa já mostrou, a hospitalização do idoso é um fator de deteriorização de independência funcional e da autonomia. Próximo, por favor.

Então, a gente vê, assim, por exemplo, esse aqui são fotos da oficina ambiental de jardinagem, onde nesse atendimento multidisciplinar, por exemplo, atualmente a gente tem o desfalque só da enfermagem, mas a gente tem assim, a cobertura multidisciplinar, então é uma coisa assim, muito gratificante quando a gente vê que funciona. Mas o problema, nós estamos com uma lista de espera de mais de 300 pacientes, dá uma média de 3 a 4 meses de espera. Então, não tem como você atender a toda a demanda. O próximo, por favor.

E quando a gente fala na verdade 'envelhecimento', a gente está falando de uma população extremamente heterogenia. A gente tem o envelhecimento como um processo universal, aonde existe uma queda de funções, funções orgânicas, mas o individual, a gente vai chegar e olhar nessa faixa etária de população, indivíduos que estão extremamente bem e ativos, mas nós vamos também estar lidando com indivíduos que estão no polo no oposto. Tem às vezes a mesma idade cronológica, mas eles estão numa situação desesperadora, não só para eles como para os próprios familiares que não sabem como lidar, como você vai ficar com o um paciente totalmente restrito numa cama e você é responsável por toda a higiene, por fazer curativo, por mudança... Alimentação, que é um problema, esse idoso tem grande dificuldade de se alimentar, fora o custo que aumenta muito. Então, esse tipo de paciente é um paciente que está muito arriscado a uma institucionalização. Se gente tivesse, até atenção, serviços aonde pudessem, na verdade, o idoso ter a institucionalização e ser atendido como um todo, inclusive do ponto de vista até de terapia ocupacional e tudo, é um aspecto. Mas os asilos, as grandes instituições que tem a gentes tem atualmente, são raras exceções, geralmente são depósitos, infelizmente é a realidade. O próximo, por favor.

Então, aqui só mostrando quando a gente fala do jovem a gente está falando de uma população um pouco mais homogênea, quando a gente fala do idoso eu vou pegar um grande diferencial, indivíduos que estão bem, e indivíduos que estão muito mal. Próximo, por favor.

Então, alternativas, por exemplo, a hospitalização, que a gente já viu que a a hospitalização, por uma série de motivos, não é a melhor opção, deveriam ser estimulados, inclusive. Então a gente tem, por exemplo, pacientes com demência avançada, sequelas de doença neurológicas e o atendimento domiciliar. Por exemplo, no centro de referência, no Centro de Medicina do Idoso nós fazemos um atendimento domiciliar por semana. Mas isso é muito aquém do que poderia... Assim, a demanda é muito maior. Se você consegue dar uma assistência para esse indivíduo, que a família às vezes não consegue nem levar ao hospital, você evita a institucionalização, e mais ainda, quando um familiar, um idoso começa a ter uma piora, um idoso, por exemplo, igual aquele eu mostrei no slide interior, o que ocorre? A família leva para o hospital, de um certo modo, dá graças a Deus porque na verdade vai ter alguém agora, os médicos vão estar medicando, as enfermeiras vão estar fazendo curativo, você não vai ter despesa nem com a alimentação do cuidador, nem com o do próprio paciente.

Então, a gente vive uma realidade hoje muito angustiante, é o paciente que a família interna porque está com uma pneumonia, precisa de uma internação e não pega mais. Então, é assim, um desespero a assistente social fica e atrás daquele familiar e o familiar vira e fala para gente: *"Mas doutor, eu venho todo dia visitar a minha mãe, meu pai, eu gosto dele, mas eu vou levar para casa, eu não sei por onde começo. Eu fico o dia inteiro fora trabalhando e eu não tenho..."*, quer dizer, então, existe essa estrutura de um... E aí o médico nunca mais vai lá, então ele não sabe na verdade o que fazer.

Unidade de hospitalização domiciliar. A gente tem atualmente o famoso home care, né, dentro de planos de saúde, mas a gente não tem nada nesse sentido que possa, inclusive, facilitar a ida desse idoso para casa, dentro de Sistema Público de Saúde. A outra alternativa, que eu acho que tem que ser uma coisa também estimulada, são enfermarias e unidades de cuidados paliativos. Porque é uma coisa também muito desesperadora para o parente ou para o familiar ter que, na verdade de uma hora para outra, aprender a lidar com um paciente terminal, mesmo porque a gente sabe que até sedação de dor e tudo vai ser difícil, ou então, esse paciente passa a ocupar um leito de hospital por tempo indeterminado. Então, eu acho

que são alternativas que devem ser também vistas do ponto de vista de incrementação no Sistema Público de Saúde. Próximo, por favor.

Uma outra coisa é que isso existe, até pela Portaria é colocado que, assim, seria função da Secretaria de Saúde estabelecer os fluxos assistenciais, mecanismos de referência e contra-referência, e as providências necessárias para que haja articulação assistencial entre a rede constituída e a rede de atenção básica e o programa de saúde da família. Se a gente conseguir aproveitar esses fluxos assistenciais, já vai ser um ganho muito grande. O problema é que a gente não tem na rede pública nem do programa de saúde da família, pessoas capacitadas, com capacitação para fazer o atendimento do idoso, e inclusive o próprio poderia ter uma assistência de atendimento domiciliar, desde que tivesse formação e fosse investido no treinamento desses profissionais para que ele pudesse, quer dizer, é uma coisa que está sendo subutilizada e na verdade não porque não se quer, não se tem formação. O próximo, por favor.

Infelizmente nós já temos o idoso de rua, Dr. Medeiros, é assim, é uma coisa que... Por quê? Porque todos, não existe... Existe uma seleção natural do ponto de vista de doenças mais graves, pacientes falecem mais jovens. Mas nós temos, inclusive, muito esquizofrênicos idosos, nós temos todos os problemas da saúde mental, os pacientes estão envelhecendo. Então, já é crítico, na semana passada a gente viu a saúde mental e a situação do idoso fica pior ainda. Então a gente já tem, infelizmente, essa situação de idosos de rua e muito desses idosos, são idosos que tem doença mental, é uma tristeza a gente ver e não existe uma política de saúde mental específica para o idoso. Infelizmente a gente tem alguns núcleos apenas, dentro da associação brasileira de psiquiatria existe a área de psiquiatria geriátrica, mas a gente vê que o psiquiatra, mesmo sendo treinado para atender o idoso, ele não está vinculado a essas unidades atenção do idoso. A gente vê, por exemplo, em centros universitários, por exemplo, a Universidade de Brasília tem, no Rio de Janeiro tem, em São Paulo tem o psiquiatra vinculado a esses centros, que é a ideia é o atendimento multidisciplinar. O próximo, por favor.

Isso aqui é só para assim, na verdade é um vídeo que está disponível na Internet, que é de dois minutos. Se a Senadora me permitir, eu vou assim passar, porque eu acho que são coisas assim que chocam, e sobre a reflexão dos maus tratos. Na verdade existem os maus tratos pela, vamos dizer assim, intenção de maltratar do indivíduo jovem, pela questão da parte, inclusive, financeira e tudo, mas existem também os maus tratos, porque a gente vê, às vezes o familiar desespera, ele

não sabe como lidar, não tem dinheiro, não tem capacitação, ninguém ajuda e ele se sente absolutamente só e perde a paciência em algumas situações. Então, são coisas dramáticas, que na verdade os dois podem ser vítimas, tanto a família quanto o idoso.

[exibição de vídeo]

REPÓRTER: *Milhões de idosos são vítimas de violência no Brasil. O mais dramático é que metade sofre agressão dentro de casa.*

REPÓRTER: *O que mais dói em D. Edite, de 80 anos, não é a cirurgia que fez recentemente nos dois joelhos, mas as palavras de ódio e desprezo que ouviu do próprio filho.*

D. EDITE: *"Se você não sair daqui, eu vou jogar teus panos de bunda lá na rua e você também. Se vire". Isso me machucou, me doeu, até hoje me dói.*

REPÓRTER: *Os outros cinco filhos também abandonaram a viúva aposentada, chegaram a sugerir colocar D. Edite no asilo, mas ela prefere lutar para viver num quarto alugado com a pensão de 330 reais por mês.*

Situações como a de dona Edite não são raras, um levantamento do Ministério da Saúde mostra que 2 milhões e 100 mil idosos no Brasil já sofreram algum tipo de violência, metade já foi vítima de maus tratos dentro da própria casa.

Quando se fala em violência doméstica, não é preciso ser filho ou parente o autor dos maus tratos. O cuidador Lauremar Ferreira espancava este aposentado de 83 anos que sofre de Mal de Alzheimer. Os tapas e outros tipos de agressão aconteciam quando a família estava fora de casa. O filho, desconfiado, teve sangue frio, e com uma câmera escondida gravou todas as cenas de maus tratos sofridos pelo pai, e inclusive a humilhação de ter o pijama sujo de urina esfregado no próprio rosto. O Ministério da Saúde prepara um programa preventivo contra a violência para instruir a família que se sente sobrecarregada com o idoso.

ENTREVISTADO: *Tem violência que o Sistema de Saúde tem que ter um apoio à estrutura familiar, porque às vezes uma pessoa doente em casa, idosa, dá uma sobrecarga muito grande para quem cuida.*

REPÓRTER: *Mas para os casos de violência física, há um número para denunciar, 0800 644 14601.*

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Assim, porque esse problema da saúde passa até na verdade a gerar todos esses... A pessoa às vezes se vê... Assim, não sabe, não tem uma alternativa, e aí a abordagem também do gerontólogo. Eu acho que só tem mais um.

Esse aqui foi apresentado até aqui mesmo, na Comissão de Assuntos Econômicos, em outubro de 2006. O interessante é que o próprio Presidente do IBGE chamava atenção para as contradições existentes

no Brasil, que o Brasil compartilha os indicadores econômicos dos países mais desenvolvidos e indicadores sociais dos menos desenvolvidos. Próximo, por favor.

Aqui também em relação ao idoso, a condição na família das pessoas idosas, acima de 65 anos, e a gente vê que a situação desse indivíduo idoso ser responsável pela família inteira, ela vem aumentando de 1991 para 2000. Então, você vê que a variação é muito maior, do que um idoso que poderia estar usufruindo dessa aposentadoria, não, ela está assumindo a responsabilidade, inclusive de sustentar a família. Próximo, por favor.

E isso mais importante nas áreas rurais, a gente vê que, por exemplo, a participação chega a 50% do rendimento total da família. O Nordeste, o idoso sendo cabeça da família já chega a proporção de 73% das residências. Próximo. Não, eu acho que aí já foi comentado, eu encerro a minha fala. E muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Nós queremos agradecer a Dra. Maria Alice Toledo pela sua brilhante explanação e experiência que apresentou, ela que vive realmente essa questão. E que aqui fez algumas colocações que realmente nos preocupam bastante quanto à questão de idoso de rua, a questão da crescente doença de Alzheimer e também, eu acho que muitas questões que nós depois... não vamos aqui analisar, porque vamos ter o tempo para os Senadores, o Senador Flávio Arns será o primeiro, já está inscrito, e logo depois do Dr. José Luís Telles.

Agora passo a palavra ao Dr. José Luís Telles de Almeida, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde, que é o último expositor e depois passaremos às colocações dos Srs. Senadores.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Muito obrigado, Presidente Senadora Rosalba Ciarlini, eu queria parabenizar a Comissão por esse Ciclo de Debates, eu acho que nós todos estamos passando, quem milita na área de saúde, quem milita pela conquista do direito de cidadania à população brasileira, esse é um ciclo bastante oportuno, no momento em que o Sistema Único de Saúde passa. 20 anos de Sistema Único, 20 anos de construção de um outro modelo, um modelo distinto daquilo que existia há 30 anos atrás, onde só quem tinha acesso aos serviços de saúde e ao atendimento médico é quem tinha carteira de trabalho coberto pelo INAMPS, o Ministério da Saúde não tinha nenhuma ação direta de assistência, a não ser aquelas de prevenção de doenças endêmicas nas áreas rurais e nós conseguimos transformar um sistema excludente num sistema includente, um sistema de inclusão social, como o Deputado Sérgio Arouca,

querido Sérgio Arouca, o Presidente da Fundação Osvaldo Cruz, a qual pertence, uma vez afirmou que o Sistema Único de Saúde talvez seja o mais arrojado processo civilizatório que esse país já ousou construir para toda a população brasileira. E é isso, fizemos 20 anos de Sistema Único, estamos transformando um modelo, um modelo baseado na doença, um modelo baseado na atenção hospitalar, deslocando para um modelo baseado na comunidade, nas famílias, com ênfase na prevenção, na promoção de saúde, entendendo que as diferentes faixas etárias fazem parte de um ciclo vital e que as intervenções desde o pré-natal até o final da vida são fundamentais para que se garanta a dignidade da pessoa humana, já que é uma conquista de cidadania.

E é interessante, eu vou fazer um parêntese, é interessante que nós fizemos um movimento de conquista do Sistema Único de Saúde, de construção do Sistema Único de Saúde, exatamente no momento onde todo o receituário neoliberal dizia que o Estado deveria ser um Estado Mínimo, que não deveria interferir nas questões que o mercado poderia dar conta. Nós fomos na contra-mão desse receituário, construímos a partir da constituinte, que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado e aí nós estamos nesse desafio de ultrapassar as questões de governo e efetivamente fincar bases, para que as políticas de saúde sejam políticas de estado e que não fiquem a mercê das vontades dos seus governantes. Da mesma maneira que não fica a mercê das suas vontades dos seus governantes, nesses 20 anos de Sistema Único de Saúde, há um enfrentamento importante, emergente e urgente, que é a sua sustentabilidade econômica financeira. Nós hoje temos 190 milhões de pessoas no nosso país, nós podemos dizer certamente que 100% dessa população utiliza os serviços do Sistema Único de Saúde, não só o de assistência, que nós sempre vinculamos o SUS à assistência, mas SUS significa vigilância sanitária, significa uma série de ações que são fundamentais para a saúde da população. Enfrentamos uma grave situação que é a sustentabilidade desse sistema, em situações, por exemplo, de crise econômica mundial e que atinge o PIB, que atinge o desenvolvimento do nosso país e que coloca o orçamento da União dos estados e dos municípios na maré das arrecadações.

Bom, eu fiz essa introdução para nos situarmos que nós estamos discutindo apenas uma faixa etária da população, nós estamos discutindo o que nós temos enquanto o projeto de sociedade, em torno do Sistema Único de Saúde, na saúde como direito de cidadão. E aí eu pergunto, principalmente para as pessoas idosas que estão aqui, muitos deles representantes de grupo:

A nossa sociedade tá preparada lidar com as questões específicas dessa faixa etária? Com certeza, não. Essa é uma resposta que todas as exposições aqui nos colocaram, apesar da ênfase na saúde, mas podemos extrapolar os limites da saúde, quando nós andamos nas ruas, quando nós atravessamos os sinais, quando as pessoas mais idosas buscam se locomover, principalmente aquelas com mais de 80 anos para subir o degrau dos ônibus, isso quando os ônibus param no ponto, para que essa pessoa possa tomar o ônibus. Efetivamente é essa sociedade a qual nós vivemos, e talvez sejam poucas as sociedades no mundo que estão preparadas para lidar com a fragilidade da condição humana, que se expressa mais quando chegamos aos nossos limites etários, 60, 70, 80, 90, 100 anos.

Agora eu faço uma outra pergunta: A nossa sociedade está estática diante dessa situação? Ela está parada, assistindo estaticamente? Não, não está. Nós fizemos esse ano a Segunda Conferência Nacional de Direitos da Pessoa Idosa. Foram 600 delegados eleitos em cada município desse país, depois eleitos em cada estado desse país e que estiveram aqui em Brasília no mês de março, discutindo as deliberações que vieram dos estados, e ao final nós deliberamos, e eu digo nós, porque eu tenho a honra de presidir o Conselho Nacional de Direito do Idoso, nesse período de 2009/2010, nós deliberamos uma série de recomendações, não só aos gestores, mas para toda a sociedade. As políticas públicas estão paradas diante do processo de envelhecimento? Os indicadores estão nos dizendo que não, apesar dos grandes problemas que ainda enfrentamos, e talvez um dos mais sérios nesse país sejam as profundas desigualdades sociais que verificamos quando comparamos os indicadores de saúde, os indicadores sociais da região Norte e Nordeste com os indicadores da região Sul e Sudeste. Mas não estão parados, essa Casa é um exemplo. O que essa Casa produziu de legislação que possibilita proteção social da população idosa, é um exemplo para a América Latina, para os países inclusive da Europa. Estamos agora discutindo, junto com Secretaria Especial de Direitos Humanos, um movimento internacional de uma Convenção Internacional de Direitos da Pessoa Idosa, que é o único segmento da população que ainda não tem uma convenção específica, esse ano, foi esse ano, esse ano ou final do ano passado foi a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiências. Ora, as convenções servem para quê? Para reforçar mais e mais o compromisso da população e dos gestores em fazer com que a Legislação construída por essa Casa, seja executada. Temos belíssimas leis. Sr. João trouxe alguns exemplos do Estatuto do Idoso em relação a saúde que não são cumpridos.

E aí eu diria o seguinte, Sr. João, o senhor trouxe o exemplo do Distrito Federal, da mesma maneira que nós falamos, e aqui foi dito pelas Profas. Elisa e a Maria Alice, de que nós não podemos dizer que os idosos, ou a população idosa é homogênea, ela é heterogênea em função de que cada um envelhece de qualquer maneira. Nós também não podemos dizer que os gestores são homogêneos, o Sistema Único de Saúde, umas das duas diretrizes, foi a radical descentralização administrativa, entendendo que é na Prefeitura, é no nível local, nos territórios onde o Prefeito, o Secretário Municipal de Saúde tem condições de identificar quais são as suas prioridades. Mais ainda, o Sistema Único de Saúde, na sua legislação, instituiu os Conselhos Municipais, os Conselhos Estaduais, o Conselho Nacional de Saúde, para que os próprios usuários e suas representações tivessem a possibilidade de interferir nas prioridades definidas, inclusive na alocação orçamentária definida para aquele território, para aquela municipalidade. Portanto, nós também estamos diante de um país que tem uma profunda diversidade de gestão do sistema de saúde. Nós temos gestores absolutamente comprometidos, não só com princípio dos SUS, mas comprometidos com o os direitos de cidadania da população e temos município hoje que dão o exemplo para todo o país, da capacidade que se tem, uma vez que tenha compromisso político e vontade política, de transformar uma realidade e produzir exemplos fantásticos de atenção à saúde. Estava falando de internação domiciliar, nós temos uma portaria do Ministério da Saúde que está para ser regulamentada ainda esse ano, mas isso não impediu que determinadas secretarias estaduais e determinados municípios fizessem estratégias de internação domiciliar, possibilitando a atenção às populações mais frágeis. Nós queremos dar mais visibilidade a essas gestões, até porque dentro do Conselho Nacional de Secretários Municipais e o Conselho Nacional de Secretários Estaduais, temos fomentado essa discussão para fazer com que aqueles exemplos dos gestores que efetivamente aplicam seus recursos escassos e finitos bem, fazendo uma gestão pública que a população, inclusive, nas épocas de eleições fazem a sua escolha em reeleger os seus prefeitos, o ano que vem teremos a eleição de Governador e eleição para Presidente da República, passa pelo crivo popular, esses gestores acabam sendo reconhecidos pela aplicação dos seus recursos. E aqueles gestores que, infelizmente, não aplicam bem os seus recursos, mas que o Ministério da Saúde tem buscado, a partir de 2006, estabelecer metas e monitorar metas com alguns indicadores de saúde identificando aquelas gestões que tiveram dificuldade de fazer ou de cumprir as metas mutuamente

estabelecidas. Aqueles gestores que não cumpriram as metas, o que fazemos? Cortamos os recursos? E quem paga a interrupção dos serviços? A própria população.

Então, nós temos trabalhado também junto com o CONAS e CONASEMS, de reforço dessas gestões, de capacitação dos gestores estaduais, dos gestores municipais, para que esse processo de gestão seja baseado em evidências, como nós falamos em gestão clínica, que é o trabalho do médico, do enfermeiro, enfim, do profissional de saúde, seja baseado em evidências científicas, a gestão também seja baseada em evidências científicas, de como se, diante de um quadro de aumento demográfico, de envelhecimento demográfico, aumento proporcional em número absolutos de população idosa. E concomitante, o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, de que maneira estabelecemos estratégias que não são mais aquelas, há 30 anos atrás quando há uma Ata discutir a atenção primária em saúde que era basicamente visando a saúde materna infantil.

Então, efetivamente, temos um grande desafio pela frente, primeiro na construção do sistema único que respeite os seus princípios da integralidade. Segundo, de um sistema de saúde que faça com que não só o seu processo de gestão, mas de organização dos seus serviços, reflita as necessidades de um envelhecimento demográfico e as necessidades de um processo rápido de envelhecimento demográfico, que efetivamente nos coloca a sociedade ainda despreparada.

“Os gestores não têm compromisso com a saúde do idoso”. Não é verdade, em 2006, numa mudança de forma de relacionamento entre a União, os estados e os municípios, o Ministério da Saúde propôs aos estados e aos municípios, uma pactuação, definindo algumas prioridades, entendendo que essas prioridades teriam impacto na saúde e no bem estar da população brasileira. Em 2006 foi feito o Pacto pela Vida. Primeira prioridade colocada entre os gestores, a saúde do idoso. Só que estamos tão acostumados com discursos, que efetivamente desacreditamos na capacidade que, um documento escrito e pactuado entre os gestores tenha efetividade, quer dizer, que as pessoas efetivamente sintam que aquela prioridade está sendo executada. Dentro dessa prioridade da saúde do idoso nós tivemos a preocupação de estabelecer algumas ações estratégicas, Senadora. Ações estratégicas que vinham na direção da própria construção de um modelo que visava promoção, a prevenção de saúde. Uma delas é a caderneta de saúde da pessoa idosa. Um instrumento muito simples que permite identificar pessoas em situação de fragilidade, e aí, Dra. Elisa, nós não utilizamos o conceito de fragilidade geriátrica, porque nós

não temos geriatra na rede, nós utilizamos o conceito de fragilidade, daquilo que o dicionário Aurélio nos diz: Algo que é frágil é aquilo que pode se quebrar. Todos nós, ao chegarmos aos 75, 80 anos, se não tivermos uma proteção e um cuidado, podemos nos quebrar, literalmente quebrar, e foi dito aqui a fratura do fêmur em pessoas, em mulheres idosas, tem sido hoje uma preocupação e nós colocamos o ano passado como umas das prioridades, junto aos gestores, ações de prevenção de quedas e tratamento da Osteoporose. Bom, a caderneta de saúde ela hoje chegou à cifra de 13 milhões de cadernetas, fechamos o ano de 2008 com dez milhões, fecharemos esse ano com 15 milhões de cadernetas, que atinge mais de 60% da população. Onde estão essas cadernetas? Na estratégia Saúde da Família. Hoje a Estratégia Saúde da Família, que é uma estratégia que visa levar assistência saúde para aquelas população tradicionalmente não tinham assistência, cobre, e aí Sr. João, a saúde da família trabalha com territórios, ela cadastra famílias e cadastra indivíduos. Hoje nós temos um território nacional, 14 milhões de pessoas idosas, cadastradas pela Estratégia Saúde da Família. Significa dizer, Sr. João, que uma vez por mês, pelo menos uma vez por mês, o agente comunitário de saúde faz uma visita domiciliar.

Agora, a Dra. Elisa e a Dra. Maria Alice nos levantaram uma questão muito importante. As nossas universidades não acordaram para esse processo de envelhecimento demográfico. Não estamos formando, não só geriatras, mas com as poucas vagas de residência médica, sequer os estudantes de medicina, enfermagem, assistente social, fisioterapeutas, tem na sua grade curricular, conteúdos obrigatórios nessa área de saúde do idoso, são poucas as faculdades de medicina que colocam conteúdos obrigatórios. Significa dizer o seguinte: Os profissionais que nós estamos formando que estão entrando na Estratégia Saúde da Família, ou estão sendo absorvidos pelos sistemas locais de saúde, não tem formação adequada para lidar com as questões específicas da população idosa. “Ah, mas não gosto de atender idoso”. Com esse número 19 milhões de pessoas idosas no nosso país, hoje os centros de saúde, os postos de saúde, as Unidades Básicas de Saúde, a sua clientela principal tem sido a população idosa, e não mais com o paradigma da cura, que a gente intervém e tchau. Mas é o do cuidado, que necessita visitas constantes, necessita contatos sistemáticos com os serviços de saúde. E qual é a cultura entre os estudantes? E aí os estudantes de medicina, sobre o nosso Sistema Único de Saúde, qual é a cultura? Os alunos acham que o Sistema Único de Saúde é um sistema para pobre. Essa ideologia de elite, faz com que muito das especialidades médicas

mesmo abrindo concurso público em determinadas especialidades eu não entro, para quê? Ou quando entra é para fazer bico, mas ao salário não é muito bom, as condições de trabalho não são muito boas, mas isso é uma luta de cidadania, não é uma luta só de profissionais. Se o Sistema Único de Saúde é uma conquista em torno da cidadania, é uma luta de todo e qualquer cidadão brasileiro.

Portanto, a formação dos nossos profissionais, não só em conteúdos técnicos, mas em conteúdos políticos, é uma preocupação. Mais dois minutinhos, só para fechar aqui. Nós temos um programa muito interessante com o Ministério da Educação que chama Pró Saúde. E que esse ano começou com a medicina, e que esse ano abarca medicina, fisioterapia, enfermagem, odontologia. E o que significa esse programa Pró Saúde? Há uma inversão de recursos do Ministério da Saúde para aquelas universidades que estabelecem, dentro do seu currículo, estratégias de contato precoce do aluno com a atenção primária em saúde. Até para desconstruir a visão que a atenção primária em saúde é uma medicina de pobre para pobre. Não, se faz muita coisa na atenção primária, estamos aí com a vacinação dos idosos, 83% o ano passado de cobertura vacinal contra a Influenza. Ora, dentro da atenção básica na promoção, na prevenção e no cuidado, nós precisamos qualificar essa atenção, estendermos a atenção primária e a Estratégia de Saúde da Família para quase 100% dos municípios brasileiros. Sabemos da fragilidade que temos, em termos de fixação de profissional, principalmente no interior, mas a fragilidade também em termos de conteúdo.

Senadora, nós estamos com um contrato com o Ministério da Saúde entre o Ministério da Saúde e a Fundação Osvaldo Cruz, abrimos 500 vagas numa Educação a Distância que tem sido modelo, inclusive, para a Organização Panamericana de Saúde, uma Educação a Distância para profissionais da atenção básica das regiões Norte e Nordeste. Por que das regiões Norte e Nordeste? Porque é exatamente as regiões que têm menor capacidade instalada de formação de profissionais e menor número de profissionais habilitados em Gerontologia e Geriatria. Estamos com uma turma agora de 225 e começará outra turma de 225, completando 500 vagas.

Internação domiciliar, qualificação dos profissionais de saúde, um compromisso cada vez maior dos gestores locais, em relação à agenda construída em 2006, tem sido o esforço do Ministro Temporão para fazer com que a saúde do idoso saia do discurso, efetivamente seja uma prioridade. E aí Sr. João, eu gostaria só de afirmar o seguinte: A priorização nessa faixa etária, não significa necessariamente uma concorrên-

cia com as outras faixas etárias, porque nós temos o Estatuto da Criança e do Adolescente, nós temos a priorização da população feminina nos serviços, aliás, essa priorização no serviço de saúde, ela devo ver ser pautada pelo risco de vida. Portanto, o que nós estamos defendendo junto com a população idosa, é que esse Sistema Único de Saúde seja efetivamente o melhor e o maior plano de saúde para essa população. Vamos brigar com os planos de saúde? Vamos. E quem é que vai brigar? Essa Casa, mais a população idosa organizada. E aí Sr. João, quem é que vai defender a população idosa? Somos todos nós, somos todos nós como o senhor faz, na sua militância cotidiana que eu já estive aqui pelo menos uma quatro vezes e que eu vi o senhor distribuindo o seu livrinho, fazendo a sua pregação, porque eu acho que é uma pregação, porque é com essa pregação que nós vamos mudar uma cultura perversa de negligência difusa, que não só traz esses casos de violência que aparecem na televisão, mas essa violência difusa cotidiana no nosso dia-a-dia, perpetrado por todos nós, por todos nós, com os preconceitos, dizendo que o idoso, o velho, a velha é incapaz, é incapaz de se defender, que ela é incapaz de participar. Demos o exemplo com a Conferência, nós precisamos lutar para cada vez mais que a população idosa organizada participe dos conselhos municipais de direito da pessoa idosa, participe do conselhos municipais de saúde, e que criemos nesse país uma cultura de cidadania, porque só a lei... E aí senadora, para terminar, eu acredito que piamente que nós não precisamos mais de leis neste estado brasileiro. O que nós precisamos é levar uma boa mobilização cidadã, para fazer com que os gestores públicos assumam o compromisso com a lei que foi deliberada por toda a população representada aqui por esse Senado, pela Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Dr. João--

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Não, é só para dizer para ele que todos aqueles... Eu fiz um estudo para a Subcomissão do Idoso, dos itens do estatuto que não são sendo cumpridos. Eu estou dando uma cópia para ele levar, para estudar profundamente o caso.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Eu não tenho dúvida que nós temos vários itens que não estão sendo cumpridos, em várias, em várias dimensões da nossa sociedade, eu não tenho dúvida, ninguém tem dúvida disso. Agora, o que nós precisamos é apontar para o futuro de 32 milhões de idosos, não olhar como uma catástrofe, porque tem gente que fala: "*Meu Deus, seremos...*", porque nós estaremos lá em 2025, "*seremos 32 milhões*", como se essa sociedade não

estivesse se preparando para esse... Não é catástrofe, é uma grande vitória e mais ainda será, se nós nos organizarmos em mobilizar uma sociedade para luta pelos seus direitos, e isso é cidadania.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Bem, então, eu quero.... Não de forma nenhuma Dr. José. Exatamente, esse é um tema que mobiliza, é um tema que é bom saber que o senhor, que tem a responsabilidade de dirigir o departamento de ações programáticas e estratégicas do Ministério da Saúde, esteja realmente com todo esse entusiasmo que demonstrou aqui na Comissão, para que a gente possa ficar realmente mais, nos sentirmos mais protegido, e que o nosso trabalho, porque o trabalho não pode ser apenas dos gestores, da sociedade como um todo.

E eu gostaria que, antes de passar a palavra para o Senador Augusto Botelho, só colocar aqui uma questão. Eu tenho uma certa experiência nessa área, porque fui gestora de uma cidade, prefeita três vezes. E tenho certeza de que avançamos muito, independente dos recursos que nos chegavam, porque eram muito poucos e são, e isso precisa ser revisto, tanto pelo Ministério do Desenvolvimento Social, eu recebia para atender, na época a Prefeitura de Mossoró, atender 500 idosos, e nós fazíamos uma assistência de mais de 4 mil só nos núcleos de apoio, com o terapia ocupacional, porque tudo isso faz parte da saúde, tudo isso tem reflexo para a saúde. O Programa Saúde da Família precisa urgentemente de mais capacitação, para exatamente essa questão do idoso. Internação domiciliar, já fazemos desde 88, para ter uma ideia. Eu sou médica, talvez isso tenha sido algo que tenha, mas pediatra, e pediatra também cuida muito do idoso, porque eles são as nossas crianças de novo. Então fizemos isso desde 88, porque eu vi o quanto era, eu fui diretora de hospital, de pronto-socorro, então, eu via o quanto o idoso internado, aquelas internações mais demoradas, a família, devido o dia-a-dia, ou até porque já sentia que ali era um peso, abandonava, mas na casa, com a assistência, com a enfermeira, indo lá dando assistência, o médico podendo visitar, é outra diferença. Então o que a gente está vendo? Então o que eu quero dizer é o seguinte: Não é que o gestor... Acho que o Brasil é muito grande, as diferenças regionais são imensas, se aqui nós temos 99% dos poucos profissionais especialistas que estão tratando da questão de idoso, ficam nas grandes cidades, se concentram nas grandes cidades. Então nós temos que realmente, através do Programa Saúde da Família, criar cada vez mais a capacitação, criar condições de que os técnicos de enfermagens possam responder mais por essa demanda, e que os médicos que são poucos.

Olha, Dr. José, lá no Nordeste, no Norte é uma dificuldade muito... O Programa Saúde da Família, precisa ser colocado isso, e aqui eu vou fazer uma defesa dos gestores municipais. Os recursos são infinitamente insuficientes. Porque para você atrair um médico, para atrair não é a questão de ser um bom salário, é que ele possa pagar o aluguel da sua casa, ter uma condição digna lá no interior, numa distância muito grande. Tem pelo menos a condição de ter seu carrinho, o médico está começando ele não pode com 4, 3 mil e 500 reais. Porque, se eu não me engano, é isso que é repassado dentro do PSF para ser pago aos médicos, 3.500, 4.000 reais. Tem que haver uma complementação e os municípios que já tem uma carência muito grande de recursos, mas eles estão fazendo isso, estão pagando além das suas... do que podem e muitas vezes com dificuldades, porque a Lei de Responsabilidade Fiscal, e também a questão, os salários lá dos gestores são realmente bem, se comparados com o das cidades maiores, são bem menores, e eles não podem pagar aos médicos mais do que próprio Prefeito ganha, e isso está acontecendo. Então são essas dificuldades também, de ordem... Nós precisamos analisar porque onde o PSF precisa realmente chegar ainda mais, ter condições de atrair uma boa equipe, é nessa região. Porque o senador Augusto Botelho, também deve sofrer essa mesma questão lá no seu estado, que é Norte, nós somos Nordeste.

Então, eu queria aqui colocar exatamente isso. De estarmos realmente gratificados por ver a sua preocupação, o seu interesse, mas se isso hoje é algo inevitável que está crescendo cada vez mais, o interesse, o compromisso da sociedade, passa por um compromisso ainda maior de nós que fazemos gestão pública. E tem que ter, vamos dizer aqui, tem que ter o espelho e o espelho é o Ministério da Saúde, que pode realmente investindo, valorizando, correndo atrás, vamos dizer assim, não digo do prejuízo... Não é prejuízo, é do atraso. Que a gente possa realmente fazer com que nós possamos chegar.

Então eu vou passar a palavra para o Senador Augusto Botelho e depois voltaremos para o debate com os senhores. O Senador Augusto Botelho é o Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Bom, eu sou Senador pelo Estado de Roraima e vou médico, estou exercendo o mandato de Senador agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Desculpe, eu troquei tudo aqui, eu acho que é a idade também, viu... Senador Augusto Botelho, o senhor é Presidente da Subcomissão de Saúde, de Promoção e Acompanhamento da Saúde. De Assistência Social sou eu.

[risos]

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR):

Não, mas o pior é que ninguém percebeu também. Eu nem percebi, Senadora. Eu fiquei... Realmente essa Reunião aqui é uma Reunião que eu vim com um pouco assim... Que eu não gosto de legislar em causa própria, mas aqui vou legislando já, porque eu tenho 61 anos, vou fazer 62 esse ano. Mas é assim, eu entendo que realmente o SUS é muito importante, e que nós temos que lutar, nós justamente, esse Ciclo de Palestras que nós estamos fazendo é para a gente começar a analisar, para dar um rumo, se a gente quer mudar alguma coisa, ver onde é que nós estamos falhando, onde é que nós estamos acontecendo nessa forma. Aquela... A Dra. e Profa. Alice mostrou realmente que o ano passado nós tivemos 20 milhões e aplicamos 25%, mais ou menos, esse ano nós temos 8 ainda não aplicamos nem 10% ainda do recurso. Quer dizer, a gente orça, eu sou da Comissão de orçamento também. A gente bota o recurso no orçamento, mas a gente não executa, isso é difícil, principalmente, por quê? Por causa de dificuldades do próprio sistema, da burocracia e tudo. Nós poderíamos evoluir, já que nós temos uma deficiência muito grande de residentes, de vagas de residência de Geriatria, o recurso de treinamento poderia ser aplicado diretamente nas universidades que fizessem isso, desse programa do idoso, porque aqui tem um item para treinamento, que esse ano ficou em 100 mil, o ano passado foi mais, e o ano passado aplicaram bastante 340 milhões, 340 milhões, quase 300 mil aplicados em treinamentos, pesquisa e treinamento, 370 ou 270, eu não estou entendendo muito bem o número aqui.

Então, nós temos que tentar ir nesse rumo, o Ministério da Saúde pode apontar nessa direção. Agora esse ano eu vou tentar lutar para aumentar um pouco mais esse dinheiro, porque tem que... Eu estou aqui por causa da saúde, eu sou médico e saí do pronto-socorro para fazer campanha para ser Senador.

Bom, eu gostaria também que o José Luís Telles, que vibra com o assunto, quanto citasse que tinha municípios que já são exemplos, eu acho que deveria citar os municípios, eu gostaria de ouvir alguns municípios que são exemplos em assistência ao idoso, para a gente poder estimular tanto o município como os outros municípios que estão nos ouvindo, se dirigirem para lá para saber o que eles fizeram que fez essa melhora.

Em relação à cobrança, nós temos muitas leis aqui, mas eu entrei esse mês com um Projeto que é assim meio... Vai dar confusão, eu sou médico, e os médicos vão reclamar também, porque geralmente Secretários de Saúde são médicos. É um projeto de

responsabilidade sanitária, de responsabilidade com a saúde, porque os gestores, como na casa aqui no Rio de Janeiro, onde muitas crianças morreram de Dengue, quando poderiam praticamente se evitar de morrer aquelas crianças, se tivesse feito um grupo de gestão da Dengue quando ela começou, sem ficar com confusão de que o mosquito é do estado, é do município não sei o que não sei o quê, aquela lenga-lenga, não teria morrido tanta gente. Admite-se que morra alguém com Dengue hemorrágica, mas não tanto quanto como morreram, foi por causa daquilo que nós começamos a estudar, para fazer uma lei parecida com a responsabilidade fiscal, a nossa lei de responsabilidade fiscal, uma para sanitária, pegando uma parte. E o senhor falou também de que os recursos do Pró Saúde são passados para universidades que se dedicam, mas a saúde da família, eles são repassados realmente pelas mesmas cidades que tem programas nesse sentido?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: [pronunciamento fora do microfone] O Ministério de Educação e o Ministério da Saúde. As universidades e as faculdades apresentam os projetos e os projetos são financiados.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Pelo Ministério da Saúde?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Pelo Ministério de Saúde. E o Ministério acompanha, junto com o Ministério da Educação, a execução desses projetos, tem projetos fantásticos, universidades colocando seus alunos desde o primeiro ano nos centros e postos de saúde. Agora nós temos pautado, viu, Senador, nós temos pautado o Pró Saúde para colocar o envelhecimento como uma questão, quer dizer, é sempre aquela visão da atenção primária ainda voltada para assistência materna infantil. Quer dizer, como é o que nós incorporamos a saúde do idoso como um elemento também de preocupação junto à formação desses jovens. Mas é um... Eu diria com toda a tranquilidade, que é um projeto de muito sucesso naquelas universidades que têm o financiamento do Ministério da Saúde.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Eu lamento também ter ouvido do senhor que os estudantes de medicina atualmente estão dizendo que o SUS é a medicina do pobre, está criando esse conceito? Eu estou há seis anos aqui, não tenho convívio com os acadêmicos.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Essa é uma visão geral, é um senso comum. O Sistema Único de Saúde, que o Sistema Público de Saúde, tradicionalmente é visto como algo menor, quer dizer, normalmente a Medicina, e isso aí não é uma exclu-

sividade do Brasil, quer dizer, há um interesse maior naquelas especialidades com maior densidade tecnológica. Vou dar o exemplo dos Estados Unidos, a Geriatria é muito pouco procurada nos Estados Unidos, até porque o sistema lá não existe um sistema público, porque tem baixa densidade diagnóstica e, portanto, tem pouco recurso de volta para aquele indivíduo, e também prestígio. Quer dizer, nós temos ainda uma ideologia de SUS voltado para pobre. Talvez menos do que há 20 atrás, mas ainda perpassa entre os estudantes de medicina.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR):

Mas eu acho que é uma visão errada, por exemplo, que a medicina do SUS é a pior medicina. Quando a gente sofre um acidente na rua que é um estado grave de emergência, a gente vai ser atendido aonde? Então, deve estar havendo algum... Eu não estou na Academia, não tenho mais [ininteligível], mas eu acho que nós, os professores, devemos alertar a essa visão um pouco distorcida. Os transplantes, os transplantes cardíacos ocorrem que área no Brasil? Os transplantes de órgãos predominam em que área no Brasil? Então, eu não estou entendendo essa visão. Eu vou começar a conversar com nossos estudantes lá em Roraima, são poucos, na nossa faculdade têm poucos, mas são bem informados. E eu fiquei assim meio... Eu vou começar a ver nesse lado e ver o que está acontecendo, porque eu acredito que o sistema de saúde, claro que existem hospitais privados de ponta no Brasil, mas a maioria dos bons hospitais são públicos no Brasil.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Quando nós falamos dos hospitais, talvez haja aí uma diferenciação, porque nós hoje temos uma rede de atenção primária em saúde que abarca quase 100% dos municípios. Esse trabalho na atenção primária é muito desvalorizado, em contraponto aos trabalhos dos hospitais. Talvez, fazer entender melhor. Quer dizer, a visão de que a atenção primária, que efetivamente é pública, ela é de baixa densidade tecnológica, e ela tem baixa valorização por parte dos profissionais.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Na sociedade também?

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: A sociedade eu acho que talvez menos.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Dentro dessa visão, aí dá para a gente entender melhor essa sua opinião em relação a isso. Mas, essa é a Medicina mais importante, é a prevenção é que mais barata e mais efetiva e mais simples, que pode ocorrer em qualquer município de 2.000 habitantes, de 3.000, ou de um milhão. E eu gostaria só que ele depois citasse, quando fosse fazer as considerações, os municípios onde ele acha que a Medicina Geriátrica

está funcionando. A assistência ao idoso está funcionando melhor.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Não, responda logo, porque já fica...

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: É um risco, essa pergunta é um risco.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Eu sei que não é um céu, mas pelo menos o que está melhor.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: De deixar algum município fora.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Eu digo assim, quando o senhor falar, já fala que vai citar alguns e vários merecem ser citados.

SR. JOSÉ LUIZ TELLES DE ALMEIDA: Olha, eu vou citar Acre, Rio Branco. O Estado do Acre, o compromisso que eles tiveram na qualificação e na capacitação das suas equipes de atenção básica e no cadastramento da população idosa.

Vou citar Maringá, que fez as academias abertas da Terceira Idade, que, inclusive, foi com o financiamento inicial da promoção da saúde do Ministério da Saúde, um exemplo belíssimo que agregou universitários e hoje tem sido reproduzido em vários outros municípios.

Vou citar Bahia, que tem um centro viu, Maria Alice, tem um Centro de Referência ao Idoso que tem um CAPS, um Centro de Atenção Psicossocial que tem buscado fazer com que a população idosa seja recebida e tenha um tratamento adequado. Talvez seja umas das maiores inovações dentro da reforma psiquiátrica, o estabelecimento de Centros de Atenção Psicossocial, multiprofissional e que nós temos lutado para não abrir CAPS de idoso, mas fazer com que os CAPS existentes sejam qualificados para entender problemas comuns da população idosa, depressão. Da mesma forma que o Alzheimer é um desafio, nós temos aí, não temos uma política nacional de atenção de Alzheimer, isso não é reconhecido pelo Ministério da Saúde, a despeito de ter uma política de atenção medicamentosa a essa população, mas é um desafio muito grande para a atenção primária, o diagnóstico precoce, a orientação aos familiares, aquele esquecimento: “*ah, está gagá, faz parte da idade...*”, não, já pode ser o prenúncio de uma doença e nós capacitarmos a atenção básica a fazer esse diagnóstico precoce.

Então citei o Rio Branco, citei a Bahia, Salvador, poderia citar a experiência de internação domiciliar nos hospitais federais no Rio de Janeiro, Maringá, Rio Grande do Sul, que assumiu a prioridade na população

idosos, São Paulo tem feito um trabalho exemplar na área de cuidadores de idosos, Pernambuco, que tem mobilizado o Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos para discutir o componente saúde. Enfim... Agora, veja, nós temos um leque de situações que precisam intervenções específicas. Se nós citarmos qual o município que tem esse leque já estruturado em andamento, nós não temos. É um projeto de construção, não tem. Mas o caminho está sendo trilhado, é isso que é importante.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Eu quero agradecer. Agora vamos organizar aqui o debate, porque nós temos tempo para concluir, já, todos nós temos outras Comissões que já iniciaram, inclusive eu tenho que ir para a Educação e para a CAE. Então, eu acho que nós temos que dar uma ordenação aqui. Senador, agora vamos passar ao Senador José Nery, que... Não é nenhuma discriminação, primeiro que eu sei que o senhor tem a capacidade de síntese muito grande, e vai fazer essa síntese, para que os nossos apresentadores aqui do debate, possam fazer as suas respostas.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Sra. Presidente, Senadora Rosalba, Srs. Senadores, ilustres convidados para essa Audiência para esse ciclo de debates, sobre o Sistema Único de Saúde, seus avanços, seus dilemas, preocupações comuns que aqui manifestadas. Talvez a Presidente Rosalba, ao fazer essa recomendação, sabe às vezes da briga que nós travamos aqui em torno dessa questão da disciplina para usar bem o tempo que dispomos, até porque, é uma realidade o fato de nós termos que uma manhã estamos aqui, mas tem duas, três Comissões esperando também a nossa participação.

Então, esse ciclo de debate evidentemente, como um todo e uma iniciativa Legislativa, visa, evidentemente constatar, diagnosticar um quadro mais geral, no caso do atendimento da Saúde Pública no Brasil específico aqui. Evidentemente busca-se trazer elementos para discussão que ajudem tanto a nós, a avaliarmos o caminho percorrido nessa importante experiência brasileira da política de Saúde Pública, embora, como todos os problemas que são recorrentes nessa questão, porém há um sistema em funcionamento, como eu disse, com avanços e com muitas lacunas. Mas o fundamental é buscarmos aqui nessas discussões, orientações que nos possibilite aprimorar a Legislação, avaliar o processo em que se desenvolve a implementação a essa universalização do atendimento através do SUS.

Agora, em específico a questão retratada nesse debate que trata as ações relativas e das políticas para os idosos, é claro que é preciso efetivamente, eu creio, que melhorar essas políticas e creio que uma

questão fundamental é investir na formação, na qualificação dos organismos da sociedade que participam dos Conselhos Municipais, tanto de idosos, bem como de saúde, porque essa questão não há uma forma mágica de resolver, dar formação, dar adequação para o bom atendimento, portanto, eu creio que uma diretriz muito clara seria um investimento no esforço para estabelecer de forma mais direta, mais consequente e mais objetiva, o controle social. E isso os Conselhos Municipais dos Idosos que já existem em milhares, em dezenas, em centenas de município brasileiros, ao lado dos próprios Conselhos Municipais de Saúde, ter uma atenção tenho essa política, a política específica em relação aos idosos. Eu creio que seria algo que poderia estar num planejamento mais permanente dos órgãos de Saúde Pública, do Ministério, aos dos estados e dos municípios, como algo fundamental para melhorar a qualidade do serviço das políticas, das ações, para os idosos do nosso país.

Parabenizar os todos os nossos expositores, palestrantes dessa manhã, pela sua contribuição. Eu creio que esse alerta, eu creio que essa preocupação comum, pode ser melhor implementada para melhorar a qualidade do serviço prestados aos idosos brasileiros.

Muito obrigado e parabéns aos senhores e as senhoras pelas exposições.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Muito obrigada, Senador Nery, V. Exa. tem sido importante na sua contribuição, trazendo aqui para o debate muitas colocações que a sua experiência, da sua vivência no seu estado e isso é muito importante.

Eu quero passar agora para o Senador Papaléo, que é o relator desse ciclo de debate.

Mas antes, Senador Papaléo, como nós temos um número regimental, eu gostaria de colocar para ser aqui analisado e votado o requerimento nos termos do inciso II do § 2º art. 58 da Constituição Federal, combinado com os incisos II, IX e X dos art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de debater as políticas públicas para prever as queimaduras e a reabilitação de queimados. As autoridades às quais se pedem a participação são: Dr. José Adorno, Coordenador de Cirurgia Plástica da Unidade de Queimados do Hospital HRAN Regional Asa Norte, Dr. Flávio Nadruz Novaes, Presidente da Sociedade Brasileira de Queimaduras. A Sra. Ana Aparecida de França e Silva, Presidente da Associação dos Portadores de Sequelas por Queimados, e um representante do Ministério da Saúde na área. Sala das Sessões, 26 de maio de 2009, Senador Papaléo Paes que faz

a solicitação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Eu gostaria já de informar que essa Audiência vai acontecer no dia 9, e no dia 16 a audiência de órtese e prótese, que foi solicitada pelo senador Flávio Arns. Bem, então agora eu passo a palavra ao Senador Papaléo, que trará as suas indagações aos nossos expositores.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Senhora Presidenta, Senadora Rosalba Ciarlini, Comissão de Assuntos Sociais, Sr. Presidente da Subcomissão de Saúde, Senador Augusto Botelho, Senador José Nery e um agradecimento e a nossa gratidão pela presença das senhoras e senhores expositores: Dr. José Luís Telles de Almeida, Dra. Maria Alice Toledo, Dra. Elisa Franco de Assis Costa e o Sr. João Batista de Medeiros, a quem nós temos aqui na Casa um grande respeito pela sua luta e participação na luta nessa questão relacionada aos idosos.

Eu teria, são verdadeiros relatórios e no final perguntas, o que não compõem agora para o momento. Eu vou fazer duas perguntas. Mas antes, eu quero louvar a nossa Presidenta, Senadora Rosalba, exatamente por que, pela iniciativa que ela tem de nós fazermos um ciclo de palestras, que essas palestras sobre assuntos extremamente importantes como o de hoje, que é uma realidade do Brasil que nós temos que ter muito cuidado, atenção, determinação e investimento. E vamos, Senador Nery, no final de todas essas palestras, nós vamos ter um documento. E este documento, claro, que será um documento da mais alta credibilidade pelas pessoas que são convidadas para vir para cá. Esse documento, tenho certeza absoluta, norteará os bons propósitos do Ministério da Saúde e de outras instituições, órgãos e ministérios, seja lá o que for para os nossos objetivos.

Quando o Senador Augusto Botelho tomou posse como o Presidente da Subcomissão de Saúde, ele lembrava nós estarmos ali, foi só... como é que eu digo, uma dobradinha, eu era Presidente e o Augusto era Vice, ele passou a ser Presidente, essa alternância democrática do poder. Então, o Augusto lembrava: “Papaléo...”, nós temos que lembrar aqui que no início do nosso mandato aqui de gestão e foi exatamente no momento em que a gente chega à Casa, ainda meio desconhecendo o ambiente tudo, mas não perdendo a iniciativas, nós discutíamos a questão de Farmácia Popular. E aqui foi o embrião da criação Farmácia Popular, nós podemos dizer isso com toda certeza absoluta. Então, o que nós estamos discutindo hoje é uma questão extremamente séria. Uma questão que nós temos nós, não tem um, uma pessoa, a não ser que seja um psicopata em grau grave e elevadíssimo, não vá pensar no idoso, a não ser esse. Porque ele nunca

vai pensar que vai ficar idoso, que nunca vai precisar de ninguém e que idoso é isso mesmo e acabou-se, a não ser esse. Mas qualquer pessoa tem a sua determinação e intenção. E nós ficamos muitas vezes, em uma situação que só a nossa vontade, só a nossa boa vontade não alcança os objetivos. Nós precisamos de muitos investimentos e não é fácil nós recebemos, por exemplo, o Estatuto do Idoso, um documento mais lindo do mundo, mais justo do mundo, mas que nós vemos esse estatuto rigorosamente sendo ferido a todo o momento em quase todos os seus artigos. Ou seja, fica no papel algo muito bonito e na prática muito deplorável, por quê? No momento em que você não tem direito, “*ah porque eu não tenho direito*”, mas quando passa a ser direito, você passa a querer o seu direito e é constrangedor nós vemos pessoas idosas cheias de direito, lutarem pelos seus direitos e sequer aqueles que pudessem atendê-los de uma maneira até cortês, nem isso essa pessoa tem.

Ou seja, nós temos que lutar para que nossos idosos, para nós que vamos chegar lá, que estamos chegando, eu estou quase lá, não adianta eu vou ter cabelo branco, mas ainda vou chegar na idade do idoso. Para que nós pensemos que nós somos responsáveis, que os que nos sucederam, sucederão, serão responsáveis, e aqueles que hoje estão na condição de fazer, executar, melhorar e ativar na população o direito que ela tem de lutar pela sua cidadania, no caso o idoso, seja sempre estimulada. Então eu vejo, por exemplo, na área da saúde, nós temos muitas dificuldades, nós temos dificuldade em formar uma equipe multidisciplinar, por quê? “*Ah, idoso, vai com o geriatra, ah, o geriatra passa remedinho geriatra, não sei o quê...*” Não é isso, não, é muito mais complexo do que isso, a equipe é multidisciplinar, envolve uma série de profissionais que precisam estar dotados de conhecimento para poder lidar com aquela situação.

Eu tenho uma certa experiência, porque eu estou cardiologia e lá na minha terra eu fui escolhido pelos idosos para ser médico dos idosos, então meu consultório são muitos idosos, ainda pouco eu dizia para o Nery: “*Nery, sábado eu atendi...*” não tem nada ver com política, com politicagem não, hein, porque quando chega eleição três meses antes, eu não sou doutor, não sou nada. Eu dizia: “*Nery, não tem situação mais confortável para nós assim...*” chegar um senhor, um idoso mesmo, uma senhora, dizer: “*Ô doutor, o senhor está um pouco abatido, o senhor...*” “*Ah, mas é que eu cheguei tarde, viajei*”. “*Não, se cuide que nós precisamos senhor*”. Aí chegar uma senhora, e tudo aconteceu sábado, sempre eu recebo frango, ovo de galinha, até porco já me deram, tudo... para quê, para agradar, eu acho que é aquele que os trata bem. Então eu acho

que tem reconhecer isso, tem que dar de volta alguma coisa, quando isso deveria ser natural das pessoas. Então a outra diz: *"Ah, lhe incluo nas minhas orações todas as noites, para você ter muitos anos de vida e tal, que proteja com tudo que está acontecendo no Senado"*, eu disse: *"Então, reforça essa reza"*.

Mas o que eu quero dizer é que esse relacionamento, então falta, o idoso é tratado como qualquer um, aliás, está numa fila: *"Ah, não está prestando atenção"*, fura a fila aí. Então, essas coisas que realmente são questões sociais, e que na área da saúde nós não podemos deixar de questionar também, que há uma boa intenção, mas não existem boas ações para tentar compensar e reconhecer o direito que o idoso tem.

Então, por exemplo, eu vejo, é até interessante isso, que não quero de forma nenhuma levar isso como crítica, por eu ser do PSDB, não tem nada a ver. Chega aqui, o meu partido é a saúde. Nós vimos um quadro no Ministério da Saúde onde no orçamento do ano passado ele injetou, para ser usado na saúde, aplicado na saúde, 20 milhões e 800, eu vou arredondar, 20 milhões. E aplicou somente 6 milhões, ou seja, 6 milhões de reais na saúde do idoso, isso aí é insignificante. É insignificante, e por que no orçamento desse ano baixou a projeção orçamentária de 20 para 8 milhões e até agora só usou 607 mil reais, então isso tem que explicado, por quê? A gente tem que ter os motivos, pode ter os motivos técnicos, mas nos espanta isso, nos espanta, porque a senhora sabe muito bem, doutora, que convive dentro de um hospital como eu, eu sou médico, estou político, sempre exerci minha atividade médica, minha profissão é de médico, não de político. Então, a senhora sabe muito bem que a convivência dentro do meio, sabe que é muito difícil, nunca nenhuma Secretário de Saúde ou Diretor de hospital, ou de clínica vai receber medalha de ouro, pode até receber, mas banhada a ouro, mas de ouro mesmo, porque nunca nós conseguimos fazer um hospital ou qualquer outra instituição hospitalizar que trate de saúde, ter todas as suas necessidades atendidas, nunca, nunca. Vai ter tudinho, mas quando chega na hora da cirurgia, está faltando fio. Vai ter tudinho, quando chega na hora da cirurgia, olha, ainda não chegaram... é um absurdo, né, as luvas. Então, uma coisa pequena, mas que desmonta todo aquele processo que foi trabalhado.

Então eu quero aqui dizer que nós todos temos que manter nossos ideais sempre vivos, e cobrarmos sim, de maneira competente, educada, mas muito eficaz, a atuação do governo para atender as necessidades dos idosos. Eles se preocupam muito bem com a questão da Bolsa Família, a Bolsa Família, q se a gente for analisar muito bem, é ótimo, é espetacular,

mas é deprimente se ouvir, porque só falam em Bolsa Família, não dizem qual é o valor que uma família recebe, famílias que se submetem. Aí vem a minha crítica. Lá no meu estado é assim, se submetem a ganhar 80 reais por mês, 120 reais por mês, dependendo, 180 reais por mês, se submetem a ter seu voto comprado à prestação por esses valores que eu falei. Então, politizam a Bolsa Família. Então, a mesma preocupação que há com um jovem, que é extremamente necessário, esta mesma preocupação nós temos que ter com o idoso, que foi quem deu seu sangue, seu suor, sua vida durante o processo em que foi útil materialmente e emocionalmente à sociedade. Depois esse homem ou, esta mulher é abandonado? Não, ele é muito mais útil do que era, porque ele vai repassar as experiências da sua vida. E essas pessoas precisam, sim, do nosso carinho, da nossa atenção, do nosso respeito, os professores nas salas de aulas, nas creches: *"olha, quando você passar por alguém, dê bom dia, dê boa tarde, dê boa noite"*, coisa que não acontece mais, né, mas eu ainda sou desse tempo. Dê bom dia, dê boa tarde, dê um sorriso, faz bem, isso é saúde. E essas situações, eu acho que tem que ser estimuladas sim, todas essas, para que nós cheguemos a um conjunto, e atendermos as necessidades que o idoso tem. E chamarmos todos os responsáveis, todos os políticos, todos aqueles que lidam na área da justiça, todos aqueles que lidam no executivo, chamar para eles as responsabilidades cabíveis para que eles cumpram rigorosamente, e quando não cumprirem justificarem e tentarem reparar esses erros. Mas eu quero fazer duas perguntas...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY

(PSOL – PA): Senador Papaléo, senador Papaléo Paes em razão das outras Comissões, então, as perguntas agora são bem-vindas.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP):

Perguntas são curtíssimas, cada umas têm 50 linhas no final tem a pergunta, eu vou só para pergunta. O SUS dispõe de serviços especializados em número adequado para o atendimento sobre o assunto que nós estamos discutindo? A distribuição desse serviço abrange todo o território nacional? Existem geriatras em número satisfatório na rede pública? Quando eu falo em geriatria, eu falo também na equipe multidisciplinar, não adianta ter só o geriatra. O PSF tem ações de saúde do idoso integradas? Perguntas. Fica, não estou direcionando.

A outra, o fato reconhecido que não formamos geriatras, e outros profissionais em número da saúde, outros profissionais em número suficiente para enfrentamento dos problemas decorrentes do envelhecimento.

lhecimento de nossa população, isso é fato consumado. Por que o sistema formador de recursos humanos em saúde está tão insensível a esse problema? Por que isso aí realmente está ao Deus dará, quem quer vai, faz o curso. Que iniciativas se fazem necessárias para reverter essa situação? Que recomendações os senhores e as senhoras fariam a esta Casa para nós, em relação à matéria? A última, a doença de Alzheimer constitui uma preocupação crescente das famílias e das autoridades sanitárias. Qual é a situação atual e quais são as estimativas em relação à incidência e prevalência da doença em nosso meio? Contamos com uma infraestrutura de serviço adequadas para o atendimento esses doentes? Onde se localizam esses serviços? Quem os mantêm e gerencia? o setor público ou o setor privado? Essas são as perguntas e muito obrigado pela paciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Muito obrigado ao Senador Papaléo Paes, passamos então agora a palavra aos nossos expositores. Como as perguntas do Senador Papaléo são amplas e abrangentes, eu creio que os nossos expositores, escolherão alguma questão, e não foi especificamente dirigida a um dos expositores, então, podemos ouvi-los.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Só pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Bem como dada a complexidade delas, poderão os expositores contextualizar melhor sua resposta em documento enviado à própria Comissão, ao Senador Papaléo Paes, que é o Relator dessa Subcomissão. Então, pudemos inicialmente fazer alguma abordagem e posteriormente uma resposta mais ampla e de acordo com as importantes perguntas que o senhor fez, possa ser dirigida ao senhor posteriormente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Permita-me.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Pois não.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Vou encaminhar à Mesa as minhas perguntas, eu tenho muito interesse em receber as respostas, exatamente porque nós precisamos, na formalização do documento, termos resposta de muitas dessas perguntas que eu não fiz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR JOSÉ NERY (PSOL – PA): Então fica esse encaminhamento, eu vou passar a presidência para o Senador Augusto Botelho, em razão de outro compromisso inadiável na CPI da Pedofilia, aqui ao lado, e em virtude por eu fazer alguns comentários, evidentemente, às perguntas

feitas... Mas isso fica a critério aí dos senhores expositores que tem uma resposta mais geral sobre as importantes perguntas que o senhor formulou, muito obrigado.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Desculpa aí essa pergunta, porque a gente tem que fazer, eu fui lá relatar um projeto, mas aí um Senador tinha pedido para eu vir, eu cancelei a Relatoria e a Senadora tinha que defender o Requerimento que ela fez lá, e esse aqui deve ter outra coisa. Desculpa assim essa corrida, mas que hoje é um dia que todas as Comissões estão se reunindo. Dentro da norma daqui da Casa, agora para encerrar, os senhores terão tempo para falar cada um determinado tempo, para considerações finais, ou ir para responder algumas questões que foram feitas e foram dirigidas para algum dos senhores. Eu não sei qual foi a ordem que começaram a falar, você tem a ordem? Prof. João Batista, um minutinho que o senhor vai já falar eu vou passar por ordem dos que falaram, para encerramento. Passo a palavra para a Sra. Elisa Franco de Assis de Costa, da Sociedade Brasileira de Gerontologia.

SRA. ELISA FRANCO DE ASSIS COSTA: Senador Papaléo, eu gostaria de receber as suas perguntas e o seu e-mail, para que eu possa respondê-las.

De antemão eu vou dar uma resposta para o senhor a todas elas: Não. Eu acho que resumindo as suas respostas, a resposta é não. E com relação à formação, eu vou de ater a ela, porque o Senador Botelho também colocou, eu acho que a formação, nós temos que ter vários níveis de formação, só lembrando que o SUS não é só rede básica, ela é a maior rede, mas nós teremos, independente de você dar a maior parte da assistência da rede básica, querendo ou não, nós teremos idosos que vão ser necessários serviço mais complexos, uma rede intermediária, uma rede de reabilitação, uma rede hospitalar. Infelizmente é uma realidade, o envelhecimento é um fator de risco intrínseco para qualquer doença crônica não transmissível, a gente sabe disso. Então, não modificado, ainda.

Então, mesmo que nós tratemos, nós temos promoção de saúde na rede básica, gente que combata hábitos de vidas inadequados, nós vamos ter uma porcentagem de idosos hipertensos, uma porcentagem de diabéticos e com artrose, que também tem o envelhecimento como fator inerente. Nós temos que colocar isso claramente, é uma questão biológica. Então, nós teremos necessidade no sistema de todas as áreas de atendimentos das devidas proporções conforme as doenças.

Mas eu acho que o SUS tem um problema, esse é uma visão minha e pessoal que eu vou colocar. Não tiro a importância do SUS, como ao longo desses 20 anos, o que ele foi importante para o país, eu ouvia isso do meu avô, que a assistência melhorou, que era da área de saúde. Mas eu gostaria de lembrar que falta conexão. O que eu sinto e eu vou falar na prática, o senhor falou como médico eu vou falar como médica, não há conexão, eu não consigo tirar da rede básica quando ele precisa para rede. Se ele chega na urgência eu não consigo depois evitar que ele volte na urgência com relação à rede básica, é a conexão.

Com relação à formação, eu coloco o seguinte, nós temos que capacitar basicamente para atender na rede básica e nós temos que formar geriatras, nunca vai ter geriatras, em lugar nenhum do mundo tem para todo mundo. O ano passado teve uma reunião do Ministério de Saúde com o Ministério da Educação, para discutir residência médica e a Geriatria foi considerada uma área que precisa de maior incentivo. Isso é uma coisa que vai, à medida que cresça e que haja um interesse pela especialidade, porque mesmo que você tenha vaga, você tem que ter um indivíduo querendo fazer, e o Senador Botelho colocou isso muito bem e o Dr. José Luís Telles também, muitos não querem. Mas mesmo nos Estados Unidos, recentemente publicaram um trabalho, deve ter sido em 2002, numa revista chamada se eu não me engano, foi... Uma revista de medicina geral. Ele publicou esse trabalho e demonstrou que mesmo aquelas especialidades consideradas especialidades tecnológicas, ou seja, de procedimentos, onde há o maior ganho, e foi comparado nesse trabalho, satisfação do profissional, a satisfação era ligada à remuneração. E essas tecnológicas eram melhores remuneradas, é claro, como é aqui no Brasil. Então deveriam ser mais satisfeitas, mas por incrível que pareça, os profissionais mais satisfeitos eram aqueles que tinham as especialidades chamadas de cognitivas, principalmente Geriatria, apesar de ter poucos, Pediatria, Infectologia, Psiquiatria, são especialidades que não tem procedimento para ganho. Isso é interessante, porque normalmente quem egressa nisso, quem sai disso é alguém escolheu, e que gosta, e que tem vocação, e paixão, porque o Dr. José Luís Telles, que depois que passou a se dedicar a essa área também tem se empenhado e demonstrou sua empenhamento aqui.

Então eu acho que nós temos que incentivar, buscar quem quer fazer, e dar a ele condição. Com relação a SUS, isso falta muita coisa, houve avanços, mas falta coisa demais para ser feita e o mais importante é a conexão, nós temos que conectar as várias áreas dos SUS. Nós temos que trabalhar em conjun-

to, e com o idoso isso é essencial, porque senão ele sai de uma internação agora e o tempo com a sequência de AVC, teve um AVC recente, no período que ele consegue para ser encaixado, se for na reabilitação ele interna cinco vezes com Pneumonia, é isso que eu vejo. E aí não há razão, se poderia ser reabilitado e recuperado a sua capacidade funcional. Então eu acho que nós temos que pensar isso, como conectar, é o mais importante.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui e passo a palavra ao Presidente da Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Obrigado Elisa. Agora o próximo a fazer as considerações finais e responder alguma questão, é o Prof. João Batista Medeiros.

SR. JOÃO BATISTA DE MEDEIROS: Eu vou usar esse tempinho para agradecer em nome, eu aqui estou extrapolando, mas em nome de todos os idosos do Brasil, porque eu represento eles, eu estou com 76 anos, sou um dos criadores dos grupos comunitários de Terceira Idade desde 1986. Então, obrigado e precisamos de muitas reuniões como essas debates.

E eu queria deixar no ar aos médicos aqui presentes, uma observação dos idosos com quem eu tenho conversado, principalmente as famílias, cujo idoso está com Alzheimer. Eles foram viciados em televisão. Os últimos anos de vida deles foi na frente da televisão. E eu cheguei a seguinte conclusão e gostaria de deixar no ar para que se estude isso, é difícil? É difícil é um monstro da televisão, que ninguém tem coragem de falar contra, mas acontece que ela não deixa a gente pensar. Um acidente ocorreu ali, mostra o local, mostra o carro, mostra tudo, e responde tudo, a gente tem que só ficar “Ah...”, já o rádio, a leitura, faz com que a gente pense. Então, eu deixo aqui o meu pedido aos técnicos aqui presentes, vamos evitar o vício da televisão para ver se nós amenizamos um pouco o Alzheimer. Eu atribuo toda essa enormidade de casos de Alzheimer no Brasil e no mundo à origem básica, a televisão. Porque antes de televisão eu não tenho conhecimento, era caducado, o cara caducava, era velhinho, caducava, meu avô, meu bisavô e tudo. Mas, depois temos o Alzheimer e é preciso que se observe. Menos televisão, possível. Noticiário, tudo bem, mas menos televisão possível. Vamos ler, vamos estudar, vamos fazer ginástica, vamos caminhar, vamos viver, porque afinal de contas, a nossa vida é muito importante para os nossos descendentes.

Muito obrigado e espero contar com o convite para outras oportunidades como esta.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Muito obrigado Prof. João. Agora

peço para as considerações finais a Profa. Maria Alice Toledo, da universidade de Brasília.

SRA. MARIA ALICE TOLEDO: Bom, eu acho que realmente dado ao tamanho, assim, a quantidade das perguntas e a profundidade, eu acho que seria bem mais interessante a resposta realmente por escrito. Agora, só uma observação, na verdade eu não vejo os alunos pelo menos, da Universidade de Brasília, não interessados, quer dizer não é a visão que a gente tem nessa universidade. Não é a visão deles, não estarem interessados nessa área básica e muito menos na Geriatria. Quer dizer, a procura é cada maior. Agora, eu acredito também que o incentivo para que sejam formados profissionais, também depende do que ele vai conseguir lidar lá na frente. Às vezes a gente vê, por exemplo, o não estímulo, não é porque não gosta de saúde básica ou porque não gosta de Geriatria, mas às vezes a pessoa se vê o que vai ser feito, não existe nenhum esquema, nenhuma... nada que você pode fazer, você se sente meio atado. Então, acaba que às vezes a procura, ela vai para outra área em função disso, de você se sentir às vezes até atado e preso em relação ao que você pode desenvolver. Mas vamos ver o que a gente pode, na verdade, estar até arrecadando para contribuir para melhorar.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Muito obrigado, Dra. Maria Alice. Com a palavra agora o José Luís Telles, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde.

SR. JOSÉ LUÍS TELLES ALMEIDA: Agradecer a oportunidade de estarmos aqui. Eu acho que a palavra chave aqui foi dita, conexão, conexão no movimento social, conexão dos gestores, conexão aqui do legislativo, a possibilidade de construirmos projetos viáveis, factíveis, exequíveis, para essa sociedade que envelhece rapidamente, onde cada um de nós, de forma diferenciada, tem uma responsabilidade. Nós temos na saúde ainda uma herança que nos coloca esses vazios geográficos, ninguém quer ir para o interior, interior não tem cinema, o interior não tem teatro, o interior não tem a vida cultural que existe nas grandes cidades, nós temos dificuldades imensas de fixar médicos, principalmente especialistas em todas as áreas, no interior. Nós temos dificuldades imensas de estabelecer uma rede com as especialidades, porque nós temos uma herança do INAMPS, onde o INAMPS pagava diretamente a consulta aos especialistas, nós não temos rede estruturada nos estados, muito menos nos municípios, é um processo de construção. Estamos trabalhando o Ministério da Saúde, aí Dra. Elisa, estamos trabalhando com o ideia de construção de redes

interligadas, interconectadas nas linhas de cuidado. Então, estamos produzindo linhas de cuidados específicas, mulheres em situação de violência, situações de pré-natal, quer dizer, mulheres gestantes, pessoas idosas com doenças crônicas não degenerativas, e a partir dessa construção da linha de cuidado, visualizar quais são os serviços essenciais.

Mas nós temos que ter claro também, eu acho que essa Comissão, quando discute o envelhecimento, quando discute a saúde da população idosa, deve ser claro que nenhuma política de saúde sozinha, dará conta dos desafios do envelhecimento. E aí a conexão fundamental, é a conexão intersetorial, não só entre os ministérios e aí avançamos. Agora recentemente o Presidente Lula, agora em março, fez um decreto colocando a coordenação da Política Nacional do Idoso, que antes estava no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome para, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos, secretaria essa que tem a sua missão articular as diferentes políticas no âmbito ministerial, e isso nos coloca numa possibilidade mais tangível de estruturamos ações políticas e intersetoriais que tenham a população idosa como foco. O Ministério da Saúde tem buscado interlocução pró ativa, não é toa que é um representante que ocupa hoje a presidência do Conselho Nacional de Direito do Idoso, nessa articulação intersetorial.

E temos pregado, Sr. João, pregado, é essa a palavra, junto aos estados, junto aos municípios, essa fundamental articulação entre as diferentes secretarias, para que efetivamente essas políticas possam se comunicar. Que o idoso frágil, que é atendido na Saúde da Família, possa ter no Bolsa Família um suporte para tensão alimentar, que tenha na Farmácia Popular uma das possibilidades de acesso aos medicamentos que eles devem ser garantidos na atenção básica, que possam nas suas instituição de longa permanência, uma biblioteca, estruturada, um ponto de cultura enfim... É possível, e é isso que nós temos que dizer para sociedade. É possível construir políticas saudáveis para todo o ciclo de vida.

Alguns países já deram exemplo, o Brasil tem toda a possibilidade de também dar esse exemplo. Muito obrigado e parabenizo essa Comissão pela pertinência da temática aqui abordada.

SR. PRESIDENTE SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT – RR): Muito obrigado Dr. José Telles de Almeida, Diretor do Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas do Ministério da Saúde.

Em relação ao cuidador, já coloquei um projeto aqui para incluir o cuidador num amparo, numa lousa, em alguma coisa para ajudar, mas caiu. Eu acho que agora vou começar de novo, vou me meter de novo,

porque já está começando a esclarecer essa ideia, porque lá em Roraima, a gente é médico da família, acompanha tudo, e eu sentia um problema quando adoecia uma pessoa na família, um parava de trabalhar para cuidar daquele. E eu acho que o cuidado melhor do idoso é dentro da família mesmo, ele só deve ir para instituição uma coisa, quando não tiver essas condições. E realmente o idoso também, a gente elabora o futuro da gente quando a gente está vivendo se a gente se dedica bem a família, se dedica a família e tudo, quando a gente ficar idoso, a gente vai ter gente para se dedicar à gente. Eu sofria muito quando eu voltei para trabalhar em Roraima, eu via os idosos no hospital abandonados, a gente ficava assim, até sofria com eles, mais uma irmã até que já morreu, a Madre Camila, que me chamou e me disse: *“Meu filho, você pode ficar triste, mas não fique sofrendo, ajude o máximo que você puder”*. *“Por que madre?”* Eu disse. *“Porque ele só está aqui jogado e isolado, porque ele nunca teve uma família, nunca cuidou de filho, nunca cuidou de nada”*, inclusive foi essa irmã que fundou a Casa dos Idosos no meu estado, [ininteligível] para essas pessoas. Mas nós construímos o nosso futuro, junto com a nossa família com os nossos amigos, com a nossa sociedade.

Eu acredito no SUS, eu sei que as coisas são difíceis e a descentralização do SUS é muito importante, nós descentralizamos bastante, estamos descentralizando, mas estamos errando na conexão, como a Dra. Elisa falou, a referência contra a referência, isso é uma falha muito grande no nosso sistema de saúde. Falha por causa de educação também. Nós na universidade, na faculdade, não somos chamados bem atenção para isso, de que você tem ter referência, tem que ter contra referência.

E eu acredito também que o Programa de Saúde da Família, se for treinado nessa área, vai melhorar muito a assistência ao idoso.

Então, muito obrigado a todos, eu gostaria de citar a presença do Sr. Paulo de Souza lá do Guará, da D. Marina Grace também, Professora de Atividade Física da Terceira Idade, e da D. Talita Leite, que é assessora técnica do Conselho Federal de Fonoaudiologia.

Muito obrigado a todos, declaro encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 11h59.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 1ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, de instalação, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatu-

ra, realizada em 4 de março de 2009, às 10 horas, no plenário nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II – Senado Federal.

Às onze horas e dez minutos do dia quatro de março do ano de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, sob a Presidência do Senador **Eliseu Resende** (art. 88, § 1º, do RISF), reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença das Senhoras e Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Fátima Cleide, João Ribeiro, Almeida Lima, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Kátia Abreu, Álvaro Dias, Arthur Virgílio, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, João Durval, Antônio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Neuto De Conto, Lobão Filho, Valter Pereira, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Adelmir Santana, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Osmar Dias**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião destinada à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para o biênio de 2009/2010. Ao iniciar a reunião, O Senhor Presidente concede a palavra aos Senhores Senadores **Aloizio Mercadante, Fernando Collor, Arthur Virgílio, Fátima Cleide, Osmar Dias, Almeida Lima, José Agripino, Wellington Salgado, João Ribeiro, Sérgio Guerra, Gim Argello, Inácio Arruda, Valter Pereira e Ideli Salvatti**. A Presidência comunica aos membros que, após consulta às Lideranças Partidárias, foram indicados para concorrerem ao cargo de Presidente da Comissão a Senadora **Ideli Salvatti** e o Senador **Fernando Collor**, bem como foi indicado, consensualmente, para o cargo de Vice-Presidente o Senador **Eliseu Resende**. Procedida a votação, em escrutínio secreto, mediante chamada nominal, obteve-se o seguinte resultado: dez votos para a Senadora **Ideli Salvatti** e treze votos para o Senador **Fernando Collor**, totalizando vinte e três votos, igual número de votantes da Comissão. Foram indicados como escrutinadores os Senadores **Jayme Campos e Efraim Moraes**. A Presidência anuncia o resultado da votação, sendo eleito o Senador **Fernando Collor** para a Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Após ser empossado, o Presidente Senador **Fernando Collor** propõe ao plenário, tendo em vista o consenso entre as Lideranças Partidárias, que os membros da Comissão elessem por aclamação o Senador **Eliseu Resende** para o cargo de Vice-Presidente, o que foi acatado, sendo eleito o Senador **Eliseu Resende** para a Vice-Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta

e um minutos, lavrando eu, Dulcídia Ramos Calháo, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 4 de março de 2009, às 11 horas e 10 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura. A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente dessa Comissão para o biênio 2009/2010. A votação é em escrutínio secreto e será feita na seguinte ordem: 1) Para Presidente da Comissão que será eleito, que tomará posse após a apuração do resultado; 2) Votação para o cargo de Vice-Presidente da Comissão e posse do eleito. Então nós votaremos, primeiro, para Presidente da Comissão. Quem ganhar a eleição assume, toma posse e administra a eleição do Vice-Presidente.

Eu gostaria de colher informações a respeito dos registros dos nomes para o cargo de Presidente da Comissão. Gostaria de ouvir a manifestação do Senador Mercadante e a manifestação do Senador Gim Argello. Com a palavra o Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Eu quero ouvir, primeiro, o Senador Gim Argello para saber o que está acontecendo.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Eu gostaria de escutar, Sr. Presidente, pela ordem que o senhor chamou, o nobre líder do PT, o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Presidente, nós temos uma tradição que é essencial à vida do Parlamento, porque a alma do Parlamento é a pluralidade, é o respeito ao voto do eleitor. Esse respeito ao voto do eleitor tem significado, historicamente, que se constrói a unidade da representação no Parlamento respeitando o tamanho das bancadas, respeitando a vontade do eleitor.

O Senado tem uma larga tradição de disputa na presidência da Casa, porque são os projetos políticos, porque são os caminhos, oposição/governo. Nós tivemos, por exemplo, na legislatura anterior, uma disputa entre o Presidente Sarney e o Senador José Agripino, uma disputa política onde o Presidente Sarney ven-

ceu as eleições dos DEMOCRATAS, mas, a seguir, o Senado – e eu me empenhei nisso como líder que era do governo à época – respeitou integralmente a proporcionalidade, não apenas na composição das Comissões, mas, também, na composição da Mesa Diretora da Casa e nas presidências de cada uma das Comissões.

A representação na presidência da Comissão tem uma ordem de escolha, sempre foi assim no Senado Federal, e a ordem é a ordem da vontade do povo através do voto. Por isso, nós respeitamos a indicação do PMDB na Comissão de Assuntos Econômicos que indicou o Senador Garibaldi. Já estivemos lá e votamos disciplinadamente respeitando a indicação política da bancada do PMDB. Respeitaremos a indicação do DEM, dos DEMOCRATAS, na Comissão de Constituição e Justiça, que é o Senador Demóstenes, e foi aprovado por unanimidade, unanimidade. Respeitaremos a indicação do PSDB e dissemos, inclusive para os nossos aliados do governo, que é o caso do PTB, é o caso do PMDB, que nós respeitaríamos a indicação da bancada porque o princípio da proporcionalidade é essencial ao funcionamento da Casa. E votaremos na indicação do PSDB, que tem a terceira escolha, e indicou o Senador Eduardo Azeredo. A quarta escolha cabe à bancada do Partido dos Trabalhadores. A quarta escolha cabe ao PT.

O que nós estamos reivindicando aqui não é nem mais nem menos do que o nosso direito que o povo brasileiro nos deu ao votar na bancada do Partido dos Trabalhadores. O que nós queremos é a nossa representação política e a nossa representação política, nós estamos indicando a Senadora Ideli Salvatti, que tem uma longa história de militância política, foi líder da bancada e desempenhou com grande competência, responsabilidade e compromisso com a proporcionalidade.

Presidente, eu peço silêncio no Plenário. Pode tocar a campanha um pouquinho?

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Eu gostaria de pedir silêncio aos participantes dessa Reunião. Teremos uma Reunião importante, haverá debates, discussão e uma eleição possivelmente disputada. Eu gostaria que os Senadores e, particularmente, os presentes nessa Sessão, preservassem o silêncio para que os trabalhos se realizassem da melhor maneira. Muito obrigado.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): O que eu quero, portanto, pedir aos demais partidos é que respeitem a indicação do PT, como nós sempre respeitamos nessa Casa, sempre. E volto a dizer: eleição de Presidente do Senado sempre foi disputa-

da, mas a todos os cargos da Mesa foi assegurada a proporcionalidade, sempre. Foi assim quando José Agripino disputou com José Sarney e espero que seja assim na disputa de José Sarney com o Tião Viana. Nós respeitamos em todas as Comissões dessa Casa as indicações de bancada. Jamais desrespeitamos o princípio da proporcionalidade, nunca formamos uma maioria casuística para interferir naquilo que nós reconhecemos, como direito legítimo de uma bancada, indicar o seu representante. Votamos agora, por unanimidade, a indicação de Demóstenes Torres. Votamos e toda a nossa bancada votou coesa na indicação de Garibaldi Alves [soa a campainha] e votaremos na indicação de Eduardo Azeredo.

Queremos que isso seja respeitado também na Comissão de Infraestrutura e que o PTB, que tem sete Senadores, tenha o devido lugar no processo de escolha, que a oitava escolha, porque é isso que o Regimento recomenda, é isso que a democracia, é isso que a tradição parlamentar recomenda. O PTB tem todo o direito de presidir uma Comissão. A oitava escolha é deles. Qualquer Comissão dentro daquele quadro eles podem escolher. Agora apresentar uma candidatura num espaço que cabe democraticamente, legitimamente, pela tradição parlamentar à nossa bancada, não é um bom caminho para o Senado, não é um bom caminho para o Senado. Nós não temos, em nenhum momento dessa legislatura, qualquer momento semelhante a este. Sempre houve o respeito às indicações de bancada à presidência das Comissões nas Comissões do Senado Federal. É por isso que a nossa candidatura é da companheira Ideli Salvatti e eu espero que a nossa atitude histórica de respeito à proporcionalidade seja acompanhada pelos demais Senadores nessa oportunidade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente? Sr. Presidente? Senador Inácio Arruda, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para, simplesmente, registrar aqui entre nós a presença do Governador do Estado de Roraima, Anchieta Júnior, jovem Governador. Entre outras coisas ele é do Município de Jaguaribe, lá no Estado do Ceará, que para honra nossa, cearenses, nós o entregamos nas mãos dos roraimenses para governar aquele belo Estado da Federação. Obrigação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Essa assembléia se sente honrada com a presença do Governador do Estado de Roraima.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

Sr. Presidente? Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Pediu a palavra o Senador Fernando Collor de Mello e, depois, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL):

Sr. Presidente, senhoras e senhores parlamentares. Ouvi as palavras do líder do PT falando sobre a questão da proporcionalidade. A Constituição da República e também o nosso Regimento, ele diz explicitamente que a escolha dos membros dos partidos devem, essas escolhas, serem feitas de preferência ou preferencialmente ou sempre que possível, eu acho que é essa a expressão que está no Regimento, o princípio da proporcionalidade. Isso está sendo feito nesta Comissão. Está aqui ou estão aqui representados todos os partidos de acordo com o número de parlamentares que representam esses partidos no Senado da República.

A Constituição e o Regimento sequer tratam da questão de eleição tanto da Mesa como daqui das Comissões.

Gostaria de lembrar que essa questão da obediência à escolha ser dada em função do número de parlamentares que tenha cada uma das bancadas, seguidas e reiteradas vezes não vem sendo obedecida. Por exemplo, no início da atual legislatura o PDT, partido do ex-Governador e saudoso Governador Leonel Brizola, com quatro Senadores, indicou, meritoriamente, para presidir a Comissão de Educação o Senador Cristovam Buarque, este grande nome que todos nós estimamos e admiramos. Indicou a Senadora Patrícia Saboya, então militante do PSB, outra grande figura do Senado da República, para a presidência da Comissão de Assuntos Sociais, quando o PSB, se não me falha a memória, tinha na sua bancada ou pontificava na sua bancada três ou quatro Senadores.

O PTB é um partido que vem crescendo e vem se afirmando. O PTB, hoje, possui uma bancada de sete Senadores no Plenário do Senado da República. Quando o PTB se reuniu para solicitar e buscar um maior espaço para a sua atuação parlamentar, resolveu buscar o entendimento para que uma Comissão fosse dada a esse partido. Pediu que o meu nome fosse dado ao partido para que isso pudesse ser realizado, porque no entender generoso dos nossos companheiros do PTB isso poderia facilitar um pouco essa negociação. Infelizmente isso não foi possível. Nós estivemos trabalhando em relação à Comissão de Relações Exteriores, mas em função de compromissos assumidos que não tratavam da questão da proporcionalidade. Os compromissos assumidos com o Senador e eleito hoje, também uma grande figura e um grande amigo

que eu possuo, eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores, a eleição se deu não em função do princípio da proporcionalidade, mas em função de um compromisso havido há dois anos atrás, quando foi eleito o querido Senador Heráclito Fortes, que honrou aquela Comissão com a sua presidência.

Então o PTB jamais desejaria qualquer tipo de enfrentamento, qualquer tipo de enfrentamento. Ao contrário, ao contrário, porque o PTB inteiro, a nossa bancada inteira tem pela Senadora Ideli muito respeito e muita atenção, porque é uma Senadora que nos trata com lanhez, que nos trata com correção, que respeita, que é uma pessoa que congrega, agrega, cisca para dentro.

Então o PTB se viu na iminência de estar hoje nesta Comissão disputando a presidência desta Comissão com uma integrante da bancada do PT, de modo que essas questões que foram colocadas pelo Senador líder do PT, *data venia* e com todo o respeito, eu não posso, como parlamentar, aceitá-las, porque elas não têm respaldo na ação e na atividade deste Parlamento. E se esse Parlamento decide sempre as suas questões pelo voto e pelo voto é que se constrói um processo democrático e que se consolida um processo democrático, não há nada que impeça, nem na Constituição, nem no Regimento, nem na própria vontade de um ou outro, que possa haver qualquer tipo de disputa em qualquer Comissão.

Infelizmente para mim, lamentavelmente para mim, eu estou hoje disputando a presidência da Comissão de Infraestrutura e disputando e solicitando a cada um dos Srs. Senadores aqui presentes e Senadoras, as Sras. Senadoras aqui presentes, peço-lhes o seu voto de confiança para que possamos, na presidência da Comissão de Infraestrutura, poder colaborar de uma forma decisiva, por exemplo, com o Programa de Aceleração de Crescimento que, como afirmei quando do seu lançamento, ter sido o programa indutor de um processo de desenvolvimento que se verifica agora, sobretudo com os resultados não tão clementes que essa crise econômica, como nos outros recantos desse planeta, em função desse processo indutor que significou para a iniciativa privada e para todos os brasileiros este programa da maior importância para a nação.

De modo que, Sr. Presidente, eram essas as minhas palavras, pedindo licença e desculpas às Sras. e Srs. Senadores se me alonguei um pouco na explicação, mas acho que deveria expor essa minha posição e essa minha opinião diante de todos as senhoras e senhores membros da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Muito obrigado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Senador Eliseu, art. 14, por ter sido citado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): Senador Eliseu, pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): Senadora Fátima Cleide.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Art. 14, por ter sido citado.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente, eu havia solicitado a palavra anteriormente, Sr. Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Eu só estou pedindo o art. 14, que tem precedência, por ter sido citado, Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Dou a palavra ao Senador Mercadante por dois minutos.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Sr. Presidente, eu queria, primeiro, retirar das expressões que nós tivemos agora, eu tenho certeza que não deve ter sido essa a intenção, a expressão “cisca”. A Senadora Ideli combate, luta, reivindica, representa, mas essa expressão não faz parte da história, nem da biografia e nem do mandato dela. Tenho certeza que não houve nenhuma intenção--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): Totalmente descabível, Sr. Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Se é possível, eu gostaria de dizer que essa expressão em nenhum momento desmerece a Senadora ou qualquer pessoa. A expressão “ciscar para dentro” significa uma expressão que diz: é uma pessoa que agrega, congrega, é uma pessoa da conciliação, é uma pessoa do acordo, do entendimento, é uma pessoa que não busca desagregar, é uma pessoa que agrega. Se essa expressão, que é uma expressão muito popular e muito usada corriqueiramente na nossa região, no Nordeste, não tenha sido corretamente entendida, e se é essa a solicitação do líder do PT, eu retiro essa expressão, mas dizendo que ela tem um caráter positivo e um caráter de homenagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Continua com a palavra o Senador Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Agradeço a intervenção, Sr. Presidente. Eu queria só reafirmar que o Senador Collor não foi bem informado sobre o que aconteceu no período da legislatura na fase anterior.

Em primeiro lugar, o PTB à época fazia parte do bloco, tinha direito a uma Comissão, foi indicado para a Comissão de Direitos Humanos e cedeu a vaga Direitos Humanos ao Senador Paulo Paim, não reivindicou nenhuma Comissão, cedeu a vaga Direitos Humanos. No caso da Senadora Patrícia, ela fazia parte de um partido com dois Senadores, três Senadores à época, o PSB, fazia parte do bloco e nós construímos a representação das Comissões pelos blocos, porque o Regimento diz bloco ou partido, e foi designado ao bloco a representação do PSB. Quando ela saiu do PSB e foi para o PDT, nós, do bloco, e o PSB, não reivindicou a presidência porque considerava que o mandato da Senadora Patrícia estava de acordo com as expectativas que estavam sendo expressas. Então o PTB fazia parte do bloco no passado, o PTB, mas nós cedemos a vaga ao PDT por acordo. Por acordo nós poderíamos ter outras soluções na Casa e nós sempre estivemos buscando soluções de acordo.

O que não pode acontecer, abre um precedente grave, não é bom para as minorias, eu como fui minoria durante muitos anos nesse Parlamento e tenho a memória desse período, eu quero respeitar um princípio que preservou o nosso mandato no passado, a nossa legenda do PT, e preserva outras minorias hoje. Não se construir maioria circunstanciais que agrida o princípio da proporcionalidade nas Comissões, não só na composição das Comissões, mas, também, na indicação das presidências. É isso que dá o consenso do trabalho do Senado. Quando esse princípio viola um direito que o voto popular nos deu, porque nós temos o direito à quarta escolha, estamos fazendo a quarta escolha. Nós não estamos disputando com o DEM, que escolheu a CCJ, não disputamos com o PMDB a CAE, não disputamos com o PSDB, ao contrário, apesar de ser um partido de oposição aguerrido, combatível como é o PSDB, nós dissemos: “O direito é deles, a base não pode reivindicar um direito que cabe ao PSDB”. Se nós violarmos esse princípio, nós estamos abrindo um precedente que hoje vai contra o PT. Amanhã eu não sei contra quem será. Seguramente para as minorias não é bom e quando não é bom para as minorias não é bom para a democracia, não é bom para o Parlamento, não é bom para a pluralidade. Por isso eu insisto que--

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

Sr. Presidente?

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

--por acordo nós podemos ceder qualquer vaga, mas não quando nós reivindicamos o direito democrático, legítimo, que é o tamanho da nossa bancada. Doze é maior que sete.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Muito obrigado ao Senador Mercadante.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Por isso escolhe na frente e nós escolheríamos Infra-estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Pede a palavra, pela ordem, o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL):

Pela ordem depois, Sr. Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

Sr. Presidente, o PSDB entende que se encerra hoje uma etapa que teve início com a candidatura do Senador Tião Viana à presidência da Casa.

O PSDB acredita que houve um processo torto, afinal de contas não é normal que um mês e três dias após a eleição do Presidente e do restante da Mesa, só hoje estejamos desatando esse nó das Comissões.

O PSDB assumiu claros compromissos com a proporcionalidade, por não votar em candidato avulso, e o PSDB, que se prepara para competir mais uma vez com o PT na disputa pela presidência da República e que, portanto, daqui em diante voltaremos a ser adversários como sempre fomos, o PSDB não quer que paire nenhuma dúvida quanto ao caráter do seu voto e, por isso, o voto é secreto para quem quiser, mas o voto é aberto para nós. Nós votaremos cumprindo a palavra com o PT, do jeito que o PT cumpriu conosco na Comissão de Relações Exteriores. Encerrando esse processo com honra, nós votaremos todos os Tucanos desta Comissão na Senadora Ideli Salvatti, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB – SE): Sr. Presidente, eu peço a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Eu gostaria de seguir a sequência das inscrições aqui.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB – SE): Eu peço que me inscreva, Sr. Presidente. Senador Almeida Lima.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT – RO): Sr. Presidente, embora não muito convencida, mas já com a retirada do termo da fala do Senador Collor, eu abro mão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Presidente, eu espero fazer um pronunciamento curto, mas ciscador, ou seja, que agregue.

O que eu quero dizer, Presidente, com todo respeito ao Senador Collor, o que nós fizemos na legislatura passada foi o seguinte. O PDT não tinha direito a uma Comissão, mas o que foi feito foi uma homenagem ao Senador Cristovam Buarque pela sua luta, pela sua história na educação. Foi oferecida a Comissão de Educação ao PDT para que, como líder, o Senador Jefferson Peres indicasse o Senador Cristovam e foi assim que foi feito. Então não houve quebra da proporcionalidade. E o PDT tomou uma decisão também, reunida a bancada, principalmente porque houve uma disputa na designação dos membros da Mesa do Senado, nessa disputa os partidos acabaram por respeitar a proporcionalidade e nós tivemos o direito assegurado de indicar a Senadora Patrícia Saboya para a Quarta Secretaria.

A nossa decisão é respeitar a proporcionalidade na eleição dos presidentes de todas as Comissões. Essa decisão foi tomada por reunião da bancada, Sr. Presidente. É o que eu gostaria de comunicar como líder do PDT.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senador Almeida Lima.

SENADOR ALMEIDA LIMA (PMDB – SE): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Eu peço a palavra apenas para fazer o registro que vez por outra companheiros nossos, Senadores e Senadoras, fazem referência a jurisprudências e usos e costumes aqui nesta Casa e no Congresso Nacional que nem sempre correspondem com a verdade, a exemplo desta, de que existe a necessidade ou que vem sendo cumprido princípio de proporcionalidade partidária para a eleição de membros da Mesa Diretora ou da Mesa das diversas Comissões. Não há isto nem no costume, nem na nossa legislação. O único instante em que a Constituição Federal se reporta à proporcionalidade faz a ressalva expressa “tanto quanto possível”, ou seja, quando não possível, não se atende ao princípio da proporcionalidade e, mesmo assim, não para os cargos da Mesa, mas para a sua composição plenária.

Esta Comissão deve ser composta por vinte e três, vinte e cinco, vinte e sete membros. Então atende-se à proporcionalidade partidária quanto ao número de parlamentares por partido na Comissão. Não há

nenhuma proporcionalidade para que o partido A, partido B, partido C assumam tal ou qual presidência de tal ou qual Comissão. Sr. Presidente, é expresso [soa a campainha] no § 1º do art. 58 o seguinte texto: “Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa”. Isso é o que diz a Constituição, nada a ver com direção das respectivas Comissões. E o Regimento Interno, no seu art. 78, § único, nada, além disso, traz quando diz expressamente “que os membros das Comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos”. Frisa-se: os membros das Comissões, não os seus dirigentes.

Portanto, esta premissa estabelecida como uso e costume e jurisprudência, ela é falsa, não é verdadeira. Logo, não se aplica, caindo por terra esta justificativa. É só, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Nós voltaremos a dar a palavra para uma breve explicação ao Senador Fernando Collor, pedindo a ele brevidade na sua manifestação. Na verdade eu gostaria de pedir que aqueles que usarem da palavra o façam com a brevidade possível, uma vez que nós temos Comissões instaladas para eleições ainda a se realizarem nessa Casa hoje. Eu gostaria de limitar, pedir a cada Senador que pudesse ser bastante breve na sua manifestação. Com a palavra o Senador Fernando Collor.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Apenas para registrar, Sr. Presidente, que o PTB é uma minoria nesta Casa, sendo uma bancada de apenas sete parlamentares, que é um número significativo [soa a campainha], mas é minoria diante dos outros três ou quatro partidos que formam a sua maioria. Então, até por sermos uma minoria e desejarmos sobreviver nas atividades parlamentares em curso no Senado da República, é que o PTB se julga no direito de reivindicar a possibilidade de ocupar a presidência de uma Comissão que ajude o país a poder alcançar os níveis de desenvolvimento que nós desejamos, que é o meu propósito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Muito obrigado, Senador. Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM – RN): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Essa é uma Casa

política. Toda Casa política tem Regimento, mas tem tradições e tem hábitos.

Evidente que, durante quinze dias, se buscou o consenso para que a eleição das presidências e vice fossem feitas, todas elas, cem por cento por consenso. Nós chegamos muito perto disso.

Quando um consenso não é obtido, existe uma coisa chamada negociação política, que é própria de Casas políticas. Negociações abertas, transparentes, até em função da própria tradição que se tem estabelecido nos hábitos dessa Casa. Que hábitos?

Na eleição passada, quando eu disputei a presidência com o Senador Renan Calheiros, no momento seguinte à minha derrota eu sentei na mesa de negociação para, como líder do meu partido, buscar encontrar os nomes de consenso para as diversas Comissões. Eu concordei em que o PMDB fizesse a escolha da CAE e o PMDB cedesse ao PT, por negociação legítima, a indicação do presidente da CAE. Como já ouvi, já assisti, ao PT ter, pela proporcionalidade, a oportunidade de escolher a sua Comissão e cedê-la ao PDT.

De tudo que aconteceu nesses últimos quinze dias ou nesse último mês, um único fato não consensual aconteceu e está para ser decidido agora aqui democraticamente pelo voto. A escolha dessa Comissão caberia ao PT. O PT é o principal partido da base do governo. Como o fez no passado, o PT poderia ter cedido a vaga da Infraestrutura para o PTB, que tem sete Senadores e que é da sua base. Não o fez. É um direito que ele tem, mas o PTB também tem o direito de disputar. É da tradição, é legítimo e é democrático. Como é legítimo e democrático os partidos tomarem posição. Eu reuni a minha bancada e ouvi Senador por Senador. E, por unanimidade, os meus companheiros decidiram qual seria a posição deles nessa Comissão, que será clara e vão votar. O voto é secreto, mas eles vão votar, por decisão voluntária e democrática, naqueles que eles julgam o mais apropriado do ponto de vista político e administrativo para presidir a Comissão de Infraestrutura.

Com esta palavra, Presidente, eu desejo boa sorte aos dois candidatos. Agora a posição do meu arbitrado está tomada e é produto da tradição, da negociação, do direito legítimo e democrático à disputa e é produto da voluntariedade individual de cada um dos meus companheiros.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu me sinto muito honrada pela bancada do meu partido e dos demais partidos que compõem a Casa estarem apoiando a minha indicação para esta Comissão de Infraestrutura.

Todos nós sabemos que esta Comissão tem um papel relevante na conjuntura nacional. Neste momento de crise, todos nós sabemos que o enfrentamento à crise se dará, terá condição inclusive de o país ter sucesso no enfrentamento e na rápida saída da crise com os investimentos, com as obras, com as ações. E boa parte do que está desenhado, encaminhado e em andamento no Brasil vai passar obrigatoriamente por esta Comissão. São as obras do PAC, é a questão do petróleo, do pré-sal, do gás, das energias renováveis, das agências reguladoras. Tudo aonde nós podemos, enquanto país, enquanto governo, enquanto legislativo, influir no enfrentamento e na superação da crise, eu não tenho nenhuma dúvida, passa por esta Comissão.

Por isso, quando a minha bancada, o bloco, fez a discussão de que pela proporcionalidade, não cabendo ao PT, pela ordem das escolhas, nem a Comissão de Constituição e Justiça, nem a Comissão de Assuntos Econômicos, nem a Comissão de Relações Exteriores, porque já estava desenhado que para estas três Comissões partidos maiores do que o PT iriam escolher, a bancada do PT e do bloco de apoio ao governo não teve dúvida em escolher a [soa a campanha] Comissão de Infraestrutura como a Comissão estratégica e prioritária. E muito me honrou quando a minha bancada escolheu o meu nome para estar aqui hoje colocado, infelizmente eu quero dizer, numa disputa inédita, pelo menos nas últimas décadas aqui, no último período no Senado da República nós não temos notícia de outra Comissão que na hora da escolha do Presidente tenha tido votação.

A proporcionalidade não é só [soa a campanha] uma regra que pode ser entendida conforme a boa vontade, inclusive eu quero fazer a leitura e a interpretação do que está escrito na Constituição brasileira, no art. 58, § 1º: “Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa”. A palavra é “tanto quanto possível” [soa a campanha]. Não é “se possível”, não é “quando possível”, é “tanto quanto possível”, ou seja, diz respeito única e exclusivamente à proporcionalidade aritmética do número de Senadores, das sobras quando existem. Tanto que o PDT reconhece que na outra legislatura, pelo número de Senadores, não tinha direito. Teve acordo. Nós, por unanimidade de todos os partidos, homenageamos o Senador Cristovam Buarque. E nós também do bloco, quando a Senadora Patrícia foi para o PDT, sendo do PSB, nós também entendemos que politicamente não deveríamos reivindicar. Então é “tanto quanto possível”, aqui não é “se possível”, é matematicamente colocado,

e matematicamente a quarta bancada é o PT, a quarta escolha é do PT.

Portanto, eu queria aqui deixar de forma muito clara. Talvez, Presidente, a minha forma [soa a campanha] apaixonada de fazer política, a minha forma, entende, corajosa muitas vezes, e eu acho que nunca me faltou coragem nessa Casa para enfrentar todas as adversidades que aqui ocorreram nesses seis anos que eu estou, me angariaram simpatias e, talvez, não tanta simpatia. Agora eu sou uma pessoa corajosa, leal, já demonstrei isso de forma inequívoca, me sinto profundamente preparada e honrada em presidir esta Comissão.

Portanto, eu queria, de forma muito humilde, pedir o voto de todos os partidos, principalmente dos partidos que tiveram a oportunidade de vivenciar a minha atuação política de forma muito clara e de forma muito corajosa inúmeras vezes. E eu quero já deixar aqui registrado que o nosso candidato, para que não paire qualquer dúvida a respeito [soa a campanha] de não respeitar as indicações e da proporcionalidade, a indicação da Vice-Presidência da Comissão de Infraestrutura é dos DEMOCRATAS. O nome que está indicado é do Senador Eliseu Resende. E o nosso voto, Senador, será para V. Exa. para a Vice-Presidência. Eu espero compartilhar com V. Exa. esta presidência e vice na Comissão, mas para isso dependo dos votos dos parlamentares que compõem esta Comissão. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Vamos ultimar a discussão da matéria, uma vez que o tempo é escasso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Presidente? Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Pediu a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Sr. Presidente, eu queria só fazer uma colocação. O que eu estou vendo aqui começou desde a eleição para Presidente. Quando se vai bater chapa para Presidente, tem que se ter a consequência do ato. Eu não estou dizendo que o PT não poderia lançar candidato. O PT poderia lançá-lo. O Tião Viana é um homem da minha geração, é alguém que eu sei que vai chegar um dia a Presidente dessa Casa. Mas o que é que aconteceu? Isto que nós estamos vendo aqui. Se Tim Maia estivesse vivo, ele falava: “Só não vale homem com homem e nem mulher com mulher. O resto vale”. Porque aqui o que nós estamos vendo é o seguinte: eu sou PMDB, eu tenho o meu caminho, mas aqui eu estou vendo estruturas de apoio que eu não vi o tempo inteiro no Senado [soa a campanha], quer

dizer, como é que dá esse recado fora das portas, lá para o eleitorado. “Olha, não, eu só estava votando ali naquele momento”. A ideologia não está valendo, os princípios não estão valendo, quer dizer, eu me sinto terrivelmente de estar numa posição contrária, sem querer desmerecer o Presidente Collor, mas a Ideli sempre foi uma companheira do PMDB e sempre foi firme nos posicionamentos, sempre foi firme.

Agora o que é que nós leva a fazer um acordo? O que nos leva foi a eleição do nosso Presidente do nosso partido, do PMDB, o Presidente José Sarney. Por que é que eu votei no Presidente José Sarney? Porque eu achei que para o momento que o Presidente Lula vive, vamos ter uma eleição difícil daqui há dois anos, o PSDB com forte candidato, o PT com o seu candidato, poderá surgir um candidato do PMDB, e tinha que ter um Presidente na Casa experiente para passar por esse momento. O Presidente Sarney era a pessoa correta para esse momento e é a pessoa correta. Agora o que não pode querer é que o meu partido, o PMDB, não firme as posições de acordos feitos e de honrar o que está... Aqui dentro do Senado tem que ser honrado os compromissos. O Senador Arthur Virgílio colocou bem aqui. Ele fez um acordo, vai cumprir o seu acordo do início. Mas pelo amor de Deus, senhores, como é que a gente conta a história lá fora, que o acordo é feito aqui dentro, aí depois lá fora: “Não, eu sou contra, eu sou a favor”. Eu não sei fazer isso.

Eu sou PMDBista, eu acho que o governo do Presidente Lula é o melhor que já aconteceu, tem 80% de aprovação, porque ele é um bom Presidente. O Presidente Lula, falam mal do Presidente e ninguém defende o Presidente. Eu não vi ninguém do PT ontem, na hora que o Senador Jarbas estava falando, ele falou mal do Presidente Lula e ninguém defende. A coisa mais fácil do mundo é defender um Presidente que tem 80%.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Você não estava no debate.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Eu não estava no debate—

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Porque eu falei sim, defendi com profundidade, todas as vezes defendendo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Eu não vi V. Exa. falar.

[soa a campanha]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Eu não vi V. Exa.

[sobreposição de falas]

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Você não, V. Exa. Eu me dirijo a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Para concluir, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Vocês têm que aprender que tem que defendem quem merece ser defendido. Os acordos têm que ser cumpridos, entendeu?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Para concluir, Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Para concluir, está concluído. Eu me sinto mal em votar contra V. Exa., Senadora Ideli Salvatti, me sinto mal.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Para ultimar a análise da matéria, tem a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu me sinto na obrigação e no dever, da maneira como eu sempre fiz em toda a minha trajetória política e nesta Casa, de daqui declarar o meu voto e, inclusive, explicar ao PTB, onde eu tenho grandes amigos, o líder Gim Argello, que é meu amigo, o Senador Fernando Collor, para quem eu votei quando foi Presidente da República, votei e fiz campanha ainda como Vereador da minha cidade naquela época, fui a Imperatriz abraçá-lo no Comissão que ele fez, já que ele não esteve no meu Estado.

Mas nessa questão aqui hoje, Sr. Presidente, nessa disputa, nós que fazemos parte do bloco com o Partido dos Trabalhadores, e é bom que se diga a verdade, a Senadora Ideli foi extremamente correta comigo, como líder do PR, nos acertos e nos acordos que nós fizemos, que essa Casa vive de acordos, quando ainda na eleição da Mesa anterior nós colocamos um membro na Mesa mesmo sem ter o número e, quero também dizer que, naquela época, com o apoio e com a ajuda do Senador Renan Calheiros, nós colocamos naquela época o Senador Magno Malta para ser o Quarto Secretário.

Dessa vez, Sr. Presidente, quando foi se discutir a questão das Comissões, deixando a eleição da Mesa que já havia ocorrido, num encontro com o Senador Mercadante e com os partidos do bloco, eu fiz o compromisso de votar na Senadora Ideli e naquele momento, inclusive, o Senador Fernando Collor ainda não era nem candidato a este cargo nesta Comissão.

Então, Senador Mercadante, eu quero dizer a V. Exa., Senadora Ideli, que o voto é secreto, mas o meu voto hoje aqui é aberto em função do meu compromisso com V. Ex^{as}. Eu sou um parlamentar, uma pessoa que posso pecar, até inclusive em fatos anteriores que eu prefiro não citá-los aqui, de algo que eu fiz e

que não deveria ter feito porque às vezes a franqueza machuca, sabe Sr. Presidente? Às vezes as pessoas não entendem a forma como você coloca as coisas com franqueza.

Então eu disse isso ao meu partido [soa a campanha], disse isso ao Senador Gim Argello e estou dizendo ao Senador Fernando Collor. Com todo o respeito e admiração que tenho a ele, peço a sua liberação para este voto, já que eu fiz um compromisso anteriormente. Se tivesse feito com V. Exa., ninguém mudaria o meu voto, Senador Fernando Collor. Eu tenho muito respeito e admiração por V. Exa. Então o que for vencedor nesta Comissão, eu sou membro titular e estarei trabalhando para respaldar. E V. Exa. também, Senador Eliseu Resende, um homem experiente, Ministro dos Transportes, uma das maiores autoridades do Brasil nessa área, que será o Vice-Presidente dessa Comissão, eu tenho certeza que engrandecerá a qualquer um dos dois que for o escolhido para ser o Presidente, tanto a Senadora Ideli quanto o Senador Fernando Collor. Conte também com o meu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Vamos dar a palavra ao último orador inscrito, o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): Sr. Presidente, eu queria--

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Pedindo brevidade na sua exposição, Senador.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE): Eu vou ser breve. Eu queria, em nome do meu partido, prestar irrestrita solidariedade à palavra do líder Arthur Virgílio e aos compromissos que foram feitos aqui ao longo desses últimos dois meses com a eleição da Mesa e das Comissões. Nós vamos votar na Senadora Ideli Salvatti por várias razões, de forma aberta, para cumprir um entendimento que fizemos, primeiro. Segundo, para respeitar a proporcionalidade. E, terceiro, porque consideramos a Senadora em condições de presidir essa Comissão. Ela tem competência para presidi-la.

Não há nenhuma dificuldade, ao contrário do que pensa o Senador Wellington, de explicar lá fora o que fizemos aqui hoje ou quando votamos no Senador Tião para Presidente do Senado. Não há a menor dificuldade. Não fizemos isso sem conversar amplamente com o partido e com os nossos eleitores. Votamos naquilo que nós consideramos o melhor para o Senado e continuamos convencidos do que fizemos.

Segundo e para terminar, Sr. Presidente, eu desejo que o Senador Collor não peça licença. Se ele ganhar essa votação, que fique Presidente dessa Comissão para que nós possamos fazer oposição ao chamado

Plano de Aceleração Econômica ou, para dizer melhor, Plano de Desaceleração Econômica, que é o que está se verificando que se desenvolve no Brasil hoje. Vamos apoiá-lo, vamos respeitar as regras da Comissão, mas que ele esteja aqui os dois anos, porque nesses dois últimos anos ele não andou por aqui. Eu espero que dessa vez o Presidente cumpra, o Presidente Collor a quem eu respeito e, sobretudo, do ponto de vista parlamentar, eu quero dizer que o Senador deve ao Senado mais presença, mais comparecimento para que possa cumprir o seu mandato.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senador Gim Argello para encaminhar. O último orador.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sr. Presidente, por favor. Eu fui citado, o art. 14 eu invoco para falar, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): V. Exa. tem dois minutos.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não. É uma pena que na nossa língua não exista um sinal ortográfico para ironia. Existe o sinal ortográfico para exclamação, para interrogação, para vírgula, ponto e vírgula, intercalado entre frases, mas não existe para ironia. Eu já sou um homem bastante experimentado, bastante sofrido, bastante... Como os senhores sabem, V. Ex^{as}. sabem, bastante sofrido para chegar num momento como esse e ouvir ironias desse tipo.

Quando o Senador Sérgio Guerra teve que tirar licença do Senado Federal e que todos nós também lastimamos, a última coisa que passaria pela minha cabeça seria indagá-lo por que ele nos privou do brilhantismo, da experiência, da sua presença em Plenário. Se algum dos Srs. Senadores tiram uma licença, motivos devem haver e cabe a cada um de nós aceitá-las, aceitar esses pedidos de licença de uma forma respeitosa, cordial e sem qualquer tipo de dúvida.

V. Ex^{as}. sabem, também, que aprendi a ser um homem cordial, aprendi a ser um homem cordial não somente pela educação que recebi, mas, depois, pelas experiências e sofrimentos que colhi ao longo da minha vida pública. Mas não está apagado dentro de mim aquela vontade do debate, aquela vontade do enfrentamento se necessário for, a coragem que aqui tanto foi dita e que ninguém pode me cobrar esta falta de coragem, mas não aceito e não quero receber essa ironia e deixá-la passar em branco. Eleito Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, com o honroso voto de V. Ex^{as}. [soa a campainha], eu estarei sentado nesta cadeira, ao lado de V. Exa., o Sr. Senador Ministro Eliseu Resende, conduzindo os trabalhos diuturnamente desta Comissão para fazê-la e engrandecê-la para que o país possa alcançar o

que todos nós desejamos, um desenvolvimento que esteja à altura das expectativas e das esperanças do povo brasileiro.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente? Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senador Gim Argello para terminar.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente, muito obrigado Presidente Eliseu Resende. É só para indicar o nosso candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro, fruto de um acordo construído com os demais líderes partidários. O nosso candidato é o Senador Fernando Collor de Mello para Presidente e, para Vice, o nobre Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Vamos terminar.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Pela ordem, Sr. Presidente? Dois minutos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Pela ordem, Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente, de maneira bastante simples, aliás, se essa Sessão demora não é por causa do PSDB, o PSDB queria simplesmente cinco minutos como nas demais, respeitando-se o princípio da proporcionalidade.

Agora eu queria só esclarecer, eu não quero aqui discutir as licenças do Presidente Fernando Collor, mas quero explicar a situação grave de saúde porque passou o Presidente do meu partido, o Senador Sérgio Guerra, que não pediu licença. S. Ex^a. justificou as suas ausências com legítimos atestados médicos. O Senador correu risco de vida naquele episódio. Graças a Deus está conosco hoje, gozando de saúde e podendo dar a sua contribuição de político experimentado e competente que é. Só para não passar nenhuma dúvida para a opinião pública de que o Senador Sérgio Guerra tenha sido inadimplente com o seu trabalho de Senador em algum momento. E mais. Quando o visitavam no hospital, ele, contrariando os médicos, falava de política, que é a grande paixão da sua vida, Sr. Presidente. Para ficar bem claro.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB – AL): Presidente, só para orientar a bancada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Pela ordem o líder do PMDB.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB – AL): Muito obrigado a V. Exa. Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos que acompanharam esse processo que esperamos vê-lo encerrado hoje aqui sabem, Sr. Presidente,

Srs. Senadores, Sras. Senadoras, que o PMDB teve ao longo dessa campanha, que foi uma campanha muito curta e foi muito bom que ela tivesse sido curta, o PMDB assumiu compromissos com os quais não pode abrir, não pode abrir.

Falaram aqui muito, Sr. Presidente, em proporcionalidade, e o nosso Regimento fala em proporcionalidade, mas fala apenas na proporcionalidade para preenchimento das vagas das Comissões Técnicas Permanentes. Ele não fala na proporcionalidade para a escolha das Comissões. Isso se convencionou acertar entre nós toda vez que há consenso, que não há conflito, que não há divergência.

Eu me recorde que quando eu me elegi Presidente do Senado Federal pela segunda vez, eu tive que modestamente colaborar para que, por exemplo, o Senador Aloizio Mercadante se elegeisse Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Eu não vejo qual a proporcionalidade que aquela eleição significava. O PT era a quarta bancada, era a quarta bancada, o tempo do verbo é esse, era a quarta bancada, talvez não seja mais, e postulava a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos. Nós conversamos com os partidos todos e fizemos um acordo para o PT se eleger, o Senador Aloizio Mercadante, que todos nós queremos muito, respeitamos, para elegê-lo para a presidência da Comissão.

Nesta eleição, quando tivemos na presidência do Senado atacada proporcionalidade que dava direito ao PMDB, nós contamos para que isso não acontecesse com a solidariedade de muitos Senadores de vários partidos, de vários partidos. Eu poderia destacar a solidariedade incondicional do PTB, a solidariedade incondicional do DEM, a solidariedade incondicional do PR. E isso, claro, que ensejou compromissos do nosso partido.

Já se falou muito aqui sobre as qualidades da Senadora Ideli. A Senadora Ideli é ponto de encontro de todos nós. Ninguém tem mais legitimidade para postular cargo nenhum nessa Casa do que a Senadora Ideli. O que impede que isso aconteça, do ponto de vista do apoio do PMDB, é a circunstância, é a circunstância. Nós somos prisioneiros de uma circunstância. O PMDB não tem como abrir mão de um compromisso previamente assumido não com relação à Comissão A, B, C ou D, mas com relação a qualquer Comissão que fosse disputada pelo DEM, pelo PR e pelo PTB.

Com relação ao DEM e já encerro, Sr. Presidente, com relação ao DEM nós estabelecemos apenas um compromisso: o PMDB exercerá o direito de fazer a primeira opção, de pedir primeiro, mas em comum acordo com o DEM, em comum acordo com o DEM.

Quando não se resolve por consenso, o Regimento diz que a única solução é a eleição, porque é assim: o consenso ou a eleição. Quando não há consenso, infelizmente, há eleição. Claro, claro que outros partidos competentemente, competentemente, jogam nessa divisão e é natural, é do processo político, é do processo político. Eu, se estivesse na condição de qualquer um desses partidos, na condução, melhor dizendo, eu estaria defendendo também essa desarumação na base do governo, porque dois partidos da base do governo, dois partidos destacados da base do governo, de uma base, de uma base pequena, de uma base pequena. O governo já teve que capitalizar derrotas aqui no Senado Federal. A correlação política é muito apertada. As votações dependem, dependem até mesmo da ausência de alguns Senadores ou Senadoras, muitos dias elas não podem acontecer em função dessa dificuldade.

Então eu acho, Presidente, encerrando, que o PMDB vota pelos compromissos que assumiu e o PMDB lamenta, sobretudo, a condução política desse processo que está fazendo com que dois quadros, dois quadros competentes como a Senadora Ideli e como o Senador Fernando Collor de Mello, disputem a mesma Comissão num Senado que nós temos onze Comissões igualmente com peso político, com representatividade e, assim, fundamentais para o funcionamento da própria Casa. Eu conversei com todos os meus companheiros do PMDB, a posição do PMDB, o voto é secreto, o Senador José Agripino já disse aqui, a posição do PMDB é uníssona: nós vamos votar no candidato do PTB, no Senador Fernando Collor.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Presidente? Presidente, um minuto, art. 14 novamente, têm duas possibilidades. Eu fui citado e--

[sobreposição de falas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Não, não, só foi usado uma vez, só foi usado uma vez. Eu estou citando--

[sobreposição de falas]

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Mas ele não pediu o art. 14, ele pediu pela ordem. Eu peço de qualquer forma, pela ordem, um minuto de esclarecimento de uma matéria relevante no meu ponto de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Um minuto.

SENADOR RENAN CALHEIROS (PMDB – AL): Eu não tive a honra de citar o Senador.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Teve por duas vezes. Não teve nenhum momento nesta Casa que eu tenha pleiteado qualquer espaço políti-

co que não fosse ou direito da nossa bancada ou por acordo com os demais partidos.

A presidência da CAE, nós poderíamos ter reivindicado o direito de bloco. Nós éramos o maior bloco depois do DEM e do PSDB e teríamos o direito à segunda opção, CCJ ou seria a CAE. Por acordo nós temos feito a escolha por partido, mas o Regimento diz bloco ou partido, e por entendimento com todos os líderes nós assumimos a presidência da CAE. Acordo tem que ser cumprido. O que não pode ser feito é acordo no direito do outro, porque essa é a natureza da crise que nós estamos vivendo, esse é o precedente grave que nós estamos abrindo. Você pode fazer acordo. O PMDB poderia ter aberto espaço ao PTB na sua escolha, mas não na escolha do PSDB ou na escolha do PT. Isso abre um precedente grave, fere um compromisso [soa a campainha], uma tradição parlamentar e, evidentemente, terá sequelas para o futuro. Eu espero que a gente preserve a proporcionalidade e quero, sobretudo, elogiar a V. Exa., que foi Vice na Comissão de Assuntos Econômicos, será extremamente competente, como sempre foi, e terá o nosso voto coeso por toda a sua experiência parlamentar e porque é o direito proporcional da representação dos DEMOCRATAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): A discussão da matéria nos conduz à existência de dois candidatos: da Senadora Ideli Salvatti e do Senador Fernando Collor de Mello. Vamos proceder à eleição.

Sugiro aos senhores candidatos a realização de um sorteio da ordem dos nomes que constarão da cédula e, para tanto, vamos colocar os nomes em um envelope para que nós possamos fazer este sorteio. Solicito ao Senador Jayme Campos que promova ou proceda a esse sorteio.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Convido ao Senador Efraim Morais para ser o apurador aqui de como vai ser a ordem na cédula de votação. Senador Efraim.

Na ordem de votação o primeiro da cédula será a Senadora Ideli Salvatti. Em seguida, naturalmente respeitando a ordem, o Senador Fernando Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): A ordem dos nomes dos candidatos na cédula, conforme o sorteio, será, portanto, a Senadora Ideli Salvatti como primeiro nome e o Senador Fernando Collor de Mello como segundo nome.

Eu suspendo a reunião por alguns minutos, poucos minutos, para que a Secretaria possa preparar as cédulas conforme sorteio realizado.

[Suspensa a sessão].

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Reabrindo a Sessão, quero declarar que sobre a mesa encontram-se à disposição das Sras. e Srs. Senadores as cédulas de votação devidamente rubricadas pela presidência e que deverão ser utilizadas após a chamada nominal para votação. Será procedida a votação nominal para que exerçam o direito de votos. A cabine de votação ficará na sala aqui da Secretaria e a urna para ser utilizada aqui sobre a mesa.

Vamos convocar os titulares inicialmente. Senadora Serys Slhessarenko. Senador Paulo Paim. Senadora Ideli Salvatti. Senador Inácio Arruda. Senadora Fátima Cleide. Senador João Ribeiro. Está completo o bloco de apoio ao governo.

Vamos promover a votação para o bloco da maioria PMDB/PP. Senador Almeida Lima. Senador Gilvam Borges. Senador Paulo Duque. Senador Mão Santa. Senador Geraldo Mesquita. Senador Wellington Salgado. Está completo o bloco PMDB/PP.

Bloco da minoria DEM/PSDB. Senador Gilberto Goellner. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente? Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente? Sr. Presidente? Sr. Presidente? Uma questão relativa à votação, Sr. Presidente. Sr. Presidente? Sr. Presidente, relativamente à votação, Sr. Presidente. Aqui, Sr. Presidente. Senador Arthur Virgílio.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento claro da Mesa. Nós estamos com os quatro Senadores do PSDB presentes: o Senador Álvaro Dias, eu próprio, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Sérgio Guerra, que é suplente. A Mesa me informa que o Senador Sérgio Guerra não votaria por se tratar de bloco. Eu gostaria de uma explicação clara. Não me insurjo contra Regimento, agora a vontade do PSDB fica substituída, porque a vontade do PSDB, eu tenho um respeito enorme por todos os companheiros de bloco, mas a vontade do PSDB é dar os quatro votos para a Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Nós teremos de consultar o Regimento, Senador, porque parece que nós teríamos, identificada a ausência de um votante entre os titulares do bloco, o primeiro suplente do bloco é que seria convidado. Eu gostaria que a Mesa confirmasse isso.

Senador Jayme Campos. Senadora Kátia Abreu. A Senadora Kátia não está? Senador Álvaro Dias. O

Senador Álvaro Dias está votando. Senador Arthur Virgílio. Senador Flexa Ribeiro. Senador Marconi Perillo. Senador Fernando Collor de Mello. Senador João Durval. Senadora Kátia Abreu.

Os blocos estão completos, à exceção do bloco da minoria DEM/PSDB. O Senador Marconi Perillo está ausente. Convidamos o primeiro suplente do bloco, Senador Antônio Carlos Júnior.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Solicitamos aos Srs. Senadores ocuparem os seus lugares para a apuração final.

Encerrada a votação, convido os Senadores Jayme Campos e Efraim Moraes para servirem como escrutinadores. Convido os Senadores que desejam atuar como fiscais designados por cada partido para acompanhar a apuração.

Temos vinte e três envelopes. O número de envelopes confere com o número de votantes. Vamos proceder à apuração.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Primeiro voto, Senadora Ideli Salvatti. Segundo voto, Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ideli Salvatti. Senador Fernando Collor. Senador Fernando Collor. Senador Fernando Collor. Senador Fernando Collor. Senador Fernando Collor. Senadora Ideli Salvatti. Senador Fernando Collor. Senadora Ideli Salvatti. Senador Fernando Collor. Senador Fernando Collor. Senadora Ideli Salvatti. Senador Fernando Collor. Senadora Ideli Salvatti. Senador Fernando Collor. Senadora Ideli Salvatti. Senador Fernando Collor. Senadora Ideli Salvatti.

[soa a campanha]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Votaram 23 Senadores e Senadoras. A apuração deu 13 votos para o Senador Fernando Collor e 10 votos para a Senadora Ideli Salvatti. Esse é o resultado, Sr. Presidente Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Terminada a apuração dos votos, temos o resultado de 13 votos para o Senador Fernando Collor de Mello e 10 votos para a Senadora Ideli Salvatti. Fica eleito o Senador Fernando Collor de Mello para o cargo de Presidente da Comissão de Infraestrutura. Convido o Senador eleito para ocupar o seu lugar à mesa. O Senador eleito ocupará seu lugar à mesa e dará segmento à atual Sessão para a escolha do Vice-Presidente da Comissão e para proferir as suas palavras.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sras. e Srs. Senadores, eu pe-

diria silêncio para que nós prosseguíssemos com a nossa Sessão que tem por objetivo eleger o Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. O candidato único à Vice-Presidência da Comissão é o Senador Ministro Eliseu Resende. Devido às manifestações havidas no decorrer desta Sessão de todos os partidos aqui representados, eu sugiro ao Plenário que façamos a eleição do Senador Ministro Eliseu Resende por aclamação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão.

[palmas]

Eleito por aclamação para a Vice-Presidência da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, o Senador Ministro Eliseu Resende.

Dou por encerrada a presente Sessão que cumpriu com as finalidades previstas na pauta da Reunião de hoje. Obrigado às Sras. e aos Srs. Senadores.

Sessão encerrada às 12h40.

COMISSÃO

DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA

Ata da 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 12 de março de 2009, às 8 horas e 30 minutos, no plenário da comissão, nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta e cinco minutos do dia doze de março de dois mil e nove, no plenário da comissão, nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, Jayme Campos, João Tenório, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, João Durval, Neuto de Conto, Francisco Dornelles, Antônio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena e Gim Argello**. Presentes, também, os Senhores Senadores **Romeu Tuma e César Borges**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Ofício nº 165/2009-CNA, datado de 11 de março de 2009, onde a Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, formula convite aos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura para participarem de reunião no dia 25 de março de 2009, na

sede da CNA, quando serão apresentadas propostas do setor agropecuário relacionadas à infraestrutura e à logística nacionais; Aviso nº 176-GP/TCU, datado de 19 de fevereiro de 2009, encaminhando cópia do Despacho exarado pelo Ministro Walton Alencar Rodrigues, Relator do Processo nº TC-027.077/2006-4, que trata de Representação acerca de supostas irregularidades ocorridas na Concorrência 13/1998-SSR/MC, que teve por objeto a outorga de permissões para exploração de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para diversas localidades do Estado de Minas Gerais. A Presidência determina à Secretaria da Comissão, o envio aos membros de cópia do convite da Senadora Kátia Abreu, lido na presente reunião. O Presidente procede a leitura do **Ato nº 01, de 2009-CI**, que disciplina o processo de aprovação de autoridades, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, bem como da Agenda da Comissão. Após a leitura, o Senhor Presidente abre a discussão e em seguida coloca em votação, sendo aprovado por unanimidade de seus membros. Usaram da palavra para debater a matéria os Senhores Senadores Paulo Duque, Romeu Tuma, Marconi Perillo, Inácio Arruda, Gilberto Goellner, Mão Santa e Efraim Moraes. Ato contínuo, a Presidência procede a leitura de uma agenda de trabalhos da Comissão e após submetê-la aos membros, a mesma é aprovada, com a ressalva de que a mesma não conste nomes pré-determinados e, em atendimento ao colegiado, o Sr. Presidente propõe a criação de um grupo de Trabalho, composto pelos Senhores Senadores Delcídio Amaral, Flexa Ribeiro e Gim Argello, para receberem dos demais membros, sugestões de nomes para participarem de cada tema e após, submeter ao colegiado. A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: **Item 1** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 96, de 2005**, que “altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado”, de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo como relator o Senador Flexa Ribeiro, que apresenta relatório pela aprovação do projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). **Aprovado o Substitutivo. A matéria irá a Turno Suplementar na próxima reunião da Comissão.** **Item 2** – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 374, de 2008**, que “altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o trecho compreendido entre as localidades de Ibiraiaras e Nova Araçá, no Estado do Rio Grande do Sul”, de autoria do Senador Sérgio Zam-

biasi, tendo como relator o Senador Pedro Simon, que apresenta relatório para aprovação do projeto. Usaram da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores Eliseu Resende, Inácio Arruda e Marconi Perillo. **Retirado de pauta por solicitação do Senador Eliseu Resende.** A Presidência passa a leitura dos seguintes itens **extrapauta. Item 01 – Requerimento nº 01, de 2009**, de autoria da *Senadora Ideli Salvatti*, que requer a realização de Audiência Pública, para subsidiar sugestões para a Consulta Pública que foi aberta pelo Ministério das Minas e Energia, através das Portarias nº 74 e 52, que tratam do Leilão de Energia Eólica, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Edison Lobão, Ministro de Estado das Minas e Energia, Senhor Maurício Tiomno Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética e Senhor Lauro Fiúza Júnior, Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica. **O Requerimento nº 1, de 2009, é lido.** **Item 02 – Requerimento nº 02, de 2009-CI**, de autoria da *Senadora Ideli Salvatti*, que requer a retirada do requerimento de realização de Audiência Pública, para subsidiar sugestões para a Consulta Pública que foi aberta pelo Ministério das Minas e Energia, através das Portarias nº 74 e 52, que tratam do Leilão de Energia Eólica. **Aprovado a retirada do Requerimento nº 1, de 2009.** **Item 03 – Requerimento nº 03, de 2009-CI**, de autoria do *Senador Inácio Arruda*, que requer seja convidado o Senhor Guido Mantega, Ministro de Estado da Fazenda, para debater, em audiência pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos. **Aprovado. Item 04 – Requerimento nº 04, de 2009-CI**, de autoria do *Senador Inácio Arruda*, que requer seja convidado o Senhor Luciano Coutinho, Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, para debater, em audiência pública, sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos. **Aprovado. Item 05 – Requerimento nº 05, de 2009-CI**, de autoria do *Senador Gilberto Goellner* e outros, que requer seja realizado no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, audiência pública com a presença do Senhor Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro de Estado dos Transportes, para contribuir com informações sobre a contratação e execução das obras do PAC. Usaram da palavra para discutir a matéria os Senhores Senadores *João Ribeiro, Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Gim Argello, Wellington Salgado, Jayme Campos, Delcídio Amaral, João Tenório, Efraim Moraes, Mão Santa e Inácio Arruda.* **Aprovado. Item 06 – Requerimento nº 06, de 2009-CI**, de autoria da

Senadora Ideli Salvatti, que requer seja convidado o Senhor José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás para, em audiência pública Conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre o planejamento estratégico da Petrobrás e seu Plano de Negócios para o período de 2009-2013. **Aprovado.** A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dez horas e quarenta minutos, lavrando eu, *Dulcília Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

2ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 12 de março de 2009, às 08 horas e 39 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata ou das atas das reuniões anteriores, as duas reuniões anteriores, a última do ano passado e essa que foi a primeira deste ano, tratando da eleição do Presidente do Vice-Presidente desta Comissão. Os senhores e senhoras senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. **Aprovado.**

Há requerimento sobre a mesa e há expediente a ser lido.

O primeiro requerimento está vazado nos seguintes termos: *“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública nesta Comissão, para subsidiar sugestões para a Consulta Pública que foi aberta pelo Ministério das Minas e Energia, através das portarias número 74 e 52, que tratam do leilão de energia eólica. Convidados: Ministro das Minas e Energia, Edison Lobão; Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim; Presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica, Lauro Fiuza Júnior”*. Assinado pela senadora Ideli Salvatti.

Mas, esse requerimento foi dado entrada logo após a reunião, a primeira sessão da Comissão de Infraestrutura, mas, em seguida, recebemos também, da mesma senadora Ideli Salvatti, o seguinte requerimento, e é este que está em votação: *“Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal a retirada do requerimento”*, este que acabei de ler, *“de realização*

de audiência pública nesta Comissão, para subsidiar sugestões para a Consulta Pública que foi aberta pelo Ministério das Minas e Energia através das portarias número 74 e 52, que tratam do leilão de energia eólica. O pedido se justifica pelo período curto que temos para realização da mesma, tendo em vista que prazo para alterações previstas nas portarias encerra-se no dia 15 de março próximo. Aguardaremos data oportuna para um novo pedido de audiência pública”, assinado, Senadora Ideli Salvatti.

Em discussão o requerimento de autoria da Senadora Ideli Salvatti. Em votação, aqueles que estejam de acordo permaneçam como estão. **Aprovado.**

O segundo requerimento de autoria do Senador Inácio Arruda está vazado nos seguintes termos: *“Requeiro nos termos do art. 83, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o excelentíssimo senhor Guido Mantega, Ministro da Fazenda, para debater em audiência pública sobre o enfrentamento da crise econômica pelo governo brasileiro em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos”*.

Justificativa: *“Os efeitos da crise econômica mundial já são sentidos pelo Brasil desde os últimos meses do ano de 2008, em alguns setores da economia, especialmente aqueles produtores de ‘commodities’ e demais áreas afetadas ao comércio exterior seus reflexos têm sido mais agudos e imediatos. Um dos grandes desafios nesse processo de crise é minimizar a queda no ritmo de crescimento da atividade econômica e seus efeitos na oferta de emprego e na qualidade de vida da população. O Senado Federal por meio de suas comissões temáticas não pode abster-se de debater e de oferecer sua contribuição na busca de soluções para o enfrentamento da crise econômica mundial. Desta forma, peço o apoio dos senhores, dos nobres pares, para a realização de audiência pública com o Excelentíssimo Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda”*.

O requerimento, de autoria do Senador José Inácio Arruda, está em discussão. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. **Aprovado.**

Também de autoria do Senador Inácio Arruda, temos um outro requerimento que é convocando o Sr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES para debater em audiência pública sobre o enfrentamento da crise econômica pelo Brasil, em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos. Aí vem a justificativa. Eu coloco em discussão o requerimento do Senador Inácio Arruda. Em discussão.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Gostaria só que V. Exa. dissesse novamente, que eu estava prestando atenção em outro assunto e acabei perdendo a primeira parte do requerimento. A convocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): *“Requeiro nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Luciano Coutinho, o Presidente Nacional do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sôcia, para debater, em audiência pública, sobre o enfrentamento da crise pelo Brasil em sessão conjunta desta Comissão com as Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos”.*

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Quero encaminhar, Sr. Presidente, dizendo apenas que sou favorável ao requerimento. Acho que, realmente, o momento é de muito cuidado. A gente esperava que a crise não chegasse ao Brasil, mas, infelizmente, chegou. Essa é a grande verdade. Não há como esconder. Ontem mesmo, e antes de ontem, nós presenciamos alguns fatos interessantes, que o governo se preocupou, baixou a taxa de juros, a reunião do COPOM.

Mas a gente percebe, Sr. Presidente, que os municípios brasileiros, principalmente, e aí eu conversava ontem sobre esse assunto com o Ministro José Múcio Monteiro, estão vivendo um momento que eu acho que nunca viveu antes. E, dizem as pessoas que conhecem bem de economia, que entendem bem de economia, que um desses motivos, um dos motivos que levaram à crise nos municípios tão forte nos municípios, são dois motivos principais.

Primeiro, a questão do INSS que precisa, estou pegando o gancho desse requerimento para dizer isso, precisa ser resolvida urgentemente. Eu sou da base de apoio do Presidente Lula, de apoio do governo, mas percebo, Sr. Presidente, que se não houver uma ação imediata por parte do governo no sentido de encontrar uma solução para a questão, aquilo que o governo anunciou alguns dias atrás num encontro, que foi até muito questionado pela oposição, no Centro de Convenções de Brasília, e que anunciou uma série de medidas importantes para os municípios, e que, lamentavelmente, até agora não foram implementadas, não foram implementadas, embora tenha sido feita medida provisória, mas lá na ponta não chegou ainda o resultado. Tem município no meu estado que recebeu zero de FPM no dia 10 e no dia 20 também.

Então, V. Exa., que foi Governador, foi Presidente da República, sabe que lamentavelmente e que a cota maior de FPM é exatamente a do dia 10, quanto a de

FPE dos municípios. E que essas cotas são fruto do IPI e do Imposto de Renda.

E a questão da diminuição daquelas ações, que o governo adotou, também atingiu os municípios, porque aumentou a venda de carros, sim, mas baixou, teve que diminuir os impostos e tudo isso veio realmente prejudicar, cair a arrecadação, a arrecadação caiu, a grande verdade é essa, do país caiu. Então, esse requerimento e até o anterior, eu considero muito oportuno, que a gente venha realmente debater essa situação.

Eu acho que nós, no Congresso Nacional, precisamos tomar uma providência. Eu ontem conversei com o Ministro José Múcio, falei: “Converse com o Presidente Lula, a gente precisa resolver essas questões dos municípios”. É extremamente grave, tem mais de 30 prefeituras no meu estado que vão fechar as portas, porque não têm dinheiro para pagar os seus servidores. Não vou falar no funcionamento da máquina não; não tem dinheiro para pagar os seus servidores.

Então aí é preciso, a gente volta àquela velha questão, é a questão do pacto federativo, é preciso rever, não é? A questão de responsabilidade, de receita e despesa. Infelizmente isso, isso a gente sabe que é muito difícil, que não se pode fazer isso rapidamente.

Mas a gente, eu queria dizer a V. Exa., como Presidente desta Comissão, que a gente tomasse alguma providência, aproveitando este requerimento para essa minha fala, e eu pensei muito nisso ontem, como não vou poder ficar para usar a Tribuna hoje, estou fazendo aqui, nesta Comissão, porque eu sei que está sendo transmitido pela TV Senado, e gostaria de convocar os nobres pares para que a gente fizesse uma reflexão nessa questão que é extremamente grave, a situação dos municípios, dos pequenos municípios brasileiros, sobretudo.

Sr. Presidente. Muito obrigado e estou amplamente favorável a este requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador João Ribeiro. Sobre o que V. Exa. acaba de afirmar, que eu endosso completamente, eu acho que houve uma certa pressão no sentido de fazer com que setores da economia fossem reativados com vistas à queda na taxa de crescimento e, sobretudo, na questão do desemprego, que estaria causando esta crise internacional, que essa redução do IPI, ela foi muito vantajosa para os estados produtores.

Ou seja, aqueles estados que produzem, Minas, Rio, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, esses estados foram extremamente beneficiados, porque a redução do IPI fez com que eles, que produzem esses, fabricam esses produtos que tiveram a redução da alíquota, pudessem vender mais. E o ICMS desses

estados, e, conseqüentemente, dos seus municípios, é extremamente elevado. A participação do Fundo de Participação dos Municípios nesses estados produtores é muito maior... É muito menor a cota do FPM ou do FPE do que nos estados, nos estados produtores.

Nós, por exemplo, que somos de estados consumidores, essa redução do IPI penalizou terrivelmente, porque o IPI é o resultado de uma cota parte do Imposto de Renda e do FPM e do FPE uma cota parte do Imposto de Renda e do IPI. Então, naturalmente, isso reflete diretamente na arrecadação dos municípios dos estados consumidores. E todos nós sabemos que o FPM ou o FPE dos estados e municípios consumidores constitui uma parcela muito importante, muitas vezes, em alguns municípios, chegam até a 80% da arrecadação geral.

Então, o que eu havia, em conversas, sugerido, alguns meses atrás, fosse que o Presidente da República determinasse que os efeitos dessa redução do IPI não se aplicasse aos estados consumidores, de modo a que não afetasse as suas finanças. O que está ocorrendo hoje, é rigorosamente verdadeiro o que V. Exa. traz aqui a esta Comissão, e alguma coisa deve ser feita e nós iremos tomar uma posição conjunta aqui nesta Comissão.

Um outro problema, com a permissão do Senador Gilberto, um outro problema, em relação às prefeituras, é a questão do chamado CALC(F). Não haverá nenhum programa habitacional com possibilidade de êxito sem que antes nós possamos resolver a situação de inadimplência de mais de 80% dos municípios brasileiros. Então, para se entrar nesse programa habitacional da Caixa Econômica, que é um programa muito bom, lançado recentemente pela Ministra Dilma, é necessário que nós resolvamos, antes, essa questão de como dar oportunidade aos municípios de quitar os seus débitos.

O prazo de 240 meses, e essa foi outra sugestão que eu fiz, é bom para uns municípios e ruim para outros. Porque o FPM ele já é uma, e esse pagamento, dentro desse programa que foi apresentado, desse projeto que foi apresentado, seria descontado já na fonte, não é? Mas a sugestão que eu acredito fosse melhor é que ao invés de se estabelecer um número de meses para o pagamento se estabelecesse um percentual sobre a arrecadação, sobre o FPM. Ou seja, dois por cento sobre a arrecadação, 3%.

Alguns municípios, os mais ricos, teriam condições de quitar com antecedência esses seus, essa sua dívida. Outros demorariam algum tempo maior. Mas o que é importante saber é que quando o município entra nesse programa, ele está assumindo o compromisso também de fazer o pagamento em dia dos im-

postos do mês. E no momento em que nós estamos precisando arrecadar sem impor uma carga tributária maior do que essa extremamente pesada que todos nós estamos suportando, seria facilitar, facilitar para que as prefeituras pudessem pagar uma parcela menor do atrasado com a obrigação de pagar os impostos referentes ao mês em curso.

Essas sugestões serão todas elas, como disse e que aqui foram trazidas por V. Exa., e ao final desse nosso encontro, elas serão conformadas dentro de um documento que os senhores irão determinar como nós faremos e para quem nós deveremos enviar.

Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente, eu acho oportuno e extremamente importante o convite ao Presidente do BNDES. E eu me preocupo hoje, já foi levantado aqui, em outras comissões que nós temos audiências públicas, como a Comissão de Agricultura, sobre a cadeia da carne brasileira.

Frigoríficos estão hoje impedidos de recuperação judicial, municípios inteiros que dependem exclusivamente, às vezes, sua economia da pecuária, outros da suinocultura, outros de aves estão, tanto no Sul do país quanto no Centro-Oeste, estão em sérias dificuldades devido a crise internacional, mercados que foram perdidos, cartas de crédito que os bancos não descontam mais.

Enfim, essas audiências também dizem respeito à crise que se abate nesse setor. E o BNDES, como um importante financiador desses empreendimentos no País, ele tem se retirado também. Financiamentos aprovados e capital de giro foram glosados e, com isso, esses importantes empreendimentos estão em séria situação financeira e não conseguem tocar mais por falta de capital de giro. E está se abatendo em toda a cadeia, não é um caso único. Frigorífico Independência foi o primeiro caso, é uma situação muito difícil de recuperação. E outros estão caindo no mesmo caminho.

Então eu vejo que nós teremos então com o Presidente do BNDES, a oportunidade de avaliarmos toda essa situação e o governo então poder tomar providências nesse sentido de recuperar esse setor. Porque isso aí vai causar um caos no país.

Além disso, eu colocaria outro fator importante, mas que não diz respeito a essa audiência pública, que eu gostaria de colocar também, de requerer e isso eu farei ainda durante essa sessão, de requerer uma audiência pública, da qual participariam o diretor do DNIT, entre outros, motivados por uma avaliação feita pelo próprio diretor Luiz Antonio Pagot, de que obras do PAC, tão importantes nesse contexto desse momento para ativar a economia, reavivar e recuperar

toda a infraestrutura do país, principalmente a rodoviária, estão paralisados, não foram, não foram colocados em execução, por inteira falta de capacidade das empreiteiras, de algumas empreiteiras que ganharam a licitação e que não têm estrutura. E ele considerou a possibilidade de, imediatamente, colocar a segunda, a segunda na ordem da licitação.

Então eu acho que nós precisamos avaliar todo esse contexto. Ele abrir, realmente, convênios inteiros que já foram feitos com prefeituras no estado do Mato Grosso retornaram. Nós sabemos que tem prefeituras que se encontram com recursos financeiros e não conseguem aplicar, porque as empreiteiras não possuem capacidade de execução, não tem estrutura.

Então nós precisamos avaliar o que é que está acontecendo. Porque se fala, se fala, se fala que vai sair obras e nada está andando. Então nós precisamos saber o porque essas obras não iniciam e não conseguem ter efeito de continuidade.

Então eu colocaria já essa solicitação para que no final dessa sessão pudéssemos também aprovar esse requerimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Gilberto. Pela ordem, o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, Senador Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, senhores senadores. Primeiro eu quero parabenizá-lo pela 1ª Sessão da Comissão de Infraestrutura. É uma das mais importantes do Senado Federal que, na última sessão legislativa, foi presidida pelo Senador Marconi Perillo e que V. Exa. vai, com certeza absoluta, dar toda a sua competência para que possa dar continuidade àquele trabalho que vinha sendo feito.

E mesmo V. Exa. tem uma missão bastante importante. É de transformar o PAC que hoje é uma fantasia, em algo que seja real. Então, nós todos aqui estamos imbuídos desse propósito. Comandados por V. Exa., de que nós possamos, realmente, fazer do PAC algo em benefício da sociedade e não um discurso de palanque, o que tem sido, lamentavelmente, até hoje. No meu estado, as obras do PAC não desenvolvem, elas estão praticamente paralisadas, haja vista, os recursos e é fácil, é só verificar pelo SEAF, os recursos que foram despendidos bem aquém daquilo que foi programado.

Então, eu gostaria, nesse objetivo, de auxiliar o governo e sempre comandado por V. Exa., eu gostaria

de pedir a instalação de uma subcomissão de acompanhamento das obras físicas e tanto do aspecto físico quanto financeiro das obras do PAC. Essa subcomissão está aprovada já, foi um requerimento de minha autoria e eu pediria a V. Exa. que, rapidamente, como é da competência de V. Exa., que nós pudéssemos instalá-la para que ela produzisse os efeitos. Vamos com uma Comissão que se pretende formada por 5 membros titulares e igual número de suplentes, que nós possamos, então, acompanhar *pari passu* essas obras da maior importância para o Brasil, principalmente, num momento de crise, que todos nós lamentamos a queda do PIB de quase 4% no último trimestre do ano passado e que esperamos que não continue caindo o PIB nesse primeiro trimestre, o que levará, tecnicamente, o país a uma recessão.

Então, pediria a V. Exa. que pudesse tomar as providências para que a subcomissão pudesse iniciar os seus trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Eu gostaria apenas de sugerir a V. Exa. uma mudança na concepção de como atuar, com o objetivo a que o senhor, V. Exa., se refere. V. Exa. sugere a criação de uma subcomissão, mas ontem--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Já está criada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Ainda não foi...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Ela foi aprovada em... Ela apenas não foi instalada, mas ela foi aprovada em 15/02/2007 e na ordem do dia... Do dia 11 de março de 2009, foi lida no plenário do Senado, a criação da Subcomissão Permanente do Plano de Aceleração do Crescimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Bom, vamos deixar aqui que a Secretaria nos traga.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Eu estou com os documentos em mãos e posso passar à Secretaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Isso, exatamente. Agora eu queria colocar, continuar a minha sugestão, Senador Flexa Ribeiro, e baseado no que ontem assisti na Comissão de Ciência e Tecnologia, presidida por V. Exa., tão bem presidida por V. Exa., em que V. Exa. utilizou uma expressão que eu acho muito mais apropriada e cujo mecanismo é bem mais eficiente, que é a do grupo de trabalho.

Se nós pudéssemos trabalhar aqui, agir aqui dentro da Comissão, sempre com a formação de grupos de trabalho ao invés de subcomissão. E eu lhe digo ainda

mais porque. Porque uma das atribuições da Comissão de Infraestrutura é de realizar diligências.

Por exemplo, V. Exa. no seu estado tem uma obra do PAC que não está de acordo com o cronograma estabelecido para a sua concretização. O senhor pode solicitar uma diligência. E a Comissão tem esse poder de ir *in loco* saber as razões pelas quais a obra não está andando de acordo com o esperado, quais são os gargalos que existem e quais são as soluções que essa comissão de senadores, composta de 2, 3 senadores sugerem para que essa obra avance. Eu acho que isso dará muito mais agilidade e eficiência no nosso trabalho. Já que a Comissão tem sob o seu... Dentre as suas atribuições, como o senhor sabe, conhece bem, inúmeras atividades. E nós precisamos dar vencimento a isso. Então eu queria, depois da resposta aí da Secretaria da Comissão, oferecerá à Presidência desta Comissão...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O que está dizendo a Secretaria é que a Subcomissão Permanente Plano de Aceleração do Crescimento, finalidade, subcomissão permanente destinada a acompanhar a implementação do plano de aceleração de crescimento, esta já está criada, com 7 titulares e 7 suplentes, segundo informa a secretaria e isso confirma o que V. Exa. acabou de dizer.

E, mas independentemente... Isso não há mais o que discutir sobre esse ponto. Mas eu gostaria de deixar como sugestão aquilo que ontem me pareceu extremamente eficiente e correto quando V. Exa. sugeriu criação de grupos de trabalho. Porque tudo o que chegar sobre esse assunto do grupo de trabalho dedicado a isso, vai chegar ao grupo de trabalho e o grupo de trabalho apresenta aqui no plenário e nós, em conjunto, decidimos.

E a segunda coisa, sempre lembrando, que essa Comissão tem o poder e a atribuição específica de acompanhar diligentemente, fazendo diligências, se necessário for, a pedido de qualquer um dos senhores senadores, sobre o andamento das obras em qualquer unidade da federação.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Collor, eu entendo a interpelação de V. Exa., mas o grupo de trabalho que nós criamos, ele tem um objetivo pontual. O grupo de trabalho foi feito na Comissão de Ciência e Tecnologia, foi para que três senadores pudessem fazer um estudo do custo da telefonia em nosso país. A União Internacional de Telefonia, a UIT, ela divulgou na semana anterior uma notícia de que os custos de telefonia em nosso país,

tanto fixa, quanto móvel, são os mais caros do mundo, mais caros do mundo.

Então foi criado esse Grupo de Trabalho por sugestão do Senador Gerson Camata, que será o Coordenador do Grupo, que tem também na sua composição o Senador Casagrande e o Senador Cícero Lucena, para que num curto espaço de tempo pudessem se debruçar nas questões que oneram a telefonia no país e pudessem sugerir alguma ação a nível do Legislativo ou do Executivo, para que nós pudéssemos dar à sociedade brasileira uma, um meio de comunicação mais acessível. Então aí um grupo de trabalho.

No caso dessa Subcomissão, no caso de programa de aceleração de crescimento ou o programa de antecipação da campanha, qualquer um que possa ser admitido, nós vamos ter um trabalho permanente. Permanente. Quer dizer, não é um assunto que se extingue em um ou dois meses. Nós vamos passar toda essa sessão legislativa, tanto de 2009 quanto 2010 acompanhando esse programa e trabalhando no sentido, como sempre digo, com a presidência de V. Exa., para que V. Exa. nos ajude a tornar este programa numa realidade para beneficiar os brasileiros. Então pediria a V. Exa. que nós pudéssemos fazer, realmente, a instalação, que como já foi encaminhada à mesa, ela está aprovada. Só precisa ser instalada e isso é um ato presidencial. Eu pediria só a V. Exa. que assim o fizesse.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente, por favor, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Eu acompanhei, na época, a proposta do nobre Senador Flexa Ribeiro, e à época tinha todos os motivos para ser criada essa subcomissão. Mas, veja bem, hoje, separar somente 7 senadores da Comissão de Infraestrutura para ficar observando diuturnamente o PAC, essa função é da Comissão como um todo. É da Comissão como um todo.

E, veja bem, porque nós temos aqui senadores que representam todos os estados brasileiros, posso ver aqui o Mato Grosso do Sul bem representado, o Mato Grosso, Tocantins, Santa Catarina, Alagoas, quer dizer, Minas, então essa proposta que V. Exa. colocou de quando for necessário, quer dizer, em Belém, no Pará, é necessário fazer uma fiscalização *in loco* da obra, vai ser feito um pedido à Presidência da Comissão e os senadores interessados daquele estado, verificar aquelas obras, iriam lá e verificariam, porque essa é uma função principal, até, dessa Comissão das funções dessa Comissão de Infraestrutura. Então não

veja, agora, que o nobre senador Flexa Ribeiro, me desculpe, mas criar uma subcomissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Permite um aparte, Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Permite, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Eu quero louvar a diligência do nobre líder do PTB, mas, V. Exa., ainda não nos dava o privilégio da companhia aqui no Senado Federal quando esta Comissão foi aprovada, esta subcomissão. E como bem disse o nosso Presidente Collor, essa é uma questão, uma matéria vencida, é uma matéria que está aprovada, já promulgada, vamos dizer assim, e basta que haja um ato presidencial para a sua instalação.

Então eu acho, acho não, tenho certeza, que o Presidente Collor vai fazer a distribuição contemplando todas as regiões do nosso país para que os senadores que irão integrá-la possam, efetivamente, ter uma visão nacional do Programa de Aceleração do Crescimento, que esse é o nosso objetivo.

Evidentemente que num caso particular nós vamos ter as vistas principalmente voltadas para o meu querido estado, que é o estado do Pará. Mas nós somos brasileiros, então queremos que o Brasil também seja contemplado e beneficiada a sua população com esse importante programa do governo do Presidente Lula.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Eu concordo com V. Exa., e eu estava presente quando foi lido em plenário agora em 2009, porque foi aprovada nessa Comissão, quando o Sr. Presidente era o Senador Marconi Perillo do PSDB, do seu partido, em fevereiro de 2007 e não foi instalada durante aquele período todo e sendo lida agora.

Como a instalação cabe ao Sr. Presidente dessa Comissão, a minha sugestão é que todos os senadores da Comissão como um todo participem dessa verificação e não somente 7 senadores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): São 14, 14 senadores.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Que está, matéria vencida a instalação... Que a matéria, a matéria... São 14 com suplentes. 7 são titulares, mas, no caso aí, nós somos 23, que é o total. Quer dizer, é muito pequena a diferença para tirar alguns senadores de participar efetivamente dessa fiscalização também.

Então, seria essas as minhas recomendações e pediria, Senador Flexa Ribeiro, que a gente pudesse voltar a falar sobre isso tendo em vista que agora o senhor vê pelo quórum na primeira reunião marcada logo cedo, o quórum está aqui bastante qualificado, é o interesse que o Brasil está tendo, todos os senadores

estão tendo de fazer um acompanhamento porque a crise é uma crise mundial, está chegando e essa Comissão passa a ter uma importância muito maior, eu acredito que nenhum Senador vai querer ficar de fora de participar e acompanhar e, realmente, ajudar a combater essa crise

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Primeiramente parabenizá-lo pelo projeto apresentado de como funcionará a Comissão de Infraestrutura. Estava aqui cuidadosamente lendo, perfeito, sensacional. Vejo que as pessoas que eram indicadas e aprovadas aqui acabavam não dando uma certa respeitabilidade a essa Comissão, porque era muito rápido, não quero dizer que estivesse errado o processo, nada disso, mas nós estávamos acostumados a ser assim.

V. Exa. cria um ponto e a partir desse momento será da maneira, do projeto apresentado por V. Exa.. O temas também, para a frente, são sensacionais, motivadores, eu acho que essa Comissão vai ter, realmente, uma boa frequência, digamos assim, porque os senadores eles não têm como estar em todos os locais ao mesmo tempo. Então tem que ter aquele assunto que desperte o interesse para que eles estejam presente.

Voltando a situação apresentada pelo ilustre amigo Senador Flexa Ribeiro. Realmente, eu tenho um aparte, Senador Flexa, que eu concordo com o Senador Gim. Primeiro que, se eu for ao Pará para fiscalizar um PAC, eu vou estar completamente perdido naquele estado daquele tamanho. Se V. Exa. for ao Triângulo Mineiro comigo está bem encaminhado. Então, eu acho que o PAC terá que ter, necessariamente, um senador da região, necessariamente, Presidente. Questão de economia, de resultado, de... Para que nós não venhamos a perder tempo. E após a visita, esses senadores farão a apresentação para os demais senadores.

Senador Flexa que está interessado nas obras do PAC, claro, do Pará. Chegando lá, acompanhando um outro senador de outro estado, ele vai chegar aqui na volta e vai apresentar para toda a Comissão como é que estão as obras lá. Nós vamos economizar recursos que nós estamos passando por um momento nesse sentido. Se eu for para lá para o Pará, Senador Flexa, eu vou pegar o barco errado, vou pegar o carro... Vou ficar totalmente perdido no tamanho do estado de V. Exa. Então eu acho que, realmente, o Senador Gim, a diferença da Subcomissão criada, que está criada,

e o total dessa Comissão, não vale a pena. Eu acho que nós poderíamos selecionar, na própria Comissão, olha, obra em Minas. Vou eu, Senador Eliseu e mais um convidado.

Então, não há por que nós gastarmos recursos, mandando senadores que não conhecem bem a região onde está essa obra do PAC. Estou interessadíssimo em acompanhar as obras do PAC em Minas Gerais, ao lado do Senador Eliseu, que sabe tudo de estrada do país, e conhece Minas como ninguém.

Então, pela racionalidade nós teríamos que caminhar na maneira, quer dizer, tenho dois amigos e vou ter que ficar ao lado do Gim, contrariando um pouco o Senador Flexa Ribeiro. Mas V. Exa. irá decidir e, com certeza, saberá qual o caminho que sempre... Pelo menos, este momento, eu tenho visto as decisões maravilhosas que V. Exa. tem tomado. Só isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Presidente, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Flexa, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pois não?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Um minuto só. Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, senhoras e senhores senadores, eu quero fazer, primeiro cumprimentar V. Exa., desta feita já, de fato, comandando os trabalhos desta Comissão e, com certeza, nós nos sentimos orgulhosos, com muita convicção de que V. Exa. vai fazer um trabalho extraordinário, sobretudo, que já inicia muito bem, convocando para às oito e meia da manhã. Eu quero até recomendar que se fosse possível para as 08h00 horas da manhã, ficaria muito melhor, assim o dia renderia muito mais. Entretanto, Sr. Presidente, eu sei que muitas pessoas não... Talvez não vão gostar, mas acho que seria até o ideal.

Entretanto, Sr. Presidente, quando se discute aqui a criação dessa Comissão para fazer avaliação, naturalmente, não só das obras do PAC, essa Comissão tem obrigação de fiscalizar, naturalmente, todas as obras em andamento por esse país. Até porque, Senador Flexa, Senador Gim, na medida que o PAC tem sido anunciado por esses quatro cantos desse país como uma solução.

Todavia, eu particularmente aqui, quero deixar registrado que pelo que estou acompanhando no meu estado do Mato Grosso, me parece que é um estelionato, é uma farsa. Por incrível que pareça, nada está

se realizando no Mato Grosso, diante de tudo aquilo que tem sido falado aqui, anunciado pela imprensa, sobretudo, quando a Ministra Dilma Rousseff esteve nesta Comissão de Infraestrutura aqui, ela teve a precaução, sei lá, até uma forma respeitosa de entregar um *folder* para todos os senadores por regiões e por estado. Particularmente eu recebi em relação a Mato Grosso.

Até agora, Senador João Ribeiro, nenhuma das obras que eu vi naquele *folder*, não realizou nada. Muito pelo contrário, só mentira! E eu estou entendendo que o povo não pode ser tão tapeado, ludibriado, enganado, como está sendo pelo Governo Federal.

Só para exemplificar aqui, a BR-163, sul mato-grossense e V. Exa., como Presidente da República, sabe perfeitamente, uma das reivindicações naquela oportunidade, era a conclusão dessa obra, sobretudo, buscar essa obra integração, Mato Grosso com o estado do Pará. O território mato-grossense que falta apenas 48 quilômetros para nós chegarmos a divisa do Estado do Pará, apenas 6 quilômetros, e a ministra passou aqui já há mais de um ano. O atual Presidente do DNIT e o próprio Ministro Alfredo Nascimento e o Diretor-Geral, Dr. Antonio Luiz Pagot, todos os dias falam que tem bilhões, milhões, 12 bilhões de orçamento do Ministério de transporte e que está fazendo não sei quantos mil quilômetros de asfalto.

Eu acho que a Comissão de Infraestrutura tinha que ter a precaução de dar como prioridade, nós de fato cobrarmos a execução dessas obras, porque dá a entender que esse dinheiro está sendo, sei lá, indo para debaixo do tapete, indo para o esgoto, porque na prática não se vê nada. Então, a Comissão tem um papel preponderante agora de nós irmos cobrar. Porque o orçamento é um orçamento, realmente, fantástico, 10, 12, 15 bilhões, mas na prática não se vê nada.

Então nós temos aqui, Flexa, acima de criarmos essa Comissão, Gim Argello, nós convocamos aqui o Sr. Ministro dos Transportes, junto com o senhor Diretor-Geral do DNIT para vir fazer uma prestação de contas. Porque eu não quero ser aqui, como Senador da República, enganado, ludibriado. Eu acho que nós temos aqui a responsabilidade de fiscalizarmos e vermos na prática o que de concreto está sendo realizado em termos de obra do PAC. Não só na questão de estradas, ferrovias, hidrovia, como também da questão do orçamento. Mato Grosso foi anunciado há pouco tempo atrás, o Presidente foi lá há 8 meses, um ano atrás, anunciou 445 milhões de reais. Até agora não vi nada. Não tem um metro de esgotamento sanitário, um metro de rede de água, só discurso.

Então, nós temos que procurar saber a verdade dos fatos. Se vai acontecer, se não vai acontecer,

que passarmos nós até mesmo como parlamentar, na medida que vamos lá, participamos do evento, anunciamos para os municípios em Mato Grosso as obras que certamente poderiam acontecer e nada nós estamos vendo. Então, Sr. Presidente, antes de concluir, eu quero pedir a V. Exa. que conste aqui, naturalmente, na ata dessa Comissão aqui, da importância que nós temos de convocar aqui o Sr. Ministro do Transporte, o Presidente do DNIT, o Senador Gilberto quer ser signatário, já estou fazendo aqui esse requerimento que eu acho que é permitido regimentalmente, ou se não puder, vou fazer o requerimento daqui a pouco e pedir que venha aqui prestar esclarecimento para que possamos, com certeza, além de criarmos essa subcomissão, buscar... Mas nós sabermos o que, de fato, daqui para frente vai acontecer. Caso contrário, eu quero esclarecer aqui aos ilustres senadores, sei que muitos são da bancada de sustentação do governo, que nada, João, nada está acontecendo no Mato Grosso. Só mentira, não é só na área de pavimentação asfáltica, na questão da guia de transmissão, na questão de esgotamento sanitário. Só balela! E de conversa fiada o povo brasileiro está, com certeza, já está esgotada a sua paciência. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem o Senador Flexa Ribeiro, em seguida o Senador Delcídio e depois o Senador João Tenório.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Collor, senhores senadores, eu muito me espantaria se o meu querido amigo, Senador Wellington Salgado não se posicionasse da forma como o fez. Ele que faz parte da Tropa de Choque do governo Lula. Então, a diferença, Senador Wellington Salgado, é que o PAC, no ano de 2008 ele inexistiu a nível de Brasil. Então o Presidente Collor ao assumir a Comissão de Infraestrutura, sendo da base de apoio do Presidente Lula, ele vai ter, como eu disse --

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Mas eu sou o Presidente da Comissão de Infraestrutura e Comissão de todos os...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Sim, não há dúvida, eu só estou fazendo referência à base de apoio porque V. Exa. será um parceiro do Presidente Lula, como eu disse inicialmente, para colocar em andamento, auxiliar na retirada dos entraves.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Serei um parceiro dos interesses nacionais.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Com certeza, Presidente Collor. E nós, V. Exa. e todos nós

da Comissão de Infraestrutura poderemos auxiliá-lo, mostrando exatamente esses, essas dificuldades, os entraves que possam ser retirados para que o sistema, o programa, possa avançar. Eu também pediria ao Senador Wellington que a sugestão que ele deu à Comissão, de que a Comissão não deveria instalar a subcomissão, o que é regimental, a não ser que se quebre [soa a campainha], se quebre o protocolo, que V. Exa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pediria silêncio, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): V. Exa. não ter gastos pela Subcomissão, deveria dar esse aconselhamento ao governo. Para que no momento de crise também se encerre de vez os “oba-oba”, os... As festividades de lançamento de pedra fundamental de assinatura de edital de obra. Eu nunca tinha visto isso desde que o Brasil foi descoberto. Estou vendo agora a partir desta questão que se antecipa um processo eleitoral que vai ocorrer legalmente a partir de junho do ano que vem, depois das convenções, para mais de um ano de antecipação. Então pediria a V. Exa. que encaminhasse até por escrito, como requerimento dessa Comissão, uma sugestão ao governo para que possa também conter os seus gastos desnecessários e ficar mais atento às necessidades do povo brasileiro muito.

Eu aguardo, Presidente Collor, que V. Exa. com o discernimento e a competência possa fazer a instalação da subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, primeiro parabenizá-lo, desejar aí um trabalho profícuo, competente, com a experiência que V. Exa. tem, à frente da Comissão de Infraestrutura, que eu entendo como uma das comissões mais importantes ao longo desses próximos dois anos, especialmente em função do Programa de Aceleração do Crescimento.

Eu acompanhei com muita atenção as ponderações feitas pelos senadores, mas eu queria fazer um registro importante, no meu ponto de vista, sobre esse debate do PAC. E pegando um pouco carona nas observações do Senador Jayme Campos, eu acho que nós, essa história de ouvir apresentação do PAC que fala sobre tudo, fala sobre todos, fala, não adianta nada isso. Isso é uma coisa mecânica, pouco eficiente e são tantos os temas que nós não conseguimos nos concentrar em coisíssima nenhuma. Então, eu queria sugerir, independentemente da Subcomissão que vai ser efetivada ou não, como disse o Senador Flexa,

mas eu acho que a Comissão de Infraestrutura tem que focar segmentos que serão diretamente impactados pelo PAC.

Por exemplo: energia elétrica – vamos discutir o Madeira, o sistema de transmissão como é que anda, Belo Monte no Pará. Petróleo e gás, vamos discutir o quê? A situação atual, o que a PETROBRAS está investindo em exploração, em produção de óleo, de gás, refino, gasodutos, energia, que pode estar associado no primeiro tópico. Eu, aqui o Senador Jayme sugeriu infraestrutura viária, rodovia ou ferrovia. Importante nós nos fixarmos nesse tema e chamar as pessoas que gerenciam diretamente esses projetos. Para que nós tenhamos qualidade no debate. Porque não adianta vir aqui, apresentar durante duas horas com *Power Point* tudo o que está sendo feito do PAC, entra por aqui e sai por aqui.

Então, vamos discutir temas específicos, reuniões do PAC específicas. No meu ponto de vista, se o senhor me permite, para que a gente qualifique essa discussão na Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Infraestrutura desempenhe o papel que o Congresso e que a sociedade espera dela, quer dizer, como o principal fórum de discussão dos temas relativos à infraestrutura e relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento. Vamos discutir Angra, especificamente. Tão propalada e falada, Angra vai, não vai? Qual é a situação de Angra? A interação com o Ministério do Meio Ambiente, que é fundamental isso. A “bancabilidade” dos projetos.

Então, Sr. Presidente, a minha sugestão, vamos separar por temas e montar um cronograma firme, previamente estabelecido e eu vi a proposta que o senhor apresentou, já muito clara, com encadeamento lógico, com pessoas definidas, de uma forma bem detalhada. Nós precisamos ter essa agenda. Porque nós não podemos perder essa oportunidade de fazer uma grande discussão esse ano, principalmente das obras de infraestrutura que, no meu ponto de vista, nós fomos aí atropelados pela crise financeira, mas a grande discussão do Brasil é infraestrutura, que impacta diretamente o crescimento do país.

Então, eu acho que para a gente, para nós, para que nós tenhamos uma atuação produtiva, nós temos que separar por temas e pegar os gerentes que diretamente são responsáveis por essas áreas. Para eliminar esse tipo de dúvida, começou, não começou, fez, não fez, está na pedra fundamental, não está. Até para que o congresso também ajude onde existem óbices, o Congresso Nacional ajude a resolvê-los. Então, essa é minha sugestão e, mais uma vez, desejar a V. Exa. muito sucesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Delcídio.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Queria fazer uma questão de ordem. Eu queria fazer só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não. Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Uma indagação, o seguinte: sobre o ato número 1 de V. Exa. aqui, que disciplina o processo de aprovação das autoridades no âmbito da Comissão de Infraestrutura. O cidadão que vai ser sabatinado, certamente aqui nessa Comissão, ele vai ter que apresentar, pelo que eu entendi, essa documentação, esses documentos para esta Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Para esta Comissão.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Então eu imagino, Sr. Presidente, que quase ninguém vai ter a primazia, a oportunidade de ser aprovado por essa Comissão. Porque, tendo em vista, de que muitas pessoas que tem sido indicado pelo Poder Executivo para ocupar, principalmente as agências, eu imagino que não terão capacidade de idoneidade suficiente para apresentar essa lista.

Quero cumprimentar V. Exa., com certeza, vão moralizar as indicações por parte do Executivo para que possam ocupar, sobretudo, as presidências das agências. Parabéns a V. Exa.. Louvável meritório o ato de V. Exa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, gostaria de passar a palavra ao Senador João Tenório que já pediu a palavra. Sobre a bancada.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Presidente, só para me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): E também o Senador Efraim, depois do Senador João Tenório, Senador Efraim Morais. Sobre o que falou agora, o Senador Delcídio, os senhores senadores tem, sobre as suas bancadas, dois documentos, um que é um ato que eu proponho aos senhores senadores possa ser aprovado ao final desta sessão, que disciplina o encaminhamento e a aprovação, a sabatina e a aprovação ou não daqueles que vierem a ser indicados a partir de agora para participar das agências reguladoras.

E um outro documento é uma proposta de agenda de trabalhos para esta Comissão. Essa... Que também será submetida aos senhores senadores. O que eu su-

giro nesta agenda é que nós, em duas semanas, porque isso aqui, essa agenda que será uma agenda de audiências públicas, eu imagino e sugiro que nós possamos cumpri-la às terças, quartas e quintas, sempre às 8:30 da manhã. Sugiro alguns nomes da iniciativa privada para que participem dessas audiências. Sempre com, no máximo, 4 expositores, sendo dois defendendo um ponto de vista e dois fazendo contraponto. De modo a que, e essa agenda nós esgotaremos em duas semanas, três semanas, no máximo. Com base nos conhecimentos que eles nos passarão e com base na visão, do parceiro do governo nessa iniciativa, parceria público-privada que está sendo exercida muito dentro das obras do PAC, nós teremos muitas informações e estaremos, talvez mais habilitados para, numa segunda etapa, nós convocarmos autoridades do governo no setor de energia, compartimentando, como V. Exa. bem explicitou, de energia, de rodovia, de aeroportuário e aí nós já teremos este manancial de informações para melhor debatermos os assuntos que aqui serão tratados.

Então essa é a ideia e que, ao final, eu estarei submetendo aos senhores para a apreciação e a aprovação ou não. E os nomes aqui colocados não são nomes que... São nomes sugeridos. São nomes sugeridos. Agora, vossas excelências, poderão também sugerir outros temas, inclusão de algum item que aqui não esteja, num tema determinado. Poderão sugerir também nomes dos debatedores, enfim, isso está inteiramente aberto.

Eu acho que o importante é que nós tomemos uma decisão sobre se faremos essa agenda ou não. Mas fazendo essa agenda, não tenho dúvida que facilitará muito o nosso trabalho. Com a palavra o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL): Sr. Presidente, inicialmente gostaria de registrar a satisfação nossa de tê-lo aqui comandando essa Comissão, sobretudo, pelo fato de ser um alagoano e trará, sem sombra de dúvida, o orgulho para toda a terra, daí a minha referência a essa satisfação.

Eu gostaria de fazer apenas um complemento àquilo que o Senador Jayme Campos colocou. Primeiro, dizer a ele que, a todos, que essa preocupação e essa situação de descrédito no andamento dos projetos do PAC não é uma coisa que acontece só no seu estado, não é privilégio do estado dele.

É uma coisa que acontece, de um modo geral, no país, todos nós que temos uma certa convivência com essas questões, com esses projetos, identificamos claramente um descompasso entre aquilo que foi aprovado e aquilo que está acontecendo. Mas uma coisa, Presidente, me preocupa mais do que tudo isso, é o

seguinte, nós estamos tendo uma performance, uma performance do PAC muito aquém do desejado, muito aquém do esperado num momento de bonança, até agora. Então, até o momento nós tivemos as contas públicas ainda estão todas favoráveis, agora que começam a dar os primeiros sinais de deterioração forte em função da queda da atividade econômica brasileira pouco prevista, mal prevista ou não prevista pelo Governo e tanto foi isso [soa a campainha], e tanto foi isso que não houve nenhuma modificação nos orçamentos do governo, isso é bom que se diga.

E a minha preocupação, então, é que na hora do aperto, Presidente, se corte exatamente aonde não deveria se cortar, que era nos projetos de infraestrutura, que era no projeto, sobretudo, que estão protegidos por esse guarda-chuva do PAC. Então, a minha preocupação é que essa situação, o agravamento da situação financeira do país que inexoravelmente acontecerá, não é possível que nenhum país passe ao largo dessa crise, do tamanho que ela está se instalando, se instalou e está se instalando. Basta ver o noticiário noturno aí, o que acontece nos países, o sistema financeiro internacional, do sistema das grandes empresas internacionais, todas elas demitindo e ameaçando moratória.

Então é uma situação muito grave, e a situação, evidentemente, que já atinge e vai atingir com muito mais intensidade a vida brasileira. E isso, sem sombra de dúvida, vai afetar nas contas públicas. E o meu receio é o que governo, mais uma vez, resolva cortar aonde não deveria, ou seja, nos seus investimentos e, sobretudo, nos investimentos que estão, digamos assim, carimbados com o nome de PAC.

Então, uma sugestão, Presidente, é que essa Comissão se dedicasse, sobretudo e fortemente, num policiamento junto às entidades governamentais, sobretudo essas que lidam com as áreas de orçamento, as áreas dos recursos públicos, no sentido de que, no sentido de que não haja este, digamos assim, desvio de atividade, desvio de corte, daquelas coisas que poderão ser cortadas de fato e daquilo que não deveria ser cortado de fato que é o caso das obras de infraestrutura, que fará com que esse país saia mais rapidamente na frente de uma crise que está instalada e vai se aprofundar, sem sombra de dúvida.

Então, que esta Comissão exerça, sobretudo, esse tipo de policiamento, junto a estes órgãos do Governo, no sentido de dizer corte, corte do custeio, corte de qualquer outra coisa, menos daquele dos investimentos de infraestrutura, que serão indispensáveis para que o país saia mais rapidamente da crise que se instalou e se vai gravar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu registro com satisfação a presença do Senador Marconi Perillo, primeiro Vice-Presidente da Casa e ex-Presidente da Comissão de infraestrutura e membro efetivo desta Comissão. Seja bem-vindo. Então, passamos a apreciação do requerimento do Senador.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Inácio Arruda.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Eu havia pedido a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Ah, desculpe. Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Agradeço a V. Exa. e, inicialmente, parabéns V. Exa. pela eleição como Presidente dessa Comissão. Sem dúvida, os nossos companheiros já colocaram a importância dela, principalmente nesse momento. Desejando um total sucesso ao trabalho de V. Exa. que, com certeza, contará com o apoio de todos nós para que possamos desenvolver esse trabalho, o trabalho principal do Poder Legislativo, o trabalho de fiscalizar e eu entendo que esse é o grande caminho que nós temos ao tomarmos conhecimento do que está acontecendo com a infraestrutura do nosso país.

Eu queria, inclusive, sugerir a V. Exa. e aos demais senadores e senadoras desta Comissão, no dia de ontem, nós apresentamos na Comissão de Assuntos Sociais, a CAS, um requerimento que foi aprovado convidando o Ministro das Cidades, Márcio Fortes, para explicar exatamente uma questão de infraestrutura, a devolução de 57 milhões de dólares que estavam destinados para o projeto PAS, ou seja, para saneamento. E esse recurso havia sido feito empréstimo ao Banco Interamericano, o BID, e o governo resolveu devolver esse recurso após 4 anos, mais ou menos, 4 a 5 anos que havia sido feito o empréstimo.

Inicialmente seriam beneficiados 129 cidades, baixaram para 6 cidades, só iniciaram uma única obra nesses 4 anos e resolveram, depois de pagar mais de 2 milhões de juros de compromisso, o Governo Federal, o governo do Presidente Lula, resolve devolver esse dinheiro ao BID.

Ao mesmo tempo em que nós também convidamos o Ministro para que ele explicasse por que há tanta euforia no lançamento de casas populares e o Governo, no orçamento de 2008, devolveu mais de 200 milhões de reais para a construção de casas populares. Por isso, o que eu sugeri a V. Exa., já que está aprovado a vinda do ministro, que pudéssemos

fazer uma reunião conjunta entre esta Comissão e a Comissão de Assuntos Sociais.

Porque nós temos que aproveitar também a disponibilidade da agenda dos senhores Ministros. Nós sabemos que é importante a vinda do Ministro Márcio Fortes, porque ele vai ter a oportunidade de explicar essa decisão e seria justo, já que tratamos da nossa Comissão de Infraestrutura, que fôssemos buscar do Ministro essas razões.

É uma sugestão que deixo e coloco em termos, inclusive, de um requerimento para que nós possamos, vou formalizar esse requerimento para que nós possamos, numa Comissão Conjunta, se não toda a Comissão, mas pelo menos uma representação desta Comissão junto aos membros da CAS.

Essa é a sugestão, desejando a V. Exa. mais uma vez sucesso total no trabalho que inicia. E só um adendo, concordando em número, gênero e grau com a posição do Senador Delcídio, nós não podemos trazer aqui Ministros, nem autoridades para passar duas horas com uma transparência, deixando cansado, inclusive, a própria imprensa, os que aqui se encontram, a todos nós para que nos final se tenha direito a fazer uma ou duas perguntas. Eu acho que o tema tem que ser definido, exclusivo, para que nós possamos, realmente, tirar as dúvidas não só nossa, mas de toda a sociedade brasileira em relação a um projeto que se propaga tanto e não anda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito bem, Senador Delcídio. Bom, vamos concluir então a apreciação do requerimento do Senador Inácio Arruda. Terminou a discussão, em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o requerimento do Senador Inácio Arruda, que trata do convite ao Presidente do BNDES para uma sessão conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais e Assuntos Econômicos.

Eu, na mesa aqui, alguns requerimentos feitos já com base nas discussões hoje iniciadas aqui na Comissão. Tem um subscrito pelo Senador Gilberto Goellner e por diversos senadores, que pede uma audiência pública com o Senador e Ministro Alfredo do Nascimento, dos Transportes. Um outro, agora, que acabou de ser feito verbalmente, mas que estará sendo formalizado em minutos, pelo Senador Efraim Morais.

E o que eu sugiro, não é, é que esses convites possam ser feitos depois de nós realizarmos esta agenda com a iniciativa privada e até com integrantes, ex-integrantes do Governo e que têm uma visão sobre este assunto para que nós possamos ter conhecimento do outro lado, do outro lado do balcão, daqueles que estão do outro lado do balcão. E que podem nos dar informações valiosas para subsidiar as discussões e

o debate que aqui se travará, com os Ministros que estarão sendo convocados ou convidados para participar de audiências públicas.

Eu acho que se nós agirmos assim estaríamos sem perda de tempo, nós estaríamos agindo de conformidade com o interesse dos senhores senadores que apresentaram os presentes requerimentos que vou colocar já agora em votação.

Em votação o requerimento subscrito pelo Senador Gilberto Goellner e demais senadores que apuseram sua assinatura neste requerimento, baseado nos seguintes termos: *“Requeiro, nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso I, do Regimento do Senado Federal, que seja realizada no âmbito dessa Comissão audiência pública com o Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, Ministro dos Transportes para contribuir com informações sobre a contratação e execução das obras do PAC”*. Em discussão. Em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Mais dois requerimentos. Um de autoria da Senadora Ideli Salvatti: *“Nos termos regimentais e tendo em vista a aprovação de Requerimento de igual teor na CAE, requeiro seja convidado o Presidente da PETROBRAS, José Sérgio Gabrielli para, em audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e Comissão de Assuntos Econômicos, discorrer sobre o planejamento estratégico da PETROBRAS e seu plano de negócios para o período 2009-2013”*. Coloco o requerimento em discussão. Quem não queira, como não há nenhum senador, senhor senador que queira discutir, coloco em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

O outro requerimento de autoria... Não, esse é um requerimento de minha autoria, mas que está...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não, imagina, oito e meia. Os senadores madrugadores aqui são poucos. [risos].

O Senador Inácio Arruda, foi aprovado já os dois requerimentos de V. Exa. Não havendo mais requerimentos sobre--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Presidente, Presidente, desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Presidente, eu queria apenas dar uma sugestão para V. Exa. Eu era prefeitinho quando V. Exa. foi Presidente da República. E o senhor transmitiu muita autoridade

aos prefeitos, austeridade e autoridade. Logo após, eu cheguei ao Governo do Estado. E recebi uma Comissão, não vou inventar a roda, de senadores para visitar as obras inacabadas do Piauí. Eu acho que foi o fato mais importante do meu governo. Inclusive, a primeira obra que eu inaugurei era que V. Exa. já tinha feito o aeroporto em Piracuruca. Então, como é cidade próxima da minha que tinha sido Prefeito, se V. Exa. já tinha ajeitado o aeroporto, a obra estava próxima. Foi a primeira que eu fui, para uma barragem em Piracuruca.

Olha, eu vi, e eu tomei conhecimento das inacabadas. Na minha primeira audiência com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha esses planos. Ele: “Não, não quero, não. Eu só quero sua ajuda para terminar as obras inacabadas”.

Poucos dias, nós inaugurávamos essa barragem que V. Exa. chegou a marcar, a fazer o aeroporto asfaltado de Piracuruca. E eu vou contar, a bem da verdade, eu ganhei foi inimizade, de deputados, porque não era para acabar, era para todo ano botar aquilo verba no orçamento, com construtoras. Aí eu comecei a entender o mundo político.

Posso falar? Então, a ponte de Teresina a Timon, estava dezenas de anos. Então foi essa Comissão que me advertiu. Aí todo o apoio que eu pedi a sua Excelência, o Presidente Fernando Cardoso, era terminar as obras inacabadas. Eram dezenas. E ontem, eu meditando sobre o Piauí, eu encontrei 20 obras inacabadas, federais.

Então, eu gostaria que V. Exa. não, estou inventando a roda, eu usufruí desse benefício. Eu me lembro bem que um dos senadores era o Senador Edison Lobão que hoje é Ministro. E isso foi muito importante. Ontem eu fiz uma reflexão sobre obras inacabadas no Piauí, federais, anuncia-se, cacareja milhões de obras, mas tem 20 obras federais inacabadas.

Então, V. Exa., como no passado esse Senado foi importante, determinar uma Comissão para detectarmos as obras inacabadas nesse país. É uma sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa, o art. 90 do Regimento Interno trata das competências das comissões. E essa Comissão de Infraestrutura, dentre as suas competências, tem a de realizar diligência. Diligência. Ou seja, se V. Exa. desejar realizar uma diligência específica no estado “X” sobre as obras em andamento que ali estão sendo realizadas pelo Governo Federal, V. Exa. pode solicitar e pode fazer essa diligência junto com mais uns dois senadores, por exemplo.

Mas eu acabo de receber também um comunicado da Ministra Dilma Roussef, em que ela diz que já

está em preparação e estará enviando aos senhores senadores desta Comissão uma avaliação e um retrato, melhor dizendo, um retrato das obras do PAC que estão sendo realizadas, em que estágio se encontram--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Presidente, um instante, eu não me refiro do PAC, não do Governo Federal inacabadas. Do Piauí eu lhe entrego 20 já, já.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeito, então daqui a pouco, deixa eu só terminar essa minha linha de raciocínio porque foi o comunicado que recebi agora.

Então, que ela estará enviando, nas próximas semanas, na próxima semana ou dentro de mais 15 dias, no máximo, já está concluindo esse trabalho, uma avaliação do andamento dessas obras do PAC, em que estágio se encontram, os atrasos que estejam, porventura, ocorrendo, por que esses atrasos estão se dando e também aquelas obras que estão além do cronograma, acima do que era a expectativa inicial do Governo, quando do início do Programa de Aceleração do Crescimento.

Em relação ao que falou o Senador Mão Santa, essa é uma realidade, nós todos sabemos que existem inúmeras obras inacabadas em todo o Brasil. É um desperdício enorme de recursos públicos e tramita nesta--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Permita só um exemplo, um quadro vale 10 do que houve que falado. O porto do Piauí, Luiz Corrêa, começou por Epiácio Pessoa em 1918. Tem uma ponte que estão fazendo lá, o Governo Federal, eu fiz uma ponte no mesmo rio em 87 dias, o Heráclito fez em 100, está mais de 8 anos parada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É. Isso aí seria necessário nós fazermos um acervo com o pedido de informações a cada um dos Ministérios das obras que estão inacabadas e que, certamente, os Ministérios terão no seu portfólio. E que possaser enviados a cada um dos senadores que participam desta Comissão para que nós então deliberemos sobre que ações a Comissão deverá tomar e adotar. Com a palavra o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foi realizada uma CPI de obras inacabadas, que já dispõe de um vasto acervo que nós poderíamos começar por ele.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E dali você examina daquelas, naquele período que estavam inacabadas e que foram concluídas. Tenho a impressão

que nos últimos 6 anos já diminuiu uma boa parte. E atualizamos o acervo. Porque já há um trabalho que foi desenvolvido numa Comissão, inclusive, Mista, que nós podemos aproveitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, muito obrigado pela contribuição que o Senador Inácio Arruda traz. Então os resultados da CPI a que ele se refere de obras inacabadas teve o seu relatório. Esse relatório final foi, sem dúvida, enviado a cada um dos Ministérios que foram ali citados por ocasião da realização da CPI e os Ministérios agora poderão atualizá-los, segundo o Senador Inácio Arruda porque grande parte dessas obras que estavam inacabadas à época em que foi realizada a CPI, hoje algumas já estão, inclusive, concluídas.

Então, caso os senhores aprovem, esta Comissão, a Presidência desta Comissão enviará a cada um desses Ministérios e a cada um dos Ministros para que nos informe o estágio em que se encontram as obras inacabadas apontadas por ocasião da CPI e aquelas que não foram, aquelas as quais não foram dadas as continuidades devidas, que nos informem os motivos do porque, para que nós possamos analisar e avaliar.

Há expediente sobre a mesa. Da Sra. Presidente da Confederação Nacional de Agricultura, Senadora Kátia Abreu, vazado nos seguintes termos: *“Assunto: convite para participar de reunião sobre infraestrutura e logística na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil. Convidamos o Sr. Senador e demais membros dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura para participar de reunião, seguida de jantar, no próximo dia 25 de março, às 19h30 horas, na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, quando apresentaremos as propostas do setor agropecuário relacionadas a infraestrutura e a logística nacionais. Respeitosamente, assinado Senadora Kátia Abreu, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil”*.

Este é um convite que a senadora faz a todos os membros desta Comissão. E agradeço a Senadora e Presidente da CNA, a gentileza de convidar os integrantes desta Comissão a participar deste encontro, que eu julgo muito importante naquela linha, não é, de nós conhecermos a visão, que há, por exemplo, na área da agricultura e da agropecuária, em geral, da agroindústria e da programação que eles têm, da visão que tem e da logística que eles estão operacionalizando para atingir os objetivos, sobretudo, no atingimento das metas das safras para este ano. Então, o agradecimento à senadora, e eu convido e reforço o convite para que todos nós possamos estar presentes a esse encontro no próximo dia 25 de março, às 19h30. Eu

pediria para que fosse distribuído cópia, distribuído cópia desse ofício-convite a todos os senhores membros desta Comissão.

Passo agora à leitura do aviso do Tribunal de Contas da União número 176, datado de 19 de fevereiro do corrente ano, encaminhado a esta Comissão e que ficará à disposição dos senhores e senhoras senadoras e suas assessorias, em sua íntegra na Secretaria, para as consultas que se fizerem necessárias:

“Sr. Presidente, encaminho a V. Exa., para conhecimento, cópia do despacho exarado em 10 de fevereiro de 2009 pelo Ministro Othon Alencar Rodrigues, relator do processo número TC 027077/2006-4, que trata de representação acerca de supostas irregularidades ocorridas na concorrência 13/1998-SSR/MC, que teve por objeto a outorga de permissões para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada para diversas localidades do estado de Minas Gerais. Atenciosamente, Ubiratan Aguiar, Presidente”. Portanto, ficará à disposição das senhoras e senhores senadores e suas assessorias na sua íntegra, que aqui está apensada, para as consultas que se fizerem necessárias.

Continuando a agenda de hoje... Desculpe. De comunicado. Que estão aqui.

Os senhores têm também em suas bancadas o ato que esta Presidência propõe e leva à consideração e votação dos senhores membros desta Comissão, que é o ato número 1 de 2009, da Comissão de Infraestrutura que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura. E passo a ler a íntegra deste ato:

“A Comissão de serviços de Infraestrutura do Senado Federal resolve:

[soa a campanha]

Art. 1º: As autoridades deverão ser submetidas a arguição desta Comissão nos termos da lei, conforme disciplina o art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, mediante o atendimento das seguintes exigências:

I. apresentação de ‘Curriculum Vitae’ de que constem: a) as atividades profissionais exercidas pelo indicado, com a discriminação dos referidos períodos; b) a relação das publicações de sua autoria com as referências bibliográficas que permitam a sua recuperação.

II. apresentação de declaração do indicado: a) A: de que existem parentes seus que exerçam, exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à sua atividade profissional com a discriminação dos referidos períodos; b) de que ele participa ou participou como sócio, proprietário ou gerente

de empresas ou entidades não-governamentais com a discriminação dos referidos períodos; c) de regularização fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal; d) de ações judiciais, seja como autor ou réu, com indicação atualizada da tramitação processual; e) de conselho de administração de empresas estatais ou de direção de agências reguladoras nas quais tenha atuado nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano em que se deu a sua indicação.

III. argumentação escrita, apresentada de forma sucinta, em que o indicado demonstre ter experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade.

§1º: A resposta negativa às hipóteses previstas nas alíneas a, b, d e e do inciso II, do art. 1º, deverá ser declarada por escrito.

§2º: A declaração de que trata a alínea c, do inciso II do art. 1º, deverá ser acompanhada de documentação comprobatória emitida pelos órgãos competentes.

Art. 2º: A avaliação do indicado será feita em duas etapas: a) na primeira etapa o relator apresentará o relatório à Comissão com recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais; b) na primeira etapa, o relator poderá discutir com os membros da Comissão o conteúdo das questões que serão formuladas ao indicado; c) na segunda etapa, o indicado será submetido a arguição dos membros da Comissão e, em seguida, o relatório será votado.

§1º: Não será exigida a presença do indicado na primeira etapa.

§2º: Será concedida, automaticamente, vista coletiva após a apresentação e discussão do relatório na primeira etapa. Haverá um intervalo máximo de duas sessões entre a primeira e a segunda etapa.

Art. 3º: Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

“Sala da Comissão, 12 de março de 2009”, assina a Presidência desta Comissão.

Gostaria de colocar em discussão o presente ato. Não havendo quem queira... Com a palavra, o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): [interrupção no áudio] muito e positivamente os trabalhos de uma Comissão específica do Senado. Estou observando os procedimentos, a atividade, as iniciativas dos vários integrantes dessa Comissão. Temos uma pauta

até interessante hoje ainda para discutir e votar. E isso é a preliminar do que vai ocorrer ao longo desses anos. Ao longo desse ano.

Eu tenho só uma observação para fazer a V. Exa.. Que vários senadores fazem parte de mais de uma comissão, dessa e de outras e que, necessariamente, tem que se deslocar daqui para outras comissões. Eu acho que importantíssimo seria se pudéssemos, nos seus trabalhos da Comissão, inverter a pauta no sentido de votar aquilo que tem que ser votado. Isso é uma sugestão apenas.

Segundo, sobre esse assunto, a apreciação de autoridade, eu indago de V. Exa., é uma curiosidade natural, quantas autoridades necessariamente terão que ser submetidas a esta Comissão, durante um ano?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Cerca de umas 50, 60 autoridades.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Tudo isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Tudo isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Porque nós temos 11 agências reguladoras, cada uma dessas agências, dependendo, tem de 10 a 15 membros. Nós, aqui, por exemplo, já na Comissão, nós temos, para serem votados, indicações de dois ou três...

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Integrantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Dois ou três integrantes de agências reguladoras.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): É interessante as exigências ou as formulações aqui contidas. E apenas, eu não tenho dúvida de que vários candidatos poderão cumprir essas exigências e, seguramente alguns talvez estejam impossibilitados de cumprir. Mas são úteis, são oportunas e desde já eu adianto o meu voto aqui que é favorável a isto. Era só, porque...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Em discussão ainda, Senador Romeu Tuma, por favor, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP): Queria pedir licença para usar da palavra apesar de não pertencer a essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O senhor honra a qualquer Comissão a que o senhor compareça, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB – SP): Muito obrigado. Eu queria cumprimentar o Senador Marconi Perillo pela sua gestão anterior a V. Exa., o Vice-Presidente, o nosso companheiro, amigo e ex-Ministro que tão bem representa nesta Comissão tão importante, mas mais, quero me dirigir a V. Exa., pela dignidade, pela coragem e por ter enfrentado uma eleição, o que dá a dignidade a função que V. Exa. vai exercer daqui até o final do seu mandato.

Não poderia deixar de comparecer não só por ser companheiro de partido, mas por ter trabalhado com V. Exa. durante a sua gestão na Presidência da República, de quem eu ganhei a confiança e pude, sem dúvida nenhuma, durante o longo tempo Presidente Sarney, como V. Exa. me projetar e isto me trouxe a esta Casa por duas vezes.

Quero dizer e pedir a Deus que lhe toda a orientação e sabedoria para que esta Comissão possa, realmente, trazer ao Congresso Brasileiro boas luzes em benefício da sociedade brasileira.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Tuma, pelas suas palavras. Com a palavra o Presidente Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Presidente Fernando Collor, senhoras e senhores senadores. Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentá-lo pela ascensão à Presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado. Em Segundo lugar, eu gostaria de dizer que me sinto honrado em ser substituído por V. Exa..

V. Exa. venceu uma eleição legítima, democrática na semana passada. Demonstra já ao presidir a primeira sessão, além da maturidade alcançada ao longo desses últimos anos, V. Exa. também demonstra, ao apresentar este ato, esta agenda, experiência acumulada.

Eu tive o orgulho de presidir esta Comissão por dois anos, coadjuvado pelo Senador Delcídio Amaral. Tivemos aqui uma agenda extensa e V. Exa. participou também dessa Comissão. Mas não há dúvida de que V. Exa. traz avanços já nesta primeira reunião. Esse Ato nº 1 que disciplina o processo de aprovação das autoridades no âmbito desta Comissão, certamente, é um ato importante. Eu julgo que ele será um divisor de águas e, por isso, ele terá o meu apoio irrestrito.

Em segundo lugar, a agenda trazida por V. Exa. para as próximas semanas também é uma agenda de forte conteúdo. Especialmente num momento de crise.

Eu apenas sugiro a V. Exa. discutir com a Secretaria da Comissão, por sinal muito competente e dedicada, em relação a possibilidade de conseguirmos levar a cabo esta agenda, porque ela é extensa. E de um excelente conteúdo, repito.

E também conciliar as atividades dos Senadores em relação às outras comissões. Talvez a única sugestão que eu devesse fazer aqui seria esta. Talvez se V. Exa. tiver como estender um pouco mais a Comissão poderá ter um ganho ainda maior do ponto de vista de qualidade das audiências e do que nós vamos extrair destas audiências.

E, por último, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que requisitasse as fitas e as informações relativas ao Simpósio que eu e o Senador Delcídio realizamos no final do ano passado, já no final da nossa gestão. Nós, durante dois dias, trouxemos todos os Presidentes de agências reguladoras, especialistas em todas as áreas da infraestrutura brasileira, vamos, inclusive, realizar uma publicação, quer em CD, quer em livro também, vamos colocar em CDs, como uma contribuição para o Brasil e, principalmente, para a continuidade dos trabalhos dessa Comissão de Infraestrutura.

Para a agenda que está sendo apresentada, certamente, este Simpósio já terá alguma valia. Esta é uma contribuição que nós procuramos deixar como legado. Eu, Senador Delcídio e os demais integrantes da Comissão, ao Brasil e à Comissão de Serviço de Infraestrutura do Senado.

De resto, eu gostaria de agradecer aos senadores que comigo compartilharam os dois anos aqui como Presidente da Comissão e, principalmente, cumprimentar a competente Secretaria que demonstrou nesse período a sua, a sua eficiência no auxílio aos nossos trabalhos.

Parabéns, Presidente, Fernando Collor. Seja feliz. Eu estarei aqui como um simples integrante da Comissão colaborando no debate e também na apresentação de projetos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado ao Presidente Marconi Perillo, pelas palavras generosas que pronunciou. E na parte técnica, após a discussão e votação desse Ato nº 1, eu tratarei das sugestões aqui trazidas pelo Sr. Presidente Marconi Perillo.

Continua em discussão, o ato número um. Em votação, aqueles que estiverem de acordo permanecem como estão. Aprovado.

O último ato antes de entrarmos na pauta que hoje não está tão extensa, são apenas dois itens, eu gostaria de tratar da agenda da Comissão sugerida por esta Presidência e, naturalmente, tendo ouvido

já diversos comentários e sugestões feitas e a última delas pelo Presidente Marconi Perillo.

Eu gostaria, se os senhores concordarem, nós colocarmos em votação o escopo desta iniciativa de formularmos esta agenda. Sendo isso aprovado, eu gostaria de constituir uma comissão de 3 senadores que ficariam, então, responsáveis de fazer a adequação dessa agenda, recebendo opiniões e colaboração dos diversos senadores, senhores senadores que fazem parte desta Comissão, para que, então, já na próxima reunião, possamos apresentar, em caráter definitivo, o itinerário que a Comissão deverá cumprir. Porque realmente eu comprimi essa discussão em no máximo três semanas.

E essa comissão dirá, ouvindo, como disse, os senhores senadores, se esse tempo está muito curto, e se elastecer também demais esse tempo para a realização da audiência, dessas audiências públicas, se isso não atrapalhará, se os temas estão colocados na ordem certa ou se tem um que deva ser colocado antes do outro, se os nomes aqui sugeridos são, estão de acordo, tendo sempre em vista que para melhor andamento dos trabalhos, nós deveremos estabelecer, no máximo, 4 debatedores por cada audiência pública, e, obrigatoriamente, obrigatoriamente, não sei se seria a palavra correta, mas, de preferência, que desses 4 debatedores, dois defendessem um ponto de vista e os outros dois fizessem um contraponto.

Então eu gostaria de colocar em votação o escopo desta agenda proposta para os nossos trabalhos futuros neste primeiro semestre, nesta Sessão Legislativa da Comissão de Infraestrutura.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Em discussão, o Senador Inácio Arruda com a palavra.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu estou absolutamente de acordo. Acho que devemos buscar o acervo do Simpósio que foi realizado, que foi muito interessante, um debate muito pertinente. E examinar, porque nós estamos, já temos o temário, mas temos também os nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Como sugestão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Como sugestão, mas sempre quando nós pomos um nome por sugestão, se nós já aprovamos, ele já é difundido, já é publicado e todo mundo já fica em alerta que aquela pessoa vai participar, está certo. Não sei se seria mais adequado...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sugira.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Talvez seria melhor nós aprovarmos todo o temário com as mesas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Certo.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E deixamos um pouco em aberto essa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Isso como sugestão, poderemos acrescentar ou deixar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tudo bem, porque eu vislumbro a necessidade, já olhando aqui os painéis, de nós agregarmos o conhecimento vasto que nós temos de intelectuais e gente do povo em muitas outras regiões do Brasil, que a gente precisa agregar, para não ficar uma visão de uma região só em relação ao desenvolvimento do Brasil. O Brasil é muito grande, V. Exa., eu estou, não pode se ensinar o padre nosso a Vigário nunca... V. Exa. conhece o nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não, por favor.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu acho que nós precisamos agregar essa capacidade, essa inteligência do Brasil, que não está apenas em capitais, não está só em uma região, está nesse interior, nesse Brasil profundo que nós temos e que nós precisamos colocar nesse esforço que V. Exa. quer fazer, que eu entendo também que responde a situação atual que nós vivemos no mundo e no Brasil.

Acho que talvez nós deixarmos em aberto, os nomes são sugestões apenas, para não ficar aquela ideia de que a pessoa já saiu o nome dele aqui, então ele já se considerou convidado e se nós retirarmos, porque precisamos adequar as Mesas, porque às vezes não dá para colocar 8, 9, 10 pessoas numa Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Claro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque se já sai o nome, eu digo, a pessoa já fica naquela ideia de que ela é convidada e se ela é retirada por conta de uma adequação que eu preciso colocar em uma determinada Mesa alguém do Estado do Amazonas, do Pará e da Região Amazônica, a pessoa se sente, digamos assim, há um constrangimento para a pessoa que foi indicada. Talvez fosse o caso da gente não colocar os nomes agora. A gente, prepararmos as Mesas um pouco mais em conjunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Concorro plenamente com a observação de V. Exa. e a intenção foi exatamente essa, de colocar aqui uma sugestão de nomes que poderiam, na próxima sessão, na próxima reunião,

ser aprovados por esta Comissão. Sempre tendo em vista que os nomes, essa é a minha visão, não sei se correta, mas que os nomes escolhidos fossem nomes que tivessem uma visão global de país, que tivessem uma experiência acadêmica alentada e que pudesse falar sobre o tema com proficiência.

E isso nós encontramos no mundo acadêmico ou no mundo daqueles que, hoje, estão na iniciativa privada e que já passaram por órgãos governamentais e que estão hoje se dedicando a setores específicos da economia, e com que objetivo esse debate? De nós, como disse anteriormente, de subsidiar-mo-nos de informações daqueles que estão, no dizer popular “do outro lado do balcão”, porque são da iniciativa privada, do mundo acadêmico e nós que somos da área política, para que nós possamos, logo em seguida, darmos sequência à aprovação que hoje foi aqui realizada e outras que serão feitas, de nomes do Governo para aqui debaterem conosco assuntos do interesse nacional.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, para melhorar minhas sugestão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): V. Exa. desse um prazo a todos os senadores, digamos até segunda-feira ou terça, quem quiser e tiver interesse em indicar nome de pessoas, de regiões ou de reconhecido conhecimento naquela área específica, que indique o nome para a Presidência da Comissão e V. Exa., então, monta a agenda já com os nomes oferecidos pelos senadores.

E no caso da agilidade, eu bebo na experiência do nosso ex-Vice Presidente, porque ele fez aqui uma subcomissão que tratou das agências, marco regulatório, e ele fez o seguinte: “A reunião é segunda-feira, às 18h00 ou é 16h00. Os senadores que puderem comparecer, compareçam, porque eu estarei aqui para presidir a subcomissão e com os convidados”, e resultou em êxito do trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Êxito. Então, porque se a gente for ver a agenda de cada um, V. Exa. não vai realizar esse trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É verdade. Bom, é exatamente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Permite ainda, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu vejo que a análise, a apresentação, aliás, que foi feita de alguns nomes, de alguns setores, teria que ser, teria que ser um pouco mais detalhado, o motivo da escolha, porque eu estou vendo aqui no painel: energia, painel dois, petróleo, etanol e biocombustíveis, falar sobre diferenciais estratégicos.

Eu não vi ninguém aqui dos três elencados que estivesse ligado diretamente a área, por exemplo, de biocombustíveis. Que é um assunto super importante, que são mais técnicos de área acadêmica, com exceção do primeiro que é muito conhecido, é um físico Rogério César Cerqueira Leite, mas os dois seguintes são engenheiros técnicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Desculpe interrompê-lo aqui, Senador, mas aqui na página dois, tem aqui painel um, recursos energéticos e desafios estratégicos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

É o dois, painel dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Painel dois, petróleo, etanol e biocombustíveis, diferenciais estratégicos. Os nomes sugeridos aqui. Essa senhora, a professora Angela Uller, ela tem uma experiência.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu já ouvi falar dela em biocombustíveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Formidável nessa área, formidável. Bom, mas isso é... Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Acho que essa oportunidade de se colocar sugestões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Isso que eu gostaria de colocar,

com base no que o Senador Gilberto Goellner acaba de falar, o Senador Inácio Arruda e outros senhores e senhoras senadoras. Então, que nós colocássemos em votação apenas o escopo desta agenda. Os nomes ficam meramente como sugestão e eu gostaria de, sendo, vindo a ser aprovado pelo plenário, de constituir uma comissão comandada pelo Senador Delcídio Amaral, uma Comissão de três senadores, o Senador Delcídio Amaral, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Gim Argello, para que essa comissão fizesse, colhesse todas as sugestões que aqui foram feitas e realizasse então uma agenda definitiva, inclusive, com os nomes daqueles que virão a ser convidados por esta Comissão

para participarem dos diversos painéis e audiências públicas que nós realizaremos.

Eu apenas pediria à Comissão e ao Presidente desse, de Grupo de Trabalho, que isso fosse feito o quanto antes, para que nós apresentássemos já na próxima quinta-feira e que levássemos em conta também, Senador Delcídio, esse seu estilo que deu certo como disse o Senador Inácio Arruda, de nós fazermos essas nossas reuniões às oito, oito e meia da manhã, terças, quartas e quintas, para darmos vencimento, tendo em vista que a crise que já se instalou no nosso país, exige uma resposta e uma resposta desta Comissão e um acompanhamento e uma fiscalização ainda mais agudos do que aqueles que vem sendo realizados até o presente momento.

Então eu peço, desejo sucesso ao Senador Delcídio, Senador Flexa Ribeiro e ao Senador Gim Argello nessa tarefa de nos trazer, já na próxima reunião de quinta-feira, o que viria a ser a agenda definitiva com os nomes dos indicados.

Eu colocaria então, continua em discussão esta agenda da Comissão de Infraestrutura para este semestre da Sessão Legislativa em curso. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Retirando os nomes, para não haver dúvida nenhuma de que eles aqui estão como mera sugestão aos senhores senadores da Comissão para participarem das audiências públicas, o que poderá ocorrer ou não ao talante do que ficar decidido aqui, com base no trabalho a ser apresentado pela Comissão comandada pelo Senador Delcídio Amaral.

Vamos entrar nos dois itens finais, são os itens que constam da pauta.

Com a palavra, o Senador Ministro Eliseu Resende. Vice-Presidente desta Comissão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): A respeito, Presidente, exatamente dos itens da pauta que me fizeram lembrar aqui que foi aprovado no final do ano legislativo passado, a Lei do Sistema Nacional de Viação. Deu um trabalho muito grande a elaboração deste projeto, deste trabalho final que foi aprovado por unanimidade aqui na Comissão de Infraestrutura, aqui na Comissão de Infraestrutura do Senado e no plenário do Senado, nos últimos dias do ano passado.

Esse Projeto de Lei revoga uma lei que é a Lei 5.917 de setembro de 1973. Uma lei que vigeu por 35 anos e que foi agora modificada, relacionando todos os componentes do sistema viário do Brasil. As novas rodovias, as ferrovias, os portos, os aeroportos e as hidrovias.

Essa lei tramita agora na Câmara Federal. Já passou pela Câmara Federal, veio para o Senado no

ano 2000 e volta para a Câmara Federal que não pode modificar, de acordo com o Regimento Interno, para ir a Sanção Presidencial.

Eu tinha conversado com o ex-Presidente dessa Comissão, Senador Marconi Perillo, para que a Comissão, durante a tramitação da lei do SNV, não distribuíse novas demandas de modificação do Sistema Viário Nacional. Há uma demanda muito forte. Deputados e senadores propõem a federalização de novos trechos rodoviários. E nós precisamos ver primeiro concluído, finalmente, a aprovação da Lei 5.917. Porque ela foi revogada pelo substitutivo que foi aprovado no Senado Federal.

Então, neste tempo, se entrar uma nova lei, vai tumultuar o processo, porque a nova lei vai mudar, vai tentar mudar uma lei revogada. Nós temos um exemplo na pauta de hoje, um Projeto de Lei do Senador Zambiasi, do Rio Grande do Sul, com parecer favorável do Senador Pedro Simon, que altera a Lei 5.917. Se nós aprovarmos essa lei aqui, ela fica prejudicada, porque ela se refere a uma lei revogada.

Então eu pediria ao Presidente Fernando Collor que orientasse a Secretaria da Mesa que não distribuisse sobre esta, qualquer projeto de lei.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ministro Eliseu Resende,

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): Pois não.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Quer dizer, ela fica prejudicada desde que seja aprovada na Câmara. A matéria que está na Câmara. Eu estou em concordância com V. Exa., mas ela só será prejudicada se a Câmara apreciar o substitutivo que foi produzido aqui na Comissão, conduzido por V. Exa.. Se ela não apreciar, então não há prejuízo.

Mas considerando o conteúdo da argumentação de V. Exa., talvez fosse o caso pode retirar de pauta? De ofício? Então, talvez fosse o melhor, para discutir com o Senador Pedro Simon, ver com ele, mostrar que está lá na... Senão a gente vai retardar, retardar a dele e retardar a de lá.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): Talvez a orientação correta fosse sobrestar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB - AL): Fica sobrestado o item 2 da pauta, incluído hoje na discussão, na discussão dessa Comissão.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): E eu faria um pedido ao Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, eu não sei se é cabível que a Comissão de Infraestrutura do Senado faça [ininteligível] junto a Câmara Federal, no sentido de que ali a tramitação fosse a mais rápida possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB - AL): Perfeitamente, Sr. Vice-Presidente.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): No momento em que a Câmara não pode modificar, não pode entrar no mérito. Que ela já aprovou o projeto anteriormente. Esse projeto foi modificado pelo Senado. A Câmara não pode modificar.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ela não pode para incluir.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): Ela pode apenas eliminar, cancelar. E esse cancelamento, se feito, volta aos termos do Projeto de Lei aprovado pela Câmara, que está totalmente desatualizado.

Então, a providência da Comissão de Infraestrutura do Senado junto, eu não sei qual o procedimento, talvez o Presidente da Câmara, se quiser, a nossa assessoria pode conversar com o Presidente do Senado e este com o Presidente da Câmara, porque lá na Câmara o Projeto de Lei pode ser avocado para o plenário, sem necessidade de tramitar pelas comissões técnicas. E nós teríamos esse Projeto de Lei aprovado com a brevidade possível e, portanto, todos os novos fluxos de demanda de federalização de estradas podem tramitar normalmente.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB - GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB - AL): Pela ordem o Presidente Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB - GO): Presidente, eu gostaria apenas de dar um testemunho: há dois anos atrás eu designei o Senador Eliseu Resende como relator do PNV. Ele realizou um trabalho exaustivo e minucioso em relação ao PNV, com consultas técnicas, aliando à vasta experiência dele, talvez ninguém no Brasil conheça tanto da infraestrutura nacional quanto ele. E ele trouxe aqui depois de dois anos de trabalho à apreciação da Comissão um relatório que contemplava portos, hidrovias, ferrovias, rodovias, um trabalho completo, enorme. Nós aprovamos, depois de um debate aqui na Comissão. Levamos ao plenário da Casa, aprovamos e eu tomei aquela época uma decisão de encaminhar ao Senador Eliseu Resende todos os novos projetos de federalização. Talvez o melhor caminho a ser adotado por V. Exa. seja--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): Eu quero lembrá-lo, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB - GO): Pois não?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): Que essa lei, que nós aprovamos agora, revoga 49

leis. A lei principal de 35 anos e as leis que alteraram essa lei durante todo esse período.

SENADOR MARCONI PERILLO(PSDB – GO):

Foi um trabalho exaustivo do Senador Eliseu Resende.

Então eu sugiro duas coisas, primeiro, talvez, V. Exa. encaminhar ao Senador Eliseu Resende todos os projetos que chegarem aqui porque ele saberá como lidar com eles. E em segundo lugar, fazer gestões junto ao Presidente da Câmara, para que ele possa priorizar a apreciação desse projeto. Era o que eu tinha a dizer, muito obrigado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Só gostaria de saber do Presidente Fernando Collor de Mello qual é o procedimento, se haveria um contato pessoal com o Presidente ou se a Comissão poderia oficial ao Presidente fazendo o pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu acredito que nós poderíamos agir da seguinte forma: em primeiro lugar, um grupo desta Comissão de senadores, eu iria, o Senador, convidaria também o Vice-Presidente da Comissão para estar presente, o ex-Presidente da Comissão e Vice-Presidente, 1º Vice do Senado Federal e mais quem dos senhores senadores desejem estar presentes a esta reunião que solicitarei com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Dr. Michel Temer, tão logo isso fique agendado, eu farei a comunicação a cada um dos senhores senadores, para aqueles que quiserem se fazer presentes, serão, já estarão previamente convidados. Mas, inicialmente estaremos nós três para tratarmos deste assunto.

Em segundo lugar, eu pediria aos senhores senadores membros dessa Comissão que tem as ligações naturais na Câmara dos Deputados, com os representantes dos seus respectivos estados e eventualmente até de outros estados, que também insistissem junto às suas lideranças na Câmara, para que falassem ao Presidente Michel Temer, no sentido de dar agilidade à votação em plenário, já que não há nenhum tipo de discussão mais a ser travada no plenário daquela Casa. Será apenas uma aprovação, porque retirar algo desta lei já tão exaustivamente trabalhada e discutida não terá sentido.

Então seria nessas duas frentes. Uma comissão dos senadores que fazem parte da Comissão de Infraestrutura, eu tomaria a iniciativa de solicitar ao Presidente Michel Temer essa audiência, comunicaria aos senhores todos membros desta Comissão que quisessem ir a essa nossa reunião que, por favor, sintam-se a vontade. E em segundo lugar, pedir a cada um dos senhores senadores que contatem com os deputados federais com os quais mantenham relações políticas ou

de amizade, para que eles, falando às suas lideranças de bancada na Câmara, peçam ao Presidente Michel Temer a urgência que se faz necessária na apreciação de matéria tão importante.

O item primeiro da pauta trata, é decisão terminativa, Projeto de Lei do Senado, nº 96 de 2005, que: *“Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado”*. O autor é o Senador Demóstenes Torres e o relator, Senador Flexa Ribeiro. O parecer do Senador Flexa Ribeiro é pela aprovação do projeto, na forma da Emenda 1 da CCJ, que é um substitutivo.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, para proferir o seu parecer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, Senador Fernando Collor, senhoras senadoras, senhores senadores.

Vem a essa Comissão, em caráter terminativo, para análise o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 96 de 2005, que inclui a declaração de inaptidão da instituição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

“A proposição em tela pretende criar nova sanção aos infratores das normas pertinentes ao exercício de atividades relativas à indústria do petróleo e ao abastecimento nacional de combustíveis.

De igual modo, a mesma reprimenda deveria constituir efeito da condenação criminal, quando da prática do crime contra a ordem econômica. A matéria foi encaminhada inicialmente à Comissão de Constituição e Justiça, onde recebeu substitutivo do seu relator “ad hoc”, Senador Eduardo Azeredo, Emenda nº 1 CCJ, bem como se restringiu o escopo da proposição à seara administrativa, diante das dificuldades colocadas pela aventada responsabilização penal das pessoas jurídicas.

Registramos ainda não terem sido oferecidas outras Emendas”.

Análise, Sr. Presidente.

“A inscrição no CNPJ admite diversas situações cadastrais entre as quais o cancelamento e a declaração de inaptidão. O cancelamento não constitui modalidade de sanção imposta pelo órgão fiscalizador tributário, mas direito do contribuinte, o qual é exercido por ocasião da extinção da pessoa jurídica ou do estabelecimento. A, aspas, “declaração de

inaptidão da inscrição do CNPJ”, fecho aspas constitui modalidade de sanção aplicável a quem for: a) omissor contumaz: o que, embora obrigado, deixou de apresentar declarações por cinco ou mais exercícios consecutivos e intimado não regulou sua situação no prazo de 60 dias contado da data da publicação da intimação; b) omissor e não localizado: o que, embora obrigado, deixou de apresentar declarações por um ou mais exercícios e cumulativamente não foi localizado no endereço informado à Secretaria da Receita Federal; c) inexistente de fato; ou d) pessoa jurídica que não comprove a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência, se for o caso, dos recursos empregados em operações de comércio exterior.

Tal declaração de inaptidão sujeita o infrator às penalidades previstas nos arts. 42 e 43, do INSRF nº 200, de 2002, a saber: a) inclusão no cadastro de informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN; b) não obtenção de incentivos fiscais e financeiros; c) impedimento de participação em concorrência pública, bem assim de celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso a qualquer título de recurso público e respectivos aditamentos; d) impedimento de transacionar com estabelecimentos bancários, inclusive quanto a movimentação de contas correntes, a realização de aplicações financeiras e a obtenção de empréstimo, bem assim de realizar operações de crédito que envolvam utilização de recursos públicos; e) impedimento de transmitir a propriedade de bens móveis; f) declaração de inidoneidade do documento emitido pelo infrator, o qual não produzirá efeitos tributários perante terceiros.

A atividade de aquisição, distribuição, transporte, estocagem, revenda de derivados de petróleo, gás natural e suas frações ocupáveis, álcool etílico, hidratado, carburante e demais combustíveis líquidos carburantes, por seu turno, está sujeito a autorização da Agência Nacional de Petróleo – ANP.

Tais portarias, sujeitam o exercício da atividade de distribuição de combustíveis pelos postos revendedores, retalhistas e distribuidores, a detenção de autorização específica expedida pela ANP.

E a utilização de combustível em desconformidade com as especificações estabelecidas

acarreta, após comprovação em processo administrativo, a imposição das sanções previstas no art. 2º da Lei 9.847, de 26 de outubro de 1999, que se pretendia inicialmente inovar, em especial, a revogação da autorização para o exercício de atividade nos termos do inciso IV do art. 17 da Portaria 202 de 1999, IV do art. 14 da Portaria nº 116 de 2004, e IV, do art. 15 da Portaria 201 de 1999, ou ainda a suspensão temporária, total ou parcial, de funcionamento de estabelecimento ou instalação e o cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação, incisos VI e VII da citada lei federal.

O parágrafo único do art. 17 da Portaria 202 de 1999 e parágrafo único do art. 15 da Portaria 201 de 1999, anotam ainda que a autorização também poderá ser revogada caso o distribuidor esteja em situação de irregularidade perante os órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, encarregados da arrecadação de tributos e da fiscalização dos contribuintes.

Assim, como bem constou no parecer da CCJ, temos que, aspas “a declaração de inaptidão da inscrição no Cadastro Nacional de pessoa Jurídica, CNPJ, não constitui espécie de sanção, mas decorre da aplicação das sanções administrativas de suspensão temporária, total ou parcial de funcionamento de estabelecimento ou instalação de cancelamento de registro de estabelecimento ou instalação ou de revogação de autorização para exercício de atividade”.

Entendemos, assim, que o substitutivo oferecido pela referida Comissão contempla melhor os aspectos técnicos – jurídicos da matéria”.

Voto, Sr. Presidente. “Por essas razões, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 96 de 2005 na forma da Emenda 1 da Comissão de Constituição e Justiça, substitutiva”.

Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Sr. Senador Flexa Ribeiro. A matéria está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão. Em votação o substitutivo que tem preferência regimental. Quem vota com o relator, vota sim. Vamos proceder a votação nominal. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Com o relator. Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senadora Ideli Salvatti. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senadora Fátima Cleide. Senador João Ribeiro. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa ainda está aqui? Não. Senador Valdir Raupp. Não está. Senador Wellington Salgado? Não está? Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Eliseu Resende?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Jaime também não está. Senador Flexa Ribeiro. Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Fernando Collor. Não voto, não é? Senador João Durval?

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT – BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Sim, com o relator, Presidente, a quem eu quero parabenizar pelo brilhante trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB – PB): Sim, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Arthur Virgílio não se encontra. Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado pela sua presença e eu sei do esforço, Sr. Senador, que V. Exa. fez para comparecer hoje a esta sessão, tendo em vista

os inúmeros compromissos que havia assumido anteriormente. Muito obrigado. Muito obrigado.

O total, então, 13 senhores senadores presentes, incluindo aí a presidência da Comissão. 12 votos sim. Portanto, aprovado o substitutivo. A matéria irá a turno suplementar na próxima reunião da Comissão, de acordo com o art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai a Secretaria Geral da Mesa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Só para comunicar a todos os colegas senadores sobre o acórdão do TCU de número 1188, 1.188 de 2007. Esse acórdão do TCU, ele atualiza o resultado da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre obras inacabadas. E com um ingrediente muito importante, porque ele atualiza com as obras executadas pelo Governo Federal, pelos governos estaduais e pelos governos municipais, desde que tenham recursos federais, esse acórdão fez essa atualização 2007, é o que nós temos de mais próximo que V. Exa. poderia requisitar, distribuir com os senhores senadores para que eles possam ter esse material na mão e acompanhar as obras que estão inacabadas nos seus estados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Acolho a sugestão do Senador Inácio Arruda, peço a Secretaria que providencie a solicitação do documento referido e que também já possa enviar ao Senador Mão Santa, já que foi ele que levantou a questão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente. Falta me ler apenas o requerimento que é de justificação de ausência do Senador Valdir Raupp: “*Requeiro nos termos do art. 13 do Regimento Interno considerar como licença autorizada o meu afastamento dos trabalhos desta Casa nesta data, em virtude de missão política, no exercício da atividade parlamentar no Estado de Rondônia, Sala das Sessões, em 12 de março de 2009, Senador Valdir Raupp, PMDB, Roraima*”.

Agradecendo a presença dos senhores senadores e o sacrifício que fizeram de poder estar aqui presente neste horário, de oito e meia, eu, antes de encerrar a presente sessão, eu convoco a próxima para... A próxima sessão, a próxima reunião de Infraestrutura para a próxima quinta-feira, às 08h30.

Esse é o horário que já está estabelecido para o início das nossas reuniões. E eu solicito muito aos se-

nhores senadores que fazem parte dela, que exercendo um pequeno sacrifício, estejam aqui rigorosamente no horário, porque se nós começamos rigorosamente como hoje começamos, às 08h30 da manhã, nós daremos agilidade aos nossos trabalhos e não teremos um acúmulo, acumulado aí processos e indicações que cabem a esta Comissão apreciar proximamente.

Muito obrigado às senhoras e senhores senadores, está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 10h44

Ata da 3ª Reunião extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, realizada em 19 de março de 2009, às 8 horas e 30 minutos, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia dezoito de março de dois mil e nove, no Plenário da Comissão, nº 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do **Senador Fernando Collor**, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, João Ribeiro, Paulo Duque, Mão Santa, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, Jayme Campos, João Tenório, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, João Durval, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Eduardo Suplicy, Neuto de Conto, Lobão Filho, Valter Pereira, Francisco Dornelles, Antonio Carlo Júnior, Efraim Moraes, Adelmir Santana, Arthur Virgílio e Gim Argello**. Presente também, o **Deputado Federal Vicente Arruda**, do PR/CE. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A presente reunião destina-se à deliberação da seguinte pauta: **Parte I – Comunicado da Presidência: 1** – O Presidente comunicou ao plenário que a audiência dos membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, alcançou um grande êxito e solicitou ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Eliseu Resende, que prestasse ao plenário alguns esclarecimentos sobre o assunto tratado na reunião; **2** – A Presidência comunicou aos membros que a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Requerimentos de igual teor ao Requerimento nº , de 2009-CI, aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura, em reunião realizada no dia 12 de março de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, requerendo audiência pública

conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos, para ouvir o Presidente da Petrobrás, Senhor Sérgio Gabrielli, sobre Planejamento Estratégico da Petrobrás e seu Plano de Negócios para o período de 2009-2013, ficando definida a data de 24 de março de 2009, às 10 horas, no plenário da CAE e **3** – O Presidente comunicou que a Ministra Dilma Rousseff enviou o Balanço do PAC – 2 Anos, sendo distribuído pela Secretaria da Comissão aos membros presentes **Parte II – Deliberação de matérias – Item 1** – Decisão Terminativa – **Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado, nº 96, de 2005**, que “*Altera as Leis nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991, e nº 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado*”, de autoria do Senador Demóstenes Torres, tendo com Relator o Senador Flexa Ribeiro, com Parecer pela aprovação do Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). Não tendo sido apresentada emenda até o final da discussão da matéria, em Turno Suplementar, **o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado. Item 2** – Não Terminativo – **Projeto de Lei do Senado, nº 312, de 2008**, que “*Altera a Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, para estabelecer os requisitos de distribuição da participação governamental denominada Bônus de Assinatura*”, de autoria do Senador Francisco Dornelles, tendo como Relator o Senador Renato Casagrande, que apresenta Parecer favorável à matéria, na forma do Substitutivo que apresenta. O Senhor Presidente comunica que o Autor do Projeto, Senador Francisco Dornelles, apresentou na Mesa do Senado, solicitando a **retirada definitivamente pelo autor do projeto. Item 3** – **Mensagem do Senado Federal, nº 277, de 2008**, que “*Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor TIAGO PEREIRA LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, a partir de 19 de fevereiro de 2009*”, de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Raimundo Colombo, que apresenta relatório onde a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. A Presidência faz a leitura de Nota Informativa a respeito do entendimento quanto a aplicação ou não do Ato nº 1, de 2009-CI, à indicação do Senhor Thiago Pereira Lima para a diretoria da ANTAQ, conforme Mensagem nº 277, de 2008. Colocado em votação, foi aprovado por 21 votos, a realização da sabatina e votação da indicação sem a aplicação do Ato nº 1- de

2009-CI ao indicado, Thiago Pereira Lima. Usaram da palavra para sabatar o indicado os Senhores Senadores Eduardo Suplicy, Gilberto Goellner, Delcídio Amaral, Heráclito Fortes, Antonio Carlos Valadares, Efraim Moraes e Mão Santa. A indicação foi aprovada com **15 votos sim, 02 votos não, 02 abstenções**, totalizando **19 votos**. Foram convidados para servirem como escrutinadores, os Senadores Jayme Campos e Paulo Duque. A Comissão aprova **extrapauta – Item 01 – Requerimento nº 07, de 2009-CI**, de autoria do Senador Fernando Collor e outros, requerendo sejam encaminhados pelo Ministro de Estado dos Transportes, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. **Item 02 – Requerimento nº 08, de 2009-CI**, de autoria do Senador Fernando Collor e outros, requerendo sejam encaminhados pelo Ministro das Minas e Energia, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. **Item 03 – Requerimento nº 09, de 2009-CI**, de autoria do Senador Fernando Collor e outros, requerendo sejam encaminhados pelo Ministro de Estado da Defesa, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC. **Item 04 – Requerimento nº 10, de 2009-CI**, de autoria do Senador Fernando Collor e outros, requerendo sejam encaminhados pelo Ministro das Comunicações, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. **Item 05 – Requerimento nº 11, de 2009-CI**, de autoria do Senador Gilberto Goellner e outros, requerendo a realização Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a finalidade de contribuir com informações a respeito do processo de licenciamento ambiental das obras do PAC, com a presença do Senhor Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, do Senhor Bernardo Hees, Presidente da ALL – Logística e de um Representante do Setor Hidroviário. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Eliseu Resende, Delcídio Amaral, Gim Argello, Flexa Ribeiro, Arthur Virgílio, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Lobão Filho, Expedito Júnior, João Ribeiro e Wellington Salgado. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos, lavrando eu, *Dulcídia Ramos Calháo*, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida

e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

3ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 19 de março de 2009, às 08 horas e 32 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Havendo número, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Há requerimentos sobre a Mesa, que passo a lê-los.

Requerimento nº 7, de 2009: “*Nos termos do art. 2º... Do §2º, do art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 216 e 217, do Regimento Interno do Senado Federal, requeira sejam encaminhados, pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado dos Transportes, os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, DNIT. Justificativa: Uma das mais precípuas funções do Parlamento é a fiscalização dos atos do Poder Executivo. Para a execução dessa importante atividade, é fundamental que os membros do Legislativo tenham à sua disposição informações relevantes acerca dos atos praticados pelo Governo do momento. Entre tais informações, destacam-se os relatórios de atividade ou de gestão das agências reguladoras, entes que, desde sua criação, tem concentrado relevante papel na expansão da infraestrutura do país, bem como na prestação de serviços públicos outorgados à iniciativa privada. Sala das sessões*”.

Outro Requerimento...

[pronunciamento fora do microfone]

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu consultaria... Eu consultaria o Plenário se poderíamos votar os requerimentos em conjunto ou se preferem que sejam votados um por um.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pode ser em conjunto? Muito bem. Então, passo à leitura do segundo requerimento. “*Nos termos do art. 2º...*”, tal, aquilo de sempre. Sendo que, no caso, é endereçado ao Ministro das Minas e Energia, os relatórios das atividades de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e a justificativa é vazada nos mesmos termos do anterior.

O terceiro, também nos termos do §2º, do art. 50, sejam encaminhados ao Sr. Ministro da Defesa os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC. A justificativa é a mesma dos anteriores.

E o terceiro, também nos termos do §2º, do art. 50, encaminhando ao Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações os relatórios... Há solicitação que envie os relatórios de suas atividades do ano de 2008 e outros documentos conexos, referentes à Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL. A justificativa é a mesma.

Coloco em votação os requerimentos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Gilberto. Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu gostaria de obter um esclarecimento, se esse relatório... É só o relatório ou a convocação, convite, ao Ministro vir explicar o relatório da gestão...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Seria o relatório, somente. Porque eu vou falar agora, dando mais algumas... Com a permissão de V. Exa s., dando mais algumas informações sobre normas e procedimentos, para que os senhores avaliem, e aí isso está incluído dentro dessas normas e procedimentos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): E o requerente é a Presidência da Comissão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A requerente é a Presidência da Comissão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Está esclarecido. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É a Comissão como um todo.
SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Coloco em votação. Quem estiver de acordo, permaneça como se encontra. Aprovados.

Antes de prosseguir no cumprimento da pauta, eu gostaria de relatar aos senhores o resultado da reunião, realizada com o Presidente da Câmara dos Deputados, o Deputado Michel Temer, na última terça-feira, às 11h30 da manhã.

O objetivo dessa nossa reunião foi de agilizar o trâmite do Projeto de Lei nº 1.176/95, o PLC 18/00 no Senado, que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação. Isso... Essa solicitação de audiência ocorreu em função da solicitação feita pelo Senador Ministro Eliseu Resende, para que ficasse sobrestada uma matéria que tratava da questão viária.

Fomos ao Presidente da Câmara, em companhia do Ministro Eliseu Resende, do 1º Vice-Presidente da Casa e membro desta Comissão, Senador Marconi Perillo, e do Senador Mão Santa. E eu pediria ao Sr. Senador Ministro Eliseu Resende que transmitisse ao Plenário desta Casa o resultado deste nosso encontro e desta nossa audiência com o Presidente da Câmara dos Deputados.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Muito obrigado, Sr. Presidente. A reunião com o Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer foi muito... Houve muita receptividade por parte dele e acho que foi uma reunião exitosa porque atendeu aos nossos objetivos. Nós tínhamos conversado, falado aqui no Plenário da Comissão de Infraestrutura, nós aprovamos, no fim do ano passado, a lei, a nova lei do Plano Nacional de Viação, que, hoje, nós estamos chamando de Sistema Nacional de Viação.

Isso mexe com toda a logística de transportes do país. Entra no âmbito das ferrovias, das rodovias, das hidrovias, dos portos, dos aeroportos, e, agora, nós incluímos, adicionalmente, asclusas como instrumento fundamental para a ampliação do sistema viário do país, através de novos trechos de rios navegáveis.

Este projeto de lei, ele substituiu uma lei de 1973. Há 35 anos que nós estamos sendo regidos por uma legislação já, hoje, totalmente desatualizada. E tem havido uma demanda, um fluxo, porque é um assunto, é uma matéria que interessa muito aos parlamentares, na defesa dos interesses dos seus estados e dos seus municípios. Quem que, no Brasil inteiro, não quer tratar das rodovias que atendem as suas regiões

para a integração das cidades, o acesso às cidades do interior de um país de dimensão continental, e para responder pelos fluxos de produção sobre o aspecto geoeconômico, para que nós tenhamos o desenvolvimento econômico do país, através do aperfeiçoamento dos corredores de exportação e dos corredores de abastecimento?

Nós temos aprovado, aqui neste Plenário da Comissão de Infraestrutura, várias leis, introduzindo, no Sistema Federal de Viação, novas estradas, novas ferrovias, novos aeroportos, novos portos, sejam portos marítimos, fluviais ou lacustres, e há um fluxo de projetos de lei bastante intensivo aqui nessa Comissão. No momento que nós atualizamos o SNV e revogamos todas essas leis anteriores – e são 49 leis revogadas –, nós temos um momento em que temos uma definição da fotografia do sistema viário do país.

Então, o caso é evitar que, neste período, novas legislações sejam aprovadas aqui no Congresso Nacional, para, novamente, interferir no Plano Nacional de Viação, antes de nós termos um novo marco definitivo, estabelecido em lei.

Então, o Presidente Fernando Collor de Mello já tomou uma iniciativa de recomendar, aqui, à Secretaria da Comissão de Infraestrutura que sustássemos a análise de todos os projetos novos até que o SNV fosse definitivamente aprovado. E fomos procurar o Presidente da Câmara, porque a matéria voltou para a Câmara, para que desse celeridade à análise, ao estudo, à apreciação do projeto de lei, lá na Câmara, para que nós tivéssemos, finalmente, essa lei sancionada pelo Presidente da República e, a partir daí, começássemos vida nova.

Tivemos um compromisso importante do Presidente da Câmara dos Deputados, que se comprometeu com o nosso Presidente Fernando Collor de Mello de dar celeridade e esperamos que, nos próximos 30 ou 45 dias, nós tenhamos a lei aprovada pela Câmara Federal. Faz parte de uma tramitação, o projeto de lei tramitou primeiro na Câmara, levou oito anos na Câmara a ser estudado, depois veio para o Senado e levou mais cinco anos no Senado.

E, agora, o projeto de lei volta para a Câmara, e a análise da Câmara é uma análise simples, porque ela não pode modificar o que o Senado introduziu. Tem de rejeitar ou aceitar as mudanças do Senado.

Nós temos perspectivas importantes, porque, com essa lei aprovada, nós vamos ter condições de marchar, no sentido de ter um sistema logístico e de deslocamento de cargas e de passageiros do Brasil da melhor maneira possível.

Eu quero chamar, inclusive, atenção, Sr. Presidente, que a lei introduziu um aspecto novo no proces-

so do planejamento das modalidades de transportes. Nós introduzimos um item importante, que é o item relacionado com a construção de eclusas. A lei que essa Comissão aprovou, ela registra a metodologia sistemática para a construção de eclusas no Brasil. Nós conseguimos instalar 26 eclusas, listar 26 eclusas. Há uma previsão de que, se o Brasil construir essas 26 eclusas, a rede hidrográfica nacional vai duplicar de extensão.

Mas nós fizemos um projeto de lei, e há um projeto de lei paralelo tramitando na Câmara dos Deputados, que é muito importante, também sobre eclusas, é preciso, agora, estabelecer a sistemática de construção da eclusa. Porque as eclusas que vêm sendo construídas no Brasil, que são poucas, são construídas quando se constroem barragens para a geração de energia elétrica.

Nós queremos disciplinar a construção da eclusa, independente do processo de evolução da geração de energia elétrica. Uma coisa não pode prejudicar a outra. Mas há um entendimento também que nós não devemos... Apenas deixar por conta das hidrelétricas a construção das eclusas. Porque a construção da eclusa onera muito a construção da geração, e aí nós estamos pagando o preço das eclusas, favorecendo o transporte hidroviário à custa do pagamento da conta de luz pelo consumidor de energia do Brasil.

Então, essa lei é necessária. Nós tivemos a sorte de o projeto de lei de minha autoria ser distribuído para o Senador Delcídio Amaral, que fez o seu projeto de lei, e a lei está aqui na Comissão de Infraestrutura, estava para ser pautado hoje, houve um novo pedido do Senador Delcídio Amaral, no sentido de retirada de pauta, mas eu quero enaltecer aqui que é importante termos essa lei aprovada também aqui, com maior brevidade possível, para que nós possamos disciplinar a construção das eclusas do Brasil.

Faço esse pleito ao Senador Delcídio Amaral, à relatoria dele, ele já fez um... Já deu um parecer adequado, que o autor acata, substituindo o texto do relator. Precisamos, agora, ter um consenso com o Ministério de Minas e Energia e o setor de transportes, para que tenhamos essa lei finalmente aprovada aqui pela Comissão de Infraestrutura, o que novamente corresponderá a uma grande contribuição que essa Comissão dará para a modernização da logística de transporte do país.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente. Obrigado.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado ao Vice-Presidente Eliseu Resende--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Ministro Eliseu Resende, pelas informações. Pela ordem, o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, duas coisas: eu conversei com representantes do Ministério de Minas e Energia, esse substitutivo já está aqui já há algum tempo, alguns meses. Nós fizemos um substitutivo, inclusive discutindo esse substitutivo com o Ministério de Minas e Energia. Foi solicitado pelo Ministério de Minas e Energia mais 15 dias para que esse projeto venha a ser votado aqui na Comissão de Infraestrutura.

Portanto, eu vou trabalhar fortemente nesses próximos 15 dias, no sentido de trazer, pautar esse projeto, votar esse projeto, porque essa questão dasclusas, como o Senador Eliseu Resende aqui disse, ela é muito importante para o país, especialmente na consolidação do modal de hidrovias, fundamental para o barateamento dos fretes, e, mais do que nunca, o barateamento dos custos que os produtores infelizmente incorrem por causa de uma infraestrutura que deixa a desejar.

Portanto, Sr. Presidente, nós pautaremos em 15 dias, eu vou trabalhar com o Ministério de Minas e Energia nesse sentido, para que esse projeto venha ser aprovado, porque ele é muito importante para o país.

E o segundo ponto, Sr. Presidente, eu estou aguardando só... Nós fizemos alguns ajustes ontem. Como eu disse à V. Exa, num telefonema, ontem, eu tive algumas dificuldades, que todo homem público infelizmente passa lá no meu Estado, e eu só pude chegar hoje à tarde. Aliás, perdão, ontem à tarde. E eu estou revisando a proposta, conversei com o Senador Gim, com o Senador Flexa, e quero ver se até daqui alguns minutos eu já apresento as nossas sugestões e querendo só fazer uma observação, para que a gente discuta, Sr. Presidente. É com relação a alguns itens que foram pautados, que é o caso específico de fármacos, medicamentos, que, do nosso ponto de vista, talvez fossem discussões mais, mais associadas ou mais ligadas a outras comissões do que, propriamente, a Comissão de Infraestrutura.

O Senador Flexa também tem algumas observações que aqui me fez, mas nós vamos... Acho que quando da apresentação das sugestões, acho que seria importante nós discutirmos. E procurei fazer, Sr. Presidente, a lista que V. Exa. apresentou, uma lista muito... Pessoas muito competentes. Algumas eu conhecia, outras não. Nós fizemos algumas ponderações, algumas propostas de mudanças pequenas, mas representativas, pelo valor das pessoas, pela competência das

pessoas que estão sendo convidadas, e procurando adotar sempre, Presidente, de três a quatro representantes por sessão, por audiência pública, porque, pelo menos a experiência de todos nós, eu conversei com o Senador Gim, com o Senador Flexa e com outros Senadores, passou de quatro, começa a complicar, porque a audiência fica muito extensa, há um tempo enorme para as pessoas falarem e depois começa dispersão, e a gente não aproveita o debate.

Então, nós estamos trabalhando entre três e quatro representantes para trazer para o Plenário e aí para V. Exa. levar essa questão ao Plenário, para que a gente aprove esse programa importante para a Comissão de Infraestrutura. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador Delcídio. Eu gostaria de comunicar... Antes de conceder, pela ordem, a palavra ao Senador Gim Argello, gostaria de, ratificando as palavras do Senador Delcídio Amaral, informar aos senhores, membros desta Comissão, que recebi ontem um telefonema do Ministro das Minas e Energia, Senador Edison Lobão, solicitando exatamente isso que acabou de dizer o Senador Delcídio; que ele está, com um Grupo de Trabalho, elaborando uma nota técnica sobre essa questão dasclusas e pedindo, Ministro Eliseu Resende, que fosse aceito esse prazo, por parte da Comissão, para que nós pudéssemos discutir com maior profundidade e mais abrangência esse sistema tão importante para o sistema viário e hidroviário nacional.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Presidente, pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Portanto, o Senador Gim Argello que havia pedido, e, em seguida, o Senador Arthur.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Aliás, Senador Gim, Senador Flexa e Senador Arthur Virgílio. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente, primeiramente, dizer... Parabenizar aquele que, para todos nós, é um mestre nesta arte, é o mestre da infraestrutura do país, que é o Senador Eliseu Resende. A essa Comissão, por ter ido, o senhor, Presidente Collor, o Vice-Presidente, Senador Eliseu Resende, nosso Vice-Presidente do Senado, Marconi Perillo, por terem ido ao Presidente Michel Temer pedir urgência na votação do CND. Um trabalho realizado com afinco. Vejam Sras. e Srs. Senadores, durante esses 15 minutos que o Senador Eliseu Resende se pronunciou, falou sobre toda a ligação de todos os modais brasileiros, de

todos os sistemas modais, de ferrovias, de hidrovias, falou sobre rodovias, falou sobre eclusas.

Quer dizer, um trabalho que vai ser, vai mudar o sistema logístico nacional. Um trabalho onde 30% da nossa carga, de toda nossa produção agrícola – eu e o Jayme Campos, outro dia, o Senador Jayme Campos, outro dia, fazia referência a isso [soa a campainha] –, fica perdido no transporte. Por quê? Porque o nosso sistema rodoviário, nosso sistema modal, não funciona propriamente.

E esse projeto do CND, construído pelo nobre Senador Eliseu Resende, eu digo que é o mais importante projeto já apresentado nessa Comissão e deste ano. A hora que for feita essa votação e sancionado pelo Sr. Presidente da República, com certeza, todo o sistema logístico deste país vai ser mudado, porque interliga todos eles. Interliga o sistema de ferrovia, o sistema de rodovia, o sistema de hidrovia, e ainda mais agora, com a apresentação de todas... A forma de construir eclusas. Isso é muito bem pensado.

Parabéns, Senador Eliseu Resende. Quando vejo o senhor, numa manhã dessas, o senhor já explicar que o nosso país é isso mesmo, com essa crise internacional que está vindo para cá, mas nosso país tem formas, tem jeito, e mais do que isso, tem... Já está pensado o modelo melhor para se fazer o nosso transporte, a nossa logística, eu fico muito orgulhoso de pertencer a essa Comissão quando vejo V. Exa. fazer uma explicação dessa, Senador Eliseu Resende.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Eu gostaria apenas de acrescentar a importância de uma decisão, com relação à questão das eclusas, Senador Gim Argello. O Senador Delcídio Amaral foi Ministro de Minas e Energia e conhece esse assunto profundamente. Nós estamos realmente engatinhando na construção das eclusas.

Estamos construindo Tucuruí há 30 anos e Lajeado, também, em Tocantins. Temos um grande problema no Rio Madeira, das usinas de Santo Antonio e Jirau. Nós não podemos condenar os rios a ficarem definitivamente não navegáveis. A questão do Rio Madeira, por exemplo, é uma questão gritante. Se nós construirmos essas usinas do Madeira sem as eclusas, nós isolamos a Bolívia do Oceano Atlântico. Estamos interferindo fortemente com a geoeconomia e com a geopolítica [soa a campainha]--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Por favor, silêncio.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): --da América do Sul como um todo. Tem de haver uma definição se a eclusa vai ser feita por investimentos

públicos ou por investimentos privados, através do sistema de concessão.

Se o Governo sentir que deve fazer por investimento público, coloque as dotações no orçamento, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, do Ministério dos Transportes, se encarrega da construção da eclusa, como está fazendo em Tucuruí, com investimentos do Governo.

Se achar que é o caso de conceder ao setor privado, tira a obrigatoriedade do setor elétrico, porque não é possível que o custo da eclusa onere a conta de luz, abre uma licitação para a concessão da operação da eclusa, e o concessionário privado ou público constrói a eclusa e a explora para ter o retorno dos investimentos.

É uma solução relativamente simples, mas que precisa ser implantada. Há projetos de lei paralelos tramitando na Câmara Federal. Nós ficamos preocupados porque há um projeto muito forte, tramitando na Câmara, que obriga o Governo a colocar o custo da eclusa na construção da barragem. Isso é realmente despropositado e não faz sentido, perde a racionalidade.

Daí a importância do nosso empenho aqui, e nós contamos com a liderança e a coordenação do nosso Presidente Fernando Collor. Esperamos que o Senador Delcídio realmente apresente o seu relatório, cujas ideias estão muito sintonizadas com as nossas, na brevidade possível, para que nós tenhamos a solução deste problema, que é realmente importante para o progresso do país. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado ao Senador Ministro Eliseu Resende, e passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Senador Fernando Collor, Sr. Senador Eliseu Resende, nosso Vice-Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Presidente Collor, quero parabenizá-lo pela condução da Comissão de Infraestrutura. E parabenizar o Senador Eliseu Resende, que é realmente o mestre de todos nós nesse assunto que diz respeito ao Sistema Nacional de Viação.

Eu, lamentavelmente, não pude, ontem, ausentar-me da... Não, terça-feira, da Comissão, que nós estávamos discutindo na CAE um projeto que tinha votação nominal, o Senador Eliseu Resende pediu para se retirar para acompanhá-lo na audiência com o Presidente Michel Temer, e, quando eu cheguei à reunião, a reunião tinha terminado e encontrei o Senador Eliseu Resende no corredor.

Mas eu acredito, Senador Eliseu Resende, que V. Exa. conduz com brilhantismo esse seu projeto que

relatou, do Sistema Nacional de Viação. Essa questão do sistema hidroviário, Presidente Collor, que o Senador Eliseu defende com tanta ênfase, é da maior importância para o país. Para o país! Não é possível que o Brasil continue com um modal de transporte completamente distorcido do que é feito nos países desenvolvidos. Mais de 60% da produção brasileira é transportada sobre rodas, com um custo elevado, com estradas que não têm a correspondente qualidade, e isso, além de ceifar vidas humanas, faz com que o custo do transporte inviabilize a competitividade do produto brasileiro.

Então, nós temos que inverter ou temos que melhor distribuir esse modal. Já temos um trabalho de fortalecimento do sistema ferroviário. Precisamos, agora, Senador Eliseu Resende, termos uma ação efetiva na implantação do modal hidroviário no Brasil. A minha região, a região amazônica, ela tem os rios como as nossas ruas, as nossas estradas. É natural. Foi Deus que nos deu. Não precisa de manutenção, não precisa... Precisa, sim, que haja uma vontade política para fazê-lo.

Eu estive, há umas duas semanas, com o Diretor-Geral do DNIT, Dr. Luiz Pagot, e fiz até um pronunciamento do Plenário sobre a questão do PAC das hidrovias, que o Pagot está propondo ao Governo. Até sugeri a ele a inclusão de algumas hidrovias, como a Hidrovia do Rio Capim, a Hidrovia do Marajó, a Hidrovia Araguaia-Tocantins, e não só Tocantins, que não estava previsto inicialmente por ele, e ele acatou e se propôs a fazer essa discussão.

Eu próprio, Presidente Collor, tenho requerimento encaminhado à Mesa, também, criando uma subcomissão para a implantação do sistema hidroviário no Brasil, para que a Comissão de Infraestrutura possa acompanhar, *pari passu*, com o Senador Eliseu Resende, essa questão de fortalecimento, ou melhor, da implantação do sistema hidroviário. Não é nem fortalecimento. Nós temos 40 mil quilômetros de rios e somente em torno de 10 mil são navegáveis.

Então, as eclusas... Senador Eliseu, V. Exa. tem toda razão, não deve crescer ao custo da barragem o custo da eclusa. Agora, também não é possível, Senador Eliseu Resende, que o Governo construa a barragem e não faça eclusa e coloque, inclusive contra a legislação, porque, no caso da eclusa, da barragem de Tucuruí, o Estado do Pará luta há 25 anos para concluir as eclusas que barraram o rio. E aqui o nosso ex-Ministro, como V. Exa. também, Senador Delcídio, que foi um dos engenheiros que iniciaram a barragem de Tucuruí precocemente, porque, se disser que ele fez isso há 30 anos atrás, não vai parecer. Mas ele tem conhecimento desse problema.

Então, eu diria que não podemos colocar o preço da eclusa na barragem, mas também não podemos deixar de fazer a barragem. Como encontrar a solução, vamos todos trabalhar nesse sentido.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado Senador Flexa. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente, não sei se saio até do assunto corrente, mas eu tenho uma preocupação que afeta o meu senso de justiça.

Antes de mais nada, gostaria de dizer à V. Exa. da alegria com que recebi as propostas de V. Exa., para se estabelecer novos critérios, para fins de aprovação e sabatina – antes da aprovação, a sabatina – dos indicados para as agências reguladoras. Eu considero isso justo e oportuno.

Tenho, porém, algo a colocar à Casa, a colocar à V. Exa., que, eu repito, mexe com o meu senso de justiça. Quando nós votamos aqui o Fundo Soberano, que pode até ser Fundo, é um fundo de dívida, soberano não é – não vou discutir, isso seria mais uma discussão apropriada para a CAE -, mas eu era e sou contra um artifício que simplesmente tapa o buraco de um Governo gastador. No dia seguinte, nós decidimos... Nós, do PSDB, decidimos que iríamos ao Congresso para impedir a alocação de recursos para esse tal fundo. E queríamos obstaculizar o funcionamento das comissões. Uma decisão muito clara. Chego aqui, faltava uma pessoa para ser aprovada, o Dr. Tiago Pereira Lima, que é candidato a exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ.

Eu nada tinha, àquela altura, nem a favor e nem contra. E, depois, isso expliquei ao Dr. Tiago Pereira Lima, expliquei isso aí a ele: “Nada contra o senhor. Apenas uma decisão partidária de reagir ao que eu julguei que foi um atropelamento da base governista sobre uma minoria”, que, no Senado, como todo mundo está cansado de saber, não é tão minoria assim. E como depois de uma noite vem um dia e... Veio o dia. Depois de uma madrugada, veio o dia. E, nesse dia, eu digo: “Não anda”. E não andou. E fomos ao Congresso e fizemos a obstaculização da alocação dos recursos. Aí, os que são mais governistas do que o Presidente Lula podem dizer: “Ah, mas fizeram uma Medida Provisória”. Eu digo: “Pode fazer, tanto Medidas Provisórias quanto Provisórias Medidas. Para mim, não importa. A ordem do M com o P não mexe comigo”.

E fomos questionar na Justiça a Medida Provisória. E se podiam fazer por Medida Provisória, podiam ter feito antes. O fato é que o meu papel eu cumpri

naquele momento. Eu considero, então, que nós temos uma pendência nessa Comissão, que é precisamente a questão do Dr. Tiago. É uma pendência, que estava com o seu julgamento marcado para uma etapa anterior às medidas justas, corretas que V. Exa. propõe à Casa.

Por isso que eu me apressei a vir à Comissão, não só porque sou membro suplente dela e vou nela atuar da maneira mais efetiva que caiba a mim fazer, como para evitar que nós cometamos aqui uma injustiça dupla, seja com o próprio Dr. Tiago, contra quem não vi ninguém levantar nada e a quem passei a conhecer melhor a partir dos contatos que com ele obtive, seja com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, porque, se precisa de um Diretor, tudo que deseja é que o Diretor, para lá escolhido, seja um Diretor efetivo e que venha com competência para regular essa importante função econômica, que tem muito a ver com o meu Estado, inclusive. As estradas do meu Estado são os rios. Então, eu espero muita competência de quem dirija a ANTAQ.

Por isso, o meu apelo à V. Exa. é no sentido de que aplique, e aplique com rigor, a regra daqui para frente. Eu estarei aqui para apoiar a sua decisão. Mas que... Não é nem a questão de abrir essa exceção. Reconheça que este caso é anterior. Este caso estava pendente de dezembro, e que, portanto, meu senso de justiça me leva a dizer que deveríamos fazer aquilo que eu não permiti que fizesse, que era a escolha, ou não, a depender da Casa, do nome do Dr. Tiago.

Fica aqui, portanto, a minha consideração, a minha explicação e o meu apelo, dizendo que... E V. Exa. precisa... É homem de boa memória, e não tem como não ser. Eu, aqui, votei contra V. Exa., por razões de coerência. Entendia que o princípio da proporcionalidade indicava que o PT deveria ocupar a quarta posição na Mesa. Não foi assim que decidiu a maioria dos membros da Casa. V. Exa. se elegeu. Então, V. Exa. é o Presidente da Comissão a que eu pertencço. E V. Exa. tomou uma primeira medida que eu julgo justa, e que eu devo aqui ressaltar como válida, como correta e como pedagógica, que sirva para esse, para o outro Governo e para os demais governos.

Levo muito a sério a agência reguladora. Agência reguladora não foi feita para aparelhinho partidário, agência reguladora não foi feita para... Não foi feita para nada, que não uma entidade de defesa do Estado Brasileiro e do consumidor, inclusive, sem nenhuma subordinação a governos, nem a este, nem ao passado e nem ao futuro.

Eu entendo que é uma visão retrógrada se imaginar que se possa fazer do agente regulador alguém submetido aos desígnios, aos ditames, às ordens de um

Ministro de Estado de qualquer pasta. Ele representa o Estado. Essa compreensão, que ela venha, tardiamente, que seja, mas venha neste Governo. É a representação do Estado, e não a de Governo qualquer.

Então, é normal que uma agência discrepe do Governo, se for o caso, porque ela tem um dever de defender o Estado que não passa e governos eles próprios passando. Então, que os mandatos sejam sempre descoincidentes entre eles, não coincidentes entre eles. E não coincidentes, inclusive, com os mandatos do Presidente da República. Nada mais natural que o Presidente Lula, amanhã, deixar o Governo e entrar o sucessor dele, que eu espero que seja do sexo masculino, entrar o sucessor dele... Desta vez... Nada contra as mulheres, eu adoro as mulheres, mas é só uma questão de preferência partidária, enfim. E sem nenhum desdouro para a Ministra Dilma, enfim. Isso foi apenas uma blague, o bom humor que não deve faltar e deve permear sempre a nossa atuação. Mas que o Presidente que venha por aí encontre agentes reguladores nomeados pelo Presidente Lula. E que aceite isso. Que não se incomode com isso. Que se submeta a isso. E que, depois, na sua vez, adote critérios, Sr. Presidente, eminentemente técnicos, jamais partidários, jamais de partilha entre fulano e beltrano. Critérios técnicos, para que a gente possa ter essa compreensão.

Nos Estados Unidos, ninguém questiona que o *Federal Reserve Bank* é independente do Governo americano, com seus erros e seus acertos. Eu sou a favor, e é meu o projeto que dá autonomia ao Banco Central.

Portanto, eu entendo que certas entidades, certos órgãos, pertençam ao Estado, e essa compreensão deve se arraigar na cabeça de todos nós, independentemente da questão partidária ou da disputa eleitoral que se avizinha. Isso é de somenos, se levarmos em conta que nós também passamos, mas que o Estado Brasileiro fica.

Eu faço um apelo no sentido de que nós, em relação a este episódio, até eu me sentiria muito apaziguado com minha consciência, nós aqui... Nós, aqui... Nós, aqui, usemos a regra antiga. E eu parablenizo V. Exa. pelas regras novas que sugere, e que, de maneira muito firme, eu, aqui, venho a endossar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT – AM): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. Mas eu colocarei à deliberação do Plenário

rio, quando do momento oportuno do item da pauta que trata do preenchimento da vaga na ANTAQ, se nós devemos, de acordo com a proposta do Senador Arthur Virgílio, endossada por alguns, pelo que eu já aqui ouvi, se deveremos seguir o rito antigo ou se deveremos implementar já o rito novo, aprovado, por unanimidade, desta Comissão, na última reunião aqui realizada.

[sobreposição de falas]

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem...

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT – AM):

Pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Eu estava primeiro inscrito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O Senador Gilberto Goellner, pela ordem, por favor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sra. Senadora, eu, da mesma forma, após a fundamentada e prolixa defesa do Senador Arthur Virgílio, eu vejo que nós devemos decidir, então, logo a seguir, sobre a adoção, ou não, dessas novas medidas, mas eu gostaria de auxiliar no sentido de que não só a falta de diretores de agências reguladoras, como o atraso já na indicação do Sr. Tiago Pereira Lima a essa Diretoria da ANTAQ, que precisa sofrer nova... Ritmo de gestão. Porque existem lá só dois diretores, quando são três que decidem pela autarquia, pela agência.

Então, devido a essa premissa que temos e já fomos aqui... Já inquirimos o Sr. Tiago anteriormente, eu vejo que nós podemos decidir... Eu sou favorável também, assim como o Arthur Virgílio se expressou, sou favorável à aprovação nas normas anteriores.

Eu só... Eu quero fazer um encaminhamento, um requerimento que eu passarei à Mesa, para solicitar um convite ao Sr. Presidente do IBAMA, para que apresente a essa Comissão todas as implicações da legislação, na concessão das licenças ambientais de todas as obras do PAC, que estão, hoje, a impedir seu pleno início de execução de obras, inclusive licenças de instalação.

Após a obtenção da licença ambiental, um atraso monumental de tempo nas instalações, nas licenças de instalações e, depois, as licenças de operação das obras fundamentais, tanto no sistema rodoviário, ferroviário e aquaviário do país.

Eu cito como exemplo, numa audiência que tivemos, um fórum pró ferrovia, no Estado de Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, na última semana, onde ficou

evidente que o início da ferrovia que liga Alto Araguaia a Rondonópolis e chegando em Cuiabá está hoje impedida, a um tempo enorme, da concessão da licença de instalação.

Os recursos estão lá disponíveis, são 60 milhões disponíveis, para a LL, que detém a concessão da ferrovia, iniciar seus trabalhos. Infelizmente, a legislação, como está hoje, fundamentando a concessão das licenças de instalação de operação, não só disso, mas de todas as grandes obras do país, estão a impedir, devido à responsabilidade dos funcionários, dos técnicos, responsabilização dos mesmos nas referidas concessões, estão a impedir o pleno andamento, um andamento mais rápido de todas essas obras, principalmente as obras do PAC no país.

Então, eu acho fundamental que tragamos aqui o Presidente do IBAMA, para que ele coloque às claras o que está acontecendo dentro do IBAMA, que está impedindo toda essa facilitação, eu digo, análise mais rápida, dessas obras importantes para o país, como a ferrovia que sai de Alto Araguaia e está parado há mais de dois anos por falta de uma implementação dessas licenças.

Então, vou encaminhar esse pedido à Mesa, para que a gente traga aqui e inquirir todo o IBAMA sobre o que está acontecendo nessas recomendações. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A Mesa aguarda a chegada do requerimento de V. Exa. Antes de passarmos ao próximo orador--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Presidente, permitiria a palavra, pela ordem, mais uma vez?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Eu pedi pela ordem, Presidente.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): E após todos, me permitiria a palavra mais uma vez, pela ordem? Após todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador... Desculpe, Senador, eu não entendi.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Digo, após todos, se V. Exa. me permitir a palavra, pela ordem, mais uma vez, eu agradeceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, pois não. O Senador Lobão Filho está na minha frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu gostaria apenas de... Passarei a palavra, em seguida, ao Senador Jayme Campos e ao Senador Lobão Filho. Mas, antes... E ao Senador João Ribeiro.

Mas, antes, eu gostaria de comunicar ao Plenário que esta Comissão aprovou, em reunião realizada no dia 12 de março passado, o Requerimento 06, da Comissão de Infraestrutura, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando audiência pública conjunta desta Comissão com a Comissão de Assuntos Econômicos, convidando o Presidente da PETROBRAS, Dr. Sérgio Gabrielli, para discorrer sobre planejamento estratégico da PETROBRAS e de seu plano de negócios para o período de 2009 a 2013.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou o Requerimento nº 03, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, e o de nº 05, de autoria dos Srs. Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, ambos de 2009, Comissão de Assuntos Econômicos, em igual teor. E agendou a data do dia 24 de março, terça-feira, às 10 horas. Portanto, eu consulto aos Srs. E Sras. Senadoras... Sras. Senadoras e Srs. Senadores se podemos nos reunir conjuntamente com a CAE, no próximo dia 24 de março, terça-feira, às 10 horas, no Plenário da Comissão de Assuntos Econômicos, para atendermos aos requerimentos mencionados.

Essa é a consulta que eu faço. Aqueles que estiverem de acordo com a realização no próximo dia 24 de março, terça-feira, às 10 horas, da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Infraestrutura com o Presidente da PETROBRAS...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): É só o Presidente da PETROBRAS?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Somente o Presidente da PETROBRAS. Permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Presidente, só uma dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não. Por favor.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Senador Efraim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Só uma dúvida. V. Exa. já teve o contato com o Senador Garibaldi em relação a esse horário?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Qual senador?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Garibaldi, da CAE.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não. Isso aqui... Isso aqui, Senador Efraim, foi um requerimento apresentado à CAE, pelo Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Minha pergunta é se foi acertado com a Presidência. Era só esse detalhe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu imagino que deva ser, porque o Senador Aloizio Mercadante é que propôs, juntamente com a Senadora Ideli Salvatti--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): É que nós participamos da CAE e não recebemos essa confirmação. Só para que fique esclarecido.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Comunicou? Então, só essa dúvida. Agradeço à V. Exa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA): O Senador Garibaldi comunicou a realização da audiência na terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado pela explicação, Senador Antonio Carlos Júnior. Queria registrar aqui, no nosso Plenário, a presença do Deputado Vicente Arruda, que está aqui – muito obrigado pela sua presença -, do PR, do Estado do Ceará.

Com a palavra o Senador Jayme Campos; em seguida, o Senador Lobão Filho, Senador Expedito Júnior e João Ribeiro.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Senadores Fernando Collor e Eliseu Resende, demais senadores e senadoras, primeiro que eu quero novamente cumprimentá-lo, que, por incrível que pareça, V. Exa. chegou, cumprindo horário britânico, 08h30, nessa Comissão, e, para minha alegria e meu contentamento, já tínhamos quórum suficiente para a abertura dos trabalhos dessa Comissão. Acho que já foi um grande avanço só de nós conseguirmos colocar horário na abertura dessa Comissão, ou seja, o trabalho se inicia conforme, naturalmente, determinação da Presidência da Comissão. Parabéns à V. Exa. Só isso já valia, acho que a pena aqui, a sua presença como Presidente dessa Comissão.

Entretanto, eu quero corroborar com o Senador Arthur Virgílio em relação à indicação do companheiro Tiago, que foi indicado para ser Diretor da ANTAQ. Eu imagino que o ato que V. Exa. baixou aqui, a medida, de que todos os demais indicados para ocupar qualquer agência reguladora nesse país, naturalmente, terá um novo procedimento, sobretudo, alguma exigência de alguns documentos muito importantes, sobretudo, sua regulação fiscal e outros que certamente é muito bom, que nós vemos aí a idoneidade moral dessas pessoas que estão sendo indicadas para exercício dos cargos como Diretor de algumas agências reguladoras.

Mas desta feita, eu entendo de que a indicação do Dr. Tiago, ela acho que não está... A medida de V. Exa., acho que tem que ser um pouco ponderada, tendo em vista... Acredito que tenha sido, inclusive, lido o relatório pelo Senador Raimundo Colombo, que é relator da sua indicação, eu imagino que esse moço já está aqui nos corredores há mais de seis meses. Estou com pena dele todos os dias visitando os gabinetes dos Senadores, e, lamentavelmente, ele já era pra ter sido aprovado lá no dia 18 de dezembro. Entretanto, eu faço um apelo à V. Exa., sobretudo, pelo espírito de bom senso e, sobretudo, um homem que tem a coerência suficiente na aplicação das leis, que nós colocamos hoje aqui para que seja sabatinado, aprovado e certamente possa exercer o cargo de Diretor da ANTAQ.

É um apelo que faço à V. Exa., que, a medida que V. Exa. baixou aqui prevaleça, de agora para frente, daquelas pessoas que foram indicadas. É esse o apelo que faço à V. Exa., Sr. Presidente. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente, o Senador Jayme Campos me antecedeu e falou o que eu ia falar. Na realidade, o processo de indicação do Dr. Tiago Pereira Lima já havia se iniciado. O relatório já havia sido lido. Então, eu corroboro as palavras do Senador Arthur Virgílio e do Senador Jayme Campos. No meu entendimento, aquele procedimento deveria se ater às regras antigas. Apesar, acabei de ler suas novas regras, são perfeitas, muito coerentes e oportunas. Mas o Dr. Tiago realmente se atém a uma regra antiga, porque já havia sido iniciado o processo de votação dele. Apenas foi sustado temporariamente por um pedido de vistas do Senador Arthur Virgílio.

Então, no meu entendimento, ele deveria se ater à regra antiga. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Lobão Filho. Com a palavra o Senador Expedito Júnior, depois o Senador João Ribeiro e passaremos ao próximo item da pauta.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO): Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de cumprimentá-lo também, parabenizá-lo pela decisão de V. Exa., e gostaria de fazer coro aqui, e, antes, elogiar aqui o Senador Arthur Virgílio, que, realmente, no dia 18 de dezembro, nós não votamos aqui o nome do Dr. Tiago Pereira Lima, por causa de um pedido de vistas do Senador Arthur Virgílio, e que, hoje, o Senador Arthur Virgílio

coloca à disposição da Comissão para que possa ser deliberado sobre esse assunto.

Mas, na mesma linha dos Senadores que já me antecederam, o Senador Lobão, o Senador Jayme, o Senador Gilberto, o próprio Senador Arthur Virgílio e, daqui a pouco, acredito que o líder do meu partido, o Senador João Ribeiro deve também adentrar nessa mesma linha, além de parabenizar V. Exa. pela decisão que V. Exa. tomou, acho que uns dos primeiros atos de V. Exa. como Presidente dessa Comissão, mas eu gostaria de entender também, Sr. Presidente, que esta decisão, acredito ela que não caberia ao indicado, ao Tiago Pereira Lima, por conta do relatório dele praticamente já ter sido lido, já estava na Mesa para ser sabatinado, e, portanto, está pronto, está aí.

Eu concordo com o Senador Jayme, ele visita aí os gabinetes dos senadores aí, há quatro, cinco meses, visitando, peregrinando o gabinete dos senadores. E se já há praticamente um consenso de todos os partidos aqui, líderes partidários aqui nessa Comissão, resta saber aqui do PMDB, de repente está aqui o Senador Raupp, o Senador Wellington, que estão aqui, e o próprio Senador Gim Argello, do PTB.

E acredito que, havendo esse consenso, eu acredito que, com a decisão de V. Exa., com o entendimento de V. Exa., nós pudéssemos, então, sabatar aqui o indicado, o Sr. Tiago Pereira Lima.

Esse é o pedido que faço à V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Expedito Júnior. Com a palavra o Senador João Ribeiro e o Senador Arthur Virgílio, para finalizar essa parte da discussão, e partimos para o segundo item da pauta. Com a palavra o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, primeiro eu quero me dirigir ao Senador Eliseu Resende, que fez, sempre que usa da palavra, realmente uma bela exposição de algo que ele conhece como ninguém. E realmente é muito importante essa questão das eclusas, isso é uma discussão que vem se arrastando ao longo dos anos, inclusive aqui nessa Comissão, eu estou desde o primeiro ano de mandato, do meu mandato aqui de Senador, e já vai para o 7º ano e sempre... A gente tem sempre discutido isso. E, realmente, tem alguns projetos que tramitam, inclusive um do ex-Senador Carlos Patrocínio, que já foi aprovado aqui na Casa e está na Câmara dos Deputados, e eu acho que a gente precisa, se for o caso, agir de forma rápida e tentar apensar alguma coisa e resolver essa questão, porque realmente é importante a construção das eclusas. Importantíssimo.

Agora, com referência... Queria informar V. Exa., Senador Eliseu. Com referência à eclusa do Lajeado, esta obra, nos últimos 30, 40 dias, eu conversava com o Presidente Lula e com a Ministra Dilma, numa ida deles ao Tocantins, quando foram inaugurar a Usina Hidrelétrica de São Salvador, e ele me dizia que ia colocar a obra no PAC e que realmente ia realizar uma obra que vai gerar muito emprego, 2.500 a 3.000 empregos diretos e mais de 12 mil empregos indiretos.

Uma obra de um custo, hoje, estimado, no levantamento feito pela área técnica do DNIT e do Ministério, já está nas mãos da Ministra Dilma e do Ministro Paulo Bernardo, para decidir a ida dessa obra para o PAC, uma obra de 726 milhões de reais. E, se construído na época, V. Exa. sabe que ficaria 30, 40% a menos deste valor.

E, portanto, a crise econômica, Senador Fernando Collor, acabou ajudando o Tocantins nessa questão da eclusa do Lajeado. Porque, para a geração de emprego e renda, uma obra que está pronta, licitada, com licença ambiental, com canteiro, só faltava realmente a decisão do Governo, e, felizmente, o Presidente decidiu, e parece-me que, dentro dos próximos dias, nós estaremos iniciando essa obra tão importante para o Brasil. Como é um assunto que foi colocado pelo Senador Eliseu Resende, estou dando essa informação a essa Comissão.

E o segundo tema é também com referência à indicação do Dr. Tiago Pereira Lima [soa a campainha] para este cargo tão importante dessa agência aquaviária, que, realmente, precisa... Como o Dr. Pagot, e eu que tenho um relacionamento mais estreito com ele, por causa da questão partidária, e com o próprio Ministro, sei perfeitamente que está sendo preparado um PAC para as hidrovias e acho que esse é o momento de o Brasil fazer isso, já que nós estamos construindo aí as ferrovias. A ferrovia Norte-Sul, agora, vai até São Paulo, com ramal para a Bahia, com ramal possivelmente para o Estado do Mato Grosso, está sendo feito levantamento para isso. A segunda-feira que passou, eu participei de uma reunião, em Palmas, no Tocantins, com o Presidente da VALEC, com a Diretoria toda, com os empresários, fiquei muito entusiasmado com o que ele colocou, da determinação do Presidente Lula quanto a essa obra e as ferrovias que estão a cargo da VALEC.

Então, eu vejo que esta decisão nossa, Sr. Presidente, sem querer contestar as novas regras e também estou plenamente de acordo que a exigência tem que ser forte, tem que ser cada vez maior, para que a gente possa... O serviço público seja melhor aproveitado, as pessoas que para lá vão possam desempenhar melhor a sua função, devem ser preparados, deve

ser de forma cada vez mais transparente a indicação dessas pessoas, o país cobra isso, e cumprimento V. Exa. por essa atitude.

Mas, nesse caso do Dr. Tiago, eu estou de acordo com os demais parlamentares que usaram da palavra. Eu acho que, como já foi lido, ele está aqui aguardando há algum tempo, o cargo está vago, Sr. Presidente, há muito tempo, e esta Diretoria está sofrendo há muito tempo de solução de continuidade, em função dessa questão. Então, faço esse apelo à V. Exa., que a gente vote isso hoje, este item hoje, para a gente resolver essa questão. Assim, nós estaremos ajudando, mais ainda, o nosso país.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador João Ribeiro. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para encerrarmos essa fase de discussão.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente, sobre essa fase, eu já tinha até colocado as minhas ponderações, que eu vejo respaldadas por ampla... Por ampla... Não sei se maioria, mas por ampla representação nesta, nesta Comissão de Infraestrutura. Mas eu queria lembrar V. Exa. algo que eu julgo muito importante para se complementar o bom trabalho que se inicia, que seria a instalação da subcomissão que foi criada já, falta apenas instalá-la, para acompanhamento das obras do PAC.

Me preocupo, porque o PAC... Fala-se, fala-se e fala-se no PAC, mas ele tem representado hoje não mais do que 1% do Produto Interno Bruto, a título de efetiva inversão, de efetivo investimento. Inversão nos investimentos. E nós... Eu sempre digo que a crise só não está sendo mais grave, e ela é grave no Brasil, porque outros fatores, tipo o tão difamado PROER, que o Presidente Lula já tentou até oferecer para o Presidente Bush, enfim, a Lei de Responsabilidade Fiscal, os esqueletos que foram retirados pelo governo passado do armário, renegociação de dívida de estados e municípios, as reformas estruturais, sobretudo, no primeiro Governo do Presidente Fernando Henrique, reformas microeconômicas muito relevantes do Governo do Presidente Lula, notadamente na sua primeira etapa, o fato de ter havido uma certa consistência, uma certa coerência entre as políticas macroeconômicas de antes e as posteriores, e, agora, numa hora em que nós estamos sem direito a esperar milagres de arrecadação a mais para obter superávits e para enfrentar as exigências de um país que se financia com uma taxa, uma carga tributária muito alta, pra mim, o justo é se cortar duramente no custeio para se poupar, Senador Antonio Carlos, no investimento.

E, sendo assim, é muito importante que não se desperdice essa oportunidade de investimento que seria o PAC. Que a meu ver, é uma... É a conjugação... Não acho ruim, é a organização de algumas dezenas de projetos, muitos deles já gestados há anos nas empresas estatais brasileiras, eu vejo que ainda houve pouca capacidade de atrair capital privado, mas julgo salutar que nós instalemos essa subcomissão, porque será uma forma de se dimensionar, se dar mais peso a esta Comissão e se colocar mais exigência no cumprimento das metas do PAC, numa hora em que investir é preciso, gastar em custeio não é preciso.

Gastar em custeio se deve, ao contrário, evitar. Se deve cortar duramente do custeio. Se eu pudesse... Conselho a gente não dá, mas, se eu pudesse, de alguma forma, passar uma mensagem para o Presidente da República, eu diria: "Presidente, pegue 'X' bilhões de reais e corte no custeio duramente. E pegue X bilhões de reais e destine a investimentos que vão ter começo, meio e fim, para nós protegermos empregos, gerarmos os empregos necessários, para darmos uma rede de proteção social à economia, para nós não termos..."

Eu, por exemplo, vou surpreender, eu não vejo que... Eu vejo que tem muito gasto à toa. Mas o gasto no Bolsa Família é bom. A fome neste país, o gasto do Bolsa Família é bom. Eu sou a favor de nós vermos todo mundo que precisa, e se necessário cortarmos no custeio desnecessário de viagens, de passagens de Ministérios, expletivos, para até aumentarmos o Bolsa Família, enfim.

Então, eu me preocupo muito com a segurança alimentar de quem é muito pobre e me preocupo muito com o investimento que vai um dia fazer essas pessoas não precisarem mais de políticas compensatórias. Portanto, o PAC é importante, ele precisa ser tocado, ele tem sido pouco tocado, e eu creio que essa subcomissão viria em boa hora para pluripartidariamente criar uma forma de análise e de acompanhamento dos investimentos que possam estar sendo realizados e de cobrança dos investimentos que deveriam ser realizados e que não estão sendo realizados na prática.

É uma sugestão que fica... Passo para V. Exa., dizendo que não termos o que... Sequer o que deliberar. Seria mais pedir aos partidos que indiquem seus membros, porque há uma deliberação tomada na gestão anterior à V. Exa., no sentido de se instalar a Comissão. Ela foi aprovada, ela faz parte hoje da realidade viva da Comissão de Infraestrutura que V. Exa. preside nessa Casa. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado ao Senador Arthur Virgílio. Na última reunião, por uma demanda de vários

Senadores, capitaneada pelo Senador Flexa Ribeiro, houve uma... A solicitação de informações sobre o andamento das obras do PAC.

Naquele mesmo instante nós pedimos à Secretaria que entrasse em contato com a assessoria da Ministra Dilma Rousseff, e ela nos encaminhou e chegou agora pela manhã um compêndio com todas as obras do PAC que estão em andamento no país, Estado por Estado, o estágio do seu cronograma físico financeiro, aquelas que estão com algum atraso, aquelas que estão avançadas, aquelas que eventualmente ainda não tenham iniciado. Enfim, um relatório absolutamente completo que eu pediria à Secretaria que providenciasse fazer chegar às mãos de cada um dos Srs. Senadores aqui presentes.

E também algo interessante aconteceu sobre esse assunto que... Eu recebi um e-mail de um senhor, Sr. Ailton Hélio, em que ele diz... Me manda uma foto, uma foto de uma ponte, e diz... De um viaduto. E diz: "Este viaduto do PAC não sai disto. Substituirá o viaduto das almas no trecho BR-040, Rio-Belo Horizonte. A obra está parada. A empreiteira fez o viaduto, ganhou o dela, mas o desvio da estrada para o novo viaduto está lá parado. Dá aí uma ajuda para os mineiros."

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Presidente, se V. Exa. me permite.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Pela ordem, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com licença, só concluir.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Ok, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Então, eu encaminhei isso ao Gabinete da Ministra e imediatamente me veio a resposta que eu passo agora a ler para V. Exa. s: "*Conclusão da construção do viaduto Vila Rica, incluindo acessos, variante. Viaduto de 460 metros, acessos, três quilômetros e 700 metros. Essa obra não é passível de licenciamento, considerada de baixo impacto ambiental pelo Conselho Estadual de Política Ambiental. Viaduto. Conclusão prevista para o dia 30 de março de 2009.*" Ou seja, 30 de março deste mês.

"Essa obra aqui reclamada pelo reme-
tente deste e-mail estará concluída no dia 30
de março de 2009, o viaduto. Em relação aos
acessos, A licitação da obra, o edital foi publi-
cado no dia 21 de janeiro de 2009, e o início
das obras desses acessos estará sendo ini-
ciado até o dia 15 de maio de 2009".

Essas são as explicações que foram trazidas pela Ministra Dilma Rousseff.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente a propósito... A propósito desse *e-mail*, eu acredito que os mandatos se alimentam muito da interação com os eleitores brasileiros. O mandato exercido longe dos eleitores fica frio, fica burocrático, enfim. Eu considero muito louvável.

Eu reforço a ideia da subcomissão porque V. Exa. poderia designar que membros dessa subcomissão fossem ver isso *in loco*. A Ministra dá justificativas plausíveis, a obra mal estaria sendo iniciada, enfim, então a cobrança poderia ser prematura.

Mas outras não. A subcomissão teria a mobilidade para ir lá. Isso vem em socorro de quem efetivamente quer realizar as obras do PAC, no caso o próprio Governo Federal. Isso reforça a tese de que seria de bom tom nós pensarmos em instalar o quanto antes a subcomissão. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Em relação à questão da Subcomissão, Senador Arthur Virgílio, devido--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Sr. Presidente, pela ordem. Desculpe.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Desculpe. Tem razão, tem razão. Pela ordem Senador Wellington Salgado, depois eu darei uma palavra sobre o que [sobreposição de falas].

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Como é uma colocação de situação de Minas Gerais, essa situação do viaduto, inclusive nós tivemos uma reunião, os três Senadores, Presidente, com o Ministro dos Transportes. Eu, Azevedo e Senador Eliseu.

E fomos com uma série de obras em Minas Gerais, de rodovias, de viadutos, e tivemos uma reunião onde o Ministro apresentou para cada caso, o Senador Eliseu estava presente, em que pé estavam essas obras. Quais seriam os próximos passos, estavam esperando passar essa época de chuvas para que recomçassem as obras... E essa questão desse viaduto foi muito debatido, porque se não me engano esse viaduto é da época de Juscelino Kubitschek. Senador Eliseu, se eu estiver errado me corrija, porque aí já é um fato muito anterior ao meu conhecimento.

Então, o que acontece? Esse viaduto, quando começou a obra tem uma parte do terreno que começou a cair. E aí viu-se que teria que fazer um novo acesso, uma nova... Como é que chama, Senador Eliseu? Quando você faz para poder entrar no viaduto. Tem uma... Uma alça. Uma nova alça. Só que o orçamento, o valor

para essa nova alça, teria que ter uma licitação. Se eu estiver errado, o Senador Eliseu me corrija.

Então, diante disso, fez-se uma nova licitação para esse pedaço de obra e aí vai se terminar a obra. Por acaso, essa situação de Minas nós temos pleno conhecimento. Agora, o decano no assunto, Senador Eliseu, eu gostaria que, se eu errasse, ele pudesse explicar um pouco mais, já que a situação é de Minas Gerais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É exatamente isso, Senador Wellington, o que foi informado pelo Gabinete da Ministra Dilma, que a licitação da obra dessa alça ou desses acessos, a licitação e o edital já foi publicado no dia 21 de janeiro deste ano, e o início dessas obras se dará até o dia 15 de maio de 2009. E ao viaduto em si, a sua conclusão está prevista para o dia 30 de março. 30 deste mês.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Para explicações, o Vice-Presidente, Ministro Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Dar um acréscimo, acho que esse exemplo do Viaduto das Almas... Antigamente, chamava Viaduto das Almas. Morria tanta gente que nós mudamos o nome do viaduto, para ver se melhorava ou reduzia o número de acidentes. Mas isso é um bom exemplo pra gente analisar o PAC.

Um Programa de Aceleração do Crescimento não pode restringir-se a uma listagem de projetos com dotações orçamentárias previstas. Quem tem experiência na administração de obras, seja no setor público ou no setor privado, sabe que arranjar o dinheiro para fazer obra é importante. Mas não basta. Muitas vezes a gente tem dinheiro, mas os problemas colaterais impedem o andamento da obra mais fortemente do que a falta de dinheiro. E se as ações integradas não se verificarem, não houver uma programação administrativa de execução com eficiência, ou seja, se o Governo não agir eficientemente, coloca-se dinheiro no orçamento e o dinheiro não é gasto. E nós estamos assistindo no PAC, os dados que vem aqui para o Presidente Collor vão refletir isso, o PAC tem gasto muito menos dinheiro do que colocado aqui no Congresso. Exatamente por causa dos outros problemas.

Nós citaremos, como exemplo de passagem, foi discutido aqui, as questões ambientais, que travam o andamento das obras. E a eficiência do órgão executor, no caso específico aí das estradas, o DNIT, tem de ser cobrada, exigida, e a estrutura tem de ser eficiente e capaz de realizar o programa de acordo com o estabelecido. No caso do Viaduto Vila Rica, antigo Viaduto

das Almas, saibam, membros da Comissão de Infraestrutura, cuidou-se da construção do viaduto e não se cuidou da construção do trevo de acesso.

Hoje, o viaduto está sendo inaugurado, está pronto, está no ar, e os acessos estão começando. Essa foi a carta do leitor, mas que nos traz um bom exemplo. Um viaduto construído pelo Juscelino Kubitschek. Não é nem uma obra de engenharia de trânsito, é uma obra de arquitetura. Parece que o Niemeyer que projetou. É um viaduto em rampa e curva. Foi substituído por um rio, um viaduto mais simples, que responde pelo tráfego. Mas esqueceram do acesso.

Então, eu quero chamar atenção no debate do PAC com os membros do Governo, particularmente com a Ministra Dilma Rousseff, nós temos de cuidar também da eficiência da condução dos projetos, da resolução das... dos problemas ambientais e da eficiência técnica e administrativa dos órgãos encarregados de executar.

Caso contrário, nós pomos dinheiro no orçamento, o dinheiro não é gasto e o PAC não existe. É uma colocação que eu gostaria de falar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu gostaria de passar para o item 2 da pauta. Se V. Exa s. permitissem, porque... Apenas ratificando o que foi dito pelo Ministro Eliseu Resende, de que essa obra, então, os acessos, a licitação, o edital já foram publicados no dia 21 de janeiro de 2009 e as obras do acesso a esse viaduto estarão sendo iniciadas até o dia 15 de maio de 2009.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Questão de Ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Questão de Ordem, Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Só pra eu me esclarecer, Presidente, eu não estou entendendo. Nós estamos aqui, já discutimos questão de Subcomissão, já discutimos questão do Sr. Tiago, já discutimos uma série de questões. Os erros do PAC... Enfim, foi uma série de questões que já foram discutidas.

Eu gostaria, só para eu entender... Nós temos... Não é possível inversão da pauta para a gente resolver esse terceiro item, que me parece que vários senadores já se posicionaram, a gente já resolveria esse ter-

ceiro item, que me parece que é uma coisa que está travando aqui entre nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senadora Serys, eu pediria sua compreensão, nós temos apenas mais um item da pauta para ser... Não cabe nem discussão mais nesse caso, e, em seguida, nós estaremos passando ao item final desta pauta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Portanto...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Flexa, pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, eu quero associar-me a outros tantos senadores e à senadora, solicitando que possamos também chegar ao terceiro item da pauta. Se nós estamos defendendo a implantação, a consolidação, a implantação do sistema hidroviário, nós precisamos dar à ANTAQ as condições plenas de gestão.

O indicado, Dr. Tiago, já está com a sua indicação feita desde antes de termos aprovado a nova sistemática de aprovação. V. Exa. tem toda razão. O Senado Federal tem a responsabilidade de aprofundar a questão das indicações que estão sendo feitas pelo Palácio do Planalto. Em função disso, as agências reguladoras, elas terão, ou não, uma gestão eficiente.

É preciso que haja, evidentemente, a indicação política, mas a indicação política seja acompanhada de competência para cada uma delas. [soa a campanha] Então, nós temos que ter o aprofundamento, como V. Exa. propôs na nova sistemática, já aprovada, mas que esses, que já se encontram aqui, nós possamos dar, agilizar o processo de indicação, para complementar.

E por último, só pedindo à V. Exa., Senador Arthur Virgílio, eu estava fora, dando uma entrevista a uma rádio do Pará, e quero reforçar, mais uma vez, pedir à V. Exa. a instalação da subcomissão para acompanhamento do PAC. Eu acabo de receber aqui um novo balanço do PAC que recebemos a cada três, quatro meses. Eu quero não acreditar que isso aqui seja mais um instrumento de propaganda. Porque o PAC, no meu Estado, está empacado.

Então, eu não sei como é que o Senado, e pela Presidência de V. Exa. na Comissão de Infraestrutura, pode receber um documento como esse e não ir a campo verificar a veracidade, ou não, do que aqui está colocado. Aqui está colocado.

Então, é importante, Presidente Fernando Collor, é um rito das comissões que instale as subcomissões

da ordem de encaminhamento dos requerimentos. Eu pediria à V. Exa. que possamos fazer, já na próxima sessão, a instalação desta subcomissão solicitada e aprovada.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Nós levaremos esse assunto à próxima reunião, para não atrasarmos os nossos trabalhos no dia de hoje.

Continuando a pauta. Decisão terminativa. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 2005, que *“Altera as Leis nº 8.176, de 08 de fevereiro de 1991, e a 9.847, de 26 de outubro de 1999, para incluir a declaração de inaptidão da inscrição no CNPJ, no rol de sanções imputáveis a quem comercializa combustível adulterado”*. Autor: Senador Demóstenes Torre. Relator: Senador Flexa Ribeiro. Observação: em 12 de março de 2009, foi aprovado o substitutivo ao PLS nº 96, de 2005. A matéria está em discussão suplementar. A matéria está em discussão suplementar”. Coloco em discussão suplementar essa matéria. Não havendo quem queira discutir, eu encerro a discussão. Não foram oferecidas emendas na discussão suplementar. O substitutivo é dado como definitivamente adotado, nos termos do art. 284, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Secretaria Geral da Mesa.

Eu pediria à secretária que, por gentileza... Por favor, me oferecesse aqui a...

É a mensagem do Senado Federal nº 277, de 2008, que trata da indicação do Sr. Tiago Pereira Lima para exercer o cargo de Diretor Nacional da Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente, o item 2 foi suprimido da pauta?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Qual? Desculpe.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Não, o item 2.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É verdade, tem toda razão. O item 2, Senador Ministro Francisco Dornelles, ele retirou... Pediu a retirada definitiva do item 2 da pauta. Senador Dornelles--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Ele justificou ou não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Dornelles, poderia. Ele aí está. Senador Dornelles, por favor.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Eu havia recebido um apelo de autoridades governamentais para que no momento-- [ininteligível] com essa matéria. De modo que eu retirei meu projeto para que no momento em que o Governo teme

a iniciativa de me enviar uma lei sobre o assunto, ele possa ser discutido na sua plenitude. Eu retirei esse meu projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Então, está aí a explicação, Senador Lobão, da retirada definitiva daqui da Comissão de Infraestrutura desse projeto do Senador Dornelles, que é o Projeto de Lei nº 312.

Em relação, portanto, à questão da apreciação do nome do Sr. Tiago Pereira Lima, ouvi aqui diversos senadores, opiniões discordantes de que deveremos obedecer o rito antigo, capitaneado pelo Senador Arthur Virgílio, ou colocar sob o rito novo, que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, na nossa última reunião.

A esse propósito, a propósito desse assunto, eu gostaria de fazer a leitura de uma nota técnica que sugeri, que pedi à consultoria do Senado e que pediria que me fosse entregue. Está aqui. É o seguinte--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É o seguinte o teor da norma informativa--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Sr. Presidente, pela ordem, só para auxiliar V. Exa. .

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Só para dizer o seguinte: até para contribuir, eu acho que não houve nenhuma contestação com referência à sugestão de dar continuidade apenas a este caso que já estava em discussão, de usar as regras anteriores.

Então, só para que fique bem claro, que parece-me que não houve nenhum senador solicitando que usassem as novas regras já a partir desse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador. A nota informativa nº 455, de 2009: *“Sobre STC nº 200901133, da Consultoria Legislativa, que indaga acerca da aplicação do ato nº 01, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a indicação do Sr. Tiago Pereira Lima para Diretoria da ANTAQ*.

[soa a campanha]

Solicita à Consultoria Legislativa que se analise o ato nº 01 de 12 de março de 2009 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da própria Comissão de Infraestrutura, já se aplicaria a indicação do Sr. Tiago Pereira Lima para a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, feita mediante a mensagem nº 277 de 10 de dezembro de 2008, nº 989, de 2008 na origem.

O ato em questão estabelece exigências a serem atendidas pelos indicados a cargos submetidos a arguição da Comissão e disciplina os procedimentos para a oitiva dos candidatos e votação de seus nomes. Finalmente, o ato prevê sua vigência a partir da data de sua publicação.

Inicialmente, cabe observar que se pode arguir que o ato nº 01, de 2009, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, ainda não entrou em vigor, isto porque o documento foi aprovado na reunião da Comissão de Infraestrutura, do dia 12 de março, último, e lido em Plenário no dia 17, subsequente, estando a sua publicação prevista para o Diário do Senado Federal, que foi no dia 18 de março". Hoje... Ontem? Ontem.

Bom. "É pacífico que o princípio da publicidade, constante do caput do art. 37, da Constituição, somente é atendido no caso de publicação de atos oficiais, na data da efetiva circulação do respectivo jornal oficial, independentemente da data nele constante. Pode se citar nessa direção, por exemplo, a decisão do STJ no Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 774214 cujo relator foi o Ministro José Delgado, 'verbis': "IV. O princípio constitucional da anterioridade consagra que nenhum tributo pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro que o instituiu ou mesmo que o aumentou. Norma jurídica publicada no Diário Oficial do último dia do ano sem que tenha ocorrido a sua efetiva circulação não satisfaz o requisito da publicidade, indispensável à vigência e eficácia dos atos normativos".

Assim como o ato nº 01/09 da Comissão de Infraestrutura estritamente ainda não foi publicado, não se pode afirmar que ele já está em vigor".

Sobre isso um comentário meu: quando da indicação dos integrantes para formar as diversas comissões permanentes da Casa, não se exige a publicação no Diário do Congresso. Basta tão somente, para que esses membros sejam efetivados, a leitura em Plenário de seus nomes, em documento encaminhado à Mesa Diretora pelos respectivos líderes partidários com assento nesta Casa. Encerro aí o meu comentário.

E continua o parecer da Consultoria: "Entretanto, mesmo que superada essa questão formal, não nos parece que as suas disposições devam se aplicar à indicação do Sr. Tiago Pereira Lima. Isso ocorre porque a citada indicação se encontra desde o dia 10 de fevereiro de 2009 pronta para a pauta da Comissão, com relatório entregue e lido pelo ilustre relator, o Senador Raimundo Colombo, e do qual foi solicitada vista coletiva na forma do art. 132, §§1º e 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, tendo o prazo regimental para a vista assim encerrado no dia 6 de fevereiro de 2009, sem manifestação dos membros do colegiado.

Ou seja, trata-se de matéria que já cumpriu todas as etapas de sua instrução, dentro das normas, então, vigentes para tal, sem vício algum. Ora, o princípio em matéria processual é a validade dos atos praticados sob as regras em vigor, mesmo no caso de sua alteração em nome da economia e da celeridade do processo.

Em conclusão, entendemos que não se aplica o ato nº 01, de 2009, da Comissão de Infraestrutura, à indicação do Sr. Tiago Pereira Lima para a Diretoria da ANTAQ, feita mediante a mensagem nº 277, de 10 de dezembro de 2008, nº 989/08, na origem, por essa já ter superado, de acordo com as normas vigentes, à época em que os atos foram realizados, as etapas previstas naquele ato".

De minha parte, como Presidente desta Comissão, eu não posso deixar de dizer a V. Exa s. que a minha opinião é de que esse... O nome do Dr. Tiago ou de outros que estejam na mesma situação, e cujo processo tramite aqui na Comissão de Infraestrutura, deva obedecer aos trâmites previstos no ato nº 01, aprovado, por unanimidade, nesta Comissão.

No entanto, tendo ouvido aqui diversas posições, as diversas posições assumidas pelos Srs. Senadores, como disse anteriormente, vou submeter à votação nominal.

Aqueles Srs. Senadores que estiverem de acordo que se aplique, pelo estágio em que já se encontra o processo, que se apliquem as regras antigas para a sabatina do Sr. Tiago, votam sim. Os que estiverem de acordo que o nome dele entre nos trâmites exigidos pelo ato nº 01, aqui aprovado, votam não. Vou começar a fazer a chamada. Senadora Serys Slhessarenko.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senadora Ideli Salvatti... Fátima Cleide. Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Almeida Lima, Gilvam Borges... Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Sr. Presidente, eu vou votar sim. Sorte do nosso candidato. Sim. Que a lei retroage, que a lei não retroage.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador João Tenório está presente? Ele esteve e saiu. Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT – BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Faltou algum Senador que não tenha... Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Suplicy não está. Senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Pedro Simon não está. Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):

Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Antonio Carlos Júnior saiu. Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM – DF): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senadora Rosalba, Senador Demóstenes, Senador Cícero Lucena... Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Senador Gim Argello. V. Exa. é suplente. Perfeito. Bom, vou proclamar o resultado. Por unanimidade dos 21 Senadores que votaram, fica aprovado que neste caso específico, neste caso específico da indicação do Sr. Tiago Pereira Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, fica sujeito essa indicação ao rito antigo da Comissão, pela decisão majoritária e unânime dos membros da Comissão de Infraestrutura.

Lembrando aos senhores, como os senhores já aqui tiveram oportunidade de exprimir com muita clareza, de que esse ato nº 01, que aqui foi aprovado, é de extrema importância, que ele seja seguido rigorosamente, para que nós não abramos qualquer tipo de exceção sob pena de ele tornar-se um ato nulo. Mas como essa questão já vinha de algum tempo e tive que ler a nota técnica que solicitei aos consultores do Senado Federal, vamos proceder, então, à sabatina.

Antes, porém, eu gostaria de dizer aos Srs. Senadores que, nas reuniões da Comissão de Infraestrutura, nós estaremos contando sempre com a presença de um ou dois consultores legislativos, durante as reuniões, e, também, com regimentalistas da Diretoria de Comissões Permanentes do Senado, para acompanhar as discussões, as votações das proposições e para prestar esclarecimentos em casos de dúvidas por parte dos membros da Comissão.

Hoje, por exemplo, estão aqui os consultores, Dr. Bruno Dantas, consultor geral do Senado, o Dr. Túlio Castelo Branco e o Dr. Márcio Oliveira Júnior, bem como o Dr. José Roberto. A eles, em nome da Comissão de Infraestrutura, os nossos agradecimentos pelo

apoio imprescindível que nos dão no transcurso das nossas reuniões.

Gostaria também de comunicar aos Srs. Senadores que nenhuma reunião da Comissão será realizada sem que a pauta, devidamente preparada pela Mesa, seja enviada aos senhores membros no prazo mínimo de 48 horas antes da sua realização.

Eu proponho essas medidas, Sras. e Srs. Senadores, porque nossa atuação nessa Comissão enfrenta um duplo desafio. Ela deve ser ao mesmo tempo criteriosa e célere. Daí a conveniência de adotarmos certos procedimentos padronizados em nossos trabalhos, seja na apreciação de matérias legislativas, seja na arguição dos pretendentes a cargos públicos. Dando prosseguimento à nossa reunião.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Expedito Júnior.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Pela ordem, Presidente, também. Muito rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Depois, o Senador Gim, e, depois, o Senador Delcídio.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO): Eu apresentei em agosto, Sr. Presidente, de 2008, um requerimento para que tramitasse em conjunto, para que pudéssemos fazer aqui um grande debate sobre todas as leis, dando diferentes destinações aos *royalties* de petróleo. E são 15 projetos, Sr. Presidente, a maioria deles já estão na Mesa do Senado e há um ofício do Presidente do Senado, solicitando que essa Comissão enviasse os projetos também para a Mesa do Senado. Parece-me que são cinco que estão aqui nessa... Que se encontram nessa Comissão, e eu gostaria de fazer aí o apelo à V. Exa. para que pudesse também encaminhar esses projetos – são cinco projetos – à Mesa do Senado, para que pudéssemos tratar... Se eu não estou enganado, são 15 projetos ao todo, para que nós pudéssemos tratar... Travar aí um grande debate sobre esse tema, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador Expedito Júnior. Com a palavra o Senador Gim Argello, pela ordem.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente, só para dizer que V. Exa. agiu democraticamente, escutou o Plenário, V. Exa. tinha a decisão e pensava sobre o risco de já colocar o que foi aprovado a nível das novas sabatinas, o senhor escutou o Plenário democraticamente, o Plenário decidiu que, nesse caso, o Dr. Tiago por também... Da mesma forma

que eu entendo, que a lei não pode retroagir, no caso, para prejudicar, mas a lei... Esse caso específico já tinha sido... Foi suspenso por uma condição política na época do partido do PSDB.

Mas eu quero colocar, Sr. Presidente, algo mais. Essa Comissão... Agora há pouco, um assessor do Senador Jayme Campos me informou que, agora, pela manhã, até as 9h30 da manhã, já tinham passado nessa Comissão 34 Senadores. O senhor vê o quórum que o senhor está conseguindo, começando às 8h30 da manhã, com o quórum completo, deixamos alguns de votar, mas passou 34 Senadores. A importância da Comissão de Infraestrutura nessa condição com V. Exa., da condução que V. Exa. está fazendo, que está de parabéns, da mesma forma como o Senador Eliseu Resende, hoje, nos deu uma aula sobre, novamente, como funciona e como vai funcionar o novo sistema desse país, que isso é muito importante, Senador Eliseu Resende, e também, da mesma forma, gostaria de parabenizar o Senador Arthur Virgílio.

O Senador Arthur Virgílio colocou aqui, e eu concordo com ele, que o PROER foi alguma coisa maravilhosa que aconteceu nesse país. Muita gente criticou à época, mas, agora, nós estamos vendo, nesse momento de crise, que está sendo solução para vários e vários países. Parabenizar o Sr. Presidente Fernando Henrique Cardoso e todo seu Governo pelo que foi colocado na época do PROER, que foi... Que foi... Já não... Não, não. É o seguinte. Que foi... Realmente, o PROER, da forma que o Senador Arthur Virgílio colocou, eu também sou totalmente a favor. Por quê? Porque isso iniciou no Governo de V. Exa. Outro dia eu vi um artigo, essa nova forma de governar, essa forma da economia brasileira. Por que que o Brasil, hoje, é o país mais resistente à crise internacional que aí está vindo, por quê? Porque a política econômica está vindo sendo seguida desde aquela época.

Passou pelo Governo, começando pelo Governo de V. Exa., passou pelo Governo do Presidente Fernando Henrique, e o Presidente Lula, com muita sabedoria... Presidente Itamar. O Presidente Lula, com muita sabedoria, continuou, estruturou de uma forma maravilhosa.

Hoje, nosso país, tem 200 bilhões de reservas, temos reservas de compulsórios, é o primeiro país, se Deus quiser... A crise é difícil, mas é o país melhor estruturado, melhor estruturado, e devemos isso ao Sr. Presidente Lula, mas devemos isso também ao PROER e ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Presidente, pela ordem.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): O Senador Arthur Virgílio e Senador Flexa Ribeiro estão emocionadíssimos--

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, o Senador Delcídio Amaral.

[sobreposição de falas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente [sobreposição de falas] está em discussão a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não entrou em discussão ainda a matéria. Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, só para... Eu estou distribuindo aí para todos os membros da Comissão de Infraestrutura a proposta sobre a agenda... aquelas agendas temáticas.

Eu só queria fazer alguns registros. O documento é auto-explicativo, até porque está colorido, Sr. Presidente. E é auto-explicativo aqui. Mas eu só gostaria de registrar que, eventualmente, as sugestões de algumas retiradas não é por qualquer desqualificação, mas, simplesmente, pela adequação do perfil das pessoas ao tema tratado.

Então, eu gostaria só de registrar que boa parte da listagem foi acompanhada pelos demais Senadores, especialmente pelo Senador Gim e pelo Senador Flexa. A observação que eu gostaria de fazer: na primeira semana, viriam o Mário Luiz Possas, viria o Wilson Suzigan, viria o Glauco Arbix e o José Márcio Camargo, que nós estamos incluindo, que é Economista, é PhD, fez economia no MIT. Portanto, uma pessoa que vai engrandecer muito o debate aqui na Comissão de Infraestrutura.

Sempre naquela estratégia de ter quatro... Quatro...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Dois de um lado, dois de outro.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Dois de um lado e dois de outro. Em alguns casos vai ser difícil essa quase paridade, mas nós procuramos fazer isso, até porque algumas ideias são convergentes. No outro cenário, no outro painel, com Luiz Gonzaga Belluzzo, Delfim Neto e Mendonça de Barros, a nossa sugestão é Luciano Coutinho, pelo perfil de todos eles e pela experiência muito parecida, porque alguns deles passaram pelo BNDES também.

A agenda relativa a recursos energéticos está absolutamente alinhada com as pessoas que efetivamente debatem, discutem isso, não só no dia-a-dia do Governo ou das empresas, ou no dia-a-dia acadêmico. Nós só deslocamos o Prof. Adriano Pires para a área de petróleo. O Gutemberg, que é um consultor da PETROBRAS, que cuida dessa área petroquímica também... Esse já estou falando do painel de petróleo, etanol e biocombustíveis.

Por sugestão do Senador Gilberto Goellner, que é do ramo, conhece a área muito bem, incluímos o Dr. Marco Jank, Presidente da Única, que é o homem que está na linha de frente dessa questão de etanol, de biocombustíveis especialmente, mas voltado para a área de açúcar e álcool. E o Allan Kardec, que é o Presidente da empresa recém criada pela PETROBRAS, que vai implementar os projetos de biocombustíveis no país, e mesmo fora do país.

O painel de infraestrutura urbana os nomes são muito... Não só infraestrutura urbana, nos sistemas integrados de transporte como também novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos, o que foi proposto por V. Exa. Um deles inclusive foi meu professor na universidade, então eu tenho muita... Eu fiquei muito feliz com relação a essa sugestão.

No que se refere a telecomunicações, e aproveitando inclusive uma observação do Senador Flexa, como também a questão dos fármacos, fazer de comum acordo com as comissões, isso já está observado aqui também. No caso de fármacos e medicamentos, nós acrescentamos Dr. Jailson Bittencourt, que é um especialista da área também, principalmente Petro-fármacos, já tinha sido proposto por V. Exa., num outro painel nós fizemos um deslocamento. Mas já está... Isso é bem entendido aqui, pelas cores que a gente adotou.

E no caso da infraestrutura, que é o segundo desafio, e políticas públicas, onde a Sônia Draib e o Marcelo Neri estão sendo convidados, nós incluímos o Ricardo Paes de Barros, que é do IPEA, um dos melhores profissionais e que estuda políticas públicas há muitos e muitos anos e um camarada que vai somar muito, não tenho dúvida nenhuma com a vinda dele aqui.

E Sr. Presidente, nós só ficamos devendo porque eu não tive, em função das dificuldades que expliquei a V. Exa., só de definir com o Senador Gim e o Senador Flexa a questão das agências reguladoras, que foram aqui citadas desde o início, os nomes só que nós vamos organizar isso para encaminhar a V. Exa. no início da próxima semana e também a questão da infraestrutura e integração na América do Sul, eu que sou de Mato Grosso do Sul tenho um interesse específico sobre isso, mas como esses são os últimos painéis, eu acredito que V. Exa. poderia eventualmente aguardar até o início da semana que vem para encaminhar essa nominata.

Eu tirei cópias para encaminhar para apreciação de todos se essa agenda é coerente com relação aos nomes ou não. É isso que eu gostaria de registrar, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral. O assunto aqui trazido pelo Senador Delcídio trata de matéria que aqui foi aprovada na última reunião também por unanimidade.

Essa matéria é uma... É uma proposição de uma agenda de audiências públicas para a Comissão de Infraestrutura. Porque nós sempre acostumamos convidar ou convocar autoridades do Governo, e nós não estamos... Essa é a minha opinião, salvo melhor juízo, ouvindo o outro lado. Ouvindo o lado da iniciativa privada, do mundo acadêmico, dos professores... E que é muito importante para que nós tenhamos esta visão, colhemos essas opiniões e que nos subsidiem para quando de alguma sabatina que venha ser feita, de alguma convocação que venha ser realizada aqui nesta Comissão.

Então, na última reunião foi instituído um Grupo de Trabalho, do qual participam os Senadores Delcídio Amaral, que é o coordenador, Senador Gim Argello e o Senador Flexa Ribeiro, para que eles sugerissem os nomes das pessoas que estariam debatendo os temas que foram aprovados na última reunião.

Pede o Senador Delcídio Amaral mais alguns dias para que ele complemente o seu trabalho, o que a Mesa concede com prazer, por saber que está realmente... O trabalho está sendo feito de uma maneira percuente, e peço, então, aos senhores, membros desta Comissão, e ao Senador Delcídio, Senador Flexa e Senador Gim que nos traga isso a tempo de na próxima quinta-feira apresentarmos à Comissão para deliberação.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, só um detalhe. É que estão chegando, pelo que a Secretaria da Comissão... Acabei de receber essa informação, parece que alguns senadores ainda estão apresentando novos nomes, novas sugestões.

Então, na próxima semana nós faríamos uma re-análise, o Senador Gim e o Senador Flexa, e eu só pediria para se dar um prazo limite, por exemplo, até segunda-feira para que na quinta nós deliberemos a lista inteira.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente. Estou de acordo, Senador Delcídio. O importante é que na próxima quinta-feira nós possamos trazer à apreciação dos senhores esta pauta da agenda de... Da agenda de trabalho com audiências públicas a serem realizadas aqui na Comissão de Infraestrutura e nós queremos dar celeridade a esse processo fazendo essas reuniões às terças, quartas e quintas-feiras, sempre às oito e meia da manhã, com os participantes, no máximo quatro participantes, como disse o Senador Delcídio,

de preferência dois que defendam um ponto de vista e dois que façam o contraponto.

Muito obrigado.

Vamos passar agora ao item final desta pauta, desta reunião, que é a mensagem do Senado nº 277, de 2008, que: *“Submete apreciação do Senado Federal de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição, combinado com o §1º, do art. 53 da Lei 10.233, de 5 de junho de 2001 e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122 de 13 de fevereiro de 2002 o nome do Senhor Tiago Pereira Lima, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, a partir de 19 de fevereiro de 2009”*. Autor, Presidência da República. Relator, Senador Raimundo Colombo.

Relatório. *“A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Observação: Em 18 de dezembro de 2008, foi concedido vista coletiva por licitação dos Srs. Senadores Lobão Filho e Flexa Ribeiro, pelo prazo regimental. De acordo com o art. 132 §§ 1º e 4º do Regimento Interno do Senado Federal. Em 6 de fevereiro de 2009 encerrou-se o prazo do pedido de vista, não havendo manifestação”*.

Convido o Sr. Tiago Pereira Lima para tomar assento à Mesa dos trabalhos.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente. Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Gostaria de comunicar que já encaminhei à Mesa o requerimento de constituição de uma audiência pública, convite ao Presidente do IBAMA para o esclarecimento... Para o esclarecimento sobre o andamento das licitações ambientais.

Então, gostaria de saber a ordem de colocação do mesmo à Mesa. Ao Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sem prejuízo do andamento dos trabalhos, eu pediria aos eia senadores aqui presentes que nós colocássemos em votação o requerimento do Senador Gilberto Goellner baseado nesses... Nos seguintes termos, embasado nos seguintes termos: *“Requerimento nos termos do art. 58, inciso III, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada no âmbito dessa Comissão audiência pública com o Sr. Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, IBAMA, para contribuir com informações a respeito do processo de licenciamento ambiental das obras do PAC”*. Aqueles

Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento apresentado pelo Senador Gilberto Goellner permaneçam como estão. Aprovado, Senador.

Passo a palavra ao Dr. Tiago Pereira Lima.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Sr. Presidente... Sr. Presidente Collor, Vice-Presidente Senador Eliseu Resende. Inicialmente eu gostaria de agradecer a forma com que V. Exa. me recebeu nessa Comissão, com muito respeito, muita dignidade, muita atenção. Eu não poderia deixar de registrar isso, deixar de registrar na Comissão isso. Muito obrigado pela atenção que V. Exa. , Srs. Senadores me receberam aqui.

E gostaria de estender também aos demais Senadores com os quais eu estive pessoalmente, com cada um deles, todos também me receberam com imensa galhardia, com muito carinho, pudemos discutir amplamente a questão aquaviária, podemos ouvir sugestões, recomendações, e mesmo um quadro de como anda o setor aquaviário, de tal forma que foi uma honra enorme estar com todos os senhores e agradecer profundamente a atenção que me foi dada.

Muito tem se debatido nos últimos anos sobre modernização e maior eficiência dos portos brasileiros, incentivo à navegação de cabotagem, hidrovias, maior participação das empresas brasileiras na navegação de longo curso e ampliação da capacidade dos estaleiros nacionais, entre outros temas relativos ao setor aquaviário.

Consolida-se o convencimento na sociedade brasileira de que é necessário reduzirmos nossa dependência do modal rodoviário. Inter-modalidade está em pauta. Faz-se necessário que aumentemos a participação do modal aquaviário na matriz de transporte nacional, hoje em 13% para 29% até 2025, como prevê o Plano Nacional de Logística e Transporte.

O Brasil, como um dos países com maior rede hidrográfica do mundo, ainda tem uma participação muito modesta das hidrovias em sua matriz de transportes. O transporte hidroviário é comprovadamente o meio de transporte de passageiros e cargas mais econômico. Seu consumo de energia é muito inferior se comparado aos modais rodoviário e ferroviário. Pode emitir 90% menos de poluentes do que o transporte rodoviário. Temos aproximadamente 13 mil quilômetros de hidrovias em uso, mas temos potencial para chegar a mais de 40 mil quilômetros navegáveis.

Os obstáculos naturais à navegação, bem como os artificiais, que são as barragens para a geração de energia elétrica podem ser superados através da implantação de eclusas, plataformas que permitem a transposição de desníveis do leito dos rios.

Entendemos que isoladamente a ANTAQ não mudará essa realidade. É necessário que, num am-

biente de cooperação, todas as instâncias envolvidas com a temática aquaviária trabalhem em sinergia. O Ministério dos Transportes, ANTT, IBAMA, DNIT, ANA, ANEEL, Secretaria dos Portos e o Congresso Nacional poderão, juntos, cada um dentro de sua competência transformar em realidade a vocação natural que temos para o transporte aquaviário.

Primordial se faz também uma fiscalização adequada do setor, objetivando a garantia do direito dos usuários, o cumprimento das obrigações dos concessionários, arrendatários, operadores e transportadores. A estrita observância da concorrência de forma isonômica e não predatória e a proteção às empresas brasileiras, seja na navegação de cabotagem, na navegação interior, no longo curso e nos acordos marítimos.

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu pediria silêncio ao Plenário para ouvirmos a exposição do Dr. Tiago Pereira Lima. Por favor. Obrigado.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: E nos acordos marítimos internacionais, instrumento indispensável à política de Marinha Mercante. Espero ser merecedor da confiança de V. Exa. s. E como tenho feito desde os primeiros contatos que mantive com esta Comissão e seus ilustres membros, ratifico a minha firme posição de trabalhar em colegiado com os demais diretores da ANTAQ, sem barreiras de atribuição ou função, cumprindo a Constituição e a legislação correlata, sempre com independência e sem qualquer forma de subordinação a grupos ou interesses. Este é o compromisso que assumo com V. Exa s. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A lista de inscrição para arguição está aberta, e de acordo com esta lista eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para sabatinar o indicado.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT – SP): Sr. Presidente, Senador Fernando Collor, cumprimento o Sr. Tiago Pereira Lima que enfatizou na sua exposição a possibilidade de o Brasil expandir sobremaneira o transporte hidroviário. Eu agradeço, se puder V.S^a nos dizer quais são no Brasil aqueles sistemas hidroviários com maior potencial de justamente realizar o objetivo mencionado na sua exposição. Se puder nos dar alguns exemplos específicos, seja por exemplo no Estado de São Paulo, o sistema hidroviário do Rio Tietê, o que poderia ser realizado para expandir muito mais.

No caso, por exemplo, do Rio São Francisco, que em virtude até de... De tudo que aconteceu ao longo das últimas décadas, houve uma dificuldade para se utilizar o Rio São Francisco como um sistema de hidrovia, em que medida até naquilo que está se fazendo com o Rio

São Francisco, se poderia também aproveitá-lo para se tornar uma hidrovia de grande relevância. Obviamente os senadores da região amazônica que conhecem muito melhor todo o sistema hidroviário amazônico que constitui uma das... Uma das formas de o Brasil ter um bom sistema de transporte.

Então, sendo V. Sa. um conhecedor deste assunto, mas dada a relevância a justamente deste tema, se puder nos dar alguns exemplos, em algumas regiões do país, aonde podemos ter expansão muito significativa do sistema hidroviário, agradeço se puder nos dar esses exemplos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, uma questão de ordem antes do nosso convidado aqui... Sr. Presidente, uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, por uma Questão de Ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Eu gostaria pedir a V. Exa. que deflagrasse o processo de votação, tendo em vista que a maioria dos Srs. Senadores têm outra Comissão. Eu particularmente tenho compromisso na Comissão de Assuntos Econômicos.

Nada acho que regimentalmente tem de impedimento de quando o Dr. Tiago for sabatinado deflagra o processo de votação para que nós possamos com certeza também atender outros compromissos nossos, até porque juízo em relação feito ao sabatinado nós já fizemos na medida que o relatório já foi lido bem anteriormente lá para o dia 18 de dezembro, então acho que V. Exa., de forma bem ponderada poderia deflagrar o processo de votação e naturalmente nada impede de ser sabatinado o Dr. Tiago.

É um apelo que eu faço, porque a maioria dos Srs. Senadores, V. Exa. já percebeu, já está esvaziando a plenária aqui, que tem outros compromissos, sobretudo, comissões importantes, a Comissão de Assuntos Econômicos, que inicia-se agora, às 10h30. É um apelo que faço à V. Exa., que acho que é um processo natural e normal dentro dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Jayme Campos, eu ouço V. Exa., mas peço desculpas porque não posso iniciar o processo de votação sem que seja sabatinado o indicado para a ANTAQ ou para qualquer outra agência.

É fundamental que todos nós ouçamos não somente o que ele tem a dizer, mas também as respostas que ele irá oferecer, as demandas que estão sendo realizadas pelos Srs. Senadores. Eu pediria que os Srs. Senadores permanecessem na Comissão para ouví-lo atentamente e também as respostas que ele

irá oferecer à esta Comissão, para que nós tomemos conhecimento, é esse o nosso objetivo e o nosso intuito de conhecermos exatamente e em profundidade a visão, os objetivos, o que deseja realizar os indicados nas agências para as quais estão sendo indicados.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Os Senadores que eventualmente precisarem se ausentar por cinco minutos para justificar a sua presença em outras comissões, muito bem. Mas eu pediria que permanecessem em Plenário, para que houvesse quórum, com a finalidade de deliberar por votação secreta sobre o ingresso, a aprovação do nome do Dr. Tiago Pereira Lima para a ANTAQ.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem [soa a campanha], Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Eu pediria que V. Exa. estudasse a possibilidade de botar em votação esta proposta submetida pelo Senador Jayme Campos de podermos votar enquanto é feita a sabatina. Porque eu também tenho que me dirigir à CAE. Acho que isso é condição de quase todos Senadores aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Mas é um processo regimental, Senador Lobão. Eu já vi acontecer isso em outras comissões, mas isso fere frontalmente o Regulamento do Senado. Então não será o Plenário, os membros da Comissão de Infraestrutura que poderão decidir por cima do que rege o Regimento Interno do Senado Federal. Me desculpe. Obrigado.

Por favor, o Senador Eduardo Suplicy já concluiu?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Senador Suplicy.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Pela ordem.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Senador Suplicy, o potencial hidroviário nacional--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem o Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu achei que já tinha respondido. Então, como eu sou o segundo da lista, eu gostaria também de encaminhar uma pergunta a ele. Eu farei após a resposta que ele vai dar ao Senador Suplicy.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Senador Suplicy, o potencial hidroviário nacional é fantástico, como sabemos, dos 13 mil quilômetros hoje que nós temos em

uso podemos evoluir para os 40... No Plano Nacional de Viação se fala até em 50, 52 mil quilômetros de vias navegáveis.

Hidrovias em uso hoje, eu tenho uma relação aqui, vou falar para V. Exa. Dos 13.646 quilômetros, mais precisamente, destaque-se a Hidrovia Amazonas-Madeira, com 4.164 quilômetros; Paraná-Tietê, 1.660; Tapajós, 1.046 quilômetros; Tocantins-Araguaia, 3.040 quilômetros; Paraguai, 1.323; Hidrovia do São Francisco, que V. Exa. tão bem mencionou agora, 1.371; Jacuí-Taquari, Lagoa dos Patos, 670 quilômetros.

No caso da Hidrovia do São Francisco, que V. Exa. tão bem citou agora, ela é composta pelos Rios São Francisco, Grande e Corrente. As dificuldades de navegação são notoriamente conhecidas. A questão do assoreamento dos rios, que pode ser corrigida através de um programa--

[soa a campanha]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pediria silêncio na Comissão. Está com a palavra o Dr. Tiago Pereira Lima, respondendo à indagação feita pelo Senador Eduardo Suplicy.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Um programa equivalente, que já se fala no Ministério dos Transportes hoje, equivalente ao PAC das hidrovias, no sentido de aumentar o calado, aumentar a profundidade de nossas hidrovias. Um trabalho infinitamente, relativamente menor do que a dragagem do nosso mar, dos nossos portos marítimos, porque o calado exigido para os navios, nas hidrovias, é bem menor do que o calado exigido para os nossos portos marítimos. De tal forma que eu entendo que a questão hidroviária, ela será contemplada na medida em que for oferecido... A audiência pública, nós sabemos que está em elaboração, audiência pública, para a implantação do chamado PAC das hidrovias. Esse é o meu entendimento.

É fundamental que se discuta, e, nesse sentido, o nosso ilustre Senador Eliseu Resende tem uma proposta em tramitação na Casa, a implantação efetiva das eclusas. Que, hoje, na verdade, elas são consideradas um custo, mas, quando, na realidade, elas podem se transformar num grande benefício, não só pela viabilidade do tráfego, reduzindo, como eu falei há pouco, a participação do modal rodoviário, mas também oferecer alternativa daqueles operadores de energia elétrica poderem, como sugere o ilustre Senador Eliseu Resende, serem concessionários públicos das eclusas.

Para isso é necessário que as eclusas se transformem em serviço público, não é verdade? E aí, ou a União explora diretamente ou através de concessionários, obedecendo o princípio da licitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Eduardo Suplicy, está satisfeito com a resposta?

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Minha pergunta é simples e eu acho fundamental. Novamente a questão do IBAMA, quanto ao licenciamento das vias navegáveis desse país. Eu lhe pergunto se o senhor está consciente do quanto é importante o trabalho do IBAMA, mas também as dificuldades que existem hoje, na legislação, para permitir um pronto atendimento das análises, dos impactos ambientais, nas vias navegáveis, tanto na área de drenagem quanto na área de eclusas, e que estão a impedir grandes trajetos aquaviários, como no Estado do Mato Grosso, todo o acesso ao Rio Paraguai, do Rio Paraguai até a Bacia do Prata, está hoje também, Senadora Serys, impedindo a navegação naquele trecho. Eu lhe pergunto: como o senhor vê a atuação do IBAMA, positivamente, e também os lados negativos da legislação quanto à aprovação das licenças ambientais?

Além disso, Sr. Presidente, gostaria de encaminhar um pedido a esse requerimento, já foi votado e aprovado por essa Comissão, no sentido de convidarmos também o Presidente da ALL Logística, que é da ferrovia em questão, na concessão ambiental do Estado do Mato Grosso, para que faça o contraponto das dificuldades das ferrovias do país, no mesmo momento que vai estar aqui o Presidente do IBAMA.

Então, eu gostaria de incluir para a gente fazer o contraponto e poder avaliar aqui também as dificuldades, então, que uma concessionária tem no pronto atendimento das licenças de instalação de operação no caso das ferrovias.

Também seria importante, no caso, as hidrovias, trazermos aqui alguém. E das... Até das rodovias, porquanto fazer um contraponto. Então, estaríamos com quatro convidados no total. Presidente do IBAMA, e mais os três transportes modais importantes das obras do PAC. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Antes de passar a palavra ao Dr. Tiago, eu pediria, com a aquiescência do nosso Senador Goellner, que, por favor, Senador Delcídio, o Senador Gilberto Goellner fez agora uma proposta que eu acho que pode ser encaixada dentro da agenda que V. Exa. está elaborando. Eu pediria que o Senador Goellner entrasse em contato com o Senador Delcídio. Obrigado.

Com a palavra o Dr. Tiago, para responder à indagação formulada pelo Senador Goellner.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Obrigado, Sr. Presidente. Eu entendo, Senador Gilberto, que a atuação do IBAMA, ela tem que ser observada e analisada como muito positiva. Muito positiva pela preocupação com o meio ambiente. Quantas coisas já se fizeram nesse país, onde o meio ambiente foi relegado a um segundo plano ou mesmo desconhecido.

Eu, quando... Na minha primeira palavra aqui na Comissão, Senador Gilberto, eu pude esclarecer que a ANTAQ, sozinha, não fará absolutamente nada. E um dos órgãos que é fundamental nessa sinergia, para que viabilizemos hidrovias, portos marítimos, terminais de uso privativo, terminais de uso privativo misto, terminais de uso público, instalações portuárias de turismo, estações de transbordo de carga, é que o IBAMA, junto com os demais órgãos que eu mencionei, em sinergia com a ANTAQ, possa sentar na Mesa, discutir amplamente e procurar e achar soluções.

Eu acredito firmemente, e irei com esse propósito, que a gente possa, no que diz respeito à questão ambiental, encontrar soluções, ser um facilitador, porque o senhor tem razão, tem realmente colocado um sério... sérios obstáculos, para que nós consigamos ampliar infraestrutura nacional à questão do impedimento das licenças ambientais.

Muito obrigado.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): V. Exa. está satisfeita com a resposta, Senador Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Completamente.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado. Senador Mão Santa, pela ordem.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Cumprimentá-lo pelo comando aqui dos trabalhos, pela moralização até dos próximos candidatos, o nosso amigo aí foi questão de coerência nossa, porque ele já tinha vindo, mas pedir à V. Exa. que dê abertura ao processo eleitoral, porque tem outros compromissos, embora nós gostássemos de permanecer aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa, conforme eu já havia dito, eu lamento não poder atender a solicitação de V. Exa., porque a votação secreta somente será, poderá ser iniciada após o término da sabatina do indicado para a ANTAQ.

Lamento, portanto, não poder lhe atender, porque contraria frontalmente o regimento dessa Casa. Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Sr. Presidente, eu me inscrevi, para desistir.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): [risos] Ótimo!

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O Senador Paulo Duque abdica de fazer a indagação ao Dr. Tiago. O último inscrito para usar da palavra é o Senador Delcídio Amaral. Em seguida passaremos à votação.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Eu não vou desistir, viu, Presidente? Eu vou falar muito... Eu conheço bastante o Dr. Tiago Pereira Lima, é uma pessoa experiente, não tenho dúvida nenhuma que fará um grande trabalho na ANTAQ, e eu gostaria especificamente de focar a questão do meu Estado, o Mato Grosso do Sul.

Nós, hoje pela manhã, ainda fizemos uma grande discussão sobre a questão das eclusas, sobre a participação das hidrovias dentre um dos principais modais de transporte do país, ouvi agora o Dr. Tiago falando da projeção de se sair... De se atingir 32% na matriz...

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Transporte.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Na logística do país, especialmente no que se refere a hidrovias e, conseqüentemente, com as eclusas associadas e tudo aquilo que viabilize esse meio de transporte extremamente competitivo.

Mas a minha pergunta é uma pergunta muito mais focada na questão... O Senador Gilberto Goellner fez referências à região Centro-Oeste, à nossa região do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso, mas eu gostaria de ouvir do Dr. Tiago a questão da Hidrovia do Paraguai, e do Paraná.

A do Paraná, em função de investimentos em várias barragens da CESP, a do Paraná começa efetivamente, ou hoje já, se torna um modal importante de transporte para essa região Centro-Oeste, Região Sudeste e Região Sul. Mas o que me chama atenção é o Paraguai. É o Rio Paraguai. O Rio Paraguai, a utilização do Rio Paraguai como uma hidrovia importante para o escoamento da produção dos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, é importante registrar que nós temos também produção de minério, produção de gusa... Portanto, essa hidrovia é de fundamental importância para os nossos Estados, para a região Centro-Oeste.

E Dr. Tiago, eu infelizmente... Nós temos lá na minha cidade, inclusive, Corumbá, a AHIPAR, que é

aquela agência voltada para a hidrovia do Paraguai, mas com um orçamento bastante tímido e ações pífiás.

Portanto, Dr. Tiago, eu gostaria de saber, na visão de V.S^a como é que V.S^a olha essa questão da Hidrovia do Paraguai? É uma hidrovia de integração, porque ela passa na cidade de Assunção, e portanto, e depois deságua no Rio Paraná, lá na frente, para formar o reservatório inclusive de Itaipu. Portanto, é um rio de fundamental importância.

E eu gostaria de ouvir de V. Exa., o que V. Exa. ... O que V.S^a pensa sobre a Hidrovia do rio Paraguai, o que se projeta para a hidrovia do Rio Paraguai? Porque até agora as iniciativas são extremamente tímidas e, acima de tudo, desprezando uma das principais rotas de escoamento da produção, especialmente da região Centro-Oeste.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Senador Delcídio, eu entendo que a Hidrovia do Paraguai está dentro do contexto da hidrovia, como um todo, e efetivamente subutilizada, extremamente subutilizada. Para o senhor ter uma ideia, o senhor sabe disso mais do que eu, dos 13.100 quilômetros de potencial navegável que a Hidrovia do Paraguai tem, 1.300, 1.280 quilômetros estão sendo utilizados, não é verdade?

E a importância da Hidrovia do Paraguai, ela não se restringe apenas à questão do Mato Grosso, do nosso Centro-Oeste. Se fosse só por isso, já seria importante, mas, acima de tudo, é a grande saída para que nós possamos, o Brasil, ter uma influência maior, uma movimentação de cargas com o Mercosul. Eu acho que isso aí é a grande alternativa, podíamos até estar analisando que poderíamos chegar inclusive com uma saída para o Oceano Pacífico, através do Chile, através daqueles países que ali próximos estão.

Nenhuma iniciativa, hoje, efetiva, nós temos com relação à Hidrovia do Paraguai. Repito que o que V. Exa. me colocou agora foi da maior importância para mim, porque, caso eu venha ser merecedor da confiança do Senado Federal, será um ponto que nós iremos, de imediato, dentro da Agência, tratar como prioridade, junto ao Ministério dos Transportes e aquelas outras instâncias que tratam do modal hidroviário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Delcídio, está satisfeito com a resposta do sabatinado?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, eu só gostaria de registrar que nós temos uma outra dificuldade. Sei que o Dr. Tiago tem ciência disso, que é a questão ambiental.

Hoje, esses comboios que andam no Rio Paraguai, eles são operados via GPS. Portanto, é um transporte extremamente seguro. Porque falam muito de choque de embarcações nas margens, que aí leva

assoreamento do Rio Paraguai. Eu acho que a questão ambiental... Agora, a Marinha está fazendo a batimetria também, está fazendo sondagens para que a gente tenha definitivamente o mapa da batimetria do Rio Paraguai, mas a questão ambiental hoje é uma questão fundamental também, que tem de certa forma também criado... Não estou aqui dizendo que nós temos que entrar no Rio Paraguai de qualquer jeito, mas estou falando que a questão ambiental é uma questão muito importante, e volto a repetir, o Rio Paraguai integra a região Centro-Oeste, atende o Paraguai, por esse acesso nós chegamos na Argentina... Portanto é um rio de fundamental importância para a integração, inclusive como o Dr. Tiago falou, do Mercosul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Algum comentário, Dr. Tiago?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Não. Foi o suficiente. E Presidente Collor, assumo que já aprendi bastante com o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador Heráclito Fortes. Antes do Senador Heráclito, por favor, pela ordem, o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Eu falarei depois dele, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Me inscreva, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): V. Exa. está inscrito. Pois, não, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro lugar eu quero parabenizar o Presidente dessa Comissão, Senador Fernando Collor, pela espetacular movimentação que tem conseguido trazer para essa Comissão.

Nós vemos o número de presentes e a movimentação inclusive a ansiedade da imprensa é sinal de que V. Exa. está imprimindo um ritmo a seu estilo a essa Comissão e eu lhe parabenizo.

Eu queria me dirigir ao Dr. Tiago para fazer duas perguntas.

Uma especificamente com relação às eclusas da Barragem da Boa Esperança. Quanto tem no orçamento, porque nós escutamos o Governo Federal, o Governo do Estado, estadual, falar sobre esse recurso dessas eclusas. Esse é um trabalho que vem, uma luta que vem sendo feita desde a inauguração da própria barragem.

Outra coisa, Senador Eliseu Resende, que nós temos que, e essa Comissão pode fazer isso, Presidente Fernando Collor, não permitir que nenhuma hidrelétrica seja colocada em funcionamento ou seja inaugurada sem as eclusas prontas.

Porque a eclusa de Tucuruí, está aqui o Senador Flexa Ribeiro, é testemunha disso. Inauguraram a hidrelétrica e disseram: "A eclusa vem no ano seguinte". Tem quantos anos que a eclusa...?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): 25 anos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): 25 anos a se esperar, cria um tumulto danado, atrasa o progresso da região e simplesmente esse assunto está sendo levado com a barriga. No caso lá do Pará, o que já se gastou com manutenção e contratação de empresas para essa obra, daria para fazer cinco eclusas.

De forma que eu acho que essa Comissão deveria criar, Presidente Fernando Collor, um mecanismo de "só se autoriza o funcionamento das barragens com as eclusas completas". Faz parte da obra. E se paga um grande prejuízo.

Portanto, a minha primeira pergunta ao Dr. Tiago é o que tem de efetivo sobre essa questão da Eclusa de Boa Esperança?

A segunda pergunta, o Governador do Estado do Piauí anunciou a construção de cinco novas hidrelétricas no mesmo rio. O que que a ANTAQ tem sobre isso? Qual o estudo que está sendo feito, inclusive estudo ambiental? E a respeito de eclusas para essas cinco hidrelétricas o que ANTAQ tem de efetivo sobre esse assunto?

O Piauí espera com muita ansiedade a construção dessas cinco hidrelétricas. Nós vemos, inclusive, citação de que ela estaria no PAC. Mas nós não temos nada, nada de concreto, Senador Mão Santa que é meu conterrâneo está aqui, se tiver algo que possa nos informar eu agradeceria, mas é que eu já não aguento mais ver o Piauí num clube de falsa felicidade. Promessa, promessa, promessa e realidade nada. Eu queria ver se através da ANTAQ nós teríamos algum alento sobre isso.

A terceira é uma recuperação da navegabilidade do Rio Parnaíba, prometida pelo Governador do Estado. Se está no PAC, o que a ANTAQ tem de concreto sobre isso? Evidentemente que a navegabilidade do nosso Rio Parnaíba é um sonho velho. Agora, é preciso que se torne realidade.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Dr. Tiago.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Obrigado, Sr. Presidente. Senador Heráclito, para usar a expressão que V. Exa. mencionou, concretamente, com relação à questão dessas hidrovias mencionadas por V. Exa., nós só temos estudos.

Eu não poderia deixar de ser sincero com o senhor e responder, porque o senhor merece todo o nosso respeito e consideração como um membro tão atuante dessa Comissão. Agora, de qualquer forma é uma perspectiva muito interessante, porque eu mencionei anteriormente que o Ministério dos Transportes, através do DNIT, que na realidade é quem vai comandar a questão das eclusas [soa a campainha], a ANTAQ ela terá apenas o papel fiscalizador e entendo que isso tem que ser implementado, porque entendo que sem fiscalização também não temos resultados.

Mas enfim, o DNIT tem uma proposta, inicial, está sendo debatida e discutida no âmbito do Ministério dos Transportes de 2 a 3 bilhões para implantação de nossas eclusas. Agora, 2 a 3 bilhões, "bi". Agora, aonde será a implantação efetiva, qual o critério que será adotado eu reconheço e digo à V. Exa. que, no momento, eu não sei. Porque está numa fase inicial ainda.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Eu não entendi. Dois a 3 bilhões para eclusas, essas eclusas?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: 2 a 3 bilhões para o PAC das eclusas.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): O conjunto?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: O conjunto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Está bom, está certo.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Agora, a priorização eu diria à V. Exa. que eu não sei, e acredito que o próprio estudo ainda não sabe. Porque ele foi iniciado recentemente porque a reboque do chamado PAC, que é o Programa de Aceleração do Crescimento dos portos, que é basicamente dragagem, a sociedade, como mesmo disse, a sociedade brasileira amadureceu que: "E as hidrovias, como fica?" Então, a reboque do que está acontecendo nos portos, começou a se falar também no PAC das hidrovias.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): O que tem de concreto e a ANTAQ deve estar fiscalizando, com relação ao Porto de Luis Correia?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: De concreto com relação à dragagem?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Sim.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Está previsto a dragagem tanto a chamada dragagem de resultados como a dragagem de manutenção para o Porto Luis Correia.

Salvo engano, na segunda fase. De concreto ainda elaboração do processo licitatório, editais efetivamente, estudos, Senador.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI):

Eu fico, Presidente, muito satisfeito com essa pergunta, e por que eu faço isso? O Governador do Estado está prometendo inauguração agora em dezembro.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Mas não é só essa. É no Brasil inteiro essa promessa e não tem nada de concreto.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI):

E veja que país nós estamos vivendo e a credibilidade, Presidente Fernando Collor, na responsabilidade dessa Comissão com relação ao PAC.

Essa obra está sendo anunciada para esse ano, para dezembro. E o Porto significa dragagem, o Porto está completamente assoreado, que as obras estão paralisadas, o calado está entre dois metros e meio, é preciso chegar a sete, a nove... O Governador chegou à sofisticação, nesta Comissão, de anunciar um calado de 14 a 19 metros.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Seria o ideal, mas...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI):

Para transatlântico. E veja bem, nós estamos ouvindo aqui um técnico da ANTAQ, que diz que está em estudo. Eu fiz essa pergunta para ver se as pessoas param de brincar com o meu querido Estado do Piauí. Isso é um absurdo. Se fazer promessa dessa natureza e, na realidade, não se tem sequer estudos concretos. Eu me dou por satisfeito, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Questão de ordem, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Eu estava consultando aqui o Regimento Interno, volto a insistir o pleito que fiz à V. Exa., inicialmente, de nós deflagrarmos o processo de votação. Consultando o Regimento Interno aqui, no art. 383, que regulamenta, naturalmente, a sabatina em relação às autoridades, encaminhadas pelo Poder Executivo, aqui não tem nenhum dos artigos, incisos, parágrafos, que veda a abertura do processo de deflagração, mesmo antes, mesmo antes do indicado ser sabatinado.

Aqui no art. 383, Sr. Presidente, apenas dizendo ao senhor: “a mensagem, que deverá ser acompanhada de amplos esclarecimentos sobre o candidato e de seu ‘curriculum vitae’, será lida em plenário e encaminhada à comissão competente; II: a comissão convocará o candidato para, em prazo estipulado, não inferior a três dias, ouvi-lo, em arguição pública, sobre assuntos pertinentes ao desempenho do cargo a ser ocupado; III: a arguição de candidato a chefe de missão diplomática

de caráter permanente será feita em reunião secreta; art. IV: além da arguição do candidato e do disposto no art. 93, a audiência pública não só poderá ser... poderá realizar investigações e requisitar, da autoridade competente...” . E assim por diante, para não ser longo aqui. Não tem nenhum impedimento, de forma regimental, que possa abrir o processo de votação. Muito obrigado, Sr. Presidente. Mas eu não poderia aqui, em hipótese alguma, deixar até de aprender um pouco, regimentalmente, o que esta Comissão, naturalmente, fala dentro do seu Regimento Interno.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. O regimento, falando dentro desse mesmo artigo a que o senhor se refere, o 383, item 6º: “a reunião será pública, sendo a votação procedida por escrutínio secreto”. Então, ela está sendo pública, não foi concluída.

Então, essa é a interpretação que está sendo dada pelo regimentalista, Diretor das Comissões Permanentes do Senado da República, ou seja, não poderá ser iniciada a votação secreta, sem que, antes, seja ouvido, em Sessão Pública, aquele que está sendo sabatinado, para que o voto que venha a ser dado, ele será dado em função da avaliação que os Sres. Senadores terão das respostas que o sabatinado oferece às indagações que estejam sendo feitas.

Eu lamento, mas não posso determinar a abertura da votação antes do fim da sabatina.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Aqui diz o seguinte: “a reunião será pública – concordo com V. Exa. -, sendo a votação procedida por escrutínio secreto, vedada a declaração e justificação do voto”. O voto vai continuar sendo secreto. Nós vamos votar de forma secreta. A apuração do voto que será após, naturalmente, o cidadão, o Sr. Tiago, ser sabatinado.

Mas aqui eu acho que não há impedimento nenhum. Não sou nenhum jurista, nenhum legalista, todavia, no meu entendimento, particularmente, eu imagino também pela experiência do próprio Senador João Ribeiro, que tem já cinco mandatos de parlamentar aqui, eu acho que é questão de interpretação, de entendimento.

Todavia, a minha opinião, volto a reiterar aqui, é de que nada há, até que prove o contrário, de nós abriremos o processo de votação, porque será secreta a votação, e o escrutínio será após, naturalmente, a conclusão da sabatina do Dr. Tiago. Muito obrigado. Pra mim está de bom tamanho. V. Exa. leva em considera-

ção o meu pleito, naturalmente baseado no Regimento Interno, aqui, desta Comissão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente, Sr. Presidente, só para complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Há uma divergência de interpretação entre V. Exa. e o Senador Jayme Campos. Eu acho que o Plenário é soberano para decidir essa divergência. Eu volto à minha sugestão de colocar em votação para que nós possamos votar sobre qual interpretação é a correta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Nós temos um regimentalista presente, e o regimentalista tem esse entendimento que é o mesmo que o meu.

E, além do mais, eu não gostaria que os senhores se privassem de ouvir o Dr. Tiago, e também as suas respostas, as indagações que são feitas. Eu entendo que os Srs. Senadores têm outros compromissos, eu agradeço inclusive bastante o esforço que cada um dos senhores fizeram de estarem presentes aqui às oito e meia da manhã para que nós pudéssemos iniciar os nossos trabalhos, sei que tem viagens marcadas, mas infelizmente eu solicito que os senhores permaneçam, para que quando derem o seu voto, dêem o seu voto de forma consciente, sabendo em quem estão votando. Para uma função tão importante quanto é a da... De um integrante de uma agência reguladora.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sr. Presidente. Sobre a matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sobre a matéria, Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Esse é um tema em que todos os três que debateram têm razão. Agora, infelizmente nós temos aqui... Ou felizmente, nós temos aqui um regime presidencialista, e a decisão democrática--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): De coalisão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Pois é. Cabe--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Presidencialista de coalisão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Pois é. Mas cabe ou não ao Presidente. O Presidente tanto pode abrir mão da antecipação da votação ou pode optar por fazê-la após o final da sabatina. Eu só espero que o Presidente Collor hoje, já tomou essa decisão e nós temos que acatar, não tem outra saída, ele não seja rígido todas as vezes.

Porque tem momentos aqui, Presidente, que nós temos realmente que... Compromissos em outras comissões, como está correndo hoje. Mas eu tenho certeza que com sua experiência, haverá, daqui pra frente, uma maleabilidade com relação a essas questões.

Agora, que a decisão é do Presidente... Imagine se para cada decisão do Presidente nós colocássemos em votação no Plenário. Então, nós não teríamos sucesso no funcionamento dessas comissões. De forma que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Como eu coloquei agora para a votação, para que se optasse qual das duas alternativas nós iríamos utilizar para a questão do indicado.

Se nós utilizaríamos o ato nº 01, que aqui foi aprovado por unanimidade e que foi a posição que eu defendi, ou a posição aqui encabeçada por um grupo de senadores à frente, o Senador Arthur Virgílio, de que em função do processo do Dr. Tiago já estar bem adiantado, que fosse utilizado... Que fosse utilizado o rito antigo.

Em relação a essa questão da votação, eu tenho muita dificuldade de abrir o processo de votação porque eu já participei de algumas reuniões aqui, de votação secreta, e os Srs. Senadores, com muitos compromissos, eu entendo isso perfeitamente, votavam e o sabatinado ficava falando para as paredes e os senadores não tinham a possibilidade de saber em quem estavam votando.

E por ser um assunto de tanta relevância é que eu pediria o entendimento e a compreensão dos Srs. Senadores. Mas na próxima reunião eu me comprometo de dentro do sistema presidencialista ou dentro do centralismo democrático que em alguns momentos nós teremos que impor aos trabalhos da Comissão, eu pediria ao Senador Heráclito Fortes que na próxima reunião eu trarei definitivamente a posição da Mesa, da Presidência dessa Comissão sobre o procedimento das votações secretas.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Para discutir, Presidente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Temos oradores inscritos. O Senador Flexa Ribeiro, pela ordem?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Sim. V. Exa. tem toda razão... V. Exa. tem toda razão em cumprir o regimento. Se há dúvida dos Senadores com relação a alguma arguição ao indicado, Dr. Tiago Lima, essas dúvidas têm que ser retiradas. Não havendo dú-

vidas, a forma de se iniciar a votação, os Senadores inscritos retirarem a sua inscrição. Porque concluída a questão do--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): É bom que se fale que é a quinta vez que o Senador Flexa fala.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Está resolvido. Eu estou--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Exatamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Eu estou querendo colaborar com o Presidente e com o Senador Heráclito e com todos aqueles que já se pronunciaram favorável ao início da votação. Eu próprio tenho um questionamento a fazer ao Dr. Tiago e que, se V. Exa. me permitir, farei em seguida, pela sexta vez, seguindo a enumeração do Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Se eu errei, peço desculpas. Talvez tenha sido mais um pouco.

[risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Presidente, serei breve, a fim de que possamos acelerar a votação, iniciarmos a votação. É sobre o Rio São Francisco. O rio da unidade nacional. Desde a sua descoberta, por Américo Vespúcio, ele tem sido alvo de um processo de degradação, não só pela construção de hidrelétricas, de represas ao longo do seu curso, como pelo assoreamento, em virtude do desflorestamento de suas margens, e o fato é que [soa a campanha] o Rio São Francisco tem um trecho ínfimo de navegabilidade entre Pirapora e Juazeiro. Um trecho muito pequeno em relação ao passado, mais por causa do processo de assoreamento.

Então, eu gostaria de saber como V. Exa. entende a revitalização do Rio São Francisco, não só para efeito de transformá-lo numa hidrovia mais extensa, como para o aproveitamento múltiplo de suas águas com a irrigação, com a... O turismo rural, enfim, como V. Exa. vê a situação atual do Rio São Francisco, quantos quilômetros navegáveis e as possibilidades do aumento dessa navegabilidade com a revitalização?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o sabatinado.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Senador Antonio Carlos Valadares, o nosso rio da integração nacional, o Nilo brasileiro, realmente encontra-se numa situação já de há muito tempo muito difícil. É a segunda maior hidrovia do Brasil, 4.100 quilômetros; lamentavelmen-

te temos navegável hoje, em tese, 1.400 quilômetros, mas nem a isso chegamos, não é verdade.

O assoreamento é efetivamente a maior causa da impossibilidade de utilizarmos esse potencial maravilhoso que tão bem ia assistir o Nordeste. Inclusive numa coisa que nós defendemos e queremos, a intermodalidade, ou seja, vamos fazer de tal forma que a Hidrovia do Rio São Francisco, a Ferrovia Trans-Nordestina, os portos localizados no nordeste se interliguem através desses diversos modais.

E eu entendo que poderemos efetivamente implantar a navegabilidade do Rio São Francisco, aumentar com o PAC das hidrovias. Acho que está iniciando os estudos, está começando a discussão, teremos audiência pública, e é o momento, realmente, de todos juntos, viabilizarmos esse rio.

Quanto à utilização múltipla das águas, a vocação para o turismo ali é uma coisa fantástica, o Rio São Francisco. E hoje temos um Decreto que possibilita a instalação das chamadas instalações portuárias de turismo, que são objeto de autorização da ANTAQ.

Por que não através de um estudo de viabilidade econômica, de localização, implantarmos essa instalações portuárias de turismo? Seria uma forma também de utilizarmos todo o potencial do rio, não só para a navegação. Mas, para isso, até para a instalação desses terminais de turismo é necessário – eu concordo inteiramente com V. Exa. – que o Rio São Francisco passe a ser navegável em sua plenitude, e, hoje, não é. De 4.100 quilômetros, apenas 1.300, realmente estamos muito distantes da situação ideal.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Valadares, está satisfeito com a resposta do sabatinado?

Antes de passar a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que é o próximo inscrito, eu gostaria... Senador Heráclito, Senador Heráclito, sobre aquela sugestão ou proposição de V. Exa., feita à Mesa, no que tange a questão das eclusas, eu gostaria que o nosso Vice-Presidente, o Senador Ministro Eliseu Resende oferecesse ao senhor, de pronto, a resposta à sua indagação.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Nós seremos muito breve, dado o andamento dos trabalhos, mas eu quero tecer uma consideração sobre o pronunciamento do Senador Heráclito Fortes, com relação ao que ele chamou de obrigatoriedade de construção da eclusa, simultaneamente, ou não, com as hidrelétricas.

Esse é um problema importante que está sendo resolvido no projeto de lei que tramita nesta Comissão, cujo relator é o Senador Delcídio Amaral. Não podemos errar mais, como nós cometemos o grande erro

de Itaipu. Senador Delcídio falou sobre o Rio Paraguai, que deságua lá na Bacia do Prata, cuja navegabilidade, junto com o Paraná, está condenada, porque Itaipu foi feito sem eclusa.

Hoje, a engenharia está toda voltada para encontrar uma solução de transposição das águas na Hidrelétrica de Itaipu. Mas isso tem custos extraordinariamente grandes, que poderiam ser evitados se, na construção da eclusa de Itaipu, nós tivéssemos previsto a barragem e pelo menos... Previsto a eclusa e, pelo menos, colocado na barragem o que nós chamamos de boca da eclusa. Ou seja, o encaixe da eclusa.

A nossa legislação é muito objetiva neste ponto. A ANTAQ e a ANA, junto com a ANATEL vão discutir o projeto de construção de uma hidrelétrica. E a ANTAQ, junto com a ANA, vai estudar a necessidade da navegabilidade do rio imediatamente ou potencialmente. E obriga a previsão da eclusa no projeto da barragem, que pode ser simultânea. Neste caso a hidrelétrica pode ser a concessionária do uso da exploração da eclusa, ou se ela não quiser ser, um terceiro que ganhe uma licitação, execute a eclusa simultaneamente com a implantação da barragem.

Se, porventura, chegar-se à conclusão de que a construção imediata é inviável economicamente e que só seria viável com o aumento do fluxo de produção no futuro, então, haveria a determinação no sentido de que o projeto da hidrelétrica prevísse a abertura do encaixe da eclusa, para que ela possa ser implantada no futuro, evitando-se assim a condenação do rio à navegabilidade. Então, essa solução resolve o problema e responde a sua pergunta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM - PI): Eu agradeço a V. Exa. e com essa informação de que nós temos entre 2 e 3 bilhões para a solução desse problema das eclusas, evidentemente que para a solução de Itaipu eu acho pouco, dando... Tendo... A sofisticação da obra. Mas questões como a da Boa Esperança [soa a campanha] e de outras regiões, como, inclusive, lá do Pará, é um alento. Agora, nós temos que fechar a porta para o futuro. Nós não podemos mais conviver com esse tipo de falha.

Por fim, Sr. Presidente, eu peço permissão para fazer um registro aqui histórico [soa a campanha]. A emoção do Senador João Ribeiro de trazer ao Plenário o seu netinho. Eu fico feliz... Ah, é filho? Fica feito o registro e a correção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB - AL): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA): Presidente, eu já tirei minhas dúvidas com a exposição, como sempre competente, do Senador Eliseu Resende.

Eu só pediria, Senador, eu ia fazer um questionamento ao Dr. Tiago, mas o Senador Rezende já colocou a relatoria do Senador Delcídio como para que possamos acelerar a aprovação do projeto.

Acho que é isso, Senador Delcídio, que nós temos que fazer a nível do Senado Federal e do Congresso. Mas Senador Eliseu Resende, às vezes é preciso que o Governo seja proativo para poder trazer o desenvolvimento para as regiões periféricas. Então, a questão da... Do retorno econômico para a construção de uma eclusa ele não pode ser verificado pontualmente naquele momento.

É preciso que se veja as vantagens que darão a qualidade de vida com a implantação antecipada desse equipamento. Nós não podemos barrar um rio, não podemos barrar um rio para fazer uma barragem sem fazer eclusa. Se fosse assim, a Norte-Sul, que quando o Presidente Sarney aprovou a implantação não tinha carga para ser transportada. E hoje é uma realidade, todos defendem a Norte-Sul.

Então, acredito que nós temos que conseguir um meio de colocar a barragem ao mesmo tempo... A eclusa ao mesmo tempo da barragem. Eu estou satisfeito e abduco da minha inscrição porque o Senador Eliseu Resende já me tirou as dúvidas todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB - AL): Muito obrigado Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM - PB): Inicialmente cumprimentar o Dr. Tiago Pereira Lima e desejar sucesso a ele, e meu caro Dr. Tiago, minha pergunta é muito simples. É sobre a nossa Paraíba, sobre o Porto de Cabedelo, na Paraíba. Há uma previsão orçamentária, total estimado de 105 milhões de reais.

O Governador da Paraíba disse que está conseguindo investimento da ordem de 100 milhões. A minha pergunta é a seguinte: esses recursos estimados, eles estão contingenciados, já estão liberados, já se encontram à disposição? Se essa previsão de publicação de edital que eu observo aqui, são 17 portos nacionais com previsão de publicação de edital, parece-me que alguns deles atrasaram, e aí não é culpa de V. Exa., é questão técnica, então a minha pergunta é a seguinte: essa previsão que está aqui... É uma estimativa ou é decisão tomada? Porque na Paraíba todos nós ficamos felizes. O Governador Jose Maranhão disse que estaria com 100 milhões conseguidos para aplicar.

Quer dizer, na realidade, existe uma estimativa aqui. Esses recursos estão garantidos? Estão à disposição ou ainda se encontram em estudo ou contingenciados? Seria essa pergunta à V. Exa., que é uma obra da maior importância para o Porto de Cabedelo,

que é a sua dragagem, para podermos receber navios de maior escalada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Dr. Tiago.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Obrigado, Sr. Presidente. Com relação ao Porto de Cabedelo, Senador Efraim, realmente a previsão, previsão é aumentar o calado para 11 metros. 100 milhões também é a previsão de recursos.

O grande problema é que para fazer dragagem precisa de draga. E não existe, e isso tem causado um grande atraso no Programa de Aceleração do Crescimento. Por quê? Não existem dragas disponíveis. Em setembro do ano passado uma Medida Provisória abriu para que se pudesse importar dragas de outros países e efetivamente começar o início do processo de dragagem dos nossos portos. Ocorre que as grandes empresas de dragagem preferiram dragar os portos do Oriente Médio, canal do Panamá, alguns países de primeiro mundo e nem a abertura para importação de dragas possibilitou que o programa de dragagem avançasse.

Com a crise internacional começou a sobrar no mercado algumas dragas. E há possibilidade de começar a se chegar algumas dragas, nós temos notícia que em Itajaí, Santa Catarina, já temos o início do processo de dragagem. Mas a situação efetivamente é essa. Estamos falando, Senador Efraim, sinceramente, de “previsão”.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Dr. Tiago, só para complementar, Sr. Presidente, aqui existem 17 portos. V. Exa. me afirma que o que foi iniciado foi o de Santa Catarina. Itajaí, Santa Catarina. Perfeitamente. Agora a minha pergunta [soa a campainha].

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Presidente Collor.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Silêncio, por favor.
[sobreposição de falas]

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Senhor Presidente, eu gostaria...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Tentando, tentando a complementação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Tem a palavra o Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Tentando a complementação de V. Exa., quantas dragas estão operando nesse momento, no país? Porque, da forma que foi anunciado, uma visita oficial ao Porto de Cabedelo, comunicação com Secretários de Infraestrutura, Secretário de Recursos Hídricos, enfim, anunciaram que estava chegando 100 milhões. Os recursos

já estão à disposição da ANAC? Os cem milhões já estão à disposição da ANAC para essa obra? Vossa Excelência--

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Da ANTAQ?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Sim.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Não estão à disposição?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Não. Da ANTAQ, não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): E quantas dragas estão em operação no país?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Eu não posso lhe afirmar precisamente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Mais ou menos [sobreposição de falas] trabalho?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Eu não posso lhe afirmar precisamente, mas podemos estimar em quatro, cinco dragas, talvez.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Nós temos 17 portos a serem iniciados.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Efetivamente não existe draga.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Então, isso aqui tudo é estimativa. Mais uma conta dentro do PAC, na estimativa, que nós não sabemos nem se começaremos essa obra esse ano. É verdade isso?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Pode iniciar, mas não há garantia.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Pode?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Eu diria...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Agradeço a V. Exa.

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): V. Exa. está satisfeito? Alguma outra pergunta?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Agradeço, o voto é secreto, mas pela sinceridade do Dr. Tiago, com certeza ele terá a unanimidade nessa Casa. Se depender do nosso voto...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Heráclito Fortes, pela ordem.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Eu permitiria... V. Exa. me permitiria ousar lhe dar uma sugestão. Nós estamos tendo uma eleição na Comissão de Relações Exteriores. A minha sugestão era que V. Exa. abrisse a votação para aqueles que são membros da Comissão. Porque--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Aí eu terei que abrir para mim próprio, que sou membro da Comissão.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Pois é. Mas V. Exa. pode ser substituído--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Heráclito...
[sobreposição de falas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, tem mais alguns Senadores inscrito ainda?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Tem o Senador Mão Santa e Jayme Campos. Senador Jayme Campos retira seu nome. Senador Mão Santa, com a palavra. Até agora é o último orador, dada a desistência do Senador Jayme Campos.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): O Senador Mão Santa concorda em que a votação seja iniciada enquanto ele faz a pergunta. Não atrapalharia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não posso, não posso fazer isso, Senador. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Faço minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes. Eu estou em mão com o Jornal da Câmara Federal, que reporta à visita que nós fizemos ao Presidente Michel Temer. V. Exa. e o Vice-Presidente Eliseu. Então, que tinha o Projeto de Lei nº 1.176/95, que estabelece princípios e diretrizes para o Sistema Nacional de Viação. E isto, segundo o jornal da Câmara Federal e segundo afirmações do nosso competente Resende, Senador Eliseu Resende, a aprovação do projeto permitirá duplicar a quilometragem das hidrovias com a construção de 26 eclusas.

Eu queria lembrar ao nordestino Tiago Pereira Lima... Só aí já tem o meu voto, por ser nordestino. Eu queria lembrar que a do Piauí, que foi lembrada pelo Senador Heráclito Fortes, fosse incluída entre essas 26. Isso foi um sonho... Foi sonhada por Juscelino, inaugurada por Castelo Branco, e a desgraça, eu, menino... Era navegável o Rio Parnaíba, e o Rio Parnaíba, o sul, o alto sul do Rio Parnaíba, onde hoje há grande produção de soja, perdeu muito, porque morreu. Com a pequena hidrelétrica que nos deram, morreu a navegabilidade.

Então, nós exigiríamos, em nome do Nordeste e do Piauí, que o Governo acordasse e saísse da mentira, porque o Governo que está lá diz que vai fazer cinco hidrelétricas, e não termina uma. E que fala num porto que foi começado em 1918, por... E não concluiu o porto iniciado por Epiácio Pessoa.

É só conversa, mentira, mentira e mentira. E que V. Exa. venha indicado para o Presidente, mas venha trazer a verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Algum comentário, Dr. Tiago, sobre a colocação do Senador Mão Santa?

SR. TIAGO PEREIRA LIMA: Apenas dizer ao Senador Mão Santa que, como funcionário do Estado Brasileiro, que sou, concursado, pertencendo à carreira típica de Estado, defenderemos, acima de tudo, o Estado Brasileiro, independente de governos. O senhor pode estar certo disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Algum outro Senador deseja fazer indagação ao sabatinado? Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, informo aos Srs. Senadores que já se encontram sobre a Mesa as cédulas de votação, devidamente rubricadas.

Declaro aberto o processo de votação. Votação em escrutínio secreto, de acordo com o art. 383, VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

O sabatinado pede cinco minutos para se ausentar da Mesa. A Presidência concede.

Senadora Serys. Senador Delcídio. Senador João Ribeiro. O outro, próximo, quem é? Senador Paulo Duque. Senador Mão Santa. Senador Paulo Duque, Senador Mão Santa. Muito obrigado, senador, por ter vindo, mais uma vez. Senador Valdir Raupp. Senador Wellington Salgado. Senador Gilberto Goellner. Senador Ministro Eliseu Resende. Senador Heráclito Fortes. Obrigado, Heráclito. Senador Jayme Campos. Senador Flexa Ribeiro. Senador João Durval. Muito obrigado, senador, pela sua presença. Senador Antonio Carlos Valadares. Obrigado, senador. Senador Expedito Júnior. Senador Eduardo Suplicy. Senador Lobão Filho. Senador Valdir Raupp. Senador Lobão Filho. Já saiu ele já. Senador Efraim Moraes. Senador Adelmir, encontra-se no recinto ou não? Senador Adelmir Santana.

Algum Senador presente não foi chamado pela Mesa para comparecer à cabine de votação? Senador Fernando Collor. Declaro encerrado o processo de votação. Convido os Srs. Senadores Jayme Campos e Paulo Duque para funcionarem como escrutinadores.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO): Sr. Presidente, pela ordem, enquanto a Comissão faz a apuração dos votos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO): Eu não sei se há necessidade, Sr. Presidente, até acredito que não, mas de pedir à V. Exa. a urgência, no caso, de repente, de encaminhar hoje já para a Mesa

do Senado, para o Plenário, perdão, para que nós, de repente, pudéssemos deliberar hoje ainda na Mesa... no Plenário do Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Estaremos encaminhando na forma do regimento.

[interrupção no áudio]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra os escrutinadores. Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, iniciamos a fase de contagem e vamos transmitir para o senhor os números resultados da apuração da votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O Senador Jayme Campos vai proclamar o resultado.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, Senador Collor de Mello, Sr. Vice-Presidente Eliseu Resende, demais senadores e senadoras, conforme o número de votantes que foram 19, nós tivemos sim 15, não 2, abstenção 2, totalizando 19 votos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Jayme Campos. Finda apuração dos votos, proclamo o seguinte resultado. Foi aprovado para Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, o Sr. Tiago Pereira Lima.

A Mesa e os membros desta Comissão desejam ao Dr. Tiago pleno êxito nas funções que passará a exercer, depois de seu nome ser aprovado pelo Plenário do Senado da República.

Está encerrada a sessão e convoco todos os senhores, membros da Comissão de Infraestrutura, para a próxima reunião, que se dará na quinta-feira próxima, às 08h30 da manhã.

Muito obrigado a todos os Srs. Senadores que compareceram e que se esforçaram para permanecer até a presente hora no Plenário. Muito obrigado. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 11h36.

4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, em Conjunto com a 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada dia 24 de março de 2009, terça-feira, às 10 horas, no Plenário nº 19, Ala Senador Alexandre Costa.

Às dez horas e seis minutos do dia vinte e quatro de março de dois mil e nove, no plenário nº 19 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador GARIBALDI ALVES, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, reúnem-se as Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Fernando Collor, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Eduardo Suplicy, Lobão Filho, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Rosalba Ciarlini, Cícero Lucena, Arthur Virgílio, Sérgio Guerra, Gim Argello e Osmar Dias. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência passa a palavra para o Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, para suas considerações. A presente reunião destina-se à realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, em atendimento aos Requerimentos nº(s) 06 – CI e 03 e 05 – CAE, todos de 2009, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e dos Senadores Aloizio Mercadante, Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, respectivamente, com a finalidade de discorrer sobre “o Planejamento estratégico da Petrobrás e seu Plano de Negócios para o período de 2009-2013”, com a presença do Senhor Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobrás. A Presidência solicita a presença do convidado para tomar assento à mesa. A Presidência registra a presença do ex-Presidente da Petrobrás, Senhor José Eduardo Dutra, solicitando que o mesmo tome assento à Mesa dos Trabalhos. Em seguida o Presidente concede a palavra ao Senhor Sérgio Gabrielli para suas considerações iniciais. Fizeram uso da palavra para interpellar o convidado, de acordo com a lista de inscrição, as Senhoras e Senhores Senadores Aloizio Mercadante, Tasso Jereissati, Ideli Salvatti, Lobão Filho, Osmar Dias, Jefferson Praia, Eduardo Suplicy, Valdir Raupp, Arthur Virgílio, Antonio Carlos Júnior, Inácio Arruda, Flexa Ribeiro, Rosalba Ciarlini, Antonio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às quatorze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

7ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 4ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 24 de março de 2009, às 10 horas e 6 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Havendo número, declaro aberta a 7ª reunião da Comissão de Assuntos Econômicos e 4ª da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Registro aqui a presença do Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor. Antes de iniciarmos os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovadas. As Atas, portanto, estão aprovadas e serão publicadas no diário do Senado Federal.

Comunico aos membros desta Comissão que ela recebeu o seguinte documento para conhecimento de V.Exas. Aviso nº 17/09, do Ministério da Fazenda, encaminhando em cumprimento ao Art. 41 da resolução do Senado Federal nº 4301 – Relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquele Ministério, no mês de fevereiro de 2009. O expediente será encaminhado aos membros da Comissão por meio de ofício circular. A nossa pauta de hoje, Sras. e Srs. Senadores, consta da presença como expositor do Sr. José Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, a fim de discorrer sobre o planejamento estratégico da Petrobras e seu plano de negócios para o período 2009-2013. E ainda para prestar esclarecimentos sobre a liberação pelo Tesouro Nacional de 100 bilhões de reais para a ampliação da capacidade de empréstimos do BNDES, bem como sobre a destinação... Bem como a destinação de 20 bilhões para a Petrobras em atendimento aos requerimentos de nº 309 desta Comissão, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, de nº 509, CAE, dos Senadores Arthur Virgílio e Tasso Jereissati, e de nº 609 da Senadora Ideli Salvatti.

De acordo com o Art. 94, § 2º e 3º, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado, que eu peço para sentar ao nosso lado... O convidado fará a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interperação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem da inscrição. Os interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do convidado. Pergunto ao Presidente da Comissão de

Infraestrutura, Senador Fernando Collor, se quer fazer alguma consideração antes de conceder a palavra ao Presidente José Sérgio Gabrielli.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL):

Nenhuma consideração, Sr. Presidente, apenas dar as boas vindas ao Presidente da Petrobras e desejar a ele uma boa exposição e para que os resultados dessa sessão, reunião conjunta da CAE e da Comissão de Infraestrutura tragam os resultados esperados por cada um dos Senadores. Obrigado, Presidente Garibaldi Alves.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Agradeço a V.Exª e convido, para nos dar a honra de sentar à Mesa aqui da direção dos trabalhos, o ex-Presidente da Petrobras, ex-Senador José Eduardo Dutra, que nos dá a honra de sua presença.

Portanto, concedo a palavra ao Presidente da Petrobras, o Sr. José Sérgio Gabrielli, para fazer a sua exposição. Sua senhoria disporá de 20 minutos, e sendo necessário terá ainda a prorrogação da sua palavra.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Bom-dia, Exmo. Senador Garibaldi Alves, Exmo. Senador Fernando Collor de Mello, Srs. Senadores membros dessa Comissão, ex-Senador José Eduardo Dutra e ex-Presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra.

Meus senhores e minhas senhoras; é com muita satisfação, muito orgulho que eu estou aqui atendendo esse convite das duas comissões para fazer uma apresentação que vou tentar ser o mais rápido e breve possível, sobre os nossos planos para os próximos cinco anos. O primeiro elemento que eu acho que seria importante nós chamarmos atenção, próximo slide, por favor, é a situação do mercado internacional e qual é a perspectiva de demanda no mercado internacional de petróleo. Esse gráfico mostra uma situação em que se a demanda internacional crescer 1% ao ano, se ela crescer 1% ao ano, em 2020 nós teremos esta demanda de petróleo no mundo. Este gráfico mostra... Essa área azul clara ela indica que se não houver novas áreas incluídas na oferta de petróleo, o petróleo declinará de acordo com esta curva. Portanto, em 2020 nós teríamos essa diferença entre a demanda de petróleo e a oferta de petróleo em 2020. Como hoje nós temos técnicas que aumentam a capacidade de produzir o petróleo das reservas existentes, a tendência de declínio natural nesse período será essa tendência de declínio aqui. Portanto nós estaremos em 2020 com um déficit se a demanda crescer apenas 1%, entre 55 e 65 milhões de barris, por dia, em relação à produção atual. Somente considerando o declínio da produção atualmente existente. Esses 55, 65 milhões de barris

serão adicionados, serão cobertos, serão atendidos por novas áreas produtoras, por melhoria na tecnologia de produção das áreas existentes, e pela busca de alternativas energéticas aos combustíveis derivados do petróleo.

Portanto, nós não vemos no período que estamos falando, nenhum problema significativo de redução de demanda que pudesse impactar e impedir a expansão de nossa produção em termos de mercados para viabilizar a oferta futura. Nossa produção pretende crescer até 2020 em torno de 3 milhões de barris por dia de petróleo e gás equivalentes. Portanto, nós não vemos nenhum problema, mesmo que haja um período longo de redução do crescimento internacional, de demanda do petróleo para o crescimento que nós estamos planejando de nossa produção. Próximo, por favor.

Os fluxos internacionais do petróleo mostram que ainda nesse período o Oriente Médio continuará sendo a principal fonte produtora de petróleo, vocês podem perceber que o Brasil aqui nesses fluxos, que são atuais, representa um país importador de petróleo. Nós vamos inverter esse processo transformando o país, não somente num país importador, mas um país relativamente robusto na sua exportação de petróleo. Os Estados Unidos e a Europa continuarão sendo áreas importadoras de petróleo importantes, e, portanto, os fluxos de produtos e de petróleo que sairão do Brasil deverão atingir fortemente Estados Unidos e Europa, mas também o leste da África, principalmente na área de produtos. Produtos derivados de petróleo. Próximo, por favor.

Isto aqui mostra um pouco a relação existente no passado, de 2000 para cá, entre a variação anual do PIB e a projeção que se tem para o futuro. Nós temos, então, duas projeções e o cenário pessimista e um cenário otimista que indica um aprofundamento da crise aqui em 2009 e uma recuperação a partir de 2010, com o crescimento desse tipo de demanda, que, portanto, crescerá provavelmente mais do que 1% projetado aqui para 2010. A relação entre esta demanda e a demanda global de petróleo indica que em 2008, final de 2008 uma grande redução da demanda de petróleo, particularmente nos países da OCDE, os países desenvolvidos, porém, uma manutenção da demanda nos países da demanda de petróleo, nos países fora da OCDE, mesmo em 2009, quando você tem aqui uma situação extremamente forte de uma comparação entre o crescimento dos países da OCDE com os países não a OCDE. Para 2010, em diante, no entanto, o crescimento previsto para os países não da OCDE tendem a recuperar e, portanto, nós vamos ter, provavelmente, uma mudança significativa do destino, da demanda internacional de petróleo com aumento

da importância dos países fora da OCDE como demandadores de petróleo no futuro.

Do ponto de vista dos preços, essa é uma curva que mostra mais ou menos o que aconteceu nos últimos tempos. Aqui é janeiro de 2007, o preço do petróleo estava aqui, nós atingimos 137, 140 dólares em junho de 2008, e hoje nós estamos aqui na faixa dos 40... Hoje está em... Ontem estava em 54, mas a média do trimestre é em torno de 42, 43 dólares o barril nesse período. Essas outras curvas aqui indicam o comportamento do mercado futuro do petróleo. Esse é um dado extremamente importante, porque o petróleo, na verdade, ele é muito fortemente influenciado pela entrega futura do petróleo. Você quando compra um navio de petróleo, você... O preço que você paga é o preço quando o navio chega, e não quando o navio sai do porto de origem. Portanto, o preço futuro tem papel extremamente importante na decisão de compra. O que nós observamos aqui são curvas futuras medidas em 19 de fevereiro de 2007, 2008 e 2009. O que nós observamos é que as curvas que eram desse tipo, ou seja, que se projetavam para o futuro uma queda de preços, hoje tem esse comportamento. O que essa curva indica? Que se nós olharmos o preço do petróleo hoje, previsto para 2010, ele vai estar acima de 60 dólares. Para 2011, 2012, 2013 e 2014, a tendência do mercado futuro é que os preços convirjam aqui para uma faixa acima de 70 dólares, em 70 e 80 dólares com projeção do mercado futuro hoje. Evidentemente que isso não se reflete no mercado *spot* imediato. Se nós olharmos os estoques de mercado de petróleo, particularmente nos Estados Unidos, que é o maior mercado do mundo, nós vamos ver que neste momento nós temos estoques que estão muito acima do que as médias tradicionais dos estoques, o que significa, portanto, uma pressão baixista ainda grande sobre o preço, *spot*, sobre o preço de curto prazo do petróleo, porém, como a curva futura indica aumento de preço e o petróleo não é um produto que se compra em prateleira, e o petróleo não se produz facilmente, você precisa de um período longo, investimentos grandes, que levam sete, oito anos para começar de fato a produzir, isso significa, portanto, que o mercado futuro é um elemento determinante, fundamental para as orientações dos investimentos. Próximo, por favor.

Aqui, o que nós consideramos como nosso plano de investimento. No nosso plano de investimento nós estamos projetando para nosso, dois tipos de cenários, um cenário que nós chamamos de preço básico, que é um cenário que em 2009 nós temos 37 dólares o barril do petróleo *Brent*. 2010 – 40 dólares do petróleo *Brent*, e 2011 em diante, 45 dólares estável e para sempre. Esse é o caso chamado de caso base,

é o caso de robustez. E o caso base ele atinge preços mais ou menos altos e no longo prazo estabiliza em 60 dólares, portanto, nossa projeção de... Não é expectativa que os preços serão esses, mas os cálculos que nós fizemos, o nosso plano de investimento leva em conta uma situação de estresse que quer seja possível suportar permanentemente um preço de petróleo a 45 dólares, ou um preço de longo prazo acima de 60 dólares no longo prazo. Essa situação, portanto, mostra que nós estamos com projeções para nossos cálculos financeiros muito abaixo do que o mercado faz e do que a tendência do mercado está se apresentando. Portanto, nós estamos na linha mais conservadora na geração de receitas, ao mesmo tempo em que estamos usando para nossas projeções de investimentos os custos correntes que estão refletindo, que refletem os preços elevados que nós tivemos em 2008. Portanto temos dupla condição de robustez, de um lado nos custos, nós temos custos muito elevados, projetados, e do outro lado na receita nós temos receita com preços mais conservadores. Próximo, por favor.

Aqui, mostra um pouco a situação dos preços da gasolina na bomba. Há uma discussão muito importante sobre preço de gasolina, isso aqui é a média de 2008, isso aqui mostra mais ou menos o seguinte. Se nós compararmos o preço Brasil na refinaria, o preço Brasil refinaria, o preço Rio de Janeiro refinaria, o preço Uruguai refinaria, o preço Chile refinaria, o preço Peru refinaria, o preço Estados Unidos refinaria, o preço Canadá refinaria, o preço China refinaria, o preço Japão refinaria, o preço Reino Unido refinaria, o preço Alemanha refinaria e o preço Itália refinaria, nós vamos ver que eles estão mais ou menos na mesma faixa, em torno de... Próximo de 50 centavos por litro em quase todos os lugares. Portanto, há certo alinhamento do preço na refinaria, o preço da gasolina entre os diversos países do mundo. No entanto, quando nós consideramos o preço na bomba, os preços diferenciam porque você tem tributos, você tem margens de distribuidores que são diferentes em cada país. Mas nas refinarias os preços são relativamente homogêneos em preços internacionais. Evidentemente que o Brasil tem um componente a mais que é o componente etanol, que é misturado à nossa gasolina, obrigatoriamente. Portanto, nós estamos com os preços na média de 2008 relativamente alinhados com os preços internacionais, ainda que não tenhamos, em 2008, elevado os preços nacionais da mesma forma que o petróleo se elevou e que alguns mercados internacionais elevaram na ponta, esses preços. Então, conseqüentemente, nós tivemos uma volatilidade dos preços brasileiros em 2008 muito menor do que a volatilidade do preço in-

ternacional na maioria dos mercados internacionais. Próximo, por favor.

No óleo diesel é a mesma situação. Portanto nós temos aqui uma relativa homogeneidade do preço do diesel na refinaria com uma diferença razoável do preço do diesel nos postos de gasolina, nos postos de distribuição, no posto de diesel, porque na verdade essas distribuições refletem a situação no mercado distribuidor e a estrutura tributária sobre os diferentes mercados do mundo. Próximo, por favor.

Aqui nós estamos falando dos preços atuais. Se nós considerarmos os preços atuais... Eu falei do mercado futuro de petróleo, aqui estou querendo considerar os mercados futuros de diesel, de gás natural e de gasolina. Se nós olharmos, isso aqui foi às 13h54 de ontem, portanto a cada minuto isso se altera, às 13h54 de ontem o preço de um mês adiante da gasolina, nos Estados Unidos, a gasolina nos Estados Unidos, no diesel, nos Estados Unidos, era 464,25 centavos por... 464,25 dólares por metro cúbico, e isso aqui para abril, maio, junho, julho. Para julho está em 491. Portanto, o mercado futuro de diesel indica aumento do preço do diesel em preços internacionais. A gasolina, que estava a 1,49 dólares o galão, aponta para 1,53 dólares o galão nos próximos quatro meses. O *Brent*, que estava 53,34, a projeção para abril, maio, junho, é 56,06.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Só um esclarecimento. Qual é a importância do mercado futuro em termos do volume de negócios no setor?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Nove vezes...

Era em 2008 nove vezes mais no mercado futuro do que no mercado *spot*. É muito grande. Hoje é menor, a proporção é menor do que nove vezes, evidentemente, mas é bastante significativo. Então, se vocês ‘verem’ aqui a diferença, aqui às 13h54 e 17h32 tem diferenças. Porque isso aqui muda a cada momento. Ontem, 13h54 e 17h32. Então, aqui era 464, foi para 466, aqui era 491 foi a 496, aqui era 149 foi para 148, aqui era 153 foi para 152. Mudança de 13h54 para 17h32. Então, esse é um mercado que está permanentemente em flutuação e evidente que ninguém pode basear nesse tipo de preço para decidir investimentos. Você tem que basear num preço mais longo, mais estável para decidir seus investimentos. Próximo.

A taxa de câmbio também tem uma diferença importância e para nós é fundamental, e essa taxa de câmbio, na época que o preço de petróleo atingiu o pico, foi de 1,59 reais por dólar, em dezembro estava 2,27, atingiu aqui em janeiro 2,39, e agora está em torno de 2,31 e o preço do Brasil é um preço em reais, portanto é fundamental também utilizar a taxa de câmbio como elemento importante e a projeção futura da taxa de câmbio. Próximo.

Do ponto de vista dos investimentos: frente a esse quadro, a Petrobras, olhando para 2013 e também com a visão de 2020, mas focando um plano de negócios para 2009 a 2013, nós definimos um conjunto de mais de 600 projetos que, somados, os investimentos são de 174,4 bilhões de dólares. Desses 174,4 bilhões de dólares, o que significa mais ou menos, trinta e poucos bilhões de dólares por ano, é um investimento substantivo, talvez seja o maior pacote de investimento entre todas as empresas de petróleo do mundo. Eu acho que entre as empresas de petróleo do mundo é o maior. Entre as empresas do mundo eu não sei se é o maior pacote de investimentos, mas é um pacote de investimento bastante substancial. 104,6 é para exploração e produção de petróleo. 43,4 para o refino. Os outros estão distribuídos em petroquímica, distribuição, 2,8 bilhões de dólares para biocombustíveis, investimentos em tecnologia e investimentos em formação, tecnologia de informação e pesquisa em desenvolvimento em torno de dois bilhões de dólares, dividindo em termo de Brasil/exterior 90% dos investimentos, 91% dos investimentos no Brasil, 9% dos investimentos no exterior, 16,2% de investimentos no exterior, e comparado com o investimento do período anterior, nós estamos aqui 2009 a 2013, se nós considerarmos 2008 a 2012, o nosso investimento era de 112,4 bilhões de dólares, portanto nós estamos falando num aumento em plena crise em mais de 50 bilhões de dólares do programa de investimentos da Petrobras para esse período. Próximo, por favor.

O que é que fez diferença? O que tem de diferença entre o programa de investimento do 111,2 e o 174, 4? Por que é 111,2? Porque aquele pacote de 112 bilhões de dólares que eu mencionei antes é o pacote referente à 2008/2012. Aqui, aquele pacote, no período de 2009 a 2013, corresponderia a 111,2 bilhões de dólares. Nós tivemos novos projetos, 47,9 bilhões de dólares, aumento de custos nos projetos anteriores, 17 bilhões de dólares, mudança de escopo de projeto que correspondem 3,5 bilhões de dólares, a taxa de câmbio tem um impacto nos nossos projetos, principalmente naqueles que são em reais de 2,9 bilhões de dólares, e outros, um conjunto de vários elementos somados juntos, mais e menos dando 8,1 bilhões de dólares. Portanto, a diferença de 174 para 111 depende fortemente dos novos projetos que nós acrescentamos ao nosso pacote de investimentos. Próximo, por favor.

Do ponto de vista do financiamento desse tipo de projeto. Nós temos uma diferença muito significativa do histórico da Petrobras com o futuro. No histórico até hoje da Petrobras, do ponto de vista dos investimentos, nós investimos 2003 a 2008 em torno de 83 bilhões

de dólares, esses investimentos foram fortemente financiados por fluxo operacional, por recursos próprios da Petrobras gerados em atividades próprias após o pagamento de dividendos. Para esse novo pacote nós estamos prevendo um aumento da dívida líquida da Petrobras. Nós vamos continuar gerando fortemente um fluxo operacional de recursos bastante significativo, porém, vamos aumentar a dívida da Petrobras para viabilizar esses investimentos, uma vez que nós consideramos que o custo da dívida é menos que o retorno que nós teremos desses investimentos no longo prazo e, portanto, do ponto de vista de futuro e de adicionar valor para a Petrobras esse programa de investimentos ele é viável, rentável e economicamente justificável. Próximo, por favor.

O que nós estamos atuando? Nós estamos atuando fortemente hoje na redução de custos. Para reduzir os nossos custos nós estamos trabalhando em três dimensões. De um lado na cultura da empresa. A empresa é uma empresa empreendedora, com grande inovação tecnológica, com engenheiros altamente qualificados e inovadores, mas que nós precisamos adotar na formulação dos projetos, uma formulação mais simplificada, uma formulação mais padronizada, a utilização mais ampla de equipamentos de prateleira, de tal maneira que nós possamos, pela simplificação, pela padronização, e pela utilização de equipamentos de prateleira, reduzir custos. Um segundo elemento importante: nós estamos alterando também formas de contratação. Nós tínhamos muito fortemente nos grandes projetos, a contratação de grandes pacotes com empresas que são especializadas em engenharia, compras e construção, os chamados epecistas, nós estamos reduzindo esses pacotes, estamos fatiando esses pacotes em tamanhos menores, de tal maneira que nós possamos ter mais competição de empresas menores disputando pacotes menores de tal maneira que nós possamos também incorporar maior competitividade no fornecimento de produtos e serviços para a Petrobras e que evidentemente vai exigir da Petrobras, da engenharia da Petrobras, uma maior atividade de integração e substituição das empresas que faziam esse papel integrador no passado. Por outro lado, os nossos projetos também precisam ser mais especificados, nós pretendemos ir a mercado com projetos mais claros para diminuir os riscos dos fornecedores e, portanto, viabilizar uma redução de custos do ponto de vista dos fornecedores. Próximo, por favor.

O que nós estamos fazendo? Nós estamos adotando normas de caráter universal na simplificação e padronização de equipamentos, revisando a especificação de materiais para diminuir redundâncias desnecessárias, estamos cancelando algumas licitações

importantes por preço excessivo, estamos renegociando afretamentos, estamos revisando escopo de grandes projetos, estamos revisando e cancelando compras de grandes máquinas, e unidades de refinarias, para sinalizar de forma clara para o mercado que nós queremos capturar parte dos ganhos que vêm do ajuste de custos que é internacional hoje em função da crise internacional e do impacto que isso traz em vários setores produtivos do mundo. Próximo, por favor.

Qual é a nossa meta produtiva? Nós estamos produzindo, a nossa produção hoje está em torno... Hoje está em torno de 2,4 milhões de barris, de óleo e petróleo, 1855 milhões de barris por dia de óleo, nós pretendemos chegar em 2009 com dois milhões e 50 mil barris por dia, uma produção total de óleo e gás de 2,75 milhões de barris, mas estamos projetando para 2013 sair de 2,7 milhões de barris para 3,6 milhões de barris atingindo em 2020, 5,7 milhões de barris. 5,7 milhões de barris é uma produção maior do que a Exxon hoje, é uma produção mais do que a metade da Arábia Saudita, mais do que a metade da Rússia. Portanto, nós estamos falando de um crescimento de 7,5% que é um crescimento extremamente elevado, mas que colocará a Petrobras e o Brasil numa situação de um dos grandes produtores mundiais em 2020, já em 2013 com a taxa de crescimento bastante elevada de 8,8% ao ano. Diferente de outras empresas de petróleo do mundo, essa capacidade de crescer a nossa produção, não depende de aquisições de novas reservas, nem depende de novas descobertas. Essa capacidade de crescimento está baseada exclusivamente no portfólio atual de reservas que nós temos e das descobertas já identificadas hoje. Portanto, as novas descobertas e o potencial de expansão estão fora desse plano porque esse plano se baseia exclusivamente no que nós já temos no nosso portfólio exploratório.

Aqui no pré-sal nós só estamos incluindo no pré-sal as áreas concedidas... Atualmente concedidas, não as áreas não concedidas. As áreas não concedidas não estão incluídas aí. Do ponto de vista do pré-sal nós estamos falando que o marco regulatório existente para as áreas concedidas, nós estamos assumindo para essa projeção que o marco regulatório para as áreas concedidas se mantém intacto. A produção do pré-sal prevista de 2009 até 2013 nós estamos prevendo para 2013 crescer aqui do pré-sal 219 mil barris por dia, desses dois milhões 680 mil barris, em 2013. Em 2020 essa produção do pré-sal, dos 3 milhões 920, nós estamos falando em 1 milhão e 800 do pré-sal da bacia de Santos e da bacia do Espírito Santo. Portanto, nós estamos falando mais ou menos, pouco menos da metade da produção da nossa de 2020 vem do pré-sal, e

um décimo, mais ou menos, um décimo da produção nossa de 2013 vem do pré-sal. Próximo, por favor.

Aqui é um pouco o desafio da Petrobras. A Petrobras levou 54 anos para atingir a produção atual de 1,8 milhões de barris no Brasil, de petróleo, nós levamos 45 anos para atingir o primeiro milhão de barris. Nos campos da bacia de Campos, nós levamos 27 anos para atingir o primeiro milhão de barris. Dos campos gigantes da Bacia de Campos nós levamos 22 anos para atingir o primeiro barril, e agora no pré-sal nós pretendemos atingir o primeiro milhão com 12 anos de trabalho. Portanto, notem que isso é uma meta bastante agressiva, é uma meta bastante audaciosa, mas é uma meta possível porque nós já estamos produzindo do pré-sal, aqui é basicamente o pré-sal. Nós já estamos produzindo do pré-sal e vamos começar o teste de longa duração em maio deste ano que vai alterar substancialmente o nosso conhecimento sobre a região.

O pré-sal: o que é o pré-sal? Em última instância o pré-sal é uma área que nós estamos delimitando nesse gráfico com essa área azul clara, essa área é a área das rochas reservatórias que existem abaixo da camada de sal. Essa rocha reservatória tem algumas características, chamam-se microbiolitos, ela tem algumas características de carbonáticas e ela se estende, portanto, do norte de Santa Catarina até o sul do Espírito Santo. Você tem aqui uma área de 112 mil quilômetros quadrados que é uma área maior do que o Golfo do México americano. Dessa área de 112 mil quilômetros quadrados, 41 mil quilômetros quadrados, portanto 38%, já estão concedida nos leilões atualmente existentes. Portanto, 62% não estão concedidas ainda e nós não estamos considerando essa área não concedida no nosso plano. Nós só estamos analisando no nosso plano os 38% que correspondem às áreas já concedidas. A área da participação da Petrobras, desses 41 mil quilômetros quadrados a Petrobras tem 35 mil quilômetros quadrados, portanto nós temos quase... Pouco mais de 60% da área concedida total. Próximo, por favor.

Qual é a previsão que nós temos? Como eu disse antes, a produção em 2013 do pré-sal é de 219 barris por dia. Em 2015, 582 mil barris por dia, em 2017, 1 milhão e 336 mil barris por dia e em 2020, 1 milhão 815. Portanto, em 2020 a produção do pré-sal das áreas concedidas no nosso plano é de 1 milhão 815. Qual é o investimento necessário para atingir esse 1 milhão 815, da parte da Petrobras nessa produção? Na verdade a Petrobras é 1 milhão 183 e os parceiros 632. A parte da Petrobras no investimento da parte da Petrobras até 2013 é um investimento de 28,9 bilhões de dólares, até 2020 de 111,4 bilhões de dólares. Por-

tanto, nós temos investimento na área de Santos de 18,6 bilhões de dólares e 10,6 bilhões de dólares no Espírito Santo. Aqui tem uma diferença substantiva importante, porque a Petrobras tem 100% das áreas concedidas no Espírito Santo e só tem 60% das áreas concedidas em Santos. E, além do mais, as áreas do Espírito Santo são áreas mais perto da costa, com uma camada de sal mais fina e, portanto... E nós já temos infraestrutura produtiva instalada no parque das baleias e, portanto, essa produção ela é uma produção que tem mais rentabilidade e ela pode ser antecipada mais rapidamente do que na bacia de Santos. Porém, no longo prazo o investimento na bacia de Santos é um investimento muito maior do que a bacia do Espírito Santo, de tal maneira que nós vamos investir dos 111 bilhões, 99 bilhões aproximadamente na bacia de Santos.

Qual é o problema fundamental hoje do pré-sal? O pré-sal não tem grandes problemas tecnológicos. Não tem grandes problemas tecnológicos. Nós temos... As características do pré-sal, dadas as tecnologias atuais, ela pode produzir com tecnologias existentes. As inovações tecnológicas aumentam a rentabilidade da exploração. Nós temos inovações tecnológicas importantes, tanto na área da logística e da montagem do sistema de produção, como nos sistemas submersíveis, na corrosão dos óleos e na utilização do gás a ser produzido. Mas, o mais importante conhecimento que nos falta hoje do pré-sal é o conhecimento sobre a geologia e sobre os reservatórios do pré-sal. Esse é um conhecimento que ninguém tem, porque esses reservatórios são únicos no mundo. E como tal, o conhecimento desses reservatórios, da dinâmica dos fluidos, da permeabilidade entre as diversas camadas, de como esse reservatório reage a pressões incrementadas com aumento para injeção de gás e de água para a produção, ninguém conhece. A única maneira de conhecer isto é através da produção. E é isto que nós vamos fazer, já estamos fazendo no Espírito Santo e vamos fazer na bacia de Santos no que nós chamamos de teste de longa duração. O teste de longa duração que se iniciará no dia 1º de maio de 2009, portanto, este ano, nós vamos testar dois poços. Nesses dois poços nós vamos levantar informações sobre essas características dos reservatórios, essas informações serão preciosíssimas para desenhar e definir o projeto de exploração futuro. É com base nessas informações que nós definiremos a quantidade de poços que nós precisamos perfurar. É completamente diferente uma situação de um poço que produz 10 mil barris por dia e um poço que produz 30 mil barris por dia e de um poço que produz cinco mil barris por dia. Qual é o poço que nós vamos fazer? Isso vai depender dessa

informação que só poderemos obter depois do teste de longa duração. E esse teste de longa duração vai permitir, portanto, dizer que esses 111,4 bilhões de dólares previstos, que são com o conhecimento que nós temos hoje, provavelmente será menor do que este, porque dado mais conhecimento nós poderemos reduzir significativamente o número de poços e cada poço custa hoje 60 milhões de dólares.

Portanto, se nós reduzimos de três mil poços para 500 poços, isso é uma redução gigantesca do volume de investimento. Se nós reduzirmos de mil poços para 700 poços, nós vamos ter uma grande redução de custos. Então, a redução de poços depende do conhecimento geológico que nós só teremos depois de algum tempo do teste de longa duração. Isso é vital e não há outro caminho, não há laboratório, não há transferência tecnológica, não há nada que se possa fazer a não ser produzir para conhecer. Próximo.

Evidentemente que elevar esse volume de produção não pode ser feito apenas com um poço perfurado. Você tem toda uma infraestrutura necessária para viabilizar essa produção. E aí mostra um pouco o tamanho desse projeto. Esse tamanho é um projeto de novas embarcações, gigantesco. Nós estamos falando aqui de 2009 a 2013, de 153 embarcações. 44 navios de grande porte. 92 barcos de apoio. 15 plataformas de produção. Duas TLWP e uma jaqueta e um TLWP. 153 até 2013. 65 de 2013 a 2015. 78 de 2016 a 2020. Portanto, nós estamos falando num gigantesco programa de equipamentos que são altamente capital intensivos, fortemente impactantes sobre estaleiros navais, uma indústria naval, altamente disseminadores de novas tecnologias com enorme impacto sobre a indústria de mecânica, a indústria metalúrgica, indústria... Engenharia, desenho de projetos, tubulações, ligas, etc. Portanto, com um enorme impacto no conjunto de atividades econômicas do país. Além disso, nós sistemas... Vamos precisar de navios sondas e plataformas para perfuração. São navios extremamente sofisticados que nós nunca produzimos no Brasil. Nós estamos prevenindo uma compra de... Aquisição ou via licitação ou via afretamento ou via compra de 28 sondas a partir de 2013, para receber a partir de 2013, e nós deveremos ir a mercado solicitando a compra dessas sondas ou o afretamento dessas sondas, ainda este ano de 2009, para que estas sondas sejam construídas no Brasil. Portanto, ao exigir que sejam construídas no Brasil, nós estamos dando cinco anos para que a indústria naval se aproprie e possa viabilizar a capacidade de produzir essas sondas que são sondas importantes para a produção, para a perfuração dos postos e indispensável para o desenvolvimento, tanto da atividade explorató-

ria, como para a atividade de produção no petróleo no Brasil e no exterior. Próximo, por favor.

Do ponto de vista do mercado. Qual é... Do ponto de vista que é o mercado de produtos. A nossa previsão é que o mercado brasileiro de 2008 até 2013 nós vamos ter um crescimento médio do mercado de combustíveis de 3% ao ano. O maior crescimento, como os senhores podem ver, vai ser o crescimento dessa faixa azul que é o crescimento do mercado de diesel. O Brasil é um país hoje que importa diesel. Nós não temos diesel suficiente para atender o mercado brasileiro hoje. Nós somos exportadores de gasolina e importadores de diesel, de nafta e de GLP. Nós somos exportadores de gasolina, de óleo para navio e de óleo para combustível. Nós exportamos produtos de menor valor agregado e importamos produtos de alto valor agregado. Evidentemente que isso significa que mesmo tendo uma balança positiva, comercial positiva do ponto de vista volumétrico, nós temos uma balança comercial negativa do ponto de vista comercial pela natureza dos nossos produtos. Nós temos que mudar isso, nós temos que investir também em refino para viabilizar exatamente a alteração significativa dessa estrutura de comercialização que nós temos.

Então, nós vamos investir num conjunto de refinarias. Nós estamos investindo nas refinarias atuais, então nós temos aqui o Revamp da Replan que começa em 2010 a operar, com 33 mil barris por dia, teremos em 2011 a refinaria do nordeste e o Revamp da Repá(F), portanto com impactos na produção em 2011. Teremos o COMPERJ, a primeira unidade, unidade de petroquímicos básicos do COMPERJ entrando em 2012, teremos a refinaria prêmio 1 e a refinaria prêmio 2, no Ceará e... No Maranhão e no Ceará em 2013 e 2014. De tal maneira que em 2020 nós teremos uma capacidade de refino no Brasil de 1 milhão 779 mil barris para 3 milhões de barris por dia em 2020. Portanto, não somente aumentando a quantidade de processamento de petróleo processado, mas também aumentando a produção de diesel, que é o nosso produto que nós precisamos aumentar a produção, aumentando a produção de GLP e aumentando a produção de nafta.

Além disso, nós temos um pacote de investimentos bastante significativo para a qualidade da gasolina diesel, essencialmente aqui, é a redução do enxofre na gasolina e no diesel, nós temos projetos que envolvem investimentos acima de nove bilhões de dólares para, exclusivamente reduzir a quantidade de enxofre na gasolina em 2010, no diesel em 2010, 2011, 2012 e 2013 para reduzir a quantidade de enxofre, atendendo, portanto, as especificações brasileiras internacionais desse diesel. Significa, portanto, que nós estamos falando de volumes de investimentos que não agregam

novos produtos, mas melhoram os produtos existentes. Próximo, por favor.

Do ponto de vista de fertilizantes nós temos duas plantas de fertilizantes da Petrobras, uma na Bahia e uma em Sergipe, nesse momento, que são plantas de fertilizantes nitrogenados que usam o gás natural para produzir esses nitrogenados, nós estamos estudando a possibilidade, uma planta adicional, mas não temos ainda uma localização definida e nem temos ainda a situação de análise de mercado em função dos custos do gás e da disponibilidade de gás que nós temos nesse momento, mas estamos analisando e deveremos decidir nesse horizonte uma nova planta de fertilizantes nitrogenados para atender o mercado brasileiro.

Em termos de terminais, nós estamos falando de 26 terminais aquaviários, 20 terminais terrestres, um investimento de 3,7 bilhões de dólares nesse período em logística de dutos e terminais, estamos falando na expansão da capacidade de armazenamento em Santos Paranaguá, melhoria do tratamento de efluentes em São Sebastião, São Francisco do Sul, Cabiúnas, Ilha Grande e TEDUT(F). A implantação da adequação do suprimento de petróleo em São Paulo, especialmente, e a intervenção nos dutos que nós temos de derivados hoje no Estado de São Paulo. Melhoria do sistema no nordeste, particularmente no Temadre, na Bahia, e de novo em São Paulo e Paranaguá. Próximo, por favor.

Estamos falando também em gás. Nós temos um volume de investimentos em gás que termina um ciclo e abre outro ciclo de investimento. O ciclo de investimento que nós estamos terminando é um ciclo de investimento que termina até 2010, que é um investimento que foi realizado para consolidar o mercado brasileiro de gás. Isso significa que nós montamos uma infraestrutura de gasodutos, montamos uma infraestrutura de compressão, montamos uma infraestrutura de produção e de importação de tal maneira que nós vamos construir mais 2300 quilômetros de gasodutos até 2010, mais 19 usinas de energia, mais 1,2 mil megawatts de capacidade de geração elétrica até 2010 e concluir, já estamos praticamente concluindo, daqui um mês ou dois, nós teremos o terminal de GNL da Baía da Guanabara e já temos também o terminal de GNL do Ceará em operação. Portanto, nós teremos... Nós temos hoje uma situação de consolidação da infraestrutura necessária para ter um mercado nacional de gás. A característica especial do mercado de gás brasileiro é que ele é um mercado de gás que tem uma parcela muito grande da demanda de gás que é intermitente. Que não é firme. Que é a demanda de gás que depende da chuva, demanda de gás que depende da acumulação de água nos reservatórios, e,

portanto, depende essencialmente da projeção que se faz do declínio desses reservatórios para minimizar o risco de uma perda de capacidade de geração elétrica no nosso parque hidroelétrico.

Nós teremos uma situação... Para nosso investimento, o Senador está perguntando aqui sobre a autossuficiência. Eu peço a ele um minutinho que cheguei lá em um minuto. Nós temos hoje uma situação que precisamos passar para aumentar a flexibilidade da oferta. Para aumentar a flexibilidade da oferta, nós vamos ampliar gasodutos para flexibilizar e fechar todos os *geps*, que nós temos na nossa rede de gasoduto, vamos aumentar a capacidade de compressão para viabilizar mais eficiência na rede e estamos pensando em construir mais dois terminais de GNL, sendo que um deles deve ser um terminal flexível, de tal maneira que ele possa regaseificar o gás e também liquefazer o gás. De tal maneira que nós possamos, quando tenhamos uma situação de excesso de oferta de gás, liquefazer esse gás, embarcar esse gás nos navios metaneiros, e, portanto, entregar esse gás em qualquer mercado que nós quisermos. Em termo de autossuficiência, o próximo, por favor. Antes disso, por favor. Então não está aí. Volta aí, por favor.

Em termos de autossuficiência, respondendo a pergunta do Senador Collor, nós estamos projetando para 2012, 2013, uma demanda brasileira de 135 milhões de metros cúbicos/dia de gás. Esses 135 milhões de metros cúbicos/dia de gás serão atendidos pelas seguintes fontes. 30 milhões da Bolívia. Até 30 milhões da Bolívia. Nós temos um contrato com a Bolívia até 2019, e esse contrato nós queremos honrar, como a Bolívia honrou até agora, até 2019. Portanto, isso envolve a capacidade de compra da Bolívia de até 30 milhões, e uma obrigação, nossa, de trazer no mínimo 19 milhões por dia, da Bolívia. Isto, portanto, significa que nós estaremos projetando a manutenção dessa fonte até 2019 de 30 milhões da Bolívia. 135 menos 30 dão 105 milhões que ainda faltam. Desses 105 milhões, 71 milhões nós vamos aumentar a produção nacional para ofertar para o mercado mais 71 milhões de gás e metros cúbicos de gás por dia da produção nacional. E teremos 34 milhões de metros cúbicos por dia de GNL, através dos terminais que já temos em Pecém no Ceará, na Baía de Guanabara e outros dois que teremos, que nos darão flexibilidade e que assim que for necessário precisar de gás excepcional, além do que nós já temos, nós trazemos o navio e encostamos no terminal e injetamos na rede. Então, nós temos flexibilidade de 34 milhões de metros cúbicos de GNL, mais a diferença entre os 30 milhões que nós podemos trazer da Bolívia e os 19 milhões que somos obrigados a trazer da Bolívia. En-

tão, nós temos um adicional flexibilidade na oferta de gás brasileiro, enorme flexibilidade. Significa que nós não ficaremos... Nós seremos... Teremos autonomia e independência, mas não teremos autossuficiência na produção de gás.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

E desses 71, quanto que nós estaremos produzindo este ano?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O mercado brasileiro este ano está em torno de 45 milhões de metros cúbicos. Nós trouxemos em torno de 30 milhões... Esse ano quer dizer 2008. Nós trouxemos 30 milhões da Bolívia, portanto a entrega nacional foi em torno de 17, 18 milhões de metros cúbicos/dia em 2008. Para 2009 isso vai chegar a 28 milhões. Em 2013 nós fizemos o plano chamado Plangás que está aumentando a capacidade de transporte e aumentando a capacidade de produção de gás. Para biocombustíveis nós estamos alocando... Nós estamos alocando para biocombustíveis 2,8 bilhões de dólares nesse período. 2,8 bilhões de dólares é relativamente pouco em relação aos 174 bilhões que nós estamos falando, mas em referência ao setor de etanol e ao setor de biodiesel, 2,8 é um dos maiores volumes de investimentos alocados por esses dois setores, onde nós queremos atuar fortemente na montagem da logística para diminuir o custo de exportação e na capacidade de aumentar a produção voltada para o mercado internacional, portanto, viabilizando a expansão internacional de etanol e de biodiesel. Próximo, por favor.

As exportações nós estamos prevendo crescimento de exportações de 40% de etanol e 17,9% da nossa exportação... Da nossa produção de biodiesel até 2013. O mercado principal que nós estamos focados nesse momento é o mercado asiático, especialmente o Japão. Os Estados Unidos não é o nosso principal mercado. Nós consideramos os Estados Unidos um mercado extremamente promissor e atraente, porém, não somente eles têm um volume de produção de etanol de milho muito grande, como eles têm barreiras alfandegárias muito altas que tornam o nosso produto não tão competitivo quanto outros mercados. Então, o nosso *target*, o nosso alvo é o mercado asiático nesse momento, ainda que tenhamos possibilidade de ampliar essa expansão também para os Estados Unidos, se houver; como nós achamos que vai haver mudanças na situação americana em termos de escolhas e produtos para produzir o etanol. Nós estamos também investindo fortemente na tecnologia, nós temos já patentes de álcool celulósico, patentes desenvolvidas pela Petrobras, mas ainda não temos nenhum vislumbre num horizonte de quatro, cinco anos de capacidade de transformar essas patentes em produtos

industriais, em fase industrial, e estamos começando agora na fase de protótipo para prestar o aumento de escala da nossa tecnologia. Próximo.

Do ponto de vista do conteúdo nacional nós achamos que o nosso plano de investimento, ele é um plano de investimento que não necessariamente precisa ter associado com ele numa política para cadeia de suprimentos. O conteúdo nacional é um elemento importante no nosso plano, nós pretendemos aumentar a capacidade instalada no Brasil para viabilizar a expansão da cadeia de fornecedores do setor, nós precisamos atrair, não somente aumentar a capacidade dos já instalados, mas atrair novos competidores, aqui envolve uma atração de capitais internacionais para trazer, não somente tecnologia, mas capitais para... Em associação com brasileiros aumentar capacidade do mercado brasileiro. Com isso nós esperamos obter menores preços ao longo do tempo, não de imediato, é claro que teremos aqui algumas políticas de indústria... Indústria infantil que precisa de certa proteção num certo tempo, mas o nosso objetivo não é de ter uma indústria que seja protegida ao longo do tempo, mas que ela convirja para ter a competitividade internacionais. Vamos aumentar, na medida em que aumentar o mercado brasileiro, as opções de flexibilidade e teremos mais disponibilidade para isso, portanto, como nós temos isso numa situação de mercado em que a Petrobras e a expansão do mercado brasileiro que são muito, intrinsecamente ligados pela natureza da Petrobras em relação a outras empresas de petróleo, a Petrobras é a única grande empresa de petróleo do mundo que tem a maior parte de sua produção de petróleo voltada para a sua capacidade de refino, voltada para o seu mercado doméstico, as empresas ou são grandes exportadoras de petróleo cru ou são refinadoras e atendem mercados múltiplos, a Petrobras é a única que está integrada inteiramente com o mercado nacional, de tal maneira que integrada no produto nós também temos que avançar na integração, na cadeia de suprimento. Próximo.

É claro que isso evita e minimiza o efeito que na indústria de petróleo se tem que é o efeito de que um setor crescendo muito rapidamente gera reservas internacionais, aprecia a moeda nacional, impede que outros setores cresçam e ao mesmo tempo, do ponto de vista fiscal, vira a única fonte de financiamento do Estado e, portanto, impede o conjunto das atividades econômicas. Na medida em que você faz com que o conjunto do setor também cresça, isso faz com que esse... Essa tendência da chamada doença holandesa seja minimizada e, portanto, nós tenhamos um efeito menor desse risco, dado à velocidade e o crescimento que estamos apresentando. Próximo, por favor.

Os investimentos no Brasil, como eu disse, significam 158 bilhões de dólares, nós vamos ter uma compra no Brasil de 100 bilhões de dólares nesse período, o que significa um conteúdo nacional de 64, o que significa que isto é uma demanda para os produtores brasileiros atenderem as demandas da Petrobras, portanto nós estamos falando aqui em quase 20 bilhões de dólares de compra de produtores brasileiros por ano nesse país. Próximo, por favor.

Aqui é impacto sobre emprego. Esse plano de negócios 2008/2012 nós estávamos projetando uma demanda de mão-de-obra a partir de 2009, de 69 mil pessoas a serem treinadas para atender a cadeia de suprimento da Petrobras. Com o novo plano nós saímos de 69 para 174 mil pessoas a serem treinadas para atender a cadeia de suprimento da Petrobras. Esse é um volume enorme de mão-de-obra que precisa ser treinada para atender, não a Petrobras diretamente, mas para atender a cadeia de fornecedores da Petrobras. Portanto, isso exige um esforço muito grande, não só da Petrobras, mas de vários órgãos do Governo e do setor privado que nós estamos articulando através do Programa Nacional de mobilização da indústria de petróleo que faz, portanto, a montagem de um sistema que envolve mais de três mil cursos, envolve mais de 76 instituições de ensino, envolve, portanto, o treinamento de 174 mil pessoas, o que é um treinamento extremamente significativo nesse período. Próximo, por favor.

Do ponto de vista da demanda de Recursos Humanos, só para o plano de negócios, aí não somente no pré-sal, mas o conjunto das atividades, nós estamos falando aqui numa demanda adicional de mão-de-obra, equivalentes aos novos projetos, aos projetos do plano de negócio. As sondas que vamos fazer, aos 146 barcos de apoio, às novas plataformas de produção, ao Promef II, que são os navios da Transpetros, o afretamento de 19 navios, a Refinaria Premium I e II, isso vai implicar nessa cadeia 243 mil postos de trabalho a serem treinados, o que significa, portanto, um significativo impacto sobre o mercado de trabalho em 2009 em diante. Próximo.

Em termos de investimentos por regiões nós temos aqui claramente no sudeste a maior parte de nossos investimentos, geologicamente é aqui que estão os maiores reservatórios que nós temos, aqui estão as maiores reservas, aqui estão as maiores refinarias, mas nós temos investimentos espalhados pelo país, no nordeste 25 bilhões de dólares, no norte 2,7 bilhões de dólares, no centro-oeste 0,4 bilhões de dólares e no sul 10 bilhões de dólares com demanda de postos de trabalho no sudeste de 615 mil postos de trabalho, no nordeste de 187 mil postos de trabalho, no norte 18.500

postos de trabalho, no centro-oeste quatro mil postos de trabalho e no sul de 80 mil postos de trabalho, portanto com um... Além disso, com projetos no valor de 17 bilhões de dólares que são projetos nacionais que não são possíveis de alocar regionalmente essas demandas de postos de trabalho. Portanto, nós estamos falando num programa de investimento que envolve 1 milhão de postos de trabalho a cada ano. Não são 1 milhão de postos de trabalho novos, mas que sustenta 1 milhão de postos de trabalho nos próximos cinco anos. Próximo, por favor. Próximo.

Do ponto de vista de valor adicionado: em termos de valor adicionado por esse programa nós estamos falando em torno de 309 bilhões de reais por ano, sendo que a Petrobras tem um valor adicionado de 170 bilhões, a cadeia produtiva dos investimentos de 73 bilhões e a cadeia produtiva dos gastos operacionais de 66 bilhões, portanto nós estamos falando aqui em aproximadamente 10% do PIB brasileiro associado a esse programa.

Principais desafios: nós temos evidentemente a situação de melhoria da infraestrutura, que é um elemento fundamental para viabilizar esse plano, principalmente para a cadeia de fornecimento, nós temos vários materiais críticos que são equipamentos especiais que levam de longa duração para serem feitos e que estão internacionalmente com capacidade esgotada, nós temos a necessidade de garantir as sondas de perfuração, nós temos necessidade de garantir os sistemas de posicionamento dinâmico, tanto dos navios como das sondas, a produção de aços, de aços especiais pode ser um problema, o treinamento da força de trabalho pode ser um problema, a financiabilidade poderia ser um problema, mas nós acreditamos que a financiabilidade está relativamente resolvida e eu vou detalhar um pouco mais e a otimização dos custos ela é um desafio permanente nesse momento. Próximo, por favor.

O que aconteceu com a Petrobras nesse período? Do ponto de vista de... Aqui temos alguns indicadores de 2002 para cá. Isso aqui, por exemplo, indica... É um indicador que indica a despesa operacional sobre a receita operacional líquida, nós tivemos um ligeiro aumento desse indicador em 2007 e 2008, mas ele está em linha com o nosso histórico dos últimos 10 anos. Dos últimos seis anos. A despesa operacional em relação ao lucro ela inclusive tem diminuído, o que significa que a nossa lucratividade em termos desse período tem aumentado. Próximo.

Do ponto de vista da despesa administrativa sobre o lucro bruto nós temos uma tendência declinante, a despesa de venda sobre o lucro bruto relativamente estável, outras despesas operacionais sobre o lucro

bruto relativamente estável. Portanto, os indicadores que nós temos do desempenho da companhia, os indicadores usualmente utilizados para a avaliação de desempenho indicam que a companhia está dentro dessa mudança significativa de escala de tamanho, comportando-se relativamente estável em termos de sua eficiência econômica. Próximo.

O custo do petróleo tem uma elevação extremamente associada ao preço do petróleo, evidentemente uma vez que nós temos o principal componente de nossos custos é o preço do petróleo e, portanto, o custo sobre receita operacional tende a ter um crescimento, uma vez que o custo do petróleo tende a ter um crescimento maior do que a margem do refino. Próximo.

Do ponto de vista de impostos e contribuições nós tivemos em 2008 o pagamento de quase 80 bilhões de reais de impostos e contribuições para o Governo Brasileiro, tanto o Governo Federal como os governos estaduais e, portanto, nossa previsão, é que a média mensal de pagamentos em 2008 é de quase 7 bilhões, 6,7 bilhões de reais e nós vamos continuar provavelmente crescendo isso uma vez que a nossa produção vai aumentar.

Em termos do preço do petróleo, nós tivemos um aumento da receita operacional líquida, do lucro bruto e do lucro operacional. Próximo.

Em termos de investimentos nós saímos de um investimento realizado de 22 bilhões de reais em 2004, em 2008 nós realizamos 53,3 bilhões de reais, o que é um investimento recorde na nossa história, sem dúvida nenhuma. A nossa previsão para 2009 é um investimento de mais de 60 bilhões de reais. Portanto, nós temos uma tendência de crescimento significativo dos investimentos realizados pela Petrobras nos últimos anos. Próximo. Pode passar, já falei sobre isso. Pode passar.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Vamos dar início--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Me inscreva por favor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Pois não. Vamos dar início ao debate. De acordo com a inscrição nós temos cerca de 16 Senadores inscritos. Vamos dar prioridade, claro, aos autores dos requerimentos e concedo a palavra, por três minutos, ao Senador Aloizio Mercadante e pergunto se posso agrupar os Senadores de três em três ou de quatro em quatro. Quatro em quatro é melhor? Quatro. Agora, primeiro os autores. Depois é que haverá o agrupamento. Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, meu caro companheiro Dutra, José Sérgio Gabrielli, quero parabenizar a exposição pela competência, pela consistência que reflete, não só a história dessa empresa, que é um orgulho do Brasil, mas também o preparo que essa Presidência tem demonstrado à frente da gestão da empresa. Eu queria levantar algumas questões. A primeira, a pergunta é se as grandes [ininteligível], as grandes empresas produtoras de petróleo estão mantendo seus planos de investimento dado a profundidade desta crise e o impacto tanto financeiro como de desaceleração e de recessão da economia global, especialmente os grandes mercados importadores, como Europa, Estados Unidos e Ásia. Então, se estão mantendo. Porque tirando PDVSA e Gaspron, que claramente cortaram investimentos; perderam o foco, enfim, perderam um pouco o papel de liderança, as grandes empresas como estão diante dessa questão.

E associado a isso, a Petrobras para manter seu programa de investimentos pretende aumentar o endividamento da empresa num cenário de severa restrição ao crédito de pouca liquidez, de redução dos investimentos externos, da disponibilidade de recursos. Então, se no curto espaço, naquele momento que houve um travamento global do crédito, um pânico generalizado, a Petrobras teve que recorrer com mais força às fontes domésticas, como Caixa Econômica, BNDES, neste plano de médio prazo, eu pergunto qual vai ser o papel, a expectativa dessas instituições. Porque se houver uma sobrecarga da Petrobras e de outras grandes empresas que recorreram pela falta de recursos externos, nós estamos prejudicando na ponta, pequenas e médias empresas, que não têm a mesma facilidade de acesso ao crédito. Então, como é que resolve esse problema de financiamento da Petrobras, qual é a expectativa, como é que vocês estão vendo?

Em relação à redução de custos, que na medida em que caíram fortemente os preços internacionais, eu imagino que toda cadeia de suprimento tenha alguma indexação. Não é direta, mas alguma indexação ao preço final do produto. Então, foi dito de forma genérica aqui, um esforço de redução de repactuação de contratos para reduzir custos e adequar a essa nova realidade. E vi no jornal *O Estado de São Paulo*, ontem, uma manchete falando num corte de 30%. Pergunto se procede. Qual é a expectativa de corte de custos, como é que isso está sendo feito de forma mais concreta?

Em relação ao pessoal, eu queria saber qual foi a política da empresa nesses anos em termos de valorização do pessoal, participação no resultado, promoção, contratação... Porque nós estamos diante de

uma greve na empresa, qual é a avaliação da direção em relação a essa greve e é legítimo que os trabalhadores reivindiquem, mas é evidente que o país vive uma situação, a economia mundial vive uma situação extremamente difícil, o preço do petróleo caiu violentamente e nós temos que adequar toda a estrutura de custos a essa nova realidade, inclusive do meu ponto de vista política de pessoal tem que ser pactuado e negociado.

Eu tenho só mais três comentários. Em relação ao pré-sal. Para manter os investimentos no pré-sal, além do debate do novo marco regulatório que o Governo tem um compromisso de encaminhar um projeto ao Congresso, como é que nós vamos fazer nas áreas que já foram licitadas? Se o reservatório descoberto, por exemplo, o poço de Iara, evidentemente maior do que o bloco que foi licitado. Aquela parte não licitada pertence à União. Como é que será feita a unitização dessas áreas, como é que a União entrará nesse processo se a Petrobras defende pelo menos o que eu vejo que é o melhor caminho, a União aportar como capital a empresa fortalecer a Petrobras nesse processo dessas reservas e com isso ela recebe os dividendos e os resultados desse processo de produção. Como é que vai, para não paralisar o processo, acelerar a exploração desses blocos e o entorno desses blocos já licitados, qual é a visão da Presidência da Petrobras?

Em relação... Só mais duas questões. Em relação à qualidade do produto. Nós tivemos um atraso no cronograma previsto, em termos de qualidade dos combustíveis no Brasil. A melhoria da qualidade do diesel, da gasolina... Hoje mesmo teve um episódio, simbólico, um navio do *Greenpeace* tendo que ir até a Argentina para se abastecer com diesel de qualidade porque não tem no Brasil essa disponibilidade. Por que nós atrasamos o cronograma de investimentos, de compromisso em relação à mudança da qualidade dos combustíveis e esse cronograma, esse projeto estratégico de negócio, em que medida resolverá isso, quando e como? Que eu acho que é um tema de grande interesse e o Brasil e a Petrobras vem fazendo esforço grande em bioenergia, etanol, nós temos uma marca importante aí na matriz energética, é muito importante que a gente avance nessa direção.

Por último, em relação ao preço dos combustíveis para o consumidor: é verdade que quando subiu violentamente o preço, o Brasil não sobe; como em outros países, está indexado ao preço internacional. E agora que caiu nós não tivemos a queda. Mas, qual é a expectativa de redução de preços da gasolina e do diesel, dado que este cenário de uma queda brusca sinaliza ser um cenário duradouro. Não voltará a ter o preço anterior. Seguramente pode não estar no patamar

de hoje, mas o preço não deve voltar a estar 120, 130, 140 dólares. Como é que nós vamos repassar parte desse benefício ao consumidor, considerando que tem um plano de investimentos, considerando que o setor de etanol, setor sucroalcooleiro tem um problema no curto prazo de financiamento, de custos, qual é a expectativa e a visão da Petrobras em relação à redução do preço dos combustíveis?

São muitas perguntas, mas o plano é muito complexo e eu gostaria de fazer outras, mas não quero prejudicar os demais inscritos e por isso eu peço desculpas por ter me estendido. Procurei ser o mais objetivo possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Pela ordem, com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente eu gostaria de fazer uma sugestão. Nós somos 16 Senadores inscritos. 19. Se cada Senador fizer três perguntas nós vamos a 60 perguntas. Eu acho que nós deveríamos limitar o número de perguntas por Senador. Porque senão nós vamos varar aqui a de madrugada.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Presidente, para contraditar. Só queria dizer o seguinte. Não tem menor sentido nós reduzirmos o número de perguntas. Reduzir o tempo, sim, cada um usa como quiser. Mas o número de perguntas é absurdo. Se for necessário a gente faz uma continuação dessa audiência outro dia. Por sinal, só falta uma pergunta. Cultura. Pararam os programas todos? Quando é que volta e como?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Essa foi uma boa vingança, hein?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Em relação às grandes empresas de petróleo, a maioria delas estão ampliando investimentos. A Exxon está ampliando investimento, Shell está ampliando investimento, a B P está ampliando investimentos, a Total está ampliando investimentos. Algumas empresas estão com problema de ajuste de portfólio porque fizeram grandes aquisições. A Philips e a Devan fizeram grandes aquisições no ano passado e tiveram que ajustar pelas novas regras contábeis e estão mantendo investimentos.

Porém, nenhuma delas tem um volume de investimento da Petrobras. Porque historicamente nos

últimos três anos elas vinham usando os excedentes de caixa dela para comprar as suas próprias ações, fazendo programa de *share buy-back*, chamados de *share buy-back*, que é comprar suas próprias ações. Porque elas estavam com dificuldade de acesso a novas áreas produtoras e dificuldade de acesso a novos projetos. Portanto, elas hoje intensificam os investimentos mesmo na crise porque o mundo vai continuar andando de carro, os automóveis vão continuar andando, os aviões vão continuar voando, os ônibus vão continuar andando, as pessoas vão continuar usando aquecimento e ar-condicionado e, portanto a crise é transitória, mas a demanda vai continuar. Essa é a visão das empresas.

Aumentar endividamento, como financiar. O nosso plano envolve investimentos de 175 bilhões de dólares. Mais ou menos 30 e poucos bilhões de dólares por ano em média. Neste ano de 2009 nosso investimento é de aproximadamente 30 bilhões de dólares. Desses 30 bilhões de dólares, 61 bilhões de reais. Como é que nós financiar 2009? Se o preço do petróleo *Brent* ficar na média anual 37 dólares, nós vamos gerar de nossas atividades operacionais 10 bilhões de dólares de caixa operacional livre. Depois do pagamento de dividendos e amortizações, 10 bi. Portanto, dos 30, que nós precisamos investir, 10 será gerado pelo caixa próprio. Nós conseguimos de um conjunto de bancos internacionais e nacionais, Santander, JP Morgan, HSBC, Société Générale da França e Banco do Brasil conseguimos 6,5 bilhões de dólares de um empréstimo ponte, para nos próximos dois anos nós irmos a mercado para fazer emissões de debêntures no mercado internacional. Fizemos a primeira emissão em fevereiro desse ano em plena crise. A primeira emissão que nós fizemos, nós tivemos uma demanda de nossos papéis de 5,3 bilhões de dólares em fevereiro. Capitamos 1,5 bilhões de dólares. Há uma taxa, há um cupom de 7,85 e uma taxa de rendimento de oito e um oitavo, oito e doze e meio. Hoje no mercado secundário esses papéis estão sendo transacionados a 7,80. A um custo mais alto do que o anterior, porém, ainda viável do ponto de vista dos nossos cálculos. Além disso, nós terminamos o ano com 16 bilhões de reais no caixa. Portanto, nós estamos 100% financiados em 2009.

Vamos olhar 2010. 2010, se nós precisarmos investir 35 bilhões em 2010, nós temos garantido do BNDES 10 bilhões de dólares, 20 bilhões de reais. Significa, portanto, que dos 35 nós temos 10 garantidos. Com o aumento de nossa produção e fazendo a estimativa de que o preço do petróleo vai ser 41 dólares em 2010, nós vamos gerar em 2010, 16 bilhões de dólares. Portanto, precisamos financiar para 2010, 19 bilhões de dólares e temos, portanto, 2009 e 2010

para levantar 19 bilhões de dólares. A partir de 2011, se o preço do petróleo for 45 dólares o barril nós vamos gerar o suficiente para, praticamente, manter estável o nosso endividamento até 2013.

Portanto, do ponto de vista financeiro nós achamos que em condições de estresse a 37 dólares do barril do petróleo *Brent*, a média do primeiro trimestre foi 46, ele está hoje a 54, mas estamos considerando a média de 37. Ele gera caixa livre, em 2011... 2010 a 41 ele gera caixa livre, e cada um dólar na média do *Brent* anual, acrescenta no nosso caixa 500 milhões de dólares. Cada um dólar no *Brent* eleva... Portanto, se nós tivermos uma média de 47 dólares o barril em 2009, nós não vamos gerar só 10 bilhões de dólares. Nós vamos gerar 15 bilhões de dólares no nosso caixa. Portanto, nós achamos que do ponto de vista financeiro nós não temos nenhum problema grande para financiar esse investimento.

Redução de custos. Nós temos dois tipos... Em linhas gerais nós temos dois grandes tipos de projetos. Projetos são mais de 600 projetos que está no nosso programa de investimentos, nós temos projetos que estão em fase de construção, pós-contratação. E temos projetos que estão em fase de projeto, ainda interno, em fase de aprovação interna e que ainda não foram a mercado, hoje estão em processo de negociação com o mercado. Nesses projetos que não saíram do mercado ou que estão em negociação com o mercado, nós esperamos uma redução de custos maior do que nos projetos que já estão contratados, onde há redução de custo, mas essa margem é menor. Nós não estamos legitimando um número, para não fazer com que os nossos fornecedores tenham um número que seja o batente, que eles acham que vai ser a nossa negociação. Em cada caso nós temos metas destinadas. Cada tipo de projeto, cada tipo de situação nós temos metas destinadas. Mas nós queremos apropriar o máximo possível, para os nossos custos sem matar, sem inviabilizar a economicidade da cadeia de fornecedores, a mudança na conjuntura internacional. Em termos de pessoal, como o Senador falou, nós temos uma greve em andamento, essa greve tem essencialmente três grandes demandas, a demanda nº Um é a demanda para aumentar a participação nos lucros e resultados dos trabalhadores da Petrobras, no resultado da Petrobras, eu vou dar os números daqui a pouco; a segunda reivindicação é estender o que se chama de extraturno, que é o pagamento para os trabalhadores que trabalham em regime especial de turno ininterrupto, estender para eles o pagamento do feriado, quando o feriado cair no momento que ele está no turno; e o terceiro que é uma revisão da estrutura de política de segurança e meio ambiente.

Nós estamos, primeiramente, abertos para a negociação, nós estamos convocando os sindicatos para ter uma reunião hoje às três horas da tarde, apesar de estarem em greve e queremos discutir com eles essas três questões. A PLR na aprovação do conselho de administração, nós alocamos 1,3 bilhões de reais que corresponde a quatro e poucos por cento do lucro líquido da companhia, para pagamento do programa de lucros e resultados. Mas estamos dispostos a discutir a distribuição e discutir esse volume, na medida em que seja, minimamente, razoável essa discussão.

No que se refere ao extraturno, nós achamos que esta situação há uma definição legal que nos impede avançar, e em relação às condições de política de segurança e meio ambiente nós estamos inteiramente abertos para sentar e discutir com os trabalhadores. Nós saímos de uma situação em que a companhia passou 10 anos sem contratação de pessoal, nós temos hoje 60% dos trabalhadores da Petrobras com mais de 18 anos de Petrobras e temos 40% com menos de oito anos na Petrobras, e a partir de 2000, 2001 nós voltamos a contratar, estamos, portanto com cerca de 40% dos trabalhadores da Petrobras hoje admitidos de 2000 para cá.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Presidente, eu vou pegar aqui carona no seu esclarecimento, porque há uma pergunta... Gostaria que o senhor indagasse ao Presidente da Petrobras sobre os concursos, pois existem três em vigência. No entanto, estão todos com as convocações suspensas. E, além disso, se a substituição dos terceirizados vai ocorrer de fato. Ano passado a Petrobras realizou o maior concurso de sua história, no entanto está se acabando o prazo e a empresa só chamou a metade dos aprovados.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Na verdade nós fizemos esse concurso, um concurso que fizemos para 2600 vagas, tivemos 415 mil candidatos. Mas tivemos 2600 vagas. Mas foram 415 mil candidatos. O que demonstra, digamos assim, a atração que a Petrobras tem hoje no mercado de trabalho brasileiro. Os concursos, os concursos eles têm um prazo de validade, nós vamos cumprir os prazos de validade dos concursos, não pretendemos nesse momento parar as contratações, pretendemos continuar realizando os concursos porque para realizar esse programa que eu apresentei para os senhores, não há possibilidade de realizar com a força de trabalho que nós temos. Nós precisamos de mais gente para operar esses equipamentos. Portanto, faremos mais concursos.

Do ponto de vista da terceirização nós estamos acelerando os processos de substituição de empregados terceirizados, evidentemente, que dada a na-

tureza de uma série de atividades na empresa, particularmente, na área de manutenção e na área de construções, nós vamos precisar ter terceirizados, é inevitável ter terceirizados, e mais nas áreas... Fim da atividade da empresa nós queremos intensificar o processo de primeirização. Do ponto de vista dos trabalhadores, o rendimento dos trabalhadores têm aumentado a proporção da folha de pagamentos, que hoje está em torno de nove bilhões anuais, numa empresa que tem o faturamento de 280 bilhões de reais anuais, ele é hoje em torno de 6, 7% do nosso faturamento. O que é um faturamento importante, porém, não tem nada como outros setores mais intensivos em trabalho em que a folha de pagamentos é o principal custo das empresas.

No que se refere ao pré-sal, a unitização das áreas. A atual Legislação estabelece que uma vez identificado que os reservatórios vão além das áreas concedidas, é obrigatório o processo de unitização, então, portanto a isso a lei atual exige a unitização, obrigatoriamente. O que a lei atual não diz é o que a União fará com essas áreas que pertencem 100% a elas. Há discussão sobre a alocação disso, é parte da discussão do marco regulatório, é parte da discussão que o Governo está fazendo na Comissão interministerial coordenada pelo Ministro Lobão, para discutir esse tema. E essa alocação se vai ser aportado à Petrobras, o que nós vemos com bastante atração e bastante interesse essa política, mas é uma decisão que o Governo vai ter que tomar, o que fazer com essas áreas, mas a unitização é inevitável. A utilização dessa unitização é uma decisão que Governo terá que tomar. Aí, em termos de qualidade nós, na verdade, nós seguimos estritamente a regulação brasileira, nós não deixamos de cumprir a regular brasileira, a especificação dos combustíveis é competência da ANP. A ANP definiu essa especificação somente dois anos atrás. Portanto, nós não consideramos que em relação às especificações existentes houve atraso da Petrobras. Houve atraso da Petrobras em relação a uma... A uma expectativa geral sobre emissões de particulados. Porém, a emissão de particulado não necessariamente dá a especificação do conteúdo de enxofre do diesel e da gasolina. O conteúdo do enxofre do diesel e da gasolina é uma especificação de combustível que não depende do meio ambiente, mas depende do regulador dos combustíveis brasileiros que é a ANP. Isso foi feito em 2008, ou 2007. E, portanto nós estamos dentro do prazo.

Porém, além disso, existe um outro problema que é importante chamar atenção. A utilização de enxofre de um diesel com 50 partes por milhão de enxofre em caminhões e ônibus cujo motor foi feito antes de 98,

praticamente não tem impacto no volume de emissão de particulados na atmosfera. Porque esses motores e esses... Esses motores são... Não tem filtros que sejam sensíveis a essa redução. Nos motores produzidos depois de 2008 até hoje, eles têm um impacto relativamente pequeno desta melhoria do enxofre. O impacto positivo, significativamente positivo, da redução de enxofre no diesel na emissão de particulados, depende de um motor que nós não temos no Brasil ainda, que é um motor que usa um filtro com base em uréia e esse filtro captura o enxofre e, portanto elimina a emissão do enxofre no conjunto de particulados emitidos para a indústria brasileira.

Portanto a disponibilidade de motores que permitem a efetiva captura dos benefícios ambientais, e diesel com menor teor de enxofre virá da expansão da indústria automobilística brasileira, produzindo esses motores para substituir os atuais motores dos ônibus e dos caminhões brasileiros. Isso significa, portanto, uma política de aumento da produção de motores desse tipo, significa um aumento do custo da renovação da frota de caminhões e de ônibus brasileiros. Portanto, não depende apenas da Petrobras essa situação.

Em termos do preço. O que eu mostrei aqui é que o preço da gasolina, e o preço do diesel no mercado internacional em dólar está apontando para crescimento nos próximos três, quatro meses, e não para queda. No entanto, se os preços internacionais se estabilizam, se diminui a volatilidade dos preços internacionais, a Petrobras não poderá manter o preço brasileiro em reais, desconectado do preço internacional. Nós temos quase duas dezenas, duas centenas de distribuidores no país, o mercado brasileiro é livre, os distribuidores vão importar e, conseqüentemente, o mercado vai se ajustar no longo prazo aos preços internacionais. Isso é inevitável. Não depende apenas da Petrobras e ela vai ajustar na medida em que essa volatilidade futura dos preços e do câmbio, porque o câmbio é importante também, apontar para uma certa estabilidade. Lembre que você importa o navio de diesel, ou um navio de gasolina e ele leva 30 dias para chegar. O preço que se paga é o do momento que ele chega, e não no momento que se ordena. Conseqüentemente o mercado futuro é determinante para a capacidade de competição internacional com o mercado brasileiro.

Cultura. Nós evidentemente que temos um grande programa cultural, nos orgulhamos muito bem de sermos um grande patrocinador das atividades culturais brasileiras, agora, parte desses investimentos e substantiva dessa parte desses investimentos está associado à nossa lucratividade. Como a lucratividade tem caído, é provável que o volume de recursos para esse tipo de projeto tenha que ser ajustado em fun-

ção da lucratividade da companhia. Espero que tenha respondido todas.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Concedo a palavra--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente. Para pacificar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Pela ordem Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): O Senador Mercadante pediu para contraditar o Senador Lobão Filho. Eu quero pacificar a base do Governo. Eu acredito que as perguntas que estão sendo feitas pelos Senadores, elas esgotam algumas que sejam feitas pelos Senadores que virão em seguida. Então, eu acho que o Senador Mercadante, Senador Lobão Filho, os três minutos é mais do que suficiente. Até porque o sem número de perguntas que eu iria fazer o Presidente Sérgio Gabrielli já respondeu para o Senador Mercadante. Só vou fazer algumas para concluir o meu questionamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Agradeço a V. Exa. O próximo orador inscrito é o Senador Arthur Virgílio. Acontece que S. Exa. não pôde estar presente a esta reunião nesse início e só virá depois. E em seguida vem o Senador Tasso Jereissati. Portanto, com a palavra o Senador Tasso Jereissati, que é autor de um dos requerimentos de convite ao Presidente da Petrobras.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Presidente Garibaldi, Presidente Senador Collor, Presidente da Petrobras, Dr. Gabrielli, Presidente da BR Sr. Dutra, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Primeiro eu queria parabenizar ao Senador Flexa Ribeiro pela sua sempre presente preocupação em economizar as palavras e a brevidade, e eu queria parabenizá-lo. Eu gostaria de fazer algumas questões, talvez leve um pouquinho mais de três minutos, mas vou ser o mais objetivo possível.

Em relação à questão dos investimentos da Petrobras, especificamente em relação à questão das fontes de financiamento. É impressionante e eu acho que é razoável entender, até certo ponto, o crescimento do grupo Petrobras em relação aos organismos oficiais de crédito, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES. No fim do ano passado o endividamento da Petrobras com esses... Com essas três instituições federais chega a 20 bilhões. 3,6 bi para a Caixa Econômica, 5,1 bi para o Banco do Brasil, 10,7 bi para o BNDES. No caso do BNDES, em particular, mas também da Caixa Econômica e do Banco do Brasil, nós já passamos em alguns casos do limite de endividamento das instituições financeiras em relação

aos critérios de Basiléia, os fundamentos de Basiléia do acordo de Basiléia. O BNDES, por exemplo, já estamos com 10,7 bi, V. Sa. falou da possibilidade de pegar mais 10 bilhões de dólares do BNDES, e iríamos para ao redor de 30 bi sendo superior ao patrimônio líquido do BNDES. Esse endividamento da Petrobras com o BNDES ficaria superior ao patrimônio líquido do BNDES. Ou seja, basicamente, quem está financiando de uma maneira ou de outra é o Estado. E a meu ver, a médio prazo, um país que, hoje, está com problema de crédito para pequenas e médias empresas, a Petrobras, com sua preferência clara dessas instituições oficiais, está sufocando as três instituições de crédito que teriam possibilidade de espalhar esse crédito para as pequenas e médias empresas. Portanto, a meu ver isso precisa ser revisto. O enquadramento da Petrobras nessas instituições precisa ser colocado no outro nível de discussão, olhando não apenas as prioridades dos investimentos da Petrobras, que são importantes, mas olhando também as consequências disso daí. A meu ver é risco que o BNDES não deve assumir, e do ponto de vista técnico é equivocado chegar a esses limites, passar dos limites de dívida de risco com uma empresa só. Então, é preciso que a Petrobras volte a ser, e, mercados internacionais já começam a ficar mais abertos, volte a ser mais eficiente na procura de recursos fora dos órgãos federais, pois isso, com certeza, virá a acontecer se já não está acontecendo.

Eu queria colocar outra coisa, uma dúvida que ficou também em relação a essa questão de caixa e essa relação entre receita, entre União e Petrobras. Existe aqui uma... Está falando comigo? Existe aqui uma questão que eu gostaria de ser esclarecida. A Receita Federal, ultimamente, fez menção a uma compensação de um retorno de cerca de três bilhões, se não me engano, três bilhões de retorno que foi feito à Petrobras, por pagamento indevido que a Petrobras teria feito durante o mês de novembro ou mês de outubro. 3,57 bilhões. A minha pergunta é: A Petrobras recolheu tributos federais de forma indevida nesses últimos três meses? Por quê? Por que a Petrobras recolheu três bilhões indevidamente? Já está todo compensado esses recolhimentos indevidos? Isso foi auditado pela Receita Federal, auditado por auditoria externa da Petrobras, dos auditores externos independentes? Os acionistas minoritários CVM foram devidamente notificados nesse pagamento? Estou falando de três bi, Presidente Gabrielli, é muito dinheiro para fazer um pagamento indevido. Porque se há dúvida, normalmente, isso se coloca numa questão judicial qualquer, mas simplesmente não se recolhe e se volta atrás. Enfim, gostaríamos de ver esclarecido o que aconteceu com o pagamento indevido de três bilhões.

Às vezes tem gente que diz: “Esse pagamento indevido de três bilhões foi a Petrobras que num momento precisou fazer com que a Receita Federal não deixasse cair a sua arrecadação, que já começava a cair”. Os outros diziam ao contrário: “Não, esse pagamento foi dúvida em dívida, mas a Petrobras como está com um certo aperto de caixa, foi uma maneira de voltar o dinheiro para a caixa da Petrobras”. Porque V. Sa. há de convir que três bi é muito dinheiro para se fazer o pagamento indevido.

Em relação ao preço eu voltaria também à mesma questão, ao preço da gasolina, mesmas questões colocadas aqui pelo Senador Mercadante. Mas gostaria de lembrar algumas coisas que me chamaram atenção, que no último trimestre caiu o lucro da Petrobras de uma maneira bastante significativa. E as despesas operacionais da Petrobras cresceram... Despesas operacionais, 36% em comparação com o último trimestre do ano anterior da Petrobras. É um crescimento muito acima do crescimento da receita, muito acima do explicável, o que dá, evidentemente, um desequilíbrio, aponta para um desequilíbrio futuro na lucratividade da Petrobras que já aparece no terceiro trimestre. E esse desequilíbrio no lucro, a queda no lucro da Petrobras, ela chama mais atenção ainda porque houve uma queda no preço do petróleo. A Petrobras não compensou, e essa queda no preço do petróleo, evidentemente, faria com que a Petrobras começasse a aumentar o lucro e não a diminuir. A minha pergunta é a seguinte: Esse aumento de custos que está aqui escrito no balanço, de alguma forma é o que está evitando com que a Petrobras venha praticar, já que é o órgão que claramente que tem o controle do Governo Federal, uma política realmente anticíclica, ou seja, num momento como esse em que os preços do petróleo estão lá embaixo, para ajudar o país a retomar o crescimento, para ajudar o país a evitar receios de inflação e, portanto, inclusive, diminuir a taxa de juros, era fundamental que a Petrobras se liderasse um processo de diminuição, que ela pode fazer em função do preço da queda drástica do preço do petróleo no mercado internacional e fica a pergunta: Por que não faz? Será porque ela não tem posição em função desse crescimento absurdo das despesas operacionais no último trimestre? Em função disso é que ela está impedida e fazendo dessa maneira, trazendo dessa maneira um prejuízo importante à política econômica do Governo neste momento. Queria colocar que a... Que esse momento a média que V. Sa. apresentou aqui do preço do petróleo é em relação à média do ano passado. As condições desse ano são completamente diferentes, dos preços internos são completamente diferente, e praticamente em todos os países do mundo baixaram o preço final da gasolina e

do diesel para o consumidor final. [Soa a campainha] É essa a colocação que eu gostaria de fazer. Muito obrigado pela sua atenção.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Exmo. Senador, vou tentar responder o mais objetivamente possível as perguntas que V. Exa. fez.

Primeiro, o endividamento que nós aumentamos com os bancos brasileiros em 2008, que o senhor mencionou em torno de 20 bilhões, não significa, a conclusão que o senhor chegou de que o Estado que está financiando, os bancos federais estão financiando investimentos da Petrobras. Vou dar números para 2009. Nós estamos prevendo investimentos, aproximadamente, de 30 bilhões de dólares em 2009. Desses investimentos, aproximadamente, depende como o câmbio fica, de 30 bilhões de dólares, nós temos seis bilhões de dólares de bancos internacionais. Seis bilhões de dólares de bancos internacionais. Nós temos 10 bilhões de dólares de geração própria de caixa. 16 bilhões de dólares. Metade do investimento será com base em bancos internacionais e geração própria de caixa. Isso na hipótese de que ao final do ano a média do petróleo é 37 dólares o barril. No primeiro trimestre foi 46. A probabilidade do segundo trimestre é maior ainda. A cada dólar acima disso significa 500 milhões de dólares em nosso caixa. Portanto, se nós mantivermos o que foi no primeiro trimestre, nós vamos ter mais 20 bilhões de dólares de geração própria de caixa. Então, não vai ser os bancos públicos que vão financiar os investimentos da Petrobras em 2009. Nem em 2010, nem 2011, nem nos 174 milhões. A maior fonte de financiamento nossa é o mercado internacional. É público que nós assinamos o memorando de entendimento com o Banco de Desenvolvimento chinês. E público e nós estamos ampliando nossas relações com as chamadas agências de exportação internacionais *ECAs-Export Credit Agencies*, que são agências de vários países do mundo que financiam produtos e serviços. Nós não estamos baseados no nosso financiamento no crédito público brasileiro. Então, os números indicam que não é correto essa conclusão que o senhor chegou em função do quarto trimestre de 2008.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Eu estou pegando os números existentes.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Isso, do quarto trimestre de 2008.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

As intenções eu acredito na Petrobras, na capacidade... Mas baseado nos números do quarto trimestre--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O quarto trimestre--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

É verdade o que eu estou dizendo.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: É verdade o que o senhor está dizendo. Vou dizer exatamente o que aconteceu no quarto trimestre, para explicar os dois bilhões que nós tomamos da Caixa Econômica em outubro e os três bilhões que no final do ano o que nós tomamos do Banco do Brasil em 2003. Porque o empréstimo do BNDES só vai entrar em 2009, não entrou em 2008. Então, o número do senhor só tem um...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Mas já tem um empréstimo anterior do BNDES.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Mas é muito pequeno. E esse está associado a projetos externos da Petrobras.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): 10 bi, Presidente.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: A cadeia de serviço de suprimento.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Presidente, desculpe, eu não quero polemizar, mas já tem 10 bi. V.Sa. é que fez uma alusão que vai pegar mais 10 bi de dólares. 10 bi já existem na Petrobras, no balanço do quarto trimestre. Estou falando que já existem 20 bi.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Esse 20 bilhões que o senhor está mencionando ele refletiu um momento e aí vou aproveitar isso para responder o segundo problema. Eu não uso a palavra indevido, pagamento indevido que nós fizemos. O que aconteceu com todas as empresas brasileiras, não foi só com a Petrobras, é que durante o ano de 2008 nós tivemos uma transição no sistema contábil brasileiro para adotar uma regra de transição para atingir o IFRS, que é o novo sistema contábil brasileiro. Isso provocou três impactos importantes sobre as empresas. Primeiro como é que você mensura o impacto variação cambial. O segundo é como é que você mensura as variações dos estoques, e o terceiro é como é que você mensura se você pode ou não pode fazer juros sobre o capital próprio. Os três elementos afetam fortemente o caixa das empresas, particularmente no último trimestre do ano. Então, o que aconteceu com a Petrobras no último trimestre do ano desse ponto de vista? As variações do câmbio, em relação a nossos ativos no exterior, são feitas pelo câmbio do final do período. Ao fazer a variação do câmbio no final do período quando o câmbio acelera-se, o impacto que isso tem sobre a valoração da empresa é muito grande. Isso faz, portanto, com que você tenha um ganho cambial nos ativos que você tem no exterior, que aumenta o ativo que você tem no exterior. Você paga imposto sobre isso. No entanto, você não teve um centavo no seu caixa. Houve apenas uma apreciação da moeda externa nacional. Uma depreciação da sua moeda.

Isso foi corrigido com a nova regra contábil, e só é possível essa correção no último trimestre do ano de 2008. E essa correção envolvia, exatamente, passar a usar retroativamente as taxas de câmbio médias desses valores e não a taxa do final do período. Com esta, só isso provocou uma enorme diferença no volume de impostos que nós tínhamos que pagar. Por outro lado os estoques, quando se compra petróleo, o petróleo leva 30 dias no navio. Além de levar 30 dias no navio, leva 45 dias em média nos tanques, antes de ir para o mercado. Portanto, portanto, durante 75 dias os estoques, o petróleo entra... Ele só é custeado, ele só vira custo no momento que você usa. E ele entra pela média do preço do período. Se eu tenho no início do período um preço a 140 e no final dos 75 dias eu tenho 45, a média disso impacta fortemente o seu estoque. E ao impactar o seu estoque, também o seu tributo se diferencia. Então, o que aconteceu foi uma conjunção de impactos de mudança cambial no quarto trimestre de 2008, e não foi só com a Petrobras isso. Isso deve ter acontecido com todas as empresas brasileiras que têm ativos no exterior, e que têm grandes estoques. Isso significou, portanto, que tinha que se ajustar o imposto a ser pago. E isso foi o que aconteceu no último... Não é que houve um pagamento a mais e nós conversamos com a Receita Federal e teve um ajuste de conta. Não é isso. Houve uma mudança decorrente da transição que as empresas brasileiras tiveram no sistema contábil entre 2008 e 2009. E que isso impactou fortemente os resultados do quarto trimestre.

Em relação aos custos operacionais, dois elementos importantes sobre a lucratividade da Petrobras no último trimestre valem a pena chamar atenção. Primeiro porque 45% da receita da Petrobras é diretamente atrelado ao preço internacional. Portanto, o preço da nafta, o preço do [ininteligível] de aviação, o preço dos lubrificantes, o preço do bunker, o preço do óleo combustível, o preço do gás, o preço de vários... 45% da nossa receita é diretamente atrelado ao preço internacional. Portanto, como houve uma queda brusca, rápida do preço do petróleo internacional no quarto trimestre isso impactou 45% em nossa receita. Isso é evidente nos dados do quarto trimestre. Por outro lado isso impactou fortemente os estoques já acumulados, o que afetou aumentando o nosso custo. Porque nós estamos fazendo um produto com custos mais altos do que estamos vendendo. Isso dá prejuízo. Isso reduziu nossa lucratividade fortemente no quarto trimestre. Então, o quarto trimestre, ele é a expressão da mudança contábil brasileira e a expressão da aceleração da queda do preço do petróleo. Então, esses são as duas causas que explicam os resultados... Principais coisas que explicam o resultado do quarto trimestre.

Em relação aos custos operacionais, nos custos operacionais estão incluídos aí variações dos estoques. É parte da variação do custo operacional. Então, uma parte substantiva da variação dos custos operacionais não é um aumento do custo direto, operacional, mas é um aumento do custeio nos estoques em relação à venda dos produtos com preços menores. O que faz com que haja uma redução da rentabilidade, em função do aumento desse custo relativo ao que a gente vai realizar no final.

Em relação ao preço do petróleo, eu já mencionei, nós temos, portanto um impacto sobre metade da nossa receita diretamente associado ao preço do petróleo, portanto reduzido no último trimestre. Em relação ao primeiro trimestre de 2009. O senhor mencionou aí que eu trabalhei com a média de 2008. Mas eu apresentei aí no dia de ontem o mercado de hoje de gasolina e diesel. E não apresentei porque eu tomei o dado de ontem que no mês de fevereiro a gasolina subiu 8,4% nos Estados Unidos. O diesel subiu 8,6, o *heating oil* subiu 48%. E isso é o que aconteceu no mês de fevereiro desse ano. O nosso câmbio em julho de 2008 era 1,60, nós estamos a 2,31 hoje. Então, esses efeitos é que estamos precisando ter uma estabilidade desses preços para ajustar o mercado interno. Não é, eu agradeço inclusive o empenho do Senador em defender a política do Governo, porque não é porque o Governo precisa reduzir a inflação, etc, que nós vamos fazer uma política ou outra.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Eu sou profundamente empenhado em defender, e todos aqui são testemunhas, de tudo aquilo que o Governo pratica que eu acho que é correto e, agora mesmo, faço esforço em relação ao acompanhamento da crise. Por isso, meu preceito, quando eu vejo problemas com a empresa orgulho do Brasil, como a Petrobras, que não está ajudando em função de não colocar os preços a níveis internacionais da gasolina final para o consumidor brasileiro. Este é o problema. Nós temos hoje uma defasagem em relação à média internacional gigantesca, e a meu ver, pela explicação própria que V. Sa. acabou de dar aí, em função de caixa da Petrobras que ela não está realizando. Se ela não tivesse, Petrobras eu estou vendo pelos números, ela tem um problema que para realizar os investimentos não está conseguindo, pelo menos, por enquanto, vai conseguir porque a Petrobras tem tudo para conseguir, é uma questão momentânea. Mas o fato de ela estar monopolista e ter crescido muito seus custos, está impedindo que o consumidor brasileiro desfrute do preço de gasolina do mercado internacional que baixou no mundo inteiro. Isso é um fato, e que só no Brasil não baixou.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu queria chamar atenção do Senador que o preço da refinaria... A Petrobras vende um litro de gasolina, hoje, mais barato do que um litro de água engarrafado. É um real. 0,94, sendo mais exato. É o preço da gasolina hoje na refinaria. É menos que um litro de água engarrafado. Essa que é a diferença. Agora, essa diferença aqui envolve uma diferença internacional muito grande. Mas se o senhor comparar o preço da refinaria aqui com o preço dos Estados Unidos. Os Estados Unidos, inclusive, é mais caro do que aqui, na refinaria americana. Nos Estados Unidos a refinaria cobra mais caro do que nós cobramos aqui.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Mas a distribuição é de V. Exa, também aí de V. Sa. que está aí. O preço final é mais alto... Primeiro, essa média é a média de 2008. Então, é a média de 2008 não corresponde ao que está acontecendo no primeiro trimestre. E eu estou falando do preço final ao consumidor brasileiro que depende, essencialmente, da Petrobras e Petrobras distribuidora.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): O ex-Senador José Eduardo Dutra, não é nem por ele ter sido Presidente da Petrobras, mas por ter sido colega de tantos Senadores, ele tem o direito de falar e ele pediu a palavra. Com a palavra o Senador...

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA: Quase que eu invoquei o artigo 14, ou 8º, né? Aquele azul lá, Senador, é a margem da distribuição e da revenda. É o total das duas margens. A margem da distribuição posso garantir a V. Exa. que é bem menor do que aqueles 20 centavos de dólar que estão colocados lá.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Eu não estou falando de margem, eu estou falando de preço final.

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA: Não, mas ali dentro do...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Aquele preço... Aquela média é a média de 2008. Na média de 2008 nós temos períodos de pique em 2008, em que o petróleo chegou a 150 dólares, se não me engano, e períodos de baixa. Então, ali aquela média é falsa porque é a média de 2008. Eu quero saber a média depois que o preço do petróleo caiu e do primeiro trimestre desse ano. Por exemplo, a média do primeiro trimestre. E eu não estou falando de margem, Senador.

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA: Porque aquele gráfico ali--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Aquele gráfico é fácil. Ele não me interessa. Porque ele pega petróleo de 150 dólares ali. [soa a campanha]

SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA: Eu pedi pra falar só porque o senhor citou a distribuição. Eu estou dizendo que aquele preço ali, naquela parte azul, está incluído a margem do distribuidor e revendedor. Eu não estou tratando do preço da Petrobras até porque nós somos iguais ao filho da professora. Eu sei tanto quanto V. Ex^a se a Petrobras vai aumentar ou não o preço. Além de que a distribuição da BR representa 34% do mercado. Não é o mercado total.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Quem jogou o problema para V. Sa. foi ele, não fui eu, não. Ele disse que o problema da refinaria estava resolvido. O problema era no preço final.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Mas a BR só tem 34% do mercado. 65% são outros...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): O fato é que estamos com preço hoje acima do mercado internacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): A solução mais fácil era realmente baixar logo o preço da gasolina.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Esse é o mercado... 8,4% subiu o preço da gasolina em fevereiro, e a previsão é de sair de 149 para 154 nos próximos quatro meses. Por galão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti, autora de Requerimento de convite ao Presidente da Petrobras, Dr. Sérgio Gabrielli. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu queria parabenizar o Presidente desta estatal que tanto nos orgulha, que é a Petrobras, Sérgio Gabrielli, e também dizer que é com muito prazer que a gente tem a presença também do nosso sempre querido Senador Eduardo Dutra. E dizer que é impossível fazer o debate deste plano de investimento, descolado do papel que a Petrobras obrigatoriamente tem que ter num momento de crise como este. Então, estarmos aqui detalhando, debatendo qual é o potencial, qual é a perspectiva, quais são as garantias, qual é inclusive a sustentabilidade desse plano de investimentos, tudo isso não pode estar desconectado da crise. Até porque a crise, ela equivale a uma verdadeira queda do muro de Berlim para os que advogavam o Estado mínimo, o papel absoluto do mercado, tudo se regula, tudo se resolve, tudo avança, tudo evolui sem que o Estado seja e atue como o indutor do desenvolvimento, o alavancador das políticas e tal.

Portanto, imaginar que nós vamos ter capacidade de sair desta crise... Primeiro que nós não estaríamos na condição que estamos hoje, o Brasil não estaria na condição que está hoje de enfrentamento da crise, sem

ter mudado significativamente o papel do Estado, dos bancos públicos e das empresas estatais brasileiras. Portanto, esta questão é de fundamental importância. Tem uma série de críticas, Presidente, a questão dos financiamentos dos bancos públicos. Banco do Brasil, BNDES... Agora, qual é o resultado? Porque assim, se há o investimento, a Petrobras tem como detalhar o resultado deste investimento, em termos de geração de emprego, em termos de alavancagem de outros setores... Por exemplo, o que vai significar aquelas 153 embarcações em termos de desenvolvimento da indústria naval e de geração de emprego altamente qualificado? Porque indústria naval é emprego de tope de linha, né? Então, o que significa isso? Até pra gente ter o entendimento, Presidente, do que é, e como é que se responde para os que acham tão absurdo assim banco público estar alocando recursos para financiar o plano de investimento da Petrobras, neste momento. Que eu volto a reafirmar, o papel da Petrobras no momento de enfrentamento de saída da crise, eu não tenho dúvida nenhuma que é de fundamental importância. Então, se nós temos, um pouco mais detalhado, de qual é o repique que o plano de investimento que a Petrobras tem em outros setores, geração de emprego, em desenvolvimento.

Além deste impacto do investimento na economia, de maneira geral, tem outras áreas... O senhor não respondeu aquela pergunta da questão de cultura, vai retomar, não vai retomar, que o Mercadante aproveitou aqui a diminuição das perguntas do Senador Lobão. Mas, assim, tem impacto em outras áreas, como por exemplo, a redução dos patrocínios e dos investimentos na área cultural é uma catástrofe em termos culturais do Brasil. Então, estamos todos impactados e aguardando uma modificação.

Agora, temos na parte da educação, mas tem algo, Presidente, que eu queria que nós pudéssemos, inclusive, detalhar que a questão do desenvolvimento regional. Quando... Eu vou pedir ao Senador João Pedro... Isso, obrigada. Quando o senhor expôs a questão da amplitude do pré-sal que vai desde o norte de Santa Catarina até acima do Espírito Santo, todas as perspectivas que temos de refinarias em vários locais, em várias regiões do nosso país e tal, o investimento da Petrobras ele tem um impacto no desenvolvimento regional fundamental. Portanto, mesmo que... Eu diria até mesmo que economicamente fosse mais vantajoso concentrar tudo em uma ou duas regiões, os investimentos, a política da Petrobras tem que ser, e eu imagino que seja e eu gostaria até que pudéssemos detalhar isto, uma distribuição de investimentos em no máximo possível de regiões. Porque efetivamente alavanca.

E aí eu vou puxar a sardinha para a minha região, Presidente. Porque nesta ótica do desenvolvimento regional o Diretor da área de exploração e produção, Dr. Estrela, ele anunciou em Santa Catarina, comemorou a perspectiva de 10 poços agora a curto prazo, para a exploração lá no nosso litoral, apesar de toda a polêmica de royalties, e a gente está bem no litoral catarinense e o royalty ou vai para o Paraná, ou para São Paulo, aquela polêmica toda que temos aqui. Mas assim, essa previsão se concretiza dos 10 postos para Santa Catarina? Quando que isto vai iniciar? Naqueles dois pontos de regaseificação de GNL que estão previstos, um deles os estudos técnicos apontam o local com maior viabilidade ser exatamente a baía da Babitonga, ali no norte de Santa Catarina. Então, nós temos perspectiva. Quando é que vai ser anunciado? Qual é a possibilidade desse terceiro pólo efetivamente se instalar em Santa Catarina e mais, quando é que está prevista a batida do martelo deste terceiro e quarto ponto de GNL?

A outra questão é que nessa perspectiva dos 10 poços, o nosso escritório da Petrobras em Itajaí já foi unidade de produção. Deixou de ser no final do Governo que nos antecedeu, ali entre 2001 e 2002. E há uma grande expectativa exatamente pelo potencial dos 10 poços, do gás, de nós voltarmos a ter a unidade de produção sul instalada lá no nosso Estado. Então, eu estou fazendo perguntas, extremamente, voltadas para o interesse do sul do Brasil, de forma muito especial Santa Catarina, acoplada com esta questão do potencial da Petrobras, contribuir com o desenvolvimento regional. E queria aqui terminar, Presidente, já pedindo ao Presidente das duas comissões de que esta audiência ela poderia ser completada em novas atividades aqui das duas comissões, com a oitiva, o Senador Eduardo Dutra deu apenas uma pequena resposta, mas eu acho que seria fundamental nós podermos ter um detalhamento maior da BR distribuidora, de termos um detalhamento maior da área de exploração e produção com a vinda do Dr. Estrela, um detalhamento maior da questão de gás e energia com a vinda da Dra. Graça... Portanto, eu acho que um desdobramento, Presidente, Senador Garibaldi e Senador Collor, um desdobramento para nós podermos ter o detalhamento exato do que é que significa esse plano de investimento da Petrobras. Seria obrigatório nós termos uma continuidade com a vinda da Graça do Estrela e também com mais tempo para o Senador Eduardo Dutra poder, estarmos aqui detalhando. Então, eram essas minhas perguntas que eu deixo aí como um interesse bem local, mas eu tenho certeza que outros Senadores também vão estar preocupados com este... De pegar a fatia neste plano de investimento para cada uma de suas regiões.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Excelentíssima Senadora Ideli, eu acho que a senhora levanta uma questão importante, mais do papel do Estado e do papel das estatais na conjuntura atual, porque de fato depois de passarmos por vários anos de um discurso único de Estado mínimo, a crise mostra que o Estado acabou sendo em última instância a salvadora dessa questão. E alguns países infelizmente, em relação ao Brasil não têm sequer os instrumentos para que o Estado intervenha adequadamente. O Brasil pelo menos ainda manteve esses instrumentos, portanto eu concordo com a senhora.

Em relação à cultura eu acho que eu respondi a questão. Nós não queremos interromper nosso programa cultural. Evidentemente que a expansão de nosso apoio cultural vai depender um pouco dos resultados e do ajuste que a crise vai apresentar, mas nós vamos manter nossa atividade cultural. Eu concordo inteiramente, também, com a senhora sobre a importância [soa a campainha] do desenvolvimento regional, mas infelizmente a nossa indústria às vezes tem um problema que é a localização de nossas atividades depende do que aconteceu a 160 milhões de anos atrás. E não dá muito pra escolher onde aconteceram esses fenômenos geológicos a 160 milhões de anos atrás. E, portanto, em alguns lugares onde tem acumulações concentradas são os lugares onde nós temos que investir mais necessariamente. A atividade exploratória também depende um pouco disso.

A programação da atividade exploratória depende primeiro, da possibilidade de fazer a atividade exploratória. Segundo, da disponibilidade de sondas para realizar as perfurações. Nós estamos tentando resolver fortemente a disponibilidade de sondas, para o caso lá da região, uma vez que já temos do ponto de vista sísmico, a indicação que devemos fazer a atividade lá. Quando vai ser feito isso não é uma coisa determinística, que a gente possa dizer vai ser em tal dia ou em tal momento. Estamos na nossa prioridade que é muito grande para a região, trabalhando nessa direção. O fato de ter uma unidade de produção ou não vai depender do resultado e do sucesso exploratório, e das perspectivas que nós tenhamos para a região. Explorar lá, claro. Então, com certeza nós estamos com muita atenção, muito cuidado com a situação lá de Santa Catarina. O terminal de GNL claro que estudos preliminares indicaram uma boa perspectiva para o terminal de Santa Catarina, mas nós estamos fazendo uma reavaliação geral dos investimentos em função da nova demanda elétrica, da expansão da ca-

pacidade hidráulica, dos leilões que foram realizados para tentar ver a melhor localização. Mas com certeza a localização que a senhora mencionou está entre nossas prioridades.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Aliás, Presidente, é sempre bom realçar que os únicos Estados que dependem, exclusivamente, do gás boliviano são exatamente o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Portanto, não que ninguém aqui está advogando parar a compra do gás boliviano, mas a gente não ter a dependência, a gente poder ter a alternativa do GNL para o sul do Brasil é de fundamental importância.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: E eu acredito que tanto o Presidente da BR como nossos diretores estão mais do que disponíveis para, se receberem os convites, virem aqui fazer o detalhamento desse plano nas suas áreas como nós fizemos em vários eventos e vários lugares e com certeza no Senado para nós seria uma honra ser convidado para fazer isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): A Senadora vai formalizar, a Senadora Ideli. O convite. Com a palavra o Senador Edison Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente Garibaldi, veja só quão pertinente foi a minha colocação. Fico triste que eu provavelmente não terei oportunidade de ouvir, apesar de desejoso, meu querido Senador Crivella já que ele é o 19º Senador a perguntar. E nós já consumimos por três Senadores até meio-dia e quinze.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Mas eu lembro o que disse Jesus: “Os últimos serão os primeiros”.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Mas, Presidente Gabrielli, eu tenho três dúvidas. A primeira, no seu quadro exposto aqui, na página 12, V. Sa. coloca que nós teremos incremento de custos nos investimentos projetados pela Petrobras, na ordem de 17 bilhões de dólares. O que representa mais ou menos 15%. E esses incrementos de custos, me causou estranheza porque eles não se referem a variação cambial, não se referem a novos projetos, não se referem a mudança do escopo do projeto, se referem, exclusivamente, a aumento de custos. Se o discurso de V. Sa. é no sentido de aumento de produtividade, eficiência, de eficácia, por que existir de forma tão significativa aqui aumento de custo?

A minha segunda pergunta é em relação ao custo do produto vendido que também faz parte do seu quadro da página 40, e esse custo do produto vendido, no período de 2002 a 2008, ele é mais ou menos estável. Mas isso em considerando que a maior componente do seu custo é o preço do barril do petróleo, e este

nós sabemos que aumentou assustadoramente entre 2007 e 2008, ele não se reflete aqui nessa sua curva de custo do produto vendido. Eu também não entendi isso. E por fim eu tenho uma pergunta e uma curiosidade. A pergunta é: Por que a Petrobras dentro de um panorama mundial e nacional, que se projeta de investimento em petróleo, de características fantásticas que foram descobertas no nosso solo, no nosso país em relação a novas reservas, por que a Petrobras investe, por exemplo, em usinas hidrelétricas? Por que ela não se foca no petróleo, na distribuição de petróleo? Isso não tira um pouco o foco da empresa, quando ela investe em outros setores que não sejam petróleo e seus derivados? E por fim eu perguntaria qual é a composição exata do capital social da Petrobras, percentualmente, falando. O que compõe o capital... Que tipo de capitais compõem o capital da Petrobras? Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Sr. Presidente, Senador Garibaldi, Presidente da Comissão de Infraestrutura, Senador Fernando Collor, Presidente José Gabrielli e o nosso Senador José Eduardo Dutra. Eu, como todos os Senadores aqui e, com certeza, todos os brasileiros, não precisamos repetir que nós temos orgulho da Petrobras, estamos satisfeitos, principalmente por saber que ela está sendo muito bem conduzida, com muita competência, por V.Exa. Os números são todos impressionantes. Todos os números são impressionantes. E já que os números são impressionantes, eu vou refazer a pergunta do Senador Tasso e do Senador Aloizio Mercadante, mas colocando números também. É o seguinte: quando o dólar estava a 1,70, o barril do petróleo estava em torno de 145. Chegou até a mais do que isso. Mas eu peguei aqui a média de 145, que esse 145 ficou um período maior. Aí, dava na minha conta, aqui, 247 reais o barril de petróleo. Ou seja, multiplicando 1.70 por 145. Hoje o dólar está 2,26 e o barril de petróleo a 51. É isso? Fiz o cálculo, cheguei a 115 reais o barril de petróleo.

Se nós compararmos o preço em reais, em real, hoje, 115, com o preço daquele período de 2007, nós vamos constatar que o preço, hoje, representa 46%, em reais, daquele preço médio de 2007. Pois bem. Todas as vezes que qualquer Senador viaja pelo interior do país, ele ouve muitas perguntas, mas essa ele ouve todo dia, em todo lugar. Por que a Petrobras não baixou o preço da gasolina e do óleo diesel? Eu vou falar mais do óleo diesel, até.

O Senador Raupp me mostrou uma tabela aqui que o valor do óleo diesel chega, no Acre, a 2,47. Deixa

eu ver se é isso mesmo aqui, que... 2,47, preço médio. Aí, vai variando, variando, e o preço mais barato está em torno de 2,45, 2,43, em Goiás; e parece que é o preço mais baixo aqui. Não, é 2,098, lá no Ceará. Então, é difícil para qualquer brasileiro entender, fazendo esses cálculos, porque é impossível baixar o preço do óleo diesel, principalmente porque se nós pegarmos a agricultura, a gente constata o seguinte: que 10% do custo de produção de qualquer lavoura, hoje, que vai ser implantada, é óleo diesel; 45 é fertilizante.

Então, o produtor já tem que colocar 55% numa cesta, somando aquilo que tem relação com o dólar, o mercado externo. O fertilizante que nós importamos muito e o petróleo que nós produzimos, mas depende do mercado internacional. Mas ninguém entende. Essa conta aqui, a gente não consegue entender. Então eu vou fazer duas perguntas e gostaria que V.Exa. respondesse. Primeiro, qual o lucro da Petrobras em 2007, quando o preço do petróleo estava nessa média de 145, e qual o lucro da Petrobras em 2008, quando ele teve essa redução? E por que, com essa margem, teoricamente, de 54% em reais, por que o preço não cai, em reais, dos combustíveis, tanto gasolina quanto óleo diesel? Essa é a pergunta que eu deixo.

Eu não estarei aqui, porque eu tenho, agora, que ir no gabinete, porque eu almoço mais cedo que os outros senadores, então eu vou lá. Mas eu vou ficar vendo. V.Exa. pode responder, que eu estarei na televisão, assistindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Senador Osmar Dias, eu fiquei com uma curiosidade agora. Por que V.Exa. almoça mais cedo que os outros?

[risos]

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Porque eu levanto mais cedo, Presidente. Presidente, lá na roça, a gente acorda muito cedo, dorme muito cedo e almoça cedo também.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra o... Com a palavra o Senador Jefferson Praia.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Sr. Presidente, após o Senador Jefferson Praia, eu tive motivos bastante fortes para não estar aqui, eu sou um dos autores do requerimento de convite ao Dr. Sérgio Gabrielli, tenho muita alegria de ver aqui o Senador José Eduardo Dutra também, mas após o Senador Jefferson Praia, se V.Exa. pudesse me dar a palavra, eu agradeceria.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): V.Exa. será atendido.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT – AM): Sr. Presidente, se V.Exa. quiser conceder a palavra

ao nobre Senador Arthur Virgílio como o autor... Posso fazer? Tudo bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Senador Jefferson Praia. Inclusive eu vou pedir ao Senador Arthur Virgílio para completar, aqui, os quatro, que nós estamos fazendo agora de quatro em quatro senadores. Então, nós chamaríamos os quatro senadores, ele responderia aos quatro e V.Exa. começaria o outro bloco. Ou V.Exa. está apressado, agora? Não? Podemos fazer assim? Agradeço a V.Exa.

SENADOR JEFFERSON PRAIA (PDT – AM): Eu vou ser breve. Meus questionamentos, Dr. José Sérgio Gabrielli, Dr. José Dutra; primeiro, nessa questão do preço final da gasolina, que estamos tratando muito aqui. Percebemos claramente o peso da tributação. Acho que esse é o grande desafio que temos que enfrentar. Mas se você for perceber dentro do contexto de formação do preço, a tributação tem um peso muito elevado na formação do preço final da gasolina no nosso país. Já no diesel, a participação é um pouco menor. Mas, na gasolina, está aqui, basta dar uma olhada na página 7, vamos perceber claramente essas questões.

Agora, meu questionamento, eu queria uma rápida avaliação do Dr. Sérgio Gabrielli quanto à questão do potencial, na Amazônia, de gás e petróleo, como é que a empresa está percebendo essa questão relacionada a esse potencial, como utilizar, qual é a política da empresa para o aproveitamento do potencial que temos na região amazônica. Existe a possibilidade de termos lá um pólo petroquímico, especialmente aproveitando, ali, o gás e petróleo de Urucu, e eu falo aí, especificamente, de termos esse pólo petroquímico no Estado do Amazonas? Segundo questionamento, são quanto às alternativas de energias limpas, ou seja, fontes de novas alternativas. E aqui eu vejo o trabalho de vocês, da Petrobras, em relação ao etanol. Agora, eu queria saber o seguinte: a Petrobras trabalha alguma coisa dentro do contexto da energia eólica, dentro do contexto da energia solar, estimula pesquisas? Vocês estão vendo algum trabalho nesse campo? E nós que somos da Amazônia, nós temos uma preocupação muito grande com comunidades isoladas. E aquelas comunidades isoladas, um dos grandes problemas [soa a campainha] é quanto à geração de energia. E aí temos as plantas amazônicas, que poderíamos aproveitar em adensamentos florestais naturais, para serem geradoras de energia. Como é que vocês vêem esse aproveitamento de plantas amazônicas na geração de biocombustíveis? Eram essas as perguntas. Obrigado.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO): Não era bloco de cinco, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Se os senadores concordarem que se aumente o bloco de quatro para cinco... Concordam? Então... Mas ainda temos um que vale por dois. É o Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Porque ele fala devagar.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, prezados Presidente José Sérgio Gabrielli, da Petrobras, e querido Senador José Eduardo Dutra, que bom vê-lo aqui, entre nós, sempre com uma contribuição relevante, parabéns também por sua contribuição às empresas do conjunto Petrobras, agora que colabora tão de perto com o Presidente José Sérgio Gabrielli, que o sucedeu.

Em primeiro lugar, com respeito ao preço dos derivados, podemos compreender que quando houve o grande aumento de preço de petróleo, que chegou ali aos pícaros dos 150 dólares por barril, a Petrobras não aumentou tão significativamente o preço dos derivados e agora, quando houve esta diminuição também, pelas explicações dadas, não houve de pronto o ajuste. Eu pergunto se há uma fórmula aproximada e que diz respeito às quais fatores que eventualmente poderão ser considerados para que possa, a opinião pública, ter uma previsão de como é que será o procedimento de definição de preço dos derivados ao longo do tempo, para o futuro, se há uma fórmula que podem todos estar considerando e acompanhando que, com o tempo, vai significar tal ou qual tendência. Segundo, pela experiência [soa a campainha] da Petrobras e tendo em conta a natureza da organização do mercado de petróleo no mundo, a existência, por exemplo, da OPEP e possíveis outros desenvolvimentos, que previsão poderia, o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, fazer da evolução de preço do petróleo, digamos, nos próximos cinco ou dez anos? Tem a Petrobras uma avaliação do que é que poderá acontecer? Terceiro: diante da descoberta de novas reservas de petróleo embaixo da camada do pré-sal na costa sudeste do Oceano Atlântico, e graças, sem dúvida, à competência tecnológica acumulada da Petrobras, seus engenheiros e seus técnicos, e a presença, segundo o Presidente Lula, de Deus, no Brasil, que forma tomará o fundo que, segundo o Presidente, servirá para que o Brasil possa, efetivamente, prover boas oportunidades de educação a todos os brasileiros e erradicar a pobreza absoluta de maneira eficaz?

E finalmente, gostaria de perguntar sobre os impactos de novas tecnologias e novos combustíveis nos planos da Petrobras, pois, conforme a sua exposição, os projetos da Petrobras amadurecerão, entrarão em ope-

ração principalmente a partir de 2020, quando estiver pronta a fase de investimentos que nos explicou. Num horizonte de 35 anos, é possível que o mundo venha a consumir outros tipos de combustíveis, e a Petrobras certamente está acompanhando as possibilidades de utilização do hidrogênio, do etanol celulósico e outros. Como esta nova realidade impactará os projetos da Petrobras? Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra o Senador Valdir Raupp, completando os cinco.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB – RO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, Sr. Presidente da BR distribuidora, Senador José Dutra. Sr. Presidente Gabrielli, segundo dados da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, a Fecom-bustíveis, o consumo de óleo diesel caiu 10% entre dezembro e janeiro, ante igual período entre 2007 e 2008.

A própria federação atribui a retração do consumo à desaceleração, reconhecendo que o consumo do diesel está sempre muito estreitamente ligado ao desempenho da economia. Isso é o óbvio, não é? Por outro lado, a Petrobras, embora reconheça que o óleo diesel vendido em suas refinarias está mais caro que no mercado internacional, afirma que só irá reduzir seus preços após recuperar as perdas que acumulou no ano passado, por não ter repassado, na ocasião, a forte alta das cotações do petróleo no mercado externo, que atingiu 145 dólares o barril. Em vista desse quadro, formulo a V.Sa. as seguintes questões: primeiro: a Petrobras afirma que sua política de preços para gasolina e diesel é de longo prazo, e que ela não repassa a volatilidade dos preços internacionais a curto prazo. Isso é louvável. No entanto, ao permitir uma defasagem excessiva no ano passado, teve o prejuízo que agora quer recuperar as custas dos consumidores de diesel.

Se foi a empresa que errou na sua gestão, como justificar que sejam os consumidores de diesel que, agora, tenham de pagar o preço? Segundo: compreende-se que a Petrobras precise recuperar prejuízos sofridos em decorrência da crise, mas como pode uma empresa com tamanha responsabilidade econômica e social neste país manter preço de diesel artificialmente altos, as custas de toda a cadeia de produção que depende tão fortemente do diesel?

Eu estava olhando aqui, as tabelas dos preços, nas últimas quatro semanas, do diesel e da gasolina, e a diferença de preço entre um estado e outro é muito grande. Saudade do tempo que existia... Que era... Tinha equalização de preço em todo o país, era um

preço só. No Estado do Acre, a gasolina chega a quase 3 reais; 2,937. O diesel: 2,473. Em Rondônia, o diesel chega a 2,30, em alguns municípios. Então, os quatro estados que têm o preço mais alto é Rondônia, Acre, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Aí eu vejo por que é que o Ceará, o Maranhão e outros estados gritam, brigam por uma refinaria; porque os preços próximo das refinarias realmente são mais baratos. Hoje os preços mais baixos estão no Rio de Janeiro, em estados onde tem as refinarias. Então, faço aqui esse apelo já feito pelo Senador Osmar Dias e por outros senadores, porque o agronegócio sofre fortemente pela alta, principalmente do óleo diesel. Já não vou falar nem da gasolina e do álcool, mas, sobretudo, do óleo diesel. Ele é fundamental para diminuir os custos na produção. Então, eu faço aqui esse apelo em nome da bancada do PMDB, que já tivemos reuniões, nesse sentido, com o Ministro Edison Lobão, para encontrar uma fórmula de baixar, para o agronegócio, o custo do óleo diesel. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Bom, o Exmo. Senador Edison Lobão levantou uma questão referente ao incremento de custos, especialmente do CPV. Eu queria chamar atenção do senador, que o que nós apresentamos aqui, na página... Na página 40, e aí serve para responder a última pergunta do Senador Valdir Raupp também, essa página 40 mostra que em 2002, o custo dos produtos vendidos em relação à receita operacional da Petrobras representava 64%. Em 2008, esses custos do produto vendido como receita operacional líquida é 68%. É 4% a mais. Mas, de 2003 a 2007, ele fica em torno de 56, 57%, estável. O que representa isso, qualitativamente? É a diferença entre o preço do petróleo e o preço do diesel e da gasolina. Ou seja, se isso se mantém estável, significa que nós estamos ajustando o preço mais ou menos em linha com o custo do petróleo. Porque, senão, nós aumentaríamos a receita, relativamente ao custo de produto vendido e, portanto, aumentaria, esse valor cairia e não subiria. Então, não é correto que nós estejamos explorando o povo com preço mais alto no longo prazo. Pelo contrário, o nosso custo do produto vendido está aumentando em relação ao preço que nós vendemos. Portanto, nós estamos absolvendo prejuízos, e não aumentando o nosso lucro. Então, não é correto dizer que, pelo fato do preço no curto prazo ter uma certa diferença em relação ao mercado internacional, que nós estejamos absorvendo isso.

Os números mostram claramente o preço do petróleo de 2002 a 2008 subiu 292% em dólar. O preço

do petróleo subiu 292% em dólar. Nossa receita operacional, incluindo aí o volume, subiu 236. E nosso custo de produto vendido subiu 256. Então, nesse período de seis anos, nós aumentamos nossos preços domésticos menos do que o preço do petróleo internacional.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Tanto é que o barril foi a 140 e você não subiu os preços.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Exatamente. Pontualmente. Mas eu estou falando aí num horizonte de mais de seis anos. De médio/longo prazo. Então, consequentemente, da mesma maneira que eu imagino que o Senador Valdir Raupp deseja que nós baixemos o preço do diesel hoje, que está sendo vendido no mercado internacional, por favor, página 06. Página 06, não, página... Página 09. O preço do metro cúbico de diesel, hoje, está sendo vendido no mercado internacional por 464 dólares, hoje. Mas, o preço em abril, maio, junho e julho estará 491. O que o senador gostaria, que nós aumentássemos o preço em julho? Da mesma maneira que vamos baixar hoje? Essa é a nossa política. Nossa política de não repassar, no dia a dia, os preços internacionais, que variam... Ali, só para situar, deixa, por favor, a página 09, aí. A anterior, por favor. O anterior. Aí. Só para mostrar: entre as 13h54 de ontem e as 17h32 de ontem, o diesel de abril subiu de 464 para 466, em três horas. Três horas. 464,25 para 466,05. Nós não podemos fazer isso no mercado brasileiro. Seria uma desestruturação completa do mercado brasileiro.

Então, do ponto de vista dos custos, o que aconteceu, e com o CPV, o que aconteceu foi isso. O senador também refere-se sobre o foco. Por que é que nós estamos investindo em usinas hidrelétricas? Nós tivemos uma situação em que a Petrobras ampliou a sua presença na área de gás natural. Ao ampliar sua presença na área de gás natural, ela tem uma série de investimentos na área de gás natural. A característica central do gás natural brasileiro é que você tem que montar uma infraestrutura fixa, fixa, você tem que botar o gasoduto, tem que perfurar o poço, tem que montar a estação de compressão, tem que montar as redes de distribuição... Fixas. No entanto, a demanda não pode ser fixa, porque a demanda física vai depender do despacho elétrico. Então, ter uma posição mais integrada com o despacho elétrico faz com que a cadeia, como um todo, tenha viabilidade. Ao passo que se nós ficássemos só no gás, sem entrar também na área de geração elétrica, a partir do gás, nós diminuiríamos a possibilidade de ganhar a cadeia como um todo. Portanto, é claro que isso envolve um volume de investimento maior, porém, minimiza o risco de perdas no médio e longo prazo. Essa é a razão porque nós ampliamos a nossa presença na área de geração elétrica.

A composição exata do capital da Petrobras é muito difícil fazer exata. Vou dar aproximada. O Governo Brasileiro tem, hoje, 37%, aproximadamente 37% do capital da Petrobras, tem 56% das ações ordinárias, portanto, tem 56% das ações com direito a voto. Hoje, 40% das ações da Petrobras estão relacionadas a ADRs na bolsa de Nova Iorque. Nós temos hoje, nós somos, provavelmente, entre as empresas internacionais, uma das empresas que tem mais volume de negociação diário na bolsa de Nova Iorque. O volume de negociação diário das ações da Petrobras é na ordem de dois bilhões de dólares por dia. A Petrobras, nesse sentido, ela é muito mais pulverizada do que a maior parte das empresas controladas por grupos privados. Na bolsa de... Da Bovespa, ela tem um papel, hoje, que representa, mais ou menos, 14, 15% do volume diário do movimento da Bovespa, e além dos 37% do Governo, o BNDESPAR tem mais 4%, que dá um total, para Governo e BNDESPAR, em torno de 40, 41% do capital da Petrobras, hoje.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP):

V.Exa. poderia nos informar ADR? O termo utilizado na bolsa de Nova Iorque, o que significa, por favor?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: American Depositary Receipts. Significa depósitos americanos de ações. Ou seja, a ADR tem um vínculo estável com as ações. É a forma de negociar na bolsa americana. O Senador Osmar Dias fala dos preços do diesel, e eu espero que ele tenha ouvido a minha resposta, e essencialmente, a nossa posição, e eu queria aproveitar isso, também, para responder ao Senador Eduardo Suplicy, é que nós não temos fórmula para avaliar os preços. Mas nós temos algumas variáveis que são importantes serem levadas em conta. Primeiro, eu já mencionei, claro, o preço do petróleo é um relevante componente. Segundo, o preço futuro do petróleo é uma variável componente. Do mercado futuro do petróleo, particularmente três a seis meses. Terceiro, o câmbio, a taxa de câmbio é uma variável relevante e também a taxa de câmbio futura no curto prazo também é relevante. Quarto, o custo dos combustíveis alternativos, particularmente no caso da gasolina ou álcool. É uma variável relevante no Brasil. Quinto, o comportamento do mercado brasileiro. A situação sazonal do mercado brasileiro. Parte importante da queda da venda de diesel no último trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009 é o mesmo comportamento do último trimestre de 2007, primeiro de 2008, do último trimestre de 2006 e primeiro de 2007, do último trimestre de 2005 e primeiro de 2006. Porque, sazonalmente, a demanda de diesel, nesse período, cai.

Então, portanto, nós temos que levar em conta a sazonalidade, preço de produtos alternativos, custo

de matéria-prima, preço futuro da matéria-prima e dos produtos, e do câmbio. Mas não temos fórmula para isso. É uma avaliação que se leva para isso. Da mesma maneira que a maior parte dos produtos não tem fórmula para isso. Você tem contratos e quando tem contratos se atrela o preço a algum indicador externo, como é o caso de 45% de nossa receita, que são contratos onde nós temos esses preços... Vários tipos de atrelamento de preço. O preço do mercado, o que nós vendemos de gás, por exemplo, para as distribuidoras brasileiras está muito próximo ao que acontece a um conjunto de óleo diesel, óleo combustível, no mercado internacional. Então é atrelado no contrato.

O Senador Jefferson levantou o problema da tributação, e eu concordo com ele; a tributação é um papel muito importante no Brasil. Como eu disse, o preço da gasolina na bomba de... Na refinaria, custa menos do que custa um litro de água, e produzir um litro de gasolina não é a mesma coisa que produzir um litro de água. Ele pergunta algumas questões referentes à Amazônia. Nós temos ampliado nossa atividade exploratória na Amazônia, nós temos algumas sondas, atualmente, dedicadas à atividade exploratória da Amazônia. No entanto, eu acho que dado o conhecimento que nós temos hoje, da Amazônia, o volume esperado de produção de gás para o Estado do Amazonas é um volume de produção de gás muito vinculado à demanda termoeletrônica. Então, dificilmente nós teremos disponibilidade de gás, na Amazônia, para um pólo petroquímico, nesse momento. Um pólo petroquímico exige um volume de gás que nós não temos, hoje, num horizonte visível, para a Amazônia. Em relação à energia eólica e solar, a Petrobras fez uma opção nas áreas de energias renováveis para o etanol e o biodiesel, no que se refere à eólica e solar, nós estamos investindo localizadamente em atividades de pesquisa e em partes, no caso da eólica, em partes do sistema de geração eólica e, no caso de solar, na parte... principalmente na parte do rotor, gerador de eletricidade e na parte de solar, no armazenamento da energia solar. Mas não temos nenhum investimento grande na energia.

O Senador Eduardo Suplicy menciona a situação da evolução dos preços e eu queria chamar atenção do senador para os gráficos da página 5 e 6, onde nós, essencialmente, damos essa visão que temos para o futuro. Ou seja, o horizonte do gráfico na página 5, nós temos aí o mercado futuro apontando, até 2014, os preços chegando aí, convergindo para próximo de 80 dólares o barril, esse é o mercado futuro de ontem, portanto é a avaliação que o mercado apresenta para o preço futuro, essa curva aqui, apontando para próximo de 80 em 13 e 14. A situação atual, o preço é

aqui, mas a tendência é crescer. No passado, nós tivemos aqui... Em verde é este... É 2007. Em 2007, nós tínhamos esse comportamento, quer dizer, o mercado futuro tenderia a ficar abaixo de 100 dólares o barril, apesar de estar muito alto aqui, em 2008, na verdade, quando o preço subiu. Então, a perspectiva que tinha quando o preço estava aqui é que ele tenderia a cair e a perspectiva que se tem hoje é que o preço tende a subir. Do ponto de vista dos estoques, hoje nós temos estoques excedentes, o que significa que isso deu uma pressão baixíssima para o preço do curto prazo. Porém, dado o declínio esperado, de produção, provavelmente o preço voltará a crescer. Próximo, por favor. A nossa projeção de longo prazo, até 2020, nós estamos trabalhando com um preço que eu chamei de preço de robustez até 2013, 2014, em torno de 45 dólares o barril de longo prazo e a partir de 2014, no longo prazo, até 2020, com 60 dólares o barril de longo prazo, o que são estimativas abaixo de outros estimadores, como a Pira(F), que é uma consultoria importante da área de refino, a Wood Mackenzie, que é uma consultoria importante na área de petróleo.

As outras perguntas. As novas tecnologias, o impacto das novas tecnologias. Nós levamos em conta as novas tecnologias. Mas, dado o conhecimento que nós temos hoje, tanto da área de hidrogênio quanto da área de combustível, de veículos híbridos quanto da área de veículos elétricos quanto da área de lignocelulose, não nos aponta para volumes comercialmente significativos, num horizonte que nós estamos considerando até 2020. Portanto, os impactos que nós temos sobre o mercado dessas novas tecnologias é relativamente pequeno. O maior impacto que nós achamos que vamos ter é na área de biocombustíveis e isso significa aí, provavelmente, alguma coisa abaixo de 10% da demanda de combustíveis até 2020. No que se refere ao pré-sal, evidentemente que ele levanta um problema, de como utilizar os recursos do pré-sal para um pacto intergeracional, de forma a viabilizar a educação, saúde, para o futuro do Brasil.

Hoje, nós, de cada três barris que nós produzimos, dois nós pagamos impostos, portanto nós temos já, hoje uma... Um pagamento de imposto bastante significativo, esperamos que o modelo regulatório das áreas não concedidas do pré-sal amplie a parcela que o Governo vai obter dessas áreas produtoras e, portanto, a utilização desses recursos em fundos que viabilizem essa transição intergeracional dos recursos de hoje, para viabilizar o futuro. É uma decisão que o Governo vai ter que tomar, não está nas mãos da Petrobras essa decisão.

O Senador Valdir Raupp falou do consumo do diesel, eu já tentei respondê-lo, e... A diferença de pre-

ços... Talvez aí, até o José Eduardo possa falar mais do que eu, a diferença de preços entre os estados não depende apenas da existência de refinarias. É claro que a proximidade das áreas produtoras é relevante, mas é bom lembrar que o sistema de refinarias brasileiro, nós temos 11 refinarias hoje, é um sistema que é planejado e otimizado como um todo. Então, não necessariamente a refinaria que está num determinado lugar produz os combustíveis que vão ser usados naquele lugar. Esta refinaria vai produzir aquilo que é melhor para o mercado brasileiro como um todo. E, às vezes, não é necessariamente o melhor lugar que a refinaria está, dada as suas características de seu hardware, do seu equipamento, produzir o tipo de produto que é necessário para cada mercado. A logística e o transporte, evidente que impacta o preço final, mas um outro elemento importante é a diferença da tributação entre os estados. O ICMS não é igual entre os estados e isso impacta na ponta, na bomba de gasolina, valores diferentes para a gasolina e para o diesel, para o consumidor, porque o ICMS de cada estado não necessariamente é igual.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Agradeço mais uma vez ao Dr. José Sérgio Gabrielli, e antes de dar a palavra ao Senador Arthur Virgílio, autor de um dos requerimentos de convite ao Presidente da Petrobras, eu quero lembrar que amanhã, às 10 horas, estará presente a essa Comissão, o Presidente... O Ministro Presidente do Banco Central do Brasil, o Dr. Henrique Meirelles, que vem falar, também, para uma Audiência Pública Conjunta, dessa vez da Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, a nossa Comissão, e a Comissão de acompanhamento da crise. Dr. Henrique Meirelles, amanhã, aqui, às 10 horas da manhã. Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Dr. Gabrielli, Senador Dutra. Eu, pelo que pude ouvir e ver na televisão do Senado e ouvir no Rádio Senado, eu, muitas das minhas perguntas se esgotaram. Por exemplo, na atuação do Senador Tasso Jereissati, que foi muito consistente ao argumentar na nossa linha de raciocínio. Eu tenho, porém, algumas observações a fazer. Eu creio que está na hora de o Brasil encarar com muita seriedade a crise. Aquela história da marolinha do Presidente Lula não ficou bem. E nem ficará bem daqui a três semanas ou quatro essa história da “gripe do cabra macho contra a gripe do cara fino”. Não é assim que se enfrenta um momento delicado como esse.

Para mim, labora em equívoco brutal esses que imaginam que havia um Estado mínimo no Governo anterior e supostamente aí o Estado ideal agora. O

Estado, hoje, é inchado. Gastos correntes, descontada a inflação, sempre 4%, 5% acima do crescimento do PIB. O que inviabilizaria uma família, se fôssemos ao particular, e viabilizaria, ao longo do tempo, o público. Se não houvesse crise nenhuma, um dia haveria uma crise fiscal no país. Que Estado mínimo era aquele que praticou aquela intervenção nos bancos, tão criticada pelo PT à época, o PROER, o Presidente Lula hoje é fã do PROER como eram fãs da Emilinha Borba os que iam para o programa de rádio dela, enfim. Ele quis até passar para o Bush. “Vou entregar o PROER para o Bush aprender como é que faz”, enfim. Aquilo foi demonstração de Estado atento. Não de Estado mínimo. Estado atento, que inclusive preveniu o chamado [ininteligível], ou seja, puniu os banqueiros, coisa que os Estados Unidos não estão, hoje, podendo, não diria não sabendo, não estão podendo fazer. [soa a campanha] Eu gostaria de puxar a conversa para um outro patamar. Para mim, o que ainda segura o Brasil nessa crise não é o PAC. Nós sabemos que tem uma belíssima peça de publicidade em torno dele, mas o investimento público nesse país é de 1% do PIB. Essa que é a verdade. Que o Governo optou por inchar o custeio. Essa é a verdade. O que segura esse país, ainda, são reformas no Governo passado, o PROER – eu tenho a impressão que o Dr. Gabrielli não vai jamais falar contra o PROER, porque o Presidente Lula pode até demiti-lo da Petrobras, tão fã que ele ficou do PROER – a Lei de Responsabilidade Fiscal, os esqueletos que foram retirados dos armários e que significaram um primeiro momento de aumento da dívida pública interna, depois a dívida continuou crescendo. Ela é o dobro do tempo anterior e os esqueletos não foram retirados do armário. Eu não fico aqui, fazendo discurso, dizendo que a dívida não teria que ter aumentado, porque eu compreendo as razões econômicas pelas quais a dívida aumentou. E eu diria mais: que os resultados, a meu ver, convincentes do primeiro mandato do Presidente Lula, quando era Ministro o Deputado Antonio Palocci. E mais: com nossa ajuda, algumas reformas microeconômicas, feitas também no Governo Lula. A Lei Geral das micro e pequenas empresas, a lei de recuperação das empresas, projetos que estavam adormecidos há muito tempo. Havia uma oposição muito aguerrida, que via o mal em tudo que o outro Governo queria. E, por outro lado, eu vejo o Governo empacado, sem trocadilhos, fala em políticas contracíclicas sem poder fazê-las, até porque não poupou, feito a cigarra, não poupou na época da bonança, o Chile fez, aqui, não. Não vejo como que possa, sem futuros prejuízo para o equilíbrio das contas públicas brasileiras, expandir os investimentos. Teria que cortar drasticamente o custeio. Cortar drasticamente os gastos do custeio. E sem essa

conversa cansada de Estado mínimo, Estado médio e Estado máximo, porque não se trata... Se trata de um Estado inchado hoje, e houve uma reforma no Estado que, a meu ver, deveria merecer agradecimento por parte de quem hoje dirige este país. Mas eu gostaria, Dr. Gabrielli, de fazer algumas observações. Eu tenho aqui uma tabela que mostra que a nossa gasolina é a mais cara em comparação com Bélgica, França, Alemanha, Itália, Holanda, Reino Unido, Estados Unidos... E eu sempre... Eu vejo assim, desde 2002 que não se aumenta o preço do botijão de gás. E eu acreditava que aquele projeto, aquele programa que havia no governo passado, [ininteligível], era melhor porque ele dava... Aquele subsidiava só quem precisava do gás. Não aumentando o botijão, beneficia todo mundo, beneficia um amigo nosso muito pobre que é o Dr. Antonio Ermírio de Moraes, por exemplo. Isso eu não acho que seja justo. Era preferível plotar, como se fez no Bolsa Família, plotar as pessoas pobres, necessitadas, e ajudá-las, enfim. Mas, em relação ao preço da gasolina... Para encerrar aquela coisa de Estado mínimo, nós estamos aqui pertinho da Venezuela. Lá o Estado é máximo. E não há uma pessoa que possa, em sua consciência, dizer que não se avizinha um desastre de proporções inimagináveis. Está se criando o quadro de um desastre. Porque o Governo do “Coronel” Chávez, irresponsavelmente, perdeu a época do barril de petróleo de 167 dólares. Eu não sei como é que ele vai continuar trocando banana por petróleo na América Central com o barril de 50 dólares, enfim. Agora, eu aqui, na modéstia do meu conhecimento, de gasolina eu vou dizer para V.Exa. que... Perdão?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Esse é o gráfico que nós temos do preço da gasolina. Necessariamente, pode não corresponder aos números que o senhor está...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Isso é média de 2008 [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Eu estou pegando aqui o mês de fevereiro. Mês de fevereiro de 2009, é 0,47 na Bélgica, 0,44 na França, 0,42 na Alemanha, na Itália é 0,50, na Holanda é 0,50, 0,37 no Reino Unido, 0,47 nos Estados Unidos, 0,84 no Brasil. Veja bem, eu, na minha cabeça e na minha racionalidade, e eu espero que não tenha havido a figura eleitoral nisso, mas o fato é que eu não conseguia conceber como é que o petróleo ia para 167, o barril, e a gasolina não sofria aumento. Eu achava aquilo estranhíssimo, enfim. Agora, depois, eu estou parecendo aquele personagem do Elio Gaspari, aquele “Eremildo, o idiota”. Eu, enquanto idiota, digo assim: “Meu Deus,

agora com o barril de petróleo a 39, como estava, obviamente que vai cair o preço da gasolina”.

Então, eu e o Eremildo não estamos entendendo. Por que é que o barril é o de sempre? Ou foi subsidiado antes por razões eleitoreiras, isso seria de uma irresponsabilidade muito grande, ou está havendo... Ou hoje tem alguma explicação de contabilidade interna que não permite que se chegue à verdade do preço. Agora, o fato é que não dá para eu e o Eremildo entendermos, e talvez mais alguns brasileiros, por que é que, com 167 o barril, o preço é o mesmo e até aumentou um pouquinho, quando cai drasticamente o preço do petróleo, enfim. E gostaria ainda de dizer ao senhor que... Dr. Gabrielli, que essa expressão, gostaria muito de ouvir. Tenho muita curiosidade sobre ela, mas... E lhe perguntar como estão os investimentos no gasoduto Coari-Manaus, porque gostaria de saber diante do... Como ficam os investimentos, enfim, e mais, se há planos da Petrobras para se aproveitar o gás do rio Juruá. Porque a impressão que se tem é que, com a economia em ritmo médio, em 10, 12 anos se esgota o manancial de gás de Urucu. E não se explorava o de... Não se tentou explorar antes o do Juruá porque não havia o consorciamento com o petróleo, fica muito mais caro, pelo que eu sei, se explorar o gás e o petróleo.

Mas, me parece que aí, já que se muda a matriz energética de uma região, se tem que pensar agora, a sério, em suprir, quem sabe com um duto que leve do Vale do Rio Juruá, do Município de Carauari até Coari, o gás que, em 10 anos, 12 anos, a depender do ritmo de crescimento econômico, se depender de mim, o Brasil cresceria sustentavelmente, de modo a acabar com o gás em oito anos. Eu preferiria assim. Mas, se crescer pouco, em 12 anos. V.Exa. pode me dar dados mais, assim... Mais técnicos? Mas eu queria saber como está, primeiro, como estão as obras, o que eu posso esperar, houve já sucessivos adiamentos, enfim, estou preocupado agora, porque vejo as dificuldades que estão aí, impostas para todos, e gostaria de saber se há planos de... Se já está se pensando em substituir o gás que, porventura, se exaure, pelo gás que antes era antieconômico e agora poderia ser econômico. Mas a minha curiosidade fundamental é essa, porque eu estava crente que eu ia chegar numa bomba e, com o troco, tomar uma Coca-Cola. Aí não deu. Então eu... Isso me preocupa muito. Agora, quanto a essa história de Estado máximo, Estado mínimo e frases feitas, eu tenho a impressão que nós obremos melhor se nós cuidarmos de construir uma união nacional contra essa crise. Uma crise que tem razões externas e razões internas, sim. Não dá para ficar empurrando para fora. Tem os gastos correntes

que impedem uma política contracíclica para valer, aqui no Brasil. Tem, sim, as razões internacionais, que colocaram a nu o que antes estava mascarado. Estava dando tudo muito certo, graças a Deus. Agora é o momento de perícia, se exige menos frases feitas e mais perícia. Perícia administrativa.

Eu entendo que sem se mexer na questão fiscal de maneira rigorosa, sem se cortar gastos de custeio e sem se retomar, até pelo efeito psicológico e também pelo efeito prático que viria no médio prazo, o ciclo de reformas estruturais, nós não vamos ter vida boa ao longo desse período, porque não vejo que a crise, como está posta aí, que ela simplesmente... Tem alguns ingênuos que imaginam que vá aparecer uma mágica e “agosto acabou”, como se fosse uma brincadeira de roda. Não é. A crise vai durar bastante. A meu ver, ela entra com seus efeitos menores pelos primeiros dois anos, talvez, do outro Governo. E quando se disser tecnicamente, claramente, politicamente, que a crise acabou, eu não consigo enxergar um mundo líquido como aquele de antes. Não consigo enxergar um mundo brilhante como aquele que foram os primeiros anos do Presidente Lula. Não consigo enxergar. Vamos ter que esperar por uma outra época de bonança, que poderá vir daqui a mais 30, 40, 50 anos. Afinal de contas, os últimos cinco anos antes da crise, foram os melhores dos últimos 40 e, portanto, nós temos que nos preparar daqui para frente a trabalhar com o sentido da escassez, administrar sem escassez é uma coisa muito fácil. Administrar na escassez é que testa a qualidade do gestor. Então, eu gostaria de saudar sua presença, Dr. Gabrielli, e lhe dizer que nós devíamos ter tido essa conversa há mais tempo, enfim, mas ela acaba enriquecida por tantos fatos que aconteceram, tantos fatos que, a meu ver, deveriam... Deviam aproximar as vontades para um projeto comum de Brasil e não essa historinha pequena, miúda, de Estado mínimo, de essas implicanciaszinhas. Porque só falta agora dizer que a culpa é do Fernando Henrique, da crise, enfim. Se não fosse o Fernando Henrique, não teria crise. Não é do Bush, também.

Tem uma parte nossa e tem que ser assumida essa parte. Isso faz parte de uma coisa chamada hombridade. Cada um assumir as suas consequências. Assumir o que faz, assumir a sua parte. O Presidente Lula deveria fazer uma autocrítica da marolinha. Não foi uma forma pedagógica de lidar com o povo brasileiro. Porque estimulou pessoas a gastarem o que não deviam gastar, até porque, na minha região, no meu estado, Zona Franca de Manaus, havia 90 mil empregos. Tem 60 mil empregos de pessoas especializadas, mão de obra que só pode trabalhar ali, altamente especializada. 30 mil empregos em 90 mil. Ou seja, nós

estamos vivendo algo muito desalentador no meu estado, muito desalentador. E se o meu estado é assim, se a minha província, minha aldeia é assim, Tolstói haveria de me aconselhar que as demais aldeias devem estar sofrendo muito. E não é com simploriedade, dizendo que é uma crise internacional, não tem nada comigo e Ronaldão resolve. Ronaldão não resolve. O último jogo ele não fez gol. Ronaldão não resolve. Nós temos que pensar em Brasil. O Brasil precisa ter o projeto comum de enfrentar a crise. Volto a dizer: no momento em que o Presidente quiser maduramente dialogar com as oposições sobre saídas para a crise, estou aqui, absolutamente às ordens, como o meu partido está absolutamente às ordens. Não queremos tirar casquinha eleitoral de crise, que não nos interessa herdar país em terra arrasada. Nós queremos simplesmente que o país vá bem. É o país dos meus filhos, é o país dos meus dois netos. Quero que o país vá bem. Acredite nisso, que eu lhe digo isso do fundo do meu coração. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra o Dr. Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O Senador Arthur Virgílio levanta algumas questões num espaço mais amplo. Eu queria, para responder as questões gerais, aproveitar um pouco essa visão, como ele chamou, da aldeia, e olhar um pouco o mercado de petróleo. Queria que projetasse aí o slide da página nº 4. Página nº 4. Esse slide mostra uma coisa que eu acho muito interessante. Se nós olharmos a demanda global de petróleo do mundo em 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, nós temos que a parte da coluna que está escura representa os países fora da OCDE; fora da OCDE.

Então, nós vamos ver aqui que, em 2001, 2002, 2003, 2004, particularmente de 2003 em diante, houve um declínio relativo do crescimento da demanda de petróleo dos países fora da OCDE. Isso aqui, esse período é o período, digamos, em que a maioria desses países aqui começaram a adotar políticas de Estado mínimo. Ao mesmo tempo que acontecia isso, os países da OCDE que já tinham adotado política de redução no tamanho do Estado, no passado, elas tiveram uma redução do seu crescimento. Quando nós olhamos 2007, 2008 e 2009, o que nós observamos aqui? Nós observamos, aqui, que a crise se agrava, originária dos Estados Unidos, essencialmente, e a redução da demanda de petróleo do mundo ocorre fortemente nos países da OCDE. Fortemente nesses países.

O que é que segura a demanda do petróleo nesses últimos quatro anos? O que segura a demanda do petróleo nesses últimos quatro anos é a demanda da China, a demanda da Índia, a demanda do Brasil, a

demanda dos países em que tem Estado. Objetivamente, são fatos. Nos últimos três anos, aqueles países... Alguns chamam de que foram atrasados nas reformas, estão em melhor condição do que outros países. Eu chamo aqueles países que não foram tão ávidos à política de Estado mínimo estão em condições melhores para enfrentar a crise atual do que as anteriores. Mas quando nós olhamos um país como os Estados Unidos hoje, que é o centro da crise--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Dr. Gabrielli, uma saída boa seria reestatizar a Telebrás, é isso?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não. Pode até ser. Eu não estou dizendo setorial, não estou dando uma política setorial. Estou falando uma questão geral de arquitetura institucional do Estado e mercado. Essa discussão desse plano mais geral. Não estou dando nenhuma saída setorial, que aí depende--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE): Presidente, me permite. Não estou entendendo, realmente.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu vou chegar lá.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): Eu estou igualzinho o Eremildo. Eu estou, aqui, por fora.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Consequentemente, eu estou querendo dizer que a fala, com todo respeito a fala do Senador Arthur Virgílio, é uma fala saudosista. Porque tenta manter o discurso de que o problema fundamental de manter a estabilidade econômica são as reformas que reduzem o tamanho do Estado. Eu estou dizendo que essa política, mundialmente, hoje, ela é um fracasso. É só isso que eu estou dizendo. É mundialmente um fracasso. Não estou falando de Fernando Henrique Cardoso--

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): O senhor desconhece as crises cíclicas do capitalismo?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, não desconheço. Não desconheço as crises e sei que em cada crise cíclica predomina uma determinada ideia. Quando nós tivemos, até 1945, uma determinada política, de 45 em diante, até a década de 70, a nova política, de 70 para cá outra política, por causa das crises cíclicas do capitalismo de longo prazo, eu estou dizendo exatamente isso, que nós estamos entrando na nova fase--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM): É que você explica a falência do leste--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O leste é outro exemplo. O leste é o maior exemplo disso. O leste europeu, em 80, se montou e hoje é o pior desastre,

porque não tem estrutura institucional nenhuma para enfrentar essa crise.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

Mas por que é que não manteve a opção anterior?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, mas ela foi derrotada em 90. Essa opção foi derrotada em 90. Agora, esse momento acelerou-se... O leste é o exemplo da desmontagem do Estado. A aceleração da desmontagem do Estado no leste europeu. O que é que tem, hoje, no leste europeu? Um desastre social e um desastre econômico. Estônia, Letônia, Ucrânia...

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

Estava bem antes?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não. Antes, se tentou fazer uma reconstrução de um mercado dominante. Era só mercado que valia. Se nós olharmos o leste europeu, de 1990 até 2007, 2008--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Presidente, eu não estou entendendo nada.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu estou respondendo a discussão no plano ideológico.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

É que eu não entendi algumas coisas, que eu estou aqui, pior--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

Acho que V.Exa. fez média com alguma corrente de extrema esquerda do PT, porque--

[falas sobrepostas]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Quer dizer que os países fora da OCDE estão melhores, estão melhores--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Estão sustentando a demanda de petróleo. E isso reflete a demanda mundial.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Eu queria lhe perguntar o seguinte: o país como a Índia, a China, estão melhores do que a Alemanha, o Japão... Em qualidade de vida, saúde...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Conjuntura.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Conjuntura não vale.

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

Não é o lado capitalista da China que segura a demanda do petróleo?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Quem foi que fez a China? O que é que fez a China crescer?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O Estado chinês.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Mas o Estado chinês estava fechado até... [soa a campanha]

[falas sobrepostas]

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

O que foi responsável por essa grande expansão mundial? Quais foram os países responsáveis por essa grande expansão mundial?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Foi o mundo.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

O mundo. Em que sistema?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Vários sistemas.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Não, não, não...

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Eu peço ao Senador Tasso e ao Senador Arthur Virgílio para que nós voltemos ao tema específico, mais específico.

[falas sobrepostas]

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB – SE): Os demais Senadores têm o direito de falar e têm o direito de perguntar.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Tem, tem todo direito.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Só responder de Coari-Manaus, porque o senador, eu sei que ele tem um carinho especial pelo gasoduto Coari-Manaus.

Nós já concluímos o gasoduto Coari-Manaus, estamos na fase de remontagem do GLPduto entre Coari e Urucu, para substituir o gás natural, o GLP, por gás natural e, portanto, a partir de setembro, nós teremos ele operacional. Mas ele já está concluído--

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB – CE):

Eu preciso ir, mas eu pediria sua licença e aos outros senadores, que eu queria saudar, antes de ir, ao regime da Albânia, do nosso querido Senado, como o regime que deve prevalecer.

[falas sobrepostas]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É

uma provocação de saída.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Como eu disse antes, nós estamos aumentando nossa atividade exploratória lá, para tentar garantir a sustentabilidade da produção de gás no longo prazo, para atender a demanda da região amazônica e, em particular, a demanda termoeletrônica da região amazônica.

[falas sobrepostas]

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM):

E Juruá?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: É, a Bacia do Solimões e a Bacia do Amazonas são áreas que nós estamos intensificando a atividade exploratória, mas tem que ter atividade exploratória antes de se fazer a produção.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Presidente, que seja observado o tempo de três minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Não, é o seguinte--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): A sessão do Congresso vai começar daqui a pouco.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Senador Antonio Carlos, os autores de Requerimento têm um tempo maior. É verdade que esse tempo maior, também extrapolaram nesse tempo. Mas agora não é o problema do Estado mínimo, vamos voltar o tempo mínimo. Com a palavra o--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR (DEM – BA): Sr. Presidente Garibaldi Alves, Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, Senador José Eduardo Dutra. Presidente Gabrielli, me preocupa a questão da política, no longo prazo, dos preços para os derivados do mercado interno. Esse assunto, agora, em prazo recente, nós tivemos momentos em que a Petrobras bancou o aumento dos preços internacionais e depois, num segundo momento, bancou a desvalorização do real, não alterando significativamente o preço dos combustíveis e, posteriormente, também não repassou a queda do preço internacional do petróleo, que foi significativa. Ora, eu não acredito que haja volatilidade grande, espero que não haja, daqui pra frente, tanto no... Tanto no... No valor do real, quanto, também, na questão dos preços internacionais do petróleo.

Porém, essa volatilidade lá atrás... Quer dizer, a questão dos preços gerou volatilidade na geração de caixa da Petrobras. É óbvio. E o que preocupa é que se isso acontecer de novo, a Petrobras tem um ambicioso programa de investimentos de 184 bilhões, dos quais 148 seriam financiados com recursos da própria geração de gás, ou seja, 86%, no período de 2009 e 2013, então, havendo volatilidade, como é que haveria compatibilização da política de preços da Petrobras com esse ambicioso programa de investimentos, com financiamento [soa a campainha] de 86%, com geração de caixa. Eu queria sua posição sobre esse assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Agradeço ao Senador Antonio Carlos, pela colaboração com relação ao tempo, e concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, inicialmente, eu sou a favor do tempo mínimo no relógio grande, e sobre a questão do Estado, eu... Uma opinião breve, porque uma coisa está entrelaçada com a outra. O problema é saber se nós temos vontade, disposição, no nosso país, para ter um Estado com capacidade de tocar um projeto de nação. Porque todas essas nações que aí estão, que foram apresentadas pelo Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, China, mesmo a Índia, com dificuldades, busca montar seu Estado nacional e ter o seu projeto. Acho que essa que é a tentativa do Brasil, de ter o seu Estado. E a Petrobras, por sorte nossa, por pouco, por muito pouco, não perdemos a própria Petrobras. Porque é uma sorte ainda ter a Petrobras para poder desenvolver um projeto da envergadura que nós estamos tendo hoje. O que só foi possível porque se retomou a capacidade de investir do Estado. Se fosse naquela onda liquidacionista do Estado Brasileiro, nós não teríamos capacidade de nada. Nós estaríamos muito pior do que a Albânia e o leste europeu em conjunto; que é a liquidação total, talvez com base americanas ocupando o território, que é o que tem, atualmente, naquela região do mundo, infelizmente. Acho que nós conseguimos, pelo menos sustentamos algumas empresas que têm a capacidade de ajudar num projeto nacional e de ser indutora de segmentos enormes da economia brasileira. As várias... Os vários painéis que foram apresentados dão a ideia do que você pode puxar de empresas privadas brasileiras e de investidores externos para o Brasil, via a ação [soa a campainha] de uma empresa com a capacidade como tem a Petrobras.

Então, acho que essa é uma discussão boa. É uma discussão boa. É um bom debate, para que a gente possa aumentar a unidade das forças políticas, econômicas e sociais em torno de um projeto nacional, um projeto de Brasil. Acho que aqui nós temos terreno. É um bom debate. E eu gostaria de agregar um interesse, digamos assim, regional. O específico do Estado e da região. Temos ali o Gasene. Então, o que eu estou imaginando? É que a gente possa ampliar esse transporte de gás numa capacidade adequada, porque hoje o que nós temos chegando ao Ceará, vindo de Guamaré, a nossa bitola está muito estreita. O gás que chega lá já está liquidado. Para o Rio Grande do Norte, para Pernambuco, a parte que vai até Pernambuco, e da parte do Rio Grande do Norte é que vai até o Ceará. Então, isso aí já está todo mapeado, todo usado, não tem mais como expandir. Nós temos um problema ecológico grave, que não é só nosso, do Ceará. É um problema do Ceará, é um problema do Rio Grande do Norte, é um problema de parte da Paraíba, é um problema na região do Piauí... Nós

temos centenas de olarias; centenas, que queimam lenha ilegalmente, porque o IBAMA nem dá licença para ele retirar essa lenha. Essa lenha não praga tributo nenhum, porque ela vai... Ela é ilegal. Se ela for legalizada, vai tributada. Então ela não é legal. Ela é uma lenha ilegal, que vai para essas fornalhas todas. Então, nós poderíamos ter uma alternativa. Agora, nós precisamos ampliar essa nossa capacidade. Hoje ela não é suficiente. Além dos grandes consumidores que nós temos na ponta, lá, no Maranhão. Mas, passando pelo Ceará, evidentemente.

Então acho que nós poderíamos aproveitar... Eu tenho essa idéia, de que o Gasene chegue até a ponta do Nordeste, que é em São Luís. Isso nos ajudaria. Eu sei que a alteração da lei do gás talvez diminua os interesses da Petrobras. Mas não tem só a Petrobras no setor. Tem as empresas estaduais. Nós podemos nos consorciar. Nós podemos trabalhar em conjunto para o benefício de uma região inteira, que tem grandes perspectivas para ajudar o Brasil numa situação dessa, crítica, de crise que nós estamos vivendo, provocada pelos americanos, mas com forte impacto em todo mundo, é um potencial, o nordeste brasileiro.

E por último, então, quer dizer, projeto não está faltando, Presidente Gabrielli. Esses projetos, muitos foram... Os projetos técnicos, estudos ambientais, etc., muitos foram contratados pela própria Petrobras, já tem isso pronto, é uma questão de decisão, de se encontrar a melhor maneira, o financiamento, e construirmos essa alternativa tão importante para aquela região. A outra é que nós temos ali um terminal de gás. Mas depois eu fiquei encucado com o nosso terminal de gás no Pecém. Por quê? Porque nós estamos fazendo uma troca de temperatura com o mar. Nós estamos jogando... É como se estivesse jogando frio no mar. Então, precisa ter a ideia de que isso está acontecendo, porque se estiver acontecendo, eu prefiro o terminal em terra, para que a gente faça essa troca direto com galpões refrigerados, jogando esse frio nesses galpões, para que a gente possa aproveitar, porque o terminal do Pecém é um terminal de frutas, flores, pescados, e que exige você ter um tratamento de refrigeração muito adequado.

Então, você instalar um grande armazém para comportar esse tipo de carga, [soa a campainha] exige um investimento muito importante nessa área de refrigeração e de aproveitamento do frio. Então, eu gostaria de saber... Nós estamos jogando frio no mar, esses mais de 170 graus negativos estão sendo jogados no mar ou nós podemos aproveitar esse frio em terra? Como é essa troca de frio ali, naquela região, se pode ser aproveitado para refrigeração, também, em galpões que possam ser a logística da nossa área de

pescados, de flores e de verduras e frutas, na exportação que nós fazemos ali, naquela região.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, Senador Garibaldi Alves, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, Senador José Eduardo Dutra, Presidente da Petrobras Distribuidora. Presidente Sérgio Gabrielli, como eu disse no início da Audiência Pública, as perguntas que já foram feitas já esclareceram algumas dúvidas que eu também iria pedir esclarecimento. Eu só queria fazer uma primeira pergunta ao Senador Inácio Arruda. Ele está com dúvida que, se não fosse a crise, o Presidente Lula iria privatizar a Petrobras? Porque ele disse por pouco, muito pouco, quer dizer, ele passa uma informação para os telespectadores da TV Senado que precisa ser esclarecida. Porque me parece que a dúvida dele é de que, se não houvesse a crise, a Petrobras seria privatizada pelo Presidente Lula. Só queria, depois, que o senador pudesse me esclarecer esse questionamento, porque a Petrobras é um patrimônio nacional, que tem o respeito e admiração de todos nós, brasileiros.

Então eu quero que, depois, ele, realmente, explique melhor essa dúvida dele, esse quase muito pouco. Mas, Presidente Gabrielli, eu vou fazer três perguntas só; uma questão, acho que é técnica política. A questão do preço dos combustíveis, que já foi colocado por diversos senadores, eu tenho um requerimento aprovado na Comissão de Ciência e Tecnologia, para que façamos uma Audiência Pública com esse objetivo, para que a gente possa esclarecer à sociedade, aos usuários, como é que é composto esse preço. Por que é que ele sobe quando o dólar sobe e não baixa quando o dólar baixa?

Então, essa questão [soa a campainha] que foi levantada pelo Senador Tasso, pelo Senador Antonio Carlos Júnior, vários senadores, de saber se o Governo está fazendo caixa ou não com o bolso do consumidor. V.Sa. mesmo disse que a cada dólar, no preço do barril, que sobe, a Petrobras tem um ganho, na aplicação, de 500 milhões de dólares, se eu entendi bem. Ou seja, na capacidade de investimento dela. Não seria o caso... Não seria o caso de que, no momento de crise, o Governo estar sugando mais do povo do que o necessário para manter uma ação midiática? Aí é a pergunta que nós vamos poder responder, e eu solicito ao Senador Garibaldi Alves, vou encaminhar um requerimento do mesmo teor do da Comissão de Ciência e Tecnologia, para que façamos em conjunto: CAE, Ciência e Tecnologia, para que possamos e

diria até falar com o Senador Casagrande, de Defesa do Consumidor, para que possamos abrir essa caixa-preta, que é como se compõe o valor dos combustíveis em nosso país.

Mas eu lhe perguntaria, Presidente Sérgio, José Sérgio Gabrielli, quando V.Sa. esteve aqui, naquele momento de embate com a Bolívia, numa das vezes, V.Sa. se colocou contrário à renegociação do contrato de fornecimento de gás. Clara, foi inclusive elogiado por todos aqui, que lhe escutaram. Lamentavelmente, tivemos que ceder à pressão do Governo boliviano. Eu perguntaria a V.Sa.: no momento em que há uma redução de demanda, há uma redução no preço do barril, há uma redução no preço do gás, não é... Chegou o momento, também, de agora ser uma ação do Governo Brasileiro, de renegociar de novo com a Bolívia, em novos patamares do que aqueles que foram renegociados anteriormente? É uma questão que eu gostaria que V.Sa. me pudesse esclarecer. Uma outra, já diretamente com relação ao plano de investimento da Petrobras no exterior, que chegariam a quase 20 bilhões de dólares. Quanto deste valor será investido na Bolívia, e se haverá investimento na Bolívia, se a Petrobras não aprendeu a lição, ou melhor, o Brasil não aprendeu a lição, de ter seus ativos confiscados pelo Governo boliviano.

Outro que diz respeito ao meu Estado do Pará, Presidente Gabrielli, nós todos queremos ter uma rede de gás que seja a nível nacional. Eu pergunto a V.Sa.: Quando que nós vamos ter gás no Pará? Senador Inácio falou no Gasene, gás para o Nordeste, gás... Agora, quando nós vamos ter gás em Belém, em Barcarena, em Carajás, Parauapebas e Marabá? Porque não se fala nisso. É preciso que o gás chegue também... Falam que vai vir do Amazonas, através lá, do gasoduto que vem lá de... O município lá que produz. Coari, não é, que produz o... Gostaria de saber quando nós vamos ter gás no Pará. E por último: no plano de negócios que V.Sa. apresentou aqui, a Petrobras prevê refinarias em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, também companhias petroquímicas no Rio e Pernambuco. Como é feita essa escolha da localização das refinarias? É técnica ou é política? Porque se for política, eu quero, aqui, fazer um apelo à Governadora Ana Júlia, que é do partido do Presidente Lula, que ela também se esforce.

Governadora Ana Júlia, por favor, vá lá com o Presidente Lula, nós vamos ter uma refinaria no Maranhão, parabéns para o Ministro Edison Lobão, está defendendo o Maranhão. Vamos ter no Ceará, parabéns ao Senador Tasso. Mas nós temos que ter no Pará. Vá até lá e eu quero saber, Senador(sic) Gabrielli, como é que é feita essa escolha. É técnica ou política? Por-

que se for técnica, o Pará tem todas as condições de sediar e ter--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Flexa, não esquece de parabenizar o Arruda também, pela refinaria do Ceará. Não é só o Tasso, lá tem três Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB - RN): Concedo a palavra à Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM - RN):

Sr. Presidente, Dr. Sérgio Gabrielli, Presidente da Petrobras, Dr. José Eduardo Dutra, nosso sempre Senador. Olha, a questão, vou ser muito objetiva, até porque eu acho que quem está nos assistindo, nos ouvindo, não está interessado em saber qual regime de tal país, por que é que isso aconteceu ou deixou... Está querendo saber, realmente, como a Petrobras, que tem sido uma empresa que, realmente, eu sempre defendi, até porque eu sou do Rio Grande do Norte, conheço a Petrobras desde quando, no Hotel Thermas de Mossoró, jorrou petróleo, foi uma descoberta... Em busca de água se achou petróleo; lá na minha cidade, Mossoró.

Então, a minha pergunta é a seguinte: desde a década de 70 que a nossa região é produtora. E sempre que se falava em refinaria, uma nova refinaria no Brasil, e se dizia que a localização deveria ser no Nordeste, nós alimentamos e acalentamos o sonho de que seria no Rio Grande do Norte. Até porque nós produzimos e sabemos que o nosso petróleo é um petróleo em terra, é um petróleo de custo de produção muito baixo, comparativamente com outros, que são na plataforma marítima, apesar da nossa produção ser relativamente pequena e está caindo, e aí já deixo a primeira pergunta. A queda da produção já é em função de que os postos já estão começando a rarear, quer dizer, o óleo já está realmente acabando ou é por falta de novos investimentos? Isso já está trazendo muita preocupação e sempre que falamos na refinaria que, por questões técnicas... E aí, Senador Flexa, por questões técnicas, por produzirmos, nós achávamos [soa a campainha] que deveria ficar onde se produzia e porque seria, de certa forma, uma compensação, porque o petróleo é finito.

Mas, quando surgiu a primeira refinaria do Nordeste, o Presidente anunciou para Pernambuco. Nada contra Pernambuco, muito pelo contrário, eu tenho uma neta pernambucana. Mas, acontece que, quando procuramos saber... As questões seriam técnicas? Não foi essa a resposta. Disseram que foi uma exigência do Hugo Chávez, do Presidente da Venezuela, que, através da PDVSA, seria o parceiro para esta refinaria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB - PA): [pronunciamento fora do microfone]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Exatamente. Então eu gostaria de saber... Inclusive escolhendo o nome, Refinaria Abreu e Lima, Pernambuco. O que é que há de concreto sobre isso? De vez que, chegou a ser anunciado a opção de Pernambuco, que foi por pressão do próprio Hugo Chávez. Então eu queria saber isso. Então, [soa a campainha] perdemos a primeira oportunidade, mas também o Presidente é Pernambucano e tem aquela velha história, “Mateus, primeiro os meus, depois os teus.”

Aí, veio, mais uma vez, a nossa esperança, a nossa expectativa com a refinaria a prêmio. No Maranhão. O Lobão Filho saiu, mas ele também, Presidente, Ministro, se detectou que o Maranhão era onde realmente, tecnicamente, deveria ser. Mas veio uma terceira oportunidade, e que aí tem um pouquinho a ver, que o Ceará também contribui nessa bacia. Foi para o Ceará. Mais uma refinaria. E se diz lá no estado, toda hora, que nós vamos ter uma refinaria. Eu entendo... Me desculpe, eu não tenho... Infelizmente, o conhecimento técnico que o senhor tem, que o Dr. José Dutra deve ter, até porque os técnicos da área... Mas eu entendo, quando fala em refinaria, é algo que vai pegar o óleo e vai tirar dele todos os seus subprodutos, inclusive a nafta, que é o subproduto que dá condições a que seja associado um pólo petroquímico. Porque aí, sim, quando o petróleo acabasse no Rio Grande do Norte, nós poderíamos dizer: “Ficamos com compensação para garantir o emprego, a renda, as oportunidades no nosso estado”.

Então, lá no Pólo de Guamaré, que fica na região, ali, do Vale do Açu, próximo à Macau, e o Senador Garibaldi conhece bem, foi Governador; lá, desde 2001, eu era Prefeita, e tive a oportunidade, ele Governador, Dr. Horácio Lugon era o superintendente, Dr. Clauder(F) era o responsável pela área, principalmente Mossoró, quando se estava inaugurando uma planta, se não me engano foi em 2001, de processamento de óleo diesel, anunciando o início da preparação para o processamento da produção de querosene de aviação. Agora, naquele momento, aliás, se inaugurando a produção de querosene de avião e se anunciando que iríamos ter uma planta de gasolina. Só gasolina.

Então... Agora, quando houve essa discussão e toda a bancada, Governadora, se procurou o Governo... Com certeza o senhor deve ter recebido muitos dos representantes do nosso estado, perguntando pela nossa refinaria, se anunciou que ia ter uma refinaria. A Governadora já colocou até o nome, Refinaria Clara Camarão, em homenagem a uma grande mulher do nosso Rio Grande do Norte. Mas eu quero dizer com toda clareza, qual é o investimento real que vai acontecer no Rio Grande do Norte e qual é o investimento

da prêmio lá do Maranhão? Por que é que nós... Se nós vamos ser refinaria, por que é que só vai ser uma planta de gasolina? São isso que eu gostaria de saber. Porque eu acho que nós estamos, realmente, há mais de 30 anos produzindo, na esperança, nesse sonho, de termos uma refinaria. E sentimos e eu quero até um esclarecimento, como eu falei ao senhor, a minha área é a de saúde, eu não sou... Sou parte técnica, principalmente na engenharia do petróleo, aprendi... O pouco que sei foi de ver, de assistir, de acompanhar e quero, aqui, aproveitar e dizer, quando se fala na área cultural, a Petrobras tem sido parceiro de grandes projetos, nós temos o melhor teatro do Nordeste, que foi construído em parceria. 25% foi recursos que a Petrobras, através da Lei Rouanet e da lei de incentivo... Lei de incentivo, no nosso estado, à cultura, colocou, e o restante foi a Prefeitura de Mossoró, com recursos próprios do nosso povo. Mas foi um grande avanço e, com o teatro e outros investimentos que foram feitos da própria Prefeitura, outros também, em parceria com a Petrobras, como o Museu do Petróleo, acho que é o único local onde temos o Museu do Petróleo, lá na Estação das Artes; nós conseguimos avançar tanto nessa área cultural que a cidade passou a ser chamada de “Capital da cultura do Rio Grande do Norte”.

Então, gostaria que... Nessa página 23 tem investimentos para aumentar a capacidade de refino. Que nós sabemos que é primordial para que a Petrobras possa aumentar sua lucratividade e deixar de importar tantos produtos, principalmente a nafta e a gasolina, não é? Então, nós temos aqui, pelo que eu vi, a Prêmio 2, a Prêmio 1, a Replan, não sei se Replan se refere à região da Bahia... É isso que o senhor... Gostaria de esclarecimentos sobre Replan, RNE, UPB e Repar. E também, volto a repetir: qual investimento realmente que vai ser feito no Rio Grande do Norte e comparativamente com a refinaria prêmio? O que nós vamos refinar e o que é que os outros vão refinar? Porque fica essa dúvida. Eu acho que é uma planta de gasolina que vai se associar à planta de querosene e à planta de óleo diesel. Não é realmente uma refinaria para valer. E acho que é justo que se diga ao povo, com clareza, porque não será por isso que vou desistir da luta, porque o nosso Rio Grande do Norte tem direito. Muito obrigada.

E ainda tem mais uma pergunta, é sobre o gás. Nós mandamos gás para Fortaleza, nós mandamos gás para Pernambuco... O nosso gás está sendo, graças a Deus, ajudando, chegando, são gasodutos para vários recantos. Mas o nosso estado ainda é muito carente de gasodutos. Quando é que vamos ter um investimento que possa levar gás da própria região onde é tirado o gás, que é o Vale do Açu e a região do Seridó? Porque

nós sabemos da importância que o gás promove para o desenvolvimento, impulsionando indústrias e atraindo novos investimentos. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): O Rio Grande do Norte agradece a Senadora Rosalba. Concedo a palavra ao Senador Roberto Cavalcanti. Em seguida, ao Senador Antonio Carlos Valadares e, como os últimos serão os primeiros, o último será o Senador Marcelo Crivella.

[pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Não, é tudo em bloco. O bloco, agora, é de oito. Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador Garibaldi Alves, presidindo essa brilhante sessão ao Presidente da Petrobras, Sérgio Gabrielli e o nosso Senador José Eduardo Dutra. Vou tentar ser, efetivamente, o máximo objetivo. Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer uma constatação que data de final de 2006, início de 2007, quando numa luta em função de incluir a Paraíba, nosso estado, nas licitações das áreas da Petrobras à época. E tive a oportunidade, o privilégio de estar com o Dr. Sérgio Gabrielli e V.Sa. nos atendeu de forma extraordinária, inclusive iniciando esse nosso... A nossa aproximação, diria uma emboscada, no bom sentido, num café da manhã, num hotel, em Montevideu, lá no Uruguai. Tive, por parte do Dr. Haroldo Lima também, da Agência Nacional do petróleo, da ANP, extraordinário atendimento aos pleitos da Paraíba. À época, a Paraíba estava fora [interrupção de áudio] estão tendo oportunidades diferenciadas das oportunidades que têm a Paraíba.

A pergunta se refere à já citada Refinaria Abreu e Lima... Dr. Sérgio. Da Refinaria Abreu e Lima, que tem... Terá um reflexo muito positivo para o Estado da Paraíba no sentido de que se, efetivamente, houve um atraso, este atraso, de que forma está dimensionado e qual a previsão efetiva para essa refinaria entrar em operação. Gostaria, também, de me referir à página desse material distribuído aqui, aos presentes, que se refere aos investimentos, especificamente no Nordeste, que totalizam 24,9 bilhões de dólares. Bastante dinheiro, gerando um emprego total de 187 mil, 219 mil empregos. Que percentual a Paraíba terá disso? Porque nas nossas avaliações deverá ser diminuta a participação. E a Paraíba, efetivamente, necessita, da [soa a campainha] mesma forma que foi pleiteado pelo Estado do Rio Grande do Norte, com muita justiça, a Paraíba precisa para o seu desenvolvimento. Essa é uma bandeira que eu carrego há vários anos, de projetos estruturantes, e a Petrobras, sem dúvida, poderá ser uma das pilstras desse projeto estruturante.

E, para finalizar, aqui, nesse material distribuído, na página 15, referente à otimização de custos, no último item fala da revisão e cancelamento dos processos de compra de grandes máquinas e unidades para as refinarias. A minha pergunta vem se esta otimização se refere a falhas em projetos ou falhas de dimensionamento. Porque se [interrupção de áudio] empresarialmente falando, na hora que se faz uma revisão ou cancelamento de projeto de grandes compras de máquinas e unidades para refinarias, numa época em que a Petrobras está investindo em refinarias, está tendo um projeto, um mega projeto de expansão, esse cancelamento e revisão desses processos de compra, eu acredito que seja uma autocrítica no sentido de que algo estava sendo comprado errado. Eu gostaria de uma justificativa por parte de V.Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Concedo a palavra ao Senador sergipano, Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Sr. Presidente, Srs. Presidentes da Petrobras e da Distribuidora, eu gostaria de, em primeiro lugar, enfatizar, aqui, uma... Um elogio que foi feito assim, de forma muito acintosa, sobre o PROER. Houve quem aqui declarasse o PROER como uma saída milagrosa para a solução dos nossos problemas financeiros, e que deveria estar sendo copiado pelo mundo inteiro. Na verdade, o nosso PROER não resolveu os nossos problemas financeiros. Tanto isso é verdade que ele foi lançado no Governo anterior, no Governo de Fernando Henrique Cardoso e, em 99, o Brasil praticamente quebrou. O Brasil teve que ingressar no FMI com toda velocidade, do contrário não poderia pagar seus compromissos externos; financeiros externos.

Por isso, eu não considere uma medida milagrosa, antes, pelo contrário, foi uma ajuda que foi dada, na época, aos bancos falidos, aqueles que, através da fraude, do suborno, conseguiram, com a complacência do Banco Central, efetuarem operações perigosas e altamente danosas ao nosso país, fazendo com que pelo menos 30 bilhões de reais fossem jogados na fogueira da irresponsabilidade por aqueles administradores que passaram pelo Banco Central. E segundo lugar, o [soa a campainha] Senador Flexa Ribeiro, por quem nós temos uma grande admiração, principalmente porque é um grande debatedor e uma pessoa que está sempre presente nas comissões, ele se referiu a uma declaração do Senador Inácio Arruda, e o Senador Inácio Arruda me autorizou a... Me delegou que eu respondesse. Porque, na época, ele não era senador. Mas eu era Senador da República, inclusive, também

era Senador da República o Senador José Eduardo, que hoje é Presidente da distribuidora da Petrobras.

E o que aconteceu naquela época, Senador Flexa Ribeiro? Eu apresentei uma emenda constitucional na Comissão de Justiça, proibindo terminantemente a venda da Petrobras durante a tramitação do projeto da queda do monopólio. E essa proposição foi aprovada por unanimidade na Comissão de Justiça e estava prestes a ser aprovada também pelo Plenário e isso implicaria no retorno do projeto do monopólio, que Fernando Henrique tinha mandado para cá, da quebra do monopólio, implicaria no retorno da proposta para a Câmara dos Deputados. Como havia uma pressa do Governo em quebrar o monopólio do petróleo, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso mandou uma carta pessoal para todos os Senadores. Não só para mim, mas para todos os senadores, comprometendo-se, aqui, durante a sua administração, apesar de ficar a porta aberta para a privatização da Petrobras, ele jamais faria isso. Então, realmente, a nossa proposta foi colocada na gaveta pela Mesa de então, e o projeto da queda monopólio foi aprovado sem nenhuma emenda. Era [soa a campainha] a emenda que eu ia apresentar.

Então, Sr. Presidente, na verdade, as privatizações que houve no Brasil comprovam que algumas delas foram feitas de forma equivocada e empresas como a Vale do Rio Doce foram vendidas a preço de banana, e hoje o movimento que antes era condenado, da estatização de determinados setores como do petróleo, o que está acontecendo hoje é que há um movimento na Europa, inclusive na Inglaterra e nos Estados Unidos, ao contrário, de estatização até de bancos. Ou seja, do ingresso de dinheiro público para salvar bancos falidos, inclusive empresas de seguro, como aconteceu com a AIG, onde o próprio Obama está sofrendo críticas tremendas, nos Estados Unidos, por causa da dinheirama que foi jogada em cima de uma empresa praticamente falida, como a AIG. De sorte que, aqui no Brasil não há que se elogiar o PROER, porque o PROER, a meu ver, foi uma medida que redundou em prejuízos incomensuráveis ao nosso país, ao erário, ao Tesouro Nacional.

E, por fim, Presidente, gostaria apenas de fazer duas perguntas. Aqui na página 35, os investimentos e postos de trabalho no país tem destaques para o Sudeste, em primeiro lugar, com 103 bilhões de dólares, e em segundo lugar o Nordeste, com 24,9 bilhões de dólares, com a demanda de postos de trabalho, para o Nordeste, de 51 mil empregos diretos e para o Sudeste, de 144 mil de empregos diretos. Eu pergunto: dentre os investimentos a serem feitos no Nordeste, V.Exa. poderia destacar, pelo menos em síntese, quais desses

investimentos, por exemplo, em termos de usina e em termos de duplicação de uma fábrica de fertilizantes que nós temos em Sergipe, comandada pela Fafen, que é uma subsidiária da Petrobras, se há, por parte da Petrobras, interesse, e é uma antiga reivindicação dos sergipanos, antiga reivindicação de quantos aqui, que trabalharam no Senado, como o José Eduardo Dutra, como eu próprio e o próprio Governador Marcelo [ininteligível], se há, por parte de V.Exa., essa prioridade em duplicar a fábrica da Fafen em Sergipe.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Concedo a palavra ao último orador inscrito, graças a Deus. E é logo um pastor.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Presidente. Olha aqui. Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu tenho assuntos importantes aqui, Sr. Presidente, que é para tratar sobre o Rio de Janeiro. Aliás, eu gostaria até de... Silêncio. Silêncio. Sr. Presidente, eu tenho aqui, nas minhas mãos, uma revista, que é a "Caros Amigos", mês de março. E a nossa Maria da Conceição Tavares, aos 79 anos de idade, ela já adquiriu... Vamos dizer assim, o caráter de ser inquestionável, porque aos 79 anos de idade ela já passou do tumulto dos ódios e paixões da juventude, da idade madura, seja lá do que for. E ela diz aqui o seguinte, que... Para tratar desse assunto aí, do Estado. "O Serra me mostrou o protocolo com o FMI. Estava tudo lá, inclusive privatizar o Banco do Brasil e a Petrobras". Eu fico feliz de ver o Flexa dizendo que a Petrobras é um grande patrimônio. Aliás, foi o discurso do partido dele, hoje, aqui, que eu aplaudi, nós todos aplaudimos. Petrobras é um patrimônio intocável, sagrado... Agora, estava lá.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): E por um triz não foi vendida.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E o Banco do Brasil também, com 250 bilhões que nós temos para investir agora. Banco do Brasil duas vezes e meio o BNDES. Mas, o que eu quero dizer aqui, Sr. Presidente, é que eu estou preocupado com o Rio. Nós temos alguma política da Petrobras, para compensar a perda dos royalties do petróleo? A Governadora de Campos, a Rosinha, ela... Eu vou pedir até para dar um biscoito, ali, para o Senador Garibaldi, para ele deixar eu falar, sem ele conversar com o Gabrielli. Leva lá para mim, faz favor. Enquanto ele come biscoito, a gente faz aqui a última pergunta. Ele quer, ele está morrendo de fome ali.

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

É pinha. Lá é produção de pinha, na Bahia. Mas, Presidente, a Prefeita de Campos disse que só nos dois primeiros meses do ano, ela perdeu 170 milhões de royalties. Existe... Eu sei que baixou, mas tem alguma política anticíclica?

Por exemplo, a Petrobras vai priorizar investimentos nessas áreas onde está havendo perdas substantivas de royalties? É a minha preocupação. Porque muitas pessoas vieram de outras áreas do Brasil em busca de emprego, de infraestrutura, incharam as cidades e agora estão com problema. Então, essa é a primeira pergunta, Presidente, a questão dos royalties.

Segunda pergunta: como é que está o cronograma do COMPERJ? Nossa refinaria é a redenção de toda aquela área de São Gonçalo, onde existe centenas de milhares de desempregados. Há uma esperança imensa da população para que a Petrobras não reduza o ritmo das obras, não diminua os investimentos. Quero aplaudir V.Exa., quando disse aqui, hoje, que gostaria de incluir, na cadeia de fornecedores, prestadores de serviços do sistema Petrobras, pequenas e médias empresas. Aí eu queria dar uma sugestão, queria me atrever. V.Exa. é brilhante, fez aqui um discurso extraordinário, no setor ideológico, na prática, na governança, com os números... Petrobras é um orgulho para nós todos, vibramos aqui, nesse Senado, muitos fizeram discurso quando o senhor disse que tivemos um lucro de cinquenta e tantos bilhões no ano passado, não, trinta e tantos bilhões no ano passado, 57% acima do ano anterior. Tudo isso foi, para nós, aqui, momentos de muito regozijo.

Agora, eu pergunto a V.Sa.: nas estatais, existe muito aquela política de renovar, de renovar contratos emergencialmente porque o setor que faz as licitações está sempre muito ocupado e nem sempre dá tempo. [soa a campainha] Então, a gente acaba renovando contratos de maneira emergencial. Como está agora, esse setor da crise pode nos dar condições de renovar contratos com menores custos, porque as empresas também estão cortando seus custos, e há tantas empresas que nesse momento da crise fazem imensa questão de trabalhar no sistema Petrobras, eu gostaria de sugerir a V.Sa. de que aplicasse recursos nos setores de licitação e concorrência, para que menos contratos fossem renovados emergencialmente, se a gente pudesse fazer licitação de todos, tenho certeza que vamos economizar bastante.

Lembrar a V.Sa. um problema sério que estamos encontrando na frota de automóveis. Já se fizeram [interrupção de áudio] 400 milhões para infraestruturas. No Brasil, serão aplicados 91% e 9% no exterior. Gabrielli, eu estive agora, no carnaval, Dutra, lá na África.

Morei 10 anos na África. E passei o carnaval na Zâmbia. E o Presidente Rupiah Banda estava me dizendo, a mim e ao Embaixador do Brasil lá, – o Brasil abriu embaixadas em todos esses países – uma coisa que a gente já sabe. Expectativa de vida dos países da África Austral é de 40 anos. As pessoas estão morrendo com 40 anos de idade. Um rebanho foi dizimado pela tuberculose e eles têm, lá na África Austral, com exceção do Zimbábue, eles têm uma tradição de poucos conflitos, uma estabilidade democrática, digo aí Namíbia, África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Moçambique, Malawi, Quênia, Uganda, a própria Zâmbia... Vou deixar o Zimbábue de lado, pelas questões que nós estamos todos acompanhando, mas eles têm um imenso desejo de entrar na produção de biocombustíveis. Tem solo fértil e tem também muita água nesses países. Mão de obra abundante.

Eu pergunto a V.Sa.: há algum plano da Petrobras, de desenvolver biocombustíveis na África Austral, sobretudo nesses países ali, da bacia do Rio Zambeze, ou os países mais pobres... Não a África do Sul. A África do Sul, ela extrai seu combustível do carvão. Eles têm uma tecnologia desde a época que morei lá, são autossuficientes, ou quase autossuficientes; é um país que agora conseguiu explorar diamante na sua bacia continental, no mar; assim como nós temos plataformas para extrair petróleo, eles têm plataformas para extrair diamantes, é um país muito rico, mas os demais citados aqui, todos eles... Acho que no Deserto do Kalahari, Namíbia, Botsuana, não seria muito o caso, mas os outros seriam países onde a Petrobras poderia prestar um trabalho humanitário extraordinário a uma população que, agora, está morrendo aos 40 anos de idade. Muito obrigado pela paciência, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Concedo a palavra ao Presidente da Petrobras, Dr. José Sérgio Gabrielli.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Bom, respondendo ao Exmo. Senador ACM Júnior, pediria que colocasse na tela a página 40, porque eu acho que essa é uma coisa extremamente importante e chama atenção. Quando nós dissemos que nós não repassamos o preço internacional, a volatilidade do preço internacional para o preço doméstico, nós estamos dizendo isso desde 2003, quando o José Eduardo era Presidente da Petrobras. Essa política é uma política que tem seis anos, já. E essa política, portanto, teria que se refletir, depois de seis anos, na relação entre as nossas receitas que dependem dos preços que nós cobramos no Brasil, porque nós vendemos 90% dos nossos produtos, no Brasil, em preços brasileiros, com os nossos custos, incluindo aí os custos de produção de petróleo e nossos custos de importação de

petróleo. Se nós olharmos de novo essa questão, nós vamos ver que, ao longo desses últimos seis anos, nós mantivemos uma consistência dessa política, que significa que nós não alteramos significativamente a relação entre o custo do petróleo e o preço vendido na bomba. Isso significa, portanto, que, apesar de flutuações de curto prazo e momentos de curto prazo que nós vendemos o preço, ficamos com o preço estável enquanto o preço internacional estava subindo e outros momentos em que o preço internacional está variando, nós mantivemos, portanto, a volatilidade do mercado doméstico menor do que a volatilidade do mercado internacional. Como nós aumentamos produção, como nós tivemos eficiência em custo e como o câmbio, em alguns momentos, movimentou-se em direção inversa ao preço do petróleo, nós conseguimos manter, portanto, uma rentabilidade e uma estabilidade dos ganhos, ao longo do tempo, na Petrobras, nos últimos seis anos, portanto, com a continuidade clara da política iniciada pelo Presidente José Eduardo Dutra e continuada por mim.

Ao Senador Inácio Arruda, eu queria chamar atenção a ele em duas questões importantes. Hoje, o Gasene, ele está em construção, a parte final do Gasene, que vai de Cacimbas, no Espírito Santo, até Catu, na Bahia. É um gasoduto de 20 milhões de metros cúbicos de capacidade, ele não iniciará transportando essa quantidade de gás, mas ele estará preparado para transportar essa quantidade de gás. Esse gasoduto deve ficar pronto em março de 2010, março, abril de 2010. A continuidade desse gasoduto, em relação às malhas que saem da Bahia e chegam até o Ceará, ela tem um conjunto de investimentos relativamente grandes para otimizar essa malha, para aumentar a capacidade de compressão em alguns setores, para aumentar o diâmetro em outras áreas, de tal maneira que a gente atenda o crescimento do mercado previsto para o nordeste brasileiro.

No que se refere particularmente ao Ceará, é bom lembrar que a produção do Rio Grande do Norte, que é, durante muito tempo foi a origem do gás levado para o Ceará, como perguntado pela Senadora Rosalba, a produção do Rio Grande do Norte é declinante. E é declinante não por falta de investimento, ao contrário. Os nossos programas de investimento têm mantido a continuidade dessa produção por muito mais tempo do que seria, digamos, o normal e o natural, mas, infelizmente, na natureza, a velhice não é só um problema dos seres humanos, a velhice também ocorre nos campos de petróleo e de gás, e há um declínio da capacidade de produção, que é inevitável. E nós temos vários campos na área do Rio Grande do Norte que estão entrando em fase de declínio. Então,

a perspectiva de longo prazo da produção de gás e de petróleo do Rio Grande do Norte é de declínio no médio e longo prazo.

Portanto, como nós temos que pensar no longo prazo, nós temos que viabilizar novas fontes de gás e novas fontes de suprimento para o Rio Grande do Norte e para o Ceará. Uma das fontes para o gás é o GNL. O GNL, que é trazer o gás comprimido de qualquer lugar do mundo, injetar na malha, em Pecém, e a partir da malha de Pecém, talvez até alimentar o Rio Grande do Norte. Vai chegar um determinado momento que é possível que tenhamos uma inversão de fluxo entre Rio Grande do Norte e Ceará em termos de gás. Depois eu responderei a refinaria em forma particular. No que se refere, portanto, à situação de origem do gás, nós vamos, provavelmente, ter novas fontes de gás, usando o Gasene para levar gás até o Ceará e usando o GNL para alimentar a necessidade de gás do Ceará em alguns momentos.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas qual é a perspectiva do Gasene?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O Gasene, ele vai levar até 20 milhões de metros cúbicos, chegando no Nordeste inteiro. Agora, a idéia do Gasene é um gasoduto de integração nacional. Você vai ter um gás nacional. Você vai injetar gás da Bolívia, vai injetar gás de Santos, gás do Espírito Santo, vai injetar gás em GNL e vai usar na malha nacional.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): A Petrobras vai contratar.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: É. É gás nacional. Não é que a Petrobras vai contratar. A Petrobras já está fazendo, isso já existe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estou dizendo isso, porque são etapas. Você vai fazendo por etapa.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, não. Hoje, estamos concluindo a obra, nós já temos quase 700 quilômetros de dutos feitos, ou 900, nós estamos concluindo essa obra em março de 2010, o Gasene. A obra está em andamento. Da Bahia até o Ceará já está pronto. Já está... Já existe, da Bahia até o Ceará já existe o gasoduto. Já existe.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que esse gasoduto de hoje, o que tem hoje, a malha que está no Ceará, ela não é suficiente.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, aí vou chegar no problema da malha suficiente para atender a demanda local. Qual é o problema com a demanda local, e aí vou usar o Ceará, e o Seridó e o Açu, do Rio Grande do Norte, que é o mesmo problema, como outras áreas, como Piauí, como Brasília, como Minas Gerais, algumas áreas de Minas Gerais; que é o seguin-

te: o gás, para ser transportado como por gasoduto, é um investimento extremamente alto. Dificilmente você conseguirá ter viabilidade econômica no gás, por gasoduto, para substituir a lenha. Para substituir a lenha, nós temos que pensar numa nova política para substituir a lenha. Porque o gás será inviável economicamente, insustentável montar um gasoduto para substituir lenha. Você pode viabilizar a expansão da cerâmica industrial moderna, internacional, há condições internacionais de competição e aí, talvez, você possa usar o gás nesse sentido. Mas a substituição da lenha na pequena olaria e na pequena cerâmica tem que ter políticas distintas, que não vão ser baseadas num gasoduto para levar gás, porque ele é insustentável.

No entanto, é possível ter alguns modais distintos, por exemplo, o gás comprimido, transportado em sistemas de compressão. Ainda assim, se não tiver uma demanda âncora nessas regiões, ele pode se tornar também inviável. Então, a solução, me parece, tanto para o Açu como para o Rio Grande do Norte, para o Ceará, em alguns momentos, é estudar uma política de substituição da lenha e de expansão de modais distintos até que o mercado cresça, para justificar um gasoduto. Esse é um problema que a Petrobras está discutindo e a solução não pode ser *a priori* construir um gasoduto para isso. No caso particular do Açu, exatamente esse é o problema. Nosso compromisso com o Governo do Rio Grande do Norte é viabilizar o GNC e não um gasoduto, porque não tem mercado suficiente que justifique um gasoduto para isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Mas o senhor já imaginou a quantidade de indústrias que a gente perde por não ter gás para oferecer?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, mas o problema é que você tem que... Alguém tem que começar a fazer. Você tem que começar a crescer o mercado, para ter uma escala mínima, para justificar um gasoduto. Essa é inevitável. Alguém tem que bancar isso por 10 anos. Não leva menos de 10 anos crescer uma demanda dessa. Eu entendo que temos que enfrentar o problema, mas a solução pode não ser um gasoduto para levar gás, para resolver a substituição da lenha, sem pagar imposto. É quase impossível o gás concorrer com isso. O GNL é um sistema fechado, não há troca de temperatura com o meio ambiente, há experiências de uso de terminais de GNL, para fazer frigoríficos, particularmente no Japão é uma experiência desse tipo, a troca de temperatura com o mar ocorre em Portugal, mas os terminais mais novos e particularmente os flutuantes, como é o caso nosso, não tem essa troca de temperatura com o mar, para não fazer peixe congelado automaticamente na natureza. Então, não tem essa troca que o senador mencionou. Mas a

ideia da criogenia e da utilização de frigorífico é uma possibilidade, mas aí envolveria--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É isso que eu estou querendo. Estou querendo--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Envolveria um novo tipo de investimento e uma nova arquitetura do terminal, que não é o terminal que nós temos hoje em Pecém, que é um terminal flutuante, como um navio flutuante.

O Senador Flexa Ribeiro, eu não vou entrar na discussão da privatização da Petrobras, ele fez uma afirmação que eu queria, pelo menos, contextualizar. Não é verdade, senador, que quando o dólar sobe, a gente aumenta o preço da gasolina e quando o dólar baixa, a gente não baixa o preço da gasolina. Nós não fazemos isso nem quando o dólar sobe e nem quando o dólar cai. Nós tentamos manter uma relação de longo prazo, que levou... A última variação nossa foi de novembro de 2005 a maio de 2008. De novembro de 2005 a maio de 2008, nós não alteramos o preço da gasolina. Alteramos o preço da gasolina na refinaria em maio de 2008. Portanto, antes que o preço chegasse a 147, que foi em julho de 2008, e de maio de 2008 até hoje, não alteramos o preço da gasolina.

Portanto, nós estamos mantendo estável, estamos diminuindo a flutuação e não subindo quando o preço sobe ou subindo quando o dólar sobe e não baixando quando ele cai. De novo, lembro a resposta que eu dei para o Senador ACM, que a nossa receita, em reais, mantém uma relação entre o preço de nossos insumos e o preço de nossos produtos, relativamente estável ao longo do tempo. Claro que, em cada mês, cada dia vai ser diferente, mas olhando no horizonte de seis anos, nós mantivemos isso relativamente estável.

Em relação à Bolívia, nós estamos fazendo investimentos, sim, na Bolívia. Vamos continuar fazendo investimentos na Bolívia, porque a Bolívia vai continuar fornecendo 30 milhões de metros cúbicos, por dia, de gás, no Brasil. Nós achamos que isso é absolutamente indispensável. 50% do gás brasileiro, hoje, vem da Bolívia, 70% do gás de São Paulo e quase 100% do gás dos estados do Sul vêm da Bolívia e nós não seríamos irresponsáveis de, em função de uma posição contra o Governo da Bolívia, vir a romper ou alterar esses contratos.

Por outro lado, eu reafirmo, aqui, a posição que eu tive da outra vez, de ser contrário à renegociação do contrato com a Bolívia. Não fizemos a renegociação, não alteramos o contrato com a Bolívia, o contrato com a Bolívia é exatamente o mesmo que tínhamos antes, as mudanças de preços decorrentes desse contrato são decorrentes da fórmula de preço que nós temos, associada a três tipos de óleo combustível. Como esses

preços são variáveis internacionalmente, eles sobem e descem. Hoje, eles estão relativamente mais caros do que o óleo combustível, portanto o gás da Bolívia tem hoje um preço. E é impossível você fazer uma refinaria que vai usar tanques e cargueiros pesados, que precisam de 17, 18, 20 metros de calado, no porto... Nos portos do Rio Grande do Norte. Então, no Rio Grande do Norte, por razões objetivas, por razões geológicas, até que se faça um porto desse tipo, é impossível ter uma refinaria que seja uma refinaria além do mercado do Rio Grande do Norte. O que nós estamos fazendo? Estamos fazendo uma refinaria no Rio Grande do Norte, do tamanho do mercado do Rio Grande do Norte. Uma refinaria de 35 mil barris por dia--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Quer dizer que não vai refinar nem o que nós produzimos?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Eu vou chegar lá. Essa refinaria, por exemplo, não vai usar o petróleo do Rio Grande do Norte. Vai usar o petróleo da Bahia, que vai subir para o Rio Grande do Norte, enquanto que o petróleo do Rio Grande do Norte vai ser exportado para outros lugares. Por que isso? Porque a característica do petróleo do Rio Grande do Norte, ele não tem... Ele não é um petróleo naftênico. Consequentemente, ele tem características técnicas, que é melhor você usar esse petróleo, produzido no Rio Grande do Norte, em outros lugares do que usar na própria refinaria do Rio Grande do Norte. Enquanto que há outras áreas que produzem petróleo que podem ser usados de forma melhor, a custos menores do sistema, no próprio Rio Grande do Norte. Então, nós teremos uma refinaria no Rio Grande do Norte, sim. Essa refinaria deve começar a operar em finais de 2010.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

O que ela vai refinar, na realidade?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Ela vai refinar petróleo e vai produzir diesel e querosene de aviação--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Diesel já produz, querosene já produz. Vai acrescentar--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Uma refinaria não é uma soma de unidades. Uma refinaria é um conjunto integrado que modifica o processo de produção da... Nós vamos investir--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Vai produzir nafta?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Não, nafta, não, porque não tem nafta no petróleo do Rio Grande do Norte. E o petróleo que vai para lá também não terá nafta. Nós, hoje, produzimos dois terços do mercado

brasileiro de nafta. Porque nós não temos petróleo naftênico. O país não tem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Deixa eu só aprender mais um pouquinho aqui. O senhor disse que não vai refinar o petróleo do Rio Grande do Norte porque não é naftênico. Vai vir um petróleo de fora, que também não é naftênico.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Que é naftênico, mas não será otimizado para produzir nafta. Ele será otimizado para produzir diesel e gasolina no mercado do Rio Grande do Norte.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

E o nosso lá, já produz diesel, gasolina...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: E o nosso lá... O de lá vai entrar nas correntes que entrarão na produção da Refinaria Landolfo Alves(F), que tem unidades já instaladas, que processa o petróleo do Rio Grande do Norte, gerando mais diesel, gerando mais querosene de aviação e gerando mais gasolina do que se fosse processado no Rio Grande do Norte.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Bom, é porque eu quero só entender qual é essa mágica. Porque nós não podemos ter refinaria porque não temos porto.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: A refinaria é grande, porque aí seria uma refinaria para mercado regional, e não para mercado local.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

E aí, vai para onde tem um porto grande, onde o Governo está fazendo grandes investimentos para que esse porto, realmente, seja grande.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Sim, mas enquanto não tiver...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Nós não tivemos nenhum investimento no nosso...

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Estou falando em termos de refinaria.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

A ponto do porto se transformar num porto possível. Mas aí nós vamos ter que trazer o petróleo.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Mas em navios pequenos. Esse petróleo, que será do tamanho de 35 mil barris, é uma refinaria pequena.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

E quanto é que vai ser a refinaria prêmio lá do Maranhão?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: No Maranhão? É 600 mil barris.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN):

Então, por que é que nós não... Não foi colocado para a gente uma refinaria maior?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Porque não é possível colocar uma refinaria de 600 mil no Rio Grande do Norte, senadora.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Mas, pelo menos de 100, de 200... 35 mil. Será que vai compensar quando o nosso petróleo acabar e nós vamos ficar sem nada?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Senadora, tem módulos. Refinaria não é discreto o tamanho dela. Ela tem módulos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Eu, agora, não posso ficar calado, porque um norte rio grandense não pode ficar calado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): É verdade, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Eu pergunto o seguinte: a produção do Rio Grande do Norte é declinante, como o Presidente já falou, de petróleo e de gás. Mas ela não é tão declinante que chegou a 35 mil barris, não. Ela ainda... Ela ainda está no patamar de uns 70 mil, que era de 100.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Ela deve estar em torno de 60, 70 mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): E essa outra quantidade de petróleo, para onde irá?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O problema é o seguinte, senador: a refinaria, as unidades das refinarias, elas processam tamanhos discretos. Ela dá saltos, 30, 35, 70, cento e tantos... E aí muda a natureza da refinaria. Consequentemente, para você ter uma refinaria otimizada, você tem que combinar esse equipamento da refinaria, esse processo que está sendo definido na refinaria, com o tipo da carga que vai ser processada, de forma a obter o melhor produto final, que é um conjunto de produtos. Nenhuma das refinarias da Petrobras, nenhuma das 11 refinarias da Petrobras é programada para ser autônoma. Nenhuma das refinarias da Petrobras, ela é programada como se fosse uma refinaria isolada. Todas as refinarias da Petrobras são programadas em conjunto, para otimizar, em última instância, a produção de diesel nacional, para, em segundo lugar, aumentar a produção de GLP, para, em terceiro lugar, manter a produção de QAV, para produzir, minimizar a produção de óleo combustível, porque óleo combustível não é um bom produto e para aumentar, portanto, os produtos que dão mais valor agregado no conjunto das refinarias.

Então, nós planejamos nossos investimentos em refinaria e operamos nossas refinarias como se elas fossem um sistema nacional, e não isoladamente,

cada refinaria isolada. Da mesma maneira que o gás. Não adianta nós pensarmos no gás do Rio Grande do Norte como o gás do Rio Grande do Norte, o gás da Bahia como o gás da Bahia, o gás do Espírito Santo como o gás do Espírito Santo, o gás da Bolívia como o gás da Bolívia. Nós temos que pensar no gás como uma matriz nacional. Porque nós estamos investindo 26 bilhões de dólares só para montar essa matriz nacional de gasodutos. E só se viabiliza isso se tivermos o mercado nacional. Se nós tivéssemos mercados locais, nenhum desses investimentos se justificava.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Senadora, só um minutinho. O problema do Rio Grande do Norte, então, é o porto?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Para uma refinaria... Porque, aí, significa o quê? Se você tem um porto... Por exemplo, a refinaria do Maranhão. A lógica da refinaria do Maranhão são duas lógicas econômicas. Uma é a proximidade dela dos mercados americanos e o mercado europeu.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Que o Rio Grande do Norte tem.

[falas sobrepostas]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Nós estamos na esquina.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: Porto. Porto. Calado dos navios. O navio... O petróleo é transportado em navios muito grandes, que precisa--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Amplia o porto e faz [interrupção de áudio]--

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: O COMPERJ. O cronograma do COMPERJ está em pleno andamento, nós estamos com as obras de terraplanagem a todo vapor, nossas... A parte de projeto e desenvolvimento de desenho dos projetos estão andando, as licitações de grandes equipamentos já estão em processo e aí eu vou responder a pergunta do Senador Roberto, sobre a suspensão de processos licitatórios e processos de compra.

O que aconteceu foi que nós iniciamos alguns desses processos de algumas unidades grandes em setembro, outubro de 2008. Em setembro, outubro de 2008, nós temos... os preços estavam naquele pico do preço internacional, esses processos não são compras em armazém, são compras em equipamentos bastante complexos, que levam tempo para desenhar, para fazer cotações, etc., isso vieram... Essas ofertas chegaram em nossas mãos em janeiro desse ano, esses preços chegaram muito acima da nossa expectativa, então nós dissemos: "Olha, a esses preços, nós não vamos fazer a compra". Então, nós cancelamos as licitações,

estamos reiniciando o processo de redefinição das especificações e de negociação nos casos que forem possíveis, para reduzir os custos.

Então, o que houve não foi uma autocrítica, o que houve foi uma adaptação a uma mudança muito rápida do mercado, que ocorreu. As pequenas e médias empresas que o senador mencionou, é a nossa preocupação, nós temos, hoje, crescentes redes que envolvem pequenos e médios empresários, envolvendo o SEBRAE, envolvendo as instituições de pequenos e médios empresários; isso, evidentemente, que dado o tamanho da Petrobras, tem diferentes dimensões de diferentes lugares, provavelmente dado o volume de algumas de nossas compras, os pequenos e médios empresários terão melhores condições competitivas de serem fornecedores dos fornecedores do que fornecedores diretos da Petrobras. Nós estamos estimulando essa cadeia a se desdobrar e esperamos que isto tenha um impacto grande nas pequenas e médias empresas. Não pretendemos fazer renovação, por razões de emergência, em grandes contratos. É possível que em alguns casos, de pequenos contratos, contratação de táxi em determinados momentos, contratação de serviço xerográfico e, em um outro momento, você acabe fazendo uma prorrogação por mais 45 dias, 50 dias, porque não é a prioridade, provavelmente, do setor, mas a nossa política, em geral, é tentar renegociar todos os contratos que nós possamos renegociar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Duas perguntas nossas deixaram de ser respondidas. Uma é sobre o andamento... Da Abreu e Lima, e outro é dos 25 bilhões de dólares, se cabe alguma coisa à nossa querida Paraíba.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: A Abreu e Lima. A Abreu e Lima, nós estamos, hoje, com três turnos funcionando na Abreu e Lima. As licitações suspensas, nós fizemos 14 licitações nos últimos três meses, para comprar grandes equipamentos e grandes sistemas para a Abreu e Lima. Dessas 14, nós cancelamos e estamos negociando cinco grandes; e as outras, nós estamos assinando os contratos, acabamos de assinar os contratos. Portanto, do ponto de vista da Refinaria Abreu e Lima, nós não estamos antevendo nenhuma modificação ou atraso, na refinaria, em relação à previsão existente no momento que lançamos o plano estratégico. Evidentemente que nós temos um certo atraso ou um certo deslocamento em relação ao projeto inicial, que envolvia uma unidade entrar em operação em 2010, e nós estamos entrando essa operação em início de 2011. Mas é um atraso de um trimestre ou dois trimestres, no máximo. Nada significativo em ter-

mos de atraso de uma refinaria que vai levar quatro, cinco anos para ser feita.

Em relação aos 25 bilhões... Esse é um problema da Petrobras. Quer dizer, a Petrobras não pode investir em qualquer lugar que ela escolha. Ela depende aonde tem os recursos naturais. Eu sei que Sousa(F) é uma área muito atraente, a região de Sousa(F)... Porém, até agora, não se confirmaram perspectivas exploratórias significativas em Sousa(F). A gente está avançando nos estudos, as áreas estão em processos de... Na ANP, estão em processo de análise... Porém, os investimentos por estado vão depender muito, em termos de volume, da existência de gás, da existência de mercado para o gás, da existência de petróleo e da existência de unidades já estabelecidas. Nós não podemos, por mais regionalista que nós sejamos, alocar o investimento porque a indústria de petróleo não basta botar dinheiro para achar petróleo. É preciso, primeiro, o petróleo existir, para depois tirar.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, eu reconheço as dificuldades paraibanas no tocante à geologia e a profundidade da sua costa e lembro uma opção que poderia ser feita, que foi demonstrada aí, brilhantemente, que é a necessidade de treinamento que vai ter que haver e poderíamos priorizar a Paraíba como um centro de treinamento desta mão de obra, qualificação de mão de obra. É uma especialidade paraibana, a Universidade da Paraíba é das maiores universidades do país, então, talvez se a Petrobras pudesse focar, junto com o Governo da Paraíba, o Governo Federal, o Ministério da Educação, um projeto de priorizar que, nesses estados que têm essa menor vocação, parte desses investimentos fossem, então, canalizados para essa parte, que seria esses centros de treinamento e formação de mão de obra.

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: A Universidade da Paraíba, por exemplo, nós temos com ela um enorme investimento na área de Ciência e Tecnologia. Nós estamos fazendo investimento aí de... A quase três bilhões de reais, fizemos nos últimos três anos, montando uma rede nacional de Ciência e Tecnologia e com certeza a Universidade da Paraíba é um centro importante desse investimento.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Algo tem que ser feito pela Paraíba.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Presidente, a África. Vamos fazer biodiesel na África?

SR. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI: África, biodiesel. Nós temos, hoje, dois programas de desenvolvimento de biodiesel na África, na Tanzânia e Moçambique,

não temos nos estados que o senhor está mencionando, mas a Petrobras, muito dificilmente ela pode ser pioneira e única nesse tipo de atividade. É necessário que haja um mínimo de organização local para viabilizar a entrada da Petrobras. A gente não pode... Não é possível que nós cheguemos num país e vamos fazer um programa de biodiesel aqui. É necessário que haja uma mobilização local que viabilize um determinado projeto que permita que regionalize e se decida se entra ou não entra.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Senadores... Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Só pedir ao Dr. Sérgio Gabrielli que depois nós possamos continuar, no seu gabinete, esse convencimento, que, até agora, não me foi suficiente, porque é lastimável, Presidente Gabrielli, o Pará, há décadas atrás, perdeu o escoamento do seu minério de ferro, quando a Vale ainda era estatal. E isso, até hoje, o estado perde investimentos importantes. Se daquela altura se dizia que o porto do Pará não era suficiente para navio de grandes calados, se falava em 300 mil toneladas. E está comprovado que o Pará tem áreas... Não tem o porto, mas tem áreas disponíveis para isso. Mas não para uma refinaria. Então, nós estamos novamente... Norte-sul. Norte-sul vai chegar a Barcarena(F). Vai chegar em Belém e Barcarena(F). Então, ela também interliga as mesmas razões que V.Exa. colocou para que a refinaria seja no Maranhão, nós temos todas elas no Pará. Então, nós vamos continuar reivindicando, saber o porquê. Não sou contra o Maranhão, não. Acho que Natal tem que ter, Fortaleza tem que ter...

[pronunciamento fora do microfone]

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Não, não. Mas está provado que tem, está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Já concluo, Presidente. V.Exa. defendeu o Rio Grande do Norte sem limite de prazo. Me dê a oportunidade de defender o Pará. O plano de negócios da Petrobras prevê refinarias em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, no Ceará, no Maranhão... Eu não sou contra nenhuma delas. Eu só quero que o Pará seja contemplado. E aí, eu volto a dizer: nós vamos ter que fazer um movimento para que esse... A Petrobras, pelo menos, possa justificar para mim, até agora, o injustificado. Eu gostaria de ter continuidade nessa nossa conversa.

E mais, só para... Eu pedi ao meu querido amigo, meu irmão, Senador Antonio Carlos Valadares, que permanecesse, porque ele... A explicação, melhor, não defesa, que eu pedi ao Senador Inácio Arruda foi

terceirizada ao Senador Valadares. E eu quero dizer a ele que eu tenho maior respeito por ele. Sergipe tem o privilégio de ter o Senador Valadares honrando a sua representação aqui no Senado, pela sua forma--

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Eu concordo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): --obstinada e competente que ele o faz. Mas, Senador Valadares, primeiro, ele respondeu o que o Senador Inácio não me respondeu, ou seja, a preocupação dele foi no Governo Lula. Porque o Presidente Fernando Henrique encaminhou ofício, dizendo que no Governo dele não haveria privatização da Petrobras. Então, isso já me tirou a dúvida se houve risco, eminente risco, de privatização, foi no Governo do Presidente Lula. E depois, Senador Valadares, V.Exa. está cometendo novamente equívoco quando fala no PROER. O PROER, ele permitiu que o Brasil pudesse enfrentar esta crise sem que tivesse todo esse problema que está no setor financeiro mundial ocorrendo aqui. Tudo isso se colhe depois de ser plantado. É muito fácil saborear a fruta, mas tem que dar valor àqueles que araram o terreno e plantaram a semente. Obrigado, Presidente.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Presidente, como eu fui citado, pelo art. 14, serei rápido. Em primeiro lugar, agradecer os elogios do Senador Flexa Ribeiro, que eu retribuo com a mesma estima, o mesmo carinho e consideração que tenho por ele. O Senador Flexa Ribeiro é um dos senadores mais atuantes e interessados, não só pelo desenvolvimento do Brasil, notadamente pelo seu estado, o Estado do Pará, que ele representa com muita dignidade e diplomacia, diga-se de passagem. Agora, eu não concordo que o PROER é que está resolvendo o problema da crise atual que atravessa o mundo e está tendo reflexos no Brasil. Ora, o que está se passando no Brasil, que está absorvendo a crise mundial, que não está sofrendo as consequências de outros países, como nos Estados Unidos e na própria Inglaterra, ou na Europa, porque nós tivemos uma política econômica consequente, responsável, com a participação do Governo Lula. Como eu disse a V.Exa.: o Brasil quebrou no Governo anterior. Em 99, depois do PROER. Então, se o PROER fosse essa santidade toda, o Brasil não tinha passado aquele vexame que passou. Agradeço a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN): Eu quero agradecer ao Presidente da Petrobras, o Dr. José Sérgio Gabrielli e ao Senador Eduardo Dutra pelo brilhantismo da exposição e, sobretudo, como ele respondeu a todas as perguntas. Nada ficou, aqui, sem resposta. Pode ser até que a resposta não tenha agradado a todos, mas

que ele respondeu objetivamente, não fugiu a nenhuma questão, por isso mesmo eu quero agradecer a V.Exa. e agradecer ao Senador Eduardo Dutra, convocando uma Sessão Extraordinária para amanhã, Audiência Pública com a presença do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Está encerrada a reunião.

Sessão encerrada às 14h45.

Ata da 5ª Reunião Extraordinária, Da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 26 de março de 2009, às 8 horas e 30 minutos, Plenário da Comissão, sala 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia vinte e seis de março de dois mil e nove, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Pedro Simon e Efraim Moraes**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura de documento recebido da Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República, Senhora Dilma Rousseff, acerca do Plano Habitacional Minha Casa, Minha Vida. Usaram da palavra a Senadora Serys Slhessarenko e os Senadores Gilberto Goellner, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Marconi Perillo, Paulo Duque, Wellington Salgado, Efraim Moraes, Inácio Arruda e Pedro Simon. A Comissão decide constituir Grupo de membros, formado pelos Senhores Senadores Inácio Arruda, Efraim Moraes e Flexa Ribeiro para, representando a Comissão de Serviços de Infraestrutura, participarem da Audiência Pública que a Comissão de Assuntos Sociais realizará com a presença do Ministro de Estado das Cidades, Senhor Márcio Fortes, sobre o Programa de Habitação de Casas Populares. A Presidência inverte a pauta e passa-se à Parte II, **Item 1 – Não Terminativo – Ofício “S” (Senado), nº 10, de 2008** – que “encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, o Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual 2007, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL”. **Autor:** Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL; **Re-**

latora: Senadora Serys Slhessarenko; **Parecer:** pelo arquivamento da matéria. Usou da palavra para discutir a matéria o Senador Inácio Arruda. **Resultado: Aprovado o parecer da Relatora.** Retomando a sequência da pauta a Presidência solicita ao Senador Delcídio Amaral, para que faça a apresentação da Proposta que apresenta o Grupo de Trabalho, por ele coordenado, sobre a Agenda da Comissão de Infraestrutura para o ano de 2009. Após a leitura e acatada sugestões dos Senadores Eduardo Suplicy e Inácio Arruda, a Agenda foi aprovada, ficando estabelecido que as Audiências Públicas serão realizadas todas as segundas-feiras, às dezoito horas. A seguir, retoma-se a Parte II, passando-se ao **Item 2 – Não Terminativo – Projeto de Lei do Senado, nº 295, de 2008**, que “modifica o artigo 29, da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infraestrutura e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestado à população”. **Autor:** Senador Romeu Tuma; **Relator:** Senador Heráclito Fortes; **Parecer:** pela aprovação do Projeto, com três Emendas que apresenta. Foi designado Relator “ad hoc” o Senador Mão Santa. **Resultado: Aprovado o parecer do relator.** É apresentado ainda, extra-pauta, o seguinte Item 3 – **Requerimento nº 12, de 2009-CI**, que requer, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 11, de 2009-CI, aprovado na reunião realizada no dia 19 de março de 2009, seja incluído no rol dos convidados da audiência pública sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do PAC, os seguintes convidados: Senhor Bernardo Hees, Presidente da América Latina Logística – ALL, representando o setor ferroviário; Senhor Luiz Eduardo Garcia, Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura e Transportes, representando o setor hidroviário; Senhor Noboru Ofugi, ex-Diretor da ANTT, representante do setor rodoviário e Senhor Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI. **Autor:** Senador Gilberto Goellner. **Resultado: Aprovado.** A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião onze horas e vinte e oito minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada No dia 26 de março de 2009, às 08 horas e 31 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Havendo número, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Eu gostaria de comunicar às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores sobre o encontro, promovido ontem, na Confederação Nacional da Agricultura, aqui em Brasília, presentes todos os Presidentes das Federações de Agricultura do Brasil, com os integrantes da Comissão de Infraestrutura.

Foi uma reunião promovida pela Presidente da CNA, a Senadora Kátia Abreu, em que nos foram apresentados os problemas de estrangulamento que o setor experimenta na área de infraestrutura. A Senadora, que é integrante dessa Comissão, nos afirmou que na próxima... Sem ser nesta, na próxima reunião, na outra quinta-feira, ela trará aqui um elenco de solicitações do setor, um resumo do que ontem nos foi apresentado, para que a Comissão trabalhe em conjunto com a Confederação, para resolvermos ou tratarmos de encaminhar a solução dessas dificuldades que a agropecuária enfrenta na sua logística.

A idéia da CNA, portanto, é obter o apoio dos Senadores em projetos como a construção de hidrovias, a recuperação dos portos e investimentos na reconstrução e na reforma de rodovias federais, usadas como corredores de exportação.

O problema, segundo a Senadora Kátia Abreu nos afirmou ontem, é a falta de planejamento entre os projetos hidrelétricos e os de transportes. A situação do Rio Tocantins, por exemplo, é emblemática. A construção da usina de Lajeado, próximo a Palmas, não previu eclusa para navegação. A obra, mais tarde, foi proposta e iniciada, mas, por hora, está parada. A eclusa de Tucuruí deve sair do papel, mas há, entre as duas, a Usina de Estreito, na divisa entre os Estados de Tocantins e Maranhão. Neste caso, não há sequer projeto executivo de eclusa.

De modo que, a partir da próxima quinta-feira, eu acredito que a nossa pauta será muito enriquecida com as contribuições que serão trazidas para esta Comissão, pela Senadora Kátia Abreu, que também tem assento neste Plenário.

Comunicação. Ontem, recebemos comunicação da Sra. Ministra Chefe da Casa Civil, Ministra Dilma Rousseff, dando conta a esta Comissão do plano habitacional, ontem lançado, da construção de um milhão de casas. Ela fez questão de fazer chegar a cada um dos Srs. Senadores e Sras. Senadoras, aqui presentes, desta Comissão, alguns dados muito importantes, um sumário e dados muito importantes, do que ontem foi tratado.

O plano habitacional, ele amplia o acesso à casa própria e estimula a construção civil. Diz ela, na comunicação que faz a esta Comissão: *“O plano ‘Minha casa, minha vida’ tem como meta o acesso a um milhão de moradias para famílias com renda de até 10 salários mínimos, amplia o subsídio, dá maior acesso e financiamento pelo Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, reduz o risco de financiamento, barateia o seguro e torna opcional a entrada para financiamento dos mutuários. As construtoras têm nova linha de financiamento e desoneração tributária. A regularização fundiária é facilitada. O programa estará disponível para acesso na Caixa a partir do dia 13 de abril deste ano de 2009.*

A construção de moradia popular para renda familiar, até três salários mínimos; subsídios para a construção e financiamento para essa faixa de renda familiar, até três salários mínimos, de 400 mil moradias populares, no valor de 16 bilhões de reais.

Essa construção para famílias com renda familiar de até três salários mínimos funcionará da seguinte maneira: a União solicita a apresentação de projetos a construtoras; os projetos são analisados e contratados pela Caixa, e famílias, a serem atendidas, são indicadas por estados e municípios, pagam prestação de 10% da renda, somente após a entrega do imóvel, por 10 anos, com prestação mínima de 50 reais por mês. O registro do imóvel é feito em nome da mulher”.

Essa é uma medida muito interessante porque... Até por experiência própria, nas casas que tive oportunidade de construir como Prefeito, Governador e Presidente, tive problemas quando a casa ficava em nome do marido, por exemplo. Porque a primeira coisa que ele fazia, embora proibido no contrato, era transferir a propriedade do imóvel, que não era uma coisa legal, não se poderia passar em cartório essa propriedade, mas fazia um documento particular.

E já se for em nome da mulher, ela, pela experiência que tenho e também vários outros que já ocuparam cargos no Executivo, ela tem mais o sentido de manter a propriedade e de guardar a propriedade para dar abrigo à sua família.

Afirma ainda a Ministra Dilma, sobre o programa ontem lançado, que: *“Também tem melhores condições*

de financiamento para aquelas famílias com renda de três a seis salários mínimos. Nesse ponto, haverá ampliação do subsídio, em financiamentos oriundos de recursos do Fundo de Garantia, para aquisição ou construção de 600 mil imóveis, num aporte total de 10 bilhões de reais, sendo 2 bilhões e meio da União e 7 bilhões e meio do Fundo de Garantia.

Os subsídios por família tipificados... Os subsídios por família serão triplicados e progressivos. Para renda de até três salários mínimos, variam de 13 mil a 23 mil, dependendo também da localização da cidade, e, para a renda de quatro salários mínimos, de 6 mil a 16 mil".

Bom, aí vem esses detalhes que acho que, depois, os senhores receberão em mãos esse comunicado da Ministra Dilma Rousseff.

"A taxa de juros será reduzida de 5% ao ano mais TR para famílias de renda de três a cinco salários mínimos, e 8% ao ano mais TR, para famílias com renda de cinco a seis salários mínimos. O fundo garantidor deste projeto, deste programa de construção será de 1 bilhão de reais, o que vai permitir o refinanciamento de parte das prestações, em caso de perda temporária da renda, e garante 36 prestações para as famílias de três a cinco salários mínimos, e 24, para de cinco a oito salários mínimos, e de 12, para oito a dez salários mínimos.

O barateamento do preço do seguro. O seguro era um dos principais problemas que qualquer iniciativa na construção de casas populares, no Brasil, os governos enfrentavam, porque o seguro era muito alto. Chegava a ser, em alguns casos, de até 60% do valor do imóvel. Esse era um óbice sério para o barateamento do custo da casa popular e isso foi alcançado.

A União garante a quitação do financiamento em caso de morte e invalidez permanente e danos físicos ao imóvel. Para aqueles que têm renda de até cinco salários mínimos, não terá cobrança de taxa. Os demais contribuem com taxa de 1,5 a 6,6% da prestação, dependendo da idade. Ou seja, houve uma redução drástica na cobrança do prêmio de seguro para as unidades habitacionais.

Financiamento para as construtoras: haverá duas linhas de financiamento: um para a infraestrutura, uma linha especial, com taxa de juros mais TJLP e 1% ao ano, com carência até o final da obra. O valor total: 5 bilhões de reais.

Cadeia produtiva vai ser atendida pela linha BNDES, construção civil, no valor de um bilhão de reais. Desoneração para construtoras: redução de 7 para 1% da taxa de regime especial tributário. Barateamento de custos de cartório para mutuários: registro gratuito para renda até três salários mínimos e redução de

até 90% para demais faixas. Para o empreendedor, redução de 75% a 90% do custo, dependendo do valor do imóvel.

E, finalmente, simplificação da regularização fundiária: a Medida Provisória simplifica o procedimento de identificação de proprietários das áreas ocupadas e acelera o processo".

Ela diz também que mais informações que a Comissão deseje obter, ela prontamente oferecerá e também deixa aqui registrado o endereço para consultas, no e-mail ou no site www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao, ou simplesmente www.caixa.gov.br.

Eu farei chegar às mãos de cada um dos senadores e senadoras, aqui presentes, esse espelho da comunicação que a Ministra Dilma nos fez chegar, ainda ontem, depois do lançamento do programa de habitação, porque ela julga fundamental que esta Comissão tenha conhecimento profundo e abrangente de temas relacionados à pasta... Não somente à pasta que ela chefia, mas também aos programas que estão a ela subornados.

Eu pediria à secretaria dessa Comissão que, por gentileza, tirasse a fotocópia deste expediente, para a distribuição para cada um dos senadores, inclusive com esse endereço do site, para qualquer outro tipo de informação.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Presidente, eu não sei se cabe agora. Gostaria de tecer um comentário sobre essa matéria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Essa matéria que o senhor acabou de relatar, eu achei excelente porque fez com que a gente entenda cada vez mais esse programa do lançamento de um milhão de casas. É muito rápido o meu comentário.

Apenas dizer que é um programa, do meu ponto de vista, de extrema relevância, em vários aspectos, inclusive essa questão da mulher, que, até pouco tempo, nós não tínhamos. As mulheres não tinham direito de reivindicar a casa em nome delas, a mesma coisa, que isso já foi também superada, é a questão da reforma agrária, que o terreno, o lote agrário, quando feita a Reforma Agrária, em determinado assentamento, não poderia sair em nome da mulher, e, hoje, já pode também.

Eu diria que são programas extremamente positivos. E esse de um milhão de casas é um dos maiores programas, porque, realmente, casa para morar se faz necessário, como você ter abrigo para a sua família, para si.

Mas, infelizmente, tem alguns que, de repente, ficam só vendo os pontos negativos. Por isso eu acho da mais alta relevância o senhor ter feito essas colocações, que o Brasil inteiro, que está nos ouvindo e acabou de ouvir o seu relato, fica sabendo da realidade. Obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Para discutir, o Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Também gostaria de me manifestar, com muita satisfação que eu vejo esse programa, e, da forma que o senhor relatou e também a Ministra Dilma, ontem, colocou a público, a parceria com municípios e estados realmente vai propiciar uma agilização e também a escolha dos indicados, dos futuros proprietários desses imóveis, que vão se habilitar junto à Caixa Econômica.

Porém, eu já me manifestei em Plenário, quando o Senador Osmar Dias já colocou esse programa alvissareiro, de que também não só cidades, aglomerados urbanos, recebessem essa possibilidade de construir esses móveis, mas também moradores da zona rural do país.

E eu diria que tem dois... Isso aí poderia ser solicitado, ver como é que funcionaria, pra gente poder estar passando para o meio rural, porque, normalmente, se acha que o meio rural não tem moradores suficientes que permitam às vezes... Mas a falta de residência no meio rural é muito grande.

E nesse sentido, não só os distritos, mas também vilas e povoados, que ainda necessitam ser classificados como distritos, e ainda não o foram por algumas prefeituras, e que possibilitasse então a interiorização desse programa. Isso vai ser muito importante para o país, porque eu vejo que países como Alemanha, outros países da Europa, onde o Brasil tem 5 mil cidades, 5 mil e poucas cidades, 5 mil e 600, senador, tem países pequenos que tem mais de 11 mil. E as cidades se multiplicam pelas estradas.

Então, essa concentração, que, hoje, se dá no meio urbano, com todas as dificuldades que isso acarreta ao meio ambiente, à qualidade de vida das pessoas... Cada vez mais nós precisamos fomentar, então, esses pequenos povoados no país, são as vilas, os distritos, do qual futuramente nasce um conglomerado mais urbano, dotado de maior infraestrutura. Então, eu pediria, vou solicitar, dentro do contato que vai ser passado a nós, vou solicitar e vou sugerir isso aí, vou ver o que ficou contemplado nessa área e ver a

possibilidade de a gente poder contemplar com esse programa. Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente. Senador Goellner, sobre essa questão, nós já estaremos agora mesmo... Vou pedir à secretária que entre em contato com a assessoria da Ministra, para que essas informações, solicitadas por V. Exa., sejam, de imediato, prestadas.

Mas o que eu posso adiantar é que um dos princípios, um dos pontos principais que esse programa enfoca é exatamente o da distribuição espacial da construção dessas casas. Porque todos nós sabemos que há um fluxo cada vez maior de populações do interior para os centros urbanos. E uma das causas, além da busca do emprego, é a falta de ter uma casa e um teto onde abrigar a sua família. E uma das preocupações desse Programa *Minha Casa, Nosso Lar*, é exatamente o de fazer com que essas habitações sejam construídas também no interior, nos locais mais longínquos do país, para evitar inclusive essa migração.

Mas informações precisas a esse respeito, eu solicitaria ao assessor, Dr. Murilo, que, por gentileza, entrasse em contato, agora mesmo, com a Casa Civil para prestarmos esses esclarecimentos solicitados pelo Senador Goellner, em relação ao percentual de construção de casas. Quantas casas serão construídas no interior do país, quantas casas na região metropolitana ou... Nas regiões metropolitanas do país.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Senador Fernando Collor, Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Presidente Collor, não há brasileiro que possa ser contra um programa de habitação para a baixa renda. O déficit habitacional brasileiro ronda algo em torno de oito milhões de habitações. E não há como atender baixa renda de um a três salários mínimos, sem que haja subsídio. Isso é claro. Um salário, dois salários, três salários de renda não pagam a prestação, o financiamento por inteiro de uma casa própria.

Então, nesse aspecto, acho que todos nós temos concordância. Acredito e farei encaminhar um requerimento à Mesa da Comissão, Presidente, pedindo uma Audiência Pública, para que esta Comissão possa ter aprofundado o conhecimento a respeito do programa, que me parece ainda superficial, sem que se tenha certeza de como fazer e o que fazer. Eu assisti a entrevista da Ministra no *Bom Dia Brasil* de hoje, li as matérias a respeito do programa e ainda

não estou satisfeito, porque acho que é um programa midiático. Midiático, conversava com V. Exa., ontem à noite, e comentávamos que, no seu Governo, V. Exa., com grande esforço, chegou a construir e dizia alguma coisa em torno de 200 mil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): 500 mil.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): 500 mil unidades. 500 mil unidades. Não há como. Não há como, e o Presidente já se conscientizou disso, porque ele mudou o discurso. Ele vinha dizendo que construiria um milhão de casas até junho do ano que vem. Aí, um milhão de casas em dois anos. Agora vai construir um milhão de casas e não me cobrem o prazo. É evidente. Construir um milhão de casas, Senador Jayme Campos, sem prazo definido, qualquer um vai poder dizer, qualquer um vai poder dizer.

Agora, o que me parece, e aí eu quero dizer à V. Exa. que isso já aconteceu no meu estado, no Estado do Pará, eu acredito que seja até um estelionato eleitoral. Porque, no meu Estado, nas eleições passadas, o Presidente subiu no palanque da atual Governadora e assumiu o compromisso com o povo do Pará de que, se votassem na candidata dele, ele iria carrear recursos, já em janeiro de 2007, para resolver o problema, que era o alvo principal da campanha, da segurança no Estado.

Passados dois anos, três meses de Governo, nada mudou. Sim, mudou para pior, no Estado do Pará, na questão da segurança. Espero, sinceramente, que não ocorra o mesmo com o programa habitacional, que, efetivamente, sejam feitas as duas milhões de unidades, que um milhão de unidade no menor prazo, que o prazo seja os dois anos.

Mas esta Comissão, tão competentemente presidida por V. Exa., tem que acompanhar e tem que saber como é que vai ser feito. Eu proponho, vou encaminhar o Requerimento, para que nós possamos discutir. E eu gostaria que V. Exa. me esclarecesse um ponto. Esse programa faz parte do PAC?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Esse programa faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento. Ele foi acrescentado recentemente pela demanda que o Presidente da República sentiu da população para... Na questão de moradias. Hoje, o déficit habitacional chega a oito milhões de moradias, e o Presidente da República quis dar logo o pontapé inicial, por assim dizer, nesse programa que será seguido por aquele que... Ou por aquela que o suceder. Esse programa, ele faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento, porque ele reativa um setor fundamental da economia--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Mas, oficialmente, ele está incluído no PAC?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não na primeira parte. Não naquela primeira parte. Ele foi adicionado após o lançamento... O Programa de Aceleração do Crescimento foi lançado há dois anos atrás. No lançamento do programa, a construção de casas populares não estava incluída, não estava incluída.

Essa foi uma suplementação feita ao Programa de Aceleração do Crescimento, agora, recentemente. Mas podemos dizer que sim, em função deste programa acelerar o crescimento de um setor da economia tão vital, já que a cadeia produtiva da construção civil, ela faz com que inúmeras áreas sejam ativadas, esse programa, sem dúvida, pode ser considerado nesse amplo guarda-chuva que abriga as obras que compõem o Programa de Aceleração do Crescimento, lançado há dois anos atrás.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Collor, eu gostaria que V. Exa. fosse mais enfático. Pode ser... Nós vamos esclarecer na audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pode ser, não. Ele faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento. Apenas, há dois anos atrás, quando do lançamento do programa, este ponto do programa habitacional não estava incluído.

Então, esta é uma complementação ao programa lançado há dois anos atrás. Mas ele é parte integrante deste guarda-chuva, sobre o qual estão incluídos ou no qual estão incluídos todos aqueles programas que fazem parte da aceleração do crescimento, que visam o desenvolvimento do país.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Nós vamos ter oportunidade de esclarecer isso por ocasião da audiência pública, até porque, Presidente, hoje, no *Bom Dia Brasil*... V. Exa. assistiu o programa?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não, não cheguei a insistir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): A Ministra Dilma Rousseff foi entrevistada e, por mais que fosse perguntada se era candidata, ela disse que nem amarrada responderia. Palavras dela ao *Bom Dia Brasil*. Então, ela sabe que não pode responder, porque sabe que está antecipando, ela e o Presidente Lula, a campanha eleitoral. E aí estaria praticando uma ilegalidade, fora da legislação. Mas nós vamos...

Senadora Serys está muito nervosa. V. Exa. quer falar? Venha pedir a palavra aqui ao Presidente.

Eu concluo, Presidente. Eu concluo, Presidente, pedindo à V. Exa. mais uma vez, e, agora, cada dia

que passa, mais importante fica que V. Exa. instale a Subcomissão de Acompanhamento Físico e Financeiro do PAC no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu queria sugerir ao Senador Flexa Ribeiro, como integrante do Grupo de Trabalho, que foi aqui organizado para o estabelecimento da agenda de trabalhos da Comissão de Infraestrutura para o ano de 2009, que está pronta e que hoje será apresentada pelos senhores, na voz do coordenador do grupo, Senador Delcídio Amaral, que esse ponto a que V. Exa. se refere, da questão habitacional, fosse incluído, Senador Delcídio, dentro dessa agenda, para que nós não fugíssemos dela, esse ponto a que se refere o Senador Flexa Ribeiro. Que essa questão habitacional...

Porque nós teremos no... Na proposta que esse Grupo de Trabalho irá apresentar, dentro de instantes, à Comissão de Infraestrutura, como agenda da Comissão para o ano de 2009, ou melhor ainda, para este semestre desta Sessão Legislativa, nós teremos aqui audiências públicas, tratando de três grandes desafios nesta área que nós iremos enfrentar e teremos audiências públicas, que o Senador Delcídio Amaral, dentro de instantes, irá iniciar a relatar.

O primeiro desafio seria a infraestrutura para inovação e desenvolvimento econômico; o segundo desafio: estrutura do Governo, das agências reguladoras, e, depois, outros desafios, a importância da integração com a América do Sul.

E dentro de um desses três grandes temas, nós temos vários subtemas. E eu pediria à V. Exa., Senador Flexa Ribeiro, como integrante desta Comissão e que colaborou na elaboração desta agenda, que este ponto fosse incluído dentro dessa nossa agenda. E o nosso Senador Delcídio Amaral talvez pudesse, já na apresentação desta agenda, fazer esta inclusão a que o Senador Flexa Ribeiro se referiu, no que tange ao programa habitacional, ontem lançado pelo Governo Federal.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente Fernando Collor, Vice-Presidente Eliseu Resende, Sras. e Srs. senadores. Eu não poderia deixar, nesta oportunidade, quando V. Exa., aqui, faz o comunicado a esta Comissão, de forma oficial, o lançamento do programa de habitação, lançado no dia de ontem, pelo Governo Federal.

Entretanto, Sr. Presidente, eu não estou convencido de que isso aqui possa, de fato, ser concretizado, na medida que a visão que eu tenho, particularmente, em relação ao Governo, é que o Governo, ele mesmo é contra ele. Os entraves burocráticos, hoje, talvez V.

Exa. não tenha nem por que ter conhecimento, é muito grande. Recursos locados, ou seja, de emendas orçamentárias, emendas individuais de Senadores, que foram colocados em 2006, até hoje, não saiu algumas delas por questões burocráticas.

Aqui o Flexa referiu ao Governo de V. Exa... Eu era Governador do meu Estado de Mato Grosso, talvez o senhor nem saiba, não tem nem obrigação de saber--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Duas mil casas.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Naquela época, o senhor fez duas mil casas, num curto período, menos de um ano, nós fomos lá inaugurar. Lembro muito bem que Álvaro Mendonça era Presidente da Caixa Econômica Federal, uma tarde bonita. Nós entregávamos, numa hora só, mil casas no Conjunto Habitacional Industrial I e Industrial II, lá na grande Coxipó.

Todavia, eu imagino que, nesse exato momento, uma das preocupações que o Governo teria que ter é em relação à regularização fundiária. Hoje, é um dos maiores problemas dos grandes centros deste país. Falo por Cuiabá, que é a capital do estado. Hoje, na medida que o Governo vai alocar recursos, buscar algumas facilidades, sobretudo, usando o Código, ou seja, o Estatuto da Cidade, que foi projeto do Governo Fernando Henrique Cardoso, nós estaremos acabando com os grandes problemas fundiários deste país, sobretudo, nas áreas urbanas.

E o Governo, neste lançamento deste programa, Presidente Collor, ele vai buscar parceria com os estados e os municípios. V. Exa. tem acompanhado pela imprensa e, hoje, nos grandes jornais de circulação nacional, está deixando com muita clarividência que os municípios estão literalmente quebrados, a maioria deles.

Se me perguntasse como? Ora, V. Exa. foi Presidente da República e sabe muito bem de que algo parecido, em torno de 75 a 78% dos municípios brasileiros, dependem visceralmente da transferência do FPM, Fundo de Participação dos Municípios. Neste mês aqui, já caiu 33% dessa transferência. Já está anunciado a morte por antecipação da maioria das Prefeituras do Brasil, sobretudo, do Estado de Tocantins, que já está ameaçando hoje fechar a maioria das Prefeituras.

E, por conseguinte, principalmente os municípios do Nordeste, V. Exa. que é alagoano, conhecedor profundo, sabe que a maioria vive de quê? De transferência do FPM. Como que ele vai exigir das Prefeituras que as Prefeituras sejam parceiras, sobretudo, adquirindo as áreas e transferindo para o Governo Federal,

para a construção, ou seja, para a edificação dessas habitações?

Acho que o projeto já se inicia literalmente falido, ou seja, na prática, ele não vai acontecer. Primeiro que não se constrói um milhão de casas com dois anos. Conversa afiada. Isso é querer tapar o sol com a peneira. Nós temos que ser pragmáticos e claros aqui.

Eu imagino que esteja ensejando uma expectativa muito grande diante da opinião pública, sobretudo, das pessoas mais carentes, que gostaria, que querem e precisam ter uma habitação; todavia, isso, na prática, não vai acontecer, Presidente Collor.

Então, essa Comissão que V. Exa. está conduzindo, liderando, com bastante maestria, acho que tem um papel preponderante de nós acompanharmos e fazermos com que o Governo certamente cumpra com aquilo que está sendo divulgado diante da opinião pública brasileira.

E espero que a nossa região Centro-Oeste do Brasil também seja contemplado, na medida, pelo anúncio feito hoje, pelo Governo Federal, 70% das habitações estão previstas para serem construídas; Nordeste e Sudeste. Entretanto, eu pergunto para V. Exa. e os demais pares aqui desta Comissão: e as demais regiões desse Brasil, aqui, também não vão ser contempladas?

Eu imagino que tem que ser contemplada de forma proporcional e igualitária, porque o PAC, que falam tanto de PAC, que, na prática, quase nada está se realizando, foi feito o quê? A previsão, ou seja, aquilo que estava previsto no lançamento do PAC, desigual. Ou seja, a região Centro-Oeste do Brasil, dos 500 e tantos bilhões, ficou apenas algo parecido com 24.2 bilhões de reais. Desses 24.2 bilhões de reais, não foi investido, até agora, nem cinco bilhões de reais.

Está acabando o mandato do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, eu imagino que ele tenha as melhores das intenções. Todavia, eu imagino, por falta até de capacidade gerencial dos projetos, não está sendo investido quase nada. Prova inequívoca é o Estado de Mato Grosso, que eu falo que eu conheço muito bem... Não tem nada, Presidente Collor. Só mentira, só tapeação. BR 163, para V. Exa. ter conhecimento, que o senhor é gerente também, fiscalizador dessa obra, tem seis quilômetros no território mato-grossense, seis quilômetros que executou, de Guarantã do Norte até a divisa do Pará. Do Pará, vindo para o Mato Grosso, pelo conhecimento que eu tenho, as informações, também quase nada foi executado.

Graças a Deus, já tem um programinha de habitação, [ininteligível] através do Programa PAC, isso foi feito bom trabalho, sobretudo, na região metropolitana da grande Cuiabá. Todavia, as demais obras, quase

nada foi feito. Isso tudo está dentro de um *folder* que a Ministra Dilma Rousseff entregou para nós, todos os Senadores da Comissão de Infraestrutura, quando ela esteve aqui, em uma audiência aqui, a convite do ilustre, valoroso Senador da República, nosso Governador Marconi Perillo. Tudo aquilo que estava previsto, Marconi, meu querido Senador, lá em Mato Grosso, não aconteceu nada. Nada, nada vezes nada, nada.

Lamentavelmente, as estradas todas esburacadas, a BR 163, que é o maior gargalo nosso em termos de transporte da nossa produção, antes se gastava, lá no passado, bem recente, cinco, seis horas num tráfico de Sorriso a Cuiabá; hoje, é 12 a 14 horas. A BR 070, que o Governo Federal, no ano passado, fez lá uma capa asfáltica, por incrível que parece, já virou farelo. Toda esburacada.

E eu quero pedir aqui ao Presidente Collor, nosso Presidente da Comissão, que crie uma Comissão para averiguar lá o trecho BR 070, que demanda São Vicente da Serra até a cidade de Barra do Garças. Foram investidos alguns milhões de reais e, lamentavelmente, a obra é de péssima qualidade. É dinheiro do tributo do brasileiro que paga ao Governo Federal, que, lamentavelmente, foi jogado no ralo. Vergonhoso. Vergonhoso, porque uma obra, que foi construída ano passado, este ano já virou farelo. Ou seja, tem mais buraco do que pequenos trechos do que está ali em perfeito estado de conservação.

Portanto, Presidente Collor, eu espero que V. Exa. crie essa subcomissão para fazer o acompanhamento. Espero que esse programa possa transformar numa realidade. Que a habitação, com certeza, é o mínimo que o cidadão possa ter para ter dignidade e, acima de tudo, para ter cidadania. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Jayme Campos. Em relação à questão do... Em relação à questão do FPM e do FPE, que o Senador Jayme Campos se refere, eu concordo plenamente com o que ele afirma. Realmente, os estados consumidores vêm sendo muito penalizados com a redução que houve da alíquota do IPI, sobretudo, para o setor automotivo.

Porque, nesse contexto de redução, que tem uma excelente e boa intenção e que deu resultado já, porque, hoje, para que nós tenhamos ideia, a cadeia produtiva automotiva, ela representa 12% do nosso PIB. Mas essa medida beneficiou muito os estados produtores, aqueles que produzem; Minas, Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, que são estados produtores, e, para eles, o FPE ou o FPM, para os municípios desses estados produtores, signifi-

ca muito pouco na composição da sua receita total, já que o ICMS deles é extremamente elevado.

Mas, para nós, que somos de estados consumidores, essa redução do IPI, já que, na formação do fundo de participação dos estados e do fundo de participação dos municípios, para este fundo, contribuem uma cota parte do Imposto de Renda e uma cota parte do IPI, reduzindo o IPI e também criando essa alíquota intermediária que houve na criação do Imposto de Renda, isso faz com que o nosso fundo de participação para os estados consumidores reduza-se bastante.

E isso é uma preocupação que nos aflige a todos, porque todos nós, de estados consumidores, temos recebido prefeitos e governadores e reclamações muito grandes sobre isso. Talvez uma solução, na questão do Imposto de Renda, fosse retirar essa questão do Imposto de Renda, essa "isenção", que foi dada com a criação dessa nova alíquota, e que se taxasse a contribuição sobre o lucro líquido das empresas. Talvez fosse uma solução. E também para isentar os estados consumidores dessa penalização que eles estão sofrendo, pela redução do IPI, que vem beneficiando os estados produtores.

Em relação à programação dos investimentos, a que se refere o Senador Jayme Campos, em relação ao programa habitacional, é claro que não vai ser amanhã... Eu estou falando isso por experiência própria, porque a liderança do Governo deverá estar aqui em breve, daqui a pouco, para tratar com mais percutiência desse assunto. Mas digo apenas por experiência.

O programa habitacional, ele não é anunciado hoje e começa amanhã. Várias medidas têm que ser tomadas. O programa habitacional que eu iniciei e concluí no meu Governo, quando Presidente da República, na construção de 500 mil casas, nós demoramos de seis a oito meses da sua formulação, até o momento em que começamos a implementar esse programa, ou seja, construir o primeiro conjunto habitacional. Então, nós não podemos exigir do Governo que isso seja feito dentro daquele prazo de dois anos, até porque, no anúncio, ontem, foi dado o prazo até 2011 para a construção desse um milhão de casas.

E na questão da logística do transporte, o Senador Jayme Campos tem total e cabal razão. Ontem, nós participamos, como foi dito aqui no início da reunião, de um conagraçamento na Confederação Nacional da Agricultura, presidida pela Senadora Kátia Abreu, membro dessa Comissão, em que ela fez uma explanação dos principais problemas por que passa o setor do agronegócio; dentre eles, a logística do transporte.

Ela fez uma explanação com muita clareza e disse aos integrantes desta Comissão, que lá estiveram presentes, nesta reunião de ontem, que, na próxima

quinta-feira, ela traria aqui, para a Comissão de Infraestrutura, todos esses problemas elencados, para que nós pudéssemos, então, destrinchá-los e fazer uma tomada de ação, visando resolvê-los. Então, eu sugiro que nós aguardemos a presença, aqui, da Senadora Kátia Abreu, para que, na próxima reunião, ela, com a autoridade de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, que vem sofrendo tanto pelo custo enorme dos fretes que são pagos, em função da situação precária em que se encontram hoje as nossas estradas e as nossas vias terrestres, que ela possa, ao nos expor essas questões, nós tomemos, em conjunto, uma decisão do que fazer.

Alguém mais? Senador Perillo. Senador Marconi Perillo e, depois, o Senador Paulo Duque, por favor.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu quero concordar com a linha de reflexão dos ilustres Senadores Jayme Campos e Flexa Ribeiro, à medida em que a percepção que tenho, Sr. Presidente, em relação ao PAC da habitação, é que se trata de mais um programa de *marketing* político-eleitoral.

Nós tivemos, ao longo desses anos do Governo do Presidente Lula, alguns *insites* em relação a jogadas espetaculares de marketing. Primeiro, o chamado Fome Zero, que não saiu do lugar, e se não fosse a insistência minha, por exemplo, em relação à fusão dos cartões existentes do Governo Fernando Henrique e a criação de um cartão único para as famílias pobres, nós não teríamos, hoje, uma solução para famílias que estão vivendo abaixo da linha de pobreza.

Depois, falaram do espetáculo do crescimento. E isso não saiu do papel. Depois, o PAC, e nós todos estamos observando um desempenho pífio do PAC em nossos estados.

Por fim, agora, o PAC da habitação. Eu conversei com alguns prefeitos, e todos eles estão preocupados, e, alguns, inclusive, sugerindo aos demais que não façam adesão ao programa, porque, segundo eles, isso se dará também às custas de redução de impostos, de redução de tributos. E, lamentavelmente, redução de tributos que não são... Que são compartilhados. O problema é que o Governo Federal, ao longo desses últimos anos, tem reduzido os impostos compartilhados, IPI, por exemplo, e tem criado ou aumentado contribuições que não são compartilhadas. Isso está trazendo aos estados e aos municípios uma situação de absoluta penúria, de absoluta dificuldade.

No meu estado, os prefeitos vão fechar as prefeituras todas, agora, no final do mês, por uma semana. Já estão fechando a metade do dia, porque as transferências do fundo de participação dos Municípios reduziu drasticamente. Dezenas de Prefeituras

receberam, Presidente Collor, zero de transferência de fundo de participação dos Municípios nesse mês. Algumas Prefeituras organizadas do ponto de vista fiscal, equilibradas, não conseguiram pagar a folha de pagamentos.

Então, a situação dos Municípios brasileiros é dramática, porque o Governo Federal dá com uma mão, ou seja, reduz, desonera tributos que são compartilhados e aumenta ou cria impostos não compartilhados. A situação realmente é uma situação dramática.

Eu percebo nessa operação de ontem da Cargom Corréa, percebo no lançamento do programa PAC da habitação, mais uma jogada de *marketing* para desviar as atenções dos brasileiros em relação aos fatos gravíssimos vividos na administração pública, inclusive incluindo corrupção, desmandos, esquemas e mais esquemas, e principalmente a queda de popularidade do Presidente da República.

Eu espero que o PAC possa não ser mais uma jogada de *marketing* e que venha efetivamente a se consolidar como um programa importante para os brasileiros pobres. Mas não estou animado, Sr. Presidente.

Primeiro porque eu acho impossível que se construa no Brasil nas condições atuais, um milhão de casas até 2011. Acho que nas condições atuais nem até 2020 nós vamos conseguir isso. É preciso ter vontade política, determinação, articulação e é preciso que os prefeitos, que as Prefeituras, especialmente, possam ter iniciativas e possam ter condições de estruturar e dar contrapartida. As Prefeituras hoje vivem uma grande penúria.

Então, eu queria fazer essa colocação, mais uma vez me aliar à proposta do Senador Flexa Ribeiro de criação de uma Subcomissão para acompanhamento do PAC, não que isso venha diminuir o tamanho e a importância e a relevância da Comissão de Infraestrutura. A Comissão tem o tamanho do seu Presidente, um ex-Presidente da República, uma pessoa respeitada, demonstrando competência e talento para conduzi-la, mas porque nós teríamos especificamente condições de focar neste assunto, que na minha opinião é um assunto importante. A Subcomissão do PAC certamente contribuiria muito para um desempenho ainda melhor do que o que V. Exa. já está fazendo com tanto talento.

Era o que eu tinha a dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador Paulo Duque, e em seguida o Senador Wellington. Para nós entrarmos na pauta de hoje.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Sr. Presidente, eu tenho uma certa experiência em matéria de política habitacional, como antigo advogado da

Caixa Econômica Federal. Primeiro do Distrito Federal, depois do Estado da Guanabara e, posteriormente, com a fusão dos dois Estados. Sei das dificuldades existentes na burocracia administrativa. Mas V. Exa. acaba de fazer uma afirmação de otimismo e de uma realidade otimista notável. Eu por exemplo não sabia que V. Exa., no seu curto Governo, dois anos, dois anos--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Dois anos e seis meses.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Conseguiu possibilitar ao Brasil mais de 500 mil residências entregues. Logo--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com infraestrutura.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Com infraestrutura. Isso pra mim é uma grande novidade, uma grande novidade. Só me cabe cumprimentá-lo com muita demora, com muita demora. Mas cumprimento ainda agora.

Eu acho que o importante é começar. E começar com otimismo. Começar com realidade. Começar com o apoio dos Estados, sejam eles de que cor partidária forem. Começar com um acordo, e a opinião e a firmeza dos cinco mil e tantos prefeitos que temos no país.

Não adianta começar com negativismo, que não vai, que é cascata, que é propaganda negativa, que... Isso não interessa, sobretudo ao Senado Federal, sob alvo hoje da imprensa, de qualquer sorte de imprensa.

Por exemplo, recebi agora esse volume. Nesse momento recebi esse volume. Eu vou me dar ao luxo de ler tudo que está aqui escrito. Tudo que foi feito, trabalhado aqui e que o que seja, honestamente, por que que foi escrito tudo isso, por que que estão nos dando essa responsabilidade de analisar e discutir esse relatório. Grande relatório. Até aplaudo quem tenha feito, realizado esse relatório.

Acredito que alguma coisa tenha que ser feita e já em matéria de habitação. Eu vivo em uma cidade que tem 750 favelas, que precisa, mesmo, de um programa sério de habitação. E se existe um programa de habitação, por que não acreditar nele?

Será uma Subcomissão do Senado ou será essa Comissão que vai dar jeito no problema, que vai conduzir para soluções desejadas? Não. Não vejo como. Vejo boa vontade em se fiscalizar, em se criticar, chamar atenção.

Mas, objetivamente, quem vai fazer mesmo é o Governo que tem o dinheiro, é a Caixa Econômica Federal, responsável pela, talvez, a metade das residências existentes no meu Estado. Caixa Econômica Federal.

Então, o que eu tenho a fazer aqui, Presidente, nesse momento é tomar conhecimento objetivo desse relatório, o que é isto, para que é isto. E apoiar o que está se fazendo pelo Governo. Se o Governo tem a intenção de dar um milhão de casas, um milhão de casas ao trabalhador brasileiro, a quem precisa, por que que não vai dar se V.Exa., Presidente da República, conseguiu fazer mais de 500 mil casas?

Logo, é factível, é viável, há possibilidade sim de se fazer não sei quantas. Mas se V. Exa. fez, por que o Governo não pode fazer? O atual Governo não pode fazer? Pode, sim. São as minhas palavras, sem maiores questionamentos, sem preocupações de fiscalização de espécie alguma, mas torcendo para que dê certo. Torcendo para que dê certo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado Senador Paulo Duque. Com a palavra o Senador Wellington Salgado, em seguida eu vou sugerir uma inversão de pauta para colocarmos em discussão logo o primeiro item antes da apresentação do Senador Delcídio Amaral sobre a agenda dos nossos trabalhos para esta Sessão Legislativa, porque a Senadora Serys, relatora do primeiro item da pauta, ela tem um compromisso, peço a compreensão dos senhores senadores e do Senador Delcídio Amaral.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Presidente e Presidente Collor, duas vezes, dessa Comissão de Infraestrutura. Estou ouvindo aqui e ouvi a colocação do Senador Marconi Perillo, ex-Governador de Goiás, sobre a questão de... Do projeto do Governo de construir, sem definição de prazo, um milhão de casas.

Ele não definiu se vai ser em um ano, dois anos. Definiu que vai construir um milhão de casas. Não foi um ano. O Presidente Lula deixou isso bem claro. O projeto é construir um milhão de casas. Agora, tudo que o Presidente Lula faz, imediatamente a oposição transforma em publicidade. Diz que não, está fazendo propaganda, está fazendo isso... Toda vez é a mesma coisa.

Aquela reunião que teve em Brasília com os prefeitos. A coisa mais normal do mundo é um Presidente ter uma reunião com os prefeitos do Brasil. Qual Prefeito que não quer bater uma foto com o Presidente? V. Exa. já passou por isso como Presidente. Todos querem bater uma foto com o Presidente. V.Exa., Senador Marconi, quando foi Governador de Goiás, qual Prefeito... Até hoje ainda querem bater foto com V.Exa.. Até hoje.

Eu vivi toda trajetória política de V.Exa.. Caminhei com V. Exa. na época da panela, V. Exa. em cima do caminhão e o caminhão debaixo. Eu vi toda a história

de V.Exa.. Vi o trabalho que V. Exa. fez quando levou as empresas para Goiás, Goiás não tinha tantas empresas, como... Eu não vou ficar elogiando tanto, mas eu vi toda a sua história.

Então, o que acontece? Toda vez que o Presidente Lula ou o seu Governo faz alguma atividade para motivar a população, transforma isso... “Ah, isso daí é publicidade”. Então, não sei o que o Presidente vai fazer. Se o Presidente pega, viaja de avião... “Está viajando, está viajando”. Se o Presidente fica e começa a praticar...

Eu digo sempre para a oposição: É melhor ter o Presidente dentro do palácio sem fazer nada. Se soltar o Presidente vai ficar pior para a oposição. O homem é um homem do povo, um sindicalista, sabe a relação entre as pessoas, conhece bem como as pessoas gostam de ser tratadas... Aí, quando o Presidente lança um projeto... Não estou discutindo se a oposição... É um projeto bom para o Brasil.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): S. Exa. me permite um aparte?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Eu sabia que V. Exa. ia pedir. Vou ter que deixar o aparte a V.Exa..

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): É com prazer que aparteio V.Exa., e agradeço inclusive pelas considerações sempre elogiosas à nossa relação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Verdadeiras. Verdadeiras.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Mas eu só gostaria que esse programa, o PAC da habitação, Senador Wellington, não se transformasse no mesmo compromisso que o Presidente fez há pouco tempo aí, uns dois, três meses atrás com os prefeitos e não cumpriu.

O que a gente quer é efetividade, é cumprimento. O Presidente se comprometeu a renegociar, a refinar os saldos, o INSS, o FGTS e não cumpriu. É por isso que os prefeitos estão nessa penúria e é por isso que eles não querem aderir a esse PAC, porque eles estão quebrados.

Eu só quero uma coisa: que os políticos nesse país falem e façam.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Presidente Collor...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Wellington para concluir, por favor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Para concluir. Veja bem, eu me lembro muito bem quando nós assumimos, que eu digo o Ministro Hélio Costa, minha Minas assumimos,

ele um dia chegou pra mim e falou assim: “O Presidente Lula falou que primeiro vai colocar comida na barriga da população. E depois vai criar condições de trabalho para essa população.” Eu ouvi aquela frase e aguardei.

Primeiro ele criou o Bolsa Família. Porque ninguém consegue ir atrás de emprego se não tiver energia, se não tiver com comida na barriga. A melhor democracia é não ter fome. Essa é a maior democracia e V. Exa. sabe bem disso. Então, primeiro ele colocou a comida na barriga da população. O nordeste chegou agora até a passar em renda per capita o Sul. A parte do Sul, o nordeste. Estou te falando. Ou em crescimento ou em PIB, ou em PIB. Uma das duas, eu sei que passou. Ou em PIB. Vou fazer o levantamento, Senador Efraim que é da região está falando que estou com a informação errada--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Não vamos fazer essas comparações considerando o nordeste que lá, pelo contrário, nós não queremos esmola, não. Nós queremos é emprego. Esmola, não. [soa a campanha] O nordeste está cansado de esmola.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): O PIB do nordeste é maior do que do sul, Senador?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Maior.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Ótimo. Não era antes.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Foi maior do que o do Sul.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Foi no ano passado. Está bom, Senador Flexa, corrigindo. Foi no ano passado. Está bom assim, colocado assim? Foi do ano passado.

Então, quer dizer, não pode. Toda vez que o Governo lança uma coisa que nós vamos fiscalizar como Comissão de Infraestrutura, vamos acompanhar, V. Exa. já tem uma Subcomissão criada que nunca foi colocada para funcionar, diga-se de passagem, depois que V. Exa. sentou na cadeira de Presidente todo mundo quer que V. Exa. reative essa Subcomissão. Mas antes, na oposição, não foi colocada, Presidente Collor, e foi disto aqui que nós vamos ter uma Comissão da Comissão, grupo da Comissão, independente de Subcomissão que vai acompanhar. Porque cada Estado vai ter um Senador que vai ter direito de acompanhar a Comissão para ver a obra no seu Estado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não ficou decidido não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Isso foi discutido, eu participei. Agora, de repente ficam todos querendo que V. Exa.

reative essa Subcomissão quando não foi nunca ativada. Eu sou a favor de que cada Senador, na visita que V. Exa. vai programar às obras do PAC, cada Senador de cada Estado tem que acompanhar. Então aí a Subcomissão não tem sentido. Porque na verdade vai ser um grupo da Comissão. A Subcomissão continua onde está. Para que nós precisamos ativar isso? Só isso que eu queria colocar para adiantar, Sr. Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Sr. Presidente, eu queria só aproveitar a oportunidade, desejar que tenham sucesso nesse programa de habitação.

Agora, eu queria aproveitar também esse momento para sugerir a V.Exa., na condição de Presidente dessa Comissão, que no dia primeiro de abril a Comissão de Assuntos Sociais estará fazendo audiência pública com o Ministro Márcio Fortes, através de Requerimento de nossa autoria. Convidamos o Ministro para vir explicar.

É exatamente aí a preocupação do Senador Marconi Perillo. E eu espero que seja também a preocupação do Senador Wellington Salgado. Nessa presença do Ministro nós solicitamos que ele justificasse, viesse para a seguinte pauta: por que o Governo Federal devolveu 57 milhões de dólares ao BID, empréstimo que foi feito, que era destinado para saneamento básico e infraestrutura principalmente no Nordeste? E esses recursos foram devolvidos, depois de pagos os juros de compromisso. Ou seja, mais de quatro milhões aproximadamente, quatro milhões de dólares havia sido pago de recursos que estavam no caixa do Governo e não foram aplicados.

E o outro é exatamente de habitação. Esse aí talvez seja, Senador Wellington Salgado, talvez seja aí a maior preocupação nossa e de V. Exa. também. Por que o Governo não aplicou – e isso é dinheiro perdido – 202 milhões de reais para habitação no orçamento do ano passado?

Então, não adianta vir dizer que vai construir isso ou aquilo e aquilo outro, se os recursos que já se encontravam aprovados pelo Congresso, que já se encontravam no orçamento da União foram simplesmente deixados de lado e não foram aplicados.

Por isso eu sugiro a V. Exa. de que ou se possa fazer uma reunião conjunta com a CAS no dia primeiro ou se mande uma representação, eleita ou escolhida

por V.Exa., para representar essa Comissão, Comissão de Infraestrutura para que o Ministro possa, na realidade, se explicar, porque se devolve num país dinheiro, em plena crise, se devolve 57 milhões de dólares que era destinado a esgotamento sanitário, principalmente no nordeste brasileiro, e mais 202 milhões que deixou de ser aplicado no orçamento da União.

Por isso eu sugiro a V. Exa. que seja tomada essas providências, evidentemente, se necessário, até com aprovação desse Plenário. Ou seja, ou uma comissão conjunta, não sei se teremos agenda nesse sentido, mas talvez quem sabe V. Exa. possa aqui determinar que cinco Senadores e Senadoras possam representar esta Comissão na audiência pública com o Ministro Márcio Fortes. Agradeço a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Efraim. Eu, aproveitando a sugestão do Senador Efraim--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu pergunto aos senhores senadores se... [soa a campanha] Quais dos senhores senadores gostariam de participar dessa reunião da Comissão de Assuntos Sociais para ouvir o Senador... Para ouvir o Ministro Márcio Fortes no próximo dia primeiro?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Acho que talvez seja mais interessante nós convidarmos à Comissão o Ministro Márcio Fortes. Aprovamos um Requerimento de convite do Ministro Márcio Fortes para ele vir aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu vou lhe dizer.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Porque no caso do Senador Efraim, nós já aprovamos esse Requerimento para ele dar essas explicações. Sobre porque se deixou de financiar uma obra com recursos do BID, em dólar, e se transferiu para financiamentos em reais. Qual é a explicação.

[sobreposição de falas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Para pacificar, Presidente, eu quero sugerir que V. Exa. proponha, Senador Efraim, que nós possamos então fazer uma audiência conjunta entre as duas comissões para ouvir o Ministro Márcio Fortes, que é até bom que se ouça. Porque ele estava na cerimônia das casas como Pilatos no credo, calado, sem nenhuma ação.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Ministro Márcio Fortes fez um belo pronunciamento na solenidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Deixe apenas eu explicar essa questão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Flexa acompanhou muito distante a solenidade, infelizmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É porque nós temos, Senador Inácio Arruda, Senador Flexa Ribeiro, dentro de alguns momentos, o Senador Delcídio Amaral, coordenador do Grupo de Trabalho constituído pelo Senador Flexa Ribeiro e pelo Senador Gim Argello, de apresentar hoje, nesta nossa reunião, o planejamento da nossa agenda para o ano... Para esta primeira parte da Sessão Legislativa que estamos... Que está sendo hoje transcorrida.

Então eu não gostaria de atropelar com outras audiências esta agenda que será, vamos dizer assim, o cerne dos nossos trabalhos desse semestre. Então, para fazer uma sessão conjunta--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Pelo semblante do Senador Delcídio eu percebo que ele já está acatando essa proposta na agenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Então eu gostaria [soa a campanha], gostaria de saber dos senhores senadores aqui presentes, pelo menos três senadores que estivessem dispostos a participar dessa reunião da Comissão de Assuntos Sociais na próxima terça-feira, quando estará prestando lá esclarecimentos e o seu depoimento, o Senador Márcio Fortes, Ministro das Cidades. Alguns dos Senadores aqui presentes gostaria de participar?

Por favor, aqueles que estiverem... Três nomes. Três nomes. Quem gostaria de participar? O Senador Efraim.

Então, em nome da Comissão de Infraestrutura, a Comissão se sentirá representada na reunião da CAS da próxima terça-feira pelo Senador Efraim Morais, pelo Senador Inácio Arruda e pelo Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Eu gostaria apenas, a título de informação, ao ilustre Senador Wellington Salgado, que a presença desses quatro mil e tantos prefeitos no dia 10 de fevereiro aqui deste

ano, V. Exa. talvez não tinha conhecimento, pelo levantamento dos dados que temos aí, nunca o Governo Federal repassou tanto FPM para o Município como foi nesse dia 10 para atrair a presença dos prefeitos.

E vou mais longe, Senador. No dia 20 já caiu. No dia 30 piorou. Agora nesse mês de março foi 33,4% a queda da transferência dos recursos do FPM. Se não bastasse isso, o Governo não cumpriu até agora o que ele prometeu. O INSS dos Municípios não foi renegociado, a disposição diz que tinha do BNDES um bilhão para financiamento de equipamentos mecânicos para as Prefeituras, também na prática nada de concreto aconteceu. Então se imagina--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Pois não.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Senador Jayme Campos, acho que está na hora do Congresso Nacional, o Senado Federal fazer a convocação de quem realmente for responsável nessa área, porque estão manipulando o FPM dos Municípios e o FPE.

Não se justifica em aumento de receita, em queda de receita que o aumento que teve naquele momento e a queda que aconteceu nesse mês. Então, há uma manipulação.

Como nós temos responsabilidade de fiscalizar, está na hora de nós termos uma iniciativa no sentido de convocarmos e pedir as explicações técnicas que fazem esse sentido. Se aumenta a arrecadação do país, é o Governo todo dia vai até a televisão dizer que aumentou a arrecadação. Como é que se justifica que cai FPE e cai FPM? Tem que ter manipulação.

Por isso nós precisamos tomar essa iniciativa, me proponho a estudar a quem de direito temos que convocar para vir aqui nessa Comissão ou na Comissão de Fiscalização e Controle para que nós possamos ter uma justificativa técnica, para se acabar com o discurso e se passar direto para a prática.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Efraim, acho que eu posso adiantar a V.Exa., com algumas considerações a explicação dessa queda que é verdadeira. Os Municípios hoje estão sofrendo, passando por enormes agruras.

Essa diminuição do FPE e FPM, fundamentalmente, deve-se às medidas tomadas pelo Governo Federal, com o sentido positivo, de que houvesse a reativação da cadeia automotiva deste país que representa 12% do produto interno. E com isso reduziu em 1% o IPI. E também criou uma outra alíquota de Imposto de Renda, que fez com que os fundos de participação do Estado e dos Municípios, que são compostos por

esses dois tributos que são cobrados, dois impostos, o imposto, o Imposto de Renda e o imposto de produtos industrializados, decrescesse para os Estados consumidores, que estão sofrendo muito mais do que os Estados produtores.

Essa redução do IPI e essa criação da alíquota beneficiou tão somente os Estados produtores. Os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul. Nós outros que somos de Estados consumidores e as Prefeituras, que vivem basicamente do Fundo de Participação dos Municípios--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Mais de 70% do país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): E os Estados. Exatamente. E os Estados que também vivem em grande parcela do Fundo de Participação dos Estados, do FPE, vêm sofrendo bastante.

Então, o que já foi sugerido é que, numa outra medida, o Presidente da República ele retire essa... Os efeitos dessa diminuição de 1% do IPI e dessa criação da alíquota intermediária do Imposto de Renda dos Estados consumidores. E então os Estados consumidores teriam recompostos os seus FPE e os Municípios da mesma maneira. Então, essa é a explicação. Não há outra.

E o Governo, eu entendo que o Governo já deva estar estudando essa fórmula para que os Estados e os Municípios não façam o que em alguns locais nós estávamos já vendo, Prefeituras querendo fechar as suas portas e coisas como tal.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agora recentemente, se não me engano em Salvador, num pronunciamento público que ele fez, ele já anunciou aos prefeitos que tão logo chegasse a Brasília, iria tomar medidas dessa natureza.

E a sugestão que é feita é essa, ou seja, a redução do IPI beneficia os Estados produtores, sim. Porque para eles o FPE e o FPM não significam nada na composição das suas receitas. Porque o ICMS deles é tão pujante que faz com que essas duas fontes de receita, FPE e FPM, sejam inteiramente secundárias.

Para os Estados consumidores, diferentemente, não, são receitas fundamentais. Então, a solução para isso era, é retirar essa redução da alíquota do IPI de 1% dos Estados consumidores, que isso não se reflita no FPM dos Estados e dos Municípios consumidores.

E também substituir essa alíquota criada do Imposto de Renda talvez por um percentual sobre a contribuição social sobre o lucro líquido das empresas, que aí não traria nenhum efeito porque a composição, como V. Exa. sabe, do FPM é uma cota parte

do Imposto de Renda e uma cota parte dos produtos industrializados.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Muito bem, Presidente. Vou encerrar o assunto pra gente não entrar na polêmica.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Está muito bem explicado, Presidente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Não... Está... O fato é por aí. Agora, que há manipulação, há. Me permita, nós vamos ter que fazer essa apuração, porque me parece, Presidente, de que pelo período que foi aplicado isso aí não dava para acontecer o que está acontecendo. De forma nenhuma.

E também não se consegue se convencer a ninguém que para resolver a questão das grandes montadoras desse país se deixa mais de 3.500 Municípios brasileiros em situação difícil.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Inclusive temos que tomar uma providência, porque eu duvido se 80% dos Municípios brasileiros conseguem pagar no mês de março o mês trabalhado, dentro do mês trabalhado.

Então, não se admite é se proteger os grandes, as montadoras, e jogar em cima dos menores, que é o costume nesse país. Então, eu acho que esse caminho não pode acontecer.

E essa história colocada por V. Exa. a parte, tecnicamente é isso aí. Agora, o que eu entendo, Presidente, é que V. Exa. também, certamente, nem eu nem qualquer um de nós temos conhecimento desses números é do que vem acontecendo nessa manipulação.

Não se pode num mês subir 40, 50% porque os prefeitos estavam em Brasília e no mês seguinte cair 20 ou 30%. Paciência. Naquele mês de fevereiro se vendeu mais do que no mês de março. E caiu no mês de março. Por isso acho que nós temos que ter esses dados em mãos até porque uma das nossas missões e funções é fiscalizar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Concordo plenamente com V. Exa., Senador Efraim, em relação à grande penalização porque vem passando a imensa maioria dos Municípios brasileiros. Esta é uma realidade, esta é uma verdade. O Governo do Presidente Lula, pelo que eu ouvi do Presidente Lula e pelo que eu sinto do Governo do Presidente Lula, é no sentido de resolver esta questão.

E o problema está localizado e está bem detectado. São os efeitos... São dois, os efeitos causados pela redução do IPI para os Estados consumidores e

a criação dessa nova alíquota do Imposto de Renda, que também penaliza os Estados consumidores.

Ora, nenhum Governo ficará insensível ao apelo que vem sendo feito por milhares de prefeitos que estão ameaçando fechar as portas das suas Prefeituras porque não têm condições, como V. Exa. afirmou, sequer de pagar a sua folha.

E eu tenho certeza e convicção de que o Governo do Presidente Lula haverá de rapidamente tomar medidas para evitar que essa penalização continue para esses... Para esses Municípios, sobretudo de Estados pequenos, de Estados do Norte, Nordeste, Centro-Oeste, que nós sabemos vem enfrentando.

Em relação à questão de manipulação eu não creio que haja manipulação. O FPM e o FPE eles parecem... Vamos supor que estivéssemos em condições normais e que não tivesse havido nenhum efeito sobre esses fundos na redução do IPI e da criação dessa alíquota de Imposto de Renda. Eu que fui Prefeito, fui Governador, a nossa maior expectativa era saber quanto de FPM, como Prefeito, a Prefeitura estaria recebendo ou quanto de FPE o Estado estaria recebendo quando estava no Governo.

E era uma coisa complicadíssima. Era fechado, eram números absolutamente fechados, que nós não sabíamos com antecedência, até para programarmos melhor o nosso orçamento, o quanto nós receberíamos. Então, havia meses que nós esperávamos “X” e vinha uma redução grande. Mas isso estou falando já muitos anos atrás.

E havia meses que nós esperávamos pouco e vinha um FPM ou um FPE altíssimo. Em geral, em geral o FPM e o FPE eles aumentam quando do recolhimento do Imposto de Renda. Quando há o pagamento do Imposto de Renda, então isso aí aumenta porque aumenta a cota parte do Imposto de Renda, que é feito quando da apresentação da declaração. E também o IPI quando há piques de produção. Não somente na indústria automobilística, mas em relação a todas as outras indústrias que recolhem o chamado IPI.

Portanto eu não acredito que haja nenhum tipo de manipulação mas o que V. Exa. diz sobre os municípios, é a pura realidade, Senador.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, talvez nós... Porque já há o convite aprovado pela Comissão, ao Ministro Mantega, para a atuação em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Mas o problema central nosso, no Nordeste brasileiro especialmente e parte do Norte, é que os nossos Estados e os Municípios dessa região dependem muito, ainda, infelizmente. É um desequilíbrio da região.

Dependem muito da transferência de recursos federais através do FPM e do FPE.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É verdade.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E no caso dos Estados do Sul e do Sudeste, especialmente, eles não têm essa grande dependência. Porque tem um ICMS extraordinário, tem uma indústria pujante já de décadas e décadas.

Então, não se justificaria nós fazermos ou mantermos tal eliminação de alíquotas de imposto de produtos industrializados, prejudicando exatamente o fundo de participação de Estados e Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nós temos que propor, tirar uma opinião da Comissão dizendo: não é possível manter. Porque isso vai acabar agora dia 31 de março e há uma pressão enorme desses setores industriais para manter essas isenções.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): E será mantido. Será prorrogado.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que nós temos que... Então, quer dizer, essa prorrogação é prejudicial ao nordeste e ao norte brasileiro.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): A informação de V. Exa. é que será prorrogado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Como?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): V. Ex^a tem informação será prorrogado? Já tem essa informação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Tenho, tenho informação que será prorrogado.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Essa é a medida que o Presidente vai fazer? Prorrogar um fato desse?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não, não. Será prorrogada, será prorrogada, mas incluindo nessa medida essas compensações a que se refere agora o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, é que eu... Se olha para o FPE e para o FPM, mesmo que ele adote essa medida o bolo do IPI vai ser reduzido.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Diminui. Isso.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Não tem jeito. Então, a prorrogação dessa... A manutenção dessa isenção é complicadíssima para Norte e Nor-

deste. Nós temos que encontrar outros mecanismos para incentivar...

Aliás, eu não sei bem para que nós estamos incentivando a indústria automobilística, porque não tem nem carro disponível para vender. Eles continuam mantendo estoques baixíssimos, redução da produção e ainda mais isenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Porque representam 12% do PIB. São 12% do PIB.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mesmo com 12% do PIB, não há automóveis, Sr. Presidente, para vender. Se o senhor chegar agora para comprar um carro em qualquer empresa de revenda, o senhor não vai encontrar. O senhor tem que entrar numa fila. Então não estou entendendo para que é essa isenção tão larga que nós estamos fazendo para a indústria automobilística.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu queria então, com base no que foi aqui apresentado pelo Senador Efraim e pelos demais Senadores, o Senador Inácio Arruda, e solicitar ao Vice-Presidente desta Comissão, o Senador Ministro Eliseu Resende, por ser de um Estado que detém o maior número de Municípios do país, que ele possa ficar encarregado de redigir, em nome da Comissão, uma solicitação formal da Comissão de Infraestrutura do Senado da República ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para que diante da possibilidade da prorrogação dessa isenção do IPI e dessa... Dessa nova alíquota incluída no Imposto de Renda, que desse... Dessa prorrogação ou dessa redução do IPI e do Imposto de Renda, estejam isentos os Estados e Municípios considerados consumidores, que não são produtores, que são exatamente os Estados e Municípios que dependem, fundamentalmente, para viver, para sobreviver, para fazer o pagamento da sua folha de pessoal para poder investir minimamente no seu custeio, desses recursos do FPM. Esse documento, esse ofício que eu solicito ao Vice-Presidente Senador Ministro Eliseu Resende que faça a redação, será submetido ao nosso Plenário, subscrito por todos os membros dessa Comissão e entregue ao Presidente da República.

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pelo art. 14, Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Eu farei a redação, prepararei uma minuta para submeter aqui à aprovação da Comissão de Infraestrutura.

Mas eu acho que nós deveríamos ir mais além. Este fato da isenção do IPI para favorecer as indús-

trias fabricantes de veículos automotores em face a crise financeira é um fato isolado. Acho que toda vez que o Governo Federal tiver alguma iniciativa de alterar as alíquotas ou modificar os tributos que formam os fundos de participação, que são na verdade o IPI e o Imposto de Renda, a Comissão de Infraestrutura, representando o Senado Federal, venha a ser ouvida, porque nós aqui representamos os Estados.

E toda vez que se altera o IPI, se altera o IR, a consequência vem imediatamente em cima dos Estados e Municípios. Eu diria que o... Esses dois tributos não são tributos da União. São também tributos dos Estados e Municípios, principalmente.

Então, é preciso que o Governo seja alertado para que não se faça mudanças visando apenas o interesse da Presidência da República e do Governo Federal sem auscultar os Estados. O mecanismo para isso é que precisa ser estudado. Eu não vejo também como entrar, na prática, com alteração de critérios para os diferentes Estados. E colocar isso numa... Numa medida genérica.

É preciso haver acima de tudo um prévio entendimento mediante um processo que deve ser instituído, da União e do Congresso Nacional, principalmente através do Senado, para que as mudanças desses dois tributos sejam aprovadas e decididas simultaneamente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, para discutir.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pela ordem, Presidente. A questão da pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O Senador Ministro Eliseu Resende irá preparar então essa minuta para que possamos encaminhar o quanto antes ao Presidente da República, ao Ministro da Fazenda.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Essa minuta será preparada nesses próximos dias e será encaminhada a todos os senhores senadores antes da próxima quinta-feira, porque acredito que seja um assunto de urgência e que mereça chegar o quanto antes às mãos do Governo Federal.

Eu pediria a gentileza... Por favor, com a palavra o Senador Flexa Ribeiro. A Senadora Serys [sobreposição de falas] inversão da pauta.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Presidente, só para uma informação, Presidente, sobre o assunto. Só para uma informação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Flexa Ribeiro, em se-

guida, só para informação, o Senador [sobreposição de falas].

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Sobre o assunto levantado por V. Exa. e pelo nosso Vice-Presidente Eliseu Resende, é que V. Exa. poderia solicitar da assessoria a PEC nº 04/09 de autoria do Senador João Tenório, do PSDB do Estado de V.Exa., que trata exatamente desse assunto nesses termos.

Porque aí nós já teríamos uma condição, agilizar a votação dessa PEC. Então, eu solicitaria a V. Exa. que fizesse esse pleito e eu devo acrescentar ainda que o Senador líder do meu partido, dos Democratas, o Senador Agripino, está entrando com uma PEC pedindo ao Governo, à União o ressarcimento desses recursos para as Prefeituras que se sentem prejudicadas.

E eu até aconselharia, já que V. Exa. colocou aqui muito bem que o Presidente Lula quando chegar a Brasília iria tratar desse assunto, certamente não chegou ainda, porque não tratou desse assunto de resolver a situação dos prefeitos, que ao invés de mexer só em IR, Imposto de Renda, e IPI, que é onde atinge exatamente as Prefeituras brasileiras, ele também pudesse tirar um pouco da cota dele.

Porque ele faz sempre aquela dando esmola com o chapéu alheio, ou seja, utilizando dinheiro das Prefeituras para tentar resolver a crise dele. Então é preciso que haja também, por parte do Presidente da República, a consciência de que a União também tem que fazer a sua parte. Não só tirar daqueles que têm menos que são as Prefeituras e principalmente os Estados do Norte e Nordeste.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Eu só perguntaria, Senador Efraim Morais. A PEC é do Senador...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): João Tenório.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Tem o número dela aí?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): 04/2009.

[sobreposição de falas]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro, depois Senador Simon e o Senador Goellner para que nós... Senador Delcídio. Senador Delcídio.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS): O Senador Flexa me permitiu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Porque nós temos aqui o objeto fundamental desse nosso encontro, dessa nossa reunião hoje é exatamente a apresentação da agenda desta reunião para o ano de 2007(sic), cujo trabalho ficou encarregado ao grupo coordenado pelo Senador

Dalcídio Amaral e tendo como membros o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Gim Argello.

Então pediria a compreensão dos senhores senadores para que nós deixássemos essa discussão então um pouco para adiante para que o Senador pudesse fazer a leitura da sua agenda e também à Senadora Serys que tem que sair cujo primeiro item da pauta ela é a relatora.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS): Senador Flexa me permitiu apenas meio minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS): Eu não costumo frequentar essa Comissão porque eu sou suplente e tenho outras várias comissões. Eu vim aqui porque o comentário geral na casa é a atuação de V. Exa. na Presidência, que está dando um sentido realmente muito positivo. Eu vim para aprender e ver e trazer a minha admiração a esse trabalho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado. Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, só para auxiliar o trabalho que o Senador Eliseu Resende fará, queria sugerir, Senador Eliseu Resende, eu estou solicitando à consultoria da Casa que faça um estudo para que essas reduções de IPI que o Governo Federal faz, que atinge diretamente através dos repasses os Estados e Municípios, que ao fazê-lo só poderá utilizar a parte que cabe à União. Porque dos 100% da arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, só 55 ficam com a União. 45 é que vai para o bolo dos Estados e Municípios.

Basta que o Governo Federal ao fazer a redução do IPI faça na totalidade, nos 55% que lhe cabe, e não transferir a sua bondade para as expensas dos Estados e Municípios, que como V. Exa. disse, Senador Eliseu, não são nem ouvidos.

Então, eu queria sugerir isso. Eu estou solicitando uma nota técnica da consultoria era nesse sentido, que a isenção seja toda ela descarregada nos 55% que cabe à União. Aí está pacificado o assunto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Não, não. Tem. 55% atende a demanda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não, é porque o percentual, o percentual é sempre o mesmo. Alto ou elevado, o percentual se mantém o mesmo. Por favor, o Senador Goellner, por favor, depois a Senadora Serys. Por favor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Agradeço, Sr. Presidente. Diz respeito à agenda dessa Comissão [soa a campainha] que vai ser relatada pelo nobre Senador Dalcídio Amaral. Eu gostaria de lembrar, que já foi aprovada de minha autoria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): [soa a campainha] Silêncio, por favor, no Plenário.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Já foi aprovado um requerimento, por essa Comissão já foi aprovado em sessão anterior, uma audiência pública também de muita importância, que diz respeito à viabilização ao questionamento e a contribuição que nós podemos dar questionando a FUNAI e o IBAMA quanto as licenças ambientais que estão previstas em todas grandes obras, principalmente as do PAC.

Então, eu vejo que incluído a essa agenda positiva de audiências públicas fosse considerado o que já foi aprovado por essa Casa, eu gostaria que inclusive se lesse novamente e submetesse uma... Um aditamento que eu fiz que, está em mão da Mesa a respeito da inclusão do Presidente da FUNAI.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A solicitação de V. Exa. será atendida, Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): A inclusão do Presidente da FUNAI porque não são só obras relativas a licenças do IBAMA, ao meio ambiente. Mas também a FUNAI hoje tem um papel preponderante já que grandes escoamentos, grandes ramais tanto rodoviários como ferroviários e hidroviários, passam por reservas indígenas e necessitam da aprovação da FUNAI. E esse, quem sabe, seja problema maior do que o é o meio ambiente, da parte do IBAMA.

Então gostaria de submeter, senhores senadores, para gente poder--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Será submetido o pedido de V. Exa. tão logo haja... Passemos ao item primeiro da pauta que é uma decisão não terminativa, ofício nº 10 de 2008 que “*Encaminha ao Senado Federal, para conhecimento, o Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual 2007, da Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.*” Autor, ANEEL. Relatora, Senadora Serys Slhessarenko. [soa a campainha] Parecer pelo arquivamento da matéria. Concedo a palavra à Senadora Serys para proferir o seu parecer.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Sr. Presidente, senhores senadores. “*Vem, para apreciação desta Comissão, o Ofício em referência, que encaminhou o Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual de 2007, elaborado pela Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL.*”

O conteúdo do Relatório de Gestão mostra a aderência das prioridades da Agência com o Plano Plurianual 2007 e com as políticas e diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Política Energética, caracterizando que o papel da Agência não é de formular políticas, mas de executá-las.

Nesse sentido, merece ser ressaltado” [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Silêncio, por favor.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): *“O bom desempenho das concessões de geração outorgadas pela ANEEL em 2007, totalizando 6.600 MW, compatível com as prioridades recomendadas pelo CNPE de se ampliar a oferta de energia em ritmo compatível com o crescimento do mercado consumidor. Registra-se também o início da operação, em 2007, de 4.058 MW de potência de geração instalada no País.*

Merece destaque ainda a amplitude de atuação da ANEEL, que mostra ter cumprido suas atribuições de regulação, fiscalização e de função delegada de poder concedente, mesmo sob o regime de contingenciamento do seu orçamento.

Isso mostra que, a exemplo da ANEEL, há espaço para todas as agências reguladoras melhorarem sua eficiência operacional, mediante a redução do custo da regulação dos serviços públicos e das atividades econômicas.

Finalmente, deve ser ressaltada a dificuldade da Agência Reguladora de evitar a evasão dos servidores efetivos recentemente recrutados mediante concurso público, em face do desalinhamento salarial com outras carreiras de estado”.

Voto. *“Tendo trazido, para conhecimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura, o Relatório de Gestão da Prestação Anual de Contas de 2007 da ANEEL, recomendo o seu arquivamento”.*

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A matéria está em discussão.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Para discutir Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Sr. Presidente, eu quero destacar o fato de que a existência das agências tornou-se positiva para Brasil. Mas é importante frisar que primeiro elas cumpriram e ainda cumprem, desde o seu nascimento, porque elas se tornaram necessárias com a privatização desses setores, privatizou-se esses setores de distribuição de energia, digamos assim, é o filé do negócio, você

tem a geração, tem a transmissão, depois você tem a distribuição.

Então, isso é o melhor negócio do mundo. O melhor. Salvo melhor juízo sobre a questão, a ampliação de rede de distribuição de subestações para melhorar os serviços nas grandes regiões metropolitanas e nas grandes cidades brasileiras, desde a privatização pouco foi feito além da manutenção do sistema.

Contudo, os ajustes tarifários cumpriram a risca porque se criou um mecanismo garantidor para as empresas que compraram na bacia das almas as empresas de distribuição, que permite às Agências funcionar não como um instrumento da sociedade brasileira, mas instrumento das empresas que compraram as redes de distribuição, no caso de energia. Mas assim também funciona com as outras. Nas telecomunicações o sistema é o mesmo.

Essas duas grandes instituições ANEEL e ANATEL funcionam, quase que na prática, como uma espécie de advogadas das empresas de distribuição e de fornecimento do serviço de telecomunicações.

E mesmo no relatório, porque o relatório atende a uma... Um modelo de apresentação de prestações de contas da agência. Então, nesse modelo, Ok, não há o que dizer. Mas, quem tem participado das audiências públicas, que a ANEEL se obriga a realizar para tratar da questão da tarifa dos preços que a população, as indústrias, as empresas de serviço e outras, as demais empresas que necessitam desse insumo básico para se movimentar, sabe o que tem acontecido nessas audiências públicas.

Nós falamos, nós defendemos, nós colocamos os números de como é que é feita a despesa de energia, como é que tem sido os ajustes, como é que a inflação brasileira, se busca alternativas, se propõe alternativas, mas no final funciona quase que sempre a proposta das empresas distribuidoras. Então é a regra. A gente fica quase que falando para o vento. Claro que tem as ondas eletro magnéticas talvez sua voz fique para o além, mas é isso que tem acontecido.

Acho que é preciso, nós temos aqui um grande debate sobre a questão de regulação, o Senador Delcídio Amaral comandou esse processo na gestão, no período passado, numa Subcomissão muito interessante, muito interessante. É preciso nós examinarmos essa questão. Quer dizer, os consumidores vão para as audiências, dão opinião, mas a sua opinião não tem nenhuma serventia para a decisão dos ajustes tarifários em nenhuma audiência no Brasil.

Não vi nenhuma audiência que a gente tivesse êxito nas proposições que foram apresentadas à Agência de Energia e também à Agência de Telecomunicações. Acho que a gente tem que registrar esse fato

pra que a gente altere a natureza dessas agências. Porque elas não são agências das empresas. Elas são agências da sociedade brasileira. Ela regula e estabelece tarifas de acordo com o interesse da empresa e da sociedade.

Ela não pode fazer uma tarifa que inviabilize a indústria têxtil do Estado do Ceará, ou a indústria têxtil brasileira na sua competição feroz com o mercado internacional. E os demais setores que têm lutado arduamente para ter um preço de energia compatível também com o funcionamento dessas empresas que são geradoras de emprego e aumentam a renda nos Estados onde elas estão.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer esse registro pra que a gente possa examinar dentro daquilo que é a proposta de marco regulatório, de modificações no marco regulatório das agências, o interesse da sociedade, daqueles que são os consumidores e que são consumidores gerando emprego, gerando renda e aumentando a riqueza do nosso país.

A agência não pode funcionar como estranguladora de determinados setores da economia brasileira. Então, eu gostaria de fazer esse registro, não é contestação ao nosso relatório que está muito bem ajustado, mas o que eu tenho assistido quando tenho sido convidado para participar das audiências públicas e fruto das audiências públicas ir até a agência depois da audiência pública para tentar contribuir na alteração da tarifa, mas isso tem sido quase impossível no nosso país. As agências têm funcionado como instrumento das grandes empresas distribuidoras de energia, especialmente no nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Fica feito o registro do Senador Inácio Arruda. A matéria continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão. Em votação o parecer da relatora. Aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o parecer da relatora.

Passo a palavra ao Senador Delcídio Amaral, voltando ao que estabelece a pauta, para fazer a leitura da sua proposta, saída do Grupo de Trabalho por ele coordenado, do qual fizeram parte o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Gim Argello, sobre a agenda da Comissão de Infraestrutura para o ano de 2009... Para o primeiro semestre do ano de 2009.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, senhores senadores, senhoras senadoras. Nós trabalhamos ao longo dessa semana também e recebemos mais sugestões, sugestões de parlamentares, sugestões de Ministérios também, da própria consultoria, levantamos também alguns nomes que foram inclusive convidados quando da realização dos

vários debates numa subcomissão que tratava dos marcos regulatórios ligada à Comissão de Assuntos Econômicos, portanto nós fizemos mais uma avaliação dos nomes todos para apresentar essa proposta para V.Exa..

E eu gostaria e já está sendo distribuída a proposta de agenda, Sr. Presidente, e a nossa sugestão é trazer no máximo quatro convidados por audiência pública. Eu sei que existem muitos nomes, absolutamente pertinentes, mas se abrir demais a audiência é simplesmente impossível se fazer um debate eficiente, proativo, para que essa Comissão aproveite bastante o conhecimento dos convidados que aqui irão expor os vários temas propostos.

Portanto, nós estabelecemos como limite quatro pessoas por audiência pública. A primeira audiência, que é *infraestrutura para inovação e desenvolvimento econômico*, até pelo perfil da audiência, V. Exa. já havia sugerido o convite ao Mário Luis Possas, que é um economista especialista em teoria econômica e regulação também e legislação anti-truste; o Wilson Suzigan, o Glauco Arbix e nós sugerimos que participasse também o professor José Márcio Camargo, que é economista, é da PUC, PhD pelo IMT e uma pessoa que tem vindo muito aqui ao Senado, e ele enriqueceria muito esse debate.

Portanto a nossa sugestão é pela manutenção do Mário Luis Possas, do Wilson, do Glauco e o acréscimo do José Márcio Camargo, para esse primeiro tema, apresentação desse desafio que é *infraestrutura para inovação e desenvolvimento econômico*, que é inclusive um tema muito afinado com o perfil dos convidados.

Os outros temas são mais objetivos ou são mais focados. Esse é um tema mais amplo. Então acho que o perfil dessas pessoas, desses convidados atende perfeitamente a esse desafio que está aqui colocado e apresentado por V.Exa..

O segundo tema, *infraestrutura e retomada do crescimento*. Nós sugerimos Luiz Gonzaga Belluzzo, ele é um Economista conhecido, competente, tem participado de muitos debates, especialmente nesse momento de crise e que nós precisamos ouvir especialistas para realmente entender mais a crise porque passamos. Então, foi mantido esse nome. Antônio Delfim Neto, Luiz Carlos Mendonça de Barros e nós estamos sugerindo a inclusão do Dr. Luciano Coutinho, Presidente do BNDES.

Porque todos eles têm inclusive, boa parte deles já passaram também pelo BNDES. E como é uma discussão de visão da crise associada não só à economia, mas também a investimentos, eu acho que esses quatro nós não poderíamos convidar pessoas

tão preparadas para fazer esse debate como os quatro que estão sendo propostos.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT – SP): V. Exa. permite um aparte?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPPLY (PT – SP): Apenas para acrescentar, Presidente Fernando Collor, acho que... Aproveito para cumprimentar V. Exa. e a iniciativa dessa Comissão de realizar estes debates de tamanho significado e bem organizadamente, mas gostaria de aqui acrescentar, numa homenagem ao Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, que além de ser alguém que ajudará a reflexão sobre como fazer a economia brasileira bem enfrentar esta crise, mas não há dúvida que no caso dele há uma outra qualidade especial.

Sabemos todos que Luiz Gonzaga Belluzzo se tornou Presidente do Palmeiras, e ele é um dos que contribuíram para que um dos maiores times brasileiros pudesse também sair de uma situação de dificuldades, o Palmeiras que chegou em certo momento tinha chegado à segunda divisão e depois se tornou novamente um dos maiores... Dos melhores times, melhores qualificados hoje dentre os times brasileiros, e eu acho que há uma coisa muito interessante quando nós falamos em sair da crise, se há um exemplo, um campo de atuação onde o Brasil se mostra extremamente renovador, especialmente por ser um celeiro extraordinário de craques, se somos capazes de sair tão bem de crises no âmbito do esporte e nos tornarmos campeões, inclusive no futebol, isto é um exemplo muito positivo daquilo que poderá também ocorrer em todos segmentos da atividade econômica, incluindo o esporte, a cultura.

Nas ocasiões em que tenho visto alguns filmes de excepcional qualidade, algumas novelas de excepcional qualidade nos nossos meios de comunicação, eu me sinto muito animado, porque se o Brasil é capaz de criar obras tão fantásticas, de ter jogadores tão importantes como este jovem de 17 anos, que seguindo os exemplos de Pelé, de Robinho e outros conseguiram fazer o Santos enfrentar com igualdade de condições o Corinthians de Ronaldo, e assim por diante, então apenas aqui lembro que as qualidades de Belluzzo também se estendem à área esportiva. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Delcídio, o Senador Supply já terminou sua intervenção.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Presidente, se o quesito for futebol, que me desculpe o Senador Supply, eu convidaria o Presidente Juvenal Juvêncio, do meu São Paulo, que acho que teria

muito mais coisas a falar nessa Comissão sobre gestão de clubes.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB – RS): E botaria o técnico da seleção que é um baita técnico [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador Delcídio para continuar a leitura do seu trabalho.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, portanto a proposta é essa, com o Dr. Luiz Gonzaga Belluzzo, com o Dr. Antônio Delfim Neto, [soa a campainha] Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros e Dr. Luciano Coutinho.

Estamos procurando, Presidente, fazer, mas ou menos, um equilíbrio para que haja um contraponto. Ou seja, pessoas que não têm necessariamente as mesmas visões do processo para exatamente enriquecer o debate.

No próximo painel, que é o painel de *recursos energéticos e desafios estratégicos*, nós estamos propondo a presença do Dr. Gerson Kelman, o Kelman já passou por várias agências e é um especialista nessa área de energia. Foi, recentemente, da ANEEL. Maurício Tolmasquim, que é o Presidente da Empresa de Planejamento Energético, ou seja, é uma pessoa que tem uma visão muito clara de matriz energética, dos desafios e dos cenários que vão se apresentar para essa questão de energia, o professor Adilson de Oliveira é um homem especialista nessa área de energia, Professor da Universidade Federal do Rio, muito competente, tem uma visão bastante equilibrada, bastante isenta dessa questão energética e o Dr. Nelson Hubner, que foi uma proposta inclusive do Ministério de Minas e Energia, que eu acho absolutamente consequente, não só pela carreira do Nelson, o Nelson foi Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia, foi Ministro de Minas e Energia, interino, por mais de um ano, e hoje é o Diretor-Geral da ANEEL. Então é uma pessoa que não pode só contribuir com a área de regulação, mas contribuir com a experiência como ex-Ministro, especialmente na área de energia que é o tema foco desse painel.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que nós recebemos várias sugestões. Eu não estou... Eu não quero dizer aqui que os outros nomes que eventualmente não fizeram parte da lista deixam de ser competentes, conheçam o assunto, só que não dá pra colocar todo mundo e foram várias as sugestões apresentadas.

Com relação à área de *petróleo, etanol e biocombustíveis*, até o Senador Gilberto Goellner sugeriu que isso fosse aberto em dois temas, mas eu me ative à agenda que foi aprovada a duas sessões atrás na Comissão de Infraestrutura, nós colocamos o professor

Adriano Pires, que é da COP, do Rio de Janeiro, foi da COP do Rio de Janeiro, é professor lá do fundão.

Ele está na área de energia, mas nós deslocamos o Adriano, até porque o Adriano em governos passados foi consultor da Agência Nacional de Petróleo. Foi quem trabalhou também na Legislação quando quebraram o monopólio, então ele vai ter uma opinião que necessariamente não é concordante com a exposição de outros que estão sendo convidados para esse painel. O Gutemberg de Sousa Pimenta é um consultor da PETROBRAS, hoje, e tem uma visão muito clara nessa área de polímeros. Ele é engenheiro metalúrgico e conhece muito bem os desafios que se apresentam à Petrobras no seu dia-a-dia. Nós colocamos o Marco Jank, que é Presidente da única, foi sugestão do Senador Gilberto Goellner, até porque ele conhece bem claramente, pela posição, o Senador Gilberto conhece a área e o Jank é uma pessoa que enfrenta o dia-a-dia da comercialização e da produção, especialmente de etanol.

Então eu acho que é um nome bom porque é um nome prático, ou seja, uma pessoa que está vivenciando essa questão. E sugerimos a inclusão do Allan Kardec, que é o Presidente da Empresa hoje que cuida de biocombustíveis na PETROBRAS. Ele é um homem... Um engenheiro de carreira da companhia, já foi da Diretoria de Abastecimento e hoje é Presidente da Petrobras Biocombustíveis. E é uma pessoa absolutamente competente, vai trazer aqui todas as informações que nós precisamos, especialmente com relação aos próximos passos da PETROBRAS no que se refere a biocombustíveis.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Senador Delcídio Amaral, o senhor me permite um aparte nesse painel?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu vejo que nós teríamos que contemplar porque são três assuntos, de três matrizes energéticas. Petróleo, o etanol e biocombustíveis. Biocombustíveis, hoje, é um novo marco. O país hoje... O etanol também o é.

Agora, dentro da... Do consistente a óleos vegetais, eu vejo que se pudéssemos substituir, deixando dos dois primeiros suprimir um dos dois e colocar alguém específico da área de óleos vegetais, porque é uma nova matriz, inclusive eu tenho um Projeto de Lei tramitando em várias comissões que diz respeito ao uso do óleo vegetal em veículos a diesel. O óleo vegetal não é o biodiesel, é o óleo vegetal propriamente dito. Assim como já se faz em países europeus, nos Estados Unidos, é a matriz energética do futuro. E é o combustível mais barato que o país hoje pode produ-

zir, assim como fez nos carros com álcool substituindo a gasolina, o futuro vai ser o óleo vegetal substituir o óleo diesel. O óleo vegetal 100%.

Então, eu vejo que se pudéssemos incluir aqui como se fala em biocombustíveis, incluir alguém, um pesquisador da EMBRAPA, algo nesse sentido porque é uma matriz que ainda necessita ser amparada por lei. Mas ele tem um promissor mercado e consistência econômica e ambiental. Já que ele não polui, diferente do óleo diesel que hoje é o maior poluidor dos grandes centros urbanos da cidade devido aos veículos a diesel que circulam, ônibus, caminhões... Então, nesse sentido fica minha sugestão, Senador Delcídio, ver se a gente pode ainda questionar isso aí.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Uma complementação, Senador Delcídio, ao aparte do Senador Gilberto. Eu sugeri... Acho que a lista é grande de gente que tem potencial para nos ajudar. Mas eu sugeri a Agência Nacional de Petróleo porque afora a ANEEL, que cuida quase que exclusivamente da distribuição... Não trata nem de geração lá na ponta, no caso específico da Agência Nacional de Petróleo, ela está com o nome de Agência Nacional de Petróleo mas ela que cuida do petróleo, do etanol e dos biocombustíveis. De todos esses óleos. É quem trata da especificação, etc e tal.

Então, acho que talvez a gente pudesse fazer uma alteração. Eu estou de acordo com o Senador Delcídio, mas acho que em determinados casos pode chegar a um quinto nome. Talvez a nossa precisão e a nossa cobrança nas apresentações, porque até dei exemplo de um debate que nós promovemos no MERCOSUL, na Presidência de Júlio Redecker, saudoso Deputado gaúcho Júlio Redecker, de que especialistas altamente renomados vieram aqui para um debate que eles tinham 10 minutos. E todos, Delfim Neto, Pratinho de Moraes, Roberto Campos, Maria da Conceição Tavares, etc., cumpriram piamente o tempo. Não sei se o Senador Eliseu Resende... Acho que era Deputado dessa época participou dessas mesas junto com o Júlio Redecker. Foram 10 minutos, todos cumpriram os 10 minutos e deram o recado ajustado.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senador Inácio Arruda, eu fico muito preocupado e a sua observação é importante, porque nós temos aqui dias em que nós teremos oito ou dez expositores. É preciso que essa disciplina seja estabelecida e o Presidente da nossa Comissão, Senador Fernando Collor cuidará disso, caso contrário as reuniões ficariam inviáveis. Porque nós teríamos professores da mais alta categoria, especialistas na matéria... Se não falar que são 10 minutos ou oito minutos ou cinco minutos, nós não teremos condições de executar esse programa.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT – SP): A propósito, se me permite, eu perguntaria se... Estou observando que há dois painéis por dia. Nós já temos um número de comissões tão significativo--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Os dois painéis por dia corresponde a dez... Cinco... Perdão. Dois vezes quatro, oito expositores.

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT – SP): Pergunto se não será melhor estender um pouco mais essa programação que vai até abril para ir até maio e termos apenas um painel por dia, para não haver um excesso que poderia inclusive diminuir a atenção para painéis importantes, que estão se realizando.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Eu acho que isso fica por decisão do nosso Presidente da Comissão. Talvez o Senador Delcídio Amaral possa fazer alguma observação a respeito.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente, o Senador Delcídio Amaral fez um trabalho aqui extraordinário e usou um dia excepcional para todos nós, que era segunda-feira. Claro que todo mundo tinha que se revezar. Nem todos os membros vinham. Se vinha uma, saltava para poder vir na outra. Mas o resultado daqueles painéis foi extraordinário. Inclusive porque com o número, a Mesa completa, quatro ou cinco expositores e o Plenário com um número menor de Senadores, 10, 8, era mais ou menos a média, oito, de Senadores, na hora do debate então as coisas transcorriam de forma muito boa, com tempo disponível.

Acho que nós podemos usar esse método. Talvez em vez de puxar para quinta com dois painéis, puxar esses painéis para segunda-feira. O Senador Delcídio fez debates aqui começando às 18h00. Oito e meia, nove horas estava encerrado um debate ótimo, excelente.

Claro que os funcionários tiveram que receber hora-extra, não tem como. É obrigatório, porque... E horário noturno. Não sei se vai ter alguma repercussão midiática, mas acho que é muito positivo a gente utilizar um tempo que o Senado tem disponível. Claro que é um esforço para os Senadores, muitos vão estar em campanha, mas o resultado político para responder ao propósito de V. Exa. acho que seria mais positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Delcídio com a palavra.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Presidente, eu quero fazer uma sugestão em função das observações feitas. Eu retiraria o Gutemberg de Souza Pimenta e colocaria o Presidente da ANP. Eu colocaria no lugar do Gutemberg de Souza Pimenta, por sugestão do Deputado Inácio Arruda, nós colocá-amos... Eu chamei como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): O que que eu chamei? Deputado? Desculpa. Senador Inácio Arruda. Do Senador Inácio Arruda [risos]. Então acho que é pertinente, é uma coisa muito boa até porque também o Presidente da ANP não vai falar só sobre biocombustíveis, mas vai falar sobre petróleo também. E como eu estou... Esse... Esse painel vai ser um painel polêmico, até por em função de alguns convidados aqui eu acho que seria muito pertinente a vinda do Presidente da ANP, porque efetivamente ele faria um contraponto bom. Estou falando do Adriano Pires, que o Adriano tem posições bem ousadas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Meu amigo pessoal.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): E meu amigo pessoal também. Então acho que o Presidente da ANP faria um contraponto bom.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Que é nosso amigo pessoal também.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sem desmerecer...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Quer dizer, em lugar do Gutemberg, o Presidente da ANP.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sem merecer naturalmente o professor Gutemberg que em outra oportunidade será...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Claro, claro. Inegavelmente. Mas eu acho mais que por uma questão prática do painel.

Sr. Presidente, há uma sugestão do Senador Suplicy aqui ao meu lado, ele fala sobre... No painel de recursos energéticos e desafios estratégicos, ele sugere a inclusão do Dr. Mário Veiga, que V. Exa. inclusive, já havia sugerido anteriormente. Só que se nós colocarmos o Mário Veiga nós vamos... Porque o Mário Veiga tem uma visão muito importante, principalmente de energia alternativa, de programas eólicos, ele é um consultor, conhece energia como poucos...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Hein? É um... Eu acho que engrandeceria o debate. Agora, nós teríamos que nesse painel trabalhar com cinco pessoas. Seria o Kelman, Tolmasquim, o Professor Adilson de Oliveira, o Nelson Hubner e o Mário Veiga. Quer dizer, nesse painel seriam cinco, excepcionalmente.

Aí voltando para o painel de petróleo, nós só substituiríamos o Dr. Gutemberg pelo Diretor da ANP.

Com relação a *sistemas integrados de meios de transporte*, acho que a sugestão apresentada com o Adriano Branco, com Jurandir Fernandes e o Barat que foi inclusive da Agência Nacional de Aviação Civil, acho absolutamente pertinente, acho que são excelentes nomes e nomes que vão fazer um debate, no meu ponto de vista, bastante equilibrado, um deles foi meu professor na universidade também e eu sei, conheço a competência dele.

No painel de *novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos* eu acho que nós estamos trazendo o que há de melhor para fazer um debate desse. O Lerner, o Jorge Willian que tem uma experiência muito grande, o Paulo Mendes da Rocha e a Regina Maia. Acho inquestionável a proposta.

No caso de *acessibilidade e tecnologia de informação e comunicação*, o Luiz Shimura, que foi também da ANATEL, o José Leite Pereira Filho que também foi da ANATEL, o Antônio Carlos Valente e o Francisco Perrone, que foi Diretor de empresa de telecomunicações, portanto são pessoas bastante capacitadas para discutir esse tema. Também não vejo nenhum problema.

É importante destacar, Presidente, que esse painel é um dos temas que nós deveríamos fazer, realizar com mais uma comissão. No caso, a Comissão de Ciência e Tecnologia, para talvez a gente fazer uma coisa concatenada com outras comissões que tratam desse tema. O Senador Wellington já foi Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, eu acho que também concorda em fazer, talvez, uma audiência pública conjunta.

A área de *farmacos e medicamentos* nós incluímos além do Kurt Politzer, do Eliezer Barreiro e do Fernando Galembeck, que são profissionais da área e pessoas muito experientes, nós acrescentamos o Jailson Bittencourt, que conhece bem essa área de petroquímica, de petrofármacos, e é também membro do Conselho Diretor do CNPq e também da CAPES, é professor da Universidade da Bahia, e eu acho que agregaria muito a inclusão do Jailson Bittencourt nesse debate.

No caso da... De *infraestrutura e políticas públicas*, aqui foram sugeridos a Sônia Maria Draibe...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sônia Miriam.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sônia Miriam Draibe, o Marcelo Neri e nós incluímos o Ricardo Paes de Barros, que é um camarada extremamente competente, é do IPEA e eu não tenho dúvida que é sucesso garantido no painel, porque é um camarada muito competente.

Com relação a outro item, também de telecomunicações e que-

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT – SP): Permite... Sobre essa Mesa como Sônia Miriam Draibe, Marcelo Neri e Ricardo Paes de Barros, eu sugeriria que pudesse haver um quarto nome.

São excelentes os três nomes indicados e são economistas que na área dos estudos sobre transferência de renda tem se colocado muito em defesa de programas focalizados. Há um debate muito intenso sobre este assunto e seria importante acrescentar um nome que seja, digamos, entusiasta daquilo que já existe como lei, haverá a sua instituição por etapas, que é a renda básica incondicional.

E há no Brasil diversos economistas, dentre os quais Lena Lavinas, Célia Lessa Kerstenetzky, Maria Ozanira Silva e Silva, Clóvis Zimmermann, eu poderia citar mais pelo menos dez que são entusiastas e dialogam muito sobre esse tema, mas eu acredito que seria importante ter um desses nomes acrescentados aqui. Então é a sugestão que eu formulo.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, acho pertinente a sugestão do Senador Eduardo Suplicy. É um homem que conhece os especialistas nessa área, até porque tem projetos muito focados, muito voltados para os temas que vão ser debatidos, e eu só solicito ao Senador Suplicy qual é o nome que ele sugeriria dentre esses nomes todos que ele acabou de citar. Porque nós temos três pessoas, um painel com quatro seria adequado.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT – SP): Bem, então eu sugiro, por exemplo, a professora Lena Lavinas, se ela não puder, eu, na data, então um dos nomes que eu mencionei poderia com igual talento...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Então Professora Lena Lavinas.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT – SP): Para ter um nome de pronto. Ela é professora da--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): E com os demais expositores, que são muito bons, esse painel vai ser espetacular, viu Presidente. Eu não tenho dúvida nenhuma sobre isso.

SENADOR EDUARDO SUPLYCY (PT – SP): Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Então incluímos a Professora Lena.

Na área de telecomunicações, voltamos, Presidente, para *banda larga e acessibilidade no serviço de telecomunicações*. Estão sugeridos os nomes da Emília Maria Silva Ribeiro Curi, que é Diretora Conselheira da ANATEL, todos nós conhecemos, ela foi sabatinada aqui, Nelson Simões, que inclusive já havia uma proposta do Nelson Simões num outro painel, então nós só

deixamos o Nelson nesse painel e o Luis Cuza, que é o Presidente da Associação Brasileira das prestadoras de serviço de telecomunicações competitivas.

Ele participou da Subcomissão dos Marcos Regulatórios e acho que é uma pessoa que também nos ajudaria muito nesse debate, e especialmente com relação a esse tema. Volto a sugerir também que essa AUDIÊNCIA PÚBLICA venha a ser feita, realizada, com a Comissão de Ciência e Tecnologia.

No caso de saúde e regulação, Presidente, nós sugerimos o Jarbas Barbosa, que é ex-Secretário Nacional de Assistência à Saúde, e foi um dos mentores da Agência Nacional de Assistência Suplementar, o Isaías Raw, médico e cientista também, Presidente do Instituto Butantan, portanto dispensa comentários, e o Pedro Bernardo, que é do Núcleo de Assoreamento Econômico e Regulação da ANVISA.

V.Exa... Nós estamos propondo, Presidente, sempre pessoas... Ou as pessoas convidadas têm, vamos dizer assim, não tem um perfil alinhado com qualquer tendência ou então existem pessoas que são... Que um faz contraponto a outro. Que em alguns temas a gente... Na maioria dos painéis nós sempre colocamos um lado e outro da moeda. Em alguns painéis talvez sejam painéis mais... Os convidados são mais plurais e, portanto, vão fazer uma exposição mais ecumênica, mais ampla, mais... Menos... Com viés menor sob o ponto de vista político ou ideológico.

E alguns desses painéis eles vêm... Eles vão ter esse tipo também de... São poucos, mas em alguns, isso vai acontecer. E a nossa sugestão é que a *saúde e regulação* nós venhamos a fazer com a Comissão de Assuntos Sociais. *Saúde e regulação*.

Quer dizer, basicamente, as audiências conjuntas seriam na área de telecomunicações com a Comissão de Ciência e Tecnologia, e no caso de saúde com a Comissão de Assuntos Sociais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): E também da acessibilidade? Com Ciência e Tecnologia.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Como, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): No item *telecomunicações, acessibilidade e tecnologia de informação*.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): É, os dois, os dois itens, *telecomunicações e inovação tecnológica, banda larga*... Nós faríamos com a Comissão de Ciência e Tecnologia. E esse de fármacos nós faríamos com a Comissão de Assuntos Sociais.

E o Senador Suplicy está sugerindo que esse... Esse painel com a Sônia, com o Ricardo Paes de Bar-

ros sobre políticas públicas, que seja feito com a CAE também, com a Comissão de Assuntos Econômicos.

Evidente, Presidente, que quem comanda as audiências é a Comissão de Infraestrutura, mas acho que valeria a pena acionar as demais comissões, para que enviem participantes, como V. Exa. sugeriu hoje, três Senadores que farão... Que representarão a Comissão de Infraestrutura na Comissão de Assuntos Sociais, terça-feira quando o Ministro Márcio Fortes virá aqui para falar sobre habitação.

Agências reguladoras. Nós estamos sugerindo o Paulo Godoy, que é Presidente da ABDIB, já por várias vezes veio aqui discutir sobre agências reguladoras, a Marilena Lazzarini, que é do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, porque muita gente fala em agência reguladora, Senador Suplicy, mas não fala do consumidor final. E as agências, mais do que nunca, o trabalho delas, como diz aqui o Senador Inácio, é a sociedade.

Então, acho que a vinda da Marilena seria importante. Nós todos, o Senador Flexa, o Senador Gim Argello, nós entendemos que essa seria uma sugestão boa, seria um nome bom para trazer para aqui. O Wanderlino Teixeira de Carvalho que é Presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação e o Luiz Alberto dos Santos, que é lá da Casa Civil. Ele é o maior especialista na Casa Civil de... Ele que trata dos projetos todos de agências de regulação. Ele que trata dessas questões de regulação na Casa Civil. Acho que seria importante e seria o ponto de vista da Casa Civil com relação a esse tema. Para fazer o contraponto de um lado e de outro.

E o último item, *infraestrutura e integração da América do Sul*. Uma sugestão da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários, o Rodrigo Otaviano Vilaça, porque hoje, talvez um projeto de integração importante entre os países andinos, é esse projeto ferroviário que cruza a Bolívia, que se integra com a Argentina e chega no Chile. O Everton de Almeida Carvalho, que foi inclusive uma sugestão da liderança do PT, do Senador Aloizio Mercadante, que é Presidente da Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento. Ele trata desses temas todos de integração aí numa leitura ampla de América do Sul, então seria muito importante, porque entre os temas principais de integração, como em qualquer lugar do mundo, a integração começa com infraestrutura.

A Europa, a Comunidade Econômica Européia começou com integração via infraestrutura. Depois vieram as outras coisas.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E principalmente ferroviária e aquaviária.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Aquaviária, ferroviária, de energia, exportação de vários países... Gás.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu sugiro aqui, se possível, no seu painel, na sua proposta de painel, nós incluímos o Secretário-Executivo do Ministério das Relações Exteriores, o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. É um estudioso que tem livros publicados sobre a questão da América do Sul e da sua integração.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Presidente, talvez então nesse caso nós abriríamos uma exceção também e colocaríamos um quinto. Nós já temos quatro, já. Seria mais nesse tema *integração*.

Eu sugiro o seguinte. Se a gente...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que tem quatro. Aqui tem três só.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Não, não. Perdão. Eu estava lendo outro. Correto. São quatro e eu acho que é uma sugestão boa, nós fechamos esse painel com quatro e acho que ninguém melhor que o Secretário-Geral do Itamaraty para falar um pouco da integração e o pensamento do Itamaraty com relação a esse projeto de infraestrutura. Acho muito bom. Quer dizer, nós completaríamos o quarto nome.

Resumindo, Presidente, só para a gente...

Então, o primeiro painel, voltando, é o Mário Luiz Possas, o Wilson, o Glauco e o José Márcio Camargo, da PUC, que nós estamos sugerindo incluir.

O outro painel, *divisões da crise*, Luiz Gonzaga Belluzzo, Antônio Delfim Neto, Luiz Carlos Mendonça de Barros e Luciano Coutinho.

O de recursos energéticos, que excepcionalmente teria cinco expositores, Kelman, Tolmasquim, professor Adilson de Oliveira, Nelson Hubner e Mário Veiga, que é consultor, que já havia inclusive sido proposto por V. Exa. naquele primeiro documento.

Na questão de *petróleo, etanol*. Adriano Pires, Aroldo Lima, Marco Jank e Allan Kardec. Acho que esse tema dá pra varrer petróleo e biocombustíveis de uma maneira ampla, porque o Jank, que vai falar de etanol, mas os outros vão falar de biocombustíveis mesmo. Tanto o Allan Kardec... Quer dizer, biocombustíveis de uma forma mais ampla, como também o próprio Haroldo Lima, por sugestão do Senador Inácio Arruda.

Os *sistemas integrados de meio de transporte*, o Adriano Branco, meus professor, Jurandir Fernandes e o Barat, que foi da ANAC.

Novas tecnologias urbanas, Jaime Lerner, Jorge Willian, Paulo Mendes da Rocha e Regina Maia.

Telecomunicações, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Luiz Shimura, José Leite Pereira filho, Antônio Carlos Valente e Francisco Perroni.

Indústria de medicamentos e marcos da regulação, com a Comissão de Assuntos Sociais, Kurt, Eliezer, Fernando Galembeck, e o Jailson Bittencourt.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é o próximo não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Assuntos sociais ficou da *saúde e regulação*.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): É... Assuntos Sociais... *Fármacos e medicamentos* fica também... Fica também Assuntos Sociais, Presidente. Eu não citei na hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não. Está registrado agora.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Então *fármacos e medicamentos* também com a Assuntos Sociais.

Outro tema, relativo a *políticas públicas*, a Sonia Draibe, Marcelo Neri, o Ricardo Paes de Barros e a professora Lena da UFRJ. *Telecomunicações*. Aliás, e essa por sugestão do Senador Suplicy em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos.

O Outro tema, de *telecomunicações*.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Você já passou do resumo aí do transporte, já?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Hein?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): *Transporte e infraestrutura urbana?* Já?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Já.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): É que eu gostaria de sugerir um quarto nome, que nós poderíamos ou pegar um especialista na área de transporte ferroviário, porque nós temos pelo menos dois nomes que tratam aqui da questão mais geral, do conjunto do transporte.

Mas o específico do ferroviário ou, porque nós estamos tratando da infraestrutura urbana, pegarmos especialistas e estudiosos que estão na área de infraestrutura urbana.

Eu sugiro na área de infraestrutura urbana, pra gente pensar se dá pra gente casar, a professora Raquel Rolnik, que é Consultora do Habitat, que é um organismo das Nações Unidas e é uma especialista, estudiosa do Brasil, da América do Sul, e agora com responsabilidades no mundo inteiro, uma arquiteta fabulosa nessa área. E a professora... Ou a professora Ermínia Maricato.

São duas grandes especialistas, estudiosas e que também vão fazer contraponto aqui com meta-de da Mesa, digamos assim. Porque todas duas são bastante polêmicas na arguição dos temas que elas dominam muito bem. Porque acho que daria maior equilíbrio na Mesa. Não estou querendo escolher já o nome, mas--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Não, mas o importante... Acho que cabe seguramente mais um... Mais um convidado. Então, solicito ao Senador Inácio Arruda que sugira o nome.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Nesse caso, a minha proposta seria a professora Raquel Rolnik.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Professora?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Raquel Rolnik.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Raquel?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Rolnik.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Como se escreve?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Rolnik. Pode escrever Rolnik.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Rolnik. Com “c” mudo? É isso?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): K.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Com “k”, Rolnik. Bom, então incluímos no *transporte e infraestrutura urbana*, professora Raquel Rolnik.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Como quarto nome?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Como quarto nome, Presidente.

Bom, com ação a *farmacos*, voltando lá, com relação a *farmacos e medicamentos*. Estão aí os quatro nomes e a sugestão é fazer junto com a Comissão de Assuntos Sociais. O Kurt, o Eliezer, o Fernando Galembeck e o Jailson Bittencourt.

Infraestrutura e políticas públicas junto com a CAE, por sugestão do Senador Suplicy, incluindo a professora Lena.

Telecomunicações, também conjuntamente com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Emília Curi, Nelson Simões e o Luis Cuza.

Saúde e regulação, também com a Comissão de Assuntos Sociais, Jarbas Barbosa, o Isaías e o Pedro José Bernardo.

No caso das *agências reguladoras*, Luiz Alberto dos Santos, Wanderlino Teixeira de Carvalho, Marilena Lazzarini e Paulo Godoy, da ABDIB.

E infraestrutura e integração da América do Sul. Rodrigo Vilaça, Everton Carvalho, Cloradino Severo, foi Ministro dos Transportes e hoje é consultor e deu muitas contribuições na Subcomissão dos Marcos Regulatórios e incluindo o Secretário-Geral do Itamaraty, o Embaixador Samuel Pinheiro.

Então, Presidente, essa é a relação e eu não ajustei as agendas exatamente porque... Para conversar com V. Exa. e com os demais Senadores, para ver como é que nós agendaríamos as datas, até porque eu entendo que a Secretaria Geral da Comissão de Infraestrutura precisa de um tempo também para tomar as providências todas, convidar as pessoas e ajustar as agendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Delcídio Amaral, os cumprimentos desta Comissão pelo excepcional trabalho que V. Exa. traz para a nossa apreciação. Todos aprovam o que aqui foi sugerido por V.Exa.. Mostra não somente o conhecimento que V. Exa. tem sobre esses diversos temas, mas o espírito público de que V. Exa. é dotado. Parabéns, meus cumprimentos.

E eu gostaria, dentro do que o Senador Delcídio Amaral colocou em termos das datas e também do que colocou o Senador Ministro Eliseu Resende e o Senador Eduardo Suplicy com relação ao acúmulo de painéis no mesmo dia, que nós fizéssemos o seguinte, coloço isso à apreciação do Plenário.

A sugestão no documento apresentado é de que iniciássemos esse ciclo de audiências públicas no dia 31 de março, terça-feira. Está muito em cima, como disse o Senador Delcídio. Talvez nós pudéssemos colocar para o dia 7 de abril. Então dia 7 de abril seria a primeira semana, depois no dia 8 de abril ficaria *infraestrutura e retomada do crescimento*, dia 9 de abril *recursos energéticos e desafios estratégicos* e assim por diante.

Então, essa é a minha sugestão, de que nós ajustemos as datas de acordo com a solicitação feita pelo Senador Delcídio Amaral, para dar tempo à secretaria dessa Comissão que faça os convites e acerte e ajuste as datas dos diversos palestrantes.

A segunda sugestão, que é do Senador Suplicy e do Senador Ministro Eliseu Resende é de que nós dividamos esses painéis que estão concentrados num único dia. Então, por exemplo, aqui nós temos... Nós temos dois painéis no item *transporte e infraestrutura urbana*, nós temos dois painéis no mesmo dia. Então nós dividiríamos. Ficaria um painel num dia e outro painel em outro dia. Se V.Exas. estiverem de acordo permaneçam como estão. Fica aprovado.

E outro item, o terceiro e final de uma consulta que faria é sobre a questão do horário que aqui tam-

bém foi levantado. Acho que o Senador Inácio Arruda e também o Senador Delcídio havia me falado para que esses painéis fossem realizados à tardinha, à noite, que teríamos talvez um maior rendimento e uma maior disponibilidade dos senhores senadores por não terem comissões para frequentarem nas manhãs e nem tão pouco porque à tarde não podemos em função das sessões deliberativas. Então eu coloco à apreciação dos senhores senadores se nós podemos flexibilizar esses horários também, em função da possibilidade dos senhores convidados. Alguns painelistas poderão dizer: "Eu prefiro no final da tarde", outros poderão dizer na parte da manhã; se V.Exas. dão à Secretaria da Comissão essa flexibilidade para que nós possamos agendar esses painéis.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Eu queria só fazer um... Esses temas são muito... São temas áduos para se debater e discutir. São temas que levam tempo. Não só pelos convidados, mas pelo que os Senadores vão discutir.

Eu tenho muita preocupação, Presidente, de trazer por exemplo esses convidados e aí, mesmo que a gente comece oito e meia, aí as outras comissões lá pelas 10h00 começam a funcionar também. Começa a dividir e perde densidade a discussão. Na minha visão.

Então eu acho, Presidente, evidente que vai ter que ser ajustada a agenda em função dos convidados, são pessoas atarefadíssimas, mas essa proposta de eventualmente se fazer... Por exemplo, depois da ordem do dia, no final da tarde, eu acho muito boa, porque, inclusive, nós temos mais tempo para debater e para discutir e normalmente todo o pessoal que acompanha os trabalhos do Senado pela televisão eles vão acompanhar também isso.

Nós, nessa Subcomissão, nas segundas-feiras, nós ficávamos... Isso era acompanhamento pela televisão do Senado, então muitas pessoas assistiam, faziam sugestões, inclusive em tempo real... Então, acho que nós deveríamos dispor de tempo para fazer esse debate. Porque eu acho que permear um debate com essa profundidade com outras comissões entrando e saindo senador, senador vai votar não sei aonde, vai... Acho que perde a consistência que todos nós esperamos dar para esses... Esses painéis.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senador Delcídio. Pela ordem Senador Mão Santa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Depois do Mão Santa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Em seguida Senador Wellington.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Eu sei que o senhor é madrugador, aquela sabedoria que... Esse dito popular quem cedo Madruga Deus ajuda. Mas eu quero lhe dizer que passa é o dia todo com sono.

Mas eu quero dar um resultado da minha experiência que coincide muito com a do Delcídio. Eu era da CAS no início do mandato e criou-se uma Subcomissão de Saúde. O Presidente, o Papaléo Paes. Eu era o relator. E essas audiências, para dar certo tem que ser ao nascer da noite. É melhor do que ao nascer da madrugada, porque tem a disponibilidade.

Nós... Foram temas importantíssimos que mexeram na estrutura de saúde do país. Nós ficamos aqui até a calada, porque demora mesmo. Hemodiálise estava no chão, os honorários dos médicos, os direitos médicos, o ato médico, que varavam... O Papaléo... Era uma Subcomissão... Então ele marcava às seis e meia da tarde. Olha, varava, Arruda, às vezes até a madrugada. Temas que influíram no contexto da melhoria da saúde no Brasil.

Então, de noitezinha porque está todo mundo disponível, de dia é um corre-corre... Agora, só tem uma emendazinha, que não seja depois que a gente acordou de madrugada porque assim a gente está com sono de noite?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado Senador Mão Santa. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Presidente, essa idéia de fazer à tarde, de noite, eu acho maravilhosa. Porque... Primeiro que durante o dia a gente já vai discutindo tantos assuntos e já chega bem inspirado, digamos assim, para essa discussão à noite. E V. Exa. que já lançou o encontro às oito e meia da manhã, seria também para lançar o vespertino, às 06h00. Acho sensacional. Poderia ser, claro que aí tem que ter uma certa sensibilidade para ver de repente o dia que tiver um debate importante no Plenário, que aí nós não poderíamos estar nessa Comissão. Mas acho que tem espaço para poder... Para que nós possamos ocupar melhor esse horário à noite.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Wellington. Mas pelo que eu entendi essas nossas reuniões, esses nossos painéis ou audiências públicas seriam re-

alizadas às segundas-feiras. Então, o Plenário... Não é isso? Segundas-feiras?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Presidente, a Subcomissão dos marcos regulatórios ela acontecia na segunda. E deu muito bons resultados. E começar mais ou menos por volta de seis horas da tarde. Porque dava tempo, inclusive, para os Senadores... O Senador Mão Santa inclusive participou também.

Nós poderíamos ou fazer às segundas-feiras, todas as segundas-feiras às 18h00 porque é muito tranquilo, dá pra fazer uma conversa boa mesmo, um debate bom, ou mesmo... Ou fazer terça, quarta e quinta depois da ordem do dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Talvez... Então vamos colocar aqui para apreciação dos senhores senadores. Seriam duas propostas, fazermos esses debates, essas audiências públicas sempre às segundas-feiras às 18h00 ou fazermos também em alternativamente terça, quarta e quinta às 18h00. Quem estiver de acordo com a primeira proposta, de ser às segundas-feiras às 18h00, permaneçam como estão. Aprovado, então, com um voto contrário do...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Para quem mora em Brasília é bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com o voto contrário do Senador Wellington, que irá fazer um esforço para estar presente à reunião de segundas-feiras.

Então, essas nossas audiências públicas terão como data, a Secretaria irá providenciar quando da feitura dos convites, todas as segundas-feiras às 18h00 na sede... No plenário da Comissão de infraestrutura do Senado Federal.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Pediria a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Acho que é uma decisão lógica, porque aí nós separamos bem as reuniões ordinárias da Comissão de Infraestrutura daquelas reuniões temáticas mesmo de audiências públicas. Acho que fica bem razoável e acho que vai dar um bom resultado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado. Então fica assim decidido e isso sem prejudicar, como bem lembrou o Senador Delcídio Amaral, as nossas reuniões às quintas-feiras, às 08h30 da manhã.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Paulo Duque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Vamos passar agora ao próximo item da pauta, o final.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Pedi a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Desculpe, Senador Paulo Duque. Por favor, com a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Presidente, pelo que eu observei nesse trabalho, por sinal muito bem feito do Senador Delcídio Amaral, são cerca de 50 pessoas que vão ser convocadas, convidadas e possivelmente ouvidas por essa Comissão. 50 pessoas. Dessas, sem dúvida alguma a minoria mora em Brasília. A grande maioria é do Rio, de São Paulo, de outros lugares da federação.

Então, vai ter que ser traçada uma estratégia muito preciosa por parte de V. Exa. e de seus auxiliares. Porque vai ser um sucesso esse empreendimento. Tenho a impressão que isso vai agitar muito o Senado e vai ter uma repercussão até mesmo internacional. Pode ter.

Então, todos os Senadores, eu calculo, dessa Comissão, devem estar, como eu estou, muito interessados no sucesso e no êxito desses trabalhos. Era preciso que nós tivéssemos conhecimento das pessoas que vão ser convidadas que realmente vão comparecer. Primeiro. Segundo, é fundamental que a gente saiba de quanto tempo cada expositor vai dispor nessa Comissão. São dois fatos que eu gostaria muito que fossem considerados por V.Exa.. Disso vai resultar tudo. Da exposição de um, do contraponto do outro... Vai resultar o pronunciamento da Comissão e dos outros.

V. Exa. terá que dispor de uma grande infraestrutura aqui na sua Comissão, para poder ajudá-lo nisso. São 50 pessoas. Moradores dos demais estados da federação e não em Brasília, e vão ter que se deslocar para quem, vão ter que se hospedar por aqui. Veja, é um problema realmente complexo e agora de aspecto só administrativo. Não é entrar, sair, fazer a exposição e ir embora. É isso que eu gostaria de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senador Paulo Duque, muito obrigado por sua contribuição e essas suas observações e recomendações serão rigorosamente seguidas. Eu também comunicaria ao Plenário e à Secretaria dessa Comissão que na... No momento em que for... Forem feitos os convites aos senhores palestrantes, que isso fosse feito de maneira coordenada com o coordenador do Grupo de Trabalho que nos trouxe essa agenda hoje, Senador Delcídio Amaral, para ver... Que eventualmente poderá haver

alguma mudança no tema especificado para ser tratado naquele dia.

Então, ele, sendo acionado pela Secretaria dessa Comissão poderá então, em nome da Comissão, fazer esses ajustes, os ajustes necessários, bem como a assessoria também da Comissão de Infraestrutura, Senador Paulo Duque, estará estabelecendo todas as normas e os procedimentos de como serão realizados esses encontros e esses debates, estabelecendo tempo para cada expositor, o tempo para cada senador que deseje usar da palavra e fazer as suas perguntas com réplica e tréplica se for o caso.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): [pronunciamento fora do microfone] Cerimonial do Senado. Essas pessoas que vêm aqui são pessoas de altíssimo nível. É preciso convocá-los.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu solicitarei pessoalmente ao Presidente desta Casa, Senador José Sarney, que nos dê apoio nesse sentido. Muito bem lembrado, Senador Paulo Duque, obrigado pela sua valiosíssima contribuição.

Vamos passar ao item 2, item final da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 295/08 que modifica o art. 29 da lei nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que “*Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos da população, enquanto não forem finalizados os serviços de infraestrutura e instalações operacionais e o saneamento básico respectivo estiver efetivamente sendo prestado à população.*” O autor do projeto é o Senador Romeu Tuma, o relator Senador Heráclito Fortes, está ausente, nomeado... Indicado relator *ad hoc* Senador Mão Santa, o parecer favorável ao projeto com três emendas que apresenta. Com a palavra o Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Relatório. “*Examina-se o Projeto de Lei do Senado, PLS nº 295, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que modifica a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, Lei do Saneamento, com o objetivo de proibir a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos enquanto não estiverem executadas as instalações operacionais e os serviços de saneamento básico não forem efetivamente prestados.*”

Em síntese, o projeto pretende incluir na Lei do Saneamento quatro dispositivos com propósitos específicos, quais sejam:

a) determinar que a cobrança de taxas ou tarifas e outros preços públicos somente poderá ser implementada quando as instalações operacionais estiverem finalizadas e os

serviços de saneamento efetivamente prestados à população;

b) assinar prazo improrrogável de noventa dias, contado da notificação pelo prestador de que as instalações operacionais estão concluídas, para que os beneficiários promovam a ligação das respectivas instalações particulares à rede pública;

c) estabelecer que o titular do serviço poderá aplicar multa administrativa, de valor entre mil e dez mil reais, nos casos de inação dos notificados;

d) admitir que, no caso de populações ou localidades de baixa renda, a ligação da rede particular à rede pública seja subsidiada e até custeada pelo ente público que detenha a titularidade dos serviços prestados.

Justifica a iniciativa o argumento de que o Poder Judiciário vem decidindo de maneira conflitante acerca da natureza jurídica da cobrança pelos serviços de saneamento básico, que incluem o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e o manejo de resíduos sólidos e a drenagem e o manejo das águas pluviais urbanas.

Segundo o autor do projeto, duas correntes doutrinárias se digladiam. Uma considera que se aplica o conceito tributário de taxa, nos termos do art. 77 do Código Tributário Nacional, assim expresso:

Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à disposição.

Outra opera no sentido de classificar a contra-prestação pelos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos como tarifa ou preço público, de natureza não-tributária.

Para o autor do projeto, no âmbito dessa última corrente interpretativa, na qual se inclui, não pode ser cobrada taxa pela utilização potencial dos serviços de esgotamento sanitário.

Ainda segundo o autor, embora a matéria se mantenha em dissenso nos juízos de 1ª e 2ª instâncias, há reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal, STF, no sentido de considerar que a cobrança pelos serviços de esgotamento sanitário somente pode ocorrer nos casos de efetiva prestação.

Não há, contudo, Súmula ou orientação jurisprudencial na Suprema Corte com vistas a pacificar esse entendimento, lacuna que a proposição pretende suprir.

Apresenta em 6 de agosto último, a proposição foi distribuída às Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.

Nesta Comissão, ultrapassado o prazo regimental, não houve apresentação de emendas.

Análise.

“Trata-se, sem dúvida, de iniciativa meritória, de largo alcance social.

Recentemente aprovada no âmbito de um consenso político duramente obtido, a Lei do Saneamento, credora de justificadas esperanças com vistas à universalização da infraestrutura de saneamento no Brasil, pode e deve ser aprimorada.

É o que se pretende com o PLS nº 295, de 2008, que, ao condicionar a cobrança pelos serviços à sua efetiva prestação, contribui para a ampliação dos sistemas de saneamento básico, sobretudo os relacionados com a coleta e o tratamento de esgotos, objeto, não raras vezes, de cobranças meramente relacionadas com o volume de água fornecido aos usuários, sem que haja a implantação e a operação correspondente de redes de esgotamento sanitário.

Assim, sem desconhecer sua virtude essencial, qual seja, a de aperfeiçoar a Lei de Saneamento, importa notar que o PLS nº 295, de 2008, destina-se, na verdade, não a regular os serviços abrangidos pelo conceito de saneamento básico, mas, especificamente, a impedir a prática abusiva de cobrança conjunta pelos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nos casos em que a prestação do segundo não ocorre efetivamente.

De fato, não encontramos na iniciativa sob exame nenhuma objeção específica ao modelo vigente de cobrança pelos demais serviços de saneamento, tais como a limpeza urbana, na forma de taxas ou de tarifas, ou os de drenagem e manejo de águas pluviais – na forma de tributos, inclusive taxas – como dispõem os incisos II e III do art. 29 da Lei de Saneamento.

No entanto, no que concerne à cobrança de taxas pela utilização potencial de serviços de esgotamento sanitário não efetivamente prestados, a preocupação que orienta o projeto mostra-se pertinente. A forma para promover o pretendido aperfeiçoamento do texto legal, contudo, pode ser mais simples e eficaz.

É a seguinte a atual redação do art. 29, da Lei do Saneamento:

Art. 29. Os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços: I – de abastecimento de água e esgotamento sanitário: preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente;

Depreende-se do texto legal que a contraprestação pelo consumo dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não tem caráter tributário e, em regra, deve ocorrer na forma de tarifas, como quer a proposição em análise. O advérbio preferencialmente, contudo, deixa margem interpretativa para a adoção de outras formas de cobrança. Convém suprimi-lo, portanto, em proveito da clareza da norma.

No mesmo sentido, neste caso para configurar a condição de que sejam efetivamente instaladas as redes necessárias à prestação dos serviços para que se opere a cobrança, como também pretende o projeto sob exame, deve-se remover o mencionado comando àquele já expresso no art. 45 da lei vigente, assim disposto:

Art. 45. Ressalvadas as disposições em contrário das normas do titular, da entidade de regulação e do meio ambiente, toda edificação permanente urbana será conectada às redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário disponíveis e sujeita ao pagamento das tarifas e de outros preços públicos decorrentes da conexão e do uso desses serviços.

Em resumo, mantido seu propósito fundamental, consideramos que a redação do PLS nº 295, de 2008, deve ser alterada de molde a modificar o inciso I do art. 29 da Lei nº 11.445, de 2007, o que se opera na forma da emenda adiante apresentada.

Por fim, do ponto de vista da técnica legislativa, cumpre ajustar a redação da ementa do projeto sob análise, bem como suprimir seu art. 3º, de forma a adequar sua redação aos preceitos da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Tais alterações também ensejarão emendas a seguir apresentadas.

Voto.

“Ante as razões expostas, voto pela aprovação do PLS nº 295, de 2008, com as alterações decorrentes das seguintes emendas:

Emenda Comissão de Infraestrutura. Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2008, a seguinte redação:

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, com o objetivo de vedar a cobrança de tarifas ou outros preços públicos enquanto as redes públicas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário não estiverem disponíveis.

Emenda nº... Da comissão de Infraestrutura. Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2008, a seguinte redação:

Art. 1º O inciso I do art. 29 da Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa vigorar com a seguinte redação: Art. 29. I – de abastecimento de água e esgotamento sanitário: na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente, atendido o disposto no caput do art. 45;

Emenda Comissão de Infraestrutura. Suprima-se o art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 295, de 2008.

Sala das Comissões. Relator Senador Heráclito Fortes”.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado ao relator *ad hoc* Senador Mão Santa pela leitura do relatório do Projeto de Lei do Senado nº 295 de 2008. A matéria está em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o parecer do relator. Os Senadores que concordarem com o parecer permaneçam como estão. Aprovado. O parecer do relator favorável ao projeto com as emendas 1, 2 e 3 da Comissão de Infraestrutura, a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Por fim um Requerimento e um aviso. Requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner, em que ele nos termos do art. 93, em que S. Exa. nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento 11 de 2009, da Comissão de Infraestrutura, de autoria do Sr. Senador, aprovado em reunião realizada no dia 19 de março deste ano, “*Que seja incluído no rol dos convidados da audiência pública sobre o processo de licenciamento ambiental das obras do PAC, os seguintes convidados. Sr. Bernardo Hees, Presidente da América Latina Logística, representando o setor ferroviário;*

o Sr. Luiz Eduardo Garcia, Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura e Transporte, representando o setor hidroviário; o Sr. Noboru Ofugi, ex-Diretor da ANTT, representante do setor rodoviário; Dr. Mário Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundo Nacional do Índio, FUNAI”. Os senhores senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner.

E como aviso aos senhores senadores, comunico que na quarta-feira, ontem, dia 18, foi publicado no diário do Senado Federal o ato nº 1, de 2009 desta Comissão de Infraestrutura que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Encerrando a nossa presente reunião--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Sr. Presidente, antes do encerramento, eu gostaria de...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu gostaria de receber informações sobre o agendamento dessa... Já que ela foi aprovada anteriormente, sobre o agendamento dessa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Essas audiências públicas que foram aprovadas aqui não constam da agenda que foi hoje também analisada e aprovada. Elas estarão, farão parte das reuniões ordinárias da Comissão de Infraestrutura às quintas-feiras, 08h30 da manhã.

Nós estaremos agendando porque todo dia depois da... Toda quinta-feira depois da reunião eu me reúno com a assessoria e a secretaria da Comissão para nós prepararmos as próximas reuniões. E nesta reunião de hoje estaremos agendando o requerimento de audiência pública de V. Exa. que foi aprovado na sessão anterior. Na reunião anterior.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Poderia ser numa quinta-feira, então?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Será numa quinta-feira, dia de Reunião Ordinária da nossa Comissão de Infraestrutura.

Quero agradecer mais uma vez a presença de todos os senhores senadores, agradecer o esforço que os senhores senadores vêm fazendo para estarem presentes aqui às 08h30 da manhã, em especial ao Senador Ministro Eliseu Resende pela grande colaboração, pela grande contribuição que ele vem dando aos nossos trabalhos.

Obrigado aos senhores senadores, está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 11h28.

Ata da 6ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços De Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 2 de abril de 2009, às 8 horas e 30 minutos, no plenário da comissão, sala 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta minutos do dia dois de abril de dois mil e nove, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Inácio Arruda, João Ribeiro, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, João Durval, Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Gim Argello**. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: Requerimento de autoria do Senador João Durval, justificando sua ausência na última reunião da comissão, por se encontrar em missão política no seu Estado. Ofício 122/09, firmado pelo Chefe de Gabinete da Senadora Marina Silva, justificando a ausência de Sua Excelência na última reunião da comissão, por encontrar-se de licença para tratamento de saúde, no período de 10 a 31 de março de 2009. Requerimento do Senador Jayme Campos, justificando sua ausência na presente reunião, por encontrar-se em missão política no seu estado, no período de 31 de março a 02 de abril de 2009. Em seguida o Presidente passa a ler os seguintes Requerimentos **EXTRAPAUTA – ITEM 03 – REQUERIMENTO nº 13, de 2009-CI** – Requer nos termos do art. 50, inciso II e do art. 58, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 90, inciso III, do RISF, seja convidado o Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Guido Mantega, para expor sobre a crise econômica e suas possíveis consequências na programação orçamentária brasileira de 2008/2009, bem como nos investimentos para o setor de infraestrutura, notadamente no que tange à continuidade da execução do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; **Autor: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado. – EXTRAPAUTA – ITEM 04 – REQUERIMENTO nº 14, de 2009 – CI** – Requeiro, nos termos do inciso II do Artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam convidados representantes da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e da Confederação Nacional do Trans-

porte – CNT, para exporem aos senadores, em Audiência Pública, as dificuldades, limitações e prejuízos impostos aos produtores rurais e aos empresários do setor de transporte pelos gargalos existentes no sistema de transporte de cargas no Brasil. **Autores: Senadora Kátia Abreu e Senador Gilberto Goellner. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 05 – REQUERIMENTO nº 15, de 2009 – CI** – Requeiro, nos termos do art. 93 do RISF, a realização de **Audiência Pública conjunta** com as Comissões de *Serviços de Infraestrutura e Assuntos Econômicos*, destinada a tratar sobre Tema elencado na **Agenda de Trabalhos**, abaixo relacionado, aprovada em Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada no dia 26 de março de 2009, com a presença dos convidados também relacionados na referida Agenda; **Painel: “SEGUNDO DESAFIO: INFRAESTRUTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS.” Convidados: 1-Sônia Miriam Draibe** – Cientista Política, Especialista em Políticas Públicas, Professora da Unicamp e Fundadora do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas; **2-Marcelo Néri** – Economista, Especialista em Políticas Sociais e Distribuição de Renda e Chefe do Centro de Pesquisas Sociais da FGV; **3-Ricardo Paes de Barros** – Engenheiro, Doutor e Pós-Doutor pela University of Chicago, Coordenador de Avaliação de Políticas Públicas do IPEA, Professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; e **4-Maria Helena Lavinas de Moraes** – Professora Associada do Instituto de Economia da UFRJ, Secretária de Monitoramento e Gestão na Prefeitura de Nova Iguaçu, especialista em Políticas Sociais na OIT (Organização Internacional do Trabalho) em Genebra (Suíça) e professora adjunta da UFRJ. **Autor: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 06 – REQUERIMENTO nº 16, de 2009 – CI** – Requeiro, nos termos do art. 93 do RISF, a realização de **Audiência Pública conjunta** com as Comissões de *Serviços de Infraestrutura e Assuntos Sociais*, destinada a tratar sobre Temas elencados na **Agenda de Trabalhos**, abaixo relacionados, aprovada em Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada no dia 26 de março de 2009, com a presença dos convidados também relacionados na referida Agenda. **Painel: A Indústria de Medicamentos e os Marcos da Regulação; Convidados: 1-Kurt Politzer** – Químico, Presidente das Indústrias Químicas Taubaté e do Conselho de Tecnologia da Associação Brasileira de Química Fina; **2- Eliezer Jesus Barreiro** – Professor pesquisador da UFRJ e Especialista em Farmacologia; **3- Fernando Galembeck** – Químico, Professor Titular da Unicamp e um dos mais reconhecidos em pesquisa de nanofármacos; **4- Jailson Bittencourt** – especialista em petroquímica e

petrofármacos, membro do Conselho Diretor do CNPq e do CTC da Capes/MEC e professor titular da UFBA. **Painel:** “**Atenção Nacional ao Perfil Epidemiológico – Atendimento, Vacinas e Fármacos**” (Sugestão de audiência em conjunto com outras Comissões); **Convidados:** 1- **Jarbas Barbosa** – Médico, ex-Secretário Nacional de Assistência a Saúde e um dos idealizadores da Agência Nacional de Assistência Suplementar (ANS); 2- **Isaías Raw** – Médico e renomado cientista, Presidente da Fundação Instituto Butantã e responsável pela pesquisa e produção de vacinas; 3- **Pedro José Baptista Bernardo** – núcleo de assessoramento econômico em regulação (nurem) da ANVISA. **Painel:** “**A INFRAESTRUTURA E A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL**” (*Somente com membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura*); **Convidados:** 1- **Rodrigo Otaviano Vilaça** – Administrador, Diretor-Executivo da ANTF – Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, administrador do SNTF – Sindicato Nacional dos Transportadores Ferroviários; 2- **Everton de Almeida Carvalho** – Presidente da ABIDES – Associação Brasileira de Integração e Desenvolvimento e Diretor da Câmara de Comércio Exterior Brasil – Bolívia; 3- **Cloraldino Soares Severo** – Ex-ministro dos Transportes; 4- **Embaixador Samuel Pinheiro** – Secretário Geral do Itamaraty. **Autor: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 07 – REQUERIMENTO nº 17, de 2009 – CI** – Requeiro, nos termos do art. 93 do RISF, a realização de **Audiência Pública conjunta** com as Comissões de *Serviços de Infraestrutura e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática*, destinada a tratar sobre Temas elencados na **Agenda de Trabalhos**, abaixo relacionados, aprovada em Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, realizada no dia 26 de março de 2009, com a presença dos convidados também relacionados na referida Agenda. **Painel:** “**Acessibilidade, TICs (Tecnologia de Informação e Comunicação e Inovação)**”; **Convidados:** 1- **Luis Schimura** – Economista e Engenheiro especialista em política e economia das telecomunicações, Presidente do IBRE – FGV, ex-Diretor Presidente da Anatel; 2- **José Leite Pereira Filho** – Engenheiro, ex-Diretor da Anatel e Especialista em sistemas de transmissão; 3- **Antônio Carlos Valente** – Engenheiro, ex-Diretor da Anatel, Presidente da Telefônica; 4- **Francisco Perone** – Engenheiro Eletrônico, ex-Diretor da Telebrasil e membros do Conselho Consultivo da Anatel. **Painel:** “**Banda Larga e Acessibilidade nos Serviços de Telecomunicações** (Educação, Saúde, Segurança e Ciência)” (Sugestão de audiência em conjunto com outras Comissões); **Convidados:** 1- **Emília Maria Silva Ribeiro Curi** – Administradora, Especialista em Ges-

tão Pública e Diretora Conselheira da Anatel; 2- **Nelson Simões** – Engenheiro e Presidente da Rede acional de Pesquisas (RNP); 3- **Luis Cuza** – Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas (TELCOMP). **Autor: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado. ITEM 1 – PROJETO DE LEI DEO SENADO Nº 209, DE 2007** – Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências. **Autor:** Senador Eliseu Resende; **Relator:** Senador Delcídio Amaral; **Parecer:** pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: retirado de pauta, a pedido do Relator, para reexame. EXTRAPAUTA – ITEM 08 – REQUERIMENTO nº 18, de 2009 – CI** – Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V da Constituição Federal e, no art. 90, inciso V do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a comparecer à esta Comissão a Ministra de Estado da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff para explanar a respeito do andamento das obras do PAC; **Autor: Senador Fernando Collor. Resultado: Aprovado.** Nesse momento o Senador Lobão Filho, fazendo uso da palavra, faz a leitura de um manifesto de apoio à Presidência da Comissão e seus membros, solicitando que o documento constasse como parte integrante da presente ata: “**Prezado Presidente desta Comissão, nobre Senador Fernando Collor, Prezados Senadores e Senadoras, Gostaria de manifestar minha total satisfação à iniciativa de Vossa Excelência de encaminhar, ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, o ofício nº 018/2009, desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, tratando de sugestões, relativamente à questão da compensação dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios. Este tema, de alta relevância para a Federação brasileira e a sua população, como sabemos foi objeto de decisão dessa Comissão durante a última reunião do dia 26 de março deste ano. Os Estados e Municípios devem merecer de todos nós legisladores o apoio, nessa crise financeira internacional, para que não sejam afetados os recursos federais repassados a esses entes da federação brasileira. Os municípios brasileiros não podem ter afetados com a queda desses repasses federais. É no município que o cidadão encontra o serviço de saúde, de educação e de sua cidadania. Tenho a certeza de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com a sua equipe econômica suas lideranças políticas, haverá de encontrar uma solução para essa situação dramática que atinge as prefei-**

turas do Brasil. A população brasileira, principalmente as pessoas mais humildes, que se utilizam mais intensivamente dos serviços sociais prestados nos municípios, não podem ser atingidas injustamente. Fortalecer o município é fortalecer a cidadania do povo brasileiro! Ressalto aqui as três sugestões que foram encaminhadas por Vossa Excelência ao Sr. Presidente da República, que, tenho certeza, serão acolhidas para a devida apreciação e deliberação governamental, a saber: 1) os valores a serem repassados aos Estados e Municípios, relativos a participação dos tributos partilhados (IPI e IRPF), NÃO DEVERÃO SOFRER DECRÉSCIMOS EM RAZÃO DAS DESONERAÇÕES FEITAS PELA UNIÃO; 2) Para tanto, o Tesouro Nacional deverá repassar aos Estados e Municípios, a título de compensação, os valores correspondentes ao que preceitua o artigo 159 da Constituição Federal; 3) A Receita Federal adotará os procedimentos necessários ao cumprimento destas medidas. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Parabéns pela bela iniciativa em defesa dos municípios brasileiros. Vamos juntos, encontrar uma solução para o enfrentamento da crise financeira global mantendo sempre ativo o nosso sentimento municipalista, em defesa dos direitos sociais do povo brasileiro. Obrigado!” Em seguida o Presidente faz um breve relato sobre encontro havido com o Dr. Paulo Bernardo, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, dando conhecimento da informação das providências encaminhadas pelo Governo Federal. O Presidente retoma a **PARTE I** da Reunião, procedendo aos Comunicados da Presidência acerca dos seguintes assuntos: **a)** procedimentos a serem adotados nos processos de votações de Autoridades (cargos de Diretores de Agência e Departamento), deliberando que as mesmas poderiam ser iniciadas somente, e tão somente, após a exposição oral do candidato e, **b)** procedimentos a serem adotados na condução e dinâmica dos debates e na dinâmica dos trabalhos das Audiências Públicas, aprovadas na Agenda da Comissão. As sugestões de regras contidas nos itens “**a**” e “**b**” foram **Aprovadas** por unanimidade pela Comissão. A Presidência fez ainda comunicado sobre a Agenda Legislativa da Indústria no campo da Infra-estrutura. O item 2 da Pauta fica adiado. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Delcídio Amaral, Eliseu Resende, João Ribeiro, Lobão Filho, Gim Argello e Gilberto Goellner. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às nove horas e cinquenta e três minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente

Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotíпия Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-estrutura Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura Realizada no dia 02 de abril de 2009, às horas e minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Havendo número, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão de Serviços de Infra-estrutura Extraordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente a ser lido, há requerimento sobre a mesa. Requerimento do Senador João Durval que deveria ter sido lido na sessão anterior, não o foi, e eu o farei agora para conhecimento dos Srs. e Sras. Senadores. Sr. Presidente, requeiro nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal seja considerada como missão política de interesse parlamentar a minha ausência aos trabalhos da Casa nos dias 24, 25 e 26 de março do corrente ano, ocasião em que estarei no meu Estado. Foi quando da visita do Presidente Lula ao Estado da Bahia. Sala das sessões em 23 de março de 2009. Senador João Durval.

Um outro requerimento em relação também à ausência da Senadora Marina Silva. Sr. Presidente, ao cumprimentar cordialmente V. Exa. informo que a Senadora Marina Silva permanecerá afastada dos trabalhos do Senado Federal no período de 10 a 31 de março para tratamento de saúde. Atenciosamente. Assina o chefe de gabinete Eurípedes Alencar de Souza.

Um outro requerimento do Senador Jayme Campos, requerendo baseado no art. 13 caput do Regimento Interno do Senado que seja considerada como missão política de interesse parlamentar a minha ausência dos trabalhos desta Casa Legislativa nos dias 31 do corrente, 1º e 2 de abril, quando participarei de reuniões político-partidárias no Estado que represento no Senado Federal.

Há requerimentos sobre a mesa. O primeiro requerimento de minha autoria. Requeiro nos termos do art. 50, do inciso II, § 2º do art. 58, ambos da Constituição Federal culminado com o art. 90, inciso III do Regimento Interno do Senado, seja convidado o

Exmo. Sr. Guido Mantega, Ministro da Fazenda para expor sobre a crise econômica e suas possíveis consequências na programação orçamentária brasileira de 2008/2009, bem como, nos investimentos para o setor de infraestrutura, notadamente no que tange a continuidade da execução do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com esse requerimento, permaneçam como estão. Aprovado.

O segundo requerimento. Solicita seja realizada audiência pública com representantes da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária no Brasil – CNA e da Confederação Nacional do Transporte – CNT. Esse é um requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, integrante desta Comissão e presidente da Confederação Nacional da Agricultura que já havia nos solicitado numa reunião que ela promoveu com todos os dirigentes, todos os presidentes das federações de agricultura dos Estados juntamente com integrantes da Comissão de Infraestrutura para que essa audiência pública fosse realizada no **próximo dia 16**. Então ela requer--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): --Pois não. Pela ordem, o Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu gostaria de subscrever esse requerimento juntamente com a Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente. O pedido de V. Exa. será atendido.

Para expor em audiência pública as dificuldades, limitações e prejuízos impostos aos produtores rurais e aos empresários do setor de transporte pelos gargalos existentes no sistema de transporte de cargas no Brasil. Justificação: primeiro cabe afirmar que o crescimento dos transportes anda de mãos dadas com o crescimento da economia e da prosperidade, entretanto, no Brasil, verifica-se que a custo do transporte por tonelada, se utilizando a matriz rodoviária pode ser avaliado em 42,6 dólares por mil km, e por aí vai; percorrendo sucintamente sobre esses gargalos e solicitando, portanto, que diante dos números acima apresentados, entendo ser fundamental a apresentação das instituições ligadas aos setores produtivos e de prestação de serviços de transporte para ouvidas as críticas e sugestões, o Senado Federal tenha mais elementos para atuar no sentido de contribuir para a solução dos problemas atuais e para formulação de uma política inteligente para o futuro. Assinado Senadora Kátia Abreu, e também Senador Gilberto Goellner.

Coloco em votação o requerimento. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovada a reunião, audiência pública convocada para o próximo dia 16 de março aqui no plenário desta Comissão.

Um outro requerimento também esse em relação àquela agenda que foi preparada pelo grupo de trabalho coordenado pelo Senador Delcídio, faltaram alguns requerimentos para convites de autoridades que deverão participar dos painéis que serão realizados no âmbito desta série de audiências públicas. Requeiro nos termos do art. 93 a realização de audiência pública conjunta com as Comissões de Serviços de Infraestrutura e Assuntos Econômicos, conforme solicitação do coordenador dos trabalhos Senador Delcídio com aprovação de todos os Srs. Senadores na última reunião, destinada a tratar sobre tema elencado na agenda dos trabalhos abaixo relacionado, aprovada em reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e por aí vai. Tratando-se do segundo desafio infraestrutura e políticas públicas. Convidados: a Dra. Sônia Miriam Draibe, o Dr. Marcelo Nery, o Dr. Ricardo Paes de Barros e a Dra. Maria Helena Lavinhas de Moraes. Isso aqui se trata, são requerimentos que tratam das reuniões conjuntas que faremos Comissão de Serviços de Infraestrutura e outras Comissões, neste caso específico, com a Comissão de Assuntos Econômicos. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

O outro requerimento também se trata da mesma questão, só que neste caso específico seria uma reunião conjunta, uma audiência pública conjunta entre as Comissões de Infraestrutura e Assuntos Sociais. O tema é a indústria de medicamentos e os marcos da regulação. Convidados os Drs. Kurt Politzer(F), Dr. Eliezer Jesus Barreiro, Dr. Fernando Galembeck e Dr. Jailson Bittencourt. E também para o segundo painel que é Atenção Nacional ao Perfil Atendimento Epidemiológico, Vacinas e Fármacos, tendo como convidados o Dr. Jarbas Barbosa, o Dr. Isaías Rho 7:53 e o Dr. Pedro José Batista Bernardo. E também a Infraestrutura e a Integração da América do Sul. Convidados: o Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça, o Dr. Everton de Almeida Carvalho, o Dr. Cloraldino Soares Severo e o Secretário-Geral do Itamaraty. Sendo que essa última, me parece, que não seria em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, essa última seria somente na Comissão de Infraestrutura. E eu gostaria de chamar atenção da secretaria para que esse seja explicitado que esse tema: a Infraestrutura e a Integração da América do Sul não estarão dentro dessa audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais. Os Srs. Senadores

que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Também uma outra audiência pública conjunta entre a Comissão de Infraestrutura e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação, e Informática para tratarmos nessa audiência pública dos painéis: Acessibilidade, Tecnologia de Informação, Comunicação e Inovação, tendo como convidados os Drs. Luiz Shimura, Dr. José Leite Pereira Filho, Dr. Antonio Carlos Valente e o Dr. Francisco Perrone. E no segundo painel: Banda Larga e Acessibilidade nos Serviços de Telecomunicações. Convidados: Dra. Emília Maria Silva Ribeiro Cury, Dr. Nelson Simões e Dr. Luiz Cuza. Os Senadores que estiverem de acordo com esse requerimento de uma audiência pública entre a Comissão de Infraestrutura e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; permaneçam como estão. Aprovado.

Eu ouço o Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, eu gostaria só de fazer um registro sobre o item 1 da pauta que é o Projeto de Lei do Senado nº 209 que fala sobre as eclusas do projeto do Senador Eliseu Resende. E eu gostaria de fazer esse registro, Sr. Presidente, porque eu estou retirando de pauta esse projeto para apresentá-lo no dia 16 de abril. E por que nós estamos fazendo isso, Sr. Presidente? Nós já estamos trabalhando nesse projeto há mais de oito meses, nove meses, se eu se não me engano, Senador Eliseu Resende. Esse projeto nós já discutimos intensamente, especialmente, o Senador Eliseu Resende, a minha assessoria também. Em cima do projeto, sobre o projeto do Senador Eliseu Resende nós discutimos e de comum acordo promovemos alguns ajustes que entendo que aperfeiçoaram ainda mais esse projeto absolutamente pertinente do Senador Eliseu Resende, que dispensa comentários pela experiência que tem em infraestrutura, Ministro de Estado e que ocupou cargos relevantes da república brasileira.

E nós fizemos ontem, Sr. Presidente, no gabinete de V. Exa. uma reunião onde nós participamos, V. Exa., o Senador Eliseu Resende e eu com a assessoria do Senado e também com o Ministro interino Márcio Zimmermann, que a despeito de discussões anteriores, nós, inclusive, já havíamos recebido os comentários do Ministério de Minas e Energia, mas ontem, o Ministro Márcio Zimmermann retornou e apresentou a despeito de todo o trabalho que nós fizemos, especialmente, o Senador Eliseu Resende, comparando o projeto inicial às propostas anteriores do MME e as propostas apresentadas pelo relator, surgiram ontem comentários adicionais do Ministério de Minas e Energia. E nós na reunião com V. Exa. entendemos que seria mais con-

veniente fazer uma reunião hoje no meu gabinete de coordenação entre os assessores do Senador Eliseu Resende. A consultoria do Senado, os assessores do Ministério de Minas e Energia, pedimos um tempo até para olhar essas novas sugestões do Ministério de Minas e Energia, apresentadas pelo Ministro interino Márcio Zimmermann, e a ideia, o cronograma é o seguinte: nós trabalharíamos de hoje à tarde, já estamos trabalhando, hoje faríamos uma reunião de coordenação. O parecer, um novo parecer analisando essas sugestões do Ministério de Minas e Energia seria preparada até o dia 8 de abril, portanto, quarta-feira da próxima semana, para que nós pautássemos esse projeto no dia 16. E é importante registrar que ele tem caráter terminativo aqui na Comissão de Infraestrutura, ou seja, esse projeto aprovado vai diretamente à Câmara dos Deputados.

E eu contei toda essa história, Presidente, porque, às vezes, pode ficar a impressão que ou o relator está embarrigando a discussão do projeto, ou alguém está pressionando para que esse projeto não venha ser votado aqui, e eu estou contando exatamente os fatos. Que pela importância do tema, pelo que vão representar as eclusas e as hidrovias nos modais de transporte do País, eu acho que merece essa discussão, nós gastarmos mais essas duas semanas pela frente para arredondar e eliminar qualquer tipo de aresta, porque esse projeto é um projeto vital para o Brasil, pelo que representam as hidrovias, pelo impacto das eclusas, nesses projetos, especialmente, nos projetos de hidroeletricidade. As novas atribuições da ANTAC, as novas atribuições do DNIT, uma vez que o conceito do projeto a eclusa se transforma num serviço público, e, portanto, podendo ser construída pelo DNIT, podendo ser operada pelo governo, cobrando fretes, ou, ao mesmo tempo, passíveis de concessão, passíveis de parcerias público-privadas. Então, é um projeto importantíssimo. O momento é esse. Esse projeto já foi discutido e mesmo não se colocando em votação, esse projeto já foi discutido intensamente, pelo menos, nas últimas duas sessões da Comissão de Infraestrutura, que eu me lembre.

E, portanto, eu gostaria de retirar o projeto de pauta para que a gente faça essa discussão e no dia 16 de abril e votemos o projeto para que ela venha a ser encaminhado rapidamente à Câmara dos Deputados para que o País logo, e agilmente disponha de um instrumento tão importante como são as eclusas e as hidrovias que vão, necessariamente, mudar, dar mais competitividade para o escoamento da nossa produção, e, ao mesmo tempo, com redução de consumo de combustível, com fretes mais baratos, com impactos ambientais menores. Eu tenho um amigo que diz

que a melhor coisa da hidrovía é o seguinte: não tem buraco, não precisa recuperar nada, em tese; mas não tem buraco, ou seja, a pista está sempre lisa. Então, eu acho que é um grande avanço. E eu me comprometo, e me estendi um pouco mais para que todos tenham, com clareza, o real desenvolvimento desse projeto, para que não fique nenhuma dúvida que nós estamos, que esta Comissão de Infraestrutura está procrastinando essa votação, o que não é verdade. Então, eu quero propor a V. Exa. a retirada para que nós, no dia 16 de abril, votemos esse projeto. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): V. Exa. será atendido. O item nº 1 da pauta será então retirado a pedido do relator, Senador Delcídio Amaral pelas explicações que ela acaba de oferecer a toda a Comissão. E eu peço à secretaria que paute este projeto para apreciação desta Comissão no próximo dia 16 de abril deste ano.

Eu passaria a palavra ao Senador, Ministro Eli-seu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, eu gostaria de dar total endosso às palavras do Senador Delcídio Amaral com relação a esse Projeto de Lei que está tramando aqui na Comissão de Infraestrutura a respeito das eclusas.

O Senador Delcídio Amaral tem razão em querer que esse estudo e esses entendimentos para introdução desse instrumento importante na legislação brasileira seja alcançado com o rigor necessário, porque é um assunto muito complexo, é um assunto decantado. Trata-se de fortalecer ou dar uma posição maior na matriz de transportes do Brasil do setor hidroviário.

O Brasil tem uma dívida, recebeu uma dívida, tem a maior rede hidroviária do mundo, assim como temos outras dívidas, nós temos essa, e é possível que o Brasil patrioticamente saiba utilizar.

Todo mundo proclama que o transporte hidroviário é o transporte de menor consumo energético. É mesmo. Eu lembro aqui do princípio de Arquimedes: o navio quando está desatracado, não atracado você consegue empurrá-lo com a mão, basta um simples rebocador para puxar o navio, porque o peso, a carga própria e a carga útil do navio é compensada com a reação do líquido de baixo para cima, igual o peso do volume do líquido deslocado. Então, todo mundo fala que a comparação do consumo de combustível no deslocamento do navio é inexpressivo com relação ao consumo de combustível nas ferrovias, e, particularmente, nas rodovias. E o Senador Delcídio Amaral citou que nós temos aqui no Brasil uma rede hidrográfica maior que pode ser melhor, mais bem utilizada, se

nós eliminarmos as corredeiras, ou as cachoeiras que impedem a navegação.

A Bacia Amazônica tem cerca de 40 mil km de rios navegáveis. Projetos de hidroelétricas de barramento para geração de energia estão sendo projetados para a Amazônia. E não é possível que esses projetos condenem a navegação ou a navegabilidade dos rios eternamente. Temos de preservar a possibilidade de construir a eclusa.

Nós fizemos a Lei do Sistema Nacional de Viação, trabalhamos nela, ela foi já submetida aqui à aprovação da Comissão de Infraestrutura do Senado e foi aprovado, foi aprovado pelo plenário do Senado, e agora tramita na Câmara Federal.

Tivemos o cuidado, como relator, na Lei do SNV, do Sistema Nacional de Viação já de fazer a primeira listagem das eclusas no Brasil. Há quem afirme que se nós construirmos as eclusas, nós transformaremos a nossa rede hidrográfica para efeito de navegação no dobro da quilometragem atual, particularmente, nos rios afluentes do rio Amazonas e também da bacia do Tocantins Araguaia do Paraná Paraguai.

Essa preocupação aqui da Comissão de Infraestrutura é pertinente, porque há uma complexidade no entendimento dos investimentos para construção das eclusas. As eclusas que nós temos construído hoje, as em construção e as que estão projetadas para serem construídas, não estão sendo programadas adequadamente para manter a navegabilidade dos rios no presente e em potencial. As eclusas são construídas pelos barrageiros ou pelos geradores de energia elétrica. E há muitos entendimentos, particularmente, na área dos transportes da navegação que a concessionária da construção da energia elétrica tem de arcar com o investimento na eclusa. Chega-se à conclusão de que isso é uma distorção, porque as construções das barragens hidroelétricas hoje estão praticamente concedidas às empresas estatais ou privadas, e se o custo da construção da eclusa incidir sobre o custo do empreendimento hidrelétrico, então nós vamos colocar o ônus da navegação na conta de luz do contribuinte, do consumidor de energia elétrica. Isso vem acontecendo.

Nós temos o exemplo de Tucuruí, uma eclusa que está sendo construída no Tocantins Araguaia. A hidroelétrica como iniciou a sua construção sem a eclusa, então na época nós vivemos este problema naquela época, o governo tomou iniciativa de deixar a boca da eclusa preparada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só a cabeça.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Só a cabeça. É o encaixe da eclusa. Então hoje a Eclusa

de Tucuruí está sendo construída muito depois da geração de energia elétrica pela barragem de Tucuruí.

Então, seria preciso disciplinar esse procedimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 26 anos depois.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): 26 anos depois. E hoje nós assistimos a imprensa criticando que está havendo superfaturamento na construção da Eclusa de Tucuruí.

É preciso disciplinar. Nós não podemos construir uma hidroelétrica como nós construímos Itaipu sem estudar a inserção ou não da eclusa. Hoje os técnicos do Paraná estão tentando projetar um sistema que permita a transposição do rio Paraná Paraguai contornando a Barragem de Itaipu, isso é muito oneroso, é caríssimo. Temos outras usinas hidroelétricas, Jupia, Ilha Solteira, e que nós construímos as barragens sem previsão de eclusa.

A colocação da eclusa neste caso num futuro ou depois da construção da barragem fica extremamente onerosa.

Em torno desse assunto há posições entre as correntes dos transportes ou da navegação, e o setor elétrico, cada um fica discutindo quem deve construir a barragem, a custa de quem fica o custo da eclusa. E na Câmara Federal estão tramitando Projetos de Leis elaborados por defensores da navegação que insistem que o setor elétrico tem que construir a eclusa e inserir esses custos para efeito de retorno do investimento na conta de luz, o que é uma injustiça para o consumidor de energia elétrica. Então, o Projeto de Lei é muito complexo, porque ele procura fazer a separação dos custos entre os usuários da navegação e os consumidores de energia. Isso é complexo, e essa complexidade do assunto é que traz e trouxe aqui agora a palavra do Senador Delcídio Amaral dizendo que o assunto tem que ser estudado profundamente.

O nosso Presidente Fernando Collor tomou a iniciativa de promover um contato com o Ministro de Minas e Energia, o Senador Lobão, e o assunto está sendo estudado tecnicamente, requer cuidados especiais.

Eu quero citar aqui. Assistimos uma exposição--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): V. Exa. me permite um aparte, Senador?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Pois não.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Por que não fazemos uma audiência pública para tratarmos desse assunto? Convidar o Ministro dos Transportes,

o diretor do DNIT, o Ministro das Minas e Energia, Senador Delcídio, por que é que a gente não faz uma audiência pública para tratar deste assunto?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): V. Exa. me permite, Sr. presidente? Eu só gostaria de ponderar que eu acho que nós já avançamos muito, Senador João Ribeiro, e Brasil precisa de um projeto, de uma lei clara para essa questão das hidrovias, especificamente, das eclusas. Se nós fizermos as audiências públicas--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Já está finalizado, praticamente, o trabalho.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Não, uma audiência pública que eu propus, Senador, uma--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Eu acho que no meu ponto de vista, nós--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): --Para que a gente possa clarear qualquer dúvida, elucidar qualquer dúvida.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): --E a nossa preocupação é que tramitam projetos na Câmara que no, meu ponto de vista, são projetos ruins, não é que são projetos ruins, é um posicionamento de um parlamentar a favor da navegação, mas que como disse o Ministro Lobão, o Ministro interino Márcio Zimmermann, há uma preocupação grande com o setor elétrico. E esse projeto do Senador Eliseu Resende procura compatibilizar as duas coisas: os interesses do setor de energia com os interesses do setor de transporte da navegação. No meu ponto de vista, se nós fizermos ainda uma audiência pública, nós podemos aí considerar que esse projeto venha ser aprovado lá por maio, mais ou menos, e eu acho que nós não podemos perder tempo. É uma visão pessoal, respeitando a preocupação de V. Exa. que sempre foi um defensor das hidrovias aqui até pelas características do Estado de V. Exa.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Eu, Senador Eliseu, justifico pelo seguinte, embora todos nós aqui na Casa sabemos que V. Exa. é uma grande autoridade em transporte de modo geral, no nosso País, um estudioso do assunto, o Senador Delcídio também é um homem da área. Mas eu acho que a gente ouviria os empresários, a opinião dos empresários da área, da própria Aneel, os empresários do setor elétrico, como de modo em geral e a opinião do governo, numa única audiência pública para, se tiver alguma dúvida, nós tirarmos essa dúvida, e a partir daí eu acho que... Esse é um projeto que, eu tenho a impressão, Senador Eliseu, que terá unanimidade dos votos desta Comissão e do plenário também,

porque esse é um assunto que, realmente, se arrasta por muitos e muito anos.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG):

Nós estamos tentando obter um consenso através de reuniões técnicas já há algum tempo. Estamos na fase final de obtenção desses consensos. Achamos que o Senado deve acelerar a aprovação do projeto aqui para que ele vá lá para a Câmara Federal, Câmara dos Deputados e possa ser apensado aos projetos que lá tramitam. Isso terá de ser feito com a urgência possível. Caso contrário, os projetos da Câmara vão tramitar e este, sim, vai gerar dificuldades na aprovação final de uma solução que contemple a todos os setores.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Ministro Eliseu, me permite um aparte também?

Eu muito preocupado com essa questão das eclusas da viabilização das hidrovias, da complementação da nossa matriz de transportes aqui no Brasil, havia encomendado à minha assessoria que fizesse um projeto onde transformasse a eclusa numa concessão pública e pudesse ser viabilizado através de empreendedores brasileiros e internacionais, cobrando tarifas pelo uso da eclusa.

Mas eu fui informado de que essa lei já existe, ou seja, há transformaram a eclusa numa concessão, portanto, passível de ser cobrada através de tarifas pela utilização da eclusa.

Eu perguntaria a V. Exa. se é pertinente essa colocação da minha assessoria.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG):

Perfeitamente pertinente. Nós estamos fazendo um projeto em que a eclusa será construída ou diretamente através de investimento público pela União ou pelo Estado, se o rio for estadual, a exemplo de Tucuruí. A Eclusa de Tucuruí está sendo colocado, encaixada na hidroelétrica e o barramento da hidroelétrica previu este espaço para esse encaixe por conta da União, e o investidor é o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes. Então, este é o investimento feito diretamente pelo poder concedente, no caso pelo Governo. Alternativamente, como V. Exa. citou, se houver a viabilidade econômica a eclusa pode ser construída também através de uma concessão ao setor privado. E vem o operador navegação e ganha a licitação e opera navegação cobrando o que nós chamamos de pedágio hidroviário para retorno do seu investimento. Essa é a essência do projeto nosso, de minha autoria cujo relator é o Delcídio Amaral. Nós consideramos a operação de eclusagem como uma prestação de serviço público, cujo poder concedente é de responsabilidade da União é em qualquer caso, e a União pode executar, explorar ou diretamente como

é o exemplo de Tucuruí, através do DNIT, ou indiretamente por concessão ao setor privado por outorga da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – AN-TAC. Então, essa equação já é uma equação aceita, nós não temos dúvida e não há polêmica mais com relação a isso.

A nossa preocupação é que há setores que insistem em que o barramento elétrico deve cobrir os custos da eclusa. E, de outro lado, os geradores de energia elétrica não gostam da eclusa, querem não dar satisfação para a navegação. A lei vai impor que o barrageiro ou o concessionário de energia elétrica ouça a Agência Nacional de Águas e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários para prever, pelo menos, a eclusa no investimento da usina hidroelétrica.

Eu acho que o projeto está bem estudado. Nós estamos tendo o cuidado de estudar isso com o governo, temos tido várias reuniões, sucessivas reuniões com o Ministério de Minas e Energia. Essa série de reuniões está se concluindo. Tivemos ontem uma reunião de que participou o próprio Presidente da Comissão de Infraestrutura, o Senador Fernando Collor, e o Senador Delcídio Amaral ficou de apresentar uma redação final do seu substitutivo, ouvindo as últimas observações do Ministério de Minas e Energia.

O SNV já dá aqui um elenco de eclusas que devem chamar a nossa atenção para aumentar a rede hidrográfica do País. Eclusas que estão já em operação, barragens que estão construídas sem eclusa, e eclusas projetadas. Então, tem a eclusa no rio Branco, no rio Madeira, eu cito aqui os dois investimentos que despertam a atenção no momento que a usina de Santo Antonio de Girau no rio Madeira, essas estão listadas aqui, não pode deixar de haver a previsão da eclusa. Para que tenham uma ideia, o rio Madeira é totalmente navegável até os seus formadores na Bolívia. Ele corresponde ao instrumento de sonho da Bolívia de ter uma ligação com o Oceano Atlântico. Isso não é uma coisa que tenha viabilidade econômica no momento, mas, de outro lado, nós não podemos construir Girau e Santo Antonio sem eclusa condenando a Bolívia a nunca mais ter uma porta para o Atlântico, e condenando a navegabilidade dos afluentes do rio Amazonas. Temos eclusas no rio Tapajós, no rio Juruema, no Rio Araguaia; as eclusas do Tocantins Araguaia. Nós estamos construindo a eclusa de Tucuruí, e está em construção também a Eclusa de Lajeado, temos Peixe Angelical, Boa Esperança no Parnaíba, Sobradinho que é a eclusa que já opera no rio São Francisco, São Simão no rio Paranaíba, Ilha Solteira no Paraná, Jupiá no Paraná, Porto Primavera no Pa-

raná, Ilha Grande no Paraná e Itaipu no Paraná, já se estudam, não há eclusas para romper o barramento de Itaipu, mas o dispositivo de transposição de nível é equivalente fora do corpo da barragem, que é uma perspectiva também prevista em lei.

Então, apenas uma informação, eu acho que nós estamos na reta final. E a audiência pública talvez pudesse ser realizada, porque volta para a Câmara e vai haver o apensamento, e, certamente, os defensores da navegação, exclusivamente, vão querer levantar questões técnicas com relação a essa proposta nossa.

Aí chega o momento de haver as audiências públicas, talvez, para juntar as soluções. Nós estamos convencidos que de a nossa solução é uma solução harmônica, reúne a complexidade do assunto e as soluções para os seus diferentes aspectos que poderá ser implantada, e eu entendo, Sr. Presidente, que essa é uma contribuição importante que nós podemos dar ao desenvolvimento do País através da integração do sistema de transportes, fazendo com que o setor hidroviário, que é uma dádiva concedida ao território brasileiro possa ser utilizado na matriz energética do Brasil com mais intensidade para a integração nacional e a redução dos custos de produção para o desenvolvimento da economia.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Eliseu Resende. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente, só para dizer a V. Exa. que eu escutei a palavra dádiva hoje já duas ou três vezes, para dizer que uma dádiva é a gente poder participar da reunião da Comissão de Infraestrutura, toda quinta-feira, pela manhã, e poder ver o Senador Ministro Eliseu Resende, o Senador Delcídio Amaral colocar com tanta propriedade, com tanto conhecimento um novo modal de transporte que o Brasil tanto precisa. A gente escutar falar nas nossas hidrovias, ver, enxergar, saber das nossas barragens as condições que nós vamos ter, de ter construído com tanta perfeição um projeto tão belo e pacificar dois setores tão importantes da economia brasileira. Ver um Senador Lobão Filho vir aqui e já construído, já preocupado, porque agora para participar desta Comissão a pessoa... Eu parabeno também o Senador Lobão Filho, porque tem que estar preparado, que ouvir a explicação do Senador Delcídio Amaral, vendo as colocações feitas pelo Ministro Eliseu Resende sobre todos os rios navegáveis do nosso País, a condição que nós temos de melhorar muito modal hidroviário, falar sobre os serviços públicos, aonde pode ser cobrados

os investimentos que os investidores privados podem fazer e devem fazer nas eclusas que são necessárias. Quer dizer, isso é um aprendizado que eu acho que o Senado todo deveria... Esse projeto vai direto para a Câmara, mas depois de aprovado nesta Comissão, fazer audiência pública, sim, lá na Câmara para que o Senador Ministro Eliseu Resende e o Senador Delcídio Amaral possam ir lá e explicar com esse grau de conhecimento o que é e a importância que são as eclusas para o nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Gim Argello.

Eu gostaria apenas de fazer um comentário, porque quando o Senador Lobão Filho fez a indagação ao Senador Eliseu Resende, tinha na pergunta embutida uma questão muito importante que era a de que com o custo das eclusas, da construção de eclusas estaria associado ao custo da hidroelétrica, e isso seria repassado ao consumidor final. Nesse projeto não, a construção das eclusas, como disse o Senador Eliseu Resende, ficará a cargo do DNIT. A hidroelétrica, o custo da energia para o consumidor final será cobrado única e exclusivamente de acordo com o custo da construção desta hidroelétrica sem incluir neste custo a obra das eclusas.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Mas a indagação não foi essa não. Quando eu intencionei em fazer o projeto, depois descobri que o Ministro Eliseu Resende tem um projeto infinitamente superior, eu fui informado que já existia um dispositivo de lei em vigor que dava a possibilidade de concessão pública das eclusas, possibilitando, assim, que o empreendedor privado pudesse investir, tarifar e recuperar do investimento aplicado ali.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeito. Mas aí na exploração da hidrovia--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Da hidrovia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): --Da hidrovia e não na questão elétrica da cobrança. Perfeitamente.

Então, isso que os senhores membros da Comissão de Infraestrutura ouviram tanto do relator Senador Delcídio Amaral, quanto do nosso Vice-presidente, Senador Ministro Eliseu Resende foi resultado de vários e vários encontros e reuniões culminando ontem lá em meu gabinete, com a presença do Ministro em exercício das Minas e Energia, a pedido também do Ministro Edison Lobão, na presença do Ministro Eliseu Resende, Senador Delcídio Amaral, assessores do Ministério de Minas e Energia, assessores do Mi-

nistro Eliseu Resende, assessores do Ministro Delcídio, assessores e consultores do Senado Federal, e hoje, ainda hoje estarão novamente reunidos, porque ontem chegou uma nota técnica do Ministério de Minas e Energia solicitando algumas adequações, e as assessorias então de todos nós estarão reunidas hoje no gabinete do Senador Delcídio, de modo a que no próximo dia 16 nós possamos aqui nesta Comissão, finalmente apresentar o relatório final que será enviado à Câmara dos Deputados.

Tem mais um requerimento que eu gostaria de colocar à apreciação dos Srs. Senadores. Requerimento de minha autoria. Requeiro na forma do disposto do art. 58, § 2º, inciso V da Constituição Federal, no art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, seja convidada a comparecer a esta Comissão a Ministra de Estado da Casa Civil, Sra. Dilma Rousseff para explicar a respeito do andamento das obras do PAC, já que esse é um assunto que vem suscitando algumas questões. Então, eu sugiro que nós possamos fazer um convite à Sra. Ministra para que aqui compareçam. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o requerimento, permaneçam como estão. Está aprovado o requerimento.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Antes de iniciarmos o item 2, eu gostaria de fazer um registro aqui.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu queria manifestar minha total satisfação à iniciativa de V. Exa. de encaminhar, e a desta Comissão, de encaminhar ao Sr. Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva o ofício nº 018/2009. Tratando de sugestões relativamente à questão da compensação dos fundos de participação dos Estados e Municípios.

Esse tema de alta relevância para a federação brasileira e a população brasileira, como sabemos, foi objeto de decisão desta Comissão na última reunião do dia 26 de março deste ano. Os Estados e Municípios devem merecer de todos nós legisladores o apoio nessa crise financeira internacional, para que eles não sejam afetados e para que os recursos federais repassados a esses entes da federação brasileira não sejam minorados. Os municípios brasileiros não podem ser afetados com a queda desses repasses federais. É nos Municípios que o cidadão encontra o serviço de saúde, de educação e de sua cidadania. Tenho a certeza de que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com a sua equipe econômica,

suas lideranças políticas haverá de encontrar uma solução para essa situação dramática que atinge as prefeituras do Brasil.

A população brasileira, principalmente, as pessoas mais humildes que se utilizam mais intensivamente dos serviços sociais prestados aos Municípios não podem ser atingidas injustamente. Fortalecer o Município é fortalecer a cidadania do povo brasileiro. Ressalto aqui as três sugestões que foram encaminhadas por V. Exa. ao Sr. Presidente da República que, tenho certeza, serão acolhidas para devida apreciação e deliberação governamental, a saber. Os valores a serem repassados aos Estados e Municípios relativos à participação dos tributos partilhados IPI e Imposto de Renda não poderão sofrer decréscimos em razão das desonerações feitas pela União. Para tanto o Tesouro Nacional deverá repassar aos Estados e Municípios a título de compensação os valores correspondentes ao que preceitua o art. 159 da Constituição Federal.

A Receita Federal deverá adotar os procedimentos necessários ao cumprimento dessas medidas.

Sr. Presidente, parabéns pela bela iniciativa em defesa dos municípios brasileiros, e vamos juntos encontrar uma solução para o enfrentamento dessa crise que assola o Brasil e o mundo, mantendo sempre altivo o nosso sentimento municipalista em defesa dos direitos do povo brasileiro. É importante, nesse momento, o Senado dar uma resposta à sociedade, mudando essa agenda negativa que está na imprensa para uma agenda positiva, influenciando diretamente na vida do cidadão, e a forma mais premente é a crise que passa os Municípios brasileiros com a diminuição da sua receita esse trimestre. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Lobão Filho, o ofício encaminhado ao Sr. Presidente da República, foi um ofício da Comissão de Infraestrutura, preparado este ofício pelo Senador Ministro Eliseu Resende, e do qual eu fui apenas o emissário para que esse ofício chegasse às mãos de S. Exa., o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ontem mantivemos um encontro com o Ministro Paulo Bernardo na residência do Senador Gim Argello, e ele lá chegou e nos transmitiu a notícia alvissareira de que estava vindo de uma reunião da qual participou, até porque por ele foi convocado o Presidente em exercício José Alencar, que a pedido do Presidente Lula estava reunindo todos os Ministros da área econômica para que estudassem alternativas no sentido de atender a demanda dos prefeitos que estão realmente passando por momentos de extrema dificuldades. Muitos deles ameaçando fechar as portas da prefeitura e se ausentar

do Município, porque não tem condições mínimas para exercer condignamente os seus mandatos, dentro das atribuições que lhe são conferidas, e desses estudos, segundo o Ministro Paulo Bernardo ontem nos relatou, várias alternativas já foram elencadas para sanar essa dificuldade gerada, sobretudo, para os prefeitos de Estados, consumidores em função da redução do repasse do FPE que é não é devido, é bom que se frise, apenas a redução da alíquota do IPI e da criação daquelas duas novas faixas de Imposto de Renda. Mas também em função da queda na arrecadação e o IPI e o Fundo de Participação dos Municípios e dos Estados é uma consequência direta da arrecadação de IPI e de Imposto de Renda. De modo que essa é a boa notícia que eu posso trazer à Comissão, em função do ofício a que V. Exa. agora se referiu, que foi um ofício encaminhado todo da Comissão de Infraestrutura, e que foi atendido prontamente pelo Presidente Lula, e que ontem o Ministro Paulo Bernardo nos trouxe essa informação de que, tão logo, chegue o Presidente ele deverá tomar a decisão que qual das alternativas que estão hoje sendo estudadas ele irá adotar para minorar o sofrimento e o padecimento porque passam hoje os prefeitos do nosso País.

Eu gostaria de fazer, antes de passar ao item seguinte da pauta, alguns comunicados aos integrantes da Comissão. O primeiro deles é em relação aos procedimentos no processo de votação de autoridades. Na última votação aqui, na última sabatina realizada e na votação procedida, foi levantado por alguns Senadores a tese de que o processo de votação poderia ser imediatamente aberto, tão logo tivesse assento à mesa o indicado para a agência x ou y, e estivesse ele já sentado à mesa. Tive que consultar, mais uma vez, o regimento, embora já naquela ocasião o regimento a mim me parecesse ser claro quanto ao fato de que o processo de votação somente poderia ser aberto depois da inquirição do sabatinado, mas fizemos uma melhor análise para atender também a demanda dos Senadores que têm outras Comissões para participar, e que tem outros trabalhos a realizar, e chegamos a uma conclusão que eu quero colocar à apreciação do plenário. Então, aqui seria o resumo dessa nota que eu coloco para informação, naturalmente, e para deliberação de V. Exas.

Sobre a questão suscitada na reunião do dia 19 de março a respeito do processo de votação de autoridades cumpre esclarecer, de acordo com a nota informativa nº 584/09 da consultoria legislativa que foi a consulta que eu fiz logo após aquela sessão para que não tivesse dúvida sobre a posição que eu havia adotado de que somente seria aberto o processo de votação depois de terminada a sabatina, que o Regi-

mento Interno do Senado não versa expressamente que a votação só possa ocorrer após concluída por completo a arguição do candidato. Isso não quer dizer que o Regimento seja omissivo quanto à questão, na medida em que está previsto nele mesmo o princípio da analogia com os procedimentos em plenário para casos como esses, ou como este. Contudo, se em determinadas situações e mediante requerimento de qualquer membro houver entendimento por parte da soberania do plenário, da Comissão em se adotar a praxe de abrir o processo de votação antes da conclusão da arguição, esta presidência poderá atacar a decisão condicionada, porém, à alternativa de que a votação seja iniciada somente, e tão somente, após a exposição oral do candidato.

Então, eu gostaria de colocar à apreciação de V. Exas. e o processo de votação passaria a ser então da seguinte maneira: o processo seria aberto, tão logo o sabatinado concluísse a sua apresentação inicial. Aqueles que estiverem de acordo com essa interpretação que dá origem, que poderá dar origem a esta praxe, permaneçam como estão. Aprovado.

O segundo comunicado que eu gostaria de fazer a V. Exas. é sobre o procedimento que nós utilizaremos para os debates da agenda da Comissão, aquela agenda ampla que foi aprovada na reunião passada. Então, os convites já estão sendo feitos, e nós estamos tentando compatibilizar as nossas datas com as datas daqueles convidados pela Comissão para participarem dessas agendas, dessas audiências públicas. Naturalmente, é difícil porque são quatro, cinco pessoas em cada painel, e nós adequamos as datas que eles têm disponíveis com as datas dos dias em que a Comissão se reúne é um trabalho que vai exigir um certo tempo, mas nós já estamos trabalhando nesse sentido.

E eu gostaria de colocar também em apreciação a deliberação do plenário as regras de condução dos debates que a mesa sugere. A mesa dos trabalhos será composta nessas audiências pelo presidente da Comissão, pelos expositores e por um senador especialista na área, escolhido pelo presidente que fará o papel de mediador e que formulará comentários finais ao término dos trabalhos. A dinâmica dos trabalhos seguiria a seguinte formação, ou seguirá a seguinte formação: primeiro a exposição inicial de oito minutos para cada um dos palestrantes. Segundo: o senador destacado para fazer as primeiras perguntas, por ordem de inscrição, terá até três minutos para formular questionamentos a todos os expositores, no máximo em número de quatro, os quais a seu turno terão cinco minutos para cada resposta, permitida a réplica em bloco de até dois minutos para o inquiridor, seguida de mais dois

minutos de tréplica para cada expositor a quem tenha sido dirigida a réplica. Os demais senadores formulam suas perguntas conforme a sistemática descrita no item 2 que é esse que acabo de ler. Após todos os senadores haverem formulados seus questionamentos, o senador mediador tecerá comentários finais a guisa de conclusão das discussões realizadas.

Esse é um padrão que nós poderíamos utilizar para evitarmos as confusões que, normalmente, surgem na realização dessas audiências públicas. Como nós não temos nenhum texto em que possamos nos basear para estabelecer uma certa organização nos debates, e poder extrair desses debates o maior proveito possível, eu sugiro e levo à deliberação do plenário que nós adotemos, tenhamos como base essas regras para que as nossas audiências públicas sejam melhor organizadas.

Então, os Srs. Senadores que estiverem de acordo com essas regras de condução dos debates que acabaram de ser lidas, permaneçam como estão. Ficam aprovadas, então essas regras.

O terceiro comunicado que eu gostaria de fazer a V. Exas. é sobre a agenda legislativa da indústria, no campo da infraestrutura. Nesta semana a Confederação Nacional da Indústria se reuniu em Brasília com todos os presidentes das respectivas federações estaduais e com lideranças partidárias e presidentes de comissões temáticas do Congresso Nacional para apresentar a sua agenda legislativa. E essa apresentação foi feita de forma sistematizada e separada pelos diversos setores produtivos, e fez chegar também então, portanto, a esta presidência a sua agenda legislativa no campo da infraestrutura. Então, eu pedi para que fosse retirada. Esta aqui foi a agenda distribuída pela Confederação Nacional da Indústria, e esse aqui é o exerto(F) que eu pedi que fosse feito dessa agenda tratando apenas das questões relacionadas à infraestrutura, no que tange à infraestrutura que é do nosso interesse. E eu pediria que a secretaria fizesse chegar à mão de cada um dos Srs. e Sras. Senadoras esta agenda. E eu farei um pequeno resumo do que isso significa.

A CNI para melhor refletir as suas preocupações, ela inicia esse documento afirmando que marcos regulatórios modernos e agências reguladoras independentes são importantes instrumentos para atrair investimentos, como todos nós sabemos. Cito ainda a agenda que o setor produtivo requer prioritariamente para se adequar aos padrões internacionais investimentos nas áreas de transportes, portos, energia, telecomunicações e agências reguladoras; para tanto são destacadas várias proposições que tramitam no Congresso.

No que tange a nossa Comissão de Infraestrutura, há o Projeto de Lei nº 3.337/2004 do Poder Executivo que dispõe sobre a gestão, organização e o controle social das agências reguladoras. A CNI se manifesta favorável ao projeto que ainda tramita na Câmara, no entanto, a nossa Comissão de Infraestrutura pode, pela relevância do tema e como fizemos recentemente em relação ao projeto que regula o Sistema Nacional de Viação, solicitar ao Presidente Michel Temer a priorização e celeridade no trâmite da matéria naquela Casa.

O Projeto de Lei do Senado também, segundo sugestão da CNI, nº 327/2006, de autoria do Senador João Alberto de Souza que dispõe sobre novas regras para os portos secos, estabelecendo que a abertura dele se dê mediante o regime de licenciamento em substituição ao atual modelo de concessões e permissões. A entidade se manifesta a favor da proposição que, inclusive, já foi aprovada nesta Comissão de Infraestrutura. No momento o projeto tramita na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado, a qual podemos nos reportar solicitando prioridade no seu exame, e aqueles Senadores que, eventualmente, façam parte também da Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado, eu solicitaria que em contato com a presidência da Comissão solicitasse o apressamento de apreciação desta matéria.

Um outro Projeto de Lei que é o 7.397/2006 do Deputado Júlio Semeghini que dispõe sobre as áreas de preservação permanente no entorno de reservatórios de águas artificiais para fixar o limite dessas áreas ao redor dos reservatórios. O projeto ainda tramita nas Comissões da Câmara, e a nós cabe aguardar a sua chegada aqui à Comissão, ou se for o entendimento, antecipar o estudo do tema e apresentar nova proposição a ser iniciada no Senado, o que, particularmente, eu acho que não seria o caso. Vamos aguardar que venha da Câmara.

4º Projeto de Lei nº 1.563/2007 do Deputado Paulo Teixeira e co-autores que dispõe sobre fontes renováveis de energia com o objetivo de promover a universalização, a geração distribuída e racionalização energética, além, de modificar o Proinfa e aumentar a participação de fontes alternativas na matriz energética nacional, ou seja, o foco são os incentivos para o aumento do uso de fontes alternativas de energia. A matéria está sob análise de uma Comissão especial da Câmara, sobre a relatoria do Deputado Fernando Ferro do PT de Pernambuco, e esta Comissão de Infraestrutura pode analisar as sugestões da indústria para, se entender que são cabíveis, modificar o projeto e apresentar a sua posição ao relator naquela Casa.

E, por último, o Projeto de Lei nº 2.641/2007 do Deputado Ricardo Barros, que altera a Lei nº 11.488/2007 para ampliar os benefícios fiscais do Red(F). A Confederação se manifesta pelo acatamento da matéria, e hoje, nesse caso nós podemos, já que ela tramita nas Comissões da Câmara, esse Projeto de Lei nº 2.641, talvez anteciparmos um pouco o debate dessa questão aqui no Senado, aguardando a aprovação daquela Casa, e como nos demais casos, solicitando ao Presidente Michel Temer a agilização do trâmite, propondo, se possível, através das lideranças o regime de urgência para a matéria.

Quanto a essa questão do relacionamento da Comissão de Infraestrutura e do Senado da República pela Comissão com a Câmara dos Deputados, essas relações têm sido muito cordiais e muito eficientes naquilo que é tratado e que é solicitado.

Nós estivemos há duas semanas na companhia do Vice-presidente desta Comissão, o Senador Ministro Eliseu Resende e de senadores desta Comissão com o Presidente Michel Temer, pedindo a ele pressa na aprovação do Projeto de Lei do Sistema Nacional de Viação, é o PL 1.177/95. Com essa nova modalidade de apreciação de matérias que estão hoje aguardando o destrancamento de pauta, qual seja, o que for matéria de lei ordinária, são elas que trancam a pauta, e as outras não podem tramitar normalmente, a serem apreciadas normalmente sem obedecer esse trancamento de pauta, o Presidente Michel Temer, já naquela época, nos avisava que estava fazendo essa consulta ao Supremo Tribunal Federal, essa consulta foi respondida afirmativamente pelo Ministro relator, Ministro Celso de Mello, e está aguardando agora a análise pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, mas pela liminar concedida, pelo despacho concedido pelo Ministro Celso de Mello daquela egrégia corte de justiça, é praticamente certo de que isso vá ser dado que o Presidente da Câmara será dado a ele a cobertura jurídica necessária para que essa iniciativa prospere.

Depois dessa reunião com o Presidente da Câmara, o Deputado Michel Temer, apenas agora prestando contas à Comissão de Infraestrutura sobre o andamento da solicitação que nós fizemos, em que foi solicitada a celeridade no trâmite do projeto sobre Sistema Nacional de Viação, o PL 1.176/95, nós passamos a acompanhar semanalmente a evolução da matéria naquela Casa. Então, pelo acordado, tão logo a pauta do plenário da Câmara seja destrancada pelo esgotamento das medidas provisórias, o Presidente Michel Temer através das lideranças partidárias apresentará requerimento de urgência para o projeto. Ocorre que a liberação das medidas provisórias está na dependência da decisão do Supremo Tribunal Fe-

deral em relação à consulta feita pelo Presidente da Câmara, ou seja, nesse caso específico aguardando a decisão do pleno do Supremo Tribunal Federal. Mas me parece, de ontem para hoje, já há um entendimento de que um simples parecer do Ministro Celso de Mello já seria suficiente para que o Presidente da Câmara pudesse dar andamento de acordo com o entendimento que ele tem de que somente matérias de leis ordinárias estarão submetidas ao trancamento de pauta por ter, na sua frente, medidas provisórias a serem apreciadas.

Então, voltando. Estaria na dependência da decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à consulta feita pelo Presidente da Câmara sobre a possibilidade de se restringir o trancamento apenas nos casos de Projeto de Lei ordinário, e, assim, segundo informação da respectiva secretaria geral da mesa, a previsão é de que pauta só esteja liberada, Sr. Ministro Eliseu, daqui a aproximadamente um mês, o que é uma grande coisa, porque isso aí, se não fosse a providência que a Comissão tivesse adotado, talvez chagássemos ao final desse ano sem que essa matéria tivesse sido apreciada. E paralelo a esse processo, o projeto ganhou ritmo em seu trâmite ordinário nas Comissões. O relator da Comissão de Viação e Transportes da Câmara, o Deputado Mauro Lopes, conforme prometido naquele momento da nossa visita em que o Presidente Michel Temer entrou em contato com o deputado que é o relator, ele já entregou o seu relatório, se manifestando, inclusive, pela aprovação na íntegra do substitutivo do Senado. Com isso a matéria já está pronta para ser votada naquela instância, com previsão na instância da Comissão, com previsão de pauta para a próxima semana.

Gostaria também de comunicar aos senhores membros da comissão--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB - AL): Antes, com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM - MG): Se me permite. Nós estamos, realmente, aguardando que haja uma tramitação rápida na Câmara para aprovação da lei do Sistema Nacional de Viação. Nós discutimos este assunto aqui. É importante porque novas leis estão sendo apresentadas por diferentes senadores e deputados à modificação da malha rodoviária nacional.

Nós temos em mãos um Projeto de Lei de autoria agora do Senador Marconi Perillo, um outro Projeto de Lei de autoria do Senador Zambiasi, cujo relator é o Senador Pedro Simon, alterando a malha rodo-

viária, propondo a alteração da malha rodoviária em Goiás e no Mato Grosso. Os projetos estão prontos, mas nós estamos esperando, aguardando a aprovação final do CNV para que eles passem a incidir sobre a nova lei que oficializaram um novo Sistema Nacional de Viação.

Enquanto essa decisão procurada pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer não for alcançada para liberar a pauta para que a matéria possa ser avocada para decisão no plenário, ela tramita, como disse aqui o nosso presidente, nas comissões técnicas. Era para ter sido aprovado ontem na Comissão de Viação e Transportes, foi adiada para a próxima reunião, na quarta-feira. Esperamos que venha ser aprovada. Estamos atuando no sentido de acelerar a tramitação pelo processo tradicional. Agora o Projeto de Lei passa pela Comissão de Finança e Tributação. Tem de ser escolhido ali um relator. Nós estamos preocupados em fornecer aos relatores subsídios para que eles preparem os seus pareceres de forma expedita para depois ir à Comissão de Constituição e Justiça, e, quem sabe, num prazo de um mês pela tramitação tradicional nós possamos ter essa matéria concluída. E assim nós teremos aprovado o nosso novo Sistema Nacional de Viação, o que vai ser importante porque libera os projetos que estão tramitando de diferentes senadores propondo alterações novas no contexto da malha viária do País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Ministro Eliseu Resende.

Uma comunicação a mais da presidência da Comissão: a presidência da Comissão de Serviços de Infraestrutura comunica que a partir de hoje passa a contar também esta Comissão com o assessoramento do consultor legislativo desta Casa o Dr. Igor Vilas Boas, engenheiro eletrônico com especializações na área de telecomunicações, notadamente no campo regulatório. Assim o Dr. Igor se junta aos consultores Túlio Castelo Branco e Márcio Oliveira Júnior que sob a coordenação do Dr. Bruno Dantas, consultor geral do Senado darão à qualidade necessária aos trabalhos e demandas das Sras. e Srs. Senadores desta Comissão.

A nossa próxima reunião está marcada, portanto, para o dia 16 de março. Nessa reunião a pauta prevista terá... Nós temos na pauta a audiência pública da Confederação Nacional da Indústria com a Confederação Nacional dos Transportes para tratar dos gargalos que o setor agropecuário enfrenta em função da deficiência no setor de transportes, e também no dia 16, como aqui já ficou acordado, o Senador Delcídio

Amaral apresentará o seu relatório final sobre o projeto que trata das eclusas.

Como item segundo da nossa pauta, eu estou vendo que nós não temos número para fazer a votação. Portanto, ela fica adiada também para a próxima reunião no dia 16.

E recebemos aqui hoje, a mesa recebeu uma mensagem do Presidente da República nº 49/2009 que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ivo Borges de Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres na vaga do Sr. Noboru Ofugi. Quero lembrar que essas indicações agora estarão submetidas às normas do ato nº 1 da Comissão de Serviços de Infraestrutura, aprovada aqui na nossa primeira reunião plenária.

Com a palavra o Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Em relação ao item 2, Sr. Presidente, vejo o seguinte, que independente nós teríamos que discutir essa matéria, porém, eu permaneci aqui a esta Comissão, mesmo que eu tenha também outros compromissos, tinha às 9h, tenho agora às 10h, compromissos importantes também. Mas eu gostaria de dar uma consideração especial. Já que não temos o número suficiente, que se trata em caráter terminativo, mas eu devo falar com o Senador autor, César Borges e com o Senador João Tenório que é o relator e nós devemos considerar esse projeto inadequado ao momento, porque passa a produção de biodiesel do País, já que incentivos a essa atividade industrial hoje, porque esse projeto é datado de fevereiro de 2007. Hoje nós temos essa indústria ociosa no País, existe uma capacidade das 64 indústrias biodiesel com capacidade instalada de 3,6 bilhões de litros, sendo que... Quer dizer, que já houve um incentivo, um risco desses investidores muito grande, e todos passam por uma situação de muita dificuldade, haja vista, que os leilões hoje realizados pela ANP teve um componente inesperado que é a entrada da Petrobras como produtora de biocombustíveis. Então, esse último leilão que houve já se tornou predatório, os valores comercializados já, em sua maioria, já foram abaixo dos custos de produção, o que motivou essa indústria a não ter a viabilidade econômica necessária. Então, eu vejo que incentivos, como se propõe a lei, modificando a Lei 11.097 que criou a matriz energética dos biocombustíveis ela hoje não tem momento, é imprópria, já que bancos oficiais dispõem de linhas de crédito, e que já incentivaram essa indústria nacional. Então, isso até foi considerado pelo relator Senador João Tenório que existem linhas de crédito específicas já para esse setor e não precisaria

facultar ou se propiciar aos bancos esse incentivo de linhas de crédito oficiais.

Então, eu me coloco desfavorável à aprovação do projeto desde já, e eu vejo que eu vou falar com os dois, o autor e o relator, como eu já falei, para que esse projeto fosse retirado do seu andamento aqui no Senado, já que ele não virá contribuir, de maneira nenhuma, com os propósitos que ele havia em 2007, ainda não estávamos nessa situação, do excesso de biocombustíveis no País, já que a Petrobras demanda pelo momento é o B3 que com 1 bilhão e 200 milhões de litros já supre a necessidade, já a necessidade hoje para suprir a fabricação de biodiesel no País que se instale o B4, e até o B5 que passaria então para 2,2 bilhões de litros, haja vista, que a capacidade instalada já existe. Então, nós não precisamos incentivar, reincentivar a indústria. O que nós precisamos, sim, é discutir um novo modelo, nova matriz que é o óleo vegetal in natura, e desse eu tenho um projeto que tramita, atualmente está na Comissão de Agricultura e Meio Ambiente também, e que ele deverá, com o tempo, substituir esse biodiesel do B3, B4, B5; já que ele é favoravelmente mais vantajoso na ordem ambiental, mais vantajoso na ordem econômica, porque ele tem um custo 20% inferior ao biodiesel. Então, os propósitos que levaram o governo a fazer uma política muito interessante que foi incentivar a agricultura familiar a produzir óleos e colocar então um selo de certificação para que essa atividade de oleaginosas no País, principalmente, do dendê, do peão manso, e outros óleos vegetais pudessem ser desenvolvidos pela agricultura familiar e pelos programas de assentamentos, ela, infelizmente, não veio acompanhada de incentivo, sim, àquela produção, àquela viabilização da produção. E esse projeto, sim, deveria ser renovado, fazendo com que a produção fosse incentivada de uma forma diferenciada para então propiciar esse selo dos biocombustíveis, e não a indústria, já que a indústria instalada já se encontra superávit, um superávit de produção em relação à demanda nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senador Goellner. Então, por solicitação do Senador Goellner eu dilatarei esse prazo. Eu peço à secretaria para que, ao invés, de colocar esta matéria, que pelo que nós verificamos no relator do Senador Goellner vai suscitar um debate que demandará tempo, e como no dia 16 nós teremos essa audiência pública, que eu gostaria de, mais uma vez, pedindo a todos os Srs. e Sras. Senadoras que estivessem presentes, porque será uma audiência pública de extrema importância, e que estarão aqui presentes pessoas do mais alto nível e quilate de

conhecimento no setor da agropecuária, do agronegócio e do setor de transporte, a Senadora Kátia Abreu e o Dr. Clésio Andrade, juntamente com seus assessores para que nós possamos fazer dessa audiência pública, uma audiência pública esclarecedora desses gargalos de estrangulamentos que existem no setor produtivo nessa área da economia brasileira.

Então, eu pediria que, ao invés, do dia 16, fosse incluído na pauta no dia 30. E nesse prazo, Senador Goellner, eu pediria a V. Exa., de acordo com a sua própria sugestão, que nesse prazo que vai de hoje até o dia 30, a data prevista para reinclusão deste item 2 da pauta de hoje, que V. Exa. entrasse em contato com o Senador César Borges e com o relator Senador João Tenório para ver se V. Exas. encontram um meio termo sobre como tratar desta matéria.

No dia 23 nós teremos a nossa audiência pública proposta pelo Senador Goellner tratando do processo de licença ambiental para as obras do PAC. Nós sabemos, há sempre muitos entraves sendo criados em função da questão ambiental com a questão das obras que estão sendo realizadas, todas, de modo geral, mas, sobretudo, aquelas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento. Então, no dia 23 teremos essa audiência pública, processo de licenciamento ambiental versus andamento das obras do Programa de Aceleração do Crescimento, com as presenças do Dr. Bernardo Reis, Presidente da América Latina Logística, representando o setor ferroviário; o Sr. Luiz Eduardo Garcia, Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura e Transporte, representando o setor hidroviário; o Sr. Noboru Ofugi, ex-diretor da ANTT representando o setor rodoviário; e o Dr. Márcio Augusto Freitas de Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio.

Então, eu gostaria de lembrar também a todos os Srs. e Sras. Senadoras da importância desse item.

Não havendo mais nada a tratar, e antes de declarar encerrada esta nossa reunião, eu gostaria de comunicar também a todos os senhores e senhoras aqui presentes, Senadoras, Senadores e audiência, de modo geral, que hoje comemoramos o aniversário da Senadora Serys Slhessarenko, a quem gostaríamos de prestar e render a nossa homenagem.

[palmas]

Os parabéns desta Comissão e o desejo de continuado o sucesso e êxito na sua vida profissional. Parabéns, Senadora, em nome de todos que fazem esta Comissão.

Está encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às

Ata da 7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 16 de abril de 2009, às 8 horas e 30 minutos, no plenário da comissão, sala 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta minutos do dia dezesseis de abril de dois mil e nove, no plenário da Comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador FERNANDO COLLOR, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Heráclito Fortes, Jayme Campos, Kátia Abreu, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, João Durval, Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Lobão Filho, Francisco Dornelles, Efraim Moraes, Rosalba Ciarlini e Gim Argello.** Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Passa-se à leitura dos seguintes Requerimentos **EXTRAPAUTA – ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 19, DE 2009-CI** – “Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que para a Audiência Pública programada para essa Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, no âmbito do Segundo Desafio: Infraestrutura e Políticas Públicas, cujo painel tratará de Banda Larga e Acessibilidade nos Serviços de Telecomunicações, seja convidado o Sr. **RONALDO MOTA SARDEMBERG**, Presidente da **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL**, em face da notoriedade de sua expertise.” **Autor:** Senador Wellington Salgado. **Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 20, DE 2009-CI** – Requeiro, nos termos do artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante esta Douta Comissão, **em conjunto** com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Assuntos Econômicos – CAE, de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática – CCT, de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ, de Assuntos Sociais – CAS, de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, de Educação, Cultura e Esporte – CE, de Agricultura e Reforma Agrária – CRA e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional – CRE, com a finalidade de analisar e discutir a Definição de Áreas de Proteção

Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio. À oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente audiência pública: – Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em Colombo/PR, o qual tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros e o Senhor Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite em Campinas/SP, o qual tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio, a ser realizada no dia 29 de abril de 2009, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal. Diante do grande número de Comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente audiência pública seja realizada no próximo dia 29 de abril, às 09 horas, no Plenário do Senado Federal. **Autora:** Senadora Kátia Abreu. **Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 04 – REQUERIMENTO Nº 21, DE 2009 – CI** – Nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Serviços de Infraestrutura, para ouvir representantes do TCU – Tribunal de Contas da União – discorrerem sobre a metodologia de fiscalização de obras adotada pelo Tribunal, com ênfase naquelas relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. A presidência do TCU indicará seus representantes para exposição e debate do assunto. **Autor:** Senador Fernando Collor. **Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 05 – REQUERIMENTO Nº 22, DE 2009-CI** – Nos termos do art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam prestadas, pelo Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União – TCU, informações a respeito das obras relacionadas à Infraestrutura que foram fiscalizadas pelo Tribunal no ano de 2008. **Autor:** Senador Fernando Collor. **Resultado: Aprovado. EXTRAPAUTA – ITEM 06 – REQUERIMENTO Nº 23, DE 2009-CI** – Requeiro o aditamento dos requerimentos 11 e 12, de 2009, já aprovados nesta Comissão, ambos de autoria do Senador Gilberto Goellner, que seja convidado o Sr. Márcio Zimmermann, Secretário-Executivo de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, para prestar esclarecimentos referentes aos requerimentos mencionados. **Autor:** Senador Lobão Filho. **Resultado: Rejeitado.**

A Presidência procede a leitura dos seguintes expedientes: **Ofício nº 498, de 03/04/09**, da Sub-

chefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, informando que o Ofício nº 18/2009, desta Comissão, foi encaminhado para análise e providências ao Ministério da Fazenda. O ofício trata das ponderações e sugestões da Comissão de Infraestrutura enviadas ao Presidente da República, acerca da questão da redução dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, expediente este já distribuído a todos os membros da comissão. O Senador Fernando Collor frisa que o Presidente da República, em reunião com o Conselho Político do Governo Federal, no último dia 13, autorizou a liberação de 1 bilhão de reais para reposição do Fundo de Participação dos Municípios; **Ofício nº 19, de 06/04/09**, do Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de Carga – ABTC, que, referindo-se à Audiência Pública que ocorrerá hoje nesta Comissão de Infraestrutura sobre os gargalos do setor de transporte de cargas, manifesta apoio e reforça solicitação da Federação do Rio Grande do Sul e Sindicatos filiados que, mediante expediente ao Presidente do BNDES, pleiteia a renegociação e extensão aos demais estados dos contratos FINAME; **Fax de 07/04/09**, da CNI – Confederação Nacional da Indústria, agradecendo pela comunicação feita por esta Presidência, na última reunião, sobre a Agenda Legislativa da Indústria de 2009, documento este já divulgado naquela oportunidade aos senhores membros desta Comissão; **Ofício nº 5, de 08/04/09**, do Diretor Victor de Souza Martins, da ANP – Agência Nacional do Petróleo, colocando-se à inteira disposição desta Comissão de Infraestrutura para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários, em face das últimas notícias veiculadas na imprensa sobre a chamada “Operação Royalties” e que envolvem seu nome. Encaminha ainda, cópia da resposta enviada ao Diretor de Redação da Revista Veja. **Ofício nº 30, de 01/04/09**, do Senador João Tenório, informando a apresentação, e solicitando o apoio desta Comissão de Infraestrutura à Proposta de Emenda à Constituição nº 4, de 2009, de sua autoria, que trata exatamente da questão da compensação dos Fundos de Participação de Estados e Municípios, objeto de recente ofício encaminhado por esta Comissão ao Presidente da República (Ofício nº 18, de 2009); **Ofício nº 141, de 15 de abril de 2009**, do Deputado Carlos Alberto Canuto, encaminhando cópia de seu expediente ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo – ANP (Ofício CD nº 137/2009), mediante o qual questiona os motivos da expressiva redução da arrecadação dos royalties do município de Pilar, em Alagoas, no ano de 2008. Sobre essa questão, a Presidência informa que providenciará,

ainda hoje, ofício àquela Agência reforçando a solicitação do Deputado Carlos Alberto Canuto. Passa-se a **PARTE I** – Comunicados da Presidência: “*Comunico às senhoras e senhores Senadores membros desta Comissão que, após entendimento com o Grupo de Trabalho da Agenda 2009 da Comissão de Infraestrutura, decidiu-se que os debates dos diversos painéis constantes da programação inicial da Agenda serão realizados a partir de agosto deste ano, prolongando-se por todo o segundo semestre, sempre às 2ª feiras, às 18h, conforme já acordado nesta instância. A medida visa a garantir, em primeiro lugar, a imediata realização de outras audiências públicas específicas já requeridas e aprovadas pelos senhores membros ainda neste primeiro semestre. Em segundo lugar, o ganho de tempo com a transferência dos debates permitirá um melhor planejamento e agendamento com os diversos convidados palestrantes. Assim que as datas e os nomes dos palestrantes dos respectivos painéis de debates forem sendo confirmados, esta Presidência divulgará com a antecedência necessária para que as senhoras e senhores Senadores possam se preparar com as perguntas, observações e sugestões que pretendam fazer durante os encontros. Para tanto, esta Presidência solicita a efetiva participação dos senhores membros que indicaram nomes de painelistas para auxiliar a secretaria da comissão nos contatos e agendamentos de datas e confirmação dos nomes. Usaram da palavra nessa fase da reunião os Senadores Paulo Duque, Jayme Campos, Delcídio Amaral e Lobão Filho. O Senador Gilberto Goellner sugeriu à Presidência que na audiência pública agendada para o dia 30 de abril de 2009, sobre licenciamento ambiental das obras do PAC, fosse utilizado o serviço de videoconferência, com tecnologia instalada pelo Interlegis. A Presidência informou ao plenário que no próximo dia 23 de abril de 2009, haverá nova reunião da Comissão, onde serão lidos os relatórios referentes às Mensagens nºs 36 e 49, ambas de 2009, sendo concedida vista coletiva aos senhores membros da Comissão e, no dia 07 de maio de 2009, serão realizadas as sabbatinas e votações das citadas Mensagens.*” **PARTE II** – Deliberação de matéria – Item único – Decisão Terminativa – **Projeto de Lei do Senado, nº 209, de 2007**, que “caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Eliseu Resende. **Relator:** Senador Delcídio Amaral. **Parecer:** pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado por 16 votos

“sim”, nenhum voto “não” e nenhuma “abstenção”. Usaram da palavra para discutir a matéria, os Senhores Senadores Lobão Filho, Delcídio Amaral, Kátia Abreu, Francisco Dornelles, Eliseu Resende, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Paulo Duque, Eduardo Suplicy e Gim Argello. Em seguida dá-se início à **PARTE III** da Reunião, destinada à realização de **Audiência Pública**, atendendo ao Requerimento nº 14, de 2009—CI, de autoria da *Senadora Kátia Abreu e do Senador Gilberto Goellner*, destinada a *“debater sobre as dificuldades, limitações e prejuízos impostos aos produtores rurais e aos empresários do setor de transportes, pelos gargalos existentes no sistema de transportes de cargas no Brasil”*, com a presença dos Senhores *Luiz Antonio Fayet* – Consultor de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e *Bruno Batista* – Diretor Executivo da Confederação Nacional do Transporte – CNT. O Presidente esclarece que os senhores convidados disporão de 15 minutos para suas exposições. Os convidados assumem seus lugares à mesa, e o Presidente dá início à reunião, concedendo-lhes a palavra para suas considerações. Às dez horas e trinta e cinco minutos o Senador Eliseu Resende, Vice Presidente da Comissão, assume a Presidência. Usaram da palavra a Senadora Kátia Abreu e o Senador Delcídio Amaral. Findo os debates e não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e quarenta e dois minutos, lavrando eu, Dulcília Ramos Calháo, Secretária da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

7ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura Realizada no dia 16 de abril de 2009, às 08 horas e 31 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciar os trabalhos proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Há expediente a ser lido. Há Requerimento sobre a Mesa. Requerimento nº 19, de 2009, da Comissão de Infraestrutura:

“Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que para a Audiência Pública programada para essa Comissão de Serviços de Infraestrutura, no âmbito do 2º desafio, dois pontos: ‘Infraestrutura e Políticas Públicas’, cujo painel tratará de banda larga e acessibilidade nos serviços de telecomunicações, seja convidado o Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL, em face da notoriedade da sua ‘expertise’. Sala da Comissão, assinado, Senador Wellington Salgado”.

Os Srs. Senadores que estiverem... Que quiserem discutir o Requerimento... Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 20, de 2009, da Comissão de Infraestrutura:

“Requeiro, nos termos do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante essa Douta Comissão, em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, de Assuntos Econômicos – CAE, CCT, CCJ, CAS, CDR, CDH, CE, CRA e CRE, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanentes, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio.

A oportunidade, apresento sugestão no sentido de que sejam convidadas para participarem da presente Audiência Pública os senhores Gustavo Ribas Curcio, Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas em Colombo, Paraná, o qual tratará do tema “Definição de áreas de proteção permanente, APPs, uma proposta de parâmetros. E também o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, Doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA Monitoramento por Satélite, em Campinas, São Paulo, o qual tratará do tema alcance territorial da legislação ambiental indigenista, implicações para o agronegócio.

Diante do grande número de comissões envolvidas no debate e da importância do tema a ser debatido, requeiro que a presente Audiência Pública seja realizada no próximo

dia 19... No próximo dia 29 de abril, às 09h00, no Plenário do Senado Federal”.

Em discussão o Requerimento da Senadora, assinado pela Senadora... Da Comissão de Infraestrutura, assinado pela Senadora Kátia Abreu. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado, apenas com uma ressalva de que essa data do dia 29 de abril precisará ser confirmada, em função de outras audiências públicas que eventualmente já tenham sido marcadas pela Comissão, previamente, antes da chegada à Mesa deste Requerimento.

Requerimento nº 21, de 2009, da Comissão de Infraestrutura:

“Nos termos do art. 58, §2º da Constituição Federal, combinado com os artigos 90 e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requero a realização de Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Serviços de Infraestrutura, para ouvir representantes do TCU, Tribunal de Contas da União, para que eles possam discorrer sobre a metodologia de fiscalização de obras adotada pelo Tribunal, com ênfase naquelas relacionadas ao PAC, Programa de Aceleração do Crescimento. A Presidência do TCU indicará seus representantes para exposição e debate do assunto”.

É de minha autoria este Requerimento. Os Senadores que quiserem discutir, está aberta a discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 22, de 2009:

“Nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero sejam prestadas pelo Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Contas da União, TCU, informações a respeito das obras relacionadas a Infraestrutura, que foram fiscalizadas pelo Tribunal no ano de 2008. Justificação: Conforme prevê o art. 58 inciso VI, da Constituição Federal, às comissões do Congresso Nacional, em razão da matéria de sua competência, cabe apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento.

No escopo de atribuições desta Comissão de Serviços de Infraestrutura incluem-se as obras públicas em geral e, portanto, perfeitamente enquadradas nos programas governamentais a que alude nossa Lei Maior. Diante do atual estágio de desenvolvimento do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, as-

sim como dos demais programas e obras voltados para a infraestrutura do país, torna-se de todo pertinente o acompanhamento de sua execução por esta Comissão, especialmente mediante a coleta de informações oriundas da fiscalização dessas obras, já que se trata do melhor instrumento capaz de refletir a qualidade, legalidade e eficiência do andamento dos programas.

Nesse sentido, consideramos de fundamental importância a inserção do Tribunal de Contas da União nesse processo de acompanhamento, em parceria com esta Comissão, já que além de auxiliar direto do Poder Legislativo, trata-se do principal órgão de fiscalização das contas públicas, incluídos aí todos os desembolsos e licitações referentes aos programas de obras do Governo.

A apresentação por parte do TCU de seu trabalho de fiscalização realizado em 2008 poderá nos dar a exata dimensão do andamento e do montante das obras do setor de infraestrutura, objeto que aqui nos interessa, até mesmo como forma de previsão e comparação com os dois próximos anos”. Sala da Comissão, autor do Requerimento o Presidente dessa Comissão.

Coloco em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Presidente, um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): [ininteligível] o autor desse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sou eu mesmo, Senador. Pois não.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): [ininteligível] apoio a iniciativa, muito embora entenda que o Brasil, na sua dimensão, 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados e com o volume de obras contidos nesse programa do PAC, é possível que só, apenas, só o Tribunal de Contas não tenha condições de realizar um trabalho efetivo e esclarecedor. Mas é uma tentativa válida, merece o meu apoio e não queria deixar passar em branco isso.

Se for fiscalizar só na documentação, só em processo, terá um valor muito relativo. O ideal será uma fiscalização no local, vendo. Vendo mesmo a obra ser desenvolvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Paulo Duque, antes

da apresentação desse requerimento nós tivemos uma reunião com técnicos e diretores do Tribunal de Contas da União, para exatamente tomarmos conhecimento de qual estaria sendo o procedimento daquele Tribunal no que diz respeito à fiscalização das obras em andamento pelo Governo Federal, e, especificamente, em relação às obras do PAC.

Nos foi dito, então, por essa equipe que essas obras estão sendo fiscalizadas *in loco, in loco*, com técnicos *in loco*, e que eles já tem o relatório de 2008, de não todas as obras do PAC, mas de mais de 200 obras do Programa de Aceleração do Crescimento, que os senhores técnicos tiveram oportunidade de realizar a fiscalização.

Então, acho que esse poderia ser um bom ponto de partida para que nós tivéssemos uma amostragem de como anda esse processo de fiscalização, de como estão, em que estágio se encontram as obras realizadas, os atrasos, os motivos desses atrasos e a partir daí poderemos até tomar outras atitudes, enectar outras ações mais abrangentes com vistas a [falas sobrepostas].

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Já existe um trabalho realizado?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Já existe um trabalho realizado. Seria no sentido de que o Tribunal de Contas da União nos trouxesse a esta Comissão o relatório já realizado pelo Tribunal de Contas da União, da fiscalização de cerca de 200 obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Tem V.Exa. idéia de quantas obras estão previstas nesse processo de aceleração?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Isso aí representa uma amostragem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Uma amostra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Segundo os técnicos do Tribunal de Contas da União, como eles não poderão, não poderiam ter fiscalizado por falta de uma estrutura para fiscalizar mais de mil obras que estão hoje em andamento, eles estabeleceram critério de fiscalizar aquelas que estão demandando um maior aporte de recursos, por motivos óbvios.

Mas, isto não implica dizer que mediante uma solicitação de algum membro desta Comissão, que o Tribunal de Contas da União não se coloque à disposição para realizar a fiscalização solicitada.

Muito obrigado ao Senador Paulo Duque.

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu gostaria de trazer a essa Comissão um trabalho que estamos fazendo, juntamente com a Presidência, com V.Exa., sobre as videoconferências. Eu gostaria de saber se eu posso me pronunciar agora sobre isso aos demais Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sem dúvida, Senador Gilberto Goellner. A sua iniciativa é das mais importantes. Eu pediria apenas que nós déssemos por terminada essa parte inicial da nossa pauta e em seguida passaria a palavra a V.Exa..

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pois não. Agradecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Há comunicados... Há comunicados da Presidência.

Comunico às Sras. e Srs. Senadores membros dessa Comissão que, após entendimento com o Grupo de Trabalho da agenda 2009 da Comissão de Infraestrutura, decidiu-se que os debates dos diversos painéis constantes da programação inicial da agenda serão realizados a partir de agosto deste ano, prolongando-se por todo o segundo semestre, sempre às segundas-feiras, às 18h00, conforme já acordado nessa instância.

A medida visa garantir, em primeiro lugar, a imediata realização de outras Audiências Públicas específicas já requeridas e aprovadas pelos senhores membros desta Comissão ainda neste primeiro semestre. Em segundo lugar, o ganho de tempo com a transferência dos debates permitirá um melhor planejamento e agendamento com os diversos convidados palestrantes.

Assim que as datas e os nomes dos palestrantes dos respectivos painéis de debates forem sendo confirmados, esta Presidência divulgará com a antecedência necessária, para que as Sras. e Srs. Senadores possam se preparar com as perguntas, observações e sugestões que pretendam fazer durante os encontros. Para tanto, essa Presidência solicita a efetiva participação dos senhores membros que indicaram nomes de painelistas, para auxiliar a Secretaria dessa Comissão nos contatos e agendamentos de datas e confirmação dos nomes.

Com a palavra o Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Desse palestrantes todos que V.Exa. nos relatou aqui, são cerca de 40, mais ou menos, algum deles já con-

firmou que vem, mesmo, com segurança? Ou está tudo ainda...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Todos que foram contatados manifestaram enorme interesse de participar e deverão participar. A dificuldade que existe é a compatibilização das datas sugeridas, que poderiam ser ainda neste primeiro semestre, e os compromissos por esses palestrantes já assumidos.

Por exemplo, tem vários que estão... Quatro deles estão dando aulas em universidades americanas e européias, e só terminarão esse seu ciclo nessas universidades no mês de julho. Enfim, mas todos eles com os quais--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Ninguém se negou?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Ninguém se negou, ninguém se negou. Todos colocaram-se inteiramente à disposição, apenas pedindo que fosse colocada uma data que estivesse melhor de acordo com a agenda que eles já tinham preparado e inclusive estava em execução no presente momento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): É que esse é um ponto altamente negativo para o Senado e para essa Comissão, sobretudo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não, mas em termos da receptividade foi a melhor possível. Há uma manifestação clara do mundo acadêmico de participar desses debates, porque dizem respeito a uma visão que eles têm e que pode complementar a visão que o Governo e o Estado Brasileiro dispõe sobre os diversos temas que serão tratados aqui nesse bloco de audiências públicas, que então ficou marcada para o segundo semestre deste ano de 2009.

Até porque também verificamos que havia já uma série de requerimentos aprovados por esta Comissão de autoria de Sras. e Srs. Senadores, e que estavam na fila para serem atendidos. Então, nós aproveitamos esse ponto para agilizarmos as audiências públicas já aprovadas e solicitadas pelos Srs. Senadores e nos dedicarmos integralmente no segundo semestre à agenda 2009.

Expedientes recebidos pela Comissão--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Jayme Campos. Pediria silêncio, por favor.

[soa a campainha].

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente e demais Senadores. Eu quero fazer uma questão de ordem, o seguinte: como está V.Exa. convocando os demais membros dessa Comissão para as segundas-feiras, 18h00, quando naturalmente estará confirmado a presença dos convidados para os painéis que vão ser apresentados aqui...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Desculpe, Senador. Pois não.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): À vontade. Quero só fazer apenas uma indagação à V.Exa.. Hoje, quinta-feira, confirmadas as reuniões, como é quase praxe, é obrigado a assinar aqui, ou seja, quase obrigado a assinar. Não é obrigado, mas eu acho que a nossa obrigação é estar aqui às quintas-feiras para participar do evento. Entretanto, nas segundas-feiras não tem Ordem do Dia, V.Exa. tem conhecimento e todos os demais pares têm.

Eu faço a indagação nos seguintes termos: eu imagino que não esteja confirmado os nomes das pessoas. Poderão confirmar. Eu particularmente venho a Brasília na segunda-feira por volta das 20 horas que eu chego aqui, e mais chega a Senadora Serys, ou nas terças, madrugadas, nos deslocamos de Cuiabá. Nesse caso, qual a garantia nós teremos de que as pessoas convidadas por V.Exa. e pela Comissão estarão presentes?

Quando deslocamos de Cuiabá, às vezes um assunto que nos interessa, de algumas pessoas, um convidado. Essa pessoa não vem e faz nós fazermos esse transporte de Cuiabá a Brasília, e daqui a pouco o cidadão não vem a esta Comissão e nós, muitas vezes com compromisso anteriormente já assumido em nosso Estado, deixamos esse compromisso para participar.

Eu pergunto a V.Exa.: a confirmação será feita, naturalmente, com antecedência, entretanto, nós poderemos fazer uma re-confirmação? Para nós termos a garantia para não perdermos, desculpe, para não termos aqui, tempo de estarmos aqui e, lamentavelmente, muitas vezes, os convidados não vêm e manda os representantes que às vezes, como eu tenho visto contumazes vezes aqui, não tem nem capacidade de naturalmente nos transmitir ou dar as informações precisas que nós gostaríamos, naturalmente, de ouvir das pessoas, o convidado. Essa é a indagação que faço a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senador Jay-

me Campos. Naturalmente, essa agenda 2009 ela terá que sofrer algum processo de adaptação. Em função não somente dos temas que estão elencados dentro de uma certa ordem, como também em função da disponibilidade dos palestrantes de aqui estarem presentes. Como V.Exa. se recorda, teremos sempre, em cada um desses painéis, quatro debatedores.

Então, os debates eles irão se realizar; um ou outro poderá faltar. Haverá também em algum momento, imagino eu, que numa segunda-feira, não seja possível reuni-los a todos, mas eu trarei neste momento, aqui ao Plenário e os senhores membros dessa Comissão, Sras. e Srs. Senadores, irão debater qual dia nós poderíamos fazê-lo em função do que pedem os palestrantes.

O importante é que nós não percamos essa oportunidade num momento em que, como aqui já me referi, o mundo acadêmico demonstra extremo interesse de debater com o Senado da República temas que estão hoje tão em evidência e que são de fundamental importância para o processo de desenvolvimento brasileiro nas áreas específicas a que se propõe debater a agenda aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Comunicados da Presidência, continuando--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, pela ordem Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Eu só queria fazer um registro, Presidente, e aos demais senadores e senadoras. Nós temos uma experiência na Comissão de Assuntos Econômicos de fazer reuniões às segundas-feiras. E essas reuniões nós fizemos junto com o Senador Garibaldi Alves, numa Comissão que tratava de marcos regulatórios. E funcionou muito bem. Funcionou muito bem com a cobertura ampla também do Senado, e o resultado foi um resultado que agora a Comissão de Assuntos Econômicos começa a discutir, especialmente na questão dos marcos regulatórios da infraestrutura.

Então, eu acredito que essa iniciativa ela vai surtir efeito. Há, eventualmente, dificuldades, mas, seguramente, na semana anterior é possível a confirmação da... Dos principais palestrantes. Então eu não vejo dificuldades e acho que esse encaminhamento é um encaminhamento correto; é claro, os senadores, as senadoras, vão avaliar aquilo que melhor convém à Comissão de Infraestrutura, presidida por V.Exa..

E eu queria, Presidente, fazer... Solicitar a V.Exa., nós estamos aqui com um quórum elevado, nós temos

um item da pauta que é o projeto do Senador Eliseu Resende, que trata da questão das eclusas. Um projeto que nós discutimos, estamos discutindo esse projeto desde 2007. Então, já está maduro demais para a gente debater e aprovar, uma vez que ele é de uma importância vital para os modais de transportes, dos transportes, hoje, no nosso país.

Evidente, Presidente, é um projeto diferente. É um projeto que inova, é um projeto que disciplina, especialmente a construção de eclusas e consolida principalmente o modal de hidrovias dentro desse contexto de investimentos na infraestrutura brasileira.

Conversei ontem com representantes do Ministério de Minas e Energia, conversei com representantes da ANA, ao longo dessa semana também a minha assessoria conversou com a ANTAQ. Eu acho que o projeto, o texto que se... Que vai ser apresentado hoje nessa Comissão é o possível.

Alguns Ministérios apresentam preocupações, mais especificamente o Ministério de Minas e Energia, eu conversei com o Diretor da Ana, ele acha que o projeto atende, ele queria complementar com mais, com mais atribuições da ANA, essa proposta que está sendo analisada, mas não tem nada contra.

Com relação à ANTAQ, nós já havíamos [soa a campanha] discutido isso com técnicos da ANTAQ, houve alguns questionamentos, mas de técnicos que vieram depois das discussões iniciais, a gente não pode, a cada técnico novo que assume uma determinada função, voltar a debater o mesmo projeto. E mesmo no Ministério de Minas e Energia a preocupação é basicamente o concomitante das eclusas com as barragens, o que, no meu ponto de vista pode ser seguramente administrado, até porque o projeto estabelece que ou faz a cabeça de montante ou eventualmente se pode fazer uma ensecadeira, alguma coisa para preparar o barramento para, no futuro, se fazer a eclusa.

Então, acho que nós avançamos muito, esse projeto é um projeto muito mais cuidadoso com relação a projetos que estão tramitando lá na Câmara, que são mais radicais, e não olham essa questão de energia com o cuidado que foi tomado aqui na Comissão de Infraestrutura.

Portanto, eu queria pedir a V.Exa. se nós pudéssemos priorizar esse projeto antes de fazer o debate com os representantes na CNA e os representantes da CNT também.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente, Deus é testemunha e V.Exas. também, que eu fui e sou um dos maiores entusiastas desse projeto, o projeto do Ministro Eliseu Resende.

Mas eu confesso que estou muito preocupado. Ontem eu tive uma longa conversa com o Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia e ele explicitou uma série de preocupações em relação a este projeto. Ele, como engenheiro, como um técnico de carreira, tem várias restrições ao projeto. Ele acha que foi contemplado mais a área das hidrovias do que a preocupação básica com a energia.

Eu tenho uma sugestão. Ele me citou “N” exemplos, fez uma nota técnica do Ministério, discutida com base no substitutivo do Senador Delcídio Amaral, fazendo análise de item a item do projeto, e eu acho extremamente importante, esse é um projeto fundamental para o país, e ele não pode ser fragilizado e nem sofrer o risco de sofrer uma sanção presidencial. Um veto presidencial.

Então, eu sugeriria a esta Comissão e estou encaminhando um requerimento, que se o meu amigo dileto, Senador Eliseu Resende, permitir, eu gostaria de convidar o Secretário-Executivo do Ministério, Sr. Márcio Zimmermann, apesar de nós termos debatido durante tanto tempo esse projeto, mas eu acho fundamental a presença do Secretário-Executivo para colocar o posicionamento do Ministério das Minas e Energia.

Se nós não arredondarmos esse projeto de uma forma palatável para o Ministério das Minas e Energia, eu temo que esse projeto seja vetado.

Então, eu entregarei agora a esta Comissão um requerimento para ser votado por esta, por este Plenário, convidando o Sr. Márcio Zimmermann na próxima reunião, se assim essa Mesa decidir e aquiescer, para que ele possa fazer os últimos esclarecimentos e aí sim nós podemos adaptar o projeto ou votá-lo como está, segundo o substitutivo do Senador Delcídio Amaral.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senador Edison Lobão Filho. Isso aí ficaria para a parte das discussões em relação a esse... A essa deliberação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado.

Eu colocaria em votação a solicitação, o requerimento do Senador Delcídio Amaral, de inversão da pauta, para colocarmos esse projeto como primeiro item da pauta depois das comunicações da Presidência. Os que estiverem de acordo com a inversão da pauta, permaneçam como estão. Aprovado.

Continuando as rápidas comunicações. São os expedientes recebidos pela Presidência da Comissão.

Tem o ofício nº 498 da Secretaria de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, informando que o ofício desta Comissão [soa a campanha] encaminhado para análise e providências do Ministério da Fazenda em relação a perda de arrecadação dos municípios brasileiros pela redução da alíquota de 1% do IPI e da criação das duas, das duas alíquotas intermediárias do Imposto de Renda fossem compensados de alguma forma.

E isso já foi atendido pelo Presidente da República, não digo que somente em função do ofício que a Comissão enviou, mas seguramente houve a participação dessa Comissão nesta decisão que julgo justa, tomada pelo Presidente da República e sua equipe econômica.

[soa a campanha].

Ofício nº 19, do Presidente da Associação Brasileira de Logística e Transporte de carga, que referindo-se a Audiência Pública que ocorrerá hoje nessa Comissão, sobre os gargalos no setor de transporte de cargas, manifesta apoio e reforça a solicitação da Federação do Rio Grande do Sul e sindicatos filiados, que mediante expediente ao Presidente do BNDES, pleiteia a renegociação e extensão aos demais estados dos contratos FINAME.

Fax nº 07 do 04, da CNI, Confederação Nacional da Agricultura, da Indústria, melhor dizendo, agradecendo a comunicação feita por esta Comissão sobre a última reunião em que tratamos da agenda legislativa da Indústria, de 2009, documento este já divulgado naquela oportunidade aos senhores membros dessa Comissão.

Ofício nº 05, de 8 de abril de 2009, do Diretor Victor de Sousa Martins, da ANP, Agência Nacional de Petróleo, colocando-se à inteira disposição dessa Comissão de Infraestrutura, para prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários em face das últimas notícias veiculadas na imprensa sobre a chamada “Operação *royalties*”, e que envolvem o seu nome. Ele tomou a iniciativa logo no primeiro dia, de enviar esse ofício a esta Comissão colocando-se inteiramente à composição para prestar os esclarecimentos necessários. E anexo, ele encaminha a resposta enviada ao Diretor de uma... De uma revista semanal que trata do assunto. Observo que a cópia do expediente será distribuída para conhecimento de todos os membros desta Comissão.

Ofício nº 30, de 01/04/09, do Senador João Tenório, informando e solicitando apoio dessa Comissão de Infraestrutura, à Proposta de Emenda à Constituição nº 04/09, de sua autoria, baseada exatamente naquela nota, naquele ofício que encaminhamos ao Presidente

da República, para evitar que novamente, em algum outro momento, venha a ser prejudicada as receitas dos estados e municípios em função de mudanças das alíquotas, seja de IPI ou de Imposto de Renda. E S.Exa. trata exatamente dessa questão, da compensação dos fundos de participação dos municípios e dos estados e que foi, como disse, objeto do recente ofício encaminhado por esta Comissão ao Presidente da República.

Finalmente o Ofício 141, de 15 de abril de 2009, do Deputado Carlos Alberto Canuto, encaminhando cópia de seu expediente ao Diretor-Geral da Agência Nacional de Petróleo, ANP, mediante o qual ele questiona os motivos da expressiva redução da arrecadação dos *royalties* do Município de Pilar, no Estado de Alagoas, no ano de 2008. Sobre essa questão [soa a campanha] informo que a Presidência desta Comissão providenciará, ainda hoje, ofício àquela agência, reforçando a solicitação do Deputado Carlos Alberto Canuto.

Informo também às Sras. e Srs. Senadores que no próximo dia 23, quinta-feira, nós teremos reunião, na Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, quando será lido e discutido o relatório do Senador Gilvam Borges, referente à Mensagem nº 36 de 2009, de indicação do Sr. João Batista de Rezende, para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações, a ANATEL. Nesta mesma data, dia 23 de abril, será concedida vista coletiva a todas as Sras. e Srs. Senadores membros desta Comissão. E no dia 7 de maio, próximo, nós realizaremos a sabatina do indicado e a votação da mensagem.

Passamos agora ao item primeiro da nossa pauta--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Trata, que trata da decisão... Da deliberação, em decisão terminativa, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, cujo relator é o Senador Delcídio Amaral. Não, sem antes, com a permissão de S.Exa., o Senador, passarmos rapidamente a palavra ao Senador Goellner, que fará um comunicado que julgo importante e até revolucionário para os trabalhos desta Comissão. Senador Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Muito agradecido, Sr. Presidente. Eu devido a meu deslocamento, um compromisso assumido anteriormente no Estado do Mato Grosso, na cidade de Cuiabá, eu solicitei essa benevolência para a gente apresentar, além do requerimento dessa Audiência Pública, que se encontra sobre a Mesa, no dia 30 de abril, cujo tema

é o licenciamento ambiental das obras do PAC, para que já sejam utilizados os serviços de videoconferência, tecnologia instalada pelo INTERLEGIS.

E gostaria de comunicar Sras. e senhores senadores, que a videoconferência, apesar de ser uma faceta já conhecida da tecnologia moderna, não é muito utilizada nos órgãos públicos. Jamais foi numa comissão temática do Senado Federal. Essa Comissão de Infraestrutura, em consequência do seu trabalho, seu trabalho inteligente, perspicaz, Sr. Presidente, logrou conquistar essa nova tecnologia, para divulgar suas audiências públicas por todo o país.

A Audiência Pública é uma forma do Parlamento abrir suas portas para a sociedade poder opinar e debater temas de seu interesse direto, e que geralmente vão influenciar sua vida no futuro. Assim, é de suma importância que essas audiências comecem a ganhar uma visibilidade maior, e possam alcançar um sem número de pessoas em todo o país.

Dessa forma poderá se alcançar um consenso nacional, as posições políticas nelas assumidas em favor do povo brasileiro. Nós que fazemos parte, então, dessa Comissão de Infraestrutura, poderemos nos valer dessa nova tecnologia já na próxima Audiência Pública que haverá por Requerimento meu já lido, no dia 30 de abril, a partir das 08h30 da manhã, cujo tema será o importante assunto *Licenciamento das Obras Ambientais*. E eu diria que gostaríamos de ver até lá, Sr. Presidente, quem sabe aprovado, a conversão do PLC 452, que traz novidades nos licenciamentos das estradas e rodovias brasileiras.

Todo o país poderá participar por intermédio de seus equipamentos apropriados instalados nas assembleias legislativas estaduais e nas câmaras de vereadores, nos Municípios, claro, que já possuem essa tecnologia instalada, do INTERLEGIS, que faz um trabalho excelente de inter-relacionamento de todo o Poder Legislativo do país, dentro dos mais modernos padrões tecnológicos.

Em razão desse anúncio que faço às Sras. e Srs. Senadores, solicito a todos que informem as prefeituras e câmara de vereadores dos diversos municípios do seu estado, para que eles se interessem nos gabinetes dos senadores de seu estado quanto ao funcionamento dessa nova metodologia.

Decidiu-se, juntamente com a Presidência, que os deputados estaduais e os vereadores que quiserem questionar a Mesa constituída para discutir o assunto, deverão fazê-lo por intermédio dos senadores de seus estados. Então vai ter essa inter-relação, não vai ser só passar. Mas eles poderão, os deputados estaduais e vereadores, participarem por intermédio dos seus Senadores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senador Goellner. Essa é uma iniciativa realmente inovadora no processo de discussão e das audiências públicas a serem realizadas aqui na Comissão de Serviços de Infraestrutura e já estamos providenciando para que no próximo dia 30, quando debateremos essa questão licenças ambientais *versus* obras em construção, que isso seja feito para que todo o Brasil acompanhe e aqueles que estiverem em outros Estados possam fazer os questionamentos por intermédio dos senadores de seus estados que aqui estejam representados.

Então, as providências serão tomadas quanto a isso e eu pediria que o Gabinete do Senador Goellner estivesse em permanente contato com essa Secretaria para, agindo de acordo, tornar o mais eficiente possível esse novo método de Audiência Pública que estaremos inaugurando aqui na nossa Comissão de Infraestrutura.

Com a palavra o relator do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007, Senador Delcídio Amaral. O projeto, ele *“Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos e dá outras providências”*. O autor, Senador Ministro Eliseu Resende; relator, Senador Delcídio Amaral. O parecer, pela aprovação do projeto, nos termos da emenda substitutiva que apresenta. A matéria constou da pauta da reunião do dia 02 de abril do corrente ano, tendo sido adiada.

Concedo a palavra ao Senador Delcídio Amaral para proferir o seu parecer.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, eu vou... Eu não vou ler o parecer inteiro, até para poupar os senadores e as senadoras, mas vou explicar o objeto desse projeto absolutamente pertinente do nosso Ministro e Senador Eliseu Resende.

Hoje nós discutimos intensamente a questão dos modais de transporte. E o Brasil é um país que tem um grande potencial, especialmente voltado para as hidrovias. Não custa aqui lembrar o potencial do Rio Paraná, do Rio Paraguai, do Rio Tocantins, do Rio Araguaia, do Rio Tapajós, do Rio Amazonas.

Enfim, um modal que seguramente vai garantir a eficiência do escoamento, frete mais baixo, preços de produtos mais baixos, produtos mais competitivos nas exportações. Portanto, o projeto é absolutamente pertinente. Absolutamente pertinente.

Eu aqui vou, Sr. Presidente, manifestar um pouco a minha experiência como barrageiro. Eu estou Sena-

dor, Presidente, mas barrageiro eu sempre fui e serei. Eu passei por uma experiência entre as várias barragens que trabalhei, mas uma delas ela é emblemática, está lá no Rio Tocantins, lá no estado do meu querido Senador Flexa, nós começamos a obra de Tucuruí nos idos de 1974 ou 75. Colocamos em operação a usina, hoje a usina tem duas casas de força. É uma usina de mais de 8 mil Megawatts. A cabeça da eclusa continua do mesmo jeito.

Agora a eclusa foi... Aliás, continuou do mesmo jeito, durante anos e anos. Só estava a cabeça da eclusa. Depois foi feita uma barragem, uma barragem de... De... De enrocamento, para proteger a eclusa porque estava havendo problemas nos *stop-logs*, que, de certa maneira, vetavam a passagem da água por aquela cabeça da eclusa.

Hoje essa obra está no PAC. Num rio como o Tocantins. Não estou falando de um rio qualquer, estou falando de um rio chamado Tocantins, que não é fácil. É um tremendo rio. E com uma capacidade de integração da Região Norte e do Brasil, extraordinária, do Centro-Oeste, da Amazônia, assim por diante.

Então, agora essas obras estão caminhando. E existem outros exemplos pelo Brasil. Eu vou dar um... Estou dando aqui um testemunho muito sereno, muito tranquilo e muito seguro, porque eu vivi isso. E nós temos que equacionar definitivamente a questão das eclusas no Brasil. Os poucos exemplos de eclusas que ocorreram, em São Paulo, basicamente, que hoje já tem uma estrutura de hidrovias, com dificuldades também, claro, até porque nós não temos essa cultura, mas as barragens que foram construídas já traziam eclusas no seu projeto, ou pelo menos havia a previsão da construção de eclusas.

Então, nós temos que enfrentar essa questão. Temos que enfrentar essa questão. É importante, Presidente, e eu queria fazer algumas considerações, que entendo... E que são pertinentes, do processo, esse tipo de debate, esse tipo de discussão, a questão de energia. O Senador Eliseu Resende dispensa comentários. Foi Ministro de Estado, foi Presidente da Eletrobrás e vem de uma terra onde todo mundo é bom de energia, basta ver o que representa a CEMIG no Brasil. Dispensa comentários.

E os grandes barrageiros do Brasil surgiram em Minas Gerais. Está aí o Dr. Mário Behring, firme e forte; Dr. Camilo Penna, lá em Minas Gerais, todos eles oriundos da CEMIG. Os principais projetos de FURNAS se iniciaram com mineiros, ou gente que era muito chegada também às alterosas, ou à cultura de Minas Gerais. Então, é uma geração de barrageiros e, por-

tanto, eles têm todos uma sensibilidade enorme para essa questão de energia.

Então, uma das preocupações apresentadas pelo Ministério, “Ah, mas se eu colocar uma eclusa, como é que... Eu vou colocar em risco a energia disponível daquele barramento”. A preocupação é pertinente. Mas o projeto é muito cuidadoso com relação a isso. Quando a ANA é consultada, quando os demais órgãos são consultados, quando o planejamento do Ministério de Minas e Energia é consultado, essa capacidade hídrica de geração e de transporte hidroviário ela será analisada.

A preocupação que existe com relação à energia velha, ela, inclusive, o Senador Eliseu Resende faz uma ressalva dizendo que nós não podemos, de maneira nenhuma, trazer qualquer tipo de prejuízo à energia velha e à energia contratada por aquela usina, sob risco, inclusive, de ressarcir financeiramente o dono da usina.

É uma coisa que esse projeto é extremamente pertinente. Eu não inventei nada aqui, Presidente. Eu estou citando tudo aquilo que foi idealizado pelo Senador Eliseu Resende. Homem experiente; em transporte, em energia, em tudo. Segundo ponto que é um grande mérito desse projeto, definitivamente nós separamos a hidrovia da energia. Porque o grande questionamento do setor elétrico era que o consumidor não poderia ser onerado em função de obras de eclusas. O que é correto. Só que, por conta dessa preocupação em não onerar o contribuinte, adotou-se uma atitude mais simplista: tiram-se as eclusas. Aí o problema deixa de existir. Porque simplesmente o aproveitamento vira um aproveitamento, única e exclusivamente, de geração de energia.

O quanto o país perde se nós não atentarmos para essas sutilezas e essas filigranas de viabilizar as hidrovias através das eclusas nesses barramentos? Então, nós temos que encarar isso de frente. E o projeto, como eu disse, separa aquilo que é eclusa daquilo que é geração de energia, transforma as eclusas em serviço público, ele inclusive promove as modificações necessárias ou para o DNIT assumir a construção, inclusive a operação e manutenção dessas eclusas, como também dá oportunidade para se licitar, se fazer leilão de concessão. E aí, com parceria público-privada, ou simplesmente com um operador privado que tem *expertise* na área.

Portanto, esse projeto ele é extremamente cuidadoso. Ele amplia as atribuições da ANTAQ, ele dá um tratamento adequado às atribuições da ANA, e mesmo com relação à questão de energia, ele ressalva aqui que primeira a preocupação de pelo menos deixar a estrutura mínima para se construir a eclusa se esse

projeto for colocado um pouco mais adiante. Ou através do primeiro estágio da eclusa ou então através de um barramento que pode ser feito, porque a área fica ensecada, e, portanto, em condições de posteriormente se fazer a eclusa. Sem antes analisarmos o reflexo disso na geração de energia, no comportamento do reservatório, assim por diante.

Eu entendo as preocupações do Secretário-Executivo Márcio Zimmermann. É um homem da área também, o Márcio trabalhou comigo na ELETROSUL. Mas se nós não avançarmos nesse debate, as eclusas não saem no Brasil. E eu quero deixar bem claro, Presidente, que os projetos que tramitam sobre eclusas, eles são muito mais radicais. Esse projeto aqui foi feito por uma pessoa que tem preocupação com transporte, mas que conhece energia. Portanto, ele é extremamente cuidadoso. Pode haver algum tipo de subjetividade aqui nas afirmações ou no texto do projeto? Claro que pode. Mas é um tremendo avanço perto dos outros projetos que estão tramitando no Congresso. Inegavelmente.

Porque ele tem uma visão ecumênica. Ele tem uma visão holística do que é hidrovia no Brasil. É uma visão integrada; olha energia, olha hidrovia, olha a atribuição da ANTAQ, revê a atribuição do DNIT, revê o papel da própria ANA, cuida da manutenção da energia contratada, da energia velha. Se preocupa com a questão de deplecionamento(F) de reservatório, nível de jusante... Evidente que não está com esse detalhe aqui, mas o texto é absolutamente claro nesse sentido.

Portanto, Sr. Presidente, eu não tenho dúvidas que esse projeto é um grande avanço. Ele pode sofrer mudanças? Pode. Porque aqui ele vai ser votado terminativamente, e seguirá para a comissão equivalente na Câmara dos Deputados, onde esse projeto pode ser aperfeiçoado, pode ser ainda melhorado pelos Deputados Federais, que aqui eu estou vendo o nosso querido deputado do Paraná, um homem que conhece essa matéria como ninguém, foi Presidente da Frente Parlamentar da Infraestrutura. Isso foi um dos grandes debates que nós fizemos.

Portanto, Presidente, eu tenho absoluta certeza, quanto à constitucionalidade não há dúvida nenhuma, quanto à juridicidade, não há dúvida nenhuma. Então, eu apelo aos senadores e senadoras, que a Comissão de Infraestrutura vote esse projeto, porque esse projeto não vai à sanção presidencial agora. Ele vai à Câmara dos Deputados. E lá podem ser incluídos ou podem ser acrescentados aperfeiçoamentos. Aperfeiçoamentos importantes. Porque na Câmara dos Deputados há um grupo de deputados extremamente experientes, e os Ministérios, especialmente o Ministério de Minas e

Energia, pode interagir com os nossos parlamentares na Câmara dos Deputados.

E é importante, Presidente, esse projeto está tramitando desde 2007 aqui. Há duas semanas atrás nós fomos procurados ainda por pessoas que não sabiam que esse projeto estava tramitando aqui desde 2007. Para mim é até ruim como engenheiro ser relator de um projeto que está desde 2007 aqui. E agora, efetivamente, teve celeridade.

Então, Presidente, eu não tenho dúvida nenhuma, é um grande avanço. Entendo as preocupações, mas nós não podemos radicalizar na avaliação, em função de um interesse específico de uma área, deixar de olhar o Brasil como um todo. Porque eu entendo como pertinente essas preocupações, especialmente do Ministério de Minas e Energia, mas ele cria as condições necessárias para de uma forma equilibrada, serena, profissional, trabalhar na integração da infraestrutura e garantir a energia que o Brasil precisa.

Então, Presidente—

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Essas são as ponderações que eu queria fazer e o meu voto é absolutamente favorável ao Projeto do Senador Eliseu Resende.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu gostaria, antes de dar a palavra à Senadora Kátia Abreu, ao Senador Lobão Filho,

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Por favor, a inscrição do Senador... Senadora Kátia, Senador Lobão, Senador Flexa, Senador Gim, Senador Paulo Duque.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu gostaria de dar a palavra... Senador Francisco Dornelles, pela ordem, antes de passar a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende, autor da proposta, que gostaria de trazer algumas contribuições ao que aqui já foi dito pelo Senador Delcídio Amaral.

Com a palavra o Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Sr. Presidente, com o devido respeito devo dizer a V.Exa. que não conheço o Regimento da Comissão. Mas eu pergunto a V.Exa., sendo terminativo, eu já tenho uma posição firmada de aprovação desse projeto.

Se mesmo durante a discussão, aqueles que já tem a posição firmada, poderiam fazer o seu voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A consultoria... Senador, segundo os regimentalistas aqui da Comissão e da Casa, isso não será possível, e o seu voto será de fundamental importância para encorpar o coro daqueles que são favoráveis ao projeto. Mas sei que V.Exa. tem compromissos inadiáveis, mas de qualquer maneira fica registrado aqui a sua posição. Eu passo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Sr. Presidente, preliminarmente, pela ordem, antes do Ministro Eliseu, só queria...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Lobão.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Eu estou com o requerimento, escutei atentamente as palavras do Senador Delcídio e até tocado pela emoção que ele se encontra, pela paixão do assunto, dificilmente nessa Casa terá alguém que entenda mais de barragens, de energia, do que o Senador Delcídio... Do que o Senador Delcídio e o Senador Eliseu na área de transportes.

Mas eu acredito que um projeto dessa magnitude, dessa importância, com um potencial de impacto na nossa sociedade tal qual este projeto, o que eu peço a V.Exas. é apenas uma semana, uma semana de adiamento para que nós possamos escutar o Secretário Executivo Márcio Zimmermann.

E, nessa oportunidade, eu encaminharia hoje uma cópia para todos os senadores, da nota técnica feita pelo Ministério de Minas e Energia, onde todos senadores poderiam ler confrontando com o substitutivo do Senador Delcídio, na próxima semana ouviríamos o Ministro... O Secretário-Executivo do Ministério das Minas e Energia e aí colocaríamos em votação.

Esse afogadilho, apesar de dois anos tramitando, eu acredito que uma semana não irá prejudicar em nada. Eu não tenho condições técnicas de colocar qualquer óbice a esse projeto. Eu li, por mim, conforme disse, é um dos maiores entusiastas. Mas eu acho, eu acho, e acredito piamente que vale a pena nós escutarmos as colocações do Secretário-Executivo.

Porque de repente, Senador Delcídio, é uma vírgula a mais ou a menos que possa ser colocada. E de repente esse projeto pode ser substancialmente melhorado e evitar que a Câmara dos Deputados, inclusive, faça alterações. De repente, pode sair na próxima semana daqui, depois da oitava do Secretário-Executivo, um projeto, pelo menos, mínima-

mente melhorado, e isso irá impactar, com certeza, no nosso país.

Então, eu encaminho a V.Exa. o Requerimento para ser colocado em votação, pedindo apenas esta semana, por prudência. Por prudência, ouvimos o Secretário-Executivo e aí colocarmos em votação o referido projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Lobão Filho, apenas para informação de V.Exa., nós tivemos reuniões com o Ministro interino à época, Zimmermann, no meu Gabinete, com a presença do Senador Ministro Eliseu Resende, do Senador Delcídio Amaral, com toda a equipe técnica do Ministério das Minas e Energia em que tratamos dessa questão e desse assunto.

Depois dessa nossa reunião as equipes técnicas, tanto as das assessorias do Senador Ministro Eliseu Resende e do Senador Delcídio Amaral e do próprio Ministério estiveram reunidos por três ou quatro dias, até que chegassem a esse... A esse projeto final, hoje apresentado pelo Senador Delcídio Amaral, sempre havendo uma questão ou outra a ser levantada.

Então, isso, essa atuação da Presidência da Comissão de Infraestrutura foi no sentido de agilizar, de colocar em conjunto. Inclusive presenciou essa reunião também a Dra. Martha Lyra, que foi uma grande colaboradora para que nós chegássemos a esse momento, ela coordenando os trabalhos junto com o Ministro Edison Lobão e com o Ministro na época, em exercício, o Ministro Zimmermann, de modo que é um assunto que já vem sendo debatido e mastigado, vamos dizer assim, há um longo período. Eu vou continuar a manter em discussão o projeto e finda a discussão eu colocarei em votação o requerimento de V.Exa..

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Muito obrigada, Presidente. Eu gostaria de reforçar aqui as palavras do Senador Delcídio e mais uma vez parabenizar o Senador Eliseu.

Sem querer tirar o mérito de qualquer autoridade brasileira, mas autoridade neste assunto, especificamente, pode ter igual, mais de que Eliseu Resende eu tenho as minhas dúvidas, que foi Ministro de Minas e Energia e foi Ministro também de transporte.

Tanto que desde que aqui cheguei a essa Casa resolvi priorizar a questão de infraestrutura, os meus estudos, o meu trabalho, o meu esforço, meu empenho, justamente por entender a importância da infraestrutura da logística para o agronegócio brasileiro. E desde que entrei protocolo emendas e emendas em todas as Medidas Provisórias, mesmo que não discuta logística

com o anseio de que pudesse obrigar a construção de eclusas junto com hidrelétrica.

E parei esses protocolos depois que o Presidente Lula vetou, consegui aprovar no Congresso Nacional, na MP do Reporto, no art. 5º, letra a, “*É obrigatória a previsão do projeto executivo... projeto executivo de eclusas ou dispositivos equivalentes de transposição no momento da aprovação de projetos de construção de barragens destinadas a quaisquer finalidades em cursos d’água navegáveis ou parcialmente navegável*”.

Isso aqui, na época, eu cheguei a negociar com o Jucá, retirei a obrigatoriedade da construção simultânea, mas que pelo menos a obrigatoriedade do projeto executivo pudesse ser exigido e o Presidente vetou. Isso, porque no meu Estado do Tocantins, que foi citado aqui o Rio Tocantins, tem a usina de Lajeado, Luis Eduardo Magalhães, que já foi... Lajeado, Luis Eduardo Magalhães, que já foi inaugurado e funciona há oito anos. O licenciamento da eclusa tem 12 e a eclusa de Tocantins não está pronta até hoje. Como se não bastasse o Governo está fazendo a eclusa de Tucuruí, acho que depois de 20 anos, se não me engano, e ao mesmo tempo construindo a hidrelétrica em Estreito, no mesmo rio, sem sequer o projeto Executivo da eclusa.

Eu mostrei isso ao Presidente da República e ele me garantiu que faria uma reunião com o Ministro Minc e Marina Silva para tentar reverter a situação. Ou seja, a eclusa de Lajeado no início do rio, a de Tucuruí no fim do rio próximo ao porto, e no meio uma hidrelétrica que vai empatar 2200 quilômetros. O Presidente vetou, eu acredito que, claro, por pressão do Ministério, dos técnicos, da agência e também do Ministério de Minas e Energia.

Por quê? Isso é uma característica da América Latina. Ninguém quer sair do lugar, ninguém quer promover mudanças bruscas, porque, claro, tudo que está como está é sempre melhor. E eu até confesso, Senador Lobão, que eu acredito nas preocupações do Ministério de Minas e Energia. Mas, nós Senadores, defendemos o Estado Brasileiro. Nós temos obrigação de ter a visão holística de todos setores e segmentos e não só da energia.

Basta lembrar que os custos de frete para uma tonelada em mil quilômetros de rodovia custa 42 dólares. Na ferrovia, 26, e na hidrovia 18. E que para construir mil quilômetros de rodovia eu gasto 250 milhões de dólares. A ferrovia, 900, e a hidrovia 55. Sem lembrar a democratização que isso traz ao transporte. Porque infelizmente se nós formos observar o que se paga hoje, na realidade, nas ferrovias do Brasil por conta de um leilão invertido que se paga o maior

ágil e não ganha aquele que vai cobrar menor tarifa, a diferença de preço hoje nas rodovias e ferrovias do Brasil estão em torno de 10%. E na hidrovía isso não é possível de acontecer. É um transporte muito mais democrático.

A usina hidrelétrica, se tivesse sido construída no Rio Tocantins, Luis Eduardo Magalhães, junto com a eclusa teria custado aos cofres públicos apenas 380 milhões de reais. Hoje, depois do lago cheio, da hidrelétrica funcionando há oito anos essa mesma eclusa está orçada em 620 milhões de reais. Praticamente o dobro do que custaria aos cofres públicos.

Então, Sr. Presidente, não existe, eu entendo a preocupação do Ministério de Minas e Energia, mas uma coisa não tem nada a ver com a outra. O licenciamento da eclusa em hipótese alguma atrasa o licenciamento da hidrelétrica. Muito pelo contrário. O que vai impactar muito mais a região é justamente a barragem, que diz respeito à eclusa, que diz respeito à hidrelétrica, aonde ficarão as turbinas, aonde vai haver a enchente, aonde tem desapropriações, aonde tem desmate.

A eclusa é apenas um elevador, é uma porteira do lado para que os barcos possam passar. Então, nós teremos um transporte mais democrático, a construção é mais barata, a emissão de CO₂... Infelizmente nós poderíamos estar discutindo esse projeto depois dos palestrantes, porque eu tenho certeza que os senadores votariam por unanimidade depois de ouvir as palestras, que vão falar com bastante detalhe sobre a questão das hidrovias.

Então, emissão de CO₂, enfim, não existe hipótese de haver alguma coisa negativa. Belo Monte, tem 10 anos que a hidrelétrica de Belo Monte espera pelo licenciamento ambiental. E não é eclusa que está empatando Belo Monte, não. Então, não existe essa preocupação. Enquanto nos Estados Unidos nós temos um Mississipi, aqui nós temos dezenas de Mississipis, que estão sendo empatados pela construção de hidrelétrica que não é simultâneo a eclusa, não só do Governo Lula, está se repetindo o erro que foi também cometido no passado.

E essa Comissão, eu quero parabenizar o Presidente Collor pela sua determinação em votar esse projeto, respeitando o desejo e o apelo do Ministro Lobão, mas, sinceramente, hoje, se o agronegócio brasileiro, que é o setor mais importante da economia nacional tem um problema grave, é o problema de logística. Especialmente os Estados que estão no Centro-Oeste brasileiro, que, inclusive, têm o maior endividamento nos bancos, justamente impostos pela questão da logística.

Eu gostaria muito de poder ver aprovado esse projeto. Eu tenho certeza e disse ao Presidente. "Presidente, se eu fosse o senhor eu seria o Presidente das hidrovias do país. O senhor seria lembrado por gerações e gerações". Tanto que em seguida, ele já estava, claro, preparado, não foi por causa da minha sugestão, ele lançou o PAC das hidrovias.

Então, é inadmissível que o PAC da hidrovía possa ocorrer sem a obrigatoriedade de ser construído junto com as hidrelétricas. Então, eu quero aqui louvar o projeto do Senador Eliseu e dizer que voto com muita tranquilidade. Não tenho a menor dúvida sobre o seu projeto e repito: ninguém pode entender desse assunto mais do que V.Exa., nem um Presidente de agência, nem um Diretor de agência [interrupção de áudio] nesse aspecto.

Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Ministro Senador Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

A minha palavra é curta. O trabalho foi exaustivo, e estamos na reta final. Nós tivemos essa preocupação dessa iniciativa de um projeto disciplinando a execução das eclusas do Brasil em atendimento ao setor de energia elétrica e o setor da navegação. Assistimos que muita coisa foi feita no Brasil sem a previsão correspondente das eclusas. Entendemos que o setor de navegação não pode prejudicar o setor de geração de energia elétrica e vice-versa.

Entendemos, então, importante uma iniciativa de um projeto parlamentar que pudesse conciliar os vetores antagônicos que atuam sobre este assunto e fazer com que as eclusas possam ser construídas agora ou no futuro, para manter perene a navegabilidade dos nossos rios e para que nós tenhamos uma capacidade máxima de usarmos os grandes potenciais de geração hidrelétrica no Brasil.

A nossa iniciativa foi principalmente pelo fato de nós entendermos que nesse caso da construção de eclusas, o setor de energia elétrica tem de ser socorrido. Não é possível que as eclusas se construam onerando as contas de luz para os consumidores de energia elétrica. É uma injustiça querer exigir que o construtor da barragem de geração hidráulica, geração de energia elétrica, pague os custos da navegação. Quem tem que pagar os custos da navegação são os usuários do transporte hidroviário. Quem tem de pagar os custos da geração hidrelétrica são os consumidores de energia elétrica. Esse é um dogma, é uma colocação, uma premissa fundamental.

E o nosso Projeto de Lei não teve um objetivo muito diferente deste, de definir a separação da geração elétrica, hidrelétrica e da navegação dos nossos rios, para evitar que um fator prejudique o outro. Quantas hidrelétricas foram construídas no Brasil sem previsão de eclusa? Hoje nós estamos às voltas aí com este problema.

É uma pena o Deputado Eduardo Sciarra, que estava aqui no Plenário ter se ausentado. Mas há uma discussão grande no setor, na frente parlamentar de geração de energia elétrica com relação à simultaneidade na construção de eclusas. Hoje há um problema grande no país que é o caso, eu exemplifico entre outros, o caso de Itaipu. Quando Itaipu foi construída não se deu nenhuma importância à navegação. A navegação da bacia hidrográfica do Paraná/Paraguai. E hoje está aí o Deputado Eduardo Sciarra estudando projetos específicos de alta... De grande profundidade, na solução da engenharia, como construir um dispositivo de transposição de nível de águas lá no Paraná/Paraguai, não obstante a existência de Itaipu.

As soluções estão sendo procuradas soluções técnicas. São, por certo, onerosíssimas, mas a necessidade é de tal ordem que talvez o Brasil tenha de enfrentar isso agora ou num futuro a curto prazo, de solução do grande problema de Itaipu, que tornou proibitiva a navegação dos rios.

Outros exemplos podemos dar, o Delcídio Amaral citou aqui, como experiente na geração de energia elétrica, ex-Ministro que é, esforços feitos por companhias estatais de geração de energia elétrica construindo barragens sem levar em conta as eclusas. Aí nós temos as barragens de São Paulo feitas pela CESPE, as barragens feitas pela CEMIG, as barragens feitas por FURNAS, pela CHESF, no Rio São Francisco, todas sem observar a necessidade de preservação futura das possibilidades de navegação do rio.

E de outro lado, a navegação querendo que o barrageiro construa a barragem para cobrir os custos da navegação. E isso nos preocupou muito, no momento que nós assumimos aqui, ao lado da Senadora Kátia Abreu, nosso mandato de senador, nos preocupou muito o esforço da navegação através de processos de iniciativa na Câmara Federal, praticamente determinando que as eclusas fossem construídas a custa do gerador de energia elétrica. Isso nos preocupou muito.

E esses Projetos de Lei estão tramitando na Câmara agora. A nossa iniciativa é uma iniciativa que teve de uma oportunidade importante. Nós não podemos atrasar. Nós precisamos fazer com que esse Projeto de Lei chegue à Câmara dos Deputados, para apenas os projetos que estão ali tramitando e produzir um

produto único, que volta a essa Comissão de Infraestrutura do Senado.

É impressionante ler os Projetos de Lei que tramitam na Câmara. Os hidroviários, os homens da navegação, os homens do transporte estão exigindo que o setor elétrico absorva essa tarefa, execute as eclusas por conta da geração de energia elétrica.

Então, nosso projeto veio para proteger a navegação, ele veio mais socorrer o setor de energia elétrica. E é uma solução que no nosso entendimento, isso foi profundamente estudado pelo relator, o Senador Delcídio Amaral, nós possamos conciliar os interesses da geração de energia elétrica com os interesses da navegação, ou seja, os objetivos do Ministério de Minas e Energia e do Ministério dos Transportes.

Fizemos o Projeto de Lei. É um projeto que dá muita importância à Agência Nacional de Recursos Hídricos, a Agência Nacional das Águas. Vai ser a primeira palavra. É a palavra da disponibilidade do recurso hídrico. Porque se nós construirmos um canal de um rio para desviar de uma barragem, nós tiramos o potencial hidráulico que gera energia naquela barragem, prejudicamos o setor elétrico. Da mesma forma, se o setor elétrico faz o barramento, usa a água toda, não há água para a navegação.

Então, a Lei 9.433, que é a lei dos recursos hídricos, é muito sábia e dita que o murro(F) uso múltiplo das águas seja determinado pela Agência Nacional de Águas, a ANA. Então, a primeira palavra é da água. Precisamos de água para a navegação. Precisamos de água para a geração de energia elétrica. Precisamos de água para a piscicultura, precisamos de água para o abastecimento das cidades. E esse uso múltiplo é estudado pela Agência Nacional de Águas, que determina a prioridade dos recursos hídricos e dita a sua disponibilidade.

Então, o primeiro, e o parecer do Senador Delcídio Amaral é preciso nesta parte, a primeira palavra é a declaração de utilidade das águas através da ANA. Isso feito nós conseguimos fazer a separação. A separação é de a outorga que nós transformamos a construção da barragem, perdão, a construção das eclusas, em serviço público, as eclusas pertencerão à União. E é bom destacar aqui que a gente não fala só em eclusa, fala de maneira geral em dispositivo de transposição de níveis hidrográficos. A eclusa é um dispositivo desses. Mas existem outros dispositivos além de eclusas.

E a redação dada pelo Delcídio Amaral aqui leva isto em conta. Nós separamos... Nós separamos a outorga da água para a navegação da outorga da água para a geração de energia elétrica. E para isso nós temos duas agências; a Agência Nacional de Energia

elétrica, a ANEEL, que dá a outorga da construção da barragem para a geração de energia, e a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a ANTAQ, que dá outorga para a eclusa.

O problema é complexo. Ele é menos complexo se nós adotarmos uma solução mais simples, que é o caso de Tucuruí, que foi citado aqui pelo Senador Delcídio Amaral, em que a União, através do DNIT, o Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes, faz investimento público construindo a barragem e eventualmente operando a barragem. Mas pode ser que nós tenhamos condições de fazer uso da iniciativa privada e dar outorga ao concessionário privado e essa atribuição cabe à ANTAQ. Um setor não prejudicando o outro. Isso está previsto nesse parecer e nesse relatório que é apresentado aqui para a votação pela Comissão de Infraestrutura.

O que eu gostaria de colocar é que esse projeto foi discutido exaustivamente ao longo desses dois últimos anos. Nós tivemos reuniões com a... Com o Ministério de Minas e Energia, foi citado aqui com o Ministro interino de Minas e Energia pessoalmente, no Gabinete do Presidente da nossa Comissão, o Senador Fernando Collor, tivemos reunião com a liderança do Governo, com os técnicos do Ministério dos Transportes, com os técnicos da ANTAQ e com a ANEEL [soa a campanha] e com a ANA. Chegamos a esse texto.

Entendo que é importante que esse texto chegue à Câmara Federal com a velocidade possível para que dali nós tenhamos um elemento que volte aqui seguramente à Comissão de Infraestrutura para a redação final do projeto. É importante, a Kátia Abreu citou aqui e eu gostaria rapidamente, não quero tomar o tempo dos Srs. Senadores, a importância de nós podermos inserir no sistema nacional de viação os projetos das eclusas.

E deixemos a ANA, a ANAC, a ANTAQ e a ANEEL preparadas para esses estudos não apenas de novas eclusas, mas para a solução de projetos de hidrelétricas que possam ainda permitir a instalação de um dispositivo de transposição de águas que possam corresponder à necessidade da navegação.

Nós temos 26 eclusas que se colocarão no nosso projeto e no sistema nacional de viação ao exame das agências da ANA, da ANTAQ. No Rio Branco nós temos a eclusa de Caracaraí, no Rio Madeira temos as eclusas de Santo Antonio... As hidrelétricas, perdão, as hidrelétricas de Santo Antonio e de Jirau, que precisa de haver um estudo da eclusa, para não condenar a navegabilidade do Rio Madeira.

Não apenas o Rio Madeira como eixo principal, mas os formadores do Rio Madeira que estão lá na Bolívia, no Mato Grosso e em Rondônia. Temos a eclu-

sa de Guajará-Mirim, as eclusas do Rio Tapajós, o Rio Teles Pires e as eclusas do rio Juruema. As eclusas do Araguaia, Araguaína, Araguanã, e as eclusas do Tocantins. Esse é um rio rico de potenciais hidráulicos que perturbam a navegabilidade do Tocantins Araguaia. Tem a eclusa de Tucuruí, a eclusa de Marabá, a eclusa de Serra Quebrada, a eclusa de Estreito, a eclusa de Lajeado, essa em construção. Temos de examinar as eclusas do Sul, da bacia do Paraná Paraguai, e eu citei aqui o caso de Itaipu, que exige uma solução técnica e de engenharia especial.

Isso vai ser de uma importância extraordinária para o uso mais intensivo do transporte hidroviário no Brasil, que é o transporte de menor consumo de energia, de menor custo operacional. Nós vamos ter as audiências posteriores que vão definir as prioridades para a eliminação dos gargalos no desenvolvimento do PAC, do Programa de Aceleração do Crescimento. E vamos verificar que o sistema hidroviário tem de ser melhorado na sua posição, na matriz dos transportes do Brasil, para que nós tenhamos, de uma forma mais acelerada, a aceleração do crescimento.

Só que essa é a minha palavra, e o que eu colocaria ao Senador Lobão Filho é que se nós pudéssemos acelerar o processo e manter o projeto para a Câmara, o mais cedo possível, à vista das nossas reuniões anteriores, isso seria importante porque este projeto volta para a Comissão de Infraestrutura e nós vamos ter oportunidade de analisá-lo de uma forma mais profunda, mais detida, além do que nós já fizemos até agora.

Essa é a palavra que eu gostaria de dar, Sr. Presidente, vamos continuar na discussão do Projeto de Lei para a votação final por essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Flexa Ribeiro, V.Exa. deseja usar a palavra para discutir?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Sim, para discutir Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, Senador Fernando Collor, Vice-Presidente Senador Eliseu Resende, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

Para mim, hoje é um dia histórico, Presidente. Histórico porque essa questão das barragens nós discutimos há praticamente 30 anos no Estado do Pará. O Pará hoje talvez seja um dos Estados mais prejudicados por não termos tido no Brasil a inteligência de implantarmos o sistema hidroviário.

O modal de transporte brasileiro, ele é totalmente concentrado no sistema rodoviário em mais de 60%.

E tem apenas 5% no sistema hidroviário. Em outros países, como nos Estados Unidos, o sistema hidroviário representa mais de 35% do transporte da produção americana. E é impossível que nós continuemos caminhando no sentido inverso o que já foi exitoso no resto do mundo.

Eu digo, Presidente Collor, Senador Delcídio Amaral falou como barrageiro. Eu quero me colocar do lado dos barrados. Porque me sinto como população, como paraense que sou, barrado de poder fazer o desenvolvimento do meu Estado, de poder levar condições de entrar e sair com produtos, com custos mais baratos para melhorar a competitividade brasileira no mercado exterior.

É impossível, é impossível, Senador Collor, que a hidrovía Araguaia-Tocantins, considerada por todos, eu ainda não ouvi, e não é deste Governo, não, desde governos anteriores, quando no Governo Fernando Henrique tinha o programa *Avança Brasil*, o gerente do projeto dizia nas audiências públicas que o maior projeto de integração nacional era a hidrovía Araguaia-Tocantins, que ligava o Centro-Oeste brasileiro, aqui próximo de Brasília, ao oceano Atlântico via o Rio Amazonas, desembocando lá na cabeceira, no arquipélago de Marajó.

Ora, todo mundo reconhece o que é lógico, mas nós não agíamos no sentido de transformar isso. Eu quando cheguei aqui procurei tomar conhecimento, que queria fazer um projeto exatamente, não no sentido que a inteligência, o conhecimento do nosso Ministro Eliseu Resende fez, mas sim naqueles que já estavam tramitando no projeto... No Congresso, de impor que ao se construir uma barragem teria que ser feita a hidroelétrica... A... A eclusa.

O Senador Eliseu Resende traz à apreciação do Congresso um projeto que teve a brilhante relatoria do nosso barrageiro, Senador Delcídio Amaral, que resolve o impasse que existia. Qual era o impasse? O impasse era que a barragem era feita pelo Ministério das Minas e Energia, e a eclusa competia ao Ministério dos Transportes. As barragens eram feitas com recursos antes públicos e agora privados ou mistos. E a barragem, e a eclusa ficava somente com recurso público. Não havia recursos públicos disponíveis para que as barragens fossem feitas.

A barragem de Tucuruí que o Pará espera há quase 30 anos, só foi possível ela estar sendo agora concluída, porque naquela altura o então Presidente da Federação das Indústrias do Pará, Senador Gabriel Hermes, criou um movimento nacional para que se fizesse a cabeceira da eclusa, e o nosso barrageiro, Senador Delcídio Amaral, sabe que se naquela altura não tivesse sido feita a cabeceira com o *stop-log*, nunca

mais teria a barragem, eclusa na barragem de Tucuruí, nunca mais. Só por isso a barragem pode existir.

Então, no momento que nós estamos discutindo um projeto que salomonicamente, eu diria, resolve esse impasse, onde dá possibilidade na revisão da legislação, que a barragem se destaque, seja uma outorga diferenciada, dada pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário, ouvido a Agência Nacional das Águas...

Até porque, Senador Eliseu Resende, V.Exa. sabe, a barragem de Tucuruí não poderia ser, é inconstitucional, ela não poderia ser construída, porque ela barrou um rio navegável, e o Código de Águas, dos idos de 30, proíbe isso. O Rio Tocantins era navegável de Marabá a Belém, e foi obstruído. Então eu diria, nós não podemos perder tempo, Senador Lobão Filho.

V.Exa. eu respeito o pedido de V.Exa. de ouvir o Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia. Esse projeto ele tem uma tramitação que eu espero que não seja tão longa. Ele vai à Câmara e da Câmara vai retornar aqui ao... Nós vamos ter tempo suficiente de ouvir o Ministro que, pelo que o Presidente disse, já foi ouvido nas reuniões que antecederam a vinda do projeto à análise da Comissão e ele vai ter outras oportunidades de ser ouvido na Câmara ou aqui mesmo quando retornar.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Eu tenho uma dúvida. Um aparte.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pois não.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Eu tenho uma dúvida que eu acho que até pode sanar esse imbróglcio aqui. Essa é a votação do substitutivo. Portanto, em dois turnos. Turno suplementar. Então, eu acho que a gente poderia votar hoje, até me comprometo votar favorável ao projeto, e na votação do segundo turno, nós teríamos oportunidade de fazermos então o convite ao Márcio Zimmermann, ele falaria antes, e votaríamos o segundo turno.

Eu acho que assim daria oportunidade de todos senadores ouvirem o que foi ouvido apenas por um grupo pequeno de Senadores entre quatro paredes. Então, nós ouviríamos todos--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Se houver entendimento de liderança, podemos votar os dois turnos hoje.

[risos].

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Bom, a idéia está lançada.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): A minha também.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Collor, é possível votarmos os dois turnos

hoje? É possível votarmos os dois turnos hoje, regimentalmente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não. Hoje não será possível pautar os dois turnos. Ficará--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Então eu fico com a proposta--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Dr. Efraim, o senhor, nessa, perdeu.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Então eu fico com a proposta do Senador Lobão Filho, que a gente possa ouvir antes da votação do segundo turno o Secretário--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Realmente isso não pode ser realizado, Senador Flexa, porque no processo de discussão para a votação, já iniciado....

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Então nós vamos votar sem ouvir o...

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Seria...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pelo meu... Pelo meu voto nós vamos deixar de atender o pedido do Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Então perdemos dois, eu e o Efraim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Bom, então concluindo, Presidente Collor, concluindo, eu quero parabenizar o Senador Eliseu Resende. Parabenizar o Senador Delcídio Amaral, e parabenizar V.Exa., que traz à pauta esse projeto da maior importância.

Acho, acho que a forma que foi dada no parecer, de que se possa fazer inclusive a participação da iniciativa privada, que não permitia a legislação, não se permitia cobrar pedágio das eclusas, e agora pode ser feito, a própria iniciativa privada vai ter interesse em executar as eclusas. Até porque, Presidente Collor, as eclusas de Tucuruí, se tivesse sido feitas à época da construção da barragem, custaria talvez 1 ou 2% do custo da barragem. É tão pouco em relação ao custo da barragem, que não teria influência econômica na questão; feita como está agora ela está com custo seguramente três, quatro vezes maior. Quem paga isso somos nós, os contribuintes.

E mais do que isso, mais do que isso, o que vai trazer de desenvolvimento para o nosso país, a possibilidade não só de escoar os produtos com um custo de transportes, como disse a Senadora Kátia Abreu, oito vezes menor do que o custo do transporte rodoviário e quatro vezes menor do que o custo do transporte ferroviário, vai poder também fazer com que os insumos para a agricultura, os insumos para a infraestrutura,

para a habitação, entrem também em condições de transporte mais favoráveis.

Quero aqui pedir, pedir aos meus pares que votemos hoje e espero que, por unanimidade, a aprovação desse projeto que é importante para o Brasil, para o Brasil. Era o que eu tinha a pedir a V.Exa..

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado. A palavra, pela ordem Senador Jayme e em seguida o Senador Paulo Duque.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Eu quero confessar de público, hoje aqui nesta manhã, de que eu nunca senti tão seguro de estar votando um projeto do tamanho, da grandeza como esse.

Eu não poderia, em hipótese alguma, deixar aqui de fazer elogios, elogios de forma sensata, responsável e sobretudo do fundo do meu coração. Primeiro a V.Exa., que veio num bom momento, pela sua experiência, como Presidente dessa Comissão, colocar aqui um projeto de tamanha envergadura para o Brasil; como Presidente da República, como ex-Governador, como Senador, e acima de tudo como bom brasileiro.

Dizer ao Senador Eliseu Resende, homem de uma experiência invejável, homem que eu imagino, eu que sou bem mais novo do que ele, tenho que espelhar na sua pessoa que tanto dedicou sua vida para o nosso Brasil. Eu particularmente reverencio aqui de forma bastante especial ao Ministro Eliseu Resende, diante de tudo que ele fez no Brasil como Ministro dos Transportes. Se o Mato Grosso hoje está interligado ao resto do Brasil, a parte também do Norte desse país aqui, sobretudo com o Estado de Rondônia, foi graças ao Ministro Eliseu Resende como Ministro de Transportes lá na década de 70, década de 80.

Não posso também deixar aqui de lado, muito pelo contrário, a pessoa do ex-Ministro, valoroso brasileiro também, Senador Delcídio Amaral, que o Brasil e sobretudo o meu Estado deve muito a ele, na medida em que foi um dos grandes aliados nossos para resolver também os problemas do setor elétrico daquele Estado, lá na década de 1990, e como Governador tive a primazia de receber seu apoio, para ligar toda uma vasta região do meu estado, a região norte de Mato Grosso, interligarmos ao sistema nacional de energia. De público, aqui, eu quero render, Senador Delcídio, Ministro das Minas e Energia, render minhas homenagens como mato-grossense e, sobretudo, que eu tenho hoje a primazia de representar a sociedade civil organizada daquele grande estado de dimensão continental.

E eu não tenho dúvida alguma, Ministro Eliseu Resende, diante dessa verdadeira aula que o senhor deu aqui, o Ministro Eliseu deu e também o Ministro Delcídio Amaral nos deu aqui, de que a solução nossa para melhorarmos, com certeza, a questão do transporte modal aqui no Brasil é nós buscarmos, certamente, a questão das hidrovias no Brasil. Particularmente em meu estado, com certeza um estado sofrido, diante da distância que há dos grandes portos desse país, sobretudo um Estado que produz hoje, hoje é o campeão, Presidente Collor, da produção no Brasil. Já passamos ao Estado do Paraná que era o maior produtor de grãos.

Todavia, com muita tristeza lamentavelmente todo esse esforço hercúleo, a competência dos nossos produtores, dos nossos trabalhadores, não tem sido levado em consideração, por falta, naturalmente, de uma melhor logística. Entretanto, surge aqui uma luz no fundo do túnel. Quando se fala em discutir, de implantar as hidrovias, nós não podemos esquecer, Ministro Eliseu Resende, Presidente Collor, Ministro Delcídio Amaral, também as importantes hidrovias do nosso país aqui que seria Teles Pires-Tapajós. Seria a hidrovia Araguaia Tocantins, com isso estaríamos viabilizando a região Centro-Oeste do Brasil, o Norte e assim por seguinte.

Portanto, este aqui será um dos votos mais seguros, mais conscientes que eu estarei dando aqui na Comissão de Infraestrutura, já por duas vezes membro dessa Comissão aqui e me sinto, com certeza, realmente um Senador em sua plenitude, que lamentavelmente essa Casa tem sido nos últimos tempos apenas criticada, até certo ponto tentado desmoralizar diante da opinião pública, mas nós vamos resgatar é com trabalhos, com projetos como esse que certamente nós vamos dar uma nova perspectiva para o Brasil e, sobretudo, para as futuras gerações que espera que o Brasil seja um país competitivo e que nós possamos ter mais oportunidades.

Encerro cumprimentando o Presidente Collor, que marca época na Presidência dessa Comissão, ao Ministro querido Eliseu Resende, nosso mestre, nosso professor, como também ao Senador e Ministro Delcídio Amaral que numa demonstração de conhecimento de causa fez aqui uma verdadeira aula de conhecimento em relação à implantação, não só como barrageiro, mas acima de tudo, conhecedor profundo também das questões de hidrovia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado Senador Jayme Campos. Continua em discussão.. Eu gostaria de sugerir às Sras. e Srs. Senadores que apressássemos o final

da discussão, para iniciarmos o processo de votação que necessita de quórum.

Passarei a palavra ao Senador Paulo Duque e em seguida ao Senador... Senador Gim Argello e ao Senador Eduardo Suplicy e ao Senador Gim Argello pedindo a V.Exas. a brevidade possível para que nós possamos ter o quórum suficiente para iniciarmos o processo de votação. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): [interrupção no áudio] poder iniciar a votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado Senador Paulo Duque pela sua brevidade. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Sr. Presidente, eu não sabia que o Senador Delcídio Amaral era um barrageiro. E quero agradecer porque muito aprendi com ele e com o Senador Eliseu Resende, inclusive porque me socorri do dicionário para saber bem o significado de eclusa, holístico e diversos outros termos que eu não sei se todos os que acompanham a rádio e a TV Senado estão sabendo bem o que é.

Então, me permito até dizer, porque como nem todos sabem, como eu não sabia tão bem, tinha idéia do que fosse, mas eclusa é uma obra de engenharia hidráulica e consiste na construção que permite que barcos subam ou desçam os rios ou mares em locais onde há desníveis, como nas barragens, nas quedas de água e corredeiras.

E holístico significa algo muito abrangente. E eu fiquei pensando bem por que o Senador havia utilizado tais termos e outros. Mas eu agradeço, porque aprendi e considero que a proposição do Senador Lobão, no sentido de que possamos ter inclusive a segunda oportunidade de discussão, com a presença do Secretário-Executivo do Ministério de Minas e Energia fica garantido pelo segundo turno.

Então, vamos à votação, Sr. Presidente, porque eu preciso ir à CRE.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado Senador Suplicy. Senador Gim Argello para finalizar a discussão.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB – DF): Sr. Presidente, eu lhe agradeço, serei bastante breve, mas não poderia deixar de comentar, porque nós estamos falando do sistema nacional de transporte aqui. Mas logo em seguida da votação nós vamos escutar as dificuldades e os gargalos que o modal rodoviário e o modal ferroviário desse país nos impõe.

Vejam vocês que no estado hoje, o estado mais produtor desse país que é Mato Grosso, filas e filas de caminhões para se deslocar numa rodovia que da-

qui a pouco deve ser apresentado para a gente, com a maior dificuldade. Nosso país errou cem anos atrás de sair do sistema ferroviário, do sistema ferroviário para o sistema rodoviário.

Se tem alguém neste país que tem autoridade moral de falar em sistema nacional de transporte, essa pessoa é o Ministro Eliseu Resende. Hoje essa Comissão faz jus ao nome de Infraestrutura, Comissão de Infraestrutura do Brasil. Por quê? Porque nós estamos cuidando de um tema dos mais relevantes. Nós estamos colocando um novo sistema de modal a partir de agora, o Brasil todo poder discutir que é o modal hidroviário.

Nós não podemos dispensar o que a natureza nos deixou. Nós temos recursos naturais de mais de 10 mil quilômetros que podem ser ocupados com cargas, com volumes gigantescos e poupando esse sistema rodoviário, que daqui a pouco nós vamos assistir, que é um sistema que não suporta mais o transporte do que o país dá conta de produzir.

Então, Presidente Collor, só para parabenizar mais o Ministro Eliseu Resende, parabenizar o relator, Ministro Delcídio Amaral, e V.Exa., porque esse é um assunto que realmente faz com que a gente possa se sentir orgulhoso do nosso Senado, orgulhoso da nossa Comissão, porque é um assunto de relevância nacional.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Gim Argello. Antes de iniciar o processo de votação, há um requerimento sobre a Mesa de autoria do Senador Lobão Filho solicitando o adiamento do processo de votação. Eu coloco à apreciação dos Srs. Senadores. Os Srs. Senadores que estiverem de acordo em iniciar o processo de votação permaneçam como estão. Os que estiverem de acordo com o requerimento do Senador Lobão Filho, de adiar por uma semana, levantem o braço.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Na realidade, Presidente, eu pedi para trocar. O requerimento não é para adiar uma semana, é apenas que se faça uma Audiência Pública anterior à segunda votação. Faríamos a primeira e ouviríamos antes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pelo regimento, Senador Lobão Filho, a segunda votação tem que ser feita imediatamente à reunião seguinte. Então, não haveria disponibilidade para se fazer essa Audiência Pública no interregno entre uma votação e outra.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Então...

SENADOR EDUARDO SUPLCY (PT – SP): E no próprio dia?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Aqueles que estiverem de acordo em que seja iniciada a votação permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos iniciar a votação chamando, pela chamada nominal. Os que estiverem de acordo com o relatório do Senador, apresentado pelo Senador Delcídio Amaral, Projeto de Lei de autoria do Senador Ministro Eliseu Resende, nº 209/07, afirmam *sim*; os que estiverem contra, afirmam *não*. Senadora Serys Slhessarenko. Senador Delcídio Amaral, relator.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senadora Fátima Cleide. Senador João Ribeiro. Senador Almeida Lima. Senador Gilvam Borges. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa. Senador Valdir Raupp. Senador Wellington Salgado. Senador Gilberto Goellner. Senador Eliseu Resende, autor. Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM – PI): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Com o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Com o autor e o relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Alvaro Dias. Senador João Tenório. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Com louvor ao relator e ao autor. Favorável.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Marconi Perillo. Senador João Durval.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT – BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador. Senadora Marina Silva, Senador Paulo Paim, Senador Antonio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE): Presente.

[risos].

Presidente, pelo incremento do transporte hidroviário no Brasil, voto com o eminente relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Voto sim do Senador Antonio Carlos Valadares. Senador Expedito Júnior. Senador Eduardo Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUP LICY (PT – SP): Com o relator, sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador João Pedro. Senador Neuto de Conto. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB – MA): Em homenagem ao autor e ao relator, voto favorável também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Parabéns, Senador. Senador Pedro Simon. Senador Valter Pereira. Senador Francisco Dornelles. Senador Antonio Carlos Júnior. Senador Efraim Moraes. Senador Efraim Moraes. Senador Adelmir Santana. Senadora Rosalba Ciarlini. Senador Demóstenes Torres. Senador Cícero Lucena. Senador Arthur Virgílio. Senador Mário Couto. Senador Sérgio Guerra. Senador Gim Argello. Pode votar no meu lugar. Não? Senador Osmar Dias. Senador Fernando Collor, sim. Senador Efraim Moraes.

Quantos votos? 14. 14. Antonio Carlos Valadares, Eduardo Suplicy, Lobão Filho, João Durval, Fernando Collor, Flexa Ribeiro, Kátia Abreu. 14?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): No total quantos votos?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 14.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Por 14 votos, foi aprovado em primeiro turno o Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007. Cumprimento o autor e o relator do projeto, em nome da Comissão de Infraestrutura. Passamos ao segundo item da pauta que trata... Pode mostrar o voto?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa e Senador Efraim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM – PB): Eu queria constar aí, com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com o relator.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Vim correndo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa. Então são...

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Então, com a aquiescência de V.Exas., foram computados os votos dos Senadores Efraim Moraes e Mão Santa perfazendo um total de 16 votos favoráveis ao Projeto de Lei do Senado 209 de 2007, de autoria do Senador Ministro Eliseu Resende, que teve como relator o Senador Delcídio Amaral.

O segundo item da pauta trata de Audiência Pública.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a presença do senhor...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não, pela ordem.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Eu gostaria, primeiro, agradecer os votos de todos os senadores da Comissão de Infraestrutura, das senadoras, e não tenho dúvida nenhuma que esse projeto é um projeto de absoluta relevância para o país e também aqui registrar também o nosso agradecimento ao Senador Lobão, que entendendo a discussão e entendendo a importância desse... Desse projeto, também se posicionou, a despeito das preocupações aqui manifestadas, se posicionou favoravelmente.

Sr. Presidente, eu gostaria só de antes de entrar na segunda etapa da Comissão de Infraestrutura, nós estamos... Eu fui... Eu sou relator da indicação do Sr. Ivo Borges para a Agência Nacional de Transportes Terrestres. Eu já encaminhei o parecer, Sr. Presidente, essa semana à Comissão de Infraestrutura, e como nós estamos seguindo agora nesse caso o Ato nº 01, aprovado na Comissão de Infraestrutura, elaborado por V.Exa., eu gostaria de ponderar, Presidente, se nós não poderíamos já ler esse parecer, para contar o tempo

regimental, até porque eu acho que semana que vem vai ser uma semana, em função dos feriados, nós poderemos ter algumas dificuldades, então eu gostaria de sugerir a V.Exa., se for possível, a leitura já para entrar no prazo regimental do Ato nº 01, a indicação do Dr. Ivo Borges para a ANTT.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu pediria... Eu pediria a compreensão do Senador Delcídio Amaral, porque em função do acúmulo da nossa pauta, nós poderíamos deixar, com a concordância de V.Exa., para que essa leitura fosse feita na próxima sessão, no dia 23, quando nós teremos, coincidentemente também, a leitura do parecer do Senador Gilvam Borges sobre uma indicação para a ANATEL. Porque nós estamos já com a pauta sobrecarregada, está avançando a hora e nós temos os dois palestrantes já aqui aguardando para fazermos a Audiência Pública, com a licença também do Senador Gim Argello.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Delcídio Amaral.

A parte segunda da nossa pauta de hoje é a Audiência Pública com a presença do Sr. Luiz Antonio Fayet, que eu gostaria de convidar para fazer parte da Mesa, Consultor de Infraestrutura e Logística da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, e do Sr. Bruno Batista, que eu gostaria também de convidar de fazer parte a Mesa, Diretor Executivo da Confederação Nacional do Transporte, CNT, destinada a *debater sobre as dificuldades, limitações e prejuízos impostos aos produtores rurais e aos empresários do setor de transportes, pelos gargalos existentes no sistema de transportes de cargas do Brasil*, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2009 desta Comissão de Infraestrutura, de autoria da Senadora Kátia Abreu, subscrito pelo Senador Gilberto Goellner.

Convido os senhores para estarem aqui presentes, já aqui se encontram. Concedo a palavra inicialmente ao Sr. Luiz Fayet, para a sua exposição, que não poderá ultrapassar os 15 minutos. Em seguida será passada a palavra--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): --Ao Sr. Bruno Batista, para as suas considerações.

Gostaria, então, de antes de iniciarmos essa exposição dos senhores que aqui estão presentes, re-

presentando a CNA e a CNT, pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Obrigada, Sr. Presidente, apenas para registrar que as presenças dos Presidentes das Federações de Agricultura do Rio Grande do Sul, Dr. Sperotto, da Federação do Ceará, Torres de Mello, da Federação do Espírito Santo, Júlio, e também Diretor Vice-Presidente da CNA, Fábio Meirelles Filho. Muito obrigada.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado Senadora Kátia Abreu, que foi uma das grandes incentivadoras para que essa Audiência Pública hoje pudesse ser realizada, e também os nossos agradecimentos em nome de todos os membros da Comissão àqueles senhores que hoje representam aqui nessa nossa reunião o Tribunal de Contas da União, que vai ser agora uma prática que estaremos adotando, para que sempre o Tribunal de Contas da União acompanhe os nossos trabalhos e tire qualquer dúvida que, porventura, possa existir no decorrer dos debates que aqui serão travados. Passo a palavra ao Sr. Luiz... Pela ordem, desculpe, Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADOR ROSALBA CIARLINI (DEM – RN): Pois não, Sr. Presidente. Eu tive que me ausentar para atender a uma urgência, e nesses minutos que eu estive ausente, aconteceu a votação. Eu gostaria, se for possível, regimental, que constasse em Ata a minha... O meu voto de aprovação ao projeto do Senador Ministro Eliseu Resende, que foi feito realmente com muito esmero, com muito conhecimento, com muita competência sobre uma questão que nós consideramos de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A solicitação de V.Exa. será atendida. O voto da Senadora Rosalba Ciarlini é portanto o 17º voto favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2007.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Sr. Presidente, eu quero primeiro me desculpar por não ter conseguido chegar no horário da... Sobre tudo da discussão e da votação do projeto que regulamenta a construção das eclusas no Brasil, porque eu tive que... Conversei com V.Exa. ontem, expliquei que eu tinha

uns exames para fazer agora cedo e não consegui chegar a tempo.

Mas também quero me congratular com o relator do projeto, Senador Eliseu Resende, e me congratular com os Srs. Senadores e Senadoras que votaram favorável a este projeto, já que ele é de extrema importância para o nosso país.

Nós mesmos lá do Tocantins estamos vivendo algumas situações que poderiam estar diferentes hoje se a gente já tivesse a questão da eclusa do Lajeado e a eclusa do Estreito, já que o Estreito está sendo construída a hidrelétrica, mas a eclusa ainda está preparando, eu até conversava com a Ministra Chefe da Casa Civil há uns 10 dias atrás, quando tive uma audiência com ela, e ela me explicava que para fazer Estreito, para fazer Lajeado, embora estivesse já com autorização para a obra ir para o PAC, como eu aqui coloquei na última reunião, uma obra de 726 milhões, que geraria 2.500 empregos diretos, 12 mil empregos indiretos, mas se não fizer Estreito não se justifica fazer Lajeado. A Ministra me disse isso e ela tem razão. E estamos... Ela está preparando o projeto, portanto, solicitou do Ministro que preparasse o projeto para fazer Estreito também, para poder autorizar a construção de Lajeado.

Então, veja que essa questão das eclusas, pra gente ter as condições de... Se a ferrovia e o frete já é mais barato do que da rodovia, nós sabemos que também as hidrovias é o frete mais barato que existe no mundo todo. E, portanto, isso seria, sem sombra de dúvida, uma base muito forte para que acontecesse as hidrovias. E nós temos a hidrovia do Araguaia e do Tocantins que precisam ser implantadas.

Então, para não me prolongar muito, Sr. Presidente, até porque os retardatários não podem também estar gastando muito tempo, só pra dizer que meu voto também, que V.Exa. consignasse meu voto favorável em Ata pra que a gente mostrasse que essa Comissão realmente deseja e o Congresso Nacional, sobretudo o Senado, ver a questão das eclusas resolvidas no Brasil.

E cumprimento V.Exa. pelo... Pela condução dos trabalhos, mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): E o voto de V.Exa. é favorável ao projeto?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Favorável ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Então, 18º voto favorável ao Projeto nº 209, de 2007 do Senador Ministro Eliseu Resende, relatado pelo Senador Delcídio Amaral.

Passo a palavra ao Dr. Luiz Antonio Fayet, Consultor de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, por 15 minutos.

SR. LUIZ ANTONIO FAYET: Sr. Presidente Senador Fernando Collor, Sr. Vice-Presidente Senador Eliseu Resende, Sras. e Srs. Senadores.

É para mim uma honra estar aqui novamente na Comissão de Infraestrutura, para trazer algumas informações de natureza técnica, da visão que nós temos das potencialidades do agronegócio e os desafios que nós temos que empreender.

Eu trouxe uma coletânea de *slides*, fundamentalmente para os arquivos da Comissão e vou fazer uma apresentação rápida, com pontuação em algumas questões críticas. Por favor.

Inicialmente eu gostaria de registrar neste... Nessa tabela, a evolução fantástica que nós tivemos nas exportações dos produtos do agronegócio nessa década.

Essa evolução se deve a três fatores fundamentais. Primeiro, o crescimento da demanda pelo incremento demográfico. O segundo, pela mudança de hábitos dos consumidores internacionais. E terceiro, pela escassez de alternativas de suprimento do mercado internacional. O Brasil pontua a sua posição como um dos poucos países do mundo que têm capacidade de incrementar a oferta no mercado internacional.

Observando o comportamento das exportações brasileiras no contexto internacional, quero registrar o seguinte: aí está a nossa participação no mercado internacional, cerca de 1,5%. Mas no agronegócio, nós já atingimos 6%. E temos a tendência de assumir uma posição crescente. Próximo, por favor.

Este quadro confirma esta posição. Dessas *commodities* que estão aí relacionadas, podemos observar nossa posição na produção, nossa posição nas exportações. O que significa que o Brasil é um dos países mais fortes no *ranking* das exportações. Nós temos aqui que fazer a seguinte pontuação: a nossa previsão é que nos próximos 10 anos o Brasil seja responsável por mais de 50% da oferta ao mercado internacional, de oito das principais *commodities* do agronegócio.

Nós temos uma característica que estamos no Hemisfério Sul, consequentemente, entramos na entressafra do Hemisfério Norte, e o Hemisfério Norte representa mais de 80% da oferta de alimentação no mundo. Isto nos dá uma posição de um lado muito positiva e de outro de muita responsabilidade.

Aqui eu chamo atenção para os principais produtos de exportação do Brasil, com uma característica, esses produtos que eu estou registrando aqui eles

têm um elevado conteúdo nacional. Sem desmerecer outros setores, porque evidentemente nós precisamos de todos eles, quando nós exportamos um avião ou quando nós produzimos um avião aqui dentro, nós temos um teor de conteúdo nacional baixíssimo em relação ao valor total do produto. Ao passo que esses produtos eles têm um teor de conteúdo nacional de mais de 90%. Próximo, por favor.

Essa evolução fantástica do agronegócio brasileiro determinou uma mudança dramática na geografia de produção, questão que já foi abordada aqui há alguns instantes. Mas eu gostaria de registrar que o Sul e Sudeste, aonde nasceu o agronegócio, tem uma tendência de modificação estrutural dos produtos de exportação, que serão cada vez mais “containerizados”, enquanto a tarefa de abastecer o mercado internacional de grãos e de produtos às vezes menos elaborados, numa primeira etapa, caberá às novas fronteiras que se deslocaram do Centro-Norte para o Centro-Oeste.

Esse mercado de grãos existe, existirá e o Brasil não pode abrir mão, porque esses mercados do agronegócio, eles não servem simplesmente para trazer divisas para o país. Servem, fundamentalmente, para propiciar o desenvolvimento econômico e social no nosso território. Registro aqui onde está Porto Velho. Aqui São Luís. O que nós chamamos de Arco Norte. O Arco Norte, constituído do Rio Madeira até aqui, o Oceano Atlântico, vai ser o caminho fundamental do agronegócio para a exportação. Próximo, por favor.

Observem a evolução que nós já tivemos e que não é pequena. Nós temos dois portos que há 10, 20 anos atrás não existiam nas estatísticas. Porto Velho, que alimenta Itacoatiara e Santarém, exportou dois milhões e 800 mil toneladas em 2007; e São Luís, 1 milhão e meio.

Se nós somarmos isto aqui, isto aqui dá mais ou menos 50% do que exportou Paranaguá. Isto significa que esta transformação não é uma coisa do futuro, é uma coisa que já é presente na história das nossas exportações. Próximo.

Agora vem a crise mundial. Esta questão tem sido debatida intensamente no Congresso. Eu gostaria de pontuar uma questão fundamental. A raiz primária da crise mundial chama-se exacerbação da demanda. O nível das aspirações das pessoas cresceu, o sistema financeiro propiciou antecipação de consumo, de repente explodiu a bolha financeira e nós agora vamos ter o quê? Nós vamos cair para a economia real. Significa que o mundo vai consumir menos. Nós não teremos mais as benesses de uma demanda teoricamente infinita e preços alentadores. Próximo, por favor.

Aqui os reflexos internos e eu quero chamar atenção de uns poucos pontos. Nós vamos ter uma redução

nos preços das exportações e uma tendência de queda da arrecadação tributária com, também, endividamento da população. Esses fatores são determinantes para o nosso planejamento. Próximo.

As ações internacionais anti-crise. Isto aí é um código de boas intenções. Mas vamos às ações reais que nós estamos observando nas economias. O que está acontecendo? Crescimento violento do protecionismo e implícito e explícito, verticalização da produção.

Eu não acredito, Sr. Presidente, que os países que estão dando ajuda a segmentos muito fortes da sua economia, não chamem essas empresas e forcem a que elas adotem uma verticalização da produção dentro do seu próprio país. O que a gente chama de substituição de importações. Este é um fato com que nós temos que nos debater. Haverá uma concorrência predatória, que vai prejudicar muito nossa exportação de industrializados e, na verdade, as ações reais vai ser um salve-se quem puder, perdoe-me a expressão, mas ela é a mais representativa. Próximo.

O enfrentamento da crise tem o foco fundamental no aumento de competitividade, que é o tema que nós tratamos aqui nessa Comissão há poucos instantes. Aqui está uma relação de preocupações que nós constatamos. A segurança jurídica institucional tem que aumentar, redução de tributação, sem dúvida alguma, eliminação de reservas de mercado, liberação dos investimentos privados para conseguir o aumento de competitividade na redução dos custos logísticos. Próximo, por favor.

Concordando com essas afirmações que acabo de fazer, em outubro do ano passado, recentemente, o BID apresentou aqui em Brasília um estudo chamado *Desobstruindo Artérias*. Esse estudo ele é importantíssimo porque corrobora todas as afirmações que nós ouvimos aqui, temos ouvido, das pessoas que estão interessadas na competitividade brasileira. Próximo.

Vejam as conclusões básicas. Eles... Uma das conclusões básicas está que a questão do transporte e da logística tem que vir para o centro do debate. O BID fala da competitividade das economias da América Latina e do Caribe. Próximo.

Conclusões básicas. As Parcerias Público-Privadas que nós temos que intensificar, porque os estados não terão dinheiro para fazer o que precisa ser feito. Dou como exemplo que, para reestruturar, adequar o sistema portuário brasileiro às necessidades dos próximos 10 anos, nós precisaríamos investimentos estimados em 35 bilhões de dólares, o que é uma importância admirável.

A conclusão fundamental do trabalho do BID diz o seguinte: que o aumento da competitividade pela

redução dos custos de transportes nas exportações é pelo menos duas vezes mais significativo do que a eliminação das sobretaxas dos importadores. Quer dizer, na realidade, é muito mais difícil nós tentarmos em Doha convencer os países importadores, convencer outros exportadores a adotarem uma posição favorável ao Brasil, do que fazer a lição de casa, resolvendo os problemas de infraestrutura que vão multiplicar a nossa capacidade competitiva. Por favor, a próxima.

E aí está exatamente o tema que foi debatido, Ministro Eliseu Resende, dentro da sua concepção: as hidrovias brasileiras. As hidrovias brasileiras são uma dívida divina. Nós temos aqui um conjunto de hidrovias que nos permite tirar de praticamente todo o território nacional, através de um sistema muito mais barato, ambientalmente muito mais adequado, toda a produção brasileira.

Evidentemente que o Brasil, como todo mundo, depende da multimodalidade. E nós temos uma lei, 9.611, que precisa ser aplicada, porque embora seja de 98, mais de 10 anos, ainda não está com a aplicação plena. E as hidrovias precisam ocupar o seu espaço. Aí está uma questão que é muito importante as pessoas sentirem. Nós não temos uma competição entre rodovias, ferrovias e hidrovias, nós temos é uma realidade. Se o Brasil quer chegar daqui a 10, 12 anos com o dobro da dimensão econômica que tem hoje, tem que racionalizar a sua matriz de transportes.

Racionalizar a matriz de transportes não significa subestimar qualquer segmento, mas fazer a integração harmônica e racional para obter a menor... A menor impactância de custos da logística com relação ao PIB nacional. Hoje, o Brasil despende praticamente o dobro do que os Estados Unidos, em procedimentos logísticos. É um dinheiro que vai pelo ralo, porque não há aproveitamento racional disso aí. Próximo, por favor.

Essa comparação entre modais foi feita agora há pouco, com brilhantismo. Próximo, por favor.

O Brasil, hoje, no seu transporte de hidrovias, ele tem uma participação pequena, ainda, dos produtos agrícolas. Os Estados que estão hoje na frente de desenvolvimento do agronegócio, eles estão numa situação privilegiada em relação ao uso de hidrovias no futuro, mas hoje estão prejudicadas por falta da infraestrutura efetiva.

O *mix* do transporte de grãos que nós vimos aí é um quadro dessa situação. Em Mato Grosso, por exemplo, é o maior produtor de grãos e não dispõe, ainda, de um transporte hidroviário que lhe permita a racionalidade dos transportes. Próximo.

Nós temos aqui um comparativo [soa a campanha] muito importante entre o que significa o sistema hidroviário norte-americano e o brasileiro. Nós temos

uma extensão semelhante de hidrovias, número de eclusas deles, 212, nós temos 17. A movimentação de cargas deles, 627 milhões, nós somente 23 milhões. E nós temos que fazer uma adequação desse processo, não há dúvida. Próximo. Próximo, por favor.

Nós temos aqui um exemplo, Sr. Presidente, que é um ícone dos problemas que nós enfrentamos na área do setor público. Este projeto, Projeto de Itaqui, que será o principal corredor de exportação de grãos do Brasil, pelo menos nas duas próximas décadas, é um projeto barato. São 300 milhões de reais de investimentos públicos para fazer a adequação. E, atrás disso, vem pelo menos meio bilhão, num primeiro momento, da iniciativa privada.

Esse projeto está atrasado quatro anos. E por estar atrasado quatro anos, os produtos que deveriam sair naquele corredor estão sendo obrigados a sair pelos portos do Sul e do Sudeste. Com uma oneração brutal como nós vamos fazer adiante. Próximo, por favor.

Aí está a comprovação. O Brasil produz cerca de um bilhão de sacos de soja. Vejamos o seguinte: eu usei os dados de 2007 para "desazonalizar" em relação à crise; nós temos que um produtor de Sorriso, no Mato Grosso, para colocar num porto estava gastando 52% do valor do produto, mas, para chegar ao mercado final em Rotterdam, por exemplo, ele gastaria 100% do valor do produto. Isto é insuportável, porque não sobra renda para o produtor rural, não sobra riqueza para ser apropriada pela população brasileira. Próximo.

O PAC, que também foi colocado aqui, ele tem tido uma série de dificuldades na sua execução, até a burocracia brasileira, que é muito grande. Segundo os dados da ANUT, que também se apóia na CNT, efetivamente gastos na dotação de 2008, com 35% dos recursos disponibilizados. É muito pouco. Nós precisamos, então, fazer uma aceleração desse processo.

Providências emergentes. O que precisamos fazer emergencialmente? O maior gargalo que nós temos está no sistema portuário, que foi agora regulado pelo Decreto 6.620, de fins de 2008. Esse Decreto, ele, na realidade, cria obstáculos à participação da iniciativa privada na expansão do sistema portuário.

Quando nós tivemos a discussão de uma MP no segundo semestre de 2008, aqui nesta Casa, nós registramos que a iniciativa privada estava dispondo de mais de 10 bilhões de dólares para a construção de terminais privativos de uso misto, com seu dinheiro próprio, com o seu risco próprio, e esse Decreto obstaculizou esses projetos.

São 10 bilhões de dólares. A nossa demanda até os próximos 10 anos deverá ser da ordem de 35 bilhões de dólares. É óbvio que se a iniciativa privada não for liberada para investir no sistema portuário, nós

não teremos como resolver esse ponto de estrangulamento do setor portuário brasileiro. O ajustamento do Decreto 6.620 é uma questão fundamental.

A outra questão importantíssima é a reestruturação da cabotagem. Nós temos um sistema anacrônico de incentivos à indústria da construção naval, que amarra a navegação de cabotagem. O Brasil tem uma costa de mais de oito mil quilômetros. Nós temos, na cabotagem, uma solução fantástica para reduzir a pressão sobre os transportes terrestres, reduzindo os custos de fretes.

Vejam bem: os produtores do Paraná e do Rio Grande do Sul preferem exportar... Preferem, não, se obrigam a exportar milho e trigo, particularmente trigo, que nós somos deficitários, para a África, porque usa a navegação de longo curso que é infinitamente mais barata e deixa de abastecer o próprio país, principalmente o Nordeste, porque a nossa cabotagem tem custos estruturais insuportáveis.

É mais barato nós mandarmos uma carga de Paranaguá a Xangai do que de Paranaguá a Recife, em função dos custos da cabotagem. E nós temos empresário da armação de cabotagem que são eficientíssimos, mas que não conseguem vencer as amarras dessa estrutura legal, que é impeditiva da competição e da redução de custos.

Esta é uma das mensagens que nós tomamos a liberdade, sob o ângulo técnico de trazer aqui à discussão, é a reestruturação da cabotagem. Uso múltiplo dos rios já foi uma matéria esgotada e o fundamental que nós temos que repetir é que esta questão do uso múltiplo dos rios não é uma competição entre modais. É uma necessidade fundamental do Brasil, sem o que nós não teremos como competir no mercado internacional.

E nós temos que observar que sem aumentar a nossa capacidade competitiva, que significa reduzir os custos irracionais, nós teremos que enfrentar uma concorrência terrível no mercado internacional, porque a crise que se instalou não é uma crise de 24 horas, é uma crise de muitos anos no ajustamento da demanda.

Se nós quisermos colocar os nossos produtos, nós temos que reduzir todos os custos desnecessários. E chamo atenção que o Brasil, da porteira para dentro, seja no setor rural, seja no setor industrial, é um Brasil altamente competente. Mas, da porteira para fora, nós temos problemas dramáticos a serem resolvidos.

E, por fim, a aceleração das obras do PAC, que é um consenso nosso. Mas, nós temos que entender de outro lado, que o Brasil efetivamente tem posições favoráveis. Nós temos equilíbrio energético, autosuficiência alimentar, minerais estratégicos e somos

exportadores, fundamentalmente, de alimentos, de energia automotiva, produtos florestais e minerais estratégicos. São produtos críticos no suprimento do mercado internacional.

Nós poderemos até continuar exportando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, e ganhando dinheiro trazendo divisas para o nosso país. Mas nós não estaremos trazendo lucratividade para os nossos produtores. Estaremos matando os nossos produtores se nós não racionalizarmos os custos de transportes, conforme detectou o BID no seu profundo trabalho.

Esta é a mensagem técnica que nós gostaríamos de transmitir, Sras. e Srs. Senadores, Sr. Presidente, e nos colocarmos à disposição. Tem essa coletânea de *slides* que eu deixei aqui para a Comissão, e deixei também uma nota técnica sobre a crise e sobre o enfrentamento, trazendo essas idéias.

A preocupação fundamental é que se nós não trabalharmos duramente para eliminar esses obstáculos que nós temos nos custos da logística no Brasil, nós sairemos da crise piores do que entramos.

Muito obrigado.

[troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Muito obrigado Sr. Luiz Antonio Fayet pela sua exposição que trouxe informações importantes para o Plenário da Comissão de Infraestrutura do Senado. Passo a palavra, logo a seguir, ao Sr. Bruno Batista, para suas considerações, no prazo que pedimos de 15 minutos, por favor.

SR. BRUNO BATISTA: Senador Eliseu Resende, Senadora Kátia Abreu, autora do requerimento, em nome da CNT, eu gostaria inicialmente de agradecer o convite para estar apresentando algumas informações relativas aos gargalos do sistema de transporte no Brasil. É com muita satisfação que nós vemos um debate tão aprofundado em termos de transporte nessa Comissão.

Inicialmente, vamos tratar então do panorama do transporte no Brasil. Esse primeiro *slide* ele mostra aqui, Senadora, o grande embate que pode ser feito no Brasil em termos de crescimento de outras modalidades, além do rodoviário.

Aqui nós vemos nesse eixo horizontal o percentual de utilização do transporte ferroviário, aqui no eixo vertical o percentual de utilização do transporte rodoviário e a área de cada ciclo representa a utilização da modalidade aquaviária.

O que nós vemos é que os países de grande extensão territorial similares ao Brasil, como China, Estados Unidos, Canadá e Rússia, eles utilizam mais intensamente as modalidades de transporte de massa. O ferroviário, grande... Largamente utilizado na China,

na Rússia, no Canadá e nos Estados Unidos. E também a modalidade aquaviária, extensamente utilizada nesses quatro países.

O Brasil numa situação anômala, ele se situa com características próximas a dos pequenos países europeus, como Dinamarca, Bélgica, França, Hungria, em que nós fazemos uso intensivamente da modalidade rodoviária, em detrimento das modalidades aquaviária e ferroviária. E isso, em um cenário em que a própria disponibilidade de infraestrutura no Brasil, em comparação aos demais países ela é comprometida.

Aqui também na análise com China, Canadá, Estados Unidos, que são países de grande extensão e México, que também é um país em desenvolvimento, nós podemos ver aqui então a oferta de infraestrutura de transporte, que pode ser traduzida na densidade da malha de transporte em cada um desses países.

Então, o caso americano, eles possuem 447 quilômetros de infraestrutura para cada mil quilômetros quadrados de área. O Canadá 48, o México 57, a China 38 e o Brasil apenas 26,4. E quando se analisa a composição dessa infraestrutura disponível no Brasil, nós vemos que a maior parte dela se caracteriza pela modalidade rodoviária. E quando se vê a qualidade dessa infraestrutura rodoviária, nós vemos que a situação é bastante crítica.

Praticamente três quartos da extensão rodoviária brasileira, a partir dos dados da pesquisa rodoviária feita pela CNT, nós vamos verificar que é classificado como péssima, ruim ou regular. E apenas um quarto da oferta de rodovias, que é a que detém a maior extensão, está em boas condições.

Aqui para efeito comparativo, visual, não é preciso entrar em maiores detalhes, nós temos aqui a densidade de ferrovia no Brasil comparado com a densidade de ferrovias nos Estados Unidos. A mesma coisa pode ser feita na comparação de terminais intermodais aquaviários no Brasil, que eles são esparsos, em pequeno número, aqui, principalmente na região amazônica, haveria possibilidade de um adensamento maior em relação à área do Mississipi, como foi bem citado aqui pelo Fayet.

Então, passamos então para ver os gargalos na infraestrutura de transporte no Brasil. Em relação a rodovias; aqui é o resultado da pesquisa rodoviária de 2007, que foi a última editada pela CNT. Nós vimos que a classificação geral de 87 mil quilômetros de rodovias pesquisadas, sendo que desse total, 100% da malha rodoviária federal pavimentada, nós vemos que existe um índice muito grande de trechos classificados como regulares, ruins ou péssimos. Os índices classificados como ótimos de toda malha rodoviária brasileira totalizam apenas 10,5%.

Analisando separadamente agora a malha mantida pelo Governo da malha mantida pela iniciativa privada, nós vemos que o quadro se agrava. Apenas 5,5% da malha é classificada como ótima, 13,3% classificado como boa. E aí quando se analisa em termos gerais, nós podemos perceber que existe um grande acúmulo de trechos classificados como ruins ou péssimos na região Norte e Nordeste, e também grande parte do Centro-Oeste, que é uma região fortemente produtora de grãos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): São apenas rodovias federais?

SR. BRUNO BATISTA: Não, aqui--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Ou também estaduais?

SR. BRUNO BATISTA: Federais e estaduais. Mas esse total de 76, desculpe, de 79 contempla 100% da malha federal. Próximo.

Aqui analisando separadamente as rodovias que são mantidas por concessão, elas estão predominantemente agrupadas aqui na região Sul e Sudeste, nós vemos que o quadro é exatamente o oposto, 45% classificado como ótimos e 31 classificado como bons.

O resultado prático da análise desses dados é que existe a necessidade de delegação de investimentos constantes nas rodovias, eles produzem bons resultados, que é o que não acontece na malha gerida pelo Governo.

Os principais entraves nas rodovias, então, eles podem ser mensurados, em termos práticos. O estudo que nós fizemos então é que devido a essa grande concentração de trechos que existe algum tipo de problema, principalmente de pavimento, eles geram um aumento de 30% do custo, só em função das péssimas e ruins condições do pavimento no Brasil. Isso vai se acumulando, que resulta no nosso famoso Custo Brasil.

Passamos gargalos, então, da infraestrutura ferroviária. O Brasil ainda tem graves problemas em ferrovias, como invasões de faixas de domínio, nós vamos poder ver umas fotos na frente, com 434 invasões, são 12 mil passagens de nível que são os cruzamentos rodoferroviários, grande parte deles não sinalizados, 2.600 identificados como críticos. Médias de velocidades operacionais extremamente baixas, a média brasileira de 25 quilômetros por hora contra 80 no caso americano.

E as consequências disso são nefastas. Maior tempo de entrega das cargas, menor disponibilidade do material rodante, maior custo operacional, que também é repassado aos produtos e grande redução da eficiência do transporte.

Ainda na sequência dos entraves, existe a necessidade de expansão de integração da malha ferroviária brasileira, a malha ferroviária ela é concedida à iniciativa privada, mas não existe a previsão de sua ampliação em termos de extensão. Existem severos problemas relacionados aos acessos portuários e grande variabilidade nos tempos de viagem, por motivos que vamos poder ver mais na frente.

Gargalos relacionados a infraestrutura aquaviária. Em relação a navegação de longo curso e cabotagem. A partir de uma pesquisa realizada em 2006 pela CNT, que será reeditada nesse ano, foi verificado, então, que existe um grande excesso de burocracia nos portos brasileiros. Existem procedimentos diferenciados entre os portos e isso aumenta o custo para os agentes marítimos. Então, na prática nem os procedimentos a serem verificados pelas autoridades brasileiras são padronizados nos portos. Isso gera uma implicação muito severa em termos de custo e de eficiência no transporte aquaviário.

Outro item extremamente importante: a questão das dragagens nos portos brasileiros. Os portos brasileiros estão assoreados, não existe um programa de dragagem contínuo, e isso faz com que haja uma limitação de porte de navios para adentrar e receber os produtos brasileiros. Além disso, existem os problemas também nos acessos terrestres, tanto acessos ferroviários quanto rodoviários.

Alguns entraves relacionados às hidrovias; existe uma insuficiência de oferta de embarcações de estaleiros, grande parte desse problema está relacionado à falta de recursos disponíveis para financiamento dessa produção de embarcações. Falta de investimentos em terminais hidroviários, principalmente na região amazônica.

Existe também uma grande falta de informações confiáveis sobre a navegabilidade dos rios e suas sazonalidades. Então, nem isso, esses dados básicos, fundamentais para a estruturação do transporte hidroviário, estão disponíveis de forma confiável pelas autoridades brasileiras.

E também, como já foi comentado aqui anteriormente, existe um grave problema relacionado às licenças ambientais, que são demoradas, que são prolongados e por muitas vezes inviabilizam os próprios investimentos em hidrovias.

Comparativo então entre as modalidades de transporte, isso já foi abordado aqui pelo Fayet. Para os senhores terem uma noção, um comboio com quatro chatas e um empurrador em hidrovia transporta seis mil toneladas, esse mesmo volume, se transportado, por ferrovia precisa de praticamente três comboios *hopper*, com 86 vagões e é o equivalente a 172 carretas.

Ou seja, um comboio retira das nossas estradas 172 carretas de 35 toneladas.

Relação ao consumo de combustível. A modalidade aquaviária ela é bem mais eficiente em termos de consumo. Para transportar uma tonelada a hidrovia consome quatro litros, a ferrovia seis e a rodovia 15.

Em termos de emissão, a hidrovia despende 74 gramas de monóxido de carbono, a ferrovia 104 e a rodovia 219. E isso é uma implicação severa em termos de melhoria ambiental para o país.

Em termos de custos de implantação, o custo para cada quilômetro de infraestrutura, a hidrovias cerca de 34 mil dólares, ferroviária 1,4 milhão e a rodoviária 440 mil.

Problemas gerais, então, do transporte no Brasil. Passamos então para algumas fotos que talvez sejam melhor identificados, sejam melhor identificados os problemas que nós temos. Aqui é uma situação de acesso ao porto do Rio de Janeiro, passando por Arará, aqui, como eu havia comentado antes, os problemas de ocupação de faixas de domínio. Esse é um trabalho realizado pela concessionária que removeu uma favela que ocupava as margens da ferrovia. Então aqui foi o processo de demolição das casas, e foi com grande surpresa que se descobriu um outro trilho paralelo àquele que era utilizado. Ou seja, a invasão ocupou um dos trilhos disponíveis para acesso ao porto.

Próximo.

Aqui um outro problema ferroviário, em Betim, Minas Gerais, que é uma passagem de nível. Uma travessia rodo-ferroviária. Vocês vêem que a situação é que o trem para para a cidade poder se deslocar de um lado para outro. Aqui em Campos, no Rio de Janeiro, o mesmo problema do acesso. Vocês têm aqui a favela construída às margens da linha, então as pessoas sentam, os animais ocupam, eles colocam pedras... Isso tudo gera problemas operacionais muito grandes, que resultam naquela baixa velocidade média operacional.

Aqui passando para os casos rodoviários, que são extremamente críticos no Brasil, nós temos um acervo gigantesco de fotos que registram esses problemas, aqui, por exemplo, na BR 414 em Goiás, isso é um furo no pavimento de uma ponte, que está muito bem sinalizado, como os senhores podem ver. Aqui um trecho da BR 319 no Amazonas, um trecho totalmente destruído; aqui um outro trecho da BR 230 no Maranhão também praticamente todo destruído. Aqui um trecho da BR 174 de Roraima e aqui há um dado curioso; essa placa mostra quase de uma forma ilegível o seguinte texto: "*Cuidado, buracos na pista nos próximos 30 quilômetros*". Então, a própria placa que mostra um absurdo, que é a existência de buracos em

30 quilômetros de extensão, não está visível e nem legível. Aqui casos de erosão em pista acontecem aí em grande escala nas nossas rodovias.

E, analisando a questão dos investimentos, não é muito difícil entender por que essa situação brasileira atingiu esse evidente caos. Isso tem uma explicação da própria disposição do Governo em investir na infraestrutura de transportes no Brasil.

Nós temos aqui nesse gráfico a comparação de investimento em transporte, em termos de percentual do PIB desde 75 até 2008. Em 75 investíamos então 1,8, praticamente 1,9% do PIB em infraestrutura de transportes. Esse gráfico foi decrescendo ao longo do tempo e nós chegamos aqui na média dos últimos anos algo em torno de 0,2, 0,19, 0,22% que foi a totalização de 2008. Que no ano passado, então, foram pagos dos recursos disponíveis para investimento em infraestrutura de transporte, 0,22% do PIB de 2,9 trilhões.

Essa queda então fez com que o setor apoiasse a criação então da CIDE, que é um recurso inicialmente destinado para investimentos em infraestrutura. Mas, na prática, a CIDE não conseguiu reverter esse quadro de insuficiência de recurso para investimento. Do total arrecadado da CIDE de 2002 para 2008, praticamente 52 bilhões, só 19 bilhões, 37% do total, foram diretamente pagos em obras de infraestrutura. Ou seja, existe dentro dessa contribuição ainda um grande passivo para ser saldado junto aos transportadores, ao próprio país.

A CNT então, a partir dessa identificação de problemas, estruturou em 2007, atualizou em 2008, o plano CNT de logística. Ele contempla, então, intervenções em todas as modalidades, aeroportuária, ferroviária, hidroviária, intermodal, portuária e rodoviária, projetos de construção e de adequação.

Analisando, só em termos de exemplo, a questão de hidrovia [soa a campanha], foram contemplados então dispositivos de transposição e de ampliação de calado ou de profundidade, melhor dizendo. Próximo.

Aqui a infraestrutura existente nas modalidades propostas pelo plano, na sequência os trechos em que o plano produz... Desculpe, oferece propostas de projetos, de intervenções e aqui então, resumidamente, o plano totaliza 587 projetos que demandam investimento mínimo de 280 bilhões.

A partir do momento que o Governo fala, via PAC, que o investimento inicial do próprio PAC para transporte seriam 58 bilhões, se não me engano, nós podemos ver que existe um distanciamento muito grande da demanda real para aquilo que está sendo planejado para o futuro de transportes no Brasil.

Alguns casos críticos então, para finalizar. Por exemplo, e esses casos estão espalhados aí em grande

número na nossa infraestrutura, um grande problema, por exemplo, a BR 381, trecho norte da Fernão Dias, entre Belo Horizonte e Governador Valadares. Ela é denominada "Rodovia da Morte"; existe um grande índice de acidentes e mortes nessa rodovia, principalmente devido a colisões frontais e saída de pista. Próximo.

E aqui, esse caso exemplifica, na verdade vários outros casos que acontecem no Brasil. Grande parte do número de acidentes e mortes que é inicialmente atribuída questão de imperícia do condutor, o condutor é o acusado na maioria dos casos de ser o culpado pelos acidentes, quando se vai analisar existe um grande problema técnico por trás disso, que muitas vezes não é mostrado, que é a questão do volume da capacidade de nossas rodovias.

Nossas rodovias são muito antigas, grande parte construídas ainda na década de 70, elas já não comportam o tráfego existente hoje nelas. Então o resultado prático disso é esse grande número de acidentes. Para exemplificar então o grave problema da 381, o volume médio diário dela é de mais de 3 mil veículos, sendo que mais 50% de veículos de carga. E a média de tráfego dela, hoje, totaliza 19 mil veículos.

Então, uma das soluções e esse é um outro gargalo institucional que tem que ser melhor discutido entre as agências do Governo, poderia ser então a duplicação imediata do trecho para agilizar a execução das obras, e depois, na sequência, a posterior concessão, se esse for o método considerado como o mais viável. Próximo.

Um outro grave problema, como já foi citado, em relação à infraestrutura ferroviária, acontece aqui em Cachoeira e São Félix, que são trechos de manobra de trem dentro da cidade, aqui vocês podem ver que existe dentro, numa ponte, um conflito rodo-ferroviário, o trem parou no meio da ponte, os veículos do outro lado e ficou então se debatendo para ver quem teria que se movimentar para trás para liberar o fluxo. Resultado prático disso: Queda de velocidade operacional de 40 quilômetros por hora, que já é baixo, para algo em torno de cinco quilômetros por hora nesse trecho.

Aqui, num exemplo que já foi comentado largamente aqui pela Comissão, anteriormente, a eclusa de Tucuruí. Ela teve início da obra... O início de suas obras foi 1981 e nós estamos em 2009, essas obras até hoje não foram concluídas. Existe uma previsão de entrega para 2010, mas situação prática que tem que ser analisada aqui é que se não houver maior agilidade na execução, na resolução dos problemas ambientais, na priorização de projetos, esse caso de Tucuruí vai se expandir para as outras eclusas brasileiras e o país vai perder em termos de competitividade e movimentação.

Como considerações finais, então, existe, então, a necessidade eminente da concepção de um sistema logístico integrado e expandido, e que contemple todas as modalidades. Existe a necessidade de solução desses gargalos, porque eles comprometem significativamente o desempenho econômico do Brasil, as práticas mais econômicas integradas nas atividades de transporte dependem, sim, necessariamente das boas condições de infraestrutura. O Brasil tem que voltar seus olhos novamente para as questões de investimento e infraestrutura, e a redução do custo Brasil continua dependente dessa boa vontade de ampliação dos investimentos e de sua manutenção ao longo do tempo. Só assim nós vamos conseguir melhorar a qualidade do sistema de transporte no Brasil.

Esses dados todos que foram comentados aqui estão sendo disponibilizados para os Srs. Senadores, estão também disponíveis na íntegra no site da CNT.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Muito obrigado, Sr. Bruno Batista, Diretor Executivo da Confederação Nacional dos Transportes. Eu tenho aqui uma lista de inscrições, de inscrição para o uso da palavra. O Senador Jayme Campos, não está presente. Daremos a palavra à Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Obrigada, Sr. Presidente. Mas, na realidade, acho que não tem nem perguntas, só tem tristeza. É lamentável. E aí ainda não entramos em tantos detalhes com relação aos portos, que é outra discussão importante que nós pretendemos trazer para essa Comissão, especialmente, que é a questão do Decreto publicado no ano passado que agrava ainda mais essa questão portuária pois dificulta, pra não dizer impede, a construção de porto privado misto no país.

E nós sabemos que se o Brasil continuar com a mesma movimentação nos portos crescente em 12% ao ano, em praticamente 10 anos nós precisamos de outro Brasil portuário. E não estamos vendo nada ser feito, nada ser construído de forma relevante no país.

A logística, como eu tenho dito aqui, é talvez o maior problema do setor agropecuário hoje. Mais do que qualquer outro assunto, mais do que o próprio crédito, não adianta crédito rural, com juro barato, se a logística, se as estradas tiram toda a competitividade, tiram toda a possibilidade de renda, tiram toda possibilidade até mesmo de pagar as contas nos bancos.

Quando nós solicitamos ao Governo as subvenções rotineiras como o primeiro mundo faz, não é pela ineficiência do produtor rural. Podemos fazer um teste em todas as propriedades do país, que todos nós vamos encontrar aplicação de tecnologia de ponta, de

alta tecnologia desenvolvida pela EMBRAPA, pelas universidades federais, enfim, por várias instituições de pesquisa do país aonde o produtor sabe exatamente o que fazer.

A tecnologia é totalmente aberta, disponível a todos os produtores de todos os tamanhos e, na realidade, talvez aqueles que ainda não aplicam ela totalmente, é por conta também de questão de custo, o defensivo, fertilizante adequado. E tudo isso vem em função do transporte. Quando nós abrimos a porteira das nossas propriedades para levar pra fora a nossa produção, é que começa o nosso desespero.

É ali praticamente que fica grande parte da nossa possibilidade de renda. E, infelizmente, a matriz de transporte no Brasil está invertida, continua invertida em detrimento de outros países em desenvolvimento, investindo sempre em rodovia, o Senador agora há pouco comentou 60%. Isso é mais de 80 que é investido, o pouco recurso que tem em rodovia, em detrimento das ferrovias e hidrovias.

A ferrovia acho que é uma importante discussão que essa Casa tem que fazer através dessa Comissão, que é o formato de concessão de ferrovias, que é pelo maior ágio e não pelo menor preço que as pessoas que vão utilizar a ferrovia poderão ter, a exemplo do que o Governo fez nas estradas em São Paulo, no último leilão, ganhou a empresa que ia cobrar o menor preço do usuário. A Ferrovia Norte-Sul no Tocantins, foi cobrado o maior valor pago ao Governo, maior ágio, 1 bilhão e 700 milhões de reais, a empresa que ganhou teve que pagar.

E é óbvio que esse recurso não vai tirar do seu bolso, vai tirar do consumidor. Por isso que as cobranças do transporte ferroviário com o rodoviário, apesar dos investimentos, não tem sido compensatório, não tem sido compensador. É uma diferença de 10, de 5, de 8%, apenas para justificar.

Então, é um sistema antidemocrático ter investimento alto e que os brasileiros não estão se beneficiando. Então, quando nós reclamamos das dificuldades de manter a renda, de manter os pagamentos dos nossos investimentos e custeio em dia, muito é tirado dos produtores em função da ausência do Estado Brasileiro, que não teve o planejamento, que não tem planejamento, não só desse Governo, mas de outros governos, em termos de infraestrutura deste país.

Nós ampliamos, fizemos a nossa parte, os produtores rurais, nós praticamente transformamos o Brasil num dos maiores produtores de alimento do mundo, um país que tem alta tecnologia, questão sanitária eficiente, mas, infelizmente, isso não acompanhou, a logística não acompanhou o crescimento desse grande agronegócio, especialmente no Centro-Oeste brasileiro,

aonde está o meu Estado, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, os produtores foram sozinhos.

Essa foi, na verdade, entre 60 e 70, nos anos 60 e 70, a grande reforma agrária brasileira. Foi uma reforma agrária espontânea, aonde saiu o pessoal, os gaúchos do Rio Grande, pararam um período em Santa Catarina, quando houve a grande integração de suínos e frangos e ficaram por ali um tempo e depois, com o aumento das famílias, procuraram outras regiões do país, como o Centro-Oeste.

Então, os gaúchos são os grandes responsáveis, e paranaenses e catarinenses, por essa reforma agrária verdadeira, espontânea, voluntária, aonde essas famílias crescentes ocuparam, compraram espaços, compraram suas propriedades e vieram desbravar esse grande cerrado, uma conquista dos brasileiros com a ajuda de Alysson Paulinelli, uma linda história do Brasil, mas que infelizmente os nossos governantes não conseguiram enxergar isso. Não conseguiram enxergar essa grande... Foi o grande retorno dos Bandeirantes para o Centro-Oeste e não puseram à disposição desses brasileiros, corajosos, a sorte de qualquer e toda doença, de ausência total e absoluta, como é toda fronteira nova do país.

Hoje, Mato Grosso do Sul é o céu, Mato Grosso, Goiás, são estados hoje... Meu Tocantins, estados que hoje possuem cerca infraestrutura em termos de saúde, de educação, mas de logística e de transporte nós estamos a pé, Sr. Presidente. Nós estamos totalmente a pé.

A nossa possibilidade seriam as hidrovias, como Teles Pires-Tapajós, que, projeto parado, devagar, problema ambiental por conta de reserva ambiental na área, por conta de reserva indígena na área; Tocantins, como eu disse agora há pouco, 2.200 quilômetros até Tucuruí ainda tem pessoas que têm a coragem de fazer hidrelétrica sem eclusa, Rio Madeira, a exigência e a falta de planejamento em energia sacrifica...

E é uma coisa curiosa, a energia é para trazer o desenvolvimento, concordo, a produção, um país sem energia não existe. O que eu quero fazer com essa energia se eu não tenho aonde transportar a energia usada para produzir? É uma coisa que não pode andar separado. Eu preciso da energia para aumentar a capacidade de produção do país. Uma capacidade de produção que será aumentada, que será garantida pela energia, e que depois não tem para onde escoar.

Então, são coisas que ainda insistem que andem separadas, como nós vimos agora há pouco aqui o esforço do Ministério do Meio Ambiente e não sei mais quem, tentando impedir a aprovação do projeto do Senador Eliseu Resende no sentido de obrigar a

construção, e relatório do Senador Delcídio, no sentido de fazer com que a simultaneidade possa existir.

Então, de fato é desanimador. Na CAE essa semana esteve aqui o Dr. Gerdau, a chamado da Comissão, para discutir sobre a competitividade brasileira. E foi uma aula, porque o Dr. Gerdau, ele opera em vários países. Então, é mais fácil de comparar do que apenas fazer estudos como nós fazemos. Ele tem e opera no Brasil e em outros países. É desolador o formato tributário, o formato trabalhista, o formato de logística.

E nós estamos agora vendo o projeto do Senador Eliseu, que ainda vai votar em outro turno aqui, que ainda vai para a Câmara dos Deputados, ser pensado a tantos outros projetos, só Deus sabe o dia que, infelizmente, seu projeto será votado e sancionado e fazendo valer.

Então, realmente eu fico impressionadíssima com os empresários deste país, os empresários urbanos, os rurais, os nossos produtores que eu represento, é desanimador. Eles são corajosos e eu fico muito envergonhada de deixá-los ainda, nós deixá-los nessa condição tão precária de competitividade. Falar em competitividade no Brasil é brincadeira. É brincadeira.

E tão pouco sendo feito. Governança zero, os empresários, como diz o Dr. Gerdau muito bem, avançaram em governança em 50 anos, o Brasil deu uma ré de 50, em termos de estado, em termos de eficiência da máquina. Não só federal, estado, município, eficiência zero. Nós somos... O Poder Público brasileiro, se pudesse ser demitido, estava todo mundo na rua, porque é um funcionário ineficiente que o povo paga. Elege, paga e nada acontece.

Então, eu quero apenas aqui dar um número, Sr. Presidente, de uma análise de um boletim internacional que o Brasil é o 64º país em competitividade no mundo. E, especificamente em infraestrutura, é o 78º. 78. E com tanta potencialidade, com tanta coisa barata para ser feita, como as hidrovias.

É algo realmente inadmissível, e eu espero que nós possamos, num breve espaço de tempo, poder reverter essa situação. Eu tenho muita esperança que isso possa ser revertido e que essa... Essa... De certa forma, constrangimento com que nós passamos, os parlamentares, de certa forma, todos, Câmara e Senado, tem passado diante aqui das discussões que tem vindo aqui ao Senado. Graças a Deus tem vindo, mas nos constrange.

Nos constrange porque a grande maioria de tudo passa por essa Casa e pela Câmara dos Deputados. E as pessoas não entendem, com razão, porque não fazemos diante de tanta obviedade. E, então eu quero agradecer aqui a presença do Bruno, da Confederação Nacional dos Transportes, que tem um transporte

maravilhoso, um trabalho riquíssimo e que cedeu à CNA todo esse material, um levantamento minucioso do país, é um trabalho extraordinário, e acho que essa parceria CNT e CNA vai vingar, tenho certeza disso, e com a Comissão de Infraestrutura do Senado, que é uma Comissão preciosíssima, de senadores preparados, como o Ministro Eliseu Resende e tantos outros que estavam aqui agora há pouco.

Infelizmente, eu sinto muito, quero deixar registrado, que essa Audiência Pública não pudesse ter acontecido mais cedo até para valorizar ainda mais o seu projeto, Senador Eliseu. Tenho certeza que os Senadores que aqui estiveram, com aquele quórum altíssimo tivessem visto essa apresentação, com certeza seu projeto teria sido aprovado com mais louvor ainda do que já foi.

Dr. Fayet, nosso assessor, nosso consultor da CNA, também muito obrigado pela sua apresentação, pela sua dedicação, pelos seus estudos, e vamos seguir em frente. Eu não tenho nenhuma consideração específica a fazer, apenas agradecer a presença e deixar aqui registrada a nossa tristeza e desânimo de tantas... Diante de tantos números e tantas fotos que foram vistas aqui.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Eu acho que nós precisamos de parabenizar a Senadora Kátia Abreu e também o Senador Gilberto Goellner, por essa Audiência Pública, onde foram apresentados aqui os gargalos decorrentes da infraestrutura viária do país para o seu processo de desenvolvimento. As exposições do Sr. Fayet e do Sr. Bruno Batista nos trouxeram subsídios e informações adicionais muito importantes.

E eu acho que a Comissão de Infraestrutura do Senado está de parabéns, porque tem dado contribuições importantes. O que nós fizemos aqui nessa sessão, na manhã de hoje, foi muito importante. Foi um passo extremamente relevante. Aprovamos um projeto importante dasclusas, estamos debatendo a questão da eficiência operacional dos sistemas de transporte do Brasil.

A Senadora Kátia Abreu falou com muita propriedade e as exposições aqui, os dados dos nossos expositores nos oferecem elementos para muita reflexão, para muita meditação; não basta ter os recursos financeiros, é preciso ter a eficiência administrativa.

O Brasil precisa ser virtualmente enrugado. As distâncias físicas são muito grandes, temos um território continental. A produção fica lá na Rondônia, no Mato Grosso, na Amazônia, e os nossos portos estão cá embaixo, em Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá.

Além dessas distâncias físicas grandes, nós temos o custo operacional do transporte, que também é muito grande. Então, a nossa comparação com os países, outros que procuram seu desenvolvimento, é muito deficitária para o Brasil. Nós temos grandes distâncias a serem vencidas e estamos com um custo operacional por unidade de quilômetro rodado, dos maiores do mundo.

Nós estamos vendo, a matriz de transporte do Brasil mostra que o setor rodoviário tem uma participação extremamente majoritária. Do transporte de passageiros chega a 98% e no transporte de cargas a 60, 70%. Temos de resolver essa questão da matriz e desviar cargas para as modalidades de transporte de menor custo unitário de deslocamento das cargas e menor consumo de energia.

Mas acontece que estamos também desprezando as rodovias. O estado de conservação das rodovias brasileiras é deplorável. E eu costumo dizer que o papel do Governo não é o de tapar buraco. É o de não deixar o buraco existir. E quando nós vemos, no setor rodoviário, um órgão centralizado em Brasília, administrando 120 mil quilômetros de rodovias, na extensão continental do território brasileiro, nós logo entendemos que isso não dá certo. Nós temos de partir para a descentralização administrativa; no campo das rodovias e nos demais campos das outras modalidades de transporte.

O passo dado aqui, aprovando o projeto declusas dá um... Abre um horizonte para a descentralização para o setor privado da construção declusas, para a navegabilidade dos nossos rios.

Agora, é importante que no sistema rodoviário nós tenhamos uma descentralização também. Há duas formas de ter a descentralização da administração das estradas: a delegação aos estados e a concessão ao setor privado. Os dados referentes a concessão do setor privado são muito expressivos no dizer que ali naquelas estradas concedidas através da cobrança de pedágio ao setor privado, o estado de conservação das rodovias é mais... É melhor e o custo operacional de cada viagem é reduzido e compensa, economicamente, o pagamento pelo pedágio.

Nós estamos dando um passo aqui no setor rodoviário também, Senadora Kátia Abreu. Nós aprovamos o Sistema Nacional de Viação. Isso ficou um pouco despercebido na discussão da matéria aqui no Senado e também está ficando um pouco despercebido na discussão da matéria na Câmara dos Deputados.

Nós estamos reservando cerca de 50% da malha rodoviária para o que nós chamamos de Rede de Integração Interestadual e Internacional, que corresponde as grandes eixos rodoviários do país. E as outras rodo-

vias que correspondem, mais ou menos, à metade da malha, nós formamos uma rede complementar, abrindo um espaço para que a União possa transferir para os estados a administração dessas rodovias.

Na comparação com os outros países eu quero dizer que o Brasil talvez seja o único país do mundo, como uma República Federativa e na extensão territorial nossa, em que o governo federal administra estrada de rodagem. Nos Estados Unidos o Presidente da República não inaugura rodovia. Ele não administra rodovia. As rodovias, inclusive as interestaduais, que correspondem às nossas BRs aqui, são administradas pelos estados em cada território atravessado pela estrada. Aí há uma administração preventiva, para evitar que o pavimento fissure, através de conservação a custo muito reduzido. É o que faz o concessionário do setor privado.

No Brasil, nós deixamos as estradas estragarem porque não há conservação preventiva, e quando elas estão extremamente deterioradas, vem o Governo promover um processo de contratação da restauração da estrada, fazendo licitações para o projeto, licitações para construção, atrasando a execução e quando o Brasil... O Governo está pronto para executar, a estrada ficou mais estragada ainda e o projeto está desatualizado. Daí a razão que nós temos realmente um ônus terrível para o custo do transporte, dadas as nossas distâncias e também a eficiência operacional e administrativa do Governo.

Acho que passos importantes têm que ser dados no sentido de promover as modificações, são modificações profundas e o Congresso Nacional tem condições de dar uma colaboração sempre relevante, como essa colaboração que nós estamos dando aqui nessa sessão da Comissão de Infraestrutura do Senado.

Eu quero agradecer a presença do Luiz Antonio Fayet e do Bruno Batista, me parabenizar com a Senadora Kátia Abreu, com o Senador Gilberto Goellner, por essa sessão que foi realmente expressiva--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente. Presidente

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): --E é uma contribuição importante para os nossos objetivos.

Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Primeiro parabenizar a Senadora Kátia Abreu, o Senador Gilberto Goellner pela iniciativa.

Pena que nós não podemos fazer esse debate mais ampliado, mas nós tínhamos dificuldade de quórum hoje, Senadora Kátia Abreu, porque o projeto das eclusas é terminativo e era voto nominal. Então, como existem outras comissões que estão funcionando, até

de uma forma precavida nós procuramos antecipar a votação e não tenho dúvida nenhuma, se essa exposição tivesse sido feita antes, como disse a Senadora Kátia Abreu, os senadores ainda teriam uma visão, e as senadoras também, muito mais clara que nós acertamos na votação hoje, por unanimidade, do projeto das eclusas elaborado por V.Exa..

Eu queria só cumprimentar o Bruno, representando aqui a CNT, o Fayet, a CNA. Acho, Senadora Kátia, muito feliz essa aproximação da CNA com a CNT. Porque os dois assuntos têm tudo a ver. E eu acho que o agronegócio hoje não pode, mais do que nunca, descolar da infraestrutura.

Para mim, e não tenho dúvida nenhuma, o desafio maior do Brasil é a infraestrutura. Se nós tivermos uma política competente na área de infraestrutura, o país dispara, porque nós temos gente competente, eficiente, temos tecnologia, temos totais condições de cumprir com o nosso papel.

Eu vi aqui as tabelas que o Fayet apresentou e também do Bruno, é inacreditável, no ranqueamento a posição do Brasil. É incrível. É incrível a posição do Brasil na área de agroenergia, que pra mim é o futuro do mundo. Não só de alimentos, mas de agroenergia também.

E acho que esses dados são muito importantes, Presidente Senador Eliseu Resende, até para nós, com mais fundamentos, essa Comissão discutir esses temas, como foi muito bem observado aqui por todos, e eu queria só, para também não me estender muito, porque as exposições foram suficientemente claras e muito bem apresentadas, eu quero só solicitar à Secretaria da Comissão que isso fosse encaminhado aos senadores, até porque as duas exposições têm informações muito importantes que parametrizam essa discussão, acho que isso, como subsídio para nós parlamentares, é fundamental.

E eu queria só fazer uma pergunta, Fayet, que eu, nessa correria nossa, atende telefone, corre para lá, volta, senta, conversa, aquela confusão, me interromperam exatamente quando você estava fazendo uma comparação do custo do frete e... Posto em Rotterdam. E eu, infelizmente, não apreendi o número, e gostaria se você pudesse só repetir pra mim essa comparação, porque esse número é muito importante e mostra a realidade do frete e da perda de competitividade, não em função do que o produtor faz, mas do que a gente perde em infraestrutura. Sem falar em cabotagem, que eu vi aí...

SR. LUIZ ANTONIO FAYET: Pois não, Senador. Só repisando aqui, nós temos uma avaliação feita em 2007 e o registro que eu fiz foi que, em Sorriso, nós tínhamos um valor pago ao produtor rural. Para chegar

num porto nacional nós tínhamos praticamente 52% do valor pago ao produtor rural.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): [pronunciamento fora do microfone] até o porto nacional?

SR. LUIZ ANTONIO FAYET: Até a beira do cais. Mas depois, com toda burocracia, porque não é só frete, toda a logística, toda a burocracia e mais o frete internacional, o agricultor acabava recebendo do preço recebido lá no exterior, praticamente a metade. Isto para um produtor de Sorriso. Se fosse um produtor localizado em Ponta Grossa, Cascavel, evidentemente a margem de apropriação seria maior.

Mas isto mostra as dificuldades da nova fronteira. Praticamente a metade do valor do mercado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LUIZ ANTONIO FAYET: É essa aí, exatamente. Esse último item, Sorriso, 23 por saco, 12 de frete, 52%. Isso foi... Isso é valor com... Com... Ocorrido, constatado naquele período.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Mas aí, quer dizer, 23 é o preço posto?

SR. LUIZ ANTONIO FAYET: 23 é o preço recebido pelo produtor, 12 é o quanto se gasta para chegar lá. Porque o preço é 35. O preço posto no porto, nesta época, era 35 reais por saco. Dos quais 12 eram dispêndios...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Ok, entendi.

SR. LUIZ ANTONIO FAYET: Agora, Senador, eu quero aproveitar para fazer uma continha rápida com os senhores que fazem essa visão global.

O Brasil produz um bilhão de sacos de soja. Qualquer problema que exista em qualquer um dos portos, salvo o Rio Grande, que tem uma geografia à parte, afeta os preços pagos aos produtores. Então, quando nós temos um problema em Paranaguá, São Luís ou Santos, um congestionamento, derruba automaticamente o preço do produtor.

O multiplicador, senador, é bilhão. Nós temos tido, cada convulsão dessas, prejuízos de um bilhão, dois bilhões, três bilhões de reais na renda dos produtores rurais. Esse é um lado. O próprio Ministro da Agricultura declarou agora, há poucos dias, que o Governo gasta cerca de um bilhão de reais a cada ano como subsídios de fretes.

E nós temos, por exemplo, o caso do TEGRA, de São Luís, que precisa somente 300 milhões de reais. Quando nós comparamos com os custos das eclusas, isso vira pó.

Obrigado, Senador.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Eu só gostaria também, Presidente, de fazer uma observação que o Fayet mostrou muito bem aí. O sudeste está virando porto de contêiner. Ou seja, mais do que nunca o Centro-Oeste precisa das hidrovias, através lá dos portos da Região Norte, para escoar a produção e escoar a exportação também.

Então, está ficando muito bem desenhado no Brasil a estrutura de porto. Quer dizer, o granel, o produto primário, o semiacabado vai lá por cima. E aqueles produtos que tem mais valor agregado, na Região Sul, na Região Sudeste, que são os portos de contêineres que estão crescendo efetivamente ao longo dos próximos anos.

SR. LUIZ ANTONIO FAYET: Me coloco à disposição, Senador, a qualquer momento, para inclusive enriquecer os detalhes operacionais dessa questão. A hora que o senhor quiser, nós estamos a sua disposição, às suas ordens.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Gostaria muito, e o procurarei. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Muito obrigado Senador Delcídio Amaral.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Apenas para fazer também aqui um registro da importância da presença de técnicos do TCU, do Tribunal de Contas da União, que estão aqui neste momento, eu não tenho o nomes deles, mas conversei ali há pouco, da importância do Tribunal de Contas para esses números, para a viabilidade e a utilização eficiente dos recursos do contribuinte, como estão sendo utilizados, de que forma.

Eu acho e quero parabenizar essa presença aqui e dizer que vocês são sempre muito bem vindos e isso é até para nós um marco, dessa presença do TCU na Comissão de Infraestrutura, que isso possa ser uma rotina, não sei se já é, mas que isso possa ser uma rotina no sentido de corrigir os rumos, nos ajudar a corrigir os rumos.

Quero lembrar que em março do ano passado foi votado por unanimidade no Plenário do TCU, por todos os Ministros do Tribunal de Contas da União uma... Como é o nome, Fayet?

SR. LUIZ ANTONIO FAYET: Uma auditoria especial.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Uma auditoria, por perigo de apagão por ineficiência nos por-

tos do Brasil. O Ministro Vilaça? Vilaça, autoria dele, e foi aprovado por unanimidade e esse... Essa auditoria está, se não me engano, ainda acontecendo. Então, o próprio Tribunal de Contas enxergou isso, esse perigo de apagão que nós estamos falando todos os dias, nós todos, essa falta de investimento em porto.

Então, eu acredito que as instituições elas têm que se unir em prol de... Com o mesmo espírito público, para que nós possamos corrigir nossos erros, melhorar nossos rumos no país.

Mais uma vez, muito obrigada ao Dr. Fayet e Dr. Bruno.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Muito obrigado Senadora Kátia Abreu.

Acho que foi uma reunião importante, a Comissão de Infraestrutura deve promover novas reuniões e sucessivas reuniões a respeito das contribuições que possamos dar, para a resolução ou para a redução desses problemas aqui discutidos.

Há muita coisa a fazer na área portuária. Em termos de legislação e de filosofia de trabalho. Falei sobre a questão das rodovias. Também sobre a questão das ferrovias. Na busca de uma posição e que nós tenhamos uma matriz de transporte e um sistema de infraestrutura que deixe de ser gargalo para o desenvolvimento da nossa economia.

Quero agradecer a presença de todos, em nome do Presidente da Comissão, Senador Fernando Collor, declarar aqui encerrada esta reunião.

Sessão encerrada às 11h44.

Ata da 8ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada dia 23 de abril de 2009, às 8 horas e trinta minutos, no plenário nº 13, Ala Senador Alexandre Costa.

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e três de abril de dois mil e nove, no plenário da comissão, Sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador Fernando Collor, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores Serys Slhessarenko, Inácio Arruda, Gilvam Borges, Paulo Duque, Mão Santa, Valdir Raupp, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, Marconi Perillo, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Francisco Dornelles, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Rosalba Ciarlini e Gim Argello. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Presidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência procede a leitura dos Comunicados da

presidência, destacando-se: o Ofício nº 76, de 2009, do Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, comunicando a substituição do Senador Mário Couto pelo Senador Álvaro Dias, como membros Titular e Suplente, respectivamente; e o Relatório sobre a Audiência Pública realizada no último dia 16/04/2009, para discutir os gargalos existentes no Sistema de Transportes de Cargas no Brasil. Usaram da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Gilberto Goellner e Eliseu Resende. Passando-se à **PARTE II** da Reunião, e por solicitação do Senador Gilberto Goellner, o Presidente submete **EXTRA-PAUTA** o seguinte **REQUERIMENTO nº 24, de 2009** – CI, “Requer que sejam convidadas para assistir a audiência pública, com o objetivo de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente – APPS, o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, a ser realizada no dia 29 de abril de 2009, no Plenário do Senado, as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – CAPADR e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMAD da Câmara dos Deputados.” **Autor:** Senador Gilberto Goellner. **Resultado: Aprovado.** A Presidência propõe a inversão de pauta, que é arquivada pelo Plenário, iniciando-se pelo **ITEM 3 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL nº 36, de 2009**, que “Submete à consideração do Senado Federal o nome do Senhor JOÃO BATISTA DE REZENDE para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL”. **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Gilvam Borges. **Parecer:** a comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado: Lido o relatório e, discutido em reunião secreta, foi concedida “Vista Coletiva” aos membros da Comissão (§ 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI).** **ITEM 1 – Decisão Terminativa – PROJETO DE LEI DO SENADO nº 209, de 2007** que, “Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos, e dá outras providências”. **Autor:** Senador Eliseu Resende. **Relator:** Senador Delcídio Amaral. **Parecer:** pela aprovação do projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas no Turno Suplementar, o Substitutivo foi dado como definitivamente adotado (art. 284 do RISF).** **ITEM 4 – Decisão Não Terminativa – PROJETO DE LEI DO SENADO nº 104, de 2003**, que “Altera o artigo 6º da Lei nº 7990, de 1989 e o § 1º do artigo 2º da Lei nº 8001, de 1990, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela

exploração de petróleo”. Autor: Senador Luiz Otávio, *tramitando em conjunto com o PROJETO DE LEI DO SENADO nº 105, de 2003*, que “Altera o artigo 6º da Lei nº 7990, de 1989, que institui “compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais”, e o artigo 2º da Lei nº 8001, de 1990, que “define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7990, de 1989 e dá outras providências” com vistas a modificar os percentuais das alíquotas pela exploração de recursos minerais, e transfere para municípios limítrofes 40% da arrecadação de compensação financeira a que faz jus município onde se situa a lavra”. **Autora:** Senadora Ana Júlia Carepa. **Relator:** Senador Marconi Perillo. **Parecer:** pela Rejeição dos Projetos nº104 e nº 105, ambos de 2003. **Resultado:** **Aprovado o Parecer pela Rejeição** (a Matéria irá à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa). Usaram da palavra para discutir a matéria o Senador Eliseu Resende, Senadora Serys Slhessarenko e Senador Paulo Duque. **ITEM 2 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL nº 49, de 2009**, que “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor IVO BORGES DE LIMA, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, na vaga do Senhor Noboru Ofugi”. **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Delcídio Amaral. Foi designado **Relator “ad hoc”:** Senador Marconi Perillo. **Parecer:** a comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. **Resultado:** **Lido o relatório e, discutido em reunião secreta, foi concedida “vista coletiva” aos membros da Comissão (§ 2º do art. 2º do Ato nº 01, de 2009-CI).** Às nove horas e quarenta e cinco minutos, o Presidente transforma a Reunião em Secreta. Retomando-se a Reunião Extraordinária passa-se ao **EXTRA-PAUTA, ITEM 07 – REQUERIMENTO nº 25, de 2009 – CI**, que “requer seja convidada a Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, Senhora Solange Paiva Vieira, para que compareça à Comissão de Serviços de Infraestrutura, a fim de prestar esclarecimentos acerca do anúncio de que as companhias de navegação aérea nacionais e estrangeiras que atuam no Brasil terão liberdade plena para fixar o preço de suas passagens nas linhas internacionais e informar que medidas podem ser tomadas pela ANAC, ou por qualquer outro órgão da administração pública do país, caso fique comprovada a prática de “dumping” pelas empresas estrangeiras que operam no Brasil”. **Autor:** Senador Francisco Dornelles. **Resultado:** Aprovado. O **Item 5** fica adiado. Usaram da palavra os Senadores Francisco Dornelles, Gilberto Goellner, Eliseu Resende,

Gilvan Borges, Serys Slhessarenko, Paulo Duque, Marconi Perillo. Não havendo mais que quisesse fazer uso da palavra, e após agradecer a presença de todos, o Presidente declara encerrada a reunião às onze horas e nove minutos, lavrando eu, **Álvaro Araujo Souza**, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 23 de abril de 2009, às 8 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores, que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A presidência informa aos senhores membros desta Comissão que, conforme designação da Presidência do Senado, o Senador Mário Couto, representante do PSDB do Pará foi designado membro titular dessa Comissão em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passará a integrar a Comissão como suplente, conforme ofício 76/09, de 16 de abril de 2009 do Senador Arthur Virgílio, líder do PSDB.

Da mesma forma, a Presidência comunica às Sras. e Srs. Senadores a indicação do Senador Efraim Morais, membro desta Comissão, como relator setorial do segmento de infraestrutura do orçamento geral da união. Os nossos cumprimentos, em nome de todos os integrantes dessa Comissão, ao eminente Senador e os nossos votos de êxito nesta nova e importante tarefa, da qual ele irá se desincumbir de uma maneira muito positiva.

Informamos às Sras. e os Srs. Senadores também membros dessa Comissão que no último dia 7, foi enviado por esta Presidência o ofício nº 28 de 2009 ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, encaminhando a agenda legislativa da Indústria 2009, no que concerne ao setor de infraestrutura, “*Por meio do expediente, solicitamos providências para dar celeridade ao processo legislativo e a devida atenção aos quatro projetos de lei em tramitação naquela Casa que compõe o rol matérias consideradas relevantes pela*

CNI ao desenvolvimento do setor, conforme divulgação que demos a esta Comissão na reunião do último dia 2 de abril." O referido ofício está a disposição das Sras. e senhores senadores, na Secretaria da Comissão.

Comunicamos também como resultado de nossa solicitação à Ministra-Chefe da Casa Civil, solicitação feita em nome da Comissão de Serviço da InfraEstrutura do Senado, que recebemos os relatórios, do governo sobre o andamento das obras do PAC, divididos por unidades da federação.

Os documentos estão em forma de cartilha e estão sendo distribuídos aos Srs. Senadores desta Comissão, de acordo com o respectivo estado de representação.

Gostaríamos ainda de ressaltar, diante da leitura, na reunião de hoje, dos relatórios referentes à indicação de autoridades que no art. 2º, alínea b, do Ato da Comissão de Infraestrutura nº 1, de 2009, que disciplina o processo de aprovação de autoridades no âmbito da Comissão de Serviços de Infraestrutura está prevista a possibilidade de discussão entre o relator e os membros desta Comissão, do conteúdo das questões que serão futuramente formuladas ao indicado.

Essa é uma das importantes medidas que a Comissão adotou e que implantamos no processo e que pode ser de grande valia não só para aprofundar o debate em torno do tema e uniformizar ou priorizar, de forma seletiva, os quesitos como também para evitar possíveis repetições de perguntas e de ponderações por ocasião da arguição da autoridade.

Para tanto, se for o entendimento e por deliberação deste Plenário, poderemos transformar especificamente para essa discussão a reunião em sessão secreta, para evitar qualquer vazamento ou favorecimento prévio do indicado quanto ao conteúdo da arguição. Assim solicito aos senhores membros uma especial atenção a este ponto, quando da leitura e discussão do parecer dos dois pareceres, dos dois relatores.

Por fim, temos a satisfação de comunicar que a próxima reunião da Comissão no dia 30 de abril será dedicada a realização da Audiência Pública requerida pelo Senador Gilberto Goellner, relativa a questão do licenciamento ambiental das obras do PAC. O evento acontecerá como sugeriu o autor do requerimento, nos moldes de tele conferência e eu pediria a todos os Srs. e Sras. Senadoras, Sras. Senadoras e Srs. Senadores que comunicassem, entrassem em contato com as suas respectivas Assembléias Legislativas dos Estados, para que eles pudessem estar 'linkados' conosco para que participem efetivamente desta Audiência Pública, como nós todos desejamos.

De modo que esse evento, como dizia, acontecerá nos moldes de teleconferência, com acompanha-

mento e participação direta das assembléias, através do INTERLEGIS. Por esse motivo e pela logística e estrutura necessárias a essa interatividade, esta audiência ocorrerá no auditório do INTERLEGIS, ou seja, no próximo dia 30, a nossa reunião não será realizada nesta sala de reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, mas sim no auditório do INTERLEGIS, iniciando pontualmente às 08h30 da manhã. O auditório fica localizado no pavimento térreo do prédio do INTERLEGIS, na Avenida N 2, ao lado da entrada da Gráfica do Senado e em frente ao PRODASEN.

Gostaria também de dar ciência às Sras. e Srs. Senadores do resultado da Audiência Pública realizada no último dia 16 de abril, nesta Comissão de serviços de infraestrutura para discutir sobre os gargalos no segmento de infraestrutura do país.

Na visão de duas Confederações extremamente importantes e estratégicas ao desenvolvimento nacional, a Confederação Nacional Da Agricultura e a Confederação Nacional Dos Transportes.

A iniciativa se deu por requerimento da Senadora Kátia Abreu, Presidente da CNA que muito contribuiu para os debates do encontro. Pela CNA proferiu palestra o Dr. Luiz Antônio Fayet, especialista em logística e infraestrutura; pela CNT falou o Dr. Bruno Batista, Diretor Executivo da CNT. Ambos trouxeram importantes reflexões acerca da crise econômica e seus impactos no setor de infraestrutura brasileira.

De início, convém historiar que o processo de globalização que se intensificou nas últimas décadas alavancou o nível de aspirações dos indivíduos de forma avassaladora, causa primária da crise a exacerbação do consumo, antecipando-se a capacidade real de realização, o que causou um efeito dominó nos vários mecanismos e instituições financeiras. Com isso expôs a falta de liquidez da onda consumista, fato que gerou essa crescente inadimplência.

Diante disso, constatam-se algumas consequências imediatas, das quais cabe destacar:

- 1) a redução do tamanho dos mercados, ajustando-se repentinamente no sentido da capacidade real de demanda;
- 2) a paralisação dos financiamentos, não por escassez de recursos, mas sim pelo temor da falta de liquidez dos tomadores e pelo crescente risco de inadimplências;
- 3) a diminuição de demanda e seus reflexos nas cadeias de produção, o que gera desemprego cumulativo, agrava o processo de queda do consumo e redução da liquidez, além de derrubar os preços em geral;
- 4) a imediata retração das intenções de consumo, prevalecendo apenas o atendimen-

to das necessidades mais básicas, como é o caso da alimentação.

A OCDE, inclusive, divulgou em março último que espera uma contração econômica mundial da ordem de 2,75% em 2009.

Paralelamente, Sras. e Srs. Senadores, todos os países, por meios diversos, procuram ampliar práticas protecionistas, o que não é o nosso caso. O Brasil de hoje detém uma posição relativamente privilegiada, pois nas duas últimas décadas, modernizou-se, quebrou uma infinidade de reservas de mercado e implantou um plano de estabilização econômica bem sucedido. Tudo isso aliado as suas condições naturais, permitiu um salto de produtividade e de competitividade.

Em 2007, participamos com pouco menos de 1,5% das exportações mundiais em geral, porém, especificamente no agronegócio, ultrapassamos os 6% naquele ano de 2008 e hoje ocupamos a segunda posição dentre os maiores supridores do mercado internacional.

No nosso caso precisamos atacar três questões fundamentais: segurança jurídico institucional, reforma tributária e das contribuições e liberação da iniciativa privada para investir em todos os setores, inclusive, para aproveitar a disponibilidade de capitais no mundo em busca de negócios sadios na economia real.

Ao focarmos especificamente a logística e a infraestrutura de transportes, como foi feito na última Audiência Pública aqui realizada, nós constatamos deficiências dramáticas, pois nossos custos em relação ao produto, significam quase o dobro do que se verifica nos Estados Unidos.

Por outro lado, em termos de investimento no setor, basta dizer que em 1975 o Ministério dos Transportes investiu no segmento cerca de 1,9% do nosso PIB. E em 2008, esse percentual foi apenas de 0,22%; em 75 investiu-se 1.9% do PIB, em 2008, 0,22% do Produto.

Para exemplificar esse quadro, ou seja, da redução dos custos de transporte, das exportações, a CNT apresentou um comparativo da capacidade de carga dos três principais modais de transportes. Na hidrovia um comboio de 4 chatas e um empurrador, totalizando 150 metros de comprimento, comporta 6 mil toneladas; para esta mesma quantidade ser transportada por ferrovia, são necessários 2,9 comboios, aqueles comboios chamados *hopper*, com 86 vagões de 70 toneladas que ocupam 1 quilômetro e 700 metros de comprimento. Já na rodovia seriam necessárias 172 carretas de 35 toneladas, que ocupariam 3 quilômetros e meio de comprimento ou 26 quilômetros em movimento.

Outro relevante dado que a entidade apresentou, refere-se ao custo da implantação desses modais com

base em um quilômetro de infraestrutura. Enquanto a hidrovia demanda um custo de 34 mil dólares a rodovia requer 440 mil dólares e a ferrovia 1 milhão e 400 mil dólares. Como prioridade e urgência no campo dos investimentos públicos em infraestrutura de transportes, vitais para a competitividade, as principais metas são as obras de manutenção da malha rodoviária, a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e o plano nacional de dragagem nos portos, que constam do PAC, mas estão vulnerabilizados pela queda da arrecadação federal.

Quanto aos investimentos privados, basta o governo disponibilizar as licitações ou autorizações que os investidores se habilitarão com a maior agilidade. As recentes licitações de concessões rodoviárias comprovam bem essa realidade, já que mostraram acirradas disputas, o que pode se estender também aos projetos de energia do setor elétrico.

Ainda no segmento de transportes, o maior entrave está na questão portuária. De início faltaram iniciativas oficiais; mais recentemente deu-se o conflito pela edição do Decreto 6.620, de 2008, que gerou preocupações com a estabilidade jurídica e afastou a possibilidade concreta dos investimentos privados. Tanto que a iniciativa privada registrou a sua pretensão de investir valores na ordem de 10.8 bilhões de dólares para necessidades de investimentos calculadas em aproximadamente 35 bilhões de dólares num prazo de 10 anos. Vale ressaltar, como exemplo, que a construção de um simples terminal é tarefa para 5 anos, em média.

Os investimentos públicos tem sofrido também sérios atrasos. Um dos exemplos é o projeto público do TEGRAM, que é o Terminal de Grãos, do Maranhão, em Itaqui, São Luís, investimento estruturante fundamental para o corredor de exportação do agronegócio do Centro-Norte. A primeira fase requeria 100 milhões de reais; o atraso de 4 anos no cronograma tem gerado prejuízos bilionários para a produção da soja, além de consumir subsídios oficiais de fretes, estimados em 500 milhões de reais ao ano.

Além disso, nas políticas públicas, verifica-se o histórico desprezo ao uso de nossos rios para transporte. O exemplo clássico está no rio Tocantins, onde ao tempo em que se resolve a transposição da barragem de Tucuruí, imediatamente se criam dois novos obstáculos a montante, como foi visto aqui na nossa última reunião, que são as barragens de Estreito e Lajeado ainda sem eclusas.

Por sinal, hoje, estaremos fazendo a segunda votação do projeto de autoria do Senador Ministro Eli-seu Resende, relatado pelo Senador Delcídio Amaral e que foi aprovado por unanimidade na nossa última reunião. E eu pediria às Sras. e Srs. Senadores que

permanecessem aqui presentes para que nós tivéssemos número, já que será a votação nominal, número para encerrarmos a tramitação, já que é terminativa nesta Comissão, de tão importante projeto.

Tudo isso, Sras. e Srs. Senadores, comprova apenas que para enfrentar a crise a palavra de ordem é competitividade sistêmica, de preferência no menor tempo possível.

Portanto, para este desafio, precisamos, nesta Comissão, e nesta Casa, no Senado Federal, atuar fortemente para acelerar as decisões que não só modernizem as relações público-privadas e extirpem privilégios e reservas de mercado, mas também que sejam capazes de reduzir os encargos para quem constrói o desenvolvimento, de garantir o cumprimento e a estabilidade das regras institucionais e, por fim, de permitir que os agentes privados acelerem seus projetos de investimentos.

De forma resumida, importa finalmente enumerar as seguintes necessidades, apresentadas na referida audiência:

1) a concepção de um sistema logístico expandido, planejado e integrado em todas as modalidades;

2) a solução dos atuais gargalos, de modo a permitir a racionalização do ambiente operacional do transporte;

3) práticas mais econômicas e integradas nas atividades de transporte, que dependem de boas condições de infra estrutura;

4) a redução do custo Brasil, que está atrelada à continuidade e à ampliação dos investimentos nos sistemas de transporte.

Continuando a nossa reunião, antes disso, com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Sr. Presidente, eu queria solicitar à V. Exa. que essa exposição, essa síntese que V. Exa. acaba de apresentar com grande objetividade, com aquele aporte de pessoas que conhecem profundamente o assunto, pudesse ser distribuída aos membros da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senador Dornelles, obrigado pelas suas palavras, eu pediria ao Secretário que providenciasse a distribuição para todos os senhores e senhoras senadores Presidente.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Da mesma forma eu quero lhe parabenizar pelo relatório sucinto e conclusivo da última Audiência Pública, que apresentou os gargalos de toda a logística do país.

E, como eu não pude estar presente até o final da sessão, eu gostaria de também solicitar à Mesa uma cópia em vídeo para que eu possa ter conhecimento de todo o transcorrer dessa Audiência Pública e, da mesma forma, eu vejo que essa síntese que foi colocada conclusiva no evento, da Audiência Pública, também eu vejo como muito importante para que todos tomem conhecimento da sua conclusão.

Sr. Presidente, tenho uma terceira solicitação que eu gostaria de fazer a todos os senadores e a essa Mesa e ao Sr. Presidente, no sentido de que se articule um processo junto às Casas Legislativas estaduais, para norteá-la de uma nova modalidade de Audiência Pública que faremos, é em caráter, eu diria até experimental, mas, devido a experiência que o INTERLEGIS possui em teleconferências, eu vejo que teremos um grande êxito.

E o objetivo único da nossa proposição, quando colocamos que deveríamos estar integrando o interior do país, os deputados estaduais, todas as Casas Legislativas, inclusive câmaras de vereadores, que pudessem acorrer à capital e participar dessas Audiências Públicas. Esse caso específico aí de... Que teremos que a Audiência Pública de... Diz respeito às licenças ambientais e que, por si, elas parecem que não tem uma importância tão grande, mas eu vou citar o que ocorreu na semana passada.

Nós temos uma rodovia que consta aqui do PAC, para o Estado de Mato Grosso, que é a BR 158 e juntamente com o Senador Jayme Campos, nós promovemos com 10 prefeitos da região do Vale do Araguaia, onde ela corta, que é na divisa com Goiás e Tocantins, principalmente Estado de Tocantins, nós promovemos um encontro no mesmo, na mesma sala Antônio Carlos Magalhães do INTERLEGIS e convidamos o Presidente do IBAMA, o Presidente do IBAMA, que esteve lá e somente conseguimos então acelerar esse processo, que se concluiu em três dias, quando não se tinha nem possibilidade de saber da licença de instalação.

Com essa conversa mais franca, ele vendo as necessidades da região, as dificuldades que o PAC possui de incrementar as obras em relação as licenças de instalação, porque às vezes, nesse caso específico a rodovia tinha sido licitada, os recursos estão disponíveis, as máquinas, a empreiteira escolhida. Infelizmente dependia duma licença de implantação, que o IBAMA dependia da FUNAI.

Veja bem, a FUNAI alegava que não podia efetivar uma licença de passagem da rodovia, porque existia

ali uma tribo indígena que não havia sido demarcada ainda, uma tribo da fazenda antiga Suiá-Missú, que era conhecida por todos e que de uma hora para outra, há 6, 7 anos atrás apareceu como uma possível tribo indígena, requereu 160 mil hectares naquela região e isso aí estava impedindo o asfaltamento, pavimentação de uma rodovia que já está lá há mais de 40 anos em utilização.

Veja bem, essa... Essa articulação que se faz com o IBAMA e com a FUNAI e com os prefeitos aqui em Brasília, possibilitou a conclusão da licença e essa licença já foi emitida, licença de instalação e as obras iniciarão no prazo máximo de 30 dias. Então, essa oportunidade que os prefeitos, os vereadores, os deputados estaduais terão, interagir com essa importante Comissão de Infraestrutura, no concernente com essa primeira grande Audiência, que é as limitações que o PAC tem dentro das licenças ambientais, em todas as obras, ferrovia, hidrovias e rodovias, as três modalidades de transporte. E os convidados a essa Audiência Pública são pessoas que conhecem, efetivamente, profundamente essa área de licenças ambientais dentro desses três modais de transporte.

Então, nós vemos como uma oportunidade única e eu solicitaria a essa Mesa que se fizesse, então, quem sabe um memorial explicativo de como funcionará a Audiência e solicitando, então, a todos os parlamentares dessa Comissão que interajam com a sua assembléia legislativa, para que ela também tenha tempo, ainda, porque o tempo urge, já vai ser na quarta-feira da semana que vem, e nós temos o último dia da semana hoje... Quinta? Quinta, desculpe, para que então se tenha um resultado já positivo aonde as perguntas serão dirigidas aos parlamentares de cada Estado.

Então, vai ser muito importante, inclusive a assembléia vai poder, inclusive, convocar pessoas, lideranças, pessoas interessadas nessas obras do PAC, e, futuramente, outras audiências também teremos a mesma oportunidade de estar conversando com os parlamentares do nosso estado, de todos os estados brasileiros e que isso reverta em maior integração, em explicações que os convidados terão, os expositores terão, de tirar as dúvidas de todo o interior do estado, que tanto espera pelo PAC e que tanta dificuldade ele encontra na execução das obras.

Então, essa é a minha solicitação, que realmente a gente consiga fazer com que os parlamentares auxiliem, provoquem os deputados estaduais, a Casa, o Presidente da Assembléia, para que ele monte um aparato e tenham, então, essa interrelação nessa audiência juntamente, com os membros dessa Comissão. Essa é a minha solicitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Pois não, Senador Goellner, a solicitação de V. Exa. será atendida no que diz respeito à distribuição do material aqui exposto, tanto pelos representantes da CNA, pelo representante da CNA como pelo representante da CNT, eu peço à Secretaria que providencie esse material para que seja distribuído aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras desta Comissão, bem como também o resumo que foi acabado de ler por esta Mesa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Sr. Presidente, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Pois não.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Eu estive olhando esse exemplar aqui, específico do Estado de Mato Grosso, que todos parlamentares ganharam, referente ao seu estado, ele não contempla a situação da obra, em relação aos gargalos que existem de licenças ambientais, por exemplo.

E seria muito importante, porque o PAC tem, ele tem um outro exemplar maior, aonde ele relata todas as... A situação porque se encontra todas as obras.

Eu vejo que seria importante aquele exemplar que contemple todas essas, essas indagações e da situação da obra, para que na quinta-feira, dia 30, tenhamos então um acompanhamento melhor por parte do parlamentar em relação a situação de cada obra do seu estado.

Eu não... Eu já tenho um exemplar daquele e eu vejo que quem não tiver, é importante, porque esse aqui, ele não fala da situação da obra em relação às licenças ambientais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO

COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senador Goellner. Talvez pudesse fazer chegar à assembléia legislativa, no caso, especificamente de V. Exa. esse relatório, para que perguntas de lá pudessem ser feitas.

Em relação a sua segunda solicitação, na reunião passada desta Comissão, ficou estabelecido que o formato da reunião via teleconferência, no auditório do INTERLEGIS, será feito com a participação de todas as assembléias e daquelas pessoas que lá estiverem nas diversas Casas Legislativas do país, mas as perguntas terão que ser feitas por eles mediante representantes dos seus Estados.

Então, cada um dos senadores lá presentes nessa teleconferência poderá receber um telefonema de um deputado estadual do seu Estado, pedindo para que faça o seguinte questionamento, e assim se procederá para que nós possamos organizar melhor o... Melhor o nosso debate.

E a teleconferência, ela estará sendo orientada em função do Ato nº 2, que foi aprovado por esta Comissão, no que diz respeito aos tempos que serão concedidos aos palestrantes quando as Audiências Públicas tiverem iniciado, como já foi o caso, no caso passado.

Então, me parece que são 8 minutos para cada expositor, com mais 2 de tolerância, depois 3 minutos para uma pergunta, a resposta, enfim... O ato que V. Exa.s já receberam. Esse será o *modus operandi* da teleconferência que será realizada por solicitação e pelo requerimento de autoria de V. Exa. e aprovado por unanimidade por esta Casa.

Com a palavra o Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Sr. Presidente, quando uma empresa domiciliada no exterior exporta mercadorias para o Brasil utilizando práticas desleais de comércio, a empresa brasileira prejudicada pode recorrer com base nas regras da OMC a entidades específicas do Brasil, pedindo a colocação de direitos compensatórios e de medidas *antidumping*, para neutralizar as práticas desleais de comércio [soa a campanha] feitas no exterior por empresas estrangeiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Silêncio, por favor.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Entretanto, Sr. Presidente, infelizmente, de acordo com as regras da OMC, ainda não foi possível estabelecer regras para a imposição de medidas anti dumping e direito compensatório para neutralizar as práticas desleais de comércio na área de serviço.

Hoje os jornais noticiam que a ANAC decidiu liberar completamente o preço das passagens aéreas nos vôos internacionais, o que é muito bom para todos aqueles que vão viajar. Agora, eu gostaria de saber da ANAC se ela tem condições, de no caso de ficar positivada a práticas desleais de comércio ou práticas de *dumping* promovida por empresas domiciliadas no exterior, se a ANAC tem condições de tomar algumas medidas para neutralizar essas práticas desleais.

De modo que eu pergunto a V. Exa. se seria possível, se a Comissão poderia ou se caberia a algum membro, fazer uma solicitação ou um questionamento à Presidente da ANAC, se ela tem condições, o que pode fazer a ANAC para colocar ou para impedir que práticas desleais de comércio na área de serviço venham criar dificuldades a empresas brasileiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Francisco Dornelles, eu poderia tomar a sugestão de V. Exa. como um requerimento, que V. Exa. poderia apresentar nesta sessão, submeteria nesta reunião, submeteria a apreciação do

Plenário, sem dúvida seria aprovado e nós chamaríamos, convocaríamos aqui para esta nossa Comissão representantes da ANAC, com quem nós iríamos debater essa questão da redução das tarifas.

Isso, realmente me preocupou, porque... Antes de passar a palavra ao Ministro Eliseu, que como V. Exa. acaba de relatar, até abril do ano que vem, essas... Essas alíquotas, ou esses percentuais, estarão reduzidos a zero. Haverá uma redução de 20%, depois de 50, de 80 até chegarmos em abril e aí não haverá qualquer tipo de controle sobre o preço da passagem aérea. Poderá haver a livre competição e aquela vai transformar o mercado numa arena de uma ferocidade atroz, causando transtornos que nós bem poderemos imaginar, como é o motivo da sua apreensão.

Então, eu tomaria essa sua solicitação como um requerimento, que assim que chegue à Mesa eu colocarei em apreciação desse Plenário para a sua aprovação.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Queria dizer à V. Exa., Sr. Presidente, que muitas vezes existe uma... Medidas que criam alívio a curto prazo, mas que a médio prazo são extremamente perigosas. A indústria automobilística brasileira, que é uma indústria forte, ela é protegida com uma alíquota de 35% do imposto de importação.

Se nós reduzíssemos esse imposto para zero, o consumidor ficaria extremamente satisfeito, porque poderia comprar, poderia importar um carro estrangeiro por um preço muito mais barato que o carro nacional, o consumidor ficaria extremamente satisfeito. Agora, a indústria brasileira automotiva viraria pó, com consequências enormes no processo de desenvolvimento e de geração de renda.

Agora, essa proteção não se pode fazer na área de serviços, não se pode colocar um imposto de importação na passagem aérea, isso é impossível. Então, um organismo como a ANAC, deveria ter responsabilidades para compreender que ela tem que encontrar caminhos para impedir medidas *antidumping*.

De modo que eu pergunto a V. Exa.: esse meu requerimento tem que ser por escrito ou essa mensagem minha, oral, pode ser aprovada. Porque se for por escrito eu teria que apresentar na próxima sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pode ser oral como V. Exa. vem fazendo e nós tomaremos isso. Eu colocaria em votação o requerimento oral que está sendo feito pelo Senador Francisco Dornelles, Senador Ministro Francisco Dornelles, para que convoquemos integrantes da ANAC para tratarmos especificamente dessa questão da redução das tarifas, do percentual limitador da cobrança de tarifas aéreas até abril do ano que vem. Os

Srs. e as Sras. senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

Nós iremos então formalizar e apresentemos e encaminharemos à ANAC esse requerimento feito por V. Exa., em nome da Comissão de infraestrutura, Senador Ministro Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP – RJ): Principalmente mostrando que medidas poderiam se tomar para evitar a prática de *dumping*.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): É importante até se notar que uma passagem, por exemplo, cobrada, Paris-São Paulo, comprada em Paris, Paris-São Paulo-Paris, sai, vamos dizer 100 dólares, a passagem cobrada São Paulo-Paris-São Paulo 146 dólares, apenas para mostrar, quase 50% mais caro aqui.

Então, é preciso que haja uma regulação desse setor de mercado para que não haja essa prática de *dumping*, que sem dúvida nenhuma, é um perigo que estaremos incorrendo caso não tomemos medidas preventivas.

Senador Ministro Eliseu Resende.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Uma observação apenas, Sr. Presidente, em adição ao comentário, ao pronunciamento do Senador Dornelles.

É muito importante nós fazermos um entendimento, isso é válido quando nós sabatinamos os diretores das agências indicados pelo governo para ocupar vagas na direção dessas autarquias especiais, o verdadeiro papel da agência, que é o órgão, como diz aqui o Presidente, acaba de dizer, regulador de mercado.

Essas iniciativas, se o setor [soa a campanha] privado envolvido nas atividades econômicas, para o melhor atendimento ao consumidor, precisam ter as suas atividades reguladas, para evitar os processos de *dumping*, assim como também os processos de monopólio e de cartel.

É importante que a ANAC seja ouvida a respeito dessa colocação exemplificada do Senador Dornelles, e é importante que nós aqui, ao sabatar os diretores novos das agências, façamos a pergunta a eles: qual é o principal papel da agência e o que ele atende por uma agência reguladora de mercado, que é a principal função dessas instituições que foram recentemente introduzidas na estrutura administrativa do país.

É importante que isso se ressalte, para que nós tenhamos o controle do mercado feito de uma forma equânime, orientado pelas agências para a defesa dos consumidores e dos usuários brasileiros. De forma que era importante a gente não apenas focalizar esse aspecto no âmbito da ANAC, mas também no âmbito das outras agências que controlam os mercados atuantes

nas atividades de infraestrutura, seja transportes, seja energia, seja telecomunicações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, ao Senador Ministro Eliseu Resende, meus cumprimentos mais uma vez ao Senador Ministro Eliseu Resende pela participação importantíssima na sessão na nossa reunião passada, em que aprovamos o projeto aqui de sua autoria e... Iremos agora, seguindo a nossa pauta... Temos número?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Vou pedir a aprovação do Plenário para nós alterarmos a Ordem do Dia, deixando o item 1, que é a decisão terminativa em segundo turno do Projeto de Lei 209/07, que precisa de quórum qualificado e passemos logo ao Item 03. Sras. e Srs. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão, aprovado.

Item 3, Mensagem do Senado Federal, nº 36, de 2009, Mensagem nº 73, de 16 de fevereiro de 2009, na origem. “*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. João Batista de Resende para exercer o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações-Anatel.*” Autor, Presidência da República. Relator, Senador Gilvam Borges e Delcídio Amaral. Relatório; a Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação, concedo a palavra ao relator, Senador Gilvam Borges, para proferir o seu relatório. Eu me equivoquei ao citar o nome do Senador Delcídio Amaral. O relator desta mensagem é o Senador Gilvam Borges e o Relator da mensagem seguinte é o Senador Delcídio Amaral. Saiu aqui truncado na hora da impressão.

Concedo a palavra ao Relator Gilvam Borges para proferir o seu relatório.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Se encontra sobre a Mesa um requerimento extrapauta, gostaria de solicitar que se aprovasse antes, porque depois já virão as sabinas. Se possível se aprovar esse requerimento extrapauta antes da entrada dos outros itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Sras. e Srs. Senadores, membros desta Comissão, vou colocar à avaliação e apreciação de V. Exa.s o Requerimento nº 24 de 2009, da Comissão de Infraestrutura, apresentado pelo Sena-

dor Gilberto Goellner e ao qual ele acaba de se referir. *“Requeiro, nos termos regimentais, que sejam convidados para assistir a Audiência Pública com objetivo de analisar e discutir a definição de ‘áreas de proteção permanente, APPs, o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agro-negócio’, a ser realizada no dia 29 de abril deste ano no Plenário do Senado as Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural CAPADR e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, CMADS, da Câmara dos Deputados. Sala das reuniões, Senador Gilberto Goellner.”* Aqueles que estiverem de acordo com o requerimento do Senador, permaneçam como estão. Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador --

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Só para... Me trouxeram aqui, parece que há um equívoco do Projeto do Senador Eliseu sobre a questão das eclusas, o que está publicado parece que é uma versão anterior, houve um equívoco na publicação. Seria interessante que fosse revisto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A Secretaria poderia prestar as informações necessárias.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Não é o mesmo que foi aprovado que está publicado. Só para que se esclareça, porque foi um equívoco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito bem observado, a Secretaria vai tomar providências para esclarecer essa questão de ordem da Senadora Serys, enquanto isso vamos adiantar a nossa pauta, concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, relator da mensagem do Senado Federal nº 036 de 2009. Senador Gilvam.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB – AP): Obrigado, Sr. Presidente. “O Sr. Presidente da República através da mensagem nº 36 de 2009, submeteu à apreciação do Senado Federal em 17 de fevereiro de 2009 a indicação do Sr. João Batista de Resende ao cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações Anatel [soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu peço silêncio ao Plenário, porque está sendo lido o relatório da indicação de um membro para a Agência Nacional... A agência reguladora, Agência Nacional de Telecomunicações. Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB – AP):

“De acordo com a nova sistemática de arguição estabelecida pela Comissão de Serviços de Infra-estrutura, aprovada pelo Ato nº 1, de 2009-CI, a avaliação do candidato será feita em duas etapas. Este Relatório visa cumprir o rito previsto para a primeira etapa do processo e tem por objetivo apresentar aos membros desta Comissão a análise dos documentos enviados ao Senado Federal pelo indicado, nos termos do art. 1 do referido Ato.

O Senhor João Batista de Resende, de 45 anos, recebeu em 88 o diploma de Economia pela Universidade Estadual de Londrina, no Paraná, e titulou-se Mestre em Economia, em 94, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Exerce, desde abril de 2006, a Chefia de Gabinete do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e é membro do Conselho de Administração do Transporte S.A., subsidiária da PETROBRÁS, e do Conselho Fiscal de Alcântara, empresa binacional.

A análise de seu currículo profissional indica claramente a experiência no setor de telecomunicações, com destaque ao período em que ocupou a presidência do Grupo Sercomtel, que presta serviços de telefonia fixa e móvel, de Internet, de TV a Cabo e de ‘Call Center’ no Estado do Paraná.

O indicado ocupou também o cargo de Vice-Presidente da Associação Brasileira de Empresas Concessionárias de Telefonia Fixa-ABRAFIX, que congrega as empresas que prestam o Serviço Telefônico Fixo Comutado em regime público.

A experiência, Sr. Presidente, do indicado no setor público é extensa, havendo ocupado os cargos de Secretário de Fazenda do Município de Londrina, de Diretor-Presidente da Companhia de Desenvolvimento de Londrina e de Diretor Financeiro da COHAB-Londrina.

O Senhor João Batista de Resende teve ainda oportunidade de atuar como membro do Conselho de Administração do Banco do Estado de Santa Catarina-BESC, no período em que se elaborou o plano de incorporação do BESC pelo Banco do Brasil, e como Diretor Financeiro da Fundação Paulista de Educação e Tecnologia, entidade que implantou o Centro Universitário de Lins, com capacidade para 4.000 alunos e a ênfase na área de Tecnologia e Automação.

No campo acadêmico, foi professor de cursos de pós-graduação em 97 e 2000, período em que publicou seu primeiro livro, intitulado ‘Reforma e Política Tributária’, que analisa as formulações sobre o sistema tributário na Constituinte. Em 2008, publicou uma segunda obra, denominada ‘Economia Real’, que busca analisar a atual economia brasileira.

Em relação às informações requeridas no inciso II, do art. 1º do Ato que disciplina o presente procedimento, passo a descrever as declarações feitas pelo candidato:

a) quanto à existência de parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, o candidato declarou não possuir parentes que trabalhem ou que tenham trabalhado para empresas do setor de telecomunicações;

b) *em relação à sua participação em empresas e entidades não governamentais, o indicado declara ser sócio da empresa Ressel Consultores Associados desde 15 de julho de 2006, na qual havia sido sócio gerente entre julho de 1996 e abril de 2006;*

c) *em relação à sua situação fiscal, o candidato apresentou certidões negativas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná e da Secretaria Municipal de Fazenda de Londrina, onde mantém residência;*

d) *quanto ao seu envolvimento em ações judiciais, o Sr. Resende declara não ser autor de qualquer ação e não figura como réu em ações penais no Estado do Paraná. Ação Popular, movida por Marlene de Aguiar Mercadante, em face a COHAB-Londrina e outros, objetivando a anulação de acordo extrajudicial, já homologada em juízo, com parecer favorável do Ministério Público Estadual. Essa ação encontra-se em tramitação em Vara Cível de Londrina; – Ação Cautelar de Protesto, com tramitação encerrada na Justiça Estadual.*

e) *quanto a sua participação em Conselhos de Administração de empresas estatais, o candidato declara ser ou ter sido membro do conselho das seguintes entidades: Banco do Estado de Santa Catarina, de 9 de maio de 2006 a 30 de setembro de 2008; Banco do Estado de Santa Catarina, de 9 de maio de 2006 a 30 de setembro de 2008; BESC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, de 9 de maio de 2006 a 18 de fevereiro de 2009; BESC, de maio de 2006 a 18 de fevereiro de 2009; BESC Financeira, de 9 de maio de 2006 a [ininteligível] de fevereiro”.*

Para concluir, Sr. Presidente, “*Em relação à argumentação escrita exigida pelo inciso III, do art. 1º do Ato nº 2009-CI, o Senhor Resende apresenta uma exposição de motivos que procura evidenciar sua ap-*

tidão técnica e moral para o cargo ao qual foi indicado, destacando, ao final, os desafios que acredita estarem no caminho da ANATEL. Ele afirma que a manifestação... A massificação da banda larga no país deve ser o principal objetivo da atuação da Agência Reguladora nos próximos anos.

Diante do exposto, em cumprimento ao disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2009-CI, submeto à apreciação e julgamento desta Douta Comissão um resumo das informações que caracterizam a vida profissional do Sr. João Batista de Resende, certo de haver elementos suficientes para orientar a futura arguição presidencial do candidato.

Recomendo que o candidato seja solicitado a confirmar que as empresas privadas com as quais possui relação como sócio ou membro de Conselho Fiscal, não desenvolvem atividades comerciais vinculadas ao setor de comunicações que já foi apresentada.

Por fim, acredito que a esperada sabatina poderá confirmar o aparente preparo técnico e de adequada escolha do indicado para o cargo de membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações.”

É o meu relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Gilvam Borges, eu gostaria de solicitar aos Srs. senadores que aqui permanecessem, porque nós temos um outro relatório para ser lido da indicação de um outro integrante para a Agência Nacional, a ANTAC, se não me engano... É ANTAC ou ANTT? A ANTAC.

Porque nós, em seguida, faremos uma sessão secreta, somente com a participação dos Srs. Senadores, quando iremos discutir entre nós os relatórios apresentados e para que estejamos preparados, para daqui a duas sessões, poderemos formular as perguntas pertinentes àqueles que estão sendo indicados e cujos nomes estão sendo objeto do relatório apresentado, agora pelo Senador Gilvam Borges e dentro em breve pelo Senador Marconi Perillo, que eu agradeço muito a sua presença, que nos honra, como ex-Presidente dessa Comissão, como 1º Vice-Presidente da Casa, que será o relator *ad hoc* da indicação feita pelo Presidente da República para a ANTAC. O nome... ANTT, o nome é do senhor Ivo Borges de Lima.

Vou agora, com a permissão das Sras. e Srs. senadores, fazer, colocar em deliberação, em decisão terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 209/2007 que “*Caracteriza como serviço público a operação de eclusas e outros dispositivos de transposição de níveis em hidrovias, dispõe sobre as situações em que é obrigatória a implantação desses dispositivos e dá outras providências*”, o autor é o Senador Ministro Eli-

seu Resende, o Relator é o Senador Delcídio Amaral, foi o parecer aprovado no dia 16 de abril, na forma do substitutivo que apresenta.

Não tendo sido apresentado Emendas no turno suplementar, o substitutivo é definitivamente adotado.

Não é necessário... Perguntaria à Secretaria se o Relator *ad hoc*, o Senador Jayme Campos necessitaria fazer algum pronunciamento a esse respeito? Senador Jayme Campos V. Exa. recebeu alguma emenda, alguma solicitação de emenda a esse relatório?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Após a nomeação de V. Exa. como Relator *ad hoc*, não recebi nenhuma emenda, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Então, nós podemos dar como aprovado definitivamente o substitutivo, e a matéria vai à Secretaria Geral da Mesa. Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Em relação à solicitação feita pela Senadora Serys, ela está coberta de razão, ela detectou um erro gravíssimo, cometido pela Secretaria desta Comissão e esse erro, acredito que tenha sido em função da mudança que nós fizemos aqui da equipe, peço desculpas aos senhores senadores, isso não irá se repetir nesta Comissão e o relatório, o relatório correto está sendo agora distribuído para as Sras. e os senhores senadores, com as desculpas desta Presidência à Senadora Serys e a todas as Sras. e Srs. Senadores aqui presentes.

O próximo item da pauta é o Item... É o item nº 2, Mensagem 49 de 2009, “Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Ivo Borges de Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, na vaga do Sr. Noboru Ofugi. Autor, Presidência da República; relator *ad hoc*, Senador Marconi Perillo.

Relatório. A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Concedo a palavra ao relator, Senador Marconi Perillo para proferir o seu relatório, avisando às Sras. e Srs. Senadores que após a leitura do relatório pelo Senhor Senador Marconi Perillo, será transformada esta reunião em sessão secreta, com a presença tão somente das Sras. e Srs. Senadores e ninguém mais, para que possamos debater os relatórios apresentados aqui pelo Senador Gilvam Borges e pelo Senador Marconi Perillo, de modo a nos subsidiar para a sabatina que será realizada no próximo dia 7 de abril... 7 de maio deste ano.

Com a palavra S. Exa., o Senador Marconi Perillo. Queria pedir silêncio ao Plenário, por favor.

[soa a campanha]

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, antes de iniciar a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): V. Exa. me designou para ser o relator *ad hoc* da matéria do Senador Delcídio Amaral. Eu consulto V. Exa. e indago se vai ser lido esse relatório ou não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não, porque está no turno suplementar. Então era apenas na questão se caso fosse apresentada alguma emenda, aí V. Exa. poderia acatar ou não a emenda.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Como não houve apresentação de emendas, então, foi automaticamente... O substitutivo foi aprovado e será encaminhado à Secretaria Geral da Mesa.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Mas muito obrigado a V. Exa. pela disposição de ter aceito essa relatoria. Muito obrigado Senador Jayme Campos. Com a palavra o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Sr. Presidente, eu indago a V. Exa. se não seria possível, antes da transformação dessa sessão em secreta, da leitura e aprovação do item 4, já que eu sou o relator. Se for possível, nós já faríamos a leitura, discutiríamos, votaríamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Colocaria em votação a solicitação do Senador Marconi Perillo, de uma inversão de pauta, colocando agora para deliberação das Sras. e Srs. Senadores o Item 04 que “*Trata do Projeto de Lei do Senado nº 104, de 2003 alterando o art. 6º da Lei 7.990 de 89 e o § 1º do art. 2º da Lei 8.001 de 90, para elevar a compensação financeira pela exploração de recursos minerais ao mesmo percentual pago pela exploração do petróleo.*” Aqueles Srs. Senadores que estiveram de acordo com a inversão da pauta para votarmos agora antes da leitura do relatório do indicado para a ANTT, permaneçam como estão. Aprovado.

Vamos, então, colocar em votação o Item nº 04, o autor é o Senador Luiz Otávio, o Senador Marconi Perillo é o relator.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Sr. Presidente, Sras. e senhores senadores.

Relatório: *"Tramitam conjuntamente nesta Comissão os Projetos de Lei do Senado nºs 104 e 105, de 2003, que propõem elevar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, CFEM, instituída pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e com distribuição fixada pela Lei nº 8.001, de 1990.*

O PLS 104, de autoria do Senador Luiz Otávio, propõe alterar o 'caput' do art. 6º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e o PLS nº 105, de 2003, proposto pela Senadora Ana Júlia, também pretende alterar o art. 6º da Lei nº 7.990.

A mineração é atividade econômica de elevado risco, intensiva em capital e que requer longo período de maturação. Por essa razão, qualquer iniciativa que eleve custos, retira a competitividade e deve ser analisada com muito cuidado.

Os projetos de Lei nº 104 e nº 105, ambos de 2003, propõem exatamente aumentar custos na atividade de mineração e podem causar danos irreparáveis à cadeia da indústria mineral", como já disse, retirando competitividade do setor.

"A CFEM incide sobre a receita e, como é sobejamente sabido pelos técnicos, essa característica provoca distorções e ineficiências econômicas. Assim sendo, o aumento do custo operacional das empresas, decorrente de um eventual aumento da CFEM, poderá provocar duas consequências indesejáveis: inviabilizar as mineradoras menos lucrativas, com consequências desastrosas para as comunidades que dependem dessa atividade, e impedir a implantação de novas lavras com menor lucratividade, abortando a criação de novos empregos.

Conquanto estudos técnicos indiquem que o Brasil e o Chile são os mais fortes competidores sul-americanos no setor mineral, um fato incontestável deve ser ressaltado: a mineração no Brasil ainda tem uma contribuição modesta em relação ao seu enorme potencial. Um aumento da compensação financeira certamente prejudicará as perspectivas para o setor e, conseqüentemente, reduzirá a capacidade exportadora do Brasil."

É importante registrar, Sr. Presidente, que neste momento de crise internacional, quase todos [soa a campanha] os projetos de mineração no Brasil ou paralisaram ou retardaram suas conclusões. Portanto, o setor mineral vive uma crise séria nesse momento de crise internacional. Aprovar esses projetos seria agravar ainda mais a situação de dificuldades, porque passa o setor extrativista, o setor mineral.

"Conquanto a CFEM não seja um tributo, conforme entendimento do Poder Judiciário, essa distinção é irrelevante para as empresas mineradoras, porquanto tributos e compensação gravam igualmente os seus fluxos financeiros e, conseqüentemente, ameaçam sua viabilidade econômico-financeira.

O desafio do Brasil é o de ser competitivo no cenário nacional e internacional, com vistas a aumentar empregos e promover a inclusão social. Um eventual aumento da CFEM é mais um obstáculo a esse enorme desafio.

Pelas razões expostas, e pela absoluta necessidade de o Brasil atrair investimentos que permitam reverter a injusta distribuição de renda, elevar o nível de empregos e promover a expansão das atividades de mineração com responsabilidade sócio-ambiental, e especialmente sair dessa crise, entendemos que os projetos de lei, apesar de meritórios, sob análise, não devem prosperar nesta Casa."

O voto. *"Em face do exposto, voto pela rejeição dos Projetos nº 104 e nº 105, ambos de 2003."*

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Em discussão a matéria.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Com a palavra o Senador Ministro Eliseu Resende, e em seguida a Senadora Serys.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Paulo Duque, também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): E Senador Paulo Duque, em terceiro.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Gostaria de dizer uma palavra a respeito do relatório do Senador Marconi Perillo, que relata simultaneamente os Projetos de Lei 104 e 105, ambos se referindo a questão do *royalty* sobre o minério de ferro e sobre o petróleo.

O primeiro Projeto de Lei, o 104, ele estipula que o *royalty* aplicado ao petróleo, perdão, o *royalty* aplicado aos recursos minerais, seja equivalente ao *royalty* aplicado ao petróleo. É muito... São coisas de naturezas distintas, e isso não é possível e não é desejável que seja feito.

Basta dizer que o *royalty* sobre os recursos minerais incide sobre o faturamento das empresas. Enquanto o *royalty* sobre o petróleo incide sobre a produção do petróleo, qualquer que seja o preço internacional do petróleo. De forma que não... Talvez seja necessário, seja adequado rever a legislação relativa aos *royalties* para

o petróleo e também para os recursos minerais, mas não é nessa direção. A equivalência dos dois *royalties* é uma colocação superficial que não deve ser acatada por essa Comissão de Infraestrutura.

O 105 tem também uma colocação inadequada. Estabelece porque ele estabelece que o *royalty* sobre o petróleo, o *royalty* sobre o minério de ferro seja vinculado a investimentos na infraestrutura. A vinculação não é instrumento legislativo, ela é uma mudança da Constituição. Nós estaremos ferindo aqui os aspectos constitucionais, porque só há vinculação de despesa, de receitas a despesas pré-estabelecidas, quando a matéria é prevista na Constituição.

Então, este é também um fator decisivo que corrobora a decisão do relator Marconi Perillo no sentido de se rejeitar os dois Projetos de Lei, 104 e 105 que se refere aos *royalties* dos recursos minerais e do petróleo, é o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado Senador Ministro Eliseu Resende, com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Senador Marconi Perillo, nós vamos acompanhar o seu voto, entretanto, gostaríamos de registrar que o assunto deve ser objeto de um estudo mais aprofundado.

Porque toda a questão das receitas públicas da mineração no Brasil deve passar por uma profunda revisão. O tema guarda grande complexidade, todos nós sabemos.

Caso ocorra a taxação excessiva, poderíamos ter, como já foi inclusive mencionado, sérias repercussões no mercado internacional. O Brasil pode perder espaço para concorrentes de outras regiões, é claro.

Por outro lado, com a atual sistemática de alíquotas extremamente baixas e isenções fiscais, o que se observa é que o povo brasileiro, na realidade, praticamente não tem nenhum benefício com a exploração de suas extraordinárias reservas minerais.

Atualmente, os recursos minerais brasileiros tem servido apenas para garantir lucros para alguns, para os exploradores das minas e seus acionistas, é óbvio. Portanto, vamos acompanhar o voto do Senador Marconi Perillo, mas deixando registrado que o assunto deve ser objeto de estudos aprofundados. Obrigada, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senadora Serys. Com a palavra Senador Paulo Duque, para a discussão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Eu acho, eu acho, minha opinião, que esse processo, esses dois projetos ora relatados pelo ilustre Senador Marconi Perillo, tem que ser rejeitado hoje, hoje.

Esses dois projetos são de 2003, Presidente. 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009. Esperar mais 2010, 2011. Eu estou de acordo ali com o mestre Eliseu Resende, liquidar hoje esse processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A matéria continua em discussão, não havendo quem queira discutir, em votação o parecer do relator, aqueles que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado o parecer pela rejeição do projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos para prosseguimento de sua tramitação.

Continuando, desta feita, finalmente, com a palavra o Senador Marconi Perillo para relatar a mensagem enviada ao Senado Federal, indicando o Sr. Ivo Borges de Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transporte Terrestres.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Preliminarmente, Sr. Presidente, gostaria de agradecer a S. Exa. pela gentileza de escolher-me relator *ad hoc* dessa importante matéria, e faço com prazer, porque estou substituindo a um senador altamente gabaritado para esse relatório, o Senador Delcídio Amaral.

“O Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício da Presidência da República, por meio da Mensagem 49, de 2009, e em cumprimento às exigências constitucionais, submeteu à apreciação do Senado Federal, em 1º de abril de 2009, a indicação do Sr. Ivo Borges de Lima para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, autarquia especial vinculada ao Ministério dos Transportes.”

[soa a campanha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Silêncio, por favor.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Em consonância com a nova sistemática de arguição estabelecida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, aprovada pelo Ato nº 1, de 2009, dessa Comissão, instituído, aliás, por V. Exa., meritório, porque importante e disciplinador desse tipo de procedimento, estabelece a partir de agora uma avaliação mais acurada, mais rigorosa em relação, aos candidatos ao exercício de funções nas agências reguladoras, em duas etapas, sendo que a primeira, essa etapa de análise dos currículos.

“O Senhor Ivo Borges de Lima, nasceu a 12 de junho de 1940, na cidade de Orobó,

Estado de Pernambuco, tendo-se graduado em Serviço Social, em 1971, pela Faculdade de Serviços Sociais de Brasília. Pós-graduou-se, em nível de especialização, em Comunicação Social pelo CEUB.

O 'curriculum vitae' apresentado e que instrui a indicação em apreço, demonstra a que a formação acadêmica e a experiência profissional são compatíveis com o cargo pretendido.

O Senhor Ivo Borges de Lima teve atuação em diversos Conselhos e Órgãos Colegiados; entre os quais destacam-se o de Presidente do Conselho de Administração da Companhia Telefônica de São Paulo – TELESP; Presidente do Conselho de Administração da Companhia Telefônica Borda de Campo; Presidente do Conselho do Trabalho do Distrito Federal; Presidente do Conselho do Fundo para Geração de Emprego e Renda do DF; Vice-Presidente do Conselho de Secretários de Trabalho; bem como membro dos Conselhos de Administração das Empresas ECT, Empresa de Correios e Telégrafos e da Administração da RADIOBRÁS; de Administração da Companhia Telefônica do Estado de Pernambuco; Presidente do Conselho Fiscal da Distribuidora de Valores e Títulos Mobiliários do Banco de Brasília – BRB.

Nas atividades acadêmicas, o indicado foi professor universitário, pós-graduado em Comunicação Social, tendo exercido o cargo de Professor Chefe do Departamento de Comunicação do Centro Universitário de Brasília – CEUB e tendo participado como conferencista em encontros e seminários nacionais.

O indicado também participou de missões internacionais.

No que diz respeito especificamente às exigências contidas no inciso II, do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, desta Comissão, cumpre-nos apresentar as informações prestadas pelo candidato:

a) no tocante à existência de parentes que exerçam ou tenham exercido atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, o candidato declarou não possuir parentes que trabalhem ou que tenham trabalhado para empresas do setor de transportes terrestres;

b) quanto à participação do candidato em empresas e entidades não governamentais, o indicado apresentou certidão da Junta Co-

mercial do Distrito Federal em que consta sua participação como sócio-cotista da empresa Tapal-Trans-Atlântico Passagens Aéreas Ltda., do ramo de Agência de Viagens, Operações de Turismo e Venda de Passagens Aéreas, a qual iniciou suas atividades em 22 de junho de 78, mas que desde 6 de dezembro de 1991, está inoperante e, atualmente encontra-se em processo de dissolução.

c) em relação a sua situação fiscal, o candidato apresentou certidões negativas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, onde possui domicílio.

d) no que tange ao seu envolvimento em ações judiciais, o Sr. Ivo Borges de Lima declara não possuir quaisquer ações judiciais na esfera criminal em que seja autor ou réu; possuir ação, na esfera cível, de execução de alimentos, tendo como autor seu neto, Pedro Victor Calazancio Borges de Lima, movida em razão do falecimento de seu filho Eduardo Henrique Borges de Lima, cujo processo encontra-se em fase de arquivamento, devido a celebração de acordo na 2ª Vara de Família, Órfãos e Sucessões de Taguatinga-DF.

e) quanto à participação em conselhos de administração de empresas estatais, nos últimos cinco anos, o candidato declara não ter sido membro de nenhum colegiado administrativo;

No que tange à argumentação escrita exigida pelo inciso III do art. 1º do Ato nº 1, de 2009, dessa Comissão, o Sr. Ivo Borges de Lima apresenta informações contendo experiência profissional, formação técnica adequada e atividade... Afinidade intelectual e moral para exercer o cargo pleiteado.

Diante do exposto, entendemos que as Sras. e Srs. Senadores integrantes dessa douta Comissão dispõem de elementos para futura arguição e deliberação sobre a presente indicação para a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT."

Esse é o relato da lavra do ilustre Senador Delcídio Amaral. Muito obrigado ao senhor pela distinção.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado a V. Exa., Senador Marconi Perillo, Relator desta matéria, indicando o Sr. Ivo Borges de Lima para exercer o cargo de diretor geral, Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

A partir desse momento, a Sessão da Comissão de Infraestrutura transforma-se em sessão secreta e eu pediria gentilmente a saída de todos aqueles que não fossem senadores ou senadoras e suspendo a sessão por 3 minutos.

[Sessão secreta às 9h45].

[Sessão reaberta ao público às 11h08].

Isso não quer dizer que aqueles que já foram sabatinados e que já hoje exercem as suas funções não tenham seguido esses pré-requisitos, apenas lembrar que procure o mais que se possa estar estritamente atento à 10.233, quando da indicação dos futuros membros das agências reguladoras.

E em segundo lugar, também solicitar do Governo Federal, uma maior agilidade na indicação desses nomes, porque várias agências estão com dificuldades de funcionamento em função da falta de integrantes para poder deliberar.

Então, essas foram as decisões tomadas nessa reunião secreta que está suspensa.

Antes de encerrarmos a presente reunião, eu convoco as Sras. e Srs. Senadores para a Audiência Pública que será a reunião do próximo dia 30 sobre o processo de licenciamento ambiental nas obras do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, em atendimento aos requerimentos número 11 e 12 da Comissão de Infraestrutura de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, lembrando que esse, essa nossa reunião será no auditório da INTERLEGIS.

Está encerrada a presente reunião. Muito obrigado às Sras. e os Srs. Senadores.

Sessão encerrada às 11h10.

Ata da 9ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura Agricultura, Conjunta com as Comissões de Reforma Agrária, Assuntos Econômicos, Assuntos Sociais, Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, Cultura e Esportes, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Direitos Humanos, Relações Exteriores, Desenvolvimento Regional e Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada dia 29 de abril de 2009, no plenário do senado federal.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de abril de dois mil e nove, no Plenário do Senado Federal, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúnem-se as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença dos membros das Comissões Permanentes do Senado Federal. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Almeida Lima, Alvaro Dias, Antonio Carlos Júnior, Arthur Virgílio, Augusto Botelho, Delcídio Amaral, Efraim Moraes, Eliseu Resende, Epitácio Cafeteira, Francisco Dornelles, Geraldo Mesquita Júnior, Gerson Camata, Gim Argelo, Heráclito Fortes, João Tenório, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Lúcia Vânia, Magno Malta, Maria do Carmo Alves, Mário Couto, Mozarildo Cavalcanti, Paulo Duque, Paulo Paim, Pedro Simon, Renan Calheiros, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi, Tião Viana e Wellington Salgado. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura das Atas das reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública Conjunta**, em cumprimento ao **Requerimento nº 12, de 2009 – CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 14/4/09 e **com os adendos aprovados nas demais comissões**, com a finalidade de analisar e discutir a definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs e o Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e as Implicações para o Agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: **Dr. Gustavo Ribas Curcio** – Doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da Embrapa Florestas em **Colombo – PR**, que tratará do tema: Definição de Áreas de Proteção Permanente – APPs: Uma Proposta de Parâmetros – **EMBRAPA**; **Dr. Evaristo Eduardo de Miranda** – Doutor em Ecologia e pesquisador da Embrapa Monitoramento por Satélite, em **Campinas – SP**, que tratará do tema: Alcance Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista: Implicações para o Agronegócio – **EMBRAPA**; **Sr. Adalberto Veríssimo** – Pesquisador Sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – **IMAZON**; **Sr. Carlos Alberto Ricardo** – Coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Socioambiental- **ISA**; **Sr. Antônio Herman Benjamim** – Ministro do Superior Tribunal de Justiça – **STJ**; **Sr. Márcio Meira** – Presidente da Fundação Nacional do Índio – **FUNAI**; **Dra. Samanta Pineda** – Advogada Socioambiental; **Sr. Tasso Rezende de Azevedo** – Assessor do Ministro do Meio Ambiente em Florestas e Climas – **MMA**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para te-

cerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, , Osmar Dias, João Pedro, Jayme Campos, Wellington Salgado, Flexa Ribeiro, Marina Silva, Demóstenes Torres, Aloisio Mercadante, Gilberto Goellner, Papaléo Paes, Renato Casagrande, Neuto de Conto e Ideli Salvatti. Resultado: Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e sete minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão de Serviços de Infraestrutura, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

9ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Conjunta com as Comissões de Agricultura e Reforma Agrária, Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de Assuntos Econômicos, de Ciência Tecnologia, Inovação, Comunicações e Informática, de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Sociais, de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, de Educação, Cultura e Esporte, e de Serviços De Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura Realizada Em 29 de abril de 2009, às 09 horas e 34 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com as demais comissões permanentes do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa das Atas das Reuniões anteriores que com a anuência do Plenário, são dadas como aprovadas.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 12 de 2009, CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu aprovado em 14 de abril e com os aditamentos aprovados nas demais Comissões Permanentes do Senado Federal, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e as implicações para o agronegócio, com a presença dos seguintes convidados: Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e monitor da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite; Gustavo Ribas Curcio, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA

Florestas; Sr. Adalberto Veríssimo, pesquisador sênior do Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON; Sr. Carlos Alberto Ricardo, coordenador do Programa Rio Negro do Instituto Sócio-Ambiental, ISA; o Excelentíssimo Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça; a Sra. Iara Cardoso, aliás, Iara Vasco, coordenadora-geral do meio ambiente e patrimônio indígena da Fundação Nacional do Índio, FUNAI; a Sra. Samanta Pineda, advogada socioambiental; e o Sr. Tássio Azevedo, assessor do Ministro do Meio Ambiente.

Convidamos os expositores Sr. Evaristo, Sr. Gustavo, Sr. Adalberto Veríssimo, Sr. Carlos Alberto Ricardo, Sr. Ministro Antônio Herman Benjamin, Sra. Iara Vasco, Sra. Samanta e Sr. Tássio Azevedo para tomar assento à Mesa.

Comunico ao plenário o recebimento da seguinte correspondência, correspondência da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados: *“Sr. Presidente, esta Comissão aprovou requerimento do Deputado Marcos Montes, Vice-Presidente, propondo a participação desse órgão técnico em reunião coordenada por essa Comissão de Agricultura, a realizar-se no próximo dia 29/04, às 09h30, no Plenário do Senado Federal, conjunta com outras comissões, com a finalidade de analisar e discutir a definição de áreas de proteção permanente, APPs, e o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e aplicações para o agronegócio. Em virtude da realização de reunião deliberativa ordinária dessa Comissão, no mesmo dia e horário, impossibilitando a minha participação e dos demais membros, comunico a V.Exa. que o Deputado Marcos Montes, 1º Vice-Presidente representará esse órgão técnico no importantíssimo evento. Reitero que esta Comissão permanece ao inteiro dispor de V.Exa. para outras atividades de mútua colaboração. Deputado Roberto Rocha, Presidente.”*

Portanto, nós convidamos para tomar assento ao plenário os nossos visitantes da Câmara dos Deputados. Com a palavra a autora do requerimento, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Obrigado, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer as minhas considerações a respeito do requerimento, durante as apresentações, Sr. Presidente.

Nesse momento, eu gostaria apenas de fazer aqui um agradecimento. Agradecer em primeiro lugar ao Presidente Sarney por ter autorizado a Audiência Pública no Plenário do Senado Federal, pela primeira vez, um debate tão importante para o Brasil. Agradecer aos onze Presidentes das Comissões do Senado Federal, as Comissões Permanentes. E a todos os

Senadores que aprovaram por unanimidade o nosso requerimento para que aqui pudéssemos fazer esse debate tão importante para o país, para todos os setores, para todos os segmentos e, principalmente, importante para todos os brasileiros. Agradecer aos Deputados Estaduais de Santa Catarina, o Governador Luiz Henrique, parabenizar pelo trabalho desenvolvido naquele estado com relação à questão ambiental, ao Código Florestal Estadual, a responsabilidade e a seriedade com que tem tratado este assunto, um exemplo para o Brasil. E agradecer a presença dos 27 Presidentes de Federação de Agricultura de todo o Brasil, de todos os estados, vieram os nossos Presidentes, os seus assessores jurídicos, os seus assessores técnicos, para assistir as palestras de todos os nossos convidados, em especial, o Dr. Evaristo Eduardo de Miranda, doutor em Ecologia e pesquisador da EMBRAPA, Monitoramento por Satélite, doutor Gustavo Ribas, doutor em Engenharia Florestal e pesquisador da EMBRAPA Florestas no Paraná. Enfim, todos os nossos convidados aprovados por outros Senadores, Adalberto Veríssimo, Carlos Alberto Ricardo, Antônio Herman, Iara Vasco, Samanta Pineda e Tassio Azevedo.

Muito obrigado a todos pela presença. E eu tenho certeza que hoje, agradecer a imprensa pela presença e pela participação e dizer apenas que eu tenho certeza absoluta que hoje é um dia histórico para o Senado Federal e para o Brasil, aonde nós, com certeza, sairemos daqui muito mais enriquecidos com as palestras e o conteúdo que aqui serão expostos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Bom, eu gostaria de comunicar ao plenário que representando a FUNAI, estará presente aqui e nós convidamos para participar da Mesa o seu Presidente Márcio Meira. Dr. Márcio Meira para participar da Mesa.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Sr. Presidente, primeiro registrar aqui da minha satisfação desse debate. E ele é diferenciado, porque eu estou na Casa há três anos e eu nunca tinha participado de uma audiência pública com todas as Comissões e aqui neste Plenário. Então quero dizer dessa... Do diferencial da importância do debate.

Agora, é muito importante que os Presidentes das outras Comissões do Senado estejam aqui, porque eu sou membro da Comissão de Agricultura, acho importante V.Exa. estar aqui, mas como é um requerimento, um debate que envolve todas as Comissões e pela im-

portância do debate, que os Presidentes compareçam e os demais membros das outras Comissões, para a gente fazer um debate aprofundado.

A outra questão: qual o tempo de fala de cada representante das instituições aí? Eu gostaria de saber o tempo das falas?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Bom, V.Exa. suscitou dois assuntos. Os Presidentes de Comissões certamente comparecerão, dada a relevância do assunto, a matéria realmente é palpitante, eu acredito que todos participarão.

Quanto a questão de ordem relacionada ao tempo, eu proponho ao Plenário que fixemos um prazo de 10 minutos para cada intervenção, obviamente levando em conta que os expositores terão que prestar todas as informações, às vezes com exposições já adrede preparadas. Então, é necessário que se assegure a todos eles o tempo indispensável para as suas respectivas intervenções.

E que nós temos... Nós temos que levar em conta nessa... nós temos que levar em conta nessa Sessão que até as 13 horas e 30, fatalmente esta sessão deverá ser encerrada por força da Sessão Ordinária do Senado Federal.

Portanto, em tese, 10 minutos.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Dez minutos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Mas como é uma Casa Legislativa nós teremos a tolerância necessária para garantir a exposição em toda a sua plenitude.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Para flexibilizar. Ok. [sobreposição de falas] Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): E nós vamos passar, para economia processual, dar a devida velocidade, já chamando o primeiro expositor, Sr. Evaristo Eduardo de Miranda, que representa aqui a EMBRAPA, para fazer a sua primeira exposição.

Eu gostaria de informar ao Plenário que está aberta a lista de inscrição para todos os Srs. Senadores. Eu vou pedir para passar a lista nas bancadas. Mas, de imediato, Senador Casagrande e Senador Neuto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Primeiro eu quero garantir a MINHA inscrição, mas eu quero um esclarecimento. Os autores dos requerimentos, como em toda Audiência Pública têm a precedência? É isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Regimentalmente sim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Regimentalmente sim. Então o senhor está abrindo a lista dos... Além dos requerentes.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): O autor do requerimento foi a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Mas teve requerimentos em várias Comissões, são vários autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela lógica, os autores, nas respectivas Comissões, devem ter prevalência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Isso. Então, os autores de todos os requerimentos vão falar antes de nós, é isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): E na lista, eu gostaria que cada um dos autores--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Então, eu só quero que V.Exa. me inclua aí na lista dos... Fora os autores.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Eu gostaria que cada um dos autores, colocasse autor, Comissão tal.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Pela ordem, Presidente. Pela ordem. Aqui. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Duas questões. Primeiro: eu já assinei a lista de... Presidente, eu já assinei a lista de inscrição. Mas se V.Exa. está abrindo outra, eu queria saber se aquela está sendo considerada porque eu cheguei aqui...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): V.Exa. é o segundo inscrito.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Ah, bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Primeiro a autora e depois V.Exa., pelo menos é a lista que está aparecendo.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): É a primeira lista, aliás, a única lista.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Para que todos entendam: os 10 minutos é para os convidados ou... E quanto tempo será dado para cada senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Eu acho o seguinte, nós temos que ter aqui um livre arbítrio com um teto máximo de 10 minutos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Para os Senadores também?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Sob pena, sob pena de atropelarmos o horário de início da sessão do Congresso... Do Senado.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO): Pela ordem, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador Demóstenes.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO): Regimentalmente, o prazo para o senador em audiência pública é de cinco minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Cinco minutos.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO): Se houver réplica, de mais dois.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): É isso, é regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Sendo regimental, sendo estabelecido pelo Regimento, então, nós vamos manter os dez minutos para os expositores, com a tolerância necessária e indispensável, e cinco minutos para os Senadores, também com a devida tolerância, porque aqui é uma Casa Legislativa e nós temos que levar em conta isso.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT):

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Eu solicito a V.Exa. que seja cumprido os prazos estipulados regimentalmente, caso contrário vai ter Senador aqui que vai viajar na maionese aqui uma hora de relógio e não vai chegar a nenhuma conclusão.

Eu peço, caso contrário não vai dar oportunidade aos demais senadores também fazerem suas indagações. É um apelo que eu faço a V.Exa..

E faço mais aqui uma indagação a V.Exa.: alguns Deputados me perguntaram, me indagaram se vão ter direito também a fazer alguma indagação aos palestrantes aqui da Comissão no dia de hoje?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Bom, regimentalmente, a sessão é do Senado Federal e a restrição é porque a convocação foi feita nesse sentido. Certo? Então, se o Plenário de-

cidir de forma contrária, a Presidência não tem nada contra. Mas regimentalmente há restrição.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): O nosso requerimento, o requerimento de minha autoria, Sr. Presidente, foi aprovado com a minha autoria nas onze comissões permanentes do Senado Federal. E por direito regimental, a autora do requerimento tem a prerrogativa da fala antecipada.

Eu gostaria de abrir mão neste momento e no momento oportuno eu gostaria de interpelá-lo e pedir o meu direito à fala no momento oportuno, se o senhor permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Será assegurado a V.Exa. o direito no momento em que achar que deve fazer a sua intervenção.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Pela ordem, Presidente. Pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Sr. Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB – MG): Só pedir a minha inscrição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Com a palavra o Dr. Evaristo.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Bom dia a todos, Senadoras, Senadores, público presente.

Eu vou apresentar aqui um trabalho realizado pela EMBRAPA, monitoramento por satélite e focado no tema dessa audiência em que está em pauta os desafios que nós estamos enfrentando por uma revisão justa, bem feita do nosso Código Florestal. Pode ser a próxima?

Esse trabalho foi realizado por uma equipe de um dos centros da EMBRAPA, que é a EMBRAPA por Monitoramento por Satélite, que fica em Campinas. Pode ser a próxima.

E cuja missão, dessa unidade da EMBRAPA, é a gestão territorial da agricultura brasileira. Nós não produzimos sementes, não fazemos variedades, nem máquinas, nós cuidamos da gestão territorial, mapeamos a agricultura, a safra, o uso das terras, etc. Nisso, a gente está focado nisso nesse Centro. Por favor, a próxima.

Essa pergunta surgiu, e esse trabalho surgiu, de uma indagação da Presidência da República, inicial-

mente, de quanta terra estava disponível legalmente para expandir a produção de alimentos e de agroenergia no Brasil?

Quando nós fizemos esse trabalho a pauta do trabalho realmente foi a área disponível para expansão da agricultura, ou seja, nós estamos falando aqui, no meu estudo, de plantar feijão, de plantar arroz, plantar milho, plantar trigo, plantar soja, plantar cana-de-açúcar, atividades que implicam em remoção da vegetação natural, substituída por laranja, por café. É disso que nós estamos falando.

Isso não impede que no senso lato haja em outros tipos de unidades, atividades econômicas. Você pode, numa reserva extrativista, extrair seiva da seringueira, você pode fazer pesca, você pode tirar fibras, etc, nós não estamos falando dessa atividade, estamos falando da atividade agrícola senso estrito.

Bem, e para isso então nós precisamos respeitar uma legislação que existe e que é muito oportuna e importante, tanto em termos territoriais do ponto de vista indigenista, do ponto de vista ambiental, e existem outras legislações também territoriais. Pode ser a próxima.

Para isso, e o que eu vou apresentar para os senhores é isso, e eu gostaria de destacar muito, nós fizemos um sistema de gestão territorial, é um sistema computadorizado, que usa imagens de satélite, usa mapas, banco de dados e que responde a muitas perguntas.

É um processo de pesquisa que está sempre evoluindo, incluindo coisas novas, então, ele está sempre evoluindo, nunca é uma coisa totalmente acabada, mas que objetiva apoiar as políticas públicas e ajudar na governança territorial. Pode ser a próxima.

A primeira área que não está disponível para essa agricultura que eu falei e é normal que não esteja, são as áreas indígenas, não que lá não possa ter uma produção agrícola própria, de autoconsumo, etc. e as unidades de conservação. Então, no sistema, eu vou ser rápido por causa do tempo. Pode ser a próxima.

Nós colocamos no mapa, nesse sistema todas as unidades de conservação federais e as unidades de conservação estaduais. Ontem mesmo eu estava com o Secretário de Meio Ambiente do Amazonas, ele falou: “Não, mas tem mais, uma ou outra que foi criada que não está aí no seu sistema”, “Bom, então, preciso integrar essas unidades que ainda não estão”. Mas essas unidades foram colocadas no mapa.

Aqui a gente vê o caso da Amazônia, que é onde mais nós temos hoje terras indígenas, e é normal, e unidades de conservação federais e estaduais. Pode ser a próxima.

Isso está dentro de biomas. Pode ser a próxima.

Então, nós fizemos uma tabela calculando quanto que de cada bioma desses está sendo ocupado hoje por essas unidades que ninguém contesta, está certo, é isso que está aí.

Então, nós temos unidades de conservação estaduais, federais e terras indígenas. Existe alguma sobreposição entre elas e no cálculo da EMBRAPA nós eliminamos essas sobreposições, então nós temos hoje que 27%, arredondando, do Território Nacional, está ocupado por unidades de conservação de diversas categorias e por terras indígenas.

Evidentemente que na Amazônia você tem quase 47, 46% e há regiões como a Caatinga, ou a Pampa, onde existe muito pouco, muito unidade de conservação e área indígena. Pode ser a próxima.

E aqui são os dados por estado. Eu vou passar. Pode ser a próxima.

Mas isso é o resumo. A próxima.

Bem, esse cálculo, ele ainda está subestimado, porque nós não colocamos aqui as unidades de conservação municipais, vocês têm muitos parques municipais, a ilha de Santa Catarina, tem cinco parques municipais, Naviraí, vários estados têm unidades municipais, nós não temos estes limites hoje disponíveis, nesse trabalho precisa ter o mapa mesmo, o mapa da unidade.

Por exemplo, o Exército Brasileiro tem 1.917 áreas no Brasil. Dá um Sergipe. Agora, eu não tenho esses limites, nem sei se eles vão me passar, para colocar no mapa e também introduzir isso na conta, que também não é uma área que você pode instalar uma usina de álcool e produzir açúcar.

Existem áreas aeronáuticas como Cachimbo, Alcântara, etc. [ininteligível] e outras ocupações que são irreversíveis. Então, esse cálculo, na medida que você obtém mais dados, ele vai sendo enriquecido, é claro que ele não volta para trás, ele avança, ele está um pouco subestimado. Pode ser a próxima.

Bem, o resto das áreas estariam teoricamente disponíveis para a agricultura, mas nós temos, incide sobre essas áreas, um dispositivo legal importantíssimo – pode ser o próximo – que é a reserva legal. A reserva legal diz, é uma área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a área de preservação permanente, necessária, etc., e a porcentagem de reserva legal, ou seja, uma área que tem que ser mantida, sem esse uso intensivo no seio das propriedades rurais. Pode ser a próxima.

Nós não buscamos de forma alguma minimizar a disponibilidade de terra para a agricultura e fizemos esse cálculo como se todo o resto do Brasil estivesse

se disponível para agricultura. Faz de conta que não tem água, que não tem estrada, tudo está disponível. Pode ser a próxima.

Aplicados esses percentuais, eles totalizam quase 32% do Território Nacional. Quer dizer, esse dispositivo da reserva legal imobiliza, dá esse destino a cerca de 32% do Território Nacional. Uma parte grande fica na Amazônia e as outras são variadas, dependendo dos biomas. Pode ser a próxima.

Aqui são os dados por Estados, os cálculos por Estados, que o sistema gerou. Pode ser a próxima.

Então, em resumo nós temos, unidades de conservação em terras indígenas 27%, reserva legal 32%, total de 59% e 41% do resto disponível para essa expansão agrícola. Pode ser a próxima.

Bem, acontece que nós temos ainda uma segunda categoria importantíssima, inclusive, para a agricultura sustentável que são as áreas de preservação permanente. As áreas de preservação permanente... Por favor, a próxima.

São áreas de preservação, são áreas protegidas no termo dessa lei e que devem ser mantidas. Pode ser a próxima.

Existe muito tipo de APP; o CONAMA tem uma... Resoluções, várias resoluções. Nós não tratamos, aqui no trabalho, de calcular todas as APPs, mas nós calculamos dois principais tipos de APP, e essa foi a parte mais trabalhosa até desse estudo: as APPs ligadas ao relevo e as APPs associadas à hidrografia, aos rios. Pode ser a próxima.

As APPs associadas ao relevo. Próxima.

Todas as áreas com declividade acima de 45% são APPs no Brasil. As áreas acima de 1.800 metros de altitude são APPs, os topos de morros são APPs, e declives entre 25 e 45, se for florestal, também é APP. Pode ser a próxima.

Para fazer esse cálculo de relevo, nós utilizamos uma base de dados homogênea para o Brasil. Foi uma missão da nave Endeavor, com radar topográfico, que calculou a topografia do Brasil a cada 30 metros fez uma medida de altitude muito precisa.

Para os Srs. Senadores terem uma idéia da precisão desse trabalho, isso aqui é uma área da Amazônia desmatada e que nós não estamos vendo uma foto aqui, nós estamos vendo o desnível do desmatamento, quer dizer, aqui está mais baixo a pessoa desmatou essa área, então, isso aqui está 18, 20 metros mais baixo que a floresta em volta, e o que a gente vê é essa parte mais baixa, quer dizer, ele detecta com esse detalhe, o relevo do Brasil. Foram esses dados numéricos que nós utilizamos para fazer esses cálculos. Pode ser a próxima.

Então, nós calculamos e mapeamos pela primeira vez, na escala 1 para 250.000, todos os topos de morros do Brasil, seguindo o método lá da legislação, ninguém contesta nada, é o que está lá. Pode ser a próxima.

Por exemplo, aqui a gente vê Santa Catarina, que é uma região de muito relevo e tudo o que está em verde aí é APP de topo de morro. E assim foram calculados declives e outras coisas. A próxima.

Aqui o Sul do Maranhão, então isso foi mapeado, colocado no mapa, o que estava no dispositivo legal. Pode ser a próxima.

Em segundo lugar foram estimadas, e não mapeadas totalmente, as APPs associadas a hidrografia, aos rios. Quer dizer, a lei determina, eu vou passar rápido, pode ser? Próxima.

A água é protegida e uma faixa marginal ao longo de cada rio também protegida, com valores variando em função da largura do rio. A próxima.

Bem, esse é um trabalho feito pelo LBA, com um radar japonês, que vê água embaixo da vegetação e que mapeou a água disponível na Amazônia. Então, essa água, essas áreas são as áreas que são águas, na cheia, por exemplo, na Bacia do Amazonas. Só essas áreas representam 500 mil Km². E evidente que isso não tem nenhum destino, e nem deve ter, nenhum destino agrícola, nem de uso, nem de nada, ainda mais de água. Se você colocar junto aqui as unidades de conservação – pode ser a próxima – você tem uma visão disso. Próxima.

Então, para cada rio foi calculada essa faixa marginal. Esse é um trabalho que exige rigor, porque você vem com a faixa marginal de um rio, ele encontra o outro, as duas faixas marginais se sobrepõem, então aqui tem uma sobreposição, você tem que descontar todos esses cruzamentos, etc. Pode ser.

E o resumo aqui, grande parte dessas APPs, está dentro já de área indígena, está dentro de unidade de conservação, então não tem sentido contabilizar isso, isso foi tudo descontado. E você chega nas APPs, vamos chamar de APP líquida, que dá quase 1 milhão 440 mil Km², cerca de 17% do Território Nacional. Próxima.

Aqui é por estados. Próxima.

Bom, esse dado ele está também subestimado, porque todas as nascentes têm que ter APP em volta, isso é muito justificado mesmo e deve ter mesmo, certo, mas nós não temos mapas das nascentes.

Um outro exemplo são os açudes. Os açudes do Nordeste, no Nordeste, tem 70 mil açudes, segundo o DNOCS, 37 quilômetros cúbicos de água. Bem, todos esses açudes são APPs e têm uma faixa marginal e nós não temos esse dado mapeado, então, falta aqui

agregar, certamente que esse dado, a medida que for introduzindo mais informação, ele vai aumentar esse número. Pode ser a próxima.

Bem, então, aí nós temos uma questão que com isso eu vou para a finalização, que é discutir no Código Florestal esse relacionamento entre APPs e reserva legal. Essas duas coisas têm suas justificativas. O código representou muitas conquistas e a reformulação do Código não pode questionar conquistas, avanços obtidos, que melhora a sustentabilidade da agricultura.

E agricultura não pode trabalhar contra o meio ambiente, nem o meio ambiente contra a agricultura, a agricultura precisa do meio ambiente e o meio ambiente precisa da agricultura. Na Mata Atlântica, hoje, são os agricultores que mantêm um número enorme de remanescentes, dependemos deles para fazer corredores e etc.

Então, o que eu vou mostrar aqui, são algumas reflexões que esse sistema permite fazer, para ver como nós podemos encaminhar nessa questão, evitando qualquer crescimento do desmatamento, sobretudo na Amazônia, que é impensável e sobretudo dando legalidade às atividades agrícolas. Pode ser a próxima.

O primeiro cenário que tem aqui, eu vou apresentar três cenários disponíveis no site da EMBRAPA, tem até quatro cenários. O primeiro cenário é o seguinte: a reserva legal exclui APP; então, reserva legal, além da reserva legal tem que ter APP na propriedade. Se a gente fizer isso *tout court*, aplicar essa regra – pode ser a próxima – o cálculo fica negativo na Amazônia, fica negativo no Pantanal e sobra uma área disponível de 2 milhões e meio de Km² para atividade agrícola. Próxima.

Aqui é por Estados. Os dados por Estados. Pode ser a próxima.

Então, teoricamente você teria 27% de unidades de conservação dos territórios indígenas, 32 de reserva legal, 17 de APP, então cerca de 71% do território e 29 disponível para as atividades agrícolas.

Hoje a área de pastagem do Brasil já é 2 milhões de hectares, só a área de pastagens. Pode ser a próxima.

Mas nós podemos também incluir a APP dentro da reserva legal. O Código prevê isso. Só que ele prevê com condicionantes variados e a gente está aqui falando do Brasil, então estou aplicando ao Brasil inteiro.

No caso da Amazônia, é muito lógico, se atingir 80% da propriedade, está valendo. Pode incorporar até 80% que é o exato limite da reserva legal, quer dizer, a reserva legal incorpora a APP na prática.

No resto do Brasil, a soma das duas têm que ultrapassar 50% da propriedade. Quando você aplica isso ao Brasil todo – pode ser a próxima – isso é

possível aplicar, porque justamente nós calculamos quanto que tem de APP em cada bioma; então, supondo que todo mundo optasse por fazer, por juntar a APP com RL, para ter 50%, o que a gente obteria? Por favor a próxima.

Nós teríamos uma redução da área agrícola. Na Amazônia desaparecem os números negativos, e você tem o que, é efetivo, hoje, uma disponibilidade da ordem de 10% de área, 10% utilizável.

Mas nas outras regiões você teria uma queda grande. Sei lá, na Caatinga, que hoje a disponibilidade é de quase 60%, você cai para 47%. Pode ser a próxima.

Bem. E o terceiro cenário que é o cenário que está em debate, simplesmente a reserva legal incorpora a APP. O cálculo da reserva legal incorpora a APP, como já é o caso na Amazônia, só que aí isso valeria também para todo o Brasil.

Bom, se a reserva legal incorporar a APP no Brasil inteiro, como é o caso na Amazônia, você teria uma disponibilidade de 3 milhões e meio de Km² de terras para a agricultura, ou seja, 41%, que é uma situação extremamente confortável. Extremamente confortável.

Notem que nos três cenários a situação da Amazônia ela não muda. Ela não é problemática, vamos dizer assim. Pode ser a próxima.

Eu queria, então, fazer um resumo final. Pode ser a próxima.

Bem, existe um histórico de ocupação das terras no Brasil. E hoje nós estamos vivendo uma situação complexa porque essa legislação – pode ser a próxima – tornou irregular ou ilegal diversas atividades que os brasileiros fazem em áreas de preservação permanente há mais de um século.

É o caso do café em áreas de declive em Minas Gerais, é o caso da ocupação das várzeas com arroz no Rio Grande do Sul, no Maranhão, a própria criação de búfalos em várzea. Enfim, nós temos uma série de aplicações agrícolas, a própria pecuária no Pantanal, a uva, vitivinicultura no Rio Grande do Sul, que é feita em relevo; quer dizer, essas áreas são todas de preservação permanente.

Então, isso é uma situação que tem que ser adequada e resolvida no caso do Código Florestal, porque essas pessoas têm uma legitimidade, uma prática, isso nós temos que achar uma saída para isso. Pode ser a próxima.

É o caso da irrigação também no Nordeste, que é muito em beira de rio e etc., eu não vou entrar em detalhe pelo tempo. A próxima.

Aqui são algumas imagens de satélite mostrando, isso aqui é área de pecuária leiteira na divisa do

Rio de Janeiro com Minas Gerais, todas essas áreas são APPs, mas isto está tudo desmatado e é área de pecuária leiteira há um século. A próxima.

É o caso do café em Minas Gerais. Por favor, próxima.

O café em São Paulo. Pode ser a próxima.

A pequena produção de olericultura no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em Teresópolis, Petrópolis, nessas regiões que são regiões serranas. Pode ser a próxima.

Os vinhedos no Rio Grande do Sul. Próxima, próxima, próxima.

Toda a beira do rio São Francisco que está ocupada, todos esses ribeirinhos e teoricamente essa faixa marginal não poderia estar ocupada. Pode ser a próxima.

As ilhas do São Francisco, são todas cultivadas. Próxima.

Tinha banana no vale do Ribeira em São Paulo, etc e etc. Próxima. Mais uma. Isso.

Eu queria, então, aqui se a gente esquecesse o que eu falei até agora, colocar aqui quatro pontos que me parecem essenciais para avançar numa revisão do Código Florestal que preserve o meio ambiente, garanta uma agricultura sustentável e regularize a situação de muitos agricultores, sem favorecer nenhuma ampliação do desmatamento no Brasil, principalmente na Amazônia. Por favor, a próxima.

Eu acho, e queria deixar para os senhores, para sua reflexão, três, quatro pontos finais para meditar. Eu não vou entrar em detalhes. Queria dizer aos senadores o que eu disse na Câmara dos Deputados, o que eu disse a dois Ministros do Supremo, que pediram esse estudo, o que disse ao Presidente Sarney, a quem apresentei esse estudo, que esse estudo... Ao Presidente Lula.

Esse sistema ele não está tomando partido, opinião, ele está gerando números e pode fazer cenários, conforme... “Se nós fizermos tal alteração na lei, o que acontece com as áreas no Estado de São Paulo, de Minas Gerais?” Ele simula, ele está aí para ajudar a procurar, avaliar o alcance territorial não só do que existe mas principalmente do que nós estamos propondo, do que vai acontecer se a gente mexer nessa lei. Para que não ocorram coisas indesejáveis, imprevisíveis e o que a gente deseja. Acho que tem quatro pontos que estão merecendo a nossa reflexão.

O primeiro é a relação entre reserva legal e área de preservação permanente, quer dizer, em grandes números nós temos 30% do Brasil disponível. Se a gente aplica do jeito que está hoje no Código, cai, se a gente une reserva legal com APP, do jeito que possibilita o Código, cai a disponibilidade de terra. Se a

gente aplica do jeito que é possível fazer na Amazônia, que a reserva legal incorpora APP, você chega a uma disponibilidade de 41%. Só um dispositivo desse seria enorme, ele ajustaria... Ao invés de escrever lá a reserva legal excluída APP, incluída APP.

Agora, também não é tão fácil assim, nós temos que refletir. Primeiro a realidade dos Estados. Pode ser que tenha Estados que isso fique complicado. Então, tem que ver e pode ser que tenha Estado que nem necessite de tudo isso.

Esse sistema pode ajudar a analisar a situação de cada Estado e também temos que ter atenção aos biomas. Isso é para o bioma Amazônia ou é para a Amazônia legal? Nós temos que pensar também o caso de cada bioma, qual é a situação. Será que nos cerrados essa é uma decisão boa ou a gente precisa ser mais restritivo no caso de bioma Cerrado? Então, o sistema pode ajudar nessa discussão, a ver as implicações de alterar a lei nesse sentido, incorporação da APP dentro da reserva legal.

O segundo é que a legislação nossa prevê que o ZEE e as leis estaduais podem alterar esses códigos, mas existem muitas restrições para essa alteração, mas isso pode ser feito. Acho que esse é um campo importantíssimo. No caso da Amazônia é possível, por um processo que não é simples, nós acabamos de ver isso na 163, é possível reduzir essa reserva legal de 80 para 50 quando a área já está desmatada anteriormente, etc. e etc.

Bom, isso é algo que nós temos que refletir, como isso será processado. Se nós falássemos assim muito globalmente, é um pouco menos que isso, mas se 400 mil Km² estão desmatados na Amazônia, eles teriam que gerar, cada um desses quilômetros quadrados, uma reserva legal de 640, 680 mil quilômetros. Bom, se for 50% tem que gerar 400 mil, você ganha aí 400 mil quilômetros.

Agora, isso também não pode ser uma regra geral, porque tem situações e situações. De novo a gente volta na necessidade de analisar e esse sistema pode ajudar o Senado, pode ajudar quem precisar, como estamos assessorando a Presidência, outras instâncias nisso, Agricultura, enfim, quem nos pede análise, nós incorporamos no sistema e fazemos as análises. Pode ajudar.

Porque, por exemplo, vamos supor a região Bragantina do Pará, que está totalmente, praticamente, desmatada, há muito tempo. Bom, "Será que eles vão recompor? Vai ser igual?" Não é como na 163, também é diferente do Acre, enfim, cada estado tem sua particularidades e isso teria que ser avaliado em cada caso, eu creio.

E há diversidade de vegetações. Mesmo dentro do bioma Amazônia, você tem áreas que não são florestas, são campos, cerrados, tem áreas de lavrados, etc., o Amapá e Roraima exemplo típico disso.

Também são casos que merecem uma análise particular. Mas é algo que o Novo Código [soa a campanha] deveria avançar.

O regime de uso da reserva legal e das APPs é algo que o Ministério do Meio Ambiente já vem avançando e creio que isso é fundamental, sobretudo no caso de recuperação das APPs. Quem tem que se adequar e ter 50% de reserva legal na Amazônia, poder fazê-lo dentro de um certo limite, com florestas produtivas, com árvores que produzam. Quer dizer, ele pode plantar castanha, ele pode plantar pupunha, mas pode plantar [ininteligível], enfim, ele pode plantar, fazer uma floresta produtiva, ao invés de um pasto degradado, qualquer coisa desse tipo, fazer uma floresta produtiva. Então, aqui há uma discussão.

Também aqui cabe se analisar a situação dos Estados. Por quê? Porque tem muita APP que já está ocupada por árvore; por árvore de café, árvore de maçã, por árvore de uva, por árvore de laranja. Bom, então precisa ver até que ponto. Eu creio que os estados têm muitas particularidades e caberia aos Estados ter a autonomia de legislar [interrupção no áudio] e adequar dentro da legislação estadual.

Por último, é o caso das pequenas propriedades. As pequenas propriedades têm alguma isenção nessa temática, até 25%. Mas estão definidas segundo critérios que, por exemplo, todos os pequenos agricultores lá de Holambra, em São Paulo, ou da região de Holambra e outros lugares de São Paulo, eles não se enquadram nisso.

Eu acho que o caso das pequenas propriedades merece muita atenção, porque tem um impacto social enorme, são mais de 2 milhões de estabelecimentos agrícolas no Brasil. Cortar 25% da área ou inviabilizar ou dificultar o uso em 25% do uso da área de uma pequena propriedade, isso tem um peso econômico muito grande, socialmente muito grande.

Então, o caso das pequenas propriedades nós estamos fazendo alguns estudos de cenários nesse sistema [soa a campanha] do que acontece com isso, com o caso das pequenas propriedades, se você permitisse que elas usassem totalmente essas áreas com atividade produtiva, ou com árvores, etc.

Eu não sei se fica claro, mas o caso das pequenas propriedades já têm [soa a campanha], já é contemplado parcialmente e nós precisamos contemplar melhor e com critérios que a gente possa usar melhor o Censo, porque, por exemplo, o limite de 30 hectares

não existe no Censo, não existe agregado, ou tem 25 ou você pula para 50.

Então, tudo isso tem que ser feito de forma que seja mais operacional e que outros dados do IBGE, outros dados de outros órgãos, a gente possa usar facilmente para poder analisar essa situação. A próxima.

Então, concluindo. Esse sistema de gestão territorial da EMBRAPA, que nós desenvolvemos, ele permite dar uma estimativa do alcance atual das legislações que influem no território: áreas indígenas, unidades de conservação, etc. e etc, APPs.

Eu não questionei de forma alguma aqui, creio, espero que os Srs. Senadores me ouviram, nenhuma área indígena, nenhuma unidade de conservação, nenhuma APP [interrupção no áudio]. Eu estava dizendo.

Nós estamos mostrando aqui as melhores estimativas que nós podemos fazer dentro de vários cenários. Eu vejo, às vezes, pessoas que pegam um dos cenários que nós fizemos e usam esse cenário, outro, com outra causa política, pega um outro cenário e usa um outro dado. É importante saber que é um sistema que produz números, produz cenários, conforme o que a gente estiver estudando.

E não é tão fundamental a gente olhar só o passado, olhar essa reforma do Código Florestal e usar esse sistema da EMBRAPA para ter uma idéia das consequências das alterações que estamos propondo na legislação.

Nós vamos melhorar esse sistema completando esse cálculo de áreas protegidas, incluindo essas áreas que ainda faltam. Nós vamos completar cálculos de APPs e é necessário também que a gente considere a aptidão das terras que estão sobrando, das terras que estão disponíveis, porque também não é qualquer terra que serve para agricultura. Precisamos saber a qualidade dessa terra, existem mapas de solos na EMBRAPA, etc.

[interrupção no áudio].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Acabou? Então... O senhor tem um minuto para concluir.

SR. EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA: Estou sem som... Obrigado. Então, eu reitero o seguinte: a agricultura tem que estar a favor do meio ambiente [soa a campainha] e o meio ambiente tem que trabalhar com a agricultura e ela com o meio ambiente.

Nós precisamos ganhar sustentabilidade. A reforma do código não deve e não pode incentivar o desmatamento, premiar o desmatamento, premiar a baixa produtividade. Ela tem que ajudar o agricultor que tem produtividade, que tem rentabilidade, o uso de tecnologias, a recuperação de pastagem, o ganho de novas áreas.

Agora, nós temos hoje uma situação de irregularidade muito grande na agricultura, e isso precisa procurar caminhos de adequação. Eu não tenho sugestão de leis, os senhores fazem as leis, os senhores sabem fazer isso, o que eu tenho é, tecnicamente, um sistema que pode, eventualmente, se for o caso e necessário, contribuir para simular esses cenários e apoiar essa avaliação e esse diagnóstico.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Valter Pereira. Perguntaria a V.Exa. da possibilidade da exposição feita pelo técnico ser distribuída aos senadores das comissões? Vai ser acessado?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Solicitar a ele que deixe toda a documentação necessária para ser disponibilizada para os Srs. Senadores. Eu gostaria de comunicar ainda...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): De todos os expositores, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Todos os expositores. Eu gostaria de informar ainda, o seguinte; nós vamos adotar aqui a metodologia que adotamos na Comissão de Agricultura, ou seja, nós vamos ouvir primeiro todos os expositores, aí nós vamos abrir para os debates. Certo?

Então, nós vamos ouvir agora o segundo expositor, que é o Sr. Gustavo Ribas Curcio, pesquisador da EMBRAPA Florestas. Ele terá o prazo que foi avençado aqui de 10 minutos, mas obviamente nós não vamos prejudicar a apresentação de suas transparências.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT – AM): V.Exa. acaba de dizer que não será prejudicada a intervenção no que diz respeito ao tempo. Mas nós combinamos 10 minutos e com flexibilidade. Eu quero só chamar a atenção que a primeira exposição da EMBRAPA, agora vem EMBRAPA Floresta, que levou quase 30 minutos.

Quero chamar atenção porque esse... Nós queremos participar do debate. E V.Exa. [interrupção no áudio] na primeira fala de V.Exa., V.Exa. fez um limite da reunião, lá na tarde.

Então quero só chamar atenção para a gente ter... Condensar mais, para que todos possam partici-

par desse debate e no final ninguém ser prejudicado nas suas falas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Eu já até fiz um apelo ao próximo expositor para que ele abrevie o máximo possível a sua exposição.

Mas nós não queremos prejudicar, dada a relevância do assunto para que a matéria toda trazida à colação, são informações da mais alta importância. Mas é claro que precisamos conciliar a necessidade do tempo, nós temos que fatalmente concluir essa sessão até a uma e trinta, às 13h30, portanto, o tempo urge.

Com a palavra o senhor Evaristo, aliás, o Sr. Gustavo Ribas.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Senhoras e senhores, bom dia, é um prazer muito grande estar na Casa. Eu estou representando um grupo liderado pela EMBRAPA Sede, pelo pesquisador Felipe Ribeiro e tenho a incumbência de mostrar os trabalhos que realizamos dentro da EMBRAPA sobre rios.

E nesse sentido eu gostaria de colaborar, entendo que a proposta possa colaborar na melhora do Código Florestal Brasileiro, que se trata de um documento muito importante e sem esse, sem dúvida, as florestas do país estariam totalmente devastadas.

Então, seriam duas apresentações. Eu começo com uma proposta para a legislação brasileira sobre considerações sobre APP fluvial.

Então, no caso, os compartimentos que foram estabelecidos pelo Código Florestal Brasileiro de 65, foram estabelecidos três compartimentos em 1965. A questão dos solos hidromórficos, a questão dos solos não hidromórficos e os solos hidromórficos constituindo as APPs, nas áreas de alta fragilidade de declividades e solos rasos que se preveja a execução da permanência das reservas legais e na ciência se tem em mente sempre da necessidade da conexão de corredores entre as APPs e as reservas legais, para a questão de fluxo gênico.

Então, aleatoriamente, escolhi alguns locais, sobrando na paisagem uma grande área, que é o terceiro compartimento, das áreas de uso alternativo, constituindo assim as áreas de preservação permanente, a reserva legal, área de uso alternativo, isso já instituído pelo Código Florestal Brasileiro.

A nossa proposta é de que sistemas de preservação, as APPs, elas devam harmonizar ao máximo com sistemas de produção. Para isso, nós devemos considerar que as paisagens possuem naturalmente zonas de alto potencial de produção, mas também têm zonas de altíssima fragilidade ambiental e devem ser consideradas essas questões.

Portanto, as leis ambientais, no nosso entendimento, devem considerar a diversidade das paisagens e não ficar tomando algumas medidas como se a paisagem fosse constituída de isopor por baixo.

Então, dentro da diversidade de paisagens nós vamos abordar a questão da geomorfologia e pedologia, porque entendemos que ela possa responder sobre as questões climáticas, geológicas e vegetacionais também.

Nós temos, em APPs, temos duas paisagens: vales bem fechados e vales bem abertos. Duas paisagens importantíssimas dentro das zonas de APPs e que têm possibilidade de uso nas suas... Nas zonas mais afastadas dos rios, completamente diferentes, ou seja, possuem fragilidades e potencialidades distintas.

Nós temos embaixo, fazendo o arcabouço da paisagem, diferentes tipos de rochas, mas aqui eu quero ressaltar aos senhores a importância de que essa diversidade geológica, ela constitui a presença de solos totalmente distintos, que possuem, por si só, várias características que podem ser adicionadas ao Código Florestal, mas para questões de simplificação para a lei, nós adicionamos como importante para os senhores, guardarem a espessura ou profundidade de solo e textura que nós vamos usar isso para o debate.

Vejam que para mesmo relevo... Perdão, para mesmo tipo de rocha, nós temos relevos muito suaves com alto potencial agrícola, mas nós também temos, derivados da mesma rocha, relevos altamente movimentados, de alta fragilidade ambiental e que podem comprometer a questão dos recursos hídricos e também a questão de fluxos gênicos.

Eu gostaria de chamar a atenção para vocês, que nas duas localidades, infelizmente nós não vemos a questão das APPs, porque não está sendo um sistema produtivo que considere fragilidades ambientais na sua íntegra.

A questão geomorfológica que eu falei aos senhores que é muito importante, nós temos que ter em mente que as paisagens são muito variáveis. Elas variam quanto a forma, ao comprimento e ao declive, esses três entes constituem os relevos. Mas a questão de forma e comprimento são entes qualitativos, não podem ser colocados em aplicação de lei, deveria ser apenas um, no nosso entendimento, que tem um caráter quantitativo, no caso, o declive. Este sim, seria um agente que poderia somar para termos uma correta visualização da questão da paisagem sobre o ponto de vista de potencialidades e fragilidades.

Isto é muito importante porque o relevo é um dos condicionantes de enxurrada e eu gostaria de chamar atenção para os senhores, da importância que a enxurrada causa a tensão ecológica. Isto é muito importante

que o Código considera como importante a largura do rio. Nós vamos apresentar aos senhores uma tensão ecológica diferenciada, que venha de encostas.

A declividade de rampas é muito natural e qualquer um dos senhores poderiam responder a esse questionamento. Nós temos rampas de baixa declividade e rampas de alta declividade. Então, nós temos que pensar nas rampas de baixa declividade, nós temos uma APP e nas rampas de alta declividade nós precisamos amenizar esta tensão ecológica proveniente das encostas e eu estou falando apenas de relevo, por enquanto, apenas de declividade.

Então, é natural, no nosso entendimento, de que as APPs não devam variar de acordo com a largura do rio. A tensão ecológica não vem daí, a tensão ecológica vem das encostas. Se nós, como uma sociedade séria que somos, queremos preservar a questão hidrológica e de fluxos gênicos nós temos que pensar também na questão geomorfologia e o declive pode atender a isso.

Então, no caso, quanto maior o declive de rampa, necessariamente maior a largura da APP, maior largura de APP, sem dúvida, menor a tensão ecológica.

Quanto às características de solos, as pedológicas, existem várias características, e eu aqui vou deixar apenas essas duas em vermelho, porque são características quantitativas e fáceis de serem obtidas, em razão dos mapas já existentes no Brasil. Essas duas... Esses dois atributos, essas duas características, textura e espessura, facilmente é reconhecido por técnicos, elas são muito importantes porque elas nos predizem a questão de permeabilidade e a capacidade de filtro do solo, quer dizer, ela atenua ou não a capacidade de contaminação de águas, e isto é importante porque temos que pensar, como sociedade, na qualidade da água.

Então, por exemplo, solos muito profundos, medianos e rasos têm capacidade de filtrar soluções com defensivos agrícolas ou adubos muito distintas em razão do volume que eles oferecem. Isto não é considerado hoje pela legislação brasileira dentro do Código Florestal.

Então, eu gostaria de colocar para vocês a questão de encostas muito espessas com encostas com solos bem rasos. Naturalmente, eles têm capacidade de filtro, a capacidade de amenizar as tensões ecológicas completamente diferentes. Não tem nada a ver com a largura do rio e sim com a característica do solo quanto a sua profundidade.

Então, naturalmente, nós teríamos que pensar que para uma condição de diferenças de espessura de solo nós temos a maior fragilidade em solos rasos e isso a Constituição, o Código Florestal poderia ser...

Poderia considerar. Então, em APPs com solos de maior espessura, naturalmente nós teríamos menores espessuras de APP e maiores espessuras em solos mais rasos [soa a campainha], garantindo a qualidade de água. E isto seria suficiente para se dizer que menores espessuras de solos implicariam em maiores larguras de APP.

A mesma coisa é para texturas. Vejam os senhores que coloquei aqui para simplificar, como a capacidade de carga dos solos com mais argila, comparativamente aos solos mais arenosos que são menos... Que possuem menos carga, portanto, possuem menor capacidade de filtro, eles têm uma possibilidade de filtragem completamente diferente.

Então, de qualquer maneira, nós estaríamos expressando as fragilidades ambientais através de texturas de solos, que é uma coisa também não considerada. Então, declive, textura e espessura poderiam ser gabaritos, fatores a serem considerados a melhorar o Código Florestal.

Então, naturalmente as APPs de solos de textura arenosa devam ter necessariamente uma APP mais larga do que solos, do que rampas com solos mais argilosos.

A conclusão que para estabelecer APP fluvial nós devemos ter três fatores regenciais adicionados ao Código: a questão da declividade, a espessura e a textura de solo.

A segunda apresentação, que é mais rápida, é a proposta de topo de morro, também é uma proposta. Eu vou passar bem rápido, eu gostaria de colocar aos senhores uma questão muito importante que é a conceituação de morro, não é nem de topo de morro. Morro, cientificamente, não se tem homogeneidade na ciência, isso. Então, necessariamente, é indevido na questão técnica.

A conotação, então, de fragilidade ambiental em topo de morro, no nosso ponto de vista, é totalmente distorcida. Nós deveríamos para falar em fragilidades de topo de morro, que foi o que o legislador quis em 1965, ele quis amparar as questões de fragilidade.

Nós estamos insistindo que a questão geológica, geomorfológica e de solos deva ser considerada; então, as questões de geomorfológica, forma, comprimento e declive, assim como textura e espessura, também poderiam ser visadas hoje para o Código.

Gostaria de colocar uma questão muito simples para os senhores, de topo de morro, ainda tem duas questões muito interessantes. Nós temos a questão de dimensão e simetria de topo. Então, vejam, esse topo totalmente assimétrico contra este topo simétrico. Um assimétrico com afloramentos de rocha, e aí eu perguntaria aos senhores, o topo de morro é o terço supe-

rior? Mas nós já não temos definido cientificamente o que é um morro, eu estou perguntando aonde seria o topo de morro? Poderíamos colocar naquela condição ou vamos deixar um pouco mais para cima ou então, quem sabe, mais em cima ainda?

O que é o topo, então, eu estou perguntando? É aonde eu quero... Nós vamos instituir topo de acordo com o quê? Nós não vamos respeitar potencialidades e fragilidades ambientais? [soa a campainha] Como é que nós podemos ficar com um topo com simetria, mas com dimensões pequenas e um muito espesso com solos mais espessos e bem amplos, onde tem potencialidade de uso?

Então, me parece que a questão de topo de morro fica totalmente desamparada com essas questões porque não considera cientificamente nem o declive, nem a espessura e nem a textura.

Então, eu gostaria de exemplificar para vocês esses potenciais de uso ou de fragilidade. Este é um tipo de morro no Brasil, que tem dezenas, senão centenas de quilômetros. É uma *cuesta*. Vejam que quem está aqui embaixo vai chamar isto aqui de morro [soa a campainha]. Mas quem está lá em cima não vai chamar de morro.

Então, por exemplo, no Paraná a primeira *cuesta*, eu gostaria de colocar aos senhores, o topo da primeira *cuesta* é constituído por solos rasos e arenosos. Eu, como pedólogo, acho mesmo que tem que ficar protegendo, não pode ser usado lá em cima.

Agora, a segunda *cuesta paranaense* que vai atingir até o Rio Grande do Sul, entra de São Paulo e vai ao Rio Grande, isto tem aqui para cima também, nós temos solos profundos e argilosos, com alto potencial agrícola. Isto é topo de morro também.

Então, eu gostaria de dar um exemplo para os senhores. O que é topo de morro para o Plenário, por favor? A quem está lá embaixo é topo, quem está lá em cima é plano, isto é uma *cuesta*, isto tem no Brasil aos montes. O que é topo de morro? Isto é simétrico, é assimétrico, qual é a dimensão disso? Estou falando disso, de dezenas de quilômetros, de centenas de quilômetros. Mas eu gostaria de ainda chamar mais atenção.

Eu também tenho pontos que tenho que defender topo de morro, porque eu respeito a questão da fragilidade ambiental, sob o ponto de vista científico, e não pelo que eu acho, do que eu vi ontem, é o que eu fiz na minha carreira. Então, por exemplo, nós temos um *hogback*, desculpem o termo, é um afloramento de rocha de mares, de bilhões de anos atrás que foram elevados pela formação dos continentes e são topos de morro extremamente aguçados e esse topo de morro é exatamente este que vocês vêem.

Eu tirei de uma outra altura, meu trabalho é frequentar esses lugares, beira de rio [soa a campainha] e topo de morro. Este é um topo de morro que não pode ser usado mesmo, porque ele é raso, é arenoso e ele é assimétrico. Tem afloramento de rocha. Então, nesse sentido o Código é perfeito.

Agora, eu queria mostrar isso para vocês também. Isto é importante. Nós temos uma *cuesta* aqui no caso, eu estou, por exemplo, me localizo aqui embaixo, a *cuesta* está lá em cima, com o relevo plano, aqui é uma recarga de aquíferos e isso acho que nós cientistas temos que estar preocupados, porque nós vamos depender da maneira irresponsável que nós estamos tratando a nossa água hoje, nós vamos depender de água de sub-superfície logo, já dependemos disso, dependemos da qualidade desta água e temos que lutar por esta água. Aqui é uma recarga de aquíferos, tanto do ponto de vista livres, que são rios, mas também tem os aquíferos confinados. Aqui entra [interrupção de áudio] [soa a campainha]. Alô, oi... Faltam dois *slides*. Por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Dois *slides*?

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Dois *slides* ou três.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Então peço, pedimos a maior abreviação possível.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou sendo o mais rápido possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Está ótimo.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Estou até sem... nem estou tomando água aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Obrigado.

SR. GUSTAVO RIBAS CURCIO: Então, este... Eu fiz esse desenho para os senhores terem uma noção. Essa ponta de *cuesta*, esse fronte de *cuesta*, aqui entra água para o Aquífero Guarani, que é o segundo aquífero do mundo, e que hoje já tem coliforme fecal.

Aquilo lá deveria estar com floresta lá em cima, nós temos que ter floresta, hoje não tem, porque nós temos o boi gerente; nós não temos gerência sobre boi na grande maioria das vezes, nós temos boi gerente. Nós precisamos ter gerência sobre os sistemas produtivos e sistemas de preservação, mas em harmonia, de acordo com fragilidades ambientais e potencialidades.

Eu acho que a ciência nesse sentido é um papel, cumpre um papel excelente porque é o compromisso com ciência. E isto é o papel da EMBRAPA, isto é o pa-

pel das universidades, instituições de pesquisa, enfim, nos sentimos até muito gratos de estar na casa.

Agora eu queria chamar a atenção, é o último slide. Este é a frente, eu gostaria de chamar atenção para os senhores, eu fotografei de frente, agora vou fotografar atrás, é isto aqui. Atrás é este, aquele topo de morro é este aí ó.

Então, vejam, o que é topo de morro pela legislação hoje, pelo Código Florestal? Vamos respeitar a água? Vamos. Então vamos criar as APPs fluviais, são essas APPF. Mas ainda existem zonas de altíssimo declive, de solos rasos, suscetíveis a erosão, e que vão determinar fragilidade ambiental. Nós temos que usar isso? Não. Nós temos que preservar isto. Então, está lá, APPD, por declividade, sobra tudo isso de P para produção.

Essas zonas não são impactantes. A ciência tem manejo suficiente para colocar condições de sistemas de produção coerentes e ainda chamo a atenção para os senhores: o que é topo, então, nesta foto? Aqui? "Não, vamos colocar um pouco mais para cima. Não, só vamos deixar lá em cima." Isto é terra argilosa de mais de um metro de profundidade, com alta saturação por bases [soa a campainha] ou seja, mínimo de adubação. Temos que pensar o que que é topo de morro e então, no Código Florestal, assim como temos que pensar sobre a largura dos rios, as tensões ecológicas estão nas encostas. Muitas vezes também no topo. Isto pode ser agraciado perfeitamente pela ciência hoje e auxiliar o Código.

Para terminar, na minha... No meu ponto de vista, compartimento de paisagem topo de morro é totalmente inadequado para constar numa lei. Por quê? Porque não confere com fragilidade ambiental sobre o ponto de vista geológico, geomorfológico e pedológico.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Agradecemos Dr. Gustavo... Gustavo Curcio, pela brilhante exposição. E convidamos o próximo expositor.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente, eu gostaria de sugerir, se o senhor me permitir, a EMBRAPA é um órgão do Poder Público Federal, eu gostaria de ouvir o Ministério do Meio Ambiente, seguido, como também um membro, uma instituição do Poder Público Federal, para que a gente pudesse ouvir as suas impressões, se o senhor concordar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Eu vou... Eu já anunciei aqui o próximo que é o Sr. Adalberto Veríssimo e em seguida...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente, o Dr. Adalberto Veríssimo é representante de uma ONG, IMAZON. Eu gostaria de insistir que nós pudéssemos, assim como ouvimos a EMBRAPA, do Poder Público, pudéssemos ouvir o Ministério do Meio Ambiente, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): V.Exa. sugere que sejam todos os membros do Governo, depois...

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC) Pela ordem...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senadora Marina.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Primeiro, há uma tradição na Casa que a gente faça uma intercalação, isso é uma tradição da Casa. Em segundo lugar, uma indagação que faço, é se os senhores pesquisadores, estão falando de suas pesquisas ou se estão institucionalmente representando a instituição EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Eu acho que é impertinente, porque...

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Não, não é impertinente, porque a questão de ordem da Senadora Fátima... Da Senadora Kátia, diz que eles estão fazendo, representando a instituição. E ela propõe que também fale os representantes das demais instituições.

Se, porventura, o Dr. Miranda está falando como pesquisador e não em relação a representação da instituição EMBRAPA, e por isso que eu digo que deveria, ele mesmo pode, assentir com a cabeça ou não, para que tenha validade a questão de ordem--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Porque, no meu entendimento, há uma tradição na Casa de que a gente faz uma intercalação, governo – sociedade, sociedade – governo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Quanto a intercalação, V.Exa. tem razão, acho que é saudável que se siga a tradição. Todavia, basta se observar a exposição feita por cada um dos primeiros expositores, para se constatar que eles falaram enquanto técnicos, enquanto pesquisadores, enquanto cientistas.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Quanto a isso, não há dúvida que são técnicos da EMBRAPA, mas o que eu pergunto, foi suscitado, eu não faria a pergunta se não tivesse dito que eles estão represen-

tando a instituição EMBRAPA. A pergunta que eu faço: eles estão representando a instituição EMBRAPA? Os estudos apresentados pelo Dr. Miranda é uma posição da EMBRAPA?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): O que foi requerido...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): O que foi requerido... Pela ordem.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente, nós não estamos aqui com a menor intenção de desmerecer ou desclassificar os trabalhos dos pesquisadores da EMBRAPA. Eu não consigo entender que pesquisadores da EMBRAPA, que são financiados todos eles, merecidamente, com dinheiro público, ainda possa ter um questionamento se são posicionamentos da EMBRAPA ou não.

A ciência não é única, não é absoluta e não tem unanimidade, graças a Deus! Mas, nem por isso, os dois pesquisadores deixam de estar aqui representando a EMBRAPA porque são financiados por ela através do dinheiro do contribuinte.

Eu gostaria, Sr. Presidente, neste momento que os dois pesquisadores, colocaram a questão da produção, eu gostaria de insistir na posição do Ministério do Meio Ambiente com relação a estas duas apresentações, como relatora principal, como autora do requerimento de Audiência Pública principal, autorizada nas onze comissões, gostaria de poder merecer essa prerrogativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Senadora Kátia--

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Sr. Presidente, Sr. Presidente, acho que já que criou um certo desconforto de responder essa questão, eu não vou aqui constranger ninguém.

Eu fiz uma pergunta que eu considero muito normal, porque existe o momento que você fala, por exemplo, eu aqui estou falando como Senadora. Existirá um momento, se eu for delegada por essa Casa para falar pela Casa, eu estou representando a Casa. São coisas de natureza diferente, não significa em hipótese alguma qualquer desqualificação, com todo o respeito pelos senhores pesquisadores. É uma linguagem que existe na academia. Uma hora você fala representando a instituição, já como algo que está consensuado na instituição, outra hora é o pensamento do pesquisador, altamente normal, aonde se faz ciência.

Todavia não quero criar uma polêmica, não tenho nenhum problema de que possamos ouvir. Aqui tem a FUNAI que representa o Governo, me parece que o Dr. Tassio, que é consultor do Ministério do Meio Ambien-

te. Não é essa a intenção; aliás o Dr. Tassio já está se antecipando e seria muito bom que pudéssemos ouvir a sua apresentação.

Por favor, não vamos aqui distorcer o que está sendo dito, porque tenho todo o respeito pelos pesquisadores, como independentes que produzem sua ciência. Agora, uma coisa é quando eles falam do seu *locus* de pesquisador, outra coisa é pela instituição. A pergunta que fiz foi tão somente essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Senadora Kátia, vou resolver a questão de ordem da seguinte forma: foi preparada uma ordem cronológica que V.Exa. tomou conhecimento e todos tomaram conhecimento, porque ficou disponível. Então, nós vamos seguir essa ordem. Então, nesse momento nós vamos chamar o próximo que é o representante... Já está lá. Então, pode ser. Então... Com a palavra o Sr. Tassio, Tassio Azevedo.

SR. TASSIO AZEVEDO: Bom, queria agradecer primeiro a oportunidade de participar desse debate, acho que é bastante importante.

E... Talvez, de início colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Eu só gostaria, por uma questão de ordem aqui, o seguinte: só vai subir à Tribuna aquele que for chamado, a partir de agora. Certo? Porque é uma irregularidade o orador que não foi chamado subir à Tribuna.

Mas como o senhor já está na Tribuna, já está com o consentimento do que estava inscrito, então, o senhor já vai fazer o seu posicionamento. Mas doravante nós não vamos tolerar.

SR. TASSIO AZEVEDO: Só peço desculpas, porque eu tinha entendido que era para eu vir para cá.

Eu queria de... Primeiro salientar, sim, a posição que a gente apresenta aqui ela tem um viés claro, ela é um viés de quem defende que a gente deva conservar a floresta, porque o Código Florestal é um instrumento de conservação da floresta, não é uma apresentação meramente técnica, ela tem, sim, um viés, e um viés bem definido.

O primeiro... Eu queria começar com uma figura que mostra as florestas no planeta. As florestas, elas equivalem a 4 bilhões de hectares, é 30% da superfície terrestre. Desse total de florestas que a gente tem 1/4, 25%, 1 bilhão de hectares são florestas tropicais.

Embora seja uma parcela menor do total de florestas que a gente tem, elas representam sozinhas mais de 50% do carbono terrestre, de toda a superfície terrestre, e também representa mais de 70% da biodiversidade que nós temos no planeta. Então tem uma importância absolutamente crucial essas áreas florestais.

Também é importante colocar em perspectiva de que florestas, as áreas florestais são a única fonte que nós temos que agrega a produção de material estrutural, de alimento, de remédios e de energia renovável, conjuntamente. Então, ela tem um papel absolutamente importante para a saúde do planeta.

Eu coloquei algumas fotos aqui que ontem eu capturei na internet, que são curiosas, porque a gente podia imaginar que fossem em algum lugar que a gente conheça aqui no Brasil. Essas fotos foram tiradas no final do Século XIX nos Estados Unidos, durante a ocupação do Oeste americano, quando se moveu do Oeste para o Leste.

Nesse processo aconteceu algo que é muito conhecido de nós, do que acontece hoje no Brasil, que aconteceu na Mata Atlântica e hoje acontece no caso da Amazônia, que é um processo absolutamente devastador com relação às florestas, a substituição de florestas para outros usos alternativos do solo, ao mesmo tempo com um processo muito forte de apropriação de bens públicos, num processo que a gente chama aqui de grilagem.

Nessa época, se conhecia muito pouco sobre conservação, aliás, quase nada sobre conservação. Não existia movimento de conservação, não existiam ONGs, não existia nada disso. Mas, nessa época, lá nos Estados Unidos se tomou a decisão de definir o que chamavam reservas florestais.

Eles não sabiam para que essas reservas seriam utilizadas, eles não tinham certeza se estes eram os lugares ideais para fazer essas reservas, mas eles tomaram uma decisão estratégica de autorizar o Poder Executivo naquele momento, de definir áreas que deveriam servir de reserva para o futuro.

E por uma razão muito simples que está expressa na lei que tinha apenas quatro artigos e que dizia que o processo de reservar só poderia acontecer naquele momento, porque depois que a floresta tivesse ido, era irreversível.

Então, muitas vezes a gente toma decisões e as decisões de conservação elas estão muito ligadas a esse processo de que a gente toma ela por precaução. Se nós esperássemos ter certeza da ciência não existiria a Convenção de Mudanças Climáticas. Ela foi aprovada em 92 quando o grau de certeza sobre aquilo que a gente estava falando era próximo de 20%.

Então, essas decisões são muito estratégicas. Durante um processo de aproximadamente 20 anos foi criado todas as áreas de floresta nos Estados Unidos, que existem hoje como florestas nativas. Não existe nenhum pedaço dos Estados Unidos onde você tenha florestas nativas que não tenham sido aquelas que foram reservadas há 100 anos atrás, naquela decisão

que foi tomada, mesmo sem todo o conhecimento que importante.

Esse é o debate que nós estamos tendo hoje. A decisão de se criar um Código Florestal já na década de 30, e depois a evolução dele, durante todos os anos, se ela tivesse esperado a gente ter certeza sobre o conhecimento científico que poderia embasar cada uma dessas decisões, nós não estaríamos aqui conversando sobre a floresta, porque ela não existiria, ela não estaria lá.

Eu coloquei, dividi essa conversa em três pontos bem objetivos. O primeiro, para dialogar com a proposta que foi feita para esse debate, é discutir, fazer uma leitura, talvez um pouco diferente, sobre o trabalho tão importante que os nossos colegas da EMBRAPA, especialmente o trabalho que o Evaristo vem desenvolvendo, sobre o alcance da legislação ambiental e territorial. Segundo, encaixar um pouco isso no desafio do desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, que é o maior desafio da humanidade hoje. E, por fim, uma mensagem muito rápida, a diferença de você reformar um Código Florestal, fazer mais uma mudança nele ou a gente verdadeiramente encarar o debate de uma política florestal brasileira.

Duas perguntas, elas estão na origem desse estudo que está sendo elaborado pela EMBRAPA, embora, acho até interessante a colocação do Dr. Evaristo, de que esse é só um instrumental para a gente poder gerar cenários. Na verdade, quando você lê o material ele claramente tem um viés objetivo, é definir onde vai estar a área de não floresta, não a área de floresta. Então, são duas abordagens bem diferentes.

Então, eu coloquei essas duas perguntas: será que o alcance da legislação ambiental indígena prejudica a economia brasileira? Será que o alcance da legislação ambiental brasileira inviabiliza o crescimento da produção agrícola e pecuária?

Esse quadro resume um dos cenários propostos nesse estudo da EMBRAPA, que é o cenário que de fato trabalha com o que está dito no Código Florestal em relação às reservas legais, aplicando aquilo que está no Código Florestal. E ele propõe que cerca de 70,5% das áreas do Território Nacional, elas seriam áreas que teriam o seu potencial econômico restringido, digamos assim, para ser, talvez, mais leve.

Eu vejo... ao analisar um trabalho, que tem várias coisas muito interessantes, inclusive para formação de cenários. Eu vejo que tem dois problemas de abordagem que a gente, que é importante levar em consideração e que levam a resultados talvez distintos quando você lê os mesmos dados de outra forma.

O primeiro é a definição de área para ocupação econômica. O quê que é que tem uso econômico e o

que não tem? E o segundo é como que a gente estima a reserva legal? Depende da forma como você observa, você tem dados distintos. Sobre a tipologia de destinação de áreas, e seus possíveis usos, a gente, basicamente nesse trabalho ele aponta cinco categorias que estão agrupadas como categorias que há restrição de uso.

A primeira delas são as unidades de conservação de proteção integral, que são aquelas unidades de conservação que você não pode fazer uso direto dos recursos naturais que ali estão. Mas ela também permite alguns usos sustentáveis, por exemplo, turismo, visitação e pesquisa. Só para citar um número, isso representa, no caso do sistema de parques nos Estados Unidos, que tem 1/3 das áreas florestais brasileiras, representa uma receita de aproximadamente 3 bilhões de dólares por ano e o uso intensivo, obviamente, como a agricultura, ele não é permitido nesse tipo de área, isso é uma restrição realmente adequada de ser colocada.

As unidades de conservação de uso sustentável é permitido o manejo dos recursos naturais madeireiros e não madeireiros. E não é pouca coisa. Basta a gente lembrar que no caso da economia florestal brasileira, o ano passado o superávit comercial do setor florestal quando você desagrega, ali dentro do agronegócio brasileiro, ele representou 10 bilhões de dólares de superávit, frente a um superávit total do Brasil, de 24 bilhões de dólares, ou seja, quase que representou sozinho, o superávit feito pelo setor florestal, alguma coisa como 40% do superávit da balança comercial. Então, é uma atividade que tem uma importância econômica salutar.

E no caso do uso, de uso intensivo, é sim permitido em algumas situações. Por exemplo, nas áreas de APAS, que são as áreas de proteção ambiental, são unidades de conservação em que você pode ser atividade agrícola, atividade de uso intensivo. Vale lembrar que elas representam 4% do território, então é uma área relativamente significativa quando você faz esse tipo de contas, dá alguns Estados de Pernambuco, não Sergipe, mas Pernambuco.

Terra indígena é permitido tanto o uso sustentável quanto é permitido o uso intensivo, mas com regras específicas que são de acordo com o definido nas respectivas leis. Em reserva legal é permitido fazer o uso sustentável dessas áreas, não há nenhuma limitação para isso desde que se mantenha a cobertura florestal. E não é permitido uso intensivo, e nas áreas de preservação permanente, como muito bem explicado pelo Gustavo, essas atividades não são permitidas.

Muito bem, então, o que realmente terá restrição de uso econômico? Então, eu tentei colocar nesse

gráfico, do mais escuro para o mais claro, aonde está a maior restrição seguindo para a menor restrição. Quando a gente tenta somar isso dividindo em três grupos, um grupo é aquilo que tem muita restrição, portanto, baixa atividade econômica, um outro grupo é aquele que permite o uso sustentável, portanto permite atividade econômica em escala acontecer nessas áreas, mas com cobertura florestal, e a terceira, com uso intensivo, o gente tem o seguinte quadro. Eu vou passar rapidinho aqui.

Então, nós temos que 22% apenas tem restrições severas de uso econômico, ou seja, só sobram atividades de baixíssimo impacto, em menor escala, como a questão do turismo, visitação e outras. Mas nós temos 78% que sim, permite uso econômico com alta intensidade, embora com suas regras específicas, como é o caso de manter o bioma florestal.

Muito bem, quando a gente olha isso pelos diferentes biomas, é mais importante, porque quando a gente olha pelos diferentes biomas, o que a gente vê aqui em vermelho é a proporção de área que não há limitação, ou seja, é aquelas áreas que pode ter uso intensivo, agricultura, etc., pelos critérios que foram apresentados no próprio trabalho.

Onde apresenta essas restrições maiores? Na Amazônia, mas isso é uma proporção, então é uma área relativamente grande, mas proporcionalmente a Amazônia é uma área relativamente pequena, a gente vê lá em cima e no Pantanal, aonde, na prática, no Pantanal, não há área que poderia ter uso intensivo para agricultura, de acordo com os critérios da legislação ambiental, e isso é correta a afirmação que é feita ao longo do trabalho.

O segundo ponto é uma... Aliás, a palavra está errada, é subestimação da reserva legal, aliás, uma superestimação da reserva legal. São... A gente tem na legislação vários mecanismos de flexibilização ou compensação, que estão disponíveis para que você possa compor a reserva legal. Entre eles está a redução através do zoneamento ecológico econômico, vale lembrar que na Amazônia onde isso se aplica principalmente, nós já temos o zoneamento ecológico econômico terminado, praticamente terminado em Mato Grosso, em Rondônia está terminado e aprovado, no Acre terminado e aprovado, no Amapá ele está quase pronto, em Rondônia... Em Roraima está quase pronto e no Amazonas está quase pronto, ou seja, quase todos os Estados já estão com seus... E o Pará que está fazendo em pedaços, também já está com várias áreas em andamento.

Quando termina o zoneamento, o zoneamento, em todos os casos, ele aponta as regiões, exatamente as regiões que já tem maior utilização do uso da terra,

ele aponta a possibilidade de que, para fins de recuperação, essas áreas sejam mantidas como reserva legal em 50%.

Depois temos compensação de reserva legal em unidades de conservação, que é muito interessante, porque você compensa sua reserva legal em uma unidade de conservação, isso significa que você não aumenta a área, você desconta a área de floresta. Esse é um dispositivo novo, que veio com a aprovação da lei da Mata Atlântica, até então você tinha... Você podia compensar, mas deveria, ainda no futuro, recuperar a sua reserva legal. Muito bem, além da possibilidade da cota de reserva aqueles e outros instrumentos.

Quando a gente faz um cálculo com isso, aplicando, a gente faz alguns exercícios rápidos, a gente infelizmente não teve acesso e esperamos poder no futuro ter essa discussão mais aprofundada tecnicamente com a equipe do Evaristo, nós estimamos que esse valor, ele provavelmente está super estimado, a reserva legal em 20%. [soa a campainha].

Então, se a gente faz um recálculo da reserva legal considerando essa super estimação, a gente aumenta, esse é um dado bem conservador, a área que estaria disponível para uso intensivo, chega a 30% do Território Nacional, a área para uso sustentável, 43% e se mantém os 22% de preservação permanente.

O que significa 35%? 35% significa 300 milhões de hectares; 300 milhões de hectares. Isso é muito? É pouco? É possível a gente expandir a nossa economia sem necessidade de que a gente perca cobertura florestal, que reduza os gases do efeito estufa? Aliás, com frases que a gente... O próprio Ministro Reinhold Stephanes, o Presidente Lula, sempre dizem, nós não precisamos mais abrir nada, não precisamos mais de novas áreas para expansão da nossa atividade agrícola.

Muito bem. A gente foi buscar um pouco o que significa 300 milhões de hectares. 300 milhões de hectares é a maior, é a quarta maior área de uso intensivo do planeta, só fica atrás dos Estados Unidos, da China e da Austrália [soa a campainha]. Mas, interessante, significa 1,5 hectares por habitante no caso brasileiro e, no caso americano, significa 1,3 hectares por habitante, números que permitem a gente comparar o que significa 300 milhões de hectares, é muito.

Nesse quadrinho de baixo, eu fiz questão de utilizar só números que eu pude acessar no site da EMBRAPA, para ter certeza que eu estou usando comparações adequadas.

Então, nós temos uma situação em que 76 milhões de áreas agrícolas hoje no Brasil, que está colocado aqui no canto. Segundo dados que a gente tem também em vários centros da EMBRAPA, eles apontam

que nós últimos dez anos, a agricultura brasileira dobrou de produção, a quantidade produzida e aumentou a área só em 15%.

Então, eu peguei a mesma regra e apliquei ela para o futuro, mas para ser generoso, eu apliquei que seria de 20% a área de agricultura, próximo de 20%. Então nós saímos de 76 milhões de hectares, para daqui 10 anos, 90 milhões de hectares ocupados pela agricultura, dobrando a produção agrícola brasileira. Isso nos dizem, quem trabalha com pesquisa, que é plenamente possível com a capacidade que nós temos instalada no Brasil, inclusive com a própria EMBRAPA.

No caso da pecuária, o que dá conta os números apresentados [soa a campainha] é que você pode aumentar a lotação de pastagens, no Brasil hoje, em média, menos de uma cabeça por hectare, para cerca de 3,8, 3,5 a 4 cabeças por hectare. Então, eu fiz a mesma coisa, multipliquei por dois, dobre a quantidade do nosso rebanho e realoquei eles em 100 milhões de hectares, ou seja, você pode fazer todo processo de dobrar a produção agrícola brasileira e até diminuir a área que a gente ocupa. E é até curioso, que a área que a gente... A diferença seria uma economia de 76 milhões de hectares, que é igual à área agrícola que a gente tem hoje no país.

Então, 300 milhões de hectares é absolutamente tranquilo, folgado, que a gente tem espaço para água, tem espaço para as áreas urbanas, temos espaço para as áreas estradas e temos espaço suficiente para uma agricultura

Ora, se isso tudo é verdade, precisamos considerar quanto a gente tem de floresta. Muito bem, o Brasil tem hoje uma cobertura florestal, quando você conta floresta, mais os ecossistemas associados, de mais de 500 milhões de hectares. Bom, eu disse que 500 milhões de hectares de um lado e disse que 300 milhões de hectares é aquilo que estaria disponível para que a gente pudesse ter o uso intensivo, quer dizer, não florestal, porque o resto deveria ser florestal. Logo, tem 50 milhões de hectares que já estão desmatados e que, na verdade, não deveriam estar desmatados, deveriam estar como floresta, sabendo que isso é suficiente como área, para a gente fazer uma boa gestão territorial no Brasil.

Então, o que me faz acreditar que hoje o que nós precisamos é um esforço enorme para recuperar 50 milhões de hectares, que não deveriam ter sido desmatados, não precisavam ser desmatados e que precisam ser retornados à sua função, como função florestal. E que existe, tranquilo, espaço suficiente para que a gente [interrupção no áudio] possa aumentar as áreas de unidade de conservação e de terras indígenas, sem que isso prejudique o montante de área que

é necessário, que esteja disponível para que a gente tenha atividades intensivas.

Eu queria só dar um exemplo aqui, realmente as fotos são difíceis de ver, eu vou passar rapidamente, vou para os dois minutos finais.

A gente tem um desafio muito grande colocado a nossa frente que vai se materializar em Copenhague, na discussão de clima e que essa Casa tem participado intensamente, tanto aqui quanto a Câmara, e é muito importante entender o que significa as decisões que nós tomamos sobre nossa floresta, sobre o que acontece com o clima do planeta e depois como o clima do planeta afetará a nossa floresta e afetará as nossas vidas.

Essa situação que nós temos hoje, a despeito de uma convenção de clima que foi assinada em 92, com objetivos definidos de reduzir as emissões, o que tem acontecido é que as emissões estão aumentando no planeta. E essas emissões, hoje, já são maiores nos países em desenvolvimento, e aí eu incluo no Brasil, ainda não passamos nesse tema para outra janelinha, já são maiores do que emissão dos países desenvolvidos.

Em 2020 nossas emissões, dos países em desenvolvimento, representarão 80% das emissões globais. Não há maneira da gente pensar uma solução para o clima, sem que a gente tenha um forte compromisso dos países em desenvolvimento e do Brasil, especialmente, como líder nessa área para que a gente possa alterar essa curva.

Essa curva que eu estou apresentando para vocês, talvez o que há, hoje, de mais atual sobre que cenários estamos trabalhando na discussão que se aproxima em Copenhague, o que vocês veem na linha preta é o aumento, é a curva das emissões [soa a campainha] previstas para... De emissões de gases do efeito-estufa equivalente em carbono, somando todas as emissões do plano em gigatons, e a curva em vermelho é aonde precisamos estar se quisermos estabilizar a temperatura em, o aumento de temperatura em até 2 graus, que é o que permite a gente pelo menos conseguir sobreviver.

Significa que nós temos um *gap*, uma diferença entre aquilo que está previsto acontecer com tudo que nós já estamos fazendo hoje, frente ao que precisaria estar sendo as nossas emissões, de 17 gigatons, é isso que temos que diminuir até 2020.

O que são 17 gigatons? É duas vezes e meia o total das emissões do Estados Unidos, que é o maior emissor. Equivale a 7 a 8 vezes as emissões totais brasileiras, esse é o desafio que o planeta tem pela frente.

Recentemente foi feito um estudo mostrando todas as alternativas que existem para redução das emissões, o quanto que elas podem reduzir e qual o custo dessa redução. A boa notícia é que é possível se utilizar todas as oportunidades que estão na mesa, todas elas, de eficiência energética, todas as oportunidades de transição tecnológica, todas as oportunidades relacionadas a mudança de uso do solo, nós somos capazes de chegar aos 17 gigatons, a um custo de até 60 euros por tonelada de carbono, mas é impossível, é impossível, atingir os 17 gigatons se nós não tratarmos o tema de floresta.

Nesses 17 gigatons, cinco gigatons é o que nós podemos fazer reduzindo as emissões de desmatamento e aumentando a recuperação das áreas florestais. Esse é o desafio da humanidade que está colocado para nós quando estamos discutindo esse tema, ele é muito mais amplo.

Por fim, [soa a campainha] e é o meu último, meus últimos dois Slides, eu acho que é muito importante essa perspectiva. A gente pode e a gente já fez isso, a gente sabe fazer isso. Nós podemos ter agricultura se adaptando às condições e limitações territoriais que serão impostas pelas condições ambientais globais a qual nós temos que atender. Agora, o clima e a regulação climática do planeta jamais poderá se adaptar com a perda de florestas e esse é o desafio que está colocado para nós.

Qualquer tentativa que nós fizemos nesse momento de enfraquecer os instrumentos que permitem a conservação e a restauração de florestas no Brasil nos fará andar na contramão da história, num ano absolutamente decisivo para tudo [soa a campainha].

Por fim, e esse é o meu último slide [soa a campainha], a gente tem claramente uma série de temas dentro do Código Florestal que mereceria uma revisão importante, dado o conhecimento técnico que nós agregamos. Acho que a apresentação do Gustavo, ela consolida uma série de informações que vem sendo trabalhadas por muita gente nos últimos anos e que tão brilhantemente você conseguiu consolidar apontando quais são os problemas técnicos.

Mas uma discussão como essa, ela só pode ser feita se nós começarmos a discussão com uma premissa: nós estamos discutindo o Código Florestal para aprimorar o instrumento de conservação das florestas brasileiras, nós não estamos discutindo o Código Florestal para que possa ser mais acessível para a gente ter não floresta. Isso seria um absurdo nessa etapa que nós estamos da história e dos desafios ambientais que a gente está vivendo.

Então, sim, a fazermos uma profunda reflexão e um trabalho assertivo nesse tema, mas para consti-

tuir uma política nacional [interrupção no áudio] [soa a campainha] assim como temos uma política nacional de águas, por exemplo.

É importante, queremos descentralizar a gestão? Ótimo, mas a gente tem que criar governança para isso, tem que criar os movimentos de controle social, será que temos que ter um conselho nacional de florestas, será que temos que ter conselhos estaduais que tenham as suas definições bem regulamentadas? Qual é o regramento? Quais são os instrumentos que vão estar disponíveis? Qual é a nossa meta de cobertura florestal de longo prazo? Esse é o debate que a gente tem que fazer sobre uma reforma do Código Florestal; não é repará-lo, é fazer uma verdadeira política florestal brasileira.

Obrigado.

[palmas].

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO): Sr. Presidente, o Supremo Tribunal Federal está realizando aqui no Brasil o intercâmbio de magistrados do MERCOSUL, com objetivo de possibilitar que magistrados do MERCOSUL conheçam o funcionamento da estrutura da justiça brasileira, e aqui nós temos dois desses magistrados, a Dra. Dora Szafir Slotolow, juíza letrada de primeira instância na área cível de décimo segundo turno, que representa o Uruguai, juíza em Montevidéu, e o Dr. Juan Freddy Gonzales Gonzales, juiz de instrução da província de Vila Serrano na Bolívia.

Eu peço a V.Exa. e aos nossos pares que considerem visitas honrosas ao nosso parlamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Está deferido, nós damos os nossos votos de boas-vindas a Dra. Dora e ao Dr. Juan, em visita à nossa Casa. Esperamos que a participação nesta sessão seja útil, inclusive para formar um juízo de como que funciona o processo legislativo brasileiro. Muito obrigado pela sua presença.

Nós passamos a palavra agora ao Dr. Adalberto Veríssimo, também pesquisador sênior do Instituto do Homem do Meio Ambiente da Amazônia, IMAZON.

SR. ADALBERTO VERÍSSIMO: Obrigado, Sr. Presidente, eu vou ser breve, até porque o meu antecessor, o Dr. Tássio Azevedo, cobriu muito bem a matéria que eu ia abordar, eu vou reforçar alguns pontos.

Primeiro, no exercício, nos cenários feitos pelo Dr. Evaristo de Miranda que eu aliás eu gostaria de ressaltar, que é um material do qual a a gente pode se

debruçar, e, obviamente, como o Dr. Evaristo mesmo colocou, gerar outros cenários, colegas do IPHAM, ontem, em conversa, geraram um cenário parecido com o do Tássio, que na verdade parte de um patamar mínimo de 36% do Brasil, que seriam áreas aptas para uso agropecuário intensivo, todos nós queremos uma agropecuária intensiva e de melhor uso.

Nós estamos falando provavelmente, novamente, de um número que eu gostaria de reforçar, que o Tássio reforçou, na ordem de 3 milhões de quilômetros quadrados, 300 a 310 milhões de hectares para ocupar e para viabilizar a nossa agropecuária, mas uma área extremamente generosa, do qual a gente acredita que a tecnologia que a EMBRAPA vem desenvolvendo pode tranquilamente abrigar nesse território.

Reforçaria também o ponto que o Tássio colocou na necessidade da gente recuperar 50 milhões de hectares e áreas que estão degradadas, nas representações do Dr. Gustavo ele mostrou muito algumas áreas do vale do Paraíba, regiões também do Paraná, absolutamente detonadas, que precisam ser recuperadas, e o estoque restante de floresta que nós temos ser efetivamente conservada.

Há uma expectativa, portanto, de que qualquer discussão que a gente esteja fazendo no Código Florestal, a gente não pode permitir: 1) avançar sobre as áreas de floresta que existem no país; 2) garantir que haja mecanismos para que a gente possa recuperar áreas degradadas que não deveriam ter sido desmatadas.

Eu acho que o princípio de precaução tem sido fundamental no debate da questão da reserva legal.

No caso da Amazônia, eu gostaria de fazer alguns reparos um pouco mais profundos sobre o trabalho, eu acho que como o Tássio mencionou o Senador Flexa Ribeiro do meu Estado, o Estado do Pará aprovou, no governo anterior do Dr. Simão Jatene, um zoneamento que prevê 35% do Estado para a área de consolidação e 65% para a área de conservação.

E o Estado do Pará está realizando o zoneamento. Na região oeste foi delimitado 50% para fins de recomposição da reserva legal. Portanto, a equação de adequação, das preocupações levantadas pelo [ininteligível] estão se dando no âmbito, que eu acho que é o âmbito correto, do zoneamento ecológico-econômico. É lá, e não mexendo genericamente na lei, no Código Florestal que a gente vai resolver e equacionar a nossa conta.

Que eu acho que o Tássio novamente colocou muito bem, é a conta de garantir toda a área de floresta que nós temos, avançar mais 50 milhões de hectares e aí criando novas unidades de conservação, talvez não unidades muito grandes como já foram criadas, mas

unidades de conservação em regiões muito críticas; quando a gente viu o próprio mapa apresentado pela EMBRAPA, a gente via a Amazônia bem protegida, mas os outros biomas, a Mata Atlântica, o Cerrado, os campos sulinos, absolutamente desprotegidos de áreas protegidas.

Então, eu acho fundamental e quero encerrar que há uma expectativa de que o Brasil seja a vanguarda na discussão de mudanças climáticas. O Brasil tem o ativo fundamental, que são as florestas, e a biodiversidade, e tem também uma agricultura que é exemplar no mundo e eu sou engenheiro agrônomo, acho que a agricultura brasileira, tem dizer, nós podemos fazer uma agricultura de qualidade, de ponta no país, sem avançar um centímetro sobre as florestas, inclusive recuperando áreas de florestas que foram desmatadas no passado, esse deve ser o nosso paradigma, esse deve ser o espírito pelo qual a gente tem que abrir essa discussão e trazer a ciência, que tem também têm visões muito diferentes, não só as representadas aqui nessa mesa.

Então, eu acho que é o ponto de partida, mas a gente não pode dar um passo atrás, a gente não pode retroceder, nós temos que garantir o patrimônio florestal e assegurar um futuro para o país e para a humanidade, que tem no Brasil a grande potência ambiental e florestal do planeta.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB – MS): Nós anunciamos agora a intervenção da Dra. Samanta Pineda, advogada socioambiental.

SRA. SAMANTA PINEDA: Bom dia a todos. Eu, na verdade, até esperava ter ficado por último, por uma questão de que todos aqui que estão falando são técnicos e eu sou advogada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB – MS): É por isso mesmo, para intercalar.

SRA. SAMANTA PINEDA: [risos] Então agradeço Sr. Presidente e agradeço a oportunidade de estar aqui.

Eu sou advogada, sou especialista em direito socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, eu sou consultora da Frente Parlamentar Da Agropecuária para Assuntos Ambientais.

O que nós estamos discutindo muito lá na frente parlamentar é exatamente isso que os técnicos acabaram de colocar aqui: como fazer uma agricultura sustentável, como fazer uma agricultura que cuide do meio ambiente, mas fazê-la. Porque infelizmente hoje, com a legislação que nós temos, não conseguimos fazê-la. E isso não é um discurso vazio.

No Paraná, nós conseguimos reunir mais de 20 mil agricultores pedindo mudanças na legislação ambiental. Então, se é realmente o fim que nós queremos, é igual, veio aqui o Tássio que muito bem colocou, nós precisamos proteger, como que nós vamos fazer isso? É para ter floresta, então, vamos colocar as florestas aonde elas devem estar, a nossa legislação hoje, ela não contempla absolutamente nenhuma peculiaridade, simplesmente APP tem que ser de 30 metros para determinar o tamanho de rio.

Foi demonstrado aqui pelos técnicos se são, estão falando pela EMBRAPA ou se estão falando por eles eu não questiono, porque eu acho que são extremamente competentes, conhecedores do que vem colocar, eles vem dizer que isso não é critério plausível, não é critério efetivo para se proteger meio ambiente; como é que eu vou colocar num país de 8 milhões de hectares, de 8 milhões de quilômetros quadrados um critério de proteção de beira de rio igualzinho lá para o Sul e lá para o Norte?

Quer dizer, a legislação ambiental foi boa, realmente, ela foi um avanço, nós temos uma Constituição que trouxe a legislação ambiental para a discussão constitucional, tem um capítulo dedicado ao meio ambiente, isso, sem dúvida, é um avanço.

Agora, nós não podemos continuar com a resistência que existe de alguns ambientalistas em mudar a legislação ambiental. É preciso que ela avance, isso não quer dizer que a gente vai avançar sobre a mata como alguns querem falar. Isso quer dizer que nós vamos fazer a proteção com base em fundamentos técnicos e científicos, vamos discutir de fato uma política ambiental para o país.

A lei de política ambiental brasileira que é de 1981, infelizmente está ultrapassada, ela precisa ser rediscutida. Então, a proposta da Frente Parlamentar Agropecuária que em conjunto com as entidades, com a CNA e com todos os setores que queiram vir para a discussão, e convidamos aí os ambientalistas para discutir conosco, a nossa proposta é fazer um código ambiental brasileiro, e não só a mudança do Código Florestal.

Vamos mexer nos paradigmas, nós somos bons nisso, porque a gente tem como dogma APP e reserva legal? Isso é criação de lei, isso não é criação técnica, a gente pode rediscutir esses institutos, criando proteção de áreas frágeis, aí nós vamos considerar o solo, nós vamos considerar qual é o bem que está sendo protegido e qual é a ferramenta adequada para proteger esse bem, com base em fundamentação técnica e científica.

Nós temos universidades, instituições de ensino superior, instituições de pesquisa no país que não são

ouvidas na hora de se fazer a legislação e a gente comete pecados como esse. APP hoje, se fala mexer em conceitos de APP é uma heresia, mas isso foi criado por lei e lei não muda fragilidade de solo, não muda declividade, proteger topo de morro, estamos protegendo uma coisa que não existe definição técnica.

Ou seja, a Lei de fato estava inadequada. A lei precisa ser revista e ela precisa partir de uma mudança profunda.

Infelizmente, hoje, o agricultor precisa de uma, um remédio muito rápido, porque o conceito de reserva legal que foi aí sedimentado durante todos esses anos, ele está para acontecer no momento agora em dezembro, que esse Decreto 6.514 que depois foi modificado pelo 6.686, vem exigir do agricultor, do produtor rural, que averbe a sua reserva legal até dezembro desse ano.

Agora, cá entre nós, com tudo que ouvimos aqui, é de fato efetivo para a proteção ambiental que cada propriedade tenha um fragmento isolado de floresta? A gente tem que ter coragem de questionar e dizer: "Não, reserva legal é um instituto ultrapassado"; nós partimos de uma incerteza técnica e nós estamos agora avançando nos estudos ambientais e podemos dizer que esses institutos que nós criamos e que hoje são a base da defesa ambiental precisam ser modificados.

Então, vamos esquecer reserva legal e propriedade e comunidade de planejamento da nossa política ambiental e vamos falar em bioma, vamos falar em bacia, a política de recursos hídricos, nacional de recursos hídricos está muito avançada, a gente pode fazer uma política nacional de florestas, mas uma política nacional de meio ambiente que atenda a história do país.

Tudo aquilo que foi mostrado aqui pelo professor Evaristo que existe de café em Minas Gerais, de vinho no Rio Grande do Sul, de arroz, não dá para ignorar. É impossível a gente querer fazer uma política ambiental com base em ideologia nós precisamos nos basear em técnica para que essa política funcione.

Então, a proposta da Frente Parlamentar hoje é trazer um projeto de código ambiental brasileiro que comece definindo uma política ambiental brasileira séria, com objetivos claros, calcada na ciência e na sustentabilidade, ou seja, vamos falar de meio ambiente, vamos falar de sociedade, vamos falar de economia, juntos não dá para dissociar, porque onde tem fome não há preservação; o sujeito que tem um filho com fome em casa não pensa duas vezes em derrubar uma árvore e a gente precisa dar para ele uma situação de sustentabilidade.

O Dr. Tassio citou aqui os parques dos Estados Unidos, concordo plenamente, realmente eles geram muita receita, mas a infraestrutura que é permitida se

colocar dentro desses parques nos Estados Unidos, não é aqui no Brasil, nós não conseguimos fazer nada dentro das unidades de conservação para dar a elas uma sustentabilidade econômica, nem que seja turismo ecológico. Eu não consigo abrir uma trilha num parque hoje, mesmo que tenha sido só decretado e não tenha havido a regularização fundiária, como aconteceu só em 10% das unidades de conservação criadas, federais, criadas até hoje.

Então, é preciso repensar. A proposta é definir a política ambiental, definir os seus objetivos, as suas diretrizes, definir quais são os bens que nós pretendemos proteger ambientalmente, e aí nós incluímos a sociedade humana como o primeiro bem, com água, com solo, com biodiversidade, mas a sociedade como organização e como parte da natureza.

Quais são as ferramentas que nós precisamos para proteger esses bens? Nós precisamos ter uma idéia de remuneração por serviço ambiental, porque enquanto a floresta derrubada valer mais que a floresta em pé, vão derrubar; nós vivemos num país capitalista. Precisamos rever os nossos conceitos de consumo, precisamos rever a nossa forma de sobrevivência, mas precisamos encarar a realidade e não ser utópicos de acreditar que nós vamos preservar o meio ambiente por bom samaritanos que somos.

Remuneração por serviços ambientais, um licenciamento ambiental justo, adequado, empreendimentos internacionais que vem se instalar no Brasil não conseguem, em muito que vem aqui, tentar os licenciamentos ambientais, acabam desistindo de instalar os empreendimentos, porque a burocracia é muita.

Então, a lei está, de fato, inadequada. E essa proposta que a frente parlamentar quer discutir, vem aqui convidar os ambientalistas para compor conosco e para de fato fazer uma política ambiental que baseada na lei que foi feita com fundamento científico, consiga conciliar produção e conservação ambiental.

Era isso, obrigada, Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Nós é que agradecemos já que foi concisa e objetiva.

O próximo é o senhor Carlos Alberto Ricardo, coordenador do programa Rio Negro do Instituto Socioambiental, ISA.

SR. CARLOS ALBERTO RICARDO: Bom dia, agradeço ao convite Sr. Presidente e eu começo dizendo que não vou fazer a apresentação que havia planejado inicialmente, vou apenas mostrar aos senhores o estudo que o ISA acaba de publicar junto com uma rede de instituições públicas de pesquisa e organizações da sociedade civil dos nove países

da Amazônia, é um estudo sobre áreas protegidas e territórios indígenas em toda a bacia amazônica e eu entrego simbolicamente ao Presidente da sessão uma cópia e, na próxima semana, o ISA estará encaminhando aos gabinetes de todos os senadores uma cópia desse estudo. Eu vou recuperar apenas um aspecto dele para os objetivos desse debate.

Primeiro, eu queria dizer que de acordo com a inspiração geral das pessoas que falaram hoje aqui nessa mesa, eu acho que a nossa pergunta fundamental não deveria ser especificamente a pergunta que, pelo que eu entendi, originou o estudo da EMBRAPA aqui apresentado, que foi de perguntar que áreas estão disponíveis para a expansão da agricultura.

Eu acho que a questão de fundo é a questão de um projeto para o Brasil e eu não vejo nenhuma possibilidade da gente responder essa questão sem passar por uma discussão séria sobre um projeto para o Brasil, do qual nós estamos absolutamente carentes. Eu me lembro, como geração, que a última vez que essa sociedade se empenhou numa discussão fecunda e efetiva sobre o Brasil com resultados práticos a nível legal foi durante a elaboração da Constituição de 1988, e de lá para cá há uma brutal fragmentação da conversa política sem que a gente consiga uma urdidura consistente e representativa para discutir um projeto para o Brasil de desenvolvimento sustentável.

Não há parâmetros para equacionar as divergências de interesse entre as partes e não é possível pensar apenas no setor da agricultura, da agropecuária e de nenhum setor que não esteja disposto a compartilhar uma discussão estratégica, eu acho que essa Casa tem como missão abrir espaço para isso, e eu sugiro que esse seminário se estenda com um âmbito um pouco maior, para o que Brasil não navegue na contramão da história e execute a sua missão e assuma suas responsabilidades sociais diferenciais no panorama da América do Sul e do planeta.

E se a pergunta de fato é essa mais ampla, eu lembro que o Brasil está patinando nessa, nessa como em outras discussões estratégicas. O Brasil é grande, mas o mundo é pequeno, a terra não vai nada bem nesse começo de século e há hoje uma insustentabilidade aguda dos padrões globais de produção e distribuição, o consumo de energia necessária à vida humana, ameaçada pelas mudanças climáticas.

O Brasil é dos poucos países que ainda tem viabilidade do ponto de vista da sua base de recursos e ostenta uma população extremamente diversa com mais de 220 povos indígenas, várias categorias sociais, diversificadas culturalmente e um amplo mosaico de paisagens únicas e com grande expressão florestal.

Mas o Brasil insiste em serrar o galho em que estamos sentados, protelando decisões estratégicas que direcionem o país no rumo do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade socioambiental. Não existe uma dimensão ambiental do crescimento econômico, do desenvolvimento social, do progresso em geral. Ambiente é o nome da coisa toda, do problema inteiro e portanto o Brasil deveria encarar isso como um projeto de país e de nação.

Eu queria, sendo bastante breve, então, mencionar, acrescentar a esse debate algumas informações. Primeiro, que eu acho que também é impossível tratar dessas questões nesse momento da vida do país sem correlacioná-las com o Processo Eleitoral das eleições majoritárias, que já está na rua e que torna o ambiente bastante complexo para que essa discussão seja travada com tranquilidade e com resultado político.

Sobre isso, eu quero registrar a publicação, hoje, pela Folha de São Paulo, de uma pesquisa encomendada pela organização da sociedade civil chamada Amigos da Terra, que mostra que a população brasileira está atenta e a quase totalidade da população brasileira está em favor de uma política de desmatamento zero e aponta que os brasileiros são quase unânimes em querer parar o desmatamento, mesmo que isso signifique abrir mão de mais produção agropecuária e ainda pretende punir no voto os políticos que se desataquem por defendê-lo.

Eu não vou ler essa matéria, a matéria é uma matéria grande, quero incorporá-la ao repertório desse debate.

Finalmente, eu queria terminar dizendo que o Brasil, nós devastamos mais da metade do nosso país acreditando que era preciso deixar a natureza para entrar na história; pois eis que agora que esta, com a sua costureira predileção pela ironia, exige-nos como passaporte justamente a natureza. O Brasil tem um papel diferenciado no plano internacional, está patinando, corre o risco de navegar na contramão da história e não é possível debater isso sem recordar e fazer um certo paralelo com a arrastada polêmica sobre a abolição da escravidão no Brasil, durante o Século XIX.

A abolição da escravidão foi um processo prolongado, o tráfico e o negócio da escravidão era extremamente lucrativo, mas foi proibido por questões também morais, o Brasil foi recordista na importação de escravos e foi o último país das Américas a abolir a escravidão. Só em 1888; o Haiti aboliu a escravidão em 1804.

Eu queria lembrar que o Relatório Stern, que trata das mudanças climáticas e dos efeitos sobre a economia foi publicado em 2006; eu espero que o Brasil não perca tanto tempo como no caso da escravidão,

para ficar na contramão da história, sugiro que a gente “pense no Haiti, reze pelo Haiti, o Haiti é aqui, o Haiti não é aqui”. Obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Agradecemos a agilidade do Sr. Carlos Alberto, nós passamos agora ao próximo expositor, que é o Excelentíssimo Sr. Ministro Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça.

SR. MINISTRO ANTÔNIO HERMAN BENJAMIN: Presidente, eu queria agradecer o convite que me foi feito e o faço nas pessoas da eminente Senadora Marina Silva e Kátia Abreu, que organizaram esta importante reunião de hoje.

Eu fiquei em dúvida qual seria o sentido da minha presença hoje aqui, Senador Mercadante, o que os Srs. e Sras. senadores esperariam hoje de um juiz, que tipo de relatório e contribuição eu poderia fazer na data hoje.

E acredito que as observações que as Sras. Senadoras e Senadores esperam, não são tanto em relação a jurisprudência do direito brasileiro, que isso está nos repertórios e que todos esses acórdãos estão, Senador Valter Pereira, disponíveis na Internet.

Imagino que seria muito mais algumas observações a título geral, no sentido de contribuir para esse debate que vem há bastante tempo desde a época do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que era Ministro o Deputado, hoje Deputado, Sarney Filho.

E é nesse sentido que eu gostaria de expor e me explique aqui, por favor, como eu passo as transparências.

Eu queria começar com um olhar de fora e de alguém hoje que está há quase três anos, Senador Tassio Jereissati, um olhar de fora sobre esse processo legislativo, como que nós, especialmente o juiz, que estão aplicando a Medida Provisória e o Código Florestal veem o processo como está posto hoje, especialmente eu, porque eu e não tenho a legitimidade para falar em nome de todos o judiciário brasileiro.

A primeira pergunta é se nós temos efetivamente um debate. Porque para o juiz é muito fácil, Senador Agripino, há um litígio, uma parte traz os seus especialistas, os seus peritos, a outra parte trás os especialistas e o juiz nomeia um perito da sua confiança, e aqui nesse debate nesses anos todos, a dificuldade é separar realmente o que é conhecimento científico, o que é conhecimento científico produzido, da maneira espontânea nos laboratórios e aquilo que às vezes é “conhecimento científico”, entre aspas, mas é encomendado por pesquisas, por consultorias, de toda a natureza.

O segundo aspecto que eu gostaria de ressaltar é que aqui nesses anos todos e eu fui parte desse processo, nesses anos todos nós temos nos concentrados nas nossas divergências e esquecendo as enormes convergências que há entre o setor rural brasileiro, e vejo vários representantes das federações estaduais aqui, e aqueles que estão lá para defender as terras, como se também os ruralistas não defendessem suas florestas, a qualidade das águas, as suas matas ciliares.

E essa confusão toda faz com que imaginemos que o conflito que está posto aqui é em relação a totalidade do Código Florestal quando, a meu juízo, não é.

Por exemplo, a própria Senadora Kátia Abreu, que hoje além de ter enorme liderança nessa casa preside a Confederação Nacional da Agricultura, já disse por inúmeras vezes, a mim pessoalmente, que desmatamento não.

Então a divergência não é em relação às partes do Código Florestal que proíbem e coíbem, limitam, restringem, organizam o desmatamento, mas em outro setor, no que tange ao passivo que está aí posto, e que, portanto, vamos localizar muito bem essas divergências.

Um outro aspecto é que o Código Florestal tem sido utilizado, nesta Casa, mas na Câmara dos Deputados e também nos debates no âmbito do Executivo e por vezes até no Judiciário, como desaguadouro para todo tipo de reivindicação de vários setores e não apenas do agronegócio brasileiro.

No tema das áreas de preservação permanente, por exemplo, quem construiu mansões ilegalmente, Senador Mercadante, no nosso Estado, no meu Estado por adoração, eu sou paraibano por nascimento, tenho essa graça de ter uma dupla filiação. Em Campos do Jordão, nas ribanceiras e nos penhascos de Campos do Jordão, estes estão buscando alterar o Código Florestal para legalizar as mansões que estão lá construídas.

É isso que queremos debater aqui? Diante da bancada dos brasileiros que representam o setor rural? Reduzir as áreas de preservação permanente para legalizar empreendimentos imobiliários? Então, vejam que acaba sendo o debate, aspas, “contaminado” por temas que não estão relacionados com agronegócio no nosso país.

Terceiro, há muita desconfiança sobre os dados científicos produzidos. E eu digo, para o Juiz é fácil; quando eu era do Ministério Público de São Paulo, houve um estudo coordenado pelo professor Evaristo no que tange às queimadas da palha da cana. Os representantes de São Paulo sabem que esse é um

grande problema que está sendo resolvido no nosso Estado.

Muito bem, esse estudo científico do professor Evaristo dizia, comparando números e vejam como números não mentem, mas a interpretação pode levar muitas vezes a equívocos. Comparando a mortalidade e os dados de saúde pública de várias cidades do Estado, chegou a conclusão que o ar de Ribeirão Preto na época da queimada, das grandes queimadas da palha da cana era melhor do que na instância climática de Atibaia.

E este relatório foi utilizado em todas as ações civis públicas pelos usineiros, até que caiu no descrédito e levou os usineiros de bom senso a propor simplesmente a extinção ou acabar com as queimadas. Então, é importante que nós resgatemos a credibilidade e sempre ter em mente quando alguém faz uma pesquisa, porque foi contratado – não é o caso aqui, não estou dizendo que é o caso – quando fala em nome da instituição ou quando fala em nome próprio, ou quando fala em nome de uma entidade, como essa ECOFORÇA, que coordenou esse estudo lá em São Paulo, que causou grandes estragos na saúde dos paulistas de várias cidades... De São Paulo.

E, finalmente, não vamos esquecer dos implementadores. A lei, ela precisa ser clara, ela não pode criar dificuldades para nós juízes, ela não pode criar dificuldades para os implementadores. E aqui eu acompanhei com muito gosto a apresentação do técnico da EMBRAPA Floresta sobre APPs, em que fala de profundidade, fala de textura; agora imaginem um Juiz, em cada uma das áreas de preservação permanente exigindo uma perícia para calcular a profundidade e a textura.

Uma das técnicas utilizadas pelo parlamento, isso é feito todos os dias aqui, são os cortes temáticos, que permitem que a legislação seja promulgada e aplicar, querem um exemplo, só para lembrar? O corte temático dos 18 anos para a maioria penal. “Por que 18 anos?” Porque alguém que matou a sangue frio, às vésperas do seu aniversário, torturou, barbarizou 10 pessoas, uma família inteira uma chacina e não vai para a cadeia? Não vai para a cadeia, porque o parlamento chegou a conclusão de que não haveria a hipótese, possibilidade de tecnicamente examinar cada circunstância individual, porque isso inviabilizaria a implementação da lei.

Então, o Código Florestal não está inovando quando diz o que piso das áreas de preservação permanente é X. Pode estar errado? Pode e se o parlamento mudar nós juízes cumprimos, mas não vamos dizer que a técnica do Código Florestal inova em relação ao ordenamento jurídico brasileiro.

Imaginem esse mesmo argumento no campo da reforma agrária. No Judiciário, todos os dias nós aplicamos e indenizamos, porque a Constituição assim determina e garante ao proprietário rural que é desapropriado pelo INCRA, não é com base na qualidade específica da sua terra.

Algun proprietário rural gostaria de fazer e produzir essas perícias, “A minha terra só tem pedra”. É pela média geral e isso é técnica legislativa e técnica também do Judiciário.

Para terminar, o norte que me parece que é possível e eu vejo nessa Casa, no Senado a força e a vontade política de resolver esse impasse que inclusive nós juízes acabamos envolvidos indiretamente [soa a campanha].

Se me permite dois minutos, Senador Presidente.

Primeiro a purificação temática. Vamos deixar nesse debate aquilo que é efetivamente o que importa e está já agenda do agronegócio brasileiro, só isso, as outras questões serão tratadas nas leis específicas.

Por exemplo, na Câmara dos Deputados há um projeto de lei do parcelamento do solo urbano, já aprovada numa Comissão Especial em vias de vir para esta casa, que cuida das APPs e de outros temas ambientais no que tange a área urbanística, porque contaminar esse debate hoje no Código Florestal com esta matéria.

Separar o passado do futuro. Repito as palavras *ipsis litteris* da Senadora Kátia Abreu: não se trata de desmatamento, o tema não é novo desmatamento, isso precisa ficar muito bem claro, porque já aproxima as partes.

Terceiro, um tratamento diferenciado para os pequenos. É do direito que a isonomia olha para quem é grande, para quem é médio e para quem é pequeno. Eu não posso exigir de um proprietário rural que tem 50 hectares o mesmo tratamento daquele que tem 100 mil hectares, que tem acesso fácil aos financiamentos bancários e assistência técnica necessária para regularizar a sua propriedade.

Mas também um tratamento diferenciado para as cooperativas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e outros Estados tem um sistema forte, vibrante de pequenos proprietários que estão organizados em cooperativa. Essas cooperativas são baseadas na solidariedade, vamos aproveitar essa solidariedade em benefício do meio ambiente para buscar regularizar os problemas ambientais que lá estejam [soa a campanha].

E, finalmente, buscar um tratamento casuístico não, no sentido de arbitrário, mas tópico, claro também, para que a chamadas, que eu denomino, não é

linguagem técnica, perdão os colegas da EMBRAPA, denomino de culturas topográficas; culturas topográficas, a meu juízo e eu usei isso num acórdão, culturas topográficas são aquelas que dependem necessariamente de certas características topográficas do terreno, altitude, inclinação. Agora não dá para sair com um instrumental medindo a profundidade, porque isso inviabiliza a aplicação da própria lei.

E a última palavra reduzir os custos da legalização. Há muito proprietário rural, eu já estive em vários Estados da Amazônia, estive na minha Paraíba várias vezes no Rio Grande do Norte do Senador Agripino Maia, em todo o país eu viajo e há muitos proprietários que querem se regularizar, mas não tem condições de assumir os custos cartorários, os custos técnicos para esta regularização e acho que é papel do legislativo, e do judiciário quando for possível viabilizar esta regularização da forma mais fácil possível.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Nós agradecemos ao eminente Ministro Hermann pela objetividade de sua exposição.

O último expositor é senhor Márcio Meira, Presidente da Fundação Nacional do Índio, FUNAI. Enquanto ele assume a tribuna, eu gostaria de registrar aqui as escusas do Senador Flávio Arns, Presidente da Comissão de Educação que tem uma audiência neste órgão técnico e por isso teve que ausentar-se, mas ele já requisitou todo o material produzido aqui com as exposições, com as transparências para que aqueles que compõem a sua Comissão também possam acompanhar a evolução desse trabalho que nós estamos produzindo hoje. Com a palavra... Sr. Márcio Meira.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador Demóstenes Torres.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM – GO): Apenas para dizer que vamos tomar o mesmo procedimento do Senador Flávio Arns. Ou seja, a Comissão de Constituição e Justiça, a partir da última exposição, volta para a pauta de hoje liberando, claro os membros que desejam ficar aqui até o final, ao final nós pegaremos todo o material que foi produzido, distribuiremos a todos os senadores que compõe a Comissão de Constituição e Justiça e a partir do meio dia, então, peço a V.Exa. que não considere mais formalmente para que a participação da Comissão de Constituição e Justiça para que nós possamos abrir regularmente a nossa sessão.

E deixando claro aos senhores senadores que vou votar as matérias consensuais não polêmicas; se houver o quórum adequado nós podemos partir para aquelas discussões mais polêmicas, caso contrário votaremos as matérias de consenso entre governo e oposição.

Aproveito apenas para deixar uma exortação, uma provocação ao debate que deve se estender, quanto às competências, eu subscrevo aqui praticamente tudo que disse o Ministro Hermann Benjamin, a quem conheço há muito tempo, um lutador pela causa ambiental e há muitas discussões, naturalmente, lado a lado, que nós temos que considerar.

Acho que é inevitável a atualização do Código, sem sombra de dúvida, mas a questão da competência, hoje nós temos superposição de competência, especialmente para licenciamento ambiental, o que acaba gerando um atrito, falso, na minha opinião, entre produtores e ambientalistas, porque todos têm que ser ambientalistas e todos tem que ser a favor do progresso do país.

Então, como é que nós vamos conciliar isso? A medida que nós estabelecermos, convenientemente, qual é a competência dos municípios, qual é a competência dos estados e qual é a competência da União.

Se continuarmos com essa sobreposição, ou essa superposição de competência, certamente não vamos contribuir muito para que o debate possa avançar.

Com essa consideração, Sr. Presidente, peço desculpas por ter feito agora ainda durante os debates, mas peço a V.Exa., assistirei o último expositor, para que considere a partir do final da exposição que a CCJ não mais participa formalmente, para que nós possamos abrir a nossa reunião a partir de então.

Muito obrigado a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): A Mesa compreende as razões arguidas por V.Exa. e levará na devida consideração, da mesma forma que o fez em relação ao Presidente da Comissão de Educação.

Com a palavra o Sr. Márcio Meira.

SR. MÁRCIO MEIRA: Obrigado Senador Valter Pereira, queria agradecer o convite feito à FUNAI, para participar deste debate aqui no Senado, parabenizando as Senadoras Kátia Abreu e a Senadora Marina Silva por essa iniciativa, que considero muito importante e que acho que deve ser continuada, inclusive, e ampliada, com convite a outras instituições científicas, técnicos, que possam contribuir para esse debate que é crucial, não só para a questão da agricultura, do desenvolvimento da agricultura, da pecuária, no Brasil, mas crucial para o Brasil como um todo,

em termos da sua sociedade, da sua necessidade de desenvolvimento.

Eu aqui vou me ater explicitamente a contribuição que tem as terras indígenas nesse debate e vou aqui ser bem breve, na medida em que eu... Parte do que eu ia expor já considero parcialmente realizado pela apresentação do Tassio quando fez aquela apresentação geral sobre a configuração do mapa de áreas protegidas no Brasil e vou me ater aqui explicitamente às terras indígenas.

No caso das terras indígenas a legislação brasileira, ela é muito clara e específica, destacando as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, do mercado imobiliário ou do mercado de terras do Brasil. As terras indígenas são aquelas que são de usufruto exclusivo dos povos indígenas, são de propriedade da União e constituem um direito originário, ou seja, um direito anterior ao direito.

Portanto, quando o estado brasileiro identifica uma terra indígena, ele apenas reconhece que aquela terra é tradicionalmente ocupada pelos índios, conforme os seus usos, costumes e tradições, conforme estabelecido no art. 231 e no art. 232 da Constituição Federal.

Hoje as terras indígenas brasileiras constituem aproximadamente 13% do território nacional, elas estão ali contidas naquela... Na apresentação do técnico da EMBRAPA e também na apresentação do Tassio, dentro daquelas áreas protegidas e elas têm esse estatuto particular que não são apenas terras de proteção ambiental, elas são, sobretudo, terras de direito originário dos povos indígenas, portanto, de proteção também do patrimônio cultural brasileiro constituído principalmente pelos 225 povos indígenas que vivem no Brasil, que são de enorme diversidade cultural e étnica.

E o Brasil é um dos países que tem a maior ou uma das maiores diversidades linguísticas e étnicas do planeta e que tem na sua ordem constitucional a obrigação de proteger, promover esses povos, essas culturas e as suas terras tradicionalmente ocupadas.

Então, nesse sentido, o que nós observamos nos últimos anos, nas décadas, inclusive, desse período republicano brasileiro, principalmente, é que as terras indígenas reconhecidas pelo Estado brasileiro, que sempre tiveram como foco principal a proteção dos povos indígenas e continuam tendo esse foco, elas também, sobretudo nos últimos anos, com o avanço do processo de desmatamento ocorrido na Região Amazônica, principalmente no bioma amazônico.

E também com os fenômenos climáticos que estão ocorrendo cada vez mais no planeta, as terras indígenas brasileiras tem se constituído um enorme contributo do país, do Brasil, e esse contributo nós devemos principalmente aos próprios povos indígenas,

de proteção de partes extremamente importantes do bioma amazônico e também de outros biomas e no caso, sobretudo do bioma amazônico, de partes da Amazônia extremamente singulares do ponto de vista da biodiversidade e dos recursos florestais.

Portanto, há aí nesses, aproximadamente, como eu disse, 13% do território nacional, uma contribuição imensa do Brasil, e uma contribuição imensa dos povos indígenas do Brasil, e aqui eu aproveito para cumprimentar os caciques xavantes que estão presentes no Senado hoje, assistindo a nossa sessão, lá do Mato Grosso, Cacique Aniceto, que está ali participando deste debate, como testemunha a proteção que tem também outros biomas, como por exemplo, o Cerrado, como por exemplo o Pantanal, como por exemplo a Mata Atlântica e que muitas pequenas áreas de Mata Atlântica no Brasil foram protegidas e estão protegidas por conta da presença, por exemplo dos Guarani ou de outros povos indígenas dessa região.

Portanto, do nosso ponto de vista, do ponto de vista do Estado brasileiro, do órgão indigenista brasileiro que é responsável pela proteção dos povos indígenas e das suas terras, que são de propriedade da União e inclusive com o aval agora mais fortalecido ainda nesse... Nessa compreensão e nessa função política que tem a Fundação Nacional do Índio, pela decisão recentemente tomada pelo Supremo Tribunal Federal em relação a correção da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, nós temos a convicção que as terras indígenas tem uma contribuição realmente muito importante, significativa para essa parte do território nacional que é destacada, no bom sentido, para a proteção.

Mas eu queria, antes de concluir, Senador Valtter Pereira, senadores, senadoras, ousar dizer que eu acho que esse debate, ele diz respeito ao que nós queremos para o nosso planeta, na verdade. Quer dizer, o Beto Ricardo falou aqui, o que nós queremos para o Brasil, um projeto de Brasil, eu creio que esse debate, ele é tão importante, Senadora Kátia Abreu, Senadora Marina Silva, que merece continuidade e amplitude científica, técnica, política, inclusive debatendo com os indígenas, que tem uma enorme contribuição, porque viveram e vivem no Brasil há 15 mil anos e nunca destruíram as florestas, portanto tem um conhecimento extremamente sofisticado de como produzir agricultura na floresta sem destruir e que muito desse conhecimento foi aprendido pelos brasileiros como um todo, nesses 500 anos.

Eu creio que o grande desafio que temos a discutir e aí foi mostrado o exemplo dos Estados Unidos é... Se existe a possibilidade, hoje, de um grande país do mundo oferecer à humanidade, a possibilidade, de

promoção do desenvolvimento econômico, agrícola, da pecuária, o desenvolvimento industrial, enfim, o crescimento econômico, com o cuidado necessário, às florestas, aos biomas, sem destruí-los, é o Brasil.

Ou seja, o grande desafio que o mundo tem hoje para o cuidado do seu meio ambiente, inclusive com a preocupação do aquecimento global que se dá hoje, o Brasil é um ator fundamental, porque ele ainda é um dos pouquíssimos países de grande porte no mundo que pode dizer para o mundo que o que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos no Século XIX, o que aconteceu na Europa ao longo de tantos séculos, o que tem acontecido na Ásia, na China, nós do Brasil podemos dizer ao mundo que: "Não, é possível sim, no Brasil acontecer diferente", acontecer de uma forma em que as florestas sejam preservadas para os nossos netos, bisnetos e nós possamos também promover o desenvolvimento.

E eu creio que nesse aspecto, Senador Valter Pereira, de forma muito, obviamente de muito... Com muita humildade, eu creio que os povos indígenas podem dar um ensinamento muito grande à sociedade brasileira de como isso pode ser possível, pelo exemplo, pela preocupação pelas referências culturais que eles têm em relação, ao respeito que eles tem às florestas e ao meio ambiente.

Portanto concluo dizendo que a FUNAI, a instituição indigenista brasileira, e tenho certeza, os povos indígenas brasileiros, tem interesse em participar de um debate como esse para contribuir para que a gente possa mostrar para o mundo que o Brasil pode sim mudar a história e deixar um legado para a humanidade de que é possível o desenvolvimento com a proteção do meio ambiente, com a proteção das florestas.

Então, essa era a mensagem que eu queria trazer, pedindo, agradecendo mais uma vez e pedindo desculpas pela chegada um pouco atrasado, porque eu estou hoje presidindo a Comissão Nacional de Política Indigenista, em reunião ordinária, e por isso tive que me ausentar de lá rapidamente, para vir aqui, mas não deixei de vir exatamente, porque considero esse debate muito importante no Senado Federal brasileiro.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Nós agradecemos a intervenção do senhor Márcio Meira, Presidente da FUNAI e registramos aqui a presença dos dois caciques lá do Mato Grosso que estão presentes nessa Sessão, em nome dos quais homenageamos todas as etnias que tanto contribuíram para o país, não só na preservação das florestas, mas na preservação da integridade territorial.

A seguir nós vamos passar para os debates, tendo prioridade a Senadora Kátia Abreu, autora do

requerimento desta Sessão. Senadora Kátia Abreu com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Obrigada, Sr. Presidente, eu gostaria dizer da minha alegria e satisfação novamente, poder estar acontecendo essa Audiência Pública de minha autoria, aonde percorri as onze comissões permanentes do Senado Federal para aprovar esse requerimento, mas agradecer a todos os senadores, especialmente aqueles que complementaram o meu requerimento inicial, da minha autoria como o Senador Mozarildo Cavalcanti, Senadora Rosalba, Paulo Paim, Senadora Marina Silva, Senador Suplicy e Crivella, Senadora Serys Slhessarenko, Senador Valter Pereira, Senador Gilberto Goellner, Senador Leomar Quintanilha, muito obrigada pelos apoios e os complementos dos convidados, que aqui se encontram hoje.

Sr. Presidente, hoje tem uma pesquisa na *Folha de São Paulo* encomendada por uma ONG dizendo que 94% dos brasileiros prefere a suspensão de desmate a maior produção. Eu só sinto muito a pesquisa não ter sido feita apenas junto aos produtores rurais, apenas com os produtores rurais, porque ao invés de 94%, teria dado 100% dos produtores rurais do Brasil são contra o desmatamento.

[palmas].

Então, eu quero iniciar aqui as minhas palavras falando três coisas da maior importância. Nós não estamos aqui, senhor Tássio, representante do Ministério do Meio Ambiente, nós não estamos aqui discutindo o desmatamento, nós não temos interesse em desmatamento, nós estamos falando de outra coisa, nós estamos falando de regularização fundiária, porque apesar da palestra de V.Exa. ter sido bastante esclarecedora, bastante lúcida, muito bem, didaticamente bem explicada, nós não estamos no foco que V.Exa. aqui apresentou, V.Exa. apresentou um foco de questão de desmatamento de aquecimento global, não é essa a tese da CNA, dos produtores rurais do Brasil, de todos os tamanhos.

Segundo ponto. Nós não estamos discutindo, Sr. Representante da FUNAI, absolutamente sobre as terras indígenas e nem as unidades de conservação. Elas somadas, todas as terras indígenas, unidades de conservação, estadual, federal e municipal já ocupam 30% do território nacional, não estamos discutindo isso, ou seja, em torno de 250 milhões de hectares dos 850 milhões que o Brasil tem.

Então não estamos discutindo desmatamento, não estamos discutindo terra indígena e não estamos discutindo unidades de conservação. Nós estamos discutindo, Sr. Presidente, sobre regularização fundiária, e apesar de não queremos desmatamento, de

não estar na nossa pauta essa questão, eu vejo aqui nos debates a questão da solicitação especialmente pelo Ministério do Meio Ambiente e demais sobre a recuperação necessária de 50 milhões de hectares, que devem ser replantados no Brasil, sugeridos aqui pelo Ministério do Meio Ambiente.

Eu não quero discutir se isso é bom, se é ruim, se dá para fazer se não dá, se é necessário ou não é. Eu só quero colocar preço nisso, a S.O.S. Mata Atlântica orça que a recuperação por hectare fica em torno de 10 a 12 mil reais por hectare, mas vamos colocar 10 mil reais por hectare, porque eu não precisaria da S.O.S. me dizer isso, porque sou produtora rural e sei que custa isso.

Se nós pegarmos 10 mil reais multiplicarmos 50 milhões de hectares, nós precisamos de 500 bilhões de reais pra recompor o que V.Exa. sugere. Só ficou faltando dizer da onde seria a fonte que nós usaríamos para recompor essas áreas.

Com relação ao aquecimento global, eu também me preocupo muito, acho da maior importância essa discussão, mas nós precisamos, nós brasileiros, continuar fazendo o que estamos fazendo, porque, graças a Deus, nós estamos numa emissão de CO₂ muito inferior ao que o mundo está fazendo, enquanto a média, Dr. Hermann, no mundo, de emissão de CO₂ por indivíduo é quatro e meia toneladas por cada um, na América Latina a média é dois e meio, e aqui no Brasil nós estamos emitindo apenas 1.8 de CO₂ por habitante, mas se nós pudermos diminuir e ajudar o mundo isso ainda é bastante prudente e necessário.

Quando nós vemos aqui apresentado por um dos membros, não tem importância, pode sorrir aqui é todo mundo livre, aqui é Democracia, pode sorrir cinicamente como o senhor quiser, quando nós estamos aqui falando de limitação de áreas e que 350 milhões de hectares já é suficiente, que não precisamos mais disso, eu também não quero discutir sobre isso.

Se o Ministério do Meio Ambiente está dizendo que 350 milhões não precisa mais, porque é o mesmo tanto que tem nos Estados Unidos, quem sou eu para discutir. Eu só quero lembrar a V.Exa., que nós temos 1 bilhão de pessoas que passam fome no mundo, especialmente na África subsaariana, mas talvez não seja problema do Brasil, talvez nós não somos a fazenda do mundo, e nós somos, por incrível que pareça, por uma benção de Deus, nós somos o único país do mundo que temos áreas para matar essa fome, sem desmatar uma árvore, Dr. Benjamin, sem desmatar uma árvore, apenas utilizando melhor as áreas de pecuária, melhorando a produtividade de áreas de agricultura, porque aqui fala 4 a 5 cabeças por hectare, eu fico impressionadíssima com a precisão

de alguns aqui, 4 a 5 cabeças por hectare no Brasil, é alta tecnologia, de pouquíssimos pecuaristas que conseguem atingir isso.

Nós estamos falando de 5 milhões de produtores rurais, aonde apenas 1 milhão e 200 mil deles são produtores comerciais e ainda assim, de um 1 milhão e 200, eu não tiro 10% que tem essa alta tecnologia de 4 a 5 cabeças por hectare, e a produtividade ideal, Se V.Exa. não sabe, eu vou repetir o que um pesquisador da EMBRAPA me disse, a produtividade real de uma propriedade e a melhor possível, é aquela que o produtor pode ter; porque a tecnologia está aí, define quanto de adubo, quanto de defensivo, quanto de calcário, porque será que o produtor não põe, será que ele é bobo? Ou ele não põe porque não tem esse aqui? Ele não usa a produtividade máxima por falta de recurso e política agrícola, que esse país não tem.

Então, eu fico impressionadíssima de imaginar que nós temos 100 milhões de hectares, no mínimo, disponíveis para produção, isso dá para alimentar 1 bilhão de pessoas, porque isso significa, colegas, amigos senadores e senadoras, significa 280 milhões de toneladas de grãos, apenas nessa área que não tem necessidade de desmatamento.

Nós estamos aqui, uma conta que nós fizemos na CNA, mas não com muita certeza, mas, no mínimo, 13 anos discutindo o Código Florestal, 13 anos de discussão; 60 modificações foram feitas, mais de 60 modificações, dentro de 11 legislações, de 1965 a 2009, em 44 anos. Eu só quero lembrar aos colegas que o Código Florestal, o segundo Código Florestal foi feito em 1965, o primeiro em 1934. Em 1965 nós não tínhamos a EMBRAPA, que foi criada em 73, em 1973, nós não tínhamos o mapeamento pedológico de solo, que foi criado muito depois, nos anos 70, nós não tínhamos o RADAM, que só veio na década de 70, que é o radar, aonde identificou a primeira vez Carajás, a Jazida de Carajás, nós não tínhamos satélite de monitoramento, nós não explorávamos a Amazônia, nós não tínhamos a BR 164, nós não tínhamos a BR 153, nós não tínhamos a tecnologia de Cerrado, que só veio na década de 70, 75 até 85, nós não tínhamos o plantio direto, Sr. Presidente.

Hoje, 40% da produção de grãos está no plantio direto. Portanto, lá naquela época as Cataratas do Iguaçu eram vermelhas e hoje são verdes, cristalinas e transparentes, por conta do plantio direto no Estado do Paraná.

O Brasil era um grande importador, especialmente de carne, de feijão e de leite. O Brasil só existia, colegas senadores, vocês sabem disso, na faixa litorânea, o Brasil só existia a Mata Atlântica quando foi feito o

Código Florestal Brasileiro, o Brasil do interior, ele começou de fato com a criação de Brasília.

E eu quero lembrar que se não fosse a EMBRAPA, se não fosse a EMBRAPA a desenvolver as tecnologias que nós temos hoje assessorada com outras universidades federais, estaduais, privadas que vem fazendo um trabalho maravilhoso pelo agronegócio, se nós tivéssemos produzindo hoje a mesma quantidade de grãos, com a tecnologia dos anos 60, nós precisaríamos de mais 60 milhões de hectares para produzir o que produzimos hoje.

Isso significa que nós aumentamos nesse período, em torno de, pouquíssima área e alta produtividade em todo esse período. Então, quero aqui lembrar o Código Florestal de 34 a 65, os dois Códigos Florestais, o primeiro e o segundo, foram criados quando o Brasil era o Brasil da Mata Atlântica e o interior não existia.

O que aconteceu com esse Brasil de 1965, até 2006, 41 anos depois? Aconteceu, nada mais, nada menos de que as áreas dos estabelecimentos agropecuários aumentaram em 30%, em 1965 nós tínhamos 30% a menos de propriedades rurais. Mas a população nesse mesmo período no Brasil aumentou 127 e a população rural infelizmente decresceu em 24, nós tínhamos 40% naquela época, da população no campo, e hoje nós temos apenas 16%.

O que aconteceu ainda? As áreas de lavoura aumentaram 145%, nós tínhamos 31 milhões de hectares em 1965 e hoje, em 2006, nosso último dado, nós temos 76 milhões de hectares um aumento de 145% em área. Mas apesar de termos aumentado 145% em área plantada em 44 anos, nós aumentamos a nossa produção em 624%, aumentamos a nossa produtividade em 221% neste país ao longo desses 42 anos.

Mas, eu quero, Sr. Presidente, aqui cumprir a meta da CNA; nós não queremos mais, nós não podemos mais discutir assuntos que nós não entendemos, nós entendemos disso que eu acabei de dizer, de produção, de produtividade, de emprego, de PIB, de exportação, de balança comercial, pode falar conosco que nós nos empenhamos para responder a respeito desses questionamentos eu não posso me vestir de ecóloga, eu não posso me vestir de engenheira florestal e querer dar palpite aonde eu não sou chamada, aonde eu não conheço. Eu sei as minhas limitações.

Agora eu não posso abrir mão também, Sr. Presidente, da legislação. Eu não abro mão da Constituição Federal. Então, nós não pretendemos estar aqui discutindo se é muito, se é pouco, se está bom, se tem que recompor, quanto é, quantos metros e quantos por cento, me recuso. Nós, produtores rurais do país, nos recusamos a esse debate; nós queremos a palavra com a ciência, e quem não valoriza a ciência, quem

acha que a ciência não está a altura de nos orientar, é pessoa que apóia os achismos, porque a ciência é tudo aquilo que eu tenho de concreto, embora ela não seja absoluta, mas é o que eu tenho de concreto, e eu quero pautar toda a minha vida em cima da ciência, em qualquer área que eu posso debater nessa casa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, apenas aqui fazer um comentário da maior importância a respeito dos debates, das informações equivocadas, que às vezes são repassadas à sociedade. Por que nós temos que perdoar os produtores que desmataram? Por que eles não tem que recompor suas reservas? Porque esse pessoal motosserra foi lá e destruiu tudo? Esse pessoal que fez o Brasil exportar mais de 170 milhões de tonelada de grãos, esse pessoal que é responsável pelo único setor do Brasil que faz a balança comercial superavitada. Não existem nenhum, esses motosserra, que faça a balança comercial ficar positiva se excluirmos nós da economia nacional.

Mas isso não é desculpa e nós nem queremos usar isso de argumento para desmatamento e para não proteger o meio ambiente, porque se o meio ambiente é importante para todos, para nós é muito mais, porque além da saúde, além da preservação do nosso patrimônio genético, além do nosso patrimônio de biodiversidade, o meio ambiente para nós é vital para ganhar dinheiro, nós não vivemos sem água para produzir, nós não vivemos com terra com erosão, nós precisamos da biodiversidade para equilibrar as pragas e as doenças dos nossos animais e plantas.

Então, o meio ambiente para nós é vital, faz parte do nosso bolso, nós precisamos dele economicamente. Então, não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente. Nós somos os verdadeiros fiscais e os mais importantes desse meio ambiente, desde que nós não possamos fazer a maior injustiça que esse país está fazendo: impor leis que não podem ser cumpridas, isso não é honesto com a sociedade.

Nós estamos colocando os produtores do país, quase 5 milhões de produtores rurais, hoje estão criminalizados, Senador Tássio Jereissati, sem exceção, especialmente os pequenos e especialmente os da reforma agrária, que foram todos assentados às margens dos rios, com muita inteligência, pequenas propriedades não podem ficar longe da água.

Mas ninguém se lembrou que a margem de rio é APP e os assentamentos, quase que 90% deles estão ilegais, assim como os pequenos produtores, assim como todos nós estamos com um Decreto que foi prorrogado até dezembro pelo Presidente, editado o ano passado que criminalizou a todos, com multas pesadas, confiscatórias das propriedades rurais, pro-

dutores sendo presos pelo interior do Brasil, pelos promotores de meio ambiente, que estão tentando cumprir a lei.

É uma legislação que não condiz com a realidade brasileira, Sr. Presidente. Eu quero aqui rapidamente fazer três comentários sobre a reserva legal. Em 34, olha se os produtores desmataram sem ordem, olha se os produtores não cumpriram a lei a risca, e depois a lei seguinte jogou todos eles no crime; em 34, o Código Florestal primeiro dizia que nós podíamos desmatar uma quarta parte do país, isso significa 75%, e portanto a reserva legal seria de 25 para o Brasil inteiro, em que pese aquele tempo só existia a Mata Atlântica. Trinta e um anos depois, o Código de 1965 mudou a regra, dizendo “Não, vocês não precisam deixar 25, vocês podem deixar só 20%, pode desmatar mais 5. Agora, vocês da Região Norte e Norte do Mato Grosso, é 50, hein? Não é 25 mais não, se vocês tiverem desmatado, podem plantar de novo”, “Então está bom”.

Depois, em 1989, 24 anos depois vem de novo a legislação e disse: “Ôpa, vamos criar agora os 20% do Cerrado, o Cerrado não tem reserva legal, então vamos criar agora 20%”, em 1989; eu quero lembrar a todos senhores e senhoras que o Cerrado foi desenvolvido entre 75 e 85 e em 10 anos se desmatou tudo do Cerrado brasileiro. Em 89, vem dizendo “Não, agora vocês do Cerrado que ampliaram a produção em 40%, podem recompor 20% de suas propriedades”, sem indicar a fonte do dinheiro. 20% para as demais, continuou e 50% para o Norte continuou e criou o termo reserva legal, porque aqui o representante do Ministério do Meio Ambiente, disse que os Estados Unidos está correto, lá é cobertura florestal, aqui também era, aqui também era. Era cobertura florestal e depois virou reserva legal.

Depois, colegas senadores, 7 anos depois, em 1996 começou uma Medida Provisória, valendo como lei, que nós não votamos. Hoje, a grande maioria da legislação ambiental não foi votada por nós, nem pelos senadores nem pelos deputados, porque é aquela Medida Provisória antiga, que foi congelada, que vem sendo reeditada inúmeras vezes sem ser apreciada por nós.

Então, em 96, aí alterou de novo: “Ôpa, vocês produtores do Cerrado, esperem um pouquinho. Cerrado no Norte e no Norte de Mato Grosso, não é 20 mais não, é 50, está bom, é 50%” e disse para o pessoal do Norte, de floresta e Norte de Mato Grosso, “Não, vocês não é 50 mais não é 80, está bom, de reserva”, isso 96. Quatro anos depois, não satisfeitos, em 2000, a mesma MP que basta ser acrescida pela Presidência da República, Casa Civil, não foi votada por esta Casa, disse de novo: “Opa, espera aí um pouquinho.

Cerrado da Amazônia não é 50 mais não, espera aí é 35, mas a floresta continua 80 e as demais 20.”

Então, eu quero apenas aqui deixar nenhum comentário, se é 20, se é 30, se é 40 ou se é 100 que querem deixar, eu só preciso comentar, nós que entendemos de lei, que fazemos as leis, que isso aqui não é possível, a retroatividade da lei para sucumbir uma categoria é inconstitucional. A retroatividade não pode vir para prejudicar e antes que alguém diga: “Mas preservar o meio ambiente não é prejudicar.” Depende. Se você pega um cidadão, um indivíduo e não mostra as fontes e os recursos que ele deverá recompor essa área e quem vai substituir a produção e a renda dele naquele espaço, você está prejudicando ele sim. Porque o meio ambiente ele é um bem coletivo, e não pode ter um ônus individual.

Agora, na APP, a mesmíssima coisa, isso na reserva legal, desde o Código de 1934, ainda com relação a reserva legal, sempre se descreveu em todas as mudanças, isso nunca foi alterado, mas tem gente que faz de conta, especialmente o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, que isso não é bem assim, porque fala-se da reserva, senadores, na propriedade e não da propriedade, o *na* com o *da* são duas coisas totalmente diferentes. “Eu quero um espaço na sua casa, ou eu quero 20% da sua casa, ou eu quero 20% num espaço na sua casa.”

Então, quando eu digo que eu quero a floresta em pé em 80% ou 20, ou 35, *na* sua propriedade, eu estou dizendo que é daquela, daquele espaço que está em pé naquele momento e não naquele que já foi desmatado, desde 1934 é assim, são das florestas e formas de vegetação existentes na propriedade e não 80 ou 20 *da* propriedade inteira, é totalmente diferente e claríssimo, embora muitas pessoas fazem questão, é o art. 16, quem tiver a curiosidade, do Código Florestal, está claramente, em todos eles demonstrando isso.

APP não foi diferente, APP são as margens de rios e os topos de morro. Nós começamos em 1965, no Código Florestal, dizendo o seguinte: “Produtores do Brasil” [interrupção no áudio] Por favor. Um pouquinho de paciência, eu acho que o desequilíbrio aqui das apresentações foi bastante forte, não tem importância, a democracia é isso, nós nos descuidamos, mas acho importante poder fazer o contraponto.

Sr. Presidente, em 1965, o Código Florestal disse aos produtores do Brasil: “Na margem de rio, vocês não se preocupem não, se o rio for de 5 metros, a metade de 5 a 100 metros a largura do rio. Então, o seguinte: 5 metros se o rio for de 10 metros, pode deixar só 5 que está bom. Agora, se o rio for de 10 a 200 metros, vocês podem deixar só a metade. Então se o rio for 10 é 5, se o rio tiver a largura de 200, 100 metros, Ok.”

Então, sempre em cima da largura do rio. E o professor Gustavo colocou aqui com muita clareza e brilhantismo, a largura do rio não é parâmetro para a análise de margem de rio, o que é parâmetro para escolher a margem do rio é exatamente o solo, a margem do rio, se ele é arenoso ou argiloso se ele tem declive ou se é plano ou se o solo é profundo ou se o solo é raso, isso é óbvio. Isso significa que num mesmo rio, um de frente para o outro eu posso ter uma margem maior de um lado e uma margem menor do outro.

Agora, Dr. Herman, por isso que essa legislação não pode ser tratada nessa Casa. Não, há possibilidade da Legislação Federal tratar desses detalhes, dessas peculiaridades. Então a APP, depois 21 anos depois 86, “Ó, não é assim mais não, vamos começar tudo de novo”, em 86, gente, olha quantos anos tem isso, foi agora. Então, as margens de rios que antes poderiam variar de 5 a 100 metros, agora mudou tudo. “Agora é o seguinte: você tem que plantar 30 metros se o seu rio tiver 10”, antes era 5, vocês lembram. Então, o rio de 10 metros de largura, planta 30 na margem, se o rio tiver 10 a 50 de largura planta 50, se o rio tiver de 50 a 100 metros de largura, planta 100. Era a metade, hein? Rio de 100 a 200 de largura, planta 150 e chegou a 200 metros o máximo.

Mas não satisfeitos, três anos depois, não estou discutindo se é pouco ou se é muito, eu estou discutindo legislação e retroatividade de lei como nós fomos jogados no crime ao longo desses anos e ainda querem que a gente recomponha. Três anos depois, em 89, “Vamos mudar de novo, resolvemos aqui, então tá, os rios com 200 a 600 metros de largura, agora vocês têm que plantar 200 e os rios com mais de 600 metros de largura, aí vocês plantam 50 metros. Ah, e tem mais um detalhe, a partir de hoje, nascente e olho d’água 50 metros tudo”. E nas borda dos tabuleiros, que não tinha nada... O que é borda de tabuleiro? É o seguinte: vem o morro e por cima ele é plano, a borda do tabuleiro é essa quina antes de sair do plano [soa a campainha], para descer para a encosta, que nunca tinham dito nada e tudo produzindo, “Não, agora, dessa quina para dentro 100 metros”, sem condições de recomposição, sem nenhuma orientação com relação à recuperação e eu quero aqui entrar no assunto que mais me interessa nesse momento.

Sr. Presidente, eu disse que preciso da ciência como preciso da água e do ar, para me orientar, meu mandato e minhas posições sempre, mas eu preciso da Constituição. Eu gostaria de chamar atenção dos colegas no art. 24 da Constituição, especialmente nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do inciso VI, aonde diz o seguinte: matéria de meio ambiente não é mais competência da União, como era antes de 88. A Constituição de 46,

a Constituição de 67 colocavam... Na emenda 1, inclusive, colocava que a matéria de meio ambiente era exclusividade da União. Ponto.

Depois de 88, Sr. Presidente, depois de 88 as coisas mudaram e meio ambiente passou a ser matéria de competência concorrente [soa a campainha], o que significa matéria de competência concorrente, essa casa sabe mais do que todo mundo no país: a União define as linhas gerais, as normas gerais e os Estados definem as suas particularidades, as suas peculiaridades locais ou regionais, como o caso da APP. Eu vou definir a minha APP de acordo com o meu solo, de acordo com o meu relevo, de acordo com a textura dele, com a profundidade dele, com o declive dele, isso é assunto para estado resolver e não essa casa.

Nós temos é que padronizar o que é importante, o que é urgente e que pode ser padronizado para o país todo, mas nós não podemos, por isso estamos aqui há 13 e vamos ficar mais 13, mais 13, mais 13, porque todo mundo aqui tem responsabilidade com os seus estados, se a legislação pretender ser votada aqui dentro, cada senador e cada deputado, assim como eu, vou querer cuidar do meu Estado, do meu Tocantins, e não vai virar uma legislação e um código não, vai virar um tratado.

Por isso essa legislação está emperrada e prejudicando o país a crescer. Eu estive com o Presidente Lula em audiência [soa a campainha] como Presidente da CNA e ele pediu a nossa ajuda para que pudesse isso ser resolvido. O professor Evaristo fez esse trabalho sob encomenda do Lula, que ficou estarelecido, quando viu que se a legislação fosse cumprida 100%, nós ocuparíamos 71% do Brasil.

Eu não sei não, se disser que é isso mesmo, se a ciência disser que precisa 71, nós temos que dar 71 silenciosamente. Agora, por favor, justifique, nós temos que justificar do ponto de vista científico e do ponto de vista social [soa a campainha].

Esse país não está em condições de abrir mão desse tanto de área para a preservação. E quem gosta muito de comparar os Estados Unidos, porque não lembrou que o Brasil é o segundo país do mundo, o primeiro é a Rússia, o segundo somos nós e o terceiro é o Canadá nós somos o país do mundo em segundo lugar, que ainda mantemos de 70 a 75% da cobertura natural, nativa de floresta; 450 milhões de hectares, a Rússia 800 em terceiro o Canadá com 280 da nativa, da original, 70 a 75%.

Agora, você sabe quanto é que tem na África? 7.8, na Ásia 5.6; na América Central? 9.7 [soa a campainha]; e na Europa sabe quanto tem da cobertura original? 0.35. Não acho que eles estão corretos não; acho que eles erraram, erraram muito, não são parâ-

metros para nós, mas vim dar exemplo americano sem contar as verdades e esses conceitos, esses dogmas, esses paradigmas, nós não vamos aceitar mais silenciosamente.

Então, nós não estamos tão mal na fotografia assim não. Nós estamos poluindo por pessoa 1.8 enquanto a média nacional é 4.5. Vai ver a Holanda, Holanda é 25 toneladas de CO₂ por indivíduo na Holanda, a média mundial 4 e ½, e nós 1.8.

Então não venha assustar o Brasil, nós precisamos ter responsabilidade, continuar trabalhando para melhorar a legislação. Agora, não podemos mentir para as pessoas.

Encerro, Sr. Presidente, aqui, solicitando o pacto federativo. Nós vivemos numa federação, por isso, Brasília não pode querer mandar no Brasil [soa a campainha], nós não podemos negar o pluralismo desse país, o federalismo nasceu, se originou junto com a república [soa a campainha] e é graças ao federalismo que existe o Senado Federal, que existe nós senadores.

Então, o federalismo, ele pressupõe a diversidade, é para isso que ele existe e os governadores têm credibilidade, nós temos que dar credibilidade aos governadores, a assembléia legislativa, aos órgãos de pesquisa dos estados, para não tirar deles a responsabilidade, Sr. Presidente, de resolver as contradições dos seus estados a peculiaridades dos municípios.

Nós temos que respeitar a integridade do pacto federativo, temos que respeitar os governadores, nós temos que respeitar as urnas, porque nós estaríamos desacreditando a elas também. Nós precisamos abrir mão desse debate, esse debate para o Senado e a Câmara, na minha opinião, me perdoe, nós temos que obedecer a Constituição no art. 24.

Vamos normatizar as leis gerais, as normas gerais e vamos deixar que cada Estado no Brasil, vamos confiar a eles e nós temos, bem ou mal, o IBAMA para fiscalizar, nós temos o Ministério Público, nós temos todos os instrumentos para não temer essa receita. Nós precisamos confiar neles como confiamos a saúde, como confiamos a educação, porque não podemos confiar o meio ambiente aos governadores e aos prefeitos, assim como fez Santa Catarina, Governador Luiz Henrique, que merece o nosso aplauso pela sua coragem, pela sua atenção com seu estado, e assim estão todos os governadores do Brasil, preocupadíssimos, porque não conseguem trabalhar.

Eu tenho perguntado aos prefeitos do Brasil, na CNA, em campo, que percorro de Norte a Sul, Leste, Oeste, "Prefeito, qual é o problema número 1 que o senhor tem?" Quando ele não diz meio ambiente, ele diz meio ambiente e saúde, meio ambiente sempre.

Porque essa legislação de margem de rio é para o Rio Tietê, em São Paulo, é para todos os rios e que estão passando dentro das cidades ou estão pensando que é só para área rural, não é não. Não é não. Então, nós precisamos, Sr. Presidente, tratar e continuar dialogando, fugir do debate, fugir do diálogo jamais, porque nós estamos cansados do radicalismo que bloqueou o debate, os radicalismos ideológicos [soa a campainha], nós precisamos parar de formar torcida, não existe torcida contra ou favor, é a favor do Brasil, nós queremos discutir o desenvolvimento desse país.

E claro que isso, desenvolvimento inteligente, inclui o meio ambiente, nós não somos inimigos, nós só precisamos ter bom senso, racionalidade e fazer contas. E fazer contas. Eu tenho certeza absoluta, o diálogo só não pode levar, gente, 13 anos, mais 13 anos nós não damos conta, Nós precisamos sim abrir o debate e eu não abro mão de participar de todos que for convidada ou de, também, de promover debates para que a gente possa resolver tudo isso o mais rápido possível.

Mas não como torcida organizada e sim uma torcida que veste uma camisa só, a verde amarela que é do Brasil, muito obrigada.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Bom, a Senadora Kátia Abreu não pode mais reclamar da falta de equilíbrio.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Antes de passar a palavra para o próximo Senador, eu gostaria de registrar aqui a presença de alguns parlamentares, alguns deputados federais que estiveram nessa sessão e outros que aqui ainda permanecem. O Deputado Sarney filho, o Deputado Nam Souza, Deputado Marcos Montes, Deputado Homero Pereira, Deputado Adauto de Freitas, Deputado Paulo Piau, todos estiveram hoje participando, ou estão participando ainda da nossa Sessão, o que demonstra a importância do tema que está sendo discutido nesta manhã. Deputado Luciano Pizzatto também está presente é uma alegria, recebê-lo.

O próximo orador inscrito, aliás, o próximo Senador que deve participar do debate é o Senador Osmar Dias que cedeu, aliás, que permutou com o Senador Mercadante a sua colocação, é isso Senador Osmar.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Só pergunto se o Senador Mercadante é o terceiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Senador Mercadante... É, permutado com o Senador João Pedro é.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Então, eu falo logo após o Senador Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Isto.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Eu estou em que posição Sr. Presidente Valter Pereira?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Senador Casagrande é o quarto.

Então, com a palavra Senador Mercadante e a seguir o Senador Osmar Dias.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. Eu queria saudar, em nome de Valter Benjamin, Ministro e juiz de direito que tem prestado um grande serviço ao país, Carlos Alberto Ricardo do ISA, a quem eu conheço há mais de 35 anos e de Evaristo, que vem fazendo um trabalho importante, estimulando o debate, todos os demais representantes que contribuíram para essa Audiência Pública.

Queria começar dizendo que acho que será um grande equívoco nós aprofundarmos um caminho que separa a visão de desenvolvimento econômico, social, de uma nação, da questão da sustentabilidade ambiental. Se nós aprofundarmos esse fosso, se nós estimularmos esse conflito, seguramente nós não encontraremos um caminho de desenvolvimento sustentável e muito menos preservaremos o prestígio que o Brasil hoje passa a adquirir em todos os fóruns relevantes internacionais como recém demonstramos na reunião do G-20.

É verdade que nós somos um país com papel fundamental no agronegócio, a agricultura brasileira terá seguramente um papel decisivo não apenas para alimentar a população brasileira, mas nos últimos cinco anos nós fomos o país que mais aumentou o excedente exportável de alimentos, e também é verdade que parte dessas reservas cambiais de 200 bilhões de dólares teve um papel decisivo da agricultura brasileira, das exportações, do trabalho, onde a EMBRAPA teve um papel decisivo na inovação tecnológica, no aumento da eficiência, da produtividade.

O Brasil é hoje o maior exportador mundial de carne, de aves, o terceiro em carne suína, o primeiro em soja, o primeiro produtor exportador de álcool de açúcar, o primeiro em café, o primeiro em suco de laranja, portanto... O terceiro em milho, nós somos um país que tem um papel fundamental e boa parte, especialmente da Ásia, precisa da capacidade de produção alimentar, da geração de riqueza que nós temos no campo, de produção de proteína.

Mas uma outra verdade que nós não poderemos mais fugir é que nós estamos assistindo um desequi-

líbrio ambiental, que a pegada ambiental no planeta e no Brasil terá que ser revista. A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento não é mais um problema de ONGs e de intelectuais; é um problema que está batendo a porta de quem quiser enxergar.

Os desequilíbrios, o derretimento das geleiras a mudança do ciclo das chuvas, as secas, as inundações e a instabilidade do clima é decorrente do efeito estufa, do aquecimento global, que tem um componente antropogênico absolutamente incontestável hoje do ponto de vista de tudo que diz respeito à ciência e ao pluralismo da ciência, que não é apenas um debate de agrônomos, nem de geólogos, é um debate de biólogos é um debate daqueles que pesquisam a física, a química o meio ambiente, é uma reflexão plural que a ONU e as instituições mais importantes internacionais, chamam atenção de todos que tem alguma responsabilidade de governo, mas também daqueles que tem responsabilidade na produção que nós teremos que enfrentar esta agenda.

Se o Brasil não quiser se associar ao lixo da história em que estão condenados lideranças como Bush, não apenas pelo que fez no enfrentamento militar, mas também pelo que desconsiderou da agenda ambiental quando o mundo pedia a responsabilidade americana para que nós pudéssemos encontrar pelo menos um compromisso em torno do protocolo de Kyoto.

Qual é o debate internacional hoje? É que Kyoto já não resolve mais. E felizmente nós temos Obama com muito mais sensibilidade ambiental e que procura mudar a atitude, a reflexão e a presença americana nessa discussão do efeito estufa e do aquecimento global, como faz a União Européia, e como nós, brasileiros, porque brasileiros eram aqueles que vinham para cá expropriar a Mata Atlântica e levar o pau-brasil, nós nos autodenominamos como aqueles que predavam a natureza.

Nesse início de Século XXI, o Brasil pode ter um outro significado, exatamente aquele país que além de ser um grande produtor de alimentos, de ser uma das economias emergentes nessa crise como é Índia, China e Brasil, pode ser um exemplo do desenvolvimento com preservação do meio ambiente, de um desenvolvimento que preserva a natureza.

É verdade aqueles que dizem que se hoje nós temos o peso que temos na preservação das florestas tropicais, é porque os outros desmataram, de forma absolutamente irracional, especialmente os países do norte, que destruíram suas florestas e hoje colocam sob as nossas responsabilidades um encargo muito maior, para manter os ciclos das chuvas, a umidade do ar e a qualidade do meio ambiente, cada vez mais comprometido e deteriorado.

As metas em relação ao que será a conferência de Copenhagen serão muito rígidas, muito mais exigentes e o Brasil não poderá se furtar, nem virar as costas. E acho que é muito importante que a gente saía daqui dessa audiência, que é apenas o início do processo.

Se alguém imagina que vai passar o rolo compressor num tema como esse, esqueça, que não vai. A sociedade brasileira vai reagir [palmas] e nós vamos debater isso com muita profundidade e não haverá nenhum atropelo numa matéria como essa. Não haverá.

Nós não podemos mais fechar os olhos para os incêndios da floresta. E não é possível que tenha gente que já não ouça o barulho da motosserra, porque o mundo inteiro está ouvindo.

E o Brasil vai ter que responder a esta agenda, fico muito feliz, Sr. Presidente, se hoje, pelo menos, nós sairmos daqui com um compromisso, porque eu entendi que há um compromisso, que não haverá mais desmatamento, que haverá uma intolerância absoluta desse país com o desmatamento, que esse país vai buscar aumentar a produtividade, a eficiência, inovar a tecnologia e rediscutir esta agenda a partir dessa premissa maior. Se pelo menos isso nós fizermos, já é um grande passo.

Mas entre os discursos e as ações continua tendo uma profunda diferença. O que é que nós assistimos recentemente em Santa Catarina? Nós assistimos uma mudança no Código Florestal, hoje aqui alegado como sendo respeito ao pacto federativo, o pacto federativo pressupõe o respeito à Constituição Brasileira, é a partir dela que ele se constrói.

E quero lembrar que no seu artigo 225, a Constituição é muito clara, ela inicia o Capítulo do meio ambiente dizendo, *“Todos têm direito a um meio ambiente, ecologicamente equilibrado, como do uso comum do povo e essencial à sadia qualidade da vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e as futuras gerações.”*

Eu pergunto: se é um acordo contra o desmatamento, aprovar uma legislação estadual que reduz de 30 metros para 5 metros a mata ciliar dos rios? É esse o caminho do acordo que estão propondo nessa tribuna ou a gente fala uma coisa e estimula outra? Porque a questão ambiental também será um tema fundamental, a preservação da água. Da água.

Eu vivo numa cidade que está ficando cada vez mais longe a capacidade de abastecer e não é só que as minas e a capacidade de produção da água está se reduzindo. É que a água está sendo poluída e o custo de captação e de uso está cada vez mais irracional.

Portanto, preservar água nesse planeta, nessa altura do Século XXI, é uma questão que não podemos mais reverter dessa forma, açodada, atropelada e absolutamente inconstitucional.

Eu vou ler aqui a sentença do juiz, apesar das contradições na legislação, tem parte do Judiciário que continua fiel a lei. O juiz Wesley Schneider Collyer, ele diz: *“Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 112 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal 4.771/65, o Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.”*

Portanto, é evidente que é inconstitucional, é evidente que é inconstitucional, e eu tenho certeza que o Supremo Tribunal Federal julgará a inconstitucionalidade.

Então, nós temos aqui uma questão que eu espero que essa, esse início de debate no Senado Federal não seja um estímulo, não seja um estímulo para ações que como essa, que longe de partir de uma reflexão que tem que ser feita onde as várias correntes do pensamento científico possam se apresentar e que a gente possa dialogar e que a gente possa construir um caminho, a gente possa... Agora, assistir passivamente, nós que temos a responsabilidade que o povo deu e que a Constituição estabeleceu de legislar e defender as leis, que tenham um caráter nacional e um projeto de nação, a pretexto de um suposto pacto federativo que eu tenho certeza que não sobreviverá no âmbito da decisão do Supremo Tribunal Federal.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador,

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Eu vou concluir, nós temos uma lista de inscrição longa, eu não fiz aparte, escutei 30 minutos de intervenção e é muito importante que tenha o contraditório, tenho certeza que poderei ouvi-lo depois com atenção.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Era só para esclarecer--

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP):

Eu queria só continuar dizendo que, não é verdade, não é verdade que os produtores rurais que desmataram estão sujeitos às exigências da pena.

E estão sujeitos aqueles que desmataram depois da lei. Que desrespeitaram a lei, porque aquilo que foi feito antes da lei, a lei não retroage. Portanto, não tem nenhuma responsabilidade, aí já temos um caminho para poder solucionar parte desse passivo ambiental, eu fiquei muito feliz com a intervenção do Juiz Valter Benjamin, porque o meu amigo... Herman, ao apresentar a sua intervenção, o Herman Benjamin a apresentar a sua intervenção, ele pôs a bola no chão, ele

disse: “Olha, vamos fazer um pacto para o futuro, não desmatamento e vamos rediscutir o passivo”, porque existe um passivo que nós vamos ter que ajudar a equacionar.

Ele sugeriu uma agenda, por exemplo, a questão topográfica que foi mencionada; é evidente que nós não podemos continuar criando restrições à agricultura, para produzir arroz na várzea, me desculpe, o mundo inteiro produz arroz em várzea, então há áreas que estão destinadas ao cultivo do arroz, nós vamos ter que resolver essa questão e encontrar com equilíbrio e ponderação uma solução.

Da mesma forma que na questão do topo de morro que foi bem aqui colocado um pouco da parte do debate, mas temos culturas centenárias, centenárias. Meu Estado de São Paulo, nós temos ali o cultivo da banana, pequenos produtores em topo de morro, é uma cultura centenária que tem que ser preservada, mas tem que ser reconhecida, especialmente, como bem disse ele, aos pequenos produtores, às cooperativas, vamos encontrar uma mediação e uma saída política institucional.

Vamos construir uma saída seguramente acordada para essa agenda, que me parece uma agenda legítima quando os agricultores, as federações agrícolas, aqueles que estão vivendo essa agenda sentem na pele e trazem ao Congresso Nacional [soa a campainha].

Agora, para que a gente possa encontrar o caminho do entendimento não vai ser atropelando o Congresso Nacional, desrespeitando a Constituição e estimulando uma fragmentação de uma política nacional de desenvolvimento sustentável, de preservação de recursos naturais estratégicos, como começa surgir em algumas iniciativas que nós estamos assistindo.

Se isso aqui não é uma cortina de fumaça e não creio que seja, se isso aqui é para abrir uma... E, portanto teve a adesão da Casa, de fazer uma audiência ampla, pública, plural, transparente, para que todas as correntes do pensamento comecem a se colocar e que com muita profundidade e cuidado a gente possa definir nosso caminho e os ajustes que terão que ser feitos, eu acho que é um bom caminho e seguramente estamos abertos a dialogar, a construir e a negociar.

Mas quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que para mim isso é apenas o início [interrupção no áudio] o início de um debate, é o início de um processo, nós temos nessa casa pessoas extremamente abalizadas para contribuir para essa reflexão, como a Ministra Marina, que tem uma longa vivência e um conhecimento bastante profundo, temos senadores que tem uma vivência importante na área da agricultura, um empenho muito grande, como o Senador Osmar Dias que vai fa-

lar logo após e desse contraditório, dessa pluralidade, dessa discussão, eu acho que nós encontraremos um caminho seguro.

Mas um caminho que esse país diga ao mundo, diga às futuras gerações que nós temos compromisso com a preservação das florestas, do meio ambiente, que nós queremos continuar ser um país pujante na agricultura que produz, que aumenta a eficiência, que nós não queremos penalizar os produtores rurais de uma forma irracional, mas nós queremos respeito a legislação ambiental, respeito irrestrito, e especialmente sair daqui hoje, pelo menos com um acordo para valer, que não haverá mais desmatamento [soa a campainha], a partir desse acordo eu acho que tudo a gente consegue avançar, sem essa definição objetiva e não retórica dificilmente nós vamos construir algum entendimento nessa Casa.

Muito obrigado.

[palmas].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Sr. Pre-

sidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Sr. Presidente, gostaria de parabenizar todos os expositores. Eu lamento [interrupção no áudio] o debate é extraordinário, mas saio daqui muito confortado, Sr. Presidente, porque ao final da exposição do Senador Mercadante, eu verifiquei que ele e Kátia, que são dois grandes--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): V.Exa. está inscrito, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Não, eu estou saindo, Presidente, eu vou abrir mão. São dois grandes tribunos, indicaram que realmente há muito a se negociar, há muito espaço para conversa, há muito espaço para o debate e gostaria também aqui, Sr. Presidente, antes de sair, em 30 segundos, dizer que nós debatemos muito o Código Florestal.

Não é fácil fazer uma lei, as negociações são exaustivas e invadem as noites, é fácil criticar uma lei, principalmente quando nós não participamos do debate [soa a campainha], é impossível fazer uma sondagem ao longo de milhares, e milhares de quilômetros, nas margens do rio, para saber profundidade, para saber granulometria do solo e às vezes isso muda de 50 em 50 metros. É preciso adotar algum parâmetro para proteger.

Mas Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela sessão, desculpe aqui essa pequena interrupção e temos um longo caminho pela frente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Obrigado V.Exa..

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Presidente, uma questão de ordem, por favor, artigo 14. Questão de ordem, fui citada, inciso VIII, pelo Senador Mercadante. Apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM – TO): Sr. Presidente, eu gostaria apenas de não deixar passar um comentário equivocado do Senador, a respeito do Código Florestal de Santa Catarina.

O Código, nós não estamos defendendo o não desmatamento e fazendo ao contrário como insinuou aqui o Senador. Eu tenho a impressão que talvez não tenha tido tempo suficiente para ler o Código Florestal de Santa Catarina, que é muito claro ao dizer que retroage ao Código Florestal de 65, de 5 a 10 metros, as áreas já desmatadas e consolidadas com produção, proibindo no parágrafo único, "*Não desmatando áreas que tenha mais de 5 a 10 metros*".

Então, o diálogo e o debate tem que ficar muito claro, muito honesto, com relação a essa situação, para que não fique aqui a impressão de que Santa Catarina e nós estamos apoiando o desmatamento e não foi isso que dissemos no início.

Então, repito: 5 a 10 metros para áreas que já estão consolidadas e estudo de pesquisas do Estado de Santa Catarina poderão indicar no futuro, nunca menos, mas sempre mais do que 5 a 10 metros, de acordo com o solo, textura, profundidade e declive.

E mais um detalhe, por último. O Senador mencionou que quem desmatou antes da lei não é penalizado [soa a campainha]. Gostaria que V.Exa. pudesse ter uma atenção e V.Exa. tem razão em ficar estarecido com isso, porque a lei não pode retroagir para prejudicar, mas não é isso que o Decreto está dizendo, o Decreto está criminalizando todos os produtores do Brasil e não estão levando em consideração a 'retração' da lei.

Então, esse Decreto que foi prorrogado até dezembro, se não me engano, deste ano, com exceção da Amazônia, a Amazônia não tem prorrogação, tem que recompor imediatamente, o IBAMA não está considerando a lei, está passando a régua e pedindo recomposição de 100% ou multas expropriatórias, isto nós temos exemplos para poder demonstrar a todos senadores aqui nesta casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): Pela ordem, artigo 14 por ter sido citado.

[interrupção no áudio].

É uma prerrogativa regimental.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): [sobreposição de falas].

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT – SP): V.Exa. abriu a possibilidade à Senadora Kátia a comentar a minha intervenção, eu tenho a prerrogativa e vou e faço questão de usar o Regimento.

O que eu fiz foi ler o despacho do juiz *ipsis litteris*, eu não acrescentei uma palavra nem retirei nada do que ele disse. O juiz, e citei o juiz, Wesley Schneider Collyer [soa a campainha], da Justiça Federal de São Miguel D'Oeste, negou o pedido de liminar e disse, entre aspas: "*Mais do que isso, é patente a inconstitucionalidade do inciso I do artigo 114 do Código Ambiental de Santa Catarina, que estabeleceu a faixa de cinco metros, uma vez que a Lei Federal nº 4.771/65, Código Florestal, em seu artigo 2º, dispõe ser de 30 metros a largura mínima para fins de aferição da área de preservação permanente.*"

Eu gostaria, só para concluir, que existem outras experiências no Brasil talvez muito mais promissoras do que essa, por exemplo a de Extremo, no Estado de Minas Gerais, eles fizeram um fundo para pagamento por serviços ambientais prestados, não só mantiveram os 30 metros, como estão cercando os 30 metros, os 50 metros da área de manancial, estão indenizando os produtores rurais por essa área e criaram com isso um amplo consenso entre a área rural e a perspectiva ambiental, como fez em Nova Iorque para garantir a sua reserva estratégica [interrupção no áudio].

Então, nós temos por aí outras iniciativas muito mais exitosas do que claramente afrontar o Código Florestal desta forma. Eu prefiro esse caminho aqui, da porta aberta, transparente, quem quer reduzir apresenta a sua proposta, estabelece quais são os argumentos, nós vamos debater.

E, evidentemente, eu acho que recursos hídricos são estratégicos e essa cautela é absolutamente indispensável para o futuro da água no Brasil, mas vamos abrir o debate com fundamentação científica e técnica no fórum adequado, que é o Congresso Nacional que não pode abdicar das suas prerrogativas nacionais.

Muito obrigado.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, o Senador Gilberto Goellner. V.Exa. está inscrito para fazer a intervenção, então se V.Exa. pedir pela ordem, eu vou suprimir, até porque V.Exa. está substituindo aqui o Senador Crivella.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): V.Exa. está sendo... Está discriminando Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Não é discriminando, eu quero democratizar. Tem vários senadores inscritos, eu acho que

todos têm o direito de falar. A palavra... É questão de ordem que V.Exa. vai suscitar? Então, pela ordem, primeiro o Senador Gilberto que foi... Arguiu antes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Sr. Presidente Valter Pereira, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, eu lhe perguntaria: o senhor vai seguir a ordem dos inscritos—

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT):

Ou vai levar em consideração também os co-autores dos requerimentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): A ordem de inscrição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem, Senador Flexa, um minuto pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, 30 segundos [soa a campainha], é só pedir a V.Exa. que dê um tempo para cada Senador possa usar da Tribuna.

V.Exa. disse no início da audiência que às 13h30 iria encerrá-la. Faltam 35 minutos e todos nós queremos usar. Fica...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Se V.Exa. suprimir 30 segundos, nós vamos acrescentar 30 segundos na fala do Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Já cumpri, já dei a V.Exa. os 30 segundos pedidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Muito obrigado. Senador Osmar Dias.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Presidente, eu também estava...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Senador Papaléo, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB – AP): Colaborar com o debate. Eu quero registrar aqui dois discursos que o Presidente da República fez ontem.

Primeiro, da minha área, da área da saúde, quando ele, infelizmente, se postou da mesma maneira quando chamou a crise mundial de marolinha. Ele disse que não tem problema, está tudo sob controle, porque nós temos remédio para a gripe suína. Eu vejo que sair isso da boca do Presidente da República é muita irresponsabilidade com a saúde pública do Brasil.

A segunda, faz parte do tema que nós estamos discutindo aqui. Ontem o Presidente da República, fez o discurso no Acre e jogando nas costas do IBAMA toda e qualquer responsabilidade pelo atraso do desenvolvimento desse país em áreas que precisem da liberação do IBAMA para que hajam construções hidrelétricas e

outras obras, jogou como se ele não tivesse nada a ver com esse governo, nada a ver com o IBAMA.

Quer dizer, ele deu uma de oposição, jogando para cima do IBAMA e citou um exemplo: se existisse o IBAMA trabalhando como está trabalhando hoje e Juscelino Kubstichek fosse o Presidente da República, não teria construído nem o aeroporto para pousar o avião presidencial.

Então, quero deixar isso claro para nós levarmos a sério essas questões e pedir ao Sr. Presidente da República, que quando vá a público não se sabendo o Estado que ele se encontra de emoção, vá a público fale com responsabilidade, porque esse é um país que precisa de respeito e não perdoo, como médico que sou as palavras do Presidente ontem, dizendo que nós já temos remédio para a gripe suína. Fica esse registro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Senador Osmar Dias. Com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT – PR): Sr. Presidente, senhores convidados, senhores senadores.

Presidente, hoje é o dia do aniversário da EMBRAPA.

Aniversário da EMBRAPA tem que ser muito comemorado por todos os brasileiros e eu começo por aí a discutir esse tema.

Se não fosse a EMBRAPA e os cientistas que trabalham em entidades privadas e públicas nesse país, nós não estaríamos hoje discutindo a preservação de 67% dos recursos naturais desse país, do meio ambiente, das florestas como foi colocado aqui.

Nós teríamos uma devastação muito maior nesse país. Esse tema não pode ser apartado em hipótese nenhuma da tecnologia, da ciência, ele tem que ser baseado na ciência e na tecnologia. Vou dar um dado: em 90, 1990, portanto há 28, 29 anos atrás, o Brasil produziu 57 milhões de toneladas de grãos; no ano passado o Brasil produziu 134 milhões de toneladas, o que dá um aumento de 132% no volume de produção.

Se nós considerarmos o que aconteceu nesse período, nós vamos verificar que a área cresceu menos que 30%, a área ocupada para o plantio de grãos. Então nós crescemos em cima da produtividade, nós não precisamos abrir novas áreas para conquistar essa produção. Nós devemos muito à EMBRAPA, parabéns ao Evaristo, a todos os técnicos e funcionários da EMBRAPA, por terem construído uma empresa que é um orgulho nacional e internacional, por ter proporcionado a EMBRAPA esse momento de discussão aqui, em que nós podemos ainda brigar para preservar 67%, mais ou menos, mas temos isso exatamente, porque existe a EMBRAPA, os seus técnicos, os seus pesquisadores

os cientistas brasileiros espalhados por esse território, dizendo o que pode e o que não pode fazer e nós devemos seguir a orientação técnica, científica para não cometermos aqui um erro que pode ser histórico.

No grito não dá, Presidente; nem de um lado, nem de outro. Eu não quero gritar dessa Tribuna, porque se a gente começar a gritar, os dois lados vão gritar e nós não vamos avançar em nada.

O que está acontecendo é que as premissas, os dogmas não estão sendo utilizados por inteiro, como disse o Evaristo, se usar uma parte desse trabalho feito pela EMBRAPA, por ele, pelos seus auxiliares, nós podemos distorcer a realidade, então vamos colocar alguns dados aqui para a gente começar em cima de premissas que possam recolocar o tema no seu devido lugar.

Primeiro. Quando falam que nós estamos ajudando a destruir o planeta, a camada de ozônio, que o Brasil está dando a contribuição grande para a contaminação do meio ambiente, a destruição do meio ambiente mundial, isso é absolutamente mentiroso.

O Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono que é emitido em todo mundo, somando os Estados Unidos que foi citado como exemplo aqui e a China, 40%. Vou repetir: o Brasil emite 1.28% do dióxido de carbono emitido no planeta; Estados Unidos e China juntos 40%.

Se nós juntarmos mais 2 países nós vamos chegar a 70%. Então vamos parar com essa conversa mole que o Brasil tem sido o grande responsável pela poluição, porque está destruindo as suas florestas.

Segundo lugar. Nós temos que considerar um outro dado que rotineiramente é colocado nos meios de comunicação, por alguns interessados em tirar o Brasil do contexto mundial dessa discussão do meio ambiente, colocando o Brasil como um condenado, Sr. Juiz, e não como um protagonista importante na preservação dos recursos naturais.

Falam: a soja está invadindo o território nacional e é a causadora do desastre ambiental; a soja ocupa 2,5% do território nacional e o balanço de dióxido de carbono da soja é positivo, não é negativo. A cana, 0,9% do território nacional, o balanço, se não houver queimada, e tem que parar com a queimada, é positivo e não negativo.

Se nós pegarmos todos os grãos que são plantados nesse país, nós vamos chegar a 7% do território nacional, e o balanço é positivo e não negativo.

E eu gostaria de fazer aqui uma homenagem ao meu estado, estado que criou a tecnologia, junto com a EMBRAPA, do plantio direto. Às vezes a pessoas falam do que é ruim e esquecem do que é bom. O que seria da agricultura brasileira se não fosse o plantio direto e o que seria do meio ambiente, se não fosse o

plantio direto? 25 milhões de hectares neste país são plantados pela tecnologia moderna do plantio direto, criado no meu estado, por pessoas como Nonô Pereira, Frank Dijkstra, Francisco Terasawa, que colocaram essa técnica a disposição do mundo, e aí eles tem que ser lembrados como grandes preservacionistas, sabe por quê?

Porque a cada hectare plantado, com plantio direto, Sr. Presidente Valter Pereira, nós deixamos de mandar para os rios, assorear os rios, de 20 a 40 toneladas de terra, de solo com nutrientes que deixam de ser aproveitados pelas plantas para assorear os rios, e acabar com os rios.

Essa tecnologia é responsável pela economia de 2 bilhões de dólares em fertilizantes e evita, exatamente, a perda da riqueza do nosso solo. Nós precisamos basear na tecnologia e na ciência, para decidirmos qual é a lei que nós devemos aprovar aqui no Congresso Nacional, para não cometermos um erro histórico e eu não quero participar desse erro histórico, eu não quero participar, Sr. Presidente, porque também tenho formação agrônoma e o Senador Mercadante disse que não pode ser resolvido pelos agrônomos, não pode, mas os agrônomos tem que dar opinião também, assim como toda a sociedade, porque ele leu aqui o artigo 225, e eu vou fazer a interpretação do artigo 225.

O artigo 225 da Constituição, diz claramente que toda a sociedade tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo; a coletividade, inclusive os governos, porque eu sou rigorosamente a favor de preservar as margens dos rios, sou rigorosamente a favor de nós protegermos as fontes de água, porque 21% dos nossos rios já estão com a sua qualidade de água praticamente condenada.

O que é isso? Nós precisamos da mata ciliar? Sim. O tamanho dessa mata tem que ser definido tecnicamente, sim, cientificamente. Não pode um senador, um deputado, se arvorar, dizer: "Tem que ser 5, 10, 20, 30", não, tem que ser a ciência que vai dizer o que é bom preservar para preservar a água que será o grande problema, alguém já disse, que será o motivo das futuras guerras e o Brasil pode usar isso, inclusive, como *commodity* no futuro.

Alguém está dizendo aí "Ah, mas ele já está pensando em vender água"; até, se for preciso, isso, mas, para isso, nós temos que conservar para a nossa gente primeiro. Eu sou defensor da mata ciliar sim.

Agora, eu não posso concordar, Sr. Presidente, com o discurso de que nós podemos colocar toda a responsabilidade nos ombros de quem tem uma propriedade rural e só ele tem a responsabilidade, porque fica muito bonito, a mata ciliar verdinha de cada

lado do rio, e um rio correndo poluído, cheio de detritos, de dejetos, contaminado, onde não há vida mais, porque lá em cima, na sua cabeceira, ele foi poluído, pela irresponsabilidade de governos que não fazem o saneamento e na hora de cobrar a responsabilidade do produtor rural, cobram.

Nós temos 48% de água tratada nas cidades, nas cidades deste país, o resto não é tratada, mas vai ver o que acontece em todas as cidades brasileiras. As águas são jogadas nos rios sem nenhum cuidado, sem nenhuma responsabilidade.

Este país produz 125 milhões de toneladas de lixo, e joga nos lixões, a céu aberto, sem nenhum cuidado, nós não podemos continuar discutindo o meio ambiente, falando só em floresta, nós temos, sim, que cuidar da floresta, das águas, mas nós temos que envolver a sociedade, porque a constituição não diz que a responsabilidade é só do produtor rural, mas é da sociedade e dos governos.

Para o governo cobrar a recomposição da mata ciliar, tem que dar assistência técnica, fornecer mudas, instrumentalizar o produtor e isso não acontece. Não adianta um rio com mata ciliar, com rio podre dentro, porque dele não poderá se tirar a água para abastecer os animais, nem os homens. Nós precisamos de rios limpos, até eu estou iniciando um projeto no estado, que quero colocar como desafio à sociedade paranaense.

Lá nós vamos limpar todos os rios do estado, este é um projeto, é um projeto sério, porque fazer o discurso que o produtor tem que fazer a mata ciliar, também faço, mas ele deve ser complementado pelo trabalho dos governos que devem fazer o saneamento, tratar as águas que são despejadas nos rios e córregos, porque senão não adiantará a mata ciliar.

Estão matando os rios e com eles, estão morrendo pessoas. Morre muito mais gente de endemias provocadas por águas contaminadas neste país do que se imagina. Morre muito mais gente por falta de água no mundo, do que se imagina, mas sobretudo, nós precisamos, Sr. Presidente, envolver a sociedade. Então, eu quero aqui fazer a proposta que a OCEPAR me entregou. Nós não podemos abrir mão dos direitos que os produtores conquistaram ao longo dos anos, de produzir e sustentar, inclusive, nesse momento, o país que precisa muito mais da agricultura, do que antes da crise.

Quando eu ouço dizer, palavras agressivas, depreciativas ao agronegócio, ignorantes, que querem se colocar como intelectuais, fazendo um discurso ideológico atrasado, um discurso rançoso, porque agricultores, o agronegócio é composto por agricultores, familiares, pequenos, médios e grandes, todos, que

tem muita preocupação com a preservação do meio ambiente, porque ele sabe que é preciso [interrupção no áudio] que é preciso preservar para produzir, Sr. Presidente.

Agora, eles não são os únicos que tem que fazer isso. E aí eu trago aqui e vou ler rapidamente, porque eu sei que o meu tempo acabou em dois minutos, e vou fazer: *"Aos produtores rurais"*, essa é uma proposta da OCEPAR do Paraná, que deve ser considerada nos debates, eu gostaria que os participantes da Mesa levassem essa proposta, *"Aos produtores rurais caberá a preservação e recuperação das áreas de preservação permanente de suas propriedades. Caberá à sociedade, sobre coordenação da administração direta, município, estado e federação com a participação dos comitês municipais de meio ambiente, a obrigação de complementar o índice de reserva ambiental denominada reserva coletiva, necessária e suficiente para garantir o mínimo de 20% da cobertura florestal do estado"*, no caso do Sul, 80% no caso da Amazônia, 35% no caso do Cerrado, é a reserva coletiva; Então não está na constituição, que todos tem responsabilidade? *"Os produtores rurais que tiverem suas atividades inviabilizadas economicamente pelas exigências da legislação ambiental [soa a campainha] serão remunerados por meio de pagamento pelos serviços ambientais prestados. A propriedade que apresentar área florestal que não se enquadre como área de preservação permanente, poderá preservá-la em benefício da coletividade, recebendo benefícios diretos ou indiretos para sua manutenção."*

Todo mundo achou bonita aquela reportagem da água que é servida em Nova York, que dá para abrir a torneira e tomar, mas quem está preservando aquela água lá em cima perto do Canadá, está recebendo para preservar, ele está recebendo em forma de *royalties* ou de outra forma, e é isso que está sendo proposto aqui.

Quem preservar tem que ser premiado por isso e não ser condenado, não ser punido por isso. Se nós premiarmos aqueles que preservam o meio ambiente, mais preservarão o meio ambiente e o Poder Público tem que pensar nisso, isso tem que estar na lei.

"Em se tratando de pequenos fragmentos florestais, isolados, será permitido a relocação dessas áreas mediante [interrupção no áudio] [soa a campainha] projeto técnico, desde que comprovado o ganho ambiental."

Então, Presidente, para encerrar. O meio ambiente tem que preservado, porque sem preservar, nós não vamos produzir mais. Esta aí a técnica do plantio direto, estão aí as técnicas que a EMBRAPA lançou por todo

país, que proporcionaram aumentar 132% de produtividade, de produção, 100% baseado na tecnologia, na produtividade.

Nós precisamos usar isso aqui, a lei não pode ser apartada disso. E nós não podemos nos esquecer desta premissa, preservar o meio ambiente não é responsabilidade do produtor rural apenas, mas de cada cidadão que está nesse país esperando uma legislação nova, com menos conflitos, com menos confusão, para que ela possa ser cumprida, mas tem que ser uma obrigação de todos.

Fazer discurso da Tribuna é fácil. Cada um tem que dar sua contribuição, preservar para produzir, Sr. Presidente, mas todos participando com responsabilidade da preservação [interrupção no áudio].

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Obrigado Senador Osmar Dias. O próximo orador inscrito é o Senador Casagrande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Pela ordem Senador Jaime.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Eu gostaria de aproveitar essa Audiência Pública, Sr. Presidente, para anunciar que na sessão de hoje, aqui do Senado, estarei protocolando, junto a Secretaria Geral da Mesa, um requerimento no sentido de formalizar a proposta aqui apresentada, no sentido de criarmos uma Comissão Especial destinada a elaborar o Projeto de Código Ambiental Brasileiro.

Só assim, Sr. Presidente, conseguiremos rever conceitos, colocar as florestas onde elas devem estar e compatibilizar a preservação e a produção em nosso país, com a participação ampla dos setores interessados e toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Senador Casagrande, com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB – ES): Muito obrigado, Sr. Presidente senhores senadores e Sras. Senadoras, senhoras e senhores, eu vou falar do lado de cá, para que vocês possam fazer o equilíbrio aí das articulações também, não ficarem só olhando para o lado de lá. Liderança, ambientalistas e entidades presentes, lideranças do setor da agricultura, do agronegócio, na pessoa do Júlio Rocha, lá do Estado do Espírito Santo, Presidente da Federação da Agricultura do Estado do Espírito Santo.

Sr. Presidente, primeiro dizer da importância das exposições, mesmo que as exposições possam não ter toda... Todo o foco num único ponto, mas as expo-

sições dos dois pesquisadores da EMBRAPA foram muito boas, eu quero aqui reconhecer.

O trabalho pode ser utilizado, acho que o Evaristo falou sobre isso, para um ou para outra, de acordo com o interesse, mas as informações são importantes, mesmo que elas possam ir sendo corrigidas no decorrer do tempo, as informações são importantes.

O debate sobre a APP fluvial e de topo de morro é importante. Não adianta nós acharmos que não é importante o debate. As exposições de cada um, os dados que o Meio Ambiente trouxe para nós aqui, foram fundamentais, são importantes porque mostram uma visão, os mesmos números, uma visão um pouco diferente daquela apresentada por outros.

Então nós estamos aqui bem servidos, bem atendidos, eu vi aqui a proposta do Jayme, eu sou Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que é Meio Ambiente, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. Já propus aos membros da comissão, nós vamos fazer, vocês todos e todas, serão convidados a participar, vamos fazer um ciclo de debates. Nós vamos aprofundar o debate da gestão florestal, que aí entra a questão do Código Florestal, lá na Comissão de Meio Ambiente, esse debate é um debate importante, nos temos que fazer, Senadora Ideli, esse debate de forma profunda, para que a gente encontre de verdade, e aí eu concordo plenamente, na definição de uma política nacional de florestas, tem todo o meu entendimento, eu sou engenheiro florestal, quer dizer, me formei em Engenharia Florestal, já não sou mais engenheiro florestal, sou político hoje, já ocupei diversos cargos, mas eu tenho as noções básicas da Engenharia Florestal ainda na cabeça, sei da necessidade da floresta, sei da importância da floresta, eu acho que o Brasil ter uma política florestal é fundamental.

E a floresta cada vez mais, se os brasileiros não quiserem fiscalizar as florestas, outros povos, de outras nacionalidades, fiscalizarão por nós, porque a floresta cada vez mais vai estar sendo vigiada por nós ou por outros. Por nós ou por outros. E nós estamos agora no meio de uma crise financeira, que virou uma crise econômica e a crise não é econômica-financeira, a crise é de modelo, a crise é de modelo, o modelo de desenvolvimento adotado pelo mundo é um modelo que fracassou na área social, porque não consegue incorporar milhares de irmãos e irmãs de qualquer país do mundo, no consumo, na qualidade de vida.

Fracassou agora na área econômica e na área financeira, e já tinha fracassado na área ambiental, este modelo fracassou na área ambiental. E eu vejo até, falava ontem com a Telma Kruger, que é do INPE, foi Secretária de Mudanças Climáticas, falei assim: “A senhora acha que essa disputa é uma disputa perdi-

da, a senhora acha que nós não vamos chegar a uma posição de vencermos os desafios colocados por nós, para que a gente possa ter um modelo que se auto-sustente?" Porque do jeito que nós estamos indo, do jeito que nós estamos indo, nós estamos no caminho errado. Estamos no caminho errado com o desmatamento que a gente tem, no caminho errado na luta ambientalista, porque você vê que no ano passado, quase 20 termoeletricas a carvão e a óleo foram licenciadas e só uma hidrelétrica foi licenciada.

Os ambientalistas focam algumas coisas que não dão resultados, e deixam de focar outras que tem resultado. Tem aqui, parece, uma disputa ideológica, já vem para cá, parece que alguém quer desmatar, outro quer proteger, alguém quer ser radical e outro quer que seja todo liberal.

Eu acho que nós... Acho que a virtude não está de um lado nem do outro aqui neste debate, acho que a virtude tem que ser uma virtude de nós buscarmos um caminho do entendimento, o Parlamento é para isso, o Parlamento é para buscar o caminho do entendimento, para tentar buscar o caminho do jeito [soa a campainha] que a coisa se colocou lá na Câmara e no debate, da alteração do Código Florestal, não vai, não vai porque as forças se anulam.

Sr. Presidente, eu não vou gastar o tempo que gastou a Kátia, não tenho pretensão, nem o tempo que gastou o Mercadante, não tenho a pretensão, mas eu quero um pouquinho mais do que os cinco minutos concedidos, que o senhor me concedeu, para eu acabar de fazer, acho que mais dois ou três minutos de fato, eu concluo o meu pensamento.

Do jeito que começou na Câmara, não vai, não vai as coisas vão se anular. Não adianta aqui alguns parlamentares ligados ao agronegócio mais diretamente fazer a defesa, não adiante outros ligados aos ambientalistas fazer a defesa, não vai avançar para lado nenhum.

O que está claro é o seguinte: tem diversidade no Brasil? Tem diversidade. Tem que considerar isso? Tem que considerar isso. O tema das características pedológicas, da inclinação, da formação do solo é fundamental? É fundamental para a avaliação. Tem que ser o mesmo tamanho aqui, o mesmo tamanho ali? Não, acho que não, agora, se nós hoje não temos condições nem de fiscalizar uma coisa linear como é hoje, como é que nos vamos fiscalizar uma coisa que seja dependente de um estudo mais profundo? [soa a campainha] Nós não temos essa capacidade, a gente não tem condições, Ministra Marina Silva, não temos essa capacidade.

Então eu concordo em repassar tarefas para os estados e para os municípios, eu sou um defensor de

um novo pacto federativo em todos os assuntos, tem um projeto de lei, mas a gente discute muito, mas não avanço muito naquilo que pode.

Tem um Projeto de Lei do Governo na Câmara, que dá novas tarefas aos estados e municípios, com relação ao licenciamento ambiental, esse projeto não avança na Câmara, tem diversos deputados, tem um deputado aqui, tinha diversos deputados aqui, ao invés de pedir mais coisas, vamos cuidar daquilo que já está lá, já tem uma proposta de lei na Câmara, dando tarefa aos municípios e aos estados, para que a gente possa fazer uma nova ação na área de licenciamento ambiental; eu sou favorável.

Agora, não sou posso ser favorável a você dar liberdade, se você tem certeza que essa liberdade vai causar mais desmatamentos, não posso ser. Só posso dar liberdade, porque hoje em dia, porque os ambientalistas não querem a mudança do Código Florestal? Porque acha [soa a campainha] que o governo não controla as coisas, não controla, então não confia, então é melhor ter uma coisa restrita, restrita, porque o estado, não vou colocar o Governo Federal, o Estado não controla.

Por que que não avança com relação a florestas produtivas em áreas já desmatadas na Região Norte? É porque acha que se abrir isso, vai abrir um rio de desmatamento. Por que não estamos discutindo legalização de 1500 hectares na Amazônia? Por que não estamos discutindo? Porque a gente acha, estamos discutindo, porque a gente acha que a medida que vai legalizando mais, mais abertura para novo desmatamento, não tem um limite, não tem um corte no tempo, então não tem essa confiança na ação do Estado, com relação às mudanças.

Eu estou propondo, então, que nós possamos fazer um seminário profundo, um ciclo de debates para sairmos da superficialidade [interrupção no áudio] o interesse de todos nós, para quem não conhece o tema, é fundamental, mas que a gente possa na Comissão de Meio Ambiente, aí em conjunto com outras Comissões, Agricultura, o Demóstenes quer fazer, da Justiça, eu acho que a gente deve aprofundar um debate, para que todos vocês possam vir com tempo, discutir conosco, a gente ter alguma coisa que possa caminhar no entendimento, porque acho que esse é o único momento da gente sair dessa letargia que nós temos hoje, de discutir assuntos tão importantes e não conseguimos encaminhar uma solução.

De fato, se quiser preservar, eu sou do Espírito Santo; o Espírito Santo, se for aplicar a legislação na ponta do lápis, nós perderemos mais da metade dos nossos cafeicultores do Estado do Espírito Santo. Então, nós temos uma realidade, tem que ser conside-

rada, não dá para não considerar a realidade que a gente tem no Brasil hoje. Isso tem que ser considerado efetivamente, agora, se quiser preservar, mais do que a legislação determina, de fato, tem que pagar, o pagamento por serviços ambientais, já foi dito aqui um exemplo, nós temos o exemplo do Espírito Santo, o Governo do Estado está pagando [soa a campanha] por serviços ambientais, temos diversos outros exemplos, então acho que nós temos que estabelecer novos conceitos, e o debate não é do Código Florestal, o debate é de gestão de floresta, o debate daquilo que a gente quer para o Brasil.

Se nós quisermos zero de floresta, então vamos ter uma política zero de floresta. Se a gente quer preservar o que tem, vamos adotar todos os instrumentos para que a gente possa preservar o que ainda nós temos de floresta.

Obrigado Presidente.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Obrigado, Senador Casagrande, pela brevidade e o Senador Neuto de Conto é o próximo inscrito. Com a palavra o Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB – SC): Sr. Presidente Senador Valter Pereira, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, nossa saudação a todos os debatedores, que vieram enriquecer o debate.

Sr. Presidente, eu estava refletindo o próprio debate; parece que vivemos uma crise estrutural, não só no Brasil, mas no mundo, e que estamos passando para o fim de um ciclo e a exaustão de um modelo de governar. Eu subo a essa Tribuna para defender o meu estado, defender Santa Catarina, o estado que tem somente 1.13% do território nacional, é o quinto maior produtor de alimentos do Brasil, é o 6º maior arrecadador da pátria, um estado que tem 213 mil propriedades rurais, 186 delas são pequenas, menos de 50 hectares, divididas pelas heranças, pelas famílias e que desse potencial todo está pagando um preço muito alto, porque, primeiramente, eu que fui Secretário da Agricultura, há mais de duas décadas, quando lançamos o Projeto Microbacias.

E o Projeto Microbacias, só nesses últimos 6 anos, investiu o governo 100 milhões de dólares para a pequena propriedade rural, investiu em todos os seguimentos, 936 microbacias, onde vivem 141 mil famílias. E o fundamento básico foi a educação, a educação que para que eu não perca o raciocínio, eu vou ler: “*Capacitação em temas ambientais, sociais e econômicos: 96.140 agricultores, 34.399 lideranças das associações de microbacias, 7 mil técnicos, 942 dirigentes, e 1.380 indígenas e 11.636 jovens foram treinados; educação ambiental: 1.158 oficinas de educação ambiental, 822*

eventos para troca de experiências entre as microbacias, 290 viagens educativas de excursões de uma microbacia para outra, 3.796 escolas rurais envolvidas com a atividade educacional ambiental, 860 projetos de educação ambiental, executados nas escolas rurais, e 236 oficinas práticas de educação ambiental para professores.” E aqui nós poderíamos ler durante duas horas, o investimento e o treinamento das pessoas.

Por isso eu não posso concordar que um passivo ambiental possa se transferir para um passivo social, se imagino o que acontecerá, se as leis, aqui citadas deverão ser cumpridas nas formas que a legislação estabelece.

Vamos engordar os cinturões, vamos criar mais favelas, vamos deixar a terra abandonada, porque já não tem mais condições de sobreviver com os pequenos espaços de terra, com tanta pressão que aqui se faz.

Sr. Presidente, senhores senadores. Só falam do projeto e eu fico engrandecido, porque o projeto Santa Catarina nasceu, primeiramente na educação, depois ele partiu para o debate, a lei foi para a Assembléia, a Assembléia fez dezenas de Audiências Públicas em todas as regiões do Estado, para que dessas Audiências Públicas pudesse, os senhores deputados ter a consciência [soa a campanha] do que eles estariam fazendo não só para o agricultor, mas para a sociedade barriga verde.

E dessas audiências, foi uma votação unânime, para que... E eles sabem que nós precisamos do meio ambiente, nós precisamos da produção, nós precisamos associar a produção, o meio ambiente e a área econômica.

Já o meu tempo está se terminando, tanta coisa, Sr. Presidente, poderia trazer aqui. Não concordo com o discurso do Senador, principalmente quando ele atinge o meu estado, que fez com responsabilidade, fez a sua grande maioria estar dentro da Lei Federal, está de acordo com a Constituição, ele foge em dois ou três itens, e foge, porque não é possível que uma sanga de 1 metro de largura, que uma vertente de meio metro de largura possa se inutilizar a sua proteção em 30 metros. Agora, é possível num rio de 30 metros manter 50, 30 ou 50, então nós temos... E essa estrutura, esse conhecimento é que nós temos que buscar, debater e eu fico aqui gratificado, porque se ele não está perfeito, está levando o Brasil ao debate. Todos os estados estão aqui representados pelos seus representantes na área rural, para que o debate venha e possa nos dar uma legislação segura, forte que nos dê meio ambiente e que nos dê, principalmente, também a área econômica.

Nós temos um maior patrimônio, precisamos preservá-lo, que é o ser humano, nenhum patrimônio

é superior a ele. E na defesa dele, que estou aqui para representar Santa Catarina e a sua gente.

Vou encerrar, Sr. Presidente, citando o filósofo chinês [soa a campainha] que viveu há três séculos antes de Cristo e parece que a sua filosofia está presente hoje, Sun Tzu dizia que se queres projetar a vida por um ano, plante cereais, porque dá para plantar e dá para colher, se quer preservar a vida por 30, 40 ou 50 anos, plante árvores, que ela será satisfatória, mas se queres projetar a vida para sempre, treine e eduque o homem.

Muito obrigado.
[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Agradeço ao Senador Neuto Conto, e a próxima oradora inscrita seria a Senadora Ideli Salvatti que permutou com a Senadora Marina Silva.

Nós fazemos um apelo a todos os senhores parlamentares agora, que abreviem o tempo, que nós estamos trabalhando contra ele. Tem a Sessão ordinária da casa que vai começar brevemente, então nós precisamos abreviar.

Então, com a palavra a Senadora Marina Silva.

SENADORA MARINA SILVA (PT – AC): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiro lugar eu quero dizer da importância desse debate sendo feito no Plenário dessa casa. E da importância de termos uma visão trans-disciplinar, interdisciplinar das questões. E eu fico muito feliz com a postura das demais Comissões ao terem agregado sugestão de outros nomes para que pudessem vir participar desse debate.

Quão rico foi a apresentação feita por cada um dos senhores expositores, que suscitou, da parte dos senhores senadores, um conjunto de manifestações, e interpelações, em relação ao que aqui foi dito, de sorte que aqueles que fizeram apresentações em *Power Point*, tiveram a oportunidade de colocar melhor as suas posições, mas nem por isso aqueles que foram sucintos deixaram de dar uma grande contribuição.

Eu acho que é assim que se produz a ciência, que se produz o conhecimento, é nesse contato e não necessariamente no embate entre idéias diferentes, entre posicionamentos diferentes. E aí, não só as ciências exatas, mas também as ciências humanas aqui representadas, não só as ciências humanas, mas também o olhar mediador da política que em última instância faz essa mediação para os processos decisórios.

A ciência é fundamental, foi dito por vários colegas aqui, que eu concordo, para poder calçar os processos decisórios. Todavia, não é ela que dá a última palavra, assim como não é a política que dá a última palavra, é

o processo de mediação que é feito o tempo todo, para que possamos chegar a esses resultados.

Eu fico muito feliz de que esse objetivo tenha sido alcançado com essa mesa plural. E quero parabenizar todos os senhores na pessoa do Dr. Tassio, do Ministério do Meio Ambiente e do Dr. Herman Benjamim, aqui representando o campo das ciências ditas humanas, para mim todas elas são humanas, porque todas elas se prestam a um único benefício, a produção do conhecimento, que não é estagnado que não é, em hipótese alguma, terminativo, é um processo cumulativo, e como processo cumulativo que se diz hoje, amanhã pode não ser, mas é assim que se produz a ciência.

Muitas verdades que foram ditas, hoje, foram relativizadas ou foram até negadas. Muitas que foram negadas ou relativizadas, no decorrer do processo histórico, elas foram confirmadas. E olha que quem está falando aqui é uma professora de ensino médio, de História, mas que por ter sido alfabetizada aos 16 anos de idade, se apaixonou pelo conhecimento, e é fantástico, a gente vê que existem pessoas aqui de cabelo branco produzindo conhecimento, pessoas jovens e brilhantes produzindo conhecimento, para que nós, os senadores, possamos aqui sair um pouco do debate da agenda do cotidiano, que tem sido tão amarga, tão dura para esse Congresso Nacional, e entrar nos grandes temas da sociedade brasileira.

Eu fico pensando o quanto os telespectadores da TV Senado devem ter se sentido orgulhosos de ver um debate que coloca as questões de uma forma integrada, não dicotomizada, não vamos dizer aqui, em hipótese alguma, que a agricultura não tem nada a ver com mudanças climáticas; tem a ver, tem tudo a ver e foi muito bem demonstrado aqui; não vamos dizer aqui que regularização fundiária, ordenamento territorial e fundiário, não tem nada a ver com cobertura vegetal, tem tudo a ver.

Como que um país que ainda tem mais de 60% de cobertura vegetal, pode negligenciar esse debate, quando pensa em um processo estratégico de desenvolvimento? Pensar o desenvolvimento no Século XXI, significa colocar novos paradigmas, significar ter uma nova visão, uma visão que faça uma inflexão civilizatória, uma inflexão civilizatória que dialogue com os representantes dos vários estados aqui, da agricultura, do setor, da agricultura do nosso país, com os ambientalistas, que durante muito tempo, foram vilipendiados, como se fossem um bando de irresponsáveis que só contemplam borboletas e passarinhos. Pelo contrário. Durante muitos anos, os ambientalistas pediam aos desenvolvimentistas que fizessem alguma coisa pelo meio ambiente [soa a campainha].

Hoje, eu fico muito feliz de verificar, Sr. Presidente, que são aqueles que estão na agenda do desenvolvimento que pedem aos ambientalistas tem que façam alguma coisa pelo desenvolvimento, e com alegria eu pude ver o governador Blairo Maggi, que tivemos embates muito grandes durante a minha gestão Ministério do Meio Ambiente, mas numa recente entrevista, ele disse: "Olha, o problema da reserva legal já não é um problema do Mato Grosso; o problema da reserva legal é um problema nas outras regiões do país, aqui está muito bom, 80%, nós estamos satisfeitos com 80%."

Se na minha época do Ministério do Meio Ambiente, eu tivesse me rendido ao discurso fácil, com certeza, hoje o Governador não poderia dizer isso, porque com certeza ele gostou de ver o desmatamento reduzir no seu estado, que crescia 48% e graças às medidas caiu cerca de 72% em 2005, quando tivemos os primeiros itens de desmatamento caindo.

Eu sei que V.Exa. fez um apelo para que a fala fosse rápido, eu sei que V.Exa., no começo, foi liberal com nossos expositores, com os nossos Senadores, porque ainda havia o tempo e agora V.Exa., com justa razão, pede para que se cumpra o tempo, mas eu vou pedir um pouco de *data venia*, porque isso para mim é muito importante, porque a legislação ambiental brasileira não é fruto de esforços escusos, de interesses não confessos, como disse o Ministro Mangabeira Unger.

Ela é fruto do constituinte originário, que apresentou essa proposição numa constituinte exclusiva, para escrever ali o artigo 225 da Constituição Federal, e o constituinte derivado tem que respeitar o que disse o constituinte originário sob pena de não estarmos respeitando aquilo que é o pacto feito pela sociedade brasileira, a sociedade brasileira fez um pacto na democracia e esse pacto democrático precisa ser observado.

As leis mudam e elas podem ser mudadas, mas devem ser mudadas numa perspectiva de melhoria e o que está sendo colocado aqui não é apenas uma mudança na nossa forma errada de fazer a agricultura, de fazer a mineração, de fazer a exploração florestal, do que quer que seja, o que está em questionamento aqui é a nossa forma errada de ser.

Se nós não fizermos esse questionamento, da nossa forma inadequada de ser, nós nunca chegaremos a uma resposta adequada para a nossa forma incorreta de fazer. Não se trata mais de um debate, aonde o meio ambiente se opõe a meio ambiente, o desenvolvimento se opõe ao meio ambiente, isso faz parte da mesma moeda, quem tiver capacidade técnica, que responda a essa equação, quem tiver compromisso ético que responda a essa equação, quem tiver compromisso que vá além do aqui, agora, de sa-

crificar os recursos de milhares e milhares de anos, pelo lucro de apenas algumas décadas, que responda essa equação, como desenvolver protegendo, como proteger desenvolvendo?

É isso que na Convenção do Clima está posto como desafio, aonde as pessoas dizem: "Vamos mitigar, vamos adaptar, vamos enfrentar as vulnerabilidades das mudanças climáticas, mas vamos fazer de tudo para não ter os efeitos indesejáveis." Quais são os efeitos indesejáveis? Que a nossa agricultura perda a competitividade e o bom é que é possível fazer as ações todas sem perder competitividade.

Agora, nós vamos perder, sim, competitividade, se nós não formos capazes de nos antecipar, se nós continuarmos fazendo como sempre fizemos. É uma irresponsabilidade, será uma irresponsabilidade, do governo, do Estado Brasileiro, desse Congresso, porque nós não estamos aqui não é para fazer o discurso mais fácil é para fazer aquilo que é necessário.

Durante todos esses anos no Ministério do Meio Ambiente, com incompreensões, mas nós fizemos uma agenda estratégica. O Dr. Tassio que veio aqui sabe que o serviço florestal brasileiro é parte dessa equação, a BR 163, com plano de desenvolvimento sustentável, com 91% é parte dessa equação, as ações voltadas no PAS, Programa Amazônia Sustentável...

Eu vou suplicar à V.Exa., um pouquinho da liberalidade de que V.Exa. teve com meus outros colegas, porque eu sei que daqui a pouco vamos ter a homenagem a Dom Helder, mas esse momento é muito importante, até em homenagem a memória de Dom Helder.

Dom Helder foi um homem que viveu a sua humanidade com a mais profunda radicalidade e ser humano com radicalidade, não é colocar o homem em primeiro lugar, é colocar o homem no seu devido lugar, como aquele que é capaz de pensar por si mesmo, e pensar por aqueles que não pensam, que é a natureza.

Nós somos os olhos da natureza, nós somos as mentes da natureza, nós somos as mãos da natureza, nós podemos usá-la para nos beneficiar, protegendo-a, mas nós podemos usá-la para nos derrotar, derrotar a nós mesmos, destruindo.

Quando sai de 30 [interrupção no áudio] sai de 30 metros para 5 metros, na margem dos rios, nós estamos dizendo uma coisa, é como se eu conversei com os alunos da Conferência de Meio Ambiente, eles queriam entender porque havia uma diferença entre 5 metros e 30 metros para as matas ciliares, "Olha, os nossos cílios, as nossas sobranceiras, é para proteger do suor; agora se nós decidirmos que basta um cílio, com certeza não vai proteger do suor". É isso que está sendo proposto, é isso que está sendo feito, é por isso que o vosso estudo é muito importante e é

por isso que a fala do Dr. Herman Benjamim foi muito importante.

Nós estabelecemos preceitos gerais para que a lei possa ser aplicada, na mediação que é feita pela sociedade, porque se cada juiz, se cada fiscal do IBA-MA não tiver um parâmetro, aí sim vamos ser todos prejudicados e na ausência de uma legislação que seja respeitada, que seja cumprida e implementada [soa a campainha], aí nós temos o Deus dará e não é isso que está sendo reivindicado aqui.

Eu tinha uma série de informações que eu trouxe para esse debate, mas o Senador Mercadante, o Tássio, os que fizeram suas exposições, o Beto Veríssimo, o Beto Ricardo, todos eles colocaram com maestria, outros Srs. Senadores, o que estamos fazendo aqui é algo estratégico, é algo importante, que deve calar fundo no coração de cada homem e cada mulher, porque nós estamos diante de um compromisso intergeracional, aqui não se trata de fazer agricultura apenas para o filho e para o neto, trata de se defender o direito daqueles que ainda não nasceram e o Brasil, graças a Deus, para além de nós os políticos, ele é capaz de dar essa resposta.

A pesquisa do Datafolha diz que 91% dos brasileiros não querem desmatamento, 90% dos brasileiros querem ver combater desmatamento, mesmo que tenhamos um custo maior nos nossos produtos de agricultura, e nos nossos produtos madeireiros. Isso é um pensamento que pode ser apenas um sentimento difuso, pode ser apenas um sentimento difuso, mas, se canalizado por quem tem pensamento estratégico, por quem é capaz de utilizar a força inventiva, criativa, da ciência e do coração daqueles que querem muito além do lucro aqui agora, nós podemos fazer esse país uma outra história.

O Beto falou que o Haiti é aqui, mas pode não ser aqui, nós não precisamos retardar a escravidão do homem sobre a natureza. Nós podemos acelerar a reconciliação do homem consigo mesmo, do homem com o seu trabalho, do homem com o seu conhecimento, para aquilo que há de melhor na humanidade.

O problema da meia verdade é quando a gente diz que a meia verdade é a verdade inteira; a verdade é parcial e ela se constrói na coletividade. É por isso que isso aqui foi importante, a decisão sobre o Código Florestal brasileiro, sobre a legislação ambiental brasileira, não será fruto [interrupção do áudio] [soa a campainha] não será fruto de uma cabeça, por mais iluminada que seja. Será um processo em co-autoria, não será do Congresso para a sociedade, será com a sociedade, porque nós não fomos eleitos para substituí-la, nós fomos eleitos para representá-la, e 90% do povo brasileiro, diz que quer produção com sustenta-

bilidade, quer sustentabilidade com produção. Essa é a equação, que a nossa competência e que Deus nos ajude a respondê-la.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Obrigado Senador Marina Silva, o próximo orador inscrito é o Senador Flexa Ribeiro, por permuta com o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Eu gostaria de alertar o Senador Flexa Ribeiro que nós estamos a 13 minutos de começar a sessão ordinária do Senado, portanto, o prazo de V.Exa. tem que ser encurtado o máximo possível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): É, pelo informe de V.Exa. eu tenho 13 minutos para poder usar da Tribuna.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): V.Exa. vai usar cinco.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Prorrogáveis por tanto quanto foram prorrogados os Senadores que me antecederam. Mas, não precisarei de tanto tempo não, Senador, eu quero dar oportunidades a outros colegas que possam também fazer uso da Tribuna.

Quero saldá-lo e em seu nome saudar a todos os integrantes da Mesa aos nossos Senadores e Senadoras, e dizer da importância, da importância dessa Audiência Pública.

Pelo meu conhecimento, e quero aqui parabenizar a Senadora Kátia Abreu, é a primeira Audiência Pública de todas as Comissões permanentes do Senado Federal. Ela aprovou o seu Requerimento em todas as 13 Comissões, eu, há pouco conversava com um jornalista, e o jornalista me perguntava de que lado eu estava, se eu estava do lado da Senadora Kátia Abreu ou se eu estava do lado da Senadora Marina Silva.

Eu respondi com muita tranquilidade, eu disse que eu estava do lado do Brasil, do lado da Amazônia, do lado do Pará, e o que eu verifico, prestando atenção a todas as brilhantes exposições que aqui foram feitas, o que eu verifico e me preocupo muito, Senador Valter Pereira, é que nós estejamos tendo uma conversa entre surdo e mudo, ou seja, nós não conseguimos avançar, aqueles que não querem ouvir, e aqueles que não querem falar.

Os discursos são muito bonitos, muito bonitos, cada um vem e defende, eu vou defender os que plantam banana no topo de morro lá em São Paulo, eu vou defender os que plantam café lá no Espírito Santo, aí não pode, é uma atividade centenária, nós não podemos alterar aquilo que já está consolidado.

Gente, o que está faltando a todos nós, a todos nós, é bom senso. É querer resolver o problema, como bem disse o Ministro Hermam Benjamin, pelo aquilo que nos une e não pelo aquilo que nos divide, nós não vamos chegar a lugar nenhum, nem do lado da produção e nem do lado ambiental, se nós não buscarmos uma agenda que seja convergente, vamos buscar aquilo que pode ser resolvido e vamos resolvê-la, o mais breve possível, vamos deixar as questões que não há consenso, para tentar resolvê-las com o diálogo mais amplo.

A Senadora Marina Silva, que eu tenho o maior respeito, ela acabou de dizer que 90% dos brasileiros, das pessoas, melhor dizendo, concordam que precisam produzir preservando e preservar produzindo. Eu digo que não são 90% não, 100% tem este pensamento. Agora, vamos colocar em prática o pensamento, vamos sair do discurso para fazer com que a coisa possa funcionar, o meu estado, o meu estado e aqui, o Dr. Adalberto Veríssimo, que representa uma ONG, IMAZON, ele sabe, ele sabe o respeito que o Estado do Pará teve no governo passado, no Governo de Simão Jatene, com a questão ambiental.

Foi, se não me falha a memória, o segundo estado do Brasil, a aprovar o zoneamento econômico ecológico, aprovado depois de uma discussão com toda a sociedade. E nem por isso foi aprovado pela unanimidade dos votos dos deputados da Assembleia Legislativa, de todos os partidos, inclusive, do PT, aprovado por unanimidade.

Então já subiu aqui à Tribuna, deputado, Deputado, se não me falha a memória, Renato Casagrande defendendo o pacto federativo. Os estados têm que ter liberdade dentro da federação brasileira de definir; já foi transferida para os estados e municípios, a ação na área da saúde, educação, é lá que nós vivemos, é no município que nós habitamos, é lá que as coisas acontecem, então é por lá que nós temos que também fazer a gestão ambiental dos estados e municípios.

Nós vamos ficar aqui discursando eternamente, se não fizermos o zoneamento econômico ecológico de todos os estados brasileiros, e, aí sim, definir quais são as áreas que devem ser preservadas, quais são as áreas que devem ser utilizadas intensamente, e quais são as áreas que podem ser semi-utilizadas através de manejos e outras técnicas [soa a campainha]. Mas, para isso, precisa fazer um levantamento e não há.

Uma outra ação importante que precisa ser feita, e que é consenso de todos é a regularização fundiária; é a regularização fundiária. Então, eu apresentei um projeto, Senador Valter Pereira, em 2005, um projeto que era de uma única folha e dois ou três artigos, que dizia o seguinte: que nas áreas já alteradas, nas

áreas já modificadas, eu quero repetir isso, porque os ambientalistas de má-fé, não são todos, não são todos, mas os ambientalistas de má-fé divulgam pela mídia que o meu projeto é floresta zero, como se eu quisesse cortar raso todos os projetos da Amazônia, para a qual ele foi inicialmente projetado e do Brasil, como um todo.

Pelo contrário, o meu projeto não permite o corte de uma única árvore a mais, mas é preciso que sejamos inteligentes, que nós possamos consolidar aquilo que já está aberto, nós possamos usar aquilo que já foi alterado pelo homem, de forma intensiva e manter a reserva legal de 80%.

É outra informação de má-fé, que o meu projeto altera a reserva legal. Não é verdade, o projeto mantém a reserva legal na Amazônia de 80%, apenas, apenas ele vai na direção do uso do bom senso, ou seja, em vez de se fazer reserva legal por propriedade, temos que fazer reserva legal por lote, através de compensação em áreas de preservação ou áreas, que sejam elas públicas ou privadas, gerando, gerando o que já foi falado aqui [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Nós estamos no limite.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Já concluo, já concluo, gerando aquilo que já foi falado, que é o pagamento do serviço ambiental para aqueles que preservaram e poderão usar a sua área de preservação, locando essa área, ou vendendo essa área, para que ela sirva de reserva legal, em áreas que já foram antropizadas anteriormente.

E não é, e não é também como está sendo dito, indutor para novo desmatamento, porque o projeto, ele remete a um prazo anterior à aprovação da lei. Era até 2006, no projeto original.

Então eu quero parabenizar, parabenizar aos expositores, quero parabenizar ao Senado Federal, e dizer que essa Audiência Pública, Senador Valter Pereira, tem que ter continuidade.

Há pouco o Senador [interrupção no áudio] [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Senador Casagrande?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Não, Senador Campos, Jayme Campos propôs a criação de uma comissão para discutir a questão, não do Código Florestal, mas da política florestal brasileira.

Eu diria que nós temos que manter permanentemente aberto esse diálogo, para chegarmos aos poucos aquilo que possa melhorar a qualidade de vida de todos os brasileiros, principalmente aqueles brasileiros da Amazônia, que se nós fossemos andar por lá, iríamos constatar exatamente aquela verdade que não é

dita, que lá existem brasileiros que não tem acesso a água potável, não tem acesso a saneamento, não tem acesso à vida digna, de forma, à vida humana digna.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

[palmas].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Sr. Presidente, pela ordem. V.Exa. pretende encerrar às 14 horas. Vai haver ampliação do prazo ou será encerrada às 14 horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Não, tem que encerrar, às 14 horas, porque... Sessão ordinária do Senado. Está... Trinta segundos para a Senadora Ideli, e temos que encerrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu sou o próximo inscrito?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): O próximo seria o Senador Suplicy, certo? Mas ele está lá, inclusive, pedindo pela ordem para ser.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT – SP): Sem prejuízo da fala da Senadora Ideli Salvatti, eu gostaria apenas então, dada a premência do horário, cumprimentar todos os oradores, observar, do ponto de vista regimental, que com respeito a sugestão formulada pelo Senador Jayme Campos, só cabe a formação de uma comissão para examinar projetos de código, depois da formulação de um projeto, conforme diz o artigo 374.

Isso apenas para chamar a atenção e eu só tenho uma pergunta a todos os expositores, a quem tanto cumprimento, para aprender, se, a luz do estudo que o Dr. Tassio Azevedo, do Ministério do Meio Ambiente colocou, que aponta termos 300 milhões de hectares disponíveis para a exploração agropecuária, como avaliar o estudo do Dr. Evaristo Miranda, pesquisador do EMBRAPA, que afirmou que cerca de 71% do território está legalmente destinado à preservação ambiental e minorias, e, sobretudo, se há uma maneira de chegarmos a um entendimento, conforme aliás entendi, foi a formulação de quase todos os oradores, porque me parece que o sentido comum da palavra dos depoentes, ainda que com pontos de vista diferentes, é que possamos nós chegar a um entendimento sobre o assunto.

Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Muito bem. Eu passo a palavra para a Senadora Ideli, que terá um prazo de 10 segundos para concluir seu pronunciamento.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Eu tenho certeza absoluta que V.Exa. não será tão indeciso para comigo.

Eu queria cumprimentar todos os nossos expositores [soa a campainha], parabenizar esta atividade extremamente importante do Senado da República, um tema tão apaixonante, que se nós tivéssemos todo o horário do mundo, vararíamos a madrugada.

E eu quero terminar aqui este evento com algumas questões, que eu imagino que quem está nos assistindo deve estar perguntando, como eu estou perguntando desde o início da sessão.

O Brasil é grande, o Brasil é muito grande, o Brasil é diferente, ele é muito diferente. Então como é que a gente pode explicar que num Brasil deste tamanho, a gente tenha ainda pessoas e não são poucas, brigando para ter o direito de trabalhar um pedacinho de terra, um pedacinho de terra? Num Brasil destas dimensões, destas dimensões e veja bem, como a democracia do uso da terra está muito longe aqui no Brasil, muito longe.

Santa Catarina não é um estado considerado de latifundiários, não é, não é. Mas olha a realidade da posse da terra, no meu estado, em Santa Catarina: 90% das propriedades rurais, 90% das propriedades rurais, tem no máximo até 50 hectares, não é Senador Neuto de Conto? Mas sabe quanto do território estes 90% de proprietários rurais catarinenses ocupam? 40%, porque tem 10%, Senador Neuto de Conto, lá em Santa Catarina, imagina no resto do Brasil, tem 10% que ocupa 60% das terras. 60% das terras.

E aí como é que a gente vai explicar então essa história de falta de terra, como é que a gente vai explicar que... Mas Santa Catarina produz, com toda a dificuldade, somos o primeiro produtor nacional de cebola [interrupção no áudio]. Já vou--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Já deu uma demonstração cabal de uma senhora capacidade cívica.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT – SC): Segundo produtor nacional de fumos e aves, terceiro produtor nacional de arroz e aí por diante.

Agora, se a gente não quiser falar, que quando a gente vai falar de meio ambiente tem que falar de propriedade, de distribuição de terra, gente, senão parece que o problema é o meio ambiente, só, quando não é.

[palmas].

Agora, vamos entrar num outro assunto, usando a realidade de Santa Catarina: a distribuição do resultado do trabalho na agricultura, o resultado. A agricultura familiar, que ocupa 40% da terra, emprega mais de dois terços dos que trabalham na terra, tem como resultado econômico, menos de um terço do agronegócio.

Ocupa dois terços da mão-de-obra [soa a campainha], tem só 40% da terra, e consegue só um ter-

ço do resultado econômico. O agronegócio emprega apenas um terço da mão de obra, tem 60% das terras e consegue de lucro, de resultado econômico, mais do que três vezes a agricultura familiar.

Então, quando nós vamos tratar do assunto, nós temos que tratar da propriedade da terra e nós temos que tratar do resultado da distribuição do resultado econômico da agricultura, porque senão fica parecendo, Senador Neuto de Conto, que na hora do nosso produtor de suíno e de ave de lá, que ganha uma merrequinha, e que a grande lucratividade acaba indo para o agronegócio e não para o agricultor familiar.

E aí nós vamos querendo cada vez mais terra para a agricultura, cada vez mais isso, cada vez mais aquilo, quando a situação poderia muitas vezes ser [interrupção no áudio] [soa a campainha] por uma solução que pudesse fazer uma justiça social, num melhor distribuição da renda e numa melhor distribuição da terra.

Isso tem que estar colado, tem que estar junto com a discussão que nós queremos fazer aqui.

E queria dizer ainda mais um outro elemento: nós temos 60 milhões de hectares de terras degradadas. Isto é quase 10% de todo território nacional. Então num país deste tamanho, tão diferente, com 10% do território que a agricultura já avançou e abandonou, a pecuária usou e jogou fora, que nem lenço descartável, nós temos como explicar para o mundo e para o Brasil de que nós vamos desmatar mais?

Nós temos [interrupção no áudio] 10% das terras degradadas, nós temos muito mais do que nós poderíamos reivindicar mexendo na legislação ambiental indigenista do nosso país.

Então eu quero dizer de forma muito clara: temos que discutir as diferenças, a realidade que cada estado tem, os pequenos agricultores lá de Santa Catarina e eu quero dizer, inclusive, que muitos deles entraram nessa discussão do código ambiental com razões, motivos, etc. e tal, mas a solução para os pequenos agricultores, está em democratizar o uso da terra, democratizar e distribuir a riqueza oriunda da terra e a gente recuperar as áreas degradadas em vez de mexer em floresta e área de preservação.

[palmas].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB – MS): Obrigado pela síntese da Senadora Ideli Salvatti. E antes de encerrar essa sessão, eu quero registrar a presença dos presidentes dos sindicatos rurais dos municípios de Maracaju, Ribas do Rio Pardo e de Três Lagoas, do meu Estado de Mato Grosso do Sul, juntamente com o Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da Federação de Agricultura de Mato Grosso do Sul, FAMASUL, José Armando Amado.

Muito obrigado a todos pela presença, especialmente os nossos agradecimentos a todos os expositores que deram hoje um combustível extraordinário, uma contribuição muito relevante para esse debate, que certamente levará a bom termo, o tema que aqui nós estamos debruçando.

Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 14h08.

Ata da 10ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 30 de abril de 2009, às 8 horas e 30 minutos, no Auditório do Interlegis.

Às oito horas e trinta minutos do dia trinta de abril de dois mil e nove, no auditório do Interlegis, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores *Serys Slhessarenko, Delcídio Amaral, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Wellington Salgado, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Jayme Campos, Flexa Ribeiro, João Durval, Expedito Júnior e Eduardo Suplicy*. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Senhor Presidente declara aberta a reunião, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. **PARTE I** – Comunicados da Presidência – A Presidência procede a leitura dos comunicados. Aprovação do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 1.176, de 1995, que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e que tramita em regime de prioridade na Câmara dos Deputados e foi aprovado, no último dia 15 deste mês, na Comissão de Viação e Transportes daquela Casa. A proposição será, agora, submetida à Comissão de Finanças e Tributação, e, em seguida, à Comissão de Constituição e Justiça, depois vai ao plenário e à sanção presidencial; Ofício recebido do Senador Francisco Dornelles, em que o Senador, membro desta Comissão, acusa e agradece a remessa da cópia do ofício encaminhado ao Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abordando a grave questão da compensação dos fundos de participação de Estados e Municípios, em decorrência das perdas nos níveis de transferência provocada pela queda na arrecadação federal, e, de uma maneira especial, pelas isenções de IPI para alguns setores da economia. **PARTE II** – Audiência Pública – Em atendimento aos Requerimentos nº(s) 11 e 12 de 2009-CI, de autoria dos Senhores *Senadores Gilberto Goellner, Delcídio Amaral e Jayme Campos*, respectivamente, com a fi-

nalidade de “Contribuir com informações a respeito do Processo de Licenciamento Ambiental das Obras do PAC”, com a presença dos seguintes convidados: Senhor Luiz Eduardo Garcia, Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura e Transportes da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, do Ministério dos Transportes; Senhor Miguel de Souza, Diretor de Planejamento e Pesquisa, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, e o Senhor Rodrigo Otaviano Vilaça, Diretor – Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários – ANTF. O Presidente expõe os motivos da convocação e convida os participantes a comporem a mesa. Concede-se a palavra a cada convidado para suas considerações. Após as apresentações, discursa o Vice-Presidente da Comissão, *Senador Eliseu Resende*. O Presidente passa a presidência à Segunda Vice-Presidente do Senado Federal, *Senadora Serys Slhessarenko*. Após a arguição dos participantes e leitura de mensagens eletrônicas (e-mails) enviadas pelos expectadores, a Segunda Vice-Presidente do Senado Federal passa a presidência ao *Senador Gilberto Goellner*, autor do requerimento de realização da audiência pública. A Presidência procede a leitura do seguinte Requerimento

EXTRAPAUTA: ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 26, DE 2009-CI, Requer nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V do regimento Interno do Senado Federal que sejam convidadas autoridades abaixo relacionadas para que no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, com a finalidade que seja discutida a MP 452/2009. A Audiência se destinará especialmente à discussão da emenda do relator Deputado José Guimarães, na Câmara dos deputados, que promove um relaxamento nas regras de Licenciamento ambiental. Convidados: Roberto Messias Franco, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Luiz Antônio Pagot, Diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. **Autor: Senador Flexa Ribeiro.**

Resultado: Aprovado. Usaram da palavra a Senhora e Senhores Senadores *Flexa Ribeiro, Gilberto Goellner, Jayme Campos, Expedito Júnior, Delcídio Amaral e Serys Slhessarenko*. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, a Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às onze horas e trinta e quatro minutos, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 30 de abril de 2009, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Havendo número, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária da Comissão de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

A presidência informa aos Srs. Membros da Comissão o recebimento do Aviso 456 do Tribunal de Contas da União, do Presidente do Tribunal de Contas da União, o Ministro Ubiratan Aguiar, em resposta à solicitação desta Presidência, indicando os servidores Rafael Lopes Torres, titular da 8ª Secretaria de Controle Externo, e Pedro Ricardo de Almeida e Castro, Assessor na Secretaria de Fiscalização de Obras e Patrimônio da União – Secor -, para que participem e assistam a audiência pública sobre o licenciamento ambiental das obras do PAC. A Comissão lhes deseja as boas-vindas. E quero também informar aos Srs. Membros desta Comissão que, no próximo dia 14, teremos uma audiência pública, com a participação dos Srs. Diretores e Técnicos especializados do Tribunal de Contas da União, em que estaremos tratando das obras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União que estejam no âmbito do PAC. Nessa reunião, estaremos analisando obra por obra, o porquê delas estarem com atraso, ou se estão dentro do cronograma previsto, algumas outras, além do cronograma previsto, enfim, para tentarmos encontrar soluções para aquelas obras que, eventualmente, não estejam atendendo ao cronograma físico e financeiro previamente estabelecido.

A Comissão de Infraestrutura, portanto, dá as boas-vindas, oferece as boas-vindas aos Srs. Membros do Tribunal de Contas da União, que nos dão o prazer da sua presença nesta reunião da Comissão de Infraestrutura.

Comunicados. O primeiro comunicado trata do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 1.176, de 1995, que estabelece os princípios e as diretrizes para o Sistema Nacional de Viação e que tramita em regime de prioridade na Câmara dos Deputados e foi aprovado no último dia 17, ou, melhor dizendo, no último dia 15 deste mês, na Comissão de Viação e Transportes daquela Casa. A proposição será, agora, submetida à Comissão de Finanças e Tributação, e, em seguida,

à Comissão de Constituição e Justiça, depois vai ao plenário e à sanção presidencial.

Lembro que essa matéria é de vital importância para o setor de infraestrutura e afeta diretamente diversas propostas que passam por nossa Comissão. Por isso, foi objeto de solicitação de nossa Comissão, ofício nº 4/2009, de 17 de março de 2009, ao Presidente Michel Temer, por iniciativa do Senador Ministro Eliseu Resende, no sentido de dar celeridade ao seu trâmite. Obtivemos o compromisso dele no contato, no encontro pessoal que com ele mantivemos, o Senador Ministro Eliseu Resende, eu próprio e alguns Senadores integrantes desta Comissão, de não só acelerar o processo nas Comissões, como também de aprovar requerimento dos líderes, tão logo a pauta do plenário seja desobstruída pelas medidas provisórias, para, então, submeter o projeto ao regime de urgência. Essa medida de urgência, inclusive, já foi tomada por iniciativa do Deputado Jaime Martins, do PR de Minas Gerais, que, na mesma data de aprovação da matéria na Comissão, apresentou requerimento de urgência para o projeto. Assim, já podemos constatar, Sr. Senador Ministro Eliseu Resende, Srs. Membros desta Comissão, o avanço da tramitação nas Comissões, enquanto se aguarda o destrancamento da pauta do plenário que esperamos que ocorra em breve, ainda na primeira quinzena do mês de maio, segundo nos afiançou o Presidente daquela Casa, o Deputado Michel Temer.

Sobre as próximas reuniões da Comissão de Infraestrutura, informo que, no próximo dia 7 de maio, quinta-feira, às 8h30 da manhã, nós estaremos realizando as sabatinas dos indicados para as diretorias da Anatel e da ANTT. Além disso, teremos, na pauta, a deliberação de dois Projetos de Lei, o PLS 29/2008, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Lei 7.990, de 1989, para estabelecer que a parcela de compensação financeira pela exploração de gás, petróleo, recursos hídricos e minerais, no âmbito de cada ente beneficiário, será aplicada em infraestrutura. Essa matéria está sob a relatoria do Senador Wellington Salgado e sua discussão e votação foram adiadas em nossa última reunião.

O outro item é o PLS 37, de 2009, de autoria do Senador Expedito Júnior, e visa alterar a legislação, para permitir a dedução no imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas, das despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal. O relator da matéria é o Senador Gilberto Goellner.

Gostaria ainda de abordar e dar conhecimento às Sras. e Srs. Senadores sobre um assunto que nos foi trazido pelo Deputado Sandro Mabel e que considero de relevante interesse para que esta Comissão

analise, já que se relaciona diretamente com um dos gargalos e a burocracia que cercam as obras de infraestrutura, de modo geral. Trata-se da Medida Provisória 451/2009, já em tramitação no Senado, que altera a legislação tributária federal e dá outras providências. No caso, a solicitação do deputado refere-se à manutenção dos arts. 10 e 11 do Projeto de Lei de Conversão nº 04/2009, aprovado já na Câmara, e para os quais peço atenção do nobre relator da matéria nesta Comissão, o relator da matéria no Senado Federal e membro desta Comissão, o Senador Marconi Perillo. Devemos, contudo, estarmos atentos às devidas e necessárias adaptações, para que a norma não venha a se contrapor técnica e juridicamente à Lei de Responsabilidade Fiscal e nem tampouco à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nós acreditamos, assim, que essa medida poderá servir como um importante instrumento para aliviar um dos principais gargalos de nossa infraestrutura.

Ofício recebido do Senador Francisco Dornelles, em que o Senador Francisco Dornelles, membro desta Comissão, acusa e agradece a remessa da cópia do ofício encaminhado ao Sr. Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, abordando, por esta Comissão, abordando a grave questão da compensação dos fundos de participação de Estados e Municípios, em decorrência das perdas nos níveis de transferência provocada pela queda na arrecadação federal, e, de uma maneira especial, pelas isenções de IPI para alguns setores da economia.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com a finalidade de contribuir com informações a respeito do processo de licenciamento ambiental das obras do PAC. Ela tem uma característica especial, porque, pela primeira vez nesta Comissão, estamos fazendo, realizando uma audiência pública em teleconferência, ou estão ligados, neste momento, com o Interlegis, o auditório de Interlegis, onde hoje estamos realizando a reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, cerca de 15 assembleias legislativas de todo o Brasil. Estão, também abertos os nossos computadores para que, via Internet, todos aqueles que, eventualmente, estejam acompanhando em seus locais de trabalho, em suas casas, os nossos trabalhos, possam também fazer as perguntas àqueles que hoje estão aqui convidados para debaterem um tema de extrema relevância para resolvermos ou desobstruirmos um desses grandes gargalos que existem, qual seja: licença ambiental versus obras realizadas, especificamente, no caso, no âmbito do PAC.

Esta reunião, esta audiência pública é fruto de um requerimento apresentado pelo Senador Gilberto Goell-

ner, a quem eu agradeço em nome da Comissão, pela oportunidade desta sua iniciativa, e foram convidados para dela participarem alguns integrantes de órgãos públicos que são fundamentais para que nós tenhamos resultados práticos, ao final desta nossa reunião.

Sabendo já da sua ausência, eu não posso deixar de nominá-lo, de chamá-lo para compor a mesa, o Dr. Sebastião Custódio Pires, que é Presidente Substituto do Ibama, e diretor de licenciamento. Ele aqui não chegou, não encaminhou nenhuma manifestação do porquê não poderia estar presente nesta sessão, e esta Comissão de Infraestrutura, por intermédio da sua presidência, quer manifestar a sua estranheza com essa ausência e com esse descaso. Nós estamos levando esse descaso desse subalterno do Ministério do Meio Ambiente a um grau que vai nos levar a expedir ofícios à S. Exa. o Sr. Presidente da República manifestando o nosso desagrado em função deste descaso, e também ao Ministro do Meio Ambiente e também à população deste Brasil que fica sabendo que o representante do Ibama não compareceu e nem deu satisfação a esta Comissão. Ele aqui deveria estar presente, porque esta era a sua obrigação, era o seu dever funcional de estar aqui presente para, conosco, compartilhar do desejo de encontrar soluções factíveis para retirarmos, de vez, entraves que estejam existindo na execução de obras do PAC em função da legislação ambiental. Enfim, ele está sendo chamada para compor a mesa, e eu estou anunciando a sua ausência.

Chamo também para compor a mesa o Dr. Luiz Eduardo Garcia, Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes da Secretaria de Fomento para Ações de Transporte do Ministério dos Transportes. O Dr. Miguel de Souza, Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT. O Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. Comunico também a presença, entre nós, do magnífico reitor do Unilegis, Ministro Carlos Fernando Mathias de Souza, a quem agradecemos a presença e a prestigiosa participação que ele dá, neste momento, na realização desta nossa audiência pública.

O tempo destinado a cada expositor será de dez minutos, com dois minutos de tolerância. Após as exposições, abriremos aos Senadores a fala para discussão. Os Srs. Senadores terão três minutos para formular a pergunta e o orador terá o mesmo tempo para responder a cada uma delas formuladas pelos Senadores membros desta Comissão, ou outro, qualquer Senador que não faça parte da comissão, do mesmo modo, terá esse direito, vedado a interpelar os membros da Comissão, vedado ao orador interpelar os membros da Comissão. Comunico que a lista de inscrição já se

encontra aberta. Ao mesmo tempo, o pessoal nosso do Interlegis já está a postos nos computadores, recebendo as perguntas que venham a ser formuladas via Internet e que serão trazidas à presidência da mesa, bem como, se preparando os links para aquelas assembleias que já estiverem conosco, e que queiram formular alguma pergunta sempre por intermédio de algum dos Senadores, de preferência, de seus Estados que estejam presentes a esta nossa reunião.

Apenas para lembrar o endereço nosso na Internet para aqueles que desejarem formular perguntas, já foi anunciado, anteriormente, mas gostaria de voltar a lembrar que o acesso se dará pela página pelo endereço da Internet: www.interlegis.gov.br, ou então por intermédio de outro e-mail que é: debate@interlegis.gov.br.

Eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Luiz Eduardo Garcia, Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes do Ministério dos Transportes para fazer a sua exposição. S. Exa. terá dez minutos para fazê-la.

SR. LUIZ EDUARDO GARCIA: Eu quero, primeiro, agradecer a oportunidade, a esta Comissão, de podermos falar um pouco sobre a questão do licenciamento ambiental nos projetos de hidrovia do PAC. Eu preparei uma apresentação, ela está extensa. Não vou apresentá-la toda, apenas chamar atenção aos tópicos que eu considero mais importantes para esta Comissão. E a ideia dela estar assim bastante completa, é que ela possa, eventualmente, depois servir para a assessoria da Comissão para alguma consulta complementar ou, eventualmente, se quiserem detalhar ou aprofundar mais o assunto onde tudo que a gente utilizou nesse trabalho esta dentro da apresentação, é fácil resgatar.

Então, podemos passar para a próxima. A ideia desta apresentação está montada em três tópicos. Nesses quatro tópicos, eu vou me reter, então, um pouquinho mais na introdução e, depois, falar dos projetos que estão sob licenciamento no PAC, e aí partimos para as conclusões.

Então, próximo, por favor. As hidrovias brasileiras têm uma característica muito importante, e o Brasil, de certa forma, é privilegiado. Se os senhores tiverem oportunidade de voltar para a história do sistema nacional de viação, os primeiros planos de viação eram todos montados, previstos ou projetados em cima do sistema hidroviário nacional, que é uma riqueza grande de nossa.

Próximo, por favor. Esse mapa é bastante ilustrativo. Temos aí em condições de aproveitamento 43 mil kms, desses 43 mil, 25 mil são praticamente nas

condições naturais e 18 mil demandaria algum outro investimento ou maior intervenção para sua implantação ou aproveitamento para o transporte de carga.

Próximo. Hoje, o que se utiliza é da ordem de 13 mil km, mais ou menos o Araguaia-Tocantins está colocada aqui com uma ressalva, porque ele não está sendo totalmente utilizado como poderia. Tocantins, em parte, por alguns empreendimentos e alguns trechos interrompidos para navegação, e o Araguaia, por uma questão ambiental, que eu vou comentar um pouquinho lá para frente.

Próximo, por favor. Eu acho que nem é preciso dizer neste plenário, porque já foi dito quando da aprovação do PL 209. Eu tive a oportunidade de assistir a sessão na semana retrasada das vantagens da hidrovia. Eu acho que esse gráfico, que é uma publicação de um instituto alemão, dá indicadores exatamente dos custos sociais, ou seja, das vantagens em relação às outras modalidades, do que é o transporte da sua implantação e da sua possibilidade de utilização.

Próximo, por favor. Essa é outra transparência, mais ou menos, a mesma coisa, de edição da Comunidade Européia que são os parâmetros que eles se utilizaram, inclusive, hoje para adoção de uma política de benefício ou de motivação de maior utilização nas hidrovias, principalmente, em função do grande congestionamento transporte terrestre naquele continente.

Próximo, por favor. Aqui, o que é que era importante que eu gostaria de elencar? Existe uma grande confusão motivada por um estudo antigo da década do final de 90, 80, 90 em que se definiu que via navegável é uma coisa e hidrovia é outra coisa. Não é. Via navegável e hidrovia são exatamente a mesma coisa, inclusive, a legislação se refere à via navegável. O fato de você melhorar um via navegável a tornando em condições de utilização ou com balizamento, ou sinalização, alguma obra de dragagem que é o que mais se necessitaria fazer para aproveitar o sistema existente brasileiro, é a mesma coisa, mundialmente esses conceitos não diferem, quando se fala em via navegável ou hidrovia é a mesma coisa.

Eu contraía mostrar... O próximo. Então, o que a gente costuma trabalhar nessa é um pouco diferente dos outros modais, porque a gente utiliza a infraestrutura que lá está. Então, as intervenções são feitas ou melhorias no sistema como está, eventualmente, por uma permanência de condições de navegação, de profundidade, mas, em geral, se aproveita o curso d'água como ele está. Então, só para aqueles que não tiveram ainda a oportunidade de familiarizar com o assunto, são comboios de navegação que hoje já existem no Brasil, a exemplo de situações internacionais.

Próximo, por favor. Eu lembro, o Senador Eduardo Suplicy diz que comentou e foi estudar sobre eclusas, que ele não sabia e eu me permiti trazer uma foto ou duas fotos de eclusas. Próximo, por favor.

Como é que é o funcionamento de uma eclusa. Basicamente, é um caixão de concreto através de comportas e abertura de válvulas, não tem nenhuma utilização de energia. Essa piscina, vamos dizer assim, ou essa caixa d'água é enchida, a embarcação passa, abre a porta, fecha a porta, sobe e desce. Então, é um sistema hidráulico em obra civil.

Próximo, por favor, que eu acho que valeria. Essa é uma foto, relativamente, recente da situação das obras de Tucuruí, da Eclusa 2, a eclusa adjuvante(F).

Próximo, por favor. Quais são as obras que estão no PAC hoje? Próximo, por favor. Esse mapa dá uma localização, ele não está muito legível, mas acho que só para dar uma ideia. Essencialmente são terminais portuários de passageiros de pequenas cargas na Amazônia. Existem intervenções no rio São Francisco de restauração que não está, vamos dizer, vão resultar em benefício para navegação, estão a cargo do Ministério de Desenvolvimento, da CODEVASF que está atuando ali na região. Temos dragagens e derrocamentos no rio Paraná. A gente vai falar sobre esse projeto, especificamente, e a Eclusa de Tucuruí que nós já mencionamos.

Próximo, por favor. Então os terminais da Amazônia estão previstos 30... São vários terminais e pela característica da obra eles são de intervenção local naquele Estado ou naquela região, então por essa condição os licenciamentos são feitos pelos Estados, eventualmente, se a prefeitura tivesse organizada, mas, em geral, tem sido feita pelos Estados, e não é do meu conhecimento que o DNIT tenha tido problema no licenciamento dessas intervenções. Pelo menos, essa é a informação que me foi passada. Elas estão atualizadas, foram recém-atualizadas no início desse ano, então, segue normalmente. A dificuldade ali é execução das obras em função do grande número muito espalhada e de difícil acesso, materiais de construção é difícil.

Próximo, por favor. Há outra intervenção. Essa é uma intervenção proposta, não é ainda uma intervenção em realização. Temos o projeto e estamos fazendo estudo de impacto ambiental e também será um licenciamento estadual pela característica. Na verdade, são obras de melhoramento para definição do canal de navegação no finalzinho do reservatório do Tucuruí, quer dizer, pouco acima do reservatório do Tucuruí o rio não é absolutamente navegável para os comboios de maior porte, então serão necessárias intervenções ali naquela região, e isso está em fase

de projeto e... Aliás, eu estou falando uma coisa e está projetada outra, na Eclusa de Tucuruí. Mas a Eclusa de Tucuruí não tem problemas de licenciamento, ela é licenciada pelo Ibama, e ela segue, eu diria, no vácuo do licenciamento ambiental da própria usina. A usina, de fato, é a grande intervenção, a obra da eclusa no contexto do que é a barragem ou reservatório não é um impacto significativo, então não temos tido problema no licenciamento dessa intervenção da obra que está em execução.

Próximo, por favor, que eu acho que é o que eu estava me referindo. Que é uma complementação necessária para que os comboios trafeguem além de Tucuruí. Subindo um rio, acima, se detectou a necessidade de uma obra de derrocamento, cujo projeto está praticamente executado, o estudo de impacto ambiental está em execução, a Universidade Federal do Pará, e a ideia é que esse licenciamento seja feito... A ideia não. Deverá ser feito pelo Estado do Pará. Próximo, por favor. Devido à característica da obra.

O rio Paraguai, esse é o rio Paraná. Exatamente. É o derrocamento na região em Guairá, é uma situação bastante similar que eu comentei do Tocantins, no caso do reservatório de Itaipu, no final do remanso do reservatório de Itaipu, também tem um probleminha equivalente ao que acontece em Tucuruí e que o projeto já está realizado, o estudo de impacto ambiental também já está realizado e o DNIT hoje está atendendo complementações, elementos que o Ibama solicita ao analisar o estudo de impacto ambiental, na verdade, ali não é um estudo de impacto ambiental, foi solicitado apenas um relatório de impacto ambiental, é um documento mais simples do que o estudo de impacto ambiental devido ao porte da intervenção, e, vamos dizer, está em processo de licenciamento.

Nesse caso, e o próximo caso é que nós temos um problema que escapa da esfera do Executivo, vamos dizer assim. Existem ações judiciais em outras hidrovias, mas, em particular, nessas duas hidrovias. No caso dessa do rio Paraná feito o licenciamento, cumpridas todas as exigências do Ibama, etc. e tal, vamos depender de uma autorização da juíza que está julgando o caso, da justiça. Existe uma condicionante colocada na licença que todo empreendimento que quiser ser feito de melhoria dentro da Hidrovia Teitê-Paraná, no caso, esse derrocamento é um deles, depois de licenciado deveria passar pela análise da juíza ou do juiz que estiver no momento para sua realização.

Próximo, por favor. A AGU está acompanhando todo esse tema. Ali no caso do Paraguai, existe também uma ação judicial, mas ela permite que aquelas obras de manutenção das dragagens periódicas, que sempre se fez no Paraguai, possam ser realizadas dentro de um

licenciamento que já existia, pré-existente. Nesse caso específico, nós estamos propondo... Vocês devem ter acompanhado pela mídia, o rio Paraguai, nos últimos cinco ou seis anos, tem tido situações de níveis muito baixos. Então, trechos que já se dragou e ficou muito tempo sem dragar, porque não se necessitava dragar, hoje precisa dragar. Quer dizer, vamos voltar a dragar trechos que já foram dragados anteriormente. Então, nesse conceito, como é uma manutenção, estamos entrando com esse procedimento de licenciamento, junto ao Ibama, para licenciar essas intervenções.

Vamos para frente. Então, eu vou seguir. Pode ir clicando, eu acho que isso não é importante. Volta um só. Essencialmente, o que é que nós fizemos em 2003? Fizemos várias discussões, contratamos pareceres de juristas e técnicos, empresas de projeto de estudo de impacto ambiental, e chegamos a algumas conclusões que eu não vou ler aqui, porque o processo pode demorar. Mas o importante é que essas conclusões que nós tivemos sobre como licenciar, o que deve licenciar e por que licenciar e na forma de licenciar são situações que o Ibama também concorda. Ou seja, em 2006, houve uma edição do diretor de licenciamento do Ibama de uma normativa, um procedimento interno de como proceder no licenciamento de intervenções para o caso das hidrovias. E nós somos, temos exatamente o mesmo ponto de vista. Então, na realidade... Acho que a gente podia seguir lá para frente. Aí são definições. Pode ir para frente. Eu acho que vamos direto para as conclusões lá, porque aí eu termino. Tudo isso são citações legais ou justificativas para o procedimento de licenciamento em obras de hidrovia, como são feitas hoje. Vamos para a conclusão, lá no finalzinho. Pode ir direto. Eu acho que isso pode servir de informação. Pode seguir. É no penúltimo ou último. Conclusões. Está aí. O que é o resumo, vamos dizer, do que poderia ser... O que é que é licenciar obras em hidrovias? Então, as hidrovias, em si, pelas definições legais e mesmo pelo que existe hoje na normativa, elas não são passíveis de licenciamento, são passíveis de licenciamento aquelas intervenções com impacto ambiental. Então, a dragagem, o derrocamento, a instalação de uma eclusa, uma obra de transposição são as intervenções.

Nesse sentido, o licenciamento, a gente entende que esse licenciamento deve ser pontualizado ou em função de cada intervenção dessa, como está prevista. Então, isso eu acho que é a coisa mais importante. E os terminais terão seu licenciamento próprio. Aqui, eu faço uma comparação: quando se constrói uma rodovia lá para frente ou no futuro, se alguém quiser fazer uma intervenção ao lado da rodovia, uma fábrica, ou qualquer instalação, um armazém para movimentação

de carga, é um licenciamento independente da via da infraestrutura. Quer dizer, não tem sentido, como é o entendimento do Legislativo hoje, que os portos têm que ser licenciados simultaneamente à hidrovía. Nós discordamos desse ponto de vista. Eu acho que cada intervenção, cada terminal, cada porto, ao ser instalado ao longo da via, deverá ter o seu processo de instalação.

Então, eu acho que termino por aqui e fico à disposição para responder qualquer questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado ao Dr. Luiz Eduardo Garcia pela sua apresentação.

Eu consulto aos Srs. Senadores aqui presentes se V. Exas. preferem que os expositores façam, cada um deles, as suas exposições, as suas falas, para que, depois, façamos as perguntas, ou se desejam fazer as perguntas ao final da apresentação de cada expositor. Os que estiverem de acordo com a proposta de que as perguntas sejam feitas ao final da exposição dos três expositores, permaneçam como estão. Aprovado.

Então, agradecer ao Dr. Luiz Eduardo e...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pois não.

Eu gostaria, antes de passar a palavra ao Dr. Miguel de Souza, que é Diretor do DNIT, de dizer que acabamos de receber aqui a comunicação do porquê da ausência do Dr. Sebastião Custódio Pires, que é o diretor do Ibama. Enfim, são compromissos aqui que ele diz do escritório regional de Cachoeiro... Ele até escreve 'cachoeira'. Está errado, é Cachoeiro do Itapemirim, e que, em função disso, ele não pode comparecer. O que é lamentável porque, coincidentemente, a Medida Provisória 452, que trata exatamente da autorização para ampliação da construção de rodovias já existentes em áreas de domínio da União, que é uma matéria de extrema importância que vem encontrando alguma resistência em certas áreas ambientais daqueles que participam do movimento ambiental, tem como relator o Senador Ministro Eliseu Resende, vice-Presidente desta Comissão que é o relator, como disse, da Medida Provisória 452, e que ainda ontem conversava comigo, que talvez fosse esta uma boa oportunidade para se iniciar um debate sobre essa questão de tamanha importância para ambos as vertentes, tanto aquela ambientalista, quanto aquela que procura o desenvol-

vimento econômico, especificamente, por intermédio das obras do PAC. Lamentavelmente, deixaremos de tratar desse assunto pela ausência do representante do Ibama.

Depois o Senador Gilberto Goellner terá a oportunidade de deixar aqui uma série de perguntas que ela já havia preparado para fazer ao representante do Ibama, caso ele aqui estivesse presente, e pela qualidade das perguntas que serão formuladas pelo Senador Gilberto Goellner, todos aqueles que, no Brasil, estão hoje nos assistindo, irão perceber que essas perguntas são extremamente importantes que nós pudéssemos ter um posicionamento ou uma resposta a elas, do representante do Ministério do Meio Ambiente, especificamente, do Ibama para que nós pudéssemos avançar na discussão deste tema.

Passo a palavra ao Dr. Miguel de Souza, que tem dez minutos para fazer a sua exposição, representando o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores, Eliseu Resende, vice-Presidente desta Comissão, e especial, hoje, na qualidade de relator da 452, que o DNIT entende que é da maior importância hoje para o licenciamento da infraestrutura, em especial, rodoviário brasileiro, Sr. Senador Gilberto Goellner, companheiro Eduardo, Srs. Senadores, Sr. ouvinte. O PAC quando idealizado pelo Governo Federal e sua equipe econômica, elegeu os principais eixos de desenvolvimento rodoviário do país, ferroviário e aquaviário. No que tange o rodoviário, foram eleitos os principais eixos de escoamento da produção, principalmente, aqueles que chegam aos principais portos do País, aquele eixo que faz a integração também nacional para a parte turística, em especial, a nossa BR 101 Nordeste, 101 Sul, as BRs de integração como 163, Cuiabá-Santarém, 319 Porto Velho-Manaus, 364 tanto no Mato Grosso, tanto em Rondônia, tanto no Acre, como também Minas Gerais e toda a sua longevidade leste e oeste, enfim, o melhoramento, como se pode observar, podemos dizer, na malha já existente. Entrada de obras, principalmente, duplicação, obras de ampliação de capacidade da malha rodoviária e buscando o estrangulamento como alguns contornos, anéis, o contorno... Anel de São Paulo, o Arco do Rio de Janeiro, Via Expressa de Salvador, Via Acesso de Itajaí, e de tantos outros.

E nesse sentido é que foram colocados e elencados para o PAC obras prioritárias e aprovadas por este Congresso Nacional. Obras essas desde a nação, referendada pelos seus representantes, um elenco de obras, com valor significativo, Sr. Presidente. Para o senhor ter ideia, o DNIT, o orçamento, este ano, para o

PAC é de 7 bilhões e 800 mil reais só para investimento em 2009. Tivemos o orçamento de 2008 de 8 bilhões de reais, só obras PAC. São investimentos significativos para a nação brasileira e que, de uma maneira, de tal sorte, nós encontramos ainda uma morosidade na execução, podemos assim dizer, do nosso órgão, o DNIT por fatores externos que são, entre eles, principalmente, de licenciamentos ambientais, lógico, necessário, responsável o cuidado, mas por entendermos de que esses licenciamentos poderiam ser simplificados os prazos para que nós pudéssemos dar resposta a essas obras de infraestrutura, que são obras, todas elas, dentro, podemos chamar assim, da faixa de domínio já definido no seu PNV desde 73 por este Congresso Nacional, faixa essa decidida pela sociedade, como faixa de interesse social não ser outro, mas para o transporte, e não para a área ambiental, mas muitas delas, dessas estradas nossa, com o continuar dos anos foram criados reservas, parques, estações onde não foram obedecidas as poligonais de exclusão. E daí nós temos as grandes dificuldades de licenciamento e que para se fazer o EIA/RIMA para licenciar essas tais obras que atrasam dois, três, quatro anos.

Nós poderíamos dar vários exemplos aqui, um bem emblemático que eu vejo aqui, por especial, o Senador Gilberto aqui do Mato Grosso, eu vejo Senadores aqui do Estado de Mato Grosso, eles conhecem, os três Senadores, a nossa BR 158 que foi definida lá em 1973, o seu traçado, a sua faixa de domínio, e vem depois em 88 a criação de uma reserva e não se excluiu a nossa BR existente e se fez uma poligonal contínua, não sei dizer se por descaso ou por má-fé, e hoje nós encontramos impedido de dar continuidade à construção daquela importante estrada como a BR 158 dentro do Estado do Mato Grosso que liga com o Pará.

Obras essas que passamos hoje, estamos ainda em fase de licenciamento, porque, depois, o Ibama, para licenciar, tem que ouvir os órgãos, lógico, corretamente, os órgãos de FUNAI, hoje mais uma instância que foi criada que é o Chico Mendes, Iphan e tantos outros. Daí, Sr. Presidente, de que o DNIT apóia e entende, e eu acho, hoje oportuno, já ter aqui a definição do seu relator da MP452 por entender que ela resolveria para o DNIT a simplificação para, de imediato, de execução de obras 80% poderia hoje no setor rodoviário, porque mais de 80% das nossas rodovias que estão se propondo no PAC são obras dentro da faixa de domínio, faixa de domínio essa, já consagrada em lei por este Congresso em 1973, ainda feito pelo então o nosso Ministro Eliseu Resende. Faixas essas, aprovadas com destinação social, não outra, a não ser para o transporte e para os interesses públicos, passar também ali que

sejam outros benefícios também que são atrelados à faixa de domínio: água, luz, telefone e tantos outros. É tanto que quando nós vamos implantar o grande impacto, entendemos que o grande impacto ambiental tem, sim, uma implantação de uma rodovia nova de um empreendimento.

E diz a Constituição nossa, no art. 225, que o licenciamento ambiental deve ter, sim, para obras de grande impacto ambiental, e entendemos que, na hora que eu vou implantar uma rodovia, eu tenho um grande impacto ambiental com abertura, com desmatamento, derrocamento na estrada, e assim já o fez, lá atrás, da construção dessas estradas, e assim tanto que temos, muitas vezes, indenizações, desapropriações desta faixa de domínio, e ela não tem outra destinação, a não ser servir à nação aquilo foi definido socialmente e economicamente pela sociedade, quando da sua implantação. Hoje, o que se quer é melhorá-la, hoje o que se quer é dar condições econômicas, sociais para que aquela estrada possa aumentar o seu fluxo de carga, para aquela obra já implantada que por um descaso público, de uma maneira, ou de outra não houve os investimentos na hora e a tempo para que aquelas comunidades possam ter o acesso às cidades, à saúde e educação. Eu cito, por exemplo, a BR 319 de Rondônia ao Amazonas, que foi construída no ano, iniciada em 68 e concluída em 73, inaugurada, oficialmente, pelo Governo, em 76, e que funcionou até 1990. E por falta de aplicação de recurso de sua manutenção, ela ficou desprovida de qualidade e abandonada. E, hoje, para eu reconstruir, para restaurar, nós estamos numa luta árdua há quatro anos com um processo de licenciamento, onde um trecho do meio, que temos famílias, milhares de famílias, mais de 10 mil famílias, e para ter saúde, educação estão praticamente impedidas. Foram lá assentadas e hoje por não ter um meio de escoamento.

Estamos já avançados, Srs. Presidentes, é verdade, mas é uma luta já árdua. Encerrei ontem, anteontem, a última audiência pública para o licenciamento do EIA/RIMA, mas perdemos um ano em novas legislações e métodos. Gostaria que o Congresso pudesse fortalecer as mudanças da Instrução Normativa do Ibama 146/2007, que, exatamente, se trata do licenciamento da metodologia de fauna e flora. Entende o DNIT de que uma obra linear, como uma estrada, ela não deveria ser atendida com essa portaria que seria corretamente para o sistema hidrelétrico em que nós somos obrigados a fazer coleta da fauna e a flora, em período distinto de chuva e de inverno. Ou seja, eu gasto, no mínimo, um ano para estudar, fazer a coleta daqueles animais, que, porventura, atravessarão

aquela BR para uma hidroelétrica, uma área enorme, eu diria, procedente.

Nós entendemos que esse ato poderia ser simplificado para obras lineares, como é o caso rodoviário. Obras essas em que poderia ser simplesmente feito uma coleta demonstrativa, para ver se há necessidade de se fazer as suas travessias, fazer suas... ou que seja aérea ou subterrânea dos animais ali encontrados na fauna e também com as pesquisas.

Então, nós não somos contra o licenciamento. Queremos e devemos, mas nós não podemos correr com esses prazos enormes para um licenciamento, que, é no mínimo, hoje, em média, dois anos para se aprovar um EIA/RIMA e com exigências enormes para cumprimento que, muitas vezes, não são de competência do empreendedor, no caso, o DNIT. Temos, sim, feito. Temos mais uma instância, tudo bem, criado por este Congresso, mas são normas internas, depois para a do licenciador, Convenção Normativa da ICMBio nº 01/2009, que são [ininteligível] com prazos internos, colocados para dar anuência das flonas, das reservas, para informar ao Ibama. O Ibama diz que tem 30 dias para o órgão se pronunciar. O órgão, nessa portaria, tem 60 a 90 dias, e há o contraponto interno [ininteligível] de prazos e que só o empreendedor, no final, é prejudicado, só o empreendedor de que precisa da licença em que os órgãos licenciadores, Ibama, que precisa consultar, muitas das vezes, FUNAI, Iphan, Chico Mendes e tantos outros órgãos entrelaçados de que nós somos obrigados a ficar esperando esses prazos para ser cumpridos e, conseqüentemente, um projeto pronto, um projeto de engenharia aprovado, obras pré para licitar, e nós não podemos dar continuidade. Não damos, muitas vezes... “Não, é o DNIT que não licitou, não contratou, não aprovou projeto”. É verdade essa frase. Mas eu não aprovei o projeto. Eu tenho, hoje, em prateleira, mais de 18 projetos de engenharia prontos, elaborados e não posso dar a portaria de aprovação porque eu não tenho a licença prévia. Porque, hoje, Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Dr. Miguel, dez minutos.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Hoje, nós precisamos da LP para aprovar o projeto, e, depois, eu preciso da LI para licitar a obra e iniciar a obra. E, sem essa LP, eu estou com o projeto pronto e não posso colocar na praça. Precisamos, então, encurtar esses prazos.

Srs. Senadores, depois, podemos, no debate, falar. É importante, fundamental para o país essa MP 452, no que tange o seu art. 3º, com relação à simplificação do licenciamento ambiental em rodovia já implantada. Quero deixar bem claro aqui: nós não estamos defendendo o fim do licenciamento, da licença prévia só, que

a licença prévia se trata para definir a localização, e se a obra é viável ou não. Aquela obra já foi decidida pelos senhores, pela sociedade, a obra já existe. Nós estamos querendo aqui melhorá-la. Então, não precisa da licença prévia, precisamos ir direto para a LI e, assim como está na MP, fazer o seu licenciamento de instalação, cumprindo as normas, fazendo suas medidas mitigadoras, como está colocado o compromisso do DNIT, e executar durante toda a execução da obra até os seus passivos ambientais que, porventura, deixou na execução desta obra.

Portanto, Sr. Presidente, um apelo do DNIT e aos Srs. Senadores, a esta Comissão pela aprovação como está, como veio da Câmara da MP 452, que, depois, podemos entrar em detalhe no debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado ao Dr. Miguel de Souza, pela sua exposição, e, por aí, nós podemos verificar com muita percuciência a falta que faz a este debate o representante do Ibama. O Ibama, como eu disse aqui no início, não enviou o representante, e, agora, chegou a comunicação que o seu representante teria feito uma viagem a Cachoeiro do Itapemirim e que, por isso, glosou a Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, a quem cabe dirimir tantas questões que envolvem o desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Citei aqui o exemplo da Medida Provisória 452, que tem como seu relator o Senador Ministro Eliseu Resende, e volto a afirmar, como disse há pouco, que, ainda ontem, falava comigo do seu entusiasmo por ter oportunidade, nesta reunião da Comissão de Infraestrutura, de tratar com integrantes do Ibama, com funcionários do Ibama, representantes do Ibama, juntamente com os senhores que aqui estão representando outros órgãos governamentais, do tema constante da MP 452, que trata da construção da ampliação de rodovias em áreas de domínio da União, rodovias, claro, já pré-existent.

Eu lamento, mais uma vez, que essa falta impeça esse trabalho de atingir os seus objetivos como desejávamos, sobretudo, por ser esta reunião realizada pelo sistema de videoconferência. Nós estamos, nesse momento, com milhares e milhares de brasileiros via Internet ou via televisões das assembléias legislativas do Brasil ouvindo, participando e enviando suas perguntas pela Internet. Quero dizer que o sistema Interlegis, aqui do Senado, permite essa interatividade com os Senadores membros da Comissão, por parte daqueles que nos assistem fora daqui, para elaboração de questionamento aos palestrantes. E essa interatividade está se dando pela transmissão, via Internet, através do acesso à página www.interlegis.gov.br, o que vai

possibilitar o envio de perguntas por intermédio do e-mail: debate@interlegis.gov.br. Aí, de vez em quando, está aparecendo, no gerador de caracteres das imagens, o endereço do nosso e-mail para as perguntas que os senhores que estiverem assistindo, ou pela Internet ou pelos canais das assembleias legislativas, a essa nossa audiência pública.

Eu passo a palavra ao Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários. V. Exa. tem dez minutos para sua exposição.

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Muito bom dia, Sr. Presidente Fernando Collor, Srs. Senadores. A nossa entidade, a nossa associação é a responsável pelas concessões ferroviárias de carga desde 1997, são quase 12 anos que se iniciou o processo de concessão, onde nós alugamos a malha ferroviária brasileira para fazermos a operação de cargas de movimentação das nossas cargas na malha.

Vale lembrar, enquanto fazem a colocação da apresentação, que das doze concessões nós somos hoje seis grupos ferroviários para uma malha, aproximadamente, de 29 mil kms, muito aquém do que existia em 1958 que eram 38 mil kms. Então, nós concedemos, nós compramos o direito da concessão, portanto, a malha não foi vendida, de operá-la por 30 anos. E a recebemos com a consciência de que havíamos feitos nos estudos, das dificuldades que viriam para esse processo de recuperação, de início de recuperação de uma situação completamente sucateada, abandonada, deixada às margens do sistema de transporte brasileiro.

Os áureos anos da década de 70 se substituíram, Senadores, Senadoras, por uma derrocada inexplicável na década de 80 e 90. Daí a iniciativa do Governo Federal de levar a iniciativa privada essa concessão.

E nesse período... Se puder passar o outro slide, por favor. E, nesse período de doze anos, nós aumentamos a produção ferroviária brasileira em 81% em tonelada útil em TKU, que é a linguagem comercial das nossas ferrovias. Apesar da crise, no último quadrimestre do ano de 2008, nós aumentamos em 4% a movimentação. Pela primeira vez, Sr. Presidente, em doze anos, nós deixamos de crescer 2% dessa matriz de transporte. Imagine como a situação estava terrível, porque nós crescíamos a uma margem de 6,5% acima do PIB brasileiro. Ou seja, o estado com o qual nós encontramos a ferrovia era muito deplorável.

Da mesma forma, por iniciativa privada, e tão somente privada, foram investidos 30 bilhões de reais nestes doze anos de governo, de concessão, perdão, pela iniciativa privada. Dos quais, Sr. Senador Delcídio Amaral, para cada 2 reais aplicados, nós pagamos mais

1 de imposto, aplicamos 20 e pagamos 10 de imposto. O aluguel da malha que pagamos anualmente na forma trimestral, todo ano, neste ano de 2008 foram 500 milhões de reais por parte do Governo Federal nesses doze anos não chegou a 1 bilhão de reais. Não chegou a 1 bilhão de reais na malha existente. Reduzimos os acidentes, que é a nossa meta contratual da nossa agência reguladora, em 81%, mas é claro que todo acidente remonta a uma televisão, a uma imprensa, o que é muito natural como aviação, como navio. De qualquer forma, os que mais nos incomodam são abalroamento e atropelamento, e nós estamos trabalhando muito fortemente nisso, em virtude de algo absolutamente natural, o trem está passando por mais vezes em diversos lugares, em diversas cidades do Brasil, e é esse compromisso que nós temos de pleitear, é o primeiro pedido à Comissão, o programa chamado Prosefer, que é o programa de segurança ferroviária do DNIT, que, até hoje, sofre com aportes de recursos, como o próprio sistema, o DNIT ferroviário tem apenas 240 milhões para operar o sistema de uma malha de 29 mil kms.

Nós temos, a cada 2,3 quilômetros, uma passagem em nível, quando um caminhão, um ônibus, um carro passa no mesmo nível do trem. Nós temos 434 invasões de faixa de domínio consolidadas na malha ferroviária brasileira que significa e levam, Senadores, a 200 mil famílias morando na área de preservação da faixa de domínio, como o meu colega do DNIT colocou, que nós deveríamos ter entre 7,5m e 12m de lateralidade livre para operação ferroviária. Há operações que chegam a 50cm de moradias populares, como foi o caso no Arará, no Rio de Janeiro, que nós removemos famílias naquele porto.

Vale lembrar, também, que, nos últimos três anos, nós investimos em 48 terminais intermodais que contemplam ramais ferroviários para a movimentação e agregação de carga, são mais dez em construção nesse ano.

Em 1996, a ferrovia, que é uma ferrovia típica de carga, de heavy haul, de carga pesada, essa é a característica da ferrovia brasileira, como é na Austrália, como é na Ucrânia, como é na Rússia, como é no Canadá; países continentais como o nosso também. De cerca de 18% era a nossa matriz de transporte naquela época. Hoje, passados doze anos, chegamos a 27%. 27% de tudo que é movimentado no Brasil passa pela ferrovia. Naturalmente que a ferrovia desemboca num porto, naturalmente que são corredores de movimentação, são quinze no Brasil de extrema capacidade produtiva, mas que passam por alguns gargalos que nos incomodam.

Mas vamos ao tema. Vamos passar mais um, por favor.

Como eu disse, são quase 29 mil quilômetros, mas, Senadora Serys, o nosso país, a sua região, o nosso Mato Grosso, o Mato Grosso do Sul precisa, precisava, como um país continental que somos, como comparamos ao Bric: Rússia, China, Índia, que seja Austrália, Estados Unidos, Canadá, de 52 mil quilômetros. No mínimo, era o que nós já deveríamos ter, nós temos menos de 29.

Há um programa de governo, o PAC, que poderá levar, 2015, a chegarmos a 35 mil quilômetros, incluído aí o trem de alta velocidade. Lembrando que a nossa concessão, Srs. Senadores, é para carga, não é para transporte de passageiros, mas há liberação para tal desde que os operadores assim se candidatem. Então, nós temos dois vieses, o viés da malha existente e o viés da malha a ser expandida, que também é responsabilidade da União, não é nossa da concessão, das concessionárias, mas, naturalmente, queremos participar. Esses números... O próximo, por favor. Esses números são apenas para lustrar que o desafio é muito grande, mas que vem sendo feito com muita consistência, mas que nós passamos e nos atropelamos, de certa forma, em algumas barreiras que nos incomodam muito, como é o tema desta audiência da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal.

Vale lembrar que, em 2003, nós apresentamos ao Ministério dos Transportes todos esses projetos que estão aqui, como é o caso clássico nosso de Rondonópolis, de Cuiabá, a nova Transnordestina, pernambucano que sou e que conheço esse projeto há, pelo menos, 25 anos, a própria Ferrovia Oeste Leste, a litorânea no Estado de Santa Catarina em projetos de estudos, e, naturalmente, a construção, a continuação da Norte Sul. A expansão da malha com a iniciativa privada, com maiores concessionárias é extremamente importante e é válido para os nossos grupos analisar e saber de que forma esse sistema funcionará, e é assim que nós estamos agindo, procurando ser parceiros do Governo Federal no sentido de viabilizarmos essas questões todas. Vale lembrar que a obra de maior necessidade de melhoria do programa do PAC, no nosso entendimento, é o Ferroanel de São Paulo, que é o grande concentrador e distribuidor das cargas que veem do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, do próprio São Paulo, do Sul do Brasil, onde é a grande conexão, que eu estou falando especificamente da Estação da luz em São Paulo, obra esta sem solução, até o momento, sem uma definição final.

Mas vamos ao meio ambiente. Próximo, por favor.

Esses são os nossos problemas. Como o meu colega do DNIT falou: a faixa de domínio, não há um entendimento de que nós já somos detentores dessa malha, e que esta faixa, que essas áreas automaticamente já são licenciadas, e que aí nós precisamos equacionar essas dificuldades de licenciamento com o Ibama, através da resolução do Conama, do 349 que permite não deixar que Estados e Municípios que a malha é federal interfiram nesse processo. E aí, Sr. Presidente, qualquer alteração que nós tenhamos que fazer para cumprirmos as metas de produção estabelecidas pela nossa agência reguladora, nós temos uma infinidade de documentação, uma necessidade de atualização de algo que já é concedido. Isso nos tem atrasado enormemente programas de melhoria de comercial no sentido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Dr. Rodrigo, dez minutos.

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: De qualquer forma, nós temos que viabilizar os entendimentos desses requisitos exigidos junto ao Ibama, para que nós possamos avançar.

A próxima, eu apenas repito a questão da faixa de domínio. É esse entendimento que nós precisamos ter, principalmente, no que fala a expansão da malha, na malha atual, na malha existente as dificuldades são as que eu já citei de invasão de faixa de domínio e de passagens em nível.

Próximo. A via permanente. É aqui. São essas obras que nós temos que fazer na via existente de implantação e manutenção de pontes, túneis, PNs, drenagem, terraplanagem e a superestrutura, que são os equipamentos que nós temos comprado. Nós aceleramos no passado, nesse último ano, para comprar toda essa situação.

Então, a via permanente é esse leito que é nosso, que é concedido, e essa é uma das grandes dificuldades que nós temos tido no sistema de ferrovia junto com o nosso Ibama.

Mas, o último slide, e encerrando, seriam os pleitos, Sr. Presidente, que nós gostaríamos de levar como finalização da exposição, que a extinção da rede ferroviária federal passados onze anos do seu sistema, há um ano e meio em processo real de extinção, nos levou a nove interlocutores de autarquias. Com quem nós falávamos? Apenas com a rede ferroviária. Hoje, nós falamos com nove entidades: SPU, AGU, Iphan, DNIT, ANTT, Ministério dos Transportes, Ibama; mas isso não impediu a nós de dialogar com essas autarquias, mas cria uma dificuldade de ambientes jurídicos, ambientalistas, patrimonialistas, regulatórios e comerciais que não são perceptíveis a todos, que é um trabalho intenso que nós fazemos aqui dentro de

Brasília, para que nós possamos levar e discutir com esses órgãos, como nós fizemos, e eu trouxe a carta aqui a V. Exa. junto ao Presidente Roberto Messias, um dos exemplos, das dez maiores dificuldades que nós temos para com os licenciamentos do meio ambiente. É nesse sentido que nós estamos trabalhando. A nossa atividade empresarial chega a essa autarquia e coloca claramente, e se dispõe a colaborar no sentido de dizer: entenda o que funciona assim, é dessa forma, é desse jeito, e tal situação para que nós possamos avançar nos nossos resultados.

E queria pedir, Sr. Presidente, a esta Comissão, presidida pelo senhor, que considere o questionamento da instalação do CONIT, do Conselho Nacional de Política e Integração do Transporte, já estabelecido pelo Presidente Lula, que, até hoje, não teve nenhuma reunião. São sete Ministérios e que poderão dar esse rumo melhor dessa visão que pode ser o PNLT, o Programa Nacional de Logística e Transporte.

Nós empresários do setor de logística, nós precisamos de uma visão de médio e longo prazo. A ferrovia é um negócio de médio e longo prazo, os senhores sabem muito bem disso. O CONIT não se reuniu até hoje. É o Conselho que vai dar as diretrizes do nosso País para 2025, 2030 na nossa nova geração. Isso é muito importante para dar a sustentabilidade dos investidores dentro desse sistema e dessa necessidade que nós temos de mudar a nossa matriz de transporte.

É dentro dessa linha que eu gostaria de pedir ajuda e o suporte desta Comissão, dentro do problema do setor ferroviário. E gostaria apenas de 15 segundos para informar aos senhores do Mato Grosso especificamente. E ontem e anteontem, a nossa concessionária teve com o Ibama e estabeleceu um pré-acordo de que, se, na próxima segunda-feira, na próxima quarta-feira, perdão, estará entregando toda uma documentação novamente revisada, a pedido do Ibama, depois de doze horas de reunião seguidas ontem, para os primeiros 136kms de ferrovia, para os primeiros 136kms de ferrovia, com a promessa de que, sexta-feira que vem, poderá dar a licença definitiva das obras. A segunda parte a nossa concessionária entregará na semana seguinte, e com a promessa de finalização da licença ao trecho final no dia 10 de junho.

Então, nós avançamos porque fomos lá, trabalhamos e é insistentemente para trabalhar isso, mas a quantidade de pedidos e de informações sobre fauna, sobre flora, nada contra, pelo contrário, temos que fazer tudo absolutamente certo, são inúmeras. E é desta forma que eu gostaria apenas de passar este detalhe com relação à questão da Ferronorte para a cidade de Rondonópolis. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado ao Dr. Rodrigo Otaviano Vilaça, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários.

Eu passo a palavra ao Senador Ministro Eliseu Resende para uma breve comunicação.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Nós estamos vivendo um momento importante na discussão de um problema de extrema complexidade: harmonizar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, a ocupação e a integração nacional para as dificuldades e problemas que precisam ser, no Congresso Nacional, profundamente discutidos.

Eu estou como relator da Medida Provisória 452. Era muito importante que nós tivéssemos aqui o representante do Ibama porque essa Medida Provisória estabelece princípios, diretrizes que alteram os prazos e a concessão da licença prévia e da licença de implantação para as rodovias, para as intervenções nas rodovias existentes dentro da faixa de domínio. Era muito importante que nós pudéssemos ouvir aqui o representante do Ibama na discussão dessa matéria, porque nós temos de elaborar o nosso parecer, o nosso relatório a ser aprovado pelo Senado Federal, em última instância, nas próximas semanas ou talvez nos próximos dias.

Amanhã, haverá uma reunião... Amanhã não, perdão. Terça-feira, haverá uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente sobre esta Medida Provisória 452. Eu estava dizendo aqui ao nosso Presidente Collor que seria o caso de aproveitar essa oportunidade e convidar os Senadores que puderem comparecer à reunião da Comissão de Meio Ambiente sobre essa matéria, para que a Comissão de Infraestrutura, realmente, aufira e obtenha as informações e faça as reflexões necessárias para a tomada de decisão do Senado Federal com relação à matéria tão importante. É importante que nós tenhamos, ao lado do pensamento e das reflexões dos ambientalistas, também, a necessidade do desenvolvimento nacional, do desenvolvimento econômico, particularmente quando se trata de obras do chamado PAC que promovem a aceleração desse crescimento.

Então, eu acho importante que a Comissão de Infraestrutura... Nós deveríamos, inclusive, ter uma audiência pública dentro da Comissão de Infraestrutura. Não o fizemos porque achamos que a presença do Ibama aqui ou da área ambiental pudesse produzir um debate conosco a respeito dessa matéria. Mas, de qualquer maneira, haverá a reunião da Comissão de Meio Ambiente e seria importante que membros da Comissão de Infraestrutura lá estivessem, que estará em jogo o confronto da licença ambiental rigidamente

solicitada e demandada pelas autoridades ambientalistas com relação à necessidade do desenvolvimento de um programa de aceleração do crescimento, particularmente de melhoramento do sistema viário, na realidade, é mais sobre as obras rodoviárias administradas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes com o objetivo de promover o desenvolvimento e arrumar as nossas estradas. As nossas estradas estão aí exigindo intervenções imediatas, o custo operacional das viagens dos FETs no Brasil estão crescendo assustadoramente, porque as estradas estão em péssimas condições técnicas.

Hoje, os cálculos mostram que se nós passarmos uma estrada de rodagem de uma pista lisa e padronizada dentro das condições técnicas satisfatórias do desenvolvimento do transporte, comparado a esse custo operacional numa estrada boa com o custo operacional numa estrada cheia de buracos, o aumento do consumo de combustíveis e aumento dos fretes é da ordem de 25 a 30%. Da intervenção é necessária para reduzir o custo operacional das viagens seja na área das ferrovias, seja na área das rodovias, seja na área das hidrovias, para que tenhamos fretes mais baratos para a promoção mais acentuada no desenvolvimento do País na competição com o mercado externo, na exportação de produtos produzidos aqui no Brasil, ou no transporte ao longo dos corredores de abastecimento para levar os fluxos de produção aos mercados de consumo.

É importantíssima essa intervenção para que as estradas do Brasil estejam arrumadas. Esses óbices, obstáculos relativos às exigências ambientais serão atendidos, mas desde que se conciliem os dois objetivos.

Então, eu gostaria, Sr. Presidente, que a Comissão de Infraestrutura analisasse esse problema com a atenção devida, assim como está fazendo a Comissão de Meio Ambiente para que nós tenhamos a neutralidade das informações para uma reflexão mais profunda, para que nós possamos produzir uma legislação que realmente seja satisfatória para o Brasil e contemple todas as nossas necessidades e a solução dos nossos problemas. É o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): O Presidente está me fazendo uma pergunta quanto ao horário da reunião da Comissão? 10 horas? 11h30. Terça-feira, na Comissão de Meio Ambiente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu faço minhas as palavras do nosso vice-Presidente da Comissão, Senador Mi-

nistro Eliseu Resende, e estendo o convite a todos os integrantes da Comissão de Infraestrutura, para que nós possamos estar presentes à Comissão de Meio Ambiente na próxima terça-feira, às 11h30, para participarmos do debate sobre a Medida Provisória 452.

Antes de passar, pela ordem, a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, eu tenho a honra de passar a presidência dos trabalhos ao autor do requerimento que proporcionou a audiência pública que está sendo realizada hoje, via teleconferência, ao Senador Gilberto Goellner.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Obrigado, Sr. Presidente.

Questão de ordem solicitada pelo Senador Flexa Ribeiro. Concedido.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente Fernando Collor, [ininteligível] o presidente e V. Exa. já com muita propriedade, colocou que a ausência do Ibama nesta audiência, praticamente tira o objetivo que nós queríamos alcançar que era abrir o debate entre os que propõem a alteração na licença ambiental e o próprio Ibama.

Eu consultaria V. Exa. se nós não poderíamos aprovar um requerimento em que pudéssemos fazer essa audiência na Comissão de Infraestrutura em conjunto, na Comissão de Meio Ambiente em conjunto, Infraestrutura e Meio Ambiente que seria de consultar o Senador Renato Casagrande que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente que acho que não colocaria nenhuma oposição a isso. É a proposta que faço, para que nós possamos fazer esta reunião em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente na próxima terça-feira.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Senador Flexa Ribeiro, eu vejo de suma importância essa participação, já que o Sr. Presidente do Ibama, Dr. Roberto Messias não aqui compareceu. Eu só perguntaria se a Comissão de Infraestrutura teria que aprovar isso agora, naturalmente, nós aprovaríamos agora a nossa participação, e entraríamos em contato, a mesa, a secretaria entraria em contato com a Comissão de Meio Ambiente para assim ver esse procedimento.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pois não.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Esta audiência pública, Senador Flexa Ribeiro, foi preparada com muito cuidado, com muita atenção, com muito esforço de todos os integrantes do Interlegis, do Senado Federal, das nossas equipes de trabalho. Os

senhores bem podem imaginar o esforço que demanda nós estarmos em rede nacional com cerca de 15 ou 17 assembleias legislativas de todo o Brasil que estão nos assistindo neste momento, dos internautas que estão ligados neste debate pela Internet, que estão fazendo suas perguntas pela Internet, o que demonstra a participação e o interesse que a população brasileira tem nesse assunto, e que a Comissão de Infraestrutura, a mercê do requerimento apresentado pelo Senador Gilberto Goellner, com apoio unânime de todos os Srs. Senadores membros desta Comissão, houve por bem realizar no dia de hoje. Lamentavelmente, como V. Exa. disse, e nós aqui já havíamos também nos referido a esse fato, o representante do Ibama não compareceu. Agora há poucos minutos nos chegou um ofício dizendo que ele tinha um compromisso muito sério para atender no Município de Cachoeiro do Itapemirim no Espírito Santo. E eu disse aqui também, inicialmente, que considerava a ausência do representante do Ibama uma desfeita a esta Comissão e ao Senado da República. Disse que estaria encaminhando um ofício em nome da Comissão, um protesto contra essa ausência ao Presidente da República e ao Sr. Ministro do Meio Ambiente. Porque não é pelo fato da Comissão de Infraestrutura não contar com a voz de um representante deste Ministério, mas é de frustrar milhares e milhares de pessoas que estão querendo uma solução para esse problema que é um problema presente que está emperrando obras do Programa de Aceleração do Crescimento, impedindo o desenvolvimento, a livre circulação de mercadorias e riquezas a preços compatíveis com que o mercado está a exigir e também com a preocupação da preservação ambiental.

Mas isso não frustrará esta nossa audiência pública, porque fica claro para toda a sociedade brasileira que a Comissão de Infraestrutura está cumprindo com o seu papel, está cumprindo com a sua função, está cumprindo com as atribuições que lhes são conferidas pelo regimento eu pela Constituição. E ainda mais um fato do Ministro Eliseu Resende, Senador Ministro Eliseu Resende ser o relator da Medida Provisória 452, como aqui já disse, que trata exatamente da questão dos terrenos de domínio da União para a expansão das rodovias já implantadas no País. Este é um assunto da maior importância que está chamando a atenção de segmentos importantes da população brasileira, e que o Ministro ainda ontem me dizia na votação que tivemos de uma medida provisória, à noite, que talvez esse fosse o momento de nós avançarmos com essa discussão em função da presença que nós contávamos de um representante do Ibama.

Mas, infelizmente, o Ministério do Meio Ambiente ou o Ibama não fez, não deu atenção, ou fez pouco

caso do nosso convite e dessa teleconferência que nós estamos realizando, volto a dizer, com muito esforço de todos os técnicos que trabalham aqui no Interlegis. E eu gostaria de agradecer, em nome da Comissão, todo o esforço que os senhores fizeram. Agradecer a TV Senado que teve que também mobilizar os seus equipamentos para que aqui pudesse atender as assembleias legislativas que estão lincadas conosco, agradecer ao sistema de informática do Senado da República para que aqui também estivessem os seus funcionários, os seus trabalhadores para que pudessem receber as inúmeras perguntas que estão sendo feitas, neste momento, para os debatedores via os Senadores aqui presentes, enfim, é lamentável sobre todos os aspectos que o Ibama tenha faltado à nação brasileira no momento tão importante em que se discute o avanço de obras do Programa de Aceleração do Crescimento, programa este que é um programa que merece do Presidente da República a prioridade máxima. De modo que não sei, Senador Flexa, se data vênha, se seria o caso de nós convocarmos agora depois de todo esse esforço que realizamos, uma audiência conjunta da Comissão com a Comissão de Infraestrutura, já que teremos a oportunidade, na terça-feira, de estarmos presentes, já que o Ibama não pode vir porque o seu representante... Parece-me que só tem um representante, teve que ir a um importante encontro em Cachoeiro do Itapemirim, que a presença dos Senadores da Comissão de Infraestrutura, mediante um convite que, eventualmente, pudesse ser feito pelo presidente daquela Comissão, que nós estivéssemos lá e pudéssemos debater essa questão específica, que é a Medida Provisória 452, da qual é relator o Ministro Eliseu Resende e outros assuntos do mesmo [ininteligível].

A minha preocupação é que nós, se fizermos uma audiência pública com o Ministério do Meio Ambiente e a Comissão de Infraestrutura, ou a Comissão de Meio Ambiente e a Comissão de Infraestrutura, novamente os integrantes do Ministério não estejam presentes, e aí seria uma dupla frustração--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Permita-me um aparte, Presidente.

SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu me sinto, como presidente dessa Comissão, desmerecido pela atitude tomada pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ibama. Não aceito esse tipo de conduta e esse tipo de comportamento por funcionários do Governo Federal ou de qualquer outro governo. Aqui se trata de uma Comissão de Serviços da Infraestrutura de um Poder Legislativo do Senado da República, uma instituição que merece o respeito e a atenção dos funcionários do Governo Federal. Repilo, repúdio com

vigor e com veemência essa desfeita que foi considerado, foi realizada por um funcionário ou pela direção do Ibama, não somente a presidência desta Comissão, mas a todos os integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Permita-me um aparte, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Só para dizer ao Presidente Collor que todos nós somos solidários à desfeita do Ibama para com a Comissão, não foi para com o presidente, foi com o Senado Federal, como V. Exa. bem colocou.

Mas a minha proposta não seria uma nova audiência, a proposta que fiz foi que nós aproveitássemos a audiência já convocada pela Comissão de Meio Ambiente, na próxima terça-feira, para que nós fizéssemos, ao invés, de um convite para que os Senadores da Comissão de Infraestrutura estivessem presentes, que nós fizéssemos uma audiência conjunta com a Comissão de Meio Ambiente naquele mesmo dia. Encaminho o requerimento nessa forma, que aí nós estaríamos participando conjuntamente com o Meio Ambiente e o Ibama eu espero que esteja presente lá, porque se não estiver também na Comissão de Meio Ambiente, na próxima terça-feira, vai encontrar conosco no plenário. Uma hora ele vai ter que parar para poder debater com os Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Senador Flexa Ribeiro, eu solicitaria que o senhor enviasse, oficiasse à Mesa, à Comissão de Infraestrutura, a sua solicitação, e nós já poderíamos colocar aqui em apreciação, antecipadamente, a todos os Senadores e Senadoras sobre essa questão da participação da Comissão de Infraestrutura, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, na terça-feira, próxima, aqui no Senado Federal.

Então, colocando... Pela ordem do Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): [ininteligível] para que possa fazer de forma oral, e, aqui, o senhor coloca, naturalmente, na plenária dos Srs. Senadores para ser aprovado, naturalmente, essa sua pretensão, esse seu requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Eu só pediria ao Senador Flexa se ele indica mais algum componente expositor nessa Comissão, nessa audiência pública ou é só a participação da Comissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Não, só a participação da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Então é fácil. Então nós colocamos em apreciação. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Dando continuidade. Nós já convidamos a segunda vice-presidência do Senado Federal, a Senadora Serys, do Estado do Mato Grosso, aqui, a estar presente à Mesa, já que o Presidente desta Comissão, Fernando Collor de Mello, tem uma importante missão. Nesse momento, ele se ausenta desta Comissão, porque ele vai participar de uma importante missão na Comissão de Relações Exteriores no Senado.

E nós, então, dando continuidade, passamos a palavra ao primeiro inscrito, o Senador Delcídio Amaral.

Antes disso, eu gostaria de convidar, para participação na Mesa, do reitor da Unilegis, Ministro Carlos Mathias, que cedia, cuja entidade cedia esse encontro inédito da Comissão de Infraestrutura dentro da Casa da Unilegis.

Dando continuidade, então, o primeiro inscrito, o Senador Flexa Ribeiro com a sua palavra. Inclusive, eu gostaria, Senador Flexa, de lhe comunicar que eu também tenho questões junto ao Ibama, já que o objetivo maior desta reunião eram licenças ambientais. Quem concede as licenças ambientais é o Ibama, e as perguntas todas, tanto dos expositores dos três setores – hidroviário, ferroviário e rodoviário – era, naturalmente, fazer um questionamento sobre todas as prerrogativas e empecilhos nas obras do PAC, principalmente, e de outras obras tantas que ocorrem em todo o País, inclusive, avaliando a descentralização dos serviços junto aos órgãos competentes em nível estadual que poderiam, muito bem, estar fazendo um trabalho cooperativo com o Ibama de uma forma mais, inclusive, mais participativa, conhece, é do local, também tem técnicos muito importantes em cada Estado brasileiro.

E eu lhe passo a palavra, mas eu também vou questionar o Ibama. Então, deixaríamos aqui aos Srs. Senadores essas perguntas que essa Mesa encaminhará ao Ibama, sim. Não vão ficar em vão as nossas perguntas, não ficarão em vão. Nós poderemos, e eu pediria, então, à Mesa, à secretaria da Mesa, que anotasse isso aí, já que, também, nessa comunicação com as assembleias legislativas, Senadora Serys, e o Estado do Mato Grosso está participando, e ele vê com muito bom grado que, hoje, vai ser aprovado essa licença da ferrovia, ferrovia que está parada em Alto Araguaia, e que se desloca o trecho até a cidade de Rondonópolis.

Então, isso aí, após muito esforço de toda a bancada do Estado de Mato Grosso, inclusive do Fórum Pró-Ferrovia do Estado de Mato Grosso, que tem o Vereador Vuolo como líder desse projeto, já que ele é filho do saudoso Senador Vuolo, que é o pai da ferrovia no Estado do Mato Grosso. Então, é uma obra muito esperada e o pessoal, o povo todo do Estado vê a importância da ferrovia para que ela também se desloque até a cidade de Cuiabá, capital, porque é nesse trecho complementar entre Rondonópolis e Cuiabá que deverão ser concentrados os esforços da bancada do Estado do Mato Grosso que é incluí-las obras do PAC.

Então, fica aí a sugestão para que todos os Senadores façam as perguntas também para o Ibama, e não só aos expositores, mesmo ele não estando presente, e também todas as assembleias, deputados, vereadores estão interligados no Sistema Interlegis para que o façam para que a gente possa encaminhar ao Ibama, então obtendo essas respostas a gente já reencaminhar a todos.

Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA): Presidente, Senador Gilberto Goellner, Senadora Serys, Srs. Senadores, Srs. convidados. É lamentável, realmente, que o Ibama não coopere com o Brasil. Não é só neste momento que ele se faz ausente ao debate. O que nós estamos propondo aqui é apenas uma troca de informações, da maior importância, para que o Senador Eliseu Resende, como relator da Medida Provisória 452, possa ter convicção do seu parecer.

Eu lastimo, Senador Goellner, porque me parece que o Ministério do Meio Ambiente, e aí é preciso que se parta de um pressuposto, se parta de um pressuposto, nós todos defendemos o desenvolvimento sustentável. Ainda ontem tivemos no plenário do Senado Federal uma audiência pública conjunta de todas as comissões do Senado, exatamente para discutir a questão do Código Florestal, naquele momento, referente às APPs. É a forma de todos nós convergirmos no sentido de desenvolver mais aceleradamente o nosso País. Vamos colocar cada um as suas posições e vamos buscar o consenso do desenvolvimento sustentável. A própria ex-ministra e hoje Senadora Marina Silva, disse que hoje nós temos que preservar desenvolvendo e desenvolver preservando. É exatamente isso que todos nós buscamos.

Eu lamento, eu vou deixar de fazer os questionamentos, porque vou fazê-lo na reunião da próxima terça-feira, com a presença do Ibama. Nós estamos aqui todos, e eu quero já definir o meu voto favorável à aprovação da Medida Provisória 452, especialmente, no que diz respeito à flexibilização das licenças

ambientais, porque de forma bastante correta não se está pedindo que seja flexibilizado o licenciamento para implantação de novas rodovias, e, sim, para pavimentação daquelas rodovias já consolidadas, e eu me refiro aqui, Senador Goellner, a nossa tão esperada Rodovia Santarém-Cuiabá, a BR163, que há décadas o Estado do Pará, o Estado do Mato Grosso e o Brasil, eu tenho repetido, diversas vezes, que essa rodovia é uma rodovia de interesse nacional, ela vai dar oportunidade a que a produção do Centro-Oeste brasileiro possa escoar pelos portos de Santarém e de Barcarena tirando o tráfego intenso para o Sul do País e dando maior competitividade aos produtores brasileiros.

E eu quero só fazer aqui um registro, dois registros, para encerrar. Esse documento me foi passado ontem pelo Senador Goellner, e que com referência à BR163 diz o seguinte: que a licença de instalação estaria com compromisso do Ibama de ser liberada no dia 30 de abril agora e já foi prorrogada para 30 de junho. Eu não quero ser pessimista, mas eu espero que chegando dia 30 de junho não seja, novamente, prorrogada. E aí mais uma informação, Senador Goellner, com relação a outra rodovia esperada pelos paraenses e pelos brasileiros que é a 230, a Rodovia Transamazônica no trecho entre Marabá, Altamira, Medicilândia, Rurópolis uma rodovia também consolidada, com todas as dificuldade de tráfego hoje ela permite o seu acesso.

Diz a nota aqui: há três anos o DNIT aguarda o Ibama emitir a licença para coleta de fauna para que possa realizar os estudos e apresentá-los ao Ibama. Isso aqui é mais do que um absurdo, porque aguardar por três anos a emissão de uma licença para coleta de fauna não é para construção ou pavimentação não, é para que possa dar os subsídios ao que o próprio Ibama avalie e conceda, ou não, a licença de instalação.

E, por último, eu tenho aqui alguns comentários do próprio Ministro Carlos Minc, feitos à Agência Estado, no último dia 9 de abril, com relação à questão da flexibilização do licenciamento ambiental nas rodovias. Diz o Ministro Carlos Minc, segundo a Agência Estado: “O governo está preparando os últimos detalhes de uma medida provisória”. Que é exatamente a que foi aproveitada agora a 452, “Para simplificar o processo de licenciamento ambiental de rodovias que já existem para, por exemplo, asfaltar ou fazer obras de continuidade da estrada”. Mas adiante, diz o Ministro Carlos Minc: “Uma coisa é uma rodovia nova que tem que abrir área com vegetação, outra coisa é uma rodovia que já existe. Neste caso vamos adotar um procedimento muito mais simplificado”. Aí eu pergunto: Ministro Carlos Minc, mudou de ideia? O Ministro

Carlos Minc diz uma coisa para a imprensa e manda os seus auxiliares, os seus subordinados fazer outra? É a pergunta que eu deixo ao próprio Ministro para que ele responda ao Brasil. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GO-ELLNER (DEM – MT): Senador Flexa, então nós diríamos que todas essas suas indagações que não poderão ser respondidas serão levadas ao Presidente do Ibama. Mas eu cito aqui também, e houve um descuido aqui da mesa, anteriormente, de não ter também comunicado a todos os presentes que o Presidente da FUNAI, o Márcio Augusto Freitas de Meira também foi convidado, e aqui não compareceu. É lamentável.

Então, nós estamos recebendo aqui diversos e-mails de várias partes do país, que eu gostaria de dar uma satisfação aos remetentes, onde é questionado o Ibama e a FUNAI quanto às licenças ambientais. O e-mail procedente de Camaquã no Rio Grande do Sul, o Sr. Diogo Fagundes Gross, ele demonstra então essa tranquilidade dele, preocupação quanto aos licenciamentos ambientais nas obras que venham a melhorar a economia das regiões, como também a dificuldade em licenciar as obras no âmbito de melhorias no meio ambiente. Da mesma forma, o Estado do Maranhão, da cidade de Grajaú, o Sr. Lucas Silva Lima, que também se refere ao Programa PAC e as decisões de se acelerar as obras, os licenciamentos de todas as obras do PAC. Da mesma forma o Sr. Fernando Flores Maia, que aqui não fala a sua cidade, e que fala do IPAM, da Fundação Palmares, da FUNAI que também travam significativamente... E o Ibama, que travam significativamente os empreendimentos. E ele gostaria de saber o que é que os órgãos estão fazendo para acelerar os licenciamentos. Enfim, tem outro e-mail solicitado pelo Sr. Fernando Flores Maia que também versa da mesma forma.

Então, a grande pergunta, as grandes perguntas vão ser, infelizmente... Nós devemos proceder uma nova, quem sabe, uma nova convocação para que os objetivos maiores desse encontro não sejam frustrados. Porque estiveram presentes os representantes dos três setores do modal logístico brasileiro: rodoviário, ferroviário e hidroviário, e eles apresentaram seus questionamentos, sabem das dificuldades que estão enfrentando esses setores. E, com isso, nós não temos objetivo final alcançado. Mas nós vamos levantar as questões e vamos dar andamento.

Em seguida, então, passamos a palavra ao segundo inscrito. Pela ordem, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR – RO): Desculpas aqui ao Senador Delcídio, o nosso grande líder.

Era só para complementar aqui. Eu ouvi aqui o Senador Flexa Ribeiro, e há uma preocupação nossa muito grande. E quando nós ouvimos do Ministro uma colocação, e, de repente, na prática a gente vê o contrário, isso nos preocupa muito, porque já, por duas vezes, numa audiência pública que nós fizemos no Ministério do Meio Ambiente e no Ministério da Agricultura, eu trouxe aqui o Ministro Minc, e eu falo na tribuna, não me canso de ler aqui trechos da fala do Ministro Minc sobre uma questão de um problema que nós temos numa reserva do Bom Futuro lá no Estado de Rondônia. E a fala dele, ele diz o seguinte: que foi um erro dos governos anteriores permitir que aquela população adentrasse na reserva. Isso já há quase 20 anos, e é um erro maior do governo, hoje, achar que vai tirar 10 mil pessoas, 10 mil famílias de uma forma negociada, de uma forma num consenso, que seja buscado, pavimentado um caminho, um procedimento. E, hoje, a gente vê acontecendo tudo ao contrário, tudo aquilo que o Ministro falou nas nossas audiências públicas, hoje está lá uma operação da Polícia Federal, Força Nacional, para retirar o pessoal da reserva. Eu não estou questionando essa questão da reserva, até porque há uma proposta já do Governador do Estado de Rondônia de fazer uma compensação.

Mas, ainda em cima disso do que o Senador Flexa Ribeiro leu aqui, a declaração do Ministro Carlos Minc, voltando aqui para o assunto nosso. Há um projeto aprovado na Câmara dos Deputados, agora, tratando exatamente, Senador Gilberto, sobre essa questão dessa medida provisória que o Ministro disse que o Presidente estaria enviando aqui para o Congresso Nacional, que é exatamente as estradas. Por exemplo, a questão da 319 que liga o Estado de Rondônia ao Estado do Amazonas. É uma estrada que já existia, nós não vamos construir uma nova estrada, nós vamos pavimentar a estrada, e aí o Projeto de Lei já permite liberando o licenciamento. Hoje, o diretor do DNIT está aqui, o Dr. Miguel, que, inclusive, participou de audiências públicas feitas para que possamos dar continuidade a essa obra, e é uma obra que está no PAC, e, às vezes, por conta disso, por conta desse licenciamento, nós estamos tendo o calendário do PAC sendo atrasado, e, de repente, com esse projeto chegando ao Senado agora, nós podemos dar mais celeridade, dar rapidez no andamento desse projeto, e não precisa mais da Medida Provisória do Governo. Agora, de repente, quando chega aqui o projeto da Câmara, aí ele vai mandar a medida provisória, porque ele tem feito assim, tem copiado muitos dos nossos projetos apresentados aqui, e eu vi, inclusive, Senadores do PT reclamando, outro dia na tribuna, sobre projetos

aprovados e projetos encaminhados e o Presidente transformando em medida provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Senador Expedito Júnior, o senhor solicitou pela ordem, realmente o senhor fez um questionamento e uma consideração geral sobre os assuntos pertinentes aqui.

Eu não gostaria de passar a palavra ao Senador Delcídio Amaral, que é o próximo inscrito, sem, antes, dar a palavra à Senadora Serys, que, também, por motivo... É, vai precisar sair, mas a senhora poderia fazer as suas considerações.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Obrigada, Senador Gilberto Goellner. Eu já estou sendo chamada em duas Comissões e já estão acontecendo, e não vou poder permanecer.

Eu acho que é um momento importante. Estamos aí a discutir essa questão dessas licenças que a gente precisa, realmente, ver formas de que essa questão seja acelerada. As obras do PAC não podem parar. Já foi dito aqui por vários Srs. Senadores: não pode parar. Este país teve um atraso que eu já não saberia dizer de quanto tempo, em termo da sua infraestrutura. Nós, do Estado de Mato Grosso, nós estamos aqui os três Senadores, sabemos o que é que significa a necessidade de infraestrutura para o nosso Estado de Mato Grosso, seja ferrovia, rodovia, acabou de se pronunciar. E eu fiz um pronunciamento. Acho que, terça-feira, eu fiz um pronunciamento, e ele está, o pronunciamento, aqui, dizendo que não dá mais para contemporizar com essa questão. Mato Grosso é o maior produtor de carne, de soja, de algodão e segundo maior produtor de uma série de outras coisas, e a infraestrutura está aí, o biocombustível está chegando para valer. Não se tem uma proposta. Imagina quando começar a pensar em duto, porque, daqui a pouco, tem que pensar em duto em Mato Grosso, tem que pensar em duto, porque vai ser impossível escoar com rodovias, ferrovias e ainda com todas essas dificuldades. Então, essa infraestrutura é necessária, mas já foi dito aqui: o desenvolvimento tem que ser com sustentabilidade, tem que desenvolver protegendo e tem que proteger desenvolvendo o meio ambiente.

Eu faço parte da missão internacional que discute em nível do G20, era do G8 e do +5, agora é do G20 a questão das mudanças climáticas. Nós também sabemos que não adianta a gente só buscar o lucro, mais o lucro e mais o lucro, porque daqui a pouco o prejuízo vai estar aí, porque a gente não vai ter a vida segura, pelo menos, com a qualidade que se precisa e se necessita.

Agora, eu acredito também que tem órgãos que precisam ser reforçados. Eu não sei se o Ibama é len-

to, devagar quase parando, assim como o INCRA e outros mais. Eu acredito que seja por falta de gente, de equipamento, de condições. Então, que se viabilize, se acelere, se viabilize essas condições, para que os procedimentos internos, em todas as instâncias de poder, nos Estados também. Porque o que a gente recebe de reclamação da CEMA, não é Senador? O Senador Jayme Campos, o Senador Goellner sabem, nós somos lá de Mato Grosso e nós sabemos quantas reclamações nós recebemos também dos órgãos em nível de Estado e dos órgãos federais. Eu, quando me falam em Ibama e INCRA eu até arrepio, porque é uma questão muito complicada, todo mundo reclama, e a gente não consegue andar. O Presidente Lula deu datas, deu prazos há poucos dias para a FUNAI e para o Ibama, ele deu prazos, prazos dados pelo Presidente da República. Eu sei que a FUNAI já cumpriu. Pelo menos, eu recebi um comunicado, um documento dizendo que a FUNAI já tinha cumprido, determinado prazo, que eu não me lembro mais para que é que era, eu não sou dessa área, eu não entendo. É da 158. Essa 158 nem fórceps faz esse parto, mas eu já estou cansada, tem seis anos que eu estou aqui, já tinham 20 anos de briga por esta estrada, e sempre tem alguma coisa que está faltando. Aí foi dado prazo. Até onde eu sei a FUNAI já cumpriu. Agora o Ibama, se é que eu entendi, o Ibama está pedindo mais prazo. E eu não estou entendendo, eu acho que... Não sei, a coisa está difícil. Se o presidente deu uma data, essa data tem que ser cumprida. Agora cadê a justificativa do não cumprimento? Eu, pelo menos, não recebi. Eu acho que a gente precisava, pelo menos, receber a justificativa do não cumprimento dessa data, pelo menos, a 158, até onde eu sei e entendi, não sei se entendi certo, que foi pedida uma prorrogação pelo Ibama para determinada licença, algo aí em termos da 158.

No meu ponto de vista eu cansei, não dá mais para esperar. Eu acho que foi importante esse momento aqui, e, infelizmente, alguns órgãos não estiveram presentes, mas eu não sei como que a Comissão vai tratar essa questão.

Eu peço desculpas. Eu preciso me retirar, porque eu sou titular da Constituição e Justiça e ela já está chamando e outra Comissão também, e têm duas audiências com questões do INCRA também me aguardando. Obrigada. Um abraço a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Bom, Senadora Serys, que coloca aqui a sua indignação quanto a não presença aqui do Presidente do Ibama e do Presidente da FUNAI, e a morosidade com que essas licenças ambientais e as licenças da FUNAI estão emperrando todo o licen-

ciamento ambiental e o início das obras do PAC, que é o objetivo maior dessa audiência pública.

Em seguida nós passamos à palavra ao Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS):

Queria só cumprimentar o Senador Gilberto Goellner, cumprimentar o nosso Miguel do DNIT, o Luiz Eduardo, cumprimentar também o Rodrigo Vilaça e o Dr. Carlos Mathias, vice-reitor da Unilegis.

Primeiro registrar, Senador Gilberto Goellner, que esta sessão ficou muito prejudicada, porque o objetivo desta reunião era exatamente cada modal mostrar aquilo que se projeta em cada, as dificuldades para o Ibama se posicionar. E importante tendo como pano de fundo a Medida Provisória 452, que eu já adianto a V. Exa., sou favorável à Medida Provisória 452, mas nós poderíamos aproveitar essa oportunidade para fazer um debate muito mais aprofundado, tendo em vista, que o vice-Presidente desta Comissão, o Senador Eliseu Resende, é o relator da Medida Provisória 452. Então, perdemos uma grande oportunidade, estamos falando para o Brasil inteiro, para várias assembleias legislativas, os internautas nos acompanhando, fazendo perguntas, infelizmente o Ibama não compareceu. Eu tenho um respeito muito grande pelo Dr. Roberto Messias. Acho até que ele assumiu o Ibama num momento muito difícil, e tem trabalhado duramente para cumprir com os cronogramas, especialmente, os projetos que fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento. Mas na inviabilidade do Dr. Roberto Messias vir, não é possível que ninguém do Ibama pudesse aqui comparecer. E, ao mesmo tempo, também registrar a ausência do Dr. Márcio Meira, se o Dr. Márcio Meira não pode comparecer aqui na Comissão de Infraestrutura, que enviasse algum representante da FUNAI para que nós tivéssemos oportunidade de fazer uma discussão ampla. Infelizmente, isso não aconteceu.

Eu só quero registrar aqui a pertinência das observações do Miguel, do Luiz Eduardo Garcia, especialmente, quando tratou lá do Paraná-Paraguai. O meu Estado é um Estado mesopotâmico, porque tem o Paraná de um lado e o Paraguai do outro, e também o nosso Rodrigo Vilaça, amigo e uma pessoa que eu respeito muito, e quero registrar aqui os comentários, absolutamente, pertinentes, e registrar aqui, o maior desafio do Brasil é a infraestrutura. O Brasil só vai crescer se tiver infraestrutura, esse é o maior desafio a despeito de todas as outras coisas que são feitas no País, mas o maior desafio é a infraestrutura brasileira.

Acho até que esta reunião poderia trazer, inclusive, algum representante do Ministério de Minas e Energia, porque nós temos projetos importantes na

área de energia e poderíamos também ter uma oportunidade ímpar de fazer uma discussão ampla.

Mas queria fazer algumas considerações com relação às exposições aqui apresentadas. Primeiro, no que se refere às hidrovias, concordo com o posicionamento do Luiz Garcia, especialmente, lá na Bacia do Paraguai, as dificuldades que nós temos, e com essas secas prolongadas, esse ano vai ser de seca novamente, mesmo nós estando no Pantanal, lá é minha região, eu sou de Corumbá, realmente, nós vamos ter que aumentar o escopo do serviço, exatamente para dragar determinadas áreas que já tinham sido dragadas anteriormente.

Quero registrar que nós estamos conversando com a Ipar e também com a própria CODEMAR, porque o orçamento que a Ipar dispõe é um orçamento muito reduzido. Agora fomos surpreendidos que transferiram parte desse orçamento para a CODEMAR visando o atendimento a um convênio com a Marinha, no meu ponto de vista, feito de uma maneira equivocada há alguns anos pelo ex-superintendente da Ipar lá em Corumbá, mas a apresentação de V. Sa. é absolutamente pertinente e nos esclarece muitas questões também com relação a outras hidrovias.

No que se refere à apresentação do Miguel, acho que o que realça são as dificuldades de licenciamento em estradas que já estão em funcionamento, e o mesmo vale para as ferrovias. Nós não podemos adotar para uma infraestrutura ou para um modal que já está em operação, adotar os mesmos procedimentos de um greenfield como se você tivesse começando do zero uma obra que já está funcionando. Portanto, acredito como, absolutamente, pertinente se o espírito da Medida Provisória 452 é exatamente facilitar esses licenciamentos.

Nós, há um ano, um ano e meio, aprovamos essa semana, foi um trabalho feito pela Comissão de Marcos Regulatórios, e que teve como relator o Senador Garibaldi Alves. Nós propusemos não só a simplificação das licenças, do processamento de licenciamento para ampliações ou para reforma de rodovias e outros modais também, como também propusemos outras, fizemos outras sugestões; entre elas, a questão que é mais uma medida no sentido de proteger os executivos do Ministério do Meio Ambiente que em função de um licenciamento podem ser acionados pelo Ministério Público, de imediato, e isso tem causado uma série de problemas também.

Nós não somos contra a atuação do Ministério Público, mas ela tem que vir *a posteriori*, depois do estudo detalhado do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama. E esse trabalho tem uma série de outras sugestões que eu entendo como, absolutamente, per-

tinentes para essas discussões, principalmente, de projetos associados ao Programa de Aceleração do Crescimento. E, por último, eu fico feliz com os meus companheiros de Mato Grosso que receberam a notícia do Dr. Rodrigo Vilaça sobre a ferrovia, a Ferronorte, esse primeiro trecho até Rondonópolis que é fundamental, e eu já ouço falar desse assunto, pelo menos, há mais de, sei lá, oito ou dez anos. Eu mesmo já andei lá na Ferronorte e aí naquela época foi anunciado que nós chegaríamos até Rondonópolis, e agora é que o licenciamento está saindo para uma primeira etapa de 136kms. Mas eu não posso também deixar de destacar, aproveitando a presença do Dr. Rodrigo Vilaça. Nós não somos, não temos no nosso Estado a ferrovia, a Ferronorte, nós temos lá a nossa antiga Nova Oeste, mais antiga ainda, Noroeste do Brasil. Assim como eu compreendo e concordo com que o Dr. Rodrigo Vilaça falou do processo de privatização que ocorreu no Brasil, e o salto que houve, especialmente, na malha ferroviária brasileira, e a participação da malha ferroviária brasileira, especialmente, agora com a presença muito mais intensa dentro dos modais de transporte. Nós temos lá uma ferrovia que foi o maior desastre da privatização no Brasil. Lá não é nem privatização, é um arrendamento. Foi o maior desastre do programa de desestatização que foi implementado pelo governo Fernando Henrique, um desastre, um desastre. Essa ferrovia hoje está canibalizada nos seus vários trechos, ela opera, sofrivelmente, em alguns trechos, mais especificamente de Campo Grande para frente, Campo Grande, Água Clara, e, assim por diante. Agora no dia 8 de maio, com pompa e circunstância, vai voltar a rodar o famoso trem do pantanal, mas é um trem do pantanal que vai de Campo Grande a Miranda. O Senador Jayme Campos conhece muito bem isso, conhece a região, é um trem do pantanal que, evidentemente, quando chegar a Miranda vai estar ancorado em resorts, em hotéis para que os turistas conheçam alguma coisa de Pantanal, mas o principal trecho que é Miranda a Corumbá a ferrovia não funciona. E importante, o Dr. Rodrigo Vilaça é um homem experiente, vivido, sabe muito bem disso está liberado do trem do Pantanal numa velocidade máxima de 35kms/h. O Presidente Lula vai fazer Campo Grande à Miranda, vai levar oito horas para chegar em Miranda, 35kms e não vai cruzar o Pantanal, porque o Pantanal mesmo é de Miranda até Corumbá, ou de Corumbá para Miranda.

E nós fizemos uma audiência pública, Dr. Rodrigo Vilaça, lá em Corumbá, há poucos dias para perguntar para a LL o que é que está acontecendo. Ninguém responde. É irresponsável. Fizemos agora Campo Grande e Miranda, não fazemos Miranda à Corumbá, e o que opera em Corumbá é um pequeno trecho que é muito

mais utilizado até Porto Esperança para escoamento das mineradoras, da produção das mineradoras. E aí nós vamos cobrar da ANTT o cumprimento de um termo de ajuste de conduta para que, efetivamente, essa ferrovia volte a funcionar na sua totalidade. E o pior, projetos industriais que estão se instalando na região de fronteira quando vem o modal ferroviário como o mais adequado, querem fazer uma pré-compra de fretes, mas os valores são tão fora de qualquer lógica que acabam inviabilizando alguns desses projetos e inviabilizando o transporte via ferrovia que seria o transporte ideal.

Então, eu não poderia deixar de destacar essas questões, fazer coro, Dr. Rodrigo Vilaça, ao Ferroanel de São Paulo, que é o verdadeiro gargalo de todo esse escoamento. Os trens chegam e têm que esperar a madrugada para chegar ao Porto de Santos.

Então, não há a mínima condição de se ter competitividade, e nossos produtores são competitivos, mas chega um determinado momento que por mais que sejam eficientes, eles não conseguem tirar a diferença de frete. E isso nos causa o quê? Falta de competitividade e encarecimento dos nossos produtos que são produtos obtidos com tecnologia, com competência, com trabalho e com dinamismo.

Então, eu queria, basicamente, fazer esses registros, e, mais uma vez, esperar agora a reunião da Comissão de Meio Ambiente, para a gente tentar ouvir o Ibama de tal maneira até buscar contribuições adicionais, no sentido de garantir, especialmente, uma discussão aprofundada da Medida Provisória 452, que eu quero adiantar, mais uma vez, sou absolutamente favorável à Medida Provisória 452.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOLLNER (DEM – MT): Muito bem.

Eu passaria a palavra, então ao Dr. Rodrigo. O senhor colocou várias indagações a respeito de ferrovia. Dr. Rodrigo Vilaça, com a palavra.

SR. RODRIGO OTAVIANO VILAÇA: Senador Delcídio, corroboro com todos os seus comentários, com todas as suas observações. E gostaria de dizer aos senhores da Comissão de Infraestrutura que desde o final de 2006 quando a LL adquiriu as ferrovias do Estado de São Paulo e dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, ela vem, consistentemente, fazendo processos comerciais, processos de relacionamento, recuperação de uma malha. Nós chegamos a encontrar trilhos da Polônia de 1947 ainda na malha paulista, dificuldade de travessia. O senhor citou a Ferroanel também, tem o porto de Santos, tem o nosso trem do Pantanal, são os primeiros 200kms, mas são processos como nós temos com a VCP, com a Votorantim em Três Lagoas, o último exemplo da Cosan

no Estado de São Paulo para a questão do complexo açúcar e álcool.

Eu tenho certeza, Senador, que nós já nos conhecemos há uns três, quatro anos, pelo menos, de que eu observo, até porque eu sou cliente também e produz soja no Mato Grosso, e eu vejo um crescimento e um planejamento dessa ferrovia muito consistente e muito sustentável, muito dinâmico, muito transparente. É claro que são entre os dois países 20 mil km de malha só dela, e que, naturalmente, requer um pouco mais de tempo. Nós ainda temos muito o que fazer, realmente temos muito o que fazer em toda a situação de malha existente, e malha futura. Mas o senhor pode ter certeza que o empenho é no sentido de nós realizarmos comercialmente, eliminamos as barreiras ambientalistas tão amplamente discutidas aqui pelos meus colegas de hidrovia e rodovia, e nós vamos chegar lá. O senhor tem razão na velocidade, porque transporte de passageiro na malha existente é crítico, porque é uma centenária. Eu tenho fé em Deus que, com essa expansão da malha, as velocidades serão diferentes pela estrutura que essa nossa engenharia com os ambientalistas vão poder proporcionar.

Eu gostaria de lhe afirmar e de ser cobrado pelo senhor, no futuro, e que nós vamos ter relações muito mais consolidadas ao longo, desde as fazendas até o Porto de Santos. É uma viagem difícilíssima, é uma viagem complexa. Nós temos a Cremalheira de um lado, a Ferroanel dentro de São Paulo, a linha natural da LL para a Baixada Santista, o Porto de Santos, as fazendas, falta de armazenagem, vagões, recuperação de vagões que fizemos, uma travessia em São Paulo que nós andamos no seu Estado no Mato Grosso a 80km, temos que reduzir a 5 para chegar ao Porto de Santos, para atravessar São Paulo. Então, nós temos muitas dificuldades, mas estamos trabalhando muito, mas é pouco para o que a gente ainda precisa. Mas o senhor vai me cobrar, eu tenho certeza disso, e nós vamos mostrar ano a ano melhorias ao longo de todo o trajeto, de todas as nossas ferrovias, eu tenho certeza disso. Eu sou devedor da sua pessoa e desta Comissão de que nós vamos mostrar esses resultados. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Muito bem.

Antes de passar a palavra ao Senador Jayme Campos, do Estado do Mato Grosso, o Senador João Ribeiro do Estado de Tocantins, eu gostaria de colocar aqui umas indagações que preparei como autor desse requerimento de audiência pública--

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR – TO): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pois não, Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Eu gostaria apenas de fazer um pequeno comentário e deixando o senhor bastante à vontade para as demais indagações que V. Exa., como autor desse requerimento, tem mais do que o direito regimentalmente de tecer prioridades nesta Comissão.

Eu quero apenas dizer, lamentar aqui a não presença da FUNAI e do Ibama. Eu imagino que a sensação de todos nós Senadores da República é a falta de consideração e de respeito ao Senado Federal e para a Comissão de Infraestrutura que tem o papel, naturalmente, na consecução dos grandes projetos e pequenos projetos do País em questão de infraestrutura. Todavia, eu tenho percebido com muita clareza de que dá a entender de que o próprio governo está contra o governo.

É inconcebível, Senador Delcídio Amaral, brilhante Senador, conhecedor profundo dos assuntos aqui discutidos, principalmente, na questão transporte trimodal, de que obras, como é o caso da BR 158 que vem se arrastando há mais de dez anos. Quando eu era governador, Miguel, já tinha esse imbróglio lá, lá atrás, desde 94 já havia esse imbróglio. Não satisfeito com a questão ambiental, veio a questão também das reservas indígenas que nunca foi reserva indígena onde estão dizendo que é reserva indígena. Nasci, criei, fui governador, meu irmão foi governador, nunca foi reserva indígena, e aí transferiram cinco índios para uma reserva para lá e quiseram transformar algo parecido com 600 mil hectares em reserva indígena, e isso gerando essa polêmica e esse problema grave e sério para o nosso Estado.

Todavia, eu imagino de que nós temos que fazer com que o Congresso Nacional tome algumas providências, e, desta feita, eu imagino que não pode ser feita nenhuma reação por parte de algumas pessoas da própria bancada do Governo Federal, ou seja, do governo do Poder Executivo já estão reagindo contra a emenda proposta da Medida Provisória 452 que vai ser, talvez, uma das dificuldades para aprovar em que pese, eu imagino que o relatório do Senador Eliseu Resende vai ser favorável, mas já havia alguma manifestação, Senador Delcídio, de pessoas que não têm compromisso com o desenvolvimento do Brasil e ali obstacularizar e, com isso, naturalmente, demandando mais tempo para aprovarmos, não facilitar, mas, sobretudo, dar um encaminhamento que necessita para os investimentos das obras do Brasil.

A BR163 uma polêmica também que já vem se arrastando. Lamentavelmente, eu imagino de todo o PAC lançado no Brasil não foi desembolsado nem 30%

até agora, e o PAC teria que ser realizado até 2010, pelo menos, o que me consta inicialmente quando lançou esse grande programa no nosso País era para até 2010, nem 30% foi realizado, não só em nível de governo federal, como as obras conveniadas com o Governo Federal, e, sobretudo, com as prefeituras. Para que os senhores tenham conhecimento, Cuiabá tem um programa de 252 milhões de reais para investimentos nas obras de saneamento básico. Os senhores sabem quanto foi liberado? Zero. Além de termos, naturalmente, CEMA, Ibama, etc. e etc., nós temos TCU, Ministério Público, AGU etc. e etc. Então, não anda. O Brasil está numa situação difícil, crítico nesse momento, e nós do Congresso Nacional temos que nos preparar, sobretudo, para que as coisas andem. É inadmissível, e veja essa obra da Ferronorte, já tivemos dezenas de vezes lá no Ibama e, até agora, Rodrigo, nada, pediram mais prazo, doze horas de discussão. Isso é debochar com as pessoas. Eu, particularmente, já fui dez vezes lá e não vou mais perder o meu tempo, e não só o Ibama, como a FUNAI também.

Ontem na audiência pública que tivemos no Senado Federal, lá o Presidente da FUNAI se vangloriando, o Meira, não sei o nome dele direito, Márcio Meira se vangloriando, dizendo que se o Brasil tem hoje 72% de vegetação, ou seja, de cobertura vegetal é graças às ampliações das reservas indígenas neste país aqui. De respeito ao cidadão brasileiro há poucos dias no Mato Grosso e uma reserva de 112 mil hectares de terra para 212 índios ampliaram para 1 milhão e 50 mil hectares. Esse é o Brasil de hoje. Portanto, eu espero que, na próxima terça-feira, naturalmente, nessa possível reunião entre a Comissão de Infraestrutura e Meio Ambiente, tínhamos presença desses representantes desses órgãos e tenhamos, realmente, informações precisas, concretas, para que só assim, nós, Senadores, poderemos dar uma resposta, naturalmente, às pessoas que nos têm abordado constantemente, principalmente no meu Estado, para saber os andamentos, naturalmente, dos projetos tão importantes para o nosso Estado, para o nosso país em que pé está.

A Hidrovia Paraguai-Paraná, quando o senhor comenta aqui, dificilmente aquilo vai para frente. A mesma questão ambiental que todos os dias estão ponderando lá, nós temos a questão do Ministério Público, passou a ser um dogma do Ministério Público Federal em Mato Grosso a questão da hidrovia. A situação da Hidrovia do Paraguai-Paraná não tem nenhuma argumentação, não tem nenhum cidadão que sai da maior academia deste País aqui que consegue demover, naturalmente, os nossos representantes do Ministério Público da importância que representa a Hidrovia Paraguai-

Paraná para o nosso Estado. Lamentavelmente, hoje nós temos que enfrentar um conjunto de pessoas que, muitas vezes, descompromissado com o Estado e com o país, e que tenha até, muitas vezes, como um viés político e ideológico essas questões, naturalmente, que de tanta importância para o Brasil que passam ter ele com viés político para não ter nenhuma solução e, sobretudo, nós buscamos desenvolvimento, damos uma nova oportunidade, sobretudo, para as nossas futuras gerações deste País que está merecido de políticas públicas condizentes com a nossa realidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pois não, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Eu só queria... Eu me esqueci na minha intervenção. Só fazer um comentário, porque o Dr. Rodrigo Vilaça passou muito por cima desse assunto, mas que para mim é o fundamental dessa nossa discussão: o plano nacional de logística contado em prosa e verso, mas, até agora, nós não... É o Conceição, ninguém sabe, ninguém viu. Porque essa é a essência e é a referência para os investidores, até onde o trem vai, onde ele para, aí onde é que ele passa para rodovia, onde ele passa para porto, onde ele passa para aeroporto, onde ele passa para hidrovia, até hoje dizem que estão estudando. Essa é a referência de um projeto que tem a racionalidade e sinalização econômica dentro do conceito de desenvolvimento sustentável para o Brasil saber para onde é que vai.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Muito bem, Senador Delcídio Amaral. Inclusive, eu sugiro que façamos, pela Comissão de Infraestrutura, uma nova audiência pública, formalizando, então, um convite à Comissão, ao CONIT para que consigamos trazer à apreciação toda essa gestão estratégica que está faltando. Eu diria que a Ferrovia Leste-Oeste que também precisa ser estudada, precisam ser chamados empresários, precisa, inclusive... Existem empresários nacionais interessados que ela tem valor econômico já comprovadamente viável. E existem as parcerias público-privadas de que deixamos de lado nesse país e poderiam ser retomadas, inclusive, na ferrovia existe intenção, os produtores, entidades de produtores do Estado se comprometendo com toda a produção de dez, doze milhões de toneladas, como é o caso do Estado de Mato Grosso participando desse projeto.

Então, nós devemos realmente não esmorecer em função da falta de diálogo que tivemos no dia de hoje com os órgãos ambientais. Foi essa a proposta, mas que tenhamos então, saia daqui a nossa proposição.

ção de também acolher toda essa análise estratégica das ferrovias do País e convocando o CONIT então para se pronunciar e abrir e participarmos desse desenvolvimento.

Então, é muito salutar a sua contribuição, Senador Delcídio Amaral, para que tenhamos então efeito em relação às ferrovias.

Eu passo a palavra, então--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): É. Mas eu vejo que as questões referentes a hidrovias ainda não foram totalmente... As perguntas que aqui surgiram eu diria que a Rodovia Paraguai-Paraná iniciando por Cárceres, e é uma pergunta que eu coloco ao Dr. Luiz Eduardo Garcia, e que conversando com algum parlamentar do vizinho país Argentina eles acreditam que o Brasil ainda não intensificou esse modal, porque não quer incrementar economicamente a Argentina. E quando eu falei que problemas ambientais que estão entrando, eles não acreditaram. Deram risada. Então, eu gostaria de fazer essa pergunta ao senhor. O que é que está entrando um transporte maior, já que ele é um transporte hoje pequeno que existe naquela hidrovia e que por problemas ambientais não se consegue um tráfego maior nessa hidrovia.

SR. LUIZ EDUARDO GARCIA: Muito obrigado pela oportunidade. A Hidrovia Paraguai-Paraná, na realidade, existe até um acordo entre os cinco países que conformam a bacia, isso representa o Brasil no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Na realidade, não existe uma ação do Brasil contra o desenvolvimento da hidrovia, muito pelo contrário. Hoje não se fazem mais melhorias ou talvez maiores e mais intervenções como a construção de novas atividades econômicas na região por questões ambientais, no que tange à melhoria da via, como eu disse aqui, existe essa proposta de ampliação dos trechos que se mantinha da hidrovia para as condições, vamos dizer, das embarcações que hoje lá trafegavam, e não há em curto prazo nem viabilidade econômica, menos ainda viabilidade ambiental de você propor uma intervenção no sentido de aumentar o tamanho ou as dimensões das embarcações que lá trafegavam.

Então, na realidade, a intervenção nossa que deveria ser ali é exatamente essa, aumentar o ritmo das manutenções, quero dizer, é um pouco diferente, não sei se é o caso de a gente detalhar muito aqui, mas, por exemplo, quando se fala em dragagem portuária e dragagem de hidrovia, você remover os fundos de areia é um pouco diferente, porque no porto, em geral, você tem uma conformação estabelecida, e, em ge-

ral, você aprofunda para poder navios maiores entrar. Na hidrovia é exatamente o contrário, como existe um grande movimento de sedimentos, na maioria dos casos, o que você faz é uma dragagem, na realidade, de manutenção, naqueles trechos onde entre uma cheia e uma seca a areia se deposita, você vai ter que ir lá intervir, abrir um pouquinho, abrir uma passagenzinha, tirar um pouco daquela areia exatamente para a embarcação passar. Então, não existe, pelo menos, nós não temos projetos de aprofundamento, nós temos projetos na área de hidrovia de manutenção dos canais de navegação. E no caso do Paraguai, como eu disse, e o Senador está ciente, porque ele acompanha esse assunto também, o Senador Delcídio, é que, vamos dizer, aumentaram as necessidades de dragagem de manutenção. Agora o caso da Hidrovia Paraguai-Paraná, só para completar. Então, eu nego e, de fato, não existe nenhuma ação, muito pelo contrário, política, ou seja lá o que for, do meu conhecimento, muito pelo contrário, nosso interesse, consideramos a Hidrovia Paraguai-Paraná da maior importância para o desenvolvimento econômico da região desse Cone Sul aqui da América Latina.

A questão que reside na Hidrovia Paraguai-Paraná é que todos os países precisariam fazer a intervenção simultaneamente, e hoje, vamos dizer, numa análise rápida sobre o que é o caso da Hidrovia Paraguai-Paraná, as grandes necessidades de intervenção devido a essa situação de que o rio tem permanecido em níveis mais baixos, são as intervenções no trecho Paraguai do rio Paraguai. Então, vamos dizer, o grande impedimento ou grande dificuldade da navegabilidade no rio Paraguai não se encontra em território brasileiro para as condições que a gente vem operando, aumenta essa necessidade de dragagem, mas o ponto crítico está exatamente no trecho Paraguai da Hidrovia do Paraguai, e não há nenhum movimento nosso contra ou querendo impedir o desenvolvimento argentino, muito pelo contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Então seriam as licenças ambientais da navegação que ainda estão emperrando o desenvolvimento?

SR. LUIZ EDUARDO GARCIA: Não, o que existe na região ali no trecho, para o trecho brasileiro existe uma ação judicial que impede a construção de novos terminais. Então, atividades econômicas para se implantar hoje na beira da hidrovia têm restrição porque essa ação judicial impede ampliação, só permite a manutenção do status cor. Então é um impedimento legal motivado por entendimento ambiental dessa ação judicial. Não sei se ficou claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GO-ELLNER (DEM – MT): Pois é. Mas esses impedimentos de construção dos portos e dos terminais já é um impedimento que dificulta a licença de implantação de um modal mais próprio para navegação?

SR. LUIZ EDUARDO GARCIA: Na realidade, o que está funcionando está lá e funciona, você não pode ampliar ou não pode instalar novos terminais porque essa ação judicial impede, mas não porque o licenciamento ambiental não é feito, não pode ser feito, quer dizer, não há impedimento judicial, existe uma ação judicial que impede a instalação de novos impedimentos na região.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GO-ELLNER (DEM – MT): Gostaria também de passar aqui ao Dr. Miguel de Souza uma pergunta que foi dirigida pelo produtor rural Ederson Dalmolin do Município de Sorriso-MT. Ele pergunta: Como está o cronograma de pavimentação da Rodovia leste-Oeste, a BR 242 no Estado do Mato Grosso, a qual possibilitará o escoamento da produção da maior região produtora do País para vários portos, principalmente, de Itaquí no Maranhão e região Nordeste?

SR. MIGUEL DE SOUZA: Sr. Presidente, caro interlocutor lá de Sorriso. Dizer que a 242 por ser uma obra importantíssima, paralela a 163 e de integração de escoamento da produção do Centro-Oeste, ela se encontra em fase de licenciamento, nós licitamos o projeto de engenharia juntamente com todo o licenciamento ambiental que está em fase de execução. Entendemos que possamos concluir aí nos próximos dias, e ainda este ano licitar o seu início de obras, obras essas que deverá ter um cronograma, como é uma obra de implantação nova variando de dois a três anos a sua implantação total.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GO-ELLNER (DEM – MT): Ok. Tem mais algumas perguntas aqui formuladas pela mesa, pela nossa assessoria, pela nossa... A interpretação que temos é que nós vamos dirigir ao Ibama.

Eu gostaria de mencionar aqui a todos representantes aqui da mesa, ao pessoal que nos assiste nesse momento pela TV Senado pelo Sistema Interlegis de todo o Brasil. Que medidas o Ibama recomenda ao Legislativo Federal para aperfeiçoar a nossa legislação no sentido de agilizar o licenciamento ambiental das obras de infraestrutura sem, naturalmente, descuidar do meio ambiente? Quer dizer, uma dessas é a MP452 que vai ser relatada pelo Senador Eliseu Resende, e que também vai facilitar então. E eu gostaria de...

SR. MIGUEL DE SOUZA: Senador, eu gostaria de complementar essa fala, como foi colocada pelo Senador Flexa Ribeiro, até o Presidente o nosso Ministro

o Minc tem se posicionado nesse aperfeiçoamento. Eu acho que na fala dele, falou numa nova medida provisória. No Congresso, o relator da MP452 colocou no seu relato já introdução essa vontade política do governo transformada no seu art. 3º da 452 onde ele aperfeiçoa o art. 10 da Lei do Meio Ambiente, da Lei 6.938 de 31 de agosto de 81, onde ele passa a vigorar com novos artigos de aperfeiçoamento. Se o senhor me permitisse, eu gostaria de só ler os artigos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GO-ELLNER (DEM – MT): Pois não. É muito importante.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Para tirar dúvida, porque está no ar para aqueles que não leram de que o órgão, o executor da infraestrutura de transporte está querendo ficar livre, quer derrubar e fazer: “não, quero deixar bem claro que essa emenda se trata da simplificação da licença prévia no trecho das obras já implantadas e na sua faixa de domínio. Se tiver de sair que tenha um novo licenciamento”. Então, nós temos um problema seriíssimo, todo mundo de conhecimento de domínio público que nós temos em cada Estado a curva da morte, aquela curva vertical lenta que precisa fazer a terceira faixa, algumas intercessões de viadutos ou travessias, e que tudo isso hoje, na atual legislação, não é culpa do Ibama, quero deixar claro aqui que não estou culpando ele. A legislação que nós temos hoje faz com que eles exijam.

Então, esta Casa tem oportunidade de ajudar ao contribuir ao licenciador, ao nosso Ibama, os órgãos licenciadores simplificando com essa contribuição da medida provisória que vai dar o respaldo jurídico e legal para que o órgão possa assim conduzir esse licenciamento simplificando. O art. 10º passa a ter no seu § 5º o seguinte: qual é o objeto maior? As obras rodoviárias de pavimentação, melhoramentos, adequação e ampliação de capacidade a serem executadas nas faixas de domínios das rodovias federais existentes, não estamos falando em novas, por terem estas a destinação vinculada à lei e constarem ao Plano Nacional de Viação – PNV ficam dispensadas de licenciamento ambiental prévio. Nós estamos falando aqui, abrir um parágrafo, um comentário, que está simplificando a LP, a Licença Prévia, sem prejuízo da LI de todas as demais condicionantes. Porque a LP e os técnicos... Quem trabalha com EIA/RIMA sabe disso, que entre você fazer uma licitação do EIA/RIMA, fazer todos os termos de referência, fazer todo hoje o levantamento de campo e você chegar a essa LP é, em média, dois anos. Ou seja, nós vamos estar simplificando o investimento, a intervenção do Estado, nessa estrada, dois anos vamos estar ganhando, em média. É isso que nós estamos propondo. § 6º: “O licenciamento ambiental de instalação...”. Permanece. “A [ininteligível] e Supressão

Vegetal – SV”, que, aqui, no caso, quando eu tenho uma ponte, um bueiro, eu tenho que fazer, “o pedido de supressão vegetal ou alargamento e demais autorizações ambientais necessárias para execução das obras referidas no seu § 5º serão emitidas em até 60 dias, contadas para novos empreendimentos a partir da publicação...”. Esses novos empreendimentos dentro da faixa de domínio, não é aquela obra nova. “A partir da publicação do pedido de licenciamento junto ao órgão ambiental licenciador competente e para obras com licenciamento e andamento a partir da publicação desta lei”. Ou seja, ela vem também atender diretamente ao PAC onde nós temos inúmeros pedidos de licenciamento que estão em curso e por prazo não ter sido dado a LP. Nós partimos diretamente para a LI. § 7º: “Decorrido o prazo mencionado no § 6º as respectivas licenças de autorização serão emitida dela constando sob forma de condicionante as exigências estabelecidas pelo órgão licenciador”. Então, todas as condicionantes de projetos para serem feitos serão colocadas nessa licença e nessa linha. § 8º: “O licenciamento ambiental das obras que se refere o § 6º cujo impacto ambiental é de natureza estadual será descentralizado, cabendo aos órgãos estaduais do meio ambiente a competência para realizá-lo no âmbito de seu respectivo território”. Ou seja, nós estamos fazendo aqui o que a própria lei ambiental já prevê, que os licenciamentos são, preferencialmente, estadualizados, e que os órgãos que apareçam(F) que tenham essa licença lá direto. Até porque o Ibama, hoje, licencia tudo no Brasil inteiro. Então, hoje o quadro existente, entendemos, o quadro de funcionário e a quantidade demanda com o crescimento do País hoje com o PAC em vários outros setores é quase humanamente impossível que o próprio Ibama, com esse quadro, faça a sua demanda para atender o País. Então, aqui essa lei explicita já o que está na lei podendo ser descentralizado. E por último, o § 9º: “O Departamento Nacional de Infraestrutura, o DNIT e os demais órgãos empreendedores deverão, concomitantemente, à execução das obras a que se refere os § 5º e 6º realizar as medidas mitigadoras e cumprir com a redução do passivo ambiental originário das obras de acordo com o parâmetro definido pelo órgão licenciador”. Ou seja, nós não estamos fugindo aqui à responsabilidade ambiental e social. Nós queremos e se compromete que, durante a execução do empreendimento, da obra, da duplicação, se houver uma terceira faixa e todas as medidas, por exemplo, se tenhamos um passivo ambiental da sua implantação, uma voçoroca, uma descida d’água que ela esteja contemplada, e nós o façamos durante a execução da obra. E todo o passivo, a medida mitigadora para ter o menor impacto possível durante a sua construção

e os demais passivos eles têm que estar sendo feitos durante a sua execução.

Então, nós não estamos querendo aqui, de maneira alguma, dizer que queremos ficar livre do licenciamento, nós só estamos pedindo um licenciamento que é o prévio, porque qual o princípio da licença prévia? Para você definir o local de empreendimento, para você definir o melhor local por estudo de viabilidade, e, conseqüentemente, essas obras não precisam mais definir, já estão definidas lá atrás, já foram implantadas, é isso simplesmente que é a medida provisória que nós queremos, não está se inventando nada, é simplificando, dando ao nosso gestor, licenciador a simplificação que ele não tem em lei, porque o que ele pede hoje a legislação ainda não ampara. Então, acho que com essa medida provisória, esta emenda vai dar o conforto para o órgão licenciador, o Ibama a nossa FUNAI, ao Iphan, aos órgãos licenciadores essa simplificação, e, conseqüentemente, ganha o País porque nós vamos ter um avanço mais célere na implantação dessas obras que já está definida pelo núcleo do governo, está definido pelo Congresso, aprovado aqui por esta Casa, está explicitado na LDO, no PPA e nos nossos orçamentos.

E a estadualização, e aqui eu gostaria de abrir um parêntese, Sr. Presidente, que, às vezes, a pessoa se preocupa, se o senhor pegar o próprio partido da lei do licenciamento diz que eles deverão ser estadualizados como concorrentemente, suplementamente. Agora se criou um tabu no País que todas as rodovias quando se passa em mais de um Estado, é de interesse, realmente, mais de um Estado, mas os senhores sabem aqui que o nosso orçamento é feito, o senhor quando faz uma emenda faz só dentro de BR163 dentro do seu Estado, Mato Grosso, não faz para Minas e não faz para Rondônia ou Acre, e execução orçamentária quando nós licitamos é por trecho dentro da jurisdição estadual, portanto, óbvio que a licitação deva ser estadual. Com as exceções faixa de fronteira, que você tem como caso a hidrovia, aí você tem outro país, e tem que ser o órgão de licenciamento federal. Quando você tem uma hidrovia que tem realmente uma gestão de mais de um Estado que possa haver um conflito entre uma competência estadual de um Estado ou outro aí deixa ser feito, como já está na própria lei do licenciamento. Mas uma rodovia você não tem conflito, nós temos um interesse social que é o melhoramento e, principalmente, vidas estão sendo ceifadas por falta de duplicação de uma terceira via que se espera. São vidas que se perdem dia a dia por falta do licenciamento para que o empreendedor possa fazer as suas obras.

Portanto, nós pedimos o apoio, realmente, desta Casa e desta Comissão, vamos ter essa audiência

e gostaríamos de estar presentes, essa audiência do meio ambiente para fazer o esclarecimento devido, e não fique só, às vezes, como fica colocado na mídia, distorcendo a verdade que está escrito aqui na medi-
da provisória.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GO-ELLNER (DEM – MT): A pergunta que fica, Dr. Miguel, o senhor como diretor do DNIT é por que com todas essas dificuldades e essa falta de ordenamento de interpretação da lei podendo ter passado para os Estados prerrogativa de licenciamentos de contribuir, já que nós temos, inclusive, um fundo, o Fundo de Compensação que é 0,5% e que está previsto, inclusive, o treinamento dos órgãos ambientais estaduais esses recursos dessa compensação ambiental que se cobra de 0,5% e que é repassado ao Instituto Chico Mendes, eu diria o seguinte: que como que durante tanto tempo com tais dificuldades o DNIT ainda não colocou essa consideração antes para ser modificada aqui no Senado e na Câmara possibilitando, então o bom andamento dessas obras já há mais tempo, já que a interpretação é óbvia. Há uma vontade do Ibama de absorver totalmente esse assunto de licenciamento ambiental. Já que a descentralização hoje iria facilitar, como o senhor mesmo falou, e que agora nessa MP452 devemos então aprová-la. Eu não vejo que tenha objeção e que novamente interesses escusos venham atrapalhar o andamento das obras no País. Eu citaria países como a China que mesmo com toda essa recessão que também atingiu as exportações dos chineses, e que é um país que se desenvolveu rapidamente, é um exemplo para o mundo devemos então aprová-la. Eu não vejo que tenha objeção e que novamente interesses escusos venham atrapalhar o andamento das obras do País. Eu citaria países como a China que, mesmo com toda essa recessão que também atingiu as exportações dos chineses, é um País que se desenvolveu rapidamente, é um exemplo para o mundo. Numa visita de uma missão que esteve recentemente lá de produtores, de empresários brasileiros, eles voltaram semana passada estarrecidos, impressionados com a quantidade de obras de infraestrutura que esse País está fazendo em todos os modais, como, também, nos portos, aparelhamento dos portos. A verdade é que nós estamos aqui no País hoje discutindo os empecilhos que os próprios órgãos governamentais federais colocam no andamento dessas obras. Esse foi o grande objetivo dessa Audiência Pública e eu vejo que todos os expositores colocaram aqui as suas dúvidas, as suas correções, as dificuldades que existem na legislação e, também, as aberrações de comprometimento dos órgãos de não terem a capacitação suficiente às vezes.

Eu diria, outro assunto que também foi colocado, é o seguinte: que durante o governo anterior existia aqui no País uma descentralização quem sabe um pouquinho maior, principalmente na região Amazônia, aonde existiam 138 escritórios do IBAMA, que eram núcleos de licenciamento daqueles estados. Existia então uma desconcentração desse trabalho, uma descentralização dentro de um princípio básico ambiental, quer dizer, pensar globalmente e agir localmente em cada estado, e esse órgão, que é o Sistema de Licenciamento Ambiental Federal, eu diria que ele foi arrefecido pelo governo, eu vejo que a metodologia era muito boa, ele fazia reuniões com os empreendedores e os empreendimentos ambientais para ajuste das medidas para concessão dessas licenças, principalmente nessas obras rodoviárias. Eu perguntaria ao Dr. Miguel se isso realmente poderia auxiliar a retomada, de que essas licenças poderiam ser mais aceleradas se os Estados, como o senhor colocou, que poderia agora com a MP 452 voltar a serem aceleradas as licenças com a participação dos órgãos ambientais e por que, na sua consideração, que esses escritórios foram praticamente fechados?

SR. MIGUEL DE SOUZA: Porque foram fechados, eu não posso responder pelo IBAMA, agora com o sistema nós concordamos, com a descentralização, assim o fazemos hoje no DNIT, nós temos aqui a direção geral e em cada Estado nós temos a superintendência porque o nosso engenheiro, o nosso interlocutor, ele está lá na ponta e sabe das necessidades e até da prioridade, na hora de eu fazer o orçamento, de priorizar aquela estrada que precisa da maior ou menor intervenção, qual o tipo de intervenção, pois ele está no para-choque ali da demanda da sociedade. Nós temos belos exemplos, está aí a descentralização da saúde, da educação, que tem funcionado, com recursos, até descentralização de recursos e com [ininteligível], lógico que organizado e sistematizado aqui pelo Governo Central. Eu acho que o mesmo exemplo, podemos fazer, até hoje já há demanda, essa reunião demonstra essa necessidade, também no sistema ambiental essa descentralização do licenciamento para que Estados e as próprias superintendências assim o façam, conseqüentemente sem prejuízo ao nosso meio ambiente, lógico, respeitando as normas gerais, está certo, e que assim o tenha(F). Nós, empreendedores, evoluímos muito, é lógico que no passado era outra realidade, não tinha essa preocupação num arcabouço, numa legislação tão boa como a que nós temos hoje no Brasil. É como diz a Ministra Marina Silva: não é o não fazer, mas o como fazer. E o como fazer, você observa que cada órgão, o DNIT mesmo, o antigo DNER, nós não tínhamos a área ambiental. Hoje o atual DNIT, um

dos maiores departamentos é a Coordenação Geral do Meio Ambiente. Na minha diretoria, uma das grandes coordenações é a Coordenação Geral do Meio Ambiente, onde nós temos hoje envolvidos diretamente centenas de técnicos, diretamente no órgão nós temos centenas e contratado eu diria que tem mais de dois mil biólogos, antropólogos, sociólogos estudando, fazendo os projetos ambientais, tanto na elaboração do CZ(F) e RIMA como na supervisão; hoje não temos mais nenhuma grande obra sem ter uma supervisão ambiental. Está aí a 101 Nordeste, a 101 Sul, as obras na região amazônica, Norte, Sul, Leste e Oeste, que na sua execução não só contratamos a empreiteira para fazer, não só a supervisão da engenharia, da qualidade da obra, mas, principalmente nos grandes empreendimentos, a supervisão ambiental, demonstrando o respeito que nós temos.

Esse 0,5% que o senhor coloca aí hoje, historicamente o País, o mundo todo, gasta de 2% a 3% na área ambiental. Eu diria que ultimamente nós andamos gastando um valor bem mais significativo, Em média as nossas obras estão em 5%, mas nós temos obras emblemáticas, como a preocupação com a 101 Sul, que já passa de 10% de investimento na área sócio-ambiental, a 319 eu fiz Audiência essa semana, onde será o modelo de rodovia que nós estamos fazendo, criando várias reservas de proteção, um arcabouço, digamos assim, para a proteção, onde nós deveremos investir, em relação ao custo da obra no trecho do meio, devemos chegar a quase 20% do valor do empreendimento, que será só na área sócio-ambiental, demonstrando isso o aperfeiçoamento e a preocupação que o empreendedor, no caso o Governo Federal, através do DNIT, o tem, e a responsabilidade social hoje com esses investimentos da rodovia. Nós não estamos aí, até porque a Lei assim o exige, fazer obra de qualquer preço, mas, sim, com a responsabilidade social ambiental que a Lei assim exige e a Lei de Responsabilidade assim determina para nós, gestores.

SR. RODRIGO VILAÇA: Senador, o senhor me permite uma pergunta?

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pois não, inclusive eu lhe proponho, se tiver uma consideração final a fazer, nós já estamos partindo para a finalização dessa reunião, eu passaria a palavra então ao Dr. Rodrigo Vilaça, representante da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários. Pode fazer as suas considerações.

SR. RODRIGO VILAÇA: Bom, Senador, o importante para nós, assim como o meu colega Miguel e o Luiz Garcia colocaram, é que nós tenhamos uma celeridade junto ao órgão público, no caso o IBAMA, e é assim que nós temos procedido, no sentido de

viabilizarmos e eliminarmos essa burocracia existente, independentemente da própria MP que virá, para que nós tenhamos uma propriedade e um conceito de acelerarmos as nossas metas, as nossas obrigações para a ampliação, correção e a própria manutenção da nossa obrigatoriedade contratual com a agência reguladora.

Vale destacar, e eu gostaria até de questionar o Dr. Miguel, que é o responsável pelo planejamento, a questão do PROSEFER. O DNIT é um órgão de transportes, não apenas de rodovia, mas nós temos obras que na malha existente as responsabilidades são do DENIT, então elas estão instaladas no PAC, mas que o diretor-geral, o Pagot, tem feito um trabalho intenso, muito forte no sentido de viabilizar esse programa. Eu gostaria de saber como isso está na área de planejamento do nosso DNIT, para que a gente também tenha esse lado da malha existente, não só a expandida, resolvida também, destacando que no caso das ferrovias, de novo, como eu disse, ela é federal, então as decisões são da União, não são dos Estados e dos Municípios, diferentemente da rodovia, naturalmente.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Mas as rodovias também são federais. O que a gente tem que observar aí são dois pontos: nas rodovias, nós fizemos um programa similar que já está em funcionamento, é bom que essa cidade saiba, chamado PROFAS. Nesse programa nós fizemos tudo contratado no nosso CENTRAN, o Exército brasileiro, [ininteligível] com S. Exa., todo o levantamento do passivo ambiental das rodovias federais já existentes, nas rodovias já pavimentadas, temos dado continuidade e isso, frente aos novos investimentos, nós temos colocado nas novas licitações de restauração, manutenção da malha. Na ferroviária o PROSEFER é um programa similar, levantando todos esses passivos ambientais e aí nós temos casos diferentes, como você disse na rodovia, que a maioria são... Embora fizemos também nas concessionadas também, principalmente São Paulo, Paraná, mas nós temos a totalidade da operação hoje na nossa malha pela iniciativa privada. E na época, quando se foi pensado na iniciativa privada, era exatamente para superar, com mais agilidade da iniciativa privada, também esse passivo ambiental. Lógico que como órgão responsável, o DNIT hoje, que trata dos três modais, rodoviário, ferroviário e aquaviário, nós temos também, a minha coordenação, a minha diretoria, de estudar toda a questão ambiental dos três modais. Lógico que a grande demanda, a frente maior, quando se pensa em DNIT só se pensa em rodovia, porque é o modelo brasileiro que está aí, é o maior modal hoje de transporte de carga e de passageiro do País. Então o Dr. Pagot, por ser um homem de logística, tem cuidado

de todo esse projeto, está tramitando na diretoria, na chamada Diretoria Executiva Afim(F), que é a diretora ferroviária, bem como a aquaviária, está em pleno andamento, agora temos todas essas dificuldades, como você falou, da nossa legislação ambiental. Esperamos que similarmente com a rodovia, a emenda provisória, nós possamos utilizar a mesma metodologia da recuperação do passivo ambiental simplificando para as ferrovias, que não é diferente da rodovia, dentro de faixa de domínio.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Dr. Miguel, eu perguntaria: não consta a palavra ferrovia, fala só em rodovia na legislação proposta.

SR. MIGUEL DE SOUZA: É verdade, Senador, eu digo isso por analogia. Eu acho que caberia um aperfeiçoamento, assim se o Senado entender, de se fazer pelo Relator, se não tiver nenhuma Emenda afim, do Sr. Relator, que não está presente aqui nesse momento, no seu relatório final incluir essa simplificação dentro da faixa de domínio no setor ferroviário também. Seria uma sugestão muito mais para o nosso Senador Eliseu Resende, que conhece bem esse tema por ter sido Ministro e Diretor do DNIT, da área rodoviária brasileira, eu acho que ele poderia perfeitamente incluir, porque os parâmetros, os critérios, são idênticos.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Muito bem. Eu passo a palavra ao Dr. Luiz Eduardo Garcia, que é representante também do Ministério do Transporte e é Diretor do Fundo Nacional de Infraestrutura e Transporte.

SR. LUIZ EDUARDO GARCIA: Voltando ao tema da hidrovia, eu queria, primeiro, agradecer a oportunidade de esclarecer alguns pontos aqui e apenas reforçar que nas obras das hidrovias, pelo menos no nível das intervenções que a gente tem feito, de fato nós não temos tido problemas; temos tido problemas de interpretação da legislação. Como eu disse, por exemplo, na questão dos portinhos da Amazônia, o licenciamento é estadual; na questão da Hidrovia Paraguai-Paraná, uma ação judicial não só impede a construção de novos terminais como, também, vamos dizer, acionou o IBAMA como réu no entendimento que caberia ao IBAMA fazer o licenciamento das obras na Hidrovia Paraguai-Paraná, assim como na Tietê-Paraná e assim como na Hidrovia Paraguai, que eu fiz referência rapidamente ali na Araguaia, que ela não está sendo utilizada.

Então eu vou levar esse desafio, vamos dizer, para casa, que seria: será que precisamos mudar alguns itens da legislação ou alguma sugestão de alteração na legislação vigente para que essa interpretação fique mais clara no que tange às hidrovias ou bastaria – que

era a nossa proposta original – pequenas alterações na Resolução 237? Então eu me comprometo aqui a tentar levantar essas questões e eventualmente ver se é até o caso e há pertinência de alguma consideração nessa 452 de maneira mais rápida.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Muito bem.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Sr. Presidente, está indo para considerações finais, deixa eu--

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pois não, Dr. Miguel.

SR. MIGUEL DE SOUZA: Eu gostaria só de registrar, deixar para fazer parte dos anais, um documento que eu tinha trazido escrito aqui, que é escrito daquilo tudo que eu falei durante a Audiência, mas que ele pudesse constar, até porque vai servir de parâmetro para discussões futuras do aperfeiçoamento da legislação. Ele está aqui em oito páginas não, li porque era longo, só tinha dez minutos e, portanto, eu gostaria que fizesse parte dos anais dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Muito bem, nós agradecemos, Dr. Miguel de Souza, essa sua participação, assim como aos demais convidados, o Dr. Rodrigo Vilaça, Diretor Executivo da NTF – setor de ferrovia, ao Dr. Luiz Eduardo Garcia, Diretor do Fundo de Transportes, também do Ministério do Transporte, e o Dr. Miguel de Souza, Diretor do DNIT. E lastimamos, mais uma vez, que órgãos tão importantes nesse contexto, que é o IBAMA e a FUNAI, aqui não participaram, pois todas as indagações, inclusive dos telespectadores, que hoje numa ação inédita da Comissão de Infraestrutura foi interligado em todo o Sistema Interlegis para todo o Brasil, mas infelizmente os expositores, todos questionariam o IBAMA e a FUNAI.

Eu deixaria aqui uma última questão, que nós tivemos aqui a boa vontade do Presidente do IBAMA, o Dr. Roberto Messias, há duas semanas atrás, quando aqui nesse local estivemos e questionávamos os atrasos do licenciamento da BR-158, com dez Prefeitos do Estado de Mato Grosso, e, também, aonde o principal entrave era uma licença da FUNAI. Essa licença da FUNAI saiu em dois, três dias, foi assegurado pelo Presidente do IBAMA que a licença sairia no dia de hoje, publicada no Diário Oficial da União; infelizmente, já estivemos consultando, não saiu a licença.

Então, antes do encerramento, eu gostaria de solicitar ao Dr. Miguel se ele sabe de alguma notícia em relação à BR-158, do Estado do Mato Grosso, que necessita da licença de implantação, sendo que já é um caso que foi colocado hoje aqui de uma rodovia que existe há mais de quarenta anos e que está sendo impedida a sua pavimentação por problemas burocrá-

ticos da própria legislação ou dos entraves que estão acontecendo no País quanto às obras. Eu perguntaria ao Dr. Miguel: o senhor sabe algo sobre a BR-158?

SR. MIGUEL DE SOUZA: É, nós tínhamos também a informação que hoje sairia. A gente tem que rememorar também e não ficar só... Eu não estou aqui para defender o IBAMA ou [ininteligível], mas todo esse arcabouço que vem. Como eu falei na minha fala inicialmente e o senhor é conhecedor profundo, que é do seu estado, o Senador Jayme Martins(F), como ex-Governador também o colocou, a questão da 158, ela é implantada já há anos, faz parte do nosso PNV desde 1973, o projeto de engenharia elaborado para a sua pavimentação, e tivemos, quando do licenciamento da consulta do IBAMA, que é obrigado a fazer à FUNAI, uma proposta de alteração de traçado de última hora, depois de tudo feito, contratado, custo do Poder Público para a pavimentação, e se ficou anos aí, não foi colocado, um tempo muito grande, foi para definir, contornar. Foi criada uma reserva em cima e, depois, por onde é que vai passar? Vai ter a estrada ou não vai? Então vamos fazer. De que maneira? Vamos ter que criar um contorno, até uns chamam de variante e outros de contorno. Aí por onde vamos fazer? Ficou a questão também com a própria comunidade indígena e a FUNAI e outros órgãos, pelo lado leste, oeste, aí ficou as três alternativas, que era a perimetral, lado leste ou oeste. Se levou tempos e anos e nós ficamos aqui aguardando [ininteligível]. Só agora, depois dessa ação, até do Parlamento, é que a FUNAI se posicionou quanto o traçado. O projeto, ele autorizou o trecho sul, como o senhor conhece ali, o trecho sul, e o norte, ele ficou com uma condicionante de só depois do licenciamento do trecho da reserva indígena que liberaria para ser trabalhado, sendo que nós não entendemos o porquê dessa condicionante criada de última hora. Eu entendo que era até desnecessária, mas são condicionantes do licenciamento e nós temos que cumpri-la sob pena do nosso controle externo assim nos questionar, paralisar o empreendimento.

Nós estamos aguardando também, entendemos que definido, havendo a definição do traçado nós vamos ter que fazer um novo projeto para o novo traçado, mas não pode prejudicar o traçado já aprovado, engenharia e licenciamento entregue, dos outros dois, o trecho norte e o sul. Nós estamos aí, [ininteligível] com o senhor, e espero que talvez a velocidade talvez tenha chegado oficialmente essa informação da FUNAI para o IBAMA possa tê-lo atrasado. A informação que eu tinha do órgão licenciador, tanto do Sr. Presidente como do Dr. Sebastião, é que estava esperando só essa resposta oficial da FUNAI e de pronto daria o licenciamento ao DNIT. Eu volto a repetir aqui, nós

não somos governo, não como o Senador Flexa Ribeiro colocou, contra governo; eles têm também a sua dificuldade dentro da nossa legislação. Por isso, mais uma vez, eu digo a importância que tem a 452 para facilitar ao nosso órgão licenciador a dar uma celeridade maior no nosso licenciamento sem ter nenhum prejuízo ao meio ambiente.

E eu quero aproveitar, só aproveitar, encerrar e agradecer a oportunidade que essa Comissão, na pessoa do nosso Presidente Fernando Collor, ao senhor que preside, o autor do requerimento, dizer o que DNIT está à exposição. Se for necessário se convocar para Audiência Pública no Meio Ambiente, estaremos lá com mais dados, mais elementos que possam esclarecer a decisão dessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Muito bem. Ao finalizar, nós queremos então agradecer mais uma vez a todo o corpo administrativo e técnico do Interlegis, que tem prestado relevantes serviços ao País, inclusive o vice-reitor aqui, agradecer a sua presença, o vice-reitor da Unilegis, o Dr. Carlos Fernando Mathias, que também se utiliza de todo esse sistema para a educação brasileira, e essa instituição, Interlegis, que tem prestado relevante serviço, interligando assim toda a comunidade do Poder Legislativo no âmbito Municipal, Estadual e Federal.

Convocando, então, os Srs. Senadores e as Senadoras membros dessa Comissão para a reunião a realizar-se no dia 7 de maio, no Plenário nº 13 dessa Comissão. Obrigado a todos. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h35.

Ata da 18ª Reunião Extraordinária, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada em 18 de junho de 2009, às 08 horas e 30 minutos, no plenário da comissão, sala 13 Da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II.

Às oito horas e trinta minutos do dia quatro de junho de dois mil e nove, no plenário da comissão, sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **FERNANDO COLLOR**, Presidente da Comissão, reúne-se, extraordinariamente, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores *Flexa Ribeiro, Eliseu Resende, Paulo Duque, Mão Santa, Jayme Campos, Gilberto Goellner, Delcídio Amaral, João Ribeiro, Eduardo Suplicy, Cícero Lucena, Wellington Salgado, Serys Slhessarenko, Marconi Perillo, Neuto De Conto, Antonio Carlos Valadares e Inacio Arruda*. Deixam de comparecer os demais Senadores. O Pre-

sidente declara aberta a reunião, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. **PARTE I** – A presidência procede a leitura dos comunicados da presidência e os expedientes a seguir: Recebimento do convite da Secretaria – SDES da Presidência da República, Confirmação da Agenda Desafios, Solicitação do Senador Efraim Moraes para adiamento do item 3 da Pauta e a Presidência confirmou a Audiência Pública para debater sobre a Modernização de Infraestrutura Aeroportuárias. **PARTE II** – A presente reunião destina-se à deliberação das seguintes matérias: **ITEM 1 – EMENDAS À LDO/2010 – Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010. (PL Nº 7/2009 – CN – na origem).** Após exposição do Relator foram Aprovadas as seguintes Emendas ao PLDO/2010: **EMENDA Nº 1 – Código de ação: 7M59 – Descrição da ação:** Construção da Ferrovia Norte – Sul – Trecho Belém/PA – Anápolis/GO – **Quantidade Meta:** 400; **EMENDA Nº 2, Código da ação – 7K18 Descrição da ação –** Construção de Ponte Sobre o Rio Paraná – na Divisa SP/MS – na BR – 262 – no Estado de São Paulo – **Quantidade Meta:** 50; **EMENDA Nº 3 Código da ação – 7M80 – Descrição da ação:** Construção de Trecho Rodoviário – Divisa SP/MS – Fronteira Brasil/ Bolívia – na BR – 262 – No Estado do Mato Grosso do Sul – **Quantidade Meta:** 100; **EMENDA Nº 4 – Código da ação: 2C00 – Descrição da ação:** Estudos de Viabilidade e Projeto de Infraestrutura de Transportes – **Quantidade Meta:** 10; **EMENDA Nº 5 – Código da ação: 1379 – Descrição da ação:** Atendimento das Demandas por Energia Elétrica em localidades Isoladas Não-Supridas pela rede Elétrica Convencional – **Quantidade Meta:** 80.000. **Emendas de Texto: EMENDA Nº 6 – Referência:** Artigo 71 Parágrafo 2 **Tipo Emenda:** Aditiva; **EMENDA Nº 7 – Referência:** Artigo 17 Parágrafo 4 **Tipo Emenda:** Aditiva; **EMENDA Nº 8 – Referência:** Artigo 13 Parágrafo 2 – **Tipo Emenda:** Modificativa. Usaram da palavra para discutir o projeto os senhores senadores Jayme Campos, Mão Santa, Delcídio Amaral, Gilberto Goellner, Serys Slhessarenko e Marconi Perillo. **ITEM 2 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 245, de 2006, “Dá nova redação ao art. 56 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 7.085, de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença.”. Autor:** Senador Marcos Guerra, **Relator:** Senador Gilvam Borges, **Parecer:** Favorável ao projeto nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Foi concedido Vista Coletiva. **ITEM 3 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 597, de 2007 “Isenta o óleo diesel utilizado na produção agrícola e na produção de energia da Contribui-**

ção de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível (Cide-combustível).” **Autor:** Senador Marconi Perillo, **Relator:** Senador Efraim Moraes. **Parecer:** Favorável ao projeto, com a emenda de nº 1 – CRA aprovada na Comissão de Agricultura e reforma Agrária. **Resultado:** Adiado a pedido do Relator. **ITEM 4 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2004 (PL. 00345, de 1999, na origem)** “Proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por concessionárias de distribuição de energia e de serviços de abastecimento de água e saneamento.” **Autor:** Deputado Wilson Santos. **Relator:** Senador Paulo Duque. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, conforme novo Parecer. **Resultado:** **Aprovado o novo Parecer apresentado pelo Relator. EXTRAPAUTA ITEM 07 – Requerimento nº 37, CI-2009** “Nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convidado o Sr. Elói Portela, Ex-Senador da República para participar da Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura relativa à situação de Porto de Luis Correa, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2008 – CI, de autoria do Senador Heráclito Fortes.” **Autor:** Senador Mão Santa e Senador Jayme Campos. **Resultado:** **Aprovado.** Usaram da palavra durante a reunião os Senhores Senadores *Fernando Collor, Eli-seu Resende, Jayme Campos, Delcídio Amaral, Mão Santa, Gilberto Goellner, Serys Slhessarenko, Paulo Duque e Marconi Perillo.* Os demais itens 5 e 6 ficam adiados. A Presidência agradece a presença de todos e declara encerrada a reunião às dez horas e vinte e quatro minutos, convocando as Senhoras Senadoras e os Senhores Senadores para a próxima Reunião da Comissão, lavrando eu, Álvaro Araujo Souza, Secretário da Comissão, a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, juntamente com a íntegra o seu registro de Estenotipia Informatizada.

Senador **Fernando Collor**, Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura Realizada no dia 18 de junho de 2009, às 08 horas e 30 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Havendo numero declaro aberta da 18ª Reunião Extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 3ª Sessão Legislativa da 53ª legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Os Srs. e as Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovada.

Algumas informações para os senhores membros desta Comissão. A presidência informa aos senhores membros da Comissão o recebimento do convite da secretaria do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o CDES, a Sra. Esther Bemerguy Albuquerque para o colóquio sustentabilidade, educação ambiental e eficiência energética, um desafio para as instituições de ensino e para a sociedade. Esse colóquio é uma atividade do grupo de trabalho que trata da matriz energética para o desenvolvimento com equidade e responsabilidade socioambiental do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social – CDES da Presidência da República. E nesse trabalho o CDES está em parceria com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério das Minas e Energia, e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação, bem como, a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente. O evento vai se realizar no dia 25 de junho, quinta-feira, das 9h30 às cinco horas da tarde, quinta-feira que é dia da nossa reunião aqui na Comissão de Infraestrutura, mas como o evento se dará das 9h30 às 17 horas eu convido os senhores membros para que estejam presentes, porque é um tema que tem muita articulação com os assuntos que são tratados dentro da nossa Comissão de Serviços de Infraestrutura. O evento será realizado aqui no anexo I do Palácio do Planalto, no próximo dia 25 de junho, quinta-feira, das 9h30 às 17 horas.

Informamos também que após o sucesso do primeiro Concurso de Redação do Senado Federal em 2008 sobre o tema a Bandeira Nacional, elaborado e executado pela Secretaria de Relações Públicas desta Casa em parceria com o Ministério da Educação, o Conselho Nacional e o secretário de educação com sede e as Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal anunciam a realização do segundo concurso de redação do Senado Federal 2009, agora com o tema: “Muito Prazer. Sou Cidadão de uma República Chamada Brasil”, em comemoração aos 120 anos da Proclamação da República que já conta com a participação efetiva de todos os Estados da Federação. O objetivo é contribuir para o processo de formação dos futuros formadores de opinião, e, naturalmente, cidadãos eleitores estimulando-os a refletir sobre a importância do estado democrático de direito e da participação política para o exercício pleno da cidadania, oferecendo ainda a visão do papel institucional do

Senado Federal e demais órgãos integrantes do Poder Legislativo brasileiro. A programação de premiação do concurso se inicia na semana que abrange as comemorações dos 120 anos da Proclamação da República e do Dia da Bandeira, entre 15 e 19 de novembro na rampa do palácio do Congresso Nacional. Os nossos cumprimentos, em nome da Comissão de Infraestrutura, aos organizadores com os votos de pleno êxito, especificamente à Dra. Juliana Maria Guaraci Rebelo que é a diretora da Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal. Esse é um assunto, particularmente, relevante em função dos momentos que hoje estamos vivenciando no legislativo brasileiro.

Informo também as Sras. e aos Srs. Senadores, membros desta Comissão, que ainda neste semestre, em julho, estamos com duas audiências públicas agendadas. A primeira que será realizada no próximo dia 02 de julho com a presença do secretário especial de portos, Dr. Pedro Brito do Nascimento para tratar sobre a situação do Porto de Luís Correia no Estado do Piauí e a possibilidade de inclusão dessa obra no Programa de Aceleração do Crescimento. A iniciativa é fruto... Senador Mão Santa, eu estava agora mesmo anunciando algo que é do interesse de V. Exa. por se tratar do Estado do Piauí, estava informando às Sras. e Srs. Senadores que agora no próximo dia 02 de julho nós estaremos realizando aqui na nossa Comissão com a presença do Secretário Especial de Portos, o Sr. Pedro Brito do Nascimento uma audiência pública para tratar da situação do porto de Luís Correia no Estado do Piauí, e a possibilidade de inclusão desta obra no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Então será no próximo dia 02 de julho. A iniciativa é fruto de requerimento do Senador Heráclito Fortes, juntamente com os Senadores Mão Santa e Senador João Vicente Claudino.

A outra audiência que será no dia 09 de julho em atendimento aos requerimentos dos Senadores Francisco Dornelles e Gim Argello para se debater sobre a modernização e expansão da infraestrutura aeroportuária e regulamentação do transporte aéreo de passageiros. Para o evento foram convidados a Sra. Dra. Solange de Paiva Vieira, Diretora-Presidente da Agência Nacional de Aviação – ANAC, do Dr. Carlos Roberto Rebouças, Diretor de aeroportos de Porto Seguro, Vitória da Conquista, Lençóis e Teixeira de Freitas no Estado da Bahia, e do Dr. Renato A. Flores, Representante da Airport Cancion International para a América Latina e Caribe, e do tenente-brigadeiro do ar Cleonilson Nicácio Silva, Presidente da Infraero. Essa será uma audiência pública também de uma importância muito grande em função dos eventos que nós estamos tendo nessa área da aviação civil, não

só nacional, mas como internacional, tendo em vista também a copa do Mundo que será realizada em 2014, e a adequação do nosso sistema aeroportuário a este grande evento que o Brasil sediará em 2014.

Quanto à audiência que foi requerida pelo Senador Gilvam Borges referente ao panorama da mineração brasileira, outra audiência pública que nós emprestamos também muita importância e muito destaque, essa audiência pública que trataremos e que tratemos do panorama da mineração brasileira, com enfoque especial nos marcos legais do setor, ela será realizada do mês de agosto. Essas, portanto, são as audiências públicas que não constam daquela grande agenda que foi aprovada aqui pelos senhores membros da Comissão de Serviços de Infraestrutura, no início dos nossos trabalhos, e que na reunião passada, a pedido do Senador Paulo Duque, nós demos conhecimento aos senhores membros da confirmação dos temas das datas e da confirmação dos palestrantes que estarão aqui debatendo esses diversos assuntos relacionados à infraestrutura e desenvolvimento. Então, essas reuniões serão realizadas sempre às segundas-feiras, às 18 horas no plenário desta Comissão, e a primeira dessas audiências será realizada do dia 10 de agosto com a apresentação do desafio da infraestrutura para inovação e desenvolvimento, já tendo sido convidados e confirmados os Srs. Glauco Arbix, Sociólogo e Professor da USP, ex-presidente do Ipea, especialista em ambientes e cultura da inovação industrial; o Dr. José Márcio Camargo, Economista, PHD em economia pelo MIT que foi consultor do Banco Mundial e da OIT e é Professor da PUC do Rio de Janeiro; do Dr. Pedro Wongschowski que é doutor em engenharia química, Diretor-Presidente do Grupo Ultra; e o Professor Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, economista e professor emérito da UNICAMP que foi secretário de política econômica do Ministério da Fazenda e secretário de ciência, tecnologia e desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo, especialista em economia política e em macroeconomia. Então, esses serão os primeiros quatro debatedores que vai dar início à grande agenda de apresentação dos desafios que a nossa infraestrutura apresenta quando da retomada do nosso crescimento e para a sua inovação e desenvolvimento.

No dia 17 de agosto, na segunda-feira seguinte, o tema infraestrutura e retomada do crescimento, visões da crise pensar na política de infraestrutura no contexto da atual crise, como dela saímos, quando da retomada do crescimento, convidados e confirmados Dr. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, doutor em economia, Professor da Unicamp São Paulo, ex-secretário de política econômica do Ministério da Fazenda; o Dr. Luciano Coutinho que é doutor em economia pela Uni-

versidade de Cornell nos Estados Unidos, Professor convidado da Universidade de Campinas e Presidente, atualmente, do BNDS; e o Dr. Eduardo Teixeira, economista ex-Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, ex-diretor da Petrobras e consultor de empresas. A outra na segunda-feira seguinte de agosto, dia 24 o tema energia, recursos energéticos e desafios estratégicos. Convidados e já confirmados os palestrantes Jerson Kelman, Engenheiro civil, Especialista em hidrologia e recursos hídricos, ex-diretor-presidente da Agência Nacional de Águas – ANA e diretor atual da ANEEL; o Dr. Maurício Tolmasquim, Especialista em planejamento e matriz energética e presidente da Empresa de Planejamento e Energia; Dr. Adilson de Oliveira, especialista em economia de energia e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o Dr. Nelson Hubner, Engenheiro eletricista pela Universidade Federal Fluminense, diretor da ABRAD e foi chefe de gabinete e Secretário-Executivo e Ministro Interino das Minas e Energia e é diretor geral da ANEEL.

Para o dia 31 de agosto, na outra segunda-feira, sempre às 18 horas, o tema petróleo, etanol e biocombustíveis diferenciais estratégicos. Convidados os palestrantes, já confirmadas as suas presenças, Dr. Adriano Pires, Consultor de termoeletricas e Professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de pós-graduação e pesquisa de engenharia do COP da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e professor desta mesma universidade; o Dr. Marcos Sawaya Jank, PHD pela FEA e mestre em políticas agrícolas em Mompelier – França, foi professor visitante nas Universidades Georgetown e Misure – Colombia nos Estados Unidos, é diretor do departamento de agronegociações da FIESP e presidente da Única; o Dr. Sérgio Valdir Bajay que é Professor de planejamento energético, engenharia mecânica e de petróleo na UNICAMP, pesquisador e consultor nas áreas de energia e planejamento energético da UNICAMP; a Dra. Elisabeth Farina, doutora em economia pela Universidade de São Paulo, professora titular da universidade também da USP, da Universidade de São Paulo, que tem experiência na área de economia, com ênfase em economia industrial, atuando, principalmente, nos seguintes temas: concorrência, Agribusiness, defesa da concorrência, estratégias de concorrência e competitividade. Então, essas serão as audiências da grande agenda que foi aprovada, como disse, logo no início dos trabalhos da instalação da nossa Comissão e temos também já confirmados todos os palestrantes para o mês de setembro.

No mês de setembro, no dia 14, transporte e infraestrutura urbana, é o tema, sistemas integrados de meios de transporte, convidados palestrantes já confirmados: Adriano Murgel Branco, Engenheiro Professor

do Instituto Mauá e da FGV, ex-secretário dos transportes do Governo do Estado de São Paulo, especialista em transportes modais; a Dra. Raquel Rolnik, doutora em arquitetura e urbanismo, doutorado em Graduate School of Arts and Science no New York University, foi diretora de planejamento da Universidade de São Paulo e consultora de cidades brasileiras e latino-americanas em políticas urbana e habitacional, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, foi secretária nacional de programas urbanos do Ministério das Cidades entre 2003 e 2007, é autora de livros e artigos sobre a questão urbana, e relatora internacional do direito à moradia adequada do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Também confirmado o Dr. Jurandir Fernandes, Engenheiro, professor do Instituto Mauá e da Fundação Getúlio Vargas, especialista em transportes modais.

Para o dia 21 setembro o tema: Novas tecnologias urbanas e parques tecnológicos. Convidados os seguintes palestrantes e já confirmadas as suas presenças: Lubomir Ficinski(F) Arquiteto, duas vezes ex-presidente do IPPUC – Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana de Curitiba, ex-secretário de estado de desenvolvimento de município, especialista em urbanismo; o Dr. Jorge Wilhelm, arquiteto, ex-secretário de meio ambiente e obras de São Paulo e especialista em planejamento urbano; e o Dr. Alcenir Guerra, Médico, ex-Ministro da Saúde, ex-Prefeito de Pato Branco, ex-Secretário de Educação do GDF, e, atualmente, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento do Paraná que tem uma experiência inédita no Brasil que foi a instalação de um parque tecnológico no município de Pato Branco no Paraná que se transformou num grande sucesso, e hoje é um êmulo para o desenvolvimento de toda aquela região do Estado do Paraná. E isso ele obteve todas essas informações e esses dados para implantar no seu município, quando ele foi, há uns dez anos, à França e assistiu a instalação do primeiro parque tecnológico francês naquela oportunidade. Então é algo muito atual, perfeitamente, compatível com o momento em que estamos vivendo e um tema no qual ele tem muita experiência.

No dia 28 de setembro o tema será telecomunicações, acessibilidade, tecnologia de informação, comunicação e inovação, dia 28 de setembro. Convidados os seguintes palestrantes, já confirmadas as suas presenças: Dr. Luiz Cuza, presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas, o Dr. Luiz Shimura, economista e engenheiro especialista em política das telecomunicações, presidente do IBRI, Fundação Getúlio Vargas e ex-dirigente da Anatel; e o Dr. Antônio

Carlos Valente, engenheiro, ex-diretor da Anatel e presidente da Telefônica.

No mês de julho que se aproxima, a nossa equipe, a equipe da Comissão de Serviços de Infraestrutura, e assessoria especial já estará trabalhando para a composição da agenda dessas audiências para os meses de outubro e novembro deste ano, cumprindo, desta forma, aquilo que foi definido pelos membros desta Comissão na nossa primeira ou segunda reunião. E eu quero aqui agradecer, especialmente, ao Senador Delcídio Amaral, a quem coube coordenar e organizar essas audiências, esse escopo de audiências que, finalmente, está saindo do papel, e a dificuldade que V. Exas. bem podem avaliar de compatibilizar os horários e as datas para que essas personalidades estejam presentes em Brasília, porque todos eles têm conferências nacionais e internacionais, eles proferem, têm uma agenda muito cheia, mas para a minha alegria, para a minha satisfação e de toda a Comissão o convite foi muito bem recebido e todos manifestaram um enorme interesse em poder participar nesta Comissão do debate de assuntos tão importantes para o momento atual em que o Brasil vive e para o nosso futuro.

Em relação à nossa pauta a Mesa, a Presidência recebeu uma solicitação do gabinete do Senador Efraim Moraes, vazado nos seguintes termos: *“Atendendo determinação do Sr. Senador Efraim Moraes, encareço a gentileza de verificar a possibilidade de adiamento da apreciação do Item 3 da pauta da reunião de hoje, do dia 18 em virtude de S. Exa. estar ausente de Brasília”*. Então, com aquiescência do plenário nós fomos de acordo e peço à Secretaria da Mesa que paute esta matéria para a nossa próxima reunião no dia 25 de junho. Portanto, o Item 03 da nossa pauta de hoje fica transferida para o dia 25 de junho, nossa próxima reunião.

O Item 01 da nossa pauta de trabalhos de hoje, trata de emendas à LDO. Projetos de lei de diretrizes orçamentárias para 2010, PL nº 07/2009 que tem como relator da matéria o Senador Delcídio Amaral, a quem eu passo a palavra e pediria ao S. Exa. o Senador Delcídio Amaral que fizesse uma rápida explanação, inicialmente, sobre o que significam essas emendas chegadas à Comissão e quantas foram apresentadas e quantas podem ser aprovadas, sendo aquelas de ementas e sendo as outras, separando as de metas e as emendas de texto. Para que todos os senhores membros da Comissão pudessem estar bem a par disso, e em seguida eu pediria a S. Exa. que passasse à leitura do seu relatório. Com a palavra o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS):

Sr. Presidente, muito rapidamente, aqui primeiro re-

gistrar esse ciclo de audiências públicas que vão ser realizadas pela Comissão de Infraestrutura, no meu ponto de vista com personalidades importantíssimas nos vários segmentos que serão abordados aqui na Comissão de Infraestrutura, e no meu entendimento todas as segundas-feiras, às 18 horas. E eu acho que isso vai ajudar muito à Comissão de Infraestrutura e o Senado a fazer um grande debate sobre os temas que estão relacionados, e eu também gostaria de agregar a essa discussão o relatório, porque isso deve ainda aperfeiçoar muito mais o relatório que o Senador Garibaldi Alves fez sobre vários setores de infraestrutura também, isso, aproximadamente, dois anos atrás, que esse é um processo natural de renovação, de aperfeiçoamentos frequentes, e pelo perfil dos convidados nós vamos ter audiências públicas muito importantes e a Comissão de Infraestrutura, V. Exa. já citou isso várias vezes, sendo verdadeiro o principal foro dos debates do Senado Federal, especialmente, no momento onde a infraestrutura é o maior desafio do Brasil. A gente vive falando de uma série de coisas aí, mas a infraestrutura é o maior desafio do Brasil, e essa agenda não mudará nos próximos anos, eu não tenho dúvida nenhuma disso, pela importância que a infraestrutura representa para um país que precisa crescer e se desenvolver.

Sr. Presidente, eu recebi como missão a relatoria das emendas apresentadas à LDO 2010, isso é uma praxe em função até da Lei de Diretrizes Orçamentárias que é um instrumento fundamental e importante na confecção do orçamento. A LDO, como o próprio nome diz, estabelece as diretrizes que vão pautar a execução do orçamento ou a elaboração do orçamento na Comissão de Orçamento, no Congresso Nacional para que depois esse orçamento venha a ser implementado pelo Governo Federal. A LDO é, talvez, o instrumento mais importante do processo orçamentário, que ela estabelece as diretrizes claras do orçamento que está por vir do ano seguinte, especialmente. E a Comissão de Infraestrutura tem entre as suas atribuições receber essas emendas, e, principalmente, receber emendas focadas em projetos estruturantes, existem outras pré-condições, mas eu quero aqui registrar como fundamentais e importantes, a questão de se examinar com acuro, com profundidade aquelas emendas que têm, efetivamente, reflexos estruturantes, e, acima de tudo, se incluam no PPA. Quer dizer, emendas que estejam aderentes ao plano plurianual que é a verdadeira referência, que é mais um documento ou mais um instrumento fundamental junto da LDO para elaboração do orçamento geral da União.

Portanto, Sr. Presidente, nós recebemos 27 emendas. Quero agradecer aqui a todos os Senadores, as Senadoras que apresentaram emendas, sei que muitos deles, e isso é fundamental registrar, absolutamente interessados não só naquilo que se refere aos seus Estados, mas os impactos dessas emendas no Brasil. Agora, evidentemente, Presidente, nós não podemos atender e acatar todas as emendas, nós temos um limite estabelecido de cinco emendas e foram apresentadas 27. Algumas delas não se enquadram, existem emendas aqui de Senadores, altamente pertinentes, inquestionáveis, mas que não foram aceitas porque não estão incluídas no PPA. Então, às vezes, por mais meritória que sejam uma sugestão, como o regra é essa eu não posso fazer nada. Alguns projetos, inclusive, que afetam diretamente a minha região, mas que, infelizmente, não foram incluídos no PPA e, curiosamente, uma novela que já se estende desde o ano passado, um desses projetos, inclusive, nós debatemos o ano passado, acordamos que nós iríamos encontrar uma forma de incluí-lo no PPA e ele acabou novamente não sendo incluído e, conseqüentemente, vamos esperar possíveis revisões do PPA para que esse projeto venha a ser incluído. E outra questão, presidente, também algumas emendas, além dessas que não constam do PPA, existem emendas, por exemplo, que são de subárea temática, e, conseqüentemente, também em função das regras do jogo, elas não podem ser incluídas. Eu sei que isso, normalmente, é complicado, eu fui relator do orçamento, é uma dificuldade, não é também um instrumento fácil de análise, porque tem algumas subjetividades na avaliação. Eu conversei com a assessoria competente do orçamento aqui do Senado Federal, mas, infelizmente, é uma coisa que ainda nós não conseguimos, nós estamos aprimorando. A própria Resolução nº 01 do Congresso Nacional de 2006 foi um tremendo avanço, mas mesmo assim, essa revolução por mais atual que ela seja, nós ainda temos que aprimorá-la, dificuldades ainda existem. Nós, inclusive, o ano passado só não aprovamos algumas alterações nessa resolução nº 01/2006, porque ela iria causar algumas polêmicas e nós precisávamos aprovar, acima de tudo, o orçamento e é importante registrar que o orçamento no ano passado foi um orçamento com cortes, foi a primeira vez que aprovaram no Congresso Nacional orçamento com corte, que sempre a estimava de receita foi para cima e, conseqüentemente, o orçamento cabia todos os anos mais coisas do que se imaginava inicialmente.

Nós fizemos o contrário, então, para não polemizar ou, eventualmente, não aperfeiçoar, com esse aperfeiçoamento não criar um problema tal que viabilizasse a

aprovação do orçamento, o Deputado Mendes Ribeiro, há época, Presidente da Comissão de Orçamento optou por não discutir essas propostas.

Então, às vezes, Senadores e Senadoras reclamam, mas eu estou seguindo a regra e devidamente orientado pela consultoria de orçamento aqui do Senado Federal.

Então, Sr. Presidente, o que é que eu gostaria de muito objetivamente registrar dessa análise que foi feita em função dessas premissas que foram apresentadas? Dentre essas medidas dessas emendas propostas à Comissão, podem ser consideradas inadmissíveis pela Comissão de Orçamento, porque não adianta aprovar aqui, chega lá à Comissão de Orçamento, tem um Comitê chamado Comitê de Admissibilidade, ali que é o filtro. Então, nós não podemos perder emendas, às vezes, que são importantes e fruto de um trabalho dos Senadores e Senadoras da Comissão de Infraestrutura, chegar ao Comitê de Admissibilidade e bate na trave.

Então, em poucas, resumidamente, no nosso entendimento e da assessoria, são consideradas admissíveis, seriam consideradas inadmissíveis pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização a de nº 02 por referência não constante do PPA 2008/2011, emendas 01, 16, 22 e 23 por referirem-se à subárea temática, não contemplada no quadro anexo de que trata o art. 26 da Resolução nº 01 de 2006 do Congresso Nacional que eu também falei. Essas emendas nos parecem, evidentemente, em desacordo com as normas regimentais. É o velho problema do regimento. Outras há, entretanto, que apesar de entendermos não se coadunarem com as normas, sendo, portanto, também passíveis de inadmissão, estão sujeitas a uma avaliação mais subjetiva, é a subjetividade das avaliações que é um problema complicado e que permeia discussão nas comissões permanentes do Senado e lá na Comissão de Orçamento. São estas as emendas: 02, 03, 04, 05, 06, 08, 09, 10, 13, 14, 15, 17, 20 e 21 por identificarem, especificamente, região ou unidade da Federação a ser beneficiada pela ação governamental. Possivelmente, ferindo disposto no inciso II do art. 44 da Resolução nº 01/2006 do Congresso Nacional. Nesse caso, essas emendas não teriam caráter institucional ou não representariam o interesse nacional. As emendas 13, 14, 20 e 21 por, eventualmente, não se referirem a projetos estruturantes, ou de grande vulto, ferindo caso esse entendimento seja confirmado o art. 47 da mencionada resolução. O objetivo dessas emendas são projetos impactantes, nacionais, estruturantes e que, conseqüentemente, fazem parte do PPA. Nós não

podemos, Ministro Eliseu Resende, transformar o PPA numa coxa de retalhos com projetos mais variados possíveis. Nós temos que cuidar daqueles projetos que são nacionais, estruturantes.

Contanto, feita essa análise, Sr. Presidente, das propostas, as metas e prioridades consideramos que não correm risco de serem inadmitidas as de nº 07, 11, 12, 18 e 19. Repetindo, não correm risco de ser inadmitidas as de nº 07, 11, 12, 18 e 19. Ainda, assim, cabe avaliarmos se a emenda quando relativa à obra inclui metafísica suficiente para conclusão de, pelo menos, uma etapa ou trecho em atendimento ao disposto no item 247 do parecer preliminar ao PL nº 07/2009 do Congresso Nacional.

Finalmente, não há óbice de acatamento das emendas de nº 24, 25, 26 e 27 que são emendas de texto e sob o ponto de vista regimental.

E eu quero propor, Sr. Presidente, ao plenário da Comissão de Infraestrutura--

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Deixa-me só fazer uma pergunta ao Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Pois não.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): No caso das emendas de texto não há limitação da ação.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Não, não há limitação. Não há limitação, tanto é que sob o ponto de vista regimental nós acatamos as quatro emendas de texto; não há limite regimental, sendo que uma delas agora no voto nós tiramos porque ela fala na extinção do superávit primário, aí fica difícil, Sr. Presidente, Sr. Ministro Eliseu Resende.

Portanto, o voto é pelas emendas de nº 03, 05, 06, 12 e 18 relativas às metas de prioridades e das emendas 24, 25 e 26 que são emendas de texto, tirando a emenda 27 que é aquela que se refere ao superávit primário.

Então, Sr. Presidente, eu quero até aqui registrar essas emendas, para também para bom entendimento de todos que estão nos acompanhando, essas emendas, a primeira emenda é com relação à Ferrovia Norte-Sul, é uma emenda apresentada pelo Senador Marconi Perillo, e que impacta também o Estado do Mato Grosso, está aqui o Senador Gilberto Goellner, o Senador, também, Jayme Campos, as outras duas emendas é a famosa construção da ponte sobre o rio Paraná, que era, inclusive, um projeto do Senador Ramez Tebet, de muitos anos atrás, e que promove a integração com São Paulo e viabiliza todo um pólo industrial naquela região da divisa de São Paulo com Mato Grosso do Sul e integrada a toda infraestrutura--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O Olaci [ininteligível].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Não, não, não é do Olaci, Olaci é de Aparecida do Taboado, essa é Três Lagoas, Presidente, mas é pertinente porque essa Ponte de Olaci de Moraes também foi uma ponte muito importante, e é por essa ponte que passa a Ferrovia Norte-Sul, hoje uma ferrovia estratégica para a região Centro-Oeste. E também no bojo dessa ponte vem a 262 que é a Rota Bioceânica, Sr. Presidente, o senhor que esteve lá em Corumbá, na minha cidade, visitou Corumbá, se não me engano, mais de uma vez até, a 262 é que promove a integração com a Bolívia e o Chile, que é o acesso ao Pacífico, e é impressionante, às vezes, a gente fala aqui em Brasília, em Brasília a gente fica meio distante do mundo real, mas muitas indústrias estão começando a se instalar nesse eixo, porque são indústrias com viés absolutamente exportadores, eles não enxergam o Brasil, eles estão enxergando lá fora, principalmente... E aí entra a questão da infraestrutura, pela redução do frete, que hoje nós temos uma indústria tecnologicamente avançada, produtores, o agronegócio é avançado, que usa a tecnologia que é eficiente, e nós estamos morrendo na infraestrutura, só que quem produz começa a espremer, espremer e espremer e chega uma hora que não tem mais condição de espremer, porque nós estamos morrendo no frete. Eu vi umas curvas agora recentes, exportações do leste dos Estados Unidos para a Europa e exportações via Paranaguá e companhia e etc., os Estados Unidos numa exponencial descendente e o Brasil numa exponencial ascendente e, portanto, nós não temos condição de competir, não em função da infraestrutura precária que nós temos. As outras duas emendas, Sr. Presidente, que eu gostaria de registrar é a emenda do Luz Para Todos que é uma emenda do Senador Flexa e também da Senadora, a Senadora Fátima Cleide apresentou uma emenda que é a 19 muito parecida também, que é o Luz Para Todos que tem um fator estruturante tremendo, e o Luz Para Todos hoje, todos nós aqui acompanhamos o impacto que o Luz Para Todos representa nos Estados brasileiros. No meu ponto de vista, é o programa mais importante do Governo, no meu ponto de vista, mesmo com as dificuldades, com as vicissitudes, com as deficiências é um programa muito importante, e está incluído em tudo aquilo que o regimento determina com relação às emendas. E a última emenda, presidente, é a emenda de nº 18 que se refere a estudos de viabilidade e projetos de infraestrutura na área de logística, que é uma emenda da Senadora Serys do Mato Grosso e, portanto, de extrema relevância também para o País.

E importante registrar, V. Exa. perceba bem a preocupação da bancada do Centro-Oeste, várias propostas aqui são da bancada do Centro-Oeste ou da bancada amazônica, exatamente as regiões hoje que mais sofrem com infraestrutura para escoamento de produção. Não é mera coincidência, é porque esse é um reflexo claro das dificuldades que essas regiões estão enfrentando nos modais de transporte, rodovia, ferrovia, portos e hoje o País está crescendo para lá. Se não tiver infraestrutura como é que nós vamos fazer? Então, não é uma mera coincidência esse número de emendas, principalmente, das bancadas da Amazônia e do Centro-Oeste.

E, por último, Sr. Presidente, são as emendas de texto, a de nº 24 que é a questão do contingenciamento que é um grande drama que todos nós enfrentamos todos os anos, porque nós aprovamos um orçamento e depois em função do instrumento de contingenciamento muitas coisas se perdem pelo caminho. Há outra relativa a audiências públicas, também as duas, aliás, todas essas emendas de texto da Senadora Serys e a questão de royalties da Marinha do Brasil que são fundamentais para o acompanhamento da costa brasileira, a proteção das nossas plataformas, porque, Sr. Presidente, do jeito que as coisas caminham há um risco muito grande na exploração e produção de petróleo com relação à segurança das instalações, não é brincadeira esse negócio não, e nós não estamos criando aqui nenhum terrorismo, porque realmente há uma preocupação grande da Marinha, das Forças Armadas e da Presidência da República com relação à preservação dessas instalações, especialmente, e preservação de vidas também. Porque muita gente... E é curioso, Senador Mão Santa, nessas plataformas como existe ali vida, em função da operação do dia a dia da plataforma, do consumo da plataforma, os peixes ficam tudo ali perto, eles encostam ali, e aí o pescador quando vai para alto-mar ele encosta ali também, e isso é um problemão sério com relação a acidentes. Então, esse trabalho da Marinha é muito importante, e até agora ainda bastante desprestigiado, a Marinha precisa receber esses royalties para, exatamente, fazer jus às responsabilidades que têm.

E o último que eu não inclui no meu voto que é a supressão do superávit primário que aí é uma questão de macroeconomia fundamental para o País.

Então, Sr. Presidente, para concluir, me desculpando se eu me estendi um pouco, para concluir. O meu voto é pela aprovação das emendas de nº 03, 05, 06, 12 e 18 relativas às metas de prioridades e as emendas 24, 25 e 26 referentes às outras partes do PLDO 2010.

Esse é o meu voto, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E a 11 e a 12?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): A 12 também? A 12 e 18, não é isso, Senador Delcídio?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Espera aí. A 12 está incluída aqui, está citada, 03, 05, 06, 12 e 18. Isso é o Luz Para Todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Certo. E a 24, 25 e 26 referentes ao texto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): São emendas de textos que não há limite, Presidente, as emendas de texto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E a 07 [ininteligível].

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Na verdade, o problema é que esse foi enquadrado, a 07, especificamente, ela foi enquadrada, deixa me ver aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Estudos de impacto ambiental, projetos de infraestrutura de transportes.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): A 07 é o seguinte, é porque em função da subjetividade da análise, ela corre o risco de no Comitê de Admissibilidade não passar até por segurança, e para garantir que as nossas emendas viessem a ser aprovadas é que nós tivemos esse cuidado e não incluímos a 07, exatamente pela experiência que a gente tem, especialmente, a consultoria do Senado.

Porque, Presidente, eu participei de várias comissões permanentes, a gente aprova é uma maravilha, aí chega lá no Estado divulga, todo mundo divulga, a Comissão de Infraestrutura divulga. É uma beleza! Aí aquele negócio começa a ter desdobramento, chega à Comissão de Orçamento, o Comitê de Admissibilidade não aceita e aí é uma frustração tremenda e a Comissão perde as suas emendas. Então, é esse cuidado que nós junto com a assessoria do orçamento nós tentamos preservar para não perder nenhuma emenda da Comissão de Infraestrutura pela importância que esse assunto: infraestrutura representa para o País e vai representar para o orçamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado ao Senador Delcídio Amaral pela apresentação de seu relatório. Coloco em discussão--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O relatório do Senador Delcídio Amaral. Para discutir o Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Para encaminhar a matéria.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Antes de mais nada, eu quero cumprimentar a V. Exa. pela agenda positiva que está sendo construída aqui na Comissão de Infraestrutura nas audiências já comentadas por V. Exa. para o mês de julho, agosto, setembro, naturalmente, outubro e novembro que vai acontecer. Muito feliz, tendo em vista, que as autoridades--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa, o Senador Jayme está...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): As autoridades que estarão comparecendo a esta Comissão, eu não tenho dúvida alguma, são pessoas altamente qualificadas para fazer as suas palestras diante desta Comissão. Todavia, Sr. Presidente, o mais importante que eu reputo é para o Estado de Mato Grosso, a presença do presidente da Infraero que também viria aqui, Brigadeiro Nicácio, que, lamentavelmente, tem nos tratado de forma indiferente na medida que nós temos o Aeroporto Marechal Rondon que é o aeroporto internacional que, lamentavelmente, as obras de ampliação estão paralisadas há mais de seis anos. Para nossa tristeza, V. Exa. e o próprio Senador Delcídio que sempre também transita por aquela região do Mato Grosso, hoje a estação de desembarque que está sendo operada, tendo em vista, que o aeroporto que foi construído para pequena ampliação é insuficiente para demanda hoje, na medida que foi patificado o movimento aeroportuário do nosso Estado, a estação de desembarque é de 1976, foi reativada, vergonhosamente, nós mato-grossense temos que enfrentar, todos os dias, lá um verdadeiro caos no desembarque daquele aeroporto de Mato Grosso. Então, V. Exa., eu espero que o Brigadeiro Nicácio aqui dê uma explicação plausível, sobretudo, justifica de forma clara do porquê dessa discriminação com o Mato Grosso, sobretudo, com a capital Cuiabá em relação à conclusão das obras que foi iniciada já há seis ou oito anos atrás.

Entretanto, para não ser longo, respeitando os demais pares aqui nesta Casa, o nosso querido amigo Senador Delcídio Amaral aqui apresenta o seu relatório em relação à LDO, lamentavelmente, ninguém pode deixar desconhecer aqui, sobretudo, V. Exa., Senador Delcídio, que foi relator do orçamento no ano passado e aqui de público quero agradecer a sua bondade e generosidade, sobretudo, o seu conhecimento do que representa um orçamento para a federação, tudo

aquilo que foi, quase tudo aquilo que posso dizer a V. Exa., em relação à relatoria de V. Exa., e, sobretudo, da LDO. Vou dar um exemplo só aqui. Nós conseguimos emplacar, ou seja, colocar no PPA e na LDO 100 milhões de reais para o Programa de Irrigação. Isso é constitucional, Presidente Collor, lá de trás, da Constituição Federal, na sua elaboração de 1988 está previsto um programa chamado Programa de Irrigação para os Estados da região Centro-Oeste do Brasil. E isso, praticamente, quase nada saiu, saiu no seu governo, houve liberação para o seu recurso, e eu como governador de V. Exa. como Presidente da República, teve a primazia de, praticamente, atender, no mínimo, 20 mil famílias que, naturalmente, moravam em alguns municípios que receberiam o programa, chamava Programa Irrigar. E desta feita, nós retomamos esse programa agora como Senador buscando aquilo que, efetivamente, que é direito constitucional dos Estados da região Centro-Oeste do Brasil, colocamos seis milhões de reais: PPA e LDO e colocamos 30 milhões de reais para a retomada das obras que paralisou há mais de oito, dez anos e sem nenhuma explicação plausível foi cancelada, cancelada essa emenda nossa que foi aprovada, cancelada e remanejada para outra obra.

Então, na verdade, eu quero chegar à conclusão porque é triste e nós temos que ser claros aqui. A peça orçamentária do Governo Federal é fictícia, aquilo é uma verdadeira tapeação, uma mentira, porque, na prática, quase nada existe. Se não bastasse isso, eu, particularmente, aqui e, naturalmente, de expressar o meu sentimento, nós colocamos uma emenda de bancada de 63 milhões de reais, desta feita, para ser liberada em 2009 sem nenhuma explicação, Senador Delcídio, também fizeram o remanejamento cancelando essa emenda, remanejando para obra do Tucuruí--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que emenda, Senador?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Uma emenda da BR-163; remanejaram sem nenhuma explicação, cancela. O autor dessa emenda não tem nenhuma explicação, cancela e transferiram, remanejaram para uma obra de Tucuruí lá no Estado do Pará, mesmo essa obra tendo alguma suspeita pelo próprio TCU, dizendo que tem 163 milhões de aditivo, enquanto o previsto era apenas 60, já o Ministro Paulo Bernardo, sei lá, em conjunto com o próprio Ministro do Transporte, o DNIT, sem nenhuma explicação plausível, vão lá cancelam e transferem. Então, portanto, o que eu quero mostrar aqui é que, lamentavelmente, o orçamento deste País aqui, teria que de, qualquer maneira, nós tínhamos que tomar alguma providência, ele ser impositivo, ser real, caso contrário, nós estamos discutindo

sexo dos anjos. Há uma boa vontade de todos nós, na medida em que o Senador Delcídio, competentemente, fez um relatório aqui brilhante, buscando, efetivamente, as obras estruturantes para esse imenso Brasil que todos nós queremos, não tem dúvida alguma, seja para o Centro-Oeste, Sul, Sudeste; o que nós precisamos é dar uma melhor logística para o país, entretanto, o que é que causa minha preocupação? Realizamos um trabalho hercúleo aqui, competente, operoso, mas na prática quase nada existe, prova inequívoca está aqui, duas emendas minha, uma para irrigação que é fundamental, Presidente Collor, para nós irrigarmos 14 municípios da baixada cuiabana que, lamentavelmente, não tem grandes atividades, são municípios de pequeno porte, e a única sobrevivência que eu imagino, seria nós fazermos essa irrigação e transformarmos ali num cinturão de produtos hortifrutigranjeiro dando uma sobrevida àqueles municípios que, aos poucos, está diminuindo a sua população até por falta de opção, de atividades econômicas e sociais. E, lamentavelmente, isso na prática não ocorre.

Então, eu quero deixar aqui bem claro e pedir a V. Exa., sobretudo, ao Senador Delcídio Amaral, brilhante, extraordinário Senador da República, homem forte do Governo Lula que não deixem cortar aqui as nossas emendas todas. É impossível nós convivermos com essa fantasia aqui que fazemos um trabalho, colocamos emendas, se cota e assim por diante. Então, esclarecendo isso, na medida em que aprovamos aí a Minha Casa, Minha Vida; Minha Vida, Minha Casa, um milhão de casas, Presidente Collor. Eu imagino que aquilo é apenas uma indicação, porque, na prática, eu não vejo quase nada.

Vou só dar um exemplo aqui, o Senador Delcídio conhece, o Senador Gilberto aqui. 15 dias atrás teve uma festa no Mato Grosso, mataram 20 bois, 50 conjuntos para lançar a retomada das obras da BR-158, obra importante que vai fazer com que o Mato Grosso interligue aquele Baixa Araguaia que é uma região do Sul do Pará. O que é que ocorre? O Presidente do DNIT Dr. Luiz Antônio Pagot foi ao nosso Estado, Ministro Eliseu, com uma licença do Ibama. Mas sabe o que é que acontece? Equipamentos mecânicos na beira da estrada. Um sonho do povo ali. A redenção da região, foguete dava para fazer quase a metade da obra. Pois bem, sabe quantas restrições tinham na licença do Ibama? 40 restrições. Sabe o que acontece? A obra não iniciou e não vai ser retomada. E fiz uma aposta ontem no plenário, se daqui a seis meses essa obra consegue seguir em prática. Vai entrar as águas e não vai ter uma máquina rodando nas estradas da BR-158. Então, é este o Brasil que nós estamos vivenciando,

vendo, na prática, pouco acontecendo, muito discurso, mas, de fato, ações concretas, particularmente, não tenho visto.

A BR-163, Senador, Ministro e Presidente Collor, a BR-163 o ano passado, 2008, o senhor sabe quantos quilômetros foi executado? Seis quilômetros e é um carnaval todo dia a BR-163, seis quilômetros.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Acho que tem 35 anos que está sendo feita.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Então ela vai mais 700 anos. Fizemos um cálculo, rapidamente. Precisa de 700 anos para concluir, Presidente Collor. O território do Mato Grosso foram seis. O 9º Batalhão de Engenharia está lá, o 9º BEC trabalhando e aí fomos lá visitar o município e fomos ver a execução da obra, seis, 12 meses do ano fez seis quilômetros. Então nessa média nós calculamos 700 anos. Então, é essa a minha preocupação. E o Senador Delcídio foi muito feliz, quando chega lá e anuncia aquela LDO colocado dinheiro. Pior, Senador Delcídio, é que nós vamos lá dizendo: E para que uma emenda de 63... E emenda já aprovada. Esse é muito pior, esse é pior, porque depois você não tem como voltar à cidade ou à região porque é o povo lhe cobrando, é prefeito, é vereador, etc. e etc.

Portanto, faça um apelo aqui que nós façamos alguma coisa, cobremos do Poder Executivo, sobretudo, do Ministério do Planejamento, da Fazenda que seja impositivo, que, de fato, seja pouco, mas que cumpra ali, não fica essa tapeação, essa mentira toda, que, na verdade, quem passa por mentiroso somos nós parlamentares, senadores, congressistas que diz que nós aprovamos, mas, de fato, nada acontece.

Desculpe-me, Sr. Presidente, eu exagerei, mas eu tinha que falar com o meu coração aqui, como brasileiro, e desta feita como Senador que não aguenta mais ser ludibriado, enganado e tapeado pelo Governo Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Senador Jayme Campos. Com a palavra o Senador Mão Santa. E, em seguida, eu terei uma resposta para o Senador Jayme Campos, que eu já entrei em contato agora com a Casa Civil, já temos resposta sobre a 158.

Senador Mão Santa, com a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Presidente Collor, primeiro eu queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Em seguida o Senador Delcídio.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): --por madrugar. E agradecer em nome do Piauí, em nome do Heráclito, do outro Senador João Vicente que essa audiência com o Secretário do Esporte, hoje Ministro, mas queria pedir permissão e lembrar a V. Exa. que convidasse aquele ali. Ele foi Senador, Elói Portela é o de cima que está à esquerda, o último. Ele é engenheiro de portos, esse porto de Luís Correia, o Eliseu Resende sabe, o senhor porque é muito novo, V. Exa. é uma criança ainda, Collor, o Presidente Collor é muito novo, o Eliseu Resende sabe essa história, foi Epitácio Pessoa que começou o Porto de Luís Correia.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Eu tenho diploma honorário de cidadão de Parnaíba.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Pois é. Então vai defender.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Por causa do Porto de Luís Correia na foz do rio Parnaíba.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Olha aí, então convidado, viu, Presidente?

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Essa é outra história.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Foi Epitácio Pessoa, Eliseu, Getúlio Vargas em 1950, eu vi, o meu tio era prefeito do PTB em agosto de 50, e eu fui ao comício, oito anos, eu sei toda a história do Getúlio. E ele disse: "Se eleito..." Na praça da Graça, naquele tempo 10 horas da noite, todo de branco com os gregórios(F) todo de branco. "Se eleito eu vou fazer o porto de amarração". Eu ouvi. Depois um Senador Joaquim Pires quebrou as praias da gente, botou pedra e não sei o quê. Eu era deputado estadual, João Paulo Reis Veloso, o melhor Ministro de Planejamento da história desse Brasil. Fez o primeiro PMDB. Então ele entusiasmado injetou dinheiro lá, e tentou marcar, e quando nós fomos inaugurar eu era deputado estadual, eu apenas ouvi essa palavra: assoreamento. Viu, Delcídio, a minha ignorância. Assoreamento. E eu: que diabo é isso? Foi a terra que o rio trouxe, o rio Parnaíba, era para dar sete metros calado, tinha 3,5. Viu, Delcídio? Mas esse rolo vem vindo, e agora vamos desenrolar. Então nessa história toda de Getúlio, Eliseu que já ganhou uma medalha lá tem mais de 100 milhões de dólares encravado, jogado de pedra. Então, é a hora. Então, Presidente Collor, quem mais entende é aquele ali, é o irmão mais novo de Petrônio Portela, foi Senador. Sugeriria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Senador Mão Santa, de acordo com a sua sugestão, eu lhe pediria que apresentasse o requerimento à mesa para que nós inquiríssemos--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Eu estou oral. Nós somos bem práticos. Eu já estou fazendo oral e V. Exa. convidava, porque V. Exa. é que é a autoridade, V. Exa. é o nosso Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Eu vou pedir que se prepare o requerimento convidando o Elói Portela.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): O senhor é um homem muito prático. Vamos dá de Jânio Quadros--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Mas V. Exa. assine agora que nós aprovamos ainda nesta reunião.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): E o senhor mande a cá Elói Portela. O senhor conhece, não é Eliseu Resende?

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Já está sendo redigido para sua assinatura.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB – PI): Ninguém conhece mais do que ele a história do Porto Luís Correia, porque ele é de lá, foi aposentado [ininteligível], Senador e foi presidente desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente. O requerimento já está sendo preparado para que o Senador Mão Santa assine e nós coloquemos em votação. Sem dúvida, será aprovado, e eu, tenho certeza, que o Dr. Elói Portela, fruto também das suas gestões junto a ele, no próximo dia 02 de julho, estará aqui nos brindando com a sua presença.

Antes o Senador Delcídio Amaral havia solicitado a palavra. Ainda deseja falar, Senador Delcídio?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, só para--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Depois o Senador Gilberto Goellner.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sei que o Senador Suplicy está me apressando, falando que nós temos que votar.

Mas, Presidente, só a título de curiosidade, olha aqui a manchete de um dos jornais lá do meu Estado. Hidroelétrica fecha hoje passagem por uma hora. É exatamente esse projeto da ponte. Porque tudo passa por cima da Hidroelétrica de Jupiá. É inviável. O Ministro Eliseu Resende sabe disso, conhece isso muito bem. Todo o tráfego passa por cima da Usina de Jupiá, por uma hidroelétrica. V. Exa. imagina a confusão que é. E ainda mais com os projetos industriais ali naquela região.

Mas, Sr. Presidente, eu queria só fazer três abordagens. O Senador Jayme Campos muito enfático, competente. Eu queria fazer três abordagens aqui, e eu não posso perder essa oportunidade para defender o meu peixe aqui.

Primeiro nós não podemos elogiar muito Cuiabá que nós estamos ainda de cabeça inchada por causa da Copa do Mundo que nós perdemos. E ainda os caras mandam um cartaz lá para o nosso Estado: "Chupa manga".

[falas sobrepostas].

Mas, Sr. Presidente, hoje o aeroporto de Cuiabá é um *hub*. Se o senhor descer em Cuiabá nesse horário de meio-dia, 10 horas da manhã, 4h30 da tarde, 05 horas, e eu sei porque eu passo muito por lá e tenho um carinho muito grande pelos nossos irmãos. O aeroporto é um movimento tremendo, porque dali sai voo para Porto Velho, sai voo para Rio Branco, sai voo para Manaus, sai voo para Marabá, Belém e vai por aí a fora. Então, o senhor olha assim, Presidente... Outro dia eu desci lá e tinha assim, cinco aviões de companhias regionais a TRIP, mais especificamente, três aviões da TAM, um avião da GOL, assim é Cuiabá, Passaredo também. Agora é inacreditável o aeroporto de Cuiabá, é um negócio que nós não conseguimos entender. É um negócio lamentável aquele aeroporto. Nós agora, recentemente--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Só tem meio aeroporto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): É uma coisa lamentável o aeroporto. O aeroporto de Cuiabá, Presidente, final de tarde parece comício. Mas é um mundo de gente. É bom até fazer comício lá na hora, porque é uma multidão dentro do aeroporto.

Nós aprovamos, recentemente, até uma iniciativa de dois Senadores, aprovamos na Comissão de Assuntos Econômicos a abertura de capital das empresas aéreas, brasileira até 49%. Nós temos que fazer esse debate aqui de abrir Capital da Infraero também. E eu sou muito prático nisso, se não tem ideologia esse discurso de Infraero, nós não temos dinheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): No próximo dia 09 de julho, Senador Delcídio, já estaremos aqui com audiência pública onde trataremos desse assunto.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Até referenciada pelo Senador [ininteligível] e V. Exa.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Se me permite, eu gostaria de enaltecer essa palavra do nosso Presidente a respeito dessa audiência pública. Eu queria fazer uma referência a isso. É uma audiência extremamente importante e necessária que deveria ter

sido realizada já há mais tempo. Está faltando, Senador Delcídio, o marco regulatório do transporte aéreo no Brasil. A questão dos aeroportos e as questões das linhas e das concessões.

Nós estamos às voltas para resolver detalhes de problemas de marco regulatório de outras modalidades de transporte, particularmente, o transporte coletivo de passageiros por ônibus interestadual. Está dando problema. Agora o marco regulatório da viação não tem sido discutido aqui, e isso tem de ser discutido, face também o sistema aeroportuário existente, sob a administração dos aeroportos do Brasil. Eu acho, Sr. Presidente, é uma oportunidade importante, esta que V. Exa. citou, de nós virmos a ter aqui uma audiência pública que cuide do marco regulatório do transporte aéreo. Nós temos essas linhas [interrupção do áudio] do Brasil sem regulamentação, sem permissões e concessões bem definidas quanto à vigência e prazo de concessão. É preciso que esse assunto seja discutido aqui e isso envolve a questão aeroportuária examinar a possibilidade de privatização dos portos ou não, são temas nacionais e internacionais que regem o setor e que precisam ser discutidos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Obrigado, Ministro. Concluiu, o Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Então, eu acho que esse tema é um tema importante, e o que o Senador Eliseu Resende disse, e com razão, é o código brasileiro de aviação que precisa ser revisto, precisa ser... Ele foi um instrumento fundamental, é um instrumento muito importante, mas precisa ser revisto, isso alinhado com o que o Ministro Eliseu Resende acabou de falar.

E, Sr. Presidente, mais duas coisas e ser muito rápido, que o Senador Jayme, eu ouvi atentamente o que ele disse e também o Senador Mão Santa, a questão da irrigação, a irrigação nós temos garantias constitucionais de investimentos em irrigação. Outras regiões são aquinhoadas e o Centro-Oeste não é aquinhoadado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Tem vinculação de orçamento? A vinculação não?

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Não, há uma exigência, e eu agora não me lembro, Presidente, e pretendo esclarecer essa questão, mas há um percentual, há vinculação, não me lembro o valor desse percentual, mas há uma vinculação para aplicação em irrigação no Centro-Oeste. O que é que acontece todo ano? Cortam isso, o Senador Jayme Campos lembrou bem, nós colocamos, inclusive, no orçamento de 2009

esses recursos para que esses recursos funcionassem, inclusive, como já as primeiras reservas do fundo do Centro-Oeste que vem a reboque da superintendência do Centro-Oeste e vem a reboque de um futuro banco do Centro-Oeste também, como outras regiões tem, e aí vem os cortes. E muitos deles, eu entendo as restrições, e isso aí não é desse governo, isso vem por vários governos, que, às vezes, nós não encontramos lógica e, às vezes, vemos a desobediência a preceitos constitucionais, porque há uma leitura aqui em Brasília. Eu já conversei com vários Ministros sobre isso, eles acham que o Centro-Oeste não precisa de nada, o Centro-Oeste é rico, não precisa de nada, que a agência de desenvolvimento do Centro-Oeste ou equivalente a uma superintendência é só para fazer planejamento de político, não precisa de dinheiro, não precisa de nada, uma visão completamente equivocada e brasiliense do Brasil, lamentavelmente. Então, é muito pertinente esse comentário do Senador Jayme Campos. E nós vamos ter oportunidade de discutir isso depois, com mais calma, a questão do orçamento. O orçamento é a principal peça do Congresso Nacional, como de qualquer parlamento. O orçamento começou no parlamento inglês. E, lamentavelmente, e hoje eu sou, hoje eu acompanho de perto, por ter sido relator, o orçamento é aprovado de um jeito e termina de outro completamente diferente.

Portanto, são pertinentes os comentários, as observações do Senador Jayme Campos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Concordo com V. Exa.--

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): E com o Senador Mão Santa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): --Senador Delcídio, em relação

ao que aqui foi colocado pelo Senador Jayme e pelo Senador Mão Santa. Realmente, eu que tive experiência no Executivo, e é exatamente assim, porque há o famoso contingenciamento que, vez por outra, nós somos obrigados a fazer seja por queda na arrecadação, seja por outras prioridades que vão surgindo no meio do caminho, mas é um erro, é um equívoco, é um vício que nós temos na nossa legislação de termos um orçamento que é aprovado, mas é meramente autorizativo, ele não é impositivo, ou seja, não se obriga o Executivo a cumprir aquilo que foi aprovado pelo Legislativo.

Continuando, para finalizar a discussão, rapidamente, o Senador Gilberto Goellner, por favor.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Gostaria de comentar dois assuntos que estão sendo tratados aqui, que já foram tratados, um é a respeito

do orçamento. Nós tivemos no ano passado, na relatoria do Senador Delcídio Amaral, uma emenda nossa aprovada de valor substancial de 1,5 bilhão para assegurar os preços mínimos dos produtos agrícolas que poderiam, esse ano, em função da crise, estarem prejudicados. Realmente, Senador Delcídio, a sua acatamento a essa emenda, juntamente com o que já estava previsto, hoje está possibilitando a Conab, o Ministério da Agricultura ampararem produtos essenciais à mesa do cardápio brasileiro, como o feijão, o próprio milho, o algodão e até a toda produção extrativista do País que hoje está sendo amparada, como a borracha. E eu vejo que foi de bom tamanho a sua inclusão que hoje possibilitou a garantia desses recursos ao orçamento. Então, nem tudo sofre contingenciamento. Essa foi uma medida preventiva e que surtiu muito efeito. Porém, se tivéssemos a infraestrutura que estamos aqui discutindo suficiente e de uma forma econômica ser escoados esses produtos, possivelmente, esses três bilhões que o País precisará, este ano, para amparar os preços mínimos da produção brasileira, poderiam até ser canalizados em infraestrutura, principalmente, fluvial, que está merecendo uma atenção dobrada do Governo.

E, por último, eu gostaria de comunicar também o êxito da audiência sobre óleos vegetais e naturais--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Parabéns a V. Exa. pelo êxito dessa reunião.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): --aonde esteve presente o Senador Eliseu Resende, no início, mas que nem todos os membros desta Comissão puderam estar presentes, devido a outros compromissos na mesma hora e em outras Comissões, mas eu vejo que foi salutar o debate, a ANP esteve presente, a Embrapa, engenheiros mecânicos, e a conclusão é que é uma tecnologia amplamente já utilizada na Europa, a adaptação dos motores é necessário, motores a diesel, e a substituição paulatina de óleo diesel por óleo vegetal é algo que nós podemos ter incluído no País a médio e a longo prazo.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Gilberto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Presidente, eu queria fazer só uma lembrança aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Para discutir, Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Vale só lembrar o seguinte: V. Exa... A história é bonita, quan-

do você lê no passado, na medida em que quando governador e o senhor Presidente da República, eu tive o privilégio de assinar um financiamento junto com o Grupo Ostra Olaci de Moraes para a construção da Ferronorte. Então, esses financiamentos V. Exa. concedeu via BNDES, um foi a Ferronorte e o outro as primeiras usinas privadas do Brasil que foi o Juba I e o Juba II lá na região de Tangará da Serra, 330 milhões naquela época, lá atrás, muito dinheiro. Essa obra conseguiu chegar, Senador Delcídio, só na divisa do Mato Grosso, ou seja, entrou no território mato-grossense 10 km que é no município de Alto Araguaia e Alto Taquari, e isso está paralisado já há alguns anos. E o sonho nosso, todo mundo sabe, é chegar com essa ferrovia até Cuiabá. Agora, ultimamente, foi uma luta incessante nossa, um trabalho hercúleo, etc. e etc. para conseguir. Essa concessão foi dada a uma empresa chamada ALL, por sinal, uma concessão, um contrato [ininteligível], 90 anos de concessão. O que é que acontece? Depois de muita luta dizem que vão retomar as obras. O senhor sabe quantos quilômetros que foi autorizado agora pelo Ibama ou licença ambiental? 15 km. Para chegar a Cuiabá fiz outra conta, rapidão: 250 anos nós estamos chegando com a ferrovia lá em Cuiabá. Esse é o PAC(F) que está dentro do livrinho, também de um folder que eu recebi há poucos dias atrás, quando da presença da Ministra Dilma aqui, das obras prioritárias da região nossa lá.

Só para fazer lembrar aqui. Então, onde o financiamento concedido lá atrás por V. Exa., Presidente da República por ali parou a obra, o senhor imagina. Inclusive, a Ponte de Santa Fé do Sul, aquela ponte rodoferroviária foi construída com o financiamento do BNDS, concedido por V. Exa. como Presidente da República. Então, eu quero chamar atenção.

Então, é uma obra importante, quando se fala em logística aqui, essa ferrovia chega, pelo menos, até Rondonópolis, a região sul do Estado. Feito isso nós estaremos melhorando o transporte intermodal, caminhão, ferrovia, etc. e etc. Portanto, eu acho o seguinte, quando se discute infraestrutura, nós temos que, na prática, executar, sobretudo, quando essa concessão foi dada a uma empresa privada, eu imagino que ela tinha obrigação de dar também continuidade, eu imagino que a Comissão de Infraestrutura também tenha autoridade, eu não conheço muito bem essa legislação, entretanto, eu acho que a Comissão de Infraestrutura tem autoridade para cobrar o prosseguimento dessa obra, demandando Rondonópolis, Cuiabá e, futuramente, para o Pará e para o Estado de Rondônia.

Então, essa é a observação que eu quero fazer para chamar atenção, eu imagino que nós temos au-

toridade, aqui nesta Comissão, de exigir de que esse seja ou seu contrato ou sua concessão, naturalmente, executado dentro daquilo que for factível e dentro da plenitude e dentro da legislação pertinente ao País, no atual momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Muito obrigado, Senador Jayme Campos. Encerrada a discussão.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Eu...

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Desculpe, Senadora Serys. Para discutir o relatório do Senador Delcídio Amaral, com a palavra a Senadora Serys.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Desculpe a brincadeira, Presidente, mas senão eu ia dizer que era discriminação contra as mulheres. [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Não, desculpe, por favor.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Brincadeira.

Eu acho que essa questão da ferrovia, aliás, ferrovia é muito importante para o Brasil inteiro, para Mato Grosso, nem se fala, é o maior produtor de soja, de algodão, de carne e o segundo maior produtor de vários outros produtos: algodão, frango e etc. A questão da ferrovia é da mais alta relevância. Nós temos, na verdade, só um pedaço de estrada de ferro que é de Alto Taquari e Alto Araguaia que foi inaugurado no começo do primeiro mandato do Presidente Lula. E agora, realmente, a... Foi inaugurado no começo...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Vamos ser franco.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Eu fui com o Presidente na inauguração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [ininteligível].

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Não, a inauguração foi o Lula que fez.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Eu fui junto com ele na inauguração.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu vou trazer uma foto aqui para você ver.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Eu também trago a do Lula. Então vamos fazer, os dois, uma foto cada um.

Mas voltando aqui. Realmente o trecho de Alto Araguaia a Rondonópolis está muito, mas muito atrasado, está definido, mas está atrasado. As tais das LIs,

das LAs, das Ls alguma coisa, que nunca saem, e as obras estão sendo retomadas, de forma extremamente lenta. Agora o Senador Jayme Campos acaba de comunicar que se trava 15 km por ano. Como é que é?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM – MT): Se tudo correr bem.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT – MT): Se tudo correr bem. São 200 km, vai dar dez anos. Mas isso não vai ser assim não, essas licenças têm que sair muito rápidas. Agora o que tem que ser definido, realmente, do meu ponto de vista, é entrar no planejamento desta estrada, da Ferronorte é o trecho Rondonópolis/Cuiabá, esse tem que ser definido politicamente, porque se ele não for definido politicamente, não sai projeto e as coisas não vão acontecer. A hora que terminar e chegar em Rondonópolis, aí é que vai se pensar se politicamente vai ser feito até Cuiabá, e depois vamos ver rumo vai tomar. Então, tem uma decisão política e tem emperros técnicos que estão segurando. Eu acho que as duas coisas têm que ser tratadas por nós, com certeza. Até porque quando eu fui relatora da LDO no ano passado, da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Brasil nós definimos a chegada da Norte-Sul via Tocantins, chegando em Mato Grosso ou por Lucas do Rio Verde ou por Sorriso. Então, essas coisas têm que ser definidas ainda politicamente, e isso tem que ser com rapidez, no meu ponto de vista, para trabalhar o técnico do projeto depois.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Perfeitamente, Senadora Serys.

As Sras. e os Srs. Senadores receberam há duas reuniões esse balanço do Programa de Aceleração do Crescimento, apresentado pela Ministra Chefe da Casa Civil, dando conta do estágio em que se encontram as obras constantes do programa.

Em relação, por exemplo, à Ferronorte que aqui foi trazido pelo Senador Jayme Campos e também pela Senadora Serys, está aqui no relatório. A Ferronorte avaliar cronograma até o dia 30 de junho de 2009, desse mês, devido ao atraso no licenciamento ambiental. Depois, segmento um, início das obras, até o dia 15 de agosto de 2009, segmento 02, concessionária tem que entregar o projeto executivo até o dia 25 de maio de 2009 que foi entregue. O Ibama emitir uma licença até o dia 25/08/2009 e a ANTT aprovar o projeto executivo até o dia 15 de julho de 2009. Iniciar as obras até o dia 03 de agosto de 2009.

Então, aqui nesse balanço cada uma dessas obras constantes do PAC mostra claramente as dificuldades que estão existindo para que elas avancem. Em relação

à BR 158, agora mesmo foi consultada a Dra. Erenice do gabinete da Ministra Chefe da Casa Civil, e que ela disse que realmente o Senador Jayme Campos tem razão no que ele acaba de afirmar. Mas que são problemas que não dependem daqueles que estão no comando da execução. Porque essa questão do licenciamento ambiental, como todos nós sabemos, tem criado inúmeros empecilhos, tanto é que o Governo já tomou diversas atitudes para desbastar um pouco essa miríade de leis ambientais que dificultam o avanço do desenvolvimento econômico, naturalmente, conciliado com o interesse que todos nós temos de preservar o nosso ambiente, porque é dele que nós vivemos. Mas ela afirmou agora que vários desses itens que foram levantados para que em relação à BR-108 e que tem impedido de ser as obras retomadas, esses itens já estão sendo equacionados. E que ela espera dentro, no máximo, dentro dos próximos 30 dias que tudo isso seja regularizado em relação ao licenciamento ambiental, e que as obras possam então transcorrer a pleno vapor. E é, realmente, o que nós encontramos em todos os Estados, no meu Estado, nos Estados por onde eu ando, o que nós temos que verificar, temos que dar razão é que não depende única e exclusivamente a celeridade das obras que estão no PAC, não depende única e exclusivamente da vontade dos seus gestores, mas depende dessa questão do licenciamento ambiental, depende, muitas vezes, do Ministério Público que acata alguma ação popular, por algum motivo, por um grupo de pessoas ou por alguma entidade, alguma associação que não está de acordo com que aquela obra seja instalada ou passe por aquela localidade. O próprio Tribunal de Contas da União que aqui nós fizemos uma audiência pública extremamente interessante e importante, e que foi dito aqui pelos técnicos das obras constantes do Programa de Aceleração de Crescimento, eles só encontraram 15% de problemas, problemas entendidos: falta de projeto executivo, falta da contrapartida, e, eventualmente, alguma irregularidade no que diz respeito a sobre preço. É claro que 15% é um número que nós temos que fazer tudo para diminuir, mas se comparados com os problemas que outras obras do Governo que não estão no PAC encontram, da ordem de 50% é de se depreender que há um esforço muito grande dos gestores do Programa de Aceleração do Crescimento para que essas obras caminhem o mais celeremente possível. Esses empecilhos existem, e quero aqui pelas palavras da Dra. Erenice, dar razão ao que o Senador Jayme Campos trouxe a esta Comissão. Mas os problemas estão sendo equacionados, Senador.

Com a palavra, para encerrar a discussão, o Senador e vice-Presidente desta Casa, do Senado da República, o Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO):

Sr. Presidente Fernando Collor, Sras. e Srs. Senadores. As minhas primeiras palavras são no sentido de, mais uma vez, elogiar a competência do Senador que relata esta matéria, com quem tive a honra de trabalhar nesta Comissão durante dois anos, eu na qualidade de Presidente e ele na qualidade de vice-Presidente, o Senador Delcídio Amaral. Um Senador profundamente conhecedor dessa área de infraestrutura e logística, um homem que goza de uma experiência também muito extensa, pelos serviços prestados, talvez aqui nesta Comissão, as duas maiores autoridades sejam ele e o Senador Eliseu Resende, pela coerência dele ao elaborar o relatório, pela preocupação em, efetivamente, atender emendas de caráter nacional. E, ao mesmo tempo, agradecer-lo por ter acolhido uma de minhas emendas, especificamente, a Emenda nº 03 que destina recursos para a continuação das obras de construção da Ferrovia Norte-Sul.

Quando Presidente desta Casa, nos dois anos anteriores à ascensão de V. Exa., Presidente Collor, solicitei o empenho desta Comissão para que pudéssemos aprovar emendas à Ferrovia Norte-Sul, em todos os anos a Comissão foi extremamente sensível a essa obra, aprovamos emendas nos anos anteriores, e essas emendas foram fundamentais para que a Ferrovia Norte-Sul tivesse continuidade. A Ferrovia Norte-Sul talvez seja hoje o maior projeto de integração nacional em construção no Brasil. É uma verdadeira artéria para o escoamento da produção brasileira, não só agrícola, pecuária, mas agroindustrial. Ela que, inicialmente, quando do governo do Presidente Sarney tinha um trajeto, um traçado que ligava o Porto de Itaqui, no Maranhão, até Anápolis, no meu Estado, anteriormente até Senador Canedo, agora já se estende à Santa Fé do Sul, depois ao Paraná, vai chegar ao Mato Grosso do Sul, lá no Porto de Corumbá, fazendo uma integração do Atlântico lá no Porto de Itaqui com a hidrovía do Paraná. Então, é uma ferrovia verdadeiramente de integração nacional, ela nasce no Maranhão, ou morre no Maranhão, termina no Maranhão, corta o Tocantins inteiro, corta o meu Estado inteiro, o Estado de Goiás, são 900 kms dentro do Estado de Goiás, São Paulo, boa parte do Paraná e deriva para o Mato Grosso do Sul. É uma ferrovia importantíssima.

Além disso, nós teremos os ramais, um ramal ligando a Ferrovia Norte-Sul através da Transnordestina ao porto de Pecém, o outro ramal ligando ao Porto de Pernambuco, e outro ramal na altura de Uruaçu ligando à Bahia, a Salvador, portanto, uma rodovia de uma importância transcendental para o Brasil. Mas, além, desse projeto, Presidente Collor, e é importante que a Comissão esteja atento para que a gente possa deba-

ter isso no futuro, há outro projeto que já foi realizado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres que vai ligar o Atlântico ao Pacífico, através de uma ferrovia que vai se iniciar na divisa dos Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro, vai cortar Minas Gerais, o Estado de Goiás, vai cortar a Ferrovia Norte-Sul ao meio, chegará a Cruzeiro do Sul no Acre, cortando o Mato Grosso, cortando o Acre, Rondônia, e de lá através de parceria com os países vizinhos chegará ao Pacífico. Portanto, nós vamos ter duas grandes artérias para o escoamento da produção brasileira e, consequentemente, para a redução dos custos de frete, ou seja, dando competitividade ao nosso produto.

Eu agradeço ao Senador Delcídio, a Ferrovia Norte-Sul felizmente foi viabilizada graças a uma solução inteligente dada pela VALEC. Se nós dependêssemos apenas dos recursos do orçamento da União, certamente, nós não teríamos condições de concluí-la tão cedo, mas a VALEC se utilizando de uma estratégia inteligente, se utilizando do meio da concessão fez uma licitação para subconcessão do trecho já concluído entre o Maranhão e o Tocantins, a Companhia Vale do Rio Doce foi a vencedora, pagou 1,5 bilhão pelo trecho subconcessionado, e graças a esse 1,5 bilhão de reais subconcessionado à Vale do Rio Doce a obra está tendo sequência, no Estado de Goiás e no Estado de Tocantins. Agora a VALEC já começa a preparar os estudos para subconcessionar os demais trechos Tocantins até Anápolis e depois o trecho seguinte. Com isto e com esse apoio nosso aqui de recursos do orçamento, garantidos, diga-se de passagem, pela Comissão de Infraestrutura, nós vamos, esta Comissão vai ajudar na construção da Ferrovia Norte-Sul. Nós teremos essa obra realizada num relativo curto espaço de tempo, graças a essa engenharia da subconcessão e do apoio sempre muito claro, muito definido da Comissão de Infraestrutura.

Então, eu agradeço ao Senador Delcídio. E queria apenas, para concluir, corroborar com tudo que o Senador Delcídio disse aqui em relação à questão dos projetos de irrigação. No ato das disposições transitórias da Constituição, ficou garantido que a região Centro-Oeste deveria ser incluído todos os anos, durante 20 anos, no orçamento da União, 20% de recursos para irrigação no Brasil à região Centro-Oeste, que é uma região que responde muito rapidamente a todos os investimentos que são feitos. A região Centro-Oeste, cresce hoje, Presidente Collor, duas vezes mais do que a média brasileira. Para o senhor ter uma ideia, o meu Estado há dois meses teve um saldo de empregos, de 8 mil empregos, enquanto o Brasil teve um saldo líquido de 9 mil empregos. O Estado de Goiás teve um saldo de 8.500 empregos. Portanto, se considerarmos Mato

Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal nós temos uma região que é a solução para o Brasil, e estas obras, esses investimentos nós vamos ter que lutar, Senador Delcídio, Senador Jayme, Senador Gollner para reavermos recursos que não foram consignados no orçamento da União para irrigação na região Centro-Oeste. Com esses recursos todos, certamente, a nossa região poderá colaborar, ainda mais, com o Brasil em todos os aspectos.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Meus cumprimentos, Senador Marconi, pela aprovação da emenda que V. Exa. apresentou, e que foi acatada pelo relator Senador Delcídio Amaral, também pela exposição que foi feita aqui pelos Senadores do Centro-Oeste brasileiro, a respeito desse ato das disposições transitórias na nossa Constituição, que exige da União que se destine recursos para esse projeto de irrigação desta região do Centro-Oeste brasileiro.

Vou passar agora, não havendo mais quem queira discutir, vou passar à votação do relatório apresentado pelo Senador Delcídio Amaral. Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Não, Presidente, eu me enganei. Desculpe-me, tem que votar o relatório. Eu ia falar sobre o Item 02, mas aí...

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Sr. Presidente, eu só gostaria de pedir ao Senador Delcídio Amaral que se referisse novamente às emendas que cuja proposição é no sentido de aprovar. Não ficou muito claro aqui, talvez. Foi discutido emenda por emenda.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): É que pegaram o meu relatório aqui.

Aprovação das Emendas nº 03, 05, 06, 12 e 18, relativas às metas e prioridades, e das Emendas 24, 25 e 26 referentes a outras partes do PLDO/2010. Esse é o voto.

SENADOR ELISEU RESENDE (DEM – MG): Isso fica entendido os limites do número de emendas para metas e para o texto, para o corpo do texto da lei.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): O texto, Ministro--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): O texto não tem limite.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): --Não tem limite, só as emendas, as outras de metas é que tem uma limitação de cinco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Em votação, portanto, o relatório apresentado pelo Senador Delcídio Amaral que aprova as Emendas de nº 03, 05, 06, 12 e 18 relativas às me-

tas e prioridades, e Emendas 24, 25 e 26 referentes a outras partes da LDO. Os Senadores que aprovam o relatório do Senador Delcídio Amaral nos termos do que foi apresentado, permaneçam como se encontram. Aprovado. As emendas aprovadas vão à Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Eu passo à leitura do requerimento apresentado pelo Senador Jayme Campos e pelo Senador Mão Santa. Solicitando que nos termos do art. 93, inciso II do regimento interno do Senado Federal, seja convidado o Sr. Elói Portela ex-Senador da República. Ele foi Senador da República? Para participar... Ah, sim. Claro. Para participar da reunião extraordinária da Comissão de Serviços de Infraestrutura prevista para o dia 02 de julho de 2009, relativa à situação do Porto de Luís Correia, em atendimento ao requerimento nº 11/2008 desta Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Heráclito Fortes.

Em votação o requerimento apresentado pelo Senador Jayme Campos e pelo Senador Mão Santa. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado.

O Item 02 da pauta trata do Projeto de Lei do Senado nº 245/2006 que dá nova redação ao art. 56 do Decreto Lei nº 227 de 28 de fevereiro de 1987, com redação dada pela Lei 7.085 de 21 de dezembro de 1982, de modo a permitir o desmembramento de concessão de lavra ou licença. O autor é o Senador Marcos Guerra, o relator é o Senador Gilvam Borges, e o parecer dele é favorável ao projeto nos termos do substitutivo que apresenta e como observação: em 14 de agosto de 2007 a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle aprovou o parecer pela aprovação do projeto. O Senador Gilvam Borges não está presente. Mas parece que o Senador Delcídio Amaral gostaria de falar sobre isso.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de pedir vistas até porque eu preciso conversar com o Ministério de Minas e Energia sobre esse projeto e, eventualmente, apresentarei um voto em separado, na próxima reunião, se o plenário e V. Exa. assim permitirem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Então em votação a solicitação apresentada pelo Senador Delcídio Amaral de apresentar um relatório substitutivo que será visto na hora da reunião, mas, enfim, fica concedido vistas, portanto, ao Senador Delcídio Amaral, ao Projeto de Lei do Senado nº 245/2006 que tem como relator o Senador Gilvam Borges e autor o Senador Marcos Guerra, e o Senador Delcídio Amaral já anuncia que apresentará, na nossa próxima reunião da Comissão de Serviços

de Infraestrutura, um relatório à parte daquele apresentado pelo Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM – MT): Gostaria de participar do pedido de vista, haja vista que os problemas que estão surgindo em relação à pesquisa de minérios, principalmente, minérios de produtos de rochas fosfatadas e potássicas no País está ensejando uma normatização mais rígida, realmente, e eu tenho muito interesse porque o Estado do Mato Grosso hoje possui uma fértil mina de fosfato, o Estado do Amazonas também rochas de potássio e nós precisamos, a gente sabe que as empresas sentam em cima da pesquisa e não passam adiante, não participam, não têm prazo, realmente, para apresentar à prospecção da mina.

Então, eu gostaria de pedir vista coletiva participando junto com o Senador Delcídio.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Sr. Presidente, vista coletiva, Sr. Presidente.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma sugestão, se fosse possível, até conversando aqui com a assessoria do Ministério de Minas e Energia porque não foi lido o parecer. Se nós poderíamos retirar de pauta, e eu me comprometo a rerepresentar esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Já está retirado de pauta.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT – MS): Retirado de pauta. Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): E por solicitação também do Senador Presidente Marconi Perillo, será concedido então vista coletiva aos integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura, relacionado ao Projeto de Lei nº 245/2006. Está retirado de pauta, portanto, o Item nº 02 por solicitação do Senador Delcídio Amaral.

O próximo Item é o 4º, porque o Item 03, no começo da sessão, foi lida aqui uma solicitação, assinada pelo Senador Efraim Morais por estar em viagem e não poder estar aqui presente, solicitou que fosse transferido a deliberação sobre esse item para a nossa próxima reunião no dia 25 que foi aprovado aqui pelo plenário.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Pela ordem, Senador Marconi Perillo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB – GO):

Sr. Presidente, eu como principal interessado nesse projeto, já que é de minha autoria, e um projeto importantíssimo para a produção brasileira. Eu gostaria de concordar com a solicitação do Senador Efraim, mas pediria a S. Exa. que incluísse como primeiro item da pauta, da próxima reunião, esperando a presença do Senador Efraim, porque caso ele não compareça, aí na segunda sessão já faz-se necessário a designação de relatoria *ad hoc*, mas eu tenho certeza que o Senador Efraim estará aqui para fazer a leitura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Ele informou que na próxima reunião ele estará aqui, e o pedido de V. Exa. será atendido, Senador, Presidente Marconi Perillo. E eu peço à Secretaria que inclua, como primeiro item da pauta, da nossa reunião do dia 25, esse Projeto de Lei do Senado nº 597/2007.

O Item 04 trata do Projeto de Lei da Câmara nº 13/2004 que proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por concessionárias de distribuição de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água e saneamento. Autor: Deputado Wilson Santos, relator: Senador Paulo Duque, parecer pela rejeição do projeto.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Duque para proferir o seu parecer.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, pedir a V. Exa. e à Comissão a retirada de pauta desse projeto, por um motivo muito simples, esse projeto é antigo, de 2004, naquela ocasião mereceu um parecer, aliás, muito minucioso da Sra. Senadora Serys, aqui está o parecer da Senadora Serys num sentido, mas eu achei, depois de dar, de oferecer o meu parecer, eu achei tão judiciosa as expressões, os conceitos da Senadora Serys que peço a retirada. Vou pedir a V. Exa. que me conceda vista do processo porque a minha tendência, no momento, é acolher como meu também o parecer da Senadora Serys. Aqui está.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): V. Exa., se desejar, pode apresentar o seu relatório oralmente e podemos submeter esse seu relatório já concordando com o parecer--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Eu concordo com o parecer que foi prolatado pela Senadora Serys, isso em 2004, já tem cinco anos. Pediria para retirar o meu parecer--

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Então, podemos colocar contrário e incluir o parecer favorável nos termos do--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Do parecer, mas retirando o meu parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): --Que está vazado o projeto da Senadora Serys.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): E adoto o parecer da Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): Adota o parecer da Senadora Serys, favorável ao Projeto de Lei da Câmara--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): --Que proíbe a cobrança de qualquer valor a título de religação de serviços por concessionária--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): --E distribuição de energia elétrica e de serviços de abastecimento de água e saneamento.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB – RJ): E retiro o meu parecer como se ele não existisse.

SR. PRESIDENTE SENADOR FERNANDO COLLOR (PTB – AL): E retira o parecer.

Em discussão o Projeto de Lei. Como não há quem queira discutir. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que estiverem de acordo com o parecer do Senador Paulo Duque, se colocando de acordo com o parecer da Senadora Serys Shessarenko apresentado em 2004 ao Projeto de Lei nº 13/2004, permaneçam como estão. Aprovado.

Obrigado ao Senador Paulo Duque pela sua participação.

Como os últimos dois itens da pauta tratam-se de requerimentos cujos autores não estão presentes. Um o Senador Inácio Arruda tratando do centenário do Departamento Nacional de Obras Contra Secas, e o outro item de autoria do Senador João Pedro que é de congratulações pela escolha de Manaus como uma das cidades sede da Copa do Mundo de 2014. Como os autores dos requerimentos não estão presentes, nós iremos sobrestar esses dois requerimentos, e não iremos mais incluir, a não ser que eles estejam presentes aqui, não iremos incluir mais na pauta, e se eles aqui estiverem presentes nós solicitaremos que seja incluído extra-pauta.

Antes de encerrarmos a presente reunião, convoco os Srs. Senadores, membros desta Comissão para a próxima Reunião Extraordinária a se realizar no próximo dia 25 de junho de 2009, às 8h30 da manhã, impreterivelmente, neste plenário.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 10h15.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Ata da 21ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada dia 2 de julho de 2009, na assembléia legislativa do estado do Pará.

Às quinze horas e quarenta minutos do dia dois de julho de dois mil e nove, na Assembléia Legislativa do Estado do Pará – Belém-PA, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal com a presença dos seguintes senadores: **NEUTO DE CONTO E FLEXA RIBEIRO** e dos seguintes deputados: **PAULO ROCHA, BEL MESQUITA, ELCIONE BARBALHO, VALDIR COLATO, ASDRUBAL BENTES, GIOVANNI QUEIROZ, LIRA MAIA, ZÉ GERALDO, BETO FARO, WANDENKOLK GONÇALVES, ZEQUINHA MARINHO ANTONIO FEIJÃO E GERSON PERES**. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 27 de 2009–CRA**, de autoria do Senador Valter Pereira, aprovado em 23/06/09, com a finalidade de tratar da grave situação em que se encontram os frigoríficos brasileiros, com reflexos diretos na produção e exportação da carne bovina. O Senador Valter Pereira convida para compor a Mesa da Reunião, as seguintes autoridades e convidados: Sr^a **Ana Júlia Carepa** – Governadora do Estado do Pará, Deputado **Domingos Juvenil** – Presidente da Assembléia Legislativa de Belém/PA, Deputado Federal **Wandenkolk Gonçalves**, Senador **Neuto de Conto**, Senador **Flexa Ribeiro**, Deputado Federal **Paulo Rocha**, Prefeito **Helder Barbalho** – Presidente da FAMEPA, Sr. **Altair Vieira** – Presidente da Associação Comercial do Pará, Sr. **Sebastião Gonçalves** – Diretor da FIEPA e C.I.P. – Centro das Indústrias do Pará, Sr. **Marco Aurélio Lima do Nascimento** – Promotor de Justiça e representante do Conselho Nacional do Ministério Público; Sr. **José Augusto Torres Potiguar** – Procurador- Chefe da República do Estado do Pará – Representante do Ministério Público Federal; Sr. **Otávio Cançado** – Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne – ABIEC, Sr. **Aníbal Pessoa Picanço** – Secretário de Estado de Meio Ambiente do Estado do Pará. Deixa de comparecer por motivo justificado o Sr. **Paulo Adário** – Diretor da Campanha Amazônia do Greenpeace

no Brasil, alegando que fatores de violência poderiam estar presentes nesta reunião. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores e autoridades: Deputado **Domingos Juvenil**, Governadora **Ana Júlia Carepa**, Sr. **Carlos Xavier**, Deputado **Valdir Colato**, Deputado **Wandenkolk Gonçalves**, Senador **Flexa Ribeiro**, Senador **Neuto de Conto** e Deputado **Paulo Rocha**. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezenove horas, lavrando eu, **Marcello Varella**, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

21ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura E Reforma Agrária do Senado Federal da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, Realizada no dia 2 de julho de 2009, às 15 horas e 40 minutos.

Nota da estenotipia: Existem marcações em amarelo, por não ter o mapa, a identificação de alguns oradores ficou comprometida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria, nesse instante, de declarar aberta a 21ª Reunião Conjunta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento da Câmara dos Deputados, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

Requeiro, aqui, aos Srs. Parlamentares a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com anuência do plenário, é dada como aprovada.

Eu gostaria, antes de mais nada, de esclarecer a todas as senhoras e senhores presentes que esta é uma reunião, uma audiência pública, promovida por duas Comissões Técnicas do Congresso Nacional, uma do Senado e a outra da Câmara dos Deputados, e todas as audiências públicas, realizadas no Congresso Nacional, observa-se rigorosamente algumas regras que eu gostaria imensamente que fossem respeitadas aqui, também, pelo público. Eu tinha até ponderado que esta audiência devesse ser num ambiente mais discreto possível, dadas as formalidades que se revestem esse trabalho no Legislativo. Como o assunto é palpitante e a população está atenta ao desenrolar dos acontecimentos, esperando que soluções sejam encontradas o mais rápido possível, houve um comparecimento que é atípico para todos nós.

Quero lhes informar que, anteriormente, nós realizamos uma audiência pública, no Senado da Repúbli-

ca, e esta que realizamos hoje, que estamos iniciando agora, é continuidade daquela e teve necessidade do prosseguimento, porque, lá, não foi possível estabelecer o contraditório; ou seja, apenas uma parte falou e a outra não compareceu, e, em função disso, como o desejo do Congresso Nacional é estar ao lado do estado do [interrupção no áudio] do presidente da Assembleia, Deputado Domingos Juvenildo, nós viemos aqui onde está o povo do Pará.

A regra que eu gostaria que fosse observada aqui é a seguinte: tanto lá quanto cá, como prevalece o Regimento Interno do Congresso, tanto da Câmara como quanto do Senado, não é permitida a manifestação, é uma reunião do Congresso. Gostaria que todos entendessem isso. Não é permitida a manifestação nem de aplauso e nem de protestos; é permitida... Aqui, nós estabelecermos o contraditório. Vão falar aqui correntes que são antagônicas. Poderia ter sido realizada lá, como eu disse, mas, como não houve o comparecimento de ambas as correntes, nós viemos cá porque nós queremos saber, de perto, qual é a intensidade do drama que está afetando a comunidade do Pará.

Então, nós pediríamos a todos que estão aqui, presentes, autoridades, produtores, ambientalistas... Enfim, aqui é uma reunião do Congresso, pediríamos que seguissemos essas regras, até porque nós não viemos aqui para receber aplausos, nós viemos aqui para conhecer um problema que está afetando a vida da população do Estado do Pará, e, nesta circunstância, nós queremos sair daqui com um juízo formado sobre os fatos que estão ocorrendo no Estado do Pará. Então, pedimos a compreensão de todos os senhores.

Esta audiência vai ter uma duração até às 6 horas da tarde, não vai ultrapassar este limite, e foi pensado aqui um grupo de expositores, e nós vamos começar a exposição com a Governadora Ana Júlia, que vai fazer uma exposição sobre a visão do governo acerca dos problemas que estão afetando o Estado.

Mas, antes de passar a palavra para a Governadora Ana Júlia, eu gostaria, aqui, de agradecer, em nome de todos os colegas, todos os parlamentares que nos acompanharam nesta comitiva, agradecer o carinho com que a ilustre Governadora do Estado do Pará nos recebeu, não só ela como os parlamentares aqui, no Estado, na pessoa do meu velho amigo Deputado Domingos Juvenildo, que preside a Assembleia Legislativa do Estado. E gostaria, também, de convidar todos os deputados estaduais que quiserem vir aqui para... Os parlamentares federais e estaduais que quiserem ficar aqui, nas mediações da Mesa, que ainda tem lugar aqui por trás, são nossos convidados.

E, neste momento, então, eu vou explicar para os senhores que o que nós viemos tratar aqui é sobre

a situação que se encontra pecuaristas e frigoríficos, queremos saber qual é o fundamento da desinteligência que houve aqui, no Estado do Pará, e que trouxe tanta inquietação, inquietação que foi levada ao Senado pelos representantes desse Estado, especialmente o Senador Flexa que é membro titular da Comissão de Agricultura do Senado Federal, o Deputado Wandenkolk, que é vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, além de outros senadores e deputados federais.

Todo o material que vai ser produzido aqui está sendo gravado, e as gravações serão, depois, disponibilizadas para todos os senadores que compõem a Comissão de Agricultura, tanto do Senado quanto da Câmara, para que, no âmbito da nossa jurisdição, possamos dar a contribuição que for possível para solucionar as dificuldades pelas quais estão passando todos os produtores, todos os frigoríficos e todo o setor produtivo, o agronegócio e o setor ambiental também aqui no Estado do Pará. De sorte que, neste momento, nós vamos começar aqui, explicando o seguinte: primeiro, vai falar a Governadora Ana Júlia; posteriormente, o representante do Greenpeace. Está presente? O representante do Greenpeace, eu gostaria de informá-los, é a segunda vez que foi chamado para esta audiência, e veja que nós fizemos questão de vir aqui, ao Estado do Pará, porque o lado que representa mais o questionamento ambiental é o Greenpeace, segundo as informações, segundo as notícias veiculadas pela imprensa, e, por isso, nós o convidamos para participar daquela audiência e o convidamos para participar aqui também. É a segunda vez que não veio. Está registrado. O Presidente da Federação da Agricultura, Carlos Xavier; o ilustre representante do Ministério Público, Procurador José Augusto Potiguar; o representante da ABIEC está presente? Otávio Cançado. Está aqui. Deputado Valdir Colatto, que é Presidente da Frente da Agricultura do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados.

Então, nós vamos, de imediato, passar a palavra para as suas exposições a esses que foram elencados. Com a palavra, portanto, a ilustre Governadora Ana Júlia Carepa.

SRA. ANA JÚLIA CAREPA: Uma boa-tarde a todas e todos. Quero cumprimentar o Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, Senador Valter Pereira, que, aqui, conduz essa audiência pública do Congresso. Quero cumprimentar o nosso anfitrião aqui. Em seu nome, todos os deputados e deputadas estaduais, o Deputado Domingos Juvenildo, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado, Deputado Federal Wandenkolk, que é o primeiro vice-Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária

e Abastecimento da Câmara dos Deputados, Senador Neuto De Conto, Senador Flexa Ribeiro, deputados federais, Deputado Federal Paulo Rocha; Presidente da FAMEP, Helder Barbalho, o Prefeito [ininteligível], Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, José Augusto Torres Potiguar; Carlos Xavier, Presidente da FAEPA; Deputado Valdir Colatto, Presidente da Frente Parlamentar de Agricultura da Câmara dos Deputados, e Deputados Federais: Beto Faro, José Geraldo, Eucione Barbalho, Bel Mesquita, Lira Maia, Asdrubal Bentes, Zenaldo Coutinho, Gerson Peres, Zequinha Marinho e Deputado Federal Giovanni Queiroz, prefeitos e prefeitas que eu vejo aqui, presentes, demais lideranças do setor, Secretários de Estado.

Eu quero... Eu pedi licença e agradeço, em primeiro lugar, Senador Valter, da condição de expor para todos o que eu já expus ontem, ao lado do Presidente da Federação da Agricultura, ao lado de deputados estaduais, com várias lideranças do setor, com prefeitos. E eu quero agradecer a preocupação do Congresso Nacional, as suas palavras, Senador Valter Pereira, com a preocupação com um dos estados mais importantes para a economia do país e um dos estados que representa, não problema para o país, o Pará é solução para este país, e eu, como governadora, agradeço esta preocupação, essa audiência, porque o que nós queremos é solucionar uma situação de um impasse, criado por defender a economia do nosso Estado. Nós entendemos que as soluções para a sustentabilidade das nossas cadeias produtivas da agropecuária e a Política Estadual de Ordenamento Territorial, esse é o caminho para nós solucionarmos esse impasse. E eu quero pedir licença para que nós possamos... Eu vou colocar aqui a proposta concreta que nós estamos fazendo.

Eu quero dizer que o Governo do Estado, nesse processo, está intermediando uma solução. O meu papel, como governadora, é defender mulheres e homens, produtores rurais, são milhares de pessoas, são 111 mil, hoje, proprietários, e, desses 111 mil, 90 mil têm até 200 cabeças; ou seja, a grande maioria são pequenos e, no máximo, médio produtores, que eu quero dizer que chegaram, alguns chegaram aqui já há vários anos. E eu quero lhe dizer, Senador Valter, que eu considero tão paraenses quanto eu, que nasci aqui, porque a gente escolhe... A gente não escolhe onde nasce, mas escolhe onde vive, e nós temos que respeitar aqueles que trabalham, aqueles que produzem, aqueles que, muitas vezes, estão de sol a sol para construir a riqueza no Estado do Pará, que ajuda a riqueza do país.

Portanto, é esse o nosso papel: ter uma solução concreta que garanta o quê? Que garanta a tranquilidade jurídica, e que nós possamos ter a nossa economia realmente retomada e não tenhamos mais uma paralisação da economia. Então, nós estamos defendendo... Nós achamos que... Eu costumo dizer o seguinte: nós não vamos mudar o Pará de lugar, o Pará está na Amazônia, e as leis para a Amazônia existem. Então, nós temos que procurar um caminho de nos adequarmos, e esses caminhos existem, nós queremos apresentar. Nós estamos defendendo a assinatura do termo de ajuste de conduta, no qual as partes assumam um compromisso para assegurar uma cadeia produtiva, socialmente justa e ambientalmente sustentável, e o ordenamento territorial é o suporte para o novo modelo de desenvolvimento do Estado.

Esse quadro aí, ele resume, aqui, as propostas concretas de solução. A porta de entrada é o CAR – Cadastro Ambiental Rural, que foi instituído no Estado do Pará, por decreto, desde o ano de 2008, e, aqui, a porta de entrada da regularização ambiental e da regularização fundiária. A base legal para superação dos entraves de poder produzir e produzir com inclusão social, com sustentabilidade ambiental e também para que, economicamente, seja essa produção viável, está aqui. O zoneamento econômico e ecológico, que é preciso deixar claro, a única solução do zoneamento econômico e ecológico que é aceita por lei é o ZEE detalhado, na escala 1 para 250 mil, e que, graças ao decreto, e aí eu quero dizer que nós ajudamos a convencer o Presidente Lula a assinar um decreto que permite que esse detalhamento do ZEE na escala 1 para 250 mil fosse feito por partes. Imagine num Estado continental, como o nosso, fazer um ZEE na escala 1 para 250 mil para o estado inteiro, de uma vez só, seria um processo mais demorado. Então, nós estamos fazendo o ZEE realmente por regiões. E já foi aprovado, não só na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, o projeto do ZEE da região oeste, que compreende 19 municípios, 27% do Estado do Pará, mas foi aprovado, também pelo CONAMA, que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente, que só está aguardando a sanção do Presidente da República.

A Lei de Regularização Fundiária Estadual, enviada para a Assembleia Legislativa no final de 2007, e que há dois dias... Eu quero, aqui, fazer o meu agradecimento público, o meu reconhecimento da importância da Assembleia Legislativa, o Deputado Domingos Juvenildo que aprovou a Lei de Regularização Fundiária Estadual, e que, portanto, ela torna sem efeito uma legislação que dizia que a recomposição da reserva legal, entre outras questões, seria feito em nove anos, e, portanto, fica valendo o que está no Código

Florestal, que é a recomposição da reserva legal em até 30 anos. O Decreto de Compensação do Passivo Ambiental que nós estamos discutindo é nossa meta, que, em 30 dias, ele seja assinado, para que nós possamos ter, nesse Decreto, as diversas formas de regulamentá-lo. Como é que você pode utilizar, como é que você pode recompor essa reserva legal, inclusive garantindo... Nós vamos discutir – aí nós temos 30 dias para isso -, por exemplo, se pode utilizar a APP totalmente, qual percentual para somar na reserva legal. Com o ZEE, agora, na região oeste, nós ampliamos a área para produção e áreas já antropizadas, a reserva legal passou de 80 para 50%.

Então, aqui, está a superação já dos entraves legais que existiam e que, portanto, dão tranquilidade jurídica para produtores. A questão da regularização também da reserva legal, a licença ambiental rural, os imóveis, então, estarão regularizados, nós teremos títulos de propriedade, a lei aprovada... Só estamos aguardando, digamos, o esforço, até para ela chegar logo hoje, que eu assino assim que chegar à minha mão, que foi criada, inclusive, uma figura do ocupante de terra legal, portanto, de terra pública, tirando as pessoas da ilegalidade. E outra questão fundamental, a porta de entrada ao CAR, a base legal, a regularização e o apoio ao desenvolvimento. Aí são várias ações do Estado. Eu, aqui, coloquei apenas algumas delas, não deu para colocar tudo: a modernização e dinamização da agropecuária, o protocolo de intenções com o Banco da Amazônia, que garante investimento de 1 bilhão e 350 milhões de reais só para o Estado do Pará, o protocolo, também, de intenções do Banco do Brasil, através do PRONAF, a lei que também foi aprovada pela Assembleia, Lei do Executivo e que nós já regulamentamos agora, esse ano, a Lei de Incentivo Fiscal e Financeiro, o controle da aftosa. Vocês sabem que, em 2007, o Estado do Pará foi certificado internacionalmente, 44 municípios representam quase 80% da produção pecuária do Pará, como zona livre de aftosa com vacinação. Mas os critérios internacionais são extremamente rígidos. Então, nós temos que ter um trabalho muito grande para manter... Aqui, eu estou falando para quem conhece muito bem do assunto. Mas, quando você recebe esse certificado, está aí o Senador Neuto, que Santa Catarina é certificada, quando a gente recebe o certificado de zona livre de aftosa com vacinação, no nosso caso, Santa Catarina, sem vacinação, mas, para manter isso, é preciso o estado estar controlando e atuando firmemente. Então, nós temos aqui o controle da aftosa, GTA eletrônica, o fortalecimento institucional.

O que é o Cadastro Ambiental Rural? É como eu falei, é a porta de entrada, o início do processo da

regularização, é o acordo legal. Ele foi feito a partir do Decreto 1.148, que eu assinei em 2008. É o atendimento fácil e ágil, protocolo através da Internet, você não precisa nem ir ao órgão, você protocola, você só vai precisar ir ao órgão, apresentar quando você for tirar licença ambiental rural, isso é fundamental, não tem caráter punitivo ou de fiscalização, ele é garantia de legalidade ao produtor. Vamos acabar com essa pecha. Nós não aceitamos dizer que o nosso produtor rural é bandido ou vive na marginalidade, o nosso produtor rural é trabalhador, e eu não tenho a menor dúvida que ele quer estar na legalidade. É como eu falei, 111 mil no Estado, se tiver meia dúzia que estejam descumprindo, que não queiram estar na legalidade, isso acontece em todos os setores. Mas a grande maioria, eu não tenho dúvida, quer a legalidade, quer a tranquilidade jurídica, quer a paz para produção. Nós queremos a paz e não tem preço no mundo que pague pela paz.

Aqui, mais um detalhamento sobre o ZEE que eu já falei ainda a pouco. Em que situação está a continuação do ZEE nas outras regiões do Estado do Pará? O ZEE, na calha norte e na Zona Leste, ele vai atingir 113 municípios, a conclusão dos estudos técnicos conclui agora, neste mês de julho, até o final de julho de 2009, vão ter audiências públicas, serão 13 audiências públicas, a partir de agosto, e o prazo é até outubro de 2009 para ser encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado. Pois bem, com o ZEE, vai ampliar a área destinada à produção agropecuária por quê? Porque, nas áreas já antropizadas, e essa região, vocês não de convir, principalmente a Zona Leste do Estado, é a região mais antropizada do Estado. Então, vamos ter mais áreas, que vão alterar de 80 para 50% a reserva legal, e, com isso, vai ser destinada essa área para consolidação e até para expansão da agropecuária.

Essa área foi do ZEE, essa área em vermelho é área do ZEE já aprovada, e os outros 113 é nessa área aqui e aqui e aqui, calha norte e a região leste do estado todo. Pode passar.

O decreto para regulamentar, que eu já até falei, compensação externa da reserva legal, como é que ela pode ser feita, né? O CAR, ele dá imunidade a quem se cadastra, ele é autodeclaratório. Nós vamos, por exemplo, nessa fase de transição, porque toda lei tem que ter a transição, nós vamos poder, inclusive, fazer a recuperação da reserva legal, com espécies não nativas. A nossa meta é que as pessoas possam, inclusive, fomentar, ampliar a sua renda, e incluir esses produtores no nosso programa de 1 bilhão de árvores, para recompor, exatamente, áreas já antropizadas. Então, a gente quer que, além de recompor reserva legal, vocês possam ganhar dinheiro com isso, ampliar

a renda de todo mundo. A Lei de Regularização, que foi aprovada no dia 30 de junho, pela Assembleia Legislativa, permite a titulação das áreas ocupadas até 2.500 hectares. É isso que permite o Congresso Nacional. A partir daí, vocês sabem, tem que ter autorização do Congresso Nacional, e ele, como eu falei, pode ter venda direta para os ocupantes. Nós criamos a figura do ocupante de terra pública, mas também a previsão da concessão do direito real de uso, que já deixa todo mundo, também, na legalidade. Pode passar.

Base ilegal, os decretos, a regulamentação da recomposição da reserva legal, a legislação especial para possuidores de título de aforamento e a regularização de áreas de até 2.500 hectares e o CAR que é o decreto estadual. Esse aqui não foi o que foi aprovado não. Esse ficou ainda? O que foi aprovado já foi da... Falta esse aqui que está aqui na Assembleia Legislativa. Mas uma parte do que já está aqui, nós já vamos poder resolver com projeto aprovado, essa que é a verdade. Nós vamos poder resolver grande parte do que está nesse outro projeto e na Assembleia Legislativa através do decreto porque foi aprovado o decreto da regularização fundiária, e a base legal, a instrução normativa que disciplina o CAR para propriedades até quatro módulos fiscais e o CAR em assentamentos também. Aliás, a nossa proposta de Cadastro Ambiental Rural o Mato Grosso levou e fez através de um Projeto de Lei que foi aprovado na Assembleia Legislativa, nós fizemos através de decreto e estamos aqui, dando essas garantias de que ficou uma preocupação de vários produtores de entrar no CAR, de serem multados. E nós estamos aqui, exatamente garantindo, dando a tranquilidade jurídica, de que o CAR é para incluir na legalidade e não para punir, não tem esse objetivo. Pode passar.

O licenciamento ambiental rural, títulos de propriedade. Com isso, os condicionantes da resolução do Banco Central, eles estarão atendidos. Aqui dá alguns exemplos do apoio ao desenvolvimento que é naquela lâmina que resumia as ações. Pode passar.

Nós estamos, nós pedimos o financiamento – também está aqui, na Assembleia Legislativa – para o BNDES, para a construção de vários parques tecnológicos, e o Parque Tecnológico do Guamá, que é uma parceria do Governo do Estado com as universidades, com a EMBRAPA, ele vai ter um laboratório que vai ser o melhor laboratório do norte do país para a certificação da qualidade do leite produzido no Estado. Então, isso são investimentos concretos para melhorar e inovar tecnologicamente.

O Programa Campo por Cidadão que atende... A nossa meta é atender 120 mil produtores familiares, a exportação, por exemplo, de búfalos para a Venezue-

la. Já falei do Protocolo de Intenções do BASA, com o BASA... O Banco da Amazônia está disponibilizando um bilhão trezentos e cinquenta milhões para o Estado do Pará. Nós temos um milhão e trezentos mil hectares de florestas, para garantir a concessão florestal e uso sustentável por comunidades extrativistas na Gleba Nova Olinda 2 e Mamuru-Arapiuns. Esse é um processo de regularização. E, dessa área aqui, cerca de 200 mil, 270 mil... Nós conseguimos ampliar. Inicialmente, eram 150 mil, passou para 270 mil o processo de concessão florestal que será feito. Nessa área de um milhão e trezentos mil hectares, 270 mil hectares será licitado para concessão florestal.

Disponibilização de 200 milhões de reais, através do PRONAF, Protocolo de Intenções para liberação de recursos, através do Programa Mais Alimentos. Eu entreguei, agora, em Marabá, no dia do lançamento do Programa Terra Legal e Arco Verde, mais de um trator, que tem os incentivos fiscais do Governo Federal e também tem os incentivos fiscais do Governo Estadual. É isento de ICMS.

Aqui fala um pouco do apoio, as soluções no sentido de... Novamente, fala do decreto, do incentivo financeiro, a nossa meta de transformar... Ah, não, perdão. Pode passar. Até 2010, o Pará, nós queremos que esteja livre de aftosa, todo ele, é uma meta, não só do Governo do Estado, mas do próprio Governo Federal. A atualização cadastral também, o georreferenciamento das propriedades que desenvolvem atividade pecuária e a implantação do GTA, o GTA eletrônico, a capacitação das gerências locais, da Depará(F). Eu sei que não está aí. E em relação ao fortalecimento institucional. Teria outra lâmina antes ou depois dessa? É antes dessa. Está aqui. E em relação ao fortalecimento institucional nós criamos o Deflor, estamos reestruturando o Instituto de Terra do Pará, a SEMA que é a Secretaria Estadual do Meio Ambiente já foi triplicada exatamente para fortalecer o planejamento, a fiscalização e dar mais agilidade ao licenciamento ambiental. E eu vou dar mais uma boa notícia. É que, hoje, foi aprovado, no Coema, o processo, o desenho que vai permitir que nós possamos passar várias ações de autorização de licenciamentos ambientais para os Municípios do Estado do Pará descentralizado, agilizando esse processo, porque é um absurdo que tenha que ser o Governo do Estado a licenciar uma casa de farinha lá no interior de Juruti. Não tem lógica uma situação como essa que tem um impacto meramente municipal. Agora sim, final.

Então, nós entendemos que esse conjunto de ações que cuja porta de entrada é o Cadastro Ambiental Rural, que eu repito, ele já é auto-declaratório, ele dá imunidade, ele garante, ele não é punitivo, ele

garante sim, que todos os produtores possam ter condições de produzir na Amazônia.

Aí, eu, com isso, garantindo todos esses passos, eu quero só concluir, dizendo o seguinte: nós temos dois caminhos para essa situação, um o caminho de nós criticamos A, B, C é justo, é democrático, nós vivemos numa democracia. E nós temos um caminho que é esse caminho que eu como governadora preocupada com a economia do meu Estado tomei de procurar solução para o impasse, solução que garanta a tranquilidade jurídica, garanta a paz e garanta a retomada da economia urgente. E eu gostaria, então de perdido a partir do momento, já que o Ministério Público sinalizou que assinado o termo de conduta que realmente possa fazer as ressalvas, assim como fez as ressalvas para que não se comprasse a carne do Pará, que faça novamente dizendo que a carne do Pará é legal, que a carne do Pará é de qualidade e que, portanto, nós estamos aqui produzindo uma inclusão social com viabilidade econômica e com respeito ao meio ambiente.

Nós não vamos mudar o Pará de lugar e nem queremos, temos muito orgulho de estarmos na Amazônia. E eu quero dizer que a gente pode fazer do limão a limonada, mostrar para o Brasil, mostrar para o mundo que aqui se produz e se respeita o meio ambiente, e as pessoas ainda podem melhorar a sua renda, a partir, inclusive, de várias ações, de vários incentivos. Eu creio que, aqui, nós temos a solução, que é para isso que o Governo do Estado entrou nesse processo, para dar solução para a nossa economia, solução para a nossa produção. Muito obrigado, Presidente, muito obrigado a todos.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de alertar, mais uma vez, a todas as pessoas que aqui estão que nós estamos numa reunião de trabalho, onde não é permitido nem aplausos e nem protestos. Então, é uma reunião oficial do Congresso Nacional, por isso eu gostaria de fazer esse apelo.

Antes de passar a palavra para o segundo expositor, e nós, aqui, agradecemos a Governadora pela exposição que fez, eu gostaria que o Deputado, presidente da Assembleia Legislativa, o meu amigo Domingos Juvenil fizesse uma comunicação.

DEPUTADO DOMINGOS JUVENIL (PMDB-PA): A comunicação seria, Presidente, convidar para a Mesa o Dr. Sebastião Gonçalves, que é da Federação das Indústrias, e também o Dr. Altair Vieira, que é o Presidente da Associação Comercial do Pará, que é a entidade mais antiga do Estado do Pará, ao lado, portanto, para compor do presidente da Faepa, o Sr.

Carlos Xavier. Fica, portanto, o tripé da indústria e comércio na Mesa, compondo esse trabalho.

Devolvo a palavra a V. Exa., Senador Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agora o próximo expositor é o representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará, Faepa, que é o Sr. Carlos Xavier.

SR. CARLOS XAVIER: Sr. Presidente, Senador Valter Pereira, para ajudar a contribuir com o bom andamento desta reunião, eu perguntaria de quantos minutos eu disponho.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A regra nossa é de dez minutos a cada expositor, obviamente houve uma tolerância maior à Governadora, primeiro porque ela tinha uma exposição preparada e que dava uma informação sobre um projeto global que está em andamento no Estado do Pará. Agora como o Senado é uma Casa política, é claro que o senhor terá os dez minutos, mas a tolerância que for necessária para formar, para concluir o seu juízo.

SR. CARLOS XAVIER: A minha pergunta é exatamente no sentido de contribuir.

Quero cumprimentar o Senador Valter Pereira, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, cumprimentar o Deputado Wandenkolk, que é, aqui, Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a S. Exa., a nossa Governadora do Estado, o nosso presidente da Assembleia Legislativa, em nome de quem eu quero cumprimentar a todos os parlamentares federais, os parlamentares estaduais, os produtores, a equipe de governo, meus senhores e minhas senhoras. E um reconhecimento especial ao autor desse requerimento, que é o Senador Flexa Ribeiro, que, preocupado com esse impasse, cunhado com embargo exatamente no agronegócio, especificamente na pecuária nossa, e que vem, de qualquer maneira, trazendo prejuízo seriíssimo à economia do Estado.

Eu vou procurar ser breve, vou ver se tento cumprir o que tenho a dizer nos dez minutos. E, repetir aqui, Senador Valter Pereira, o que disse ontem à S. Exa., a governadora. A governadora tem sido muito modesta na exposição que ela faz. É muito importante que o Brasil esteja aqui para poder ver essa declaração nossa com relação a isso. Se o Brasil tem floresta hoje, é porque o Estado do Pará tem dado a sua contribuição. O Pará tem 76% do seu território completamente preservado. Para o senhor ter uma ideia, senador, isso representa 98.840.000 hectares de floresta. Nós temos apenas 24% do nosso território antropizado e antropizado em cima de políticas públicas do próprio Governo Fede-

ral, que convidou brasileiros que viessem exatamente para a Amazônia.

Eu me recordo perfeitamente. O estado nosso, naquela oportunidade, com 2 milhões e 100 mil habitantes, se fosse continuar a crescer no mesmo índice de crescimento da população brasileira, nós teríamos, hoje, 3 milhões de habitantes, e somos, hoje, 7,5 milhões, quase duas populações de imigrantes. O Brasil, entendendo que o Pará é extensão de fronteira agrícola e cada dia mais chegando brasileiro. Com a injeção do IBGE recente, mostra que, nos próximos quatro anos, teremos mais de 500 mil brasileiros aqui.

E aí esses brasileiros vieram. O Pará, hoje, representa 40% dos projetos de reforma agrária do Brasil, são 935 projetos, são 257 mil famílias. E faz o que com essas famílias? Leva para o interior e eles vão viver de comer cipó, de comer folha? Recordo-me recentemente de uma comentarista econômica da Globo, dizendo como é que se produz, se faz a pecuária em área desmatada. Passando a imagem de que na terra dela se faz pecuária em cima de copa de árvore.

Esses assuntos que a gente precisa, de qualquer maneira, discutir. Como eu disse, a área antropizada aqui foi área antropizada quando a lei permitia fazer os 50%, a partir de 1965, ao Código Florestal, e, antes disso, Belém era isolada do resto do Brasil, e a população de Belém tinha a sua segurança alimentar exatamente proporcionada pelas propriedades rurais à margem da ferrovia Belém-Bragança. Eu estou falando algo aqui em torno de 150 anos, e que essas pessoas que antropizaram nessa oportunidade não pode ser penalizada hoje, como também aqueles que fizeram de 65 a 2001 quando foi a Medida Provisória 2.166 de 50 com 80 reserva legal, foi o período que o Pará foi mais antropizado, também não pode ser penalizado.

Eu quero dizer, senador, que o Estado do Pará tem uma preocupação muito forte, mas muito forte, com a utilização dos seus recursos naturais. Essa casa aqui, a Assembleia Legislativa aprovou em 2005 a Lei 6.745 a tem ali um fator da maior importância que é o regulamento que se cria que no Estado do Pará só podemos utilizar os nossos recursos naturais em até 35%. Isso é de fundamental importância, porque ninguém no mundo fez isso, nenhum outro Estado brasileiro fez isso e nós fizemos. E o Pará vem, ao longo dos anos, exatamente tendo um comportamento exemplar com relação aos nossos recursos naturais. Em 2002 esta Casa também aprovou a Lei 6.462 que é a Lei de Florestas, e lá já determina no seu art. 18 a compensação florestal, na Lei 6.745 antes mencionada que é do ZEE nós definimos uma quantidade de floresta pública nos 65% que não vamos tocá-las e essas florestas públicas são unidades de conservação estaduais

nos permite hoje a fazer exatamente a compensação florestal naquelas propriedades que, porventura não tenham os limites condicionais com relação à reserva legal atendida. Então, o Pará é o único Estado brasileiro que tem a condição de eliminar, de uma vez por toda, todo e qualquer passivo ambiental com relação à propriedade, inclusive dos nossos projetos de assentamentos. E o que nós queremos é isso, é mostrar para o Brasil e para o mundo que aqui sim, tem uma forte e grande responsabilidade na criação dos nossos recursos naturais.

O Estado do Pará, o Estado em si vem dando, o modelo vem implementando essas ações. A S. Exa. Governadora, esse atual governo já implementou o ZEE do oeste paraense, já foi agora aprovado no CONAMA, e, na hora que se aprova na escala de 1 para 250 mil, está lá na lei que ampliou de 50 para 80, que nós retornamos a reserva para 50, está lá na lei. Então, está se retornando já nessa região e há um compromisso forte de S. Exa. o Secretário Dr. Marcílio. Não vejo o Dr. Marcílio aqui presente, mas tem feito... Dr. Marcílio. O Dr. Marcílio tem feito um grande trabalho no sentido de levar adiante dentro do zoneamento das outras regiões e a Federação da Agricultura tem procurado com o seu corpo técnico dar exatamente o apoio necessário porque na hora que fizermos no Estado inteiro retornaremos 50.

E o que é que nós, hoje, estamos preocupados com relação a esse impasse? O requerimento do Senador Flexa falava do embargo e com relação ao impacto criado na nossa economia. O Estado do Pará é o Estado que tem todas as condições de levar adiante e acabar com esse passivo adequando a legislação ambiental à nossa realidade. Ocorreu um fato que na hora que S. Exa. a governadora, no ano passado, baixou um decreto com relação ao CAR teve um impacto pequeno porque o CAR determinava 80% de reserva, enquanto muitas das propriedades tinham feito o seu desmatamento na época do 50. Na hora que a Governadora tomou conhecimento desse fato, e aí vale levar aqui, também, o registro de que o Dr. Ortega, ex-secretário do Meio Ambiente decidiu de procurar corrigir isso, e a Governadora encaminhou um projeto à Assembleia Legislativa, em regime de urgência, para que faça essa correção. Ainda esta semana nós estivemos com o novo Secretário de Meio Ambiente, o Dr. Aníbal, inclusive o Dr. Aníbal está presente. E está ali o Dr. Aníbal, estivemos com o Dr. Benatti(F), o Dr. Benatti(F) está presente. E estamos discutindo esse assunto porque, além de se resolver esse impasse dos 30, nós vamos também implementar as ações exatamente do condomínio de reserva legal, porque é um projeto que o Estado já vem implementando há algum

tempo nessa parte ambiental, para poder acabar com todo e qualquer passivo ambiental. O que nós queremos é no Pará e não há necessidade nenhuma de se produzir de forma ilegal, Senador. O que nós queremos é mostrar para o Brasil e o mundo que o Estado do Pará é eminentemente exportador dos nossos produtos, que esse mercado consumidor tenha uma perfeita noção do que o que nós produzimos aqui é de forma legal e queremos exatamente fazer isso. Que a gente possa ter um prazo para se adequar e que possa ser suspenso todos esses embargos, inclusive, Governadora e o presidente da Assembleia, inclusive, o embargo decretado aí aonde a pessoa não foi citada, não tem sentença transitada e julgada e já é condenada. É um negócio impressionante. Eu acho que a democracia brasileira não permite isso. Nós temos que dar o exemplo e fortalecer o instituto da democracia desse País.

Então, eu peço, o apelo que eu faço é que a gente possa suspender, mesmo porque na hora que o Ministério Público ajuizou as ações, se não me engano, já tem alguma das propriedades citadas e estão pedindo, inclusive, que se retirem os animais da propriedade como se fosse fácil você fazer uma transferência de animais. Eu acho que nós precisamos, nesse momento, se juntar, pedir que suspenda, dê o prazo necessário para que essa distorção que foi constatado no CAR a gente possa corrigir, fazer o licenciamento, e lógico, mostrar para a sociedade brasileira e mundial que nós do Pará estamos unindo em torno de produzir grandes produtos aqui. Sr. Presidente, muito obrigado pela atenção dispensada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu faço um apelo aqui a todos os presentes para que nós não desfiguremos o caráter desta reunião.

Nós agradecemos a fala do Sr. Carlos Xavier, presidente da Faepa. E vamos agora ouvir o ilustre representante do Ministério Público, o Dr. José Augusto Potiguar que é Procurador-Chefe do Ministério Público Federal aqui no Estado do Pará. E gostaria de ponderar a S. Exa. que o foco principal que foi apontado na Comissão de Agricultura do Senado Federal, que mostrou como grande impasse aqui e que gerou a solidariedade da esmagadora maioria, senão a unanimidade dos componentes da Comissão de Agricultura do Senado Federal, foi essa questão dos embargos que foram impostos a determinadas propriedades e que estaria trazendo um grande transtorno para o setor produtivo do Estado. Então, nós gostaríamos que V. Exa. focasse bem essa questão, porque aí eu acredito que está um dos pontos nucleares do debate desta tarde.

Com a palavra o Dr. José Augusto Potiguar.

SR. JOSÉ AUGUSTO POTIGUAR: ... Vasconcelos Carepa, na pessoa de quem eu homenageio todos os integrantes desta Mesa, Srs. Deputados Federais, notadamente do meu Estado, do nosso Estado, os procuradores da república que aqui trabalham, deputados estaduais, Srs. Prefeitos, vereadores, produtores e demais participantes desta audiência.

Eu quero, em primeiro lugar, agradecer o convite feito à Instituição do Ministério Público Federal do Estado do Pará, para ter esta oportunidade de, mais uma vez, mostrar, se aberto ao diálogo, e vir falar diretamente com todos os interessados sobre o nosso trabalho. Até porque o que fizemos é uma rotina dentro da nossa instituição que começou no Estado do Pará, no caso específico desse tema, mas que certamente irá para todos os Estados do Brasil, porque o [ininteligível] fará, tomará a mesma atitude que os outros Estados, e, com isso, eu creio que o Estado do Pará, sai na frente e, com isso, ganha um resultado positivo.

Quero também agradecer publicamente ao Deputado Wandenkolk Gonçalves, que, nas duas vezes que se encontrou conosco numa reunião lá na sede do Ministério Público Federal, com a bancada parlamentar federal, presente também o Senador Flexa Ribeiro, ele mostrou profunda compreensão do nosso trabalho, e, ainda hoje, aqui, nesta audiência, nos parabenizou pela efetuação do trabalho, por entender que esse trabalho coloca o Estado do Pará no trilho certo e que, portanto, somos parceiros nesta intenção. Deputado, o nosso agradecimento a V. Exa.

Quero começar tomando duas falas da Exma. Sra. Governadora, quando disse que a busca do Governo do Estado é pela paz social e pela legalidade. Essa também é a proposta e a intenção do Ministério Público Federal. Eu quero lembrar aos senhores que a Constituição da República de 88, e aqui eu acho que tem até um constituinte, o Deputado Gerson Peres, três. Desculpe. Ao escrever o capítulo, o Ministério Público Federal deu um formato completamente diferente daquele que a nossa Instituição tinha no passado, a Constituinte veio democratizar o Ministério Público, veio socializar o Ministério Público, e pelo perfil que ela traz da nossa Instituição, ela nos coloca, como disse o Dr. Carlos Xavier, como advogados não da União, mas advogados da sociedade a quem nós servimos. Nós somos servidores públicos, pagos com os tributos que todos nós recolhemos, portanto, temos o dever com aqueles que nos pagam que são os contribuintes que formam a sociedade. E, dentro desse papel que a Constituição nos impõe, ela estabelece um que é fundamental, que é o primeiro dos deveres que a nós compete exercer, que é a defesa do estado democrático de direito. E um dos fundamentos do es-

tado democrático de direito, meus senhores, é, sem sombra de dúvida, a obediência à lei, ao princípio da legalidade. Nós cremos e temos fé que este é um dos fundamentos que marca o trabalho do homem público, não apenas na nossa instituição, mas, sobretudo, na classe política que é quem escreve as leis, que é quem impõe normas para a nossa convivência social.

Não acreditamos naquele ditado popular que diz que existe lei para não ser cumprida, muito pelo contrário, achamos que se alguma lei não está sendo cumprida, cabe a nós do Ministério Público porque a Constituição expressamente nos impõe esse dever, mas a todo cidadão lutar pelo seu efetivo cumprimento, porque a lei é, sem dúvida, fruto da vontade social, no momento em que os senhores parlamentares são eleitos pelo voto direto de cada um de nós. Portanto, o nosso trabalho buscou a paz social em cima do princípio da legalidade. Não é certo o que andou sendo dito, em algum momento, de que nós postulávamos que todas as pessoas que tinham feito o desmatamento recompossem suas reservas para 80%. Até porque nós sabemos que também faz parte do estado democrático de direito o respeito ao direito adquirido, e a nossa proposta é sim, que se cumpra a lei vigente a cada época. Quem tinha propriedade na época em que a reserva era de 50%, deverá recompô-la até 50%. O que ocorre, e que não foi dito para o grande público, é que, mesmo naquela época, há pessoas que não obedeciam o que a lei determinava, e é isso que nós estamos buscando agora. Para aqueles que se tornaram proprietários das terras quando a lei já impõe a reserva de 80%, evidente que nós vamos buscar, sim, a recomposição dos 80%, porque é isto que a lei nos diz, é isso que a lei nos determina.

Agora, é evidente que nós sabemos que nós vivemos dentro de uma sociedade com vários fenômenos complexos que interligam entre si. Sabemos, portanto, que isso não se busca de uma forma isolada. Daí nós temos, desde o primeiro momento, ficado aberto ao diálogo, nossos colegas aqui presentes, Felício Pontes, Daniel Azeredo, Allan Mansur, Bruno Valente e Clara Noleto a quem eu homenageio também pelo trabalho que todos fazemos, receberam, no primeiro momento, gestores públicos do Estado do Pará, secretário de Estado onde foi abertamente dito que nós queríamos sim, realizar termo de ajuste de conduta que é o instrumento que a lei coloca para paralisar as ações judiciais. Vejam bem, se nós quiséssemos apenas litigar, se nós tivéssemos fazendo perseguição, o que não é uma verdade, nós não sentaríamos para dialogar, nós não se proporíamos termos de ajuste de conduta, nós não limitaríamos a uma demanda judicial que já existe e que já foi proposta, mas diferentemente do que foi

dito aqui pelo Sr. Carlos Xavier, não houve, sequer, ainda o ato do juiz que chama os demandados para o processo, tecnicamente chamado de citação.

Portanto, quero, também, deixar outro ponto claro de que nós não procedemos a nenhum embargo, não é tecnicamente certo dizer que o Ministério Público Federal embargou a carne do Estado do Pará. O que nós fizemos foi propor ações indenizatórias que busca a recomposição e, paralelamente, disso fizemos recomendações aos adquirentes desse produto para dizer do nosso entendimento. Isso é uma atribuição e um dever que a lei nos impõe. Até porque, e eu me lembro de um colega já aposentado, ex-procurador-geral Aristides Junqueira que dizia sempre que o verbo mais forte que o Ministério Público pode conjugar é o verbo pedir, é o verbo requerer. Nós não julgamos, nós não condenamos, nós não impomos; nós recomendamos. Se a nossa recomendação teve eco, é porque, evidentemente, nós não estamos sós nessa caminhada, mostra que pessoas entenderam o nosso propósito e perceberam que era o momento, sim, de unirmos para buscar uma solução que coloque todo mundo, como esse deputado, no trilho da legalidade, e eu diria mais, como disse a governadora, no trilho do desenvolvimento econômico deste Estado. Creio, portanto, que se hoje nós estamos sendo criticados por alguns, quem sabe no futuro nós vamos ser até aplaudidos porque por conta deste trabalho o Estado do Pará, sem sombra de dúvida, vai ter uma mudança de rumo muito grande na sua atividade rural, na sua atividade pecuária.

Por conta disso é que nós, então, propusemos a celebração dos chamados TACs, os Termos de Ajuste de Conduta, e o fizemos em três linhas diferentes, porque sabemos sim, como disse a pouco, que só obteremos resultado com interligação de esforços, mas sabemos também o que compete a cada um. Então, teremos um TAC com o Governo do Estado, como disse a Governadora, já praticamente em fase final de acerto para assinatura. Não é isso, Governadora? Teremos TACs com os frigoríficos e temos um já praticamente fechado e teremos TACs com os produtores, portanto, será posto não como uma cobrança imposta, mas com uma negociação firmada nesse termo, porque cada um tem a fazer nesse processo de recomposição, nesse processo de legalização. A Governadora colocou, por exemplo, a questão do CAR, para nós realmente é fundamental o CAR porque é ele a porta de entrada, como bem ela disse. Então, há coisas que vai competir ao Estado do Pará.

Eu pediria que o Murilo pudesse passar alguns slides muito rápidos, pelo menos, para gente situar alguns pontos dos TACs que nós estamos propondo. E,

Sr. Presidente, se, porventura, eu passar um tempo, e V. Exa. entender que é válido continuar só para expor um pouco das propostas dos TACs.

Aí está o início da exposição em relação aos frigoríficos. Uns frigoríficos... Nós estamos, em primeiro lugar, propondo que eles se comprometam adquirir ligado somente fornecedores que não figurem listas diárias embargadas e de trabalho escravo. Por que isso? Nós paraenses lamentamos certos rótulos que nos são postos. Mas nós sabemos que nós só vamos nos livrar deles se nós nos unirmos para poder combatê-los. Um dos rótulos que nós temos é o de campeões do trabalho escravo, é triste essa realidade, mas nós temos esse testemunho pelo nosso trabalho no dia-a-dia no Ministério Público Federal.

Como é que nós vamos poder ajudar a sociedade acabar com esta chaga que acaba prejudicando toda a economia do Estado? Incluindo nesse TAC que o frigorífico se compromete a não adquirir carne de áreas embargadas e daquelas que tenham sido objeto de condenação com o trabalho escravo, portanto, que estejam na lista de trabalho escravo, na lista definitiva. Quero deixar claro.

Em segundo lugar. O Dr. Felício me corrija se eu estiver certo ou errado. É posto na lista definitiva, não estou falando de julgamento final no Poder Judiciário. Por que isso? Há duas listas de trabalho escravo. Se eu estiver errado, os colegas, por favor, me corrijam, porque nós temos um trabalho em conjunto, e às vezes um mexe mais com a área do outro. Quando o fiscal do trabalho chega numa propriedade e lavra um auto de infração e que entende que ali houve trabalho escravo, automaticamente aquele auto de infração aquela propriedade vai para uma lista primária sobre o trabalho escravo. Não é essa que nós vamos buscar. Nós vamos buscar aquela que é produzida depois do contraditório, depois que o proprietário possa exercer o seu direito de ampla defesa. Segunda condição: proibição de aquisição de gado de fazendas pertencentes a pecuaristas que venham a ser processados criminal ou civilmente pelo MPF e pelo MP Estadual com trabalhos escravos, crimes ambientais ou conflitos agrários. Praticamente um esmiuçamento da anterior. Também vamos colocar no TAC de que não devem ser adquirida carne bovina de fornecedores que tenham condenação por invasão em terras indígenas por violência agrária, por grilagem de terra ou desmatamento. É atribuição do Ministério Público defender a população indígena. Está escrito na Constituição: os indígenas têm direitos sim, às suas reservas, portanto, uma forma de todos nós nos ajudarmos no cumprimento da Constituição do País é observando esses direitos.

No quarto ponto, proíbe-se também a aquisição de gado bovino de fornecedores que estejam causando lesão apurado em procedimento administrativo dentro do MPF a interesses ligados a questões indígenas, quilombolas, populações tradicionais, clientes da reforma agrária. Portanto, um desdobramento anterior que visa proteger tão somente segmentos sociais previstos na própria Constituição da República. Também se coloca no TAC informar aos seus compradores em todas as embalagens de produtos comercializados a fazenda com respectivo município de origem do gado. Isso aqui nos parece de extrema valia porque vai valorizar o produtor, vai possibilitar criar uma espécie de selo verde no mercado, onde o adquirente da carne o frigorífico que vai vendê-la vai identificar a origem para saber que aquela carne é legal, que aquela carne está sendo produzida dentro dos parâmetros legais.

Depois nós temos um prazo para realização do rastreamento do gado. O Sisbov que, obviamente, depois do feito vai sofrer uma auditoria para se poder conferir o que está sendo declarado.

Também se coloca uma regra que proíbe a [ininteligível] de gado, oriundos de imóveis rurais desmatados, a partir de janeiro de 2006, porque, a partir daí, se tem regra legal que rege a matéria. Depois, eles dizem que todos os fornecedores apresentem o mapa de georreferenciamento, um polígono do imóvel rural, num prazo que, em princípio, está se propondo falar em três meses. Fala-se, ainda, nesse TAC, que os fornecedores apresentem ao frigorífico ao MPF um mapa do georreferenciamento do seu imóvel rural. Também o fornecedor apresente ao frigorífico em até seis meses comprovante que deu entrada no pedido de obtenção no CAR – Cadastro Ambiental Rural. Exige que os fornecedores apresentem também no prazo de seis meses um plano de recuperação da APF e reserva legal dos imóveis em espécie nativa de acordo com a legislação específica. Depois realização de auditoria anual independente que poderá ser por amostragem para avaliar o cumprimento dos objetivos de cronogramas estabelecidos no plano de recuperação das APPs. Exigir que os seus fornecedores apresente ao IMPA ao Instituto de Terra do Pará, o Interpa pedido de regularização fundiária do imóvel. Um prazo que está se pensando no momento seria de seis meses. Portanto, essas propostas, postas no TAC com os frigoríficos, não são propostas que inviabilizem qualquer atividade econômica. Não se está, de jeito nenhum, cerceando ou impedindo o trabalho; o que está, volto a dizer, é tentando regularizar.

Depois disso, nós temos umas propostas menores ou, em termos de quantidade, só a número(F) importância, com o Governo do Estado e com os pro-

prietários rurais. Com os proprietários rurais, nós des-tacamos seis pontos. Em primeiro lugar, implantar o Sistema Público de Rastreamento do Gado, que é o Sisbov, num prazo que se está, inicialmente, falando, sugerindo, em doze meses. Não desmatar novas áreas para a criação de gado, promover a expansão de pro-dução apenas em áreas já desmatadas e legalizadas. Apresentar ao MPF, também num prazo que se propõe, inicialmente, de seis meses, o comprovante que deu entrada na obtenção do CAR. Apresentar também ao MPF num prazo inicialmente de três meses o mapa da georreferenciamento. No caso de APP ou reserva degradada, apresentar ao MPF, num prazo inicial de seis meses, plano de recuperação dessas áreas.

Portanto, são situações absolutamente realiza-das. Por fim, o último item apresentar ao MPF um prazo inicialmente proposto de seis meses um comprovante de que pediu a regularização fundiária do seu imóvel. Vejam bem, não está se dizendo que o prazo de seis meses é para ter essa regularização, é para que ele apresente que postulou a regularização fundiária. Além disso, como falei, nós temos também um TAC com o Governo do Estado. O TAC com o Governo do Estado é mais simples e visa realizar aquilo que a Governadora falou ainda há pouco, que é, sobretudo, ajudar a regularização fundiária, a realização do CAR, que são instrumentos que, para nós, são fundamentais para poder dar efetividade àquilo que cada uma das partes deve realizar.

Portanto, Sr. Presidente, quero, antes de finalizar, prestar apenas mais dois esclarecimentos. Quando nós propusemos essas ações e fizemos a recomendação, como eu disse há pouco, não procedemos a nenhum embargo, não se está tratando, nem está se falando, nem está acusando alguém de bandido. Andou-se criti-cando muito a instituição porque ela tratava pessoas que trabalham há anos como se bandidos fossem, ban-didos, senhores, nós tratamos em processo criminal, e com esses, realmente, nós estamos aqui, cumprimos aquilo que a lei nos exige. Nós estamos trabalhando aqui com ações civis, não estamos trabalhando com questões absolutamente fora do âmbito penal, portanto, não estamos acusando ninguém de bandido.

Segundo lugar: não estamos também estabele-cendo condenações. Volto a dizer que o verbo mais forte que nós podemos conjugar é o requerer, é o pe-dir. Agora se a nossa recomendação teve eco é que evidentemente me parece que nós estávamos com esse deputado no trilho certo. Se a gente está no trilho certo eu acho que a nossa responsabilidade tem sido cumprida. Portanto, creio que o trabalho do Ministério Público Federal tem desempenhado não só neste Es-tado, mas no país, mostra o que a Constituição nos

impõe está sendo, sim realizado e com muita dificulda-de. Para os senhores saberem, nós somos na capital onze procuradores para lidar com uma gama imensa de problemas, das mais variadas origens numa área territorial absolutamente grande. Nós temos dentro do Estado do Pará, além, de Belém só mais três unidades, Santarém, Marabá e Altamira, em Santarém nós temos três colegas, em Altamira dois colegas, em Marabá dois colegas. Vejam, portanto, que a Instituição se es-força para fazer jus àquilo que a sociedade lhe impõe como dever através da Constituição, e é isso que nós acreditamos que estamos fazendo. Muito obrigado, Sr. Presidente e senhores membros da mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós é que agradecemos a manifestação do ilustre Procurador Dr. José Augusto Potiguar. E, a seguir, nós vamos ouvir o representante da Abiec, o Fábio Cançado, para falar sobre os problemas enfren-tados pelo segmento que representa.

SR. FÁBIO CANÇADO: Exma. Sra. Governado-ra Ana Júlia, Exmo. Sr. Presidente Domingos Juvenil-do, Eximo. Sr. Senador Valter Pereira, presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, Exmo. Sr. Senador Flexa Ribeiro, Exmo. Sr. Senador Neu-to De Conto, Exmo. Deputado Wandenkolk e amigo Deputado e Exmo. Sr. Deputado Colatto, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, pelo qual eu cumprimento os demais deputados federais e estadu-ais aqui presentes.

Sr. Procurador da República no Senado e também do nosso representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Inclusive, em audiência realizada no Senado, Sr. Presidente, o senhor estava presente e que, aliás, devo destacar que foi prejudicada porque nem o Ministério Público e nem o Greenpeace estive-ram lá presentes, e por isso hoje estamos aqui nova-mente sem a presença do Greenpeace que causou toda essa comoção no Estado do Pará indevidamente e que ontem durante sete horas de audiência pública na Câmara dos Deputados isso foi demonstrado com muita clareza. A irresponsabilidade com que aquela ONG coordenada com o Ministério Público Federal no Pará atuaram nessa situação dos frigoríficos, dos pecuaristas e dos produtores rurais aqui.

É consenso também, senhoras e senhores, a im-portância do Ministério Público, a sociedade precisa de agentes que atuem pelo bem-estar social, apontando aqueles, bem como a Governadora disse no início, que se utilizam de meios ilícitos para atingir qualquer ob-jetivo. E não atingir o que se usa de meios lícitos para pegar os ilícitos, que é o que vem sendo feito hoje na ótica da Abiec, na ótica dos frigoríficos e na ótica dos pecuaristas pelo que diz a própria Confederação da

Agricultura e Pecuária do Brasil. Esses ilícitos devem ser combatidos, seja ela autoridade pública ou grandes empresários. Nós não defendemos aqui é qualquer tipo de não ação do Ministério Público ou do Poder Judiciário. O que nos causa espanto, portanto, é ter que o próprio Ministério Público, que deveria nos resguardar, se utiliza de arrogância, prepotência e irresponsabilidade para cumprir a sua tarefa de forma açodada. Um exemplo disso, Sr. Procurador, com todo respeito que o senhor merece e todos os procuradores aqui presentes também, um exemplo disso é a questão das fazendas embargadas, aqui discutidas, largamente discutida em Brasília, fazendas que estariam embargadas, mas não publicadas, não publicizadas nos sites oficiais, seja do Ibama ou do Ministério do Trabalho.

O que, portanto, não deu publicidade, o que vamos ver, então, na questão legal do direito, atos públicos, devem ser dada toda a publicidade para que gere o efeito. Se não foi dado publicidade, não gerou efeito algum, ele é nulo, e é o que aconteceu com essas fazendas de senhores que foram autuados, mas não foram declarados publicamente como infratores, se é que são infratores, inclusive porque tem o direito de ampla defesa e resposta. E os frigoríficos foram penalizados por isso, porque, ao chegarem nos sites do Ibama e no Ministério do Trabalho, que é o que pretende, no TAC, o Sr. Procurador, que vai publicar, dizer o seguinte: que verifiquem. Sr. Procurador, foi isso que os frigoríficos fizeram, verificaram e verificam diariamente, se há, ou não, área embargada, seja por questões ambientais ou trabalhistas, os frigoríficos, grandes frigoríficos que aqui eu represento, todos eles organizados com medidas socioambientais implantadas, coisa que o Estado, inclusive, que a Governadora foi muito feliz em dizer, e eu a parabenizo porque vem erradicando a febre aftosa do sul do seu Estado ao norte, e eu tenho certeza que vai conseguir chegar a 100% o Estado livre de aftosa, reconhecido como livre de aftosa, e hoje representa grande fonte de matéria-prima e também para a indústria produtora de carne. Parabéns, Governadora! Parabéns!

Essa questão das áreas embargadas eu gostaria de questionar aos Procuradores, porque isso é fato, está no processo mal instruído pelos Procuradores, muito mal instruído. Mas do que consenso também, se é que existe mais do que isso, foi o reconhecimento de todo o desserviço que o Greenpeace prestou não só aos produtores rurais, pecuaristas, frigoríficos ao Estado do Pará, mas, principalmente, à sociedade brasileira. Sra. Governadora, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Procurador da República, quando o senhor diz que a atuação do Ministério Público não arranhou a imagem da carne, não provocou o embar-

go da carne, o senhor me desculpe, mas provocou sim, o embargo da carne em vários países do Pará, e de outros Estados brasileiros, em vários mercados mundiais. Saiba o senhor que nós exportamos para mais de 180 mercados, e houve vários embargos em função dessa atitude açodada do Ministério Público. Ora, eu questiono aqui agora, não há uma inversão de valores quando o Ministério Público tenta imputar ao setor privado atividades inerentes ao Estado? Que a Governadora bem aqui pontuou assumindo todas as responsabilidades do Estado, frente ao Ministério Público. E aí eu questiono novamente: Sr. Procurador, diante da apresentação da Governadora o senhor ainda considera necessária exigências tão rigorosas como essas? O Estado garantindo fazer o seu papel? O senhor desconhece o Estado? Não tenho dúvidas que o senhor reconhece o papel do Estado.

Bom. Em relação ao Greenpeace, eu prefiro não me aprofundar na atuação conjunta entre o Ministério Público Federal aqui do Pará e o Greenpeace, uma vez que isso já foi largamente e cansativamente debatido ontem durante, como eu disse, sete horas na Câmara dos Deputados e ficou isso comprovada a atuação conjunta na Câmara dos Deputados, e por novamente se abster aqui o Greenpeace de estar presente e ter sido ele o real causador de todos os estragos e os equívocos com os senhores produtores, aqui os nossos frigoríficos e as nossas empresas. E eles, aqui, novamente, nós estamos entre amigos, declararam que poderiam ser agredidos. Eu duvido muito disso. Duvido.

Sr. Presidente, quero esclarecer que já começam a se ampliar as restrições, como eu disse, começam a se ampliar porque já tinham se iniciado agora, estão se ampliando as restrições, não só a carne, mas a subprodutos, couro, não só do Pará, mas do Brasil inteiro. As restrições aos produtores rurais, pecuaristas e frigoríficos. Não acredito que alguém aqui esteja comemorando o fato de que hoje o Pará virou um Estado vilão. Eu pergunto: depois de tanta campanha difamatória quem no exterior e mesmo no Brasil compraria carne, couro ou outro qualquer produto do agronegócio do Pará? Quem? Mas na frente eu vou citar essa recomendação que o Ministério Público disse e que o Procurador diz só conjugar o verbo de uma só forma. Não é bem assim, eu vou ler para os senhores depois.

O Pará sofre hoje de uma ditadura verde, se há qualquer desvio contra o meio ambiente no Estado, como eu mencionei, deve ser combatido pontualmente, pois todos buscamos a sustentabilidade, se há erros vamos averiguar quem está descumprindo a lei, mas é uma covardia com o homem que vive da terra neste grande Estado e que alimenta o povo no Brasil e no mundo o desgaste sofrido até agora.

Senhoras e senhores, vejam a repercussão dessa campanha difamatória, o Senador Demóstenes Torres, ontem eu estive com ele. Senador por Goiás, um dos Estados mais importantes do agronegócio, assim como era o Pará há dois meses. Chamou-me em seu gabinete para dizer que estava perplexo com as notícias sobre o Pará, nas duas últimas semanas. O Senador se colocou à disposição para ajudar e disse que vai realizar, se necessário, uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, e se caso constatado tudo que lhe foi dito por mim e pelo próprio Procurador-Geral da República que o visitou ontem também, logo em minha saída da sala, representaria os procuradores no Pará junto ao Conselho Nacional do Ministério Público a exemplo do que já fez e fará, dará andamento, o Deputado Federal Abelardo Lupion. Ontem, Sr. Procurador, propus ao Dr. Daniel, Procurador da República que ontem estava lá, a suspensão do processo por 90 dias para que tudo se acalmasse, que com muita serenidade pudéssemos tratar do assunto, e fossem avaliadas novas considerações sobre o caso. Mas para a minha surpresa foi negado imediatamente. Outra coisa a respeito do TAC que o senhor apresentou, Procurador, que demonstra um falta de diálogo, seja com os produtores, pecuaristas, frigoríficos é com o próprio governo, é como que no TAC os senhores exigem que os animais sejam provenientes e estejam cadastrados no Sisbov, sendo que esse sistema é um sistema aplicado somente para carne, animais e carne exportada para a União Europeia e que não tem nenhum bovino no Pará dentro do Sisbov. Então, quando o senhor diz que não vai inviabilizar o setor, o senhor acabou de inviabilizar. Não existe uma cabeça de boi no Pará, uma que seja no Sisbov e não vai ter tão breve. Faltou conversa com o Ministério da Agricultura, faltou também quando o senhor diz da certificação, certificação de origem é de competência do Ministério da Agricultura e não da Procuradoria-Geral da República, faltou conhecimento, faltou conversa, houve muito sigilo desnecessário.

Para finalizar, quero repetir uma questão, Sr. Procurador, que ontem levantei na audiência pública da Câmara dos Deputados ao Dr. Daniel, mas para minha surpresa o Dr. Daniel tergiversou e não respondeu. Então eu volto a fazer a pergunta. Houve quebra do sigilo fiscal das empresas envolvidas? Como foi conseguido o nome dos clientes? E aí eu vou entrar na questão da recomendação. Como foi conseguido o nome dos clientes destas empresas no Brasil e no mundo inteiro? São perguntas que pairam e não são respondidas.

Ao investigar, Sr. Procurador, os frigoríficos, pecuaristas e os produtores rurais aqui, eu sugeriria ao

senhor e a sua equipe e sugeri isso ontem ao Dr. Daniel que acatou muito bem, espero que cumpra o que me disse que iria fazer, que vai investigar também o abate clandestino no Estado do Pará que é não pequeno, e não é feito por estes grandes frigoríficos que contribuem, geram renda, dão trabalho, geram renda e divisas para o Estado e para o Brasil. Fiscalize os que estão à margem da lei e não os que estão cumprindo a lei.

Quando o senhor disse que não houve prejuízo, eu posso afirmar para o senhor. Governadora, infelizmente, houve um prejuízo irreparável aos pecuaristas, ao Estado e aos frigoríficos, às empresas. Enfim, em relação à recomendação eu prefiro muito mais tratá-la como uma intimidação aos nossos clientes no Brasil e no mundo.

[soa campainha]

Eu vou ler. Só um minuto, Senador, que já estou finalizando. O trecho da carta que o Ministério Público do Pará enviou a todos os clientes dos frigoríficos, instalados no Pará, recomendando que não comprassem produtos oriundos desses frigoríficos, portanto, qualquer produto produzido no Estado. "Resolve notificar empresa x, inscrita no CNPJ tal, avenida tal, CEP tal, todos os produtos e subprodutos de origem bovina adquirida das empresas supracitadas caracterizam-se como oriundos de ilícitos ambientais, como acima demonstrado servindo a empresa para também dar-lhes ciência da prática de tais ilícitos. A manutenção das relações comerciais com essas empresas no que concerne ao fornecimento de produtos e subprodutos de origem bovina caracterizará a responsabilidade solidária seja co-responsabilidade, e objetiva da empresa pelos ilícitos ambientais mencionados, como acima fundamentado constituindo-se em mora a presente notificação, caso sejam elas mantidas. Resolve ainda apresentar as seguintes recomendações, e aí vem. Estabelece o prazo de 10 dias a contar do recebimento dessa recomendação para que o notificado manifeste-se acerca do acatamento ou não dos seus termos, a omissão na remessa da resposta no prazo estabelecido será considerado como recusa ao cumprimento da recomendação ensejando a adoção das medidas legais pertinentes". Ora, se eu recebo uma carta desta, na minha casa, eu saio correndo para procurar o meu advogado. Receberam todos os clientes destas empresas. O que é que o senhor acha que eles iam fazer com isso? Eles iam receber com uma simples recomendação do Ministério Público? Não, não me interessa se essa empresa é legal ou ilegal. Eu não compro mais. Ou seja, o senhor jogou todo mundo na ilegalidade. Então, eu espero que isso seja tratado de uma forma mais calma, intelectual, coope-

rativa entre o Ministério Público Federal do Pará e não fique fugindo de suas responsabilidades respondendo que não, que sim, responda. Inclusive, eu me coloquei à disposição, governadora, de estar presente, quando solicitado ou convocado, nesses 90 dias, a hora que fosse, pra discutir isso, e também não foi acatado. E não nos foi dado o direito ao contraditório. Então, o que foi dito aqui, agora, não condiz com o que aconteceu aqui, no estado do Pará, infelizmente. Espero que, com a brilhante condução do senador e da senhora, agora, nesse caso, isso possa se resolver. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu quero alertar o seguinte: se não houver um acatamento, aqui, das normas do Regimento Interno do Senado e da Câmara, que vedam as manifestações, nós vamos ter que interromper... Eu quero alertar a todos os presentes que eu não vou titubear em encerrar os trabalhos imediatamente, se for retomada qualquer manifestação. Nós viemos aqui, com a melhor boa vontade, para estabelecer o contraditório. O que é o contraditório? Para que as duas partes falem. Para estabelecer esse contraditório, é preciso que haja o acatamento às normas regimentais.

Portanto, eu encareço a todos os presentes que observem rigorosamente a condição. Até agora, os trabalhos estavam se conduzindo de forma primorosa, mas essa manifestação nós não vamos tolerar mais.

[música]

E vamos passar a palavra ao Deputado Valdir Colatto, que é o Presidente da frente parlamentar em defesa da agricultura, certo? É o último exportador dessa tarde; depois, nós vamos passar para os debates. Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

DEPUTADO VALDIR COLATTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Comissão da Agricultura do Senado, Senador Valter Pereira, cumprimentar os senadores Flexa Ribeiro, dessa terra, grande senador que representa esse estado do Pará. Senador Neuto de Conto, nosso conterrâneo de Santa Catarina. E cumprimentar nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Pará, todos os deputados que estão aqui, que eu vejo alguns, [ininteligível], nosso vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, o qual representa a nossa Comissão, Sr. Xavier. Cumprimentar, aqui, em nome das mulheres do Pará, Senadora Ana Júlia, e essas duas guerreiras, a Bel Mesquita, e ao Sr. Barbalho, que está aqui, nossos deputados, colegas federais. A cada um, o Paulo – que está aqui – Rocha, na Mesa. Enfim, a todos que estão aqui, conosco, que, depois, terão oportunidade de falar. Eu represento a Frente Parlamentar da Agropecuária, são 207 deputados e 35 senadores, e fazemos um trabalho em defesa da

agropecuária brasileira. E eu queria, Sr. Presidente, com sua permissão, dividir em duas partes a nossa fala e pedir para a Dra. Samanta Pinedo, que é a nossa assessora jurídica na área ambiental, ela falasse sobre a questão legal desse processo que está aqui, e o meu tempo eu divido com ela, para, depois, então, concluir o nosso pronunciamento. Dra. Samanta já está ali na tribuna e vai falar, então, rapidamente, aos senhores, para que se tenha uma ideia da questão técnica, que ela vai falar sobre essa questão aqui, do Pará, e também da questão ambiental brasileira. Dra. Samanta, por favor.

SRA. SAMANTA PINEDO: Obrigada, deputado. Boa-tarde a todos! Gostaria de cumprimentar a Governadora Ana Júlia, em nome dela, todas as autoridades aqui presentes, e que são muitas, o que mostra a importância do tema que nós estamos aqui, discutindo.

Eu sou advogada ambientalista e presto consultoria para a Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso Nacional. E eu acho que esse é um grande ponto que nós precisamos discutir aqui, inclusive, para tanto produtores quanto ambientalistas e Ministério Público repensar os conceitos que nós estamos, aqui, trazendo. A ideia, na verdade... Eu quero ser muito sucinta, porque eu vou falar muito tecnicamente, não gostaria de emitir opiniões. Vou deixar essa parte para o Deputado Valdir Colatto, que sabe fazer bem isso. A ideia aqui é trazer a origem, o motivo dessa crise. Será que a gente consegue identificar o motivo dessa crise? Quais são os valores que estão aqui, envolvidos nessa discussão, hoje? A gente conseguiu listar alguns: a soberania nacional, por conta do que o meu colega Otávio Cançado acabou de dizer aqui; o estado democrático de direito, que foi o que abriu a fala do ilustre representante do Ministério Público, e eu acho que o estado democrático de direito, ele é uma conquista muito árdua do nosso povo, e ele, realmente, neste processo, não foi observado; a dignidade da pessoa humana e da pessoa que precisa respirar com a proteção do Meio Ambiente, mas que precisa comer, porque não dá para escolher entre um e outro; a conservação ambiental, e eu gostaria de frisar a conservação, porque conservar é fazer é saber usar, e preservar é não tocar. Então, nós estamos falando aqui de conservação ambiental, porque essas terras já estão tomadas há muito tempo, essas terras foram incentivadas a serem colonizadas; portanto, é conservação. Justiça social e autonomia econômica.

O fato gerador dessa crise... Não estou falando, aqui, da parte muito passada, mas o que gerou nós estarmos aqui, hoje, foi uma ação conjunta entre Ministério Público Federal e [ininteligível], que embargaram as propriedades de produção pecuária no Pará

e penalizaram, assim, toda uma cadeia produtiva da carne, com reflexos em outras cadeias produtivas da atividade agrosilvopastoril. E aí a gente fala de gado, aqui, mas, na verdade, toda a agricultura está, agora, prestando atenção, porque, se, de fato, aquilo que o representante do Ministério Público, aqui, disse que vai fazer isso em todo o Brasil, nós vamos ver quais são as consequências dessa defesa da lei, que o Ministério Público, aqui, está fazendo seu papel, defendendo a lei, quais são as consequências disso para o nosso país. Encadeamento dos fatos, no que resultou isso? Então, grandes redes estão impedidas de comercializar carnes oriundas desses produtores. Impedidas, sim. Embora o Ministério Público peça, recomende, solicite, como disse aqui o colega que me precedeu, ninguém vai ousar recusar uma recomendação do Ministério Público. Pode passar.

Os impactos dessa crise, quais foram? Assim, muito superficialmente: o comprometimento de abastecimento dos produtos agrosilvopastoris e especialmente a carne, mas não só a carne, porque o restante, que, hoje, tem a faca da reserva legal no pescoço, começou a pensar no que vai fazer. A depressão da economia regional, isso foi sentido muito rapidamente, com importantes reflexos na economia nacional, que é o principal componente do superávit da balança. Isso, quando a gente fala em economia, todo mundo diz: "Mas e o meio ambiente?". Volto a repetir que a gente não escolhe entre respirar e comer. Pode passar.

Outro impacto é o risco sistêmico para todo o setor produtivo nacional, pela aplicação da legislação florestal vigente. E isso os senhores vão conseguir ver no mapa, que tem logo após aí. A distorção da opinião pública – isso é muito sério – nacional e internacional, em relação ao setor produtivo brasileiro, especialmente da região amazônica. A distorção da opinião pública internacional é gravíssima. Os efeitos que isso vai gerar na economia do país, no desenvolvimento de todas as regiões aqui da Amazônia, e, principalmente, na qualidade de vida das pessoas, que aqui residem, é incalculável. Trouxe aqui um resultado de um estudo da EMBRAPA, que, se as normas ambientais brasileiras – e não estou dizendo só leis, normas, porque nós temos aproximadamente 16.250 atos que normatizam o meio ambiente, entre leis, resoluções, decretos, portarias, instruções normativas -, se elas forem aplicadas da forma como elas estão prevista hoje, elas inviabilizam a exploração produtiva em 71% do território nacional.

Então, o senhor, representante do Ministério Público, na verdade, quando o senhor vem dizer que está aqui, representando os interesses da sociedade, eu só gostaria que o senhor pensasse um pouquinho se

esses interesses da sociedade não precisam ser vistos com os olhos do equilíbrio. Nos 29% restantes do país, estão incluídas as cidades, toda a infraestrutura de estradas, hidrovias, ferrovias, as hidrelétricas, os reservatórios para energia elétrica... Enfim, nós temos 29% do país para usar, e o restante é para guardar.

Este é o mapa que representa a união das unidades de conservação federais das terras indígenas, que também são áreas protegidas, e das áreas prioritárias para criação de unidade de conservação. O que sobra em branco é o que a gente pode usar. Pode passar.

No âmbito do bioma amazônico, por essas mesmas regras, sobram 6,94% para uso. Isso fora as áreas que são inundáveis, que são representadas aqui, no mapa. Então, a gente vai ter aí 6% da Amazônia para utilizar, incluídas as cidades, as hidrovias... Tudo, toda a infraestrutura.

Então, sendo assim, de acordo com o princípio da isonomia, todo mundo deve ter o mesmo tratamento, certo? O Pará começou um processo, saiu na frente, como disse o nobre representante do Ministério Público, saiu na frente, nessa história de aplicar a legislação ambiental. Então, vamos lá, vamos aplicar no Brasil inteiro, e, se eles aplicarem com esse mesmo rigor, nós vamos inviabilizar produção de maçã em Santa Catarina, de uva, no Rio Grande do Sul, reduzir em 60% a produção de arroz, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e em 90%, no Brasil. O café, de Minas Gerais, também não vai mais existir porque ele está em áreas de encostas, o do Espírito Santo, 30% não vai existir, e a área de cana, em São Paulo, vai acabar.

Não são dados meus, são dados da EMBRAPA, e eu quis trazer aqui dados técnicos, para retornar a palavra ao Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária no Congresso Nacional, Deputado Valdir Colatto, que, agora, vai emitir opiniões. Muito obrigada.

DEPUTADO VALDIR COLATTO (PMDB-SC):

Obrigado, obrigado, Dra. Samanta. Eu queria registrar aqui: o Deputado Feijão está aqui conosco, Deputado Asdrubal Bentes, que foi o nosso Relator da Medida Provisória 458, da Regularização Fundiária da Amazônia, o Beto Faro, o Zequinha, que está aqui, o Lira Maia, nossos deputados, bravos deputados que estão conosco nessa luta, os daqui, do Pará, e os outros que não são daqui. Ah, o Zenaldo está aqui do meu lado, esqueci que estava aqui o Zenaldo. Mas dizer a vocês que eu sou testemunha do trabalho deles. Eu não tenho voto aqui, no Pará. Não sou daqui, sou de Santa Catarina, embora já vi, aqui, um colega de infância, aqui, o Plínio Neus(F), que está por aqui, que é produtor também, que me ligou e disse: "Vem aqui para nós conversarmos sobre essa questão". Está lá ele, olha, aquele alemão lá no fundo. É, muito galego.

Então, meu abraço a todos os catarinenses, paranaenses, gaúchos que estão aqui, né, colorados e gremistas e etc. E todos nós que... Curitiba também. Viemos aqui para a Amazônia, para o Pará, para, realmente, produzir, a convite de Governo, fazer o nosso trabalho, e que, agora, depois de heróis, nos tornamos bandidos, né, segundo o próprio Ministro... Vigaristas, para ser bem claro, na questão dele, né, como ele fala e o que defende. Então, nós queremos dizer que a Frente Parlamentar da Agropecuária trabalha na defesa dos agricultores e nos preocupamos com essa questão aqui, do Pará, e, se não viéssemos aqui, eu acho que o Abel, né, o Cione, o Giovanni, todos esses nossos colegas, aqui, do Pará, brigariam conosco, porque, realmente, eles querem resolver o assunto.

Todos esses deputados e senadores que estão aqui, aqui do Pará e fora, estão preocupados com vocês aqui e com a situação que foi criada. Eu quero ser bem objetivo, porque o tempo vai longe, né, Presidente Valter, e nós precisamos, governadora, dar o recado aqui, todos os deputados querem falar e senadores. Dizer que, na verdade, essa questão da Amazônia é uma questão que o mundo está olhando aqui, como diz o pessoal aí, a caixa d'água do planeta. E isso tudo aconteceu por uma decisão governamental. Por quê? Nós tivemos, no ano passado, uma luta muito grande para pegar um decreto que trouxe um problema muito sério para o Brasil, o 6514, né, que trata da regulamentação dos crimes ambientais. E esse decreto é que criou toda a confusão. Depois de muita discussão, nós conseguimos fazer com que o Presidente Lula prorrogasse esse decreto, através do Decreto 6686, para 11 de dezembro, exigindo a averbação da reserva legal. Quando feito esse acordo com a Frente Parlamentar e o Congresso Nacional, alguém convenceu o Presidente Lula que tinha que tirar a Amazônia desse acordo. Então, o Presidente emitiu o Decreto 6695, no dia 15 de dezembro, dia 15 de dezembro, excluindo a Amazônia do prazo de onze meses que tinha para fazer com que tivesse o tempo para fazer a averbação da reserva legal. Qual era o acordo? Nós prorrogaríamos para dezembro esse prazo. Enquanto isso, o Congresso Nacional e o Governo, o Ministério da Agricultura e Meio Ambiente, fariam um trabalho para ver se conseguia fazer uma nova legislação até lá. Como saiu esse decreto para Amazônia, é o que está acontecendo, precipitou esse processo que está aqui, que o Ministério Público prodigamente viu lá, nesse decreto, só se baseou nesse decreto, para começar um trabalho aqui, na Amazônia.

Então, na verdade, o que nós temos não é a lei. O procurador, aqui, colocou a questão da lei, mas, na verdade, não é bem a lei, é uma questão de um decreto

que não respeitou a lei. Além dos crimes ambientais, tem muita pouca coisa que está no Decreto 6514. E o Ministério Público, usando o Decreto 6514, agora está aplicando, na sua integridade, essa questão da Amazônia, com os prazos. No momento em que você não fez a averbação da reserva legal, você está na ilegalidade, e, estando na ilegalidade, você tem aí a corresponsabilidade solidária, que foi buscar os frigoríficos, foi buscar os supermercados... Eu acho que, também, aí, Srs. Procuradores, se for ilegal a carne comprada de área que tem algum problema ambiental, está ilegal o frigorífico, está ilegal o supermercado e o consumidor também, porque comprar carne pirata é crime, comprar contrabando é crime. Então, nós tínhamos que notificar todos os consumidores também. É uma questão que nós temos que analisar aí, para ver, exatamente, o que nós vamos fazer.

Então, a nossa proposta... A questão, aí, de você pedir um prazo para que se possa estudar isso, 90 dias, que o Cançado, aqui, falou, nós entendemos que a proposta – e, aqui, acho que tem o consenso de todos os deputados e senadores – é nós pedirmos a revogação do Decreto 6695. Por que só a Amazônia tem que fazer isso, agora, tem essa responsabilidade de, imediatamente, fazer a averbação da reserva legal e ser considerada na clandestinidade? Por que só a Amazônia? É uma discriminação com a Amazônia. Nós concordamos, e o acordo não foi cumprindo. Então, se nós revogássemos esse decreto, nós teremos o prazo até 11 de dezembro, legal, para fazer os estudos e fazer uma nova legislação, uma proposta Governo/Congresso Nacional, e buscarmos uma solução para esse caso. Eu acho que é por aí que nós temos que ir. Acho que o Ministério Público há de concordar que nós temos aí um processo em curso. Esse sistema que está se apresentando não leva a nada, nós teríamos, aqui, muita coisa a fazer. E qual é que é a proposta que nós temos? A questão de discutir a legalidade da legislação ambiental brasileira. A Constituição Brasileira, no art. 24, é bem claro. Diz que caberá a União fazer legislação de normas gerais, e, concorrentemente, os estados fazer as leis específicas, dentro das suas características. E que a questão de reserva legal seja uma responsabilidade da sociedade, e, se o agricultor precisar trabalhar esse processo e cuidar desse processo, ele que receba por serviços ambientais prestados. Porque não é justo que você coloque 80% do seu patrimônio, como, aqui, na Amazônia, para a sociedade, e você não receba nada em troca. Se o mundo quiser que a Amazônia preserve, que pague o preço, que pague a Amazônia por fazer esse serviço e prestar esse serviço para a humanidade. Essa é a

proposta que nós estamos apresentando. E eu acredito que, se nós tivermos o apoio...

Então, a proposta é simples: respeitar a Constituição Federal, dar competência para os estados fazer a sua legislação específica, Pará é diferente de Santa Catarina, e Santa Catarina é diferente da Amazônia, Amazônia é diferente do Rio Grande do Sul. Não é possível fazer uma lei só para esse país, e é por isso que nós erramos na lei, Srs. Procuradores. Nos ajude a acertar a lei. Vocês são pessoas da lei e têm que nos ajudar a resolver isso, não é multar e... A lei, ela tem que ser justa, tem que ser boa, ter que ter bom senso. Não é porque está escrito lá: "Nos penitenciamos...", cabe ao Congresso Nacional, Deputado Giovanni, resolver isso. Nós temos que fazer e precisamos ter o apoio. E eu tenho certeza que os 17 deputados federais, aqui, do Pará, os três senadores, vão ser 20 votos em favor de uma nova legislação, que resolva a questão ambiental e a questão da produção, e que seja uma coisa harmônica e que não seja um contra o outro, como está se jogando aqui. É isso que nós precisamos. E é isso que o Brasil precisa e é isso que nós estamos propondo na Frente Parlamentar da Agropecuária, dizendo que essas questões de [ininteligível] que nós estamos fazendo são remendos, são coisas que não se faz. Eu podia, aqui, fazer uma afirmação: se eu fosse aqui, do Pará, nem algemado, eu assinaria um TAC desse, nem algemado. Por quê? Nós já fizemos isso em Santa Catarina, já fizemos isso em Santa Catarina, na [ininteligível], Senador Neuto sabe disso aqui, três anos para cumprir, não se conseguiu cumprir porque, inclusive, se abre o direito de se defender na Justiça e o que aconteceu? Arrancaram, estão arrancando as maçãs lá de Santa Catarina que estão a 30 metros, a menos de 30 metros do rio. Maçãs! Imagine que poluição, que degradação do meio ambiente, produzido por maçãs.

Então, essa questão nós temos que trabalhar, sim, e precisamos trabalhar. O que nós queremos? Nós queremos que o Brasil trabalhe a questão ambiental, respeitando a ciência, respeitando a EMBRAPA, que está aqui, dizendo que nós só temos 29% do território brasileiro disponível, e o Brasil tem que decidir o que fazer do seu território. Se quer fazer tudo questão ambiental, tudo bem, vamos tomar cerveja e pescar debaixo da sombra, não é isso? E que nos pague a conta. É fácil: ninguém quer criar boi, ninguém quer plantar soja, arroz e feijão, com todos os problemas que tem, com a falta de renda, com os problemas da falta de uma política agrícola desse país, para ser penalizado, ser perseguido. Nós precisamos, então, acertar essa conta. Se não é para plantar, eu não vou plantar. Mas o Brasil tem que saber que tem que alimentar 200

milhões de pessoas, tem que exportar, tem que produzir, agora, o biocombustível, que os ambientalistas tanto condenam, biocombustível, que é um combustível limpo. E que, agora, ontem, lá no Congresso Nacional, curiosamente estavam fazendo, lá, apologia ao biodiesel, na Frente Parlamentar do Meio Ambiente, dizendo que tem que plantar grãos, né, para produzir biodiesel, que é um combustível limpo. Ninguém fala do automóvel, não é, ninguém fala da poluição das cidades. O agricultor manda água limpa para a cidade e recebe suja; manda a comida boa e recebe o lixo, porque o lixão está lá, na área rural. E quem que fala disso? E os nossos procuradores, e os nossos rios, que eu fotografei, inclusive, por aí, né, na cidade? O lixo e tudo mais. Não vi ninguém brigar por causa disso, não vi ninguém brigar por causa que o automóvel está gastando combustível fóssil. Então, nós temos que olhar dos dois lados, cidade e campo, e o nosso código ambiental tem que tratar das duas coisas, e não só carimbar o nosso agricultor como uma pessoa, aí, que é o bandido da história.

E dizer à governadora que, realmente, essas providências que estão sendo tomadas eu acho que é importante, mas, praticamente, a legislação federal contempla isso tudo. A 2166, a soma APP com reserva legal, nas pequenas propriedades. O nosso Deputado Asdrubal Bentes faz aí, fez o relatório na questão da regularização fundiária, né, que dá concessão de uso, não é título definitivo, concessão de uso da regularização fundiária. Então, nós temos várias ações. Mas esse TAC que está aí é um TAC que realmente... Se vocês não conseguem, não conseguem, vamos dizer assim, cumprir essa legislação, não porque não querem, porque ela é complexa, ela é difícil, é impossível de ser utilizada, imagine mais um TAC desses, que é um outro, um reforço da legislação que está aí. E nós estamos, na verdade – Cançado, você que representa os frigoríficos -, nós estamos dando um tiro no pé. Na verdade, nós criamos, Srs. Procuradores, aqui, no Brasil, a maior barreira comercial que se tem notícia. Nós estamos criando a barreira comercial ambiental. As pessoas lá fora, as empresas não vão comprar os nossos produtos, porque nós não estamos cumprindo a nossa legislação, porque não é possível de cumpri-la, por tão complexa que ela é.

Então, deixo aqui o meu recado e dizer que nós vamos estar lá, em Brasília, trabalhando. Cobrem dos outros deputados, porque esses que estão aqui, senadores, com certeza, vão votar conosco, lá, uma reforma da política ambiental brasileira. Nós temos que resolver isso. O Congresso Nacional tem responsabilidade e pode fazer isso, desde que a sociedade apoie e faça com que os nossos deputados estejam convencidos

a votar favorável a uma nova legislação que traga a tranquilidade para o campo, harmonizando produção com meio ambiente. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Contra esse tipo de manifestação não há restrição regimental [risos], até porque nós já estamos habituados com esse tipo de manifestação no Congresso. Então, lá, prevalece essa norma que nós estamos aplicando aqui e, portanto, o que resta ao manifestante é usar a palma das mãos, né? Bom, antes de começarmos o debate, nós agradecemos, aqui, o Deputado Valdir Colatto, que é um dos ícones do agronegócio no Congresso Nacional.

Eu gostaria de fazer uma indagação: tem, aqui, no Plenário, algum funcionário do INCRA? Nem funcionário, nem ex? Não, eu gostaria que fosse algum do INCRA. Tem ex-funcionário do INCRA? Então, eu gostaria que você me respondesse uma pergunta, se estiver ao seu alcance. Você tem ideia de quantos processos de pedido de georreferenciamento que tem no INCRA do Pará?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se, antes, nós não tínhamos, hoje, muito menos. [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, fala daí mesmo, pode falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu fui executor do maior projeto de colonização desse país, o [ininteligível]. 500 quilômetros de floresta amazônica. Criamos os [ininteligível], que, antigamente, não existia [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu queria que você fosse breve, uma intervenção curta, porque, se você fizer discurso, vai prejudicar aqui os debatedores.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem mil quilômetros, nós administramos 500 quilômetros. Criamos os [ininteligível], orientamos os produtores a fazer o que tinha que ser feito, mandado pelo Governo, desmatar até 50% da propriedade, até porque a lei mandava, a Lei 8443, de 2001.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E quem não cumprisse essa meta de 50% era suscetível de perder a propriedade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E, hoje, eu estou sendo cobrado. Hoje, eu represento o sindicato dos [ininteligível] do maior município de [ininteligível]. Agora, o senhor imagina quando eu ando nos dez municípios [ininteligível]. "Foi orientado a desmatar até 50%, e, hoje, ele nos cobra [ininteligível]. Você me mandou desmatar 50%. Como é que agora o Ministério Público manda me prender porque eu ultrapassei os 20% que a lei impunha?". Ora, se a lei retroage... [ininteligível] que é muito clara, nós vamos ter que prender muita gente.

Eu coloquei recentemente, lá em Altamira, chama-se o Pau do Presidente, foi aonde ele tentou derrubar uma castanheira para ele subir para fazer o discurso dele, quando da instalação da Tranzamazônica. Isso, se estão prendendo o cabloco, estão prendendo o peão hoje, nós vamos ter que [ininteligível] e prender o Presidente da República. Porque só assim nós vamos fazer valer a lei, como disse o Ministério Público, em [ininteligível], para todos nós. Então, o INCRA não deixa nenhum décimo daquilo que eu [ininteligível]. É a grande importância, todo o trabalho que foi colocado, mas não foi cumprindo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Recebo a sua manifestação como uma contribuição a nós, mas só que nós temos que seguir o trabalho.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas eu quero me manifestar, como Presidente do Sindicato Rural de Altamira, daqui a pouco. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Bom, eu gostaria de explicar aqui o porquê dessa minha indagação. Porque já alguns dos expositores, como foi o caso do Deputado Valdir Colatto, criticaram o TAC que está sendo elaborado. E eu não vou criticá-lo na inteireza, embora eu tenha visto, como o deputado Colatto, muitos defeitos que tornam o TAC inaplicável. E um deles... Vou no mais simples, vou no mais simples de todos, Dr. Potiguar. A exigência do georreferenciamento é um desses itens inaplicáveis. E eu vou explicar por quê. O estado que mais adiantou no trabalho de georreferenciamento no país é meu estado, Mato Grosso do Sul. Lá, tem processos que estão mofando, no INCRA, há cinco, seis, sete anos. E tem mais de sete mil processos. É o que mais avançou. Perto do Estado de Mato Grosso do Sul tem o Estado de São Paulo, de complexidade infinitamente menor que o Pará, que também está nessa faixa de sete mil e pouco. O resto do Brasil, incluindo o Pará, tem montanhas de pedidos de georreferenciamento, e o INCRA se mostra impotente para atender essas demandas, ensejando até ações inescrupulosas, que, hoje, o proprietário, para vender a sua propriedade, precisa do georreferenciamento e, na impossibilidade de consegui-lo, o que é que ele faz? Ele faz aquilo que todos nós estamos condenando e ouvindo a imprensa condenar, em todos os cantos do país: pagando propina. Infelizmente é isso que está acontecendo.

Então, o que acontece? Quando V. Exa. coloca como umas das exigências seis meses para apresentar o georreferenciamento, já é a norma das mais simples que não vai ser cumprida. Isso aqui já está escrito que não vai ser cumprida, e não vai ser cumprida não é por responsabilidade do proprietário, não, é porque o

estado brasileiro está enferrujado. O estado brasileiro não consegue cumprir a sua parte. Exige do cidadão, mas não cumpre a sua própria parte. Infelizmente, é isso que está acontecendo. Não, sem, sem aplausos.

Bom, então, vamos, agora, passar para a parte dos debates. O primeiro, o primeiro inscrito é o Deputado Wandenkolk Gonçalves, que é, na verdade, vice-Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e está aqui, representando o Presidente, também, deste órgão, da Câmara dos Deputados. Com a palavra o Deputado Wandenkolk Gonçalves.

DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES (PS-DB-PA): Sr. Presidente da Comissão dessa Audiência Pública, hoje, do Senado, conjugada com a Câmara Federal, queria inicialmente agradecer a V. Exa., a todo Senado, principalmente a Comissão de Agricultura do Senado, que idealizou essa Audiência Pública. Queria cumprimentar a Governadora Ana Júlia, e, em nome da Governadora Ana Júlia, cumprimentar as demais autoridades, e que são todas autoridades presentes, aqui, nesta reunião. Eu disse, ainda agora há pouco, para a governadora e alguns parlamentares, o Presidente da Assembleia Legislativa, que tem questões que são de grupos políticos, tem questões que são ideológicas, tem questões que são de Governo, mas tem questões que são de estado, que está acima desses poderes constituídos, todos. Essa questão que nós debatemos aqui, hoje, é uma questão de estado, não só do Estado do Pará que eu estou falando, mas do estado brasileiro. A vinda das duas Comissões nesta reunião, aqui, no Pará, hoje, nós só poderemos sair daqui, senador, se nós levarmos dois compromissos. O primeiro: a suspensão imediata da criminalização que foi feita a cada produtor nesse estado, para que a gente possa atender a reivindicação do Ministério Público. Quando nós estivemos lá, eu, convocado pelo Deputado Zenaldo Coutinho, Senador Flexa, Deputada Bel, Deputado Asdrubal, o Deputado Lúcio Vale, Deputado Giovanni, numa audiência com o Ministério Público e com todos os procuradores, notei, naquele momento, uma pré-disposição toda especial. Nós notamos, saímos entusiasmadas, fui direto lá, com o Carlos(F) Xavier: "Xavier, agora vai". Porque nós só temos uma saída para esse impasse, é se nós estivermos todos juntos. Não adianta nós ficarmos individualizando esse ou aquele compromisso, esse ou aquele que pode mais ou que pode menos. E nós estamos aqui, hoje, nesta tribuna, nesta reunião, Senador Neuto, com todos aqueles que definem esse acordo. Está o Governo do Estado, está prefeitos, produtores, frigoríficos, Ministério Público, Senado, Câmara, Congresso, Assembleia Legislativa, e nós não temos a competência de sairmos daqui, com impedimento para milhares e milhares

de produtores que ficaram lá, que não puderam estar aqui, mas esperam a volta de cada um deles, dizendo que vieram aqui e conseguiram um acordo simplesmente para produzir.

O erro desse estado, e não é de agora que eu estou falando, é de algumas pessoas pensarem que a história começa quando a pessoa chega. Esse é o maior equívoco desse estado e o maior equívoco que está acontecendo aqui, hoje. A história não começa quando você chega. O Dino colocou, ainda agora, com bastante propriedade: eu tenho 35 anos de vida pública, funcionário da EMATER com muito orgulho. Sr. Presidente, a maioria desses produtores que estão aqui na Transamazônica, eu autorizei desmatar 50% das suas propriedades, por determinação do Governo Federal. Eu vou ser também criminalizado? Vão quebrar o meu sigilo bancário? Eu vou ser preso? Qual é a pena que cabe a nós, entes públicos? O mesmo agente público que um procurador, eu também sou, e, agora, os produtores ficam penalizados pelo fato de ter atendido as determinações do Governo. Eu entendi assim, como a Deputada Bel e o Deputado Giovanni. Convocamos uma Audiência Pública, ontem, com o Ministro da Agricultura, na Câmara Federal, e os procuradores lá estavam. E eu achava que, ali, nós deveríamos começar um entendimento e chegarmos aqui, hoje, e só oferecer para cada um dos que estão aqui, presentes, qual foi o resultado daquela reunião. O Ministro Reinhold Stephanes que estava conosco ontem, ele disse simplesmente assim... Um dia, quando Luciano Guedes nos procurou, quando saiu aquela primeira publicação do MPF, criminalizando frigoríficos e produtores. O Ministro só disse assim, Deputado Valdir Colatto: "Mudem a lei". Só que a lei que está aí não é a lei que existe. O que está aí são decretos que foram colocados ainda agora, decretos e resoluções do IBAMA, do Ministério do Meio Ambiente, do Chico Mendes, de todos aqueles que passam por cima de todos nós, deputados federais e senadores, e começa criminalizar o produtor. E nós estamos lá, fazendo o que, se nós que somos responsáveis pela feitura das leis? Só que uma lei nós não conseguimos aprovar de um dia para o outro. Daí o pessoal da pesca, lei da pesca, 20 anos no Congresso, eu fui Relator, aprovamos junto com o Senado. 20 anos! A lei da pesca, que é uma alternativa econômica a nível nacional.

E aí, tem por trás disso tudo... E é preciso que se diga aqui. Tem por trás disso tudo um Ministro tresloucado, um Ministro mentiroso, que fala, mas não assume e não resgata os compromissos. Nunca resgatou, chamou a todos nós de vigaristas. Como é que pode o Ministro chamar de vigarista? Um Ministro que bebe, fuma e cheira, que faz apologia à droga, que vai para

a Marcha da Maconha, no Rio de Janeiro, e chega, no Congresso Nacional, ainda com aquele cheiro de fumaça no ar e tenda induzir os parlamentares a encaminhar pela penalização dos produtores. E por que eu estou usando a tribuna, Presidente Carlos Xavier? Porque a última vez que eu fiz um discurso desses, lá em Altamira, com a Prefeita Odileida, tentaram aqui, dessa tribuna, caçar o meu mandato. Então, como está gravando, é mais um processo contra mim. Não tem nenhum problema, enquanto eu estiver defendendo aqueles que nos acreditaram e mandaram a gente para o Congresso Nacional. Nós só temos uma saída. Foi por isso que eu fui duas vezes. Dr. Potiguar, Srs. Procuradores e Procuradoras, aqui presentes, nós só temos uma saída: o entendimento.

Eu me inscrevi, e, aqui, queria fazer o voto de repúdio para o Fórum Social Mundial, para ter um embate com o Greenpeace, que ele chama o Senador Flexa de "Senador Floresta Zero". Eles nem leram o projeto do Senador Flexa. O Senador Flexa tenta recompor as áreas já alteradas, e eu apresentei uma emenda e tem um [ininteligível], tentando fazer reflorestamento com o cacau. Eles acusaram o Greenpeace. Esperei o Greenpeace no Fórum Nacional e não vieram. Acertaram na Comissão de Agricultura ontem e não foram, disseram que vinham hoje, que eu queria... Eu passei quinze dias lendo a porcaria desse relatório do Greenpeace, que chama "A Farra do Boi na Amazônia". "Farra do Boi", que eu conheço, é lá na terra do Colatto, em Santa Catarina. O Greenpeace bota tanta bobagem aqui, mas não tem a coragem, num momento como esse, de vir discutir aquilo que ele acredita, aquilo que ele defende, aquilo que ele justifica, por milhões e milhões de dólares que são recebidas das entidades internacionais. Não vem nessa hora, é frouxo, é covarde. Por que não vem para um debate como esse, quando a sociedade paraense está toda aqui, mobilizada, e do Brasil todo? Dissemos, outro dia, na Frente, na Frente Parlamentar da Agricultura, presidida pelo Valdir Colatto: "Eu tenho muito orgulho, Valdir, de dizer que eu sou de um país que se chama Pará". Eu digo toda vez, lá na tribuna: tenho um orgulho danado. Mas a lei é só uma. Falávamos aos procuradores: a lei não pode retroagir para prejudicar, nós precisamos buscar o entendimento. Quem ultrapassou 50%, antes de 96, é um tratamento; quem ultrapassou depois de 96, é outro tratamento; quem comprou propriedade já [ininteligível], é outro tratamento. E dizer que nós não estamos no mundo? Vou deixar o relatório do Greenpeace, aqui, para vocês. Aqui fala da Adidas, da Nike. Não pode comprar couro, mas diz uma coisa importante aqui, na primeira página: que o Presidente Lula, através do mentiroso, está criando um fundo de 20 bi-

lhões de dólares para a Amazônia Sustentável. Tinha um dos 40 Ministros desse Governo que defendia a Amazônia, e, aqui, a consciência entre nós da Banca da Amazonida, que era o Mangabeira Unger, que tinha um projeto concreto para a Amazônia. O que fizeram com ele? Demitiram ele ontem. Não tem alternativa para nós, Srs. Procuradores, nós precisamos buscar esse entendimento, porque, se essa moda pega, vai acabar o arroz de Roraima, que já acabou, não pode plantar nas barras do Rio Grande do Sul, que dá oito toneladas por hectares.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deputado Wandenkolk.

DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES (PS-DB-PA): Vou encerrar já, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu estou gostando... A palavra de V. Exa. está me agradando, porém, nós estamos em cima do horário. Então, eu gostaria que V. Exa. encerrasse o mais rápido possível.

DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES (PS-DB-PA): O mais rápido possível eu estou encerrando, estou concluindo, Presidente. Para concluir, Presidente, todo mundo divide a Amazônia em várias coisas, eu vi, agora, inclusive, a apresentação do Governo. Nós só temos duas Amazônias hoje: uma Amazônia com florestas e uma Amazônia sem floresta. Eu desafio qualquer produtor, aqui presente, se quer avançar sobre a derrubada de um pé de [ininteligível], que queira. Essa é a Amazônia com floresta, não mexe mais, criminaliza. Nós não queremos falar de meio ambiente, nós queremos falar do ambiente todo. Até porque o ambiente que não considera o homem, Deputado Feijão, é apenas meio ambiente, é metade do ambiente. E é isso que está acontecendo, o que nós vamos fazer com 25 milhões de pessoas? Já desempregou no setor madeiro, está desempregando no setor da pecuária, vai desempregar na rastreabilidade, vai desempregar no trabalho escravo. E 25 milhões de pessoas vão para onde? Cadê o dinheiro dos bois piratas que o Ministro Minc leiloou, lá na terra do [ininteligível]? Um bilhão e tanto foi para onde? Cadê o dinheiro do leilão dos madeireiros, foi para onde? Esse dinheiro tinha que vir para o programa da Amazônia Sustentável, que é isso que nós definimos.

Por isso, eu queria pedir à V. Exa.: V. Exa., Dr. Potiguar, vamos flexibilizar, vamos suspender. V. Exa. diz para todos nós, eu disse ao Xavier, que ficou empolgado, que iríamos buscar uma alternativa, sim, para frigoríficos e para produtores. Nós não podemos é botar cadeia produtiva para ficar um brigando contra o outro, que é isso que está acontecendo no Pará, hoje, que já caiu quase quinze reais a arroba e não diminui esse

preço para o consumidor. Eu poderia dizer que o Minc está pegando dinheiro dos frigoríficos?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deputado Wandenkolk, nós temos que encerrar o pronunciamento de V. Exa., sob pena de prejudicar os seus colegas.

DEPUTADO WANDENKOLK GONÇALVES (PSDB-PA): Vou encerrar, vou encerrar, a pedido, mais uma vez, do Ministério Público, da mesma maneira que eu estive lá com outros deputados, para que nós possamos sair daqui, fazendo um acordo, um pacto. A Governadora já estabeleceu a possibilidade, o Ministro Reinhold falou, ontem, que conversou ontem com o Secretário de Agricultura, e botou, e o Giovanni estava junto comigo e com o Abel, quando disse que ia fazer a rastreabilidade, disse para nós, na Comissão, ontem, Governadora, e falou com seu Secretário Cássio, rastreabilidade, nota eletrônica e georreferenciamento até o final do ano. O estado não tem dinheiro para fazer isso. Eu não tenho nem autorização para falar, porque eu sei que não tem. E nós perguntamos: o Ministério banca isso? E ficou uma interrogação. Fazer o georreferenciamento só com um ponto, foi o que ele falou para o Secretário Cássio, mas são 210 mil propriedades. É muita coisa para pouco Ministro competente. Muito obrigado e até outra oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, eu vou fazer um apelo, aqui, ao autor do pedido dessa Audiência Pública, que é o Senador Flexa Ribeiro, que seja breve na sua fala, para que nós possamos cumprir o nosso cronograma. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

Bom, eu gostaria de ponderar o seguinte: a partir de agora, nós vamos fixar para os demais parlamentares o prazo de cinco minutos, porque o nosso prazo já se esgotou, que era 18 horas. Nós vamos estender essa reunião até 18h30, e, portanto, é preciso que os parlamentares tenham a maior brevidade possível na sua intervenção. Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Valter Pereira, eu quero pedir à V. Exa. isonomia no tratamento, que eu acho que é isso que nós todos estamos buscando aqui. Eu não posso, ao chegar na tribuna, ser censurado e limitado, no prazo, por V. Exa., para poder falar de um problema que aflige, hoje, o Pará, mas, amanhã, vai afligir o seu Mato Grosso do Sul, vai afligir Santa Catarina, do Senador Neuto. E assim como todos os estados de todo o Brasil. Eu acho que é importante, Senador Valter... Eu vou me ater aos cinco minutos que V. Exa. me deu. Mas quero, até por economia de processual, saudar a todos, a todos os companheiros, a todos os senadores,

Ministério Público, a Governadora, Presidente da Assembleia, Presidente da FANEP, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos, lideranças, produtores, vereadores, a todos os paraenses que vieram até aqui para ouvir, para que nós pudéssemos sair daqui, pelo menos, com um encaminhamento, um encaminhamento para a solução que angustia a todos nós.

O problema do Pará é um problema muito sério, muito sério. Lamentavelmente, o Pará é tomado, a nível de Brasil, como se fosse a Geni. Tudo que querem fazer de ruim para o Brasil começa no Pará, começa aqui, no Pará, e nós não podemos, como paraense, aceitar, de braços cruzados, que isso aconteça, Senador Valter Pereira. Não podemos. V. Exa. acatou o Requerimento que fiz, na Audiência Pública que acontecia, lá no Senado Federal, na Comissão tão bem presidida por V. Exa., para que nós pudéssemos dar continuidade aqui, em Belém, no foco do problema, daquela Audiência Pública, com a participação dos deputados federais, dos deputados estaduais, na Assembleia Legislativa, que é a casa do povo. Nós temos que legislar. Nós temos que, no Estado do Pará, mudar nossa base produtiva. Nós tínhamos uma lei de incentivo fiscal, que trazia indústrias para cá, para agregar valores a nossas matérias primas, que foi suspensa por ação de paraenses. Isso traz atraso para o nosso estado. Nós não podemos viver do extrativismo, nós não podemos viver de vender commodities para o resto do mundo, nós estamos exportando emprego e temos que gerar emprego aqui, é com esse povo que está nos ouvindo e vem até aqui, viajando, Senador Valter Pereira, de regiões de mais de mil quilômetros, para chegar até aqui, para que possam ouvir o Senado, possam ouvir a Câmara, possam ouvir o Ministério Público, possam ouvir a Assembleia e o setor produtivo.

Então, eu acho, eu acho... A Governadora, no início da palestra, da audiência, colocou as ações de Governo. O zoneamento econômico e ecológico é fundamental. Eu tenho dito que, se houver vontade política de desenvolver a Amazônia, dois projetos têm que ser prioritários: o primeiro, zoneamento econômico ecológico; o segundo, a regulação fundiária. Sem isso, é só discurso político, não vamos chegar a lugar nenhum, em nenhum tempo, em nenhum tempo.

Então, o zoneamento econômico-ecológico que foi aprovado por esta Casa, por unanimidade, levou dois anos, dois anos para que o Ministério de Meio Ambiente, e o Presidente da República pudessem autorizar, o que aqui disse a Governadora de fazer o detalhadamente na escala de um para 250 mil por parte e não pelo Estado inteiro, porque senão nós iríamos passar 20 anos para poder fazer o zoneamento econômico-ecológico do Estado. E a proposta de fa-

zer por parte foi levada por mim e pelo ex-Governador Simão Jatene, a Ministra Marina Silva que junto com o Dr. Capobianco(F) que disse que faria, que a ideia era excelente e faria isso imediatamente, levou dois anos para que pudessem sair o decreto do Presidente permitindo isso, dois anos de atraso para o Estado do Pará, dois anos que nós já podíamos ter feito o detalhamento de várias regiões do Estado não só de uma que já foi feita e as outras que estão sendo feitas. Aí me preocupa, me preocupa e para terminar em respeito ao Presidente Valter Pereira, lamento a ausência do Greenpeace, quem acusa e acusa de forma desonesta ter a obrigação de vir defender os seu ponto de vista, não precisa se acobertar, nós fomos informados, não sei se é verdadeiro, que foi pedido segurança a Governadora, para que pudessem dar proteção ao representante do Greenpeace e que lhe foi respondido, está na mídia, que foi respondido que a segurança não poderia ser dado fora da Assembleia, uma coisa assim, está lá na mídia. Não acredito. Não acredito. Não veio porque não quis, não veio porque não teve coragem, não veio porque sabe que não tem base para sustentar aquilo que está colocando para o resto do mundo.

Esse documento que o Deputado Wandenkolk mostrou aqui, esse documento está na internet, está na rede mundial de computador, em inglês, para o mundo inteiro, para o mundo inteiro, para o mundo inteiro. E é verdade isso. Eu estou vendo aqui repetir o filme que já houve no passado, esse mesmo trabalho, Presidente Carlos Xavier, foi feito no segmento na indústria da madeira pelo próprio Greenpeace. Como deu certo, eles estão repetindo agora no setor da pecuária, estão repetindo no setor da pecuária.

Então, eu quero dizer, volto para Brasília e quero aqui fazer um apelo aos meus pares do Senado e da Câmara, independente de questão ideológica, de questão partidária, vamos votar pelo Brasil, nós não queremos devastar a Amazônia, não queremos derrubar, como aqui foi dito, nenhuma árvore a mais, não há necessidade disso. Nós temos e aí tem que ter o apoio do Governo, usar a ciência, a tecnologia, a inovação. E eu como Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, estou fazendo Audiência Pública sobre o uso da ciência, tecnologia e inovação no desenvolvimento da Amazônia, que é por aí que nós vamos usando a mesma área já alterada, já "antropizada" para poder produzir o dobro, o triplo do que produzimos hoje. E é isso que os países do primeiro mundo têm medo, tem medo do potencial do Estado do Pará, tem medo do potencial do Brasil, porque nós vamos conquistar os mercados que hoje são dominados por eles, e aí eu, para encerrar, eu peço, Senador Valter Pereira, comande no Sena-

do Federal, Deputados Federais da Câmara, vamos aprovar o Projeto de Lei que está lá, foi aprovado por unanimidade no Senado Federal, e está quatro anos na Câmara federal para ser aprovado que regulariza a situação de todos os produtores, basta que se faça compensação da reserva legal, segundo o zoneamento econômico-ecológico. Não precisa diminuir de 80%, seja mantido 80%, só precisa ser feito, só precisa ser feita compensação, nós temos áreas na Amazônia para fazer essa compensação, para fazer essa compensação. Mas vamos legislar, vamos legislar que é isso que nós precisamos fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, agradeço ao Senador Flexa Ribeiro que hoje ele fez até um discurso curto, colaborou efetivamente com o andamento dos trabalhos. E eu gostaria de passar a palavra ao Senador que é de Santa Catarina, mas que tem se dedicado inteiramente ao agronegócio durante todo seu mandato no Senado Federal, que é meu companheiro de bancada, Senador Neuto De Conto que já foi Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Reforma Agrária do Senado Federal.

Com a palavra o senador Neuto De Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Eu saúdo a plateia e saúdo a Mesa, o Deputado Presidente, Deputado Domingos Juvenil, a pessoa da nossa Governadora Ana Júlia e do nosso Presidente Senador Valter Pereira.

Saúdo para saudar todos os parlamentares desse eminente companheiro e amigo Senador Flexa Ribeiro que tem com a sua bancada do Pará honrado sua população, sua sociedade e dignificado o parlamento brasileiro.

Meu discurso vai ser pequeno. Vou falar um pouco do que representa a atividade da agricultura já conhecida por todos, vou revivê-la. Deus foi bondoso com nós, nos deu terra, nos deu água, nos deu sol, nos deu clima, tecnologia e o homem. E Deus... Desse complexo nós criamos agricultura, agropecuária, o agronegócio e que chegamos a produzir. Alimentamos 180 milhões de brasileiros, agricultura responsável por um terço no PIB nacional, 34% das exportações brasileiras saem da produção primária, 37% dos empregos do Brasil é do segmento. E o total do superável da balança comercial usou nos últimos cinco anos nasceram na produção primária. Ora, esse quadro ele nos leva a dizer de que, nós podemos ainda triplicar por três o que nós estamos produzindo, porque nós temos ainda 30 milhões de hectares de terras degradadas nas fazendas, 20 milhões de hectares de terra que podemos congregá-la, agricultura e pecuária, e só nos serrados. Sem agredir e sem desmatar, e sem agredir o Meio Ambiente,

podemos ainda ocupar 90 milhões de hectares terra para produzir. Esse quadro nos leva, esse quadro nos leva a uns dados fantásticos, a crise, que nós estamos vivendo parece que está passando, ela nos disse de que os estoques no mundo de comida estão quase a zero e é o primeiro e único caminho para o Brasil sair da recessão; é o primeiro para sair da recessão. A China e a Índia estão consumindo mais, a urbanização é uma realidade e a elevação dos ganhos nas cidades também é uma realidade. Consequentemente nós vamos ter, eu imagino, uma posição fantástica para o setor produtivo primário se nós tivermos a capacidade de conversarmos e buscar a legislação.

Eu li há poucos dias um relatório da FAO, que ele nos diz que em dez anos nós seremos 21% da exportação de carne suína, 61% da alimentação de carne bovina do mundo sairá do Brasil e 90% da carne de frango. Esses números nos leva a responsabilidade, a responsabilidade dos parlamentares, mas nos leva buscar a responsabilidade de todos os órgãos. Tenho dito ao Presidente Lula, de que o seu Ministro do Meio Ambiente devia ser o grande mediador, o interlocutor, aquele que vai buscar o entendimento no parlamento, aquele que não defende e sim vai buscar o entendimento com os ambientalistas. Aquele que poderia buscar com as ONGs conversação e junto também com o Ministério Público, pois o que nós queremos é defender o Brasil. Não tenho nenhuma dúvida que tanto ONGs como os ambientalistas, o Ministério Público e o parlamento querem defender o Brasil e os brasileiros, e se assim entenderam, terão a oportunidade de nos ajudar para que a proposta do Deputado Valdir Colatto, que se suspenda o decreto até o dezembro e faz com que a Amazônia seja igual para os demais Estados brasileiros e até lá apresentamos e votaremos uma proposta que sirva. E nós precisamos do Meio Ambiente, nós precisamos da economia, do alimento e nós precisamos honrar e homenagear o maior patrimônio que nós temos que é o ser humano.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, nós estamos ultrapassando todo o cronograma que nós estabelecemos e temos que tomar alguma decisão aqui. E eu gostaria aqui de fazer uma consideração ao ilustre representante do Ministério Público.

Nós assistimos aqui a indignação do representante do setor frigorífico. Aparentemente o interesse que ele sustenta é o interesse do setor frigorífico. No entanto, todos nós sabemos que se há um dano ao setor frigorífico, é inevitável a repercussão no setor produtivo. O produtor acaba sendo impedido de oferecer o seu produto, de ver o seu produto colocado no mercado. E

hoje, a despeito das crises que o setor agropecuário já vem sofrendo historicamente, nós temos uma crise financeira internacional que afeta duramente toda a economia do nosso país.

Diante nessa circunstância, diante do fato de que houve, efetivamente, conforme foi demonstrado com o documento lido pelo representante do setor frigorífico, no sentido de que o Ministério Público ao informar, ao notificar compradores, acabou afetando os negócios e afetando o setor produtivo. Nós aqui encarecemos, e queremos ouvir o Ministério Público nesse sentido, encarecemos em nome de todos os produtores que seja sustado a eficácia dessas portarias, e que seja constituída uma Comissão sobre a orientação da Governadora Ana Júlia e do representante do Ministério Público, uma Comissão constituída de representantes do setor produtivo, dos grandes produtores e dos pequenos também, representante do Ministério Público, representante do Estado, a fim de elaborar uma redação do TAC que seja exequível, que tenha eficácia.

Com isso o Ministério Público ao invés de ser questionado, ao invés de sofrer críticas que eventualmente possam ser desferidas a ele, tanto na Câmara, como no Senado, como na imprensa como em todos os setores produtivos em toda a sociedade, passa a ser um parceiro que vá receber a admiração e o respeito de todos. Este é o equilíbrio que nós entendemos que se faz necessário agora, o entendimento, o estender a mão, o reconhecer que o setor produtivo, como foi muito bem enfatizado pelo Senador Neuto De Conto, o setor produtivo é fundamental para a economia do nosso país. Ninguém vive sem comida e o setor, o agronegócio, a agricultura familiar, o produtor rural de maneira geral, cumpre esse nobre papel de atender a as demandas, de entender as necessidades de todo o nosso país e demandas de importantes segmentos do exterior. Então, como uma moratória desta ordem, tenho certeza absoluta que a paz será restabelecida no setor produtivo e é isso o que nós estamos preconizando todos os parlamentares que aqui estão presentes.

Então, eu gostaria de ouvir novamente o Ministério Público sobre essa proposta de uma moratória que vá até o final deste ano, quando então todos teriam neste calendário a convocação para subscrever um TAC que seja exequível, que seja palatável, que seja eficaz, para que concilie os interesses, tanto na produção quanto do Meio Ambiente.

Então com a palavra o ilustre representante do Ministério Público, o Dr. Potiguar, Dr. José Augusto Potiguar.

SR. JOSÉ AUGUSTO POTIGUAR: Sr. Presidente, eu até agradeço porque eu ia pedir a V. Exa. pela ordem para me manifestar novamente, até porque em

algumas falas o Ministério Público foi citado, algumas questionadas e algumas criticadas. Então pelo processo da dialética a gente tem, me parece, que recolocar algumas coisas.

Insisto de que nós não embargamos absolutamente nada. Na linguagem jurídica, embargo significa decisão judicial que proíbe algo, nós não fizemos isso. A recomendação não é uma intimidação, a recomendação é um instrumento previsto na Lei Complementar que regula a atuação do Ministério Público Federal. Portanto, um instrumento plenamente plausível, plenamente executável. Repito que, se ela foi atendida, é porque os seus destinatários perceberam com quem estava a razão no caso, que se está discutindo.

Quero também esclarecer que não fizemos não, um processo mal instruído, se tivéssemos feito um processo mal instruído, certamente não estaríamos hoje aqui sentando para conversar sobre ele. O processo está feito na seguinte linha: como disse, foram propostas ações judiciais e paralelamente recomendações. Não foi também cerceado o direito de questionamento de defesa, por quê? Porque o Ministério Público é o advogado que sustenta e que defende alguns interesses, então ele levou a Juízo o seu ponto de vista. O contraditório vai se dar no processo judicial, caso não haja o TAC. Então não há aqui em momento alguma postura fechada da instituição de negar qualquer tipo de diálogo, muito pelo contrário. Antes mesmo que saíssem alguma profundidade do fato, mas com uma simples notícia num jornal, eu fui procurado pelo Sr. Carlos Xavier através do senhor Walber Monteiro que está aqui presente, me pedindo para recebê-los, e eu os recebi dentro de 24 horas do contato que fui, que comigo foi feito. Então, não há não a hipótese de ausência de diálogo.

Também quero elogiar a fala do Senador que presidiu essa Sessão e do Deputado Valdir Colatto, que disseram sim, nós estamos cumprindo o nosso dever de buscar o que a legislação estabelece. Se a legislação meritariamente está errada, que se mude a legislação. Isso não compete a nós, compete à classe política, como o Senador Flexa Ribeiro disse da Tribuna, vamos legislar. Por isso eu não concordo com o que disse a nobre colega advogada, a assessora da frente parlamentar quando diz que se nós aplicarmos a lei nós vamos inviabilizar em 71% a atividade econômica nesse país.

Ora, repito mais uma vez não se pode alimentar a cultura de que a lei é feita para se descumprida. Do contrário, se vai continuar a alimentar contravenções como o jogo do bicho, você vai continuar a alimentar pirataria com os CDs da rua, porque a lei foi feita para não ser cumprida. Eu creio que essa não é a posição

de bom senso, a posição de bom senso é aquela que procura assim um atendimento. Agora o atendimento a partir da postura legal. Daí, Senador, lhe dizer que nós desde o primeiro momento, quando o Ministério Público Federal foi procurado por ilustre autoridade do Estado, Secretários Estaduais, com a proposta de suspensão da recomendação, isso foi dito com muita lealdade, não podemos fazer isso, por quê? Porque a recomendação foi posta relatando fatos que estão sendo objetos de massa judicial e com o apelo para que o destinatário dela, obviamente, acolhesse. Agora, o fato dela não poder ser retirada, porque suspendê-la é retirá-la. O fato dela não poder ser retirada, não impede que sentemos-nos à Mesa para discutir. É na conversa que podemos chegar a conclusões. Se há cláusulas que possam se tornar inviáveis, discutamos. *Data venia*, discordo de V. Exa. quando a V. Exa. Diz que o georreferenciamento é impraticável, até porque neste estado, o georreferenciamento, Excelência, é obrigatório. Há um provimento da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal do Estado do Pará, de 2003, que bloqueou a matrícula de todos os imóveis rurais nos Estado dada a uma presunção de muita grilagem no Estado. E para desbloquear esses imóveis que estão bloqueados, a Justiça exige, dentre outras coisas, o georreferenciamento. Então é evidente que o ele é exequível sim. Agora, volto a dizer, o TAC, isso pode ser sentando à Mesa e discutido. Então de forma muito segura, Senador, e muito leal, eu respondo a sua questão: Nós não temos como retirar a recomendação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É lamentável a resposta de V. Exa., e eu vou dizer mais uma coisa para V. Exa., o georreferenciamento é uma obrigatoriedade não só para Pará, para todo o Brasil e nenhum Estado do Brasil tem o georreferenciamento atualizado. Hoje para se conseguir o georreferenciamento no INCRA, tem que molhar a mão do servidor, senão não consegue. Infelizmente essa é a verdade nua e crua. Porque todos nós que operamos no Direito, e eu sou advogado também, eu vou dizer a V. Exa., existe lei eficaz e lei ineficaz. E infelizmente há uma enxurrada de leis ineficazes. Veja, por exemplo, a lei que proíbe dirigir embriagado, certo! Quanta gente, quanto motorista está dirigindo embriagado? Pois bem, aqui existe uma obrigatoriedade, ninguém pode fazer uma transação, aqui e alhures sem o georreferenciamento. Só que o georreferenciamento, o sujeito tem que entrar na fila, uma fila que leva seis meses, que leva um ano que leva dois anos, que leva cinco anos, essa é a realidade que nós estamos trabalhando.

Agora, veja o seguinte, V. Exa. Nega que esteja fazendo a notificação e está aqui: notificar a empresa Formosa Supermercados Magazine e Ltda.. Aqui é uma

notificação. Que cliente que compra, que cliente que vai no frigorífico sabendo que está sendo sancionado, porque aqui tem também uma ameaça de sanção. Quer dizer, então, essa notificação de V. Exa. está trazendo sim prejuízo a economia do Pará, está trazendo sim um dano inestimável para o setor produtivo, todos nós aqui sabemos, no adianta tapar o sol com a peneira. Agora é claro que V. Exa. tem a suas prerrogativas, e vai cumpri-las. E nós também como parlamentares somos... Nós viemos aqui não foi a passeio, nós não viemos aqui a passeio. Eu não caracterizo isso como a abuso de poder, não é, é prerrogativa. Aqui o Ministério Público pode usar a lei com o rigor sem levar em conta que a lei está lidando com seres humanos e pode ser, pode valer-se da lei, aplicar a lei dentro do equilíbrio, que é o que todos aqui querem. Ninguém aqui, nenhum parlamentar que usou da palavra, nem aqui nem fora, preconizou que deva ser abolido o império da lei. Nós queremos que seja cumprida a lei, mas nós queremos que haja na interpretação da lei, na fiscalização da lei, que haja o equilíbrio porque a lei está dispondo sobre a vida de pessoas, sobre a economia de um país que está em crise, uma crise que não foi nem criada aqui, mas que está sofrendo duros revezes. Então eu quero--

SR. JOSÉ AUGUSTO POTIGUAR: [2:45:45]: Senador, eu gostaria que V. Exa... Permite, só um esclarecimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Permito.

SR. JOSÉ AUGUSTO POTIGUAR: [2:45:47]: Que o Daniel trouxe a pouco. O georreferenciamento que está sendo pedido no TAC, não é do INCRA como V. Exa. está se referindo, é o georreferenciamento feito pelo próprio titular...

[vaia da plateia]

SR. JOSÉ AUGUSTO POTIGUAR: [2:46:08]: Dr. Daniel, o senhor pode, por favor, complementar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria que todos se contivessem nas manifestações, senão nós não podemos continuar. Continua, doutor.

SR. JOSÉ AUGUSTO POTIGUAR: Eu estou pedindo ao colega que explicite melhor, porque ele conhece detalhe do--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:46:24]: Nós temos um problema no Estado do Pará que foi reconhecido pelo Ministro da Agricultura ontem--

SR. JOSÉ AUGUSTO POTIGUAR: Isso facilita, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:46:29]: --que é a ausência de informações. Então, infelizmente hoje você não tem nenhum dado...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O cavalheiro, você pediu a palavra para quem?

SR. JOSÉ AUGUSTO POTIGUAR [2:46:35]: Presidente, ele é colega Procurador que está também a frente dos trabalhos, e que eu pedi para esclarecer a proposta do georreferenciamento, que creio que é uma proposta que vai ajudar no diálogo que vai ajudar no entendimento. Se V. Exa. permitir o colega continua falar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:46:52]: Tem uma ausência de informações no Estado hoje em que você não tem dados certos sequer sobre a localização das fazendas. O Ministério Público Federal, Senadores e Deputados, a gente tem noção da realidade, o Dr. Potiguar está aqui, nasceu e cresceu aqui, não faria exigências como essas que os senhores estão colocando. Tem que ser pontuado o seguinte, muito está sendo falado aqui nessa Audiência Pública hoje, sem conhecimento das negociações que já estão sendo realizadas e que já estão em fases finais de conclusão, inclusive, com a Governadora, inclusive, com frigoríficos envolvidos, inclusive, com fazendas frigoríficas.

Então eu acho que está sendo levantada muita coisa aqui agora em relação ao acordo, principalmente por membros parlamentares que não são do Estado e que podem estar preocupados, na verdade, não com a proteção aqui dos pecuaristas do Estado. Porque hoje, quantas vezes vocês escutaram aqui Senadores e Deputados vindo aqui defender o interesse de vocês? Eles estão preocupados em defender o interesse da ação do Ministério Público Federal que será estendida para todo o país. Então, em relação a tudo que está sendo falado aqui, já tem um entendimento--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:48:00]: Nós somos deputados do Brasil, você me desculpe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:48:03]: O acordo, a situação deve ser resolvida essa semana, no mais tardar no começo da semana que vem dentro do equilíbrio, dentro da ponderação explicando a exigência do georreferenciamento, dentro das ponderações de todos os Deputados, e todos os Senadores que foram aceitos pelo Ministério Público Federal, explicando a questão do georreferenciamento. É um georreferenciamento que é feito pelo próprio particular e o Ministério Público Federal não está exigindo que o INCRA aprove imediatamente. Esse prazo do INCRA pode ficar. E, inclusive, acolhemos, acolhemos sugestões da própria Deputada e do Senador Flexa Ribeiro na nossa reunião na Procuradoria, de que esse georreferenciamento fosse feito por regiões, fosse feito pelas grandes propriedades primeiro, tudo está assim

sendo acolhido no acordo e encaminha para uma solução rápida do problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria, eu gostaria... Eu gostaria de concluir aqui essa intervenção que tem o objetivo prático. Veja o seguinte, doutor, aqui na notificação que fora--

SR. GABRIEL GUERREIRO: [2:49:14]: Só para dar esclarecimento aqui, é fundamental para o programa. Georreferenciamento tem uma definição técnica e é a ligação de qualquer propriedade aos pontos da malha do IBGE.

Georreferenciamento não é pegar um GPS e marcar um pontinho, não, tem que estar relacionado aos pontos dos IBGE da tal georreferenciamento [ininteligível], isso é impraticável aqui no Pará, não tem os pontos, pouquíssimos postos [ininteligível] e havendo mais [ininteligível], não temos os aparelhos [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O deputado Gabriel Guerreiro ele colocou claramente a questão do georreferenciamento. Pelo que eu suponho, veja como é que necessário debater, veja como é necessário. Ali está sendo referido georreferenciamento que é um georreferenciamento de lei. Agora o Ministério Público esclarece que não é aquele georreferenciamento definido em lei. Portanto, o que eu quero dizer é que precisa sim ser constituído uma Comissão, ouvindo produtores, ouvindo técnicos para que se produza um TAC que reflita a realidade do Estado. Bom, eu gostaria de--

DEPUTADO PAULO ROCHA (PT-PA): [2:50:41]: Pela ordem Presidente. Presidente Valter, Deputado Paulo Rossi, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Paulo. Depois Deputado Paulo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [2:50:44]: Daqui a dois anos, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deputado Paulo, seja breve na sua questão de ordem.

DEPUTADO PAULO ROCHA (PT-PA): [2:51:06]: Seguinte, naturalmente que uma questão como essa, quando se passa a discutir a questão do TAC, tem naturalmente um conjunto de questões técnicas que nós não vamos resolver em uma Audiência Pública, certo? E às vezes até em informações distorcidas que vem nos discursos, e etc. e tal. Por exemplo, quem embargou o processo aí não foi o Ministério Público, foi o IBAMA. E o IBAMA não está na Mesa.

Então, Senador, eu sei que os Senadores, por acaso das suas agendas nos Estados estão querendo

do retornar. A minha proposta concreta é o seguinte: A gente... Na Presidência da S. Excelência, suspende a audiência por um tempo para os Senadores saírem com seus Assessores, e a Audiência Pública continua presidida pela Comissão de Câmara aqui, certo, para dar oportunidade de que os Deputados continuem falando, e inclusive, outras entidades e até os Deputados Estaduais que estão aqui também querendo contribuir.

No entanto, para gente não concluir a audiência que é uma audiência mista sem que estejam presente os Senadores, eu dou o seguinte encaminhamento, Presidente, daquilo que já foi acumulado no debate aqui. Eu estou vendo que realmente as partes não só radicalizaram em partes, tanto de um contra o outro, mas como há uma disposição grande de buscar solução para o problema, porque a consequência foi grave na economia no nosso Estado. E aqui, naturalmente, todos têm que ter esse bom senso de buscar saídas para resolver o problema do nosso Estado e o problema grave que está... Sem entrar nos méritos das questões que nós vamos buscar solução. Porque todo mundo há de convir que a democracia no nosso país ela é bem recente. E, portanto, o arcabouço jurídico, ele ainda é... Tem problemas, à medida que, por exemplo, a gente incluir no PAC, aí eu falo diretamente para os companheiros Procuradores a questão de trabalho escravo, há na Câmara, inclusive, uma proposta minha já há a 15 anos que nós não demos contas de solucionar, por causa dos conflitos de ideias de falta de acordo na legislação para poder segurar uma legislação acabada na questão do trabalho escravo, o mesmo como está sendo colocada a questão ambiental.

Então a minha sugestão é o seguinte, para gente solucionar este conflito, a gente não vai solucionar todos os problemas aqui, mas é bom que esse conflito acabou trazendo recados mil, é importante que a gente aprenda, tanto os Deputados, os produtores, os procuradores, enfim, todos estes, concretamente Presidente, eu faço a seguinte encaminhamento: Que a gente tire uma Comissão aqui com a representação de Governo do Estado, uma representação do Ministério Público, uma representação do Senado, uma representação da Câmara Federal, um representante dos produtores, um representante das indústrias da carne e um representante da Assembleia Legislativa.

Esta Comissão tem o papel de costurar esse TAC para parecido a gente sair desses problemas, e a base disso é aquela intervenção do nosso Deputado Colatto de que nós teríamos até o final do ano para buscar solução desse problema através desse PAC. Que a gente pode solucionar numa semana, em um

mês, em dois, mas que a base fundamental disso é essa questão da solução nesse problema.

Então, o encaminhamento concreto é o seguinte: A gente passa, doravante, a Audiência Pública ser presidida pela Comissão da Câmara, para dar chance dos Deputados continuarem debatendo, e os Senadores, aqueles que têm que retornar retornariam, e eu proponho a essa Comissão para poder buscar a solução do TAC.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O Deputado Paulo Rocha fez uma proposta sensata. E eu quero fazer o seguinte, nós vamos encerrar a participação da equipe que tem que viajar que é, são os Senadores de outros Estados que estão presentes e os Deputados e outros Estados, e vai seguir a Audiência Pública presidida pelo meu companheiro de Comissão que é Vice-Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, o Senador Flexa Ribeiro. Segue apreciando, inclusive, a proposta do Deputado Paulo, que eu achei que foi muito sensata, objetiva, mas depende da anuência do Ministério Público para que ela tenha eficácia.

Antes de deixarmos aqui o recinto, que nós já vamos encerrar essa primeira etapa, mas vai continuar a Audiência Pública. Antes de encerrar essa minha intervenção eu vou pedir aqui a Governadora Ana Júlia que faça a sua derradeira intervenção.

SRA. ANA JÚLIA CAREPA: Olha, até pela minha agenda eu vinha e apresentar e iria para outra agenda, mas eu em receita a todos, inclusive, agradecendo, não é, o Congresso Nacional, respeito a todos aqui eu fiquei. Mas só que eu não tenho mais tempo. Mas eu queria fazer uma ponderação aqui. Eu coloquei desde o início que nós tínhamos dois caminhos a seguir, um caminho que aponte para que nós possamos ter uma solução ou não.

Essa proposta de suspender a questão do Ministério Público, que eles estão... Isso nós já tínhamos colocado para o Ministério Público, o Procurador Potiguar aqui falou, ele respondeu de forma muito honesta ao Governo do Estado que não teria como fazer isso.

Então qual é o papel nosso de Governo? E aí eu faço esse apelo aqui para todos. Então, vamos procurar uma solução. Eu proponho que nós continuemos, nós estamos há quase três semanas reunindo o pessoal, e já avançamos, Procurador sabe disso, os procuradores sabem disso, os produtores sabem também, o Xavier, que estava aqui ao meu lado, ele colocou para nós várias vezes que o caminho é o TAC. Porque é o seguinte pessoal, os outras questões, veja bem, da mudança de lei, eu sei que nós precisamos fazer, mas nós temos uma situação emergencial a resolver, e a situação emergencial a resolver o caminho para

que ela seja resolvida é o termo de ajuste de conduta. É essa a proposta pessoal. Não tem, não tem outra proposta para resolver. Nós podemos criar Comissão para quê? Eu quero dizer para que nós possamos, inclusive, ver outras propostas de solução, de mudanças e tudo mais. Mas eu proponho, inclusive, uma questão prática. Amanhã de manhã nós continuemos, por quê? Porque já tem frigorífico que está pronto para assinar o TAC, portanto, nós já estamos no caminho da solução, eu poderia estar fazendo discurso político, mas eu quero solução para o meu Estado, porque eu tenho a responsabilidade de governar e de defender a economia desse Estado. É esse o apelo que eu faço, que a amanhã a gente continue, mas para que a gente possa fechar a questão do TAC, senão o impasse vai ser mantido.

É esse pedido que eu quero aqui fazer o registro, quero agradecer muito Deputado(sic) Valter, inclusive, vou levar o apelo para que a gente não continue perdendo para os Senadores para que não aprove tirar até a história do Pará do lugar, pessoal, assim também já é demais. Eu vou pedir para que não se aprove isso, que se deixe o Pará lá onde ele está na bandeira nacional. Está?

Então eu quero fazer esse apelo que a gente continue e que seja rápido. Nós não podemos esperar até o final no ano, não podemos esperar mais 15 dias, 20 dias, 30 dias porque a economia não suporta. É isso que eu quero, ter uma questão emergencial, as outras situações nós podemos tratar que com certeza vão contribuir para que nós possamos resolver o problema de todos.

DEPUTADO ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)

[3:00:03]: Presidente, Presidente. Senador Valter, uma questão de ordem, Senador Valter, Deputado Zenaldo Coutinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Eu no vou conceder a palavra pela ordem, senão eu vou perder o voo. Então eu gostaria--

DEPUTADO ZENALDO COUTINHO (PSDB-PA)

[3:00:15]: Não, mas é antes... Eu vou explicar porque, porque eu acho que é fundamental, viu Governadora Ana Júlia, é fundamental a presença de V. Exa. ainda nesse final de etapa com os Deputados, porque há questões que são emergenciais que envolvem esses compromissos de Governo que acabam redundando em prejuízos direto aos pecuaristas. Estou preocupado e eu gostaria de ponderar e fazer um apelo a sua permanência, pelo menos mais 30 minutos que alguns poucos parlamentares tem para falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Pois bem. Então, nós... Giovanni. Um minuto para o Giovanni cravado aqui no panteiro.

DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)

[3:00:51]: Um minuto cravado, apenas para dizer o seguinte--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Não tem mais palavras, não vou conceder a palavra mais para ninguém, vou conceder a um parlamentar só... Você é cidadão brasileiro, mas aqui nós estamos numa reunião oficial e não vou conceder a palavra.

Está negada a palavra, está negada, está negada. Aqui... Não vou...

DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)

[3:01:11]: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, a senhora Governadora do Estado--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Você fala depois da continuidade.

DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)

[3:01:18]: Tem que tirar esse rapaz daqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Pode falar Giovanni.

DEPUTADO GIOVANNI QUEIROZ (PDT-PA)

[3:01:21]: Sr. Presidente, muito obrigado pela oportunidade. Apenas vou dizer rapidamente o seguinte, queria dizer aos companheiros. Com relação ao Greenpeace, acho que aqui já foi bem explorado, não merece referência, pelo que ele causou de mal ao Brasil, principalmente lá fora na Europa e em outros países do mundo.

Eu quero lamentar, Sr. Presidente, vou concluir só para dizer o seguinte, eu acho que para Governadora, nós temos um outro caminho Governadora, nós temos esse da negociação que já está avançada, você viu um depoimento do próprio Ministério Público, e eu acredito que possa ser resolvido até amanhã. Mas tem um outro caminho também que nos deixa mais a vontade, porque tem um decreto nº 6695 que modificou no outro decreto 6514, e que diz assim, apenas, só mudou isso, o Parágrafo Único. O disposto no *caput* que dava prazo até dezembro para que todas as propriedades do Brasil pudessem se regular, diz assim: "*O disposto do caput, não se aplica a desmatamentos irregulares ocorridos no bioma amazônico*". Sr. Presidente, é descriminação da Amazônia, ou seja, no decreto 65, no decreto 6514 nós tínhamos o mesmo prazo do Sul, de Santa Catarina, nós tínhamos o mesmo prazo até dezembro para buscarmos nos regularizar. De repente vem esse decreto, esse decreto primeiro 6514, foi de julho de 2008. Em dezembro de 2008 modificaram, tirando nosso... O Ministro Minc, aquilo Ministro que todo mundo gosta aqui e sabe como é que é?

Então, Governadora, tem um jeito: revogar o decreto. Se formos ao Presidente em outro momento poderíamos ir ao Presidente da República e solicitar

dele revogar isso, porque é uma excrescência a exclusão da Amazônia.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que bom, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Marcelo, Marcelo? Bom, meus amigos, meus amigos, meus amigos, está encerrada a primeira parte da reunião--

SESSÃO ENCERRADA ÀS 19H.

Ata da 23ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada dia 14 de julho de 2009.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia quatorze de julho de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, LEOMAR QUINTANILHA, NEUTO DE CONTO, GILBERTO GOELLNER, RAIMUNDO COLOMBO, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, SERYS SLHESSARENKO, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): João Pedro, Gerson Camata, Kátia Abreu e Mário Couto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: ITEM1: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 264, DE 2006: (NÃO TERMINATIVO). EMENTA: Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências. AUTOR: Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "da Terra" (SF). RELATOR "AD HOC": Senador Raimundo Colombo. RELATÓRIO: Pela rejeição. OBS: Em reunião realizada em 26/5/2009, foi realizada a leitura do relatório e concedido vista coletiva – Senadores Paulo Paim e Jayme Campos. Não houve manifestação. A Matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as):

Gilberto Goellner, Leomar Quintanilha, Marisa Serrano, Delcídio Amaral, Romeu Tuma e Rosalba Ciarlini. Passa-se a votação da matéria, ocasião em que foi rejeitado o projeto pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO:** Aprovado o Parecer pela rejeição. À matéria será encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 32, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requeiro, nos termos do art. 90, II, do Regimento Interno do Senado Federal, audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de discutir sobre o plantio da primeira safra do milho transgênico autorizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio). Para tanto sugerimos que sejam convidados os seguintes especialistas: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Ministro Reinhold Stephanes; Ministério de Desenvolvimento Agrário – Ministro Guilherme Cassel; Secretária de Agricultura do Estado do Paraná – Sr. Walter Biachini; Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) – Sr. Walter Coli; Cataratas do Iguaçu Produtos Orgânicos/Gebana Brasil – Sr. Eduardo Mattioli. **AUTORA: Senadora Serys Slhessarenko.** No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Serys Slhessarenko e Gilberto Goellner. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. **ITEM 3: REQUERIMENTO Nº 33, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Requeiro, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, tendo como convidado o Titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Exmo. Sr. Guilherme Cassel, para trazer informações sobre os Programas “Mais Alimentos”, “Terra Legal Amazônia” e “Territórios da Cidadania”, de responsabilidade daquela Pasta. **AUTOR: Senador Augusto Botelho.** No encaminhamento, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Augusto Botelho, Romeu Tuma, Marisa Serrano, e Gilberto Goellner. **RESULTADO:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO:** Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura E Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 14 de julho de 2009, às 09 horas e 46 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): 23ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Não havendo manifestação em contrário, portanto, é dada como aprovada.

Informo à Comissão que o substitutivo aprovado ao Projeto de Lei do Senado nº 202/05, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei 8629 de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade, encontra-se em fase de recebimento de emendas. Até o encerramento da discussão dessa matéria em turno suplementar, o qual será realizado oportunamente.

A presente reunião destina-se à apreciação de matérias. Item nº 01. Projeto de Lei do Senado 264/06, não terminativo, de autoria da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra, que altera os arts. 161 do Decreto-Lei 2848, de 07 de dezembro de 1940, e o art. 1º, da Lei 8072 de 25 de julho de 1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências.

Em reunião realizada no dia 26 de maio, foi realizada a leitura do relatório pelo relator ad hoc, Senador Raimundo Colombo, sendo concedida vista coletiva, Srs. Senadores, Paulo Paim e Jayme Campos. Não houve manifestação. Em discussão. Os Srs. Senadores--

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu gostaria que estivesse aqui presente a autora do projeto, pelo menos, já que o relator não se encontra. Em vista de... Por consideração à Senadora Kátia Abreu, que não se encontra presente, e nem o relator, Senador Delcídio Amaral, muito menos, o relator ad hoc, Senador Raimundo Colombo, eu, em conversa com a Senadora Kátia Abreu, ela está querendo colocar um voto em separado sobre esse assunto, modificando possivelmente a classificação do crime nos esbulhos possessórios. Então, em vista disso, eu pediria a retirada do projeto, mais uma vez, mas em caráter que viesse a ser definitivo, para que numa próxima reunião, pudéssemos aqui analisar e dar uma finalização a esse projeto, ou pela aprovação com voto em separado ou pela rejeição.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Com a palavra, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Eu gostaria de informar o seguinte. O projeto é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito que tratou da questão da terra. E não cabe mais vista. E não é terminativo. Eu acho que o parecer do relator, Senador Delcídio Amaral, é no sentido da rejeição. E esse parecer foi corroborado pelo relator ad hoc, Senador Raimundo Colombo. De sorte que entendo ser desnecessária qualquer procrastinação. Acho que a matéria já amadureceu o suficiente para ser colocada em votação e acho que poderíamos já submetê-la a voto, salvo opinião contrária do douto Plenário.

Com a palavra o Senador Leomar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-

TO): Sr. Presidente, não houve pedido de vista coletiva?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Houve, mas venceu hoje. Está vencido o pedido de vista coletiva. Então, acho que poderíamos colocar a votos o parecer do relator, que é pela rejeição. Na minha avaliação pessoal, essa matéria não melhora o ordenamento jurídico pertinente--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu que pedi a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Com a palavra a Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Eu acredito que quando o Senador Goellner pede para retirar novamente de pauta, acho que esta Comissão pode e deve, dentro de todo o trabalho que nós fazemos, com calma, com mais apoio e, principalmente, com mais conhecimento, a gente possa votar. Eu, ontem, conversei com o Presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do nosso Estado Mato Grosso do Sul, Dr. Ademar. E ele me pediu, pelo menos, esses 15 dias que nós teríamos de recesso, que eles pudessem marcar várias reuniões no Estado para discutir o Código Florestal e ele levaria essa questão também que fora dessa... Da questão do Código Florestal, ele trabalharia a questão do esbulho. E que na primeira reunião de agosto, também teríamos mais embasamento para isso. Pelo menos, em vista daquilo que eu conversei ontem em Mato Grosso do Sul, eu achava que nós podíamos dar esses 15 dias. Mas aí, Presidente, sair de pauta e só entrar nisso. Todo mundo concorda que é pra votar hoje, aí põe em pauta e vota de uma vez. Para não ficar esse negócio de entra e sai, entra e sai. É um acordo nosso, do Plenário, para colocar em pauta, se todo mundo está disposto a votar. Para ninguém mais...

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Eu acho, Senadora Marisa, se o Plenário entender assim, eu não tenho nada a divergir. Todavia, eu acredito que essa matéria já é madura. Já tem todas as condições. E o Senador Delcídio Amaral elaborou um voto que é consistente no sentido da rejeição, nos termos em que é proposta. Portanto, eu acho que nós votássemos hoje, ganharíamos o tempo que vamos perder aí se não fizermos o voto. Se não fizermos a aprovação.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-

TO): Sr. Presidente, embora também considere consistente o voto apresentado pelo eminente Senador Delcídio Amaral e V. Exa. coloca com muita propriedade que a decisão contrária à definição do voto do Senador Delcídio, não alteraria a situação jurídica da questão. Entretanto, embora não seja de caráter terminativo, por isso mesmo, não exige quorum qualificado para votar, mas eu sinto que entre os pares há certa dúvida e um certo interesse de ouvir, pelo menos, a manifestação daqueles que solicitaram a vista coletiva, a vista, quem sabe apresentaria um voto em separado, que merecesse a atenção desta Comissão. Então, eu apelo a V. Exa. que seja condescendente e conceda, pelo menos, mais uma sessão de prazo para a apresentação desse voto em separado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Bom, se é da vontade do Plenário, não havendo nenhuma divergência, então, nós vamos retirar da pauta e incluir na próxima... Na próxima ou nas próximas, como propôs a Senadora Marisa Serrano. Requerimento... Item nº 02. Requerimento de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que pede nos termos do art. 90-2 do Regimento Interno, a Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de discutir sobre o plantio da primeira safra do milho transgênico, autorizada pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, CTNBio, com os seguintes convidados e especialistas: Ministério da Integração Pecuária e Abastecimento, Ministro Reinhold Stephanes, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministro Guilherme Cassel, Secretária de Agricultura do Estado do Paraná... Aliás, Secretária, na pessoa do Secretário Valter Bianchini, Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, na pessoa do Sr. Walter Coli, e Cataratas do Iguaçu – Produtos Orgânicos, GEBANA BRASIL, Sr. Eduardo Mattioli.

Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko, autora do Requerimento.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora. O Requerimento que eu avalio da maior relevância pelos dados que temos tido, pelo menos, pela imprensa, até

o momento, do que está acontecendo com a questão do milho. Ou seja, é bem diferente da soja transgênica que é possível de ser separada a convencional da transgênica, o milho já é muito mais difícil. E, inclusive, estão reclamando já a questão da mistura realmente. Está muito difícil de separar o milho que é convencional do que é transgênico. Então, precisamos discutir isso com profundidade pra gente ver como é possível ser feito este controle. Porque, sem esse controle, daqui a pouco nós vamos começar a ter prejuízo econômico, prejuízo para a população, de toda sorte. Aquele que quer comprar um produto proveniente do milho convencional, não vai saber o que é convencional e o que é transgênico, e a mesma coisa para a exportação. E o mercado, a gente sabe, que ele está exigindo que isso seja separado. O convencional se saiba que é convencional, o transgênico se saiba que é transgênico. Então, os prejuízos econômicos, pelo menos, que estão chegando até nós são bastante significativos e acho que esta Audiência Pública é da mais alta relevância.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Para discutir. Eu gostaria de propor à requerente e fazer... Pedir proposição conjunta, de minha parte, e propor que seja feito em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, da qual consta hoje do Item nº 03 da pauta por Requerimento da Senadora Marina Silva uma Audiência Pública idêntica. E até alguns convidados, os mesmos. Então, acho que nós poderíamos abreviar até esses convidados e fazer uma sessão conjunta, uma Audiência Pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, aprová-la, agora, lá, a próxima, Senadora, aprovar. E eu só pediria, gostaria também de propor, que dentro desse processo de segregação que é necessário para os produtos agrícolas transgênicos, que se coloque também pessoas diretamente ligadas ao armazenamento e produção.

Porque o grande problema que se levantou lá, no dia 10 de maio, no jornal Folha de São Paulo, foi que o país perde o controle dos transgênicos. E perde porque não há armazém suficiente para a armazenagem do milho, que ele coincide com a colheita de soja e faltam armazéns. E o Estado do Mato Grosso, é sabido que hoje, não tem lugar nem para o milho de qualquer espécie. Já estão colocando até ao tempo, ao céu, ao relento, por falta de armazéns. Porque as grandes traders compradoras de soja, elas não querem receber o milho, porque o milho é escoado muito lentamente. E impacta a armazenagem do produto principal deles que é a soja. Então, eu vejo que é uma questão de segurança, porque há mercado de milho, poderá haver

mercado de milho não transgênico, assim como há de soja, e eu gostaria de propor a inclusão, ou até a análise dos componentes da Senadora Serys, porque produtos orgânicos não convergem... Eles convergem com produtos não transgênicos. Aliás, transgênicos. Porque o milho transgênico que existe no país dispensa o uso do principal que é o defensivo, que é a grande vantagem do milho transgênico.

Então, a grande vantagem é ele ser resistente a uma lagarta. E o produto orgânico converge. Então, nós precisamos... Eu vejo incluir ou avaliar bem, trazer pessoas que consigam nos elucidar a parte de segregação de armazenamento e venda desse produto em separado, que é o milho. Assim como se faz hoje com muita dificuldade também com a soja. E eu proponho o nome do... O representante da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais, a ABIOVE, o representante da ABIOVE ou o seu Presidente, e um representante do setor produtivo, que seria o Presidente da Federação da Agricultura do Estado de Goiás, a FAEG, Sr. José Mário Schreiner. Então, seriam esses dois. Ou alguém próprio também do Estado do Paraná, da organização das cooperativas, da OCEPAR, que é o representante do sindicato da organização da OCEPAR, o superintendente, Sr. Nelson Costa.

Agora, eu vejo que, como já tem cinco, nós teríamos que pedir conjuntamente à Senadora Serys e também à Senadora Marina que também tem lá os seus próprios convidados que se faça uma avaliação para que haja o contraditório nesse processo. Porque convidar Ministro, Ministros da Agricultura ou do MDA, poderia ser um Ministério. E nós temos como compor isso aqui, quem sabe, para ter a palavra de quem armazena, como a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, são as cooperativas as grandes armazenadoras no Estado do Paraná que é o Estado que mais planta milho, então, essa é a nossa proposta, Sr. Presidente e Senadora Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de dar uma sugestão, Senadora Serys, que seria o seguinte. Nós temos percebido que toda Audiência Pública onde são ouvidas mais de quatro autoridades, não têm se revelado produtivas. Então, eu acho que nós tínhamos que estabelecer aqui, como premissa para essas Audiências Públicas um teto de quatro expositores. Então, V. Exa. poderia, em contato com o Senador Gilberto e a Senadora Marina, definir os nomes e aí então realizaríamos a Audiência conjunta, mas observando este critério de número, o que é fundamental para a eficácia da reunião.

SENADORA SERYS SLHESARENKO (PT-MT): Sr. Presidente, antes de falar um pouquinho sobre essa questão, gostaria de saudá-lo pela Audiência Pública

que nós realizamos ali no Petrônio Portela, na semana que passou, sobre a questão do extensionismo rural. Foi extremamente produtiva, extremamente frutífera, eu diria, muita gente, tivemos lá umas 300 pessoas, e acho que foi bom para o Brasil. E o senhor realmente coordenou com muita competência técnica e compromisso político. Foi assim muito, muito bom mesmo. Foi elogiado por todos... Todo o Brasil que lá esteve, nas representações. Só para dizer que realmente a gente não para, não. A gente está sempre trabalhando. E essa Audiência Pública realizada sob a sua Presidência na semana passada foi uma das melhores, eu diria, mais frutíferas. Até porque os encaminhamentos estão sendo feitos aos governadores, que acho que é o mais relevante toda a história.

Com relação a esta Audiência Pública sobre a questão da transgenia do milho, para resumir, acho que são duas questões aí. Uma, que a gente teria que conversar com a Senadora Marina, ver se realmente ela acha que tudo bem, não é, Senador Goellner, Gilberto Goellner, companheiro lá de Mato Grosso, conversar com a Senadora Marina, ela dizendo que tudo bem, pra mim, não tem nenhum problema. A gente conversa os três, eu, o Senador Goellner e a Senadora Marina, e a gente chega ao entendimento desse número.

Eu concordo com o senhor. Um número acima de quatro não se torna produtivo, acima de quatro pessoas na Audiência Pública. Com relação à questão do armazenamento, senador, eu não sei se precisa acrescentar... Pode até acrescentar, mas eu não vejo tamanha necessidade porque as pessoas que vêm para essa Audiência Pública, o armazenamento está relacionado ao mapa, está junto com o mapa, o Ministério da Agricultura e, com certeza, isso será tratado pelas pessoas que estiverem presentes. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Então, eu acredito que o seguinte, nós vamos sobrestar esse requerimento a fim de que seja definido entre os três, qual será o número, que será de quatro, mas quais serão os representantes a serem chamados. Com isso vamos realizar uma audiência mais produtiva.

Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu vejo que... Eu não entendi. Nós poderíamos aprovar a Audiência Pública, o tema, e deixar os convidados a serem--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Estabelecidos previamente quatro, e cujos nomes serão definidos pelas partes.

Então, em votação o requerimento. Não havendo manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

Senadora Marisa, gostaria da atenção de V. Exa. para o seguinte fato. Foi arguido aqui, anteriormente, que seria necessária ou a presença do relator ou a presença de algum daqueles que pediram o sobrestamento da apreciação do Item nº 01, que é o projeto do esbulho possessório. E está entre nós agora o Senador Delcídio Amaral, que é o relator da matéria. Então, eu acredito que nós deveríamos ouvi-lo sobre a manifestação que ele consignou nesse projeto e tomar uma decisão em cima daquilo que ele... Que ele vai se pronunciar. De acordo? Senador Delcídio.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu tinha pensado, Senador Valter, que nós tivéssemos decidido.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Foi decidido em função da ausência dos três. Não estavam presentes os dois que pediram a Audiência Pública e o relator.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): A minha questão não era a presença, era a questão de nos dar um tempinho a mais e chegarmos a um acordo interno entre nós. Não era, necessariamente, a presença. Pelo menos, foi essa a minha intenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas a Comissão não quer ouvir o Senador Delcídio? Acho que seria importante que ele já falasse, manifestasse o voto dele e depois a gente... Porque, na verdade, até agora, não existe um parecer alternativo. Foi aberta vista e não foi oferecido o parecer alternativo. É por isso que estou insistindo que nós deveríamos ouvir o Senador Delcídio, que é o autor do voto condutor nesta matéria.

Com a palavra o Senador Delcídio.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, esse projeto, esse projeto é só para historiar, acredito que a maioria dos componentes aqui da Comissão de Agricultura tem conhecimento, esse é o Projeto de Lei do Senado de nº 264. Ele surgiu, especificamente, de uma CPI que aqui aconteceu, denominada CPI da Terra, que analisava, entre outras coisas, a questão da Reforma Agrária, questão dos movimentos sociais diretamente envolvidos... E Sr. Presidente, eu fui indicado como relator, apesar de não ter participado da CPI, eu fui indicado como relator desse projeto.

E a minha posição, Sr. Presidente, eu quero só registrar aqui, da análise, como V. Exa. já comentou inicialmente, o 264 tipifica a conduta de saquear, invadir, depredar ou incendiar propriedade alheia, ou manter, quem nela se encontra, em cárcere privado, com o fim de manifestar inconformismo político, ou de pressionar o Governo a fazer ou deixar de fazer alguma coisa. A pena prevista é de reclusão de três a dez anos. É im-

portante registrar, Sr. Presidente, eu também não vou ler toda... Mas a minha preocupação é com relação à criminalização das manifestações políticas atribuídas a movimentos sociais, que não harmonizam com os princípios próprios do Estado Democrático de Direito, no qual os cidadãos devem ter liberdade para lutar pela concretização de seus direitos.

Obviamente, claro, Sr. Presidente, isso não significa que em casos de excessos, em que o intuito foi, de fato, esbulhar a posse do proprietário, afastando-se, desse modo, da finalidade de manifestar inconformismo político, os invasores não possam ter sua conduta tipificada nos termos do art. 161 do Código Penal. V. Exa. é jurista, sabe, conhece muito bem isso. Esse entendimento também, Sr. Presidente, ele vale para outras situações. Por exemplo, havendo efetiva depredação de bens dos valores relevantes para a vítima, os participantes do MST, por exemplo, deverão responder por crime de dano, que é o art. 163 do Código Penal e poderão ser condenados na esfera civil, a arcarem com os prejuízos.

Não há dúvidas também de que podem ser responsabilizados por crime de sequestro e cárcere privado, caso tolham a liberdade de outrem. É o art. 148 do Código Penal. Portanto, a minha posição, Presidente, é a posição sensata. É pela rejeição dessa matéria, porque nós já temos no Código Penal as situações necessárias para fazer frente a questões que se desviem do protesto político ou das liberdades democráticas. Esse projeto aqui já foi, já voltou, já pediram vista... Isso aqui é uma verdadeira novela. Portanto, eu acho que nós deveríamos aproveitar a oportunidade, aqui, desta Reunião da Comissão de Agricultura, e votar este projeto e votar pela rejeição. Encerrar esse assunto. Se surgirem novos projetos, que aqueles que, eventualmente, queiram discutir ou propiciar uma legislação adicional para fazer frente a esse enfrentamento com movimentos sociais, o que eu acho, absolutamente, insensato, que o façam. Mas nós precisamos derrubar esse projeto que isso aqui já foi longe demais e meu voto é pela rejeição.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu quero, em primeiro lugar, parabenizar o Senador Delcídio Amaral pela sensatez do seu relatório. Que, realmente, ele sabe dos excessos dos movimentos sociais do MST e outros em invadir propriedades. O esbulho possessório, por si, é ato que é criminalizado pelo Código Penal. A verdade é que esse projeto tem como principal convergência a inibição da invasão. A

inibição. Porque, sendo crime hediondo, seria uma forma de evitar os excessos de invasão, de esbulho possessório que fazem esses movimentos. E eu concordo, então, que como se trata de algo que tipifica o crime de uma forma absoluta, como hediondo, e que existem por si outros processos aonde o crime hediondo se adequa completamente no país, e esse não é um caso específico, porque ele é previsto no Código Penal, de forma criminalizatória, eu acho que nós devemos realmente votar o projeto, acompanhar o relator e dar uma solução definitiva e não enquadrá-lo como crime hediondo. Essa é a nossa posição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra o Senador Tuma, posteriormente, Senadora Marisa e, depois, Senadora Rosalba.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Peço desculpas aí pelo atraso, estava fazendo um levantamento de interesse pessoal e do Senado, de algumas matérias que têm distorcido completamente a atividade, principalmente, da 1ª Secretaria, que é uma agressão desnecessária, mentirosa e falsa. Então, eu tenho que fazer os levantamentos para poder não se explicar, mas para que os amigos do Congresso saibam que o teu comportamento é digno de respeito. Qualquer dúvida você tem obrigação de esclarecer. Mas mentira, não dá nem para justificar. Então, eu peço desculpas. Mas eu quero dizer a V. Exa. que transformar em crime hediondo, realmente, é muito difícil. O que a gente tem que apelar, Senador, Senadora, aqueles que são da área agrícola, Mato Grosso e... É o cumprimento da lei. Evitar que haja o esbulho possessório.

A ação imediata da determinação judicial tem que ser cumprida. Agora, às vezes, os movimentos sociais... Está cheio de vítima ali que seguem a orientação do líder, que quer confusão mesmo. Então, provavelmente, nós poderíamos sacrificar pessoas inocentes que estão sendo usadas no comportamento. Agora, se não houver uma ação correta, rápida da Justiça e cumprimento dos governadores, das decisões judiciais, sem dúvida nenhuma, eu acho que a gente vai pagar um preço muito alto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Senador Valter, estava conversando aqui com o Senador Goellner e achamos que podemos votar essa proposta hoje. Então, retiro aquilo que eu tinha colocado antes, manifestando sempre a nossa preocupação. V. Exa., o Senador Delcídio e eu, que somos de Mato Grosso do Sul, como os outros estados brasileiros, estava acompanhando questões como essa, de uma pressão forte, de alguns movimentos sociais, o MST

principalmente, em cima daqueles que produzem, que estão no campo, que estão produzindo.

A coisa mais triste que a gente tem é um estado rico como o nosso passar pelas estradas e ter aquela quantidade e quantidade de barracos de lona acampados, pressionando o governo. Pressionam por quê? Pressionam por políticas sociais ou pressionam por Reforma Agrária. Mas, como não pode pressionar o governo, não podem estar lá dentro do governo, estão pressionando os produtores rurais, para que os produtores rurais pressionam o Governo na direção contrária. Então, é algo *sui generis*. Quer dizer, eles pressionam o contraditório ali, para pressionar o governo para resolver a favor deles. O que é ruim, quando pega o que o Senador Tuma disse aqui, um governador ou uma governadora que não dá reintegração de posse, e não cumprem a lei. Aí é difícil mesmo a gente viver num país que a lei não é cumprida.

Agora, não é só nesse caso. No nosso país há um movimento nacional de não cumprimento de leis. Vem desde o Presidente da República até o mais baixo. Ninguém aqui quer cumprir mais lei. Então, esse esgarçamento dessa moralidade brasileira está ficando muito ruim. Então, eu acredito que se nós fizermos lei para ser cumprida e se todos cumprirem a lei, acho que, não precisaríamos ser tão drásticos em alguns itens. Esse, por exemplo, se é uma... É ainda um... Da ditadura, a gente fala assim, tem um ranço da ditadura ainda, quando fala a manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas, nos dá o ranço aqui da ditadura. Então, é claro e evidente que a gente quer uma legislação mais clara e mais moderna, desde que, seja cumprida. Então, vamos, como disse o Senador Goellner, vamos votar e esperando que essa... A legislação brasileira seja, realmente, cumprida. Principalmente, em cima daqueles que produzem nesse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sr. Presidente, eu gostaria também aqui de expressar minha opinião pela rejeição. Porque realmente todos os... O que está colocado aqui como crime no art. 20 já estão dentro do código... Das leis brasileiras do Código Penal como crime, e que tem, realmente, as suas punições. O que falta, realmente, é que se cumpra a lei no caso dos excessos. Mas transformar em crime hediondo isso vai cercear o direito de manifestações daqueles que, pacificamente, daqueles que mostram sua insatisfação, que lutam por uma causa, sem que, realmente, não promovam nenhum excesso.

Mas, exatamente, essa é a nossa opinião, que nós devemos fazer com que aqui, o nosso apelo é que a lei

seja cumprida, que o Governo, a Justiça, realmente, nos casos onde há excesso, haja realmente o cumprimento da lei que já existe. Que a reintegração de posse nos casos seja realmente cumprida, que no caso de agressões e de tanto... Tanto as agressões podem ser de um lado ou de outro. Isso também tem que ser coibido pela lei que já existe. Jamais transformar em crime hediondo porque vai cercear de uma maneira total, tirar a liberdade daqueles que estão numa manifestação por insatisfação de políticas da sua área ou por se sentirem de certa forma injustiçados e o que nós precisamos nesse caso é dar o direito democrático para que possam expressar as suas opiniões.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Na verdade, eu acho que nós precisamos é evitar uma banalização dos chamados crimes hediondos. Os crimes hediondos são aqueles que causam repulsa. Por exemplo, num esbulho possessório pode até existir algum tipo de violência, de tal monta que se configure o crime hediondo. Mas o esbulho possessório, por si só, tem que ser aquele que está previsto na legislação vigente, que é o desrespeito à propriedade, à violação do direito da propriedade, a invasão, essas coisas que estão já previstas na legislação. Mas o crime hediondo é uma tipologia diferente. É aquele que traz requintes de crueldade, que traz horrores que a sociedade realmente sente quando são noticiados.

Esses são os crimes hediondos. Nós não podemos colocar numa cesta tudo aquilo que realmente existe de desrespeito à legislação e tipificando tudo como crimes hediondos. Eu acho que é correta a decisão do Plenário, a interpretação que o Plenário faz sobre esta questão. Acho que até é possível reforçar um pouco mais a proteção ao direito de propriedade, que é um direito constitucional, que é um direito legal, etc. Mas não colocar tudo na cesta dos crimes hediondos.

Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para deixar bem claro, pra que não fique nenhuma dúvida. Nós não estamos aqui querendo passar a mão na cabeça das invasões, das agressões, dos saques... De forma nenhuma. Nós achamos que, realmente, não pode ser como o senhor colocou, com o seu conhecimento jurídico não podemos é banalizar a questão do crime hediondo. Porque todos esses outros crimes já estão dentro da legislação vigente. E que nós temos que, realmente, proteger a propriedade no sentido de que haja o direito, também, daqueles que têm... De serem protegidos, sim. Mas não, de certa forma, de... Porque pode passar a imagem de que nós não estamos... Na hora... Incentivando. Na hora que não estamos favoráveis a que se tipifique como crime hediondo,

que estejamos incentivando. De forma nenhuma. Nós estamos, claro, respeitando o direito dos que podem se manifestar, mas de forma pacífica, de forma ordeira. Saiu da ordem, que seja cumprida a lei dentro do que a legislação já determina.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Não havendo quem queira discutir a matéria, submeto a votos. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro, registrar aí as várias... Os posicionamentos muito lúcidos da Senadora Marisa, da Senadora Rosalba, do Senador Tuma, do Senador Gilberto Goellner, fico... Também gostaria de ouvir dos meus companheiros do PT, mas os dois não fizeram comentários, portanto, eu entendo que estão, absolutamente, de acordo--

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Absoluta e totalmente de acordo. Como os Democratas se posicionaram tão politicamente correto, do meu ponto de vista, não precisava nem dar meu depoimento. Totalmente favorável.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso mostra que os Democratas do PT...

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS): Agradecer, Sr. Presidente, também as ponderações de V. Exa., acho que nós tomamos uma decisão correta. Esse projeto já vinha se arrastando, acho que, as ponderações aqui feitas foram importantes sobre a questão do cerceamento das liberdades, da liberalidade de expressão, e como a Senadora Rosalba disse, isso vale para os dois lados. E essa questão de criminalização de movimentos, às vezes, o discurso é muito simples, mas hoje o Brasil, em função de tudo que nós fizemos, de tudo que nós conseguimos consolidar, sob o ponto de vista democrático, todos nós sabemos e temos consciência de que a justiça tem os instrumentos necessários, como disse o Senador Tuma.

Nós precisamos é fazer cumpri-los. Mas não criminalizar movimento social, porque isso aí é andar completamente na contramão. Eu quero parabenizar V. Exa. e pedir autorização para V. Exa. que eu tenho que ir à Comissão de Assuntos Econômicos porque eu sou relator também lá, então, se V. Exa. me autorizar eu me retirar aqui do recinto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem-na.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Realmente, precisava que ele fizesse a leitura do parecer dele e a defesa, porque esse projeto precisava ter um desate. Então, houve oportunidade de produzir um substitutivo. Aqueles que requereram o sobrestamento, não elaboraram nenhum substitutivo. Vencido o prazo e, estando presente o relator, nós tínhamos que votar o voto... Aliás, a manifestação do ilustre relator.

Vamos ao Item nº 03. Antes, pela ordem, Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Supremo já se manifestou sobre o crime hediondo. Era sem progressão. Eles não aceitaram e hoje tem progressão. Há outro projeto do Demóstenes para discutir esse aspecto de aumentar o tempo para início da progressão da Lei de Execuções Penais. Então, o Supremo já vê com um pouco de cautela o problema do crime hediondo, que ela tem que ser bem enquadrada e tem que ser grave, como V. Exa. diz. Porque nós temos aqui, senador, senadora, todos, é que a cobrança sobre os governantes que não cumprem decisão judicial, ser processado por omissão. Então isso que... A responsabilidade é do governante que deixa de cumprir a decisão judicial. Está certo, Senador Goellner? Se não cumprir é omissão. Tem que processar o governador, e não o movimento. Então é isso, Sr. Presidente. Nós temos que nos acautelar, realmente, para cumprir com justiça e respeito aos direitos individuais.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu agradeço as manifestações de V. Exa., e antes de passar ao Item nº 03, eu gostaria de comunicar ao Plenário que, dentro de alguns minutos, nós vamos dar início à reunião que estuda as metas do milênio, e esta reunião terá o objetivo de eleger a sua Mesa Diretora. Presidente e Vice-Presidente.

Então, terminando esta sessão nós já vamos para a reunião das metas do milênio. Da comissão das metas do milênio. Item nº 03. Requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho, que pede a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Agricultura, tendo como convidado o titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Exmo. Sr. Ministro Guilherme Cassel, para trazer informações sobre programas Mais Alimentos, Terra Legal Amazônia, e Territórios da Cidadania, de responsabilidade daquela pasta.

Em discussão. Com a palavra o autor do requerimento, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu pedi esta audiência porque esses três programas, são programas que vão direto em auxílio

à agricultura familiar e à organização dos produtores rurais. Esses territórios da cidadania, reúnem vários Municípios e fazem programas conjuntos, comuns, para tentar desenvolver aquela região. Programas estruturais dos Municípios. Dos Municípios e das pessoas, da agricultura familiar. Esse Mais Alimentos é também uma grande oportunidade do pequeno produtor produzir, de ter mais acesso ao crédito, e eu fiz esse requerimento no intuito de trazer a esta Casa esses programas para todos tomarem conhecimento e discutirem.

Eu acho que esse é um caminho que o Ministério do Desenvolvimento Agrário tomou que, realmente, está mudando a qualidade de vida dos agricultores familiares. Então, ele merece ser discutido aqui e ser trazido, porque eu não tenho assim... Pra mim, o pequeno agricultor familiar é um agronegócio também que ele tem. Então, o Mais Alimentos está organizando, está estruturando, está levando preço mínimo para produtos que antes não tinham nem preço mínimo... É uma discussão muito ampla e que está ajudando a sociedade. Nós, que vivemos na área agrícola, sabemos da importância disso. Por isso que eu gostaria que o Ministro viesse aqui pra gente discutir nesta Casa e todos os senadores tomassem conhecimento e algumas ideias que surgissem para ajudar também os programas. O meu objetivo principal é esse. Porque eu acho que está havendo uma mudança na qualidade de vida da agricultura familiar depois da implantação desses programas.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para discutir. Senador Augusto Botelho, acho perfeito o requerimento--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Acho que V. Exa. só exagerou num aspecto. V. Exa. está admitindo que já está havendo mudança. E eu acho que pode até admitir uma expectativa de mudança, mas a efetiva mudança ainda está só no discurso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Valter, quando um pequeno agricultor consegue comprar um trator, que já compraram milhares de tratores, isso já é uma mudança. Imagina que antigamente pequeno agricultor não tinha acesso a crédito de trator. Houve uma... Dentro desse programa houve um acordo entre os produtores de tratores pequenos e... Que permitiu que eles comprassem. Isso já é uma mudança. Quantos tratores eles já são propriedade? Isso já é uma mudança que já estou vendo. Esses territórios da cidadania, fizeram um território no sul do meu estado

que está ajudando os pescadores, os agricultores, a vinicultura... Muitas coisas--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Vou indagar aqui a vizinha de V. Exa., a Senadora Marisa, se ela tomou conhecimento que algum pequeno agricultor ou agricultor familiar adquiriu alguma máquina com esses recursos. V. Exa. sabe disso ou não?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Por isso que a gente tem que vir aqui, para dizer quantos já foram adquiridos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente. E eu fico feliz com a informação de V. Exa. que, de repente, nós estamos cochilando lá no estado. E se estivermos cochilando, nós temos que acordar. Talvez seja, realmente, oportuna a vinda do Ministro aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu tinha iniciado falar, V. Exa.--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Me perdoe, Senador.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não vou passar por cima da senadora, mas nem morto. Se ela quiser falar...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não. Termine o pensamento.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só queria chamar atenção rapidinho, Senador Augusto Botelho--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Me desculpa a desatenção, mas é que eu enxergo melhor com o olho esquerdo. Então, enxerguei a Senadora Marisa.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, o senhor enxerga melhor a beleza do que a feiura.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): O lado esquerdo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas é só para ver com o Senador Augusto Botelho, porque o Item nº 02 já convoca o Ministro de Desenvolvimento Agrário para vir aqui discutir sobre milho transgênico. Então, nós teríamos que chamá-lo por duas vezes. Se não daria para unir no mesmo requerimento, para evitar a vinda duas vezes. Se bem que o assunto é divergente. Mas, eu não sei se seria interessante, no mesmo dia, podermos tratar dos dois assuntos. Só para facilitar para o Ministro e a Comissão.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A Senadora Marisa tinha pedido pela ordem, antes de V. Exa..

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Só para dizer que sou sempre favorável a que a gente possa ouvir as nossas autoridades sobre todos os assuntos. Esse é um assunto que interessa a todo brasileiro. Então, eu sou amplamente favorável. Agora, a questão de poder unir as duas audiências, é um pouco difícil porque são dois temas. Mas eu acho que seria... Completamente diferentes. Agora, não sei se poderíamos marcar uma numa quinzena e outra na outra quinzena. Acho que os Ministros não se furtariam a vir aqui duas vezes para falar de temas tão distintos. Agora, se não for possível, aí sim, fazer com que o Ministro fale sobre os dois assuntos, brigar, falar sobre os dois assuntos e a gente também questionar sobre os dois assuntos. Esse é um assunto que interessa a todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade. Senador Augusto.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, eu acho que o Ministro tem que ter mais tempo para poder explicar justamente por isso. Olha aí, o senhor lá no Mato Grosso, lá em Roraima também nenhum agricultor familiar comprou trator ainda. Porque nós temos dificuldade em virtude da nossa própria estrutura. Garantias, essas coisas. Então, a gente tem que ter. Acho que ele deve vir para prestar contas, realmente, e ver onde é que nós estamos participando. Nós do norte e do nordeste. O nordeste participa. Mas o Norte, principalmente, Roraima e Amazônia, tem pouco acesso. Porque lá ninguém nem tem título da terra para ter garantia, já não é o caso de vocês no Mato Grosso. Se eles não estão participando é porque não estão tendo esclarecimento. Então, eu achava que deveria ser em outro tempo. Porque lá, inclusive, vai ter o Ministro da Agricultura--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Às vezes, a classificação de risco lá do Mato Grosso do Sul está maior, não é Senador Gilberto?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bom, não sei. A gente tem que ver justamente onde está o ponto para dar acesso a todos. Acho que o país é uma democracia, a nossa República é uma República Federativa, todos os estados deveriam ter o mesmo direito e o mesmo acesso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu quero só manifestar a minha solidariedade a esse convite, ao Ministro Guilherme Cassel, do MDA, e dizer que o programa Terra Legal Amazônia é um programa que já foi iniciado e ele... Ele teve o start, o início, baseado na aprovação da MP 458 que possibilitou... Que está possibilitando a legalização dos imóveis. E a legalização dos imóveis é o primeiro passo para dar cidadania à propriedade do assentado, do posseiro que, agora, passa a ter acesso ao crédito e poder, então, cultivar o solo, mecanizar, de tal forma, que ele consiga se inserir na atividade produtiva.

Então, meus parabéns ao Senador Augusto Botelho e eu o parabenizo pela oportunidade que nós vamos ter de conhecer mais de perto os programas. Principalmente, sobre a venda dos imóveis entre 400 e até 1500 hectares, que nós precisamos ter uma orientação, principalmente, nessa área aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Bom, eu gostaria de fazer um comentário, nós estamos praticamente encerrando este semestre. E, na verdade, eu acho que a avaliação que nós poderíamos fazer desta primeira etapa é positiva. Positiva porque nós transformamos esta Comissão num fórum permanente, de alto nível de debate sobre propostas de desenvolvimento do agronegócio e de solução de graves problemas do setor agropecuário.

Nós tivemos aqui a presença de Ministros, de autoridades e de dirigentes tanto do agronegócio como de entidades não governamentais ligadas a trabalhadores, ao meio ambiente e, em alguns momentos, enfrentamos discussões relevantes, como a do Código Florestal e a crise dos frigoríficos que afetou, duramente, o segmento e que encontrou abrigo aqui nesta Comissão. E, mais recentemente, a Audiência Pública realizada pela Comissão para tratar, especificamente, da assistência e da extensão rural, que foi comentada aqui nesta reunião pela ilustre Senadora Serys Slhessarenko. Esta última audiência marca, na verdade, uma retomada da discussão sobre este segmento importante para a agricultura familiar, já que a competição hoje no mercado é muito difícil para aqueles pequenos proprietários, especialmente, se não tiverem a reorganização, o reordenamento, a reestruturação do serviço de assistência e extensão rural.

Acho que é uma luta que apenas iniciou, temos muito a fazer ainda, mas esperamos que, de mãos dadas com a agricultura familiar e com as entidades que cuidam desse segmento nos estados, nós possamos expandir esses serviços, inclusive para estados que jogaram no chão esse tipo de assistência que era prestada antigamente aos pequenos produtores. E, no caso mais proeminente, eu destacaria o estado de Goiás,

onde a assistência e a extensão rural simplesmente foram extintas pelo governo, o que é lastimável, e que esta Comissão tem o dever de cobrar e nós o faremos nas próximas reuniões.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Gilberto.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Eu gostaria de consultar esta Comissão, se a mesma recebeu um convite dirigido a todos os senadores, de uma visita aos Estados Unidos para conhecer o sistema de crédito de carbono que os produtores realizam lá. Uma ONG brasileira, a Aliança da Terra, fez esse convite. Eu pedi que estendesse à Presidência e a todos os Senadores, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente que também foi convidada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Bom, a informação que me presta a Secretaria é que não chegou esse convite. Nós precisamos agora iniciar a votação do Requerimento do Senador Augusto Botelho. A votação simbólica. Eu consulto se há alguma emersão em contrário. Como não há...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não, não é em contrário, não. Mas só para apoiar, porque teve aquele... Tem essa mídia que nos remetem, tem sempre um jornalzinho do governo fazendo uma campanha clara ali, mas importante nas informações de medidas que o governo tem tomado. Eu guardei até para levar à comissão climática uma manifestação sobre a venda de carbono, que disse o Senador Goellner aqui. Disse que dá de início 40 bilhões de renda. 40 bilhões. Podendo chegar a mais de 100 bilhões com a venda de carbono que o Brasil pode oferecer dentro do que ela queima de carbono. Então, acho que é importantíssima esta proposta e tem que votar a favor. Eu sou favorável, até porque não conheço bem o aspecto, mas pelas informações que tem se obtido eu vou trazer o documento para o senhor... Aliás, eu mostrei o documento para o senhor acho que no Plenário. Mas eu guardei.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): É verdade. Bom, em votação o Requerimento do Senador Augusto Botelho. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade. Com a palavra, pela ordem, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Gostaria de ressaltar aqui também o efeito positivo que se originou a partir das audiências públicas, e foram duas que esta Comissão fez, tomou a iniciativa, em relação ao plano de safra, também que teve a participação do Senador Romeu Tuma, ao risco de crédito dos produtores e que, agora, se olharmos aqui, no dia

de hoje, o Banco do Brasil já acena com as mudanças que foram feitas pelo Banco Central. Houve uma nova normativa que vai possibilitar a inclusão, a diminuição do risco dos produtores, eles passam a ser os que renegociaram suas dívidas passam a contar a possibilidade de encaminhamento do crédito rural, enfim, é algo extremamente positivo que coloca em inclusão no país aproximadamente 100 mil produtores que estavam sem acesso ao crédito junto ao banco e, agora, passam com essa nova normativa do Banco Central, que nós fizemos audiências aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): E o debate se travou, exatamente, nesta Comissão. V. Exa. tem toda razão. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS):

Era só para registrar, Sr. Presidente, que ontem foi instalada em Mato Grosso do Sul uma ONG intitulada SOS Pantanal, que tem na sua Presidência do Conselho, o empresário Roberto Klabin. O Conselho instituído por pessoas do mais alto gabarito em todas as áreas, da academia, órgãos públicos como a EMBRAPA, por exemplo, e produtores rurais, ambientalistas, ONGs... Todos estão juntos, Senador Goellner, para estudar... Estudar sobre o pantanal e dialogar. Ouvi lá, da Presidência da FAMASUL, Dr. Ademar, dizendo que todas as práticas boas, os produtores rurais estão apoiando, que todos nós somos ambientalistas, e somos ambientalistas, porque acho muito difícil no Brasil de hoje alguém ir contra o meio ambiente, dizer que nós não precisamos cuidar da nossa mata, que nós não precisamos ter água limpa e potável e em abundância para o nosso povo, que nós queremos degradar o solo... Ninguém quer isso. Assorear os rios... Acredito que todo brasileiro vai lutar para que o Brasil preserve o máximo possível o meio ambiente e dialogar para achar as melhores saídas.

A ideia da SOS Pantanal, nos moldes da SOS Mata Atlântica, que é... Que inspirou esse grupo é justamente que o pantanal de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul sejam analisados, que a gente seja monitorado com dados, acompanhando a evolução de cada área, para que a gente tome conhecimento e possa discutir, dialogar em cima dessas questões. Então, eu quero aqui parabenizar a todo o grupo, a todas as pessoas que participaram e dizer que tudo aquilo que vem para esclarecer, melhorar, educar a população para que a gente possa preservar o meio ambiente, é sempre favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA

(PMDB-MS): Muito bem. O registro de V. Exa. é importante. Eu acho que toda ONG que nasce inspirada em propósitos sérios e que não venham contaminadas pela... Pelo defeito ideológico, pelo viés ideológico,

acaba produzindo grandes resultados. Nós temos organizações não governamentais da melhor qualidade, dando excelentes contribuições ao setor público, como temos também, ao lado, uma infinidade de outras, que não seguem a mesma trajetória e optam pelo caminho da predação dos costumes e com a distorção da verdade. Hoje, as entidades não governamentais abrigam todos os tipos de tendências, cabendo ao setor público e à sociedade promover o devido discernimento. De qualquer sorte, esta daí parece, pelos nomes que estão compondo, que vem para contribuir com a causa do pantanal, que é muito bem vindo para toda a sociedade do Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Não havendo mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

SESSÃO ENCERRADA ÀS 10H48.

Ata da 24ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada dia 4 de agosto de 2009.

Às dez horas e oito minutos do dia quatro de agosto de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores: **AUGUSTO BOTELHO, LEOMAR QUINTANILHA, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, KÁTIA ABREU, JAYME CAMPOS, MARISA SERRANO, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, HERÁCLITO FORTES, ROSALBA CIARLINI, FLEXA RIBEIRO, JOÃO TENÓRIO E ANTONIO CARLOS VALADARES**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores: Delcídio Amaral, João Pedro, César Borges, Neuto de Conto, Raimundo Colombo e Mário Couto. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **1ª PARTE: TURNO SUPLEMENTAR: SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 202, DE 2005. EMENTA:** Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade. **AUTORA:** Senadora Lúcia Vânia. **RELATORA:** Senadora Kátia Abreu. **OBS:** Em reunião realizada em 30/06/2009, esta Comissão aprovou o relatório da Senadora Kátia Abreu, que passou a constituir o Parecer da CRA, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo). Na discussão em Turno Suplementar, foram oferecidas 4 (quatro) emendas, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, tendo como relatora

a Senadora Kátia Abreu. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Kátia Abreu, Gilberto Goellner, Jayme Campos e Gerson Camata. Passa-se a votação nominal da matéria, ocasião em que a Comissão rejeitou as 4 emendas e aprovou o Substitutivo ao PLS nº 202, de 2005, pela maioria dos membros presentes. **RESULTADO: Rejeitada as 4 emendas e aprovado o Substitutivo ao PLS nº 202, de 2005. A Matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. 2ª PARTE: Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 28 de 2009-CRA**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 30/06/09, com a finalidade de instruir o **PLS nº 325, de 2006**, que trata sobre o Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões fundiárias, com os seguintes convidados: Sr. **Fábio Meirelles Filho** – Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – **CNA**; Sr. **Denis L. Rosenfield** – Sociólogo e Professor de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – **UFRGS**; Sr. **Fernando Humberto dos Santos** – Juiz e Professor da Pontifícia Universidade Católica – **PUC/MG**. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, Gilberto Goellner, Gerson Camata, Jayme Campos, Augusto Botelho e Antonio Carlos Valadares. Resultado: Audiência Pública Realizada. **EXTRA-PAUTA: ITEM 1: REQUERIMENTO Nº 34, DE 2009 – CRA. ASSUNTO:** Com fulcro no artigo 58, § 2º, III e V, da Constituição da República Federativa do Brasil concomitante com as determinações do artigo 90, incisos II, V e IX, do Regimento Interno do Senado Federal, requer a esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CRA, do Senado da República, que direcione ofício ao Dr. **PAULO BERNARDO SILVA**, Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, cobrando informações acerca das ações ministeriais realizadas em relação à questão do HORTO FLORESTAL DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA, NO ESTADO DE SÃO PAULO, cujo assunto já foi amplamente debatido nesta Comissão e levado ao conhecimento daquele Ministério em reunião realizada entre o Ministro Paulo Bernardo e integrantes dessa CRA, considerando as constantes invasões de terra promovidas pelos integrantes do MST naquela localidade. **AUTORIA:** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal – CRA. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. O Requerimento será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, uma vez tratar-se de Requerimento de Informações, depen-**

dendo, assim, de decisão da Mesa Diretora, nos termos do art. 215, I, “a” – RISF. ITEM 2: REQUERIMENTO Nº 35, DE 2009 – CRA. ASSUNTO: Requer seja realizada, no âmbito desta Comissão, audiência pública sobre os processos de registro de agroquímicos, com os seguintes convidados: Dr. Dirceu Raposo de Mello, **Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA**; Representante do **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA**; Representante do **Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. AUTOR:** Senador Gilberto Goellner. No encaminhamento, não houve oradores inscritos. Passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e nove minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 4 de agosto de 2009, às 10 horas e 08 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada.

A presente Reunião destina-se, na primeira parte, a apreciar o Turno Suplementar do Substitutivo ao PLS nº 202, de 2005, e posteriormente a Audiência com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006, que institui o Estatuto do Produtor Rural. Desta forma, iniciaremos os nossos trabalhos inicialmente para desejar boas-vindas aos colegas parlamentares que compõem este Colegiado e a todos os que participam dos trabalhos desta Comissão e, em seguida, vamos apreciar o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 202, de 2005, aprovado em 30 de junho corrente, que altera a Lei 8.629, de 26 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade rural. Informo que a Senadora Kátia Abreu é a Relatora da matéria e que o Projeto encontra-se na fase de recebimento de Emendas até o encerramento da discussão suplemen-

tar, de acordo com o § 2º, do art. 282, do Regimento Interno desta Casa.

Há sobre a Mesa quatro Emendas oferecidas pela Senadora Serys Slhessarenko. A primeira delas, que suprime o art. 1º do PLS 202, altera o § 1º, do art. 9º, da Lei 8.629/93. A segunda, dê-se ao art. 1º do PLS 202 uma nova redação. A terceira, dá ao art. 1º do PLS 202 redação à alteração do § 9º, do art. 6º, da Lei 8.629/93. E a quarta Emenda suprime o art. 1º do PLS 202 e altera o *caput* do art. 6º da Lei 8.629. São essas as Emendas.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou passar a palavra a V. Exa. na condição de Relatora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada. Um minutinho só para a gente dar uma lidinha nas Emendas, por favor, porque foi entregue agora as Emendas da Serys.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Perfeito.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então nós estamos concedendo um tempo à Senadora Kátia Abreu, que é a Relatora da matéria. De qualquer forma, alguém que queira discutir não só o Projeto com as Emendas propostas, a palavra está em aberto.

Mas, enquanto isso, ficou uma votação em aberto nesta Comissão e eu vou aproveitar para fazê-la, já que dispensa discussão. É um requerimento de informações endereçadas ao Ministro Paulo Bernardo da Silva acerca daquela questão surgida no Horto Florestal do Município de Limeira. Então já foi discutido, faltando apenas a votação desse requerimento de informações. Se alguém tem alguma objeção, é hora de manifestar. Não havendo nenhuma manifestação em contrário, está aprovado por unanimidade.

Há sobre a Mesa também requerimento de autoria do Senador Gilberto Goellner. Nos termos do art. 58, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado, S. Exa. solicita a realização, no âmbito desta Comissão, de Audiência Pública sobre os processos de registro de agroquímicos. Para tanto, solicita que sejam feitos os seguintes convites: Dr. Dirceu Raposo de Mello, Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e representante do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Com a palavra o Autor do requerimento, o Senador Gilberto Goellner, para justificar a sua proposta.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O registro de agroquímicos, os produtos, das moléculas químicas que compõem cada produto, ele requer hoje aprovação em três níveis ministeriais: na ANVISA – Ministério da Saúde, Ministério da Agricultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Conforme a Audiência que tivemos aqui de prestação dos trabalhos semestrais da ANVISA no mês de julho, aonde eu requeri ao Sr. Presidente, Dr. Raposo, sobre um requerimento que eu havia solicitado à ANVISA para que historiasse todos os produtos em andamento, em análise naquele órgão e o tempo de demora para a solução, para a análise da aprovação de cada ou da negatividade de cada produto. Não foi atendida à altura a nossa solicitação porque a ANVISA não passou às nossas mãos essa solicitação conforme havia sido solicitada, a sua integridade, então nesse sentido nós achamos que deveríamos solicitar que aquele órgão, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Agricultura, que são os três que aprovam hoje o registro de qualquer molécula que vai ser usada na agricultura brasileira e também na pecuária brasileira, que se colocasse aqui um debate amplo sobre o tempo que demora, já que alguns produtos têm o seu prazo, quando deveria ser analisado em 90 dias, existe uma normativa para isso, às vezes demoram três, quatro, cinco anos e o órgão não dá resposta ao fabricante, ao solicitador do registro.

Então nesse sentido é que eu gostaria de ver discutido esse tema, amplamente interessante para toda a população brasileira.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto Goellner, não havendo inscritos, vamos submetê-lo a votos. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade.

Consulto à Senadora Kátia Abreu se já está em condições de proferir o seu Voto no Projeto que está sob a sua responsabilidade e relatoria.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Perfeitamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): PLS 202, que institui índices de produtividade rural.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Já estou pronta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, eu analisei, em que pese rapidamente, mas as Emendas são simples e exatamente são contrárias ao nosso relatório, então não foi difícil verificar as mudanças aqui sugeridas pela Senadora. Praticamente ela retorna ao *status quo*, com algumas pequenas diferenças.

Por exemplo, a Emenda nº 1, ela propõe que mantenha exatamente o que é de mais importante no nosso relatório, que é tirar a simultaneidade do GUT e do GEE. Aquele exemplo que eu repito rapidamente aqui, que falei na discussão passada: alguém que tenha mil hectares, um ao lado do outro, portanto, a primeira fazenda 'A' produz em mil hectares, ela está cumprindo o GUT, portanto, ela está produzindo em 80% da sua propriedade e também obedecendo o GEE simultaneamente, que é 1.500 quilos de milho por hectare, e a fazenda ao lado, com os mesmos mil hectares, está produzindo seis mil quilos de milho por hectare, como faz o Senador Gilberto Goellner no Mato Grosso, que eu conheço a produtividade dele, mas infelizmente não está produzindo em 80% da propriedade e sim em 79%. Portanto, essa fazenda 'B' é desapropriada, mesmo estando produzindo seis vezes mais do que a fazenda vizinha, mas porque não cumpriu a simultaneidade. A Constituição é muito clara, e infelizmente essa Lei foi inapropriada em 1993, aprovada por esta Casa e passou despercebido, ela contraria a Constituição, porque no art. 185 coloca como uma condição de exceção para garantir a produtividade da terra. Então no art. 185 a Constituição é claríssima ao dizer: *São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: I – a pequena e a média propriedade*. Tanto faz ser produtiva ou não; *II – a propriedade produtiva*, sem condicionantes. E quando a Lei 8.629 veio para regulamentar esse artigo, ela colocou que, além de ser produtiva, simultaneamente ela tem que cumprir também o GUT, que é o Grau de Utilização da Terra. Então descaracterizou toda a sabedoria que teve o constituinte à época ao formular o art. 185, porque privilegiou a Constituição quem é produtivo, privilegiou a eficiência, a competência, aquele que se dedicou mais na aplicação da tecnologia, em detrimento de uma obrigatoriedade que não é inteligente. Imagine uma fábrica de automóveis no ABC Paulista que decide, diante do mercado, a reduzir a sua produção porque não tem compradores e não tem preço. Infelizmente o setor rural brasileiro é o único setor da economia mundial que não tem o direito de decidir com racionalidade sobre a sua produção. Se a Marisa Serrano e eu quisermos reduzir o nosso plantio de soja porque o mercado está ruim, porque não está propício, por uma questão estratégica, mercadológica, eu sou punida porque estou

agindo com inteligência, racionalidade e profissionalismo, eu sou punida porque somos produtoras rurais e a nossa fazenda então é desapropriada porque não estamos ocupando os 80%.

Enfim, para encerrar, a obrigatoriedade do GUT, simplesmente a obrigatoriedade do GUT é fazer com que um produtor possa produzir, obrigá-lo a fazer prejuízo, a produzir prejuízos, mesmo ele estando o mercado com problemas ele é obrigado então a fazer o que o mercado coloca de diferente.

No demais, Sr. Presidente, nós estamos incluindo aqui, porque os índices de produtividade, na verdade, nós precisamos com muita rapidez encontrar um caminho para esses índices de produtividade que são estabelecidos no Brasil, porque ninguém coloca a produtividade para a indústria, ninguém coloca a produtividade para o comércio. "Se você não produzir dois mil carros por semana, você será desapropriado". E nós somos obrigados a produzir sem análise mercadológica. Então esses índices de produtividade, na realidade, é uma espada na cabeça do produtor, que não tem a liberdade e não pode alcançar plenamente o seu direito de propriedade e a livre iniciativa. Então no futuro nós precisamos discutir a respeito desses índices, mas aqui nós estamos propondo que enquanto esses índices existirem, que é uma exceção no mundo inteiro, é a única atividade econômica que tem índice de produtividade, nós colocarmos também a prerrogativa do Congresso Nacional aprovar esses índices. Nós não podemos mudar a vida de cinco milhões de produtores rurais neste País apenas com a assinatura do Ministro da Agricultura e do Ministro da Reforma Agrária. É uma atitude muito complexa, que modifica a vida das pessoas, altera, é um Brasil de tamanho continental, não dá apenas para dois Ministros, através de suas análises técnicas, mudar esses índices sem que o Congresso Nacional possa estar participando.

Enfim, uma outra pequena mudança é com relação aos prazos, porque nós, com relação a essa... Deixa eu só pegar a Emenda da Senadora aqui, ela propõe que ficam estabelecidos os prazos de dois anos em casos de culturas temporárias, em três anos no caso de cultura perene e exploração pecuária. Não é bem assim, Sr. Presidente. A questão da cultura perene, como é o café, como é a fruticultura e a pecuária, precisa de um tempo maior para a análise da improdutividade. Da mesma forma a agricultura. Acontece de um recurso do banco não ser liberado para custeio, a política agrícola do Governo impõe ao produtor dificuldades de tomada de recursos, nós temos questões de seca, nós temos questões de excesso de chuva, nós temos espólios que acontecem com a morte de um dos membros da família e que às vezes temos litígios fami-

liares que empurram a divisão das propriedades muito adiante, então nós acreditamos que esses prazos são corretos, os dois anos para a agricultura e cinco anos para a cultura perene e a exploração pecuária.

Então resume-se a isso, Sr. Presidente, é apenas tirando a simultaneidade do GUT e GEE, recolocando a questão dos prazos e colocando ao Congresso Nacional, além do Conselho Nacional de Política Agrícola, além das empresas que estão ligadas ao Conselho Nacional da Pesquisa, mas que o Congresso Nacional também possa ser ouvido e não só ouvido, mas ele seja determinante na mudança dos índices de produtividade. A Senadora Serys propõe que o Senado seja apenas ouvido e nós queremos que o Congresso Nacional possa aprovar os índices e a mudança dos índices de produtividade até que nós consigamos uma modificação verdadeira, onde possa ser extinto esse índice de produtividade. E caminha para isso. Nós estamos trabalhando uma pessoa jurídica que possa ser eficiente para o produtor rural e o que vai valer na pessoa jurídica não é a produtividade do tamanho da terra, mas sim o seu faturamento bruto ou o seu faturamento líquido. Então eu espero que isso possa ser corrigido no futuro, mas como uma fase intermediária eu acredito que nós estamos fazendo justiça e transformando e fazendo valer a Constituição Federal.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para discutir, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, primeiro concordar em gênero, número e grau com o relatório apresentado pela Senadora Kátia Abreu, que corrige uma anomalia, que a Lei votada por nós praticamente passou por cima da Constituição do Brasil. E dizer que também tramita nesta Casa um Projeto de minha autoria que determina que seja ouvido o Senado Federal na criação de reservas, na criação de reservas indígenas, na criação de reservas naturais. E que seja ouvida, também, a Assembleia Legislativa da Unidade da Federação onde é criada a reserva, porque normalmente estão se criando reservas, se criando parques sem se ouvir ninguém do Estado, sem Audiência Pública, como aconteceu no governo passado. Eu disse aqui que um Ministro sobrevoou de "porre" uma área do Espírito Santo e acabou com dois Municípios com um Decreto que ele levou para o Presidente Fernando Henrique Cardoso assinar. Criou lá uma enorme reserva abrangendo dois Municípios, Águia Branca e Pancas. O Presidente Lula corrigiu, através de uma Mensagem que ele mandou aqui para o Senado, aprovada no Senado, aprovada na Câmara,

sancionada pelo Vice-Presidente José Alencar, que o Presidente Lula estava viajando. Mas não é possível que se repita novamente no País a criação de reservas indígenas, reservas extrativistas, parques florestais, sem que seja ouvida a Assembleia Legislativa da Unidade da Federação e sem que seja ouvido o Congresso Nacional, o Senado Federal, que no caso é o representante do Estado junto à Federação.

É o que eu queria colocar, repetindo o meu apoio em gênero, número e grau ao relatório da Senadora Kátia Abreu.

Obrigado a V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Eu solicitaria à ilustre Relatora Kátia Abreu que formalizasse o seu relatório e entregasse à Secretaria, já que V. Exa., pelo que tudo indica, o fez de improviso.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Isso, Sr. Presidente, eu gostaria de recusar todas as Emendas, faço isso com muita tristeza, da Senadora Serys Slhessarenko, e encaminharei o meu Substitutivo, continuo com o seu Substitutivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Quero informar também que nós estamos com quorum qualificado para a votação, que é nominal, e nós consultamos o Senador Flexa Ribeiro, que havia sido inscrito, se deseja--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, eu retiro a inscrição para que possamos votar pelo quorum qualificado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então não havendo nenhum orador inscrito, nós vamos começar a votação nominal.

Como vota o Senador Augusto Botelho?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Leomar Quintanilha?

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. não teve a intenção de fazer uma correção gramatical?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Apenas reconhecendo a competência.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Kátia Abreu?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Voto conhecido, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É a Relatora. Senador Jayme Campos?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Marisa Serrano?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senadora Rosalba Ciarlini?

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador João Tenório?

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então está aprovado o relatório sem as Emendas, nos termos em que foi sugerido pela Senadora Kátia Abreu. Aprovado o Substitutivo.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente, agradecer a todos os colegas Senadores. São quantos anos, Jayme?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Dezesseis.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Após 16 anos nós estamos corrigindo uma distorção na Constituição Federal.

Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, desta forma nós vamos encaminhar a presente matéria nos termos do art. 283 do Regimento Interno.

Vamos para a segunda parte da Reunião, que tem como objetivo a realização de Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 28, da Senadora Kátia Abreu, aprovado no dia 30 de junho, com a finalidade de instruir o PLS 325, que trata do Estatuto do Produtor Rural, com a finalidade de analisar questões fundiárias, com os seguintes convidados: Sr. Fábio Meirelles Filho, representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Sr. Denis Rosenfeld, Sociólogo e Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Sr. Fernando Humberto

dos Santos, Juiz de Direito e Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu para justificar a sua proposição. Senadora Kátia Abreu, V. Exa. pode informar se os seus convidados estão apostos?

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sim, Sr. Presidente, Denis Rosenfeld e Fábio Meirelles Filho já está a caminho.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então convidamos a todos os elencados para participarem da Mesa. O Sr. Denis já está aqui. Estão faltando o Sr. Fernando e o Sr. Fábio Meirelles.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Sr. Presidente, esse Projeto de Lei do Estatuto do Produtor Rural é de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares. É um Projeto muito interessante para o Brasil, acho que é um momento correto, adequado de nós conseguirmos organizar a legislação de todo setor agropecuário brasileiro. Eu sei da ansiedade, da aflição do Senador em aprovar esse importante Projeto e eu também tenho o maior interesse que esse Projeto possa ser aprovado, mas, Sr. Presidente, como eu disse aqui na Reunião passada, um Estatuto do Produtor, a exemplo do Estatuto do Índio, a exemplo do Estatuto da Criança e do Adolescente, a exemplo do Estatuto da Família, foram anos e anos de debate para chegarmos a um consenso, porque este Estatuto não só tem a prerrogativa de reunir toda a legislação mais importante do setor agropecuário num manual só, mas também de nós aproveitarmos a oportunidade de discutirmos e debatermos alterações nessa legislação, como fizemos aqui agora com a aprovação deste Substitutivo no que diz respeito à simultaneidade GUT e GEE, seria um dos itens que nós debateríamos para fazer parte desse Estatuto. Então é o momento correto para corrigirmos a legislação, para ampliar a legislação, para mantermos alguma legislação na questão ambiental, na questão trabalhista, na questão fundiária.

Enfim, Sr. Presidente, essa a oportunidade é única. Nós precisamos trabalhar com urgência, mas sem pressa. Por isso nós convocamos várias Audiências Públicas para que todo o Brasil e, principalmente, os Senadores, os colegas Senadores e Senadoras pudessem ter uma oportunidade mais ampla de ouvir vários debatedores, vários participantes no que diz respeito a essa grande legislação que compõe o arcabouço jurídico de todo setor, do setor mais importante do Brasil, que representa 1/3 do PIB, 1/3 do emprego, 1/3 das exportações. Então é muita legislação para o mesmo setor e é importante que nós possamos debater com calma, apesar da urgência.

Hoje é a nossa primeira Audiência Pública. Quero agradecer ao Dr. Fernando Humberto dos Santos, Professor e Juiz da PUC, também Denis Rosenfeld, Sociólogo e Professor da UFRS – Rio Grande do Sul e também colunista do Jornal O Estado de São Paulo, e o Sr. Fábio Meirelles Filho, que representa aqui a CNA e a Comissão de Assuntos Fundiários da CNA. Muito obrigada pela participação de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Dando início às exposições, nós vamos passar a palavra ao Dr. Fernando, que está na extrema esquerda [risos]. Cada um dos expositores terá um prazo de dez minutos, obviamente nós ao fixarmos esse prazo queremos tranquilizá-los de que aqui é uma Casa Legislativa e como tal há uma certa tolerância com relação a esse prazo que, na verdade, funciona para nós como um balizamento e não como uma regra implacável. Após a exposição dos três convidados, do Sr. Fernando, do Denis e do Fábio, aí nós vamos passar para os debates com os Srs. Senadores. Então nós encarecemos aos possíveis debatedores que aguardem o encerramento das exposições a fim de que o nosso trabalho possa ter a regularidade e a celeridade tão necessárias.

Com a palavra, portanto, o Sr. Fernando Humberto dos Santos, Juiz de Direito e Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

SR. FERNANDO HUMBERTO DOS SANTOS: Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Srs. Senadores, quero cumprimentar a todos os presentes. Fui convidado para participar dessa Audiência Pública, provavelmente, em virtude da minha experiência à frente da Vara de Conflitos Agrários de Minas Gerais e em virtude da minha experiência como professor de direito das coisas da Universidade Católica de Minas Gerais.

Devo dizer que a questão do acesso à terra, que é uma questão muito crucial no momento, fez com que em determinado momento a Constituição criasse a necessidade de ter Varas próprias para cuidar dos conflitos sociais. A minha experiência na Vara de Conflitos Agrários me permitiu perceber que hoje, principalmente hoje, nesses últimos dias, mais nos últimos anos, esses conflitos, pelo menos no Estado de Minas Gerais, são muito artificiais, muito artificiais. Na realidade, o anseio pela terra não passa como no passado, há 30, 40 anos, pelo produtor rural ou pelo homem do campo, pelo homem que viveu a vida inteira na terra. Hoje parece que a vontade de retornar a terra, a vontade de voltar para o campo vem da cidade, ou seja, é um desejo atávico que tem as pessoas que cujos avós, cujos pais saíram do campo e foram para a cidade, de retornar para o campo até com um

pouco de sentimento romântico, até com um pouco de vontade de refazer aquilo que os pais não fizeram historicamente, de viver um momento de cozinhar num fogão à lenha, de viver um momento de pescar num corregozinho que tem ali no fundo de uma fazenda, de comer um biscoito feito no forno à lenha, muito menos do que ser produtor rural.

Essa minha experiência na Vara de Conflitos me trouxe a ideia de que é necessário fazer uma reflexão nova, uma reflexão nova sobre o papel do pequeno, do médio e do miniprodutor. Não existe mais aquele apelo do passado, e os homens que voltam, que querem ir para o campo, não querem assumir esse papel, querem ser ou grandes fazendeiros ou vender aquelas terras que recebem ou querem assumir um papel político.

Tenho tido na minha experiência no interior do Estado de Minas Gerais momentos de grave preocupação pela dificuldade que tem o produtor, o médio produtor, o pequeno produtor, que faz com que ele só sobreviva através das suas ligações com as cooperativas, através das suas ligações com os seus órgãos; isoladamente o pequeno e o médio produtor não conseguem sobrevivência. No entanto, as pessoas querem retornar para o campo isoladamente, como se fossem fazendeiros. São pessoas da cidade. Os conflitos agrários me parecem, nesse caso, algo muito mais da esfera política do que da esfera da vida econômica.

Tenho a impressão de que no debate do Estatuto do Produtor Rural e essa questão relativa ao acesso à terra, deve ser regulamentado, se for o caso, de uma forma que adeque a distribuição de terras para as pessoas que têm verdadeiro perfil de produtor. Não tem acontecido, não tem acontecido que pessoas com esse perfil tenham sido contempladas na distribuição de terras pelo INCRA. Não é isso que tem acontecido. E com isso faz com que os assentamentos sejam também fracassados.

Eu estou tomando a iniciativa de falar sobre esse assunto porque é um assunto que me diz respeito e diz respeito à minha experiência, mas sei que essa não é a tônica do Estatuto do Produtor Rural. Como professor eu tenho uma dúvida se o Estatuto deveria realmente ter esse enfoque de Estatuto do Produtor Rural, se não seria o Estatuto da Produção Rural, pelo menos do ponto de vista da alma, do espírito do Projeto, se o Projeto não devesse ter algumas fundamentações éticas que seria a produção rural, que seria a sustentabilidade ambiental, que seria a segurança alimentar. Eu acho que, primeiro, segurança alimentar é fundamental na época que nós estamos vivendo. Segundo, a sustentabilidade ambiental passa, inclusive, e principalmente, por um combate ao aquecimento global e isso tem a

ver com a produção rural, isso tem relação até com o etanol. Acho, também, que o aspecto da segurança alimentar deve ser considerado muito seriamente com relação à motivação do produtor. O produtor deve ter motivação para produzir e essa motivação, num regime capitalista, se faz com lucro, com vantagens.

Em suma, eu disse em poucas palavras, os senhores são testemunhas que eu acabei de chegar e falei em primeiro lugar, mas estou à disposição dos senhores para quaisquer perguntas e retomar o assunto mais tarde.

Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): É a voz da experiência.

SR. FERNANDO HUMBERTO DOS SANTOS: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós agradecemos ao Dr. Fernando, a exposição que fez, embora singela, tem uma profundidade muito grande, porque se percebe que pelo menos quem lida com essas questões nos Estados onde os conflitos agrários são muito latentes, o que ele fala espelha uma lamentável realidade, pelo menos em parte desses grandes conflitos que se espalham pelo País afora.

Agora nós vamos ouvir aqui aquele que está no centro esquerda aqui desta Reunião, que é o Professor e Pesquisador Denis Rosenfeld.

SR. DENIS ROSENFELD: Bom-dia. Primeiro eu gostaria de agradecer aos Senadores presentes por esse convite para participar dessa Comissão. Dado o tempo exíguo, eu vou me centrar basicamente em três pontos do Projeto de Lei que está sendo apresentado.

Primeiro, antes, eu gostaria de fazer duas considerações gerais sobre o Projeto de Lei enquanto tal, dois pontos que me chamaram particularmente a atenção. Primeiro, o Projeto insiste muito no sistema de mercado, integração do mercado, sistema de mercado, forma eficiente de integração ao sistema de mercado. De outro lado, ele insiste também em posições que eu igualmente considero corretas, em todo caso eu avaliaria muito positivamente, no que diz ao banimento, por assim dizer, às formas de trabalho escravo, ou seja, não cabe no campo brasileiro nós termos uma situação onde as regras trabalhistas que são válidas para a cidade não sejam válidas para o campo, quer dizer, o Brasil tem uma única legislação e é uma legislação baseada precisamente na dignidade do trabalhador. Então eu acho que esses dois pontos são muito bem colocados no Projeto.

Agora eu acho que deveria ser aprimorado em relação a alguns pontos que, no meu entender, podem

atransar, seja uma relação moderna trabalhista no campo, seja o próprio sistema de mercado. O Projeto insiste muito sobre a questão da agricultura familiar. Eu acho importante a questão da agricultura familiar e ele insiste também na integração da agricultura familiar ao sistema de mercado. Ora, isto no Brasil, sobretudo no Sul do Brasil, eu me refiro ali basicamente Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, nós temos um sistema que funciona muito bem de integração da agricultura familiar com o agronegócio, qual seja, é a cadeia produtiva de suínos, aves e fumo, onde, por exemplo, o agricultor familiar tem uma relação de perfeita integração com o agronegócio. Pode ter conflitos, disputas, o que é normal numa relação de mercado, agora é um modelo muito bem sucedido do ponto de vista da integração e que, no meu entender, deveria ser utilizado e mesmo imitado. O que normalmente nós temos escutado em algumas lideranças dos movimentos sociais é que a agricultura familiar é oposta ao sistema de mercado. É exatamente o contrário, funciona onde está integrada precisamente ao sistema de mercado, onde está integrada ao sistema do agronegócio. Onde não está integrada realmente nós temos a favelização e nós temos o que o Juiz, o Dr. Fernando, coloca muito bem como fracasso, ou seja, é a integração, portanto, com o agronegócio que é capaz de produzir o desenvolvimento da economia de mercado e, sobretudo, da agricultura familiar.

Agora tem outro conceito que eu acho fundamental no que concerne à agricultura familiar e à pequena propriedade. O que é que significa? A agricultura familiar e a pequena propriedade, tal como elas existem no Brasil, estão baseados no direito de propriedade, estão baseados na propriedade privada. Portanto, eu acho que não dá para confundir agricultura familiar, entendida como integrada ao sistema do agronegócio e baseada no direito de propriedade, com a agricultura dita familiar existente nos assentamentos. Por quê? Porque não tem precisamente o exercício do direito de propriedade e aí nós vamos ter o contrário, o assistencialismo social, que pode ser traduzido também pelo clientelismo político. Então eu acho que isso é uma questão fundamental porque diz respeito à modernização da produção rural no Brasil e, sobretudo, desse Projeto que diz respeito ao Estatuto do Produtor Rural.

Se fala bastante em índices de produtividade. Eu acho que a questão do índice de produtividade, embora esteja de acordo com a Senadora Kátia Abreu, o índice de produtividade não vejo bem. Pede-se isso a um banco, a uma siderurgia, a uma rede de comércio? Não. Se pede ao campo. Por que isso? E a partir disso toda a segurança jurídica aí envolvida. Mas então eu gostaria de assinalar o seguinte: tem um ponto que

eu acho precisamente perigoso no Projeto, que diz o seguinte: a revisão periódica dos índices de produtividade. O que é periódica? Cada seis meses, cada ano, cada um ano e meio? Imagina, isso gera uma insegurança jurídica completa, seja por seca, seja por espólio, seja por qualquer tipo de problema. É insegurança estabelecida. Não é por outra razão que até hoje nós não tivemos, nos últimos anos, revisão dos índices de produtividade. Por quê? Pela insegurança jurídica que isso vai acarretar.

Então eu acho extremamente perigoso manter na redação atual a questão periodicidade, a não ser que se estabelecesse uma periodicidade certa, cada oito anos, cada dez anos, ou seja, que houvesse todo o tempo de transformação tecnológica, científica, a assimilação de novas tecnologias e, sobretudo, que não se siga a oscilação do mercado. Nós estamos ainda vivendo uma crise econômica. Bom, então é o seguinte: na crise econômica vamos fazer a revisão dos índices de produtividade? Quanto tempo vai durar a crise econômica? Estamos, alguns dizem, no final dela. Já estamos no segundo ano dela. Bola de cristal em economia não existe, a economia se tornou uma espécie de astrologia, ou seja, ninguém sabe exatamente qual é a regularidade, quer dizer, um diz uma coisa e outro diz outra. Então eu acho que isso é extremamente delicado, que é o art. 4º do Estatuto do Produtor Rural.

Agora se nós tivermos que utilizar índices de produtividade, eu gostaria também de fazer uma sugestão: que os índices de produtividade valessem também para os assentamentos. Nós temos mais de 80 milhões de hectares de assentamentos no Brasil. Repito, mais de 80 milhões de hectares. Isso é mais do que toda a área de agricultura plantada no Brasil, incluindo silvicultura, fora a pecuária.

Bom, então por que não estabelecer também uma avaliação da produtividade dos assentamentos, que hoje, reitero, são mais de 80 milhões de hectares? Isso poderia ser particularmente feito mediante um tipo de mecanismo que poderia ser introduzido nesse Projeto de Lei, que seria o seguinte: se faz a avaliação dos índices de produtividade dos assentamentos e, sobretudo, os assentamentos deveriam ser emancipados. Essa é a grande palavra aí. Emancipado significa o seguinte: os agricultores teriam títulos de propriedade, exerceriam o seu título de propriedade contraindo empréstimo no banco como qualquer produtor, aliás, nesse sentido o Estatuto é extremamente preciso, e graças a esses empréstimos, graças a maquinários, o Governo poderia ajudar com insumos, com informações, com assistência sanitária, quer dizer, nós teríamos uma série de medidas governamentais que deveriam ser

tomadas, mas nós deveríamos incentivar o quê? O empreendedorismo rural e deveríamos incentivar que as pessoas se tornem efetivamente agricultores familiares, pequenos agricultores e que graças a esse processo o agricultor familiar se torne pequeno, o pequeno se torne médio e o médio se torne grande, quer dizer, aí é um jogo de mercado que funciona completamente. Então eu acho que nesse sentido caberia que esse Estatuto dissesse diretamente respeito à questão da emancipação dos assentamentos e a titularidade das terras, ou seja, agricultor familiar não deve ser um tutelado. Ele deveria ser considerado como um cidadão, ou seja, indivíduo autônomo capaz de gerir os seus negócios, como acontece hoje na agricultura familiar moderna, onde lá funciona no Brasil.

Eu sei que eu estou já adiantando o meu tempo, mas eu gostaria ainda de assinalar um último ponto.

O produtor rural hoje, ele tem uma situação que é completamente, eu diria assim, esdrúxula do ponto de vista de qualquer empresário. Ele está submetido constantemente à insegurança jurídica. É insegurança jurídica quilombola, é indígena, é invasão, quer dizer, como é que uma pessoa pode produzir? Eu não sou produtor rural, agora eu me pergunto o seguinte: eu fico às vezes espantado como pode um produtor rural produzir nesse País, como pode ser esse País um dos maiores celeiros do mundo com essa insegurança jurídica.

Portanto, aqui eu gostaria de me referir a um problema ambiental que também está contemplado no Estatuto e que eu acho particularmente importante [soa a campainha]. Os Decretos da área de meio ambiente, sobretudo aqueles que são feitos no Ministério do Meio Ambiente, não podem ter efeito retroativo. Isso é uma questão, isso é uma coisa, isso é um princípio básico do direito e que no Brasil é objeto de discussão. Como objeto de discussão? Vamos dar um exemplo muito específico. Os produtores do Amazonas, Senador, tinham direito até agora, digamos, de utilizar 50% do--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eram obrigados a utilizar.

SR. DENIS ROSENFELD: Eram obrigados a utilizar 50% da sua propriedade, sob pena de perder a propriedade. Bom, isso se tornou devastação. Já mudou o conceito. Primeiro era 50% do cultivo, agora 50% para devastação. Tá, tudo bem. Como isso se fez? A partir de um outro Decreto que diz o seguinte: só pode agora 20%. Eu quero saber o seguinte: quem vai pagar esses 30%? Supor que isso valha, por que é que o próprio produtor agora vai ter que fazer o reflorestamento se ele estava legalmente... O senhor é Juiz, conhece muito melhor do que eu, como uma lei pode--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Estava obrigado.

SR. DENIS ROSENFELD: Estava obrigado. Vejam bem, o único regime no mundo que utilizou o regime de retroatividade das leis foi o regime nazista, do ponto de vista legal. Me corrige em alguma coisa? Foi o único.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): O Império Romano sucedia [ininteligível].

SR. DENIS ROSENFELD: Então esse é um problema absolutamente fundamental que o produtor rural não pode ficar refém de uma insegurança jurídica resultante, o que é absurdo ainda muitas vezes, de um Ato Administrativo, um Decreto Ministerial ou uma Portaria do IBAMA que muda completamente as relações de propriedade na terra no Brasil e depois esse mesmo Presidente do IBAMA ou esse Ministro vão embora, enquanto as introduções por eles feitas permanece e afetam diretamente o direito de propriedade, com repercussões muito importantes no ponto de vista do Judiciário, inclusive da sua eficiência e da defesa do direito.

Portanto, seria isso num primeiro momento que eu teria a dizer. Muito obrigado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito bem.

SR. DENIS ROSENFELD: Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a exposição--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria dizer o seguinte: está averbado nas escrituras públicas 50%, está averbado.

SR. DENIS ROSENFELD: E está averbado, quer dizer, são títulos válidos, quer dizer, então como é que muitas vezes o título... O título já nem mais vale, quer dizer, esse é o grande problema, como é que um título de propriedade não vale mais? Pegue o caso, desculpe aqui, do Mato Grosso do Sul, que tem uma questão hoje em dia e nós temos dois Senadores aqui presentes do Estado. Os proprietários rurais têm títulos de propriedade há décadas, às vezes há meio século ou um século. De repente, não vale mais porque existe uma Portaria da FUNAI que vai fazer uma identificação de terras indígenas, quer dizer, como é que isso pode funcionar dessa maneira? É uma violência do ponto de vista da segurança jurídica.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas a maior violência que está ocorrendo ainda é que a FUNAI faz tábula rasa de decisões judiciais que definem os contornos que devem ser observados da legislação. O que é que acontece? Há um voto ainda recente naquele caso da Raposa Serra do Sol onde ficou pontificado claramente que era vedado,

que estaria vedada a criação de novas reservas ou a expansão das antigas e, no entanto, a FUNAI continua lá em Mato Grosso do Sul intimidando os proprietários com vistorias, tendo em vista a pretensão de expandir as reservas antigas existentes no Estado.

Então, efetivamente, a questão do Estado de direito tem que ser discutida sim no âmbito do Congresso Nacional, nós temos que aprovar um ordenamento jurídico que propicie a segurança jurídica a todo aquele que vai investir no campo, porque realmente hoje até o mercado imobiliário rural no Estado está sendo afetado pela insegurança jurídica.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pela ordem, Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É só uma observação. Eu sou o autor daquela ação da Raposa Serra do Sol e até agora eu estou esperando a publicação do Acórdão, que foi definido naquele voto que foi aprovado lá, realmente a Raposa Serra do Sol foi definida como área, mas também ficou claro que o que vale para determinação de áreas indígenas é uma fotografia da área no dia 11 de outubro de 1988, dia da promulgação da Constituição.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Isso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Então essas expansões que estão querendo fazer, essas novas áreas, esta instabilidade que está gerada no Mato Grosso, é só confusão de antropólogo, porque um antropólogo desses, iluminados por Deus, achou que as áreas para os indígenas têm que ser contínuas. Então tem que emendar tudo, querem emendar a Raposa Serra do Sol, uma está aqui e a outra está... A Raposa está aqui e a outra está a 150 quilômetros de distância. Bom, isso já está feito lá, nós não vamos reclamar. Mas por que o Supremo não publicou ainda o Acórdão, meu Presidente Valter, você que é jurista? Por que não publicou até agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Essa é uma boa pergunta. Talvez, talvez o Dr. Fernando possa responder. Eu acho muito difícil, mas talvez ele possa responder. Mas deixa para os debates, Dr. Fernando, nos debates V. Exa. vai falar sobre o assunto.

Bom, nós agradecemos então a manifestação do Professor Denis e acredito que ela soou como música aqui ao ouvido da maioria, especialmente do amigo Senador Jayme Campos e do Senador Gilberto Gollner, que são representantes de um Estado que hoje sofre duros questionamentos dessa ordem, sem falar do Estado representado pelo--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E no meu Estado ainda tem várias áreas, ainda querendo fazer outras coisas lá, outras injustiças.

SR. DENIS ROSENFELD: O senhor me permite, Senador?

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Pode complementar, Professor Denis.

SR. DENIS ROSENFELD: Senador, a questão de Roraima, além disso, ela é de uma irregularidade, em todos os sentidos, muito grande, porque é um Estado de uma certa maneira único no Brasil no mal sentido da palavra: não tem direito de propriedade lá, não tem reconhecimento da propriedade privada, quer dizer, é um Estado que era Território, quando passou para Estado a União não transferiu para o ente Estado a gestão das propriedades do seu Território, portanto, tem um cartório que funciona precariamente, e quando houve a discussão, inclusive do ponto de vista da mídia, quer dizer, de uma deturpação completa, foi dito o seguinte: que os arrozeiros não tinham o título de propriedade. É verdade, só que ninguém tinha [risos], só que ninguém tem, quer dizer, então lá pelas tantas apareceu como se eles fossem usurpadores. Não, isso é um problema que data de décadas de não transferência da União no que diz respeito à gestão das suas próprias terras e no que diz respeito à gestão das suas próprias propriedades e isso não foi minimamente levado em consideração.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ela transferiu o território, quer dizer, a parte correspondente ao Estado, mas não transferiu para os particulares.

SR. DENIS ROSENFELD: Exatamente.

SR. FERNANDO HUMBERTO DOS SANTOS: Presidente, me permita uma observação. Sobre a questão da Raposa Serra do Sol, tem algo muito sério a ser observado no ponto de vista jurídico. Eu observei o primeiro Voto, e quando veio o Voto do Ministro Carlos Alberto Direito a gente percebe que ele tinha ficado muito insatisfeito, todo o Supremo estava perplexo com aquele primeiro Voto, e o Carlos Alberto Direito veio e criou 20, 19, vinte e uma--

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Dezoito.

SR. FERNANDO HUMBERTO DOS SANTOS: Dezoito condições, situações, e estabeleceu. O que fez o Ministro Carlos Alberto Direito naquele momento? Legislou. Legislou, está certo? Hoje a legislação para essa questão das terras indígenas é a legislação do Ministro Carlos Alberto Direito. Não foi o Legislativo. Nisso existe algo muito sério, que é a chamada jurisdição pró-ativa. Essa jurisdição pró-ativa se admite em algumas circunstâncias muito pontuais, mas não dessa

forma, de tal forma que hoje o que se decidiu no caso Raposa Serra do Sol é paradigma para todo o Brasil. E não existe uma legislação, exceto a que o Carlos Alberto Direito fez. Isso é um rompimento com os princípios da separação dos Poderes, sem dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, agradeço mais uma vez ao Dr. Fernando e--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, já que estamos apontando, tenho que citar o problema do Espírito Santo com os quilombolas. Títulos emitidos no Império, vai lá um sociólogo e diz que aquilo não vale nada, que aquilo é quilombola e acabou. Tem mais poder de legislar do que o Congresso Nacional um sociólogo que aparece lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu vou passar a palavra agora para o Dr. Fábio. Antes, porém, V. Exa. falou em quilombola, eu quero dizer o seguinte: o quilombola certamente é aquele que vem do quilombo. O quilombo era um refúgio para onde os escravos se agrupavam a fim de fortalecer sua resistência, para se proteger. Pois bem. Lá em Mato Grosso do Sul não teve quilombo nenhum. Em Mato Grosso acredito até que deve ter existido, mas Mato Grosso do Sul não teve um quilombo, mas tem quilombola e está dando a maior confusão.

Com a palavra, então, o representante da Confederação da Agricultura, da CNA, Fábio Meirelles.

SR. FÁBIO MEIRELLES FILHO: Sr. Presidente Valter Pereira, Sras. e Srs. Senadores. Para mim é um pouco complicado, principalmente porque a minha Presidente está presente, é a maior competência na área de agropecuária e nos preside tão bem.

Falar sobre esse novo Projeto de Lei, sobre o Estatuto de Produtor Rural, nós precisamos dizer que, apesar de uma possível necessidade, quase tudo que nós temos já está regulamentado por Lei, desde a pequena, micro propriedade rural, a média, a grande, e o que se é colocado de uma forma geral para o produtor. Então criarmos um Estatuto, ele tem que ser algo altamente detalhado e que ele seja utilizado, porque nós vemos uma série de questões do que é colocado dentro dessa legislação e o que nós temos. E hoje o problema do País, se nós analisarmos, não é só a questão da produção, é a questão de sermos um produtor rural. E ser um produtor rural hoje é muito difícil para nós podermos nos manter na atividade. Nós estamos passando por uma série de situações extremamente difíceis e estamos tentando criar um Estatuto que nós precisamos saber se realmente ele vai ser regido e se ele vai ser utilizado, porque hoje o maior problema do produtor rural é a sua rentabilidade. E aí quando entramos em rentabilidade, nós caímos na questão da

segurança alimentar, que o País necessita dessa segurança alimentar, e não se mede as consequências para se produzir alimento e ao custo de quem. Então nós estamos vendo aí recordes e recordes de produção, mas isso se tornou uma roda viva para o produtor. O que é que ocorre? Quando nós temos a necessidade de produzir alimentos ou que nós estamos próximos a um resultado de eleição, a alguma coisa, abre-se um crédito a mais, abre-se uma situação a mais e o produtor, por necessidade, para poder cumprir a suas obrigações, para pagar as suas dívidas, ele aumenta a sua produção, ele faz alguma coisa para se ver livre desse encargo que muitas vezes o onera. Nós temos algumas situações que deveria ser prevista dentro do Código, dentro do novo Estatuto.

A primeira questão é a questão ambiental. Para nós cumprirmos o que está aqui o Código Ambiental tem que estar regido, transformado e modificado, que atenda às condições dos produtores rurais, como uma forma de a gente poder, num primeiro passo, poder dar sustentação a este Estatuto do Produtor. Nós temos a questão do direito de propriedade e aonde se aufere o índice de produtividade, que as pessoas esquecem disso. Para medir um produtor rural hoje, ele é medido não é pelo tamanho exatamente da sua propriedade; um pequeno produtor rural pode ser médio e pode ser grande, dependendo da tecnologia que ele utiliza, e o índice de produtividade dele é o que vai medir a sua competência de tamanho. Agora quando a gente fala de índice de produtividade, nós caímos no quê? Na questão de mercado internacional, do custo de produção, onde está o adubo, onde estão os defensivos agrícolas e a necessidade do País de ter mais grão ou menos grão, se você precisa de mais carne ou menos carne.

Então nós estamos vendo aí algumas questões, como essa do Pará, que a gente viu isso, como nós lemos na imprensa que a China aumentou o seu consumo, se eu não me engano, em 7% ou 9% do consumo de carne vermelha ou de proteína vermelha. De onde saiu esse mercado? Não é brasileiro. Alguém está colocando essa carne no mercado e quem perdeu esse mercado foi o Brasil. Então nós estamos falando de produtor rural, nós estamos falando simplesmente numa questão comercial no dia a dia. Nós somos o produtor, mas quem está regendo a gente é o interesse comercial, o exterior ou não. Porque nós se nós temos um boi que numa determinada região custa dois dólares e no mundo custa seis ou oito dólares e nós saímos do mercado e as pessoas continuam consumindo, alguém entrou no mercado no nosso lugar. Então existe um contrassenso em algumas questões.

Nas questões dos aspectos ainda dos índices de produtividade, nós temos que ver o clima, as intempéries e principalmente o poder do que está ocorrendo no País. Se você tem mais inflação ou menos inflação e o poder aquisitivo dessa população está maior, ele vai consumir mais, automaticamente vai se produzir e a rentabilidade se torna um pouco maior.

Dentro das questões sanitárias, nós estamos vendo o que mundo nos coíbe de uma forma muito grotesca quando se coloca questões de barreiras sanitárias que você nem sabe como surgiram e como ela foi interposta. Então se impede uma importação, se impede uma abertura de mercado, se cria um contrassenso sem que a gente possa regulamentar ou cumprir as questões sanitárias.

Dentro da legislação trabalhista, nós temos a CLT que está nos regendo, mesmo não sendo uma legislação específica para a zona rural, mas nós vemos muito mais as normas, as regulamentações no sentido da fiscalização punitiva em cima do produtor rural do que propriamente da legislação que esteja até de forma inadequada. Ela vem muito mais punitiva porque ela não foi adequada. Foram criadas algumas normas por pessoas que sequer têm conhecimento do que é que é um trabalhador no setor rural. Eu concordo que a gente tem que melhorar algumas aplicações ou alguns regulamentos para a propriedade rural, mas as pessoas para fazer esse regulamento punitivo precisariam conhecer o setor mais adequadamente.

Com relação ao acesso à terra, essa é uma questão muito complicada para o País inteiro e aqui a gente fala, dentro do Estatuto do Produtor Rural, o acesso à terra como reforma agrária ou uma forma de se ocupar melhor as terras do Brasil. Em primeiro lugar nós temos que descobrir quem é essa população que tem vocação para assumir um pedaço de terra e viver num pedaço de terra, porque simplesmente distribuir terra é um negócio extremamente complicado. O Senador Demóstenes estava aqui agora há pouco. No Piauí nós temos uma fronteira agrícola que está sendo altamente bem ocupada, com índices de produção e produtividade muito elevados, mas com um problema que continua dentro das questões fundiárias e que não foram resolvidas dentro do próprio Estado. Agora nós não vemos uma forma de definição clara de como se reger essa pessoa que vai entrar para os assentamentos e isso é uma questão extremamente complicada porque nós estamos, de uma certa forma com o que ocorre no País, numa estimulação constante às invasões de terra, criando problemas de todas as ordens, de todas as questões.

Dentro de todos esses pontos, Srs. Senadores, o que a gente vê é que a gente precisa melhorar um

pouco mais as questões desse Projeto de Lei para que o que for criado como um Estatuto do Produtor Rural seja um Estatuto que possa nos dar garantia de sermos um produtor rural e não estarmos aquém da realidade que é o País, que é um País essencialmente agrícola, e nós estamos sendo penalizados, principalmente quando a gente entra na questão da produção e que às vezes nós temos que adequar a situação de um produtor rural. Hoje, se eu colocar uma área [soa a campainha] de indescanso(F), nós estamos sujeitos a algum tipo de penalização. Isso está claro. Quando nós diminuimos o nosso índice de produtividade ou mudamos o sistema nosso de característica para produzir, nós corremos o risco de ser desapropriado. Agora a gente não vê uma indústria, uma empresa, quando ela resolve demitir um "X" de funcionários, se adequar às questões de mercado, nós não conseguimos ver um tipo de penalização. Ninguém fala quando um banco demite ou uma empresa demite: "Olha, vamos dividir aquela empresa", mas uma propriedade agrícola está sujeita a esse tipo de situação.

Então são algumas características que a gente vê e que precisamos melhorar e prever isso nesse Estatuto de uma forma mais adequada para que nós possamos, se vamos fazer o Estatuto, que ele realmente possa ser exercido dentro da função e dentro do que é um produtor rural, que é uma pessoa, que é um empresário rural, que visa seu lucro, que quer ter a sua rentabilidade, mas que possa ser reconhecido pela sociedade com dignidade e com responsabilidade do que se diz a segurança alimentar.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos aqui ao Sr. Fábio Meirelles pela sua exposição, que foi oportuna como as demais, e vamos passar às intervenções dos Srs. Senadores, finda as quais nós vamos voltar a palavra para as respostas aos senhores expositores.

Com a palavra a autora do requerimento, a Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero agradecer a participação brilhante dos nossos três convidados, pelo brilhantismo, pela simplicidade, pela obviedade dos argumentos e a importância desse tema para o Brasil. Não é um tema que nós talvez tivéssemos de estar discutindo apenas para os produtores rurais, mas é um tema para o Brasil, para todos os cidadãos, o mais pobre, o mais abastado. O direito de propriedade é alguma coisa que... Eu tenho um amigo que diz que o direito de propriedade está no DNA do povo brasileiro. Eu acho que está no DNA de muitos povos, não só do brasileiro. É exatamente o direito de propriedade que

faz impulsionar as sociedades, o mundo, as pessoas, é justamente o bem-querer com aquilo que é seu que faz, que traz o investimento, que traz a proposta no sucesso, no crescimento da pessoa e, principalmente, saber que alguém da sua família, que os seus filhos ou os seus entes de sangue poderão continuar, dar continuidade a esse trabalho. Então essa questão da sucessão de muitos anos atrás, de centenas de anos atrás, se confunde com esse direito de hoje. As pessoas imaginam, em alguns lugares que eu tenho percorrido, que direito de propriedade é sinônimo de latifúndio, de grandes extensões de terra, e o direito de propriedade, ele vem desde o minifúndio, como diz o Professor Denis Rosenfeld, assentamentos de mais de vinte, trinta anos, se estou errada, que não têm o seu direito de propriedade efetivado, não têm a sua emancipação, não têm o seu documento, como se fosse um escravo daquela terra e que ele tivesse que ficar sob o domínio dela para o resto de sua vida, sem a possibilidade de sequer suceder e passar para um filho, passar para a esposa ou até mesmo vender. Por que não, por que não?

Então eu gostaria apenas de repetir as palavras do grande e brilhante pesquisador da EMBRAPA Eliseu Alves, que é um patrimônio nacional o Eliseu Alves. Eu perguntei a ele sobre a questão da produtividade: Professor, qual que é a produtividade ideal das atividades? Como é que se mede o que seria ideal? Ele é mineiro e, portanto, fala bastante carregado: "Uai, Kátia, a melhor produtividade que um produtor pode ter é aquela que ele tem condições de ter", porque o fato de existir a tecnologia não significa que ela está à disposição daquele produtor. Ela pode estar à disposição na internet, o conhecimento pode chegar até a ele, mas os recursos podem não chegar, como pode não chegar nem a tecnologia. Então fica parecendo que--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ela está na internet e está presente nas feiras.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Exato.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas para chegar na propriedade...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): É um grande percurso. Então de repente o índice de produtividade trata os produtores rurais como se fossem neófitos, como se fossem ignorantes, para não dizer burro. Parece até que nós não sabemos o que é ideal para as nossas propriedades. Há quem dera nós, se nós tivéssemos dinheiro, aplicar toda a tecnologia existente nas nossas fazendas. Será possível que isso não é o mínimo de lucidez e que todo mundo, quer seja o minifúndio ou até a grande propriedade, não gostaria de estar nessas condições? Mas cadê o dinheiro? E o

Professor Eliseu dizia o seguinte: "Quer ver, Kátia, vamos fazer uma conta simples", e o Goellner me ajude, que é mais experiente na aplicação de adubo. A área de pecuária no Brasil são 170 milhões de hectares, certo? Segundo a EMBRAPA, se toda a tecnologia fosse aplicada de pecuária nas pastagens, nós usaríamos apenas 1/3 dessa área para colocar todo o rebanho existente. Por isso que nos debates do meio ambiente a gente sempre disse que nós temos mais de 100 milhões de hectares para aumentar a produção, sem desmatar nenhum palmo, justamente na área de pecuária. Então imagine que o dinheiro caísse do céu, de repente. Não, dinheiro não é problema. Quer ver o tamanho dele? Então nós pegamos aí por hectare, quanto que está uma tonelada de adubo?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Mil reais.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Mil reais a tonelada. Quantas por hectare poderíamos aplicar?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): 500kg.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): 500kg, R\$ 500,00. Multiplica isso por 50 milhões de hectares. O que é que nós gostaríamos em recurso financeiro? Nós não estamos conseguindo nem o dinheiro do Plano Safra, gente! O dinheiro do Plano Safra, o recurso suficiente para financiar a safra brasileira, o Governo só consegue financiar 1/3 dela; o outro terço é financiado pelo produtor e o outro terço nós vivemos nas mãos das *trades*. Aqui não tem nada mais não, tudo bem, mas é para mostrar que essa produtividade que se decanta aos quatro ventos, ela custa dinheiro e não só a vontade dos produtores e a pesquisa dos pesquisadores. As pessoas soltam as palavras assim numa facilidade incrível. Eu fico perplexa de ver tudo isso.

Outra coisa: aqui, no Brasil, têm alguns técnicos no Brasil, Professor Denis, que não sabem a diferença de média e de mediana. Então, eles querem pegar a média nacional de produção, ao invés de se interessarem pela mediana, porque, infelizmente, acima da média são pouquíssimos produtores rurais que puxam a média para cima, deixando centenas e centenas ao léu. Então, se eu mudar o índice de produtividade pela média brasileira e não pela mediana brasileira, eu vou enterrar com certeza quase 70% dos produtores do Brasil. Mas quem sabe um dia eles não aprendem a diferença de média e de mediana, que eu aprendi no ensino fundamental.

Bom, outro ponto, já estou encerrando, Sr. Presidente, é a agressão ao direito de propriedade revestido de bandeiras sociais. E é exatamente através dessa estratégia, até inteligente, que coloca os preconceitos

em cima dos produtores, porque quando nós vamos defender o direito de propriedade, aí os produtores são colocados em cheque com os negros, com os índios, com os pobres sem-terras, que têm o desejo de ter terra. Então coloca os produtores em confronto com movimentos sociais indevidamente. Nós não estamos insensíveis às questões das pessoas mais pobres. Independente de cor, de raça, quem é o brasileiro, a grande maioria do povo brasileiro que não se solidariza com as pessoas mais pobres, com as pessoas que sofrem, com as pessoas que não têm oportunidade? Pelo amor de Deus, não existe o time do bonzinho e dos maus nesse País. Por favor. Então quando reveste a agressão do direito de propriedade em ampliação de terra indígena, em localização dos quilombos, dos negros, que aliás no meu Estado são vários de verdade, quilombos de verdade têm em Tocantins, têm, eu conheço todos eles, produzem, trabalham, a gente tenta colaborar ao máximo possível. Nós estamos falando desses quilombos criados, inventados, autodenominados agora de última moda. Então quem é que não se solidariza com aquelas pessoas que têm vontade de ter um pedaço de chão? O que é que tem? Um Brasil desse tamanho, será que não é possível todo mundo ter terra? Agora tem que ter recurso para isso. Isso não pode ser à custa de ferir o direito de propriedade e tomar de quem tem. Não. Se é uma bandeira do governo, se é um programa de governo, que não só é só desse governo, reforma agrária tem quantos anos no Brasil? Eu não quero discutir o mérito dela, se está correta, se realmente o pessoal está, assim, na pobreza, vamos deixar esse mérito para lá. O programa em si, eu não sou contra, não. Eu acho razoável para um País que não consegue dar emprego para o seu povo. Tem que arrumar paliativo, sim, porque, pelo menos, de um pedaço de chão sai a mandioca, sai o milho, sai o arroz, não morre de fome na cidade. Mas que vivem como uma grande favela rural, vivem. Isso é uma verdade que tem que ser dita. Mas o programa em si, desde que desaproprie, pague e faça de acordo com o marco legal, eu, pessoalmente, nada contra, absolutamente, convivo muito bem nas vizinhanças com os assentamentos do meu Estado, são produtores rurais dóceis como todos os produtores do País e a gente vivo muito bem. O que nós somos contra é invasão de terra, esbulho possessório. Então esses disfarces me impressionam muito porque é desonesto, é desonesto, é de uma desfaçatez imensa. Então colocam os produtores como se fossem os bodes expiatórios, insensíveis, sem coração. É assim que nos colocam. Isso os movimentos sociais e políticas de governos, não só deste governo, que pode ter a melhor das intenções, mas o direito de propriedade nada pode afetar, nem

a mais maravilhosa intenção. Pode permitir a tomada de terras, a invasão de terras, a não indenização de parques ambientais para o fim ambiental. Não pode fazer o que estão fazendo.

Então, vem a ampliação de terra indígena, a ampliação de quilombolas desmedidamente, descomedidamente, sem-terras que precisam de terras. Tudo bem, não tem problema nenhum. Agora até o trabalho escravo, expropriação por conta de trabalho escravo. Eu só sou a favor, desde que o conceito de trabalho escravo esteja muito bem definido, de acordo com a OIT, porque eu sou signatária brasileira, signatária da OIT não é à toa. Eu sou signatária da OIT, eu tenho que acompanhar as definições da OIT.

Então, vai lá na Convenção 29, no art. 1º, da OIT, e define, no Brasil, aquele trabalho escravo que eu topo, que aquilo é trabalho escravo mesmo e tem que prender. Agora um trabalho escravo análogo ao escravo, não, eu não dou conta de definir o que é isso, eu não posso viver com analogias. Eu posso até usar ela num debate coloquial, mas isso não pode virar Lei, eu não posso legislar em cima de analogia. Isso é desonesto com as pessoas. Eu tenho que dar na Lei definição concreta e real para elas, trabalho escravo é isso. E vamos criminalizar mesmo, eu sou a primeira a votar e ainda sou a relatora. Agora não venha com subterfúgios para tomar terra alheia por componente ideológico.

A faixa de fronteira, que o Denis conhece bem. Agora o cidadão foi, ocupou essas terras, foi convidado a fazer segurança nacional, foi convidado a fazer a ocupação por conta da segurança, soberania nacional, desculpem, e, agora, ele é penalizado. Porque antes ele tinha que só produzir na metade e estar morando lá. Agora fizeram uma Instrução Normativa, porque tudo isso é dentro dos Ministérios, é a invasão da caneta Mont Blanc, não é mais invasão de sem-terra; caneta Mont Blanc, todo dia tem uma. Então, aí é o seguinte: agora, o cidadão tem que cumprir GUT e GEE para ser documentado. Quer dizer, isso é um escândalo em qualquer lugar do mundo. A regra é: "Você está lá?". "Estou". "Está lá há quantos anos?". "Tantos anos". "Está produzindo em metade da área?". "Estou". "Então, toma o seu título". Aí, no dia seguinte, manda a reforma agrária ir lá, não tem problema nenhum. Agora condicionar a titulação do seu Estado, Mato Grosso do Sul, que o meu está no centro do país, não tenho esse problema, graças a Deus, menos um, mas são 10% das propriedades do Brasil que não são tituladas porque mudaram o rito. Então eu já vou de cara, ao invés de dar o documento para o cidadão, foi ver se ele tem GUT e GEE, Presidente, antes de titular o cidadão. Outra desonestidade, tudo travestido de ban-

deira bonita, é a defesa nacional. Defesa nacional é eles que fizeram há centenas de anos lá defendendo a divisa do Brasil.

Por último, a reserva legal. Sem comentários, sem comentários. Agora estão desapropriando por falta de reserva legal averbada. E aí vai.

Então, eu encerro, dizendo que as propriedades de hoje não são as propriedades de cem anos atrás, não existe o latifúndio improdutivo. Existe a produtividade inapropriada, existe a improdutividade, e o não cumprimento dos índices que a pesquisa determina é porque não temos condições de fazer, meu Deus do céu, não tem dinheiro para isso, e não por falta de conhecimento. Então as propriedades de hoje, existe falta de dinheiro, não existe latifúndio largado para apenas ter uma poupança, uma valorização das terras. Quem está nessa hoje está fora do ramo. Hoje não existe mais aquela terra como uma poupança. Ou o cidadão passa para dentro dela ou ele perde ela, porque não consegue fazer para pagar nem os funcionários.

Então, eu encerro aqui, pedindo ao Senador Autor, do nosso Projeto, [soa a campainha] que nós possamos ter um pouquinho de paciência com esse debate. Esse debate é maravilhoso, extraordinário e nós precisamos avançar, não só na questão fundiária, Senador Antonio Carlos Valadares. Não se trata de uma prorrogação, de um embrulho ou de uma empurração. Nós tentamos fazer um grupo técnico interno, não foi possível, não chegamos a consenso com as entidades. Então, nada melhor do que a gente chegar até o final de ano, se tudo correr bem, e nós aprovarmos esse Estatuto. Nós temos o maior interesse nisso, de corrigir as distorções. Nós só não podemos ter um texto que possa piorar a nossa situação, que já é muito complexa. Então, o senhor mesmo, agora, comentou, teve a oportunidade de ouvir o Denis Rosenfeld falando, é a maravilha do debate. É isso, nós temos que debater. A questão ambiental, tem treze anos que nós estamos tentando e ainda não conseguimos. Então o Estatuto do Produtor, não só Ambiental, tem Fundiária, Trabalhista e todos os problemas que esse Brasil tem. Então nós precisamos discutir. Muito obrigado, Sr. Presidente. Desculpe a extensão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O próximo inscrito é o Senador Gilberto Goellner e certamente após a fala do Senador Gilberto Goellner o autor do requerimento, o Senador Antonio Carlos Valadares, fará uso da palavra também. Com a palavra o Senador Gilberto.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Na verdade, eu não sou o autor do requerimento, é a Senadora Kátia. Eu sou o autor do Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do requerimento não, do projeto. É verdade.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Obrigado.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Eu quero, inicialmente, parabenizar o autor do Projeto, o Senador Antonio Carlos Valadares, pela oportunidade do Projeto, da significância do mesmo e dos objetivos que são propostos, mas eu concordo plenamente que nós deveremos discutir mais profundamente com todo o setor produtivo brasileiro, para que se dê a devida divulgação de todas as propostas e que se consiga opiniões, que se enriqueça esse Estatuto de tal forma que se possa dar uma consolidação firme da produção rural, da produção como bem se referiu o Dr. Fernando dos Santos, que nós poderíamos transformar, ao invés de Produtor Rural, o Estatuto da Produção Agrícola Brasileira.

Além da sustentabilidade, a questão de segurança alimentar, segurança do acesso ao crédito, assistência técnica, ao seguro, acessos aos mercados. Os acessos aos mercados, eu vejo que o art. 18, que equivale o produtor rural, que também é um vendedor do seu produto, que equipara o mesmo ao consumidor, nós deveríamos discutir muito mais isso aí, porque há um contrassenso que eu vejo dentro da Lei que não diria uma segurança ao produtor. Enfim, o acesso à terra, da infraestrutura. No concernente à infraestrutura, eu sei que o Senador é do Nordeste e que o acesso aos projetos de irrigação, drenagem, de eletrificação que ele coloca.

Mas, principalmente, também, na parte de meio ambiente, eu gostaria de colocar o seguinte questionamento: não é possível que, hoje, quando se discute aqui, no Senado e na Câmara, a mudança inclusive da legislação ambiental brasileira, o seu contexto que possui mais de dezesseis mil itens e que não confere uma segurança jurídica e nem a preservação do meio ambiente, que tenha-se duas situações postas por dois Ministros, Ministro Minc, que coloca como proposta que as propriedades até quatro módulos ficariam isentas de reserva legal. Já o Ministro da Agricultura amplia esse limite para oito módulos, quer dizer, olha o nível de situação que se coloca no País, a temeridade: quem é pequeno não precisa conservar o meio ambiente; quem é maior de oito módulos... Por que oito módulos? Então realmente, Deputados e Senadores, eu não vejo consenso numa proposta dessa, nem a do Ministro Reinhold, que amplia para oito módulos, muito menos a do Ministro Minc, que separa definitivamente duas agriculturas no País. Isso está nítido dentro do MDA, Ministério do Meio Ambiente, essa separação da

produção rural brasileira. O povo brasileiro não quer saber de onde que vem. O feijão é produzido pelo pequeno produtor, pelo médio e pelo grande. Não é demérito nenhum, ao contrário, quer dizer, por que é que um teria que ser preservado, teria que haver uma consolidação de reserva legal, de preservação diferente em dois tamanhos de propriedade?

Então, nisso aí, eu vejo que nós temos que debater muito, e o Estatuto da Produção Rural ou da Produção Rural Brasileira poderia servir dos conceitos essenciais que nós devemos ter na conservação e não só da reserva da flora de cada propriedade, mas a conservação do solo, do ar e da biodiversidade, porque hoje, da forma como são postas as reservas legais no País e a forma que se pretende num Decreto Presidencial, que é o 6.514, depois foi melhorado, que ele legislava mais, que é o 6.686, que estipula que todo o imóvel rural brasileiro recomponha as suas reservas legais de 20% ou de 35%, como o Estado do Mato Grosso, área de Cerrado, quer dizer, não é só os 80% para 50% na área onde tenha caracterizada como de mata, mas no Cerrado era 20% no Mato Grosso e no Tocantins e agora passou para 35%, quer dizer, quem estava legal há vinte anos atrás hoje está ilegal, ele precisa preservar mais 15%.

Então, esse novo Projeto, esse novo Código que está sendo proposto, que é o Projeto de Lei 5.367, que foi protocolado na Câmara Federal, ele institui principalmente que os Estados passem a legislar também, podendo legislar sobre o meio ambiente, conforme preceitua a Constituição, o art. 24, do poder concorrente, possibilitando então os Estados instituírem parques, unidades de conservação de acordo com a necessidade em cada bioma e consolidando as áreas já preservadas no País, já ocupadas no País, quer dizer, a consolidação da agricultura do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná, onde se iniciou a agricultura, São Paulo, do Nordeste brasileiro, Centro-Oeste e da zona da Amazônia teria que ser consolidada e a partir de um marco regulatório se colocar então essa questão da reserva legal.

Então, tudo que está sendo discutido hoje, na Câmara e no Senado, aonde observamos essa consolidação do Estatuto da Produção Rural, eu acho que nós vamos enriquecer muito a agricultura brasileira, mas teremos que dar segurança jurídica, principalmente, porque a forma como se produz hoje no País, o produtor está acuado de toda a forma, tanto pela área ambiental, que existe uma insegurança jurídica muito grande, como a insegurança que existe na propriedade, nas invasões, a não obtenção de índices de produtividade, a não obtenção de crédito, a não legalização dos imóveis. Só agora que estamos fazendo o Projeto

que foi aprovado no Senado, relatado pela Senadora Kátia Abreu, que é o 438, não é Senadora? Só agora que ele vai constituir segurança de se receber em toda a área amazônica o registro da terra, quer dizer, esses produtores não tinham nem a legalidade do imóvel. Só agora que vai ser constituído, quer dizer, nós estamos num marco ainda muito inicial, não temos a segurança da obtenção da legalidade do imóvel, não se tem a segurança ambiental, não se tem a segurança de crédito, não se tem a segurança de se produzir, a infraestrutura de armazenagem, a segurança de preços mínimos que é conferida por um Estatuto, nada disso não tem. O preço mínimo hoje faz dez, quinze anos que não é revertido. Os custos aumentaram 300%, 400% e ainda os preços mínimo são de cinco, seis, sete, dez anos atrás, quer dizer, na teoria se objetiva no Estatuto, mas na realidade não há recurso para promover essa segurança. Além disso, toda a insegurança que existe na parte de logística, de competitividade de toda a produção brasileira.

Então, é nesse sentido que eu deixo essa indagação, principalmente da parte ambiental, que eu achei muito procedente nós estarmos discutindo, essa retroatividade da legislação. Essa aí é uma questão fundamental que nós devemos ser duros aqui para que isso não se consiga em Decretos, Decretos como foi o que aconteceu agora nos últimos seis, sete anos, alguns Decretos obrigando a constituição de reservas legais que antes não eram conferidas por Lei. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. O próximo Senador inscrito é o Senador Antonio Carlos Valadares e, posteriormente, V. Exa., Senador Jayme Campos.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu sede a palavra ao Senador Jayme Campos. Eu falarei por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então, por permuta, o Senador Jayme Campos ocupa a palavra nesse momento.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Sr. Presidente, senhores convidados, Sras. e Srs. Senadores. Antes de mais nada eu quero agradecer ao Senador Antonio Carlos pela gentileza de me ceder aqui para que eu pudesse naturalmente também fazer algumas observações e algumas indagações.

Todavia, aqui todo mundo tem conhecimento da raridade dessa política no Brasil. Lamentavelmente a cada dia que se passa, ela passa a ser um problema para nós, produtores, e acredito até que de uma maneira geral de toda a sociedade brasileira, tendo em vista que há uma falta de respeito por parte do Governo Federal, onde a própria Constituição e a legislação

vigente no Brasil não são respeitadas. Todavia, quando se discute um Projeto de importância como esse, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, eu imagino que tem que ser feito de forma muito criteriosa, sobretudo bastante discutida, para que não incorremos em nenhum erro que amanhã ou depois certamente possa haver alguma desconfiança e, acima de tudo, alguém se sentir prejudicado.

Mas particularmente aqui, ouvimos aqui a professora no assunto, da matéria, a Kátia Abreu, o Senador Gilberto e outros estudiosos da matéria. Eu não tenho dúvida alguma, Senadora Kátia, de que dá a entender que criou-se um dogma em relação àquele que produz no Brasil. Todos nós estamos carecas de saber aqui de que a nossa região amazônica, ela dá a entender de que os 25 milhões de brasileiros que moram nessa vasta região rica do Brasil, dá a entender que é menos importante do que um pato selvagem. Eu não vejo de outra maneira, de que nós podemos mudar esse conceito, com relação à política ambiental do Brasil, se não tivermos políticos compromissados até mesmo com a soberania nacional. O Brasil hoje tem milhares e milhares de ONGs aqui patrocinadas pelo Governo Federal, dinheiro dos impostos que nós recolhemos, e lamentavelmente colocados no bolso de alguns picaretas, de alguns pseudos ambientalistas, [ininteligível], etc., etc.

Mas eu tenho a sensação de que isso vai mudar no momento correto, e, acima de tudo, o Congresso Nacional tem que legislar urgentemente. Aqui disse alguém, se não me falha a memória, eu não sei se foi o Denis ou o Dr. Fernando, de que a decisão do Ministro Direito deu a entender que ele está legislando aqui em nome do Congresso Nacional, dezoito ou dezenove itens lá. Isso é inadmissível num Estado democrático de direito, onde nós entendemos e achamos que vivemos em um País em que o Congresso, que tem as suas prerrogativas e que têm que prevalecer, e na verdade, não é nosso caso especificamente, mas em outros casos nós temos acompanhado o TSE, o Supremo Tribunal Federal, legislar em nome do Congresso.

Mas eu quero, aqui, objetivamente dizer o seguinte: tudo isso aí também surgiu na medida em que a Medida Provisória 2.166, Kátia Abreu, até hoje ela não foi votada, está no limbo até hoje aqui no Congresso. Dá a entender de que nós, congressistas, não estamos tendo a coragem suficiente para enfrentar um assunto que é de fundamental importância. A questão da segurança jurídica no Brasil não existe, para muita tristeza, eu fico muitos dias acompanhando aí. Muitas vezes, Dr. Fernando, juízes que também querem julgar para a torcida sobretudo, o Ministério Público Federal, que tem um rapaziada nova, que me parece que está

ali para julgar para a opinião pública, para aparecer, não pode ver uma luz de televisão ligada ali, já quer aparecer e me parece que quer penalizar todo mundo, quer execrar, quer prender, quer arrebentar, e depois o cidadão não deve nada a à justiça e muito menos ao País.

Mas, aqui, eu quero fazer uma pergunta ao Denis, até eu escrevi aqui, Denis. Na visão de longo prazo que seus estudos e reflexões acadêmicas permitem, e com base em sua experiência pessoal, eu gostaria que o senhor avaliasse se o Brasil ficará eternamente atolado no pântano do conflito agrário ou se conseguiremos, em algum momento, superar essa marca do atraso e rumar para patamares mais civilizados de convivência, a exemplo do que ocorre há décadas nos países mais desenvolvidos, onde o direito de propriedade, a segurança jurídica e o respeito ao meio ambiente são sustentáculos de uma sociedade mais justa e de uma economia mais próspera. Eu faço essa indagação ao sociólogo, eu confesso que nem o conhecia, só por nome, mas me causou assim as melhores impressões, até porque é coerente e, acima de tudo, é uma pessoa sensata e que vivencia as realidades nacionais, que está aqui não é para jogar para a plateia confete ou qualquer coisa que seja. Eu imagino que são de pessoas como o senhor que certamente o Brasil gostaria de ter todos os dias participando de eventos como esse.

Concluindo, eu ouvi aqui o Dr. Fábio Meirelles dizendo em relação à China, que aumentou 9% na compra da carne bovina. Entretanto, não é o Brasil que está vendendo. Eu pergunto ao senhor, que também é um valoroso cidadão da área do agronegócio, conhecedor profundo da matéria, quem foi o grande contemplado? Ou foi falta de capacidade de nós, que produzimos aqui no Brasil, para atingir esse mercado, porque hoje, lamentavelmente, quem trabalha nessa área da pecuária também está vivendo dias críticos. Frigorífico quebrando, dando calote todos os dias e a todos nós aqui, chegou um momento agora que me parece que os frigoríficos dominou de uma maneira, está virando um verdadeiro cartel, lamentavelmente está virando um cartel, eu defendo a tese que nós temos que urgentemente tomar alguma providência, sob pena de ficarmos reduzidos aqui no Brasil na mão de cinco, seis no máximo. Aí vai impor o preço, nós vamos produzir e lamentavelmente alguns não vão ter capacidade nem de sobreviver no setor, tendo em vista que o preço é bem menor daquilo que certamente valeria. Entretanto, eu acho que a CNA, capitaneada pela nossa valorosa Senadora Kátia, nós vamos tomar as providências e fazer o encaminhamento, que certamente nós não ficamos fora do setor por razões que não vou declinar aqui. Entretanto, eu acho que

perder um mercado de 9% da China, ou seja, a China aumentou 9% a sua compra e nós perdemos esse mercado, eu não vejo qual que é a explicação. Só o senhor que está muito por dentro do assunto é que poderia dar uma explicação plausível em relação que nós, aqui no mercado brasileiro, eu acho que é fundamental para a economia e, acima de tudo, para que se trabalhe na área da agropecuária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado, Senador Jayme. Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares, autor do PLS 325, que institui o Estatuto do Produtor Rural.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente Valter Pereira, senhores convidados, Senadora Kátia Abreu, eminente Relatora deste Projeto, Srs. Senadores.

Em primeiro lugar eu gostaria de fazer uma síntese do porquê da apresentação deste Projeto. Eu não sou um produtor rural. Entretanto, eu sou filho de um produtor rural. Nasci no campo, morei muitos anos, só depois da idade escolar é que fui para a cidade, mas vivenciei durante muitos anos no Município de Simão Dias, Estado de Sergipe, as dificuldades, as agruras do produtor rural, de vez que o meu pai era um grande plantador de algodão. Sergipe já foi um grande produtor de algodão. Lá naquela época, naquele período, havia dificuldades de financiamento rural, de assistência técnica, de obtenção de boas sementes, enfim, o agricultor ficava praticamente dependendo única e exclusivamente do seu esforço e da ajuda da natureza. Quando acontecia uma débâcle de uma seca ou de uma enxurrada violenta, o produtor rural tinha que arcar com os prejuízos decorrentes de sua atividade, sem nenhum amparo, seja de bancos oficiais, seja do Poder Público, na montagem de uma infraestrutura capaz de elastecer ou ampliar o mercado decorrente da produção agrícola.

Quando eu cheguei aqui no Senado, ao lado de tantos outros Senadores, como o Senador Jonas Pinheiro, de saudosa memória, inclusive foi o primeiro Relator desse Projeto, nós lutamos aqui durante muitos anos para edificar um projeto de apoio ao produtor rural, inclusive na repactuação das dívidas, repactuação essa que foi feita várias e várias vezes e até hoje não há uma solução definitiva para o problema, infelizmente.

Eu quero, então, enaltecer a prioridade absoluta que deu o Presidente desta Comissão, Senador Valter Pereira, ao andamento desta matéria, e que, inclusive até por dificuldades de um consenso, a própria Relatora já teve condições de afirmar, não houve possibilidade da elaboração e de uma proposta consensual.

Entretanto, dentro do espírito de visão que caracteriza a atuação parlamentar da Senadora Kátia Abreu, ela vislumbrou que nós poderíamos obter esse consenso convidando especialistas das mais diferentes áreas da atividade agropecuária e aí, quem sabe, novas ideias podem surgir e o Projeto tenha uma tramitação normal, acredito que ainda este ano possa ser aprovado por esta Comissão e ir para a Câmara do Deputados diretamente, sem a necessidade, quem sabe, de passar em outras Comissões, já em caráter terminativo.

Esse Projeto, ele foi concebido em obediência a alguns princípios. O Brasil é signatário de vários Tratados e foi palco de um dos maiores eventos mundiais, que foi a Eco 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde estabeleceu determinados parâmetros, inclusive estabelecendo uma agenda, chamada Agenda 21, para que dentre outras ações pudesse alavancar ações nos mais diferentes países visando prover a população de alimentação necessária no mundo inteiro. Em 2002 houve numa nova Conferência, em Joanesburgo, sobre o desenvolvimento sustentável, que estabeleceu como parâmetros ou como principais pilares para o exercício do desenvolvimento sustentável o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e o meio ambiente, ou seja, o respeito ao meio ambiente. Em obediência a esses princípios, inclusive o da precaução, o princípio da precaução, através do qual nenhuma atividade econômica, seja da indústria, seja da agricultura, pode ser levada à frente sem uma verificação antecipada dos impactos que esta atividade poderá causar no meio ambiente, inclusive à população.

Enfim, o nosso Projeto, ele começa definindo o que é o produtor rural, quer dizer, aquela pessoa que tem a preocupação com o lucro, a atividade econômica, e a sua própria subsistência, mas em obediência às regras estabelecidas da nossa Constituição de que a propriedade deve ter uma função social. Então a função social está estabelecida no art. 186 da Constituição, a função social da propriedade. Quando eu falo em atividade econômica e também em um regime de subsistência do produtor, aí nós estamos incluindo não só os grandes produtores, os médios produtores, mas também os pequenos produtores e os agricultores familiares, porque é como disse o Dr. Denis Rosenfeld, é preciso que haja uma integração de todos a fim de que haja a obtenção daquele objetivo de que a atividade seja lucrativa e atenda às necessidades da economia nacional. Então a função social, ela é prevista no art. 186 da Constituição e diz o seguinte: aproveitamento racional e adequado do uso do imóvel; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância quanto à legisla-

ção trabalhista; como também exploração da terra de modo a favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Quer dizer, dentro de um ambiente de integração de paz social, tudo pode acontecer de bom no exercício dessa atividade econômica, que representa 1/3 do PIB nacional, do PIB do Brasil.

Portanto, quando nós falamos num Estatuto, nós vislumbramos assim regras genéricas, regras gerais, que devem ser obedecidas não só pelo Poder Público, como pelos produtores rurais, regras que vão se concretizar na prática, vão se consolidar na prática da observância desses princípios aqui estabelecidos.

Por exemplo, nós temos exemplos de Estatutos que deram certo no Brasil. O Estatuto do Idoso tem regras gerais que são observadas e estão, sem dúvida alguma, assegurando a proteção ao idoso. O Estatuto do Adolescente, da Criança e do Adolescente, também é um Estatuto que deu bom resultado. A partir da aprovação desses mecanismos o Brasil começou a se preocupar com a proteção de determinados segmentos. O Estatuto da Mulher e, também, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação também é um Estatuto, tem regras gerais, naturalmente observando os ditames constitucionais, mas a partir da aprovação desta Lei, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é que esse segmento no Brasil prosperou e muito, cresceu e muito, não só a nível de União, como a nível de Estados e Municípios. Ora, o que nós estamos propagando aqui é a proteção ao produtor rural através de ações que têm que ser observadas. Do meio ambiente nós já falamos, os senhores também já se referiram a isso, mas, por exemplo, a questão do seguro agrícola, que é uma questão ainda meia mal resolvida em nosso País, não há ainda um Diploma Legal que dê ao produtor a segurança de que durante uma intempérie, chuva ou seca, a sua atividade seja protegida e os prejuízos sejam cobertos. Não há. Mas, quem sabe, através de regras bem definidas no Estatuto, nós possamos assegurar essa proteção àqueles que são vítimas das intempéries. E assim também o financiamento rural. O financiamento rural deve ser concedido ao produtor, sem a exigência de que parte daquilo que ele obtém no financiamento seja empregado em benefício do banco, porque aí é crime, é uma venda casada e o próprio Estatuto já proíbe essa concepção, quer dizer, essa tendência de algumas instituições financeiras e dizer: "Olha, nós vamos emprestar o dinheiro ao produtor rural, mas ele tem que fazer isso e isso, depositar", afinal isso se trata de uma forma de burlar a legislação e influir na lucratividade da produção rural.

Outros assuntos, como, por exemplo, que eu poderia citar – já estou encerrando, Presidente – que trata o nosso Estatuto, da função social, já falei. As-

sistência técnica, extensão rural. Quer dizer, já houve, por parte do Poder Público, essa preocupação no passado, mas o chamado Sistema ANCAS(F), esse sistema acabou no Brasil. Quer dizer, era um sistema de assistência técnica aonde chegava um técnico agrícola, um agrônomo contratado pelo Estado num determinado município produtor, ele chegava com a sua orientação técnica. Ele dispunha de um veículo, naturalmente era um jipe naquela época, e percorria todas as propriedades, não só ensinando técnicas de produtividade agrícola, como também de combate às pragas. Isso acabou no Brasil e ficou por conta praticamente dos próprios ruralistas, ou seja, dos próprios produtores rurais, isso ficou reduzido a um segundo plano na assistência técnica com o apoio do Poder Público. O acesso aos mercados, quer dizer, da maior importância, sem isso é impossível o exercício da atividade, não haverá lucro nenhum, e a infraestrutura rural, com ênfase à irrigação, drenagem, que são práticas essenciais para a geração de emprego e renda, notadamente lá na nossa região, no Rio São Francisco. Enfim, o acesso à terra, que deve ser através da reforma agrária, da distribuição de terras, isso tem sido feito hoje até de forma muito pacífica lá na nossa região, o governo tem comprado terras, quer dizer, existe uma facilitação hoje no negócio de terras, quer dizer, a reforma agrária está se dando através da compra direta e não mais através da desapropriação como ocorria antigamente, quando foi criado o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação com fins sociais.

Portanto, a minha palavra aqui é de regozijo porque eu estou vendo que este Projeto está tendo andamento, autoridades versadas no assunto estão comparecendo, como o Dr. Denis, o Dr. Fernando e o Dr. Fábio, que deram o seu contributo na atividade que exercem ao aperfeiçoamento dessa matéria. Eu tenho certeza absoluta que a Senadora Kátia Abreu se deteve nas sugestões aqui que foram concedidas, conferidas, e haveremos de ter um Estatuto do Produtor Rural que possa refletir todas as tendências no nosso País relacionadas com a atividade agropecuária. Agradeço, Presidente, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Senador Antonio Carlos Valadares e acreditamos que esse ciclo de exposições, de debates sobre o Estatuto, proposto por S. Exa., haverá de produzir um aprimoramento desejável na proposta que submete à apreciação desta Casa, já que tem no seu bojo uma natureza estruturante. Eu acho importante que haja realmente esse debate.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só para complementar, o Dr. Denis Rosenfeld falou da possibilidade... Foi o Dr.

Fernando, ele falou do Estatuto da Produção Rural. Eu acho o seguinte: do ponto de vista político, social, tem mais força o Estatuto do Produtor Rural, porque aí engloba aquele que realmente produz. A produção é uma coisa assim mais econômica, enquanto que quando a gente fala no produtor rural, nós estamos envolvendo o cidadão que é produtor, que se engajando no trabalho agrícola vai produzir em benefício do nosso País. Eu acho que, sendo do Produtor Rural, terá uma referência mais política, mais social, mas, no entanto, eu agradeço a sugestão, e a Relatora é que pode avaliar melhor do que eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Obrigado. Antes de passar a palavra aos expositores, eu gostaria de fazer alguns pequenos comentários sobre o que nós ouvimos e que sentimos nesta Sessão.

Em primeiro lugar eu gostaria de ponderar o seguinte: eu sempre defendi a reforma agrária. Todavia, o que nós assistimos hoje em nosso País pode até ser considerado um arremedo, mas está distante de ser reforma agrária, até porque os resultados que têm sido produzidos são pífios, tão pífios que não são nem publicados. Muitos defeitos eu enxergo no projeto de assentamento, porque hoje abstém-se até de falar em reforma agrária, fala-se em assentamento, talvez para mitigar um pouco a responsabilidade com um projeto desta magnitude. Mas um dos defeitos foi apontado aqui pelo Dr. Fernando: a questão da seleção. Para que dê certo um projeto de reforma agrária, em primeiro lugar tem que se cuidar da seleção. Que seleção? A seleção do produtor, a seleção da terra. São dois elementos essenciais. Sem a mão de obra e sem a terra, dificilmente prospera qualquer projeto de reforma agrária, e, infelizmente, a negligência tem começado exatamente aí. O Dr. Fernando invoca aqui uma suposta nostalgia neste processo de seleção; busca-se nas cidades pessoas que tiveram um passado remoto com o campo e de repente gostariam de retornar. Ora, todos nós sabemos que o êxodo rural é um processo inerente à própria urbanização da sociedade e é um processo que dificilmente se reverte, de sorte que ao imaginar qualquer projeto de reforma agrária tem que movê-lo o atrativo econômico e não aquele saudosismo de quem teve a sua passagem pelo campo e fez uma opção pela cidade.

Eu acho que, acrescentando a esta ideia, essa ideia não, essa avaliação do Dr. Fernando, eu diria que, mais do que as razões nostálgicas, existe uma outra hoje muito forte, que é a motivação política. Como esse processo de seleção de pessoas deixou de ser conduzido essencialmente pelo INCRA e passou essa atribuição aos movimentos chamados sociais,

isso na verdade tornou-se um meio de vida para esse segmento, de sorte que hoje, na falta de candidatos aos acampamentos, os movimentos sociais, até com serviços de alto-falante, chegam nas periferias das cidades anunciando, emulando, incentivando que as pessoas se inscrevam para ir montar acampamento, porque ali existiria a segurança de que as terras seriam distribuídas, ou seja, a distribuição das terras em muitos casos passam, na verdade, mais pelo interesse especulativo do que o interesse econômico propriamente dito. É claro que nós estamos falando não de uma conduta generalizada, porque existe em meio a esses movimentos aqueles que são lavradores vocacionados, que de fato querem a terra para explorá-la economicamente, tirar proveito dela, mas existe também esse outro lado que nós temos que considerar, e acho que no Estatuto proposto pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares até esta questão da seleção, seleção da terra, seleção de pessoal, deva ser focalizada para que nós possamos com ele fortalecer o projeto de assentamento que está em vigor em nosso País.

Chamou a minha atenção aqui também uma questão suscitada pelo Professor Denis Rosenfeld quanto à distinção que se estabelece entre a agricultura familiar e o agronegócio, que, aliás, não é bem a distinção, porque a distinção até existe, são dois segmentos distintos. Porém, são dois segmentos que exploram a mesma atividade e, portanto, não teria que haver uma coisa que os movimentos sociais em grande parte instigam de forma bem ideológica, que é o antagonismo entre o agronegócio e a agricultura familiar. Ora, se ambos exploram a terra com o objetivo de auferir lucros, de auferir resultados econômicos, não se justificaria de forma nenhuma esse antagonismo, porque na verdade todos têm que buscar mercado, todos têm que colocar os seus produtos na prateleira, todos têm que ter esses resultados, sob pena de não cumprir a terra a sua função social. Então acho que reverberar ou exorcizar essa contradição entre uma coisa e outra, eu acho que é dever não só de quem fala, de quem discute, mas, sobretudo, de quem legisla, para que se insira na legislação essa exorcização também.

O Sr. Fábio fala da questão de se adaptar o Estatuto a outros Estatutos que existem, como, por exemplo, o Código Ambiental, o Código Florestal, que está em discussão. Eu acho que tudo isso realmente tem que ser compatibilizado nessa legislação.

Por último, gostaria de fazer uma pequena observação. Houve, aqui, um enfoque que eu acho que foi equivocado, quando se compara a atividade agrícola com a atividade industrial. De fato, exige-se alguns requisitos na atividade agropastoril que são dispensados lá na atividade industrial. Todavia, é preciso considerar

que na atividade agrícola nós temos uma definição da função da terra, que deve cumprir essencialmente uma função social, segundo o art. 184 e outros artigos que estão na Constituição, daí porque a distinção. Todavia, não acho que isso seja relevante. Eu acho que o relevante para que nós possamos alavancar essa discussão é que seja pelo menos cumprida a função social da terra e nesse aspecto essa função social é de responsabilidade de toda a sociedade brasileira e não apenas de um segmento. Então eu acho que o que nós precisamos é fazer uma legislação que esteja atenta aos princípios enunciados pela Constituição Federal.

Ademais, acho que a Audiência cumpriu a sua finalidade, acho que daqui poderá sair um aprimoramento muito significativo do Estatuto proposto pelo eminente Senador Antonio Carlos Valadares e esta Comissão estará dando uma contribuição significativa para um elemento que falta ao campo hoje e que todos nós sentimos, porque a reclamação está em todos os Estados produtores, que é a paz no campo, a segurança jurídica para quem produz. São elementos essenciais para que a atividade agropastoril resgate a sua confiança, a sua segurança tão indispensável para continuar contribuindo, afinal de contas hoje, todos nós sabemos, aqui é até desnecessário repetir, o campo contribui com a formação de 1/3 do PIB brasileiro e, portanto, precisa sim de uma legislação, precisa de um tratamento adequado para que continue dando essa contribuição.

Agora, encerrando essa pequena digressão, eu vou abrir dois minutos para cada um dos expositores a fim de que respondam a alguns questionamentos ou que façam algumas considerações que não foram feitas no decorrer dos debates, inclusive o Professor Denis tinha me pedido aqui que lhe oportunizasse uma intervenção no meio da discussão e eu pedi que ele aguardasse o encerramento, então esta será a oportunidade. Então eu vou recomendar aqui agora, porém vou recomendar da forma oposta que foi o nosso início. Eu vou começar pela extrema direita, com o Fábio Mirelles, depois indo para a esquerda.

SR. FÁBIO MIRELLES FILHO: Senhor Senador, realmente foi um prazer poder participar aqui com os senhores dessa Audiência Pública. Mas o que eu gostaria de deixar aqui é com relação ao que o Senador Jayme Campos colocou. Há uns dez anos ou doze anos atrás nós tivemos aqui a presença de um grupo de americanos e canadenses lá na CNA, no qual nós os recebemos, o Dr. Antônio Ernesto era o nosso Presidente, que veio ao Brasil para pedir a redução da produção de soja na época a nível de 10%, que se chegasse a um acordo ou a alguma coisa similar, e se

proporia um pagamento pela não produção dessa soja, porque esse produto estava em excesso no mercado. O Brasil não se adequou a essas condições porque nós precisaríamos era abrir mercado.

Com relação à questão da carne, isso foi interposta por uma questão de denúncias, uma série de questões aí onde se utilizou uma legislação retroativamente para suspensão da compra e comercialização de carne produzida em alguns Estados do Norte, basicamente no Pará. Nós não sabemos quem são os grandes beneficiários ou qual o prejuízo ainda que o País possa ter assimilado com isso, não sabemos o número de quebras de contratos, as condições com que isso ocorreram. O problema é que nós sabemos que nós estamos em plena entressafra e o preço do boi vem se mantendo abaixo das cotações quase que normais. Não importa se é menos ou mais, mas nós tivemos grande aumento no sal, nos custos de produção e a redução de uma forma geral dos nossos custos, mesmo uma tonelada de adubo hoje custando aí em entre oitocentos e mil reais, que o glifosato hoje caiu de uma forma drasticamente, que era um dos maiores custos que nós tínhamos de produção. Tudo isso vem a ferir e a atingir o produtor de forma drástica, porque ele não consegue manter o seu alinhamento de recursos, não tem como alocar, seja pecuarista, seja um produtor de grão, seja um produtor de leite, e nós estamos vendo aí a laranja caindo no pé sem produção em São Paulo, o problema do etanol, enfim, uma série deles que é jogado de uma forma geral como se fosse uma culpa única e exclusivamente do mercado internacional. E a gente vê que as disparadas de preço durante os períodos de safra, de alto custo, como o custo do óleo diesel, que poderia ter sido reduzido. Então a questão de política vem a interferir em todo esse sistema do índice de produtividade, e aí eu me coloco como a Senadora colocou, o índice de produtividade é aquele com o qual eu posso arcar com ele, de onde sai os recursos nossos.

Eu gostaria de deixar aqui também, porque eu estou vendo aqui nessa outra parte da assistência social e a saúde do produtor, que a CNA, pela Senadora Kátia Abreu, colocou aí um Programa do SENAR para que a gente descobrisse os distanciamentos, para a gente poder ter algum direcionamento, não no sentido de crítica, de alguma coisa, com relação a essa assistência do produtor, do seu trabalhador. Isso é um trabalho que já está sendo realizado e que a gente, infelizmente, vem descobrindo algumas questões de câncer de útero que foi descoberto nas cidades do Piauí, aonde foram feitos os programas que o SENAR vem fazendo, no sentido de se elaborar um mapa do que é essa realidade do campo, esses distanciamentos

tos. Por isso que esse Estatuto, ao qual possa vir a ser de tremenda importância e dar certo para toda a comunidade agropastoril do País, é de fundamental importância que tudo isso seja muito bem detalhado, porque o nosso distanciamento da realidade do que ocorre no dia-a-dia é muito complicado, porque nós temos hoje altíssimas tecnologias, como nós temos aqui no Distrito Federal, que é um exemplo, temos uma das maiores concentrações de pivô central do mundo, tem uma tecnologia de precisão, de agricultura de precisão, e nós temos no entorno da periferia de Brasília uma discrepância muito grande de assistência ao pequeno, ao micro produtor rural, que nós estamos aqui em volta. E está do lado da capital federal. Isso, o senhor transforma isso a nível de País, nas distâncias mais longínquas que nós estamos lá. O senhor vai para o Piauí, vai para o Norte, esse produtor que está lá, que abriu, que hoje é tratado de uma forma um pouco agressiva por todas as entidades, porque é muito bonito falar em preservação. Agora ninguém fala que o produtor ou que o Brasil preservou 52%, 55%, 60% das suas matas originais, enquanto a maioria dos países destruíram tudo. Então o Brasil tem é a oferecer, não é ser cobrado e ser agredido da forma que nós, produtores rurais, estamos sendo agredidos.

Então, eu estou colocando que, realmente, é muito importante um Estatuto, desde que ele realmente possa dar certo, porque fazer mais um Estatuto ou fazer mais uma legislação que não possa ser cumprida é muito difícil para nós, porque o produtor é um tomador de preço. Nós não temos preço na nossa mercadoria. Nós somos quase 2,5 milhões de produtores representados pela CNA e nós temos meia dúzia de pessoas que são os compradores, que são os intermediários [soa a campanha], que colocam o preço no nosso produto, que o nosso produto é colocado o preço lá em Nova Iorque, na Bolsa de Chicago, e que nós temos, nós estamos num País em desenvolvimento e que nós acabamos ficando numa situação muito aquém da nossa realidade, porque os países ricos são os que subsidiam a sua agricultura e a sua pecuária e nós sequer temos um tipo de subsídio. Agora, só para o senhor ter uma ideia, se nós tivéssemos só o acesso ao calcário, ao fosfato e a um frete barato compatível com a agricultura, nós já teríamos aí um aumento de 50%, 60% ou 70% da produção agropecuária dobrada e a um custo mais barato. Então tudo isso cai na responsabilidade do produtor, porque o cidadão nosso, ele trabalha para comprar o alimento dele. Agora ele não quer saber de onde vem, quanto custou [soa a campanha], que jeito que custou. Ele quer um alimento de boa qualidade e que chegue na mesa dele a um custo barato e que na cabeça dele seja compatível. Então nós, produto-

res rurais, em primeiro lugar, temos o direito à nossa renda, ao nosso lucro. Esse Estatuto tem que mais nortear, dar um norte a esse produtor e orientar todo o setor político, jurídico e a própria população, porque nós precisamos, em primeiro lugar, manter o nosso direito de propriedade, nós precisamos da segurança e da paz no campo, como o senhor mesmo falou, que é uma tranquilidade para o produtor, e que nós não temos, e hoje a coisa que mais nos coloca numa situação crítica é sempre aquela ameaça da invasão de terra, do esbulho, da violência de todos os lados, e nós e o Brasil não precisamos disso.

Nós precisamos produzir com muita qualidade para nós, brasileiros, e para criarmos e continuarmos cada vez mais aumentando essa balança comercial que tanto vem dependendo do agronegócio em todas as situações difíceis que o País se encontrou, porque na época das vacas gordas tudo é muito fácil. Agora na hora de arrochar, o primeiro a responder, chama-se o produtor rural a responder aos anseios da sociedade, que é produzir comida, de boa qualidade e na quantidade necessária. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito obrigado. Com a palavra o Dr. Fernando Humberto.

SR. FERNANDO HUMBERTO DOS SANTOS: Eu queria me dirigir, inicialmente, ao Senador Antonio Carlos Valadares, para dizer que fiquei impressionado com a valorização que ele impõe ao Projeto e o interesse que ele demonstra que esse Projeto traz para a sociedade, inclusive fazendo referência aqui ao caso do seguro agrícola, financiamento rural, assistência técnica. O senhor falou uma coisa muito interessante sobre o passado, quando os produtores tinham assistência, aquela assistência, o pessoal ia de jipe. Isso me comoveu, me lembrou muito também o meu passado. Eu queria dizer para o senhor o seguinte: há 50 anos atrás o Brasil era outro, o Brasil era um Brasil rural, do campo, eu era muito jovem, e há 50 anos atrás eu fui preso político porque era militante pela reforma agrária. Quando preso político, pelo rádio ouvi que tinha sido preso o Governador Seixas Dória. Eu tenho o livro dele até hoje e aquilo me comoveu muito, que eu também--

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu, Réu sem Crime.

SR. FERNANDO HUMBERTO DOS SANTOS: Eu, Réu sem Crime. Eu também me sentia Eu, Réu sem Crime, exatamente. De lá para cá a minha vida, eu fiquei um ano e oito meses preso. Fui absolvido pelo Tribunal Militar da Quarta Região Militar de Juiz de fora. Mas fiquei um ano e oito meses. De lá para cá a vida caminhou, eu caminhei também, o mundo evoluiu

[soa a campanha] e eu acabei Juiz da Vara de Conflitos Agrários porque eu tinha um passado, entendeu? E foi lá que eu descobri e fiz uma revisão total. Assisti isso que o Senador Valter acabou de dizer, sabe, as pessoas conclamando gente nas periferias para invadir terra, etc. Assisti, percebi negociação de terras e briga entre os movimentos, e principalmente me assustou muito a ideia de que o INCRA hoje é refém dos movimentos sociais e que o INCRA hoje não mais tem poder de selecionar. Quem seleciona os assentados são os movimentos. Essa situação me comoveu [soa a campanha], mudou muito o meu ponto de vista.

Eu queria apenas pontuar alguma coisa também que se falou sobre a questão de índices de produtividade. O problema do índice de produtividade é hoje para a reforma agrária, até não é o próprio índice, entendo eu, sabe? Porque uma coisa é a música e outra coisa é o regente da orquestra. O índice de produtividade hoje entra também pelo aspecto da insegurança jurídica porque está na Constituição, não está na legislação ordinária, e acabou atribuindo ao INCRA o poder de dizer se a área é ou não é dentro daqueles parâmetros que eles estabeleceram para a GUT. E o INCRA, no meu modo de entender, acabou sendo suspeito para isso. Acho que também no Estatuto deve prever um órgão que deve definir, deve acompanhar e deve ser o gestor dessa apuração técnica e não o INCRA.

V. Exa. ainda falou sobre aquele tempo. Eu acho que nós começamos a perder um tempo aqui do bem-estar social, sabe? O Estado do bem-estar social foi afastado pela ideologização. Hoje, são os ideólogos, é direita ou esquerda. Naquele tempo que V. Exa. se referiu, que eu me recordo bem, o que nós esperávamos era um Estado com mais bem-estar social, sem essa luta e esse conflito de hoje.

Infelizmente, eu fiz outras anotações, mas não vai dar para expor. Eu quero apenas então agradecer, agradecer à Senadora, agradecer ao Sr. Presidente e dizer que estou muito honrado de estar aqui nessa ocasião, nessa oportunidade, ajudando a debater um tema de tanta importância. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, nós passamos a palavra agora, para as suas considerações finais, ao Professor Denis Rosenfeld.

SR. DENIS ROSENFELD: De novo, eu gostaria de agradecer a esse convite e fazer algumas rápidas considerações, dado os dois minutos regulamentares.

Um primeiro ponto é o seguinte, e retomo uma questão suscitada pela Senadora Kátia Abreu. A questão dos quilombos, embora não seja o nosso objeto específico, foi suscitado por vários Senadores e Senadoras presentes. O problema é o seguinte: existe

uma confusão até de vocabulário. Na Constituição, não consta quilombola. Na Constituição, consta quilombo. O que é que é quilombo? O Senador Valter Pereira colocou muito bem: é um povoado de escravos fugitivos, não apenas negros, brancos também, e índios. Portanto, tem um significado bem preciso, bem preciso. Agora quilombola veio a significar afrodescendente. Ora, nós estamos aqui diante de uma modificação da língua portuguesa suscitada pelos movimentos sociais que reinterpreta a Constituição, quer dizer, a Constituição não fala de quilombola, a Constituição fala de regularização dos quilombos, remanescentes, e nós utilizamos quilombolas como se fosse sinônimo de quilombo. Não, são duas palavras completamente distintas. Agora graças a essa aparente sinonímia nós temos uma organização política que atua precisamente para a reforma agrária através do quê? De um Decreto Presidencial, o Decreto 4.887, que na verdade é um Decreto, é um Ato Administrativo que veio a legislar contra a Constituição, onde foi introduzida a questão quilombola.

Aí remeto a uma questão que o Dr. Fernando também tinha suscitado, que graças ao... Esse é o problema da decisão do Supremo e das ressalvas do Ministro Menezes Direito. Por quê? De fato ele legislou, mas ao legislar ele terminou criando hoje um novo Estatuto Indígena, que não foi ainda publicado [risos]. Tirou prerrogativa do Congresso? Tirou. O problema é que a FUNAI já tinha tirando as prerrogativas do Senado em particular. Por quê? Porque a FUNAI chegava e tira, amputa de um Estado uma parte do seu território, em Roraima, e agora 1/3 projetado para o Mato Grosso do Sul. Então nós temos aqui um conflito de competências, mas não é somente do Supremo, é também da legislação infralegal que atua à revelia da legislação propriamente dita e da Constituição.

Senador, eu já elogiei o seu Projeto, então eu apenas vou reiterar o elogio que eu já tinha feito, mas gostaria apenas de assinalar um ponto que eu acho importante. Devemos ter um certo cuidado com a questão da função social da propriedade. Hoje no Brasil é muito a função social da propriedade. Então o empresário também já fala de responsabilidade social. O que é que seria a função social de uma empresa qualquer rural ou urbana? Emprego, renda, salário, legislação trabalhista sendo observada, o meio ambiente sendo sustentável, quer dizer, eu tenho um certo cuidado com a questão da função social porque veio a significar outra coisa; a função social é aquilo que os movimentos sociais dizem como sendo a função social, enquanto o próprio proprietário rural, é do interesse dele preservar a natureza, se ele não preservar a natureza, ele não vai conseguir cultivar terra, que também seria

uma forma da própria função social. Então eu acho que essa questão deveria ser retomada e precisada também nesse sentido: é renda, é salário, é legislação trabalhista, como o senhor muito bem colocou relativa à questão do trabalho escravo, mas também o lucro e o meio ambiente sendo sustentado. Agora nós não podemos entender isso como sendo uma bandeira de luta dos movimentos sociais que venham a conferir a um artigo da Constituição uma outra conotação.

Bom, me mantive no tempo [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu quero aqui agradecer aos três expositores, ao Dr. Fernando Humberto, ao Professor Denis Rosenfeld e ao Sr. Fábio Meirelles, que representou a CNA, pelo belo debate que propiciaram nesta manhã e esperamos que os resultados se produzam no aprimoramento do Projeto apresentado pelo ilustre Senador Antonio Carlos Valadares e relatado brilhantemente pela Senadora Kátia Abreu.

Muito obrigado a todos. Declaro encerrada a presente Reunião.

SESSÃO ENCERRADA À 12H39.

Ata da 25ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada dia 11 de agosto de 2009.

Às nove horas e cinquenta e dois minutos do dia onze de agosto de dois mil e nove, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **VALTER PEREIRA**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, JOÃO PEDRO, AUGUSTO BOTELHO, CÉSAR BORGES, NEUTO DE CONTO, GERSON CAMATA, GILBERTO GOELLNER, JAYME CAMPOS, ROMEU TUMA, OSMAR DIAS, VALDIR RAUPP E JOÃO DURVAL**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Leomar Quintanilha, Raimundo Colombo, Kátia Abreu, Mário Couto e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Valter Pereira, informa que a presente reunião destina-se a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **Audiência Pública**, em cumprimento ao **Requerimento nº 35 de 2009-CRA**, de autoria do Senador Gilberto Goellner, aprovado em **4/8/09**, com a finalidade de **discutir sobre os processos de registro de agroquímicos**, com os seguintes convidados: Sr. **Luiz Claudio Meirelles** – Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**; Sr. **Luís Eduardo Pacifi Rangel** – Coordenador- Geral de Agrotóxicos e

Afins da Secretaria de Defesa Agropecuária – **S D A** – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – **MAPA**; Sr. **Reinaldo Aparecido Vasconcelos** – Diretor de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**; Srª **Kenia Godoy** – Coordenadora de Avaliação Ambiental de Substâncias e Produtos Perigosos do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – **IBAMA**; Sr. **Luiz Borges Júnior** – Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Frutas – **IBRAF**. Após as exposições dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): João Pedro, Gilberto Goellner, Romeu Tuma e Jayme Campos. Resultado: Audiência Pública Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varela, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no **Diário do Senado Federal**, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador **Valter Pereira**, Presidente da CRA.

25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 11 de agosto de 2009, às 09 horas e 52 minutos.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Declaro aberta a 25ª Reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Não havendo manifestação em contrário, está aprovada.

Sobre a Mesa o Aviso nº 215, do Ministério da Fazenda, datado de 16 de julho corrente, subscrito pelo Ministro de Estado da Fazenda Interino, o Sr. Nelson Machado, referente às informações prestadas em cumprimento ao Requerimento de Informações nº 325, de 2009, de autoria desta Comissão, sobre créditos tributários dos frigoríficos instalados no País. Esclareço que as informações daquele Ministério serão encaminhadas ao gabinete de cada componente desta Comissão.

Comunico ainda à Comissão o recebimento de expediente datado do dia 07 de agosto, do Deputado Lelo Coimbra, do Espírito Santo, que solicita a realização de encontro das Comissões de Agricultura e do Meio Ambiente, bem como a criação de Grupo Parlamentar de Trabalho para ouvir representantes de ambientalistas e ruralistas, com o objetivo de estudar impactos da nova legislação na agricultura brasileira

com relação às novas regras introduzidas no Código Florestal, particularmente à proteção, recuperação e conservação florestal natural.

A presente Reunião destina-se à Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 35, de 2009, de autoria do Senador Gilberto Goellner, com a finalidade de discutir sobre os processos de registro de agroquímicos, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Luiz Cláudio Meirelles, Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância, a ANVISA, que eu convido para participar desta Mesa; Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura; o Sr. Reinaldo Aparecido de Vasconcelos, Diretor de Qualidade Ambiental Substituto do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais, o IBAMA; a Sra. Kenia Godoy, Coordenadora de Avaliação Ambiental de Substâncias e Produtos Perigosos do IBAMA; e nós aditamos, os Senadores que compõem essa Comissão, Senador João Pedro e Senador Goellner, nós aditamos a este elenco que acabamos de anunciar o nome do Sr. Luiz Borges, que é o Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Frutas, que tem interesse direto no assunto e que apresentou-se a esta Comissão expondo as razões pelas quais entendia que deveria participar do debate, nós entendemos que era necessário, de sorte que nós tomamos a liberdade de convidá-lo também, como o fazemos para que ele componha a Mesa. Pela ordem, Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Não, o interesse direto é o meu interesse, que sou consumidor, na condição de consumidor [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Também, mas V. Exa. já foi convidado pela população--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Está justo, eu quero concordar com a presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): --no momento em que compôs uma chapa para disputar o Senado da República.

Nesse momento nós passamos a palavra, antes dos debatedores, ao Senador Goellner, Gilberto Goellner, para o seu intróito nesta Audiência Pública.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, senhores convidados dos três Ministérios que trabalham nessa área de avaliação de produtos agroquímicos, Srs. Senadores.

É de grande importância e também é meritória a participação do Sr. Luís Eduardo Rangel, da Associação de Frutas ou do Instituto de Frutas, eu não sei bem o nome, Instituto de Frutas, e dentro da nossa preocupação é de que realmente se torne mais públi-

co, com mais transparência, todos os processos, mais integrados, os processos de registro que são feitos nos três Órgãos de Avaliação, no MAPA, do IBAMA e da ANVISA.

A existência de um Decreto, o 5.981, ele coloca prazos de publicação de 30 dias, prazo de avaliação de até 120 dias. Então preocupado com isso, alguns fabricantes, algumas entidades de agroquímicos do País nos solicitaram que fosse fornecido, pelos três órgãos, um histórico de cada processo. Dentro desse encaminhamento que foi feito, via Plenário da Casa, nós tivemos alguma dificuldade em alguns órgãos de preenchimento da planilha que foi sugerido preencher. Por exemplo, o MAPA somente forneceu alguns dados das solicitações de registro do ano de 2006, alegando que não possui os dados dos demais anos disponíveis eletronicamente. Isso aqui nos preocupou. Nos preocupou e eu gostaria que o Luiz Cláudio Meirelles explicasse melhor isso aí. O IBAMA sequer respondeu. Então eu não sei qual a dificuldade no preenchimento do formulário, se esses dados não estão disponíveis.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Nós não recebemos esse pedido.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Então nós vamos avaliar.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Chegou até nós somente a convocação para nós estarmos aqui, mas nenhuma solicitação foi feita para nós, chegou pelo menos ao IBAMA.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): OK, mas independente, eu acho que cabe uma explicação posterior.

Então baseado nessa falta de dados que já foram referidos e na falta do seu encaminhamento, porque dentro dos pressupostos das avaliações é que os três órgãos realizem todas as análises para que se conceda segurança a cada registro de agroquímico do País. Isso é uma preocupação que é dada por Lei.

Agora a gente sabe também, todavia, que a maior dificuldade que se tem, é no uso, no correto uso daquele produto aprovado por vocês, porque aí depende do produtor, depende de uma educação para o correto uso de cada agroquímico, para cada aplicação, para cada cultura onde ele vai ser utilizado, inclusive com uma avaliação do período de carência para que seja dado segurança ao consumidor. E também da mesma forma, eu avalio que a forma de fiscalização existente hoje no País, vinculado exclusivamente aos procedimentos da ANVISA e colaborado com alguns municípios, ele não está atendendo a real necessidade do País, quer dizer, nós vemos que não há uma fiscalização permanente dos produtos, principalmente consumidos *in natura* no País. Seria nos grandes CEASAS,

nas grandes feiras, avaliar o produto, a origem dos produtos e avaliar se realmente a toxidez está dentro ou fora, porque daí vai caber ao produtor daquela cultura o uso correto daquele defensivo que foi aprovado pelos órgãos competentes.

Então nesse sentido nós também vamos realizar uma segunda Audiência, juntamente com a Comissão de Meio Ambiente, tratando dessa questão da toxidade, principalmente em frutas, legumes e verduras no País, hortifrutigranjeiros.

Então nesse sentido eu deixo as perguntas para depois e foi essa a finalidade da nossa requisição dessa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Então nós vamos passar agora à exposição, chamando inicialmente para fazê-lo o Gerente Geral de Toxicologia da Agência Nacional de Vigilância, da ANVISA, Sr. Luiz Cláudio Meirelles. O senhor terá dez minutos para fazer a sua exposição, como os demais expositores, podendo fazê-lo com mais brevidade ou estender um pouco mais, desde que seja para fechar algum raciocínio que eventualmente nesse espaço de tempo não seja possível concluir.

Então com a palavra o Sr. Luiz Cláudio Meirelles.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Bom-dia a todos. Primeiramente, em nome do Diretor Presidente da ANVISA, Dr. Dirceu Raposo de Melo, eu gostaria de agradecer à Comissão de Agricultura e ao Senador Valter Pereira o convite para a ANVISA estar aqui. E justificar a ausência do nosso Diretor Presidente, que não pode estar conosco, porque está numa Comissão Especial na Câmara dos Deputados, num debate sobre a Gripe Suína. Cumprimentar também aos demais representantes da Mesa, o Reinaldo, a Kenia, o Luís Eduardo e o Presidente da Associação Brasileira de Fruticultura.

Bom, a nossa apresentação aqui hoje é falar um pouquinho da importância dessa avaliação toxicológica que a ANVISA realiza hoje e tentar trazer alguns elementos que foram já questionados e respondidos pela ANVISA, com relação ao tempo de tramitação dos processos hoje dentro do órgão.

Então, primeira questão, é a importância dessa avaliação toxicológica. Ela tem previsão na Constituição Federal, no art. 196, onde a gente tem o Sistema Único de Saúde, e a ideia é a redução do risco e de outros agravos causados pelas substâncias. O próximo.

Com a premissa de que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, tanto para presentes e futuras gerações. O próximo.

E também no seu § 1º, do art. 225, a Constituição fala no controle da produção, a comercialização,

o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, à qualidade de vida do meio ambiente. Nós aqui estamos falando de agrotóxicos. Nós sabemos que agrotóxicos são substâncias biocidas, elas são sintetizadas para eliminar pragas, doenças ou plantas indesejáveis na agricultura. Por essa razão, elas são substâncias biocidas. Daí a necessidade de todos os Estados nacionais hoje, não só o Brasil, mas no mundo, cada vez mais aprimorarem seus marcos regulatórios para controle desse tipo de substância. Felizmente a gente tem toda uma previsão legal, que eu vou continuar apresentando aqui, que nos permite hoje equiparar o nosso sistema de avaliação e registro àqueles praticados por Nações bem avançadas.

Outro artigo da Constituição diz que ao Sistema Único de Saúde compete, além das outras atribuições nos termos da Lei, exercer as ações de vigilância sanitária e saúde do trabalhador, fiscalizar, inspecionar alimentos, como foi colocado aqui pelo Senador, participar do controle de fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos tóxicos e colaborar na proteção do meio ambiente. Então aí nós temos mais um item que demarca bem essa questão na Legislação brasileira. O próximo.

A Legislação de Agrotóxico, é importante dizer, isso é um diferencial muito grande na região, principalmente nos países da América Latina, que os agrotóxicos, componentes e afins, para serem registrados, eles devem seguir as diretrizes dos órgãos de saúde, meio ambiente e da agricultura. Em vários países hoje nós temos diferenças entre os órgãos responsáveis pela regulação e registro de produto. Aqueles que mais aprofundam essa discussão têm sido colocados, principalmente, nas áreas de saúde, meio ambiente ou em comissões integradas, como aquela que a gente tenta fazer no Brasil. Então esse é o trabalho que tem sido feito no País.

Com relação ao marco legal, se a gente observar, nós tivemos um vácuo importante entre 1934 e 1980, e de 2000 para cá o marco regulatório brasileiro evoluiu bastante, tentando resolver questões tanto do ponto de vista técnico, como legal, visando aprimorar as avaliações tanto toxicológicas, como avaliação de eficácia, como avaliação ambiental. Então publicamos decretos, normas, implantamos coleta de embalagens vazias, internalizamos convenções e uma série de atividades que tiveram um movimento grande nesses últimos dez anos em relação a essa área de agrotóxico, fortalecendo a área regulatória do País e a avaliação dos órgãos. O próximo.

A Gerência, então, que é a Gerência Geral de Toxicologia da ANVISA, ela avalia agrotóxicos, compo-

nentes e afins, outras substâncias químicas e agentes de substâncias de interesse toxicológico. Então ela faz tanto a regulamentação, que a gente trabalha conjuntamente com os três órgãos, a gente analisa todos os estudos toxicológicos aportados, que são estudos de curto e longo prazo, a gente tem ações de controle também para esse trabalho, e mais recentemente estamos desenvolvendo ações de fiscalização, principalmente da produção dos agrotóxicos, para verificar se aquilo que foi autorizado está sendo produzido conforme ou especificado. O próximo.

Aqui o Rangel deve aprofundar um pouco isso. A ANVISA, que eu já falei, ela avalia o dossiê toxicológico, ela emite um parecer toxicológico e só quando ele é deferido que o produto pode ir ao mercado brasileiro. O próximo.

Bom, as modalidades de avaliação para registro são: registro especial temporário, para exportação, componentes, produtos técnicos, produtos formulados e alterações pós-registro. É importante chamar a atenção nesse aspecto aqui, que a complexidade de avaliação, para cada um desses itens, é muito grande. Por essa razão, os prazos são diferentes. No RET a gente consegue avaliar numa média de um mês. Agora os registros de produtos técnicos formulados, eles estão levando uma média de um ano para serem analisados, conforme nós respondemos ao Senador. E quando se trata de um ingrediente ativo novo, o prazo é ainda maior.

Chamo a atenção também, que essa é uma discussão importante da gente estar trazendo aqui, a gente gostaria de ouvir os Senadores, porque isso poderá orientar alguns trabalhos futuros. Quando a gente pega os dados da Agência de Proteção Norte-Americana, que é a EPA, e pega também da Comissão Europeia, os prazos ali são de dois a três anos e de dois a quatro anos nessas agências para a avaliação de um agrotóxico antes que ele vá ao mercado. Então isso é um dado importante.

E a análise, conforme eu falei, de acordo com o marco regulatório, no Brasil ela evoluiu bastante. Então as exigências cresceram e a nossa capacidade não tem crescido na mesma proporção, tanto em termos de pessoal, nós temos o tempo todo que estar especializando os técnicos, qualificando e aumentando o quantitativo de pessoal. Nós tivemos um curso e não aumentamos muito o quadro. Hoje na Agência Nacional de Vigilância Sanitária nós temos 20 técnicos envolvidos com essa tarefa, além das outras que eu vou citar posteriormente. Próximo.

Outra questão que está colocada nas atribuições, na Lei de criação da ANVISA, são as questões de controle, que felizmente nós temos que fazer, mas

que demanda um trabalho grande. Isso também é uma resposta importante para o Senador aqui, do trabalho que vem sendo feito pela ANVISA nesse aspecto. Um é da Rede Nacional de Centros de Formação e Assistência Toxicológica. O melhor registro que nós temos hoje no País de intoxicações vem dessa Rede, que é composta de 36 centros, visto que a subnotificação por dentro do SUS ainda é muito grande quando se tratam de intoxicações por substâncias químicas. E aí a gente inclui outras substâncias como medicamentos, saneantes, produtos químicos industriais. Então a ANVISA hoje coordena essa Rede no sentido de fortalecê-la, para melhorar o dado das intoxicações, para saber se aqueles produtos hoje que nós autorizamos são razão de agravos à saúde humana. E são importantes nos procedimentos de reavaliação ou revisão daquelas autorizações que foram dadas.

Outro programa que é coordenado pela Gerência é o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos e Alimentos, que começou em 2001 com quatro Estados e esse ano de 2009 a gente está fechando com o País inteiro. Então nós temos hoje, junto com as Vigilâncias Sanitárias dos Estados, um trabalho de coleta, envio e análise em laboratórios qualificados, laboratórios de saúde pública, um programa operando para esses 26 Estados, que analisa resíduo de agrotóxico e alimento. E nós estamos chegando, mais ou menos, a monitorar 200 diferentes ingredientes ativos de agrotóxicos nesse programa, por amostra analisada. Então esse trabalho tem sido importante no sentido de organizar, nas estruturas locais das Secretarias de Saúdes, ações de controle de agrotóxico que, antes de 2001, eram impensáveis.

A reavaliação toxicológica que tem sido abordada, nós também tivemos a oportunidade de responder ao Senador Gilberto as questões de reavaliação e a importância delas. Quando o mundo está mudando uma série de parâmetros, está restringindo e proibindo uma série de países e o Brasil continua utilizando esses produtos que têm elevada toxidade, a reavaliação é uma ferramenta importante na discussão desses parâmetros.

E a capacitação continuada em toxicológica, para ensinar os profissionais de saúde a identificar, tratar uma intoxicação ou entender qual é a importância da toxicologia hoje enquanto uma disciplina na questão das substâncias químicas, visto o Brasil ser o sétimo consumidor de substâncias químicas no mundo e no ano de 2008 o primeiro consumidor mundial de agrotóxicos. Próximo.

Aqui só para mostrar. Nós no ano de 2008 consumimos 7,1 bilhões num mercado de 123 bilhões de

substâncias químicas que foram enviadas, comercializadas pelo País. Próximo.

Aqui a gente está vendo um pouco da evolução do consumo de agrotóxicos no Brasil. Daí a importância dos serviços de saúde cada vez se estruturarem mais para dar resposta não só nas ações de avaliação, para que a gente tenha a certeza absoluta de que esses produtos não vão trazer agravos nenhum à saúde da população, tanto trabalhadores como consumidores, como também na estruturação do serviço de saúde. A gente vê aqui no ano de 2008 os 7,1 bilhões, que bateu essa marca, numa evolução. Isso também tem acompanhado a produção agrícola do País, segundo dados que a gente tem gerado. Entretanto, a gente tem diferenças aí importantes dos ativos que estão sendo consumidos. Próximo.

Fatores que têm influenciado essa questão do mercado brasileiro de agrotóxico no Brasil. Aqui, rapidamente: é a questão das restrições e proibições de agrotóxicos mais tóxicos na Comunidade Europeia e o programa deles de reavaliação, avaliação e registro; os programas da Agência de Proteção Norte-Americana que estão discutindo vários produtos que já estão no mercado, revendo, fazendo a reavaliação por conta de desregulação endócrina, são aqueles efeitos crônicos indesejáveis associados a substâncias, [soa a campanha] proibições de agrotóxicos tóxicos em outros países, como a China que proibiu vários organofosforados que ainda estão em uso ainda hoje no Brasil; e as ações judiciais, que a gente tem sempre um embate muitas vezes com o setor regulado por conta de procedimentos que a gente entende que tem que adotar e muitas vezes acabam na Justiça porque o diálogo não é aprofundado o necessário. Mas a gente também tem respondido tudo ao Judiciário, feito um trabalho importante. E as ações judiciais foram impetradas em 2008, felizmente a ANVISA ganhou todas. Próximo.

Bom, eu gostaria de agradecer, eu posso complementar algum dado, que o meu tempo já terminou. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Ao agradecer o Sr. Luiz Cláudio nós passamos ao segundo expositor, o Sr. Luís Eduardo Pacifici Rangel, que é Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins do Ministério da Agricultura.

SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL: Obrigado, Sr. Presidente. Bom-dia a todos, bom-dia aos Senadores, obrigado ao Senador Gilberto Goellner pela oportunidade de a gente estar aqui conversando um pouco sobre esse tema, que não é uma novidade aqui para essa Casa, principalmente para a Comissão de Agricultura, que a gente já vem conversando sobre isso há algum tempo. A tentativa que eu trouxe

para vocês aqui, a intenção dessa apresentação, é fazer um pouco de um diagnóstico de como vem sendo trabalhada a questão dos registros de agrotóxicos no Governo, o Ministério da Agricultura é o órgão registrante, é quem emite o certificado de registro, e a gente vai tentar dar um diagnóstico um pouco desse cenário regulatório de registro de agrotóxicos no Brasil para que a gente entenda melhor o que deve ser feito, o que tem sido feito e quais são as perspectivas para um futuro próximo. O próximo.

Esse aqui é um slide clássico que nós utilizamos para vocês entenderem a complexidade da Legislação de Agrotóxicos no Brasil e a complexidade e a dinâmica do processo regulatório. Nós temos uma Lei de 1989, fez 20 anos recentemente, no mês passado, e essa Lei foi alterada apenas uma vez, em 2000. E durante esse processo, desses 20 anos, nós fizemos várias regulações através dos Decretos Presidenciais. O mais recente foi um Decreto que foi publicado no mês passado também, que versa sobre a agricultura orgânica, que também precisa de seus insumos para controle de pragas e que precisavam estar integrados no processo de registro para entrar num processo de comercialização justa dentro do mercado agrônomo brasileiro. As Instruções Normativas complementam algumas orientações desse processo, e o que é mais interessante no nosso sistema regulatório é a posição horizontal que existe na postura e na competência de cada um dos órgãos que trabalham nesse processo. Então nós temos, nós aqui do Ministério da Agricultura como órgão registrante, homologador dos registros, que são de destino na agricultura, os nossos parceiros do Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, que fazem a avaliação ambiental dessas substâncias, todas as substâncias colocadas à venda no Brasil precisam da avaliação ambiental, e todas as substâncias também precisam de uma avaliação toxicológica, feita pelo Ministério da Saúde, que incumbe à ANVISA de fazer esse trabalho. E, além disso, pelo nosso sistema criado pela Constituição, existe também o poder estadual, que tem as competências definidas na Lei com relação à fiscalização, legislação de comércio, de uso, etc. O próximo.

Esse slide aqui é um slide também que a gente utiliza para mostrar como o fluxo de registro acontece no Brasil. Existe um protocolo, existe sempre também o controle da pesquisa e experimentação no Brasil. Um exemplo que a gente gosta de dar de sucesso no processo de evolução da regulação, porque a gente trabalhou em cima de sistemas eletrônicos que possibilitaram a redução de mais de 300% no tempo de tramitação de processo de registro especial temporário, com o advento de um sistema eletrônico desenvolvido

inicialmente pelo IBAMA e adotado pelos demais Ministérios, até eu acredito que o Dr. Reinaldo vá comentar alguma coisa sobre o assunto, e isso de fato é um case, um fator de exemplo que a gente está tentando implementar para os outros processos. E todo o protocolo de registro precisa entrar nos três Ministérios, ser consolidado em cada um deles, cada processo, para que só então o Ministério da Agricultura aprove rótulos e bulas para que esse produto possua o seu registro. Então tudo isso é bastante complexo e nós vamos tentar identificar esses gargalos. O próximo.

Esse aqui é um slide que a gente demonstra a estrutura da Secretaria de Defesa Agropecuária, lá do Ministério da Agricultura, dedicada ao registro de agrotóxicos. Nós temos apenas 13 fiscais, de todo o montante de fiscais do Ministério da Agricultura, dedicados exclusivamente à avaliação dos pesticidas, dos agrotóxicos no Brasil. É um número significativo, é proporcional aos outros, às outras coordenações do nosso Departamento de Fiscalização de Insumos, porém, considerando a grande demanda e cada vez maior, crescente de registro desses produtos, a gente se depara de fato com uma certa insuficiência de mão de obra para poder tratar, pelo menos num modelo atual de legislação, todos esses processos. O próximo.

Vamos falar um pouquinho dos números e aí eu vou tentar justificar para o Senador Goellner exatamente porque é que houve a dificuldade de consolidar os números que foram solicitados pelo Senador para poder serem preenchidos, porque até 2006 a gente tinha uma sistemática de consolidação desses números manual, através do Ministério da Agricultura. E com o esforço regulatório que foi iniciado em 2006, com a intervenção da Casa Civil no processo de harmonização e criação de uma sistemática de registro de genéricos mais razoável dentro do Governo brasileiro, houve a tentativa de informatização desses processos. Então hoje a gente tem um compromisso, não só com essa Casa, com o Senado, como com a Casa Civil, quanto com os demais parceiros da saúde e do meio ambiente, de tentar consolidar o mais preciso possível esses números para que não haja discrepâncias entre os nomes que são fornecidos pela ANVISA e os números que são fornecidos pelo IBAMA, porque como órgão registrante a gente tem que ter o compromisso exato do que é que está chegando de cada um dos órgãos. Isso é um trabalho hercúleo, é um trabalho muito difícil, eu vou demonstrar para vocês.

Para alguns itens a gente pode discriminar. O produto genérico, o produto que a gente chama tecnicamente de produto técnico equivalente, teve a seguinte dinâmica durante os anos em que foi implementado o seu registro. Inicialmente, no ano em que a gente

conseguiu implementar pela primeira vez o processo, apenas dois registros de produtos genéricos foram feitos. De lá para cá houve de fato uma crescente evolução no processo de registro desses produtos com harmonização, entendimentos e velocidade de trabalhos integrados entre os três Ministérios nesse processo. O próximo.

Gráficos que eu tento demonstrar para vocês como são emitidos os certificados. A gente teve, depois do esforço regulatório que se iniciou em 2006, dois recordes seguidos de registro de produtos. Em 2007 nós tivemos o registro de 204 marcas comerciais e, em 2008, 198 marcas comerciais, contra a média histórica de registros anuais de 70, 75 registros. Então de fato houve um sucesso nesse processo de intervenção, de reengenharia do processo regulatório, de revisitar todo o fluxo de registros nos três Ministérios. Em 2009 nós estamos com esse número aqui, obviamente no segundo semestre a gente tem a expectativa de ter um aumento desse fluxo de registro. O próximo.

Esse aqui é a relação entre os produtos técnicos, os produtos industriais e os produtos formulados advindos desses produtos, a tentativa de sempre que se registra um produto técnico ter o produzido oferecido ao agricultor diretamente para esse processo. O próximo.

Aqui é um panorama geral. Obviamente esses dados aqui é que deveriam ser detalhados e entregues ao senhor, Senador, para tentar esclarecer. A gente entregou apenas o de 2006, porque esses aqui a gente tem certeza de todos os números. Esses demais aqui, a gente tem que de fato, caso a caso, identificar quais são os que possuem, a ANVISA possui, o IBAMA, para poder consolidar um número preciso para o senhor. O próximo.

E num diagnóstico que a Coordenação de Agrotóxico pode fazer para o sistema, eu acho que é importante ressaltar alguns pontos. Primeiro, que o Brasil possui um sistema de avaliação peculiar e sem paralelos no mundo. Alguns países no mundo que têm processos regulatórios múltiplos, possuem, no máximo, duas agências que regulam os pesticidas, os agrotóxicos, normalmente saúde ou agricultura ou meio ambiente e agricultura, etc. No Brasil nós temos os três entes trabalhando integrados. Isso nos dá uma garantia de multidisciplinaridade no processo de avaliação, uma visão multilateral desse processo e, ao mesmo tempo, você tem as discrepâncias, as dificuldades burocráticas, porque cada um dos órgãos tem características específicas, estruturas operacionais específicas para cada um, com dificuldades, desafios específicos que precisam ser superados individualmente. Esse esforço regulatório de 2006, como eu disse, gerou 204 registros

em 2007 e 198 em 2008, números nunca antes atingidos pelo Governo nesses processos, obviamente, favorecendo, na maioria, os produtos genéricos. E todo esse esforço regulatório gerou, naturalmente, uma percepção dessas indústrias, desses requerentes de registro, de que esse aumento de fluxo deveria aumentar também uma demanda. Então o que é que aconteceu hoje é que com a mesma estrutura instalada nós temos uma demanda de 60 processos, 60 pedidos de registro por mês no Governo, quer dizer, mesmo com a estrutura que nós tínhamos antes, mesmo com aquele... Repensar todo registro, a gente conseguiu atingir números expressivos e agora nós temos [soa a campainha] um aumento muito significativo dessas demandas, o que nos preocupa bastante. O próximo.

Estratégias de gestão é o que a gente pode pensar para esse processo. Então a primeira coisa é adequar a capacidade operacional dos órgãos, principalmente com relação ao número de pessoas dedicadas a essa avaliação. A gente sabe que para o Governo isso não é uma questão fácil, a dinâmica de contratações é sempre bastante complexa, então os gestores precisam lançar mão de outras estratégias como, por exemplo, informatização, auxílio de ferramentas de TI para gerenciamento desses processos. O Ministério da Agricultura iniciou o seu processo de gerenciamento eletrônico, infelizmente também é um processo lento, que precisa de adequações, está bastante avançado, nós estamos dividindo um pouco desse nosso sucesso, que é o Sistema AGROFIT, com os demais Ministérios. E no caso, por exemplo, do IBAMA, a gente já percebeu que soluções de TI podem de fato melhorar significativamente todo o trâmite de registros.

A multiplicação de esforços ou repensar o funcionamento de registro com o uso de eventuais centros colaboradores como instituições de excelência, como FIOCRUZ, EMBRAPA e outras instituições, como as universidades públicas no Brasil, podem ser uma saída inteligente que o Governo, que a Administração Direta, pode lançar mão para poder aumentar a nossa capacidade instalada e melhorar os fluxos de trabalho. O próximo.

Outras ações que a gente sempre compromete a fazer é uma constante harmonização entre os órgãos e a gente utiliza sempre o fórum comum que está instituído pelo Decreto, que é o Comitê Técnico de Assessoramento para Agrotóxico, no qual nós três aqui na Mesa, eu, o Reinaldo e o Luiz Cláudio fazemos parte, que tenta harmonizar todos os procedimentos, os entendimentos entre os três Ministérios, e cada vez mais fortalecendo esse órgão a gente vai ter uma percepção mais efetiva da eficiência desse registro.

Uma constância observância da necessidade de atualização da legislação. Como vocês viram pelo slide que o Luiz Cláudio mostrou, isso vem acontecendo, a gente precisa cada vez mais com a evolução [soa a campainha] científica melhorar esse processo, e o aumento do alinhamento internacional e incentivo de processos colaborativos com outras agências. Se aproximar das agências americanas, as agências canadenses, australianas e europeias, porque isso vai favorecer bastante o registro desses produtos.

É isso, Sr. Presidente, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Nós agradecemos ao Sr. Luiz Eduardo e chamamos agora, na ponta esquerda, o Sr. Reinaldo Aparecido de Vasconcelos, que é também representante do IBAMA. Ele é Diretor de Qualidade Ambiental Substituto desse instituto.

SR. REINALDO APARECIDO DE VASCONCELOS: Muito obrigado, Senador Valter Pereira. Bom-dia Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Eu não tenho nenhuma apresentação para fazer porque não fui instado a fazer essa apresentação, mas gostaria de [soa a campainha]... Senador, essa buzina já é para parar de falar?

[risos]

Mas eu me sinto muito à vontade, uma vez que o Dr. Luiz Cláudio e o Dr. Rangel já fizeram a apresentação, porque eu seria repetitivo dentro do processo de avaliação de agrotóxico, porque quando foi concebida a Lei, eu acho que é importante reforçar alguns pontos, a 7.802, de 1989, ela criou esse sistema quase que tripartite de avaliação. Então o processo, o procedimento é o mesmo de avaliações específicas de cada órgão: a ANVISA na parte toxicológica, o Ministério do Meio Ambiente, através do IBAMA, na parte ecotoxicológica, e o Ministério da Agricultura nessa avaliação agronômica, em especial da eficiência agronômica desses produtos. Então isso seria repetitivo para os senhores e cansativo.

Mas eu gostaria de enfocar o motivo dessa convocação, que não é a primeira que, pelo menos, o IBAMA recebe, acredito que os outros órgãos também, para discutir o processo, a celeridade do processo dessas avaliações. Eu acho que essas transparências que o Rangel apresentou explica bem como que vem se dando esse processo. Só para dar uma informação, um dado interessante para os senhores, é que essa avaliação de produto agrotóxico começou em 1934, a primeira legislação, e nós da área de meio ambiente e a ANVISA com algumas legislações, nós começamos a partir de 1989, a partir da publicação da Lei 7.802. Ela determinava que nós deveríamos proceder uma avaliação ecotoxicológica, a partir de 1989 ou 1990,

quando ela entrou em vigor, de reavaliar outros produtos que estavam já no mercado. Então os senhores imaginem o volume de trabalho que nós tivemos naquele momento. E sem estrutura. São dois problemas que nós temos que atacar: a estrutura ou infraestrutura do Governo, do Executivo para promover essas avaliações, e a profissionalização do setor privado na apresentação desses processos. Essas duas coisas são o foco de discussão nossa aqui.

Eu não gostaria de me estender na parte do que já foi apresentado, mas focar essas duas questões, que eu acho que são objetos de discussão.

O IBAMA, desde a sua criação, ele foi criado junto com a Lei praticamente, ele não tinha um quadro específico, técnico, para se fazer esse tipo de avaliação, porque não é uma avaliação burocrática, administrativa; ela é técnica científica. Tanto é que uma avaliação, um teste para ser realizado, demora, dependendo do tipo de texto, de 20 dias a seis meses, um ano, dois anos, dependendo do teste que deve ser realizado. Então só pela complexidade do teste vocês imaginem a complexidade da análise ou do conhecimento desse profissional, que ele tenha que ter. Então nós recebemos realmente um presente de grego, de termos que fazer uma avaliação, é uma responsabilidade muito grande essa avaliação e não termos a competência técnica instalada para isso. Foram promovidas várias improvisações, na verdade, no início, desde o início da Lei, com contratação de consultores, porque no Executivo, na nossa área de meio ambiente, não tínhamos os técnicos de carreira para fazer essas avaliações. Começamos a ter concurso público a partir de 2002, nós, do IBAMA, e estamos especializando essas pessoas. E a cada concurso que o IBAMA faz, poucos técnicos têm o perfil para isso daí, nós temos que treiná-los e a nossa média é de dois anos para que ele possa dar uma resposta segura para se fazer esse tipo de avaliação. Então nós temos um problema estrutural para dar resposta, para dar celeridade.

Independente disso, como já foi apresentado aqui, o IBAMA desenvolveu alguns sistemas que auxiliaram muito essa celeridade. No caso do registro especial temporário, que é o objetivo para a pesquisa e experimentação, o tempo médio era de mais ou menos 100 dias; hoje reduziu para uma semana, com o sistema implantado, e outros sistemas que possibilitam um acompanhamento diário, se quiser, do processo que está em tramitação dentro do IBAMA.

O outro lado, que eu não queria me estender, mas já é motivo também das discussões aqui, é o lado do setor privado, em que precisa se profissionalizar na apresentação desses processos. Nós já tivemos conversas com as Associações, a ENDA, a ANDEF, o

SINDAD, a ABIFINA, sobre essa questão. Nós temos problemas de processo desde uma simples procuração, de uma renovação do representante que vai entregar essa documentação, até testes complexos que não são entregues. E a legislação é clara: se o processo não tiver completo para o registro, não adianta entregar, porque ele não conta o prazo que está previsto na Lei. É impossível alguém fazer uma avaliação, começar uma avaliação sem a documentação completa. E mesmo assim, quando está completa, a qualidade da informação, a qualidade do dado que está ali é questionável e para-se o processo, na maioria das vezes eles têm que refazer ou entregar nova documentação.

Então quando se fala de que um processo de análise ou de avaliação ou para registro de produto agrotóxico está demorado, ele é relativo, ele é relativo. Muita coisa aconteceu ao longo desse processo, desses vinte anos. No início por questões, lógico, mercadológicas, todo mundo queria dar entrada porque era por ordem de chegada e simplesmente guardava o lugar na fila apresentando o requerimento de registro, sem apresentar teste nenhum, só para guardar o lugar na fila. Isso foi melhorando, hoje está muito melhor. Passado esses 20 anos, as empresas se conscientizaram de que precisa apresentar isso aí, houve uma cobrança muito grande, muito forte dos três órgãos em cima do processo, vamos dizer, completo para que se iniciasse a análise. Então nós reduzimos muito isso daí, mas hoje em dia ainda acontece esses casos.

Então, senhores, eu não queria tomar mais tempo para a gente começar a discussão. A Dra. Kenia é a Coordenadora da Avaliação de Substâncias Químicas, ela poderá tirar muitas dúvidas sobre o processo específico da avaliação dentro do IBAMA, mas colocar para os senhores que o que eu tenho notado é um esforço muito grande da administração nossa, do Executivo, das empresas, a colocarem esses processos nos eixos, para que eles possam produzir os efeitos, que saia uma avaliação séria, segura, que o nosso objetivo é proteger a sociedade. Então a responsabilidade é muito grande de se fazer essas avaliações, tem que ser avaliações sérias, com documentos sérios, com empresas sérias, porque no Governo vocês podem contar: têm pessoas muito sérias, técnicos competentes, não somos muitos, mas o pessoal é competente, imbuído de uma responsabilidade que a Lei imputa a ele.

Então eu vou guardar mais alguns comentários para os senhores, fornecer alguns dados para os senhores. Eu tenho, viu, Senador Gilberto, alguns dados aqui sobre o número de processos que foram avaliados pelo IBAMA. Como o Rangel colocou, o IBAMA não registra produto, ele avalia ambientalmente o produto para fins de registro. Então nós temos aqui uma tabe-

la também, a partir de 2006, informatizada, para ver o número de processos que foram avaliados pelo IBAMA. Em média, mais ou menos, 600 processos por ano, 600 processos por ano. É muito processo. Então nós temos um quadro aqui da nossa efetividade e gostaria então de encerrar, me colocar à disposição, a Dra. Kenia é especialista na área, trabalha há muitos anos na área e qualquer pergunta mais técnica eu gostaria que recorressem a ela.

Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Agradecemos a intervenção do Sr. Reinaldo. Antes de passar a palavra à Dra. Kenia, eu gostaria de fazer um registro importante para esta Comissão. Nós recebemos hoje, com alegria, a visita de um dos políticos mais proeminentes da registro Centro-Oeste, ex-Governador do Mato Grosso e ex-Senador da República, Júlio Campos, que vem aqui hoje reforçar um pouco a bancada do Mato Grosso, que está representada nessa Comissão aqui só por dois Senadores, pelo Senador Gilberto e pelo Senador Jayme Campos. Então o ex-Senador Júlio Campos veio aqui certamente acompanhar o trabalho de ambos e turbiná-los para a defesa da nossa região. É com muita alegria que nós o recebemos, Senador.

Agora nós passamos a palavra à Dra. Kenia Godoy.

SRA. KENIA GODOY: Bom-dia a todos. Eu acho que eu não tenho necessidade de falar muito mais coisas além do que o Dr. Reinaldo colocou. Eu estou aqui pelo fato de estar na coordenação da avaliação dessas substâncias desde 2006.

Eu vou adentrar um pouquinho só na questão de procedimentos administrativos que o IBAMA vêm adotado, com a finalidade da gente dar uma resposta mais rápida, uma maior agilidade nesses processos durante o ano de 2007, 2008 e 2009.

Além da implantação de sistemas eletrônicos, onde nós temos tanto o sistema eletrônico de registro especial temporário, que hoje em dia, vamos dizer, em 2006 iniciou-se com cerca de 900 processos para avaliação no IBAMA, e hoje em dia nós estamos saindo aí com o registro especial temporário em uma semana, no máximo um mês.

Também estamos implantando, já iniciou a obrigatoriedade de se fazer o pleito eletrônico no IBAMA desde 20 de maio de 2009. Então as empresas também colocam os seus produtos, além de entregar o dossiê em papel, no nosso sistema, e todas as empresas conseguem ver o acompanhamento de seus processos. Então com isso a gente está conseguindo fazer com que a gente receba um dossiê com menos falta de documentação, porque hoje em dia nós temos

a necessidade de deslocar técnicos para fazer checagem documental, que é a entrega no órgão, e nessa fase sai muita exigência porque nem sempre é apresentada toda a documentação exigida na legislação. Então, só para complementar, nesse gargalo a gente tem procurado vários procedimentos administrativos com a finalidade realmente de receber um documento mais completo para que a gente possa também dar uma resposta mais ágil. Por quê? Se a gente tem um processo, produto formulado que tem todos os seus estudos, tem tudo, toda a sua apresentação, tudo que é necessário, no máximo em um mês esse processo é possível de sair do órgão.

Então é só isso, só para complementar mesmo.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. A Dra. Kenia não é o Enéas, mas conseguiu produzir uma resposta rápida também.

Nós vamos ouvir, a seguir, a exposição do Sr. Luiz Borges Júnior, que é Presidente do Conselho do Instituto Brasileiro de Frutas, que vai falar sobre as inquietações do seu segmento.

SR. LUIZ BORGES JÚNIOR: Bom-dia, Presidente. Eu quero agradecer, em nome dos produtores de frutas e hortaliças, a oportunidade de colocar aqui o nosso ponto de vista a respeito do assunto.

Hoje nós estamos passando por uma situação bastante delicada, com muitos produtores usando produtos "ilegalmente" por falta de registro. A nossa legislação, a legislação brasileira, sempre é perfeita; o problema é executá-la, por causa dos penduricos que existem dentro dela. A mesma coisa é a regularização do agrotóxico. Ela tem dois pecados de nascimento. Primeiro, registrar produto por marca comercial. Segundo, registrar por cultura. Isso só no Brasil, como a jabuticaba só dá no Brasil. Registro por marca comercial e registro por cultura. Isso inviabiliza o uso de agrotóxico para as chamadas pequenas culturas.

No mundo inteiro mesmo, o Brasil, que é signatário do CODEX, se já nas legislações passadas usava o sistema de registro por grupo de cultura, não usa mais. O Decreto 4.072 criou essa possibilidade, o que nós chamamos processo do *minor crops*. Esse processo, a 4.074 foi de janeiro de 2002 e ela tinha que ser regulamentada até o fim de dezembro de 2002, tinha um ano de registro. Até hoje a relação *minor crops* não saiu. Nós estamos trabalhando desde maio de 2003. Nós fizemos uma reunião com os três órgãos registrantes na CNA e desde lá nós estamos rolando. Eu sempre digo para o meu pessoal: "Para resolver qualquer coisa federal, é cinco anos"; hoje nós já estamos com seis anos e três meses e não temos a resposta.

O que é que está acontecendo? Hoje basicamente nós não temos produtos registrados para as pequenas culturas, ou seja, frutas e hortaliças, frutas tropicais e hortaliças. Isso comprova as análises do PARA, sempre acha resíduo nessas frutas e hortaliças. Resíduos que, se for colocado dentro do CODEX Alimentarius, desaparece, porque é permitido o uso desses produtos. Bom, mas não vamos discutir, a legislação brasileira é essa.

Foi mostrado aqui que foram registrados 280 produtos no ano passado. São produtos genéricos, que não resolvem nada, não refresca nada para nós. Nós precisamos de novas moléculas. Os senhores imaginem, só para citar como é ilusório. A maçã tem 181 produtos registrados para uso. Porém, só tem 71 princípios ativos. O figo tem 25 produtos registrados, mas só têm 10 produtos ativos. Os registros de princípios ativos hoje na fruticultura são 123, sendo que desses 123, a maioria são genéricos, 57 já estão proibidos lá fora. Só sobra 66. Para quem exporta isso é um gargalo impressionante.

Então se nós não fizemos um trabalho sério, nós vamos entrar num “apagão” nessa área. Por quê? As principais hortaliças que nós conseguimos, ou tem muito pouco ou não tem produto registrado. E os que têm já não resolvem mais pelo uso continuado e pela criação das resistências. Novas moléculas... Os senhores imaginem que o mundo, depois de 1993, que chamam da base da química nova, onde as exigências toxicológicas para o ser humano e para o meio ambiente aumentaram, eles registraram 132 produtos, que são produtos modernos, com baixa toxicológica e baixo impacto ambiental. Nós só temos 20 registrados no Brasil, ou seja, nós estamos trabalhando com a sucata do mundo. Essa que é a situação do problema do agricultor. A situação é tão séria que o Ministério da Agricultura, através da Portaria 54, está tentando fazer o alimento seguro e a rastreabilidade. Resultado: não têm condições de aplicar essa legislação por falta de produto registrado. Para nós não pararmos, porque isso é importante para a segurança do consumidor, essa legislação é muito importante, só tem quatro culturas que têm condições de cumprir a Portaria 54: o citrus, a maçã, o tomate e a batata; as demais não têm condições por falta de produto, não tem produto registrado.

Outra coisa: a União Europeia, para quem exporta, a União Europeia esteve aqui em 2005, proibiu a exportação do nosso mel. O pequeno produtor ficou sem poder exportar mel até hoje, agora é que estão começando de novo. Em 2006, eles vieram ver maçã e mamão. Felizmente esses dois produtos, que já estavam dentro da produção integrada, conseguiram

escapar e não foram restritos. Vieram ver o boi e deu esse problema todo que os senhores acompanharam da proibição da importação de boi não rastreado. E eu estou pedindo, até rezando, que não venha para ver as tropicais, porque toda a exportação do semiárido vai ficar proibida. Hoje o semiárido está exportando para a Europa porque certifica através de certificadoras internacionais, certificadoras do varejo, que não querem saber se o produto está ou não está registrado. Na hora que tiver essa visita da União Europeia, que for visitar esse pessoal, eu garanto aos senhores que a suspensão da exportação de manga, de melão, de uva, todos os produtos do Nordeste vão ser suspensas. Aí é que eu quero ver como é que vai ficar o barco, quem é que vai responder a brincadeira. Essa situação é gravíssima, nós estamos há horas discutindo isso, vocês sabem que eu sou chato mesmo e vivo incomodando vocês por causa da legislação do *minor crops*, mas isso é importante.

Nós tivemos uma pressão muito grande por parte do grão e por isso adiantou todo esse registro de genérico, que justamente era para baixar o custo do grão, mais não resolve. Não resolve por quê? Se hoje a Europa já está analisando os resíduos em partes por milhão, PPM, a partir de 2010, os grãos, já vai ser parte por bilhão, mil vezes mais aperfeiçoado o registro.

Eles estão usando hoje, os países desenvolvidos viram que a melhor barreira é a barreira técnica para proteger os seus produtores. Resultado: eles estão criando essas legislações e nós não estamos tendo condição de cumpri-las. Hoje a Europa já está com essa legislação, ela criou a 396, que hora uma legislação sobre defensivos agrícolas. Para os senhores terem ideia, eles tinham em 2005, quando eles começaram, eles tinham 972 princípios ativos, não marca comercial, dentro de toda a OMC, junto com países do Leste Europeu. Hoje baixaram para 469. E nós não temos produtos para mercado internacional. Nós vamos ser pegos lá fora de calça curta.

Eu deixo aqui esse alerta, eu não estou criticando ninguém, é uma estrutura que existe no País, é uma legislação que tem que ser acelerada e tem que ser modificada, senão nós vamos ter o “apagão” do agrotóxico no País. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Ao agradecer a exposição do Sr. Luiz Borges, nós vamos passar para a segunda fase, que é a fase de debates. E aqui nos “finalmentes” da fala do Sr. Luiz Borges, ele diz que não criticou ninguém. Que bom. Imagine se ele criticasse [risos]. Mas aqui, Sr. Luiz Borges, é a Casa do debate, a Casa do debate. Se o senhor não puder debater aqui, aonde é que o senhor vai debater?

SR. LUIZ BORGES JÚNIOR: Claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então não precisa ter constrangimento com o debate não, que aqui nós estamos para isso mesmo.

Eu quero registrar aqui a presença do Deputado LUIS CARLOS HEINZE, que vem também trazer brilho para a nossa Reunião.

Vamos, a seguir, passar aos debates, tendo primazia para os primeiros questionamentos o autor da Audiência Pública, Senador Goellner, e o segundo inscrito é o Senador Romeu Tuma.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, senhores expositores, Sr. Deputado LUIS CARLOS HEINZE, ex-Senador e ex-Governador do Estado de Mato Grosso, Senador Júlio Campos, que está presente a essa Audiência Pública.

Eu, realmente, fiquei satisfeito, Senador Valter Pereira, com a apresentação também do Sr. Luiz Borges, do Instituto Brasileiro de Frutas. Ele comenta a dificuldade de se registrar novas moléculas no Brasil, mostrando que o País poderia ficar impedido de participar de mercados futuros mundiais, tanto de frutas quanto de hortaliças. Eu acredito que também.

Então dessa necessidade de se dar prioridade à análise de produtos e moléculas novas e não só as genéricas, seriam moléculas mais seguras ambientalmente, com melhores padrões toxicológicos, com menor toxicidade, pouco agressiva até aos inimigos naturais, faria um manejo muito mais fácil desses produtos, e com ganhos excepcionais ao ambiente, ao meio ambiente. Então dentro dessa dificuldade é que eu deixo a primeira pergunta, o porquê disso, que os nossos órgãos possam prestar esclarecimento, tanto o MAPA, quanto o IBAMA, quanto a ANVISA.

Mas eu gostaria de complementar com outras considerações, que seria sobre a integração da gestão eletrônica de todos os três órgãos e que ainda está pendente, realmente. O Luís Eduardo colocou que é difícil transpor inicialmente isso aí, agora isso aí daria mais agilidade e transparência a todos os procedimentos dos processos entre os órgãos avaliadores, que eu considero de extrema necessidade, haja vista que existe um Decreto que estipula que um prazo de avaliação é de 120 dias. E nisso aí certamente teria que ser precedido com a contratação de mais pessoal para melhorar os procedimentos administrativos, de gestão, de tecnologia de informação, contratação de mais técnicos, possivelmente, que têm muitos processos em andamento retidos, mas principalmente, eu acho que a integração dos três órgãos está faltando. Isso é fundamental. Eu colocaria, além de outra consideração, é perguntar então nesse sentido: qual

é o procedimento que está sendo levado a efeito para que isso aconteça, para que isso realmente aconteça? Porque é uma constatação notória de todos os usuários do sistema.

Quanto à avaliação de registro por equivalência, foi anunciada que seria feito em fases, conforme prevê o Decreto 5.981, para dar mais velocidade à aprovação. Isso ainda está em andamento para produtos técnicos; porém, para atendimento aos produtos formulados, não tem a mesma base, não está sendo feito o mesmo procedimento. O segundo ponto seria a esses produtos formulados, como é mais lento o processo, por que não se criar uma fila específica para esses registros, de tal forma que ele poderia ser feito objetivando agilizar o sistema?

Quanto aos registros especiais temporários, foi falado que perante o IBAMA se consegue em até numa semana, tem prazo previsto para 30 dias, mas se sabe que esse sistema eletrônico ainda não está funcionando adequadamente, não existe uma integração dos três órgãos. Então por isso que esses registros especiais temporários podem demorar até 60 dias.

Então seria nesse sentido que eu colocaria as minhas indagações e eu até pediria à Mesa que pudesse tirar cópia dessas considerações que foram feitas pela nossa equipe, com a minha participação, porque eu, além de ser Senador, sou formado em engenheiro agrônomo, militei nessa área há muito tempo, na área de recomendação, assistência técnica de produtos, e hoje eu participo de uma empresa que produz grãos, fibras e outros produtos. Então nesse sentido eu quero deixar isso aqui para a equipe, para ser analisado, como uma proposta de colaboração e de pedido de informação.

Eu gostaria também de colocar ao IBAMA sobre o requerimento que foi solicitado, todo o andamento do processo, que é o Requerimento 375, para identificação de todos os processos e registros individuais, que não nos foi precedido. Da mesma forma solicitar à ANVISA que também nos informe, de acordo com o requerido, porque quando esteve aqui o Presidente, Dr. Raposo, numa outra Audiência, ele nos informou que não teria problema nenhum de passar todos os processos individuais, data do processo, por que é que ele está parado, fazendo uma consideração de acordo com uma planilha que foi enviada conjuntamente. Então eu estou aguardando ainda da ANVISA, da mesma forma, não dados estatísticos como foram apresentados, mas essencialmente e individualmente todos os processos, se for possível, já que a minha pergunta também se faz no sentido de que se essa transparência é possível se colocar via internet ou disponibilizar esse expediente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, senhores convidados, cumprimento-os coletivamente pela amabilidade de aceitarem o convite pelo nosso Presidente Valter Pereira, que tão bem tem dirigido esta Comissão, no sentido principalmente de buscar informações e correções dos caminhos que estão sendo seguidos, principalmente no setor de produção agrícola, aonde o Brasil tem um papel importantíssimo no conceito internacional e, principalmente, na área econômica.

É claro que eu não tenho a capacidade e nem pretendo concorrer com o Senador Gilberto Goellner, que é o meu líder aqui nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E um especialista.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Especialista no assunto. Verifique-se pelas perguntas que fizeram. Eu sou aqui um aprendiz de feitiçeiro. Não que eu faço feitiço junto às frutas ou às plantas, mas sou um aprendiz de feitiçeiro--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas feitiçeiro, geralmente, não faz com frutas o feitiço, faz é com bebida.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): É, eu faço assim com uma atenção especial aos membros dessa Comissão, que têm um conhecimento profundo da área agrícola, e permanecem na atividade que diga respeito à busca de informações e soluções que estão num retardamento que é assustador; seis anos para uma decisão, segundo o Dr. Luiz, nos preocupa. Parece um inquérito que vai para a Justiça e fica dez anos. Quando vai condenar, ninguém sabe mais o que aconteceu. Provavelmente a tecnologia já mudou depois de uma decisão.

Eu estou vendo aqui uma porção de siglas que ele colocou que eu, infelizmente... PT, PF, que para mim é Partido Trabalhista, Polícia Federal.

[risos]

Então são vários itens, depois eu pego aqui com ele os tipos de registro, porque é um balanço que o senhor fez sobre isto.

Como eu vou ter que fazer um debate no Instituto de Cardiologia sobre a influência do meio ambiente na produção, principalmente agrícola, no que diz respeito à saúde pública, principalmente em processos cardiológicos, esses dados são importantes para se discutir o que está o Governo fazendo em razão de evitar que realmente o meio ambiente tenha influência na produção agrícola e que traga prejuízo à saúde pública.

Então claro que eu não tenho muita pergunta, vou esperar a deles. Então eu pergunto aqui, eu não sei se foi falado sobre os produtos orgânicos. V. Exa. deve

saber, a fruta e o hortifrutí é o que mais está investindo no produto orgânico. Eu não sei como a ANVISA está acompanhando essa parte, porque ela encarece muito o produto. Então se há alguma fiscalização especial para se saber se realmente o produto é diferenciado do produto da produção normal com o uso do agrotóxico, porque há uma tendência natural de diminuir a cada tempo o uso do agrotóxico, porque ele está trazendo realmente prejuízo à saúde do cidadão.

Aqui alguém falou em segurança alimentar. Eu pela primeira vez ouvi nesse Plenário segurança alimentar do Senador Osmar Dias, que foi Secretário da Agricultura do Paraná. Então a gente que está acostumado com segurança, fiquei cinquenta anos, pensei que segurança era só prender bandido, mas não sabia que tem que haver um campo, um projeto, um objetivo da segurança alimentar, do cuidado para não faltar o produto e que o produto seja realmente sadio.

Tem uma outra coisa que me preocupa, eu não sei se aqui já foi decidido ou não, que é o transgênico. O produto transgênico pede que no rótulo dele tenha o tipo de uma caveira como se fosse um perigo. Então o que é que acontece? A proposta é que seja no conteúdo colocado o produto transgênico ou a porcentagem, o que for, que o transforma em produto transgênico, mas não a caveira, porque a caveira, na hora de exportar, o cidadão não compra mais, porque qualquer produto agrotóxico tem uma caveira pelo risco que ele oferece ao cidadão, a uma criança, qualquer pessoa que fizer uso direto dele. Então é uma cautela também, o senhor falou exportação, mas botar caveira num produto transgênico eu acho que é uma coisa delicada, mas escrever no conteúdo que é--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas pediram uma Audiência Pública. Então se essa Audiência Pública for feita aqui, Senador Valter Pereira--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senhor? Então eu acho que é uma coisa que traz um pouco de... O senhor está falando do prejuízo da exportação, eles estão baixando Lei para impedir praticamente que o Brasil progrida nessa crescente capacidade de exportação. Eu perguntaria se eles cumprem o que eles determinam para os produtos internos ou se é só para fechar a porta para a produção brasileira e de outros países que tenham uma concorrência leal com os produtos, como a sua produção, com os componentes que a legislação própria propõe, e no exterior elas aumentam e muito a incapacidade, segundo as

palavras do senhor, do Brasil poder concorrer nesses produtos.

É isso que me traz a dúvida, o problema do transgênico, do orgânico e, é claro, tudo que o Senador perguntou aqui, que nós vamos seguir à regra. E o Presidente Valter também é de Mato Grosso. Aqui só manda quem for de Mato Grosso, fora de Mato Grosso, Governador, não tem jeito. Aqui paulista segue Mato Grosso na área da agricultura.

Aliás, lá em São Paulo, Senador, criaram o Circuito das Frutas, são os municípios produtores de frutas, que eu não sabia, que hoje estão acusando um alto índice de exportação de morango e outras frutas que estão dentro de um circuito, principalmente próximo ao Circuito das Águas em São Paulo, e estão trabalhando firmemente para melhorar a legislação e a atenção do Governo nos financiamentos para que possam crescer um pouco mais dentro dessa visão de produtividade para a exportação e para o consumo interno.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu aproveitaria a deixa do Senador Romeu Tuma para comentar também sobre produtos orgânicos. A produção de orgânicos, Senador, exige rastreabilidade e plano de manejo para cada cultura. A certificadora exige análise de solo, água, composto orgânico e do produto a cada seis meses. E essas medidas, indiscutivelmente, dão para o consumidor uma garantia absoluta sobre aquilo que estão comprando.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Isso tem muito na agricultura familiar hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente, mas são submetidos todos a essas mesmas regras. E aqui o consumidor fica com aquela indagação, que é a indagação que nós temos que fazer: por que é que os demais produtos, os produtos convencionais, também não são submetidos ao mesmo rigor dessas regras? Porque hoje nós temos essas duas opções para o consumidor, sendo que uma delas é como se fosse a retomada dos velhos métodos de produção e que garantem maior segurança e que tem maior controle. Mas, também, tem o ônus, que são também produtos mais onerosos, mais caros. Então a outra vertente, que são os produtos convencionais, são mais baratos e por isso tem um consumo muito maior em volume, incomparavelmente maior. Mas, também, teria que se submeter aos mesmos controles. E, geralmente, os controles estatais, a fiscalização nesses casos, ocorre quando surge algum tipo de problema. Então me assustou hoje quando eu ouvi, por exemplo, o número de atores, o número de fiscais que atuam nessa área, que fazem as análises, os controles e etc.

Então eu faço esse questionamento também, aproveitando a deixa do Senador Romeu Tuma, e quero dizer o seguinte: que nós temos aqui um visitante que é senhor atento às questões do agronegócio, da agricultura familiar, que é o Deputado LUIS CARLOS HEINZE. Embora ele esteja aqui nesta Comissão hoje certamente tomando gosto pelo assento do Senado, porque neste momento está muito atraente o Senado [risos], mas nós não vamos deixá-lo--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): V. Exa. está desestimulando ele de sair--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, estou estimulando, ele não está aqui por acaso, e é com alegria que nós o recebemos. Mas não poderíamos deixar de franquear-lhe a palavra para que ele também aproveite esse momento para fazer algum questionamento, se o quiser.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Senador Valter, lhe agradeço pela deferência, e cumprimentando ao Senador Gilberto, que foi o autor do requerimento de trazer aqui tanto o Ministério da Agricultura, a ANVISA, o próprio Ministério do Meio Ambiente e, também, o Luiz lá que representa os fruticultores, então eu acho que, em nome dos produtores rurais, a grande preocupação que nós temos nesse tema, eu também sou produtor rural, sou agrônomo, e a gente tem debatido bastante lá na Comissão de Agricultura. Aproveitando aqui um Senador e um ex-Senador lá do Mato Grosso, junto com o Gilberto, e agrônomo também, e o Senador Romeu Tuma, que é um consumidor nosso, mas a grande preocupação que nós temos, vou falar mais politicamente--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Consumidor, inclusive, de feira, especialmente de feira.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Pois é, a grande preocupação--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Consumidor de feira [ininteligível] [interrupção no áudio] comendo pastel e tomando um caldo de cana.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Bom, o assunto é extremamente importante e o fórum está aqui, os três Ministérios envolvidos no processo. A grande preocupação que nós temos hoje é com os custos de produção.

No Brasil, no ano passado, dados que a gente conseguiu agora, três, quatro meses atrás, o consumo de defensivos agrícolas foi em torno de sete bilhões de dólares, sete bilhões de dólares. Sabe quanto é que gastaram os Estados Unidos da América do Norte, que planta duas vezes e meia? Meu colega engenheiro

Júlio Campos, 6,7 bilhões de dólares. Eles têm quase duas vezes e meia a área de plantio do Brasil. Isso quer dizer o seguinte: seguramente existe exploração do produtor brasileiro, que nós não conseguimos concorrer com os Estados Unidos. Como é que eles têm preços mais baixos de defensivos? Será que são as matrizes ou então os trouxas estão aqui? Então isso tem a ver com os três Ministérios, que nós estamos conversando nesse instante aqui. Eu acho que esse é um ponto, Gilberto, que isso aqui já foi tocado.

Eu moro em São Borja, divisa com a Argentina, e temos lutado bastante com relação aos produtos que vêm do MERCOSUL. O arroz, por exemplo, concorre ilegalmente, o arroz que vem da Argentina ou que vem do Uruguai e entra no Brasil. Nós não podemos usar defensivos produzidos lá, quer dizer, consumidos na Argentina ou no Uruguai. Aqui é proibido. O produtor que vai lá no outro lado pagar 40, 50, 60, mais barato um defensivo lá, é contrabandista. Agora o arroz do Uruguai, o trigo do Uruguai ou da Argentina, vem livremente para o Brasil. O brasileiro pode consumir o arroz que vem da Argentina ou do Uruguai, enquanto que o produtor brasileiro não consegue ter acesso ao mesmo defensivo. E se ele for comprar lá, as Leis brasileiras proibem, embora esteja aí o MERCOSUL, que nós trabalhamos, é aprovado, desde o tempo do Presidente Sarney, quando ele era Presidente da República, saiu o Acordo do MERCOSUL. Agora nós não conseguimos adentrar com defensivos que hoje os uruguaios e argentinos conseguem consumir lá, seja para a maçã, Luiz, lá para as frutas deles, ou seja, para a nossa maçã aqui do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, que são produtores de maçã, seja para o trigo, seja para o arroz. Então são esses os paradoxos. E nesse momento essa é uma das razões que o arroz deles é mais barato que o nosso, um dos itens é defensivos. E o maior absurdo, Senador Valter, um trator fabricado no Rio Grande do Sul é vendido lá na Argentina ou no Uruguai também 40% mais barato. Arame Gerda, que no Rio Grande do Sul é vendido por um preço, lá também é mais barato e sai do Brasil para lá, quer dizer, como é que eu vou concorrer se eu tenho defensivos mais caros, se eu tenho máquinas mais caras, se eu tenho arame, peças mais caras do que um produtor do Uruguai ou da Argentina? Quando o Presidente Lula assumiu, há seis anos atrás, nós levantamos essa questão. Aqui houve mais de 50 reuniões, Ministério da Agricultura, Ministério dos Comércio, Ministério das Relações Exteriores, todo mundo, a gente ia buscar resposta, não conseguimos resposta e até hoje não resolveu e o problema continua.

Mas para voltar no assunto, a grande preocupação é com relação às substâncias. Agora, por exem-

plo, tem 14 substâncias que estão para ser banidas aqui do Brasil, nas análises que estão fazendo entre Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente e a ANVISA. Estas substâncias, se nós já estamos pagando defensivo caro... Um trabalho que a CNA fez e que a OCB fez vai aumentar em 46% o preço dos defensivos no Brasil, quer dizer, se eu já estou pagando caro, vou pagar mais caro ainda, porque isso aqui, seguramente, é um cartório, alguém não quer perder o domínio, alguma empresa tem interesse em tirar esses produtos aqui fora, certo, para trazer os seus produtos aqui, logicamente cobrando mais. Quem vai pagar essa conta? O agricultor.

Então eu acho que esta Casa, e cumprimentar o Senador Gilberto por trazer este assunto aqui, eu acho que nós temos que debater mais, mais e mais. Lá no fim quem paga a conta é o agricultor, porque ele não consegue, muitas vezes, colocar no preço dele... Vocês estão vendendo a quanto o algodão lá? Estão perdendo dinheiro com o algodão, Gilberto. Estão vendendo milho lá, Senador Júlio e Jayme, a R\$ 7,00, R\$ 8,00. Agora paga esse absurdo por defensivo, paga esse absurdo por fertilizante, por óleo diesel, por carga tributária, quer dizer, e aí a nossa agricultura, que é a melhor e a maior do mundo, eu me arrisco a dizer isso, nós não seremos competitivos, porque nós mesmos entravamos esse processo. Eu, como engenheiro agrônomo, eu não quero que o consumidor vá consumir qualquer coisa. Em absoluto. Agora aqui nós estamos sendo mais realistas que o rei, onde países como China, Índia, Estados Unidos, enfim, eles usam. E os trouxas aqui não podem usar.

Estamos discutindo agora a legislação ambiental que, para mim, é mais uma barreira. Nós já superamos barreiras tributárias, já superamos barreiras sanitárias, já estamos superando barreiras trabalhistas, quer dizer, veja que para entrar um quilo de boi na União Europeia sabe quanto se paga? 160% de imposto. Para eu entrar com frango na União Europeia, até 170 mil toneladas, pagamos 15% de imposto. O que exceder a 170 mil, paga 85% de imposto, Senador. E o Brasil é o líder no boi, é o líder no frango, é o líder no fumo, é o líder na laranja, é o líder no açúcar, é o líder no álcool, é o líder na soja, quer dizer, e por que esses caras continuam assim sem renda? Porque nesse meio tempo, quando os nossos custos são tão altos, a agricultura acumula 130 bilhões de reais de dívida e os caras continuam plantando e produzindo. Laranja, Luiz, estão vendendo a R\$ 4,00, R\$ 5,00 uma caixa de laranja [ininteligível] em São Paulo, custo de R\$ 12,00. O custo está aqui, olha, no defensivo, no óleo diesel. Enquanto que a PETROBRAS nos vende diesel, lá no meu município, eu pago R\$ 2,00 o litro de diesel, agora é que baixou

o preço, eu atravesso o Rio Uruguai, vou na Argentina e pago R\$ 1,20 num posto PETROBRAS, veja, num posto PETROBRAS da Argentina, e pago do lado de cá R\$ 2,00. Isso é um samba do crioulo doido e nesse meio tempo...

Bom, agora vem a Lei Ambiental, que se nós não cumprimos a Lei... "Vocês não estão cumprindo a Lei do País de vocês", vão dizer isso lá na Europa, nos Estados Unidos. Eles desmataram tudo que podiam, mataram todos os índios que podiam e os trouxas têm que conservar índio, preservar o meio ambiente, fazer tudo que a Europa não faz, tudo que eles não fazem. Então esse é o ponto que nós temos hoje, essa é a Lei e essa Lei está sendo discutida aqui, Senador Gilberto, nós temos que trazer esse ponto no debate.

Mas o ponto hoje é custo de produção. Só divaguei um pouco para trazer o assunto para o momento, que a grande preocupação que nós temos hoje, Senador Valter, como é que eu vou reduzir o custo se cada vez mais--

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Mas V. Exa. não quis falar que, dentre os trouxas aí, os brasileiros deveriam matar os índios?

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Não, em absoluto, não. Mas o que eu quero dizer é o seguinte: que nós temos 109 milhões de hectares para índio.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): É verdade.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): São 400 mil índios. Qual é o país do mundo que tem isto? Não existe, não existe isso, certo? Não sou contra a preservação, jamais, em absoluto.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu entendi.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Agora a intenção é esta, certo? Até foi bom o senhor me corrigir, porque alguém poderia me interpretar diferente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Exatamente.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS): Eu recebi na Comissão de Agricultura da Câmara, que eu sou Vice-Presidente, uma delegação de professores de uma Universidade de Virgínia, nos Estados Unidos. Eles me questionavam isso e aí eu coloquei a eles: "Os senhores sabiam quantos hectares nós temos para índio? Quatro vezes o Estado do Rio Grande do Sul, para abrigar 400 mil indígenas aqui".

Então essa é uma grande preocupação e, voltando ao nosso tema, basicamente Dra. Kenia também, Dr. Reinaldo, Luiz Cláudio e Luís Eduardo, o que é que nós temos que fazer? São as Leis que nós temos

que mudar? Esta é a Casa das Leis. O que o Senado e o que a Câmara têm que fazer, porque daqui a pouco nós fizemos Leis e essas Leis, ao regulamentar, alguém, nos três Ministérios, muda. Então é isso que nós temos que acertar, Gilberto, o que nós precisamos fazer para defender a agricultura brasileira, que hoje é líder no mundo. Essa é a grande preocupação que nós temos. Agora infelizmente nós mesmos, pela nossa legislação, estamos entravando essas coisas. São Leis. A Lei da Reserva Legal, que o Ministro Zequinha Sarney colocou, o Presidente Fernando Henrique colocou na Medida Provisória em 2001, isso é um assalto, assaltaram 15 milhões de hectares, tiraram só dos produtores de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E é Lei que não foi votada, nós votamos numa Comissão Especial, o Senador Jonas Pinheiro, que lhe antecedeu aqui, era o Presidente da Comissão, eu era membro da Comissão, o Micheletto era Relator da Comissão e nós não conseguimos, ganhamos na Comissão e até hoje não foi votada, foi reeditada 67 vezes. Nunca houve na história do País eu acho que um assalto maior. Eu estou falando só em quatro Estados do Sul, tiraram 15 milhões de hectares, está na Lei. Como é que pode avançar no bolso de qualquer um e tirar alguma coisa deles? Mas são as Leis e essas Leis nós temos que corrigir.

Assim é o exemplo para tocar no assunto dos 14 produtos que hoje estão sendo analisados pela ANVISA, pelo Meio Ambiente, reanalisados, e pela agricultura, certo? Então essa é a preocupação e a minha é custo de produção. Eu quero qualidade, sim, e nós podemos ter qualidade simplificando os processos e não botando essas exigências, porque daqui a pouco, quantos anos levam para registrar um produto aqui?

Essa é a indagação que eu deixo ao Ministério da Agricultura, Meio Ambiente e, também, da ANVISA aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V. Exa. tem razão. Se falar ainda no custo de fertilizantes, aí sim, 40% na produção. Então de fato a agricultura aqui promove um verdadeiro milagre ao se inserir no mercado internacional com tanta competitividade.

Então agora nós vamos passar aos expositores para fazer o contraponto.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Valter, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senador Jayme.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Eu queria apenas fazer um comentário, uma pequena indagação.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a palavra.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Quero, antes de mais nada, cumprimentar aos senhores convidados e demais Senadores aqui presentes nessa Comissão.

O Luís Carlos aqui foi muito feliz na sua observação em relação a essa política perniciosa que nós convivemos todos os dias no nosso País. Quando ele faz esse comentário em relação de que se compra o petróleo do outro lado, ou seja, no Uruguai a R\$ 1,20, aqui no Brasil é R\$ 2,00, praticado em São Borja, lamentavelmente, além de ter essa discrepância, o que mais eu fico indignado é o caso especificamente do Mato Grosso, Luís Carlos. Hoje se paga óleo diesel lá a R\$ 2,59 em determinados pontos do nosso Estado. Se pratica a carga tributária mais cara do Brasil na medida em que o ICMS lá se cobra 17%. No Paraná, se não me falha a memória, é 12%, no Rio Grande do Sul é 12%.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Lá é 25%.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): 25%? É um absurdo. Mas, contudo, ainda é mais barato do que os preços praticados no mercado mato-grossense. Entretanto, o que se fala em política ambiental ainda é mais ainda perniciosa. O senhor disse aqui o que Brasil tem 109 milhões de hectares à disposição dos povos indígenas. Nós estamos num País que tem a maior cobertura vegetal do planeta, ou seja, algo parecido em torno de 60%, 63% do nosso território ainda existe. E se não bastasse isso aí, lamentavelmente, com todo o respeito que tenho às autoridades aqui, todos os dias se amplia reserva indígena, criação de novos parques, etc., etc. Ora, vai chegar o ponto da exaustão. Eu imagino que vai chegar o ponto que a sociedade, sobretudo o produtor rural, o homem do campo, ele vai reagir contra a falta desse respeito que, lamentavelmente, está havendo com relação àqueles que produzem e constroem a grandeza desse País.

Todavia, eu imagino que, como V. Exa. bem disse aqui, depende exclusivamente de nós aqui também. O Congresso, lamentavelmente, Luís Carlos, ficou de quatro. Aquela Medida Provisória 2.166, ela vem há catorze ou quinze anos já no limbo aí. Alguma coisa tem que ser feita. E nós aqui somos corresponsáveis na medida em que o Congresso Nacional tem que fazer as Leis e, sobretudo, tomar as devidas providências. Mas pelo que me consta, como Senador há dois anos e meio aqui, confesso que me sinto, diante de tudo isso que acontece, pequeno frente naturalmente àquilo que é da nossa responsabilidade e que são prerrogativas do Congresso Nacional.

Todavia, faço aqui uma pergunta, com a devida *vênia* e permissão do ilustre Senador Valter, bem rapidamente. Existem produtos agrotóxicos que são aprovados e registrados em outros países após dois ou três anos. Eu vou fazer um pequeno comentário e especificamente vou fazer a indagação em relação a essa minha pergunta. Quando as empresas desejam comercializar esses produtos no Brasil, os órgãos públicos brasileiros, seja o Ministério da Agricultura, AN-VISA, IBAMA, exigem novos testes e novas análises que têm custo e demoram mais de um ano, às vezes. Com o desenvolvimento tecnológico a cada dia, em menor prazo, surgem novas moléculas menos tóxicas, menos prejudiciais ao meio ambiente. Uma das metodologias ou processo burocrático brasileiro demora... O setor produtivo usa moléculas mais antigas, mais poluentes, tóxicas e não mais aceitas nos países desenvolvidos nessas questões(F).

Eu vou indagar, porque eu imagino que foi feito algum comentário, por que não são reconhecidos os testes e análises feitos em outros países, como nos Estados Unidos, na União Europeia, países exigentes que são estes, e esta não é uma razão dos atrasos. Como se pode superar esses atrasos, inclusive, para que os produtores brasileiros utilizem as moléculas mais modernas? É uma pergunta especificamente com relação a esses dois tópicos e itens que eu quero observar.

Portanto, eu acho que debate como esse aqui, ele é saudável, quero cumprimentar o eminente Senador Gilberto pela louvável iniciativa de promover esta Audiência Pública e a certeza de que vocês que nos representam nos órgãos públicos federais deste País, que realmente façam alguma coisa, pois é um jogo totalmente desigual, sobretudo com os dados e os números que citou aqui o Deputado Luís Carlos. Efetivamente, alguma coisa tem que ser feita certamente para contribuímos com o agronegócio, sobretudo não só com o agronegócio de maneira geral, mas também com a agricultura familiar, etc., etc., que também está à mercê de boas políticas públicas. Lamentavelmente, com isso nós estamos convivendo todos os dias, temos que dar um basta, e vocês como responsáveis, as autoridades competentes, eu espero que façam alguma coisa, em detrimento da melhoria desse setor que contribui muito com o nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Nós vamos passar então agora, pela mesma ordem, ao Sr. Luiz Cláudio Meirelles para que ele faça o contraponto das questões suscitadas.

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: Bom, temos uma série de questões aqui, eu vou tentar não ser repetitivo e, ao mesmo tempo, responder a cada Senador.

Mas, de início, eu queria trazer mais alguns elementos para o nosso debate, que eu acabei não fazendo na apresentação, mas que tem a ver com as questões que foram apresentadas.

Um, é que hoje nós temos 1400 produtos formulados, registrados e autorizados para a comercialização no País. Entretanto, o Sindicato das Indústrias informa que apenas 830 estão sendo comercializados. E recentemente numa fiscalização que a ANVISA fez em um portfólio de 130 produtos que a indústria tinha, somente 70 estavam cadastrados e os cinco que nós fiscalizamos seria uma razão para a indústria parar. Então tem uma discussão aí que tem que ser balizada com o setor para saber por que é que isto está acontecendo. A gente tem trabalhado muito, muitos produtos são clones, que acabam onerando o trabalho e, talvez, não sejam aqueles essenciais para a agricultura, sendo que quem pode solicitar é o setor regulado.

Da mesma maneira eu aproveito para responder à questão da fruticultura. Acontece isso: quem pode pedir o registro de um produto para uma determinada cultura são as empresas. O esforço que o Governo fez no sentido de desenvolver uma norma para a *minor crops*, era tentar, sem perder a sustentação técnica de estabelecimento de limite máximo de resíduo, estabelecer uma norma que permitisse a gente trabalhar com um grupo de cultura. Essa não é uma especificidade do Brasil, é assim que os países trabalham, eu acho que nós precisamos de mais tempo para explicar isso aqui, mas é assim que os países trabalham, tem que ter limite por cultura para poder avaliar qual a ingestão diária aceitável de um determinado agrotóxico que não produza um risco à saúde humana ao longo de anos de exposição.

Então nós temos aí algumas questões que são de Governo, a *minor crops* saiu do Ministério da Agricultura agora e ela está caminhando para a ANVISA dar o seu Parecer, mas chegou agora na semana passada. Nós fechamos ela há um ano atrás, ela não tem cinco anos que está tramitando e teve uma avaliação jurídica no Ministério, eu acho que o Rangel pode especificar um pouco mais, mas a gente está dando prioridade a esse tema.

E juntando um pouco com esse tema, eu tento falar dos orgânicos, no dia 23 agora de julho o Presidente da República assinou um Decreto que define regras para o registro de produtos a serem utilizados na agricultura orgânica. Isso também vai permitir à gente ter uma possibilidade de produtos no manejo agrícola

muito maior do que aquelas que já vinham existindo. E esse é um trabalho integrado hoje com os órgãos que são avaliadores, que foi citado aqui pelo Senador Valter Pereira, no sentido de que a gente possa ter também uma oferta de produtos que a gente sabe que, do ponto de vista toxicológico, são muito menos perigosos à saúde humana. Então esse trabalho vem sendo feito pelos três órgãos e agora com a publicação desse Decreto fortaleceu essa ação nossa e do setor de agroecologia do Ministério da Agricultura.

É importante dizer também com relação a ingredientes ativos novos, que tivemos algumas perguntas aqui. Nesse momento só tramitam na ANVISA 13 pleitos para ingredientes ativos novos. O Sr. Luiz Borges citou aqui mais de 120 produtos que são ingredientes ativos novos. Esses pleitos não foram feitos pelas empresas. A gente não pode registrar aquilo que não foi pleiteado, a gente não pode avaliar o que não foi pleiteado. Só temos 13. Estamos estudando uma forma de avaliação de prioridade. E é bom dizer também que essa é uma área, e aí é uma questão conjuntural, isso foge ao que nós estamos discutindo aqui, são duas questões: concentração de mercado, que isso é planetário, isso acontece no mundo inteiro, esse mercado é extremamente concentrado, no Brasil não é mais concentrado do que o que a gente vai encontrar na Europa, Estados Unidos. Nós temos aí relatórios que nós temos trabalhado com o pessoal da Universidade Federal do Paraná, que a gente pode trazer isso. E são questões que estão de fora da regulação, porque nós não podemos abandonar a segurança em função dessas situações. E passam por outros setores do Governo ou mesmo por legislações que terão que ser discutidas nessa Casa para que resolva essa questão, que é um mercado extremamente concentrado. Talvez para os produtos orgânicos que estão sendo apresentados possa ser uma saída no caso da EMBRAPA, que tem muita tecnologia desenvolvida para manejo de pragas agrícolas, que foge um pouco do escopo dos químicos hoje, da maneira como estão concentrados no mundo. Então é bom chamar um pouco a atenção para esse fato. Somente três empresas hoje no mundo, três grandes empresas investem em pesquisa e desenvolvimento, mais nenhuma. Todas as outras registram cópias daqueles produtos que têm patente expirada. Então esse é um aspecto importante que eu queria chamar a atenção aqui.

Com relação às novas moléculas, nós gostaríamos muito que essas novas moléculas de menor toxicidade fossem aportadas para avaliação e registro, mas infelizmente só temos esse quantitativo hoje. Eu acho que essa discussão também pode ser feita com o setor regulado para que eles apresentem isso.

Bom, com relação à interação eletrônica dos órgãos, a Casa Civil fez uma força tarefa no ano de 2006, 2007. Isso tem sido trabalhado. Não existe nenhuma desarmonia entre os órgãos. Eu acho que o maior desejo, tanto do IBAMA, como da Agricultura, como o nosso, para que a gente tenha um sistema eletrônico funcionando. Infelizmente, ele já estava licitado no final do ano passado, tudo fechado, e houve uma ação judicial que impediu a contratação desse serviço. Isso está sendo discutido pelo Ministério do Planejamento, a CERPA(F), que foram incluídos junto com a Casa Civil em todo esse processo de discussão. O Rangel pode até... Talvez ele tenha alguma informação mais atual, que esse contato tem sido feito mais pelo Ministério da Agricultura, agora não existe nenhum... Numa questão interna, o que a gente não tem é isso. Esse é o nosso maior desejo.

Agora informando isso também, aí com a pergunta do Senador Gilberto, é que hoje todos os processos que tramitam na ANVISA estão disponibilizados no site e o andamento deles, se está concluído, se está em avaliação ou se está na fila aguardando a avaliação. Hoje quem entrar no site, no momento em que nós respondemos ao Deputado Luciano Pizzatto e ao Senador, nós oferecemos essa transparência com relação a esses processos. Quem quiser ver hoje, as empresas que quiserem ver qual é a posição na fila, como é que está a situação do processo, é possível acessando o nosso site, todas as informações relativas ao andamento processual na Casa. Ainda temos esse sistema maior que a gente deseja, que é o protocolo comum, e, também, os de avaliação. Bom, então com relação a produtos orgânicos é isso, a política tem avançado no País.

Agora eu queria falar um pouco também da reavaliação dos 14 produtos que se desejam proibir. Na realidade, a ANVISA não está proibindo nada, eu acho que a gente deixou claro isso em várias posições públicas que foi colocado. A gente está reavaliando os produtos que poderão ser banidos do mercado brasileiro, restringidos ou poderão não ter nenhuma alteração. Entretanto, produtos que a gente reavalia são produtos que, do ponto de vista toxicológico, nos trazem uma preocupação grande. E muitas dessas moléculas, é importante citar, ou parte delas, já estão banidas em boa parte do mundo, inclusive na China. Nós usamos dois organofosforados aqui no Brasil, que é o parathion metílico e de metamidofós, que já foram banidos desde a fabricação até o uso na China há três anos, praticamente há três anos. Eles fizeram um programa de *feaz out*(F) e retiraram porque os custos ambientais e de saúde humana eram muito elevados. Daí o Governo chinês estabeleceu uma política e tirou esses

dois organofosforados, que são amplamente utilizados no País. E uma informação a mais: a gente aumentou muito a média histórica de consumo nos últimos dois anos, quando eles foram proibidos em outros países, o que tem acontecido com outras moléculas que são proibidas em outros países. A gente tem buscado levar, com relação à preocupação de saúde que a gente tem, levar essa discussão com a agricultura no sentido de que tem que equilibrar essa importação ou essa discussão de consumo de produtos por moléculas que a gente sabe que são menos tóxicas, que nós também temos uma conta grande que bate no Sistema Único de Saúde. Agrotóxico é a primeira causa de morte por intoxicação. E no ano de 2007, infelizmente a gente tem dados ainda muito desatualizados, nós tivemos em torno de 11 mil casos de intoxicação por agrotóxico, mesmo com uma subnotificação importante. Então é importante trazer esse dado aqui. Por essa razão, a gente não se opõe à produção agrícola, é importante deixar isso claro, mas, assim, vamos encontrar fórmulas de produzir e que utilizem produtos que tenham toxicidade menor, que se amplie mercado para esses produtos que têm toxicidade menor, para que a gente evite esses outros agravos, que também tem um custo imenso para o Estado brasileiro, que ele bate no Sistema Único de Saúde, bate na Previdência Social e acabam trazendo custos enormes para a sociedade brasileira.

Então esses produtos, esse ano estão em reavaliação toxicológica, a gente ainda vai publicar as Notas Técnicas nesse ano de 2008, com as posições da ANVISA, e fecharemos a discussão com os três órgãos com relação a esses produtos. Um produto, inclusive, nós encaminhamos para a retirada do mercado nacional, mas com *feaz out*(F) de três anos para evitar justamente que impactasse a produção agrícola, mas que desse a possibilidade de entrada de outros produtos para controlar aquelas pragas, que são importantes.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT):

Luiz Carlos, fala-se em muitos. Quais são os outros? O parathion é um deles. Quais os outros, que muitos já são proibidos nos outros países?

SR. LUIZ CLÁUDIO MEIRELLES: O parathion, o metamidofós, monocrotofós, tiran, manebe, mancozebe. Têm várias situações, eu tenho que pegar a lista aqui dos ingredientes ativos que estão em reavaliação. Mas desses que estão em reavaliação, a grande maioria já está proibida ou em algum país ou em blocos como Comunidade Europeia ou nos Estados Unidos, no Japão.

Agora a intenção da ANVISA, a gente está reavaliando, e no processo de reavaliação, a decisão, ela

pode ser desde o banimento até a manutenção do produto, conforme está no registro, a partir dos achados que a gente encontrar nos estudos toxicológicos. Então esse é um elemento importante a trazer.

Bom, teve uma pergunta do Senador Valter Pereira: por que os controles de agrotóxico são inferiores aos dos orgânicos? Eu posso entender dessa maneira. Essa é uma coisa que a gente busca, agrotóxico é muito mais utilizado e a gente tem buscado, eu tive a oportunidade de apresentar aqui, alguns problemas de controle para melhorar esse trabalho. E também há uma reclamação dos produtores orgânicos. Por exemplo, para registrar o agrotóxico na ANVISA a empresa gasta R\$ 1.800,00 com registro e ele vale para sempre, não tem nenhuma tentativa de manutenção, nenhuma taxa de fiscalização. No Ministério da Agricultura eu acho que não se paga nada e no IBAMA tem algumas taxas também, que não são nada astronômicas se comparada com aquelas cobradas, por exemplo, nos países da Comunidade Econômica Europeia. Então o custo para registro não é alto, ele ainda é um custo baixo. E na realidade o Estado é que arca com toda a ação de controle. Para vocês terem uma ideia, no ano passado nós investimos sete milhões em laboratórios do PARA e o programa tem um custo médio hoje de mais ou menos três a quatro milhões por ano para que a gente possa desenvolver um programa de monitoramento de resíduos de agrotóxicos e alimentos, sendo que esse é um custo que sai da conta do Estado.

Bom, com relação a custos de produção, por que é que o agrotóxico... Eu acho que esse é um tema, infelizmente eu não tenho os dados aqui, mas eu acho que nós da ANVISA podemos, por conta desse trabalho com a Federal do Paraná, trazer se existem essas discrepâncias grandes entre preços de mercado internacional e preços no mercado nacional, aí sem entrar com aquilo que é comprado nos países periféricos, que eu acho que o Senador teve a oportunidade de colocar aqui por conta de questões tarifárias que podem estar pesando. Aí seria interessante a gente ouvir outros setores do Governo em relação a esse tema, mas saber o quanto está impactando, porque hoje nós temos alguns levantamentos que mostram como é que se comportam os preços no mercado brasileiro. Mas, infelizmente, eu não estou com esse dado aqui, é um trabalho recente que nos foi enviado com relação a toda essa questão de comportamento de preço de mercado e concentração de mercado.

Bom, eu não vou me estender mais. Por que não são reconhecidos os testes? Mais uma pergunta do Senador Jayme Campos. Isso é importante dizer. Os testes que as empresas fazem, principalmente crônicos, que constituem o pacote mais caro para estudo, esses

testes são feitos normalmente para serem apresentados no mundo inteiro. O que a gente faz aqui é avaliar. E às vezes nós temos diferenças para os agrônomos, edafoclimáticos importantes, que nos permitem ter conclusões diferentes sobre algumas questões relacionadas ao produto, assim como também a depender do tipo de uso que ele vai ter no País, ele pode ter uma restrição maior em termos de segurança. Então não dá para você fazer uma extrapolação imediata como, por exemplo, estudos de resíduos. Limites CODEX normalmente são muito superiores, limites de resíduos em alimentos CODEX, àqueles que são estabelecidos no Brasil, até porque a exigência de se fazer o estudo aqui faz com que aquela determinada prática cultural determine um limite que, muitas vezes, pode ser inferior. Então você não pode sair extrapolando porque você pode ter uma série de consequência na análise que não são desejadas.

Então eu vou parar por aqui, eu espero ter conseguido cobrir o conjunto de perguntas que aqui foi colocado e eu estou à disposição para o debate. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Por economia processual, eu vou adotar uma metodologia diferente nessa segunda intervenção dos expositores. Foram feitos questionamentos e eu vou, ao invés de instar cada um, eu vou franquear a todos a oportunidade de falar, caso entenda que é pertinente à sua área. Então foram feitos questionamentos e a palavra está aberta para os expositores que quiserem fazer a sua intervenção. Luís.

SR. LUÍS EDUARDO PACIFICI RANGEL: Presidente, eu, na verdade, não quero me estender também para todas as perguntas, apenas fazer uma complementação ao que o Dr. Luiz Cláudio comentou. Eu acho que ele deu um aspecto geral de fato de todas as perguntas que foram feitas e eu acho que é muito importante que a gente destaque aqui as alusões às questões de custo de produção, eu acho que é muito importante, foi um ponto que foi bastante elucidado e que muitas vezes por uma percepção, talvez, minimalista, se recebe essa crítica de custo de produção para a agricultura como um todo como responsabilidade do registro de agrotóxico. E essa alusão, na verdade, nós temos a nossa, vamos dizer, culpa nesse processo, porque o processo de registro é complexo e deve ser pela essência, pela característica da substância que está sendo avaliada, mas é importante também que outros setores que estão envolvidos na agricultura, que a análise de fato de mercado e de impacto, de custos de produção, de todo esse processo, seja aprofundada em todos os setores, o Ministério da Agricultura tem segmentos de inteligência administrativa para poder

pensar esse segmento, para não colocar a culpa toda no processo de registro. O registro tem as suas limitações, ele é responsável por uma certa caracterização desse processo, mas é o setor que, quando demandado, e quando foi demandado nos últimos tempos, tem reagido bem para tentar corrigir essas indiosincrazias que são colocadas por esses fenômenos burocráticos, etc., para tentar resolver.

As questões da informatização. De fato no nosso entendimento são questões que vão trazer benefícios muito significativos para o processo.

A tentativa de harmonização, apesar de existirem agendas diferentes entre os órgãos é natural que isso exista, porque cada um tem um ponto de vista diferente sobre o mesmo tema, que é o agrotóxico, tem diminuído para que cada um dos órgãos entenda cada uma das suas competências e caminhem para o mesmo sentido. No nosso entendimento o caminho está sendo construído. Talvez não na velocidade com que o agronegócio precise que a gente evolua para poder criar esse cenário regulatório melhor, mas a gente está imbuído desse espírito de tentar resolver esse problema.

O Ministério da Agricultura tem percebido que, por exemplo, nessa questão das reavaliações, está sendo colocado muito a questão do equilíbrio risco e benefício desses produtos, quer dizer, um produto que tem o seu risco inaceitável frente ao benefício que ele pode trazer para a agricultura, ele é um produto que a própria agricultura passa a não aceitá-lo mais. Então esse exercício de risco e benefício tem sido exercitado a todo o momento pelos entes que estão envolvidos no processo de registro e a gente espera que essa seja a tônica do futuro da regulação de agrotóxicos. É só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Muito bem. Alguém mais?

SR. LUIZ BORGES JÚNIOR: Eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Fala, Sr. Borges.

SR. LUIZ BORGES JÚNIOR: É o seguinte, eu gostaria de colocar algumas coisas. Primeiro, nós sabemos que o problema da ingesta é um dos que tranca, digamos assim, o registro de novos produtos. O fato é que nós temos que achar uma fórmula, essa guida(F), nós temos... Não, guida(F), eu estou dizendo que você chega num ponto que [ininteligível], então na verdade tem muito produto hoje que está registrado hoje no Brasil, que você falou aí que inclusive nem estão usando, que está, digamos assim, poluindo o assunto agrotóxico. Tem que limpar isso aí, nós que-remos coisa boa.

Segundo, o aspecto do produto orgânico, o produto orgânico é muito badalado, muito escrito sobre ele. O ideal é que todos nós pudéssemos produzir produto orgânico. Eu só queria dar um dado para os senhores, que todo mundo fala na Europa. A Alemanha, que é o principal país nessa área de orgânicos, em 2000 o consumo dele representava 7% do consumo de alimentos dentro da Alemanha. Eles fizeram um programa de cinco anos com dois bilhões de Euros por ano para aumentar esse processo, queriam chegar a 20%. Não chegou a 10%. Nós não gastamos nada. Então na realidade aqui também no Brasil... O produto orgânico tem coisa boa, mas tem muita pajelança, tem muito coquetel que os caras botam tudo quanto é esterco dentro e jogam, sendo que não tem controle nenhum, são verdadeiros coquetéis de hepatite que são colocados no mercado.

Outra coisa que tem que deixar bem claro é que o problema do SUS é com quem trabalha com o agrotóxico, não quem ingere. Um estudo da CEASA mostra que as intoxicações no SUS com o consumo de agrotóxico não chega a 5%. Os de contaminação microbiológicas passam de 80%. E isso no mundo é igual, é assim, nós temos que cuidar de intoxicação microbiológica também.

Nós temos hoje em andamento no Brasil, o Brasil é signatário da segurança alimentar, ele é obrigado a trabalhar com segurança alimentar. Existe hoje uma legislação que nós temos grandes lutas, desde a embalagem, desde das nessas centrais de abastecimento, porque as nossas centrais de abastecimento têm uma higiene medieval, é uma coisa terrível, tem que mudar isso, são verdadeiros condomínios fechados, que ninguém consegue mexer lá dentro. Tem que mexer com o problema de embalagem, tem que fazer esse trabalho de segurança do alimento e boas práticas agrícolas, que é o que o Governo está implantando agora, tem uma Comissão trabalhando dentro desse Decreto 54, que é esse o caminho. Só que para isso nós precisamos de defensivos agrícolas registrados, para poder expandir. Como eu disse, hoje só tem quatro produtos aqui no Brasil que podem fazer isso: citrus, maçã, tomate e batata. Os outros, não têm produtos registrados suficientes para fazer esse trabalho. Então nós estamos negociando o controle gradativamente.

Então a saída de alimentação no mundo inteiro é as boas práticas agrícolas, acompanhada de análise de resíduo. O setor de maçã, há dois anos atrás, todo o setor de maçã, por insistência da União Europeia, faz 280 análises de resíduos por ano, a maçã e o mamão. Isso devia ser para todas as culturas, mas

tem que dar o produto registrado para essa cultura chegar lá.

Outra coisa que também eu quero deixar claro aqui, aproveitar a situação, é que existem também algumas inverdades. Se fala que 75% do produto que o Brasil consome é da agricultura familiar. É da agricultura familiar, sim, mas não é do PRONAF. O PRONAF não nem se sustenta mais sozinho por questão dos preços. Os preços nossos, do Brasil, são muito baixos, ninguém consegue sobreviver. Por isso que estamos todos quebrados, Deputado, pelos preços de custo. E por um outro aspecto, que eu chamo injustiça fiscal, que não é corrigida. Nós pagamos imposto desde a hora que começamos a planejar e sair de casa para comprar o produto. Se nós chegamos no final e não temos condições, estrutura para nos creditar desses impostos, nós não temos, o agricultor não tem condição, então ele paga a fundo perdido, ele não consegue se creditar. E se chega no final, ele toma um granizo e acaba com tudo, ou um vendaval ou uma enchente, ele perdeu tudo e pagou o imposto.

Então o imposto tem que mudar, o imposto tem que ser como nos Estados Unidos, tem que ser taxado no consumo e não na produção. Por isso essa coisa absurda de 40% mais barato lá fora, mas lá fora se taxa no consumo. Aqui já se taxa na intenção de plantar. Então essa distorção é que está matando e vai matar a agricultura brasileira se nada for feito. Isso é obrigação dos senhores, Senadores e Deputados, acabar com essa injustiça. A voracidade dos Governos nós conhecemos, agora se leva a muito e se dá pouco em troca. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Eu gostaria de fazer apenas um reparo à fala do Sr. Luiz Borges. Ele criticou a pajelança. Existem até Prefeitos que se valem da pajelança. Eu acho até que o Senado está precisando de uma pajelança, talvez seria a solução para graves problemas que nós enfrentamos aqui.

[risos]

Agora a Dra. Kenia vai fazer a sua intervenção.

SRA. KENIA GODOY: Só para complementar um pouco, o Luiz Cláudio eu acho que já passou ponto a ponto do que foi questionado, mas eu queria complementar um pouquinho da questão da necessidade de registro de novas moléculas.

Bom, primeiro, foi colocado também como uma prioridade de Governo também esse registro dessas novas moléculas, novos ingredientes ativos. Eu acho que a gente cumprido isso e tem avaliado essas moléculas, nem sempre identificando como de menor toxicidade tanto ambiental como para a saúde humana,

que já houve casos da gente estar indeferindo o pleito devido a alguns aspectos relacionados à molécula.

Sobre a questão do por que é que a gente não aceita a avaliação, os estudos que são apresentados em outros países, então eu só queria colocar que, em termos de estudos ambientais, os estudos que são exigidos em outros países, na Comunidade Europeia, nos Estados Unidos, são os mesmos que a gente exige aqui, sendo que o único estudo que tem uma diferenciação é o estudo com solos nacionais, que a gente precisa saber qual o comportamento, que o nosso tipo de solo é bastante diferente dos solos dos outros países e dá diferença bastante grande.

Então a gente aceita sim, o estudo pode ser executado lá fora e ser apresentado aqui para a gente suportar a avaliação do produto, sem problema algum. É uma avaliação bastante complexa, então quando se fala por que é que não é feita tão rapidamente, são vários estudos que são apresentados, então eu acho que precisaria conhecer, a gente informar vocês um pouquinho mais o que é que é o nosso trabalho, o que é que é a nossa avaliação, para ter um entendimento melhor, mas em nenhum desses produtos tem deixado de ser dado atenção.

Com relação a uma fila específica para registro de produto formulado, eu só queria também estar colocando, principalmente dos produtos registrados por equivalência, assim que é concluído qualquer produto técnico, o produto formulado entra em avaliação, também a gente tem feito um esforço bastante grande entre os três órgãos de uniformizar a conclusão dos mesmos produtos. Então a gente tem trabalhado bastante conjuntamente com a finalidade de se concluir a avaliação tanto na ANVISA como no IBAMA para que o Ministério da Agricultura possa estar liberando o registro. Era só isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Bom, pelo jeito está esgotada a intervenção dos expositores. Nós queremos então aqui, ao finalizar esta Audiência, agradecer aos expositores, os Srs. Luiz Cláudio Meirelles, da ANVISA, Luís Eduardo Rangel, do Ministério da Agricultura, Reinaldo Vasconcelos, do IBAMA, Kenia Godoy, também do IBAMA, e do Sr. Luiz Borges Júnior, do Instituto Brasileiro de Frutas.

Está encerrada a presente Audiência Pública e a Sessão desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. E agradecer, antes de encerrar também, a participação do nosso convidado especial, o Deputado Luís.

SESSÃO ENCERRADA ÀS 11H54.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA****Ata da 23ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 15 de julho de 2009.**

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia quinze de julho de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Magno Malta, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Arns, João Ribeiro, Gilvam Borges, Gilberto Goellner, Marco Maciel, Eduardo Azeredo e Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Lobão Filho, Gerson Camata, Demóstenes Torres, José Agripino e Patrícia Saboya. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera o art. 57 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para explicitar a aplicação das normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei Câmara nº. 59 de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que “Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 04: Projeto de Resolução do Senado nº. 58, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dispõe sobre a transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer é favorável, acatando a emenda oferecida pelos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim e rejeitando a emenda oferecida pelos Senadores Flávio Arns e outros, na forma da emenda substitutiva que apresenta. É concedida

vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 522, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 523, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco”. O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 30, de 1994**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada a Radio Cultural do Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jussara, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 80, de 1999**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 23, de 2002**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Buriti Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 225, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Portal Rádio FM Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pomero-de, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o parecer é pela aprovação do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 226, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília para executar serviço de ra-

diodifusão comunitária na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 239, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 413, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Fundão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fundão, Estado do Espírito Santo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 296, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão – ACIR para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itau de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 299, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatama, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 323, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Telerradiodifusão de São Pedro dos Ferros para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 328, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 230, de 2009**, de caráter ter-

minativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o parecer é pela aprovação do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 231, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 232, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companhia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 147, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural Buqueirão – FM 107.1 MHz para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer é pela aprovação do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 185, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Grupo Frajola de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 187, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayette para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lafayette Coutinho, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 466, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicações e Participações Ltda.

para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parambu, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 160, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária do CPA IV e Região Independente FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o parecer é pela aprovação do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 183, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guiratinga, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 184, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à E. F. comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jusci-meira, Estado de Mato Grosso”. O relator designado é o Senador Gilberto Goellner e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 348, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 365, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 402, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de De-**

creto Legislativo nº. 403, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Transvalle FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Valdir Raupp e o parecer é pela aprovação do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº. 312, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº. 376, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Milênio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ser-tãozinho, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº. 401, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Bispo & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº. 405, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicações Rocha & Leite Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Papaléo Paes e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº. 324, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº. 356, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Veneza Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na ci-

dade de Eusébio, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº. 210, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraias, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº. 262, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº. 263, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananás, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº. 326, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 47: Projeto de Decreto Legislativo nº. 338, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 48: Projeto de Decreto Legislativo nº. 420, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio FM Anhanduí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Arns e o parecer é pela aprovação do projeto. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 49: Projeto de Decreto Legislativo nº. 266, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo,

que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 50: Projeto de Decreto Legislativo nº. 267, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 51: Projeto de Decreto Legislativo nº. 378, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 52: Projeto de Decreto Legislativo nº. 327, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 53: Projeto de Decreto Legislativo nº. 534, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à ACCCJAN – Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jandaíra-RN para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente Eventual, para relatar os seguintes itens: **Item 54: Projeto de Decreto Legislativo nº. 308, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Cultura e Informação de Pacajá – ACIPA – Emissora Comunitária “Novo Tempo” para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 14 (catorze) votos favoráveis. **Item 55: Projeto de Decreto Legislativo nº. 379, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outor-

ga permissão à Terra F.M. Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tucumã, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 56: Projeto de Decreto Legislativo nº. 381, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 57: Projeto de Decreto Legislativo nº. 545, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à W.A.C. Rabelo & Cia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itupiranga, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Flávio Arns, Papaléo Paes e Cícero Lucena requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projeto e requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 419, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Poesis – Associação Cultural e Artística de Antônio Carlos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina" O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 02: Requerimento nº. 24, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que requer "... nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater a radiodifusão comunitária e a radiodifusão educativa, em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução dos serviços. Os nomes dos debatedores serão oportunamente indicados." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta Item 03: Requerimento nº. 25, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena, que requer "...nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater o andamento de implantação da TV Digital no país, com especial foco na questão da Rede Pública de TV Digital,

da qual participam as TVs legislativa. Os nomes dos debatedores serão oportunamente indicados." O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 02: Projeto de Lei Câmara nº. 70, de 2009, Item 05: Ofício "S" nº. 03, de 2009, Item 06: Aditamento nº. 01 ao Requerimento nº 13, de 2009-CCT, Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 250, de 2009, Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº. 257, de 2009 e Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 375, de 2009.** Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e dezesseis minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

23ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 15 de julho de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 23ª reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 15 de julho de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata a reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no Diário Oficial do Senado Federal.

Comunicações da Presidência. Expediente recebido. A Presidência da Comissão informa que será realizado entre os dias 13 e 16 de outubro de 2009, no Transamérica Expo Center na cidade de São Paulo, a 11ª edição da Futurecom, o mais qualificado evento de telecomunicações e tecnologia da informação da América Latina. Para que V. Exas. possam conhecer um pouco mais sobre o evento, solicito à Secretaria da Comissão que distribua cópia do informativo as Sras. e Srs. Senadores.

Recebemos convite do Exército Brasileiro, para participar da Semana Comemorativa do Engenheiro Militar, que ocorrerá no dia 08 de agosto, quarta-feira, às 11 horas da manhã, em um almoço/palestra do General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, no Comando Geral do Exército em Brasília.

Então, eu estendo o convite a todos os Senadores e Senadoras membros da CCT e aqueles que tiverem interesse de participar deste almoço e desta palestra do General Heleno, no próximo dia 08 de agosto, quarta-feira, às 11 horas, por favor, façam o contato com a Secretaria da Comissão.

Dando prosseguimento à reunião, passemos aos itens da pauta. O Item 1 da pauta é o Projeto de Lei do Senado de nº 212, de 2009, terminativo na CCJ, que “Altera o art. 57, da lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, Lei das Eleições, para explicitar aplicação das normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias”.

O Relator é o Senador Marco Maciel, que tem o Parecer favorável à matéria. Vamos aguardá-lo para que ele possa fazer a leitura do seu Parecer.

O Item 2 também. Projeto de Lei da Câmara nº 70 de 2009, terminativo na Comissão de Meio Ambiente. “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1977(sic), Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as Operadoras de Telefonia Fixa Comutada a divulgar a Legislação de Defesa do Consumidor nas Listas Telefônicas de distribuição obrigatória”.

O autor do projeto é o Deputado Luiz Bittencourt. O Relator Senador Lobão Filho, que é favorável à matéria. Vamos aguardar também a chegada do Senador Lobão Filho, para que ele possa fazer a leitura e defesa do seu Parecer.

Item 3 da pauta. Projeto de Lei da Câmara nº 59 de 2003, não terminativo. “Regulamenta o disposto no inciso III do art. 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências”.

Autoria: Deputada Jandira Feghali. Relatoria: Senador Papaléo Paes. Parecer favorável à matéria.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, para proferir o seu Parecer.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, eu solicito a retirada da pauta do referido projeto. Retirada de pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Relator, Senador Papaléo Paes, o Item 3, será retirado de pauta e retornará à pauta da próxima sessão, já no início do mês de agosto, após o recesso parlamentar.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Exatamente devido ao recesso, eu pediria que V. Exa. pu-

desse retornar a pauta com esse projeto, na 3ª Sessão do segundo semestre.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Terceira...

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sessão do segundo semestre.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Assim será feito por solicitação de V. Exa.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 4. Projeto de Resolução do Senado nº 58 de 2007, não terminativo. “Dispõe sobre a transmissão ao vivo dos trabalhos legislativos pela TV Senado”. Autoria do Senador Expedito Júnior. Relatoria: Senador Renato Casagrande. Parecer favorável acatando a emenda oferecida pelo Senador Flávio Arns e Senador Paulo Paim. E rejeitando a emenda oferecida Senador Flávio Arns e outros, na forma da emenda substitutiva que apresenta.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, para proferir o seu Parecer.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente.

E eu fiz algumas alterações no meu projeto para adequá-lo, em parte, àquilo que nós já aprovamos aqui nessa Comissão com relação à programação da Rádio Senado. Nós recebemos um pedido dessa Comissão para que os critérios e a ordem de transmissão ao vivo da programação pudesse ser igual à transmissão da rádio.

Nós avaliamos, sentamos inclusive com a equipe do setor de comunicação do Senado e achamos que poderíamos aproximar muito, mas não precisava ser uma coisa idêntica. São dois instrumentos, são dois meios diferentes de comunicação e, portanto a minha proposta fica da seguinte forma, Sr. Presidente. Lerei o projeto, porque é muito resumido, muito rápido, muito simples, que já dá uma ideia geral daquilo que nós estamos apresentando.

O projeto é do Senador Expedito Júnior. E o art. 1º, a transmissão ao vivo dos trabalhos legislativos da TV se reger-se-á pelos dispositivos dessa resolução. Art. 2º, na transmissão ao vivo dos trabalhos legislativos, a TV Senado observará o seguinte ordem de prioridades:

1ª: Transmissão ao vivo da TV Senado.

2ª: Sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias do Senado. Sessões deliberativas do Congresso Nacional.

3ª: Sessões Solenes do Congresso Nacional previsto no art. 1º, Item 1º, 2º e 3º do regimento co-

mum. São aquelas Sessões com presença de Chefe de Estado, dos outros poderes, de instalação do ano legislativo.

4ª: Reuniões Ordinárias da Comissão Permanente.

Essa é antiga, porque seria as reuniões, a 4ª, seria as Sessões não deliberativas do Senado. Nós temos... Tem um relatório novo, foi entregue ontem à noite... Se a Assessoria pudesse me entregar o relatório novo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicito a distribuição do novo Parecer aos Senadores.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Senador Presidente, eu sugeri ao Senador Renato Casagrande, que distribuisse o novo relatório para que a gente possa... Na realidade eu não queria nem pedir vistas ao processo ao processo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Acho que não precisa são tão...

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Fosse distribuído e a gente votasse após o recesso, na primeira Sessão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posso apresentar, só tem essa alteração?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas é que como nós temos aqui, tem algumas alterações aqui--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A alteração é a seguinte, Senador Efraim Morais, só para o senhor... A quarta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A 4ª ordem de prioridade seria Sessões não deliberativas do Plenário, está certo?

A 5ª Seria Sessões Ordinárias das Comissões Permanentes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Resumindo aqui, se eu entendi, a primeira prioridade são as Sessões de Plenário.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A prioridade são Sessões de Plenário.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Acabou. Então número um, você poderia resumir, um, dois, três e quatro...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sessões de Plenário.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): De Plenário. Seria mais...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A tese é nós priorizarmos as Sessões de Plenário, está certo?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Perfeito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A tese é priorizarmos Sessões de Plenário. E sendo assim segue.

A 5ª seria Sessões Ordinárias de Comissões Permanentes.

A 6ª, Sessões Extraordinárias de Comissões Permanentes.

A 7ª, reuniões de CPI, CPMI do Conselho de Ética.

A 8ª, as Sessões Não Deliberativas do Senado Federal.

A 9ª, as Sessões Especiais do Senado Federal.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): A não deliberativa, não é a que você passou para a 4ª?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim, desculpa essas não deliberativas, você corta ela aqui. E assim, a 8ª e a 9ª continua do mesmo jeito.

Então, a mudança que teve neste relatório é que nós pegamos Sessões Não Deliberativas do Plenário, que estava lá em 7ª passou para a 4ª. Nós priorizamos as Sessões de Plenário do Senado. A tese é que as Sessões de Plenário do Senado, em que pese.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mas eu...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Efraim Morais--

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, eu só queria tirar dúvida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Deixa o Senador Renato Casagrande concluir e já V. Exa. tira a dúvida.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu vou acabar de fazer a--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso, explicar.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Apresentação do relatório, Sr. Presidente.

Agora, o parágrafo, as colocações seguintes, § 1º, na hipótese de ocorrerem simultaneamente mais uma de reunião, de que trata do inciso I e IV do caput desse artigo será dada preferência a reunião, que ocorrer em consonância com os dias e horários estabelecidos no art. 107, que são as Reuniões Ordinárias das Comissões, iniciar-se primeiro.

§ 2º, a ordem de preferência estabelecida nesse artigo, ressalvado o disposto no art. 3º dessa resolução, também será observado na hipótese de transmissão de mais de um evento ao vivo, simultaneamente, em tecnologia digital.

Art. 3º, esse art. 3º é importante que os Senadores tenham conhecimento. Respeitada as prioridades, definidos no inciso I e II e do art. 2º dessa resolução, as preferências estabelecidas no inciso III a IX e, no § 1º do mesmo dispositivo poderão ser desconsiderada para a transmissão ao vivo de Sessão, reunião ou evento específico que se revele de excepcional interesse público. Parágrafo Único: A aplicação...

Porque às vezes tem uma CPI importante funcionando e tem uma Sessão não deliberativa, acontecendo sem nenhuma, ah, poderá haver. Poderá haver excepcionalmente, pelo interesse público, quebrada essa ordem de prioridade a aplicação do dispositivo no caput para quebrar isso. Será condicionada a autorização prévia e expressa do Presidente do Senado, por solicitação da Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado. Se houver uma autorização do Presidente, por solicitação da Secretaria Especial de Comunicação do Senado, isso poderá acontecer.

Então, eu acho que é isso, as outras questões são questões que não alteram muito o que nós temos hoje. Então, o relatório seria isso. E nós teríamos assim, a prioridade, a tese que norteou o meu relatório é a tese de priorizarmos o Plenário, que é o ponto máximo do debate parlamentar.

Então sejam Sessões Deliberativas, Sessões Deliberativas do Congresso, Sessões Solenes, aquelas de instalação de ano legislativo e outras de importância. Agora, aquelas Sessões Solenes que os Parlamentares fazem sem muito interesse global, elas passam por uma ordem de prioridade mais para baixo, está certo? Aí priorizam-se as Comissões.

SENADOR MAGNO MALTA (PR-ES): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir. Eu só tentando Senador Renato Casagrande, esclarecer aos Senadores, a alteração no Parecer de V. Exa., apenas reenumerou os itens que estavam aqui colocados no Parecer distribuído.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E temos alguma recomendação de redação também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas, basicamente, o que estava como 7ª opção--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Passou para 4ª.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Passou para 4ª. Quer dizer, as Sessões

Não Deliberativas do Senado Federal, estarão à frente das Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): E as CPIs e Comissões extraordinárias. Está bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso. Aí o Item 4 passa a ser o 7º e renumera os outros todos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Item 4º passa a ser o 5º.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Passa a ser...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Certo?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. O Item 4, agora, no seu novo Parecer--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Reuniões Ordinárias de Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Passa a o que seria o 7º anterior.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O 7º passa a ser o 5º.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E renumera os demais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Esta que é a alteração.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu vou pedir vista.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa que é a alteração.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pergunto a V. Exa., isso está em consonância com o que foi aprovado para a programação da Rádio Senado?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Não. Não está em consonância, não é a mesma distribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas ela acompanha?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A Rádio Senado manteve a Sessão Não Deliberativa do Plenário em 7ª posição, na 7ª posição, nós fizemos uma alteração.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então vamos colocar em discussão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Meu aparte, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela inscrição, Senador Efraim Moraes, Senador Eduardo Azeredo, Senador Papaléo Paes. Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu vou pedir vista. Eu vou pedir vista, porque existem algumas situações, por exemplo, nós entramos num momento onde a CPI passa a ser o foco do Congresso Nacional, do Senado Federal.

E, dentro da distribuição do Senador Renato Casagrande coloca, eu acho que nós tínhamos que valorizar as nossas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias, mas imaginemos que nós possamos ter a presença do Presidente da Petrobras, por exemplo, na CPI e nós tenhamos aqui uma Audiência Pública. Então veja bem, eu acho que todo o Brasil vai estar voltado para essa CPI.

Então, em função disso, eu vou pedir vista, porque eu tenho que consultar a liderança do Partido em relação a essa questão. Eu acho que é uma decisão que passa pelos Partidos e eu tenho que consultar o meu líder em relação a esta questão.

Por isso, eu entendo o projeto tem sentido de prestigiar as nossas Comissões Permanentes, é válido, para que o Item 1 passa a ser, concentra o 2, o 3 e o 7º e o 8º, se não me engano, não é Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sim.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Passa a ser Sessões Plenárias. Não é isso?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sessões Plenárias é prioridade.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Está resumindo nisso aí. A minha discordância é só com relação a essa questão da CPI.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Da CPI.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Porque de uma forma ou de outra, nós temos que ouvir também a comunicação. Eu sei que o Senador já fez isso, mas nós que recebemos o Parecer e houve essa mudança, eu vou pedir vistas e pedindo que volte na primeira Sessão, logo do recesso que eu já estarei em condição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Antes de o senhor conceder vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Que é regimental.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Que possa até recuar, dependendo de V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Porque este assunto só--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. me permite só uma explicação, que a Secretaria está me passando aqui, que as Comissões Parlamentares de Inquérito reunir-se-ão em horário diverso do estabelecido para o funcionamento das Comissões Permanentes.

Então, as Comissões Permanentes também não reúnem.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não poderão funcionar no mesmo horário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É e não reúnem quando houver Sessão do Senado, seja ela em nível de deliberativa, melhor dizendo. Então, você também essa prioridade para a transmissão da TV Senado.

A transmissão das Sessões das Comissões Permanentes, elas ocorrerão--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --como segunda opção, sendo a Sessão Deliberativa do Senado a primeira opção sempre.

E o Comissão Permanente, pelo regimento, não funciona no horário das Comissões Permanentes também. Então precisa adequar também a questão regimental com as questões das prioridades de transmissão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu já.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu queria ponderar depois pontos, Senador Renato Casagrande.

Primeiro, Presidente, é que a questão das Comissões, nas Comissões é que todos estão sabendo na prática, onde funciona efetivamente a discussão, o debate é nas Comissões. No Plenário, quem de fato participa são os líderes, basicamente, ou pronunciamentos que um ou outro de nós possamos fazer.

Então, eu, com todo respeito, eu discordo dessa que a Sessão Não Deliberativa, que é um discurso

longo, de dez, 20 minutos, ela tenha prioridade sobre uma Sessão de Comissões. Onde nas Comissões, os Senadores quase todos têm oportunidade de expressar sua opinião, é onde realmente você tem debate.

O relato que eu tenho das pessoas que assistem a TV Senado é que os debates de Comissões são mais interessantes do que os discursos monocódigos, às vezes, de um Senador só, no Plenário. Então, eu queria valorizar as Comissões, isso é que eu insistiria nesse ponto.

E o segundo ponto é que a emenda que está sendo rejeitada, em que nós estamos pedindo que haja ou a linguagem em libras ou aquele *closed caption*, aquela questão que vem lá, que vem os dizeres para as pessoas que realmente tem problema de audição. Eu sei que isso custa mais para a TV Senado, mas nós temos que ter o exemplo, o Senado tem que dar o exemplo nessa questão de acessibilidade para as pessoas com deficiência.

O custo não é tão mais alto assim, para que... Eu não estou dizendo que tenham todos com a questão da libra, eu sei que a libra é um pouco mais caro. Mas a questão da tradução, digamos assim, você ter as letras escritas lá na hora que a pessoa está falando, os caracteres é muito mais razoáveis que possamos ter.

Eu me recuso a entrar numa linha, digamos assim, que tem que economizar a todo custo. Não é assim. Nós temos que ter um custo realmente um pouco mais baixo, mas não porque tem pressão de tudo quando é lado contra gasto do Senado, que nós vamos começar a fazer economia de palito.

Eu considero que nós temos que, nesse caso, dar o exemplo, por isso eu insistiria nessa emenda. A emenda está dessa maneira, ou linguagem em libras ou caracteres, e a valorização dos trabalhos das Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Srs. Senadores.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Depois o senhor me concede a palavra.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu, realmente, vejo que as Sessões de Plenário, sendo ela deliberativa ou não, elas devem se sobrepôr a qualquer outra atividade dentro do Senado. É lá que podem se concentrar os 81 Senadores, mesmo nas não deliberativas onde poucos Senadores comparecem, mas a possibilidade de concentrar todos os Senadores é em Plenário.

Em uma Comissão, a Comissão tem um número determinado de participantes, tem um número determinado de participantes, então, eu não vejo em nenhuma

hipótese, a possibilidade de nós termos a substituição de uma transmissão de uma Sessão, de uma Comissão, ou qualquer outro evento, sobre as Sessões Plenárias. As Sessões Plenárias nós entendemos as questões das Comissões.

Então eu acredito que a solução para este problema, primeiro, as Comissões de Plenário [soa a campanha] As Comissões de Plenário seguem esta sequência, desses itens aqui selecionados de prioridade. E as Sessões de Plenário, e as Comissões, logicamente deverão ocorrer em um horário onde não haja Sessão Plenária.

Nós não podemos estar dividindo o Senado em Sessão Plenária e Comissões, seja ela Comissão de Ética, seja ela qualquer outro tipo de evento aqui dentro, onde tem um número menor de Senadores concentrados. Nós temos que dar sempre prioridade àquelas sessões que concentrem o maior número de Senadores.

Então, no caso a Plenária, ordinária, deliberativa, ou não deliberativa, ordinária ou extraordinária deve prevalecer sobre qualquer outro evento. [Soa a campanha]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senador, eu só dizer que eu concordo, o Senador Renato Casagrande me explicava aqui, eu retiro a questão que eu coloquei em relação a não deliberativa. Porque, realmente, a não deliberativa é segunda e sexta e aí não coincide com as Comissões, então, nesse caso eu estou convencido. Agora, a questão dos caracteres, eu queria insistir.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande, V. Exa. me permite?

Nós estamos tratando de dois assuntos, um é com relação à transmissão aos vivo das Sessões das Comissões Permanentes. Porque quando há a Sessão Deliberativa, ela tem preferência hoje na transmissão ao vivo, desde que não haja Ordem do Dia aberta, me parece que é isso.

Então, as Comissões podem estar funcionando...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): As Comissões podem estar funcionando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): As Comissões podem estar funcionando, mas V. Exa. está propondo--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A transmissão é do Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --que a transmissão ao vivo seja da Sessão Deliberativa mesmo fora da Ordem do Dia.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sim e já é assim que funciona hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então pronto, está certo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Duas horas da tarde começa a Sessão Deliberativa, a Sessão Plenária a TV ao vivo começa a transmitir para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vai para--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, olha só, isso aqui é igual escalação de seleção brasileira, cada um tem seu time. Não tem muito jeito da gente não ter argumento de um lado e para o outro, tem argumento para esse ou para aquele. Eu tive que adotar um eixo de argumentação.

O eixo que eu adotei é primeiro é priorizar o Plenário do Senado, esse é o eixo principal, priorizarmos o Plenário do Senado, o eixo principal é esse. Segundo, priorizarmos as Comissões que trabalham normalmente, toda semana aqui, porque CPI é uma anormalidade, é um trabalho extraordinário, está certo?

Agora, para evitar aquilo que o Senador Efraim Morais colocou, nós colocamos aqui uma hipótese, caso esteja acontecendo uma CPI aqui, que um esteja pegando do pescoço do outro e uma Sessão monótona não deliberativa, que só aconteceria na segunda ou na--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na sexta.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

--Está certo? Ou na sexta que é quase que impossível também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

O Presidente poderia por requisição da Secretaria de Comunicação do Senado, solicitar que a TV Senado viesse para cá cobrir a CPI, está certo? Então, eu tive que adotar, nós tivemos que adotar um eixo, porque cada um tem uma ideia nesse assunto. Esse assunto é um assunto que cada um tem a sua prioridade.

Então, por isso que nós adotamos esse eixo de priorizarmos o Plenário, de priorizarmos o trabalho das Comissões Permanentes, está certo? E colocamos uma ideia, de que se for necessário um trabalho importante de interesse público, para que a população brasileira acompanhe os Presidentes, por solicitação da Secretaria de Comunicação, também não é por decisão dele é por solicitação da Secretaria de Comunicação, que vai ver o que é interessante ou não, pode designar a transmissão ao vivo, tirando, tirando só das Sessões Não Deliberativas e tirando das Comissões.

Sessões Deliberativas é sempre prioridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Prioridade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Pode acontecer, pode chover, trovejar, relampejar que vai ser sempre Sessões Deliberativas, está certo? A prioridade. Então foi nessa direção e nesse sentido--

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

--Que nós adotamos esse critério.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Pela ordem de inscrição, o autor do projeto, Senador Expedito Júnior.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Só mais uma questão, acho que eu devo acatar a sugestão do Senador Eduardo Azeredo, dos caracteres. Está certo? Eu deve acatar essa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): A emenda.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

A emenda com relação aos caracteres.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Parcial, então?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Parcial, aos caracteres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Expedito Júnior, como autor do projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr.

Presidente, eu vejo que eu já consegui avançar muito com o Senador Renato Casagrande, porque a maioria dos meus projetos, o Senador Renato Casagrande, ele sempre contrapõe, mas hoje o Senador Casagrande está dando um Parecer favorável, está fazendo, está oferecendo algumas modificações muito pequenas no projeto.

Eu acho que, quando eu fiz esse projeto, eu fiz tanto para a Rádio Senado, quanto para a TV Senado. E esse projeto nós discutimos tanto com a Rádio Senado, quanto com a TV Senado. Eu sentei com toda a equipe, nós discutimos o projeto antes e chegamos a esse consenso.

Na verdade, eu ouvia muito o seguinte: "Ah, o Senado trabalha muito pouco". Porque o que a sociedade assiste é os discursos da TV Senado, os discursos do Plenário, que nós estamos fazendo no Plenário do Senado. E não acompanha, não tem oportunidade, de repente, de acompanhar os trabalhos que nós estamos fazendo nas Comissões, porque aqui, verdadeiramente, aqui nós estamos exercitando o trabalho do Senador é nas Comissões.

Então, esse nosso projeto foi no sentido de quando não fossem – eu não sei como é que ficou aqui, Senador Renato Casagrande – mas quando não fossem Sessões Deliberativas então que se dessem prioridades, quando foi necessário, que se dessem prioridade as matérias que estariam sendo discutidas votadas ou numa CPI, matérias importantes, matérias relevantes, ou numa Comissão. Então, esse foi o objetivo do nosso projeto.

Nós já aprovamos inclusive a Rádio Senado e está tramitando agora o projeto da TV Senado. Eu cheguei aqui já no final ouvindo aqui um pouquinho o Senador Eduardo Azeredo e é mais ou menos na linha do que colocou aqui o Senador Eduardo Azeredo.

Eu faria um apelo e eu não sei se tem pedido de vista, já existe pedido de vista, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já. Em suspenso solicitado pelo Senador Efraim Moraes, mas ele concordou em ainda.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): É uma nova nomenclatura, é uma nova nomenclatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas ele concordou em ainda.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Pedido de vista em suspenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordou em ainda não colocar em votação. Votação não, porque é regimental, mas ele suspendeu, por enquanto, enquanto estávamos deliberando aqui a manutenção ou não.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Bem, se for regimental e for acatado o pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas ele pode retirar.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Não, se for regimental e for acatado o pedido de vista, de repente, depois, nós podemos até aprimorar e discutir um pouquinho mais com...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, se o Senador Renato Casagrande concordar, nós podemos acatar.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, eu queria fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Eu queria fazer só um adendo à minha preocupação. Primeira coisa é que eu acho que é fundamental. Se nós formos ao Regimento da Casa, tem uma resolução que diz que é competência da Mesa Diretora tratar da questão de comunicação da Casa.

Então, o que nós poderíamos tirar daqui, não um Projeto de Resolução, mas sugestões para que a

Mesa Diretora decida. É competência da Mesa Diretora. Então, por isso que é preciso que.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Para mudar? Para mudar?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Isso, perfeitamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas Senador Efraim Moraes, não seria assim muito burocrático se assim fizer?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não, eu estou dizendo o que é o regimento, eu estou me referindo ao regimento. Eu já fui da Mesa, eu não sou mais. Então, não estou aqui legislando em causa própria. Eu diria que era mais interessante, para que nós pudéssemos tirar exatamente essas dúvidas.

E há um outro detalhe. Normalmente, o Presidente dessa Casa, eu não estou me referindo ao Presidente Sarney, não estou me referindo a esta Legislatura, não estou me referindo a esta CPI, mas veja bem, essa questão da CPI. Eu posso levar a uma conclusão aqui, que, se a base do Governo quiser não será uma única vez a CPI transmitida ao vivo. Nunca. Porque basta que o Presidente não deseje, não queira, que a base do Governo não queira e marque uma reunião extraordinária de uma Comissão que tem um dos membros da base do Governo, que são muitos, na Presidência. Então, nós vamos ter que pensar, lógico, basta que o Presidente da Comissão A é da base do Governo, hoje vai ter CPI, vem seu fulano e cicrano o Brasil todo pronto, todas as televisões prontas, menos a do Senado.

Então veja bem, que situação fica a nossa comunicação. Todo mundo transmitindo ao vivo e por que vai ter uma Reunião Extraordinária de uma Comissão Permanente, que foi convocada de propósito para esvaziar a comunicação do Senado estará o Brasil todo vendo a CPI ao vivo, menos pela TV Senado. Então, por isso que nós temos que fazer essa avaliação, com muita tranquilidade e vou manter o meu pedido de vista, em função disso aí.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Está bom, só um.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mantido.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Mais preocupado com a questão regimental.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mais uma explicação ao Senador Efraim Moraes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A maioria das nossas Comissões Permanentes funcionam extraordinariamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Essa aqui é ordinária, acredito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, extraordinária.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É extraordinária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Extraordinária.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A maioria das Comissões Permanentes funcionam em horário extraordinário. São Sessões Extraordinárias, porque não funcionam de acordo com o Regimento Interno.

Nós temos, por exemplo, CPI funcionando no Senado. Nós temos a CPI da Pedofilia, que o Presidente é o Senador Demóstenes Torres e o Relator é o Senador Magno Malta.

Nós temos CPI que estava funcionando das ONGs, sabendo assim, se nós colocarmos essas sessões prioritárias, as Comissões Permanentes da Casa dificilmente terão transmissão ao vivo. Dificilmente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Mas não pode haver comissões nesse horário, não pode.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Mas não podem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A Secretaria, Senador Renato Casagrande, a Secretaria está me encaminhando aqui uma decisão da Mesa Diretora do Senado de 26 de março de 2007.

“Sra. Diretora, comunico a V. Sa., que em reunião ocorrido entre o Presidente Senador Renan Calheiros e os Presidentes das Comissões Permanentes do Senado Federal, realizada em 22 do corrente foram acordadas as seguintes providências: 1. Que a Secretaria de Comissões manterá um calendário próprio das Reuniões Ordinárias das Comissões Permanentes. 2. Que nenhuma Comissão desenvolverá atividade em horário destinado à Reunião Ordinária de outra Comissão”. Ou seja, uma Reunião Extraordinária de uma Comissão Permanente não pode ser no mesmo horário de uma Comissão Ordinária, de uma Comissão Permanente.

“Que a Secretaria de Comissões manterá uma agenda para Audiências Públicas que serão realizadas apenas nos dias e horários próprios das Reuniões Ordinárias da respectiva Comissão”. Então esta resolução aqui ela engessa, ou melhor, ela disciplina tudo aquilo que a gente tem muito de forma, não acordo com a resolução aqui.

Eu vou conceder vista ao Senador Efraim Morais, para que possa haver uma melhor discussão com o relator e o autor do projeto.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): E a Mesa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a Mesa. E nós possamos retornar.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Me incluía também, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E a gente possa retornar com o projeto para a pauta, após o recesso. Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Acompanho o pedido de vista do Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista coletiva. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu, é apenas uma opinião. Eu queria um minuto para cumprimentar o autor do projeto, pela oportunidade da discussão.

Agora, eu também coloco aqui minhas dúvidas se é adequado encaminhar essa questão através de um Projeto de Resolução. Porque nós estamos abrindo a Administração do Senado, para que cada grupo de Senadores descontentes ou contentes apresente esse Projeto de Resolução, para administrar um pedaço da Casa.

Esse é um tema muito delicado. Comunicação, não é algo simples de decidir através de um projeto. Eu vi o estudo do Senador Expedito Júnior, está muito bem feito, ele teve cuidado de ouvir os profissionais, mas eu acho que o pedido de vista seja mais adequado para que se possa fazer uma reflexão a respeito do assunto, sob pena de a cada--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): --Pouco uma resolução possa ingerir no Processo Administrativo da Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Sérgio Zambiasi, vista concedida. Vista coletiva.

Apenas uma retificação. A leitura do comunicado que fiz não é uma, não foi uma resolução da Mesa, foi uma reunião entre os Presidentes das Comissões e o Presidente do Senado, que baixou essa comunicação à Diretora da Secretaria de Comissões, para que ela pudesse colocá-la em prática.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Se foi pedido de vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista coletiva.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Esta ótimo, é regimental, nada contra.

Eu quero aproveitar era fazer com a permissão de V. Exa., o registro de dois Vereadores do Município de São Matheus, no Norte do Estado do Espírito Santo presente a essa Comissão, Vereador Carlinho Simião e Vereador Eneias, que eu agradeço a presença dos dois.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Uma honra e uma alegria muito grande da Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado Federal, em receber os nobres Vereadores do Município de São Matheus, Norte do Estado querido Espírito Santo. Tem aqui o nosso Senador Renato Casagrande, como membro da Comissão e defensor permanente do interesse do Estado. Saudações ao Governador Paulo Hartung.

Retornemos ao Item 1º da pauta. O Item 1º da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 202 de 2009, terminativo na CCJ. Item 2, aliás, Relator: Senador Marco Maciel. Item 1. É o Item 1.

Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O Item 1 da pauta da Sessão de hoje, nobre Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, diz respeito ao Projeto de Lei do Senado nº 212 de 2009, do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 57 da Lei nº 9.504, de 30 de Setembro de 1997, Lei das Eleições, para explicitar a aplicação das Normas de Propaganda Eleitoral às Rádios Comunitárias.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o dispositivo mencionado estabelece que as disposições da lei nº 9.504 de 1997, aplicam-se as emissoras de televisão que operam em sistema VHF e UHF e aos canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das Câmaras Municipais. Após a apreciação da CCT, a proposição seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a qual compete à decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas ao projeto.

Análise. Em virtude do art. 104C, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a CCT opinar sobre proposições pertinentes à comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação

de concessão, permissão e autorização para serviço de radiodifusão sonora de sons e imagens.

A lei já reiteradamente citada de 30 de setembro de 1997, Lei Eleitoral, estabelece normas para as eleições, impondo regras para a propaganda eleitoral nos diversos meios de comunicação. Nos seus artigos 44 a 57, agrupados sob o título da propaganda eleitoral no rádio e na televisão, trata-se especificamente da divulgação da propaganda por meio desses veículos.

A atual redação do art. 57 da Lei Eleitoral, dispositivo do projeto sob análise visa a alterar é a seguinte: "Art. 57, as disposições desta lei aplicam-se as emissoras de televisão que operam em VHF e UHF, aos canais de televisão por assinatura, sob a responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das Câmaras Municipais".

Autor justifica sua proposição afirmando que tem havido um grau de dúvida quanto à aplicabilidade da Lei Eleitoral às rádios comerciais e às rádios comunitárias, por falta de referência explícita nesse sentido. Argumenta que a alteração que propõe sanaria a lacuna aqui observada. O autor afirma ainda que a alteração proposta, ao mencionar expressamente as rádios comunitárias, sanaria igualmente o problema dos municípios que não possuem outras emissoras de rádio e televisão.

Atualmente, tais municípios valem-se do art. 48, § 1º e 2º da Lei Eleitoral, que determina que, nas localidades em que não houver emissoras, os órgãos regionais de direção da maioria dos Partidos participantes do pleito poderão requerer à Justiça Eleitoral a reserva de 10% do tempo destinado a propaganda eleitoral gratuita, para divulgação em rede da propaganda dos candidatos desses municípios pelas emissoras geradoras que os atingem. Sendo esse tempo limitado a 10% do total, ali restringe o número máximo de municípios a serem atendidos ao número de emissoras disponíveis.

O autor alega ainda, que tal situação configura um tratamento diferenciado que restringe a propaganda eleitoral gratuita nos municípios onde não há emissora de rádio e televisão. Ele aponta que é cada vez mais usual a existência de rádios comunitárias em pequenas e médias comunidades, mas que, nem sempre, os Partidos da Justiça Eleitoral adotam providências para que a propaganda eleitoral seja veiculada por essas rádios.

Além disso, o ilustre proponente, Senador Valdir Raupp, ressalta que o Tribunal Superior Eleitoral, TSE, já reconheceu a necessidade de regulamentar essa matéria, tendo explicitado a submissão das rádios comunitárias às normas de propaganda eleitoral, quando

da regulamentação das eleições de 2008, pela resolução 22.718, de 2008, nos seguintes termos: “Art. 27, as emissoras de rádio, inclusive as comunitárias, as emissoras de televisão que operam em VHF, UHF e os canais de televisão por assinatura sob a responsabilidade do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das Assembleias Legislativas, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou das Câmaras Municipais, reservarão no período de 19 de agosto a 02 de outubro de 2008, horário destinado a divulgação em rede da propaganda eleitoral gratuita a ser feita da seguinte forma”.

E aí se reporta mais uma vez a Lei 9.504 de 97, art. 47, caput, § 1º e os incisos VI e VII e o artigo já mencionado anteriormente, art. 57. Por essas razões defende a operação da Lei das Eleições, para tornar explícita a aplicação das normas de propaganda eleitoral gratuita, as eleições, me perdoe, as rádios comunitárias.

A leitura atenta do art. 57, da Lei Eleitoral feita em conjunto e harmonia com as demais que o procedem sob o mesmo título deixa claro que por meio dele, o legislador quis evidenciar que a Lei Eleitoral não considera como exceções as emissoras e os canais mencionados no art. 57. Ao contrário deixa claro que suas disposições aplicam-se igualmente a eles.

Todos os dispositivos elencados no referido título, ao tratar de emissoras mencionam emissoras de rádio e televisão, não nos parece que houvesse margem para uma leitura de que as rádios comerciais e comunitárias não estejam incluídas nas disposições. Por outro lado, é fato que as rádios comunitárias são disciplinadas por norma legal específica, a lei nº 9.612, 19 de fevereiro de 1998, que introduz tratamento diferenciado para essas emissoras.

Diante disso, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, e partindo da constatação relatada pelo autor da iniciativa sob comento, Senador Valdir Raupp, de que vem ocorrendo dificuldades na aplicação da Lei Eleitoral, entendemos ser nosso dever sanear as imperfeições e lacunas que estejam dando ensejo a essas dificuldades, incumbe a nós, como legisladores, atuar de maneira que o nosso ordenamento jurídico seja dotado da maior clareza possível.

Acolhemos a iniciativa sob análise, na certeza de que ela contribuirá positivamente para a segurança jurídica do nosso país. Em consequência do exposto, Sr. Presidente, votamos, esse é o meu Parecer, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 2012 de 2009, de autoria do Senador Valdir Raupp.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Marco Maciel, cujo Parecer é favorável à matéria, o projeto do Senador Valdir Raupp, que altera o art. 57 da Lei nº

9.504 de 30 de setembro de 1997, “Lei das Eleições, para explicitar a aplicação das normas de propaganda eleitoral às rádios comunitárias”. Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de parabenizar os Senadores, Senador Valdir Raupp e Senador Marco Maciel, autor e relator deste projeto. Este projeto visa tão somente adequar a Legislação à lacuna existente.

Existia um não esclarecimento da obrigatoriedade, do procedimento dessas rádios [soa a campainha] No tocante a transmissão dos programas políticos. Então, eu parabeno o relator e ao autor deste projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Valdir Raupp, autor do projeto.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, eu quero agradecer ao Senador Marco Maciel, pelo brilhante relatório que proferiu, mas eu fico aqui imaginando se esse projeto vai ser aprovado até outubro, para valer a partir das eleições do ano que vem.

Eu não teria nenhum problema, se quando chegar o projeto da Câmara dos Deputados da reforma eleitoral, dessa meia sola de reforma eleitoral que está sendo feita, que na verdade é muito fraca, se pudessem incluir isso aqui. Porque sei que se sair daqui vai para a CCJ, vai para o Plenário, vai para a Câmara, projeto que nasce aqui vai demorar talvez para outra eleição e olha lá.

Então, eu queria pedir o esforço conjunto de todos os Senadores para lembrar na hora que esse projeto estiver e quem for o relator, se puder incluir esse texto aqui no projeto da reforma eleitoral.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão, Senador Valdir Raupp, nós temos que acelerar o processo, o andamento do processo para que ele possa passar a vigorar já nas eleições do próximo ano.

O Senador Marco Maciel, ele é relator de dois projetos que trata da utilização do Internet no processo eleitoral, um do Senador Expedito Júnior e outro da Senadora Serys Slhessarenko. E ele será também, pelo que eu tive informações já da mídia, relator da matéria que está vindo da Câmara com relação às alterações na Lei Eleitoral.

Então, esses projetos todos poderão, por solicitação do Senador Marco Maciel, serem apensados e terem uma tramitação conjunta a tempo de que pos-

samos fazer o Parecer ou o projeto substitutivo, se for o caso no Senado e retorná-lo à Câmara a tempo de ser aprovado ainda, até o final do mês de setembro.

V. Exa. tem toda a razão, Senador Valdir Raupp, vamos ficar atentos para que isso possa ocorrer.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Eu não estava lembrando que--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O projeto de vossa autoria irá agora à Comissão de Constituição e Justiça, e lá o Senador Marco Maciel poderá pedir o apensamento aos outros dois que estão já sobre a relatoria do nobre Senador Marco Maciel.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): A minha proposta está encaixando como uma luva, o relator está aqui do lado, já fez o seu relatório vai encaixar tudo certinho.

Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Exatamente. Assim será. Ainda em discussão. Não havendo quem queira discutir em votação.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aprovado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Papaléo Paes, pela ordem.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Peço inclusão em pauta do meu requerimento. "Requeiro nos termos regimentais a realização da Audiência Pública no âmbito desta Comissão, para debater a radiodifusão comunitária e a radiodifusão educativa, em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regulam a execução dos serviços". Colocar em--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicitação do Senador Papaléo Paes, para inclusão extra pauta do seu requerimento. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão extrapauta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Questão de ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Questão de ordem Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Também inclusão extrapauta de um requerimento. "Nos termos regimentais para a realização da Audiência Pública no âmbito dessa Comissão, para debater o andamento da implantação da TV Digital no país. Em especial, o foco na questão de rede pública, TV Digital, do qual participam as TVs Legislativas".

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Solicitação do Senador Cícero Lucena, para inclusão extra pauta de requerimento. Os Senadores que concordam com a inclusão permaneçam como se encontram. Aprovado. O requerimento do nobre Senador Cícero Lucena será incluído extrapauta, na Sessão de hoje.

Item 2, Projeto de Lei da Câmara nº 70 de 2009, terminativo na CMA. "Altera a lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997, Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a Legislação de Defesa do Consumidor nas Listas Telefônicas de distribuição obrigatória". Autoria: Deputado Luiz Bittencourt. Relatoria: Senador Lobão Filho. Parecer favorável à matéria.

O Senador Lobão Filho ainda não se encontra, continuamos no aguardo.

Vamos aos itens terminativos agora.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu tenho que relatar também itens terminativos, mas eu solicito de V. Exa. que quando isto acontecer, que também possa ser colocado como extra pauta o projeto de Decreto Legislativo nº 419, já em mãos da Secretaria da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Senador Flávio Arns, que solicita extra pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 419 de 2009 sobre a Mesa. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto será incluído extrapauta.

Vamos aos itens terminativos. Itens 7 e 8.

Item 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 522 de 2009, terminativo. "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco". Relator: Senador Marco Maciel.

Item 8. "Projeto de Decreto Legislativo nº 523 de 2009, terminativo. Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco".

Os itens terminativos terão a leitura dos seus pareceres feitos de forma continuada e a votação nominal será feita ao final, em conjunto.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, para relatar os Itens 7 e 8.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, com relação ao Item 7, diz respeito ao Pro-

jeto de Decreto Legislativo 522 de 2009, nº 1.285 de 2008, na Câmara dos Deputados, "Que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco".

E o meu voto, Sr. Presidente, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 522, de 2009, não evidenciou violação da Legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Metropolitana FM Ltda. de Caruaru, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caruaru, Estado de Pernambuco, na forma de projeto Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, como acabamos de mencionar.

O Item 8, Sr. Presidente, diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo nº 523, de 2009, nº. 1292, de 2008, da Câmara dos Deputados, "Que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pesqueira, Estado de Pernambuco".

Devo dizer que o voto, Sr. Presidente, com relação a esse item, ao Item 8, tendo em vista que o exame da documentação que apresenta o PDS já referido não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à Fundação Chico Florentino, para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada com fins exclusivamente educativos na cidade de Pesqueira, que se situa no Agreste de Pernambuco, na forma de Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marco Maciel, vamos aos itens, 12, 13 e 14, relatório do Senador Flávio Arns.

Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Portal Rádio FM Comunitária, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pomerode, Estado de Santa Catarina".

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 226, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Santa Cecília, para executar serviço de radiodifusão comu-

nitária na cidade de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina".

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Portal da Costa Oeste, Sociedade por Cota Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Helena, Estado do Paraná".

Com a palavra, o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu solicitaria de V. Exa., se fosse possível, até relatar o extra pauta, também. Já seria o 4º?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Terminativo também o extrapauta?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação e Informática, de caráter terminativo sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº. 419, de 2009, nº 1.236, de 2008, na Câmara dos Deputados. "Aprova o ato que outorga a autorização a Poesis, Associação Cultural e Artística de Antônio Carlos, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Carlos, Estado de Santa Catarina".

Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Coloquei extrapauta aqui.

Itens 20, 21 e 22, relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tramandaí, Estado do Rio Grande do Sul".

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Estado do Rio Grande do Sul".

Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companhia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul".

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

Item 20, Projeto de Decreto Legislativo nº 230, de 2009, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Comunidade FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tramandaí. Autoria: Poder Executivo. O Parecer é favorável.

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 231, de 2009. Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Pinhal da Serra, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhal da Serra, Rio Grande do Sul. Autoria: Poder Executivo. Também Parecer favorável.

E, por último, Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 232, de 2009. Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Companhia FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Palmares do Sul, Estado do Rio Grande do Sul. Autoria: Poder Executivo. E o relatório, o Parecer é favorável, Presidente, Senador Flexa Ribeiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [falha do áudio] Itens, 23, 24 e 25, relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 147, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária e Cultural Buqueirão – FM 107.1 Mhz, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cícero Dantas, Estado da Bahia”.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Grupo Frayola de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Capim Grosso, Estado da Bahia”.

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Cultural e Recreativa de Lafayette para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lafayette Coutinho, Estado da Bahia”.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, todos os três pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 26. Relatoria do Senador Efraim Moraes. Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga concessão à Mello e Bruno Comunicações e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Parambu, Estado do Ceará”.

Com a palavra, o Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Parecer favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 27, 28 e 29. Relatoria: Senador Gilberto Goellner.

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Rádio Comunitária do CPA IV e Região Independente FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cuibá, Estado de Mato Grosso”.

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Morena Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guiratinga, Estado de Mato Grosso”.

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à E. F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Juscimeira, Estado de Mato Grosso”.

Com a palavra, para leitura dos seus pareceres, Senador Gilberto Goellner.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Sr. Presidente, antes do voto, eu gostaria de solicitar um esclarecimento.

Em virtude da necessidade que se falou na reunião anterior aqui, de constar no nome da rádio, nome de fantasia da rádio, se for o caso, que é uma rádio comunitária. E eu não vejo que tal procedimento esteja sendo adotado por tudo que está votado nessa Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Essa é a pergunta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. se refere ao Item 27?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Não. Todos. As rádios não informam que são comunitárias--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós.

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): --E elas terminam concorrendo com a iniciativa privada, que entrou uma concessão diferente. Senador Roberto Cavalcanti também nos apoiou nessa ideia, nós precisamos diferenciar, nós precisamos fazer valer o preceito da autorização da rádio comunitária.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda a razão. Nós... Já se encontra sobre a Mesa um requerimento de autoria do

Senador Papaléo Paes, que solicita uma Audiência Pública, conforme ficou definido na Sessão anterior, para discutir exatamente a questão da radiodifusão comunitária e a radiodifusão educativa. Esse requerimento será colocado em discussão ao final dos projetos terminativos e aí nós faremos a audiência.

O que o Senador Roberto Cavalcanti comunicou à Presidência, é que as rádios comunitárias que não tiverem esta adequação do nome de fantasia e também tiverem na sua identificação FM, ele irá pedir vista a quando da discussão dos pareceres.

Nós estamos fazendo a leitura dos pareceres, ao final deles colocaremos em discussão e, na discussão, V. Exas. poderão regimentalmente solicitar vista dos projetos que assim acharem adequado.

Então, eu pediria a V. Exa. que fizesse a leitura dos pareceres.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Muito bem. Os pareceres da radiodifusão autorizativa para a cidade de Cuiabá, Guiratinga e Juscimeira, itens 27, 28 e 29, tem o nosso Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu pediria se eu pudesse já fazer o relatório dos Itens 31, 32 e 33, tendo em vista que simultaneamente eu estou presidindo a Comissão de Relações Exteriores, eu vim exatamente para poder relatar esse três Itens, Se puder inverter.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu posso fazer a inversão, desde que aprovada pelos Membros da Comissão, mas V. Exa. é importante para que possa ter *quorum* para votar de forma qualificada.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim, eu retorno.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos dar sequência já que o pedido de V. Exa. não foi aceito pela demonstração.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não foi aceito?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Demonstração dos membros e seus pares aqui.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Então, eu vou ter que voltar para lá.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já estamos chegando. Item 30. O Item 30 é um minuto, só.

Item 30. Senador Papaléo Paes. É o próximo Senador Eduardo Azeredo.

Item 30. Senador Roberto Cavalcanti. Projeto de Decreto Legislativo Nº. 348, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga concessão à Rede Elo de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Russas, Estado do Ceará".

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se de uma rádio em onda médias na cidade Russas, Estado do Ceará, e o nosso Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Itens 37 e 38. Relatoria do Senador Wellington Salgado.

Item 37. Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Gouveia, Estado de Minas Gerais".

Item 38. Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Novo Milênio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo".

Com a palavra, o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tendo atendido todas as exigências, o meu voto é favorável aos dois projetos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Itens 39 e 40. Item 39. Relatoria: Senador Papaléo Paes.

Item 39. Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Bispo & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia".

Item 40. Projeto de Decreto Legislativo nº 405, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Sistema De Comunicações Rocha & Leite Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Governador Jorge Teixeira, Estado de Rondônia".

Com a palavra, o Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Os depois projetos têm o meu Parecer favorável, Sr. Presidente. Parecer favorável nos dois projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 40 e 41. Relatoria: Senador Cícero Lucena.
Itens 41 e 42. Relatoria: Senador Cícero Lucena.

Item 41. Projeto de Decreto Legislativo nº 324, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Eco FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Benedito, Estado do Ceará”.

Item 42. Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga concessão à Rádio FM Veneza Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Eusébio, Estado do Ceará”.

Com palavra, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pela aprovação os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 9, 10 e 11. Relatoria do Senador Demóstenes Torres, que peço ao Senador Antonio Carlos Júnior que, como Relator *ad hoc*, possa fazer a leitura dos pareceres.

Item nº 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1994. Terminativo. “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Radio Cultural Do Araguaia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jussara, Estado de Goiás”.

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 1999. Terminativo. “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Sociedade de Ceres Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ceres, Estado de Goiás”.

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº. 23, de 2002. Terminativo. “Aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Buriti Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Buriti Alegre, Estado de Goiás”.

Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres do Senador Demóstenes Torres, são todos favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 15. Relatoria do Senador Gerson Camata, que não se encontra. Solicito ao Senador Renato Casagrande, que possa fazer a leitura do Parecer.

Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº 413, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Fundão, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fundão, Estado do Espírito Santo”.

Com a palavra, o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, Fundão, município da grande Vitória, e o Parecer do Senador Gerson Camata é favorável, que eu também acompanho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 16, 17, 18 e 19. Relatoria: Senador Eliseu Resende. Solicito ao Senador Efraim Moraes que possa fazer a leitura, como Relator *ad hoc*, dos pareceres.

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2008. Terminativo. [soa a campainha] “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Itauense de Radiodifusão Acir, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itau de Minas, Estado de Minas Gerais”.

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2008. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Iguatama, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguatama, Estado de Minas Gerais”.

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 323, de 2008. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Teleradiodifusão de São Pedro dos Ferros, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro dos Ferros, Estado de Minas Gerais”.

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2008. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural Frutalense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Frutal, Estado de Minas Gerais”.

Com a palavra o Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, os pareceres do Senador Eliseu Resende, referente aos Itens 16, 17, 18 e 19, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Vamos aos Itens, 34, 35 e 36. Relatoria do nobre Senador Marcelo Crivella que não se encontra. Solicito ao Senador Valdir Raupp que possa fazer a leitura, como Relator *ad hoc*, dos pareceres.

Item 34. Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Assistencial e Educativa Comunidade Solidária de São Manuel, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo”.

Item 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 402, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora de Copacabana, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro”.

Item 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Transvalle FM, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro".

Com palavra o Senador Valdir Raupp, como Relator *ad hoc*.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, os pareceres são pela aprovação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 43, 44, 45. Relatoria do nobre Senador João Ribeiro. Peço ao Senador Sérgio Zambiasi, que possa fazer a relatoria, a leitura do Parecer, como Relator *ad hoc*.

Item 43. Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arraias, Estado do Tocantins".

Item 44. Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Augustinópolis, Estado do Tocantins".

Item 45. Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Folha Popular Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananás, Estado do Tocantins".

Com a palavra, o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, Senador Flexa Ribeiro, os Pareceres do Senador João Ribeiro, para os itens 43, 44 e 45, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 46, 47 e 48. Relatoria do nobre Senador Delcídio Amaral. Solicito ao Senador Flávio Arns, que, como Relator *ad hoc*, possa fazer a leitura dos pareceres.

Item 46. Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga concessão à Natureza Comunicações Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul".

Item 47. Projeto de Decreto Legislativo nº 338 de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM D.A. Ltda., para Explorar Serviço de Radiodifusão Sonora em frequência modulada na cidade de São Gabriel do Oeste, Estado de Mato Grosso do Sul".

Item 48. Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio FM Anhanduí, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul".

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, como Relator *ad hoc*.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu acho que é Senador Flávio Arns, não é? Sr. Presidente. Senador Flávio Arns. Deve ser... É Senador Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desculpe, Senador Sérgio Zambiasi, será Relator *ad hoc* Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É que V. Exa. havia anunciado antes, mas nada impede.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade, é verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nada impede que o Senador Sérgio Zambiasi possa ser.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É verdade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas os pareceres são favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Flávio Arns, pelos pareceres favoráveis, como Relator *ad hoc*.

Itens 49, 50 e 51 de Relatoria do Senador Leomar Quintanilha. Solicito ao Senador Gilvam Borges, que possa fazer a leitura dos pareceres, como Relator *ad hoc*.

Item 49. Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Araguaia de Palmas Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins".

Item 50. Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Miranorte, Estado do Tocantins".

Item 51. Projeto de Decreto Legislativo nº 378, de 2009. Terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nossa Senhora da Abadia, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa da Confusão, Estado do Tocantins".

Com a palavra Senador Gilvam Borges, como Relator *ad hoc*.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Todos os três Decretos Legislativos cumpriram rigorosamente todos os procedimentos técnicos e burocráticos

com a legislação pertinente, portanto recomendo a imediata aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Gilvam Borges.

Vamos ao Item 52. Projeto de Decreto Legislativo nº. 327, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Cultural de Vitória Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Exu, Estado de Pernambuco”.

Solicito ao Senador Cícero Lucena, que possa fazer a leitura do Parecer do Item 52, como Relator *ad hoc*.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pela aprovação, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Cícero Lucena.

Item 53. Relatoria do Senador José Agripino. Projeto de Decreto Legislativo nº 534, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à ACCCJAN, Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Jandaíra-RN, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte”.

Solicito ao Senador Efraim Moraes, que possa fazer a leitura do Parecer, como Relator *ad hoc*, do Item 53.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Passo a Presidência ao Senador Wellington Salgado, para que possa fazer a leitura dos Pareceres dos Itens 54, 55, 56 e 57 de minha relatoria.

Com a Presidência, o Senador Wellington Salgado.

Troca de Presidência

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Sr. Presidente, volto a essa cadeira com grande saude, mas está bem entregue a V. Exa.

Item 54. Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação De Cultura e Informação do Pacajá, ACIPA, Emissora Comunitária “Novo Tempo”, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pacajá, Estado do Pará”. Autoria: Poder Executivo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Item 55. Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Terra FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão

sonora em frequência modulada na cidade de Tucumã, Estado do Pará”. Autoria: Poder Executivo. Relatoria, Senador Flexa Ribeiro.

Item 56. Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Norte de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Maria do Pará, Estado do Pará”. Autoria: Poder Executivo. Relatoria: Senador Flexa Ribeiro.

Para que eu possa aproveitar um pouco mais essa cadeira, Sr. Presidente, vou ler vagarosamente o último item, para que possa aproveitar um pouco.

Item 57. Projeto de Decreto Legislativo nº 545, de 2009. Terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à W. A. C. Rabelo & Cia Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itupiranga, Estado do Pará”. Autoria do Poder Executivo. Relatoria do Senador Flexa Ribeiro, a quem eu passo a palavra nesse momento. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Wellington Salgado, os Itens, 54, 55, 56 e 57, todos com Pareceres favoráveis. Eu quero apenas no Item 54, que trata de uma rádio para o Município de Pacajá, parabenizar a população daquele querido município, em nome do Prefeito Edmir José da Silva, do PMN.

A mesma coisa no Município de Tucumã, Parecer favorável e parabenizá-lo em nome do Prefeito Celso Lopes Cardoso do PDT.

O Item 56, PDS 381, trata da outorga a rádio para o Município de Santa Maria do Pará. Parabenizar a população do Município de Santa Maria, em nome da Prefeita Mari França de Oliveira do PSDB.

E o Item 57, também da rádio do PDS 545 de 2009, do Município de Itupiranga do Benjamin Tasca, que é o prefeito lá do PT. Todos os Pareceres favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Quando eu estava fazendo a observação, o Senador Flávio Arns sorriu, porque é o nosso Presidente da Comissão de Educação, mas V. Exa. não sabe o que é deixar de ser Presidente e voltar ao baixo clero, digamos assim.

Então eu sinto saudades, V. Exa. hoje é o Presidente, está tranquilo, mas vai sentir saudades também, daqui a dois anos. Volto a palavra ao Presidente da Comissão, meu grande amigo Senador Flexa Ribeiro.

Troca de Presidência

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, permaneça conosco aqui à Mesa, porque V. Exa. é eterno Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, que foi instalada por V. Exa. E V. Exa.... Nós temos, nós precisamos de espaço para poder fazer a inauguração do retrato do Senador Wellington Salgado. Com certeza.

Agora, o Senador Wellington Salgado não tem o que reclamar do Senador Flávio Arns, porque ele é vice-presidente da CCJ, então, ele está sempre presente lá ajudando o Senador Demóstenes Torres.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vou ali para baixo para votar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os itens.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Viu que é só reclamar, que a gente ganha um afago, não é Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os itens 31, 32 e 33 de relatoria do Senador Eduardo Azeredo, por solicitação do nobre Senador, serão retirados de pauta e voltarão à Sessão primeira, após o recesso.

Vamos colocar em discussão e em votação, em conjunto, os Pareceres, todos favoráveis, dos Itens, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57, como disse os Pareceres todos foram favoráveis, em--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E os extrapauta, também.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E mais o extra.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E o extrapauta, 419, por solicitação do Senador Flávio Arns, o PDS 419/09. Em discussão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, para discutir.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de pedir vista aos itens, 12, referente à rádio Portal FM, Portal Rádio FM, item 20 comunidade FM, item 23 Buqueirão FM, Item 27 Independente FM, item 36 Transvale FM e item 48 FM Anhanduí. Pedirei na próxima reunião, vista ao Item 32, que foi retirado de pauta referente à FM Céu Aberto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Certo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

E tem uma justificativa foi muito bem aqui, antes, explicitado pelo nobre Senador Gilberto Goellner, porém, um item que nós não apreciamos ainda por ser não deliberativo, diz claramente aqui sobre um processo de anulação de concessão, numa briga entre duas comunitárias, a qual o Ministério das Comunicações informa que a Associação da Rádio Comunitária Super PM 98,5 protocolou requerimento e tal. Isso é no tocando a nome dela, Super FM 98 e tal.

Lá na frente, o Ministério das Comunicações comunica que visa única e exclusivamente o serviço de radiodifusão, ademais configura-se como empresa de radiodifusão com intuítos econômicos face a descrição de sua atividade econômica principal na Receita Federal e pelo disposto no art. 31, alínea "c" do seu estatuto. Era uma rádio comunitária que tinha como objetivo único e básico, a atividade econômica e não atividade comunitária.

E lá na frente, nesse mesmo documento que está anexo a este processo, que é o Item nº 5º, que todos os Senadores receberam, cita que dentre as exigências foi encaminhado o Ministério, em 29/07/2001 – veja, nós estamos em 2009, isso é um rolo que rola já há oito anos – para a mudança do estatuto da razão social e do nome de fantasia, visando adequar-se às exigências contidas na legislação aplicável às entidades que executam serviço de radiodifusão comunitária.

Então é um tema que já está largamente discutido nessa Comissão, extremamente, na cabeça de todos nós a necessidade da adaptação. Essas rádios que já nascem com a conceituação de nome de fantasia com FM, quase que exclusivamente dessa forma, nós pediríamos que a Comissão apurasse se seus estatutos estão de acordo que preceitua o Ministério das Comunicações.

Quer dizer, lá frente o que está acontecendo no Item 5, que será discutido aqui na pauta é que o Ministério das Comunicações, depois que passa o processo de concessão, ele já não pode mais interferir, a concessão já foi dada então cabe à Justiça anular tudo isso.

Então era por cautela e para preservar todo o sistema de rádio comunicação, eu gostaria que esses itens que foram anotados, acho que o 12, 20, 23, 27, 36 e 48, fossem retirados a pedido de vista nosso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Senador Roberto Cavalcanti, com a palavra o Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Coletiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por solicitação do Senador Efraim Morais

e do Senador Roberto Cavalcanti, vista coletiva concedida aos itens da pauta 12, 20, 23, 27, 36 e 48. São esses, Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Item 12, 20, 23, 27, 36 e 48.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E 48.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Agora, me antecipo que eu já pedirei--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, na Sessão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): --Na 32 também será pedido pauta na próxima reunião, quando ela entrar em pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista concedida. Senador Gilvam Borges, pela ordem.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Sr. Presidente, pela ordem, eu quero comunicar a V. Exa., que vou necessitar me ausentar desse recinto e peço permissão a V. Exa. para me retirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos fazer a votação e V. Exa. se retira. Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Wellington Salgado?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Efraim Morais?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Flávio Arns?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gilberto Goellner?

SENADOR GILBERTO GOELLNER (DEM-MT): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com onze votos favoráveis os Itens enumerados e mais o Item extrapauta foram aprovados, com exceção daqueles que tiveram vistas coletivas concedida.

Retornemos a nossa pauta.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Requerimentos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aprovar os requerimentos, Senador Papaléo Paes.

Requerimento sobre a Mesa, extrapauta, do Senador Cícero Lucena, nos seguintes termos: "Requerimento nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, CCT, para debater o andamento da implantação da TV Digital no país, com especial foco na questão da rede pública de TV Digital, da qual fazem parte as TVs Legislativas". Os nomes dos debatedores serão oportunamente indicados.

Para defender o requerimento, o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, nós estamos vendo cada vez mais a importância, não só tecnológica da TV Digital, como também da abertura para as TVs Legislativas, quer seja municipal, estadual e federal. Por onde eu tenho andado na Paraíba, eu tenho visto a importância da TV Senado, como conseqüentemente terão também as outras TVs Legislativas em cada estado, onde ela se fará presente.

E recentemente acompanhando o Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba, o Deputado Arthur Cunha Lima, onde vinha exatamente ao Ministério da Comunicação pedir para que fosse agilizada a autorização daquela emissora da TV Assembleia do Estado da Paraíba, para que ele pudesse fazer os investimentos que era uma reivindicação de todos aqueles Parlamentares e do nosso Estado.

E dizia que dependia, ouvíamos do Ministério, que dependia exatamente do início do processo da TV Digital, para que fosse agilizado esse processo, daí a necessidade de nós debatermos, que eu tenho certeza que não será interesse apenas da Paraíba, mas de outros estados. Até porque, nessa mesma Comissão aqui, já vimos debates e discussão sobre a implantação da TV Senado em vários estados e, principalmente, já como TV Digital.

Então, para que não seja feito investimentos em TV ainda de forma analógica, que já seja feita na TV Senado, gostaríamos de ouvir então a participação do Ministério e de outros como anda essa situação. Essa é a justificativa, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Cícero Lucena.

Essa Audiência Pública é da maior importância. Até porque, Senador Cícero Lucena, o Presidente do Senado, Senador José Sarney, ele suspendeu a instalação das TVs Senado nos estados, analógicas, esperando a implantação da TV Digital.

Então vamos ver como é que se encontra o cronograma de implantação da TV Digital, para que possamos ter uma ideia de quando a TV Senado vai estar aberta em todo o nosso país. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado o requerimento de autoria do Senador Cícero Lucena.

E aguardamos Senador Cícero Lucena, o encaminhamento dos convidados a participarem dessa Audiência Pública.

SR. SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Caso o Senado entre em recesso ainda hoje, estarei encaminhando na retomada dos trabalhos, no início de agosto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item extrapauta, requerimento do Senador Papaléo Paes, nos seguintes termos: "Requeiro nos termos regimentais, a realização da Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia Inovação, Comunicação e Informática, para debater a radiodifusão comunitária e radiodifusão educativa, em vista da constatação de descumprimento de normas legais que regula a execução dos serviços". Os nomes dos convidados serão oportunamente indicados.

Com a palavra o Senador Papaléo Paes, para fazer a defesa do seu requerimento.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, Srs. Senadores, é nítido o descumprimento das normas legais que regem sobre radiodifusão comunitária e radiodifusão educativa, nítida e notória a falta da fiscalização e o uso dessas rádios, que são comunitárias, se transformam em verdadeiras rádios comerciais.

Então, o número de rádios comunitárias, principalmente, no país inteiro é extremamente elevado e, por isso, a fiscalização, pode ser uma das causas da fiscalização ineficiente. Então, a intenção é realmente fazer com que as normas sejam cumpridas.

E quanto aos membros debatedores, eu também, da mesma forma que o Senador Cícero Lucena, encaminharei com a maior brevidade possível o nome dos membros.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Papaléo Paes.

V. Exa. encaminha o requerimento da maior importante, já que foram várias vezes levantadas esse questionamento da extrapolação dos direitos concedidos por outorga ou concessão a rádios comunitárias e rádios educativas e TVs também educativas.

E o Senador Roberto Cavalcanti, Senador Gilberto Goellner, o Senador Cícero Lucena, V. Exa., vários Senadores têm colocado a necessidade de que se possa discutir uma melhor fiscalização dessas rádios comunitárias e rádios educativas, no caso da educativa também a televisão, por parte da Anatel.

Então, nós aguardamos a indicação dos membros que serão indicados por V. Exa., para que possamos então agendar com a maior brevidade possível esta Audiência Pública. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Aprovado o requerimento.

Eu quero comunicar a V. Exas. que, apenas como lembrança, nós já comunicamos a todos os Membros da Comissão que teremos hoje, às 14h30 nesta mesma sala, sala 13, uma reunião com a presença da UNESCO, representada pelo Dr. Ari Mergulhão, que vem discutir e trocar informações com a Comissão de Ciência e Tecnologia, sobre o Programa do Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, agora em 2009.

A UNESCO e seu parceiros convida os estudantes de Ensino Médio de todo o Brasil, para apresentar trabalhos e desenhos, até o dia 24 de agosto de 2009.

O tema deste ano, deste concurso, "Nossa presença nos cosmos". Esta é uma iniciativa em comemoração ao Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, que ocorrerá dia 10 de novembro,

Ano Internacional da Astronomia, ambos estabelecidos pelas Nações Unidas e aos 40 anos da chegada do hoje à lua.

Então nós vamos ter aqui uma apresentação por parte do Dr. Ari mergulhão e os Senadores membros da CCT participando desta reunião, nós poderemos, com certeza absoluta, contribuir com a divulgação em cada um dos nossos estados deste concurso, promovido pela UNESCO, para comemorar no dia 10 de novembro, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento. Então, eu quero reforçar o convite para a nossa reunião às 14h30, aqui na sala 13.

Não havendo mais Itens a serem discutidos, antes de encerrar a reunião de hoje da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática, eu quero desejar a todos os Srs. Senadores, aos nossos colaboradores, à Assessoria Legislativa do Senado Federal, que tenhamos um bom recesso e estejamos todos prontos para voltar ao trabalho legislativo, a partir do dia 02 de agosto próximo.

ENCERRADA A SESSÃO.

Ata da 24ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 05 de agosto de 2009.

Às nove horas e vinte minutos do dia cinco de agosto de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Antonio Carlos Júnior, Efraim Moraes, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Flávio Arns, Gilberto Goellner e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Valdir Raupp, Demóstenes Torres, José Agripino e Cícero Lucena. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 06, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. (Dispõe sobre o uso de aparelhos de comunicação, por interno em estabelecimento penal para cumprimento de pena privativa de liberdade)”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é

retirado de pauta atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 03: Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Luiz Bittencourt, que “Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória”. O relator designado é o Senador Lobão Filho e o projeto é retirado de pauta atendendo solicitação do relator para reexame da matéria. **Item 04: Projeto de Resolução do Senado nº. 58, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dispõe sobre a transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável, acatando a emenda oferecida pelos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim e rejeitando a emenda oferecida pelos Senadores Flávio Arns e outros, na forma da emenda substitutiva que apresenta, é aprovado, com voto contrário do Senador Wellington Salgado de Oliveira. **Item 05: Ofício “S” nº 03, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Ministro de Estado das Comunicações, que “Dando conhecimento da Recomendação nº 01/2002/MPF/PR/DF/OMJ, proposta pelo Procurador da República Orlando Martello Junior, visando anulação da Portaria nº 394, publicada no DOU de 26 de março de 2002, que autorizava à Associação Pró-Desenvolvimento de Padre Bernardo – APRODEM, a execução de serviço de radiodifusão comunitária no Município de Padre Bernardo, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria é aprovado. **Item 06: Aditamento ao Requerimento nº 13, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Antônio Carlos Valadares e Flávio Arns, que requer “..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 13, de 2009, apresentado perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), visando a debater a importância estratégica da empresa Alcântara Cyclone Space para economia do Brasil, com o escopo de incluir o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Carlos Ganem”. O aditamento ao requerimento é aprovado. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 418, de 2006**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 126, de 2009**,

de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Mar e Céu Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 135, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Estado de Goiás”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 443, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Heliópolis, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 251, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 436, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Banabuiú, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 458, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Antonio Nezinho de Souza – ACANS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mauriti, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 190, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Gros-

so”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº. 250, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV Desan Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 375, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipuã, Estado de São Paulo”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 404, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Morais e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 461, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 520, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iguatu, Estado do Ceará”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 422, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural João Calvino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº.**

427, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 345, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Popular – ACOPOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urupá, Estado de Rondônia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 346, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova União para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova União, Estado de Rondônia”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Flávio Torres e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 361, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 363, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lajeado, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 430, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Brigadistas de Sampaio – ABS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sampaio, Estado do Tocantins”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 556, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado

por 9 (nove) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar os seguintes itens: **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº. 386, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ananindeua, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº. 423, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará”. O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Flávio Arns, e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projeto e requerimento, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 530, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 9 (nove) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 02: Requerimento nº. 26, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “.., nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com art. 90, inc. V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, com os convidados a serem definidos, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de instruir o PLC 141 de 2009, que altera as Leis nºs 9096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”. O requerimento é aprovado. Fica adiada, em virtude de ausência do relator, a seguinte matéria: **Item 02: Projeto de Lei Senado nº. 211, de 2009**. Ficam adiadas, em virtude de solicitação do Senador Roberto Cavalcanti, as seguintes matérias: **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo 225, de 2009; Item 11: Projeto de Decreto legislativo nº 147, de 2009; Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 230,**

de 2009; Item 17: Projeto de Decreto legislativo nº 160, de 2009; Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2009; Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2009; Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 420, de 2009. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às dez horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Realizada no dia 5 de agosto de 2009.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 24ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 05 de agosto de 2009. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permanecem como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Comunicações da Presidência. Expedientes recebidos.

Do Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos (DCT), retransmitido o convite da Senadora Argentina Maria Eugênia Estenssoro – Coalizão Cívica, a legisladores e especialistas brasileiros, para participarem em seminário fechado no Congresso Argentino sobre a autoridade de aplicação da Lei de Serviços Audiovisuais, seguido de conferência aberta ao público, a ser realizada nos dias 27 e 28 de agosto próximos, em Buenos Aires. O convite, peço à Secretaria que encaminhe aos Senadores membros da Comissão. Aqueles que tiverem interesse de participar façam a comunicação à Secretaria.

Convite da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), para participar do evento ABTA 2009 – Feira e Congresso, cujo tema este ano é: TV por Assinatura – 20 Anos de Inovação, a realizar-se no período de 11 a 13 de agosto, em São Paulo. A ABTA representa as empresas do setor de TV por assinatura

em todo o Brasil. Da mesma forma o convite está distribuído aos Srs. Senadores membros da Comissão.

Convite da Sociedade Brasileira de Engenharia de Televisão (SET), para participar do Congresso Anual sobre Tecnologia e Exposição de Equipamentos e Serviços, em São Paulo, no período de 25 a 28 de agosto de 2009. O Congresso estará voltada à televisão digital, com a consequente convergência para os mercados de tecnologia de produção, transmissão, distribuição, exibição e recepção de conteúdo eletrônico, audiovisual e multimídia. A SET é uma entidade técnico-científica que atua nas áreas de engenharia e afins dos campos da radiodifusão.

Convite da Associação Brasileira de Telecomunicações – TELEBRASIL, para participar do 53º Painel TELEBRASIL, a realizar-se nos dias 26 e 27 de agosto de 2009, no Guarujá-SP, com o tema: Projeto Nacional de Banda Larga – Investimento em Inovação, Produtividade e Competitividade com Inclusão Social. A TELEBRASIL é uma entidade civil de caráter privado, de âmbito nacional e sem finalidade lucrativas, criada com o próprio de congregar os setores oficial e privado das telecomunicações brasileiras.

As cópias de todos os convites já foram distribuídas aos Exmos. Senadores membros da Comissão e eu peço a V. Exas. que demonstrem interesse na participação desses eventos encaminhando à Secretaria a inclusão nos eventos que ocorrerão agora. Pela leitura dos convites, há uma coincidência, quase todos até o final de agosto. Então haveremos de fazer uma distribuição para que a Comissão esteja participando e representada em todos eles.

Antes de entrarmos nos itens da pauta de hoje, coloco em discussão e em votação extrapauta, inclusão extrapauta de um requerimento de minha autoria nos seguintes termos: “Requeiro, nos termos do art. 50, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, com os convidados a serem definidos em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de instruir o PLC 141, de 2009, que altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”. A justificação para esse requerimento é que o Substitutivo ao PLC 141, de 2009, aprovado pela Câmara dos Deputados, gerou muitas dúvidas quanto às regras propostas ao processo eleitoral, assim como o uso da internet na campanha. Dessa forma, peço o apoio de meus pares para a aprovação desse requerimento. Em discussão a

inclusão extrapauta. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado a inclusão extrapauta.

Coloco também em discussão a inversão de pauta para que possamos iniciar com a aprovação do requerimento. Em discussão a inversão de pauta para que possamos votar o requerimento. Os Senadores que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então em discussão o requerimento que foi lido anteriormente. V. Exas. todos têm conhecimento de que se encontra no Senado Federal, na Comissão de Ciência e Tecnologia, o PLC 141, de 2009, que foi encaminhado pela Câmara, com uma minirreforma política para o processo eleitoral do próximo ano. Nesta reforma vinda da Câmara Federal está incluído o uso da internet no processo eleitoral, que nós já tínhamos discutido inclusive numa Audiência Pública com o Vice-Presidente da GOOGLE, que nos brindou com a sua presença aqui na Comissão de Ciência e Tecnologia. Então conversamos com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Senador Demóstenes Torres, para que numa economia processual nós pudéssemos fazer uma Audiência Pública, porque há realmente um interesse bastante grande, não só dos partidos políticos, dos parlamentares, mas também da sociedade, para que se discuta realmente a democratização do processo de campanha eleitoral via a Rede Mundial de Comunicação, inclusive chegando-se também, como foi feito no processo eleitoral americano, que redundou na eleição do Presidente Barack Obama, a ter a possibilidade de se obter recursos, doações através da Rede Mundial de Comunicação.

Então para isso nós faremos, como combinado com o Presidente Demóstenes Torres, na próxima quarta-feira, acredito que às dez horas, uma Audiência Pública em conjunto, as duas Comissões, para que possamos acelerar o processo. O Parecer que a Comissão de Ciência e Tecnologia definir deverá ser, assim foi também conversado com o Senador Marco Maciel, que é o Relator na Comissão de Constituição e Justiça, deverá ser o mesmo da Comissão de Constituição e Justiça(sic), para que dessa forma chegue o mais rápido possível ao Plenário e nós possamos, com certeza com as alterações que serão incluídas pelo Senado Federal, encaminhá-lo à Câmara para que ele seja aprovado terminativamente e sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a tempo de ser utilizado no processo eleitoral de 2010. O Relator designado pela Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia para este PLC 148, de 2009, é o Senador Eduardo Azeredo, do PMDB de Minas Gerais, que é um... Do PSDB.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele tinha assinado e eu não sabia. [risos]

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Senador Wellington não tinha nem nascido e eu já era do MDB antigo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é. É porque o Senador Wellington Salgado está muito próximo do Senador Eduardo Azeredo e às vezes até confunde, mas é PSDB de Minas Gerais, que é um técnico reconhecido na matéria e com certeza absoluta ele fará, junto com o Senador Marco Maciel, um Parecer que irá propiciar a democratização da propaganda eleitoral pela internet. Em discussão o requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Então pretendo definir com o Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, a hora da Audiência. A nossa Comissão reúne-se às 8h30, a Comissão de Constituição e Justiça às dez horas. Faremos às dez horas em conjunto com a Comissão de Constituição e Justiça.

Eu peço aos membros da Comissão que encaminhem à Secretaria e ao Relator, o Senador Eduardo Azeredo, as sugestões de nomes para a Audiência. Eu pretendo, Senador Eduardo Azeredo, que seja expedido um convite, farei um contato com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Carlos Ayres Brito, para que, havendo possibilidade, ele possa também participar desta Audiência Pública, porque o Tribunal vai, ao final, regulamentar o processo do pleito do próximo ano.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu faria só uma sugestão de nós refletirmos sobre o dia e o horário, porque terças e quartas-feiras são os dias que efetivamente nós estamos sempre tomados por Comissões e essa Audiência é de extrema importância. Eu acredito que nós pudéssemos colocá-la, talvez, desde que haja consenso dos demais colegas, para uma quinta-feira ou para um outro horário, porque na verdade na terça e quarta, neste horário que está previsto, há uma extrema coincidência com uma série de trabalho de outras Comissões. É só isso que eu gostaria de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu entendo, Senador Roberto Cavalcanti, dessa sua preocupação, que é de todos nós, o acúmulo de serviço de cada um dos Srs. Senadores em várias

Comissões. Só que neste caso o entendimento que eu tive com o Presidente Demóstenes Torres é que nós não teremos Sessões Ordinárias das Comissões nesse dia. As duas Comissões reunirão para a Audiência Pública. Então haverá, com certeza absoluta, o quorum necessário para que possamos fazer um debate bastante produtivo que possa instruir os Pareceres que serão elaborados pelo Senador Eduardo Azeredo na Comissão de Constituição e Justiça e pelo Senador Marco Maciel... Na Comissão de Ciência e Tecnologia o Senador Eduardo Azeredo e pelo Senador Marco Maciel na Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Dada a importância do tema, eu tenho certeza que essa Audiência levará pelo menos mais de três horas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com certeza absoluta, com certeza absoluta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Então esse é o--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Mas teremos um quorum bastante alto por ser uma quarta-feira e reunir as duas Comissões ao mesmo tempo, uma reunião das com Comissões em conjunto. Então eu aguardo as sugestões de técnicos, de associações ligadas à área da internet, provedores, que possam participar dessa Audiência Pública. Eu acho que um número bastante bom seria de quatro, para que possamos debater com profundidade.

Bom, vamos aos itens da pauta.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Eu faria uma sugestão de que os Itens 8, 11, 13, 17, 20, 22 e 32, que se referem aos itens que foram solicitados Vistas na Reunião anterior ao recesso, que todos tratam do mesmo tema, que são as rádios comunitárias que adotam nas suas razões sociais o nome FM e complementando alguma marca, que nós possamos refletir com mais precisão sobre o tema e possamos, pelo menos hoje, votar esses itens em bloco, porque todos tratam exatamente do mesmo problema, do mesmo tema. Como sugestão complementar, na verdade, o que eu gostaria, o que eu votarei seria que esses itens fossem votados após a nossa Audiência Pública.

Era isso que eu tinha a sugerir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Coloco em discussão a proposta do Senador Roberto Cavalcanti para que os itens... Pode repetir, por favor, Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Os Itens são o 8, 11, 13, 17, 20, 22 e 32; são sete itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Sejam retirados de pauta para que retornem à pauta após a Audiência Pública, já aprovada, que tratará sobre a regulamentação das rádios comunitárias e TVs educativas. Em discussão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Em discussão. Senador Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O

meu voto é favorável, eu apoio.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Então aprovada a retirada de pauta dos Itens 8, 11, 13, 17, 20, 22 e 32.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr.

Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Pela ordem, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu

queria fazer um apelo a V. Exa., se possível fosse, para apressar a vinda para o Plenário do relatório referente ao Projeto de autoria do Senador Renato Casagrande, que praticamente repete um Projeto de autoria do então Senador e hoje Governador Paulo Hartung, que cria as TVs comunitárias. Hoje a televisão é muito importante e há necessidade de que o povo participe mais da comunicação entre si. E um desses meios de popularizar, de democratizar as comunicações é criar as TVs comunitárias. Com o mesmo dinheiro que se monta hoje uma rádio comunitária, se monta uma TV comunitária, dada a evolução das tecnologias recentemente, de modo que seria muito importante que nós votássemos isso. Já tem dez anos que tramita aqui e nós não podemos esperar mais, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): V. Exa., Senador Gerson Camata, será atendido. Eu já solicitei à Secretaria que verifique a qual Senador foi encaminhado o processo para relatoria. Então assim que tiver a resposta, vou fazer o contato com o Relator para que possamos, já se possível numa próxima Reunião, colocá-la em pauta para a discussão e votação.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu

agradeço a V. Exa., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Não há de que, Senador.

Item 1 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 06, de 2008 – Terminativo na CCJ: "Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 –

Código Penal, e dá outras providências (Dispõe sobre o uso de aparelhos de comunicação, por interno em estabelecimento penal para cumprimento de pena privativa de liberdade)". A autoria é do Senador Romeu Tuma. A relatoria é do Senador Gerson Camata. Parecer favorável à matéria, com as Emendas apresentadas.

Com a palavra o Senador Gerson Camata, Relator da matéria.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, se V. Exa. me permite, eu queria pedir a V. Exa. o adiamento por uma Sessão da Comissão. Por quê? Na ânsia de dar uma melhorada, melhorar o texto, eu acolhi uma Emenda que fez com que houvesse um entendimento um pouco obtuso, não bem claro, e a Lei tem que ser muito clara no seu enunciado. O Ministério da Justiça me pediu que quer dar uma opinião, quer participar da elaboração da Lei, tem interesse nela, pediu que se adiasse por uma semana. Eu pediria a V. Exa. que, atendendo ao meu apelo e do Ministério da Justiça, me permitisse isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. será atendido. O Item 1 será retirado de pauta e estará incluído na próxima Sessão de projetos, que na próxima semana nós vamos ter a Audiência Pública, então será na outra. V. Exa. terá duas semanas para que possa fazer os ajustes que acham necessário no seu Parecer.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 2 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009 – Terminativo na CAE: "Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária". A autoria é do Senador Valdir Raupp. A relatoria é do Senador Cícero Lucena. O Parecer é pela rejeição. O Senador Cícero Lucena hoje está aniversariando.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Parabéns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ele foi até ao seu Estado, a Paraíba, para receber as homenagens dos seus amigos. Como o Parecer do Senador é pela rejeição, eu pediria a V. Exa. que permitisse a retirada de pauta e não a indicação de um Relator ad hoc, para que ele possa fazer a justificativa, e o próprio Senador Valdir Raupp, Autor do Projeto, que também não se encontra, possa ter a oportunidade de discutir o Parecer do Senador Cícero Lucena. Todos de acordo? Então também retirado de pauta o Item 2. Voltará à pauta na próxima Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia.

Item nº 3. Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2009 – Terminativo na CMA: "Altera a Lei nº 9.472, de

16 de julho de 1997 – Lei Geral de Telecomunicações, obrigando as operadoras de telefonia fixa comutada a divulgar a legislação de defesa do consumidor nas listas telefônicas de distribuição obrigatória". A autoria é do Deputado Luiz Bittencourt. A relatoria é do Senador Lobão Filho. Parecer favorável à matéria. Com a palavra o nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, para relatar o seu Parecer.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu pediria a V. Exa. que pudesse retirar de pauta para melhor análise desse Projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Atendendo à solicitação do Relator, retiramos de pauta o Item 3. Retornará junto com os Itens 1 e 2 na próxima Sessão da Comissão de Constituição e Justiça.

Item 4 da pauta. A relatoria é do Senador Renato Casagrande. Ele se ausentou para... Vamos aguardar o Senador Renato Casagrande retornar para que possamos ir ao Item 4.

Item 5. Ofício "S" nº 03 de 2009 – Não Terminativo: "Dando conhecimento da Recomendação nº 01/2002/MPF/PR/DF/OMJ, proposta pelo Procurador da República Orlando Martello Júnior, visando anulação da Portaria nº 394, publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2002, que autorizava à Associação Pró-Desenvolvimento de Padre Bernardo – APRODEN, a execução de serviço de radiodifusão comunitária no Município de Padre Bernardo, Estado de Goiás". A autoria é do Ministro de Estado das Comunicações. A relatoria é do Senador Demóstenes Torres. Parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que, como Relator ad hoc, possa fazer a leitura do Parecer do Senador Demóstenes Torres.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Chega a esta Comissão Ofício "S" nº 3, de 2009, do Ministério das Comunicações, dando conhecimento da recomendação proposta pelo Procurador da República Orlando Martello Júnior, visando a anulação da Portaria 394, publicada no Diário Oficial de 26 de março de 2002, que autorizava a Associação Pró-Desenvolvimento de Padre Bernardo – APRODEN, a execução de serviço de radiodifusão comunitária no Município de Padre Bernardo, Estado de Goiás.

Nas recomendações finais do supracitado Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, a Sra. Dalva Silvian Ribeiro Silva, Coordenadora Jurídica de Comunicação Eletrônica, recomenda que seja encaminhada cópia do presente Parecer e do Ofício supra ao Congresso Nacional, acompanhado de cópia de recomendação em referência, a fim de que

o Poder Legislativo, ao deliberar sobre a outorga em questão, leve essas informações em consideração que julgar devida no exercício, independente do poder que lhe confere a Carta Magna, art. 2º.

Impende salientar que tal Parecer é datado de 25 de julho de 2003 e que a missiva ministerial é datada de 11 de fevereiro de 2009, tendo o Decreto Legislativo tendo sido promovido em 2004. Conclui-se que se exaurisse também a competência do Poder Legislativo para atuar sobre a matéria.

O desarquivamento do PDS nº 716, de 2004, serve, entretanto, para acolher a documentação recebida e para dar conhecimento dos fatos em tela a esta Comissão. Ato contínuo deverá retornar ao arquivo, cabendo ao Poder Judiciário tomar as providências que julgar necessárias para o restabelecimento do direito da reclamante.

Diante do exposto, recomendamos a essa Comissão o conhecimento da matéria e o seu subsequente arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior, como Relator ad hoc do Item 5, com Parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Item 6. Aditamento nº 1 ao Requerimento nº 13, de 2009, CCT – Não Terminativo. Esse requerimento, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, subscrito também pelo Senador Flávio Arns, que fará a defesa do requerimento, elaborado nos seguintes termos: “Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 13, de 2009, apresentado perante esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), visando debater a importância estratégica da empresa Alcântara Cyclone Space para a economia do Brasil, com o escopo de incluir o Presidente da Agência Espacial Brasileira, Carlos Ganem”.

Com a palavra o Senador Flávio Arns, coautor do requerimento, para a sua apresentação.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só quero dizer, Sr. Presidente, que o requerimento inclusive já foi aprovado pela Comissão e o objetivo do presente documento é no sentido de fazer um aditamento do nome para que a Audiência possa também ter a representação do Presidente da Agência Espacial Brasileira, o que seria extremamente importante e interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Coloco em discussão o Aditamento nº 1 ao Requerimento nº 13. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Voltemos ao Item 4, de relatoria do nobre Senador Renato Casagrande. Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2007 – Não terminativo: “Dispõe sobre a transmissão, ao vivo, dos trabalhos legislativos pela TV Senado”. A autoria é do Senador Expedito Júnior. A relatoria é do Senador Renato Casagrande. Parecer favorável, acatando a Emenda oferecida pelos Senadores Flávio Arns e Paulo Paim, e rejeitando a Emenda oferecida pelos Senadores Flávio Arns e outros, na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande para a leitura do seu Parecer.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhoras e senhores. A matéria já foi apresentada na Reunião passada. É importante nós relembrarmos só a tese que orientou o meu relatório. A tese é uma tese de priorizarmos a manifestação máxima da atividade parlamentar, que é o trabalho em Plenário. O Plenário é o fórum, o ambiente do trabalho visível, do trabalho simbólico, efetivo da atividade parlamentar. Então a prioridade: sessões deliberativas ordinárias e extraordinárias no Senado; sessões deliberativas do Congresso; sessões solenes, aquela de início de legislatura, prevista no art. 1º do Regimento comum. Não são as sessões solenes normais não, são sessões solenes de início de legislatura, aquelas sessões com presença de representantes, não são de homenagens, sessões com a presença dos outros Poderes; as sessões não deliberativas do Senado, que acontece às vezes quando não tem a Ordem do Dia, acontece na segunda e na sexta; as reuniões ordinárias de Comissão Permanente; as reuniões extraordinárias de Comissões Permanentes; as reuniões de CPI, CPMI ou de Conselho de Ética e Decoro Parlamentar; sessões especiais do Senado Federal; e sessões especiais do Congresso Nacional. É lógico que na hipótese de nós estarmos tendo reuniões ao mesmo tempo, aquela que ocorrer em consonância com o dia e o horário marcado tem preferência e aquela que iniciar primeiro.

A ordem poderá ser mudada, pode ser que tenha uma reunião importante, por exemplo, do Conselho de Ética, e que tenha uma reunião não deliberativa. Por exemplo, poderá ser mudada de acordo com o § 2º: a ordem de preferência estabelecido nesse artigo, ressalvado o disposto no art. 3º dessa Resolução, também será observado na hipótese de transmissão de mais de um evento ao vivo, simultaneamente, em tecnologia digital, quando tiver em tecnologia digital.

O art. 3º diz o seguinte: respeitadas as prioridades definidas nos incisos I e II do art. 2º desta Resolução, as preferências estabelecidas nos incisos III a IX e no § 1º do mesmo dispositivo poderão ser desconsidera-

das para a transmissão, ao vivo, de sessão, reunião ou evento específico que se revele de excepcional interesse público. Parágrafo Único: a aplicação do disposto no “caput” desse artigo está condicionada à autorização prévia e expressa do Presidente do Senado, por solicitação da Secretaria Especial de Comunicação Social. Pode ser que a Secretaria veja que tenha um evento muito importante e que do III ao IX, de III a IX, não as sessões deliberativas. Se tiver sessão deliberativa não tem hipótese alguma de ter outra transmissão, está certo? Mas a partir das sessões solenes até a última, que é a sessão especial, a Secretaria de Comunicação poderá solicitar então a inversão dessa prioridade, caso haja interesse público.

Então, resumidamente, é essa a linha que nor-teou, foi a prioridade do trabalho do Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Renato Casagrande, o seu Parecer que V. Exa. já tinha apresentado na Sessão anterior, na qual foi concedida Vista coletiva. Não houve nenhuma manifestação dos Srs. Senadores. Então vamos colocar em discussão.

Com a palavra o Senador Gerson Camata para discutir o Parecer do Senador Renato Casagrande.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, muito obrigado, eu vou ser muito rápido. Primeiro, eu concordo com o relatório apresentado pelo Senador Renato Casagrande. Agora eu queria colocar uma coisa que aconteceu já comigo. Eu presidindo uma Sessão, tinha uma CPI, eu não me lembro qual, funcionando, de extremo interesse público, a TV Senado dando razoáveis índices de Audiência por causa dessa CPI. E eu fui presidir a abertura de uma Sessão Ordinária, num dia que não tinha lá grandes matérias, e elas abrem com aquelas comunicações urgentes, comunicação de lideranças, quer dizer, imediatamente a TV Senado deixou a CPI, que tinha enorme interesse público, e passou para o Plenário, onde eram aquelas comunicações não tão importantes assim. E o que é que aconteceu? Ficou parecendo para o telespectador que eu, presidindo a Sessão, é que tinha tirado de lá, porque estava querendo esconder algum fato que ia aparecer lá. Recebi telefonemas e até e-mails dizendo por que é que eu assumi a presidência e desliguei, tirei a TV Senado da CPI. Eu acho que poderia colocar um artigo de que o Senador que for presidir uma Sessão, ele tem o direito de pedir que se passe para a Plenária ou não passe para a Plenária. E eu tive que explicar que não, é o Regimento Interno, não me permitia que continuasse transmitindo a CPI, não fui eu que mandei desligar a TV, tirar a TV da CPI. Fica um negócio complicado. Então se aquele Senador que vai presidir pudesse dizer: “Olha, eu vou abrir aqui, mas continuem

transmitindo de lá, que lá tem mais interesse público”, eu acho que poderia ter aí um ganchozinho até a Ordem do Dia, por exemplo, que a Ordem do Dia é obrigatório. Qualquer coisa nesse sentido, se possível, e--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Gerson Camata e, antes de eu retornar ao Relator para que ele possa acatar ou não a sua sugestão no seu Parecer, eu passo ao Senador Roberto Cavalcanti, também para discutir o assunto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu me acosto ao que foi aqui referenciado pelo Senador Camata, porém, eu tenho uma grande dúvida: Lei, para mim, é a precisão da Lei. Se colocar uma válvula de negociação na qual alguém pode, ao seu livre arbítrio, escolher o que fazer, eu tenho uma extrema dificuldade. Então se houver alguma solução que abra esse espaço, mas que isso esteja previsto em termos com muita precisão, caso contrário... Eu acho que as Leis têm que ser cumpridas quando elas são extremamente claras e precisas. Só essa observação, mas o fato existe e nós temos que buscarmos uma solução. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Roberto Cavalcanti. Para discutir, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Aqui o Relator, o Senador Renato Casagrande, já apontou o artigo, porque, quer dizer, para tirar a subjetividade, o grande problema é a subjetividade, tirar a subjetividade, criar uma situação objetiva. E aqui o Parágrafo Único, ele já resolve, porque a decisão é do Presidente do Senado, e só ele, e ouvida a Secretaria Especial de Comunicação Social, que deverá justificar por que da solicitação, digamos, de mudança na ordem de preferência para as transmissões. Então está atendido aqui, eu sou favorável ao Parecer do Senador Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se me permite uma--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Está previsto, agora a burocracia de requerer ao Presidente, a gente nunca tem ideia até que horas vai uma CPI. A CPI começou a funcionar às dez horas, pode terminar meio-dia, uma hora, duas horas. Mas se ela continua, o Senador que vai assumir não vai ter tempo de fazer um requerimento, o Presidente não chegou no gabinete

dele ainda. Eu acho que podia delegar a quem abriu a Sessão o direito de sim ou não, continuar fazendo a outra transmissão, se ela tiver mais interesse por parte da opinião pública e do público que está assistindo, porque se a gente pudesse prever... "Olha, dia tal vai ter uma reunião do Conselho de Ética. Ele vai até cinco horas da tarde. Vamos fazer um requerimento ao Presidente para que ele permita..." Vai uma burocracia danada. Aí se a reunião do Conselho de Ética termina meio-dia, pronto, aí está uma licença que demorou a ser requisitada, correu papel para lá e para cá. Eu acho que cumpre, é permitido, está escrito ali, mas se desburocratizasse um pouquinho e deixasse na mão do Senador que naquele minuto, naquele momento, abriu, porque normalmente o Presidente do Senado nunca abre a Sessão, V. Exa. sabe, ele preside sempre a Ordem do Dia.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Renato Casagrande, Relator da matéria.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Senador. Eu estou compreendendo a preocupação do Senador Camata, mas eu, assim, acho que a gente de fato tem que sair da decisão única de um parlamentar, porque muitas vezes nós temos interesses aqui legítimos, mais interesses que tendem para um lado ou para outro e que são legítimos. E todos têm. Por isso que nós colocamos assim: por solicitação da Secretaria de Comunicação Social. Quem vai solicitar é a Secretaria de Comunicação Social.

Eu acho que o que eu poderia fazer aqui para atenuar e atender um pouco a preocupação do Senador Camata, é expressa do Presidente e, na sua ausência, do Vice-Presidente, está certo?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Tudo bem, aí está bom.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): A autorização expressa do Presidente e, na sua ausência, do Vice-Presidente, está certo? Eu acho que dificilmente você tem o Presidente e o Vice-Presidente ausente de um dia importante, que tem uma Sessão--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): E se o Presidente do Senado não estiver na Casa, o Vice-Presidente está em exercício, está--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então eu acho que poderia atenuar um pouco, atender um pouco--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ou e do Senador que estiver presidindo a Sessão, não é?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador que está presidindo a Sessão, eu acho que passa um pouco, porque nem sempre um membro da Mesa está presidindo a Sessão.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É perigoso isso.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): É perigoso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Nem sempre. Então se o Senador Camata aceitar, não é tudo que ele deseja, mas a gente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu acho que se você deixar muito aberta essa possibilidade, o Senador Casagrande tem razão de que você tem interesses legítimos, mas que poderiam definir a transmissão ou não, ao vivo, daquele outro evento que, no entendimento do Senador que preside no momento, é mais importante do que a própria Sessão, não da Ordem do Dia, que essa não há como deixar de ser transmitida ao vivo, mas da Sessão ordinária.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Então eu faço uma Emenda aqui oral.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu faço uma Emenda, se todos concordarem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa., Senador Renato Casagrande, que fizesse a leitura. Como fica o parágrafo com a alteração?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Parágrafo Único, fica o seguinte: a aplicação do dispositivo no "caput" desse artigo está condicionada à autorização prévia e expressa do Presidente do Senado e, na sua ausência, do Vice-Presidente do Senado, por solicitação da Secretaria Especial de Comunicação Social.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós temos dois Vice-Presidentes, o primeiro e o segundo. Então seriam dois Vices?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Dois Vices, pode ser dois Vice-Presidentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dois Vices.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pode ser dois Vice-Presidentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: São três.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): São três.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Ou o seu substituto legal, é um substituto legal, é na ordem, o Presidente ou seu substituto legal, quem tiver exercendo a presidência.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Aí atinge qualquer membro da Mesa, porque qualquer membro da Mesa é substituto legal do Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, vamos deixar, se o Senador Renato Casagrande deixar, aos Vice-Presidentes, porque se não tiver o primeiro, vai o segundo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tá bom, para mim tá Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, não havendo mais quem queira discutir, em votação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu peço Vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já foi concedido Vista, Senador Wellington Salgado. V. Exa. tem que ir a um oftalmologista.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por que razão?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Porque já foi dado Vista. V. Exa. deveria ter visto isso na semana passada.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na semana passada não tinha gente aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na última Sessão, na última Sessão. Coloquei em votação o Parecer do Senador Renato Casagrande, com a alteração proposta por ele no Parágrafo Único do art. 3º. Os Senadores que concordam com o Parecer e a sua alteração permaneçam como se encontram. Aprovado, com voto contrário do Senador Wellington Salgado.

O Senador Wellington Salgado amanheceu hoje zangado. Eu não sei o que é que aconteceu ontem à noite, Senador, eu não sei o que é que aconteceu ontem à noite.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador Casagrande já falou que isso é porque ele foi o Relator. [risos]

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Eu não assino, eu peço que o Senador Eduardo Azeredo--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho que é uma questão muito complexa e que mereceria um pouco mais de ajuste, inclusive com certeza caberá recurso ao Pleno, com certeza.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado, V. Exa. terá a oportunidade de fazer as sugestões, as Emendas que achar necessárias, porque ele não é Terminativo aqui na CCT, ele vai a outra Comissão. Eu perguntaria à Secretaria se é à outra Comissão ou se vai ao Plenário? Ele é Não Terminativo. Ele vai à Mesa Diretora.

Então V. Exa. ainda terá... Vai ao Plenário, V. Exa. terá oportunidade de fazer os ajustes necessários.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria fazer uma pergunta a V. Sa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Diante da alteração do Projeto do Senador, eu acho que eu teria direito à Vista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Consulta a consultoria.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele alterou o Projeto agora, ele alterou.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, ele fez uma Emenda de redação.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Emenda de redação? Toda essa discussão aqui foi uma Emenda de redação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi sim, ele apenas--

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Ele só colocou o Vice-Presidente.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só colocou o Vice-Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma Emenda de redação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Uma Emenda de redação? Eu pediria uma análise se é uma Emenda de redação.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ele não alterou o objeto, é uma Emenda de redação sim.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Ele não alterou o objeto não, não alterou o objeto não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vejo que eu sou minoria, embora estou tentando seguir o Regimento em minoria. Essa Casa é uma Casa democrática e--

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O Senador Wellington tem alguma sugestão ao Projeto assim agora?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Você veja como uma tropa de choque é vulnerável.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): É tropa de elite, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. amanheceu hoje como General ou Marechal da tropa de choque.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não dormi, eu não dormi, meditei durante toda a noite para o dia de hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A assessoria da Comissão está nos informando não existir Emenda de redação. Emenda aditiva ou modificativa ou supressiva.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então o que é isso que aconteceu aqui?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então eu consulto da possibilidade de ser votado ou se há possibilidade de se conceder Vista novamente. Senador Renato Casagrande.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então existe a possibilidade de eu pedir Vista? Então como eu vejo que estou em minoria e vejo que jamais poderia convencê-los, eu retiro o meu pedido de Vista, visto que eu tenho direito a vê-lo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Então eu retiro o meu pedido de Vista, mas queria deixar bem claro que não é uma Emenda de redação. Então diante disso, com a maioria dos Senadores aqui eu não tenho a mínima chance, eu retiro e acredito que em outras Comissões ou até mesmo na Mesa Diretora poderá ser corrigida alguma situação que por ventura exista.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. o entendimento e espero que V. Exa. mantenha esse espírito ao longo do dia de hoje. Em votação. Aprovado.

Antes de irmos aos itens terminativos, no início da Sessão de hoje o Senador Gerson Camata fez referência ao Projeto que altera a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, para instituir o serviço de televisão comunitária, de autoria do Senador Renato Casagrande. O Relator do Projeto é o nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho. Então há um pleito do Senador Gerson Camata para que possamos acelerar a tramitação e a discussão desse Projeto por ser, no entendimento do Senador, de grande importância instituir o serviço de televisão comunitária.

Com a palavra o Senador Edison Lobão... Lobão Filho. Presente sempre o nosso querido Ministro Edison Lobão. Só para que possa colocar--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É, a velocidade normal da relatoria depende da velocidade

da assessoria legislativa, mas eu pedirei que acelerem com urgência a análise do Projeto, já dei orientação do rumo do Parecer e, assim que terminarem, eu trago à pauta desta Comissão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Obrigado a V. Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos aos Itens terminativos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, antes--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu sou Relator do primeiro item, que é o Item nº 7, mas eu gostaria de solicitar a V. Exa., ao Plenário, que fosse colocado também como extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 530, que aprova o ato que outorga permissão a Milano FM Ltda – eu já falei com o Senador Roberto Cavalcanti, que nesse caso é Ltda. -, para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, como extrapauta. Daí já relataria os dois.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Coloco em discussão a solicitação do Senador Flávio Arns para inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2009, que “Aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná”. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, os Senadores que concordam com a inclusão extrapauta solicitada pelo Senador Flávio Arns permanecem como se encontram. Aprovado.

Então vamos ao Item 7 e, na sequência, o extrapauta que também tem como Relator o Senador Flávio Arns.

Item 7 da pauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2006 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à FM Som das Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná”.

Item 1 extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 530, de 2009: “Aprova o ato que outorga permissão à Milano FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Guarapuava, Estado do Paraná”.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os Pareceres, Sr. Presidente, são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Faremos a discussão e a votação nominal de todos os Projetos terminativos ao final, em conjunto.

O Item 8 foi retirado de pauta por solicitação do Senador Roberto Cavalcanti.

Item 9. Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à Mar e Céu Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás”.

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 135, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão a 102,3 FM de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Antônio de Descoberto, Estado de Goiás”.

O Relator dos dois Projetos, dos Itens 9 e 10, é o Senador Demóstenes Torres. Solicito ao nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, que faça a leitura do Parecer como Relator ad hoc.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O Parecer para os Itens 9 e 10, de relatoria do Senador Demóstenes Torres, é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Lobão Filho.

O Item 11 foi retirado de pauta também.

Vamos ao Item 12. Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior. Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Heliópolis para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Heliópolis, Estado da Bahia”.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O Item 11 foi pedida Vista--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Item 11 não está para leitura, só o Item 12.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Mas o Item 11, foi pedido Vista na Sessão passada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O Senador Roberto Cavalcanti, Senador Antonio Carlos Júnior, colocou para os nossos pares que esses projetos que tratam de rádio comunitária e que têm a denominação de outra, que sejam colocados após a Audiência Pública.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): OK.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Houve concordância disso.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): OK, tudo bem, não há problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 12.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): O Parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Itens 13 e 14. O Senador Sérgio Zambiasi solicitou, ele teve que se ausentar, que aguardássemos ao seu retorno.

Vamos aos Itens 15 e 16, de relatoria do Senador Roberto Cavalcanti.

Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº 436, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à FM São Bento de Amontada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Banabuiú, Estado do Ceará”.

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Antônio Nezinho de Souza Acans para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Mauriti, Estado do Ceará”.

Com a palavra o Senador Roberto Cavalcanti para proferir os seus Pareceres.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, tanto o Item 15, que se refere a uma FM, frequência modulada, Banabuiú, Estado do Ceará, como a comunitária para exercer na Cidade de Mauriti, Estado do Ceará, todas as duas são com Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço a V. Exa.

Vamos aos Itens 26 e 27. Relatoria do nobre Senador Wellington Salgado.

Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 422, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional Cultural João Calvino para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Resplendor, Estado de Minas Gerais”.

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos da Cultura para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais”.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado de Oliveira para proferir os seus Pareceres.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 427 e também o 422 não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos atos.

É esse o meu Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Salgado.

Itens 17 e 18. Relatoria do nobre Senador Gilberto Goellner. O Item 17 foi retirado de pauta também. O Item 18, somente, de relatoria do nobre Senador Gilberto Goellner. Solicito ao Senador Renato Casagrande que, como Relator ad hoc, possa fazer a leitura do Parecer.

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 190, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à AMG Publicidade e Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso”.

Com a palavra o Senador Renato Casagrande, como Relator ad hoc.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): O relatório do Senador Gilberto Goellner é favorável e eu subscrevo o relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço a V. Exa.

O Item 22 também foi retirado de pauta.

Item 23. Relatoria do Senador Marcelo Crivella. Solicito ao Senador Efraim Morais que possa fazer a leitura como Relator ad hoc. Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Cultural e Social de Cardoso Moreira para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Cardoso Moreira, Estado do Rio de Janeiro”.

Com a palavra o Senador Efraim Morais, como Relator ad hoc.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, toda a documentação foi apresentada, o Parecer do Senador Crivella é favorável. Eu subscrevo e dou Parecer favorável à proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Efraim Morais.

Nós estamos hoje tendo a alegria e a honra de termos aqui o Senador Flávio Torres, que assume o cargo de Senador na licença da Senadora Patrícia Saboya, do Estado do Ceará. Seja bem-vindo, Senador Flávio Torres. V. Exa. já foi saudado ontem Plenário por vários Senadores e, em especial, pelo Senador Tasso Jereissati, do Estado do Ceará. Pediria a V. Exa. que, como Relator ad hoc, pudesse fazer a leitura dos Pareceres dos Itens 28 e 29, que tem como Relator o nobre Senador Valdir Raupp.

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autori-

zação à Associação Comunitária Popular – ACOPOP para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Urupá, Estado de Rondônia”.

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova União para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Nova União, Estado de Rondônia”.

Com a palavra o nobre Senador Flávio Torres para a leitura dos Pareceres, como Relator ad hoc.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): O Parecer do Relator é favorável aos dois itens, 28 e 29, e eu subscrevo os Pareceres, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agradeço a V. Exa., Senador Flávio Torres.

Itens 24 e 25. Relatoria do Senador Cícero Lucena, que hoje aniversaria e está no seu Estado, o Estado da Paraíba, recebendo as homenagens. Peço ao Senador Roberto Cavalcanti, que também com competência e brilhantismo representa o estado da Paraíba no Senado Federal, que possa fazer a leitura dos Pareceres, como Relator ad hoc.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Rádio Jornal Cultura do Ceará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santana do Acaraú, Estado do Ceará”.

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 520, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga à Rádio FM Iguatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Iguatu, Estado do Ceará”.

Com a palavra o Senador Roberto, como Relator ad hoc.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Os Pareceres de ambos os Projetos são favoráveis e eu acompanho o Parecer do Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Itens 30 e 31. Relatoria do Senador João Ribeiro. Solicito ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa fazer a leitura, como Relator ad hoc.

Item 30. Projeto de Decreto Legislativo nº 361, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Alvorada Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Formoso do Araguaia, Estado do Tocantins”.

Item 31. Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Artesãos e Artistas de Lajeado

para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Lajeado, Estado do Tocantins”.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, como Relator ad hoc.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Srs. Senadores. Os Pareceres do Senador João Ribeiro com relação aos Projetos são favoráveis e eu subscrevo também os Pareceres favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Antonio Carlos Júnior.

O Item 32 foi retirado de pauta.

Item 33. Relatoria do Senador Leomar Quintanilha. Solicito ao Senador Gerson Camata que, como Relator ad hoc, faça a leitura do Parecer. Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Brigadistas de Sampaio – ABS para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Sampaio, Estado do Tocantins”.

Com a palavra o Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, o Parecer do Senador Leomar Quintanilha é favorável e eu encampo o Parecer do nosso companheiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Item 34. Relatoria do Senador José Agripino. Solicito ao Senador Efraim Moraes que possa, como Relator ad hoc, fazer a leitura do Parecer.

Item 34. Projeto de Decreto Legislativo nº 556, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão sonora na Cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte”.

Com a palavra o Senador Efraim Moraes.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, observamos aqui que o Senador José Agripino, ao fazer o exame da documentação que acompanha o PDS nº 556, não evidenciou violação da legislação pertinente. E observando que tudo está de acordo como determina a legislação, opinamos pela aprovação do ato que outorga a autorização à Fundação Potiguar para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, Estado do meu líder José Agripino.

Aproveitar, que V. Exa. há pouco se referiu ao Senador Cícero Lucena, Senador Flexa Ribeiro, e dizer que hoje não é só o aniversário de João Pessoa, mas também do Senador Cícero Lucena. Eu acho que talvez fazendo a comemoração dupla, cidade em que ele foi Prefeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. Já registramos o aniversário do nosso Senador e amigo Cícero Lucena.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Flexa?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Com a palavra o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ele mudou a data ou é na mesma data mesmo do aniversário de João Pessoa?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, ele nasceu no dia de fundação de João Pessoa.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Não é que ele seja da mesma data de João Pessoa, que têm mais de 400 anos, 424 anos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Agora foi cesárea ou foi parto normal?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou perguntar a ele e ele responderá a V. Exa.

Item 14. O Relator é o Senador Sérgio Zambiasi. Solicita ao nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, que possa fazer a leitura do Parecer como Relator ad hoc.

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul”.

Com a palavra o Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O Parecer sobre o Projeto de Decreto Legislação nº 251, que aprova o serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Porto Alegre, de relatoria do Sr. Sérgio Zambiasi, Senador digno, radialista, nobre representante do seu Estado, é pela aprovação, e eu o subscrevo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa.

Vamos aos Itens 19 e 21, porque o Item 20 também foi retirado de pauta, de relatoria do nobre Senador Eduardo Azeredo. Solicito ao Senador Wellington Salgado que, como Relator ad hoc, possa fazer a leitura dos Pareceres.

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio e TV DESAN Telecomunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais”.

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Integrado de Rádio Comunicação Ltda. – SIR para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ipuã, Estado de São Paulo.

Com a palavra o Senador Eduardo Azeredo... Senador Wellington Salgado, como Relator ad hoc.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): V. Exa. já falou que o Eduardo Azeredo tinha assinado no PMDB, agora V. Exa. me chama de Eduardo Azeredo [risos].

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Que é um grande elogio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É um grande elogio, claro, é um grande político de Minas, considero também um grande político de Minas, sabe disso. Então os três Pareceres--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Dois.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): São dois, o Item 20 não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Foi retirado de pauta.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Os dois Pareceres redigidos pelo Senador, que serão relatados por mim nesse momento, são todos favoráveis: o que outorga a explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Engenheiro Navarro, Estado de Minas Gerais, e também o Item 21, que outorga o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ipuã, no Estado de São Paulo. Este não é do Estado de Minas. São todos os dois relatórios favoráveis, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Salgado.

Passo a presidência ao Senador Lobão Filho para que eu possa relatar os Itens 35 e 36.

Com a presidência o Senador Lobão Filho.

Troca de Presidência

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Item 35. Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ananindeua, Estado do Pará”. A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do nobre e dinâmico Senador Flexa Ribeiro.

Item 36. Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2009 – Terminativo: “Aprova o ato que outorga permis-

são à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tailândia, Estado do Pará”. A autoria é do Poder Executivo. A relatoria é do Senador Flexa Ribeiro.

Passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro para relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Lobão Filho. O Item 35, que outorga permissão à Amazônia Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Ananindeua, no Estado do Pará, é o segundo município do nosso Estado, que tem como Prefeito o Helder Barbalho. Estando com a documentação de acordo, o Parecer é favorável.

Como também no Item 36, que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na Cidade de Tailândia, Estado do Pará, que tem como Prefeito o companheiro Gilberto Sufredine, do PTB, o Gilbertinho. Também estando com a documentação de acordo, tem o Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Nada mais a relatar, a pauta está encerrada. Eu perguntaria para o nobre Senador--

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Concedo a palavra ao Senador Papaléo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Pela ordem também, Sr. Presidente.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, eu acredito que nós vamos começar a votação e eu quero já deixar, se for possível, os meus votos consignados como sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V. Exa., Senador Papaléo, com a autorização do Presidente, a sua permanência, porque é questão de um minuto, para que nós possamos fazer a votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Nós vamos votar em bloco?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Então é muito rápido.

Passo a palavra para o Senador Roberto.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, é uma questão de ordem. O Item 14,

não me apercebi, tendo em vista a presença ou não do Senador Sérgio Zambiasi, não sei se ele foi incluído para a votação em bloco, o Item 14.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, foi feita a leitura.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Só uma observação, na qual a razão social dessa empresa, Associação Comunitária Educativa e Cultural de Radiodifusão Glória Embratel, eu acho que eu tenho uma dúvida sobre o nome, Embratel.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Acho que é o bairro.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Deve ser o bairro, Bairro Embratel. Era só essa observação e fazer uma ressalva ao Senador Efraim Moraes de que não somente temos o privilégio de termos João Pessoa fazendo 424 anos, o Senador Cícero Lucena fazendo 52, hoje ser o dia de Nossa Senhora das Neves, mas também fazer a lembrança de que hoje completa 56 anos o maior jornal do Estado da Paraíba, chamado Jornal Correio da Paraíba.

Muito obrigado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador--

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu estou na presidência, nobre Senador. A vontade dele na cadeira é grande.

Senador Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem. O Senador Roberto Cavalcanti lembrou aqui do dia de Nossa Senhora das Neves e eu quero fazer uma homenagem ao Município de Presidente Kennedy, que hoje faz uma grande festa lá na Praia das Neves em homenagem a Nossa Senhora das Neves na Praia das Neves. Então eu e o Senador Gerson Camata fazemos aqui uma homenagem à comunidade de Presidente Kennedy e do Sul do Estado, que hoje está comemorando também o dia de Nossa Senhora das Neves.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Que fique registrado nos registros dessa Comissão a homenagem do Senador Casagrande.

Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O Senador Cícero Lucena, nosso grande amigo, eu queria parabenizá-lo, inclusive para todo o Brasil, mas essa dúvida eu vou querer tirar, se foi cesárea ou se foi parto normal, porque é muita coisa no mesmo dia. Ou ele é um homem iluminado para ser--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Naquele tempo não tinha cesárea.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Naquele tempo não tinha cesárea, está certo, há muito tempo atrás não tinha cesárea.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, tinha sim, mas tinha fórceps. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Coloco em discussão nesta Comissão os temas dos Projetos de Decretos do Senado que foram aqui relatados para que algum Senador possa se manifestar. Não havendo manifestação, coloco em votação os Itens 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36 e o Item extrapauta, 01.

Em primeiro lugar o Senador Papaléo, que está um tanto quanto agonizado.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu queria de V. Exa. o privilégio de ser o primeiro a votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): De abrir a votação. Senador Papaléo, como vota?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Wellington Salgado?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Efraim Moraes?

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com os Relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sendo aprovado em bloco os referidos Decretos, nada mais nesta Comissão, encerro a Sessão.

Ata da 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática Conjunta com a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 12 de agosto de 2009

Às dez horas do dia doze de agosto de dois mil e nove, na sala 03, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência dos Senhores Senadores Demóstenes Torres e Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, respectivamente, com a presença dos Senhores Senadores Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Lobão Filho, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, José Agripino, Efraim Moraes, Cícero Lucena, Flávio Torres, Antonio Carlos Valadares, Expedito Júnior, Pedro Simon, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Kátia Abreu, Jayme Campos, Marco Maciel, Álvaro Dias, Sérgio Guerra, Lúcia Vânia, Tasso Jereissati, Romeu Tuma, Osmar Dias, Gilberto Goellner, Eliseu Resende, Eduardo Azeredo, Cristovam Buarque, Augusto Botelho, Inácio Arruda, César Borges, Serys Slhessarenko, Neuto de Conto e Marconi Perillo reúnem-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Marcelo Crivella, Magno Malta, Wellington Salgado de Oliveira, Gerson Camata, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Marina Silva, Aloizio Mercadante, Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, Almeida Lima e Gilvam Borges. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Demóstenes Torres, submete à Comissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores, que são dadas como aprovadas. O Senhor Presidente Senador Demóstenes Torres registra a presença do Senhor Deputado Benedito de Lima e passa a Presidência para o Senhor Senador Flexa Ribeiro. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 026, de 2009-CCT de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer "... nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inc. V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública, com os convidados a serem definidos, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

com a finalidade de instruir o PLC 141 de 2009, que Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral". Comparecem à reunião o Excelentíssimo Senhor Nelson Jobim, Ministro da Defesa, Ex-Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Presidente das Eleições Gerais 2002; os Senhores Giuseppe Dutra Janino, Secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal Superior Eleitoral – TSE; Eduardo Fumes Parajo, Presidente da Associação Brasileira de Internet – ABRANET; Paulo Tonet Camargo, Diretor do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais – ANJ; Doutor Murillo de Aragão, Mestre em Ciência Política e Doutor em Sociologia; Jaime Wagner, Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) – Representante dos Provedores de Acesso e Conteúdo; Fernando Neves da Silva, Advogado e Ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral e o Deputado Federal Flávio Dino, relator do Projeto na Câmara dos Deputados. Não fez uso da palavra o convidado Paulo Tonet Camargo, Diretor do Comitê de Relações Governamentais da Associação Nacional de Jornais – ANJ. Finda a exposição e uso da palavra pelos convidados, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senhores Senadores Lobão Filho, Eduardo Azeredo, Pedro Simon, Renato Casagrande, Valter Pereira, Antonio Carlos Valadares, Roberto Cavalcanti, Antonio Carlos Júnior, Flávio Torres, Tasso Jereissati, Cícero Lucena, Marco Maciel, José Agripino e o Deputado Federal Brizola Neto. O Senhor Presidente, Senador Demóstenes Torres, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e quarenta e três minutos, determinando que nós, Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e Gildete Leite de Melo, Secretária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania lavrássemos a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada, no **Diário do Senado Federal**.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

25ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação E Informática, da 3ª Sessão Legislativa, da 53ª Legislatura, Conjunta com a 26ª Reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Realizada em 12 de agosto de 2009

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 25ª reunião da Comissão de ciência, tecnologia, inovação, comunicação e informática do Senado Federal, bem como da Comissão de Constituição e justiça e cidadania. Esquiar o objetivo de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 141 de 2008 a altera a leis 9.096 de 19 de setembro de 95, lei dos partidos políticos, 9.50430 de setembro de 97 que estabelece normas das eleições 4.737 de 15 de julho de 65 código eleitoral. Atendendo ao Requerimento de nº 26 de 2009 de autuação do Exmo. Senhor Senador Flexa Ribeiro e aos Requerimentos nº 56 de 2009, 58 de 2009, 59 de 2008 CCJ de autuação dos Srs. Senadores Flexa Ribeiro, Marco Maciel e Demóstenes Torres. Iniciando os trabalhos dessa reunião, submeto a apreciação do Plenário a compensa dispensa da leitura e aprovação as atas da reuniões anteriores senhores as senhoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada as atas estão aprovadas e serão publicadas no **Diário do Senado Federal**. Sobre A Mesa, (?) ao Requerimento nº 58 de 2009 CCJ de autoria do senador Inácio Arruda que será lido. Requerimento requeiro nos termos do art. 93 do Regimento Interno em (?) ao Requerimento nº 58 de 2009 que propõem a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei de Câmara nº 141 de 2009 que altera as leis 9.096 de 19 de setembro de 95 as leis os partidos políticos 9.504 de 30 de setembro de 97 estabelece normas para eleições e nº 4.737 em 15 de julho de 65 código eleitoral. Seja incluído entre as autoridades participantes os juristas Fernando Neves, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, senador Inácio Arruda. Em discussão, não havendo quem queira discutir em votação. A senhores e Srs. Senadores concordam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Também é um Requerimento de minha autuação para que seja ouvido nessa sessão o Deputado Federal Flávio Dino em discussão, não havendo quem queira discutir em votação, as senhores e Srs. Senadores que concordo a queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Já considero visita (?) a essa consigo a do Dr. Paulo Tomé Camargo do diretor do como ti de relações governamentais da associação nacional de jornais N J. Já se encontrando Na Mesa do nosso querido Ministro da defesa é ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral

Presidente das eleições gerais de 2002 Nelson Jobim. Começaremos com ele a oitava. Em seguida ouviremos os senhores José [ininteligível] (?), Eduardo [ininteligível] Parajo, Paulo Tomé Camargo, Maria Judite Brito, Murilo de Aragão, Jaime Wagner, Fernando Neves da Silva e... Não estarão presentes, são ausentes de forma justificativa o professor Jairon Nicolau, Eduardo Greef e Daniel Pimentel [ininteligível]. Nicolau Dino, Flávio Dino estará ouvido também nessa Comissão. Também se encontra presente o representante do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos [ininteligível] Brito que preferiu não comparecer dizendo que terá que aplicar a lei oportunamente, mas mandou seu (?) que será ouvido o Diretor-Geral Dr. Miguel Augusto Fonseca de Campos. Inicialmente daremos a palavra ao Ministro Nelson Jobim... Inicial por trinta minutos havendo necessidade prorrogaremos a exposição do Ministro. Com a palavra o Ministro antes transmitindo ou transferindo a presidência da sessão por imposição regimental e também porque é uma visita honro a nossa Comissão ao Presidente da Comissão de ciência, tecnologia Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra o Ministro Nelson Jobim.

MINISTRO NELSON JOBIM: Sr. Presidente desta Comissão senhores e Srs. Senadores senhores integrantes dessa audiência, senhor deputado Flávio Dino, Relator do Projeto de Lei da Câmara dos Deputados. Eu primeiro faço o seguinte eu agradeço ao convite que me foi formulado e faço uma observação que no meu ponto de vista é importante no sentido de dizer que eu estou aqui presente, inclusivamente, como ex-presidente do tribunal superior eleitoral que conviveu com a tentativa corrido em 2002 da impressão do voto. E com uma certa, digamos, experiência no que diz respeito as sistemas eleitorais, uma vez que participei do tribunal eleitoral não só da condição de Presidente, como de seu Vice-Presidente, como membro do próprio tribunal e também como substituto no próprio tribunal. Eu estive no tribunal eleitoral durante um período em torno de cinco a seis anos. E conheço bem o assunto. Ou seja, as opiniões e as posições que eu irei expresso aro não são posições vinculadas ao governo do qual hoje eu integro, são posições que decorrem no meu conhecimento e da minha experiência em termos de processo eleitoral e também tentar narrar aos senhores aquilo que se passou em 2002. A primeira coisa que precisamos ter presente meu caro Presidente em relação a esse projeto é que eu não tenho do ponto de vista Global, eu inclusive, elogio o projeto, porque o projeto tem um eixo que nós temos que entender, pelo menos, foi a leitura que nós fizemos. O projeto desloca para os partidos políticos a gerência do processo de campanha eleitoral [ininteli-

gível] isso é fundamental. Anteriormente nas eleições que eu participei de 1986 como nas eleições de 1990, e depois nas outras eleições que eu participei como um mero [ininteligível] do Eminent senador Pedro Simon, o que faria, o que a gente fazia? Os candidatos é que se alto produziam, se alto definiam e alto geravam as suas próprias campanhas. O projeto tem como eixo principalmente no que diz respeito ao financiamento das campanhas, tem como eixo a valorização da estrutura partidária. Alguém me disse, numa discussão sobre o projeto, porque eu acompanhei o projeto que foi elaborado e discutido na Câmara à distância, por curiosidade, segmentos(F) científica exclusivamente, alguém teria me dito que véu (?) que os partidos políticos possam receber doações e essas doações possam ser utilizadas para as campanhas eleitorais que isto esteve errado, porque não saber se ia que a quem, a que candidato aquela doação se destinava. Mas não é esse o jogo, o que está sendo dito é que a campanha eleitoral está sendo gero ida pelo partido político. É o partido político responsável por tudo isto. Alguém poderá dizer: "Ah, mas esta doação que vai ser feita ao partido político por uma determinada empresa poderá ser ele digamos, colocada a determinado candidato". Ora, os partidos políticos tem o direito de oferecer até 150% do número de vagas nas eleições proporcionais. Ora, se nós pegarmos o nosso Rio Grande do Sul senador Pedro Simon, o PMDB teria 45 candidatos, evidente que nós teríamos 44 fiscalizadores das distribuições que fossem feitas pela direção do partido aos candidatos, logo esse problema não existe, é falso o problema. E é uma perspectiva que no meu ponto de vista não contribuiu para o processo democrático começa a [ininteligível] o processo político como algo que fosse, digamos, fruto de uma ilegalidade. E eu quero lembrar aos senhores o seguinte: Vamos deixar bem claros, o senhores são políticos há muito mais tempo que eu, eu me afastei há muito tempo, desde que entrei no Supremo Tribunal Federal em 1997, mas acompanhei esse processo todo. E me lembro o seguinte: Nós não podemos ter regras (?) que empurrem as pessoas para ilegalidade. E esse é o ponto fundamental. Toda a vez e a experiência jurídica nos mostra, e aqui eu falo com a minha experiência de advogado já de 40 anos que toda vez que você começa a entrar numa regulação na pressuposto da ilegalidade você acaba empurrando os candidatos e as pessoas para ilegalidade. Se os senhores proibirem, por exemplo, que o partido político financie os candidatos, financie as eleições como está previsto no projeto e mantenha o modelo antigo, Restringindo o modelo antigo os senhores vão empurrar esses candidatos para ilegalidade porque a eleição vai se

realizar e a necessidade de recurso vai existir. E havendo a necessidade de recurso acabam fazendo qualquer coisa para tentar financiar, aquilo para poder ver como é que resolve. Quem não sabe? Quem não sabe? Que no final de uma campanha, no final do índice de campanha, você está precisando de uma gasolina para botar numa kombi que está circulando os bairros fazendo propaganda e não tem dinheiro. E aí o [ininteligível] diz, mas eu tenho forma, vai, resolve de qualquer jeito, porque precisa aquela kombi circular, isso significa a necessidade empurrando a ilegalidade, e é isso que nós precisamos ter Presidente. E mais ter Presidente a necessidade do fortalecimento dos partidos. Eu elogio, portanto, nesse ponto geral do projeto o projeto vindo da Câmara, o doutor Flávio Dino, a quem eu conheço há muitos anos, o doutor Flávio Dino, foi meu assessor no Supremo Tribunal Federal como juiz de primeiro grau e depois foi primeiro Secretário-Geral do Conselho Nacional de justiça quando nós instalamos o Conselho Nacional de justiça logo após a sua criação com a aprovação de Emenda constitucional eu elogio ao deputado Flávio Dino o projeto desse sentido. Ou seja, o eixo do projeto é exatamente a circulação, digamos, a val razão dos partidos do processo eleitoral ralo e não entregar o processo de campanha eleitoral exclusivamente aos candidatos. E fica os partidos fora desse processo. É importante, portanto, trazer os partidos para esse mecanismo e lembrando muito bem que o mecanismo hoje de doação de campanha o que está acontecendo? Vamos falar claro eu não tenho problema nenhum de falar claro, o que está acontecendo é o que sai doadores não querem aparecer se a doação for individual. Agora, se a doação sendo [ininteligível] não aparecerão, e portanto, você faz para legalidade aquilo que seria ilegal, porque as doações existem, não aparecem, por quê? Porque depois de doados são taxados os doadores de tentando comprar candidato o que não é verdade. Eu mesmo quando candidato recebi doações de empresas que nunca me pediram absolutamente nada. E eu tinha necessidade desses recursos. Agora o fato de que progressivamente foi se penalizando a doação de forma indireta, através de um mecanismo completo de investigações que foram ocorrendo por dentro da justiça eleitoral, por dentro de Ministério Público, o que fez? Fez um recuo por parte dos doadores que não querem mais aparecer. Ou seja, foram empurradas para a ilegalidade. O que pretende o projeto vindo da Câmara? Presidente exatamente que o doação seja feito ao partido e o partido faz a distribuição que entender necessária, fiscalizada por quem? Pelos próprios candidatos. Se o senador Pedro Simon quiser beneficiar um candidato de caixas do Sul com

as doações do diretório regional do Rio Grande do Sul evidentemente que ele terá contra essa decisão 44 fiscais que são os demais candidatos que precisam verificar as distribuições desses recursos entre os candidatos produzir as eleições. Portanto, em Minas Gerais, Sr. Presidente eu faria essa observação contra a campanha e faria uma observação rápida também sobre alguma coisa que foi me chamado atenção e agora eu estou vendo aqui que tem representantes da internet. Eu queria chamar a atenção dos senhores no seguinte: Não tem influência nenhuma no processo eleitoral os jornais. A circulação de jornais são mínimas. Ninguém em São Paulo lê o Globo, ninguém no rio lê o estado ou a folha. No Rio Grande do Sul lerem a zero hora pombo correio do povo e o índice de circulação de jornais estão reduzindo enormemente. O universo está se abrindo por dentro da internet. Ora, se o universo está se abrindo por dentro da internet, nós temos duas coisas; primeiro temos as [ininteligível], vamos chamar de síndrome Obama, a necessidade do uso da internet para a proximidade do eleitor, do candidato com seus eleitores. Daí porque o projeto é perfeito na abertura de sites dos seus candidatos. Sites que podem ser ancorados do partido ou que tenham a sua autonomia, não tem problema nenhuma. A questão que me foi posta Eminente

Ex-colega Fernando Gonçalves da Silva, a questão que foi positiva é o seguinte de que os jornais tem um tratamento no que diz respeito as posições a campanha eleitoral, e que as televisões tem outro tratamento mais rigoroso. E que o projeto faz com que a internet tenha o tratamento dado as televidsões. Aí dizia assim, mas acontece que a internet não é concessão, a concessão é de televisão, logo a televisão pode (?)a internet não, mas não é isso que me discute, não é concessão ou não que se discuta, se discute, sim, a acessibilidade, a acessibilidade de todos se dá pela internet hoje. O Brasil é hoje um dos maiores participantes do processo do consumo da internet. Uma coisa é eu Abreu o site do senador Simon ou o site do senador Eduardo Azevedo. Ou abrir o site do PSDB e me local, me buscar, ir a caminho de um determinado candidato, outra coisa é que eu abrir um site do provedor, e eu encontrar o site do provedor sendo tratado como se fosse um jornal, e não é, é imagem, é imagem. E eu quero lembrar aos senhores o seguinte, hoje nós estamos naquilo que o grande autor italiano chamo, [ininteligível] chama que nós abandonamos o homem [ininteligível] que é o homem que lia e raciocinava, hoje nós vivemos no mundo do homem [ininteligível], o homem que vê. E que, portanto, as suas regras se dão a partir da imagem e não da leitura racional. Tanto é que o tempo de exposição da

imagem e o tipo de imagem escolhida pelas televisões, são imagens que possam fazer com que o ouvinte ou o telespectador permaneça verticalmente dentro da própria televisão, ou seja, os programas se sucedem numa linha vertical de permanência, por quê? Porque a imagem é que dá, são os vídeos dependentes, e a imagem que emociona é a imagem do desastre. Daí por que a grande valorização é do desastre, porque ela emociona, e é a emoção em que produz a reação. Portanto, nós não podemos raciocinar de que a internet deva ser tratada como jornal, nós devemos raciocinar que a internet tem que ser tratada como imagem. E aí nós teríamos o que os provedores da internet ou os jornais que tem linha de internet passam a ter um tratamento de jornal, quando poderão, quando estão operando com a faixa de imagens. Ou seja, eu acho que o projeto está correto, Sr. Presidente, no sentido de estabelecer viabilizar internet [ininteligível] no lugar, porque são fato, ou seja, a internet é um fato, não há que esconder a internet como um elemento importante é um fato. Agora, o que é importante é viabilizar e fazer as restrições a internet que são as mesmas restrições dadas as televisões por causa da imagem, ponto. Agora, evidentemente que se o site é um site do candidato, o candidato vai ter as posições que bem entender. Em linhas gerais, Sr. Presidente eu queria fazer essas observações, quanto aos temas dizendo que eu concordo que a minha posição é de aplauso ao projeto num ponto, o projeto é regressista num ponto, e o regressismo do hoje é brutal num ponto que é exatamente o seu art. 5º que retoma matéria vencida, retoma uma matéria que foi aprovada em 2002 o que depois foi revoga em 2003 que foi exatamente a previsão da impressão do voto. Não vou discutir a impressão do voto em tese, eu vou discutir o que está no projeto. E o projeto tem alguns temas autônomos, o projeto tem dois temas aqui que se confundem no art. A do projeto, um é a identificação do eleitor e o outro é o processo de votação. A identificação do eleitor (?) autônomo em relação a isso. O que nós temos realmente no Brasil é o seguinte alguns problemas que tínhamos. Primeiros resolvemos já definitivamente sorte Presidente o primeiro grande tema eleitoral que é quem pode votar e quem pode ser votado. Leia-se a capacidade eleitoral e a capacidade de elegibilidade. Aí nós temos o problemas dos 18 anos, dos 16 anos, àquela grande evolução que tivemos no tipo do formação do colégio eleitoral, esse é um assunto resolvido ninguém mais discute esse tema. O outro tema é quem pode ser (?)que é o tema das elegibilidade. E eu quero embaralhar(F) a atenção dos senhores, que um dia eu me dedicando a examinar essa questão de elegibilidade, eu verifiquei que progressivamente o âmbito

da inelegibilidade foi ampliando-se. Em alguns casos foram ampliando-se para tirar do processo eleitoral determinados tipos de personagens. Mas nós temos já o assunto mais ou menos pacificado em termos de inelegibilidade que é o primeiro assunto. O segundo tema que eu gostaria de falar que é o tema que diz respeito ao assunto que nós estamos falando é a verdade eleitoral. Nós conhecemos a história do Brasil e eu tive a oportunidade de fazer um levantamento no Senado de toda a legislação brasileira desde das ordenações filipinas a respeito do processo eleitoral. E quero mostrar um exemplo para os senhores, examinem a história da cédula, e imaginem examinem como foi tratado na história brasileira o problema de como votar. O primeiro elemento, tinham dois elementos, um era a identificação de quem votava o segundo elemento era como votar e o terceiro elemento era como apurar. Em relação ao como votar, ao quem pode votar surge o título eleitoral com a revolução com 30 foi a [ininteligível] que começou na eleição de 30 determinando que o Presidente da Mesa não poderia negar autenticidade ao título do eleitor. Essa questão foi evoluindo conosco, nós chegamos mantendo o título eleitoral, primeiro com fotografia depois, tendo em vista, a dificuldades em alguns estados do país tirou-se a fotografia, e ainda viabiliza-se o foto pela identificação do eleitor com carteiro de identidade, se, o seu nome consta da urna. Eu quero lembrar aos senhores que a opção brasileira é pelo voto domiciliar, o que é o voto domiciliar? As sessões eleitorais, os votos antes se situam próximos a sessão eleitoral, isso é possível no Brasil por causa da estabilidade. Nós não tivemos, por exemplo, eu tive a oportunidade de assistir eleições em Elo Salvador, em que o processo eleitoral e a eleição só se dava dentro do estádio do futebol, por quê? Porque tinha guerrilha, inviabilizava a eleição. No Brasil, no Brasil você tem sessões eleitorais que são distribuídas pelo país todos e os eleitores votam em sessões próximas a sua residência, daí por que a gente chama de voto domiciliar. E cada eleitor está relacionado ou está cadastrado naquela sessão eleitoral específica da sua cidade. Muito bem! O voto viabilizou-se posteriormente sem título desde com a identificação. Ficou um problema não resolvido neste ponto do que eu estou chamando o item da verdade eleitoral, ficou o problema não resolvido da identificação do eleitor. O tribunal eleitoral já fez experiências de identificação biométricas através de impressão digital acaba com o assunto. Ou seja, da impressão biométrica acaba com esse problema que era o problema do voto do morto. Nós temos uma longa história sobre isso, isto é um ponto. Ou seja, eu estou favorável a biometria para a identificação do eleitor, mas aqui tem um problema

desse projeto que nós estamos examinar em seguida. Segundo, quando nós tínhamos a cédula, vejam bem, quando surgiu o voto secreto nós tivemos o início de um processo de tentativa de identificação do eleitor com o voto por ele produzido. Nós tivemos uma tentativa. Eu me lembro que eu estudando Pedro, fazendo uma comparação aqui na Câmara com o deputado levantava a legislação do ano X, porque naquela época cada eleição você tinha uma lei e eu comparava a lei anterior com a nova para ver o que tinha alterada e as razões que tinham sido alterado. Em 1932, foi ditado o código eleitoral X Brasil e que este codifício e esse decreto da época ainda do estado da revolução de 30, anos, portanto, da ilha da Constituição de 32, e antes, portanto, da eleição por [ininteligível], nós tínhamos o seguinte forma de votar, observem bem. O sujeito, a lei dizia o seguinte, o eleitor comparece perante a urna, perante a mesa, apresenta-se, identifica-se, apresenta seu título de eleitor, o título de eleitor não pode ser impugnado pelo Presidente da mesa, ele recebe um envelope autenticado e se dirige para dentro da urna, aliás, para dentro da cabine [ininteligível] que era palavra da época. Na cabine [ininteligível] ele põem o voto no envelope, volta da cabine os fiscais do partido e a mesa verificam se o envelope é o mesmo que foi entregue pelo eleitor e o eleitor coloca o voto na urna. Na lei subsequente Pedro, surge a seguinte expressão, a regra era a mesma. Surge a seguinte expressão, o eleitor retorna da cabine [ininteligível], os fiscais examinam o envelope, sem tocar, e continuava a mesma coisa. Parece uma expressão sem tocar, por quê? Porque as cédulas eram impressas pelos partidos e o nosso Presidente do partido republicano liberal no Rio Grande do Sul do partido do Eminentíssimo Dr. Paulo Toni Camargo, José Antonio Flores da Cunha. O General Flores que era o Presidente do estado mandou que os candidatos do partido republicano liberal imprimo em seus votos em papel de cartolina. O eleitor saía da urna pela lei anterior, o fiscal tinha o direito de examinar o voto, aí o fiscal pegava o envelope e fazia assim, se o envelope estava duro estava votando com o governo, se estava mole estava votando na oposição. Como não tinha estabilidade no serviço público aquele cidadão era anotado pelo fiscal do partido, comunicava o governo e o governo demitia o cidadão. Aí o que aconteceu, Pedro? Aí surgiu, a legislação foi evoluindo, mandou, inclusive, definia o tipo de papel que tinha que ser impresso. E antes houve o momento da briga da cor que começaram fazer papéis com cores distintas, porque o envelope era translúcido, ou seja, você conseguia, aliás, você conseguia ver pelo envelope. E aí evoluiu chegamos a cédula única, cédula única. O Pedro lembra disso, a

cabine [ininteligível] quem tinha que botar cédula dentro era os partidos. O que fazia o PTB, ou PS D, ou o partido libertador ou o partido republicano [ininteligível] quando entrava dentro da cabine [ininteligível] ia de [ininteligível] vestimenta do Rio Grande e enfiava a cédula dos partidos da oposição tirava tudo cédula de dentro, quando o eleição oro entrava não tinha cédula, não era assim, senador Marco Maciel? Aí tinha que estar o fiscal do partido alimentando com cédula, porque sabia que as cédulas do partidos eram retiradas pelos militantes que iam votar, ou não era assim? Era. E isso determinou o quê? Determinou posteriormente a criação da cédula única. E nós chegamos no processo da cédula única. E aí ao chegar no processo da cédula única nós chegamos numa coisa curiosa em relação a verdade do voto. Nós chegamos numa coisa curiosa, o candidato o tribunal eleitoral fazia a cédula, determinado candidatos imprimam essa cédula de forma idêntica,(?), e que não poderia ser identificada desde logo. Recebia o candidato esta cédula, o eleitor, um eleitor qualquer do militante recebia do candidato esta cédula, esse militante entrava na urna. Não chegar perante a mesa recebia a cédula autêntica, entrava na urna com duas cédulas, uma autêntica e outra falsa. Aí o que ele fazia? Ele preenchia a cédula falsa e saía da mesa eleitoral com no seu bolso com a cédula legítima verdadeira e depois fazia ali que ele chamava, e aí dependia do estado, voto formiga, voto(?) , voto marmita que porque ele pegava, porque ele pegava... Voto corrente, ele entregava esta cédula para um novo eleitor, já preenchida, cédula autêntica. Quando esse eleitor chegava perante a mesa recebia uma outra cédula [ininteligível] em branco. Entrava na cabine, colocava no bolso em branco tirava do outro bolso a cédula verdadeira que havia sido entregue lá fora. Por essa forma votava devolvia a cédula e recebia o Presidente prometido. Dez reais, uma cerveja, não sei o que. Ou não era assim? Era. Todos nós sabemos basta ler história. Foi isto que fez com que progressivamente nós começávamos na justiça eleitoral a mexer com isso. O primeiro foi o Ministro José Nero da Silveira que começou a fazer o recadastramento eleitoral. Foi o primeiro ato ocorrente. Depois o Ministro Veloso resolveu então entrar no processo de impressão da urna eletrônica. Para fazer com que o objetivo da urna eletrônica era fazer o quê? Desaparecer todo um processo complicado na apuração. Como é que era esse processo complicado na apuração, lembra-se daquilo que a gente chamava o mapismo, e aí o tribunal eleitoral teve que criar uma jurisprudência que era o desvia de linha, como era o nome daquilo o Fernando? No mapismo, apareceu um eleitor, de repente tinha um candidato que nunca teve voto nenhum começava

a ter voto. Aí você ao invés de colocar na ordem, na passagem, ou seja, era mapismo. Você tinha o candidato João Pedro, cujo o número tinha que ser ponto de vista aqui. E tinha o João Paulo embaixo, aí o sujeito invés de botar João Pedro, botava João Paulo, no mapa. Aí começava a direcionar votos para determinado tipo de candidatos. E isso dependia muito da existência de fiscais de partidos. Como os partidos aumentaram de número nem todos os partidos tinham fiscal, logo os candidatos sem fiscais estava liquidadas, ou não era assim? Aí nós tive em que inventar uma jurisprudência para anular aquela urna e mandar fazer a recontagem se notasse uma divergência geral dos votos em toda aquela região. Aí surgiu a urna eletrônica. A urna eletrônica surgiu num primeiro lugar para uma experiência, até que tivemos a 2002 que nós fizemos a votação completa em geral. Ela surgiu primeiro em alguns momentos, e como é que se vota em urna eletrônica do que se trata? Trata-se do seguinte, o eleitor de posse do seu título eleitoral ou com sua carteira de identidade chega perante A Mesa e identifica-se, identificado, há ao lado do nome na listagem dos eleitores que podem votar naquela urna está o seu nome, ao lado seu nome tem um número. Esse número é digitado pelo Presidente da mesa ou pelo Secretário. Quando digita o número, o número é confirmado e a urna se abre. Mas antes com tudo isso, antes dessa votação, o Software que está no [ininteligível] que compõe a urna vem a ser, vai ser autenticada pelo Presidente do tribunal eleitoral junto com os partidos políticos e submetido as verificações. E é lá naquele momento que é feito uma (?) digital, para manter (?) o fliish card. Qualquer mexida no fliish card a assinatura digital e a urna não admite. Então, observem bem, feita as alimentação das urnas que é feita de forma pública, é feita a assinatura digital com os partidos políticos do fliish card para a urna, e é alimentada a urna e depois as urnas são distribuídas, já com o fliish card incluído. Eleitor no dia chega, identifica-se, coloca-se, digita-se um número correspondente, a urna abre, no momento o eleitor vai a urna apresenta no caso das eleições nacionais apresenta-se primeiro a tela relativa as eleições proporcionais, o eleitor digita o número digitado o número aparece a fotografia do candidato, o seu número e o partido. Se o eleitor está de acordo ele pressiona a tecla confirma. Depois num segundo momento após isto aparece as senadores, ou seja, aparece a imagem de senadores, então você digita o número do senador aparece a imagem do senador confirma. Depois de confirmado o senador aparece a de governo o ato é o mesmo, depois de confirmado escolha de governo aparece um terceiro momento que é o Presidente da República. O tribunal eleitoral, na resolução

22.295 de 12 de 19 de dezembro de 2008 cria uma modalidade nova para as eleições futuras, ou seja, para as eleições 2010, ele cria a (?) por essa resolução da composição Global dos votos, ou seja, depois de pressionado o Presidente da República aparece uma outra tela com codificado um conjunto, deputado, senador, governo, Presidente. E aí ele confirma. No momento em que ele confirmar o voto cada um dos votos dados a cada umas desses espaços, vão para uma tabela, isso é uma forma de linguagem, vão para um [ininteligível] correspondente a proporcional, majoritária senadora, a majoritária Governador e a Presidente da República. Ou seja, o voto completo meramente é redistribuído e desaparece para evitar o quê? A ligação deste voto com o eleitor. E a identificação de quem esse eleitor votou. Perceberam bem? O que a urna assina é de que aquele voto foi feito naquela urna, e ele é embaralhado junto com os demais votos, para evitar o quê? Que se ligue aquele voto com aquele eleitor. Este é o mecanismo. Terminado, chegada as cinco horas da tarde, o Presidente da sessão distribuiu senhas, e continua a votação até a encarregar as senhas. Encarregado as votações das senhas, nós estamos fazendo o quê? Nós fazemos o encerramento da urna e imediatamente é feita a apuração daquela urna. E é editado naquele momento, é impresso naquele momento o B U, o boletim da urna que dá o resultado daquela urna. Quem foi votado e os votos dados a cada um dos candidatos. Esses B Us são entregues aos partidos políticos e ficam outro B U de posse da justiça eleitoral. O flish card é retirado da urna e é [ininteligível] junto com o B U e envolvido para órgão transmissor que é a justiça eleitoral. Nos estados se ligam atrás de rede privada não ligada a internet, portanto [ininteligível], são ligados esses flish cards transmitem os resultados para o centro totalizador que está na capital do estado. E o centro totalizador que está na capital do estado transmite a totalização da eleição nacional para o Tribunal Superior Eleitoral. Tudo por rede privada não ligada a internet. Por que não é ligada a internet? Exatamente para evitar aquilo que ainda não podemos evitar tecnicamente, pelo menos, até então não se tinha, ou não se tem dos [ininteligível] ingressarem e fraudarem o mecanismo. Isso é o que acontece, isso é o que se passa, nós temos um boletim de urna de cada urna de todo o país na mão de todos os partidos. De todos os partidos. Temos o boletim de urna na sessão eleição ralo, aliás, na justiça eleitoral correspondente àquela sessão eleitoral. No final, nós, temos, portanto, a possibilidade de fazer uma contagem desse boletins para verificar o resultado. Ou seja, tem a fotografia digital do resultado da urna. Muito bem, a questão, outra questão outro é esta, quando o eleitor

digita o número do candidato e aparece a imagem e ele confirma o voto, esse voto é colhido pela urna sem identificação, agora não é possível, não é possível que o eleitor esteja votando num candidato que tenha que aparece o João que é o seu candidato, e esse voto vá parar na mão de Pedro por dentro da urna. Salvo o se houvesse o que não há, naquela urna uma regressão dentro do flish card o que é absolutamente inviável tecnicamente, ou seja, nós não temos numa possibilidade, por quê? Porque essas urnas são alimentadas perante o TCE, são guardadas perante a justiça eleitoral e são encaminhadas no cai anterior a leito, aí dependem do local. Porque essas urnas podem ir de automóvel, pode ir com avião, podem ir em cima de lombo de burro, e no caso específico pode ir de helicóptero, que foi várias vezes de helicóptero na Amazônia e se entrega em tribos indígenas. Eu queria só fazer uma observação, curiosa, a urna foi feita de uma forma horrorosa, se os senhores olharem o monitor vai ver que é um objeto feio, mas esse feio não é um feio porque foi causal, não, porque ele foi para evitar que alguém pegasse a urna com objeto de (?). Ninguém quer levar uma urna daquela natureza porque é uma coisa horrorosa e não serve para nada, senão para leito. Logo não há nenhuma, digamos um atrativo no sentido de furtar uma urna para fazer com que isso ocorra. Muito bem, isto é o que acontece, nós temos o resultado da eleição no ano de 2002, o resultado final de eleição se deu as onze horas da noite do dia da eleição, quando foi eleito o Presidente Lula eu era o Presidente da tribunal eleitoral.

Muito bem, eu agora (?) com esse plano de fundo, espero que tenha dado a entender do que se trata, nós temos o projeto, e o projeto nos deu o art. 500 diz assim, no *caput* do art. 5º diz o seguinte: Fica criado a partir das eleições de 2014, e, inclusive, o voto impresso conferido pelo eleitor, garantido o total sigilo do voto e observada as seguintes regras, o voto impresso pelo eleitor é o que está dito aqui, logo só, só será impresso os votos, conjunto o eleitor possa conferir, cego não confere, votos... Parágrafo 1º, voto conferido pelo eleitor, ou seja, ele precisa ter a capacidade física de conferirem analfabetos e cego não confere. Parágrafo 1º a máquina de votar exibirá para o eleitor, agora vemos o primeiro tema que porque nesse art. 5º seu caro Flávio Dino, serão confundidos grandes assuntos, além do voto impresso tem vários temas, então, nós temos a primeira questão que eu resolvi separar, como voto completo para conferência, diz o texto, a máquina de voto oro, exibirá para o eleitor primeiramente as telas referentes as eleições proporcionais, e em seguida as referentes eleição majoritárias que no caso, senador, Governador e depois Presidente. Finalmente o voto

completo para conferência visual do eleitor e confirmação final do voto que é aquilo que eu disse que é última tela do voto completo.

Isso está previsto já na resolução que eu referi de 2008, diz a resolução de 2008 já aprovada pelo tribunal eleitoral em dezembro de 2008 diz assim: A urna exibirá ao eleitor, primeiramente os painéis referente aos eleições proporcionais, e em seguida as referentes eleições majoritárias e ao final, o referente a composição de todos os votos na seguinte ordem. E bota ordem, deputado estadual, federal, primeira vaga, segunda vaga, do senador, Governador, Presidente e o quadro resumo da votação.

Então, esse assunto que está posto na lei já é objeto de uma resolução do tribunal eleitoral, que eu acho também que não tem problema nenhum. É mais uma digitação só, porque observem bem, neste caso do voto completo, ou seja, da visão completa, a confirmação é final, ou seja, as confirmação intercorrentes, intercedentes são para paro integrar no voto completo. Quando acionar, quando o eleitor assinar, acionar o confirma do voto completo é que os votos se espalham para os és caminhos correspondentes. Aqui eu não vejo dificuldade a matéria já está regulada.

Agora vem o tema dois propriamente dito, aqui não diz, esse tema não diz respeito a impressão do voto. O tema dois diz o seguinte: Após a confirmação final, ou seja, da última tela, da tela do voto completo, após a confirmação do voto pelo eleitor, a urna eletrônica imprimirá um número único de identificação do voto associado a sua própria assinatura digital. Ou seja, nós vamos ter, qual eio voto que ele está se referindo? Ao completo. Este voto completo vai receber um número, associado a sua própria assinatura digital, ora, senhores no momento em que eu associo o voto com um número único, o eleitor, com a urna, eu tenho condições de fazer regressivamente, de chegar aonde? De saber que aquele voto que está numerado recebeu aquele número num quinto momento da votação, no quinto momento da votação, foi o momento que o senador Casagrande votou. Pode ser complexo a operação, mas eu não posso fazer um mecanismo regressivo, ou seja, isso aqui é regressista. É absolutamente regressista que porque hoje a urna assina digitalmente cada voto e embaralhando seu armazenamento, no caso específico, não, o que se quer é que aquele voto completo seja assinado e sendo assinado houve o momento da assinatura e o momento da assinatura é uma ordem cronológica. No caso específico da situação atual as assinaturas se dão por embaralham individual, ou seja, eu identifico que aquele voto para o senador Renato Casagrande, foi saiu, da urna número tal, ponto, acabou. Não sei

em que momento saiu, não tem como saber que saiu. Ora isso é um enorme problema. Observem o que dá hoje a lei 9.504 de 97, no parágrafo 4º do art. 59 que pretende ser alterado por esse dispositivo, diz assim: A urna eletrônica [ininteligível] de recurso que mediante a assinatura digital permita o registro digital de cada voto, e a identificação de da urna em que foi registrado. Ou seja, a assinatura digital do voto é para dizer que aquele voto foi lançado na urna tal, acabou. E não foi mudado depois. Ou seja, esse é o ponto claramente saído, e que não há possibilidade nenhuma de fazê-lo. Resguardado o [ininteligível] no eleitor, ou seja, isto problema está resolvido de forma competente no parágrafo 4º. Agora, no momento em que eu começar a associar o voto com uma assinatura digital vinculada a um determinado momento eu estou líquida, porque eu teria condições regressistas de chegar a ele. Vou mais a diante Sr. Presidente, voto impresso, o voto devo terá ser depositado de forma automática, diz o parágrafo 3º do projeto da Câmara E sem contato manual de eleição oro em local previamente lacrado, isso aqui significa que deixou aberto tribunal eleitoral saber como é que ia fazer. Em 19... Em 2002 nós tivemos esta experiência, [ininteligível] como diz o Eminent e vou ler um relatório que eu vou pedir aos meus assessores que eu ainda, por memória tenho ainda exemplares que é um relatório das eleições de 2002 que nós produzimos onde tem todo o mapa eleitoral do país e os resultados em termos de distorções, isto relatório da página 20 diz o seguinte: Conforme ditado no item 16 foram utilizados módulos impressões e eternos em todo o Distrito Federal no Estado de Sergipe e em algumas cidades próximas da capital de cada estado, naquele momento nós estávamos fazendo o início do processo. O objetivo foi testar a sistema de voto impresso [ininteligível] pela lei 10.408 de 2002, tornado obrigo atira a partir das eleições municipais de 2004 a obrigatoriedade para o uso do voto impresso Global era as eleições municipais de 2004. Mas nos antecipamos para testar a funcionalidade desse sistema nas eleições nacionais de 2002. E eu digo o assunto que pela sua relevância merece destaque nesse relatório. Voto impresso em 2002 foram 150 municípios, 19.3 73 sessões eleitorais, abrangeu 7 milhões 128 mil 2 33 eleitores, ou seja, abrangeu 6.18% do eleitorado nacional em 2000. Na eleição de 2002 foram com voto impresso. A experiência demonstrou vários [ininteligível] na utilização do [ininteligível] modelo [ininteligível] externo. Sua introdução no processo de votação nada agregou em termos de segurança ou transparência, por outro lado, criou problemas, nas sessões eleitorais com voto impresso foi, maior tamanha as filas, agora eu estou com problemas gerais, no que diz respeito a

funcionalidade. Maior número de votos nulos e brancos, maior o percentual de urnas de votação por cédulas, com todo o risco decorrente deste procedimento. Maior o percentual de urnas que apresentaram defeitos além das falhas verificadas apenas no modelo impressor. Houve incidência de casos em [ininteligível] de papel possivelmente devido a um (?) e as dificuldades de manutenção no modo imprimo soro. A questão é o seguinte, usaram a cédula, uma urna eletrônica com voto impresso em Santa Maria da boca do monte, Pedro, é completamente diferente de usar este mesmo modelo em São Gabriel da cachoeira. Lá nós temos 98% de um(?), 40% de temperatura, ou seja, o [ininteligível] é digamos a estruturação desse processo é equivocado. Houve incidência de caso de [ininteligível] de papel, possivelmente devo edificar a unidade, dificuldade, manutenção, do modo impressor, se o armazenamento em espaços que já eram poucos para comandar as urnas quantidade adicional de lacres, é grande, além de outro [ininteligível]. E aqui vem uma série de observações que eu gostaria eventualmente que os senhores pudessem examinar. Mas eu chamarei atenção dos senhores o seguinte, esta impressão do voto é nada mais, nada menos da tentativa do retorno, por quê? Porque nós temos um tema subsequente, alguém vai contar os votos impressões, e diz o parágrafo 4º do projeto, após o fim da votação, a justiça eleitoral realizará em Audiência Pública a auditoria independente dos Software, mediante o sorteio de 2% das urnas eletrônicas de cada zona eleitoral respeitado o (?) de três, ou seja, nós teríamos três, todas as urnas, veja, todas as urnas estão imprimindo voto nós vamos verificar 3% cada zona eleitoral se compõe de diversas sessões eleitorais dependendo do tamanho; a regra, normalmente é [ininteligível] não, mais ou menos 80 a 100 eleitores por sessão. Em torno de 250 eleitores por [ininteligível]...

Pois bem, respeitado o mínimos de três. Máquinas por município que devo terão ter seus votos em papel contados e comparados com os resultados apresentados pelos respectivos boletim de urna. A regra de 2002, da lei de 2002 era 3% as urnas de cada sessão eleitoral. Eu acabei com ler aos senhores que nós usamos em 150 municípios e fizemos uma recontagem de 7 milhões 128 mil 2 33 votos, ou seja, 6.18% do eleitorado. Senhores, o eleitorado de 2010--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Perdão Ministro, e naquela análise que V. Exa. Fez deu tudo certo aquela vez?

MINISTRO NELSON JOBIM: Tudo, não deu problema nenhum, tudo correto. Não teve nenhuma problema.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não teve problema nenhum?

MINISTRO NELSON JOBIM: Nenhum problema. O eleitorado de 2010, senador Simon, a projeção do eleitorado para 2010 é de 135 milhões de eleitores em número redondos. Nós tivemos uma abstenção de 6%, mais ou menos, São Paulo só São Paulo tem aproximadamente 220 mil e 500 sessões, nós teríamos, portanto, 414 sessões que seriam levantadas, (?) dessa forma, de que forma é essa contagem manual e aí retorna o quê? Mapismo, retorna, tinha um negócio de coluna, tinha um negócio de linha, como é que era o (?) de linha? Não, mas tinha um nome especial, a gente chamava de divergência da linha, quebra com linha, quebra de linha, ou seja, eu invés de ir para o Valadares ia para o Toni. Ou seja, retornamos brutalmente a todos o mecanismo, por quê? Porque evidentemente que um eleitor, um candidato vai sentir-se eventualmente ou um partido com a [ininteligível] de impugnar uma urna para contaminar o processo eleição ralo todo, através do quê? Através de mecanismos que nós já conhecemos, que é exatamente o mapismo. Porque alguém vai ler, alguém vai anotar numa planilha e aí vem o mapa, e o mapa antigo, aquilo que nós abandonamos há 20 anos a experiência matou, ah não, estamos tentando de novo voltar aquilo. E aí o que vai acontecer a [ininteligível] do resultado só poderá ser feito quando? Depois da contagem manual. Ou seja, ou a [ininteligível] do resultado é dependente da confirmação da contagem manual, significa o seguinte, não se sabe qual é o resultado. Porque não tem segurança. Ora, senhores, isto significa um problema gravíssimo, mas é mais grave, mas mais grave senhoras e senhores, observem com que com essa observação nós estamos mostrando e tentando mostrar que nós estamos tentando voltar aquilo que 2002 aprovou que 2003 rejeitou pelos votos da Suas Casas, porque era [ininteligível], porque era introdução de um mecanismo que tornava difícil alguma coisa que é sucesso mundial, por quê? Porque há um interessado nesse assunto. Segundo, parágrafo 5º identificação do eleitor, diz aqui: É permitido o uso de identificação do eleitor por [ininteligível], já temos no sistema eleitoral. Agora veja uma coisa curiosa, veja uma [ininteligível] do projeto, meu caro Flávio Dino, eu pediria atenção específica a este assunto, diz aqui no parágrafo 5º é permitido o uso de identificação do eleitor por sua biometria, ou pela digitação do seu nome ou número de eleitor, desde que a máquina de identificar não tenha nenhuma conexão com a urna eletrônica. Muito bem, então, não vai ser feita a identificação pela biometria, vai ser feita, como é que eu abro a urna? Ou seja, como é que abre a urna? A urna não abre, ou seja, nesse caso eu digito o nome do sujeito e a

urna fica [ininteligível], salvo se a urna ficar aberta o tempo todo. Salvo se a urna ficar disponível o tempo todo, isso é absolutamente equivocado, ou seja, eu, qual é o sistema hoje, hoje é digitado o número pelo Presidente do terminal e o terminal abre a urna para aquele eleitor votar, ou seja, há uma conexão para esse fim. O tribunal eleitoral criou um sistema de biometria, correto. Evita muitos problemas que é o problema da identificação do eleitor, ele coloca o dedo no terminal da biometria e a urna abre-se imediatamente se corresponder ao eleitor. Muito bem. Aqui está dizendo o seguinte: É biometria ou digitação do seu número ou nome, desde que a máquina de identificar não tenha nenhuma conexão com a urna eletrônica ah, muito bem, não tem conexão com a urna eletrônica, então a urna vai ter que ficar aberta que porque senão o eleitor não vota, e aí fica aberta o que vai acontecer? Qualquer um vota. É lógico, se a urna está aberta o tempo todo. Esta urna abra-se e fecha hoje, abra-se e fecha na medida em que termina o voto eleitor fecha urna, aí tem que redigitar o número do novo eleitor para abrir de novo. Alguns casos que tem biometria, aperta [ininteligível] agora aqui está dizendo o seguinte: Digita e identifica o eleitor e aí como é que faz? O eleitor não pode votar, por que a urna não abre? Se o eleitor tem que foto ar é a direito dele, ou mulher, é obrigação constitucional dele, o que vai acontecer a urna vai ter que ficar aberta, aberta para quê? Para mesa mexer. O senhores vejam de que isto foi construído de quê? A partir de uma fórmula que quer exatamente votar a um sistema que nós precisamos destruir, nós conseguimos resolver a questão de quem pode votar e com quem pode ser votado, resolvemos o problema da verdade eleitoral, que o voto votado é o voto apurado. Acabamos com toda uma imensa discussão que tínhamos sobre mapismo, sobre voto formiga, sobre voto(?), sobre votos de curral, enfim, aquele conjunto que todos os conhecemos. E isso nós destruímos, através do quê? Da introdução da urna eletrônica. Ora, se nós voltarmos aos sistema do voto, vamos voltar a todo o conjunto de [ininteligível], que não contribuem absolutamente com nada. As reclamações que se fizeram nas eleições são [ininteligível], meramente [ininteligível] não significam nada. Agora, quando se criou a urna Valadares, nós acabamos aquela história, lembra-se quando se preenchia o número do sujeito, e aí o sujeito não sabia. Eu, por exemplo, candidato de 19 88, Nelson Jobim, eu tinha um primo longe, que era candidato também, aí o meu avô tinha sido Governador do estado, o meu pai tinha sido deputado estadual, aí aparecia textos assim, Walter Jobim que era meu avô, votando em Walter Jobim. O candidato, o quarto chamava-se Valdir Jobim que era de São Gabriel lembra-se disso Pedro. Aí aparecia

outro voto, [ininteligível] esses votos eram destinado, a mim, mas eram anuladas, por quê? Porque o preenchimento estava errado. Aí aproveitava, por quê? Para o partido, porque os dois Jobim era no PMDB e ia para legenda. Isso tudo era objeto de quê? De uma série de impugnações, item a item, briga a briga. Impugnações que eram para evitar o resultado, eleição e não mais, e observem bem, e o senador Pedro Simon sabe disso, e nós sabemos disso, os senhores sabem disso, essas impugnações se davam, eu já estou encerrando, essas impugnações se davam, claramente para quê? Para negociação sobre a composição do novo governo. Não era isso que fazia? O [ininteligível] impugnava o voto e um partido caminhava e aí você tinha que negociar com o partido para que o partido integrasse o governo, ou não era assim Pedro? Era isso que acontecia, vamos ser regressista novamente. E por último, Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, Ministro Jobim, só com a autorização de V. Exa., o ex Ministro Fernando Neves gostaria de fazer um aparte, se V. Exa. conceder.

MINISTRO NELSON JOBIM: Não, é porque eu vou ter que sair em seguida, vou ter que sair.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Então, eu gostaria--

MINISTRO NELSON JOBIM: Mas é melhor eu terminar, depois pergunta. Deixa eu terminar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas não sai antes não.

MINISTRO NELSON JOBIM: Não, não.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ministro Jobim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Acontece que o Ministro Fernando Neves mudou de lado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Pedro Simon.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ao orador que é membro da mesa não cabe aparte.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, é só um questionamento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Agora se o Jobim permitisse, com muita singeleza--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Pedro Simon, eu pediria a V. Exa. que o Ministro Jobim concluísse a exposição para gente poder abrir o questionamento.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas é dentro disso, é só para concluir essa questão.

O que eu digo é o seguinte, eu fecho tudo com V. Exa., tudo, tudo. A única interrogação que se faz é com

relação ao aspecto de que como aconteceu naquela primeira vez de que a gente tivesse um percentual, porque a gente fica naquela interrogação--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Pedro Simon, eu peço a V. Exa. que a gente possa concluir a exposição, a brilhante exposição do Ministro Jobim e aí abrimos para os questionamentos.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): V. Exa. deixou claro, concluir a brilhante exposição e eu não atrapalhar com bobagens.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não, não é isso não. É porque senão abrindo exceção a V. Exa. eu vou ter que abrir aos outros senadores também.

MINISTRO NELSON JOBIM: Por último, Presidente, eu queria fazer uma observação, Srs. Senadores, é algo que também está no projeto que é o art. 6º de que é uma tentativa legítima, mas problemática do voto em trânsito. Isso é um problema sério. Nós temos que lembrar o seguinte, a nosso paradigma é o voto domiciliar, cada eleitor tem sua seção e está lá a sua identificação, a sua possibilidade de entrar na urna. Diz o art. 6º do projeto que cria o art. 233A no Código Eleitoral, diz assim: "os eleitores em trânsito no território nacional é igualmente assegurado o direito de voto às eleições para presidente e vice-presidente da república, em urnas especialmente instaladas nas capitais dos Estados e na forma regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral". O que significa nesse dispositivo? Que as pessoas que não tiverem na sua cidade ou na sua seção eleitoral poderão votar tal qual ocorre no exterior para Presidente da República e para vice-presidente da República nas capitais, só nas capitais é o que está aqui. Em primeiro lugar, nós temos que fazer uma análise das justificativas, o eleitorado em 2006 foi de 125 milhões em números redondos, nós tivemos em 2006, 8 milhões de justificativas, 6.4% do eleitorado fez justificativa. O eleitorado de 2008 é de 130 milhões, informa o Sistema Eleitoral de que nessa hipótese houve também aplicando 6.4% verificado em 2006 nós temos um eleitorado de justificativas em torno de 8 milhões e 300 mil eleitores. Se nós fizermos estimativa de 2010 nós teríamos 135 milhões aplicando as justificativas existentes nos anos anteriores como critério de proporcionalidade, nós teríamos 8 milhões e 600, a questão é a seguinte: o Dr. Fernando Neves é eleitor na zona eleitoral x de Brasília, está o nome dele lá na urna, ele está no Rio de Janeiro, ali ele vai votar no Rio de Janeiro. A pergunta é: primeiro ele vai votar em urna de papel ou vai votar em urna de cédula, em urna eletrônica? Em urna eletrônica ele não vai votar porque não tem nenhum registro dele numa

urna, ele vai ter que votar numa urna de papel, ficando aberto o voto dele na urna originária. Então, vejam bem, nós teríamos votações de urna de papel lá na capital, sendo que o nome de Fernando Neves está aqui mantido na urna originária, salvo se o Fernando Neves antes da eleição e antes da regulação dos flashes cards chegasse e dissesse o seguinte: "Olha, no dia da eleição eu vou estar no Rio de Janeiro", o que não vai acontecer com Fernando Neves nunca. Ou seja, essa situação de nós tentarmos... Eu pensei, na época, tentar resolver o problema do voto em trânsito. Havia proposta da maior curiosidade, havia proposta, Fernando, havia propostas, da época do Tribunal Eleitoral de determinado deputado de São Paulo que queria, ou melhor, o deputado do Nordeste que queria que os eleitores nordestinos residentes em São Paulo pudessem votar em São Paulo em candidatos do Nordeste. O voto em trânsito por que é que possível o voto no exterior? Porque quem faz às vias da Justiça Eleitoral no exterior é o consulado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas são residentes no exterior.

MINISTRO NELSON JOBIM: São residentes e tem que se cadastrar lá no consulado e o consulado é gerido aqui por Brasília porque fica centralizado em Brasília, o flash card com o nome daquele eleitor residente lá é gerado aqui, ou seja, não há que se confundir o voto no exterior com o voto em trânsito, voto do exterior não é voto em trânsito, voto no exterior é voto de residente. Agora como esse residente tem título eleitoral de diversos Estados ele só vota para presidente e para vice, ou seja, só vota para majoritário nacional, não vota para as majoritárias locais por quê? Porque não tem como fazer. Porque ele é residente lá, mas ele tem título em Santa Maria, tem título em Porto Alegre, tem título em Brasília, etc. e etc. E tudo isso é administrado pelo Tribunal Regional Federal do DF que é vindo para cá onde se apura. O cônsul apura lá, manda uma cópia criptografada, aliás, manda uma cópia para o Tribunal Regional e ele computa e depois os flashes cards são enviados para evitar a Internet.

O nosso grande problema do voto em trânsito é que nós não temos condições técnicas de fazer uma rede. Fazer rede significa que as urnas todas estivessem reunidas numa rede e que o Valter Pereira pudesse votar lá no Rio de Janeiro identificando-se do Rio para essa rede. Só que rede significa acessibilidade a hacker, ou seja, você não tem garantia, seja inconveniência total. Daí porque eu creio que os senhores teriam que meditar profundamente sobre o art. 6º desse voto em trânsito que eu acho inconveniente.

Em terceiro lugar e para encerrar, não vou falar mais sobre isto, mas queria só lembrar aos senhores

algo que me é conhecido, lembrando aos senhores de que os senhores poderão, evidente, de que há um problema aqui, eu fiz um genérico ao projeto na sua amplitude, ataquei em dois artigos o que dizia respeito ao voto expresso que está misturado com a identificação do eleitor e do voto em trânsito. E aí os senhores diriam o seguinte: o *ded line* para isso são doze meses antes da eleição, e os senhores diriam o seguinte: se nós mexermos no projeto, se o Senado mexer no projeto, tem que voltar para a Câmara. Falso. Se os senhores suprimirem, ou seja, não aprovarem o art. 5º e o art. 6º do projeto esse texto não volta para a Câmara. Por que é que não volta para a Câmara? Porque não há nada a ser votado na Câmara, e eu queria deixar com o presidente da mesa estudos que eu fiz do tempo que eu era um amanuense Dr. Ulysses Guimarães na Constituinte no tempo da Câmara em que nós temos o seguinte, um estudo sobre a rejeição de parte suprimida, e nós temos um caso, eu vou dar dois casos para deixar os senhores tranquilos. O PLC 144 de 1965 que deu origem à Lei das Inelegibilidades tinha uma expressão ou de diretor de autarquia que estava no texto da Câmara, veio para o Senado, o Senado suprimiu a expressão "ou diretor de autarquias". o presidente do Senado de então Auro de Moura Andrade resolve questão de ordem do Senador Aloísio de Carvalho e responde o seguinte: a matéria destacada ou de diretor de autarquia não teve aprovação no Senado Federal, o processo legislativo está, portanto, encerrado, a Câmara não tem que se pronunciar sobre a recusa dada pelo Senado a esse dispositivo. É um erro do Senado quando suprime texto mandar de volta para a Câmara, porque a Câmara não pode votar sobre aquilo que ela já votou. A Câmara poderá rejeitar as modificações que o Senado fizer sendo a Câmara casa iniciadora. E vou mais longe, meu presidente, só para dar um exemplo mais sério, ou se os senhores querem mais incorporado, reforma da constituição. Os senhores lembram da Emenda Constitucional nº 03 a reforma tributária de 1993? Havia um dispositivo que foi introduzido pela Câmara que criava ação direta de interpretação do direito federal, se lembra disso. Era a alínea I do inciso I do § 2º, § 3º do art. 105 do projeto, e que foi esse dispositivo foi no segundo turno objeto de rejeição pelo Senado, o requerimento era do Senador Josaphat Marinho e tinha o número 228. Não foi aprovada pelo Senado a ação direta de interpretação constitucional por provocação do Senador Josaphat Marinho, o texto da PEC não voltou para a Câmara e foi promulgada por quê? Porque ele tinha autonomia. A reforma da previdência, senhores, a PEC 33 rejeitou, retornou à Câmara após modificações no Senado. Houve uma questão de ordem 10.314 do Deputado Nilson Gibson e o Deputado

Arnaldo Faria de Sá sobre esse assunto, e o então Presidente da Câmara em 1997 Michel Temer decidiu que as matérias que havia sido rejeitadas no Senado não podiam ser revistas pela Câmara, porque não tinham sido aprovadas. Salvo aquelas matérias que tivessem sido modificadas pelo Senado. E eu vou mais longe, isso também aconteceu na reforma administrativa que foi a PEC 173, uma mesma declaração de ordem na Câmara decidida pelo Deputado Michel Temer e que diz o seguinte: "ainda na hipótese de alterações [ininteligível] emendas no Senado a proposta caberá somente aprová-las ou rejeitá-las, mas aquelas emendas que têm relação de subordinação, matéria autônoma não, não é aprovada. E eu vou mais longe, por último o exemplo que os senhores conviveram há pouco tempo que foi a reforma do Poder Judiciário. Qual foi a solução dada pelo extraordinário Senador José Jorge? O que é que fez o Senador José Jorge? Trabalhar numa conversa que eu presidente do Supremo tive com ele. Nós fizemos seguinte: separamos o texto, colocamos um texto que era o texto que o Senado aprovaria na Câmara integral, esse aqui vai ser aprovado integral e outro texto que seria alterado pelo Senado, o Senado alterou esse segundo texto, foi à promulgação o primeiro e o segundo voltou para a Câmara, ou seja, os senhores têm condições de aprovar, suprimir esse texto, esse famigerado texto de impressão do voto e também examinarem essa inconveniência da tentativa de resolver a questão equivocadamente, a tentativa de resolver o voto em trânsito sem nenhum prejuízo para que isso possa entrar em vigor no momento que tiver que entrar em vigor, ou seja, que viabilize aquelas formas que me parecem absolutamente corretas no que diz respeito ao fortalecimento dos partidos nas campanhas eleitorais.

Sr. Presidente, são essas as minhas considerações e desculpe a penetração, digamos, ampliativa no tempo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Obrigado. Já concedo pela ordem.

Eu quero agradecer ao Ministro Jobim pela sua--

MINISTRO NELSON JOBIM: Só para encerrar, ainda presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

MINISTRO NELSON JOBIM: Eu vou deixar com os senhores essas análises, e tem uma coisa aqui muito curiosa, só para lembrar aos senhores que tem uma coisa muito curiosa, que foi a DCT03, eu fui o relator do Supremo Tribunal Federal e dizia respeito

ao salário educação, a Câmara tinha dito que o salário educação teria como base de cálculo a folha de salários, e o Senado substituiu a expressão a folha de salários pelo total de remunerações pagas ou creditadas a qualquer título aos segurados e empregados assim definidos no art. tal. Esse texto não voltou para a Câmara, foi promulgado e foi objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade e o Supremo entendeu que é absolutamente legítimo porque folha de salário e isso que estava descrito aqui é exatamente a mesma coisa. E mais, o Senado suprimiu um dispositivo que, aliás, modificou um dispositivo e separou um dispositivo da distribuição do salário educação e não houve nenhum problema, logo, o Senado rejeitando que seja, ou fazendo no que diz respeito a outros assuntos que eu não entro, poderão usar a técnica do Senador José Jorge, separar aquilo que concorda daquilo que não concorda, vota aquilo que concorda, aprova e manda à sanção e o resto volta para a Câmara. E pronto. Está resolvido regimentalmente o problema.

Se o senhor me permitir, eu deixaria com o senhor essas pesquisas, esses trabalhos que têm lá longos de estudos de mais de 20 anos.

Obrigado, presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Encaminharei, pedirei à secretaria da Comissão que tire cópias dos documentos para distribuir aos Srs. Senadores.

Eu quero agradecer, Ministro Jobim, a brilhante exposição de V. Exa. V. Exa. que colocou aqui a sua experiência como presidente do Supremo Tribunal Federal, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral administrando uma eleição nacional, em nível nacional e como político. V. Exa. abrangeu todos os itens.

Nós conversávamos com o presidente Demóstenes Torres da CCJ sabendo da dificuldade que teríamos de fazer uma audiência pública única para ouvir todos os segmentos interessados para instruir o projeto. Apenas como bem disse o Ministro Jobim nós estamos limitado no tempo. Nós temos que fazer essa audiência única para que os relatores, o Senador Maciel pela CCJ e o Senador Azeredo pela CCT possam completar os seus pareceres e que eles sejam votados nas Comissões encaminhados ao plenário e retornados à Câmara.

O Ministro Jobim deu algumas soluções para que isso possa ser feito em separado, só que vai no entendimento nosso, a juízo nosso vai limitar a função revisora do Senado Federal. Nós temos realmente apesar de parabenizar o Deputado Dino pelo seu parecer, nós temos que dar aos senadores e aos relatores a liberdade para que eles possam incluir ou excluir aqueles pontos que acharem assim por bem fazer.

Nós vamos dividir a audiência em três etapas. A primeira com a exposição do Ministro Jobim e que vou abrir para que os senadores inscritos, começando pelos senadores relatores, os senadores autores do requerimento que teriam preferência nas perguntas abrem mão dessa prerrogativa para que dê oportunidade aos senadores para que os outros senadores possam fazê-lo. Depois faremos um segundo bloco com quatro convidados e em seguida um terceiro bloco para que possamos concluir a audiência pública. Vamos iniciar então...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, eu pedi pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Lobão filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Srs. Senadores, fugindo do pela ordem e parabéns ao Ministro Nelson Jobim pela brilhante exposição consequência da vasta experiência e do conhecimento acumulado ao longo desses anos.

Mas a exposição do Ministro transcendeu um pouco a questão jurídica e a questão política deste tema, e entrou muito pesado na questão técnica do tema. Sendo assim, eu requereria a V. Exa., Sr. Presidente, que acho que seria interessante uma exposição também do relator da Câmara, Dr. Flávio Dino para colocar a intenção do legislador do ponto de vista de quem relatou essa matéria na sua Casa de origem. Eu acho que deveríamos, por justiça, ouvi-lo também para contrapor as idéias técnicas expostas aqui pelo Ministro Nelson Jobim.

Então, é um requerimento que faço a V. Exa. para que possa ser apreciado por esta Comissão. Além do que o nosso Ministro falou durante 1h20minutos, se V. Sa. não tiver a preocupação de controlar os horários dos expositores seguintes, creio que esta audiência única será inviabilizada. Portanto, V. Exa. precisa ter essa preocupação também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão filho, V. Exa. tem toda razão, o Deputado Flávio Dino já está convidado e fará parte do segundo bloco para expor. E quanto ao tempo nós vamos, obrigatoriamente, pedindo desculpas a todos os convidados, nós vamos ter que limitá-lo não somente às exposições dos convidados, como aos questionamentos aos Srs. Senadores.

A lista de inscrição já está aqui, Senador Demóstenes Torres, e vamos fazer o início...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Eu dialogando aqui com o Deputado Flávio Dino ele está impossibilitado de poder ficar para o segundo bloco.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, é agora, em seguida.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC DO B-CE): Sim, sim. Porque primeiro V. Exa. está propondo que faça um debate, abra para os senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em seguida nós abriremos o segundo bloco com o Deputado Flávio Dino. De acordo? Vamos acelerar o processo.

Pediria o entendimento do Deputado Flávio Dino que pudesse aguardar só os questionamentos e nós vamos limitar, vamos fazer num único bloco limitando a três minutos a cada senador que queira questionar o Ministro Jobim.

Vamos iniciar pelos relatores, começando pelo Senador Marco Maciel, relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. tem a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, eu gostaria de falar posteriormente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Por último.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria de ouvir os interpelações dos colegas e a partir daí eu me manifestaria.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

O Senador Azeredo concorda também com essa proposta?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só antes fazer um complemento ao que foi votado pelo Ministro Jobim que é a questão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não. Eu pergunto a V. Exa., se V. Exa. concorda com o que solicita o Senador Marco Maciel quer fazer desde já o seu questionamento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Se eu estou dizendo, Sr. Presidente, se eu estou dizendo que eu quero complementar porque então não concordo, eu quero falar agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, V. Exa. tem a palavra para fazer os questionamentos ao Ministro Jobim.

Com a palavra o Senador relator na CCT o Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Na verdade, não é um questionamento, é um complemento porque é preciso que fique claro que hoje já é possível recontar a urna eletrônica, já é possível recontar. Basta que um partido peça, o que nenhum partido pediu, ninguém pediu recontagem. Basta pedir

a recontagem. A recontagem é feita em cima do registro digital que é o que o Ministro explicou aqui, os votos estão todos lá arquivados de maneira aleatória e eles podem ser recontados. "Ah, mas o programa pode ser modificado". O programa tem certificação e ele pode ser também auditado pelos partidos. Só isso que eu queria completar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Eduardo Azeredo.

E passo a palavra ao Senador Pedro Simon, como primeiro inscrito para que possa fazer os seus questionamentos em três minutos, Senador Pedro Simon, por favor.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu agradeço a generosidade do tempo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O mesmo para todos os senadores.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Por isso que eu agradeço.

Eu primeiro lugar eu quero dizer que não há dúvida nenhuma que o Ministro Jobim é uma figura rara neste País, foi deputado federal, foi o braço direito da Constituinte, foi o líder do MDB na Constituinte, foi o relator da revisão, foi para o Ministério da Justiça, foi para o Tribunal Eleitoral, foi para a presidência do Supremo e agora está no Ministério da Defesa. V. Exa. é uma figura completa.

MINISTRO NELSON JOBIM: A culpa é sua.
[risos].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E não há dúvida nenhuma que o mérito de V. Exa., o Brasil, de repente, é referência mundial nas urnas eletrônicas é qualquer coisa espetacular, quanto a isso não há dúvida nenhuma. Quem é que imaginava que um dia hoje se levanta a dúvida com relação à eleição americana, até agora a argumentação é que o Bush não ganhou a eleição quando a recontagem estava chegando e ia mudar e o Supremo mandou parar, e com relação ao Brasil é essa seriedade.

A única coisa que eu digo a V. Exa. é o seguinte, Senador, a gente fica num sentimento, de repente, tá todo mundo entregue ao Sistema Eleitoral e a gente fica... No Brasil as coisas não são confiáveis. Então me parecia esta que foi aprovada de fazer votação nominal em cédula, em todas eu acho que é um absurdo. Mas aquele inicial de ter um percentual de 5% sorteado ali, eu acho que seria interessante, daria certa tranquilidade para gente. Então, eu não sei se não havia possibilidade não fazer todas as urnas, eu também concordo com V. Exa., mas um percentual que daria, por exemplo, vai se saber, vai haver um sorteio, aquela coisa toda, eu acho que daria uma tranquilidade para gente.

Segundo lugar. Eu acho que V. Exa. diz uma grande verdade, força nos partidos políticos. Lamentavelmente, os partidos políticos são lamentáveis, estamos vivendo uma hora difícil, mas eu acho que V. Exa. tem razão se nós não dermos força aos partidos políticos nós não vamos a lugar nenhum. Agora o que eu vejo aqui e não foi discutido, são algumas coisas, parece que a Câmara fez esse projeto com medo do Tribunal Eleitoral e do Supremo, que fez a fidelidade partidária que nós não tivemos coragem de fazer até hoje, então ela fez. Então, agora o que eles querem fazer é uma fórmula do direitinho, da saída, vai ter fidelidade partidária; mas lá pelas tantas o cara pode cair fora. E assim tinha alguma série de itens que estão sendo colocados assim. Eu informo a V. Exa. com toda sinceridade, não dá para liberar dinheiro de empresas ou dinheiro de pessoa física na campanha. Não dá. Acho que está provado, e está mais do que provado que ou a gente parte para financiamento público de campanha ou nós não temos solução. Tudo começa na campanha, no dinheiro que se dá para o João, para o Manoel para o Antônio; ali que começa a questão. Então, eu vejo a falta de firmeza no sentido da Câmara, tomou uma série de medidas que a impressão que a gente tem, dizem até as más línguas, que é com medo do futuro presidente do Superior Tribunal Eleitoral que teria uma posição muito avançada, então como a legislação deixa no vazio e nós não regulamentamos e o Supremo, o nosso vácuo tem regulamentado, como fez com a fidelidade partidária, então eles querem essas questões regulamentar para impedir que o Tribunal possa vir e fazer novas interpretações como essa.

Agora, na verdade, na verdade, eu encerro, Sr. Presidente, o que eu sinto é que não houve profundidade em termos de fidelidade partidária, em termos de coligação, não houve nas questões mais importantes, mais fundamentais que modéstia a parte o Senado já votou e está lá na Câmara, a nossa parte da reforma nós fizemos e está lá na Câmara o projeto na gaveta e o que veio para cá me parece um arranjo e muito longe de um projeto sério. Apenas isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Senador Pedro Simon.

E passo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Srs. Presidentes, senhores expositores, eu começo, efetivamente, e vou ficar nos meus três minutos. Mas fazendo uma primeira reflexão, uma primeira colocação com relação ao que nós estamos votando. Estamos votando as regras eleitorais, está ótimo, mas não era isso que nós sonhávamos em ter-

mos daquilo que gostaríamos de votar, em termos de reforma política. Não conseguimos consenso para que a gente pudesse avançar nos grandes temas da reforma política. O Senado, de fato, já votou, como disse o Senador Pedro Simon, mas aquilo que o Senado já votou, já foi arquivado na Câmara num período passado, e agora temos que recomeçar esse processo de debate e de discussão, estamos recomeçando aqui na Casa com a designação do presidente Demóstenes para que o Senador Marco Maciel possa coordenar essa elaboração.

O que nós queremos de uma reforma política é uma reforma política que possa ampliar o papel da sociedade nas decisões e não uma reforma que restringe o papel da sociedade nas decisões e nas escolhas, nas definições dos destinos e da direção da nossa democracia.

Mas, Ministro Nelson Jobim, primeiro parabéns-lo pela sua exposição. Faria três questionamentos rápidos. O primeiro, o art. 105 estabelece o limite da ação do Tribunal Superior Eleitoral em termos de poder de regulamentar. A opinião de V. Exa. com relação a isso. O art. 105 trata do limite da ação do Tribunal Superior que tem sido acusado historicamente de ser um poder de legisla, e a Câmara colocou esse artigo, estabeleceu esse art. 105, estabelecendo os limites da ação do Tribunal.

Segunda questão é com relação ao registro de candidaturas, também outro tema colocado de que há um debate sobre esse tema de ficha suja e a Câmara reafirmou o que a legislação diz, deixou claro que a legislação diz que quem tem poder e condições de recurso pode registrar a sua candidatura, mas como é um tema que está presente no debate da sociedade aqui na Casa, também gostaria de ouvir a opinião de V. Exa.

E o art. 23, Sr. Ministro, trata das doações de pessoas físicas estabeleceu e se retirou aquele limite de prazo do comitê, do registro do comitê financeiro. Não tem um prazo delimitado para adoção. Está correto na sua avaliação? O que é que V. Exa.-- O art. 23.

Se V. Exa. puder fazer um comentário eu agradeço.

São essas questões para ficar dentro dos meus três minutos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Renato Casagrande. Próximo inscrito Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, acho que essa audiência pública está cumprindo a sua finalidade. Pena que nós já estamos sendo premidos pelo prazo. Dificilmente, uma reforma eleitoral ampla poderá ser feita ainda neste ano. O Mi-

nistro Jobim fez uma bela exposição como é de sua trajetória desde que foi o Relator, foi um dos expoentes da Assembléia Nacional Constituinte.

Eu tinha uma dúvida quanto a essa questão da votação, relacionada ao voto do Presidente da República, a esse voto do eleitor em trânsito. E o Ministro acabou removendo a dúvida. Porque no meu entendimento se houvesse um voto para a Presidente da República, apartado da chapa universal dos demais cargos, poderia muito bem ser exercido esse direito de voto já que o sistema poderia travar no momento em que exercesse o direito do voto no lugar travar no outro.

Todavia o Ministro esclareceu aqui que o Tribunal pensa que não deve exatamente mandar para a rede. Porque a rede é que torna vulnerável e se torna vulnerável tem que se afastar efetivamente essa hipótese. Eu acho que acima de tudo tem que ter a segurança do voto e isso daí ficou muito claro para mim, portanto a dúvida que eu tinha nesse sentido está removida.

A outra questão que eu gostaria de suscitar e que foge um pouco a essa discussão não é com relação ao voto é com relação ao pós voto é a apuração, e é a proclamação dos resultados sei as impugnações. Por que? O que tem acontecido historicamente? Os processos tem esbarrado em recursos os infundáveis. Às vezes o eleito consegue arrastar um processo pelo período de quatro anos, ou seja, às vezes pelo mandato inteiro.

Que o acontece é que não se utilizam apenas os [Soa a campanha] recursos disponíveis para conseguir esse resultado, utilizam-se na verdade artifícios e a Justiça Eleitoral tem se mostrado impotente para enfrentar os artifícios. Por exemplo. Há um decisão do Magistrado cujos recursos se exauriram, mas de repente veio uma outra ação e essa ação acaba travando o desfecho do processo.

Então é esse desafio que eu acho que a Justiça Eleitoral tem que enfrentar porque quando aquele que foi penalizado por exemplo com o cassação do registro se ele conseguir levar por quatro anos ou por dois anos, ele acarretou um prejuízo para a comunidade. Um prejuízo relaciona o Partido, um prejuízo para o eleitor que teve sua vontade deformada, portanto aí é que reside um dos gargalos que a Justiça Eleitoral precisa contribuir com uma redação que elimine todos os artifícios que são utilizados para evitar que tenha desfecho todo o processo eleitoral. [Soa a campanha].

Todo o processo, jurídico, os recursos e a esses outros mecanismos que são utilizados. Era isso que esse o meu questionamento que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço Senador Valter Pereira. Próximo inscrito Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

(PSB-SE): Sr. Presidente, senhores convidados, Sr. Ministro em 99, ao pagar das luzes do século passado foi aprovada por iniciativa popular uma das leis mais eficiente no combate a corrupção eleitoral. A chamada lei da compra do voto é o artigo 41-A que modificou a Lei 9.504 de 97.

Muito embora nós reconheçamos a validade dessa legislação, inclusive eu dei todo o apoio aqui no Senado Federal, alguns gargalos precisam ser resolvidos em relação a esta lei. E também há aquela que pune por influência do poder econômico ou por uso da máquina os Administradores que enfrentam as eleições no sistema de reeleição.

E acho que uma falha não da lei, mas dos Tribunais, é a demora para resolução da questão, nós temos exemplos de políticos, principalmente de executivos que passaram dois ou três anos no exercício do mandato e de repente a administração a governabilidade é interrompida pelo Tribunal Superior Eleitoral e a cassação da mandato e efetivada e [Soa a campanha] após um tempo que eu considero não razoável mas bastante elástico.

Então eu gostaria que V.Exa apontasse uma solução para a celeridade da resolução dessa questão que é o prazo para a definição, se o registro será cassado ou não um prazo bastante razoável. Porque na forma como está quem termina perdendo é a própria comunidade, é a sociedade que vota no governante e três anos depois já faltando um ano para terminar o seu mandato aí aparece um outro governante não que tem tempo para executar um novo plano de obras fica desgastado e perde a eleição para o grupo que foi cassado.

De forma que isso eu acho que é prejudicial a democracia e V.Exa com a sua experiência aponte uma solução para dar maior celeridade à resolução dessa questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Agradeço ao Senador Antônio Carlos Valadares. O próximo inscrito Senador Roberto Cavalcanti. E agradeço também por todos os Senadores estarem mantendo o tempo de três minutos. [Soa a campanha].

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Sr. Ministro, tentarei ser o máximo objetivo. [Soa a campanha]. Na explanação de V.Exa foi relatado a superação de alguns pontos dentro do processo eleitoral, um deles seria a inegibilidade e eu teria uma observação a fazer que é o seguinte. Hoje da forma que a legislação

está contida o crime eleitoral ele é punido com inegibilidade de três anos, a data base que funciona são eleições, lógico, as próximas eleição acontecem quatro anos depois, o que provoca uma prescrição.

A pena são três anos de inegibilidade e as eleições ocorrem a cada quatro anos, o problema é que se este prazo não for alterado para cinco anos ou quatro anos e meio provoca o que acontece no momento é uma falas punição, não existe a punição, a punição não acontece que exatamente ela foi feita para não punir a pessoa que comete o crime eleitoral. Ela foi feita exatamente para ela se esvaír ao longo de três anos quando não coincide com o próximo período eleitoral.

Essa a minha observação e acho que tem que haver uma modificação urgente. Eu fui informado de que existe um projeto na Casa passando para cinco anos, porém se não for conteúdo nestas eleições acontecerá o que está acontecendo sucessivamente que existe a punição, existe a cassação, mas não existe dentro do processo criminal o elemento da inegibilidade, a inegibilidade é inexistente. Era isso, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Roberto Cavalcanti. Próximo inscrito. Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, senhores Presidentes, senhores debatedores Ministro Nelson Jobim. Eu gostaria de fazer observações duas observações aqui que eu julgo importante.

A primeira ambas foram colocações que o Ministro fez aqui com muita veemência. Antes eu colocaria que realmente a reforma não aquilo que todos almejávamos numa profundo maior mas é o que pode ser feito visando as próximas eleições, o que pode ser feito. Não haveria consenso e nem tempo para se fazer uma reforma mais profunda e como alguns pontos eram urgentes eu acho que ela merece ser analisada com todo o carinho e merece ser aprovada.

Mas o Ministro Jobim colocou dois pontos que são relevantes, a questão da impressão do voto e realmente ele pode dificultar o processo, eu não tenho dúvida o que por um lado pode ser uma questão de segurança, mas eu acho que nós temos um sistema eleitoral eletrônico que foi testado e aprovado e comprovado. Portanto, eu não vejo necessidade de se alterar esse ponto o que faria talvez até que se atrasasse a apuração nós temos a apuração mais rapo doida mundo.

Eu acho que seria uma regressão como falou o Ministro, nós colocarmos, modificarmos o sistema tentando uma suposta segurança que na verdade eu acho que o sistema já garante essa segurança. Eu concordo com o Ministro Jobim que nós, eu acho que

esse ponto poderia ser não considerado por nós Senadores. [Soa a campainha].

E o outro ponto, também colocado pelo Ministro, foi a questão do foi assim pressão do voto, teve um outro ponto que o Ministro falou, sim o voto em trânsito, é exato, perfeito. O voto em trânsito também ele eletronicamente ele pode também ser um complicador dentro do país. No exterior na verdade a situação está controlado, mas eu concordo também com o Ministro Jobim que poderia ter riscos de fraudes com a votação em trânsito, já que teríamos que evoluir para um sistema que tivesse completamente blindado e nós não temos certeza de que isso seria possível dentro de um prazo tão curto.

Portanto eu acho que o projeto deve ser aprovado, mas esses dois pontos que o Ministro colocou são relevantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Antonio Carlos Júnior, próximo inscrito. Senador Lobão Filho. Não se encontra. Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Ministro Jobim, eu achei ótimo que o senhor tenha ficado porque a segurança com que o senhor defende, como o senhor é contra o voto impresso, só se iguala à segurança com que eu defendo. E eu queria garantir ao senhor que o PDT que tem isso como uma coisa muito cara, há muito tempo que a gente procura isso, não tem o menor interesse em perturbar o processo eleitoral. O nosso único interesse é dar ao eleitor a certeza de que ele sabe em quem ele está votando.

O senhor disse que a urna, o processo eleitoral brasileiro é um sucesso mundial. O senhor me desculpe mas eu acho estranho, eu considero estranho que dos 50 países que vieram conhecer o nosso processo nenhum deles adotou. A Alemanha em março de 2009, tornou inconstitucional se aplicar na Alemanha urna eletrônica não tenha o voto impresso como segurança. A OEA quando foi garantir as eleições na Venezuela quando se dizia que a chaves estaria manipulando os dados, exigiu que o voto eletrônico tivesse o voto impresso.

Então eu acho que a gente deveria nesse momento partir de um princípio. É claro que eu acho que pode complicar, certamente vai complicar, mas a gente começaria da necessidade de um voto impresso, depois vamos procurar uma forma desse voto ser rápido, desse voto fluir, desse voto não atrapalhar a eleição para mim a prioridade é que o eleitor saiba em quem está votando.

Eu acredito e vou defender o voto impresso e eu queria que o senhor ouvisse que eu não tenho enquanto interesse em baldear a eleição, pelo contrário,

em dar maior transparência as nossas eleições. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sobre ao Senador Flávio Torres. Senadora Serys Slhessarenko, não se encontra, Senador Tasso Jereisatti.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE): Sr. Presidente, senhores palestrantes a minha pergunta que eu queria dirigir praticamente a todos os da mesa, mas principalmente ao Ministro Jobim e ao Dr. Fernando Neves que é um especialista um dos maiores especialistas do país no assunto o seguinte, como fazer para terminar com judicialização das eleições.

No Estado do Ceará, Ministro Jobim, Dr. Fernando, eu acredito que pelo menos metade, no mínimo metade dos municípios, no mínimo eu acho que eu estou sendo, é bem mais, houve recurso depois da eleição pedindo a impugnação e a cassação do candidato eleito. Eu ouvi uma frase do Ministro Jobim que eu gostei muito, que dizia o problema é que a gente cassa porque só é processado aquele que ganhou que o perde eu não é processado e talvez tenha feito erros até piores.

Mas isto virou um inferno na vida política brasileira, porque todo candidato hoje à Prefeitura tem uma expectativa... e agora do jeito que as coisas estão indo, Ministro Jobim, no Governo do Estado também. Porque antes o Governo do Estado era um exceção uma cassação era uma caso extraordinário, era um grande escândalo nacional.

E a cassação de governadores também está começando a virar rotina, está havendo não só a judicialização da eleição de Governador, mas uma prefeiturização também. Porque também todo o Governador que perde a eleição tem a expectativa de ganhar em seguida no Judiciário. Prefeito isso já é uma rotina é o tapetão, rotina. Eu já encontrei alguns Prefeitos, logo depois da eleição, Senador Marco Maciel, que o deve ter acontecido também em Pernambuco " não eu perdi agora, mas deve ganhar do tapetão ". Quer dizer virou uma rotina a ideia de que pode ganhar em seguida.

Como, quais são as medidas para que nós [Soa a campanha] terminemos com isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Tasso Jereisatti. O último Senador inscrito. Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente, primeiro eu gostaria de lamentar a impossibilidade do Deputado Flávio Dino, poder manifestar.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Se voces deixarem falar...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Flávio dá tempo? Se der eu deixo agora, eu até peço para me inscrever depois.

SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Então pronto já cancela aí, que aí dá tempo do Flávio falar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, eu passo a palavra ao Deputado Flávio Dino que vai ter que pegar um voo para o seu Estado do Maranhão.

DEPUTADO FLÁVIO DINO (PC do B-MA): Sr. Presidente, eu quero saudar V.Exa os eminentes Senadores e Senadoras é da minha honra de estar aqui A minha função é puramente descrever era não opinar porque a Casa revisora tem evidentemente não só o direito como o dever de rever o texto, porque nós não perspectiva de termos feito um texto perfeito. Muito ao contrário sabemos das limitações de todo o processo político como V.Exas conhecem mais do que eu, sempre fruto de negociação de consertações coletivas.

Saudar o eminente Ministro Nelson Jobim, a quem eu tive a honra de assessorar no Supremo Tribunal Federal, dizer as Sras e Srs. Senadores que sinteticamente que lamento não poder permanecer porque tenho um compromisso no Maranhão e e seu perder esse voo não há outro. Ressaltar que nós buscamos três objetivos fundamentais, discriminalizar a política ou seja deixar claro que a política não uma atividade que deve ser regulamentada ao ponto de se tornar inviável.

Em segundo lugar segurança jurídica regras mais claros e terceiro lugar transparência e democratização. E abordar sinteticamente cinco ponto, apenas frases sobre cinco itens, procuramos buscar uma proporcionalidade mais adequada nas sanções impostos aos candidatos e as Partidos, exatamente nessa linha discriminalização, entre aspas.

Evitar sanções excessivas desproporcionais que acabam fazendo com que os protagonistas centrais do processo político e são os Conde datas dos Partidos acabem sendo substituídos por juízos e Promotores, isso é um inversão na perspectiva democrática. Em segundo lugar, a regulamentação dos meios de propaganda, deixando claro que o pode e o que não pode ser feito, para pôr fim as essas consultas inesgotáveis que marcam o processo político.

Em terceiro lugar deixar claro as doações aos Partidos isso não é doação oculta pelo contrário o Partido em um ente licito. E as doações aos Partidos são importantes, e a perspectiva admito posição de limites inclusive a essas doações aos Partidos e transparência e de publicidade. Isso é um avanço também.

Em quarto lugar regramos inclusive na esteira do que foi aqui dito por vários eminentes Senadores e Senadoras, procuramos regar melhor essas ações constitucionais que visam a impugnação de mandatos, aquelas relativas a captação ilícita de recursos, captações ilícitas de votos, conduta vedada dos agentes públicos no artigo 73, para dar mais segurança jurídica clareza nas regras.

Em quinto lugar tratamos das chamadas pré-campanha, que nós insistimos uma controvérsia do que o pré-candidato pode ou não pode fazer, multas processos, deixando claro, pondo fim a uma certa hipocrisia, segundo a qual o processo político começa no dia 5 de julho, nós sabemos não começa [Soa a campanha] daqui a 40 dias teremos o prazo final de filiação partidária. Existe sim uma pré-campanha, regulá-la portanto e finalmente duas palavras sobre os pontos abordados pelo eminente Ministro Jobim.

Internet. Liberdade, sim mas liberdade no sentido constitucional. Não é possível alguém registrar um site w.w.w. viva a pedofilia. Com BR. Ou viva o racismo ponto.com. BR. Essa é a prova cabal de que não existe liberdade sem regras e é isso que nós fizemos com a Internet. Os candidatos e os Partidos tem plena liberdade, apenas as empresa de comunicação social na Internet terão algumas regras, como os jornais têm. Televisão têm rádios e revistas têm.

Regras portanto e tenho muita satisfação de verificar que o Ministro Nelson Jobim concorda com esse ponto e já tive a oportunidade de conversar com o Senador Marco Maciel e com o Senador Eduardo Azeredo, ressaltando essa perspectiva da liberdade do instituído constitucional, liberdade com algumas regras **CS** garantam o exercício delas própria e não resulte no ferimento de direito de terceiros inclusive dos candidatos.

E para concluir eminente Presidente a questão do voto impresso, o voto impresso ele não seguramente o texto não pode espelhar plenamente a arquitetura que buscamos, mas que o buscamos? O que buscamos na verdade é um mecanismo de auditoria do sistema, porque em verdade o sistema ele não se esgota em Juízes e candidatos há Juízes candidatos eleitores. E a segurança jurídica não é apenas dos Juízes e dos candidatos é dos Juízes dos candidatos e dos eleitores.

Nós temos inclusive debates internacional sobre isso, o Tribunal constitucional da Alemanha foi chamado a se pronunciar se o voto plenamente eletrônico era ou não incompatível com a Constituição e disse que era necessário que o eleitor tivesse uma segurança adicional dada a importância da eleição e é isso que nós

buscamos. Não é propriamente uma volta ao passado não se cuida de fazer eleições em papel novamente.

As eleições serão eletrônicas. As eleições serão apuradas eletronicamente, apenas haverá um sorteio do 2% das urnas, 2% como frisou o eminente Senador Pedro Simon entre outro que aqui falaram, o Senador Flávio Arns também destacou isso, 2% das urnas eletrônicas serão sorteada e haverá uma conferência do resultado. Isso a partir de 2014 para permitir que haja uma adaptação da Justiça Eleitoral.

Seria uma fórmula simplificadora uma espécie de exame antidumping. As eleições são mais importante do que a final da Copa do Mundo. Área final da Copa do Mundo tem exame antidumping. Então nós teríamos um teste e esse teste poderia, e tenho certeza, confirmaria as virtudes da urna eletrônica, confirmaria de modo cabal e definitivo e portanto ampliaria a segurança jurídica do sistema.

E isso que nós estamos buscando com a tese do voto impresso, uma auditoria por amostragem que que irá, tenho certeza, confirmar o imenso avanço que o Tribunal Superior Eleitoral propiciou à democracia brasileira. Então Sr. Presidente, sinteticamente eram essas as breves observações agradecendo a gente lesa de V.Exa, dos Senadores e de propiciar que eu aqui estivesse muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao nobre Deputado Flávio Dino, Relator do projeto da Câmara Federal. Temos mais um Senador inscrito e depois o Senador Marco Maciel, que ficou por último. Senador Cícero Lucena, três minutos por favor.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, cumprimentando todos da mesa, só para me somar ao Senador Tasso Jereisatti da preocupação da interpretação eleitoral que está se dando no país. E faço isso porque a Paraíba foi vítima recentemente desse processo de cassação de um Governador onde a cassação do Governador demandou ou sete meses no nosso Estado. Sete meses no nosso Estado.

E aqui no TSE foi cassado em uma noite em pouco mais de uma hora e meia, quando nós tínhamos o apelo e está no Supremo para que seja julgado a eleição no cumprimento da Constituição Brasileira, a exemplo do Estado do Tocantins que foi o terceiro governo cassado que mandaram fazer eleição e a exemplo agora do Estado do Maranhão, que o próprio TSE encaminhou a consulta ao Supremo para que haja eleição ou não e a Paraíba não teve direito a isso.

Então é só para confirmar renovar a preocupação da judicialização da eleição porque muitos hoje já se acha melhor contratar um bom advogado de que mesmo ir em busca de voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V.Exa. E o Senador Marco Maciel como Relator na CCJ, o último inscrito.

DEPUTADO BRIZOLA NETO (PDT-RJ): Presidente, perdão Presidente, Deputado Brizola Neto, vice-Deputado (?)

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não, Deputado, pela ordem.

DEPUTADO BRIZOLA NETO (PDT-RJ): Eu queria saber se seria possível fazer uma pequeno intervenção sobre o assunto, até na qualidade de autor da emenda que colocou o voto impresso no projeto de reforma eleitoral, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deputado Brizola Neto V.Exa nos dá muito honra, com a sua presença até aqui, o regimento não permite, mas nós vamos abrir após o Senador Marco Maciel, para que o V.Exa possa rapidamente.

DEPUTADO BRIZOLA NETO (PDT-RJ): Rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Fazer esse questionamento.

DEPUTADO BRIZOLA NETO (PDT-RJ): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, Presidente da C C T, Sr. Senador Demóstenes Torres, Presidente da CCJ, ilustres expositores deste Audiência Pública. Eu gostaria de colocar aqui três pontos, em primeiro lugar como foi aqui à sociedade lembrado nós estamos trabalhando com a limitação de tempo, o que é evidente.

A eleição ou seja o projeto tem que ser apreciado no Senado e devolvido à Câmara e mais ainda depois da Câmara apreciar terminativamente a questão a matéria vai ser encaminhada ao Poder Executivo que disporá até de 15 dias útil para se manifestar sobre o assunto. Daí porque eu acho que de bom alvitre o fato de nós termos realizado logo essa primeira Audiência Pública, para que vá gerando uma consciência das nossas limitações e ao mesmo tempo uma consciência de que nós devemos buscar estabelecer mais rapidamente os consensos sobre as matérias que estão sendo aqui suscitadas.

A segunda questão também que eu gostaria de lembrar e foi lembrado pelo Senador Antonio Carlos Júnior é que realmente nós não conseguimos fazer as reformas políticas que nós esperávamos, que para mim são muito mais do que reformas políticas, são reformas institucionais, porque tem muito a ver com a vertebração das instituições brasileiras.

Eu não gostaria de deixar de mencionar Norberto Bobbio, que diz sempre que para que nós possamos ter instituições fortes é necessário que nós consigamos reformar as instituições de sorte que elas possam dar respostas as demandas da sociedade. E acho portanto que infelizmente não foi possível que nós fizemos éessemos essa reforma institucional, [Soa a campainha] mais de toda maneira eu espero que ela constitua que a apreciação desse projeto já constitua num avanço.

E também quero dizer que eu tenho conversado com o Senador Eduardo Azeredo, e a nossa ideia é fazermos um relatório conjunto, página porque isso também dará uma certa economia processual, simplificará e assim penso nós estaremos habilitados a cumprir o nosso encargo que é de grande responsabilidade no tempo que nos foi acenado é que o que eu gostaria de dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Marco Maciel.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu gostaria de cumprimentar tanto V.Exa como o Senador Demóstenes Torres, pela realização dessa Audiência Pública que eu acho fundamental, porque o assunto que nós estamos decepciona ten é de interesse do povo brasileiro é aperfeiçoamento do processo eleitoral e vai ser apreciado por nós que somos experts essa é a nossa próprio, nós somos político e participamos de eleição.

Ainda bem que as relatorias estão entregues a homens com experiência Senador Eduardo Azeredo e Senador Marco Maciel, porque nós não podemos errar. Nós temos já praticado o pecado da omissão que leva o Supremo Superior Federal, a se manifestar sobre o assunto que ideia responsabilidade do Congresso Nacional, como nesse momento é a nossa responsabilidade.

Aqui foi colocado uma coisa muito importante do Ministro Jobim que eu não estava advertido é da possibilidade de se destacar matérias, se votar matérias, destacando para a Câmara dos Deputados sem que esse assunto fique pendente no processo, isso é muito importante. Mas eu queria chamar a atenção do Plenário e dos relatores, me permitam a ousadia, de que há temas modernos e muito polêmicos nesse projeto.

A questão da Internet que é um instrumento moderníssimo de comunicação tem que ser muito bem disciplinado, porque assim [Soa a campainha] como a televisão há trinta anos atrás não era um grande instrumento de comunicação política e o hoje o é, a Internet comece a sê-lo e tem que ser muito bem disciplinada a partir de agora para não se gerem, vícios insanáveis, esse ponto como outros pontos..

Então eu gostaria de pedir à V.Exas Presidentes das Comissões atenção especialíssima a essa matéria, tendo em vista que é de enorme responsabilidade nasça votarmos coisa que ficarão permanente e agradecer claro a contribuição do Ministro Nelson Jobim e do ex-Ministro Fernando Neves, do Dr. Murillo Aragão, do Dr. Dutra Janino, que vem dar aqui a contribuição, como veio dar a sua contribuição o Deputado Flávio Dino, cujas observações eu levarei e o meu Partido levará na devida conta na apreciação do confronto do embate entre a opinião e a contra opinião, para que nós possamos votar um texto minimamente acertado. Obrigado a V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador José Agripino. Com a palavra o Deputado Brizola Neto.

DEPUTADO BRIZOLA NETO (PDT-RJ): Sr. Presidente, agradeço a oportunidade de fazer essa intervenção cumprimentar os Senadores e Senadoras aqui presente, prometo ser breve e bem conciso especificamente sobre essa questão da impressão do voto eletrônico, Presidente.

Eu tenho aqui na minha mão um editorial do jornal The New York Times, talvez um dos jornais mais importantes do mundo e que ele considera, talvez o oposto do que expôs aqui o Ministro Jobim e no céu editorial e ele é muito claro, e ele tem um título aqui que diz o seguinte: Urnas eletrônicas sem voto impresso não são confiáveis. Segue-se a isso Sr. Presidente, uma decisão que já foi mencionada pelo Senador Flávo Torres do Tribunal Constitucional Alemão, tornam inconstitucionais as urnas eletrônicas sem o voto impresso.

Fora isso, a decisão de todos os países que tiveram conhecimento do nosso sistema eletrônico que é dito como um sucessão mundial e que o rejeitaram, inclusive o caso recente do Paraguai que devolveu as urnas eletrônicas brasileiras. O questionamento que eu faço ao Ministro Jobim é se ele considera essas decisões o Corregedor de decisões do jornal The New York Times também um retrocesso.

E um ponto questão pontual da colocação do Ministro Jobim que fala da questão da umidade do território brasileiro e da inviabilidade de se fazer a impressão do voto em determinados local em que a umidade for muito alto. A gente pode recorrer a experiência de voto

com urna eletrônica e voto impresso na Venezuela que é um país de clima equatorial com níveis de umidade quais ou semelhantes ao da região Amazônica que é a região que tem a maior umidade brasileira.

E também eu gostaria de fazer um questionamento se nessas localidades é impossível a utilização de equipamentos como terminais eletrônicos de banco que também fazem uso da impressão do voto. Então eram esses dois simples questionamentos, porque a preocupação [Soa a campainha] do PDT acima de tudo, é com o processo de transparência, nós não somos assim como o Ministro Jobim nenhum especialista em questão de segurança eletrônica, mas nós temos essa dúvida que ocorre aí no nosso processo eleitoral. Muito obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Deputado Brizola Neto.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero só manifestar que eu entendo a preocupação do PDT que vem desde aquela questão da *Proconsult*, mas foi desde 1982, de lá para cá a tecnologia mudou muito. Então eu quero reiterar de que o coloquei. A urna de desculpe, mas ele é não dita de sucesso, ela é a urna de sucesso, ela é o sucesso reconhecido. O fato do Paraguai não me parece que seja um argumento importante e nem o fato dos Estados Unidos.

Eu acho que nós não temos que nos seguir pelo The New York Times, não. Eu não nunca procurei seguir o que é bom para o The New York Times é bom para o Brasil, eu sou contra isso, só isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço Senador Eduardo Azeredo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu agora tenho uma solicitação do nobre Dr. Fernando Neves, ex-Ministro do TSE que gostaria da fazer, segundo ele uma provocação ao Ministro Jobim, antes que possa passar a palavra ao Ministro para fazer as respostas.

SR. FERNANDO NEVES DA SILVA: O Ministro Jobim, brincou na entrada de que eu já teria mudado de lado, mas eu ainda estou defendendo as urnas como estão, sem o voto impresso. Agora eu acho Presidente que nós poderíamos pensar de aprimorar os mecanismos de controle do voto digitalizado do voto que está lá.

Nós estamos caminhando hoje, e o Supremo o STJ é tudo processo eletrônico, não tem mais papel, então eu não vejo mais sentido da agregar esse papel que é um complicador nós temos é que garantir. V.Exa fez referência a pequenos casos residuais, não seria o caso de nesses casos residuais a Justiça Eleitoral dar uma pronta resposta e esclarecer?

V.Exa se lembra bem que quando nós discutimos isso lá atrás, nós criamos o arquivo log que é um arquivo que registra tudo que o acontece dentro da urna, quando esse arquivo registra alguma coisa que não devia acontecer ou não registra que o devia acontecer área Justiça Eleitoral tem que dar o esclarecimento.

E aqui eu quero dar um testemunho pessoal que diversos clientes que eu tenho dito ultimamente, tem encontrado dificuldade não da Justiça Eleitoral, mas de órgãos técnicos da Justiça Eleitoral em dar esses esclarecimento. Eu acho que os órgãos têm que entender que esclarecer não é pôr em dúvida a regularidade do sistema, o sistema é muito bom. E é bom por quê? É bom porque ele registra o que acontece equivocado. Então esse esclarecimento, na hora se der esse esclarecimento a questão se resolve. É que o Senador Eduardo Azeredo falou, vamos aprimorar isso.

Agora nós estamos trabalhando pelo que está no processo para 2014, não seria um tempo por tudo que eu ouvi aqui e me permitam fazer essa ponderação. Quer dizer de tudo que se falou e da dificuldade disso daqui, isso não precisa estar nesta lei, isso pode ser objeto de uma lei em separado e que se vai discutir e discutir mecanismos seguros de aferição do registro eletrônico que é a absolutamente confiável, agora isso tem que ser posto.

Talvez a gente possa separar, o Congresso possa separar esse problema do voto impresso que nós vimos que dominou a discussão hoje cedo e como já se colocou o Senador José Agripino colocou que essa lei tem outros pontos importantíssimo que merece ser discutido, mas nós estamos discutindo só voto impresso para 2014. Não seria talvez mais racional se nós formos trabalhar isso com mais **cluid** ado dentro desta lógica? Era só essa provocação que eu queria trazer ao Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao ex-Ministro Fernando Neves e passo a palavra ao Ministro Jobim para que ele possa responder os questionamentos, V.Exa terá dez minutos numa capacidade de síntese muito grande que tenho certeza que atingirá e devolvo a Presidência ao nobre Senador Demóstenes Torres, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça.

[Troca de presidência].

Sr. Nelson Jobim: Senhoras e senhores eu fico grato com todas as observações e vou tentar fazer um voo de pássaro em cima de todas essas observações não deixando de enfrentá-las de forma positiva. Em primeiro lugar eu faria uma observação de natureza geral, lembrando as expressões do Senador José Agripino e de outros Senadores também que referiram que se projeto trata de vários temas.

Eu sempre ouvi falar de que não se faz reforma ideal, realmente não uma reforma política ideal, mas nos temas que foram tratados são tema que foram tratados. Então o fato desse texto não enfrentar alguns temas não significa que esses tema não devam ser examinados como V.Exa claramente observou. Claramente observou como foi dito referido pelo Senador José Agripino, a questão da Internet.

Que o fez o projeto? Deu a Internet nos provedores o mesmo tratamento da televisão, ou seja os provedores, encontrou uma fórmula, se esta forma é a melhor ou não é outro problema. Agora ele deu um tratamento se pode usar Internet, os Partidos usarão a Internet. Agora os provedores tem que se submeter as regras restritivas das televisões por quê? Porque se trata de imagem, eu acho que faz um sentido, tem sentido a solução dada.

Eu creio também, meu caro Senador Pedro Simon, que V.Exa refere o sentimento não está presente o Senador Pedro Simon, ah está lá. Fala num sentimento em relação a confiabilidade. Eu quero lembrar e aí fazer uma homenagem ao Deputado Brizola Neto eu vou lembrar o seu avô, não vamos misturar jaguatirica com cobra d'água. Diria o nosso velho Governador, nós estamos misturando voto eletrônico com o sistema impresso.

Daí por que tem razão o Ministro Fernando Neves porque pretende que o assunto seja tratado com jaguatirica e como com cobra d'água e o Governador Brizola diria isso: Nós estamos exatamente metendo gago ua teu rica quando estamos falando de cobra d'água, ou seja, não dá para misturar.

Ou seja, nós temos e eu quero lembrar aos senhores que em 2002, eu como Presidente do Tribunal eleitoral submeti a urna eletrônica a uma análise da UNICAMP, pela Universidade de Campinas que deu um laudo que chegará as mãos dos senhores, através dos arquivos do eleitoral que conclui da seguinte forma: "O sistema eletrônico de votação implantado no Brasil a partir de 1966 é um sistema robusto, seguro e confiável, atendendo a todos os requisitos do sistema eleitoral brasileiro. Conclui-se que sistema eletrônico de votação analisado atende as exigência fundamentais do processo eleitoral ou seja o respeito a expressão do voto do eleitor e a garantia de seu sigilo. Conclui-se

também que a segurança e a confiabilidade do sistema podem ainda ser aprimorados pela adoção de procedimento e modificações”.

E que várias dessas sugestões de natureza eletrônica foram adotados ainda na minha gestão em relação a isso. Tinha informações sobre blocos estáveis e permanentes do desenvolvimento dos aplicativos, tinha formalização do ciclo do desenvolvimento do software, que foi implantado pelo TSE. Tinha avaliação do Código de fontes e seus componentes especialistas que foi implantado nas eleições. Foi a compilação de determinados arquivos criptográficos dos arquivos em sessão pública, tudo isso foi implantado.

Ou seja, é possível fazer um antidumping eletronicamente sem trazer a jaguatirica, ou seja, vamos trabalhar em termos eletrônicos, vamos verificar formas de conferência eletrônica. Agora eu quero chamar a atenção o seguinte. Há um equívoco em relação a algumas informações, o texto deste texto não permite ao eleitor conferir o voto que votou.

V.Exa mente, Senador, Senador Flávio Torres, referiu com muita propriedade de que estaria protegendo o eleitor, mas acontece que esse sistema não prevê essa hipótese. Essa hipótese era prevista pela lei 2002 que diz o seguinte: Se ao conferir o voto impresso o eleitor não concordar com os dados neste registrado poderá cancelá-lo e etc.

Neste novo sistema não há conferência por parte do eleitor do voto impresso. O eleitor no toma conhecimento do que é impresso que o é verificado ele não olha porque isto passa direito. Não há esse hipótese, ou seja, V.Exa foi mal instruído no sentido da informações. Isso foi o sistema que morreu esse aqui é meramente para conferir se os impresso são igual aos B U S é só isso nada mais, ou seja o eleitor continua, por quê? Porque está sendo respeitado o eleitor pelo sistema.

Eu quero chamar a atenção ao problema que os senhores precisam ter presentes, e aí vem a palavra do Deputado do Senador Tasso Jereisatti e do próprio Senador Pedro Simon. Nós estamos caminhando para a criminalização da política, os senhores não podem permitir a criminalização da política. Hoje apresenta-se nacionalmente o político como um de detrator isso tem que acabar. Isso é o início de um processo antidemocrático de desconhecimento das representações populares.

A judicialização da política a voluntarização dos Tribunais significa que os senhores estão recuando. Porque os senhores estão acuados e é isso que precisam ficar claros, precisam os senhores enfrentarem os seus próprios problemas e não fazer acordos dilatórios para que os Tribunais enfrentem os problemas. É isto que precisa ficar claro. Os senhores precisam

botar na mesa todos esses problemas e criar com uma condição, valorizem os Partidos políticos. .

Quando o eminente Senador Pedro Simon, refere que os Partidos Políticos estão digamos em deterioração, mas meu quer Pedro o nosso sistema eleitoral valoriza o candidato nei o Partido. V.Exa em 1986, porque queria ganhar as eleições, V.Exa Presidente do PMDB do Rio Grande do Sul, V.Exa em 1986, eu me agradeço porque eu me elegi, por causa disso. V.Exa convida um eminente radialista, aliás um eminente personagem da televisão gaúcha, Jorge Alberto Mendes Ribeiro porque ele podia trazer votos para a legenda.

E ficou assegurado a Jorge Alberto Mendes Ribeiro a liberdade em relação as ações política dele. Por que que o nós precisávamos? Nós precisávamos os votos deste candidato para produzir legenda, isso o sistema eleitoral faz com que o candidato não dependa do Partido é o partido que depende dos votos dos candidatos. E é por isso meu caro Tasso que nós vamos buscar quem? Nós vamos buscar pastor evangélico, vamos buscar gente que tem acessibilidade ao povo. Vamos buscar radialista, vamos buscar o Presidente de Sindicato.

E eu pergunto: O Presidente de Sindicato vai ser leal a quem? Ao eleitor que lhe deu o voto e não ao Partido que lhe deu a legenda. Ou seja há uma distorção no sistema. Ou seja, eu quero lembrar que não existem sistema eleitorais bons ou maus, essa tentativas, acadêmicas e me permite o eminente cientista Murilo Aragão, essas tentativas acadêmicas são muito válidas para tese de mestrado.

O que valem são sistemas que funcionam em determinados momento histórico e em outro momento histórico deixam de funcionar. E nós temos que ter a percepção e a ante visão de ajustar e esses não funcionamento. E é por isso que o processo democrático e a Administração do dissenso e não só a produção do consenso. E a Administração do dissenso, significa o dissenso tem que ser resolvido internamente.

Que o acontece? O que passou a acontecer a partir de 1988, um Partido Político debatia aqui no Congresso, determinada matéria, perdia sua posição e ia imediatamente para o Supremo Tribunal Federal, houve um Senador da República que afirmou que não tinha problema nenhum, porque ele teria muito mais visibilidade apresentando uma direta de inconstitucionalidade contra a lei do que tentando sustentar perante a Senado a sua posição. Era um Senador de origem árabe. Lembrem se dele.

Ou seja, houve um início de renúncia por parte do Parlamento da deve antecipo das suas regras e no momento em que vem a renúncia o eminente, Senador Tasso Jereisatti sabe que em política ao existe espaço

vazio. E esse espaço acaba sendo ocupado pelo voluntarismo que possa ser produzido referido pelo mente Deputado Flávio Dino, juiz de direito, portanto, juiz de direito de carreira que abandonou para vir para a política e que realmente conhece o tema e mostra claramente que esta judicialização, é uma judicialização contra os eleitos feita por quem? Pelos derrotados.

Essa é regra do jogo. Eu não conheço o eminente Fernando Neves sabe muito bem de que não existe processo contra político que perdeu a eleição. Ou seja, nós temos que ter uma capacidade de produzir uma legislação que o espaço do resultado eleição se esgote maximamente possível dentro do processo eleitoral e não dentro de decisões judiciais, esse é o tema que os senhores precisam enfrentar. E temas que precisam enfrentar e daí justificativa referida pelo Senador Valter Pereira que é a problema do tema.

Efetivamente o tempo é terrível Senador Antônio Carlos Valadares sabe muito bem. "Sou eu o Governador do Estado, eu estou sujeito ao processo o que eu vou fazer? Eu vou gastar toda a receita do Estado para não deixar o novo assumir ". Era aí quem é que sofre com isso? O Estado e o povo daquele Estado. Ou seja, nós precisamos ter, exatamente Ministro, meu caro Senador Marco Maciel, nós precisamos ter exatamente esta possibilidade dos senhores sentirem e tratarem individualmente não tentem fazer um Código Eleitoral, porque isso não acontece.

Façam o que fez a Câmara, enfrentem assunto por assunto. E porque isto? Porque juntando muito assunto só Junta inimigo e não Junta amigo e aí os senhores sabe que o acontece? " Ah, se tu voltar contra o artigo 3º eu voto também contra o artigo 5º ". E sabem muito bem que essa negociação existe. [Ininteligível] nós sabemos disso: "Ah, eu quero aprovar o artigo 24". "Fulano tu aprova o 24? ". Eu aprovo o 24, desde que tu também prove o 26 ". " Tudo bem, fechado ". Não assim? E'. O que nós precisamos ter é essa lucidez de compreender.

E essa crise de Partidos o meu caro Pedro é que os Partidos dependem dos candidatos e esse projeto tem uma tendência, quando V.Exa referiu o problema de doações é o início, começa um processo para chegar a eventuais financiamento público de campanha por quê? Porque os Partidos passam a gerir as campanhas e não mais os seu candidatos e aí desaparecer um problema. De que hoje você sabe muito bem de que cada vez mais as fontes de financiamento dos Partidos não querem, querem se ocultar nas doações que façam aos seus candidatos. Não se passa isso se façam os Partido.

E aí os senhores se não criarem esse mecanismo empurram mais para a ilegalidade ou seja, nós

temos que ter o consenso da legalidade em relação da... por isso o financiamento público Pedro isto é uma ante-sala, porque o Partido Político vai passar a gerir já a eleição. Ou seja, aqui começa a haver já o mecanismo de trazer os Partidos político a responsabilidade administrativa de financiamento de campanha não é assim? E' exatamente isso que acontece.

Ministro Casa Grande, eu tenho muito medo, Senador Renato Casagrande eu tenho muito medo, desse negócio de ficha suja. Eu tenho muito medo eu tenho experiência disso eu fui advogado e fui Juiz e vi muito processo que era nada mais, nada menos para sujar a ficha do sujeito eu tenho medo condenar por antecipação. Portanto, não sou parceiro ou seja a ficha suja foi algo que foi trazido como se alguém por ter sido iniciado o processo devesse ser condenado.

Você condena com antecipação e depois não ressarce essa antecipação porque cassou um dos direitos mais legítimos da população que é o Direito Eleitoral.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): E não há chance de quem [Soa a campainha] tenho a ficha suja o processo dele ser julgado dar uma prioridade antes da eleição?

SR. NELSON JOBIM: Isto é uma outra história.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas é que...

SR. NELSON JOBIM: Tudo bem. Uma coisa, então com isso V.Exa está concordando comigo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): (?) É que a ficha suja vai sujando ficha da pessoa que tenha absolutamente inocência, faço a especulação política.

SR. NELSON JOBIM: Exato e vai à luta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Mesmo que seja votado em um ano e seis meses, já soujou.

SR. NELSON JOBIM: Correto, agora suja.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu só vou pedir que os senhores...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Esse que é o jogo da [ininteligível].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Para que o Ministro possa concluir a sua exposição, porque nós temos mais cinco expositores, dois já foram.

SR. NELSON JOBIM: Eu só diria o seguinte, eu só diria o seguinte o problema não então a ficha suja o problema é o tempo do processo que é tema do Senador Valter Pereira. O que eu não admitiria aceitar seria o seguinte é que bastante a existência

da denúncia inviabilizasse, porque aí todo mundo vai denunciar todo mundo.

Que o nós precisamos exatamente uma revisão e aí é um importante ponto nós precisamos uma revisão lúcida do procedimento dos Tribunais Eleitorais em relação ao julgamento esse é o tema. A questão não é a ficha suja a questão é nós aceleramos os mecanismos e criarmos os mecanismos de Justiça.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ficha suja a Justiça julga antes da eleição, se por alguma desgraça não deu para fazer antes da eleição, julga antes da posse.

SR. NELSON JOBIM: Isto significa os senhores se dedicarem num específico. Procedimento do Tribunal eleitoral. Ou seja, aí é processo. Agora pelo amor de Deus, se os senhores começarem a porque o Tribunal não julga os senhores antecipam, isto os senhores abro eram um espaço para o Ministério Público, para não sei o quê, para ONG acusar era aí será um instrumento de oposição ou um instrumento da oposição ao próprio governo e a própria disputa eleitoral.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Ministro.

SR. NELSON JOBIM: Eu encerro.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Só porque o Ministro Fernando Neves tem uma audiência agora se não nós ficaremos também sem....

SR. NELSON JOBIM: Sim, eu vou terminar aqui só rapidamente. Eu já respondi ao Senador Valter Pereira, o Valadares captação do voto, artigo 41-A, o problema está exatamente naquela discussão que nossa nós tivemos ou seja que é o problema da captação do voto, onde você tirou a possibilidade de dar-se a captação do voto, submeter-se ao resultado da eleição se ela influenciou ou não o resultado da eleição, se ela influenciou ou não o resultado da eleição. O captação do voto é proteção do eleitor e não do resultado da eleição e isto deu distorções que o senhor conhece e que tentou alterar, inclusive.

Inegibilidade, Senador Roberto Cavalcanti, já foi referido. O problema da inegibilidade os três anos, foi exatamente isso que aconteceu. Eu estava aqui. Botou três anos porque diz: Se condena, depois fico a se eleger aos quatro. Há um processo circulando para aumentar esse prazo para cinco anos.

O Senador ACM não abrangente o projeto não abrangente e não pode ser abrangente tem que ser pontual, porque se for pontual vocês aprovam, se for global vocês só criam dificuldades. Eu compreendo se precisam fazer abrangência, dividam isso em temas autônomos.

O voto em trânsito, o problema do voto em trânsito é o problema da rede, não tendo rede não tem como fazer, salvo se for voto em cédula. Mas sendo voto em cédula com trânsito comum vai ficar aberto aqui há um risco, é um problema de ser examinado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): O único eleitor a votar na sua sessão, é o voto aberto.

SR. NELSON JOBIM: Lógico, exatamente é o voto aberto porque ele vai votar depois, porque ele deixou de votar depois, porque ele vai ter que votar lá.

E quanto ao problema, eu queria fazer chamar a atenção, chamar a atenção não, fazer uma resposta ao Deputado Flávio Tavares do PDT e ao Deputado Brizola Neto eu me absolutamente relevante. Absolutamente relevante a posição do The New York Times. Os Estados Unidos não tem nada a nos ensinar a primeira eleição de Bush foi a demonstração de que não temos nada a aprender com os Estados Unidos, mesmo porque cada condado nos Estados Unidos tem regras específica para as eleições.

E esse editorial que V.Exa referiu que é um editorial de 28 de fevereiro de 2004 que eu li e examinei, mostra exatamente que os Estados Unidos não se percebem do erro em que vivem naquele sistema, lembrem-se os senhores da apuração da eleição de Al Gore com o Bush que tinha um sujeito com os olhos vesgos olhando um buraco numa ficha, não tem o que ensinar. Não tem o que ensinar.

E vejam bem a Alemanha também não o que ensinar. O que nós queremos deixar bem claro é o seguinte, os exemplos da Alemanha, os exemplos de outros lugares do mundo, não nos servem pelo tamanho que dis poema e são completamente por sua realidades distintos, não devemos confundir essas intenções da Alemanha. Da uma olhada na Venezuela, ora a Venezuela.

Quem é que foi vejam bem, quem é que foi levar as urnas eletrônicas no Paraguai? Foi a OEA a Brasil. A OEA não levou as urnas brasileiras para Venezuela, porque a Venezuela não concordou e mais o Partido colorado paraguaio não quis usar as urnas por razões óbvias. E lá era muito mais fácil, meu caro vala rés porque o voto era de lista e nós colorimos as teclas, então você votava no Partido colorado, votava no Partido Liberal que era azul e votava num outro Partido que era a frente ampla que tinha outra cor.

Então ficava muito mais simples. Não há que se falar nisso, não há que se flor por que os outros não usaram. Nós temos que começar a pensar grande. Isto aqui é um país grande não um país que possa depender de sugestões de A de B ou de C ou nós somos um país grande ou seremos um país pequeno. Aliás, o

Senador Pedro Simon sabe muito bem o Ulysses nas discussões do velho PMDB na sua Casa, dizia, quando alguém começava a dizer algumas coisas dizia assim: “Escuta quem pensa pequeno, fica pequeno”.

Vamos pensar grande e vamos deixar de lado isto, porque nós temos tecnologia para isso, nós temos tecnologia meu caro que os americanos querem pegar e não vamos pegar, as super centrífugas feitas por nossos marinheiros, elas circulam pelos leitos eletromagnéticos e os americanos não fizeram isso. Logo não vamos nos menosprezar sós vamos fazer aquilo que os colonizadores fazem? Ou nós estamos voltando à dependência com a Europa e com os Estados Unidos, não. Não é exemplo, desculpe mas exemplo de autoridade não serve venha com a demonstração.

E os Estados Unidos não tem nada para demonstrar em termos de eleição e em termos de garantias e em termos de segurança.

DEPUTADO BRIZOLA NETO (PDT-RJ): Ministro.

SR. NELSON JOBIM: Lembrem os senhores o seguinte a Suprema Corte Americana foi lá que decidiu que era possível as forças americanas entrarem no México para captar e raptar alguma pessoa sendo legítima essa ação. Vamos sair atrás disso? Não. Absolutamente não.

DEPUTADO BRIZOLA NETO (PDT-RJ): Ministro, me permite uma pergunta a mais Ministro?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Não, eu não permito. Não permito mais que ninguém interfira com o Ministro, que eu quero concluir o debate. Só isso. Aliás foi dada a palavra à V.Exa eudisse ao Senador Flexa Ribeiro, não vou dar a palavra a ninguém, porque se não eu não encerraremos o debate.

Então não vou dar a palavra a ninguém, porque se não, não encerraremos o debate.

SR. NELSON JOBIM: Presidente eu vou encerrar pedindo desculpas pela minha insistência, mas quer dizer o seguinte aos senhores, nós estamos na frente em termos eleitorais no mundo. Em termos de um país que tem 120 mil eleitores, cuja participação eleitoral, hoje, milhões, 130 milhões, cuja participação eleitoral vai a quase 75% das população e que tem eleições que acabam sendo seguramente avançada de aproximar a verdade do voto. O problema hoje é a identificação do eleitor que se resolve pela biometria.

Eu queria dizer aos senhores que o texto é avançado o texto e concentra nos Partidos político os senhores precisam caminhar pró fortalecimento dos Partidos. Se os senhores não caminharem para o porto lesseimento dos Partidos e os senhores deixarem de ocupar os espaços que têm que ocupar porque não

querem decidir, acabam quem decidindo? O Juiz. Sem responsabilidade política esse é o grande ponto.

Eu peço escusas aos seres quero pedir ao eleitoral que traga o texto da UNICAMP, que foi que o parecer da UNICAMP em relação a questão da urna eletrônica. E faço votos que está na fls. 19 do texto a referência ao laudo, mas eu preferia que o laudo integralmente fosse trazido a esta Comissão ao Senado para este exame muito obrigado aos senhores perdoe-me digamos, a emoção e poder é o me também a veemência, mas nesse assunto eu não abro mão.

Ou nós afirmamos a nossa Brasília leu dade tendo competência eu não vou assistir nenhuma reverência do Emaiti (F) que tentou fazer referência nesse sentido com equívocos brutal porque nós temos tecnologia superior a ele. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Exa e agradeço a todos os senhores e e vamos prosseguir Audiência Pública, Ministro Nelson Jobim vai se ausentar e em seguida ouviremos. E vamos estabelecer algumas regras para que todos possam ser ouvidos pelo prazo de dez minutos, todos os demais expositores.

Primeiro o Ministro Nelson Fernando Neves da Silva. Em seguida, o Dr. Giuseppe Dutra Janino, Secretário de tecnologia de informação do Tribunal Superior Eleitoral. Depois o Dr. Murillo de Aragão, esse têm que se ausentar em seguida depois os demais.

Com a palavra portanto o advogado e ex-Ministro do ex-Ministro do Tribunal Superior eleitoral Fernando Neves da Silva pelo prazo de dez minutos.

Sr. Fernando Neves da Silva: Sr. Presidente, muito obrigado, Srs. Senadores. Eu depois desse turbilhão do Ministro pertence a gente fica até com limitações para falar. Mas de modo geral eu queria dizer que eu acho que o projeto é bom na sua essência o projeto é bom.

Já tive oportunidade de fazer alguma considerações, acho que alguns censo ajustes de redação são necessários, evidentemente eu sugeriria definir o que é período eleitoral, algumas coisa aí. Aquela questão do inauguração do artigo 77, que estende não só aos concorrentes de cargos majoritários, mas também aos proporcionais, eu acho que devia ser não só inauguração, mas qualquer eventos suportado com recursos públicos eu acho que daria mais legitimidade.

O tempo não vai permitir fazer todas as observações, depois em conversa com os relatores eu quero dizer que estou a disposição para detalhar essas pequenas observações que tenho e falo também em nome do Instituto Brasileiro de Direito Eleitoral do qual hoje eu sou Presidente.

Alguns pontos que me parece que levaram mais a discussão, a questão da quitação eleitoral, ou seja, a certidão dada pela Justiça Eleitoral, aquele sujeito que tem especificamente contas rejeitadas, contas de campanha rejeitada em que há uma discussão. Uma proposta da sociedade de que ele venha a ter sua certidão negada. Eu sou contra.

Eu acho que só deve ter certidão nego Lada de quitação eleitoral quem não cumpriu a sua obrigação de prestar contas, se as contas são prestadas e não rejeitadas isso deve ser encaminhado ao Ministério Público para que o Ministério Público afira a gravidade e submeter esta questão à Justiça Eleitoral no processo do 30-A, para apurar as consequências disso, porque a pessoa pode ter as suas contas rejeitadas, o candidato poeta ter suas contas rejeitadas por um fato absolutamente insignificante.

Mesma coisa outro ponto que suscitou muito debate que eu sou favorável o que está no projeto. Considerar porque hoje a jurisprudência fixou que às condições da elegibilidade são fixadas no dia em que se pede o registro. Mas pode ser que aconteça algum fato entre o registro e a eleição que torne aquele candidato elegível, um candidato que não era no momento elegível. Basta dizer uma condenação criminal cujo prazo de inelegibilidade termine entre o registro e a candidatura. Esses fatos tem que levar em conta porque se inverso acontecer tem nevar em conta também.

Se falou aqui em discriminalização da política e acho que também da propaganda, porque está se levando a propaganda eleitoral quase que como uma coisa proibida que não fica bem fazer propaganda eleitoral, quando isto é fundamental o conhecimento do eleitor para que ele possa escolher em quem vai votar. Então nós não devemos limitar propaganda, devemos sim estabelecer regras seguras que permitam ao candidato se apresentar para o eleitor.

Ainda nessa questão da atuação do Poder Judiciário, e aqui o Senador Tasso fez uma observação eu estava comentando aqui uma brincadeira que temos feito em algumas palestras, que hoje teve um tempo em que o Juiz tinha que ter muita coragem para condenar um político e cassar o seu mandato, hoje é o inverso o Juiz tem que ter muita coragem para não cassar um mandato. E isso não pode ficar deste jeito.

A pressão da sociedade e da imprensa eu não digo, eu digo da opinião publicada de alguns setores que forcem uma decisão judicial e impõe ao Juiz quase que um terá temor ali, dizendo: " Olha, eu não posso dizer que esse político... ". Os políticos estão saindo a meu ver injustamente não maior quantidade com a fama de que todos eles estão atingiram o seu mandato indevidamente não é assim, não assim.

A Justiça tem que ter a coragem de absolver. Isso se inverte aquilo que era antes a coragem condenar agora a condenação é a presunção daí o projeto de ficha limpa de ficha suja de vida pregressa, aonde eu defendo... claro eu estou de acordo com o Jobim, quando diz não basta uma mera propositura de ação, mas por outro lado nós temos que levar em consideração o fato daquele sujeito estar condenado em primeiro e segundo grau e entrando com recurso protelatório.

Neste sentido tem um projeto sugerido pelo Tribunal Superior Eleitoral em andamento aqui no Senado hoje há um movimento popular com uma já com a parecer com um milhão de assinaturas coletadas onde se pede o seguinte. Há que se ver um momento em que trânsito julgado é para a culpa é para a cadeia inelegibilidade não pressupõe culpa.

O Jobim hoje é inelegível que Tribunal de Contas está num cargo público isso não quer dizer que ele seja culpado ele é inelegível porque está num exercício de cargo público. A esposa de um Presidente da República é inelegível para Vereador, ela não culpada são coisas diferentes inelegibilidade. Então quem está com uma segunda condenação, ou seja, acabou o exame da prova pode ser considerado inelegível, está é uma discussão que acabe ao Congresso decidir. Eu acho que nós devemos ter nem a mera propositura da ação e nem a necessidade de um trânsito em julgado que se alonga por 20 anos e torna a questão inconsequente.

Acho que era bom nesse projeto, Senador Marco Maciel deixar claro que o Ministério Público tem legitimidade para todas as ações. Fala-se muito em candidato em Partido Político, mas é importante que o Ministério Público é o fiscal da eleição. O Juiz não é o fiscal da eleição, o Juiz é o Juiz a ele cabe decidir mas o Ministério Público tem por obrigação apontar as irregularidades que entender cabíveis.

Uma outra questão que eu acho que podia ser resolvida aqui e eu falava isso com o Dr. Miguel que é o Diretor-Geral do Tribunal que sempre socorre e sempre socorre no momento das eleições se dar retribuição fiscal as emissoras de rádio e televisão pela propaganda eleitoral gratuita. Mas sempre se discute a montagem da rede, porque esses dados são transmitidos, antigamente era a Embratel eu não sei se é apenas ela que faz isso.

Mas toda vez chega no Tribunal todo ano dizendo assim, a Embratel dizendo assim: " Ninguém está me pagando eu não vou fazer a transmissão de dados ". Então você tem o programa eleitoral, mas não tem a informação chegando da geração do Tribunal eleitoral até as emissoras, porque isso as emissoras cobram. As emissoras não, as transmissoras, a Embratel e ou-

tra transportadores de dados. Isso devia ser tratado a meu ver também.

Vou a questão da Internet que eu acho que é um dos pontos fundamentais deste processo eu estou vendo ali de olha no meu tempo eu resolvo isso de uma forma muito simples, no meu modo de ver depende da atitude. O eleitor não pode ser passivo, ele tem que ser ativo a Internet hoje é a mesma coisa que ele entrar numa biblioteca e procurar o livro sobre a vida de uma pessoa, sobre informações de uma pessoa.

Ele vai na Internet e procura pelos caminhos até obter aquela página onde terá todas as informo horas sobre o político. O que não pode ter é quando ele entra na página do seu provedor ter ali uma propaganda por quê? Porque essa propaganda será paga. E isto vai criar uma desigualdade com aqueles que não podem pagar. Ele não pode ser bombardeado quando ele não quer é o sistema semelhante com o jornal que ele vai lá em compra e com a televisão que ele está recebendo aquilo em casa.

Então eu acho que a Internet o modo de regular a Internet é muito fácil, nós fizemos isso em 2000 mil em dis mil e dois ela é regulada na medida a atividade em que ela se assemelha o Blog, aqueles chats de discussão, nós não podemos ir para uma mesa de dar e discutir política? Porque nós podemos fazer essa discussão pela Internet aonde os interessados entrarão naquela página para discutir, mas só os interessados só quem manifestar desejo de participar daquilo é que vai discutir.

Nós não podemos pôr na página do provedor que a gente entra para verificar e-mail estar ali sendo bombardeado com propaganda eleitoral. Eu acho que esta é a solução simples. E discordo um pouco do Ministro Jobim do tratamento da imagem, porque quando você tem um site de televisão ele tem geralmente a propaganda da televisão, mas você pode ter comentários ali naquele site que não foram divulgados pela televisão e que eu acho que os jornalistas também tem o direito de fazer a pretexto como o de jornal podem fazer.

Eu acho que é esta a questão. No voto impresso eu já adiantei as Minas ponderações, eu acho que nós podíamos discutir eu acho que a sociedade podia discutir isso um pouco mais, nós estamos pensando para 2014. Eu sou contra o reingresso papel. Isto me novembro em 2002, basta um exemplo simples, um dos poucos que o Ministro Jobim não deu. Mas é o eleitor que visualiza aquilo aquilo e diz assim: " Isso não está de acordo com que o eu digitei. Não tem jeito de conferir? ". Paralisa a eleição naquele momento. Não tem jeito. Isso daí para o processo eleitoral e permite uma balbúrdia tremenda.

Nós temos que ter segurança no sistema, esta segurança é feita por uma auditoria desde o início que o Tribunal Superior Eleitoral tem permitido aos Partidos acompanhar tudo isto. A única crítica que faço, me perdoe aqui o Dr. Giuseppe é que alguns órgãos técnicos da Justiça Eleitoral tem criado restrições a se verificar esses casos [Soa a campainha] residuais, essas denúncias que aparecem. Eu estou concluindo Sr. Presidente. Essas denúncias que surgem ao final.

Tem caso de se cobrar do candidato valores altíssimos para que se investigue por que o log registrou o que não devia registrar ou não registrou que o devia registrar, esta satisfação a Justiça Eleitoral deve à sociedade, porque isto que traz credibilidade ao sistema aquilo que quando se verifica que alguma coisa não andou bem, tem que apurar porque não andou bem.

A urna eletrônica é uma computador como qualquer outro e portanto passível de equívoco, passível de falha, ainda que Sé tenha todo o controle, o ó que nós temos é que aferir isso com muita segurança, aprimorar esse mecanismo de controle para que se ela falhar e isso isto eu admito que ela pode vir a falhar. Mas isso tem que ser investigado e tem que ser apurado e tem que se decidir o que fazer.

A última questão é o voto em trânsito que para mim eu entendo não conheço como isso pode ser feito sem interligação das urnas e a interligação das urnas é extremamente perigoso porque as torna vulnerável a qualquer hacker. Eu agradeço Presidente, espero ter ficado no tempo terminado muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Eu é que agradeço a V.Exa, Dr. Fernando Neves da Silva, advogado, ex-Ministro do Tribunal Superior Eleitoral. Fica V.Exa liberado da obrigação de aqui permanecer, porque tem audiência.

Sr. Fernando Neves da Silva: Eu tenho um julgamento agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Isso.

Sr. Fernando Neves da Silva: Mas assistirei com prazer mais um pouquinho até para aprender.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Uma honra e da mesma forma eu darei a palavra ao Dr. Murillo de Aragão, mestre em ciência política e doutor em Sociologia, também pelo prazo de dez minutos e também após a sua exposição, como já tem um compromisso e tem prolongado, fica liberado V.Exa para poder cumprir o seu compromisso. Com a palavra V. Exa.

SR. MURILLO DE ARAGÃO: Bom em primeiro lugar eu queria agradecer o convite do Senador Flexa Ribeiro e Senador Demóstenes Torres é com prazer que vejo a presença de ilustres Senadores aqui, que eu

alguns que eu tenho uma relação de amizade de muito tempo. E eu prometo ser breve respeitar o prazo.

Vale lembrar que pelo menos desde a década de 80, o Congresso tenta regularizar ou regulamentar as eleições de forma mais profunda e esbarrando na falta de consenso termina sempre aplicando ou aprovando regras que tem um alcance curto normalmente para as eleições seguinte. E aqui e ali ensaia algum tipo de voo para vamos dizer, se projetar no futuro em relação as futura eleições.

Pontualmente tratou-se da questão da reeleição, mas faltou consenso e coragem para se enfrentar a questão da reforma política O projeto Flávio Dino é evidentemente um avanço, mas deve ter a aperfeiçoamentos, tempo é curto eu sei, mas como o tema já está sendo debatido há mais de 30 anos dentro do Congresso Nacional acredito que é possível ainda dentro desse tempo curto que ocorra alguns avanços de mais profundidade para aperfeiçoar o sistema político e eleitoral no Brasil.

A criminalização da política apontada pelo Ministro Jobim ela tem como vamos dizer uma forma de enfrentar o processo é evidentemente aperfeiçoamento regras. E em não existindo uma regra clara e não existindo uma disposição do legislador de eleger o seu poder a Justiça está exercendo o seu poder e ocupando o espaço que deveria ser do Congresso Nacional.

Então é importante que o Congresso tenha coragem de enfrentar o problema ainda que a legislação deseje dívida por fatias, ou seja, entrar em vigor um pedaço agora em 2010, outro em 2014 e outro em 2018. Objetivamente eu gostaria de dizer os pontos que eu acho de destaque dentro do projeto de lei.

Primeiro Senador Demóstenes Torres é a questão do duas Internet, sem dúvida a Internet terá um papel fundamental nas próximas eleições, agora eu fico preocupado pelo fato de que não vejo no projeto de lei Senador Marco Maciel adequado tratamento a questão das mensagens.

Eu acho que não deve ser permitido o envio de mensagens a e-mails que não estejam cadastrados dos sites dos Partidos dos candidatos. Porque se não vai haver tanto a hipótese de se comprar um cadastro e até sabotar uma candidatura enviando e-mails indesejáveis para as pessoas e depois gerando aquela multa de cem reais.

Então a minha opinião é como uma assinatura de jornal é como uma assinatura de revista o senhor vai cadastra-se no site do Partido para receber informação, agora o partido não pode bombardear o meu e-mail com mensagens indesejáveis. Eu acho que deve haver um tratamento assim já que é precário o controle e eu digo até porque tem dois anos que eu recebo e-mail

de um site, de um site Gospel e eu não consigo me descadastrar porque eu mando a mensagem e não há jeito de descadastrar.

Então essa questão tem que ser tratada de forma de certa forma não radical, mas de certa forma objetiva e precisa. Acho Senador Demóstenes...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Dr. Murillo.

SR. MURILLO DE ARAGÃO: Sim.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Só um pontinho só, na verdade existe um projeto específico sobre spam tem o sistema *Opt-In* e *Opt-Out*.

SR. MURILLO DE ARAGÃO: Certo

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
E já fui aprovado aqui pelo Senado está aguardando que a Câmara aprove.

SR. MURILLO DE ARAGÃO: Pois é.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG):
Então não sei se a gente o problema é que colocar nesse projeto o que já está no outro, mas seria exatamente isso prevendo que só pode mandar e-mail para quem estiver autorizado.

SR. MURILLO DE ARAGÃO: Como nós estamos liberando o uso da Internet para as eleições e temos que aprovar até 30 de setembro, talvez essa mudança deva ser feita agora. Há uma questão do libras a linguagem de sinais que é uma resolução que passa a ser incluída no projeto de lei que eu acho que é um avanço. Há uma proposta se colocar o valor do anúncio no jornal, isso é eu não acredito que isso seja a melhor solução o que eu acho é que deve haver por parte do Ministério Público uma fiscalização na tabela dos veículos de comunicação e nos gastos dos candidatos. Eu acho que é a forma mais adequada de se tratar a questão.

Há um avanço quando se obriga a indicação do CNPJ as gráficas já propaganda impresso eu acho que isso deveria ser expandido para o nome da gráfica para facilitar a identificação. Há um ponto que eu gostaria de ressaltar com muita importância e peço a atenção do Senador Marco Maciel que é a questão da participação da mulher na vida partidária.

Houve um avanço de se estabelecer 5% do fundo partidário para promoção da mulher da atividade da mulher nos Partidos político. A proposta inicial, Senador Marco Maciel era de 10% eu acredito que deve ser entre dez e 20%, em breve teremos muito mais mulheres já na população e acredito que deve existir uma preocupação de estimular a participação de mulheres na política do Brasil e a forma é através de recurso para o fundo partidário.

[Palmas] [Soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Não poder haver manifestação, aqui dentro da Comissão, nem a favor e nem contra. Então eu peço aos senhores que vamos cumprir o regimento para evitar o que já aconteceu hoje com quebra de regimento. Senhoras e senhores.

SR. MURILLO DE ARAGÃO: Prosseguindo. Eu gostaria de falar sobre financiamento público de campanha. Eu tenho uma posição diferente a minha proposta é de que nós tenhamos o financiamento do cidadão, nem público e nem privado o financiamento deve ser individualizado. Deve ser por CPF a pessoa deve doar para o seu candidato e o fundo partidário deve ser proveniente de fundo público mas relacionado ao número de militante. Ou seja os Partidos tem que deixar de ser aquários de peixes mortos, tem que ir para a sociedade buscar militantes.

Não tem que ser estruturas de gabinete que são financiadas pelos nosso recursos, pelos recursos privados de impostos. Claro que deve haver por parte do governo ou do Poder Público o estimo aula atividade partidária, mas esse recurso deve ser dado pelo número de militantes. Então o Partido vai à Rua, capta militante e por conta desse resultado ele terá o recurso público adequado a seu tamanho, se não for assim nós vamos ter legendas da escritório de gabinete longe da vida da cidade, longe da vida da cidade, nós temos que trazer os Partidos políticos junto à sociedade.

Com relação a auditagem eu acredito que concordo com aliás eu concordo com as duas teses eu acho que tem que haver uma auditagem e concordo que as urnas eletrônicas são um avanço. Acredito que existam meios sem ser a apropriada impressão do voto convenientes para que ocorra essa forma de auditagem. Mas sem dúvida a urna eletrônica é um avanço, mas deve ter um tipo de segurança adicional para a sociedade.

É um avanço o projeto Flávio Dino, proibir essa questão de muros e cartazes, acho que é um grande avanço estabelecer um prazo de julgamento para a questões de perda de mandato é fundamental isso. Agora acho também que deixo damos tratar a questão do afastamento do cargo. Eu não acredito que seja conveniente, Senador Marco Maciel, num país pobre como a ainda, ainda que um Presidente ou um Governador ou um prefeito venha disputar a reeleição no cargo, isso é absolutamente injusto com o processo eleitoral com o candidato que está fora do poder.

Proibir que ele vá a inaugurações de obras isso aí é muito superficial o poder da canetada de um prefeito, de um Governador ou do um presente é muito forte. Então o que tem que haver é o seguinte. [Soa a campanha], três meses antes da eleição, se o cara

vai disputar a reeleição ele tem que se afastar do cargo era disputar ali ao rés do chão com o igualdade de condições.

Por fim, eu tenho duas outras observações, a questão da fidelidade partidária. Houve um ensaio de se discutir a questão da janela, [Soa a campainha] reabrindo a vamos dizer a mudança de Partidos, no entanto houve uma dúvida na Câmara se isso poderia ser tratado agora. Eu acredito que a decisão da Justiça de fortalecer o instituto da fidelidade partidária é conveniente, no entanto os Deputados e Senadores eleitos na eleição passada não foram eleitos a partir desse Instituto de fidelidade partidária tal qual está colocado.

Então eu acho que seria conveniente a existencia de uma janela partidária e o estabelecimento da regra valendo a partir das próximas eleições. Isso seria mais adequado para permitir a reestruturação partidária até mesmo para a reconfiguração das forças política em um momento evidente de não crise política mas de instabilidade política.

Por fim uma crítica ao aumento de recursos dos fundo partidários para Administração dos Partidos 20 para 50%. Eu acho que mais uma vez, se busca aparelhar os Partidos com recursos públicos quando que na verdade os Partidos devem buscar seu recursos na sociedade de forma limpa e transparente.

Enfim então esta são as minhas observações, agradeço ao convite e estou a disposição para responder alguma pergunta, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES

TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.S^a e passo a palavra imediatamente ao Dr. Eduardo Fumes Parajo, Presidente da Associação Brasileira de Internet, ABRANET pelo prazo de dez minutos.

SR. EDUARDO FUMES PARAJO: Obrigado, Senador, obrigado pelo convite de poder estar falando sobre o assunto da Internet nas próximas eleições. Eu tenho uma apresentação se fosse possível colocar. Ela tem bastante slide mas vai ser rápido aqui eu vou cumprir os meus 10 minutos, mas eu gostaria de aproveitar eu acho que a proposta do projeto de lei apresentado na Câmara é um fato importantíssimo, porque de certa forma vai regulamentar a utilização da Internet.

E eu trago aqui para os senhores, Senadores e Senadoras algumas observações que eu acho que a gente cabe colocar no sentido de mostrar que a Internet pode e sim colaborar muito com a questão da campanha eleitoral, da proximidade com o eleitor e também na questão transparência. Concordo com o Ministro Fernando, com relação a algumas questões e alguns cuidados que nós temos que tomar, principalmente spam.

E aí faço uma menção aqui aproveitando que a gente acabou, está terminando de aprovar até no Comitê Gestor da Internet brasileira um acordo, um Código de Conduta para práticas de e-mail, e-mail marketing e esse Código de Conduta justamente vai prever formas de você estar encaminhando e-mails para uma lista ou para um relacionamento com a pessoa que vai receber a mensagem.

E nesse sentido eu acho que existem forma sim de ser feito e de uma maneira organizada sem que isso se torne mais um spam contribuindo para mais de 95% de todas as mensagens que circulam na Internet que é lixo eletrônico. Então por favor, pode avançar o próximo slide.

Aqui é só rapidamente demonstrando que no último trimestre de 2004 de acordo com o *ibo* be a gente tinha em torno de 42 milhões de uso nários Internet e uma outra pesquisa recente agora no começo do ano, mostrando que mais de 62 milhões de brasileiros já utilizaram a Internet pelo menos uma vez. [Soa a campanha] isso é de extrema importância de ver era aí corroborando com o Ministro Jobim de que a Internet está na vida das pessoas.

É importante deixar claro que a Internet é muito mais interativa do que os outros meios de comunicação, as pessoas não querem só receber a informação e aí vem a questão dos Blogs, elas querem comentar, participar, construir os fatos. Essa interatividade possibilita a participação ativa do eleitor no processo democrático. E aí nós já vemos outros vários Parlamentares utilizando o micro Twitter, quer dizer demonstrando para os eleitores o que ele vem fazendo. Próximo por favor.

Bom, rapidamente aqui eu vou fazer uma abordagem sobre doações, publicidade, Blogs, sites. Conteúdo Fóruns e e-mails marketing. É um slide para cada um, por favor o próximo. Doações. Bom o processo eleitoral americano que aí eu diria que projetou mais essa questão da Internet, permitindo a doação na campanha eleitoral através da Internet no caso dos Estados Unidos.

Lá foi feito um limite de 2000 dólares e através de uma lista de e-mail que foi captado pelo acesso dos eleitores na página do candidato, quer dizer houve a iniciativa do eleitor está colocado na página, esse e-mail ser cadastrado na página para daí ele receber as informações, quer dizer é o famoso *opt-in*, eu pedi para entrar. O Código nosso que é até o Jaime vai poder falar um pouquinho mais ele é o soft

Opt-in. O que é o soft *opt-in*?

Eu tenho que ter algum tipo de relação com o destinatário o e-mail ou ele é o meu cliente ou ele é o meu conhecido ou nós já trocamos algum tipo de cartão. Quer dizer não aquele e-mail, encaminhado de

forma aleatória, comprado numa lista ou coisa desse tipo. Inclusive o nosso Código recrimina a questão de compra e venda de lista de endereço de e-mail.

Então para deixar claro que o aconteceu nos Estados Unidos aqui a gente teve uma listas de e-mails de quase 13 milhões de e-mails que foram captados. E aí foram feitas pequenas doações entre três e dez dólares limitados a 2000 dólares, no caso americano. Próximo, por favor.

Bom, a gente pode fazer o mesmo modelo para o modelo brasileiro que está previsto já no projeto aqui. A gente pode fazer a captação de doações pela Internet na página do próprio candidato ou do Partido aí fica um critério a ser definido e nós temos hoje mecanismos de utilização on-line para a captura desses recursos de uma forma extremamente transparente que vai ser até muito mais prático e fácil para o candidato ou para o partido com a identificação desses usuários.

E aí a gente já têm alguns *Gator's* de pagamento que a gente chama hoje, que são os facilitadores de pagamento que vai poder estar auxiliando os candidatos e os Partidos aí eu menciono o

PagSeguro, *MercadoPago*, *Ipagar* (F) e o, *Braspag* hoje como serviço que já funciona na Internet com o esse objetivo. Esses pagamentos on line podem ser implementados nos sites, evidente nos Blogs ou aonde for permitido pela legislação de forma seguro sem nenhum problema, várias formas de pagamento, quer dizer o Partido e o candidato vai poder contar com uma gama de opções para recebo erva essas doações que estiverem sendo feitas até ele. Próximo por favor. Mais um.

Publicidade eu vi que esse tema está bastante quente aqui uns contra outros a favor, mas eu gostaria de colocar outro ponto de vista. Eu acho que a publicidade na Internet ela vai criar uma proximidade maior com os eleitor. E uma outra coisa que eu acho importante é a questão seguinte hoje o custo praticado na publicidade on-line é mais baixo, é mais barato como dó que nos meios tradicionais. Isso pode levar um barateamento da campanha eleitoral do candidato.

E aí eu vejo também, aproveitei bastante esse debate quente sobre com essa questão, eu acho que a gente pode criar limites para essa questões, limites de tamanho, limites de quantidade de exibição, similar a mais ou menos o que praticado hoje já na mídia imprensa. Então eu acredito que é possível fazer alguma coisa neste sentido que atenda a demanda dos Parlamentares de uma forma estruturada, ordenada para que não exista nenhum tipo de abuso. Porque eu acho que a maior preocupação de todos aqui é que isso gere um abuso extraordinário.

Então acho que tem mecanismos técnicos da gente fazer isso, limitar exposições, limitar tamanho para que isso siga o projeto de lei, mas isso vem como uma sugestões evidentemente. Mas isso vem com uma sugestão evidentemente. Próximo por favor.

E aí eu dou um exemplo aqui eu sei que vai e ficar um pouquinho difícil para todos verificarem, mas por exemplo, se nós compararmos as duas mídias o jornal impresso é uma notícia aqui eu posso ver que aqui que isso numa página, num site essa proporcionalidade e no caso da lei atual é de 1 oitavo, acho que de 1 oitavo, dá para ser mantido de uma forma bastante sutil, sem criar uma percepção para o usuário que ele está tendo aquela propagandas, toda hora exaurida na cara dele enquanto ele está vendo as questões de Internet de uma maneira bastante tranquilo.

Eu acho que dá para a adequar, existem padrões hoje já de banners, disponíveis para o mercado publicitário e a gente definiu que mais se assemelha se for o caso de levar essa discussão em diante. Mas eu acho que existe solução técnica, possível de ser aplicada de ser aferida para que não exista nenhum abuso. E pelo contrário a minha observação é que eu acho que isso vai possibilitar que outros candidatos que talvez não tenham tanto recurso possam sim estar colocando esses tipos de anúncio interagindo para a questão da Internet. Próximo por favor.

Blogs. Bom, Blogs a gente evidentemente deu uma lida no projeto que chegou da Câmara e eu gostaria de mencionar o seguinte o Blog realmente é a interação do eleitor com o seu candidato isso aqui realmente é o fato importante que vai proporcionar. E ajudou muito no caso do Obama nos Estados Unidos que justamente as pessoas entravam no site e participavam Poder Judiciário existia uma interação do candidato com o eleitor.

Então isso foi criando um vínculo maior entre o atual Presidente americano com o seu eleitorado, isso é fundamental e já é previsto também no projeto que veio da Câmara a possibilidade de utilização. [Soa a campainha] próximo por favor.

Hospedagem que a gente chama no site. O serviço de hospedagem os nosso entendimento para que fique uma coisa tranquila, sem nenhum problema eu vou passar bem rápido sobre esse slide é deixar que essa hospedagem seja feita no caso do candidato ou do Partido que for feita a hospedagem do site do candidato seja feita por empresas que estejam estabelecidas no Brasil. Quer dizer empresas as quais estejam sendo regidas a lei brasileira para que por exemplo no caso de uma propaganda irregular ou coisa desse tipo seja possível você alcançar essa empresa e aí a Justiça Eleitoral tomar uma posição com relação a isso. Mas

hoje nós temos diversos provedores que têm capacidade de hospedar isso aí sem nenhuma dificuldade. Próximo por favor.

Conteúdo. Bom, hoje nós temos evidentemente um rico conteúdo no Brasil, e nós temos aí os grandes portais hoje que estão oferecendo conteúdo, matérias jornalísticas e coisas desse tipo. Os jornais e revistas, impressas também passam sua versão na forma on-line. Então às vezes você tem a jornal impresso e tem a versão on-line às vezes você tem uma derivação desse conteúdo na versão on-line ou um outro conteúdo, quer dizer isso não pode ser desprezado nesse processo como um todo, principalmente na questão de informação ao eleitor. Próximo.

Fóruns, rapidamente falando, muito parecido com a questão dos Blogs, criar mais interatividade entre o eleitor e o candidato, esse tipo de recurso eba de extrema importância [Soa a campainha] para que o candidato esteja mais próximo do eleitor ainda mais porque a gente sabe que a maior parte dos internautas hoje são os jovens. E às vezes o jovem está muito distante um pouco da questão política e acho que isso vai ter uma forma de estar próximo, muito mais próximo do eleitor. Próximo por favor.

E-mail marketing eu já comentei. Na verdade temos como fazer sim de forma organizada, tranquila, a questão do soft *opt-in*. Quer dizer, existir um cadastramento prévio do eleitor no site do Partido ou no site do candidato para que aí sim ele esteja recebendo as mensagens do candidato relacionada a eleição ou assuntos evidente que sejam do interesse do candidato e do eleitor.

Esse Código até o Jaime pode falar um pouco mais depois que ele é um dos mentores do Código dentro do Comitê Gestor dentro da Internet brasileira é uma forma de disciplinar essa questão para que não exista nenhum tipo de abuso. Próximo por favor.

Bom para finalizar aqui eu já estou com o meu tempo estourado, Presidente. A Internet é uma realidade na vida dos brasileiros, não temos como voltar essa questão cada dia mais a Internet está tomando outros rumos. O projeto de lei voltado na Câmara representa realmente um enorme avanço na liberdade de expressão para liberar realmente a utilização das campanhas na Internet.

No nosso entendimento pela análise que fizemos inicial do projeto existem alguns aprimoramentos técnicos que seriam importantes ser introduzidos no projeto, questões para clarificar melhor. E aí eu vou colocar [Soa a campainha] alguns pontos aqui específico, que é diferenciar os tipos de prestação de serviço ao regulamentar para evitar confusão.

Exemplo eu forneço para os usuários um sistema de Blog, porém um usuário natural brasileiro está lá e tem o seu Blog corrente lá e colocando as informações. De repente ele faz um comentário sobre um candidato X, aí veja só a candidato X que recebeu aquele tipo de comentário não gostou e achou que está infringindo a Lei Eleitoral aí reclama para o TSE.

E aí a TSE fala: Bom, tem direito de resposta ou não, tira esse conteúdo porque esse conteúdo é irregular ". E como que vai ser a Justiça Eleitoral vai vir em cima do provedor. Só que aí eu vou ter que entrar dentro do conteúdo que não foi colocado por mim, então nós temos uma preocupação muito grande com isso, porque eu estou entrando numa liberdade de expressão, segundo eu estou invadindo a questão da privacidade do próprio usuário.

Então essas questões que a gente entende que precisa dar só mais uma clareada uma pouquinho na lei para não exista nenhuma dúvida de como isso que possa ser feito, sem ferir nem um direito de ninguém, nem do candidato nem da pessoa que está expressando aquela questão. Próximo e último.

Então a questão quero deixar bem claro é que nós prestadores de serviço da Internet não podemos ser punidos por má utilização dos nossos serviço por terceiros. Não há como impor monitoramento de conteúdo e aí é uma coisa importante. Eu não tenho como ficar monitoramento que o cara escreve no Blog dele e nem na comunidade dele. Isso aí vai ter que servir denúncia e evidentemente o que nós queremos deixar é o relacionamento do TSE com os provedores no caso a Justiça Eleitoral de uma maneira bastante tranquila é bastante transparente para que não usa nenhum abuso na Internet.

E aí eu ressalvo aqui também também direito de resposta. Temos que seguir aí no caso, os termos de regulamento eleitoral mesma regulamentação no que meio impresso. Exemplo um candidato fez um anúncio se for permitido evidentemente uma propaganda paga na Internet de um banner, fazendo mal uso dela sobre um terceiro. Sem problema nenhum, tira a propaganda deseja daquele candidato que fez isso e coloca o direito de resposta no caso da Internet, usando da mesma forma que é feito hoje no caso da mídia impressa.

Retirada da propaganda deve ocorrer por meio de ordem judicial, o dever do Poder Público de atuar mediante denúncia para não invadir a privacidade e não prejudicar a liberdade constitucional de expressão. Conteúdo irregulares no caso só pode ser retirados por goe ordem judicial ou de autoridade que a lei dê competência para tanto. E´ isso mesmo, o que eu quero quiser quiser com isso aqui?

Uma coisa bastante simples, se o Joãozinho, fez uma postagem do Blog dele atacando um candidato não sou provedor que tenho que receber essa ação é o Joãozinho. Ele tem é que tem que retirar aquela informação. Então as nossas observações com relação ao projeto são no sentido de deixar claro esse mecanismo de como vai funcionar para que evidentemente todos possam aproveitar da melhor forma possível a Internet para as próximas eleições de 2010. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Sa. E passo a palavra ao Sr. Jaime Wagner do comitê gestor da Internet do Brasil, CGI, representante dos provedores de acesso e conteúdo pelo prazo de dez minutos.

SR. JAIME WAGNER: Obrigado. Pela oportunidade. Cumprimento aqui a pessoa do Presidente dos Presidentes da Comissão e dos relatores a iniciativa não só dessa audiência como do projeto de lei e vou tecer comentários bastantes gerais mas que espero que sejam elucidativos.

Subscrevendo já de antemão o que foi apresentado aqui pelo Eduardo Parajo eu vou me ater ao tema da Internet. O principal objetivo de uma Lei Eleitoral deve ser promover a isonomia entretanto, na Internet existe um problema, ela têm uma natureza reticular e muitas vezes quando se procura transformar essa isonomia em pólo la em regras muito detalhadas o efeito é que sempre vai haver alguém esperto que vai contornar isso de alguma forma.

Eu vou explicar um pouquinho mais adiante. Obviamente o objetivo de todo o legislador é promover a virtude e evitar o erro. Qual é a grande virtude dessa lei com ele. A grande virtude dessa lei é reconhecer a legitimidade da Internet no espaço público. Reconhecer a Internet como um veículo de comunicação propaganda, embora haja restrições a essa atividade não há permissão no artigo 57- Ca uma vedação da propaganda paga. Não sei por que essa... ou seja a falta de isonomia, ela deve ser regulado sim, mas não vedada no meu entender. E a arrecadação de fundos como já mencionada pelo Parajo.

Toda a lei delimita a esfera do público e do privado o que não está previsto em lei é vedado ao ator público. E já que a virtude pública é a probidade. O ator privado pode fazer tudo que não está na lei A virtude privada é a iniciativa. O grande problema é o seguinte, é importante abrir Internet para o ator público para promover uma isonomia de quem está na esfera público, mas como delimitar o espaço da iniciativa privada daquele não está.

E falou-se aqui do candidato perdedor do candidato não segue necessariamente as regras. Um problema que nós teremos certamente é que grande parte da

hospedagem de sites no Brasil, por exemplo 40% dos sites. Com BR são hospedados fora do Brasil. Então, não há jurisdição sobre esses provedores dessa hospedagem mesmo em se tratando de um site. Com.br. Quando mais não seja nós temos sites. TV de

Tuvalu, onde pode-se registrar sim, alguém mencionou aqui “viva a pedofilia. TV” e e isso lá em Tuvalu pode ser apresentado aqui em português, ou seja, a Internet não reconhece jurisdição. Ela não tem negócio.

Então quem está querendo complicar o processo eleitoral e nós sabemos os senhores sabem mais do que ninguém que isto vai existir quem o queira poderá fazê-lo e não há como, punir ou pretender coibir isso de antemão. Que erros então. A grande virtude repetindo a grande virtude desta lei é reconhecer a Internet e colocá-la como um ator e atacar o problema, ou seja, nós não podemos nos furtar a atacar, a trazer essa discussão. Mas que erros a gente deve evitar?

E o principal erro que eu acho é o erro da simplificação. Eu digo que a simplicidade só é virtude quando ela ocorre por oposição à pompa, superflua que esconde a realidade, mas ela é vício quando é grosseira quando é ignorância de algumas facetas importantes desta mesma realidade. E a Internet tem algumas facetas que eu acredito que muitos dos senhores talvez não tenham conhecimento.

Portanto uma simplificação que eu acredito que não se pode cometer é a psico transposição de regras, para Internet de regras que se aplicam aos meios de comunicação tradicionais. Por que não funciona? Quais são as diferenças? E aí eu gostaria de tratar duas grandes diferenças, primeiro a natureza reticular da Internet a oferta reticular. Não há concessionárias ou permissionárias de serviço de comunicação. A pergunta é quem é o provedor do conteúdo?

O provedor de conteúdo é qualquer um. Hoje nós temos o conceito do *Prosumer*, o provedor e consumidor de conteúdo. Não há a natureza reticular é o seguinte, o provedor de hospedagem tem embaixo de si um provedor de um serviço de blog e esse serviço de Blog está aberto a contribuições de toda a natureza de todo mundo ou seja, essa natureza reticular torna bastante impossível e muito contornável qualquer tentativa prévia de criar alguma restrição.

O segundo aspecto é a falta de jurisdição na Internet não há súdito e nem amigos do rei. O efeito de tentar sujeitar alguns é beneficiar aqueles que estarão fora. Então é importante por exemplo que nós por exemplo mantenhamos hoje a propaganda eleitoral restrita a sites reconhecidos. Agora, nós teremos obviamente uma grita geral porque há no Brasil uma grande parte de provedores situados no Brasil que revendem hos-

pedagem de que é situada nos Estados Unidos. São fornecedores brasileiros de um serviço que é oferecido nos Estados Unidos que não vai estar ao alcance da lei brasileira.

Qual é a segunda simplificação? É delegar a fiscalização. A fiscalização do cumprimento da lei é feita pelo Poder Público e pela opinião pública, inclusive através dos seus influenciadores dos meios de comunicação incluindo a Internet. Se na mídia tradicional existe um punhado de concessionárias que detém um virtual monopólio é até admissível que se repasse a elas a fiscalização do cumprimento de regras a priori, mas na Internet isso não é nem admissível e nem possível..

De qualquer forma em qualquer meio isto equivaleria a censura e delegar a responsabilidade e o poder de julgamento ao censor. E isto não é possível que uma Lei Eleitoral faça ao arrepio da Constituição. Acredito eu. Daí a necessidade de uma lei que facilite e permita uma investigação a posteriori, mas isto é um assunto para outra lei, a Lei de crimes eletrônicos Senador Eduardo Azeredo numa outra audiência.

Qual é a terceira simplificação que eu vejo em alguns lugares aqui nesse projeto? Dada as dificuldades de investigação e de consequente punibilidade na Internet a tendência da autoridade é simplificar o trabalho e punir o culpado de plantão. Até me lembro do filme *Casa Blanca* em que no fim, o delegado de polícia diante da impossibilidade de prender, prendam os culpados de sempre. Quem é o culpado mais visível? É o provedor do serviço que presumivelmente se beneficia indiretamente como se cúmplice fosse da apreciação de serviço.

Então a ininputabilidade da rede e por consequências do provedor do serviço [Soa a campainha] isto é um princípio universal da Internet e é reconhecido no Brasil pelo Comitê Gestor que produziu aqui alguns princípios que eu passo até ao Presidente, da mesa para que depois dê conhecimento aos Senadores, são princípios que nós universais e gerais que nós acreditamos que devem nortear inclusive a ação do legislador.

Não adianta e essa seria uma última simplificação nós legislarmos ou seja a achar que legislar resolve quando não há jurisdição delimitada há um risco eu diria, um risco muito grande, por exemplo, de principalmente da ação espúria contra candidatos legítimos e tentar coibir por exemplo o e-mail, o e-mail que foi mencionado aqui, isso é um objeto de outras ações o Código de e-mails marketing do Comitê Gestor as iniciativas de projetos anti-spam que existem aqui, mas de qualquer maneira isto está aberto a ação de qualquer um deletéria.

Sião seja não possível com uma lei brasileira se atingir ou se inibir ou evitar esta ação isto é um problema que nós temos que reconhecer esta naturalização da Internet, esta falta de jurisdição da Internet isto é um fato. E não é por falta de lei isto é uma essência da natureza do processo. É claro não quero dizer não se deva, eu estou dizendo, a legislação tem que ter e é uma ótima iniciativa que se inclua a Internet nessa legislação, agora não se pode pretendo coibir o mal uso que certamente haverá.

É isso, senhores Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.S^a e concedo passo imediatamente para concluir a exposição de hoje o painel de hoje ao Dr. Gui Giuseppe Dutra Janino, Secretário de tecnologia da informação do Tribunal exterior eleitoral TSE pelo prazo de dez minutos com a palavra V.Sa.

SR. GUI GIUSEPPE DUTRA JANINO: Sr. Presidente, Srs. Senadores, agradeço essa oportunidade de estarmos aqui discutindo essas propostas de melhoria do processo de votação eletrônica.

Eu teria uma apresentação para fazer, mas diante da apresentação brilhante do Ministro Jobim, e com bastante detalhamento técnico, eu vou abrir mão de fazer essa apresentação apenas colocar alguns pontos de vista para reforçar e esclarecer um pouco mais o cenário do processo eleitoral brasileiro hoje.

Nós temos uma eleição informatizada desde 1996, e essa eleição informatizada foi motivada justamente pelo status que nós convivíamos no cenário eleitoral brasileiro, que era um cenário de totalmente descrédito e de suspeição sob o processo, que era um processo manual, com muita intervenção humana. E a intervenção humana conforme foi muito bem abordada pelo Ministro Jobim, ocasiona lentidão, erros e principalmente fraudes.

Então, o processo eleitoral brasileiro, automatizado, eliminou a intervenção humana do processo e à medida que eliminou a intervenção humana do processo, criou mecanismos de auditoria muito mais precisos, usando artifício tecnológicos.

Hoje, o sistema automatizado consiste de alguns elementos que são importantes ressaltar e que muitas vezes não são de conhecimento público, e por isso, gera alguma suspeição, algumas suspeições, e que no entanto, nós temos ferramentas bastante importantes e precisas para lançarmos mão de fazer uma auditoria e de um acompanhamento do processo em si.

Hoje, 100% dos programas que são utilizados na eleição são desenvolvidos pela equipe técnica do Tribunal Superior Eleitoral. Essas aplicações são colocadas à disposição para análise por parte dos partidos

políticos, OAB, Ministério Público, 180 dias antes da eleição. Ou seja, essas entidades podem comparecer às instalações do Tribunal Superior Eleitoral, analisar os programas que serão utilizados, linha por linha dos seus códigos. No final desse período, nós temos o que chamamos de assinatura digital desses programas. Esses programas são assinados digitalmente por meio de certificados padrão e C P Brasil, e as entidades que assinam esse software são o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o Procurador-Geral da República, os representantes dos partidos. Uma vez assinados esses programas, uma cópia é guardada nos cofres do Tribunal Superior Eleitoral, e a outra, devidamente assinada, é enviada para os tribunais regionais eleitorais efetuarem a carga desses softwares nas urnas eletrônicas.

Essa assinatura, cabe aqui ressaltar, garante basicamente duas coisas muito importantes: A garantia da origem do software, ou seja, de quem produziu efetivamente, o Tribunal Superior Eleitoral, e a sua integridade. Esse software é encaminhado ao Tribunal Regional Eleitoral é instalado, são instalados nas urnas eletrônicas e nesse momento da instalação, o partido político já pode verificar se as assinaturas coincidem. Se as assinaturas coincidirem, significa que aquele software é original e está íntegro.

Além desse procedimento, da carga dos softwares, se faz já um teste que nós chamamos teste de caixa preta, onde se exercita, lança-se ali algumas informações e já se verifica-se os boletins de urna apresentam os mesmos resultados que foram digitados na urna isso na presença do juiz eleitoral e dos representantes dos partidos.

Então, após a carga dos sistemas, as urnas são lacradas e se permite a verificação das assinaturas digitais também após as eleições.

A urna eletrônica, quando entra em operação, ela próprias verifica-se essas assinaturas digitais conferem. Isso significa se houver alguma alteração do software, seja a menor possível, automaticamente a urna trava, ela não funciona, porque é um pré-requisito de funcionamento o software estar íntegro, baseado justamente nas assinaturas digitais.

Além desse mecanismo que nós temos, muito importante das assinaturas digitais, nós temos o que chamamos de registro digital do voto. Esse registro digital do voto visa, entre aspas, a materialização do voto. Ou a materialização das escolhas que o eleitor faz no teclado da urna eletrônica. É um arquivo que contém ali as escolhas do eleitor para cada cargo, essas escolhas são gravadas numa tabela de forma aleatória, assinadas pela urna eletrônica, criptografada e garante integralmente, com todas as garantias de

assinatura digital e criptografia, que aquele dado que foi, digamos, feito, aquela escolha que foi feita pelo eleitor, está registrada nesse arquivo digital.

Esse arquivo digital sim permite uma auditoria, permite uma recontagem, mas uma recontagem não manipulando papel, trazendo todos aqueles problemas que foram relatados aqui muito bem pelo Ministro Jobim. Traz a possibilidade da recontagem num nível ao qual nós já atingimos, que é o nível da automação. Incluindo vários mecanismos de tecnologia que impedem ali vários tipos de fraudes que são muito factíveis no processo da contabilização ou da Contagem do voto por meio manual, por meio de papel.

Então, uma das possibilidades de auditoria é essa, a análise do registro digital de voto que contém em todas as urnas. Inclusive, esse arquivo já é, já se torna disponível para todos os partidos requererem. Então, em síntese, em tese, todos os partidos podem requerer esse registro digital do voto e efetuar a recontagem de todas as seção eleitorais. É como se nós tivéssemos fornecendo, digamos assim, a urna convencional com todos os votos dentro para os partidos efetuarem a recontagem, mas como é que nós vamos garantir que esses registros todos são muito bem feitos? Isto escorro corretos? Por meio da análise do Código, dos programas que estão à disposição para requisição dos partidos de posse do TSE. Basta checar se as assinaturas nas urnas eletrônicas conferem, isso garante que esse software está íntegro e é o mesmo software está no cofre do TSE. Então basta requerer esses programas ao Tribunal Superior Eleitoral e analisar ali linha por linha, até se tirar qualquer dúvida, qualquer suspeição que haja no funcionamento desse programa.

Quanto tempo se precisa para analisar? Isso não é relevante, nós colocamos o software oh o tempo necessário que o partido político apresentar para analisar. Então, hoje temos várias alternativas de auditoria, mas que estão no nível da automação do processo eleitoral, que é um processo que eu resalto aqui, que tem o compromisso da melhoria contínua, baseada em dois pilares, que é o pilar da transparência e o pilar da segurança. E isso nos retorna o que nós, do nosso cliente, eleitor e cidadão, a credibilidade.

Isso tem sido um resultado tão positivo que nas últimas edições, nas eleições de 2006 e 2008, por meio de uma pesquisa efetuada pelo Instituto Nexos, nós obtivemos o grau de 97, 7% de credibilidade junto ao nosso eleitor, ao cidadão.

Outro meio de se fazer a auditoria é acompanhar, porque nós já colocamos aí que é o processo da votação paralela [soa a campainha]. Na véspera da eleição, capitaneado pelo juiz eleitoral, se faz os sorteios

de algumas seções e se vai ao local onde as urnas já estão instaladas, porque na véspera da eleição a urna já está instalada, lacrada, pronta para entrar em funcionamento no dia seguinte, sorteiam algumas seções e se busco a urna que está lá pronta para o trabalho, se traz para o Tribunal Regional Eleitoral, dentro dum ambiente muito bem formatado, que permite o acompanhamento da votação, um local onde há câmeras para filmagem, e um computador para fazer a contabilização do voto paralelo, no dia e no horário da votação, porque a urna só funciona no dia e no horário. Se faz ali uma votação paralela com votos explícitos. Ou seja, se descreve em notas, em cédulas convencionais, se demonstra o que vai ser digitado, um computador paralelamente faz a contabilização daquele voto e se digita na urna eletrônica com uma câmera inclusive acompanhando o teclado. E se faz todo o processo de votação dessa forma ostensiva e registrada. Permitindo assim, que se tenha total acompanhamento daquilo que é digitado e posteriormente naquilo que sai nos resultados do boletim de urna. Ou seja, é um sistema extremamente didático, simples que que não requer do leigo, do cidadão, que tenha conhecimentos hoje das ferro amas avançadas tecnológicas que foram incluídas na urna eletrônica. Basta perceber se aquilo que foi digitado correspondeu aquilo saco iu. E essa urna é uma urna retirada numa seção eleitoral de uma forma aleatória. É um dispositivo muito interessante que existe desde a eleição de 2002 que jamais foi percebido qualquer irregularidade e que está à disposição para que nós possamos fazer esse tipo de auditoria. Então, é mais um elemento que é colocado para forma de auditoria.

Ou seja, nós temos ferramentas, recursos disponíveis para fazer o acompanhamento, a auditoria do sistema eleitoral hoje automatizado. Basta que nós venhamos a utilizá-los e estamos plenamente abertos para que venham, que surjam novas formas de auditar. Agora, só não podemos aceitar é usar um processo que nós abandonamos à 20 anos. O processo de contar papel e para a época que nós tínhamos voto em papel. Hoje nós temos uma solução totalmente automatizada. Temos que usar recursos ao nível dessa solução. Também automatizados, usando sim mais cérebro e menos braço. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a V.Ex^a. O único Senador inscrito é o Senador Inácio Arruda. Concedo a palavra ao Senador Inácio Arruda pelo prazo de três minutos para que possa fazer os seus questionamentos endereçando a pergunta a um dos expositores conforme mandamento regimental. Com a palavra, o Senador Inácio Arruda.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Sr. Presidente, primeiro minha congratulações com as dias Comissões pela Audiência Pública. Segundo, sobre a questão do uso da Internet. Eu acho que esse é um instrumento que embora já seja de domínio de alguns candidatos, partidos, que utilizam já bastante a Internet, eu gostaria de ouvir especialmente o Eduardo e o Jaime, porque os dois trataram muito especificamente dessa questão, sobre esse problema da hospedagem. Porque esse problema de conteúdo de quem é que vai hospedar, do provedor, quer dizer, tem, há bastante controvérsia desse problema. E não, o conteúdo do provedor, eu vou estabelecer uma página, um sítio de um candidato, ou dum partido. O provedor, quer dizer, ele pode estar aqui ou fora. Não é o problema de conteúdo, é de provedor. Isso não está em discussão.

E as penalidades cabíveis pelos abusos cometidos, contrariando a legislação, se dirigem então aos partidos, especialmente, e candidatos. Eu vejo nesse sentido. Para que a gente não limite, eu já vi que a lei já limita a proposta do Flávio Dino já limita, diz o provedor tem que estar aqui, tem que ser hospedado em provedor nacional. Embora muitos provedores nacionais não sejam sequer nacionais, mas estão instalados aqui no Brasil, mas eu acho que isso aqui é uma limitação que eu acho que nós precisamos examinar com o tempo que [soa a campainha] o Senador tem para ver se é o caso de nós alterarmos ou não essa matéria da instalação da página, do sítio, etc.

Mesmo porque, tem diferença entre a página e os blogs. No caso dos blogs, nós estamos, digamos assim, livres, provedor pode estar em qualquer lugar. No caso da página, você retém o candidato num provedor nacional. E eu não estou vendo assim onde é que nós vamos ligar esse problema de conteúdo, mesmo próximo porque o conteúdo dos provedores são absolutamente questionáveis, dos principais que nós temos no Brasil hoje, são os mais fortes que estão praticamente ligados ao mesmo esquema de mídia tradicional. Eles são de propriedades dos mesmos. Então, o conteúdo parece que não vai alterar muito.

Por último, face ao tempo que nos foi praticamente tolhido em função de intervenções alargadas, é a questão de reforço aí na colocação [soa a campainha] do Murilo de Aragão, sobre as garantias para uma mais ampla participação das mulheres, da situação feminina no processo político eleitoral brasileiro. Eu acho que está correta a posição da matéria vindo da Câmara, de ampliar essas garantias para permitir que a maioria esmagadora da população, no caso objetivo, que são as mulheres, tenham condições de ampliar a sua participação, porque é muito pequena no Brasil comparativamente aos países vizinhos e a outras na-

ções. Então eu acho que nós precisaríamos dar essas garantias daquilo que foi objeto de debate, discussão e aprovação na Câmara, aqui no Senado. Se não, no sentido de ampliar, se tivermos que fazer modificações aqui. E não no inverso, no sentido de tolher os mecanismos que possibilitam fortalecer a participação das mulheres no processo eleitoral.

E finalizo, Sr. Presidente, com uma questão que eu acho que nós precisamos explicitar, daqui a pouco nós vamos ter que botar na Lei Eleitoral. É de que não existe propaganda eleitoral gratuita. A propaganda eleitoral ela é paga, as televisões recebem o rádio recebe, ele é pago regamente pago. Porque fica a ideia de como você ocupa um espaço que eles consideram [soa a campainha] privilegiado na grade das televisões e do rádio especialmente, fica a ideia de que gratuitamente os candidatos e os partidos estão ocupando o horário que era da novela, que era do futebol, que era disso, que era daquilo para debate de eleição. Não. O horário é pago, muito bem pago. Não tem nada grátis no processo político eleitoral do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Darei um minuto a cada um dos senhores para respondendo remo, uma vez o que tema já foi abordado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, ótima pergunta, mas eu acho que a gente resolve isso de maneira tranqüila sem nenhuma dificuldade. Empresa legalmente constituída. Ponto.

A empresa pode ser que o provedor se utilize de uma infraestrutura no Japão, porque lá tem um custo melhor ou coisa desse tipo, mas você consegue direcionar aquela questão da irregularidade para uma empresa que é constituída com leis brasileiras, tem o CNPJ aqui no Brasil. Portanto, tem um representante legal.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PC do B-CE): Ou recursos tecnológicos também que você pode ter.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Falamos de nuvem agora na Internet, então não tem nenhuma dificuldade. A empresa, por isso que eu acho o que ponto é só uma empresa legalmente constituída, ter um representante legal estabelecido no Brasil, tem como a injustiça chegar nele.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu tenho uma observação sobre o artigo 5 7 D, que fala em conteúdos próprios do provedor. Se isso for entendido, por exemplo, como um conteúdo próprio, a página do UOL ou do Terra, isso, que são os grandes veículos para citar aqui alguns, isso está bem. Agora dentro desses provedores e dentro de outros provedores, existem inúmeras, dentro deles existem serviços, uma rede de serviços. Blogs que muitas vezes não são nem de

peessoas que são residentes ou alcançáveis pela rede nacional. Então, a responsabilidade, a responsabilização em camadas, possivelmente pela facilidade, aquela história do voluntarismo do juiz. Na falta de uma descrição melhor, talvez seja punido o culpado de plantão ou o mais visível, que é, muitas vezes, não tem nem meios de fazer esta censura prévia ou até às vezes de atuar posteriormente [soa a campainha]. Então, são cuidados que nós devemos tomar.

Um outro, então, eu também tenho uma emenda no artigo 5 8 A, que é em relação ao direito de resposta, que também acho que deveria ser olhada com bastante cuidado.

E só na contramão, eu vejo só o seguinte. A propaganda gratuita é paga nos meios que já recebem a concessão do Estado. Nos meios, na Internet, onde há uma multiplicidade de fornecedores, desde pequenos, onde é uma área que no Brasil cresceu sem subsídio, sem proteção, e que nos coloca hoje quase paripassu aos países desenvolvidos, nós nos orgulhamos da Internet brasileira, e não houve, nesta nós estamos vedando a propaganda paga. Não é? Ou seja, porque então esta falta de isonomia? Hein? Se ali justamente talvez, não estejamos protegendo o menor? Porque proteger os maiores?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, posso fazer só uma questão?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Sim.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Jaime, eu já me senti sensibilizado com a votação, eu acho que é válida essa questão, porque para mim a Internet é uma fusão de vários meios. É televisão, é rádio, é jornal e é Correio. Então se ela é semelhante ao jornal, como é que nós poderíamos ter uma limitação de tamanho? Porque se você coloca tamanho, a Internet é muito rápida. A Internet é muito rápida, então, ela vai fazer o quê? Ela vai fazer, de repente você põe lá, está limitado no tamanho, quatro centímetros por dez centímetros. Aí, põe um mecanismo que dá zoom. Aí dá um zoom. Na hora que você vai pegar a cópia para poder entrar com a reclamação no TSE, o TRE, aí já misturou, o zoom já voltou. Então tem algumas coisas que são complicadas, mas eu acho que dá para gente discutir um pouco mais.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senador, se me permite, existem hoje já padrões pré definidos de tamanho, de banners que é comercializado com as empresas. Então, isso não, tecnicamente é tranquilo, não haveria essa dificuldade de você controlar isso, até porque o veículo que tiver fazendo no caso o site que tiver colocando a propaganda, ele vai tomar todo

o cuidado do mundo para que não exista nenhum subterfúgio que ele possa ser penalizado com algo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, permite completar?

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Rapidamente para que nós possamos iniciar a outra sessão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Obviamente, qualquer lei é dirigida a quem quer obedecê-la. E certamente, é isso que talvez os próprios candidatos devam ver que uma legislação que impõe limites de tamanho, vai funcionar sim em provedores legalmente constituídos e agora nem todos, nem todos estarão obedecendo essa lei. É isso que eu quero.

SR. PRESIDENTE SENADOR DEMÓSTENES TORRES (DEM-GO): Agradeço a todas as senhoras e a todos os senhores e encerro a presente audiência. Peço aos Senadores da Comissão de Constituição e Justiça que permaneçam.

Ata da 26ª Reunião Extraordinária, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, Realizada em 19 de agosto de 2009.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia dezoito de agosto de dois mil e nove, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senhores Senadores Marcelo Crivella, Renato Casagrande, Roberto Cavalcanti, Wellington Salgado de Oliveira, Lobão Filho, Gerson Camata, Valdir Raupp, Antonio Carlos Júnior, Efraim Morais, Cícero Lucena, Papaléo Paes, Sérgio Zambiasi, Flávio Torres, Flávio Arns, Antonio Carlos Valadares, João Ribeiro, Marco Maciel, Eduardo Azevedo e Sérgio Guerra, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Magno Malta, Demóstenes Torres e José Agripino. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que “Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela internet as análises laboratoriais resultantes de fiscalizações realizadas na empresa pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento”. O relator designa-

do é o Senador Cícero Lucena e o parecer favorável, com emenda nº 01-CCT é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de auto-atendimento da rede bancária”. O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o parecer é pela rejeição. É concedida vista coletiva pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias. **Item 03: Aviso nº 45, de 2008**, de caráter não terminativo, de autoria do Tribunal de Contas da União, “Encaminha cópia do Acórdão nº 1.603/2008, proferido nos autos do processo TC 008.380/2007-1, bem como do respectivo Relatório de Levantamento de Auditoria, objetivando coletar informações acerca dos processos de aquisição de bens e serviços de Tecnologia da Informação – TI, de segurança da informação, de gestão de recursos humanos de TI, e das principais bases de dados e sistemas da Administração Pública Federal.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria é aprovado.. **Item 04: Requerimento nº, de 2009 – CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer “..., nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação – CCT, Comunicação e Informática, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA para debater o Projeto de Lei da Câmara nº, 006, de 2009, que “Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências”, tendo como convidados: Arthur Badin, Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico; Representantes das Agências Reguladoras; e, Representante da Casa Civil.” O requerimento é substituído pelo item extra-pauta nº 06. **Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 240, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rocco Júnior & Rocco Ltda-me para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal, Estado do Paraná”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Flávio

Arns. **Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº. 241, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Organização Madasol de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Efraim Moraes e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Flávio Arns. **Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº. 549, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o Ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de Radiodifusão de sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal”. O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Assina sem voto o Senador Flávio Torres. **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº. 252, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Barrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado, é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº. 255, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Top Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado do projeto por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº. 201, de 2008**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Beira – Rio FM Presidente Epitácio S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº. 435, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iacri, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Gerson Camata e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº. 351, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Editora Diário da Amazônia S/C Ltda. para

explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Marques, Estado de Rondônia”. O relator designado, é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº. 408, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Comunicadores em Rádio Comunitária, Geração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Paraíso, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Valdir Raupp e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº. 564, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Nova Rádio Laranjal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº. 569, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lavrinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavrinhas, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº. 552, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Sérgio Guerra e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº. 269, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº. 344, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Caminho e Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legis-**

lativo nº. 541, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará”. O relator designado é o Senador Roberto Cavalcanti e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº. 415, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Novo Tempo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº. 550, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais”. O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº. 188, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Educacional, Cultural Recreativa e de Radiodifusão JIRÉ – AJJÉ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elísio Medrado, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Júnior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº. 368, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Mortugaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mortugaba, Estado da Bahia”. O relator designado é o Senador Antonio Carlos Junior e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº. 433, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luís do Paraitinga, Estado de São Paulo”. O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº. 445, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Parque Niagara de Radiodi-

fusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº. 452, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à ACIPA – Associação Comunitária de Palmeirante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirante, Estado do Tocantins". O relator designado é o João Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº. 527, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Industrial Taguatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taguatinga, Estado do Tocantins." O relator designado é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº. 139, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº. 211, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alexânia, Estado de Goiás." O relator designado, ad hoc, é o Senador Lobão Filho e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº. 431, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Líder de Passos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº. 437, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à FADEMA – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais". O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo**

nº. 455, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins". O relator designado, ad hoc, é o Senador João Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar os seguintes itens: **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº. 439, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Curuçá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curuçá, Estado do Pará". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº. 551, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Dando prosseguimento à deliberação da pauta o Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senhores Senadores Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado de Oliveira, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Flávio Torres e Eduardo Azeredo requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de projetos e requerimentos, com o que todos concordam. **Extra-Pauta Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº. 524, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Metropolitana FM de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº. 581, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. **Extra-Pauta Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº. 609, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à

Sociedade Rádio Rolante FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis.

Extra-Pauta Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº. 546, de 2009, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Record do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro". O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. Nesse momento o Senhor Presidente, Senador Flexa Ribeiro, passa a Presidência ao Senhor Senador Lobão Filho, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, para relatar o seguinte item: **Extra-Pauta Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº. 591, de 2009**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cametá, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 13 (treze) votos favoráveis. O Senhor Senador Flexa Ribeiro, Presidente da Comissão, reassume a Presidência.

Extra-Pauta Item 06: Requerimento nº. 27, de 2009-CCT, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que requer "..., nos termos regimentais seja realizada audiência pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática – CCT, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura – CI para debater o Projeto de Lei da Câmara nº. 006, de 2009, que "Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; altera a lei nº. 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº. 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, e a Lei nº. 7.347, de 24 de julho de 1985; revoga dispositivos da Lei nº. 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº. 9.781, de 19 de janeiro de 1999; e dá outras providências", tendo como convidados: Mauro Grinberg, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos em Direito Concorrencial e Comércio Exterior (IBRAC); Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da OAB/SP; Nelson Hubner, presidente da ANEEL, representando o Fórum dos presidentes das Agências Reguladoras; Ronaldo Sardenberg, presidente da ANATEL; Aurélio Rios, subprocurador-geral da República

– MPF; Arthur Badin, Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Direito Econômico; Mariana Tavares, Secretária da Secretaria de Direito Econômico/MJ; e Antônio Henrique da Silveira, Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos SEAE/MF". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta Item 07: Requerimento nº. 28, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Flávio Torres, que requer "..., nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública Conjunta desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com a finalidade de instruir o PLC n.º 141, de 2009, que altera as Leis nºs 9.096/1995 – Lei dos Partidos Políticos -, 9.504/1997, que estabelece normas para as eleições e 4.737/1965 – Código Eleitoral. Para que possamos ampliar o debate e ouvir posições diversas sobre a informatização dos pleitos eleitorais, como já ocorreu na Câmara dos Deputados, onde a divergência de posições contribuiu significativamente para o aprofundamento do conhecimento da matéria, sugiro a participação dos seguintes professores universitários e técnicos da área de informática: - Doutor Jorge Stolfi, Professor titular do Instituto de Computação da Unicamp; - Doutor Clóvis Torres Fernandes, Professor associado da Divisão de Ciência da Computação do ITA; - Professor Pedro Dourado Rezende, Matemático e Criptógrafo do Departamento de Criptografia e Ciência da Computação da UnB; - Engenheiro Amílcar Brunazo Filho, Representante Técnico do PDT para Acompanhamento do Desenvolvimento dos Sistemas Eleitorais desde 2000; - Senhor Frank Varela de Moura, Delegado Nacional do PT e Representante Técnico do Partido para o Acompanhamento do Desenvolvimento dos sistemas eleitorais desde 2004; e, - Senhor Marco Antônio Machado de Carvalho, Analista de sistemas e Representante Técnico do PR para Acompanhamento do Desenvolvimento dos Sistemas Eleitorais em 2008." O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta Item 08: Requerimento nº. 29, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que requer, "..., nos termos regimentais, realização de audiência pública conjunta com a CCJ para a discussão e aprofundamento da apreciação do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 2009, que "altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral". Solicito as providências necessárias da presidência no sentido de determinar uma data na qual a Comissão de Ciência e Tecnologia, se reúna conjuntamente com a Comissão de Constituição

e Justiça, tendo em vista a aprovação de requerimento de igual teor no âmbito daquela Comissão, de autoria da nobre Senadora Serys Shlessarenko. Para tanto convidamos as senhoras: Dr^a. Fátima Nancy – Ministra do STJ; Dr^a. Nilcéia Freire – Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; Dr^a. Eva Blay – Doutora em Sociologia, Professora da USP e ex-senadora”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta Item 09: Requerimento nº. 30, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que requer “..., nos termos do art. 113, do Regimento Interno, que o PLC 141, de 2009, que “Altera as Leis nºs 9.096, de 19 de setembro de 1995 – Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral”. seja analisado em conjunto pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta Item 10: Requerimento nº. 31, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que requer “..., nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inc. V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o General Augusto Heleno, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, para discutir as atividades deste departamento, e a implantação do Centro Tecnológico do Exército em Campinas”. O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta Item 11: Requerimento nº. 32, de 2009-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que “Dando continuidade ao ciclo de debates sobre Ciência e Tecnologia na Amazônia, no âmbito desta Comissão e em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, requeiro nos termos do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 90, inc. V do Regimento Interno do Senado Federal, que seja dirigido convite às autoridades abaixo relacionadas para a 3º Audiência sobre o tema acima citado: Reitor da Universidade Federal do Acre (UFAC); Reitor Universidade Federal do Amapá (UNIFAP); Reitor Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Reitor Universidade Federal do Pará (UFPA); Reitor Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Reitor Universidade Federal de Rondônia (UNIR); Reitor Universidade Federal de Roraima (UFRR); Reitor Universidade Federal do Tocantins (UFT)”. O requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, a presidência encerra a reunião, às onze horas e dezenove minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática**, lavrasse a

presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no **Diário do Senado Federal**.

Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, da 3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, 19 de agosto de 2009.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Sras. e Srs. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Dispensada a leitura, a Ata será publicada no **Diário do Senado Federal**.

Comunicações da Presidência. Solicito à Secretaria da Comissão que distribua aos Srs. e Sras. Senadores, presentes, impressos, com a programação do Seminário e Congresso Internacional da Propriedade Intelectual, que terá como tema: “*Os novos rumos da propriedade intelectual: para onde vamos?*”, a ser realizado no período de 22 a 25 de agosto próximo, no Rio de Janeiro.

Se V. Exas. desejarem participar do referido seminário, queiram, por gentileza, informar à Secretaria dessa Comissão.

Convite da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha do Brasil, para participar do I Simpósio de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha, que terá como tema: “*Os desafios para inovação tecnológica*”, a ser realizado no período de 23 a 25 de setembro, na Escola de Guerra Naval, no Rio de Janeiro. Solicito à Secretaria da Comissão que distribua às Sras. e Srs. Senadores presentes o *folder*, contendo informações a respeito do evento. Se V. Exas. desejarem participar do referido simpósio, queiram, por gentileza, informar à Secretaria dessa Comissão.

Dando prosseguimento a esta reunião, passemos aos itens da pauta de hoje.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Queria fazer uma solicitação à V. Exa., com anuência dos demais Senadores, no tocante de uma inversão

de pauta para priorizar os itens, os PDSs 524, 581 e 609.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti, esses itens são extrapauta. V. Exa. tem que solicitar a inclusão.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Já está... Senador Zambiasi já o fez.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Solicito...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Incluo como extrapauta na Ordem do Dia, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Zambiasi solicita inclusão extrapauta dos itens?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): 524.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 524.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): 581 e 609.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): 581 e 609.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Tenho inclusão extrapauta. Posso solicitar agora, também, Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos primeiro aprovar as do Senador Sérgio Zambiasi. Em discussão. Os Senadores, que concordam com a inclusão extrapauta dos itens citados e solicitados pelo Senador Sérgio Zambiasi, permanecem como se encontram. Aprovado.

Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Um requerimento, Sr. Presidente, já aprovado na CCJ, e também estamos propondo aqui, o Senador Flávio também tem um requerimento na mesma direção, para fazermos uma Audiência Pública ainda sobre a Lei Eleitoral.

E como o nosso relator aqui, Senador Eduardo Azeredo, está com o tempo limitado para poder fazer o seu relatório, nós estamos propondo que a gente possa fazer a Audiência Pública o mais rápido possível, e tem um requerimento com diversos nomes, mas o entendimento que nós fizemos aqui são de quatro nomes.

Mas, primeiro, eu queria pedir a inclusão extrapauta do requerimento, se possível.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa., Senador Renato Casagrande

solicita a inclusão extrapauta de requerimento para instruir uma Audiência Pública, para instruir o PLC nº 141, de 2009. Senadores, que concordam com a inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão extrapauta do requerimento do Senador Renato Casagrande.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, quer começar [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu solicito também a inclusão extrapauta, extrapauta, do item, do Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2009. E de um... E também de um requerimento para que possamos ouvir, na próxima sessão, o General Augusto Heleno, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

Coloco em discussão a inclusão extrapauta, solicitado pela--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já passo a palavra, Senador Wellington Salgado.

A inclusão extrapauta do projeto de Decreto Legislativo 591, de 2009, e do requerimento para que se possa convidar o General Augusto Heleno, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército. Em discussão. Os Senadores, que concordam, permanecem como se encontram. Aprovado.

Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Era simplesmente para incluir, também, no relatório de V. Exa... O item 546, o Projeto 546 de hoje também é extrapauta. Por isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado solicita que seja incluído extrapauta o Projeto de Decreto Legislativo 546, de 2009. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, os Senadores que concordam com a solicitação do Senador Wellington Salgado, de inclusão extrapauta do Projeto de Decreto Legislativo 546, de 2009, permaneçam como se encontram. Aprovado. Então, também, extrapauta, o projeto... Incluído extrapauta o projeto de Decreto Legislativo 546, de 2009.

Retornemos à pauta, já com os pedidos...

Senador Flávio Torres também tem uma solicitação de inclusão extrapauta.

Por favor, Senador Flávio Torres com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, na verdade, [ininteligível] Senador Casagrande, que o meu pedido vai na mesma direção, de uma Audiência Pública, e nós já juntamos aqui os nossos nomes para fazer a mesma audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, o requerimento do Senador Renato Casagrande será também subscrito pelo Senador Flávio Torres. Será um requerimento em conjunto.

Para nós, é uma satisfação muito grande que tenhamos um requerimento assinado pelo Senador Renato Casagrande e pelo Senador Flávio Torres.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sr. Presidente, eu quero só registrar só--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador... Senador Eduardo Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu quero registrar a democracia do Presidente, porque o Presidente não precisa propor para incluir extrapauta, o próprio Presidente pode incluir. Então a sua democracia de ouvir a todos nós para incluir algum item extra da sua proposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós, nós, nós, democraticamente, colocamos à apreciação do Plenário os requerimentos de Autoria da Presidência também, assim como faço dos senhores membros da Comissão.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quem vai pedir?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dentro dessa mesma linha, ainda, da reforma eleitoral, eu tenho um outro requerimento meu, que teria que entrar extrapauta também, que é pedindo que a votação e a análise de votação seja conjunta com a CCJ, no mesmo objetivo de que possa ser mais rápido.

Não vou nem usar a palavra agilizar, que a palavra agilizar está meio perigosa ultimamente. Eu vou pedir para que seja analisada em conjunto, para que nós possamos votar em tempo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão. V. Exa., como bom mineiro, mudou a palavra, e vamos usar, Senador Eduardo Azeredo, "para economia processual". Fica mais tranquilo.

V. Exa. solicita que seja incluído extrapauta o requerimento de V. Exa., para que façamos uma análise, discussão e aprovação conjunta dos pareceres, tanto de V. Exa., Senador Eduardo Azeredo, quanto do Senador Marco Maciel, em uma reunião conjunta da CCT com a CCJ.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que, na próxima semana, provavelmente, com certeza, eu diria, eu diria... Senador Eduardo Azeredo? Senador Eduardo Azeredo, eu pediria a V. Exa. que fosse com certeza.

Nós temos que aprovar essa alteração da legislação eleitoral, para que haja tempo dela retornar à Câmara e ser sancionada pelo Presidente, a fim de que entre já vigindo, a partir das eleições do próximo ano.

Em discussão o requerimento extrapauta do Senador Eduardo Azeredo. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores, que concordam com a inclusão extrapauta, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 01 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2008, terminativo na CAS. "Altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências, para dispor sobre a obrigatoriedade de divulgar pela Internet as análises laboratoriais, resultantes de fiscalizações realizadas na empresa, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento." Autoria: Senador Marconi Perillo. Relatoria: Senador Cícero Lucena; parecer favorável à matéria, com a emenda que apresenta.

A matéria também será apreciada pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e, posteriormente, pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena para leitura do seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB PB): Vou direto à análise, Sr. Presidente.

"Compete a esta Comissão, nos termos do inciso IX do art. 104-C do Regimento Interno do Senado, opinar em assuntos correlatos às áreas de comunicação e informática, em especial quando a proposição busca estimular o uso de novas tecnologias na divulgação de informação de relevante interesse público.

Com efeito, cabe ao legislador federal dispor, privativamente, sobre informática, e, concorrentemente, com o legislador estadual, sobre proteção e defesa à saúde, bem como sobre a responsabilidade por danos ao consumidor.

Tendo em vista que os aspectos do projeto, relacionados à vigilância sanitária, à defesa do consumidor e à proteção à saúde, serão

objeto de análise das comissões competentes para opinar sobre tais matérias, nosso exame restringe-se à questão do uso da Internet como veículo de divulgação de informações ao público.

De qualquer modo, não podemos deixar de louvar a iniciativa, na medida em que se dirige a facilitar o acesso, pela população, a informação de grande relevância.

Os casos recentes de fraudes na comercialização de leite UHT estão a indicar a necessidade de ampliar, o quanto possível, o acervo de dados à disposição do consumidor sobre a qualidade dos produtos que lhe são vendidos, até mesmo como forma de prevenir danos a sua saúde.

Sobre os aspectos afetos à competência dessa Comissão, cumpre registrar que, de acordo com pesquisa levada a cabo em 2007 pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e de Comunicação, 74% das empresas com menos de 10 funcionários não possuem sítio na Internet.

Mesmo entre as empresas com 10 ou mais funcionários, o percentual daqueles que não dispõem de sítio próprio da Internet ainda é alto, chegando a 54%.

Em face dessa realidade, entendemos de bom alvitre promover uma pequena alteração no texto do inciso a ser acrescido ao art. 10 da Lei, substituindo a expressão 'deixar de garantir, em estabelecimentos de laticínios sob controle do Sistema de Inspeção Federal-SIF, por meio dos próprios sítios na Internet, a divulgação e a permanente disponibilidade de acesso ao público' por, substituir por 'deixar o estabelecimento de laticínio sob controle do Sistema de Inspeção Federal-SIF, de garantir, no sítio que mantiver na Internet, a divulgação e a permanente disponibilidade do acesso ao público'.

Além do aperfeiçoamento de ordem redacional, a nova redação tornará claro que o dever da divulgação na Internet se aplicará a empresas que mantenham sítio na Internet.

Assim, estabelecimentos e cooperativas de pequeno porte, que sequer dispõem de página na rede mundial de computadores, não terão de criar uma apenas para atender à exigência legal.

A alteração presta, pois, homenagem ao princípio da proporcionalidade.

Ademais, é importante ressaltar que, mesmo no caso de pequenas empresas e cooperativas, o público disporá de informações sobre a fiscalização sanitária divulgadas pelos órgãos públicos competentes em seus sítios, os quais veiculam dados sobre as empresas sob investigação, inclusive sobre lotes de produtos interditados.

A esse respeito, é digna de nota a iniciativa conjunta da ANVISA, do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e do Mapa, que resultou na criação do Centro Integrado de Monitoramento da Qualidade dos Alimentos, o qual mantém página na Internet, acessível pelo endereço www.cquali.gov.br."

Vamos ao voto.

"Ante o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 86, de 2008, com a seguinte emenda:

A Emenda: 'Substitua-se o inciso XLII, do art. 10 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, acrescentado pelo Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2008, a expressão 'deixar de garantir, em estabelecimentos de laticínios sob controle do Sistema de Inspeção Federal, por meio dos próprios sítios na Internet' por 'deixar o estabelecimento de laticínios, sob controle do Sistema de Inspeção Federal de garantir, no sítio que mantiver na Internet'".

Esse é o voto, Sr. Presidente, com a emenda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cícero Lucena.

Coloco em discussão o parecer do Senador Cícero Lucena, que é favorável à matéria, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgar, pela Internet, as análises laboratoriais, resultantes de fiscalização, realizada pela ANVISA e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O parecer é favorável, com a emenda que já foi proferida pelo relator.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. O projeto será encaminhado à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Item 02. Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2009, terminativo na CAE: "Torna obrigatória a adoção de formato único para os teclados dos terminais de autoatendimento da rede bancária". Autoria: Senador Valdir Raupp. Relatoria do Senador Cícero Lucena; parecer pela rejeição. Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, para proferir o seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB PB): Sr. Presidente, quero, inicialmente, fazer o registro da iniciativa da preocupação do Senador Raupp, por demais pertinente, mas, dentro do aprofundamento do estudo, me foi identificado como inviável a adoção de tal projeto.

Essa é a razão da minha rejeição, mas farei a leitura da análise.

“No tocante ao mérito, cumpre-nos registrar que a concretização da proposta implicaria ônus expressivo para as instituições financeiras. A adaptação ou substituição de vinte por cento dos terminais instalados e em serviço em cada agência bancária, no prazo máximo de dezoito meses; e, após esse período, a aquisição de teclados para todos os terminais a serem instalados, segundo padrão definido pela ABNT, representa operação de grande envergadura.

Essa imposição de custos seria justificável se os benefícios colhidos fossem proporcionais, na forma de melhorias na utilização desses terminais.

Acontece, no entanto, que a complexidade do uso dos terminais não está associada à interface do teclado alfanumérico, mas ao procedimento para realização de cada transação ou serviço disponível na máquina de atendimento, algumas dispensam, inclusive, o uso do teclado.

Esses procedimentos podem ser compreendidos como fluxos de informações gerenciados por opções apresentadas na tela ao usuário. O significado, a posição do teclado, as cores utilizadas, as explicações adicionais automaticamente apresentadas, o tempo de espera entre cada acionamento do teclado, a capacidade de leitura e de cognição do usuário são alguns dos fatores que efetivamente facilitam ou dificultam a operação das máquinas, e não a forma em si do teclado.

Nesse sentido, não esperamos que haja benefícios sensíveis na padronização dos teclados, pois não são eles os responsáveis pelas dificuldades do uso manifestado por alguns usuários.

Cada instituição bancária é que deve buscar aperfeiçoar, simplificar e agilizar o atendimento que faz por meio dessas plataformas, como um instrumento de competição de mercado.

Dado o caráter de inovações tecnológicas, não nos parece razoável ou prudente in-

correr no risco de engessamento da matéria, ao tratá-la em lei federal.

Cada banco deve estar livre para operar um ‘hardware’ e ‘software’ personalizados segundo a sua marca, para que possa oferecer diferenciais aos seus clientes.

Por fim, nosso entendimento é de que o projeto em apreciação não deva ser aprovado.

Pelas razões expostas, nosso entendimento é pela rejeição do Projeto”.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Cícero Lucena.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão o parecer...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Posso pedir vista do...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Lógico. Em discussão o parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado 211 de 2009.

Para discutir, Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu quero só pedir vista para poder fazer uma análise mais detalhada do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vista concedida ao Senador Renato Casagrande. Algum outro Senador solicitaria vista, para que fosse vista coletiva?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Lobão Filho e Senador Roberto Cavalcanti também solicitam vista. Vista coletiva.

Item 03, Aviso nº 45, de 2008, não terminativo. “Encaminha cópia do Acórdão nº 1.603/2008, proferido nos autos do Processo TC 008.380/2007-1, bem como do respectivo relatório de levantamento de auditoria, objetivando coletar informações acerca dos processos de aquisição de bens e serviços de tecnologia da informação-TI, de segurança da informação, de gestão de recursos humanos de TI, e das principais bases de dados e sistemas da administração pública federal.” Autoria, Tribunal de Contas da União. Relatoria, Senador Cícero Lucena; parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria.

Com a palavra, o Senador Cícero Lucena, para leitura do seu parecer.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Vi aqui, Presidente, alguns Senadores com ciúme por eu ser o terceiro, em ordem de sequência.

Então, para ser breve, o meu voto é pelo arquivamento do Acórdão encaminhado pelo Tribunal de Contas, para que não desperte ciúme em alguns colegas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está ficando um diplomata de primeira.

Eu coloco em discussão o parecer do Senador Cícero Lucena, com relação ao Aviso nº 45, de 2008, do TCU. Parecer pelo conhecimento e arquivamento da matéria. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores, que concordam com o parecer do Senador Cícero Lucena, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 04. Requerimento não terminativo, do Senador Renato Casagrande. “Requer, nos termos do art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada audiência pública conjunta, no âmbito desta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação-CCT, Comunicação e Informática, da Comissão de Serviços de Infraestrutura-CI e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle-CMA, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 006, de 2009, que ‘estrutura o sistema brasileiro de defesa da concorrência, dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, o Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941, Código de Processo Penal, e a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, revoga dispositivos das Leis nº 8.884, de 11 de junho de 1994, e a Lei nº 9.781, de 19 de janeiro de 1999, e dá outras providências, tendo como convidados Arthur Badin, Presidente do CADE-Conselho Administrativo de Direito Econômico, representantes das agências reguladoras e representante da Casa Civil”.

Com a palavra Senador Renato Casagrande, autor do requerimento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras.

Na verdade, eu quero fazer uma substituição de requerimento, Sr. Presidente. Porque eu apresentei um novo requerimento como um aditamento, mas eu quero transformar não um... Mas numa substituição de requerimento, porque eu já estabeleci [soa a campanha] a ordem... a ordem não, a relação de convidados, e essa relação [soa a campanha] de convidados... São três comissões numa audiência pública.

E é importante a audiência pública, porque o Projeto do Novo CADE está tramitando há muito tempo, a gente não chega a um entendimento. Então, para que a gente possa agilizar todas as comissões que querem audiência pública.

Então, nós vamos centralizar, vamos... Estamos articulando a audiência pública conjunta, para que a gente possa agilizar os procedimentos. E como V. Exa. disse, para que a gente tenha economia processual, está certo?

Portanto, eu peço aí apoio de V. Exa., como Presidente, e apoio dos demais membros dessa Comissão.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir o requerimento, Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se V. Exa. me permite, Sr. Presidente, eu queria sugerir ao Senador Renato Casagrande, porque ele propõe aqui o Arthur Badin, Presidente do CADE, representantes das agências reguladoras e da Casa Civil.

Eu acho que precisaria alguém, também, de fora do Governo, como alguém da Confederação Nacional das Indústrias, alguém da Garoto Chocolate, que sofre uma pertinaz... Ah, já recebo aqui, olha, Direito Econômico, Antônio Henrique, da Secretaria Especial de Assuntos... Ah, ótimo, pronto, já está aqui.

O novo requerimento, Sr. Presidente, já contempla a solicitação que eu ia fazer a V. Exa..

Parabéns ao Senador Renato Casagrande pela inclusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Para ficar uma audiência com contestações, não só uma banda do Governo falando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço ao Senador Gerson Camata.

Então, coloco em discussão a substituição do requerimento que foi lido anteriormente, pela nova redação, apresentada pelo Senador Renato Casagrande, com o seguinte texto: “Requer, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento número de 2009 CCT, de forma a nominar as autoridades a serem convidadas para participar da Audiência Pública conjunta”.

As Comissões são as mesmas, só os convidados. Mauro Grinberg, Presidente do Instituto Brasileiro de Estudos de Direito Concorrencial e Comércio Exterior, IBRAC; Pedro Zanotta, Presidente da Comissão de Defesa da Concorrência da OAB-São Paulo; Nelson Hubner, Presidente da ANEEL, representando o Fórum dos Presidentes das Agências Reguladoras; Ronaldo Sardenberg, Presidente da ANATEL; Aurélio Rios, Subprocurador da República; Arthur Badin, Presidente do CADE-Conselho Administrativo de Direito Econômico; Mariana Tavares, Secretária da Secretaria de Direito

Econômico, Ministério da Justiça; e Antônio Henrique da Silveira, Secretário da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento permaneçam como se encontram. Aprovado.

Marcaremos a data da Audiência Pública proximoamente.

Dando sequência à pauta, vamos aos itens terminativos, quórum qualificado. Faremos a leitura dos pareceres e a discussão e a votação nominal ao final, em conjunto, de todos os projetos, já lidos os seus pareceres.

Item 05. Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2009, terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Rocco Júnior & Rocco Ltda-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Faxinal, Estado do Paraná."

O Senador Flávio Arns.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou... Eu vou... Eu vou pedir a V. Exa. que nós possamos... Senador Flávio Arns está presidindo a Comissão de Educação, eu vou passar para o item seguinte--

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): --Enquanto ele chega até aqui.

Com a palavra, Senador Lobão Filho, Vice-Presidente da CCT.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Srs. Senadores, eu acho que está havendo um desvirtuamento aqui da intenção do legislador em relação às rádios comunitárias. E desde pronto eu já peço vistas do item 05 e do item 06 da pauta.

O que eu percebo, as rádios comunitárias, elas foram criadas para dar voz às comunidades, às pequenas comunidades. E percebe-se agora que há uma profusão de empresas criadas como rádios comunitárias.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, eu acho que essas duas rádios não são comunitárias...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Ah, o item 5 e o item 6 não são comunitárias?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Não, não são.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Bom.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Isso.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Mas, de qualquer forma, eu quero abordar o assunto.

Eu tenho em mãos um projeto do Senador Casagrande que regulamenta as TVs comunitárias. Eu estou preparando um substitutivo, proibindo exatamente que empresas limitadas tenham capacidade de fazer rádios comunitárias, e eu percebo que várias empresas têm pedidos de rádio comunitárias em diferentes comunidades.

Então, eu estou... A mesma empresa em várias comunidades diferentes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Pois é, já tem vários projetos, inclusive para que eu possa relatar, de mesmas associações, e mesmas fundações, principalmente, com o pedido em várias comunidades diferentes. O que levaria à imagem de uma rede de comunicação por parte de uma fundação.

Então, eu estou proibindo isso no substitutivo e pediria a V. Exas. que tivessem muito critério na análise desses pedidos de rádios comunitárias, para evitar esse tipo de distorção.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, eu queria, se V. Exa....

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda, ainda em discussão, só antes de passar a palavra ao Senador Gerson Camata, Senador Lobão Filho, essa é uma preocupação que já foi, aqui, levantada por vários Senadores.

Nós vamos fazer, na próxima quarta-feira, uma Audiência Pública para tratarmos exatamente a questão das rádios comunitárias e das TVs educativas.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Inclua a meu pedido.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A seu pedido, a pedido do Senador Roberto Cavalcanti, o Senador Antonio Carlos Júnior, Senador Papaléo, vários Senadores estão com essa preocupação que V. Exa. agora colocou na questão dos itens 05 e 06.

Com relação, V. Exa. tem toda a razão. Se a rádio é comunitária, não tem que haver uma cadeia de rádios comunitárias de uma única empresa.

Eu vou verificar com a Assessoria da Comissão, porque me parece que esta questão teria que ser analisada lá...

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Previamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): No Ministério das Comunicações, antes dele encaminhar para o Legislativo, deveria ser visto

lá se havia, ou não, a superposição de rádios na mesma empresa.

V. Exa. tem toda a razão, esse assunto será debatido na próxima reunião, e eu pergunto se V. Exa. mantém vista ao item 05 da pauta, que o relator é o Senador Flávio Arns.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Presidente, estou inscrito ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. mantém o pedido de vista ou vamos aprovar da forma como está, porque esta não é comunitária?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Não, eu retiro o pedido de vistas.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sr. Presidente, Sr. Presidente [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu queria, Sr. Presidente, propor a V. Exa.... Primeiro, [soa a campainha] esse projeto das TVs comunitárias, na verdade, tramita há mais de 10 anos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Rádio comunitária.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Não, eu estou dizendo das TVs comunitárias que o Senador Lobão Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ah, sim, sim.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): TVs comunitárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Comunitárias, que é um projeto do Senador Renato Casagrande.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Renato Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Que o Relator é o Senador Lobão Filho.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Mas esse projeto tramitou aqui, como do Senador Paulo Hartung, há mais de dez anos.

[soa a campainha]

Quer dizer, a tecnologia está avançando. Na época, eu me lembro, o Ministério pediu um tempo, porque ele estava organizando as TVs HD, de alta definição, e ele não sabia qual o espectro que essas TVs iam ocupar no UHF.

Está resolvido esse problema, nós podemos inclusive, ao longo do tempo, quando as emissoras comerciais forem partindo para o HD, que usa canais de UHF, entregar os canais VHF para as TVs comunitárias, isso que seria ideal.

Agora, nós não podemos atrasar 10 anos, Sr. Presidente. A tecnologia corre, avança, 10 anos.

O outro problema, que nós não podemos limitar para todo mundo aquilo que é permitido para a iniciativa privada. Então, uma igreja evangélica presbiteriana pode ter uma rádio comunitária em Vitória, na Serra, em Gurigica, em Vila Velha, sem que isso seja uma rede.

Quer dizer, a empresa privada pode espalhar televisão para o raio que o parta, "Ah, comunitária não pode." A lei, a constituição manda tratar todo mundo da mesma maneira.

Então, eu acho que nós temos que ver, todos são iguais perante as leis, uns não podem ser mais iguais que os outros.

Há necessidade que se democratize as comunicações no Brasil, que estão na mão de três famílias. É necessário democratizar a comunicação no Brasil. Nós temos a obrigação de democratizar as comunicações no Brasil.

E uma das maneiras são as rádios e as TVs comunitárias.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a a palavra, o Senador Lobão Filho. Depois Senador Roberto Cavalcanti, para discutir.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Muito oportuna as colocações do Senador Gerson Camata.

Quero dizer a V. Exa. que, na próxima reunião da CCT, estarei encaminhando já o relatório do Projeto do Senador Renato Casagrande.

E eu acredito que não deva haver redes de rádio comunitária sob hipótese nenhuma. Isonomia de tratamento total. Não tem que haver privilégio a ninguém.

Rádio comunitária é feita para dar voz à pequena comunidade, ela não deve concorrer com rádios comerciais. E se nós imaginarmos e aceitarmos que possa se juntar duas, três, quatro, cinco para formar uma rede, essa é uma tremenda distorção do nosso objetivo inicial que era dar voz a essas comunidades.

Então, no meu substitutivo, não poderá haver, não haverá a possibilidade de formação de uma cadeia de rádios comunitárias numa mesma pessoa jurídica ou associação comunitária ou fundação, sob hipótese nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Roberto Cavalcanti. Senador Gerson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu acho que isso é inconstitucional. Eu queria, eu queria fazer aqui uma observação, Sr. Presidente.

Então, por exemplo, vamos supor, a Igreja Luterana tem cinco rádios comunitárias. É a comunidade luterana que está se comunicando. A Igreja Católica tem oito rádios comunitárias, é a comunidade católica que está se comunicando.

Ora, nós não podemos permitir que as empresas possam ter redes, a comunitária não pode. A religião não pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Gerson Camata, se V. Exa. me permite.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Deixa eu responder, deixa eu responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Se V. Exa. me permite, este é um assunto que vai estar na pauta na próxima Reunião.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Vamos lá. Eu queria que, nessa Audiência Pública, se trouxesse um constitucionalista e um jurista aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sugeriria... Eu sugeriria à V. Exa..

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Nós não podemos ser cruéis com os mais pobres aqui, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sugeriria--

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Nós temos que defender os mais pobres e os menos poderosos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu sugeriria a V. Exa., Senador Gerson Camata, que V. Exa. entrasse em contato, em reunião, com o Relator, o Senador Lobão Filho.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ok, Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para que pudesse fazer essa discussão prévia, que anteceda a audiência...

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Temos que botar um jurista constitucionalista aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): A pauta da sessão próxima.

Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu gostaria de me acostar ao macro pensamento do Senador Gerson Camata, no sentido da democratização, da Constituição.

Agora, eu queria que fosse atentado o detalhe micro, que as rádios comunitárias ou TVs comunitárias já não pagam nada, não existe nenhum desembolso para as concessões, enquanto que as empresas privadas, hoje, não existe o critério mais daquela concorrência política. A concorrência, hoje, é preço.

O Governo do Brasil, o Estado Brasileiro recebe o valor referente a essas concessões, diferentemente das comunitárias, que as concessões são dadas de forma inteiramente gratuita.

Então, isso é um diferencial que, quando for feita a análise constitucional, para ver que são dois pesos, duas medidas, mas isso nós vamos discutir na audiência sobre o tema.

Só lembrar esse detalhe do aspecto, que uma tem um procedimento completamente diferente no tocante à obtenção da concessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. Senador Lobão Filho.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Gerson Camata, só para esclarecer, rádio comunitária, em primeiro lugar, deveria ter uma frequência apenas, e, se ela tem uma frequência apenas, em cada comunidade, ela só cabe uma.

Em cada comunidade às vezes, por vezes, nós temos mais do que uma igreja, mais de que uma Igreja Católica, uma Igreja Evangélica, Assembléia de Deus, são várias igrejas. Porque privilegiar uma das igrejas em detrimento das outras? Não, calma, calma. Se só pode haver uma por comunidade, como é que eu vou dar para todas?

E mais, e mais: a rádio comunitária é uma permissão, não é uma concessão. Recebe-se a permissão da rádio comunitária, sem participação de uma licitação, sem participação de qualquer certame para oferta de um melhor valor ao governo ou sequer de pagamento de taxas ou impostos.

Então, é preciso análise com muito critério desse tema, e eu acho que, em fórum adequado, nós iremos extinguir todas as possibilidades desse tema.

E esperamos que a gente possa conseguir, ao final dessa Audiência Pública e desse debate, chegar a um formato final que seja o melhor possível, para legislar sobre esse complexo e delicado tema.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço o Senador Lobão Filho. Esta Audiência Pública que ensejará a discussão do procedimento de outorga de rádios comunitárias acontecerá na próxima quarta-feira, e que dará condições de instruir o parecer do Senador Lobão Filho para a sessão da semana seguinte à próxima.

Os itens 05 e 06 de Relatoria do Senador Flávio Arns – ele teve que retornar à Comissão de Educação –, vou deixar para o final, a tempo de que ele retorne.

Vamos ao item 07. Projeto de Decreto Legislativo nº 549, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de

sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal.” Autoria, Poder Executivo. Relatoria, Senador Cristovam Buarque; parecer favorável.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, para leitura do seu parecer.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF):

Sr. Presidente, dentro da urgência que nós devemos procurar para ter essa sessão, tendo em vista até de que esse é um caso que não creio que haja qualquer dúvida da parte de ninguém, eu quero dizer apenas que o Projeto já foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação e Informática da Câmara de Deputados, seguiu parecer favorável do seu relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dessa Casa, daquela Casa, foi considerado [soa a campainha] jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Toda a análise que foi feita justifica a aprovação do projeto. Por isso, eu vou direto ao meu voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 549, de 2009, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa, optamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada da... À Globo Comunicações e Participação S.A. para explorar o serviço de radiodifusão, sons e imagens na cidade de Brasília, Distrito Federal, na forma do projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o meu parecer, com muita satisfação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Cristovam Buarque.

Como disse ao início, a discussão e a votação nominal será feita em conjunto, ao final da leitura de todos os pareceres dos projetos terminativos.

Item 08. E item 09. Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi.

Item 08. Projeto de Decreto Legislativo nº 252, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Comunicação Comunitária Barrense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Quaraí, Estado do Rio Grande do Sul.” Autoria, Poder Executivo. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi; parecer favorável.

Item 09. Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Top Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina.” Autoria, Poder Executivo. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi; parecer favorável.

Por economia processual, vamos incluir também, de Relatoria do Senador Sérgio Zambiasi, o item 01 extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 524, de 2009. “Aprova o ato que outorga permissão à Metropolitana FM de Comunicação Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ascurra, Estado de Santa Catarina.” Autoria, Poder Executivo. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi; parecer favorável.

Também item 02 extrapauta. Já... Projeto de Decreto Legislativo nº 581, de 2009. “Aprova o ato que renova concessão outorgada à TV Vale do Itajaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina.” Autoria, Poder Executivo. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi; parecer favorável.

Com a palavra, Senador Sérgio... Tem mais... Mais um.

Item 03 extrapauta. Projeto de Decreto Legislativo nº 609, de 2009. “Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade de Rádio Rolante FM Ltda., para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolante, Estado do Rio Grande do Sul.” Autoria, Poder Executivo. Relatoria, Senador Sérgio Zambiasi; parecer favorável.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, para leitura dos seus pareceres nos cinco processos já nominados.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS):

Obrigado, Presidente Flexa Ribeiro. Pareceres dos PDLs 252 de 2009, 255/2009, 524/2009. 581/2009 e 609/2009; todos os pareceres são favoráveis, porque todos os processos obedeceram à exposição de motivos do Ministério de Comunicações ao Presidente da República, documentos que integram os autos, informando que as solicitações foram instruídas em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Pareceres favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Zambiasi.

Vamos ao item, aos itens 10 e 11. Relator, Senador Gerson Camata.

Item 10. Projeto de Decreto Legislativo nº 201, de 2008, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Beira-Rio FM Presidente Epitácio Sociedade por Cotas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.”

Item 11. Projeto de Decreto Legislativo nº 435, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Difusora Natureza FM Ltda. para explorar serviço de

radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Iacri, Estado de São Paulo.”

Os dois projetos de Autoria do Poder Executivo, Relatoria do Senador Gerson Camata, todos os dois com parecer favorável.

Senador Gerson Camata, para leitura dos seus pareceres.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES):

Como V. Exa. mesmo adiantou, os pareceres são favoráveis. Pela acolhida e aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Passou aqui o 12 e o 13? Itens 12 e 13, relatoria do nobre Senador Valdir Raupp.

Item 12. Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Editora Diário da Amazônia Sociedade por Cotas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Costa Marques, Estado de Rondônia.”

Item 13, Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à associação dos comunicadores em rádio comunitária Geração FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vale do Paraíso, Estado de Rondônia.”

Com a palavra, Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, são duas cidades que não têm, até o momento, nenhuma emissora de rádio. Nem comercial e nem comunitária.

Na cidade de Costa Marques, é uma rádio comercial que, com certeza, vai atender muito bem a Região do Vale do Aporé e a cidade de Costa Marques.

E Vale do Paraíso também não tem nenhuma emissora rádio, e é uma rádio comunitária.

Logo o nosso parecer é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Valdir Raupp.

Vamos aos itens 14 e 15. Relatoria do Senador Renato Casagrande. Item 14.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Esses itens que estão em fase de discussão serão discutidos no final ou serão discutidos agora?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ao final, todos ao final.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Discussão também?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Discussão também. Discussão e votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Discussão e votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Itens 14 e 15.

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo 564, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Nova Rádio Laranjal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laranjal Paulista, Estado de São Paulo.”

Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº 569, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Lavrinhas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lavrinhas, Estado de São Paulo.” Relatoria, Senador Renato Casagrande.

Com a palavra, nobre Senador para leitura dos seus pareceres.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, meus dois relatórios são favoráveis, Sr. Presidente, porque atenderam a todos os pré-requisitos para aprovação das duas rádios.

Obrigado senhor, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Renato Casagrande.

O item 16, relatoria do Senador Sérgio Guerra. Ele informou à Secretaria que está a caminho, vamos aguardá-lo para que ele possa fazer a leitura do seu parecer.

Itens 17 e 18. Relatoria do Senador Gilberto Goellner. Peço ao Senador Antonio Carlos Júnior que possa, como relator ad hoc, por solicitação do Senador Gilberto Goellner, fazer a leitura dos seus pareceres.

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo 269, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão a Sistema Integrado de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso.”

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 344, de 2009, terminativo. “Aprova o ato [soa a campainha] que outorga permissão à Rádio FM Caminho e Luz Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em fre-

quência modulada na cidade de Araputanga, Estado de Mato Grosso.”

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Júnior, como relator ad hoc.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres do Senador Gilberto Goellner, ambos são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Item 19. Relatoria do Senador Roberto Cavalcanti. Projeto de Decreto Legislativo nº 541, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Ivanov Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará.”

Com a palavra, o Senador Roberto Cavalcanti.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, trata-se de uma concessão de frequência modulada por uma empresa na cidade de Uruburetama, Estado do Ceará; tudo conforme, parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Roberto Cavalcanti.

E eu queria informar ao nobre Senador Flávio Torres que a Presidência distribui os pareceres das rádios aos Senadores que representam os estados em que as rádios são outorgadas.

No caso dessa do Ceará, como a Senadora Patrícia tinha solicitado licença e pediu que não fosse mais encaminhado processos a ela, ela, na última sessão que compareceu, relatou mais de uma dezena de rádios. Foi encaminhado então ao Senador Roberto Cavalcanti. Os próximos irão ser encaminhados a V. Exa. para que possa ser o relator das rádios do querido Estado do Ceará.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Eu espero ter o direito de relatar alguma do Estado da Paraíba.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como V. Exa. também, aqui há um divisão democrática e imparcial em relação aos senadores representantes dos Estados.

Senador Flávio Torres com a palavra.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Só para dizer que eu tenho perfeita compreensão disso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Itens 20 e 21. Relatoria do Senador Eduardo Azeredo.

Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Novo Tempo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria do Suaçuí, Estado de Minas Gerais.”

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 550, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.”

Com a palavra, o Senador relator, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente, eu vou começar pelo item 20, que se refere à cidade de Santa Maria de Suaçuí, fica mais na região central de Minas, e é uma rádio comunitária, para a Associação Radiodifusão Novo Tempo. A documentação examinada pelo Ministério das Comunicações não tem, não apresenta nenhum óbice. Portanto, o parecer é favorável à aprovação.

Com relação à TV Globo de Belo Horizonte [soa a campanha], trata-se de renovação da concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações no rádio, no caso, serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Da mesma forma, toda a análise feita é no sentido favorável, o projeto já passou pela Câmara de Deputados, também com aprovação, e portanto, não há nenhum reparo a fazer, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belo Horizonte, Capital do Estado de Minas Gerais.”

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Eduardo Azeredo. Os pareceres favoráveis.

Vamos aos itens 22 e 23, Relatoria do Senador Antonio Carlos Júnior.

Item 22. Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente, Educacional, Cultural, Recreativa e de Radiodifusão Jjiré-ajjé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elísio Medrado, Estado da Bahia.”

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à associação comunitária de radiodifusão para o desenvolvimento cultural e social de Mortugaba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mortugaba, Estado da Bahia.”

Com a palavra, o Relator, Senador Antonio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEB-BA): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, os pareceres são favoráveis.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

Vamos aos itens 24 e 25. Relatoria Senador... Nobre Senador Marcelo Crivella.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 433, de 2009, terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à SPC-Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo."

Item 25. Projeto de Decreto Legislativo nº 445, de 2009, terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Parque Niagara de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paraíba do Sul, Estado do Rio de Janeiro."

Com a palavra, Relator Senador Marcelo Crivella. Senador Marcelo Crivella, só para registrar aqui, eu... Deve... A SPC, Sistema Paraense de Comunicação, deve ser de algum paraense que está lá em São Paulo abrindo esse serviço de radiodifusão e frequência modulada na cidade de São Luiz de Paraitinga.

Com a palavra, Senador Marcelo Crivella, para leitura do seu parecer.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Sr. Presidente.

O primeiro parecer, Presidente, o voto é que tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 433/2009 não evidenciou violação à legislação pertinente, o parecer é pela aprovação do ato, que outorga permissão ao Sistema Paraense de Comunicações, para explorar serviços de radiodifusão sonora, em frequência modulada na cidade de São Luiz do Paraitinga, Estado de São Paulo.

E eu gostaria, como disse V. Exa., de saudar a todos [soa a campainha] os ilustres habitantes da cidade de São Luiz do Paraitinga, e certamente à grande colônia de paraenses que deve viver nessa cidade, já que o sistema a eles presta homenagem.

Sr. Presidente, o item 25 é da linda cidade de Paraíba do Sul, ali pertinho da divisa do Rio de Janeiro, do Estado de Minas. E eu gostaria inclusive de mandar um grande abraço ao Prefeito Gil Leal, uma figura ilustre da política do meu Estado.

A Associação Comunitária Parque Niagara de Radiodifusão teve aqui o seu processo nº 445 aprovado, porque nada evidenciou na documentação de que pudesse obstacular a sua renovação.

Sendo assim, Sr. Presidente, o parecer é favorável à Ação Comunitária Parque Niagara de Radiodifusão e

a todo esse povo trabalhador, ordeiro, honesto, humilde, aqui do interior do meu Estado do Rio de Janeiro.

Fica aqui o relatório, aprovação e as congratulações de apreço.

Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Marcelo Crivella, que com muita competência representa aqui no Senado Federal o Estado do Rio de Janeiro. Querido Estado do Rio de Janeiro.

Itens 26 e 27, Relatoria Senador João Ribeiro.

Item 26. Projeto de Decreto Legislativo nº 452, de 2009, terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à ACIPA-Associação Comunitária Palmeirante para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirante, Estado do Tocantins."

Item 27. Projeto de Decreto Legislativo nº 527, de 2009, terminativo "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bairro Industrial de Taguatinga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taguatinga, Estado do Tocantins."

Com a palavra, Senador João Ribeiro, para leitura dos seus pareceres.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

O parecer é favorável para a associação comunitária de Palmeirante explorar o serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palmeirante.

Já, Sr. Presidente, que nós discutimos muito essa questão há poucos dias atrás aqui, do que é, daquela questão da identificação, e nós ficamos até de fazer uma Audiência Pública para debater isso, da questão do que é rádio comunitária, do que é... Do que é televisão educativa, na próxima semana [soa a campainha].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quarta-feira.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Favorável ao parecer senhor, Presidente.

E no item 27, a Associação Comunitária do Bairro Industrial Taguatinga, no município de Taguatinga, Estado do Tocantins.

Eu estive há uma semana atrás lá, Sr. Presidente, nessa cidade, ela fica no Sudeste do Estado do Tocantins, é uma cidade, está entre as 20 maiores do Tocantins, e lá é a cidade, Sr. Presidente [soa a campainha] só para essa Casa ter informado, onde se tem uma das melhores cavalcadas do Brasil.

Faz parte do nosso folclore [soa a campainha], da história do mundo antigo e, portanto, eu estive lá visitando a cidade, participando dum festejo lá muito importante e das Cavalcadas de Taguatinga.

Em homenagem a isso, meu parecer é amplamente favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Parabéns, Senador João Ribeiro, pelo trabalho que V. Exa. faz no Senado Federal em defesa do Estado de Tocantins.

Vamos aos itens 28 e 29, Relatoria do Senador Demóstenes Torres, que peço ao Senador Lobão Filho que, como relator ad hoc, possa fazer a leitura dos pareceres.

Item 28. Projeto de Decreto Legislativo nº 139, de 2009, terminativo.

[soa a campanha]

“Aprova o ato que outorga permissão à 102,3 FM Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bela Vista de Goiás, Estado de Goiás.”

Item 29. Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Sampaio & Martins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alexânia, Estado de Goiás.”

Com a palavra, nosso Vice-Presidente, Senador Lobão Filho, para, como relator ad hoc, fazer a leitura dos pareceres do nobre Senador Demóstenes Torres.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Sr. Presidente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e da técnica legislativa, o voto é pela aprovação de ambos os projetos do nobre Senador Demóstenes Torres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Lobão Filho. Vamos aos itens 30 e 31. Relatoria do Senador Wellington Salgado.

Item 30. Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Beneficente e Comunitária Líder de Passos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.”

Item 31. Projeto de Decreto Legislativo 437, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à FADEMA-Fundação de Apoio ao Desenvolvimento e Ensino de Machado para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Machado, Estado de Minas Gerais.”

E vamos também ao extrapauta nº 4. Projeto de Decreto... D relatoria do Senador Wellington Salgado, Projeto de Decreto Legislativo nº 546, de 2009. “Aprova o ato que renova concessão outorgada à Televisão Record do Rio de Janeiro Ltda., para explorar serviços de radiodifusão de sons e imagens e televisão na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.”

Com a palavra, o Senador Wellington Salgado, para leitura dos seus pareceres.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG):

Sr. Presidente, eu vou ser... Resumir. Todos os projetos, com exame da documentação, não evidenciou violação da legislação pertinente, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, e técnica legislativa, opinamos pela aprovação dos três projetos, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Salgado.

O item 32, relatoria da Senadora Kátia Abreu. Solicito ao nobre Senador João Ribeiro, do Estado de Tocantins, para que possa fazer a leitura do parecer da Senadora Kátia Abreu, como relator ad hoc.

Item 32. Projeto de Decreto Legislativo nº 455, de 2009, terminativo. “Aprova o ato [soa a campanha] que outorga permissão à Rádio Som Tocantins Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraíso do Tocantins, Estado do Tocantins.”

Com a palavra, o Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Sr. Presidente, essa... Eu só queria uma informação, essa rádio não é comunitária, não é?

Sr. Presidente, essa rádio não é comunitária. Pelo jeito, não?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O item 32?

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Não é comunitária?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, não é comunitária, é radiodifusão sonora em frequência modulada.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO): Comercial, está certo, Sr. Presidente. O parecer é favorável, a Senadora Kátia Abreu não está aqui neste momento, mas eu tenho o prazer de relatar por ela, neste momento, e o parecer é totalmente favorável, portanto, eu cumprimento a Senadora Kátia Abreu pelo seu relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço. Agradeço a V. Exa..

Vamos aos itens 05 e 06, de Relatoria do Senador Flávio Arns, que não pôde se ausentar da Presidência que exerce na Comissão de Educação, por estar numa Audiência Pública.

Eu solicito ao Senador Efraim Morais que possa fazer, como relator ad hoc, a leitura dos pareceres.

Item 05. Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2009, terminativo. “Aprova o ato que outorga permissão à Rocco Júnior & Rocco Ltda-ME para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada [soa a campanha] na cidade de Faxinal, Estado do Paraná.”

Item 06. Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2009, terminativo. "Aprova o ato que outorga permissão à Organização Madasol de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Piraí do Sul, Estado do Paraná."

Com a palavra, o Senador Efraim Morais, como relator **ad hoc**.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, tendo em vista o exame da documentação, tanto no caso da Rocco Júnior & Rocco Ltda., bem como da permissão para que a Organização Madasol de Comunicação Ltda., a primeira [soa a campainha] no--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria... Com licença, Senador Efraim Morais.

Eu pediria silêncio para que o Senador pudessem fazer a leitura do seu parecer e todos os membros da Comissão pudessem ouvi-lo, para que possamos discutir e votá-lo com conhecimento do parecer do Senador Efraim Morais.

Retorno a palavra ao Senador Efraim Morais.

SENADOR EFRAIM MORAIS (DEM-PB): Sr. Presidente, como falei antes, considerando tanto o caso da Rocco Júnior & Rocco Ltda., que se trata de explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Faxinal, e a outra, também de relatoria do Senador Flávio Arns, que eu tenho o prazer de relatar nesse momento, para explorar também radiodifusão em frequência modulada na cidade de Piraí do Sul, também no Estado do Paraná, ambas não evidenciaram violação da legislação pertinente, e nem havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação em ambos os casos, Sr. Presidente. No item 5 e item 6.

É o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Efraim Morais.

Vamos ao item 16 da pauta. Relator Senador Sérgio Guerra. Item 16, Projeto de Decreto Legislativo nº 552, de 2009, terminativo. "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo."

Autoria, Poder Executivo. Relatoria, Senador Sérgio Guerra; parecer favorável.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): "Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. de número 104, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e In-

formática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicações.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 23 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa Legislativa, pela Resolução nº 03.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, §2, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição, oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e atribuição do Congresso Nacional, nos termos do art. 49.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos e princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado, que demonstram situação regular de entidade junto ao INSS, Fundo de Garantia, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus integrantes, não sejam óbice à aprovação do presente ato de renovação, uma vez constatado que a vencedora do certame [soa a campainha] licitatório apresentou tempestividade ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar tempestivamente, exigida pela legislatura regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

O Voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS de nº 552, de 2009, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão, outorgando à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Sala das Comissões."

Esse é o voto do relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Sérgio Guerra, e passo a Presidência ao nobre Senador Lobão Filho para que possa relatar os itens seguintes.

Senador **Lobão Filho** com a Presidência.

Troca de Presidência

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Dando prosseguimento à pauta do dia,

item nº 33, Projeto de Decreto Legislativo nº 439, de 2009, terminativo. "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Curuçá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Curuçá, Estado do Pará." Autoria, Poder executivo. Relatoria, Senador Flexa Ribeiro; parecer favorável.

Passo a palavra para o relator, para relatar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Os três. Põe os três logo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): O senhor não quer individualmente não? Então, vamos fazer em bloco.

Item 34. Projeto de Decreto Legislativo nº 551, de 2009, terminativo. "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." Autoria, Poder Executivo. Relatoria, Senador Flexa Ribeiro; parecer favorável.

Coloco em votação o item extrapauta nº 05, Projeto de Decreto Legislativo, autor Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, nº 591, de 2009, PDC 01452, de 2009, na origem. "Aprova o ato que outorga a permissão à empresa de radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cametá, Estado do Pará."

Os três projetos de relatoria do Senador Flexa Ribeiro. Passo a palavra ao relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Lobão Filho, Srs. Senadores. O item 33 diz respeito ao Projeto de Decreto Legislativo 439, que outorga autorização à Associação Comunitária de Curuçá para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Curuçá, Estado do Pará.

"Não havendo no processo nenhuma evidência de violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Curuçá para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Curuçá, no Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados."

Cidade de Curuçá, Sr. Presidente, Senador Edson Lobão, V. Exa. é vizinho, representa com muita competência o Estado do Maranhão, vizinho do Estado do Pará. O município de Curuçá fica no Nordeste do nosso Estado, na Região Nordeste, e tem como Prefeito o amigo Fernando Cruz, do PMDB. E vai ter, com a

aprovação dos membros da Comissão, a oportunidade de levar informação à sua população.

O item 33, que trata do Projeto de Decreto Legislativo 439 de 2009, aprova o ato que outorga autorização à Associação... O item 34, melhor dizendo, desculpem, Projeto de Decreto Legislativo nº 551 de 2009, que o aprova o ato que renova concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Pará.

A Rede Globo sempre presente nos últimos 50 anos--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Estado do Rio de Janeiro, V. Exa. falou Estado do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): V. Exa. falou Estado do Pará.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): É a paixão pelo estado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É a paixão pelo Estado do Pará.

Então, com a correção, outorga... A concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade do Rio de Janeiro [soa a campanha], Estado do Rio de Janeiro.

A Rede Globo, sempre presente nos últimos 50 anos de vida deste país, veicula a informação, colabora na educação, nos últimos quase 50 anos de vida desse país, veicula a informação, colabora na educação, participa de programas sócio-educativos e patrocina projetos sociais de grande alcance--

[soa a campanha]

Eu pediria a V. Exas. que pudessem fazer silêncio para leitura do parecer.

[soa a campanha]

Entretenimento, informação e educação se mesclam em doses bem ponderadas para dar ao povo brasileiro uma TV de qualidade e em permanente processo de transformação e adaptação às mudanças quase diárias.

A quantidade de prêmios recebidos por seus profissionais, por seus programas e pela própria emissora, justifica a continuidade de sua existência e importância de sua grade de programação.

Sras. e Srs. Senadores, tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 551, de 2009, não evidenciou violação da legislação que disciplina a matéria, e não havendo reparos quan-

to aos aspectos de constitucionalidade [soa a campanha], juridicidade, de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Globo Comunicação e Participações S.A. para explorar serviço de radiodifusão.

A renovação da concessão de operação da TV Globo é um fato que revigora a nossa democracia e enobrece nossa imprensa em todos os campos da informação.

Este é o parecer, Sr. Presidente.

E o item 05 extrapauta, que V. Exa. já fez a leitura, que trata... Que trata da... Do Projeto de Decreto Legislativo 591, que “Aprova o ato que outorga permissão à empresa de radiodifusão Miracatu Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cametá, Estado do Pará.”

O voto é que não tendo... Como o exame da documentação não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparo quanto aos aspectos da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão à empresa de radiodifusão Miracatu Ltda. para explorar serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Cametá, Estado do Pará, na forma do Projeto Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

O município de Cametá é um importante município também da mesorregião nordeste paraense, no Baixo Tocantins. É um município polo, de grande importância, e é um dos municípios mais antigos do Estado do Pará. Tem a origem dos índios Tupi e tem uma característica que eu quero dizer aos Srs. Senadores.

Lá, o nosso caboclo de Cametá, ele fala com sotaque francês, com sotaque francês. E o Deputado Jefferson Péres tem uma frase que diz que “Lá em Cametá, costuma-se dizer que em política até boi avua”, como eles dizem. E o Senador... E o Deputado Nilson Pinto completou a frase de Jefferson Peres, dizendo que “Boi avua em política sim, não contra o vento, sempre a favor do vento.”

Então, é uma cidade querida, que tem como Prefeito o meu amigo Valdoli Valente, dos Democratas. E vai ter, com certeza, com parecer favorável, a empresa de radiodifusão Miracatu Ltda., para levar informação e entretenimento àqueles munícipes.

Esses são os pareceres, Sr. Presidente.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Senador Flexa Ribeiro, passo à V. Exa. a Presidência, para que possa conduzir a votação dos projetos aqui relatados.

Troca de Presidência

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Lobão Filho.

Vamos à discussão e, depois, à votação nominal, em bloco, dos itens 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34. E os itens extrapauta 1, 2, 3, 4, 5.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal.

Como vota o Senador Marcelo Crivella?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):

Com relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES):

Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Roberto Cavalcanti?

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB):

Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Wellington Salgado de Oliveira?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou votar favorável a todos os relatos e, ao final, se V. Exa. me der a palavra, eu gostaria de fazer um comentário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. terá a palavra concedida.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Senador, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota? Ao final da votação.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Ao final da votação eu queria me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Senador... Como vota o Senador Lobão Filho?

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Com os relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Gerson Camata?

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Valdir Raupp?

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEMB-BA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Efraim Moraes? Como vota o Senador Cícero Lucena?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB PB): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Papaléo Paes?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, só para antecipar a V. Exa. o assunto que o Senador Wellington irá falar é relativo a seus relatórios, relatórios feitos por V. Exa..

Voto sim em todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a antecipação da fala... Agradeço a antecipação da fala do Senador Wellington Salgado, que com certeza absoluta será a favor dos pareceres que eu relatei.

Como vota o Senador Sérgio Zambiasi?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com os relatores, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Como vota o Senador Antonio Carlos Valadares?

SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o nobre relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. está... Agora, como vota o Senador Eduardo Azeredo?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Presidente, eu quero, além de manifestar o meu voto favorável, fazer uma declaração de voto aqui que... Veja bem a questão como é contraditória.

Enquanto nós estamos aqui, aprovando novas rádios dentro do processo democrático, o Presidente Chávez, na Venezuela, está fechando as rádios e televisões da Venezuela.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. tem toda razão.

E V. Exa., como Presidente competente e eficaz da Comissão de Relações Exteriores, deveria fazer um voto de repúdio, de--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sua proposta está na pauta de amanhã.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De censura ao Presidente Chávez, se assim nós podemos chamá-lo, de limitar o acesso, ao povo da Venezuela, à informação, fechando, lamentavelmente, as redes de comunicação daquele país.

Como vota o Senador Sérgio Guerra? Com os relatores.

Como vota o Senador Flávio Torres?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Com os relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos os projetos relatados foram aprovados por unanimidade, com 16 votos.

Com a palavra, Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu queria fazer uma colocação aqui, e é uma colocação que muitos podem entender como ousada, corajosa, eu não sei como, mas eu quero dizer o seguinte.

Nós temos duas grandes televisões no Brasil, hoje. Inclusive, nós hoje aqui aprovamos por unanimidade a renovação da outorga dessas duas grandes televisões.

Eu não acredito que essas, que nós estejamos renovando a outorga para que haja um embate de duas grandes televisões como nós temos visto ultimamente tem acontecido.

Eu vejo as duas televisões, sou fiel aos canais que eu vejo.

Agora, o que tem acontecido é algo realmente que eu nunca vi na minha vida, com essas duas televisões.

Acredito até, sinceramente, se Dr. Roberto Marinho estivesse vivo, isso não aconteceria, que com certeza ele é um grande, sempre foi a sua vida inteira, um grande conciliador.

Eu não sou contra a informação não, a informação tem que acontecer. Agora, não pode é transformar isso numa guerra, como vem acontecendo ultimamente.

Essa discussão entre essas duas grandes televisões acaba levando a uma criação muito séria aqui dentro, e nós renovamos hoje a outorga dessas duas grandes televisões, mostrando o quê? Que essa Casa pratica a liberdade de informação muito mais do que todos os veículos de comunicação do Brasil.

Porque muitos aqui, inclusive, sofrem, às vezes, algumas informações distorcidas, mas nem por isso nós deixamos de votar a favor, porque entendemos que é importante para o Brasil que a informação aconteça, é importante para a democracia, e é importante para toda a população brasileira.

Agora, tem que se procurar chegar a um acordo diante de tudo o que está acontecendo. Vai chegar, se continuar isso, vai chegar a um ponto que o Senado vai ter que se manifestar, ou essa Comissão, sobre o que está acontecendo.

Liberdade de informação não é liberdade de agressão entre as duas empresas. E aqui eu não estou tirando partido nem de A nem de B. De jeito nenhum. Eu sou a favor da qualidade, sou a favor da distribui-

ção de informação e sou a favor da interpretação por diferentes veículos de comunicação.

Agora, o que eu não posso é ligar a minha televisão, na minha casa, preparado para ver o que eu sempre vi, e de repente eu estou vendo, recebendo outro tipo de informação.

Então, eu espero, e aqui a minha colocação, que isso volte a ser matéria de jornalismo, e não matéria de agressão por parte das duas televisões. Porque da maneira que está indo, uma hora esse Senado vai ter que se manifestar, ou essa Comissão, sobre o que está acontecendo.

E nós não podemos ficar simplesmente calados diante do que está acontecendo. Está inclusive nos expondo também. Nós acabamos de renovar a outorga dessas duas televisões.

Agora, se, eu não sei, vamos esperar para ver o que vai acontecer, se não, vamos ver um requerimento que eu possa encaminhar a V. Exa., que nós possamos encaminhar para as duas diretorias das duas televisões, pedindo explicação sobre tudo o que está acontecendo.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): O senhor quer censurar.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não, eu não quero censurar não, de maneira alguma. Tanto é que.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Não, eu acho... Vamos ser ponderados. O Senador Wellington hoje se introduz de maneira objetiva, não--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Wellington Salgado de Oliveira, permite um aparte ao Senador Sérgio Guerra?

Senador Sérgio Guerra.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Não só permito, como, ontem, eu assisti o Senador Sérgio Guerra, que eu tive oportunidade de ver o seu currículo, e, ontem, eu assisti um dos grandes pronunciamentos como estadista, e, muitas vezes, você tem um presidente de partido e acha que o presidente de partido foi eleito politicamente, que não foi pelo conteúdo que tem.

E, ontem, eu vi o Sérgio Guerra, o Senador Sérgio Guerra, como o Presidente de um grande partido do país. Estava lá, poucas pessoas no Plenário, e eu tive oportunidade de viver aquele momento que eu nunca vou esquecer o resto da minha vida. Por isso que eu queria ouvir a opinião de V. Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Sérgio Guerra, já passo a palavra a V. Exa..

Só para dizer que o Senador Sérgio Guerra honra o PSDB e a todos nós como Presidente Nacional do nosso partido.

E V. Exa., ao reconhecer a competência, a forma que ele se comporta como estadista, buscando o melhor para o Brasil, desde já, e eu já fiz esse convite a V. Exa. várias vezes, para que V. Exa. possa assinar a ficha do PSDB.

Com a palavra o Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Eu acho que a interferência do Senador Wellington é absolutamente pertinente.

E que os consumidores, a população deseja que... Algo na linha do que ele está desenhando. E é uma participação muito natural, muito espontânea, muito correta. Quero elogiá-lo pela sua palavra.

SENADOR LOBÃO FILHO (PMDB-MA): Eu gostaria--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço, Senador Sérgio Guerra.

Pela ordem de inscrição, Senador Sérgio Zambiasi, Senador Roberto Cavalcanti e Senador Lobão Filho.

Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, eu estou propondo, na realidade, é uma inclusão extrapauta do requerimento que estou apresentando para realização de Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vamos concluir a discussão, aí V. Exa. fará o requerimento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu vou ter que me retirar, e acho importante que apresente esse requerimento em função... Em função de já ter sido [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não. Então V. Exa. pode... O requerimento... O requerimento de autoria de V. Exa., que requer Audiência Pública conjunta com a CCJ para discussão e aprofundamento da apreciação do Projeto de Lei da Câmara 141, de 2009, que altera a Lei 9.096, de 19 de setembro de 1995, Lei dos Partidos Políticos.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi, para defender seu requerimento.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sim. Esse requerimento já foi aprovado na CCJ, e, para dar mais celeridade no seu processo, nós propomos uma audiência conjunta, convidando para isso a Dra. Fátima Nancy, Ministra do STJ, Dra. Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Dra. Eva Blay, doutora em Sociologia, Professora da USP e ex-Senadora, para discutir a questão da mulher nas eleições.

Eu acho que nós ampliamos a discussão, esse espaço democrático e é importante que aconteça esta Audiência Pública conjunta, trazendo essas pessoas de expressão nacional dentro do conceito da participação da mulher na vida política brasileira, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Não... Está pedindo só... Já está discutindo o requerimento ou...?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já discutindo o requerimento. Só uma informação. Já está incluído extrapauta esse.

Ah, é inclusão extrapauta.

Então, inclusão extrapauta do requerimento do Senador Sérgio Zambiasi. Os Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, vamos pôr já em discussão o requerimento. Em discussão, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): O que eu quero colocar é só lembrar que nós tivemos, na semana passada, uma Audiência Pública, com nove convidados, sobre esse mesmo tema.

Nós temos uma premência de tempo, porque o projeto certamente será alterado, vai ter que voltar à Câmara e na Câmara, depois, ainda vai para o Presidente Lula.

Nós temos que aprovar, se quisermos vigore a 2010, até 30 de setembro.

Então, nós temos uma questão de tempo e por isso a alternativa. Estava discutindo aqui com o Senador Flávio Torres, com o Senador Renato Casagrande, com o Senador Sérgio Zambiasi, é que eu já falei com o Presidente da CCJ, Demóstenes Torres, que seja uma audiência conjunta, falei também com a Senadora Serys, que possa ser então.

O melhor é que não precisasse mais de audiência, mas já que existe essa postulação, que ela seja então amanhã, na parte da manhã, conjunta, mas nós vamos ter que fazer uma redução no número de expositores, porque nós temos que tentar fazer com quatro expositores.

A minha proposta é essa, que a gente consiga então uma redução no número, porque nós temos outra vez aí já outros nove nomes para falar, não é possível, nós não conseguimos fazer uma audiência com nove pessoas.

Então, a alternativa seria... Nove não, na verdade tem 11 nomes já citados. Então, tem seis no relatório do Senador Flávio, Senador Casagrande, mais os três do Senador Sérgio Zambiasi, mais dois que eu mesmo propus para poder fazer a contra... A contra-argumentação.

De maneira que teríamos que tentar, talvez, aprovarmos, mas ficarmos com uma delegação para acertarmos quatro nomes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu concordo. Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Só pela sensibilidade dos colegas, nós estamos tratando da inclusão da mulher, eu espero que, no caso, não haja exclusão das mulheres nessa discussão. Então...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Certamente que não.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Uma vaga pode ser das mulheres, seguramente.

[risos]

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Está sendo muito restritivo. [risos]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Havendo a concordância--

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): No mínimo, duas vagas para as mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concluída a discussão, em votação. Senadores, que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos... Em sequência, Senador Roberto Cavalcanti, se V. Exa. me permitir, tem um requerimento do Senador Flávio Torres, junto com o Senador Renato Casagrande, na mesma linha, para uma Audiência Pública, para instruir o PLC 141.

Vamos colocar em discussão esse requerimento e aí passo a palavra a V. Exa.

Senador Flávio Torres, para defender o requerimento que solicita Audiência Pública em conjunto com a CCJ, para instruir o PLC 141 de 2009.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Nós tivemos audiência pública, mas, de fato, as pessoas que participaram daquela audiência tinham uma única visão; nós queremos uma nova audiência e com alguém do contraditório, alguém que tenha uma visão distinta.

Senador Azeredo já concordou e a gente pretendia fazer isso amanhã, para não prejudicar de forma alguma a tramitação da matéria aqui no Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento dos Senadores Flávio Torres e Renato Casagrande.

Para discutir, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Só em termos dos nomes, é que, pelo que foi acordado, então ficaria o Dr. Jorge Stolfi; o engenheiro Amílcar Brunazo Filho; o Dr. Giuseppe Janino, que é do TSE; e a Ministra Nilcéa Freire.

Então poderíamos fazer esse resumo. A Ministra Nilcéa Freire, pela questão das mulheres.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu proporia...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): O Dr. Jorge Stolfi e o engenheiro Amílcar Brunazo, de acordo com a questão da contestação do voto digital.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E o do TSE para, exatamente, defender o processo de votação eletrônica.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Eduardo Azeredo, V. Exa., com o Senador Marco Maciel, que também é relator na CCJ, poderiam, em conjunto com os autores dos requerimentos, definir os convidados.

Nós vamos aprovar todos, e V. Exas. farão, então, a definição de quais serão chamados, porque nós estamos--

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Mas é pior, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Nós estamos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Acho que aí, se nós formos fazer isso, fica uma aprovação de 11 nomes, que é inviável. Eu estou querendo ser objetivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): E é deslegante, depois a gente vai tirar alguns.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é preciso que haja concordância também do Senador Marco Maciel.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Ele já esteve aqui, ele falou [sobreposição de falas].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): E já concordou?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Por ele, nem haveria mais Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está bom. Então a audiência está confirmando para amanhã, às 10 horas da manhã.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): 09h30, eu tenho reunião da Relações Exteriores. Eu proponho 09h30.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Está marcado às 10 horas, já está sendo feito o convite na CCJ, em conjunto com a CCT.

Então, quais, em acordo com os autores dos requerimentos e com os relatores, quais serão os convidados a essa Audiência Pública? O Senador poderia definir os nomes, agora, para que as Secretarias fa-

çam os convites? Quais serão os convidados a essa Audiência Pública de amanhã?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Pois é, o que eu estava levantando aqui em conjunto com os Senadores, não é a minha proposição, porque eu só estou colocando.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não, mas aí tem que ser consenso já.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Pois é, exatamente. O consenso seria o Dr. Jorge Stolfi.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Stolfi.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Do Instituto de Computação da UNICAMP. O engenheiro Amílcar--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Deixa eu anotar aqui, por favor.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Não, porque tem os nomes. Engenheiro Amílcar Brunazo Filho, que é representante do PDT, Dr. Giuseppe Janino, que é do TSE, que é o diretor desse setor de automação, e a Ministra Nilcéa Freire.

O Giuseppe já veio, mas ele voltaria exatamente para poder fazer a contra-argumentação aos dois que são contra, que os dois aqui, Dr. Jorge e Dr. Amílcar Brunazo vão falar sobre a questão do voto impresso. Dr. Giuseppe Janino falará sobre isso.

E a questão da Ministra Nilcéa Freire seria para falar da questão dos recursos ligados às mulheres nos partidos, do fundo partidário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quantos ficariam então?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Quatro pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Tem uma proposta do Senador Flávio Torres para convidar aqui, também, o professor associado da divisão de Ciências de Computação do ITA. E também o matemático.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Tem mais nomes?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas não colocaríamos um desses dois que tratam da ciência da computação, tanto do ITA--

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Sr. Presidente, eu concordo com o Senador para--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V. Exa. concorda?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Para enxugar a Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Então, ficariam quatro convidados para a audiência de amanhã, às 10 horas, em conjunto com a CCJ. O professor, Dr. Jorge Stolfi, a Ministra Nilcéa Freire, o Dr. Giuseppe, do TSE, e o quarto, Senador Eduardo Azeredo, o quarto convidado?

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE): Engenheiro Amílcar Brunazo Filho.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Engenheiro Amílcar Brunazo Filho. Então, os quatro convidados para a Audiência Pública de amanhã, quinta-feira, às 10 horas da manhã.

Senador Roberto Cavalcanti, com a palavra.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar V. Exa. na condução dos trabalhos de hoje, na demonstração da total isenção dessa Comissão no tocante a assuntos políticos e assuntos de grupos empresariais.

Nós aprovamos várias concessões, renovações de concessões da TV Globo, várias concessões de renovação da TV Record, o que demonstra exatamente esse espírito profissional, independente e técnico dessa Comissão.

Agora, eu gostaria de fazer um apelo, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exa. no sentido de que eu me abstive de pedir vistas, tendo em vista exatamente o que se passava nos bastidores dessa Comissão, que, na verdade, nós estávamos temendo que acontecesse algum incidente no tocante à renovação dessas concessões.

A estratégia que V. Exa. determinou da votação em bloco foi excelente, extremamente, de extrema habilidade política, e em função de me acostar a estabilidade política de V. Exa., eu não pedi vista no item 13, mas gostaria de solicitar que nas próximas reuniões, nós não colocássemos em pauta rádios comunitárias que tivessem na razão social a referência de "FM alguma coisa".

No caso, o item 13, tem o nome de Geração FM, e isso vem se contrapor ao que nós tomamos em decisão de nesses casos, só aprovamos essas rádios após audiência pública.

A exceção que eu pratiquei nesse ato foi me acostando à decisão política de V. Exa., dessa votação em bloco. Parabéns a V. Exa., mas gostaria de fazer o registro de que a Comissão fizesse essa seleção para nós não ficarmos no constrangimento de termos que pedir vistas.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. e V. Exa. tem toda razão, quero agradecer as referências à Presidência, e já há uma determinação à Secretaria que enquanto

não definirmos a questão das rádios comunitárias, que será iniciada a discussão na próxima quarta-feira, em Audiência Pública, que não seja incluído em pauta nenhuma rádio comunitária, como V. Exa. solicitou, que tenha qualquer referência a FM ou a rádio comercial, qualquer tipo de referência.

Lamentavelmente, o item 13, V. Exa. até poderia ter pedido vista desse item, somente desse item para ser retirados. Mas como não o fez e já explicou o motivo.

SENADOR ROBERTO CAVALCANTI (PRB-PB): V. Exa. sabe das razões e volto a parabenizar, e acho que nós sairemos daqui hoje vitoriosos.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa. e isso não acontecerá mais. Eu pediria à Secretaria que ficasse atenta para que não colocasse em pauta nenhuma rádio comunitária que tivesse referências a qualquer tipo de outra atividade, que não seja a rádio comunitária.

Vamos ao extrapauta, requerimento de Autoria do Senador Eduardo Azeredo. "Requeiro, nos termos do art. 103 do Regimento Interno, PLC 141, de 2009, que altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 95, Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 2007, que estabelece normas para eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965, Código Eleitoral, seja analisada em conjunto pela Comissão de Ciência e Tecnologia, e Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania."

Com a palavra, o Senador Eduardo Azeredo, para defender o requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG): Sr. Presidente, como eu comentei anteriormente, é para buscar o andamento rápido da questão da discussão, da revisão, que estamos fazendo da reforma eleitoral, já aprovada pela Câmara.

É uma mini-reforma eleitoral, não é uma reforma efetiva, mas nós seguramente faremos algumas alterações, e para que possa ser retornado à Câmara, é preciso que haja agilidade.

Portanto, a proposta é que possamos fazer, na semana que vem já, essa votação conjunta com a Comissão de Constituição e Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Em discussão.

Eu quero parabenizar o Senador Eduardo Azeredo, Senador Marco Maciel, que é o relator na CCJ, pelo... Pela forma ágil e preocupada e competente que os dois relatores têm buscado terminar o parecer, ouvindo todos os segmentos interessados na reforma do Código Eleitoral, e na lei dos partidos políticos, para que nós possamos realmente aprová-la, já na próxima sessão de...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG):

Na semana que vem, faremos a votação nas comissões, para ir para o Plenário em seguida.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): É, nós vamos ter que ajustar o horário, porque nós teremos Audiência Pública, na quarta-feira, das rádios comunitárias.

Então, eu vou definir com o Senador Demóstenes Torres, como é um item só, para que nós possamos, em conjunto, fazermos a aprovação da... Dos pareceres sobre a alteração da Lei Eleitoral, e em seguida, faremos a Audiência Pública das rádios comunitárias.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSBD-MG):

Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO

(PSDB-PA): Senador Flávio Torres.

SENADOR FLÁVIO TORRES (PDT-CE):

Eu só quero acrescentar ao seu elogio ao relator da reforma política, porque eu sei que ele é contra a questão do voto impresso, mas está agindo democraticamente ao permitir que nós façamos essa segunda audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agradeço a V. Exa., Senador Flávio Torres.

Uma das características do Senador Eduardo Azeredo é a característica de mineiro, é atender a todas as pessoas que fazem as suas reivindicações.

V. Exa. solicita a ele que discuta a questão do voto para o ser um direito legítimo seu e ele democraticamente aceita fazer essa discussão, apenas, como disse, pede que seja agilizado o processo para que ele possa concluir... Acelerado, melhor dizendo, por economia processual, que ele possa concluir o relatório a fim de que o aprovemos na próxima semana.

Em discussão o requerimento do Senador Eduardo Azeredo, não havendo quem queira discutir, em votação; os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Requerimento de minha Autoria, que "Requer que seja ouvido, conforme os termos do art. 50 da Constituição Federal, seja convidado o General Augusto Heleno, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, para discutir as atividades deste departamento e implantação do Centro Tecnológico do Exército em Campinas."

Eu estive numa visita ao General Heleno, que é o Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército, e lá tive oportunidade de ver as ações que estão sendo desenvolvidas e de grande importância pelo Exército Brasileiro, na área de ciência e tecnologia.

E trouxe aqui, à apreciação dos meus pares o convite para que o General Heleno possa vir até aqui e transmitir a todos os Senadores membros da Comissão

aquilo que eu tive a oportunidade de ver nessa visita que fiz ao Departamento, a convite do General Heleno.

Então, em função disso, apresento esse requerimento e coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram, aprovado.

Senador Eduardo Azeredo, um minuto, por favor. Eu, o General Heleno, ele virá e fará a sua exposição, e, em seguida, nós faremos a audiência, com a pauta normal.

Quero... Quero colocar em apreciação mais um requerimento extrapauta de minha autoria, que trata da continuidade ao ciclo de debate que temos feito sobre ciência e tecnologia na Amazônia, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia, que já fizemos duas audiências, e proponho agora, nesse requerimento, que se faça a terceira audiência sobre ciência e tecnologia na Amazônia.

Nas duas primeiras, chamamos os órgãos de Governo, de Ciência e Tecnologia na Amazônia, o Museu Emílio Goeldi, o Instituto Evandro Chagas, o INPA, e vários outros, a Associação Brasileira de Ciência, e vários outros órgãos ligados à ciência e tecnologia com foco na Amazônia.

E essa terceira audiência, é para que nós possamos trazer até aqui todas as universidades federais da Amazônia, para que através das suas fundações de pesquisa, possam aqui relatar a todos os senadores, em conjunto com a Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, que tem como Presidente o Senador Mozarildo Cavalcanti, nós possamos concluir esse ciclo de debates sobre ciência e tecnologia na Amazônia, que é, sem sobra de dúvida, o único meio de nós desenvolvermos a nossa região de forma sustentável; com ciência, tecnologia e inovação.

Eu coloco a inclusão extrapauta. Em discussão. Senadores que concordam com a inclusão, permaneçam como se encontram. Aprovada.

O requerimento, agora em discussão e votação, como eu já disse, ele propõe essa terceira audiência com a participação dos reitores das universidades federais do Acre, do Amapá, do Amazonas, do Pará, da Universidade Federal Rural da Amazônia, da Universidade Federal de Rondônia, de Roraima e de Tocantins.

Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aprovado.

Não havendo mais nenhum item na pauta, agradecendo a presença dos senhores membros da Comissão, dou por declarada esta sessão... Dou por encerrada esta sessão.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

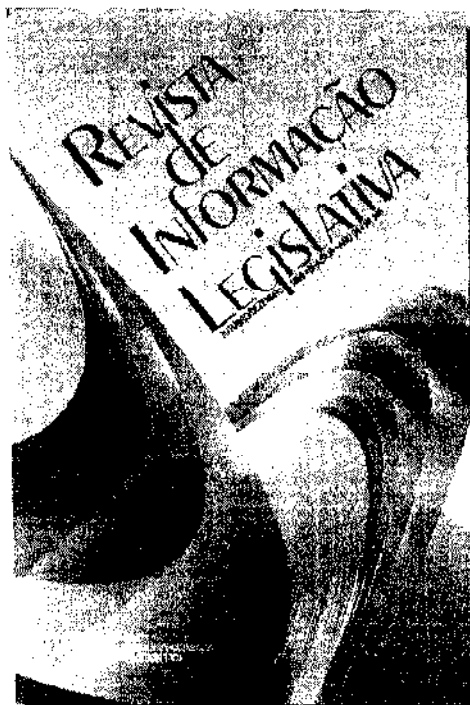
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seeecat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone (061) 311-3575;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência 3602-1, do Banco do Brasil, Conta-corrente 170.500-8, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código 02000202902001-3 (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante ORIGINAL do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 1284 PÁGINAS

(OS:15985/2009)